



Boletim de Serviço

Ano LIII – Nº 354 – Março/2018

Editado pelo Gabinete do Reitor

Rua Jorge Dummar 1703 - Jardim América
CEP: 60410-426 – Fortaleza – CE
Fone: (85) 3401.2503



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
CEARÁ

www.ifce.edu.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO -----	0001
ADMINISTRAÇÃO -----	0002
ATOS DA REITORIA -----	0003
Portarias -----	0003
Apostilas -----	0075
Editais -----	0079
Despacho de Afastamento do País.....	0080
RESOLUÇÕES DO CONSELHO SUPERIOR -----	0084
DIÁRIAS -----	1743
ATOS DA PRÓ-REITORIA DE ADM. E PLANEJAMENTO-----	0000
ATOS DA PRÓ-REITORIA DE ENSINO -----	0000
ATOS DA PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS -----	0000
Portarias -----	0000
Editais -----	0000

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

Lei nº 11.892, de 29/12/2008 (DOU de 30/12/2008)

APRESENTAÇÃO

O Boletim de Serviço, previsto na Lei nº 4.965, de 05/05/1966, é instrumento utilizado para dar ao público conhecimento dos atos editados no âmbito do Instituto Federal do Ceará (IFCE), atendendo ao princípio da publicidade, prescrito no art. 37 da Constituição Federal.

Seu conteúdo está organizado em conformidade com os assuntos administrativos rotineiros da Instituição:

- Atos da Direção Geral do CEFETCE (até jan/2009) / Atos da Reitoria do IFCE (a partir de fev/2009);

- Resoluções do Conselho Diretor (até mar/2009) / Resoluções do Conselho Superior (a partir de abr/2009);

- Atos da Gerência de Recursos Humanos (até 2009) / Atos do Departamento de Administração de Pessoal (a partir de 2009) / Atos da Diretoria de Gestão de Pessoas;

- Atos dos Diretores-Gerais dos *campi* (a partir de out/2009);

- Pagamento de diárias a servidores e suprimento de fundos.

- A publicação eletrônica, no sítio do IFCE, ocorre desde 2008. Exemplares de anos anteriores podem ser consultados, em formato impresso, no Gabinete do Reitor.

Nos anos de 2009 e 2010, com a transformação em Instituto Federal, os boletins foram produzidos em formato consolidado, pela Reitoria, reunindo informações dos diversos *campi*.

A partir do exercício de 2011, o periódico passou a ter, além da Reitoria, edições separadas por *campus*.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

Lei nº 11.892, de 29/12/2008 (DOU de 30/12/2008)

ADMINISTRAÇÃO

MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

José de Mendonça Bezerra Filho

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Eline Neves Braga Nascimento

REITOR

Virgílio Augusto Sales Araripe

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Tássio Francisco Lofti Matos

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Reuber Saraiva de Santiago

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Zandra Maria Ribeiro Mendes Dumaresq

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Ivam Holanda de Souza

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

José Wally Mendonça de Menezes

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO

Marfisa Carla de Abreu Maciel Castro

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

Antonia Lucivânia de Sousa Monte

DIRETORA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Ana Caroline Cabral Cristino

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Nathaniel Carneiro Neto

DIRETORA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Marcio Daniel Santos Damasceno

DIRETORA DE ESTATÍSTICA INSTITUCIONAL

Heloisa Helena Medeiros da Fonseca

DIRETORA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Beatriz Rodrigues Garcia

DIRETOR DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Carlos Maurício Jaborandy de Mattos Dourado Junior



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 145/GABR/REITORIA, DE 01 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23261.001989.2018-31,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **MARTINA SOARES DE FRANCA ALVES**, Matrícula Siape nº 2106886, Auxiliar em Administração, pertencente ao Quadro Permanente deste Instituto Federal, *campus* Jaguaribe, para exercer a função gratificada como titular da Coordenadoria de Acompanhamento de Estágio e Avaliação de Egressos do *campus* Juazeiro do Norte, Código FG-04.

Art. 2º - Estabelecer que a presente Portaria entre em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 01/03/2018, às 15:40, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0017578** e o código CRC **47CA9BE1**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 146/GABR/REITORIA, DE 01 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23255.001286/2018-91,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar, com amparo no art. 38, da Lei n. 8.112/90, **MARIANA DA SILVA GOMES**, Matrícula SIAPE nº 2280891, Contadora, integrante do Quadro Permanente deste Instituto Federal, como substituta da titular do Departamento de Administração e Planejamento do *campus* Acaraú, Código CD-04, **MARCELA DA SILVA MELO**, Matrícula SIAPE nº 1841955, durante os seus impedimentos legais, eventuais e temporários.

Art. 2º – Revogar as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 01/03/2018, às 15:33, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0017626** e o código CRC **9B346C0F**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 147/GABR/REITORIA, DE 01 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23255.000066/2018-41,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **KELMA DE FREITAS FELIPE**, Matrícula Siape nº 2107287, Assistente Social, pertencente ao Quadro Permanente deste Instituto Federal, *campus* Limoeiro do Norte, para exercer a função gratificada, como titular da Coordenadoria de Projetos Especiais da Pró-reitoria de Extensão/Reitoria, Código FG-01, considerando a dispensa do servidor **AGEBSON ROCHA FACANHA**, Matrícula Siape nº 1652416, mediante a Portaria nº 1.228/GR, de 13/12/2018 (20/12/2017).

Art. 2º - Estabelecer que a presente Portaria entre em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 01/03/2018, às 11:59, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0017648** e o código CRC **F88372CD**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 148/GABR/REITORIA, DE 01 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23293.003570.2018-46,

RESOLVE:

Artigo único - Declarar designado **ANTONIO MARCOS DE SOUSA LIMA**, Matrícula SIAPE nº 1941252, Técnico em Assuntos Educacionais, como substituto, no período **de 19/01 a 07/02/2018**, da titular do Departamento de Administração e Planejamento do *campus* Crateús, Código CD-04, **FRANCISCA LIONELLE DE LAVOR ALVES**, Matrícula SIAPE nº 1891316, em virtude de seu afastamento para usufruto de férias.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 01/03/2018, às 15:51, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0017865** e o código CRC **B05C4FE5**.

Referência: Processo nº 23293.003570.2018-46

SEI nº 0017865



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 149/GABR/REITORIA, DE 01 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23255.001262/2018-32,

RESOLVE:

Art. 1º - Dispensar **JOSÉ SOLON SALES E SILVA**, Matrícula SIAPE nº 1178429, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, pertencente ao Quadro Permanente deste Instituto Federal, *campus* Fortaleza, da função gratificada, como titular da Coordenadoria de Atividades Sociais, Artísticas e Desportivas da Pró-reitoria de Extensão/Reitoria, Código FG-02, para a qual fora designado mediante a Portaria nº 428/GR, de 17/04/2013 (DOU de 24/04/13).

Art. 2º - Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 01/03/2018, às 15:20, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0017883** e o código CRC **C1E7DE23**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 150/GABR/REITORIA, DE 01 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o que consta do Processo nº 23255.001567/2018-44,

RESOLVE:

Art.1º - Nomear **ROBSON DA SILVA SIQUEIRA**, Matrícula SIAPE nº 1547540, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, pertencente ao Quadro Permanente deste Instituto Federa, *campus* Maracanaú, para exercer o cargo de direção, como titular da Diretoria Geral do *campus* Maranguape, Código CD-02.

Art. 2º - Estabelecer que a presente Portaria entre em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 01/03/2018, às 15:38, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0017894** e o código CRC **5697B3B9**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 152/GABR/REITORIA, DE 05 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso das atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23255.001436/2018-67,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **MARCELO DA SILVA DE SOUZA**, Tecnólogo, Matrícula Siape nº 2419014, pertencente ao Quadro Permanente deste Instituto Federal, *campus* Boa Viagem, para exercer a função gratificada como titular da Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio do *campus* Boa Viagem, Código FG-02, considerando a dispensa da servidora **MARLI CHAVES DOS SANTOS**, Matrícula SIAPE nº 2419974, mediante a Portaria nº 98/GABR/REITORIA, de 08/02/2018.

Art. 2º - Estabelecer que a presente portaria entre em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 05/03/2018, às 11:31, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0018655** e o código CRC **452A968B**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 153/GABR/REITORIA, DE 05 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23266.059659.2017-11,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **MARIA VERBENES ALVES NOGUEIRA LEITE**, Técnica em Contabilidade, Matrícula Siape nº 2342863, pertencente ao Quadro Permanente deste Instituto Federal, *campus* Tabuleiro do Norte, para exercer a função gratificada como titular da Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira do *campus* Iguatu, Código FG-05.

Art. 2º - Estabelecer que a presente portaria entre em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 05/03/2018, às 11:30, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0018746** e o código CRC **B603DF09**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 154/GABR/REITORIA, DE 05 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o que consta dos autos do Processo nº 23255.001114/2018-18,

RESOLVE:

Artigo único - Conceder, a partir de 15 de setembro de 2017, ao servidor **RICARDO RODRIGUES DE ARAUJO**, ocupante do cargo de Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico, Matrícula SIPAE nº 1422834, Promoção à Classe Titular, de acordo com o art. 14, § 3º, inciso IV, da Lei Nº 12.772/12, de 28 de dezembro de 2012, (DOU de 31/12/2012), combinado com o art. 3º, § 2º, inciso IV da Portaria MEC Nº 554, de 20 de junho de 2013 (DOU de 21/06/2013), e com a Resolução Nº 06, de 09 de fevereiro de 2015, que aprova a regulamentação de promoção à Classe Titular de Carreira Docente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 05/03/2018, às 11:44, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0018796** e o código CRC **F22675C2**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 155/GABR/REITORIA, DE 05 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso das atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23255.001649/2018-99,

RESOLVE:

Artigo único - Retificar a **Portaria nº 133/GR, de 27/02/2018**, de forma que:

Onde se lê "... no período de 28/02 a 26/03/2018...";

Leia-se: "... nos dias 26 e 27/02/2018...".

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 05/03/2018, às 17:06, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0019217** e o código CRC **050F4A05**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 157/GABR/REITORIA, DE 05 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23256.000402/2018-45,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aposentadoria voluntária integral, nos termos do art. 6º, da EC Nº 41/03, de 19/12/2003 (DOU de 31/12/2003) a **FRANCISCO ATUALPA SOARES**, no cargo de **Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico**, Classe "DIV", Nível 04, matrícula nº 1221368, código da vaga nº 682317, com Dedicção Exclusiva, título de mestre, do Quadro Permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - *campus* Fortaleza, com:

- Proventos correspondentes à mesma Classe e Padrão;
- 01 (um) anuênio (art. 244 da Lei nº 8.112/90);
- RT- Retribuição por Titulação (RSC III) art. 18 da Lei nº 12.772/12.

Art. 2º - Declarar vago, em decorrência, o cargo acima mencionado.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 06/03/2018, às 16:55, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0019238** e o código CRC **27BA0980**.

Referência: Processo nº 23256.000402.2018-45

SEI nº 0019238



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 159/GABR/REITORIA, DE 06 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23255.001726/2018-19,

RESOLVE:

Art. 1º - Interromper, no período de **12 a 16/03/2018**, por necessidade do serviço, conforme o art. 80 da Lei 8.112/90, as férias da servidora **CRISTIANE BORGES BRAGA**, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 1794770, pertencente ao Quadro Permanente deste Instituto.

Art. 2º - Estabelecer que o novo período de férias seja de **09 a 13/04/2018**.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 06/03/2018, às 17:52, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0019867** e o código CRC **F7ECF1BA**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 160/GABR/REITORIA, DE 06 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o que o constante do Processo nº 23255.001727/2018-55,

RESOLVE:

Artigo único - Declarar designado, **THOMAZ MAIA DE ALMEIDA**, Matrícula SIAPE nº 1058981, Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico, como substituto, no período de **05 a 09/03/2018 e de 09 a 13/04/2018**, da titular da Direção Geral do Polo de Inovação Fortaleza, Código CD-02, **CRISTIANE BORGES BRAGA**, Matrícula SIAPE nº 1794770, em virtude de seu afastamento para usufruto de férias.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 06/03/2018, às 17:51, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0019885** e o código CRC **5D9B5FA9**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 161/GABR/REITORIA, DE 07 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23255.001804/2018-77,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, **MARCIO ALVES BEZERRA**, Matrícula SIAPE nº 1757928, Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico, pertencente ao Quadro Permanente deste Instituto Federal, do cargo de direção, como titular da Direção Geral do *campus* Acaraú, Código CD-02, para o qual fora nomeado mediante a Portaria nº 320/GR, de 22/04/2016 (DOU de 29/04/2016).

Art. 2º - Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 08/03/2018, às 11:28, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0020116** e o código CRC **40BAAFDB**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 162/GABR/REITORIA, DE 07 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23255.001804/2018-77,

CONSIDERANDO, ainda, o que dispõe o § 1º do art. 12 do Decreto nº 6.986, de 20 de outubro de 2009,

RESOLVE:

Art.1º - Nomear **MANOEL PAIVA DE ARAUJO NETO**, Matrícula SIAPE nº 2018591, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 2018591, pertencente ao Quadro Permanente deste Instituto Federal, para exercer o cargo de direção, como titular, *pro tempore*, da Diretoria Geral do *campus* Acaraú, Código CD-02, considerando a exoneração do servidor **MARCIO ALVES BEZERRA**, Matrícula SIAPE nº 1757928, mediante a Portaria nº 161/GABR/REITORIA, de 07/03/2018.

Art. 2º - Estabelecer que a presente Portaria entre em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 08/03/2018, às 11:31, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0020124** e o código CRC **6238C9FE**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 163/GABR/REITORIA, DE 07 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23265.045209.2017-43,

RESOLVE:

Artigo único - Conceder, a partir de 02 de outubro de 2017, à servidora **MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA COSTA RIBEIRO**, ocupante do cargo de Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE nº 1170966, **Promoção à Classe Titular**, de acordo com o art. 14, § 3º, inciso IV, da Lei nº 12.772/12, de 28 de dezembro de 2012, (DOU de 31/12/2012) combinado com o art. 3º, § 2º, inciso IV da Portaria MEC nº 554, de 20 de junho de 2013 (DOU de 21/06/2013) e com a Resolução nº 06, de 09 de fevereiro de 2015, que aprova a regulamentação de promoção à Classe Titular de Carreira Docente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 07/03/2018, às 12:12, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0020187** e o código CRC **392138D5**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 164/GABR/REITORIA, DE 07 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23265.051347.2017-61,

RESOLVE:

Artigo único - Conceder, a partir de 10 de novembro de 2017, ao servidor **ANTONIO ROBSON BEZERRA XENOFONTE**, ocupante do cargo de Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE nº 53759, Promoção à Classe Titular, de acordo com o art. 14, § 3º, inciso IV, da Lei nº 12.772/12, de 28 de dezembro de 2012, (DOU de 31/12/2012) combinado com o art. 3º, § 2º, inciso IV da Portaria MEC nº 554, de 20 de junho de 2013 (DOU de 21/06/2013) e com a Resolução nº 06, de 09 de fevereiro de 2015, que aprova a regulamentação de promoção à Classe Titular de Carreira Docente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 07/03/2018, às 12:12, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0020202** e o código CRC **D1367C02**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 165/GABR/REITORIA, DE 08 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23188.039659/2017-67,

RESOLVE:

Artigo único - Autorizar o afastamento do servidor **FLÁVIO LUIZ LARA**, matrícula SIAPE nº 1676954, ocupante do cargo de Auditor, pertencente ao Quadro Permanente do Instituto Federal do Ceará, lotado na Auditoria Interna - Reitoria, pelo período de 02 (dois) anos, a partir de 21 de março de 2018, para prestar Colaboração Técnica junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, conforme disposto no art. 26-A, da Lei nº 11.091/2005.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 08/03/2018, às 11:12, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0020884** e o código CRC **DFDED46B**.

Referência: Processo nº 23188.039659/2017-67

SEI nº 0020884



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 166/GABR/REITORIA, DE 08 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23255.001799/2018-01,

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA) do **campus Limoeiro do Norte**, conforme quadro abaixo:

NOME	SIAPÉ/MAT/CPF	REPRESENTAÇÃO
Francisco de Assis Silva de Araujo	1028794	Técnico administrativo
Neide Maria da Costa	1506190	Docente/Coordenadora
Arthur Amatus Mgalhães Chaves	062.764.733-24	Discente
Pedro Granja Nogueira	889.182.541-72	Representante externo

Art. 2º - Revogar as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 09/03/2018, às 12:41, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0021070** e o código CRC **724A7776**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 167/GABR/REITORIA, DE 08 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o que o constante do Processo nº 23255.001845/2018-63,

RESOLVE:

Art. 1º - Interromper, no período de **08 a 13/03/2018**, por necessidade do serviço, conforme o art. 80 da Lei 8.112/90, as férias da servidora **JANIA MARIA AUGUSTA DA SILVA**, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 1674256, pertencente ao Quadro Permanente deste Instituto.

Art. 2º - Estabelecer que o novo período de férias seja de **19 a 24/06/2018**.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 09/03/2018, às 11:35, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0021254** e o código CRC **6874F3BB**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 169/GABR/REITORIA, DE 09 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, o uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23255.001573/2018-00,

RESOLVE:

Artigo único - Constituir a Comissão Especial de Avaliação para fins de Concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências, referente à solicitação de RSC, do servidor **JORGE LUIZ WATTES OLIVEIRA JUNIOR**, Matrícula SIAPE nº 2407842, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, pertencente ao Quadro Permanente deste do Instituto, *campus* de Guaramiranga:

SERVIDOR	MEMBRO	SIAPE	CPF	INSTITUIÇÃO
Jose Rogério Maciel Ferreira Filho	Avaliador Interno (Presidente)	1958522	958.029.753-34	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Marcos Duarte Ferreira	Avaliador Externo	273641	132.864.634-34	Instituto Federal da Paraíba
Luiz Fernando Copetti	Avaliador Externo	0393458	394.925.085-91	Universidade Federal Tecnológica do Paraná

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 09/03/2018, às 16:58, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0021921** e o código CRC **5E83499A**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 170/GABR/REITORIA, DE 12 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23255.041000.2017-20;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 143, 148 e 149 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

CONSIDERANDO, ainda, o que consta do Memorando CPAD Nº 05/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Reconduzir os servidores abaixo nominados para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar com vistas a dar continuidade, no prazo de 30 (trinta) dias, aos trabalhos de apuração dos fatos de que trata o Processo nº 23255.041000.2017-20, iniciados pela Comissão designada pela Portaria nº 47/GABR/REITORIA de 12/01/2018, publicada no Boletim de Serviço nº 352, de 25 (vinte e cinco) de janeiro de 2018; prorrogada pela Portaria nº 142/GABR/REITORIA, de 28/02/2018, publicada no Boletim de Serviço nº 353, de 02 (dois) de março de 2018, bem assim os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos:

Servidor	Matrícula SIAPE Nº
Domingos Rodrigues Filho	1063597
Ingrid Marinho de Amorim	1954004

Art. 2º Estabelecer que a presente Portaria entre em vigor, na data de sua publicação, no Boletim de Serviço deste Instituto.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 12/03/2018, às 10:56, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0022249** e o código CRC **34A49C66**.

Referência: Processo nº 23255.041000.2017-20

SEI nº 0022249



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 171/GABR/REITORIA, DE 12 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o que consta dos autos do Processo nº 23256.004822.2018-09,

CONSIDERANDO, ainda, o disposto nos artigos 143 e 145 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo nominados, pertencentes ao quadro permanente deste Instituto para, sob a presidência do primeiro, constituírem **Comissão de Sindicância Investigativa** destinada a apurar os fatos de que trata o Processo nº 23256.004822.2018-09, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos:

Servidor	Siape
Rinaldo dos Santos Araujo	1063637
Adriana Guimarães Costa	1378664

Art. 2º - Estabelecer o prazo de no prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos da referida comissão.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no boletim de serviços do IFCE.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRASE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 12/03/2018, às 10:57, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#) informando o código verificador **0022333** e o código CRC **FDDFD709**.

Referência: Processo nº 23256.004822.2018-09

SEI nº 0022333



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 172/GABR/REITORIA, DE 12 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23360.000138/2016-91,

RESOLVE:

Artigo único - Declarar autorizada a prorrogação do afastamento do servidor **RAFAEL SILVEIRA DA PENHA**, Matrícula SIAPE nº 1684920, ocupante do cargo de Administrador, pertencente ao Quadro Permanente do Instituto Federal do Ceará, lotado na Reitoria/PROAP/DGO, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 15 de fevereiro de 2018, para prestar colaboração técnica junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS/*Campus* Bento Gonçalves) conforme disposto no art. 26-A, da Lei nº 11.091/2005.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 12/03/2018, às 14:53, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0022751** e o código CRC **9F85EC93**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 173/GABR/REITORIA, DE 12 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições e conforme a Lei nº 11.892 de 29/12/2008, (DOU 30/12/2008),

CONSIDERANDO o fim da vigência do atual Plano de Desenvolvimento Institucional 2014/2018;

CONSIDERANDO atender ao disposto no artigo 3º inciso I da Lei nº 10.861, de 14/04/2004, que estabelece a obrigatoriedade do Plano de Desenvolvimento Institucional;

CONSIDERANDO a exigência de um Plano de Desenvolvimento Institucional para credenciamento do Instituto Federal do Ceará junto ao MEC;

CONSIDERANDO que o COLDIR em sua reunião Nº62, de 29 de setembro de 2017, na cidade de Tianguá, referendou o projeto, apresentado pela PROAP, da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional 2019 - 2023.

CONSIDERANDO a importância da contínua ampliação da participação da comunidade no processo de gestão do IFCE,

CONSIDERANDO, ainda, que o referido Plano teve o seu lançamento oficialmente realizado em 28 de fevereiro de 2018.

RESOLVE:

Artigo único - Dar início ao processo de elaboração do **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019/2023**, sob coordenação da Pró-reitoria de Administração e Planejamento e em consonância com o grupo gestor da Reitoria.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 12/03/2018, às 16:26, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0022816** e o código CRC **6288B3C8**.

Referência: Processo nº 23255.001824/2018-48

SEI nº 0022816



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 174/GABR/REITORIA, DE 12 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23255.001992/2018-33,

RESOLVE:

Artigo único – Alterar a **Portaria nº 159/GABR/REITORIA**, de 06 de março de 2018, que interrompe as férias da servidora CRISTIANE BORGES BRAGA, Matrícula SIAPE nº 1794770, de modo que:

Onde se lê: " ... de 09 a 13/04/2018."

Leia-se: " ... de 02 a 06/04/2018."

PUBLIQUE-SE,
CUMPRE-SE.

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 12/03/2018, às 14:57, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0022851** e o código CRC **D52D022A**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 175/GABR/REITORIA, DE 12 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o que o constante do Processo nº 23255.001823/2018-01,

RESOLVE:

Art. 1º - Interromper, no período de **12/03 a 14/03/2018**, por necessidade do serviço, conforme o art. 80 da Lei 8.112/90, as férias da servidora **JORDANA TORRES COSTA**, Administradora, Matrícula SIAPE nº 2842786, pertencente ao Quadro Permanente deste Instituto.

Art. 2º - Estabelecer que o novo período de férias seja **de 11/07 a 13/07/2018**.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 12/03/2018, às 16:25, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0022947** e o código CRC **66959A09**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Av. Jorge Dumar, 1703 - Bairro Jardim América - CEP 60410-426 - Fortaleza - CE - www.ifce.edu.br

PORTARIA Nº 176/GABR/REITORIA, DE 12 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23255.001865/2018-34,

RESOLVE:

Art. 1º - Atualizar a composição do Comitê de Ética em Pesquisa com seres Humanos do IFCE, conforme segue abaixo:

NOME	FUNÇÃO
Joelia Marques de Carvalho	Coordenadora Geral
Arinilson Moreira Chaves Lima	Coordenador Adjunto
Daniel do Nascimento e Sá Cavalcante	Coordenador Adjunto
Adriano Erique de Oliveira Lima	Membro Titular
Adriano Tavares de Freitas	Membro Titular
Anna Erika Ferreira Lima	Membro Titular
Cley Anderson Silva de Freitas	Membro Titular
Eduardo de Lima Melo	Membro Titular
Deborah Susane Sampaio Sousa	Membro Titular
Emanuel Avelar Muniz	Membro Titular
Emmanuel Alves Carneiro	Membro Suplente
Eugeniano Brito Martins	Membro Titular
Francisco Célio da Silva Santiago	Membro Suplente
Francisco Gauberto Barros dos Santos	Membro Suplente
Francisco Holanda Nunes Junior	Membro Suplente
Francisco Rafael Sousa Freitas	Membro Suplente
Francisco Regis Abreu Gomes	Membro Suplente
Francisco Rogerlândio Martins de Melo	Membro Titular
Francisco Salviano Sales Nobre	Membro Titular
Jefté Ferreira da Silva	Membro Titular
José Adeilson Medeiros do	Membro Titular

Nascimento	MEMBRO TITULAR
Karlucy Farias de Sousa	Membro Suplente
Leandro Araujo de Sousa	Membro Titular
Maria Elizabeth Santos Soares	Membro Titular
Maria Flavia Azeredo da Penha	Membro Suplente
Mariana da Silva de Lima	Membro Suplente
Marlene Nunes Damasceno	Membro Suplente
Marta Alves da Silva	Membro Suplente
Paulo Henrique Nobre Parente	Membro Titular
Rebeca de Abreu Moreira	Membro Titular
Roseane Saraiva de Santiago Lima	Membro Suplente
Thomaz Maia de Almeida	Membro Titular
Vanessa Costa de Sousa	Membro Suplente

Art. 2º - Revogar as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE E CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 16/03/2018, às 11:08, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0025864** e o código CRC **5B75E812**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 177/GABR/REITORIA, DE 12 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23255.001663/2018-92,

RESOLVE:

Artigo único - Designar, com amparo no art. 38, da Lei 8.112/90, a servidora **MARIA ELIZABETH SANTOS SOARES**, Matrícula Siape nº 1838550, Assistente em Administração, integrante do Quadro Permanente deste Instituto, para, no período **de 20 a 29/03/2018**, substituir o Assistente da Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, Código FG-01, **GEOVANE GOMES DE ARAUJO**, Matrícula Siape nº 2747454, em virtude de seu afastamento para usufruto de férias.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRASE.

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 12/03/2018, às 16:25, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0022993** e o código CRC **E2C761E6**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 178/GABR/REITORIA, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23266.000317.2018-68,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **WAGNOLIA DE MENDONÇA NUNES LEAL**, Pedagoga, Matrícula Siape nº 1795143, pertencente ao Quadro Permanente deste Instituto Federal, *campus* Jaguaribe, para exercer a função gratificada como titular da Coordenadoria de Eventos Artísticos e Acadêmicos do *campus* Iguatu, Código FG-04.

Art. 2º - Estabelecer que a presente portaria entre em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Jose Wally Mendonca Menezes, Reitor(a) Substituto(a)**, em 14/03/2018, às 13:47, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0023202** e o código CRC **F033E267**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 179/GABR/REITORIA, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23261.009631.2018-56,

RESOLVE:

Art. 1º - Dispensar **IVANIA MARIA DE SOUSA CARVALHO RAFAEL**, Matrícula SIAPE nº 1506168, Técnica em Assuntos Educacionais, pertencente ao Quadro Permanente deste Instituto Federal, da função gratificada, como titular da Coordenadoria de Acompanhamento de Estágio e Avaliação de Egresso do *campus* Juazeiro do Norte, Código FG - 04, para a qual fora designada mediante a Portaria nº 525/GR, de 06/06/2017 (DOU 08/06/2017).

Art. 2º - Revogar a Portaria 1.026/GR, de 18/10/2017.

Art. 3º - Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 13/03/2018, às 11:37, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0023343** e o código CRC **9202DF9A**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 180/GABR/REITORIA, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23255.001748/2018-71,

RESOLVE:

Art. 1º - Dispensar **JOSÉ DIJALMA BATISTA DE FREITAS**, Matrícula SIAPE nº 728364, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, pertencente ao quadro Permanente deste Instituto, da função gratificada, como Assistente da Diretoria de Ensino do *campus* Fortaleza, Código FG-02, para a qual fora designado mediante a Portaria nº 124/GR, de 12/02/2015 (DOU de 18/02/2015).

Art. 2º - Estabelecer que a presente Portaria entre em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Jose Wally Mendonca Menezes, Reitor(a) Substituto(a)**, em 15/03/2018, às 13:36, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0023685** e o código CRC **F0AA01B5**.

Referência: Processo nº 23255.001748/2018-71

SEI nº 0023685





INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 181/GABR/REITORIA, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23255.001748/2018-71,

RESOLVE:

Art. 1º - Dispensar **CAMILA OLIVEIRA DE VASCONCELOS**, Matrícula SIAPE nº 1674630, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, pertencente ao quadro Permanente deste Instituto, *campus* Quixadá, da função gratificada, como titular da Secretaria da Diretoria de Ensino do *campus* Fortaleza, Código FG-04, para a qual fora designada mediante a Portaria nº 121/GR, de 12/02/2015 (DOU de 25/02/2015).

Art. 2º - Estabelecer que a presente Portaria entre em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Jose Wally Mendonca Menezes, Reitor(a) Substituto(a)**, em 15/03/2018, às 16:53, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0025110** e o código CRC **C455E139**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 182/GABR/REITORIA, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, o uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o que consta do Processo nº 23822.052360.2017-75,

RESOLVE:

Artigo único - Retificara a **Portaria nº 134/GABR/REITORIA, de 27/02/2018**, que atualiza a composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em Química do *campus* Boa Viagem, de forma que:

Onde se lê:

Alexandre Carreira da Cruz Sousa (Presidente)	1972891	Mestre em química

Leia-se:

Alexandre Carreira da Cruz Sousa (Presidente)	1156185	Mestre em química

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 14/03/2018, às 11:37, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0023695** e o código CRC **0E889677**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 183/GABR/REITORIA, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23255.000793/2018-16,

RESOLVE:

Artigo único - Retificar a **Portaria nº 108/GABR, de 09/02/2018**, de forma que:

Onde se lê:

Adriano Monteiro da Silva (Chefe Dep. de Administração)	1678075	Titular

Leia-se:

Adriano Monteiro da Silva (Diretoria de Administração e Planejamento)	1678075	Titular

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 14/03/2018, às 09:46, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0023789** e o código CRC **80657BD7**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 184/GABR/REITORIA, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23255.000785/2018-61,

RESOLVE:

Art. 1º - Aposentar, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I da CF/88, c/c o artigo 6-A da EC 41/2003, incluído pela Emenda Constitucional nº 70/2012, **ANTÔNIO WAGNER DE SOUZA**, no cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe "DIV", Nível 04, matrícula nº 1207298, código da vaga nº 719120, com Dedicação Exclusiva, Título de Especialista, do Quadro Permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do *campus* Fortaleza, com:

- Proventos correspondentes à mesma Classe e Nível;
- 02 (dois) anuênios (Art. 244 da Lei nº 8.112/90);
- RT- Retribuição por Titulação (RSC II) Art. 18 da Lei nº 12.772/12.

Art. 2º - Declarar vago, em decorrência, o cargo acima mencionado.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 14/03/2018, às 09:36, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0024082** e o código CRC **EE522E97**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 186/GABR/REITORIA, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23255.001949/2018-78,

RESOLVE:

Artigo único - Declarar designada a servidora **IVANILZA EVANGELISTA DA SILVA**, Assistente em Administração, Matrícula SIAPE nº 706466, para substituir, nos períodos de **19/02 a 23/02/2018, 26/02 a 02/03/2018** e de **05/03 a 24/03/2018** a titular da Coordenadoria de Aposentadoria e Pensão/Reitoria, **MARIA GUARACIARA TAGUARACI GOMES DOS REIS**, Matrícula SIAPE nº 267845, Código FG-01, em virtude do seu afastamento para usufruto de férias.

PUBLIQUE-SE,

**ANOTE-SE
CUMPRA-SE.**

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 14/03/2018, às 12:13, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0024159** e o código CRC **A6D2B40C**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 188/GABR/REITORIA, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23261.001979.2018-03,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **FRANCISCO SALVIANO SALES NOBRE**, Matrícula SIAPE nº 1098294, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, pertencente ao Quadro Permanente deste Instituto Federal, *campus* Crato, para exercer a função gratificada como titular da Coordenadoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do *campus* Juazeiro do Norte, Código FG-02.

Art. 2º - Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 14/03/2018, às 12:00, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0024277** e o código CRC **A79D72C9**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 189/GABR/REITORIA, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23262.005217.2018-68,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aposentadoria voluntária integral, nos termos do art. 6º, da EC Nº 41/03, de 19/12/2003 (DOU de 31/12/2003), combinado com o parágrafo 5º do art. 40 da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº 41/2003, a **HENRIQUE DE MELO CARNEIRO**, no cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D-IV, Nível 04, Matrícula Siape nº 1167929, código da vaga nº 681249, regime de trabalho de dedicação exclusiva, título de mestrado, do Quadro Permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - *campus* de Cedro, com:

- Proventos correspondentes à mesma Classe e Nível;
- 03 (três) anuênios (art. 244 da Lei nº 8.112/90);
- RT - Retribuição por Titulação RSC III - art. 18, da Lei nº 12.772/12;

Art. 2º - Declarar vago, em decorrência, o cargo acima mencionado.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 14/03/2018, às 11:54, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0024285** e o código CRC **A6ABE58D**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 190/GABR/REITORIA, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23255.001884/2018-61,

RESOLVE:

Artigo único - Designar **STENIO WAGNER PEREIRA DE QUEIROZ**, Matrícula SIAPE nº 1795134, Assistente em Administração, como substituto, nos períodos de **15/03 a 29/03/2018 e de 02/04 a 16/04/2018**, do servidor **NATHANIEL CARNEIRO NETO**, Matrícula SIAPE nº 7269570, no exercício do cargo de direção, como titular da Diretoria de Desenvolvimento Institucional/PROAP/Reitoria, Código CD-03, em virtude de seu afastamento para usufruto de férias.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 14/03/2018, às 11:42, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0024381** e o código CRC **1853C0B5**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 191/GABR/REITORIA, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23255.001111/2018-84,

RESOLVE:

Artigo único - Declarar designado **GLAUTER DOS SANTOS GUIMARÃES**, Administrador, Matrícula SIAPE nº 1812523, pertencente ao Quadro Permanente deste Instituto, para, no período de 08/01 a 25/01/2017, substituir o Chefe do Departamento de Planejamento e Políticas Institucionais, Código CD-04, **STENIO WAGNER PEREIRA DE QUEIROZ**, Matrícula SIAPE nº 1795134, em virtude de seu afastamento para usufruto de férias.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 14/03/2018, às 15:24, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0024657** e o código CRC **F550C579**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 192/GABR/REITORIA, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constate dos autos do Processo nº 23255.001558/2018-53,

RESOLVE:

Artigo único - Designar **RAQUEL BRAGA CASEMIRO**, Assistente em Administração, Matrícula SIAPE nº 1957560, pertencente ao Quadro Permanente deste Instituto, para, no período **de 09 a 20/04/2018 e de 10 a 27/09/2018**, substituir a titular da Coordenadoria de Contratos da Reitoria, Código FG-01, **JULIANA RODRIGUES HOLANDA**, Matrícula SIAPE nº 1954489, em virtude de seu afastamento para usufruto de férias.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 14/03/2018, às 22:11, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0024847** e o código CRC **0BC9F7FC**.

Referência: Processo nº 23255.001558/2018-53

SEI nº 0024847



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 193/GABR/REITORIA, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23261.001989.2018-31,

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar sem efeito a Portaria n 145/GABR/REITORIA, de 01 de março de 2018 .

Art. 2º - Designar **MARTINA SOARES DE FRANCA ALVES**, Matrícula Siape nº 2106886, Auxiliar em Administração, pertencente ao Quadro Permanente deste Instituto Federal, *campus* Jaguaribe, para exercer a função gratificada como titular da Coordenadoria de Acompanhamento de Estágio e Avaliação de Egressos do *campus* Juazeiro do Norte, Código FG-04, considerando a dispensa da servidora **IVANIA MARIA DE SOUSA CARVALHO RAFAEL**, Matrícula SIAPE nº 1506168, mediante a Portaria nº 179/GABR/REITORIA, de 13/03/2018.

Art. 3º - Estabelecer que a presente Portaria entre em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Jose Wally Mendonca Menezes, Reitor(a) Substituto(a)**, em 15/03/2018, às 13:40, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0025090** e o código CRC **B3F810C3**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 194/GABR/REITORIA, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23487.009725.2018-81,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar vago, a partir de **07/03/2018**, o cargo de **Técnico de Laboratório Área**, do Quadro de Pessoal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, *Campus Jaguaribe*, ocupado pela servidora **ANNA LUISA DE CARVALHO BRITO**, matrícula **SIAPE nº 1022744**, Código de Vaga nº 966197, por motivo de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do art. 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112/90.

Art. 2º - Considerando que a servidora não adquiriu a estabilidade prevista no art. 21 da Lei nº 8.112/90, a presente declaração de vacância não gera direito à recondução estabelecida no art. 29 da mesma Lei.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Jose Wally Mendonca Menezes, Reitor(a) Substituto(a)**, em 15/03/2018, às 13:39, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0025137** e o código CRC **3F8FA432**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Av. Jorge Dumar, 1703 - Bairro Jardim América - CEP 60410-426 - Fortaleza - CE - www.ifce.edu.br

PORTARIA Nº 197/GABR/REITORIA, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23266.006250.2018-75,

RESOLVE:

Artigo único - Declarar concedido Abono Permanência, a partir de 25 de janeiro de 2018, ao servidor **FRANCISCO RAIMUNDO ALVES**, Vigilante, pertencente ao quadro Permanente deste Instituto, *campus* Iguatu, Classe D, Padrão IV, nível 16, matrícula nº 47365, de acordo com o art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 06 de julho de 2005.

PUBLIQUE-SE ANOTE-SE CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Wally Mendonca Menezes, Reitor(a) Substituto(a)**, em 15/03/2018, às 13:35, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0025258** e o código CRC **A8B1737B**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 198/GABR/REITORIA, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23483.009977.2018-40,

RESOLVE:

Artigo único - Dispensar, a pedido, **a partir de 05/03/2018** a servidora **JARINA MARA PEREIRA MARINHO**, Matrícula SIAPE nº 1891392, Assistente em Administração, pertencente ao Quadro Permanente deste Instituto Federal, da função gratificada, como titular da Coordenadoria de Controle Acadêmico do *campus* Aracati, Código FG-02, para a qual fora designada mediante a Portaria nº 774/GR, de 26/07/2013 (DOU 06/08/2013).

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Jose Wally Mendonca Menezes, Reitor(a) Substituto(a)**, em 15/03/2018, às 14:20, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0025347** e o código CRC **364A214B**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 199/GABR/REITORIA, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23255.001734/2018-57,

RESOLVE:

Artigo único - Conceder ao servidor **CAIO FELLIPE CAVALCANTE TEIXEIRA**, ocupante do cargo de **Analista de Tecnologia da Informação**, matrícula SIAPE nº **1891982**, do Quadro Permanente deste Instituto Federal, lotado na Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação/Reitoria, licença para o trato de interesses particulares, pelo período de **01 de abril de 2018 a 30 de março de 2021**, de acordo com o art. 91 da Lei 8.112/90 e suas devidas alterações.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 22/03/2018, às 12:18, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0025599** e o código CRC **48388662**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Av. Jorge Dumar, 1703 - Bairro Jardim América - CEP 60410-426 - Fortaleza - CE - www.ifce.edu.br

PORTARIA Nº 200/GABR/REITORIA, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23255.000942/2018-39,

RESOLVE:

Artigo único - Declarar designada, com amparo no art. 38, da Lei 8.112/90, **JULIANA NUNES CAMINHA**, Matrícula SIAPE nº 1749614, Assistente em Administração, como substituta, nos períodos **de 22 a 26/01/2018 e de 29/01 a 02/02/2018**, do titular da Coordenadoria de Cadastro e Benefício/PROGEP/REITORIA, Código FG-01, **JOÃO ARAUJO DA SILVA**, Matrícula SIAPE nº 1691624, em virtude de seu afastamento para usufruto de férias.

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE E CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 16/03/2018, às 11:12, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0025782** e o código CRC **7C81E047**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Av. Jorge Dumar, 1703 - Bairro Jardim América - CEP 60410-426 - Fortaleza - CE - www.ifce.edu.br

PORTARIA Nº 201/GABR/REITORIA, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23293.056882.2017-71,

RESOLVE:

Artigo único - Declarar designado, com amparo no art. 38, da Lei 8.112/90, o servidor **ANTONIO MARCOS DE SOUSA LIMA**, Matrícula Siape nº 1941252, Técnico em Assuntos Educacionais, integrante do Quadro Permanente deste Instituto, para, no período **de 02 a 12/01/2018**, substituir a titular da Diretoria Geral do *campus* Crateús, Código CD-02, **PAULA CRISTINA SOARES BESERRA**, Matrícula Siape nº 1824727, em virtude de seu afastamento para usufruto de férias.

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE E CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 16/03/2018, às 11:50, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0025967** e o código CRC **078FFF2B**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 202/GABR/REITORIA, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23255.000783/2018-72,

RESOLVE:

Art. 1º - Excluir da **Portaria nº 92/GABR/REITORIA**, de 06/02/2018, os servidores abaixo nominados:

MEMBROS	SIAPE	FUNÇÃO
Thomaz Maia de Almeida	1058981	Membro
Bruno Sampaio Rocha	1180326	Membro
Francisco Marks da Cruz	1750478	Membro

Art. 2º - Incluir na mesma Portaria, os servidores a seguir discriminados:

MEMBROS	SIAPE	FUNÇÃO
Henrique Blanco da Silva	1055145	Membro
Laercio Fernandes Damasceno	2955087	Membro

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRASE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 20/03/2018, às 15:49, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0027073** e o código CRC **3E5FE5CD**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Av. Jorge Dumar, 1703 - Bairro Jardim América - CEP 60410-426 - Fortaleza - CE - www.ifce.edu.br

PORTARIA Nº 203/GABR/REITORIA, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23255.001798/2018-58,

RESOLVE:

Artigo único - Dispensar, a partir de 27/02/2018, **NARCELIO JOSÉ PIRES RIBEIRO JUNIOR**, Matrícula SIAPE nº 2418385, Assistente em Administração, pertencente ao Quadro Permanente deste Instituto Federal, da função gratificada, como titular da Coordenadoria de Infraestruturado *campus* Boa Viagem, Código FG - 02, para a qual fora designado mediante a Portaria nº 1.090/GR, de 09/11/2017 (DOU de 14/11/2017).

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE E CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 20/03/2018, às 15:42, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0026899** e o código CRC **3F8FA081**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Av. Jorge Dumar, 1703 - Bairro Jardim América - CEP 60410-426 - Fortaleza - CE - www.ifce.edu.br

PORTARIA Nº 204/GABR/REITORIA, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23255.001798/2018-58,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **RENATA FERREIRA MARTINS**, Matrícula SIAPE nº 3009906, Assistente em Administração, pertencente ao quadro Permanente deste Instituto, como titular da função gratificada, como titular da Coordenadoria de Infraestruturado do *campus* Boa Viagem, Código FG - 02, considerando a dispensa do servidor **NARCELIO JOSÉ PIRES RIBEIRO JUNIOR**, Matrícula SIAPE nº 2418385, mediante a Portaria nº 203/GABR/REITORIA, de 20/03/2018.

Art. 2º - Estabelecer que a presente Portaria entre em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE E CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 20/03/2018, às 15:43, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0026908** e o código CRC **19754C10**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Av. Jorge Dumar, 1703 - Bairro Jardim América - CEP 60410-426 - Fortaleza - CE - www.ifce.edu.br

PORTARIA Nº 204/GABR/REITORIA, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23255.001798/2018-58,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **RENATA FERREIRA MARTINS**, Matrícula SIAPE nº 3009906, Assistente em Administração, pertencente ao quadro Permanente deste Instituto, como titular da função gratificada, como titular da Coordenadoria de Infraestruturado do *campus* Boa Viagem, Código FG - 02, considerando a dispensa do servidor **NARCELIO JOSÉ PIRES RIBEIRO JUNIOR**, Matrícula SIAPE nº 2418385, mediante a Portaria nº 203/GABR/REITORIA, de 20/03/2018.

Art. 2º - Estabelecer que a presente Portaria entre em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE E CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 20/03/2018, às 15:43, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0026908** e o código CRC **19754C10**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 205/GABR/REITORIA, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23255.001748/2018-71,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **JOSÉ DIJALMA BATISTA DE FREITAS**, Matrícula SIAPE nº 728364, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, pertencente ao quadro Permanente deste Instituto, *campus* Maranguape, para exercer a função gratificada, como titular da Secretaria da Diretoria de Ensino do *campus* Fortaleza, Código FG-04, considerando a dispensa da servidora **CAMILA OLIVEIRA DE VASCONCELOS**, Matrícula SIAPE nº 1674630, mediante a Portaria nº 181/GABR/REITORIA, de 13/03/2018 (DOU de 19/03/2018).

Art. 2º - Estabelecer que a presente Portaria entre em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 20/03/2018, às 15:42, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0026923** e o código CRC **7F478A63**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Av. Jorge Dumar, 1703 - Bairro Jardim América - CEP 60410-426 - Fortaleza - CE - www.ifce.edu.br

PORTARIA Nº 206/GR, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23255.001381/2018-95,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **RAQUEL ANDRADE DOS SANTOS**, Matrícula SIAPE nº 2106911, Auxiliar em Administração, pertencente ao Quadro Permanente deste Instituto Federal, Reitoria, para exercer a função gratificada, como Assistente da Diretoria de Gestão de Pessoas do *campus* Fortaleza, Código FG-01.

Art. 2º - Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

E **PUBLIQUE-SE,**
CUMPRA-SE.

ANOTE-SE



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 20/03/2018, às 17:31, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0027186** e o código CRC **09EE407C**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 208/GABR/REITORIA, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23255.002091/2018-69,

RESOLVE:

Artigo único - Conceder, a partir de 08 de dezembro de 2017, ao servidor **JOSE SOLON SALES E SILVA**, ocupante do cargo de Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico, matrícula SIPAE nº 1178429, **Promoção à Classe Titular**, de acordo com o art. 14, § 3º, inciso IV, da Lei nº 12.772/12, de 28 de dezembro de 2012, (DOU de 31/12/2012) combinado com o art. 3º, § 2º, inciso IV da Portaria MEC nº 554, de 20 de junho de 2013 (DOU de 21/06/2013) e com a Resolução nº 06, de 09 de fevereiro de 2015, que aprova a regulamentação de promoção à Classe Titular de Carreira Docente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 21/03/2018, às 15:15, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0027731** e o código CRC **9BD01687**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 209/GABR/REITORIA, DE 23 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23264.010047.2018-13,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para atuarem como Ordenadores de Despesas e Gestores Financeiros, no âmbito do *campus* Acaraú:

UNIDADE GESTORA	ORDENADORES DE DESPESA	GESTORES FINANCEIROS
campus Acaraú	Titular: Manoel Paiva de Araújo Neto - matrícula:2018591- CPF: 005.435.983-06 Substituto: Francisco de Assis Magalhães Araújo - matrícula: 1893394 - CPF: 832.014.753-00	Titular: Marcela da Silva Melo - matrícula:1841955- CPF:995.771.783-91 Substituto: Mariana Gomes da Silva - matrícula: 2280891- CPF: 037.381.523-93

Art. 2º - Revogar as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 23/03/2018, às 15:36, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0028422** e o código CRC **5E1D979D**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 210/GABR/REITORIA, DE 23 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23487.009788.2018-37,

RESOLVE:

Art.1º - Exonerar, a pedido, **a partir de 23/03/2018**, a servidora **DENISE DIONE RODRIGUES COSTA**, matrícula SIAPE nº **2418232**, código de vaga 963908, ocupante do cargo de Assistente em Administração, do Quadro de Pessoal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, *Campus* de Jaguaribe, nos termos do art. 33, inciso I combinado com o art. 34 da Lei nº 8.112/90.

Art. 2º - Declarar vago o referido cargo.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 23/03/2018, às 15:35, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0028492** e o código CRC **1A9680C1**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 211/GABR/REITORIA, DE 23 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23264.010057.2018-59,

RESOLVE:

Artigo único - Designar, com amparo no art. 38, da Lei n. 8.112/90, **MARCELA DA SILVA MELO**, Assistente em Administração, Matrícula SIAPE nº 1841955, integrante do Quadro Permanente deste Instituto Federal, para substituir o titular, *pro tempore*, da Direção Geral do *campus* Acaraú, Código CD-02, **MANOEL PAIVA DE ARAÚJO NETO**, Matrícula SIAPE nº 2018591, durante os seus impedimentos legais, eventuais e temporários.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 23/03/2018, às 15:34, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0028530** e o código CRC **67F26D63**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 212/GABR/REITORIA, DE 23 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23255.001711/2018-42,

RESOLVE:

Artigo único - Conceder à servidora **DIRLÂNDIA DE OLIVEIRA MARQUES**, Matrícula SIAPE nº **1982117**, ocupante do cargo de **Auditor**, pertencente ao quadro permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, lotada na **Auditoria/Reitoria**, horário especial definido em 6 (seis) horas diárias de trabalho, sem a necessidade de compensação, conforme o Laudo Pericial nº **0.042.383/2018**, de acordo com o art. 98, §3º da Lei 8.112/90, alterado pela Lei nº 13.370, de 12/12/2016.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 23/03/2018, às 15:32, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0028572** e o código CRC **40C529DF**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 213/GABR/REITORIA, DE 23 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23255.001990/2018-44,

RESOLVE

Artigo Único - Declarar designada **DANIELLE DE SOUSA HOLANDA PINTO FREITAS**, Assistente em Administração, Matrícula SIAPE 2228298, integrante do Quadro Permanente deste Instituto, para substituir, no período de 20 a 28/03/2018, a servidora **VLADIA DE SOUSA FERREIRA**, Matrícula SIAPE 2281119, no exercício da função gratificada como Assistente da Procuradoria Federal, Código FG-02, em virtude de seu afastamento para usufruto de férias.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 23/03/2018, às 15:29, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0028661** e o código CRC **FB3A61A3**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Av. Jorge Dumar, 1703 - Bairro Jardim América - CEP 60410-426 - Fortaleza - CE - www.ifce.edu.br

PORTARIA Nº 214/GR, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23255.001381/2018-95,

RESOLVE:

Art. 1º - Dispensar **DOMINGOS RODRIGUES FILHO**, Matrícula 1069597nº 1001605, Técnico em Contabilidade, pertencente ao Quadro Permanente deste Instituto Federal, da função gratificada, como titular da Coordenadoria de Protocolo, Arquivo e Transporte do *campus* Fortaleza, Código FG-01, para a qual fora designado mediante a Portaria nº 773/GR, de 26/07/2013 (DOU de 06/08/2013).

Art. 2º - Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

E **PUBLIQUE-SE,**
CUMPRA-SE.

ANOTE-SE



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 28/03/2018, às 14:13, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0029567** e o código CRC **5C43BFFC**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 215/GABR/REITORIA, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23255.000411/2018-46,

RESOLVE:

Artigo único – Retificar as **Portarias nº 32 e 33/GABR/REITORIA**, de 18 e 23 de janeiro de 2018, respectivamente, que determina as férias do servidor **ANDERSON IBSEN LOPES DE SOUZA**, Matrícula SIAPE nº 2638443, e **FÁTIMA MARIA MARTINS OLIVEIRA** como substituta, durante usufruto de férias, do titular da Direção Geral do *campus* Umirim, de forma que:

Onde se lê: " ... de 03 a 27/09/2018 ...".

Leia-se: " ... de 03 a 26/09/2018 ...".

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 27/03/2018, às 09:33, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0029858** e o código CRC **FC9BE3A6**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 216/GABR/REITORIA, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23263.000163.2018-07,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **ROGÉRIO SEVERIANO DUTRA**, Contador, Matrícula Siape nº **1939108**, pertencente ao Quadro Permanente deste Instituto Federal, *campus* Tauá, para exercer a função gratificada como titular da Coordenadoria de Almocharifado e Patrimônio do *campus* Canindé, Código FG-02.

Art. 2º - Estabelecer que a presente portaria entre em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 28/03/2018, às 13:22, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0030051** e o código CRC **FF18844E**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 217/GABR/REITORIA, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23263.001221.2018-47,

RESOLVE:

Artigo único - Declarar designada a servidora **ERIVÂNIA MARIA SOUSA GOMES** Matrícula SIAPE nº 1890908, Assistente em Administração, integrante do Quadro Permanente deste Instituto Federal, para substituir, no período de **15/02 a 01/03/2018** o titular da Direção Geral do *campus* de Canindé, Código CD-02, **FRANCISCO ANTÔNIO BARBOSA VIDAL**, Matrícula SIAPE nº 1794920, em virtude de seu afastamento para usufruto de férias.

PUBLIQUE-SE,

**ANOTE-SE
CUMPRA-SE.**

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 28/03/2018, às 13:12, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0030229** e o código CRC **B07F155C**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

PORTARIA Nº 218/GABR/REITORIA, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso das atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO a Portaria Nº 173/GR, de 12/03/2018, que estabelece o início do Processo de elaboração do PDI 2019/2023 com os procedimentos abaixo.

CONSIDERANDO, ainda, que os mesmos foram elaborados pelo COLDIR e referendados pelo grupo gestor da Reitoria.

CONSIDERANDO a solicitação do Memorando Circular Nº 10/2018 PROAP/REITORIA.

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23255.002541/2018-13,

RESOLVE:

Artigo único - Instituir, conforme quadro abaixo a Comissão incumbida de elaborar o **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)** do **campus Maranguape** :

MEMBROS	SIAPE/Matrícula	FUNÇÃO
Robson da Silva Siqueira	1547540	Presidente
Maria Mirian Carneiro Brasil de Matos Constantino	1081245	Gestor de Ensino
Haulison Rener de Souza Lima	1895257	Gestor de Administração e Planejamento
Joyce Carneiro de Oliveira	1447509	Gestor de Pesquisa e Extensão
Herbert de Oliveira Rodrigues	1975798	Secretario
Fabiano Geraldo Barbosa	1689947	Representante Docente
Sara Maria Peres de Moraes	1891352	Representante TAE
Adriana Queiroz da Silva	20181324000270	Representante Discente
Francisco Evaldo Pereira Mariano	20181324000334	Representante Discente
Jessyca Almeida Bessa	1146579	Representante Docente - Suplente
Leiza Jane da Silva Lopes Lima	2597965	Representante TAE - Suplente
Sebastião Victor Gonçalves da Silva	20181324000172	Representante Discente

SEBASTIAO VICTOR GONÇALVES DA SILVA

20181324000174

- Suplente

Thaymara de Sousa Marques

20181324000407

Representante Discente
- Suplente

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 28/03/2018, às 13:51, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0030894** e o código CRC **C58E1B9D**.

Referência: Processo nº 23255.002541/2018-13

SEI nº 0030894



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

APOSTILA Nº 1/GABR/REITORIA, DE 05 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias;

Considerando o constante do Processo nº 23255.001381/2018-95;

Considerando a Estrutura Organizacional do *campus* Fortaleza, implementada mediante a Portaria Nº 692/GR, de 05 de Julho de 2013, e demais alterações;

Considerando, ainda, o que dispõe o art. 13, do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE e o inciso VIII, art.13, do Regimento Geral,

RESOLVE:

Artigo único - Alterar a estrutura organizacional do *campus* Fortaleza, conforme o quadro abaixo:

CAMPUS FORTALEZA			
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL		GRATIFICAÇÃO	
		DE	PARA
DIRETORIA GERAL			
☐	Diretoria de Infraestrutura e manutenção	-	-
☐	☐ DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO	-	-
☐	☐ Coordenadoria de Protocolo, Arquivo e Transporte	FG - 01	FG- 02
☐	DIRETORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO	-	-
☐	☐ Coordenadoria de Apoio Pedagógico	FG - 02	FG - 04
☐	DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	-	-
☐	☐ Assistente da Diretoria de Gestão de Pessoas	FG - 04	FG - 01

**PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.**

ANOTE-SE

E



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 07/03/2018, às 12:21, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0019193** e o código CRC **2BAB0A7D**.

Referência: Processo nº 23255.001381/2018-95

SEI nº 0019193



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Av. Jorge Dumar, 1703 - Bairro Jardim América - CEP 60410-426 - Fortaleza - CE - www.ifce.edu.br

APOSTILA Nº 2/GABR/REITORIA, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias;

CONSIDERANDO o constante dos autos do Processo nº 23255.001989/2018-10;

CONSIDERANDO a Estrutura Organizacional do *campus* Fortaleza, implementada pela Portaria Nº 692/GR, de 05 de Julho de 2013, e demais alterações;

CONSIDERANDO, ainda, o que dispõe o art. 13, do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE e o inciso VIII, art. 13, do Regimento Geral,

RESOLVE:

Artigo único - Alterar a estrutura organizacional do *campus* Fortaleza, conforme o quadro abaixo:

CAMPUS FORTALEZA				
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL			GRATIFICAÇÃO	
			DE	PARA
DIRETORIA GERAL				
	CHEFIA DE GABINETE		-	-
		Coordenadoria de Comunicação Social	FG 04 -	FG 01 -
		Coordenadoria de Tecnologia da Informação	-	-
		Coordenadoria de Suporte e Tecnologia da Informação	FG - 02	FG- 04
	DIRETORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO		-	-

		Coordenadoria de pós - graduação	FG - 01	FG - 02
		DIRETORIA DE EXTENSÃO	-	-
		Departamento de Relações Empresariais	-	-
		Coordenadoria de Projetos Sociais	FG - 02	FG - 04
		Coordenadoria do Serviço de Saúde	FG - 04	FG - 02

PUBLIQUE-SE ANOTE-SE CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 16/03/2018, às 17:28, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0026250** e o código CRC **365E78A8**.

Referência: Processo nº 23255.001989/2018-10

SEI nº 0026250



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Gabinete do Reitor**

**DESPACHO DE AFASTAMENTO DO PAÍS Nº 09, DE 12 DE MARÇO DE
2018.**

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso da competência que lhe foi subdelegada mediante a Portaria MEC nº 404, de 23/04/2009 (Republicada no DOU 07/05/2009) autoriza o afastamento do país da servidora **ELYDIANA DE SOUZA SOARES**, ocupante do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 2168167, pertencente ao Quadro Permanente deste Instituto, *campus* Iguatu, no período de 27 a 29/03/2018, com ônus limitado, para apresentar trabalho científico na 6ª Conferência Mundial sobre Sistemas e Tecnologias de Informação, em Nápoles, Itália. (Processo nº 23266.006246.2018-15).

Virgílio Augusto Sales Araripe
Reitor



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Gabinete do Reitor**

**DESPACHO DE AFASTAMENTO DO PAÍS Nº 10, DE 22 DE MARÇO DE
2018.**

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso da competência que lhe foi subdelegada mediante a Portaria MEC nº 404, de 23/04/2009 (Republicada no DOU 07/05/2009) autoriza o afastamento do país da servidora **LUCIANA CRISTINA NOGUEIRA DE MORAES BEZERRA**, ocupante do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 2408264, pertencente ao Quadro Permanente deste Instituto, *campus* Crateús, no período de 09/04 a 13/04/2018, com ônus limitado, para participar como ouvinte e apresentação na conferência intitulada "*The Sensometric Society Conference*", que será realizada na cidade de Montevideu-Uruguai. (Processo nº 23293.008788.2018-97).

Virgílio Augusto Sales Araripe
Reitor



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Gabinete do Reitor**

**DESPACHO DE AFASTAMENTO DO PAÍS Nº 11, DE 23 DE MARÇO DE
2018.**

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso da competência que lhe foi subdelegada mediante a Portaria MEC nº 404, de 23/04/2009 (Republicada no DOU 07/05/2009) autoriza o afastamento do país da servidora **PATRÍCIA CAMPOS MESQUITA**, ocupante do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 1958399, pertencente ao Quadro Permanente deste Instituto, *campus* Ubajara, no período de 09/04 a 12/04/2018, com ônus limitado, para participar da 14ª Conferência da Sociedade Sensométrica - o Sensometrics 2018, e apresentar trabalho científico intitulado: *"Initial identification of drivers of liking for Brazilian rapadura based on individual consumer preference: physical-chemical characteristics"*, que será realizada na cidade de Montevideu-Uruguaí. (Processo nº 23492.009942.2018-00).

Virgílio Augusto Sales Araripe
Reitor



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Av. Jorge Dumar, 1703 - Bairro Jardim América - CEP 60410-426 - Fortaleza - CE - www.ifce.edu.br

DESPACHO DE AFASTAMENTO DO PAÍS Nº 12, DE 26 DE MARÇO DE 2018.

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso da competência que lhe foi subdelegada mediante a Portaria MEC nº 404, de 23/04/2009 (Republicada no DOU 07/05/2009) autoriza o afastamento do país do servidor **LUCAS QUEIROZ WAGNER**, ocupante do cargo de Administrador, Matrícula SIAPE nº 2167502, pertencente ao Quadro Permanente deste Instituto/Reitoria, para participar da capacitação em Gestão da Inovação, cuja nomenclatura original é Innovation Management Professional (IMP) visa a promoção da inovação a partir da produção de resultados tangíveis para RFEPCT, com base na transferência de conhecimentos de gestão da inovação aos participantes, no período de 21/07 a 04/08/2018, com ônus limitado e as despesas com a organização do curso, diárias e passagens dos participantes, ocorrerá por conta da SETEC/MEC, que será realizada em Stuttgart - Alemanha. (Processo nº 23255.002406/2018-78).



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Reitor**, em 28/03/2018, às 14:14, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0029091** e o código CRC **3A7A9877**.

23255.002406/2018-78

0029091v2



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Aprovar a criação do Curso Técnico em
Informática do *campus* de Acopiara.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ**, no uso de
suas atribuições legais e estatutárias, considerando o Processo Nº 23255.000594/2018-
08 e considerando a deliberação do Conselho Superior na 49ª reunião ordinária,
realizada nesta data;

R E S O L V E:

Art. 1º - Criar, o Curso Técnico em Informática do *campus* de Acopiara e
autorizar a oferta de 30 vagas anuais;

Parágrafo único – O curso será ofertado na modalidade presencial e no
turno diurno, conforme definido no projeto pedagógico em anexo.

Art. 2º - A interrupção da oferta e/ou a extinção do referido curso deverá ser
submetida a este conselho para aprovação, com as devidas justificativas e a
apresentação do planejamento de realocação de recursos humanos e de materiais
vinculados ao curso.

Virgílio Augusto Sales Araripe
Presidente do Conselho Superior



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Aprovar o Relatório de Gestão do Exercício de 2017.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando o Processo Nº 23255.002550/2018-12 e considerando a deliberação do Conselho Superior na 49ª reunião ordinária, realizada nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará referente ao Exercício de 2017.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe**, Presidente do Conselho Superior, em 28/03/2018, às 17:55, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0030945** e o código CRC **BA371D3A**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

FORTALEZA-CEARÁ, 2018

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da IN TCU nº 72/2013, da DN TCU nº 161/2017, da DN TCU nº 163/2017 e da Portaria TCU nº 65/2018.

Unidade Prestadora de Contas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

FORTALEZA-CEARÁ, 2018

AUTORIDADES

Presidente da República

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro da Educação

José Mendonça Bezerra Filho

Secretária de Educação Profissional e Tecnológica

Eline Neves Braga Nascimento

Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

Virgílio Augusto Sales Araripe

CONSELHO SUPERIOR - CONSUP (MANDATO: 2016 A 2018)

Presidente – Virgílio Augusto Sales Araripe - Reitor

• Representação Docente:

Macrorregião1

Titular: Paulo Sérgio Brito (Fortaleza)

Suplente: Carlo Henrique Lima Moura (Caucaia)

Macrorregião2

Titular: David Aurelio Lima Silveira (Tauá)

Suplente: Roberto Jose de Araujo (Baturité)

Macrorregião 3

Titular: Adriana da Rocha Carvalho (Aracati)

Suplente: Fernando Michael Pereira Nobre (Tabuleiro do Norte)

Macrorregião 4

Titular: André Chaves de Brito (Sobral)

Suplente: Eugênio Eduardo Pimentel Moreira (Tianguá)

Macrorregião 5

Titular: Raimundo Leandro Neto (Cedro)

Suplente: Paulo Sérgio Silvino do Nascimento (Juazeiro do Norte)

• **Representação Discente:**

Macrorregião 1

Titular: Ramom Carolino Salles (Maracanaú)

Suplente: Gabriela Bevenuto Dantas (Fortaleza)

Macrorregião 2

Titular: João Gabriel Bezerra Leite (Baturité)

Suplente: Caio Eduardo de Sousa Bezerra (Tauá)

Macrorregião 3

Titular: Gelica de Melo Evangelista (Quixadá)

Suplente: Ivomar de Arruda Santos (Aracati)

Macrorregião 4

Titular: Sabrina dos Santos Ribeiro (Acarauí)

Suplente: Andréa Lima Maciel (Camocim)

Macrorregião 5

Titular: Karen Rhavena Andrade de Holanda (Iguatu)

Suplente: Cicero Iran Bezerra da Silva (Cedro)

• **Representação Técnico-administrativa:**

Macrorregião 1

Titular: Francisco Renato Alves Sousa (Caucaia)

Suplente: Patricia Fernandes de Freitas (Reitoria)

Macrorregião 2

Titular: Não foi eleito

Suplente: Não foi eleito

Macrorregião 3

Titular: Tobias Sousa Caetano (Tabuleiro do Norte)

Suplente: Paula Renata Amorim Lessa Soares (Aracati)

Macrorregião 4

Titular: Francisco Herli Barros (Tianguá)

Suplente: Emanuel Kant da Silveira e Alves (Sobral)

Macrorregião 5

Titular: Francisco José Zogob (Crato)

Suplente: Francisco Raimundo Alves (Iguatu)

• **Representação dos Egressos:**

Titular: Maria Luíza Lima Ferreira Peixoto

Titular: Antônio Castro de Souza

Suplente: Marta Aníbal de Lima

Suplente: João Bráulio de Melo Oliveira

• **Representação das Entidades Patronais:**

Titular: Luiz Gastão Bittencourt da Silva

Titular: José Sampaio de Souza Filho

Suplente: Cláudia Maria Menezes Brilhante Maia

Suplente: Marcos Antônio Ferreira Soares

• **Representação de Entidades de Trabalhadores:**

Titular: Thereza Neumann Santos de Freitas

Titular: Luiz Vicente Sobrinho

Suplente: Gerardo Santos Filho

Suplente: Antônio Inácio Neto

• **Representação do Setor Público:**

Titular: Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda

Suplente: Sandra Maria Nunes Monteiro

• **Representação do Ministério da Educação:**

Titular: Gilson Ricardo Daniel

Suplente: Geraldo Andrade de Oliveira

• **Representação dos Diretores Gerais dos campi:**

Macrorregião 1

Titular: Rodrigo Freitas Guimarães

Suplente: Anderson Ibsen Lopes de Souza

Macrorregião 2

Titular: Raimundo Eudes de Souza Bandeira

Suplente: José Alves de Oliveira Neto

Macrorregião 3

Titular: Francisco Helder Caldas Albuquerque

Suplente: Maíra Nobre de Castro

Macrorregião 4

Titular: Jackson Nunes e Vasconcelos

Suplente: Eliano Vieira Pessoa

Macrorregião 5

Titular: Dijauma Honório Nogueira

Suplente: Francisco Eugênio Lopes de Melo

EQUIPE DE DIREÇÃO

Reitor

Virgílio Augusto Sales Araripe

Pró-Reitoria de Ensino

Reuber Saraiva de Santiago

Pró-Reitoria de Administração e Planejamento

Tássio Francisco Lofti Matos

Pró-Reitoria de Extensão

Zandra Maria Ribeiro Mendes Dumaresq

Pró-Reitoria Gestão de Pessoas

Ivam Holanda de Souza

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Jose Wally Mendonca Menezes

Diretor Geral do *campus* Acaraú

Márcio Alves Bezerra

Diretor Geral do *campus* Aracati

Francisca Raquel de Vasconcelos Silveira

Diretor Geral do *campus* Baturité

Raimundo Eudes de Souza Bandeira

Diretor Geral do *campus* Boa Viagem

João Paulo Arcelino Rego

Diretor Geral do *campus* Camocim

Gilson Soares Cordeiro

Diretor Geral do *campus* Canindé

Francisco Antonio Barbosa Vidal

Diretor Geral do *campus* Caucaia

Rodrigo Freitas Guimarães

Diretor Geral do *campus* Cedro

Fernando Eugenio Lopes de Melo

Diretora Geral do *campus* Crateús

Paula Cristina Soares Beserra

Diretor Geral do *campus* Crato

Joaquim Rufino Neto

Diretor Geral do *campus* Fortaleza
José Eduardo Souza Bastos

Diretor do *campus* de Guaramiranga
Francisca Ione Chaves

Diretor Geral do *campus* Horizonte
Antônio Moisés Filho de Oliveira

Diretor Geral do *campus* Iguatu
Dijauma Honório Nogueira

Diretor Geral do *campus* Itapipoca
Francisco Regis Abreu Gomes

Diretor Geral do *campus* Jaguaribe
Izamaro de Araújo

Diretor do *campus* de Jaguaruana
Francisco Evandro de Melo

Diretor Geral do *campus* Juazeiro do Norte
Guilherme Brito de Lacerda

Diretor Geral do *campus* Limoeiro do Norte
Jania Maria Augusta da Silva

Diretor Geral do *campus* Maracanaú
Júlio César da Costa Silva

Diretor Geral do *campus* Morada Nova
Maria Beatriz Claudina Brandão

Diretor Geral do *campus* Paracuru
Toivi Masih Neto

Diretor do *campus* Pecém
Marcel Ribeiro Mendonça

Diretor Geral do *campus* Quixadá
Francisco Helder Caldas Albuquerque

Diretor Geral do *campus* Sobral
Eliano Vieira Pessoa

Diretor Geral do *campus* Tabuleiro do Norte
Francisco Sildemberny Souza dos Santos

Diretor Geral do *campus* Tauá
José Alves de Oliveira Neto

Diretor Geral do *campus* Tianguá
Jackson Nunes e Vasconcelos

Diretor Geral do *campus* Ubajara
Agamenon Carneiro da Silva

Diretor Geral do *campus* Umirim
Anderson Ibsen Lopes de Souza

SISTEMATIZAÇÃO E ELABORAÇÃO

Supervisão

Tássio Francisco Lofti Matos

Coordenação

Nathaniel Carneiro Neto

Equipe Técnica

Beatriz Rodrigues Garcia

Carlos Maurício Jaborandy de Mattos Dourado Junior

Flávio Oliveira Vieira

Francisco Hilário da Silva Neto

Heloisa Helena Medeiros da Fonseca

Ivam Holanda de Souza

Jeângela Ramos Silva

José Cláudio Karam de Oliveira

Marcos André Damasceno Cavalcante

Marfisa Carla de Abreu Maciel Castro

Mariângela do Amaral Saboya

Sirlane Furtado Leite Siqueira

Antonio Helyson Fernandes Clementino

Stenio Wagner Pereira de Queiroz

Diagramação

Glauter dos Santos Guimarães

Marllen Hellen Bragado Mesquita de Mendonça

LISTA DE SIGLAS

CCA – Coordenação de Controle Acadêmico
 CGU – Controladoria-Geral da União
 CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
 COLDIR – Colégio de Dirigentes
 CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
 CONSUP – Conselho Superior
 CPGF – Cartão de Crédito Corporativo
 DN – Decisão Normativa
 EPT – Educação Profissional e Tecnológica
 E-TEC – Escola Técnica Aberta do Brasil
 FIC – Formação Inicial e Continuada
 FORPLAN – Fórum de Pró-reitores de Planejamento e Administração
 FORPOG – Fórum de Pró-reitores de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
 IFCE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
 IFET – Instituição Federal de Educação Tecnológica
 IN – Instrução Normativa
 LOA – Lei Orçamentária Anual
 MEC – Ministério da Educação
 OCI – Órgão de Controle Interno
 PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
 PPA – Plano Plurianual
 PROEJA – Educação de Jovens e Adultos
 SETEC – Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
 SF – Suprimento de Fundos
 SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
 SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
 SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
 SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
 SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
 SISAC – Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
 SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
 SISU – Sistema de Seleção Unificada
 SPO – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
 TCU – Tribunal de Contas da União
 TI – Tecnologia da Informação
 UAB – Universidade Aberta do Brasil
 UGO – Unidade Gestora Orçamentária
 UJ – Unidade Jurisdicionada
 UO – Unidade Orçamentária
 UPC – Unidade Prestadora de Contas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1. VISÃO GERAL	13
1.1. Finalidade e competências	13
1.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade	14
1.3. Ambiente de atuação	15
1.4. Organograma	19
1.5. Macroprocessos finalísticos	21
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	25
2.1. Planejamento Organizacional	25
2.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício	27
2.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico	31
2.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	31
2.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos	33
2.3. Desempenho orçamentário	35
2.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	35
2.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	46
2.3.3. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	46
2.3.4. Restos a pagar de exercícios anteriores	47
2.3.5. Execução descentralizada com transferência de recursos	48
2.3.5.1. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	50
2.3.6. Informações sobre a realização das receitas	52
2.3.7. Informações sobre a execução das despesas	54
2.3.8. Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	58
2.4. Apresentação e análise de indicadores de desempenho	61
2.4.1. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União	63
2.5. Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos	108
3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	108
3.1. Descrição das estruturas de governança	108
3.2. Atuação da unidade de auditoria interna	110
3.2.1. Sobreposição de carga horária - Pronatec	111
3.3. Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos	112
3.4. Gestão de riscos e controles internos	114
4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	118
4.1. Gestão de pessoas	118
4.1.1. Estrutura de pessoal da unidade	120
4.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal	124
4.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal	125
4.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	126
4.1.5. Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	142

4.2. Gestão do patrimônio e infraestrutura	142
4.2.1. Gestão da frota de veículos	143
4.2.2. Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	144
4.2.3. Gestão do patrimônio imobiliário da União	145
4.2.4. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	149
4.2.5. Informações sobre imóveis locados de terceiros	150
4.2.6. Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim	151
4.3. Gestão da tecnologia da informação	153
4.3.1. Principais sistemas de informações	159
4.4. Gestão ambiental e sustentabilidade	161
4.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	162
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	162
5.1. Canais de acesso do cidadão	162
5.2. Carta de Serviços ao Cidadão	167
5.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	167
5.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	167
5.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	168
6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	172
6.1. Desempenho financeiro no exercício	172
6.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	172
6.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	175
6.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	175
7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	177
7.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU	177
7.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	185
7.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	192
7.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	192
7.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	193
7.6. Informações sobre ações de publicidade e propaganda	195
7.7. Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005	199
8. ANEXOS E APÊNDICES	203

APRESENTAÇÃO

Encerra-se mais um ciclo correspondente ao exercício administrativo do Instituto Federal do Ceará - IFCE em 2017. Assim, em cumprimento às determinações contidas na Decisão Normativa do TCU 161/2017 e nº163/2017, combinadas com a Instrução Normativa do TCU nº 63/2010 e nº 72/2013, Resoluções do TCU nº 234/2010 e nº 244/2011, e a Portaria do TCU nº65/2018, apresentamos o presente Relatório Anual de Gestão, por meio do qual apontamos, sucintamente, o que foi realizado nos limites do programa, tendo em vista, naturalmente, a consecução dos objetivos e metas traçados para o ano em avaliação e voltados para o cumprimento da missão institucional de *“produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética”*.

Como poderá ser observado no desenvolvimento deste relatório, foram muitas as realizações da gestão do IFCE no exercício de 2017. Algumas merecem destaque, dentre as quais podem ser citadas: início das atividades das unidades de Acopiara e Maranguape que passaram a funcionar como Centros de Referência, finalização das obras dos *campi* de Boa Viagem e Paracuru, avanço das obras dos *campi* de Acopiara e Horizonte, realização da licitação para conclusão da obra do campus de Maranguape, abertura de novos cursos nos diferentes níveis de ensino e em vários *campi* do interior do Estado, realização de novas parcerias e convênios, principalmente com prefeituras, governos estaduais e instituições de ensino brasileiras e internacionais; ampliação do quadro de pessoal e; muitas outras conquistas citadas no decorrer desse documento.

Por outro lado, não podemos deixar de salientar que muitas foram as dificuldades encontradas para a realização dos nossos objetivos, sendo a mais desafiadora a limitação orçamentária que reduziu significativamente a capacidade dos *campi* de realizar novos investimentos.

No entanto, mesmo com as limitações encontradas, o IFCE findou mais um ano fiscal, alcançando de forma satisfatória, grande parte dos objetivos e metas definidos para o período.

Dessa forma, o presente relatório, além dessa breve apresentação, está dividido nos seguintes itens: 1. Visão geral; 2. Planejamento organizacional e resultados; 3. Governança, gestão de riscos e controles internos; 4. Áreas especiais da gestão; 5. Relacionamento com a sociedade; 6. Desempenho financeiro e informações contábeis; 7. Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle; e 8. Anexos e apêndice.

Fortaleza, 31 de março de 2018.

VIRGÍLIO AUGUSTO SALES ARARIPE
Reitor

1. VISÃO GERAL

1.1.Finalidade e competências

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) é uma autarquia pertencente à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O IFCE é uma instituição pluricurricular e multicampi que oferece educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas.

O IFCE desenvolve suas ações em consonância com as políticas emanadas do Ministério da Educação, vinculando-se ao Plano Plurianual do Governo Federal - PPA, à Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e à Lei Orçamentária Anual - LOA, sendo ainda resguardado pelo estabelecido na Constituição Federal - Título VIII, Cap. III, Seção I.

Em termos infraconstitucionais, sua ação institucional está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de nº 9.394/96, Capítulo III, artigos 39, 40, 41 e 42, que tratam da Educação Profissional. No art. 39 desta lei, lê-se que “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”.

De acordo com a Lei 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o IFCE tem por finalidades e características:

- I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente;

Alinhadamente as suas finalidades e características, o Instituto Federal do Ceará, busca a realização dos seguintes objetivos institucionais:

- I. Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

- II. Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III. Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidade da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e produção de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- VI. Ministrar em nível de educação superior:
 - a) Cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b) Cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação especial;
 - c) Cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e área do conhecimento;
 - d) Cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
 - e) Cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

1.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade

O Instituto Federal do Ceará foi criado por meio da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Os instrumentos normativos que regem o funcionamento interno do IFCE são:

- I. **Estatuto** - aprovado pela Resolução Consup nº 22 de agosto/2009 e alterado pela Resolução Consup nº 40 de setembro/2015; e
- II. **Regimento Geral** - aprovado pela Resolução Consup nº 30 de agosto/2010 e alterado pela Resolução Consup nº 07 de março/2016.

Os atos autorizativos de funcionamento das unidades do Instituto Federal do Ceará são:

UNIDADE	ATO AUTORIZATIVO
Acaraú	Portaria MEC nº 373 de 29 de março de 2010
Aracati	Portaria MEC nº 330 de 23 de abril de 2013
Baturité	Portaria MEC nº 330 de 23 de abril de 2013
Boa viagem	Portaria MEC nº 378 de 9 de maio de 2016
Camocim	Portaria MEC nº 330 de 23 de abril de 2013
Canindé	Portaria MEC nº 374 de 29 de março de 2010
Caucaia	Portaria MEC nº 330 de 23 de abril de 2013
Cedro	Portaria MEC nº 523 de 23 de setembro de 1995
Crateús	Portaria MEC nº 375 de 29 de março de 2010
Crato	Decreto Federal nº 22.470 de 20 de janeiro de 1947
Fortaleza	Decreto Federal nº 7.556 de 23 de julho de 1909
Guaramiranga	Portaria MEC nº 505 de 10 de junho de 2014

UNIDADE	ATO AUTORIZATIVO
Horizonte	Portaria MEC nº 378 de 9 de maio de 2016
Iguatu	Dou 23/03/1955 e EAT - Iguatu em 1979
Itapipoca	Portaria MEC nº 378 de 9 de maio de 2016
Jaguaribe	Portaria MEC nº 330 de 23 de abril de 2013
Jaguaruana	Portaria MEC nº 505 de 10 de junho de 2014
Juazeiro do Norte	Portaria MEC nº 523 de 10 de maio de 1995
Limoeiro do Norte	Portaria MEC nº 687 de 09 de junho de 2008
Maracanaú	Portaria MEC nº 2027 de 28 de dezembro de 2006
Morada Nova	Portaria MEC nº 330 de 23 de abril de 2013
Paracuru	Portaria MEC nº 378 de 9 de maio de 2016
Pecém	Portaria MEC nº 378 de 9 de maio de 2016
Polo de Inovação	Portaria MEC nº 378 de 9 de maio de 2016
Quixadá	Portaria MEC nº 688 de 09 de junho de 2008
Sobral	Portaria MEC nº 689 de 09 de junho de 2008
Tabuleiro do Norte	Portaria MEC nº 330 de 23 de abril de 2013
Tauá	Portaria MEC nº 330 de 23 de abril de 2013
Tianguá	Portaria MEC nº 330 de 23 de abril de 2013
Ubajara	Portaria MEC nº 330 de 23 de abril de 2013
Umirim	Portaria MEC nº 330 de 23 de abril de 2013

1.3. Ambiente de atuação

O Instituto Federal do Ceará, unidade jurisdicionada com atuação nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, com sede na cidade de Fortaleza, com 34 unidades em funcionamento no ano de 2017, está inserido em todas as regiões do Estado do Ceará.

1.3.1. Produtos e serviços ofertados

O IFCE caracteriza-se como uma instituição de educação profissional, científica e tecnológica, com a finalidade precípua de promover atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento de produtos e serviços com potencial de favorecer o desenvolvimento local e regional.

Dessa forma, na área do ensino, o IFCE, nos termos da Lei nº 11.741/2008, possui a prerrogativa de atuar na educação básica e superior, em diferentes níveis e modalidades do ensino, atuando em diversos eixos tecnológicos e áreas de conhecimentos. Além disso, desenvolve programas de pesquisa e extensão voltados para a produção cultural, empreendedorismo, cooperativismo, desenvolvimento e transferência de tecnologias com ênfase na preservação do meio ambiente (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, 2014).

A seguir são apresentadas as principais atuações acadêmicas nas áreas de ensino, extensão e pesquisa, conforme descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional vigente:

Ensino

Cursos Técnicos

Os cursos técnicos são voltados para alunos que desejam profissionalizar-se em um curto intervalo de tempo, a fim de conquistar uma vaga no mercado de trabalho. São ofertados em cinco modalidades:

- Subsequentes: esta modalidade de curso destina-se a estudantes que concluíram o ensino médio.
- Concomitantes: esta modalidade de curso destina-se a estudantes que cursam o ensino médio em outras instituições e concluíram, pelo menos, o 1º ano no ato da matrícula em curso técnico do IFCE.
- Integrados: a modalidade de ensino integrado é aquela em que o aluno cursa o ensino médio e o técnico ao mesmo tempo no IFCE.
- EJA: para ser aluno da educação de jovens e adultos (EJA), o candidato deve ser maior de 18 anos e possuir o ensino fundamental completo e o ensino médio incompleto.
- e-Tec: a Rede e-Tec Brasil visa a oferta de educação profissional e tecnológica à distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos.
- Pró-funcionário: a rede e-Tec também oferece o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público, que oferta, por meio do ensino a distância, formação técnica, em nível médio, aos funcionários das redes públicas de educação básica dos sistemas de ensino.

Cursos Superiores

Os cursos superiores são ofertados para proporcionar uma graduação aos estudantes, a fim de desenvolver conhecimentos nas áreas específicas. São ofertados em quatro modalidades:

- Bacharelado: destinado a jovens que tenham concluído o ensino médio e desejam formação profissional de graduação como bacharel.
- Licenciatura: são cursos de graduação específicos para a formação de docentes.
- Tecnologia: os cursos tecnológicos formam profissionais para atender a campos específicos do mercado de trabalho, possuem uma duração média menor que a dos cursos de graduação tradicionais.
- UAB: a Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um programa do Ministério da Educação (MEC) em parceria com o IFCE que disponibiliza cursos de ensino superior à distância aos docentes e profissionais de ensino da rede pública de municípios do interior.

Pós-graduação

Os cursos de pós-graduação são destinados a todos que possuem diploma de Ensino Superior. São ofertados nas modalidades lato sensu e stricto sensu.

- Especialização: cursos de pós-graduação lato sensu destinados a todos que concluíram o ensino superior e desejam obter atualização acadêmica ou profissional e o consequente progresso das competências obtidas na graduação.
- Mestrado: cursos de pós-graduação stricto sensu ofertados nas modalidades de mestrado acadêmico e profissional.
- O mestrado acadêmico é destinado a todos que tenham concluído o ensino superior e desejam obter titulação com grau de mestre, por meio de estudos voltados para o ensino e pesquisa direcionados para a carreira acadêmica.

Extensão

- Cursos de Extensão em diversas áreas desenvolvidos nos Centros de Inclusão Digital;
- Jornadas e Seminários de Empreendedorismo;
- Participação em Feiras e Seminários (Empreender, Infobrasil, Feira do Empreendedor);
- Realização de Seminários de divulgação do IFCE;
- Visitas as Empresas para apresentação do potencial do IFCE ampliando as vagas de estágio para os nossos alunos;
- Apoio as apresentações artísticas dos grupos do IFCE;
- Celebração de Convênios com instituições públicas, empresas privadas e Ong's para a execução de Projetos Sociais e Cursos de Extensão;
- Execução de Projetos Empreendedores em parceria com instituições de fomento: BNB, SEBRAE, FUNCAP, FINEP, PROEXT;
- Incubadoras de Empresas: elaboração de editais para ingresso das empresas, acompanhamento e avaliação das empresas incubadas; e
- Acompanhamento de egressos;

Pesquisa e Inovação

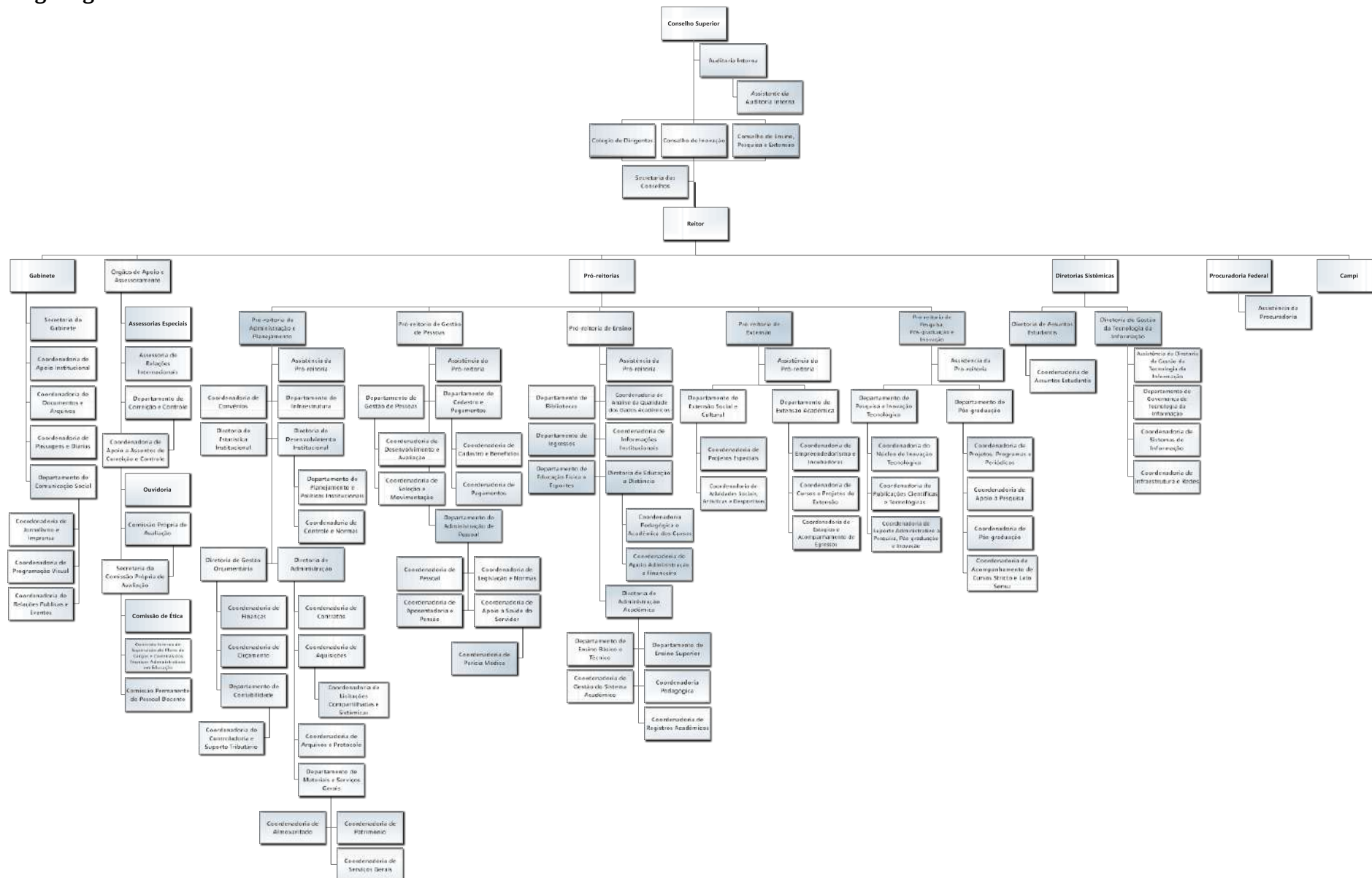
- Editoração e Publicação de Livros Científicos;
- Formação de Grupos de Pesquisa em Diversas Áreas;
- Programa Ciências sem Fronteiras;
- Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa;
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC Júnior/IFCE);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-EM/CNPq);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBICT/Funcap);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBICT/IFCE);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBITI/CNPq);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBITI/IFCE);
- Publicação da Revista Conexões; e
- Realização de Eventos Científicos.

1.3.2. Principais Ameaças e Oportunidades

A falta de oportunidades de formação técnica e tecnológica, principalmente para os jovens residentes em grande parte dos municípios cearenses, somado a carência de profissionais com capacitação técnica e a considerável demanda do setor produtivo por esses profissionais são fatores considerados como as principais fontes de oportunidades para a expansão das atividades do Instituto Federal do Ceará.

No entanto, muitos são os desafios que a instituição precisa superar para aproveitar adequadamente as oportunidades identificadas. Entre esses desafios, destacamos aqueles que estão fora da gerência do IFCE, ou seja, correspondem as ameaças impostas pelas mudanças ocorridas nos ambientes político, econômico, social, tecnológico e ambiental. Nesse sentido, destaca-se: redução e contingenciamento orçamentário; carência do quadro efetivo de servidores, pois mesmo com os concursos realizados em 2017 o quantitativo de vagas não supriu a necessidade de algumas unidades; *turnover* dos servidores, principalmente devidos aos baixos; expansão da oferta do ensino técnico pelo Governo do Estado; alta taxa de evasão dos alunos devido as condições sócio-econômica dos mesmos, entre outras.

1.4. Organograma



Quadro 1 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação em 2017
Chefia de Gabinete	Organizar a agenda do Reitor e realizar a articulação política e administrativa da Reitoria.	Rejane Tavares Magalhães da Cunha	Assistente em Administração	Mai/17 a Dez/17
Assessoria de Relações Internacionais	Assessorar a Reitoria no estabelecimento de parcerias internacionais com vistas a proporcionar oportunidades de intercâmbios para alunos e servidores e viabilizar a execução de projetos estratégicos em conjunto com instituições internacionais.	Francisco Gutenberg Albuquerque Filho	Professor	Jan/17 a Dez/17
Pró-reitoria de Ensino	Gerenciar a oferta de cursos nas modalidades presencial e a distância com vistas a assegurar a qualidade e conformidade do ensino ofertado pela instituição aos padrões do MEC.	Reuber Saraiva de Santiago	Professor	Jan/17 a Dez/17
Pró-reitoria de Extensão	Promover a interface do IFCE com a comunidade, considerando suas respectivas potencialidades e demandas, para o desenvolvimento de políticas de extensão e inclusão social, por meio de atividades educativas, culturais, desportivas, artísticas e sociais.	Zandra Maria Ribeiro Mendes Dumaresq	Assistente Social	Jan/17 a Dez/17
Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	Fomentar a pesquisa e as novas tecnologias na busca da atualização sistemática de dados da Pesquisa e da Inovação Tecnológica, divulgando-as por meio de periódicos e incentivando a ética na pesquisa do Instituto Gerenciar os programas e projetos de pós-graduação, de modo a proporcionaraos servidores formação continuada para seu crescimento intelectual e profissional e à comunidade	José Wally Mendonça Menezes	Professor	Mar/17 a Dez/17

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação em 2017
	externa a oportunidade de continuidade de estudos.			
Pró-reitoria de Gestão de Pessoas	Coordenar e gerenciar as políticas de gestão de pessoas: seleção, movimentação, avaliação e capacitação dos servidores	Ivam Holanda de Sousa	Professor	Jan/17 a Dez/17
Pró-reitoria de Administração e Planejamento	Coordenar os processos que envolvam a administração de materiais, serviços e infraestrutura, contratos e convênios celebrados pela Reitoria. Gerenciar a captação orçamentária e a execução orçamentária e financeira da instituição	Tássio Francisco Lofti Matos	Professor	Jan/17 a Dez/17
Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação	Atender a necessidade das demais áreas da instituição por meio da aplicação de soluções tecnológicas capazes de aperfeiçoar os processos.	Carlos Mauricio J. de Mattos Dourado Jr.	Professor	Jan/17 a Dez/17
Diretoria de Assuntos Estudantis	Estabelecer as diretrizes e promover programas e projetos com vistas a contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e desenvolvimento integral do estudante	Ana Caroline Cabral Cristino	Psicóloga	Set/17 a Dez/17

1.5. Macroprocessos finalísticos

Considerou-se como macroprocessos finalísticos as atividades exercidas pelas Pró-reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão, por serem as unidades responsáveis pela execução das atividades estritamente relacionadas com o negócio da instituição, que é a promoção do ensino, extensão e pesquisa.

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Macroprocessos	Realizar o planejamento, implantação e avaliação das ações e políticas de ensino
	Auxiliar na elaboração e avaliação do Projeto Pedagógico da Instituição (PPI)
	Acompanhar a avaliação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos
	Coordenar e acompanhar os trabalhos relativos a reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos

	Promover o acesso ao ensino técnico e superior, mediante programas de Educação a Distância (EaD)
	Proporcionar apoio técnico-pedagógico aos planos e programas de uso de tecnologias digitais e EaD
	Orientação às bibliotecas no funcionamento de acordo com as diretrizes institucionais
Descrição	Articulação das atividades de ensino do IFCE juntamente com os Departamentos de Ensino Básico, Técnico e Superior, com as Coordenações de Sistema Acadêmico, Pedagógica e de Registro de Diplomas; Implementação, acompanhamento e avaliação das políticas da EAD, apoiado por tecnologias digitais, promovendo o acesso e a democratização do conhecimento de forma ética e humana, contribuindo para a qualidade de ensino, pesquisa e extensão; e Coordenação e supervisão das atividades das Bibliotecas do IFCE
Produtos e Serviços	Qualidade e conformidade do ensino ofertado pelo IFCE, aos padrões estabelecidos pelas legislações vigentes
Principais Clientes	Gestores do ensino; Docentes; Alunos
	Ministério da Educação
	Aluno de todos os níveis e modalidades de ensino ofertado pelo IFCE
Principais Fornecedores	Regulamentos e normas relativas ao ensino
	Projeto Pedagógicos de cursos superiores e técnicos
	Diretrizes da SETEC/MEC
	Legislação relativa ao ensino superior e ensino técnico
	Legislação pertinente à elaboração de projeto pedagógico institucional
	Projeto Pedagógicos de cursos superiores e técnicos
Principais Parceiros	Instrumental de Avaliação de Novos Cursos
	Não se aplica

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Macroprocessos	Realizar atividades de extensão junto à comunidade em geral
	Formular políticas de relações entre o Instituto e os meios empresariais e comunitários
	Captar recursos próprios por meio da oferta de cursos para a comunidade
	Articular as relações com o setor produtivo

	Promover atividades sociais, educativas e culturais
Descrição	Estabelecimento de parcerias e participação em editais nacionais de extensão
	Aproximação com as empresas e instituições públicas e privadas
	Participação em fóruns, seminários e eventos nacionais para divulgação institucional
	Consolidação das parcerias institucionais já estabelecidas
	Contato sistemático com os órgãos e as entidades parceiras no desenvolvimento de projetos de arte, cultura e desportivas
Produtos e Serviços	Ações, projetos e programas de extensão nos diversos <i>campi</i>
	Vagas para estágios
	Fortalecimento da imagem institucional perante a sociedade
	Programas e projetos de extensão nas áreas de arte, cultura e desporto
Principais Clientes	Comunidade acadêmica, formada por gestores institucionais, docentes, técnico-administrativos e alunos, e comunidade externa, formada por representantes do setor produtivo, ONG's e população em geral
Principais Insumos e Fornecedores	INSUMOS: Regulamento de estágio; Resoluções sobre atividade de extensão; Regimento das incubadoras de empresas; Sistema de gerenciamento das ações de extensão do IFCE
	FORNECEDORES: a PROEXT não atua diretamente com fornecedores, os insumos são elaborados pela própria PROEXT em participação conjunta com os <i>campi</i>
Principais Parceiros	Gestores dos <i>campi</i> , Chefes de Departamento de Extensão, Coordenadores de Extensão, Diretorias Sistêmicas da Reitoria e parceiros externos

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Macroprocessos	Coletar os dados de natureza quantitativa e qualitativa sobre a Inovação Tecnológica
	Captar recursos externos para a pesquisa básica e aplica junto a órgãos fomentadores e empresas inovadoras
	Promover ações visando à articulação com empresas locais, nacionais e internacionais
	Fornecer assessoria técnica, comercial e jurídica a pesquisadores do IFCE
	Acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição
	Promover anualmente o Encontro de Pós-Graduação
	Acompanhar o desempenho dos programas e alunos de pós-graduação

Descrição	Estabelecimento de parcerias no âmbito público e privado
	Incentivo a participação em editais, internos e externos, de PD&I
	Aproximação com as empresas e instituições públicas e privadas
	Estabelecimento de bases e de práticas de gestão do conhecimento e inovação, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica no IFCE
	Definir, conjuntamente com as Pró-reitorias e a Direção dos <i>campi</i> , a política de Pós-Graduação do IFCE
	Planejar, acompanhar e avaliar as atividades da Pós-Graduação
Produtos e Serviços	Ações, projetos e programas de pesquisa nos diversos <i>campi</i>
	Inserção de alunos discentes em empresas que trabalham com inovação tecnológica
	Fortalecimento da imagem institucional perante a sociedade
	Interiorização das ações do NIT
	Programas e projetos de inovação nas áreas de atuação do IFCE
	Desenvolvimento da política e gestão da oferta de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> de aperfeiçoamento e especialização
Principais Clientes	Comunidade acadêmica, formada por gestores institucionais, docentes, técnico-administrativos e alunos, e comunidade externa, formada por representantes de setores ligados a Ciência, Tecnologia e Inovação (CTIs), e empresas que trabalham com inovação em geral
Principais Insumos e Fornecedores	INSUMOS: matérias de escritórios, informática e descartáveis.
	FORNECEDORES: a PRPI não atua diretamente com fornecedores, ficando a cargo da PROAP realizar as aquisições dos insumos de necessidade das unidades estratégicas da Reitoria
Principais Parceiros	Demais pró-reitorias do IFCE, Gestores dos <i>campi</i> , Diretorias Sistêmicas da Reitoria e parceiros externos

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

2.1. Planejamento Organizacional

O Instituto Federal do Ceará tem aprovado, através da Resolução nº 14 de 02 de março de 2012 do seu Conselho Superior, a seguinte missão, visão e valores:

Missão

Produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética.

Visão

Tornar-se padrão de excelência no ensino, pesquisa e extensão na área de Ciência e Tecnologia.

Valores

Nas suas atividades, o IFCE valorizará o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito, a transparência, a excelência e a determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação, com ideias fixas na sustentabilidade ambiental.

As finalidades e objetivos dos Institutos Federais estão estabelecidos, respectivamente, nos artigos 6º e 7º da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Em consonância com a lei de criação da Rede Federal da Educação citada acima e com a identidade organizacional estabelecidas na missão, visão e valores, o Instituto Federal do Ceará firma seu Planejamento Estratégico por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional. A partir das perspectivas Aluno, Processos Internos, Aprendizagem e Crescimento e Responsabilidade Orçamentária e Financeira estão estabelecidos os objetivos estratégicos e metas para o período de 2014-2018.

Segue abaixo a lista de objetivos estratégicos por perspectiva:

Perspectiva do Aluno:

- Fortalecer os cursos ofertados no IFCE
- Ampliar a oferta de vagas em cursos presenciais com base na lei de criação dos Institutos em todas as modalidades e níveis no IFCE
- Reduzir as taxas de evasão e retenção de alunos
- Intensificar atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão socialmente relevantes
- Favorecer o percurso formativo do aluno por meio da oferta e bom funcionamento dos Restaurantes Acadêmicos
- Promover o intercâmbio discente em nível internacional
- Dotar os campi de infraestrutura e condições pedagógicas voltadas para as pessoas com deficiências de modo a garantir o êxito acadêmico
- Aumentar a oferta de cursos de extensão e prestação de serviços à comunidade
- Formar integralmente o cidadão com conhecimentos científicos, tecnológicos, políticos, culturais e éticos
- Expandir e fortalecer os programas de Pós-graduação
- Fomentar ações de inclusão social, tecnológica e produtiva no IFCE
- Incentivar uma política cultural com a comunidade, baseada na integração, troca e valorização das atividades sociais, artísticas e desportivas
- Fortalecer a cultura empreendedora nas regiões de atuação do IFCE

- Estimular a organização interna das entidades de mobilização estudantil

Perspectiva dos Processos Internos

- Promover a implantação das Ouvidorias
- Promover a cultura da transparência no âmbito da Lei de Acesso a Informação
- Promover as relações interinstitucionais em nível internacional
- Fomentar as relações e parcerias com o setor produtivo e órgãos de fomento
- Intensificar o uso de tecnologias educacionais e sociais
- Padronizar os processos internos e alinhá-los com os produtos e serviços oferecidos
- Estabelecer os instrumentos normativos e regulatórios do Ensino do IFCE
- Realizar eventos e ações voltados para a melhoria da gestão das atividades acadêmico administrativa
- Expandir e consolidar a pesquisa científica e tecnológica
- Expandir e consolidar a inovação
- Intensificar as atividades da Comunicação Social
- Desenvolver e divulgar, no âmbito interno e externo, os produtos da área de Comunicação Social
- Promover a expansão e modernização da infraestrutura
- Implantação de novas unidades
- Capacitar à comunidade acadêmica em idiomas estrangeiros

Perspectiva da Aprendizagem e Crescimento

- Promover o intercâmbio de servidores em nível internacional
- Promover a qualificação e capacitação do quadro de servidores
- Promover a saúde, o bem estar e a qualidade de vida do servidor no ambiente de trabalho
- Capacitar os servidores em cursos de pós-graduação
- Ampliar o quadro efetivo de servidores

Perspectiva da Responsabilidade Orçamentária e Financeira

- Aperfeiçoar a captação e gestão de recursos orçamentários
- Otimizar a alocação dos recursos orçamentários disponíveis

Os objetivos citados acima foram definidos após análise dos ambientes internos e externos à instituição com vistas à adequação do cenário político, econômico, social e tecnológico do país e da região de atuação da própria instituição.

Ressalta-se que as metas estabelecidas em cada objetivo são anualmente revisadas para se alinhar as mudanças ambientais ocorridas durante a vigência do plano estratégico.

2.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício

Segue abaixo a lista dos objetivos estratégicos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, com respectivas descrições.

Objetivo	Descrição
Fortalecer os cursos ofertados no IFCE.	Promover a melhoria da qualidade dos cursos ofertados em todos os <i>campi</i> com processos inovadores de ensino-aprendizagem.

Objetivo	Descrição
Ampliar a oferta de vagas em cursos presenciais com base na lei de criação dos Institutos em todas as modalidades e níveis no IFCE.	Ampliar os cursos, as turmas e as vagas, respeitando a oferta de 50% de vagas para ensino técnico, prioritariamente na forma integrada, 20% para as licenciaturas e 30% para cursos de bacharelados e tecnológicos, respeitando as particularidades de cada região.
Reduzir as taxas de evasão e retenção de alunos.	Aumentar o índice de permanência e êxito dos alunos através de fortalecimento e reestruturação do planejamento, acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas.
Intensificar atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão socialmente relevantes.	Fortalecer a integração entre as ações do ensino, pesquisa e extensão que contribuem para a transformação e o desenvolvimento social, bem como promover a realização de campanhas educativas junto ao corpo discente.
Favorecer o percurso formativo do aluno por meio da oferta e bom funcionamento dos Restaurantes Acadêmicos.	Construir e/ou ampliar a infraestrutura física adequada, assim como definir o modelo de gestão destes restaurantes, equipar e contratar profissionais da área nutricional e gastronômica.
Promover o intercâmbio discente em nível internacional.	Articular oportunidades de mobilidade acadêmica discente entre o IFCE e instituições parceiras.
Dotar os <i>campi</i> de infraestrutura e condições pedagógicas voltadas para as pessoas com deficiências de modo a garantir o êxito acadêmico.	Adequar os espaços físicos, conforme a NBR 9050/2004, assim como adquirir e/ou elaborar material didático.
Aumentar a oferta de cursos de extensão e prestação de serviços à comunidade.	Ampliar o atendimento a comunidade por meio da realização de cursos de extensão e prestação de serviços.
Formar integralmente o cidadão com conhecimentos científicos, tecnológicos, políticos, culturais e éticos.	Produzir e transferir conhecimentos, técnicas e habilidades embasadas em preceitos éticos e científicos focados na formação de cidadãos com capacidade crítica e autônoma para a promoção do desenvolvimento regional e sustentável.
Expandir e fortalecer os programas de Pós-graduação.	Consiste em expandir a quantidade e qualidade dos cursos <i>Lato Sensu</i> e <i>Stricto Sensu</i> com vistas ao atendimento das demandas das comunidades internas e externas do IFCE.
Incentivar uma política cultural com a comunidade, baseada na integração, troca e valorização das atividades sociais, artísticas e desportivas.	Estabelecer intercâmbio com outros espaços de Arte e Cultura, Museus, e instituições afins, objetivando a ampliação de atividades culturais.
Fortalecer a cultura empreendedora nas regiões de atuação do IFCE.	Proporcionar a ampliação da política empreendedora no IFCE por meio da implantação de Incubadoras.
Estimular a organização interna das entidades de mobilização estudantil.	Apoiar a criação dos Centros Acadêmicos e Grêmios em todos os <i>campi</i> .

Objetivo	Descrição
Promover a implantação das Ouvidorias.	Estruturar as unidades de Ouvidorias, por meio da promoção de infraestrutura física, de recursos humanos e tecnológicos e elaborar os seus instrumentos regulamentares.
Promover as relações interinstitucionais em nível internacional.	Articular parcerias com instituições estrangeiras visando o fortalecimento do processo de internacionalização do IFCE.
Fomentar as relações e parcerias com o setor produtivo e órgãos de fomento.	Proporcionar a expansão das atividades de extensão através de convênios, programas e projetos.
Intensificar o uso de tecnologias educacionais e sociais	Promover o uso integrado e interativo de diversas mídias no processo de construção do conhecimento, democratizando o acesso à informação.
Padronizar os processos internos e alinhá-los com os produtos e serviços oferecidos.	Identificar os principais processos desenvolvidos por área com vistas à definição do melhor fluxo a adotar e dos mecanismos de controle a implementar, documentando em manuais os procedimentos a serem seguidos.
Estabelecer os instrumentos normativos e regulatórios do Ensino do IFCE.	Promover discussão com a comunidade para estabelecer os instrumentos normativos e regulatórios do IFCE.
Realizar eventos e ações voltados para a melhoria da gestão das atividades acadêmico-administrativa.	Elaborar e discutir estratégias de ampliação do relacionamento entre a Reitoria, suas unidades administrativas internas e organizações externas.
Expandir e consolidar a pesquisa científica e tecnológica.	Ampliar as ações de captação de recursos e aumentar em termos quantitativos e qualitativos, a produção científica e tecnológica.
Expandir e consolidar a inovação.	Expandir, integrar, modernizar e consolidar ações de Ciência, Tecnologia e Inovação.
Intensificar as atividades da Comunicação Social.	Fortalecer as atividades da Comunicação Social mediante a estruturação das equipes de comunicação.
Desenvolver e divulgar, no âmbito interno e externo, os produtos da área de Comunicação Social.	Incrementar os produtos de comunicação que promovam a marca do IFCE na sociedade, de maneira a fortalecer a imagem da instituição.
Promover a expansão e modernização da infraestrutura.	Promover a modernização e ampliação da infraestrutura, mediante aquisição de equipamentos, serviços e realização de obras civis.
Implantação de novas unidades.	Consiste na implantação de novos <i>campi</i> atendendo ao programa de expansão da Educação Profissional do Governo Federal, visando a interiorização do ensino tecnológico.
Disseminar a cultura do planejamento, mediante ações de gestão da estratégia do IFCE.	Elaborar instrumentos capazes de promover um acompanhamento e controle da execução do planejamento de modo a assegurar o cumprimento da estratégia do IFCE.

Objetivo	Descrição
Capacitar à comunidade acadêmica em idiomas estrangeiros.	Ofertar cursos de idiomas para a comunidade acadêmica.
Promover o intercâmbio de servidores em nível internacional.	Articular oportunidades de mobilidade de servidores entre o IFCE e instituições parceiras.
Promover a qualificação e capacitação do quadro de servidores.	Prover as condições necessárias para a o aperfeiçoamento do quadro de servidores na sua área de atuação.
Promover a saúde, o bem estar e a qualidade de vida do servidor no ambiente de trabalho.	Promover atividades que proporcione qualidade de vida e lazer ao servidor.
Capacitar os servidores em cursos de pós-graduação.	Criar oportunidades de pós-graduação para possibilitar maior valorização dos servidores na instituição.
Ampliar o quadro efetivo de servidores.	Proporcionar a expansão e/ou reposição do quadro de pessoal do IFCE.
Aperfeiçoar a captação e gestão de recursos orçamentários.	Elaborar, por meio de instrumentos específicos, um modelo de captação das demandas de recursos de custeio e capital dos <i>campi</i> e Reitoria para cada exercício financeiro.
Otimizar a alocação dos recursos orçamentários disponíveis.	Elaborar critérios de distribuição do orçamento do IFCE conforme Decreto nº 7.313 e especificidades da Rede IFCE, assim como Possibilitar aos novos <i>campi</i> a execução e controle do orçamento.

A partir dos objetivos estratégicos, as Unidades Estratégicas (Pró-reitorias e Diretorias Sistêmicas) e os *campi* estabelecem os indicadores e metas para o período de 2014-2018. Dessa forma, para o ano de 2017 foram estabelecidas as seguintes metas:

Indicadores	Meta realizada 2017
Alunos Enviados ao Exterior	08
Alunos Recebidos do Exterior	02
Artigos publicados em periódicos Qualis A ou B	189
Atividades desportivas e educativas	59
Captação de recursos externos para Pesquisa e Inovação	R\$ 1.799.300
Centro de idiomas	0
Convênios, Programas e Projetos de Extensão	170
Criação de Grêmios	0
Cursos de Lato Sensu	03
Cursos de licenciaturas presenciais	04
Cursos de Tecnologia, Bacharelados e Pós-Graduação	06
Cursos e Serviços Prestados pela Extensão	203
Cursos técnicos presenciais	06
Docentes e/ou pesquisadores enviados ao exterior	14
Docentes e/ou pesquisadores recebidos do exterior	04
Empresas incubadas	10
Exames realizados	0
Incubadoras implantadas	0
Núcleo de Inovação Tecnológica	0

Indicadores	Meta realizada 2017
Obras civis	
Participação de servidores em congressos e seminários de sua área de atuação	262
Patentes depositadas	07
Programa Qualidade de Vida	10
Programas e/ou Projetos Realizados pela Extensão	228
Projetos de pesquisa e inovação em execução	665
Quantidade de Professores com Pós-Doutorado	04
Quantidade de Qualificações para Professores em nível de Doutorado	03
Quantidade de qualificações para professores em nível de Mestrado	50
Quantidade de qualificações para Técnicos Administrativos em nível de Especialização	49
Quantidade de qualificações para Técnicos Administrativos em nível de Mestrado/Doutorado	56
Realização de eventos institucionais	177
Recursos externos para os programas de pós-graduação	R\$ 156.000,00
Servidores admitidos	273
Servidores capacitados e/ou aperfeiçoados	449
Servidores qualificados em curso de nível superior	46
Técnicos administrativos enviados ao exterior	02
Técnicos administrativos recebidos do exterior	0
Total de alunos formados em Cursos de Nível Técnicos, Superior e de Pós-Graduação	2621
Total de campanhas educativas realizadas	172

2.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico

O planejamento estratégico do Instituto Federal do Ceará foi elaborado no ano de 2013 com vigência para o período de 2014-2018. O processo de elaboração envolveu todos os *campi* da instituição e proporcionou a representação das categorias discente, docente e técnicos administrativos na definição das metas institucionais.

Dessa forma, o plano estratégico do IFCE teve a sua aprovação por meio da Resolução nº 04 de 31 de janeiro de 2014 do Conselho Superior da instituição. Atualmente, o referido plano está em fase de execução, sendo o ano de 2017 o quarto ano do período de vigência de cinco anos.

2.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

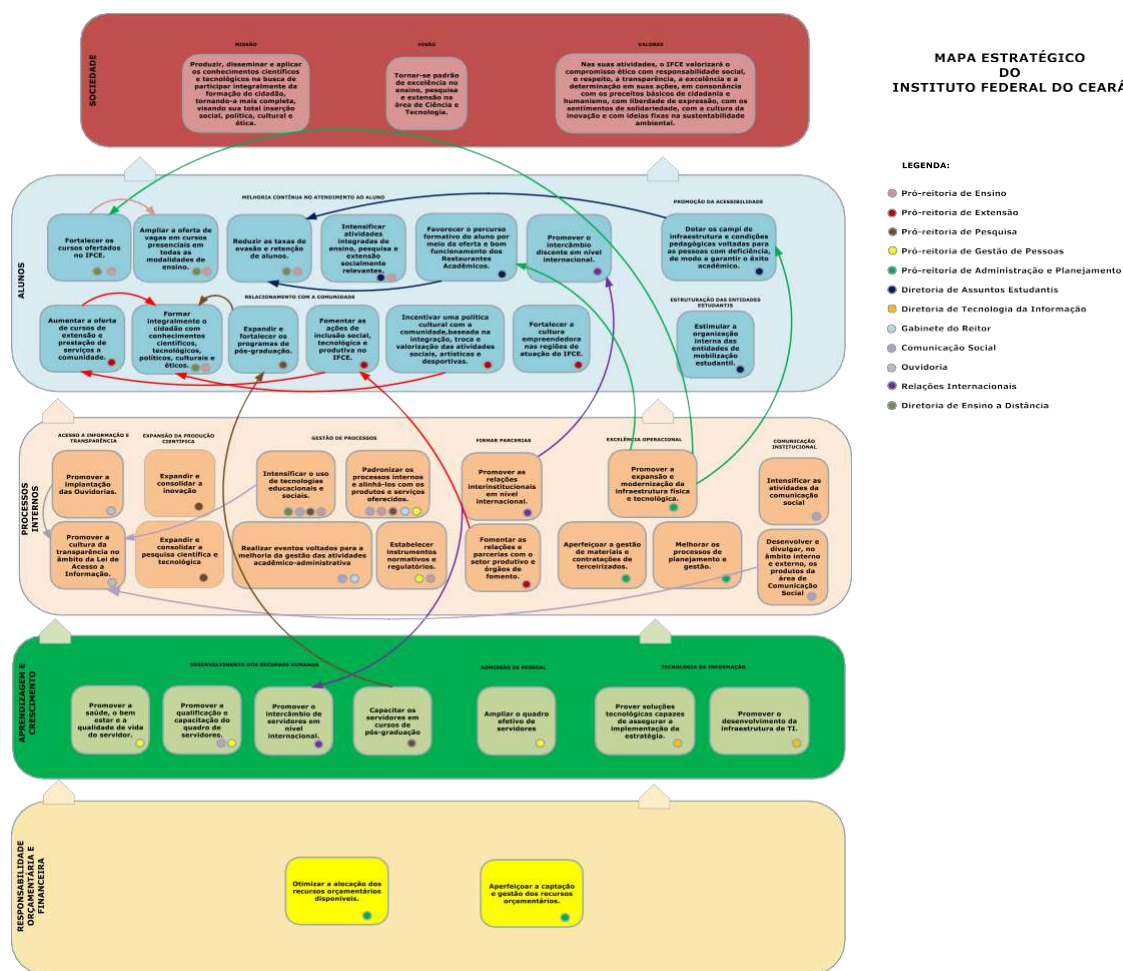
O plano estratégico do IFCE corresponde ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no qual constam os objetivos e metas planejados para um período de cinco anos. Os objetivos e metas foram definidos com vistas a contemplar as responsabilidades e finalidades de cada unidade de negócio da instituição, doravante denominadas de Unidades Estratégicas, são elas: Pró-reitoria de Ensino, Pró-reitoria de Extensão, Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação, Pró-reitoria de Administração e Planejamento, Pró-reitoria de Gestão de Pessoas, Diretoria de Assuntos Estudantis, Diretoria de Tecnologia da Informação e Gabinete do Reitor.

O processo de elaboração dos objetivos e metas pelas Unidades Estratégicas teve como principais elementos norteadores a missão, visão e valores da instituição, ou seja, os objetivos e metas

foram definidos em consonância com a missão e voltados para a realização da visão da instituição de modo a orientar a prestação de serviços que agreguem valor a sociedade.

Como é possível perceber pelo mapa estratégico do IFCE, os objetivos estão associados em quatro perspectivas: aluno, processos internos, aprendizagem e crescimento e responsabilidade orçamentária e financeira, sendo que os resultados esperados em cada um deles contribuem para o sucesso da missão e alcance da visão institucional.

Em relação ao alinhamento dos planos tático e operacional com a missão, esse é realizado por meio do desdobramento das metas dos objetivos estratégicos entre os *campi* da instituição. Dessa forma, cada *campus* define as suas ações anuais com vistas ao alcance da metas definidas para o ano.



Disponível em:

<http://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/plano-de-desenvolvimento-institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional-2014-2018-pdf/view>

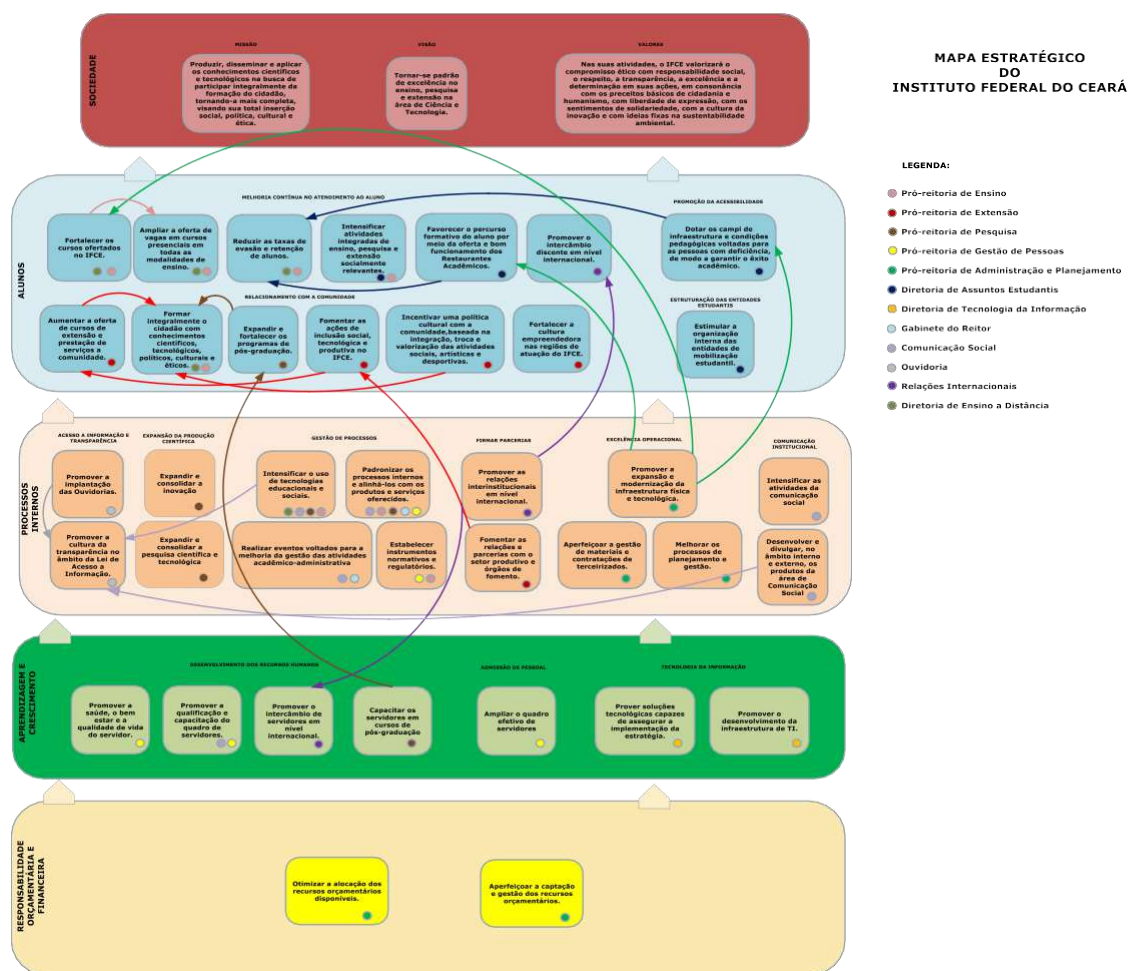
O plano estratégico do IFCE corresponde ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no qual constam os objetivos e metas planejados para um período de cinco anos. Os objetivos e metas foram definidos com vistas a contemplar as responsabilidades e finalidades de cada unidade de negócio da instituição, doravante denominadas de Unidades Estratégicas, são elas: Pró-reitoria de Ensino, Pró-reitoria de Extensão, Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação, Pró-reitoria de Administração e Planejamento, Pró-reitoria de Gestão de Pessoas, Diretoria de Assuntos Estudantis, Diretoria de Tecnologia da Informação e Gabinete do Reitor.

O processo de elaboração dos objetivos e metas pelas Unidades Estratégicas teve como principais elementos norteadores a missão, visão e valores da instituição, ou seja, os objetivos e metas

foram definidos em consonância com a missão e voltados para a realização da visão da instituição de modo a orientar a prestação de serviços que agreguem valor a sociedade.

Como é possível perceber pelo mapa estratégico do IFCE, os objetivos estão associados em quatro perspectivas: aluno, processos internos, aprendizagem e crescimento e responsabilidade orçamentária e financeira, sendo que os resultados esperados em cada um deles contribuem para o sucesso da missão e alcance da visão institucional.

Em relação ao alinhamento dos planos tático e operacional com a missão, esse é realizado por meio do desdobramento das metas dos objetivos estratégicos entre os *campi* da instituição. Dessa forma, cada *campus* define as suas ações anuais com vistas ao alcance da metas definidas para o ano.



Disponível em:

<http://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/plano-de-desenvolvimento-institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional-2014-2018-pdf/view>

2.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

O processo de planejamento estratégico do IFCE segue o ciclo PDCA (Planejar, Executar, Controlar e Avaliar). Nesse sentido, a etapa de controle é realizada trimestralmente sobre o planejamento tático e operacional, pois nesses planos estão definidas as ações dos *campi* necessárias ao alcance dos objetivos e metas definidos no plano estratégico.

Ao final de cada trimestre de execução do planejamento, os *campi* e Unidades Estratégicas informam no Módulo Desenvolvimento Institucional do SUAP os resultados das ações realizadas no trimestre e o percentual de realização das metas.

De posse dessas informações, elabora-se um relatório descrevendo os resultados parciais das metas anuais e em seguida encaminha-se o referido relatório para as Unidades Estratégicas. O relatório parcial das metas é um instrumento que subsidia as Unidades Estratégicas a identificar os *campi* que estão com os resultados abaixo do esperado e, conjuntamente, buscar soluções com vistas a assegurar os resultados planejados.

2.3. Desempenho orçamentário

2.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Quadro – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) INTEGRAL			() PARCIAL		
Código:	10.26405.12.363.2080.20RG			Tipo:		Atividade
Título:	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.				Código:1009	
Programa	Educação de Qualidade para Todos			Código:2080		Tipo:Temático
Unidade Orçamentária	26405-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará.					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.176.829,00	4.176.829,00	3.939.734,65	610.037,04	604.154,19	5.882,85	3.329.697,61
Execução Física da Ação - Metas						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Projeto viabilizado		Unidade	5			4
Identificação da Ação						

Responsabilidade da UPC na execução da ação	(X) INTEGRAL		() PARCIAL		
Código:	10.26405.12.363.2080.20RG		Tipo: Atividade		
Título:	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.				
Iniciativa	02A0- Expansão , reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.				
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.			Código:0582	
Programa	Educação Profissional Tecnológica Código:2031		Tipo:Temático		
Unidade Orçamentária	26405-Instituto Federal de Educação , Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
1.236.376,43	1.023.657,00	-	Projeto viabilizado	Unidade	5

FONTE: TESOIRO GERENCIAL , dados extraídos em 01/02/2018

Quadro – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS													
Identificação da Ação													
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() INTEGRAL			(X) PARCIAL								
Código:		10.26405.12.363.2080.20RL		Tipo:	Atividade								
Título:		Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional Tecnológica											
Objetivo		Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.				Código:1009							
Programa		Educação de Qualidade para Todos	Código:2080		Tipo:Temático								
Unidade Orçamentária		26405-Instituto Federal de Educação , Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará											
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras											
Lei Orçamentária Anual do exercício													
Execução Orçamentária e Financeira													
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício								
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados							
81.382.680,00	81.514.630,00	79.047.125,35	59.446.570,25	58.674.653,50	771.916,75	19.600.555,10							
Execução Física da Ação - Metas													
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta										
			Prevista	Reprogramada	Realizada								
Estudante Matriculado		Unidade	34.530		37.822								
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Responsabilidade da UPC na execução da ação</th> <th colspan="2">() INTEGRAL</th> <th colspan="3">(X) PARCIAL</th> </tr> </thead> </table>							Responsabilidade da UPC na execução da ação		() INTEGRAL		(X) PARCIAL		
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() INTEGRAL		(X) PARCIAL									

Código:	10.26405.12.363.2080.20RL		Tipo:	Atividade	
Título:	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional Tecnológica.				
Iniciativa	02A0- Expansão , reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.				
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.			Código:0582	
Programa	Educação Profissional Tecnológica	Código:2031		Tipo:Temático	
Unidade Orçamentária	26405-Instituto Federal de Educação , Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
16.390.509,30	13.104.804,43	1.262.573,03	Estudante Matriculado	Unidade	29.900
FONTE: TESOURO GERENCIAL , dados extraídos em 01/02/2018					

Quadro – Ações de Relacionadas a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UPC – OFSS

Responsabilidade da UPC na execução da ação	() INTEGRAL	(X) PARCIAL
Código:	10.26405.12.363.2080.2994 -	Tipo: Atividade
Título:	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica	

Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.				Código: 1009	
Programa	Educação Profissional Tecnológica		Código: 2080		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26405-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do Exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
19.086.505,00	19.086.505,00	19.033.703,79	15.895.157,38	15.886.843,99	8.313,39	3.138.546,41
Execução Física da Ação - Metas						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Benefício concedido		Unidade	59.897			1.826.087
Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() INTEGRAL			(X) PARCIAL		
Código:	10.26405.12.363.2031.2994 -			Tipo:	Atividade	
Título:	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica.					

Iniciativa	02A5-Ampliação do acesso em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, em instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes, e promoção de condições de permanência aos estudantes.				
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.			Código: 0582	
Programa	Educação Profissional Tecnológica Código: 2031			Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	26405-Instituto Federal de Educação , Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
3.140.352,45	2.632.647,20	195.301,16	Benefício concedido	Unidade	9.795

FONTE: TESOURO GERENCIAL , dados extraídos em 01/02/2018

Quadro – Ações Não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação			
Código	10.26405.12.363.1062.1H10		Tipo: Projeto
Título	Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.		
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	Código	1062

Unidade Orçamentária	26405-Instituto Federal de Educação , Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
9.736,44	-	6.075,70	Unidade de ensino implantada	Unidade	-

Identificação da Ação					
Código	10.26405.12.363.1062.6301 -			Tipo:Atividade	
Título	Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica				
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	Código		1062	
Unidade Orçamentária	26405-Instituto Federal de Educação , Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
53.307,32	-	41.783,06	Volume disponibilizado	Unidade	-

Identificação da Ação			
Código	10.26405.12.363.1062.2992		Tipo:Atividade
Título	Funcionamento da Educação Profissional e Tecnológica		
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	Código	1062
Unidade Orçamentária	26405-Instituto Federal de Educação , Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará.		

Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
103.050,71	-	37.648,50	Aluno matriculado	Unidade	-

Identificação da Ação					
Código	10.26405.12.363.1062.8650			Tipo:Atividade	
Título	Reestruturação da ede de Educação Profissional e Tecnológica				
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	Código		1062	
Unidade Orçamentária	26405-Instituto Federal de Educação , Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
34.172,47	-	9.412,92	Unidade reestruturada	Unidade	-

Identificação da Ação	
Código	10.26405.12.363.2031.6358 Tipo:Atividade
Descrição	Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional Tecnológica
Iniciativa	02B3 - Ampliação da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica articulada com a educação de jovens e adultos e de processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional, possibilitando inclusive recorte étnico-racial e de gênero e o atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante.

Objetivo		Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.		Código: 0588		
Programa		Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		Código:2031		Tipo:Temático
Unidade Orçamentária		26405-Instituto Federal de Educação , Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 1º de Janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0023-Ceará	36.731,26	803,20	2.730,00	Pessoa capacitada	Unidade	-

FONTE: TESOIRO GERENCIAL , dados extraídos em 01/02/2018

No exercício de 2017 foram alocados créditos na Lei Orçamentária Anual (LOA) do IFCE em 03 (Três) ações orçamentárias consideradas como relevantes para desempenho da missão institucional, a saber: Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional Tecnológica, Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica e Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica.

Para **ação de Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica** foi previsto o valor de R\$ 2.926.829,00 mais as emendas impositivas, no valor de R\$1.250.000,00, destinadas aos campi de Aracati, Acaraú e Quixadá. Do total prevista para a ação na LOA do IFCE, houve o contingenciamento inicial de 50% (cinquenta por cento) da cota de movimentação de empenho. Em relação aos recursos oriundos de Emendas de Individuais foi liberado o valor de R\$1.050.000,00 que atendeu a execução da obra de construção da Quadra Esportiva do campus de Quixadá e construção dos tanques de piscicultura e adequação dos laboratórios de química do campus Aracati. As principais ações executadas com os recursos alocados na LOA foram: a continuidade das obras dos campi de Acopiara e Horizonte, aquisição de equipamentos, mobiliários e condicionadores de ar dos campi da Expansão Fase III (Acopiara, Horizonte e Paracuru).

A obra do campus Paracuru foi concluída, porém ainda falta o recebimento de equipamentos e mobiliário. A obra do campus Horizonte se encontra em execução com previsão de conclusão para abril/2018. Foram adquiridos equipamentos e mobiliário para o funcionamento do campus com o recebimento da obra. A obra do campus Acopiara se encontra em andamento, com previsão de conclusão em abril/2018. A insuficiência orçamentária para empenho do valor atualizado contratado dificultou a execução da obra em ritmo adequado. Aguarda-se também, para o campus Acopiara, o recebimento de equipamentos e mobiliário, já empenhados, para o funcionamento da unidade. No que se refere às emendas informamos que foi contratada a obra de construção da quadra poliesportiva do campus Quixadá, com entrega prevista em 180 dias, e a obra de construção dos tanques de piscicultura e o laboratório de química do campus Aracati, com entrega prevista para 60 dias. Ambas as obras se iniciarão em janeiro de 2018.

A **ação de Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional Tecnológica** teve uma execução de 96,97% do total dos créditos alocados (R\$ 81.514.630,00). Esta ação foi destinada exclusivamente à manutenção do funcionamento das unidades do IFCE situadas no estado do Ceará, custeando despesas essenciais como limpeza e conservação, vigilância, telefonia, fornecimento de energia elétrica, água e insumos para o desenvolvimento das aulas didáticas e práticas dos cursos e desenvolvimento das atividades administrativas. Além disso, a ação contemplou investimentos na execução de obras de pequeno vulto como: Refeitório e pavimentação de áreas externas da Reitoria, obras e adequação de salas de aulas para os campi de Baturité, Camocim, Morada Nova, Tabuleiro do Norte, Umirim e Tianguá, adequação do fosso do elevador do campus de Fortaleza, urbanização do campus de Umirim, além da aquisição de acervo bibliográfico, equipamentos e mobiliários para a área de ensino e administrativa.

O físico executado desta ação (Estudante Matriculado) superou a Meta Física do exercício em aproximadamente 9,53%. Destaca-se, entretanto, que a superação poderia ter sido maior, considerando a liberação dos recursos contingenciados se efetivou a partir do quarto trimestre, comprometendo o crescimento de oferta de vagas ainda no exercício.

No que diz respeito à **ação de Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica**, o percentual de execução atingiu 99,72% do total dos créditos alocados, que perfizeram R\$ 19.086.505,00. Esta ação tem duas vertentes de assistência aos discentes: uma destina-se à concessão de auxílios aos alunos na forma de pecúnia, (auxílio formação, alimentação, transporte, iniciação científica, acadêmico, pais e mães), conforme Resolução CONSUP nº 08/2014, e outra se destina ao fornecimento de alimentação, na forma de merenda escolar, ou através dos restaurantes acadêmicos da rede IFCE.

O físico executado desta ação (Benefício Concedido) superou a Meta Física do exercício em aproximadamente 204%. Destaca-se que a superação foi motivada pela eficiência da equipe de gestão

em decorrência da agilidade nas análise e concessão de benefícios, assim como na liberação dos recursos contingenciados no exercício.

2.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Os principais eventos que interferiram no desempenho orçamentário do IFCE foram:

- 1 – Limitação da cota de movimentação de empenho;
- 2 – Contingenciamento de créditos orçamentários;
- 3- Limitação das despesas a ser empenhada com a contratação de bens e serviços e a concessão de diárias e passagens;

Com a publicação dos Decretos nº 8.961, de 16/01/2017, alterado pelo Decreto nº 9.018, de 30/03/2017, que dispunham sobre a Programação Orçamentária e Financeira do governo federal, houve uma limitação na conta (82320.01.00) de Limite Orçamentário a Utilizar, sendo a liberação da cota de movimentação de empenho realizada de forma fracionando, acarretando incertezas na execução orçamentaria no transcorrer do exercício.

Além da liberação parcial de Limite Orçamentário a Utilizar, ocorreu o contingenciamento dos créditos autorizado na Lei Orçamentaria Anual LOA-2017 sendo de 10% (dez por cento) dos créditos de custeio e de 30% (trinta por cento) dos créditos de capital, comprometendo a continuidade da implantação dos campi da Expansão Fase III (Itapipoca, Paracuru, Horizonte, Acopiara e Maranguape), no tocante a finalização e continuidade das obras de construção dos campi e na aquisição dos equipamentos.

Conjugado a este cenário, as limitações impostas pela política de racionalização das despesas públicas que foram estabelecidas pelas Portarias nº 28, de 16 de fevereiro 2017 e Portaria nº 234, de 19 de julho de 2017, ambas do Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão (MPDG), definiu que as despesas a serem empenhadas no exercício de 2017 para o Instituto Federal do Ceará (IFCE) não poderia exceder a 80% (oitenta por cento) das despesas empenhas em 2016. Como a definição deste limite, a Instituição adotou medidas para priorizar a execução orçamentária com despesas essenciais para funcionamento das Unidades e não atendendo a contratação de serviços e aquisições de suprimentos para o melhor desenvolvimentos do ensino.

Tais fatores levaram a instituição a redimensionar as despesas essenciais ao funcionamento das unidades, com a redução de gastos com serviços terceirizados, reprogramação de aulas práticas e também com a impossibilidade de atender, integralmente, a atualização planejada para o acervo bibliográfico, assim como a aquisição de equipamentos para laboratório.

2.3.3. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

O reconhecimento de passivos oriundos de despesas sem dotação orçamentária não fere a vedação constituição-legal de realização de despesa ou assunção de obrigações que excedam os créditos orçamentários ou adicionais, vez que não é o registro contábil que está vedado e sim o ato que o origina.

O Princípio Contábil da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento. Este Princípio reconhece as transações e os eventos na ocorrência dos respectivos fatos geradores, independentemente do seu pagamento, recebimento e autorização orçamentária.

E é em atendimento a este Princípio, constante na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade n 750/93, à Lei Complementar n 101/2000 no inciso II, do art. 50, ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público MCASP, Parte II (Procedimentos Contábeis Patrimoniais), às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16.4 Transações no Setor Público) e outros atos normativos que dispõem sobre a contabilidade geral e pública, que ocorrendo o fato gerador de uma despesa, mesmo nos casos sem dotação no orçamento, a contabilidade deverá registrá-la.

Porém, em consulta ao relatório criado no Tesouro Gerencial pela Setorial Contábil do MEC, não encontramos nesta UJ, nenhum reconhecimento de passivos sem a devida contrapartida orçamentária. Isto se deve ao fato de já iniciamos o exercício de 2017 com o orçamento aprovado e,

com isso, não houve necessidade de registro de passivo sem o respectivo crédito autorizado no orçamento.

2.3.4. Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de Janeiro de 2017	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2017
2016	2.948.864,27	2.904.043,52	14.703,01	30.117,74
2015	122.507,32	102.542,58	11.576,13	8.388,61
2014	30.738,03	67,80	10.278,75	20.391,48
2013	28.415,54		16.847,87	11.567,67
2012	128.263,56		2.656,00	125.607,56
2011	36.102,85			36.102,85
2010	30.938,28		30.802,28	136,00
2009	4.689,29		3.368,22	1.321,07
2008	2.385,62			2.385,62
2007	27.684,49		3.974,23	23.710,26
2006	3.250,55		3.250,55	0,00
2005	7.307,86		5.002,25	2.305,61

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 1º de Janeiro de 2017	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2017
2016	35.580.606,64	25.045.003,15	1.604.246,62	8.931.356,87
2015	4.006.341,40	1.332.737,82	1.171.360,37	1.502.243,21
2014	1.510.946,58	631.280,47	191.572,83	688.093,28
2013	2.832.495,74	136.307,00	2.267.106,54	429.082,20
2012	886.594,83	103.517,27	473.189,48	309.888,08
2011	178.539,79		77.390,93	101.148,86
2010	26.072,15	0,00	21.874,25	4.197,90

FONTE: TESOUREIRO GERENCIAL, dados extraídos em 01/02/2018

Não houve impactos significativos na gestão financeira em decorrência de pagamentos de Restos a pagar (RAP) de exercícios anteriores, pois os limites financeiros estabelecidos, atenderam as necessidades de pagamento dos Restos a pagar (RAP), bem como das despesas do exercício financeiro.

Nos casos de convênios, justifica-se a permanência de restos a pagar há mais de um exercício, tendo em vista a prorrogação de vigências decorrentes da demora na liberação das parcelas, por atraso da UJ na análise das prestações de contas, bem como as mesmas apresentaram-se incompletas.

No que se refere a prestação de serviço e/ou aquisição de bens, pela demora na apresentação das notas fiscais pelos fornecedores, bem como as certidões exigidas no ato do pagamento, apresentarem-se vencidas, irregularidade fiscal, trabalhista e previdenciária dos fornecedores, além da execução de obras de construção que normalmente ultrapassam mais de um exercício financeiro.

Como estratégia de pagamento dos Restos a Pagar, informamos que foi emitida e enviada a todos os campi, uma nota técnica estabelecendo rotinas de análise e acompanhamento dos RP, com o objetivo de evitar a permanência de saldos indevidos nesta conta.

Os empenhos que permaneceram inscritos em RP obedeceram às ressalvas do disposto no §3º, do art. 68 do Decreto 93.872/1986, abaixo transcrito:

Art. 68. A inscrição de despesas como restos a pagar no encerramento do exercício financeiro de emissão da Nota de Empenho depende da observância das condições estabelecidas neste Decreto para empenho e liquidação da despesa. (Redação dada pelo Decreto nº 7.654, de 2011)

§ 2º Os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados posteriormente terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, ressalvado o disposto no § 3º. (Incluído pelo Decreto nº 7.654, de 2011)

§ 3º Permanecem válidos, após a data estabelecida no § 2º, os restos a pagar não processados que:

II - sejam relativos às despesas: (Incluído pelo Decreto nº 7.654, de 2011)

c) do Ministério da Educação financiadas com recursos da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

2.3.5. Execução descentralizada com transferência de recursos

Visão gerencial dos instrumentos de transferência e dos montantes transferidos

Entre 2015 a 2017 o IFCE não celebrou Convênio ou Contrato de Repasse com transferência de recursos. No período de 2015 a 2017 foram firmados três Termos de Execução Descentralizadas-TED, sendo dois Termos que tem por objeto a Capacitação de Servidores em cursos de Pós-Graduação em Stricto Sensu, em nível de Mestrado, coma a UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ e UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. O outro TED tem por objeto a Participação nos Jogos dos Institutos Federais- JIFs 2016 (Regional) para os Alunos do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ e foi firmado com o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA.

Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

UASG 158133						
Nome:	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017

Termo de Execução Descentralizada	01	03	02	R\$ 114.400,00	R\$ 159.762,00	R\$ 325.387,00
Totais	01	03	02	R\$ 114.400,00	R\$ 159.762,00	R\$ 325.387,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Visão gerencial da prestação de contas dos recursos pelos recebedores

Unidade Concedente UASG 158133					
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ					
Exercício da Prestação Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Termo de Execução Descentralizada		...
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	01		
		Montante Repassado	-		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-		
		Montante Repassado	-		

Fonte: Tesouro Gerencial

Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome:				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Termo de Execução Descentralizada		...
Contas analisadas	Quantidade aprovada	-		
	Quantidade reprovada	-		

	Quantidade de TCE instauradas	-		
	Montante repassado (R\$)	-		
Contas NÃO analisadas	Quantidade	-		
	Montante repassado (R\$)	-		
Fonte:				

Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	-	-	-	-
Contratos de repasse	-	-	-	-	-
Termo de Execução Descentralizada	-	-	-	-	-

Análise crítica

A Coordenadoria de Convênio do IFCE fica diretamente subordinada a Pró-Reitoria de Administração e Planejamento e conta com 02 servidores para o desenvolvimento de todos os trabalhos e atribuições pertencentes a essa coordenação.

Com a criação da Coordenadoria, houve melhora no acompanhamento e controle dos processos e, com isso, uma maior segurança na gestão, especialmente em conferir a prestação de contas dos recursos executados pelo IFCE, antes de encaminhar ao órgão concedente, o qual cabe Coordenadoria de Convênios decidir pela sua regularidade.

A estrutura de pessoal ainda não é a ideal com deficiência de servidores e ainda falta um sistema de gestão dos processos, entretanto, tem-se empregado esforços para que seja melhor estruturada a Coordenadoria de Convênios em 2018.

A fiscalização em in loco fica a cargo dos coordenadores e fiscais dos projetos. Nesse aspecto ficam na responsabilidade de produzir os relatórios de cumprimento de objeto e relatórios do andamento dos projetos, além de registrar as ocorrências que venha a existir no decorrer da vigência dos Termos de Execução Descentralizadas.

2.3.5.1. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Em busca de sistematizar os controles internos, atualmente foi solicitado a criação de um sistema interno de controle de convênios e instrumentos congêneres, para o acompanhamento da execução, vigência, geração de relatórios e prestação de contas.

Um outro ponto que está em processo de desenvolvimento é um manual de convênios, que com a implantação do SEI, tornou necessário e urgente, haja visto as mudanças significativas nas rotinas processuais no IFCE. Assim, o manual dos Convênios e Instrumentos Congêneres tem previsão de conclusão até o final do ano de 2018.

Muito embora a Coordenadoria de Convênios ainda não tenha uma estrutura de pessoal suficiente, vem se esforçando para gerir os procedimentos de prestações de contas de forma satisfatória. Para isso o IFCE instituiu uma comissão incumbida de proceder à análise das Prestações de Contas de fundações de apoio e emitir a devida certificação de regularidade.

2.3.6. Informações sobre a realização das receitas.

Unidade Orçamentária: IFCE									Cod:26405	
Receitas por Natureza de Despesa e fonte de Recurso	2017		2016		2015		2014		2013	
	LOA	Realizada	LOA	Realizada	LOA	Realizada	LOA	Realizada	LOA	Realizada
1. Receitas próprias - Fonte 250	699.683	1.369.580	1.409.874	7.739.696	1.343.962	781.822	834.525	3.449.976	2.038.223	1.122.690
Alugueis	90.637,00	216.084,11	125.617,00	120.061,00	137.202	74.929	83.363	119.860	56.948	95.750
Arrendamentos									2.062	-
Taxa de Ocupação de Outros Imóveis					10.934	7.597	5.282	12.417	9.418	8.400
Outras Receitas Patrimoniais							-		1.367	-
Receita de Concessão de Direito Real de Uso de Área Pública	8.194,00	14.444,30	7.797,00	8.504,00	2.715	6.795	2.166	3.949	-	2.696
Receita da Produção Vegetal/Animal e Derivados	278.287,00	151.712,72	260.601,00	199.525,00	216.884	226.540	18.254	357.916	196.674	38.458
Receita Industrial		26.406,00		39.222,00						
Serviços Tecnológicos	25.936,00	40.852,50	70.568,00	38.705,00	63.690	47.489	47.913	62.722	73.725	49.802
Serviços Administrativos	120.997,00	80.628,12	49.319,00	76.619,00	7.427	29.926	1.892	6.169	4.136	4.065
Serviços Educacionais						40.568	7.555	389	141.681	1.056
Serviços de Hospedagem e Alimentação		192.293,65		30.600,00	14.317	37.229	14.107	18.878	21.694	20.247
Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	160.481,00	517.429,99	869.000,00	7.004.784,00	885.000	288.360	653.292	2.856.796	1.489.255	756.720
Multas e Juros Previstos em Contratos e alugueis	15.151,00	4.544,91	26.972,00	14.966,00	5.793	22.390	434	10.693	38.698	4.151
Alienação de veículos					-	-	-	-	-	41.600
Outras Restituições		125.183,80		206.710,00			267	186	2.565	99.746

2. Receitas de Convenios - Fonte 281						60.000	64.059	18.376	30.396	53.879
Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades						60.000	64.059	18.376	30.396	53.879
2.Recursos Ordinários - Fonte 100 + 112		885.860,08		1.466.852,00		539.005	-	795.704	-	625.363
Recuperação de Despesas		885.860,08		1.466.852,00		539.005		795.704		625.363
TOTAIS	699.683	2.255.440	1.409.874	9.206.548	1.343.962	1.380.827	898.584	4.264.057	2.068.619	1.801.931

**FONTE:SIAFI, DADOS
EXTRAÍDOS EM 16/01/2018.**

As principais fontes próprias de receitas do IFCE foram decorrentes de Aluguéis, Receita de Concessão de Direito Real de Uso de Área Pública, Receita da Produção Vegetal/ Animal e Derivados, Receita Industrial, Serviços Tecnológicos, Serviços Administrativos, Serviços de Hospedagem e Alimentação, Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos, Multas e Juros Previstos em Contratos e alugueis e Outras Restituições. Todas estas naturezas foram alocadas na fonte 0250. A arrecadação referente à recuperação de despesas (Recursos ordinários – Fonte 0100 e Fonte 0112) trata-se de devolução de despesas não realizadas, com fontes do Tesouro, não constituindo arrecadação, de fato, sendo uma mera devolução de recursos ao erário.

A previsão de arrecadação do IFCE, alocada na LOA 2017, na fonte 0250, foi de R\$ 699.683,00. Entretanto, com a realização de Processos Seletivos para professor substituto e para ingresso de discentes para os cursos técnicos ultrapassou a previsão, em R\$ 160.481,00 para R\$ 517.429,99. Os demais tipos de receitas, em geral, ficaram pouco abaixo do previsto.

Verifica-se que nos últimos três exercício (2015, 2016 e 2017) a receita realizada vem ultrapassando os créditos alocados na LOA em decorrência da realização de concursos públicos e processos seletivos, gerando um superávit financeiro na fonte 0250.

2.3.7. Informações sobre a execução das despesas**Quadro – Despesas totais por modalidade de contratação**

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	85.474.272,90	13,58	86.234.031,65	15,58	51.299.010,06	8,70	58.822.043,21	11,42
a) Convite								
b) Tomada de Preços	2.890.973,71	0,46	2.958.660,14	0,53	598.701,50	0,10	1.112.944,47	0,22
c) Concorrência	9.733.748,70	1,55	14.568.150,78	2,63	4.493.987,72	0,76	11.482.254,36	2,23
d) Pregão	72.849.550,49	11,58	68.707.220,73	12,41	46.206.320,84	7,83	46.226.844,38	8,97
e) Concurso								
f) Consulta								
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas								
2. Contratações Diretas (h+i)	14.069.283,44	2,24	19.323.691,75	3,49	11.789.177,93	2,00	11.736.942,82	
h) Dispensa	10.068.532,97	1,60	16.063.031,68	2,90	8.732.149,82	1,48	9.065.785,12	1,76
i) Inexigibilidade	4.000.750,47	0,64	3.260.660,07	0,59	3.057.028,11	0,52	2.671.157,70	0,52
3. Regime de Execução Especial	15.581,46	-	281.125,49	0,05	15.581,46	-	276.559,96	0,05
j) Suprimento de Fundos	15.581,46	0,00	281.125,49	0,05	15.581,46	0,00	276.559,96	0,05
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	483.929.233,30	76,90	399.261.585,15	72,11	483.924.526,92	82,05	399.260.186,15	77,51
k) Pagamento em Folha	482.324.563,63	76,64	397.168.927,23	71,73	482.324.563,63	81,78	397.168.927,23	77,10
l) Diárias	1.604.669,67	0,25	2.092.657,92	0,38	1.599.963,29	0,27	2.091.258,92	0,41
5.Total das Despesas acima (1+2+3+4)	583.488.371,10	92,71	505.100.434,04	91,23	547.028.296,37	92,75	470.095.732,14	91,26
6. Total das Despesas da UPC	629.336.526,99	100	553.669.015,49	100	589.759.133,89	100,00	515.139.544,58	100

FONTE: TESOIRO GERENCIAL , dados extraídos em 01/02/2018

Quadro – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil(2017/2016)	351.904.411,98	289.602.901,29	351.904.411,98	289.602.901,29	-	-	351.904.411,98	289.602.901,29
Obrigações Patronais(2017/2016)	33.955.238,92	28.132.240,49	33.955.238,92	28.132.240,49	-	-	33.955.238,92	28.132.240,49
Demais elementos do grupo	96.464.912,73	79.433.785,45	96.464.912,73	79.433.785,45	-	-	96.464.912,73	79.433.785,45
3. Outras Despesas Correntes	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Locação de Mão de obra (2017/2016)	39.783.402,13	38.501.905,12	36.555.384,51	35.770.360,06	3.228.017,62	2.731.545,06	36.134.396,59	35.148.575,04
Outros Serviços de Terceiros/ PJ(2017/2016)	24.250.729,43	30.677.649,10	15.065.690,12	17.128.339,31	9.185.039,31	13.549.309,79	14.942.733,25	16.868.332,28
Aux.Alimenta	16.384.000,93	15.288.717,16	16.384.000,93	15.288.717,16	-	-	16.384.000,93	15.288.717,16

ção(2017/2016)								
<i>Auxílio Financeiro a estudantes(2016/2015);</i>	12.991.359,20	13.709.684,47	12.167.869,58	13.115.136,43	823.489,62	594.548,04	12.152.236,29	12.883.120,07
<i>Material de Consumo(2017/2016)</i>	5.546.158,47	3.523.615,64	1.156.214,75	1.733.983,59	4.330.865,35	1.789.632,05	1.180.914,93	1.458.599,04
<i>Demais elementos do grupo</i>	24.738.912,54	25.425.392,87	20.332.289,97	20.759.134,14	4.465.700,94	4.666.258,73	20.194.820,50	20.411.835,90

DESPESAS DE CAPITAL

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
<i>Obras e Instalações (2017/2016)</i>	12.838.628,86	19.375.976,36	6.408.170,22	13.699.048,74	3.736.667,78	2.991.562,75	5.156.374,22	12.729.150,29
<i>Equip.Mat.Perm.(2017/2016)</i>	5.815.291,67	4.122.522,76	-	-	8.509.082,53	6.807.887,63	-	-
<i>Demais elementos do grupo</i>	4.663.480,13	5.874.624,78	1.602.042,55	3.424.762,19	3.061.437,58	2.449.862,59	1.289.093,55	3.182.287,57

FONTE: TESOIRO GERENCIAL , dados extraídos em 01/02/2018

A Lei Orçamentária Anual nº 13.414 de 10 de janeiro de 2017 teve sua execução inicial regida pelo Decreto nº 8.961 de 16/01/2017, sendo alterado pelo Decreto nº 9.018 de 30/03/2017, contendo as disposições sobre a programação orçamentária e o cronograma de desembolso financeiro anual. Além destes instrumentos normativos a execução orçamentária teve limitações estabelecidas pela Portaria nº 28, de 16 de fevereiro de 2017, do Ministério do Planejamento, que fixou limites para a despesa a ser empenhada com a contratação de bens e serviços e a concessão de diárias e passagens, no âmbito dos órgãos e das unidades orçamentárias do Poder Executivo. Por sua vez o Ministério da Educação - MEC estabeleceu o limite de despesa para o exercício de 2017, do Instituto Federal do Ceará no valor de 80% (oitenta por cento) sobre as despesas empenhadas no exercício de 2016, exigindo a adoção de medidas no âmbito da Rede com vistas a não ultrapassar os limites do órgão.

Ao longo do exercício/2017 a execução orçamentária teve suas cotas de limite de empenho e movimentação fracionadas, repercutindo diretamente nas ações planejadas, principalmente na realização de investimentos, cuja cota autorizada foi de até 50 % das dotações consignadas na LOA, contudo os esforços da Instituição para concluir as obras de construção em andamento dos campi de Acopiara, Horizonte e Maranguape resultou na execução integral das dotações de capital constantes na LOA/2017 no valor de R\$ 8.339.883 além de suplementação orçamentária por créditos adicionais.

Além das limitações orçamentárias impostas no curso da execução orçamentária, o governo federal contingenciou 10% das dotações de custeio no valor de R\$ 9.681.132 e 30% das dotações de capital no valor de R\$ 2.578.930. Tal contingenciamento dificultou sobremaneira a manutenção e funcionamento dos campi, no âmbito das áreas fim e meio gerando desequilíbrios na Rede/IFCE. Durante o encerramento do exercício o governo descontingenciou integralmente as dotações de custeio, retendo parcialmente dotações de capital no valor de R\$ 1.101.965,00.

Ante as limitações acima em comento, a gestão orçamentária adequou as cotas autorizativas de limite de empenho e movimentação para atender as suas necessidades institucionais, realizando internamente remanejamento entre ações e grupos de despesas além das seguintes medidas:

1 – Houve a suplementação de créditos para o atendimento de despesas de pessoal ativo, inativos e de benefícios, em decorrência da insuficiência de dotações orçamentárias para cobertura destas despesas ao longo do exercício;

2 – Por indisponibilidade orçamentária, houve a suplementação de dotações de Investimentos pelo cancelamento de dotações de custeio no valor de R\$1.600.000,00 visando:

a) implantar o Sistema Eletrônico de Informações-SEI com adesão feita desde em abril/2014;

b) atender finalidades diversas no âmbito da Rede/IFCE, tais como: equipar os laboratórios de informática, Engenharia de Controle e Automação e de Engenharia Mecânica do campus Maracanaú, adquirir catracas de acesso do campus de Crato, mobiliários em geral e material permanente (compressores, central de ar condicionado, placas fotovoltaicas, moto bombas) , além do registro de patentes da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação.

3 – Houve a solicitação de créditos adicionais por ausência de previsão orçamentária para atender despesas com auxílios moradia para os diretores Gerais dos campi de Baturité e Camocim, no montante de R\$ 19.050,00;

Destacamos os efeitos impeditivos da Emenda Constitucional 95/2016 e a política de redução de gastos do governo que inviabilizou suplementar os créditos decorrentes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial/2016 no valor de R\$ 5.891.000, cujo propósito foi não exceder os limites autorizados na LOA.

Durante o exercício/2017 houve a Descentralização de Créditos na ordem de R\$ 17.769.206,79 para custear ações e projetos desenvolvidos no âmbito da Rede/IFCE, concedidos por órgãos vinculados ao Ministério da Educação tais como *SETEC, Capes e FNDE, bem como* de outros órgãos como a Agência Nacional de Águas e Ministério da Saúde.

No que diz respeito às alterações significativas ocorridas no exercício, em relação aos montantes realizados, verificou-se um crescimento das Despesas de Pessoal, de cerca de 21%, o que fez a participação destas despesas nas Despesas totais passar de 72,11% para 76,90%, em razão do funcionamento dos novos campi (Paracuru, Horizonte, Boa Viagem, Acopiara e Maranguape), que ensejaram a nomeação de novos servidores.

Quanto às Outras Despesas de Custeio e Capital-OCC, verificou-se uma redução de cerca de 26,5% em gastos com serviços de pessoa jurídica e uma estabilização dos gastos com locação de mão-de-obra, ambas resultado das limitações fixadas pela Portaria nº 28, acima mencionada. Destaque-se, que o comum é que tais despesas apresentem um acréscimo anual em decorrência dos reajustes nos contratos e em razão de expansão na infraestrutura, que é o cenário em que o IFCE se encontra.

Por modalidade de licitação, houve uma redução significativa no montante das despesas oriundas de dispensas de licitação, de cerca de 37,31%, o que pode sinalizar um aperfeiçoamento na gestão dos processos de aquisições e contratações do órgão.

2.3.8. Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Esta instituição no decorrer do ano de 2017 diminuiu bastante a utilização da modalidade de suprimento de fundos para despesas de pequeno vulto e/ou emergencial em relação ao ano anterior.

Isso aconteceu pela decisão de fazer compras de material/serviço com maior planejamento através da modalidade pregão eletrônico e utilizar a execução descentralizada do Ministério do Planejamento para compras de passagens aéreas.

O Campus de Fortaleza emitiu dois empenhos em 2017 com essa modalidade de suprimento de fundos para compras de pequeno vulto/emergencial e apenas um para compra de passagens aéreas.

Também foi realizado empenhos com a modalidade suprimento de fundos para compra de passagens aéreas, nos campi Tauá e Baturité.

Os demais campi não utilizaram a modalidade 09 – Suprimento de Fundos em 2017.

Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quant.	Valor Total	Quant.	Valor Total	
2017	158313	IFCE FORTALEZA	-	-	03	14.379,00	6.251,16
	158951	IFCE BATURITÉ	-	-	01	1.202,46	1.202,46
	TOTAL					15.581,46	
2016	158313	IFCE FORTALEZA	-	-	07	50.902,95	26.206,95
	158321	IFCE CRATO	-	-	-	0,00	-
	158133	IFCE REITORIA	-	-	10	221.465,07	129.305,31
	158952	IFCE TAUÁ	-	-	01	3.000,00	3.000,00
	158951	IFCE BATURITÉ	-	-	01	1.586,86	1.586,86
	158315	IFCE QUIXADÁ	-	-	01	2.609,67	2.609,67
	158956	IFCE TIANGUÁ	-	-	01	1.560,94	1.560,94
	TOTAL					281.125,49	
Fonte: SIAFI							

Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quant.	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a + b)
					Quant.	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2017	158313	IFCE FORTALEZA	-	-		-	14.379,00	14.379,00
	158951	IFCE BATURITÉ	-	-		-	1.202,46	1.202,46
	TOTAL		-	-		-	15.581,46	15.581,46
2016	158313	IFCE FORTALEZA	-	-		-	49.337,42	49.337,42
	158321	IFCE CRATO	-	-		-	0,00	0,00
	158133	IFCE REITORIA	-	-		-	221.465,07	221.465,07
	158952	IFCE TAUÁ	-	-		-	0,00	0,00
	158951	IFCE BATURITÉ	-	-		-	1.586,86	1.586,86
	158315	IFCE QUIXADÁ	-	-		-	2.609,67	2.609,67
	158956	IFCE TIANGUÁ	-	-		-	1.560,94	1.560,94
	TOTAL		-	-		-	276.559,96	276.559,96
Fonte: SIAFI								

Classificação dos gastos com suprimento de fundos

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto - 2017		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158313	IFCE FORTALEZA	339030 - MATERIAL DE CONSUMO	22 - MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO	1.161,20
			24 - MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	3.916,45
			25 - MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS	1.191,31
			26 - MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	1.724,78
			42 - FERRAMENTAS	134,10
		339033 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	01 - PASSAGENS PARA O PAIS	6.251,16
158951	IFCE BATURITÉ	339033 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	96 - PASSAGENS E DESP.C/LOCOMOCAO-PAGTO ANTECIPADO	1.202,46
SOMA				15.581,46

2.4. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

O Instituto Federal do Ceará, em seu planejamento, visa não só alcançar um bom resultado para os indicadores de desempenho, definidos pelo Tribunal de Contas da União para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, como também obter um desempenho satisfatório nos indicadores estabelecidos pela própria gestão da instituição.

Em outras palavras, significa dizer que, além dos 12 (doze) indicadores definidos pelo TCU, o IFCE possui ainda um conjunto de indicadores próprios, de diversas classificações, destinados a acompanhar o desempenho das áreas de ensino, pesquisa, extensão, gestão e relações internacionais.

A seguir serão apresentados os resultados alcançados, até o ano de 2017, referentes a alguns dos principais indicadores próprios da gestão do IFCE, para cada área mencionada acima:

Ensino

Denominação	Periodicidade	Fórmula	Índice Previsto para 2018	Índice Alcançado até 2017
Cursos de Licenciatura implantados	Anual	Soma simples	19	7
Cursos Técnicos implantados	Anual	Soma simples	53	18
Cursos de Tecnologia, Bacharelado e Pós-graduação implantados	Anual	Soma simples	37	14
Alunos formados	Semestral	Soma simples	15.882	7.824

Pesquisa

Denominação	Periodicidade	Fórmula	Índice Previsto para 2018	Índice Alcançado até 2017
Artigos publicados em periódicos qualis A ou B	Trimestral	Soma simples	598	446
Projetos de pesquisa e inovação em execução	Trimestral	Soma simples	2.937	1.411
Captação de recursos para pesquisa e inovação	Trimestral	Soma simples	14.065.000	5.278.296

Extensão

Denominação	Periodicidade	Fórmula	Índice Previsto para 2018	Índice Alcançado até 2017
% de alunos que participam de projetos de ensino, pesquisa e extensão.	Trimestral	(Total de alunos / Somatório de alunos que participam de projetos de ensino, pesquisa e extensão) x 100	17%	13%
Cursos e Serviços Prestados pela Extensão	Trimestral	Soma simples	471	366
Programas e/ou Projetos Realizados pela Extensão	Trimestral	Soma simples	246	396

Gestão

Denominação	Periodicidade	Fórmula	Índice Previsto para 2018	Índice Alcançado até 2017
Participação de servidores em congressos e seminários de sua área de atuação	Trimestral	Soma simples	1.325	909
Servidores capacitados e/ou aperfeiçoados	Trimestral	Soma simples	1.874	1.284
Servidores qualificados em curso de nível superior	Trimestral	Soma simples	290	186

Relações Internacionais

Denominação	Periodicidade	Fórmula	Índice Previsto para 2018	Índice Alcançado até 2017
Alunos Enviados ao Exterior	Trimestral	Soma simples	49	27
Docentes e/ou pesquisadores enviados ao exterior	Trimestral	Soma simples	64	83
Técnicos administrativos enviados ao exterior	Trimestral	Soma simples	31	4

É importante ressaltar que o resultado alcançado em cada indicador corresponde ao acumulado no período de 2014-2017, ou seja, são resultados alcançados durante a vigência do atual plano estratégico da instituição. Cabe ressaltar que, o ano de 2018 corresponde ao último ano desse plano estratégico, nesse sentido, é possível constatar que muito dos indicadores apresentados acima têm grandes possibilidades de atingir as metas planejadas para esse ano.

Por outro lado, alguns indicadores provavelmente não terão as suas metas atingidas, como é o caso dos indicadores da área de ensino que mensuram a implantação de cursos e a formação de

alunos. Particularmente para esses indicadores, a redução significativa de recursos destinados aos investimentos nos *campi* contribui fortemente para o insucesso das suas metas.

2.4.1. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA – IFET, COM BASE EM UM CONJUNTO DE INDICADORES ACADÊMICOS, ADMINISTRATIVOS, SOCIOECONÔMICO E DE GESTÃO DE PESSOAS.

Indicadores de Gestão das IFETs nos Termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005

Atendendo a Decisão Normativa – TCU Nº 161 de 01 de novembro de 2017, a Portaria – TCU Nº 65, de 28 de fevereiro de 2018, e, em conformidade com o que definiu o Tribunal de Contas da União – TCU, por meio do Acórdão nº 2.267/2005, de 12/12/2005, quanto aos indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – EPT, para aferição anual das Instituições Federais de Educação Tecnológica (IFETs), apresentam-se, depois das considerações sobre o processo de geração dos índices e da contextualização 2016/2017, o Quadro de Resultados dos Indicadores de Gestão de Desempenho (Acórdão 2.267/2005), com as respectivas fórmulas de cálculo, bem como os resultados obtidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE nos (4) exercícios imediatamente anteriores e, os do exercício de 2017 – Série Histórica.

Vale destacar que até o ano de 2016 a extração dos dados para cálculo dos indicadores foi feita no âmbito do MEC, por meio da extração de forma padronizada e automatizada, no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC, Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE e Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, e disponibilizado em planilha excel a esta instituição para a validação dos dados. Todos os indicadores são calculados com base apenas nos cursos regulares, que não possuem fomento específico por meio de programas. Dessa forma, não foram consideradas as matrículas da Bolsa-Formação e da Rede e-TEC.

Para o ano de 2017, o MEC/SETEC implantou uma ferramenta, em ambiente virtual, destinado ao processo de validação de dados da instituição extraídos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Governo Federal (SIAPE) para aferição dos indicadores de desempenho. Uma vez os dados validados e ou corrigidos pela instituição ele estariam disponibilizados numa plataforma que se intitula Plataforma Nilo Peçanha. Apenas um indicador tem os seus dados colhidos pela instituição através de um questionário disponível no sistema de controle acadêmico do Instituto Federal do Ceará (IFCE), é o indicador socioeconômico que mede a renda *per capita* dos alunos.

Em novembro de 2017, a Secretária de Educação Profissional e Tecnológica envia ao IFCE Ofício-Circular Nº 36/2017GAB/SETEC/MEC, convidando aos pesquisadores institucionais e servidores que trabalham com os dados do SISTEC para a 1ª Capacitação de Atuação na Plataforma Nilo Peçanha que consistia em apresentar a concepção da plataforma, e, em treinar os servidores da Rede Tecnológica para criação de uma Rede de Coleta, Validação e Disseminação de Dados Estatísticos.

Em 14 de novembro de 2017 o Ofício-Circular Nº 8/2017/DDR/SETEC/SETEC-MEC, solicita aos dirigentes das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica a indicação de servidor para participar da 2ª Capacitação da Rede de Coleta e Validação dos Dados Estatísticos da RFEPCT – Revalide Rede Federal que aconteceria em 15/12 de 2017 em Brasília.

Em 8 de janeiro de 2018 as instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica receberam o Ofício-Circular Nº 4/2018/GAB/SETEC/MEC, que dá conhecimento aos gestores da RFEPCT da publicação no Diário Oficial da União da Portaria SETEC nº 01/2018, de 03 de janeiro de 2018, que:

- 2.4.1.1.** Institui: a Plataforma Nilo Peçanha – PNP e a Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – REVALIDE.
- 2.4.1.2.** Comunica: Consoante previsão legal, a Plataforma Nilo Peçanha será um importante instrumento de gestão, fundamental para o acompanhamento, monitoramento, avaliação e divulgação dos dados acadêmicos, técnico-administrativos e financeiros das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, além de servir como a base de dados para o cálculo dos indicadores de gestão monitorados por esta Secretaria.
- 2.4.1.3.** Solicita: Nesse contexto, solicita os bons préstimos em orientar as equipes responsáveis pelas estatísticas e/ou registros acadêmicos nas instituições sob governança de V. Sas. em sua instituição, para que adote os procedimentos para os registros competentes junto à Plataforma, observando-se conforme previsto no artigo 16 da referida Portaria, para o exercício de 2018, o cronograma com as datas estabelecidas no quadro a seguir:

DATA	EVENTO
26/01/2018	Extração dos dados do SISTEC
01/02/2018	Disponibilização dos dados extraídos do SISTEC na Plataforma Nilo Peçanha, para qualificação (data limite)
25/02/2018	Data-limite para envio dos dados via PNP
15/03/2018	Publicação dos Resultados (data limite)

- 2.4.1.4.** Informa: Por fim, importante destacar que a partir da edição da referida Portaria a utilização da Plataforma Nilo Peçanha substituirá o uso das planilhas com os indicadores de gestão que era utilizado até o exercício de 2017.

A Portaria SETEC nº 01/2018, de 03 de janeiro de 2018 além de instituir a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), normatiza a atuação dos participantes, suas competências, regulamenta o período de atuação e construção da plataforma, o calendário anual de coleta, institui a rede de coleta e a validação dos dados e informa que juntamente com a publicação dos resultados anuais, será divulgado um Guia de Referência Metodológica que apresentará, com detalhes, os aspectos envolvidos para a composição das informações publicadas, incluindo a definição dos verbetes, a modelagem dos indicadores, as estratégias de coleta e tratamento e as regras de consistência aplicadas aos dados. No entanto, a PNP calcula dois indicadores (Índice de Retenção do Fluxo Escolar e o Custo Aluno) de forma diferente do que se vinha praticando e decidiu-se que o IFCE adotaria para cálculos dos indicadores a metodologia determinada no Manual para Cálculo dos Indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – 2.0 (Indicadores, definições, fórmulas de cálculo e critérios de agregação) – versão de abril de 2016 para a apuração dos dados e atende as determinações do Ministério de Educação (MEC), dessa forma para os dois indicadores citados acima o IFCE apresentará os dois cálculos.

CONTEXTUALIZAÇÃO 2016 – 2017

O Instituto Federal do Ceará (IFCE) vem desenvolvendo desde de 2013 um conjunto de ações para conscientização dos gestores dos *campi* da importância de manter os dados acadêmicos atualizados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). Estas ações, no sentido de atualização dos dados têm como objetivo transparência nas informações e, que o registro de dados retrate com fidelidade a realidade desta instituição, quando do cálculo dos

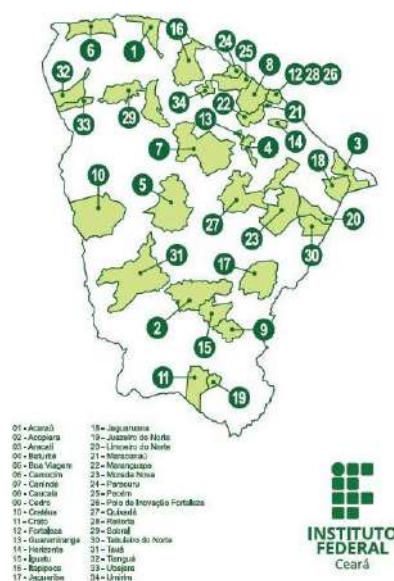
doze indicadores obrigatórios. Há também uma atenção especial em estabelecer uma cultura de acompanhamento dos Indicadores de Desempenho (Acórdão nº 2.267/2005), assim como, dos demais indicadores estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e executados no Plano de Ação Anual (PAA).

O Instituto Federal de Educação encerrou o ano de 2017 com 32 *campi* em funcionamento, sendo 23 (vinte e três) consolidados, com mais de cinco anos de existência: Acaraú, Aracati, Baturité, Camocim, Canindé, Caucaia, Cedro, Crateús, Crato, Fortaleza, Iguatu, Jaguaribe, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Morada Nova, Quixadá, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Ubajara e Umirim. Com 6 em fase de consolidação, com menos de cinco anos de funcionamento: Boa Viagem, Itapipoca, Paracuru, Jaguaruana, Pecém e Guaramiranga (com o Hotel Escola) e três *campi* implantados 2016/2017: Acopiara, Horizonte e Maranguape. Além disso o Instituto oferece a sociedade do estado do Ceará 22 (vinte dois) Polos de Educação a Distância e o Polo de Inovação de Fortaleza. Os *campi* consolidados ofereceram 21.562 (vinte e um mil quinhentos e sessenta e duas) vagas em seus cursos com uma procura de 129.756 (cento e vinte e nove mil e setecentos e cinquenta e seis) inscritos nos seus 594 (quinhentos e noventa e quatro) cursos.

O Instituto Federal trabalha em seu Plano Anual de Ação (PAA) com indicadores que permitem por meio de seus resultados e informações, retroalimentar a gestão na direção em que deseja seguir. É importante ressaltar ainda que os doze (12) indicadores do Acórdão nº 2.267/2005, de 12/12/2005 estão vinculados ao contexto organizacional do IFCE desde sua criação, com a promulgação da lei 11.892, de 20 de dezembro de 2008, e têm sido o condutor da organização interna da instituição, do fortalecimento da identidade, do atendimento ao plano de expansão com a criação de novos *campi* e a ampliação do número de alunos e servidores.

A instituição entende que os indicadores como instrumento de gestão, possibilitam o monitoramento das atividades, a avaliação de suas ações, assim como, acompanhar o alcance das metas, identificar avanços, melhorias, correção e necessidade de mudança, desta forma, considera os indicadores os norteadores de suas ações e instrumento essencial para melhoria da eficiência, eficácia e efetividade do IFCE, subsidiando aos gestores e dirigentes respostas seguras no processo de decisão e proposição de políticas, programas, projetos e ações.

O Instituto oferece além dos *campi*, 50 Centros de Inclusão Digital e 17 polos de educação a distância da Universidade Aberta do Brasil (UAB) distribuídos nas cidades do interior e na capital do Ceará. O panorama da expansão da Instituição, em 2017, no que se refere aos *campi*, reitoria e Polo de inovação de Fortaleza se encontra representado na figura abaixo:



Fonte: www.ifce.edu.br

INFORMAÇÕES: Manual para Cálculo dos Indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Lista de Componentes dos Indicadores:

SISTEC	SIAPE	SIAFI
Vagas	Docentes 20H	Gastos Totais
Inscritos	Docentes 40H	Total de Gastos com Pessoal
Ingressantes	Docentes DE	Total de Gastos com Inativos e Pensionistas
Matrículas Atendidas	Docentes Graduados	Total de Gastos com Investimentos
Concluídos	Docentes Aperfeiçoados	Total de Gastos com Inversões Financeiras
Integralizados Fase Escolar	Docentes Especialistas	Total de Gastos com Benefícios
Evadidos	Docentes Mestres	Total de Gastos com PIS/PASEP
Desligados	Docentes Doutores	Total de Gastos Correntes
Transferidos Externos	TAE Classe A	Total de Gastos com Outros Custeios
Reprovados	TAE Classe B	Gastos com o Bolsa Formação
Retidos	TAE Classe C	Gastos com o e-Tec
Previstos	TAE Classe D	
Matrículas Continuadas Regulares	TAE Classe E	
Matrículas Continuadas Retidas		
Concluídos no Prazo		
Aluno Matriculado		
Alunos-Equivalentes		
Alunos-Equivalentes RAP		
Alunos-Equivalentes Presenciais		
Ingressantes- Equivalentes		
Ingressantes Acumulados Equivalentes		
Ingressantes Acumulados Equivalentes Técnicos		
Ingressantes Acumulados Equivalentes Formação Docente		
Ingressantes Acumulados Equivalentes Proeja		
Concluídos- Equivalentes		
Integralizados- Equivalentes		
Evadidos-Equivalentes		
Desligados-Equivalentes		
Transferidos Externos Equivalentes		
Reprovados-Equivalentes		
Retidos-Equivalentes		

Fonte: SETEC

INFORMAÇÕES: A Plataforma Nilo Peçanha, acesso em www.nilopecanha.org utiliza como fonte de dados os mesmos sistemas utilizados pelo Manual (SISTEC, SIAPE e SIAFI) apresenta nota metodológica e traz um glossário para esclarecer no cálculo dos indicadores com os conceitos abaixo:

A Portaria nº25/2015/SETEC/MEC – Define conceitos e estabelece fatores para fins de cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Abaixo, os conceitos determinados por Portaria:

Matrícula: Corresponde ao aluno com sua matrícula ativa em pelo menos um dia no ano de referência. Um aluno pode ter mais de uma matrícula neste período, caso tenha se matriculado em mais de um curso.

Matrícula Equivalente: Corresponde a matrícula ponderada pelo Fator de Ponderação de Carga Horária, pelo Fator de Esforço de Curso e Fator de Nível de Curso.

Fator de Equiparação de Carga Horária: Permite a equiparação de curso com durações distintas, sendo calculado pela divisão de carga horária anual do curso por oitocentas horas. A carga horária anual do curso deve considerar a carga horária mínima regulamentada e a duração do ciclo do curso em anos, definido no projeto pedagógico.

Fator de Esforço de Curso: Ajusta a carga horária do curso em função da quantidade de aulas práticas que tecnicamente demandem menor Relação Matrícula por Professor.

Fator de Equiparação de Nível de Curso: Permite a equiparação de cursos de níveis diferentes quando as respectivas metas para a Relação Matrícula por Professor são díspares.

Aluno Ingressantes: Corresponde aos alunos que ingressaram em um curso no ano de referência.

Integralizados em Fase Escolar: Corresponde aos alunos que concluíram a carga horária das unidades curriculares de um curso no ano de referência, mas não concluíram todos os componentes curriculares (Estágio, TCC, Extensão e o ENADE).

Formados: Corresponde aos alunos que concluíram com êxito todos os componentes curriculares de um curso no ano de referência, fazendo jus ao diploma ou certificado.

Concluintes: É o somatório dos alunos Formados com os Integralizados em Fase Escolar no ano de referência.

Evadidos: Corresponde aos alunos que perderam o vínculo com a instituição antes da conclusão de um curso.

Retidos: Corresponde aos alunos que permaneceram matriculados por período superior ao tempo previsto para a integralização de um curso.

Vagas: Corresponde à disponibilidade para a fase inicial de um curso, por meio de um processo seletivo, vestibular, sorteio, SISU, ou outras formas de ingresso no ano de referência.

Inscritos: Corresponde aos candidatos que concorreram às vagas disponibilizadas para a fase inicial de um curso, em suas diversas formas de ingresso.

A Plataforma traz nota metodológica para o entendimento dos indicadores de Relação Concluinte/Aluno por Ciclo (Cciclo), Evasão Ciclo (Eciclo), Retenção do Fluxo Escolar por Ciclo (Rciclo) e Índice de Eficiência Acadêmica por Ciclo (IEA). A nota esclarece que:

Os Indicadores de Ciclo são os únicos da PNE que não trabalham com os dados estatísticos de 2017. Isso porque eles procuram analisar a eficiência dos Ciclos de Matrículas desde o seu início até o seu fim. Assim, após o término previsto do curso, um estudante pode se encontrar em três situações típicas: a) concluinte; b) evadido e c) retido. Se estabelecermos uma taxa percentual para cada uma dessas situações, teremos: $\text{ConclusãoCiclo} + \text{EvasãoCiclo} + \text{RetençãoCiclo} = 100\%$.

Se quisermos entender qual foi a eficiência desse ciclo, teremos, ao menos, duas opções: 1) considerar, apenas a ConclusãoCiclo; 2) considerar a ConclusãoCiclo acrescida de uma “provável conclusão” dos alunos que ainda estão retidos, estabelecida por uma proporcionalidade entre os atuais índices de conclusão e evasão. Na PNP optamos por esta segunda opção.

Com estas considerações chegamos aos seguintes indicadores:

ConclusãoCiclo

$$\mathbf{C_{ciclo}} = \frac{\textit{Concluintes Ciclo}}{\textit{Matrículas Ciclo}} \quad [\%]$$

EvasãoCiclo

$$\mathbf{E_{ciclo}} = \frac{\textit{Evadidos Ciclo}}{\textit{Matrículas Ciclo}} [\%]$$

RetençãoCiclo

$$\mathbf{R_{ciclo}} = \frac{\textit{RetidosCiclo}}{\textit{Matrículas Ciclo}} \quad [\%]$$

Índice de Eficiência Acadêmica (IEA)

$$\mathbf{IEA} = \mathbf{C_{ciclo}} + \frac{\mathbf{C_{ciclo}}}{\mathbf{C_{ciclo}} + \mathbf{E_{ciclo}}} \times \mathbf{R_{ciclo}} \quad [\%]$$

A seguir apresenta-se o quadro de Indicadores do Instituto Federal do Ceará:

INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2017	2016	2015	2014	2013
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	RCV = Inscrições / Vagas Ofertadas	7,80	14,43	11,99	19,32	9,50
	Relação Ingressos/Aluno	RIM = Número de Ingressos/ Alunos Matriculados X 100	40,02%	37,14%	23,08%	30,39%	40,75%
	Relação Concluinte /Alunos	RCM = Número de Concluintes /Alunos Matriculados X 100	17,79	9,73%	6,61%	8,70%	8,84%
	Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes	EAC = (∑ nº de Concluintes / ∑ nº de todas as situações finais) X100	49,90%	41,65%	43,17%	44,24%	36,64%
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	RFE = Número de Alunos Retidos x 100 / Alunos Matriculados	10,08%	35,75%	38,22%	32,14%	29,21%
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	RAD = Número de Alunos Matriculados / Número de Docentes	22,25	29,97	26,05	25,57	27,34
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	GCA = Total de Gastos / Alunos Matriculados	11.513,00¹	11.340,15	12.116,01	10.011,99	8.217,44
	Percentual de Gastos com Pessoal	GCP = Total de Gastos com Pessoal x 100 / Gastos Totais	79,67	71,43%	69,35%	62,06%	60,53%
	Percentual de Gastos com outros Custeios	GOC = Total de Gastos com outros Custeios /Gastos Totais x 100	14,67	19,55%	15,39%	17,97%	18,84%
	Percentual de Gastos com Investimentos	CGI = Total de Gastos Despesas de Investimentos / Gastos Totais x 100	1,45	7,61%	11,99%	16,59%	16,86%
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda <i>per Capita</i> Familiar MRF 22.993 alunos	0<Renda <=0,5	5.183	4.230	1.637	2.222	2.443
		0,5<Renda <=1,0	6.962	5.808	2.562	3.691	4.189
		1,0<Renda <=1,5	5.172	4.809	2.303	3.418	4.488
		1,5<Renda <=2,5	2.838	2.391	1.370	1.928	2.812
		2,5<Renda <=3,0	1.366	1.145	826	1.108	1.426
		Renda >3,0	1.472	1.418	797	1.064	1.597
		Não Informado	-	-	-	7	39

¹ A Plataforma Nilo Peçanha (PNP) calcula o indicador dos dados correntes por aluno por total de gastos por matrícula equivalentes, o que apresenta como gasto/aluno o valor de 14.407,28.

Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$TCD = (G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5) / G + A + E + M + D$	3,91	3,86	3,81	3,60	3,40

Fonte: SISTEC, SIAFI, SIAPE, Q'Acadêmico

Análise dos Resultados dos Indicadores Acadêmicos

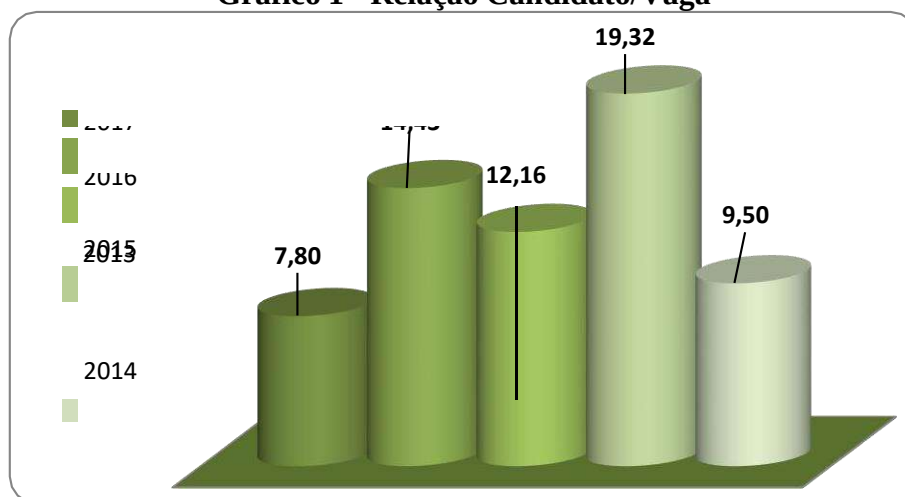
Relação Candidato/Vaga

Série Histórica

Relação Candidato/Vaga – RCV - 2017	2017	2016	2015	2014	2013
Total de Inscritos	168.179	250.172	98.362	211.507	143.003
Total de Vagas	21.562	17.340	8.090	10.946	15.058
Índice	7,80	14,43	12,16	19,32	9,50

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

Gráfico 1 - Relação Candidato/Vaga



Fonte: SISTEC/SISU/ Plataforma Nilo Peçanha

RCV – Relação Candidato/Vaga: Segundo os dados da PNP, o Indicador Relação Candidato/Vaga em 2017, foi 6,00 o que representa uma queda de 8,43 na procura por vagas na instituição. Segundo a plataforma, o IFCE ofereceu 21.562 vagas para 129.756 inscritos. Para entender esse resultado (o menor da série histórica), extraiu-se o número de candidatos a vaga no SISU. O resultado encontrado pelo SISU em 2017.1 foi de 58.206, e em 2017.2 foi de 80.346, num total de 138.552 candidatos a vaga no Instituto Federal de Educação do Ceará, nos cursos de graduação. Em seguida, extraiu-se do SISTEC os candidatos por *campus* e por cursos que têm entrada por meio de seleção própria, o que resultou num total de 29.887 que adicionado ao 138.552 do SISU tem como resultado 168.179. Nesse sentido o indicador da instituição alcança o índice de 7,80, um número bem maior que o da PNP e que consideramos como o indicador do IFCE.

Abaixo o indicador informado pela PNP.

Relação Candidato/Vaga – RCV - 2017	2017

Total de Inscritos	129.756
Total de Vagas	21.562
Índice	6,00

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

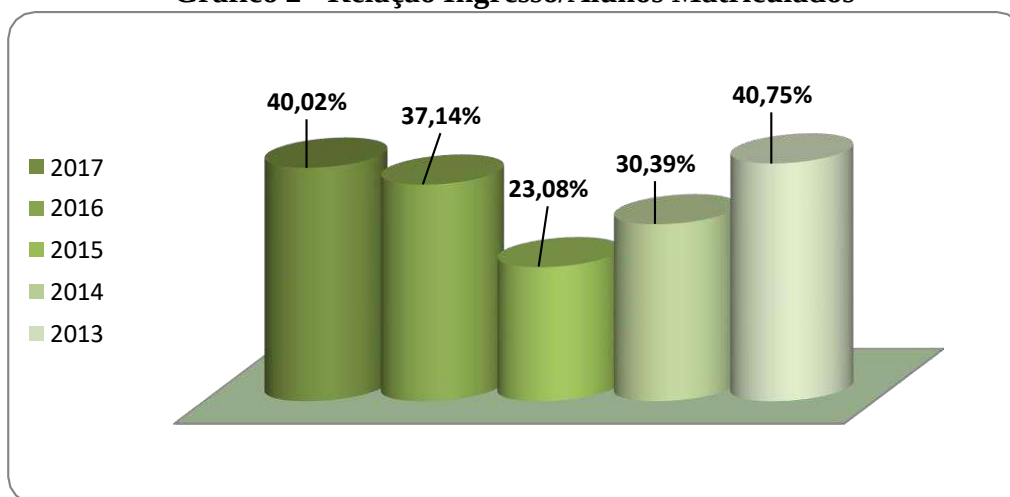
Relação Ingresso/Alunos Matriculados

Série Histórica

Relação Ingresso/Alunos Matriculados – RIM - 2016	2017	2016	2015	2014	2013
Número de Ingressos	18.806	15.419	7.707	9.717	13.297
Alunos Matriculados	46.992	41.519	33.387	31.977	32.633
Índice	40,02%	37,14%	23,08%	30,39%	40,75%

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

Gráfico 2 - Relação Ingresso/Alunos Matriculados



Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

RIM - Relação Ingresso/Alunos Matriculados Conforme o Acórdão 2.267/2005, este indicador tem como objetivo quantificar a taxa de ingressos em relação ao total de alunos matriculados. No exercício de 2013, essa relação alcançou a marca de 40,75% para em 2014 cair para 30,39%, em 2015 caiu para 23,08%, em 2016 o indicador retomou o crescimento, apresentando o índice de 37,14% e se manteve em crescimento em 2017 com a taxa de 40,02%.

O número de ingressantes e de matrículas atendidas, em 2017, apresenta considerável aumento, devido a abertura de novos *campi* e de novos cursos.

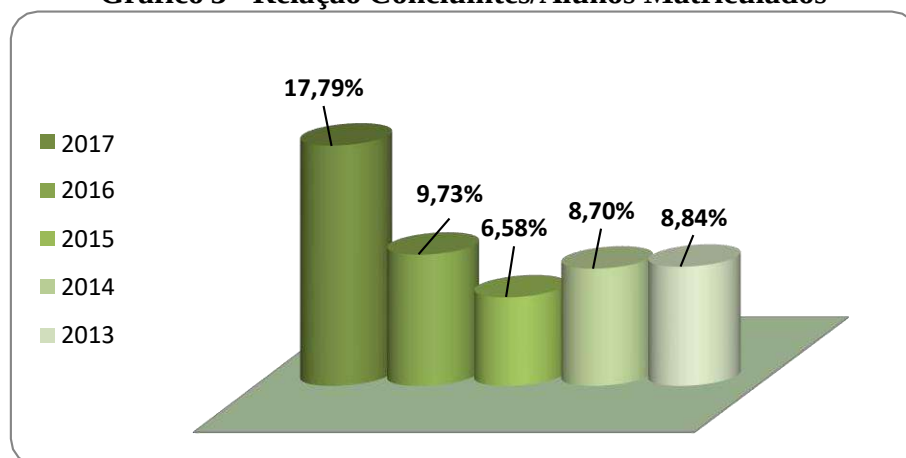
Relação Concluintes/Alunos Matriculados

Os dados abaixo, embora extraídos da PNP atendem ao cálculo dos indicadores do Acórdão 2.267/2005.

Série Histórica

Relação Concluintes/Alunos Matriculados	2017	2016	2015	2014	2013
Número de Concluintes	8.361	4.041	2.190	2.781	2.886
Alunos Matriculados	46.992	41.519	33.292	31.977	32.633
Índice	17,79%	9,73%	6,58%	8,70%	8,84%

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

Gráfico 3 - Relação Concluintes/Alunos Matriculados

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

RCM - Relação Concluinte/Alunos Matriculados: Este indicador tem como objetivo quantificar a taxa de concluintes e integralizados em relação ao total de alunos matriculados. O total de concluintes e integralizados cresceu em mais de 50%, em 2016 o número era de 4.041 e em 2017 passou para 8.361. Embora esse número tenha crescido a matrícula também cresceu o indicador passou de 9.73% em 2016 para 17,79% em 2017.

Vale comentar que 84,3% são concluinte de cursos técnicos (Formação Inicial ou Continuada e técnico regular), 15,7% são cursos de graduação e pós-graduação (tecnologia, licenciatura e bacharelado) é possível que cursos com ciclos/tempos de maior carga horária tenha terminado em 2017. Os cursos de graduação apresentam um percentual mais baixo pois têm um ciclo/tempo ou carga horária bem maior que os técnicos.

Em 2017 o IFCE enviou ao mundo do trabalho, 8.361 (oito mil trezentos e sessenta e um) profissionais que podem atuar e suprir as demandas locais e regionais.

Apresenta-se em seguida a Relação Concluintes/Alunos Matriculados por Ciclo (PNP), que trata do percentual de concluintes, até 31/12/2017, em ciclos com término previsto para 2016 (carência de um ano).

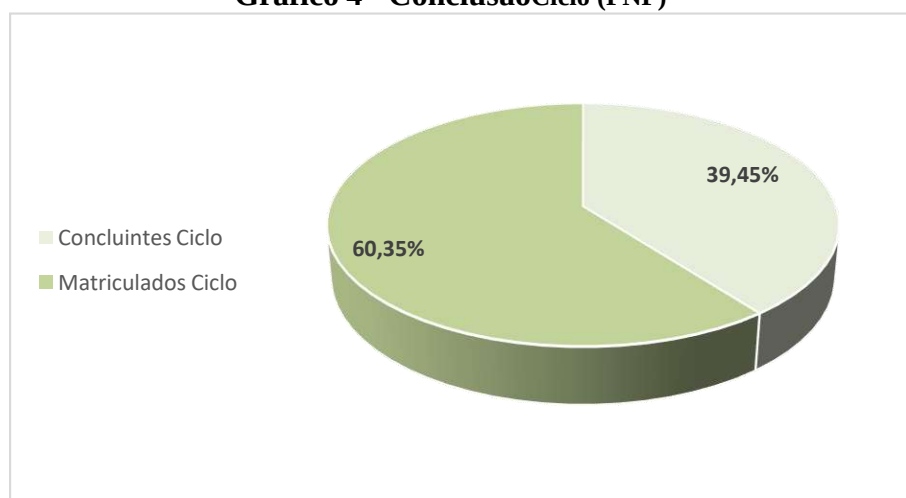
ConclusãoCiclo (PNP)

$$C_{\text{ciclo}} = \frac{\text{Concluintes Ciclo}}{\text{Matrículas Ciclo}} [\%]$$

Onde,

$$C_{\text{ciclo}} = \frac{5.303}{13.444} [\%] = 39,45\%$$

Esse indicador da PNP aponta que dos 13.444 alunos matriculados em curso num ciclo com término previsto para 2016 em 31/12/2017, 5.303 concluíram, isto é, 39,45%, enquanto 1.026 ainda se encontram retidos e 7.115 se encontram em estado de evadidos. Os evadidos têm possibilidade de retomarem os estudos.

Gráfico 4 - ConclusãoCiclo (PNP)

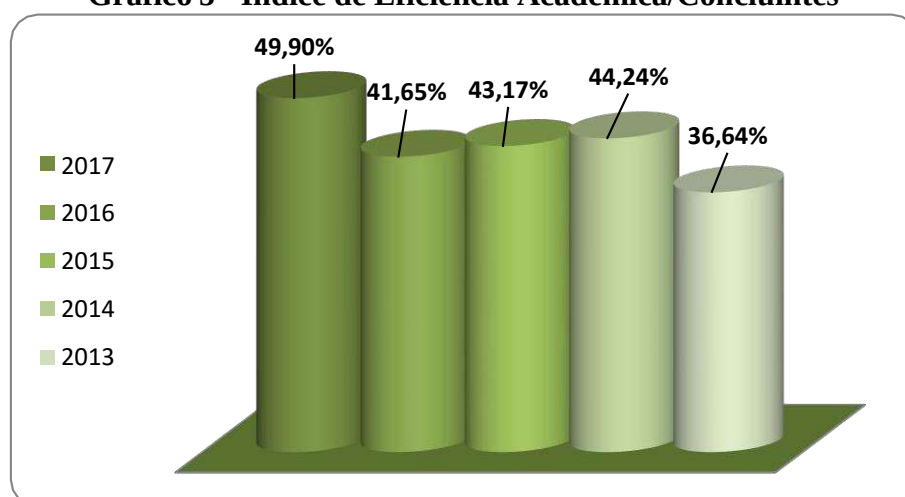
Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

Eficiência Acadêmica/Concluintes

Série Histórica

Índice de Eficiência Acadêmica/Concluintes	2017	2016	2015	2014	2013
Σ nº de Concluintes	8.361	4.041	2.508	2.781	2.886
Σ nº de todas as situações finais	16.756	9.703	5.810	6.286	7.876
Índice	49,90%	41,65%	43,17%	44,24%	36,64%

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

Gráfico 5 - Índice de Eficiência Acadêmica/Concluintes

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

ECA - Eficiência Acadêmica/Concluintes: Quanto ao indicador da Eficiência Acadêmica de Concluintes, que é a relação entre os alunos que concluíram seus cursos com êxito com a somatória de todos os finalizados (evadido, desligado, transferido externo e concluído) no período, o desempenho do Instituto Federal do Ceará ano de 2017 aponta para o percentual de 49,90%, muito acima dos valores dos quatro anos anteriores, o maior da série histórica. Este indicador tem como

objetivo quantificar a eficiência acadêmica de concluintes, ou seja, o percentual de conclusão dos alunos (matrículas), nos cursos com previsão de término compreendido no período de análise. Com ele observa-se a trajetória acadêmica de cada aluno, de cada ciclo de matrícula, por curso e *campus*.

O proposto no acórdão previa calcular esse indicador pela relação entre todos os alunos que concluíram seu curso no período, independentemente da época de seu ingresso; e, todos os que “deveriam concluir” neste período. Para adequar à metodologia do SISTEC – baseada no conceito de ciclo de matrícula – esse indicador passa a ser a relação entre todos os alunos que concluíram exitosamente seu curso no período, independentemente da época de seu ingresso; e, todos os que, de alguma forma, finalizaram seu curso, independentemente do êxito ou não.

Apresenta-se em seguida o Índice de Eficiência Acadêmica/Concluintes Relação por Ciclo (PNP), que trata do percentual de concluintes, até 31/12/2017, em ciclos com término previsto para 2016 (carência de um ano).

$$IEA = C_{ciclo} + \frac{CC_{ciclo}}{C_{ciclo} + E_{ciclo}} \times R_{ciclo} [\%]$$

Onde,

$$IEA = 40.9 + \frac{40.9}{40.9 + 51.7} \times 7.4 [\%] = 44,2\%$$

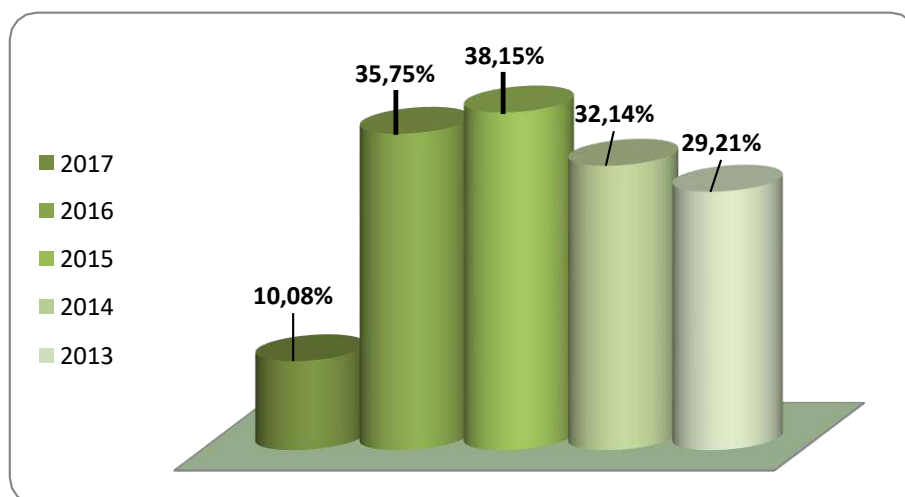
Índice de Retenção do Fluxo Escolar

Série Histórica

Índice de Retenção do Fluxo Escolar	2017	2016	2015	2014	2013
Nº de Alunos Retidos	4.735	14.841	12.701	10.278	9.533
Alunos Matriculados	46.992	41.519	33.292	31.977	32.633
Índice	10,08%	35,75%	38,15%	32,14%	29,21%

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

Gráfico 6 - Índice de Retenção do Fluxo Escolar



Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

RFE - Retenção do Fluxo Escolar: O indicador é obtido pela relação do total de alunos retidos pelo total de alunos matriculados. Ele tem a finalidade de auferir, no exercício de referência, o montante de matrículas que permanecem ativas no sistema após o prazo previsto dentro do ciclo escolar.

O índice de retenção do IFCE em 2017 foi de 10,08% indicando uma queda de 25,67% em relação a 2016. Em 2013, a instituição junto aos *campi* diagnosticou as causas da retenção e pensou ações para combater estas causas (Relatório de Gestão 2013, p. 272-273). Com este diagnóstico, desde 2014 os *campi* vêm implementando ações que possibilitam minimizar as causas da retenção. No entanto, o ano de 2015 apresentou o mais alto índice de retenção não somente no IFCE mas, também na média do indicador de toda a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e também foi o ano que o SETEC/MEC instruiu a Nota Técnica Nº 282/2015 e, em seguida, por meio da Portaria Nº 23 de 10 de julho de 2015, institui e regulamenta a Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e o êxito dos Estudantes da Rede Federal e dá outras providências. Em atendimento a Nota Técnica Nº 282/2015, a SETEC despacha a Nota Informativa Nº138/2015 que informa e orienta as Instituições da Rede Federal sobre a construção dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos Estudantes. Neste contexto, no âmbito do IFCE se trabalhou desde 2015 no referido Plano que foi construído com a comunidade acadêmica e foi aprovado em 2017. No entanto, considerando que algumas ações foram efetuadas em 2016, é possível que o efeito delas já esteja produzindo bons resultados. Ações como diagnosticar no ingresso do aluno na instituição o que ele necessita para permanecer e terminar o curso de forma exitosa, quais as suas dificuldades tanto econômicas quanto de déficit na aprendizagem, são ações que minimizam a retenção.

Apresenta-se em seguida o Índice de Retenção por Ciclo (PNP), que trata do percentual de alunos retidos até 31/12/2017, em ciclos com término previsto para 2016 (carência de um ano). A PNP retoma com o índice relacionado de 7,4%, embora o cálculo feito pelo Instituto Federal do Ceará tenha encontrado o índice de 7,6%.

RetençãoCiclo

$$R_{\text{ciclo}} = \frac{\text{RetidosCiclo}}{\text{Matrículas Ciclo}} [\%]$$

Onde,

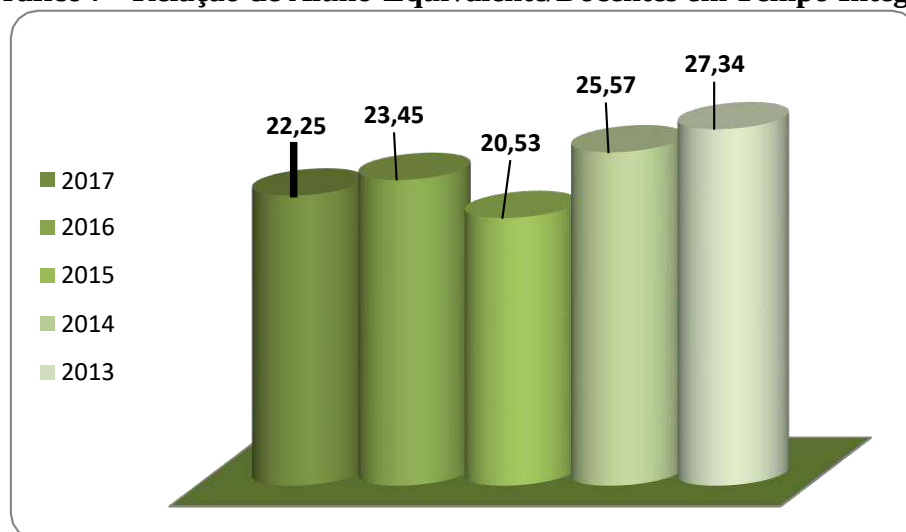
$$1.026 = \frac{10.026}{13.444}$$

Relação de Aluno -Equivalente/Docentes em Tempo Integral

Série Histórica

Relação de Alunos -Equivalente/Docente em Tempo Integral	2017	2016	2015	2014	2013
∑ Aluno Equivalente X FENC	37.552	32.489,16	26.314	31.977	32.633
∑ Professor Tempo Integral	1.688	1.385,50	1.281,50	1265	1.197,85
Índice	22,25	23,45	20,53	25,57	27,34

Fonte: SIAPE – SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

Gráfico 7 - Relação de Aluno-Equivalente/Docentes em Tempo Integral

Fonte: SIAPE – SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

RAD - Relação de Alunos/Docentes em Tempo Integral

Esse indicador quantifica o total de alunos por docente equivalente da instituição, através do total de alunos equivalente pelo denominador Docente em tempo integral (obtido através da média ponderada do número de docente de 20 (vinte) horas, docente 40 (quarenta) horas e docente em tempo integral).

A fórmula do indicador sofreu alteração em 2016: **Aluno-Equivalente** – é calculado a partir do produto do Aluno Matriculado pelo Fator de Equiparação de Carga Horária de Curso e pelo Fator de Esforço de Curso. Observa-se que a relação diminuiu em 2017, por conta da contratação de professores para os novos campi. O processo de contratação é anterior a criação de curso. Para a criação de um novo curso é necessário uma consulta pública na cidade em que se localiza o *campi*, verificar a viabilidade do curso na cidade, se é o que a cidade necessita. Feito a escolha é preciso abrir concurso para a área específica, os professores tomam posse e trabalham no projeto pedagógico do curso é aberto o processo seletivo para o curso e em seguida se dá as matrículas.

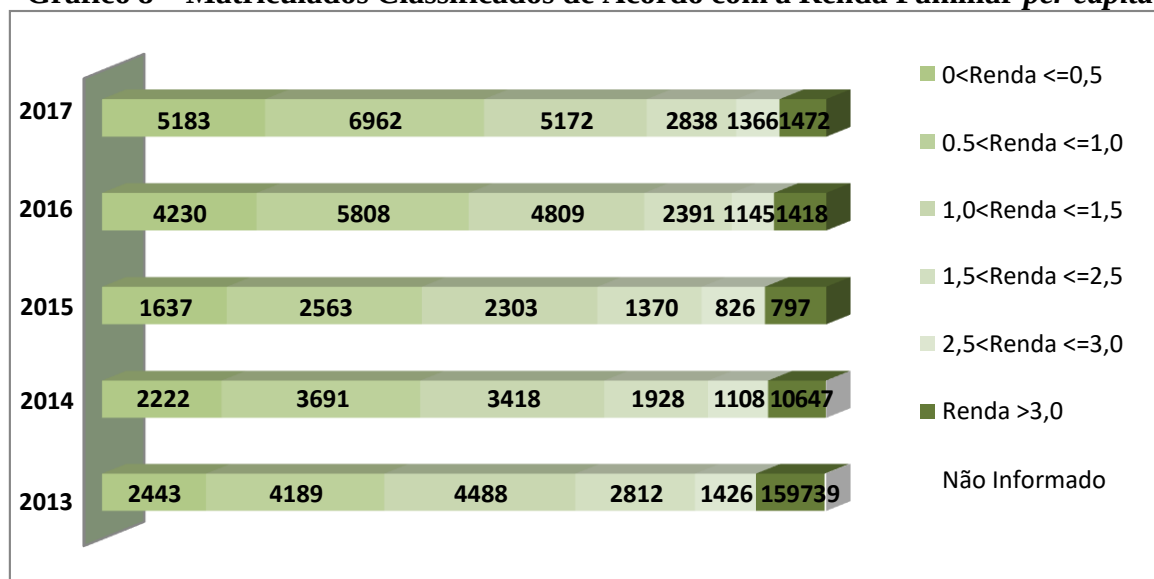
Indicador Socioeconômico

Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Familiar per capita

Série Histórica

Faixas de Renda /Ano	0<Renda <=0,5	0,5<Renda <=1,0	1,0<Renda <=1,5	1,5<Renda <=2,5	2,5<Renda <=3,0	Renda >3,0	Não Informado	Total
2017	5183	6962	5172	2838	1366	1472	0	22.993
2016	4230	5808	4809	2391	1145	1418	0	19.801
2015	1637	2563	2303	1370	826	797	0	9.496
2014	2222	3691	3418	1928	1108	1064	7	13.438
2013	2443	4189	4488	2812	1426	1597	39	16.994

Fonte: Q' Acadêmico

Gráfico 8 – Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Familiar *per capita*

Fonte: Q'acadêmico

MRF – Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Familiar *per capita* Esse indicador tem como objetivo aferir o impacto da política governamental de inclusão social por meio do perfil socioeconômico de ingressantes e de concluintes nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Na série histórica (2013 – 2017), observa-se que em 2017 a participação dos alunos quanto ao preenchimento do questionário socioeconômico foi a maior dos últimos cinco anos. O questionário foi aplicado em dezembro de 2017 e ficou disponível no sistema até o dia 02 de fevereiro de 2018, durante este período foi solicitado aos diretores gerais dos *campi* que incentivassem a participação dos alunos. Devido ao período de diferentes datas de matrícula utilizada pelos *campi* a instituição tentou atingir nestes dois meses em que o questionário ficou à disposição o maior número de alunos possível. O questionário é aplicado no final do ano, quando as matrículas são renovadas, utilizando o Q'Acadêmico². Vale ressaltar que a participação se refere alunos com matrícula ativa e que os alunos dos cursos de Formação Continuada (FIC) não participaram da pesquisa pois suas matrículas são feitas de forma presencial. Abaixo, quadro e gráfico com os percentuais: **22,54%** localiza-se na faixa de renda de **0< Renda<= 0,5**; **30,28%** na faixa **0,5<Renda <=1,0**; **22,49%** na faixa de **1,0<Renda <=1,5**; **12,34%** na faixa de **1,5<Renda <=2,5**; **5,94%** na faixa de **2,5<Renda <=3,0** e **6,40%** na faixa de **Renda >3,0** salários mínimos. O que significa dizer que 52,82% dos entrevistados tem renda menor ou igual a um salário mínimo. A amostra da pesquisa é consistente para se chegar a conclusão que 93,59% dos alunos do IFCE tem renda per capita de até três salários mínimos.

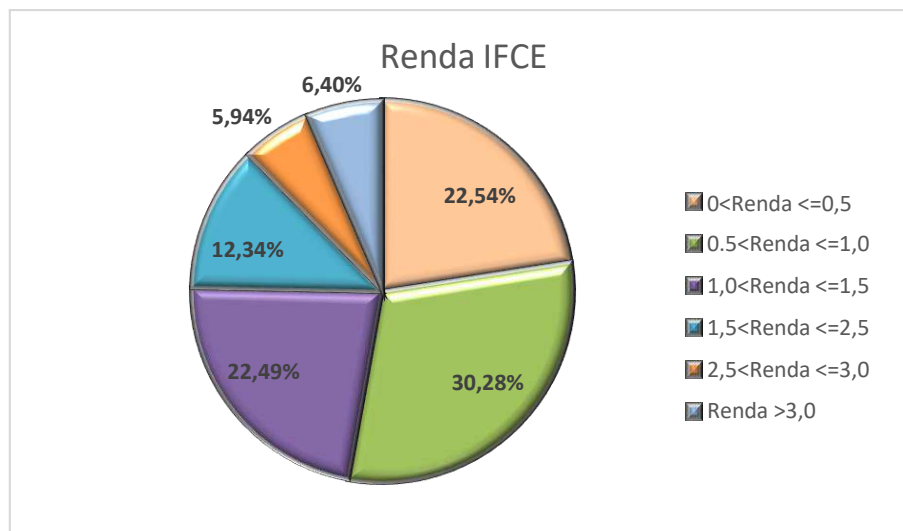
Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Familiar *per capita* – Percentual

Faixas de Renda /Ano	0<Renda <=0,5	0,5<Renda <=1,0	1,0<Renda <=1,5	1,5<Renda <=2,5	2,5<Renda <=3,0	Renda >3,0	Não Informado	Total
Alunos que participaram em 2017	5183	6962	5172	2838	1366	1472	0	22.993
%	22,54%	30,28%	22,49%	12,34%	5,94%	6,40%	0,00%	100,00%

Fonte: Q'Acadêmico

² Sistema de Registros Acadêmicos do Instituto Federal do Ceará.

Gráfico 9 – Percentual de Matriculados Classificados de acordo com a Renda Familiar *per capita* - 2017



Fonte: Q'Acadêmico

Indicadores Administrativos

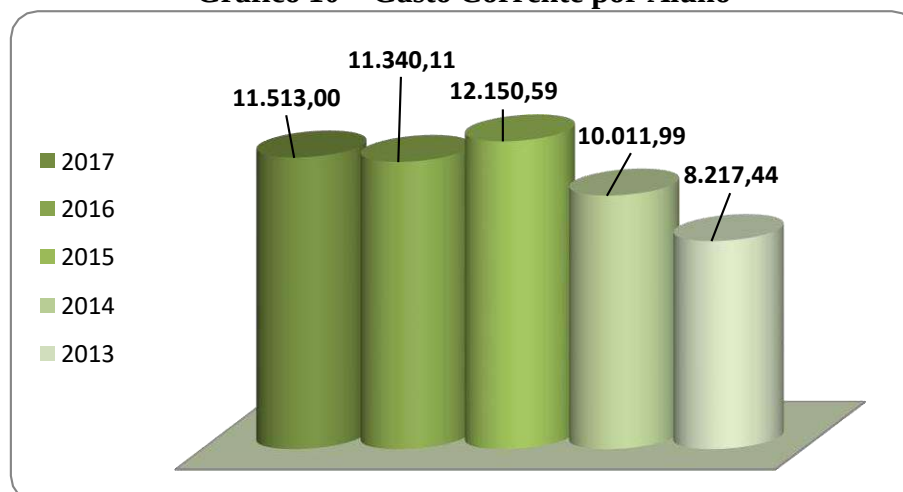
Gasto Corrente por Aluno

Série Histórica

Gasto Corrente por Aluno	2017	2016	2015	2014	2013
Total de Gastos	541.018.808,00	470.831.614,64	404.517.342,99	320.153.425,56	268.159.575,00
Nº de Alunos Matriculados	46.992	41.519	33.292	31.977	32.633
Índice	11.513,00	11.340,15	12.150,59	10.011,99	8.217,44

Fonte: SIAPE – SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

Gráfico 10 – Gasto Corrente por Aluno



Fonte: SIAPE – SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

GCA – Gasto Corrente por Aluno: Este indicador além de possibilitar a quantificação do total de gastos da instituição, em relação a cada aluno matriculado, evidencia que o crescimento da estrutura e do volume de força de trabalho na instituição foi acompanhado pelo aumento da população atendida. Considera-se para fins desse cálculo os gastos correntes descontando deste valor as despesas com investimentos, inversões financeiras, inativos e pensionistas e bolsa formação.

Com a composição do indicador, verificou-se que a despesa média para cada aluno matriculado no IFCE em 2017 alcançou a importância de R\$11.513,00 (onze mil, quinhentos e treze mil mil) mantendo-se um pouco abaixo de 2016.

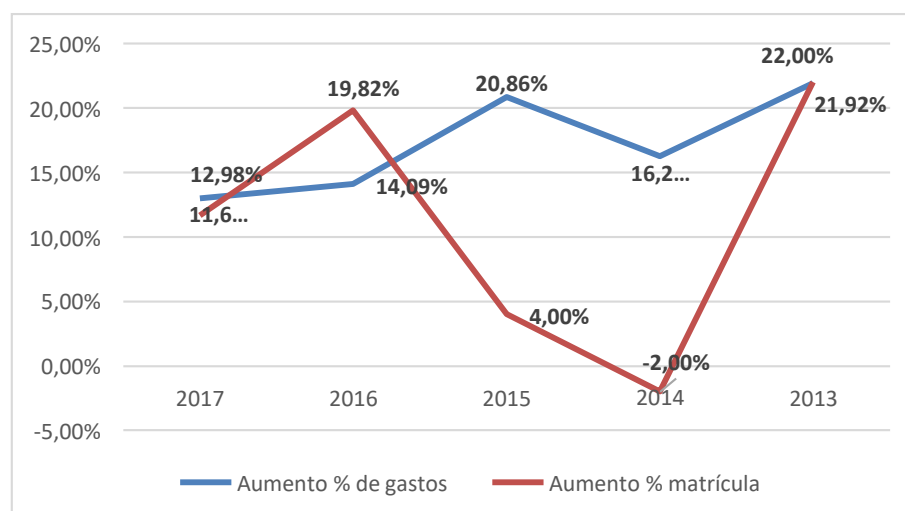
Abaixo demonstramos o aumento percentual de gastos totais e o aumento percentual de matrículas 2017 a 2013 em tabela e gráfico:

Gasto Corrente por Aluno – Progressão - Série Histórica

Gasto Corrente por Aluno	2017	2016	2015	2014	2013
Aumento % de gastos	12,98%	14,09%	20,86%	16,25%	21,92%
Aumento % matrícula	11,65%	19,82%	4,00%	-2,00%	22,00%

Fonte: SIAPE – SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

Gráfico 11 – Gasto Corrente por Aluno – Progressão



Fonte: SIAPE – SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

Apresenta-se em seguida o indicador Gastos Correntes/Matrícula Equivalente (PNP), que considera matrícula equivalente e não o total de alunos matriculados.

Gasto Corrente por Matrícula Equivalente

Gasto Corrente Matrícula Equivalente	2017
Total de Gastos	541.018.808,00
Matrículas Equivalentes	37.552
Índice	14.407,28

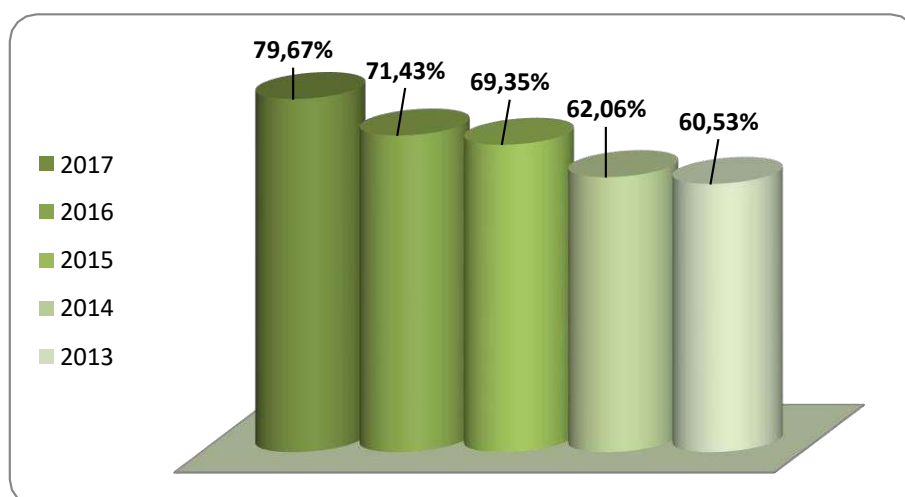
Fonte: SIAPE – SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

Gastos Com Pessoal

Série Histórica

Gastos Com Pessoal	2017	2016	2015	2014	2013
Total de Gastos com Pessoal	482.159.694	397.960.043,06	350548111,93	265.526.784,09	219.267.524,00
Gastos Totais	605.225.489	557.102.833,29	505.445.202,71	427.869.307,14	362.269.421,00
Índice	79,67%	71,43%	69,35%	62,06%	60,53%

Fonte: SIAFI/ Plataforma Nilo Peçanha

Gráfico 12– Gastos Com Pessoal

Fonte: SIAFI/ Plataforma Nilo Peçanha

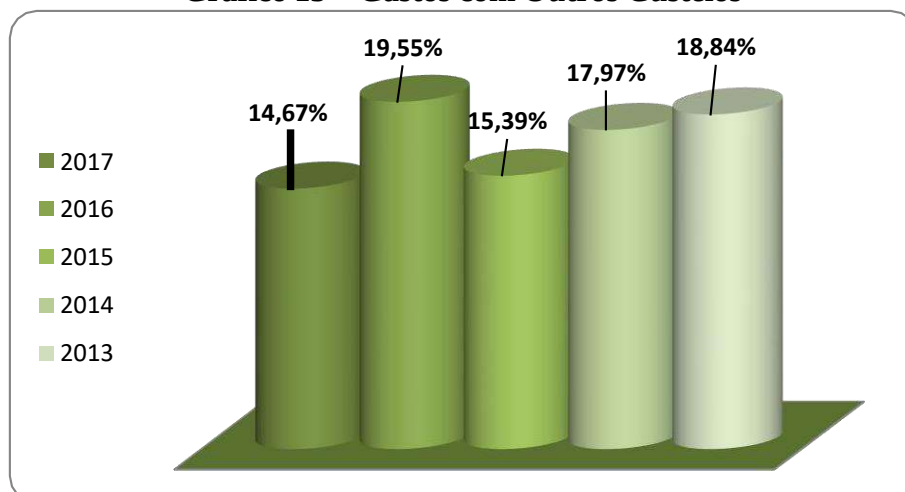
GCP – Gastos Com Pessoal: Este indicador tem como objetivo quantificar o gasto total com pessoal em relação aos gastos totais da instituição. Considera-se gastos com pessoal, os efetuados com servidores ativos, sentenças judiciais e precatórios cujas despesas foram liquidadas em 2017, acrescidas dos restos a pagar não processados pagos. O total de gastos com pessoal no ano de 2017 foi de R\$482.159.694 (Quatrocentos e oitenta e dois milhões, cento e cinquenta e nove mil e seiscentos e noventa e quatro reais) o que significa 79,67% sobre os gastos totais, enquanto que no ano de 2016 foi de R\$397.960.043,06 (Trezentos e noventa e sete milhões, novecentos e sessenta mil, quarenta e três reais e seis centavos), que significa 71,43% sobre os gastos totais, representando um acréscimo de 8,24% em 2017. Vale ressaltar que final de 2016 foram contratados professores e técnicos administrativos para os novos *campi* de Acopiara, Horizonte e Maranguape, além de suprir a carência dos *campi* por docentes para os novos cursos e técnicos para a estrutura administrativa.

Gastos com Outros Custeios

Série Histórica

Gastos com Outros Custeios	2017	2016	2015	2014	2013
Gastos com Outros Custeios	88.794.816,00	108.840.820,36	77.760.216,71	76.915.042,46	68.249.095,00
Gastos Totais	605.225.489,00	557.102.833,29	505.445.202,71	427.869.307,14	362.269.421,00
Índice	14,67%	19,55%	15,39%	17,97%	18,84%

Fonte: SIAFI/ Plataforma Nilo Peçanha

Gráfico 13 – Gastos com Outros Custeios

Fonte: SIAFI/ Plataforma Nilo Peçanha

GOC – Gastos com Outros Custeios: Este indicador quantifica o percentual de gastos com outros custeios em relação aos gastos totais. Em 2017 os gastos com outros custeios caíram de R\$108.840.820,36 (cento e oito milhões, oitocentos e quarenta mil, oitocentos e vinte reais e trinta e seis centavos) para R\$ 88.794.816,00 (oitenta e oito milhões, setecentos e noventa e quatro mil e oitocentos e dezesseis reais) que foram calculados levando em consideração os gastos totais (despesas liquidadas e restos a pagar não processados pagos de todos os grupos de despesas, exceto a ação 20RW - bolsa formação PRONATEC).

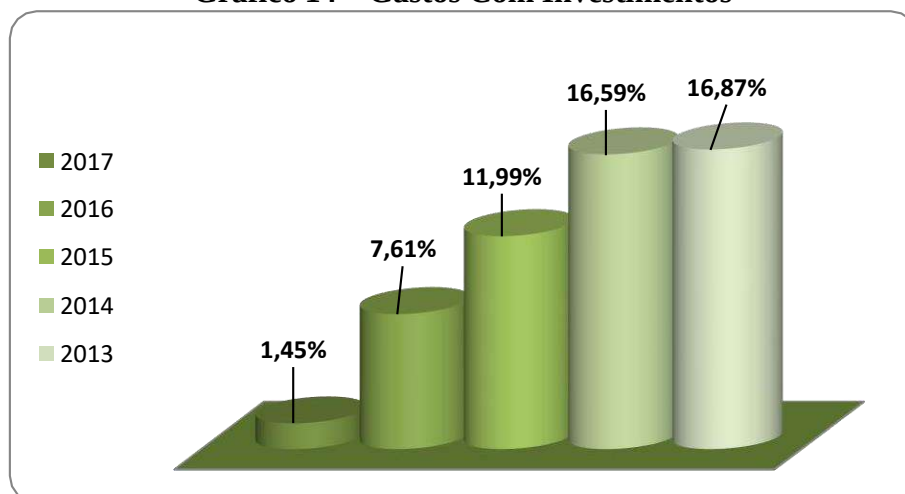
Neste sentido, o indicador é obtido pela relação de gastos com outros custeios divididos pelos gastos totais do IFCE. O índice demonstra que **14,67%** da despesa institucional total está relacionada aos gastos com outros custeios.

Gastos Com Investimentos

Série Histórica

Gastos Com Investimentos	2017	2016	2015	2014	2013
Gastos Com Investimentos	8.785.229,00	42.409.545,35	60.606.973,72	70.987.987,60	61.115.250,00
Gastos Totais	605.225.489,00	557.102.833,29	505.445.202,71	427.869.307,14	362.269.421,00
Índice	1,45%	7,61%	11,99%	16,59%	16,87%

Fonte: SIAFI/ Plataforma Nilo Peçanha

Gráfico 14 – Gastos Com Investimentos

Fonte: SIAFI/ Plataforma Nilo Peçanha

GCI – Gastos Com Investimentos Este indicador quantifica o percentual dos gastos com investimentos e inversões financeiras em relação aos gastos totais no exercício de 2017. No exercício de referência, o indicador apresentou o menor índice de gastos com investimento, a relação entre os componentes atingiu a marca de **1,45%**. No que se refere aos gastos com investimentos, percebe-se uma redução nos elementos, obras, instalações, equipamentos e material permanente.

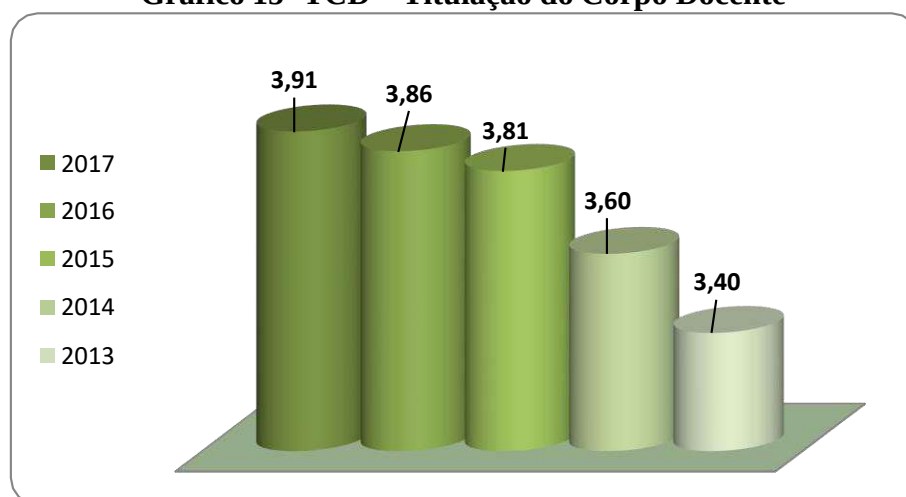
Indicador Gestão de Pessoas

Titulação do Corpo Docente - Série Histórica

Titulação do Corpo Docente	2017	2016	2015	2014	2013
Graduação	104	95	110	172	223
Aperfeiçoamento	5	2	3	6	8
Especialização	246	236	208	231	240
Mestrado	925	741	676	607	533
Doutorado	418	324	297	249	204
Índice	3,91	3,86	3,81	3,60	3,40

Fonte: SIAPE

Gráfico 15 -TCD – Titulação do Corpo Docente



Fonte: SIAPE/ Plataforma Nilo Peçanha

TCD – Titulação do Corpo Docente: O indicador demonstra o nível de qualificação dos servidores docentes do IFCE. Verifica-se que esse indicador caminha em ascendência. Na série histórica e no gráfico acima se verifica que o corpo docente do Instituto no cômputo geral já se aproxima do índice quatro em que temos uma maioria em mestres. O IFCE em 2017 teve 1.809 (mil oitocentos e nove docentes), onde, 925 (novecentos e vinte e cinco) são mestres e 418 (quatrocentos e dezoito) doutores.

Desta forma, já atingimos a meta 13 do Plano Nacional de Educação (PNE 2011 – 2020):

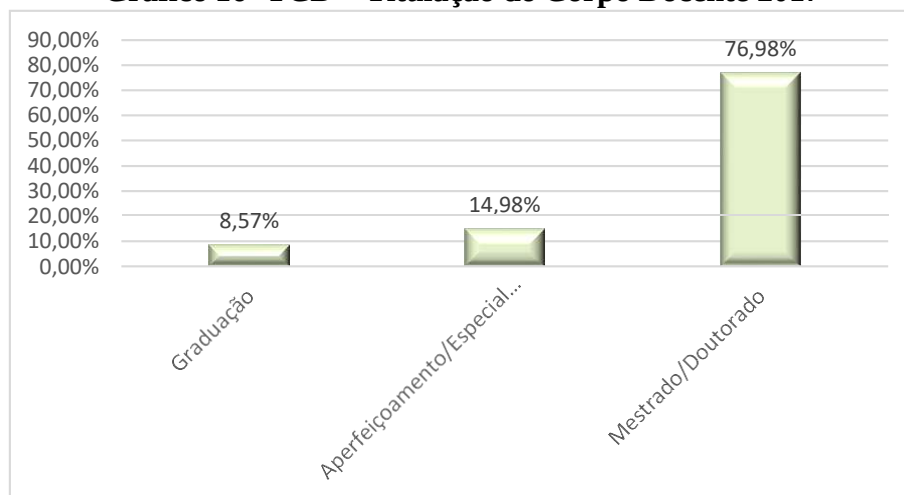
Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Conforme tabela e gráfico abaixo o Instituto Federal do Ceará já possui 76,45% no conjunto de seu corpo docente mestres e doutores, 14,98% aperfeiçoados ou especializados e apenas 6,80% graduados.

Percentual de Titulação Docente

Titulação do Corpo Docente	2017	%
Graduação	155	6,80%
Aperfeiçoamento/Especialização	271	14,98%
Mestrado/Doutorado	1.383	76,45%
Total	1.809	100,00%

Fonte: SIAPE/ Plataforma Nilo Peçanha

Gráfico 16 -TCD – Titulação do Corpo Docente 2017

Fonte: SIAPE/ Plataforma Nilo Peçanha

Considera-se para obter a valoração, todas as esferas de titulação propostas no Manual para Produção e Análise de Indicadores da Rede Federal de EPCT/SETEC – 2016. O índice cria uma fórmula de cálculo cujo objetivo é gerar um valor numérico que tem uma relação direta com a titulação do corpo docente. O índice pode variar de um (onde todos os docentes seriam graduados) a cinco (onde todos seriam doutores).

Para o cálculo do índice deve se usar a seguinte fórmula: $(G*1+A*2+E*3+M*4+D*5) / (G+A+E+M+D)$.

Para esclarecer: “G” é a quantidade de docentes Graduados, “A” é a quantidade de docentes Aperfeiçoados, “E” é a quantidade de docentes Especialistas, “M” é a quantidade de docentes Mestres e “D” é a quantidade de docentes Doutores.

Em 2014, o IFCE criou uma comissão tendo em vista a elaboração de documento estabelecendo a Política de Capacitação de Servidores estimulando o aprimoramento profissional do docente o que se observa o efeito no aumento de capacitados nos anos de 2015 e 2016. Vale salientar que o Instituto investe na capacitação de docentes e que uma qualificação leva no mínimo dois anos e os resultados serão para o futuro. Há também os ingressos por concurso público, onde o nível de formação já é de pós-graduado. O índice vem crescendo ano a ano. A política de capacitação se encontra no Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018):

(PDI, p.84)³ entre as atividades a serem desenvolvidas com vistas a operacionalizar a capacitação de servidores docentes destacam-se: cursos presenciais ou à distância, treinamentos específicos ou em serviço, intercâmbios ou visitas técnicas, seminários e congressos voltados à atualização profissional e cursos de pós-graduação. Essas atividades deverão estar orientadas para os resultados que a instituição deseja alcançar e serão avaliadas após a conclusão de cada uma, sendo

³ Disponível em [HTTPS//ifce.edu.br](https://ifce.edu.br)

permanentemente acompanhadas pelas chefias imediatas. E, para garantir a disseminação do aprendizado, conforme o caso, os conhecimentos adquiridos deverão ser repassados aos demais servidores. Os programas de capacitação e qualificação deverão ser pensados com ênfase no planejamento participativo, incluindo as entidades representativas da categoria (CPPD - Comissão Própria do Pessoal Docente).

Métodos de Cálculos para os Indicadores de Gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – EPT determinados no Acórdão 2.267/2005 – TCU

Abaixo os indicadores acadêmicos serão tratados pela aplicação do cálculo e também por desempenho dos *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

Indicadores Acadêmicos

Relação Candidato/Vaga

Relação Candidato/Vaga – RCV – 2017		
Objetivo: Identificar a relação candidato/vaga		
Tipo: Efetividade		
Método de Cálculo: $RCV = \frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas Ofertadas}}$		
	<u>Inscrições</u>	<u>168.179</u> → 7,80
	Vagas Ofertadas	21.562

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

Relação candidato/vaga por *campus* – Série Histórica

Campi	2017	2016	2015	2014	2013
Acaraú	3,58	1,41	7,92	7,05	5,43
Acopiara	1,23	-	-	-	-
Aracati	3,64	4,16	8,55	8,65	11,63
Baturité	14,38	8,15	4,16	14,78	25,85
Boa Viagem	0,93	0,91	-	-	-
Camocim	5,21	7,07	2,79	1,62	1,48
Canindé	12,58	17,01	16,72	16,00	14,14
Caucaia	6,01	2,11	2,86	4,43	3,35
Cedro	5,67	6,80	0,78	5,77	9,11
Crateús	9,79	5,89	4,30	7,43	11,79
Crato	9,90	12,54	15,41	11,24	18,51
Fortaleza	20,44	45,21	20,18	26,06	11,24
Guaramiranga	0,89	1,59	1,36	1,00	-
Horizonte	0,84	9,41	12,63	9,07	13,01
Iguatu	7,22	1,11	1,32	-	-
Itapipoca	1,81	4,50	10,59	9,23	11,82
Jaguaribe	3,37	2,01	1,76	-	-
Jaguaruana	1,06	38,66	27,31	14,63	12,36
Juazeiro do Norte	13,16	11,32	11,03	12,40	12,37
Limoeiro do Norte	8,34	19,37	12,32	11,83	3,90
Maracanau	13,33	3,78	3,99	3,14	1,78
Maranguape	1,25	-	-	-	-
Morada Nova	2,36	2,57	-	-	-

Campi	2017	2016	2015	2014	2013
Paracuru	1,73	-	-	-	-
Pecém	2,68	7,11	11,73	20,71	7,21
Quixadá	4,82	19,43	35,83	13,74	11,63
Sobral	13,11	1,57	1,01	3,15	3,12
Tabuleiro do Norte	3,25	6,33	8,44	9,08	9,96
Tauá	3,03	6,13	0,78	3,72	3,97
Tianguá	6,02	1,58	0,68	4,98	3,70
Ubajara	8,35	1,15	1,15	1,82	1,48
Umirim	0,93	-	-	-	-

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

Análise Crítica: Observando os dados oficiais, conclui-se que dos 32 (trinta e dois) *campi*, dez apresentaram crescimento significativo na procura por vaga (Acarauá, Baturité, Caucaia, Crateús, Iguatu, Jaguaribe, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Sobral, Tianguá e Ubajara).

Relação Ingresso/Alunos Matriculados

Relação Ingresso/Alunos Matriculados – RIM - 2017

Objetivo: Quantificar para um determinado período, a relação entre as matrículas ingressantes e o total de matrículas ativas no mesmo período.

Tipo: Efetividade

Método de Cálculo: $RIM = \frac{\text{Número de Ingressos}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100 \rightarrow 40,02$

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

Relação Ingresso Aluno/Alunos Matriculados por campus – Série Histórica

Campi	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Acarauá	34,20%	52,59%	32,36%	29,03%	31,10%	10,08%	94,70%
Acopiara	100,00%	-	-	-	-	-	-
Aracati	54,50%	45,67%	45,71%	42,72%	40,18%	45,20%	71,82%
Baturité	37,24%	42,57%	43,99%	51,90%	41,71%	-	98,45%
Boa Viagem	69,33%	100,00%	-	-	-	-	-
Camocim	51,01%	47,61%	62,63%	66,56%	42,64%	-	-
Canindé	28,90%	40,37%	20,60%	31,78%	48,97%	30,80%	93,02%
Caucaia	34,22%	26,34%	25,96%	36,43%	51,72%	100,00%	-
Cedro	27,08%	28,91%	10,03%	33,57%	30,92%	29,30%	56,10%
Crateús	31,68%	48,50%	20,03%	33,29%	56,64%	39,78%	79,43%
Crato	26,09%	20,02%	19,51%	21,76%	30,98%	34,40%	87,72%
Fortaleza	29,02%	28,40%	13,81%	27,03%	28,22%	14,42%	54,71%
Guaramiranga	68,10%	76,85%	55,56%	100,00%	-	-	-
Horizonte	100,00%	-	-	-	-	-	-
Iguatu	34,84%	30,29%	41,26%	29,85%	34,01%	66,60%	53,20%
Itapipoca	83,01%	99,71%	100,00%	-	-	-	-
Jaguaribe	53,37%	51,82%	28,44%	53,30%	58,91%	30,90%	78,20%
Jaguaruana	66,00%	100,00%	100,00%	-	-	-	-
Juazeiro do Norte	39,57%	20,60%	19,44%	13,28%	49,05%	18,20%	48,58%

Limoeiro do Norte	40,96%	34,38%	20,48%	26,63%	48,99%	21,80%	49,79%
Maracanaú	24,73%	35,11%	15,47%	31,36%	0,32%	25,00%	57,46%
Maranguape	100,00%	-	-	-	-	-	-
Morada Nova	60,45%	22,61%	48,02%	27,91%	55,91%	100,00%	—
Paracuru	79,21%	100,00%	—	—	—	—	—
Pecém	88,77%	-	-	-	-	-	-
Quixadá	16,51%	45,13%	16,27%	32,86%	65,91%	48,40%	88,57%
Sobral	32,03%	38,59%	16,67%	26,66%	37,55%	25,70%	74,91%
Tabuleiro do Norte	73,22%	53,59%	41,03%	41,35%	72,69%	100,00%	—
Tauá	65,62%	27,78%	41,33%	42,16%	32,96%	31,00%	86,42%
Tianguá	43,09%	39,61%	23,30%	60,48%	52,28%	—	84,18%
Ubajara	41,28%	59,21%	24,42%	23,83%	83,19%	100,00%	—
Umirim	45,95%	58,37%	29,57%	41,14%	100%	—	—

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

Análise Crítica: Os *campi* que obtiveram o indicador de 100% são *campi* com início de funcionamento recente, que não tinham matrículas anteriores e/ou que ofereceram cursos FIC que iniciaram e terminaram num mesmo ano. Este indicador ingresso/alunos matriculados sofre influência do número de vagas oferecidas ao longo do tempo treze *campi* se destacam pelo aumento deste indicador: Aracati, Camocim, Caucaia, Crato, Fortaleza, Iguatu, Jaguaribe, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Tabuleiro do Norte, Tauá e Tianguá.

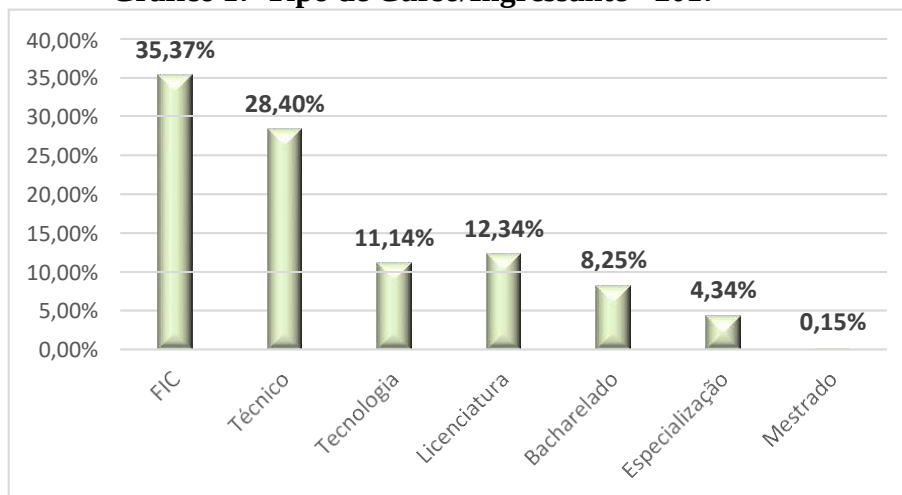
O número total de ingressantes foram distribuídos da seguinte forma: 5.340 nos cursos técnicos na forma subsequente e integrada, 2.321 ingressantes para os cursos de licenciatura, 2.095 para tecnologia, 1.553 para bacharelado, 6.651 para os cursos FIC, 817 para especialização e 29 para o mestrado.

Tipo de Curso/Ingressante

Cursos	Ingressante
FIC	6.651
Técnico	5.340
Tecnologia	2.095
Licenciatura	2.321
Bacharelado	1.553
Especialização	817
Mestrado	29

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

Gráfico 17-Tipo de Curso/Ingressante - 2017



Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

Relação Concluintes/alunos matriculados

Nº de Concluintes/Alunos Matriculados – RCM - 2017

Objetivo: Quantificar a taxa de concluintes em relação ao total de alunos.

Tipo: Efetividade

Método de Cálculo: $RCM = \frac{\text{Número de Concluintes}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100 \rightarrow 17,79\%$

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

Relação Concluintes/alunos matriculados por campus – Série Histórica

Campi	2017	2016	2015	2014	2013
Acaraú	12,49%	13,18%	14,26%	13,91%	5,50%
Acopiara	15,34%	-	-	-	-
Aracati	25,57%	5,45%	6,87%	27,14%	12,90%
Baturité	14,50%	0,59%	17,80%	12,80%	—
Boa Viagem	56,86%	-	-	-	-
Camocim	12,25%	20,10%	0,00%	25,89%	—
Canindé	4,66%	6,78%	9,98%	20,11%	2,60%
Caucaia	20,15%	11,55%	13,57%	0,22%	—
Cedro	11,31%	3,03%	6,52%	7,60%	29,30%
Crateús	5,83%	5,99%	7,02%	10,17%	9,80%
Crato	10,59%	6,90%	8,27%	14,80%	6,80%
Fortaleza	11,82%	3,52%	6,15%	4,87%	3,60%
Guaramiranga	37,93%	35,56%	-	—	—
Horizonte	74,31%	-	-	-	-
Iguatu	24,02%	7,80%	13,49%	22,50%	13,50%
Itapipoca	30,77%	66,67%	—	—	—
Jaguaribe	19,04%	5,29%	13,49%	22,50%	13,50%
Jaguaruana	10,17%	84,29%	—	—	—
Juazeiro do Norte	2,19%	2,86%	3,90%	3,98%	-
Limoeiro do Norte	20,28%	11,21%	14,16%	10,66%	12,80%
Maracanaú	8,89%	4,63%	2,19%	4,30%	3,90%
Maranguape	51,46%	-	-	-	-
Morada Nova	19,36%	2,52%	18,35%	8,95%	—
Paracuru	33,47%	-	-	-	-
Pecém	55,02%	-	-	-	-
Quixadá	23,67%	5,19%	10,56%	5,30%	3,00%
Sobral	7,80%	4,98%	5,90%	5,67%	5,10%
	39,30%	30,99%	6,49%	—	—
Tauá	36,20%	6,67%	7,09%	4,44%	—
Tianguá	16,60%	9,65%	15,30%	22,15%	—
Ubajara	3,99%	10,47%	0,00%	—	—
Umirim	27,49%	11,70%	3,54%	—	—

Fonte: SISTEC / Plataforma Nilo Peçanha

Análise Crítica: Os *Campi* com data de criação mais recente como Boa Viagem, de Guaramiranga, Horizonte, Maranguape e Pecém tiveram os índices mais elevados por terem oferecido em 2017, cursos de Formação Inicial e Continuada que têm curta duração. Dezesete *campi* merecem destaque por terem elevado consideravelmente a taxa de conclusão: Aracati, Baturité, Caucaia, Cedro, Crato, Fortaleza, Iguatu, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Morada Nova, Quixadá, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá e Umirim.

Eficiência Acadêmica de Concluintes

Eficiência Acadêmica de Concluintes/Alunos Matriculados – EAC - 2017

Objetivo: Quantificar a eficiência acadêmica de concluintes tendo como norteador o percentual de conclusão dos alunos (matrículas), nos cursos com previsão de término compreendido no período de análise.

Tipo: Efetividade

Método de Cálculo: $RAC = \frac{\Sigma \text{nº de Concluintes}}{\Sigma \text{nº de todas as situações finais}} \times 100 \rightarrow 49,90\%$

$\Sigma \text{nº de todas as situações finais} = 16.756$

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

Eficiência Acadêmica de Concluintes – por *campus* – Série Histórica

<i>Campi</i>	2017	2016	2015	2014	2013
Acaraú	34,40%	40,72%	47,71%	33,60%	45,07%
Aracati	58,40%	65,52%	28,81%	27,04%	58,36%
Baturité	32,70%	27,30%	7,84%	75,72%	35,76%
Boa Viagem	79,20%	-	-	-	-
Camocim	51,70%	33,44%	69,03%	-	25,89%
Canindé	43,30%	35,09%	46,46%	39,08%	60,00%
Caucaia	39,70%	45,22%	38,86%	75,36%	2,13%
Cedro	47,60%	54,95%	42,62%	74,64%	33,67%
Crateús	44,40%	36,82%	68,75%	40,65%	31,17%
Crato	34,30%	60,61%	94,55%	87,60%	52,86%
Fortaleza	35,7	37,77%	38,29%	35,10%	26,83%
Guaramiranga	71,00%	61,97%	80,00%	-	-
Horizonte	94,40%	-	-	-	-
Iguatu	44,20%	42,67%	38,75%	45,80%	56,27%
Itapipoca	62,40%	58,46%	66,67%	-	-
Jaguaribe	62,90%	49,59%	37,10%	47,27%	27,50%
Jaguaruana	78,90%	35,71%	84,29%	-	-
Juazeiro do Norte	29,40%	52,80%	24,29%	66,39%	26,13%
Limoeiro do Norte	45,20%	45,48%	47,27%	65,89%	39,19%
Maracanaú	31,80%	26,61%	27,46%	22,02%	30,74%
Morada Nova	52,70%	45,64%	100,00%	70,64%	49,12%
Paracuru	87,10%	87,72%	-	-	-
Pecém	59,90%	-	-	-	-
Quixadá	37,70%	30,84%	25,87%	50,00%	33,06%
Sobral	34,60%	24,16%	29,72%	39,82%	21,11%
Tabuleiro do Norte	63,50%	51,21%	78,49%	28,24%	-
Tauá	27,00%	20,87%	40,00%	29,65%	9,92%

Tianguá	46,60%	67,95%	59,68%	54,27%	37,96%
Ubajara	44,10%	34,88%	50,00%	–	–
Umirim	60,10%	62,81%	41,67%	38,24%	–

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

Análise Crítica: Treze *campi* apresentaram o índice de eficiência acadêmica acima de 50%. Destes, sete são *campi* com um período recente de funcionamento (o que faz-se a inferência de que são cursos de curta duração (FIC) e portanto os alunos geralmente não ficam retidos) são eles: Boa Viagem, Guaramiranga, Horizonte, Itapipoca, Jaguaruana, Paracuru e Pecém; os demais são que obtiveram um indicador de eficiência acadêmica mais elevado são: Aracati, Camocim, Jaguaribe, Morada Nova, Tabuleiro do Norte e Umirim. O Instituto busca estabelecer melhores padrões de desempenho acadêmico, para que seus alunos atendam ao período do ciclo escolar e cheguem ao final desse no período estabelecido pelo curso. Assim, abre mais vagas em seus *campi* e garante à sociedade acesso aos seus cursos e qualidade e excelência em seus serviços.

Retenção do Fluxo Escolar

Retenção do Fluxo Escolar – RFE- 2017

Objetivo: Quantificar a taxa de retenção do fluxo escolar em relação ao total de alunos.

Tipo: Efetividade

Método de Cálculo: RAC= N° de Alunos Retidos $4.735 \times 100 \rightarrow 10,08\%$

Alunos Matriculados 46.992

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

Retenção do Fluxo Escolar– por *campus* – Série Histórica

Campi	2017	2016	2015	2014	2013
Acarauá	12,92%	23,86%	20,74%	25,67%	14,90%
Acopiara	0,00%	-	-	-	-
Aracati	6,52%	38,38%	25,32%	12,23%	11,20%
Baturité	10,92%	40,29%	41,50%	40,90%	32,46%
Boa Viagem	4,99%	-	-	-	-
Camocim	5,06%	23,87%	51,68%	74,25%	9,14%
Canindé	18,23%	27,27%	22,02%	15,51%	12,32%
Caucaia	21,42%	50,45%	36,80%	29,12%	20,69%
Cedro	8,44%	45,94%	46,30%	41,17%	35,39%
Crateús	17,84%	16,33%	20,84%	13,90%	7,49%
Crato	8,14%	39,57%	38,75%	25,74%	31,12%
Fortaleza	9,24%	37,18%	42,65%	36,13%	41,73%
Guaramiranga	8,62%	0,00%	0,00%	–	–
Horizonte	0,00%	-	-	-	-
Iguatu	4,95%	37,67%	39,82%	40,08%	42,58%
Itapipoca	8,12%	25,07%	0,00%	–	–
Jaguaribe	6,61%	16,67%	24,71%	25,43%	17,05%
Jaguaruana	7,33%	0,00%	0,00%	–	–
Juazeiro do Norte	14,66%	44,26%	32,29%	29,27%	26,86%

Limoeiro do Norte	12,66%	33,90%	33,42%	26,14%	22,54%
Maracanaú	14,45%	34,71%	43,85%	33,05%	27,14%
Morada Nova	9,79%	44,05%	35,07%	42,38%	31,95%
Paracuru	5,74%	25,00%	—	—	—
Pecém	0,00%	-	-	-	-
Quixadá	6,06%	15,59%	17,07%	19,43%	10,77%
Sobral	21,75%	42,43%	48,58%	39,35%	30,53%
Tabuleiro do Norte	1,89%	22,03%	43,71%	16,49%	0,00%
Tauá	6,28%	22,22%	24,67%	27,61%	24,81%
Tianguá	6,41%	48,77%	60,60%	36,99%	15,95%
Ubajara	5,33%	18,87%	20,64%	27,08%	0,00%
Umirim	12,48%	45,52%	27,02%	5,99%	0,00%

Fonte: SISTEC/ Plataforma Nilo Peçanha

Análise Crítica: Os resultados de 2017 mostram uma diferença com os dos anos anteriores da série histórica, em novembro e dezembro de 2017 os centros acadêmicos dos campi para a construção da PNP tiveram a oportunidade de atualizar os dados que se encontravam no SISTEC para que fossem extraídos para a PNP. O que resultou em mudanças na situação de alunos. Verifica-se que os campi mais recentes não apresentaram retenção e que de um modo geral como a atualização da situação dos alunos o percentual de retenção teve uma queda.

Relação Aluno/Docente em Tempo Integral

Relação Aluno-Equivalente/Docente em Tempo Integral – RAD – 2017

Objetivo: Unificar o cálculo da Relação Aluno por Professor e/ou Relação Estudante por Professor, de forma a equiparar os alunos matriculados em cursos de níveis distintos.

Tipo: Eficiência

Método de Cálculo: $RAD = \frac{\sum \text{Alunos Equivalente} \times FENC}{\sum \text{Professor Tempo Integral}}$ $\frac{37,552}{1.688} \rightarrow 22,35\%$

Fonte: SISTEC / SIAPE/ Plataforma Nilo Peçanha

Indicador de Gestão de Pessoas

Titulação do Corpo Docente

Índice de Titulação do Corpo Docente – TCD - 2017

Objetivo: Quantificar o Índice de Titulação do Corpo Docente – Efetivo e Substituto.

Tipo: Efetividade

Método de Cálculo: $ITCD = \frac{(G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5)}{G + A + E + M + D}$ $\frac{5.630}{1.698} \rightarrow 3,90$

Fonte: SIAPE/ Plataforma Nilo Peçanha

Índice de Titulação do Corpo Docente por *campus* – Série Histórica

<i>Campi</i>	2017	2016	2015	2014	2013
Acaraú	4,00	3,79	3,69	3,58	3,29
Aracati	3,90	3,59	3,86	3,18	2,96
Baturité	3,80	3,60	3,72	3,54	3,16
Boa Viagem	3,40	2,80	–	–	–
Camocim	3,60	3,79	3,95	3,60	4,00
Canindé	3,80	3,76	3,75	3,32	3,41
Caucaia	4,00	3,82	3,58	3,41	2,75
Cedro	3,40	3,18	3,16	2,86	2,65
Crateús	3,80	3,94	3,88	3,53	3,12
Crato	4,10	3,93	3,98	3,84	3,72
Fortaleza	4,10	4,02	3,95	3,87	3,58
Guaramiranga	3,70	4,00	4,00	4,00	–
Horizonte	4,10	4,20	–	–	–
Iguatu	4,00	3,95	3,78	3,69	3,23
Itapipoca	3,60	3,38	–	–	–
Jaguaribe	3,50	3,32	3,27	2,85	2,71
Jaguaruana	3,80	3,43	3,00	3,00	–
Juazeiro do Norte	3,90	3,95	3,86	3,74	3,44
Limoeiro do Norte	3,90	4,11	3,88	3,57	3,49
Maracanaú	4,20	4,16	4,09	3,95	3,68
Morada Nova	3,80	3,89	3,69	3,43	3,09
Paracuru	4,20	3,67	–	–	–
Pecém	4,10	-	-	-	-
Quixadá	4,00	4,13	3,88	3,71	3,45
Sobral	4,00	3,92	3,94	3,70	3,60
Tabuleiro do Norte	3,50	3,17	3,00	3,00	2,73
Tauá	3,50	3,24	3,07	1,95	2,35
Tianguá	4,00	3,88	3,83	3,68	300
Ubajara	3,80	3,67	3,53	3,16	2,55
Umirim	3,90	3,92	3,67	3,50	4,50

Fonte: SIAPE/ Plataforma Nilo Peçanha

Análise Crítica: Observa-se a elevação neste índice em 22 *campi*.

Os *campi* de Acaraú (4,00), Caucaia (4,00), Crato (4,10), Fortaleza (4,10), Horizonte (4,10), Iguatu (4,00), Maracanaú (4,20), Paracuru (4,20), Pecém (4,10) Quixadá (4,00), Sobral (4,00) e Tianguá (4,00) apresentam o índice acima da média do IFCE.

Indicadores Administrativos

Gasto Corrente por Aluno

Gastos Correntes por Aluno – GCA - 2017

Gastos Correntes por Aluno – GCA - 2017

Objetivo: Quantificar os Gastos por Aluno, por Região e para o País.

Tipo: Efetividade

Definição:

Total de Gastos – Consideram-se todos os gastos, exceto investimento, capital, precatórios, inativos e pensionistas.

Alunos matriculados – conforme definido anteriormente.

Base de Cálculo: Total de gastos - Investimentos - Precatórios – Inativos/Pensionista = 470.831.614,64

Alunos Matriculados: 46.992

Método de Cálculo: $GCA\ 2017 = \frac{541.018.808,00}{46.992} = 11.513,00$

Fonte: SISTEC/SIAFI/ Plataforma Nilo Peçanha

Observação: Como já foi citado a PNP calcula o indicador total de gastos por matrícula equivalente

Gastos Com Pessoal

Percentual de Gastos com Pessoal – GCP – 2017

Objetivo: Quantificar o Gasto Total com Pessoal em relação aos gastos totais.

Tipo: Adequação do orçamento atribuído à instituição.

Definição:

Total de Gastos com Pessoal – gastos com servidores (ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios).

Gastos Totais – Gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.

Base de Cálculo: Gastos com Pessoal = 482.159.694,00/605.225.489,00x 100 = 79,67%

Método de Cálculo: $PGP = \frac{482.159.694,00}{605.225.489,00} \times 100 \rightarrow 79,67\%$

Fonte: SIAFI/ Plataforma Nilo Peçanha

Gastos com Outros custeios

Percentual de Gastos com outros custeios (inclusive benefícios) – GOC – 2017

Objetivo: Quantificar o percentual de Gasto com Outros Custeios Total em relação aos gastos totais.

Tipo: Adequação do orçamento à instituição.

Definição:

Gastos com outros custeios – Gastos totais de OCC menos (-) benefícios e PASEP, investimentos e inversões financeiras.

Gastos Totais – Conforme definido anteriormente.

Cálculo: $PGOC = (\text{Total de gastos com outros custeios} / \text{Gastos totais}) \times 100$

Onde: Total de gastos com outros custeios = Total de gastos com outras despesas correntes – (Assistência pré-escolar + auxílio transporte + auxílio alimentação + assistência médica e odontológica + PASEP)

Método de Cálculo: $PGOC = \frac{88.794.816,00}{605.225.489,00} \times 100 \rightarrow 14,67\%$

Fonte: SIAFI/ Plataforma Nilo Peçanha

Gastos com Investimentos em relação aos gastos totais

Percentual de Gastos com investimentos em relação aos gastos totais – GGI – 2017

Objetivo: Quantificar o percentual de Gastos Investimentos e Inversões Financeiras em relação aos gastos totais.

Tipo: Adequação do orçamento atribuído à instituição.

Definição:

Investimentos – Despesas destinadas ao planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários a realização de obras, bem como programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente, e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

Inversões Financeiras – Despesa com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização e também a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital e com a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

Gastos Totais – Conforme definido anteriormente.

Cálculo: $PGI = (\text{Total de gastos com despesas de investimento} / \text{Gastos totais}) \times 100$

Base do Cálculo: Gastos com investimentos e inversões financeiras (R\$ 8.785.229,00) e Gastos totais (R\$605.225.489,00)

Método de Cálculo: $PGI = \frac{8.785.229,00}{605.225.489,00} \times 100 \rightarrow 1,45\%$

Fonte: SIAFI/ Plataforma Nilo Peçanha

Indicador Socioeconômico**Número de Alunos Matriculados de acordo com a renda familiar *per capita* – 2017**

Objetivo: Auferir o grau de inclusão social da política governamental por meio do perfil socioeconômico de ingressantes e de concluintes nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Cálculo: Contagem de alunos matriculados em cursos regulares oferecidos no âmbito das instituições, para as quais já tenham sido aplicados questionários socioeconômicos, identificando em qual faixa de renda familiar *per capita* cada aluno se enquadra.

Pesquisa: Realizada sob a forma de resposta espontânea, sobre a faixa de renda *per capita* familiar discente.

Número de Alunos Matriculados de acordo com a renda familiar *per capita* por *campus* Série Histórica

Faixas de Renda /Ano		0<Renda ≤0,5	0,5<Renda ≤1,0	1,0<Renda ≤1,5	1,5<Renda ≤2,5	2,5<Renda ≤3,0	Renda >3,0	Não Informado	Total
Acarauá	2017	216	215	126	62	19	10	0	648
	2016	187	207	131	44	21	14	0	604
	2015	81	122	81	42	17	11	0	354
	2014	84	133	82	36	20	9	2	366
	2013	75	79	79	52	12	12	0	309
Aracati	2017	153	213	148	72	31	22	0	639
	2016	132	171	131	65	25	23	0	547
	2015	55	93	88	39	14	18	0	307
	2014	48	89	75	35	14	9	0	270
	2013	90	178	122	55	17	11	1	474
Baturité	2017	128	182	101	52	14	11	0	488
	2016	99	165	90	43	19	11	0	427
	2015	26	53	38	25	13	11	0	166
	2014	48	79	35	30	13	13	0	218
	2013	29	64	39	37	15	8	0	192
Boa Viagem	2017	43	55	33	7	6	0	0	144
Camocim	2017	103	136	80	27	9	9	0	364
	2016	69	109	67	21	14	8	0	288
	2015	4	17	15	2	4	1	0	43
Canindé	2017	171	236	127	59	13	7	0	613
	2016	186	223	123	65	17	12	0	626
	2015	73	104	54	29	15	9	0	284
	2014	89	148	117	60	30	16	0	460
	2013	83	143	121	66	25	23	1	462
Caucaia	2017	73	93	108	66	24	24	0	388
	2016	48	102	85	48	16	16	0	315
	2015	30	68	55	33	11	7	0	204
	2014	20	53	64	28	12	5	0	182
	2013	56	100	131	49	29	8	0	373

Cedro	2017	285	281	155	66	30	14	0	831
	2016	305	315	167	81	19	17	0	904
	2015	12	4	9	4	2	2	0	33
	2013	153	195	120	49	21	11	1	550
	2013	204	219	150	95	27	18	1	714
Crateús	2017	204	232	159	70	25	21	0	711
	2016	139	174	135	65	29	15	0	557
	2015	65	83	57	47	18	8	0	278
	2014	80	104	86	40	29	14	0	353
	2013	74	132	117	49	21	20	0	413
Crato	2017	209	266	143	99	51	40	0	808
	2016	94	123	85	51	19	19	0	391
	2015	45	67	62	39	19	21	0	253
	2014	78	134	128	69	31	21	0	461
	2013	82	177	167	95	31	36	7	595
Fortaleza	2017	985	1582	1553	1022	590	905	0	6637
	2016	849	1302	1576	873	525	874	0	5999
	2015	453	790	964	584	457	538	0	3786
	2014	537	939	1.152	671	472	611	1	4383
	2013	536	1.089	1.452	1.102	660	958	13	5810
Guaramiranga	2017	14	15	6	1	0	0	0	36
	2016	8	13	12	3	0	0	0	36
	2015	1	3	4	0	0	0	0	8
Iguatu	2017	237	382	198	100	37	18	0	972
	2016	195	303	200	94	32	26	0	850
	2015	90	175	121	76	31	19	0	512
	2014	152	215	133	71	31	19	0	621
	2013	171	250	190	92	53	34	2	792
Itapipoca	2017	53	65	39	27	8	5	0	197
	2016	18	15	15	11	2	7	0	68
Jaguaribe	2017	76	100	42	21	3	3	0	245
	2016	85	91	40	8	8	4	0	236
	2015	35	42	27	7	2	3	0	116
	2014	40	38	22	14	2	4	0	120
	2013	32	29	18	12	3	3	1	98
Jaguaruana	2017	79	77	35	9	1	0	0	201
	2016	40	41	17	7	4	1	0	110
Juazeiro do Norte	2017	357	514	416	241	123	72	0	1723
	2016	239	343	366	161	67	61	0	1237
	2015	46	106	89	71	35	16	0	363
	2014	162	294	334	205	105	72	0	1172
	2013	226	392	533	271	141	108	1	1672
	2017	283	333	207	99	46	27	0	995

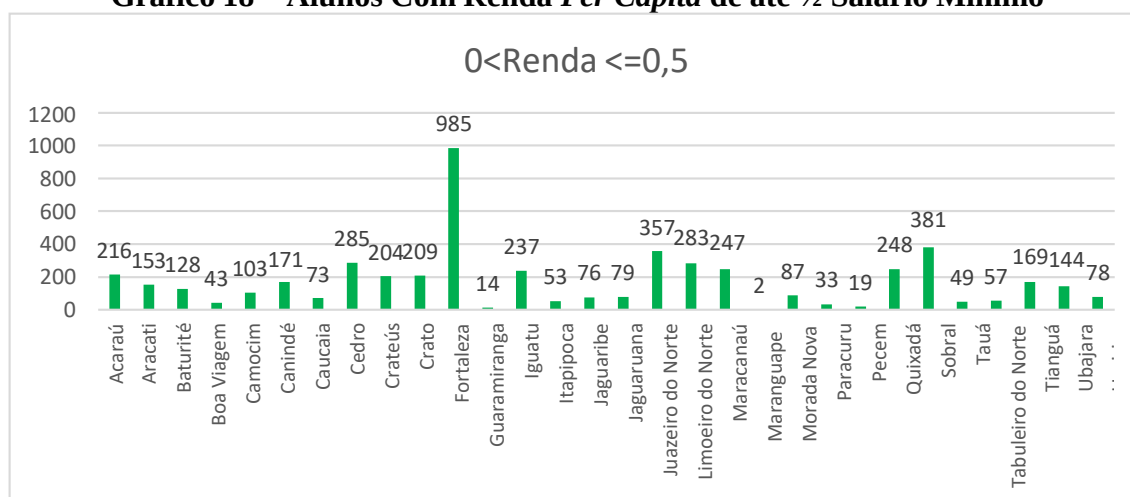
Limoeiro do Norte	2016	278	320	199	101	35	26	0	959
	2015	144	192	136	75	23	23	0	593
	2014	186	266	200	99	46	34	0	831
	2013	192	277	263	111	59	44	1	947
Maracanaú	2017	247	402	453	274	133	153	0	1662
	2016	206	391	459	234	135	153	0	1578
	2015	46	97	108	59	50	53	0	413
	2014	109	268	290	205	144	133	1	1150
	2013	120	245	367	301	161	177	0	1371
Maraguape	2017	2	0	2	0	0	0	0	4
Morada Nova	2017	87	100	75	31	16	8	0	317
	2016	46	97	108	59	50	53	0	413
	2015	27	34	26	8	6	2	0	103
	2014	16	33	24	11	8	3	1	96
	2013	22	61	41	23	15	6	0	168
Paracuru	2017	33	47	38	14	6	5	0	143
	2016	12	12	14	5	1	3	0	47
Pecém	2017	19	26	35	26	4	4	0	144
Quixadá	2017	248	298	191	97	44	26	0	904
	2016	272	372	280	125	51	35	0	1135
	2015	103	144	120	78	52	31	0	528
	2014	106	202	174	105	55	41	0	683
	2013	119	221	221	133	58	55	2	809
Sobral	2017	381	536	410	184	95	51	0	1657
	2016	378	517	348	165	68	64	0	1540
	2015	202	256	165	103	43	19	0	788
	2014	172	298	244	138	46	35	0	933
	2013	188	315	315	185	70	55	4	1132
Tauá	2017	49	58	45	20	7	5	0	184
	2016	42	61	30	10	5	4	0	152
	2015	28	27	17	12	5	0	0	89
	2014	32	24	13	11	5	1	0	86
	2013	44	31	23	17	4	4	1	124
Tabuleiro do Norte	2017	57	62	50	14	6	8	0	197
	2016	24	29	16	12	4	0	0	85
	2015	10	8	12	10	3	1	0	44
	2014	32	43	40	24	6	4	0	149
	2013	44	51	49	29	14	5	0	192
Tianguá	2017	169	212	90	25	11	9	0	516
	2016	123	141	69	25	5	11	0	374
	2015	41	49	39	15	4	2	0	150
	2014	39	73	45	19	8	6	0	190
	2013	28	59	30	13	2	4	1	137

Ubajara	2017	144	176	62	40	9	12	0	443
	2016	89	125	75	25	9	7	0	330
	2015	20	29	16	12	2	2	0	81
	2014	23	42	22	2	4	1	0	94
	2013	19	50	47	12	5	1	1	135
Umirim	2017	78	68	45	13	5	3	0	212
	2016	59	75	29	24	6	1	0	194
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0
	2014	15	18	17	6	6	2	1	65

Fonte: Q'Acadêmico

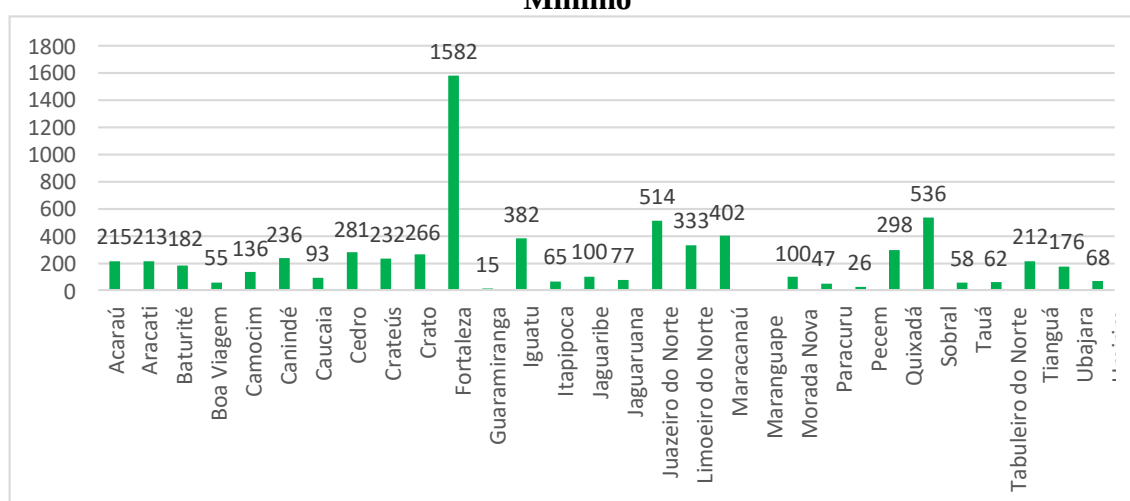
A seguir os gráficos demonstrativo de Renda *Per Capita* por campi:

Gráfico 18 – Alunos Com Renda *Per Capita* de até ½ Salário Mínimo



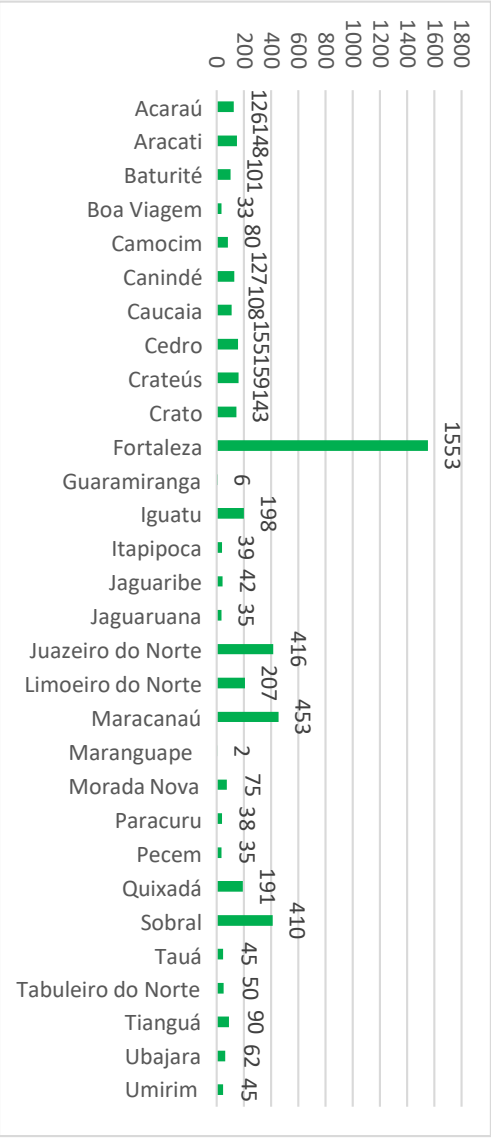
Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 19 - Alunos Com Renda *Per Capita* com mais de ½ e Menor/ Igual a 01 Salário Mínimo



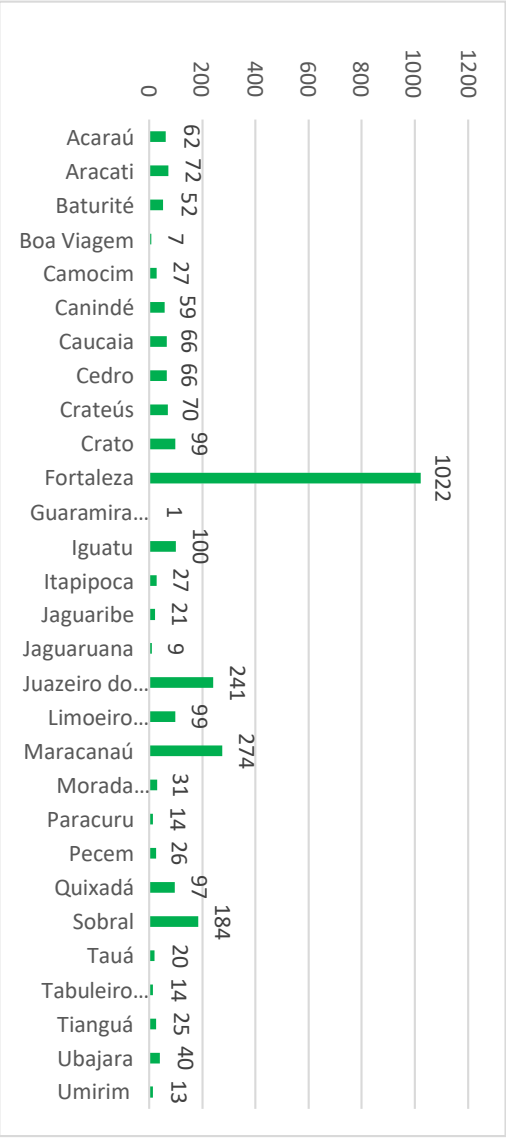
Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 20 - Alunos Com Renda *Per Capita* com mais de 1,0 e Menor Igual a 1,5 Salários Mínimos



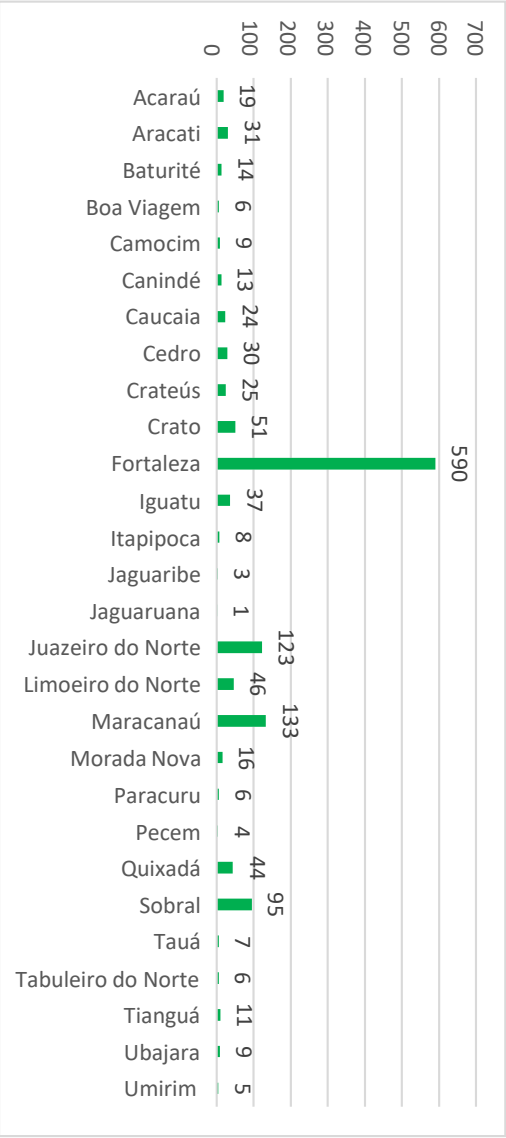
Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 21 - Alunos Com Renda *Per Capita* com mais de 1,5 e Menor Igual a 2,5 Salários Mínimos

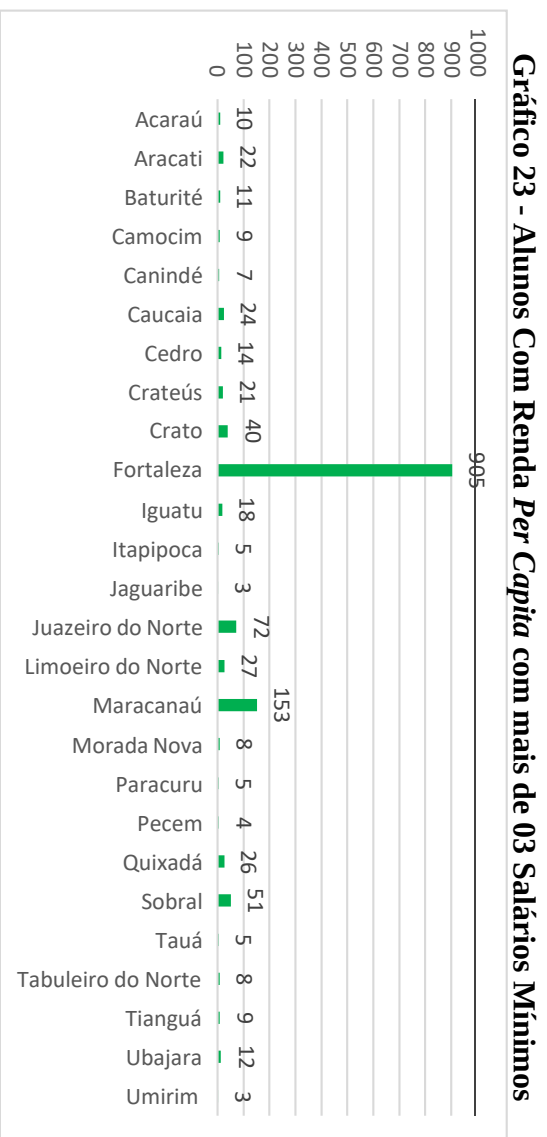


Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 22 - Alunos Com Renda *Per Capita* com mais de 2,5 e Menor Igual a 03 Salários Mínimos



Fonte: Q'Acadêmico



Fonte: Q'Acadêmico

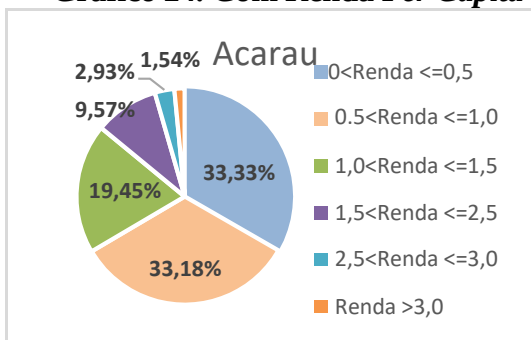
Tabela com dados percentuais de renda por *campus*

Campi	0<Renda <=0,5	0,5<Renda <=1,0	1,0<Renda <=1,5	1,5<Renda <=2,5	2,5<Renda <=3,0	Renda >3,0	Total
Acarau	33,33%	33,18%	19,45%	9,57%	2,93%	1,54%	100,00%
Aracati	23,94%	33,33%	23,16%	11,28%	4,85%	3,44%	100,00%
Baturité	26,23%	37,30%	20,70%	10,65%	2,87%	2,25%	100,00%
Boa Viagem	29,86%	38,19%	22,92%	4,86%	4,17%	-	100,00%
Camocim	28,30%	37,36%	21,98%	7,42%	2,47%	2,47%	100,00%
Canindé	27,90%	38,50%	20,72%	9,62%	2,12%	1,14%	100,00%
Caucaia	18,81%	23,97%	27,84%	17,00%	6,19%	6,19%	100,00%
Cedro	34,30%	33,81%	18,65%	7,95%	3,61%	1,68%	100,00%
Crateús	28,69%	32,63%	22,36%	9,85%	3,52%	2,95%	100,00%
Crato	25,87%	32,92%	17,70%	12,25%	6,31%	4,95%	100,00%
Fortaleza	14,84%	23,83%	23,40%	15,40%	8,89%	13,64%	100,00%
Guaramiranga	38,89%	41,67%	16,67%	2,77%	0,00%	0,00%	100,00%
Iguatu	24,38%	39,30%	20,37%	10,29%	3,81%	1,85%	100,00%
Itapipoca	26,90%	32,99%	19,80%	13,71%	4,06%	2,54%	100,00%
Jaguaribe	31,02%	40,82%	17,14%	8,58%	1,22%	1,22%	100,00%
Jaguaruana	39,30%	38,31%	17,41%	4,48%	0,50%	0,00%	100,00%
Juazeiro do Norte	20,72%	29,83%	24,14%	13,99%	7,14%	4,18%	100,00%
Limoeiro do Norte	28,99%	33,37%	20,75%	10,53%	3,65%	2,71%	100,00%
Maracanaú	14,86%	24,19%	27,26%	16,49%	8,00%	9,20%	100,00%
Maranguape	50,00%	0,00%	50,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Morada Nova	27,44%	31,55%	23,66%	9,78%	5,05%	2,52%	100,00%
Paracuru	25,08%	32,87%	26,56%	9,79%	4,20%	3,50%	100,00%
Pecém	16,67%	22,81%	30,70%	22,81%	3,50%	3,51%	100,00%
Quixadá	27,43%	32,96%	21,13%	10,73%	4,87%	2,88%	100,00%
Sobral	22,99%	32,35%	24,74%	11,10%	5,73%	3,08%	100,00%
Tauá	26,63%	31,52%	24,46%	10,87%	3,80%	2,72%	100,00%
Tabuleiro do Norte	28,93%	31,47%	25,38%	7,11%	3,05%	4,06%	100,00%
Tianguá	32,75%	41,090%	17,44%	4,84%	2,14%	1,74%	100,00%
Ubajara	32,51%	39,73%	14,00%	9,02%	2,03%	2,71%	100,00%
Umirim	36,79%	32,08%	21,23%	6,13%	2,35%	1,42%	100,00%

Fonte: Q'Acadêmico

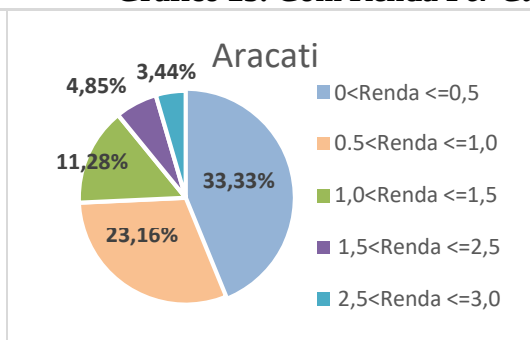
Gráficos com percentuais de renda por *campus* do Instituto Federal do Ceará no ano de 2017

Gráfico 24. Com Renda *Per Capita*



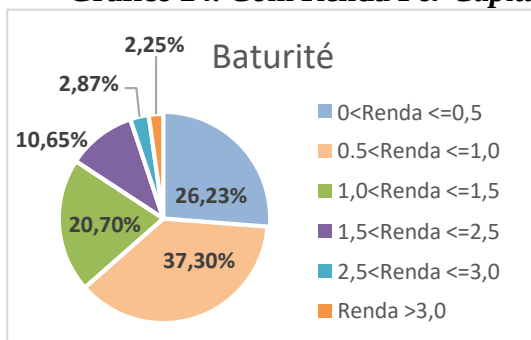
Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 25. Com Renda *Per Capita*



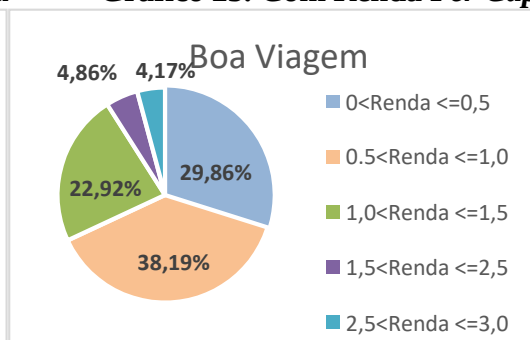
Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 24. Com Renda *Per Capita*



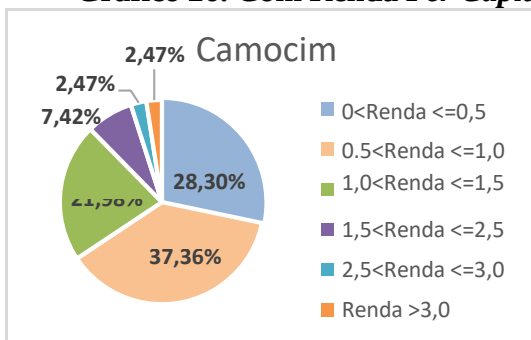
Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 25. Com Renda *Per Capita*



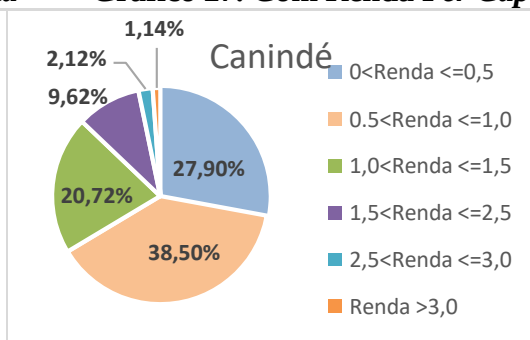
Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 26. Com Renda *Per Capita*

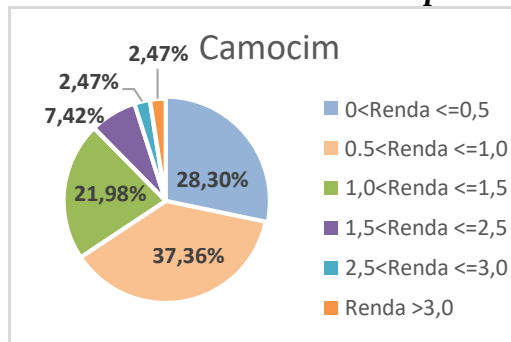


Fonte: Q'Acadêmico

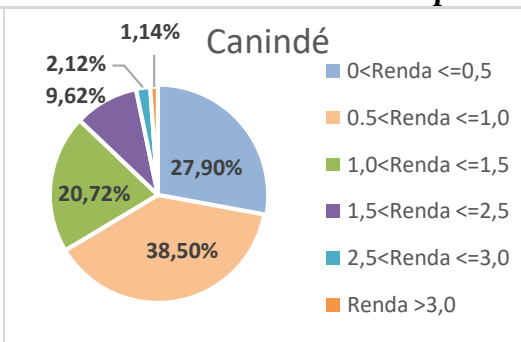
Gráfico 27. Com Renda *Per Capita*



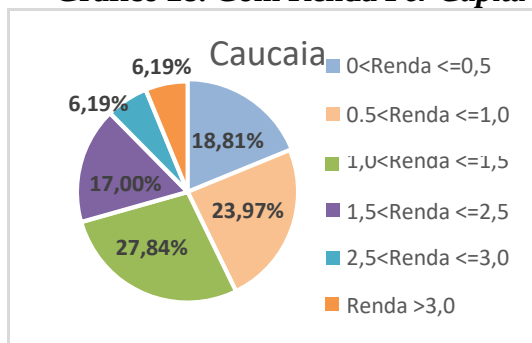
Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 26. Com Renda Per Capita

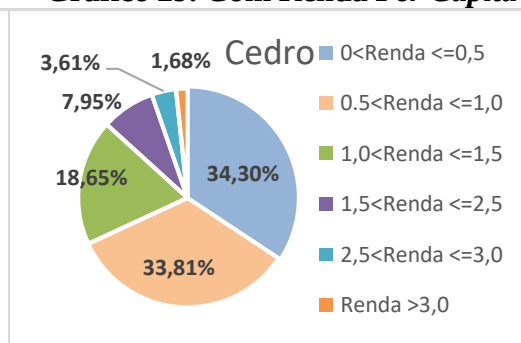
Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 27. Com Renda Per Capita

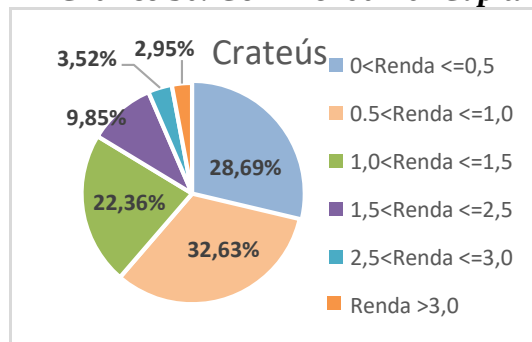
Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 28. Com Renda Per Capita

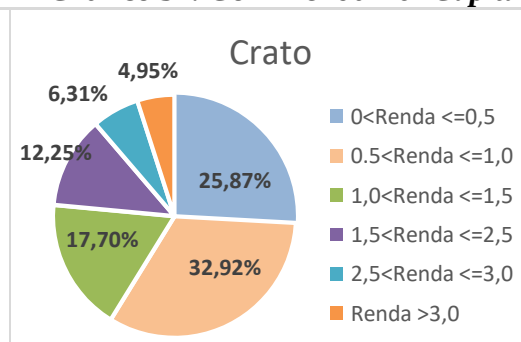
Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 29. Com Renda Per Capita

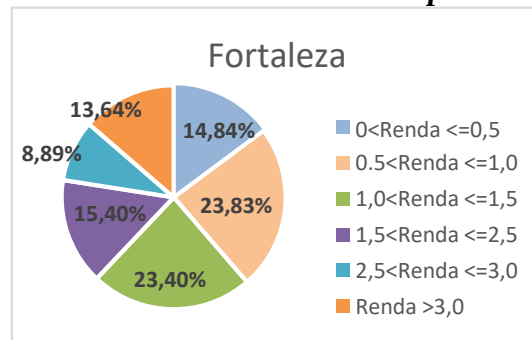
Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 30. Com Renda Per Capita

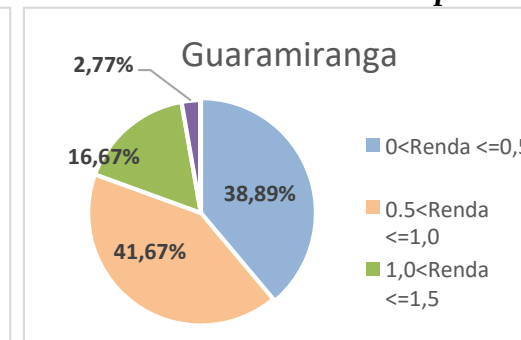
Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 31. Com Renda Per Capita

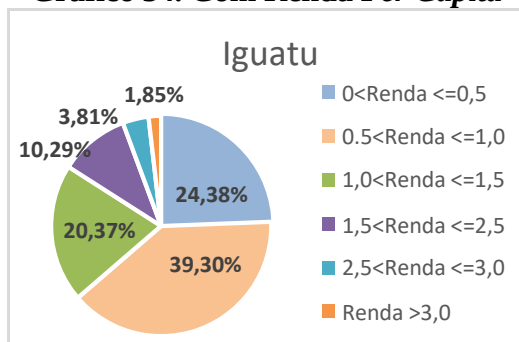
Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 32. Com Renda Per Capita

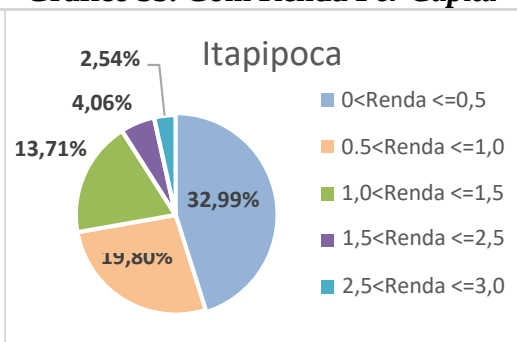
Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 33. Com Renda Per Capita

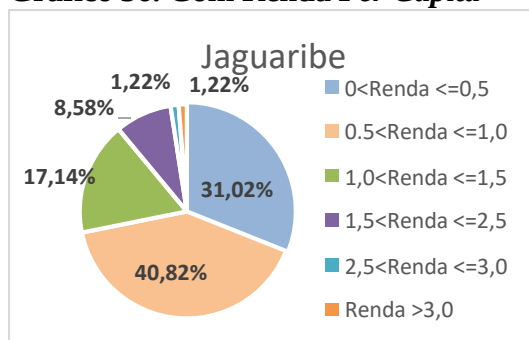
Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 34. Com Renda *Per Capita*

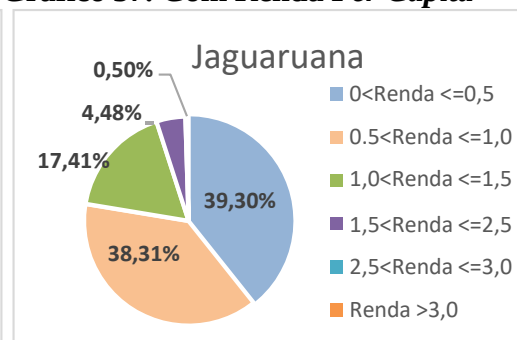
Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 35. Com Renda *Per Capita*

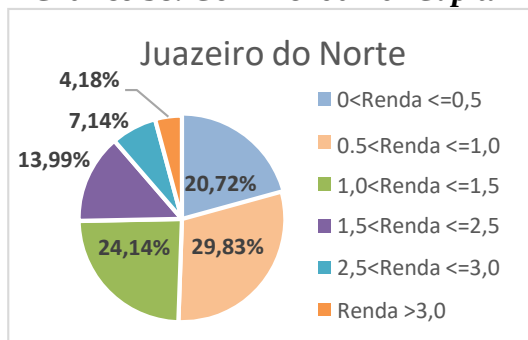
Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 36. Com Renda *Per Capita*

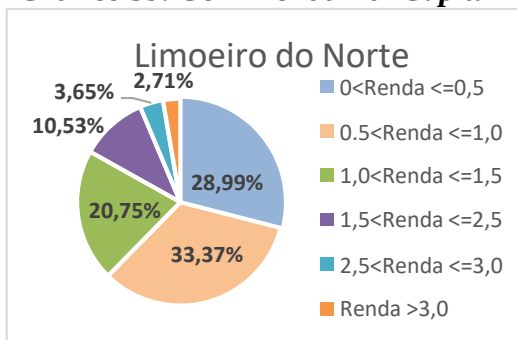
Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 37. Com Renda *Per Capita*

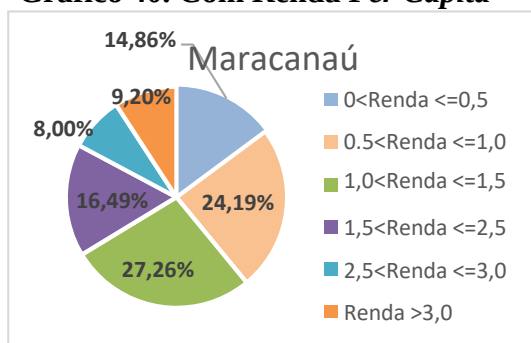
Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 38. Com Renda *Per Capita*

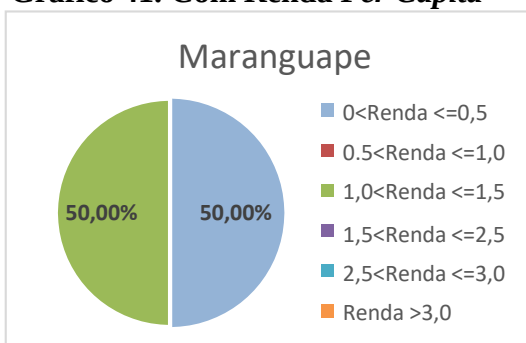
Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 39. Com Renda *Per Capita*

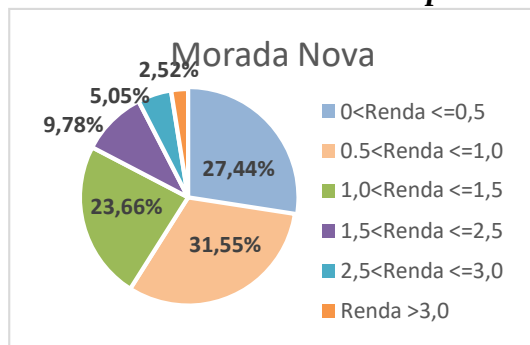
Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 40. Com Renda *Per Capita*

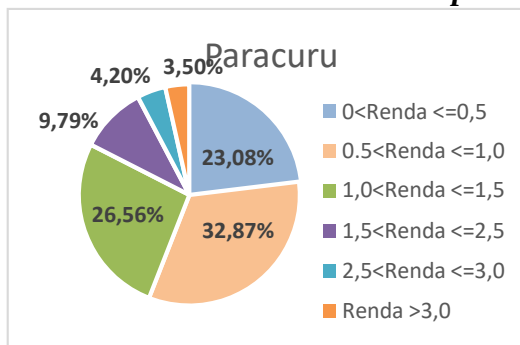
Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 41. Com Renda *Per Capita*

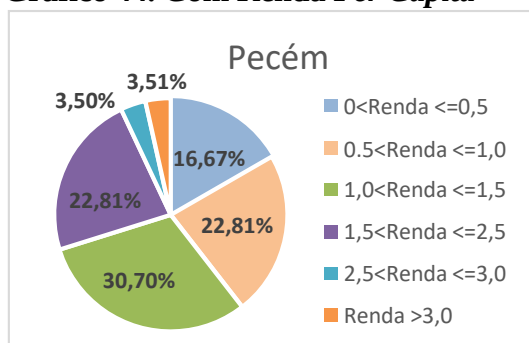
Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 42. Com Renda *Per Capita*

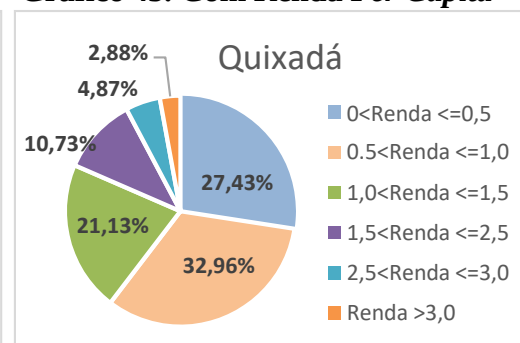
Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 43. Com Renda *Per Capita*

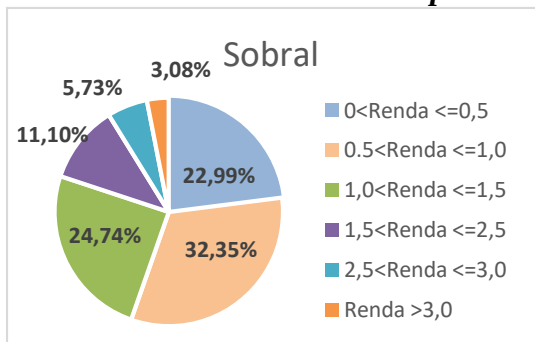
Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 44. Com Renda *Per Capita*

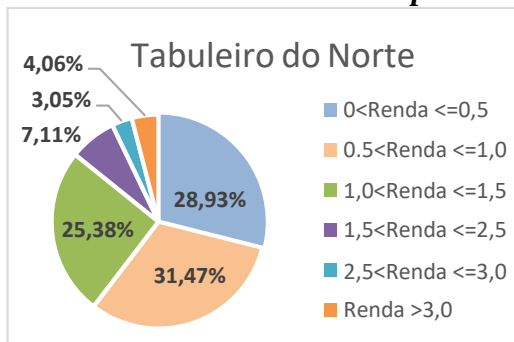
Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 45. Com Renda *Per Capita*

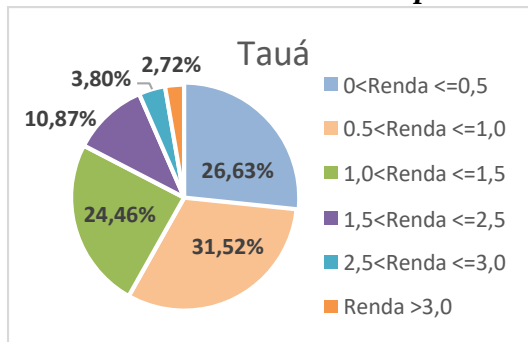
Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 46. Com Renda *Per Capita*

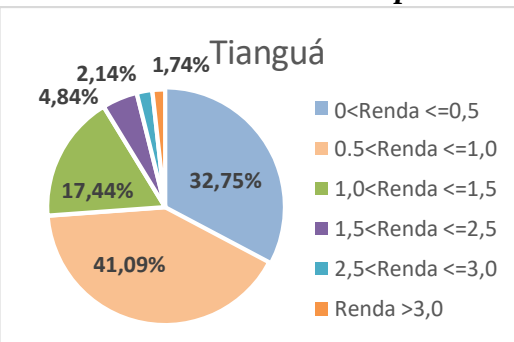
Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 47. Com Renda *Per Capita*

Fonte: Q'Acadêmico

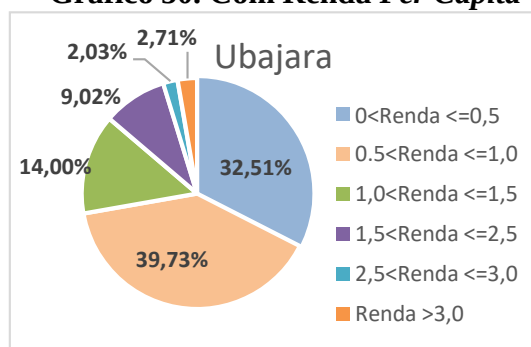
Gráfico 48. Com Renda *Per Capita*

Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 49. Com Renda *Per Capita*

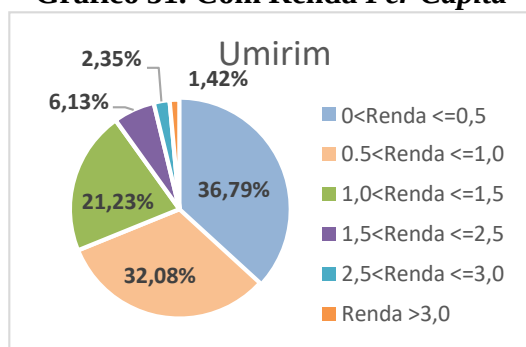
Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 50. Com Renda *Per Capita*



Fonte: Q'Acadêmico

Gráfico 51. Com Renda *Per Capita*



Fonte: Q'Acadêmico

2.5. Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CEARÁ

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

DECLARAÇÃO

Declaro, junto aos órgãos de controle interno e externo, que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), vinculado ao Ministério da Educação, UO 26405, não recebeu recursos externos contratados junto a organismos multilaterais de crédito e agências governamentais estrangeiras, no exercício de 2017.

Fortaleza, 22 de fevereiro de 2018.

Beatriz Rodrigues Garcia

Diretora de Gestão Orçamentária – DGO/PROAP/Reitoria

Mat. SIAPE 269573

3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1. Descrição das estruturas de governança

Em linhas gerais, a governança corresponde a um conjunto de boas práticas sobre o modo como a instituição é dirigida e controlada. Nesse sentido, as estruturas de governança visam à transparência da gestão e a redução dos riscos associados aos objetivos e metas institucionais.

Desse modo, apresentamos as estruturas de governança do IFCE, com as principais competências relativas à governança:

Conselho Superior

O Conselho Superior – CONSUP é uma instância de caráter consultivo e deliberativo, sendo o órgão máximo do IFCE.

- I. Aprovar as diretrizes para atuação do IFCE e zelar pela execução de sua política educacional;
- II. Aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação, e apreciar a proposta orçamentária anual;
- III. Aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares;
- IV. Apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;

Auditoria Interna

A Unidade de Auditoria Interna - AUDIN é o órgão técnico de controle, vinculada à Reitoria do IFCE, sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em suas respectivas áreas de jurisdição. Deve cumprir suas atribuições sem elidir a competência ministerial e do Tribunal de Contas da União.

Compete à Auditoria Interna:

- I. Prestar assessoramento técnico aos gestores e orientar os Órgãos e Unidades Administrativas da instituição, buscando agregar valores à gestão, observados os princípios e normas de controle interno;
- II. Acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União;
- III. Assessorar os gestores da entidade no acompanhamento da execução dos programas de governo e da realização das metas do Plano Plurianual, no âmbito da entidade, visando a comprovar o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento;
- IV. Verificar o desempenho da gestão da entidade, visando a comprovar a legalidade dos atos e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia, à eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de recursos humanos, de suprimento de bens e serviços e demais controles de gestão;
- V. Verificar a consistência e a segurança dos instrumentos de controle, de guarda e de conservação dos bens e valores da Instituição ou daqueles pelos quais ela seja responsável;
- VI. Buscar condições para o exercício do controle sobre as ações da entidade, quando couber, bem como a atualização dos mecanismos de controle em funcionamento no âmbito da organização;
- VII. Verificar a fidelidade das informações e a regularidade das contas com base nos registros contábeis e na documentação comprobatória das operações;
- VIII. Verificar se os recursos do IFCE são aplicados com eficiência, eficácia e economicidade;
- IX. Elaborar relatórios, assinalando os pontos merecedores de reparo, para que os dirigentes tenham elementos necessários à tomada de decisões e correções;

Colégio de Dirigentes

O Colégio de Dirigentes- COLDIR é uma instância de caráter consultivo, sendo o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria.

São competências do COLDIR:

- I. Apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos;
- II. Apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- III. Apresentar a criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFCE;

- IV. Apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão;
- V. Apreciar os assuntos de interesse da administração do IFCE a ele submetidos.

Departamento de Governança de Tecnologia da Informação

O Departamento de Governança de Tecnologia da Informação é responsável pelo planejamento, coordenação e aquisição dos materiais, equipamentos e serviços no âmbito da DGTI e Reitoria.

- I. Sugerir projetos para melhoria de processos internos, utilizando tecnologia disponível no mercado, em conjunto com os demais setores da DGTI;
- II. Gerir os contratos com as empresas prestadoras de serviços de informática e telecomunicações da Reitoria;
- III. Gerir os contratos de aquisição de materiais e equipamentos de informática da Reitoria;
- IV. Orientar a aquisição de materiais, equipamentos e serviços, a fim de atender às demandas da DGTI, da Reitoria e dos campi;
- V. Coordenar o planejamento e elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – (PDTI) do IFCE.

Ressaltamos, por fim, que o IFCE não possui estruturas de governança externas, tais como auditoria independente, conselhos externos, etc.

3.2. Atuação da unidade de auditoria interna

As auditorias internas dos órgãos da Administração Indireta foram instituídas por meio do Decreto Federal nº 3591/2000, da Controladoria Geral da União, que atribui aos órgãos da Administração Indireta organizar a sua respectiva unidade de auditoria com espaço físico, recursos humanos e materiais necessários ao pleno desenvolvimento de suas atividades.

Visando atender ao Decreto Federal, o IFCE criou a sua unidade de auditoria interna por meio da Resolução nº 04 de 02 de abril de 2004, do então Conselho Diretor do extinto CEFET-CE, com a finalidade de fortalecer a gestão, de racionalizar as ações de controle e de prestar apoio ao Sistema Ministerial (ministérios e Controladoria Geral da União) e ao Tribunal de Contas da União.

De acordo com as Disposições Preliminares da referida resolução, a Unidade de Auditoria Interna/IFCE (AUDIN) é órgão técnico de controle vinculado ao Conselho Diretor, atualmente vinculado ao Conselho Superior (CONSUP), mediante Resolução nº 015 de 09/08/2013 do CONSUP e Resolução nº 007 de 04/03/2016, que aprovou o Regimento Geral do IFCE.

O titular da AUDIN é servidor efetivo do Instituto e foi indicado pelo Conselho Diretor do então CEFET/CE, e referendado pela Controladoria-Geral da União (CGU).

A independência da AUDIN é evidenciada pela vinculação da AUDIN ao CONSUP; pelo item 2.7 do Relatório de Auditoria Anual de Contas da CGU/CE nº 201407323, exercício 2013, e pela minuta da versão de 08/07/2016 do Regimento Interno da AUDIN, em anexo, que preza pelo princípio da segregação de funções, principalmente no que tange à realização de atividades típicas de gestão.

A AUDIN atua em trabalhos de avaliação dos controles internos administrativos do IFCE de acordo com as normas de auditoria aplicáveis à Administração Pública Federal, bem como os procedimentos previstos pelos organismos internacionais.

A AUDIN é composta pelo Auditor Titular, e por um Corpo Técnico de seis auditores, um deles na função de assistente da AUDIN. A função da Unidade de Auditoria Interna é analisar os controles internos existentes dos diversos segmentos da Instituição, avaliando se os mesmos são adequados, em termo de segurança e de utilidade e, por outro lado, se estão sendo seguidos, conforme o proposto pelo IFCE, além da aderência às normas que o IFCE está subordinado, à sua missão, à sua visão e aos seus valores, quando então, é possível sugerir a melhoria dos controles para o

fortalecimento da gestão, e correção de falhas, consistindo nessas circunstâncias o papel de assessoramento ao Gestor.

O modelo de atuação da AUDIN é de uma unidade centralizada na Reitoria para atender toda a Instituição. Esse modelo foi apresentado na 25ª Reunião Ordinária do Colégio de Dirigentes realizada em 20/08/2012, quando foi discutido o real papel da Auditoria Interna como controle na Instituição justificando a razão do modelo adotado.

A auditoria interna emite, após a conclusão das ações de auditoria, o Plano de Providências Permanente Interno (PPPI). O documento apresenta todas as recomendações expedidas no Relatório de Auditoria Interna (RAI), após a fase da manifestação do auditado, na fase preliminar, e é encaminhado, junto com o Relatório de Auditoria, ao auditado, como também ao Chefe de Departamento de Correição e Controle do IFCE para que, junto com os responsáveis, em até 30 dias úteis do recebimento do documento, apresente as providências a serem implementadas e o prazo necessário para o alcance do cumprimento das recomendações.

A cada avaliação do PPPI, em ação específica de monitoramento, consignado no PAINT, é expedida uma nota informativa contemplando o status das recomendações, a saber: **Implementadas** – recomendações que foram analisadas no exercício, fazendo distinção em exercício atual e anteriores, que foram consideradas atendidas; **Parcialmente implementadas** – recomendações que foram analisadas no exercício, cuja implementação está em curso, ou quando o auditado declara implementado, mas que não foi confirmado pela AUDIN; **Não implementadas** – recomendações que foram analisadas no exercício e estão pendentes de implementação ou quando não há manifestação do auditado, ou seja, ausência de informação; e **Baixadas** – recomendações que foram analisadas no exercício e foram desconsideradas; ou por repetição; ou por não aplicação, por decurso de prazo, ou quando a recomendação não é cabível, quando o auditor se convence do contraditório do auditado.

As recomendações **vincendas** são as que não foram analisadas, portanto, não constará em nota informativa, mas será informado o quantitativo no RAI. Para o Reitor é encaminhado somente o RAI para avaliação de publicação, em razão da Lei de Acesso à Informação (LAI), e da Recomendação nº 001/OUVIDORIA de 23/06/2016 no tocante à inserção de informações da AUDIN no sítio da Instituição.

Para o CONSUP é enviado a síntese dos RAI, em função da Instrução Normativa CGU 24/2015 (IN 24/2016/CGU). A AUDIN está buscando a criação de uma rotina de apresentação de todas as recomendações oriundas da AUDIN, CGU e TCU ao CONSUP, por meio de um relatório gerencial, que deverá conter as justificativas dos gestores para cada recomendação não implementada ou implementada parcialmente, com indicação de prazo para sua efetivação, conforme estabelece a IN 24/2016/CGU; no entanto em 2017 foi apresentado o Relatório Gerencial nº 01/2017 em reunião do CONSUP.

3.2.1. Sobreposição de carga horária - Pronatec

A ação de auditoria no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi realizada em 2016 até a versão preliminar do relatório, concluindo a versão definitiva em fevereiro de 2017. Neste ano não houve turma do PRONATEC.

Foi avaliada a execução dos cursos iniciados em 2015 com término em março de 2016, a saber: Operador de beneficiamento de pescado (Iguatu), Operador de beneficiamento de pescado (Iguatu/Quixelô), Operador de beneficiamento de pescado (Iguatu/ Quixeramobim), Operador de computador (Iguatu/ Quixeramobim), Pizzaiolo (Iguatu) e Preparador de doces e conservas (Iguatu).

Buscou-se verificar a existência dos controles administrativos internos na Pró-reitoria de Extensão (PROEXT), assim como no Campus Iguatu, nos quesitos: divulgação de editais; processo seletivo das equipes; pagamento dos bolsistas; acompanhamento das frequências dos servidores/bolsistas; componentes curriculares e avaliação do Programa.

Houve indícios de sobreposição de carga horária de servidores administrativos que atuam no Pronatec, conforme folhas de frequência em papel. Pela dificuldade de evidenciar a compensação de horário, ficou prejudicada a recomendação inicial do trabalho de se obter o ressarcimento das

importâncias pagas sem a devida contraprestação de serviços, mas a constatação ficou registrada para que fosse fortalecido o controle de frequência, que ainda é em papel.

ACÃO Nº 15/2016: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC

CONSTATAÇÕES:

- Fragilidade nos Controles Internos pela falta de política de controle interno que assegure uma eficiente gestão de risco, que possibilite avançar nos indicadores de resultado do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec.
- Conflito de Horário de Atividades no Pronatec com Atividades Funcionais no IFCE.
- Bolsista do Pronatec Excedendo a Carga Horária Permitida pela Resolução nº04/2012.
- Bolsista/Servidor do Instituto Federal do Ceará no Gozo de Licença Saúde Desempenhando Atividades do Pronatec.
- Inobservância ao Princípio da Publicidade
- Bolsista com Formação Acadêmica Diversa da Exigida em Edital

3.3. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

O IFCE toma conhecimento de irregularidades através de vários canais, tais como representações, denúncias recebidas pela Ouvidoria (através dos sistemas CGU ou por e-mails), achados de auditoria, veiculação de notícias na mídia, et cetera.

Cada unidade do IFCE dispõe de autonomia para apuração dos desvios ocorridos no âmbito de suas competências, contando com o Departamento de Correição e Controle da Reitoria para a supervisão e apoio das atividades disciplinares.

No ano de 2017, o IFCE instaurou 23 (vinte e três) processos administrativos disciplinares lato sensu, dos quais 17 (dezessete) sindicâncias e 06 (seis) processos administrativos disciplinares propriamente ditos, a saber:

Seq	Campus	Tipo de procedimento	Portaria	Fato sob apuração	Resultado
1	Baturité	Sindicância Investigativa	97/2017 de 21/11/2017	irregularidades no recebimento de auxílio-transporte	nenhuma irregularidade verificada
2	Cedro	PAD	54/2017 GDG, de 11/08/2017	Comportamento inadequado de docente do campus	Aguardando parecer jurídico para tomada de decisão
3	Crateús	Sindicância Investigativa	067/GDG, de 22/05/2017	apuração de causa de acidente de trânsito ocorrida com veículo oficial	nenhuma irregularidade verificada
4	Crateús	Sindicância Investigativa	88/GDG, DE 31/07/2017	apuração de faltas injustificadas da servidora Eliane da Silva Nunes	Em andamento
5	Crateús	Sindicância Investigativa	136/GDG, de 16/11/2017	irregularidades no recebimento de auxílio-transporte	Em andamento

Seq	Campus	Tipo de procedimento	Portaria	Fato sob apuração	Resultado
6	Iguatu	Sindicância Investigativa	203/2017, de 01/11/2017	irregularidades no recebimento de auxílio-transporte	nenhuma irregularidade verificada
7	Iguatu	Sindicância Investigativa	143/2017, de 24/08/2017	desvio funcional ref. à multa aplicada por utilização de veículo oficial	nenhuma irregularidade verificada
8	Iguatu	Sindicância Investigativa	65/2017, de 15/05/2017	Apurar desvio de conduta de docente no trato com aluno	nenhuma irregularidade verificada
9	Maracaná	Sindicância Investigativa	138/GDG, de 06/11/2017	irregularidades no recebimento de auxílio-transporte	nenhuma irregularidade verificada
10	Tianguá	Sindicância Investigativa	083/GDG, de 13/12/2017	irregularidades no recebimento de auxílio-transporte	nenhuma irregularidade verificada
11	Ubajara	Sindicância Investigativa	Portarias 74/GDG e 81/GDG	possível acúmulo ilegal de cargos públicos dos servidores Carlos Eduardo Gonçalves Maia e Nadya Brito Gurgel Correia Dutra	nenhuma irregularidade verificada
12	Morada Nova	Sindicância Investigativa	Portaria 84/2017	irregularidades no recebimento de auxílio-transporte	em andamento
13	Reitoria	PAD - Rito Sumário	Portaria nº201/GR (processo 23255.039 812.2016-24)	apurar acúmulo ilegal de cargos públicos	processo arquivado em decorrência de pronunciamento judicial que concluiu pela inexistência de acumulação ilegal
14	Reitoria	Sindicância Investigativa	Portaria nº 154, de 17/02/2017 (Processo 23255.055 363.2016-61)	apurar fraude em concurso público	Constatados indícios de quebra de sigilo em concurso. Recomendação para abertura de processo administrativo disciplinar.
15	Fortaleza	Sindicância Investigativa	048/GDG	compras de passagens aéreas para fins particulares com cartão corporativo	constatadas irregularidades e determinado instauração de PAD
16	Fortaleza	PAD	115/GDG	assédio sexual praticado por docente	em andamento
17	Fortaleza	PAD	224/GDG	denúncias referentes a atos irregulares em concurso público, Edital nº 10/GR-IFCE/2016.	em andamento

Seq	Campus	Tipo de procedimento	Portaria	Fato sob apuração	Resultado
18	Fortaleza	PAD	261/GDG	compras de passagens aéreas para fins particulares com o cartão corporativo	em andamento
19	Reitoria	Sindicância Investigativa	Portaria 034/GR	apurar furto de netbook nas dependências do campus Quixadá. O equipamento estava sob a guarda do Diretor-Geral do campus Quixadá	Decisão acata relatório final reconhecendo a inexistência de dolo ou culpa do servidor no extravio do bem, mas determinando a recomposição do erário (conforme art.60,§2º e art. 70 do Manual de Gestão de Materiais do IFCE). O servidor realizou a recomposição do erário conforme GRU nº de referência 2013800165 (competência 10/2017)
20	Itapipoca	Sindicância Investigativa	01/GDG	apurar os fatos do processo 23255.014117.2017-31	determinada a instauração de PAD
21	Itapipoca	PAD - Rito Ordinário	06/GDG	apurar os fatos do processo 23255.014117.2017-31	Em andamento
22	Itapipoca	Sindicância Investigativa	62/GDG	irregularidades no recebimento de auxílio-transporte	Em andamento
23	Crato	Sindicância Investigativa	162/DG	irregularidades no recebimento de auxílio-transporte	Em andamento

Os procedimentos disciplinares objetivaram a apuração de ilícitos administrativos de natureza diversa. Todavia, nenhum deles capaz de impactar o desempenho do IFCE.

O IFCE registra as informações relativas às atividades disciplinares no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares da Controladoria Geral da União (CGUPAD). No entanto, considerando a autonomia dos campi para a instauração dos procedimentos disciplinares, além da estrutura deficitária do Departamento de Correição e Controle que conta com apenas 1 (um) servidor para todo o trabalho da pasta, a movimentação do sistema não é feita no prazo de 30 dias contados da ocorrência do fato ou do ato de que tratam.

3.4. Gestão de riscos e controles internos

Entende-se como risco a probabilidade da ocorrência de fatos com implicações positivas ou negativas sobre os resultados esperados. Assim, a gestão de risco pode ser entendida como o processo de identificar, mensurar e controlar a ocorrência desses fatos.

Nesse sentido, o Instituto Federal do Ceará tem trabalhado no fortalecimento de seus controles internos na tentativa de reduzir a probabilidade de ocorrência de riscos negativos inerentes às suas atividades. Entre as iniciativas adotadas, podemos citar as mais relevantes:

Acompanhamento sistemático das metas traçadas

Realiza-se trimestralmente um acompanhamento do andamento das metas definidas no plano estratégico da instituição, bem como das ações planejadas no início de cada exercício.

Os períodos de monitoramento ocorrem no final dos meses de março, junho, setembro e dezembro. Nesses períodos, a Reitoria solicita aos Diretores de campi, um relatório sobre a execução de suas ações nas áreas do ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil, tecnologia da informação, relações internacionais, gestão de pessoas e administração em geral com o intuito de assegurar que os resultados das ações e metas traçadas para o exercício sejam alcançados satisfatoriamente.

Esse controle sistemático permite identificar os fatos que estão impactando negativamente nos resultados e, a partir de então, a instituição adota medidas capazes de minimizar os efeitos desses fatos.

Não conformidade dos registros contábeis

Objetivando minimizar os riscos de inconsistências contábeis no âmbito da rede IFCE, a Pró-Reitoria de Administração e Planejamento - PROAP implantou no exercício de 2015 a Coordenadoria de Controladoria e Suporte Tributário, visando à identificação, orientação e acompanhamento da conformidade contábil da Reitoria e dos campi, assim como a regularização de inconsistências. As ações desenvolvidas para minimizar esses riscos são:

- I. Realização de consultas aos desequilíbrios de equação de auditor contábil – SIAFI da rede;
- II. Identificação das inconsistências e sua regularização;
- III. Repasse e reforço, aos campi, de orientações da Setorial Contábil do MEC, enviadas via SIAFI;
- IV. Divulgação das instruções e demais informações, disponibilizadas pelo Repositório de Arquivos do MEC-RAMEC;
- V. Realização de treinamentos in-company, voltados para os servidores da área contábil, como “Tesouro Gerencial” e “Encontro do Encerramento do Exercício”, estes realizados em 2015;

Estas ações preventivas e corretivas têm gerado implicações positivas na gestão e controle dos riscos contábeis.

Acompanhamento das obras em andamento

Destaca-se que os riscos que implicam negativamente na execução das obras em andamento referem-se às falhas e/ou omissões de projetos, prazo das emissões das licenças, atrasos na execução por culpa das construtoras, qualidade dos serviços entregues e restrições orçamentárias e financeiras do governo federal.

Falhas e/ou omissões de projetos: Incompatibilidade de projetos e omissões em orçamentos eleva o risco na execução por conta da necessidade de formalização de acréscimos contratuais (aditivos) para a entrega da obra. A gestão desses riscos consiste na análise/revisão prévia, pelo Departamento de Infraestrutura, dos projetos e orçamentos com intuito de evitar acréscimos ou alterações das condições inicialmente contratadas. No caso de falhas que por algum motivo só sejam detectadas na execução,

o Departamento de Infraestrutura, juntamente com a fiscalização e apoio técnico, avaliam a real necessidade da alteração em consonância com os normativos que disciplinam os contratos administrativos e orçamentos de obras públicas, sem prejuízo de apuração da responsabilidade do projetista.

Prazo de Emissão das Licenças: Existe descompasso temporal entre o processo licitatório e contratação da obra com emissão das licenças de instalação (LI) e alvará de construção. Mesmo que os projetos sejam avaliados previamente pelos órgãos competentes para emissão das licenças prévias, o risco de finalizar a contratação e não ser possível o início da obra é grande. A gestão desse risco busca a elaboração e submissão dos projetos com prazo considerável ao início do processo licitatório, além de condicionar a ordem de serviço à emissão de todas as licenças que autorizam a execução do empreendimento. Destaca-se que a Instituição não tem gerência nos prazos dos órgãos competentes, existindo o risco na decorrência de tempo até o início da obra.

Atraso na execução e qualidade: O atraso na execução das obras na maioria dos casos tem causa na desorganização operacional das empresas ou morosidade na condução dos serviços. A gestão desse risco consiste no acompanhamento mais efetivo da fiscalização com registros dos fatos e notificações tempestivas. Tal atuação da fiscalização evolui para aplicações das sanções previstas em contrato além de desonerar financeiramente os efeitos dos atrasos. Contudo a postura da fiscalização tem por objetivo a entrega do objeto nas condições pactuadas. Registra-se que a ampliação do quadro técnico do Departamento de Administração objetiva atender à necessidade de fiscalização frente ao número de obras em execução, garantindo as condições pactuadas, destacando-se a qualidade.

Restrições orçamentárias e financeiras: A principal dificuldade encontrada foi a limitação orçamentária, tendo em vista que a cota limite de empenho não acompanhou o orçamento liberado para o IFCE. Outro agravante foi a inconstância do repasse financeiro, gerando atrasos nos pagamentos e incerteza nos fornecedores, interferindo na normalidade da execução. A gestão desses riscos consiste no acompanhamento da Pró-Reitoria de Administração e Planejamento junto ao MEC na complementação das dotações além dos repasses de numerário referente às despesas tempestivamente liquidadas.

Plano de Providências Permanente

Todas as Pró-reitorias, Diretorias Sistêmicas, campi e demais setores do IFCE são auditados pela Auditoria Interna (AUDIN) em conformidade com o PAINT, em seus processos e, mediante os resultados, são implementadas ações pelas diversas unidades para o respectivo ajuste, acaso apontado no relatório de auditoria.

Os compromissos de ajuste dos procedimentos da administração são apostos no Plano de Providências Interno e no Plano de Providências Permanente que são a referência para a elaboração de Manuais, Sistemas e normas internas que direcionam os processos do IFCE na direção da eficiência com a consequente mitigação dos riscos.

Além dessas iniciativas, a elaboração de manuais técnicos que regulamentam e padronizam a execução de atividades comuns entre Reitoria e campi, contribuem para a minimização dos riscos inerentes aos processos internos da instituição. São exemplos de manuais técnicos: Manual de Gestão de Frotas, Manual de Patrimônio, Manual de Contratos e Convênios, Manual de Gestão Orçamentária, Manual de Planejamento Estratégico, Sistema de Gerenciamento de Ações de Extensão – SIGPROEXT, Manual de Extensão, Elaboração da Política de Assistência Estudantil do IFCE, Revisão do Regulamento de Auxílios aos estudantes, Elaboração do Guia de Auxílios aos estudantes, Criação do Sistema Informatizado da Assistência Estudantil, Elaboração do Regulamento do Programa Bolsa Permanência, Elaboração do Regulamento de Moradias Estudantis, Instituição da comissão de diagnósticos de restaurantes acadêmicos, Nota técnica de orientação para execução da alimentação escolar, entre outros.

Todas as iniciativas citadas são voltadas para o fortalecimento do controle interno de áreas consideradas chaves para a boa gestão da instituição. Porém, cabe ressaltar que, em um futuro

próximo, os controles internos relativos às iniciativas apresentadas deverão ser formalizados para atender o disposto na Política de Gestão de Riscos do IFCE.

4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1. Gestão de pessoas

A partir do modelo de pactuação de cargos estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), este Instituto Federal identifica as necessidades de pessoal, considerando as especificidades de cada campus e o Plano de Desenvolvimento Institucional. Em seguida, realiza-se o processo seletivo de remoção interna de modo a contemplar os servidores que desejem mudar de campus da atual lotação. O processo de remoção é realizado por meio de edital próprio, com critérios pré-estabelecidos em Resolução Própria (RESOLUÇÃO CONSUP Nº 015, DE 15/03/2016, alterada pela RESOLUÇÃO CONSUP Nº 067, DE 25/11/2016). Após a homologação do referido processo de remoção, as vagas são destinadas para provimento efetivo por candidatos concursados. Eventualmente, considerando as necessidades e urgências dos campi, caso não existam classificados em concurso vigente no IFCE, os cargos vagos podem ser utilizados como contrapartida de redistribuição ou ainda serem providos por meio de aproveitamento de concurso de outras instituições federais de ensino, observado nesse caso, a previsão do edital, a carreira dos servidores e ainda as orientações e acórdãos sobre a matéria.

Dessa forma, em observância às atividades finalísticas do IFCE e, ainda, ao modelo pactuado entre o MEC/CONIF, promove-se a distribuição dos cargos seguindo a estrutura mínima de funcionamento de cada campus.

Quanto à relação entre servidores efetivos e temporários é importante frisar que no âmbito do IFCE não temos servidores temporários em substituição aos servidores efetivos da carreira dos técnico-administrativos em educação. Entretanto, para a carreira docente, é possível a contratação de professores substitutos para suprir necessidades imediatas nos campi. Esse tipo de contratação está previsto na Lei Nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências. Ressalta-se, entretanto, que para a contratação de professor substituto, observa-se estritamente ao que determina o art. 2º, inciso IV, § 1º da Lei Nº 8.745/93, a saber:

Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

(...)

IV - admissão de professor substituto e professor visitante;

(...)

§ 1º A contratação de professor substituto de que trata o inciso IV do caput poderá ocorrer para suprir a falta de professor efetivo em razão de: (Incluído pela Lei nº 12.425, de 2011)

I - vacância do cargo; (Incluído pela Lei nº 12.425, de 2011)

II - afastamento ou licença, na forma do regulamento; ou (Incluído pela Lei nº 12.425, de 2011)

III - nomeação para ocupar cargo de direção de reitor, vice-reitor, pró-reitor e diretor de campus. (Incluído pela Lei nº 12.425, de 2011)

É oportuno observar que para o ingresso nas carreiras docente e técnico-administrativo, é exigida a qualificação mínima para o exercício de cada cargo, aspectos estabelecidos em edital. Após a posse, os novos servidores participam do seminário de iniciação ao serviço público cujo objetivo é apresentar a estrutura organizacional da instituição bem como apresentar os direitos e deveres do servidor público.

Destaque-se, ainda, que os cargos cujas atribuições são específicas, as vagas são preenchidas por candidatos habilitados na área. Ex: psicólogo, assistente social, contador, administrador, técnico de laboratório/área, dentre outros.

Todavia, os servidores cujos cargos exigem apenas ensino médio para ingresso são lotados nos diversos departamentos da instituição causando, algumas vezes, dificuldades entre a habilidade do servidor e as atividades inerentes ao setor no qual está lotado.

Para minimizar essa situação os servidores são estimulados a participarem de cursos de capacitação, seminários, workshops com assuntos referentes à área de atuação. Além disso, os servidores são estimulados a buscarem qualificação tanto em nível de graduação como pós-graduação, visto que essa é uma das situações que valorizam o servidor em termos de remuneração e em contrapartida passam a desenvolver melhor as atividades relacionadas ao cargo.

Em relação às despesas com manutenção de pessoal, destaca-se que estão de acordo com a legislação vigente e estão dispostas na tabela constante do item 6.1.2 (Demonstrativo das despesas com pessoal)

A Pró-reitoria de Gestão de Pessoas tem atuado, ainda, a título preventivo, de forma a evitar a configuração de situações de acumulação indevida de cargos públicos, exigindo, quando da concessão do regime de Dedicação Exclusiva, a prévia assinatura de termo de responsabilidade e declaração de inexistência de outros vínculos.

Referido instrumento de controle é utilizado sempre que é promovida a alteração do regime de trabalho do servidor docente para o regime de Dedicação Exclusiva. No entanto, a inexistência de acesso ao CNIS, apesar de já formalmente solicitado pelo IFCE, ou a outros sistemas capazes de facilitar a identificação e controle continuado dos casos de acumulação indevida, compromete a efetividade das ações adotadas pela PROGEP.

Outra medida preventiva é a exigência de apresentação de declarações de órgãos públicos certificando a inexistência de vínculo empregatício no momento da investidura de novos servidores.

Todavia, a medida que a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas toma ciência de indícios de casos de acumulação de cargos, promove a apuração por meio de processo administrativo no qual os servidores são notificados para que apresentem justificativas e documentos comprobatórios de regularização da possível acumulação.

No ano de 2017, foram identificados 85 indícios de acumulação de cargos. Para essas situações, os servidores foram notificados para apresentarem a defesa. Dos casos notificados, 40 foram constatados que não havia acumulação indevida, encerrando-se, assim, o processo; 45 foram identificadas na defesa a acumulação indevida. Para esses casos, notificou-se os servidores para regularização da referida acumulação. Após a manifestação dos servidores, os processos foram encaminhados para análise e parecer da Procuradoria Federal junto ao IFCE.

Em relação aos riscos que comprometem a atuação da Administração, verificamos a existência de algumas situações que impactam negativamente nas atividades finalísticas do IFCE:

- a rotatividade de servidores em razão de vacância por posse em cargo inacumulável e exoneração, bem como a ocorrência de pedidos de rescisão de contrato de professor substituto antes do fim previsto;
- a grande mobilidade dos servidores entre os *campi*;
- a falta de infraestrutura das cidades do interior, onde se localizam grande parte dos *campi*, resultando da não adaptação dos servidores;
- servidores ocupantes de cargos de nível intermediário e que possuem, já no ato de admissão, formação superior àquela exigida por ocasião do provimento do cargo;
- baixo valor da bolsa de estagiário.
- Para as situações apresentadas, além dos fatores externos à instituição, temos que cumprir os dispositivos legais quanto à legislação de pessoal, não sendo possível, portanto, realizar intervenção efetiva para minimizar as consequências dos riscos.

Destacamos, outrossim, que a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas segue as metas e indicadores gerenciais de gestão de pessoas que estão dispostos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente. A partir das metas e indicadores, realiza-se o Plano Anual de Ações a ser cumprido durante o ano. Em 2017, as metas propostas foram parcialmente cumpridas, uma vez que a meta para a

realização de exames periódicos ainda não foi concretizada.

4.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autoriza da	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	3.886	3.244	445	42
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	3.244	445	42
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	3.223	443	41
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	4	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	16	2	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	1	0	1
2. Servidores com Contratos Temporários	0	118	27	25
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	5	2	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	3.886	3.367	474	68

Fonte: SIAPE.

Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	1.551	1.693
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.551	1.693
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.530	1693
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	4	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	16	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	118
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	5	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1.556	1.811

Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	162	161	82	93
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	162	161	82	93
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	155	154	82	90
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	1	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	5	5	0	3
2. Funções Gratificadas	710	641	378	290
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	709	641	378	290
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	1	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	872	802	460	383

Fonte: DCP/PROPGE

A partir do modelo de pactuação de cargos estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), este Instituto Federal identifica as necessidades de pessoal, considerando as especificidades de cada campus e o Plano de Desenvolvimento Institucional. Em seguida, realiza-se o processo seletivo de remoção interna de modo a contemplar os servidores que desejem mudar de campus da atual lotação. O processo de remoção é realizado por meio de edital próprio, com critérios pré-estabelecidos em Resolução Própria (RESOLUÇÃO CONSUP Nº 015, DE 15/03/2016, alterada pela RESOLUÇÃO CONSUPE Nº 067, DE 25/11/2016). Após a homologação do referido processo de remoção, as vagas são destinadas para provimento efetivo por candidatos concursados. Eventualmente, considerando as necessidades e urgências dos campi, caso não existam classificados em concurso vigente no IFCE, os cargos vagos podem ser utilizados como contrapartida de redistribuição ou ainda serem providos por meio de aproveitamento de concurso de outras instituições federais de ensino, observado nesse caso, a previsão do edital, a carreira dos servidores e ainda as orientações e acórdãos sobre a matéria.

Dessa forma, em observância às atividades finalísticas do IFCE e, ainda, ao modelo pactuado entre o MEC/CONIF, promove-se a distribuição dos cargos seguindo a estrutura mínima de funcionamento de cada campus.

É oportuno observar que para o ingresso nas carreiras docente e técnico-administrativo, é exigida a qualificação mínima para o exercício de cada cargo, aspectos estabelecidos em edital. Após a posse, os novos servidores participam do seminário de iniciação ao serviço público cujo objetivo é apresentar a estrutura organizacional da instituição bem como apresentar os direitos e deveres do servidor público.

Destaque-se, ainda, que os cargos cujas atribuições são específicas, as vagas são preenchidas por candidatos habilitados na área. Ex: psicólogo, assistente social, contador, administrador, técnico de laboratório/área, dentre outros.

Todavia, os servidores cujos cargos exigem apenas ensino médio para ingresso são lotados nos diversos departamentos da instituição causando, algumas vezes, dificuldades entre a habilidade do servidor e as atividades inerentes ao setor no qual está lotado.

Para minimizar essa situação os servidores são estimulados a participarem de cursos de capacitação, seminários, workshops com assuntos referentes à área de atuação. Além disso, os servidores são estimulados a buscarem qualificação tanto em nível de graduação como pós-graduação, visto que essa é uma das situações que valorizam o servidor em termos de remuneração e em contrapartida passam a desenvolver melhor as atividades relacionadas ao cargo.

É oportuno destacar que com os provimentos ocorridos a partir dos concursos públicos realizados em 2016, para os cargos das carreiras docente e técnico-administrativos obteve-se um crescimento considerável em relação à força de trabalho no Instituto Federal do Ceará, no entanto, em virtude da abertura de novos campi, ainda não atingimos o quantitativo ideal para o desenvolvimento das atividades na Instituição.

Assim, para que os campi tivessem a possibilidade de desenvolver as atividades, distribuiu-se, a partir do quantitativo de cargos a serem providos, uma estrutura mínima de pessoal, para cada campus. Contemplando, assim, os servidores docentes e técnicos administrativos de modo que a atender às áreas meio e fim da instituição. Destaque-se, ainda, que a partir do organograma de cada campus, é realizada a distribuição dos cargos em comissão, de modo que cada setor possa desenvolver as atividades adequadamente.

Em relação à aposentadoria, ainda não se observa um impacto sobre a força de trabalho nos campi novos, visto que a maioria dos servidores estão no início da carreira. Contudo, já podemos verificar esse impacto nos campi mais antigos. Embora, alguns cargos, a partir da publicação da Portaria de aposentadoria no DOU, já tenham sido supridos, por meio de provimentos de concursos públicos vigentes, outros que foram publicados no segundo semestre de 2017, ainda não foram providos e não temos previsão orçamentária para provimento em 2018.

Em relação aos afastamentos, embora seja um direito do servidor, muitas vezes impacta na força de trabalho, principalmente no que diz respeito à área fim (ensino), visto que a contratação de professor substituto se dá por meio de processo seletivo de provas e títulos. Assim, o tempo de realização do certame e a contratação do professor gera um certo prejuízo à atividade fim da Instituição.

Ressalta-se, ainda, que no âmbito do IFCE não temos servidores temporários em substituição aos servidores efetivos da carreira dos técnico-administrativos em educação. Entretanto, para a carreira docente, é possível a contratação de professores substitutos para suprir necessidades imediatas nos campi. Esse tipo de contratação está previsto na Lei Nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Ressalta-se, entretanto, que para a contratação de professor substituto, observa-se estritamente ao que determina o art. 2º, inciso IV, § 1º da Lei Nº 8.745/93, a saber:

Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

(...)

IV - admissão de professor substituto e professor visitante;

(...)

§ 1º A contratação de professor substituto de que trata o inciso IV do caput poderá ocorrer para suprir a falta de professor efetivo em razão de: (Incluído pela Lei nº 12.425, de 2011)

I - vacância do cargo; (Incluído pela Lei nº 12.425, de 2011)

II - afastamento ou licença, na forma do regulamento; ou (Incluído pela Lei nº 12.425, de 2011)

III - nomeação para ocupar cargo de direção de reitor, vice-reitor, pró-reitor e diretor de campus. (Incluído pela Lei nº 12.425, de 2011)

No tocante ao afastamento de servidor técnico-administrativo é visível o impacto na força de trabalho, uma vez que não temos previsão legal para contratação de substitutos para a carreira dos servidores Técnico-Administrativos em Educação. Nesse caso, as atividades que são de

responsabilidade de servidor afastado são distribuídas entre os colegas de trabalho, afetando, em algumas situações, a celeridade na resolução de problemas.

Destaque-se, porém, que para minimizar esse impacto, os servidores técnico-administrativos em educação, estão com a possibilidade de afastamento parcial, cujo amparo encontra-se na Nota Técnica SEI 6197/2015/MP. A partir dessa Nota Técnica, o IFCE publicou a Portaria nº 2171, de 24/11/2016 na qual estabelece os critérios para a concessão de Afastamento Parcial. Além dos documentos mencionados, o IFCE lançou em 29/01/2018, por meio da Resolução CONSUP nº 03/2018, a Política de Desenvolvimento de Pessoal do IFCE.

4.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

Os Demonstrativos das despesas de pessoal, no âmbito do IFCE, estão dispostos na tabela abaixo e dizem respeito ao cenário de 31 de dezembro de 2017. Os dados foram extraídas a partir das informações Siape e DW.

Demonstrativo das Despesas com Pessoal – 31 de dezembro de 2017

Em R\$ 1,00

Tipologia/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2017	291.256.558,45	13.253.737,37	28.440.561,25	14.633.253,56	24.181.645,55	2.106.573,09	800.466,99	584.035,97	1.482.592,77	376.739.425,00
	2016	239.615.395,06	11.598.975,58	22.309.877,65	14.633.253,56	22.781.981,98	1.956.884,57	668.411,61	49.343,20	1.301.143,37	314.915.266,58
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2017	0,00	116.816,82	19.927,80	15.239,98	0,00	0,00	10.453,10	7.146,34	0,00	169.584,04
	2016	0,00	136.407,40	9.995,55	7.574,96	0,00	0,00	6.544,27	366,84	0,00	160.889,02
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	0,00	450.558,82	26.084,96	4.498,42	25.897,81	0,00	0,00	0,00	0,00	507.040,01
	2016	0,00	358.046,45	30.773,04	22.244,43	22.324,00	0,00	0,00	0,00	0,00	433.387,92
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	1.350.703,94	0,00	106.534,10	30.684,04	63.197,34	14.418,98	0,00	0,00	13.219,32	1.578.757,72
	2016	1.240.635,39	0,00	155.632,05	61.514,27	68.136,67	42.238,43	0,00	4.898,18	12.603,32	1.585.658,31
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	4.518.938,95	0,00	305.660,03	359.338,59	582.645,23	0,00	0,00	0,00	0,00	5.766.582,80
	2016	4.099.467,75	0,00	288.632,43	281.483,33	599.941,05	0,00	0,00	0,00	0,00	5.269.524,56

Fonte: SIAPE/DW

4.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Os riscos identificados na Gestão de Pessoas no âmbito do IFCE, diz respeito, principalmente, as situações abaixo relacionadas.

- A rotatividade de servidores em razão de vacância por posse em cargo inacumulável e exoneração, bem como a ocorrência de pedidos de rescisão de contrato de professor substituto antes do fim previsto;
- A grande mobilidade dos servidores entre os campi;
- A falta de infraestrutura das cidades do interior, onde se localizam grande parte dos campi, resultando na não adaptação dos servidores;
- Servidores ocupantes de cargos de nível intermediário e que possuem, já no ato de admissão, formação superior àquela exigida por ocasião do provimento do cargo;
- Não reposição da força de trabalho nos termos dos Decretos nº 7.311 e 7.312/2010, em razão das contingências orçamentaria do governo federal;
- Perfil de adoecimento do servidor;
- Baixo valor da bolsa de estagiário;
- Demora na contratação de professor substituto, quando necessário;
- A impossibilidade de contratação de substitutos para vacâncias e afastamentos de servidores técnico administrativos em educação.

Para as situações apresentadas, além dos fatores externos à instituição, temos que cumprir os dispositivos legais quanto à legislação de pessoal, não sendo possível, portanto, realizar intervenção efetiva para minimizar as consequências dos riscos.

4.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante							
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará							
Informações sobre os Contratos							
Ano do Contrato	Unidade Contratante	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
				Início	Fim		
2017	Acaraú	Vigilância	14.292.203/0001-03	23/06/2017	23/06/2018	Ensino médio completo	A
2014	Acaraú	Motorista	06.888.220/0001-80	26/11/2014	26/11/2018	Ensino fundamental completo	P
2014	Acaraú	Eletricista	05.485.352/0001-06	26/03/2014	26/03/2018	Ensino fundamental completo	P
2017	Acaraú	Pedreiro	10.491.127/0001-04	01/04/2017	31/03/2018	Ensino fundamental completo	A
2017	Acaraú	Piscineiro	10.491.127/0001-04	01/04/2017	31/03/2018	Ensino fundamental completo	A
2015	Acaraú	Jardineiro	10.398.550/0001-64	14/12/2015	13/12/2017	Ensino fundamental completo	P
2016	Acaraú	Limpeza	08.666.310/0001-51	01/03/2016	28/02/2019	Ensino fundamental completo	P
2013	Acaraú	Recepcionista	05.485.352/0001-06	16/05/2013	16/05/2018	Ensino médio completo	P
2014	Aracati	Manut. Predial	00.274.215/0001-09	20/10/2014	19/10/2018	Sem exigência	P
2017	Aracati	Vigilância	17.551.327/0001-54	09/08/2017	08/08/2018	Ensino médio completo	A
2014	Aracati	Manut. Predial	05.374.975/0001-01	20/10/2014	19/10/2018	Sem exigência	P
2014	Aracati	Motorista	06.888.220/0001-80	05/05/2014	04/05/2018	Ensino médio completo	P
2016	Aracati	Vigilância	04.393.639/0001-35	01/08/2016	31/07/2017	Ensino médio completo	E
2014	Aracati	Copeiragem	06.234.467/0001-82	28/05/2014	28/05/2018	Ensino médio completo	P
2014	Aracati	Recepcionista	06.234.467/0001-82	28/05/2014	28/05/2018	Ensino médio completo	P
2016	Guaramiranga	Limpeza	03.340.389/0001-02	31/05/2016	31/05/2018	Ensino fundamental completo	P
2014	Guaramiranga	Vigilância	17.036.171/0001-73	03/07/2014	03/07/2018	Ensino médio completo	P
2015	Jaguaruana	Motorista	09.172.237/0001-24	02/12/2015	02/12/2018	Ensino médio completo	P
2014	Pecém	Limpeza	11.553.714/0001-43	23/10/2014	22/10/2018	Sem exigência	P
2016	Pecém	Recepcionista	05.487.219/0001-80	04/07/2016	04/07/2018	Ensino médio completo	P
2016	Pecém	Eletricista	05.487.219/0001-80	04/07/2016	04/07/2018	Ensino médio completo	P

2014	Baturité	Limpeza	05.333.566/0001-59	16/09/2014	16/09/2018	Ensino fundamental completo	P
2014	Baturité	Jardinagem	05.333.566/0001-59	16/09/2014	16/09/2018	Ensino fundamental completo	P
2014	Baturité	Merendeira	09.172.237/0001-24	16/09/2014	16/09/2018	Ensino médio completo	P
2014	Baturité	Vigilância	04.808.914/0001-34	16/09/2014	16/09/2018	Ensino médio completo	P
2016	Boa Viagem	Vigilância	17.036.171/0001-73	18/07/2016	18/07/2018	Sem exigência	P
2017	Boa Viagem	Limpeza	13.737.597/0001-01	25/07/2017	20/01/2018	Sem exigência	E
2017	Boa Viagem	Portaria	15.150.504/0001-65	01/02/2017	01/02/2019	Sem exigência	P
2016	Camocim	Porteiro	09.172.237/0001-24	03/03/2016	02/03/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Camocim	Vigilância	17.036.171/0001-73	01/06/2016	01/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2017	Camocim	Jardineiro	08.766.411/0001-02	17/04/2017	16/04/2018	Ensino fundamental completo	A
2017	Camocim	Eletricista	09.019.150/0001-11	03/05/2017	02/05/2018	Ensino médio completo	A
2017	Camocim	Limpeza	11.010.165/0001-60	17/04/2017	16/04/2018	Ensino fundamental incompleto	A
2017	Camocim	Pedreiro	15.150.504/0001-65	18/04/2017	17/04/2018	Ensino médio completo	A
2017	Camocim	Motorista	41.305.228/0001-77	17/04/2017	16/04/2018	Ensino médio completo	A
2014	Canindé	Eletricista	05.485.352/0001-06	01/11/2014	31/10/2018	Ensino médio completo	P
2014	Canindé	Recepcionista	06.234.467/0001-82	07/07/2014	06/07/2018	Ensino médio completo	P
2014	Canindé	Bombeiro hidráulico	11.399.787/0001-22	02/10/2014	01/10/2018	Ensino médio completo	P
2014	Canindé	Vigilância	17.036.171/0001-73	15/06/2014	14/06/2018	Ensino fundamental incompleto	P
2016	Canindé	Limpeza	08.666.310/0001-51	09/09/2016	08/08/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Canindé	Piscineiro	10.491.127/0001-04	02/08/2016	01/08/2017	Ensino médio completo	E
2014	Caucaia	Eletricista	05.485.352/0001-06	15/07/2014	15/07/2018	Curso técnico completo	P
2014	Caucaia	Recepcionista	06.234.467/0001-82	04/06/2014	04/06/2018	Sem exigência	P
2014	Caucaia	Merendeira	11.399.787/0001-22	25/11/2014	24/11/2017	Sem exigência	E
2014	Caucaia	Copeira	11.399.787/0001-22	25/11/2014	24/11/2017	Sem exigência	E
2014	Caucaia	Limpeza	11.553.714/0001-43	23/10/2014	22/10/2018	Sem exigência	P
2015	Caucaia	Bombeiro hidráulico	06.234.467/0001-82	09/11/2015	08/11/2018	Curso técnico completo	P
2015	Caucaia	Pedreiro	09.019.150/0001-11	10/11/2015	09/11/2018	Sem exigência	P
2016	Caucaia	Motorista	06.234.467/0001-82	01/08/2016	31/07/2018	Sem exigência	P

2017	Caucaia	Vigilância	14.292.203/0001-03	27/09/2017	27/09/2018	Ensino médio completo	A
2013	Cedro	Vigilância	17.036.171/0001-73	03/06/2013	03/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2014	Cedro	Copeiragem	06.234.467/0001-82	31/12/2014	30/12/2018	Ensino fundamental completo	P
2014	Cedro	Recepcionista	06.234.467/0001-82	31/12/2014	30/12/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Cedro	Motorista	04.393.639/0001-35	01/09/2016	31/08/2018	Ensino fundamental completo	P
2017	Cedro	Recepcionista	04.393.639/0001-35	19/06/2017	19/06/2018	Ensino Fundamental completo	A
2017	Cedro	Merendeira	04.393.639/0001-35	19/06/2017	19/06/2018	Ensino Fundamental completo	A
2017	Cedro	Cozinheiro	04.393.639/0001-35	19/06/2017	19/06/2018	Ensino Fundamental completo	A
2017	Cedro	Limpeza	04.393.639/0001-35	19/06/2017	19/06/2018	Ensino Fundamental completo	A
2014	Crateús	Vigilância	17.036.171/0001-73	15/09/2014	14/09/2015	Ensino médio incompleto	E
2015	Crateús	Motorista	05.487.219/0001-80	02/12/2015	01/12/2018	Ensino médio incompleto	P
2015	Crateús	Porteiro	05.487.219/0001-80	02/12/2015	01/12/2018	Ensino médio incompleto	P
2015	Crateús	Pedreiro	07.188.842/0001-68	02/12/2015	01/12/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Crateús	Recepcionista	05.487.219/0001-80	03/05/2016	02/05/2018	Ensino médio incompleto	P
2016	Crateús	Copeiragem	05.487.219/0001-80	03/05/2016	02/05/2018	Ensino médio incompleto	P
2015	Crato	Pedreiro	09.019.150/0001-11	02/07/2016	02/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2015	Crato	Servente de obra	09.019.150/0001-11	02/07/2016	02/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2015	Crato	Eletricista	09.019.150/0001-11	02/07/2016	02/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2015	Crato	Bombeiro hidráulico	09.019.150/0001-11	02/07/2016	02/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2015	Crato	Encarregado de turma	09.019.150/0001-11	02/07/2016	02/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2015	Crato	Cozinheiro	09.019.150/0001-11	02/07/2016	02/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2015	Crato	Aux. Saúde bucal	09.019.150/0001-11	02/07/2016	02/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2015	Crato	Limpeza	09.019.150/0001-11	02/07/2016	02/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2015	Crato	Lavanderia	09.019.150/0001-11	02/07/2016	02/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2015	Crato	Motorista	09.019.150/0001-11	02/07/2016	02/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2015	Crato	Manut. predial	09.019.150/0001-11	02/07/2016	02/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Crato	Vigilância	17.036.171/0001-73	10/01/2015	10/01/2019	Ensino Fundamental completo	P

2012	Fortaleza	Vigilância	03.983.016/0001-50	01/11/2012	01/05/2018	Ensino fundamental completo	P
2012	Fortaleza	Aux. Serviço de som	09.019.150/0001-11	03/12/2012	02/12/2017	Ensino médio completo	E
2012	Fortaleza	Recepcionista	09.172.237/0001-24	05/11/2012	05/02/2018	Ensino médio completo	P
2014	Fortaleza	Bombeiro hidráulico	05.485.352/0001-06	15/12/2014	15/12/2018	Ensino fundamental incompleto	P
2014	Fortaleza	Pedreiro	05.485.352/0001-06	15/12/2014	15/12/2018	Ensino fundamental incompleto	P
2014	Fortaleza	Pintor	05.485.352/0001-06	15/12/2014	15/12/2018	Ensino fundamental incompleto	P
2014	Fortaleza	Servente de obra	05.485.352/0001-06	15/12/2014	15/12/2018	Ensino fundamental incompleto	P
2014	Fortaleza	Copeiragem	05.485.352/0001-06	15/12/2014	15/12/2018	Ensino fundamental incompleto	P
2014	Fortaleza	Manut. predial	05.485.352/0001-06	15/12/2014	15/12/2018	Ensino fundamental incompleto	P
2014	Fortaleza	Limpeza	05.485.352/0001-06	15/12/2014	15/12/2018	Ensino fundamental incompleto	P
2014	Fortaleza	Marceneiro	06.888.220/0001-80	28/11/2014	28/11/2018	Ensino fundamental incompleto	P
2014	Fortaleza	Motorista	06.888.220/0001-80	19/08/2014	18/08/2018	Ensino fundamental completo	P
2017	Fortaleza	Merendeira	06.234.467/0001-82	03/01/2017	03/01/2019	Sem exigência	P
2017	Fortaleza	Limpeza	07.618.334/0001-72	01/08/2017	01/08/2018	Sem exigência	A
2017	Fortaleza	Aux. Saúde bucal	07.742.333/0001-35	10/04/2017	09/04/2018	Sem exigência	A
2016	Horizonte	Vigilância	17.036.171/0001-73	05/09/2016	05/09/2018	Sem exigência	P
2016	Horizonte	Vigilância	17.036.171/0001-73	14/12/2016	14/12/2018	Sem exigência	P
2017	Horizonte	Limpeza	13.737.597/0001-01	13/09/2017	11/12/2017	Sem exigência	E
2014	Iguatu	Limpeza	00.274.215/0001-09	12/08/2014	11/08/2018	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Aux. informática	05.485.352/0001-06	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Bombeiro hidráulico	05.485.352/0001-06	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Cozinheiro	05.485.352/0001-06	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Encarregado de turma	05.485.352/0001-06	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Marceneiro	05.485.352/0001-06	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P

2014	Iguatu	Porteiro	05.485.352/0001-06	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Recepcionista	05.485.352/0001-06	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Tratorista	05.485.352/0001-06	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Aux. De padeiro	09.019.150/0001-11	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Aux. De cozinha	09.019.150/0001-11	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Limpeza	09.019.150/0001-11	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Manut. predial	09.019.150/0001-11	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Coord. Serviços terceirizados	09.019.150/0001-11	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Eletricista	09.019.150/0001-11	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Operador de computador	09.019.150/0001-11	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Pedreiro	09.019.150/0001-11	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Pintor	09.019.150/0001-11	13/01/2014	12/01/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Iguatu	Vigilância	17.036.171/0001-73	01/05/2014	30/04/2018	Ensino médio completo	P
2015	Iguatu	Motorista	09.172.237/0001-24	01/12/2015	30/11/2018	Ensino médio completo	P
2016	Itapipoca	Vigilância	03.983.016/0001-50	20/02/2016	20/02/2019	Ensino fundamental completo	P
2016	Itapipoca	Limpeza	41.309.022/0001-15	04/04/2016	04/04/2018	Ensino fundamental completo	P
2017	Itapipoca	Limpeza	03.340.389/0001-02	01/02/2017	01/02/2019	Ensino fundamental completo	P
2017	Itapipoca	Portaria	15.150.504/0001-65	01/02/2017	31/01/2019	Ensino médio completo	P
2014	Jaguaribe	Eletricista	05.485.352/0001-06	30/07/2014	29/07/2017	Ensino médio completo	E
2014	Jaguaribe	Vigilância	14.292.203/0001-03	20/05/2014	20/05/2018	Ensino médio completo	P
2016	Jaguaribe	Limpeza	08.666.310/0001-51	10/06/2016	10/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Jaguaribe	Recepcionista	15.150.504/0001-65	18/07/2016	18/07/2018	Ensino médio completo	P
2013	Juazeiro do Norte	Eletricista	06.806.814/0001-02	13/11/2013	12/11/2017	Ensino médio completo	E
2014	Juazeiro do Norte	Cozinheiro	06.806.814/0001-02	01/08/2014	28/07/2018	Ensino fundamental completo	P

2014	Juazeiro Norte	do	Aux. De cozinha	06.806.814/0001-02	01/08/2014	28/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2014	Juazeiro Norte	do	Operador de caixa	06.806.814/0001-02	01/08/2014	28/07/2018	Ensino médio completo	P
2014	Juazeiro Norte	do	Pedreiro	06.806.814/0001-02	21/02/2014	20/02/2018	Ensino fundamental completo	P
2013	Juazeiro Norte	do	Recepcionista	11.399.787/0001-22	05/08/2013	05/08/2018	Ensino médio completo	P
2014	Juazeiro Norte	do	Copeiragem	06.234.467/0001-82	08/07/2014	07/07/2018	Sem exigência	P
2014	Juazeiro Norte	do	Motorista	06.888.220/0001-80	08/07/2014	08/07/2018	Ensino médio completo	P
2014	Juazeiro Norte	do	Vigilância	17.036.171/0001-73	24/09/2014	15/08/2018	Ensino médio completo	P
2015	Juazeiro Norte	do	Cozinheiro	14.828.536/0001-04	28/05/2015	28/05/2018	Ensino médio completo	P
2017	Juazeiro Norte	do	Almoxarife	07.360.290/0001-23	18/09/2017	18/09/2018	Ensino médio completo	A
2017	Juazeiro Norte	do	Jardineiro	07.360.290/0001-23	18/09/2017	18/09/2018	Sem exigência	A
2017	Juazeiro Norte	do	Eletricista	07.360.290/0001-23	18/09/2017	18/09/2018	Sem exigência	A
2017	Juazeiro Norte	do	Manut. predial	07.360.290/0001-23	18/09/2017	18/09/2018	Sem exigência	A
2017	Juazeiro Norte	do	Limpeza	07.360.290/0001-23	18/09/2017	18/09/2018	Sem exigência	A
2017	Juazeiro Norte	do	Piscineiro	07.360.290/0001-23	18/09/2017	18/09/2018	Sem exigência	A
2014	Limoeiro Norte	do	Recepcionista	11.399.787/0001-22	03/02/2014	02/02/2019	Ensino médio completo	P
2014	Limoeiro Norte	do	Vigilância	14.292.203/0001-03	30/06/2014	30/06/2018	Ensino médio completo	P

2015	Limoeiro do Norte	Motorista	09.172.237/0001-24	02/12/2015	02/12/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Limoeiro do Norte	Limpeza	03.340.389/0001-02	15/06/2016	15/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Limoeiro do Norte	Eletricista	09.355.979/0001-95	15/06/2016	15/06/2018	Ensino médio completo	P
2016	Limoeiro do Norte	Jardineiro	09.355.979/0001-95	15/06/2016	15/06/2018	Ensino médio completo	P
2016	Limoeiro do Norte	Aux. Manut. mecânica	15.150.504/0001-65	15/06/2016	15/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Limoeiro do Norte	Aux. reprografia	15.150.504/0001-65	15/06/2016	15/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Limoeiro do Norte	Aux. Saúde bucal	15.150.504/0001-65	15/06/2016	15/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Limoeiro do Norte	Aux. Serviços rurais	15.150.504/0001-65	15/06/2016	15/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Limoeiro do Norte	Pedreiro	15.150.504/0001-65	15/06/2016	15/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Limoeiro do Norte	Portaria	15.150.504/0001-65	15/06/2016	15/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Limoeiro do Norte	Merendeira	15.150.504/0001-65	15/06/2016	15/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2013	Maracanaú	Eletricista	05.485.352/0001-06	25/11/2013	24/11/2018	Ensino médio completo	P
2014	Maracanaú	Vigilância	17.036.171/0001-73	18/09/2014	18/09/2018	Ensino médio completo	P
2016	Maracanaú	Motorista	04.393.639/0001-35	31/08/2016	30/08/2018	Ensino fundamental completo	P
2017	Maracanaú	Recepcionista	04.393.639/0001-35	11/04/2017	10/04/2018	Ensino médio completo	A
2016	Maracanaú	Jardineiro	09.019.150/0001-11	15/09/2016	15/09/2018	Sem exigência	P
2016	Maracanaú	Piscineiro	10.491.127/0001-04	01/09/2016	31/08/2018	Sem exigência	P
2016	Maracanaú	Aux. operacional	15.150.504/0001-65	01/03/2016	28/02/2018	Sem exigência	P
2016	Maracanaú	Limpeza	15.150.504/0001-65	28/12/2016	28/12/2018	Sem exigência	P

2017	Maracanaú	Bombeiro hidráulico	15.150.504/0001-65	01/08/2017	01/08/2018	Sem exigência	P
2017	Maracanaú	Pedreiro	15.150.504/0001-65	01/08/2017	01/08/2018	Sem exigência	A
2017	Maracanaú	Servente de pedreiro	15.150.504/0001-65	01/08/2017	01/08/2018	Sem exigência	A
2017	Maracanaú	Copeiragem	03.171.959/0001-88	01/09/2017	31/08/2018	Sem exigência	A
2014	Morada Nova	Copeiragem	06.234.467/0001-82	07/05/2014	07/05/2018	Ensino fundamental completo	P
2014	Morada Nova	Recepcionista	06.234.467/0001-82	07/05/2014	07/05/2018	Ensino médio completo	P
2014	Morada Nova	Jardineiro	06.806.814/0001-02	15/07/2014	15/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2014	Morada Nova	Bombeiro hidráulico	06.806.814/0001-02	15/07/2014	15/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2014	Morada Nova	Limpeza	06.806.814/0001-02	15/07/2014	15/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2014	Morada Nova	Vigilância	14.292.203/0001-03	21/02/2014	20/02/2018	Ensino médio completo	P
2015	Morada Nova	Motorista	05.487.219/0001-80	02/12/2015	01/12/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Morada Nova	Jardineiro	05.487.219/0001-80	02/02/2016	01/02/2019	Ensino médio completo	P
2016	Paracuru	Vigilância	17.036.171/0001-73	01/08/2016	01/08/2018	Ensino médio completo	P
2016	Paracuru	Limpeza	41.309.022/0001-15	01/08/2016	01/08/2017	Sem exigência	E
2012	Quixadá	Servente de pedreiro	07.783.832/0001-70	01/11/2012	31/10/2017	Sem exigência	E
2012	Quixadá	Jardineiro	07.783.832/0001-70	01/11/2012	31/10/2017	Sem exigência	E
2012	Quixadá	Aux. Saúde bucal	07.783.832/0001-70	01/11/2012	31/10/2017	Ensino médio completo	E
2013	Quixadá	Motorista	06.806.814/0001-02	16/09/2013	17/09/2018	Sem exigência	P
2013	Quixadá	Recepcionista	06.806.814/0001-02	16/09/2013	17/09/2018	Ensino médio completo	P
2013	Quixadá	Encarregado de turma	06.806.814/0001-02	16/09/2013	17/09/2018	Ensino médio completo	P
2013	Quixadá	Portaria	06.806.814/0001-02	16/09/2013	17/09/2018	Sem exigência	P
2013	Quixadá	Eletricista	06.806.814/0001-02	16/09/2013	17/09/2018	Sem exigência	P
2013	Quixadá	Pedreiro	06.806.814/0001-02	16/09/2013	17/09/2018	Sem exigência	P
2013	Quixadá	Limpeza	06.806.814/0001-02	16/09/2013	17/09/2018	Sem exigência	P
2013	Quixadá	Copeiragem	06.806.814/0001-02	16/09/2013	17/09/2018	Sem exigência	P

2013	Quixadá	Vigilância	14.292.203/0001-03	01/10/2013	01/10/2018	Ensino médio completo	P
2014	Quixadá	Manut. predial	00.274.215/0001-09	17/09/2014	17/09/2018	Sem exigência	P
2012	Sobral	Vigilância	04.808.914/0001-34	18/09/2012	17/09/2017	Ensino médio completo	E
2012	Sobral	Aux. reprografia	07.188.842/0001-68	02/01/2013	01/01/2018	Ensino médio completo	E
2012	Sobral	Aux. Saúde bucal	07.783.832/0001-70	02/01/2013	01/01/2018	Ensino médio completo	E
2014	Sobral	Copeiragem	06.234.467/0001-82	02/07/2014	02/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2014	Sobral	Recepcionista	06.234.467/0001-82	02/07/2014	02/07/2018	Ensino fundamental completo	P
2015	Sobral	Limpeza	00.274.215/0001-09	07/07/2015	07/07/2018	Sem exigência	P
2016	Sobral	Pedreiro	11.399.787/0001-22	30/06/2016	30/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Sobral	Servente de Pedreiro	11.399.787/0001-22	30/06/2016	30/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Sobral	Encarregado de turma	11.399.787/0001-22	30/06/2016	30/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Sobral	Eletricista	11.399.787/0001-22	30/06/2016	30/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Sobral	Jardineiro	11.399.787/0001-22	30/06/2016	30/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2014	Tabuleiro do Norte	Vigilância	14.292.203/0001-03	26/03/2014	25/03/2018	Ensino médio completo	P
2016	Tabuleiro do Norte	Motorista	09.019.150/0001-11	06/06/2016	08/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Tabuleiro do Norte	Pedreiro	09.019.150/0001-11	10/06/2016	10/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Tabuleiro do Norte	Limpeza	09.019.150/0001-11	14/06/2016	14/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Tabuleiro do Norte	Recepcionista	09.019.150/0001-11	17/06/2016	17/06/2018	Ensino médio completo	P
2016	Tabuleiro do Norte	Cozinheiro	09.019.150/0001-11	17/06/2016	17/06/2018	Ensino fundamental completo	P
2014	Tauá	Manut. predial	00.274.215/0001-09	08/09/2014	06/09/2018	Ensino fundamental incompleto	P
2014	Tauá	Vigilância	17.036.171/0001-73	15/09/2014	31/12/2017	Ensino fundamental incompleto	E
2015	Tauá	Recepcionista	09.172.237/0001-24	16/09/2015	15/09/2018	Ensino médio completo	P

2015	Tauá	Eletricista	09.172.237/0001-24	16/09/2015	15/09/2018	Ensino médio completo	P
2014	Tianguá	Recepcionista	06.234.467/0001-82	26/05/2014	26/05/2018	Sem exigência	P
2014	Tianguá	Motorista	06.888.220/0001-80	19/05/2014	19/05/2018	Sem exigência	P
2015	Tianguá	Limpeza	03.340.389/0001-02	08/09/2015	08/09/2018	Sem exigência	P
2015	Tianguá	Vigilância	11.206.453/0001-95	19/08/2015	19/08/2018	Sem exigência	P
2016	Tianguá	Jardineiro	10.398.550/0001-64	23/02/2016	22/02/2018	Sem exigência	P
2014	Ubajara	Limpeza	14.828.536/0001-04	17/07/2014	17/07/2018	Sem exigência	P
2014	Ubajara	Vigilância	17.036.171/0001-73	08/09/2014	08/09/2018	Sem exigência	P
2016	Ubajara	Motorista	14.828.536/0001-04	29/01/2016	28/01/2018	Sem exigência	P
2014	Reitoria	Recepcionista	06.234.467/0001-82	03/02/2014	03/02/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Reitoria	Copeiragem	06.234.467/0001-82	03/02/2014	03/02/2019	Ensino fundamental completo	P
2014	Reitoria	Motorista	06.888.220/0001-80	01/08/2014	01/08/2018	Ensino médio completo	P
2014	Reitoria	Vigilância	17.036.171/0001-73	03/07/2014	03/07/2018	Ensino médio completo	P
2015	Reitoria	Limpeza	13.940.738/0001-80	02/12/2015	01/12/2017	Ensino fundamental completo	P
2017	Reitoria	Manut. Predial	10.297.311/0001-18	04/09/2017	04/09/2018	Ensino fundamental completo	A

Fonte: SUAP Prestadores de Serviços/Sítio Compras Governamentais

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

Unidade Contratante

Nome: Nome atribuído à unidade contratante, que pode ser a própria UPC ou unidade no seu contexto.

Informações sobre os Contratos

Ano do contrato: Ano em que foi celebrado o contrato de prestação de serviços pela unidade contratante.

Objeto: Objeto da contratação

Empresa Contratada (CNPJ): Código no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da Receita Federal do Brasil da empresa contratada para o fornecimento de mão de obra terceirizada.

Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas: Datas de início e fim do contrato.

Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados: Indicação do grau de escolaridade mínimo exigido para o cargo contratado.

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

A contratação de estagiários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE - é realizada conforme as diretrizes estabelecidas pela Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e suas atualizações.

Destaque-se que para viabilizar o processo, há a participação do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), empresa selecionada pelo IFCE, por meio de Licitação. Assim, o processo de contratação de estagiários ocorre obedecendo as condições estabelecidas no contrato (CONTRATO Nº 51/2014).

Os requisitos observados para a concessão de estágio são aqueles estabelecidos no Art. 3º da Lei 11.788/2008, a saber:

- I. Matrícula e frequência regular do educando público-alvo da lei;
- II. Celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;
- III. Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e as previstas no termo de compromisso.

O agente de integração (CIEE) tem como atribuições na contratação:

- I. selecionar e encaminhar ao contrante os estudantes inscritos no banco de dados para as vagas solicitadas pelos campi observados o perfil e exigências estabelecidas na solicitação.
- II. fornecer o termo de compromisso de estágio com texto aprovado pela procuradoria do IFCE e os demais formulários necessários ao bom desempenho dos estagiários.

Cada estagiário, após selecionado, deve trazer a documentação necessária para inclusão no sistema SIAPE, a saber:

- I. 1ª via do termo de compromisso devidamente assinado pelas partes
- II. resumo funcional
- III. cópias CPF/RG
- IV. cópia Reservista
- V. cópia Título de Eleitor
- VI. cópia comprovante de endereço
- VII. cópia comprovante da conta bancária - titular
- VIII. declaração de matrícula atualizada e original

É importante destacar, ainda, as seguintes situações:

- I. **Quem pode ser estagiário:** estudantes que estiverem frequentando o ensino regular, em instituição de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (ART. 1º DA LEI Nº 11.788/2008)
- II. **Duração permitida para a jornada diária de estágio:**
 - a) - 4h diárias e 20h semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos;

- b) - 6h diárias e 30h semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e de ensino médio regular.

III. Prazo de duração do estágio:

- a) - Até dois anos, para a mesma concedente, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência (ART. 11 LEI N º 11.788/2008)

Em relação ao exercício de 2017, apresentamos abaixo planilhas e gráficos com os demonstrativos referentes à contratação de estagiários no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

Visão gerencial da quantidade de estagiários contratados em 2017

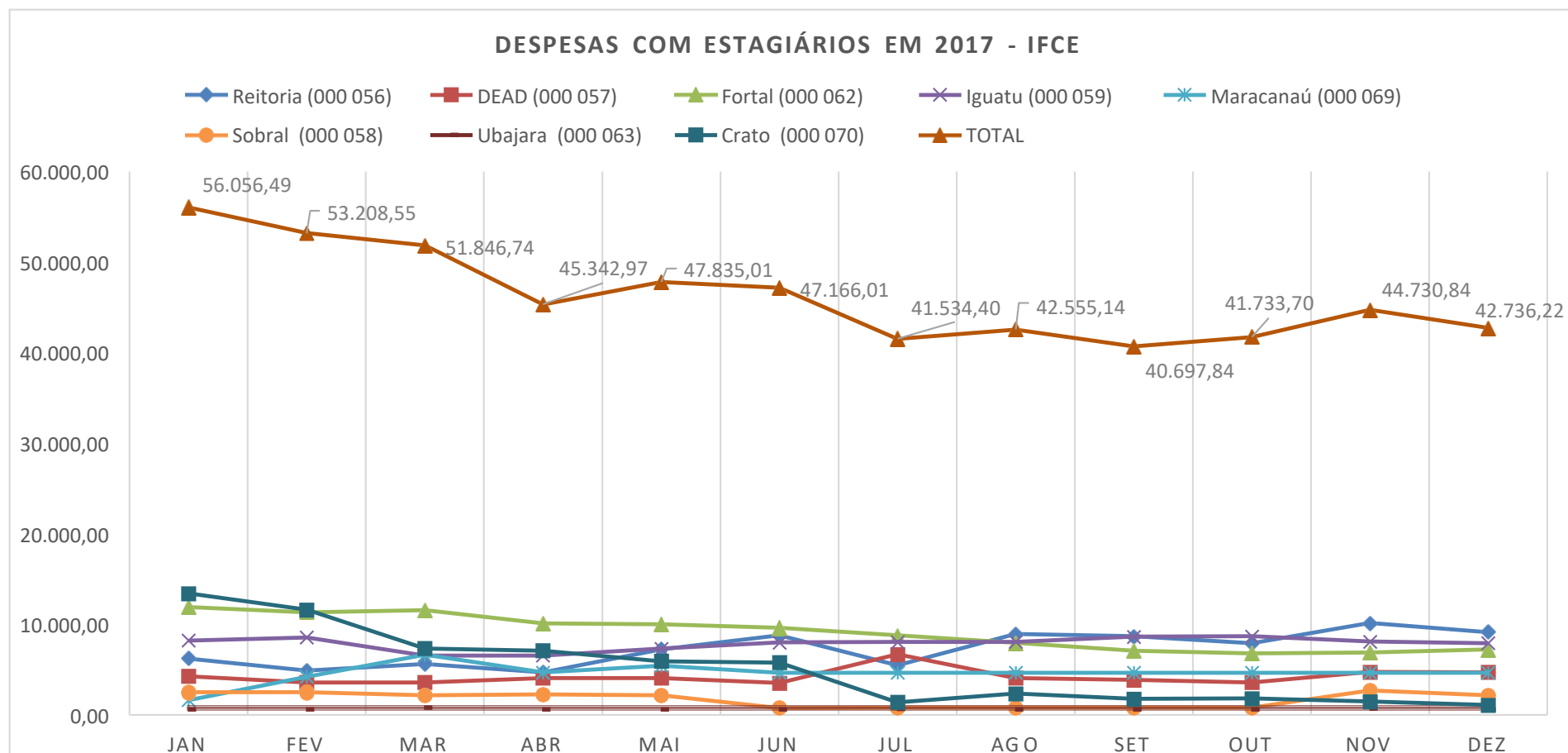
CONTRATAÇÕES DE ESTAGIÁRIOS CAMPUS/MÊS - EXERCÍCIO 2017													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ANUAL
Reitoria		1	1	6	1	2	2	3			1	1	18
Sobral										4			4
Iguatu	1				3	1		1	1		1	1	9
Cedro	1	2								1			4
Juazeiro													
Acarau								1					1
Fortaleza					1				1	1		3	6
Caucaia													
Maracanau	8	1	1										10
Ubajara													
Crato													
TOTAL													52

Despesas com contratações

DESPESAS COM ESTAGIÁRIOS EM 2017 - IFCE													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Reitoria (000 056)	6.232,00	4.909,67	5.618,87	4.714,63	7.245,27	8.817,49	5.473,53	8.939,74	8.682,06	7.942,47	10.154,33	9.143,48	87.873,54
DEAD (000 057)	4.283,21	3.600,00	3.600,00	4.096,00	4.096,00	3.525,33	6.683,47	4.096,00	3.877,60	3.600,00	4.748,00	4.711,60	50.917,21
Fortal (000 062)	11.940,28	11.355,27	11.594,07	10.131,20	10.003,00	9.608,06	8.796,00	7.968,84	7.089,00	6.817,00	6.914,07	7.241,47	109.458,26
Iguatu (000 059)	8.241,00	8.576,00	6.566,00	6.566,00	7.320,64	8.018,47	8.067,00	8.075,90	8.651,60	8.703,43	8.103,27	7.929,00	94.818,31
Maracanaú (000 069)	1.662,00	4.231,61	6.640,02	4.704,93	5.449,90	4.677,00	4.677,00	4.677,00	4.677,00	4.677,00	4.677,00	4.677,00	55.427,46
Sobral (000 058)	2.506,00	2.506,00	2.171,00	2.261,67	2.171,00	789,13	831,00	831,00	831,00	831,00	2.730,57	2.171,00	20.630,37
Cedro (000 060)	1.488,00	1.488,00	3.206,00	2.480,00	2.480,00	2.480,00	2.480,00	2.480,00	1.984,00	2.431,47	2.152,40	1.984,00	27.133,87
Ubajara (000 063)	652,00	652,00	821,17	652,00	652,00	652,00	652,00	652,00	652,00	652,00	652,00	652,00	7.993,17
Acaraú (000 061)	3.461,67	2.291,00	2.291,00	648,34	987,00	1.507,00	987,00	987,00	987,00	2.768,33	1.639,00	1.639,00	20.193,34
Juazeiro (000 068)	2.185,33	1.984,00	1.984,00	1.984,00	1.488,00	1.300,53	1.488,00	1.488,00	1.488,00	1.488,00	1.488,00	1.488,00	19.853,86
Crato (000 070)	13.405,00	11.615,00	7.354,61	7.104,20	5.942,20	5.791,00	1.399,40	2.359,66	1.778,58	1.823,00	1.472,20	1.099,67	61.144,52
TOTAL	56.056,49	53.208,55	51.846,74	45.342,97	47.835,01	47.166,01	41.534,40	42.555,14	40.697,84	41.733,70	44.730,84	42.736,22	555.443,91

VALORES DAS BOLSAS DE ESTÁGIOS REMUNERADO		
CARGA HORÁRIA	NÍVEL MÉDIO	NÍVEL SUPERIOR
20H	R\$ 203,00	R\$ 364,00
30H	R\$ 290,00	R\$ 520,00
AUXÍLIO TRANSPORTE: R\$ 132,00		
VALOR PAGO POR CADA ESTAGIÁRIO AO AGENTE DE INTEGRAÇÃO (CIEE): R\$ 9,75		

Gráfico de despesas com estagiários nos anos de 2016 e 2017





4.1.5. Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo
Diretoria de Normas e Gestão de Contas

DECLARAÇÃO

Declaramos junto aos órgãos de controle interno e externo que NÃO houve a contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

Fortaleza, 09 de fevereiro de 2018


José Wally Mendonça Menezes

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Port. Nº 209/GR, de 08 de março de 2017

4.2. Gestão do patrimônio e infraestrutura

A gestão patrimonial da UPC é realizada de forma descentralizada pelos campi que agregam a UPC. Esta particularidade é fruto da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, onde mostra que o perfil da UPC favorece este tipo de descentralização das atividades táticas e operacionais, com o fito de promover maior eficiência na gestão como um todo.

Todavia, as atividades de gestão patrimonial ocorridas na UPC não são realizadas de modo aleatório. A Reitoria, pela sua personificação gerencial de rede, rege de forma sistêmica as principais ações de patrimônio, com o fito de uniformizar os procedimentos e consolidar os dados referentes ao patrimônio institucional. A atuação sistêmica com o olhar operacional é promovido pela Coordenadoria de Patrimônio.

A estrutura Organizacional da Coordenadoria de Patrimônio está definida no Regimento Interno do IFCE, com definição de autoridade e subordinação e é do conhecimento de todos os envolvidos, visto que está disponível no site oficial do IFCE e é de livre consulta, bem como os servidores atuantes conhecem sua estrutura. Formalmente, o setor está delineado por meio do Regimento Geral do IFCE, documento disponível por meio do seguinte endereço eletrônico: <http://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais>.

Os procedimentos relativos às atribuições operacionais estão formalizados no Manual de Gestão de Materiais do IFCE, e nos normativos correlatos. O manual está disponível no sítio do IFCE na web por meio do link: <http://ifce.edu.br/proap/manuais/manual-de-gestao-de-materiais.pdf>.

Aliado aos normativos, a UPC dispõe de uma ferramenta on line para gestão patrimonial: trata-se da plataforma SUAP Patrimônio. Este programa possui como função principal registrar os

materiais permanentes da Instituição, proporcionando controle sobre a localização, movimentação e ajustes contábeis sofridos pelos bens. Além disso, o sistema trás como benefícios: (a) atendimento aos ditames legais relacionados à Gestão de Patrimônio; (b) processos padronizados; (c) base de dados consolidada, propiciando a emissão de relatórios precisos; (d) atualização periódica do sistema; (e) segurança de acesso aos dados através de perfis de acesso para cada servidor e; (f) backup diário dos dados.

Desde o ano de 2017, a UPC realiza junto às suas unidades, processo de migração dos inventários para a plataforma SUAP Patrimônio. Conforme cronograma estipulado pela Gestão, o prazo para conclusão dos trabalhos ocorrerá em agosto deste ano.

A gestão da infraestrutura, bem como dos bens imóveis do IFCE, é de responsabilidade das coordenadorias de infraestrutura dos campi, sob a supervisão técnica do Departamento de Infraestrutura (DINFRA), sediado na Reitoria, ligado à Pró-Reitoria de Administração e Planejamento.

O DINFRA é responsável pelo acompanhamento técnico na elaboração de projetos, manutenção, segurança do trabalho, além da fiscalização das obras e serviços de engenharia.

Considerando os objetivos consignados no Plano Desenvolvimento Institucional (PDI 2013-2018) no que tange à infraestrutura, quais sejam a expansão e modernização das instalações além da reestruturação física dos campi existentes, o DINFRA executou, no exercício de 2017, 48 (quarenta e oito) estudos e projetos para obras e serviços de engenharia além da fiscalização de 12 (doze) contratos, dentre os quais os de construção dos novos campi de Horizonte e Acopiara.

Ainda no exercício de 2017 foi atualizado o cadastro dos imóveis do IFCE no sistema SPIUnet do Ministério do Planejamento. O levantamento dos imóveis, bem como suas benfeitorias e avaliações, foi fruto do trabalho de comissão especialmente constituída, composta por servidores do DINFRA.

A gestão da infraestrutura conta com auxílio do sistema SIMEC, do Ministério da Educação, no cadastro e controle da execução das obras e serviços de engenharia. Cabe informar que o IFCE desenvolveu o Sistema de Gestão de Bens Imóveis (SIGEBI) que auxiliará a gestão da infraestrutura, abrindo as informações de todos os imóveis (documentação de propriedade, licenças, alvarás), benfeitorias realizadas, obras e serviços em andamento e concluídas, além das manutenções executadas nas edificações e sistemas. O SIGEBI encontra-se em fase de teste para utilização pelas unidades definitivamente.

As unidades do IFCE contam com estrutura física capaz de proporcionar o funcionamento das atividades didáticas e administrativas objetivando a formação científica e tecnológica alinhada aos anseios do mercado, principalmente quanto à infraestrutura de salas de aula e laboratórios. Destacam-se os novos campi (Itapipoca, Boa Viagem, Paracuru) além dos demais em construção (Horizonte e Acopiara) que contam com estrutura para atender 1.200 alunos, com 10 salas de aula e 10 laboratórios, além de biblioteca, auditório e ambientes administrativos.

As unidades existentes vêm passando por reestruturação da infraestrutura física, com a ampliação de salas de aula, adequação de laboratórios e ambientes de apoio ao ensino. Porém há necessidade de ampliação para instalação de bibliotecas, parques esportivos além de intervenções voltadas à acessibilidade, principalmente das unidades mais antigas. Tais obras estão consignadas no planejamento da instituição, havendo necessidade de disponibilidade orçamentária de capital para a entrega dos equipamentos.

4.2.1. Gestão da frota de veículos

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE teve no decorrer do ano de 2017, uma frota oficial que contabilizava aproximadamente 168 (cento e sessenta e oito) veículos em pleno uso. Desse montante, apenas 1 (um) veículo é de uso exclusivamente institucional, ou seja, para utilização exclusiva da Autoridade Máxima da Instituição. Os demais são considerados de Serviços Comuns ou de Transporte Coletivo e possuem a finalidade de transporte de materiais,

alunos e servidores do IFCE para o alcance das atividades finalísticas da Autarquia. Toda a frota veicular do IFCE é própria, tendo sido adquirida por meio de licitação. Alguns veículos, contudo, foram frutos de doações de outros Órgãos Públicos, a exemplo da Receita Federal que já realizou a doação de veículos apreendidos para alguns campi da rede.

A frota para Serviços Comuns tem uma idade média de 8 (oito) anos e para Transporte Coletivo, 9 (nove) anos. Em termos de quilometragem, a frota para Serviços Comuns conta com uma rodagem média anual de 30.000 (trinta mil) quilômetros e para os automóveis destinados ao Transporte Coletivo, 24.000 (vinte e quatro mil) quilômetros.

Cada campus é responsável por gerenciar sua frota, o que repercute numa gestão descentralizada de uso dos veículos. Contudo, todas as Unidades devem obedecer à legislação que atende ao tema de uso da frota e para consolidar e uniformizar as ações de gerenciamento deste nicho patrimonial, o Instituto publicou em Maio de 2014, o Manual de Gestão de Frotas. Este regulamento, com base no Decreto nº 6.403, de 17/3/2008, estabelece princípios e condutas para utilização de veículos oficiais da UPC, observados os preceitos legais relativos à administração, utilização, conservação da frota, e define deveres e obrigações dos condutores, dos usuários e gestores de transportes, visando obter maior controle e melhor preservação do bem público. O documento pode ser encontrado por meio do seguinte link: <http://ifce.edu.br/proap/manuais/manual-gestao-de-frotas-1.pdf>.

O IFCE está capilarizado em 33 (trinta e três) municípios do Estado do Ceará. Deste modo, a frota atualmente mantida serve para o transporte de pessoas, bens e materiais de consumo. É importante esclarecer que no tocante ao transporte de pessoas, os alunos da Instituição são beneficiados com o fornecimento de transporte para fins didáticos, a exemplo das aulas de campo. Em 2017, 40.462 (quarenta mil quatrocentos e sessenta e dois) alunos foram potenciais beneficiários da frota disponível da UPC.

As contratações pertinentes aos serviços terceirizados de motoristas, de abastecimento e manutenção veicular são obrigações dos campi. Quanto ao serviço de seguro, a Reitoria promove anualmente uma licitação sistêmica para a realização do seguro de toda a frota. Em 2017, quase toda a frota ficou coberta com o serviço de seguro contratado pela Reitoria e Campus de Tianguá. Cabe ressaltar que os veículos que não obtiveram seguro para o ano em comento foram aqueles que pelo tempo de uso ou pela finalidade de uso – a exemplo de tratores -, não foram escopo de proposta das empresas participantes dos certames.

Desde o ano de 2016, o IFCE não realiza novas aquisições de veículos, considerando as orientações do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG). A exceção ocorreu no ano de 2017, quando o Campus Camocim promoveu a compra de um ônibus para suas ações didáticas. De modo geral, a gestão do Instituto Federal do Ceará realiza de forma sistemática a avaliação de uso da sua frota, de modo a redistribuir os veículos entre os campi, com o objetivo de fazer com que a frequência de utilização dos carros seja realizada de forma uniforme.

Quanto às razões que levaram a Administração a adotar prioritariamente a aquisição em detrimento da locação de frota, elenca-se que: (1) a frota possui uma idade média que ainda satisfaz às demandas de locomoção e que não demanda custos maiores com manutenções; (2) os custos de locação veicular são maiores nas cidades do interior, o que não permite a permanência dos veículos alugados nos campi situados no interior do Ceará e; (3) que desde 2015, o Ministério do Planejamento e Gestão Orçamentária (Mpog) não autoriza a realização de novos contratos de locações de veículos

4.2.2. Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

Para os procedimentos concernentes à destinação de veículos inservíveis ou fora de uso, a UPC adota o seguinte: (a) quando o veículo é constatado como um bem antieconômico – para tanto, é feita a comparação, mês a mês, de custos relativos à manutenção do bem –, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará realiza a transferência do veículo para o campus que possui no seu rol de cursos, aqueles cujas áreas estejam voltadas à formação em mecânica, mecatrônica e

afins. Assim, o bem passa a ter seu uso voltado às técnicas de ensino, sendo então utilizado nos laboratórios como peças de aprendizado prático. A adoção dessa solução é feita respeitando os trâmites que a gestão de patrimônio delimita; (b) quando o bem é constatado como inservível para todos os fins propostos, é feita a baixa patrimonial sob a forma doação, observados os procedimentos indicados pelo Manual de Gestão de Materiais, publicado pelo Instituto Federal do Ceará e disponível em: <http://ifce.edu.br/proap/manuais/manual-de-gestao-de-materiais.pdf>. Cabe informar que no caso de doação, os custos inerentes ao transporte do bem ficam a cargo do órgão ou entidade receptor do bem.

4.2.3. Gestão do patrimônio imobiliário da União

a) Estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicional.

O IFCE conta com um setor/coordenadoria de Infraestrutura, em todos os campi, responsável pelas ações de manutenção/intervenção com apoio técnico e supervisão do Departamento de Infraestrutura lotado na Reitoria do IFCE.

O Departamento de Infraestrutura conta com um corpo técnico que planeja as ações de manutenção, coordena as ampliações da infraestrutura física além de apoiar as unidades na elaboração de projetos de engenharia e pareceres técnicos destinados a subsidiar as tomadas de decisão de intervenções e contratações de obras e serviços de engenharia, bem como coordenar as avaliações e intervenções quanto à segurança do trabalho.

O Departamento de infraestrutura também coordena a avaliação dos imóveis e levantamento das especificações dos seus elementos construtivos para os devidos registros do patrimônio da Instituição.

Com o objetivo de aperfeiçoar a estrutura tecnológica, informa-se que já está em fase de aperfeiçoamento e teste o Sistema de Gestão de Bens Imóveis (SIGEBI). Tal ferramenta foi desenvolvida pelo IFCE e tem por objetivo concentrar todas as informações dos imóveis quanto ao cadastro, condições de conservação, manutenção, reformas e ampliações, bem como informações sobre avaliação e documentos referentes à dominialidade. O SIGEBI além de ser um banco de dados dos imóveis do IFCE será utilizado no planejamento sistêmico referente à gestão de imóveis quando da tomada de decisão de manutenção e ampliação da estrutura física.

b) Distribuição geográfica dos imóveis da união

O IFCE possui 85 imóveis sob sua responsabilidade, entre Reitoria, campi, Centros de Inclusão Digital-CID, Núcleos de Inovação Tecnológica-NIT e Polo de Inovação, distribuídos geograficamente da seguinte forma:

UF	MUNICÍPIOS	campus	CID	NIT	REITORIA	Polo de Inovação	Terrenos/galpões/garagens/anexo
CE	Acaraú	1					
	Acopiara						1
	Aracati	1					1
	Baturité	1					
	Boa Viagem	1					
	Camocim	1					
	Canindé	1					
	Caucaia	1					
	Cedro	1					
	Crateús	1					

Crato	1					
Fortaleza	1	1		1	1	3
Guaramirã	1					
Horizonte	1					
Iguatu	2					
Itapipoca	1					1
Jaguaribe	1					
Jaguaruana	1					
Juazeiro do Norte	1					
Limoeiro do Norte	2					1
Maracanã	1	3				
Morada Nova	1					
Maranguape						1
Paracuru	1					
Quixadá	1					
Sobral	1					
Tabuleiro do Norte	1	3				
Tauá	1					
Tianguá	1					
Ubajara	1					1
Umirim	1					
Itarema		3				
Beberibe		4				
Aracoiaba		4				
Orós		1				
Cascavel		1				
Pentecoste		1				
Piquet Carneiro		3				
Itapipoca		5				
Brejo Santo		1				
Missão Velha		1				
Quixeré		3				
Russas		5				
São João do Jaguaribe			1			
Alto Santo			1			
Mombaça		2				
	31	41	2	1	1	9

c) Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet

As informações dos imóveis estão parcialmente registradas no sistema SPIUnet, considerando o trabalho da Comissão Especial para Avaliação de Bens Imóveis do IFCE (CEABI), instituída através da Portaria nº. 057/PROAP, de 24 de novembro de 2015, que concluiu as avaliações dos imóveis em 2016.

Com a construção das novas unidades (campi Boa Viagem, Horizonte e Reitoria), além dos novos campi em construção (Horizonte e Maranguape), bem como as demais benfeitorias nas unidades existentes, a nova Comissão Especial de Avaliação a ser constituída, para o biênio (2019-2020), levantará tais imóveis para o devido registro no SPIUnet, complementando as informações no referido sistema.

d) informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não, informando o locador, a forma de contratação, os valores e benefícios recebidos pela unidade jurisdicionada em razão da locação, bem como a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação.

As cessões realizadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE realizadas em 2017 tiveram o intuito de: (1) trazer maior variedade na prestação de serviços de fornecimento de alimentação aos alunos, (2) instalação de caixas eletrônicos para operações bancárias e (3) permitir o uso profissional de espaço gastronômico reservado no Campus Avançado de Guaramiranga, Unidade da UPC que possui um Hotel para vivência prática dos cursos das áreas de turismo e gastronomia. Os tópicos seguintes trazem maiores detalhes quanto à oferta, pela Administração, dos espaços ora cedidos em contrato de cessão de uso:

I. Identificação dos imóveis objeto de cessão parcial:

Os espaços que foram objeto de cessão em 2017 ficam inseridos nos prédios que compõem os campi localizados nos campi de Fortaleza, Cedro, Crateús, Guaramiranga, Maracanaú, Limoeiro do Norte, Sobral, Tianguá e Reitoria.

II. Identificação dos cessionários:

Campus	Tipos de imóveis	Nº do Contrato	Cessionário	Valor mensal (R\$)
Fortaleza	Cantina	029/2015	Antônio Valentim de Oliveira	3.493,52
Cedro	Cantina	002/2017	Francisca Amorim da Silva	601,96
Maracanaú	Cantina	013/2015	S. S. Comércio de Alimentos e Bebidas Ltda - ME	540,00
Maracanaú	Restaurante Acadêmico	008/2017	Wladya Araújo Goumert EIRELI - ME	68.542,50
Crateús	Cantina	007/2017	Paulo Ricardo Martins do Vale	430,03
Tianguá	Cantina	001/2016	Gerlan Nunes	50,00
Guaramiranga	Restaurante Comum	005/2017	Elixandre da Silveira ME	4.353,54

Limoeiro do Norte	Cantina	12/2016	Andreza Marta Pereira Alves	1.016,72
Sobral	Restaurante Acadêmico	008/2016	Geórgia Yngrid Gomes Fontenele	2.411,73
Reitoria	Nicho para caixa eletrônico	004/2017	Caixa Econômica Federal	207,82

III. Caracterização da cessão:

- i. Forma de seleção do cessionário: Em todos os casos, por meio de licitação;
- ii. Finalidade do uso do espaço cedido: Para instalação de caixa eletrônico bancário, cantinas, restaurantes acadêmicos e restaurante comum ao público nos *campi* localizados nos municípios de Fortaleza, Cedro, Crateús, Guaramiranga, Maracanaú, Limoeiro do Norte, Sobral e Tianguá;
- iii. Prazo da cessão: Nos contratos celebrados, o prazo da cessão é de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período, limitados a 60 (sessenta) meses;
- iv. Caracterização do espaço cedido: Os espaços são parte integrante das edificações;
- v. Benefícios recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido: Nos contratos celebrados, os valores relativos à cessão são pecuniários, pagos mensalmente pelos cessionários por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU;
- vi. Tratamento contábil dos benefícios recebidos: Nossa UPC emite Guia de Recolhimento da União que após ser recolhida pelo ente cessionário junto ao Banco do Brasil, alimenta a conta contábil 111122001 - LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS na conta corrente F 0250026405 400;
- vii. Rateio dos gastos: Nos contratos celebrados, não há rateio dos gastos, sendo pago pelo cessionário apenas o valor equivalente à cessão precária do espaço físico;
- viii. Uso dos benefícios decorrentes da cessão: Os valores recebidos são utilizados nas ações de custeio dos *campi*.

e) **despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis.**

DESPESAS DE MANUTENÇÃO E A QUALIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS RELATIVAMENTE AOS IMÓVEIS	
DESPESAS DE MANUTENÇÃO (despesas liquidadas e pagas em 2017)	VALOR R\$
	179.009,60
QUALIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS	
Classificação em conformidade com o Plano de Contas do Governo Federal (Natureza despesa detalhada 33.9039.16)	

f) riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los.

Consideram-se riscos relacionados à gestão dos imóveis a dispersão geográfica do IFCE, bem como a gestão descentralizada multicampi definida na Lei nº. 11.982/2008. Os 31 (trinta e um) campi do IFCE estão localizados em todas as regiões do estado, dificultando, principalmente, a gestão da manutenção e a atualização das informações quanto às benfeitorias. A gestão descentralizada (característica da Rede Federal) também se apresenta como risco, uma vez que ações (coordenação e controle) são realizadas localmente pela gestão do campus.

Destacam-se as medidas adotadas pela gestão central do IFCE (Reitoria) para mitigar os riscos apontados:

- 1) Supervisão Técnica junto aos campi por meio do Departamento de Infraestrutura;
- 2) Elaboração do Manual de Manutenção de Bens Imóveis pelo Departamento de Infraestrutura para uniformizar as ações nos campi;
- 3) Disponibilização do Sistema de Gestão de Bens Imóveis (SIGEBI) com objetivo de centralizar as informações dos imóveis e controle das benfeitorias e manutenções realizadas;
- 4) Contratações compartilhadas entre as unidades do IFCE para serviços e materiais de manutenção predial com objetivo da padronização e economia de escala.

4.2.4. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

As cessões realizadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE realizadas em 2017 tiveram o intuito de: (1) trazer maior variedade na prestação de serviços de fornecimento de alimentação aos alunos, (2) instalação de caixas eletrônicos para operações bancárias e (3) permitir o uso profissional de espaço gastronômico reservado no Campus Avançado de Guaramiranga, Unidade da UPC que possui um Hotel para vivência prática dos cursos das áreas de turismo e gastronomia. Os tópicos seguintes trazem maiores detalhes quanto à oferta, pela Administração, dos espaços ora cedidos em contrato de cessão de uso:

I. Identificação dos imóveis objeto de cessão parcial:

Os espaços que foram objeto de cessão em 2017 ficam inseridos nos prédios que compõem os campi localizados nos campi de Fortaleza, Cedro, Crateús, Guaramiranga, Maracanaú, Limoeiro do Norte, Sobral, Tianguá e Reitoria.

II. Identificação dos cessionários:

Campus	Tipos de imóveis	Nº do Contrato	Cessionário	Valor mensal (R\$)
Fortaleza	Cantina	029/2015	Antônio Valentim de Oliveira	3.493,52
Cedro	Cantina	002/2017	Francisca Amorim da Silva	601,96
Maracanaú	Cantina	013/2015	S. S. Comércio de Alimentos e Bebidas Ltda - ME	540,00
Maracanaú	Restaurante Acadêmico	008/2017	Wladya Araújo Goumert EIRELI - ME	68.542,50
Crateús	Cantina	007/2017	Paulo Ricardo Martins do Vale	430,03

Tianguá	Cantina	001/2016	Gerlan Nunes	50,00
Guaramiranga	Restaurante Comum	005/2017	Elixandre da Silveira ME	4.353,54
Limoeiro do Norte	Cantina	12/2016	Andreza Marta Pereira Alves	1.016,72
Sobral	Restaurante Acadêmico	008/2016	Geórgia Yngrid Gomes Fontenele	2.411,73
Reitoria	Nicho para caixa eletrônico	004/2017	Caixa Econômica Federal	207,82

III. Caracterização da cessão:

- i. Forma de seleção do cessionário: Em todos os casos, por meio de licitação.
- ii. Finalidade do uso do espaço cedido: Para instalação de caixa eletrônico bancário, cantinas, restaurantes acadêmicos e restaurante comum ao público nos *campi* localizados nos municípios de Fortaleza, Cedro, Crateús, Guaramiranga, Maracanaú, Limoeiro do Norte, Sobral e Tianguá.
- iii. Prazo da cessão: Nos contratos celebrados, o prazo da cessão é de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período, limitados a 60 (sessenta) meses.
- iv. Caracterização do espaço cedido: Os espaços são parte integrante das edificações.
- v. Benefícios recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido: Nos contratos celebrados, os valores relativos à cessão são pecuniários, pagos mensalmente pelos cessionários por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU.
- vi. Tratamento contábil dos benefícios recebidos: Nossa UPC emite Guia de Recolhimento da União que após ser recolhida pelo ente cessionário junto ao Banco do Brasil, alimenta a conta contábil 111122001 - LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS na conta corrente F 0250026405 400.
- vii. Rateio dos gastos: Nos contratos celebrados, não há rateio dos gastos, sendo pago pelo cessionário apenas o valor equivalente à cessão precária do espaço físico.
- viii. Uso dos benefícios decorrentes da cessão: Os valores recebidos são utilizados nas ações de custeio dos *campi*.

4.2.5. Informações sobre imóveis locados de terceiros

A UPC não manteve ou realizou despesa pertinente a locações de imóveis de terceiros para uso da Reitoria ou dos *campi* do Instituto Federal do Ceará.

4.2.6. Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia realizados durante a gestão e que estejam diretamente relacionadas aos macroprocessos finalísticos da unidade, indicando as respectivas despesas, fornecedores, vigência dos contratos e seu estágio de execução.

OBRA/SERVIÇO	CONTRATO	VIGÊNCIA CONTRATO	FORNECEDOR	VALOR ATUAL CONTRATO R\$	VALOR LIQUIDADO 2017 R\$	ESTÁGIO EXECUÇÃO
Construção do <i>campus</i> Horizonte	078/2013	25/04/2018	JMD Construções LTDA	7.607.848,22	2.476.827,93	Em execução (96%)
Construção do <i>campus</i> Acopiara	099/2014	06/05/2018	EMA Construções LTDA	9.488.374,48	4.899.698,98	Em execução (92%)
Construção do Bloco Didático do <i>campus</i> Canindé	001/2015	10/11/2017	TARCON Engenharia LTDA	2.516.111,10	536.274,74	Concluída
Construção do Bloco Didático do <i>campus</i> Crateús (1)	011/2013	14/07/2016	TARCON Engenharia LTDA	4.713.353,25	273.643,14	Em execução (92%)
Construção do Bloco Didático do <i>campus</i> Iguatú	010/2013	24/09/2016	TARCON Engenharia LTDA	3.078.523,20	358.676,64	Concluída
Construção de Salas de Aula <i>campus</i> Jaguaribe	005/2016	28/01/2018	ELYON Engenharia e Comércio LTDA	217.233,10	217.233,10	Concluída
Construção de Salas de Aula <i>campus</i> Morada Nova	016/2016	11/06/2017	JB2 Engenharia LTDA - EPP	164.886,43	164.886,43	Concluída
Construção do Refeitório e outros serviços no âmbito da Reitoria	021/2017	21/02/2018	E&L SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI - ME	464.553,69	394.056,15	Concluída

1) Informa-se que a Administração do campus Crateús formalizou e encaminhou aditivo Contrato nº. 11/2013 objetivando a prorrogação do prazo de vigência da obra de Construção do Bloco Didático do campus Crateús, porém a Procuradoria Federal no IFCE apontou a impossibilidade de parecer jurídico a favor da dilatação do prazo, uma vez que a empresa encontrava-se impedida de licitar por 02 (dois) anos de acordo com Lei nº 8.666/93, art. 87, inc. III, através de processo de penalização impetrado pelo campus Quixadá do IFCE. Considerando que a obra de conclusão do bloco de ensino estava em vias de conclusão. Ponderado, também, o fato de que o objeto possuía na ocasião orçamento com finalidade exclusiva para sua execução e de que a paralisação da obra com fim do contrato acarretaria na perda do orçamento já empenhado, onerando mais os custos, além da demora do recebimento do objeto com um novo processo licitatório. Tendo em vista a inexecução parcial por parte da contratada, considerando que a construtora não concluiu a obra apesar das diversas notificações da Administração para o retorno dos serviços e, ainda, considerando o parecer jurídico da AGU, que recomenda a extinção da relação com a empresa com aplicação das sanções, a gestão do campus decidiu por encerrar a relação contratual que por ventura viesse a existir, não prejudicando a aplicação das sanções previstas em contrato pelo não cumprimento do objeto, de acordo com processo administrativo punitivo devidamente instruído.

Cabe destacar que o prédio conta com 92% dos serviços concluídos, necessitando apenas da conclusão de parte das instalações elétricas e rede estruturada para funcionamento pleno do equipamento. Tais serviços serão executados por meio de nova contratação realizada pelo campus.

4.3. Gestão da tecnologia da informação

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.

O Plano Estratégico de TI (PETI) foi dividido em 3(três) eixos de maneira a aderir com o Plano Estratégico Institucional (PEI): Prover soluções tecnológicas em TI, Prover acessibilidade às soluções de TI, Aprimorar a comunicação com a comunidade, sendo cada um desses eixos alinhados às perspectivas do PEI. Vale destacar que o PETI foi inserido dentro do PEI, tendo assim sido aprovado pelo conselho superior no que tange ao alinhamento institucional.

Contextualizando as perspectivas do PEI são:

- a) Em relação a sociedade e ao aluno, buscar o desenvolvimento das regiões em que a instituição está inserida e aumentar o valor percebido pelos alunos em relação a pesquisa, ensino e extensão. Nesse sentido o PETI busca aprimorar a comunicação com a sociedade, provendo recursos de TI que permitam esse desenvolvimento. Assim são disponibilizadas soluções acessíveis a comunidade, como a reformulação do site, implantação de links de internet de alta velocidade em todos os campi fortalecendo a pesquisa local e democratizando o acesso dos alunos e da comunidade local a internet e criação de momentos de conversação entre os alunos participantes do ciências sem fronteiras e seus pais que ficaram na região via chat. Além são feitas pesquisas interativas com a comunidade para embasar as ações da instituição.
- b) Em relação aos processos internos e da responsabilidade orçamentária e financeira, a instituição tem implantado novos sistemas que tem simplificado o trâmite interno, como o Sistema Unificado da Administração Pública (SUAP), além de outros como o sistema de assistência ao educando, que permite ao aluno fragilizado o cadastro online, e que se depare com muitas filas, já implementa regras que torna muito mais ágil a avaliação e acompanhamento das demandas (além de melhorar a visão da instituição pela sociedade e pelo aluno). Está em processo a implantação do SEI (sistema eletrônico de Informações) e os assentamentos digitais, que digitalizarão documentos instituições e trâmites de processos, diminuindo o tempo de avaliação dos mesmos e redução de custos com o transporte dos processos físicos. Em curso também encontra-se o sistema de folha digital da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, que na fase de testes reduziu em 60% o tempo para fechamento da folha. A utilização de recursos de videoconferência tem diminuídos os custos com transporte e a implantação, em alguns campi, de recursos de VoIP (voz sobre IP) reduzido custos de ligações telefônicas.
- c) Em relação a perspectiva de aprendizagem e crescimento: A utilização de plataformas de ensino virtuais (Moodle) tem dado flexibilidade a alunos e a servidores realizarem cursos não presenciais o que colabora com a capacitação contínua do pessoal e oportunidade àqueles que desejam estudar, mas possuem limitações de tempo.

O PDTI (Plano Diretor de TI) apresenta ações a serem realizadas para que as metas estratégicas da TI sejam alcançadas, determinando responsáveis, prazos e custos. É importante destacar que ambos os documentos estão sendo revisados como parte da prática anual de revisão, a qual sofreu um pouco de atraso devido a greve do último ano.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

O Comitê de Tecnologia e Informação (CTI) é órgão colegiado de natureza consultiva e propositiva e que tem atuado na criação de políticas internas relacionadas a tecnologia da informação e no direcionamento dos investimentos em TI. O Comitê composto por um representante de cada campus do IFCE, um representante de cada Pro-Reitoria e Diretoria Sistêmica, além do presidente (atualmente diretor de TI) e secretário executivo (representante do setor de tecnologia da informação).

Ocorreram 3 (três) reuniões no ano de 2014, 3(três) reuniões no ano de 2015, no ano de 2016 ocorreu 5(cinco), 3(três) reuniões no ano de 2017.

As principais decisões do CTI, foi a criação e aprovação da Política de Segurança da Informação, realização do primeiro processo de aquisições compartilhadas de TI.

c) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

Sistema de Tecnologia da Informação	Funcionalidades	Responsável Técnico	Responsável Negócio	Criticidade
SUAP (vários módulos)	É um ERP que gerencia todos os aspectos da instituição (protocolo, almofarifado, patrimônio, frota, recursos humanos, contratos, convênios, entre outros)	Makelli Jucá	Caio Felipe	Alta
Q-Acadêmico	Controle de notas, frequência e vida acadêmica dos alunos	Kamilla Karen	Reuber Saraiva	Muito Alta
Sophia	Controle de Acervo e empréstimo de livros	Marcelo Lima	Etelvina	Alta
SisDoc	Controle de documentos institucionais	Caio Teixeira	Diana Azin	Média
SisProc	Controle de Processos administrativos	Caio Teixeira	Diana Azin	Média
SiRem	Controle de vagas para remoção interna	Robson Siqueira	Ivam Holanda	Alta
SCPO	Gestão e captação da proposta orçamentária	Marcelo Almeida	Beatriz Garcia	Média
SisAE	Gerenciamento de auxílios aos estudantes	Neila Matos	Elenilce Gomes	Alta
SEI	Sistema de Processo Eletrônico	Inácio de Loiola	Mauricio Dourado	Alta

d) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período.

Foi colocado como pauta no comitê de TI a criação de 4(quatro) eixos de capacitação em TI: desenvolvimento de sistemas, governança corporativa, infraestrutura e suporte ao usuário, sendo cada um desses eixos compostos por uma linha de cursos a ser seguida, tendo como meta a realização de

pelo menos 1(um) curso por servidor no primeiro ano, aumentando para 2(dois) no segundo. Apesar do esboço inicial a linha dos cursos não foi desenvolvida pelo comitê, ficando a finalização deste plano para 2017. A diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação para não deixar o vácuo, montou uma linha baseada na definição feita pela Rede Nacional de Pesquisa (RNP) e devido a questões orçamentárias esses cursos foram os que impulsionaram a capacitação do pessoal de TI, porém foram destinadas poucas vagas por questões de orçamento da RNP e da instituição.

Mesmo assim foram realizados cursos de Sistema Operacional Linux, Redes de computadores, Administração de Banco de Dados, IPv6, Redes sem fios, Firewall (Pfsens), Monitoramento (Zabbix), Docker e ambientes virtuais acessíveis com um total de 63 (sessenta e três) capacitações no último ano (2017).

e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

1. BOLSISTAS

Curso	Nome	Turno da Bolsa
Tec. Informática	Leonardo Lima Calcante	Manhã
Tec. Informática	Rodrigo Lima Marques	Manhã
Tec. Informática	Wallisson Silva Teles	Manhã
Tec. Telecomunicações	Ricardo Serafim Silva	Tarde
Tec. Telecomunicações	Sarah Ingryd de Oliveira Feitosa	Tarde
Tec. Telecomunicações	Danuzia Inara Leorne da Cunha	Tarde
Telemática	Carlos Eduardo Carneiro Alves	Tarde
Telemática	Francisco Vanderson C. Assis	Tarde
Tec. Telecomunicações	Talia Andreza Barboza Rios	Tarde
Eng. De Telecomunicações	Ghislain Gnimavo	Tarde
Tec. Informática	Alexia Jamile Ferreira de Lima	Manhã

2. ANALISTAS

Nome	Setor de Exercício SIAPE
Alexandre Magno Cavalcante Sucupira	DG/FORTAL
Antonio Rodrigo dos Santos Silva	DGTI
Augusto Flavio Albuquerque Arraes Freire	DGTI
Caio Felliipe Cavalcante Teixeira	DGTI
Daniele Miguel da Silva	REITORIA
Edwilson de Sousa Carvalho	REITORIA
Fabio Arruda Magalhaes	DG/TIANGUA
Inacio de Loiola Souza Silva	DGTI

Jessyca Alencar Leao e Silva	DGTI
Jose Carvalho Filho	DGCRATO
Kamilla Karen Sousa da Silva	PROEN
Makelli Araujo Juca	DGTI
Marcelo Lima de Almeida	DGTI
Mario Jorge Limeira dos Santos	DG/LN
Neila Temoteo de Matos Bastos	DGTI
Paulo Jose Teixeira dos Santos	DG/JUAZ
Raimundo Mendes de Freitas Neto	DIREN/FORT
Valber Jones de Castro	REITORIA

3. TÉCNICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Nome	Setor de Exercício SIAPE
Adriana Mara de Almeida de Souza	DG/QUIXADA
Anderson Wagner Alves	DG/CAUCAIA
Antonio Alexandre Barboza de Paula	DG/ARACATI
Antonio Carlos Queiroz Junior	DG/MARAC
Antonio Michael Farias Soares	DG/CRATEUS
Bernardo Jose de Carvalho Filho	DG/CAMOCIM
Bruno Riccelli dos Santos Silva	DG/MORADAN
Carlos Alberto Castelo Elias Filho	DG/CANINDE
Cicero Jose Sousa da Silva	DG/CAMOCIM
Claudio Ferreira Oliveira	DGTI
Dackson Pereira	DGCRATO
Elianderson de Lima Silva	PRPPI
Elias Fernandes Costa Junior	DGCEDRO
Emerson Henrique Oliveira de Araujo	DG/MARAC
Emerson Rodrigo Guirra de Brito	DG/UBAJARA
Erloney Marcio Araujo da Costa	DG/LN
Francisco Douglas Ferreira da Silva	DG/TIANGUA
Francisco Eudes Gomes Filho	DG/BATURIT
Francisco Gilliery Araujo de Oliveira	DG/TABULEI
Francisco Jorge Costa Ribeiro	DG/CAMOCIM
Francisco Leonardo Silveira Correia	DG/BATURIT
Francisco Pinheiro Filho	DG/IGUATU
Geila Maria Martins Azevedo	Nenhum
Germano Jose Barros Pinheiro	DGCEDRO
Glauber Ferreira de Castro	DCAJAGUARU
Higor Rafael Paiva Diogenes	DG/JAGUARI
Ian do Carmo Marques	DG/ACARAU
Isaac Brigido Rodrigues do Santos	DG/JUAZ
Jeova Chagas Lino	DGTI
Joab Costa Rodrigues Lima	DG/SOBRAL
Joao Nunes Feitosa	DG/LN
Joao Paulo Braga Abreu	DG/CANINDE
Joao Paulo Oliveira	DCRACOP
Joao Victor Ribeiro Galvino	DGTI

Jose Adeilson Bezerra Cruz	GUARAMIRAN
Jose Jhonnatas Aires da Silva Alencar	DG/JUAZ
Jose Valdenicio Ferreira Cruz	DG/ARACATI
Leandro Caldeira Pereira Rodrigues	DG/CAUCAIA
Marcio Pereira Goncalves	DGCEDRO
Marcos Antonio Gondim Santos	DGTI
Marcos Sampaio Ferreira	DG/FORTAL
Mario Cesar de Oliveira Luz	DG/QUIXADA
Paraguassu Furtado Cavalcante	DG/FORTAL
Patricio Ribeiro de Almeida	DG/TABULEI
Paulo Ericson Valentim Silva	DG/SOBRAL
Rafael Cajazeiras Macambira	REITORIA
Renato Euclides Patricio	DG/FORTAL
Ricardo Honorato de Araujo	ITAPIPOCA
Romulo Ribeiro Franco de Carvalho	DG/CRATEUS
Samir Coutinho Costa	DG/TAUA
Thiago Carneiro Feitosa	DGTI
Thiago Meira Maciel	DG/UMIRIM
Thyago Rocha de Oliveira	DCAPECEM
Valdo Ribeiro Coelho Neto	DG/LN
Vicente de Paulo Batista	DG/IGUATU
Willamys Gomes Fonseca Araujo	DG/TIANGUA
Willys Sampaio Jorge	DG/IGUATU
Ygor Ramon Rodrigues Magalhaes	DG/UBAJARA

4. SERVIDORES DO IFCE COLABORANDO COM A TI

Nome	Setor Lotação SIAPE
Carlos Mauricio J de M Dourado Jr (professor)	Reitoria
Demtetrius Setubal (Assistente em Administração)	Reitoria

f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

O IFCE conta com serviço de monitoramento (Zabbix), que monitora os links de todas as unidades, registrando falhas de conexão. Além disso contamos com monitoramento dos serviços alocados no dataCenter, o qual é composto por um sistema de Blade (com 9 lâminas de processamento, cada uma com 8 núcleos e 256GB de RAM). O sistema blade é gerenciado por uma camada do software VMWare que faz o balanceamento da carga e garante a alta disponibilidade dos sistemas, caso uma lâmina falhe sua carga computacional é distribuída automaticamente para as demais.

O sistema conta ainda dois storages (dispositivos de armazenamento) com espaço bruto de 90TB cada um, compostos vários disco SAS de 15K RPM em RAID-10 e alguns discos de estados sólido (SSD), os quais são utilizados para os sistemas de maior demanda de I/O.

Diariamente são efetuadas cópias de seguranças.

g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

Abaixo seguem os principais projetos realizados pela tecnologia da informação no último ano.

Projeto	Resultados	Alinhamento	Valores	Prazo
SiSAE – Sistema destinado ao cadastro de alunos para concessão e acompanhamento de benefícios	Melhora no atendimento aos alunos e otimização no trabalho do setor de assistência ao educando	Alinhado aos 3(três) eixos do Plano Estratégico: Prover soluções tecnológicas em TI, Prover acessibilidade às soluções de TI, Aprimorar a comunicação com a comunidade	Os salários dos analistas destinados	8 meses – estão sendo feito ajuste das fichas dos discentes
SCPO – Sistema de Captação do Planejamento Orçamentário Anual	Gerar transparência e agilidade no planejamento da proposta orçamentária anual	Prover soluções tecnológicas em TI, Prover acessibilidade às soluções de TI	Os salários dos analistas destinados	6 meses – atualmente estão sendo realizados ajustes para a nova proposta orçamentária
Sistema de Bens Imóveis - Gerenciar as obras e imóveis do IFCE	Facilitar o acompanhamento das obras civis do IFCE, garantindo mais facilidade no acompanhamento e evitando atrasos.	Prover soluções tecnológicas em TI	Os salários dos analistas destinados	12 meses (em andamento) – houve atraso em função de solicitação do setor demandante
Implantação do sistema de patrimônio e almoxarifado	Aumentar a qualidade do gerenciamento dos bens do IFCE. Dificuldade devido a necessidade de levantamento patrimonial	Prover soluções tecnológicas em TI	Os salários dos analistas destinados	8 meses – realização do processo de importação do dados legados
Implantação do SEI – Sistema Eletrônico de Informações	Evitar uso de papel nos processos administrativos, tornar mais rápidos os processos administrativos	Prover soluções tecnológicas em TI	Os salários dos analistas destinados e R\$ 1.200.000,00 na compra de equipamentos (Servidores, soluções de backup,	10 meses – finalizado na reitoria, faltando ajustes de infraestrutura local para funcionamento

			expansão de equipamentos de armazenamento)	pleno nos campi
Assentamentos Funcionais Digitais – Digitalização das fichas funcionais dos servidores	Facilitar o acesso aos documentos dos servidores da instituição	Prover soluções tecnológicas em TI, Prover acessibilidade às soluções de TI	Os salários dos analistas destinados e R\$ 50.000,00 na compra de equipamentos (Servidores, soluções de backup, expansão de equipamentos	9 meses – em processos de digitalização das pastas funcionais. Pendentes 12 Campi de 32.

Outros Projetos podem ser encontrados em

<http://docs.dgti.ifce.edu.br/doku.php?id=sistemas:gerenciamento>

h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

Atualmente contamos com a terceirização do sistema acadêmico e o sistema de bibliotecas. Em relação ao sistema acadêmico estamos analisando outras soluções, mais especificamente o “@edu” desenvolvido pelo IFRN e cedido gratuitamente aos outros institutos federais inclusive com o código-fonte, o que nos dá liberdade e tranquilidade nesse ponto. Em relação ao sistema de bibliotecas analisamos soluções gratuitas e livres como o gnuteca. Essa porém não foi aprovada pelas bibliotecárias, porém em um eventual problema com a empresa, poderia ser customizado e utilizado, porém teríamos um prazo para a implantação.

4.3.1. Principais sistemas de informações

Sistema	Descrição	Manutenção	Prazo	Orçamento	Avaliação de Riscos
SUAP (vários módulos)	É um ERP que gerencia todos os aspectos da instituição (protocolo, almofarifado, patrimônio, frota, recursos humanos, contratos, convênios, entre outros)	Própria	Concluído, porém em constante atualização.	Apenas o salário dos analistas.	Como é desenvolvido pela equipe interna os riscos se concentram na saída de membros da equipe. Os riscos são tratados com a parceria com outros institutos que utilizam o mesmo sistema.
Q-Acadêmico	Controle de notas, frequência e vida acadêmica dos alunos	Terceirizada	Concluído	R\$156.000,00/ano	Análise de outros sistemas para possível substituição.
Sophia	Controle de Acervo e empréstimo de livros	Terceirizada	Concluído	Aproximadamente	Análise de outros sistemas para possível substituição.

				R\$20.000,00/ano	
SisDoc	Controle de documentos institucionais	Própria	Concluído	Apenas o salário dos analistas.	Como é desenvolvido pela equipe interna os riscos se concentram na saída de membros da equipe. Os riscos são tratados através de documentação do sistema e constante repasse de conhecimento a outros membros da equipe.
SisProc	Controle de Processos administrativos	Própria	Concluído	Apenas o salário dos analistas.	Como é desenvolvido pela equipe interna os riscos se concentram na saída de membros da equipe. Os riscos são tratados através de documentação do sistema e constante repasse de conhecimento a outros membros da equipe.
SiRem	Controle de vagas para remoção interna	Própria	Concluído	Apenas o salário dos analistas.	Como é desenvolvido pela equipe interna os riscos se concentram na saída de membros da equipe. Os riscos são tratados através de documentação do sistema e constante repasse de conhecimento a outros membros da equipe.
SCPO	Gestão e captação da proposta orçamentária	Própria	Concluído, porém em constante atualização.	Apenas o salário dos analistas.	Como é desenvolvido pela equipe interna os riscos se concentram na saída de membros da equipe. Os riscos são tratados através de documentação do sistema e constante repasse de conhecimento a outros membros da equipe.
SisAE	Gerenciamento de auxílios aos estudantes	Própria	Concluído, porém em constante atualização.	Apenas o salário dos analistas.	Como é desenvolvido pela equipe interna os riscos se concentram na saída de membros da equipe. Os riscos são tratados através de documentação do sistema e constante repasse de conhecimento a outros membros da equipe.

SEI	Sistema Eletrônico de Informações	Própria	Concluído na Reitoria e em implantação prevista para os demais Campi a partir de abril de 2018.	Os salários dos analistas destinados e a compra de equipamentos os (Servidores, soluções de backup, expansão de equipamentos os de armazenamento)	Apesar de ser desenvolvido pelo TRF-4 a equipe interna cuida da manutenção e atualização, assim os riscos se concentram na saída de membros da equipe. Os riscos são tratados com a parceria com outros institutos que utilizam o mesmo sistema.

4.4. Gestão ambiental e sustentabilidade

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE vem realizando junto aos seus respectivos *campi*, ações sistêmicas que visam ao Desenvolvimento Nacional Sustentável. Nesta seara, importa citar as mais recentes intervenções da Gestão:

I - Realização de licitações para aquisição de materiais e bens possuidores de características sustentáveis.

A UPC quando da elaboração de seus editais e contratos, utiliza-se dos modelos disponibilizados pela Advocacia Geral da União – AGU. Nestes modelos, há a previsão de cumprimento, pelos licitantes e fornecedores, das obrigações de preservação ambiental e de boas práticas de sustentabilidade. No âmbito prático, o Instituto Federal do Ceará vem promovendo a aquisição de equipamentos de ar condicionados com tecnologia inverter (máquinas 40% mais eficientes que as tradicionais) e de tonners e cartuchos recarregáveis.

II - Comissões de resíduos sólidos.

Em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006, algumas Unidades Gestoras do IFCE desenvolvem projetos para separação e descarte dos resíduos sólidos.

III – Divulgação de experiências exitosas desenvolvidas nas unidades da rede IFCE

Anualmente, durante o Fórum de Administração e Planejamento, realizado pela Pró-reitoria de Administração e Planejamento (PROAP), os campi do IFCE são convidados a compartilhar suas experiências exitosas desenvolvidas por professores e técnicos administrativos, no âmbito de suas unidades. As ações englobam a área de gestão ambiental e de infraestrutura e tem como principal objetivo disseminar as boas práticas em toda rede.

IV - Inclusão no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFCE

Inclusão no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFCE, de metas cujo objetivo estabelece o atendimento de práticas de desenvolvimento sustentável nas políticas e programas institucionais.

No Plano de Desenvolvimento Institucional do IFCE será incluído o objetivo de adoção de práticas de desenvolvimento sustentável e que terá como base as seguintes estratégias:

- I. Realizar estudo de mercado sobre os fornecedores do objeto da licitação, antes da publicação do edital;
- II. Realizar *benchmarking* com outros Órgãos Públicos que já fazem editais com objetos similares ao objeto que se deseja adquirir;
- III. Realizar preferencialmente as aquisições sustentáveis na forma de licitações compartilhadas.
- IV. Elaboração do Plano de Logística Sustentável.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).

4.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

A UPC quando da elaboração de seus editais e contratos, utiliza-se dos modelos disponibilizados pela Advocacia Geral da União – AGU. Nestes modelos, há a previsão de cumprimento, pelos licitantes e fornecedores, das obrigações de preservação ambiental e de boas práticas de sustentabilidade. No âmbito prático, o Instituto Federal do Ceará vem promovendo a aquisição de equipamentos de ar condicionados com tecnologia inverter (máquinas 40% mais eficientes que as tradicionais) e de tonners e cartuchos recarregáveis.

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1. Canais de acesso do cidadão

O cidadão poderá ter acesso às informações pertinentes ao IFCE por meio do sítio eletrônico institucional (www.ifce.edu.br) que reúne as principais informações sobre a IFE, além de servir de caminho para acesso aos demais canais de comunicação com a sociedade.

Para solicitar informações institucionais do IFCE, em cumprimento ao disposto na Lei 12.527/2011, o cidadão dispõe de Serviços de Informação ao Cidadão (SICs) instalados nas recepções centrais dos campi e da Reitoria. Poderá utilizar, também, em meio eletrônico, o sistema que gerencia as demandas do Serviço de Informação ao Cidadão da Controladoria Geral da União (e-SIC/CGU) por meio dos endereços: www.lai.gov.br ou www.acessoainformacao.gov.br.

Para encaminhamento de manifestações (elogio, sugestão, solicitação, reclamação, ou denúncia) sobre o atendimento ou serviço prestado por setor ou agente do IFCE, o cidadão pode utilizar o Sistema de Ouvidorias Públicas do Poder Executivo Federal (e-OUV) disponível no endereço: www.ouvidorias.gov.br.

O cidadão poderá dispor, também, da intermediação da Ouvidoria, que está instalada na Reitoria, mediante agendamento, por meio do telefone (85) 3401.2333, ou pelo endereço eletrônico: ouvidoria@ifce.edu.br.

Na página da Ouvidoria no sítio eletrônico institucional (<http://ifce.edu.br/ouvidoria>) há links de acesso para cada um dos canais supramencionados.

Além disto, o cidadão dispõe dos seguintes canais de comunicação:

- I. Ferramenta “Fale Conosco” disponível na página principal do sítio eletrônico (www.ifce.edu.br);
- II. Carta de Serviços ao Cidadão disponível na página principal do sítio eletrônico do IFCE e no rol das informações da aba “Acesso à Informação” disponível no link: <http://ifce.edu.br/acesso-a-informacao/arquivos/carta-de-servicos-ao-cidadao-2017.pdf>.

Para assuntos relacionados à gestão de pessoas, o IFCE também dispõe de Carta de Serviços específica, disponível no link: <http://ifce.edu.br/progep/arquivos/carta-de-servicos-da-progep-ao-cidadao.pdf>

- III. Ainda sobre assuntos referentes à Gestão de Pessoas, há link na página principal do sítio eletrônico do IFCE para a “Central de Atendimento” (<http://ifce.edu.br/centraldeatendimento>) iniciativa da Progep para facilitar o atendimento aos servidores e candidatos concorrentes aos concursos públicos realizados pelo IFCE;
- IV. Perfis institucionais nas mídias sociais Twitter (https://twitter.com/IFCE_), Facebook (www.facebook.com/pages/Instituto-Federal-de-Educacao-Ciencia-e-Tecnologia-do-Ceara-IFCE/471223182903300) e Instagram (<https://instagram.com/ifceoficial/>) administrados pelo Departamento de Comunicação Social;
- V. Possibilidade de envio de sugestões, reclamações e denúncias ao programa de rádio "IFCE no Ar" pelos telefones (85) 3401.2517 (DCS), 3366.7474 (Universitária FM, às quintas-feiras, das 14h às 15h) e pelo e-mail ifcenoar@ifce.edu.br;
- VI. Possibilidade de envio de sugestões, reclamações e denúncias para os demais canais de comunicação do IFCE (informativos impressos, vídeos do "VC no IFCE" no canal do IFCE no Youtube, portal www.ifce.edu.br, Revista IFCE e listas eletrônicas de e-mail) pelo e-mail comunicacao.reitoria@ifce.edu.br ou pelos endereços constantes nas páginas dos produtos sob a responsabilidade do Diretoria de Comunicação Social do IFCE.

Dados estatísticos referentes às manifestações recebidas

A Ouvidoria não dispõe de sistema eletrônico para administração e controle de trâmite interno de manifestações recebidas pelos sistemas da CGU. Aguarda-se a integração dos referidos sistemas com o recém-implantado Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no IFCE na expectativa facilitar o controle e elaboração de estatísticas de atendimento de demandas.

Manifestações por tipo:

Sobre as demandas administradas pela Ouvidoria Geral do IFCE em 2017, destacam-se 905 manifestações, assim distribuídas, por tipo:

Quadro - Quantitativo de manifestações recebidas em 2017, por tipo

Tipo de Manifestação	Quantidade
Elogio	6
Sugestão	4
Solicitação	58
Reclamação	143
Denúncia	74
Informação	418
TOTAL	905

Fonte: Gerenciador de e-mails do IFCE e Sistemas e-SIC e e-OUV da CGU - 2017

Manifestações por tipo e canal de acesso

Apesar do direcionamento sugerido na página da Ouvidoria no sítio eletrônico institucional, orientando que as solicitações de informação sejam encaminhadas para o sistema e-SIC e as manifestações para o sistema e-OUV, o IFCE ainda recebeu, em 2017, 202 manifestações pelos e-mails ouvidoria@ifce.edu.br e pelo endereço eletrônico da ouvidora. No quadro seguinte apresenta-se a quantidade de manifestações por canais de acesso:

Quadro - Quantitativo de manifestações recebidas em 2017, por tipo e canal de acesso

TIPO DE MANIFESTAÇÃO	CANAL DE ACESSO			
	E-OUV	E-SIC	E-MAIL	SUB-TOTAL
Elogio	6	-	-	6
Sugestão	4	-	-	4
Solicitação	58	-	77	135
Reclamação	143	-	44	187
Denúncia	74	-	5	79
Informação	-	418	76	494
Sub-total	285	418	202	
TOTAL	905			

Fonte: Gerenciador de e-mails do IFCE e Sistemas e-SIC e e-OUV da CGU - 2017

Em consequência da adesão ao Sistema de Ouvidorias Públicas do Poder Executivo Federal, a Ouvidoria do IFCE trata as manifestações recebidas em conformidade com a orientação dada pela Instrução Normativa nº 01/2014/OGU CGU, de 05/11/2014, que regula o funcionamento das ouvidorias públicas, classifica as manifestações e orienta sobre o tratamento a ser adotado.

Assim, as solicitações de informação e de outra natureza, foram atendidas, na medida das possibilidades institucionais e legais; as reclamações e denúncias foram encaminhadas para apuração. Ressalte-se que todas as denúncias, inclusive as anônimas, foram encaminhadas para apuração, em consonância com a Instrução Normativa Conjunta Nº 01 CRG/OGU, 24/06/2014, exarada pela Corregedoria Geral da União e Ouvidoria Geral da União.

Procedimentos adotados decorrentes das manifestações

A Ouvidoria mantém contato frequente com as Unidades Estratégicas demandadas, sugerindo ações de transparência ativa a fim de disponibilizar as informações solicitadas pelos canais de acesso.

No que se refere às reclamações recebidas, todas são encaminhadas e acompanhadas, para que se dê tratamento e solução de mérito, possível, a cada caso.

Em razão do número de demandas recebidas, em 2017 não houve possibilidade de exarar Recomendações, documento de que se serve a Ouvidoria para dar os encaminhamentos das alterações de procedimentos; todavia, as Unidades Estratégicas acionadas costumam agilizar a prestação de informação solicitadas, como, também, divulgar as informações solicitadas no sítio institucional, em atitude de transparência ativa.

Com base nas informações do quadro que se segue, a Ouvidoria emitirá Recomendações com vistas a atacar os assuntos mais recorrentes nas manifestações recebidas em 2017, endereçando-as às Unidades Estratégicas responsáveis.

Quadro - Quantitativo mais expressivo de assuntos presentes nas manifestações, recebidas em 2017

ASSUNTO	QUANTIDADE
Cargos (Vagos/ocupados)	214
Comportamento Docente (Atitude/Frequência)	62
Seleção (Cursos técnicos/ Diplomados/ Transferidos/ Mestrado etc.)	40
Concurso Docente	33
Aproveitamento	30
Concurso TAE	30
Comportamento servidor (Atitude/Frequência)	29
Pagamento (Avaliador RSC/ Fiscais/ Fornecedor / Alunos etc.)	21
Redistribuição	19
Informação sobre servidores (Quantidade/ Formação/ ingresso/ nível/ RSC/FG/ Aposentadoria etc.)	17
Informações sobre cursos	17
Processo (Cópia/ andamento)	16
Quadro de referência dos servidores	12
Infraestrutura	11
Remoção	9
Diploma	9
Assistência estudantil	7
Outros Assuntos (Soma de assuntos com menor recorrência)	329

Fonte: Gerenciador de *e-mails* do IFCE e Sistemas e-SIC e e-OUV da CGU – 2017

A Ouvidoria do IFCE foi instituída em 2013 e nos dois anos iniciais as atividades principais voltaram-se para a instalação do setor; neste período observa-se o registro de poucas manifestações, na maioria solicitações de informações, recebidas pelo Sistema e-SIC/CGU. Em 2015, com a adesão do IFCE ao Sistema de Ouvidorias Públicas do Poder Executivo, o número de manifestações de natureza diversa à solicitação de informações, aumentou. Nos anos seguintes, 2016 e 2017 a ouvidoria já se consolida como canal de atendimento, triplicando o número de acessos, o que pode ser observado na séria histórica que se segue:

Quadro - Manifestações recebidas pelo IFCE de 2013 a 2017

MANIFESTAÇÃO	2013-2014	2015	2016	2017
Elogio	-	1	4	6
Sugestão	-	1	10	4
Solicitação	-	32	62	135
Reclamação	10	44	321	187
Denúncia	6	26	47	79

Informação	254	198	534	494
TOTAL	270	302	978	905

Fonte: Gerenciadores de *e-mails* do IFCE, Sistemas e-SIC e e-OUV da CGU – 2013 a 2017

5.2. Carta de Serviços ao Cidadão

Nova versão da Carta de Serviços ao Cidadão, atualizada pela Diretoria de Comunicação Social, está disponível no sítio eletrônico institucional, e pode ser acessada pelo link:

<http://ifce.edu.br/acesso-a-informacao/arquivos/carta-de-servicos-ao-cidadao-2017.pdf>

Para assuntos relacionados à gestão de pessoas, o IFCE também dispõe de Carta de Serviços específica, disponível no link:

<http://ifce.edu.br/progep/arquivos/carta-de-servicos-da-progep-ao-cidadao.pdf/view>.

5.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Cumprindo as determinações legais do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), que determina às instituições de ensino superior do Brasil, a constituição formal e legítima da Comissão Própria de Avaliação (CPA), como parte da estrutura organizacional, o IFCE realiza por meio dessa comissão, a sua Avaliação Institucional anual a fim de aferir o nível de satisfação da comunidade acadêmica em suas ações e seus respectivos serviços.

Representando o mecanismo principal de pesquisa de satisfação, a Avaliação Institucional anual é operacionalizada através de questionários disponibilizados de forma online para os três segmentos da comunidade, quais sejam alunos, professores e técnico-administrativos. Atualmente o IFCE realiza dois tipos de avaliações: a global, que adota os cinco eixos que articulam as dez dimensões formuladas pelo SINAES; e a de curso, que adota as três dimensões formuladas também pelo SINAES.

Para a avaliação global, é aplicado um questionário com 56 questões formuladas sobre os respectivos eixos: Eixo 01 - Planejamento e Avaliação Institucional; Eixo 02 - Desenvolvimento Institucional; Eixo 03 - Políticas Acadêmicas; Eixo 04 - Políticas de Gestão; Eixo 05 - Infraestrutura.

Para a avaliação de curso, é aplicado um questionário de 22 questões, onde 21 são objetivas e uma questão é aberta. Esse instrumento tem o propósito de avaliar os serviços das atividades fins da instituição, que são: ensino, pesquisa e extensão. Por meio dele, podemos aferir o grau de satisfação da comunidade interna em relação aos cursos e os desdobramentos da execução dos serviços educacionais oferecidos pelo IFCE. Aspectos como infraestrutura, corpo docente, laboratórios, acervo bibliográfico, metodologias pedagógicas, articulação entre ensino, pesquisa e extensão, articulação entre teoria e prática, iniciação científica, entre outros, são o alvos dessa avaliação.

Os resultados obtidos através de uma série histórica têm apontado para a satisfação da comunidade acadêmica quanto a esses serviços embora sejam identificados alguns aspectos, que são identificados com a necessidade de melhorias e correções.

5.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Estão disponíveis no sítio eletrônico institucional as informações referentes à sua atuação, abrangendo, entre outros, os seguintes assuntos:

- Sobre o IFCE (Apresentação, Competências, Missão-Visão-Valores, Estrutura Organizacional e Histórico)

<http://ifce.edu.br/acesso-a-informacao/Institucional>

- Sobre o acesso aos serviços prestados pelo IFCE (Ingresso aos cursos, Cursos por tipo e campus, Editais de seleção)

<http://ifce.edu.br/acesso-a-informacao/formas-de-ingresso>

<http://ifce.edu.br/menu-de-relevancia/nossos-cursos1>

<http://www.ifce.edu.br/acesso-rapido/concursos-publicos/>

- Sobre as principais Unidades Estratégicas IFCE:
Reitoria
<http://ifce.edu.br/instituto/gabinete-do-reitor>
Pró-reitorias:
<http://ifce.edu.br/instituto/pro-reitorias>
Diretorias Sistêmicas
<http://ifce.edu.br/instituto/diretorias-sistemicas>
Conselho e Órgãos Colegiados
<http://ifce.edu.br/instituto/conselhos-e-orgaos-colegiados>
Unidade de Auditoria Interna:
<http://ifce.edu.br/instituto/unidade-de-auditoria-interna>
Avaliação Institucional
<http://ifce.edu.br/instituto/conselhos-e-orgaos-colegiados/cpa>
Principais Normativos e Documentos Institucionais
<http://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais>

Além disto, na página principal do *site* do IFCE na aba “Acesso à Informação”(<http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao>) pode-se encontrar o rol das informações determinadas pela Lei de Acesso à Informação.

Neste link, no item “Auditorias”, há acesso aos Relatórios de Auditoria e de Gestão.

- <http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas>
- <http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/auditorias>
- <http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/convenios>
- <http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/despesas>
- <http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos>
- <http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/servidores>
- <http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes-1>
- <http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/sobre-a-lei-de-aceso-a-informacao>
- <http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic>
- <http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/informacoes-classificadas>
- <http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/arquivos/carta-de-servicos-ao-cidadao-2017.pdf>
- <http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/processos-de-contas-anuais>

5.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O Instituto Federal do Ceará, através da Coordenadoria de Projetos Especiais, vem realizando ações de assessoramento aos campi sobre as temáticas da acessibilidade e diversidade em nossa instituição. Pensar em acessibilidade e diversidade significa mudanças de atitudes e criação de estratégias que viabilizem a inserção de pessoas com deficiência, negros, indígenas, quilombolas, dentre outros públicos em situação histórica de negação de direitos.

Referente a temática da acessibilidade existe na instituição a preocupação com a garantia da autonomia das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida além de um esforço na realização de trabalhos que promovam a quebra de barreiras atitudinais, arquitetônicas e comunicacionais dentro de nossa instituição.

As ações iniciais em acessibilidade do IFCE, datadas em Abril/2005, oficializadas através da portaria nº 44/2005, de 20 de abril de 2005, da então Escola Agrotécnica Federal de Iguatu-CE, atual unidade componente do IFCE. O Núcleo desde sua origem tinha como proposta realizar ações de pesquisa necessárias nessa área e o atendimento às pessoas com deficiência dentro da instituição.

Nesse contexto, em 2013, foi institucionalizada uma Comissão Técnica para as Políticas de Acessibilidade no IFCE, como forma de melhor integrar e gerenciar ações na linha de Acessibilidade e Inclusão, consolidando-as e impulsionando a instituição a ser um Centro de Referência e Inovação

em Tecnologias Assistivas, sendo este considerado o 1º Encontro sobre acessibilidade no IFCE, realizado no campus Fortaleza.

No ano de 2014 foi realizado no campus de Acaraú o II Encontro dos Napnes com o objetivo de conscientizar os participantes sobre os principais tipos de deficiência, além de capacitá-los e orientá-los sobre o trabalho com os alunos com necessidades educacionais específicas.

Em 2015 foi aprovada a resolução 050.2015 que aprovou o Regulamento dos NAPNEs no IFCE e a portaria 509/ GR que instituiu a Comissão Técnica de Acessibilidade do IFCE para realizar diagnóstico sobre a acessibilidade dos campi e número de discentes com deficiência.

Os NAPNEs – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas objetivam criar uma cultura da “educação para convivência”, aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, tecnológicas, educacionais e atitudinais.

Dando seguimentos, as ações de qualificação dos trabalhos voltados para a acessibilidade no IFCE em 2016 foi realizado o III Encontro dos Napnes no campus de Canindé tendo como temática: Diversidade de saberes sobre Acessibilidade e os desafios para a inclusão. As palestras e as mesas redondas versaram sobre: a escola bilíngue para surdos; normatizações locais e nacionais sobre acessibilidade; estratégias metodológicas de ensino e avaliação da aprendizagem das pessoas com deficiência no ensino superior; altas habilidades e superdotação e as estratégias de inclusão; qualificação profissional e inclusão social; e relatos de experiência sobre as ações desenvolvidas pelos Napnes no IFCE. Ainda tivemos minicursos, apresentações culturais, vivências em salas temáticas e sensoriais e práticas de esportes adaptados.

Em 2017, o IV Encontro dos Napnes foi realizado no campus de Juazeiro do Norte com o tema Educação Inclusiva, Direitos, Saberes e Vivências elucidou-se a evolução em nossas apreensões sobre acessibilidade e os desafios para a consolidação do trabalho que vem sendo aprimorado ano a ano. As mesas redondas e as oficinas versaram sobre Direitos, Métodos de Avaliação para PCDs, Audiodescrição, Transtornos Psicológicos na aprendizagem, Adaptação Curricular, Lei de Cotas e Diretrizes para atuação dos Napnes, ademais de reflexão sobre instrumentais de trabalho nos Napnes e o regimento dos Núcleos.

Destaco que os relatórios de cada encontro estão disponíveis na página do IFCE no endereço <http://ifce.edu.br/proext/acessibilidade>, sendo, assim, documento público e de fácil acesso a quem interessar.

Para além destes encontros, a Coordenadoria de Projetos Especiais vem realizando um trabalho de assessoria aos *campi* em relação à implantação de Núcleos de modo que estes desenvolvam ações para a promoção do acesso, êxito e permanência de discentes com deficiência nos *campi*.

Hoje, a instituição possui 21 NAPNEs em funcionamento distribuídos em seus 32 Campi, além de um Centro de Equoterapia (Iguatu), um Centro de Formação de Instrutores e Treinadores de Cães-Guia (Limoeiro do Norte - Em implantação), um Núcleo de Tecnologia Assistiva e um grupo de pesquisa em Acessibilidade Virtual (Fortaleza), além de outras ações com visibilidade e impactos no âmbito institucional, local e nacional. Atualmente, tem-se 09 profissionais Tradutores e Intérpretes de Libras que garantem a acessibilidade comunicacionais de pessoas surdas em nossos campus.

Vale destacar, sob dados do Q'acadêmico, que no semestre 2017.1 tivemos matriculados nos *campi* do IFCE 339 discentes que se autodeclararam com deficiência. Porém, é válido destacar que tal número precisa ser investigado para validação das informações considerando que algumas informações não observam as conceituações do que seria deficiência (principalmente deficiência visual). Assim, a Coordenadoria de Projetos Especial e a Comissão Técnica de Acessibilidade iniciaram em 2017 um trabalho de diagnóstico em cada campus para validação destas informações em relação ao número de discentes com deficiência, além de realizar um diagnóstico de acessibilidade nos *campi*.

Referente a temática da diversidade, desde o ano de 2015 que os campi do IFCE, sob orientação e assessoria da PROEXT, vem realizando ações de estudos e levantamento de dados populacionais para mapeamento de atividades e grupos ligados a povos afrobrasileiros e indígenas no Estado do Ceará através dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs)

Neste mesmo ano, com o objetivo de fomentar a criação dos Neabis nos *campi* do IFCE e assim possibilitar aos pretos, pardos, indígenas e quilombolas condições de acesso e permanência na instituição, bem como iniciar a aproximação com as comunidades desse público, foi realizado pela Pró-reitoria de Extensão, em parceria com os *campi* de Baturité e Caucaia e a Diretoria de Assuntos Estudantis do IFCE, o I Encontro para Estudos Afro-brasileiros e Indígenas no IFCE-Campus Baturité em Junho/2015. As mesas redondas apresentaram discussões sobre os seguintes assuntos: identidade e diferenças étnicas, culturais, territoriais e suas estratégias de abordagem social; resistências, desafios e perspectivas no cenário indígena e quilombola no Ceará. O evento ainda promoveu apresentações culturais, troca de experiências entre os *campi*, trilha histórica na comunidade indígena Kanindé Aratuba e visita às comunidades quilombolas da Serra do Evaristo - Maciço de Baturité.

Dando seguimento, em novembro de 2016, o II Encontro foi realizado no IFCE - campus Caucaia objetivando fortalecer as ações dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) nos *campi* do IFCE e elaborar o Regimento para sua implementação institucional. As mesas redondas apresentaram discussões sobre cultura e educação indígena e quilombola e pertencimento étnico. Foram realizadas quatro oficinas com as seguintes temáticas: árvore dos afrosaberes, pintura corporal indígena, culinária e sustentabilidade, pano de pente e oficina de turbantes. Neste encontro, tivemos também vivência na comunidade indígena, momentos culturais, lançamento de livro e discussão de encaminhamentos do regimento dos Neabis.

Durante o ano de 2017, a coordenadoria trabalhou em cima dos encaminhamentos gerados em relação ao regimento, sendo este aprovado pelo Conselho Superior (CONSUP) do IFCE em 31 de julho de 2017. No referido ano, no mês de novembro, foi realizado o III Encontro no IFCE - campus Jaguaribe, apresentando mesa redonda sobre as Relações étnico-raciais e ações afirmativas: avanços e desafios para a educação. Tivemos Grupos de Discussão (GDs) com os temas: Cultura Juvenil Negra; Produção do conhecimento sobre relações étnico raciais; Gênero e Raça; Religiões de matrizes africanas; Práticas pedagógicas para atuação educacional com os povos indígenas. Além de, oficinas de Autoestima e Valorização da beleza negra; A arte de contar lendas e histórias Afro-brasileiras e Indígenas; Bonecas Abayomi; África e africanidades: sentidos e produção das máscaras africanas; Danças Africanas. Paralelo aos Grupos de Discussões houve um momento de diálogo entre coordenadores e gestores sobre o regimento e aprovação de instrumentais. As novas discussões e deliberações do regimento deverão passar pelo CONSUP agora em 2018, com vistas ao aprimoramento das ações, pautada em discussões coletivas com o público envolvido.

Destaco que os relatórios de cada encontro estão disponíveis na página do IFCE no endereço <http://ifce.edu.br/proext/acessibilidade>, sendo, assim, documento público e de fácil acesso a quem interessar.

Para além destes encontros, a Coordenadoria de Projetos Especiais vem realizando um trabalho de assessoria aos *campi* em relação à implantação de Núcleos de modo que estes desenvolvam ações para a promoção do acesso, êxito e permanência de discentes nos *campi*, assim como promoção de ações afirmativas sobre africanidade, Cultura Negra e História do Negro no Brasil, pautado na Lei nº 10.639/2003 e nas questões indígenas, Lei nº 11.645/2008, e diretrizes curriculares que normatizam a inclusão das temáticas nas áreas do ensino, pesquisa e extensão.

Vale destacar, sob dados do Q'acadêmico, que no semestre 2017.1 tivemos matriculados nos *campi* do IFCE 13.214 discentes que se autodeclararam como pretos, pardos e indígenas.

Atualmente, o IFCE possui 09 Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs), com portaria aprovada, estando estes nos *campi* de Acaraú, Baturité, Boa Viagem, Fortaleza, Itapipoca, Jaguaribe, Maracanaú, Quixadá e Umirim. Na fase de implantação tem-se mais 06 *campi*, sendo estes Camocim, Cedro, Crateús, Juazeiro, Sobral e Tabuleiro do Norte.

Vale destacar que anualmente o PROEXT promove o lançamento do Edital PAPEX, que contempla as linhas de Educação e Direitos Humanos sendo possível os profissionais dos *campi*, que trabalham com a temática da acessibilidade e diversidade, enviar projetos que ao ser aprovado é contemplado com um recurso de 7.000,00 (sete mil reais) para pagamento de bolsistas.

Em relação as políticas afirmativas de direitos, atualmente o IFCE trabalha de acordo com a Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que estabelece que em cada instituição federal de ensino

superior ou ensino técnico de nível médio as vagas serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1. Desempenho financeiro no exercício

Foi evidenciado uma melhora de repasses de recursos financeiros durante o exercício 2017, em relação ao ano de 2016, para liquidações do orçamento próprio do IFCE.

Os repasses da conta de limite de saque com vinculação de pagamento, conta 111122001, nas fontes 0112000000 e 0100000000, vinculação 400, por parte da Secretaria de Planejamento e Orçamento, aconteceram, em sua maioria, duas vezes por mês, abrangendo a média de 75% (setenta e cinco por cento) das liquidações da rede IFCE. Em alguns momentos, foram repassados 100% (cem por cento) da fonte 0100000000 – assistência estudantil.

Em 2017, as dificuldades maiores, continuaram sendo nos repasses relacionados as fontes da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) - fonte 0112915082 – oriundos dos Termos de Descentralização de Créditos (TEDs) cadastrados no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação. Também ficou evidente problemas nos repasses de Emendas Parlamentares - vinculação 405.

Os repasses de Emendas Parlamentares ocorreram em maio, julho, novembro e dezembro de 2017, mas em nenhum momento foi atendido na totalidade das liquidações. Em dezembro foi enviado apenas de uma Emenda do Deputado Ariosto Holanda, deixando pendências em outras Emendas, citando como exemplo as do Deputado Danilo Forte, no valor de R\$ 52.800,00 para o Campus Caucaia e no valor de R\$ 8.754,75 para o Campus Umirim.

As transferências descentralizadas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES são sempre muito constantes em relação aos repasses financeiros. O mesmo acontece com os repasses do FNDE – Merenda Escolar – fonte 0118033907 – vinculação 499, sempre houve um fiel cumprimento aos pagamentos das notas fiscais na data de seu vencimento.

6.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

a) se está ou não aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;

Essa UPC está aplicando parcialmente os dispositivos contidos na NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

b) justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima;

A apropriação de valor dos ativos é complexa, necessitando de tempo, recursos humanos e tecnológicos. Com a implantação da macrofunção SIAFI 020330 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações, nosso sistema de controle patrimonial tornou-se defasado, criando um grande desafio para a gestão: desenvolver um novo sistema que atendesse às novas exigências. A falta de programas patrimoniais, disponíveis no mercado para nossa referência, a escassez de força de trabalho para capacitar tanto em TI, como na área de patrimônio e a alta rotatividade de servidores nos campi, complicou as atividades. Além disso, a nossa UPC passou por um processo de expansão. Entre 2013 e 2016 foram criados 20 novos campi, alocando a força do nosso corpo funcional na abertura dessas novas UPC.

A Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação da Reitoria implantou o módulo de gestão patrimonial, no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), inclusive com as funcionalidade de Depreciação dos bens registrados. Todavia, a plataforma ainda passa por ajustes em outras funcionalidades. Foram criadas comissões de inventário e reavaliação/redução dos bens móveis e imóveis, a fim de que o Setor de Contabilidade em conjunto com o Setor de Patrimônio, tenham uma fiel referência para que os ajustes e registros necessários evidenciem exatamente o real patrimônio da instituição. Passando essas etapas, será aplicada a depreciação e amortização dos ativos adquiridos, seguindo as orientações contidas no Manual SIAFI, sob o código 020330.

No exercício de 2018, estimamos que os inventários de todos os campi sejam concluídos e que até o final do exercício possamos contabilizar as depreciações e amortizações.

c) metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo;

Será utilizada a metodologia que está definida no Manual SIAFI, assunto 020330 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações.

d) metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão;

Será utilizada a metodologia que está definida no Manual SIAFI, assunto 020330 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações.

e) taxas utilizadas para os cálculos;

Serão utilizadas as taxas a seguir:

CÓD. CONTA	DESCRIÇÃO DA CONTA	Vida Útil (anos)	Valor Residual
12311.01.01	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	15	10%
12311.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	10	20%
12311.01.03	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	15	20%
12311.01.04	APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	10	10%
12311.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	10	10%
12311.01.06	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	20	10%
12311.01.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	10	10%
12311.01.08	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	15	10%
12311.01.09	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	10	10%
12311.01.10	EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	5	10%
12311.01.11	EQUIPAMENTO E MATERIAIS SIGILOSO E RESERVADOS	10	10%
12311.01.12	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	5	10%
12311.01.13	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS	15	10%
12311.01.14	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS AERONAUTICOS	30	10%
12311.01.15	EQUIPAM PECAS E ACESSORIOS PROTECAO AO VOO	30	10%
12311.01.16	EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	15	10%
12311.01.17	EQUIPAM DE MAQUINAS E MOTORES NAVIOS ESQUADRA		
12311.01.18	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	20	10%
12311.01.19	EQUIPAMENT DE PROTECAO E VIGILANCIA AMBIENTAL	10	10%

12311.01.20	MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	10	10%
12311.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	10	10%
12311.01.23	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS CONSTRUCAO CIVIL	20	10%
12311.01.24	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS	10	10%
12311.01.25	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%
12311.01.99	OUTRAS MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	10	10%
12311.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	10%
12311.03.01	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	10	10%
12311.03.02	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	10	10%
12311.03.03	MOBILIARIO EM GERAL	10	10%
12311.03.04	UTENSILIOS EM GERAL	10	10%
12311.04.02	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	10	0%
12311.04.03	DISCOTECAS E FILMOTECAS	5	10%
12311.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	20	10%
12311.04.05	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	10	10%
12311.04.06	OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO		
12311.04.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA FINS DIDATICOS	10	10%
12311.04.99	OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCAC E DE COMUN	10	10%
12311.05.01	VEICULOS EM GERAL	15	10%
12311.05.02	VEICULOS FERROVIARIOS	30	10%
12311.05.03	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	15	10%
12311.05.04	CARROS DE COMBATE	30	10%
12311.05.05	AERONAVES		
12311.05.06	EMBARCACOES		
12311.09.00	ARMAMENTOS	20	15%
12311.10.00	SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	10	10%
12311.99.04	ARMAZENS ESTRUTURAIS- COBERTURAS DE LONA	10	10%
12311.99.09	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	10	10%

f) metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido;

Os critérios e procedimentos aplicados estão definidos a seguir:

- Disponibilidades - São mensuradas ou avaliadas pelo valor original.
- Créditos em Circulação - Os direitos referentes a Créditos em Circulação são mensurados ou avaliados pelo valor original.
- Bens e Valores em Circulação - São mensurados ou avaliados pelo valor original.

- Estoques - Os bens em almoxarifado estão avaliados na entrada pelo valor das aquisições ou da produção ou da construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques foi o método PEPS (Primeiro que Entra é o Primeiro que Sai), considerando o custo histórico dos materiais. A partir de outubro de 2016 passamos a utilizar o método Custo Médio Ponderado.
- Depósitos e Créditos Realizáveis a Longo Prazo - São mensurados ou avaliados pelo valor original.
- Imobilizado - O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção.
- Quando se tratar de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito é considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado são incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros é reconhecido como despesa do período em que seja incorrido.
- Intangível - Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo intangível são incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços.
- Qualquer outro gasto é reconhecido como despesa do período em que seja incorrido.
- Depósitos e Obrigações em Circulação - Os Depósitos e Obrigações em Circulação são mensurados ou avaliados pelo valor original. Não é realizada a Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável.

g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício.

Visto que houve apenas o registro parcial da depreciação e amortização do Ativo, ocasionou-se a apuração de um resultado superestimado no exercício em 2017.

6.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Nossa UPC não dispõe de sistema próprio de apuração de custos no âmbito da unidade. Nossas consultas relacionadas à geração de informação de custos são realizadas através de relatórios criados pelo Tesouro Gerencial.

Sendo assim, este órgão não se enquadra nas orientações constante na Portaria STN 157, de 09 de março de 2011 e Portaria STN 716, de 24 de outubro de 2011.

Alem disso, segundo consulta realizada no site:
http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Sistema_Informacao_custos/como_acessar.asp,

“o acesso ao SIC está restrito a servidores integrantes dos Comitês de Análise e Avaliação das Informações de Custos nos órgãos superiores da administração pública federal, ou indicados por unidades de gestão interna reconhecidas como órgãos setoriais do Sistema de Custos do Governo Federal. Portanto, não engloba a nossa UPC.”

6.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Percebemos que não há necessidade de publicação na internet das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP do nosso Órgão por entendermos que são demonstrativos de

conteúdo meramente técnico e de difícil entendimento por parte das pessoas que não tem o conhecimento da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Acreditamos ser mais eficiente e didático, que nos casos de consulta pública da execução orçamentaria, financeira e patrimonial, deve-se utilizar o Portal da Transparência ou a utilização da Lei de Acesso a Informação – LAI para que seja dada uma resposta customizada ao agente demandante da informação.

Outrossim, segue-as em anexo, em conformidade com a Lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as nossas DCASP obrigatórias referente ao exercício de 2017. As eventuais ressalvas constarão na Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis do SIAFI, item 15.5 deste Relatório de Gestão.

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Os acórdãos do TCU são recebidos pelo Magnífico Reitor, o qual, a depender da natureza das determinações contidas na decisão, determina pessoalmente as providências que reputa convenientes e encaminha aos setores envolvidos para a execução da decisão.

No ano de 2017, dos 84 (oitenta e quatro) acórdãos proferidos pelo TCU, 02 (dois) deles registraram recomendações (em fase de atendimento), a saber:

1) ACÓRDÃO Nº 8357/2017 - TCU – 1ª Câmara determinando que o IFCE, relativamente às interessadas Antonia Noemi da Silva Pinto (360.872.463-04); Elisabete Pinheiro da Silva (315.123.053-91);

1.1 cessasse os pagamentos decorrentes dos atos impugnados e comunicasse ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 261 e 262, **caput**, do Regimento Interno do TCU, 8º, **caput**, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, **caput**, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

1.2. emitisse novos atos, livres da irregularidades, submetendo-os ao TCU pelo Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

1.3. informasse às interessadas o teor da presente deliberação, esclarecendo-lhes que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência do acórdão pelo órgão de origem;

1.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, enviasse ao TCU documento comprobatório de que as interessadas cujos atos foram impugnados estão cientes da presente deliberação;

2) ACÓRDÃO Nº 11128/2017 - TCU – 1ª Câmara dando ciência ao IFCE sobre a importância de estipular nos futuros editais de pregões, a fim de garantir maior clareza em suas regras, cláusulas restritivas à apresentação de propostas sem detalhamento do objeto ou que utilizem, em sua descrição, expressões como “conforme as especificações do edital” ou outras semelhantes, que não permitam identificar as características do produto cotado, bem como inclua cláusulas restritivas à inclusão das informações de Marca, Fabricante e Modelo/Versão em campo inadequado, prevendo expressamente que propostas nessas condições serão recusadas pelo pregoeiro.

O primeiro foi encaminhado para a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) para execução das determinações do Tribunal e o segundo foi encaminhado à Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PROAP) para que cada uma das pró-reitorias executassem os encaminhamentos de suas respectivas esferas de competência.

Os quadros a seguir contêm informações sobre as determinações e recomendações feitas em processo de contas ainda não atendidas com as respectivas justificativas.

Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 027.089/2016-9	3712/2017 2ª Câmara	1.7.1		
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ./ Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PROAP)				
Descrição da determinação/recomendação				
Adotar as providências indicadas nos incisos I, II e III do art. 15 da Instrução Normativa/TCU n. 71/2012				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O processo foi enviado à AGU, Procuradoria Federal junto ao IFCE para inscrição na dívida ativa da União em 24/07/2017. Em 20/12/2017, a AGU, Procuradoria Federal junto ao IFCE, encaminha o processo à PROAP/DIRAD solicitando a atualização dos créditos para continuação do feito. Considerando a proximidade do fim do exercício de 2017, a Diretoria de Administração/PROAP adotou providências de atualização da dívida no início do exercício de 2018, assim como aguarda a inscrição na dívida ativa da união para, somente após, executar as providências indicadas nos incisos I, II e III do art. 15 da Instrução Normativa/TCU n. 71/2012.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-022.456/2017-1	8357/2017	1.7		
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ./ Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
1.1. Interessados: Antonia Noemi da Silva Pinto; Elisabete Pinheiro da Silva. 1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. 1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues. 1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé. 1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) . 1.6. Representação legal: não há. 1.7. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará que: 1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos dos arts. 261 e 262, caput , do Regimento Interno do TCU, 8º, caput , da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput , da Instrução Normativa - TCU 55/2007; 1.7.2. emita novos atos, livres da irregularidade apontada, submetendo-os ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de 30 (trinta) dias,				

nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007;

1.7.3. informe às interessadas o teor da presente deliberação, esclarecendo-lhes que, no caso de não provimento de recurso eventualmente interposto, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência do acórdão pelo órgão de origem;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, envie a este Tribunal documento comprobatório de que as interessadas cujos atos foram impugnados estão cientes da presente deliberação;

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Ofício enviado por e-mail e SEDEX para cientificar as pensionistas. Aguarda-se parecer de força executória para cadastramento dos processos no Sistema SIGAC e prosseguimento do feito.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 018.946/2009-2	5954/2012-1ª Câmara	9.8.13	Ofício nº2116/2012-TCU/SECEX-CE de 20/11/2012	

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ./ Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Descrição da determinação/recomendação

Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará IFCE que, observando os princípios do contraditório e da ampla defesa quando cabíveis adote medidas com vistas à avaliar a correção do valor restituído pela servidora [...] (matrícula 426375) referente ao recebimento a maior de substituição de função no período de janeiro a dezembro/03, efetuando, nos termos do art.46 da Lei 8.112/1990, os ajustes eventualmente necessários.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

O IFCE promove análise da situação com o setor competente e encaminhou ao setor de pagamento para verificação dos cálculos.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida
TC 018.946/2009-2	5954/2012-1ª Câmara	9.8.15	Ofício nº 2116/2012-TCU/SECEX-CE de 20/11/2012

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ./ Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Descrição da determinação/recomendação

Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará IFCE que, observando os princípios do contraditório e da ampla defesa quando cabíveis, adote medidas com vistas à regularização e integral reposição ao erário dos valores indevidamente recebidos pelos professores referenciados no item 9.4.16 do acórdão 46/2008-TCU-2ª Câmara, relativos à diferença entre a remuneração do cargo de professor em regime de dedicação exclusiva e a do mesmo cargo em regime de tempo integral.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas	
Servidor	Situação
Antônio Themoteo Varela	Foi implantada devolução ao erário no mês de dezembro de 2008, suspensão em fevereiro de 2009 por força de liminar concedida pela Justiça Federal do Ceará. Suspensão mantida em sede de Acórdão proferido pelo TRF 5ª Região, Ação nº 2009.81.00.000046-1/01.
Anáxagoras Maia Girão	Ratificamos o encerramento da devolução ao erário ocorrida em abril de 2009 (vide anexo) Obs: planilha com valores a ser descontados foi refeita, sendo feito o cálculo pela diferença 40 h x DE, resultado em valor final a menor.
João Batista Bezerra Frota	Ratificamos o encerramento da devolução ao erário ocorrida em abril de 2009 (vide anexo) Obs: planilha com valores a ser descontados foi refeita, sendo feito o cálculo pela diferença 40 h x DE, resultado em valor final a menor.
Joacillo Luz Dantas	Ratificamos o encerramento da devolução ao erário ocorrida em dezembro de 2008 (vide anexo)
Evaldo Correia Mota	Retorno da devolução ao erário em julho de 2010, concluído em outubro de 2010, tendo por base Acórdão TRF 5ª Região (vide anexo) Ação nº 2009.81.00.000055-2.
Gilmar Lopes Ribeiro	Ratificamos o encerramento da devolução ao erário ocorrida em abril de 2009 (vide anexo)
José Luciano Pimentel	Devolução iniciada em agosto de 2008, concluída em dezembro de 2009, valores incidentes sobre a pensão da Sra. Aldemize Oliveira Pimental.
Edson da Silva	Ratificamos o encerramento da devolução ao erário ocorrida em agosto de 2009 (vide anexo)
Almeida Iza de Fátima	Ratificamos o encerramento da devolução ao erário ocorrida em maio de 2008 (vide anexo)
Albuquerque	Devolução ao erário iniciada em outubro de 2008 e concluída em junho de 2009; o servidor impetrou MS nº 2008.81.00.015464-2, entretanto, até a data final da devolução, e mesmo desta, não fomos notificados de qualquer
Francisco Edmar V. Pereira	

	liminar, sentença que venha determinar a devolução do total que foi recolhido.

PROVIDÊNCIAS E RESULTADOS OBTIDOS

PROCESSO	RECONHECIMENTO DE DÍVIDA	RESSARCIMENTO AO ERÁRIO	SITUAÇÃO
23045.001700/2008-66	-	R\$ 7.316,38 (valor devido em nova planilha de cálculos)	Servidor ressarcido R\$ 2.488,67 (nos meses de dezembro de 2008 e janeiro de 2009 R\$ 784,02 e no mês de fevereiro de 2009 R\$ 920,63). Ressarcimento suspenso por decisão judicial. Último movimento conforme site TRF 5º Região: Em 27/11/2014 13:33 Remetidos os Autos (processo digitalizado e enviado eletronicamente ao STJ). Mantendo suspensa a devolução ao erário no valor de R\$ 5.748,34 9 (cinco mil, setecentos e quarenta e oito reais e trinta e quatro reais);
23255.054793/2016	R\$ 317,40	-	Encaminhado

-66 Anexado ao processo nº 23045.001702/2008 -55			para instrução do processo de Exercício Anterior
23255.054774/2016 -30 Anexado ao processo nº 23045.001701/2008 -19	R\$ 195,91	-	Encaminhado para instrução do processo de reconhecimento de dívida.
23255.054819.2016 -76 Anexado ao processo nº23045.001703/20 08-08	-	R\$ 1.421,70	Ressarcimento do valor de R\$ 1.421,70 implantado na folha de março 2017.
23255.054804.2016 -16	R\$ 1.281,88	-	Servidor ressarcir o valor de R\$8.500, mas só era devido o valor de R\$ 7.218,12. Servidor notificado de processo de reconhecimento de dívida. Processo judicial (0000306- 25.2009.4.05.81 00/01) Transitado em julgado. Processo arquivado no assentamento funcional do servidor.
23255.054813/2016 -07	R\$ 1.592,79	-	Encaminhado para instrução do processo de Exercício Anterior
23045.001699/2008 -70		R\$ 3.091,46	Ressarcimento dos valores de

			R\$ 786,19 (nos meses de julho, agosto e setembro de 2010) e de R\$ 732,89 (no mês de outubro de 2010) totalizando R\$ 3.091,46. Processo arquivado na pasta funcional do servidor.	
23045.003028/2008-43	-	R\$ 5.779,29 (valor devido em nova planilha de cálculo)	Valor Ressarcido R\$ 5.600 (nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2008 e janeiro de 2009 R\$ 625,34, fevereiro a maio de 2009 R\$ 714,72 e junho de 2009 R\$ 237,52). Último movimento conforme sitio TRF 5º Transitado em julgado. Processo arquivado no assentamento funcional do servidor.	
23045.003029/2008-98	-	R\$ 479,63	Ressarcimento do valor de R\$ 479,63 no mês de janeiro de 2017. Processo arquivado na pasta funcional do servidor.	
			Servidor ressarcir o valor de R\$ 5.669,85 (referente a diferença de DE	

			x 40hs no período de 31 de janeiro a 03 de setembro de 2002) implantado a partir da folha de janeiro de 2006	

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 018.946/2009-2	5954/2012-1ª Câmara	9.9.1	Ofício nº 2116/2012-TCU/SECEX-CE, de 20/11/2012	
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ./ Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação/recomendação				
Dar ciência ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará IFCE da necessidade de observar o prazo estabelecido no §2º do art.12 da IN/TCU55/2007, para o cumprimento das diligências efetuadas pelo Controle Interno.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Ocorreram dificuldades durante o ano de 2015 e 2016 que atrapalharam o cumprimento da IN e regularização dos passivos, uma vez que tem crescido o número de aposentadorias, procura pelos aposentados e pensionistas para regularização de cadastro. Para sanear as pendências foi alterado os fluxos e acrescentada uma servidora para os atendimentos dos aposentados e ou em via de aposentadoria.				

7.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Ao longo dos anos, o IFCE tem acolhido os órgãos de controle interno, CGU e externo, TCU, em seus misteres, quer seja auditando as ações da gestão, recomendando ou solicitando informações.

Todas as demandas têm recebido tratamento, muitas delas, com atendimento imediato às recomendações, outras, pela natureza da ação exigida, necessitam de lapso mais extenso para o atendimento pleno; mas, todas recebem manifestação, ora explicando-se o que de fato ocorreu, ora mostrando-se o que iria ser implementado para a correção ou modificação da ação gestora.

Desde o exercício passado (2016), o IFCE, mediante entendimentos com seus órgãos internos, realinhou seus métodos de trabalho para que o registro das manifestações de resposta às demandas do controle fosse efetivo, diretamente no sítio da CGU.

A dinâmica do tratamento das recomendações, antes suportada apenas pelo Departamento de Correição e Controle do IFCE, que conta com apenas 1 (um) servidor e que gerou a movimentação deficiente do sistema e das recomendações, passa por alteração de fluxo no exercício de 2018, para que cada área envolvida fique responsável pelo recebimento e tratamento direto às recomendações do órgão de controle interno, o que minimizará, senão impossibilitará, a defasagem na movimentação do Sistema CGU-MONITOR e, conseqüentemente, diminuirá o tempo para o atendimento às recomendações da OCI. A proposta para a adoção do novo fluxo, de iniciativa do Departamento de Correição e Controle em conjunto com a Auditoria Interna, foi acolhida por quase todas as áreas envolvidas na governança do IFCE, à exceção apenas da Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PROAP) que resiste ao novo modelo até a data da elaboração deste relatório, sem declinar os motivos de sua recusa para o envolvimento direto nas movimentações no Sistema CGU-MONITOR e no tratamento às recomendações do órgão de controle interno.

Até o final do exercício de 2017, a CGU não havia enviado nenhuma nova recomendação. O IFCE contabiliza 151 (cento e cinquenta e uma) recomendações em monitoramento, das quais 42 (quarenta e duas) aguardam análise da CGU quanto à declaração de seu atendimento.

As demais recomendações estão em fase de atendimento e/ou em análise das providências a serem implementadas, conforme planilhas extraídas do Sistema CGU-Monitor abaixo.

Finalizando o quesito 2 deste formulário, destaca-se que, em geral, todas as recomendações atendidas indicam impactos positivos porque contribuem para o gerenciamento de riscos da entidade.

Unidade Gestora	Recomendações Atendidas	Recomendações Em Monitoramento	Recomendações Em Outras Situações	Recomendações Em Monitoramento e Em Análise CGU	Recomendações Em Monitoramento Aguardando Providências Gestor
158133 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	124	151	5	42	109

Dados da Recomendação				
ID	Unidade Gestora	Categorias	Data de Envio	Situação da Recomendação ao Final do Período de Referência
9125	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações p/ reposição de valores/bens	27/09/2013	Monitorando
9126	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações p/ reposição de valores/bens	27/09/2013	Monitorando
16343	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações p/ reposição de valores/bens	14/05/2012	Monitorando
19121	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações p/ reposição de valores/bens	01/09/2010	Monitorando
19125	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações p/ reposição de valores/bens	01/09/2010	Monitorando
19355	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações p/ reposição de valores/bens	01/09/2010	Monitorando
20028	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações - Atuação junto a outros Órgãos	05/12/2011	Monitorando
20029	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações - Atuação junto a outros Órgãos	05/12/2011	Monitorando
33083	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/12/2011	Monitorando
33084	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/12/2011	Monitorando
33085	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/12/2011	Monitorando
53139	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	27/09/2013	Monitorando
53589	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	27/09/2013	Monitorando
60847	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/12/2011	Monitorando
60850	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/12/2011	Monitorando
60866	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/12/2011	Monitorando
60867	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/12/2011	Monitorando
60868	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/12/2011	Monitorando
61196	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/12/2011	Monitorando
61197	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/12/2011	Monitorando
61198	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/12/2011	Monitorando
62497	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	27/09/2013	Monitorando

62498	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	27/09/2013	Monitorando
62498	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	27/09/2013	Monitorando
62500	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	27/09/2013	Monitorando
62501	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	27/09/2013	Monitorando
62503	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	27/09/2013	Monitorando
62504	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	27/09/2013	Monitorando
62506	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	27/09/2013	Monitorando
62507	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	27/09/2013	Monitorando
62508	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	27/09/2013	Monitorando
62509	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	27/09/2013	Monitorando
74972	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	27/09/2013	Monitorando
74973	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	27/09/2013	Monitorando
74974	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	27/09/2013	Monitorando
74977	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	27/09/2013	Monitorando
74978	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	27/09/2013	Monitorando
74979	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	27/09/2013	Monitorando
74980	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	27/09/2013	Monitorando
74983	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	27/09/2013	Monitorando
75061	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	27/09/2013	Monitorando
88821	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	27/09/2013	Monitorando
88824	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	27/09/2013	Monitorando
88824	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	27/09/2013	Monitorando
88825	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	27/09/2013	Monitorando
88826	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	27/09/2013	Monitorando
88829	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	27/09/2013	Monitorando

113036	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	14/05/2012	Monitorando
118227	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	01/09/2010	Monitorando
118231	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	01/09/2010	Monitorando
118247	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	01/09/2010	Monitorando
118251	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	01/09/2010	Monitorando
118264	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	01/09/2010	Monitorando
118271	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	01/09/2010	Monitorando
118400	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	01/09/2010	Monitorando
118401	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	01/09/2010	Monitorando
118405	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	01/09/2010	Monitorando
118408	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	01/09/2010	Monitorando
118409	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	01/09/2010	Monitorando
130702	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/08/2014	Monitorando
130703	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/08/2014	Monitorando
130704	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/08/2014	Monitorando
130705	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/08/2014	Monitorando
130706	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/08/2014	Monitorando
130707	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/08/2014	Monitorando
130708	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/08/2014	Monitorando
130709	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/08/2014	Monitorando
130710	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/08/2014	Monitorando
130711	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/08/2014	Monitorando
130712	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130713	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130714	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando

130715	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130716	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130717	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130718	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130719	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130720	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130721	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130722	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130723	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130724	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130725	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130726	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130727	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130728	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/08/2014	Monitorando
130729	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/08/2014	Monitorando
130732	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/08/2014	Monitorando
130733	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/08/2014	Monitorando
130734	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/08/2014	Monitorando
130735	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/08/2014	Monitorando
130736	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130737	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/08/2014	Monitorando
130738	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/08/2014	Monitorando
130739	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/08/2014	Monitorando
130740	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/08/2014	Monitorando
130741	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	05/08/2014	Monitorando

130742	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130743	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130744	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130745	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130746	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130747	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130748	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130749	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130750	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
130751	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	05/08/2014	Monitorando
132089	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	03/11/2014	Monitorando
132091	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	03/11/2014	Monitorando
132095	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	26/10/2010	Monitorando
132108	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	03/11/2014	Monitorando
132180	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	03/11/2014	Monitorando
132181	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	03/11/2014	Monitorando
132183	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	03/11/2014	Monitorando
132184	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações - Atuação junto a outros Órgãos	03/11/2014	Monitorando
132185	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	03/11/2014	Monitorando
132186	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	03/11/2014	Monitorando
132190	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	03/11/2014	Monitorando
132191	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	03/11/2014	Monitorando
132286	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	03/11/2014	Monitorando
161799	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	22/06/2016	Monitorando
161800	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	22/06/2016	Monitorando

161801	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	22/06/2016	Monitorando
161802	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	22/06/2016	Monitorando
161803	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	22/06/2016	Monitorando
161804	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	22/06/2016	Monitorando
161805	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	22/06/2016	Monitorando
161806	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	22/06/2016	Monitorando
161807	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	22/06/2016	Monitorando
161808	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	22/06/2016	Monitorando
161809	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	22/06/2016	Monitorando
161810	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	22/06/2016	Monitorando
161811	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	22/06/2016	Monitorando
161812	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	22/06/2016	Monitorando
161813	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	22/06/2016	Monitorando
166694	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	06/10/2016	Monitorando
166695	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	06/10/2016	Monitorando
166696	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	06/10/2016	Monitorando
166697	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	06/10/2016	Monitorando
166698	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	06/10/2016	Monitorando
166699	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	06/10/2016	Monitorando
166700	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	06/10/2016	Monitorando
166701	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações Estruturantes	06/10/2016	Monitorando
166702	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	06/10/2016	Monitorando
166703	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	06/10/2016	Monitorando
166704	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	06/10/2016	Monitorando
166705	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	06/10/2016	Monitorando

166706	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	06/10/2016	Monitorando
166707	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	06/10/2016	Monitorando
166708	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Recomendações - Atuação junto a outros Órgãos	06/10/2016	Monitorando
166709	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	06/10/2016	Monitorando
166710	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	06/10/2016	Monitorando
166711	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará	Outras recomendações em geral.	06/10/2016	Monitorando

7.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

No exercício de 2017, não houve no IFCE, nenhum processo de ressarcimento de danos ao erário, porém, o TCU proferiu o ACÓRDÃO 10244/2017 - PRIMEIRA CÂMARA, referente à TCE Processo nº 022.430/2016-4 determinando o arquivamento dos autos, em razão da ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 169, inciso VI e 212 do Regimento Interno do TCU.

O IFCE adota sistema descentralizado para a apuração de ilícitos administrativos de modo que cada unidade (*campus*) detém autonomia para apurar os desvios administrativos cometidos por seus servidores. O Departamento de Correição e Controle, órgão de assessoramento da Reitoria, presta suporte e auxílio na condução das atividades disciplinares. Todavia, a estrutura permanece com composição deficitária, contando com apenas um servidor para a execução de todos os trabalhos da pasta.

7.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A UPC, quando da elaboração de seus instrumentos convocatórios, projetos básicos e contratos, sempre observou o disposto no Art. 5º da Lei nº 8.666/1993. Neste ponto específico, cabe frisar que os documentos pertinentes à realização de compras e contratações são baseados nos modelos disponibilizados pela Advocacia Geral da União – AGU. Portanto, os textos destes documentos, ao tratar sobre a forma como a Administração realizará o pagamento de suas despesas, sempre teve o zelo de informar que o período máximo para a liquidação e pagamento das obrigações contratadas é de até 30 (trinta) dias – com exceção ao que regra o art. 5º-A da referida Lei –, após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal ao setor responsável pela gestão financeira da UPC. Frisa-se que o período anteriormente informado vai ao encontro do que é estabelecido na alínea “a”, inciso XIV do art. 40 da Lei nº 8.666/1993.

Entretanto, cumpre destacar que o repasse de financeiro tem ocorrido apenas uma vez por mês, após o pagamento da folha de pessoal, de forma parcial ao total solicitado e considerando somente as despesas liquidadas até o dia 20 do mês anterior. A gestão da UPC tem adotado o critério de pagar as notas fiscais mais antigas, mas, como estes repasses não ultrapassam, em média, 30% do total de despesas liquidadas, tem-se realizado solicitações emergenciais, mensalmente, com o intuito de reduzir o volume de despesas a pagar, buscando cumprir o cronograma de pagamentos.

7.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Em 2017 não foram realizadas desonerações em contratos, sendo que essas iniciativas foram tomadas em anos anteriores. Portanto, segue abaixo o quadro sintético com os contratos que sofreram alterações em virtude da desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012:

Contrato nº	CNPJ	Objeto	Vigência	Situação contratual à época da desoneração	Medida adotada	Redução do valor contratual
077/2013	10.485.488/0001-48	Execução de Obra de Engenharia para Construção do anexo do campus Aracati	07/10/2013 a 10/01/2016	Vigente à época da desoneração	Aditivo de supressão contratual	227.809,66
078/2013	05.017.281/0001-09	Execução de Obra de Engenharia para Construção do campus Horizonte	07/10/2013 a 20/03/2018	Vigente à época da desoneração	Aditivo de supressão contratual	215.387,20
079/2013	35.246.560/0001-05	Execução de Obra de Engenharia para Construção do campus Paracuru	07/10/2013 a 25/11/2016	Vigente à época da desoneração	Aditivo de supressão contratual	234.590,42
080/2013	04.306.670/0001-91	Execução de Obra de Engenharia para Construção do campus Maranguape	07/10/2013 a 05/08/2016	Vigente à época da desoneração	Aditivo de supressão contratual	228.241,18

083/2013	03.465.537/0001-15	Execução de Obra de Engenharia para Construção do campus Boa Viagem	11/10/2013 a 25/02/2016	Vigente à época da desoneração	Aditivo de supressão contratual	227.917,91

7.6. Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Quadro – Despesas com Publicidade			
Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	12.363.2080.20RL.0023	41.360,00	0,00
Legal		591.119,68	499.347,52
Mercadológica		-	-
Utilidade pública		10.125,90	10.125,90
Fonte: SIAFI , dados extraídos em 16/01/2018			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
REITORIA
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

DECLARAÇÃO

Instados a fazer uma **análise circunstanciada sobre os principais resultados de suas ações de publicidade e propaganda**, o Departamento de Comunicação Social da Reitoria (DCS), em parceria com os *campi*, na qualidade de utilizador do campo **utilidade pública**, que visa divulgar, principalmente, os serviços e cursos prestados pelo IFCE, a fim de dar visibilidade às ações institucionais perante a sociedade, **declara que essas ações atendem aos fins estabelecidos.**

Fortaleza, 28 de fevereiro de 2018.


ANTONIO JOSÉ PESSOA DE ALENCAR
Chefe do Departamento de Comunicação Social
SIAPE Nº 1954100 - IFCE



GABINETE DO REITOR

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que a Publicidade Institucional inerente ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) faz-se mediante contrato com a Imprensa Nacional, em caráter exclusivo, imprescindível para que, na qualidade de órgão público, possamos dar transparência aos atos administrativos, observando fielmente os princípios da publicidade e da moralidade, previstos no art. 37 da Constituição Federal.

Destacamos que, no ano de 2017, o IFCE empenhou o valor de R\$ 591.119,68 (quinhentos e noventa e um mil, cento e dezenove reais e sessenta e oito centavos) para custear este serviço, entretanto o valor efetivamente pago ficou na ordem de R\$ 499.347,52 (quatrocentos e noventa e nove mil, trezentos e quarenta e sete reais e cinquenta e dois centavos) cujas ações resultantes atenderam aos fins pretendidos.

Fortaleza, 22 de fevereiro de 2018.

A handwritten signature in blue ink, belonging to Lidiane Freitas da Costa, is positioned above her printed name.

Lidiane Freitas da Costa
Coordenadora de Documentos e Arquivos

Lidiane Freitas da Costa
Coordenadora de Documentos e Arquivos
Mat. SIAPE nº 1794815



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que a publicidade legal inerente as atividades do Instituto Federal do Ceará - Reitoria, faz-se mediante contrato 012/2017 junto a Empresa Brasileira de Comunicação – EBC, com o objetivo de atender a determinação constante no Inciso VII, Artº 8 da Lei Nº 11.652, de 7 de abril de 2008. Através deste instrumento contratual, este Instituto aplica a publicidade legal prevista no Artº 17 da Lei 5.450/2005, bem como no Artº 21 da Lei 8.666/1993, procedendo com a publicação de avisos e editais de licitação em jornais de grande circulação.

No exercício de 2017, todo o IFCE empenhou o valor de R\$ 629.857,57 (seiscentos e vinte e nove mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e sete centavos), tendo efetivamente despendido o valor R\$ 531.560,50 (quinhentos e trinta e um mil, quinhentos e sessenta reais e cinquenta centavos) as publicações legais suportadas pela Imprensa Nacional e Empresa Brasileira de Comunicação.

Fortaleza, 27 de fevereiro de 2018.


Marfisa Maciel Castro
 Administradora – CRA nº 11.743
 Diretora de Administração
 DIRAD/PROAP/IFCE

7.7. Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação	Afixação em local visível junto à Secretaria de alunos das informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1128029	Acaraú	Sim	http://ifce.edu.br/acarau/menu/cursos/superiores/licenciatura/biologia/pdf/ppc-ciencias-biologicas-acarau.pdf/view	Sim
FÍSICA	5000136	Acaraú	Sim	http://ifce.edu.br/acarau/menu/cursos/superiores/licenciatura/fisica/pdf/curso-superior-de-licenciatura-em-fisica-c-nova-matriz-p-pedag-ifce-acara.pdf/view	Sim
QUÍMICA	1399536	Aracati	Sim	http://ifce.edu.br/aracati/menu/cursos-em-aracati-2/licenciatura-em-quimica	Sim
LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS	1335739	Baturité	Sim	http://ifce.edu.br/baturite/menu/cursos/superiores/licenciatura/licenciatura-em-letras/pdf/projeto-pedagogico-do-curso-de-letras.pdf/view	Sim
QUÍMICA	1403609	Boa Viagem	Sim	Página em implantação	Sim
QUÍMICA	1335623	Camocim	Sim	http://ifce.edu.br/camocim/menu/cursos/superiores/licenciatura/quimica/pdf/ppc_quimica.pdf	Sim
LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS	1335611	Camocim	Sim	http://ifce.edu.br/camocim/menu/cursos/superiores/licenciatura/letras/pdf/ppc-letras-camocim-ok.pdf	Sim
MATEMÁTICA	1160182	EAD/Não se aplica	Sim	http://ifce.edu.br/ead/menu/cursos/graduacoes/matematica/pdf/projeto-pedagogico-matematica-uab-2012-1.pdf/view	Sim

MATEMÁTICA	1160979	Canindé	Sim	http://ifce.edu.br/caninde/menu/cursos/superiores/licenciatura/matematica/pdf/ppc_matematica_caninde.pdf/view	Sim
EDUCAÇÃO FÍSICA	5000139	Canindé	Sim	http://ifce.edu.br/caninde/menu/cursos/superiores/licenciatura/edfisica/menu-lateral/pdf/projeto-politico-pedagogico-educacao-fisica-jan-2016.pdf	Sim
FÍSICA	1399546	Cedro	Sim	http://ifce.edu.br/cedro/campus_cedro/cursos/superiores/licenciatura/fisica/pdf/ppc-lic-de-fisica-cedro-dez2016.pdf/view	Sim
MATEMÁTICA	85320	Cedro	Sim	http://ifce.edu.br/cedro/campus_cedro/cursos/superiores/licenciatura/matematica/pdf/ppc-matematica	Sim
MATEMÁTICA	5000138	Crateús	Sim	http://ifce.edu.br/crateus/menu/cursos/superiores/licenciatura/matematica/pdf/ppc_licenciatura-em-matematica.pdf/view	Sim
LETRAS	1180209	Crateús	Sim	http://ifce.edu.br/crateus/menu/cursos/superiores/licenciatura/letras/pdf/projeto_pedagogico_de_letras____2015_pdf.pdf/view	Sim
FÍSICA	1292731	Crateús	Sim	http://ifce.edu.br/crateus/menu/cursos/superiores/licenciatura/fisica/pdf/ppc_licenciatura-em-fisica_2014.pdf/view	Sim
GEOGRAFIA	419776	Crateús	Sim	Página em implantação	Sim
TEATRO	120082	Fortaleza	Sim	http://ifce.edu.br/fortaleza/menu/cursos/superiores/licenciatura/teatro/pdf/projeto-pedagogico-licenciatura-em-teatro.pdf/view	Sim
MATEMÁTICA	63383	Fortaleza	Sim	http://ifce.edu.br/fortaleza/menu/cursos/superiores/licenciatura/matematica/pdf/projeto-pedagogico-licenciatura-em-matematica.pdf/view	Sim
ARTES VISUAIS	120080	Fortaleza	Sim	http://ifce.edu.br/fortaleza/menu/cursos/superiores/licenciatura/artes-visuais/pdf/projeto-pedagogico-artes-visuais.pdf/view	Sim

FÍSICA	63381	Fortaleza	Sim	http://ifce.edu.br/fortaleza/menu/cursos/superiores/licenciatura/fisica/pdf/projeto-da-licenciatura-em-fisica-revisado-em-2012.pdf/view	Sim
GEOGRAFIA	419627	Iguatu	Sim	Página em implantação	Sim
QUÍMICA	5000146	Iguatu	Sim	http://ifce.edu.br/iguatu/campus_iguatu/cursos/superiores/licenciatura/licenciatura-em-quimica/pdf/projeto-pedagogico-quimica-campus-iguatu.pdf/	Sim
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1126104	Jaguaribe	Sim	http://ifce.edu.br/jaguaribe/menu/cursos/superiores/licenciatura/biologia/pdf/projeto-pedagogico-biologia.pdf/view	Sim
EDUCAÇÃO FÍSICA	89472	Juazeiro do Norte	Sim	http://ifce.edu.br/juazeirodonorte/campus_juazeiro/cursos/superiores/licenciatura/educacaofisica/pdf/projeto-pedagogico-licenciatura-em-educacao-fisica.pdf/view	Sim
MATEMÁTICA	84374	Juazeiro do Norte	Sim	http://ifce.edu.br/juazeirodonorte/campus_juazeiro/cursos/superiores/licenciatura/matematica/pdf/projeto-pedagogico-licenciatura-em-matematica.pdf/view	Sim
EDUCAÇÃO FÍSICA	5000802	Limoeiro do Norte	Sim	http://ifce.edu.br/limoeirodonorte/campus_limoeiro/cursos/licenciatura-em-educacao-fisica	Sim
QUÍMICA	120084	Maracanaú	Sim	http://ifce.edu.br/maracanau/menu/cursos/superiores/licenciatura/Quimica/pdf/projet_-oficial_c_l_quimica.pdf/view	Sim
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1403536	Paracuru	Sim	Página em implantação	Sim
GEOGRAFIA	1364469	Quixadá	Sim	http://ifce.edu.br/quixada/campus_quixada/cursos/superiores/licenciatura/geografia/copy_of_menu-lateral/projeto-pedagogico	Sim
QUÍMICA	120078	Quixadá	Sim	http://ifce.edu.br/quixada/campus_quixada/cursos/superiores/licenciatura/licenciatura-quimica/pdf/ppc_quimica.pdf/view	Sim
FÍSICA	1128229	Sobral	Sim	http://ifce.edu.br/sobral/arquivos/ppc-fisica-revisado-e-aprovado_janeiro-2016.pdf/view	Sim

FÍSICA	1127582	Tianguá	Sim	http://ifce.edu.br/tiangua/campus_tiangua/cursos/superiores/licenciatura/Fisica/pdf/projeto_-curso-de-fisica-25_para_sit-1.pdf/view	Sim
LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS	1377547	Tianguá	Sim	http://ifce.edu.br/tiangua/campus_tiangua/cursos/superiores/licenciatura/Letras/pdf/ppc-letras-portugues-ingles-tiangua-21-02-2017-revisado-ph-1.pdf/view	Sim
QUÍMICA	1364464	Ubajara	Sim	http://ifce.edu.br/ubajara/campus_ubajara/cursos/superiores/licenciatura/quimica/pdf/ppc-quimica-ubj-envio-consup.pdf/view	Sim
LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS	405659	Umirim	Sim	Página em implantação	Sim

8. ANEXOS E APÊNDICES

Anexo 1 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26405 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 05/03/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	2.231.302,70	9.260.344,83	Despesas Orçamentárias	629.336.526,99	553.669.015,49
Ordinárias	424.776,10	1.466.851,89	Ordinárias	134.515.327,26	147.581.584,75
Vinculadas	1.830.664,08	7.794.493,62	Vinculadas	434.821.199,73	406.087.430,74
Educação	461.083,98	54.767,68	Educação	423.662.479,55	361.710.284,96
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.369.580,10	7.739.695,94	Seguridade Social (Exceto RGPS)	727.799,95	41.238.982,07
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-24.137,48	-970,68	Operação de Crédito	1.047.891,28	-
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.183.121,74	3.098.047,07
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	8.199.907,21	40.116,64
Transferências Financeiras Recebidas	703.100.926,70	666.070.975,96	Transferências Financeiras Concedidas	86.162.990,49	104.288.067,60
Resultantes da Execução Orçamentária	653.776.128,54	588.024.336,92	Resultantes da Execução Orçamentária	66.214.187,90	74.277.568,70
Repasses Recebidos	587.731.719,94	513.831.258,22	Repasses Concedidos	169.779,30	84.490,00
Sub-repasses Recebidos	66.044.408,60	74.193.078,70	Sub-repasses Concedidos	66.044.408,60	74.193.078,70
Independentes da Execução Orçamentária	49.324.798,16	78.046.639,04	Independentes da Execução Orçamentária	19.948.802,59	30.010.498,90
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	48.356.437,57	75.796.985,13	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	18.773.916,67	28.488.879,33
Demais Transferências Recebidas	289.022,64	-	Demais Transferências Concedidas	289.022,64	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	679.337,75	2.249.653,91	Movimento de Saldos Patrimoniais	885.863,08	1.521.619,57
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	40.024.074,44	39.322.483,04	Despesas Extraorçamentárias	30.706.391,42	49.760.781,51
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	2.237.092,37	2.948.864,27	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	3.006.653,90	11.003.456,25
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	37.340.300,73	35.580.606,64	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	27.248.845,71	37.940.730,37
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	440.300,14	792.716,70	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	450.891,81	776.926,06
Outros Recebimentos Extraorçamentários	6.381,20	295,43	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	39.668,83
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	192,13	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	39.668,83
Demais Recebimentos	6.381,20	103,30			
Saldo do Exercício Anterior	9.073.484,93	2.137.545,70	Saldo para o Exercício Seguinte	8.223.879,87	9.073.484,93
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.073.484,93	2.137.545,70	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.223.879,87	9.073.484,93
TOTAL	754.429.788,77	716.791.349,53	TOTAL	754.429.788,77	716.791.349,53



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26405 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 05/03/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTARIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	699.683,00	699.683,00	2.231.302,70	1.531.619,70
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profs.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	98.831,00	98.831,00	220.474,62	121.643,62
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	98.831,00	98.831,00	220.474,62	121.643,62
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	278.287,00	278.287,00	151.712,72	-126.574,28
Receita Industrial	-	-	26.406,00	26.406,00
Receitas de Serviços	307.414,00	307.414,00	822.369,76	514.955,76
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	307.414,00	307.414,00	822.369,76	514.955,76
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	15.151,00	15.151,00	1.010.339,60	995.188,60
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	15.151,00	15.151,00	4.544,91	-10.606,09
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	1.005.779,62	1.005.779,62
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	15,07	15,07
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26405 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSION 05/03/2018	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	699.683,00	699.683,00	2.231.302,70	1.531.619,70
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	699.683,00	699.683,00	2.231.302,70	1.531.619,70
DEFICIT	-	-	627.105.224,29	627.105.224,29
TOTAL	699.683,00	699.683,00	629.336.526,99	628.636.643,99
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	540.638.186,00	604.049.143,00	606.019.126,33	583.986.013,49	583.313.666,12	-1.969.983,33
Pessoal e Encargos Sociais	419.576.405,00	482.735.127,00	482.324.563,63	482.324.563,63	482.324.563,63	410.563,37
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	121.061.781,00	121.314.016,00	123.694.562,70	101.661.449,86	100.989.102,49	-2.380.546,70
DESPESAS DE CAPITAL	9.839.883,00	11.439.883,00	23.317.400,66	8.010.212,77	6.445.467,77	-11.877.517,66
Investimentos	9.839.883,00	11.439.883,00	23.317.400,66	8.010.212,77	6.445.467,77	-11.877.517,66
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	550.478.069,00	615.489.026,00	629.336.526,99	591.996.226,26	589.759.133,89	-13.847.500,99
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26405 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
EMISSAO 05/03/2018	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dividas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	550.478.069,00	615.489.026,00	629.336.526,99	591.996.226,26	589.759.133,89	-13.847.500,99
TOTAL	550.478.069,00	615.489.026,00	629.336.526,99	591.996.226,26	589.759.133,89	-13.847.500,99

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.432.398,15	23.331.293,67	15.878.372,21	15.817.763,36	2.526.591,07	8.419.337,39
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.432.398,15	23.331.293,67	15.878.372,21	15.817.763,36	2.526.591,07	8.419.337,39
DESPESAS DE CAPITAL	6.008.592,34	12.249.312,97	11.871.864,71	11.431.082,35	3.280.149,95	3.546.673,01
Investimentos	6.008.592,34	12.249.312,97	11.871.864,71	11.431.082,35	3.280.149,95	3.546.673,01
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	9.440.990,49	35.580.606,64	27.750.236,92	27.248.845,71	5.806.741,02	11.965.010,40

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	180.768,64	1.748.877,52	1.702.754,11	102.459,25	124.432,80
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	180.768,64	1.748.877,52	1.702.754,11	102.459,25	124.432,80
DESPESAS DE CAPITAL	137.601,69	1.303.899,81	1.303.899,79	0,04	137.601,67
Investimentos	137.601,69	1.303.899,81	1.303.899,79	0,04	137.601,67
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	318.370,33	3.052.777,33	3.006.653,90	102.459,29	262.034,47



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26405 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 05/03/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	64.812.933,80	29.806.652,79	PASSIVO CIRCULANTE	3.212.892,06	3.705.046,83
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.223.879,87	9.073.484,93	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	62.468,13	61.381,46
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	40.891.650,17	6.330.167,17	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.954.206,52	3.112.905,32
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	3.064,65	64,65
Estoques	15.687.500,82	14.403.000,69	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDe Pagas Antecipadamente	9.902,94	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	193.152,76	530.695,40
ATIVO NÃO CIRCULANTE	581.749.250,38	554.769.274,19	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.903,13	2.903,13
Ativo Realizável a Longo Prazo	534.797,00	534.797,00	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	530.020,45	530.020,45	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	530.020,45	530.020,45	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	2.903,13	2.903,13
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	4.776,55	4.776,55	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	3.215.795,19	3.707.949,96
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-	Reservas de Capital	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Demais Reservas	-	10.396.615,99
Imobilizado	580.480.277,56	553.485.299,37	Resultados Acumulados	643.346.388,99	570.471.361,03
Bens Móveis	169.560.009,17	166.325.320,57	Resultado do Exercício	71.224.016,07	35.114.848,53
Bens Móveis	173.225.319,73	166.370.980,64	Resultados de Exercícios Anteriores	570.471.361,03	540.912.387,38
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-3.665.310,56	-45.660,07	Ajustes de Exercícios Anteriores	1.651.011,89	-5.555.874,88
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	410.920.268,39	387.159.978,80	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	643.346.388,99	580.867.977,02
Bens Imóveis	412.817.546,96	388.465.667,00			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.897.278,57	-1.305.708,20			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	734.175,82	749.177,82			
Softwares	706.671,59	682.750,59			
Softwares	706.671,59	682.750,59			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26405 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 05/03/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	27.504,23	9.410,23			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	27.504,23	9.410,23			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	57.017,00			
Direitos de Uso de Imóveis	-	57.017,00			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	646.562.184,18	584.575.926,98	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	646.562.184,18	584.575.926,98

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	8.247.836,46	9.097.441,52	PASSIVO FINANCEIRO	51.866.588,81	48.463.201,99
ATIVO PERMANENTE	638.314.347,72	575.478.485,46	PASSIVO PERMANENTE	154.126,30	174.413,87
			SALDO PATRIMONIAL	594.541.469,07	535.938.311,12

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	60.302.297,62	47.199.742,12	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	108.323.470,73	117.251.856,90
Execução dos Atos Potenciais Ativos	60.302.297,62	47.199.742,12	Execução dos Atos Potenciais Passivos	108.323.470,73	117.251.856,90
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	60.036.778,17	46.942.214,67	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	3.773.806,10	3.183.585,40
Direitos Contratuais a Executar	265.519,45	257.527,45	Obrigações Contratuais a Executar	104.549.664,63	114.069.271,50
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	60.302.297,62	47.199.742,12	TOTAL	108.323.470,73	117.251.856,90

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-4.378.244,90
Recursos Vinculados	-39.240.507,45
Educação	-38.442.459,18
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-477.324,32
Operação de Crédito	-1.047.891,28
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	6.610.339,10
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-6.043.588,84
Demais Recursos	-39.582,93
TOTAL	-43.618.752,35



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26405 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 05/03/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	18.322.750,85	55.633.081,27
INGRESSOS	705.778.910,74	676.124.332,92
Receitas Derivadas e Originárias	2.231.302,70	9.260.344,83
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	220.474,62	128.564,79
Receita Agropecuária	151.712,72	199.524,91
Receita Industrial	26.406,00	38.251,16
Receita de Serviços	822.369,76	7.150.708,15
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.010.339,60	1.743.295,62
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	703.547.608,04	666.863.988,09
Ingressos Extraorçamentários	440.300,14	792.716,70
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	192,13
Transferências Financeiras Recebidas	703.100.926,70	666.070.975,96
Demais Recebimentos	6.381,20	103,30
DESEMBOLSOS	-687.456.159,89	-620.491.251,65
Pessoal e Demais Despesas	-533.263.489,63	-457.939.526,64
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-55.425.199,50	-43.865.193,14
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-477.054.167,39	-413.303.971,45
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-229.342,07	-115.676,82
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-458.480,67	-467.726,21
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26405 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 05/03/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2017	2016
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-50.200,00	-47.000,00
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-46.100,00	-100.290,19
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-39.666,83
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-67.578.787,96	-57.486.731,35
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-67.411.471,96	-57.486.731,35
Outras Transferências Concedidas	-167.316,00	-
Outros Desembolsos das Operações	-86.613.882,30	-105.064.993,66
Despêndios Extraorçamentários	-450.891,81	-776.926,06
Transferências Financeiras Concedidas	-86.162.990,49	-104.288.067,60
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-13.172.355,91	-48.697.142,04
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-13.172.355,91	-48.697.142,04
Aquisição de Ativo Não Circulante	-18.397.492,13	-48.405.064,76
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-174.863,78	-252.077,28
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26405 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 05/03/2018	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2017	2016
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-849.605,06	6.335.939,23
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	9.073.484,93	2.137.545,70
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	8.223.879,87	9.073.484,93



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26405 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 05/03/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	730.964.717,55	725.942.680,36
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.220.670,77	7.516.601,03
Venda de Mercadorias	151.712,72	199.524,91
Vendas de Produtos	26.406,00	38.251,16
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.042.552,05	7.278.824,96
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	404,90	155,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	404,90	155,00
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	720.809.846,57	669.292.536,25
Transferências Intragovernamentais	703.100.926,70	666.070.975,96
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	17.708.919,87	3.221.560,29
Valorização e Ganhos e/ Ativos e Desincorporação de Passivos	7.923.159,66	46.937.411,57
Reavaliação de Ativos	2.941.794,92	36.461.187,32
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	4.850.463,53	9.470.605,68
Ganhos com Desincorporação de Passivos	130.901,21	1.005.618,57
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.010.635,65	2.195.976,51
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26405 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 05/03/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.010.635,65	2.195.976,51
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	659.740.701,48	690.827.831,83
Pessoal e Encargos	412.042.513,36	427.924.144,43
Remuneração a Pessoal	319.040.668,15	347.618.228,79
Encargos Patronais	67.479.190,93	57.228.773,37
Benefícios a Pessoal	25.522.654,28	23.077.142,27
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	55.556.394,58	44.450.744,44
Aposentadorias e Reformas	44.036.129,33	33.972.487,98
Pensões	11.422.322,35	10.370.351,28
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	97.942,90	107.905,18
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	77.223.127,70	73.689.852,64
Uso de Material de Consumo	9.185.246,97	8.730.909,85
Serviços	66.897.826,05	64.223.559,10
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.140.052,66	735.383,69
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	65.978,63	384,54
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	65.881,13	384,50
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	97,50	0,04
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	99.554.545,95	110.050.906,64
Transferências Intragovernamentais	86.162.990,49	104.288.067,60
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	167.316,00	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	13.224.239,46	5.762.839,04
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	902.788,16	18.893.222,51
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	36.954,02	12.588.747,38
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	780,56	10.014,10
Incorporação de Passivos	2.940,12	15.552,16
Desincorporação de Ativos	862.113,46	6.278.908,87



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26405 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
EMISSAO 05/03/2018	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	62.028,66	99.507,78
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15.215,47	19.415,15
Contribuições	46.813,19	80.092,63
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	14.333.324,44	15.719.068,85
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	13.665.380,14	15.117.070,85
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	667.944,30	601.998,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	71.224.016,07	35.114.848,53
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 14, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Concorda com o Registro e Credenciamento da FAIFCE com o IFCE.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe são conferidas, considerando o Processo Nº 23255.002572/2018-74 e considerando a deliberação do Conselho Superior na 49ª reunião ordinária, realizada nesta data;

R E S O L V E:

Art. 1º - Concordar com o registro e credenciamento da Fundação de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (FAIFCE), como Fundação de Apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Virgílio Augusto Sales Araripe
Presidente do Conselho Superior



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 15, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Autorizar o Relacionamento entre o IFCE e a FAIFCE.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe são conferidas, considerando o Processo Nº 23255.002572/2018-74 e considerando a deliberação do Conselho Superior na 49ª reunião ordinária, realizada nesta data;

R E S O L V E:

Art. 1º - Autorizar o relacionamento entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará e a Fundação de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (FAIFCE), a partir do credenciamento junto ao Grupo de Apoio Técnico/MEC, por um período de 24 (vinte e quatro) meses, sendo possível a renovação por igual período.

Art. 2º - Estabelecer que o relacionamento entre as partes será disciplinado através da Resolução Nº 036, de 04 de junho de 2012.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Virgílio Augusto Sales Araripe
Presidente do Conselho Superior



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 16, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Homologa o resultado do processo de consulta para diretores e nomeia os candidatos escolhidos para os *campi* de Aracati, Baturité, Caucaia, Camocim, Jaguaribe, Morada Nova, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Ubajara e Umirim.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe são conferidas, considerando o Edital 001/2018, considerando o Processo Nº 23255.002576/2018-52 e considerando a deliberação do Conselho Superior na 49ª reunião ordinária, realizada nesta data;

R E S O L V E:

Art. 1º - Homologar o resultado do processo de consulta para os cargos de Diretores-gerais e nomear os candidatos escolhidos dos *campi* de Aracati, Baturité, Caucaia, Camocim, Jaguaribe, Morada Nova, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Ubajara e Umirim, conforme tabela abaixo:

Diretor-geral do <i>campus</i> de Aracati	Márcia de Negreiros Viana
Diretor-geral do <i>campus</i> de Baturité	Lourival Soares de Aquino Filho
Diretor-geral do <i>campus</i> de Caucaia	Jefferson Queiroz Lima
Diretor-geral do <i>campus</i> de Camocim	Gilson Soares Cordeiro
Diretor-geral do <i>campus</i> de Jaguaribe	Izamaro de Araújo
Diretor-geral do <i>campus</i> de Morada Nova	Maria Beatriz Claudino Brandão



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CONSELHO SUPERIOR

Diretor-geral do <i>campus</i> de Tabuleiro do Norte	Francisco Sildemberny Souza dos Santos
Diretor-geral do <i>campus</i> de Tauá	José Alves de Oliveira Neto
Diretor-geral do <i>campus</i> de Tianguá	Jackson Nunes e Vasconcelos
Diretor-geral do <i>campus</i> de Ubajara	Ulisses Costa de Vasconcelos
Diretor-geral do <i>campus</i> de Umirim	Anderson Ibsen Lopes de Souza

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Virgílio Augusto Sales Araripe
Presidente do Conselho Superior



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Aprova a Política de Tarifas do Hotel Escola do *campus* de Guaramiranga.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe são conferidas, considerando o Processo Nº 23255.002611/2018-33 e considerando a deliberação do Conselho Superior na 49ª reunião ordinária, realizada nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Política de Tarifas do Hotel Escola do *campus* de Guaramiranga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, conforme o anexo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe**, Presidente do Conselho Superior, em 03/04/2018, às 15:42, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0031459** e o código CRC **AA3A2957**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CAMPUS AVANÇADO GUARAMIRANGA

PROPOSTA DE POLÍTICA DO QUADRO TARIFÁRIO DE HOSPEDAGEM DO
HOTEL ESCOLA DE GUARAMIRANGA

1. Introdução

Em fevereiro de 2017 teve início o serviço de hospedagem para o público em geral no Hotel Escola de Guaramiranga, mais precisamente, no período do carnaval. Ao longo do ano, 1.196 (mil cento e noventa e seis) pessoas nele se hospedaram, perfazendo uma taxa de ocupação média de 65,28% ao ano. Ao longo desse primeiro ano de funcionamento, a divulgação do Hotel Escola ficou restrita às mídias internas da Instituição, divulgação esta deveras importante, porém não o suficiente para alcançar o público em geral. Este, dentre outros fatores, contribuíram para que a taxa de ocupação média não atingisse um nível mais elevado. Ressalta-se também que, os empreendimentos, independente de sua natureza, com ou sem fins lucrativos, em seu primeiro ano de funcionamento, não conseguem um desempenho financeiro de autossustentabilidade.

O Hotel Escola encerrou o ano de 2017 com um déficit de 41,90% sobre o valor das receitas. O Relatório Analítico das Receitas e Despesas do Hotel Escola do IFCE - *Campus* Avançado Guaramiranga, elaborado pela Pró-Reitoria de Administração e Planejamento, apresenta a análise da dinâmica entre receitas e despesas de custeio ao longo do ano de 2017, bem como recomendações para as devidas correções de *performance* do Hotel Escola.

Pautado em análise do histórico de receitas e despesas, realizadas ao longo do ano de 2017, assim como a atual conjuntura socioeconômica do país, esse documento tem como objetivo principal apresentar ao Conselho Superior (CONSUP/IFCE) a proposta de Política do Quadro Tarifário do Hotel Escola do IFCE Campus Guaramiranga.

2. Conjuntura Socioeconômica do País

2.1. Índice de desemprego

Embora seja uma necessidade humana, o lazer exige gastos financeiros, e quando se trata da prática do turismo, os gastos são diversificados, pois envolve locomoção, hospedagem, alimentação, entretenimento e recordações. Em condições

de desemprego a possibilidade de viajar a lazer se tornar menor. Em 2017, a taxa média de desemprego anual no Brasil subiu de 11,5% em 2016 para 12,7%. Representou a maior série histórica da pesquisa iniciada em 2012 pelo IBGE. O desemprego é uma forte variável na diminuição do poder aquisitivo da sociedade, ou seja, menos emprego, menos moeda em circulação, menos consumo.

2.2. Aumento da concorrência

Em Guaramiranga houve um aumento na oferta de leitos com o surgimento de novos empreendimentos, bem como da prática de aluguel de imóveis para grupos. São condomínios, glebas, apartamentos que, ao longo de 2017 estavam disponíveis para locação, acarretando, conseqüentemente, em uma elevação na oferta de hospedagem na região.

2.3. Poucas opções de lazer em Guaramiranga

A localização privilegiada, a natureza e o clima de Guaramiranga favorecem para a constante presença de turistas principalmente nos finais de semana. Todavia, em 2017 a cidade não ofertou uma programação de eventos que pudesse estimular as pessoas a se deslocarem para Guaramiranga durante os finais de semana. A cidade não dispõe de muitos equipamentos voltados ao lazer, basicamente o Parque das Trilhas, o pesque e pague, o Pico Alto, duas fazendas de café e algumas cachoeiras não estruturadas para visitas. Os demais equipamentos ficam nas cidades de Baturité, Mulungu e Pacoti.

2.4. Inflação

A inflação oficial do país em 2017 fechou com alta acumulada de 2,95%, inferior 3,34% aos 6,29% do ano de 2016. Embora a situação de deflação tenha sido influenciada pela queda no preço dos itens de alimentação e bebidas, produtos ligados a transporte, no caso da gasolina, a alta foi de 10,32%, o que, diretamente interfere na questão de deslocamento. Um outro aspecto a ser levado em consideração é o nível de endividamento das famílias brasileiras que em 2017 atingiu o índice de 58,4%, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

3. Critérios para definição de tarifas

Inicialmente, conforme entendimento prévio com a Reitoria, em 2017, e até presente momento, as diárias de hospedagem do Hotel Escola estão sendo praticadas com os seguintes valores (Quadro 01):

Quadro 01 Tarifas do Hotel Escola de Guaramiranga em 2017

APARTAMENTO	DIÁRIA
Individual	R\$180,00
Duplo	R\$270,00
Tripla	R\$380,00
Quádruplo	R\$440,00
Obs.: Não incluso café da manhã.	

Quadro 02 - Evolução das tarifas de hospedagem em Guaramiranga

MEIO DE HOSPEDAGEM	LOCALIZAÇÃO	NÚMERO DE U. HS E LEITOS	VALOR DE DIÁRIA PARA O CASAL				
			2014	Aumento (2014/2016)	2016	Aumento (2016/2018)	2018
Pousada Zeus	Sede	32/50	R\$100,00	0%	R\$100,00	0%	R\$100,00 s/C
Pousada Casarão dos Uchôas	Sede	05/20	R\$150,00 c/C	33,33%	R\$200,00 c/C	20%	R\$240,00 c/C
Pousada Bem Estar	Sede	06/16	R\$170,00 c/C	5,88%	R\$180,00 c/C	0%	R\$180,00 c/C
Pousada Medeiros	Sede	10/26	R\$130,00 c/C	15,38%	R\$150,00 c/C	6,66%	R\$160,00 c/C
Pousada Capuchinhos	Sede	43/100	R\$270,00 PC	0%	R\$270,00 PC	11,11%	R\$300,00 PC
Pousada Levy's	Sede	05/15	R\$110,00 c/C	18,18%	R\$130,00 c/C	15,38%	R\$150,00 c/C
Pousada Manjerição*	Sede	06/14	---	---	R\$300,00 c/C	6,66%	R\$320,00 c/C
Pousada Cedros	Sede	17/50	R\$250,00 c/C	0%	R\$250,00 c/C	0%	R\$250,00 c/C
Pousada da Josy	Sede	14/30	---	---	R\$200,00 c/C	- 20%	R\$160,00 c/C
Pousada Logradouro	Sede	30/60	R\$120,00 c/C	66,66%	R\$200,00 c/C	0%	R\$200,00 c/C
Pousada Encantos da Serra*	Sede	03/06	---	---	R\$120,00 c/C	0%	R\$120,00 c/C
Pousada Tramonto	Linha da Serra	11/22	R\$120,00 c/C	25%	R\$150,00 c/C	13,33%	R\$170,00 c/C
Chalé do Arnoldo Studart	Sede	10/30	R\$200,00 a R\$250,00 c/C	30%	R\$260,00 a R\$300,00 c/C	0%	R\$260,00 a R\$300,00 c/C
Chalé das Montanhas	Sede	26/78	---	---	R\$280,00 c/C	25%	R\$350,00 c/C
Chalé Bom Retiro	Sítio Bom Retiro	07/28	---	---	R\$130,00 s/C	53,84%	R\$200,00 s/C
Chalé Cana Brava	Cana Brava	07/28	---	---	R\$180,00 s/C	22,22%	R\$220,00 s/C
Chalé Cabanas da Serra	Linha da Serra	13/30	---	---	R\$500,00 a R\$600,00 c/C	0%	R\$500,00 a R\$600,00 c/C
Hotel Vale das Nuvens	Sede (a 2km)	35/110	R\$310,00 c/C	19,35%	R\$370,00 c/C	8,10%	R\$400,00 c/C
Hotel Montenegro	Sede	12/32	R\$270,00 c/C	29,62%	R\$350,00 c/C	8,57%	R\$380,00 c/C

Obs.: Pesquisa realizada em março/2018

Legendas: P/c: Pensão completa C/c: Com café da manhã

S/c: Sem café da manhã ---: Não fornecido

*: Pousadas que ainda não funcionavam em 2014.

Ressalta-se, em análise ao quadro tarifário do Quadro 02, que as atuais tarifas praticadas pelo Hotel Escola se encontram compatíveis com os empreendimentos hoteleiros da região, sendo necessário ajustes, conforme proposto neste documento.

3.2. Valor médio dos custos por hóspede em 2017

Segundo a análise do histórico de receitas e despesas, o valor médio dos custos por hóspede em 2017 correspondeu a R\$233,92 (duzentos e trinta e três reais e noventa e dois centavos). Observando o valor de uma diária individual, R\$180,00, a mesma está defasada 23,05% do custo por hóspede.

3.3. Propensão do consumidor pagar

Um critério subjetivo, porém decisivo, é o quanto o cliente está disposto a pagar pela hospedagem no Hotel Escola em determinado período. É fato que as pessoas pesquisam preços antes de adquirirem produtos ou serviços, principalmente em épocas de crise econômica.

4. Simulação de valores

A seguir serão apresentadas algumas simulações de valores como forma de embasamento para análise para definição da política das tarifas.

A tabela 01 apresenta o quantitativo de hospedagem nos dois primeiros meses de 2018 e a taxa de ocupação. Em seguida apresenta-se a tabela 02 que trata das receitas e despesas realizadas (pagas) em 2018 nos meses de janeiro e fevereiro.

Tabela 01 - Levantamento da quantidade de pessoas hospedadas em 2018

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Hósp	161	102											263
Levantamento semanal													
Mês	1ª Semana			2ª Semana			3ª Semana			4ª Semana			
	Disp.	Ocup.	% Ocup.	Disp.	Ocup.	% Ocup.	Disp.	Ocup.	% Ocup.	Disp.	Ocup.	% Ocup.	
Jan	19	14	73,68	19	19	100	19	18	94,73	18	12	66,66	
Fev	20	20	100	19	6	26,31	19	3	15,78	19	10	52,63	
Levantamento da quantidade de Hóspedes por Semana													
Mês	1ª Semana		2ª Semana		3ª Semana		4ª Semana		5ª Semana		Total		
Jan	34		51		52		24				161		
Fev	52		18		7		25				102		

Fonte: Hotel Escola

Tabela 02 - Receitas e Gastos Operacionais Realizados em 2018

Mês/ano	jan/18	fev/18	Total
Saldo mensal	-300	-11.063	- 11.363
Receitas Realizadas	21.302	18.704	40.005
Hospedagem	16.948	14.350	31.298
Cessão Restaurante	4.353,54	4.353,54	8.707
Gastos Operacionais	21.601	29.767	51.368
Bolsa-estágio	4.000	4.000	8.000
Serviços gerais	4.339,24	4.339,24	8.678
Segurança	12.295,22	12.295,22	24.590
Lavanderia	-	7.802	7.802
Energia	966,68	1.330,17	2.297

Fonte: Hotel Escola

Atualmente o Hotel Escola está com uma taxa de ocupação média de 59,65%. O valor da receita média por UH está em R\$250,03. O valor do custo médio por UH está em R\$321,05 e para alcançar o valor total desse custo ao mês, o Hotel Escola deveria obter uma receita mensal média de R\$25.684,00.

Simulação 01 valor da tarifa (diária) de R\$297,00 o casal, sem café da manhã

Receita mensal 20 UHS 01 diária = R\$23.760,00

Custo mensal médio R\$25.684,00

Déficit 7,5%

Considerando uma taxa de ocupação mensal de 60%, que é a atual taxa média, e que fossem vendidas 02 diárias:

Receita mensal 12uhs - 02 diárias = R\$28.512,00

Superávit 11,01%

Simulação 02 valor da tarifa (diária) de R\$321,05 o casal, sem café da manhã

Receita mensal 20 UHS 01 diária = R\$25.684,00

Custo mensal médio R\$25.684,00

Situação de equilíbrio, considerando taxa de ocupação de 100% em todos os finais de semana.

Considerando uma taxa de ocupação mensal de 60%, que é a atual taxa média, e que fossem vendidas 02 diárias:

Receita mensal 12 UHS - 02 diárias = R\$30.820,08

Superávit 16,66%%, considerando que, ao longo do mês 12 uhs venderão 02 diárias.

Simulação 03 considerando o gasto anual do Hotel Escola no valor de R\$520.000,00

Custo mensal médio R\$43.333,33

Valor da tarifa (diária) para casal sem café da manhã R\$541,67

Situação de equilíbrio, considerando taxa de ocupação de 100% em todos os finais de semana.

Considerando que faltam 41 finais de semana para o ano de 2018, e uma taxa de ocupação de 100%:

Receita R\$444.169,40

Considerando que faltam 41 finais de semana para o ano de 2018, e uma taxa de ocupação de 60%:

Receita R\$266.501,64

5. Proposta da Política do Quadro Tarifário do Hotel Escola

a) Proposta das Tarifas

Como proposta da política do quadro tarifário do Hotel Escola, sugere-se:

Praticar tarifas que assegurem a sustentabilidade financeira do Hotel Escola e que, ao mesmo tempo, seja compatível com o serviço oferecido e com a propensão do público a pagar pela hospedagem.

Para o ano de 2018 propõe-se as seguintes tarifas padrão:

Individual R\$300,00

Duplo R\$350,00

Triplo R\$450,00

Quádruplo R\$500,00

Não incluso o café da manhã.

Considerando uma taxa média de ocupação de 60% e que, ao longo do mês cada UH tem como meta 02 diárias:

Receita média mensal - R\$33.600,00

Receita média anual (considerando 09 meses) R\$302.400,00.

b) Estratégias de Marketing

Em concordância com as recomendações apontadas no Relatório Analítico das Receitas e Despesas do Hotel Escola do IFCE - *Campus* Avançado Guaramiranga, assim como buscando implementar boas práticas na gestão do Hotel Escola, aponta-se as seguintes orientações:

1. Considerando a ociosidade observada nas unidades habitacionais e nos demais espaços coletivos (auditório, lobby, deck da piscina) recomenda-se a realização de campanha de divulgação institucional do hotel, assim como o planejamento de eventos corporativos, recreativos ou culturais. Que o IFCE, por meio de suas Pró-Reitorias e os campi, fomente a criação de eventos periódicos, de modo que estes entrem na agenda anual de festejos e eventos do município, de modo a atrair mais pessoas e estimular o desejo de conhecer o equipamento turístico do IFCE.

2. Considerando a necessidade de estabelecimento de tarifas remuneratórias adequadas ao equilíbrio econômico, recomenda-se a elaboração de uma política de tarifas para o Hotel Escola, com apreciação e homologação pelo CONSUP. Sugere-se as seguintes diretrizes para a política de tarifas:

- A definição dos períodos de alta estação e de datas de festejos e eventos na região de Guaramiranga visando o planejamento das atividades do Hotel, o quadro tarifário e os pacotes de hospedagens, assim como subsidiar o calendário de eventos do IFCE;
- Definir o quadro tarifário em função da média dos valores de tarifas praticados pelos hotéis similares localizados em Guaramiranga.
- Estabelecer pacotes de hospedagem para períodos específicos, observando-se variações percentuais sobre a tarifa padrão, em consonância com a oferta e procura da estação (calendário) do ano.
- Definir tarifa promocional para servidores com hospedagem de lazer em períodos de baixa estação. Considerando os aspectos de estímulo a qualidade de vida do servidor e o baixo risco de incidentes, sugere-se aplicar desconto da ordem de 50% na tarifa de baixa estação;
- Definir tarifa promocional para servidores com hospedagem a trabalho em eventos do IFCE. Considerando os aspectos de estímulo para realização de eventos do IFCE no Hotel (potencialização da integração e concentração), sugere-se aplicar tarifa no valor de R\$80,00 por servidor/diária, com acomodação em apartamentos triplo ou quádruplo, totalizando, portanto, R\$240,00 e R\$320,00 por apartamento/diária, respectivamente;
- Autoridade e colaboradores externos participantes de eventos do IFCE, como convidados, podem se hospedar gratuitamente no período do evento, desde que autorizado pelo Reitor.

Guaramiranga, 20 de março de 2018.

Profa. Francisca Ione Chaves

Diretora do Campus Guaramiranga



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

RESOLUÇÃO Nº 18, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Aprova a criação do curso superior de Licenciatura em Música do *campus* de Crateús.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe são conferidas e considerando o Processo nº 23255.002618/2018-55 e considerando a deliberação do Conselho Superior na 49ª reunião ordinária, realizada nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º - Criar o Curso Superior de Licenciatura em Música no *campus* de Crateús e autorizar a oferta de 32 vagas anuais.

Parágrafo único - O curso será ofertado na modalidade presencial e no turno integral, conforme definido no projeto pedagógico em anexo.

Art. 2º - A interrupção da oferta e/ou a extinção do referido curso deverá ser submetida a este conselho para aprovação, com as devidas justificativas e a apresentação do planejamento de realocação de recursos humanos e de materiais vinculados ao curso.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe**, Presidente do Conselho Superior, em 03/04/2018, às 15:44, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0031590** e o código CRC **B7E8A3BA**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ
CAMPUS CRATEÚS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE MÚSICA - LICENCIATURA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ
CAMPUS CRATEÚS

Pró-reitor de Ensino

Reuber Saraiva de Santiago

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

José Wally Mendonça Menezes

Pró-reitora de Extensão

Zandra Maria Ribeiro Mendes Dumaresq

Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Presidente

João Paulo Ribeiro de Holanda

Membros

César Augustus Diniz Silva

Felipe Eugênio Vinhal

Marcos Antônio Monte Silva

Matheus Silva Rocha

Paula Cristina Soares Beserra

Organização e Formatação do Documento

Matheus Silva Rocha

César Augustus Diniz Silva

DADOS DO CURSO**Identificação da Instituição de Ensino**

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – <i>Campus</i> Crateús		
CNPJ: 10.744.098/0001-45 (IFCE)		
Endereço: Av. Geraldo Marques Barbosa, S/N, Venâncios, 63700-000		
Cidade: Crateús	UF: Ceará	Telefone: (88) 3692-3864
E-mail: recepcao.crateus@ifce.edu.br / ouvidoria@ifce.edu.br		
Página Institucional na internet: http://www.ifce.edu.br/crateus		

Informações gerais do curso

Denominação	Música - Licenciatura
Titulação conferida	Licenciado(a) em Música
Nível	Superior
Forma de articulação com o Ensino Médio	Subsequente
Modalidade	Presencial
Duração	Mínima: 8 semestres (4 anos)
Turno de funcionamento	Integral ¹
Periodicidade	Anual
Formas de ingresso²	Sisu, transferência, diplomado, reingresso
Número de vagas por ano	32
Início do funcionamento	2018.1
Carga horária dos componentes curriculares³	Diurno ¹ : 2960 horas Noturno ¹ : 2600 horas (3120 horas-aula)
Prática como Componente Curricular (PCC)	Diurno ¹ : 480 horas Noturno ¹ : 400 horas (480 horas-aula)
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	Diurno ¹ : 120 horas Noturno ¹ : 100 horas (120 horas-aula)
Estágio Curricular Supervisionado	400 horas
Atividades Complementares	200 horas
Carga horária total	Diurno ¹ : 3560 horas Noturno ¹ : 3200 horas (3720 horas-aula)
Sistema de carga horária	1 crédito = 20 horas
Duração da hora-aula	Período Diurno: 60 minutos Período Noturno: 50 minutos

¹ Em 2018 e posteriores anos pares, o curso será ofertado no período noturno, sendo a única exceção as atividades de observação e regência dos Estágios Supervisionados (I-IV), que serão realizadas no período diurno, e as atividades complementares, que poderão ser realizadas em quaisquer períodos. Discentes ingressos nos anos em questão estarão vinculados à matriz curricular detalhada no item 3.2.5.2 deste mesmo documento. Em 2019 e posteriores anos ímpares, o curso será ofertado no período matutino, sendo também a única exceção as atividades de observação e regência dos Estágios Supervisionados (I-IV) e as atividades complementares, que poderão ser realizadas em quaisquer períodos. Discentes ingressos nos anos em questão estarão vinculados à matriz curricular detalhada no item 3.2.5.1 deste mesmo documento.

² Ver item 2.2 deste mesmo documento.

³ Excluindo as cargas horárias dos componentes curriculares Estágio Supervisionado (I-IV) e Atividades Complementares.

SUMÁRIO

1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	1
1.1. APRESENTAÇÃO	1
1.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	2
1.2.1. Perfil Institucional.....	2
1.2.2. Missão Institucional	2
1.2.3. Dados socioeconômicos e socioambientais da região.....	3
1.2.4. Breve histórico do IFCE	5
1.2.5. Breve histórico do IFCE <i>campus</i> Crateús	7
1.3. JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO	10
1.4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	13
1.4.1. Normativas nacionais específicas	13
1.4.2. Normativas nacionais gerais.....	14
1.4.3. Normativas institucionais	18
2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	21
2.1. OBJETIVOS DO CURSO.....	21
2.1.1. Objetivo geral.....	21
2.1.2. Objetivos específicos.....	21
2.2. PERFIL ESPERADO DO FUTURO PROFISSIONAL.....	22
2.3. ÁREAS DE ATUAÇÃO.....	25
2.4. FORMAS DE INGRESSO	25
2.4.1. Processos seletivos regulares	25
2.4.2. Processos seletivos específicos.....	26
2.5. APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	26
2.6. APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS.....	27
2.7. METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM	29
2.7.1. Teoria e Prática.....	31
2.7.2. Interdisciplinaridade.....	32
2.7.3. Acessibilidade	33
2.7.4. Tecnologias de Informação e Comunicação	36
2.8. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS (PDI) NO ÂMBITO DO CURSO	37
3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	43
3.1. PROPOSTA PEDAGÓGICA.....	43
3.1.1. Conceituação e princípios norteadores	43
3.2. ESTRUTURA CURRICULAR	47
3.2.1. Núcleos formativos	47
3.2.2. Estrutura Curricular (Oferta Diurna).....	53
3.2.3. Estrutura Curricular (Oferta Noturna com Estágio diurno)	57
3.2.4. Disciplinas Optativas	60
3.2.5. Matrizes e Fluxogramas	64
3.2.6. Tabelas de Pré-Requisitos	70
3.2.7. Atividades Práticas de Ensino - Prática como Componente Curricular	74
3.2.7. Matrícula semestral e tempo de integralização	75
3.2.8. Estágio Curricular Supervisionado (ECS)	75
3.2.9. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	77
3.2.10. Atividades Complementares.....	77
3.2.11. Temas Transversais	79

3.2.12. Diploma	80
3.3. ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	80
3.3.1. Semana Acadêmica da Música	80
3.4. AVALIAÇÃO DO PROJETO DE CURSO	81
3.5. AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM	83
4. RECURSOS	87
4.1. RECURSOS HUMANOS	87
4.1.1. Corpo Docente	87
4.1.2. Gestão do <i>campus</i>	89
4.1.3. Estratégias de apoio ao discente	90
4.2. INFRAESTRUTURA	93
4.2.1. Infraestrutura física e recursos materiais	94
4.2.2. Infraestrutura de laboratórios	94
4.2.3. Coordenação do curso	99
4.2.4. Biblioteca	99
4.2.5. Acessibilidade	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104
ANEXOS	111
PROGRAMAS DAS UNIDADES DIDÁTICAS (PUDs)	111
1º semestre	112
2º semestre	134
3º semestre	156
4º semestre	180
5º semestre	201
6º semestre	218
7º semestre	238
8º semestre	259
Disciplinas Optativas	276
APÊNDICE A	412
APÊNDICE B	421
APÊNDICE C	434

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. APRESENTAÇÃO

O presente documento, elaborado coletivamente pelos professores de música do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – *Campus* Crateús, orientados pelas Direções Geral e de Ensino, constitui o Projeto Pedagógico do Curso de Música - Licenciatura do IFCE *campus* Crateús.

A ideia da criação do curso originou-se, de certo modo, de uma assembleia realizada no dia 10 de agosto de 2016, às 14h30, no Auditório do IFCE *campus* Crateús. Nessa audiência pública, a população local expressou seu interesse pela criação de cursos em diversas áreas, sendo que prioridade foi dada – através de votação – às artes em geral, e à música em particular. Esforços foram feitos por parte do corpo técnico-administrativo do IFCE para viabilizar a vinda de profissionais capacitados que pudessem transformar o anseio crateuense em realidade; então, em julho de 2017, cinco servidores recém-aprovados em concurso público para docente dessa instituição foram empossados e informados da sua missão de criar um curso de música no *campus* Crateús.

Diversas reuniões foram realizadas ainda no mês de julho entre os novos professores e representantes do *campus*, da cena musical local, e dos órgãos administrativos dos Sertões de Crateús, com a finalidade de melhor compreender as necessidades regionais e desenvolver estratégias de curto e médio prazo para saná-las. Após cuidadosa análise técnica das numerosas opiniões e informações coletadas, verificou-se que a melhor alternativa para o preenchimento da evidente lacuna local no ensino de Artes na Educação Básica seria a criação de uma licenciatura em música, pioneira no Instituto Federal do Ceará. No dia 27 de julho de 2017 o Gabinete da Diretora Geral do IFCE *campus* Crateús publicou a portaria Nº 086/GDG, que criou então a Comissão responsável pela elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Música - Licenciatura.

Em 19 de setembro de 2017, atendendo à convocação da Pró-Reitoria de Ensino do IFCE, representantes das comissões de elaboração dos projetos pedagógicos dos *campi* de Crateús, Canindé e Limoeiro do Norte reuniram-se na Sala de Reuniões da PROEN/PRPI, em Fortaleza, com a finalidade de discutir e dar encaminhamentos ao alinhamento dos cursos de Música - Licenciatura previstos

para iniciar ainda em 2018, nos três *campi*. A reunião, mediada pela Chefe do Departamento de Ensino Superior do Instituto Federal do Ceará, confirmou a linha de pensamento seguida pelo corpo docente e pela direção de ensino do *campus* Crateús, e deu encaminhamentos para a finalização do projeto.

1.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

1.2.1. Perfil Institucional

O IFCE é uma instituição pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, que não apenas articula a educação superior, básica e profissional, como também consolida seu papel social vinculado à oferta do ato educativo que elege como princípio a primazia do bem social. O instituto traz em seu DNA elementos singulares para sua definição identitária, assumindo seu papel representativo de uma verdadeira Incubadora de Políticas Sociais, uma vez que constrói uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade (Resolução CONSUP/IFCE nº 33/2015).

1.2.2. Missão Institucional

O IFCE, em conformidade com princípio constitucional de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tem como missão produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos, por meio dos três eixos de atuação acadêmica, na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética. No desenvolvimento de suas ações, a instituição contribui para o progresso socioeconômico local, regional e nacional, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da integração com as demandas da sociedade e do setor produtivo (Resolução CONSUP/IFCE nº 33/2015).

1.2.3. Dados socioeconômicos e socioambientais da região

A regionalização atual dos municípios cearenses adotada pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) é composta por 14 Regiões de Planejamento, sendo elas: Cariri, Centro Sul, Grande Fortaleza, Litoral Leste, Litoral Norte, Litoral Oeste / Vale do Curu, Maciço de Baturité, Serra da Ibiapaba, Sertão Central, Sertão de Canindé, Sertão dos Crateús (ou Sertões de Crateús), Sertão dos Inhamuns, Sertão de Sobral e Vale do Jaguaribe. Estas regiões foram criadas a partir de aspectos semelhantes vinculados às características geoambientais, socioeconômicas, culturais e de rede de fluxos dos municípios.

Tendo como aspectos geográficos predominantes os domínios naturais dos sertões e das serras secas, a Região de Planejamento Sertão dos Crateús possui 13 municípios: Ararendá, Catunda, Crateús, Hidrolândia, Independência, Ipaporanga, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Poranga, Santa Quitéria e Tamboril. A área total da região é de aproximadamente 20.594,40 km².

O clima predominante nos Sertões de Crateús, assim como no estado do Ceará, é o Tropical Quente Semiárido (em laranja, no mapa abaixo),

estando também presente – com menor representatividade – o clima Tropical Quente Semiárido Brando (em amarelo). A região abrange várias bacias hidrográficas, entre elas as bacias Metropolitana, da Serra da Ibiapaba, de Acaraú, e do Banabuiú.

O município de Crateús, polo da região, possui uma população estimada [2017] de 74.426 habitantes, salário médio mensal dos trabalhadores formais [2015] de 1,8 salários



mínimos, apenas 8,4% da população ocupada [2015], 2984 matrículas no ensino médio [2015], PIB per capita [2014] de R\$ 8326,21, IDHM [2010] 0,644, e índices discrepantes de arborização e urbanização de vias públicas [2010]: 97,6% e 3,2%, respectivamente.

Economicamente, os Sertões de Crateús, ao longo da sua história, têm sobrevivido através da pecuária e da agricultura, desde sua fase de pertença ao Estado do Piauí, até os dias de hoje como município do Ceará. O primeiro impulso econômico recebido por Crateús foi a construção da Estrada de Ferro Sobral/Crateús, iniciada em 1896, chegando a este município em 1912. A partir de Crateús, a então Rede de Viação Cearense (RVC) estendeu a estrada de ferro, que se prolongou até os distritos de Ibiapaba e Oiticica e, atualmente, com a denominação de Transnordestina, mantém-se ligada aos estados do Piauí e do Maranhão.

A economia da região tem crescido consideravelmente nos últimos anos. De acordo com dados do DataSebrae, o Produto Interno Bruto (PIB) da região dos Sertões de Crateús apresentou aumento constante e superior a 100% no breve período entre os anos de 2007 e 2014, sendo o setor de Comércio e Serviços e o Setor Público os principais responsáveis pela geração renda no município.

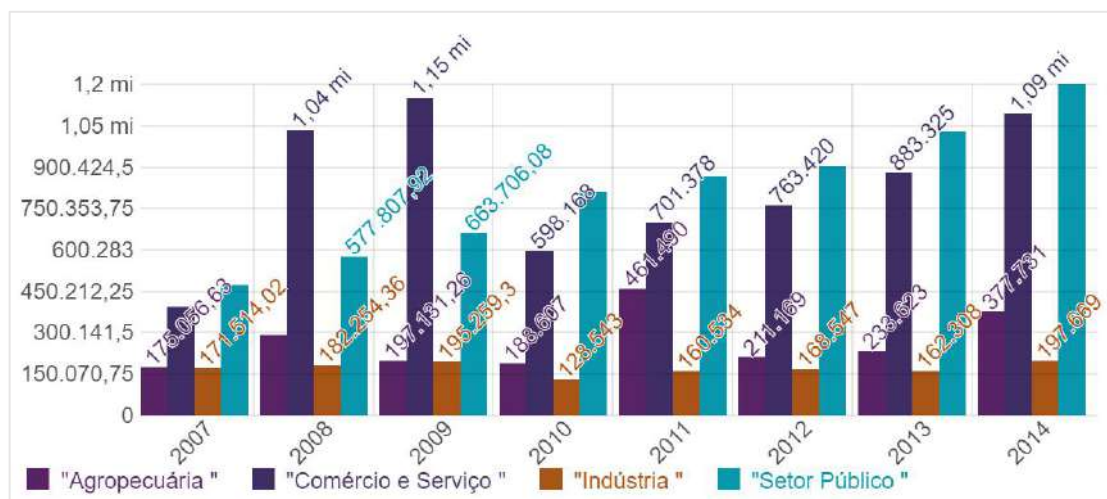


Gráfico 1 - PIB do Sertão dos Crateús, por setor [2007/2014]. (Fonte: DataSebrae).

Outro setor importante de produção na cidade-polo, bem como em toda a Região dos Sertões de Crateús, embora apresente atualmente pouco impacto na geração de riquezas da região, é a agropecuária. De acordo com o relatório do SEBRAE (2017), nesse âmbito, as principais atividades produtivas são: bovinocultura, onde Crateús aparece em segundo lugar regional, produzindo 48000

cabeças na última contagem; suinocultura, área crescente, em 4º lugar na região com 15000 cabeças; ovinocultura, em 3º, com 67 mil cabeças; produção de leite, em 3º lugar, onde, somado à região, produziu 57 milhões de litros; apicultura, com produção que abastece tanto o mercado local como é exportada, em 2º lugar, com 42 mil toneladas; e produção de ovos, setor autossuficiente, onde Crateús aparece em 2º lugar, com mais de 200 mil dúzias produzidas.

No tocante à educação, segundo dados do INEP referentes a 2016, a região atende a um total de 74.217 alunos em 398 unidades de ensino, sendo que 83,57% dessas matrículas estão sob responsabilidade dos municípios. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) na região está acima da meta na maioria dos municípios e apresenta uma média superior à do Ceará e do Brasil. Independência e Novo Oriente se destacam, apresentando índices próximos a 8 (7,9 e 7,8, respectivamente) nos anos iniciais do ensino fundamental.

1.2.4. Breve histórico do IFCE

O texto a seguir foi extraído e adaptado da seção “Trajetória do IFCE na Educação Profissional”, presente no Projeto Pedagógico Institucional do Instituto Federal do Ceará, aprovado pela Resolução CONSUP/IFCE nº 33/2015.

A história do IFCE inicia no limiar do século XX, quando o então Presidente Nilo Peçanha, inspirado nas escolas vocacionais francesas, cria, mediante o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, as Escolas de Aprendizes Artífices, destinadas a prover de formação profissional os pobres e desvalidos da sorte.

Algumas décadas depois, um incipiente processo de industrialização começa a despontar no Brasil, passando a ganhar maior impulso na década de 40, com o fim da Segunda Guerra Mundial. Foi então que se deu a transformação da Escola de Aprendizes Artífices em Liceu Industrial de Fortaleza, no ano de 1941, passando, no ano seguinte, a denominar-se Escola Industrial de Fortaleza.

Nesse momento, a instituição passou a ofertar cursos de formação profissional, com objetivos distintos daqueles traçados para as artes e ofícios, mas certamente voltados ao atendimento das exigências do momento vivido pelo parque industrial brasileiro, como forma de contribuir com o processo de modernização do país.

O crescente processo de industrialização, antes realizado tão só com tecnologias importadas, gerou a necessidade de formar mão de obra técnica para operar esses novos sistemas industriais e para atender às necessidades governamentais de investimento em infraestrutura. No arroubo desenvolvimentista da década de 50, a Escola Industrial de Fortaleza, mediante a Lei Federal nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, ganhou a personalidade jurídica de autarquia federal, passando a gozar de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, incorporando mais uma missão, a de formar profissionais técnicos de nível médio.

Em 1965, passa a se chamar Escola Industrial Federal do Ceará e, em 1968, recebe a denominação de Escola Técnica Federal do Ceará. Estava demarcado o início de uma trajetória de consolidação de sua imagem como instituição de educação profissional de elevada qualidade, responsável pela oferta de cursos técnicos de nível médio nas áreas de edificações, estradas, eletrotécnica, mecânica, química industrial, telecomunicações e turismo.

A crescente complexidade tecnológica demandada pelo parque industrial, nesse momento, mais voltado para a exportação, originou a demanda de evolução da rede de Escolas Técnicas Federais e, já no final dos anos 70, um novo modelo institucional, denominado Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs, foi criado no Paraná, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Somente em 1994, a Escola Técnica Federal do Ceará, juntamente com as demais Escolas Técnicas Federais da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, é transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, mediante a publicação da Lei Federal nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, que estabeleceu uma nova missão institucional, a partir da ampliação das possibilidades de atuação no ensino, na pesquisa e na extensão. Ressalte-se que, embora incluído no raio de abrangência do instrumento legal atrás mencionado, o CEFETCE somente foi implantado efetivamente em 1999.

Em 1998 foi protocolizado, junto ao Ministério da Educação – MEC, seu projeto institucional, com vistas à implantação definitiva da nova instituição, o que se deu oficialmente em 22 de março de 1999. Em 26 de maio do mesmo ano, o Ministro da Educação aprova o respectivo Regimento Interno, pela Portaria nº 845. O Ministério da Educação, reconhecendo a prontidão dos CEFETs para o desenvolvimento do ensino em todos os níveis da educação tecnológica e visando à

formação de profissionais aptos a suprir as carências do mundo do trabalho, incluiu entre as suas finalidades a de ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, mediante o Decreto nº 5.225, de 14 de setembro de 2004, artigo 4º, inciso V.

A essa altura, a reconhecida importância da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no mundo inteiro desencadeou a necessidade de ampliar a abrangência dos CEFETs. Ganha corpo então o movimento pró-implantação dos institutos federais, cujo delineamento foi devidamente acolhido pela Chamada Pública 002/2007, ocasião em que o MEC reconheceu tratar-se de uma das ações de maior relevo do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE.

O Governo Federal, por meio da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, criou então 38 institutos federais, com 312 *campi* espalhados por todo o país, cada um deles constituindo-se uma autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação e supervisionada pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica, todos dotados de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática, pedagógica e disciplinar.

Ao estabelecer como um dos critérios na definição das cidades-polo a distribuição territorial equilibrada das novas unidades, a cobertura do maior número possível de mesorregiões e a sintonia com os arranjos produtivos sociais e culturais locais, reafirma-se o propósito de consolidar o comprometimento da EPT com o desenvolvimento local e regional.

Nasceram então os Institutos Federais, a partir da fusão dos CEFETs e Escolas Agrotécnicas Federais, ambas autarquias federais. No estado do Ceará, foram unificadas como IFCE, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, a Escola Agrotécnica do Crato e a Escola Agrotécnica do Iguatu.

1.2.5. Breve histórico do IFCE *campus* Crateús

O IFCE *campus* Crateús está situado no município de Crateús, ao sul da Chapada da Ibiapaba, distante 350 km da capital cearense. Através da oferta de ensino técnico, bacharelado e licenciaturas, a unidade atende estudantes dos municípios de Crateús, Novo Oriente, Independência, Ipaporanga, Poranga, Tamboril, Catunda, Monsenhor Tabosa, Novas Russas e Tauá.

A pedra fundamental do *campus* foi lançada em 2008 e a conclusão parcial da obra ocorreu em julho de 2010, na segunda fase do plano de expansão da rede de Ensino Profissional e Tecnológico, promovido pelo Governo Federal. Uma cerimônia de inauguração coletiva realizada em Brasília com a participação do presidente Lula marcou esse momento. O início das atividades letivas se deu em agosto do mesmo ano, com aulas de nivelamento em Matemática. Já o primeiro dia de aula oficial ocorreu em 22 de setembro, iniciando os cursos técnicos integrados em Química e Edificações e a licenciatura em Matemática.

No ano de 2012, o ensino ganhou impulso com a criação do curso de bacharelado em Zootecnia, cuja gênese fomentou, inclusive, a primeira grande atividade de extensão do IFCE no município: o projeto Nilo Peçanha, que teve como objetivo levar conhecimento em informática e gerenciamento de propriedade agrícola às comunidades rurais de Crateús. O período foi também marcado pela primeira edição do maior evento científico promovido pelo IFCE *campus* Crateús: a Semana de Ciência e Tecnologia, que contou com a participação de todos os cursos do *campus*.

A oferta de ensino técnico e superior foi ampliada em 2013, com a criação do Curso Técnico em Agropecuária e da Licenciatura em Letras. Destacou-se ainda a inserção do *campus* nos programas de intercâmbio internacional, com a participação de estudantes no programa Ciência sem Fronteiras do Governo Federal. Na área de eventos, o *campus* realizou a segunda edição da Semana de Ciência e Tecnologia e, com o início das atividades da Coordenadoria de Assistência Estudantil (CAE), as ações de integração foram intensificadas, ocorrendo nesse ano o I Concurso Cultural “Semana do Estudante”, visando incentivar a produção artística dos discentes, e sua integração com os servidores do *campus*. Ainda em 2013, por meio da CAE, o *campus* lançou o primeiro edital de auxílio transporte e moradia, com o objetivo de ampliar as condições de permanência e apoio à formação acadêmica dos discentes.

No ano seguinte, a estrutura física do *campus* ganhou novas aquisições, com a inauguração do refeitório e de um parque aquático com dimensões semiolímpicas. Tiveram início também as ações do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (curso de Letras), do Núcleo de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais (NAPNE) e a oferta de cursos do Pronatec. No âmbito da realização de eventos, teve início a realização do Seminário Interdisciplinar das

Ciências da Linguagem, cuja edição em 2014 ocorreu em Sobral, além da III Semana de Ciência e Tecnologia e I Semana do Livro e da Biblioteca dos Sertões de Crateús. Outro momento celebrado pela comunidade que integra o *campus* foi o envio de um aluno para intercâmbio em Bragança (Portugal), por meio do programa IFCE Internacional. Foi também em 2014 que Crateús conquistou o primeiro reconhecimento de curso, pelo Ministério da Educação: a Licenciatura em Matemática, que conquistou nota 4 (quatro), na análise dos avaliadores do MEC.

Na área da assistência estudantil, o *campus* iniciou o apoio às viagens técnicas, possibilitando auxílios à participação dos estudantes em atividades de estudo fora da sala de aula, sobretudo em outros municípios.

Em 2015 o *campus* ganhou o seu quarto curso superior: a Licenciatura em Física. Dentre outros momentos marcantes, foi celebrada a inauguração da urbanização e realizada a primeira edição do Universo IFCE.

No ensino, no ano de 2016 teve início o processo de consulta pública para criação de novos cursos, evidenciando um formato democrático de implantação de ofertas voltadas para o desenvolvimento regional. O reforço às parcerias ganhou ênfase em iniciativas como a Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Crateús, que se tornou um dos maiores eventos do gênero na região, além da IV edição do Seminário Interdisciplinar das Ciências da Linguagem (SIC). No âmbito das atividades de extensão, os núcleos de estudos se ampliaram, com destaque para a criação do NEABI (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas), dentre outras ações em benefício da comunidade interna e do público externo, tais como oficinas, aulas públicas e a consolidação do Espaço Educação, quadro radiofônico voltado para a reflexão sobre temas de interesse da população.

A administração do *campus* teve à frente dois gestores. No primeiro momento, de 2010 a 2012, o *campus* foi dirigido pelo professor Francisco Charles Teixeira de Vasconcelos. A partir de 2012, a professora Paula Cristina Soares Beserra assumiu a direção geral do *campus*, que atende pelo menos a nove municípios integrantes da região dos Sertões de Crateús.

1.3. JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) confere à Educação Básica o caráter de espaço para a compreensão e vivência do ambiente natural e social, do sistema político, das tecnologias, das artes e dos valores que fundamentam a sociedade (Art. 22), com o objetivo de fornecer ao estudante o conhecimento para pleno exercício da cidadania, bem como conhecimentos básicos para o trabalho. Esse objetivo, no entanto, ainda não foi satisfatoriamente cumprido, uma vez que o ensino das artes e dos conhecimentos humanos não encontra solo estável para seu estabelecimento. Tendo em vista essa problemática, a legislação vem se adaptando a fim de superá-la, dando suporte a mudanças no texto original da LDB, como a inclusão de conteúdos culturais (como história indígena e africana no Brasil), e adaptações na linguagem Artes. A música, uma das linguagens do componente curricular Artes, passou por diversas mudanças no percurso da educação brasileira (ERTEL, SOUSA e WOLFFENBUTTEL, 2016), como pode ser observado:

- **Decreto 981/90:** Define a música como elemento fundamental da formação básica.
- **Decreto 19.890/31:** Torna obrigatório o Canto Orfeônico no Ensino Secundário em todo o território nacional.
- **Lei 4.024/61:** Retira a obrigatoriedade do Canto Orfeônico e introduz a iniciação artística.
- **Lei 5.692/71:** Torna obrigatória a Educação Artística, como “atividade educativa”.
- **Lei 9.394/96:** Torna obrigatório o ensino de Artes como componente curricular em toda a Educação Básica.
- **Lei 11.769/08:** Música se torna linguagem obrigatória, mas não exclusiva, do componente curricular Artes.
- **Lei 13.278/16:** O componente Artes passa a ser composto pelas linguagens Música, Teatro, Dança e Artes Visuais.
- **Medida Provisória 746/16:** O componente curricular Artes deixa de ser obrigatório no Ensino Médio.
- **Lei 13.415/17:** O componente curricular Artes volta a ser obrigatório em toda a Educação Básica.

Esta perplexidade na obrigatoriedade da música na educação básica, apesar de revelar inconstância no seu processo, contribuiu para fortalecer sua presença na sala de aula, onde, de maneira geral, predominava um ensino unidirecional e/ou estéril, no qual lecionavam professores sem formação específica. Embora a legislação possibilite uma flexibilidade em relação aos conteúdos do componente Artes, a música está presente como uma das linguagens artísticas a serem ensinadas no contexto escolar.

Nesse cenário, sobretudo desde 2008, as Instituições de Ensino Superior vêm atuando na perspectiva de formar professores de música para a Educação Básica. Entretanto, ainda que tenha havido maior democratização do ensino superior de música no país, é realidade que há um contingente pequeno de professores de música habilitados nas escolas brasileiras.

Nacionalmente, 26% dos professores que ministram Artes têm formação específica na área; este número só é superior à Sociologia e Filosofia (sendo a demanda de Artes maior, por ser obrigatório em toda a educação básica). A situação na região de Crateús é drasticamente pior: em toda a Regional 13⁴, segundo informações da CREDE 13, na rede estadual, dos mais 100 professores lotados no componente, apenas 3 possuem habilitação na em Artes e não há um só professor habilitado em música. Somado a isto, 17 escolas fazem parte do PROEMI (Programa Ensino Médio Inovador) do Ministério da Educação, todas contemplando as artes em geral, incluindo música; 7 escolas de ensino fundamental fazem parte do novo Mais Educação, das quais 3 apresentam ações específicas de música (prática de banda, coral e iniciação musical), novamente, sem haver professores com formação específica na área de música.

O mesmo quadro se repete nas redes municipais, que são responsáveis pela maioria das matrículas da região. Sobre a rede municipal de educação de Crateús, há ainda um potencializador: segundo a lei orgânica do município, no artigo 162, inciso I, no que tange a parte diversificada do currículo municipal,

Art. 162 Será introduzido no currículo escolar do Município as seguintes disciplinas:

I – noções de Músicas

II – a História do Município.

⁴ Divisão da SEDUC-CE. Compreende Ararendá, Catunda, Crateús (sede), Independência, Ipaporanga, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Poranga e Tamboril.

Ou seja, a rede municipal de educação de Crateús, que conta com 10266 alunos (2016) e 78 escolas, deve introduzir música em todas as unidades escolares. Segundo informações da Secretaria Municipal da Educação, em 2018 pretende-se iniciar os trabalhos com música, sendo a formação docente um dos obstáculos.

Além disso, segundo os documentos oficiais municipais (PPA 2018-2021, PME 2015-2025, PMC 2016-2026, LO), Ararendá (PPA 2018-2021, 4.12, 4.13, 4.14), Ipueiras (PPA 2018-2021, 4.12, 4.13, 4.14) e Novo Oriente (PMC 2016-2026) implantarão ou ampliarão atividades especificamente de educação musical: iniciação musical, iniciação instrumental, ampliação das bandas e iniciação ao canto coral. Tais documentos também preveem a ampliação das escolas de tempo integral, espaço em que o professor de música se faz extremamente necessário: Ararendá pretende, até 2025, oferecer educação em tempo integral em 60% das escolas públicas municipais (PME 2015-2025, meta 6); Crateús, no mesmo prazo, pretende oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas da rede pública municipal (PME 2015-2025, meta 6); Independência, pretende investir 1.1 milhões na implantação de escolas de tempo integral (PPA 2018-2021, ação 0272); em Ipaporanga está previsto na LO, art. 172, inciso VI, a implantação progressiva da oferta de escolas em tempo integral; Ipueiras é o município que apresenta os maiores números: pretende transformar 80% das escolas da rede pública municipal em escolas de tempo integral até 2025 (PME 2015-2025, meta 6); Nova Russas pretende expandir o Novo Mais Educação, investindo 500mil reais até 2021 (PPA 2018-2021, ação 2031).

É importante ainda destacar que Ararendá (PME 2015-2025, meta 13), Crateús (PME 2015-2025, meta 15) e Ipueiras (PME 2015-2025, meta 11) planejam, até 2025, que todos os docentes da rede pública municipal possuam formação específica de nível superior na *área em que atuam*. Assim, as áreas mais carentes da educação básica, Sociologia, Filosofia e Artes, são as que mais merecem atenção; no caso dos municípios, que se responsabilizam pelas etapas da educação infantil e ensino fundamental, Artes é o mais carente de formação específica.

Ultrapassando os limites da educação básica, a região convive com intensa atividade musical, destacando-se as bandas filarmônicas (219 no estado, 18 na região), músicos/artistas populares e projetos culturais; estão previstos recursos para a promoção artística e cultural em cada município: Independência, 140 mil reais

(PPA 2018-2021, ação 0048); Catunda, 71 mil reais (PPA 2018-2021, ação 2067); Ipaoranga, 1,8 milhões (PPA 2018-2021, ação 2039); Nova Russas, 600 mil (PPA 2018-2021, ação 2030); Novo Oriente, 518 mil (PPA 2018-2021).

Outro fator que corrobora a implantação do curso de Música - Licenciatura é a escassez de licenciaturas em música no Ceará. Em todo o Estado, atualmente, é possível se licenciar em música apenas em Fortaleza e Sobral. Dessa forma, a criação do curso contribuirá para fortalecer a área e democratizar o acesso ao curso numa região distante do centro metropolitano do estado. Dessa maneira, o *campus* Crateús terá o fundamental papel de ser o centro formador de músicos-professores da região sudoeste do Ceará, abastecendo um mercado de trabalho que, além de amplo, é urgente, impactando tanto nos indicadores educacionais como, possivelmente, nos serviços ligados às práticas e consumo de música. Mais adiante disso, como é proposto detalhadamente no Projeto Pedagógico do Curso, o *campus* se tornará um cenário de atividades e eventos culturais e artísticos, estimulando recitais, concertos, shows, fóruns, congressos, pesquisa, ensino, formação de plateia, bem como ofertando cursos e atividades de extensão para a comunidade externa, contribuindo então para o cultivo de um cenário musical fértil, plural e estimulado ao enfrentamento dos desafios locais.

1.4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.4.1. Normativas nacionais específicas

Os documentos a seguir compreendem as normativas específicas atuais – vigentes em outubro de 2017 – do curso de Música - Licenciatura:

- **2003 - Parecer CNE/CES nº 195, de 05 de agosto:** Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Música, Dança, Teatro e Design.
- **2004 - Resolução CNE/CES nº 02, de 08 de março:** Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música e dá outras providências.
- **2008 - Lei nº 11.769, de 18 de agosto:** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica.

- **2010 - Lei nº 12.287, de 13 de julho:** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no tocante ao ensino da arte.
- **2013 - Parecer CNE/CEB nº 12, de 04 de dezembro:** Diretrizes Nacionais para a operacionalização do Ensino de Música na Educação Básica.
- **2016 - Lei nº 13.278, de 02 de maio:** Altera o § 6º do art. 26 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte.

1.4.2. Normativas nacionais gerais

Os documentos a seguir compreendem as normativas gerais atuais – vigentes em outubro de 2017 – para cursos de graduação:

- **1988 - Constituição da República Federativa do Brasil.**
- **1996 - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro:** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB).
- **1997 - Parecer CNE/CES nº 744, de 03 de dezembro:** Orientações para cumprimento do artigo 65 da Lei 9.394/96 - Prática de Ensino.
- **1999 - Lei nº 9.795, de 27 de abril:** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- **2000 - Lei nº 10.098, de 19 de dezembro:** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- **2001 - Parecer CNE/CES nº 583, de 4 de abril:** Dispõe sobre a orientação para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação.
- **2002 - Lei nº 10.436, de 24 de abril:** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.
- **2002 - Decreto nº 4.281, de 25 de junho:** Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
- **2003 - Lei nº 10.639 de 09 de janeiro:** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a

obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

- **2003 - Portaria nº 3.284:** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
- **2004 - Parecer CNE/CP 003, de 10 de março:** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- **2004 - Lei nº 10.861, de 14 de abril:** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências.
- **2004 - Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho:** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- **2005 - Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro:** Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- **2006 - Decreto nº 5.773, de 9 de maio:** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
- **2006 - Parecer CNE/CES nº 261:** Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências.
- **2006 - Parecer CNE/CES nº 277, de 7 de dezembro:** Versa sobre nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação.
- **2007 - Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho:** Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.
- **2007 - Portaria MEC nº 40, de 12 de dezembro: reeditada em 29 de dezembro de 2011:** Institui o e-MEC – sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal

de educação –, o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), entre outras disposições.

- **2008 - Lei nº 11.645, de 10 de março:** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
- **2008 - Lei nº 11.741, de 16 de julho:** Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.
- **2008 - Lei Nº 11.788, de 25 de setembro:** Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências.
- **2008 - Lei nº 11.892, de 29 de dezembro:** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria o Instituto Federal do Ceará e dá outras providências.
- **2009 - Decreto nº 6.949:** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
- **2011 - Decreto nº 7.611:** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
- **2012 - Lei nº 12.764:** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- **2012 - Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio:** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- **2012 – Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho:** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- **2014 - Lei nº 13.005, de 25 de junho:** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

- **2015 - Lei nº 13.146, de 6 de julho:** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- **2015 - Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho:** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.
- **2015 - Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – presencial e a distância (MEC/INEP/DAES).**
- **2016 - Orientação Normativa nº 02:** Estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **2017 - Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro:** Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Os documentos a seguir compreendem as normativas gerais atuais – vigentes em outubro de 2017 – para cursos de licenciatura:

- **2005 - Parecer CNE/CES nº 15:** Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP nºs 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior.
- **2009 - Lei nº 12.056, de 13 de outubro:** Acrescenta parágrafos ao art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

- **2009 - Lei nº 12.014, de 06 de agosto:** Altera o art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação.
- **2010 - Resolução CNE/CEB nº 04, de 13 de julho:** Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
- **2013 - Lei nº 12.796, de 04 de abril:** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.
- **2015 - Parecer CNE/CP nº 02, de 09 de junho:** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica.
- **2015 - Resolução CNE/CP nº 02, de 1º de julho:** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.
- **2015 - Lei nº 13.174, de 21 de outubro:** Insere inciso VIII no art. 43 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, entre as finalidades da educação superior, seu envolvimento com a educação básica.
- **2015 - Parecer CNE/CEB nº 14, de 11 de novembro:** Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígena na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008.

1.4.3. Normativas institucionais

- Regulamento da Organização Didática do IFCE (ROD).
- Plano de Desenvolvimento Institucional do IFCE (PDI).
- Projeto Pedagógico Institucional (PPI).
- Resolução CONSUP que estabelece os procedimentos para criação, suspensão e extinção de cursos no IFCE.
- Tabela de Perfil Docente.

- Resolução CONSUP nº 028, de 08 de agosto de 2014, que dispõe sobre o Manual de Estágio do IFCE.
- Resolução vigente que regulamenta a carga horária docente.
- Documento Norteador para Construção dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio (IFCE, 2014).
- Resolução vigente que determina a organização do Núcleo Docente Estruturante no IFCE.
- Resolução vigente que determina a organização e o funcionamento do Colegiado de curso e dá outras providências.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1. OBJETIVOS DO CURSO

2.1.1. Objetivo geral

O curso de Música - Licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – *Campus* Crateús, tem como objetivo formar professores de música habilitados com as competências, conhecimentos e técnicas necessárias para atuar nos espaços de ensino das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, bem como em outros contextos educativos, possibilitando também a atuação profissional como intérprete instrumental/vocal, preparador vocal, regente, arranjador e compositor musical.

2.1.2. Objetivos específicos

Como parte desse objetivo maior e a fim de alcançá-lo, este curso de Música - Licenciatura tem como metas específicas:

- Formar o docente que compreenda as diversas abordagens educacionais contemporâneas, os aspectos didáticos e pedagógicos que envolvem o planejamento, o ensino, a metodologia e a avaliação, com consciência dos desafios nos diferentes espaços de atuação profissional;
- Formar o professor pesquisador para a atualização do conhecimento, busca de novos saberes e valorização da formação continuada;
- Formar o professor dotado dos conhecimentos pedagógicos e específicos capaz de atuar em contextos de ensino específicos de música: conservatórios, escolas de música e projetos sociais;
- Proporcionar formação acadêmica ampla e sólida dos conhecimentos específicos da música e pedagógicos, perpassando os eixos de ensino, pesquisa e extensão, necessários para a formação da identidade profissional e para a prática pedagógica;

- Fomentar o desenvolvimento da consciência acerca da importância da prática docente articulada democraticamente à sociedade, a fim de que o futuro professor de música possa atuar nela de maneira transformadora;
- Desenvolver a sensibilidade artístico-estética, o pensamento crítico-reflexivo e a responsabilidade socioambiental e ética sobre o papel do professor de música dentro e fora da escola;
- Proporcionar uma estrutura curricular plural e ambientes de estudos específicos da música, integrando saberes teóricos com experiências práticas;
- Oportunizar condições para o desenvolvimento da habilidade instrumental e vocal, da regência e da composição musical, perpassando diferentes técnicas e estilos, possibilitando a atuação profissional nessas áreas;
- Oferecer orientação capaz de levar à reflexão sobre a construção histórica da música, por meio de seus estilos, obras, compositores e intérpretes, e de seu papel na sociedade atual;
- Valorizar a produção cultural e musical humana e sua diversidade, com especial atenção às diferentes manifestações musicais brasileiras;
- Estimular conhecimentos e vivências colaborativas envolvendo licenciandos e professores do curso por meio de disciplinas ou em atividades complementares;
- Buscar a superação das dicotomias existentes entre teoria e prática, escola e sociedade, e arte, cultura e ciência;
- Contribuir para a melhoria da Educação Básica, na medida em que se formam profissionais capazes de atuar crítico-reflexivamente no contexto educacional.

2.2. PERFIL ESPERADO DO FUTURO PROFISSIONAL

O profissional egresso deve demonstrar, em harmonia com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música (Resolução CNE/CES nº 02/2004), apropriação do pensamento reflexivo, da sensibilidade artística, da utilização de técnicas composicionais, do domínio dos conhecimentos relativos à manipulação composicional de meios acústicos, eletroacústicos e de outros meios experimentais, do domínio técnico de instrumentos musicais, da voz e da regência, e

da sensibilidade estética através do conhecimento de estilos, repertórios, obras e outras criações musicais.

O licenciado também deve estar apto, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior (Resolução CNE/CP nº 02/2015) e com os objetivos gerais do curso, a:

- Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime e igualitária;
- Compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- Trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;
- Dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico metodológicas do seu ensino, de forma adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- Relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;
- Identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;
- Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;
- Atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;
- Realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em

diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;

- Utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;
- Estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.

Os professores indígenas e aqueles que venham a atuar em escolas indígenas, professores da educação escolar do campo e da educação escolar quilombola, dada a particularidade das populações com que trabalham e da situação em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:

- Promover diálogo entre a comunidade junto a quem atuam e os outros grupos sociais sobre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprios da cultura local;
- Atuar como agentes interculturais para a valorização e o estudo de temas específicos relevantes.

Por fim, as seguintes competências e habilidades – desenvolvidas de acordo com os objetivos específicos do curso – são esperadas do licenciado em música e de sua atuação profissional na sociedade, nas dimensões artística, cultural, social, ética, científica e tecnológica, inerentes à área da Música:

- Capacidade de expressar-se musicalmente por meio de instrumentos musicais e da voz;
- Capacidade de compor trechos e obras musicais, bem como arranjar e transcrever música, fazendo uso de diferentes técnicas;
- Capacidade de formar e reger músicos e grupos musicais, vocais e instrumentais, tendo consciência das necessidades e cuidados com a voz e o corpo;
- Consciência acerca da importância social da música;
- Valorização da produção musical humana e de sua diversidade, com especial atenção às diferentes manifestações musicais brasileiras;

- Superação das dicotomias existentes entre teoria e prática, escola e sociedade, e arte, cultura e ciência.

2.3. ÁREAS DE ATUAÇÃO

O licenciado em música, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica (Resolução CNE/CP nº 02/2015), está habilitado a exercer a docência em sua área de conhecimento – assim como a organização e a gestão de processos educativos – na Educação Básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e em suas respectivas modalidades: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola.

Outros contextos de ensino, como projetos sociais, e de prática instrumental/vocal, como apresentações musicais em grupo ou como solista, também se revelam adequados à sua formação acadêmica, ampliando assim de forma significativa a área de atuação do licenciado. A estrutura curricular do curso proporciona ao egresso o conhecimento necessário ao desenvolvimento de pesquisas artísticas, científicas e/ou tecnológicas em música, e também o senso crítico e o referencial teórico necessários à realização de manifestações musicais e difusão de cultura.

2.4. FORMAS DE INGRESSO

2.4.1. Processos seletivos regulares

O ingresso de novos discentes no curso de Música - Licenciatura dar-se-á principal e majoritariamente através de processos seletivos com periodicidade anual, precedidos de editais públicos. A seleção para ingresso em 2018.1 – primeira turma do curso – utilizará a nota do ENEM 2017 como critério classificatório, enquanto as seleções para ingresso em anos posteriores serão realizadas através do Sisu (Sistema de Seleção Unificada).

Em 2018 e posteriores anos pares, o curso será ofertado no período noturno, sendo as únicas exceções as atividades de observação e regência dos Estágios Supervisionados (I-IV), que serão realizadas no período diurno, e as atividades complementares, que poderão ser realizadas em quaisquer períodos. Discentes ingressos nos anos em questão estarão vinculados à matriz curricular detalhada no item 3.2.5.2 deste mesmo documento. Em 2019 e posteriores anos ímpares, o curso será ofertado no período matutino, sendo também as únicas exceções as atividades de observação e regência dos Estágios Supervisionados (I-IV) e as atividades complementares, que poderão ser realizadas em quaisquer períodos. Discentes ingressos nos anos em questão estarão vinculados à matriz curricular detalhada no item 3.2.5.1 deste mesmo documento.

2.4.2. Processos seletivos específicos

Os seguintes casos especiais de ingresso também são contemplados pelo curso, seguindo as normas expostas e detalhadas no Regulamento da Organização Didática do IFCE (Resolução CONSUP/IFCE nº 56/2015):

- Ingresso de Diplomados e Transferidos;
- Ingresso por Matrícula Especial;
- Reingresso.

2.5. APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Esta seção segue as orientações gerais definidas no Regulamento da Organização Didática do IFCE (Resolução CONSUP nº 56/2015), visando estabelecer critérios para que os estudantes regularmente matriculados no curso de Música - Licenciatura do IFCE Campus Crateús possam validar componentes curriculares realizados em outros cursos em âmbito interno ou externo ao IFCE por meio de análise de compatibilidade do componente curricular cuja validação é requerida.

Para a validação, é necessário que o componente curricular cursado tenha pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do componente a ser aproveitado, bem como seu conteúdo deve ter, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de compatibilidade com o conteúdo total do componente curricular a ser

aproveitado. Podem ser combinados dois ou mais componentes curriculares em ordem de atingir a compatibilidade necessária para o aproveitamento de um componente curricular do curso de Música - Licenciatura do IFCE Campus Crateús.

Não haverá aproveitamento de estudos de componentes curriculares para estágio curricular, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares, e o componente curricular apresentado para validação deve estar no mesmo nível de ensino ou em um nível superior ao do componente curricular a ser aproveitado, cuja solicitação poderá ocorrer uma única vez.

A solicitação de aproveitamento de estudos deverá ser feita mediante requerimento protocolado junto à coordenadoria do curso de Música - Licenciatura do IFCE *campus* Crateús acompanhado de histórico escolar, com carga horária dos componentes curriculares, e programa dos componentes curriculares a serem aproveitados, ambos documentos autenticados pela instituição de origem. Essa solicitação deverá ser feita em até 10 (dez) dias letivos após a efetuação da matrícula, para estudantes ingressantes, ou em até 30 (trinta) dias após o início do período letivo, para estudantes veteranos.

A coordenadoria do curso deverá encaminhar a solicitação para análise de um docente da área do componente curricular a ser aproveitado, que deverá retornar os resultados da análise para a coordenadoria, que por fim fará o registro no sistema acadêmico e arquivamento na pasta acadêmica do estudante. Caso o estudante discorde dos resultados, poderá solicitar revisão uma única vez no prazo de até 5 (cinco) dias letivos a partir de sua divulgação. Neste caso, o gestor máximo de ensino do campus nomeará outros dois professores com conhecimento na área para proceder à revisão e emitir o parecer final. O prazo máximo para a conclusão de todos os trâmites de aproveitamento de estudos, incluindo uma eventual revisão, é de 30 (trinta) dias letivos após a solicitação inicial.

2.6. APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS

Esta seção segue as orientações gerais definidas no Regulamento da Organização Didática do IFCE (Resolução CONSUP nº 56/2015), visando estabelecer critérios para que os estudantes regularmente matriculados no curso de Música - Licenciatura do IFCE Campus Crateús possam validar conhecimentos e

experiências obtidas fora do curso para o aproveitamento de componentes curriculares no âmbito do curso por meio de avaliação teórica e/ou prática.

São considerados conhecimentos e experiências passíveis de validação nos núcleos de música e educação musical conhecimentos adquiridos na atuação profissional como músico ou professor de música comprovado por registro em Carteira de Trabalho, declaração de contratante ou declaração de próprio punho, quando autônomo. Para os mesmos núcleos são considerados conhecimentos adquiridos em cursos formais de música e/ou ensino de música comprovados por certificado, declaração ou diploma do curso.

Para o núcleo de disciplinas pedagógicas são considerados conhecimentos adquiridos em experiências como docente comprovada por registro em Carteira de Trabalho, declaração de contratante ou declaração de próprio punho, quando autônomo, bem como conhecimentos adquiridos em cursos formais realizados na área de ensino, comprovados por certificado, declaração ou diploma do curso. Demais núcleos, como disciplinas de Libras e Educação Física, serão analisados de acordo com a demanda.

Não poderá ser solicitada validação de conhecimento para:

- Estudantes que tenham sido reprovados no IFCE no componente curricular cuja validação de conhecimentos adquiridos foi solicitada;
- Estágio curricular supervisionado, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares;
- Componentes curriculares do ensino médio propedêutico, nos casos de disciplinas de cursos técnicos integrados.

A validação dos conhecimentos e experiências deverá ser feita por uma banca avaliadora formada por docentes do IFCE - Crateús que sejam lotados no curso de Música - Licenciatura e lecionem o componente curricular para o qual a validação esteja sendo requerida ou apenas lecionem o componente curricular requerido ou ainda que possuam competência técnica para tal fim. A banca avaliadora será indicada pelo gestor máximo de ensino do IFCE - Crateús e compete a ela tanto avaliar os documentos comprobatórios para o requerimento da validação quanto a elaboração, análise e correção da avaliação teórica e/ou prática.

O calendário do processo de validação de conhecimentos e experiências anteriores deverá ser instituído pelo próprio campus e disponibilizado até 1 (um) dia antes do início do período de inscrição. A validação deverá ser solicitada nos primeiros 30 (trinta) dias do período letivo e todo o processo deverá ser concluído em até 50 (cinquenta) dias, a contar da data inicial de abertura para os requerimentos.

A validação dos conhecimentos de um componente curricular só poderá ser solicitada uma única vez, sendo automaticamente cancelada caso o estudante não compareça a alguma das etapas de avaliação. A nota mínima para a ser alcançada para a validação de algum componente curricular do curso de Música - Licenciatura do IFCE Campus Crateús é 7,0 (sete), e em caso de discordância com o resultado obtido, o aluno poderá requerer, junto à coordenadoria do curso, uma revisão da avaliação no prazo de até 2 (dois) dias da divulgação dos resultados. Para a revisão e parecer final, o gestor máximo de ensino do Campus deverá indicar uma nova banca composta por dois professores com conhecimento na área.

2.7. METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Coerente com a legislação vigente, a proposta metodológica do curso de Música – Licenciatura do IFCE *campus* Crateús se assenta sobre: o acolhimento das experiências prévias dos discentes; a integração da teoria e da prática na formação dos saberes musicais e docentes; a interdisciplinaridade; a acessibilidade; e o uso das tecnologias de informação e comunicação.

O modelo de formação de professores legalmente estabelecido prevê que os licenciandos desenvolvam determinadas competências/habilidades exigidas ao exercício técnico-profissional do futuro professor. Neste sentido, é necessária, além do domínio dos conteúdos específicos de música e educação, a compreensão de diferentes dimensões da profissão docente, incluindo a capacitação para compreender criticamente a educação, o ensino e o seu contexto social e histórico. Para tanto, busca-se fomentar reflexões, sistematizações, experiências criativas e práticas individuais e coletivas – construídas a partir de aulas expositivas; vídeo-aulas (material de apoio); projetos interdisciplinares; leituras e revisões bibliográficas; grupos de trabalho; debates e seminários; grupos de discussão online; oficinas de prática instrumental/vocal, composicional e pedagógica; apreciação

crítica e análise de vídeos, filmes e obras musicais; visitas técnicas e pesquisas de campo.

Assim, devem ser ações metodológicas dos docentes do Curso de Música – Licenciatura do IFCE *campus* Crateús:

- A utilização de diversas estratégias, abordagens metodológicas e materiais didáticos, baseadas no avanço das concepções pedagógicas e com vistas à democratização do conhecimento;
- A integração dos conhecimentos específicos musicais e os conhecimentos pedagógicos;
- O respeito às diferenças e, da mesma forma, aos modos de cada um apreender o conhecimento;
- O acolhimento e a discussão contínua sobre a diversidade cultural brasileira;
- A compreensão e desenvolvimento de hábitos de colaboração de trabalho em equipe;
- O relacionamento da formação docente no curso à realidade do contexto escolar da Educação Básica;
- A promoção da compreensão da escola e de seu contexto sociocultural e suas implicações na formação de professores;
- O desenvolvimento da postura crítico-reflexiva, da atitude investigativa e questionadora do discente frente aos conhecimentos, conteúdos e à realidade social;
- A integração efetiva entre a teoria e a prática na formação dos saberes e da identidade docente;
- A promoção da autonomia discente no processo de ensino-aprendizagem e na escolha de seu itinerário formativo;
- A integração dos conhecimentos específicos musicais e os conhecimentos pedagógicos;
- A busca da interdisciplinaridade como forma de construção e avanço do conhecimento;
- O fomento à pesquisa como necessário prolongamento do ensino e como meio de emancipação e autonomia discente;
- O uso responsável e crítico das mais recentes tecnologias da informação e comunicação como recurso para o ensino de música;

- A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como base da formação acadêmica.

Nesta concepção de educação em que o objetivo maior é aprender a aprender, tem-se no aluno o foco do processo de ensino-aprendizagem; as ações pedagógicas, portanto, devem considerar as vivências dos estudantes, respeitando os saberes prévios de mundo trazidos por eles em uma abordagem dialógica nos espaços de encontro didáticos – sala de aula, laboratórios, campos técnicos e espaços culturais.

2.7.1. Teoria e Prática

Coerente com as proposições legais, todo o currículo, tendo como expoentes a Prática como Componente Curricular (400h), distribuída ao longo de todos os semestres do curso, o Estágio Curricular Supervisionado (400h) e as Atividades Complementares (200h), preconiza uma interação entre a teoria e a prática, propondo a construção do conhecimento do educador musical por meio da prática musical e da reflexão crítica. Para isso, as seguintes ações e estratégias metodológicas específicas serão desenvolvidas:

- Intervenções em ambientes escolares;
- Criação de ambientes simulados de ensino;
- Observação e resolução de situações-problema;
- Estudos de caso delineados a partir de desafios presentes no contexto escolar;
- Organização e execução de eventos pedagógicos;
- Levantamento e análise de livros e materiais didáticos;
- Produção de material didático;
- Levantamento e análise de documentos relativos à organização do trabalho na escola;
- Apresentações musicais públicas de caráter didático e/ou com temáticas específicas;
- Projetos interdisciplinares entre componentes de carga mais teórica e componentes com carga mais prática;

- Formação de grupos musicais;
- Laboratórios e oficinas de prática e ensino de instrumento/canto, associados a projetos/cursos de extensão.

Acerca dos conteúdos específicos da música, entende-se, apoiando-se em vários autores da área (SWANWICK, 2003; SEEKEF, 2007; MATEIRO e SOUZA, 2014), que a prática musical é o procedimento essencial para a apreensão musical e que deve preceder qualquer outra forma de interação com a música, não havendo quaisquer justificativa plausível que apontem o contrário.

Portanto, instrumentalizar o docente de música para desenvolver a prática musical em sua atuação profissional é fundamental para sua efetiva prática como docente de música, e metodologicamente, busca-se proporcionar a prática musical como esse meio de instrumentalização, articulando-a aos conhecimentos teóricos, visto ser a música um produto cultural fruto de uma prática construída socialmente, sendo, portanto essencialmente cumulativa e intertextual.

2.7.2. Interdisciplinaridade

De acordo com o Projeto Político Institucional do IFCE (Resolução CONSUP/IFCE nº 33/2015):

A interdisciplinaridade diz respeito à compreensão da relação entre a totalidade nas partes e destas no todo. Assumir essa perspectiva quanto ao ensino e à aprendizagem implica em superar o ensino fragmentado, sem relação com o entorno (p. 19).

Neste sentido, o pensamento interdisciplinar é indispensável para o desenvolvimento de todo currículo proposto e sua concretização parte das seguintes ações e estratégias:

- Assumir que a realidade não pode ser fragmentada disciplinarmente e que seu entendimento demandará todo o conhecimento disponível;
- Concepção dialética do conhecimento, como um processo em construção;
- Observação e análise multangular do fenômeno ou conceito estudado, a partir de conhecimentos e avanços das diferentes áreas da música e do conhecimento humano como um todo;

- Consideração das diversas experiências individuais, dos docentes e discentes, na construção do conhecimento;
- Fomento à pesquisa, à atitude investigativa, ao questionamento e à inovação;
- Desenvolvimento de projetos interdisciplinares em todos os períodos do curso.

2.7.3. Acessibilidade

Entender que a heterogeneidade é a tônica quando tratamos da classe discente e buscar meios e caminhos para atender às necessidades específicas de cada estudante visando à democratização de acesso ao conhecimento construído serão objetivos permanentes do corpo docente do Curso de Música – Licenciatura do IFCE *campus* Crateús. Apoiando-se nas proposições de Mittler (2003), entende-se que a inclusão diz respeito a transformar a instituição de ensino para torná-la mais responsiva às necessidades de todos os alunos; diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todos os discentes.

Tratando-se de alunos com necessidades especiais, o uso da tecnologia assistiva se constitui importante recurso metodológico para sua inclusão e acesso. Embora estes mecanismos se desenvolvam de forma extremamente rápida, pode-se destacar alguns importantes sistemas, mecanismos e softwares voltados a portadores de deficiência:

Os *audiovisualizers* (visualizadores de áudio, em tradução livre) são softwares, muitos deles gratuitos, capazes de criar reações visuais a partir de estímulos sonoros, possibilitando estudos sensíveis e relação de causa-efeito. Vários deles, a partir de algoritmos predefinidos, criam padrões visuais em tempo real através de um controlador MIDI. O *FracTunes* é um exemplo que gera imagens fractais complexas.

Outros sistemas são capazes de transformar equipamentos simples em dispositivos de entrada e, com auxílio de um gerador sonoro, em instrumentos musicais acessíveis, apresentando grande potencial inclusivo e pedagógico. O *Switch Ensemble* é um exemplo simples e o *Virtual Playing Orchestra* é um banco

gratuito de *samples* VST de instrumentos musicais de orquestra de alta qualidade, que podem ser acionados por qualquer controlador MIDI.

O *Monet* é um software para criar desenhos que possam ser impressos em Braille, gerando figuras em relevo que podem ser percebidas por cegos. O Instituto Benjamin Constant, o Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ e a Acessibilidade Brasil fazem parte deste projeto, sendo seu uso completamente gratuito.

O sistema DOSVOX, desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), permite que pessoas com deficiência visual utilizem um microcomputador comum para desempenhar uma série de tarefas, adquirindo assim um nível alto de independência no estudo. Dada sua amplitude, seu uso contempla desde tarefas domésticas a estudos específicos, como música. O sistema é totalmente gratuito e disponível na página do NCE da UFRJ.

O *Mecdaisy* é uma solução tecnológica, também desenvolvida pelo Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que permite a produção de livros em formato digital acessível, no padrão *Daisy*. Este formato possibilita a geração de livros digitais falados e sua reprodução em áudio, gravado ou sintetizado.

O *LianeTTS* é um aplicativo (compilador) que analisa texto e o traduz em texto compilado no formato de difones (.pho) para processamento e síntese de voz pelo sistema mbrola (sintetizador de voz baseado na concatenação de difones). O *LianeTTS* é um software gratuito, que se comunica com o usuário através de síntese de voz, viabilizando, deste modo, o uso destes computadores por deficientes visuais.

O VLibras é uma extensão para navegadores *web*, completamente gratuita, resultado de uma parceria entre o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), por meio da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A Suíte VLibras consiste em um conjunto de ferramentas computacionais de código aberto, responsável por traduzir em tempo real conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) para a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, tornando computadores, dispositivos móveis e plataformas Web acessíveis para pessoas surdas.

A musicografia braile é outro importante recurso para a acessibilidade de deficientes visuais. O sistema encontra-se totalmente traduzido para português, sob

o título de Novo Manual Internacional de Musicografia Braille, e é disponibilizado gratuitamente pelo MEC.

A área da música conta ainda com glossário de termos específicos da área em Libras e sua transcrição em ELiS (sistema brasileiro de Escrita das Línguas de Sinais). O material, intitulado “Além dos sentidos: glossário de termos e conceitos da área musical em Libras”, é totalmente gratuito, desenvolvidos por docentes da UFMT e encontra-se publicado no periódico RevDia - Revista Diálogos, ISSN 2319-0825, v. 4, n. 1, 2016 (BERNASSI e DUARTE, 2016).

Além do uso da tecnologia, uma adaptação curricular que contemple alternativas metodológicas e recursos diferenciados para o ensino e aprendizagem de estudantes portadores de necessidades especiais é também necessária. Todos os docentes, pautados nas recomendações legais, devem adaptar planos de aula, metodologias de ensino e avaliação, visando a inclusão e o acesso ao conhecimento por parte do aluno.

Portanto, as atitudes metodológicas a serem exploradas, com vistas a concretizar o que fora supracitado, serão:

- Estabelecer o processo de ensino-aprendizagem de forma colaborativa, em que cada membro do processo contribui, a partir de sua experiência e vivência, com a construção do conhecimento;
- Buscar metodologias de ensino que contemplem grande diversidade de estratégias, técnicas e ações pedagógicas;
- Buscar, fazer uso e criar soluções tecnológicas que auxiliem no processo de ensino-aprendizagem.

A opção do curso de não realizar um Teste de Habilidade Específica, como requisito de ingresso, constitui-se não apenas em uma forma de democratizar o acesso ao ensino de Música, em nível superior, mas trata-se também de uma estratégia metodológica do curso, a partir da qual, respeitando-se as individualidades e modos de apreensão do conhecimento, a heterogeneidade dos estudantes em uma mesma turma servirá de laboratório, desde os primeiros dias de aula, acerca de possíveis abordagens didáticas para a Educação Musical, valorizando a colaboração e a aprendizagem musical compartilhada nas diversas disciplinas. Este pensamento metodológico é pautado na futura atuação do docente

em formação, que encontrará tais desafios no exercício profissional, devido à grande descontinuidade do ensino de música na Educação Básica.

2.7.4. Tecnologias de Informação e Comunicação

O uso das tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem constitui-se não só poderoso instrumento de acessibilidade, conforme demonstrado no item anterior, como também alternativa metodológica que dialoga diretamente com as novas gerações de estudantes. Neste sentido, a interatividade proporcionada pela tecnologia da informação e comunicação impulsiona o aluno a adotar uma postura mais ativa e participativa nos espaços educativos. As ferramentas digitais ainda proporcionam agilidade e abrangência na comunicação e reduz os impactos ambientais decorrentes do uso de papel.

A interface entre música e tecnologia é especialmente prolífica, pois a própria produção musical utiliza largamente os avanços da tecnologia. Usar a tecnologia como prática metodológica para o ensino de música não é, pois, apenas uma alternativa, é uma necessidade.

Será, portanto, objeto de constante estudo e atualização do curso o uso das mais recentes e atualizadas tecnologias da informação e comunicação como procedimento metodológico. Embora tais sistemas se atualizem de forma extremamente rápida, pode-se delinear alguns recursos já previstos no Curso de Música – Licenciatura do IFCE *campus* Crateús:

- Grupos digitais para informação, discussão e debate acerca dos conteúdos e conhecimentos abordados;
- Biblioteca Virtual Universitária – BVU, com acesso a livros digitais pelo sistema SophiA e o Portal de Periódicos CAPES;
- Recursos audiovisuais, proporcionando alternativas metodológicas de fixação de conceitos teóricos;
- Elaboração de vídeo-aulas e material suplementar interativo para os componentes específicos da área de música;

- Modelo de gamificação⁵;
- Uso e desenvolvimento de aplicativos, principalmente voltados ao treinamento musical;
- Uso de recursos de estúdio, para apreensão prática de conceitos relacionados aos fundamentos acústicos da música;
- *Softwares* de composição, gravação, escrita e reprodução musicais;
- Análise compartilhada de registros audiovisuais de experiências laboratoriais de práticas de ensino.

2.8. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS (PDI) NO ÂMBITO DO CURSO

O curso de Música - Licenciatura do IFCE *campus* Crateús promoverá diversas ações que se subsidiam nas políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão:

- a. Contratação de docentes (4.1.1)*
- b. Ampliação do número de vagas em cursos de licenciatura*
- c. Criação e ampliação de laboratórios (4.2.2)*
- d. Articulação entre teoria e prática (2.7.1)*
- e. Interdisciplinaridade (2.7.2)*
- f. Apoio estudantil (4.1.3)*
- g. Acessibilidade (2.7.3)*

⁵ O modelo de gamificação (*gamification*) aplicado à educação utiliza técnicas de jogo a fim de motivar e incentivar a participação de estudantes no processo de aprendizado. Os jogos podem ser aplicados tanto pelo método de entrega liderado por instrutor ou baseado no uso de computadores. No primeiro, a aplicação pode acentuar a interatividade e prática, reduzindo o esforço do instrutor em seu papel de engajamento e monitoramento dos estudantes. No método baseado no uso de computadores o papel de instrutor pode ser substituído por artifício que ajuda o participante quando este tem uma dúvida ou precisa de ajuda.

h. Ampliação de ações de extensão

O curso subsidiará, em termos de infraestrutura e pessoal docente, diversos cursos e eventos de extensão que servirão aos alunos do curso, ao corpo discente do *campus* e à comunidade de Crateús e região. Estão previstos/em funcionamento as seguintes ações:

- Coro Cênico Karatis (programa)
- Educação Musical em Crateús: (re)compondo um mundo musical (programa)
- Formação Musical para Professores da Educação Básica (curso FIC - 160h)
- Outros cursos de extensão (cursos FIC – 60h de formação instrumental, formação pedagógica e outros)
- Eventos culturais
- Semana de acolhida semestral

Vale destacar a Semana de acolhida semestral, em que serão realizadas, sempre na primeira semana de cada semestre, para toda a comunidade, interna e externa, mas especialmente para o corpo discente do curso de Música - Licenciatura do IFCE campus Crateús, uma série de atividades voltadas à formação e socialização dos alunos. Nesta semana, ocorrerão oficinas, workshops, apresentações artísticas e culturais, palestras e eventos, por professores do campus ou convidados, tratando de assuntos e temas de interesse específico ou geral. A seleção dos eventos que comporão a semana contará com a participação dos alunos, mediante consulta no semestre anterior.

As atividades não prejudicarão o andamento dos componentes curriculares e viabilizarão meios estratégicos de cumprimento das Atividades Complementares.

i. Ampliação das ações de pesquisa

Participação dos docentes em grupo de pesquisa aprovado pela PRPI (Laboratório de Ensino e Pesquisa em Ciência Naturais, Matemática e Música), desenvolvimento de projetos, captação de recursos e organização e participação em eventos.

j. Ampliação das políticas culturais

Buscar parcerias e intercâmbios com espaços e instituições locais, regionais, nacionais e internacionais de cultura será uma ação constante do curso. Parcerias com a Secretaria de Cultura, Desporto e Juventude de Crateús, com a Secretaria de Educação de Crateús, com a Secretaria da Educação do Ceará e com a Casa das Artes de Crateús estão em processo de estabelecimento/já foram estabelecidas.

Institucionalmente, a participação e a realização de eventos culturais, apresentações artísticas e práticas musicais, são objetivos e instrumentos avaliativos de diversos componentes curriculares (ver Anexo I) e constituem-se em núcleo obrigatório com carga horária mínima nas Atividades Complementares (Apêndice A). Portanto, sua realização é estruturada no currículo obrigatório do curso, não apenas complementar, e serão garantidos meios para seu desenvolvimento.

k. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

O IFCE mantém, por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PRPI), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), por meio de convênio com o CNPq e com a Funcap. A iniciativa objetiva despertar vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes de graduação.

O curso de Música – Licenciatura do IFCE *campus* Crateús, assim que estiver em funcionamento, conforme destacado anteriormente, com auxílio da Coordenação e Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do *campus* Crateús, promoverá ações para criação e certificação de grupo de pesquisa na área de música. Uma vez certificado, o corpo docente da área de música é constituído por três professores mestres, com produção acadêmica relevante, capazes de captar recursos, dependendo da agência de fomento. Para tanto, serão desenvolvidos projetos de pesquisa nas linhas específicas de cada docente e submetidos aos editais do programa.

l. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é uma ação conjunta do Ministério da Educação (MEC), da Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por intermédio da Diretoria de Educação Básica (DEB). É voltado para atender aos alunos das licenciaturas e executado pelas Instituições de Ensino Superior (IES) em parceria com as Escolas de Educação Básica da rede pública, estadual ou municipal.

O programa visa fomentar a iniciação à docência de estudantes das IES, a fim de consolidar a formação de docentes em nível superior para atuarem na educação básica pública.

O curso de Música – Licenciatura do IFCE *campus* Crateús, assim que estiver em funcionamento, desenvolverá um subprojeto de PIBID e o submeterá à aprovação institucional, podendo, assim, pleitear as diversas modalidades de bolsas proporcionadas pelo programa. Para a coordenação de subprojeto, o corpo docente da área de música do *campus* dispõe de três professores que atendem a todos os pré-requisitos instituídos pela Capes para o desenvolvimento de tal função. O subprojeto deverá ser elaborado considerando a legislação vigente e o que consta no Edital CAPES 061/2013 (projeto vigente).

m. Organização de eventos: Semana Acadêmica da Música (3.3)

n. Programa de Monitoria

A monitoria é um programa de incentivo à formação acadêmica, que visa à ampliação dos espaços de aprendizagem, à melhoria da qualidade do ensino e ao desenvolvimento da autonomia e formação integral dos estudantes. Desta forma, o curso pretende solicitar monitores, voluntários ou bolsistas, a depender da disponibilidade orçamentária, em adesão ao processo já estabelecido no *campus*.

Neste processo, com periodicidade semestral, após consulta aos coordenadores de cada curso do *campus*, lança-se um edital direcionado a toda comunidade acadêmica, em que constam os objetivos, pré-requisitos, vagas, critérios de seleção e atribuições.

O curso de Música - Licenciatura do IFCE *campus* Crateús, inclusive por sua forma de acesso democrática, que não exige Teste de Habilidade Específica (THE), podendo ocasionar em turmas bastante heterogêneas no que tange o conhecimento musical prévio, entende a monitoria como importante ferramenta metodológica, principalmente para os componentes específicos de música, em que alunos com maior experiência musical auxiliam na formação técnica dos alunos menos experientes. Cada componente, a depender da disponibilidade e interesse dos estudantes, poderá contemplar mais de um bolsista.

A atuação como monitor, bolsista ou voluntário, além de contribuir para um maior envolvimento dos alunos com o IFCE, propiciar uma melhor formação acadêmica ao aluno estimular a participação dos alunos no processo educacional e nas atividades relativas ao ensino, é computada nas Atividades Complementares (Apêndice A), na proporção de 50 horas por semestre de atuação.

De acordo com o Regulamento do Programa de Monitoria do IFCE, art.11, só podem se candidatar ao programa de monitoria, os alunos regularmente matriculados no curso que:

- Estejam cursando, no mínimo, o 2º período;
- Tenham sido aprovados na disciplina/unidade curricular que caracteriza a área da monitoria pretendida;
- Não tenham sido estudantes-monitores por um período de um ano e seis meses;
- Não tenham desistido da atividade de monitoria anteriormente;
- Não estejam respondendo a processos disciplinares.

PROGRAMA DE MONITORIA			
Funcionamento	Periodicidade	Abertura de vagas	
Estruturado no <i>campus</i>	Semestral	Mediante solicitação do Coordenador	
Componente curricular		Semestre	Número de monitores
Introdução à Linguagem Musical		I	1-3
Linguagem e Estruturação Musical I		II	1-3
Linguagem e Estruturação Musical II		III	1-3
Linguagem e Estruturação Musical III		IV	1-3
Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão I		I	1-3
Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão II		II	1-3
Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão III		III	1-3
Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão IV		IV	1-3
Canto Coral I		I	1-2
Canto Coral II		II	1-2
Canto Coral III		III	1-2
Canto Coral IV		IV	1-2
Harmonia I		V	1
Harmonia II		VI	1
Música e Tecnologia - Editoração de Partituras		III	1
História da Música Ocidental I		II	1
História da Música Ocidental II		III	1
História da Música Brasileira		VI	1
História da Música Popular Brasileira		VII	1
Metodologias em Educação Musical I		VI	1
Metodologias em Educação Musical II		VII	1

3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

3.1. PROPOSTA PEDAGÓGICA

A proposta pedagógica do curso de Música - Licenciatura do IFCE *campus* Crateús fundamenta-se nas concepções contemporâneas de Educação, Música e Educação Musical e busca em seu currículo uma conexão efetiva com a realidade social e o mundo do trabalho, especialmente a formação docente para atuação no ensino de música como linguagem (LDB, Lei nº 9394/96, art. 26, §6º) do Componente Curricular obrigatório Artes na Educação Básica (ibid., §2º).

3.1.1. Conceituação e princípios norteadores

A concepção de educação adotada no Projeto Pedagógico do Curso entende que o homem, sujeito de seu próprio processo histórico, tem a capacidade de transformar a realidade e cabe à educação mediar esse processo. Portanto, entende-se a educação como mediação de um projeto social de transformação da sociedade, na perspectiva de sua democratização efetiva e concreta (LUCKESI, 1994, p. 65-66).

Quanto à Educação Musical, área intrinsecamente interdisciplinar, para melhor entendê-la na contemporaneidade propõe-se revisitar algumas concepções e processos responsáveis pela construção conceitual deste campo. É importante considerar que, ao menos em educação, um conceito é fundamentalmente um produto histórico e seu entendimento perpassa sua construção.

a situação na qual o trabalho educativo se processa, os avanços e recuos, os problemas que os educadores enfrentam são produtos de construções históricas. Nessa condição, sofrem, por um lado, as determinações do passado; mas, por outro lado, assim como a educação anterior foi produto da ação dos que nos precederam, nós, educadores atuais, também temos a prerrogativa de agir sobre o presente e mudar-lhe os rumos. (SAVIANI, 2008, p. 3-4)

Sob esta perspectiva, de acordo com Arroyo (2008), a Educação Musical, enquanto campo pedagógico, passou por três momentos distintos: o primeiro momento, chamado também pré-modernismo, cujas bases do pensamento pedagógico eram cartesianas e positivistas, tradicionalistas e humanistas, essencialmente eurocêntricas, visando a formação técnico-instrumental dos alunos,

valorizando o talento e a virtuosidade. Essa concepção foi a predominante na educação musical por séculos e até hoje é presente na realidade pedagógica musical.

O segundo momento, denominado moderno, tem seu foco deslocado do conteúdo para o aprendizado, do como se ensina para o como se aprende, essencialmente construtivista e escolanovista, valorizando o processo perante o produto, a autoexpressão e o desenvolvimento cognitivo. Os denominados “métodos ativos” são, em sua maioria, baseados nesta corrente pedagógica, que no Brasil teve grande aceitação durante a primeira metade do século XX, a exemplo das Escolinhas de Arte de Mário de Andrade e Anitta Malfati. Essa concepção da educação surge no fim do século XIX e início do século XX, graças às contribuições filosóficas (I. Kant) e da psicologia (G. Piaget e L. Vygotsky); trata-se de um momento de grande contundência, que rompe com um pensamento anterior sobre os processos de ensino e aprendizado de música que vigia há séculos.

O terceiro momento, chamado pós-moderno, reestrutura o pensamento pedagógico, desta vez sob influência dos avanços nas áreas de sociologia e antropologia, que passam a entender a realidade como uma construção social, de forma que as ciências objetivas deixam de ser as detentoras exclusivas da verdade. A Educação Musical assume, pois, um papel destacado no processo pedagógico, sendo a música entendida como fonte de conhecimento, não só musical, mas histórico e social. Portanto, a Música, como objeto do ensino e da experiência, passa a ser abordada como um campo de conhecimento independente de qualquer outro, sem que seja necessária alguma atividade secundária ou de um conhecimento complementar que a justifique ou lhe confira significado.

Percebe-se, portanto, que o século XX é o grande marco para a educação e, por conseguinte, para a Educação Musical, propondo uma revisão de crenças e valores pedagógicos e sua relação com a sociedade.

Fruto disto, a proposta pedagógica do curso de Música - Licenciatura do IFCE *campus* Crateús fundamenta-se, sobretudo, nos momentos moderno e pós-moderno da Educação Musical, abordando o ensino de música de forma ampla e multifacetada, dada a própria amplitude e diversidade das manifestações musicais. Seu objetivo primordial é a formação do docente capaz de, por meio da educação musical, formar o cidadão, entendendo que a formação musical do indivíduo o transforma em múltiplas esferas – cognitiva, afetiva, social – e, consequentemente,

muda seu modo de agir e pensar, transformando, por fim, a realidade, que nada mais é que fruto das ações e pensamentos.

São princípios norteadores do curso de Música - Licenciatura do IFCE *campus* Crateús:

- *Compromisso com o mundo do trabalho*

Considerando o ato docente como um fenômeno concreto (SAVIANI, 2009) através da articulação entre conhecimentos musicais e procedimentos didático-pedagógicos, busca-se a relação direta com a escola de Educação Básica, objetivo primeiro das licenciaturas, expressa no núcleo de Formação Profissional e na escolha e metodologia de ensino dos componentes curriculares, todos pensados de forma articulada à prática profissional na Educação Básica e os desafios inerentes a seu desenvolvimento. Assim, o curso propõe o compartilhamento de saberes que tenham plena coerência e aplicabilidade profissional, assumindo que as noções de conhecimento e de aprendizagem que emergem do campo educacional, associadas a contextos da educação básica, devem ter implicações significativas para a formação de professores (VIANA et al, 2012).

- *Contextualização e a criticidade do conhecimento*

É basilar na concepção pedagógica do curso a compreensão de que o conhecimento musical é fruto de uma construção social historicamente situada e, por conseguinte, relativo, dinâmico e inacabado (SAVIANI, 2009).

- *Flexibilidade curricular*

A flexibilização do currículo dá ao discente a oportunidade de ampliar e diversificar suas experiências de acordo com seu interesse, disponibilidade e perfil, proporcionando maior controle sobre seu próprio itinerário formativo, tornando-se importante ferramenta de combate à evasão e retenção. Estão previstas 200 horas de Atividades Complementares; 160/320 horas de Componentes Curriculares Optativos; 55 componentes curriculares optativos previstos e em condições de oferta

(corpo docente, bibliografia, infraestrutura); reduzido número de pré-requisitos para todos os componentes curriculares.

– *Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*

A compreensão sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, não se restringe, entretanto, a somente uma questão conceitual ou legislativa, mas fundamentalmente, paradigmática, epistemológica e político-pedagógica.

O conceito de indissociabilidade remete a algo que não existe sem a presença do outro, ou seja, o todo deixa de ser todo quando se dissocia. Alteram-se, portanto, os fundamentos do ensino, da pesquisa e da extensão, por isso trata-se de um princípio paradigmático e epistemologicamente complexo (TAUCHEN, 2009, p. 93).

Esse princípio deve guiar a realidade do itinerário formativo do licenciando, sendo a única maneira de se alcançar uma formação que desenvolva a teoria e a prática, a postura investigativa e o pensamento reflexivo, a compreensão social do papel da música e da docência, articulados à realidade social em que se encontram os licenciandos, visando à sua atuação profissional e cidadã.

Neste sentido, entende-se, com auxílio de Gonçalves (2015), que este princípio aponta para uma indispensável atitude reflexiva e problematizadora do futuro licenciado, levando em consideração que a realidade social ultrapassa os limites do próprio Instituto Federal. A pesquisa e a extensão associadas ao ensino buscam interrogar o que se encontra fora do ângulo imediato de visão (VEIGA, 2006).

Metodologicamente, pautado neste princípio, e baseando-se nas propostas de Gonçalves (2015), o curso de Música - Licenciatura do IFCE *campus* Crateús propõe:

- A produção do conhecimento como princípio metodológico e pedagógico, preconizando a atitude investigativa, o questionamento e a busca pelo entendimento da realidade, a construção e o fortalecimento da autonomia do licenciando;
- O diálogo com desafios e demandas da sociedade, em um processo de reflexão sobre a formação desenvolvida e os conhecimentos necessários para a atuação profissional e cidadã;

- O fomento a ações interdisciplinares que permitam uma reflexão mais abrangente e profunda da própria formação, dos conhecimentos nela envolvidos e da atuação profissional futura, buscando uma relação transformadora com a sociedade.
- *Ênfase na música brasileira*

A superação do tradicional eurocentrismo musical, em que práticas, métodos e repertórios são repetidos incontestavelmente apesar de sua dissociação da realidade social e cultural brasileira. Conhecer, refletir e produzir a música brasileira não significa, entretanto, xenofobia, mas uma visão aplicada e crítica da própria prática musical e sua atualização em relação ao contexto social e profissional ao que os discentes estão integrados. Todo o conteúdo curricular é construído com ênfase na prática, fruição e reflexão da produção brasileira, podendo ser claramente observado na seleção bibliográfica, nos componentes e conteúdos curriculares.

- *Ênfase na performance, criação e apreciação musical*

Entender a primazia da prática musical para a Educação Musical e buscar uma musical formação, a partir da própria práxis, ponto central para reflexões e teorizações sobre música é foco da proposta pedagógica do curso. O eixo de Prática Instrumental/Vocal demonstra este foco, mas tal abordagem é presente em toda a metodologia de ensino, como princípio de ensino-aprendizagem da música.

3.2. ESTRUTURA CURRICULAR

3.2.1. Núcleos formativos

A matriz curricular do curso de Música - Licenciatura do IFCE *campus* Crateús está organizada por disciplinas em regime seriado semestral, distribuídas em três núcleos: Formação Básica, Formação Específica e Formação Profissional.

3.2.1.1. *Formação Básica*

O núcleo de Formação Básica compreende os conhecimentos e práticas fundamentais para a formação do Educador Musical. Os eixos que compõem esse núcleo são: Fundamentos da Pesquisa, Reflexão sobre as Práticas Pedagógicas e Musicais, Fundamentos Teórico-práticos da Música e Libras.

3.2.1.2. *Formação Específica*

O núcleo de Formação Específica engloba os conhecimentos e práticas específicos da linguagem musical nas dimensões artística, cultural, social, científica e tecnológica, contemplando a produção e sensibilidade artística, o desenvolvimento da teoria e da prática da regência e o conhecimento e manipulação dos elementos estruturantes da música por meio da composição. Os eixos que compõem esse núcleo são: Prática Instrumental/Vocal e Fundamentos da Regência e Composição Musical.

3.2.1.2.1. Prática Instrumental/Vocal

O desenvolvimento da prática instrumental/vocal no curso de Música - Licenciatura tem sua importância calcada na relevância da prática musical para a educação musical. Neste sentido, a prática instrumental/vocal visa possibilitar ao licenciado o desenvolvimento do conhecimento e competência técnica e musical para desenvolver a prática musical em sua atuação docente.

a) Prática Instrumental

Os componentes curriculares obrigatórios que desenvolvem a prática instrumental (Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão I, Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão II, Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão III, Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão IV) contemplam a flauta doce e o violão por seu potencial musicalizador, facilidade de aquisição, custo, disponibilidade, potencial interpretativo e familiaridade social.

Por questões de ordem prática e didática, os componentes curriculares que desenvolvem a prática instrumental coletiva funcionam com turma dividida, proporcionando um trabalho mais efetivo.

PRÁTICA COLETIVA DE INSTRUMENTO – FLAUTA DOCE E VIOLÃO I II III IV			
Número total de vagas por Componente Curricular		32	
Carga horária por Componente Curricular (horas-aula)		40	
Tipo		Obrigatória	
Critérios para oferecimento		Conforme Matriz Curricular	
Divisão de turma			
A		B	
16 vagas		16 vagas	
Flauta Doce	Violão	Violão	Flauta Doce
20 h/a	20 h/a	20 h/a	20 h/a

Neste modelo, cada aluno desenvolve o trabalho com cada um dos instrumentos (flauta doce e violão) por quatro semestres, possibilitando um desenvolvimento instrumental mais satisfatório, visto que o aprendizado instrumental é uma prática extensiva, estando seu desenvolvimento não atrelado somente a uma carga horária, mas principalmente a um período de contato com o instrumento, devido à necessidade do desenvolvimento de aspectos psicomotores.

Optativamente, o aluno poderá cursar os componentes curriculares Prática de Instrumento Complementar – Teclado e Piano I, Prática de Instrumento Complementar – Teclado e Piano II, Prática de Instrumento Complementar – Teclado e Piano III, Prática de Instrumento Complementar – Teclado e Piano IV, Prática de Instrumento Complementar – Flauta Doce e Transversal I, Prática de Instrumento Complementar – Flauta Doce e Transversal II, Prática de Instrumento Complementar – Flauta Doce e Transversal III, Prática de Instrumento Complementar – Flauta Doce e Transversal IV, Prática de Instrumento Complementar – Percussão e Bateria I, Prática de Instrumento Complementar – Percussão e Bateria II, Prática de Instrumento Complementar – Percussão e Bateria III, Prática de Instrumento Complementar – Percussão e Bateria IV, Prática Musical

em Conjunto A, Prática Musical em Conjunto B, Prática Musical em Conjunto C e Prática Musical em Conjunto D.

As Práticas de Instrumento Complementar contemplam os instrumentos Flauta Doce e Transversal, Teclado e Piano, Percussão e Bateria, possibilitando a continuidade nos estudos instrumentais mesmo após o término da obrigatoriedade curricular e possibilitando o contato com outros instrumentos, dotados de potenciais musicais distintos. Nestes componentes curriculares, diferentemente das Práticas Coletivas de Instrumento, o aluno escolhe uma família de instrumentos e cursa toda a carga horária neste grupo. Visando a flexibilidade, nenhum dos componentes curriculares Prática de Instrumento Complementar apresenta pré-requisito. Por questões de ordem prática e didática, funcionam com turma dividida, proporcionando um trabalho mais efetivo. As diferentes famílias de instrumentos podem ser oferecidas concomitantemente; não podem ser oferecidos dois componentes curriculares da mesma família de instrumentos no mesmo semestre.

PRÁTICA DE INSTRUMENTO COMPLEMENTAR – TECLADO E PIANO / FLAUTA DOCE E TRANSVERSAL / PERCUSSÃO E BATERIA I II III IV	
Número total de vagas por Componente Curricular	8
Carga horária por Componente Curricular (horas-aula)	40
Tipo	Optativa
Crêterios para oferecimento	Simultâneo para instrumentos diferentes; Não simultâneo para o mesmo instrumento (apenas um por semestre); sem pré-requisitos.
Divisão de turma	
A	B
4 vagas	4 vagas
40 h/a	40 h/a

As Práticas de Conjunto não desenvolvem o trabalho técnico instrumental diretamente, embora questões que tangem a técnica instrumental sejam abordadas. Neste conjunto de componentes curriculares são formados grupos instrumentais, vocais ou instrumentais e vocais focados na criação e interpretação de repertório. A turma é dividida em três grupos e, posteriormente, cada grupo forma seu(s)

conjunto(s) instrumental(is)/vocal(is). Dando flexibilidade ao currículo, nenhum dos componentes curriculares Prática Musical em Conjunto apresenta pré-requisito. Só pode ser oferecido um componente Prática Musical em Conjunto por semestre.

PRÁTICA MUSICAL EM CONJUNTO A B C D		
Número total de vagas por Componente Curricular	32	
Carga horária por Componente Curricular (horas-aula)	40	
Tipo	Optativa	
Critérios para oferecimento	Não simultâneo (apenas um por semestre) Sem pré-requisitos	
Divisão de turma		
A	B	C
11 vagas	11 vagas	10 vagas
40 h/a	40 h/a	40 h/a

b) Prática Vocal

A ênfase na prática vocal coletiva será um dos eixos centrais na formação do licenciado em música do curso do IFCE *campus* Crateús.

CANTO CORAL I II III IV	
Número total de vagas por Componente Curricular	32
Carga horária por Componente Curricular (horas-aula)	40
Tipo	Obrigatória
Critérios para oferecimento	Conforme Matriz Curricular

CANTO CORAL V VI VII VIII	
Número total de vagas por Componente Curricular	32
Carga horária por Componente Curricular (horas-aula)	40
Tipo	Optativa
CrITÉrios para oferecimento	Não simultâneo (apenas um por semestre) Sem pré-requisitos

3.2.1.3. *Formação Profissional*

O núcleo de Formação Profissional compreende os conhecimentos e práticas específicos e pedagógicos, relacionando-os à atuação profissional, em sintonia e atendendo às demandas do mundo do trabalho e, em especial, da Educação Básica. Contempla o estudo, investigação e prática dos processos educativos, das teorias da educação e do currículo, da legislação educacional, da organização e gestão da escola, a partir de contribuições de diversos campos do conhecimento científico. Os eixos que compõem esse núcleo são: Investigação sobre os Processos Formativos e Educativos, Pedagogia da Música e Estágio.

Entende-se ainda que a prática profissional no curso de Música - Licenciatura do IFCE *campus* Crateús deve iniciar o mais breve possível, com vistas à preparação e posterior atuação ou aperfeiçoamento e aprimoramento da prática docente. Portanto, a prática profissional está curricularmente estruturada a partir do segundo semestre e perpassa todo o restante do curso.

3.2.2. Estrutura Curricular (Oferta Diurna)

A escolha dos conteúdos curriculares foi um procedimento de construção coletiva, sendo considerada a educação escolar como fenômeno histórico, cultural, social e educativo-musical.

FORMAÇÃO BÁSICA (D)							
<i>Eixo</i>	<i>Componente Curricular</i>	<i>Semestre</i>	<i>Carga Horária (horas-aula)</i>				
			<i>CC</i>	<i>T</i>	<i>P</i>	<i>PCC</i>	<i>Total</i>
Fundamentos da Pesquisa	Leitura e Produção Textual	1	40	20	20	-	200
	Metodologia da Pesquisa Científica	6	40	20	20	-	
	Trabalho de Conclusão de Curso I	7	40	20	20	-	
	Trabalho de Conclusão de Curso II	8	80	20	60	-	
Fundamentos Teórico-práticos da Música	Introdução à Linguagem Musical	1	80	40	40	-	320
	Linguagem e Estruturação Musical I	2	80	40	40	-	
	Linguagem e Estruturação Musical II	3	80	40	40	-	
	Linguagem e Estruturação Musical III	4	80	40	40	-	
Reflexão sobre as Práticas Pedagógicas e Musicais	Introdução aos Estudos Sócio-Históricos e Culturais da Música	1	80	70	10	-	680
	História da Música Ocidental I	2	80	60	20	-	
	História da Música Ocidental II	3	80	60	20	-	
	História da Música Brasileira	6	80	60	20	-	
	História da Música Popular Brasileira	7	80	60	20	-	
	Cultura Musical Brasileira	5	80	40	-	40	
	Filosofia da Arte	2	40	40	-	-	
	História da Educação	4	80	70	-	10	
	Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação	1	80	70	-	10	
Libras		6	40	20	10	10	40
TOTAL				<i>T</i>	<i>P</i>	<i>PCC</i>	1240
				790	380	70	

FORMAÇÃO ESPECÍFICA (D)							
<i>Eixo</i>	<i>Componente Curricular</i>	<i>Semestre</i>	<i>Carga Horária (horas-aula)</i>				
			<i>CC</i>	<i>T</i>	<i>P</i>	<i>PCC</i>	<i>Total</i>
Prática Instrumental/Vocal	Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão I	1	40	20	20	-	440
	Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão II	2	40	20	20	-	
	Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão III	3	40	10	20	10	
	Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão IV	4	40	10	20	10	
	Canto Coral I	1	40	20	20	-	
	Canto Coral II	2	40	20	20	-	
	Canto Coral III	3	40	10	20	10	
	Canto Coral IV	4	40	10	20	10	
	Técnica e Expressão Vocal I	1	40	20	20	-	
	Técnica e Expressão Vocal II	2	40	10	20	10	
	Técnica e Expressão Vocal III	3	40	10	20	10	
Fundamentos da Regência e Composição Musical	Harmonia I	5	60	40	20	-	360
	Harmonia II	6	60	40	20	-	
	Fundamentos da Regência Coral	7	60	20	20	20	
	Fundamentos da Regência Instrumental	8	60	20	20	20	
	Composição e Arranjo	8	80	40	20	20	
	Música e Tecnologia - Editoração de Partituras	3	40	20	20	-	
TOTAL				<i>T</i>	<i>P</i>	<i>PCC</i>	800
				340	340	120	

FORMAÇÃO PROFISSIONAL (D)							
<i>Eixo</i>	<i>Componente Curricular</i>	<i>Semestre</i>	<i>Carga Horária (horas-aula)</i>				
			<i>CC</i>	<i>T</i>	<i>P</i>	<i>PCC</i>	<i>Total</i>
Investigação sobre os processos formativos e educativos	Psicologia do Desenvolvimento	2	80	70	-	10	440
	Psicologia da Aprendizagem	3	80	70	-	10	
	Didática Geral	4	80	60	-	20	
	Políticas Educacionais	5	80	70	-	10	
	Projeto Social	7	40	20	-	20	
	Currículo e Programas	5	80	60	-	20	
Pedagogia da Música	Fundamentos da Arte-Educação	4	80	40	-	40	320
	Metodologias em Educação Musical I	6	80	20	-	60	
	Metodologias em Educação Musical II	7	80	20	-	60	
	Seminários em Educação Musical	8	80	40	-	40	
Estágio	Estágio Curricular Supervisionado I	5	100	-	-	-	400
	Estágio Curricular Supervisionado II	6	100	-	-	-	
	Estágio Curricular Supervisionado III	7	100	-	-	-	
	Estágio Curricular Supervisionado IV	8	100	-	-	-	
TOTAL				<i>T</i>	<i>P</i>	<i>PCC</i>	1160
				470	0	290	

OPTATIVAS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES (D)	
<i>Componente Curricular</i>	<i>Carga Horária (horas-aula)</i>
Optativas	160
Atividades Complementares	200
TOTAL	360

ESTRUTURA CURRICULAR – DIURNO 1 HORA-AULA = 60 MINUTOS						
<i>Componente Curricular</i>	<i>Carga Horária (horas-aula)</i>			<i>Carga Horária (horas)</i>		
Obrigatórias	2800			2800		
	<i>Teórica</i>	<i>Prática</i>	<i>PCC</i>	<i>Teórica</i>	<i>Prática</i>	<i>PCC</i>
	1600	720	480	1600	720	480
Optativas	160			160		
Estágio Curricular Supervisionado	400			400		
Atividades Complementares	200			200		
TOTAL	3560			3560		

3.2.3. Estrutura Curricular (Oferta Noturna com Estágio diurno)

A escolha dos conteúdos curriculares foi um procedimento de construção coletiva, sendo considerada a educação escolar como fenômeno histórico, cultural, social e educativo-musical.

FORMAÇÃO BÁSICA (N)							
Eixo	Componente Curricular	Semestre	Carga Horária (horas-aula)				
			CC	T	P	PCC	Total
Fundamentos da Pesquisa	Leitura e Produção Textual	1	40	20	20	-	200
	Metodologia da Pesquisa Científica	6	40	20	20	-	
	Trabalho de Conclusão de Curso I	7	40	20	20	-	
	Trabalho de Conclusão de Curso II	8	80	20	60	-	
Fundamentos Teórico-práticos da Música	Introdução à Linguagem Musical	1	80	40	40	-	320
	Linguagem e Estruturação Musical I	2	80	40	40	-	
	Linguagem e Estruturação Musical II	3	80	40	40	-	
	Linguagem e Estruturação Musical III	4	80	40	40	-	
Reflexão sobre as Práticas Pedagógicas e Musicais	Introdução aos Estudos Sócio-Históricos e Culturais da Música	1	80	70	10	-	680
	História da Música Ocidental I	2	80	60	20	-	
	História da Música Ocidental II	3	80	60	20	-	
	História da Música Brasileira	6	80	60	20	-	
	História da Música Popular Brasileira	7	80	60	20	-	
	Cultura Musical Brasileira	5	80	40	-	40	
	Filosofia da Arte	2	40	40	-	-	
	História da Educação	4	80	70	-	10	
	Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação	1	80	70	-	10	
Libras		6	40	20	10	10	40
TOTAL				T	P	PCC	1240
				790	380	70	

FORMAÇÃO ESPECÍFICA (N)							
Eixo	Componente Curricular	Semestre	Carga Horária (horas-aula)				
			CC	T	P	PCC	Total
Prática Instrumental/Vocal	Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão I	1	40	20	20	-	440
	Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão II	2	40	20	20	-	
	Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão III	3	40	10	20	10	
	Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão IV	4	40	10	20	10	
	Canto Coral I	1	40	20	20	-	
	Canto Coral II	2	40	20	20	-	
	Canto Coral III	3	40	10	20	10	
	Canto Coral IV	4	40	10	20	10	
	Técnica e Expressão Vocal I	1	40	20	20	-	
	Técnica e Expressão Vocal II	2	40	10	20	10	
	Técnica e Expressão Vocal III	3	40	10	20	10	
Fundamentos da Regência e Composição Musical	Harmonia I	5	60	40	20	-	360
	Harmonia II	6	60	40	20	-	
	Fundamentos da Regência Coral	7	60	20	20	20	
	Fundamentos da Regência Instrumental	8	60	20	20	20	
	Composição e Arranjo	8	80	40	20	20	
	Música e Tecnologia - Editoração de Partituras	3	40	20	20	-	
TOTAL				T	P	PCC	800
				340	340	120	

FORMAÇÃO PROFISSIONAL (N)							
Eixo	Componente Curricular	Semestre	Carga Horária (horas-aula)				
			CC	T	P	PCC	Total
Investigação sobre os processos formativos e educativos	Psicologia do Desenvolvimento	2	80	70	-	10	440
	Psicologia da Aprendizagem	3	80	70	-	10	
	Didática Geral	4	80	60	-	20	
	Políticas Educacionais	5	80	70	-	10	
	Projeto Social	7	40	20	-	20	
	Currículo e Programas	5	80	60	-	20	
Pedagogia da Música	Fundamentos da Arte-Educação	4	80	40	-	40	320
	Metodologias em Educação Musical I	6	80	20	-	60	
	Metodologias em Educação Musical II	7	80	20	-	60	
	Seminários em Educação Musical	8	80	40	-	40	
Estágio	Estágio Curricular Supervisionado I	5	100	-	-	-	400
	Estágio Curricular Supervisionado II	6	100	-	-	-	
	Estágio Curricular Supervisionado III	7	100	-	-	-	
	Estágio Curricular Supervisionado IV	8	100	-	-	-	
TOTAL				T	P	PCC	1160
				470	0	290	

OPTATIVAS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES (N)	
Componente Curricular	Carga Horária (horas-aula)
Optativas	320
Atividades Complementares	200
TOTAL	520

ESTRUTURA CURRICULAR – NOTURNO COM ESTÁGIO DIURNO 1 HORA-AULA = 50 MINUTOS						
<i>Componente Curricular</i>	<i>Carga Horária (horas-aula)</i>			<i>Carga Horária (horas)</i>		
Obrigatórias	2800			2333,33		
	<i>Teórica</i>	<i>Prática</i>	<i>PCC</i>	<i>Teórica</i>	<i>Prática</i>	<i>PCC</i>
	1600	720	480	1333,33	600	400
Optativas	320			266,67		
Estágio Curricular Supervisionado (realizado no turno diurno: 1 hora-aula = 60 minutos)	400			400		
Atividades Complementares (1 hora = 60 minutos)	200			200		
TOTAL	3720			3200		

3.2.4. Disciplinas Optativas

Buscando a flexibilidade curricular e a promoção da autonomia do discente na escolha de seu itinerário formativo, a matriz curricular do curso de Música - Licenciatura do IFCE *campus* Crateús contempla uma carga horária mínima de optativas para a integralização do curso. Para o oferecimento diurno, essa carga horária corresponde a 160h/a e para o oferecimento noturno com estágio diurno, essa carga horária corresponde a 320h/a.

Por questões organizacionais, a matriz curricular divide a carga horária total de optativas entre os semestres da segunda metade do curso, proporcionando um equilíbrio de carga horária durante todos os semestres e viabilizando a integralização do curso num único turno (excetuando-se o Estágio Curricular Supervisionado e as Atividades Complementares); entretanto, trata-se apenas de uma sugestão. O aluno pode cursar componentes curriculares optativos a qualquer momento a partir do segundo semestre, mediante seu oferecimento, e cabendo a ele a organização de sua carga horária no decorrer do curso.

É facultado ao aluno:

- Cursar uma carga horária de optativas superior ao mínimo previsto na matriz curricular;
- Cursar parte de sua carga horária de optativas fora da matriz curricular do curso de Música - Licenciatura, mediante satisfação dos pré-requisitos e aceitação do respectivo curso. A carga horária máxima de optativas cursadas neste modelo é de 50% da carga horária total mínima de optativas prevista na matriz curricular do curso.

3.2.4.1. *Oferta de Optativas*

Os Componentes Curriculares optativos estão organizados em eixos. Em cada semestre, a partir de 2020, observando a carga horária mínima de optativas estabelecida na matriz curricular, poderá ser ofertado um Componente Curricular optativo de cada eixo, não podendo ser ofertado mais de um Componente Curricular do mesmo eixo no mesmo semestre, exceto para o eixo de Prática Instrumental/Vocal, que pode oferecer Componentes Curriculares concomitantemente, de acordo com as especificações apresentadas no item 3.2.1.2.1/a. Deverá ser ofertado um mínimo de 120 horas-aula de optativas por semestre a partir de 2023 para suprir a demanda de todas as turmas, 40 horas-aula no turno matutino e 80 horas-aula no turno noturno. O sistema por eixos permite o oferecimento de até 560 horas-aula de optativas, sem concomitância de Componentes Curriculares do mesmo eixo no mesmo semestre, carga horária mais que suficiente para suprir as necessidades curriculares.

Seguem os Componentes Curriculares optativos que poderão ser ofertados, organizados por eixos:

OPTATIVAS			
Núcleo	Eixo	Componente Curricular	Carga Horária (horas-aula)
Formação Profissional	Metodologia do ensino instrumental	Metodologia do Ensino da Flauta Doce	40
		Metodologia do Ensino da Percussão	40
		Metodologia do Ensino do Teclado	40
		Metodologia do Ensino do Violão	40
		Estudos Especiais em Pedagogia da Performance	40
Formação Específica	Estudos teórico-práticos da linguagem musical	Análise Musical I	40
		Análise Musical II	40
		Harmonia III	80
		Harmonia IV	80
		Estudos Especiais em Teoria da Música	40
		Contraponto e Composição Musical	40
		Estudos Especiais em Composição Musical	40
Formação Específica	Música e tecnologia	Editoração de Partituras II	40
		Engenharia de Áudio I	80
		Engenharia de Áudio II	80
		Gravação e Sonorização	80
		Criatividade e Inovação Musical	40
		Fundamentos da Acústica Musical	80
Formação Básica	Reflexão sobre as Práticas Musicais	Apreciação Musical	40
		Laboratório de Musicologia e Etnomusicologia	80
		Música, Profissão e Sociedade	80
		Música, Tecnologia e Cultura Contemporânea	80
Formação Profissional	Pedagogia da Música	Estudos Especiais em Educação Musical	80
		Música e Educação Infantil	80
		Composição para a Educação Musical Infantil	80
		Introdução à Musicoterapia	80

OPTATIVAS (continuação)					
Núcleo	Eixo	Componente Curricular	Carga Horária (horas-aula)		
Formação Específica	Prática Instrumental/Vocal	Prática de Instrumento Complementar – Teclado e Piano I	40		
		Prática de Instrumento Complementar – Teclado e Piano II	40		
		Prática de Instrumento Complementar – Teclado e Piano III	40		
		Prática de Instrumento Complementar – Teclado e Piano IV	40		
		Prática de Instrumento Complementar – Flauta Doce e Transversal I	40		
		Prática de Instrumento Complementar – Flauta Doce e Transversal II	40		
		Prática de Instrumento Complementar – Flauta Doce e Transversal III	40		
		Prática de Instrumento Complementar – Flauta Doce e Transversal IV	40		
		Prática de Instrumento Complementar – Percussão e Bateria I	40		
		Prática de Instrumento Complementar – Percussão e Bateria II	40		
		Prática de Instrumento Complementar – Percussão e Bateria III	40		
		Prática de Instrumento Complementar – Percussão e Bateria IV	40		
		Canto Coral V	40		
		Canto Coral VI	40		
		Canto Coral VII	40		
		Canto Coral VIII	40		
		Prática Musical em Conjunto A	40		
		Prática Musical em Conjunto B	40		
		Prática Musical em Conjunto C	40		
		Prática Musical em Conjunto D	40		
		Formação Profissional	Reflexões sobre Democracia e Ensino	Educação Inclusiva	80
				Gestão Educacional	40
Libras II	40				
Educação Física			40		

3.2.5. Matrizes e Fluxogramas

3.2.5.1. Oferta Diurna

PERÍODO / DISCIPLINAS	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA			
		Total	Teórica	Prática	PCC
I	20	400	260	130	10
Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão I *	2	40	20	20	-
Canto Coral I	2	40	20	20	-
Técnica e Expressão Vocal I	2	40	20	20	-
Introdução à Linguagem Musical	4	80	40	40	-
Introdução aos Estudos Sócio-Históricos e Culturais da Música	4	80	70	10	-
Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação	4	80	70	-	10
Leitura e Produção Textual	2	40	20	20	-
II	20	400	260	120	20
Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão II *	2	40	20	20	-
Canto Coral II	2	40	20	20	-
Técnica e Expressão Vocal II	2	40	10	20	10
Linguagem e Estruturação Musical I	4	80	40	40	-
História da Música Ocidental I	4	80	60	20	-
Psicologia do Desenvolvimento	4	80	70	-	10
Filosofia da Arte	2	40	40	-	-
III	20	400	220	140	40
Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão III *	2	40	10	20	10
Canto Coral III	2	40	10	20	10
Técnica e Expressão Vocal III	2	40	10	20	10
Linguagem e Estruturação Musical II	4	80	40	40	-
História da Música Ocidental II	4	80	60	20	-
Música e Tecnologia - Editoração de Partituras	2	40	20	20	-
Psicologia da Aprendizagem	4	80	70	-	10
IV	20	400	210	100	90
Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão IV *	2	40	10	20	10
Canto Coral IV	2	40	10	20	10
Linguagem e Estruturação Musical III	4	80	40	40	-
História da Educação	4	80	70	-	10
Fundamentos da Arte-Educação	4	80	40	-	40
Didática Geral	4	80	60	-	20

V	17	340	210	20	70
Harmonia I	3	60	40	20	-
Cultura Musical Brasileira	4	80	40	-	40
Currículo e Programas	4	80	60	-	20
Políticas Educacionais	4	80	70	-	10
Estágio Curricular Supervisionado I	**	**	-	-	-
Optativa	2	40	variável	variável	-
VI	17	340	160	70	70
Harmonia II	3	60	40	20	-
História da Música Brasileira	4	80	60	20	-
Metodologia da Pesquisa Científica	2	40	20	20	-
Metodologias em Educação Musical I	4	80	20	-	60
Libras	2	40	20	10	10
Estágio Curricular Supervisionado II	**	**	-	-	-
Optativa	2	40	variável	variável	-
VII	17	340	140	60	100
Fundamentos da Regência Coral	3	60	20	20	20
História da Música Popular Brasileira	4	80	60	20	-
Metodologias em Educação Musical II	4	80	20	-	60
Trabalho de Conclusão de Curso I	2	40	20	20	-
Projeto Social	2	40	20	-	20
Estágio Curricular Supervisionado III	**	**	-	-	-
Optativa	2	40	variável	variável	-
VIII	17	340	140	80	80
Fundamentos da Regência Instrumental	3	60	20	20	20
Composição e Arranjo	4	80	40	20	20
Seminários em Educação Musical	4	80	40	-	40
Trabalho de Conclusão de Curso II	4	80	40	40	-
Estágio Curricular Supervisionado IV	**	**	-	-	-
Optativa	2	40	variável	variável	-
Componentes Curriculares (incluindo TCC)	148	2960	1600	720	480
Atividades Complementares	10	200			
Estágio Curricular Supervisionado	20	400			
Total	178	3560			

* Divisão de turma: A) 16 (dezesesseis) vagas; B) 16 (dezesesseis) vagas. ** Cada componente de Estágio Curricular Supervisionado terá 5 créditos (100h), sendo 1 crédito (20 horas-aula, ou 16,67 horas) destinado ao encontro com o professor orientador de estágio, no turno regular, e 4 créditos (83,33 horas) destinados às atividades de observação e regência, no contraturno.

I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão I 2 cr.	Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão II 2 cr.	Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão III 2 cr.	Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão IV 2 cr.	Harmonia I 3 cr.	Harmonia II 3 cr.	Fundamentos da Regência Coral 3 cr.	Fundamentos da Regência Instrumental 3 cr.
Introdução à Linguagem Musical 4 cr.	Linguagem e Estruturação Musical I 4 cr.	Linguagem e Estruturação Musical II 4 cr.	Linguagem e Estruturação Musical III 4 cr.	Políticas Educacionais 4 cr.	Metodologia da Pesquisa Científica 2 cr.	Trabalho de Conclusão de Curso I 2 cr.	Trabalho de Conclusão de Curso II 4 cr.
Canto Coral I 2 cr.	Canto Coral II 2 cr.	Canto Coral III 2 cr.	Canto Coral IV 2 cr.	Currículo e Programas 4 cr.	Metodologias em Educação Musical I 4 cr.	Metodologias em Educação Musical II 4 cr.	Seminários em Educação Musical 4 cr.
Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação 4 cr.	Psicologia do Desenvolvimento 4 cr.	Psicologia da Aprendizagem 4 cr.	Didática Geral 4 cr.	Estágio Curricular Supervisionado I 5 cr.	Estágio Curricular Supervisionado II 5 cr.	Estágio Curricular Supervisionado III 5 cr.	Estágio Curricular Supervisionado IV 5 cr.
Introdução aos Estudos Sócio-Históricos e Culturais da Música 4 cr.	História da Música Ocidental I 4 cr.	História da Música Ocidental II 4 cr.	História da Educação 4 cr.	Cultura Musical Brasileira 4 cr.	História da Música Brasileira 4 cr.	História da Música Popular Brasileira 4 cr.	Composição e Arranjo 4 cr.
Técnica e Expressão Vocal I 2 cr.	Técnica e Expressão Vocal II 2 cr.	Técnica e Expressão Vocal III 2 cr.	Fundamentos da Arte-Educação 4 cr.		Libras 2 cr.	Projeto Social 2 cr.	
Leitura e Produção Textual 2 cr.	Filosofia da Arte 2 cr.	Música e Tecnologia - Editoração de Partituras 2 cr.		Optativa 2 cr.	Optativa 2 cr.	Optativa 2 cr.	Optativa 2 cr.

Formação Básica

Formação Específica

Formação Profissional

Disciplinas Optativas

3.2.5.2. Oferta Noturna (com estágio diurno)

PERÍODO / DISCIPLINAS	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA			
		Total	Teórica	Prática	PCC
I	20	400	260	130	10
Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão I *	2	40	20	20	-
Canto Coral I	2	40	20	20	-
Técnica e Expressão Vocal I	2	40	20	20	-
Introdução à Linguagem Musical	4	80	40	40	-
Introdução aos Estudos Sócio-Históricos e Culturais da Música	4	80	70	10	-
Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação	4	80	70	-	10
Leitura e Produção Textual	2	40	20	20	-
II	20	400	260	120	20
Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão II *	2	40	20	20	-
Canto Coral II	2	40	20	20	-
Técnica e Expressão Vocal II	2	40	10	20	10
Linguagem e Estruturação Musical I	4	80	40	40	-
História da Música Ocidental I	4	80	60	20	-
Psicologia do Desenvolvimento	4	80	70	-	10
Filosofia da Arte	2	40	40	-	-
III	20	400	220	140	40
Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão III *	2	40	10	20	10
Canto Coral III	2	40	10	20	10
Técnica e Expressão Vocal III	2	40	10	20	10
Linguagem e Estruturação Musical II	4	80	40	40	-
História da Música Ocidental II	4	80	60	20	-
Música e Tecnologia - Editoração de Partituras	2	40	20	20	-
Psicologia da Aprendizagem	4	80	70	-	10
IV	20	400	210	100	90
Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão IV *	2	40	10	20	10
Canto Coral IV	2	40	10	20	10
Linguagem e Estruturação Musical III	4	80	40	40	-
História da Educação	4	80	70	-	10
Fundamentos da Arte-Educação	4	80	40	-	40
Didática Geral	4	80	60	-	20

V	19	380	210	20	70
Harmonia I	3	60	40	20	-
Cultura Musical Brasileira	4	80	40	-	40
Currículo e Programas	4	80	60	-	20
Políticas Educacionais	4	80	70	-	10
Estágio Curricular Supervisionado I	**	**	-	-	-
Optativa	4	80	variável	variável	-
VI	19	380	160	70	70
Harmonia II	3	60	40	20	-
História da Música Brasileira	4	80	60	20	-
Metodologia da Pesquisa Científica	2	40	20	20	-
Metodologias em Educação Musical I	4	80	20	-	60
Libras	2	40	20	10	10
Estágio Curricular Supervisionado II	**	**	-	-	-
Optativa	4	80	variável	variável	-
VII	19	380	140	60	100
Fundamentos da Regência Coral	3	60	20	20	20
História da Música Popular Brasileira	4	80	60	20	-
Metodologias em Educação Musical II	4	80	20	-	60
Trabalho de Conclusão de Curso I	2	40	20	20	-
Projeto Social	2	40	20	-	20
Estágio Curricular Supervisionado III	**	**	-	-	-
Optativa	4	80	variável	variável	-
VIII	19	380	140	80	80
Fundamentos da Regência Instrumental	3	60	20	20	20
Composição e Arranjo	4	80	40	20	20
Seminários em Educação Musical	4	80	40	-	40
Trabalho de Conclusão de Curso II	4	80	40	40	-
Estágio Curricular Supervisionado IV	**	**	-	-	-
Optativa	4	80	variável	variável	-
Componentes Curriculares (incluindo TCC)	148	3120	1600	720	480
Atividades Complementares	10	200			
Estágio Curricular Supervisionado	20	400			
Total	186	3720			

* Divisão de turma: A) 16 (dezesesseis) vagas; B) 16 (dezesesseis) vagas. ** Cada componente de Estágio Curricular Supervisionado terá 5 créditos (100h), sendo 1 crédito (20 horas-aula, ou 16,67 horas) destinado ao encontro com o professor orientador de estágio, no turno regular, e 4 créditos (83,33 horas) destinados às atividades de observação e regência, no contraturno.

I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão I 2 cr.	Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão II 2 cr.	Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão III 2 cr.	Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão IV 2 cr.	Harmonia I 3 cr.	Harmonia II 3 cr.	Fundamentos da Regência Coral 3 cr.	Fundamentos da Regência Instrumental 3 cr.
Introdução à Linguagem Musical 4 cr.	Linguagem e Estruturação Musical I 4 cr.	Linguagem e Estruturação Musical II 4 cr.	Linguagem e Estruturação Musical III 4 cr.	Políticas Educacionais 4 cr.	Metodologia da Pesquisa Científica 2 cr.	Trabalho de Conclusão de Curso I 2 cr.	Trabalho de Conclusão de Curso II 4 cr.
Canto Coral I 2 cr.	Canto Coral II 2 cr.	Canto Coral III 2 cr.	Canto Coral IV 2 cr.	Currículo e Programas 4 cr.	Metodologias em Educação Musical I 4 cr.	Metodologias em Educação Musical II 4 cr.	Seminários em Educação Musical 4 cr.
Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação 4 cr.	Psicologia do Desenvolvimento 4 cr.	Psicologia da Aprendizagem 4 cr.	Didática Geral 4 cr.	Estágio Curricular Supervisionado I 5 cr.	Estágio Curricular Supervisionado II 5 cr.	Estágio Curricular Supervisionado III 5 cr.	Estágio Curricular Supervisionado IV 5 cr.
Introdução aos Estudos Sócio-Históricos e Culturais da Música 4 cr.	História da Música Ocidental I 4 cr.	História da Música Ocidental II 4 cr.	História da Educação 4 cr.	Cultura Musical Brasileira 4 cr.	História da Música Brasileira 4 cr.	História da Música Popular Brasileira 4 cr.	Composição e Arranjo 4 cr.
Técnica e Expressão Vocal I 2 cr.	Técnica e Expressão Vocal II 2 cr.	Técnica e Expressão Vocal III 2 cr.	Fundamentos da Arte-Educação 4 cr.		Libras 2 cr.	Projeto Social 2 cr.	
Leitura e Produção Textual 2 cr.	Filosofia da Arte 2 cr.	Música e Tecnologia - Editoração de Partituras 2 cr.		Optativa 4 cr.	Optativa 4 cr.	Optativa 4 cr.	Optativa 4 cr.
Formação Básica		Formação Específica		Formação Profissional		Disciplinas Optativas	

3.2.6. Tabelas de Pré-Requisitos

COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS		
Código	Componente Curricular	Pré-Requisito
I		
MUS101	Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão I	---
MUS102	Canto Coral I	---
MUS103	Técnica e Expressão Vocal I	---
MUS104	Introdução à Linguagem Musical	---
MUS105	Introdução aos Estudos Sócio-Históricos e Culturais da Música	---
MUS106	Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação	---
MUS107	Leitura e Produção Textual	---
II		
MUS201	Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão II	MUS101
MUS202	Canto Coral II	MUS102
MUS203	Técnica e Expressão Vocal II	MUS103
MUS204	Linguagem e Estruturação Musical I	MUS104
MUS205	História da Música Ocidental I	---
MUS206	Psicologia do Desenvolvimento	---
MUS207	Filosofia da Arte	---
III		
MUS301	Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão III	MUS201
MUS302	Canto Coral III	MUS202
MUS303	Técnica e Expressão Vocal III	MUS203
MUS304	Linguagem e Estruturação Musical II	MUS104
MUS305	História da Música Ocidental II	---
MUS306	Psicologia da Aprendizagem	MUS206
MUS307	Música e Tecnologia - Editoração de Partituras	MUS104
IV		
MUS401	Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão IV	MUS301
MUS402	Canto Coral IV	MUS302
MUS403	Linguagem e Estruturação Musical III	MUS104
MUS404	História da Educação	---
MUS405	Fundamentos da Arte-Educação	---

MUS406	Didática Geral	---
V		
MUS501	Harmonia I	MUS403
MUS502	Cultura Musical Brasileira	MUS105
MUS503	Currículo e Programas	---
MUS504	Políticas Educacionais	---
MUS505	Estágio Curricular Supervisionado I	MUS406
VI		
MUS601	Harmonia II	MUS501
MUS602	História da Música Brasileira	---
MUS603	Metodologia da Pesquisa Científica	MUS107
MUS604	Metodologias em Educação Musical I	---
MUS605	Libras	---
MUS606	Estágio Curricular Supervisionado II	MUS505
VII		
MUS701	Fundamentos da Regência Coral	MUS403
MUS702	História da Música Popular Brasileira	---
MUS703	Metodologias em Educação Musical II	MUS604
MUS704	Trabalho de Conclusão de Curso I	MUS603
MUS705	Projeto Social	---
MUS706	Estágio Curricular Supervisionado III	MUS505
VIII		
MUS801	Fundamentos da Regência Instrumental	MUS403
MUS802	Composição e Arranjo	MUS601
MUS803	Seminários em Educação Musical	---
MUS804	Trabalho de Conclusão de Curso II	MUS704
MUS805	Estágio Curricular Supervisionado IV	MUS505

COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS		
Código	Componente Curricular	Pré-Requisito
MUS901	Análise Musical I	MUS501
MUS902	Análise Musical II	MUS901
MUS903	Apreciação Musical	---
MUS904	Canto Coral V	MUS402
MUS905	Canto Coral VI	MUS402
MUS906	Canto Coral VII	MUS402
MUS907	Canto Coral VIII	MUS402
MUS908	Composição para a Educação Musical Infantil	MUS403
MUS909	Contraponto e Composição Musical	MUS403
MUS910	Criatividade e Inovação Musical	MUS403
MUS911	Editoração de Partituras II	MUS307
MUS912	Educação Física	---
MUS913	Educação Inclusiva	---
MUS914	Engenharia de Áudio I	MUS403
MUS915	Engenharia de Áudio II	MUS914
MUS916	Estudos Especiais em Composição Musical	MUS104
MUS917	Estudos Especiais em Educação Musical	---
MUS918	Estudos Especiais em Pedagogia da Performance	---
MUS919	Estudos Especiais em Teoria da Música	MUS104
MUS920	Fundamentos da Acústica Musical	---
MUS921	Gestão Educacional	---
MUS922	Gravação e Sonorização	MUS104
MUS923	Harmonia III	MUS601
MUS924	Harmonia IV	MUS923
MUS925	Introdução à Musicoterapia	---
MUS926	Laboratório de Musicologia e Etnomusicologia	---
MUS927	Libras II	MUS605
MUS928	Metodologia do Ensino da Flauta Doce	MUS101
MUS929	Metodologia do Ensino da Percussão	---
MUS930	Metodologia do Ensino do Teclado	---
MUS931	Metodologia do Ensino do Violão	MUS101
MUS932	Música e Educação Infantil	---

MUS933	Música, Profissão e Sociedade	---
MUS934	Música, Tecnologia e Cultura Contemporânea	---
MUS935	Prática de Instrumento Complementar - Flauta Doce e Transversal I	---
MUS936	Prática de Instrumento Complementar - Flauta Doce e Transversal II	MUS935
MUS937	Prática de Instrumento Complementar - Flauta Doce e Transversal III	MUS936
MUS938	Prática de Instrumento Complementar - Flauta Doce e Transversal IV	MUS937
MUS939	Prática de Instrumento Complementar - Percussão e Bateria I	---
MUS940	Prática de Instrumento Complementar - Percussão e Bateria II	MUS939
MUS941	Prática de Instrumento Complementar - Percussão e Bateria III	MUS940
MUS942	Prática de Instrumento Complementar - Percussão e Bateria IV	MUS941
MUS943	Prática de Instrumento Complementar - Teclado e Piano I	---
MUS944	Prática de Instrumento Complementar - Teclado e Piano II	MUS943
MUS945	Prática de Instrumento Complementar - Teclado e Piano III	MUS944
MUS946	Prática de Instrumento Complementar - Teclado e Piano IV	MUS945
MUS947	Prática Musical em Conjunto A	---
MUS948	Prática Musical em Conjunto B	---
MUS949	Prática Musical em Conjunto C	---
MUS950	Prática Musical em Conjunto D	---

3.2.7. Atividades Práticas de Ensino - Prática como Componente Curricular

De acordo com o Parecer CNE/CES nº 15/2005,

a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao **exercício da docência**. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. As atividades caracterizadas como prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento.

Neste sentido, o Projeto Pedagógico do Curso de Música - Licenciatura do IFCE *campus* Crateús distingue as atividades práticas de aprendizado (P) da Prática como Componente Curricular (PCC), sendo aquelas relacionadas à própria experiência de aprendizagem na área do conhecimento em questão e essas relacionadas à prática do exercício da docência, momento em que se coloca o currículo pretendido em ação, conforme esclarecido no Parecer CNE/CES nº 15/2005.

A Resolução CNE/CP nº 02/2015 estabelece um mínimo de 400 horas de Prática como Componente Curricular. No caso do curso com oferecimento diurno, a matriz curricular prevê 480 horas-aula, equivalente a 480 horas, de PCC; no curso com oferecimento noturno com estágio diurno, a matriz curricular prevê 480 horas-aula, equivalente a 400 horas, de PCC. A distribuição da PCC ao longo do processo formativo (Resolução CNE/CP nº 02/2015, art. 13, § 1º, inciso I) pode ser observada nos itens 3.2.3 e 3.2.4, em que todos os semestres do curso contemplam Componentes Curriculares que abordam a prática pedagógica em seu desenvolvimento.

Portanto, os Componentes Curriculares que apresentam carga horária dedicada à Prática como Componente Curricular, em sua maioria do núcleo de Formação Profissional, mas não exclusivamente, abordarão os conteúdos estudados também sob o viés de sua aplicabilidade pedagógica, usando para tanto a carga horária discriminada em cada Componente Curricular.

3.2.7. Matrícula semestral e tempo de integralização

O curso de Música - Licenciatura do IFCE *campus* Crateús estabelece oito semestres para integralização do curso. Os componentes curriculares são ofertados em sequência, em periodicidade semestral, em turno matutino ou noturno, de acordo com a entrada⁶. Os cursos de entrada matutina e noturna têm matriz e carga horária de integralização específicas, conforme estrutura curricular, itens 3.2.3 e 3.2.4.

O período mínimo para integralizar o curso é de oito semestres e o máximo, dezesseis semestres letivos consecutivos. O número mínimo de créditos para matrícula por semestre é de 12 (ROD, Art. 52), equivalente a 240 horas-aula. O número máximo de créditos para matrícula por semestre é de 30 (trinta), equivalente a 600 horas.

As demais questões referentes à matrícula, renovação semestral online, trancamento, aproveitamento de disciplinas e outros aspectos da organização didática do curso estão dispostas no Regulamento de Organização Didática, em anexo.

3.2.8. Estágio Curricular Supervisionado (ECS)

O Estágio Curricular Supervisionado é um elemento basilar não só na formação profissional, mas também na própria construção da identidade do professor.

A identidade do professor é construída no decorrer do exercício de sua profissão, porém, é durante a formação inicial que serão sedimentados os pressupostos e as diretrizes presentes no curso formador, decisivos na formação da identidade docente (BARREIRO e GEBRAN, 2015, p. 22).

Coerente com as ideias de Freire (1998, p. 44) de que na formação de professores, a reflexão crítica é um momento fundamental para o aprimoramento da

⁶ Em 2018 e posteriores anos pares, o curso será ofertado no período noturno, sendo a única exceção as atividades de observação e regência dos Estágios Supervisionados (I-IV), que serão realizadas no período diurno, e as Atividades Complementares, que poderão ser realizadas em quaisquer períodos. Discentes ingressos nos anos em questão estarão vinculados à matriz curricular detalhada no item 3.2.5.2 deste mesmo documento. Em 2019 e posteriores anos ímpares, o curso será ofertado no período diurno, sendo também a única exceção as atividades de observação e regência dos Estágios Supervisionados (I-IV) e as Atividades Complementares, que poderão ser realizadas em quaisquer períodos. Discentes ingressos nos anos em questão estarão vinculados à matriz curricular detalhada no item 3.2.5.1 deste mesmo documento.

prática, o Curso de Música - Licenciatura do IFCE *campus* Crateús entende que o Estágio Curricular Supervisionado não deva se configurar apenas como mera vivência da realidade educacional, ele deve, além disso, estar pautado na investigação da realidade educacional por meio de um processo crítico-reflexivo entre os docentes-formadores e os futuros docentes, examinando, questionando e avaliando as ações, pensamentos e práticas educacionais (BARREIRO e GEBRAN, 2006, p. 23).

O Estágio Curricular Supervisionado (ibid., p. 50) se pautará:

- Na docência como base da identidade dos cursos de formação;
- No estágio como um momento de integração entre teoria e prática;
- Na atitude investigativa e a postura crítico-reflexiva como elementos fundamentais no desenvolvimento do estágio;
- No fato de que o estágio não se resume à aplicação imediata, mecânica e instrumental de técnicas, rituais, princípios e normas aprendidas na teoria;
- No estágio como ponto de convergência e equilíbrio entre o aluno e o professor.

Regido por tais princípios e ações e à luz da legislação vigente, que determina:

O estágio curricular supervisionado, definido por lei, a ser realizado em escola de educação básica, e respeitado o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, deve ser desenvolvido a partir do início da segunda metade do curso e ser avaliado conjuntamente pela escola formadora e a escola campo de estágio (Resolução CNE/CP nº 1/2002, art. 13, § 3º). 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição (Resolução CNE/CP nº 2/2015, art. 13, § 1º, inciso II).

O Estágio Curricular Supervisionado no Curso de Música - Licenciatura do IFCE *campus* Crateús está estruturado na matriz curricular em quatro Componentes Curriculares (Estágio Curricular Supervisionado I, Estágio Curricular Supervisionado II, Estágio Curricular Supervisionado III e Estágio Curricular Supervisionado IV) distribuídos em cada semestre do curso a partir do 5º, com carga horária de 100 horas cada, totalizando 400 horas, e deve ser realizado na Educação Básica, englobando suas diversas etapas e modalidades.

As orientações do Estágio Curricular Supervisionado estão no Apêndice B.

3.2.9. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se constitui na forma de monografia e sua elaboração é requisito obrigatório para obtenção do grau de Licenciado em Música. Sua efetivação está estruturada nos Componentes Curriculares obrigatórios: Metodologia da Pesquisa Científica, Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II.

Neste sentido, a pesquisa e o pensamento científico são também entendidos como importantes princípios pedagógicos, preconizando a atitude investigativa, o questionamento e a busca pelo entendimento da realidade, a construção e o fortalecimento da autonomia do aluno (Resolução CONSUP/IFCE nº 33/2015), de tal forma que desde o início do curso, com a Metodologia da Pesquisa Científica, oferecida no 1º semestre, a pesquisa figura na trajetória acadêmica do aluno no Curso de Música - Licenciatura do IFCE *campus* Crateús.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será desenvolvido pelo aluno sob a orientação de um professor do curso, cuja designação segue regulamentação específica (Apêndice C).

3.2.10. Atividades Complementares

De acordo com a Resolução CNE/CES nº 8/2004, art. 8º, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Música,

As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as diferentes manifestações e expressões culturais e artísticas, com as inovações tecnológicas, incluindo ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As Atividades Complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando (...)

Partindo deste entendimento, e à luz do Parecer CNE/CP nº 9/2001, que ressalta a necessidade de que a formação do professor contemple diversos âmbitos do conhecimento profissional, compreendem-se as Atividades Complementares como:

- Um núcleo formativo flexível para o enriquecimento curricular, dando ao discente a oportunidade de ampliar e diversificar suas experiências de acordo com seu interesse, disponibilidade e perfil, proporcionando maior controle sobre seu próprio itinerário formativo, sempre com vistas ao perfil do egresso estabelecido pelo presente documento e à legislação vigente;
- Mecanismo de reconhecimento e fomento da aquisição de conhecimentos, experiências e competências pelo licenciando durante o curso;
- Modo de intensificar as relações entre o aluno, a realidade social e o mundo do trabalho;
- Mecanismo de promoção e atualização constante do currículo do curso, preconizando o contato com as mais recentes proposições relacionadas às temáticas do curso;
- Momento ímpar para abordagem dos temas transversais e, se atentando à primazia das artes, estabelecida por lei (Lei 9394/96, art. 26-A, § 2º), para o desenvolvimento de conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros;
- Momento de articulação às atividades de ensino, pesquisa e extensão, reforçando-as e destacando a relação teoria-práticas nessas ações;
- Momento para inserção de um debate contemporâneo mais amplo, que envolva tanto questões culturais, sociais, econômicas, como conhecimentos sobre o desenvolvimento humano e a própria docência (Parecer CNE/CP nº 9/2001).

É importante destacar a indissociabilidade entre as Atividades Complementares e uma postura crítico-reflexiva sobre os objetivos do curso, as temáticas curriculares e os temas transversais.

Sua realização é de caráter obrigatório, sendo indispensável para a integralização do curso, com um total de 200 horas.

As Atividades Complementares estão divididas em quatro grupos:

- Atividades de Ensino;
- Atividades de Pesquisa;
- Atividades de Extensão;
- Atividades Artísticas e Culturais, Esportivas, Sociais e de Gestão.

Os critérios de aproveitamento e as equivalências da carga horária estão organizados de forma a privilegiar a diversidade de experiências dos discentes nas modalidades previstas nas Atividades Complementares. Assim, prevê-se a realização de carga horária mínima em cada um dos quatro grupos de atividades.

As referidas atividades serão registradas no histórico-escolar sob a sigla genérica de Atividade Complementar (AC). A regulamentação e orientação acerca do cumprimento das Atividades Complementares encontra-se no Apêndice A.

3.2.11. Temas Transversais

A Lei 11645/08, que altera a Lei 9394/96, art. 26-A, § 1º e 2º, determina que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolas da Educação Básica e em especial, entre outras, na área de Artes. Esses conteúdos devem incluir aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira. Já no artigo 27, a LDB determina que os conteúdos curriculares da Educação Básica deverão difundir os valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. Por fim, no artigo 25, § 7º da mesma lei, reforçado pelo volume 8 dos Parâmetros Curriculares Nacionais, está disposto que estes temas devem ser trabalhados não em componentes específicos, mas de forma transversal, em todo o currículo.

De fato, acerta o legislador ao entender que as artes, e a música mais especificamente, é uma área privilegiada para o desenvolvimento dos temas transversais. A música é uma construção social e entender as relevantes questões sociais atuais e de outrora são essenciais para o entendimento da própria música; trata-se de desenvolver uma relação entre aprender na realidade e da realidade conhecimentos teoricamente sistematizados. Nesse sentido, os temas transversais encontram solo fértil para seu desenvolvimento no Curso de Música - Licenciatura do IFCE *campus* Crateús.

Partindo dos princípios de que os cursos de formação dos professores devem atender aos propósitos da formação dos alunos, e de que entre as diversas dificuldades encontradas para que a transversalidade aconteça, a formação dos professores é apontada como uma das principais (PRESTINI, 2005), o Curso de Música - Licenciatura do IFCE *campus* Crateús tem estruturado em seu currículo o

trabalho específico da transversalidade e dos temas transversais, observados nos Programas de Unidades Disciplinares.

3.2.12. Diploma

Ao concluir com êxito os requisitos necessários para a integralização curricular, incluindo todos os componentes curriculares obrigatórios e a carga horária mínima de optativas, de acordo com cada matriz curricular (diurno e noturno com estágio diurno), as 400 horas de Estágio Curricular Supervisionado, as 200 horas de Atividades Complementares e a elaboração e defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, será concedido ao licenciando o título de Licenciado/Licenciada em Música.

3.3. ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O curso de Música - Licenciatura do IFCE *campus* Crateús, em consonância com a legislação brasileira, entende a tríade ensino-pesquisa-extensão como princípio indissociável e fundamental para a construção do curso. Este princípio proporciona a formação integral do licenciado em música, visando sua total inserção social, política, cultural e ética.

3.3.1. Semana Acadêmica da Música

Para tanto, além das ações e princípios expostos (item 3.1.1), será estruturada a Semana Acadêmica da Música. Previsto para acontecer no segundo semestre de cada ano (cada turma participará de 4 edições) ao longo de 4 dias, o evento será construído em conjunto por docentes, discentes, corpo técnico-administrativo e convidados. Trata-se de um momento propício para a divulgação e debate científico, interação com a comunidade externa e aprofundamento formativo para os licenciandos.

Durante a Semana Acadêmica da Música, serão discutidos assuntos relacionados ao ensino, à pesquisa e à extensão na área da Música e áreas afins, propiciando assim, um ambiente de produção, amadurecimento e compartilhamento de saberes, envolvendo a comunidade interna e externa ao campus.

Ocorrerão apresentações científicas nas modalidades: comunicação oral, pôster e apresentação musical comentada, de pesquisas concluídas ou em andamento, selecionadas pelo corpo científico do evento por meio de chamada pública. Os trabalhos aprovados serão publicados em anais.

O evento contará com programação elaborada a fim de contemplar diversos âmbitos concernentes à Música, Educação, Educação Musical e Interdisciplinaridade, a saber: os âmbitos teórico-reflexivo, prático-artístico, técnico e pedagógico. Conferências, palestras, mesas redondas, seções de comunicações orais, minicursos, apresentações artísticas, concerto comentado e grupos de trabalho, ministrados por servidores do campus e convidados, comporão a programação.

A fim de efetivar o planejamento e execução do evento, será estruturada a comissão organizadora do evento, presidida por um docente da área específica de música do curso e composta por outros dois docentes do curso, o Coordenador de Eventos do *campus*, um representante do corpo técnico-administrativo e um representante do corpo discente. A comissão será responsável pela elaboração da programação, instituição da comissão científica, divulgação e execução logística do evento. A execução, embora organizada pela comissão, envolverá todos os docentes e discentes do curso.

Todas as atividades serão cadastradas na plataforma Certificado Livre, possibilitando a emissão de certificados digitalmente autenticados, proporcionando meios tangíveis de avaliação dos participantes. Haverá emissão de declaração para os docentes e discentes participantes da organização e execução logística do evento. No último dia do evento, serão distribuídos formulários de avaliação dos impactos do evento, com espaço para críticas e sugestões, visando ao aprimoramento da Semana Acadêmica da Música a cada edição.

3.4. AVALIAÇÃO DO PROJETO DE CURSO

A avaliação do Curso é compreendida como processo contínuo que visa ao monitoramento das ações desenvolvidas e sua adequação à realidade, permitindo reformulações das práticas pedagógicas, bem como das concepções que fundamentam este documento. Assim, o acompanhamento e a avaliação do Projeto Pedagógico do Curso de Música – Licenciatura do IFCE *campus* Crateús

constituem-se de prerrogativa de toda a comunidade acadêmica do curso, do *campus* e de todo o IFCE.

Serão continuamente coletadas informações, através de instrumentos externos, como o ENADE, institucionais, como o IFCE em números (<http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/>), os relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA), locais, como os relatórios, questionários e dados da Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE) do *campus* Crateús, e instrumentos próprios de coleta, que contemplarão posicionamentos e contribuições dos discentes, docentes e técnicos-administrativos para posterior discussão, promovidas principalmente pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso.

Dentre os instrumentos próprios de avaliação do curso, estão previstos:

- Elaboração de formulário on-line para preenchimento pelos discentes ao fim de cada um dos semestres letivos, avaliando a infraestrutura do curso, as atividades pedagógicas desenvolvidas e os docentes envolvidos, por componente, no processo de ensino e aprendizagem.
- Reuniões periódicas do NDE para coleta e registro em ata das contribuições dos docentes e técnicos-administrativos acerca do desenvolvimento do curso e de sua relação com a realidade social.

Assim, baseado no processo avaliativo do Projeto Político Institucional – PPI –, Resolução CONSUP/IFCE nº 33/2015, a cada dois anos, à luz das informações coletadas, abrir-se-á, conduzido pelo NDE, um processo de revisão e avaliação do documento, de natureza coletiva, composta por estudantes, técnicos-administrativos e professores, a fim de se averiguar o que tem sido alcançado, feito, desenvolvido ou não, e quais as dificuldades que o curso tem encontrado para que os objetivos e metas não estejam sendo efetivadas.

Outro importante mecanismo de avaliação do curso é o acompanhamento da trajetória do egresso, considerando sua inserção profissional e sua atuação social. Para tanto, serão desenvolvidos mecanismos (ex. questionários e lista de e-mails) com auxílio do Departamento de Extensão Acadêmica, instância institucionalmente encarregada dessa função (Resolução CONSUP/IFCE nº 007/2016, art. 68, inciso VII), para monitorar a interação desse licenciado com os arranjos sociais. Neste sentido, o egresso pode fornecer importantes informações acerca da relação do curso com a realidade social e com o mundo do trabalho, servindo de parâmetro

para atualização do projeto, dos conteúdos e concepções do curso, conforme destaca a SETEC:

Os egressos das instituições de ensino se revelam como atores potencializadores de articulação com a sociedade, como fontes de informações que possibilitam retratar a forma como a sociedade em geral percebe e avalia essas instituições, tanto do ponto de vista do processo educacional, como também do nível de interação que se concretiza (BRASIL, 2009, p. 10).

Egresso, nesta acepção, refere-se ao “aluno que efetivamente concluiu os estudos regulares, estágios e outras atividades previstas no plano de curso e está apto a receber ou já recebeu o diploma” (ibid., p. 12).

A avaliação institucional é conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado legalmente estabelecido, e pela subcomissão do *campus* Crateús, responsável pela sistematização dos processos de avaliação local, dotada de instrumentos consolidados que, juntamente ao NDE do Curso, proporá ações e medidas de adequação do curso, ante as necessidades educacionais, sociais e legais.

3.5. AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Coerente com a acepção do Projeto Político Institucional do IFCE (Resolução CONSUP/IFCE nº 33/2015), o Curso de Música – Licenciatura do IFCE *campus* Crateús entende que:

Avaliar é o ato de acompanhar a construção do conhecimento do aluno, permitindo intervir, agir e corrigir os rumos do trabalho educativo. Isso significa levar o professor a observar mais criteriosamente seus alunos, a buscar formas de gerir a aprendizagem, visando a construção de conhecimento pelo aluno, colocando assim, a avaliação a serviço do discente e não da classificação. Dessa forma, é importante refletir a avaliação nas dimensões técnica (o que, quando e como avaliar) e ética (por que, para que, quem se beneficia, que uso se faz da avaliação), de forma [a] complementar e sempre presente no processo avaliativo.

Portanto, pensar no processo avaliativo é fundamental para garantir a qualidade do processo formativo que, segundo Swanwick (2003), está presente em todas as esferas da vida cotidiana. É importante, no entanto, superar antigos paradigmas e compreender a avaliação como instrumento de inclusão, no qual é possível que ela constitua em si mesma um meio para a aprendizagem (ibid.).

A avaliação em música, em especial, oferece grandes desafios, uma vez que elementos como a estética, interpretação, percepção, criatividade e o próprio

conhecimento devem objetos de avaliação, observando a aprendizagem relativizada ao percurso individual de cada estudante. Assim, a avaliação é capaz de detectar de maneira ética e coerente o aprendizado e, mais além, os aspectos a serem trabalhados tanto por parte dos discentes quanto dos docentes, sempre buscando o desenvolvimento das competências necessárias para a atuação profissional efetiva dos licenciados em Música e sua formação enquanto agentes de transformação social.

A avaliação da aprendizagem no Curso de Música – Licenciatura do IFCE *campus* Crateús, com auxílio das proposições do Projeto Político Institucional do IFCE (Resolução CONSUP/IFCE nº 33/2015), do Regulamento da Organização Didática do IFCE e de Perrenoud (1999), pautar-se-á, nos seguintes princípios:

- Ocorrer em diferentes contextos e situações;
- Ocorrer ao longo do período letivo;
- Ocorrer por intermédio de instrumentos variados;
- Promover a interação, a relação e a mobilização dos saberes apreendidos;
- Constituir-se como elemento educativo e formativo;
- Considerar o aluno em sua integridade;
- Permitir a análise da aprendizagem dos alunos;
- Auxiliar na aprendizagem do aluno;
- Proporcionar ao avaliador condições de perceber quais os saberes que os alunos dominam e quais ainda carecem de fixação;
- Guiar a prática docente e sua metodologia de ensino;
- Estar a serviço do aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem;
- Pautar-se na coerência, na ética e na legalidade;
- Fixar-se como alvo de constante reflexão e análise.

Em consonância com o estabelecido no Art. 91 do Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE, a avaliação deve ter caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado, prevalecendo aspectos qualitativos sobre quantitativos e resultados parciais sobre aqueles obtidos em provas finais. Para atender a estas exigências e na medida em que cada unidade curricular possui características próprias, as avaliações estarão ligadas a cada componente curricular, a serem definidas por seu professor, devidamente descritas nos Programas de

Unidades Didáticas (PUDs), e devendo ser explicitadas aos alunos no início de cada período letivo (ROD, art. 94). Nelas, entre outros instrumentos, podem constar:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Avaliações escritas;
- Trabalhos escritos individuais ou em grupo;
- Seminários;
- Resolução de exercícios ou situações-problema;
- Autoavaliação descritiva;
- Planejamentos de atividades ou projetos;
- Provas orais, práticas e apresentações musicais públicas ou fechadas;
- Realização de eventos;
- Relatórios e fichas de observação.

Conforme estabelecido pelo Regulamento da Organização Didática do IFCE – ROD –, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas. Em cada etapa, será atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas, e, independentemente do número de aulas semanais, devem ser aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa.

A nota semestral será a média ponderada de cada etapa, sendo aprovado o aluno que obtiver nota maior ou igual a 7 (sete) e uma frequência mínima de 75% no total de aulas do componente curricular.

As faltas devidamente justificadas poderão, mediante análise da Coordenação do Curso, ser abonadas. Para fazer jus ao abono, o discente deverá solicitá-lo formalmente junto à Coordenação do Curso, apresentando a documentação comprobatória da justificativa. Será assegurado ao discente o direito à realização de trabalhos e avaliações ocorridos no período da ausência.

Caso o aluno não atinja a média mínima para aprovação, 7 (sete), mas tenha obtido, no semestre, nota maior ou igual a 3 (três), será assegurado o direito de fazer a prova final. A prova final deve ser aplicada no mínimo três dias após a divulgação do resultado da média semestral e pode contemplar todo o conteúdo trabalhado no semestre. A média final será obtida pela média aritmética da média semestral e da nota da prova final, e a aprovação do discente estará condicionada à

obtenção de média mínima 5 (cinco). Demais questões relacionadas à avaliação, frequência, recuperação e promoção estão dispostas no ROD.

4. RECURSOS

4.1. RECURSOS HUMANOS

Os corpos docente, técnico-administrativo e discente, detalhados nos subitens a seguir, constituem os recursos humanos do curso. Entende-se que a melhor forma de potencializar o sucesso acadêmico – em seu sentido mais abrangente – seja através do diálogo e do trabalho em conjunto por parte dos três grupos; essa relação deve ser tanto profissional, de respeito ao próximo independentemente de quaisquer divergências ideológicas, quanto sensível, de atenção aos fatores extrínsecos (por vezes pessoais) que exercem influência na comunicação interpessoal e no desenvolvimento integral dos envolvidos.

4.1.1. Corpo Docente

O curso de Música - Licenciatura do IFCE *campus* Crateús dispõe de docentes nas áreas de Música, Educação, Educação Física e Libras, sendo que a maior parte também ministra disciplinas em outros cursos de nível médio e superior no mesmo *campus*. A seguir encontram-se listados todos os professores do curso, suas respectivas titulações, regimes de trabalho, vínculos institucionais e endereços eletrônicos (e-mails).

4.1.1.1. Música

Docente	Formação e Titulação	Subárea	Regime de Trabalho	E-mail
César Augustus Diniz Silva	Licenciado em Música (UFSJ); Mestre em Música (UFBA)	Regência e Sopros	40h / Dedicação Exclusiva	cesar.silva@ifce.edu.br
Felipe Eugênio Vinhal	Licenciado em Música (UFG); Mestre em Música (UFG)	Cordas dedilhadas	40h / Dedicação Exclusiva	felipe.vinhal@ifce.edu.br
João Paulo Ribeiro De Holanda	Licenciado em Música (UFC)	Canto popular	40h / Dedicação Exclusiva	joao.holanda@ifce.edu.br
Marcos Antônio Monte Silva	Licenciado em Música (UFPE); Especialista em Docência do Ensino Superior (FJN)	Bateria e Percussão	40h / Dedicação Exclusiva	marcos.silva@ifce.edu.br

Matheus Silva Rocha	Bacharel em Música: Piano (UFRN) Mestre em Música: Music Technology (GSU / EUA)	Teclas (Piano, Teclado elétrico e Acordeom)	40h / Dedicação Exclusiva	matheus.rocha@ifce.edu.br

4.1.1.2. *Pedagogia*

Docente	Formação e Titulação	Regime de Trabalho	E-mail
Paula Cristina Soares Beserra	Licenciada em Pedagogia (UECE); Mestre em Educação (EST)	40h / Dedicação Exclusiva	paula.beserra@ifce.edu.br
Jose Nilton Alves Pereira Junior	Licenciado em Pedagogia (UECE); Mestre em Política e Gestão Educacional (UFC)	40h / Dedicação Exclusiva	junior.alves@ifce.edu.br
Antônio Avelar Macedo Neri	Licenciado em Pedagogia (UECE); Mestre em Ética e Gestão (EST)	40h / Dedicação Exclusiva	avelarmacedo5@gmail.com

4.1.1.3. *Libras*

Docente	Formação e Titulação	Regime de Trabalho	E-mail
Cibelle Euridice Araújo Sousa	Licenciada em Pedagogia (UVA); Especialista em Educação Especial (INTA); Especialista em Libras (FIJ)	40h / Dedicação Exclusiva	cibelle.araujo@ifce.edu.br

4.1.1.4. *Educação Física*

Docente	Formação e Titulação	Regime de Trabalho	E-mail
João Oliveira Alves	Licenciado em Educação Física (IFCE); Especialista em Fisiologia do Exercício (FIP)	40h / Dedicação Exclusiva	joao.oliveira@ifce.edu.br

4.1.2. Gestão do *campus*

O Curso de Música - Licenciatura também conta com o suporte de um extenso e compreensivo corpo técnico-administrativo, composto por técnicos e docentes. A seguir, encontram-se listadas algumas das principais funções desse quadro, assim como os servidores que atualmente – em outubro de 2017 – as desempenham, seus respectivos cargos, telefones institucionais, ramais, e endereços eletrônicos (e-mails).

4.1.2.1. *Docentes*

Cargo	Nome	Telefone	E-mail
Diretora Geral	Paula Cristina Soares Beserra	88 3692.3681 Ramal: 214	paula.beserra@ifce.edu.br
Diretor do Departamento de Ensino	Diego Ximenes Macedo	88 3692.3864 Ramal: 217	diego.macedo@ifce.edu.br
Coordenador de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	Vilmar Ferreira de Souza	88 3692.3864 Ramal: 238	vilmaresouza@unilab.edu.br
Coordenador de Extensão	Antônio Avelar Macedo Neri	88 3692.3864 Ramal: 238	avelarmacedo5@gmail.com

4.1.2.2. *Técnicos-Administrativos*

Função	Nome	Cargo	Telefone	E-mail
Chefe de Gabinete	Antônio Marcos de Sousa Lima	Técnico em Assuntos Educacionais	88 3692.3681 Ramal: 240	marcos.lima@ifce.edu.br
Coordenadora de Comunicação Social e Eventos	Gislane Oliveira Bento	Técnica em Secretariado	88 3692.3681 Ramal: 224	gislane.oliveira@ifce.edu.br
Coordenador de Tecnologia da Informação	Rômulo Ribeiro Franco de Carvalho	Técnico em Tecnologia da Informação	88 3692.3864 Ramal: 203	romulo.franco@ifce.edu.br
Coordenador Técnico-Pedagógico	Ronnie Wesley Sinésio Moura	Pedagogo	88 3692.3864 Ramal: 221	ronnie.moura@ifce.edu.br

Coordenadora de Assuntos Estudantis	Raquel Simões Monteiro Alves	Nutricionista	88 3692.3864 Ramal: 211	raquel.simoes@ifce.edu.br
Chefe do Departamento de Administração e Planejamento	Francisca Lionelle Lavor Alves	Assistente em Administração	88 3692.3864 Ramal: 220	lionellelavor@ifce.edu.br
Coordenadora de Aquisições e Contratos	Keiliane Aline Dantas Porto	Técnica em Secretariado	(88) 36292-3681 Ramal 222	keiliane.dantas@ifce.edu.br
Coordenador de Almoxarifado e Patrimônio	Junior Pereira	Assistente em Administração	88 3692.3864 Ramal: 216	junior.silva@ifce.edu.br
Coordenador de Execução Orçamentária e Financeira	Reginaldo de Araújo Marques	Contador	88 3692.3681 Ramal: 215	reginaldo.marques@ifce.edu.br
Bibliotecário	José Edimar Lopes de Sousa Júnior	Bibliotecário	(88) 3692-3857 / 3692-3864 / 3692-3681	jose.edimar@ifce.edu.br
Bibliotecária	Patrícia Maria Honório Abreu	Bibliotecária	88) 3692-3857 / 3692-3864 / 3692-3681	---

4.1.3. Estratégias de apoio ao discente

Os mecanismos de acompanhamento discente emergem das reuniões pedagógicas entre corpo docente, Coordenação de Curso, Coordenação Técnico-Pedagógica e Coordenação de Assuntos Estudantis, os quais, em conjunto, definem estratégias de trabalho. Ações podem ser implantadas de acordo com as necessidades, como por exemplo, a autorização de aulas extras para nivelamento, após verificação de déficits de aprendizagem de turmas recém-ingressas, com o objetivo de permitir melhor rendimento do corpo discente em relação ao cumprimento dos conteúdos trabalhados ao longo do curso.

A Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE) é um setor cujo objetivo é contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e promoção do desenvolvimento integral do estudante, de modo a minimizar a evasão, a repetência e os efeitos das desigualdades sociais, com base nos princípios, diretrizes e objetivos da Política de Assistência Estudantil do IFCE.

4.1.1.1. *Equipe Multidisciplinar*

A CAE é composta por uma equipe multiprofissional formada por uma assistente social, uma psicóloga, uma nutricionista, uma pedagoga, um enfermeiro e uma odontóloga. Cada um desses profissionais possui horários disponíveis para atendimento individual de estudantes, bem como para as demandas individuais e/ou coletivas encaminhadas pelos docentes ou demais setores do *campus*. São desenvolvidos planos de trabalho a partir de suas competências profissionais no âmbito acadêmico, baseados no perfil socioeconômico e epidemiológico do público discente, que inclui, por exemplo: acompanhamento psicossocial, atendimento de orientação nutricional, acompanhamento pedagógico, consulta de enfermagem, vacinação, atendimentos de primeiros-socorros e atendimento odontológico básico, além de campanhas educativas desenvolvidas por estes profissionais.

O atendimento prestado pela equipe pode ser dividido em três eixos:

- a. Demanda espontânea: atendimento aos estudantes que procuram diariamente os profissionais apresentando diversas necessidades de intervenções. As principais demandas espontâneas são: conflitos familiares, baixo rendimento escolar, problemas de saúde.
- b. Demanda programada: acompanhamento de estudantes selecionados pelo programa de auxílios do IFCE, encaminhados pelos professores e pelo conselho de classe. O acompanhamento se dá mensalmente quanto à frequência e rendimento acadêmico e trimestralmente quanto à situação socioeconômica familiar. Atualmente tem-se 170 estudantes recebendo auxílios.

Os auxílios, a caracterização, os procedimentos para solicitação e os requisitos para concessão estão regulamentados na Resolução CONSUP/IFCE nº 052/2016. As vagas e os tipos de auxílios financeiros são definidos conforme a demanda e as condições do Orçamento Anual da Assistência Estudantil. Os principais auxílios são:

- Auxílio Moradia: destina-se aos discentes com referência familiar e residência domiciliar fora da sede do município de Crateús, subsidiando despesas com habitação para locação ou sublocação de imóveis pelo período de 1 ano;
 - Auxílio Transporte: subsidia despesas com a locomoção diária dos discentes no trajeto residência/*campus*/residência, durante os dias letivos pelo período de 1 ano;
 - Auxílio Alimentação: subsidia despesas com a alimentação diária de discentes nos dias letivos, durante 1 ano;
 - Auxílio óculos: subsidia despesas com a aquisição de óculos ou lentes corretivas de deficiências oculares, respeitando-se a periodicidade mínima de 12 meses para nova solicitação;
 - Auxílio visitas e viagens técnicas: subsidia despesas com alimentação e/ou hospedagem, em visitas e viagens técnicas, programadas pelos docentes do curso, de acordo com o planejamento didático de uma disciplina;
 - Auxílio acadêmico: subsidia despesas com alimentação, hospedagem, passagens e inscrição dos discentes na participação em eventos que possibilitem o processo de ensino-aprendizagem (eventos científicos, de extensão e sócio-estudantis);
 - Auxílio pré-embarque internacional: auxilia despesas relativas a taxas, passaporte, vistos em consulados ou embaixadas fora do estado do Ceará, atestados médicos específicos e postagens de documentação, exclusivamente a estudantes que integram programa de intercâmbio internacional, em parceria ou não com o IFCE, uma vez ao ano.
- c. Ações socioeducativas: são atividades que acontecem durante o período letivo como desenvolvimento de campanhas educativas, grupos de discussão sobre temas solicitados pelos estudantes e professores, ações em sala de aula para prevenção e promoção da saúde etc.

Ações socioeducativas desenvolvidas em 2017 e programadas para 2018:

- *Janeiro Branco*: Campanha nacional para discussão sobre a saúde mental e suas formas de cuidado. No IFCE Campus Crateús foram realizadas mostras audiovisuais e palestras sobre os primeiros sinais da depressão.

- *Carnaval*: blitz educativa sobre consumo de drogas lícitas e ilícitas.
- *8 de março, Dia internacional da Mulher*: exibição de filmes para discussão do papel da mulher na sociedade; palestra sobre violência contra a mulher; exposição “Coisas de Mulher” da artista audiovisual Carol Rosseti.
- *III Circuito da Saúde*: acontece em abril em alusão ao dia mundial da saúde. Oferta de serviços de saúde a comunidade em geral.
- *Agosto*: Dia do Estudante. Gincana de integração.
- *Outubro Rosa*: ações de promoção e prevenção ao câncer de mama e a saúde da mulher.
- *Novembro Azul*: ações de promoção e prevenção a saúde do homem.

Média de atendimentos mensais pela equipe da CAE

Equipe	Nº de atendimentos
Assistente Social	92
Psicóloga	32
Pedagoga	42
Enfermeiro	18
Odontóloga	9

Os estudantes também contam com alimentação escolar e transporte escolar. A alimentação escolar é ofertada gratuitamente no refeitório do *campus* e cada estudante tem acesso a uma refeição por turno, com cardápio elaborado por nutricionista e de acordo com os parâmetros técnicos nutricionais estabelecidos para o perfil estudantil. Tal ação tem como objetivo contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar discente, bem como a formação de hábitos alimentares saudáveis.

4.2. INFRAESTRUTURA

O curso de Música - Licenciatura funcionará nas dependências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – *Campus Crateús*, nas salas de aula, nos laboratórios de música e informática, e nos demais espaços da instituição.

4.2.1. Infraestrutura física e recursos materiais

O instituto dispõe de um bloco administrativo, dois blocos didáticos, cantina, refeitório, biblioteca, um parque esportivo com piscina e quadra poliesportiva, e vários espaços de convivência. Há 10 (dez) salas de aula no Bloco Didático I, e mais 8 (oito) salas de aula no Bloco Didático II, recém-construído e com previsão de inauguração em novembro de 2017, além de um auditório com capacidade para 180 pessoas. As salas são equipadas com uma média de 40 cadeiras cada, e contam também com aparelhos de ar condicionado, quadros brancos, projetores multimídia, e birôs para os professores.

O *campus* dispõe de gabinetes de trabalho para docentes em tempo integral, situados no bloco administrativo em três salas distintas, todas amplas, climatizadas, e com acesso à internet através de duas redes sem fio que transmitem dados nas duas frequências de uso mais comum: 2.4GHz e 5GHz. Cada docente possui seu próprio birô, assim como uma cadeira ergonômica e um armário, para guardar livros e outros materiais didáticos.

A copa/cozinha, localizada no piso superior do Bloco Administrativo, serve de apoio aos servidores que necessitam fazer refeições no *campus*, e conta com geladeira, fogão, forno de micro-ondas, mesa com seis cadeiras, louça, talheres, copos, bebedouro (gelágua), pia, e armários. O refeitório – espaço de uso exclusivo dos discentes – possui uma ampla e arejada estrutura, com dezenas de mesas e cadeiras, além de banheiros. A cantina, por sua vez, serve a todos: servidores, discentes, e comunidade externa.

4.2.2. Infraestrutura de laboratórios

As aulas serão ministradas majoritariamente no segundo bloco didático, onde estão previstos os 4 laboratórios específicos do curso: Laboratório de Educação Musical I, Laboratório de Educação Musical II, Laboratório de Prática Instrumental I, e Laboratório de Prática Instrumental II. As aulas do componente curricular obrigatório Música e Tecnologia - Editoração de Partituras, assim como de outras disciplinas obrigatórias e optativas que necessitem do uso do computador por parte dos discentes, poderão ser ministradas no Laboratório de Informática e também no Laboratório de Línguas, ambos situados no primeiro bloco didático.

4.2.2.1. *Laboratórios específicos*

Os laboratórios específicos do curso de Música – Licenciatura servirão como ambientes de ensino-aprendizagem para a maior parte dos componentes curriculares que compõem sua matriz, tendo em vista o uso frequente de aparelhos amplificadores e reprodutores de áudio em sala de aula, assim como dos próprios instrumentos musicais que auxiliarão – em conjunto com a voz – o desenvolvimento musical dos discentes. Estão previstos quatro laboratórios específicos para o curso, todos climatizados e tratados com forro e espuma acústica antichamas, sendo que dois deles também serão isolados acusticamente, a fim de garantir que o som interno não interfira no ambiente externo (no caso da prática de instrumentos com maior potência sonora, como a bateria), e que o som externo não interfira no ambiente interno (no caso de aulas, estudos individuais, e gravações). Mais informações acerca de cada um desses laboratórios podem ser encontradas nas tabelas a seguir.

Laboratório de Educação Musical	
Finalidade	Ambiente de ensino-aprendizagem para os componentes Harmonia, Linguagem e Estruturação Musical, História da Música Ocidental, Cultura Musical Brasileira, História da Música Brasileira, entre outros.
Espaço Físico	Sala com aproximadamente 86,22m ² . Previsão (2018/2019): Espaço tratado acusticamente. Forro acústico antichamas, espuma acústica antichamas.
Equipamentos	1 piano digital com 88 teclas, 1 suporte para teclado/piano digital, 1 banco para piano digital, 1 caixa acústica ativa, 10 estantes de partitura de madeira, 1 armário multiuso com porta, 1 birô, 1 computador de mesa, 32 cadeiras, 2 triângulos, 2 ganzás, 2 pandeiros com corpo de madeira, 2 tamborins, 1 agogô. Previsão (2018/2019): 1 quadro branco, 1 caixa acústica ativa, 1 projetor multimídia.

Laboratório de Música e Tecnologia (Estúdio de Gravação)	
Finalidade	Ambiente de ensino-aprendizagem para os componentes Prática Coletiva de Instrumento, Canto Coral, Técnica e Expressão Vocal, Metodologias em Educação Musical, entre outros. Estúdio de gravação musical.
Espaço Físico	Sala principal: 49,18m ² ; Sala anexa: 17,08m ² . Previsão (2018/2019): Espaço isolado e tratado acusticamente. Forro acústico antichamas, espuma acústica antichamas, visor acústico (2m ²), portas acústicas, piso vinílico, rodapé, aparelhos de ar condicionado.
Equipamentos	1 caixa acústica ativa, 1 suporte para caixa acústica, 10 estantes de partituras dobráveis de metal, 1 piano digital com 88 teclas, 1 suporte para teclado/piano digital, 1 pedal <i>sustain</i> para teclado/piano digital. 16 violões acústicos com encordoamento de nylon, 16 encordoamentos de nylon para violão com tensão média, 16 capas para violão, 2 apoios de pé para violão, 2 armários multiuso com porta, 1 birô, 1 computador de mesa, 1 mesa de som digital, 1 zabumba, 2 triângulos, 2 ganzás, 1 <i>egg shakes</i> , 3 pandeiros com corpo de madeira, 3 tamborins, 1 agogô. Previsão (2018/2019): 32 cadeiras sem braço, 1 quadro móvel, 10 microfones, 10 pedestais, 2 monitores de estúdio, 2 fones de ouvido, 1 medusa com 16 canais, 1 caixa acústica ativa.

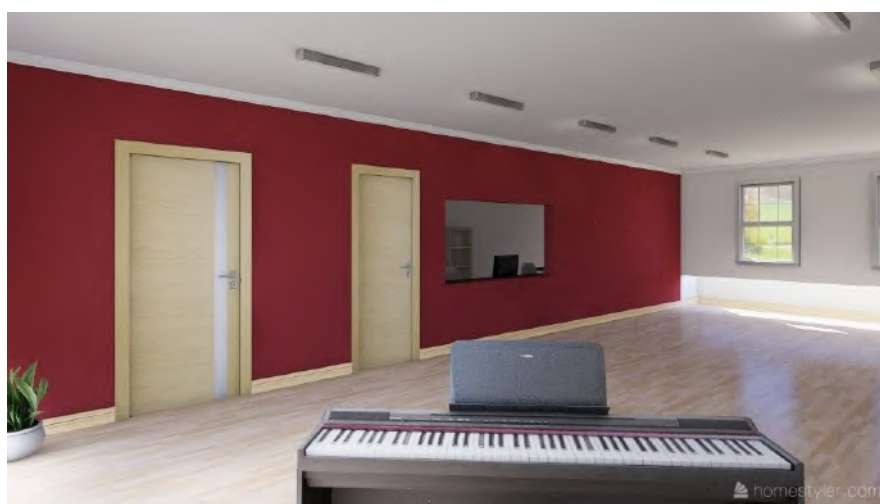


Figura 1 - Previsão 2018/2019

Laboratório de Prática Instrumental I	
Finalidade	Ambiente de ensino-aprendizagem para os componentes Prática Coletiva de Instrumento, Prática de Instrumento Complementar, Prática Musical em Conjunto, Metodologias de Ensino do Instrumento, entre outros.
Espaço Físico	Sala com aproximadamente 20m ² . Previsão (2018/2019): Espaço isolado e tratado acusticamente. Forro acústico antichamas, espuma acústica antichamas. Porta acústica.
Equipamentos	16 flautas doces soprano, 7 flautas doces contralto, 1 flauta doce baixo, 1 flauta doce tenor, 2 flautas transversais, 1 bateria acústica completa (instrumento musical), 1 kit de microfones, 5 estantes dobráveis de metal, 1 <i>cajon</i> de madeira, 2 baquetas, 1 baqueta para zabumba, 1 baquetas tipo vassourinha, 1 surdo.

Laboratório de Prática Instrumental II	
Finalidade	Ambiente de ensino-aprendizagem para os componentes Prática Coletiva de Instrumento, Prática de Instrumento Complementar, Prática Musical em Conjunto, Metodologias de Ensino do Instrumento, entre outros.
Espaço Físico	Sala com aproximadamente 20m ² . Previsão (2018/2019): Espaço tratado acusticamente. Forro acústico antichamas, espuma acústica antichamas.
Equipamentos	Previsão (2018/2019): 4 pianos digitais de 88 teclas com móvel/suporte, 4 teclados eletrônicos, 4 suportes para teclado, 8 bancos para piano/teclado, 8 pedais <i>sustain</i> , 8 fones de ouvido, 1 armário multiuso com porta, 1 birô, 1 computador de mesa, 4 cadeiras.

4.2.2.2. Laboratórios de informática conectados à internet

Além dos quatro laboratórios específicos supramencionados, o curso de Música – Licenciatura também conta com a disponibilidade de dois laboratórios climatizados de uso compartilhado, situados no Bloco Didático I, usados por grande parte dos cursos de nível médio e superior com atividades no IFCE *campus* Crateús. Cada um desses ambientes, denominados Laboratório de Informática e Laboratório de Línguas, possui 30 (trinta) computadores com acesso a internet, dispostos em quantidade igual de birôs individuais. Mais informações acerca de cada um desses laboratórios – que já se encontram em pleno funcionamento – podem ser encontradas nas tabelas a seguir.

Laboratório de Informática	
Finalidade	Ambiente de ensino-aprendizagem auxiliar para diversos componentes e essencial para os componentes de Música e Tecnologia - Editoração de Partituras, Editoração de Partituras II, Engenharia de Áudio I, Engenharia de Áudio II, Gravação e Sonorização, entre outros.
Espaço Físico	Sala climatizada no Bloco Didático I.
Equipamentos	30 mesas, 30 cadeiras, 1 birô, 30 computadores, 1 projetor multimídia, 1 quadro branco.

Laboratório de Línguas	
Finalidade	Ambiente de ensino-aprendizagem auxiliar para diversos componentes e essencial para os componentes de Música e Tecnologia - Editoração de Partituras, Editoração de Partituras II, Engenharia de Áudio I, Engenharia de Áudio II, entre outros.
Espaço Físico	Sala climatizada no Bloco Didático I.
Equipamentos	30 mesas, 30 cadeiras, 1 birô, 30 computadores, 1 projetor multimídia, 1 quadro branco.

4.2.3. Coordenação do curso

Está prevista para o início de 2018 – antes do início das aulas – a implantação da coordenação do curso no segundo bloco didático do *campus*, sendo esta um ambiente de atendimento ao discente e trabalho para a Comissão de Atividades Complementares, Comissão de Estágio Curricular Supervisionado, Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso, Coordenação do Curso, Núcleo Docente Estruturante e Colegiado de Curso. O espaço contará com 2 birôs, 1 mesa de reuniões, 9 cadeiras, 2 computadores e 1 armário multiuso com porta.

4.2.4. Biblioteca

4.2.4.1. Identificação

A biblioteca do IFCE *campus* Crateús possui um acervo de aproximadamente 7.138 exemplares (dados de setembro de 2017), entre livros, periódicos, dicionários, e CD-ROMs, nas áreas de ciências humanas, ciências puras, artes, literatura e tecnologia. O espaço conta com profissionais que registram, catalogam, classificam e indexam as novas aquisições e fazem a manutenção das informações bibliográficas no Sistema SophiA. Realizam, também, a preparação física (carimbos de identificação e registro, colocação de etiquetas do material bibliográfico para empréstimo domiciliar).

Bibliotecários responsáveis	José Edimar Lopes de Sousa Júnior Terezinha Pereira Aguiar
Funcionamento (período/horário)	Segunda a sexta-feira, das 08:00 às 21:30

4.2.4.2. Equipamentos e mobiliário

Local	Equipamento / Mobiliário	Quantidade
Processamento técnico	Computador	1
	Estante	6
Atendimento	Computador	2
	Computador de consulta ao catálogo	1

	Tablet	9
	Estante porta CD	2
	Escaninhos (porta volumes)	45
Coordenação	Computador	2
	Impressora	1
Acervo	Carrinhos	1
	Estante	29
	Periódicos/ estante	2
	Expositor de obras	2
Acessibilidade	Estante	1

4.2.4.3. Estrutura física e recursos materiais

Área total	316 m ²
Assentos nas áreas de estudo	75
Salas para estudo em grupo	3, com 8 assentos cada
Mesas de estudo coletivo	8, com 4 assentos cada
Cabines de estudo individual	19
Computadores com acesso à internet	10

4.2.4.4. Produtos e Serviços

- **Consulta ao acervo:** O SophiA, sistema de gerenciamento do acervo bibliográfico, disponibiliza a consulta aos acervos das bibliotecas integrantes do SIBI. Os acervos são abertos ao público em geral para consulta e pesquisa.
- **Busca integrada:** Funcionalidade do SophiA que permite acessar todo o conteúdo informacional impresso e digital disponível nas bibliotecas do Sistema e na BVU (Biblioteca Virtual Universitária) através de um só mecanismo de busca.
- **Empréstimo domiciliar:** Disponível à comunidade do IFCE em que são emprestados os materiais constantes nos acervos das bibliotecas do SIBI.

- **Renovação e reserva online:** A renovação poderá ser efetuada via Portal SophiA, desde que não haja reserva para os materiais. O número de renovações online é definido por cada biblioteca do sistema. A reserva de materiais poderá ser solicitada através do Portal SophiA, pelos usuários do sistema, devidamente habilitados.
- **Ambientes de Estudo:** A biblioteca dispõe de espaços destinados ao estudo individual ou em grupo, através de cabines, mesas e ou salas.
- **Acesso livre à internet:** A biblioteca oferece espaços de acesso à Internet para uso dos discentes na realização de pesquisas acadêmicas e/ou consulta ao catálogo online.
- **Wi-Fi:** Rede de Internet sem fio (wireless) nos ambientes de estudo da biblioteca.
- **Capacitação de usuários:** Oferecida à comunidade acadêmica para a utilização adequada e eficiente das bases de dados e acervos digitais disponibilizados pelo SIBI, tais como: Portal de Periódicos da Capes, Biblioteca Virtual Universitária (Pearson), assim como outros recursos disponíveis no Portal SophiA.
- **Declaração de nada consta:** Documento emitido pela biblioteca, informando que o usuário não deve material informacional. Deve ser retirado pessoalmente, na biblioteca em que o usuário tem vínculo, sendo a expedição imediata. Pode ser retirado por outra pessoa apresentando o nome completo do interessado, desde que não haja pendências. As finalidades de solicitação do Nada Consta estão expressas no Regulamento de Funcionamento das Bibliotecas do IFCE.
- **Periódicos da CAPES:** O Portal conta com mais de 37 mil títulos de revistas acadêmicas (periódicos) disponíveis para consulta em texto completo, cerca de 126 bases de dados de referências e resumos para levantamento bibliográfico, além de 250 mil documentos entre capítulos de livros eletrônicos, relatórios e outros tipos de publicações não seriadas. O Portal disponibiliza conteúdo gratuito, acessível a qualquer usuário e conteúdo assinado através da Rede CAFe, disponível às instituições integrantes da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), da qual o IFCE faz parte.

- **Biblioteca Virtual Universitária – BVU:** Acervo digital que pode ser acessado através da busca integrada no Portal SophiA ou na própria plataforma BVU. Acesso aos conteúdos digitais somente para usuários cadastrados.
- **BVU Mobile:** Todas as funcionalidades da BVU para desktop, disponíveis em tablets e smartphones, tais como: montar estantes de livros, fazer anotações eletrônicas, dentre outras.
- **Sugestão para aquisição:** Funcionalidade do SophiA que permite ao usuário fazer sugestões de materiais para aquisição, via Web, pelo terminal do SophiA. É necessário que o usuário tenha senha cadastrada na biblioteca e siga as instruções de como solicitar o material informacional de seu interesse.

4.2.4.5. Recursos eletrônicos e serviços

A Biblioteca possui uma página na internet:

<<http://ifce.edu.br/crateus/menu/biblioteca-do-campusde-crateus>> e também um catálogo eletrônico com possibilidade de acesso online, para consulta, reserva e renovações. São disponibilizadas diversas bases de dados, COMUT, e Periódicos Capes. O espaço conta com piso tátil, acervo em braile, e computador acessível com programas de leitura de tela.

Outros recursos:

- Repositório das produções acadêmicas do IFCE;
- Matrícula na Biblioteca 100% automatizada (migração de dados do Controle acadêmico). Todos os alunos recebem treinamento de uso da biblioteca e funcionalidades;
- COMUT- Programa de Comutação Bibliográfica;
- Sistema de Geração Automática de Referências: <<http://www.more.ufsc.br/>>;
- Sistema de Antiplágio: <<http://www.plagium.com/>>;
- Bases de dados de acesso livre: <<http://ifce.edu.br/proen/bibliotecas/base-de-dados-de-acesso-livre>>.

4.2.5. Acessibilidade

O *campus* Crateús do Instituto Federal do Ceará dispõe de estruturas e equipamentos destinados à acessibilidade de seus diversos ambientes, como: piso tátil direcional, na forma de placas coloridas de borracha, destinadas ao auxílio locomotor de pessoas com deficiência visual ou baixa visão; piso tátil de alerta, também na forma de placas coloridas de borracha, destinadas ao alerta de início ou término de escadas fixas, degraus isolados e/ou rampas fixas com inclinação igual ou superior a 5%; rampas de acesso, que possibilitam o acesso de pessoas com mobilidade reduzida aos espaços em desnível com os corredores principais, como o auditório e o piso superior da biblioteca; elevadores, que possibilitam o acesso de pessoas com mobilidade reduzida aos pisos superiores do Bloco Administrativo e do Bloco Didático I, onde encontram-se 10 (dez) das 18 (dezoito) salas de aula do *campus*; Corrimãos, que auxiliam pessoas com mobilidade reduzida no acesso a diferentes níveis de elevação, e em geral encontram-se vinculados a escadas e/ou rampas; entre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA DE LETRAS DE CRATEÚS. **Crateús: 100 Anos**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2011.

ALMEIDA, J. R. M. **Aprendizagem musical compartilhada: a prática coletiva dos instrumentos de sopro/madeiras no curso de música da UFCA**. 2014. 350f. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

ALVES, Elder Pereira. **O Ensino de instrumentos musicais na Educação Básica**. In: XXII CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 2015, **Anais...** Natal, p. 91-99, 2015.

ARARENDÁ (CE). **Lei nº 307, de 18 de junho de 2015. Plano Municipal de Educação 2015-2025 (PME)**. Disponível em <http://www.ararenda.ce.gov.br/novo/wp-content/uploads/2015/06/307-2016.pdf>. Acesso em 26 dez. 2017.

ARARENDÁ (CE). **Lei nº 331, de 03 de outubro de 2017. Plano Plurianual 2018-2021 (PPA)**. Disponível em <http://ararenda.ce.gov.br/portal/wp-content/uploads/2016/01/Lei-N%C2%BA-331-2017-Disp%C3%B5e-sobre-o-Plano-Plurianual-de-Governo-do-Munic%C3%ADpio-para-o-quadri%C3%AAnio-2018-2021.pdf>. Acesso em 26 dez. 2017.

ARROYO, M. Educação Musical na contemporaneidade. In: II SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM MÚSICA DA UFG, 2, 2008. **Anais...** Goiânia, v.1, n.1, p. 18-29, 2008.

BARBOSA, J. L. S. **Da Capo** – Método para o Ensino Coletivo e/ou Individual de Instrumentos de Sopro e Percussão. 1a ed. Jundiaí: Editora Keyboard, 2004.

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

BENASSI, C. A.; DUARTE, A. S. Além dos sentidos: glossário de termos e conceitos da área musical em Libras. **RevDia - Revista Diálogos**, Cuiabá, v. 4, n. 1, 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 02 de outubro de 2017.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. **Resolução CONSUP/IFCE nº 33, de 22 de junho de 2015**. Aprova o Projeto Político

Institucional do Instituto Federal do Ceará. Disponível em <http://ifce.edu.br/proen/ensino/ppi-ifce.pdf>. Acesso em 02 de outubro de 2017.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. **Resolução CONSUP/IFCE nº 56, de 14 de dezembro de 2015. Regulamento da Organização Didática.** Disponível em <http://ifce.edu.br/espaco-estudante/regulamento-de-ordem-didatica/arquivos/rod-2015.pdf>.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. **Resolução CONSUP/IFCE nº 52, de 24 de outubro de 2016.** Aprova o Regulamento de Concessão de Auxílios Estudantis no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Disponível em <http://ifce.edu.br/espaco-estudante/assistencia-estudantil/arquivos/resolucao-no-052-2016.pdf>. Acesso em 02 de outubro de 2017.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. **Resolução CONSUP/IFCE nº 007, de 4 de março de 2016.** Regimento Geral do IFCE. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES nº 15, de 02 de fevereiro de 2005.** Esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP nºs 1/2002, e 2/2002. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces0015_05.pdf. Acesso em 02 de outubro 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 02, de 8 de março de 2004.** Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES02-04.pdf>. Acesso em 02 de outubro de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 02, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Disponível em http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/res_cne_cp_02_03072015.pdf. Acesso em 02 de outubro de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007).** Brasília, 2009.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS (CAGED). **Dados dos municípios do Sertão dos Cariri e do estado do Ceará.** Disponível em <https://caged.maisemprego.mte.gov.br/portalcaged/paginas/home/home.xhtml>. Acesso em 07 dez. 2017.

CAETANO, A. M.; GONTIJO, C. M. M.; AROEIRA, K. P., CASOTTE, L. D. H.; FREITAS, M. I. D.; ROCHA, N. S.; ANDRADE, P. G. R. **Prática como componente curricular: possibilidades de organização no currículo.** Universidade Federal do

Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em:

http://www.ce.ufes.br/sites/ce.ufes.br/files/field/anexo/pratica_como_componente_curricular-possibilidades_de_organizacao_no_curriculo.pdf. Acesso em: 16 set 2017.

CATUNDA (CE). **Lei nº 320, de 18 de outubro de 2017. Planejamento Plurianual 2018-2021.** Disponível em http://www.catunda.ce.gov.br/arquivos/121/PPA%20-%20PLANO%20PLURIANUAL_QUADRIENAL_2017_0000001.pdf. Acesso em 26 dez. 2017.

CEARÁ. Secretaria da Educação. Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – CREDE13. Célula de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem – CEDEA. **Relatório Situacional: Professores do componente curricular Arte no âmbito da CREDE13.** Crateús, 2017.

COELHO, Wolh Helena. **Técnica vocal para coros.** São Leopoldo: Sinodal, 1994.

CRATEÚS (CE). **Lei nº 1358, de 05 de abril de 1990.** Estabelece a Lei Orgânica do Município. Disponível em: http://www.crateus.ce.gov.br/images/noticias/1358/LO_CRATEUS.pdf. Acesso em 07 dez. 2017.

CRATEÚS (CE). **Lei nº 427, de 24 de junho de 2015. Plano Municipal de Educação 2015-2025.**

ELLIOTT, L. G. **Meta-avaliação: das abordagens às possibilidades de aplicação.** Ensaio, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 941-964, out./dez. 2011.

FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. **De trama em fios: um ensaio sobre música e educação.** São Paulo: UNESP, 2008.

FRANÇA, C. C.; SWANWICK, K. Composição, apreciação e performance na educação musical: teoria, pesquisa e prática. **Em Pauta**, v. 13, n. 21, p. 6-41, dez., 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES (FUNARTE). **Dados das Bandas Sinfônicas do estado do Ceará.** Disponível em <http://www.funarte.gov.br/cadastramento-de-bandas-de-musica/>. Acesso em 07 dez. 2017.

GONÇALVES, N. G. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, set./dez., 2015.

IFCE. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Física do IFCE campus Crateús.** 2016.

IFCE. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática do IFCE campus Crateús.** 2016.

INDEPENDÊNCIA (CE). **Lei nº 447, de 13 de novembro de 2017. Plano Plurianual 2018-2021.** Disponível em http://www.independencia.ce.gov.br/arquivos/249/PPA%20-%20PLANO%20PLURIANUAL_QUADRIENAL_2018_0000001.pdf. Acesso em 26 dez. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Dados dos municípios do Sertão dos Crateús e do estado do Ceará.** Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 07 dez. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados do município de Crateús/CE.** Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/crateus/panorama>. Acesso em 02 de outubro de 2017.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO (IDT). **Dados dos municípios do Sertão dos Crateús e do estado do Ceará.** Disponível em <http://www.sineidt.org.br/>. Acesso em 07 dez. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Dados dos municípios do Sertão dos Crateús e do estado do Ceará.** Disponível em www.ipece.ce.gov.br/. Acesso em 07 dez. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Dados dos municípios do Sertão dos Crateús e do estado do Ceará.** Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em 07 dez. 2017.

IPAPORANGA (CE). **Lei nº 404, de 13 de outubro de 2017. Plano Plurianual 2018-2021.** Disponível em http://www.ipaporanga.ce.gov.br/arquivos/1183/PPA%20-%20PLANO%20PLURIANUAL_ANUAL_2017_0000001.pdf. Acesso em 26 dez. 2017.

IPUEIRAS (CE). **Lei nº 857, de 22 de junho de 2015. Plano Municipal de Educação 2015-2025.** Disponível em http://www.camaraipueiras.ce.gov.br/arquivos/28/Leis_857_2015.pdf. Acesso em 26 dez. 2017.

IPUEIRAS (CE). **Lei nº 928, de 27 de novembro de 2017. Plano Plurianual 2018-2021.** Disponível em <http://www.ipueiras.ce.gov.br/2017/wp-content/uploads/2017/03/Plano-Plurianual-Quadri%C3%AAnio-2018-2021.pdf>. Acesso em 26 dez. 2017.

IPUEIRAS (CE). **Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990.** Disponível em <http://www.camaraipueiras.ce.gov.br/doc/LeiOrganica.pdf>. Acesso em 26 dez. 2017.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** 22ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MATEIRO, Teresa; ILARI, Beatriz. **Pedagogias em educação musical**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

MATEIRO, Teresa; SOUZA, Jusamara (Orgs.). **Práticas de ensinar música**. 3ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>. Acesso em 07 dez. 2017.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. Editora: Artmed, São Paulo, 2003.

MONTANDON, M. I. Ensino Coletivo, Ensino em Grupo: mapeando as questões da área. In: I ENECIM – Encontro Nacional de Ensino Coletivo de Instrumento Musical, 2004. **Anais...** Goiânia, p.44-48, 2004.

NOVA RUSSAS (CE). **Lei nº 1024, de 13 de setembro de 2017. Plano Plurianual 2018-2021**. Disponível em <http://www.novarussas.ce.gov.br/arquivos/112/PPA%20-%20PLANO%20PLURIANUAL%20 QUADRIENAL 2018 0000001.pdf>. Acesso em 26 dez. 2017.

NOVA RUSSAS (CE). **Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990**. Disponível em <http://www.cmnovarussas.ce.gov.br/doc/LeiOrganica.pdf>. Acesso em 26 dez. 2017.

NOVO ORIENTE (CE). **Lei nº 717, de 05 de maio de 2015. Plano Municipal de Educação 2015-2025**. Disponível em http://www.novooriente.ce.gov.br/arquivos/47/Leis_717_2015.pdf. Acesso em 26 dez. 2017.

NOVO ORIENTE (CE). **Lei nº 745, de 28 de novembro de 2016. Plano Municipal de Cultura 2016-2026**. Disponível em http://www.novooriente.ce.gov.br/arquivos/191/LEIS_745_2016_0000001.pdf. Acesso em 26 dez. 2017.

NOVO ORIENTE (CE). **Lei nº 746, de 28 de agosto de 2017. Plano Plurianual 2018-2021**. Disponível em http://www.novooriente.ce.gov.br/arquivos/271/LEIS_764_2017_0000002.pdf. Acesso em 26 dez. 2017.

NOVO ORIENTE (CE). **Lei Orgânica Municipal, de 31 de março de 2017**. Disponível em <http://camaranovooriente.ce.gov.br/documento.php?doc=1>. Acesso em 26 dez. 2017.

PENNA, Maura. **Música (s) e seu ensino**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

PERRENOUD, P. **Avaliação da excelência: a regulação das aprendizagens entre duas lógicas**. Porto Alegre: Art Méd, 1999.

PRESTINI, A.A. M. M. **Transversalidade e temas transversais na formação inicial do professor de matemática**. 2005. 89f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

SAVIANI, Dermeval. Formação de Professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr., 2009.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SEKEFF, Maria de Lourdes. **Da música: seus usos e recursos**. 2ª Edição. São Paulo: UNESP, 2007.

SWANWICK, Keith. **Ensinando Música Musicalmente**. Tradução de Alda Oliveira e Cristina Tourinho. São Paulo: Moderna, 2003.

TAMBORIL (CE). **Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990**. Disponível em <http://www.camaratamboril.ce.gov.br/documento.php?doc=1>. Acesso em 26 dez. 2017.

TAUCHEN, Gionara. **O princípio da indissociabilidade universitária: um olhar transdisciplinar nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

TOURINHO, C. **Ensino coletivo de instrumentos musicais: crenças, mitos, princípios e um pouco de história**. In: XVI Encontro Nacional da ABEM e Congresso Regional da ISME na América Latina, 2007. **Anais...** Campo Grande, 2007.

UNIPAMPA. **Projeto Pedagógico do Curso de Música – Licenciatura da UNIPAMPA campus Bagé**. 2016.

VECCHIA, F. D. **Educação musical coletiva com instrumentos de sopro e percussão: análise de métodos e proposta de sistematização**. 2012. 311f. Tese (Doutorado). Escola de Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

VECCHIA, F. D. **Iniciação ao trompete, trompa, trombone, bombardino e tuba: processos de ensino e aprendizagem dos fundamentos técnicos na aplicação do método *Da Capo***. 2008. 124f. Dissertação (mestrado). Escola de Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

VECCHIA, F. D.; BARBOSA, J. L. S. Ensino coletivo de instrumentos de banda: Processos de aprendizagem dos fundamentos de se tocar metais. In: X Encontro Regional Nordeste, 2011, Recife. **Anais...**, 2011.

VEIGA, Ilma P. Docência Universitária na Educação Superior. In: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira (Org.). **Docência na Educação Superior**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, v. 1, p. 87-98, 2006.

VIANA, G.M.; MUNFORD, D.; FERREIRA, M. S.; MORO, L. Relações entre teoria e prática na formação de professores: investigando práticas sociais em disciplina acadêmica de um curso nas ciências biológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 4, p. 17-49, dez., 201

ANEXOS

Programas das Unidades Didáticas (PUDs)

1º semestre

DISCIPLINA: Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão I		
Código: MUS101		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: I		
Nível: Superior		
EMENTA		
Estudo dos fundamentos da prática da flauta doce e do violão. Aspectos básicos da técnica da flauta doce: postura, respiração, articulação e dedilhado. Aspectos básicos da técnica do violão: postura, fundamentos de mão esquerda e direita, sonoridade. Arquitetura do violão e da flauta doce: partes e funcionamento. Apreciação de obras musicais instrumentais de diferentes gêneros e estilos. Aspectos históricos dos instrumentos. Interpretação de repertório adaptado e específico dos instrumentos. Criação musical. Introdução à linguagem musical.		
OBJETIVOS		
• Conhecer a flauta doce e o violão, assim como suas possibilidades musicais e pedagógicas; • Desenvolver a técnica básica dos instrumentos; • Criar, improvisar e interpretar obras musicais, individualmente e em grupo; • Desenvolver conhecimentos básicos da linguagem e estrutura musical; • Desenvolver conhecimentos básicos da história da música ocidental.		
PROGRAMA		
FUNDAMENTOS TÉCNICOS DO VIOLÃO E DA FLAUTA DOCE Arquitetura dos instrumentos - partes e funcionamento Postura Sustentação Mão direita Mão esquerda Articulação Dedilhado Sonoridade Coluna de ar e Respiração (flauta doce): mecânica dos fluidos Embocadura (flauta doce) FLAUTA E VIOLÃO: MANUTENÇÃO E CUIDADOS HISTÓRIA DA FLAUTA E DO VIOLÃO Genealogia dos instrumentos Violão europeu no século XVIII A flauta doce no Renascimento e Barroco		

PRÁTICA DE REPERTÓRIO Repertório para iniciação Acordes iniciais aplicados ao repertório popular básico Leitura convencional ou não convencional Criação e improvisação individual e coletiva Obras adaptadas para conjuntos mistos de flauta doce e violão
METODOLOGIA DE ENSINO A abordagem metodológica do componente prioriza a prática musical dos instrumentos e seu estudo técnico e interpretativo, auxiliando e se sustentando no estudo da linguagem e da estrutura musical. Serão desenvolvidos projetos e atividades juntamente à disciplina de Introdução à Linguagem e Estruturação Musical (elaboração de pequenos arranjos, improvisação, criação livre), associando teoria musical e prática instrumental. Como procedimento de iniciação musical, a leitura relativa (dó móvel, dedilhados da flauta doce, pauta fragmentada no violão) será utilizada. A apreciação musical (vídeos, áudios, performances ao vivo) é também importante abordagem metodológica. Como material didático suplementar, serão criadas e disponibilizadas online vídeo-aulas para auxiliar os discentes no estudo do instrumento fora da aula. Outros procedimentos metodológicos que também poderão ser utilizados são: - Aulas expositivas com o auxílio de recursos audiovisuais; - Leituras e discussões; - Trabalhos individuais e coletivos; - Prática musical individual e em conjunto; - Apresentações musicais.
RECURSOS Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Microfone Material didático-pedagógico Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais Quadro branco pautado
AVALIAÇÃO A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos;

- Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos;
- Desempenho artístico e musical;
- Domínio técnico instrumental e expressão musical;
- Sensibilidade estética, capacidade criativa em música;
- Domínio e utilização de recursos musicais;
- Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Demonstração prática dos conteúdos abordados;
- Apresentações musicais individuais ou em grupo, fechadas ou abertas ao público;
- Elaboração de arranjos musicais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FRANK, Isolde. **Método para flauta doce soprano**. São Paulo: Ricordi Brasileira, 2002.
2. MARIANI, Silvana. **O equilibrista das seis cordas: Método de violão para crianças**. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.
3. PEREIRA, Marco. **Ritmos brasileiros para violão**. Rio de Janeiro: Garbolights Produções Artísticas, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHEDIAK, Almir. **Songbook Bossa Nova - Volume 1**. São Paulo: Vitale, 2009.
2. CHEDIAK, Almir. **Songbook Choro - Volume 1**. São Paulo: Vitale, 2009.
3. CHEDIAK, Almir. **Songbook Djavan - Volume 1**. São Paulo: Vitale, 2009.
4. GARCIA, Luiz Alfredo. **Teoria Musical - Estruturas Rítmicas, Melódicas e Harmônicas**. Curitiba: Prismas, 2015.
5. REGINA, Vieira. **Técnica de Alexander: Postura, equilíbrio e movimento**. São Paulo: Terceiro Nome, 2009.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Canto Coral I		
Código: MUS102		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: I		
Nível: Superior		
EMENTA		
Prática de canto coletivo. Análise, leitura e interpretação de obras corais de diversificados gêneros, estilos musicais e formas, com foco na música popular brasileira. Composição de um coro cênico. Apresentações públicas do repertório compartilhado.		
OBJETIVOS		
• Desenvolver a prática vocal coletiva; • Desenvolver a consciência corporal e sua relação com a técnica vocal; • Conhecer a música popular brasileira por meio da apreciação e interpretação do repertório coral; • Desenvolver a técnica vocal básica.		
PROGRAMA		
ESTUDO DE CÂNONES E CANÇÕES EM UNÍSSONO E A DUAS VOZES Leitura musical Compreensão da canção Estudo de repertório com foco na música brasileira Coerência estética e estilística TÉCNICA VOCAL APLICADA AO CORO Saúde vocal Técnicas de relaxamento Técnicas de respiração Utilização dos ressonadores superiores, medianos e inferiores Articulação Estudo dos fraseados Gesto interpretativo		
METODOLOGIA DE ENSINO		
A metodologia da disciplina se baseia na prática musical do canto coletivo (repertório coral), contemplando apresentações públicas, num exercício de trabalho progressivo, considerando as limitações técnicas dos alunos e fortalecendo as interações da técnica com a expressão vocal e linguagem e estruturação musical. O componente utiliza o solfejo relativo (Dó Móvel) dos arranjos para uma melhor assimilação das vozes		

interdependentes. A apreciação musical (vídeos, áudios, performances ao vivo) é também importante na abordagem metodológica. Como material didático suplementar, serão criadas e disponibilizadas faixas de áudios para auxiliar os discentes no estudo do repertório fora de sala.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Gravador (software) Reprodutor de mídias digitais Material didático-pedagógico Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais Quadro branco pautado
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Desempenho artístico e musical; • Domínio técnico vocal e expressão musical; • Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; • Domínio e utilização de recursos musicais; Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Verificação da assimilação do repertório e a capacidade de afinação individual e coletiva • Demonstração prática dos conteúdos abordados; • Apresentações musicais individuais ou em grupo, fechadas ou abertas ao público.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. BEHLAU, Mara; REHDER, Maria Inês. Higiene vocal para o canto coral. 2ª edição. Rio de Janeiro: Revinter, 2009. 2. COELHO, Helena de Souza Nunes Wöhl. Técnica vocal para coros. São Leopoldo: Sinodal, 2008.

3. OITICICA, Vanda. **O bê-a-bá da técnica vocal**. Brasília: Musimed, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. REGINA, Vieira. **Técnica de Alexander: Postura, equilíbrio e movimento**. São Paulo: Terceiro Nome, 2009.
2. PACHECO, Claudia; BAÊ, Tutti. **Canto - Equilíbrio entre corpo e som: Princípios da fisiologia vocal**. São Paulo: Vitale, 2006.
3. BAÊ, Tutti. **Canto: uma consciência melódica: treinamento dos intervalos através dos vocalizes**. São Paulo: Irmãos Vitale, 2003.
4. GOULART, Diana; COOPER, Malu. **Por Todo Canto: Método de Técnica Vocal para o canto popular (vol. I)**. São Paulo: G4, 2002.
5. LEAL, Valéria. **Cantonário: Guia prático para o canto**. Brasília: Musimed, 2013.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Técnica e Expressão Vocal I		
Código: MUS103		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: I		
Nível: Superior		
EMENTA		
Estudo do instrumento vocal e sua fisiologia. Integração e dependência dos demais sistemas, principalmente do auditivo e respiratório. Noções elementares de saúde e higiene vocal. A composição corpo-voz-movimento: técnicas de relaxamento e respiração, desenvolvimento consciente e exploração dos ressonadores. Introdução às técnicas vocais e gesto interpretativo. Foco no canto popular e sua história.		
OBJETIVOS		
• Desenvolver o canto solo performático e coletivo; • Conhecer aspectos básicos de saúde e higiene vocal; • Explorar as diversas possibilidades acústicas da voz e sua integração com o mundo circundante sonoro; • Compreender os aspectos emocionais do canto e a respiração, tensão e distensões, comunicação e musicalidade; • Uso da voz como ferramenta pedagógica.		
PROGRAMA		
NOÇÕES ELEMENTARES DO CANTO POPULAR E SUA FISIOLOGIA Instrumento vocal e sua fisiologia Interdependência sistêmica do instrumento fonador Saúde e técnica vocal aplicada ao canto popular: relaxamento, respiração, ressonância e articulação Naipes e classificações vocais. ESTUDO DE CANÇÕES Estudo do repertório Coerência estética e estilística Gesto interpretativo HISTÓRIA DO CANTO POPULAR BRASILEIRO Época de ouro do rádio Renovação do samba e bossa nova A VOZ COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO Modos de transposição de didática e uso da voz		

METODOLOGIA DE ENSINO
A prática musical através do canto solo e coletivo performático e aulas expositivas dialogadas serão os principais aportes metodológicos da disciplina, que busca uma interlocução com outros componentes curriculares, tais como Canto Coral, Seminários em Educação Musical e Linguagem e Estruturação Musical. A utilização da apreciação musical (vídeos, áudios, performances ao vivo) será outro importante transpositor didático para esse processo. Como material suplementar, serão criadas e disponibilizadas trilhas de áudios para auxiliar os discentes no estudo continuado do repertório. Outros procedimentos metodológicos que também poderão ser utilizados são: - Apresentações musicais; - Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; - Seminários.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Gravador de áudio Material didático-pedagógico Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais Quadro branco pautado
AValiação
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: ● Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; ● Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; ● Participação nos trabalhos individuais e coletivos; ● Participação nos seminários; ● Desempenho artístico e musical; ● Domínio técnico vocal e expressão musical; ● Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; ● Domínio e utilização de recursos musicais; ● Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: ● Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; ● Trabalhos e projetos individuais e coletivos;

- Seminários;
- Demonstração prática dos conteúdos abordados;
- Apresentações musicais individuais ou em grupo, fechadas ou abertas ao público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GOULART, Diana; COOPER, Malu. **Por todo canto: Método de técnica vocal para o canto popular (vol. 1)**. São Paulo: G4, 2002.
2. KIEFER, Bruno. **História da música brasileira: Dos primórdios ao início do século XX**. Porto Alegre: Movimento, 1985.
3. SAHDI, Anna Paula. **O caminho natural da voz**. São Paulo: Alfabeto, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. REGINA, Vieira. **Técnica de Alexander: Postura, equilíbrio e movimento**. São Paulo: Terceiro Nome, 2009.
2. BEHLAU, Mara; REHDER, Maria Inês. **Higiene vocal para o canto coral**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Revinter, 2009.
3. COELHO, Helena de Souza Nunes Wöhl. **Técnica vocal para coros**. São Leopoldo (RS): Sinodal, 2008.
4. OITICICA, Vanda. **O bê-a-bá da técnica vocal**. DF: Musimed, 2001.
5. BAÊ, Tutti. **Canto: uma consciência melódica: treinamento dos intervalos através dos vocalizes**. São Paulo: Irmãos Vitale, 2003.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Introdução à Linguagem Musical		
Código: MUS104		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 40h	CH Prática: 40h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: I		
Nível: Superior		
EMENTA		
Percepção e escrita musical. Parâmetros sonoros (altura, duração, intensidade e timbre). Desenvolvimento da audição, memória, afinação e psicomotricidade e sua aplicabilidade como ferramenta pedagógica. Aspectos teóricos e práticos da música. Compassos simples (binário, ternário, quaternário). Sinais gráficos de dinâmica, andamento e articulação. Solfejos e ditados rítmicos e melódicos. Leitura à primeira vista.		
OBJETIVOS		
• Desenvolver a acuidade auditiva para a percepção musical; • Estudar aspectos melódicos focando a tonalidade; • Compreender a teoria musical elementar; • Trabalhar afinação individual e coletiva bem como a psicomotricidade; • Desenvolver a habilidade musical através de treinamento auditivo; • Exercitar a escrita e a leitura musicais.		
PROGRAMA		
SOM E SILÊNCIO Propriedades do som Figuras de tempo NOTAÇÃO MUSICAL Alternativa Convencional Pentagrama Pauta Clave Linhas suplementares Ortografia SOLFEO E DITADO (MELÓDICO E RÍTMICO) Escalas maiores Escalas menores Pentatônica Intervalos Fórmula de compasso Unidade de tempo		

Métrica TRÍADES Maior Menor
METODOLOGIA DE ENSINO
A disciplina de Introdução à Linguagem Musical trabalhará solfejo, ritmo, percepção e teoria musical de forma integrada, assim como o estudo reflexivo e prático das estruturas musicais e dos processos empregados para a construção do discurso musical e os modos de sistematização desses conhecimentos. Serão desenvolvidas atividades e projetos em conjunto à disciplina de Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão I, associando teoria musical e prática instrumental. Como ferramenta didática de aprendizado a utilização de software e plataformas digitais para auxiliar o discente no estudo fora da aula. Outros procedimentos metodológicos que também poderão ser utilizados são: - Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; - Atividades práticas de leitura e execução musical; - Fruição e análise de obras musicais; - Atividades práticas de apreciação e análise auditiva; - Atividades corporais; - Atividades com recursos tecnológicos e instrumentos musicais; - Masterclasses e oficinas.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Instrumentos musicais Folha pautada Partitura musical Estante para partitura musical Quadro branco pautado
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Precisão rítmica, acuidade auditiva e desempenho da percepção musical, precisão

- da afinação vocal;
- Sensibilidade estética, capacidade criativa em música;
 - Desempenho cognitivo;
 - Uso da grafia musical adequada;
 - Domínio e utilização de recursos técnicos e musicais;
 - Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos;
 - Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Resolução de exercícios;
- Análise auditiva de obras musicais;
- Ditados rítmicos, melódicos e harmônicos;
- Execução de trechos rítmicos, melódicos e harmônicos;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Avaliação escrita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MED. Bohumil. **Teoria da música**. 4ª edição. Brasília: Musimed, 1996.
2. GARCIA, Luiz Alfredo. **Teoria musical - Estruturas rítmicas, melódicas e harmônicas**. Curitiba: Prismas, 2015.
3. MED. Bohumil. **Ritmo**. 4ª edição. Brasília: Musimed, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GRAMANI, José E. C. Rítmica Viva: **A consciência musical do ritmo**. 1ª edição. Campinas: UNICAMP, 1996.
2. ALMADA, Carlos. **Harmonia funcional**. Campinas: Unicamp, 2012.
3. PAZ, Ermelinda A. **500 canções Brasileiras**. Brasília: Musimed, 2010.
4. MED. Bohumil. **Solfejo**. Brasília: Musimed, 1980.
5. LACERDA, Osvaldo. **Curso Preparatório de Solfejo e Ditado Musical**. São Paulo: Ricordi, 2008.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Introdução aos Estudos Sócio-Históricos e Culturais da Música		
Código: MUS105		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 70h	CH Prática: 0h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 10h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: I		
Nível: Superior		
EMENTA		
Principais teorias em Cultura e História. Música como manifestação cultural humana. Diferentes abordagens do estudo sociocultural da música. Introdução à musicologia e etnomusicologia – conceitos, convergências e divergências. Pluralidade musical, cultura popular e discursos de poder. Relações entre música, cultura e docência.		
OBJETIVOS		
• Refletir sobre música e cultura de maneira coerente com perspectivas atuais em musicologia e etnomusicologia; • Analisar as práticas musicais humanas enquanto práticas culturais com sentidos e significados que extrapolam a valoração formal clássica; • Refletir sobre as lutas de representações que promovem juízos de valor distintos em detrimento de determinados gêneros musicais e/ou os contextos de onde esses gêneros emergem. • Desenvolver conhecimentos que possibilitem a prática pedagógica musical plural.		
PROGRAMA		
UNIDADE I Cultura e história - conceitualizações Música, sociedade e cultura UNIDADE II Musicologia - definições e métodos Etnomusicologia - definições e métodos Relações étnicas-raciais e cultura afro-brasileira e indígena UNIDADE III Discursos sobre apreciação musical (dominante x popular) Um olhar sobre a música de um ponto de vista plural Pluralidade Cultural: o Ser Humano como agente social e produtor de cultura		
METODOLOGIA DE ENSINO		
A abordagem metodológica deste componente prioriza aulas expositivas e dialógicas, o estímulo aos seminários e debate, bem como grupos de estudo e estudos dirigidos. Serão		

desenvolvidas atividades e projetos juntamente à disciplina de Leitura e Produção Textual (produção de textos com temáticas musicológicas e etnomusicológicas onde serão avaliados, além do conhecimento nas áreas de estudo, questões linguísticas, semânticas e gramaticais trabalhadas na disciplina de Leitura e Produção Textual). Outros recursos didático-metodológicos utilizados neste componente curricular: - Leitura de textos teóricos; - Atividades em grupo de exposição oral e escrita dos conteúdos aplicados a objetos determinados; - Visitas técnicas. Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão desenvolvidos: - Observação e resolução de situações-problema; - Visitas técnicas e aulas em campo, contemplando espaços, momentos e festejos culturais da cidade e região; - Estudos de caso delineados a partir de desafios presentes no contexto escolar.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Quadro branco pautado
AValiação
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: ● Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; ● Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; ● Participação nos seminários e debates; ● Participação nas visitas técnicas e aulas de campo; ● Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; ● Capacidade crítica e reflexiva, analítica e sintética; ● Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: ● Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; ● Resolução de exercícios ou situações-problema; ● Trabalhos e projetos individuais e coletivos; ● Elaboração de texto; ● Avaliação escrita.

Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão utilizados os seguintes critérios e instrumentos: • Situações-problema e laboratórios pedagógicos, considerando a capacidade de relacionar os conteúdos estudados ao currículo e objetivos da Educação Básica, especialmente ao componente Artes/Música, mas também de forma transversal, a consecutividade, o uso de recursos, a metodologia, a criatividade, o potencial inclusivo, a eloquência, o uso da linguagem adaptada ao contexto da Educação Básica, a interatividade e o conteúdo; • Visitas técnicas e aulas de campo, que contemplarão espaços e momentos culturais da cidade e entorno, considerando a participação, envolvimento e desempenho das atividades propostas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
1. EGG, André (Org.). Música, cultura e sociedade: Dilemas do moderno. Curitiba: CRV, 2016. 2. TINHORÃO, José Ramos. Música e cultura popular: Vários escritos sobre um tema em comum. São Paulo: Editora 34, 2017. 3. LARAIA, Roque de Barros. Cultura: Um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
1. BLACKING, John. How Musical is Man? Seattle e Londres: University of Washington Press, 1973. 2. FERNANDES, Dmitri Cerboncini; SANDRONI, Carlos. Música e ciências sociais: para além do descompasso entre arte e ciência. Curitiba: Prismas, 2016. 3. SALOMON, Leonardo. A outra história: os discursos da new musicology e sua aplicação nas didáticas de história da música. Curitiba: Prismas, 2015. 4. SCHAFER, Murray. A afinação do mundo. 2ª Edição. São Paulo: UNESP, 2011. 5. SEEGER, Anthony. Por que cantam os Kisedje? São Paulo: Cosac e Naify, 2015.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

DISCIPLINA: Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação		
Código: MUS106		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 70h	CH Prática: 0h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 10h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: I		
Nível: Superior		
EMENTA		
O pensamento social contemporâneo e seus conceitos analíticos sobre o processo educacional na sociedade moderna. Produção e reprodução social, ideologia, poder e dominação, inclusão e exclusão. Educação escolar e familiar. Filósofos clássicos, modernos e contemporâneos. A Filosofia e a compreensão do fenômeno educacional. Reflexão sobre a prática docente a partir das perspectivas filosóficas e sociológicas.		
OBJETIVOS		
• Entender as diferentes matrizes do pensamento sociológico e suas contribuições para a análise dos fenômenos sociais e educacionais; • Compreender os fenômenos sociais a partir dos condicionantes econômicos, políticos e culturais da realidade (o mundo/o país/a região/o município); • Analisar as políticas públicas implementadas no país e suas implicações para a área educacional; • Caracterizar o discurso filosófico, mostrando sua origem e evolução; • Reconhecer as contribuições da Filosofia e Educação nas práticas educativas.		
PROGRAMA		
UNIDADE I Contexto histórico do surgimento da Sociologia Positivismo / Funcionalismo e Materialismo histórico e dialético Estado e Sociedade Pluralidade cultural e movimentos sociais e Educação A Sociologia e o cotidiano da sala de aula UNIDADE II Conceito e importância da Filosofia A origem da Filosofia, os sistemas medievais e a contemporaneidade Fenomenologia, Existencialismo e Educação Educação, ética e ideologia		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; Dinâmica de leitura e debate acompanhados de plenária; Seminários;		

Grupos de trabalho e apresentação de produções escritas;

Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão desenvolvidas:

- Levantamento e análise de documentos relativos à organização do trabalho na escola;
- Estudos de caso delineados a partir de desafios presentes no contexto escolar.

RECURSOS

Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador)
Material didático-pedagógico
Quadro branco

AVALIAÇÃO

A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados:

- Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos;
- Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Participação em seminários e debates;
- Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos;
- Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Seminários;
- Elaboração textual;
- Avaliação escrita.

Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão utilizados os seguintes critérios e instrumentos:

- Situações-problema e laboratórios pedagógicos, considerando a capacidade de relacionar os conteúdos estudados ao currículo e objetivos da Educação Básica, especialmente ao componente Artes/Música, mas também de forma transversal, a consecutividade, o uso de recursos, a metodologia, a criatividade, o potencial inclusivo, a eloquência, o uso da linguagem adaptada ao contexto da Educação Básica, a interatividade e o conteúdo;
- Análise de documentos, PPPs e currículos escolares, demonstrando capacidade de reflexão e síntese.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
1. SILVA, André G. F.; SILVA, Gildemarks C. Fundamentos da educação – Fronteiras e desafios. Recife: UFPE, 2016. 2. PORTO, Leonardo Sartori. Filosofia da educação. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. 3. DURKHEIM, Emile. Educação e sociologia. São Paulo: Hedra, 2011.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
1. LUCKESI, Cipriano Carlos. Filosofia da educação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 2. GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. Filosofia e história da educação brasileira: da colônia ao governo Lula. 2. ed. Barueri: Manole, 2009. 3. CARNIEL, Fagner. A Sociologia em sala de aula: diálogos sobre o ensino e suas práticas. Curitiba: Base Editorial, 2012. 4. NOGUEIRA, Maria Alice; Nogueira, Cláudio M. Martins. Bourdieu & a Educação. 2ª edição. São Paulo: Autêntica, 2014. Disponível em: <http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582170113>. 5. BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. 13ª edição. Petrópolis: Vozes, 2012.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: Leitura e Produção Textual		
Código: MUS107		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: I		
Nível: Superior		
EMENTA		
Estudo da língua portuguesa através da teoria dos gêneros textuais. Trabalho com compreensão e produção de gêneros textuais, explorando aspectos relacionados à coesão e coerência. Estudo de gramática na produção de textos. Fundamentos para escrita e leitura de textos acadêmicos. Diretrizes metodológicas para pesquisa científica.		
OBJETIVOS		
• Conhecer os gêneros textuais de modo a produzir textos coesos e coerentes. • Desenvolver conhecimentos básicos da escrita científica; • Estimular a participação ativa na vida acadêmica;		
PROGRAMA		
UNIDADE I Variação linguística e preconceito linguístico Pluralidade Cultural: o Ser Humano como agente social e produtor de cultura Direitos Humanos e Cidadania Definição de textos, gêneros textuais e tipologia textual (sequências textuais) Exercícios sobre sequências textuais UNIDADE II Definição de coerência e coesão textuais Recursos de coesão textual Definição e construção do parágrafo Prática de produção de parágrafos UNIDADE III Sequência narrativa (conto, crônica, romance) Sequência argumentativa (resenha, artigo científico) UNIDADE IV Estudo da gramática baseado nos erros de produção textuais dos alunos Leitura e interpretação de textos científicos Produção textual científica Tipos de pesquisa		
METODOLOGIA DE ENSINO		

A abordagem metodológica deste componente prioriza aulas expositivas e dialógicas, o estímulo aos seminários e debate, prática de leitura e produção de textos acadêmicos e literários, bem como grupos de estudo e estudos dirigidos. Serão desenvolvidas atividades e projetos juntamente à disciplina de Introdução aos Estudos Sócio-Históricos e Culturais da Música (produção de textos com temáticas musicológicas e etnomusicológicas onde serão avaliados, além do conhecimento nas áreas de estudo, questões linguísticas, semânticas e gramaticais trabalhadas nesta disciplina).

Outros recursos didático-metodológicos utilizados neste componente curricular:

Aulas práticas de produção de gêneros textuais;
Resolução de exercícios em sala de aula.

RECURSOS

Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador)

Material didático-pedagógico

Quadro branco

AVALIAÇÃO

A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados:

- Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos;
- Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Participação em seminários e debates;
- Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos;
- Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Resolução de exercícios ou situações-problema;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Seminários;
- Elaboração textual;
- Avaliação escrita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LEÃO, Lourdes Meirelles. **Metodologia do estudo e pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2016.

2. AQUINO, Ítalo de Souza. **Como escrever artigos científicos**. São Paulo: Saraiva, 2012.
3. RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica: Para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. 8ª edição. São Paulo: Loyola, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CASTRO, Claudio de Moura. **Como redigir e apresentar um trabalho científico**. São Paulo: Pearson, 2011.
2. DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2014.
3. DIAS, V. F.; MOLINA, N. L.; SANTOS, G.R.C.M. **Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos**. 2ª edição. Curitiba: Intersaberes, 2014.
4. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2016.
5. RICHE, Rosa Cuba; SANTOS, Leonor Werneck dos; TEIXEIRA, Claudia Souza. **Análise e produção de textos**. São Paulo: Contexto, 2012.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

2º semestre

DISCIPLINA: Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão II		
Código: MUS201		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão I (MUS101)		
Semestre: II		
Nível: Superior		
EMENTA		
Estudo progressivo da prática da flauta doce e do violão. Aspectos básicos e intermediários da técnica da flauta doce: ergonomia, precisão digital, tipos de articulação, sustentação sonora e afinação. Aspectos básicos e intermediários da técnica do violão: postura, fundamentos de mão esquerda e direita, sonoridade e interpretação. Acordes e ritmos populares. Prática de violão orquestral. História da música e apreciação de obras musicais instrumentais de diferentes gêneros e estilos. Interpretação de repertório adaptado e específico dos instrumentos. Criação musical. Estudo da linguagem musical.		
OBJETIVOS		
• Aprofundar os conhecimentos acerca da flauta doce e do violão, assim como de suas possibilidades musicais e pedagógicas; • Aprimorar a técnica básica e desenvolver a técnica intermediária dos instrumentos; • Criar, improvisar e interpretar obras musicais com maior grau de profundidade, individualmente e em grupo; • Aprofundar os conhecimentos relacionados à linguagem e estrutura da música (ritmo e melodia); • Aprofundar os conhecimentos relacionados à história da música ocidental.		
PROGRAMA		
A TÉCNICA BÁSICA E INTERMEDIÁRIA DO VIOLÃO E DA FLAUTA DOCE Mão direita Mão esquerda Dedilhado Precisão digital Sustentação Postura Ergonomia Embocadura (flauta doce) Respiração (flauta doce): princípios anatômicos e fisiológicos Coluna de ar (flauta doce): Reynolds/Strouhal Sonoridade e interpretação Sustentação do som Afinação Articulação variada		

HISTÓRIA DA FLAUTA E DO VIOLÃO O Classicismo e o declínio da flauta doce Violão europeu no século XIX Chegada do violão no Brasil até século XIX PRÁTICA DE REPERTÓRIO Leitura musical aplicada Estudos técnicos Violão orquestral Acordes aplicados ao repertório popular básico Leitura convencional ou não convencional Criação e improvisação individual e coletiva Obras adaptadas para conjuntos mistos de flauta doce e violão Canto acompanhado (violão)
METODOLOGIA DE ENSINO A abordagem metodológica do componente prioriza a prática musical dos instrumentos e seu estudo técnico e interpretativo, auxiliando e se sustentando no estudo da linguagem, estrutura e história da música. Serão desenvolvidas atividades e projetos juntamente às disciplinas de Linguagem e Estruturação Musical I e História da Música Ocidental I (apreciação e interpretação de obras trabalhadas nas disciplinas, elaboração de pequenos arranjos, improvisação, criação livre), associando teoria e prática musical. As leituras absoluta e relativa serão utilizadas concomitantemente, enfocando as proporções rítmicas da escrita musical. Como material didático suplementar, serão criadas e disponibilizadas online vídeo-aulas para auxiliar os discentes no estudo do instrumento fora da aula. Outros procedimentos metodológicos que também poderão ser utilizados são: Aulas expositivas com o auxílio de recursos audiovisuais; Leituras e discussões; Trabalhos individuais e coletivos; Prática musical individual e em conjunto; Apresentações musicais.
RECURSOS Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador), Microfone, Metrônomo (software) Aplicativos e programas computacionais (treinamento auditivo) Material didático-pedagógico, Partitura musical, Estante para partitura musical Instrumentos musicais Quadro branco pautado
AVALIAÇÃO A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no

mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Desempenho artístico e musical; • Domínio técnico instrumental e expressão musical; • Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; • Domínio e utilização de recursos musicais; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Demonstração prática dos conteúdos abordados; • Apresentações musicais individuais ou em grupo, fechadas ou abertas ao público; • Elaboração de arranjos musicais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FRANK, Isolde. **Método para flauta doce soprano**. São Paulo: Ricordi Brasileira, 2002.
2. MARIANI, Silvana. **O equilibrista das seis cordas: Método de violão para crianças**. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.
3. PEREIRA, Marco. **Ritmos Brasileiros Para Violão**. Rio de Janeiro: Garbolights Produções Artísticas, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHEDIAK, Almir. **Songbook Bossa Nova - Volume 1**. São Paulo: Vitale, 2009.
2. CHEDIAK, Almir. **Songbook Choro - Volume 1**. São Paulo: Vitale, 2009.
3. CHEDIAK, Almir. **Songbook Djavan - Volume 1**. São Paulo: Vitale, 2009.
4. GARCIA, Luiz Alfredo. **Teoria Musical - Estruturas Rítmicas, Melódicas e Harmônicas**. Curitiba: Prismas, 2015.
5. REGINA, Vieira. **Técnica de Alexander: Postura, equilíbrio e movimento**. São Paulo: Terceiro Nome, 2009.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Canto Coral II		
Código: MUS202		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Canto Coral I (MUS102)		
Semestre: II		
Nível: Superior		
EMENTA		
Prática de canto coletivo. Análise, leitura e interpretação de obras corais de diversificados gêneros, estilos musicais e formas, com foco na música popular brasileira. Apresentações públicas do repertório compartilhado.		
OBJETIVOS		
• Desenvolver a prática vocal coletiva; • Compor um coro cênico; • Desenvolver a consciência corporal e sua relação com a técnica vocal; • Conhecer a música popular brasileira por meio da apreciação e interpretação do repertório coral; • Consolidar a técnica vocal básica;		
PROGRAMA		
ESTUDO DE CÂNONES E CANÇÕES A DUAS E TRÊS VOZES Leitura musical Compreensão da canção Técnica vocal aplicada ao coro Estudo de repertório com foco na música brasileira Coerência estética e estilística Gesto interpretativo		
METODOLOGIA DE ENSINO		
A metodologia da disciplina se baseia na prática musical do canto coletivo (repertório coral), contemplando apresentações públicas, num exercício de trabalho progressivo, considerando as limitações técnicas dos alunos e fortalecendo as interações da técnica com a expressão vocal e linguagem e estruturação musical. O componente utiliza o solfejo relativo (Dó Móvel) dos arranjos para uma melhor assimilação das vozes interdependentes. A apreciação musical (vídeos, áudios, performances ao vivo) é também importante na abordagem metodológica. Como material didático suplementar, serão criadas e disponibilizadas faixas de áudios para auxiliar os discentes no estudo do repertório fora de sala.		
RECURSOS		

Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais Quadro branco pautado
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Desempenho artístico e musical; • Domínio técnico vocal e expressão musical; • Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; • Domínio e utilização de recursos musicais; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Demonstração prática dos conteúdos abordados; • Apresentações musicais individuais ou em grupo, fechadas ou abertas ao público.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. BEHLAU, Mara; REHDER, Maria Inês. Higiene vocal para o canto coral. 2ª edição. Rio de Janeiro: Revinter, 2009. 2. COELHO, Helena de Souza Nunes Wöhl. Técnica vocal para coros. São Leopoldo: Sinodal, 2008. 3. OITICICA, Vanda. O bê-a-bá da técnica vocal. Brasília: Musimed, 2001.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
1. REGINA, Vieira. Técnica de Alexander: Postura, equilíbrio e movimento. São Paulo: Terceiro Nome, 2009. 2. PACHECO, Claudia; BAÊ, Tutti. Canto - Equilíbrio entre corpo e som:

Princípios da fisiologia vocal. São Paulo: Vitale, 2006.

3. BAÊ, Tutti. **Canto: uma consciência melódica: treinamento dos intervalos através dos vocalizes.** São Paulo: Irmãos Vitale, 2003.
4. GOULART, Diana; COOPER, Malu. **Por Todo Canto: Método de Técnica Vocal para o canto popular (vol. I).** São Paulo: G4, 2002.
5. LEAL, Valéria. **Cantonário: Guia prático para o canto.** Brasília: Musimed, 2013.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Técnica e Expressão Vocal II		
Código: MUS203		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Técnica e Expressão Vocal I (MUS103)		
Semestre: II		
Nível: Superior		
EMENTA		
Estudo do instrumento vocal e sua fisiologia. Integração e dependência dos demais sistemas, principalmente do auditivo e respiratório. Noções elementares de saúde e higiene vocal. A composição corpo-voz-movimento: técnicas de relaxamento e respiração, desenvolvimento consciente e exploração dos ressonadores. Técnica vocal e gesto interpretativo. Foco no canto popular e sua história. O uso da voz e a prática pedagógica musical. Desenvolvimento de recursos para o uso da voz e do canto na prática docente na Educação Básica.		
OBJETIVOS		
• Aprimorar o canto solo performático e coletivo; • Estabelecer os aspectos básicos de saúde e higiene vocal; • Analisar as diversas possibilidades acústicas da voz e sua integração com o mundo circundante sonoro; • Desenvolver os aspectos emocionais do canto e a respiração, tensão e distensões, comunicação e musicalidade; • Desenvolver recursos para o uso da voz e do canto na prática docente na Educação Básica.		
PROGRAMA		
CANTO POPULAR E SUA FISIOLOGIA Instrumento vocal e sua fisiologia Interdependência sistêmica do instrumento fonador Técnica vocal aplicada ao canto popular: relaxamento, respiração, ressonância e articulação ESTUDO DE CANÇÕES Estudo do repertório Coerência estética e estilística Gesto interpretativo HISTÓRIA DO CANTO POPULAR BRASILEIRO Festivais televisivos Tropicália Regionalismos		

METODOLOGIA DE ENSINO
A prática musical através do canto solo e coletivo performático e aulas expositivas dialogadas serão os principais aportes metodológicos da disciplina, que busca uma interlocução com outros componentes curriculares, tais como Canto Coral, Seminários em Educação Musical e Linguagem e Estruturação Musical. A utilização da apreciação musical (vídeos, áudios, performances ao vivo) será outro importante transpositor didático para esse processo. Como material suplementar, serão criadas e disponibilizadas trilhas de áudios para auxiliar os discentes no estudo continuado do repertório. Outros procedimentos metodológicos que também poderão ser utilizados são: - Apresentações musicais; - Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; - Seminários.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais Quadro branco pautado
AValiação
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Participação nos trabalhos individuais e coletivos; • Participação nos seminários; • Desempenho artístico e musical; • Domínio técnico vocal e expressão musical; • Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; • Domínio e utilização de recursos musicais; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos;

- Seminários;
- Demonstração prática dos conteúdos abordados;
- Apresentações musicais individuais ou em grupo, fechadas ou abertas ao público.

Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão utilizados os seguintes critérios e instrumentos:

- Situações-problema e laboratórios pedagógicos, considerando a capacidade de relacionar o canto coral ao currículo e objetivos da Educação Básica, especialmente ao componente Artes/Música, mas também de forma transversal, a consecutividade, o uso de recursos, a metodologia de ensino, a criatividade, o potencial inclusivo, a eloquência, o uso da linguagem adaptada ao contexto da Educação Básica, a interatividade e o conteúdo;
- Análise e seleção de material didático, considerando a capacidade crítica, a reflexão, a coerência entre método e objetivo e o conteúdo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GOULART, Diana; COOPER, Malu. **Por todo canto: Método de técnica vocal para o canto popular (vol. 1)**. São Paulo: G4, 2002.
2. TINHORÃO, José Ramos. **História social da música popular brasileira**. São Paulo: Editora 34, 1998.
3. SAHDI, Anna Paula. **O caminho natural da voz**. São Paulo: Alfabeto, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BEHLAU, Mara; REHDER, Maria Inês. **Higiene vocal para o canto coral**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Revinter, 2009.
2. COELHO, Helena de Souza Nunes Wöhl. **Técnica vocal para coros**. São Leopoldo (RS): Sinodal, 2008.
3. OITICICA, Vanda. **O bê-a-bá da técnica vocal**. DF: Musimed, 2001.
4. PACHECO, Claudia & BAÊ, Tutti. **Canto – equilíbrio entre corpo e som: princípios da fisiologia vocal**. São Paulo, Irmãos Vitale, 2006.
5. REGINA, Vieira. **Técnica de Alexander: Postura, equilíbrio e movimento**. São Paulo: Terceiro Nome, 2009.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Linguagem e Estruturação Musical I		
Código: MUS204		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 40h	CH Prática: 40h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Introdução à Linguagem Musical (MUS104)		
Semestre: II		
Nível: Superior		
EMENTA		
Estudo progressivo das células rítmicas. Desenvolvimento de competências musicais, leitura, grafia e execução rítmica em compassos simples, compostos e mistos. Ditados rítmicos individuais e coletivos. Improvisação e criação rítmica. Leitura à primeira vista.		
OBJETIVOS		
• Compreender e exercitar figuras progressivas de som e silêncio; • Decodificar ditados rítmicos; • Realizar passagens rítmicas a uma e duas vozes; • Desenvolver a capacidade de criação e improvisação sobre ritmos simples.		
PROGRAMA		
UNIDADE I Unidade de tempo Unidade de compasso Unidade de som Compassos simples: binário, ternário e quaternário Ditado rítmico Solfejo rítmico Ditado a uma e duas vozes Improvisação e criação rítmica UNIDADE II Síncopes Acentuações Compassos compostos: binário, ternário, quaternário Compassos mistos Quiáltera Ditado rítmico Solfejo rítmico Ditado a uma e duas vozes Improvisação e criação rítmica		

METODOLOGIA DE ENSINO
A Disciplina de Linguagem e Estruturação Musical I trabalhará solfejo, ritmo, percepção e teoria musical de forma integrada, assim como o estudo reflexivo e prático das estruturas musicais e dos processos empregados para a construção do discurso musical e os modos de sistematização desses conhecimentos. Atividades e projetos serão desenvolvidos junto às disciplinas de Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão II, e Canto Coral II, associando teoria musical e prática (utilização de compassos binários, ternários e quaternários), juntamente a transcrições de pequenos trechos (ditado rítmico) executados a partir dos instrumentos estudados nas disciplinas de Prática Coletiva de Instrumentos e Canto Coral. Como ferramenta didática de aprendizado a utilização de software e plataformas digitais para auxiliar o discente no estudo fora da aula. Outros procedimentos metodológicos que também poderão ser utilizados são: - Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; - Atividades práticas de leitura e execução musical; - Fruição e análise de obras musicais; - Atividades práticas de apreciação e análise auditiva; - Atividades corporais.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Instrumentos musicais Folha pautada Partitura musical Estante para partitura musical Quadro branco pautado
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Precisão rítmica, acuidade auditiva e desempenho da percepção musical, precisão da afinação vocal; • Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; • Desempenho cognitivo; • Uso da grafia musical adequada; • Domínio e utilização de recursos técnicos e musicais; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos;

- Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Resolução de exercícios;
- Análise auditiva de obras musicais;
- Ditados rítmicos e melódicos;
- Execução de trechos rítmicos e melódicos;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Avaliação escrita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MED. Bohumil. **Teoria da música**. 4ª edição. Brasília: Musimed, 1996.
2. GARCIA, Luiz Alfredo. **Teoria musical - Estruturas rítmicas, melódicas e harmônicas**. Curitiba: Prismas, 2015.
3. MED. Bohumil. **Ritmo**. 4ª edição. Brasília: Musimed, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GRAMANI, José E. C. **Rítmica Viva: A consciência musical do ritmo**. 1ª edição. Campinas: UNICAMP, 1996.
2. BOLÃO, Oscar. **Batuque é um privilégio: A percussão na música do Rio de Janeiro**. São Paulo: Vitale, 2010.
3. GOMES, Sergio. **Novos caminhos da bateria brasileira**. São Paulo: Vitale, 2008.
4. MED. Bohumil. **Solfejo**. Brasília: Musimed, 1980.
5. PAZ, Ermelinda A. **500 canções Brasileiras**. Brasília: Musimed, 2010.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: História da Música Ocidental I		
Código: MUS205		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: II		
Nível: Superior		
EMENTA		
Estudo contextualizado da história da música de concerto ocidental em seu sentido mais amplo: notação, práticas de performance, compositores, obras musicais, correntes sociais e intelectuais. Da Antiguidade Clássica ao Classicismo (cerca de 1800 d.C.). Estética musical.		
OBJETIVOS		
• Familiarizar-se com as constantes mudanças estéticas e estilísticas da música ocidental; • Compreender o papel das correntes sociais e intelectuais na transformação das artes em geral e da música em especial; • Identificar relações entre a produção musical e as práticas sociais e culturais ao longo da história ocidental; • Identificar e definir as particularidades que possibilitam a divisão da história da música ocidental – até o começo do século XIX – em períodos (Antiguidade Clássica, Idade Média, Renascimento, Barroco, Classicismo); • Conhecer os principais compositores, obras e práticas musicais dos períodos em questão, assim como sua importância histórica.		
PROGRAMA		
ANTIGUIDADE CLÁSSICA E IDADE MÉDIA O sistema musical grego A sociedade medieval e suas práticas culturais Canto litúrgico e canto secular na Idade Média Os primórdios da polifonia e a música do século XIII Música francesa e italiana do século XIV RENASCIMENTO O renascimento cultural e o novo modelo de organização social: impactos na produção musical Música da Inglaterra e do ducado de Borgonha no século XV A era renascentista: de Ockeghem a Josquin Novas correntes no século XVI Música sacra no renascimento tardio		

BARROCO Reforma e Contrarreforma: a música e religião no período barroco Ópera e música vocal na segunda metade do século XVII Música instrumental no barroco tardio CLASSICISMO Aristocracia, o surgimento da burguesia e o papel do músico Trabalho e música na sociedade europeia do séc. XVIII O nascimento de uma nova linguagem musical A formação de um novo público, o consumo da arte e suas consequências musicais Haydn, Mozart e Beethoven
METODOLOGIA DE ENSINO A leitura textual associada à apreciação e análise musical direcionada, gerando discussões e debates será uma das principais abordagens metodológicas da disciplina. Serão também desenvolvidos projetos com as disciplinas de Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão II (apreciação e análise de obras do período estudado executadas como parte da disciplina, apresentações musicais temáticas) e Filosofia da Arte (trabalho de análise filosófica de obras de períodos da história da música). Será criado grupo online de discussão e debate, juntamente com o componente Filosofia da Arte. Também poderão ser utilizadas as abordagens: - Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; - Pesquisa documental; - Estudo de partituras; - Grupos de estudo e estudos dirigidos.
RECURSOS Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Instrumentos musicais Partitura musical Quadro branco pautado
AVALIAÇÃO A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos;

- Participação nos seminários e debates;
- Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos;
- Sensibilidade estética, capacidade criativa em música;
- Precisão analítica, conhecimento estrutural, capacidade de síntese;
- Capacidade de reflexão, crítica e contextualização;
- Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Resolução de exercícios;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Elaboração de texto;
- Avaliação escrita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CARPEUX, Otto M. **O livro de ouro da história da música**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.
2. MEDAGLIA, Julio. **Música, Maestro! Do canto gregoriano ao sintetizador**. São Paulo: Lobo, 2008.
3. CAVINI, Maristella Pinheiro. **História da música ocidental: uma breve trajetória desde o século XVIII até os dias atuais**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BOSSEUR, Jean-Yes. **Do som ao sinal: História da notação musical**. Porto Alegre: UFRGS, 2014.
2. GROUT, Donald; PALISCA, Claude. **História da Música Ocidental**. 6ª edição. Gradiva, 2014.
3. KIEFER, Bruno. **História e significado das formas musicais**. Porto Alegre: Movimento, 1981.
4. SALOMON, Leonardo. **A outra história: os discursos da new musicology e sua aplicação nas didáticas de história da música**. Curitiba: Prismas, 2015.
5. KIEFER, Bruno. **Elementos da linguagem musical**. 2ª edição. Porto Alegre: Movimento, 1973.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Psicologia do Desenvolvimento		
Código: MUS206		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 70h	CH Prática: 0h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 10h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: II		
Nível: Superior		
EMENTA		
Aspectos históricos da psicologia do desenvolvimento humano. O desenvolvimento humano nas dimensões biológica, psicológica, social, afetiva, cultural e cognitiva. A psicologia do desenvolvimento sob diferentes enfoques teóricos centrados na infância, adolescência e vida adulta. Principais correntes teóricas da psicologia do desenvolvimento: estruturalismo, funcionalismo, behaviorismo, gestaltismo, desenvolvimento psicossocial, psicossocial, cognitivo e moral. A utilização pedagógica das teorias do desenvolvimento cognitivo.		
OBJETIVOS		
• Refletir sobre a ciência psicológica, sua produção e sua importância, estabelecendo correlações com o processo educacional; • Compreender o desenvolvimento humano e suas relações e implicações no processo educativo; • Conhecer as etapas do desenvolvimento humano de forma associada com o desenvolvimento de atitudes positivas de integração escolar; • Desenvolver a prática pedagógica por meio do conhecimento dos processos cognitivos relacionados ao desenvolvimento humano.		
PROGRAMA		
DESENVOLVIMENTO HUMANO Os Princípios do Desenvolvimento Humano Desenvolvimento humano na sua multidimensionalidade As Dimensões do Desenvolvimento: físico, cognitivo e psicossocial Os ciclos de vida: infância, adolescência, fase adulta e velhice Conceituação: Crescimento, Maturação e Desenvolvimento As Concepções de Desenvolvimento: inatista, ambientalista, interacionista e socio-histórica A construção social do sujeito PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO Caracterização da Psicologia do Desenvolvimento As Teorias do Desenvolvimento Humano: estruturalismo, funcionalismo, behaviorismo, gestalt Perspectiva Psicanalítica: Desenvolvimento Psicossocial - Freud e Psicossocial - Erick Erikson e seus Estágios		

Hierarquia de necessidade de Maslow
 A teoria de Winnicott
 Perspectiva Cognitiva: Teoria dos Estágios Cognitivos do desenvolvimento - Piaget
 A Teoria Socio-histórica de Vygotsky
 Teoria Psicogenética de Henri Wallon
 Estágios de Kohlberg do Desenvolvimento Moral

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais;
 Dinâmica de leitura e debate acompanhados de plenária;
 Seminários;
 Grupos de trabalho e apresentação de produções escritas;

Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão desenvolvidas:
 Levantamento e análise de documentos relativos à organização do trabalho na escola;
 Estudos de caso delineados a partir de desafios presentes no contexto escolar.

RECURSOS

Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador)
 Material didático-pedagógico
 Quadro branco

AValiação

A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados:

- Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos;
- Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Participação em seminários e debates;
- Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos;
- Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Seminários;
- Elaboração textual;

- Avaliação escrita.

Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão utilizados os seguintes critérios e instrumentos:

- Situações-problema e laboratórios pedagógicos, considerando a capacidade de relacionar os conteúdos estudados ao currículo e objetivos da Educação Básica, especialmente ao componente Artes/Música, mas também de forma transversal, a consecutividade, o uso de recursos, a metodologia, a criatividade, o potencial inclusivo, a eloquência, o uso da linguagem adaptada ao contexto da Educação Básica, a interatividade e o conteúdo;
- Análise de documentos, PPPs e currículos escolares, demonstrando capacidade de reflexão e síntese.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. SMOLKA, A. L. B.; LEITE, S. A. S. **Psicologia do desenvolvimento - Teorias e práticas em diferentes contextos**. Campinas: Mercado de Letras, 2016.
2. ROSSATO, Geovanio; PILETTI, Nelson; ROSSATO, Solange Marques. **Psicologia do desenvolvimento**. São Paulo: Contexto, 2014.
3. PILETTI, Nelson; ROSSATO, Solange Marques. **Psicologia da aprendizagem**. São Paulo: Contexto, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. VIGOTSKY, Lev Semenovitch. **A Formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
2. PIAGET, Jean. **O Nascimento da inteligência na criança**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
3. LA TAILLE, Yves de. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. 24. ed. São Paulo: Summus, 1992.
4. CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia da aprendizagem**. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
5. CÓRIA-SABINI, Maria Aparecida. **Psicologia do desenvolvimento**. São Paulo, SP: Ática, 2008.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Filosofia da Arte		
Código: MUS207		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 40h	CH Prática: 0h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: II		
Nível: Superior		
EMENTA		
Análise sobre a relação entre o útil e o belo. Estudo das diversas visões do conceito de belo ao longo da história da filosofia. Relação entre corpo e alma. Apreciação e análise histórica da música ocidental, seus elementos estéticos e a formação do gosto artístico e musical. Papel da arte na formação do homem. Relações étnico-raciais, direitos humanos, e o belo.		
OBJETIVOS		
• Compreender as principais teses filosóficas presentes na reflexão sobre o fundamento e finalidade da arte; • Refletir sobre a relação entre o útil e o prazeroso; • Entender o papel da arte na formação integral do homem; • Refletir sobre o conceito de beleza e o sentido de gosto nos principais períodos da história da música ocidental;		
PROGRAMA		
ARTE, MÚSICA E BELO NA ANTIGUIDADE Relação entre o belo e o bom na antiguidade arcaica O belo para Platão A arte para Aristóteles ARTE, MÚSICA E BELO NA IDADE MÉDIA A recepção do conceito de Belo O mundo como criação Contemplação A ESTÉTICA NA MODERNIDADE Razão e percepção O fazer artístico como momento de saída de si A arte como meio de educação A ARTE NA CONTEMPORANEIDADE O papel da arte na contemporaneidade O papel da música na contemporaneidade Relações étnico-raciais e direitos humanos na arte		

METODOLOGIA DE ENSINO
Serão desenvolvidas leituras e atividades interdisciplinares em conjunto com o componente curricular História da Música Ocidental I, como apreciação e análise estético-filosófica do repertório apresentado na disciplina supramencionada e discussões a respeito do conceito de belo nos diferentes períodos da história da arte e da música. As seguintes metodologias também deverão ser utilizadas pelo professor em sala de aula: - Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; - Dinâmica de leitura e debate acompanhados de plenária; - Seminários; - Grupos de trabalho e apresentação de produções escritas. - Grupos digitais para informação, discussão e debate acerca dos conteúdos e conhecimentos abordados (TIC).
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Quadro branco
AValiação
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Participação em seminários e debates; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Seminários; • Elaboração textual; • Avaliação escrita.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. ADORNO, T.W. Filosofia da nova música. Tradução: Magda França. São Paulo:

Perspectiva, 1989.

2. SCHOPENHAUER, Arthur. **Metafísica do belo**. São Paulo: UNESP, 2003.
3. ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução: Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. LUKÁCS, Georg. **A Alma e as formas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
Disponível em:
<<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582176313>>.
2. ZINGANO, Marco. **Platão e Aristóteles: o fascínio da filosofia**. São Paulo: Odysseus, 2009.
3. NOYAMA, Samon. **Estética e filosofia da arte**. Curitiba: Intersaberes, 2016.
Disponível em:
<<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788559720877>>.
4. ENGELMANN, Ademir Antonio. **Filosofia da Arte**. Curitiba: Intersaberes, 2016.
Disponível em:
<<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582123058>>.
5. NUNES, Benedito. **Introdução à Filosofia da Arte**. São Paulo. Ática, 1991.
Disponível em:
<<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788508032518>>.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

3º semestre

DISCIPLINA: Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão III		
Código: MUS301		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 10h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 10h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão II (MUS201)		
Semestre: III		
Nível: Superior		
EMENTA		
Estudo progressivo da prática da flauta doce e do violão. Aspectos intermediários da técnica da flauta doce: ergonomia, precisão digital, padrões musicais simples, embocadura, coluna de ar, sonoridade, tipos de articulação, sustentação sonora e afinação. Aspectos intermediários da técnica do violão: postura, fundamentos de mão esquerda e direita, sonoridade e interpretação. Acordes dissonantes, arpejos, escalas e ritmos populares. Prática de violão orquestral. História da música e apreciação de obras musicais instrumentais de diferentes gêneros e estilos. Interpretação de repertório adaptado e específico dos instrumentos. Criação musical. Estudo da linguagem e estrutura da música. Possibilidades pedagógicas da flauta doce e do violão.		
OBJETIVOS		
• Ampliar as possibilidades musicais e pedagógicas por meio da flauta doce e do violão; • Aprimorar a técnica intermediária da flauta doce e do violão, com ênfase nos aspectos qualitativos do som e nos padrões musicais; • Interpretar obras musicais nos instrumentos, individualmente e em grupo; • Aprimorar os conhecimentos teórico-práticos da linguagem musical (ritmo e melodia); • Aprofundar os conhecimentos relativos à história da música ocidental; • Desenvolver recursos para o uso dos instrumentos na prática docente na Educação Básica.		
PROGRAMA		
FIXAÇÃO DOS ASPECTOS INTERMEDIÁRIOS DA TÉCNICA DA FLAUTA DOCE E DO VIOLÃO Manutenção da qualidade sonora e afinação: temperamentos e proporções matemáticas Padrões musicais Escalas maiores Escalas menores Modelo CAGED HISTÓRIA DO VIOLÃO E DA FLAUTA DOCE Violão europeu no século XX		

A atuação de Segóvia e compositores relacionados
 O violão brasileiro no século XX
 O modernismo e a flauta doce
 A música brasileira para flauta doce

PRÁTICA DE REPERTÓRIO

Estudos melódicos, rítmicos e harmônicos
 Adaptação e transcrição de obras da música brasileira e internacional contemplando os aspectos técnicos abordados
 Acordes aplicados ao repertório popular
 Introdução ao samba, bossa nova e derivados
 Acordes dissonantes
 Obras originais para os instrumentos da música ocidental de concerto e da música popular brasileira compatíveis com a proficiência instrumental
 Violão orquestral

POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS DOS INSTRUMENTOS

A iniciação musical com a flauta doce e o violão
 Musicalização com instrumentos

METODOLOGIA DE ENSINO

A abordagem metodológica do componente prioriza a prática musical dos instrumentos. Serão desenvolvidos projetos e atividades juntamente às disciplinas de Linguagem e Estruturação Musical II e História da Música Ocidental II (apreciação e interpretação de obras trabalhadas nas disciplinas, relação obra-período-compositor, elaboração de pequenos arranjos, improvisação, criação livre). As leituras absoluta e relativa serão utilizadas concomitantemente, enfocando a percepção e estudo da qualidade sonora e afinação. Como material didático suplementar, serão criadas e disponibilizadas online vídeo-aulas para auxiliar os estudantes no estudo do instrumento fora da aula.

Outros procedimentos metodológicos que também poderão ser utilizados são:

Aulas expositivas com o auxílio de recursos audiovisuais;
 Leituras e discussões;
 Trabalhos individuais e coletivos;
 Prática musical individual e em conjunto;
 Apresentações musicais.

Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão desenvolvidos laboratórios de ensino do instrumento, (podendo estar associado a cursos de extensão) e serão analisados, sob o ponto de vista pedagógico, métodos de ensino dos instrumentos.

RECURSOS

Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador)
 Microfone
 Softwares de treinamento auditivo
 Afinador (software)

Metrônomo (software) Material didático-pedagógico Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais Quadro branco pautado
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Desempenho artístico e musical; • Domínio técnico instrumental e expressão musical; • Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; • Domínio e utilização de recursos musicais; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Demonstração prática dos conteúdos abordados; • Apresentações musicais individuais ou em grupo, fechadas ou abertas ao público; • Elaboração de arranjos musicais. Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão utilizados os seguintes critérios e instrumentos: • Situações-problema e laboratórios pedagógicos, considerando a capacidade de relacionar o ensino do violão e da flauta doce, instrumentos de fácil acesso e forte adesão, ao currículo e objetivos da Educação Básica, especialmente ao componente Artes/Música, mas também de forma transversal, a consecutividade, o uso de recursos, a metodologia de ensino, a criatividade, o potencial inclusivo, a eloquência, o uso da linguagem adaptada ao contexto da Educação Básica, a interatividade e o conteúdo; • Análise e seleção de material didático, considerando a capacidade crítica, a reflexão, a coerência entre método e objetivo e o conteúdo.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. MÖNKEMEYER, Helmut. Método para flauta doce soprano . São Paulo: Ricordi, 1985.

2. OLIVEIRA, Marcelo Mateus de. **A improvisação musical como ferramenta pedagógica no ensino do violão**. Curitiba: Prismas, 2015.
3. TINÉ, Paulo José de Siqueira. **Harmonia: Fundamentos de arranjo e improvisação**. São Paulo: Attar, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHEDIK, Almir. **Songbook Chico Buarque - Volume 1**. São Paulo: Vitale, 2010.
2. CHEDIK, Almir. **Songbook Luiz Gonzaga - Volume 1**. São Paulo: Vitale, 2013.
3. CHEDIK, Almir. **Songbook Nelson Motta**. São Paulo: Vitale, 2012.
4. GARCIA, Luiz Alfredo. **Teoria Musical - Estruturas Rítmicas, Melódicas e Harmônicas**. Curitiba: Prismas, 2015.
5. FARIA, Nelson. **A arte da improvisação para todos os instrumentos**. São Paulo: Vitale, 2010.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Canto Coral III		
Código: MUS302		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Canto Coral II (MUS202)		
Semestre: III		
Nível: Superior		
EMENTA		
Prática de canto coletivo. Análise, leitura e interpretação de obras corais de diversificados gêneros, estilos musicais e formas, com foco na música popular brasileira. Apresentações públicas do repertório compartilhado. Possibilidades pedagógicas do canto coral.		
OBJETIVOS		
• Desenvolver a prática vocal coletiva; • Compor um coro cênico; • Desenvolver a consciência corporal e sua relação com a técnica vocal; • Conhecer a música popular brasileira por meio da apreciação e interpretação do repertório coral; • Desenvolver a técnica vocal intermediária; • Desenvolver recursos para o uso do canto e do canto coral na prática docente na Educação Básica.		
PROGRAMA		
ESTUDO DE CÂNONES E CANÇÕES A TRÊS E QUATRO VOZES Leitura musical Compreensão da canção Técnica vocal aplicada ao coro Estudo de repertório com foco na música brasileira Coerência estética e estilística Gesto interpretativo		
METODOLOGIA DE ENSINO		
A metodologia da disciplina se baseia na prática musical do canto coletivo (repertório coral), contemplando apresentações públicas, num exercício de trabalho progressivo, considerando as limitações técnicas dos alunos e fortalecendo as interações da técnica com a expressão vocal e linguagem e estruturação musical. O componente utiliza o solfejo relativo (Dó Móvel) dos arranjos para uma melhor assimilação das vozes interdependentes. A apreciação musical (vídeos, áudios, performances ao vivo) é também importante na abordagem metodológica. Como material didático suplementar, serão criadas e disponibilizadas faixas de áudios para auxiliar os discentes no estudo do repertório fora de sala.		

Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão desenvolvidos: - Levantamento e análise de livros e materiais didáticos; - Criação de ambientes simulados de ensino; - Apresentações musicais de caráter didático; - Observação e resolução de situações-problema.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais Quadro branco pautado
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Desempenho artístico e musical; • Domínio técnico vocal e expressão musical; • Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; • Domínio e utilização de recursos musicais; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Demonstração prática dos conteúdos abordados; • Apresentações musicais individuais ou em grupo, fechadas ou abertas ao público. Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão utilizados os seguintes critérios e instrumentos: • Situações-problema e laboratórios pedagógicos, considerando a capacidade de relacionar o canto coral ao currículo e objetivos da Educação Básica, especialmente ao componente Artes/Música, mas também de forma transversal, a consecutividade, o uso de recursos, a metodologia de ensino, a criatividade, o

- potencial inclusivo, a eloquência, o uso da linguagem adaptada ao contexto da Educação Básica, a interatividade e o conteúdo;
- Apresentações musicais de caráter didático, individuais ou coletivas, laboratoriais ou em espaços educativos reais, considerando o desempenho técnico e musical individual/coletivo, a capacidade de relacionar a música, a música brasileira e a produção musical à realidade social, valorizando as diversas culturas presentes no país e observando as etapas e modalidades da Educação básica;
 - Escolha e execução do repertório e dos procedimentos didático-metodológicos nas apresentações musicais de caráter didático;
 - Análise e seleção de material didático, considerando a capacidade crítica, a reflexão, a coerência entre método e objetivo e o conteúdo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LEAL, Valéria. **Cantonário: Guia prático para o canto**. Brasília: Musimed, 2013.
2. ILARI, Beatriz. **Em busca da mente musical – Ensaio sobre os processos cognitivos em música – da percepção à produção**. Curitiba: UFPR, 2006.
3. ARAÚJO, Rosane; ILARI, Beatriz (Orgs.). **Mentes em música**. Curitiba: UFPR, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. REGINA, Vieira. **Técnica de Alexander: Postura, equilíbrio e movimento**. São Paulo: Terceiro Nome, 2009.
2. PACHECO, Claudia; BAÊ, Tutti. **Canto - Equilíbrio entre corpo e som: Princípios da fisiologia vocal**. São Paulo: Vitale, 2006.
3. BAÊ, Tutti. **Canto: uma consciência melódica: treinamento dos intervalos através dos vocalizes**. São Paulo: Irmãos Vitale, 2003.
4. GOULART, Diana; COOPER, Malu. **Por Todo Canto: Método de Técnica Vocal para o canto popular (vol. I)**. São Paulo: G4, 2002.
5. BEHLAU, Mara; REHDER, Maria Inês. **Higiene vocal para o canto coral**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Revinter, 2009.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Técnica e Expressão Vocal III		
Código: MUS303		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Técnica e Expressão Vocal II (MUS203)		
Semestre: III		
Nível: Superior		
EMENTA		
Estudo do instrumento vocal e sua fisiologia. Integração e dependência dos demais sistemas, principalmente do auditivo e respiratório. Noções intermediárias e avançadas de saúde e higiene vocal. A composição corpo-voz-movimento: técnicas de relaxamento e respiração, desenvolvimento consciente e exploração dos ressonadores. Técnica vocal e gesto interpretativo. Foco no canto popular e sua história. O uso da voz e a prática pedagógica musical. Desenvolvimento de recursos para o uso da voz e do canto na prática docente na Educação Básica.		
OBJETIVOS		
• Aprimorar o canto solo performático e coletivo; • Consolidar os aspectos básicos de saúde e higiene vocal; • Aplicar as diversas possibilidades acústicas da voz e sua integração com o mundo circundante sonoro; • Desenvolver os aspectos emocionais do canto e a respiração, tensão e distensões, comunicação e musicalidade; • Desenvolver recursos para o uso da voz e do canto na prática docente na Educação Básica.		
PROGRAMA		
CANTO POPULAR E SUA FISIOLOGIA Instrumento vocal e sua fisiologia Interdependência sistêmica do instrumento fonador Técnica vocal aplicada ao canto popular: relaxamento, respiração, ressonância e articulação ESTUDO DE CANÇÕES Estudo do repertório Coerência estética e estilística Gesto interpretativo HISTÓRIA DO CANTO POPULAR BRASILEIRO Clube da esquina Vanguarda paulistana		

METODOLOGIA DE ENSINO
A prática musical através do canto solo e coletivo performático e aulas expositivas dialogadas serão os principais aportes metodológicos da disciplina, que busca uma interlocução com outros componentes curriculares, tais como Canto Coral, Seminários em Educação Musical e Linguagem e Estruturação Musical. A utilização da apreciação musical (vídeos, áudios, performances ao vivo) será outro importante transpositor didático para esse processo. Como material suplementar, serão criadas e disponibilizadas trilhas de áudios para auxiliar os discentes no estudo continuado do repertório. Outros procedimentos metodológicos que também poderão ser utilizados são: - Apresentações musicais; - Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; - Seminários.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais Quadro branco pautado
AValiação
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Participação nos trabalhos individuais e coletivos; • Participação nos seminários; • Desempenho artístico e musical; • Domínio técnico vocal e expressão musical; • Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; • Domínio e utilização de recursos musicais; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos;

- Seminários;
- Demonstração prática dos conteúdos abordados;
- Apresentações musicais individuais ou em grupo, fechadas ou abertas ao público.

Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão utilizados os seguintes critérios e instrumentos:

- Situações-problema e laboratórios pedagógicos, considerando a capacidade de relacionar o canto coral ao currículo e objetivos da Educação Básica, especialmente ao componente Artes/Música, mas também de forma transversal, a consecutividade, o uso de recursos, a metodologia de ensino, a criatividade, o potencial inclusivo, a eloquência, o uso da linguagem adaptada ao contexto da Educação Básica, a interatividade e o conteúdo;
- Análise e seleção de material didático, considerando a capacidade crítica, a reflexão, a coerência entre método e objetivo e o conteúdo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BRITO, Teca de Alencar. **Koellreutter educador**. São Paulo: Peiropolis, 2011.
2. BAÊ, Tutti. **Canto: Uma consciência melódica: Treinamento dos intervalos através dos vocalizes**. São Paulo: Irmãos Vitale, 2003.
3. PACHECO, Claudia & BAÊ, Tutti. **Canto – Equilíbrio entre corpo e som: Princípios da fisiologia vocal**. São Paulo, Irmãos Vitale, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BEHLAU, Mara; REHDER, Maria Inês. **Higiene vocal para o canto coral**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Revinter, 2009.
2. COELHO, Helena de Souza Nunes Wöhl. **Técnica vocal para coros**. São Leopoldo (RS): Sinodal, 2008.
3. OITICICA, Vanda. **O bê-a-bá da técnica vocal**. DF: Musimed, 2001.
4. SAHDI, Anna Paula. **O caminho natural da voz**. São Paulo: Alfabeto, 2014.
5. GOULART, Diana; COOPER, Malu. **Por todo canto: Método de técnica vocal para o canto popular (vol. 1)**. São Paulo: G4, 2002.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Linguagem e Estruturação Musical II		
Código: MUS304		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 40h	CH Prática: 40h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Introdução à Linguagem Musical (MUS104)		
Semestre: III		
Nível: Superior		
EMENTA		
Treinamento auditivo e solfejo melódico. Relações intervalares de 2ª à 8ª. Escala maior. Escalas menores (natural, harmônica e melódica). Escalas modais. Ditado melódico. Leitura à primeira vista. Combinação de solfejos melódicos e ditados rítmicos. Solfejo a uma e duas vozes.		
OBJETIVOS		
• Compreender relações intervalares; • Desenvolver acuidade auditiva e a capacidade de traduzir em solfejo os sons organizados das formas definidas na ementa; • Aprofundar o conhecimento rítmico e melódico, bem como a leitura e escrita musicais.		
PROGRAMA		
UNIDADE I Pentacorde Escala maior Intervalos melódicos de 2ª à 8ª Reconhecimento auditivo e representação escrita Solfejo melódico simples Leitura à primeira vista UNIDADE II Escala menores (natural, harmônica e melódica) Reconhecimento auditivo e representação escrita Solfejo melódico simples Leitura à primeira vista UNIDADE III Escala modais (Dórico, Jônio, Frígio, Lídio, Mixolídio, Eólio, Lócrio) Reconhecimento auditivo e representação escrita Leitura à primeira vista Percussão rítmica e solfejo melódico simultâneos Solfejo a duas vozes		

METODOLOGIA DE ENSINO
A Disciplina de Linguagem e Estruturação Musical II trabalhará solfejo, ritmo, percepção e teoria musical de forma integrada, assim como o estudo reflexivo e prático das estruturas musicais e dos processos empregados para a construção do discurso musical e os modos de sistematização desses conhecimentos. Atividades e projetos serão desenvolvidos junto às disciplinas de Prática Coletiva de Instrumento III – Flauta Doce e Violão, Canto Coral III, associando teoria musical e prática (usando peças com compassos binários, ternários e quaternários), juntamente a transcrições de pequenos trechos (ditado rítmico-melódico) executados a partir dos instrumentos estudados nas disciplinas de Prática Coletiva de Instrumentos III e Canto Coral III. Como ferramenta didática de aprendizado a utilização de software e plataformas digitais para auxiliar o discente no estudo fora da aula. Outros procedimentos metodológicos que também poderão ser utilizados são: - Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; - Atividades práticas de leitura e execução musical; - Fruição e análise de obras musicais; - Atividades práticas de apreciação e análise auditiva; - Atividades corporais; - Atividades com recursos tecnológicos e instrumentos musicais; - Masterclasses e oficinas.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Instrumentos musicais Folha pautada Partitura musical Estante para partitura musical Quadro branco pautado
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Precisão rítmica, acuidade auditiva e desempenho da percepção musical, precisão da afinação vocal; • Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; • Desempenho cognitivo; • Uso da grafia musical adequada;

- Domínio e utilização de recursos técnicos e musicais;
- Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos;
- Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Resolução de exercícios;
- Análise auditiva de obras musicais;
- Ditados rítmicos e melódicos;
- Execução de trechos rítmicos e melódicos;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Avaliação escrita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LACERDA, Osvaldo. **Curso preparatório de solfejo e ditado musical**. São Paulo: Ricordi, 2008.
2. ALMADA, Carlos. **Harmonia funcional**. Campinas: Unicamp, 2012.
3. KOELLREUTTER, H. J. **Harmonia funcional: Introdução à teoria das funções harmônicas**. São Paulo: Ricordi Brasileira, 1987.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GARCIA, Luiz Alfredo. **Teoria Musical - Estruturas rítmicas, melódicas e harmônicas**. Curitiba: Prismas, 2015.
2. MED. Bohumil. **Teoria da Música**. Brasília: Musimed, 1996.
3. MED. Bohumil. **Solfejo**. Brasília: Musimed, 1980.
4. PAZ, Ermelinda A. **500 canções Brasileiras**. Brasília: Musimed, 2010.
5. KIEFER, Bruno. **Elementos da linguagem musical**. 2ª edição. Porto Alegre: Movimento, 1973.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: História da Música Ocidental II		
Código: MUS305		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: III		
Nível: Superior		
EMENTA		
Contextualização da história da música de concerto ocidental em seu sentido mais amplo: notação, práticas de performance, compositores, obras musicais, correntes sociais e intelectuais. Do Romantismo (início do século XIX) aos dias de hoje. Estudo das práticas sociais de cada época e sua relação com a produção artística e musical. Estética musical.		
OBJETIVOS		
• Familiarizar-se com as constantes mudanças estéticas e estilísticas da música ocidental; • Compreender o papel das correntes sociais e intelectuais na transformação das artes em geral e da música em especial; • Identificar relações entre a produção musical e artística e as práticas sociais e culturais ao longo da história ocidental; • Identificar e definir as particularidades que possibilitam a divisão da história da música ocidental – até o começo do século XIX – em períodos (Romantismo, Séculos XX e XXI); • Conhecer os principais compositores, obras e práticas musicais dos períodos em questão, assim como sua importância histórica.		
PROGRAMA		
ROMANTISMO A sociedade novecentista e o nascimento do gênio A produção e o consumo da arte no século XI A música vocal e instrumental do século XIX Pós-romantismo, nacionalismo e novas correntes musicais SÉCULO XX As transformações sociais na virada do século e o impacto da Primeira Guerra Mundial na cultura ocidental Expandindo as possibilidades sonoras Criando novas linguagens musicais Fontes folclóricas O primitivo A procura por autenticidade		

O entreguerra (1918-1939)

O início de uma nova música

Neoclassicismo

A procura por ordem e equilíbrio

Inventando tradições

A Segunda Guerra Mundial e suas consequências

Novas concepções de mundo e sociedade: um novo papel para a arte

Trajetórias de ordem e acaso

Música eletrônica da guerra fria à era da computação

A música no pós-guerra

Novos paradigmas sociais: relativização e experimentação

Música racional e irracional na Europa Ocidental

Modernismo clássico

Novas formas e respostas de compositores mais antigos (Stravinsky, Messiaen, Varèse)

Teatro musical

Orquestras e computadores

Minimalismo e melodia, minimalismos sagrados, minimalismos profanos

Espectralismo

Modo e transcendência

CONTEMPORANEIDADE

Música computacional

Música e política

Música e religião

Música e sexualidade

Outras vertentes

METODOLOGIA DE ENSINO

A leitura textual associada à apreciação e análise musical direcionada, gerando discussões e debates será uma das principais abordagens metodológicas da disciplina. Serão também desenvolvidos projetos com as disciplinas de Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão III (apreciação e análise de obras do período estudado executadas como parte da disciplina, apresentações musicais temáticas). Elaboração e performance de músicas eletrônicas, computacionais, experimentais, conceituais, concretas, aleatórias etc. de acordo com a estética estudada. Manutenção do grupo online de discussão e debate.

Também poderão ser utilizadas as abordagens:

Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais;

Pesquisa documental;

Estudo de partituras;

Grupos de estudo e estudos dirigidos.

RECURSOS

Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador)

Material didático-pedagógico Partitura musical Quadro branco pautado Gerador eletrônico sonoro Instrumentos musicais Software de edição e manipulação sonora Gravador de som
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Participação nos seminários e debates; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; • Precisão analítica, conhecimento estrutural, capacidade de síntese; • Capacidade de reflexão, crítica e contextualização; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Resolução de exercícios; Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Elaboração de texto; Avaliação escrita.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. CARPEUX, Otto M. O livro de ouro da história da música. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009. 2. MEDAGLIA, Julio. Música, Maestro! Do canto gregoriano ao sintetizador. São Paulo: Lobo, 2008. 3. CAVINI, Maristella Pinheiro. História da música ocidental: uma breve trajetória desde o século XVIII até os dias atuais. São Carlos: EdUFSCar, 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
1. GRIFFITHS, Paul. A música moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. 2. FRITSCH, Eloy F. Música Eletrônica: Uma introdução ilustrada. 2ª edição.

Porto Alegre: UFRGS, 2013.

3. GROUT, Donald; PALISCA, Claude. **História da Música Ocidental**. 6ª edição. Gradiva, 2014.
4. SALOMON, Leonardo. **A outra história: os discursos da new musicology e sua aplicação nas didáticas de história da música**. Curitiba: Prismas, 2015.
5. KELLY, Thomas Forrest. **Capturing Music: The Story of Notation**. W. W. Norton & Company, 2014.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Psicologia da Aprendizagem		
Código: MUS306		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 70h	CH Prática: 0h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 10h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Psicologia do Desenvolvimento (MUS206)		
Semestre: III		
Nível: Superior		
EMENTA		
Aspectos históricos da psicologia do aprendizado humano. As formas de aprendizagem humana nas dimensões biológica, psicológica, social, afetiva, cultural e cognitiva. A psicologia da aprendizagem sob diferentes enfoques teóricos centrados na infância, adolescência e vida adulta. Teorias contemporâneas da aprendizagem, seus pressupostos e suas relações pedagógicas.		
OBJETIVOS		
• Refletir sobre o cotidiano escolar à luz das diferentes correntes epistemológicas da psicologia da aprendizagem; • Compreender os principais meios de assimilação cognitiva do ser humano; • Desenvolver a prática pedagógica por meio do conhecimento dos processos cognitivos relacionados à aprendizagem.		
PROGRAMA		
PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM COMO ÁREA DE CONHECIMENTO Correntes epistemológicas contemporâneas Estudos da episteme teórica em relação ao processo ensino-aprendizagem TEORIAS DA APRENDIZAGEM Introdução sobre a aprendizagem Teoria comportamental – Skinner Os níveis operantes formas do desenvolvimento humano – Piaget Teorias Sócio-Históricas – Vygotsky Psicogenética – Wallon Abordagem sociocultural e educação dialógica – Freire Aprendizagem por meio do desenvolvimento linguístico – Ausubel Inteligências Múltiplas – Gardner A AÇÃO EDUCATIVA NA RELAÇÃO DOCENTE-DISCENTE Psicodinâmica do espaço intraescolar Desenvolvimento interpessoal		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais;		

Dinâmica de leitura e debate acompanhados de plenária; Seminários; Grupos de trabalho e apresentação de produções escritas; Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão desenvolvidas: - Levantamento e análise de documentos relativos à organização do trabalho na escola; - Estudos de caso delineados a partir de desafios presentes no contexto escolar.
RECURSOS Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Quadro branco
AVALIAÇÃO A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Participação em seminários e debates; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Seminários; • Elaboração textual; • Avaliação escrita. Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão utilizados os seguintes critérios e instrumentos: • Situações-problema e laboratórios pedagógicos, considerando a capacidade de relacionar os conteúdos estudados ao currículo e objetivos da Educação Básica, especialmente ao componente Artes/Música, mas também de forma transversal, a consecutividade, o uso de recursos, a metodologia, a criatividade, o potencial inclusivo, a eloquência, o uso da linguagem adaptada ao contexto da Educação Básica, a interatividade e o conteúdo;

- Análise de documentos, PPPs e currículos escolares, demonstrando capacidade de reflexão e síntese.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. SMOLKA, A. L. B.; LEITE, S. A. S. **Psicologia do desenvolvimento - Teorias e práticas em diferentes contextos**. Campinas: Mercado de Letras, 2016.
2. ROSSATO, Geovanio; PILETTI, Nelson; ROSSATO, Solange Marques. **Psicologia do desenvolvimento**. São Paulo: Contexto, 2014.
3. PILETTI, Nelson; ROSSATO, Solange Marques. **Psicologia da aprendizagem**. São Paulo: Contexto, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A Formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
2. PIAGET, Jean. **O Nascimento da inteligência na criança**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
3. LA TAILLE, Yves de. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. 24. ed. São Paulo: Summus, 1992.
4. CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia da aprendizagem**. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
5. DAVIS, Cláudia. **Psicologia na educação**. São Paulo, SP: Cortez, 2010.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Música e Tecnologia - Editoração de Partituras		
Código: MUS307		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Introdução à Linguagem Musical (MUS104)		
Semestre: III		
Nível: Superior		
EMENTA		
Introdução ao estudo da editoração de partituras através do software livre MuseScore. Editoração de partituras para flauta doce, violão, e canto coral.		
OBJETIVOS		
• Criar partituras no MuseScore com os principais elementos da notação musical tradicional – notas, pausas, ornamentos, armadura de clave, fórmula de compasso, linhas divisórias, articulação, dinâmica, andamento, texto, entre outros – para os mais diversos instrumentos e formações instrumentais, assim como o canto; • Aprender as maneiras mais eficientes de inserir e retirar elementos notacionais da partitura no software MuseScore; • Exportar partituras e arquivos de áudio; • Aprender a realizar a transposição e a reprodução sonora do material em uso; • Editar partituras que possam ser utilizadas nos componentes curriculares de prática instrumental/vocal do curso.		
PROGRAMA		
UNIDADE I Introdução ao MuseScore Criando uma nova partitura Conhecendo a interface do programa Barra de Ferramentas UNIDADE II Inserindo notas MIDI Ornamentos Claves Armaduras de claves Fórmulas de compasso Barras de compasso Linhas UNIDADE III Articulações e Ornamentos Acidentes		

Dinâmicas Repetições UNIDADE IV Andamento Texto Quebras e Espaçamentos Propriedades da barra de ligação
METODOLOGIA DE ENSINO
Serão desenvolvidos projetos interdisciplinares de editoração em conjunto com as disciplinas Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão III e Canto Coral III, em que os discentes deverão criar e constantemente alterar as partituras a serem utilizadas em suas aulas práticas, assim como será necessário no mundo do trabalho, ao se formarem. As seguintes metodologias também deverão ser utilizadas pelo professor em sala de aula: - Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; - Aulas práticas (projetos e atividades de criação musical); - Pesquisa aplicada; - Aula em campo (sala de informática); - Elaboração de partituras musicais; - Seminários.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Microcomputador individual (sala de informática) com <i>software</i> de editoração de partituras Dispositivos de entrada MIDI Sistema de captação e gravação de som Quadro branco
AValiação
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Participação em seminários; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Domínio e uso das Tecnologias de Informação e Comunicação;

- Domínio da ferramenta de editoração, precisão musical, organização, formatação e layout nas partituras elaboradas;
- Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Resolução de exercícios ou situações-problema;
- Elaboração de partituras para diferentes instrumentos, formações e estilos musicais;
- Seminários;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Avaliação escrita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BOSSEUR, Jean-Yes. **Do som ao sinal: História da notação musical**. Porto Alegre: UFRGS, 2014.
2. SCHOENBERG, Arnold. **Fundamentos da composição musical**. 3ª Edição. Tradução: Eduardo Sencman. São Paulo: Edusp, 1996.
3. WISNIK, José M. **O som e o sentido**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. KELLY, Thomas Forrest. **Capturing music: The story of notation**. W. W. Norton & Company, 2014.
2. ADOLFO, Antonio. **Composição: uma discussão sobre o processo criativo brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumiar, 2009.
3. PEREIRA, Marco. **Ritmos brasileiros para violão**. Rio de Janeiro: Garbolights Produções Artísticas, 2007.
4. KIEFER, Bruno. **Elementos da linguagem musical**. 2ª edição. Porto Alegre: Movimento, 1973.
5. MED. Bohumil. **Teoria da música**. Brasília: Musimed, 1996.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

4º semestre

DISCIPLINA: Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão IV		
Código: MUS401		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 10h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 10h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão III (MUS301)		
Semestre: IV		
Nível: Superior		
EMENTA		
Estudo progressivo da prática da flauta doce e do violão. Aspectos intermediários e avançados da técnica da flauta doce: timbre, registros extremos, saltos melódicos, articulação, padrões musicais intermediários e avançados, introdução às técnicas estendidas. Aspectos intermediários e avançados da técnica do violão: postura, fundamentos de mão esquerda e direita, sonoridade e interpretação. Acordes dissonantes, arpejos, escalas e ritmos populares. Prática de violão orquestral. História da música e apreciação de obras musicais instrumentais de diferentes gêneros e estilos. Interpretação de repertório adaptado e específico dos instrumentos. Criação musical. Estudo da linguagem musical. Possibilidades pedagógicas da flauta doce e do violão.		
OBJETIVOS		
• Ampliar as possibilidades musicais e pedagógicas por meio da flauta doce e do violão; • Aprimorar a técnica intermediária e desenvolver a técnica avançada da flauta doce e do violão, com ênfase nos aspectos qualitativos do som e nos padrões musicais; • Interpretar obras musicais nos instrumentos, individualmente e em grupo; • Aprofundar os conhecimentos teórico-práticos da música (harmonia); • Desenvolver recursos para o uso dos instrumentos na prática docente na Educação Básica.		
PROGRAMA		
INTRODUÇÃO DOS ASPECTOS AVANÇADOS DA TÉCNICA DA FLAUTA DOCE E DO VIOLÃO A percepção, estudo e manutenção do timbre: análise espectral Dinâmicas Saltos melódicos Articulação Padrões musicais avançados Modelo CAGED Escalas maiores e menores Transposição Técnicas estendidas HISTÓRIA DO VIOLÃO E DA FLAUTA DOCE Violão europeu no século XXI		

O violão brasileiro no século XXI
Flauta doce e música contemporânea

PRÁTICA DO REPERTÓRIO

Estudos melódicos, rítmicos e harmônicos
Ritmos brasileiros
Acordes dissonantes
Adaptação e transcrição de obras da música brasileira e internacional contemplando os aspectos técnicos abordados, incluindo as técnicas estendidas
Obras originais para os instrumentos da música ocidental de concerto e da música popular brasileira compatíveis com a proficiência instrumental
Violão orquestral

POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS DOS INSTRUMENTOS

A iniciação musical com a flauta doce e o violão
Musicalização com instrumentos musicais

METODOLOGIA DE ENSINO

A abordagem metodológica do componente prioriza a prática musical dos instrumentos. Serão desenvolvidos projetos e atividades juntamente à disciplina de Linguagem e Estruturação Musical III (elaboração de arranjos considerando os elementos trabalhados na aula, obras polifônicas, improvisação, criação livre). Como material didático suplementar, serão criadas e disponibilizadas online vídeo-aulas para auxiliar os estudantes no estudo do instrumento fora da aula.

Outros procedimentos metodológicos que também poderão ser utilizados são:

Aulas expositivas com o auxílio de recursos audiovisuais;
Leituras e discussões;
Trabalhos individuais e coletivos.

Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão desenvolvidos laboratórios de ensino do instrumento, (podendo estar associado a cursos de extensão) e serão realizados concertos e apresentações didáticas.

RECURSOS

Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador)
Afinador (software)
Metrônomo (software)
Gravador (software)
Material didático-pedagógico
Partitura musical
Estante para partitura musical
Instrumentos musicais
Quadro branco pautado

AVALIAÇÃO

A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados:

- Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos;
- Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos;
- Desempenho artístico e musical;
- Domínio técnico instrumental e expressão musical;
- Sensibilidade estética, capacidade criativa em música;
- Domínio e utilização de recursos musicais;
- Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Demonstração prática dos conteúdos abordados;
- Apresentações musicais individuais ou em grupo, fechadas ou abertas ao público;
- Elaboração de arranjos musicais.

Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão utilizados os seguintes critérios e instrumentos:

- Situações-problema e laboratórios pedagógicos, considerando a capacidade de relacionar o ensino do violão e da flauta doce, instrumentos de fácil acesso e forte adesão, ao currículo e objetivos da Educação Básica, especialmente ao componente Artes/Música, mas também de forma transversal, a consecutividade, o uso de recursos, a metodologia de ensino, a criatividade, o potencial inclusivo, a eloquência, o uso da linguagem adaptada ao contexto da Educação Básica, a interatividade e o conteúdo;
- Apresentações musicais de caráter didático, individuais ou coletivas, laboratoriais ou em espaços educativos reais, considerando o desempenho técnico e musical individual/coletivo, a capacidade de relacionar a música, a música brasileira e a produção musical à realidade social, valorizando as diversas culturas presentes no país e observando as etapas e modalidades da Educação básica;
- Escolha e execução do repertório e dos procedimentos didático-metodológicos nas apresentações musicais de caráter didático;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MÖNKEMEYER, Helmut. **Método para flauta doce soprano**. São Paulo: Ricordi, 1985.
2. TABORDA, Marcia. **Violão e identidade nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

3. OLIVEIRA, Marcelo Mateus de. **A improvisação musical como ferramenta pedagógica no ensino do violão**. Curitiba: Prismas, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHEDIAK, Almir. **Songbook Chico Buarque - Volume 1**. São Paulo: Vitale, 2010.
2. CHEDIAK, Almir. **Songbook Luiz Gonzaga - Volume 1**. São Paulo: Vitale, 2013.
3. CHEDIAK, Almir. **Songbook Nelson Motta**. São Paulo: Vitale, 2012.
4. GARCIA, Luiz Alfredo. **Teoria Musical - Estruturas Rítmicas, Melódicas e Harmônicas**. Curitiba: Prismas, 2015.
5. FARIA, Nelson. **A arte da improvisação para todos os instrumentos**. São Paulo: Vitale, 2010.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Canto Coral IV		
Código: MUS402		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 10h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 10h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Canto Coral III (MUS302)		
Semestre: IV		
Nível: Superior		
EMENTA		
Prática de canto coletivo. Análise, leitura e interpretação de obras corais de diversificados gêneros, estilos musicais e formas, com foco na música popular brasileira. Apresentações públicas do repertório compartilhado. Compor um coro cênico. Possibilidades pedagógicas do canto coral.		
OBJETIVOS		
• Desenvolver a prática vocal coletiva; • Desenvolver a consciência corporal e sua relação com a técnica vocal; • Conhecer a música popular brasileira por meio da apreciação e interpretação do repertório coral; • Desenvolver a técnica vocal intermediária; • Desenvolver recursos para o uso do canto e do canto coral na prática docente na Educação Básica.		
PROGRAMA		
ESTUDO DE CÂNONES E CANÇÕES A TRÊS E QUATRO VOZES Leitura musical Compreensão da canção Estudo de repertório com foco na música brasileira Coerência estética e estilística TÉCNICA VOCAL APLICADA AO CORO Técnicas de relaxamento em grupo Técnicas de respiração em grupo Utilização dos ressonadores Superiores, medianos e inferiores Articulação Estudo dos fraseados Gesto interpretativo		
METODOLOGIA DE ENSINO		
A metodologia da disciplina se baseia na prática musical do canto coletivo (repertório coral), contemplando apresentações públicas, num exercício de trabalho progressivo, considerando as limitações técnicas dos alunos e fortalecendo as interações da técnica		

com a expressão vocal e linguagem e estruturação musical. O componente funcionará ainda como laboratório para a prática da regência coral. O componente utiliza o solfejo relativo (Dó Móvel) dos arranjos para uma melhor assimilação das vozes interdependentes. A apreciação musical (vídeos, áudios, performances ao vivo) é também importante na abordagem metodológica. Como material didático suplementar, serão criadas e disponibilizadas faixas de áudios para auxiliar os discentes no estudo do repertório fora de sala. A apreciação musical (vídeos, áudios, performances ao vivo) é também importante na abordagem metodológica.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais Quadro branco pautado
AValiação
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Desempenho artístico e musical; • Domínio técnico vocal e expressão musical; • Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; • Domínio e utilização de recursos musicais; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Verificação da assimilação do repertório e a capacidade de afinação individual e coletiva • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Demonstração prática dos conteúdos abordados; • Apresentações musicais individuais ou em grupo, fechadas ou abertas ao público. Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão utilizados os seguintes critérios e instrumentos: • Situações-problema e laboratórios pedagógicos, considerando a capacidade de

relacionar o canto coral ao currículo e objetivos da Educação Básica, especialmente ao componente Artes/Música, mas também de forma transversal, a consecutividade, o uso de recursos, a metodologia de ensino, a criatividade, o potencial inclusivo, a eloquência, o uso da linguagem adaptada ao contexto da Educação Básica, a interatividade e o conteúdo;

- Apresentações musicais de caráter didático, individuais ou coletivas, laboratoriais ou em espaços educativos reais, considerando o desempenho técnico e musical individual/coletivo, a capacidade de relacionar a música, a música brasileira e a produção musical à realidade social, valorizando as diversas culturas presentes no país e observando as etapas e modalidades da Educação básica;
- Escolha e execução do repertório e dos procedimentos didático-metodológicos nas apresentações musicais de caráter didático;
- Análise e seleção de material didático, considerando a capacidade crítica, a reflexão, a coerência entre método e objetivo e o conteúdo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LEAL, Valéria. **Cantonário: Guia prático para o canto**. Brasília: Musimed, 2013.
2. BAÊ, Tutti. **Canto: Uma consciência melódica: Treinamento dos intervalos através dos vocalizes**. São Paulo: Irmãos Vitale, 2003.
3. WISNIK, José M. **O som e o sentido**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. REGINA, Vieira. **Técnica de Alexander: Postura, equilíbrio e movimento**. São Paulo: Terceiro Nome, 2009.
2. PACHECO, Claudia & BAÊ, Tutti. **Canto – Equilíbrio entre corpo e som: Princípios da fisiologia vocal**. São Paulo: Irmãos Vitale, 2006.
3. ILARI, Beatriz. **Em busca da mente musical – Ensaio sobre os processos cognitivos em música – da percepção à produção**. Curitiba: UFPR, 2006.
4. GOULART, Diana; COOPER, Malu. **Por Todo Canto: Método de Técnica Vocal para o canto popular (vol. I)**. São Paulo: G4, 2002.
5. BEHLAU, Mara; REHDER, Maria Inês. **Higiene vocal para o canto coral**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Revinter, 2009.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Linguagem e Estruturação Musical III		
Código: MUS403		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 40h	CH Prática: 40h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Introdução à Linguagem Musical (MUS104)		
Semestre: IV		
Nível: Superior		
EMENTA		
Treinamento auditivo e percepção musical. Série harmônica. Consonância e dissonância. Intervalos harmônicos. Tríades e tétrades. Acordes e campo harmônico. Progressões harmônicas e cadências. Modulação. Técnicas de improvisação. Relações entre harmonia, melodia e ritmo.		
OBJETIVOS		
• Desenvolver a acuidade auditiva para a percepção musical; • Estudar aspectos harmônicos focando a tonalidade; • Desenvolver a habilidade musical através de treinamento auditivo; • Exercitar a escrita e a leitura musicais; • Desenvolver técnicas básicas de improvisação e criação musical; • Identificar as funções tonais dos acordes.		
PROGRAMA		
UNIDADE I Série harmônica Consonância e dissonância Intervalos harmônicos Tríades e tétrades UNIDADE II Acordes e campo harmônico Progressões harmônicas e cadências UNIDADE III Modulação Técnicas de improvisação		
METODOLOGIA DE ENSINO		
A disciplina de Linguagem e Estruturação Musical III trabalhará solfejo, ritmo, percepção e teoria musical de forma integrada, assim como o estudo reflexivo e prático das estruturas musicais e dos processos empregados para a construção do discurso musical e os modos de sistematização desses conhecimentos. Atividades e projetos serão desenvolvidos junto às disciplinas de Prática Coletiva de Instrumento IV – Flauta Doce e Violão, Canto Coral		

IV, associando teoria musical e prática. Exercitando a escrita e leitura juntamente com técnicas de improviso e criação musical, prevalecendo-se da harmonia, melodia e ritmo. Como ferramenta didática de aprendizado a utilização de software e plataformas digitais para auxiliar o discente no estudo fora da aula. Outros procedimentos metodológicos que também poderão ser utilizados são: - Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; - Atividades práticas de leitura e execução musical; - Fruição e análise de obras musicais; - Atividades práticas de apreciação e análise auditiva; - Atividades corporais; - Atividades com recursos tecnológicos e instrumentos musicais; - Masterclasses e oficinas.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Instrumentos musicais Folha pautada Partitura musical Estante para partitura musical Quadro branco pautado
AValiação
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Precisão rítmica, acuidade auditiva e desempenho da percepção musical, precisão da afinação vocal; • Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; • Desempenho cognitivo; • Uso da grafia musical adequada; • Domínio e utilização de recursos técnicos e musicais; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;

- Resolução de exercícios;
- Análise auditiva de obras e trechos musicais;
- Ditados rítmicos, melódicos e harmônicos;
- Execução de trechos rítmicos, melódicos e harmônicos;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Avaliação escrita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LACERDA, Osvaldo. **Curso preparatório de solfejo e ditado musical**. São Paulo: Ricordi, 2008.
2. ALMADA, Carlos. **Harmonia funcional**. Campinas: Unicamp, 2012.
3. KOELLREUTTER, H. J. **Harmonia funcional: Introdução à teoria das funções harmônicas**. São Paulo: Ricordi Brasileira, 1987.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GARCIA, Luiz Alfredo. **Teoria Musical - Estruturas rítmicas, melódicas e harmônicas**. Curitiba: Prismas, 2015.
2. MED. Bohumil. **Teoria da Música**. Brasília: Musimed, 1996.
3. CLENDINNING, Jane Piper; MARVIN, Elizabeth West. **The Musician's Guide to Theory and Analysis**. W. W. Norton & Company, 2010.
4. KIEFER, Bruno. **Elementos da linguagem musical**. 2ª edição. Porto Alegre: Movimento, 1973.
5. SCHOENBERG, Arnold. **Funções estruturais da harmonia**. São Paulo: Via Lettera, 2004.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: História da Educação		
Código: MUS404		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 70h	CH Prática: 0h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 10h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: IV		
Nível: Superior		
EMENTA		
Práticas educativas nas sociedades antiga, medieval, moderna e contemporânea. Percurso histórico da educação no Brasil. Reverberações históricas na prática docente na educação básica contemporânea.		
OBJETIVOS		
• Entender a relação entre o desenvolvimento dos diversos modos de produção, classes sociais e educação; • Analisar criticamente os diferentes contextos sociopolíticos e econômicos que exerceram influência na história da educação; • Compreender a história da educação como instrumento para a compreensão da realidade educacional; • Estudar os aspectos importantes para o avanço do processo histórico-educacional que permitirão a superação de interpretações baseadas no senso comum; • Analisar a história da educação brasileira através de estudos realizados por educadores brasileiros; • Estudar a educação no Brasil desde a colonização aos dias atuais, enfatizando o desenvolvimento e formação da sociedade brasileira, a luta pelo direito à educação e evolução das políticas públicas de educação do estado brasileiro; • Analisar a interferência do sistema político-econômico no sistema educacional.		
PROGRAMA		
HISTÓRIA GERAL DA EDUCAÇÃO Educação dos povos primitivos Educação na antiguidade oriental Educação grega e romana Educação na Idade Média Educação na Idade Moderna HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL Educação nas comunidades indígenas Educação colonial e Jesuítica Educação no Império Educação na Primeira e na Segunda República Educação no Estado Novo Educação no período militar		

O processo de redemocratização no país
A luta pela democratização na educação
História da educação no Ceará
Educação no Brasil: contexto atual

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais;
Seminários;
Discussões temáticas;
Estudo dirigido.

Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão desenvolvidos estudos de caso delineados a partir de desafios presentes no contexto escolar.

RECURSOS

Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador)
Material didático-pedagógico
Quadro branco

AVALIAÇÃO

A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados:

- Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos;
- Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Participação em seminários e debates;
- Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos;
- Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Resolução de exercícios ou situações-problema;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Seminários;
- Elaboração textual;
- Avaliação escrita.

Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como

Componente Curricular, serão utilizados os seguintes critérios e instrumentos: Situações-problema e laboratórios pedagógicos, considerando a capacidade de relacionar os conteúdos estudados ao currículo e objetivos da Educação Básica, especialmente ao componente Artes/Música, mas também de forma transversal, a consecutividade, o uso de recursos, a metodologia, a criatividade, o potencial inclusivo, a eloquência, o uso da linguagem adaptada ao contexto da Educação Básica, a interatividade e o conteúdo.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
1. GHIRALDELLI JR., Paulo. História da educação brasileira. São Paulo: Cortez, 2001. 2. SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). História e história da educação. 4ª edição. Campinas: Autores Associados, 2010. 3. RODRIGUES, J. R. G. Pedagogia e ensino de história da educação. Campinas: Autores Associados, 2012.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
1. SAVIANI, Dermeval. Educação Brasileira: estrutura e sistema. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2012. 2. GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. Filosofia e história da educação brasileira: da colônia ao governo Lula. 2. ed. Barueri: Manole, 2009. 3. MANACORDA, Mario Alighiero. História da educação: da antiguidade aos nossos dias. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 4. SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. 5. GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Constituição Histórica da Educação no Brasil. Curitiba: Intersaberes, 2012.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: Fundamentos da Arte-Educação		
Código: MUS405		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 40h	CH Prática: 0h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 40h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: IV		
Nível: Superior		
EMENTA		
Estudo de dimensão técnica, humana e política acerca do ensino da arte, contemplando fenômenos artísticos a partir da perspectiva histórico-social. Aquisição de um conjunto de recursos afetivos, psicomotores e cognitivos através da vivência e do conhecimento da arte. Arte e cidadania. Proposta triangular (Ana Mae Barbosa). História da arte-educação no Brasil. Abordagem critico-reflexiva sobre as metodologias do ensino de artes, para a síntese da prática docente futura. Recursos didáticos e metodológicos para o ensino de Artes na Educação Básica.		
OBJETIVOS		
• Conhecer os conceitos e práticas inerentes ao campo artístico e seu trato pedagógico; • Refletir sobre as relações entre a arte e o homem, assim como a arte e a educação, com ênfase nos estudos da prática escolar; • Compreender a influência da arte na formação cidadã; • Estudar a abordagem triangular para o ensino de artes; • Conhecer a história da arte-educação no Brasil; • Desenvolver estratégias metodológicas para o ensino de artes na Educação Básica.		
PROGRAMA		
PRINCÍPIOS BÁSICOS Embasamento artístico e formação da arte Linguagem e discurso artístico Estética: Natureza, valor, experiência e juízo artístico Pluralidade cultural: o homem como agente cultural ARTE: COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE Elementos socioculturais na construção da arte Tópicos em história da arte História da arte-educação no Brasil Arte: artista, obra e público Facilitador na mediação das instituições artísticas Arte, consumo e mídia		

A ARTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA A escola precisa de arte? Fundamentos teórico-metodológicos da arte e educação Abordagem triangular Professor: Agente mediador na educação estética
METODOLOGIA DE ENSINO A leitura como análise crítica articulada ao contexto e a produção textual e artística serão fundamentais nesse componente, possibilitando que o aluno seja leitor, intérprete e autor nos processos de ensino-aprendizagem durante a disciplina, de modo que ele possa construir conexões com os contextos históricos educacionais e das artes imediatos e anteriores, dialogando com a disciplina de História da Educação. Outros procedimentos metodológicos que também poderão ser utilizados são: Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; Seminários temáticos; Estudo dirigido. Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão realizadas visitas técnicas em escolas e espaços onde ocorre ensino das artes, desenvolvendo projetos transversais e interdisciplinares.
RECURSOS Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Instrumentos musicais Instrumentos e insumos de artes visuais Quadro branco
AVALIAÇÃO A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: ● Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; ● Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; ● Participação em seminários e debates; ● Participação nas visitas técnicas e aulas de campo; ● Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; ● Técnica, expressão e criatividade artística; ● Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Resolução de exercícios ou situações-problema;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Seminários;
- Elaboração textual;
- Avaliação escrita.

Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão utilizados os seguintes critérios e instrumentos:

- Situações-problema e laboratórios pedagógicos, considerando a capacidade de relacionar os conteúdos estudados ao currículo e objetivos da Educação Básica, especialmente ao componente Artes, mas também de forma transversal, a consecutividade, o uso de recursos, a metodologia, a criatividade, o potencial inclusivo, a eloquência, o uso da linguagem adaptada ao contexto da Educação Básica, a interatividade e o conteúdo;
- Projetos e atividades em campo, sendo consideradas a organização, o planejamento, a execução e a avaliação das atividades pedagógicas.
- Análise de livros e materiais didáticos, demonstrando capacidade crítica e reflexiva frente a conteúdos e métodos;
- Estudos direcionados e de caso, delineados a partir do contexto escolar, considerando as capacidades crítica e reflexiva, analítica e sintética, a postura investigativa e a criatividade;
- Criação e confecção de material didático, relacionando as linguagens artísticas e transpondo-as ao contexto da Educação Básica, considerando a criatividade, organização, interatividade, ludicidade e conteúdo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BARBOSA, Ana Mae. **Arte-Educação no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
2. FUSARI, Maria F. de Rezende; FERRAZ, Maria Heloisa T. **Arte na educação escolar**. São Paulo: Cortez, 1993.
3. SILVA, André G. F.; SILVA, Gildemarks C. **Fundamentos da Educação – Fronteiras e desafios**. Recife: UFPE, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ZARGONEL, Bernadete (org.). **Avaliação da aprendizagem em Arte**. Curitiba: Intersaberes, 2012. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582122198>>.
2. SOUSA, Jusamara (Org.). **Aprender a ensinar música no cotidiano**. 2ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2016.
3. FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. **De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação**. 2ª Edição. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

4. BOSI, Alfredo. **Reflexões sobre a Arte**. São Paulo: Ática, 1989.
5. BACARIN, L. M. B. P. **O movimento arte-educação e o ensino de arte no Brasil: história e política**. 2005. 216f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.
6. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Artes (1º e 2º ciclos do ensino fundamental)**. Brasília: MEC, 1997.
7. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Artes (3º e 4º ciclos do ensino fundamental)**. Brasília: MEC, 1998.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Didática Geral		
Código: MUS406		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 0h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 20h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: IV		
Nível: Superior		
EMENTA		
Aspectos históricos da didática. Ensino e aprendizagem como objeto de estudo da didática. Teorias e tendências pedagógicas. Multidimensionalidade da didática. Saberes necessários à docência. Organização do processo de ensino e aprendizagem.		
OBJETIVOS		
• Conhecer concepções e fundamentos da Didática; • Compreender a Didática e as implicações políticas e sociais; • Relacionar a Didática à identidade docente; • Inter-relacionar Didática e prática pedagógica.		
PROGRAMA		
DIDÁTICA: CONCEPÇÃO E FUNDAMENTOS Teorias da educação e concepções de didática Surgimento da didática, conceituação e evolução histórica Fundamentos da didática		
DIDÁTICA E IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS A função social da Escola A didática no Brasil, seus avanços e retrocessos Didática e a articulação entre educação e sociedade O papel da didática nas práticas pedagógicas Liberais: tradicional e tecnicista; renovadas: progressista e não-diretiva Progressistas: libertadora, libertária, crítico-social dos conteúdos		
DIDÁTICA E IDENTIDADE DOCENTE Identidade e fazer docente: aprendendo a ser e estar na profissão Trabalho e formação docente Saberes necessários à docência Profissão docente no contexto atual A interação professor-aluno na construção do conhecimento		
DIDÁTICA E PRÁTICA PEDAGÓGICA Organização do trabalho pedagógico Planejamento como constituinte da prática docente Abordagem teórico-prática do planejamento e dos elementos dos processos de		

ensino e de aprendizagem
 Tipos de planejamentos
 Projeto Político-Pedagógico
 As estratégias de ensino na ação didática
 A aula como espaço-tempo coletivo de construção de saberes
 Avaliação do processo de ensino e de aprendizagem

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudos de caso, discussões temáticas, estudo dirigido.

Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão desenvolvidas:

- Criação de ambientes simulados de ensino;
- Visitas técnicas e aulas em campo;
- Observação e resolução de situações-problema;
- Estudos de caso delineados a partir de desafios presentes no contexto escolar;
- Levantamento e análise de livros e materiais didáticos;
- Levantamento e análise de documentos relativos à organização do trabalho na escola.

RECURSOS

Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador), material didático-pedagógico, quadro branco

AValiação

A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados:

- Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos;
- Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Participação em seminários e debates;
- Participação nas visitas técnicas e aulas de campo;
- Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos;
- Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Resolução de exercícios ou situações-problema;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;

- Seminários;
- Elaboração textual;
- Avaliação escrita.

Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão utilizados os seguintes critérios e instrumentos:

- Situações-problema e laboratórios pedagógicos, considerando a capacidade de relacionar os conteúdos estudados ao currículo e objetivos da Educação Básica, especialmente ao componente Artes/Música, mas também de forma transversal, a consecutividade, o uso de recursos, a metodologia, a criatividade, o potencial inclusivo, a eloquência, o uso da linguagem adaptada ao contexto da Educação Básica, a interatividade e o conteúdo;
- Projetos e atividades em campo, sendo consideradas a organização, o planejamento, a execução e a avaliação das atividades pedagógicas.
- Análise de livros e materiais didáticos, demonstrando capacidade crítica e reflexiva frente a conteúdos e métodos;
- Estudos direcionados e de caso, delineados a partir do contexto escolar, considerando as capacidades crítica e reflexiva, analítica e sintética, a postura investigativa e a criatividade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2013.
2. CANDAU, V.M. **A didática em questão**. Petrópolis: Vozes, 2012.
3. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: A pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 22ª edição. São Paulo: Loyola, 1998.
2. HAYDT, Regina Célia C. **Curso de Didática Geral**. São Paulo: Ática, 2006.
3. CORDEIRO, Jaime. **Didática**. 2. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2013.
4. PUENTES, Roberto Valdes (org). **Panorama da Didática: Ensino, prática e pesquisa**. Campinas: Papirus, 2011.
5. PILETTI, Claudino. **Didática Geral**. 24ª edição. [S.l.]: Ática. 260 p. ISBN 9788508128341. Disponível em:
<<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788508128341>>.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

5º semestre

DISCIPLINA: Harmonia I		
Código: MUS501		
Carga horária total: 60h	CH Teórica: 40h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 3		
Pré-requisito: Linguagem e Estruturação Musical III (MUS403)		
Semestre: V		
Nível: Superior		
EMENTA		
Introdução ao estudo do encadeamento de acordes. Estruturação do sistema tonal. Análise concomitante de obras musicais – música popular, regional e folclórica característica da pluralidade cultural brasileira – de conteúdo harmônico adequado ao apresentado em sala de aula. Criação musical. Interpretação de obras já existentes. Desenvolvimento de técnicas de improvisação musical.		
OBJETIVOS		
• Compreender a harmonia como elemento estruturante da linguagem musical; • Realizar o encadeamento de acordes para o acompanhamento de frases simples pré-existentes; • Aperfeiçoar a interpretação musical a partir do melhor entendimento da teoria por trás do encadeamento de acordes; • Desenvolver técnicas simples de improvisação; • Realizar análise harmônica da música brasileira em suas vertentes populares, regionais e folclóricas;		
PROGRAMA		
Introdução às tríades e tétrades Acordes diatônicos nas tonalidades maiores e menores Princípio da condução de vozes Encadeamentos em posição fundamental Progressão harmônica Tríades em primeira inversão Tríades em segunda inversão Técnicas de improvisação		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Serão desenvolvidas, seguindo os níveis de complexidade propostos no programa da disciplina, atividades interdisciplinares de análise harmônica de parte do repertório abordado no componente curricular Cultura Musical Brasileira, assim como discussões a respeito da contribuição do estudo da harmonia no entendimento das teorias básicas da etnomusicologia para o estudo dessa música.		

As seguintes metodologias também deverão ser utilizadas pelo professor em sala de aula:

- Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais;
- Aulas práticas (projetos e atividades de criação musical);
- Fruição e análise de obras musicais;
- Estudo de partituras musicais;
- Execução das produções musicais, acústica ou eletronicamente;
- Grupos digitais para informação, discussão e debate acerca dos conteúdos e conhecimentos abordados (TIC).

RECURSOS

Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador)
 Material didático-pedagógico
 Folha pautada
 Partitura musical
 Estante para partitura musical
 Instrumentos musicais (piano, teclado, flauta, violão, percussão)
 Quadro branco pautado

AVALIAÇÃO

A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados:

- Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos;
- Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos;
- Sensibilidade estética, capacidade criativa em música;
- Desempenho cognitivo;
- Uso da grafia musical adequada;
- Domínio e utilização de recursos técnicos e musicais;
- Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Resolução de exercícios ou situações-problema;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Elaboração encadeamentos harmônicos a 4 vozes;
- Rearmonização de trechos musicais;
- Avaliação escrita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
1. GUERRA–PEIXE, César. Melos e harmonia acústica: Princípios de composição musical. São Paulo: Irmãos Vitale, 1988. 2. SCHOENBERG, Arnold. Funções estruturais da harmonia. São Paulo: Via Lettera, 2004. 3. HINDEMITH, Paul. Curso condensado de harmonia tradicional. São Paulo: Irmãos Vitale, 1998.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
1. SCHOENBERG, Arnold. Harmonia. São Paulo: Editora UNESP, 2011. 2. TRAGTENBERG, Livio. Contraponto, uma arte de compor. São Paulo: Edusp, 2002. 3. ALMADA, Carlos. Harmonia funcional. Campinas: Unicamp, 2012. 4. KOELLREUTTER, H. J. Harmonia funcional: Introdução à teoria das funções harmônicas. São Paulo: Ricordi Brasileira, 1987. 5. TINÉ, Paulo José de Siqueira. Harmonia: Fundamentos de arranjo e improvisação. São Paulo: Attar, 2015.	
Coordenador do Curso 	Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Cultura Musical Brasileira		
Código: MUS502		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 40h	CH Prática: 0h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 40h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Introdução aos Estudos Sócio-Históricos e Culturais da Música (MUS105)		
Semestre: V		
Nível: Superior		
EMENTA		
Música popular, regional e folclórica característica da pluralidade cultural brasileira. Um olhar etnomusicológico sobre a cultura musical brasileira. Aspectos históricos e características harmônicas de gêneros musicais brasileiros. Aplicações didático-metodológicas para o professor de música. Experiências práticas musicais e em educação musical.		
OBJETIVOS		
• Analisar a música brasileira em suas vertentes populares, regionais e folclóricas, assim como suas características linguagens harmônicas; • Introduzir teorias básicas da etnomusicologia para o estudo dessa música; • Compreender a relevância, sentidos e significados das músicas brasileiras fora dos eixos dominantes e tradicionais; • Desenvolver recursos técnicos, didáticos e metodológicos para lidar com a diversidade musical e cultural brasileira no cotidiano docente.		
PROGRAMA		
UNIDADE I Música e Cultura - (re)definições Fundamentos dos estudos etnomusicológicos e diálogos com a Educação Musical Relação entre música e contexto UNIDADE II Gêneros e estilos musicais brasileiros nos eixos popular, regional e folclórico Práticas musicais e pedagógicas contextualizadas		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Serão desenvolvidas atividades interdisciplinares, com o componente curricular Harmonia I, de análise da linguagem harmônica característica dos gêneros estudados, assim como discussões a respeito da importância do conhecimento etnomusicológico na compreensão das escolhas estéticas e funcionais dos encadeamentos de acordes que permeiam esse repertório, e vice-versa. As seguintes metodologias também deverão ser utilizadas pelo professor em sala de aula: Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais;		

Leituras e discussões teóricas;
Seminários;
Apreciação e análise de obras musicais;
Grupos de estudo;
Produção escrita;
Pesquisa aplicada.

Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão desenvolvidas práticas musicais integradas a propostas de aulas elaboradas e executadas em sala pelos alunos, simulando diferentes cenários culturais, gêneros musicais e necessidades de adaptações didático-pedagógicas decorrentes dos enfrentamentos decorrentes dessas situações comuns da vida docente em diálogo com as discussões teóricas.

RECURSOS

Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador), material didático-pedagógico, partitura musical, estante para partitura musical, instrumentos musicais (piano, teclado, flauta, violão, percussão), quadro branco pautado

AVALIAÇÃO

A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados:

- Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos;
- Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Participação nos seminários e debates;
- Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos;
- Desempenho artístico e musical;
- Sensibilidade estética, capacidade criativa em música;
- Domínio e utilização de recursos musicais;
- Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Resolução de exercícios ou situações-problema;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Apresentações musicais individuais ou em grupo, fechadas ou abertas ao público;
- Elaboração de texto;
- Elaboração de arranjos musicais;
- Avaliação escrita.

Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão utilizados os seguintes critérios e instrumentos:

- Situações-problema e laboratórios pedagógicos, considerando a capacidade de relacionar os conteúdos estudados ao currículo e objetivos da Educação Básica, especialmente ao componente Artes/Música, mas também de forma transversal, a consecutividade, o uso de recursos, a metodologia, a criatividade, o potencial inclusivo, a eloquência, o uso da linguagem adaptada ao contexto da Educação Básica, a interatividade e o conteúdo;
- Apresentações musicais de caráter didático, individuais ou coletivas, laboratoriais ou em espaços educativos reais, considerando o desempenho técnico e musical individual/coletivo, a capacidade de relacionar a música, a música brasileira e a produção musical à realidade social, valorizando as diversas culturas presentes no país e observando as etapas e modalidades da Educação básica;
- Escolha e execução do repertório e dos procedimentos didático-metodológicos nas apresentações musicais de caráter didático.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ULHÔA, Martha (Org.). **Música popular na América Latina: Pontos de escuta**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
2. KIEFER, Bruno. **Elementos da linguagem musical**. 2ª Edição. Porto Alegre: Movimento, 1973.
3. KIEFER, Bruno. **Villa-Lobos e o modernismo na música brasileira**. Porto Alegre: Movimento, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BLACKING, John. **How Musical is Man?** Seattle e Londres: University of Washington Press, 1973.
2. FERNANDES, Dmitri Cerboncini; SANDRONI, Carlos. **Música e ciências sociais: para além do descompasso entre arte e ciência**. Curitiba: Prismas, 2016.
3. SEEGER, Anthony. **Por que cantam os Kisedje?** São Paulo: Cosac e Naify, 2015.
4. TINHORÃO, José Ramos. **História social da música popular brasileira**. São Paulo: Editora 34, 1998.
5. LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: Um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Currículo e Programas		
Código: MUS503		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 0h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 20h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: V		
Nível: Superior		
EMENTA		
Concepções de currículo. Tipos, componentes curriculares e diretrizes da Educação Básica. Planejamento educacional e montagem do currículo. Avaliação educacional e reformulação curricular. Principais referenciais teóricos.		
OBJETIVOS		
• Compreender a dimensão ideológica de currículo; • Analisar criticamente a teoria e a história de currículos e programas e os enfoques da nova sociologia do currículo nos âmbitos social, político e cultural; • Conhecer as diferentes concepções de currículo; • Discutir e analisar o currículo interdisciplinar no contexto da educação atual; • Analisar os currículos da Educação Básica Nacional, através da reorientação curricular legal para as diferentes modalidades e níveis de ensino;		
PROGRAMA		
UNIDADE I O conceito de currículo escolar A história do currículo e tendências curriculares no Brasil Os paradigmas de currículo Currículo e representação social Influência da concepção humanista no currículo UNIDADE II Elementos constituintes do currículo Fenomenologia do currículo Currículo, suas questões ideológicas, cultura e sociedade Currículo oculto Interdisciplinaridade e currículo UNIDADE III Diretrizes Curriculares Nacionais, Parâmetros Curriculares Nacionais, Referenciais Curriculares Nacionais		
METODOLOGIA DE ENSINO		

A abordagem metodológica deste componente prioriza aulas expositivas e dialógicas, o estímulo aos seminários e debates acompanhados de plenária, grupos de trabalho e apresentação de produções escritas, bem como a observação do campo do estágio supervisionado. Serão desenvolvidos projetos e atividades juntamente às disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado I e Políticas Educacionais (diagnóstico, avaliação e análise do campo de estágio e seus documentos oficiais à luz das diretrizes, leis, políticas educacionais e estudos curriculares contemporâneos). Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão desenvolvidas: - Levantamento e análise de documentos relativos à organização do trabalho na escola, sobretudo seu Projeto Político-Pedagógico; - Observação e resolução de situações-problema; - Estudos de caso delineados a partir de desafios presentes no contexto escolar.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Quadro branco
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Participação em seminários e debates; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Resolução de exercícios ou situações-problema; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Seminários; • Elaboração textual; • Avaliação escrita. Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão utilizados os seguintes critérios e instrumentos:

- Situações-problema e laboratórios pedagógicos, considerando a capacidade de relacionar os conteúdos estudados ao currículo e objetivos da Educação Básica, especialmente ao componente Artes/Música, mas também de forma transversal, a consecutividade, o uso de recursos, a metodologia, a criatividade, o potencial inclusivo, a eloquência, o uso da linguagem adaptada ao contexto da Educação Básica, a interatividade e o conteúdo;
- Análise de documentos e currículos escolares, demonstrando capacidade de reflexão e síntese.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. SACRISTÁN, J. C. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
2. LOPES, Alice Casmiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.
3. SAVIANE, Demerval. **Escola e democracia**. 41ª edição. Campinas: Editora Autores Associados, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. LIMA, Michelle Fernandes; Zanlorenzi, Claudia Maria Petchak; Pinheiro, Luciana Ribeiro. **A Função do Currículo no Contexto Escolar**. [S.l.]: Intersaberes. 228 p. ISBN 9788582121313. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582121313>>. Acesso em: 29 set. 2017.
2. GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
3. EYNG, Ana Maria. **Currículo Escolar**. [S.l.]: Intersaberes. 148 p. ISBN 9788582121825. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582121825>>. Acesso em: 29 set. 2017.
4. PAULA, D. H. L. **Currículo na escola e currículo da escola: reflexões e proposições**. [S.l.]: Intersaberes. 210 p. ISBN 9788559720372. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788559720372>>. Acesso em: 29 set. 2017.
5. PACHECO, O. J. A (Orgs.). **Currículo, didática e formação de professores**. [S.l.]: Papyrus. 212 p. ISBN 9788544900611. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544900611>>. Acesso em: 29 set. 2017.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Políticas Educacionais		
Código: MUS504		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 70h	CH Prática: 0h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 10h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: V		
Nível: Superior		
EMENTA		
Política, política educacional e o papel do Estado. Legislação, estrutura e gestão do ensino no Brasil. Influência de organismos multilaterais na política de educação mundial e brasileira. Aplicação metodológica dos conteúdos relativos à legislação educacional brasileira na prática docente.		
OBJETIVOS		
• Conhecer o conceito e a função da Política, sendo capaz de identificar suas implicações no campo da educação; • Compreender a estrutura e funcionamento do sistema educacional brasileiro à luz da legislação, baseando-se na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 e no Plano Nacional de Educação; • Investigar as principais reformas educacionais implantadas entre os anos 1990 e dias atuais, sobretudo aquelas que dizem respeito à educação profissional, científica e tecnológica; • Conhecer e identificar os diferentes tipos de gestão (tanto educacional quanto escolar) assim como suas diferentes formas de conduzir o processo educativo; • Analisar o papel político dos trabalhadores da educação na luta pela garantia da valorização da profissão e carreira; • Identificar e problematizar os impactos das políticas educacionais no cotidiano da vida escolar.		
PROGRAMA		
POLÍTICA Conceito de Política; Fundamentos conceituais das Políticas Educacionais; O Estado e suas formas de intervenção social; Fundamentos políticos da educação; Política educacional: trajetório histórico, econômico e sociológico no Brasil e a reverberação nas reformas na educação básica. LEGISLAÇÃO, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO Constituição Federal; Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Níveis e Modalidades de Ensino com ênfase na Educação Profissional, Técnica e Tecnológica;		

Plano Nacional de Educação. GESTÃO ESCOLAR Gestão educacional e as teorias administrativas; Financiamento da educação; Política, programas de formação e valorização dos trabalhadores da educação.
METODOLOGIA DE ENSINO A abordagem metodológica deste componente prioriza aulas expositivas e dialógicas, o estímulo aos seminários e debates acompanhados de plenária, grupos de trabalho e apresentação de produções escritas, bem como a observação do campo do estágio supervisionado. Serão desenvolvidos projetos e atividades juntamente às disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado I e Políticas Educacionais (diagnóstico, avaliação e análise do campo de estágio e seus documentos oficiais à luz das diretrizes, leis, políticas educacionais e estudos curriculares contemporâneos). Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão desenvolvidas: - Levantamento e análise de documentos relativos à organização do trabalho na escola, sobretudo seu Projeto Político-Pedagógico; - Observação e resolução de situações-problema; - Estudos de caso delineados a partir de desafios presentes no contexto escolar.
RECURSOS Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Quadro branco
AVALIAÇÃO A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Participação em seminários e debates; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e

atividades propostas;

- Resolução de exercícios ou situações-problema;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Seminários;
- Elaboração textual;
- Avaliação escrita.

Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão utilizados os seguintes critérios e instrumentos:

- Situações-problema e laboratórios pedagógicos, considerando a capacidade de relacionar os conteúdos estudados ao currículo e objetivos da Educação Básica, especialmente ao componente Artes/Música, mas também de forma transversal, a consecutividade, o uso de recursos, a metodologia, a criatividade, o potencial inclusivo, a eloquência, o uso da linguagem adaptada ao contexto da Educação Básica, a interatividade e o conteúdo;
- Análise de documentos, de PPPs e currículos escolares, demonstrando capacidade de reflexão e síntese.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FERREIRA, E. B.; FONSCECA, M. (Orgs.). **Política e planejamento educacional no Brasil do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2013.
2. CASTRO, A. M. D. A.; FRANÇA, M. (Orgs.). **Política educacional: Contextos e perspectivas da educação brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2012.
3. LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**. São Paulo: Heccus Editora, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. 13. ed. Campinas: Papirus, 2012.
2. LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: A pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 22ª edição. São Paulo: Loyola, 1998.
3. SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (orgs). **História e história da educação**. 4ª edição. Campinas: Autores Associados, 2010.
4. CORDIOLLI, Marcos Antonio. **Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil**. Curitiba: Ibpex, 2011. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788578389116>>
5. BRUEL, Ana Lorena de Oliveira. **Políticas e Legislação da Educação Básica no Brasil**. Curitiba: Intersaberes, 2012. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582124703>>

Coordenador do Curso 	Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado I		
Código: MUS505		
Carga horária total: 100h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 0h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 5		
Pré-requisito: Didática Geral (MUS406)		
Semestre: V		
Nível: Superior		
EMENTA		
Observação, análise e avaliação da experiência de ensino musical. Investigação e intervenções em aspectos do cotidiano escolar. Observação reflexiva em torno das políticas educacionais, da organização do trabalho e das práticas pedagógico-musicais na educação infantil e ensino fundamental I. Reflexão artística no contexto escolar. Estudo de planos de ensino e elaboração planos de aula.		
OBJETIVOS		
• Relacionar conhecimentos teóricos desenvolvidos no curso com a prática docente no contexto da educação infantil e ensino fundamental I; • Refletir sobre a realidade escolar, principalmente das instituições dos Sertões de Crateús; • Conhecer o cotidiano escolar e os mecanismos de planejamento e gestão; • Conhecer a prática de ensino de música na Educação Básica, mais precisamente na educação infantil e ensino fundamental I; • Selecionar e analisar o material didático do ensino de música; • Avaliar e refletir sobre os desafios e potencialidades da educação musical no contexto da educação infantil e ensino fundamental I.		
PROGRAMA		
INSERÇÃO NO AMBIENTE E ROTINA ESCOLAR Diagnóstico, observação e avaliação da prática docente nas diversas etapas e modalidades da educação básica As condições de infraestrutura da escola e sua relação com a execução da prática docente Participação dos planejamentos e reuniões de ensino Ética: respeito mútuo, justiça, diálogo e solidariedade Pluralidade Cultural: o Ser Humano como agente social e produtor de cultura POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÕES DOCENTES NO CONTEXTO ESCOLAR RELAÇÕES ENTRE TEORIA E PRÁTICA NA AÇÃO DOCENTE A perspectiva dialógica A perspectiva cartesiana		

PERFIL PROFISSIONAL DOS PROFESSORES
METODOLOGIA DE ENSINO
A abordagem metodológica deste componente prioriza aulas expositivas e dialógicas com o professor orientador, o estímulo aos seminários e debates, bem como a observação do campo do estágio supervisionado. Serão desenvolvidas atividades e projetos juntamente às disciplinas de Currículo e Programas e Políticas Educacionais (diagnóstico, avaliação e análise do campo de estágio e seus documentos oficiais à luz das diretrizes, leis, políticas educacionais e estudos curriculares contemporâneos).
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Quadro branco
AValiação
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse, comprometimento, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação na escola de campo, conferida pelo supervisor; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Participação em seminários e debates; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Avaliação do supervisor de campo de estágio; • Autoavaliação; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Seminários; • Elaboração textual; • Relatório de estágio.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. COELHO, Leni Rodrigues. Formação docente, estágio supervisionado e práticas pedagógicas. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 2. PICONEZ, S.C. B. (coord.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 7ª edição. São Paulo: Papirus, 2001.

3. PIMENTA, S.G. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** São Paulo: Cortez, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.
2. MATEIRO, Teresa; SOUZA, Jusamara (Orgs.). **Práticas de ensinar música.** 3ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2014.
3. ROGÉRIO, Pedro; SERAFIM, Magali F. B. **Estágio supervisionado: o fazer musical nas entrelinhas da sala de aula.** Fortaleza: Imprepe, 2016.
4. BRITO, Teca de Alencar. **Koellreutter educador.** São Paulo: Peiropolis, 2011.
5. PENNA, Maura. **Música(s) e seu Ensino.** Porto Alegre: Sulina, 2015.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

6º semestre

DISCIPLINA: Harmonia II		
Código: MUS601		
Carga horária total: 60h	CH Teórica: 40h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 3		
Pré-requisito: Harmonia I (MUS501)		
Semestre: VI		
Nível: Superior		
EMENTA		
Continuação do estudo do encadeamento de acordes. Estruturação do sistema tonal. Análise concomitante de obras musicais – produção musical de concerto no Brasil, do descobrimento até os dias atuais – de conteúdo harmônico adequado ao apresentado em sala de aula. Criação musical. Interpretação de obras já existentes. Desenvolvimento de técnicas de improvisação musical.		
OBJETIVOS		
• Compreender a harmonia como elemento estruturante da linguagem musical; • Realizar o encadeamento de acordes para o acompanhamento de frases pré-existentes; • Aperfeiçoar a interpretação musical a partir do melhor entendimento da teoria por trás do encadeamento de acordes; • Compreender a linguagem harmônica característica de alguns dos gêneros e obras mais representativos da música de concerto brasileira; • Desenvolver técnicas de nível intermediário de improvisação.		
PROGRAMA		
Cadências, frases e períodos Contraponto tonal a duas vozes Notas melódicas O acorde de V⁷ Os acordes de II⁷ e VII⁷ Outros acordes de sétima diatônicos Técnicas de improvisação		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Serão desenvolvidos projetos interdisciplinares de análise harmônica do repertório apresentado na disciplina História da Música Brasileira (música de concerto brasileira), assim como estudos práticos (performance comentada) de trechos dessas obras e discussões relativas à influência dos gêneros, das formas e estruturas musicais na escolha estética e funcional dos encadeamentos de acordes. As seguintes metodologias também deverão ser utilizadas pelo professor em sala de aula:		

Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais;
 Aulas práticas (projetos e atividades de criação musical);
 Fruição e análise de obras musicais;
 Estudo de partituras musicais;
 Execução das produções musicais, acústica ou eletronicamente.

RECURSOS

Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador)
 Material didático-pedagógico
 Folha pautada
 Partitura musical
 Estante para partitura musical
 Instrumentos musicais (piano, teclado, flauta, violão, percussão)
 Quadro branco pautado

AValiação

A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados:

- Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos;
- Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos;
- Sensibilidade estética, capacidade criativa em música;
- Desempenho cognitivo;
- Uso da grafia musical adequada;
- Domínio e utilização de recursos técnicos e musicais;
- Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Resolução de exercícios ou situações-problema;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Elaboração encadeamentos harmônicos a 4 vozes;
- Rearmonização de trechos musicais;
- Avaliação escrita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GUERRA-PEIXE, César. **Melos e harmonia acústica: Princípios de composição musical**. São Paulo: Irmãos Vitale, 1988.

2. SCHOENBERG, Arnold. **Funções estruturais da harmonia**. São Paulo: Via Lettera, 2004.
3. HINDEMITH, Paul. **Curso condensado de harmonia tradicional**. São Paulo: Irmãos Vitale, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. SCHOENBERG, Arnold. **Harmonia**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
2. TRAGTENBERG, Livio. **Contraponto, uma arte de compor**. São Paulo: Edusp, 2002.
3. ALMADA, Carlos. **Harmonia funcional**. Campinas: Unicamp, 2012.
4. KOELLREUTTER, H. J. **Harmonia funcional: Introdução à teoria das funções harmônicas**. São Paulo: Ricordi Brasileira, 1987.
5. TINÉ, Paulo José de Siqueira. **Harmonia: Fundamentos de arranjo e improvisação**. São Paulo: Attar, 2015.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: História da Música Brasileira		
Código: MUS602		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: VI		
Nível: Superior		
EMENTA		
Práticas e produção musical de concerto no Brasil, do descobrimento até os dias atuais, em seus aspectos técnicos e estéticos. Linguagem harmônica do repertório em estudo. Música de concerto e sua relação com a música popular brasileira. Audição de obras e estudos históricos e analíticos.		
OBJETIVOS		
• Examinar os aspectos técnicos e estéticos das práticas musicais do período abrangido; • Compreender os processos históricos relacionados à produção musical de concerto brasileira; • Analisar a linguagem harmônica de gêneros, formas e estruturas musicais no contexto da música de concerto brasileira; • Conhecer os principais compositores brasileiros e suas obras.		
PROGRAMA		
UNIDADE I Música no Brasil do descobrimento ao fim do século XVII Durante o século XVIII Na primeira metade do século XIX A ópera no Brasil do século XIX Música instrumental na segunda metade do século XIX UNIDADE II Modernismo e Nacionalismo Renascimento regional Movimento Musica Viva e suas consequências Perspectivas da música brasileira contemporânea Música eletroacústica no Brasil		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Serão desenvolvidas atividades interdisciplinares com o componente curricular Harmonia II, como: análise da linguagem harmônica da música de concerto brasileira a partir do estudo crítico de repertório; e discussões sobre a influência dos aspectos técnicos de		

cada obra e/ou período na escolha estética e funcional dos encadeamentos de acordes. As seguintes metodologias também deverão ser utilizadas pelo professor em sala de aula:

- Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais;
- Pesquisa documental;
- Apreciação e análise de obras musicais;
- Estudo de partituras;
- Grupos de estudo e estudos dirigidos;
- Seminários e discussões baseados em leituras.

RECURSOS

Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador)
 Material didático-pedagógico
 Partitura musical
 Quadro branco pautado

AValiação

A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados:

- Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos;
- Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Participação nos seminários e debates;
- Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos;
- Sensibilidade estética, capacidade criativa em música;
- Capacidade de reflexão, crítica e contextualização;
- Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Resolução de exercícios;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Elaboração de texto;
- Avaliação escrita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. KIEFER, Bruno. **História da música brasileira: Dos primórdios ao início do século XX**. Porto Alegre: Movimento, 1985.
2. HOLLER, Marcos. **Os jesuítas e a música no Brasil colonial**. Campinas:

Unicamp, 2016.

3. KIEFER, Bruno. **Villa-Lobos e o modernismo na música brasileira**. Porto Alegre: Movimento, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. VIANNA, Hermano. **O mistério do samba**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
2. KIEFER, Bruno. **História e significado das formas musicais**. Porto Alegre: Movimento, 1981.
3. SCLIAR, Esther. **Fraseologia musical**. 3ª edição. Porto Alegre: Movimento, 2016.
4. KIEFER, Bruno. **Elementos da linguagem musical**. 2ª edição. Porto Alegre: Movimento, 1973.
5. TABORDA, Marcia. **Violão e identidade nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Metodologia da Pesquisa Científica		
Código: MUS603		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Leitura e Produção Textual (MUS107)		
Semestre: VI		
Nível: Superior		
EMENTA		
Fundamentos para escrita e leitura de textos acadêmicos. Diretrizes metodológicas para pesquisa científica. Tipos de pesquisa. Pesquisa em música. Normas da ABNT. Análise e crítica de textos científicos. Produção de projeto de pesquisa.		
OBJETIVOS		
• Desenvolver conhecimentos básicos da pesquisa científica; • Conhecer e analisar métodos e técnicas de pesquisa; • Compreender a estrutura formal de um texto acadêmico; • Desenvolver técnicas e recursos para a escrita acadêmica.		
PROGRAMA		
UNIDADE I Estrutura do trabalho científico Métodos científicos e tipos de conhecimento Escrita científica UNIDADE II Métodos de pesquisa Principais métodos de pesquisa em música Normas ABNT e tipos de pesquisa		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; Leitura de textos e pesquisas recentes na área de música; Grupos de trabalho; Aulas práticas de produção textuais; Seminários e debates.		
RECURSOS		
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico		

Quadro branco
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Participação em seminários e debates; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, atualização e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Seminários; • Elaboração textual; • Pré-projeto de TCC.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. LEÃO, Lourdes Meirelles. Metodologia do estudo e pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2016. 2. AQUINO, Ítalo de Souza. Como escrever artigos científicos. São Paulo: Saraiva, 2012. 3. RAMPAZZO, Lino. Metodologia científica: Para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 8ª edição. São Paulo: Loyola, 2017.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
1. CASTRO, Claudio de Moura. Como redigir e apresentar um trabalho científico. São Paulo: Pearson, 2011. 2. DEMO, Pedro. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2014. 3. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010. 4. ILARI, Beatriz. Em busca da mente musical – Ensaio sobre os processos

cognitivos em música – da percepção à produção. Curitiba: UFPR, 2006.

5. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2016.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Metodologias em Educação Musical I		
Código: MUS604		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 0h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 60h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: VI		
Nível: Superior		
EMENTA		
Métodos em educação musical. Estruturação e elaboração de planos de aula de música para educação infantil, ensino fundamental e médio. Principais educadores musicais do início do século XX. Conteúdo, metodologia e recursos auxiliares. Recursos didáticos e aplicabilidade metodológica no contexto da Educação Básica.		
OBJETIVOS		
• Conhecer e vivenciar práticas metodológicas baseadas nas propostas de alguns dos principais educadores musicais do início do século XX, como Émile Jaques-Dalcroze, Carl Orff, Zoltán Kodály, Shinichi Suzuki e Antônio de Sá Pereira; • Explorar as diversas possibilidades da integração entre corpo, som, ludicidade e movimento; • Desenvolver a capacidade crítica-reflexiva na utilização das metodologias em educação musical em sua prática docente; • Desenvolver ferramentas e estratégias para o ensino de música na Educação Básica.		
PROGRAMA		
PANORAMA E CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUSICAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX Metodologias ativas Principais educadores Émile Jaques-Dalcroze Carl Orff Zoltán Kodály Shinichi Suzuki Antônio de Sá Pereira VIVÊNCIAS MUSICALIZADORAS O corpo, a voz e o movimento como possibilidade de expressão sonora Notações musicais alternativas Histórias musicadas Improvisação direcionada e livre Jogos musicais Escuta afetiva		

PRODUÇÃO CONJUNTA E COMPARTILHAMENTO DE ATIVIDADES MUSICALIZADORAS Contextualização das metodologias estudadas e elaboração de novas estratégias metodológicas Utilização dos saberes individuais e afinidades dos estudantes Pluralidade Cultural: o Ser Humano como agente social e produtor de cultura Adaptações metodológicas a situações específicas de ensino-aprendizagem Possíveis campos de atuação
METODOLOGIA DE ENSINO A abordagem metodológica deste componente prioriza aulas práticas complementadas por aulas expositivas e dialógicas, o estímulo aos seminários e debates e a exploração dos conhecimentos por parte dos alunos. Serão desenvolvidas atividades e projetos juntamente à disciplina de Estágio Curricular Supervisionado II, uma vez que podem potencializar a prática docente nos estágios (propostas didáticas, estudos de caso, estudos dirigidos, jogos e atividades em educação musical, pesquisa e elaboração de material para ensino de música para crianças, análise e execução de abordagens metodológicas). Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão desenvolvidos: - Criação de ambientes simulados de ensino; - Visitas técnicas e aulas em campo; - Observação e resolução de situações-problema; - Estudos de caso delineados a partir de desafios presentes no contexto escolar; - Levantamento e análise de livros e materiais didáticos; - Organização e execução de eventos pedagógicos.
RECURSOS Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Instrumentos musicais Colchonetes Materiais recicláveis Materiais esportivos Quadro branco
AVALIAÇÃO A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes

pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos;

- Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Participação em seminários e debates;
- Participação nas visitas técnicas e aulas de campo;
- Sensibilidade estética, capacidade criativa em música;
- Domínio e utilização de recursos musicais;
- Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos;
- Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Resolução de exercícios ou situações-problema;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Apresentação prática dos resultados musicais/musicalizadores;
- Seminários;
- Elaboração textual;
- Avaliação escrita.

Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão utilizados os seguintes critérios e instrumentos:

- Situações-problema e laboratórios pedagógicos, considerando a capacidade de relacionar os conteúdos estudados ao currículo e objetivos da Educação Básica, especialmente ao componente Artes/Música, mas também de forma transversal, a consecutividade, o uso de recursos, a metodologia, a criatividade, o potencial inclusivo, a eloquência, o uso da linguagem adaptada ao contexto da Educação Básica, a interatividade e o conteúdo;
- Projetos e atividades em campo, sendo consideradas a organização, o planejamento, a execução e a avaliação das atividades pedagógicas.
- Análise de livros e materiais didáticos, demonstrando capacidade crítica e reflexiva frente a conteúdos e métodos;

Estudos direcionados e de caso, delineados a partir do contexto escolar, considerando as capacidades crítica e reflexiva, analítica e sintética, a postura investigativa e a criatividade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FONTERRADA, Marisa Trench de Oliveira. **De tramas e fios: Um ensaio sobre música e educação**. 2ª edição. São Paulo: UNESP, 2008.
2. ILARI, Beatriz; MATEIRO, Teresa. (Org.). **Pedagogias em educação musical**. Curitiba: Ibpx, 2011.
3. PENNA, Maura. **Música(s) e seu ensino**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. SOUSA, Jusamara (Org.). **Aprender a Ensinar Música no Cotidiano**. 2ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2016.

2. MATEIRO, Teresa; SOUZA, Jusamara (Orgs.). **Práticas de ensinar música**. 3ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2014.
3. DAUD, Alliana. **Jogos e brincadeiras musicais**. São Paulo: Paulinas, 2009.
4. ILARI, Beatriz; Broock, Angelite. **Música e Educação Infantil**. Campinas: Papirus, 2013.
5. KIEFER, Bruno. **Elementos da linguagem musical**. 2ª edição. Porto Alegre: Movimento, 1973.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Libras		
Código: MUS605		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 10h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 10h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: VI		
Nível: Superior		
EMENTA		
Fundamentos histórico culturais da Libras e suas relações com a educação dos surdos. Parâmetros e traços linguísticos da Libras. Cultura e identidades surdas. Alfabeto datilológico. Expressões não-manuais. Uso do espaço. Classificadores. Vocabulário da Libras em contextos diversos. Diálogos em Libras. O surdo na sala de aula – propostas didático-metodológicas.		
OBJETIVOS		
• Entender os fundamentos da Língua Brasileira de Sinais; • Compreender os parâmetros linguísticos da Libras; • Caracterizar a cultura dos sujeitos surdos; • Discutir a linguística na Língua Brasileira de Sinais; • Dialogar em Libras.		
PROGRAMA		
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS História da Educação de Surdos Letramento para alunos surdos Filosofias educacionais para surdos FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, EDUCACIONAIS E LEGAIS SOBRE A SURDEZ Cultura e Identidade surda Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 Lei Nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 AQUISIÇÃO DAS LÍNGUAS / ASPECTOS LINGUÍSTICOS A importância da Libras Aspectos linguísticos da Libras Sistema de Transcrição para Libras LETRAMENTO EM LIBRAS I / GRAMÁTICA DA LIBRAS Alfabeto manual e Batismo de Sinal Números Cardinais, Ordinais e para Quantidade Pronomes Pessoais, Possessivos, Interrogativos e Indefinidos Expressão Facial		

Dias da Semana e meses Advérbio de Tempo e Frequência Singular e Plural na Libras
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas expositivas e dialógicas com auxílio de recursos audiovisuais; Dinâmica em sinais; Grupos de trabalho e apresentação em Libras. Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão desenvolvidos: Estudos de caso delineados a partir de desafios presentes no contexto escolar; Observação e resolução de situações-problema.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Quadro branco
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Resolução de exercícios ou situações-problema; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos. Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão utilizados os seguintes critérios e instrumentos: • Situações-problema e laboratórios pedagógicos, considerando a capacidade de relacionar a Libras ao currículo e objetivos da Educação Básica, especialmente ao componente Artes/Música, mas também de forma transversal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
1. HONORA, Marcia e FRIZANCO, Lopes Esteves. Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: Desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009. 2. GOULART, Iris Barbosa. Psicologia da educação: Fundamentos teóricos aplicados à prática pedagógica. 21ª edição. Petrópolis: Vozes, 2015. 3. DEMO, Pedro. Participação é conquista: Noções de política social participativa. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
1. QUADROS, Ronice Müller de. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. São Paulo: Artmed, 2004. 2. CASTRO, Alberto Rainha de. Comunicação por língua brasileira de sinais. 4. ed. Brasília: Senac DF, 2013. 3. GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2013. 4. PEREIRA, Maria Cristina da Cunha et al. Libras conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. 5. GESSER, Audrei. O Ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a libras. São Paulo: Parábola editorial, 2012.	
Coordenador do Curso 	Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado II		
Código: MUS606		
Carga horária total: 100h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 0h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 5		
Pré-requisito: Estágio Curricular Supervisionado I (MUS505)		
Semestre: VI		
Nível: Superior		
EMENTA		
Elaboração de atividades orientadas e supervisionadas para a educação básica (educação infantil e ensino fundamental I). Vivência de experiências didático-pedagógicas. Observação e reflexão sobre as políticas educacionais, a organização do trabalho e as práticas pedagógico-musicais das escolas. Regência e semirregência. Participação, planejamento, execução e avaliação do processo de ensino-aprendizagem. Arte na escola. Planos de ensino e de aula. Parâmetros Curriculares Nacionais: Artes/Música. Legislação específica para o ensino de música.		
OBJETIVOS		
• Relacionar conhecimentos teóricos desenvolvidos no curso com a prática docente no contexto da Educação Básica (educação infantil e ensino fundamental: anos iniciais); • Investigar e refletir sobre a realidade escolar, principalmente das instituições dos Sertões de Crateús; • Conhecer o cotidiano escolar e os mecanismos de planejamento e gestão; • Conhecer a prática de ensino de música na Educação Básica (educação infantil e ensino fundamental: anos iniciais); • Selecionar e analisar o material didático do ensino de música; • Avaliar e refletir sobre os desafios e potencialidades da educação musical no contexto da Educação Básica (educação infantil e ensino fundamental: anos iniciais); • Vivenciar a docência sob uma perspectiva crítica e reflexiva; • Desenvolver estratégias didáticas.		
PROGRAMA		
ATUAÇÃO NO AMBIENTE E ROTINA ESCOLAR Diagnóstico, observação, semirregência, regência e avaliação da prática docente na Educação Básica (educação infantil e ensino fundamental: anos iniciais) Ética: respeito mútuo, justiça, diálogo e solidariedade As condições de infraestrutura da escola e sua relação com a execução da prática docente Participação dos planejamentos e reuniões de ensino POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO ESCOLAR		

RELAÇÕES ENTRE TEORIA E PRÁTICA NA AÇÃO DOCENTE A perspectiva dialógica A perspectiva cartesiana Pluralidade Cultural: o Ser Humano como agente social e produtor de cultura A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PARA O ENSINO DE MÚSICA Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Fundamental: anos iniciais Ensino Fundamental: anos finais PCN+ PERFIL PROFISSIONAL DOS PROFESSORES
METODOLOGIA DE ENSINO A abordagem metodológica deste componente prioriza aulas expositivas e dialógicas com o professor orientador, o estímulo aos seminários e debates, bem como a observação, regência e semirregência no campo do estágio supervisionado. Serão desenvolvidas atividades e projetos juntamente à disciplina de Metodologias em Educação Musical I (propostas didáticas, estudos de caso, estudos dirigidos, jogos e atividades em educação musical, pesquisa e elaboração de material para ensino de música para crianças, análise e execução de abordagens metodológicas).
RECURSOS Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Quadro branco
AVALIAÇÃO A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse, comprometimento, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação na escola de campo, conferida pelo supervisor; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Participação em seminários e debates; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Avaliação do supervisor de campo de estágio; • Autoavaliação;

- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Atividades e projetos em campo;
- Seminários;
- Elaboração textual;
- Relatório de estágio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. COELHO, Leni Rodrigues. **Formação docente, estágio supervisionado e práticas pedagógicas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
2. PICONEZ, S.C. B. (coord.). **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 7ª edição. São Paulo: Papyrus, 2001.
3. PIMENTA, S.G. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** São Paulo: Cortez, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
2. MATEIRO, Teresa; SOUZA, Jusamara (Orgs.). **Práticas de ensinar música**. 3ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2014.
3. ROGÉRIO, Pedro; SERAFIM, Magali F. B. **Estágio supervisionado: o fazer musical nas entrelinhas da sala de aula**. Fortaleza: Impreco, 2016.
4. BRITO, Teca de Alencar. **Koellreutter educador**. São Paulo: Peiropolis, 2011.
5. PENNA, Maura. **Música(s) e seu Ensino**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

7º semestre

DISCIPLINA: Fundamentos da Regência Coral		
Código: MUS701		
Carga horária total: 60h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 20h		
Número de créditos: 3		
Pré-requisito: Linguagem e Estruturação Musical III (MUS403)		
Semestre: VII		
Nível: Superior		
EMENTA		
Desenvolvimento da técnica de regência. As funções do regente. Gestual básico da regência voltado para grupos vocais. Conhecimentos musicais e técnicos para preparação de um grupo vocal: organização do coro, aquecimento, vocalização, naipes, timbres e características das vozes. Estilos e gêneros da música coral. Estudo, preparação e regência de peças para coro misto. A regência como ferramenta pedagógica.		
OBJETIVOS		
• Desenvolver a técnica básica de regência voltada para corais, o gestual métrico e a capacidade expressiva do gesto; • Compreender os papéis desempenhados pelo regente de grupos vocais; • Desenvolver as aptidões mínimas necessárias para a preparação e regência de um grupo vocal: técnicas de ensaio, escolha e preparação do repertório, características das vozes. • Conduzir obras musicais frente a grupos vocais; • Refletir sobre a prática vocal coletiva e suas potencialidades musicais e pedagógicas para a Educação Básica.		
PROGRAMA		
AS FUNÇÕES DO REGENTE CORAL Professor de canto Preparador vocal Aspectos psicológicos, sociais e administrativos da regência Liderança, ética e trabalho em equipe Estudo e preparação da obra A TÉCNICA BÁSICA DE REGÊNCIA Os planos de regência Condução métrica de compassos simples 2/4, 3/4, 4/4 em diferentes andamentos Levars e terminações A PREPARAÇÃO VOCAL E CONDUÇÃO DO CORO Timbres, tessituras e características vocais Técnica vocal		

A PREPARAÇÃO DE OBRAS VOCAIS Critérios para escolha do repertório Estudo estrutural do repertório Preparação e condução de ensaios O CANTO CORAL COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA E O REGENTE COMO EDUCADOR MUSICAL
METODOLOGIA DE ENSINO O estudo bibliográfico e a prática de regência de coro são abordagens importantes da disciplina. Através de leituras, debates e seminários, busca-se fornecer o entendimento acerca dos fundamentos teóricos da regência, os quais serão aplicados em projetos junto às disciplinas de Canto Coral (I a VIII) e o coro de extensão (Coro Cênico Karatis), preparando obras e apresentações musicais. Outras ações metodológicas possíveis são: Serão desenvolvidas vídeo-aulas e disponibilizadas online para auxiliar os discentes no estudo do gestual da regência fora do espaço escolar. Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; Fruição audiovisual e análise de obras musicais. Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão desenvolvidos projetos de formação de corais em escolas e outros ambientes de ensino.
RECURSOS Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Metrônomo (software) Sintetizadores de áudio Material didático-pedagógico Folha pautada Partitura musical Estante para partitura musical Quadro branco pautado
AValiação A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; • Capacidade técnico-interpretativa do regente;

- Conhecimento técnico e musical do repertório e da técnica vocal;
- Domínio e utilização de recursos musicais;
- Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Resolução de exercícios ou situações-problema;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Apresentações musicais, em que o estudante desempenha o papel de regente;
- Avaliação escrita.

Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão utilizados os seguintes critérios e instrumentos:

- Projetos interdisciplinares em ambientes de ensino, em que o discente realize a seleção, preparação e execução, enquanto regente, de obras musicais relacionadas ao contexto escolar, considerando os objetivos da Educação Básica;
- Preparação vocal de coro amador de diferentes idades e contextos, considerando o conhecimento técnico, a consecutividade, uso de recursos, transposição didática, potencial inclusivo e conteúdo;
- Apresentações musicais de caráter didático, laboratoriais ou em espaços educativos reais, considerando o desempenho técnico e musical do regente, a capacidade de relacionar a o repertório à realidade social, promover a apreciação musical, valorizando as diversas culturas presentes no país e observando as etapas e modalidades da Educação básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BAPTISTA, Raphael. **Tratado de regência: Aplicado à orquestra, à banda e ao coro**. Rio de Janeiro: Vitale, 1976.
2. ZANDER, Oscar. **Regência Coral**. 5ª edição. Porto Alegre: Movimento, 2003.
3. ROCHA, Ricardo. **Regência – Uma arte complexa**. São Paulo: Ibis Libris, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BEHLAU, Mara; REHDER, Maria Inês. **Higiene vocal para o canto coral**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Revinter, 2009.
2. FERNANDES, A. J.; KAYAMA, A. G.; ÖSTERGREN, E. A. **O regente moderno e a construção da sonoridade coral: interpretação e técnica vocal**. Per Musi, Belo Horizonte, n. 13, p. 33-51, 2006. Disponível em: <http://www.musica.ufmg.br/permusi/port/numeros/13/num13_cap_03.pdf>.
3. COELHO, Helena de Souza Nunes Wöhl. **Técnica vocal para coros**. São Leopoldo: Sinodal, 2008.
4. SCLIAR, Esther. **Fraseologia musical**. 3ª edição. Porto Alegre: Movimento, 2016.

5. RAMOS, M. A. S. **O Ensino da Regência Coral**. 2003. 118f. Tese (Livre-docência). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/27/tde-20092010-113311/pt-br.php>>.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: História da Música Popular Brasileira		
Código: MUS702		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: VII		
Nível: Superior		
EMENTA		
Estudo da história da música popular brasileira, de natureza artística e autoral, desde o fim do século XVIII até os dias de hoje. Aspectos socioculturais, econômicos, políticos e tecnológicos determinantes para sua fixação e consolidação.		
OBJETIVOS		
• Identificar a trajetória da música popular brasileira: dos primórdios até os dias de hoje; • Examinar os aspectos técnicos e estéticos da música popular brasileira; • Compreender os processos históricos relacionados à produção musical popular brasileira; • Analisar gêneros, formas e estruturas musicais no contexto da música popular brasileira; • Conhecer os principais artistas da música popular brasileira e suas músicas.		
PROGRAMA		
UNIDADE I Formação da música popular brasileira O Brasil pré-colonial Brasil colônia e escravidão: a música de matriz africana Gêneros musicais brasileiros emergentes da Bahia e Rio de Janeiro no século XVIII (modinha e lundu) Corte portuguesa, danças europeias, independência e república: o Brasil e a Música do século XIX O Maxixe, o Tango Brasileiro, o Choro e o Samba A elitização dos gêneros populares Importação da música popular estrangeira O Regionalismo UNIDADE II Novas classes, novas músicas: Bossa-nova e o Samba Canção Música política: Tropicalismo e Jovem guarda A música popular brasileira pós-tropicalismo Sofisticação da indústria fonográfica O Rock dos anos 80 Modismo de classes: Forró, Lambada, Samba-funk, Samba-reggae, Afoxé, entre		

outros

Música Urbana: Hip Hop, Sertanejo universitário, Movimento Manguê Beat, *World Music*, Jazz Latino

METODOLOGIA DE ENSINO

A abordagem metodológica do componente contempla aulas dialogadas e expositivas, suscitando debates acerca da construção da música popular brasileira e sua relação com a sociedade e suas transformações. Partindo de uma concepção contemporânea dos estudos históricos a música é abordada sob a perspectiva social. A apreciação direcionada (gravação ou ao vivo), o treinamento auditivo, o estudo das características musicais identitárias de cada gênero e estilo são importantes procedimentos metodológicos. Uma visita técnica está prevista na disciplina, contemplando a prática música urbana na região. A disciplina dará suporte ao discente que escolher temas que contemplem o universo da Música Popular Brasileira na confecção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Outros procedimentos metodológicos que também poderão ser utilizados são:

Pesquisa documental;

Grupos de estudo e estudos dirigidos;

Seminários e discussões baseados em leituras.

RECURSOS

Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador)

Instrumentos musicais

Material didático-pedagógico

Partitura musical

Quadro branco pautado

AValiação

A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados:

- Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos;
- Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Participação nos seminários e debates;
- Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos;
- Sensibilidade estética, capacidade criativa em música;
- Capacidade de reflexão, crítica e contextualização;
- Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e

- atividades propostas;
- Resolução de exercícios;
 - Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
 - Elaboração de texto;
 - Avaliação escrita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. NAPOLITANO, Marcos. **História e música: História cultural da música popular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
2. TINHORÃO, José Ramos. **História social da música popular brasileira**. São Paulo: Editora 34, 1998.
3. TABORDA, Marcia. **Violão e identidade nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. VIANNA, Hermano. **O mistério do samba**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
2. TINHORÃO, José Ramos. **Música e cultura popular: Vários escritos sobre um tema em comum**. São Paulo: Editora 34, 2017.
3. SÁ, Simone Pereira de. **Rumos da cultura da música: Negócios, estéticas, linguagens e audibilidades**. Porto Alegre: Sulina, 2010.
4. ROCHA, Christiano. **Bateria brasileira**. São Paulo: Independente, 2006.
5. KIEFER, Bruno. **Villa-Lobos e o modernismo na música brasileira**. Porto Alegre: Movimento, 2016.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Metodologias em Educação Musical II		
Código: MUS703		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 0h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 60h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Metodologias em Educação Musical I (MUS604)		
Semestre: VII		
Nível: Superior		
EMENTA		
Métodos em educação musical. Estruturação e elaboração de planos de aula de música para educação infantil, ensino fundamental e médio. Principais educadores musicais do fim do século XX e início do XXI. Conteúdo, metodologia e recursos auxiliares. Recursos didáticos e aplicabilidade metodológica no contexto da Educação Básica.		
OBJETIVOS		
• Conhecer e vivenciar práticas metodológicas baseadas nas propostas de alguns dos principais educadores musicais do fim do século XX e início do século XXI (Edgard Willems, Hans-Joachim Koellreutter, Murray Schafer, Violeta Hemsy de Gainza, Keith Swanwick, John Paynter); • Explorar as diversas possibilidades da integração entre corpo, som, ludicidade e movimento; • Desenvolver a capacidade crítica-reflexiva na utilização das metodologias em educação musical em sua prática docente; • Desenvolver ferramentas e estratégias para o ensino de música na Educação Básica.		
PROGRAMA		
PANORAMA E CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUSICAL NO FIM DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI Metodologias ativas Principais educadores Edgard Willems Hans-Joachim Koellreutter Murray Schafer Violeta Hemsy de Gainza Keith Swanwick John Paynter Outros VIVÊNCIAS MUSICALIZADORAS O corpo, a voz e o movimento como possibilidade de expressão sonora Notações musicais alternativas Histórias musicadas Improvisação direcionada e livre		

Jogos musicais
Escuta afetiva

PRODUÇÃO CONJUNTA E COMPARTILHAMENTO DE ATIVIDADES MUSICALIZADORAS

Contextualização das metodologias estudadas e elaboração de novas estratégias metodológicas
Utilização dos saberes individuais e afinidades dos estudantes
Pluralidade Cultural: o Ser Humano como agente social e produtor de cultura
Adaptações metodológicas a situações específicas de ensino-aprendizagem
Possíveis campos de atuação

METODOLOGIA DE ENSINO

A abordagem metodológica deste componente prioriza aulas práticas complementadas por aulas expositivas e dialógicas, o estímulo aos seminários e debates e a exploração dos conhecimentos por parte dos alunos. Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão desenvolvidas atividades e projetos juntamente às disciplinas de Projeto Social e Estágio Curricular Supervisionado III (estudos de caso, visitas técnicas e aulas em campo, estudos dirigidos, seminários e debates temáticos em parceria com as escolas campo de estágio).

Outros recursos didático-metodológicos utilizados pela disciplina:

Execução e análise de abordagens metodológicas;
Levantamento e análise de livros e materiais didáticos;
Organização e execução de eventos pedagógicos.

RECURSOS

Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador)
Material didático-pedagógico
Instrumentos musicais
Colchonetes
Materiais recicláveis
Materiais esportivos
Quadro branco

AVALIAÇÃO

A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados:

- Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos;
- Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos;

- Participação em seminários e debates;
- Participação nas visitas técnicas e aulas de campo;
- Sensibilidade estética, capacidade criativa em música;
- Domínio e utilização de recursos musicais;
- Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos;
- Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Resolução de exercícios ou situações-problema;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Apresentação prática dos resultados musicais/musicalizadores;
- Seminários;
- Elaboração textual;
- Avaliação escrita.

Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão utilizados os seguintes critérios e instrumentos:

- Situações-problema e laboratórios pedagógicos, considerando a capacidade de relacionar os conteúdos estudados ao currículo e objetivos da Educação Básica, especialmente ao componente Artes/Música, mas também de forma transversal, a consecutividade, o uso de recursos, a metodologia, a criatividade, o potencial inclusivo, a eloquência, o uso da linguagem adaptada ao contexto da Educação Básica, a interatividade e o conteúdo;
- Projetos e atividades em campo, sendo consideradas a organização, o planejamento, a execução e a avaliação das atividades pedagógicas.
- Análise de livros e materiais didáticos, demonstrando capacidade crítica e reflexiva frente a conteúdos e métodos;
- Estudos direcionados e de caso, delineados a partir do contexto escolar, considerando as capacidades crítica e reflexiva, analítica e sintética, a postura investigativa e a criatividade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FONTERRADA, Marisa Trench de Oliveira. **De tramas e fios: Um ensaio sobre música e educação**. 2ª edição. São Paulo: UNESP, 2008.
2. ILARI, Beatriz; MATEIRO, Teresa. (Org.). **Pedagogias em educação musical**. Curitiba: Ibpx, 2011.
3. PENNA, Maura. **Música(s) e seu ensino**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. SOUSA, Jusamara (Org.). **Aprender a Ensinar Música no Cotidiano**. 2ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2016.
2. MATEIRO, Teresa; SOUZA, Jusamara (Orgs.). **Práticas de ensinar música**. 3ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2014.

3. DAUD, Alliana. **Jogos e brincadeiras musicais**. São Paulo: Paulinas, 2009.
4. ILARI, Beatriz; Broock, Angelite. **Música e Educação Infantil**. Campinas: Papirus, 2013.
5. KIEFER, Bruno. **Elementos da linguagem musical**. 2ª edição. Porto Alegre: Movimento, 1973.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso I		
Código: MUS704		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Metodologia da Pesquisa Científica (MUS603)		
Semestre: VII		
Nível: Superior		
EMENTA		
A pesquisa científica e a música. A pesquisa científica e a Educação Musical. Levantamento temático dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) individuais. Elaboração do projeto de TCC. Normalização.		
OBJETIVOS		
• Refletir sobre a pesquisa científica e sua relação com a área da música; • Suscitar temas para o Trabalho de Conclusão de Curso; • Planejar, estruturar e elaborar o projeto do Trabalho de Conclusão de Curso.		
PROGRAMA		
A PESQUISA EM MÚSICA Linhas de pesquisa Principais pesquisas e autores da área CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DO TEMA PARA O TCC ELABORAÇÃO DAS ETAPAS DO PROJETO DE TCC Delimitação do tema Formulação do problema Levantamento bibliográfico Hipóteses Justificativa Objetivos Fundamentação teórica Metodologia Cronograma APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE TCC		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; Leitura de textos e pesquisas recentes na área de música; Grupos de trabalho; Aulas práticas de produção textuais;		

Seminários e debates.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Quadro branco
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Participação em seminários e debates; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, atualização e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos e no projeto de TCC. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Seminários; • Elaboração textual; • Projeto de TCC.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. MOREIRA, Herivelto. Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador. Rio de Janeiro: DP e A, 2006. 2. FUSARI, Maria F. de Rezende; FERRAZ, Maria Heloisa T. Metodologia do ensino de arte – Fundamentos e proposições. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2009. 3. HENTSHKE, Liane. Educação musical em países de línguas neolatinas. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
1. AQUINO, Ítalo de Souza. Como escrever artigos científicos. São Paulo: Saraiva, 2012.

2. EGG, André (Org.). **Música, Cultura e Sociedade: Dilemas do moderno.** Curitiba: CRV, 2016.
3. FONTERRADA, Marisa Trench de Oliveira. **De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação.** 2ª Edição. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
4. ILARI, Beatriz. **Em busca da mente musical – Ensaio sobre os processos cognitivos em música – da percepção à produção.** Curitiba: UFPR, 2006.
5. BLACKING, John. **How Musical is Man?** Seattle e Londres: University of Washington Press, 1973.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Projeto Social		
Código: MUS705		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 0h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 20h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: VII		
Nível: Superior		
EMENTA		
Desenvolvimento de projetos nas unidades concedentes (escola de campo) de estágio curricular supervisionado. Concepções e conceitos de transversalidade. Legislação educacional. Parâmetros Curriculares Nacionais. Orientação sexual, direitos humanos, saúde, pluralidade cultural, trabalho e consumo, educação ambiental, relações étnicas raciais e cultura afrodescendente e educação especial.		
OBJETIVOS		
• Conhecer e compreender o conceito de transversalidade e a abordagem transversal de temas; • Investigar os temas relacionados à realidade social legalmente estabelecidos como transversais; • Desenvolver uma abordagem interdisciplinar dos temas abordados; • Intervir em ambientes escolares por meio de projetos.		
PROGRAMA		
TRANSVERSALIDADE E EDUCAÇÃO Princípios e concepções de transversalidade Abordagem transversal e a prática docente Música e transversalidade TEMAS TRANSVERSAIS LEGALMENTE ESTABELECIDOS Ética Orientação sexual Meio ambiente Saúde Pluralidade cultural Trabalho e consumo Direitos humanos e cidadania Relações étnicas-raciais e cultura afro-brasileira e indígena Educação especial		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Aulas expositivas com o auxílio de recursos audiovisuais; desenvolvimento de projetos interdisciplinares junto ao componente de Estágio Curricular Supervisionado nas unidades		

concedentes (escolas de campo); leituras e discussões acerca dos conhecimentos propostos e da legislação que trata da inserção e trabalho dos temas transversais. Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, será um projeto interdisciplinar, relacionando música e temas transversais, juntamente ao componente de Estágio Curricular Supervisionado nas unidades concedentes (escolas de campo).
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Instrumentos musicais Materiais recicláveis Materiais esportivos Quadro branco
AValiação
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Participação em seminários e debates; • Participação nos projetos e intervenções realizadas nos ambientes escolares; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Resolução de exercícios ou situações-problema; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Seminários; • Elaboração textual; • Execução de projeto nas unidades concedentes (escola de campo) de estágio curricular supervisionado. Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão utilizados os seguintes critérios e instrumentos: • Situações-problema e laboratórios pedagógicos, considerando a capacidade de relacionar os temas transversais ao currículo e objetivos da Educação Básica, a consecutividade, o uso de recursos, a metodologia, a criatividade, o potencial inclusivo, a eloquência, o uso da linguagem adaptada ao contexto da Educação

- Básica, a interatividade e o conteúdo;
- Projetos e atividades em campo que abordam temas transversais e suas interfaces com a Educação Musical, sendo considerados a organização, planejamento e execução e avaliação das atividades pedagógicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: A pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 22ª edição. São Paulo: Loyola, 1998.
2. GOULART, Iris Barbosa. **Psicologia da Educação: Fundamentos teóricos aplicados à prática pedagógica**. 21 Ed. Petrópolis: Editora vozes, 2015.
3. DEMO, Pedro. **Participação é conquista: Noções de política social participativa**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.
2. BARBOSA, Laura Monte Serrat. **Temas Transversais: como utilizá-los na prática educativa?** Curitiba: Intersaberes, 2012.
3. SCARLATO, Francisco C. **Do nicho ao Lixo ambiente, sociedade e educação**. 18. ed. São Paulo, SP: Atual, 2009.
4. EGG, André (Org.). **Música, Cultura e Sociedade: Dilemas do moderno**. Curitiba: CRV, 2016
5. CAMPOS JÚNIOR, Dioclécio. **Até Quando?: ensaios sobre dilemas da atualidade**. Barueri: Manolé, 2008. Disponível em:
<<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520426524>>

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado III		
Código: MUS706		
Carga horária total: 100h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 0h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 5		
Pré-requisito: Estágio Curricular Supervisionado I (MUS505)		
Semestre: VII		
Nível: Superior		
EMENTA		
Elaboração de atividades orientadas e supervisionadas para a Educação Básica (ensino fundamental: anos finais). Vivência de experiências didático-pedagógicas. Observação e reflexão sobre as políticas educacionais, a organização do trabalho e as práticas pedagógico-musicais das escolas. Regência e semirregência. Participação, planejamento, execução e avaliação do processo de ensino-aprendizagem. Arte na escola. Planos de ensino e de aula. Parâmetros Curriculares Nacionais: Artes/Música. Legislação específica para o ensino de música.		
OBJETIVOS		
• Relacionar conhecimentos teóricos desenvolvidos no curso com a prática docente no contexto da Educação Básica (ensino fundamental: anos finais); • Investigar e refletir sobre a realidade escolar, principalmente das instituições dos Sertões de Crateús; • Conhecer o cotidiano escolar e os mecanismos de planejamento e gestão; • Conhecer a prática de ensino de música na Educação Básica (ensino fundamental: anos finais); • Selecionar e analisar o material didático do ensino de música; • Avaliar e refletir sobre os desafios e potencialidades da educação musical no contexto da Educação Básica (ensino fundamental: anos finais); • Vivenciar a docência sob uma perspectiva crítica e reflexiva; • Desenvolver estratégias didáticas.		
PROGRAMA		
ATUAÇÃO NO AMBIENTE E ROTINA ESCOLAR Diagnóstico, observação, semirregência, regência e avaliação da prática docente na Educação Básica (ensino fundamental II) As condições de infraestrutura da escola e sua relação com a execução da prática docente Participação dos planejamentos e reuniões de ensino Ética: respeito mútuo, justiça, diálogo e solidariedade Pluralidade Cultural: o Ser Humano como agente social e produtor de cultura POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO ESCOLAR RELAÇÕES ENTRE TEORIA E PRÁTICA NA AÇÃO DOCENTE		

A perspectiva dialógica
A perspectiva cartesiana

A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PARA O ENSINO DE MÚSICA

Parâmetros Curriculares Nacionais

Ensino Fundamental: anos iniciais

Ensino Fundamental: anos finais

PCN+

PERFIL PROFISSIONAL DOS PROFESSORES

METODOLOGIA DE ENSINO

A abordagem metodológica deste componente prioriza aulas expositivas e dialógicas com o professor orientador, o estímulo aos seminários e debates, bem como a observação, regência e semirregência no campo do estágio supervisionado. Serão desenvolvidas atividades e projetos juntamente às disciplinas de Projeto Social e Metodologias em Educação Musical II (estudos de caso, estudos dirigidos, seminários e debates temáticos em parceria com as escolas campo de estágio).

RECURSOS

Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador)
Material didático-pedagógico
Quadro branco

AVALIAÇÃO

A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Serão critérios avaliados:

- Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse, comprometimento, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos;
- Participação na escola de campo, conferida pelo supervisor;
- Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Participação em seminários e debates;
- Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos;
- Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Avaliação do supervisor de campo de estágio;
- Autoavaliação;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Atividades e projetos em campo;
- Seminários;

- Elaboração textual;
- Relatório de estágio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. PACHECO, Caroline (Org.). **Fazendo música com crianças**. Curitiba: UFPR, 2011.
2. MATEIRO, Teresa; SOUZA, Jusamara (Orgs.). **Práticas de ensinar música**. 3ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2014.
3. ROGÉRIO, Pedro; SERAFIM, Magali F. B. **Estágio supervisionado: O fazer musical nas entrelinhas da sala de aula**. Fortaleza: Imprepe, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. PICONEZ, S.C. B. (coord.). **A prática de Ensino e o Estágio Supervisionado**. São Paulo. Papirus. 24ª edição. 2016.
2. COELHO, Leni Rodrigues. **Formação docente, estágio supervisionado e práticas pedagógicas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
3. PIMENTA, S.G. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** São Paulo, Cortez, 2010.
4. CANDAU, V.M. **A didática em questão**. Petrópolis: Vozes, 2012.
5. LEÃO, Lourdes Meirelles. **Metodologia do estudo e pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2016.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

8º semestre

DISCIPLINA: Fundamentos da Regência Instrumental		
Código: MUS801		
Carga horária total: 60h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 20h		
Número de créditos: 3		
Pré-requisito: Linguagem e Estruturação Musical III (MUS403)		
Semestre: VIII		
Nível: Superior		
EMENTA		
Aprimoramento da técnica de regência. Desenvolvimento do gestual básico da regência voltado para grupos instrumentais. Desenvolvimento dos conhecimentos técnicos para preparação de um grupo instrumental: organologia instrumental, tessitura e características básicas dos instrumentos musicais, transposição. Estudo, preparação e regência de peças grupos instrumentais diversos. A regência como ferramenta pedagógica para a Educação Básica.		
OBJETIVOS		
• Desenvolver e aprimorar a técnica de regência voltada para grupos instrumentais, o gestual métrico e a capacidade expressiva do gesto; • Compreender os papéis desempenhados pelo regente em grupos instrumentais; • Desenvolver as aptidões mínimas necessárias para a preparação e regência de um grupo instrumental: técnicas de ensaio, escolha e preparação do repertório, características dos instrumentos; • Conduzir obras musicais frente a grupos instrumentais; • Refletir sobre a prática instrumental coletiva e suas potencialidades musicais e pedagógicas.		
PROGRAMA		
AS FUNÇÕES DO REGENTE MUSICAL INSTRUMENTAL Professor de instrumento Aspectos psicológicos, sociais e administrativos da regência Liderança, ética e trabalho em equipe Estudo e preparação da obra A TÉCNICA BÁSICA E INTERMEDIÁRIA DE REGÊNCIA Condução métrica de compassos simples, compostos e assimétricos em diferentes andamentos Caráter e mimesis do gesto Levares e terminações Variações de andamento Dinâmica e articulação OS GRUPOS INSTRUMENTAIS TRADICIONAIS E SUA CONDUÇÃO Organologia musical		

Cordofones
 Idiofones
 Membranofones
 Aerofones
 A orquestra sinfônica
 A banda de sopros
 Outras formações instrumentais que demandam condução

A PREPARAÇÃO DE OBRAS INSTRUMENTAIS

Critérios para escolha do repertório
 Estudo estrutural do repertório
 Preparação e condução de ensaios

A PRÁTICA INSTRUMENTAL COLETIVA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA E O REGENTE COMO EDUCADOR MUSICAL

METODOLOGIA DE ENSINO

O estudo bibliográfico e a prática de regência instrumental serão as principais abordagens da disciplina. Através de leituras, debates e seminários, busca-se fornecer o entendimento acerca dos fundamentos teóricos da regência específica para instrumentistas, os quais serão aplicados em projetos junto às disciplinas de Prática Instrumental e Composição e Arranjo (preparando e regendo obras elaboradas na disciplina).

Serão desenvolvidas vídeo-aulas e disponibilizadas online para auxiliar os discentes no estudo do gestual da regência fora do espaço escolar.

Outras ações metodológicas possíveis são:

Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais;
 Fruição audiovisual e análise de obras musicais.

Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão desenvolvidos projetos de formação grupos instrumentais (flautas doce, violões) em escolas e outros ambientes de ensino, bem como um trabalho de regência com as bandas de música da cidade e região (visita técnica).

RECURSOS

Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador)
 Metrônomo (software)
 Sintetizadores de som
 Material didático-pedagógico
 Folha pautada
 Partitura musical
 Estante para partitura musical
 Instrumentos musicais
 Quadro branco pautado

AVALIAÇÃO

A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados:

- Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos;
- Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos;
- Sensibilidade estética, capacidade criativa em música;
- Capacidade técnico-interpretativa do regente;
- Conhecimento técnico e musical do repertório e dos instrumentos musicais;
- Domínio e utilização de recursos musicais;
- Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Resolução de exercícios ou situações-problema;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Apresentações musicais, em que o estudante desempenha o papel de regente;
- Avaliação escrita.

Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão utilizados os seguintes critérios e instrumentos:

- Projetos interdisciplinares em ambientes de ensino, em que o discente realize a seleção, preparação e execução, enquanto regente, de obras musicais instrumentais (instrumentos simples) relacionadas ao contexto escolar, considerando os objetivos da Educação Básica;
- Preparação instrumental de grupos de diferentes idades e contextos, considerando o conhecimento técnico, a consecutividade, uso de recursos, transposição didática, potencial inclusivo e conteúdo;
- Apresentações musicais de caráter didático, laboratoriais ou em espaços educativos reais, considerando o desempenho técnico e musical do regente, a capacidade de relacionar a o repertório à realidade social, promover a apreciação musical, valorizando as diversas culturas presentes no país e observando as etapas e modalidades da Educação básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BAPTISTA, Raphael. **Tratado de regência: aplicado à orquestra, à banda e ao coro**. Rio de Janeiro: Vitale, 1976.
2. ROCHA, Ricardo. **Regência – Uma arte complexa**. São Paulo: Ibis Libris, 2004.
3. ZANDER, Oscar. **Regência Coral**. 5ª edição. Porto Alegre: Movimento, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. JARDIM, M. (org). **Pequeno Guia Prático para Regente de Banda, Vol. I.** Rio de Janeiro: Funarte, 2008.
2. SCLIAR, Esther. **Fraseologia musical.** 3ª edição. Porto Alegre: Movimento, 2016.
3. ZANDER, Oscar. **Regência Coral.** 5ª edição. Porto Alegre: Movimento, 2003.
4. SCHOENBERG, Arnold. **Harmonia.** São Paulo: UNESP, 2011.
5. RAMOS, M. A. S. **O Ensino da Regência Coral.** 2003. 118f. Tese (Livre-docência). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/27/tde-20092010-113311/pt-br.php>>.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Composição e Arranjo		
Código: MUS802		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 40h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 20h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Harmonia II (MUS601)		
Semestre: VIII		
Nível: Superior		
EMENTA		
Criação de arranjos e composições de obras musicais para coros e outros grupos de formação diversa. Técnica de escrita, adaptação e arranjo de obras musicais. Orquestração e uso de timbres e tessituras instrumentais e vocais. Prática de conceitos da estrutura musical: inciso, tema, semifrase, frase, período, forma, densidade e textura. O uso de composições e arranjos no contexto educacional como ferramenta pedagógica para o ensino coletivo de instrumento.		
OBJETIVOS		
• Conhecer os fundamentos da estrutura da linguagem musical; • Conhecer as características sonoras e idiomáticas dos instrumentos e naipes vocais; • Compor obras musicais para coros e outros grupos diversos; • Rearmonizar melodias, criar contracantos, criar estruturas corais; • Entender os conceitos de textura e densidade em música e aplicá-los em arranjos e composições; • Desenvolver e aplicar os conhecimentos específicos para a criação de obras e arranjos musicais para grupos de diversas formações e contextos.		
PROGRAMA		
CARACTERÍSTICAS INSTRUMENTAIS E TRANSCRIÇÃO PARA GRUPOS Sopros Madeiras Metais Cordas Percussão Misto TÉCNICAS DE COMPOSIÇÃO TRADICIONAL Noções de expectativa e resolução Construção de temas Estruturação rítmico-melódica: elementos frasais, notas primárias e notas estruturais Acompanhamento Elaboração melódica Por ornamentação (inclusão de notas secundárias)		

Por reprodução literal e variada Noções de contraponto e contracanto Elaboração harmônica Escalas de acordes Acordes substitutos Acordes de mediantes Ressignificação harmônica Rearmonização ARRANJOS PARA COROS E OUTROS GRUPOS VARIADOS Textura Densidade Reestruturação formal
METODOLOGIA DE ENSINO
Serão desenvolvidos projetos interdisciplinares com os componentes curriculares de prática instrumental e canto coral, em que os discentes deverão compor obras e/ou arranjos musicais para as mais diversas formações instrumentais e vocais disponíveis. Esses projetos refletem diretamente algumas das atividades mais comumente realizadas por músicos em momento posterior à conclusão do curso, no mundo do trabalho. As seguintes metodologias também deverão ser utilizadas pelo professor em sala de aula: - Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; - Aulas práticas (projetos e atividades de criação musical); - Grupos de trabalho; - Elaboração de obras arranjadas, transcritas e adaptadas; - Fruição e análise de obras musicais; - Execução das produções musicais, acústica ou eletronicamente. Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão desenvolvidas: - Criação de material didático-pedagógico.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Folha pautada Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais (piano, teclado, flauta, violão, percussão) Quadro branco pautado
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em

cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados:

- Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos;
- Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos;
- Sensibilidade estética, capacidade criativa em música;
- Uso da grafia musical adequada;
- Domínio e utilização de recursos musicais;
- Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Resolução de exercícios ou situações-problema;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Elaboração de composições, arranjos e transcrições de obras musicais;
- Rearmonização de melodias, trechos musicais e canções;
- Avaliação escrita.

Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão utilizados os seguintes critérios e instrumentos:

- Elaboração de composições, arranjos e transcrições de obras musicais adaptadas e passíveis de desenvolvimento na Educação Básica, considerando o instrumental disponível em escolas públicas e os objetivos do componente curricular Artes/Música no currículo da Educação Básica;
- Rearmonização de melodias, trechos musicais e canções, considerando o instrumental disponível em escolas públicas e os objetivos do componente curricular Artes/Música no currículo da Educação Básica;
- Desenvolvimento de arranjos e obras musicais para situações-problema criadas a partir dos desafios presentes na Educação Básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CURY, Vera Helena Massuh. **Contraponto: O ensino e o aprendizado no curso superior de música**. São Paulo: UNESP, 2007.
2. KIEFER, Bruno. **Elementos da linguagem musical**. 2ª Edição. Porto Alegre: Movimento, 1973.
3. TINÉ, Paulo José de Siqueira. **Harmonia: Fundamentos de arranjo e improvisação**. Attar, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. TRAGTENBERG, Livio. **Contraponto, uma arte de compor**. São Paulo: Edusp, 2002.

2. SCHOENBERG, Arnold. **Fundamentos da composição musical**. 3ª edição. Tradução: Eduardo Sencman. São Paulo: Edusp, 1996.
3. SCLIAR, Esther. **Fraseologia musical**. 3ª edição. Porto Alegre: Movimento, 2016.
4. KIEFER, Bruno. **História e significado das formas musicais**. Porto Alegre: Movimento, 1981.
5. SCHOENBERG, Arnold. **Harmonia**. São Paulo: UNESP, 2011.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Seminários em Educação Musical		
Código: MUS803		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 40h	CH Prática: 0h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 40h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: VIII		
Nível: Superior		
EMENTA		
Estudo da aprendizagem e do desenvolvimento musical. Reflexão sobre as potencialidades e os desafios inerentes à prática da educação musical no contexto escolar. Seminários e práticas pedagógicas pautadas nas principais metodologias apresentadas pelos componentes curriculares Metodologias em Educação Musical I e Metodologias em Educação Musical II. Apresentação e discussão dos resultados parciais dos TCCs individuais e sua relação com a Educação Musical. Aplicação das práticas metodológicas em situações de ensino-aprendizagem de música.		
OBJETIVOS		
• Refletir sobre as potencialidades e os desafios inerentes à prática da educação musical no contexto escolar; • Refletir sobre as interfaces entre a Educação Musical e outras áreas de estudo da Música; • Discutir sobre os resultados parciais dos Trabalhos de Conclusão de Curso individuais e sua relação com a área de Educação Musical; • Aplicar as práticas metodológicas a situações de ensino-aprendizagem de música em diversos contextos, com ênfase para a Educação Básica.		
PROGRAMA		
REFLEXÃO SOBRE OS CONCEITOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM MÚSICA A música e seu ensino Concepções de Educação Musical Musicalização Interfaces entre a Educação Musical e outras áreas de estudo da Música Educação Musical e Performance Educação Musical, Musicologia e Etnomusicologia Educação Musical e Tecnologias de Informação e Comunicação Educação Musical e Composição Educação Musical e Regência APLICAÇÃO DAS PRÁTICAS METODOLÓGICAS EM EDUCAÇÃO MUSICAL Alguns dos principais métodos e metodologias dos séculos XX e XXI		

METODOLOGIA DE ENSINO
A metodologia, a partir de leituras e debates em sala de aula, propõe a contraposição dialógica reflexiva dos temas abordados, possibilitando ao aluno a oportunidade de vivenciar na prática, os saberes (re)vistos ao longo do curso. Os relatos individuais e coletivos das experiências dos estágios também serão aproveitados e se tornarão substrato, ainda na disciplina, auxiliando na definição do objeto de estudo do Trabalho de Conclusão de Curso. Atendendo à prática como componente curricular, laboratórios didáticos, oficinas pedagógicas e projetos relacionados ao estágio e TCC serão desenvolvidos, sintetizando as propostas do curso.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Instrumentos musicais Colchonetes Materiais recicláveis Materiais esportivos Quadro branco
AValiação
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Participação em seminários e debates; • Participação nas visitas técnicas e aulas de campo; • Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; • Domínio e utilização de recursos musicais; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Resolução de exercícios ou situações-problema; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Apresentação prática dos resultados musicais/musicalizadores; • Seminários sobre os temas propostos, incluindo resultados parciais dos TCCs; • Elaboração textual;

- Avaliação escrita.

Para atender aos requisitos dispostos nas disciplinas do núcleo de Prática Como Componente Curricular, serão utilizados os seguintes critérios e instrumentos:

- Situações-problema e laboratórios pedagógicos, considerando a capacidade de relacionar os conteúdos estudados ao currículo e objetivos da Educação Básica, especialmente ao componente Artes/Música, mas também de forma transversal, a consecutividade, o uso de recursos, a metodologia, a criatividade, o potencial inclusivo, a eloquência, o uso da linguagem adaptada ao contexto da Educação Básica, a interatividade e o conteúdo;
- Projetos e atividades em campo, sendo consideradas a organização, o planejamento, a execução e a avaliação das atividades pedagógicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ILARI, Beatriz; BROOCK, Angelite. **Música e educação infantil**. Campinas: Papirus, 2013.
2. BRITO, Teca de Alencar. **Koellreutter educador**. São Paulo: Peiropolis, 2011.
3. FUSARI, Maria F. de Rezende; FERRAZ, Maria Heloisa T. **Metodologia do ensino de arte – Fundamentos e proposições**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ILARI, Beatriz; MATEIRO, Teresa. (Org.). **Pedagogias em Educação Musical**. Curitiba: Ibpx, 2011.
2. ADORNO, T.W. **Filosofia da nova música**. Tradução brasileira de Magda França. São Paulo: Perspectiva, 1989.
3. FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. **De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação**. 2ª Edição. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
4. MATEIRO, Teresa; SOUZA, Jusamara (Orgs.). **Práticas de ensinar música**. 3ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2014.
5. PENNA, Maura. **Música(s) e seu Ensino**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso II		
Código: MUS804		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 60h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Trabalho de Conclusão de Curso I (MUS704)		
Semestre: VIII		
Nível: Superior		
EMENTA		
Operacionalização do projeto de Trabalho de Conclusão de Curso. Fundamentação teórica. Desenvolvimento da pesquisa. Compreensão, análise e interpretação de dados. Elaboração, redação e normalização. Entrega e apresentação pública dos resultados.		
OBJETIVOS		
• Fundamentar teoricamente uma pesquisa científica; • Compreender, analisar, interpretar e sintetizar dados de uma pesquisa científica; • Empregar recursos da escrita formal para elaboração do TCC; • Redigir o TCC utilizando a linguagem científica e suas características; • Compreender a estruturação de apresentações orais de trabalhos científicos.		
PROGRAMA		
A estrutura do TCC Planejamento, organização, sistematização, desenvolvimento e normalização do TCC Apresentação pública do TCC		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Encontros individuais e coletivos com professor orientador; Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; Leitura de textos e pesquisas recentes na área de música; Aulas práticas de produção textuais.		
RECURSOS		
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador), Material didático-pedagógico, Quadro branco		
AValiação		
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em		

duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação nos encontros com o professor orientador; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, atualização e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos e no TCC. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Elaboração e defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
1. MOREIRA, Herivelto. Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador. Rio de Janeiro: DP e A, 2006. 2. ILARI, Beatriz. Em busca da mente musical – Ensaaios sobre os processos cognitivos em música – da percepção à produção. Curitiba: UFPR, 2006. 3. HENTSHKE, Liane. Educação musical em países de línguas neolatinas. Porto Alegre: UFRGS, 2000.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
1. AQUINO, Ítalo de Souza. Como escrever artigos científicos. São Paulo: Saraiva, 2012. 2. EGG, André (Org.). Música, Cultura e Sociedade: Dilemas do moderno. Curitiba: CRV, 2016. 3. FONTERRADA, Marisa Trench de Oliveira. De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação. 2ª Edição. São Paulo: Editora UNESP, 2008. 4. ILARI, Beatriz. Em busca da mente musical – Ensaaios sobre os processos cognitivos em música – da percepção à produção. Curitiba: UFPR, 2006. 5. BLACKING, John. How Musical is Man? Seattle e Londres: University of Washington Press, 1973.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado IV		
Código: MUS805		
Carga horária total: 100h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 0h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 5		
Pré-requisito: Estágio Curricular Supervisionado I (MUS505)		
Semestre: VIII		
Nível: Superior		
EMENTA		
Elaboração de atividades orientadas e supervisionadas para a Educação Básica (ensino médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena e Quilombola). Vivência de experiências didático-pedagógicas. Observação e reflexão sobre as políticas educacionais, a organização do trabalho e as práticas pedagógico-musicais das escolas. Regência e semirregência. Participação, planejamento, execução e avaliação do processo de ensino-aprendizagem. Arte na escola. Planos de ensino e de aula. Parâmetros Curriculares Nacionais: Artes/Música. Legislação específica para o ensino de música.		
OBJETIVOS		
• Relacionar conhecimentos teóricos desenvolvidos no curso com a prática docente no contexto da Educação Básica (ensino médio); • Investigar e refletir sobre a realidade escolar, principalmente das instituições dos Sertões de Crateús; • Conhecer o cotidiano escolar e os mecanismos de planejamento e gestão; • Conhecer a prática de ensino de música na Educação Básica (ensino médio); • Selecionar e analisar o material didático do ensino de música; • Avaliar e refletir sobre os desafios e potencialidades da educação musical no contexto da Educação Básica (ensino médio); • Vivenciar a docência sob uma perspectiva crítica e reflexiva; • Desenvolver estratégias didáticas.		
PROGRAMA		
ATUAÇÃO NO AMBIENTE E ROTINA ESCOLAR Diagnóstico, observação, semirregência, regência e avaliação da prática docente na Educação Básica (ensino médio) Ética: respeito mútuo, justiça, diálogo e solidariedade Pluralidade Cultural: o Ser Humano como agente social e produtor de cultura As condições de infraestrutura da escola e sua relação com a execução da prática docente Participação dos planejamentos e reuniões de ensino POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO ESCOLAR RELAÇÕES ENTRE TEORIA E PRÁTICA NA AÇÃO DOCENTE A perspectiva dialógica		

A perspectiva cartesiana A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PARA O ENSINO DE MÚSICA Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Fundamental: anos iniciais Ensino Fundamental: anos finais PCN+ PERFIL PROFISSIONAL DOS PROFESSORES
METODOLOGIA DE ENSINO
A abordagem metodológica deste componente prioriza aulas expositivas e dialógicas com o professor orientador, o estímulo aos seminários e debates, bem como a observação, regência e semirregência no campo do estágio supervisionado.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Quadro branco
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse, comprometimento, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação na escola de campo, conferida pelo supervisor; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Participação em seminários e debates; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Avaliação do supervisor de campo de estágio; • Autoavaliação; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Atividades e projetos em campo; • Seminários; • Elaboração textual; • Relatório de estágio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
1. PACHECO, Caroline (Org.). Fazendo música com crianças. Curitiba: UFPR, 2011. 2. MATEIRO, Teresa; SOUZA, Jusamara (Orgs.). Práticas de ensinar música. 3ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2014. 3. ROGÉRIO, Pedro; SERAFIM, Magali F. B. Estágio supervisionado: O fazer musical nas entrelinhas da sala de aula. Fortaleza: Impreco, 2016.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
1. PICONEZ, S.C. B. (coord.). A prática de Ensino e o Estágio Supervisionado. São Paulo. Papirus. 24ª edição. 2016. 2. COELHO, Leni Rodrigues. Formação docente, estágio supervisionado e práticas pedagógicas. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 3. PIMENTA, S.G. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? São Paulo, Cortez, 2010. 4. CANDAU, V.M. A didática em questão. Petrópolis: Vozes, 2012. 5. LEÃO, Lourdes Meirelles. Metodologia do estudo e pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2016.	
Coordenador do Curso 	Setor Pedagógico

Disciplinas Optativas

DISCIPLINA: Análise Musical I		
Código: MUS901		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Introdução ao estudo da estruturação do discurso musical através da análise de composições, suas formas e principais elementos, como: melodia, harmonia, ritmo, andamento, dinâmica, fraseado, pontuação, inflexão, entre outros. Análise tradicional da música de concerto ocidental escrita até o século XX.		
OBJETIVOS		
• Distinguir os elementos estruturais que compõem a música através do estudo minucioso de sua partitura, com a finalidade de desenvolver uma interpretação mais consciente; • Conhecer os principais métodos de análise musical, suas semelhanças e diferenças; • Compreender a relação entre a análise estrutural e o estudo histórico das práticas de performance, também com o objetivo de desenvolver uma interpretação mais consciente.		
PROGRAMA		
CONSTRUÇÃO DE TEMAS O conceito de forma A frase O motivo Conectando formas-motivo Construção de temas simples O acompanhamento Caráter e expressão Melodia e tema PEQUENAS E GRANDES FORMAS A pequena forma ternária Construção desigual, irregular e assimétrica O minueto O scherzo Tema com variações As partes das grandes formas As formas-rondó Allegro-de-sonata		

METODOLOGIA DE ENSINO
Análise textual e auditiva de obras de diferentes estilos e gêneros é a principal abordagem metodológica da disciplina. A construção do arcabouço teórico que permitirá a análise das obras, acontecerá por meio de aulas expositivas e dialogadas com o auxílio de recursos audiovisuais. Grupos de trabalho e projetos interdisciplinares em que são analisadas obras musicais com componentes que ultrapassam o limite da música (letras, geografia e história, principalmente) também serão desenvolvidos.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Folha pautada Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais (piano, teclado, flauta, violão, percussão) Quadro branco pautado
AValiação
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Resolução de exercícios ou situações-problema; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Análise de obras musicais; • Avaliação escrita.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. DUNSBY, Jonathan. Análise musical na teoria e na prática. Curitiba: UFPR,

2011.

2. TRAGTENBERG, Livio. **Contraponto, uma arte de compor**. São Paulo: Edusp, 2002.
3. SCLIAR, Esther. **Fraseologia musical**. 3ª edição. Porto Alegre: Movimento, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CLENDINNING, Jane Piper; MARVIN, Elizabeth West. **The musician's guide to theory and analysis**. W. W. Norton & Company, 2010.
2. KIEFER, Bruno. **História e significado das formas musicais**. Porto Alegre: Movimento, 1981.
3. SCHOENBERG, Arnold. **Fundamentos da composição musical**. 3ª edição. Tradução: Eduardo Sencman. São Paulo: EDUSP, 1996.
4. KOELLREUTTER, H. J. **Harmonia Funcional: Introdução à teoria das funções harmônicas**. São Paulo: Ricordi Brasileira, 1987.
5. SCLIAR, Esther. **Fraseologia musical**. 3ª edição. Porto Alegre: Movimento, 2016.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Análise Musical II		
Código: MUS902		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Análise Musical I (MUS901)		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Continuação do estudo da estruturação do discurso musical através da análise de composições, suas formas e principais elementos, como: melodia, harmonia, ritmo, andamento, dinâmica, fraseado, pontuação, inflexão, entre outros. Análise da música dos séculos XX e XXI.		
OBJETIVOS		
• Distinguir os elementos estruturais que compõem a música dos séculos XX e XXI através do estudo minucioso de sua partitura, com a finalidade de desenvolver uma interpretação mais consciente; • Compreender a relação entre a análise estrutural e o estudo histórico das práticas de performance, também com o objetivo de desenvolver uma interpretação mais consciente.		
PROGRAMA		
UNIDADE I Análise Schenkeriana UNIDADE II Novos materiais sonoros Análise da música dos séculos XX e XXI Técnica de análise espectral de linhas musicais		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Análise textual e auditiva de obras de diferentes estilos e gêneros é a principal abordagem metodológica da disciplina. A construção do arcabouço teórico que permitirá a análise das obras, acontecerá por meio de aulas expositivas e dialogadas com o auxílio de recursos audiovisuais. O uso de softwares de análise sonora é complementar para obras de estética computacional. Grupos de trabalho e projetos interdisciplinares em que são analisadas obras musicais com componentes que ultrapassam o limite da música (letras, geografia e história, principalmente) também serão desenvolvidos.		

RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico <i>Audio visualizers</i> Software de análise espectral Folha pautada Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais (piano, teclado, flauta, violão, percussão) Quadro branco pautado
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: ● Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; ● Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; ● Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; ● Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: ● Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; ● Resolução de exercícios ou situações-problema; ● Trabalhos e projetos individuais e coletivos; ● Análise de obras musicais; ● Avaliação escrita.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. DUNSBY, Jonathan. Análise musical na teoria e na prática. Curitiba: UFPR, 2011. 2. TRAGTENBERG, Livio. Contraponto, uma arte de compor. São Paulo: Edusp, 2002. 3. SCLIAR, Esther. Fraseologia musical. 3ª edição. Porto Alegre: Movimento, 2016.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
1. CLENDINNING, Jane Piper; MARVIN, Elizabeth West. The musician's guide to

theory and analysis. W. W. Norton & Company, 2010.

2. KIEFER, Bruno. **História e significado das formas musicais.** Porto Alegre: Movimento, 1981.
3. SCHOENBERG, Arnold. **Fundamentos da composição musical.** 3ª edição. Tradução: Eduardo Sencman. São Paulo: EDUSP, 1996.
4. KOELLREUTTER, H. J. **Harmonia Funcional: Introdução à teoria das funções harmônicas.** São Paulo: Ricordi Brasileira, 1987.
5. SCLIAR, Esther. **Fraseologia musical.** 3ª edição. Porto Alegre: Movimento, 2016.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Apreciação Musical		
Código: MUS903		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Apreciação e estudo das principais obras do vasto repertório da música de concerto ocidental e da música popular brasileira, assim como de seus compositores. Os elementos da linguagem musical e suas particularidades nos diferentes períodos da história da música. Estética musical.		
OBJETIVOS		
• Conhecer os principais compositores da música de concerto ocidental e da música popular brasileira, assim como algumas de suas obras; • Analisar as particularidades estéticas e estilísticas de cada obra abordada no programa e suas relações com a época e o local em que foram escritas; • Tornar-se capaz de realizar uma audição crítica/reflexiva, dando ênfase ao reconhecimento e à contextualização dos diversos elementos estruturais da música.		
PROGRAMA		
UNIDADE I A importância da apreciação musical Níveis da audição musical Elementos da música UNIDADE II A música de concerto ocidental Música popular brasileira Músicas do mundo Formação de plateia em música		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Construção de um arcaboiço teórico através de aulas expositivas e dialogadas, leitura de textos, debates e seminários, associados à escuta direcionada de gravações musicais de gêneros e estilos musicais diferentes, destacando elementos constituintes da linguagem musical e característicos aos diferentes gêneros e estilos. Comparação de gravações. Trabalhos e projetos interdisciplinares (música e história), destacando efeitos da sociedade e do tempo sobre a música.		

RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Folha pautada Partitura musical Quadro branco pautado
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Participação em seminários e debates; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Resolução de exercícios ou situações-problema; • Análise auditiva de obras musicais; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Avaliação escrita.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. SÁ, Simone Pereira de. Rumos da cultura da música: Negócios, estéticas, linguagens e audibilidades. Porto Alegre: Sulina, 2010. 2. VIANNA, Hermano. O mistério do samba. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. 3. GRIFFITHS, Paul. A música moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
1. GROUT, Donald; PALISCA, Claude. História da Música Ocidental. 6ª edição. Gradiva, 2014. 2. ROSS, Alex. O resto é ruído: Escutando o século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

3. MEDAGLIA, Julio. **Música, maestro! Do canto gregoriano ao sintetizador.** São Paulo: Lobo, 2008.
4. CARPEUX, Otto M. **O livro de ouro da história da música.** Ediouro, 2009.
5. KIEFER, Bruno. **História da música brasileira: dos primórdios ao início do século XX.** Porto Alegre: Movimento, 1985.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Composição para a Educação Musical Infantil		
Código: MUS908		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 10h	CH Prática: 30h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Linguagem e Estruturação Musical III (MUS403)		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Produção composicional de canções infantis. Criação colaborativa a partir de elementos da análise musical tradicional, associados às traduções intersemióticas (texto, coreografia), contextuais (compositor, obra) e psicopedagógicas. Possibilidades de aplicação da composição, execução musical e coreográfica no contexto da Educação Infantil.		
OBJETIVOS		
• Analisar obras do cancioneiro infantil; • Compartilhar métodos teórico-práticos para a composição de um cancioneiro infantil; • Explorar as diversas possibilidades da canção infantil, tais como texto, melodia, ritmo, tessitura, performance, gesto e coerência estética estilística; • Compor obras musicais para a Educação Infantil.		
PROGRAMA		
ANALISE FORMAL E ESTRUTURAL DO CANCIONEIRO INFANTIL Cantigas de roda (Cirandas, canções em redondilha menor, parlendas e lengalengas) Cânones em motes clássicos Indústria musical infantil METODOLOGIA COMPOSICIONAL Roteiro composicional para a canção infantil brasileira contido na Proposta musico-pedagógica CDG (Cante e Dance com a Gente) elaborada pela professora Dra. Helena de Souza Nunes e suas possibilidades de aplicação no contexto educacional TRADUÇÕES INTERSEMIÓTICAS Do texto à performance musical Da performance musical ao gesto corporal Do gesto corporal à assimilação da criança		

METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas expositivas e dialogadas, análise musical e a prática composicional são as principais abordagens metodológicas da disciplina. A prática composicional seguirá o modelo CDG. A performance das obras compostas é também parte do processo de construção do conhecimento e que dialoga com as disciplinas de prática instrumental e vocal.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Folha pautada Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais (piano, teclado, flauta, violão, percussão) Quadro branco pautado
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: ● Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; ● Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; ● Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; ● Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; ● Uso da grafia musical adequada; ● Domínio e utilização de recursos musicais; ● Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: ● Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; ● Resolução de exercícios ou situações-problema; ● Trabalhos e projetos individuais e coletivos; ● Elaboração de textos e resenhas; ● Elaboração de obras musicais; ● Rearmonização de melodias, trechos musicais e canções; ● Avaliação escrita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
1. DAUD, Alliana. Jogos e brincadeiras musicais. São Paulo: Paulinas, 2009. 2. SEKEFF, Maria de Lourdes. Da música: Seus usos e recursos. 2ª Edição. São Paulo: UNESP, 2007. 3. GATTINO, Gustavo Schultze. Musicoterapia e autismo: Teoria e prática. São Paulo: Memnon, 2015.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
1. TINÉ, Paulo José de Siqueira. Harmonia: Fundamentos de arranjo e improvisação. Attar, 2015. 2. GUERRA-PEIXE, César. Melos e harmonia acústica: princípios de composição musical. São Paulo: Irmãos Vitale, 1988. 3. SCLIAR, Esther. Fraseologia musical. 3ª edição. Porto Alegre: Movimento, 2016. 4. MED. Bohumil. Teoria da Música. Brasília: Musimed, 1996. 5. GARCIA, Luiz Alfredo. Teoria Musical - Estruturas Rítmicas, Melódicas e Harmônicas. Curitiba: Prismas, 2015.	
Coordenador do Curso 	Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Contraponto e Composição Musical		
Código: MUS909		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Linguagem e Estruturação Musical III (MUS403)		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Origens do contraponto. Ritmo, melodia e cadências. <i>Cantus firmus</i>. Regras de condução melódica. O contraponto a duas e três vozes: estudo das espécies, imitação e contraponto livre. Inciso, tema, frase, período. Composição de trechos polifônicos.		
OBJETIVOS		
• Compreender as técnicas e mecanismos de composição polifônica; • Compreender os elementos formais de estruturação da linguagem musical; • Compor contracantos a partir de linhas melódicas dadas; • Elaborar estruturas polifônicas a partir das técnicas de contraponto.		
PROGRAMA		
ORIGENS E FUNDAMENTOS DO CONTRAPONTO - A polifonia renascentista - Consonância e dissonância - Regras de condução melódica - Movimentos contrário, oblíquo e paralelo - Distância entre vozes - Saltos melódicos simples e compostos - Independência das vozes - Cantus Firmus CONTRAPONTO A DUAS E TRÊS VOZES 1ª Espécie: Nota contra nota 2ª Espécie: Duas notas contra uma 3ª Espécie: Quatro notas contra uma - Cambiata 4ª Espécie: Suspensão 5ª Espécie: Contraponto livre ELABORAÇÃO DE OBRAS POLIFÔNICAS LIVRES - Elementos estruturantes do discurso musical - Contracanto a partir de melodias dadas - Composição de melodias simples		

METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas dialogadas expositivas e prática de exercícios composicionais contemplando cada uma das espécies do contraponto são as principais abordagens metodológicas da disciplina. A análise textual e auditiva de obras contrapontísticas auxilia na compreensão e domínio desta técnica composicional. A performance das obras compostas é também parte do processo de construção do conhecimento e que dialoga com as disciplinas de prática instrumental/vocal e de música e tecnologia (execução eletrônica).
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Musescore 2.0 (software) Folha pautada Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais (piano, teclado, flauta, violão, percussão) Quadro branco pautado
AValiação
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; • Uso da grafia musical adequada; • Domínio e utilização de recursos musicais; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Resolução de exercícios ou situações-problema; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Elaboração de contracantos, contrapontos e composições polifônicas; • Avaliação escrita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
1. DUNSBY, Jonathan. Análise musical na teoria e na prática. Curitiba: UFPR, 2011. 2. TRAGTENBERG, Livio. Contraponto, uma arte de compor. São Paulo: Edusp, 2002. 3. SCLIAR, Esther. Fraseologia musical. 3ª edição. Porto Alegre: Movimento, 2016.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
1. CURY, Vera Helena Massuh. Contraponto: O ensino e o aprendizado no curso superior de música. São Paulo: UNESP, 2007. 2. HINDEMITH, Paul. Curso condensado de harmonia tradicional. São Paulo: Irmãos Vitale, 1998. 3. SCHOENBERG, Arnold. Harmonia. São Paulo: UNESP, 2011. 4. ADOLFO, Antonio. Composição: uma discussão sobre o processo criativo brasileiro. Rio de Janeiro: Lumiar, 2009. 5. SCHOENBERG, Arnold. Fundamentos da composição musical. 3ª edição. Tradução: Eduardo Sencman. São Paulo: Edusp, 1996.	
Coordenador do Curso 	Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Criatividade e Inovação Musical		
Código: MUS910		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Linguagem e Estruturação Musical III (MUS403)		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Novos instrumentos musicais. Novas interfaces para expressão musical. Novas experiências sonoras e audiovisuais. Mídia interativa. O futuro da música no Brasil e no mundo. Adaptação à realidade local do processo criativo.		
OBJETIVOS		
• Desenvolver a criatividade musical e o senso de inovação; • Conhecer o estado da inovação musical no Brasil e no mundo; • Refletir sobre o futuro da música no Brasil e no mundo; • Desenvolver o senso crítico e expandir os horizontes musicais; • Desenvolver projetos de inovação musical.		
PROGRAMA		
O ESTADO DA INOVAÇÃO MUSICAL NO BRASIL E NO MUNDO Novos sons: um infinito de possibilidades Novas tecnologias e instrumentos Novas experiências sonoras Novas experiências audiovisuais Mídia interativa PERSPECTIVAS DE FUTURO DA MÚSICA NO BRASIL E NO MUNDO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE INOVAÇÃO Tecnologia e ética Possibilidades e barreiras Da ideia ao protótipo Do protótipo ao produto		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Aulas teóricas expositivas e dialogadas e a prática dos elementos estudados em computadores e sistemas de áudio configuram a metodologia da disciplina. Seu desenvolvimento acontece por meio de projeto, junto a outras disciplinas e/ou cursos (Matemática e Física, principalmente) em que os discentes propõem ideias de criação e inovação tecnológica para a área da música, de acordo com seus interesses/dificuldades.		

RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Microcomputador individual (sala de informática) Aparelhos telefônicos com sistema <i>Android</i> Câmera digital Sistema de captação e gravação de som Quadro branco
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: ● Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; ● Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; ● Participação em seminários; ● Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; ● Domínio e uso das Tecnologias de Informação e Comunicação; ● Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; ● Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: ● Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; ● Resolução de exercícios ou situações-problema; ● Seminários; ● Trabalhos e projetos individuais e coletivos; ● Avaliação escrita.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. VALLE, Sólon. Manual prático de acústica. 3ª edição. Brasília: Musitec, 2009. 2. FRITSCH, Eloy F. Música Eletrônica: Uma introdução ilustrada. 2ª edição. Porto Alegre, 2013. 3. BRAGA, Newton C. Fundamentos de som e acústica. São Paulo: NCB, 2015.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
1. GRIFFITHS, Paul. A música moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

2. SCHOENBERG, Arnold. **Fundamentos da composição musical**. 3ª edição. Tradução: Eduardo Sencman. São Paulo: EDUSP, 1996.
3. TINHORÃO, José Ramos. **História social da música popular brasileira**. São Paulo: Editora 34, 1998.
4. ADOLFO, Antonio. **Composição: uma discussão sobre o processo criativo brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumiar, 2009.
5. WISNIK, José M. **O som e o sentido**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Editoração de Partituras II		
Código: MUS911		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Música e Tecnologia - Editoração de Partituras (MUS307)		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Técnicas avançadas de editoração de partitura através do software livre MuseScore.		
OBJETIVOS		
• Analisar as principais diferenças entre uma editoração amadora e uma profissional; • Conhecer as principais editoras musicais e os métodos com que elas trabalham; • Desenvolver a sensibilidade estética necessária à realização da escolha técnica correta nos mais variados cenários da editoração de partituras; • Desenvolver os conhecimentos técnicos necessários à realização de uma editoração profissional.		
PROGRAMA		
CONVENÇÕES GERAIS Regras básicas Acordes – notas pontuadas – ligaduras Acidentes e armaduras de clave Dinâmica e articulação Ornamentos, acordes arpejados, trilos, glissandos e vibrato Métrica Quiálteras Sinais de repetição NOTAÇÃO IDIOMÁTICA Sopros e metais Percussão Teclado Violão clássico Cordas Música vocal LEIAUTE E APRESENTAÇÃO Preparando materiais Leiaute da partitura Preparação das partes Música eletroacústica Coerência histórica de gênero e estilo		

Liberdade e escolha
METODOLOGIA DE ENSINO
A metodologia consiste em aulas expositivas e dialogadas, associadas à experimentação prática dos elementos abordados nos computadores (software Musescore 2.0). Projetos interdisciplinares (Composição e Arranjo, Contraponto e Composição, Canto Coral) de criação musical e elaboração de partituras construirão o conhecimento objetivado pela disciplina. Leituras e seminários auxiliam na construção teórica do componente.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Microcomputador individual (sala de informática) Dispositivos de entrada MIDI Sistema de captação e gravação de som Quadro branco
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Participação em seminários; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Domínio e uso das Tecnologias de Informação e Comunicação; • Domínio da ferramenta de editoração, precisão musical, organização, formatação, sensibilidade estética e layout nas partituras elaboradas; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Resolução de exercícios ou situações-problema; • Elaboração de partituras para diferentes instrumentos, formações e estilos musicais; • Seminários; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Avaliação escrita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
1. VALLE, Sólón. Manual prático de acústica. 3ª edição. Brasília: Musitec, 2009. 2. FRITSCH, Eloy F. Música eletrônica: Uma introdução ilustrada. 2ª edição. Porto Alegre: UFRGS, 2013. 3. BRAGA, Newton C. Fundamentos de som e acústica. São Paulo: NCB, 2015.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
1. BOSSEUR, Jean-Yes. Do som ao sinal: História da notação musical. Porto Alegre: UFRGS, 2014. 2. KELLY, Thomas Forrest. Capturing music: The story of notation. W. W. Norton & Company, 2014. 3. ADOLFO, Antonio. Composição: uma discussão sobre o processo criativo brasileiro. Rio de Janeiro: Lumiar, 2009. 4. SCHOENBERG, Arnold. Fundamentos da composição musical. 3ª Edição. Tradução: Eduardo Sencman. São Paulo: Edusp, 1996. 5. WISNIK, José M. O som e o sentido. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: Educação Física		
Código: MUS912		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Prática de esportes individuais e coletivos. Atividades físicas gerais voltadas para a saúde (nas dimensões física, social e emocional), lazer e para o desenvolvimento da cultura corporal de movimento. História do esporte.		
OBJETIVOS		
• Desenvolver práticas físicas e esportivas voltadas para o desenvolvimento de cultura corporal de movimento, conhecimento sobre o corpo, saúde e cultura esportiva. • Desenvolver o pensamento crítico acerca da importância e o tratamento de diferentes temas relacionados ao corpo na sociedade.		
PROGRAMA		
UNIDADE I História do esporte no Brasil e no mundo Fundamentos técnicos do esporte Fundamentos táticos do esporte Alongamento e atividades pré-desportivas UNIDADE II Introdução a nutrição Macronutrientes e micronutrientes Pirâmide alimentar e conceitos de uma boa alimentação Suplementação Demandas energéticas Dietas e cardápio Drogas lícitas e ilícitas		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; Aulas práticas; Seminários.		

RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Quadro branco Equipamentos esportivos
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: ● Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; ● Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; ● Participação em seminários; ● Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; ● Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: ● Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; ● Seminários; ● Trabalhos e projetos individuais e coletivos; ● Avaliação escrita.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. COICEIRO, Geovana Alves. 1000 exercícios e jogos para o atletismo. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Sprint, 2011. 2. STTIGER, M. P. Educação física, esporte e diversidade. São Paulo: Autores Associados, 2005. 3. CUNHA, Niágara Vieira Soares. Cultura corporal na educação física brasileira. Curitiba, PR: Prismas, 2017.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
1. MORENO, Guilherme. 1000 jogos e brincadeiras selecionadas. [S.l.: s.n.]. 2. FINCK, S. C. M. (Org.). A Educação Física e o Esporte na Escola cotidiano saberes e formação. [S.l.]: Intersaberes. 194 p. ISBN 9788582120330. Disponível em:

<<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582120330>>. Acesso em: 30 set. 2017.

3. WEINECK, J. **Anatomia aplicada ao esporte**. 18ª Edição. [S.l.]: Manole. 372 p. ISBN 9788520432044. Disponível em:
<<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520432044>>. Acesso em: 30 set. 2017.

4. PULEO, J. **Anatomia da Corrida: Guia Ilustrado de Força, Velocidade e Resistência para Corrida**. [S.l.]: Manole. 202 p. ISBN 9788520431627. Disponível em:
<<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520431627>>. Acesso em: 30 set. 2017.

5. MANOCCHIA, P. **Anatomia do exercício**. [S.l.]: Manole. 196 p. ISBN 9788520428191. Disponível em:
<<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520428191>>. Acesso em: 30 set. 2017.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Educação Inclusiva		
Código: MUS913		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 40h	CH Prática: 40h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Inclusão como paradigma do século XXI. Legislação e políticas públicas para Educação Inclusiva. Fundamentos da Educação Especial. Necessidades Especiais (Deficiências e Transtornos).		
OBJETIVOS		
• Conhecer produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que visam promover a autonomia, independência e qualidade de vida de pessoas com necessidades especiais; • Analisar o processo da educação inclusiva nas escolas; • Compreender os mecanismos de acessibilidade; • Entender como se estabelecem as articulações da sociedade no processo de produção da legitimação das políticas sociais; • Compreender os atuais desafios da Educação Inclusiva no Brasil; • Operar com os conceitos básicos da deficiência intelectual e múltipla; • Compreender a Libras (Língua Brasileira de Sinais) como condição de possibilidade para a inserção dos sujeitos surdos na sociedade; • Reconhecer que a aquisição do conhecimento por uma criança cega como também por uma de baixa visão, será efetivada através da interveniência dos demais sentidos existentes; • Conhecer as dimensões corpóreas das pessoas com limitações de movimento; • Utilizar e interpretar as inteligências múltiplas; • Conhecer as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; • Reconhecer os desafios das escolas para a real efetivação da inclusão; • Propor ações educativas de inclusão.		
PROGRAMA		
LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA Inclusão: paradigma do século XXI Alteridade A produção social da identidade e da diferença Fundamentos da Educação Especial Aspectos históricos, políticos e sociais sobre a Educação Especial Legislação e Política Pública para a Educação Especial na perspectiva da		

Educação Inclusiva

Declaração de Salamanca

Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989

Política Nacional da Educação Inclusiva Educação Especial na LDB (Lei nº 9394/96)

Lei de Acessibilidade - Decreto Lei 5296/2005

Lei Brasileira de Inclusão - LBI

NECESSIDADES EDUCACIONAIS

Deficiência Intelectual e Múltipla

Definições e características

Causas da deficiência

Deficiência Visual

Cegueira e Baixa Visão

Aprendizagem e Método Braille

Educação de Surdos

Ser e estar surdo: conceitos

Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

Deficiência Física

Causas e características

Inclusão e mercado de trabalho

Altas Habilidades

A super dotação e as dificuldades socioemocionais

Desenvolvendo potenciais: teoria e prática

ACESSIBILIDADE E TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

Inclusão e Acessibilidade

Normas técnicas

Arquitetura acessível

Tecnologias e Produtos

Da bengala aos sistemas computadorizados

TA e o papel da Escola

PRATICAS INCLUSIVAS

Elaboração de proposta de intervenção e pesquisa de campo nas instituições de ensino inclusivo.

METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia da disciplina oportunizará ao aluno situações problematizadoras do cotidiano escolar, de forma que ele possa desenvolver a autonomia, a criatividade e a iniciativa. A construção curricular terá como forte componente o material didático a ser utilizado que funcionará como um balizador metodológico. Paralela a disciplina que será ministrada através de aulas expositivas, leitura e discussão de textos, debate de filmes temáticos, orientação aos escritos, será ministrada oficina didático-prática para preparação do professor no atendimento de alunos portadores de necessidades educativas especiais, em dias e horários fora da grade curricular, funcionando como atividade complementar a disciplina.

RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Microcomputador individual (sala de informática) Quadro branco
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: ● Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; ● Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; ● Participação em seminários e debates; ● Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; ● Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: ● Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; ● Resolução de exercícios ou situações-problema; ● Trabalhos e projetos individuais e coletivos; ● Seminários; ● Elaboração textual; ● Avaliação escrita. ● Elaboração e confecção de material didático de caráter inclusivo, considerando a criatividade, a inovação, o uso de tecnologia assistiva e de tecnologias de informação e comunicação, a organização, a consecutividade e a transposição didática.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2013. 2. SILVA, Luzia Guacira dos Santos. Educação Inclusiva: práticas pedagógicas para uma escola sem exclusões. São Paulo, SP: Paulinas, 2014. 3. GESSER, Audrei. O Ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a libras. São Paulo: Parábola editorial, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
1. KADE, Adrovane et al. Acessibilidade e tecnologia assistiva: pensando a inclusão sociodigital de pessoas com necessidades especiais. 1. ed. Bento Gonçalves, RS: [s.n.], 2013. 2. BAPTISTA, Claudio Roberto; CAIADO, Katia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de. Educação especial: diálogo e pluralidade. 3. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2015. 3. SILVA, Shirley; VIZIM, Marli. Educação especial: múltiplas leituras e diferentes significados. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001. 4. MACEDO, Lino de. Ensaio pedagógico: como construir uma escola para todos. Porto Alegre, RS: Artmed, 2005. 5. RAIÇA, Darcy. Tecnologias para a educação inclusiva. São Paulo, SP: Avercamp, 2008.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: Engenharia de Áudio I		
Código: MUS914		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 40h	CH Prática: 40h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Linguagem e Estruturação Musical III (MUS403)		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Fundamentos do som. Psicoacústica e aspectos técnicos relacionados ao isolamento e tratamento acústico de diversos ambientes, como salas pequenas, auditórios, salas de concerto, estádios, e ambientes externos.		
OBJETIVOS		
• Conhecer a história dos primeiros equipamentos de áudio e de seus inventores; • Compreender os fundamentos teóricos do áudio e da acústica (incluindo a psicoacústica), assim como sua aplicação prática; • Desenvolver o conhecimento técnico necessário à realização do tratamento e isolamento acústico dos mais diversos ambientes.		
PROGRAMA		
UNIDADE I História do áudio e da acústica Fundamentos do som Psicoacústica UNIDADE II Tratamento acústico para ambientes internos Acústica para salas pequenas Acústica para auditórios e salas de concerto Acústica para estádios e ambientes externos		
METODOLOGIA DE ENSINO		
A metodologia se baseia em aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais, associadas a aulas práticas (projetos e atividades de captação sonora); aulas em campo (ambientes para teste e estúdio de gravação) e pesquisas aplicadas (testes de reação sonora em diferentes espaços) auxiliam na construção do conhecimento proposto pela disciplina. Seminários e debates dos resultados também compõem o processo.		
RECURSOS		
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia,		

microcomputador) Material didático-pedagógico Microcomputador individual (sala de informática) Sistema de captação e gravação de som Sala acusticamente preparada Quadro branco
AVALIAÇÃO A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Participação em seminários; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Domínio e uso das Tecnologias de Informação e Comunicação; • Domínio básico de ferramentas mecânicas e digitais de tratamento acústico; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Resolução de exercícios ou situações-problema; • Relatórios técnicos; • Elaboração de ambientes e microambientes acusticamente tratados; • Seminários; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Avaliação escrita.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA 1. VALLE, Sólon. Manual prático de acústica. 3ª edição. Brasília: Musitec, 2009. 2. FRITSCH, Eloy F. Música eletrônica: Uma introdução ilustrada. 2ª edição. Porto Alegre: UFRGS, 2013. 3. BRAGA, Newton C. Fundamentos de som e acústica. São Paulo: NCB, 2015.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR 1. RAMALHO JÚNIOR, Francisco. Os fundamentos da física 2. 9ª edição. São Paulo: Moderna, 2007. 2. GRIFFITHS, Paul. A música moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

3. ROSS, Alex. **O resto é ruído: Escutando o século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
4. FREITAS, Marcos Antônio Arantes. **Eletrônica Básica**. Livro Técnico, 2012.
5. RESNICK, Robert. **Física 2**. 5ª edição. São Paulo: Moderna, 2013.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Engenharia de Áudio II		
Código: MUS915		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 40h	CH Prática: 40h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Engenharia de Áudio II (MUS914)		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Componentes eletrônicos de dispositivos eletroacústicos. Técnicas de transmissão de sinal de áudio. Microfones e Alto-falantes. Simulação digital de circuitos eletrônicos.		
OBJETIVOS		
• Conhecer os principais componentes eletrônicos de dispositivos eletroacústicos, assim como suas funções práticas nesses dispositivos; • Compreender as diferentes técnicas de transmissão de áudio, assim como suas limitações e benefícios; • Entender a teoria por trás da construção e do funcionamento de dispositivos eletroacústicos, como microfones e alto-falantes.		
PROGRAMA		
UNIDADE I Resistores, capacitores e indutores Transformadores Tubos, semicondutores, diodos, transistores e circuitos integrados Dissipadores de calor e relés UNIDADE II Técnicas de transmissão: fio e cabo Técnicas de transmissão: fibra ótica Microfones Alto-falantes		
METODOLOGIA DE ENSINO		
A metodologia se baseia em aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais, associadas a aulas práticas (projetos e atividades de captação sonora); aulas em campo (ambientes para teste e estúdio de gravação) e pesquisas aplicadas (testes de reação sonora em diferentes espaços) auxiliam na construção do conhecimento proposto pela disciplina. Seminários e debates dos resultados também compõem o processo.		

RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Microcomputador individual (sala de informática) Sistema de captação e gravação de som Sala acusticamente preparada Quadro branco
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: ● Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; ● Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; ● Participação em seminários; ● Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; ● Domínio e uso das Tecnologias de Informação e Comunicação; ● Domínio de ferramentas mecânicas e digitais de captação, tratamento, mixagem e finalização do som e de faixas sonoras; ● Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: ● Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; ● Resolução de exercícios ou situações-problema; ● Relatórios técnicos; ● Elaboração de faixas de áudio e aplicação de recursos como mixagem, equalização, compressão, gate, etc. ● Seminários; ● Trabalhos e projetos individuais e coletivos; ● Avaliação escrita.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. VALLE, Sólon. Manual prático de acústica. 3ª edição. Brasília: Musitec, 2009. 2. FRITSCH, Eloy F. Música eletrônica: Uma introdução ilustrada. 2ª edição. Porto Alegre: UFRGS, 2013. 3. BRAGA, Newton C. Fundamentos de som e acústica. São Paulo: NCB, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
1. RAMALHO JÚNIOR, Francisco. Os fundamentos da física 2. 9ª edição. São Paulo: Moderna, 2007. 2. GRIFFITHS, Paul. A música moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. 3. ROSS, Alex. O resto é ruído: Escutando o século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 4. FREITAS, Marcos Antônio Arantes. Eletrônica Básica. Livro Técnico, 2012. 5. RESNICK, Robert. Física 2. 5ª edição. São Paulo: Moderna, 2013.	
Coordenador do Curso 	Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Estudos Especiais em Composição Musical		
Código: MUS916		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Introdução à Linguagem Musical (MUS104)		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Tópicos em composição musical, a serem definidos de acordo com as necessidades do curso.		
OBJETIVOS		
Aprofundar os conhecimentos acerca dos tópicos em estudo na área de composição musical.		
PROGRAMA		
A ser definido de acordo com os tópicos escolhidos.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; Aulas práticas (projetos e atividades de criação musical); Fruição e análise de obras musicais; Estudo de partituras musicais.		
RECURSOS		
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador), Material didático-pedagógico, Folha pautada, Partitura musical, Quadro branco pautado		
AVALIAÇÃO		
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos;		

- Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos;
- Sensibilidade estética, capacidade criativa em música;
- Uso da grafia musical adequada;
- Domínio e utilização de recursos musicais;
- Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos;
- Outros critérios, a depender do conteúdo abordado.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Resolução de exercícios ou situações-problema;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Elaboração de composições, de acordo com o programa da disciplina;
- Avaliação escrita;
- Outros instrumentos, a depender do conteúdo abordado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DUNSBY, Jonathan. **Análise musical na teoria e na prática**. Curitiba: UFPR, 2011.
2. TRAGTENBERG, Livio. **Contraponto, uma arte de compor**. São Paulo: Edusp, 2002.
3. SCLIAR, Esther. **Fraseologia musical**. 3ª edição. Porto Alegre: Movimento, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ADOLFO, Antonio. **Composição: uma discussão sobre o processo criativo brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumiar, 2009.
2. HINDEMITH, Paul. **Curso condensado de harmonia tradicional**. São Paulo: Irmãos Vitale, 1998.
3. SCHOENBERG, Arnold. **Harmonia**. São Paulo: UNESP, 2011.
4. GUERRA-PEIXE, César. **Melos e harmonia acústica: princípios de composição musical**. São Paulo: Irmãos Vitale, 1988.
5. SCHOENBERG, Arnold. **Fundamentos da composição musical**. 3ª edição. Tradução: Eduardo Sencman. São Paulo: Edusp, 1996.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Estudos Especiais em Educação Musical		
Código: MUS917		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 40h	CH Prática: 0h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Tópicos em educação musical, a serem definidos de acordo com necessidades do curso.		
OBJETIVOS		
Aprofundar os conhecimentos acerca dos tópicos em estudo;		
PROGRAMA		
A ser definido de acordo com os tópicos escolhidos.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Aulas expositivas e dialogadas; Seminários; Visitas técnicas (a depender do conteúdo); Estudos de caso (a depender do conteúdo); Discussões temáticas; Estudo dirigido.		
RECURSOS		
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador), material didático-pedagógico, instrumentos musicais (flauta, violão, teclado, percussão/a depender do conteúdo), acessórios esportivos (a depender do conteúdo), quadro branco		
AVALIAÇÃO		
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação		

- em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos;
- Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos;
 - Participação em seminários e debates;
 - Participação nas visitas técnicas e aulas de campo (a depender do conteúdo);
 - Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos;
 - Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos;
 - Outros critérios, a depender do conteúdo abordado.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Resolução de exercícios ou situações-problema;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Elaboração de composições, de acordo com o programa da disciplina;
- Avaliação escrita;
- Outros instrumentos, a depender do conteúdo abordado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DAUD, Alliana. **Jogos e brincadeiras musicais**. São Paulo: Paulinas, 2009.
2. SEKEFF, Maria de Lourdes. **Da música: Seus usos e recursos**. 2ª Edição. São Paulo: UNESP, 2007.
3. GATTINO, Gustavo Schultze. **Musicoterapia e autismo: Teoria e prática**. São Paulo: Memnon, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. **De tramas e fios: Um ensaio sobre música e educação**. 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP; Rio de Janeiro. Funarte, 2008.
2. ILARI, Beatriz; MATEIRO, Teresa. (Org.). **Pedagogias em educação musical**. Curitiba: Ibpx, 2011.
3. PENNA, Maura. **Música(s) e seu ensino**. Porto Alegre: Sulina, 2015.
4. SOUSA, Jusamara (Org.). **Aprender a Ensinar Música no Cotidiano**. 2ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2016.
5. MATEIRO, Teresa; SOUZA, Jusamara (Orgs.). **Práticas de ensinar música**. 3ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2014.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Estudos Especiais em Pedagogia da Performance		
Código: MUS918		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Tópicos em pedagogia da performance, a serem definidos de acordo com necessidades do curso.		
OBJETIVOS		
• Aprofundar os conhecimentos acerca dos tópicos em estudo;		
PROGRAMA		
A ser definido de acordo com os tópicos escolhidos.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; Aulas práticas (execução instrumental); Fruição e análise de obras musicais; Laboratórios de apresentações musicais.		
RECURSOS		
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Folha pautada Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais (piano, teclado, flauta, violão, percussão) Quadro branco pautado		
AVALIAÇÃO		
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no		

mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados:

- Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos;
- Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos;
- Sensibilidade estética, capacidade criativa em música;
- Domínio técnico-interpretativo da execução musical;
- Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos;
- Outros critérios, a depender do conteúdo abordado.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Apresentações musicais individuais ou coletivas, abertas ou fechadas ao público;
- Avaliação escrita;
- Outros instrumentos, a depender do conteúdo abordado.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DUNSBY, Jonathan. **Análise musical na teoria e na prática**. Curitiba: UFPR, 2011.
2. ILARI, Beatriz. **Em busca da mente musical – Ensaio sobre os processos cognitivos em música – da percepção à produção**. Curitiba: UFPR, 2006.
3. SCLIAR, Esther. **Fraseologia musical**. 3ª edição. Porto Alegre: Movimento, 2016.
4. CLENDINNING, Jane Piper; MARVIN, Elizabeth West. **The Musician's Guide to Theory and Analysis**. W. W. Norton & Company, 2010.
5. MAGADINI, Peter. **Polyrhythms - The musician's guide**. Nova Iorque: Hal Leonard Books, 2001.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Estudos Especiais em Teoria da Música		
Código: MUS919		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 40h	CH Prática: 0h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Introdução à Linguagem Musical (MUS104)		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Tópicos em teoria da música, a serem definidos de acordo com necessidades do curso.		
OBJETIVOS		
Aprofundar os conhecimentos acerca dos tópicos em estudo, relacionado à área de teoria da música.		
PROGRAMA		
A ser definido de acordo com os tópicos escolhidos.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; Aulas práticas (projetos e atividades de análise e criação musical); Fruição e análise de obras musicais; Estudo de partituras musicais.		
RECURSOS		
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Folha pautada Partitura musical Quadro branco pautado		
AVALIAÇÃO		
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes		

pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos;

- Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos;
- Sensibilidade estética, capacidade criativa em música;
- Uso da grafia musical adequada;
- Domínio e utilização de recursos musicais;
- Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos;
- Outros instrumentos, a depender do conteúdo abordado.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Resolução de exercícios ou situações-problema;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Elaboração de composições, de acordo com o programa da disciplina;
- Avaliação escrita;
- Outros instrumentos, a depender do conteúdo abordado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DUNSBY, Jonathan. **Análise musical na teoria e na prática**. Curitiba: UFPR, 2011.
2. TRAGTENBERG, Livio. **Contraponto, uma arte de compor**. São Paulo: Edusp, 2002.
3. SCLIAR, Esther. **Fraseologia musical**. 3ª edição. Porto Alegre: Movimento, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MED. Bohumil. **Teoria da Música**. Brasília: Musimed, 1996.
2. GARCIA, Luiz Alfredo. **Teoria Musical - Estruturas Rítmicas, Melódicas e Harmônicas**. Curitiba: Prismas, 2015.
3. SCHOENBERG, Arnold. **Harmonia**. São Paulo: UNESP, 2011.
4. SCHOENBERG, Arnold. **Fundamentos da composição musical**. 3ª edição. Tradução: Eduardo Sencman. São Paulo: Edusp, 1996.
5. CLENDINNING, Jane Piper; MARVIN, Elizabeth West. **The Musician's Guide to Theory and Analysis**. W. W. Norton & Company, 2010.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Fundamentos da Acústica Musical		
Código: MUS920		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 70h	CH Prática: 10h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Princípios e fundamentos da acústica aplicada à música. Natureza física do som. Parâmetros do som. Produção e propagação sonora. Transmissão dos sons e seus efeitos na percepção. Fisiologia da escuta e psicoacústica. Banda crítica. Escalas, afinações e temperamento. Acústica dos instrumentos musicais.		
OBJETIVOS		
• Conhecer as características físicas do som e relacioná-las à prática musical; • Compreender as características da audição humana e como é percebido o fenômeno musical; • Entender os sistemas de organização de sons musicais sob a perspectiva acústica; • Desenvolver a percepção das relações de sons simultâneos e sua adequação aos sistemas de organização sonora; • Compreender os mecanismos de produção sonora dos instrumentos/voz sob o viés teórico e prático; • Desenvolver a prática instrumental/vocal baseada em seus princípios acústicos.		
PROGRAMA		
CONCEITOS BÁSICOS DE ACÚSTICA Fundamentos acústicos do som Onda sonora Frequência Amplitude Fase Produção sonora e os instrumentos musicais Percepção sonora Propagação do som CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DO SOM Altura e frequência Timbre, série harmônica e espectro sonoro Intensidade, potência e pressão sonora PSICOACÚSTICA E A PERCEPÇÃO SONORA Anatomia do ouvido Banda crítica		

Consonância e dissonância OS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DOS SONS Escalas e sistemas de afinação Pitagórico Justo Temperado
METODOLOGIA DE ENSINO
A metodologia consiste em aulas expositivas e dialogadas associadas a experimentações acústicas dos fenômenos estudados. Por meio de geração mecânica de som (Wintemper, outros geradores de frequência) ou geração acústica (instrumentos musicais, ruídos e voz), estuda-se a interação sonora e seus efeitos acústicos e psicoacústicos. Aulas no estúdio de gravação permitem averiguações distintas. Seminários e debates sobre as experiências auxiliam na construção do conhecimento.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Microcomputador individual (sala de informática) Sistema de captação e gravação de som Sistema de emissão de onda sonora senoidal com micro ajuste de frequência Calculadora simples Instrumentos musicais Partituras musicais Quadro branco
AValiação
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Participação em seminários; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Domínio e uso das Tecnologias de Informação e Comunicação; • Desempenho da percepção e acuidade auditiva relacionada à música; • Desempenho cognitivo; • Técnica instrumental; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Resolução de exercícios ou situações-problema; • Seminários; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Execuções instrumentais individuais, coletivas, com ou sem auxílio de som mecânico, focadas em sistemas de afinação; • Apresentações musicais individuais ou coletivas, abertas ou fechadas ao público; • Avaliação escrita.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
1. VALLE, Sólon. Manual prático de acústica. 3ª edição. Brasília: Musitec, 2009. 2. FRITSCH, Eloy F. Música eletrônica: Uma introdução ilustrada. 2ª edição. Porto Alegre: UFRGS, 2013. 3. BRAGA, Newton C. Fundamentos de som e acústica. São Paulo: NCB, 2015.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
1. BUCK, Percy Carter. Acoustics for musicians. Lightning Source, 2008. 2. NUSSENZVEIG, H. Moysés. Curso de física básica 2: fluidos, oscilações e ondas de calor. 4. ed. São Paulo: Blucher, 2002. 3. WISNIK, José M. O som e o sentido. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 4. RAMALHO JÚNIOR, Francisco. Os fundamentos da física 2. 9ª edição. São Paulo: Moderna, 2007. 5. RESNICK, Robert. Física 2. 5ª edição. São Paulo: Moderna, 2013.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: Gestão Educacional		
Código: MUS921		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 30h	CH Prática: 10h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
O papel da escola no processo de democratização. Gestão escolar participativa. As funções da gestão escolar.		
OBJETIVOS		
• Compreender o funcionamento da gestão escolar numa perspectiva democrática e emancipatória; • Analisar o papel da gestão educacional no funcionamento do ensino formal.		
PROGRAMA		
Escola e marginalização Escola e democracia O papel da educação escolar no processo de democratização		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; Dinâmica de leitura e debate acompanhados de plenária; Seminários; Grupos de trabalho e apresentação de produções escritas.		
RECURSOS		
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Quadro branco		
AVALIAÇÃO		
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no		

mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Participação em seminários e debates; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Resolução de exercícios ou situações-problema; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Seminários; • Elaboração textual; • Avaliação escrita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. SAVIANE, Demerval. **Escola e democracia**. 41ª edição. Campinas: Editora Autores Associados, 2009.
2. LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos**. 22ª edição. São Paulo: Editora Loyola, 1998.
3. LUCK, Heloísa. **Gestão Educacional**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (orgs). **História e história da educação**. 4ª edição. Campinas: Autores Associados, 2010.
2. CORDIOLLI, Marcos Antonio. **Sistemas de ensino e políticas educacionais no Brasil**. Curitiba: Ibpex, 2011.
3. ANA LORENA DE OLIVEIRA BRUEL. **Políticas e Legislação da Educação Básica no Brasil**. Curitiba: Intersaberes, 2012.
4. AMARAL, Ana Lúcia (Colab.) et al. **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
5. PARO, Vitor Henrique. **Gestão Escolar, Democracia e Qualidade de Ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Gravação e Sonorização		
Código: MUS922		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 40h	CH Prática: 40h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Introdução à Linguagem Musical (MUS104)		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Estudo das principais técnicas de gravação e sonorização. Introdução ao funcionamento de equipamentos de áudio: microfones, cabos, mesas de som, pré-amplificadores, filtros, equalizadores, compressores, entre outros. Edição de áudio digital através de uma <i>DAW – Digital Audio Workstation</i>.		
OBJETIVOS		
• Conhecer os principais equipamentos utilizados nos processos de gravação e sonorização, assim como suas funcionalidades; • Entender o caminho percorrido pelo sinal de áudio, desde sua emissão até sua gravação e/ou reprodução em alto-falantes; • Compreender a teoria por trás das principais técnicas de gravação e sonorização, e testá-las na prática; • Desenvolver a capacidade de solucionar problemas relacionados aos processos de gravação e sonorização, assim como de planejar sessões.		
PROGRAMA		
FUNDAMENTOS DO SOM - Ondas sonoras e suas características - O decibel - O ouvido - Psicoacústica - Percepção de direção e espaço ACÚSTICA E DESENHO DE ESTÚDIOS - Tipos de estúdio - Acústica em estúdios MICROFONES - Tipos - Características - Técnicas de utilização - Seleção OUTROS EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO - Cabos		

Mesas de som
Pré-amplificadores
Alto-falantes
Filtros
Equalizadores
Compressores

ÁUDIO DIGITAL

Fundamentos
Digital Audio Workstation (DAW)
O processo de gravação digital
Mixagem e masterização

MIDI

METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia se baseia em aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais, associadas a aulas práticas (projetos e atividades de captação sonora); projetos de gravação de músicas preparadas em outras disciplinas (prática instrumental, canto coral, grupos de extensão) são experiências práticas de utilização dos conhecimentos apreendidos. Aulas em campo (ambientes para teste e estúdio de gravação) e pesquisas aplicadas (testes de reação sonora em diferentes espaços) auxiliam na construção do conhecimento proposto pela disciplina. Seminários e debates dos resultados também compõem o processo.

RECURSOS

Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador)
Material didático-pedagógico
Microcomputador individual (sala de informática)
Sistema de captação e gravação de som
Sala acusticamente preparada
Quadro branco

AValiação

A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados:

- Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos;
- Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Participação em seminários;
- Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos;
- Domínio e uso das Tecnologias de Informação e Comunicação;

- Domínio de ferramentas mecânicas e digitais de captação, tratamento, mixagem e finalização do som e de faixas sonoras;
- Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Resolução de exercícios ou situações-problema;
- Relatórios técnicos;
- Elaboração de faixas de áudio e aplicação de recursos como mixagem, equalização, compressão, gate, etc.
- Seminários;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Avaliação escrita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. VALLE, Sólon. **Manual prático de acústica**. 3ª edição. Brasília: Musitec, 2009.
2. FRITSCH, Eloy F. **Música Eletrônica: Uma introdução ilustrada**. 2ª edição. Porto Alegre, 2013.
3. BRAGA, Newton C. **Fundamentos de som e acústica**. São Paulo: NCB, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ROSS, Alex. **O resto é ruído: Escutando o século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
2. FREITAS, Marcos Antônio Arantes. **Eletrônica Básica**. Livro Técnico, 2012.
3. BUCK, Percy Carter. **Acoustics for musicians**. Lightning Source, 2008.
4. WISNIK, José M. **O som e o sentido**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
5. RESNICK, Robert. **Física 2**. 5ª edição. São Paulo: Moderna, 2013.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Harmonia III		
Código: MUS923		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Harmonia II (MUS601)		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Continuação do estudo do encadeamento de acordes. Estruturação do sistema tonal. Análise concomitante de obras musicais – nos âmbitos erudito e popular – de conteúdo harmônico adequado ao apresentado em sala de aula. Criação musical. Interpretação de obras já existentes. Desenvolvimento de técnicas de improvisação musical.		
OBJETIVOS		
• Compreender a harmonia como elemento estruturante da linguagem musical; • Realizar o encadeamento de acordes para o acompanhamento de frases pré-existentes; • Aperfeiçoar a interpretação musical a partir do melhor entendimento da teoria por trás do encadeamento de acordes; • Desenvolver técnicas de nível intermediário/avançado de improvisação.		
PROGRAMA		
Funções Secundárias Modulação usando acordes comuns diatônicos Outras técnicas modulatórias Modulação cromática Modulação por acorde de sétima diminuta Modulação por mediantes Mistura de modos Tonalidade expandida Técnicas de improvisação		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais e prática de exercícios composicionais abordando os conceitos trabalhados são as principais abordagens metodológicas da disciplina. A análise textual e auditiva de obras musicais são outros importantes procedimentos de apreensão do conhecimento. Projetos conjuntos às disciplinas de composição musical. A execução instrumental, vocal ou eletrônica dos exercícios e debates sobre os resultados proporcionam momentos de interação interdisciplinar.		
RECURSOS		

Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Folha pautada Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais (piano, teclado, flauta, violão, percussão) Quadro branco pautado
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; • Desempenho cognitivo; • Uso da grafia musical adequada; • Domínio e utilização de recursos técnicos e musicais; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Resolução de exercícios ou situações-problema; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Elaboração encadeamentos harmônicos a 4 vozes; • Rearmonização de trechos musicais; • Avaliação escrita.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. DUNSBY, Jonathan. Análise musical na teoria e na prática. Curitiba: UFPR, 2011. 2. TRAGTENBERG, Livio. Contraponto, uma arte de compor. São Paulo: Edusp, 2002. 3. SCLIAR, Esther. Fraseologia musical. 3ª edição. Porto Alegre: Movimento, 2016.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GUERRA–PEIXE, César. **Melos e harmonia acústica: Princípios de composição musical**. São Paulo: Irmãos Vitale, 1988.
2. SCHOENBERG, Arnold. **Funções estruturais da harmonia**. São Paulo: Via Lettera, 2004.
3. HINDEMITH, Paul. **Curso condensado de harmonia tradicional**. São Paulo: Irmãos Vitale, 1998.
4. SCHOENBERG, Arnold. **Harmonia**. São Paulo: UNESP, 2011.
5. ALMADA, Carlos. **Harmonia funcional**. Campinas: Unicamp, 2012.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Harmonia IV		
Código: MUS924		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Harmonia III (MUS923)		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Continuação do estudo do encadeamento de acordes. Estruturação do sistema tonal. Análise concomitante de obras musicais – nos âmbitos erudito e popular – de conteúdo harmônico adequado ao apresentado em sala de aula. Criação musical. Interpretação de obras já existentes. Desenvolvimento de técnicas de improvisação musical.		
OBJETIVOS		
• Compreender a harmonia como elemento estruturante da linguagem musical; • Realizar o encadeamento de acordes para o acompanhamento de frases pré-existentes; • Aperfeiçoar a interpretação musical a partir do melhor entendimento da teoria por trás do encadeamento de acordes; • Desenvolver técnicas de nível avançado de improvisação.		
PROGRAMA		
Acordes de sexta aumentada Harmonia tonal no final do século XIX Materiais e técnicas Teoria Pós-Tonal Novas perspectivas		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais e prática de exercícios composicionais abordando os conceitos trabalhados são as principais abordagens metodológicas da disciplina. A análise textual e auditiva de obras musicais são outros importantes procedimentos de apreensão do conhecimento. Projetos conjuntos às disciplinas de composição musical. A execução instrumental, vocal ou eletrônica dos exercícios e debates sobre os resultados proporcionam momentos de interação interdisciplinar.		
RECURSOS		
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador)		

Material didático-pedagógico Folha pautada Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais (piano, teclado, flauta, violão, percussão) Quadro branco pautado
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; • Desempenho cognitivo; • Uso da grafia musical adequada; • Domínio e utilização de recursos técnicos e musicais; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Resolução de exercícios ou situações-problema; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Elaboração encadeamentos harmônicos a 4 vozes; • Rearmonização de trechos musicais; • Avaliação escrita.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. DUNSBY, Jonathan. Análise musical na teoria e na prática. Curitiba: UFPR, 2011. 2. TRAGTENBERG, Livio. Contraponto, uma arte de compor. São Paulo: Edusp, 2002. 3. SCLIAR, Esther. Fraseologia musical. 3ª edição. Porto Alegre: Movimento, 2016.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
1. GUERRA-PEIXE, César. Melos e harmonia acústica: Princípios de composição musical. São Paulo: Irmãos Vitale, 1988.

2. SCHOENBERG, Arnold. **Funções estruturais da harmonia**. São Paulo: Via Lettera, 2004.
3. HINDEMITH, Paul. **Curso condensado de harmonia tradicional**. São Paulo: Irmãos Vitale, 1998.
4. SCHOENBERG, Arnold. **Harmonia**. São Paulo: UNESP, 2011.
5. ALMADA, Carlos. **Harmonia funcional**. Campinas: Unicamp, 2012.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Introdução à Musicoterapia		
Código: MUS925		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 60h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Princípios básicos da musicoterapia. Princípios da atuação da musicoterapia. Compreensão dos limites e interfaces entre a educação musical e processos terapêuticos. Ações educativas inclusivas e outras de natureza comum. Tópicos em educação inclusiva (TEA).		
OBJETIVOS		
• Compreender as conexões entre musicoterapia, educação musical e outras linguagens expressivas; • Entender noções elementares e conceituais em musicoterapia; • Investigar possibilidades de música e educação inclusiva, principalmente no que tange o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA); • Despertar interesse para o universo da arte-terapia como ciência autônoma e como ferramenta pedagógica.		
PROGRAMA		
DEFININDO, CONTEXTUALIZANDO E DISCUTINDO A MUSICOTERAPIA O que é musicoterapia Um pouco da sua história Princípios básicos da musicoterapia Alguns métodos utilizados Leituras sobre música e cérebro MÚSICA E O TEA Uma breve explanação sobre o autismo Processamento auditivo-musical no autismo Modelos de musicoterapia aplicados ao autismo		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; dinâmica de leitura e debate acompanhados de plenária; seminários; grupos de trabalho e apresentação de produções escritas.		

RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Instrumentos musicais Colchonetes Material didático-pedagógico Quadro branco
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: ● Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; ● Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; ● Participação em seminários e debates; ● Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; ● Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: ● Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; ● Trabalhos e projetos individuais e coletivos; ● Seminários; ● Elaboração textual; ● Avaliação escrita.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. GATTINO, Gustavo Schultze. Musicoterapia e autismo: Teoria e prática. São Paulo: Memnon, 2015. 2. DAUD, Alliana. Jogos e brincadeiras musicais. São Paulo: Paulinas, 2009. 3. SEKEFF, Maria de Lourdes. Da música: Seus usos e recursos. 2ª Edição. São Paulo: UNESP, 2007.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
1. BENENZON, Rolando. Teoria da Musicoterapia. São Paulo: Summus Editorial, 1988. 2. RUUD, Even. Caminhos da musicoterapia. São Paulo: Summus Editorial,

1990.

3. GAINZA, Violeta. **Estudos de Psicopedagogia musical**. São Paulo, Summus, 1988.
4. IASI, Lília. **Musicalização Infantil**. São Paulo: Scortecci, 2010.
5. PACHECO, Caroline (Org.). **Fazendo música com crianças**. Curitiba: UFPR, 2011.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Laboratório de Musicologia e Etnomusicologia		
Código: MUS926		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 40h	CH Prática: 40h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Princípios da análise musicológica e etnomusicológica - fundamentos técnicos e práticos. Diálogos e distanciamentos entre os dois eixos. Produção textual analítica.		
OBJETIVOS		
• Compreender os fundamentos práticos dos estudos em musicologia e etnomusicologia; • Desenvolver recursos para fomentar a pesquisa nestas duas áreas de estudo da música; • Conhecer alguns dos principais pesquisadores contemporâneos nas áreas.		
PROGRAMA		
UNIDADE I Musicologia - princípios teóricos e práticos Etnomusicologia - princípios teóricos e práticos Diálogos e distanciamentos entre as duas vertentes UNIDADE II Analisando artigos atuais em musicologia Pesquisa e produção escrita em musicologia Analisando artigos atuais em etnomusicologia Pesquisa e produção escrita em etnomusicologia		
METODOLOGIA DE ENSINO		
A metodologia da disciplina privilegia a revisão bibliográfica, seguida por elaboração textual crítica, debates e seminários. Aulas expositivas e dialogadas também são abordagens metodológicas. Grupos de trabalho e projetos coletivos de produção textual auxiliam na construção do conhecimento.		
RECURSOS		
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico		

Quadro branco pautado
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Participação nos seminários e debates; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Capacidade crítica e reflexiva, analítica e sintética; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Resolução de exercícios ou situações-problema; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Análise musicológica e exposição oral; • Análise etnomusicológica e exposição oral; • Elaboração de texto; • Avaliação escrita.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. SÁ, Simone Pereira de. Rumos da cultura da música: Negócios, estéticas, linguagens e audibilidades. Porto Alegre: Sulina, 2010. 2. VIANNA, Hermano. O mistério do samba. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. 3. GRIFFITHS, Paul. A música moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
1. BLACKING, John. How Musical is Man? Seattle e Londres: University of Washington Press, 1973. 2. FERNANDES, Dmitri Cerboncini; SANDRONI, Carlos. Música e ciências sociais: para além do descompasso entre arte e ciência. Curitiba: Prismas, 2016. 3. GROUT, Donald; PALISCA, Claude. História da música ocidental. 6ª edição. Gradiva, 2014.

4. SALOMON, Leonardo. **A outra história: os discursos da new musicology e sua aplicação nas didáticas de história da música.** Curitiba: Prismas, 2015.
5. SEEGER, Anthony. **Por que cantam os Kisedje?** São Paulo: Cosac e Naify, 2015.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Libras II		
Código: MUS927		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Libras (MUS605)		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Emprego da Libras em situações discursivas formais: vocabulário, morfologia, sintaxe e semântica; prática do uso da Libras em situações discursivas mais formais.		
OBJETIVOS		
• Aprofundar nos fundamentos da Língua Brasileira de Sinais; • Conhecer os classificadores em Libras; • Compreender os fundamentos da linguística na Língua Brasileira de Sinais; • Dialogar em Libras.		
PROGRAMA		
AQUISIÇÃO DAS LÍNGUAS / ASPECTOS LINGUÍSTICOS A Língua de Sinais Constituição linguística do sujeito surdo Noções de fonologia e morfologia de Libras Noções de morfossintaxe Noções de variação linguística LETRAMENTO EM LIBRAS II / GRAMÁTICA DA LIBRAS Família, estado civil e relacionamento Direção / Perspectiva Profissões Locais públicos Vestuário Grau de escolaridade, profissionais da escola, disciplinas Frutas e Alimentos Horas, Ano Sideral PRÁTICA E APLICABILIDADE NA EDUCAÇÃO Prática do uso da Libras em situações discursivas na educação Treinamento visualmente Treinamento: classificadores Interpretação		

METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas expositivas e dialógicas com auxílio de recursos audiovisuais; Dinâmica em sinais; Grupos de trabalho e apresentação em Libras.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Quadro branco
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Resolução de exercícios ou situações-problema; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. HONORA, Marcia e FRIZANCO, Lopes Esteves. Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: Desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009. 2. GOULART, Iris Barbosa. Psicologia da educação: Fundamentos teóricos aplicados à prática pedagógica. 21ª edição. Petrópolis: Vozes, 2015. 3. DEMO, Pedro. Participação é conquista: Noções de política social participativa. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2001.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
1. QUADROS, Ronice Müller de. Língua de sinais brasileira: estudos

linguísticos. São Paulo: Artmed, 2004.

2. CASTRO, Alberto Rainha de. **Comunicação por língua brasileira de sinais.** 4. ed. Brasília: Senac DF, 2013.
3. GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda.** São Paulo: Parábola, 2013.
4. PEREIRA, Maria Cristina da Cunha et al. **Libras conhecimento além dos sinais.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
5. GESSER, Audrei. **O Ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a libras.** São Paulo: Parábola editorial, 2012.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Metodologia do Ensino da Flauta Doce		
Código: MUS928		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 10h	CH Prática: 30h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão I (MUS101)		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
A flauta doce como recurso de transmissão de elementos musicais, culturais e de socialização. Metodologias e abordagens práticas e teóricas do ensino da flauta doce. Criação e improvisação. O ensino da flauta doce em grupo: tendências e desafios. Reflexões sobre o ensino da flauta doce na Educação Básica e em outros contextos.		
OBJETIVOS		
• Refletir sobre as possibilidades didáticas e musicais da flauta doce em diversos contextos; • Conhecer autores, técnicas e metodologias de ensino do instrumento; • Desenvolver recursos pedagógicos para o ensino do instrumento.		
PROGRAMA		
METODOLOGIAS PARA O ENSINO DA FLAUTA DOCE Principais concepções e autores Metodologia e dinâmicas para o ensino da flauta doce na Educação Básica Ensino fundamental anos iniciais Ensino fundamental anos finais Ensino Médio Metodologia e dinâmicas para o ensino da flauta doce em outros contextos O REPERTÓRIO COMO FERRAMENTA AUXILIAR NO DESENVOLVIMENTO MUSICAL Seleção de repertório de acordo com nível de proficiência no instrumento e faixa etária Conhecendo música pelo repertório CRIAÇÃO E IMPROVISACÃO NA FLAUTA DOCE Estratégias e dinâmicas para promover a criação e improvisação Arranjos em grupo PREPARAÇÃO E CRIAÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO Pesquisa e elaboração de material pedagógico Prática pedagógica		

METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; aulas práticas de execução e ensino instrumental; seminários; apreciação e análise de obras musicais; grupos de estudo; produção escrita; levantamento e análise de livros e materiais didáticos; produção de material didático.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais (piano, teclado, flauta, violão, percussão) Quadro branco pautado
AValiação
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Participação nos seminários e debates; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; • Domínio e utilização de recursos musicais; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Resolução de exercícios ou situações-problema; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Apresentações musicais individuais ou em grupo, fechadas ou abertas ao público; • Elaboração de texto; • Elaboração de arranjos musicais; • Avaliação escrita; • Análise de livros e materiais didáticos, demonstrando capacidade crítica e reflexiva frente a conteúdos e métodos; • Elaboração e confecção de material didático de caráter inclusivo, considerando a criatividade, a inovação, o uso de tecnologia assistiva e de tecnologias de informação e comunicação, a organização, a consecutividade e a transposição didática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
1. DANTAS, Tais; SANTIAGO, Diana (Org.). Ensino coletivo de instrumentos musicais: Contribuições da pesquisa científica. Salvador: EDUFBA, 2017. 2. SOUSA, Jusamara (Org.). Aprender a ensinar música no cotidiano. 2ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2016. 3. FRANK, Isolde. Método para flauta doce soprano. São Paulo: Ricordi Brasileira, 2002.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
1. MÖNKEMEYER, Helmut. Método para flauta doce soprano. São Paulo: Ricordi, 1985. 2. TOURINHO, Ana Cristina. Ensino Coletivo de Instrumentos Musicais: crenças, mitos, princípios e um pouco de história. In: XVI Encontro Nacional da ABEM e Congresso Regional da ISME. EDUFMS, Campo Grande, 2007. 3. MATEIRO, Teresa; SOUZA, Jusamara (Orgs.). Práticas de ensinar música. 3ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2014. 4. WEICHSELBAUM, Anete Susana. Flauta Doce em um Curso de Licenciatura em Música: entre as demandas da prática musical e das propostas pedagógicas do instrumento voltadas ao Ensino Básico. 322 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Música) – Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. 5. PENNA, Maura. Música(s) e seu ensino. Porto Alegre: Sulina, 2015.	
Coordenador do Curso 	Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Metodologia do Ensino da Percussão		
Código: MUS929		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 10h	CH Prática: 30h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
A percussão como recurso de transmissão de elementos musicais, culturais e de socialização. Metodologias e abordagens práticas e teóricas do ensino da percussão. Criação e improvisação. O ensino da percussão em grupo: tendências e desafios. Reflexões sobre o ensino da percussão na Educação Básica e em outros contextos.		
OBJETIVOS		
• Refletir sobre as possibilidades didáticas e musicais da percussão em diversos contextos; • Conhecer autores, técnicas e metodologias de ensino do instrumento; • Desenvolver recursos pedagógicos para o ensino do instrumento.		
PROGRAMA		
METODOLOGIAS PARA O ENSINO DA PERCUSSÃO Principais concepções e autores Metodologia e dinâmicas para o ensino da percussão na Educação Básica Ensino fundamental anos iniciais Ensino fundamental anos finais Ensino Médio Metodologia e dinâmicas para o ensino da percussão em outros contextos O REPERTÓRIO COMO FERRAMENTA AUXILIAR NO DESENVOLVIMENTO MUSICAL Seleção de repertório de acordo com nível de proficiência no instrumento e faixa etária Conhecendo música pelo repertório CRIAÇÃO E IMPROVISACÃO NA PERCUSSÃO Estratégias e dinâmicas para promover a criação e improvisação Arranjos em grupo PREPARAÇÃO E CRIAÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO Pesquisa e elaboração de material pedagógico Prática pedagógica		

METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; aulas práticas de execução e ensino instrumental; seminários; apreciação e análise de obras musicais; grupos de estudo; produção escrita; levantamento e análise de livros e materiais didáticos; produção de material didático.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais (piano, teclado, flauta, violão, percussão) Quadro branco pautado
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Participação nos seminários e debates; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; • Domínio e utilização de recursos musicais; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Resolução de exercícios ou situações-problema; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Apresentações musicais individuais ou em grupo, fechadas ou abertas ao público; • Elaboração de texto; • Elaboração de arranjos musicais; • Avaliação escrita; • Análise de livros e materiais didáticos, demonstrando capacidade crítica e reflexiva frente a conteúdos e métodos; • Elaboração e confecção de material didático de caráter inclusivo, considerando a criatividade, a inovação, o uso de tecnologia assistiva e de tecnologias de informação e comunicação, a organização, a consecutividade e a transposição

didática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DANTAS, Tais; SANTIAGO, Diana (Org.). **Ensino coletivo de instrumentos musicais: Contribuições da pesquisa científica**. Salvador: EDUFBA, 2017.
2. SOUSA, Jusamara (Org.). **Aprender a ensinar música no cotidiano**. 2ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2016.
3. PAIVA, Rodrigo Gudin; ALEXANDRE, Rafael Cleiton. **Bateria e percussão brasileira em grupo**. Itajaí: Rodrigo Paiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. TOURINHO, Ana Cristina. **Ensino Coletivo de Instrumentos Musicais: crenças, mitos, princípios e um pouco de história**. In: XVI Encontro Nacional da ABEM e Congresso Regional da ISME. EDUFMS, Campo Grande, 2007.
2. MATEIRO, Teresa; SOUZA, Jusamara (Orgs.). **Práticas de ensinar música**. 3ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2014.
3. PENNA, Maura. **Música(s) e seu ensino**. Porto Alegre: Sulina, 2015.
4. SEKEFF, Maria de Lourdes. **Da música: Seus usos e recursos**. 2ª edição. São Paulo: UNESP, 2007.
5. BOLÃO, Oscar. **Batuque é um privilégio: A percussão na música do Rio de Janeiro**. São Paulo: Vitale, 2010.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Metodologia do Ensino do Teclado		
Código: MUS930		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 10h	CH Prática: 30h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
O teclado como recurso de transmissão de elementos musicais, culturais e de socialização. Metodologias e abordagens práticas e teóricas do ensino do teclado. Criação e improvisação. O ensino do teclado em grupo: tendências e desafios. Reflexões sobre o ensino do teclado na Educação Básica e em outros contextos.		
OBJETIVOS		
• Refletir sobre as possibilidades didáticas e musicais do teclado em diversos contextos; • Conhecer autores, técnicas e metodologias de ensino do instrumento; • Desenvolver recursos pedagógicos para o ensino do instrumento.		
PROGRAMA		
METODOLOGIAS PARA O ENSINO DO TECLADO Principais concepções e autores Metodologia e dinâmicas para o ensino do teclado na Educação Básica Ensino fundamental anos iniciais Ensino fundamental anos finais Ensino Médio Metodologia e dinâmicas para o ensino do teclado em outros contextos O REPERTÓRIO COMO FERRAMENTA AUXILIAR NO DESENVOLVIMENTO MUSICAL Seleção de repertório de acordo com nível de proficiência no instrumento e faixa etária Conhecendo música pelo repertório CRIAÇÃO E IMPROVISACÃO NO TECLADO Estratégias e dinâmicas para promover a criação e improvisação Arranjos em grupo PREPARAÇÃO E CRIAÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO Pesquisa e elaboração de material pedagógico Prática pedagógica		
METODOLOGIA DE ENSINO		

Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; aulas práticas de execução e ensino instrumental; seminários; apreciação e análise de obras musicais; grupos de estudo; produção escrita; levantamento e análise de livros e materiais didáticos; produção de material didático.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais (piano, teclado, flauta, violão, percussão) Quadro branco pautado
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Participação nos seminários e debates; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; • Domínio e utilização de recursos musicais; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Resolução de exercícios ou situações-problema; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Apresentações musicais individuais ou em grupo, fechadas ou abertas ao público; • Elaboração de texto; • Elaboração de arranjos musicais; • Avaliação escrita; • Análise de livros e materiais didáticos, demonstrando capacidade crítica e reflexiva frente a conteúdos e métodos; • Elaboração e confecção de material didático de caráter inclusivo, considerando a criatividade, a inovação, o uso de tecnologia assistiva e de tecnologias de informação e comunicação, a organização, a consecutividade e a transposição didática.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DANTAS, Tais; SANTIAGO, Diana (Org.). **Ensino coletivo de instrumentos musicais: Contribuições da pesquisa científica**. Salvador: EDUFBA, 2017.
2. SOUSA, Jusamara (Org.). **Aprender a ensinar música no cotidiano**. 2ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2016.
3. TUTTI, Rogério. **Pedagogia do piano em grupo**. Rio de Janeiro: Prismas, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. TOURINHO, Ana Cristina. **Ensino Coletivo de Instrumentos Musicais: crenças, mitos, princípios e um pouco de história**. In: XVI Encontro Nacional da ABEM e Congresso Regional da ISME. EDUFMS, Campo Grande, 2007.
2. MATEIRO, Teresa; SOUZA, Jusamara (Orgs.). **Práticas de ensinar música**. 3ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2014.
3. PENNA, Maura. **Música(s) e seu ensino**. Porto Alegre: Sulina, 2015.
4. MASCARENHAS, Mario. **Curso de piano: Primeiro volume para jovens e adultos**. 18ª edição. São Paulo: Irmãos Vitale, 1996.
5. MASCARENHAS, Mario. **Curso de piano - Volume 2**. São Paulo: Vitale, 1999.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Metodologia do Ensino do Violão		
Código: MUS931		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 10h	CH Prática: 30h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Prática Coletiva de Instrumento – Flauta Doce e Violão I (MUS101)		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Fundamentos filosóficos para o ensino de violão. Diferentes agrupamentos no ensino do instrumento. Ensino Coletivo de Instrumento Musical - princípios e potencialidades para o violão. Discussões sobre métodos. Estudo de técnicas, recursos e procedimentos para o ensino de violão. O violão como instrumento para a educação musical na Educação Básica.		
OBJETIVOS		
• Analisar as práticas contemporâneas de ensino de violão e suas representações ideológico-filosóficas; • Conhecer diferentes abordagens metodológicas no ensino do instrumento a fim de formular suas próprias abordagens; • Desenvolver recursos didático-metodológicos variados para lidar com o ensino da técnica de maneira atualizada com o contexto escolar no século XXI; • Analisar métodos para a formulação de metodologias flexíveis.		
PROGRAMA		
ALGUNS FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DO ENSINO DE VIOLÃO Tecnicismo - tradição conservatorial Escola libertadora - os projetos sociais Panorama da Educação Básica Educação crítico-social dos conteúdos AGRUPAMENTOS NO ENSINO DE VIOLÃO Ensino individualizado Ensino em grupo Ensino Coletivo de Instrumento Musical (ECIM) TÉCNICAS PARA O ENSINO DE VIOLÃO Leitura musical - pauta fragmentada Fundamentos para a improvisação e criação Repensando metodologias para o ensino da técnica instrumental MÉTODOS X METODOLOGIAS O violão na Educação Básica: realidade e potencialidade		

METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; aulas práticas de execução e ensino instrumental; seminários; apreciação e análise de obras musicais; grupos de estudo; produção escrita; levantamento e análise de livros e materiais didáticos; produção de material didático.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais (piano, teclado, flauta, violão, percussão) Quadro branco pautado
AValiação
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Participação nos seminários e debates; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; • Domínio e utilização de recursos musicais; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Resolução de exercícios ou situações-problema; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Apresentações musicais individuais ou em grupo, fechadas ou abertas ao público; • Elaboração de texto; • Elaboração de arranjos musicais; • Avaliação escrita; • Análise de livros e materiais didáticos, demonstrando capacidade crítica e reflexiva frente a conteúdos e métodos; • Elaboração e confecção de material didático de caráter inclusivo, considerando a criatividade, a inovação, o uso de tecnologia assistiva e de tecnologias de informação e comunicação, a organização, a consecutividade e a transposição didática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
1. DANTAS, Tais; SANTIAGO, Diana (Org.). Ensino coletivo de instrumentos musicais: Contribuições da pesquisa científica. Salvador: EDUFBA, 2017. 2. SOUSA, Jusamara (Org.). Aprender a ensinar música no cotidiano. 2ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2016. 3. MARIANI, Silvana. O equilibrista das seis cordas: Método de violão para crianças. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
1. BARTOLONI, Giacomo. Violão: o instrumento da alma brasileira. Curitiba: Prismas, 2015. 2. OLIVEIRA, Marcelo Mateus de. A improvisação musical como ferramenta pedagógica no ensino do violão. Curitiba: Prismas, 2015. 3. TABORDA, Marcia. Violão e identidade nacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 4. SEKEFF, Maria de Lourdes. Da música: Seus usos e recursos. 2ª edição. São Paulo: UNESP, 2007. 5. PENNA, Maura. Música(s) e seu ensino. Porto Alegre: Sulina, 2015.	
Coordenador do Curso 	Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Música e Educação Infantil		
Código: MUS932		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 40h	CH Prática: 40h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Conceitos, finalidades e aplicações da música na Educação Infantil. Jogos educacionais musicais para a Educação Infantil. Fontes sonoras. O trato vocal na infância. Análise de repertório de canções da cultura infantil. Intervenções em ambientes escolares.		
OBJETIVOS		
• Pesquisar caminhos didáticos para uma educação musical infantil integral; • Vivenciar a prática docente em música na Educação Infantil; • Investigar a produção bibliográfica específica do ensino de música para a infância; • Conhecer e experimentar jogos e atividades ludopedagógicas através da música e seus elementos constitutivos.		
PROGRAMA		
PROPRIEDADES DO SOM Ensinando noções sobre pulso, andamento, som e silêncio DEFININDO MÚSICA Sobre o conceito Breve histórico ESTUDO DE CANÇÕES E JOGOS MUSICAIS Estudo do repertório, estrutura e formas do cancioneiro infantil Jogos musicais e improvisação Criando pequenas estruturas musicais CONCEITUANDO O FAZER MUSICAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL O cuidado com a transposição didática no universo infantil		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; leitura da bibliografia básica recomendada; discussões e reflexões dos conteúdos abordados em sala; utilização de materiais ludo-pedagógicos na criação de atividades musicais adequadas ao desenvolvimento cognitivo das crianças; análise de resultados e elaboração de textos; criação e confecção de material didático para o ensino de música na educação infantil.		

RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Instrumentos musicais Colchonetes Materiais recicláveis Materiais esportivos Quadro branco
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: ● Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; ● Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; ● Participação em seminários e debates; ● Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; ● Domínio e utilização de recursos musicais; ● Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; ● Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: ● Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; ● Resolução de exercícios ou situações-problema; ● Trabalhos e projetos individuais e coletivos; ● Apresentação prática dos resultados musicais/musicalizadores; ● Criação e confecção de material pedagógico; ● Seminários; ● Elaboração textual; ● Avaliação escrita; ● Análise de livros e materiais didáticos, demonstrando capacidade crítica e reflexiva frente a conteúdos e métodos; ● Elaboração e confecção de material didático de caráter inclusivo, considerando a criatividade, a inovação, o uso de tecnologia assistiva e de tecnologias de informação e comunicação, a organização, a consecutividade e a transposição didática.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. DAUD, Alliana. Jogos e brincadeiras musicais. São Paulo: Paulinas, 2009.

2. SEKEFF, Maria de Lourdes. **Da música: Seus usos e recursos**. 2ª Edição. São Paulo: UNESP, 2007.
3. GATTINO, Gustavo Schultze. **Musicoterapia e autismo: Teoria e prática**. São Paulo: Memnon, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ILARI, Beatriz; Broock, Angelite. **Música e Educação Infantil**. Campinas: Papyrus, 2013.
2. BRITO, Teca Alencar de. **Música na Educação Infantil – Propostas para a Formação Integral da Criança**. 2ª edição. São Paulo: Peirópolis, 2003.
3. ILARI, Beatriz; MATEIRO, Teresa. (Org.). **Pedagogias em Educação Musical**. Curitiba: Ibplex, 2011.
4. LEAL, Valéria. **Cantonário: Guia prático para o canto**. Brasília: Musimed, 2013.
5. BRITO, Teca de Alencar. **Koellreutter educador**. São Paulo: Peiropolis, 2011.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Música, Profissão e Sociedade		
Código: MUS933		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 80h	CH Prática: 0h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Estudo da constituição histórica do trabalho e da profissão do músico, desde seus aspectos técnicos, políticos, culturais aos econômicos. Contribuições da abordagem sociológica na discussão do trabalho e da profissão do músico em suas particularidades. Estudo das relações entre a sociedade, a produção e o consumo musical.		
OBJETIVOS		
• Identificar aspectos que caracterizaram a história da profissão do músico no mundo e no Brasil; • Compreender e aplicar conhecimentos provenientes de estudos sobre fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que intervêm na construção das práticas musicais; • Reconhecer e analisar as diferentes fontes dos saberes presentes na prática musical; • Investigar e refletir sobre a relação da sociedade com a música e o papel da profissão de músico nesta relação; • Refletir sobre as possibilidades profissionais do músico no cenário atual e perceber os perfis requisitados em cada setor.		
PROGRAMA		
A HISTÓRIA DA PRÁTICA MUSICAL ENQUANTO PROFISSÃO E SEUS REFLEXOS NA PRÁTICA ATUAL - O dualismo cartesiano - As organizações musicais - O músico e a religião - O músico e a corte - O músico autônomo - O músico hoje CARACTERIZAÇÃO DOS CAMPOS DE ATUAÇÃO MUSICAL NUMA PERSPECTIVA BOURDIESIANA - O campo e o subcampo - Os polos - Os <i>doxa</i>, as instâncias consagratórias e as ilusões A SOCIEDADE E O CONSUMO DE MÚSICA		

Economia simbólica
Classe social e gosto musical
A música como elemento de distinção

OS PERFIS DO MÚSICO PROFISSIONAL

O instrumentista/cantor
O compositor/arranjador
O regente
O educador musical
O pesquisador/cientista
O produtor

AS PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS DO MÚSICO ATUAL, AS INSTITUIÇÕES, A PRÁTICA PROFISSIONAL, A PERCEPÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA

A prática
A docência
A pesquisa
O mercado da música
Música e economia

METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia da disciplina se baseia na leitura e discussão dos textos propostos, auxiliada por exposições didáticas com auxílio de material audiovisual. Trabalhos em grupo de análise social relativa ao consumo musical, a partir de arcabouços teóricos pré-existentes, bem como desenvolvimento de outros arcabouços, também são abordagens metodológicas previstas.

RECURSOS

Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador)
Material didático-pedagógico
Quadro branco

AVALIAÇÃO

A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados:

- Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos;
- Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Participação em seminários e debates;
- Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos;
- Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Seminários; • Elaboração textual.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
1. SÁ, Simone Pereira de. Rumos da cultura da música: Negócios, estéticas, linguagens e audibilidades. Porto Alegre: Sulina, 2010. 2. VIANNA, Hermano. O mistério do samba. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. 3. GRIFFITHS, Paul. A música moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
1. EGG, André (Org.). Música, Cultura e Sociedade: Dilemas do moderno. Curitiba: CRV, 2016. 2. AQUINO, Thaís Lobosque. O músico anfíbio: um estudo sobre a atuação profissional multiface do músico com formação acadêmica. Dissertação de mestrado. Escola de Música e Artes Cênicas, Universidade Federal de Goiás, 2007. Goiânia: UFG, 2007. 3. GROSSI, Cristina; COSTA, Hermes Siqueira Bandeira. A formação e o mercado de trabalho para o estudante de música no Distrito Federal. In: ENCONTRO ANUAL DA ABEM, 13. Anais... Rio de Janeiro: ABEM, 2004. p. 227-234. 4. BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 5. BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. Aprendendo a pensar com a sociologia. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2010.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: Música, Tecnologia e Cultura Contemporânea		
Código: MUS934		
Carga horária total: 80h	CH Teórica: 80h	CH Prática: 0h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 4		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Estudo do impacto causado pelos avanços tecnológicos na música e suas consequências culturais. História contextualizada da criação e do desenvolvimento da gravação, seus efeitos fonográficos, instrumentos eletrônicos, compositores e obras que usufruíram desses novos recursos e expandiram os horizontes musicais.		
OBJETIVOS		
• Compreender as consequências dos avanços tecnológicos na música, como a invenção da gravação e o desenvolvimento de instrumentos eletrônicos; • Compreender a mudança cultural promovida pelo uso dos novos recursos tecnológicos nos séculos XX e XXI; • Conhecer as principais obras que foram criadas a partir desses recursos e seus compositores; • Entender como a música eletrônica atingiu o <i>mainstream</i>.		
PROGRAMA		
GRAVAÇÃO E EFEITOS FONOGRÁFICOS O gramofone e a “boa música” Gravando Jazz Mudanças estéticas Ascensão e queda da <i>Grammophonmusik</i> O toca-discos como uma ferramenta Música Digital MP3 e P2P MÚSICA ELETRÔNICA Música eletrônica em Hollywood: <i>Spellbound</i> O privilégio de ignorar convenções: Explorando o <i>Forbidden Planet</i> (1956) O nascimento da música popular eletrônica britânica Pesquisadores de Manhattan: Raymond Scott e Eric Siday Sons eletrônicos no rock estadunidense Moog: A ascensão do sintetizador Ruído branco: Música eletrônica britânica nos anos 60 <i>Switched-On</i> Bach		

METODOLOGIA DE ENSINO
A metodologia da disciplina se baseia na leitura e discussão dos textos propostos, auxiliada por exposições didáticas com auxílio de material audiovisual. Trabalhos em grupo de análise social relativa ao consumo musical, a partir de arcabouços teóricos pré-existentes, bem como desenvolvimento de outros arcabouços, também são abordagens metodológicas previstas.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Quadro branco
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Participação em seminários e debates; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Análise auditiva de trechos e obras musicais. • Seminários; • Elaboração textual.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. SÁ, Simone Pereira de. Rumos da cultura da música: Negócios, estéticas, linguagens e audibilidades. Porto Alegre: Sulina, 2010. 2. VIANNA, Hermano. O mistério do samba. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. 3. GRIFFITHS, Paul. A música moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
1. EGG, André (Org.). Música, Cultura e Sociedade: Dilemas do moderno. Curitiba: CRV, 2016 2. FRITSCH, Eloy F. Música Eletrônica: Uma introdução ilustrada. 2ª edição. Porto Alegre, 2013. 3. ROSS, Alex. O resto é ruído: Escutando o século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 4. WISNIK, José M. O som e o sentido. São Paulo: Companhia das Letras, 1989/2017 (Pré-venda). 5. MEDAGLIA, Julio. Música, maestro! Do canto gregoriano ao sintetizador. São Paulo: Lobo, 2008.	
Coordenador do Curso 	Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Prática de Instrumento Complementar – Flauta Doce e Transversal I		
Código: MUS935		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Estudo dos fundamentos da prática da flauta transversal (C). Aspectos básicos da técnica da flauta transversal (C): postura, respiração, embocadura, articulação e dedilhado. Aspectos avançados da técnica da flauta doce. Conjuntos de flautas doce. Apreciação de obras para flautas transversal e doce de diferentes gêneros e estilos. Interpretação de repertório adaptado e específico. Criação musical.		
OBJETIVOS		
• Conhecer os instrumentos e suas possibilidades musicais e pedagógicas; • Desenvolver a técnica básica da flauta transversal, possibilitando a produção sonora e a prática musical com o instrumento; • Desenvolver a técnica avançada da flauta doce; • Interpretar obras musicais na flauta transversal e na flauta doce, individualmente e em grupo.		
PROGRAMA		
CONHECENDO O INSTRUMENTO História da flauta transversal Construção do instrumento Funcionamento do instrumento Cuidados com o instrumento ASPECTOS BÁSICOS DA PRÁTICA DO INSTRUMENTO (REPE) Respiração Postura Embocadura Emissão sonora EXERCÍCIOS PRÁTICOS PARA DESENVOLVIMENTO INSTRUMENTAL Impulso e Onda Whistle tone Técnica de Alexander Graf 1 e Graf 2 PRÁTICA DE REPERTÓRIO Repertório para iniciação		

Leitura convencional ou não convencional
Criação e improvisação individual e coletiva
Obras adaptadas para conjuntos mistos
Conjuntos de flautas doce
Peças a 4 ou mais vozes

METODOLOGIA DE ENSINO

A abordagem metodológica do componente prioriza a prática musical dos instrumentos e seu estudo técnico e interpretativo. A apreciação musical (vídeos, áudios, performances ao vivo) é também importante abordagem metodológica.

Como material didático suplementar, serão criadas e disponibilizadas online vídeo-aulas para auxiliar o trabalho fora da sala de aula.

Outros procedimentos metodológicos que também poderão ser utilizados são:

Leituras e discussões;
Apresentações musicais.

RECURSOS

Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador)

Material didático-pedagógico

Partitura musical

Estante para partitura musical

Instrumentos musicais

Quadro branco pautado

AValiação

A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados:

- Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos;
- Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos;
- Desempenho artístico e musical;
- Domínio técnico instrumental e expressão musical;
- Sensibilidade estética, capacidade criativa em música;
- Domínio e utilização de recursos musicais;
- Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;

- Demonstração prática dos conteúdos abordados;
- Criação de arranjos e improvisações;
- Apresentações musicais individuais ou em grupo, fechadas ou abertas ao público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CZERNY, Carl; NETTO, Barrozo. **60 pequenos estudos - Volume 1**. São Paulo: Ricordi, 2008.
2. CARRILHO, Altamiro. **Chorinhos didáticos**. Rio de Janeiro: Bruno Quaino material cultural LTDA, 1993.
3. GRAMANI, José E. C. **Rítmica viva: a consciência musical do ritmo**. 1 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DANTAS, Tais; SANTIAGO, Diana (Org.). **Ensino coletivo de instrumentos musicais: Contribuições da pesquisa científica**. Salvador: EDUFBA, 2017.
2. FARIA, Nelson. **A arte da improvisação para todos os instrumentos**. São Paulo: Vitale, 2010.
3. WOLTZENLOGEL, Celso. **Flauta fácil: Método prático para principiantes**. Volume 1. São Paulo: Vitale, 2009.
4. FRANK, Isolde. **Método para flauta doce soprano**. São Paulo: Ricordi Brasileira, 2002.
5. MÖNKEMEYER, Helmut. **Método para flauta doce soprano**. São Paulo: Ricordi, 1985.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Prática de Instrumento Complementar – Flauta Doce e Transversal II		
Código: MUS936		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Prática de Instrumento Complementar – Flauta Doce e Transversal I (MUS935)		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Estudo progressivo da prática da flauta transversal. Aspectos básicos e intermediários da técnica da flauta transversal: ergonomia, embocadura, registro, precisão digital, sustentação sonora e afinação. Aspectos avançados da técnica da flauta doce. Desenvolvimento de competências musicais. Interpretação de repertório adaptado e específico. Criação musical.		
OBJETIVOS		
• Ampliar as possibilidades musicais e pedagógicas com os instrumentos; • Aprimorar a técnica básica, solidificando os aspectos assimilados e desenvolver a técnica intermediária do instrumento, com ênfase na emissão sonora; • Desenvolver a técnica avançada da flauta doce; • Interpretar obras musicais na flauta transversal e na flauta doce, individualmente e em grupo.		
PROGRAMA		
FIXAÇÃO DOS ASPECTOS BÁSICOS E INTRODUÇÃO DE ASPECTOS INTERMEDIÁRIOS DA TÉCNICA DA FLAUTA Postura e sustentação do instrumento Ginástica digital Respiração, sustentação da coluna de ar e emissão Impulso e onda Graf 1 e Graf 2 Afinação, flauta acústica Embocadura, foco, abertura e registro <i>Whistle tone</i> Harmônicos Padrões musicais simples Pentacordes Escalas em âmbito de oitava PRÁTICA DE REPERTÓRIO Adaptação e transcrição de obras da música brasileira e internacional contemplando os aspectos técnicos abordados Obras originais para flauta transversal compatíveis com a proficiência instrumental Grupos de flautas		

Conjuntos de flautas doce
Peças a 4 ou mais vozes
Grupos mistos

METODOLOGIA DE ENSINO

A abordagem metodológica do componente prioriza a prática musical dos instrumentos e seu estudo técnico e interpretativo. A apreciação musical (vídeos, áudios, performances ao vivo) é também importante abordagem metodológica.

Como material didático suplementar, serão criadas e disponibilizadas online vídeo-aulas para auxiliar o trabalho fora da sala de aula.

Outros procedimentos metodológicos que também poderão ser utilizados são:

Leituras e discussões;

Apresentações musicais.

RECURSOS

Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador)

Material didático-pedagógico

Partitura musical

Estante para partitura musical

Instrumentos musicais

Quadro branco pautado

AVALIAÇÃO

A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados:

- Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos;
- Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos;
- Desempenho artístico e musical;
- Domínio técnico instrumental e expressão musical;
- Sensibilidade estética, capacidade criativa em música;
- Domínio e utilização de recursos musicais;
- Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Demonstração prática dos conteúdos abordados;
- Criação de arranjos e improvisações;

- Apresentações musicais individuais ou em grupo, fechadas ou abertas ao público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CZERNY, Carl; NETTO, Barrozo. **60 pequenos estudos - Volume 1**. São Paulo: Ricordi, 2008.
2. CARRILHO, Altamiro. **Chorinhos didáticos**. Rio de Janeiro: Bruno Quaino material cultural LTDA, 1993.
3. GRAMANI, José E. C. **Rítmica viva: a consciência musical do ritmo**. 1 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DANTAS, Tais; SANTIAGO, Diana (Org.). **Ensino coletivo de instrumentos musicais: Contribuições da pesquisa científica**. Salvador: EDUFBA, 2017.
2. FARIA, Nelson. **A arte da improvisação para todos os instrumentos**. São Paulo: Vitale, 2010.
3. WOLTZENLOGEL, Celso. **Flauta fácil: Método prático para principiantes**. Volume 1. São Paulo: Vitale, 2009.
4. FRANK, Isolde. **Método para flauta doce soprano**. São Paulo: Ricordi Brasileira, 2002.
5. MÖNKEMEYER, Helmut. **Método para flauta doce soprano**. São Paulo: Ricordi, 1985.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Prática de Instrumento Complementar – Flauta Doce e Transversal III		
Código: MUS937		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Prática de Instrumento Complementar – Flauta Doce e Transversal II (MUS936)		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Estudo progressivo da prática da flauta transversal. Aspectos intermediários da técnica da flauta transversal: qualidade sonora, padrões musicais, combinações digitais, afinação, 3º e 4º registros, dinâmicas. Aspectos avançados da técnica da flauta doce. Conjuntos de flautas doce. Desenvolvimento de competências musicais. Interpretação de repertório adaptado e específico da flauta transversal. Criação musical.		
OBJETIVOS		
• Ampliar as possibilidades musicais e pedagógicas com o instrumento; • Aprimorar a técnica intermediária do instrumento, com ênfase nos aspectos qualitativos do som e nos padrões musicais; • Desenvolver a técnica avançada da flauta doce; • Interpretar obras musicais na flauta transversal e na flauta doce, individualmente e em grupo.		
PROGRAMA		
FIXAÇÃO DOS ASPECTOS INTERMEDIÁRIOS DA TÉCNICA DO INSTRUMENTO Relação entre embocadura, coluna de ar e sonoridade Mecânica dos fluidos, Strouhal e Reynolds Manutenção da qualidade sonora em diferentes registros Padrões musicais intermediários Escalas completas em âmbito de 3 oitavas Arpejos de tríades maiores e menores Afinação e sustentação da coluna de ar Notas pedais PRÁTICA DE REPERTÓRIO Estudos melódicos Adaptação e transcrição de obras da música brasileira e internacional contemplando os aspectos técnicos abordados Obras originais para flauta transversal da música ocidental de concerto e da música popular brasileira compatíveis com a proficiência instrumental Grupos de flautas Conjuntos de flautas doce Peças a 4 ou mais vozes		

Grupos mistos
METODOLOGIA DE ENSINO
A abordagem metodológica do componente prioriza a prática musical dos instrumentos e seu estudo técnico e interpretativo. A apreciação musical (vídeos, áudios, performances ao vivo) é também importante abordagem metodológica. Como material didático suplementar, serão criadas e disponibilizadas online vídeo-aulas para auxiliar o trabalho fora da sala de aula. Outros procedimentos metodológicos que também poderão ser utilizados são: Leituras e discussões; Apresentações musicais.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais Quadro branco pautado
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Desempenho artístico e musical; • Domínio técnico instrumental e expressão musical; • Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; • Domínio e utilização de recursos musicais; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Demonstração prática dos conteúdos abordados; • Criação de arranjos e improvisações; • Apresentações musicais individuais ou em grupo, fechadas ou abertas ao público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
1. CZERNY, Carl; NETTO, Barrozo. 60 pequenos estudos - Volume 1. São Paulo: Ricordi, 2008. 2. CARRILHO, Altamiro. Chorinhos didáticos. Rio de Janeiro: Bruno Quaino material cultural LTDA, 1993. 3. GRAMANI, José E. C. Rítmica viva: a consciência musical do ritmo. 1 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
1. DANTAS, Tais; SANTIAGO, Diana (Org.). Ensino coletivo de instrumentos musicais: Contribuições da pesquisa científica. Salvador: EDUFBA, 2017. 2. FARIA, Nelson. A arte da improvisação para todos os instrumentos. São Paulo: Vitale, 2010. 3. WOLTZENLOGEL, Celso. Flauta fácil: Método prático para principiantes. Volume 1. São Paulo: Vitale, 2009. 4. FRANK, Isolde. Método para flauta doce soprano. São Paulo: Ricordi Brasileira, 2002. 5. MÖNKEMEYER, Helmut. Método para flauta doce soprano. São Paulo: Ricordi, 1985.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: Prática de Instrumento Complementar – Flauta Doce e Transversal IV		
Código: MUS938		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Prática de Instrumento Complementar – Flauta Doce e Transversal III (MUS937)		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Estudo progressivo da prática da flauta transversal. Aspectos intermediários e avançados da técnica da flauta transversal: timbre, padrões musicais avançados, golpes de língua, combinações digitais avançadas, sistemas de afinação, saltos de registros, dinâmicas, técnicas estendidas. Aspectos avançados da técnica da flauta doce. Conjuntos de flautas doce. Desenvolvimento de competências musicais. Interpretação de repertório adaptado e específico da flauta transversal. Criação musical.		
OBJETIVOS		
• Ampliar as possibilidades musicais e pedagógicas com o instrumento; • Aprimorar a técnica intermediária do instrumento e iniciar a técnica avançada, incorporando técnicas estendidas; • Desenvolver a técnica avançada da flauta doce; • Interpretar obras musicais na flauta transversal e na flauta doce, individualmente e em grupo.		
PROGRAMA		
INTRODUÇÃO DOS ASPECTOS AVANÇADOS DA TÉCNICA DA FLAUTA TRANSVERSAL A percepção, estudo e manutenção do timbre Dinâmicas, <i>sons filés</i>, <i>fades</i> Registros extremos Saltos melódicos Articulação e golpes de língua Padrões musicais avançados Arpejos de tétrades Arpejos quebrados Escalas maiores e menores Transposição INTRODUÇÃO DAS TÉCNICAS ESTENDIDAS Aeolian sound Key clicks Slap tongue		

Pizzicato
 Jet whistle
 Flatter tongue
 Humming
 Whistle tone
 Bisbiglando
 Timbral sounds

PRÁTICA DO REPERTÓRIO

Estudos melódicos
 Adaptação e transcrição de obras da música brasileira e internacional contemplando os aspectos técnicos abordados, incluindo as técnicas estendidas
 Obras originais para flauta transversal da música ocidental de concerto e da música popular brasileira compatíveis com a proficiência instrumental
 Grupos de flautas
 Conjuntos de flautas doce
 Peças a 4 ou mais vozes
 Grupos mistos

METODOLOGIA DE ENSINO

A abordagem metodológica do componente prioriza a prática musical dos instrumentos e seu estudo técnico e interpretativo. A apreciação musical (vídeos, áudios, performances ao vivo) é também importante abordagem metodológica.
 Como material didático suplementar, serão criadas e disponibilizadas online vídeo-aulas para auxiliar o trabalho fora da sala de aula.
 Outros procedimentos metodológicos que também poderão ser utilizados são:
 Leituras e discussões;
 Apresentações musicais.

RECURSOS

Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador)
 Material didático-pedagógico
 Partitura musical
 Estante para partitura musical
 Instrumentos musicais
 Quadro branco pautado

AVALIAÇÃO

A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados:

- Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes

pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos;

- Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos;
- Desempenho artístico e musical;
- Domínio técnico instrumental e expressão musical;
- Sensibilidade estética, capacidade criativa em música;
- Domínio e utilização de recursos musicais;
- Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos.

Serão utilizados os instrumentos avaliativos:

- Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas;
- Trabalhos e projetos individuais e coletivos;
- Demonstração prática dos conteúdos abordados;
- Criação de arranjos e improvisações;
- Apresentações musicais individuais ou em grupo, fechadas ou abertas ao público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CZERNY, Carl; NETTO, Barrozo. **60 pequenos estudos - Volume 1**. São Paulo: Ricordi, 2008.
2. CARRILHO, Altamiro. **Chorinhos didáticos**. Rio de Janeiro: Bruno Quaino material cultural LTDA, 1993.
3. GRAMANI, José E. C. **Rítmica viva: a consciência musical do ritmo**. 1 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DANTAS, Tais; SANTIAGO, Diana (Org.). **Ensino coletivo de instrumentos musicais: Contribuições da pesquisa científica**. Salvador: EDUFBA, 2017.
2. FARIA, Nelson. **A arte da improvisação para todos os instrumentos**. São Paulo: Vitale, 2010.
3. WOLTZENLOGEL, Celso. **Flauta fácil: Método prático para principiantes**. Volume 1. São Paulo: Vitale, 2009.
4. FRANK, Isolde. **Método para flauta doce soprano**. São Paulo: Ricordi Brasileira, 2002.
5. MÖNKEMEYER, Helmut. **Método para flauta doce soprano**. São Paulo: Ricordi, 1985.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Prática de Instrumento Complementar – Percussão e Bateria I		
Código: MUS939		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Introdução e desenvolvimento da prática percussiva. Apresentação do panorama da percussão popular brasileira. Percussão como ferramenta pedagógica. Ritmos ligados às manifestações da cultura popular.		
OBJETIVOS		
• Desenvolver a musicalidade; • Identificar timbres, ritmos, formas musicais, altura e intensidade do som; • Analisar recursos técnicos e notações musicais; • Conhecer a história da percussão geral e brasileira.		
PROGRAMA		
UNIDADE I História da percussão geral e brasileira Noções elementares da percussão UNIDADE II Técnica de baquetas Técnica de mão Psicomotricidade Ritmos populares		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; Fruição audiovisual de obras e trechos musicais; Trabalhos e projetos individuais e coletivos; Análise auditiva de trechos e obras musicais; Criação de arranjos e improvisações; Prática musical individual e coletiva.		
RECURSOS		
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador)		

Material didático-pedagógico Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais Quadro branco pautado
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Desempenho artístico e musical; • Domínio técnico instrumental e expressão musical; • Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; • Domínio e utilização de recursos musicais; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Demonstração prática dos conteúdos abordados; • Criação de arranjos e improvisações; • Apresentações musicais individuais ou em grupo, fechadas ou abertas ao público.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. CZERNY, Carl; NETTO, Barrozo. 60 pequenos estudos - Volume 1. São Paulo: Ricordi, 2008. 2. CARRILHO, Altamiro. Chorinhos didáticos. Rio de Janeiro: Bruno Quaino material cultural LTDA, 1993. 3. GRAMANI, José E. C. Rítmica viva: a consciência musical do ritmo. 1 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
1. DANTAS, Tais; SANTIAGO, Diana (Org.). Ensino coletivo de instrumentos musicais: Contribuições da pesquisa científica. Salvador: EDUFBA, 2017. 2. FARIA, Nelson. A arte da improvisação para todos os instrumentos. São

Paulo: Vitale, 2010.

3. BOLÃO, Oscar. **Batuque é um privilégio: A percussão na música do Rio de Janeiro**. São Paulo: Vitale, 2010.
4. CHEDIAK, Almir. **Songbook Bossa Nova - Volume 1**. São Paulo: Vitale, 2009.
5. CHEDIAK, Almir. **Songbook Choro - Volume 1**. São Paulo: Vitale, 2009.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Prática de Instrumento Complementar – Percussão e Bateria II		
Código: MUS940		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Prática de Instrumento Complementar – Percussão e Bateria I (MUS939)		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Desenvolvimento da prática percussiva. A percussão popular brasileira como ferramenta pedagógica. Ritmos ligados às manifestações da cultura popular.		
OBJETIVOS		
• Desenvolver a musicalidade; • Conhecer ostinatos de ritmos da cultura popular; • Utilizar os gestos sonoros (percussão corporal); • Aprofundar na história da percussão no Brasil.		
PROGRAMA		
OSTINATOS E SUAS CAMADAS CORRESPONDENTES QUE COMPÕEM OS RITMOS POPULARES Camada grave Camada média Camada aguda Aplicações nos ritmos RITMOS POPULARES Samba e Baião Maracatu e Frevo Coco e Caboclinho O CORPO COMO FERRAMENTA DE MUSICALIZAÇÃO (GESTOS SONOROS) HISTÓRIA DA PERCUSSÃO NO BRASIL: ORIGENS E DESENVOLVIMENTO		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; Fruição audiovisual de obras e trechos musicais; Trabalhos e projetos individuais e coletivos; Análise auditiva de trechos e obras musicais; Criação de arranjos e improvisações; Prática musical individual e coletiva.		

RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais Quadro branco pautado
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Desempenho artístico e musical; • Domínio técnico instrumental e expressão musical; • Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; • Domínio e utilização de recursos musicais; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Demonstração prática dos conteúdos abordados; • Criação de arranjos e improvisações; • Apresentações musicais individuais ou em grupo, fechadas ou abertas ao público.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. CZERNY, Carl; NETTO, Barrozo. 60 pequenos estudos - Volume 1. São Paulo: Ricordi, 2008. 2. CARRILHO, Altamiro. Chorinhos didáticos. Rio de Janeiro: Bruno Quaino material cultural LTDA, 1993. 3. GRAMANI, José E. C. Rítmica viva: a consciência musical do ritmo. 1 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DANTAS, Tais; SANTIAGO, Diana (Org.). **Ensino coletivo de instrumentos musicais: Contribuições da pesquisa científica**. Salvador: EDUFBA, 2017.
2. FARIA, Nelson. **A arte da improvisação para todos os instrumentos**. São Paulo: Vitale, 2010.
3. BOLÃO, Oscar. **Batuque é um privilégio: A percussão na música do Rio de Janeiro**. São Paulo: Vitale, 2010.
4. CHEDIAK, Almir. **Songbook Bossa Nova - Volume 1**. São Paulo: Vitale, 2009.
5. CHEDIAK, Almir. **Songbook Choro - Volume 1**. São Paulo: Vitale, 2009.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Prática de Instrumento Complementar – Percussão e Bateria III		
Código: MUS941		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Prática de Instrumento Complementar – Percussão e Bateria II (MUS940)		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Desenvolvimento da prática percussiva. A percussão popular brasileira como ferramenta pedagógica. Ritmos ligados às manifestações da cultura popular. Confeção de instrumentos a partir de objetos recicláveis. Prática pedagógica musical com instrumentos de percussão.		
OBJETIVOS		
• Desenvolver a musicalidade; • Confeccionar instrumentos de percussão a partir de materiais recicláveis; • Desenvolver estratégias para o ensino de percussão em diversos contextos; • Conhecer ostinatos de ritmos da cultura popular; • Utilizar os gestos sonoros (percussão corporal); • Aprofundar na história da percussão no Brasil.		
PROGRAMA		
RITMOS POPULARES E ERUDITOS Choro e Bossa Nova Funk e Rock PRÁTICA PEDAGÓGICA COM A UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DESENVOLVIDOS A PARTIR DE MATERIAIS RECICLÁVEIS		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; Fruição audiovisual de obras e trechos musicais; Trabalhos e projetos individuais e coletivos; Análise auditiva de trechos e obras musicais; Criação de arranjos e improvisações; Prática musical individual e coletiva.		
RECURSOS		
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador)		

Material didático-pedagógico Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais Quadro branco pautado Materiais Recicláveis
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Desempenho artístico e musical; • Domínio técnico instrumental e expressão musical; • Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; • Domínio e utilização de recursos musicais; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Demonstração prática dos conteúdos abordados; • Criação de arranjos e improvisações; • Apresentações musicais individuais ou em grupo, fechadas ou abertas ao público.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. CZERNY, Carl; NETTO, Barrozo. 60 pequenos estudos - Volume 1. São Paulo: Ricordi, 2008. 2. CARRILHO, Altamiro. Chorinhos didáticos. Rio de Janeiro: Bruno Quaino material cultural LTDA, 1993. 3. GRAMANI, José E. C. Rítmica viva: a consciência musical do ritmo. 1 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
1. DANTAS, Tais; SANTIAGO, Diana (Org.). Ensino coletivo de instrumentos musicais: Contribuições da pesquisa científica. Salvador: EDUFBA, 2017.

2. FARIA, Nelson. **A arte da improvisação para todos os instrumentos.** São Paulo: Vitale, 2010.
3. BOLÃO, Oscar. **Batuque é um privilégio: A percussão na música do Rio de Janeiro.** São Paulo: Vitale, 2010.
4. CHEDIAK, Almir. **Songbook Bossa Nova - Volume 1.** São Paulo: Vitale, 2009.
5. CHEDIAK, Almir. **Songbook Choro - Volume 1.** São Paulo: Vitale, 2009.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Prática de Instrumento Complementar – Percussão e Bateria IV		
Código: MUS942		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Prática de Instrumento Complementar – Percussão e Bateria III (MUS941)		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Desenvolvimento da prática percussiva. Prática de estilos e repertórios nacionais e internacionais: Estados Unidos e América Latina. A percussão como ferramenta pedagógica. Ritmos ligados às manifestações da cultura popular e folclórica nacional e internacional.		
OBJETIVOS		
• Desenvolver a musicalidade; • Confeccionar instrumentos de percussão a partir de materiais recicláveis; • Desenvolver estratégias para o ensino de percussão em diversos contextos; • Conhecer ostinatos de ritmos da cultura popular; • Utilizar os gestos sonoros (percussão corporal); • Aprofundar o conhecimento histórico da percussão no desenvolvimento de ritmos e gêneros nacionais e internacionais.		
PROGRAMA		
UNIDADE I Música latina Música europeia Música norte-americana UNIDADE II Confecção de instrumentos de percussão a partir de materiais recicláveis Prática pedagógica com a utilização de instrumentos desenvolvidos a partir de materiais recicláveis		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; Fruição audiovisual de obras e trechos musicais; Trabalhos e projetos individuais e coletivos; Análise auditiva de trechos e obras musicais; Criação de arranjos e improvisações; Prática musical individual e coletiva.		
RECURSOS		

Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais Quadro branco pautado Materiais recicláveis
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Desempenho artístico e musical; • Domínio técnico instrumental e expressão musical; • Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; • Domínio e utilização de recursos musicais; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Demonstração prática dos conteúdos abordados; • Criação de arranjos e improvisações; • Apresentações musicais individuais ou em grupo, fechadas ou abertas ao público.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. CZERNY, Carl; NETTO, Barrozo. 60 pequenos estudos - Volume 1. São Paulo: Ricordi, 2008. 2. CARRILHO, Altamiro. Chorinhos didáticos. Rio de Janeiro: Bruno Quaino material cultural LTDA, 1993. 3. GRAMANI, José E. C. Rítmica viva: a consciência musical do ritmo. 1 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DANTAS, Tais; SANTIAGO, Diana (Org.). **Ensino coletivo de instrumentos musicais: Contribuições da pesquisa científica**. Salvador: EDUFBA, 2017.
2. FARIA, Nelson. **A arte da improvisação para todos os instrumentos**. São Paulo: Vitale, 2010.
3. BOLÃO, Oscar. **Batuque é um privilégio: A percussão na música do Rio de Janeiro**. São Paulo: Vitale, 2010.
4. CHEDIAK, Almir. **Songbook Bossa Nova - Volume 1**. São Paulo: Vitale, 2009.
5. CHEDIAK, Almir. **Songbook Choro - Volume 1**. São Paulo: Vitale, 2009.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Prática de Instrumento Complementar – Teclado e Piano I		
Código: MUS943		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Introdução ao estudo do teclado/piano e sua utilização como ferramenta pedagógica e musical: postura, consciência corporal, técnica, interpretação musical, leitura à primeira vista, e métodos eficazes de estudo. Apreciação de obras para teclado/piano de diferentes estilos e épocas. Interpretação de repertório específico e adaptado aos instrumentos.		
OBJETIVOS		
• Conhecer os instrumentos e suas possibilidades musicais e pedagógicas; • Desenvolver a técnica básica necessária à execução de músicas e exercícios musicais ao teclado/piano; • Desenvolver métodos eficazes de estudo individual; • Desenvolver a técnica básica da leitura à primeira vista, utilizando o instrumento; • Interpretar obras musicais simples ao teclado/piano, individualmente e em grupo.		
PROGRAMA		
CONHECENDO O TECLADO E O PIANO E SUAS POSSIBILIDADES História do teclado e do piano Tipos de teclado e piano Funcionamento dos instrumentos Cuidados com o instrumento CONSCIÊNCIA CORPORAL APLICADA AO ESTUDO DOS INSTRUMENTOS Postura e relaxamento Posição das mãos Peso de braço e ataque de dedo Técnica de Alexander LEITURA E REPERTÓRIO A cifra e a partitura Repertório para iniciação (nível básico) Composição de músicas e exercícios musicais ao teclado/piano Arranjos e transcrições, com ênfase na música popular brasileira Estratégias para facilitar a leitura à primeira vista Técnicas de acompanhamento		

ELEMENTOS DE TÉCNICA E INTERPRETAÇÃO Métodos eficazes de estudo Independência dos dedos Escalas, acordes e arpejos Articulação e dinâmica Apreciação de obras e discussões sobre interpretação
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; Fruição audiovisual de obras e trechos musicais; Trabalhos e projetos individuais e coletivos; Análise auditiva de trechos e obras musicais; Criação de arranjos e improvisações; Prática musical individual e coletiva.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais Quadro branco pautado
AValiação
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Desempenho artístico e musical; • Domínio técnico instrumental e expressão musical; • Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; • Domínio e utilização de recursos musicais; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos;

- Demonstração prática dos conteúdos abordados;
- Criação de arranjos e improvisações;
- Apresentações musicais individuais ou em grupo, fechadas ou abertas ao público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CZERNY, Carl; NETTO, Barrozo. **60 pequenos estudos - Volume 1**. São Paulo: Ricordi, 2008.
2. CARRILHO, Altamiro. **Chorinhos didáticos**. Rio de Janeiro: Bruno Quaino material cultural LTDA, 1993.
3. GRAMANI, José E. C. **Rítmica viva: a consciência musical do ritmo**. 1 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DANTAS, Tais; SANTIAGO, Diana (Org.). **Ensino coletivo de instrumentos musicais: Contribuições da pesquisa científica**. Salvador: EDUFBA, 2017.
2. FARIA, Nelson. **A arte da improvisação para todos os instrumentos**. São Paulo: Vitale, 2010.
3. MASCARENHAS, Mario. **Curso de piano - Volume 2**. São Paulo: Vitale, 1999.
4. CHEDIAK, Almir. **Songbook Bossa Nova - Volume 1**. São Paulo: Vitale, 2009.
5. MASCARENHAS, Mario. **Curso de piano: Primeiro volume para jovens e adultos**. 18ª edição. São Paulo: Irmãos Vitale, 1996.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Prática de Instrumento Complementar – Teclado e Piano II		
Código: MUS944		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Prática de Instrumento Complementar – Teclado e Piano I (MUS943)		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Continuação do estudo do teclado/piano e sua utilização como ferramenta pedagógica e musical: técnica, interpretação musical, prática de performance, composição, leitura à primeira vista, e métodos eficazes de estudo. Apreciação de obras para teclado/piano de diferentes estilos e épocas. Interpretação de repertório específico e adaptado ao instrumento.		
OBJETIVOS		
• Aprofundar os conhecimentos acerca dos instrumentos, assim como de suas possibilidades musicais e pedagógicas; • Desenvolver a técnica básica necessária à execução de músicas de nível básico-intermediário e exercícios musicais ao teclado/piano; • Desenvolver a leitura à primeira vista, utilizando o instrumento; • Interpretar obras musicais de nível básico-intermediário ao teclado/piano, individualmente e em grupo; • Aprender a lidar com a ansiedade e o nervosismo, comuns à performance.		
PROGRAMA		
ELEMENTOS DE TÉCNICA E INTERPRETAÇÃO Métodos eficazes de estudo Independência dos dedos Escalas, acordes e arpejos Articulação e dinâmica Apreciação de obras e discussões sobre interpretação LEITURA E REPERTÓRIO Repertório de nível básico-intermediário para teclado/piano solo Repertório de nível básico-intermediário para teclado/piano colaborador Composição de músicas e exercícios musicais ao teclado/piano Arranjos e transcrições, com ênfase na música popular brasileira Estratégias para facilitar a leitura à primeira vista Técnicas de acompanhamento PSICOLOGIA DA PERFORMANCE Tipos de prática Desenvolver habilidades		

Prática de performance Técnicas para fixação do estudo: como não “perder” o que foi praticado Lidando com a ansiedade e o nervosismo Entrando e permanecendo na zona de alta performance LABORATÓRIO DE PERFORMANCE
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; Fruição audiovisual de obras e trechos musicais; Trabalhos e projetos individuais e coletivos; Análise auditiva de trechos e obras musicais; Criação de arranjos e improvisações; Prática musical individual e coletiva.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais Quadro branco pautado
AValiação
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Desempenho artístico e musical; • Domínio técnico instrumental e expressão musical; • Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; • Domínio e utilização de recursos musicais; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Demonstração prática dos conteúdos abordados;

- Criação de arranjos e improvisações;
- Apresentações musicais individuais ou em grupo, fechadas ou abertas ao público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CZERNY, Carl; NETTO, Barrozo. **60 pequenos estudos - Volume 1**. São Paulo: Ricordi, 2008.
2. CARRILHO, Altamiro. **Chorinhos didáticos**. Rio de Janeiro: Bruno Quaino material cultural LTDA, 1993.
3. GRAMANI, José E. C. **Rítmica viva: a consciência musical do ritmo**. 1 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DANTAS, Tais; SANTIAGO, Diana (Org.). **Ensino coletivo de instrumentos musicais: Contribuições da pesquisa científica**. Salvador: EDUFBA, 2017.
2. FARIA, Nelson. **A arte da improvisação para todos os instrumentos**. São Paulo: Vitale, 2010.
3. MASCARENHAS, Mario. **Curso de piano - Volume 2**. São Paulo: Vitale, 1999.
4. CHEDIK, Almir. **Songbook Bossa Nova - Volume 1**. São Paulo: Vitale, 2009.
5. MASCARENHAS, Mario. **Curso de piano: Primeiro volume para jovens e adultos**. 18ª edição. São Paulo: Irmãos Vitale, 1996.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Prática de Instrumento Complementar – Teclado e Piano III		
Código: MUS945		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Prática de Instrumento Complementar – Teclado e Piano II (MUS944)		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Continuação do estudo do teclado/piano e sua utilização como ferramenta pedagógica e musical: técnica, interpretação musical, prática de performance, composição, leitura à primeira vista, e métodos eficazes de estudo. Apreciação de obras para teclado/piano de diferentes estilos e épocas. Interpretação de repertório específico e adaptado ao instrumento.		
OBJETIVOS		
• Aprofundar os conhecimentos acerca dos instrumentos, assim como de suas possibilidades musicais e pedagógicas; • Desenvolver a técnica básica necessária à execução de músicas de nível básico-intermediário e exercícios musicais ao teclado/piano; • Desenvolver a leitura à primeira vista, utilizando o instrumento; • Interpretar obras musicais de nível básico-intermediário ao teclado/piano, individualmente e em grupo; • Aprender a lidar com a ansiedade e o nervosismo, comuns à performance.		
PROGRAMA		
ELEMENTOS DE TÉCNICA E INTERPRETAÇÃO Métodos eficazes de estudo Independência dos dedos Escalas, acordes e arpejos Articulação e dinâmica Apreciação de obras e discussões sobre interpretação LEITURA E REPERTÓRIO Repertório de nível básico-intermediário para teclado/piano solo Repertório de nível básico-intermediário para teclado/piano colaborador Composição de músicas e exercícios musicais ao teclado/piano Arranjos e transcrições, com ênfase na música popular brasileira Estratégias para facilitar a leitura à primeira vista Técnicas de acompanhamento PSICOLOGIA DA PERFORMANCE Tipos de prática Desenvolver habilidades		

Prática de performance Técnicas para fixação do estudo: como não “perder” o que foi praticado Lidando com a ansiedade e o nervosismo Entrando e permanecendo na zona de alta performance LABORATÓRIO DE PERFORMANCE
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; Fruição audiovisual de obras e trechos musicais; Trabalhos e projetos individuais e coletivos; Análise auditiva de trechos e obras musicais; Criação de arranjos e improvisações; Prática musical individual e coletiva.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais Quadro branco pautado
AValiação
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: ● Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; ● Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; ● Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; ● Desempenho artístico e musical; ● Domínio técnico instrumental e expressão musical; ● Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; ● Domínio e utilização de recursos musicais; ● Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: ● Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; ● Trabalhos e projetos individuais e coletivos; ● Demonstração prática dos conteúdos abordados;

- Criação de arranjos e improvisações;
- Apresentações musicais individuais ou em grupo, fechadas ou abertas ao público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CZERNY, Carl; NETTO, Barrozo. **60 pequenos estudos - Volume 1**. São Paulo: Ricordi, 2008.
2. CARRILHO, Altamiro. **Chorinhos didáticos**. Rio de Janeiro: Bruno Quaino material cultural LTDA, 1993.
3. GRAMANI, José E. C. **Rítmica viva: a consciência musical do ritmo**. 1 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DANTAS, Tais; SANTIAGO, Diana (Org.). **Ensino coletivo de instrumentos musicais: Contribuições da pesquisa científica**. Salvador: EDUFBA, 2017.
2. FARIA, Nelson. **A arte da improvisação para todos os instrumentos**. São Paulo: Vitale, 2010.
3. MASCARENHAS, Mario. **Curso de piano - Volume 2**. São Paulo: Vitale, 1999.
4. CHEDIAK, Almir. **Songbook Bossa Nova - Volume 1**. São Paulo: Vitale, 2009.
5. MASCARENHAS, Mario. **Curso de piano: Primeiro volume para jovens e adultos**. 18ª edição. São Paulo: Irmãos Vitale, 1996.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Prática de Instrumento Complementar – Teclado e Piano IV		
Código: MUS946		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 20h	CH Prática: 20h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Prática de Instrumento Complementar – Teclado e Piano III (MUS945)		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Continuação do estudo do teclado/piano e sua utilização como ferramenta pedagógica e musical: técnica, interpretação musical, prática de performance, composição, leitura à primeira vista, e métodos eficazes de estudo. Apreciação de obras para teclado/piano de diferentes estilos e épocas. Interpretação de repertório específico e adaptado ao instrumento.		
OBJETIVOS		
• Aprofundar os conhecimentos acerca dos instrumentos, assim como de suas possibilidades musicais e pedagógicas; • Desenvolver a técnica básica necessária à execução de músicas de nível intermediário e exercícios musicais ao teclado/piano; • Desenvolver a leitura à primeira vista, utilizando o instrumento; • Interpretar obras musicais de nível intermediário ao teclado/piano, individualmente e em grupo; • Aprender a lidar com a ansiedade e o nervosismo, comuns à performance.		
PROGRAMA		
ELEMENTOS DE TÉCNICA E INTERPRETAÇÃO Métodos eficazes de estudo Independência dos dedos Escalas, acordes e arpejos Articulação e dinâmica Apreciação de obras e discussões sobre interpretação LEITURA E REPERTÓRIO Repertório de nível intermediário para teclado/piano solo Repertório de nível intermediário para teclado/piano colaborador Composição de músicas e exercícios musicais ao teclado/piano Arranjos e transcrições, com ênfase na música popular brasileira Estratégias para facilitar a leitura à primeira vista Técnicas de acompanhamento PSICOLOGIA DA PERFORMANCE Tipos de prática Desenvolver habilidades		

Prática de performance Técnicas para fixação do estudo: como não “perder” o que foi praticado Lidando com a ansiedade e o nervosismo Entrando e permanecendo na zona de alta performance LABORATÓRIO DE PERFORMANCE
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; Fruição audiovisual de obras e trechos musicais; Trabalhos e projetos individuais e coletivos; Análise auditiva de trechos e obras musicais; Criação de arranjos e improvisações; Prática musical individual e coletiva.
RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais Quadro branco pautado
AValiação
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Participação em trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Desempenho artístico e musical; • Domínio técnico instrumental e expressão musical; • Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; • Domínio e utilização de recursos musicais; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Demonstração prática dos conteúdos abordados;

- Criação de arranjos e improvisações;
- Apresentações musicais individuais ou em grupo, fechadas ou abertas ao público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CZERNY, Carl; NETTO, Barrozo. **60 pequenos estudos - Volume 1**. São Paulo: Ricordi, 2008.
2. CARRILHO, Altamiro. **Chorinhos didáticos**. Rio de Janeiro: Bruno Quaino material cultural LTDA, 1993.
3. GRAMANI, José E. C. **Rítmica viva: a consciência musical do ritmo**. 1 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DANTAS, Tais; SANTIAGO, Diana (Org.). **Ensino coletivo de instrumentos musicais: Contribuições da pesquisa científica**. Salvador: EDUFBA, 2017.
2. FARIA, Nelson. **A arte da improvisação para todos os instrumentos**. São Paulo: Vitale, 2010.
3. MASCARENHAS, Mario. **Curso de piano - Volume 2**. São Paulo: Vitale, 1999.
4. CHEDIK, Almir. **Songbook Bossa Nova - Volume 1**. São Paulo: Vitale, 2009.
5. MASCARENHAS, Mario. **Curso de piano: Primeiro volume para jovens e adultos**. 18ª edição. São Paulo: Irmãos Vitale, 1996.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Prática Musical em Conjunto A		
Código: MUS947		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 10h	CH Prática: 30h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Prática musical coletiva. Leitura e solfejo musical à primeira vista. Formação de grupos musicais considerando as especificidades dos envolvidos. Estudo de repertório.		
OBJETIVOS		
• Praticar a interpretação musical coletiva; • Desenvolver habilidades musicais individuais e em grupo; • Aprimorar a percepção e a sensibilidade musicais por meio da apreciação.		
PROGRAMA		
FUNCIONAMENTO DE GRUPOS MUSICAIS Afinação, fraseado, equilíbrio entre o ouvido interno e externo, exploração criativa do instrumento Estudo com pulso interno e artificial PRÁTICA DE REPERTÓRIO Adaptação de repertório Arranjos Transcrições Criação coletiva Improvisação APRESENTAÇÕES MUSICAIS		
METODOLOGIA DE ENSINO		
A abordagem metodológica do componente prioriza a prática musical dos instrumentos e seu estudo técnico e interpretativo. A apreciação musical (vídeos, áudios, performances ao vivo) é também importante abordagem metodológica. Como material didático suplementar, serão criadas e disponibilizadas online faixas de áudio para trabalho fora da sala de aula Outros procedimentos metodológicos que também poderão ser utilizados são: Leituras e discussões; Apresentações musicais.		

RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais Quadro branco pautado
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: ● Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; ● Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; ● Desempenho artístico e musical; ● Domínio técnico vocal/instrumental e expressão musical; ● Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; ● Domínio e utilização de recursos musicais; ● Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: ● Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; ● Trabalhos e projetos individuais e coletivos; ● Demonstração prática dos conteúdos abordados; ● Criação de arranjos e improvisações; ● Capacidade de assimilação do repertório trabalhado, considerando as especificidades técnicas e interpretativas; ● Apresentações musicais em grupo, fechadas ou abertas ao público.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. FARIA, Nelson. A arte da improvisação para todos os instrumentos. São Paulo: Vitale, 2010. 2. PAIVA, Rodrigo Gudin; ALEXANDRE, Rafael Cleiton. Bateria e percussão brasileira em grupo. Itajaí: Rodrigo Paiva, 2010. 3. MASCARENHAS, Mario. Curso de piano: Primeiro volume para jovens e adultos. 18ª edição. São Paulo: Irmãos Vitale, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
1. CHEDIAK, Almir. Songbook Bossa Nova - Volume 1. São Paulo: Vitale, 2009. 2. CHEDIAK, Almir. Songbook Choro - Volume 1. São Paulo: Vitale, 2009. 3. CHEDIAK, Almir. Songbook Djavan - Volume 1. São Paulo: Vitale, 2009. 4. GARCIA, Luiz Alfredo. Teoria Musical - Estruturas Rítmicas, Melódicas e Harmônicas. Curitiba: Prismas, 2015. 5. NAPOLITANO, Marcos. História e Música: História cultural da música popular. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.	
Coordenador do Curso 	Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Prática Musical em Conjunto B		
Código: MUS948		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 10h	CH Prática: 30h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Prática musical coletiva. Leitura e solfejo musical à primeira vista. Formação de grupos musicais considerando as especificidades dos envolvidos. Estudo de repertório.		
OBJETIVOS		
• Praticar a interpretação musical coletiva; • Desenvolver habilidades musicais individuais e em grupo; • Aprimorar a percepção e a sensibilidade musicais por meio da apreciação.		
PROGRAMA		
FUNCIONAMENTO DE GRUPOS MUSICAIS Afinação, fraseado, equilíbrio entre o ouvido interno e externo, exploração criativa do instrumento Estudo com pulso interno e artificial PRÁTICA DE REPERTÓRIO Adaptação de repertório Arranjos Transcrições Criação coletiva Improvisação APRESENTAÇÕES MUSICAIS		
METODOLOGIA DE ENSINO		
A abordagem metodológica do componente prioriza a prática musical dos instrumentos e seu estudo técnico e interpretativo. A apreciação musical (vídeos, áudios, performances ao vivo) é também importante abordagem metodológica. Como material didático suplementar, serão criadas e disponibilizadas online faixas de áudio para trabalho fora da sala de aula Outros procedimentos metodológicos que também poderão ser utilizados são: Leituras e discussões; Apresentações musicais.		
RECURSOS		

Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais Quadro branco pautado
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Desempenho artístico e musical; • Domínio técnico vocal/instrumental e expressão musical; • Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; • Domínio e utilização de recursos musicais; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Demonstração prática dos conteúdos abordados; • Criação de arranjos e improvisações; • Apresentações musicais individuais ou em grupo, fechadas ou abertas ao público.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. FARIA, Nelson. A arte da improvisação para todos os instrumentos. São Paulo: Vitale, 2010. 2. PAIVA, Rodrigo Gudin; ALEXANDRE, Rafael Cleiton. Bateria e percussão brasileira em grupo. Itajaí: Rodrigo Paiva, 2010. 3. MASCARENHAS, Mario. Curso de piano: Primeiro volume para jovens e adultos. 18ª edição. São Paulo: Irmãos Vitale, 1996.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
1. CHEDIK, Almir. Songbook Bossa Nova - Volume 1. São Paulo: Vitale, 2009.

2. CHEDIAK, Almir. **Songbook Choro - Volume 1**. São Paulo: Vitale, 2009.
3. CHEDIAK, Almir. **Songbook Djavan - Volume 1**. São Paulo: Vitale, 2009.
4. GARCIA, Luiz Alfredo. **Teoria Musical - Estruturas Rítmicas, Melódicas e Harmônicas**. Curitiba: Prismas, 2015.
5. NAPOLITANO, Marcos. **História e Música: História cultural da música popular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Prática Musical em Conjunto C		
Código: MUS949		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 10h	CH Prática: 30h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Prática musical coletiva. Leitura e solfejo musical à primeira vista. Formação de grupos musicais considerando as especificidades dos envolvidos. Estudo de repertório.		
OBJETIVOS		
• Praticar a interpretação musical coletiva; • Desenvolver habilidades musicais individuais e em grupo; • Aprimorar a percepção e a sensibilidade musicais por meio da apreciação.		
PROGRAMA		
FUNCIONAMENTO DE GRUPOS MUSICAIS Afinação, fraseado, equilíbrio entre o ouvido interno e externo, exploração criativa do instrumento Estudo com pulso interno e artificial PRÁTICA DE REPERTÓRIO Adaptação de repertório Arranjos Transcrições Criação coletiva Improvisação APRESENTAÇÕES MUSICAIS		
METODOLOGIA DE ENSINO		
A abordagem metodológica do componente prioriza a prática musical dos instrumentos e seu estudo técnico e interpretativo. A apreciação musical (vídeos, áudios, performances ao vivo) é também importante abordagem metodológica. Como material didático suplementar, serão criadas e disponibilizadas online faixas de áudio para trabalho fora da sala de aula. Outros procedimentos metodológicos que também poderão ser utilizados são: Leituras e discussões; Apresentações musicais.		

RECURSOS
Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais Quadro branco pautado
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: ● Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; ● Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; ● Desempenho artístico e musical; ● Domínio técnico vocal/instrumental e expressão musical; ● Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; ● Domínio e utilização de recursos musicais; ● Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: ● Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; ● Trabalhos e projetos individuais e coletivos; ● Demonstração prática dos conteúdos abordados; ● Criação de arranjos e improvisações; ● Apresentações musicais individuais ou em grupo, fechadas ou abertas ao público.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. FARIA, Nelson. A arte da improvisação para todos os instrumentos. São Paulo: Vitale, 2010. 2. PAIVA, Rodrigo Gudin; ALEXANDRE, Rafael Cleiton. Bateria e percussão brasileira em grupo. Itajaí: Rodrigo Paiva, 2010. 3. MASCARENHAS, Mario. Curso de piano: Primeiro volume para jovens e adultos. 18ª edição. São Paulo: Irmãos Vitale, 1996.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CHEDIAK, Almir. **Songbook Bossa Nova - Volume 1**. São Paulo: Vitale, 2009.
2. CHEDIAK, Almir. **Songbook Choro - Volume 1**. São Paulo: Vitale, 2009.
3. CHEDIAK, Almir. **Songbook Djavan - Volume 1**. São Paulo: Vitale, 2009.
4. GARCIA, Luiz Alfredo. **Teoria Musical - Estruturas Rítmicas, Melódicas e Harmônicas**. Curitiba: Prismas, 2015.
5. NAPOLITANO, Marcos. **História e Música: História cultural da música popular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: Prática Musical em Conjunto D		
Código: MUS950		
Carga horária total: 40h	CH Teórica: 10h	CH Prática: 30h
CH Prática como Componente Curricular de ensino (PCC): 0h		
Número de créditos: 2		
Pré-requisito: Nenhum		
Semestre: Optativa		
Nível: Superior		
EMENTA		
Prática musical coletiva. Leitura e solfejo musical à primeira vista. Formação de grupos musicais considerando as especificidades dos envolvidos. Estudo de repertório.		
OBJETIVOS		
• Praticar a interpretação musical coletiva; • Desenvolver habilidades musicais individuais e em grupo; • Aprimorar a percepção e a sensibilidade musicais por meio da apreciação.		
PROGRAMA		
FUNCIONAMENTO DE GRUPOS MUSICAIS Afinação, fraseado, equilíbrio entre o ouvido interno e externo, exploração criativa do instrumento Estudo com pulso interno e artificial PRÁTICA DE REPERTÓRIO Adaptação de repertório Arranjos Transcrições Criação coletiva Improvisação APRESENTAÇÕES MUSICAIS		
METODOLOGIA DE ENSINO		
A abordagem metodológica do componente prioriza a prática musical dos instrumentos e seu estudo técnico e interpretativo. A apreciação musical (vídeos, áudios, performances ao vivo) é também importante abordagem metodológica. Como material didático suplementar, serão criadas e disponibilizadas online faixas de áudio para trabalho fora da sala de aula Outros procedimentos metodológicos que também poderão ser utilizados são: Leituras e discussões; Apresentações musicais.		
RECURSOS		

Recursos audiovisuais (equipamento de som estéreo, projetor multimídia, microcomputador) Material didático-pedagógico Partitura musical Estante para partitura musical Instrumentos musicais Quadro branco pautado
AVALIAÇÃO
A avaliação do componente curricular terá caráter diagnóstico, formativo, processual e continuado e ocorrerá considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Conforme o Regulamento da Organização Didática, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas, sendo atribuída ao estudante a média obtida nas avaliações aplicadas em cada etapa, e, independentemente do número de aulas semanais, serão aplicadas, no mínimo, duas avaliações por etapa. Serão critérios avaliados: • Avaliação contínua do desenvolvimento de cada aluno, considerando os seguintes pontos: interesse na disciplina, comprometimento com a excelência, participação em sala de aula e cumprimento dos prazos pré-estabelecidos; • Criatividade, curiosidade, capacidade investigativa e uso de recursos; • Desempenho artístico e musical; • Domínio técnico vocal/instrumental e expressão musical; • Sensibilidade estética, capacidade criativa em música; • Domínio e utilização de recursos musicais; • Organização, formatação, coerência, uso da língua padrão, uso da terminologia musical adequada e domínio do conteúdo nos instrumentos avaliativos escritos. Serão utilizados os instrumentos avaliativos: • Acompanhamento e observação do desempenho e envolvimento na disciplina e atividades propostas; • Trabalhos e projetos individuais e coletivos; • Demonstração prática dos conteúdos abordados; • Criação de arranjos e improvisações; • Apresentações musicais individuais ou em grupo, fechadas ou abertas ao público.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. FARIA, Nelson. A arte da improvisação para todos os instrumentos. São Paulo: Vitale, 2010. 2. PAIVA, Rodrigo Gudin; ALEXANDRE, Rafael Cleiton. Bateria e percussão brasileira em grupo. Itajaí: Rodrigo Paiva, 2010. 3. MASCARENHAS, Mario. Curso de piano: Primeiro volume para jovens e adultos. 18ª edição. São Paulo: Irmãos Vitale, 1996.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
1. CHEDIK, Almir. Songbook Bossa Nova - Volume 1. São Paulo: Vitale, 2009.

2. CHEDIAK, Almir. **Songbook Choro - Volume 1**. São Paulo: Vitale, 2009.
3. CHEDIAK, Almir. **Songbook Djavan - Volume 1**. São Paulo: Vitale, 2009.
4. GARCIA, Luiz Alfredo. **Teoria Musical - Estruturas Rítmicas, Melódicas e Harmônicas**. Curitiba: Prismas, 2015.
5. NAPOLITANO, Marcos. **História e Música: História cultural da música popular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

APÊNDICE A

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE MÚSICA - LICENCIATURA DO IFCE *CAMPUS* CRATEÚS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente regulamento tem por objetivo normatizar as Atividades Complementares no âmbito do Curso de Música - Licenciatura do IFCE *campus* Crateús, bem como operacionalizar a oferta, aproveitamento, validação e registro das Atividades Complementares que compõem o currículo obrigatório do curso.

Art. 2º Entende-se como Atividade Complementar a atividade não integrante nas práticas pedagógicas previstas nos componentes curriculares obrigatórios do curso, desde que afins à área de formação geral e profissional do curso.

Parágrafo único. As Atividades Complementares são compreendidas como:

I - Um núcleo formativo flexível para o enriquecimento curricular, dando ao discente a oportunidade de ampliar e diversificar suas experiências de acordo com seu interesse, disponibilidade e perfil, proporcionando maior controle sobre seu próprio itinerário formativo, sempre com vistas ao perfil do egresso estabelecido pelo presente documento e à legislação vigente;

II - Modo de intensificar as relações entre o aluno, a realidade social e o mundo do trabalho;

III - Mecanismo de promoção e atualização constante do currículo do curso, preconizando o contato com as mais recentes proposições relacionadas às temáticas do curso;

IV - Momento ímpar para abordagem dos temas transversais e, se atentando à primazia das artes, estabelecida por lei (Lei 9394/96, art. 26-A, § 2º), para o desenvolvimento de conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros;

V - Momento de articulação às atividades de ensino, pesquisa e extensão, reforçando-as e destacando a relação teoria-práticas nessas ações.

Art. 3º Os objetivos gerais das Atividades Complementares são os de flexibilizar o currículo, aproximar o discente da realidade social e profissional e propiciar-lhe a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar.

Art. 4º As Atividades Complementares se constituem parte integrante o currículo do curso de Música - Licenciatura do IFCE *campus* Crateús.

§1º As Atividades Complementares devem ser desenvolvidas no decorrer do curso, sem prejuízo da frequência e aproveitamento das demais atividades curriculares, sendo sua realização obrigatória para a graduação do discente, com carga horária mínima de 200 horas.

§2º A integralização das Atividades Complementares é de responsabilidade discente.

§3º As Atividades Complementares não devem ser confundidas com a Prática como Componente Curricular ou com o Estágio Curricular Supervisionado.

CAPÍTULO II

DA REALIZAÇÃO, TRAMITAÇÃO E REGISTRO

Art. 5º As Atividades Complementares poderão ser desenvolvidas no âmbito do próprio IFCE *campus* Crateús, demais *campi* e em outros espaços, que propiciem a complementação da formação do discente, configurando-se conforme estabelecido no Art. 1º e assegurando o alcance dos objetivos previstos no Art. 2º.

Art. 6º As Atividades Complementares serão avaliadas e reconhecidas no primeiro mês de cada semestre, por uma comissão designada pelo coordenador do curso, em data a ser estipulada por ele.

Parágrafo único. Avaliações extemporâneas serão avaliadas pelo coordenador do curso, mediante necessidade excepcional comprovada.

Art. 7º Durante o período determinado no Art. 6º, o discente deverá apresentar os comprovantes cabíveis e suas respectivas cópias, acompanhadas do formulário, ao coordenador do curso, que protocolará o recebimento e autenticará as cópias, encaminhando-as posteriormente à comissão semestral de avaliação para apreciação.

§1º O formulário a que se refere o *caput* encontra-se no Anexo II.

§2º O discente deverá preencher o formulário a que se refere o *caput*, inclusive o quadro de carga horária, baseado na documentação que será apresentada e observando os limites especificados no Anexo I, não sendo aceitos formulários incompletos.

§3º A comissão poderá recusar a atividade se considerar insatisfatória.

Art. 8º Ao fim do semestre em que foram apresentadas, as Atividades Complementares serão creditadas no sistema acadêmico pela comissão semestral de avaliação.

§1º O discente deve solicitar a matrícula em Atividades Complementares no sistema acadêmico no semestre em que pretende apresentar atividades para cômputo.

§2º As Atividades Complementares realizadas pelo estudante serão registradas no histórico-escolar sob a sigla genérica de Atividade Complementar (AC), constando a carga horária validada.

Art. 9º Serão reconhecidos como documentos válidos para fins de cômputo das Atividades Complementares documentos legais com assinatura do responsável ou certificação digital e respectiva carga horária.

§1º Para comprovação de autoria ou coautoria de trabalho/artigo/livro/capítulo de livro publicados, serão aceitos a cópia da capa, índice e primeira página do trabalho/artigo/livro/capítulo de livro.

§2º Para a comprovação de participação como intérprete de apresentação artística, será aceito o programa impresso original em que conste a data, o local, o programa apresentado e o(s) nome(s) do(s) intérprete(s).

§3º Para a comprovação de participação como ouvinte de apresentação artística, será aceito o programa impresso original em que conste a data, o local, o programa apresentado e o(s) nome(s) do(s) intérprete(s), acompanhado de breve relato sobre a apresentação.

§4º Para comprovação de visita a museu, galeria, espaço cultural ou ateliê artístico, será aceito o canhoto do ingresso de entrada ou programa original da exposição acompanhada de cópia do livro ata de visitação do museu/galeria/ateliê em que conste a assinatura do discente.

§5º Para comprovação da atuação em projetos de iniciativa própria, será aceito relato da ação acompanhado de registro audiovisual.

Art. 10 As cópias autenticadas, após cômputo, serão arquivadas na pasta de Atividades Complementares do discente.

§1º Após integralização completa do curso e colação de grau, o discente poderá retirar a documentação a que se refere o *caput* num prazo de 60 dias corridos.

§2º A documentação a que se refere o *caput* será destruída após 60 dias corridos passados da colação de grau do discente.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I

DO COORDENADOR DO CURSO

Art. 11 Ao coordenador do curso compete:

I – Designar e presidir a comissão semestral de avaliação, conforme Art. 6º;

- II – Definir o período para validação, reconhecimento e avaliação das Atividades Complementares em cada semestre, conforme disposto no Art. 6º;
- III – Propiciar condições para o processo de avaliação e acompanhamento das Atividades Complementares;
- IV – Supervisionar o desenvolvimento das Atividades Complementares;
- V – Fazer conhecer este regulamento no âmbito do Curso de Música - Licenciatura do IFCE *campus* Crateús;
- VI – Julgar, ouvido o Colegiado do Curso e a comissão semestral de avaliação, os casos não previstos no presente Regulamento.

SEÇÃO II

DA COMISSÃO SEMESTRAL DE AVALIAÇÃO

Art. 12 Compete à comissão semestral de avaliação:

- I – Apreciar, avaliar e reconhecer as Atividades Complementares dos discentes do curso de Música - Licenciatura do IFCE *campus* Crateús, mediante solicitação discente, dentro dos prazos estabelecidos;
- II – Atribuir carga horária para as atividades apresentadas, segundo os critérios estabelecidos pelo presente Regulamento;
- III – Efetuar o registro acadêmico dos créditos referentes às atividades apresentadas e reconhecidas pelos discentes no semestre;
- II – Propor ao coordenador do curso soluções para casos não previstos neste Regulamento.

SEÇÃO III

DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 13 Compete ao Colegiado do Curso:

- I – Propor ao coordenador do curso soluções para casos não previstos neste Regulamento.

SEÇÃO IV

DO DISCENTE

Art. 14 Ao discente compete:

- I – Informar-se sobre este Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora do IFCE *campus* Crateús que propiciem cômputo de carga horária para Atividades Complementares;
- II – Inscrever-se e participar efetivamente das atividades;
- III – Solicitar a matrícula e a avaliação em Atividades Complementares, conforme prevê este Regulamento;
- IV – Providenciar a documentação comprobatória, relativa à sua participação efetiva nas atividades realizadas;
- V – Entregar a documentação necessária para a avaliação e cômputo da carga horária das Atividades Complementares, até a data limite estabelecida pelo coordenador do curso;
- VI – Arquivar a documentação comprobatória das Atividades Complementares e apresentá-la sempre que solicitada.

CAPÍTULO IV

DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 15 Na avaliação das Atividades Complementares desenvolvidas pelo discente, serão considerados:

I – A compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com este Regulamento e os objetivos do curso;

II – O total de horas dedicadas à atividade, de acordo com o Anexo I.

§1º Somente será considerada, para efeito de atribuição de créditos, a participação em atividades desenvolvidas após o ingresso do aluno no curso.

Art. 16 As Atividades Complementares estão divididas em quatro grupos:

I – Atividades de Ensino;

II – Atividades de Pesquisa;

III – Atividades de Extensão;

IV – Atividades Artísticas, Culturais, Esportivas, Sociais e de Gestão.

§1º O Estágio Curricular Supervisionado e as atividades a ele vinculadas não poderão ser pontuadas em Atividades Complementares.

§2º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e as atividades a ele vinculadas não poderão ser pontuadas em Atividades Complementares.

Art. 17 O discente deve participar de atividades que contemplem os quatro grupos dispostos no Art. 16 e obter um mínimo de 30 horas em cada um dos grupos, privilegiando a diversidade formativa.

Parágrafo único. Atividades contempladas em mais de um grupo serão consideradas visando proporcionar o melhor cômputo para o discente:

I – Serão computadas no item de escolha do discente;

II – Serão computadas no grupo em que o discente ainda não completou a carga horária mínima;

III – Serão computadas no item em que o discente ainda não atingiu o limite de carga horária, conforme Art. 18;

IV – Serão computadas no item em que valham a maior carga horária.

Art. 18 As atividades apresentam limites máximos de carga horária aproveitável.

§1º A carga horária que ultrapassar o limite da atividade e não puder ser considerada em outro item, será desconsiderada.

§2º Uma mesma atividade não pode ser computada em dois itens.

§3º Os limites estão dispostos no Anexo I deste Regulamento.

Art. 19 Será considerado aprovado o aluno que, no decorrer do curso, apresentar um mínimo de 200 horas de Atividades Complementares, atendendo às especificidades dispostas nos Art. 17 e Art. 18.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20 Os casos omissos serão avaliados pelo coordenador do curso, auxiliado pelo Colegiado do Curso e pela comissão semestral de avaliação.

ANEXO I
ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Descreve e especifica as atividades pertencentes a cada grupo, conforme Art. 16 e estabelece os critérios e limites de aproveitamento de carga horária em cada atividade, conforme Art. 18.

I – ATIVIDADES DE ENSINO

ITEM	ATIVIDADES	CRITÉRIO	CARGA HORÁRIA	CARGA HORÁRIA MÁXIMA
1	Disciplinas cursadas com aproveitamento, não previstas no currículo obrigatório	Carga horária	Carga horária da disciplina	80h
2	Participação na organização da semana acadêmica do curso	Carga horária	Carga horária comprovada	40h
3	Monitoria	Cada semestre	40h	80h
4	Participação como ouvinte em oficinas, workshops, masterclasses, minicursos, com certificado	Carga horária	Carga horária comprovada	40h
5	Visita Técnica, quando não registrada na carga horária da disciplina	Cada visita	10h	40h
6	Participação como aluno em cursos de qualificação nas áreas de Música, Educação ou afins, com certificado	Carga horária	Carga horária comprovada	120h
7	Participação em congressos, jornadas, simpósios, fóruns, seminários, conferências, colóquios, encontros, palestras, festivais e similares, com certificado	Carga horária	Carga horária comprovada	20h
8	Premiação em eventos que tenham relação com os objetivos do curso	Cada prêmio	20h	20h
9	Participação em projetos de iniciação à docência	Cada semestre	40h	80h
10	Participação como ministrante de palestra, mesa-redonda, workshop, oficina, masterclass e afins	Cada evento	10h	40h
11	Estágio de docência não-obrigatório realizado, relacionado às áreas de Música, Educação ou afins	Carga horária	Carga horária comprovada	80h
12	Organização de eventos científicos e culturais	Cada evento	10h	40h

II – ATIVIDADES DE PESQUISA

ITEM	ATIVIDADES	CRITÉRIO	CARGA HORÁRIA	CARGA HORÁRIA MÁXIMA
1	Autoria ou coautoria de artigo publicado em periódico indexado nas áreas de Música, Educação ou afins	Cada artigo	40h	80h
2	Autoria ou coautoria de livro publicado, relacionado às áreas de Música, Educação ou afins	Cada obra	120h	120h
3	Autoria ou coautoria de capítulo de livro publicado, relacionado às áreas de Música, Educação ou afins	Cada capítulo	40h	80h
4	Autoria ou coautoria de artigo publicado em anais de evento técnico-científico	Cada artigo	20h	80h
5	Apresentação de trabalho em evento técnico-científico	Cada trabalho	10h	40h
6	Participação em programa de Iniciação Científica	Cada semestre	40h	80h
7	Participação em congressos, jornadas, simpósios, fóruns, seminários, conferências, colóquios, encontros, palestras e similares, com certificado	Carga horária	Carga horária comprovada	60h
8	Premiação em eventos científicos que tenham relação com os objetivos do curso	Cada prêmio	20h	20h
9	Participação como ouvinte em defesas públicas de teses, dissertações ou monografias	Cada defesa	2h	20h
10	Participação como ministrante de palestra, mesa-redonda, workshop, oficina, masterclass e afins	Cada evento	10h	20h
11	Participação na organização da semana acadêmica do curso	Carga horária	Carga horária comprovada	40h
12	Organização de eventos científicos e culturais	Cada evento	10h	40h

III – ATIVIDADES DE EXTENSÃO

ITEM	ATIVIDADES	CRITÉRIO	CARGA HORÁRIA	CARGA HORÁRIA MÁXIMA
1	Participação no desenvolvimento de programa ou projeto de extensão	Cada participação	4h	40h
2	Participação no desenvolvimento de curso de extensão	Cada participação	4h	40h
3	Apresentação trabalho de extensão	Cada apresentação	4h	40h
4	Participação como ouvinte em oficinas, workshops, masterclasses, minicursos, com certificado	Carga horária	Carga horária comprovada	40h
5	Participação em ações sociais e comunitárias	Cada participação	4h	40h
6	Estágio não-obrigatório realizado, relacionado às áreas de Música, Cultura, Tecnologia e afins	Carga horária	Carga horária comprovada	80h
7	Exercício profissional com vínculo empregatício, relacionado às áreas de Música, Educação ou afins	Cada mês	4h	120h
8	Premiação em eventos de extensão que tenham relação com os objetivos do curso	Cada prêmio	20h	20h
9	Participação como ouvinte em cursos de extensão ministrados pelo IFCE <i>campus</i> Crateús	Carga horária	Carga horária comprovada	80h
10	Participação como ministrante de palestra, mesa-redonda, workshop, oficina, masterclass e afins	Cada evento	10h	40h
11	Autoria ou coautoria de trabalho publicado, relacionado a ações de extensão	Cada artigo	10h	20h
12	Organização de eventos científicos e culturais	Cada evento	10h	40h

IV – ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS, ESPORTIVAS, SOCIAIS E DE GESTÃO

ITEM	ATIVIDADES	CRITÉRIO	CARGA HORÁRIA	CARGA HORÁRIA MÁXIMA
1	Participação na produção de apresentação artística ou cultural	Cada apresentação	2h	40h
2	Participação de apresentação artística como ouvinte	Cada apresentação	1h	40h
3	Visita a museu, galeria, espaço cultural ou ateliê artístico	Cada visita	1h	10h
4	Organização de eventos artísticos e culturais	Cada evento	4h	40h
5	Atuação como arranjador, compositor, produtor musical, diretor musical ou regente em evento artístico e cultural	Cada evento	4h	40h
6	Premiação em eventos artísticos	Cada prêmio	20h	20h
7	Atuação em projetos de iniciativa própria como performances, movimentos artísticos coletivos, manifestações artísticas de evidente aparição pública e relevância	Cada atuação	4h	20h
8	Participação em órgãos de natureza acadêmica	Cada semestre	10h	20h
9	Representação em colegiados acadêmicos ou administrativos	Cada semestre	10h	20h
10	Participação em gincanas, torneios, competições e outros eventos esportivos oficiais	Cada evento	10h	20h
11	Participação como aluno em cursos de qualificação nas áreas de idiomas e tecnologia, com certificado	Carga horária	Carga horária comprovada	80h
12	Representação da Instituição em meios de comunicação	Cada evento	2h	10h

ANEXO II



FORMULÁRIO DE REGISTRO E AVALIAÇÃO DE ATIVIDADES
COMPLEMENTARES DO CURSO DE MÚSICA - LICENCIATURA

NOME			
MATRÍCULA		INGRESSO	
DATA		FORMULÁRIO	

ATIVIDADES DE ENSINO	CARGA HORÁRIA (H)	ATIVIDADES DE PESQUISA	CARGA HORÁRIA (H)	ATIVIDADES DE EXTENSÃO	CARGA HORÁRIA (H)	ATIVIDADES ART.CULT. ESP. SOC. E GEST.	CARGA HORÁRIA (H)
1		1		1		1	
2		2		2		2	
3		3		3		3	
4		4		4		4	
5		5		5		5	
6		6		6		6	
7		7		7		7	
8		8		8		8	
9		9		9		9	
10		10		10		10	
11		11		11		11	
12		12		12		12	
TOTAL		TOTAL		TOTAL		TOTAL	



FORMULÁRIO	RECEBIDO EM	ASSINATURA DO RECEBEDOR

APÊNDICE B

REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO CURSO MÚSICA – LICENCIATURA

O presente regulamento normatiza os estágios curriculares obrigatórios de graduação do Curso de Música - Licenciatura do Instituto Federal do Ceará – IFCE *campus* Crateús, sendo observada, dentre outras, a Lei nº 11.788/2008 que dispõe sobre os estágios de estudantes no Brasil, a Resolução CNE/CP nº 2/2015 e o manual do estágio supervisionado do referido Instituto.

CAPÍTULO I DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Art. 1º O presente regulamento fundamenta-se na Lei nº 13.415/17, que altera a Lei nº 9394/96 e dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de artes na educação básica, sendo a música uma das linguagens constituintes deste componente curricular (Artigo 26, § 6º) e na Lei nº 11.788/08, que dispõe sobre os estágios de estudantes no Brasil, no manual de estágio Institucional do IFCE e nas leis e resoluções que regem a construção dos currículos de cursos de graduação em música e as licenciaturas plenas no Brasil, a saber Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), Resolução CNE/CEB nº 4/2010, Parecer CNE/CEB nº 12/2013, Resolução CNE/CP nº 2/2015, Resolução CNE/CES nº 2/2004, bem como os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, para o Ensino Fundamental e as Orientações Pedagógicas para o Ensino Médio.

Art. 2º Entender-se-á por Estágio Curricular Supervisionado as atividades vinculadas aos quatro componentes curriculares obrigatórios da matriz curricular, a saber, Estágio Curricular Supervisionado I, II, III e IV.

§ 1º Os componentes a que se refere o *caput* serão realizados nos quatro últimos semestre do curso.

§ 2º Os Estágios Supervisionados I, II, III e IV deverão ser realizados junto à escola de educação infantil, de ensino fundamental e médio, das redes públicas municipal, estadual ou federal.

§ 3º Os Estágios Supervisionados poderão ser realizados nas diversas modalidades previstas na legislação vigente.

CAPÍTULO II PROCEDIMENTOS PARA A INSERÇÃO NO ESTÁGIO

Art. 3º Para ingressar no estágio, a Lei 11.788/08, estabelece os seguintes requisitos:

I – Estar matriculado e frequente no curso de Música – Licenciatura do IFCE *campus* Crateús;

II – Celebrar termo de compromisso de estágio;

III – Compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso de estágio, bem como adequação ao Projeto Pedagógico do curso;

IV – Acompanhamento efetivo pelo professor orientador do IFCE e pelo supervisor da parte concedente, comprovado por relatórios.

CAPÍTULO III

DOS COMPONENTES CURRICULARES

Art. 4º Os componentes curriculares de Estágio Curricular Supervisionado I, II, III e IV possuem carga horária total de 400 horas (20 créditos).

§ 1º Cada componente curricular de estágio terá carga horária de 100 horas (5 créditos).

§ 2º A orientação do estágio, com o professor do curso de Música – Licenciatura, ocorrerá no turno diurno e a carga horária de observação/regência deve ser contabilizada em horas, não em horas-aula.

Art. 5º O componente curricular Estágio Curricular Supervisionado I compreende atividades de observação e supervisão em escolas da rede pública na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

§ 1º As 100 horas semanais serão divididas:

I – 80 horas serão dedicadas às atividades de observação, incluindo a participação nas reuniões de planejamento de ensino junto ao corpo docente escolar e a elaboração de relatórios de campo.

II – 20 horas serão dedicadas a encontros com o professor orientador de estágio, incluindo análise reflexiva de teorias e práticas pedagógicas gerais e em Educação Musical.

§ 2º Excepcionalmente, mediante aprovação da Comissão de Estágio Curricular Supervisionado, os conselhos de classe, reunião de pais, reuniões de planejamento coletivo na escola, festas ou comemorações na instituição escolar, atividades interdisciplinares, apresentações públicas e recitais poderão ser aproveitados dentro da carga horária do componente se estiverem devidamente comprovadas em formulário próprio e apresentarem o relatório correspondente.

Art. 6º O componente curricular Estágio Curricular Supervisionado II compreende atividades de observação, regência e supervisão na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

§ 1º As 100 horas semestrais serão divididas:

I – 40 horas dedicadas às atividades de observação, incluindo a participação nas reuniões de planejamento de ensino junto ao corpo docente escolar e a elaboração de relatórios de campo;

II – 40 horas para atividades de regência, abordando a música como disciplina autônoma ou com outras modalidades de ensino, incluindo o planejamento das atividades e elaboração dos relatórios de campo.

III – 20 horas para encontros de supervisão com o professor de estágio, contemplando a construção e instrumentalização da prática das atividades de observação e regência, de avaliação e autoavaliação do aluno estagiário, planejamento das atividades, análise dos diários de campo e avaliação das práticas estagiárias.

§ 2º Excepcionalmente, mediante aprovação da Comissão de Estágio Curricular Supervisionado, os conselhos de classe, reunião de pais, reuniões de planejamento coletivo na escola, festas ou comemorações na instituição escolar, atividades interdisciplinares, apresentações públicas e recitais poderão ser aproveitados dentro da carga horária do componente se estiverem devidamente comprovadas em formulário próprio e apresentarem o relatório correspondente.

Art. 7º O componente curricular Estágio Curricular Supervisionado III compreende atividades de observação, regência e supervisão no anos finais do ensino fundamental.

§ 1º As 100 horas semestrais serão divididas:

I – 40 horas dedicadas às atividades de observação, incluindo a participação nas reuniões de planejamento de ensino junto ao corpo docente escolar e a elaboração de relatórios de campo;

II – 40 horas para atividades de regência, abordando a música como disciplina autônoma ou com outras modalidades de ensino, incluindo o planejamento das atividades e elaboração dos relatórios de campo.

III – 20 horas para encontros de supervisão com o professor de estágio, contemplando a construção e instrumentalização da prática das atividades de observação e regência, de avaliação e autoavaliação do aluno estagiário, planejamento das atividades, análise dos diários de campo e avaliação das práticas estagiárias.

§ 2º Excepcionalmente, mediante aprovação da Comissão de Estágio Curricular Supervisionado, os conselhos de classe, reunião de pais, reuniões de planejamento coletivo na escola, festas ou comemorações na instituição escolar, atividades interdisciplinares, apresentações públicas e recitais poderão ser aproveitados dentro da carga horária do componente se estiverem devidamente comprovadas em formulário próprio e apresentarem o relatório correspondente.

Art. 8º O componente curricular Estágio Curricular Supervisionado IV compreende atividades de observação, regência e supervisão no ensino médio e Educação de Jovens e Adultos.

§ 1º As 100 horas semestrais serão divididas:

I – 40 horas dedicadas às atividades de observação, incluindo a participação nas reuniões de planejamento de ensino junto ao corpo docente escolar e a elaboração de relatórios de campo;

II – 40 horas para atividades de regência, abordando a música como disciplina autônoma ou com outras modalidades de ensino, incluindo o planejamento das atividades e elaboração dos relatórios de campo.

III – 20 horas para encontros de supervisão com o professor de estágio, contemplando a construção e instrumentalização da prática das atividades de observação e regência, de avaliação e autoavaliação do aluno estagiário, planejamento das atividades, análise dos diários de campo e avaliação das práticas estagiárias.

§ 2º Excepcionalmente, mediante aprovação da Comissão de Estágio Curricular Supervisionado, os conselhos de classe, reunião de pais, reuniões de planejamento coletivo na escola, festas ou comemorações na instituição escolar, atividades interdisciplinares, apresentações públicas e recitais poderão ser aproveitados dentro da carga horária do componente se estiverem devidamente comprovadas em formulário próprio e apresentarem o relatório correspondente.

Art. 9º O desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado, efetivado através dos componentes curriculares descritos nos Art. 5º, 6º, 7º e 8º deve contemplar as diferentes modalidades da educação básica.

Parágrafo único. O estagiário deve, para cumprir o que dispõe o *caput*, desenvolver um projeto direcionado a uma das modalidades – Educação Inclusiva, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo e Ensino Técnico Profissionalizante de nível médio.

Art. 10 A frequência e a carga horária desempenhadas nas escolas ou instituições de ensino pelo estagiário deverão ser registradas através dos formulários próprios.

Art. 11 Os discentes portadores de diploma de licenciatura poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado em 100 (cem) horas (Cf. Resolução CNE/CP nº 2/2015).

Parágrafo único. A redução de carga horária prevista pelo *caput* será concedida mediante prévia análise pela Comissão de Estágio.

CAPÍTULO IV

DA INSTITUIÇÃO CONCEDENTE DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 12 As escolas de educação básica que oferecerem oportunidades de estágios para os alunos do Curso de Música - Licenciatura do IFCE *campus* Crateús serão denominadas unidade concedente.

§ 1º Para qualificar-se como unidade concedente, a escola deverá ser conveniada ou firmar convênio com o IFCE *campus* Crateús.

§ 2º O convênio acontecerá por meio de termo próprio, atendendo às exigências da Lei do Estágio (11.788/08), em o IFCE *campus* Crateús e a unidade concedente firmam competências e compromissos.

§ 3º Caberá à Comissão de Estágio buscar escolas de educação básica garantir um quantitativo mínimo de convênios que viabilizem o desenvolvimento do estágio por todos os discentes matriculados.

§ 4º As escolas e discentes também poderão propor convênios, os quais serão devidamente analisados pela Comissão de Estágio e, em caso de viabilidade, firmados mediante termo.

Art. 13 O estagiário deverá desenvolver o estágio, preferencialmente, na rede pública de ensino.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I

DA UNIDADE CONCEDENTE

Art. 14 À concedente do Estágio Curricular Supervisionado compete:

I – Firmar com o estagiário o Termo de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado com a intervenção obrigatória da Unidade de Ensino;

II – Designar o Supervisor de Estágio Curricular Supervisionado para dar a assistência necessária ao estudante;

III – Informar ao estagiário as normas da escola, seus planejamentos, planos de curso e outros;

IV – Assegurar ao estagiário todas as condições necessárias para a plena realização de seu estágio curricular supervisionado;

V – Comunicar à Coordenação do Estágio quaisquer alterações dos horários dos estagiários e do Plano de Estágio apresentado;

VI – Comunicar à Coordenação do Estágio quaisquer atividades extraclasse, bem como apresentações públicas e recitais.

SEÇÃO II

DA COMISSÃO DE ESTÁGIO

Art. 15 A Comissão de Estágio será constituída por professores do quadro de docentes do Curso de Música – Licenciatura para desempenhar as funções de professor orientador e coordenador de estágio.

Parágrafo único. A equipe de Comissão de Estágio será definida pelo Colegiado do Curso.

Art. 16 Compete à Comissão de Estágio:

I – Estabelecer convênio com instituições de ensino regular, públicas e/ou privadas, de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e/ou técnico, a fim da realização dos estágios docentes obrigatórios referentes aos componentes Estágio Curricular Supervisionado I, II, III e IV, encaminhando os discentes-estagiários, devidamente identificados através de carta de apresentação, a estas instituições;

II – Receber, analisar e aprovar as propostas de estágios docentes;

III – Estabelecer prazos e datas para solicitação e validação dos estágios, apresentação de relatórios e demais atividades que lhe competem;

IV – Avaliar os pedidos de redução de carga horária por parte dos alunos estagiários, previstas em lei;

V – Fazer conhecer este Regulamento.

SEÇÃO III

DO COORDENADOR DE ESTÁGIO

Art. 17 São funções do Coordenador de Estágio:

- I – Coordenar, acompanhar e providenciar, quando for o caso, a escolha dos locais de realização do estágio;
- II – Solicitar a assinatura de convênios e cadastrar os locais de estágio;
- III – Apoiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das atividades de estágio;
- IV – Supervisionar o desenvolvimento das atividades de estágio;
- V – Promover o debate e a troca de experiências no próprio curso e nos locais de estágio;
- VI – Manter registros atualizados sobre os estagiários no respectivo curso;
- VII – Representar a Comissão de Estágio nas ocasiões e eventos em que isto se fizer oportuno;
- VIII – Convocar reuniões com os demais membros da comissão, orientadores, estagiários ou pessoas envolvidas com a atividade de estágio;
- IX – Manter, em local e meio apropriados, os documentos relativos aos trabalhos da comissão e aos estágios docentes obrigatórios referentes ao semestre em curso.

SEÇÃO IV

DO PROFESSOR ORIENTADOR

Art. 18 Ao Professor Orientador de Estágio compreendem:

- I – Visitar e avaliar a Unidade concedente, visando conhecer o local, o tipo de atividade, o Supervisor de Campo de Estágio e as questões de segurança do ambiente no qual o estagiário irá exercer suas atividades;
- II – Preparar o aluno para a realização do estágio, orientando-o quanto a regras de convívio, posturas, linguagens, trabalho em equipe e respeito às hierarquias;
- III – Auxiliar na elaboração dos relatórios de observação institucional e em sala de aula, do plano macro de ensino, dos planos de aula, dos diários de campo, das autoavaliações do Estágio Curricular Supervisionado, de comum acordo com o estagiário, apresentando-o para a análise do Coordenador de Estágio;
- IV – Acompanhar e orientar o aluno no desenvolvimento do seu estágio, compreendendo no mínimo 1 (uma) visita ao local de sua realização e dar os devidos apontamentos e orientações;
- V – Realizar reuniões com o Supervisor de Campo de Estágio fortalecendo o diálogo entre o Instituto Federal do Ceará – *Campus* Crateús e a escola (unidade concedente);
- VI – Supervisionar e avaliar a elaboração dos relatórios de Estágio;
- VII – Assegurar a compatibilidade das atividades desenvolvidas no Estágio Curricular Supervisionado com o currículo do curso.

SEÇÃO V

DO SUPERVISOR DE CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 19 O Supervisor de Campo de Estágio é o profissional da unidade concedente que efetuará todo o acompanhamento do aluno durante o seu período de estágio, com as seguintes atribuições:

I – Auxiliar o estagiário na elaboração do Plano de Estágio, no qual estarão estabelecidas as atividades a serem desenvolvidas, orientadas, supervisionadas e avaliadas no decorrer do estágio;

II – Articular Planos de Curso e planejamentos, oferecendo suporte técnico ao estagiário na execução dos trabalhos a ele atribuídos;

III – Assinar a lista de frequência do estagiário no dia de realização da atividade descrita, sob pena de ser invalidada a atividade;

IV – Avaliar o desempenho do estagiário por meio de instrumento fornecido pela Comissão de Estágio;

V – Manter-se em contato com a Comissão de Estágio, informando sobre a realização de eventos, reuniões e apresentações no local de estágio.

SEÇÃO VI

DO ESTAGIÁRIO

Art. 20 Ao estagiário compete:

I – Informar-se sobre este Regulamento;

II – Controlar sua própria frequência nos componentes obrigatórios de estágio I, II, III e IV observando as exigências deste regulamento;

III – Providenciar a documentação necessária para realização do estágio;

IV – Firmar o Termo de Compromisso de Estágio com a unidade concedente, sob o acompanhamento do IFCE *campus* Crateús;

V – Encaminhar a carta de apresentação para a direção da escola concedente;

VI – Elaborar o Plano de aula e submetê-lo à apreciação do professor orientador e/ou coordenador de estágio;

VII – Elaborar os relatórios de estágio e entregar o relatório final do estágio de acordo com a normatização do Manual de Estágio Curricular Supervisionado do IFCE;

VIII – Apresentar ao professor orientador o relatório final de seu Estágio Curricular Obrigatório, cumprida a carga horária prevista no Termo de Compromisso;

IX – Descrever e registrar as atividades desenvolvidas no campo de estágio, com a assinatura da coordenação ou direção da unidade concedente;

X – Acatar as normas da unidade concedente;

XI – Solicitar à coordenação de estágio a mudança de local de estágio, mediante justificativa, quando as normas estabelecidas e o planejamento do estágio não estiverem sendo seguidos.

XII – Buscar apoio junto à coordenação de estágio, professor orientador, supervisor da unidade concedente, caso necessário.

CAPÍTULO VI

DO DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 21 O Estágio Curricular Supervisionado será precedido da celebração do Termo de Compromisso entre o estagiário e a unidade concedente, devendo ser vistoriado pelo coordenador de estágio antes da entrega oficial à unidade concedente.

Art. 22 O Plano de Estágio Curricular Supervisionado, elaborado nos termos deste Regulamento, deverá ser submetido ao professor orientador para análise e aprovação.

Art. 23 O Plano de Estágio Curricular Supervisionado consiste no detalhamento de como será realizado o estágio em seu campo específico, demonstrado os objetivos, a metodologia, o cronograma de atividades, apontando quais são as fases que estão sendo desenvolvidas.

CAPÍTULO VII

DA AVALIAÇÃO

Art. 24 Na avaliação das atividades desenvolvidas pelo estagiário serão consideradas:

I – A compatibilidade das atividades desenvolvidas com o currículo do curso e com o Plano de Estágio;

II – A capacidade inovadora e criativa demonstrada através das atividades desenvolvidas;

III – Capacidade de adaptar-se socialmente ao ambiente de estágio;

IV – Domínio dos conteúdos ministrados;

V – Avaliação do relatório final, considerando uso da linguagem padrão, consistência e clareza das ideias apresentadas, fundamentação teórica, formatação e normatização de acordo com o Manual de Estágio do IFCE.

Art. 25 A aprovação do discente no semestre será vinculada ao conjunto das atividades que envolvem a frequência, planejamentos e relatórios.

Parágrafo único. Em caso de reprovação, o discente deverá matricular-se novamente no componente curricular e cursá-lo novamente integralmente.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26 Nos termos da Lei, o estágio curricular obrigatório não cria vínculo empregatício.

Art. 27 O estagiário deverá estar segurado contra acidentes pessoais.

Art. 28 Os casos omissos serão resolvidos pela Colegiado do Curso de Música – Licenciatura do IFCE *campus* Crateús e pelo Coordenador de Estágio, de acordo com as resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e ouvidas as orientações da Coordenação de Estágios e da Divisão de Estágios do IFCE, quando necessário.



TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

Em conformidade com a Lei nº 11.788, de 25/09/2008, o **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ**, interveniente obrigatório neste instrumento, representado por seu Coordenador de Acompanhamento de Estágios doravante denominado, simplesmente, IFCE, e do outro lado, a empresa (nome) _____, CNPJ Nº _____, situada a Rua (Av.) _____, Nº _____, Bairro _____, CEP: _____, Fone: _____, Fax: _____, ramo de atividade _____, E-mail _____, doravante designada **PARTE CONCEDENTE**, e o estagiário _____, CPF Nº _____, data de nascimento ____/____/____, residente na Rua (Av.) _____ nº _____, Complemento _____, Bairro _____, Cidade _____, CEP: _____, aluno do curso de _____, semestre _____, matrícula nº _____ desta instituição de ensino, resolvem firmar o presente **Termo de Compromisso de Estágio**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

- As atividades desenvolvidas pelo estagiário devem ser compatíveis com a formação recebida no Curso, conforme plano de atividades em anexo.
- Caberá à parte concedente:
 - a) Oferecer ao estagiário condições de desenvolvimento vivencial, treinamento prático e de relacionamento humano com observância do plano de atividades do estagiário que passa a ser parte integrante deste documento;
 - b) Proporcionar à instituição de ensino condições para o aprimoramento e avaliação do estagiário.
 - c) Designar profissional qualificado como supervisor do estagiário.
 - d) Estabelecer nos períodos de atividades acadêmicas redução de pelo menos a metade da jornada a ser cumprida em estágio.
 - e) Conceder período de 30 dias de recesso ao estagiário sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 01(um) ano ou proporcional quando de duração inferior a ser gozado preferencialmente durante as férias escolares.
 - f) Fornecer, por ocasião do desligamento do estagiário, termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.

- Caberá ao Estagiário:
 - a) Cumprir as atividades estabelecidas pela parte concedente de acordo com a cláusula primeira;
 - b) Observar as normas internas da parte concedente;
 - c) Cumprir as instruções contidas no Manual do Estagiário elaborado pela instituição de ensino.
- O Horário do estágio será das _____ às _____ horas e de _____ às _____ horas, perfazendo _____ semanais, devendo esta jornada ser compatível com o horário escolar do estagiário.
- Este Termo de Compromisso terá vigência de ____/____/____ a ____/____/____, podendo ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação escrita, independente de pré-aviso, inexistindo qualquer indenização e vínculo de emprego.
- A parte concedente remunerará mensalmente o estagiário através de uma bolsa-auxílio, no valor de R\$ _____ (_____) e de auxílio-transporte no valor de R\$ _____ (_____).
- A parte concedente, neste ato, oferece ao estagiário seguro contra acidentes pessoais, com cobertura limitada ao local e período de estágio, mediante apólice nº _____ da Companhia _____, comprovado mediante fotocópia da apólice.
- A Empresa designa o funcionário _____ cargo/qualificação: _____ para ser o supervisor (a) interno do estagiário, que ficará responsável pelo acompanhamento e programação das atividades a serem desempenhas no estágio.
- Constituem motivos para cessação automática do presente Termo de Compromisso:
 - A conclusão ou abandono do estágio/bolsa ou cancelamento de matrícula.
 - O não cumprimento das cláusulas estabelecidas neste documento.
 - Trancamento ou abandono do semestre ou do curso
 - Pedido de rescisão por parte do aluno ou da parte concedente.

Estando de acordo com o que ficou acima expresso, vai o presente instrumento assinado, em três vias de igual teor, pelas partes.

_____, _____ de _____ de 20____.

Empresa
(Assinatura e carimbo)

Aluno Estagiário/Bolsista
(Assinatura)

Instituição de Ensino
Coordenadoria de Estágios
(Assinatura e carimbo)



PLANO DE ATIVIDADES DO ESTAGIÁRIO
(PARTE INTEGRANTE DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO)

1. Identificação da empresa e supervisor:

Nome da Empresa:	
Endereço:	CEP:
Cidade:	CNPJ:
Telefone:	Fax:
E-mail:	
Supervisor do estágio designado pela empresa:	
Cargo/qualificação:	
Telefone:	

2. Identificação do estagiário:

Nome:	Telefone:
Curso:	Semestre:
Período do estágio: ____/____/____ a ____/____/____	
Setor de realização do estágio:	

3. Identificação da instituição de ensino:

Campus:	
Professor orientador:	Telefone:
E-mail do professor orientador:	

4. Atividades a serem desenvolvidas no estágio:

5. Resultados esperados:

ASSINATURA E CARIMBO DO SUPERVISOR NA PARTE CONCEDENTE

ASSINATURA DO (A) ESTAGIÁRIO(A)

ASSINATURA E CARIMBO DO PROFESSOR ORIENTADOR IFCE



FICHA DE MATRÍCULA NO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Aluno: _____ Matricula nº: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ RG: _____ CPF: _____

Endereço: _____ Nº: _____ Bairro: _____

Cidade: _____ E-mail: _____

CEP: _____ Telefone: _____ Celular: _____

Curso: _____

Empresa: _____

Endereço: _____ Nº _____

Bairro: _____ Telefone: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Supervisor do estágio na empresa: _____ Telefone: _____

_____ em ____/____/____

Assinatura do aluno

Observações:

- É obrigatória a apresentação desta ficha no ato da matrícula na Coordenadoria de estágios, para iniciar o estágio obrigatório.
- A data oficial do início do estágio é a constante do verso deste documento;
- O estágio é válido somente para aluno regularmente matriculado e com frequência às aulas;
- O(a) estagiário(a) deverá comparecer à instituição, no mínimo, uma vez por mês para contatar com o orientador, conforme os horários de permanência do mesmo.

Espaço Reservado ao IFCE

Aluno(a) matriculado(a) no estágio em ____/____/____

Assinatura do servidor

Observações:

- Em razão da compatibilidade das atividades laborais desempenhadas com a área de formação do (a) aluno (a), autorizo a matrícula na disciplina Estágio Curricular Supervisionado pela empresa/instituição empregadora.

Carga horária diária para contabilização: _____

Assinatura e carimbo do(a) Professor(a) Orientador(a)

- Autorizo a antecipação da matrícula do (a) aluno (a) na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado em razão de:

Assinatura e carimbo do(a) Professor(a) Orientador(a)

Assinatura e carimbo do(a) Professor(a) Orientador(a)

APÊNDICE C

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DA MÚSICA - LICENCIATURA DO IFCE *CAMPUS* CRATEÚS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se caracteriza como atividade curricular obrigatória no curso de Música - Licenciatura e sua elaboração é requisito para obtenção do grau de Licenciado em Música.

Parágrafo único. Sua efetivação está estruturada nos Componentes Curriculares obrigatórios:

- I – Leitura e Produção Textual;
- II – Metodologia da Pesquisa Científica;
- III – Trabalho de Conclusão de Curso I;
- IV – Trabalho de Conclusão de Curso II.

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Música - Licenciatura do IFCE *campus* Crateús se constitui na forma de monografia.

§ 1º A monografia a que se refere o *caput* é o produto final em forma textual que apresenta os resultados de um trabalho de pesquisa científica.

§ 2º A monografia a que se refere o *caput* deve ser escrita individualmente por cada discente, sendo vedadas produções coletivas.

Art. 3º Todas as atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), incluindo seu produto final, devem seguir o rigor da pesquisa científica e do trabalho acadêmico.

§ 1º A normatização da monografia deve seguir o manual institucional, disposto no Anexo II.

Art. 4º O objetivo geral do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na forma de monografia é oportunizar e fomentar o trabalho e o pensamento científicos no âmbito do curso, constituindo-se importante ferramenta pedagógica e preparando o discente para estudos posteriores (pós-graduação *strictu sensu*).

Parágrafo único. São objetivos específicos:

- I – Compreender o trabalho científico enquanto processo investigativo, de questionamento e busca pelo entendimento da realidade e transpor tais atitudes para além do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
- II – Estimular a leitura e escrita acadêmica;
- III – Desenvolver a postura ética e a responsabilidade social por meio da pesquisa científica e do trabalho produzido;
- IV – Promover o pensamento e a observação crítica e reflexiva com vistas à criatividade e curiosidade perante o mundo contemporâneo, habilidades essenciais na formação profissional do licenciando;
- V – Possibilitar o diálogo entre os conhecimentos historicamente produzidos, a realidade social local, regional e nacional e a busca por novos conhecimentos e métodos, que visem ao desenvolvimento social, associando ensino, pesquisa e extensão de maneira ideal;
- VI – Colocar o discente frente a seus próprios dilemas e dificuldades como ponto de partida para a produção de um trabalho científico que seja significativo;
- VII – Fomentar a verticalização do ensino e preparar o discente para estudos posteriores;
- VIII – Incentivar a socialização do conhecimento através da participação dos discentes em eventos científicos da área e publicação em congressos, encontros e seminários.

IX – Atualizar os conteúdos e métodos do próprio curso por meio da pesquisa e do desenvolvimento de novos conhecimentos;

IX – Oportunizar a construção e o fortalecimento da autonomia do discente.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E ENTREGA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 5º Será instituída pelo Colegiado do Curso a Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso, que ficará responsável pela organização e operacionalização dos procedimentos estabelecidos neste Regulamento.

Parágrafo único. A Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso será presidida pelo Coordenador do Curso composta por outros dois professores do curso.

Art. 6º No primeiro mês de cada semestre, a Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso divulgará as datas e prazos relacionados às atividades do TCC para o semestre corrente.

Parágrafo único. Fica pré-estabelecido que o prazo limite para entrega da versão para defesa do TCC à Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso, para posterior encaminhamento à banca é de 15 (quinze) dias.

Art. 7º O Trabalho de Conclusão de Curso será desenvolvido no âmbito curricular, conforme Art. 1º e Programa de Unidades Disciplinares, e orientado por um docente do curso, tendo como avaliação final defesa pública.

§ 1º As orientações de que trata o *caput* são atividades integrantes do componente Trabalho de Conclusão de Curso II e terão carga horária computada nesse componente curricular.

§ 2º As orientações serão definidas em acordo entre o orientador e o orientando e deverão ocorrer nas dependências do IFCE *campus* Crateús, salvo situação excepcional, em dia e horário estabelecidos no início no semestre.

§ 3º Cada docente orientará, no máximo, 6 (seis) alunos.

§ 4º A distribuição de discentes por orientador seguirá um princípio de equidade.

§ 5º É facultado ao aluno ser co-orientado por outro docente, de qualquer área e instituição, desde que detenha o grau mínimo de Licenciado ou Bacharel e esteja formalmente vinculado a alguma instituição de ensino superior.

§ 6º A definição dos orientadores/co-orientadores será formalizada junto à Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso.

§ 7º A defesa pública a que se refere o *caput* tem suas diretrizes estabelecidas nos Art. 18, 19 e 20 deste Regulamento.

Art. 8º O discente que pretende defender o Trabalho de Conclusão de Curso deve estar matriculado no componente Trabalho de Conclusão de Curso II e já ter integralizado todas as atividades curriculares, incluindo Atividades Complementares e Estágio Curricular Supervisionado, exceto as que estejam sendo cursadas concomitantemente ao Trabalho Conclusão de Curso II.

§ 1º O componente Trabalho de Conclusão de Curso II tem como pré-requisito o componente Trabalho de Conclusão de Curso I, em que é desenvolvido o projeto de monografia.

§ 2º O projeto de monografia deverá ser entregue ao professor da disciplina na data por ele estipulada.

§ 3º A monografia deverá ser entregue ao orientador em 3 (três) vias impressas e um arquivo em .doc ou .pdf, acompanhados da Declaração de Aceitação do TCC (modelo em anexo), dentro do prazo estabelecido, para posterior encaminhamento à Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso.

SEÇÃO I

DO PRODUTO FINAL

Art. 9º O produto final do Trabalho de Conclusão de Curso, conforme Art. 2º, deve obedecer a determinado rigor científico, próprio de um trabalho acadêmico de iniciação à pesquisa, segundo determina o Art. 3º, ultrapassando a simples compilação de textos, dos recursos, opiniões ou opiniões pessoais.

§ 1º Deve caracterizar-se, formalmente, como um trabalho acadêmico.

§ 2º A postura crítico-reflexiva deve ser a tônica principal.

Art. 10 A temática do Trabalho de Conclusão de Curso de cada discente deve estar relacionada às seguintes áreas:

- I – Educação;
- II – Educação Musical;
- III – Música e Cultura Brasileira;
- IV – Música e Sociedade;
- V – Linguagem e Estrutura da Música;
- VI – Música e Tecnologia.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I

DA COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 11 São atribuições específicas, no âmbito das atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso, da Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso:

- I – Fazer conhecer o presente regulamento;
- II – Planejar juntamente com os acadêmicos e professores orientadores o cronograma das atividades do TCC em relação ao projeto de pesquisa, texto acadêmico, constituição da banca examinadora e apresentação do TCC pelo acadêmico para banca examinadora;
- III – Informar à Coordenação do Curso a indicação do professor orientador de cada discente, conforme termo de aceite;
- IV – Divulgar o cronograma das atividades estabelecido, conforme inciso II.
- V – Zelar pelo cumprimento das normas presentes neste regulamento;
- VI – Acompanhar o desenvolvimento do TCC conjuntamente com os professores orientadores;
- VII – Auxiliar na resolução de situações pedagógicas e administrativas relacionadas ao TCC;
- VIII – Encaminhamentos das vias de avaliação da monografia, TCC II, para a banca examinadora;
- IX – Prover os documentos necessários para a constituição da banca examinadora, assim como, os registros de avaliação e os atestados de participação dos membros da banca;
- X – Agendar as defesas públicas e providenciar as condições necessárias para sua realização, incluindo a reserva de salas e equipamentos adequados;
- XI – Divulgar publicamente a composição das bancas examinadoras, o local, as datas e as salas destinadas à realização das defesas públicas dos TCC;

SEÇÃO II

DO ORIENTADOR

Art. 12 Cabe ao professor orientador:

- I – Responsabilizar-se pela orientação e supervisão das atividades inerentes ao TCC, mediante assinatura da carta de aceite de orientação;
- II – Elaborar, juntamente com a Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso, o cronograma das atividades do TCC;
- III – Realizar reuniões sistemáticas de orientação e avaliação das atividades do TCC;
- IV – Comunicar à Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso quanto ao descumprimento, por parte do discente, das normas deste regulamento;
- V – Assinar e encaminhar à Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso o termo de liberação para defesa pública do TCC;
- VI – Realizar a avaliação e registro de frequência do discente nas atividades de orientação do TCC;
- VII – Sugerir, em comum acordo com o discente e a Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso, a constituição da banca de avaliação;
- VIII – Emitir o convite para os membros da banca de avaliação;
- IX – Encaminhar à Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso a indicação dos nomes para integrar a banca de avaliação;
- X – Participar e presidir a banca de avaliação do TCC sob sua orientação;

SEÇÃO III

DO DISCENTE

Art. 13 São atribuições do discente:

- I – Conhecer o presente Regulamento;
- II – Conhecer o Manual de Normatização de Trabalhos Acadêmicos do IFCE;
- III – Desenvolver as atividades propostas pelos componentes curriculares relacionados ao Trabalho de Conclusão de Curso;
- IV – Encaminhar à Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso o termo de compromisso e solicitação de orientação;
- V – Elaborar o projeto de monografia e a monografia de acordo com as normas do presente Regulamento e normatizado segundo o Manual de Normatização de Trabalhos Acadêmicos do IFCE;
- VI – Comparecer às orientações, obtendo frequência mínima de 75% (setenta e cinco);
- VI – Cumprir o cronograma das atividades do TCC estabelecido pela Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso;
- VII – Entregar ao professor orientador a versão final do TCC com, no mínimo, 16 (dezesesseis) dias de antecedência à defesa pública;
- VIII – Comparecer perante a banca examinadora para apresentação do trabalho e esclarecimentos;
- IX – Acatar sugestões propostas pela banca, observando os prazos finais de entrega do trabalho;

X – Entregar, em caso de aprovação, num prazo de 30 (trinta) dias após a defesa, uma cópia em capa dura e outra em formato .pdf do TCC, após as correções sugeridas.

CAPÍTULO IV

DA AVALIAÇÃO

Art. 14 A avaliação do discente no componente Trabalho de Conclusão de Curso I será realizada a considerando a elaboração do projeto de pesquisa, conforme Art. 8º.

Art. 15 A avaliação do acadêmico no componente Trabalho de Conclusão de Curso II será realizada de acordo com o termo de avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso, emitido por banca examinadora.

§ 1º A nota final será a média aritmética das notas de cada membro da banca.

§ 2º Será aprovado o aluno que obtiver como nota final valor maior ou igual a 7 (sete).

§ 3º O acadêmico que não entregar o Trabalho de Conclusão de Curso conforme cronograma estabelecido, ou que não se apresentar para a sua defesa pública, sem motivo justificado na forma da legislação em vigor, está automaticamente reprovado no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II, devendo cursar novamente o componente.

Art. 16 A avaliação do TCC deverá levar em conta:

I – Validade e importância social e acadêmica do conteúdo proposto;

II – Capacidade analítica, reflexiva, técnica e crítica da temática abordada;

III – Articulação, atualização e contextualização dos conteúdos desenvolvidos;

IV – Clareza no desenvolvimento das ideias e conceitos;

V – Uso da língua culta;

VI – Processo de desenvolvimento do trabalho;

VII – Defesa pública;

VIII – Observância às normas de elaboração, formatação e normatização do IFCE e da ABNT.

Art. 17 O discente aprovado em defesa pública deverá acatar as sugestões da banca examinadora e entregar à Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso a versão final, conforme Art. 13, inciso IX, para compor o acervo de Trabalhos de Conclusão de Curso do IFCE.

SEÇÃO I

DA BANCA EXAMINADORA

Art. 18 A banca examinadora será composta pelo professor orientador e outros dois membros avaliadores que deverão pertencer, preferencialmente, aos quadros do IFCE *campus* de Crateús, privilegiando aqueles que ministrem as disciplinas da Matriz Curricular do Curso.

§ 1º A escolha dos membros da banca deverá ser acordada entre o discente, o orientador, o possível membro da banca e a Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso.

§ 2º A banca avaliativa pode, mediante acordo entre o discente e o orientador, conter mais que 3 (três) membros.

§ 3º Em caso de bancas com mais de três membros, deve-se entregar cópias extras do trabalho à Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso, correspondente ao número de integrantes da banca.

§ 4º Os membros da Banca Examinadora serão informados da sua nomeação com antecedência de no mínimo 15 (quinze) dias, por meio de documento no qual constará o nome do aluno, o título do trabalho, o nome do professor orientador, a composição da Banca, o dia, a hora e o local da apresentação do trabalho.

SEÇÃO II

DA DEFESA PÚBLICA

Art. 19 A apresentação do TCC será em forma de defesa pública com banca examinadora.

§ 1º Durante a defesa pública, o acadêmico disporá de 20 (vinte) a 30 (vinte) minutos para sua apresentação.

§ 2º Cada membro da banca examinadora disporá de 10 (dez) a 15 (quinze) minutos para arguição.

§ 3º É facultado ao orientador abrir mão de seu tempo de arguição e dividi-lo entre os demais membros da banca examinadora.

§ 4º O discente disporá de 10 (dez) minutos para réplica de cada arguidor.

Art. 20 Terminada a defesa pública, a banca examinadora reunir-se-á para deliberar sobre a nota a ser conferida ao discente, lançando o resultado em ata própria.

Parágrafo único. A regulamentação acerca dos critérios para aprovação está disposta no Art. 15.

Art. 21 A banca examinadora poderá condicionar a aprovação do TCC, atendendo a uma solicitação da Coordenação do Curso e/ou da Direção de Ensino.

§ 1º Neste caso, o trabalho será corrigido pelo discente e, no prazo de 15 (quinze) dias, novamente submetido à mesma banca examinadora, dispensada a defesa pública.

§ 2º Após nova análise a Banca decidirá pela aprovação ou reprovação do TCC.

CAPÍTULO IV

DA EDITORAÇÃO, FORMATAÇÃO E NORMATIZAÇÃO

Art. 22 Os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Curso de Música - Licenciatura do IFCE *campus* Crateús deve seguir rigorosamente o Manual de Normatização de Trabalhos Acadêmicos do IFCE.

Parágrafo único. O manual a que se refere o *caput* encontra-se no Anexo II.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23 Casos de plágio comprovados incorrerão em reprovação do discente, sem prejuízo a processos internos de violação de propriedade intelectual.

§ 1º Casos de plágio deverão ser direcionados à Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso, juntamente à documentação que comprove o ato.

§ 2º Em caso de confirmação, aplica-se as sanções previstas no *caput*.

Art. 24 Os casos omissos serão tratados pela Coordenação de Trabalho de Conclusão do Curso, pela Coordenação do Curso e pelo Colegiado do Curso.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Aprova a atualização do PPC do Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria do *campus* de Baturité.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe são conferidas, considerando o Processo Nº 23255.002630/2018-60 e considerando a deliberação do Conselho Superior na 49ª reunião ordinária, realizada nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a atualização do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria do *campus* de Baturité, conforme anexo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Presidente do Conselho Superior**, em 03/04/2018, às 16:41, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0031809** e o código CRC **86A5A97F**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ
CAMPUS BATURITÉ

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
SUPERIOR DE HOTELARIA

BATURITÉ - CEARÁ
2018



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ
CAMPUS BATURITÉ

Reitor do Instituto Federal
Virgílio Augusto Sales Araripe

Pró-reitor de Ensino
Reuber Saraiva de Santiago

Pró-reitor de Extensão
Zandra Maria Ribeiro Mendes Dumaresq

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
Auzuir Ripardo de Alexandria

Diretor Geral do Campus de Baturité
Raimundo Eudes Bandeira

Chefe de Departamento de Ensino do Campus de Baturité
Lourival Soares de Aquino Filho

Coordenador Do Curso Superior De Tecnologia Em Hotelaria
Carolina Silva Castelo Branco

Comissão Responsável pela Reformulação do Projeto
Profª Carolina Silva Castelo Branco
Prof. Joseilton Ferreira Lima Filho
Profª. Graucilene Lima Maia
Profª. Francisca Lúcia Sousa de Aguiar

SUMÁRIO

1. DADOS DO CURSO	5
1.1. Identificação da Instituição de ensino.....	5
1.2. Informações gerais do Curso.....	5
2. APRESENTAÇÃO	6
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	9
4. JUSTIFICATIVA.....	12
5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	15
6.OBJETIVOS	15
5.1. Objetivo Geral.....	16
3.2. Objetivos Específicos.....	16
7. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO.....	16
8. AREAS DE ATUAÇÃO.....	16
9. PERFIL PROFISSIONAL DO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO.....	17
10. METODOLOGIA.....	18
11.ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO	20
11.1 Estrutura Curricular	20
11.2 Matriz Curricular	21
11.3 Fluxograma	24
12. AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO.....	25
13. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	26
14. ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	27
15. APROVEITAMENTO DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES: aproveitamento e validação de disciplina.....	27

16. ESTÁGIO.....	27
17.APOIO AO DISCENTE.....	28
18.DIPLOMA.....	29
19. EMENTAS.....	29
20 INFRAESTRUTURA.....	110
<i>20.1 Qualificação e descrição das instalações necessárias ao funcionamento do curso.....</i>	<i>110</i>
<i>20.2 laboratório</i>	<i>111</i>
21. Biblioteca	111
22. EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS - PUD	112

1. DADOS DO CURSO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

Campus	IFCE – Campus de Baturité		
Endereço	Rua Ouvidor Mor Vitoriano Soares Barbosa – S/N - Sanharão		
Cidade: Baturité		UF: CE	Fone: (85) 3347-9152
CNPJ: 10.744.098/0014-60			
E-mail: gabinete.baturite@ifce.edu.br		Página Institucional: ifce.edu.br/baturite	

1.2 INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO

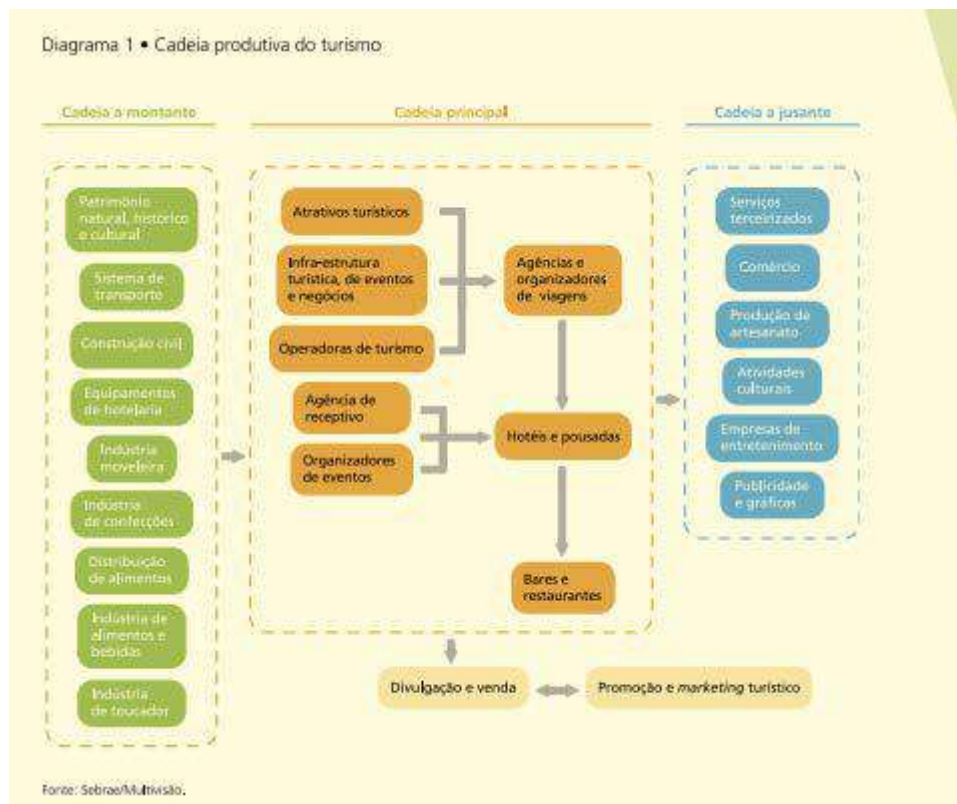
Denominação:	Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria
Titulação Conferida:	Tecnólogo em Hotelaria
Nível:	() Médio (X) Superior
Forma de Articulação com o Ensino Médio:	() Integrada () Concomitante (x) Subsequente
Modalidade:	(X) Presencial () A Distância
Duração:	Mínimo (5) Semestres e Máximo (7) Semestres
Periodicidade:	(X) Semestral () Anual
Formas de Ingresso:	(X) SISU () Vestibular (X) Transferência/Diplomado
Número de Vagas Anuais:	70 vagas
Turno de Funcionamento:	(X) Matutino (X) Vespertino (X) Noturno
Ano e semestre de início do funcionamento do curso:	2018.1

Carga horária dos componentes curriculares Disciplinas:	2000 horas – Curso Diurno 2000 horas – Curso Vespertino 2400 horas- Curso Noturno
Carga horária das atividades complementares:	40 horas
Carga horária do Trabalho de Conclusão do Curso	80 horas (TCC I e TCC II)
Carga horária total:	2000 horas – Curso Diurno 2000 horas – Curso Vespertino 2400 horas- Curso Noturno .
Sistema de Carga-horária:	01 crédito = 20h

2 APRESENTAÇÃO

O curso foi criado pela Resolução N° 035, de 28 de Setembro de 2010 do Conselho Superior do IFCE - CONSUP, e suas atividades pedagógicas tiveram início no primeiro semestre de 2011.

Considerando a relação direta existente entre a atividade turística e hoteleira, bem como a expansão desses setores, os meios de hospedagem constantemente adequam-se buscando atender às necessidades dos seus clientes, por meio da modernização de produtos e processos operacionais e administrativos. A hotelaria integra a cadeia produtiva do turismo, a qual assegura a prática da atividade.



Todos os elos da cadeia produtiva são essenciais para que o turista tenha serviços e suporte fora de seu entorno habitual, sendo assim a qualificação profissional faz-se relevante, pois como o setor é de serviços, a interação entre profissional e turista é constante, sendo assim necessário o treinamento, capacitação e qualificação para garantir o atendimento e acolhimento adequado.

Diante do retorno financeiro gerado pela atividade turística no Ceará e a crescente expansão do número de turistas nacionais e internacionais, aumentou-se também a oferta de leitos hoteleiros, fato o qual movimenta o setor, gerando emprego e renda direto e indireto na cadeia do turismo, bem como nos serviços ligados a atendimento, venda e prestação de serviço. Conforme podemos observar nos dados apresentados abaixo, comparando 2006 e 2015.

Agregados	2006	2015	Total	Anual
Demanda Turística Via Fortaleza	2.062.493	3.343.815	62,1	5,5
. Nacional	1.794.369	3.065.292	70,8	6,1
. Internacional	268.124	278.523	3,9	0,4
Demanda Hoteleira de Fortaleza	1.082.274	1.900.968	75,6	6,5
Taxa de ocupação hoteleira (%)	57,4	73,0	27,2	2,7
Gastos percapitas (R\$)	1.214,63	2.187,21	80,1	6,7
Receita Turística Direta (R\$ milhões)	2.496,9	7.313,63	192,9	12,7
Renda Gerada (R\$ milhões)	4.369,6	12.798,84	192,9	12,7
. Impacto sobre o PIB (%)	9,4	11,6	23,8	2,4
. Impacto no Setor Serviços (PIB)	13,9	16,4	18,1	1,9
Oferta Hoteleira no Ceará (UHs)	24.294	32.646	34,4	3,3
Empregos nas Atividades do Turismo	36.113	77.902	115,7	8,9
Movimento no Aeroporto (mil Pax)	2.950	6.348	115,2	8,9

Fonte: SETUR/CE (2015 dados preliminares)
 Nota: a) O Impacto sobre o PIB é obtido pela relação entre a Receita Turística e o PIB; b) A receita é obtida pelo produto entre gasto percapita e demanda turística via Fortaleza; e c) O multiplicador dos gastos turísticos utilizado foi 1,75.

Em consonância com a expansão turística no Estado, os meios de hospedagem têm que se adequar a essa nova realidade. O setor de hospitalidade necessita a cada dia ofertar produtos e serviços diferenciados junto a uma clientela diversificada e com isso, surge gradualmente a necessidade de qualificação daqueles que atuam nessa área.

Por ser considerado atualmente como um pólo turístico e gastronômico no Estado do Ceará, devido as suas potencialidades culturais e paisagísticas diferente dos núcleos urbano, o Maciço apresenta estruturação interna cuja escala e ambiência é importante preservar, buscando-se um adensamento programado e compatível com a malha viária existente, sem prejuízo do usuário/pedestre e da moldura da natureza disponível (PDR). Essa perspectiva induzirá fortemente a estratégia de organização espacial, nas áreas mais compatíveis com as atividades do turismo.

O IFCE-Campus Baturité contribui com a profissionalização deste setor oferecendo formação de qualidade para diferentes ocupações e profissões da área de Hospitalidade e Lazer, em especial para o setor de Hospedagem.

Para a renovação desse projeto de curso, foram coletadas informações com a secretária de turismo do Estado do Ceará, além de revisão do catálogo do MEC e de estudos do perfil profissional, observação da oferta de cursos na área de hospedagem na região e resultados internos do setor, pesquisa junto às unidades que desenvolvem o curso para levantamento de dados sobre perfil de entrada e de conclusão do aluno, organização curricular, metodologias, avaliação da aprendizagem e infraestrutura, reunindo sugestões para aprimoramento da oferta.

As pesquisas orientaram a organização curricular deste projeto, o qual se propõe a proporcionar qualificação em nível superior para os empreendimentos hoteleiros e atividades relacionadas.

O Campus de Baturité, ao oferecer este curso, tem o objetivo de propiciar condições para que os alunos desenvolvam competências gerais da área de Turismo e Hospitalidade e as específicas da Habilitação e das Qualificações Técnicas, definidas a partir da análise do processo de trabalho desse segmento, respeitando valores estéticos, políticos e éticos, e mantendo compromisso com a qualidade, o trabalho, a ciência, a tecnologia e as práticas sociais relacionadas com os princípios da cidadania responsável.

A Instituição se propõe à permanente atualização deste projeto para acompanhar as transformações tecnológicas e socioculturais do mundo do trabalho, especialmente da área de Turismo e Hospitalidade, mediante contato com especialistas da área e o setor produtivo. Para isso, continuará a desenvolver e manter estreitas relações colaborativas com o mercado, estabelecendo parcerias ativas com profissionais e com as empresas dos segmentos de hospedagem, de alimentos e bebidas, e de eventos.

O campus Baturité, também oferta o Curso Técnico em Hospedagem, o qual contribui com um melhor atendimento nos meios de hospedagem locais e a oportunizar a formação de uma mão de obra na própria região.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) é uma Instituição Tecnológica que tem como marco referencial de sua história a evolução contínua com crescentes indicadores de qualidade. A sua trajetória corresponde ao processo histórico de desenvolvimento industrial e tecnológico da Região Nordeste e do Brasil.

Nossa história institucional inicia-se no século XX, quando o então Presidente Nilo Peçanha cria, mediante o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, as Escolas de Aprendizizes Artífices, com a inspiração, orientada pelas escolas vocacionais francesas, destinadas a atender à formação profissional aos pobres e desvalidos da sorte. O incipiente processo de industrialização passa a ganhar maior impulso durante os anos 40, em decorrência do ambiente gerado pela Segunda Guerra Mundial, levando à transformação da Escola de Aprendizizes Artífices em Liceu Industrial de Fortaleza, no ano de 1941 e, no ano seguinte, passa a ser chamada de Escola Industrial de Fortaleza, ofertando formação profissional diferenciada das artes e ofícios orientada para atender às profissões básicas do ambiente industrial e ao processo de modernização do País.

O crescente processo de industrialização, mantido por meio da importação de tecnologias orientadas para a substituição de produtos importados, gerou a necessidade de formar mão-de-obra técnica para operar estes novos sistemas industriais e para atender às necessidades governamentais de investimento em infraestrutura. No ambiente desenvolvimentista da década de 50, a Escola Industrial de Fortaleza, mediante a Lei Federal nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, ganhou a personalidade jurídica de Autarquia Federal,

passando a gozar de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, incorporando a missão de formar profissionais técnicos de nível médio.

Em 1965, passa a se chamar Escola Industrial Federal do Ceará e em 1968, recebe então a denominação de Escola Técnica Federal do Ceará, demarcando o início de uma trajetória de consolidação de sua imagem como instituição de educação profissional, com elevada qualidade, passando a ofertar cursos técnicos de nível médio nas áreas de Edificações, Estradas, Eletrotécnica, Mecânica, Química Industrial, Telecomunicações e Turismo.

O contínuo avanço do processo de industrialização, com crescente complexidade tecnológica, orientada para a exportação, originou a demanda de evolução da rede de Escolas Técnicas Federais, já no final dos anos 70, para a criação de um novo modelo institucional, surgindo então os Centros Federais de Educação Tecnológica do Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

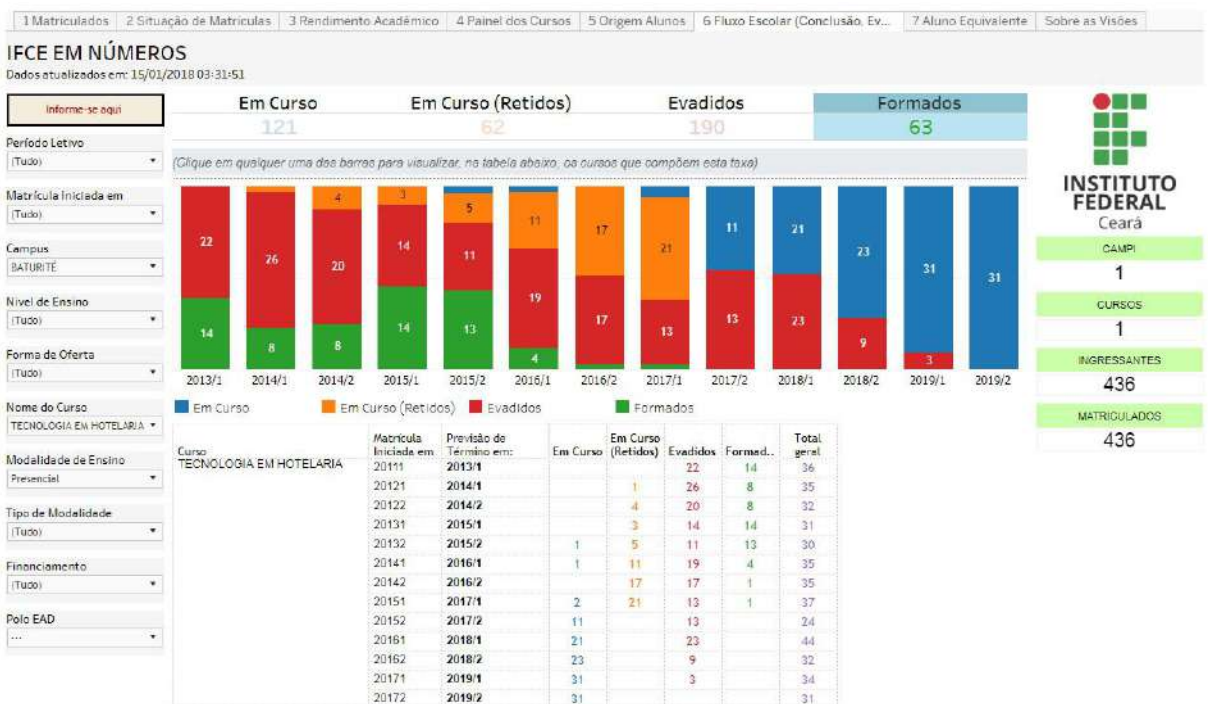
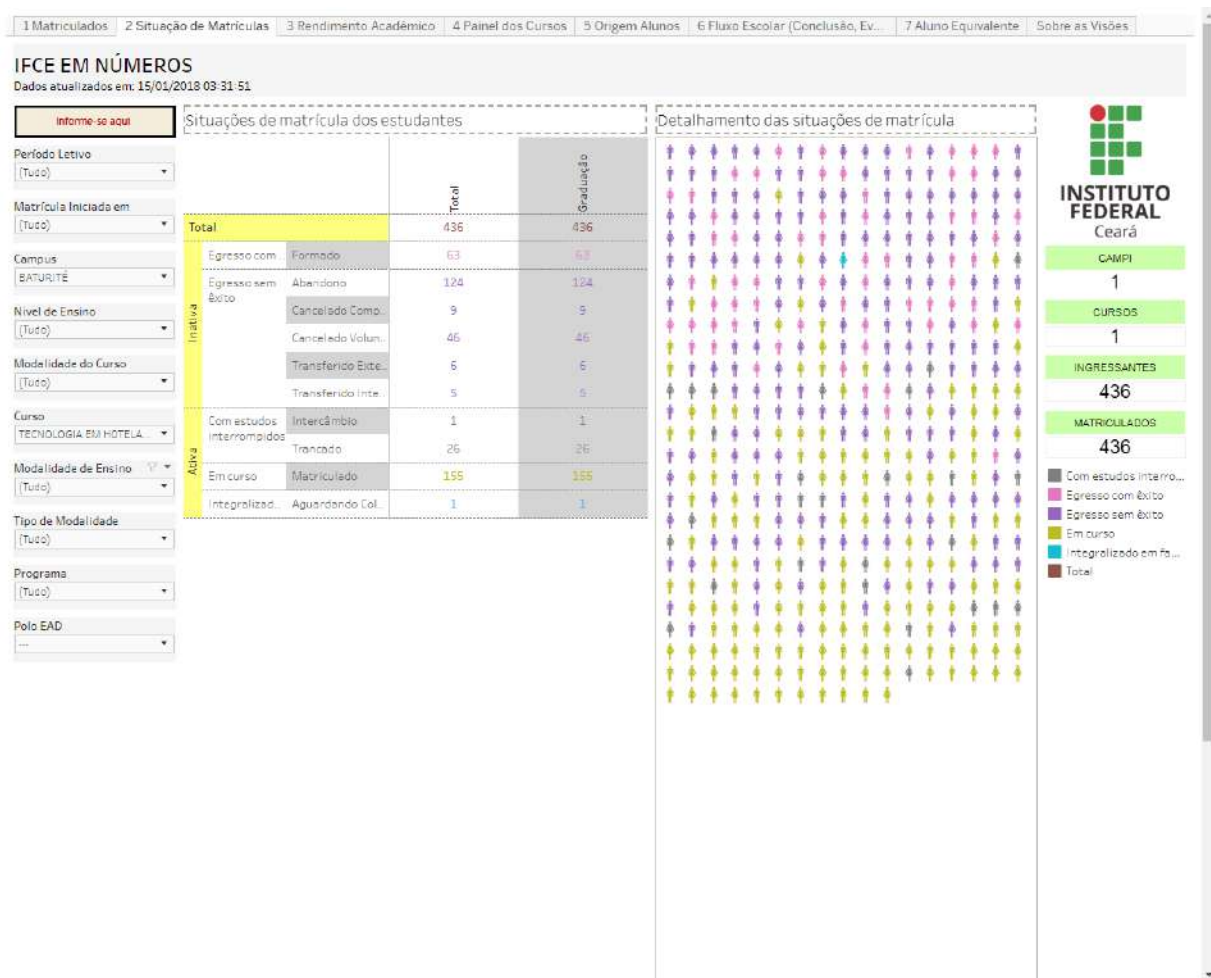
Somente em 1994, a Escola Técnica Federal do Ceará é igualmente transformada junto com as demais Escolas Técnicas da Rede Federal em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), mediante a publicação da Lei Federal nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, a qual estabeleceu uma nova missão institucional com ampliação das possibilidades de atuação no ensino, na pesquisa e na extensão tecnológica. A implantação efetiva do CEFET-CE somente ocorreu em 1999.

Com a intenção de reorganizar e ampliar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica é decretada a Lei 11.892, de 20 de dezembro de 2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os mesmos são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos, desde a educação de jovens e adultos até doutorado.

Dessa forma, o CEFET-CE passa a ser Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, o qual iniciou seu processo de interiorização construindo diversos campi nos interiores.

O Campus de Baturité está situado no sopé do Maciço de Baturité, especificamente na cidade de Baturité, distante cerca de 93 km da capital cearense. Continuamente, o Campus adéqua suas ofertas de ensino, pesquisa e extensão às necessidades locais.

Atualmente, o campus oferta os Cursos Superiores de Tecnologia em Gastronomia, Tecnologia em Hotelaria, os Cursos técnicos de Hospedagem e de Administração, além de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores jovens e adultos.



A tabela acima apresenta o número de matriculados, evadidos e formados no curso de Hotelaria, dessa forma tentou-se reformular a matriz do curso de forma que o mesmo seja referencia para a formação e atuação na área de hospedagem, além de tornar o curso atrativo para os discentes.

VISÃO

Tornar-se padrão de excelência no ensino, pesquisa e extensão na área de Ciência e Tecnologia.

MISSÃO

Produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética.

VALORES

Nas suas atividades, o IFCE valorizará o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito, a transparência, a excelência e a determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação, com ideias fixas na sustentabilidade ambiental.

4. JUSTIFICATIVA

Caracterizado como século da informação e do conhecimento, de acordo com Libâneo (1999), o século XXI é também o das grandes transformações, uma espécie de rompimento de antigos paradigmas, em busca de uma nova ordem social.

Nesse contexto, a prática das viagens, em constante crescimento desde o início do século passado, associada ao crescimento dos transportes e dos vários setores que as possibilitam, tem-se intensificado como importante componente da vida e do trabalho de inúmeras pessoas.

Essa constatação vem amparada por ações que, na prática, fizeram com que o “turismo” fosse incorporado à agenda política de inúmeros países que optaram por desenvolver políticas públicas para seu incremento, focados no respectivo desenvolvimento econômico dessa crescente atividade.

Exigindo a prestação de serviços de qualidade e cada vez mais especializados, pelas inúmeras empresas ligadas ao *trade* turístico e pelos próprios turistas, presencia-se no cenário

nacional brasileiro cada vez mais investimentos na formação de profissionais.

No Ceará, o desenvolvimento do turismo, no final dos anos 1980 e anos 1990, chamou a atenção e passou a compor itens das políticas públicas, devido às razões que socialmente justificam a ação governamental, numa perspectiva estratégica e estruturante para criar condições de produção de territórios turísticos, apoiando-se em ações destinadas à segmentação econômica e à desconcentração espacial de seus produtos turísticos.

O PRODETUR-CE I (Programa de Desenvolvimento do Turismo) e o PAT (Plano de Ação Turística), que surgiram após as orientações do PRODETURIS, e se constituem de dois programas operadores do planejamento de longo prazo da SETUR-CE, calcados na concepção de produção social da atratividade turística, são exemplos dessas políticas públicas.

Constituiu-se o marco referencial para o PAT, a Política Estratégica para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo no Ceará. Essa política foi estruturada em duas vertentes estratégicas: desenvolvimento do produto turístico (imagem, qualidade, mercados e política de preços); e embasada em uma estratégia de desenvolvimento fundamentado no conceito de *cluster* econômico, com linhas de ações independentes para sua operacionalização.

O PAT é o planejamento das ações a serem implementadas para levar adiante as estratégias definidas de estruturação do turismo como vetor de desenvolvimento econômico e social do município, estabelecendo as atividades prioritárias, as estratégias, os objetivos, ações e projetos estruturais, os mercados e a forma de gestão do turismo, definindo os prazos e as fontes de financiamento e identificando os agentes responsáveis por cada ação.

Na atualidade, há dois projetos em exercício, promovendo qualificação profissional, executados tanto pelo Ministério do Turismo, como pelos órgãos estaduais e municipais de turismo. Uma delas é a execução do PRODETUR II, que iniciou em 2010, com suas ações voltadas para o litoral leste do estado do Ceará e em 2015, iniciou-se as ações na serra e maciço de Baturité, incluindo por exemplo a duplicação da estrada, para facilitar e agilizar o tempo de acesso, bem como oferta de cursos específicos na área, como de garçom, camareira, recepcionista, entre outros.

Nessa esfera, a Secretaria de Turismo do Ceará - SETUR que tem a finalidade de estruturar e consolidar o território cearense como receptor turístico, a partir de ações estratégicas para o seu desenvolvimento, também está responsável por ações que favoreçam a melhoria da formação dos

Um dos aspectos de relevo no escopo da proposta do programa é “o respeito à singularidade regional e local da promoção e preservação dos valores culturais, dos bens naturais e patrimoniais, do estímulo ao empreendedorismo e empregabilidade, das oportunidades de geração de renda e da excelência dos serviços e produtos turísticos nacionais e internacionais”².

Observa-se que, além do fortalecimento do turismo doméstico, essas ações darão

continuidade a um complexo conjunto de atuação, envolvendo departamentos do Ministério do Turismo, com interface com órgãos governamentais em todas as esferas nacionais: federal, estadual, municipal e regional, em efetiva articulação, para a realização das atividades propostas no Plano Nacional do Turismo.

Desse novo entendimento, fazem parte a ênfase social do turismo, fortalecimento do mercado interno, a organização e consolidação dos 65 destinos turísticos, com padrão internacional de mercado, respeito à diversidade regional, com base numa gestão responsável que realize um equilíbrio entre os aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais.

Movimentação Turística nos Destinos Turísticos do Ceará - 2015

Pólos	Oferta Hoteleira						Demanda Turística			
	MH	UHs	Leitos	Taxa de Ocupação	Perm. Média	Relação Hósp/UHs	Hoteleira	Extra-Hoteleira	Total	(%)
Pólo Ibiapaba	67	1.391	3.158	51,2	2,4	2,4	259.950	606.550	866.500	5,5
Pólo Araripe/Cariri	123	3.303	8.099	51,0	2,4	2,5	640.472	1.494.435	2.134.908	13,4
Pólo Baturité	74	1.155	3.147	57,8	2,3	2,2	233.076	543.844	776.920	4,9
Pólo Litoral Leste	253	5.964	16.240	63,4	3,3	2,4	1.012.095	2.361.554	3.373.649	21,2
Pólo Litoral Oeste	400	5.849	13.876	61,0	2,8	2,2	1.037.173	2.420.070	3.457.243	21,7
Pólo Sertão Central	68	1.608	3.911	55,9	2,4	2,1	287.077	669.847	956.924	6,0
Outros Municípios	64	1.743	4.039	57,1	2,7	2,2	295.996	690.656	986.652	6,2
Total Interior	1.049	21.013	52.470	56,8	2,6	27,5	3.765.839	8.786.957	12.552.796	79,0
Fortaleza	235	11.406	28.322	71,5	3,6	2,4	1.900.968	1.442.847	3.343.815	21,0
Total Geral	1.284	32.419	80.792	62,0	2,9	27,7	5.666.807	10.229.804	15.896.611	100,0

Fonte: SETUR/CE (dados preliminares)

Obs: a) Total de 64 municípios turísticos e b) movimentação turística envolve os fluxos de origem nacional, internacional e intraestadual.

A preocupação com a qualificação de produtos e dos profissionais tem-se intensificado e está presente como marca dos discursos governamentais e das propostas de ação ministerial e dos demais órgãos estaduais, municipais, responsáveis pelo turismo. Tudo isso acontece em função da adoção de um modelo de planejamento que apresenta uma programação voltada para a atividade turística em suas várias e diversificadas vertentes.

A promoção da qualificação e do aperfeiçoamento dos agentes que trabalham na cadeia produtiva do turismo, por meio da educação profissional continuada, é um aspecto fulcral para a excelência nos serviços e os programas de qualificação profissional evidenciaram-se essenciais para tornar o país mais competitivo.

Considerando uma característica dos Institutos de ofertar cursos sintonizados com as realidades/necessidades regionais, o Campus Baturité, oferta o curso de Tecnologia em Hotelaria, com vistas

à formação profissional, o atendimento às demandas de mão de obra qualificada para o mundo de trabalho, bem como a ascensão intelectual, cultural, ética e moral dos moradores da região, que tem a oferta do curso desde 2011.

Deve-se frisar que o Campus de Baturité atende a uma demanda existente entre os quinze municípios que compõem o Maciço de Baturité. O Maciço de Baturité é uma formação geológica localizada no sertão central cearense, composta pelos municípios de Pacoti, Palmácia, Guaramiranga, Mulungu, Aratuba, Capistrano, Itapiúna, Baturité, Aracoiaba, Acarape, Redenção, Barreira e Ocara.

Ainda sobre a região do maciço de Baturité, esta abrange três sub-regiões homogêneas do Estado do Ceará: a serrana - corredor verde (Guaramiranga, Pacoti, Palmácia, Mulungu e Aratuba); a sub-região dos vales/sertão - corredor histórico ferroviário (Baturité, Capistrano, Itapiúna, Aracoiaba, Redenção e Acarape) e a de transição - sertão/litoral (Barreira e Ocara). Os municípios localizam-se, estrategicamente, próximos a serra de Guaramiranga, transformando a região num importante pólo turístico, com fácil acesso aos grandes mercados consumidores.

Promovendo gratuitamente educação profissional e tecnológica no Estado, o IFCE tem se tornado uma referência para o desenvolvimento regional, formando profissionais capacitados e qualificados para o setor produtivo e de serviços, promovendo o crescimento sócioeconômico da região. A instituição atua nas modalidades presencial e à distância, com cursos nos níveis Técnico, Tecnológico, Licenciaturas, Bacharelados e Pós-Graduação *Lato* e *Strictu Sensu*, paralelamente ao trabalho de pesquisa, extensão e difusão de inovações tecnológicas, atendendo às demandas da sociedade e do setor produtivo.

5 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A legislação educacional pertinente ao curso é a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como os Pareceres CNE/CP Nº 29/2002 e CNE/CES Nº 436/2001 e a Resolução CNE/CP Nº 3, de 18 de dezembro de 2002.

O curso atende às orientações do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do Ministério da Educação (MEC), que organiza e orienta a oferta de Cursos Superiores de Tecnologia no país, inspirado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico e em sintonia com a dinâmica do setor produtivo e os requerimentos da sociedade atual.

6. OBJETIVOS DO CURSO

6.1 Objetivo Geral

Formar profissionais na área de hotelaria com competência e habilidades para administração operacional dos meios de hospedagem, embasados em uma visão crítica e empreendedora e

capacitados para atuar na concepção, gestão e supervisão operacional dos serviços hoteleiros e na prestação de serviços de assessoria técnica e/ou consultoria para a hotelaria.

6.2 Objetivos Específicos

- Coordenar serviços de hospedagem, alimentos e bebidas, estrutura física, humana e de materiais necessárias ao bem-estar dos hóspedes;
- Organizar meios técnicos, financeiros para prestação de serviços hoteleiros e gestão de pessoas;
- Programar a oferta de serviços oferecidos aos hóspedes nos equipamentos hoteleiros;
- Avaliar projetos para meios de hospedagem e áreas correlatas à hospitalidade;
- Desenvolver funções gerenciais nos meios de hospedagem com práticas sustentáveis e de inclusão social;
- Trabalhar na consultoria de empresas de hospedagem e nas áreas correlatas à hospitalidade.

7. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O acesso ao Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria será destinado a alunos que tenham concluído o ensino médio, poderá ser feito através de:

- Processo seletivo público/exame de seleção, normatizado por edital;
- A ocupação das vagas remanescentes se dará por meio dos beneficiários no Cadastro Reserva.
- Transferência ou ingresso de diplomado, para o período compatível.

8. ÁREAS DE ATUAÇÃO

O mercado de trabalho dispõe de um vasto campo de atuação para profissionais do ramo da hospedagem, como:

- hotéis, pousadas, *spas*, *resorts*, motéis e estabelecimentos afins;
- diferentes setores relacionados com alimentos e bebidas como: restaurantes (hotéis, pousadas, hospitais, indústrias, independentes), *buffets*, etc.;

- hospitais, clínicas, casas de repouso, entre outros.
- Consultoria e gestão de empreendimentos e atividades hoteleiras

9. PERFIL PROFISSIONAL - HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

O Tecnólogo em Hotelaria formado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – Campus Baturité é um profissional apto para atuar na gestão, operacionalização e comercialização de meios de hospedagem, com capacidade de gerir e operacionalizar o processo de produção dos serviços de recepção, de reservas, de governança, de eventos, de comercialização, de marketing e de alimentos e bebidas. Suas ações devem ser orientadas pelos critérios de qualidade na prestação de serviços e a plena satisfação dos clientes, apoiando-se na responsabilidade social e ambiental e nos interesses e expectativas do mercado e da sociedade.

O Tecnólogo em Hotelaria deverá ter desenvolvido competências e habilidades para:

- Gerir as atividades ligadas à atividade hoteleira
- Aplicar os princípios da responsabilidade socioeconômica e ambiental no setor de hospedagem;
- Aplicar princípios éticos e críticos em sociedade e, especificamente, diante das relações do mundo do trabalho;
- Operar sistemas informatizados;
- Aplicar instrumentos e técnicas de planejamento e organização de acordo com o contexto organizacional;
- Adequar os produtos oferecidos ao segmento atendido;
- Avaliar criticamente os serviços prestados e propor alternativas de melhoria;
- Executar procedimentos operacionais para venda, montagem, estruturação e controle dos espaços de eventos dos meios de hospedagem;
- Atuar em funções de reservas, recepção, caixa e governança.
- Realizar os procedimentos operacionais de atendimento ao hóspede na chegada, permanência e saída do meio de hospedagem;

- Operacionalizar a higienização e arrumação das unidades habitacionais, das áreas sociais e de serviços;
- Controlar materiais de suprimentos das unidades habitacionais, de higiene e limpeza e equipamentos do setor de governança;
- Planejar a rotina operacional das atividades diárias e a alocação de pessoal nos setores de governança e recepção nos meios de hospedagem;
- Auxiliar na construção de processos padronizados, tomando decisões relativas a equipamentos e produtos de trabalho;
- Aplicar técnicas básicas para recebimento, armazenamento, higienização, produção e comercialização de matérias-primas e alimentos com segurança;
- Atuar nos serviços de sala e bar;
- Adaptar técnicas de hospedagem aos estabelecimentos assistenciais de saúde;
- Aplicar os conceitos de Hospitalidade em estabelecimentos assistenciais de saúde;
- Identificar oportunidades de realizar eventos e desenvolver propostas adequadas às variáveis encontradas, em âmbito social, profissional e corporativo;
- Auxiliar na operação e avaliação de resultados de eventos;

10 . METODOLOGIA DE ENSINO

O fazer pedagógico consiste no processo de construção e reconstrução da aprendizagem na dialética da intenção da tarefa partilhada, em que todos são sujeitos do conhecer e aprender, visando à construção do conhecimento, partindo da reflexão, do debate e da crítica, numa perspectiva criativa, interdisciplinar e contextualizada.

Para isso é necessário entender que Currículo vai além das atividades convencionais da sala de aula, pois é tudo que afeta direta ou indiretamente o processo ensino-aprendizagem, portanto deve considerar atividades complementares tais como: iniciação científica e tecnológica, programas acadêmicos, programas de extensão, visitas técnicas, realização de práticas, eventos científicos, além de atividades culturais, políticas e sociais, dentre outras desenvolvidas pelos alunos durante o curso.

Nesta abordagem, o papel dos educadores é fundamental para consolidar um processo participativo em que o aluno possa desempenhar papel ativo de construtor do seu próprio conhecimento, com a mediação do professor. O que pode ocorrer através do desenvolvimento de

atividades integradoras como: debates, reflexões, seminários, momentos de convivência, palestras e trabalhos coletivos.

Em um curso dessa especificidade, assim como as demais atividades de formação acadêmica, as aulas práticas e de laboratório são essenciais para que o aluno possa experimentar diferentes metodologias pedagógicas adequadas ao ensino de Tecnologia. O contato do aluno com a prática deve ser planejado, considerando os diferentes níveis de profundidade e complexidade dos conteúdos envolvidos, tipo de atividade, objetivos, competências e habilidades específicas. Inicialmente, o aluno deve ter contato com os procedimentos a serem utilizados na aula prática realizada simultaneamente por toda a turma e acompanhada pelo professor.

No decorrer do curso, o contato do aluno com a teoria e a prática deve ser aprofundado por meio de atividades que envolvem a criação, o projeto, a construção e análise, e os modelos a serem utilizados.

Para formar profissionais com autonomia intelectual e moral, tornando-os aptos para participar e criar, exercendo sua cidadania e contribuindo para a sustentabilidade ambiental, cabe ao professor organizar situações didáticas para que o aluno busque, através de estudo individual e em equipe, soluções para os problemas que retratem a realidade profissional. A articulação entre teoria e prática assim como das atividades de ensino, pesquisa e extensão deve ser uma preocupação constante do professor.

Dessa forma, a metodologia deverá propiciar condições para que o aluno possa vivenciar e desenvolver suas competências: cognitiva (aprender a aprender); produtiva (aprender a fazer); relacional (aprender a conviver) e pessoal (aprender a ser).

Durante as atividades teórico-práticas há a utilização de metodologias ativas de aprendizagem com uso de TICs realizando oficinas, fóruns, discussão de estudos de casos, de filmes, de artigos científicos, situações com soluções de problemas e utilização da metodologia Pearstruction para discussão e aprendizagem aos pares.

O aprendizado discente é acompanhado além das avaliações, pelas atividades práticas que visam identificar o nível de entendimento e aprendizado, bem como pelo setor pedagógico, que acompanha rendimento, frequência e dificuldades dos alunos, com intermédio da coordenação.

As disciplinas que apresentam menor rendimento ou que precisem de um acompanhamento ao discente, são ofertados programas de monitoria com bolsista e com voluntários, como forma de auxiliar o desenvolvimento na habilidade em questão.

O campus conta com atendimento especializado de servidores com formação em serviço social, psicologia e enfermagem, que visam atender demandas extra sala.

Os docentes são incentivados a abordar em seus conteúdos, assuntos que possam contextualizar assuntos regionais, bem como sobre as relações éticas racionais e sobre a relevância da sustentabilidade.

11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

11.1 Estrutura Curricular

O Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria possui uma carga horária de duas mil horas distribuídas em cinco semestres, tendo 40 horas já incluídas, de disciplina optativa.

As disciplinas optativas serão ofertadas no 5º semestre, considerando um total de, no mínimo, 10 matrículas. Caso haja matrículas em número inferior ao estabelecido, a coordenação do curso decidirá sobre a oferta da(s) disciplina(s).

O projeto contempla o Trabalho de Conclusão de Curso-TCC regido por normatização, informada aos discentes pelo docente responsável pela formatação do TCC, sendo este dividido em 2 disciplinas cada uma com 40 horas/aula, o qual pode ser desenvolvido por monografia ou artigo, que será orientado por docentes de áreas relacionadas mais especificamente ao tema escolhido pelo discente.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – *Campus Baturité*, através do Curso de Tecnologia em Hotelaria, visa atender ao mercado profissional e à sociedade da região do Maciço de Baturité a partir dessa nova concepção de integração e articulação, colaborando com a educação e a formação de profissionais aptos a contribuir de forma interativa com a economia e a cultura da região, contribuindo assim, com o desenvolvimento do pólo turístico e gastronômico do Maciço de Baturité.

Nesse contexto, o curso desenvolverá ações pedagógicas com base no desenvolvimento de competências e habilidades, responsabilidade técnica e social, tendo como princípios o embasamento para o desenvolvimento da capacidade empreendedora; o incentivo às práticas da hospitalidade, diretamente ligadas ao bem servir e atender; o entendimento e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes do uso das tecnologias e o estímulo à educação continuada.

11.2 MATRIZ CURRICULAR

O Curso foi estruturado em cinco semestres letivos com Unidades Curriculares e Atividades Complementares, numa sequência lógica e contínua de apresentação das diversas situações do conhecimento específico e das suas interações no contexto da formação do profissional. As atividades de vivência serão desenvolvidas através de visitas técnicas; aulas práticas em sala, nos laboratórios e nos espaços pertinentes ao desenvolvimento de tais atividades.

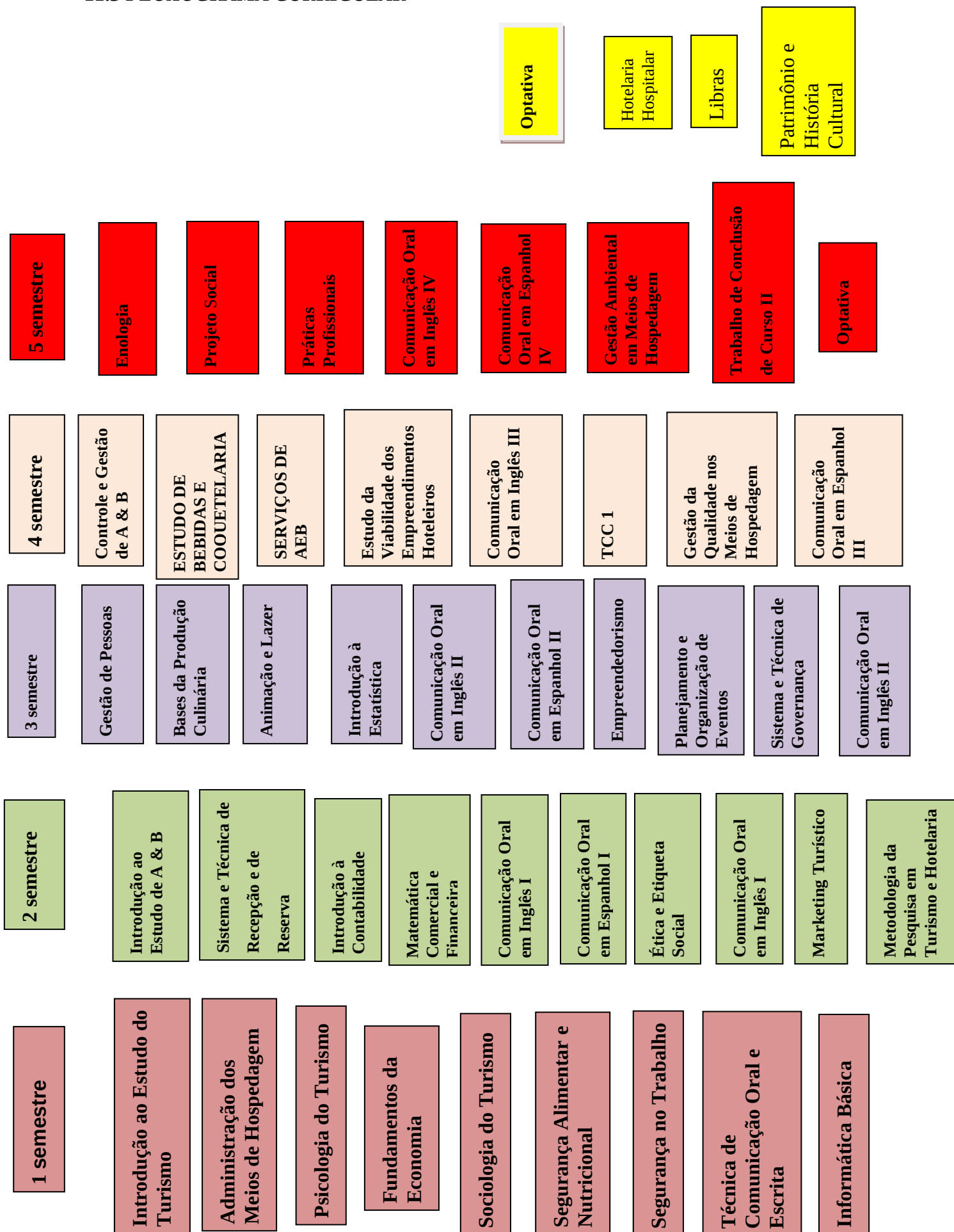
15201 – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE TECNOLOGIA EM HOTELARIA

Cod.	Disciplinas	h/aula	T	P	Cred	
SEMESTRE I						
HOTE.001	Introdução ao Estudo do Turismo	40	50	10	02	
HOTE.002	Administração dos Meios de Hospedagem	80	60	20	04	
HOTE.011	Psicologia do Turismo	40	40	00	02	
HOTE.004	Fundamentos da Economia	40	40	00	02	
HOTE.005	Sociologia do Turismo	40	28	12	02	
HOTE.006	Segurança Alimentar e Nutricional	40	40	00	02	
HOTE.025	Segurança no Trabalho	40	40	00	02	
HOTE.008	Técnica de Comunicação Oral e Escrita	40	30	10	02	
Nova	Informática Básica	40	20	20	02	
		400	400	00	20	
SEMESTRE II						
HOTE.010	Introdução ao Estudo de A & B	40	30	10	02	Hote 02 Hote 06
HOTE.018	Sistema e Técnica de Recepção e de Reserva	80	40	40	04	Hote 02
HOTE.012	Introdução à Contabilidade	40	30	10	02	
HOTE.003	Matemática Comercial e Financeira	40	40	00	02	
Nova	Ética e Etiqueta Social	40	30	10	02	
HOTE.009	Comunicação Oral em Inglês I	40	26	14	02	
HOTE.0	Comunicação Oral em Espanhol I	40	28	12	02	

16						
HOTE.0 28	Marketing Turístico	40	40	00	02	Hote 02
HOTE.0 17	Metodologia da Pesquisa em Turismo e Hotelaria	40	30	10	2	
		400	400	00	20	
	SEMESTRE 3					
HOTE.0 13	Gestão de Pessoas	40	40	00	2	Ética e Etiqueta
HOTE.0 19	Animação e Lazer	40	20	20	2	Hote 02
HOTE.0 20	Bases da Produção Culinária	40	30	10	2	Hote 010
HOTE.0 07	Introdução à Estatística	40	40	00	2	
HOTE.0 38	Empreendedorismo	80	40	40	4	Hote 02
HOTE.0 22	Sistema e Técnica de Governança	40	30	10	2	Hote 02
HOTE.0 15	Comunicação Oral em Inglês II	40	26	14	2	Hote 09
HOTE.0 24	Comunicação Oral em Espanhol II	40	28	12	2	Hote 16
HOTE.0 29	Planejamento e Organização de Eventos	40	28	12	2	
		400	400	00	20	
	SEMESTRE 4					
NOVA	Estudo de bebidas e coquetelaria	80	64	16	4	
NOVA	Serviços de aeb	80	64	16	4	
NOVA	TCC 1	40	40	00	2	HOTE.017
HOTE.0 23	Comunicação Oral em Inglês III	40	24	16	2	Hote 09 Hote 15
HOTE.0 32	Gestão da Qualidade nos Meios de Hospedagem	40	25	15	2	Hote 02
HOTE.0 31	Estudo da Viabilidade dos Empreendimentos Hoteleiros	40	40	00	2	Hote 02
HOTE.0 34	Comunicação Oral em Espanhol III	40	28	12	2	HOTE 16 HOTE 24
HOTE.0 30	Controle e Gestão de A & B	40	40	00	2	HOTE.010

		400	400		20	
	SEMESTRE 5					
HOTE.3 5	Projeto Social	40	20	20	02	
HOTE.0 37	Práticas Profissionais	80	20	60	02	Hot 25 HOTE.010 HOTE.018 HOTE 22
HOTE.0 33	Comunicação Oral em Inglês IV	40	40	00	02	Hote 09 Hote 15 Hote 23
HOTE.0 40	Comunicação Oral em Espanhol IV	40	40	00	02	HOTE 16 HOTE 24 HOTE 24
HOTE.0 27	Enologia	80	80	00	02	
Nova	Trabalho de Conclusão do Curso 2	40	40	00	02	HOTE.017 TCC1
HOTE.0 14	Gestão Ambiental nos Meios de Hospedagem	40	40	00	02	
	OPTATIVAS					
OPTATI VA	Patrimônio Histórico Cultural	40	40	00	02	
OPTATI VA	Hotelaria Hospitalar	40	40	00	02	
OPTATI VA	Libras	40	28	12		
		400	400	00	20	
CARGA HORÁRIA TOTAL		880				

11.3 FLUXOGRAMA CURRICULAR



12. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

A avaliação do projeto pedagógico tem como objetivo acompanhar as ações e as atividades realizadas pelos docentes, técnicos e discentes envolvidos, visando atingir os objetivos propostos para o curso, a descentralização das decisões, a construção e a manutenção do vínculo educação-sociedade. Dessa forma, o acompanhamento e a avaliação deverão legitimar as ações de implantação e as mudanças e melhorias aplicadas.

Serão trabalhadas a conscientização e a disponibilidade por parte de todos os que fazem o curso, ou seja, o docente, o técnico e o discente, como pilares para as ações a serem concretizadas.

O acompanhamento e a avaliação serão aplicados no ambiente de atuação de todos os integrantes: sala de aula, visitas técnicas, seminários, atividades complementares, práticas e nas relações entre docentes, discentes e técnicos. Os meios e instrumentos utilizados na avaliação do projeto do curso serão: questionários, entrevistas, auto-avaliações, apresentações de trabalhos, seminários de avaliação e relatórios, que servirão como mensuração da funcionalidade do projeto, fornecendo dados que embasem as ações corretivas. Também serão aplicados questionários e entrevistas coletivas envolvendo tanto professores quanto alunos para avaliar as condições de ensino e de aprendizagem, levando-se em consideração:

- a) o percentual de aproveitamento obtido no final de cada semestre;
- b) o fator de evasão;
- c) o rendimento escolar acima da média institucional. Para o cumprimento destes critérios serão desenvolvidas as ações:
 - Estudar os Planos de aulas das disciplinas visando a analisar a coerência e a aderência entre a ementa, os conteúdos programáticos, a metodologia de ensino e de aprendizagem;
 - Verificar se há coerência entre os conteúdos programáticos curriculares propostos com o perfil delineado no Projeto Pedagógico, conforme os eixos temáticos;
 - Avaliar o desempenho do professor na percepção dos alunos e dos alunos na percepção do professor;
 - Coletar sugestões para melhoria das disciplinas ministradas no período anterior;
 - Socializar os resultados junto aos professores do curso para posterior tomada de decisões no que se refere à adequação da matriz em processo;
- d) Quanto à periodicidade, deverão ser utilizadas avaliações sistemáticas e continuadas, com espaços para uma reflexão crítica e autocrítica do desempenho do curso e de seus integrantes, estando essas atividades devidamente registradas e documentadas para servir de suporte para as avaliações subsequentes.

13. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação do desempenho dá-se por disciplina, onde observa-se critérios como aprendizagem, frequência e participação.

Para aprovação o discente deverá ao fim do semestre ter a média mínima necessária e ter 75% de frequência, conforme o ROD vigente.

Conforme artigos do ROD 54 a 57:

Subseção III – Da sistemática de avaliação no ensino superior

Art. 54 A sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas.

§1 Em cada etapa, serão atribuídas aos discentes médias obtidas nas avaliações dos conhecimentos construídos.

§2 Independentemente do número de aulas semanais, o docente deverá aplicar, no mínimo, 02 (duas) avaliações por etapa.

§3 A nota do semestre será a média ponderada das avaliações parciais, devendo o discente obter a média mínima 7,0 para a aprovação.

Art. 55 A média final de cada etapa e de cada período letivo terá apenas uma casa decimal; as notas das avaliações parciais poderão ter até duas casas decimais.

Art. 56 Caso o aluno não atinja a média mínima para a aprovação (7,0), mas tenha obtido, no semestre, a nota mínima 3,0, ser-lhe-á assegurado o direito de fazer a prova final.

§1 A prova final deverá ser aplicada no mínimo três dias após a divulgação do resultado da média semestral.

§2 A média final será obtida pela soma da média semestral, com a nota da prova final, dividida por 2 (dois); a aprovação do discente estará condicionada à obtenção da média mínima 5,0.

§3 A prova final deverá contemplar todo o conteúdo trabalhado no semestre.

§4 A aprovação do rendimento acadêmico far-se-á, aplicando-se a fórmula a seguir:

Curso Superior

$$X_s = 2x_1 + 3x_2 \geq 7,0$$

$$X_f = X_s + AF \geq 5,0$$

LEGENDA

S_x = Média semestral

X_1 = Média da 1ª. Etapa

X_2 = Média da 2ª. Etapa

X_f = Média Final

AF = Avaliação Final

O docente deve desenvolver métodos de avaliações, que estimulem o saber, principalmente de maneira aplicada e prática, analisando o desenvolvimento do aluno como um todo, indo além dos métodos tradicionais de avaliação.

14. Atividades Complementares

Não há créditos referentes a atividades complementares para integralização no currículo.

15. Aproveitamento de Experiências Anteriores: aproveitamento e validação de disciplina

Os alunos vindos de outras instituições, tendo cursado disciplinas de cursos de nível superior poderão solicitar aproveitamento de disciplina, tendo que apresentar :

- Histórico Escolar com as aprovações nas disciplinas desejadas, com nota média mínima de sete
- Planos de Unidade Curricular das Disciplinas que pretende conseguir o aproveitamento, tendo que ter compatibilidade em 75% de carga horária e compatibilidade de 75% de conteúdo.

O aluno que se considerar apto em alguma área de conhecimento, por ter tido experiência empírica ou afim, pode solicitar validação da disciplina referente, devendo obter aproveitamento de no mínimo 70%.

16. Estágio

Segundo o parecer CNE/CES no. 239/2008, artigo 4º., parágrafos 2º. e 3º. a atividade de estágio é entendida como facultativa, conforme a natureza da atividade profissional. A Lei 11.788/2008 de estágio , conforme o art. 2º “§ 2o Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.”

No curso de hotelaria do Campus Baturité, optou-se pela disciplina de prática profissional, com carga horária de 80 horas, a qual possui acompanhamento de um professor, a qual pode ser realizada através de monitorias relacionadas com o curso específico; participação em eventos internos do IFCE como voluntários; participação em eventos externos, tanto operacional como em gestão; prestação de serviço em empreendimentos hoteleiros ou alimentícios; atividades que envolvam hotelaria, turismo e cultura, sendo em empresas públicas ou privadas.

O aluno pode obter toda a carga horária em uma atividade, bem como também pode ser através de soma de carga horárias comprobatórias através de documentos. Ao fim, o aluno deve apresentar um relatório técnico sobre as atividades.

17. APOIO AO DISCENTE

A Assistência Estudantil tem como objetivos ofertar apoios de permanência e de formação acadêmica aos alunos, visando contribuir para a redução dos índices de evasão, bem como dar oportunidade aqueles que não possuem condições socioeconômicas de deslocamento, entre outros.

No IFCE o Regulamento de Assistência Estudantil que foi aprovado através da Resolução nº 024, de 22 de junho de 2015 e tem como parâmetros os princípios gerais do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) do Ministério da Educação, sendo àquele que norteia o trabalho dos Técnicos.

O Campus Baturité oferece os seguintes auxílios:

- Auxílio Moradia: destinado a subsidiar despesas com habitação para discentes com referência familiar e residência domiciliar fora da sede do município onde está instalado o campus, pelo período de 6(seis) meses, podendo ser renovado por igual período;
- Auxílio Transporte: é destinado a subsidiar a locomoção diária dos discentes no trajeto residência/campus/residência, durante os dias letivos, podendo ser renovado por mais um semestre letivo;
- Auxílio Óculos: destinado aos discentes para subsidiar aquisição de óculos ou lentes corretivas de deficiências oculares, respeitando-se a periodicidade mínima de 12 (doze) meses para nova solicitação;
- Auxílio visitas e viagens técnicas: destinado a subsidiar alimentação e/ou hospedagem, em visitas e viagens técnicas, programadas pelos docentes dos cursos e expressas no Plano de Trabalho Anual-PTA, de acordo com o Programa de Unidade Didática-PUD de cada disciplina;
- Auxílio didático-pedagógico: destinado ao discente para aquisição de seu material, de uso individual e intransferível, indispensável para o processo de aprendizagem de determinada disciplina, contribuindo para a sua formação acadêmica.
- Auxílio Acadêmico: destinado a contribuir com as despesas de alimentação, hospedagem, passagem e inscrição dos discentes na participação em eventos que possibilitem o processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, é servida a merenda escolar nos três turnos do dia. O Campus possui profissional da saúde (Enfermeira), que presta serviços de educação e saúde preventiva através campanhas e eventos específicos além de atendimento individual aos discentes. Há o acompanhamento da evasão com parceria entre departamento de ensino e docentes.

Como estratégia institucional de apoio acadêmico aos discentes para melhoria do processo ensino-aprendizagem, o IFCE desenvolve o programa de monitoria, amparado legalmente por regulamento.

18. DIPLOMA

Após a integralização e aprovação de todas as disciplinas que compõem a matriz curricular do curso será conferido ao aluno o Diploma de Tecnólogo em Hotelaria.

19. EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS - PUD

DISCIPLINA: Introdução ao Estudo do Turismo
Código: HOTE.001
Carga Horária: 40
Número de Créditos: 2
Código pré-requisito: ---
Semestre: 1
Nível: Superior / Tecnólogo
EMENTA
Nesta disciplina, o aluno será apresentado aos conceitos básicos do estudo do Turismo, bem como as características organizacionais dos segmentos pertencentes à atividade. O aluno entrará em contato com a relevância do Sistema de Turismo e a composição e interação entre os ramos componentes da Cadeia Produtiva do Turismo. Discutir-se-á, ainda, as realidades mundiais da atividade e suas perspectivas, dando ênfase aos seus aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais.
OBJETIVOS
Ao final da disciplina, o aluno deve ser capaz de: Compreender os conceitos gerais da atividade turística, sua relação sistêmica e interações entre os segmentos; Avaliar o panorama geral turismo e seus possíveis impactos; Conhecer as características básicas da Cadeia Produtiva do Turismo; Analisar os principais segmentos do Turismo, suas características e empreendimentos; Compreender o processo de turistificação do espaço Brasileiro, atuais propriedades e tendências.
PROGRAMA
Para o desenvolvimento das competências elencadas, deverão ser abordados os seguintes conteúdos: Conceitos básicos do estudo do Turismo. Histórico e Evolução da atividade Turística.

Panorama Mundial do Turismo Sistema de Turismo, composição e características. Estudo da Cadeia Básica do Turismo. Segmentação Turística. Turismo e Sustentabilidade. Espaço Brasileiro e Turismo.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivo-dialogadas; Exercícios teóricos e práticos; Apresentação de seminários; Observação de filmes; Análise e interpretação de textos e artigos; Incursões no Campo Empírico. Recuperação de Aprendizagem através de atendimento pessoal aos alunos.	
AVALIAÇÃO	
. Trabalhos Individuais . Provas Escritas (Avaliação Diagnóstica Individual) . Seminários . Produção Textual e Expressão Oral . Participação em Fóruns e Mediações Acadêmicas	
REFERÊNCIA BÁSICA	
BENI, Mario Carlos. Análise estrutural do turismo. 10 ed. São Paulo: SENAC, 2004. COOPER, Chris et al. Turismo: Princípios e Práticas. São Paulo: Bookman, 2007. SANCHO, Amparo. Introdução ao turismo: organização mundial ao turismo. São Paulo: Roca, 2001.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
BARRETO, Margarida. Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo. – 13ªed. rev. e atual – Campinas, SP: Papirus, 2003. LAGE, Beatriz; MILONE, Paulo. Turismo: teoria e prática. – São Paulo: Atlas, 2000.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM	
Código:	HOTE002
Carga Horária:	80

Número de Créditos:	3 4
Código pré-requisito:	---
Semestre:	1
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
Fazer com que os discentes possam compreender os principais conceitos da administração, pautados no planejamento, organização, coordenação, direção e controle; Compreender a organização hoteleira inserida na excelência da qualidade dos serviços; Focando a evolução dos meios de hospedagem, tipologia, classificação, hierarquia e setores; Oferecer conhecimentos técnicos para que os discentes conheçam os formulários e documentos utilizados na hotelaria, bem como, possam resolver problemas operacionais e gerenciais.	
OBJETIVOS	
• Compreender os princípios da administração e suas novas abordagens; • Expor a evolução dos meios de hospedagem até os dias atuais; • Abordar os termos técnicos utilizados nos meios de hospedagem, bem como sua tipologia e classificação conforme o Sistema Brasileiro de Classificação dos meios de Hospedagem (SBCLASS) • Conhecer os diversos setores da hotelaria, bem como, ordem hierárquica com cargos, funções e operacionalização dos serviços. • Propiciar aos discentes, conhecimento de formulários e documentos utilizados na hotelaria, bem como, de simulações para solucionar problemas operacionais e de gestão.	
PROGRAMA	
1. Evolução dos conceitos de administração desde os princípios até a contemporaneidade; 2. Evolução da hospitalidade e dos meios de hospedagem desde a idade antiga até a atualidade, enfocando também os pioneiros da hotelaria; 3. Os meios de hospedagem como empresa: Classificação hoteleira, baseada na deliberação normativa nº 429 /2002, SBCLASS, e nas modificações atuais; 4. Termos técnicos usados na hotelaria e tipologia dos meios de hospedagem (hotéis, pousadas, albergues, campings, Spa, motéis, etc); 5. Estrutura organizacional dos meios de hospedagem (cargos, funções e setores de hospedagem).	
METODOLOGIA DE ENSINO	
As aulas serão expositivas e dialogadas com utilização de data show, caixa de som, quadro branco, xerox para resolução de exercícios, simulações de diversas situações problemáticas dentro de meios de hospedagem, ; utilização de metodologias ativas de aprendizagem com uso de TICs realizando oficinas de Learning Café, Brainwriting para discussão de estudos de casos e soluções de problemas, e utilização da metodologia Pear struction para discussão e aprendizagem aos pares através da plataforma de questionários-quiz do Google forms,; Visita técnica a um meio de hospedagem para comparar a teoria com a prática guardando as proporções de uma cidade grande para o interior do estado; Elaboração de 01 relatório, apresentação de 02 seminários e 02 avaliações dissertativas sobre o conteúdo ministrado.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação será formativa, observando a participação dos discentes em sala de aula, no momento de esclarecimento de dúvidas, resolução de exercícios, se o grupo todo está trabalhando para resolver as simulações problemáticas dentro de uma empresa ou especificamente em um hotel. Como se comportam durante a visita técnica em um hotel. Que observações e conclusões foram identificadas no relatório da visita técnica, além das respostas coerentes dadas na avaliação dissertativa composta de 5 a 10 questões.	
REFERÊNCIA BÁSICA	

CASTELLI, Geraldo. Administração hoteleira. 9. ed. rev. Caxias do Sul: EDUCS, 2003. MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Introdução a administração. 7ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2007. POWERS, Tom. Administração no setor de hospitalidade: turismo, hotelaria, restaurante. São Paulo, Sp: Atlas, 2004.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
DAVIES, Carlos Alberto. Cargos em hotelaria. 3. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2001. DE LA TORRE, Francisco. Administração hoteleira, parte I: departamentos. Tradução: Dolores Martin Rodriguez Córner. São Paulo: Roca, 2001. DUARTE, Vladimir Vieira. Administração de sistemas hoteleiros: conceitos básicos. 2ed. rev. São Paulo: SENAC São Paulo, 2003. Regulamento e matriz de classificação dos meios de hospedagem e turismo. Deliberação Normativa nº. 429 de 23/4/2002. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/turismo-e-hotelaria/artigos/4360/deliberacao-normativa-n%C2%B0-429-de-23-de-abril-de-2002>. Acesso em 10 de Dezembro de 2014. Sistema Brasileiro de Classificação dos meios de Hospedagem - SBCLASS. Instituído pela Portaria nº 100 de 16 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.classificacao.turismo.gov.br/MTUR-classificacao/mtur-site/> Acesso em 10 de Dezembro de 2014. PETROCCHI, Mário. Hotelaria planejamento e gestão. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DA ECONOMIA	
Código:	HOTE.004
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	--
Semestre:	1
Nível:	Superior/Tecnológico
EMENTA	
Conceitos Básicos de Introdução à Economia. Enfoque prático da Microeconomia. Enfoque prático da Macroeconomia.	

OBJETIVOS
- Saber comentar aspectos de oferta e demanda; - Conhecer as características dos vários tipos de mercado; - Saber calcular e explicar os grandes agregados das contas nacionais; - Conhecer os fundamentos das teorias do Comércio Internacional; - Conhecer as teorias de combate à inflação; - Entender os fundamentos da teoria monetária.
PROGRAMA
Conceitos Básicos: conceito, objeto e classificação da Economia Atividades Econômicas: Setor Primário, Setor Secundário e Setor Terciário Necessidades Humanas Bens e Serviços Políticas Econômicas: Monetária, Fiscal e Cambial O Sistema Econômico Produção Circulação e Consumo Mercados Teoria do Funcionamento do Mercado Demanda Oferta Preço de Equilíbrio e Quantidade de Equilíbrio Elasticidade da Demanda Elasticidade da Oferta Teoria do Consumidor Utilidade Total e Marginal Restrição Orçamentária Teoria da Produção Teoria dos Custos Equilíbrio da Firma Estruturas de Mercado Concorrência Perfeita Monopólio e Concorrência Imperfeita Sistemas de Contas Nacionais Identidades da Contabilidade Nacional O Novo Sistema das Contas Nacionais Teorias de Determinação da Renda A Oferta Agregada A Demanda Agregada Teoria Monetária As Funções da Moeda Criação e Destruição de Moeda Segmentação dos Mercados Financeiros Tratamento da Inflação Tipos de Inflação Teoria Quantitativa da Moeda Comércio Internacional O Mercado Cambial O Balanço de Pagamentos
METODOLOGIA DE ENSINO
- Aulas expositivo-participativas - Mesa-Redonda - Visitas Técnicas a Empresas - Debates - Palestras
AVALIAÇÃO

- Prova Escrita
- Atividades Individuais e Grupais
- Relatório de Visitas Técnicas
- Resumo de Palestras

REFERÊNCIA BÁSICA

GREMAUD, Amaury Patrick [et al]. **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 2011.

NEVES, Silvério das. **Introdução à economia**. São Paulo: Saraiva, 2012.

MONTELLA, Moura. **Micro e Macroeconomia**. São Paulo: Atlas, 2012.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

FONTES, Rosa. **Economia: um Enfoque Básico e Simplificado**. São Paulo: Atlas, 2010.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA DO TURISMO	
Código:	HOTE. 005
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	--
Semestre:	1
Nível:	Superior / Tecnólogo
EMENTA	
Conceitos introdutórios a Sociologia do Turismo. Sociologia do lazer. Lazer e turismo. O modelo existencial na sociedade industrial: trabalho – moradia – lazer – viagem. A maquinaria das férias ou o ciclo da reconstituição. Humanização do cotidiano. Teses para a humanização da viagem.	
OBJETIVOS	
• Compreender conceitos introdutórios a Sociologia do Turismo. • Conhecer aspectos relevantes sobre as contribuições da sociologia para a compreensão do lazer. • Perceber aspectos relevantes da relação existente entre lazer e turismo • Discutir sobre o modelo existencial na sociedade industrial e sua relação com o trabalho, moradia, lazer e viagem. • Discutir aspectos relevantes quanto a humanização do cotidiano e da viagem.	
PROGRAMA	
1. Conceitos introdutórios a Sociologia do Turismo 1.1. Conhecimento humano, fato social e sociologia 1.2. Comunidade 1.3. Vida urbana 1.4. Comunicação 1.5. Etnocentrismo, invasão cultural e relativismo cultural 2. Sociologia do Lazer 2.1. A dinâmica produtora do lazer 2.2. Trabalho, Lazer, Tempo e Espaço 2. Lazer e turismo 2.1. Sociologia, lazer e turismo 2.2. Lazer e contexto cultural 2.3. Turismo 2.4. Modalidades de turismo 2.5. Turismo e direito 2.6. Turismo e realidade social 2.7. Empresa de turismo 2.8. Humanização do turismo	

2.9.Turismo e mudanças sociais 3. O modelo existencial na sociedade industrial: trabalho – moradia – lazer – viagem. 4. A maquinaria das férias ou o ciclo da reconstituição. 5. Humanização do cotidiano. 6. Teses para a humanização da viagem.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
- Exposição oral dialogada dos conteúdos. - Aplicação de exercícios e estudos dirigidos. - Exposição de vídeos - Pesquisa de Campo. - Seminários e debates.	
AVALIAÇÃO	
- Exercícios e estudos dirigidos - Avaliação Escrita - Apresentação de Seminários - Produção de Artigo e/ou de textos	
REFERÊNCIA BÁSICA	
CASTRO, Celso Antonio Pinheiro de. Sociologia aplicada ao turismo. São Paulo: Atlas, 2002. DUMAZEDIER, Joffre. Sociologia empírica do lazer. [tradução Silvia Mazza e J. Guinsburg]. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, SESC, 2008. (Debates; 164 / dirigida por J. Guinsburg). KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do Turismo:para uma nova compreensão do lazer e das viagens. [tradução contexto traduções]. 3.ed. rev. e ampli. São Paulo: Aleph, 2009. (Turismo)	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
DOWBOR, Ladislau. O que é Capital. São Paulo: Brasiliense, 2004. Falcão, Marcius Tulus Soares. Sociologia do Turismo. Fortaleza: UAB/IFCE, 2010. PORTO-GONÇALVES, Carlos Alves. Globalização da natureza e natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

DISCIPLINA: SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	
Código:	HOTE.006
Carga Horária:	40 h/a
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	-
Semestre:	I
Nível:	Tecnólogo / Superior
EMENTA	
A importância da cultura na produção e consumo de alimentos. Introdução a nutrição, dieta e saúde. Conceitos higiênico-sanitários em estabelecimento de restauração do setor turístico. História e construção dos conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional pelo direito humano à alimentação adequada: indicadores, políticas, programas e ações de SAN.	
OBJETIVOS	
Valorizar a cultura no ato de alimentar-se e conhecer as principais ferramentas de segurança alimentar e nutricional para o controle da qualidade de alimentos no setor hoteleiro e garantir a saúde do indivíduo.	
PROGRAMA	
UNIDADE I – Alimentação e Nutrição - Noções gerais sobre alimentos e sua produção; - diferença entre nutrição e alimentação; - comportamento e cultura alimentar: evolução; - as principais doenças do homem moderno; - deficiências nutricionais e causadores de doenças na infância; - alimentação saudável: guias e recomendações. UNIDADE II – Higiene e Segurança de Alimentos - Vigilância sanitária no setor de A & B: noções de microbiologia e DTAs; - Introdução a restauração: estrutura física e noções de brigada de serviço; - Saúde e higiene do manipulador, higiene das instalações, móveis e utensílio; - BPF's na produção de refeições hoteleiras – critérios de produção, armazenamento e distribuição. UNIDADE III e IV – Princípios, política e programa em SAN - Segurança Alimentar e Nutricional e a construção de sua política; - Construção da Losan: o direito humano a alimentação; - Globalização e pobreza: programa bolsa família; - A fome no Brasil: programa fome zero; - Programa nacional da agricultura familiar- PNAF; - Programa nacional de alimentação escolar – PNAE.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas; Trabalhos individuais e em grupos; Apresentação de seminários; Estudo dirigido; Visitas técnicas orientadas; Análise e interpretação de textos e artigos.	
AValiação	
Avaliação do processo ensino-aprendizagem através da participação em sala de aula Trabalhos Individuais e em grupo Provas Escritas (Avaliação Individual) Seminários	

REFERÊNCIA BÁSICA	
CASCUDO, Luis da Câmara. História da Alimentação no Brasil. 3. ed - São Paulo: Global, 2004. FORSTHE, STEPHEN. Microbiologia da Segurança Alimentar. Porto Alegre: Artmed, 2002. GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. Higiene e vigilância sanitária de alimentos. Editora Manole, 2008. MALUF, Renato S. Jamil. Segurança alimentar e nutricional. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
BEZERRA, L. P.; SILVA, G. C.; PINHEIRO, A. N. Manipulação segura de alimentos. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009. 88p. SCALDELLAI, A. V., et AL. Manual prático de saúde e segurança do trabalho. 2 ed. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2013. SILVA JÚNIOR, E. A. Manual de controle higiênico-sanitário em alimentos. São Paulo: Varela, 1995. 352p.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: MATEMÁTICA COMERCIAL E FINANCEIRA	
Código:	HOTE.003
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	--
Semestre:	2
Nível:	Superior/Tecnológico
EMENTA	
Matemática Básica. Matemática Comercial. Matemática Financeira. Noções de Fluxo de Caixa. Comparativo entre Juro Simples e Juro Composto. Comparativo entre Desconto Simples e Desconto Composto. Avaliação de Projetos. .	
OBJETIVOS	
- Saber comentar os conceitos básicos de Matemática Financeira. - Saber usar a Máquina Financeira. - Compreender a diferença entre juro simples e juro composto - Compreender a diferença entre desconto simples e desconto composto - Saber operacionalizar as técnicas de avaliação de projetos	

PROGRAMA
Equações Proporção Potência Problemas com Números Inteiros Progressões Aritméticas Progressões Geométricas Regra de Três Simples Regra de Três Composta Porcentagem Juros Simples Desconto Simples Uso de Máquina Financeira Fluxo de Caixa Taxas de Juros Juro Composto Desconto Composto Séries Uniformes Sistemas de Amortização Planos de Depreciação Taxa Interna de Retorno(TIR) Playback Descontado Valor Presente Líquido(VPL) Índice de Lucratividade(IL) Taxa de Rentabilidade(TR) Comparação entre os métodos de Avaliação de Projetos
METODOLOGIA DE ENSINO
- Aulas expositivo-dialogadas - Mesa-Redonda - Debates
AVALIAÇÃO
- Prova Escrita - Atividades Individuais e Grupais
REFERÊNCIA BÁSICA
VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática financeira. São Paulo: Atlas, 2011. HAZZAN, Samuel; POMPEO, José Nicolau. Matemática financeira. São Paulo: Saraiva, 2007. BUAR, Celso Luiz. Matemática financeira. Curitiba-PR: Editora do Livro Técnico, 2010.
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR
RODRIGUES, Francisco José. Noções Básicas de Matemática Financeira. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2012. IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel; DEGENSZAJN, David. Fundamentos de matemática elementar: matemática comercial, matemática financeira e estatística descritiva. São Paulo: Atual, 2004.

Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO A ESTATÍSTICA	
Código:	HOTE.007
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	---
Semestre:	3
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
A natureza da estatística; População e amostra; Séries estatísticas; Variáveis e gráficos; Distribuição de frequência; Medidas de posição; Medidas de dispersão ou de variabilidade; Medidas de assimetria e Curtose; Teoria elementar da probabilidade; Distribuição binomial e Normal.	
OBJETIVOS	
• Compreender a lei da probabilidade e como esta é importante para os cálculos de um meio de hospedagem; • Conhecer as técnicas de coleta de dados para possíveis aplicações em monografias, ou qualquer trabalho acadêmico; • Analisar dados estatísticos com ou sem tabelas.	
PROGRAMA	
Panorama histórico, Método estatístico; A estatística, Fase do método estatístico, A estatística nas empresas; Variáveis, População e amostra, Amostragem; Tabelas, Séries estatísticas, Distribuição de frequência, Dados absolutos e relativos; Gráfico estatístico, Diagramas, Gráfico polar, Cartograma, Pictograma; Tabela primitiva (Rol), Distribuição de frequência, Elementos de uma distribuição de frequência, Número de classes e Intervalo de classe, Tipos de frequência, Distribuição de frequência sem intervalos de classe, Representação gráfica de uma distribuição, A curva de frequência; Média aritmética, Moda, A mediana, Posição relativa da Média, Mediana e Moda, As separatrizes; Dispersão ou variabilidade, Amplitude total, Variância e Desvio padrão, Coeficiente de variação; Assimetria e Curtose; Experimento aleatório, Espaço amostral, Eventos, Probabilidade, Eventos complementares, Eventos independentes e Eventos mutuamente exclusivos; Variável aleatória, Distribuição de probabilidade, Distribuição binomial, Distribuição normal e Curva normal.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
As aulas serão expositivas e dialogadas com utilização de projetor de multimídia, quadro branco, xerox para resolução de exercícios, simulações de diversas situações problemáticas dentro de meios de hospedagem, onde cada grupo deve resolver seus problemas.	
AValiação	
A avaliação será formativa, observando a participação dos discentes em sala de aula, no momento de esclarecimento de dúvidas, resolução de exercícios em grupos. Avaliações escritas individuais e em grupo	

REFERÊNCIA BÁSICA	
CRESPO, Antônio Arnot. Estatística Fácil. São Paulo: Editora Saraiva, 2009. COSTA, Sérgio Francisco. Estatística aplicada ao turismo. São Paulo: Aleph, 2003. FONSECA, Jairo Simon da. Curso de Estatística. 6º edição. São Paulo: Editora Atlas, 2010.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
MUCELIN, Carlos Alberto. Estatística. Curitiba-PR: Livro técnico, 2010.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: TÉCNICA DE COMUNICAÇÃO ORAL E ESCRITA	
Código:	HOTE.008
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	--
Semestre:	1
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
Leitura e produção de textos de diferentes gêneros e tipos textuais. Elementos de coesão e coerência textuais. Estudo e prática da norma culta, enfocando a nova ortografia da língua portuguesa, a concordância e a regência, a colocação pronominal e os aspectos morfosintáticos, semânticos e pragmático-discursivos da língua portuguesa.	
OBJETIVOS	
Geral: • Compreender e usar os sistemas simbólicos das diferentes linguagens de modo a organizar cognitivamente a realidade. Específicos: • Analisar e interpretar os recursos expressivos da linguagem, verbal ou não verbal, de modo a relacionar o texto ao contexto sócio comunicativo, tendo em vista sua organização e função. • Confrontar opiniões e pontos de vista, levando em consideração a linguagem verbal.	

– Fazer uso efetivo da língua portuguesa nas diversas situações comunicativas, tendo em vista as condições de produção e recepção do texto, para expressar-se, informar-se, comunicar-se, bem como para demais finalidades. – Identificar a estrutura (tipo) e o gênero de um texto, unidade básica da comunicação, e o seu percurso da construção de sentidos.

DISCIPLINA: SEGURANÇA DO TRABALHO	
CÓDIGO: HOTE. 00	CÓDIGO PRÉ-REQUISITO:
CARGA HORÁRIA: 40 H/A	SEMESTRE: 1º SEM
NÚMERO DE CRÉDITOS: 02	NÍVEL: SUPERIOR
EMENTA	
Proporcionar ao aluno o conhecimento sobre os riscos que o ambiente de trabalho pode proporcionar e as diversas situações e ações que podem ser realizadas para controle, amenização e solução dos possíveis problemas que podem ser previstos.	
OBJETIVOS	
Criar uma consciência crítica prevencionista para capacitar os alunos a executarem suas tarefas da vida profissional dentro dos padrões e Normas de Segurança, utilizando-se da prevenção em acidentes de trabalho na área de hospedagem. Proporcionar ao futuro profissional na área de hospedagem uma melhor qualidade de vida no exercício do seu trabalho, reconhecendo, avaliando, eliminando e controlando os riscos de acidentes para si e para os outros que o rodeiam.	
PROGRAMA	
• Introdução à Segurança do Trabalho • Segurança na hotelaria - A Segurança como Critério para Classificação Hoteleira • Acidentes no trabalho - Conceito - Benefícios • Equipamento de Proteção de Uso Individual • Programas de segurança do trabalho - PPRA - PCMAT - PCMSO - CIPA • Prevenção de acidentes no setor da hotelaria • Normas Regulamentadoras – NRs	
METODOLOGIA DE ENSINO	
– Aulas expositivas com utilização de projetor de multimídia, quadro, pincel, projeção de filmes; – Visita técnica; – Atividades práticas nos laboratórios	
AValiação	
As avaliações serão dissertativas, orais e formativas, observando a participação dos discentes	

em sala de aula, principalmente nas aulas práticas. Relatório de visita técnica.	
REFERÊNCIA BÁSICA	
ASTETE. M.Wells; GIAMPAOLI, E; ZIDAN.L.NADIM, Riscos Físicos . São Paulo; Fundacentro, 1985. 112 p CARDELLA,B. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes uma abordagem holística .São Paulo: Atlas S.A.1999 CARNEIRO FILHO, T. Inspeção de segurança .Maceió.1985 FUNDACENTRO; Mtb. Polícia e Acidente do Trabalho , São Paulo: 1998. 37p LIDA I. Ergonomia Projeto e Produção , São Paulo, Editora Edgard Blucher Ltda. 1997. 465p MEDEIROS J.R. Junior; FIKER, José; A Perícia Judicial, Como Redigir Laudos e Argumentar Dialeticamente ; São Paulo: Pini, 1996. 140p VIEIRA I. Sebastião; PEREIRA C.Junior Guia Prático do Perito Trabalhista . Belo Horizonte, Ergo Editora, 1997. 428p ZOCCHIO, Á. Prática da prevenção de acidentes: ABC da Segurança do Trabalho .72ªed.São Paulo:Atlas S.A.2002	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
CAM POS. J.L. Dias, O Ministério Público e o Meio Ambiente do Trabalho, Responsabilidade Civil e Criminal do Empregador e Propostos . São Paulo: FUNDACENTRO. 1991.12p CAMPANHOLE. H.Lobo; . Legislação de Previdência Social , São Paulo: Editora ATLAS S/A. 1996 Portaria do Ministério do Trabalho Nº 3214 de Junho de 1978 Segurança e Medicina do Trabalho, Manual de Legislação, ATLAS, 40º1997, 542.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: INFORMÁTICA BÁSICA	
Código:	
Carga Horária:	40h/a
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	--
Semestre:	1
Nível:	Superior
EMENTA	
Conceitos Básicos de Informática Aplicada. Sistemas Operacionais. Editor de textos. Planilhas Eletrônicas. Apresentações.	
OBJETIVO	

• Compreender conceitos básicos de informática; • Conhecer e operacionalizar os principais sistemas operacionais; • Conhecer e utilizar um editor de texto; • Conhecer e utilizar uma planilha eletrônica; • Fazer uma apresentação com o uso de aplicativos.	
PROGRAMA	
• Conceitos Básicos • Sistemas Operacionais • Editor de textos • Planilhas • Apresentações	
METODOLOGIA DE ENSINO	
• Aulas Expositivo-participativas • Aulas de laboratório • Palestras • Seminários • Vídeos	
AVALIAÇÃO	
• Prova escrita • Relatórios de Mesa-Redonda • Resumos de Leitura de Textos • Relatórios de Visita Técnica • Relatórios de Palestras e Seminários.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
MANZANO, André Luiz. Estudo Dirigido de Word 2013. São Paulo: Érika, 2013. MANZANO, José Augusto. Estudo Dirigido de EXCEL 2013. São Paulo: Érika, 2013. MANZANO, José Augusto. Estudo Dirigido de POWERPOINT 2013. São Paulo: Érika, 2013.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
VELLOSO, FERNANDO DE CASTRO. Informática: Conceitos Básicos. 7.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. H. L. CAPRON / J. A. JOHNSON. Introdução à Informática. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2005.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

DISCIPLINA: SEGURANÇA DO TRABALHO	
Código:	HOTE.025
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	--
Semestre:	1
Nível:	Superior/Tecnológico
EMENTA	
Acidentes de trabalho, diferentes graus de risco, primeiros socorros, máquinas e equipamentos e materiais de segurança, CIPA, combate a incêndios. Doenças profissionais e doenças do trabalho, benefícios do trabalhador e seguridade social.	
OBJETIVOS	
▪ Criar uma consciência crítica prevencionista para capacitar os alunos a executarem suas tarefas da vida profissional dentro dos padrões e Normas de Segurança, utilizando-se da prevenção em acidentes de trabalho na área de alimentação. ▪ Proporcionar ao futuro profissional na área de gastronomia uma melhor qualidade de vida no exercício do seu trabalho, reconhecendo, avaliando, eliminando e controlando os riscos de acidentes para si e para os outros que o rodeiam. ▪ Aplicar os requisitos da legislação previdenciária e trabalhista do país. ▪ Registrar os procedimentos corretos e incorretos para subsidiar perícias e fiscalizações.	
PROGRAMA	
Introdução à Segurança do Trabalho. Histórico de segurança do trabalho. Noções Básicas. Classificação dos Acidentes de Trabalho. Causas dos Acidentes de Trabalho. Conseqüências dos Acidentes de Trabalho. Benefícios Previdenciários. Responsabilidade Civil, Penal e Trabalhista frente a Acidentes de Trabalho Comunicado de Acidentes de Trabalho. Estatística dos Acidentes de Trabalho. Normas Regulamentadoras. Equipamentos de Proteção Individual. Higiene e Medicina do Trabalho. Conceitos de Insalubridade e Periculosidade. Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional. Programa de Prevenção e Riscos Ambientais. Prevenção e Controle de Riscos em Máquinas e Equipamentos. Caldeiras e Vasos de Pressão. Fornos. Ergonomia. Prevenção e Proteção contra Incêndios e Explosões. Medidas de Segurança a serem adotadas nos trabalhos em hotelaria.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas com quadro e pincel, projeção de filmes, uso de data-show e visitas técnicas.	
AVALIAÇÃO	

Através de resumos de aula, pesquisa junto à comunidade, apresentação de seminários e avaliações escritas.	
REFERÊNCIA BÁSICA	
Segurança e Medicina do Trabalho - Manuais de Legislação. 71.ed. São Paulo: Atlas, 2013. SCALDELA, Aparecida Valdinéia [et.al.]. Manual prático de saúde e Segurança do trabalho. 2.ed. revisado e ampliado. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2012. TAVARES, José da Cunha. Noções de prevenção e controle de perdas em segurança do trabalho. 8.ed. São Paulo: SENAC, 2012. Bursano, Paulo Roberto. Segurança do Trabalho - Guia Prático e Didático. São Paulo: ERICA, 2012. Paoleschi, Bruno. CIPA: guia prático de segurança do trabalho. São Paulo: Érica, 2009. Yee, Zung Che. Perícias de engenharia de segurança do trabalho. 3.ed. Curitiba: Juruá, 2012. CARDELLA, Benedito. Segurança no Trabalho e prevenção de acidentes. São Paulo: Atlas, 2012.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
ARAÚJO, Giovanni Moraes de. Fundamentos para Realização de Perícias Trabalhistas, Ambientais e Acidentárias. Rio de Janeiro: GVC, 2008. ARAÚJO, Giovanni Moraes de. Segurança na armazenagem, manuseio e transporte de produtos perigosos. 2.ed. Rio de Janeiro: GVC, 2005. ARAÚJO, Giovanni Moraes de. Elementos do Sistema de Gestão de SMSQRS. 2.ed. Vol.2. Rio de Janeiro: GVC, 2009. GARCIA, Gustavo Felipe Barbosa. Acidentes do trabalho - doenças ocupacionais e nexos epidemiológico. 4.ed. São Paulo: Método, 2011.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: PSICOLOGIA DO TURISMO
Código: HOTE.011
Carga Horária: 40
Número de Créditos: 2
Código pré-requisito: --

Semestre: 1
Nível: Superior/Tecnológico
EMENTA
1. Os fundamentos da psicologia e da psicanálise e a importância de seus instrumentos de análise para a investigação, explicação e compreensão dos processos de subjetivação e fenômenos econômico-sociais contemporâneos; 2. Desenvolvimentos conceituais da psicologia e da psicanálise; 3. A metapsicologia freudiana e a terapêutica psicanalítica; 4. O turismo como experiência de consumo, a tipologia das motivações do turista e os conflitos interpessoais na prestação de serviços e nas relações de trabalho.
OBJETIVOS
• Demonstrar a necessidade e utilidade das teorias psicológicas e psicanalíticas para a análise e compreensão de fenômenos econômico-sociais contemporâneos e os processos de interação e subjetivação correspondentes; • Apresentar aos alunos um aporte teórico-conceitual que lhes permita melhor investigar as causalidades e formas de manifestação de um fenômeno psicossocial determinado; • Estimular os alunos a se apropriarem adequadamente destes instrumentos analítico-conceituais, induzindo essa apropriação por meio de discussões e exercícios de produção textual; • Relacionar as teorias e conceitos da psicologia e da psicanálise com o turismo, a partir de fenômenos sociais contemporâneos, tais como a globalização, a produção capitalista do espaço, os processos de subjetivação por meio do consumo e a precarização das relações de trabalho.
PROGRAMA
UNIDADE I – Introdução à Psicologia: história e abordagens 1. A constituição da Psicologia como ciência na Modernidade: objeto, teorias e métodos; 2. Psicologia do comportamento (Behaviorismo). Psicologia da forma (Gestalt). 3. Psicologia da identidade (Psicologia Social). Psicologia crítica (Psicologia sócio-histórica). 4. Psicologia do desenvolvimento (Constutivismo). Psicologia do inconsciente (Psicanálise). UNIDADE II – Fundamentos e conceitos de psicologia 1. Percepção, memória, consciência e linguagem; 2. Estímulo, afeto, sentimento e emoção; 3. Instinto, pulsão, desejo, fantasia, motivação e vontade; 4. Sexualidade, identidade, representação, personalidade e comportamento. UNIDADE III – Psicanálise e metapsicologia freudiana 1. Aparelho psíquico e mecanismo de defesa: processos primários e secundários; princípio do prazer e da realidade; 2. Inconsciente, pré-consciente e consciente: psicopatologia dos sintomas, sonhos, atos falhos e chistes; 3. Sexualidade infantil e fases de organização da libido: o complexo de Édipo; 4. Narcisismo, análise do eu e psicologia das massas. Compulsão à repetição, pulsão de vida e pulsão de morte. UNIDADE IV – Elementos para uma psicologia do turismo 1. A economia libidinal: do paradigma repressivo ao imperativo de gozo – culpa e socialização das pulsões; 2. O comportamento do turista e a tipologia das motivações; 3. O turismo e a indústria cultural: tempo-livre, lazer e consumo; 4. Conflitos e insatisfação na prestação de serviços e nas relações de trabalho no setor turístico.
METODOLOGIA DE ENSINO

As aulas serão expositivas. Recursos materiais: projetor multimídia, pincel, quadro branco. Recursos didáticos: cópia do texto-base, livros, plano de aula, resumo da aula e conteúdo audiovisual.	
AVALIAÇÃO	
1. Resenhas críticas dos textos-base; 2. Análise fílmica; 3. Produção de artigo científico	
REFERÊNCIA BÁSICA	
SAFALTE, Vladimir. Grande hotel abismo: por uma reconstrução da teoria do reconhecimento. São Paulo: Martins Fontes, 2012.	
SILVA, Fernando Brasil da. A psicologia dos serviços em turismo e hotelaria: entender o cliente e atender com eficácia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
KANAANE, Roberto; SEVERINO, Fátima Regina Giannasi. Ética em turismo e hotelaria. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2006.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO ORAL EM INGLÊS I	
Código:	HOTE.009
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	--
Semestre:	2
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
Possibilitar ao aluno de Hotelaria um contato com a Língua Inglesa, com as funções e vocabulário próprio da área de Hotelaria e Hospedagem e apresentar noções sobre os aspectos culturais dos países cujo idioma é o Inglês.	
OBJETIVOS	
Geral: Desenvolver a competência comunicacional do aluno, abrangendo as habilidades da fala, escrita, leitura e compreensão oral, voltadas a linguagem de Hotelaria e Hospedagem.	
Específicos: 1. Capacitar o aluno a ouvir, compreender e comunicar-se oralmente, diferenciando o uso da língua formal e informal, de acordo com a situação ou conteúdo ao qual for exposto, no seu campo de trabalho. 2. Treinar a escrita, fazendo uso correto das estruturas gramaticais, observando as diferenças de estilo, segundo o	

destino da mensagem.

3. Preparar o aluno para a leitura e compreensão de artigos, textos e obras simplificadas, que venham ao encontro das estruturas e contextos desenvolvidos durante as aulas.

Situar o aluno junto a cultura dos diferentes povos falantes da Língua Inglesa, fazendo-o compreender as diferenças do uso da língua, segundo as características dos povos e países.

4. Através de exercícios de motivação a participação em sala de aula, eliminar as barreiras e bloqueios de comunicação, estimulando o aluno ao gosto e pelo estudo da língua inglesa e despertar o aluno para a sua importância no seu mercado de trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Saudações, Apresentações, Informações pessoais, Família, Preferências;
- Horas e Datas;
- Situações típicas do ambiente de hotel: check-in e check-out;
- Atendimento ao telefone para reservas de hospedagem e/ou de passagens aéreas;
- Atividades de rotina. Atividades passadas;

Tópicos gramaticais:

- Verbo TO BE;
- Presente simples, uso da 3ª pessoa do singular;
- Verbos Auxiliares Modais;
- Verbos regulares e irregulares;
- Palavras cognatas e falsos cognatos.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas, slides, trabalho em grupo e em classe, leitura de textos diversos, música. Uso da dramatização, ou participação do aluno em simulações de situações de Hotelaria e estudo de textos técnicos.

AValiação

A avaliação consistirá em um processo contínuo, feita por meio de atividades e avaliação, em grupos ou individuais, além de uma auto-avaliação do discente, consistindo em:

- Notas de participação
- Notas por pesquisas e apresentações em seminários individuais ou em grupos
- Tarefas em classe e de casa
- Provas escritas

REFERÊNCIA BÁSICA

MUNHOZ, Rosângela. Inglês Instrumental - **Estratégias de Leitura Módulo I**. São Paulo: TEXTONovo/CEETEPS, 2000.

MURPHY, Raymond. **English Grammar in Use**. 3 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. Dicionário Escolar Inglês – Português/ Português – inglês. 2 ed. Pearson Education 2009.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

AGUIAR, Cícera Cavalcante; FREIRE, Maria Socorro Gomes; ROCHA, Regina Lúcia Nepomuceno. **Inglês Instrumental**. 3 ed. Local: Livro Técnico, 2001.

Oliveira, Ricardo Coelho de. **Inglês básico**. 2 ed. Fortaleza: UAB/ IFCE, 2013.

THOMSON, A J; MARTINET, A V A. **Practical English Grammar**. 4 ed. Londres: Oxford University Press: 1986.

Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO AO ESTUDO DE A & B	
Código:	HOTE.010
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	HOTE.006
Semestre:	2
Nível:	Superior/Tecnológico
EMENTA	
Na presente disciplina, discutir-se-á as características básicas do setor de Alimentos e Bebidas nos meios de hospedagem, tendo como foco o contexto atual deste segmento para o bom funcionamento dos meios de hospedagens e as habilidades específicas necessárias ao profissional de A&B. Os discentes serão apresentados aos conceitos básicos do estudo da Gastronomia, assim como as características dos estabelecimentos deste setor e as competências dos profissionais que o compõem. Abordará ainda as técnicas necessárias aos profissionais de A&B no cotidiano hoteleiro, assim como os serviços típicos como <i>roomservice</i> e demais pontos de vendas.	
OBJETIVOS	
• Compreender o contexto do setor de Alimentos e Bebidas no meio Hoteleiro atual. • Entender as estruturas de A&B e os profissionais envolvidos. • Aprender os tipos de estabelecimentos alimentícios e modos de serviços. • Conhecer o funcionamento e os procedimentos do <i>roomservice</i> e demais pontos de venda.	
PROGRAMA	
- Introdução ao estudo da Gastronomia. - Tipologia e estrutura de estabelecimentos alimentares. - O setor de Alimentos e Bebidas na rede hoteleira: operação e administração. - Os profissionais de Alimentos e Bebidas: suas habilidades e atribuições. - Tipos de serviços e manuseio de instrumental. - <i>Roomservice</i> e Pontos de Venda.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
- Aulas expositivo-dialogadas; - Exercícios teóricos e práticos; - Apresentação de seminários;	

- Análise e interpretação de textos e artigos; - Práticas de Serviços Alimentares. - Recuperação de Aprendizagem através de atendimento pessoal aos alunos.	
AVALIAÇÃO	
- Trabalhos Individuais - Provas Escritas (Avaliação Diagnóstica Individual) - Seminários - Avaliações Práticas - Visitas Técnicas	
REFERÊNCIA BÁSICA	
CASTELLI, Geraldo. Administração Hoteleira . São Paulo: UCS Editora, 2001. FREUND, F. Tommy. Alimentos e Bebidas: Uma visão gerencial . São Paulo: Senac, 2003.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
FRANCO, Ariovaldo. De caçador a gourmet . São Paulo: Senac, 2006. MEZOMO, Iracema de Barros. Os Serviços de Alimentação: Planejamento e Administração . São Paulo: Manole, 2006.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE	
Código:	HOTE.012
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	
Semestre:	2
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
Aspectos conceituais da Contabilidade. Estática patrimonial. Dinâmica patrimonial. Escrituração. Demonstrações financeiras.	

OBJETIVO
Fornecer ao aluno informações técnicas sobre os fundamentos da Contabilidade, sua importância, suas utilizações e aplicações práticas como instrumento de análise, controle, planejamento, gerência e decisão, na administração hoteleira.
PROGRAMA
1 Aspectos conceituais da Contabilidade 1.1 Conceitos e aplicação da Contabilidade; 1.2 Objeto de estudo da Contabilidade; 1.3 Finalidade da Contabilidade; 1.4 Usuários da informação contábil. 2 Estática patrimonial 3.1 Conceito de patrimônio 3.2 Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido 3.3 Equação fundamental do patrimônio 3.4 Configurações do estado patrimonial 3.5 Representação gráfica do patrimônio. 3 Dinâmica patrimonial 3.1 Regime de competência 3.2 Receitas e despesas 3.3 Resultado do exercício: lucro ou prejuízo 3.4 Apuração do resultado do período 4 Escrituração 4.1 Fatos contábeis e atos administrativos 4.2 Livros contábeis: diário e razão 4.3 Método das partidas dobradas 5 Demonstrações Financeiras 5.1 Contabilidade financeira no Brasil 5.2 Obrigatoriedade das demonstrações financeiras 5.3 Principais demonstrações financeiras: Balanço patrimonial, D.R.E e D.F.C.
METODOLOGIA DE ENSINO
1. Aulas expositivas; 2. Exercícios de revisão teóricos e práticos; 3. Trabalhos dirigidos de estudo de caso de empresas fictícias ou reais; 4. Seminários;
AVALIAÇÃO
1. Prova escrita; 2. Relatórios;

3. Resumos; 4. Trabalhos; 5. Exercícios; 6. Seminários.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
FAVERO, H. L. et. al. Contabilidade : teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2011. MARION, J. C. Contabilidade empresarial . 17. ed. São Paulo: Atlas; 2015. RIBEIRO, O. M. Contabilidade geral fácil . 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 544 p. (Fácil).	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	
ÁVILA, C. A. Gestão contábil para contadores e não contadores . Curitiba: Intersaberes, 2012. BLATT, A. Análise de Balanços: estruturação e avaliação das demonstrações financeiras e contábeis . [S.l.]: Pearson. 252 p. ISBN 9788534612227. Disponível em: < http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788534612227 > . MULLER, A. N. Contabilidade introdutória . São Paulo: Person Prentice Hall, 2012. MULLER, A. N. Contabilidade básica: fundamentos essenciais . São Paulo: Person Prentice Hall, 2009.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO ORAL EM ESPANHOL I	
Código: HOTE016	
Carga Horária: 40	
Número de Créditos: 2	
Código pré-requisito: ---	
Semestre: 2	
Nível: Superior/Tecnológico	
EMENTA	
Desenvolvimento da comunicação, leitura e compreensão de textos orais e escritos, bem como aquisição de vocabulário e gramática básicos.	

OBJETIVOS
Geral: Compreender e produzir textos escritos e orais em nível básico. Específicos: - Desenvolver habilidades discursivas básicas em língua espanhola. - Desenvolver a compreensão leitora. - Introduzir os estudos gramaticais de língua espanhola. - Desenvolver as quatro habilidades (falar, escutar, ler, ouvir) a nível básico para atuação na área do turismo e hotelaria.
PROGRAMA
• Alfabeto/ saludos • Fonologia • Vocabulario básico (profesiones, nacionalidades, números, familia, casa, alimentos, transportes, hostelería, etc) • Gramática: verbos regulares e irregulares (presente de indicativo y modo imperativo), pronombres (pessoais, possessivos, demonstrativos), sustantivos, adjetivos; • Compreensão e produção de textos escritos e orais.
METODOLOGIA DE ENSINO
Aula expositivo-dialogada, leitura de textos, dinâmicas, vídeos e músicas.
AVALIAÇÃO
A avaliação será feita através de avaliações, trabalhos e participação em classe, além da apresentação de seminários.
REFERÊNCIA BÁSICA
Ballester-Alvarez, Maria Esmeraldo. Minidicionário: espanhol-português, português-espanhol. São Paulo: FTD, 2007. Blanco, Ramiro Carlos Humberto Caggiano. Gramática de la lengua española: usos, conceptos y ejercicios. São Paulo: Scipione, 2009. Jiménez García, María de los Ángeles. Minidicionário de espanhol 3em 1. São Paulo: Scipione, 2000. SEÑAS: Diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños. São Paulo: WMF, 2010. GALVÃO, Tatiane de Aguiar Sousa. Apostila. Baturité: IFCE, 2014.
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR
ARAÚJO, Francisca Margareth Gomes de. Espanhol Básico. 2 ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2014. DIAS, Luzia Schalkoski. Gramática y vocabulario: desde la teoría hacia la práctica en el aula de ELE [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2014. VARGAS SIERRA, Teresa. Espanhol para negócios [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2014.

VARGAS SIERRA, Teresa. **Espanhol: a prática profissional do idioma** . Curitiba: Intersaberes, 2013.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PESQUISA EM TURISMO E HOTELARIA	
Código:	HOTE.017
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	--
Semestre:	2
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
Introdução a Redação Acadêmica. Pesquisa: tipos, técnicas e fontes. Métodos e técnicas de pesquisa: coleta, organização e interpretação de dados. A produção do trabalho científico: normatização e prática orientada.	
OBJETIVOS	
✓ Compreender aspectos introdutórios sobre redação acadêmica. ✓ Conhecer o universo da pesquisa acadêmica, a partir dos tipos, técnicas e fontes de pesquisa. ✓ Conhecer os métodos e técnicas da pesquisa, especialmente quanto a coleta, organização e interpretação de dados. ✓ Aplicar o aprendizado da disciplina na elaboração de um projeto de pesquisa, a partir da normatização vigente e de orientação docente.	
PROGRAMA	
1. Introdução a Redação Acadêmica 1.1. Fichamento 1.2. Resumo 1.3. Resenha 1.4. Artigo científico 2. Pesquisa: tipos, técnicas e fontes 1. Tipos de pesquisa: exploratória, descritiva e explicativa; quantitativa e qualitativa; bibliográfica e experimental; 2. Levantamentos e pesquisas experimentais; 3. Pesquisa de campo, pesquisa-ação, observação participante; 4. Fontes de pesquisa: bibliográfica; documental (primária e secundária); oralidade. 3. Métodos e técnicas de pesquisa: coleta, organização e interpretação de dados 1. Critérios para a construção da pergunta de partida: clareza, exequibilidade e pertinência; 2. Técnicas de abordagem: estudo de caso; grupo focal; entrevista (individual, grupal, semi-estruturada); 3. Técnicas de observação: etnografia e observação participante; 4. A produção do trabalho científico: normatização e prática orientada 1. Definição do objeto da pesquisa; 2. Justificativa e Objetivos;	

3. Desenvolvimento teórico-conceitual;	
4. Citações e referências bibliográficas.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
- Exposição oral dialogada dos conteúdos. - Estudos dirigidos. - Exposição de vídeos - Pesquisa de Campo. - Seminários e debates.	
AVALIAÇÃO	
- Elaboração de resumos ou resenhas das leituras. - Elaboração de Projeto de Pesquisa - Seminário de socialização dos projetos elaborados	
REFERÊNCIA BÁSICA	
GIL, C. A. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: editora atlas, 2012. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2010. MARTINS, Gilberto de Andrade & THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da Investigação científica para ciências sociais aplicadas. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
BÊRNI, Duilio de Ávila; FERNANDEZ, Brena Paula Magno (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa: modelando as ciências empresariais. São Paulo: Saraiva, 2012. FRAGOSO, Suely; Raquel Recuero; Adriana Amaral. Métodos de pesquisa para internet. Porto Alegre: Sulina, 2012. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: ÉTICA E ETIQUETA SOCIAL	
Código:	HOTE.017
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	--
Semestre:	2
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
A ética fundamentando-a no exercício da profissão e abordar os direitos e prerrogativas profissionais. Apresentação de regras gerais de etiqueta e os aparatos necessários para a sua aplicação. Enfatizar as regras de etiqueta social relacionadas à gastronomia.	
OBJETIVOS	
• Desenvolver os conhecimentos sobre ética, cidadania valores, moral, cultura organizacional e responsabilidade social. • Incentivar a reflexão e o debate sobre temas de ética. • Orientar sobre postura, a vestimenta e a forma correta de se comportar nas diversas ocasiões. • Conhecer os talheres, louças e utensílios específicos para cada tipo de cardápio. • Compreender os tipos de bebidas a serem servidas e a sequência do serviço. • Conhecer as regras de comportamento à mesa. • Compreender o comportamento de anfitrião e convidados em eventos.	
PROGRAMA	
1. Conceitos de ética • Influências ambientais; • Dever perante a ética; • Vontade ética; • Inteligência emocional e vontade ética; • Conduta do ser humano em sua comunidade ou classe; 2. Preceitos fundamentais da ética profissional • Profissão e efeitos de sua conduta; • Ética e profissão; • Deveres profissionais; • Considerações sobre a ética face aos modernos desafios científicos; 3. Etiqueta social • Um breve histórico da etiqueta social; • Regras gerais de etiqueta: postura, gestos e comportamentos; • O anfitrião e os convidados; • Roupas e acessórios apropriados para diversos eventos. • Convites: modalidades, regras para convidar. • Regras para decoração de mesas; • Etiqueta para bebidas e alimentos; • Gafes à mesa. 4. Talheres, louças, aparelhos de jantar, faqueiros e guardanapos • História dos talheres; • Cristais: a história do vidro, os diferentes tipos de copos o manuseio correto dos copos; • Louças e porcelanas: a história da porcelana; • Peças de aço inoxidável; • Guardanapo: histórico, alguns modelos de dobras de guardanapos;	
METODOLOGIA DE ENSINO	

Aulas expositivas, projeção de filmes, visita técnica.	
AVALIAÇÃO	
Através de trabalhos escritos , teórico-práticos, apresentação de seminários e avaliações escritas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
SILVEIRA, J. L. da. Etiqueta social – pronta para usar. São Paulo: Marcos Zero, 2010. MATARAZZO, Cláudia. Marcelino por Cláudia: O Guia de Boas Maneiras de Marcelino de Carvalho Interpretado por Claudia Matarazzo. Editora Nacional, 2006. SOUZA, M. CRISTINA. Ética no ambiente de trabalho: uma abordagem franca sobre conduta e ética dos colaboradores. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. VALLS, A. L. M. O que é ética. São Paulo: brasilienses (coleção primeiros passos). 31 ed. 2013	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
SOARES, E. P.; FALCÃO, M.F. da C. A mesa – arranjo e etiqueta. 9 ed. Barueri SP: Manole, 2010. ARRUDA, F. Chique e útil: como organizar e como frequentar eventos. São Paulo: Orx, 2006. Ética no novo milênio: “Busca do sentido da vida”. (Alceu Amoroso Lima Filho , Lafayette Pozzoli; organizadores.). São Paulo, LTR, 2004. Instituto de Culinária da América. A Arte de servir: um guia para conquistar e manter clientes destinado a funcionários, gerentes e proprietários de restaurantes. [tradução: Mariana Aldrigui Carvalho], São Paulo: Roca, 2004.	
DISCIPLINA: SISTEMA E TÉCNICA DE RECEPÇÃO E RESERVA	
Código:	HOTE.018
Carga Horária:	80
Número de Créditos:	4
Código pré-requisito:	HOTE.002
Semestre:	2
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
Na presente disciplina, o aluno será introduzido às funções e responsabilidades dos setores de recepção e reserva dos meios de hospedagem. Ter-se-á como foco o entendimento do funcionamento do setor de recepção, bem como sua interligação com departamentos dependentes, como portaria, telefonia e governança. Serão abordadas as técnicas e práticas de recepção e reserva, tanto manuais como vislumbrando o uso de sistemas informatizados. Aos alunos caberão ainda compreender, administrar e operar um sistema de reservas, executando atividades com auxílio de sistema operacional e manual.	
OBJETIVOS	
• Compreender o funcionamento da recepção, abordando as interdependências do setor; • Compreender o sistema de reservas e sua operacionalização; • Dominar a utilização de formulários e documentos manuais e informatizados necessários; • Realizar a efetuação de reservas e demais procedimentos associados; • Executar os procedimentos de <i>check in</i> e <i>check out</i>; • Exercitar as técnicas de vendas e marketing de um meio de hospedagem.	
PROGRAMA	
A história do sistema de reservas e os sistemas de reservas adotados na atualidade. Elaboração de formulários e reservas feitos manualmente. Reservas feitas por turistas, operadores de agência e afins de turismo.	

Reservas tradicionais, bloqueio de apartamentos, overbooking, cancelamento de reservas e demais procedimento. Elaboração e verificação de <i>check-list</i> para os diversos procedimentos de reservas. O funcionamento do setor de recepção e seus dependentes: portaria, telefonia, governança. Organograma, fluxograma e atribuições dos funcionários de recepção. Procedimentos para o preenchimento da ficha de Registro de Hóspedes (FRNH), Boletim de Ocupação Hoteleira (BOH), <i>checklist</i> e livro de registro (<i>long book</i>). Os procedimentos de <i>check in</i> e <i>check out</i>. Técnicas de vendas e marketing em um meio de hospedagem.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivo-dialogadas; Exercícios teóricos e práticos; Apresentação de seminários; Análise e interpretação de textos e artigos; Simulações de Serviços Hoteleiros; Recuperação de Aprendizagem através de atendimento pessoal aos alunos.	
AVALIAÇÃO	
. Trabalhos Individuais . Provas Escritas (Avaliação Diagnóstica Individual) . Seminários . Avaliações Práticas	
REFERÊNCIA BÁSICA	
CASTELLI, Geraldo. Administração Hoteleira. 9.ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2003. DUARTE, Vladoir Vieira. Administração de Sistemas Hoteleiros. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. WALKER, John R. Introdução à Hospitalidade. 2.ed. Barueri, SP: Manole, 2002.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
DI MURO, Luis Pérez. Manual Prático de Recepção Hoteleira. São Paulo: Roca, 2001. POWERS, Tom. Administração no Setor de Hospitalidade. São Paulo: Atlas, 2004.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO ORAL EM ESPANHOL I
Código: HOTE016
Carga Horária: 40
Número de Créditos: 2
Código pré-requisito: ---
Semestre: 2
Nível: Superior/Tecnológico
EMENTA
Desenvolvimento da comunicação, leitura e compreensão de textos orais e escritos, bem como aquisição de vocabulário e gramática básicos.
OBJETIVOS
Geral: Compreender e produzir textos escritos e orais em nível básico. Específicos: - Desenvolver habilidades discursivas básicas em língua espanhola. - Desenvolver a compreensão leitora. - Introduzir os estudos gramaticais de língua espanhola. - Desenvolver as quatro habilidades (falar, escutar, ler, ouvir) a nível básico para atuação na área do turismo e hotelaria.
PROGRAMA
• Alfabeto/ saludos • Fonologia • Vocabulário básico (profesiones, nacionalidades, números, família, casa, alimentos, transportes, hostelería, etc) • Gramática: verbos regulares e irregulares (presente de indicativo y modo imperativo), pronombres (pessoais, possessivos, demonstrativos), sustantivos, adjetivos; • Compreensão e produção de textos escritos e orais.
METODOLOGIA DE ENSINO
Aula expositivo-dialogada, leitura de textos, dinâmicas, vídeos e músicas.
AValiação
A avaliação será feita através de avaliações, trabalhos e participação em classe, além da apresentação de seminários.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PESQUISA EM TURISMO E HOTELARIA	
Código:	HOTE.017
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	--
Semestre:	2
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
Introdução a Redação Acadêmica. Pesquisa: tipos, técnicas e fontes. Métodos e técnicas de pesquisa: coleta, organização e interpretação de dados. A produção do trabalho científico: normatização e prática orientada.	
OBJETIVOS	
✓ Compreender aspectos introdutórios sobre redação acadêmica. ✓ Conhecer o universo da pesquisa acadêmica, a partir dos tipos, técnicas e fontes de pesquisa. ✓ Conhecer os métodos e técnicas da pesquisa, especialmente quanto a coleta, organização e interpretação de dados. ✓ Aplicar o aprendizado da disciplina na elaboração de um projeto de pesquisa, a partir da normatização vigente e de orientação docente.	
PROGRAMA	
1. Introdução a Redação Acadêmica 1.1. Fichamento 1.2. Resumo 1.3. Resenha 1.4. Artigo científico 2. Pesquisa: tipos, técnicas e fontes 1. Tipos de pesquisa: exploratória, descritiva e explicativa; quantitativa e qualitativa; bibliográfica e experimental; 2. Levantamentos e pesquisas experimentais; 3. Pesquisa de campo, pesquisa-ação, observação participante; 4. Fontes de pesquisa: bibliográfica; documental (primária e secundária); oralidade. 3. Métodos e técnicas de pesquisa: coleta, organização e interpretação de dados 1. Critérios para a construção da pergunta de partida: clareza, exequibilidade e pertinência; 2. Técnicas de abordagem: estudo de caso; grupo focal; entrevista (individual, grupal, semi-estruturada); 3. Técnicas de observação: etnografia e observação participante; 4. A produção do trabalho científico: normatização e prática orientada 1. Definição do objeto da pesquisa; 2. Justificativa e Objetivos;	

3. Desenvolvimento teórico-conceitual;	
4. Citações e referências bibliográficas.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
- Exposição oral dialogada dos conteúdos. - Estudos dirigidos. - Exposição de vídeos - Pesquisa de Campo. - Seminários e debates.	
AVALIAÇÃO	
- Elaboração de resumos ou resenhas das leituras. - Elaboração de Projeto de Pesquisa - Seminário de socialização dos projetos elaborados	
REFERÊNCIA BÁSICA	
GIL, C. A. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: editora atlas, 2012. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2010. MARTINS, Gilberto de Andrade & THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da Investigação científica para ciências sociais aplicadas. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
BÊRNI, Duilio de Ávila; FERNANDEZ, Brena Paula Magno (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa: modelando as ciências empresariais. São Paulo: Saraiva, 2012. FRAGOSO, Suely; Raquel Recuero; Adriana Amaral. Métodos de pesquisa para internet. Porto Alegre: Sulina, 2012. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: ÉTICA E ETIQUETA SOCIAL	
Código:	HOTE.017

Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	--
Semestre:	2
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
A ética fundamentando-a no exercício da profissão e abordar os direitos e prerrogativas profissionais. Apresentação de regras gerais de etiqueta e os aparatos necessários para a sua aplicação. Enfatizar as regras de etiqueta social relacionadas à gastronomia.	
OBJETIVOS	
- Desenvolver os conhecimentos sobre ética, cidadania valores, moral, cultura organizacional e responsabilidade social. - Incentivar a reflexão e o debate sobre temas de ética. - Orientar sobre postura, a vestimenta e a forma correta de se comportar nas diversas ocasiões. - Conhecer os talheres, louças e utensílios específicos para cada tipo de cardápio. - Compreender os tipos de bebidas a serem servidas e a sequência do serviço. - Conhecer as regras de comportamento à mesa. - Compreender o comportamento de anfitrião e convidados em eventos.	
PROGRAMA	
1. Conceitos de ética - Influências ambientais; - Dever perante a ética; - Vontade ética; - Inteligência emocional e vontade ética; - Conduta do ser humano em sua comunidade ou classe; 2. Preceitos fundamentais da ética profissional - Profissão e efeitos de sua conduta; - Ética e profissão; - Deveres profissionais; - Considerações sobre a ética face aos modernos desafios científicos; 3. Etiqueta social - Um breve histórico da etiqueta social; - Regras gerais de etiqueta: postura, gestos e comportamentos; - O anfitrião e os convidados; - Roupas e acessórios apropriados para diversos eventos. - Convites: modalidades, regras para convidar. - Regras para decoração de mesas; - Etiqueta para bebidas e alimentos; - Gafes à mesa. 4. Talheres, louças, aparelhos de jantar, faqueiros e guardanapos - História dos talheres; - Cristais: a história do vidro, os diferentes tipos de copos o manuseio correto dos copos; - Louças e porcelanas: a história da porcelana; - Peças de aço inoxidável; - Guardanapo: histórico, alguns modelos de dobras de guardanapos;	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas, projeção de filmes, visita técnica.	
AValiação	

Através de trabalhos escritos , teórico-práticos, apresentação de seminários e avaliações escritas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
SILVEIRA, J. L. da. Etiqueta social – pronta para usar. São Paulo: Marcos Zero, 2010. MATARAZZO, Cláudia. Marcelino por Cláudia: O Guia de Boas Maneiras de Marcelino de Carvalho Interpretado por Claudia Matarazzo. Editora Nacional,2006. SOUZA, M. CRISTINA. Ética no ambiente de trabalho: uma abordagem franca sobre conduta e ética dos colaboradores. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. VALLS, A. L. M. O que é ética.São Paulo: brasilienses (coleção primeiros passos).31 ed.2013	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
SOARES, E. P.; FALCÃO, M.F. da C. A mesa – arranjo e etiqueta.9 ed. Barueri SP: Manole, 2010. ARRUDA, F. Chique e útil: como organizar e como frequentar eventos. São Paulo: Orx, 2006. Ética no novo milênio: “Busca do sentido da vida”. (Alceu Amoroso Lima Filho , Lafayette Pozzoli; organizadores.). São Paulo, LTR, 2004. Instituto de Culinária da América. A Arte de servir: um guia para conquistar e manter clientes destinado a funcionários, gerentes e proprietários de restaurantes. [tradução: Mariana Aldrigui Carvalho], São Paulo: Roca,2004.	
DISCIPLINA: SISTEMA E TÉCNICA DE RECEPÇÃO E RESERVA	
Código:	HOTE.018
Carga Horária:	80
Número de Créditos:	4
Código pré-requisito:	HOTE.002
Semestre:	2
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
Na presente disciplina, o aluno será introduzido às funções e responsabilidades dos setores de recepção e reserva dos meios de hospedagem. Ter-se-á como foco o entendimento do funcionamento do setor de recepção, bem como sua interligação com departamentos dependentes, como portaria, telefonia e governança. Serão abordadas as técnicas e práticas de recepção e reserva, tanto manuais como vislumbrando o uso de sistemas informatizados. Aos alunos caberão ainda compreender, administrar e operar um sistema de reservas, executando atividades com auxílio de sistema operacional e manual.	
OBJETIVOS	
• Compreender o funcionamento da recepção, abordando as interdependências do setor; • Compreender o sistema de reservas e sua operacionalização; • Dominar a utilização de formulários e documentos manuais e informatizados necessários; • Realizar a efetuação de reservas e demais procedimentos associados; • Executar os procedimentos de <i>check in</i> e <i>check out</i>; • Exercitar as técnicas de vendas e marketing de um meio de hospedagem.	
PROGRAMA	
A história do sistema de reservas e os sistemas de reservas adotados na atualidade. Elaboração de formulários e reservas feitos manualmente. Reservas feitas por turistas, operadores de agência e afins de turismo. Reservas tradicionais, bloqueio de apartamentos, overbooking, cancelamento de reservas e demais procedimento. Elaboração e verificação de <i>check-list</i> para os diversos procedimentos de reservas. O funcionamento do setor de recepção e seus dependentes: portaria, telefonia, governança. Organograma, fluxograma e atribuições dos funcionários de recepção.	

Procedimentos para o preenchimento da ficha de Registro de Hóspedes (FRNH), Boletim de Ocupação Hoteleira (BOH), <i>checklist</i> e livro de registro (<i>long book</i>). Os procedimentos de <i>check in</i> e <i>check out</i>. Técnicas de vendas e marketing em um meio de hospedagem.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivo-dialogadas; Exercícios teóricos e práticos; Apresentação de seminários; Análise e interpretação de textos e artigos; Simulações de Serviços Hoteleiros; Recuperação de Aprendizagem através de atendimento pessoal aos alunos.	
AVALIAÇÃO	
. Trabalhos Individuais . Provas Escritas (Avaliação Diagnóstica Individual) . Seminários . Avaliações Práticas	
REFERÊNCIA BÁSICA	
CASTELLI, Geraldo. Administração Hoteleira. 9.ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2003. DUARTE, Vládir Vieira. Administração de Sistemas Hoteleiros. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. WALKER, John R. Introdução à Hospitalidade. 2.ed. Barueri, SP: Manole, 2002.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
DI MURO, Luis Pérez. Manual Prático de Recepção Hoteleira. São Paulo: Roca, 2001. POWERS, Tom. Administração no Setor de Hospitalidade. São Paulo: Atlas, 2004.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: ANIMAÇÃO E LAZER	
Código:	HOTE.019
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2

Código pré-requisito:	HOTE.002
Semestre:	3
Nível:	Superior/Tecnologia
EMENTA	
O aluno irá desenvolver sua capacidade de aplicar o entretenimento, o lazer e a animação na construção de relacionamentos em diversos ambientes de interesse turístico. Além disso, o aluno terá contato com as principais características do lazer contemporâneo e suas tendências, bem como desempenhar ações práticas de gestão e de condutor de atividades de animação.	
OBJETIVOS	
• Defender a importância do lazer como um direito social de todos • Conhecer a diversidade e importância das manifestações culturais e suas origens africanas e indígenas no modo do brincar. • Criar e atuar de forma cênica, em ambiente próprio para a animação cultural e o lazer. • Planejar, organizar e avaliar programas de animação relacionados ao turismo. • Planejar e gerenciar o processo de animação no meio popular, social cultural, recreativo e esportivo. • Desenvolver a técnica e o prazer em atuar no entretenimento e na diversão voltado para o mercado turístico.	
PROGRAMA	
UNIDADE 1 - Fundamentos teóricos do lazer. UNIDADE 2 – Interesses culturais do lazer UNIDADE 3 – Manifestações culturais como forma de lazer. A influência das brincadeiras tradicionais, danças folclóricas africanas e indígenas no brincar da atualidade. UNIDADE 4 - O perfil profissional de lazer e animação UNIDADE 5 - O lúdico: tipos de jogos UNIDADE 6 – Os diferentes grupos de turista e suas atividades recreativas correspondentes UNIDADE 7 - Desenvolvendo um programa de recreação.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
As aulas serão expositivas, dialogadas e práticas com utilização de data show, caixa de som, quadro branco, utilização de metodologias ativas de aprendizagem com uso de TICs realizando oficinas de Learning Café, Brainwriting para discussão de estudos de casos, artigos científicos relacionados ao lazer e utilização da metodologia Pear struction para discussão e aprendizagem aos pares através da plataforma de questionários-quiz do Google forms, aulas práticas com atividades lúdicas, quebra-gelo, brincadeiras e jogos, além de realização de oficinas.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação será formativa, observando a participação dos discentes em sala de aula, no momento das atividades propostas. O aluno será avaliado através do desempenho e postura durante a realização de seminários, rodas de debate, atividades práticas, realização de oficinas, além da realização de um evento de animação e lazer aberto ao público.	
REFERÊNCIA BÁSICA	

CAVALLARI, Vinicius Ricardo. **Trabalhando com recreação**. São Paulo: Ícone, 2011.

NEGRINE, Airton. **Recreação na Hotelaria - O Pensar e o Lazer Ludico**. Caxias do Sul:EDUCS, 2008.

MELO, Victor Andrade de. **Introdução ao lazer**.2.ed. Barueri, SP: Manole, 2012.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

PINA, Luiz; RIBEIRO, Olivia. **Lazer e recreação na hotelaria**. São Paulo: Senac São Paulo, 2007.

MIRANDA, Simão de.**101 atividades recreativas para grupos em viagens de turismo**. 6.ed.São Paulo: Papirus, 2012.

MARCELLINO, Nelson Carvalho.**Lazer e recreação: Repertório de atividades por fases da vida**.3.ed. São Paulo: Papirus, 2006.

MIAN, Robson.**Monitor de recreação: formação profissional**.São Paulo: Editora Textonovo, 2003.

MARCELINO, Nelson Carvalho (Org.). **Repertório de atividades de recreação e lazer**. 6.ed.São Paulo: PAPIRUS, 2012.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO ORAL EM INGLÊS II	
Código:	HOTE.015
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	HOTE.009
Semestre:	3
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
Possibilitar ao aluno de Hotelaria um contato com a Língua Inglesa, com as funções e vocabulário próprio da área de Hotelaria e Hospedagem e apresentar noções sobre os aspectos culturais dos países cujo idioma é o Inglês.	
OBJETIVOS	
Geral: Desenvolver a competência comunicacional do aluno, abrangendo as habilidades da fala, escrita, leitura e compreensão oral, voltadas a linguagem de Hotelaria e Hospedagem. Específicos: 1. Capacitar o aluno a ouvir, compreender e comunicar-se oralmente, diferenciando o uso da língua formal e informal, de acordo com a situação ou conteúdo ao qual for exposto, no seu campo de trabalho. 2. Treinar a escrita, fazendo uso correto das estruturas gramaticais, observando as diferenças de estilo, segundo o destino da mensagem. 3. Preparar o aluno para a leitura e compreensão de artigos, textos e obras simplificadas, que venham ao encontro das estruturas e contextos desenvolvidos durante as aulas. Situar o aluno junto a cultura dos diferentes povos falantes da Língua Inglesa, fazendo-o compreender as diferenças do uso da língua, segundo as características dos povos e países. 4. Através de exercícios de motivação a participação em sala de aula, eliminar as barreiras e bloqueios de comunicação, estimulando o aluno ao gosto e pelo estudo da língua inglesa e despertar o aluno para a sua importância no seu mercado de trabalho.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
▪ Reception Services: • A new guest is arriving; • On the way to the room; • Arrivingattheroom; • Showing the room to the guest; • The guest is checking out; ▪ Housekeeping Services: • Permission to Clean the room; • Do notDisturb; • Checking the minibar in a hotel room; • Pickinguplaundry; • Deliveringlaundry; • Offering the turn down service.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas e interativas, slides, trabalho em grupo e em classe, leitura de textos diversos, música. Uso da dramatização, ou participação do aluno em simulações de situações de Hotelaria e estudo de textos técnicos.	
AVALIAÇÃO	

A avaliação consistirá em um processo contínuo, feita por meio de atividades e avaliação, em grupos ou individuais, além de uma auto-avaliação do discente, consistindo em: • Notas de participação • Notas por pesquisas e apresentações em seminários individuais ou em grupos • Tarefas em classe e de casa • Provas escritas	
REFERÊNCIA BÁSICA	
MUNHOZ, Rosângela. Inglês Instrumental - Estratégias de Leitura Módulo II. São Paulo: TEXTONOVO/CEETEPS, 2001. MURPHY, Raymond. English Grammar in Use. 3 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. Dicionário Escolar Inglês – Português/ Português – inglês. 2 ed. Pearson Education 2009.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
AGUIAR, Cícera Cavalcante; FREIRE, Maria Socorro Gomes; ROCHA, Regina Lúcia Nepomuceno. Inglês Instrumental. 3 ed. Local: Livro Técnico, 2001. OLIVEIRA, Ricardo Coelho de. Inglês Aplicado a. Fortaleza: UAB/IFCE, 2010. THOMSOM, A J; MARTINET, A V A. Practical English Grammar. 4 ed. Londres: Oxford University Press: 1986.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: GESTÃO DE PESSOAS	
Código:	HOTE.013
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	--
Semestre:	3
Nível:	Superior/Tecnológico
EMENTA	
Gestão de pessoas em ambiente competitivo. Estratégia organizacional e estratégia desenvolvimento humano. Gestão de pessoas e estratégias de gestão do conhecimento e aprendizado. Análise da política de pessoas. Processos da gestão de pessoas. Gestão de pessoas e qualidade de vida no trabalho. Gestão por competências. Gerenciando equipes de trabalho.	
OBJETIVOS	
- Analisar os conceitos sobre estratégia em recursos humanos, identificando a teoria e as práticas referentes à política de gestão de pessoas nas organizações. - Identificar os processos fundamentais na estratégia de recursos humanos no contexto atual e suas implicações para o trabalho e o desempenho organizacional.	

PROGRAMA
UNIDADE I – OS NOVOS DESAFIOS DA GESTÃO DE PESSOAS – Introdução à Gestão de Pessoas em ambiente competitivo – Novos focos da Gestão de Pessoas em ambiente dinâmico e competitivo – A gestão de pessoas como centro de mudanças na organização – As pessoas como vantagem competitiva – Planejamento estratégico da Gestão de Pessoas UNIDADE II – PROCESSOS DA GESTÃO DE PESSOAS Agregando valores à organização através das pessoas – Recrutamento de Pessoas – Seleção de Pessoas Desenvolvendo pessoas – Treinamento, desenvolvimento e aprendizagem – Processo do treinamento – Desenvolvimento de pessoas e a mudança de comportamento na organização – Processos de treinamento e seus objetivos – Avaliação dos resultados do treinamento Aplicando e avaliando o desenvolvimento de pessoas – Análise de tarefas – Formação de equipes - Desenvolvimento e envolvimento de pessoas – Avaliação do desempenho – Métodos de avaliação de desempenho Recompensando pessoas – Administração de salários e sistemas de pagamento - Políticas de Remuneração - Programas de Incentivos - Benefícios e serviços – Remuneração por competências Mantendo pessoas – Gestão por competências - Relação com os colaboradores – Administração de carreiras - Planejamento e desenvolvimento de carreiras – Políticas de participação no desempenho da empresa Monitorando Pessoas - Banco de dados - Sistemas de Informações Gerenciais III - O FUTURO DA GESTÃO DE PESSOAS
METODOLOGIA DE ENSINO
• Aulas expositivo-dialogadas; • Exercícios teóricos e práticos; • Apresentação de seminários; • Exibição e discussão de vídeos, apresentação e discussão de slides; • Análise e interpretação de textos e artigos; • Estudo e pesquisa em livros, artigos, revistas e internet; • Orientação em atividades práticas individuais e em grupo; • Incursões no Campo Empírico.
AVALIAÇÃO
. Trabalhos Individuais .Provas Escritas (Avaliação Diagnóstica Individual)

.Seminários . Auto avaliação . Produção Textual e Expressão Oral	
REFERÊNCIA BÁSICA	
ARAÚJO, Luís César de e GARCIA, Adriana Amadeu. Gestão de pessoas: estratégia e integração organizacional . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações .3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. CHIAVENATO, Idalberto. Recursos humanos: o capital humano das organizações .9.ed. Rio de Janeiro:Elsevier,2009.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
BERGAMINI, Cecília Whitaker. Motivação nas organizações . 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008. COSTA, Érico da Silva. Gestão de Pessoas . Curitiba-PR: Livro técnico, 2010. DUTRA, Joel Souza [et. al.]. Gestão por competências . São Paulo: Gente, 2001. GRAMIGNA, Maria Rita. Modelo de competências e gestão de talentos . 2. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007. MORGAN, Gareth. Imagens da Organização: edição executiva . 2.ed. São Paulo: Atlas, 2002.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: ANIMAÇÃO E LAZER	
Código:	HOTE.019
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	HOTE.002
Semestre:	3
Nível:	Superior/Tecnologia
EMENTA	
O aluno irá desenvolver sua capacidade de aplicar o entretenimento, o lazer e a animação na construção de relacionamentos em diversos ambientes de interesse turístico. Além disso, o aluno terá contato com as principais características do lazer contemporâneo e suas tendências, bem como desempenhar ações práticas de gestão e de condutor de atividades de animação.	
OBJETIVOS	
• Defender a importância do lazer como um direito social de todos • Criar e atuar de forma cênica, em ambiente próprio para a animação cultural e o lazer. • Planejar, organizar e avaliar programas de animação relacionados ao turismo. • Planejar e gerenciar o processo de animação no meio popular, social cultural, recreativo e esportivo. • Desenvolver a técnica e o prazer em atuar no entretenimento e na diversão voltado para o mercado turístico.	
PROGRAMA	
UNIDADE 1 - Fundamentos teóricos do lazer.	

UNIDADE 2 – Interesses culturais do lazer UNIDADE 3 - O perfil profissional de lazer e animação UNIDADE 4 - Lazer e animação no turismo e na hotelaria. UNIDADE 5 - O lúdico: tipos de jogos UNIDADE 6 – Os diferentes grupos de turista e suas atividades recreativas correspondentes UNIDADE 7 - Desenvolvendo um programa de recreação.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
As aulas serão expositivas, dialogadas e práticas com utilização de data show, caixa de som, quadro branco, xerox para estudo dirigido de artigos relacionados ao tema, aulas práticas com atividades lúdicas, quebra-gelo, brincadeiras e jogos, além de realização de oficinas.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação será formativa, observando a participação dos discentes em sala de aula, no momento das atividades propostas. O aluno será avaliado através do desempenho e postura durante a realização de seminários, rodas de debate, atividades práticas, realização de oficinas, além da realização de um evento de animação e lazer aberto ao público.	
REFERÊNCIA BÁSICA	
CAVALLARI, Vinicius Ricardo. Trabalhando com recreação . São Paulo: Ícone, 2011. NEGRINE, Airton. Recreação na Hotelaria - O Pensar e o Lazer Ludico . Caxias do Sul:EDUCS, 2008. MELO, Victor Andrade de. Introdução ao lazer .2.ed. Barueri, SP: Manole, 2012.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
PINA, Luiz; RIBEIRO, Olivia. Lazer e recreação na hotelaria . São Paulo: Senac São Paulo, 2007. MIRANDA, Simão de. 101 atividades recreativas para grupos em viagens de turismo . 6.ed.São Paulo: Papirus, 2012. MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e recreação: Repertório de atividades por fases da vida .3.ed. São Paulo: Papirus, 2006. MIAN, Robson. Monitor de recreação: formação profissional .São Paulo: Editora Textonovo, 2003. MARCELINO, Nelson Carvalho (Org.). Repertório de atividades de recreação e lazer . 6.ed.São Paulo: PAPIRUS, 2012.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

Código:	HOTE.020
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	02
Pré-requisito:	HOTE.006, HOTE.010
Semestre:	3
Nível:	Superior/Tecnologia
EMENTA	
Na presente disciplina, os discentes terão contato com os fundamentos básicos da prática culinária, sendo expostos aos principais termos, técnicas e estruturas pertencentes a esta área. Os alunos conhecerão as classes e exemplos de insumos, as possíveis formas de cocção e o instrumental necessário para sua realização. Os discentes ainda serão introduzidos às formas básicas de preparo de alimentos, passando pelos cortes básicos e demais elementos da cozinha clássica.	
OBJETIVOS	
• Reconhecer os principais insumos, materiais e instrumental da prática culinária. • Executar tipos de cortes e outras técnicas de preparações clássicas. • Utilizar diversas formas de cocção para finalidades culinárias. • Direcionar os conhecimentos básicos da produção de alimentos em meios de hospedagem.	
PROGRAMA	
• Introdução à Estrutura Física e Organizacional; • Utensílios e insumos na cozinha profissional; • Tipos de cocção; • Acompanhamentos Aromáticos; • Fundos, molhos e caldos básicos; • Mise-en-place de vegetais, carnes, aves e peixes.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
- Aulas expositivo-dialogadas; - Aulas práticas laboratoriais; - Exercícios teóricos e práticos; - Visitas técnicas; - Apresentação de seminários; - Observação de filmes; - Análise e interpretação de textos e artigos; - Recuperação de Aprendizagem através de atendimento pessoal aos alunos.	
AVALIAÇÃO	
- Trabalhos Individuais - Provas Escritas - Provas Práticas - Seminários - Produção Textual e Expressão Oral.	
REFERÊNCIA BÁSICA	
INSTITUTO AMERICANO DE CULINÁRIA. Chef Profissional.4.ed. São Paulo: Senac, 2011. KÖVESI, Betty [etal]. 400 g: Técnicas de Cozinha. São Paulo: Nacional, 2007. TEIXEIRA, Suzana [et al]. Administração Aplicada a Unidades de Alimentação e Nutrição. São Paulo: Atheneu, 2007.	

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
SEBESS, Mariana. Técnicas de Cozinha Profissional . Rio de Janeiro: Senac, 2011.	
WRIGHT, Jeni e TREUILLE, Eric. Le CordonBleu: Todas as Técnicas Culinárias . São Paulo: Marco Zero, 2010.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: SISTEMA E TÉCNICA DE GOVERNANÇA	
Código:	HOTE.022
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	HOTE.002
Semestre:	3
Nível:	Superior/Tecnologia
EMENTA	
Nesta disciplina, o aluno será apresentado a um dos setores mais importantes da área de Hospedagem de um hotel. Discutir-se-a a área de Hospedagem e a compreensão do setor de Governança através de conceitos, características, importância, mão de obra e procedimentos para o setor.	
OBJETIVOS	
• Compreender o sistema hoteleiro e a formação da área de Hospedagem, com destaque o setor de Governança; • Conceituar e Caracterizar Governança Hoteleira; • Conhecer a organização hierárquica do setor de Governança; • Compreender a complexidade e a importância do setor de Governança para o sistema hoteleiro; • Identificar as interdependências entre Governança e demais setores do Meio de Hospedagem; • Compreender os principais procedimentos e ocorrências situacionais do setor de governança • Compreender relatórios, formulários e sistemas em Governança; • Avaliar o padrão de qualidade do setor de Governança. • Analisar os princípios da hospitalidade no turismo comunitário: Projeto “Rede Tucum”.	
PROGRAMA	
<i>Os seguintes conteúdos serão desenvolvidos:</i>	

Sistema hoteleiro e a formação da área de Hospedagem; Governança Hoteleira: conceitos – características - organização hierárquica (cargos e funções); Complexidade e importância do setor de Governança para o sistema hoteleiro; Interdependências entre Governança e demais setores do Meio de Hospedagem; A Governanta Tarefas administrativas da Governança ▪ Treinamento de funcionários ▪ Escala de folga dos camareiros ▪ Inspeção do trabalho realizado ▪ Controle: chaves/cartões magnéticos; compra de materiais, utensílios e equipamentos de limpeza; achados e perdidos; Manutenção e Decoração nos meios de hospedagem A camareira ▪ O Carrinho de Serviços ▪ Materiais e equipamentos de trabalho ▪ Padronização e procedimentos operacionais das UHs ▪ Técnicas de limpeza e higienização - Higiene e Segurança no trabalho Cama e Enxoval Frigobar Mobiliário e decoração Ocorrências e Situações em caso de <i>check in – check out</i> – permanência de hóspedes A lavanderia ▪ Gerenciamento e operacionalização dos serviços de lavanderia hoteleira ▪ Processo de lavagem – etapas e equipamentos ▪ Cálculo de estoque de roupa de cama e banho e roupa de andar Relatórios e formulários específicos do setor Indicadores de Padrão de Qualidade (TI e serviços) A hospedagem ofertada no Projeto “Rede Tucum”.
METODOLOGIA DE ENSINO
Buscar-se-á estabelecer uma compreensão do conteúdo teórico mediante questionamentos, exemplificações e pesquisa, individual e em grupo. As aulas serão realizadas de forma expositiva, argumentativa e construtivista. Contará com exibição e análise de vídeos; leituras dirigidas; estudo em grupo; debates; exercícios teóricos e práticos e apresentação de seminários de estudantes.
AVALIAÇÃO
Na avaliação da aprendizagem serão considerados: • <i>Critérios qualitativos:</i> Avaliação segundo comportamento, assiduidade e participação dos estudantes • <i>Critérios quantitativos relacionados às atividades de avaliações somativas, escrita e trabalho.</i> N1 NP1 – Paper (pequeno artigo, de 15 a 20 páginas) (10 pontos). N1 NP2 — atividade avaliativa de pesquisa em grupo com entrega de relatório e seminário de alunos (10 pontos) N2 NP1 – Elaborar um roteiro e interface com textos, gráficos, ilustrações e imagens em ambiente virtual sobre as Boas Práticas e Normas de Conduta no setor de Governança (10 pontos) N2 NP2 – avaliação escrita individual (10 pontos)
REFERÊNCIAS BÁSICAS

CÂNDIDO, Índio. Governança em hotelaria . Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2001.	
OLIVEIRA, Giovanna Bonelli. Camareira : mercado profissional, ambiente de trabalho, rotina de serviços. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009.	
DIAS, Reinaldo; PIMENTA, Maria Alzira(Orgs.). Gestão de hotelaria e turismo . São Paulo: Pearson, 2005.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	
CASTELLI, Geraldo. Administração hoteleira . 9.ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2003.	
DAVIES, Carlos Alberto. Cargos em Hotelaria .4.ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010.	
TORRE, Francisco De La. Administração Hoteleira , parte I: departamentos. São Paulo: ROCA, 2001.	
DUARTE, Vladir Vieira. Administração de sistemas hoteleiros . 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO ORAL EM INGLÊS II	
Código:	HOTE.023
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	HOTE.015
Semestre:	3
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
Possibilitar ao aluno de Hotelaria um contato com a Língua Inglesa, com as funções e vocabulário próprio da área de Hotelaria e Hospedagem e apresentar noções sobre os aspectos culturais dos países cujo idioma é o Inglês.	
OBJETIVOS	
Geral: Desenvolver a competência comunicacional do aluno, abrangendo as habilidades da fala, escrita, leitura e compreensão oral, voltadas a linguagem de Hotelaria e Hospedagem.	
Específicos:	

1. Capacitar o aluno a ouvir, compreender e comunicar-se oralmente, diferenciando o uso da língua formal e informal, de acordo com a situação ou conteúdo ao qual for exposto, no seu campo de trabalho.
2. Treinar a escrita, fazendo uso correto das estruturas gramaticais, observando as diferenças de estilo, segundo o destino da mensagem.
3. Preparar o aluno para a leitura e compreensão de artigos, textos e obras simplificadas, que venham ao encontro das estruturas e contextos desenvolvidos durante as aulas.
Situar o aluno junto a cultura dos diferentes povos falantes da Língua Inglesa, fazendo-o compreender as diferenças do uso da língua, segundo as características dos povos e países.
4. Através de exercícios de motivação a participação em sala de aula, eliminar as barreiras e bloqueios de comunicação, estimulando o aluno ao gosto e pelo estudo da língua inglesa e despertar o aluno para a sua importância no seu mercado de trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Maintenance Service:
 - Electrical maintenance problems;
 - Plumbing maintenance problems;
 - Repairing something;
 - Problem solving;
 - Talking to the guest;
- Security Services:
 - Solving a problem with the keycard;
 - Solving a problem with the safe;
 - Giving safety advice to the guest;
 - Places in the neighborhood;
 - Directions;
 - Saying where something is.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas, slides, trabalho em grupo e em classe, leitura de textos diversos, música. Uso da dramatização, ou participação do aluno em simulações de situações de Hotelaria e estudo de textos técnicos.

AVALIAÇÃO

A avaliação consistirá em um processo contínuo, feita por meio de atividades e avaliação, em grupos ou individuais, além de uma auto-avaliação do discente, consistindo em:

- Notas de participação
- Notas por pesquisas e apresentações em seminários individuais ou em grupos
- Tarefas em classe e de casa
- Provas escritas

REFERÊNCIA BÁSICA

MUNHOZ, Rosângela. Inglês Instrumental - Estratégias de Leitura Módulo II. São Paulo: TEXTONOVO/CEETEPS, 2001.

MURPHY, Raymond. English Grammar in Use. 3 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
Dicionário Escolar Inglês – Português/ Português – inglês. 2 ed. Pearson Education 2009.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

AGUIAR, Cícera Cavalcante; FREIRE, Maria Socorro Gomes; ROCHA, Regina Lúcia Nepomuceno. Inglês Instrumental. 3 ed. Local: Livro Técnico, 2001.

OLIVEIRA, Ricardo Coelho de. **Inglês Aplicado a Produção e Atendimento**. Fortaleza: UAB/IFCE, 2010.

THOMSOM, A J; MARTINET, A V A. Practical English Grammar. 4 ed. Londres: Oxford University Press: 1986.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO ORAL EM ESPANHOL II	
Código:	HOTE.024
Carga Horária:	40h/a
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	HOTE.016
Semestre:	3
Nível:	Superior/Tecnológico
EMENTA	
Compreensão e produção escrita e oral em nível básico de língua espanhola com ênfase na área da hotelaria.	
OBJETIVOS	
Geral: Compreender e produzir textos escritos e orais em nível básico para a atuação na área de turismo e hotelaria.	
Específicos: - Desenvolver habilidades discursivas básicas em língua espanhola. - Introduzir os estudos gramaticais de língua espanhola. - Desenvolver as quatro habilidades (falar, escutar, ler, ouvir) a nível básico para atuação na área do turismo e hotelaria.	
PROGRAMA	
• Revisão do vocabulário básico (profesiones, nacionalidades, números, família, casa, alimentos, transportes, estudio, etc) • Gramática: verbos regulares e irregulares (presente de indicativo, pretérito perfecto, pretérito imperfecto, pretérito indefinido, futuro, modo imperativo), pronombres (personais, possessivos, demonstrativos) sustantivos, adjetivos; • Compreensão e produção de textos escritos e orais de situações de trabalho.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aula expositivo-dialogada, leitura de textos, dinâmicas, vídeos e músicas.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação será feita através de avaliações, trabalhos e participação em classe, além da apresentação de seminários.	

REFERÊNCIA BÁSICA	
Ballesterro-Alvarez, Maria Esmeraldo. Minidicionário: espanhol-português, português-espanhol. São Paulo: FTD, 2007. Blanco, Ramiro Carlos Humberto Caggiano. Gramática de lalenguaespañola: usos, conceptos y ejercicios. São Paulo: Scipione, 2009. Jiménez Garcia, María de los Ángeles. Minidicionário de espanhol 3em 1. São Paulo: Scipione, 2000. SEÑAS: Diccionario para laenseñanza de lalenguaespañola para brasileños. São Paulo: WMF, 2010. GALVÃO, Tatiane de Aguiar Sousa. Apostila. Baturité: IFCE, 2014.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
ARAÚJO, Francisca Margareth Gomes de. Espanhol Aplicado a Produção e Atendimento. Fortaleza: UAB/IFCE, 2010. DIAS, Luzia Schalkoski. Gramática y vocabulario: desde la teoría hacia la práctica en el aula de ELE [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2014. VARGAS SIERRA, Teresa. Espanhol para negócios [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2014. VARGAS SIERRA, Teresa. Espanhol: a prática profissional do idioma . Curitiba: Intersaberes, 2013.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: EMPREENDEDORISMO		
Código:		
Carga Horária Total: 80 h/a	CH Teórica: 40 h/a	CH Prática: 40 h/a
Número de Créditos: 4		
Pré-requisitos: -		
Semestre:	3	
Nível: Superior/tecnológico		
EMENTA		
Conceitos básicos de Empreendedorismo. Características do Empreendedor. Prospecção e identificação de novas oportunidades. Funcionamento e Gerenciamento de um negócio. Plano de negócios. Legislação, normas e regulamentos referentes aos empreendimentos de pequeno e médio porte.		
OBJETIVO		
Objetivo geral Desenvolver a capacidade empreendedora identificando e aproveitando oportunidades para gerenciamento de negócios, estimulando a criatividade e a aprendizagem proativa. Objetivos específicos Proporcionar condições para que o aluno: - Discuta e analise os princípios fundamentais do empreendedorismo; - Reconheça a importância do espírito empreendedor nas relações com o mercado; - Desenvolva habilidades para o reconhecimento e o aproveitamento de oportunidades de negócio próprio ou de atuação empreendedora em organizações de terceiros.		
PROGRAMA		
UNIDADE I - Empreendedorismo - Conceitos básicos - Cultura empreendedora - Papel social do empreendedor - Empreendedorismo social em comunidades indígenas e afrodescendentes. UNIDADE II - Características do Empreendedor - Formação do empreendedor - Motivação empreendedora - Criatividade, Negociação e Tomada de decisões. UNIDADE III - Criação e gestão das empresas. - Ferramentas para a análise de viabilidade: fofa, pesquisa de mercado. - Legislação, normas e regulamentos referentes aos empreendimentos de pequeno e médio porte. UNIDADE IV - Plano de Negócios - Sumário executivo - Plano gerencial - Plano de operações - Plano de marketing - Plano financeiro		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Aulas expositivo-dialogadas; Trabalhos teóricos e práticos; Apresentação de seminários;		

Análise de filmes; Análise e interpretação de textos e artigos; Visita técnica; Aula de campo; Incursões no Campo Empírico.	
AVALIAÇÃO	
. Trabalhos individuais e em equipe . Provas escritas (avaliação diagnóstica individual) . Seminários . Auto avaliação . Produção textual e expressão oral . Participação em fóruns e mediações acadêmicas . Participação em eventos Obs.: Incentivo às práticas interdisciplinares na realização das diversas atividades da disciplina.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BARON, Robert A. Empreendedorismo: uma visão do processo . São Paulo, SP: Cengage Learning, 2014. DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios . 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2012. – CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo - Dando Asas ao Espírito Empreendedor - Editora: Saraiva, 2012.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
DOLABELA, F. O Segredo de Luísa . São Paulo: Cultura Editores, 2008. DORNELAS, Jose Carlos Assis. Planos de negócios que dão certo – uma guia para pequenas empresas . Editora Campos, 2008. HISRIC, Robert D. Empreendedorismo . 7. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2009. BERNARDI, Luiz Antônio. Manual de planos de negócios: fundamentos, processos e estruturação . São Paulo, SP: Atlas, 2011.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: ESTUDO DAS BEBIDAS E COQUETELARIA		
Código:		
Carga Horária Total: 80 h/a	CH Teórica: 40 h/a	CH Prática: 40 h/a
Número de Créditos: 4		
Pré-requisitos: -		
Semestre:	4	
Nível: Superior/tecnológico		
EMENTA		
Noções de vinicultura e vinificação. Vinhos mais importantes produzidos no Brasil e provenientes de outros países. Princípios da análise visual, olfativa e gustativa do vinho. Visão panorâmica da enogastronomia no mundo. Relação entre os vinhos e região de origem. Produção e definição da cerveja e dos principais tipos produzidos no Brasil e no Mundo. Produção e definição dos principais destilados produzidos no Brasil e no Mundo. Produção e definição das principais bebidas não alcoólicas: sucos, bebidas a base de café, infusões quentes e chás, refrigerantes. Técnicas de preparo das principais bebidas quentes. Coquetelaria.		
OBJETIVOS		
• Estudar as bebidas alcoólicas e não alcoólicas de importância na gastronomia através do conhecimento das matérias primas, métodos de produção e definição de acordo com a legislação do Brasil e do Mundo. • Conhecer os principais tipos de vinhos de acordo com a matéria prima e o método de produção bem como de acordo com a origem. • Conhecer os principais tipos de cervejas e destilados do Brasil e do mundo. • Conhecer as bebidas a base de café, as infusões quentes e chás e suas técnicas de preparo. • Conhecer e preparar <i>drinks</i> e coquetéis com diversas bebidas.		
PROGRAMA		
I. Introdução ao estudo das bebidas		
II. Bebidas alcoólicas		
a. Bebidas alcoólicas fermentadas		
• Vinho -A história do vinho, noções de viticultura, principais cepas de uvas utilizadas na produção de vinho, tipos de vinhos, vinificação em branco, em tinto, em rosado, dos espumantes e elaboração de vinhos fortificados. Envelhecimento e engarrafamento dos vinhos. Garrafas e rótulos. Guarda e armazenamento de vinhos. Tipos de adega. Noções de serviço de vinho: temperatura e copos. Decantação. Análise sensorial de vinhos: etapas da degustação, vocabulário e principais defeitos dos vinhos. Principais regiões produtoras de vinhos no Brasil e no Mundo. • Cerveja -Histórico, definição legal, ingredientes (água, malte, lúpulo e adjunto), maltagem, método de fabricação, defeitos, classificação, grandes nações cervejeiras. • Sidra -Histórico, definição e características, método de fabricação, principais defeitos, países produtores. • Saquê - Histórico, definição e características, método de fabricação, países produtores.		
b. Bebidas alcoólicas destiladas		
• Aguardente, <i>Cognac</i>, <i>Brandy</i>, Gin, Rum, Vodka, Whisky, Absinto, Tequila, etc.		
c. Bebidas alcoólicas compostas – infusão		
• <i>Vermouths</i>, Licores, Anisados, <i>Bitters</i>, etc.		
III. Bebidas não alcoólicas		
a. Sucus: histórico, definição legal, composição, valor nutritivo e elaboração.		
b. Café: histórico, composição dos grãos, classificação da bebida.		

Código:

- c. Chá e infusões quentes: definição legal, composição, beneficiamento.
d. Refrigerantes: histórico, definição, composição, ingredientes, método de fabricação.

IV. Coquetelaria

- O bar: caracterização, tipos.
- Os coquetéis: categorias, modalidades, finalidades, grupos, técnicas de coquetelaria.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas com ilustração, aulas práticas, trabalhos em grupos, estudos dirigidos e seminários, visitas técnicas.

AVALIAÇÃO

Aplicação de quatro avaliações escritas sobre os conteúdos teóricos da unidade didática, havendo distribuição destes conteúdos entre as avaliações. Apresentação de seminários pelos discentes sobre temas relacionados ao programa da disciplina. Realização de trabalhos de pesquisa em grupos em sala de aula, em laboratório ou em campo. A avaliação final ocorrerá através de um exame escrito sobre os conteúdos teóricos da unidade curricular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PACHECO, A. O. **Iniciação à enologia**. 4ª ed. São Paulo: Editora Senac, 2006. 177 p.
SANTOS, J. I. **O essencial em cervejas e destilados**. São Paulo: Editora Senac, 2006. 135p.
MARQUES, J. A. **Manual de restaurante e bar**. Rio de Janeiro: Thex, 2002. 194p.
PACHECO, A. de O. **Manual do bar**. 7 ed. São Paulo: editora Senac São Paulo, 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

VENTURINI FILHO, W. G.(coord.).**Bebidas alcoólicas**. Bebidas.v.1.Ciência e tecnologia.São Paulo: Blucher.2010.
VENTURINI FILHO, W. G.(coord.).**Bebidas não alcoólicas**. Bebidas.v.2.Ciência e tecnologia.São Paulo: Blucher.2010.
VENTURINI FILHO, W. G.(coord.). Indústria de **Bebidas. Inovação, gestão e produção**.v.3.Ciência e tecnologia.São Paulo: Blucher.2010.
MORADO, R. **Larousse da cerveja**. São Paulo. Larousse Brasil, 2009.
FURTADO, E. **Copos de bar & mesa: história, serviço, vinhos e coquetéis**. São Paulo: Editora Senac, 2009. 336p.
HAMPSON, T. (organizador). O livro da cerveja.São Paulo: Globo, 2012
JACKSON, M. **Cerveja – guia ilustrado Zahar**.Rio de Janeiro: Jorge Zahar.2009
ALBERT, A. Z. Borbulhas. **Tudo sobre champagne e espumantes**.2 ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo. 2103
JACKSON MICHAEL.**Whisky – o guia mundial definitivo**.São Paulo: editora Senac SP.2010.
CÂMARA, M. **Cachaça – prazer brasileiro**.Rio de Janeiro: Mauá.2004

DISCIPLINA: SERVIÇOS DE A&B

Carga Horária Total: 80 h/a	CH Teórica: 40 h/a	CH Prática: 40 h/a
Número de Créditos: 4		
Pré-requisitos: -		
Semestre:	4	
Nível: Superior/tecnológico		
EMENTA		
Na presente disciplina, discutir-se-á as características básicas do setor de serviços de Alimentos e Bebidas nos meios restaurativos e empreendimentos de alimentação, tendo como foco as necessidades mercadológicas atuais deste segmento para o bom funcionamento dos serviços desempenhados nestes. Os discentes serão apresentados aos conceitos básicos do estudo de serviços, assim como as características tipológicas e funcionais dos estabelecimentos, produtos e ferramentas deste setor, além das competências dos profissionais que o compõem. Abordará ainda as técnicas necessárias aos profissionais de A&B no cotidiano restaurativo, assim como elementos de administração, planejamento e infraestrutura necessária para o correto desempenho destes serviços.		
OBJETIVOS		
• Compreender o contexto do setor serviços de Alimentos e Bebidas no mercado atual. • Entender as estruturas de A&B e os profissionais envolvidos. • Aprender os tipos de estabelecimentos alimentícios e modos de serviços. • Conhecer o funcionamento, planejamento e os procedimentos de serviços alimentares.		
PROGRAMA		
Introdução ao estudo de Serviços de Alimentos e Bebidas. Tipologia e estrutura de estabelecimentos alimentares. Os profissionais de Alimentos e Bebidas: suas habilidades e atribuições. Tipos de serviços e manuseio de instrumental. Planejamento e funcionalidade de serviços em empreendimentos restaurativos.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Aulas expositivo-dialogadas; Exercícios teóricos e práticos; Apresentação de seminários; Práticas de Serviços Alimentares. Recuperação de Aprendizagem através de atendimento pessoal aos alunos.		
AVALIAÇÃO		
. Trabalhos Individuais . Provas Escritas Objetivas e Subjetivas . Seminários . Avaliações Práticas		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
INSTITUTO de Culinária da América. A Arte de servir: um guia para conquistar e manter clientes destinado a funcionários, gerentes e proprietários de restaurantes. São Paulo: Roca, 2004. FONSECA, Marcelo Traldi. Tecnologias gerenciais de restaurantes. São Paulo: SENAC, 2010. FREUND, F. Tommy. Alimentos e Bebidas: uma visão gerencial . São Paulo: Editora Senac, 2005, 208p MEZOMO, Iracema de Barros. Os Serviços de Alimentação: planejamento e administração . 5ª ed. São Paulo: Manole, 2002, 413p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
VENTURI, James Luiz. Gerenciamento de bares e restaurantes . Porto Alegre: Bookman, 2010, 185p.		

PACHECO, Aristides de Oliveira. **Manual de Serviço do Garçom**. São Paulo: Editora Senac, 2007, 112p.

KNIGHT, JHON B.; KOTSCHEVAR, LENDAL H. **Gestão, Planejamento e Operação de Restaurantes**. São Paulo: ROCA, 2005, 504p.

DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO ORAL EM INGLÊS III

Código: HOTE.023

Carga Horária: 40

Número de Créditos: 2

Código pré-requisito: HOTE.015

Semestre: 4

Nível: Superior / Tecnológico

EMENTA

Possibilitar ao aluno de Hotelaria um contato com a Língua Inglesa, com as funções e vocabulário próprio da área de Hotelaria e Hospedagem e apresentar noções sobre os aspectos culturais dos países cujo idioma é o Inglês.

OBJETIVOS

Geral:

Desenvolver a competência comunicacional do aluno, abrangendo as habilidades da fala, escrita, leitura e compreensão oral, voltadas a linguagem de Hotelaria e Hospedagem.

Específicos:

1. Capacitar o aluno a ouvir, compreender e comunicar-se oralmente, diferenciando o uso da língua formal e informal, de acordo com a situação ou conteúdo ao qual for exposto, no seu campo de trabalho.
 2. Treinar a escrita, fazendo uso correto das estruturas gramaticais, observando as diferenças de estilo, segundo o destino da mensagem.
 3. Preparar o aluno para a leitura e compreensão de artigos, textos e obras simplificadas, que venham ao encontro das estruturas e contextos desenvolvidos durante as aulas.
- Situar o aluno junto a cultura dos diferentes povos falantes da Língua Inglesa, fazendo-o compreender as diferenças do uso da língua, segundo as características dos povos e países.
4. Através de exercícios de motivação a participação em sala de aula, eliminar as barreiras e bloqueios de comunicação, estimulando o aluno ao gosto e pelo estudo da língua inglesa e despertar o aluno para a sua importância no seu mercado de trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Maintenance Service:
 - Electrical maintenance problems;
 - Plumbing maintenance problems;
 - Repairing something;
 - Problem solving;
 - Talking to the guest;
- Security Services:
 - Solving a problem with the keycard;
 - Solving a problem with the safe;
 - Giving safety advice to the guest;
 - Places in the neighborhood;
 - Directions;
 - Saying where something is.

METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas e interativas, slides, trabalho em grupo e em classe, leitura de textos diversos, música. Uso da dramatização, ou participação do aluno em simulações de situações de Hotelaria e estudo de textos técnicos.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação consistirá em um processo contínuo, feita por meio de atividades e avaliação, em grupos ou individuais, além de uma auto-avaliação do discente, consistindo em: • Notas de participação • Notas por pesquisas e apresentações em seminários individuais ou em grupos • Tarefas em classe e de casa • Provas escritas	
REFERÊNCIA BÁSICA	
MUNHOZ, Rosângela. Inglês Instrumental - Estratégias de Leitura Módulo II. São Paulo: TEXTONOVO/CEETEPS, 2001.	
MURPHY, Raymond. English Grammar in Use. 3 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. Dicionário Escolar Inglês – Português/ Português – inglês. 2 ed. Pearson Education 2009.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
AGUIAR, Cícera Cavalcante; FREIRE, Maria Socorro Gomes; ROCHA, Regina Lúcia Nepomuceno. Inglês Instrumental. 3 ed. Local: Livro Técnico, 2001.	
OLIVEIRA, Ricardo Coelho de. Inglês Aplicado a Produção e Atendimento . Fortaleza: UAB/IFCE, 2010.	
THOMSOM, A J; MARTINET, A V A. Practical English Grammar. 4 ed. Londres: Oxford University Press: 1986.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	
Código:	HOTE.
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	HOTE.017
Semestre:	4
Nível:	SUPERIOR / TECNOLÓGICO
EMENTA	
Escolha do tema, de uma justificativa e dos objetivos do trabalho científico em Hotelaria (prática ou	

teórica). Revisão bibliográfica para a fundamentação teórica. Escolha da metodologia. Elaboração orientada de um projeto de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na área relacionada à ênfase do curso escolhida pelo aluno.
OBJETIVOS
Planejar e discutir o projeto de pesquisa para a elaboração do TCC. Escolher o tema, definir os objetivos e realizar a pesquisa bibliográfica básica. Desenvolver o projeto de pesquisa Estabelecer uma relação cooperativa com o orientador. Trabalhar em respeito às orientações éticas de pesquisa e às normas de elaboração, citação e referências de trabalhos científicos utilizadas no curso.
PROGRAMA
UNIDADE I – Introdução ao trabalho de conclusão de curso (TCC) • Importância e etapas de execução do TCC.
UNIDADE II–Levantamento bibliográfico • Uso de base de dados digitais.
UNIDADE V – Elaboração de TCC • Tipos de TCCs; • Orientações sobre a elaboração do manuscrito. • Normas da ABNT
UNIDADE VI – Apresentação do TCC • Apresentação oral dos manuscritos. • Apresentação oral dos manuscritos para a banca examinadora.
METODOLOGIA
Aulas expositivas dialogadas, encontros individuais de orientação sobre a construção do TCC, apresentação do trabalho final.
REFERÊNCIA BÁSICA
Gil, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social . São Paulo: Atlas, 2012. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica . São Paulo: Atlas, 2010. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho Científico . São Paulo: Cortez, [s.d]. RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica . 38.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR
BÊRNI, Duilio de Ávila; FERNANDEZ, Brena Paula Magno (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa: modelando as ciências empresariais . São Paulo: Saraiva, 2012. FRAGOSO, Suely; Raquel Recuero; Adriana Amaral. Métodos de pesquisa para internet . Porto Alegre: Sulina, 2012. Martins, Gilberto de Andrade. Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas . São Paulo: Atlas, 2009. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA. Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da UFC . Fortaleza: UFC, 2013. Disponível em: http://www.biblioteca.ufc.br/images/stories/arquivos/bibliotecauniversitaria/guia_normalizacao_ufc_2012.pdf

Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: GESTÃO AMBIENTAL NOS MEIOS DE HOSPEDAGEM	
Código:	HOTE.014
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	---
Semestre:	5
Nível:	Superior/Tecnológico
EMENTA	
A disciplina consiste em proporcionar ao profissional em formação que este compreenda a relação existente entre a questão ambiental e a Hospedagem, com vistas à identificação dos aspectos e impactos ambientais proporcionados por esta atividade; além do entendimento sobre a implementação de estratégias para minorar as ações que causam impactos negativos, a exemplo do desperdício de energia e água, bem como do consumo dos demais recursos naturais. Tal compreensão proporcionará empiricamente a adequação dos negócios aos novos valores do mercado mundial, passando de uma mera atitude reativa para uma atitude criativa e responsável, ou seja, proativa, tendo em vista atender aos anseios dos clientes e às imposições legais.	
OBJETIVOS	
- Indicar diretrizes para o exercício da Gestão Ambiental na área de atuação do profissional; - Situar a relação entre turismo e meio ambiente; - Entender a relação entre os princípios éticos e o conceito de responsabilidade social, e o escopo de abrangência das práticas da RSE; - Conhecer as ferramentas de gestão para o diagnóstico, o planejamento, a implementação e comunicação com os públicos de interesse; - Conhecer os Instrumentos de Gestão Ambiental (Esfera pública e Espera privada); - Entender a constituição de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) nos Meios de Hospedagem e o seu papel social; -conhecer os Sistemas de Gestão Ambiental em Meios de Hospedagem (Hospedes da Natureza, P+L, Ecologia Accor e ISO 14000).	
PROGRAMA	
- Apresentação da Disciplina 1. Introdução à Gestão Ambiental: Meio Ambiente em Questão 2. FILME: O PESO DE UMA NAÇÃO – HBO - <i>Escolhas</i> * RESENHA DO FILME 3. Meio Ambiente: Discussão Teórica Conceitual 4. O Turismo e a Questão Ambiental 5. Sustentabilidade 6. Apropriação dos Recursos Naturais 3.1 Água 3.2 Energia 3.3 Resíduos Sólidos 3.4 Alimentos 3.5 Consumo Sustentável 7. Acidentes e Incidentes Ambientais – despertar do debate 8. Histórico da Questão Ambiental	

9. Aspectos e Impactos dos Meios de Hospedagem no Meio Ambiente 10. Gestão Ambiental: conceitos e considerações sobre ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável 11. Gestão – Gerenciamento – Planejamento Ambiental 12. Diferenciação entre Gestão Ambiental Pública e Privada Esferas e Abrangências 10. Gestão ambiental – Pública (Bases Teóricas) 11. A gestão ambiental Privada e as normas da Série ISO 14000 *AVALIAÇÃO DO CONTEÚDO (PROVA) 13. Sistemas de Gestão Ambiental em Meios de Hospedagem (Aplicação e Análise de Casos) 13.1. Hóspedes da Natureza 13.2 Sistema Ambiental de Produção Mais Limpa (P+L) 13.3 Sistema Ambiental Autônomo- Projeto Ecologia ACCOR 13.4 ISO 14000 * SEMINÁRIO 14. Turismo Sustentável; Ecoturismo; Turismo de Aventura; Turismo Rural *ARTIGO
METODOLOGIA DE ENSINO
• Aulas expositivas sobre os temas; • Produção de notas de aulas com exercícios; • Estudo Dirigido.
AVALIAÇÃO
• Resenha; • Prova; • Seminário; • Artigo.
REFERÊNCIA BÁSICA
DIAS, Genebaldo Freire. Educação e Gestão Ambiental. SP: Gaia, 2006. DIAS, Reinaldo. Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011. GONÇALVES, L.C. Gestão Ambiental em Meios de Hospedagem. São Paulo: Aleph, 2004. PORTO-GONÇALVES, C.W. O desafio ambiental. 2.ed. RJ: Record, 2011. SEIFFERT, M^a. E. B. Gestão Ambiental: Instrumentos, Esferas de Ação e Educação Ambiental. São Paulo: Atlas, 2011.
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR
BARBIERI, J. Carlo. Gestão Ambiental empresarial: conceito, modelos e instrumentos. 2 ed. SP: Saraiva, 2009. BASTOS, F.de H. Serra de Baturité: uma visão integrada das questões ambientais. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011. JUNIOR, A.V.; DEMAROVIC, J. Modelos e Ferramentas de Gestão Ambiental: Desafios e Perspectivas para as organizações. 3 ed. SP: SENAC, 2013. PETRINI, Carlo. Slow Food. SP: SENAC, 2009.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**.3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

POLLAN, Michael. **O Dilema do Onívoro**: uma história natural de quatro refeições. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: ENOLOGIA

Código: HOTE.027

Carga Horária: 80

Número de Créditos: 4

Código pré-requisito:, HOTE.006, HOTE.010

Semestre:	5
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
Conceitos básicos de enologia. Histórico do vinho, componentes da uva e da videira, principais castas. Viticultura e vinificação. Vinhos mais importantes produzidos no Brasil e provenientes de outros países. Relação entre os vinhos e região de origem. Classificação dos vinhos, envelhecimento, engarrafamento e armazenamento. Princípios da análise visual, olfativa e gustativa do vinho. Técnicas de degustação. O serviço do vinho. Noções de harmonização de vinhos e comida.	
OBJETIVOS	
• Estudar a uva e a videira através do conhecimento básico de viticultura e das principais castas de uvas viníferas. • Conhecer os principais tipos de vinhos de acordo com a matéria prima e o método de produção. • Conhecer as principais regiões produtoras de vinhos no Brasil e no Mundo e os tipos de vinhos característicos de cada região. • Aprender sobre envelhecimento, armazenamento e guarda de vinhos, além dos fatores relevantes do serviço. • Conhecer princípios de análise sensorial de vinhos e da sua harmonização com comidas.	
PROGRAMA	
I. Introdução à enologia e histórico do vinho II. Tópicos de vitivinicultura -Fatores de qualidade na viticultura: terreno, tipo de plantio, meteorologia, práticas agrícolas, <i>terroir</i>; -Composição do cacho de uva, a vindima e sua preparação, acompanhamento da maturação; -Principais cepas de uvas utilizadas na produção de vinhos -Principais regiões produtoras de vinhos no Brasil e no Mundo. III. Classificação de vinhos e vinificação -Tipos de vinhos, vinificação em branco, em tinto, em rosado, dos espumantes e elaboração de vinhos fortificados. -Envelhecimento e engarrafamento dos vinhos. -Garrafas e rótulos. Guarda e armazenamento de vinhos. IV. Análise sensorial de vinhos -Análise sensorial de vinhos: características visuais, olfativas e gustativas dos vinhos, técnicas de avaliação e principais defeitos dos vinhos. V. O serviço de vinhos -Temperatura de serviço, abertura de garrafa de vinho tranquilo e espumante, decantação e serviço. -Tipos de copos, abridores e outros utensílios de serviço. VI. Enogastronomia -Princípios de harmonização de vinhos e comida	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas com ilustração, aulas práticas de degustação, trabalhos em grupos, estudos dirigidos e seminários, visitas técnicas.	
AVALIAÇÃO	
Aplicação de quatro avaliações escritas sobre os conteúdos teóricos da unidade didática, havendo distribuição destes conteúdos entre as avaliações. Apresentação de seminários pelos discentes sobre temas relacionados ao programa da disciplina. Realização de trabalhos de pesquisa em grupos em sala de aula, em laboratório ou em	

campo. A avaliação final ocorrerá através de um exame escrito sobre os conteúdos teóricos da unidade curricular.	
REFERÊNCIABÁSICA	
PACHECO, Aristides de Oliveira.Iniciação à enologia. 5.ed. São Paulo: SENAC/SP, 2008. NOVAKOSKI, D.; FREIRE, R.Enogastronomia: a arte de harmonizar cardápios e vinhos. Rio de Janeiro: SENAC, 2007. SANTOS, J. I.; SANTANA, J. M. Comida e vinho: Harmonização essencial. 2.ed. São Paulo: SENAC/SP, 2008.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
MARQUES, J. A. Manual de restaurante e bar. 1ª ed. Rio de Janeiro: Thex, 2002. 194p. FURTADO, E.Copos de bar & mesa: história, serviço, vinhos e coquetéis. São Paulo: SENAC/SP, 2009. 336p.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: MARKETING TURÍSTICO	
Código:	HOTE.028
Carga Horária:	40 horas
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	HOTE.002
Semestre:	1
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
Conceituar, interpretar e aplicar na realidade Hoteleira, os conceitos e definições de Marketing Turístico, suas	

ferramentas especialmente o mix de marketing, e a importância da segmentação do mercado turístico.
OBJETIVOS
GERAL: Promover no aluno a capacidade de relacionar os conceitos de Marketing com a atividade turística, compreendendo o marketing como elemento estratégico. ESPECÍFICOS: Fazer com que o discente: Identifique a aplicabilidade da gestão em marketing turístico; Utilize as principais estratégias de marketing; Elaborar e avaliar planos de marketing de localidades e empresas turísticas.
PROGRAMA
Unidade I 1. Introdução ao Marketing. Conceituação. 2. Diferença do Marketing de produto e Marketing de serviços 3. Ambiente do Marketing Turístico: Macro e Micro 4. O Mercado Turístico Unidade II 5. O Comportamento do consumidor-turista 6. Segmentação do mercado turístico 7. O posicionamento no mercado Unidade III 8. Composto de Marketing aplicado ao turismo (4ps) 9. O produto turístico 10. O preço dos produtos turísticos 11. A distribuição de produtos turísticos 12. A comunicação turística
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas expositivo-dialogadas; Exercícios teóricos e práticos; Estudo de casos: Análise e interpretação de textos e artigos; Apresentação de seminários;
AValiação
.Provas Escritas (Avaliação Diagnóstica Individual) .Trabalhos individuais e em grupo . Apresentação de Seminários . Participação em sala de aula e resolução das atividades propostas
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
DIAS, Reinaldo; CASSAR, Maurício. Fundamentos do marketing turístico. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing de serviços.5.ed. São Paulo: Atlas, 2010. LAS Casas, Alexandre Luzzi. Administração de marketing: Conceitos, Planejamento e Aplicações à Realidade Brasileira. São Paulo: Atlas, 2011. KOTLER, Philip. Administração de Marketing. 14.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
KOTLER, Philip; Armstrong, Gary. Princípios de Marketing . 12.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

ROMITO, Fátima Guardani. Gestão de marketing em hotelaria . São Paulo: Atlas, 2006.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: Planejamento e Organização de Eventos	
Código:	HOTE.029
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	--
Semestre:	2
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
Evolução, Conceito, Tipologia e classificação de Eventos; A Viabilidade de Projetos de Eventos; O Planejar e organizar nas etapas de Pré-evento, Evento e Pós – Evento; <i>Checklist</i> ; Mercado de Eventos e a Hotelaria.	
OBJETIVOS	
1. Contextualizar historicamente a evolução dos Eventos 2. Conceituar Eventos 3. Conhecer os diversos tipos de eventos, suas características ou classificação 4. Realizar a viabilidade e conhecer as etapas de Projeto de Eventos 5. Compreender o processo de Planejamento e da Organização de Eventos 6. Analisar o Mercado de Eventos 7. Identificar o Setor de Eventos nos Meios de Hospedagem 8. Construir e aplicar <i>checklist</i> 9. Desenvolver a comunicação oral e escrita e a corresponsabilidade em ações e tarefas 10. Valorizar a convivência, integração e trabalho em equipe.	
PROGRAMA	
• Contextualização histórica da evolução dos eventos • Conceitos e importância • Classificação e Tipologias • Planejamento do evento e seus quatro elementos: ➤ Decisão política, ➤ Objetivos, ➤ Público alvo ➤ Estratégias • Organização de Eventos em suas etapas ➤ Pré-Evento ➤ Evento ➤ Pós – Evento • Análise de Viabilidade de Eventos	

• Projeto de Eventos • <i>Checklist</i> (roteiro para operacionalizar o evento): ➢ Atividades gerais ➢ Recursos físicos ➢ Recursos materiais ➢ Recursos humanos ➢ Cerimonial ➢ Local para alimentação Pós – Evento • Mercado de Eventos e a Hotelaria
METODOLOGIA DE ENSINO
O conteúdo será exposto buscando estabelecer uma compreensão do conteúdo teórico mediante questionamentos, exemplificações, pesquisa e realização de pequeno evento por parte dos estudantes sob a orientação e supervisão nas atividades práticas. As aulas serão realizadas de forma expositiva, argumentativa e construtivista. Também contará com exibição de vídeos, debates e estudo de caso para discussão em sala de aula.
AVALIAÇÃO
Na avaliação da aprendizagem serão considerados: • <i>Critérios qualitativos:</i> Avaliação segundo comportamento, assiduidade e participação dos estudantes. • <i>Critérios quantitativos relacionados às atividades de avaliações somativas, escrita e trabalho.</i> N1 NP1 – Paper (pequeno artigo, de 15 a 20 páginas) e apresentação oral de sua análise (10 pontos). N1 NP2 — Pesquisa de Campo, com entrega de relatório e apresentação em seminário - diagnosticar os eventos locais e suas caracterizações. (10 pontos) N2 NP1 – criar um blog com interface de textos, gráficos, ilustrações e imagens sobre os eventos de Baturité e demais informações que sejam julgadas de interesse social (10 pontos) N2 NP2 – avaliação escrita individual, de toda a matéria. (10 pontos) OBS: Planejamento, Organização e Execução de Evento de pequeno porte no Instituto
REFERÊNCIAS BÁSICAS
IFCE Campus Baturité. Organização de eventos. Fortaleza: IFCE, [s.d]. ZANELLA, Luiz Carlos. Manual de Organização de eventos: planejamento e operacionalização. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2012. CESCA, Cleuza G. Gimenes. Organização de eventos: manual para planejamento e execução. 11.ed. São Paulo: SUMMUS, 2008.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
CAMPOS, Luiz Claudio de Menescal [et al]. Eventos: oportunidades de novos negócios. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2000. CASTELLI, Geraldo. Administração hoteleira. 9.ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2003 DIAS, Reinaldo; PIMENTA, Maria Alzira(Orgs.). Gestão de hotelaria e turismo. São Paulo: Pearson prendesse Hall, 2005. ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. Turismo. Como aprender, como ensinar 2.4.ed. São Paulo: Senac, 2000. IGARRA,Luiz Renato. Fundamentos do Turismo. 3.ed. São Paulo: Thomson, 2003.

Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: CONTROLE E GESTÃO DE A& B	
Código:	HOTE.030
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	HOTE.002, HOTE.003, HOTE.004, HOTE.012
Semestre:	4
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
Integração da área de produção e atendimento de alimentos e bebidas, efetuando medições e controles acerca do seu desempenho financeiro e administrativo, conhecendo e articulando o estoque e controladoria em alimentos e bebidas, bem como utilizar as táticas financeiro-administrativas de engenharia de cardápio.	
OBJETIVO	
Conhecer as diversas franquias na área de A&B existentes no mercado. Conceber o processo de compras, transporte, recebimento e armazenagem; Organizar estoques. Interpretar a receita e despesa do restaurante. Avaliar o desempenho do setor de A&B e ou do restaurante. Elaborar fichas técnicas Organizar cadápios Motivar, liderar e harmonizar as brigadas de serviços; Analisar relatórios Administrar e Organizar um restaurante	
PROGRAMA	
Franquia Informações sobre franchising em estabelecimentos de A&B; Ponto de vista do franqueado e do franqueador; Franquias de marcas e produtos. Royalties, taxa de franquia e propaganda. Controladoria Requisição e estratégia de compras, comandas, controle de mercadorias, ficha Kardex; Inventário; Controle da produção (tamanho padrão e rendimento das receitas); recebimento, estocagem. Administração estratégica de restaurantes Diferenciais p/ sobressair à concorrência; Custo da Mercadoria Vendida; Média de Couverts; Giro de Estoque Engenharia de cardápio; Mix de Vendas; Mapa de Vendas; Ficha Técnica. Cardápios O mercado, a concorrência, público alvo, fornecedores, localização, tipos de cardápios, tipos de menus.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Exposição dialogada com apoio de recursos audiovisuais; Estudo de casos; Trabalhos individuais e de grupo com acompanhamento.	
AValiação	
As avaliações, parcial e final, basear-se-ão em trabalhos individuais, de grupo e provas escritas, além da	

participação individual dos alunos em sala de aula através de exercícios e trabalhos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
VENTURI, James Luiz. Gerenciamento de bares e restaurantes. Porto Alegre (RS): Bookman, 2010. Knight, John Barton. Gestão, planejamento e operação de restaurantes. São Paulo: Roca, 2005. FONSECA, Marcelo Traldi. Tecnologias Gerenciais de Restaurantes. 5.ed. São Paulo: SENAC, 2010.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
PACHECO, Aristides de Oliveira. Manual de organização de banquetes. 5.ed. São Paulo: Senac SP, 1999. SENAC. Bares e restaurantes: gestão de pequenos negócios. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2008.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: ESTUDO DA VIABILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS	
Código:	HOTE.031
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	HOTE.002, HOTE.014
Semestre:	4
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
O estudo de viabilidade de projetos permite uma visão holística dos fatores que interferem na decisão da tomada de decisão de investir no setor. Conceitos de planejamento; princípios dos objetivos pautados em planejamento; tipos de recursos; viabilidade hoteleira e definição de tipos de projetos; etapas do projeto de viabilidade; Planejamento Estratégico e ações de planejamento de análise FOFA (Fortalezas, Oportunidades, fraquezas e Ameaças); análise macroambiente e microambiente; objetivos do estudo de viabilidade; características gerais do mercado; Metodologia de coleta de dados; o papel da decisão de investir e o diagnóstico de mercado; o ciclo decisório; Concepção do empreendimento hoteleiro: comprando ou construindo; Estruturação do plano de negócio - projeto final hoteleiro.	
OBJETIVOS	
Conhecer os termos técnicos do planejamento e aplicações;	

Identificar tipos de projetos hoteleiros;
 Conceitos do estudo de viabilidade de projetos hoteleiros;
 Conhecer o Planejamento Estratégico e as etapas da análise FOFA;
 Compreender a análise macroambiente e microambiente;
 Entender as características gerais de mercado;
 Conhecer processos metodológicos de coleta de dados;
 Analisar a viabilidade de projetos hoteleiros;
 Compreender a o processo decisório a partir do diagnóstico obtido;
 Decidir a concepção do empreendimento: construir ou comprar;
 Processos de concepção;
 Conhecer estrutura de plano de negócio - projeto final hoteleiro.

PROGRAMA

- O processo de planejamento
- Conceitos e princípios de planejamento
- O projeto no processo de planejamento
- Tipos de projeto: Projeto de Viabilidade e Projeto Final
- Etapas de um projeto: análise macroambiente e microambiente
- Análise macroambiente: *ambiente geral, operacional e interno*;
- Ambiente geral: *econômico, social, político e tecnológico*;
- Ambiente operacional: *cliente, concorrência, mão-de-obra, fornecedor e internacional*;
- Análise microambiente - Ambiente interno
- Objetivos do estudo de viabilidade
- Planejamento Estratégico e ações de planejamento de análise FOFA: ambiente externo (*Ameaças e Oportunidades*) e ambiente interno (*Fortalezas e fraquezas*)
- As características gerais do mercado: *Análise do Local, Análise da Demanda e Pesquisa da Oferta*
- Análise do Local: *localização, história, quadro natural, população, saúde, educação, economia, política, mão de obra, abastecimento, transporte e segurança pública*
- Análise da Demanda: *Identificar o perfil da demanda e sua projeção*
- Pesquisa da Oferta: *Verificar a infraestrutura de apoio e a existência de atrativos turísticos; Analisar a oferta existente e perspectivas de mercado*
- Métodos de coleta de dados
- Processo decisório e diagnóstico de mercado
- O ciclo decisório: *Informação (Decisão, Implantação da Decisão, Avaliação e Mudança recomendada)*
- Concepção do empreendimento hoteleiro (comprando ou construindo): *Definição do nível [simples, econômico, turístico, superior ou luxo]; Classificação hoteleira; Proposta do hotel: Características Físicas; Entretenimento; Preço Médio; perfil da demanda escolhida; Objetivos e Aspectos Operacionais*
- Etapas da concepção: *terreno, franquia, projeto arquitetônico, capital de giro ou financiamento, processo de construção, mobiliar e decorar e organização de pré-estreia ou lançamento*
- Estrutura do plano de negócio e projeto final hoteleiro

METODOLOGIA DE ENSINO

As aulas serão realizadas de forma expositiva, argumentativa e construtivista. Contará com leituras dirigidas, exibição de vídeos e debates; exercícios teóricos e práticos e estudos de caso para discussão em sala. Contará ainda com palestra de representante do Sebrae sobre montagem de projetos e mercado turístico no Maciço.

AVALIAÇÃO

Contará com pesquisa de campo com apresentação em seminário, elaboração de projeto de viabilidade de empreendimento hoteleiro e projeto final – plano de negócio (modelo Sebrae) e avaliação escrita. A participação do discente será primordial para a composição da nota final.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

DORNELAS, José Carlos Assis [et. Al.]. **Planos de negócios que dão certo: um guia para pequenas empresas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

PAGE, Stephen. **Turismo e empreendedorismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

PETROCCHI, Mário. **Hotelaria: planejamento e gestão**. 2.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

SEBRAE Nacional. Aprender a empreender: pousadas e hotéis . Rio de Janeiro: SEBRAE/Futura, [s.d.].	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	
CASTELLI, Geraldo. Administração hoteleira . 9.ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2003.	
DIAS, Reinaldo; PIMENTA, Maria Alzira. Gestão de Hotelaria e Turismo . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.	
ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. Turismo. Como aprender, como ensinar 2.4.ed. São Paulo: SENAC, 2000.	
CHON, Kye-Sung. Hospitalidade: conceitos e aplicações . São Paulo: Pioneira Thomson, 2003.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: Gestão da Qualidade nos Meios de Hospedagem	
Código:	HOTE.032
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	--
Semestre:	4
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
Conceituar e compreender os seguintes assuntos: Conceito de qualidade; Histórico da evolução da qualidade; Qualidade em serviços; A qualidade voltada para o cliente e o Lado humano da qualidade; Gurus da Qualidade; Gestão da Qualidade Total (GQT); Principais processos de uma empresa; Ferramentas básicas na Gestão da qualidade. Certificação de qualidade ISO 9000 e selo de qualidade SEBRAE.	
OBJETIVOS	
OBJETIVOS GERAIS: A disciplina Gestão da Qualidade Total visa proporcionar uma aquisição de conhecimento básico, aliado às necessidades do mercado de trabalho da Hotelaria. A disciplina também tem por objetivo fornecer ao acadêmico uma visão ampla da importância do gerenciamento da qualidade no desenvolvimento de serviços ou de produtos.	
PROGRAMA	
1. Significado e abrangência da qualidade: Introdução a História, Conceitos e Fundamentos de Qualidade 2. Dimensões da qualidade 3. O ciclo PDCA de controle de Processo 4. Gurus da Qualidade 5. A Qualidade voltada para o cliente e o Lado humano da qualidade; Momentos da verdade 6. Implantando um programa de qualidade: etapas e Ferramentas básicas da Gestão da	

qualidade 7. Metodologia para solução de problemas e tratamento de reclamações 8. Certificação de qualidade ISO 9000 e selo de qualidade SEBRAE.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivo-dialogadas; utilização de metodologias ativas de aprendizagem com uso de TICs realizando oficinas de Learning Café, Brainwriting para discussão de estudos de casos, artigos científicos e soluções de problemas, e utilização da metodologia Pear struction para discussão e aprendizagem aos pares através da plataforma de questionários-quiz do Google forms. Apresentação de seminários; Observação de vídeos; Estímulo a pesquisa de campo; Elaboração de questionários e aplicação	
AVALIAÇÃO	
Avaliação: - Tipo prova na forma individual e sem consulta. Trabalhos individuais e de grupo: - Exercícios em sala de aula - Estudos de caso realizadas em sala de aula. - Relatório de visita técnica, palestra ou evento. - seminários - Elaboração de questionários e aplicação	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
CARVALHO, M.M; PALADINI, EDSON P. [et al.]. Gestão da Qualidade: teorias e casos. Rio de janeiro: Elsevier, 2012. LAS CASAS, Alexandre Luzzi. QUALIDADE TOTAL EM SERVICOS: Conceitos, Exercícios, Casos práticos. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008. VIEIRA, ELEANARA VIEIRA DE. Qualidade em serviços hoteleiros: a satisfação do cliente é função de todos. Caxias do Sul (RS): EDUCS, 2004.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
SANTOS, Rejane. ISO 9000 na Hotelaria: o primeiro passo para atingir a excelência. Riod de Janeiro: Qualitymark, 2004. Mello, Carlos Henrique Pereira. Gestão da Qualidade. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO ORAL EM ESPANHOL III	
Código:	HOTE.034

Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito: -	HOTE.024
Semestre:	4
Nível:	SUPERIOR / TECNOLÓGICO
EMENTA	
Compreensão e produção escrita e oral em nível básico/intermediário de língua espanhola com ênfase na área da hotelaria.	
OBJETIVOS	
Geral: Compreender e produzir textos escritos e orais em nível básico para a atuação na área de turismo e hotelaria. Específicos: - Desenvolver habilidades discursivas intermediárias em língua espanhola. - Desenvolver a compreensão leitora. - - Desenvolver as quatro habilidades (falar, escutar, ler, ouvir) a nível básico para atuação na área do turismo e hotelaria.	
PROGRAMA	
• Revisão do vocabulário básico • Vocabulário. • Revisão da Gramática do semestre anterior. • El turismo • Los medios de hospedaje • Forma internacional de deletrear • Los servicios en el aeropuerto • Como reaccionar a situaciones en el aeropuerto • Compreensão e produção de textos escritos e orais de situações de trabalho.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aula expositivo-dialogada, leitura de textos, dinâmicas, vídeos e músicas.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação será feita através de avaliações, trabalhos e participação em classe, além da apresentação de seminários.	
REFERÊNCIA BÁSICA	
Ballester-Alvarez, Maria Esmeraldo. Minidicionário: espanhol-português, português-espanhol. São Paulo: FTD, 2007. Blanco, Ramiro Carlos Humberto Caggiano. Gramática de lalenguapañola: usos, conceptos y ejercicios. São Paulo: Scipione, 2009. Jiménez Garcia, María de losÁngeles. Minidicionário de espanhol 3em 1. São Paulo: Scipione, 2000.	

SEÑAS: Diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños . São Paulo: WMF, 2010.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
ARAÚJO, Francisca Margareth Gomes de. Espanhol aplicado à comercialização . Fortaleza: UAB/IFCE, 2011.	
DIAS, Luzia Schalkoski. Gramática y vocabulario : desde la teoría hacia la práctica en el aula de ELE [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2014.	
VARGAS SIERRA, Teresa. Espanhol para negócios [livro eletrônico] . Curitiba: Intersaberes, 2014.	
VARGAS SIERRA, Teresa. Espanhol: a prática profissional do idioma . Curitiba: Intersaberes, 2013.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO ORAL EM INGLÊS IV	
Código:	HOTE.033
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	HOTE.023
Semestre:	5
Nível:	SUPERIOR / TECNOLÓGICO
EMENTA	
Possibilitar ao aluno de Hotelaria um contato com a Língua Inglesa, com as funções e vocabulário próprio da área de Hotelaria e Hospedagem e apresentar noções sobre os aspectos culturais dos países cujo idioma é o Inglês.	
OBJETIVOS	
Geral: Desenvolver a competência comunicacional do aluno, abrangendo as habilidades da fala, escrita, leitura e compreensão oral, voltadas a linguagem de Hotelaria e Hospedagem.	
Específicos: 1. Capacitar o aluno a ouvir, compreender e comunicar-se oralmente, diferenciando o uso da língua formal e informal, de acordo com a situação ou conteúdo ao qual for exposto, no seu campo de trabalho. 2. Treinar a escrita, fazendo uso correto das estruturas gramaticais, observando as diferenças de estilo, segundo o destino da mensagem. 3. Preparar o aluno para a leitura e compreensão de artigos, textos e obras simplificadas, que venham ao encontro das estruturas e contextos desenvolvidos durante as aulas.	

Situar o aluno junto a cultura dos diferentes povos falantes da Língua Inglesa, fazendo-o compreender as diferenças do uso da língua, segundo as características dos povos e países.

4. Através de exercícios de motivação a participação em sala de aula, eliminar as barreiras e bloqueios de comunicação, estimulando o aluno ao gosto e pelo estudo da língua inglesa e despertar o aluno para a sua importância no seu mercado de trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Problem Solving:
 - The guest is requesting an item;
 - The guest is requesting a service;
 - Lost and found;
 - Giving direction to operate equipment;
 - The guest needs help;
- General Information:
 - Informing about items in the room;
 - Informing about services;
 - Informing about places;
 - Informing about opening times in the hotel;
 - Informing about transfer services;
 - Informing about places in the city.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas, slides, trabalho em grupo e em classe, leitura de textos diversos, música. Uso da dramatização, ou participação do aluno em simulações de situações de Hotelaria e estudo de textos técnicos.

AVALIAÇÃO

A avaliação consistirá em um processo contínuo, feita por meio de atividades e avaliação, em grupos ou individuais, além de uma auto-avaliação do discente, consistindo em:

- Notas de participação
- Notas por pesquisas e apresentações em seminários individuais ou em grupos
- Tarefas em classe e de casa
- Provas escritas

REFERÊNCIA BÁSICA

MUNHOZ, Rosângela. Inglês Instrumental - Estratégias de Leitura Módulo I. São Paulo: TEXTONOV/CEETEPS, 2000.

MURPHY, Raymond. English Grammar in Use. 3 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. Dicionário Escolar Inglês – Português/ Português – inglês. 2 ed. Pearson Education 2009.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

AGUIAR, Cícera Cavalcante; FREIRE, Maria Socorro Gomes; ROCHA, Regina Lúcia Nepomuceno. Inglês Instrumental. 3 ed. Local: Livro Técnico, 2001.

OLIVEIRA, Ricardo Coelho de. **Inglês aplicado à gestão**. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012.

THOMSON, A J; MARTINET, A V A. Practical English Grammar. 4 ed. Londres: Oxford University Press: 1986.

Coordenador do Curso 	Setor Pedagógico

DISCIPLINA: PROJETO SOCIAL	
Código:	HOTE.035
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	--
Semestre:	5
Nível:	SUPERIOR / TECNOLÓGICO
EMENTA	
Sociedade e Cidadania. Políticas Sociais e Políticas Assistenciais. Sociedade, desenvolvimento econômico e o desafio da sustentabilidade. Organizações da Sociedade Civil: O terceiro Setor. Exemplos de práticas de intervenção social junto a comunidades. Elaboração de Projetos de Intervenção Social.	
OBJETIVOS	
- Compreender a importância da cidadania para a construção da vida em sociedade. - Diferenciar Políticas Sociais e Políticas Assistenciais. - Compreender a importância da relação desenvolvimento econômico e o desafio da sustentabilidade para a sociedade em que estamos inseridos. - Conhecer aspectos relevantes das Organizações da Sociedade Civil (Terceiro Setor). - Conhecer exemplos de práticas de intervenção social junto a comunidades. - Conhecer aspectos relevantes para a Elaboração de Projetos de Intervenção Social.	
PROGRAMA	
1. Sociedade e Cidadania. 2. Políticas Sociais e Políticas Assistenciais. 3. Sociedade, desenvolvimento econômico e o desafio da sustentabilidade. 4. Organizações da Sociedade Civil: O terceiro Setor. 4.1. Exemplos de práticas de intervenção social junto a comunidades; 4.2. Conceito de Terceiro Setor e o seu grau de participação no desenvolvimento social, econômico e político do País; 5. Elaboração de Projetos de Intervenção Social. 5.1. Conceitos de Projetos Sociais;	

5.2. Terminologia Básica utilizada em Projetos Sociais; 5.3. Fundamentação básica em Projetos Sociais; 5.4. Formas de intervenção e participação em trabalhos sociais; 5.5. Métodos e Técnicas de elaboração de projetos sociais; 5.6. Pressupostos teóricos e práticos a serem considerados na construção de projetos sociais; 5.7. Questões éticas a serem consideradas em uma intervenção social.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
- Exposição oral dialogada dos conteúdos. - Estudos dirigidos. - Exposição de vídeos - Pesquisa de Campo. - Seminários e debates.	
AVALIAÇÃO	
- Elaboração de resumos ou resenhas das leituras. - Elaboração de Projeto de Intervenção Social. - Seminário de socialização dos projetos elaborados ou relatos de observação de projetos de intervenção social.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
GOHN, Maria da Gloria. O protagonismo da Sociedade Civil: Movimentos Sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2008. MONTAÑO, Carlos. Estados, Classes e Movimentos Social. São Paulo: Cortez, 2011. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010. CONTADOR, C. Projetos Sociais: benefícios e custos, valor de recursos naturais, impacto ambiental e externalidades. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2014. COHEN, E.; FRANCO, O. Avaliação de projetos sociais. 11 ed: Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
CONTADOR, Claudio R. Projetos Sociais - Avaliação e Prática. Atlas, [s.d.]. PEREIRA, POTYARA, A. P. Política social: temas e questões. 3ed. São Paulo: Cortez, 2011.	
Coordenador do Curso 	Setor Pedagógico

DISCIPLINA: PRÁTICAS PROFISSIONAIS	
Código:	HOTE.037
Carga Horária:	80
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	---
Semestre:	5
Nível:	SUPERIOR/TECNOLÓGICO
EMENTA	
A presente disciplina tem como objetivo complementar a formação acadêmica do aluno através do desenvolvimento interno de atividades que permeiam o mercado de trabalho no ramo da Hotelaria. Desta forma, os alunos planejarão e executarão encontros, exercícios e práticas necessárias ao desenvolvimento de habilidade e competências do ramo profissional de Hotelaria.	
OBJETIVOS	
Planejar atividades internas que envolvam as competências do profissional de Hotelaria. Executar práticas com fins de treinamento de habilidades específicas do ramo hoteleiro. Avaliar o desempenho e preparo do discente para o mercado de trabalho.	
PROGRAMA	
• A excelência dos meios de hospedagem (elemento humano, qualificação profissional, espírito de equipe, entraves); • Hierarquia hoteleira (cargos, funções, organograma e fluxograma dos setores); • Setores de hospedagem (recepção, reserva, portaria social, telefonia, governança, e os ciclos dos serviços), setor de alimentos e bebidas, departamento pessoal, vendas e marketing, contabilidade, segurança e manutenção.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas e dialogadas; Atividades em grupo e individual; Leitura e produção de textos; Desenvolvimento de atividades práticas.	
AValiação	
Participação nos trabalhos desenvolvidos; Trabalhos individuais e em grupo (atividades e pesquisas); Avaliações escritas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BENI, Mario Carlos. Análise estrutural do turismo . 10 ed. São Paulo: SENAC, 2004.	
COOPER, Chris [et al]. Turismo: Princípios e Práticas . 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.	
SANCHO, Amparo. Introdução ao turismo: organização mundial do turismo . São Paulo: Rocca, 2001.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	

PETROCCHI, Mário. **Hotelaria: planejamento e gestão**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DE LA TORRE, Francisco. **Administração hoteleira, parte I: departamentos**. Tradução: Dolores Martin Rodriguez Córner. São Paulo: Roca, 2001.

DUARTE, Vladimir Vieira. **Administração de sistemas hoteleiros**. 3ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO ORAL EM ESPANHOL IV

Código: HOTE.040

Carga Horária: 40

Número de Créditos: 2

Código pré-requisito: - HOTE.034

Semestre: 5

Nível: SUPERIOR / TECNOLÓGICO

EMENTA

Compreensão e produção escrita e oral em nível intermediário de língua espanhola com ênfase na área da hotelaria.

OBJETIVOS

Geral:

Compreender e produzir textos escritos e orais em nível intermediário para a atuação na área de turismo e hotelaria.

Específicos:

- Desenvolver habilidades discursivas intermediária em língua espanhola para comunicação em situações no turismo e hotelaria.
- Desenvolver as quatro habilidades (falar, escutar, ler, ouvir) a nível intermediário para atuação na área do turismo e hotelaria.

PROGRAMA

- Vocabulario hoteleiro
- Los medios de hospedaje
- Los servicios en el hotel y restaurante
- Como reaccionar a situaciones en el hotel
- Compreensão e produção de textos escritos e orais de situações de trabalho.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aula expositivo-dialogada, leitura de textos, dinâmicas, vídeos e músicas.

AVALIAÇÃO	
A avaliação será feita através de avaliações, trabalhos e participação em classe, além da apresentação de seminários.	
REFERÊNCIA BÁSICA	
Ballester-Alvarez, Maria Esmeraldo. Minidicionário: espanhol-português, português-espanhol . São Paulo: FTD, 2007.	
Blanco, Ramiro Carlos Humberto Caggiano. Gramática de lalenguaespañola: usos, conceptos y ejercicios . São Paulo: Scipione, 2009.	
Jiménez Garcia, María de losÁngeles. Minidicionário de espanhol 3em 1 . São Paulo: Scipione, 2000.	
SEÑAS: Diccionario para laenseñanza de lalenguaespañola para brasileños . São Paulo: WMF, 2010.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
ARAUJO, Francisca Margareth Gomes de. Espanhol Aplicado à Gestão . Fortaleza: UAB/IFCE.	
DIAS, Luzia Schalkoski. Gramática y vocabulario: desde la teoría hacia la práctica en el aula de ELE [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2014.	
VARGAS SIERRA, Teresa. Espanhol para negócios [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2014.	
VARGAS SIERRA, Teresa. Espanhol: a prática profissional do idioma . Curitiba: Intersaberes, 2013.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: HOTELARIA HOSPITALAR optativa	
Código:	HOTE.041
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	--
Semestre:	
Nível:	SUPERIOR / TECNOLÓGICO
EMENTA	
O desenvolvimento da hospitalidade na história. Turismo de saúde. Modalidades de hotéis de saúde. A hotelaria como nova forma da humanização dos serviços e da infraestrutura hospitalar. A hotelaria voltada para o bem do paciente em seus aspectos estruturais e arquitetônicos voltados à área hospitalar. Identificação do perfil profissional para atuação nesse segmento e conhecimento dos cargos e suas atribuições. Hotelaria hospitalar e a Humanização do atendimento: o desafio das mudanças.	

OBJETIVOS
Compreender a evolução da hospitalidade ao longo da história do homem, da história antiga ao período contemporâneo. Conceituar e Caracterizar Turismo de Saúde Conceituar e Caracterizar Hotéis voltados à saúde Conhecer as modalidades de hotéis de saúde Hotelaria Hospitalar Conhecer aspectos estruturais e arquitetônicos voltados da hotelaria hospitalar Identificar como a hotelaria pode possibilitar a humanização dos serviços e da estrutura hospitalar Identificar o perfil do profissional para atuação na hotelaria hospitalar Conhecer cargos e atribuições na Hotelaria hospitalar Avaliar a Humanização dos serviços hospitalares a partir da Hotelaria.
PROGRAMA
• Evolução da hospitalidade • Turismo de saúde • Hotéis de saúde • Modalidades de Hotéis de saúde: SPA, clínica geriátrica, hotel para terceira idade, hotel médico, centros médicos e hospital hotel • A hotelaria hospitalar • Arquitetura Hospitalar - o Legislação e projetos dos EAS (Estabelecimentos Assistenciais de Saúde) - o Acessibilidade; Conforto térmico e acústico; Iluminação e Sustentabilidade • A humanização - Paciente x Cliente • Implantação do conceito humanização - Hotelaria = hospedar - Serviços hospitalares – novo perfil, nova postura - Cargos e Atribuições da Hotelaria Hospitalar • Hotelaria Hospitalar: Novo Conceito de Humanização
METODOLOGIA DE ENSINO
As aulas serão realizadas de forma expositiva, argumentativa e construtivista. Contará leituras dirigidas e debates; exercícios teóricos e práticos e palestra com convidados da área da saúde.
AVALIAÇÃO
N1 NP1 – Paper (pequeno artigo, de 15 a 20 páginas)(10 pontos). N1 NP2 — Pesquisa em grupo com entrega de relatório e apresentação em seminário (10 pontos) N2 NP1 – Elaborar em grupo o <i>Manual de Boas Práticas e Normas de Conduta para Hotelaria Hospitalar</i> (com textos, gráficos, ilustrações e imagens) – socialização de resultados e entrega da produção impressa em arquivo magnético (10 pontos) N2 NP2 – avaliação escrita individual (10 pontos)
REFERÊNCIAS BÁSICAS
FADI, Antoine Tarabousi. Administração de hotelaria hospitalar: serviços aos clientes, humanização do atendimento, departamentalização, gerenciamento, saúde e turismo, hospitalidade, tecnologia de informação, psicologia hospitalar.4.ed. São Paulo: Atlas, 2009. Chon, K.S. Hospitalidade: conceitos e aplicações. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003. TORRE, Francisco De La. Administração Hoteleira, parte I: departamentos. São Paulo: ROCA, 2001.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	
BOEGER, Marcelo Assad. Hotelaria hospitalar : gestão em hospitalidade e humanização. São Paulo: Senac, 2009.	
CANDIDO, Índio; MORAES, Ornélio Dias. VIEIRA, Elena Vieira de. Hotelaria hospitalar: um novo conceito no atendimento ao cliente da saúde . Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2000.	
Coordenador do Curso 	Setor Pedagógico

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 2	
Código:	HOTE.
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	HOTE.017
Semestre:	5
Nível:	SUPERIOR / TECNOLÓGICO
EMENTA	
Escolha do tema, de uma justificativa e dos objetivos do trabalho científico em Hotelaria (prática ou teórica). Revisão bibliográfica para a fundamentação teórica. Escolha da metodologia. Elaboração orientada de um projeto de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na área relacionada à ênfase do curso escolhida pelo aluno.	
OBJETIVOS	
Planejar e discutir o projeto de pesquisa para a elaboração do TCC. Escolher o tema, definir os objetivos e realizar a pesquisa bibliográfica básica. Desenvolver o projeto de pesquisa Estabelecer uma relação cooperativa com o orientador. Trabalhar em respeito às orientações éticas de pesquisa e às normas de elaboração, citação e referências de trabalhos científicos utilizadas no curso.	
PROGRAMA	
UNIDADE I – Introdução ao trabalho de conclusão de curso (TCC) • Importância e etapas de execução do TCC.	
UNIDADE II–Levantamento bibliográfico • Uso de base de dados digitais.	
UNIDADE V – Elaboração de TCC • Tipos de TCCs; • Orientações sobre a elaboração do manuscrito. • Normas da ABNT	
UNIDADE VI – Apresentação do TCC • Apresentação oral dos manuscritos. • Apresentação oral dos manuscritos para a banca examinadora.	
METODOLOGIA	

Aulas expositivas dialogadas, encontros individuais de orientação sobre a construção do TCC, apresentação do trabalho final.	
REFERÊNCIA BÁSICA	
Gil, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2012. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2010. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho Científico. São Paulo: Cortez, [s.d]. RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 38.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
BÊRNI, Duilio de Ávila; FERNANDEZ, Brena Paula Magno (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa: modelando as ciências empresariais. São Paulo: Saraiva, 2012. FRAGOSO, Suely; Raquel Recuero; Adriana Amaral. Métodos de pesquisa para internet. Porto Alegre: Sulina, 2012. Martins, Gilberto de Andrade. Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas. São Paulo: Atlas, 2009. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA. Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da UFC. Fortaleza: UFC, 2013. Disponível em: http://www.biblioteca.ufc.br/images/stories/arquivos/bibliotecauniversitaria/guia_normalizacao_ufc_2012.pdf	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

DISCIPLINA OPTATIVA: LIBRAS optativa	
Código:	HOTE.
Carga Horária:	40 horas
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	--
Semestre:	5
Nível:	SUPERIOR / TECNOLÓGICO
EMENTA	
Histórico e Fundamentos da educação de Surdos. A Língua Brasileira de Sinais – Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe; Noções de variação. Prática de Libras: desenvolver a expressão visual-gestual.	
OBJETIVOS	
• Conhecer os aspectos históricos e os fundamentos da Educação de Surdos; • Identificar as características básicas da fonologia na Língua Brasileira de Sinais; • Compreender as noções linguísticas básicas que envolvem a Língua Brasileira de Sinais;	

- Familiarizar os alunos com os códigos linguísticos utilizados na Língua Brasileira de Sinais.

PROGRAMA

1. Contextualização da Educação Inclusiva: conceituação e histórico;
2. Fundamentos da educação de Surdos;
3. A Língua Brasileira de Sinais;
4. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe;
5. Noções de variação linguística aplicada à linguagem de sinais;
6. Noções práticas: desenvolver a expressão visual-gestual.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas dialogadas
- Oficinas de comunicação
- Seminários
- Vídeos
- Dinâmica de grupo.
- Atividades de campo.

AValiação

- Avaliações Escritas,
- Atividades de pesquisa,
- Avaliações práticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MOURA, M. C.(org). **Educação para surdos: práticas e perspectivas**. São Paulo: Santos, 2008.ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1996. 176 p.

SKILIAR, Carlos(org.) **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D. **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira: o mundo do surdo em LIBRAS**. São Paulo: USP, 2004.

MOURA, M. C. **O Surdo: caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: TURISMO E PATRIMONIO CULTURAL DO CEARÁ OPTATIVA	
Código:	
Carga Horária:	40 h/a
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	--
Semestre:	
Nível:	Superior
EMENTA	
Conhecer e problematizar o conceito de Patrimônio, buscando soluções de aplicabilidade no campo de gestão turístico-hoteleira. Busca-se a capacitação dos discentes quanto a Preservação da história local e sua identidade como forma de atrativo turístico para os empreendimentos da região do Maciço de Baturité, observando a contribuição afro-indígena . A divulgação da cultura e do patrimônio deve ser vista como um meio de preservação e conscientização no âmbito de empreendimentos turísticos.	
OBJETIVOS	
• Compreender e conhecer conceitos gerais sobre Cultura e Arte; • Entender o significado do termo patrimônio cultural, bem como de conceitos correlatos; • Identificar o Patrimônio cultural existente no Ceará, e suas influências (indígenas, afrodescendentes, mestiços, etc.); • Conhecer as legislações e políticas públicas e privadas garantidoras da salvaguarda e conservação de bens culturais; com ênfase ao Ceará e a cidade Baturité; • Analisar os usos de patrimônios culturais pela atividade turística e de entretenimento. • Conhecer os principais equipamentos, bens culturais e aspectos artísticos e folclóricos do Ceará; • Conhecer os princípios do Turismo Cultural; • Promover a reflexão e crítica sobre o turismo cultural com forma de preservação e não degradação do patrimônio • Desenvolver trabalhos na hotelaria, com base no “uso” da história, cultura e identidade dos territórios.	
PROGRAMA	
1. Formação do conceito de patrimônio cultural (o que é cultura? O que é arte? O que é patrimônio? O que é Memória? O que é identidade?) 2. Processo de construção do conceito de patrimônio cultural no Brasil (Suas influências indígenas, afrodescendentes, mestiços, etc) 3. Patrimônio cultural: Material e Imaterial; 4. Discutir a dinâmica sobre cultura popular, cultura erudita e cultura de massas. 5. Cultura popular como patrimônio – A cultura popular do Ceará como um patrimônio cultural e atrativo turístico (Formação do povo cearense e sua identidade) 6. Principais equipamentos culturais, Sítios urbanos e tipos de arquitetura preservados no Ceará 7. Políticas preservacionistas no Brasil: (preservação do patrimônio, breve histórico; tombamentos, registros, chancelas, IPHAN e conceito de Paisagem cultural) 8. A importância dos Museus (memória, políticas, museus e o turismo) 9. Novos usos do patrimônio cultural: turismo e entretenimento 10. Turismo cultural (identidade, gentrificação, perfil dos turistas) 11. Atividade turística como indutora de autoestima cultural, conservação e divulgação da cultura local.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivo-dialogadas; exercícios teóricos e práticos; observação de filmes e vídeos; discussão e produção textual sobre os temas abordados; Estudos de casos com rodas de leituras e debates organizados; visitas técnicas.	

AVALIAÇÃO	
Avaliações escritas, pesquisa + seminário e produção textual. Na avaliação da aprendizagem serão considerados: • <i>Critérios qualitativos:</i> Avaliação segundo comprometimento, assiduidade e participação. • <i>Critérios quantitativos:</i> Avaliações escritas, trabalhos e pesquisas.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
ARANTES, Antonio Augusto. O que é cultura popular. 14ªEd. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Col. Primeiros Passos). BARRETTO, Margarita. Turismo e legado cultural: as possibilidades de planejamento. Campinas, SP: Papirus, 2000. BARRETTO, Margarita. Cultura e Turismo: Discussões contemporâneas. Campinas, SP: Papirus, 2007. LEMO, C. A. C. O que é patrimônio histórico. São Paulo: Brasiliense, 2006. MARTINS, Clerton (Org.) Turismo, cultura e identidade. São Paulo: Roca, 2003. ORTIZ, R. Cultura brasileira e identidade local. São Paulo: Brasiliense, 2003. PORTUGUEZ, Anderson Pereira (Org.). Turismo, memória e patrimônio cultural. São Paulo: Roca, 2004.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	
CASCUDO, Luis da Câmara. Dicionário do folclore brasileiro. 12ª ed. Global 2000 DE FARIAS, Airton. História do Ceará. 7ª edição, Armazém da Cultura, 2015. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. São Paulo: Companhia da Letras, 1995. SOUZA, Simone de (Org.) Uma nova história do Ceará. 4ª Ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/UFC, 2004. IPHAN. Weissheimer, Maria Regina (Org.) Paisagem Cultural, 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto_paisagem_cultural.pdf> Acessado em 06nov2016 ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (Orgs). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Disponível em: <<http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/06-memoria-e-patrimonio_ensaios-contemporaneos.pdf>> Acessado em 06nov2016	
Coordenação	Setor Pedagógico

20 INFRAESTRUTURA EXISTENTE

20.1 Descrição das instalações necessárias ao funcionamento do curso

Qtde.	Espaço Físico	Descrição
03	Salas de aulas	Salas com 35 carteiras, condicionador de ar, lousa, disponibilidade para utilização de computador com acesso à internet e projetor multimídia.
01	Sala de videoconferência	Sala com mesas e cadeiras, 25 computadores, equipamentos de videoconferência e televisor.
01	Laboratório de Informática	Sala com mesas e cadeiras, 20 computadores
01	Auditório	Auditório com 100 lugares, projetor multimídia, computador, sistema de caixas acústicas e microfones.

01	Sala de Professores	Com Birôs, computador, impressora, armários, Suporte para água, acesso a internet, telefone.
01	Sala da coordenação do curso	Com Birô, computador, impressora, armário, acesso a internet, telefone.

Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

20.2 Laboratórios

Laboratório de Governança	01	Sala com simulação de um apartamento, com cama, criado mudo, mesa, guarda-roupa e itens de cama, mesa e banho
Laboratório Informatizado para Práticas de Recepção e Reservas	01	Laboratório com 20 computadores com Sistema Operacional de Meios de Hospedagem
Laboratório Sala-Bar	01	Sala que simule um espaço de restaurante e bar, com 5 mesas com 4 cadeiras, balcão, utensílios como taças, talheres, pratos, entre outros

O campus possui instalações adaptadas para portadores de necessidades especiais e todos os laboratórios encontram-se no térreo do Campus.

21. Biblioteca

A biblioteca do *Campus* Baturité possui um acervo dividido por áreas de conhecimento, facilitando a procura por títulos relacionados a todas as áreas de abrangência do curso, de modo que as experiências vivenciadas no contato diário com os livros possa representar uma oportunidade de diálogos e reflexões que contribuam para a melhoria do processo educativo. Nesse sentido, Yunes (2003, p.37) afirma que ler significa:

Descobrir, mudar horizontes e interagir com o real para interpretá-lo, compreendê-lo e tomar decisões, uma vez que o ato de ler representa a troca e o prazer de conhecer, de imaginar, de inventar a vida. É um ato de

sensibilidade e da inteligência, da compreensão e da comunhão com o mundo: expandindo olhares, alcançando esferas de conhecimento antes não experimentadas e, no dizer de Aristóteles, representa a ampliação da condição humana.

O local possui um sistema informatizado, com acesso à internet, possibilitando acesso via terminal ao acervo da biblioteca, oferecendo serviços de empréstimo, renovação e reserva de material, além de consultas à base de dados e ao acervo. Oferece ainda, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos, orientação bibliográfica e visitas orientadas.

A estrutura da Biblioteca está disposta da seguinte maneira: 2 mesas para estudo coletivo, 10 cabines individuais de estudo, 1 sala (espaço) de estudo coletivo e 8 computadores com acesso à internet, destinados a pesquisas e trabalhos acadêmicos, funcionando das 7hs e 30 min às 21 hs, de segunda-feira e sexta-feira, com sistema antifurto para preservação do acervo.

22 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Leis, Decretos. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Documenta, Brasília, nº 453, dezembro, 1996.

_____. Presidência da República. Decreto 2208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9394/96.

_____. Resolução nº 4/99, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Institui as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, 1999.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: bases legais. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Média Tecnológica. Brasília, 1999.

_____. Portaria nº 646/97, de 14/05/97. Brasília, 1997.

_____. Decreto nº 5154/2004 que revogou o Decreto nº 2208/97.

_____. Parecer nº CNE/CEB 39/2004 – Aplicação de Decreto nº 5154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.

Disponível em: <http://catalogonct.mec.gov.br/> acesso em fevereiro de 2010.

Disponível em: <http://www.ifrn.edu.br/ensino/cursos/cursos-tecnicos-integrados/Turismo%20-Natal.pdf/view>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ
CAMPUS BATURITÉ

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
SUPERIOR DE HOTELARIA

BATURITÉ - CEARÁ
2018



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ
CAMPUS BATURITÉ

Reitor do Instituto Federal
Virgílio Augusto Sales Araripe

Pró-reitor de Ensino
Reuber Saraiva de Santiago

Pró-reitor de Extensão
Zandra Maria Ribeiro Mendes Dumaesq

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
Auzuir Ripardo de Alexandria

Diretor Geral do Campus de Baturité
Raimundo Eudes Bandeira

Chefe de Departamento de Ensino do Campus de Baturité
Lourival Soares de Aquino Filho

Coordenador Do Curso Superior De Tecnologia Em Hotelaria
Carolina Silva Castelo Branco

Comissão Responsável pela Reformulação do Projeto
Profª Carolina Silva Castelo Branco
Prof. Joseilton Ferreira Lima Filho
Profª. Graucilene Lima Maia
Profª. Francisca Lúcia Sousa de Aguiar

SUMÁRIO

1. DADOS DO CURSO	5
1.1. Identificação da Instituição de ensino.....	5
1.2. Informações gerais do Curso.....	5
2. APRESENTAÇÃO	6
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	9
4. JUSTIFICATIVA.....	12
5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	15
6.OBJETIVOS	15
5.1. Objetivo Geral.....	16
3.2. Objetivos Específicos.....	16
7. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO.....	16
8. AREAS DE ATUAÇÃO.....	16
9. PERFIL PROFISSIONAL DO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO.....	17
10. METODOLOGIA.....	18
11.ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO	20
11.1 Estrutura Curricular	20
11.2 Matriz Curricular	21
11.3 Fluxograma	24
12. AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO.....	25
13. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	26
14. ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	27
15. APROVEITAMENTO DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES: aproveitamento e validação de disciplina.....	27

16. ESTÁGIO.....	27
17.APOIO AO DISCENTE.....	28
18.DIPLOMA.....	29
19. EMENTAS.....	29
20 INFRAESTRUTURA.....	110
<i>20.1 Qualificação e descrição das instalações necessárias ao funcionamento do curso.....</i>	<i>110</i>
<i>20.2 laboratório</i>	<i>111</i>
21. Biblioteca	111
22. EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS - PUD	112

1. DADOS DO CURSO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

Campus	IFCE – Campus de Baturité		
Endereço	Rua Ouvidor Mor Vitoriano Soares Barbosa – S/N - Sanharão		
Cidade: Baturité		UF: CE	Fone: (85) 3347-9152
CNPJ: 10.744.098/0014-60			
E-mail: gabinete.baturite@ifce.edu.br		Página Institucional: ifce.edu.br/baturite	

1.2 INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO

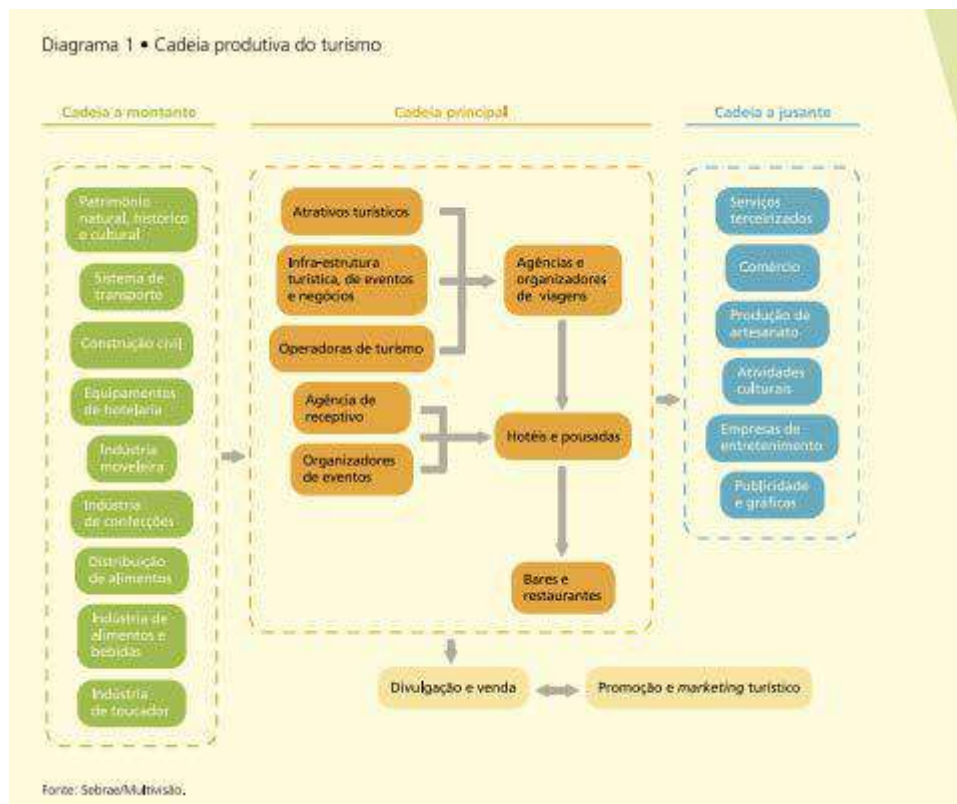
Denominação:	Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria
Titulação Conferida:	Tecnólogo em Hotelaria
Nível:	() Médio (X) Superior
Forma de Articulação com o Ensino Médio:	() Integrada () Concomitante (x) Subsequente
Modalidade:	(X) Presencial () A Distância
Duração:	Mínimo (5) Semestres e Máximo (7) Semestres
Periodicidade:	(X) Semestral () Anual
Formas de Ingresso:	(X) SISU () Vestibular (X) Transferência/Diplomado
Número de Vagas Anuais:	70 vagas
Turno de Funcionamento:	(X) Matutino (X) Vespertino (X) Noturno
Ano e semestre de início do funcionamento do curso:	2018.1

Carga horária dos componentes curriculares Disciplinas:	2000 horas – Curso Diurno 2000 horas – Curso Vespertino 2400 horas- Curso Noturno
Carga horária das atividades complementares:	40 horas
Carga horária do Trabalho de Conclusão do Curso	80 horas (TCC I e TCC II)
Carga horária total:	2000 horas – Curso Diurno 2000 horas – Curso Vespertino 2400 horas- Curso Noturno .
Sistema de Carga-horária:	01 crédito = 20h

2 APRESENTAÇÃO

O curso foi criado pela Resolução N° 035, de 28 de Setembro de 2010 do Conselho Superior do IFCE - CONSUP, e suas atividades pedagógicas tiveram início no primeiro semestre de 2011.

Considerando a relação direta existente entre a atividade turística e hoteleira, bem como a expansão desses setores, os meios de hospedagem constantemente adequam-se buscando atender às necessidades dos seus clientes, por meio da modernização de produtos e processos operacionais e administrativos. A hotelaria integra a cadeia produtiva do turismo, a qual assegura a prática da atividade.



Todos os elos da cadeia produtiva são essenciais para que o turista tenha serviços e suporte fora de seu entorno habitual, sendo assim a qualificação profissional faz-se relevante, pois como o setor é de serviços, a interação entre profissional e turista é constante, sendo assim necessário o treinamento, capacitação e qualificação para garantir o atendimento e acolhimento adequado.

Diante do retorno financeiro gerado pela atividade turística no Ceará e a crescente expansão do número de turistas nacionais e internacionais, aumentou-se também a oferta de leitos hoteleiros, fato o qual movimenta o setor, gerando emprego e renda direto e indireto na cadeia do turismo, bem como nos serviços ligados a atendimento, venda e prestação de serviço. Conforme podemos observar nos dados apresentados abaixo, comparando 2006 e 2015.

Agregados	2006	2015	Total	Anual
Demanda Turística Via Fortaleza	2.062.493	3.343.815	62,1	5,5
. Nacional	1.794.369	3.065.292	70,8	6,1
. Internacional	268.124	278.523	3,9	0,4
Demanda Hoteleira de Fortaleza	1.082.274	1.900.968	75,6	6,5
Taxa de ocupação hoteleira (%)	57,4	73,0	27,2	2,7
Gastos percapitas (R\$)	1.214,63	2.187,21	80,1	6,7
Receita Turística Direta (R\$ milhões)	2.496,9	7.313,63	192,9	12,7
Renda Gerada (R\$ milhões)	4.369,6	12.798,84	192,9	12,7
. Impacto sobre o PIB (%)	9,4	11,6	23,8	2,4
. Impacto no Setor Serviços (PIB)	13,9	16,4	18,1	1,9
Oferta Hoteleira no Ceará (UHs)	24.294	32.646	34,4	3,3
Empregos nas Atividades do Turismo	36.113	77.902	115,7	8,9
Movimento no Aeroporto (mil Pax)	2.950	6.348	115,2	8,9

Fonte: SETUR/CE (2015 dados preliminares)
 Nota: a) O Impacto sobre o PIB é obtido pela relação entre a Receita Turística e o PIB; b) A receita é obtida pelo produto entre gasto percapita e demanda turística via Fortaleza; e c) O multiplicador dos gastos turísticos utilizado foi 1,75.

Em consonância com a expansão turística no Estado, os meios de hospedagem têm que se adequar a essa nova realidade. O setor de hospitalidade necessita a cada dia ofertar produtos e serviços diferenciados junto a uma clientela diversificada e com isso, surge gradualmente a necessidade de qualificação daqueles que atuam nessa área.

Por ser considerado atualmente como um pólo turístico e gastronômico no Estado do Ceará, devido as suas potencialidades culturais e paisagísticas diferente dos núcleos urbano, o Maciço apresenta estruturação interna cuja escala e ambiência é importante preservar, buscando-se um adensamento programado e compatível com a malha viária existente, sem prejuízo do usuário/pedestre e da moldura da natureza disponível (PDR). Essa perspectiva induzirá fortemente a estratégia de organização espacial, nas áreas mais compatíveis com as atividades do turismo.

O IFCE-Campus Baturité contribui com a profissionalização deste setor oferecendo formação de qualidade para diferentes ocupações e profissões da área de Hospitalidade e Lazer, em especial para o setor de Hospedagem.

Para a renovação desse projeto de curso, foram coletadas informações com a secretária de turismo do Estado do Ceará, além de revisão do catálogo do MEC e de estudos do perfil profissional, observação da oferta de cursos na área de hospedagem na região e resultados internos do setor, pesquisa junto às unidades que desenvolvem o curso para levantamento de dados sobre perfil de entrada e de conclusão do aluno, organização curricular, metodologias, avaliação da aprendizagem e infraestrutura, reunindo sugestões para aprimoramento da oferta.

As pesquisas orientaram a organização curricular deste projeto, o qual se propõe a proporcionar qualificação em nível superior para os empreendimentos hoteleiros e atividades relacionadas.

O Campus de Baturité, ao oferecer este curso, tem o objetivo de propiciar condições para que os alunos desenvolvam competências gerais da área de Turismo e Hospitalidade e as específicas da Habilitação e das Qualificações Técnicas, definidas a partir da análise do processo de trabalho desse segmento, respeitando valores estéticos, políticos e éticos, e mantendo compromisso com a qualidade, o trabalho, a ciência, a tecnologia e as práticas sociais relacionadas com os princípios da cidadania responsável.

A Instituição se propõe à permanente atualização deste projeto para acompanhar as transformações tecnológicas e socioculturais do mundo do trabalho, especialmente da área de Turismo e Hospitalidade, mediante contato com especialistas da área e o setor produtivo. Para isso, continuará a desenvolver e manter estreitas relações colaborativas com o mercado, estabelecendo parcerias ativas com profissionais e com as empresas dos segmentos de hospedagem, de alimentos e bebidas, e de eventos.

O campus Baturité, também oferta o Curso Técnico em Hospedagem, o qual contribui com um melhor atendimento nos meios de hospedagem locais e a oportunizar a formação de uma mão de obra na própria região.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) é uma Instituição Tecnológica que tem como marco referencial de sua história a evolução contínua com crescentes indicadores de qualidade. A sua trajetória corresponde ao processo histórico de desenvolvimento industrial e tecnológico da Região Nordeste e do Brasil.

Nossa história institucional inicia-se no século XX, quando o então Presidente Nilo Peçanha cria, mediante o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, as Escolas de Aprendizizes Artífices, com a inspiração, orientada pelas escolas vocacionais francesas, destinadas a atender à formação profissional aos pobres e desvalidos da sorte. O incipiente processo de industrialização passa a ganhar maior impulso durante os anos 40, em decorrência do ambiente gerado pela Segunda Guerra Mundial, levando à transformação da Escola de Aprendizizes Artífices em Liceu Industrial de Fortaleza, no ano de 1941 e, no ano seguinte, passa a ser chamada de Escola Industrial de Fortaleza, ofertando formação profissional diferenciada das artes e ofícios orientada para atender às profissões básicas do ambiente industrial e ao processo de modernização do País.

O crescente processo de industrialização, mantido por meio da importação de tecnologias orientadas para a substituição de produtos importados, gerou a necessidade de formar mão-de-obra técnica para operar estes novos sistemas industriais e para atender às necessidades governamentais de investimento em infraestrutura. No ambiente desenvolvimentista da década de 50, a Escola Industrial de Fortaleza, mediante a Lei Federal nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, ganhou a personalidade jurídica de Autarquia Federal,

passando a gozar de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, incorporando a missão de formar profissionais técnicos de nível médio.

Em 1965, passa a se chamar Escola Industrial Federal do Ceará e em 1968, recebe então a denominação de Escola Técnica Federal do Ceará, demarcando o início de uma trajetória de consolidação de sua imagem como instituição de educação profissional, com elevada qualidade, passando a ofertar cursos técnicos de nível médio nas áreas de Edificações, Estradas, Eletrotécnica, Mecânica, Química Industrial, Telecomunicações e Turismo.

O contínuo avanço do processo de industrialização, com crescente complexidade tecnológica, orientada para a exportação, originou a demanda de evolução da rede de Escolas Técnicas Federais, já no final dos anos 70, para a criação de um novo modelo institucional, surgindo então os Centros Federais de Educação Tecnológica do Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

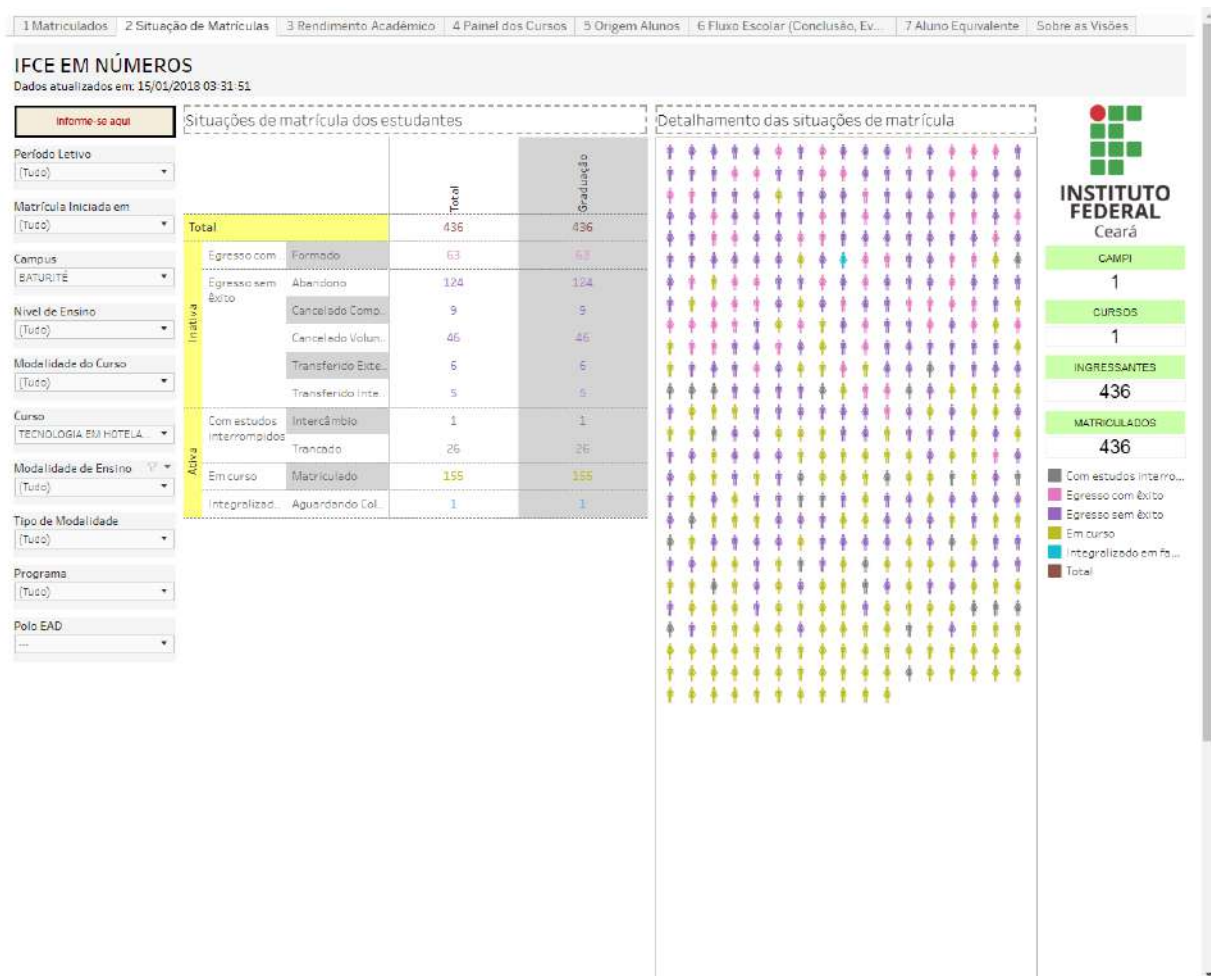
Somente em 1994, a Escola Técnica Federal do Ceará é igualmente transformada junto com as demais Escolas Técnicas da Rede Federal em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), mediante a publicação da Lei Federal nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, a qual estabeleceu uma nova missão institucional com ampliação das possibilidades de atuação no ensino, na pesquisa e na extensão tecnológica. A implantação efetiva do CEFET-CE somente ocorreu em 1999.

Com a intenção de reorganizar e ampliar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica é decretada a Lei 11.892, de 20 de dezembro de 2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os mesmos são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos, desde a educação de jovens e adultos até doutorado.

Dessa forma, o CEFET-CE passa a ser Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, o qual iniciou seu processo de interiorização construindo diversos campi nos interiores.

O Campus de Baturité está situado no sopé do Maciço de Baturité, especificamente na cidade de Baturité, distante cerca de 93 km da capital cearense. Continuamente, o Campus adéqua suas ofertas de ensino, pesquisa e extensão às necessidades locais.

Atualmente, o campus oferta os Cursos Superiores de Tecnologia em Gastronomia, Tecnologia em Hotelaria, os Cursos técnicos de Hospedagem e de Administração, além de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores jovens e adultos.



A tabela acima apresenta o número de matriculados, evadidos e formados no curso de Hotelaria, dessa forma tentou-se reformular a matriz do curso de forma que o mesmo seja referencia para a formação e atuação na área de hospedagem, além de tornar o curso atrativo para os discentes.

VISÃO

Tornar-se padrão de excelência no ensino, pesquisa e extensão na área de Ciência e Tecnologia.

MISSÃO

Produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética.

VALORES

Nas suas atividades, o IFCE valorizará o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito, a transparência, a excelência e a determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação, com ideias fixas na sustentabilidade ambiental.

4. JUSTIFICATIVA

Caracterizado como século da informação e do conhecimento, de acordo com Libâneo (1999), o século XXI é também o das grandes transformações, uma espécie de rompimento de antigos paradigmas, em busca de uma nova ordem social.

Nesse contexto, a prática das viagens, em constante crescimento desde o início do século passado, associada ao crescimento dos transportes e dos vários setores que as possibilitam, tem-se intensificado como importante componente da vida e do trabalho de inúmeras pessoas.

Essa constatação vem amparada por ações que, na prática, fizeram com que o “turismo” fosse incorporado à agenda política de inúmeros países que optaram por desenvolver políticas públicas para seu incremento, focados no respectivo desenvolvimento econômico dessa crescente atividade.

Exigindo a prestação de serviços de qualidade e cada vez mais especializados, pelas inúmeras empresas ligadas ao *trade* turístico e pelos próprios turistas, presencia-se no cenário

nacional brasileiro cada vez mais investimentos na formação de profissionais.

No Ceará, o desenvolvimento do turismo, no final dos anos 1980 e anos 1990, chamou a atenção e passou a compor itens das políticas públicas, devido às razões que socialmente justificam a ação governamental, numa perspectiva estratégica e estruturante para criar condições de produção de territórios turísticos, apoiando-se em ações destinadas à segmentação econômica e à desconcentração espacial de seus produtos turísticos.

O PRODETUR-CE I (Programa de Desenvolvimento do Turismo) e o PAT (Plano de Ação Turística), que surgiram após as orientações do PRODETURIS, e se constituem de dois programas operadores do planejamento de longo prazo da SETUR-CE, calcados na concepção de produção social da atratividade turística, são exemplos dessas políticas públicas.

Constituiu-se o marco referencial para o PAT, a Política Estratégica para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo no Ceará. Essa política foi estruturada em duas vertentes estratégicas: desenvolvimento do produto turístico (imagem, qualidade, mercados e política de preços); e embasada em uma estratégia de desenvolvimento fundamentado no conceito de *cluster* econômico, com linhas de ações independentes para sua operacionalização.

O PAT é o planejamento das ações a serem implementadas para levar adiante as estratégias definidas de estruturação do turismo como vetor de desenvolvimento econômico e social do município, estabelecendo as atividades prioritárias, as estratégias, os objetivos, ações e projetos estruturais, os mercados e a forma de gestão do turismo, definindo os prazos e as fontes de financiamento e identificando os agentes responsáveis por cada ação.

Na atualidade, há dois projetos em exercício, promovendo qualificação profissional, executados tanto pelo Ministério do Turismo, como pelos órgãos estaduais e municipais de turismo. Uma delas é a execução do PRODETUR II, que iniciou em 2010, com suas ações voltadas para o litoral leste do estado do Ceará e em 2015, iniciou-se as ações na serra e maciço de Baturité, incluindo por exemplo a duplicação da estrada, para facilitar e agilizar o tempo de acesso, bem como oferta de cursos específicos na área, como de garçom, camareira, recepcionista, entre outros.

Nessa esfera, a Secretaria de Turismo do Ceará - SETUR que tem a finalidade de estruturar e consolidar o território cearense como receptor turístico, a partir de ações estratégicas para o seu desenvolvimento, também está responsável por ações que favoreçam a melhoria da formação dos

Um dos aspectos de relevo no escopo da proposta do programa é “o respeito à singularidade regional e local da promoção e preservação dos valores culturais, dos bens naturais e patrimoniais, do estímulo ao empreendedorismo e empregabilidade, das oportunidades de geração de renda e da excelência dos serviços e produtos turísticos nacionais e internacionais”².

Observa-se que, além do fortalecimento do turismo doméstico, essas ações darão

continuidade a um complexo conjunto de atuação, envolvendo departamentos do Ministério do Turismo, com interface com órgãos governamentais em todas as esferas nacionais: federal, estadual, municipal e regional, em efetiva articulação, para a realização das atividades propostas no Plano Nacional do Turismo.

Desse novo entendimento, fazem parte a ênfase social do turismo, fortalecimento do mercado interno, a organização e consolidação dos 65 destinos turísticos, com padrão internacional de mercado, respeito à diversidade regional, com base numa gestão responsável que realize um equilíbrio entre os aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais.

Movimentação Turística nos Destinos Turísticos do Ceará - 2015

Pólos	Oferta Hoteleira						Demanda Turística			
	MH	UHs	Leitos	Taxa de Ocupação	Perm. Média	Relação Hósp/UHs	Hoteleira	Extra-Hoteleira	Total	(%)
Pólo Ibiapaba	67	1.391	3.158	51,2	2,4	2,4	259.950	606.550	866.500	5,5
Pólo Araripe/Cariri	123	3.303	8.099	51,0	2,4	2,5	640.472	1.494.435	2.134.908	13,4
Pólo Baturité	74	1.155	3.147	57,8	2,3	2,2	233.076	543.844	776.920	4,9
Pólo Litoral Leste	253	5.964	16.240	63,4	3,3	2,4	1.012.095	2.361.554	3.373.649	21,2
Pólo Litoral Oeste	400	5.849	13.876	61,0	2,8	2,2	1.037.173	2.420.070	3.457.243	21,7
Pólo Sertão Central	68	1.608	3.911	55,9	2,4	2,1	287.077	669.847	956.924	6,0
Outros Municípios	64	1.743	4.039	57,1	2,7	2,2	295.996	690.656	986.652	6,2
Total Interior	1.049	21.013	52.470	56,8	2,6	27,5	3.765.839	8.786.957	12.552.796	79,0
Fortaleza	235	11.406	28.322	71,5	3,6	2,4	1.900.968	1.442.847	3.343.815	21,0
Total Geral	1.284	32.419	80.792	62,0	2,9	27,7	5.666.807	10.229.804	15.896.611	100,0

Fonte: SETUR/CE (dados preliminares)

Obs: a) Total de 64 municípios turísticos e b) movimentação turística envolve os fluxos de origem nacional, internacional e intraestadual.

A preocupação com a qualificação de produtos e dos profissionais tem-se intensificado e está presente como marca dos discursos governamentais e das propostas de ação ministerial e dos demais órgãos estaduais, municipais, responsáveis pelo turismo. Tudo isso acontece em função da adoção de um modelo de planejamento que apresenta uma programação voltada para a atividade turística em suas várias e diversificadas vertentes.

A promoção da qualificação e do aperfeiçoamento dos agentes que trabalham na cadeia produtiva do turismo, por meio da educação profissional continuada, é um aspecto fulcral para a excelência nos serviços e os programas de qualificação profissional evidenciaram-se essenciais para tornar o país mais competitivo.

Considerando uma característica dos Institutos de ofertar cursos sintonizados com as realidades/necessidades regionais, o Campus Baturité, oferta o curso de Tecnologia em Hotelaria, com vistas

à formação profissional, o atendimento às demandas de mão de obra qualificada para o mundo de trabalho, bem como a ascensão intelectual, cultural, ética e moral dos moradores da região, que tem a oferta do curso desde 2011.

Deve-se frisar que o Campus de Baturité atende a uma demanda existente entre os quinze municípios que compõem o Maciço de Baturité. O Maciço de Baturité é uma formação geológica localizada no sertão central cearense, composta pelos municípios de Pacoti, Palmácia, Guaramiranga, Mulungu, Aratuba, Capistrano, Itapiúna, Baturité, Aracoiaba, Acarape, Redenção, Barreira e Ocara.

Ainda sobre a região do maciço de Baturité, esta abrange três sub-regiões homogêneas do Estado do Ceará: a serrana - corredor verde (Guaramiranga, Pacoti, Palmácia, Mulungu e Aratuba); a sub-região dos vales/sertão - corredor histórico ferroviário (Baturité, Capistrano, Itapiúna, Aracoiaba, Redenção e Acarape) e a de transição - sertão/litoral (Barreira e Ocara). Os municípios localizam-se, estrategicamente, próximos a serra de Guaramiranga, transformando a região num importante pólo turístico, com fácil acesso aos grandes mercados consumidores.

Promovendo gratuitamente educação profissional e tecnológica no Estado, o IFCE tem se tornado uma referência para o desenvolvimento regional, formando profissionais capacitados e qualificados para o setor produtivo e de serviços, promovendo o crescimento sócioeconômico da região. A instituição atua nas modalidades presencial e à distância, com cursos nos níveis Técnico, Tecnológico, Licenciaturas, Bacharelados e Pós-Graduação *Lato* e *Strictu Sensu*, paralelamente ao trabalho de pesquisa, extensão e difusão de inovações tecnológicas, atendendo às demandas da sociedade e do setor produtivo.

5 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A legislação educacional pertinente ao curso é a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como os Pareceres CNE/CP Nº 29/2002 e CNE/CES Nº 436/2001 e a Resolução CNE/CP Nº 3, de 18 de dezembro de 2002.

O curso atende às orientações do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do Ministério da Educação (MEC), que organiza e orienta a oferta de Cursos Superiores de Tecnologia no país, inspirado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico e em sintonia com a dinâmica do setor produtivo e os requerimentos da sociedade atual.

6. OBJETIVOS DO CURSO

6.1 Objetivo Geral

Formar profissionais na área de hotelaria com competência e habilidades para administração operacional dos meios de hospedagem, embasados em uma visão crítica e empreendedora e

capacitados para atuar na concepção, gestão e supervisão operacional dos serviços hoteleiros e na prestação de serviços de assessoria técnica e/ou consultoria para a hotelaria.

6.2 Objetivos Específicos

- Coordenar serviços de hospedagem, alimentos e bebidas, estrutura física, humana e de materiais necessárias ao bem-estar dos hóspedes;
- Organizar meios técnicos, financeiros para prestação de serviços hoteleiros e gestão de pessoas;
- Programar a oferta de serviços oferecidos aos hóspedes nos equipamentos hoteleiros;
- Avaliar projetos para meios de hospedagem e áreas correlatas à hospitalidade;
- Desenvolver funções gerenciais nos meios de hospedagem com práticas sustentáveis e de inclusão social;
- Trabalhar na consultoria de empresas de hospedagem e nas áreas correlatas à hospitalidade.

7. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O acesso ao Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria será destinado a alunos que tenham concluído o ensino médio, poderá ser feito através de:

- Processo seletivo público/exame de seleção, normatizado por edital;
- A ocupação das vagas remanescentes se dará por meio dos beneficiários no Cadastro Reserva.
- Transferência ou ingresso de diplomado, para o período compatível.

8. ÁREAS DE ATUAÇÃO

O mercado de trabalho dispõe de um vasto campo de atuação para profissionais do ramo da hospedagem, como:

- hotéis, pousadas, *spas*, *resorts*, motéis e estabelecimentos afins;
- diferentes setores relacionados com alimentos e bebidas como: restaurantes (hotéis, pousadas, hospitais, indústrias, independentes), *buffets*, etc.;

- hospitais, clínicas, casas de repouso, entre outros.
- Consultoria e gestão de empreendimentos e atividades hoteleiras

9. PERFIL PROFISSIONAL - HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

O Tecnólogo em Hotelaria formado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – Campus Baturité é um profissional apto para atuar na gestão, operacionalização e comercialização de meios de hospedagem, com capacidade de gerir e operacionalizar o processo de produção dos serviços de recepção, de reservas, de governança, de eventos, de comercialização, de marketing e de alimentos e bebidas. Suas ações devem ser orientadas pelos critérios de qualidade na prestação de serviços e a plena satisfação dos clientes, apoiando-se na responsabilidade social e ambiental e nos interesses e expectativas do mercado e da sociedade.

O Tecnólogo em Hotelaria deverá ter desenvolvido competências e habilidades para:

- Gerir as atividades ligadas à atividade hoteleira
- Aplicar os princípios da responsabilidade socioeconômica e ambiental no setor de hospedagem;
- Aplicar princípios éticos e críticos em sociedade e, especificamente, diante das relações do mundo do trabalho;
- Operar sistemas informatizados;
- Aplicar instrumentos e técnicas de planejamento e organização de acordo com o contexto organizacional;
- Adequar os produtos oferecidos ao segmento atendido;
- Avaliar criticamente os serviços prestados e propor alternativas de melhoria;
- Executar procedimentos operacionais para venda, montagem, estruturação e controle dos espaços de eventos dos meios de hospedagem;
- Atuar em funções de reservas, recepção, caixa e governança.
- Realizar os procedimentos operacionais de atendimento ao hóspede na chegada, permanência e saída do meio de hospedagem;

- Operacionalizar a higienização e arrumação das unidades habitacionais, das áreas sociais e de serviços;
- Controlar materiais de suprimentos das unidades habitacionais, de higiene e limpeza e equipamentos do setor de governança;
- Planejar a rotina operacional das atividades diárias e a alocação de pessoal nos setores de governança e recepção nos meios de hospedagem;
- Auxiliar na construção de processos padronizados, tomando decisões relativas a equipamentos e produtos de trabalho;
- Aplicar técnicas básicas para recebimento, armazenamento, higienização, produção e comercialização de matérias-primas e alimentos com segurança;
- Atuar nos serviços de sala e bar;
- Adaptar técnicas de hospedagem aos estabelecimentos assistenciais de saúde;
- Aplicar os conceitos de Hospitalidade em estabelecimentos assistenciais de saúde;
- Identificar oportunidades de realizar eventos e desenvolver propostas adequadas às variáveis encontradas, em âmbito social, profissional e corporativo;
- Auxiliar na operação e avaliação de resultados de eventos;

10 . METODOLOGIA DE ENSINO

O fazer pedagógico consiste no processo de construção e reconstrução da aprendizagem na dialética da intenção da tarefa partilhada, em que todos são sujeitos do conhecer e aprender, visando à construção do conhecimento, partindo da reflexão, do debate e da crítica, numa perspectiva criativa, interdisciplinar e contextualizada.

Para isso é necessário entender que Currículo vai além das atividades convencionais da sala de aula, pois é tudo que afeta direta ou indiretamente o processo ensino-aprendizagem, portanto deve considerar atividades complementares tais como: iniciação científica e tecnológica, programas acadêmicos, programas de extensão, visitas técnicas, realização de práticas, eventos científicos, além de atividades culturais, políticas e sociais, dentre outras desenvolvidas pelos alunos durante o curso.

Nesta abordagem, o papel dos educadores é fundamental para consolidar um processo participativo em que o aluno possa desempenhar papel ativo de construtor do seu próprio conhecimento, com a mediação do professor. O que pode ocorrer através do desenvolvimento de

atividades integradoras como: debates, reflexões, seminários, momentos de convivência, palestras e trabalhos coletivos.

Em um curso dessa especificidade, assim como as demais atividades de formação acadêmica, as aulas práticas e de laboratório são essenciais para que o aluno possa experimentar diferentes metodologias pedagógicas adequadas ao ensino de Tecnologia. O contato do aluno com a prática deve ser planejado, considerando os diferentes níveis de profundidade e complexidade dos conteúdos envolvidos, tipo de atividade, objetivos, competências e habilidades específicas. Inicialmente, o aluno deve ter contato com os procedimentos a serem utilizados na aula prática realizada simultaneamente por toda a turma e acompanhada pelo professor.

No decorrer do curso, o contato do aluno com a teoria e a prática deve ser aprofundado por meio de atividades que envolvem a criação, o projeto, a construção e análise, e os modelos a serem utilizados.

Para formar profissionais com autonomia intelectual e moral, tornando-os aptos para participar e criar, exercendo sua cidadania e contribuindo para a sustentabilidade ambiental, cabe ao professor organizar situações didáticas para que o aluno busque, através de estudo individual e em equipe, soluções para os problemas que retratem a realidade profissional. A articulação entre teoria e prática assim como das atividades de ensino, pesquisa e extensão deve ser uma preocupação constante do professor.

Dessa forma, a metodologia deverá propiciar condições para que o aluno possa vivenciar e desenvolver suas competências: cognitiva (aprender a aprender); produtiva (aprender a fazer); relacional (aprender a conviver) e pessoal (aprender a ser).

Durante as atividades teórico-práticas há a utilização de metodologias ativas de aprendizagem com uso de TICs realizando oficinas, fóruns, discussão de estudos de casos, de filmes, de artigos científicos, situações com soluções de problemas e utilização da metodologia Pearstruction para discussão e aprendizagem aos pares.

O aprendizado discente é acompanhado além das avaliações, pelas atividades práticas que visam identificar o nível de entendimento e aprendizado, bem como pelo setor pedagógico, que acompanha rendimento, frequência e dificuldades dos alunos, com intermédio da coordenação.

As disciplinas que apresentam menor rendimento ou que precisem de um acompanhamento ao discente, são ofertados programas de monitoria com bolsista e com voluntários, como forma de auxiliar o desenvolvimento na habilidade em questão.

O campus conta com atendimento especializado de servidores com formação em serviço social, psicologia e enfermagem, que visam atender demandas extra sala.

Os docentes são incentivados a abordar em seus conteúdos, assuntos que possam contextualizar assuntos regionais, bem como sobre as relações éticas racionais e sobre a relevância da sustentabilidade.

11. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

11.1 Estrutura Curricular

O Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria possui uma carga horária de duas mil horas distribuídas em cinco semestres, tendo 40 horas já incluídas, de disciplina optativa.

As disciplinas optativas serão ofertadas no 5º semestre, considerando um total de, no mínimo, 10 matrículas. Caso haja matrículas em número inferior ao estabelecido, a coordenação do curso decidirá sobre a oferta da(s) disciplina(s).

O projeto contempla o Trabalho de Conclusão de Curso-TCC regido por normatização, informada aos discentes pelo docente responsável pela formatação do TCC, sendo este dividido em 2 disciplinas cada uma com 40 horas/aula, o qual pode ser desenvolvido por monografia ou artigo, que será orientado por docentes de áreas relacionadas mais especificamente ao tema escolhido pelo discente.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – *Campus Baturité*, através do Curso de Tecnologia em Hotelaria, visa atender ao mercado profissional e à sociedade da região do Maciço de Baturité a partir dessa nova concepção de integração e articulação, colaborando com a educação e a formação de profissionais aptos a contribuir de forma interativa com a economia e a cultura da região, contribuindo assim, com o desenvolvimento do pólo turístico e gastronômico do Maciço de Baturité.

Nesse contexto, o curso desenvolverá ações pedagógicas com base no desenvolvimento de competências e habilidades, responsabilidade técnica e social, tendo como princípios o embasamento para o desenvolvimento da capacidade empreendedora; o incentivo às práticas da hospitalidade, diretamente ligadas ao bem servir e atender; o entendimento e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes do uso das tecnologias e o estímulo à educação continuada.

11.2 MATRIZ CURRICULAR

O Curso foi estruturado em cinco semestres letivos com Unidades Curriculares e Atividades Complementares, numa sequência lógica e contínua de apresentação das diversas situações do conhecimento específico e das suas interações no contexto da formação do profissional. As atividades de vivência serão desenvolvidas através de visitas técnicas; aulas práticas em sala, nos laboratórios e nos espaços pertinentes ao desenvolvimento de tais atividades.

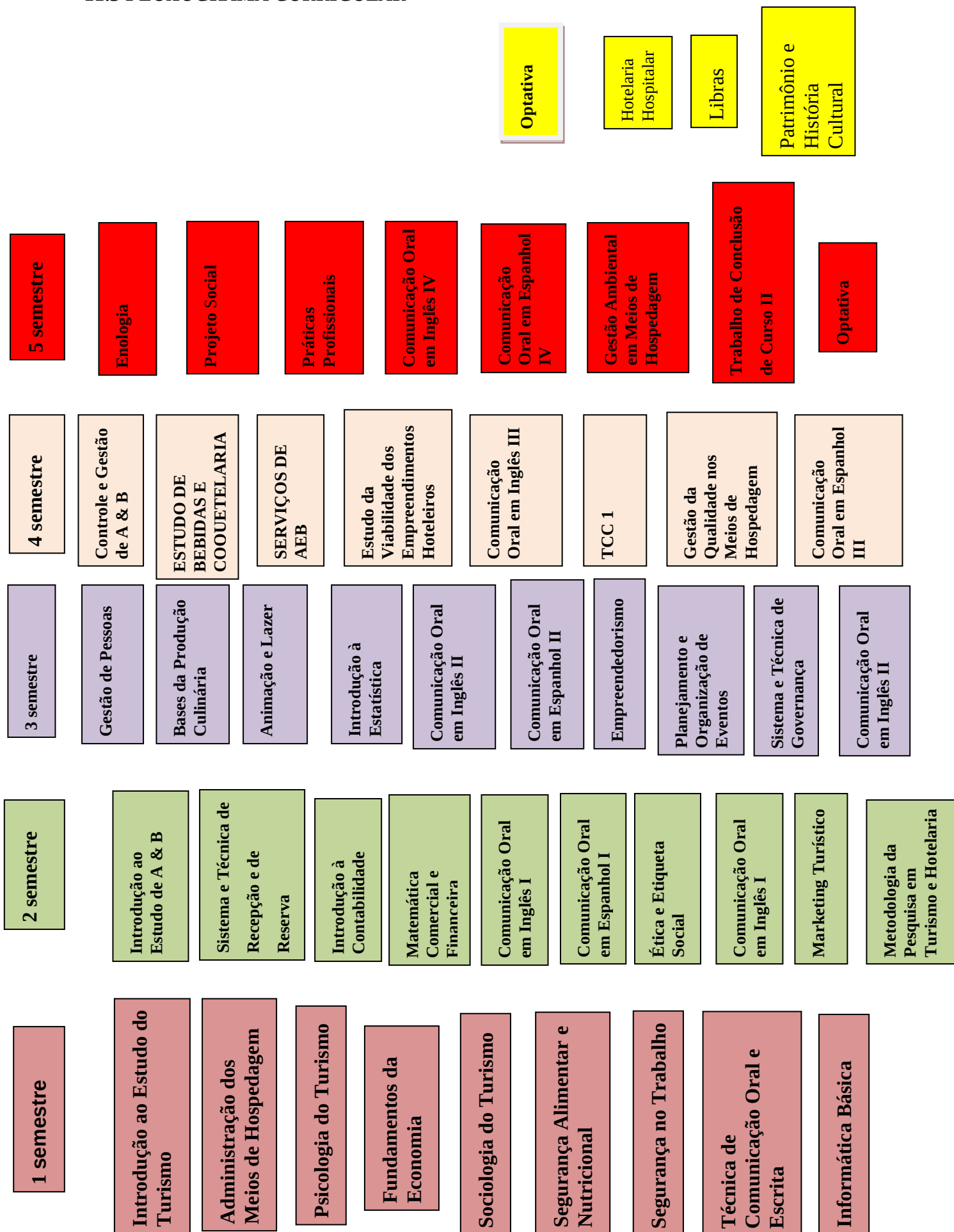
15201 – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE TECNOLOGIA EM HOTELARIA

Cod.	Disciplinas	h/aula	T	P	Cred	
SEMESTRE I						
HOTE.001	Introdução ao Estudo do Turismo	40	50	10	02	
HOTE.002	Administração dos Meios de Hospedagem	80	60	20	04	
HOTE.011	Psicologia do Turismo	40	40	00	02	
HOTE.004	Fundamentos da Economia	40	40	00	02	
HOTE.005	Sociologia do Turismo	40	28	12	02	
HOTE.006	Segurança Alimentar e Nutricional	40	40	00	02	
HOTE.025	Segurança no Trabalho	40	40	00	02	
HOTE.008	Técnica de Comunicação Oral e Escrita	40	30	10	02	
Nova	Informática Básica	40	20	20	02	
		400	400	00	20	
SEMESTRE II						
HOTE.010	Introdução ao Estudo de A & B	40	30	10	02	Hote 02 Hote 06
HOTE.018	Sistema e Técnica de Recepção e de Reserva	80	40	40	04	Hote 02
HOTE.012	Introdução à Contabilidade	40	30	10	02	
HOTE.003	Matemática Comercial e Financeira	40	40	00	02	
Nova	Ética e Etiqueta Social	40	30	10	02	
HOTE.009	Comunicação Oral em Inglês I	40	26	14	02	
HOTE.0	Comunicação Oral em Espanhol I	40	28	12	02	

16						
HOTE.0 28	Marketing Turístico	40	40	00	02	Hote 02
HOTE.0 17	Metodologia da Pesquisa em Turismo e Hotelaria	40	30	10	2	
		400	400	00	20	
	SEMESTRE 3					
HOTE.0 13	Gestão de Pessoas	40	40	00	2	Ética e Etiqueta
HOTE.0 19	Animação e Lazer	40	20	20	2	Hote 02
HOTE.0 20	Bases da Produção Culinária	40	30	10	2	Hote 010
HOTE.0 07	Introdução à Estatística	40	40	00	2	
HOTE.0 38	Empreendedorismo	80	40	40	4	Hote 02
HOTE.0 22	Sistema e Técnica de Governança	40	30	10	2	Hote 02
HOTE.0 15	Comunicação Oral em Inglês II	40	26	14	2	Hote 09
HOTE.0 24	Comunicação Oral em Espanhol II	40	28	12	2	Hote 16
HOTE.0 29	Planejamento e Organização de Eventos	40	28	12	2	
		400	400	00	20	
	SEMESTRE 4					
NOVA	Estudo de bebidas e coquetelaria	80	64	16	4	
NOVA	Serviços de aeb	80	64	16	4	
NOVA	TCC 1	40	40	00	2	HOTE.017
HOTE.0 23	Comunicação Oral em Inglês III	40	24	16	2	Hote 09 Hote 15
HOTE.0 32	Gestão da Qualidade nos Meios de Hospedagem	40	25	15	2	Hote 02
HOTE.0 31	Estudo da Viabilidade dos Empreendimentos Hoteleiros	40	40	00	2	Hote 02
HOTE.0 34	Comunicação Oral em Espanhol III	40	28	12	2	HOTE 16 HOTE 24
HOTE.0 30	Controle e Gestão de A & B	40	40	00	2	HOTE.010

		400	400		20	
	SEMESTRE 5					
HOTE.3 5	Projeto Social	40	20	20	02	
HOTE.0 37	Práticas Profissionais	80	20	60	02	Hot 25 HOTE.010 HOTE.018 HOTE 22
HOTE.0 33	Comunicação Oral em Inglês IV	40	40	00	02	Hote 09 Hote 15 Hote 23
HOTE.0 40	Comunicação Oral em Espanhol IV	40	40	00	02	HOTE 16 HOTE 24 HOTE 24
HOTE.0 27	Enologia	80	80	00	02	
Nova	Trabalho de Conclusão do Curso 2	40	40	00	02	HOTE.017 TCC1
HOTE.0 14	Gestão Ambiental nos Meios de Hospedagem	40	40	00	02	
	OPTATIVAS					
OPTATI VA	Patrimônio Histórico Cultural	40	40	00	02	
OPTATI VA	Hotelaria Hospitalar	40	40	00	02	
OPTATI VA	Libras	40	28	12		
		400	400	00	20	
CARGA HORÁRIA TOTAL		880				

11.3 FLUXOGRAMA CURRICULAR



12. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

A avaliação do projeto pedagógico tem como objetivo acompanhar as ações e as atividades realizadas pelos docentes, técnicos e discentes envolvidos, visando atingir os objetivos propostos para o curso, a descentralização das decisões, a construção e a manutenção do vínculo educação-sociedade. Dessa forma, o acompanhamento e a avaliação deverão legitimar as ações de implantação e as mudanças e melhorias aplicadas.

Serão trabalhadas a conscientização e a disponibilidade por parte de todos os que fazem o curso, ou seja, o docente, o técnico e o discente, como pilares para as ações a serem concretizadas.

O acompanhamento e a avaliação serão aplicados no ambiente de atuação de todos os integrantes: sala de aula, visitas técnicas, seminários, atividades complementares, práticas e nas relações entre docentes, discentes e técnicos. Os meios e instrumentos utilizados na avaliação do projeto do curso serão: questionários, entrevistas, auto-avaliações, apresentações de trabalhos, seminários de avaliação e relatórios, que servirão como mensuração da funcionalidade do projeto, fornecendo dados que embasem as ações corretivas. Também serão aplicados questionários e entrevistas coletivas envolvendo tanto professores quanto alunos para avaliar as condições de ensino e de aprendizagem, levando-se em consideração:

- a) o percentual de aproveitamento obtido no final de cada semestre;
- b) o fator de evasão;
- c) o rendimento escolar acima da média institucional. Para o cumprimento destes critérios serão desenvolvidas as ações:
 - Estudar os Planos de aulas das disciplinas visando a analisar a coerência e a aderência entre a ementa, os conteúdos programáticos, a metodologia de ensino e de aprendizagem;
 - Verificar se há coerência entre os conteúdos programáticos curriculares propostos com o perfil delineado no Projeto Pedagógico, conforme os eixos temáticos;
 - Avaliar o desempenho do professor na percepção dos alunos e dos alunos na percepção do professor;
 - Coletar sugestões para melhoria das disciplinas ministradas no período anterior;
 - Socializar os resultados junto aos professores do curso para posterior tomada de decisões no que se refere à adequação da matriz em processo;
- d) Quanto à periodicidade, deverão ser utilizadas avaliações sistemáticas e continuadas, com espaços para uma reflexão crítica e autocrítica do desempenho do curso e de seus integrantes, estando essas atividades devidamente registradas e documentadas para servir de suporte para as avaliações subsequentes.

13. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação do desempenho dá-se por disciplina, onde observa-se critérios como aprendizagem, frequência e participação.

Para aprovação o discente deverá ao fim do semestre ter a média mínima necessária e ter 75% de frequência, conforme o ROD vigente.

Conforme artigos do ROD 54 a 57:

Subseção III – Da sistemática de avaliação no ensino superior

Art. 54 A sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas.

§1 Em cada etapa, serão atribuídas aos discentes médias obtidas nas avaliações dos conhecimentos construídos.

§2 Independentemente do número de aulas semanais, o docente deverá aplicar, no mínimo, 02 (duas) avaliações por etapa.

§3 A nota do semestre será a média ponderada das avaliações parciais, devendo o discente obter a média mínima 7,0 para a aprovação.

Art. 55 A média final de cada etapa e de cada período letivo terá apenas uma casa decimal; as notas das avaliações parciais poderão ter até duas casas decimais.

Art. 56 Caso o aluno não atinja a média mínima para a aprovação (7,0), mas tenha obtido, no semestre, a nota mínima 3,0, ser-lhe-á assegurado o direito de fazer a prova final.

§1 A prova final deverá ser aplicada no mínimo três dias após a divulgação do resultado da média semestral.

§2 A média final será obtida pela soma da média semestral, com a nota da prova final, dividida por 2 (dois); a aprovação do discente estará condicionada à obtenção da média mínima 5,0.

§3 A prova final deverá contemplar todo o conteúdo trabalhado no semestre.

§4 A aprovação do rendimento acadêmico far-se-á, aplicando-se a fórmula a seguir:

Curso Superior

$$X_s = 2x_1 + 3x_2 \geq 7,0$$

$$X_f = X_s + AF \geq 5,0$$

LEGENDA

S_x = Média semestral

X_1 = Média da 1ª. Etapa

X_2 = Média da 2ª. Etapa

X_f = Média Final

AF = Avaliação Final

O docente deve desenvolver métodos de avaliações, que estimulem o saber, principalmente de maneira aplicada e prática, analisando o desenvolvimento do aluno como um todo, indo além dos métodos tradicionais de avaliação.

14. Atividades Complementares

Não há créditos referentes a atividades complementares para integralização no currículo.

15. Aproveitamento de Experiências Anteriores: aproveitamento e validação de disciplina

Os alunos vindos de outras instituições, tendo cursado disciplinas de cursos de nível superior poderão solicitar aproveitamento de disciplina, tendo que apresentar :

- Histórico Escolar com as aprovações nas disciplinas desejadas, com nota média mínima de sete
- Planos de Unidade Curricular das Disciplinas que pretende conseguir o aproveitamento, tendo que ter compatibilidade em 75% de carga horária e compatibilidade de 75% de conteúdo.

O aluno que se considerar apto em alguma área de conhecimento, por ter tido experiência empírica ou afim, pode solicitar validação da disciplina referente, devendo obter aproveitamento de no mínimo 70%.

16. Estágio

Segundo o parecer CNE/CES no. 239/2008, artigo 4º., parágrafos 2º. e 3º. a atividade de estágio é entendida como facultativa, conforme a natureza da atividade profissional. A Lei 11.788/2008 de estágio , conforme o art. 2º “§ 2o Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.”

No curso de hotelaria do Campus Baturité, optou-se pela disciplina de prática profissional, com carga horária de 80 horas, a qual possui acompanhamento de um professor, a qual pode ser realizada através de monitorias relacionadas com o curso específico; participação em eventos internos do IFCE como voluntários; participação em eventos externos, tanto operacional como em gestão; prestação de serviço em empreendimentos hoteleiros ou alimentícios; atividades que envolvam hotelaria, turismo e cultura, sendo em empresas públicas ou privadas.

O aluno pode obter toda a carga horária em uma atividade, bem como também pode ser através de soma de carga horárias comprobatórias através de documentos. Ao fim, o aluno deve apresentar um relatório técnico sobre as atividades.

17. APOIO AO DISCENTE

A Assistência Estudantil tem como objetivos ofertar apoios de permanência e de formação acadêmica aos alunos, visando contribuir para a redução dos índices de evasão, bem como dar oportunidade aqueles que não possuem condições socioeconômicas de deslocamento, entre outros.

No IFCE o Regulamento de Assistência Estudantil que foi aprovado através da Resolução nº 024, de 22 de junho de 2015 e tem como parâmetros os princípios gerais do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) do Ministério da Educação, sendo àquele que norteia o trabalho dos Técnicos.

O Campus Baturité oferece os seguintes auxílios:

- Auxílio Moradia: destinado a subsidiar despesas com habitação para discentes com referência familiar e residência domiciliar fora da sede do município onde está instalado o campus, pelo período de 6(seis) meses, podendo ser renovado por igual período;
- Auxílio Transporte: é destinado a subsidiar a locomoção diária dos discentes no trajeto residência/campus/residência, durante os dias letivos, podendo ser renovado por mais um semestre letivo;
- Auxílio Óculos: destinado aos discentes para subsidiar aquisição de óculos ou lentes corretivas de deficiências oculares, respeitando-se a periodicidade mínima de 12 (doze) meses para nova solicitação;
- Auxílio visitas e viagens técnicas: destinado a subsidiar alimentação e/ou hospedagem, em visitas e viagens técnicas, programadas pelos docentes dos cursos e expressas no Plano de Trabalho Anual-PTA, de acordo com o Programa de Unidade Didática-PUD de cada disciplina;
- Auxílio didático-pedagógico: destinado ao discente para aquisição de seu material, de uso individual e intransferível, indispensável para o processo de aprendizagem de determinada disciplina, contribuindo para a sua formação acadêmica.
- Auxílio Acadêmico: destinado a contribuir com as despesas de alimentação, hospedagem, passagem e inscrição dos discentes na participação em eventos que possibilitem o processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, é servida a merenda escolar nos três turnos do dia. O Campus possui profissional da saúde (Enfermeira), que presta serviços de educação e saúde preventiva através campanhas e eventos específicos além de atendimento individual aos discentes. Há o acompanhamento da evasão com parceria entre departamento de ensino e docentes.

Como estratégia institucional de apoio acadêmico aos discentes para melhoria do processo ensino-aprendizagem, o IFCE desenvolve o programa de monitoria, amparado legalmente por regulamento.

18. DIPLOMA

Após a integralização e aprovação de todas as disciplinas que compõem a matriz curricular do curso será conferido ao aluno o Diploma de Tecnólogo em Hotelaria.

19. EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS - PUD

DISCIPLINA: Introdução ao Estudo do Turismo
Código: HOTE.001
Carga Horária: 40
Número de Créditos: 2
Código pré-requisito: ---
Semestre: 1
Nível: Superior / Tecnólogo
EMENTA
Nesta disciplina, o aluno será apresentado aos conceitos básicos do estudo do Turismo, bem como as características organizacionais dos segmentos pertencentes à atividade. O aluno entrará em contato com a relevância do Sistema de Turismo e a composição e interação entre os ramos componentes da Cadeia Produtiva do Turismo. Discutir-se-á, ainda, as realidades mundiais da atividade e suas perspectivas, dando ênfase aos seus aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais.
OBJETIVOS
Ao final da disciplina, o aluno deve ser capaz de: Compreender os conceitos gerais da atividade turística, sua relação sistêmica e interações entre os segmentos; Avaliar o panorama geral turismo e seus possíveis impactos; Conhecer as características básicas da Cadeia Produtiva do Turismo; Analisar os principais segmentos do Turismo, suas características e empreendimentos; Compreender o processo de turistificação do espaço Brasileiro, atuais propriedades e tendências.
PROGRAMA
Para o desenvolvimento das competências elencadas, deverão ser abordados os seguintes conteúdos: Conceitos básicos do estudo do Turismo. Hitórico e Evolução da atividade Turística.

Panorama Mundial do Turismo Sistema de Turismo, composição e características. Estudo da Cadeia Básica do Turismo. Segmentação Turística. Turismo e Sustentabilidade. Espaço Brasileiro e Turismo.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivo-dialogadas; Exercícios teóricos e práticos; Apresentação de seminários; Observação de filmes; Análise e interpretação de textos e artigos; Incursões no Campo Empírico. Recuperação de Aprendizagem através de atendimento pessoal aos alunos.	
AVALIAÇÃO	
. Trabalhos Individuais . Provas Escritas (Avaliação Diagnóstica Individual) . Seminários . Produção Textual e Expressão Oral . Participação em Fóruns e Mediações Acadêmicas	
REFERÊNCIA BÁSICA	
BENI, Mario Carlos. Análise estrutural do turismo. 10 ed. São Paulo: SENAC, 2004. COOPER, Chris et al. Turismo: Princípios e Práticas. São Paulo: Bookman, 2007. SANCHO, Amparo. Introdução ao turismo: organização mundial ao turismo. São Paulo: Roca, 2001.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
BARRETO, Margarida. Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo. – 13ªed. rev. e atual – Campinas, SP: Papirus, 2003. LAGE, Beatriz; MILONE, Paulo. Turismo: teoria e prática. – São Paulo: Atlas, 2000.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM	
Código:	HOTE002
Carga Horária:	80

Número de Créditos:	3 4
Código pré-requisito:	---
Semestre:	1
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
Fazer com que os discentes possam compreender os principais conceitos da administração, pautados no planejamento, organização, coordenação, direção e controle; Compreender a organização hoteleira inserida na excelência da qualidade dos serviços; Focando a evolução dos meios de hospedagem, tipologia, classificação, hierarquia e setores; Oferecer conhecimentos técnicos para que os discentes conheçam os formulários e documentos utilizados na hotelaria, bem como, possam resolver problemas operacionais e gerenciais.	
OBJETIVOS	
• Compreender os princípios da administração e suas novas abordagens; • Expor a evolução dos meios de hospedagem até os dias atuais; • Abordar os termos técnicos utilizados nos meios de hospedagem, bem como sua tipologia e classificação conforme o Sistema Brasileiro de Classificação dos meios de Hospedagem (SBCLASS) • Conhecer os diversos setores da hotelaria, bem como, ordem hierárquica com cargos, funções e operacionalização dos serviços. • Propiciar aos discentes, conhecimento de formulários e documentos utilizados na hotelaria, bem como, de simulações para solucionar problemas operacionais e de gestão.	
PROGRAMA	
1. Evolução dos conceitos de administração desde os princípios até a contemporaneidade; 2. Evolução da hospitalidade e dos meios de hospedagem desde a idade antiga até a atualidade, enfocando também os pioneiros da hotelaria; 3. Os meios de hospedagem como empresa: Classificação hoteleira, baseada na deliberação normativa nº 429 /2002, SBCLASS, e nas modificações atuais; 4. Termos técnicos usados na hotelaria e tipologia dos meios de hospedagem (hotéis, pousadas, albergues, campings, Spa, motéis, etc); 5. Estrutura organizacional dos meios de hospedagem (cargos, funções e setores de hospedagem).	
METODOLOGIA DE ENSINO	
As aulas serão expositivas e dialogadas com utilização de data show, caixa de som, quadro branco, xerox para resolução de exercícios, simulações de diversas situações problemáticas dentro de meios de hospedagem, ; utilização de metodologias ativas de aprendizagem com uso de TICs realizando oficinas de Learning Café, Brainwriting para discussão de estudos de casos e soluções de problemas, e utilização da metodologia Pear struction para discussão e aprendizagem aos pares através da plataforma de questionários-quiz do Google forms,; Visita técnica a um meio de hospedagem para comparar a teoria com a prática guardando as proporções de uma cidade grande para o interior do estado; Elaboração de 01 relatório, apresentação de 02 seminários e 02 avaliações dissertativas sobre o conteúdo ministrado.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação será formativa, observando a participação dos discentes em sala de aula, no momento de esclarecimento de dúvidas, resolução de exercícios, se o grupo todo está trabalhando para resolver as simulações problemáticas dentro de uma empresa ou especificamente em um hotel. Como se comportam durante a visita técnica em um hotel. Que observações e conclusões foram identificadas no relatório da visita técnica, além das respostas coerentes dadas na avaliação dissertativa composta de 5 a 10 questões.	
REFERÊNCIA BÁSICA	

CASTELLI, Geraldo. Administração hoteleira. 9. ed. rev. Caxias do Sul: EDUCS, 2003. MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Introdução a administração. 7ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2007. POWERS, Tom. Administração no setor de hospitalidade: turismo, hotelaria, restaurante. São Paulo, Sp: Atlas, 2004.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
DAVIES, Carlos Alberto. Cargos em hotelaria. 3. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2001. DE LA TORRE, Francisco. Administração hoteleira, parte I: departamentos. Tradução: Dolores Martin Rodriguez Córner. São Paulo: Roca, 2001. DUARTE, Vladimir Vieira. Administração de sistemas hoteleiros: conceitos básicos. 2ed. rev. São Paulo: SENAC São Paulo, 2003. Regulamento e matriz de classificação dos meios de hospedagem e turismo. Deliberação Normativa nº. 429 de 23/4/2002. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/turismo-e-hotelaria/artigos/4360/deliberacao-normativa-n%C2%B0-429-de-23-de-abril-de-2002>. Acesso em 10 de Dezembro de 2014. Sistema Brasileiro de Classificação dos meios de Hospedagem - SBCLASS. Instituído pela Portaria nº 100 de 16 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.classificacao.turismo.gov.br/MTUR-classificacao/mtur-site/> Acesso em 10 de Dezembro de 2014. PETROCCHI, Mário. Hotelaria planejamento e gestão. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DA ECONOMIA	
Código:	HOTE.004
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	--
Semestre:	1
Nível:	Superior/Tecnológico
EMENTA	
Conceitos Básicos de Introdução à Economia. Enfoque prático da Microeconomia. Enfoque prático da Macroeconomia.	

OBJETIVOS
- Saber comentar aspectos de oferta e demanda; - Conhecer as características dos vários tipos de mercado; - Saber calcular e explicar os grandes agregados das contas nacionais; - Conhecer os fundamentos das teorias do Comércio Internacional; - Conhecer as teorias de combate à inflação; - Entender os fundamentos da teoria monetária.
PROGRAMA
Conceitos Básicos: conceito, objeto e classificação da Economia Atividades Econômicas: Setor Primário, Setor Secundário e Setor Terciário Necessidades Humanas Bens e Serviços Políticas Econômicas: Monetária, Fiscal e Cambial O Sistema Econômico Produção Circulação e Consumo Mercados Teoria do Funcionamento do Mercado Demanda Oferta Preço de Equilíbrio e Quantidade de Equilíbrio Elasticidade da Demanda Elasticidade da Oferta Teoria do Consumidor Utilidade Total e Marginal Restrição Orçamentária Teoria da Produção Teoria dos Custos Equilíbrio da Firma Estruturas de Mercado Concorrência Perfeita Monopólio e Concorrência Imperfeita Sistemas de Contas Nacionais Identidades da Contabilidade Nacional O Novo Sistema das Contas Nacionais Teorias de Determinação da Renda A Oferta Agregada A Demanda Agregada Teoria Monetária As Funções da Moeda Criação e Destruição de Moeda Segmentação dos Mercados Financeiros Tratamento da Inflação Tipos de Inflação Teoria Quantitativa da Moeda Comércio Internacional O Mercado Cambial O Balanço de Pagamentos
METODOLOGIA DE ENSINO
- Aulas expositivo-participativas - Mesa-Redonda - Visitas Técnicas a Empresas - Debates - Palestras
AVALIAÇÃO

- Prova Escrita
- Atividades Individuais e Grupais
- Relatório de Visitas Técnicas
- Resumo de Palestras

REFERÊNCIA BÁSICA

GREMAUD, Amaury Patrick [et al]. **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 2011.

NEVES, Silvério das. **Introdução à economia**. São Paulo: Saraiva, 2012.

MONTELLA, Moura. **Micro e Macroeconomia**. São Paulo: Atlas, 2012.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

FONTES, Rosa. **Economia: um Enfoque Básico e Simplificado**. São Paulo: Atlas, 2010.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA DO TURISMO	
Código:	HOTE. 005
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	--
Semestre:	1
Nível:	Superior / Tecnólogo
EMENTA	
Conceitos introdutórios a Sociologia do Turismo. Sociologia do lazer. Lazer e turismo. O modelo existencial na sociedade industrial: trabalho – moradia – lazer – viagem. A maquinaria das férias ou o ciclo da reconstituição. Humanização do cotidiano. Teses para a humanização da viagem.	
OBJETIVOS	
• Compreender conceitos introdutórios a Sociologia do Turismo. • Conhecer aspectos relevantes sobre as contribuições da sociologia para a compreensão do lazer. • Perceber aspectos relevantes da relação existente entre lazer e turismo • Discutir sobre o modelo existencial na sociedade industrial e sua relação com o trabalho, moradia, lazer e viagem. • Discutir aspectos relevantes quanto a humanização do cotidiano e da viagem.	
PROGRAMA	
1. Conceitos introdutórios a Sociologia do Turismo 1.1. Conhecimento humano, fato social e sociologia 1.2. Comunidade 1.3. Vida urbana 1.4. Comunicação 1.5. Etnocentrismo, invasão cultural e relativismo cultural 2. Sociologia do Lazer 2.1. A dinâmica produtora do lazer 2.2. Trabalho, Lazer, Tempo e Espaço 2. Lazer e turismo 2.1. Sociologia, lazer e turismo 2.2. Lazer e contexto cultural 2.3. Turismo 2.4. Modalidades de turismo 2.5. Turismo e direito 2.6. Turismo e realidade social 2.7. Empresa de turismo 2.8. Humanização do turismo	

2.9.Turismo e mudanças sociais 3. O modelo existencial na sociedade industrial: trabalho – moradia – lazer – viagem. 4. A maquinaria das férias ou o ciclo da reconstituição. 5. Humanização do cotidiano. 6. Teses para a humanização da viagem.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
- Exposição oral dialogada dos conteúdos. - Aplicação de exercícios e estudos dirigidos. - Exposição de vídeos - Pesquisa de Campo. - Seminários e debates.	
AVALIAÇÃO	
- Exercícios e estudos dirigidos - Avaliação Escrita - Apresentação de Seminários - Produção de Artigo e/ou de textos	
REFERÊNCIA BÁSICA	
CASTRO, Celso Antonio Pinheiro de. Sociologia aplicada ao turismo. São Paulo: Atlas, 2002. DUMAZEDIER, Joffre. Sociologia empírica do lazer. [tradução Silvia Mazza e J. Guinsburg]. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, SESC, 2008. (Debates; 164 / dirigida por J. Guinsburg). KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. [tradução contexto traduções]. 3.ed. rev. e ampli. São Paulo: Aleph, 2009. (Turismo)	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
DOWBOR, Ladislau. O que é Capital. São Paulo: Brasiliense, 2004. Falcão, Marcius Tullius Soares. Sociologia do Turismo. Fortaleza: UAB/IFCE, 2010. PORTO-GONÇALVES, Carlos Alves. Globalização da natureza e natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

DISCIPLINA: SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	
Código:	HOTE.006
Carga Horária:	40 h/a
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	-
Semestre:	I
Nível:	Tecnólogo / Superior
EMENTA	
A importância da cultura na produção e consumo de alimentos. Introdução a nutrição, dieta e saúde. Conceitos higiênico-sanitários em estabelecimento de restauração do setor turístico. História e construção dos conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional pelo direito humano à alimentação adequada: indicadores, políticas, programas e ações de SAN.	
OBJETIVOS	
Valorizar a cultura no ato de alimentar-se e conhecer as principais ferramentas de segurança alimentar e nutricional para o controle da qualidade de alimentos no setor hoteleiro e garantir a saúde do indivíduo.	
PROGRAMA	
UNIDADE I – Alimentação e Nutrição - Noções gerais sobre alimentos e sua produção; - diferença entre nutrição e alimentação; - comportamento e cultura alimentar: evolução; - as principais doenças do homem moderno; - deficiências nutricionais e causadores de doenças na infância; - alimentação saudável: guias e recomendações. UNIDADE II – Higiene e Segurança de Alimentos - Vigilância sanitária no setor de A & B: noções de microbiologia e DTAs; - Introdução a restauração: estrutura física e noções de brigada de serviço; - Saúde e higiene do manipulador, higiene das instalações, móveis e utensílio; - BPF's na produção de refeições hoteleiras – critérios de produção, armazenamento e distribuição. UNIDADE III e IV– Princípios, política e programa em SAN - Segurança Alimentar e Nutricional e a construção de sua política; - Construção da Losan: o direito humano a alimentação; - Globalização e pobreza: programa bolsa família; - A fome no Brasil: programa fome zero; - Programa nacional da agricultura familiar- PNAF; - Programa nacional de alimentação escolar – PNAE.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas; Trabalhos individuais e em grupos; Apresentação de seminários; Estudo dirigido; Visitas técnicas orientadas; Análise e interpretação de textos e artigos.	
AValiação	
Avaliação do processo ensino-aprendizagem através da participação em sala de aula Trabalhos Individuais e em grupo Provas Escritas (Avaliação Individual) Seminários	

REFERÊNCIA BÁSICA	
CASCUDO, Luis da Câmara. História da Alimentação no Brasil. 3. ed - São Paulo: Global, 2004. FORSTHE, STEPHEN. Microbiologia da Segurança Alimentar. Porto Alegre: Artmed, 2002. GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. Higiene e vigilância sanitária de alimentos. Editora Manole, 2008. MALUF, Renato S. Jamil. Segurança alimentar e nutricional. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
BEZERRA, L. P.; SILVA, G. C.; PINHEIRO, A. N. Manipulação segura de alimentos. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009. 88p. SCALDELLAI, A. V., et AL. Manual prático de saúde e segurança do trabalho. 2 ed. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2013. SILVA JÚNIOR, E. A. Manual de controle higiênico-sanitário em alimentos. São Paulo: Varela, 1995. 352p.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: MATEMÁTICA COMERCIAL E FINANCEIRA	
Código:	HOTE.003
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	--
Semestre:	2
Nível:	Superior/Tecnológico
EMENTA	
Matemática Básica. Matemática Comercial. Matemática Financeira. Noções de Fluxo de Caixa. Comparativo entre Juro Simples e Juro Composto. Comparativo entre Desconto Simples e Desconto Composto. Avaliação de Projetos. .	
OBJETIVOS	
- Saber comentar os conceitos básicos de Matemática Financeira. - Saber usar a Máquina Financeira. - Compreender a diferença entre juro simples e juro composto - Compreender a diferença entre desconto simples e desconto composto - Saber operacionalizar as técnicas de avaliação de projetos	

PROGRAMA
Equações Proporção Potência Problemas com Números Inteiros Progressões Aritméticas Progressões Geométricas Regra de Três Simples Regra de Três Composta Porcentagem Juros Simples Desconto Simples Uso de Máquina Financeira Fluxo de Caixa Taxas de Juros Juro Composto Desconto Composto Séries Uniformes Sistemas de Amortização Planos de Depreciação Taxa Interna de Retorno(TIR) Playback Descontado Valor Presente Líquido(VPL) Índice de Lucratividade(IL) Taxa de Rentabilidade(TR) Comparação entre os métodos de Avaliação de Projetos
METODOLOGIA DE ENSINO
- Aulas expositivo-dialogadas - Mesa-Redonda - Debates
AVALIAÇÃO
- Prova Escrita - Atividades Individuais e Grupais
REFERÊNCIA BÁSICA
VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática financeira. São Paulo: Atlas, 2011. HAZZAN, Samuel; POMPEO, José Nicolau. Matemática financeira. São Paulo: Saraiva, 2007. BUAR, Celso Luiz. Matemática financeira. Curitiba-PR: Editora do Livro Técnico, 2010.
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR
RODRIGUES, Francisco José. Noções Básicas de Matemática Financeira. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2012. IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel; DEGENSZAJN, David. Fundamentos de matemática elementar: matemática comercial, matemática financeira e estatística descritiva. São Paulo: Atual, 2004.

Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO A ESTATÍSTICA	
Código:	HOTE.007
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	---
Semestre:	3
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
A natureza da estatística; População e amostra; Séries estatísticas; Variáveis e gráficos; Distribuição de frequência; Medidas de posição; Medidas de dispersão ou de variabilidade; Medidas de assimetria e Curtose; Teoria elementar da probabilidade; Distribuição binomial e Normal.	
OBJETIVOS	
• Compreender a lei da probabilidade e como esta é importante para os cálculos de um meio de hospedagem; • Conhecer as técnicas de coleta de dados para possíveis aplicações em monografias, ou qualquer trabalho acadêmico; • Analisar dados estatísticos com ou sem tabelas.	
PROGRAMA	
Panorama histórico, Método estatístico; A estatística, Fase do método estatístico, A estatística nas empresas; Variáveis, População e amostra, Amostragem; Tabelas, Séries estatísticas, Distribuição de frequência, Dados absolutos e relativos; Gráfico estatístico, Diagramas, Gráfico polar, Cartograma, Pictograma; Tabela primitiva (Rol), Distribuição de frequência, Elementos de uma distribuição de frequência, Número de classes e Intervalo de classe, Tipos de frequência, Distribuição de frequência sem intervalos de classe, Representação gráfica de uma distribuição, A curva de frequência; Média aritmética, Moda, A mediana, Posição relativa da Média, Mediana e Moda, As separatrizes; Dispersão ou variabilidade, Amplitude total, Variância e Desvio padrão, Coeficiente de variação; Assimetria e Curtose; Experimento aleatório, Espaço amostral, Eventos, Probabilidade, Eventos complementares, Eventos independentes e Eventos mutuamente exclusivos; Variável aleatória, Distribuição de probabilidade, Distribuição binomial, Distribuição normal e Curva normal.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
As aulas serão expositivas e dialogadas com utilização de projetor de multimídia, quadro branco, xerox para resolução de exercícios, simulações de diversas situações problemáticas dentro de meios de hospedagem, onde cada grupo deve resolver seus problemas.	
AValiação	
A avaliação será formativa, observando a participação dos discentes em sala de aula, no momento de esclarecimento de dúvidas, resolução de exercícios em grupos. Avaliações escritas individuais e em grupo	

REFERÊNCIA BÁSICA	
CRESPO, Antônio Arnot. Estatística Fácil. São Paulo: Editora Saraiva, 2009. COSTA, Sérgio Francisco. Estatística aplicada ao turismo. São Paulo: Aleph, 2003. FONSECA, Jairo Simon da. Curso de Estatística. 6º edição. São Paulo: Editora Atlas, 2010.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
MUCELIN, Carlos Alberto. Estatística. Curitiba-PR: Livro técnico, 2010.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: TÉCNICA DE COMUNICAÇÃO ORAL E ESCRITA	
Código:	HOTE.008
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	--
Semestre:	1
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
Leitura e produção de textos de diferentes gêneros e tipos textuais. Elementos de coesão e coerência textuais. Estudo e prática da norma culta, enfocando a nova ortografia da língua portuguesa, a concordância e a regência, a colocação pronominal e os aspectos morfosintáticos, semânticos e pragmático-discursivos da língua portuguesa.	
OBJETIVOS	
Geral: • Compreender e usar os sistemas simbólicos das diferentes linguagens de modo a organizar cognitivamente a realidade. Específicos: • Analisar e interpretar os recursos expressivos da linguagem, verbal ou não verbal, de modo a relacionar o texto ao contexto sócio comunicativo, tendo em vista sua organização e função. • Confrontar opiniões e pontos de vista, levando em consideração a linguagem verbal.	

– Fazer uso efetivo da língua portuguesa nas diversas situações comunicativas, tendo em vista as condições de produção e recepção do texto, para expressar-se, informar-se, comunicar-se, bem como para demais finalidades. – Identificar a estrutura (tipo) e o gênero de um texto, unidade básica da comunicação, e o seu percurso da construção de sentidos.

DISCIPLINA: SEGURANÇA DO TRABALHO	
CÓDIGO: HOTE. 00	CÓDIGO PRÉ-REQUISITO:
CARGA HORÁRIA: 40 H/A	SEMESTRE: 1º SEM
NÚMERO DE CRÉDITOS: 02	NÍVEL: SUPERIOR
EMENTA	
Proporcionar ao aluno o conhecimento sobre os riscos que o ambiente de trabalho pode proporcionar e as diversas situações e ações que podem ser realizadas para controle, amenização e solução dos possíveis problemas que podem ser previstos.	
OBJETIVOS	
Criar uma consciência crítica prevencionista para capacitar os alunos a executarem suas tarefas da vida profissional dentro dos padrões e Normas de Segurança, utilizando-se da prevenção em acidentes de trabalho na área de hospedagem. Proporcionar ao futuro profissional na área de hospedagem uma melhor qualidade de vida no exercício do seu trabalho, reconhecendo, avaliando, eliminando e controlando os riscos de acidentes para si e para os outros que o rodeiam.	
PROGRAMA	
• Introdução à Segurança do Trabalho • Segurança na hotelaria - A Segurança como Critério para Classificação Hoteleira • Acidentes no trabalho - Conceito - Benefícios • Equipamento de Proteção de Uso Individual • Programas de segurança do trabalho - PPRA - PCMAT - PCMSO - CIPA • Prevenção de acidentes no setor da hotelaria • Normas Regulamentadoras – NRs	
METODOLOGIA DE ENSINO	
– Aulas expositivas com utilização de projetor de multimídia, quadro, pincel, projeção de filmes; – Visita técnica; – Atividades práticas nos laboratórios	
AValiação	
As avaliações serão dissertativas, orais e formativas, observando a participação dos discentes	

em sala de aula, principalmente nas aulas práticas. Relatório de visita técnica.	
REFERÊNCIA BÁSICA	
ASTETE. M.Wells; GIAMPAOLI, E; ZIDAN.L.NADIM, Riscos Físicos. São Paulo; Fundacentro, 1985. 112 p CARDELLA,B. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes uma abordagem holística.São Paulo: Atlas S.A.1999 CARNEIRO FILHO, T. Inspeção de segurança.Maceió.1985 FUNDACENTRO; Mtb. Polícia e Acidente do Trabalho, São Paulo: 1998. 37p LIDA I. Ergonomia Projeto e Produção, São Paulo, Editora Edgard Blucher Ltda. 1997. 465p MEDEIROS J.R. Junior; FIKER, José; A Perícia Judicial, Como Redigir Laudos e Argumentar Dialeticamente; São Paulo: Pini, 1996. 140p VIEIRA I. Sebastião; PEREIRA C.Junior Guia Prático do Perito Trabalhista. Belo Horizonte, Ergo Editora, 1997. 428p ZOCCHIO, Á. Prática da prevenção de acidentes: ABC da Segurança do Trabalho.72ªed.São Paulo:Atlas S.A.2002	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
CAM POS. J.L. Dias, O Ministério Público e o Meio Ambiente do Trabalho, Responsabilidade Civil e Criminal do Empregador e Propostos. São Paulo: FUNDACENTRO. 1991.12p CAMPANHOLE. H.Lobo; . Legislação de Previdência Social, São Paulo: Editora ATLAS S/A. 1996 Portaria do Ministério do Trabalho Nº 3214 de Junho de 1978 Segurança e Medicina do Trabalho, Manual de Legislação, ATLAS, 40º1997, 542.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

DISCIPLINA: INFORMÁTICA BÁSICA	
Código:	
Carga Horária:	40h/a
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	--
Semestre:	1
Nível:	Superior
EMENTA	
Conceitos Básicos de Informática Aplicada. Sistemas Operacionais. Editor de textos. Planilhas Eletrônicas. Apresentações.	
OBJETIVO	

• Compreender conceitos básicos de informática; • Conhecer e operacionalizar os principais sistemas operacionais; • Conhecer e utilizar um editor de texto; • Conhecer e utilizar uma planilha eletrônica; • Fazer uma apresentação com o uso de aplicativos.	
PROGRAMA	
• Conceitos Básicos • Sistemas Operacionais • Editor de textos • Planilhas • Apresentações	
METODOLOGIA DE ENSINO	
• Aulas Expositivo-participativas • Aulas de laboratório • Palestras • Seminários • Vídeos	
AVALIAÇÃO	
• Prova escrita • Relatórios de Mesa-Redonda • Resumos de Leitura de Textos • Relatórios de Visita Técnica • Relatórios de Palestras e Seminários.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
MANZANO, André Luiz. Estudo Dirigido de Word 2013. São Paulo: Érika, 2013. MANZANO, José Augusto. Estudo Dirigido de EXCEL 2013. São Paulo: Érika, 2013. MANZANO, José Augusto. Estudo Dirigido de POWERPOINT 2013. São Paulo: Érika, 2013.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
VELLOSO, FERNANDO DE CASTRO. Informática: Conceitos Básicos. 7.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. H. L. CAPRON / J. A. JOHNSON. Introdução à Informática. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2005.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

DISCIPLINA: SEGURANÇA DO TRABALHO	
Código:	HOTE.025
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	--
Semestre:	1
Nível:	Superior/Tecnológico
EMENTA	
Acidentes de trabalho, diferentes graus de risco, primeiros socorros, máquinas e equipamentos e materiais de segurança, CIPA, combate a incêndios. Doenças profissionais e doenças do trabalho, benefícios do trabalhador e seguridade social.	
OBJETIVOS	
▪ Criar uma consciência crítica prevencionista para capacitar os alunos a executarem suas tarefas da vida profissional dentro dos padrões e Normas de Segurança, utilizando-se da prevenção em acidentes de trabalho na área de alimentação. ▪ Proporcionar ao futuro profissional na área de gastronomia uma melhor qualidade de vida no exercício do seu trabalho, reconhecendo, avaliando, eliminando e controlando os riscos de acidentes para si e para os outros que o rodeiam. ▪ Aplicar os requisitos da legislação previdenciária e trabalhista do país. ▪ Registrar os procedimentos corretos e incorretos para subsidiar perícias e fiscalizações.	
PROGRAMA	
Introdução à Segurança do Trabalho. Histórico de segurança do trabalho. Noções Básicas. Classificação dos Acidentes de Trabalho. Causas dos Acidentes de Trabalho. Consequências dos Acidentes de Trabalho. Benefícios Previdenciários. Responsabilidade Civil, Penal e Trabalhista frente a Acidentes de Trabalho Comunicado de Acidentes de Trabalho. Estatística dos Acidentes de Trabalho. Normas Regulamentadoras. Equipamentos de Proteção Individual. Higiene e Medicina do Trabalho. Conceitos de Insalubridade e Periculosidade. Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional. Programa de Prevenção e Riscos Ambientais. Prevenção e Controle de Riscos em Máquinas e Equipamentos. Caldeiras e Vasos de Pressão. Fornos. Ergonomia. Prevenção e Proteção contra Incêndios e Explosões. Medidas de Segurança a serem adotadas nos trabalhos em hotelaria.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas com quadro e pincel, projeção de filmes, uso de data-show e visitas técnicas.	
AVALIAÇÃO	

Através de resumos de aula, pesquisa junto à comunidade, apresentação de seminários e avaliações escritas.	
REFERÊNCIA BÁSICA	
Segurança e Medicina do Trabalho - Manuais de Legislação. 71.ed. São Paulo: Atlas, 2013. SCALDELA, Aparecida Valdinéia [et.al.]. Manual prático de saúde e Segurança do trabalho. 2.ed. revisado e ampliado. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2012. TAVARES, José da Cunha. Noções de prevenção e controle de perdas em segurança do trabalho. 8.ed. São Paulo: SENAC, 2012. Bursano, Paulo Roberto. Segurança do Trabalho - Guia Prático e Didático. São Paulo: ERICA, 2012. Paoleschi, Bruno. CIPA: guia prático de segurança do trabalho. São Paulo: Érica, 2009. Yee, Zung Che. Perícias de engenharia de segurança do trabalho. 3.ed. Curitiba: Juruá, 2012. CARDELLA, Benedito. Segurança no Trabalho e prevenção de acidentes. São Paulo: Atlas, 2012.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
ARAÚJO, Giovanni Moraes de. Fundamentos para Realização de Perícias Trabalhistas, Ambientais e Acidentárias. Rio de Janeiro: GVC, 2008. ARAÚJO, Giovanni Moraes de. Segurança na armazenagem, manuseio e transporte de produtos perigosos. 2.ed. Rio de Janeiro: GVC, 2005. ARAÚJO, Giovanni Moraes de. Elementos do Sistema de Gestão de SMSQRS. 2.ed. Vol.2. Rio de Janeiro: GVC, 2009. GARCIA, Gustavo Felipe Barbosa. Acidentes do trabalho - doenças ocupacionais e nexos epidemiológico. 4.ed. São Paulo: Método, 2011.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: PSICOLOGIA DO TURISMO
Código: HOTE.011
Carga Horária: 40
Número de Créditos: 2
Código pré-requisito: --

Semestre: 1
Nível: Superior/Tecnológico
EMENTA
1. Os fundamentos da psicologia e da psicanálise e a importância de seus instrumentos de análise para a investigação, explicação e compreensão dos processos de subjetivação e fenômenos econômico-sociais contemporâneos; 2. Desenvolvimentos conceituais da psicologia e da psicanálise; 3. A metapsicologia freudiana e a terapêutica psicanalítica; 4. O turismo como experiência de consumo, a tipologia das motivações do turista e os conflitos interpessoais na prestação de serviços e nas relações de trabalho.
OBJETIVOS
• Demonstrar a necessidade e utilidade das teorias psicológicas e psicanalíticas para a análise e compreensão de fenômenos econômico-sociais contemporâneos e os processos de interação e subjetivação correspondentes; • Apresentar aos alunos um aporte teórico-conceitual que lhes permita melhor investigar as causalidades e formas de manifestação de um fenômeno psicossocial determinado; • Estimular os alunos a se apropriarem adequadamente destes instrumentos analítico-conceituais, induzindo essa apropriação por meio de discussões e exercícios de produção textual; • Relacionar as teorias e conceitos da psicologia e da psicanálise com o turismo, a partir de fenômenos sociais contemporâneos, tais como a globalização, a produção capitalista do espaço, os processos de subjetivação por meio do consumo e a precarização das relações de trabalho.
PROGRAMA
UNIDADE I – Introdução à Psicologia: história e abordagens 1. A constituição da Psicologia como ciência na Modernidade: objeto, teorias e métodos; 2. Psicologia do comportamento (Behaviorismo). Psicologia da forma (Gestalt). 3. Psicologia da identidade (Psicologia Social). Psicologia crítica (Psicologia sócio-histórica). 4. Psicologia do desenvolvimento (Constutivismo). Psicologia do inconsciente (Psicanálise). UNIDADE II – Fundamentos e conceitos de psicologia 1. Percepção, memória, consciência e linguagem; 2. Estímulo, afeto, sentimento e emoção; 3. Instinto, pulsão, desejo, fantasia, motivação e vontade; 4. Sexualidade, identidade, representação, personalidade e comportamento. UNIDADE III – Psicanálise e metapsicologia freudiana 1. Aparelho psíquico e mecanismo de defesa: processos primários e secundários; princípio do prazer e da realidade; 2. Inconsciente, pré-consciente e consciente: psicopatologia dos sintomas, sonhos, atos falhos e chistes; 3. Sexualidade infantil e fases de organização da libido: o complexo de Édipo; 4. Narcisismo, análise do eu e psicologia das massas. Compulsão à repetição, pulsão de vida e pulsão de morte. UNIDADE IV – Elementos para uma psicologia do turismo 1. A economia libidinal: do paradigma repressivo ao imperativo de gozo – culpa e socialização das pulsões; 2. O comportamento do turista e a tipologia das motivações; 3. O turismo e a indústria cultural: tempo-livre, lazer e consumo; 4. Conflitos e insatisfação na prestação de serviços e nas relações de trabalho no setor turístico.
METODOLOGIA DE ENSINO

As aulas serão expositivas. Recursos materiais: projetor multimídia, pincel, quadro branco. Recursos didáticos: cópia do texto-base, livros, plano de aula, resumo da aula e conteúdo audiovisual.	
AVALIAÇÃO	
1. Resenhas críticas dos textos-base; 2. Análise fílmica; 3. Produção de artigo científico	
REFERÊNCIA BÁSICA	
SAFALTE, Vladimir. Grande hotel abismo: por uma reconstrução da teoria do reconhecimento. São Paulo: Martins Fontes, 2012.	
SILVA, Fernando Brasil da. A psicologia dos serviços em turismo e hotelaria: entender o cliente e atender com eficácia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
KANAANE, Roberto; SEVERINO, Fátima Regina Giannasi. Ética em turismo e hotelaria. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2006.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO ORAL EM INGLÊS I	
Código:	HOTE.009
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	--
Semestre:	2
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
Possibilitar ao aluno de Hotelaria um contato com a Língua Inglesa, com as funções e vocabulário próprio da área de Hotelaria e Hospedagem e apresentar noções sobre os aspectos culturais dos países cujo idioma é o Inglês.	
OBJETIVOS	
Geral: Desenvolver a competência comunicacional do aluno, abrangendo as habilidades da fala, escrita, leitura e compreensão oral, voltadas a linguagem de Hotelaria e Hospedagem.	
Específicos: 1. Capacitar o aluno a ouvir, compreender e comunicar-se oralmente, diferenciando o uso da língua formal e informal, de acordo com a situação ou conteúdo ao qual for exposto, no seu campo de trabalho. 2. Treinar a escrita, fazendo uso correto das estruturas gramaticais, observando as diferenças de estilo, segundo o	

destino da mensagem.

3. Preparar o aluno para a leitura e compreensão de artigos, textos e obras simplificadas, que venham ao encontro das estruturas e contextos desenvolvidos durante as aulas.

Situar o aluno junto a cultura dos diferentes povos falantes da Língua Inglesa, fazendo-o compreender as diferenças do uso da língua, segundo as características dos povos e países.

4. Através de exercícios de motivação a participação em sala de aula, eliminar as barreiras e bloqueios de comunicação, estimulando o aluno ao gosto e pelo estudo da língua inglesa e despertar o aluno para a sua importância no seu mercado de trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Saudações, Apresentações, Informações pessoais, Família, Preferências;
- Horas e Datas;
- Situações típicas do ambiente de hotel: check-in e check-out;
- Atendimento ao telefone para reservas de hospedagem e/ou de passagens aéreas;
- Atividades de rotina. Atividades passadas;

Tópicos gramaticais:

- Verbo TO BE;
- Presente simples, uso da 3ª pessoa do singular;
- Verbos Auxiliares Modais;
- Verbos regulares e irregulares;
- Palavras cognatas e falsos cognatos.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas, slides, trabalho em grupo e em classe, leitura de textos diversos, música. Uso da dramatização, ou participação do aluno em simulações de situações de Hotelaria e estudo de textos técnicos.

AValiação

A avaliação consistirá em um processo contínuo, feita por meio de atividades e avaliação, em grupos ou individuais, além de uma auto-avaliação do discente, consistindo em:

- Notas de participação
- Notas por pesquisas e apresentações em seminários individuais ou em grupos
- Tarefas em classe e de casa
- Provas escritas

REFERÊNCIA BÁSICA

MUNHOZ, Rosângela. Inglês Instrumental - **Estratégias de Leitura Módulo I**. São Paulo: TEXTONovo/CEETEPS, 2000.

MURPHY, Raymond. **English Grammar in Use**. 3 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. Dicionário Escolar Inglês – Português/ Português – inglês. 2 ed. Pearson Education 2009.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

AGUIAR, Cícera Cavalcante; FREIRE, Maria Socorro Gomes; ROCHA, Regina Lúcia Nepomuceno. **Inglês Instrumental**. 3 ed. Local: Livro Técnico, 2001.

Oliveira, Ricardo Coelho de. **Inglês básico**. 2 ed. Fortaleza: UAB/ IFCE, 2013.

THOMSON, A J; MARTINET, A V A. **Practical English Grammar**. 4 ed. Londres: Oxford University Press: 1986.

Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO AO ESTUDO DE A & B	
Código:	HOTE.010
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	HOTE.006
Semestre:	2
Nível:	Superior/Tecnológico
EMENTA	
Na presente disciplina, discutir-se-á as características básicas do setor de Alimentos e Bebidas nos meios de hospedagem, tendo como foco o contexto atual deste segmento para o bom funcionamento dos meios de hospedagens e as habilidades específicas necessárias ao profissional de A&B. Os discentes serão apresentados aos conceitos básicos do estudo da Gastronomia, assim como as características dos estabelecimentos deste setor e as competências dos profissionais que o compõem. Abordará ainda as técnicas necessárias aos profissionais de A&B no cotidiano hoteleiro, assim como os serviços típicos como <i>roomservice</i> e demais pontos de vendas.	
OBJETIVOS	
• Compreender o contexto do setor de Alimentos e Bebidas no meio Hoteleiro atual. • Entender as estruturas de A&B e os profissionais envolvidos. • Aprender os tipos de estabelecimentos alimentícios e modos de serviços. • Conhecer o funcionamento e os procedimentos do <i>roomservice</i> e demais pontos de venda.	
PROGRAMA	
- Introdução ao estudo da Gastronomia. - Tipologia e estrutura de estabelecimentos alimentares. - O setor de Alimentos e Bebidas na rede hoteleira: operação e administração. - Os profissionais de Alimentos e Bebidas: suas habilidades e atribuições. - Tipos de serviços e manuseio de instrumental. - <i>Roomservice</i> e Pontos de Venda.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
- Aulas expositivo-dialogadas; - Exercícios teóricos e práticos; - Apresentação de seminários;	

- Análise e interpretação de textos e artigos; - Práticas de Serviços Alimentares. - Recuperação de Aprendizagem através de atendimento pessoal aos alunos.	
AVALIAÇÃO	
- Trabalhos Individuais - Provas Escritas (Avaliação Diagnóstica Individual) - Seminários - Avaliações Práticas - Visitas Técnicas	
REFERÊNCIA BÁSICA	
CASTELLI, Geraldo. Administração Hoteleira . São Paulo: UCS Editora, 2001. FREUND, F. Tommy. Alimentos e Bebidas: Uma visão gerencial . São Paulo: Senac, 2003.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
FRANCO, Ariovaldo. De caçador a gourmet . São Paulo: Senac, 2006. MEZOMO, Iracema de Barros. Os Serviços de Alimentação: Planejamento e Administração . São Paulo: Manole, 2006.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE	
Código:	HOTE.012
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	
Semestre:	2
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
Aspectos conceituais da Contabilidade. Estática patrimonial. Dinâmica patrimonial. Escrituração. Demonstrações financeiras.	

OBJETIVO
Fornecer ao aluno informações técnicas sobre os fundamentos da Contabilidade, sua importância, suas utilizações e aplicações práticas como instrumento de análise, controle, planejamento, gerência e decisão, na administração hoteleira.
PROGRAMA
1 Aspectos conceituais da Contabilidade 1.1 Conceitos e aplicação da Contabilidade; 1.2 Objeto de estudo da Contabilidade; 1.3 Finalidade da Contabilidade; 1.4 Usuários da informação contábil. 2 Estática patrimonial 3.1 Conceito de patrimônio 3.2 Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido 3.3 Equação fundamental do patrimônio 3.4 Configurações do estado patrimonial 3.5 Representação gráfica do patrimônio. 3 Dinâmica patrimonial 3.1 Regime de competência 3.2 Receitas e despesas 3.3 Resultado do exercício: lucro ou prejuízo 3.4 Apuração do resultado do período 4 Escrituração 4.1 Fatos contábeis e atos administrativos 4.2 Livros contábeis: diário e razão 4.3 Método das partidas dobradas 5 Demonstrações Financeiras 5.1 Contabilidade financeira no Brasil 5.2 Obrigatoriedade das demonstrações financeiras 5.3 Principais demonstrações financeiras: Balanço patrimonial, D.R.E e D.F.C.
METODOLOGIA DE ENSINO
1. Aulas expositivas; 2. Exercícios de revisão teóricos e práticos; 3. Trabalhos dirigidos de estudo de caso de empresas fictícias ou reais; 4. Seminários;
AVALIAÇÃO
1. Prova escrita; 2. Relatórios;

3. Resumos; 4. Trabalhos; 5. Exercícios; 6. Seminários.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
FAVERO, H. L. et. al. Contabilidade : teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2011. MARION, J. C. Contabilidade empresarial . 17. ed. São Paulo: Atlas; 2015. RIBEIRO, O. M. Contabilidade geral fácil . 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 544 p. (Fácil).	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	
ÁVILA, C. A. Gestão contábil para contadores e não contadores . Curitiba: Intersaberes, 2012. BLATT, A. Análise de Balanços: estruturação e avaliação das demonstrações financeiras e contábeis . [S.l.]: Pearson. 252 p. ISBN 9788534612227. Disponível em: < http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788534612227 > . MULLER, A. N. Contabilidade introdutória . São Paulo: Person Prentice Hall, 2012. MULLER, A. N. Contabilidade básica: fundamentos essenciais . São Paulo: Person Prentice Hall, 2009.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO ORAL EM ESPANHOL I	
Código: HOTE016	
Carga Horária: 40	
Número de Créditos: 2	
Código pré-requisito: ---	
Semestre: 2	
Nível: Superior/Tecnológico	
EMENTA	
Desenvolvimento da comunicação, leitura e compreensão de textos orais e escritos, bem como aquisição de vocabulário e gramática básicos.	

OBJETIVOS
Geral: Compreender e produzir textos escritos e orais em nível básico. Específicos: - Desenvolver habilidades discursivas básicas em língua espanhola. - Desenvolver a compreensão leitora. - Introduzir os estudos gramaticais de língua espanhola. - Desenvolver as quatro habilidades (falar, escutar, ler, ouvir) a nível básico para atuação na área do turismo e hotelaria.
PROGRAMA
• Alfabeto/ saludos • Fonologia • Vocabulario básico (profesiones, nacionalidades, números, familia, casa, alimentos, transportes, hostelería, etc) • Gramática: verbos regulares e irregulares (presente de indicativo y modo imperativo), pronombres (pessoais, possessivos, demonstrativos), sustantivos, adjetivos; • Compreensão e produção de textos escritos e orais.
METODOLOGIA DE ENSINO
Aula expositivo-dialogada, leitura de textos, dinâmicas, vídeos e músicas.
AVALIAÇÃO
A avaliação será feita através de avaliações, trabalhos e participação em classe, além da apresentação de seminários.
REFERÊNCIA BÁSICA
Ballester-Alvarez, Maria Esmeraldo. Minidicionário: espanhol-português, português-espanhol. São Paulo: FTD, 2007. Blanco, Ramiro Carlos Humberto Caggiano. Gramática de la lengua española: usos, conceptos y ejercicios. São Paulo: Scipione, 2009. Jiménez García, María de los Ángeles. Minidicionário de espanhol 3em 1. São Paulo: Scipione, 2000. SEÑAS: Diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños. São Paulo: WMF, 2010. GALVÃO, Tatiane de Aguiar Sousa. Apostila. Baturité: IFCE, 2014.
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR
ARAÚJO, Francisca Margareth Gomes de. Espanhol Básico. 2 ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2014. DIAS, Luzia Schalkoski. Gramática y vocabulario: desde la teoría hacia la práctica en el aula de ELE [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2014. VARGAS SIERRA, Teresa. Espanhol para negócios [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2014.

VARGAS SIERRA, Teresa. **Espanhol: a prática profissional do idioma** . Curitiba: Intersaberes, 2013.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PESQUISA EM TURISMO E HOTELARIA	
Código:	HOTE.017
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	--
Semestre:	2
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
Introdução a Redação Acadêmica. Pesquisa: tipos, técnicas e fontes. Métodos e técnicas de pesquisa: coleta, organização e interpretação de dados. A produção do trabalho científico: normatização e prática orientada.	
OBJETIVOS	
✓ Compreender aspectos introdutórios sobre redação acadêmica. ✓ Conhecer o universo da pesquisa acadêmica, a partir dos tipos, técnicas e fontes de pesquisa. ✓ Conhecer os métodos e técnicas da pesquisa, especialmente quanto a coleta, organização e interpretação de dados. ✓ Aplicar o aprendizado da disciplina na elaboração de um projeto de pesquisa, a partir da normatização vigente e de orientação docente.	
PROGRAMA	
1. Introdução a Redação Acadêmica 1.1. Fichamento 1.2. Resumo 1.3. Resenha 1.4. Artigo científico 2. Pesquisa: tipos, técnicas e fontes 1. Tipos de pesquisa: exploratória, descritiva e explicativa; quantitativa e qualitativa; bibliográfica e experimental; 2. Levantamentos e pesquisas experimentais; 3. Pesquisa de campo, pesquisa-ação, observação participante; 4. Fontes de pesquisa: bibliográfica; documental (primária e secundária); oralidade. 3. Métodos e técnicas de pesquisa: coleta, organização e interpretação de dados 1. Critérios para a construção da pergunta de partida: clareza, exequibilidade e pertinência; 2. Técnicas de abordagem: estudo de caso; grupo focal; entrevista (individual, grupal, semi-estruturada); 3. Técnicas de observação: etnografia e observação participante; 4. A produção do trabalho científico: normatização e prática orientada 1. Definição do objeto da pesquisa; 2. Justificativa e Objetivos;	

3. Desenvolvimento teórico-conceitual;	
4. Citações e referências bibliográficas.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
- Exposição oral dialogada dos conteúdos. - Estudos dirigidos. - Exposição de vídeos - Pesquisa de Campo. - Seminários e debates.	
AVALIAÇÃO	
- Elaboração de resumos ou resenhas das leituras. - Elaboração de Projeto de Pesquisa - Seminário de socialização dos projetos elaborados	
REFERÊNCIA BÁSICA	
GIL, C. A. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: editora atlas, 2012. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2010. MARTINS, Gilberto de Andrade & THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da Investigação científica para ciências sociais aplicadas. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
BÊRNI, Duilio de Ávila; FERNANDEZ, Brena Paula Magno (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa: modelando as ciências empresariais. São Paulo: Saraiva, 2012. FRAGOSO, Suely; Raquel Recuero; Adriana Amaral. Métodos de pesquisa para internet. Porto Alegre: Sulina, 2012. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: ÉTICA E ETIQUETA SOCIAL	
Código:	HOTE.017
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	--
Semestre:	2
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
A ética fundamentando-a no exercício da profissão e abordar os direitos e prerrogativas profissionais. Apresentação de regras gerais de etiqueta e os aparatos necessários para a sua aplicação. Enfatizar as regras de etiqueta social relacionadas à gastronomia.	
OBJETIVOS	
• Desenvolver os conhecimentos sobre ética, cidadania valores, moral, cultura organizacional e responsabilidade social. • Incentivar a reflexão e o debate sobre temas de ética. • Orientar sobre postura, a vestimenta e a forma correta de se comportar nas diversas ocasiões. • Conhecer os talheres, louças e utensílios específicos para cada tipo de cardápio. • Compreender os tipos de bebidas a serem servidas e a sequência do serviço. • Conhecer as regras de comportamento à mesa. • Compreender o comportamento de anfitrião e convidados em eventos.	
PROGRAMA	
1. Conceitos de ética • Influências ambientais; • Dever perante a ética; • Vontade ética; • Inteligência emocional e vontade ética; • Conduta do ser humano em sua comunidade ou classe; 2. Preceitos fundamentais da ética profissional • Profissão e efeitos de sua conduta; • Ética e profissão; • Deveres profissionais; • Considerações sobre a ética face aos modernos desafios científicos; 3. Etiqueta social • Um breve histórico da etiqueta social; • Regras gerais de etiqueta: postura, gestos e comportamentos; • O anfitrião e os convidados; • Roupas e acessórios apropriados para diversos eventos. • Convites: modalidades, regras para convidar. • Regras para decoração de mesas; • Etiqueta para bebidas e alimentos; • Gafes à mesa. 4. Talheres, louças, aparelhos de jantar, faqueiros e guardanapos • História dos talheres; • Cristais: a história do vidro, os diferentes tipos de copos o manuseio correto dos copos; • Louças e porcelanas: a história da porcelana; • Peças de aço inoxidável; • Guardanapo: histórico, alguns modelos de dobras de guardanapos;	
METODOLOGIA DE ENSINO	

Aulas expositivas, projeção de filmes, visita técnica.	
AVALIAÇÃO	
Através de trabalhos escritos , teórico-práticos, apresentação de seminários e avaliações escritas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
SILVEIRA, J. L. da. Etiqueta social – pronta para usar. São Paulo: Marcos Zero, 2010. MATARAZZO, Cláudia. Marcelino por Cláudia: O Guia de Boas Maneiras de Marcelino de Carvalho Interpretado por Claudia Matarazzo. Editora Nacional, 2006. SOUZA, M. CRISTINA. Ética no ambiente de trabalho: uma abordagem franca sobre conduta e ética dos colaboradores. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. VALLS, A. L. M. O que é ética. São Paulo: brasilienses (coleção primeiros passos). 31 ed. 2013	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
SOARES, E. P.; FALCÃO, M.F. da C. A mesa – arranjo e etiqueta. 9 ed. Barueri SP: Manole, 2010. ARRUDA, F. Chique e útil: como organizar e como frequentar eventos. São Paulo: Orx, 2006. Ética no novo milênio: “Busca do sentido da vida”. (Alceu Amoroso Lima Filho , Lafayette Pozzoli; organizadores.). São Paulo, LTR, 2004. Instituto de Culinária da América. A Arte de servir: um guia para conquistar e manter clientes destinado a funcionários, gerentes e proprietários de restaurantes. [tradução: Mariana Aldrigui Carvalho], São Paulo: Roca, 2004.	
DISCIPLINA: SISTEMA E TÉCNICA DE RECEPÇÃO E RESERVA	
Código:	HOTE.018
Carga Horária:	80
Número de Créditos:	4
Código pré-requisito:	HOTE.002
Semestre:	2
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
Na presente disciplina, o aluno será introduzido às funções e responsabilidades dos setores de recepção e reserva dos meios de hospedagem. Ter-se-á como foco o entendimento do funcionamento do setor de recepção, bem como sua interligação com departamentos dependentes, como portaria, telefonia e governança. Serão abordadas as técnicas e práticas de recepção e reserva, tanto manuais como vislumbrando o uso de sistemas informatizados. Aos alunos caberão ainda compreender, administrar e operar um sistema de reservas, executando atividades com auxílio de sistema operacional e manual.	
OBJETIVOS	
• Compreender o funcionamento da recepção, abordando as interdependências do setor; • Compreender o sistema de reservas e sua operacionalização; • Dominar a utilização de formulários e documentos manuais e informatizados necessários; • Realizar a efetuação de reservas e demais procedimentos associados; • Executar os procedimentos de <i>check in</i> e <i>check out</i>; • Exercitar as técnicas de vendas e marketing de um meio de hospedagem.	
PROGRAMA	
A história do sistema de reservas e os sistemas de reservas adotados na atualidade. Elaboração de formulários e reservas feitos manualmente. Reservas feitas por turistas, operadores de agência e afins de turismo.	

Reservas tradicionais, bloqueio de apartamentos, overbooking, cancelamento de reservas e demais procedimento. Elaboração e verificação de <i>check-list</i> para os diversos procedimentos de reservas. O funcionamento do setor de recepção e seus dependentes: portaria, telefonia, governança. Organograma, fluxograma e atribuições dos funcionários de recepção. Procedimentos para o preenchimento da ficha de Registro de Hóspedes (FRNH), Boletim de Ocupação Hoteleira (BOH), <i>checklist</i> e livro de registro (<i>long book</i>). Os procedimentos de <i>check in</i> e <i>check out</i>. Técnicas de vendas e marketing em um meio de hospedagem.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivo-dialogadas; Exercícios teóricos e práticos; Apresentação de seminários; Análise e interpretação de textos e artigos; Simulações de Serviços Hoteleiros; Recuperação de Aprendizagem através de atendimento pessoal aos alunos.	
AVALIAÇÃO	
. Trabalhos Individuais . Provas Escritas (Avaliação Diagnóstica Individual) . Seminários . Avaliações Práticas	
REFERÊNCIA BÁSICA	
CASTELLI, Geraldo. Administração Hoteleira. 9.ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2003. DUARTE, Vladoir Vieira. Administração de Sistemas Hoteleiros. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. WALKER, John R. Introdução à Hospitalidade. 2.ed. Barueri, SP: Manole, 2002.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
DI MURO, Luis Pérez. Manual Prático de Recepção Hoteleira. São Paulo: Roca, 2001. POWERS, Tom. Administração no Setor de Hospitalidade. São Paulo: Atlas, 2004.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO ORAL EM ESPANHOL I
Código: HOTE016
Carga Horária: 40
Número de Créditos: 2
Código pré-requisito: ---
Semestre: 2
Nível: Superior/Tecnológico
EMENTA
Desenvolvimento da comunicação, leitura e compreensão de textos orais e escritos, bem como aquisição de vocabulário e gramática básicos.
OBJETIVOS
Geral: Compreender e produzir textos escritos e orais em nível básico. Específicos: - Desenvolver habilidades discursivas básicas em língua espanhola. - Desenvolver a compreensão leitora. - Introduzir os estudos gramaticais de língua espanhola. - Desenvolver as quatro habilidades (falar, escutar, ler, ouvir) a nível básico para atuação na área do turismo e hotelaria.
PROGRAMA
• Alfabeto/ saludos • Fonologia • Vocabulário básico (profesiones, nacionalidades, números, familia, casa, alimentos, transportes, hostelería, etc) • Gramática: verbos regulares e irregulares (presente de indicativo y modo imperativo), pronombres (pessoais, possessivos, demonstrativos), sustantivos, adjetivos; • Compreensão e produção de textos escritos e orais.
METODOLOGIA DE ENSINO
Aula expositivo-dialogada, leitura de textos, dinâmicas, vídeos e músicas.
AValiação
A avaliação será feita através de avaliações, trabalhos e participação em classe, além da apresentação de seminários.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PESQUISA EM TURISMO E HOTELARIA	
Código:	HOTE.017
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	--
Semestre:	2
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
Introdução a Redação Acadêmica. Pesquisa: tipos, técnicas e fontes. Métodos e técnicas de pesquisa: coleta, organização e interpretação de dados. A produção do trabalho científico: normatização e prática orientada.	
OBJETIVOS	
✓ Compreender aspectos introdutórios sobre redação acadêmica. ✓ Conhecer o universo da pesquisa acadêmica, a partir dos tipos, técnicas e fontes de pesquisa. ✓ Conhecer os métodos e técnicas da pesquisa, especialmente quanto a coleta, organização e interpretação de dados. ✓ Aplicar o aprendizado da disciplina na elaboração de um projeto de pesquisa, a partir da normatização vigente e de orientação docente.	
PROGRAMA	
1. Introdução a Redação Acadêmica 1.1. Fichamento 1.2. Resumo 1.3. Resenha 1.4. Artigo científico 2. Pesquisa: tipos, técnicas e fontes 1. Tipos de pesquisa: exploratória, descritiva e explicativa; quantitativa e qualitativa; bibliográfica e experimental; 2. Levantamentos e pesquisas experimentais; 3. Pesquisa de campo, pesquisa-ação, observação participante; 4. Fontes de pesquisa: bibliográfica; documental (primária e secundária); oralidade. 3. Métodos e técnicas de pesquisa: coleta, organização e interpretação de dados 1. Critérios para a construção da pergunta de partida: clareza, exequibilidade e pertinência; 2. Técnicas de abordagem: estudo de caso; grupo focal; entrevista (individual, grupal, semi-estruturada); 3. Técnicas de observação: etnografia e observação participante; 4. A produção do trabalho científico: normatização e prática orientada 1. Definição do objeto da pesquisa; 2. Justificativa e Objetivos;	

3. Desenvolvimento teórico-conceitual;	
4. Citações e referências bibliográficas.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
- Exposição oral dialogada dos conteúdos. - Estudos dirigidos. - Exposição de vídeos - Pesquisa de Campo. - Seminários e debates.	
AVALIAÇÃO	
- Elaboração de resumos ou resenhas das leituras. - Elaboração de Projeto de Pesquisa - Seminário de socialização dos projetos elaborados	
REFERÊNCIA BÁSICA	
GIL, C. A. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: editora atlas, 2012. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2010. MARTINS, Gilberto de Andrade & THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da Investigação científica para ciências sociais aplicadas. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
BÊRNI, Duilio de Ávila; FERNANDEZ, Brena Paula Magno (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa: modelando as ciências empresariais. São Paulo: Saraiva, 2012. FRAGOSO, Suely; Raquel Recuero; Adriana Amaral. Métodos de pesquisa para internet. Porto Alegre: Sulina, 2012. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: ÉTICA E ETIQUETA SOCIAL	
Código:	HOTE.017

Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	--
Semestre:	2
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
A ética fundamentando-a no exercício da profissão e abordar os direitos e prerrogativas profissionais. Apresentação de regras gerais de etiqueta e os aparatos necessários para a sua aplicação. Enfatizar as regras de etiqueta social relacionadas à gastronomia.	
OBJETIVOS	
- Desenvolver os conhecimentos sobre ética, cidadania valores, moral, cultura organizacional e responsabilidade social. - Incentivar a reflexão e o debate sobre temas de ética. - Orientar sobre postura, a vestimenta e a forma correta de se comportar nas diversas ocasiões. - Conhecer os talheres, louças e utensílios específicos para cada tipo de cardápio. - Compreender os tipos de bebidas a serem servidas e a sequência do serviço. - Conhecer as regras de comportamento à mesa. - Compreender o comportamento de anfitrião e convidados em eventos.	
PROGRAMA	
1. Conceitos de ética - Influências ambientais; - Dever perante a ética; - Vontade ética; - Inteligência emocional e vontade ética; - Conduta do ser humano em sua comunidade ou classe; 2. Preceitos fundamentais da ética profissional - Profissão e efeitos de sua conduta; - Ética e profissão; - Deveres profissionais; - Considerações sobre a ética face aos modernos desafios científicos; 3. Etiqueta social - Um breve histórico da etiqueta social; - Regras gerais de etiqueta: postura, gestos e comportamentos; - O anfitrião e os convidados; - Roupas e acessórios apropriados para diversos eventos. - Convites: modalidades, regras para convidar. - Regras para decoração de mesas; - Etiqueta para bebidas e alimentos; - Gafes à mesa. 4. Talheres, louças, aparelhos de jantar, faqueiros e guardanapos - História dos talheres; - Cristais: a história do vidro, os diferentes tipos de copos o manuseio correto dos copos; - Louças e porcelanas: a história da porcelana; - Peças de aço inoxidável; - Guardanapo: histórico, alguns modelos de dobras de guardanapos;	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas, projeção de filmes, visita técnica.	
AValiação	

Através de trabalhos escritos , teórico-práticos, apresentação de seminários e avaliações escritas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
SILVEIRA, J. L. da. Etiqueta social – pronta para usar. São Paulo: Marcos Zero, 2010. MATARAZZO, Cláudia. Marcelino por Cláudia: O Guia de Boas Maneiras de Marcelino de Carvalho Interpretado por Claudia Matarazzo. Editora Nacional,2006. SOUZA, M. CRISTINA. Ética no ambiente de trabalho: uma abordagem franca sobre conduta e ética dos colaboradores. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. VALLS, A. L. M. O que é ética.São Paulo: brasilienses (coleção primeiros passos).31 ed.2013	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
SOARES, E. P.; FALCÃO, M.F. da C. A mesa – arranjo e etiqueta.9 ed. Barueri SP: Manole, 2010. ARRUDA, F. Chique e útil: como organizar e como frequentar eventos. São Paulo: Orx, 2006. Ética no novo milênio: “Busca do sentido da vida”. (Alceu Amoroso Lima Filho , Lafayette Pozzoli; organizadores.). São Paulo, LTR, 2004. Instituto de Culinária da América. A Arte de servir: um guia para conquistar e manter clientes destinado a funcionários, gerentes e proprietários de restaurantes. [tradução: Mariana Aldrigui Carvalho], São Paulo: Roca,2004.	
DISCIPLINA: SISTEMA E TÉCNICA DE RECEPÇÃO E RESERVA	
Código:	HOTE.018
Carga Horária:	80
Número de Créditos:	4
Código pré-requisito:	HOTE.002
Semestre:	2
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
Na presente disciplina, o aluno será introduzido às funções e responsabilidades dos setores de recepção e reserva dos meios de hospedagem. Ter-se-á como foco o entendimento do funcionamento do setor de recepção, bem como sua interligação com departamentos dependentes, como portaria, telefonia e governança. Serão abordadas as técnicas e práticas de recepção e reserva, tanto manuais como vislumbrando o uso de sistemas informatizados. Aos alunos caberão ainda compreender, administrar e operar um sistema de reservas, executando atividades com auxílio de sistema operacional e manual.	
OBJETIVOS	
• Compreender o funcionamento da recepção, abordando as interdependências do setor; • Compreender o sistema de reservas e sua operacionalização; • Dominar a utilização de formulários e documentos manuais e informatizados necessários; • Realizar a efetuação de reservas e demais procedimentos associados; • Executar os procedimentos de <i>check in</i> e <i>check out</i>; • Exercitar as técnicas de vendas e marketing de um meio de hospedagem.	
PROGRAMA	
A história do sistema de reservas e os sistemas de reservas adotados na atualidade. Elaboração de formulários e reservas feitos manualmente. Reservas feitas por turistas, operadores de agência e afins de turismo. Reservas tradicionais, bloqueio de apartamentos, overbooking, cancelamento de reservas e demais procedimento. Elaboração e verificação de <i>check-list</i> para os diversos procedimentos de reservas. O funcionamento do setor de recepção e seus dependentes: portaria, telefonia, governança. Organograma, fluxograma e atribuições dos funcionários de recepção.	

Procedimentos para o preenchimento da ficha de Registro de Hóspedes (FRNH), Boletim de Ocupação Hoteleira (BOH), <i>checklist</i> e livro de registro (<i>long book</i>). Os procedimentos de <i>check in</i> e <i>check out</i>. Técnicas de vendas e marketing em um meio de hospedagem.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivo-dialogadas; Exercícios teóricos e práticos; Apresentação de seminários; Análise e interpretação de textos e artigos; Simulações de Serviços Hoteleiros; Recuperação de Aprendizagem através de atendimento pessoal aos alunos.	
AVALIAÇÃO	
. Trabalhos Individuais . Provas Escritas (Avaliação Diagnóstica Individual) . Seminários . Avaliações Práticas	
REFERÊNCIA BÁSICA	
CASTELLI, Geraldo. Administração Hoteleira. 9.ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2003. DUARTE, Vládir Vieira. Administração de Sistemas Hoteleiros. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. WALKER, John R. Introdução à Hospitalidade. 2.ed. Barueri, SP: Manole, 2002.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
DI MURO, Luis Pérez. Manual Prático de Recepção Hoteleira. São Paulo: Roca, 2001. POWERS, Tom. Administração no Setor de Hospitalidade. São Paulo: Atlas, 2004.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: ANIMAÇÃO E LAZER	
Código:	HOTE.019
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2

Código pré-requisito:	HOTE.002
Semestre:	3
Nível:	Superior/Tecnologia
EMENTA	
O aluno irá desenvolver sua capacidade de aplicar o entretenimento, o lazer e a animação na construção de relacionamentos em diversos ambientes de interesse turístico. Além disso, o aluno terá contato com as principais características do lazer contemporâneo e suas tendências, bem como desempenhar ações práticas de gestão e de condutor de atividades de animação.	
OBJETIVOS	
• Defender a importância do lazer como um direito social de todos • Conhecer a diversidade e importância das manifestações culturais e suas origens africanas e indígenas no modo do brincar. • Criar e atuar de forma cênica, em ambiente próprio para a animação cultural e o lazer. • Planejar, organizar e avaliar programas de animação relacionados ao turismo. • Planejar e gerenciar o processo de animação no meio popular, social cultural, recreativo e esportivo. • Desenvolver a técnica e o prazer em atuar no entretenimento e na diversão voltado para o mercado turístico.	
PROGRAMA	
UNIDADE 1 - Fundamentos teóricos do lazer. UNIDADE 2 – Interesses culturais do lazer UNIDADE 3 – Manifestações culturais como forma de lazer. A influência das brincadeiras tradicionais, danças folclóricas africanas e indígenas no brincar da atualidade. UNIDADE 4 - O perfil profissional de lazer e animação UNIDADE 5 - O lúdico: tipos de jogos UNIDADE 6 – Os diferentes grupos de turista e suas atividades recreativas correspondentes UNIDADE 7 - Desenvolvendo um programa de recreação.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
As aulas serão expositivas, dialogadas e práticas com utilização de data show, caixa de som, quadro branco, utilização de metodologias ativas de aprendizagem com uso de TICs realizando oficinas de Learning Café, Brainwriting para discussão de estudos de casos, artigos científicos relacionados ao lazer e utilização da metodologia Pear struction para discussão e aprendizagem aos pares através da plataforma de questionários-quiz do Google forms, aulas práticas com atividades lúdicas, quebra-gelo, brincadeiras e jogos, além de realização de oficinas.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação será formativa, observando a participação dos discentes em sala de aula, no momento das atividades propostas. O aluno será avaliado através do desempenho e postura durante a realização de seminários, rodas de debate, atividades práticas, realização de oficinas, além da realização de um evento de animação e lazer aberto ao público.	
REFERÊNCIA BÁSICA	

CAVALLARI, Vinicius Ricardo. **Trabalhando com recreação**. São Paulo: Ícone, 2011.

NEGRINE, Airton. **Recreação na Hotelaria - O Pensar e o Lazer Ludico**. Caxias do Sul:EDUCS, 2008.

MELO, Victor Andrade de. **Introdução ao lazer**.2.ed. Barueri, SP: Manole, 2012.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

PINA, Luiz; RIBEIRO, Olivia. **Lazer e recreação na hotelaria**. São Paulo: Senac São Paulo, 2007.

MIRANDA, Simão de.**101 atividades recreativas para grupos em viagens de turismo**. 6.ed.São Paulo: Papirus, 2012.

MARCELLINO, Nelson Carvalho.**Lazer e recreação: Repertório de atividades por fases da vida**.3.ed. São Paulo: Papirus, 2006.

MIAN, Robson.**Monitor de recreação: formação profissional**.São Paulo: Editora Textonovo, 2003.

MARCELINO, Nelson Carvalho (Org.). **Repertório de atividades de recreação e lazer**. 6.ed.São Paulo: PAPIRUS, 2012.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO ORAL EM INGLÊS II	
Código:	HOTE.015
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	HOTE.009
Semestre:	3
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
Possibilitar ao aluno de Hotelaria um contato com a Língua Inglesa, com as funções e vocabulário próprio da área de Hotelaria e Hospedagem e apresentar noções sobre os aspectos culturais dos países cujo idioma é o Inglês.	
OBJETIVOS	
Geral: Desenvolver a competência comunicacional do aluno, abrangendo as habilidades da fala, escrita, leitura e compreensão oral, voltadas a linguagem de Hotelaria e Hospedagem. Específicos: 1. Capacitar o aluno a ouvir, compreender e comunicar-se oralmente, diferenciando o uso da língua formal e informal, de acordo com a situação ou conteúdo ao qual for exposto, no seu campo de trabalho. 2. Treinar a escrita, fazendo uso correto das estruturas gramaticais, observando as diferenças de estilo, segundo o destino da mensagem. 3. Preparar o aluno para a leitura e compreensão de artigos, textos e obras simplificadas, que venham ao encontro das estruturas e contextos desenvolvidos durante as aulas. Situar o aluno junto a cultura dos diferentes povos falantes da Língua Inglesa, fazendo-o compreender as diferenças do uso da língua, segundo as características dos povos e países. 4. Através de exercícios de motivação a participação em sala de aula, eliminar as barreiras e bloqueios de comunicação, estimulando o aluno ao gosto e pelo estudo da língua inglesa e despertar o aluno para a sua importância no seu mercado de trabalho.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
▪ Reception Services: • A new guest is arriving; • On the way to the room; • Arrivingattheroom; • Showing the room to the guest; • The guest is checking out; ▪ Housekeeping Services: • Permission to Clean the room; • Do notDisturb; • Checking the minibar in a hotel room; • Pickinguplaundry; • Deliveringlaundry; • Offering the turn down service.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas e interativas, slides, trabalho em grupo e em classe, leitura de textos diversos, música. Uso da dramatização, ou participação do aluno em simulações de situações de Hotelaria e estudo de textos técnicos.	
AValiação	

A avaliação consistirá em um processo contínuo, feita por meio de atividades e avaliação, em grupos ou individuais, além de uma auto-avaliação do discente, consistindo em: • Notas de participação • Notas por pesquisas e apresentações em seminários individuais ou em grupos • Tarefas em classe e de casa • Provas escritas	
REFERÊNCIA BÁSICA	
MUNHOZ, Rosângela. Inglês Instrumental - Estratégias de Leitura Módulo II. São Paulo: TEXTONOVO/CEETEPS, 2001. MURPHY, Raymond. English Grammar in Use. 3 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. Dicionário Escolar Inglês – Português/ Português – inglês. 2 ed. Pearson Education 2009.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
AGUIAR, Cícera Cavalcante; FREIRE, Maria Socorro Gomes; ROCHA, Regina Lúcia Nepomuceno. Inglês Instrumental. 3 ed. Local: Livro Técnico, 2001. OLIVEIRA, Ricardo Coelho de. Inglês Aplicado a. Fortaleza: UAB/IFCE, 2010. THOMSOM, A J; MARTINET, A V A. Practical English Grammar. 4 ed. Londres: Oxford University Press: 1986.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: GESTÃO DE PESSOAS	
Código:	HOTE.013
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	--
Semestre:	3
Nível:	Superior/Tecnológico
EMENTA	
Gestão de pessoas em ambiente competitivo. Estratégia organizacional e estratégia desenvolvimento humano. Gestão de pessoas e estratégias de gestão do conhecimento e aprendizado. Análise da política de pessoas. Processos da gestão de pessoas. Gestão de pessoas e qualidade de vida no trabalho. Gestão por competências. Gerenciando equipes de trabalho.	
OBJETIVOS	
- Analisar os conceitos sobre estratégia em recursos humanos, identificando a teoria e as práticas referentes à política de gestão de pessoas nas organizações. - Identificar os processos fundamentais na estratégia de recursos humanos no contexto atual e suas implicações para o trabalho e o desempenho organizacional.	

PROGRAMA
UNIDADE I – OS NOVOS DESAFIOS DA GESTÃO DE PESSOAS – Introdução à Gestão de Pessoas em ambiente competitivo – Novos focos da Gestão de Pessoas em ambiente dinâmico e competitivo – A gestão de pessoas como centro de mudanças na organização – As pessoas como vantagem competitiva – Planejamento estratégico da Gestão de Pessoas UNIDADE II – PROCESSOS DA GESTÃO DE PESSOAS Agregando valores à organização através das pessoas – Recrutamento de Pessoas – Seleção de Pessoas Desenvolvendo pessoas – Treinamento, desenvolvimento e aprendizagem – Processo do treinamento – Desenvolvimento de pessoas e a mudança de comportamento na organização – Processos de treinamento e seus objetivos – Avaliação dos resultados do treinamento Aplicando e avaliando o desenvolvimento de pessoas – Análise de tarefas – Formação de equipes - Desenvolvimento e envolvimento de pessoas – Avaliação do desempenho – Métodos de avaliação de desempenho Recompensando pessoas – Administração de salários e sistemas de pagamento - Políticas de Remuneração - Programas de Incentivos - Benefícios e serviços – Remuneração por competências Mantendo pessoas – Gestão por competências - Relação com os colaboradores – Administração de carreiras - Planejamento e desenvolvimento de carreiras – Políticas de participação no desempenho da empresa Monitorando Pessoas - Banco de dados - Sistemas de Informações Gerenciais III - O FUTURO DA GESTÃO DE PESSOAS
METODOLOGIA DE ENSINO
• Aulas expositivo-dialogadas; • Exercícios teóricos e práticos; • Apresentação de seminários; • Exibição e discussão de vídeos, apresentação e discussão de slides; • Análise e interpretação de textos e artigos; • Estudo e pesquisa em livros, artigos, revistas e internet; • Orientação em atividades práticas individuais e em grupo; • Incursões no Campo Empírico.
AVALIAÇÃO
. Trabalhos Individuais .Provas Escritas (Avaliação Diagnóstica Individual)

.Seminários . Auto avaliação . Produção Textual e Expressão Oral	
REFERÊNCIA BÁSICA	
ARAÚJO, Luís César de e GARCIA, Adriana Amadeu. Gestão de pessoas: estratégia e integração organizacional . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações .3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. CHIAVENATO, Idalberto. Recursos humanos: o capital humano das organizações .9.ed. Rio de Janeiro:Elsevier,2009.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
BERGAMINI, Cecília Whitaker. Motivação nas organizações . 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008. COSTA, Érico da Silva. Gestão de Pessoas . Curitiba-PR: Livro técnico, 2010. DUTRA, Joel Souza [et. al.]. Gestão por competências . São Paulo: Gente, 2001. GRAMIGNA, Maria Rita. Modelo de competências e gestão de talentos . 2. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007. MORGAN, Gareth. Imagens da Organização: edição executiva . 2.ed. São Paulo: Atlas, 2002.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: ANIMAÇÃO E LAZER	
Código:	HOTE.019
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	HOTE.002
Semestre:	3
Nível:	Superior/Tecnologia
EMENTA	
O aluno irá desenvolver sua capacidade de aplicar o entretenimento, o lazer e a animação na construção de relacionamentos em diversos ambientes de interesse turístico. Além disso, o aluno terá contato com as principais características do lazer contemporâneo e suas tendências, bem como desempenhar ações práticas de gestão e de condutor de atividades de animação.	
OBJETIVOS	
• Defender a importância do lazer como um direito social de todos • Criar e atuar de forma cênica, em ambiente próprio para a animação cultural e o lazer. • Planejar, organizar e avaliar programas de animação relacionados ao turismo. • Planejar e gerenciar o processo de animação no meio popular, social cultural, recreativo e esportivo. • Desenvolver a técnica e o prazer em atuar no entretenimento e na diversão voltado para o mercado turístico.	
PROGRAMA	
UNIDADE 1 - Fundamentos teóricos do lazer.	

UNIDADE 2 – Interesses culturais do lazer UNIDADE 3 - O perfil profissional de lazer e animação UNIDADE 4 - Lazer e animação no turismo e na hotelaria. UNIDADE 5 - O lúdico: tipos de jogos UNIDADE 6 – Os diferentes grupos de turista e suas atividades recreativas correspondentes UNIDADE 7 - Desenvolvendo um programa de recreação.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
As aulas serão expositivas, dialogadas e práticas com utilização de data show, caixa de som, quadro branco, xerox para estudo dirigido de artigos relacionados ao tema, aulas práticas com atividades lúdicas, quebra-gelo, brincadeiras e jogos, além de realização de oficinas.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação será formativa, observando a participação dos discentes em sala de aula, no momento das atividades propostas. O aluno será avaliado através do desempenho e postura durante a realização de seminários, rodas de debate, atividades práticas, realização de oficinas, além da realização de um evento de animação e lazer aberto ao público.	
REFERÊNCIA BÁSICA	
CAVALLARI, Vinicius Ricardo. Trabalhando com recreação . São Paulo: Ícone, 2011. NEGRINE, Airton. Recreação na Hotelaria - O Pensar e o Lazer Ludico . Caxias do Sul:EDUCS, 2008. MELO, Victor Andrade de. Introdução ao lazer .2.ed. Barueri, SP: Manole, 2012.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
PINA, Luiz; RIBEIRO, Olivia. Lazer e recreação na hotelaria . São Paulo: Senac São Paulo, 2007. MIRANDA, Simão de. 101 atividades recreativas para grupos em viagens de turismo . 6.ed.São Paulo: Papirus, 2012. MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e recreação: Repertório de atividades por fases da vida .3.ed. São Paulo: Papirus, 2006. MIAN, Robson. Monitor de recreação: formação profissional .São Paulo: Editora Textonovo, 2003. MARCELINO, Nelson Carvalho (Org.). Repertório de atividades de recreação e lazer . 6.ed.São Paulo: PAPIRUS, 2012.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

Código:	HOTE.020
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	02
Pré-requisito:	HOTE.006, HOTE.010
Semestre:	3
Nível:	Superior/Tecnologia
EMENTA	
Na presente disciplina, os discentes terão contato com os fundamentos básicos da prática culinária, sendo expostos aos principais termos, técnicas e estruturas pertencentes a esta área. Os alunos conhecerão as classes e exemplos de insumos, as possíveis formas de cocção e o instrumental necessário para sua realização. Os discentes ainda serão introduzidos às formas básicas de preparo de alimentos, passando pelos cortes básicos e demais elementos da cozinha clássica.	
OBJETIVOS	
• Reconhecer os principais insumos, materiais e instrumental da prática culinária. • Executar tipos de cortes e outras técnicas de preparações clássicas. • Utilizar diversas formas de cocção para finalidades culinárias. • Direcionar os conhecimentos básicos da produção de alimentos em meios de hospedagem.	
PROGRAMA	
• Introdução à Estrutura Física e Organizacional; • Utensílios e insumos na cozinha profissional; • Tipos de cocção; • Acompanhamentos Aromáticos; • Fundos, molhos e caldos básicos; • Mise-en-place de vegetais, carnes, aves e peixes.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
- Aulas expositivo-dialogadas; - Aulas práticas laboratoriais; - Exercícios teóricos e práticos; - Visitas técnicas; - Apresentação de seminários; - Observação de filmes; - Análise e interpretação de textos e artigos; - Recuperação de Aprendizagem através de atendimento pessoal aos alunos.	
AVALIAÇÃO	
- Trabalhos Individuais - Provas Escritas - Provas Práticas - Seminários - Produção Textual e Expressão Oral.	
REFERÊNCIA BÁSICA	
INSTITUTO AMERICANO DE CULINÁRIA. Chef Profissional.4.ed. São Paulo: Senac, 2011. KÖVESI, Betty [etal]. 400 g: Técnicas de Cozinha. São Paulo: Nacional, 2007. TEIXEIRA, Suzana [et al]. Administração Aplicada a Unidades de Alimentação e Nutrição. São Paulo: Atheneu, 2007.	

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
SEBESS, Mariana. Técnicas de Cozinha Profissional . Rio de Janeiro: Senac, 2011.	
WRIGHT, Jeni e TREUILLE, Eric. Le CordonBleu: Todas as Técnicas Culinárias . São Paulo: Marco Zero, 2010.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: SISTEMA E TÉCNICA DE GOVERNANÇA	
Código:	HOTE.022
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	HOTE.002
Semestre:	3
Nível:	Superior/Tecnologia
EMENTA	
Nesta disciplina, o aluno será apresentado a um dos setores mais importantes da área de Hospedagem de um hotel. Discutir-se-a a área de Hospedagem e a compreensão do setor de Governança através de conceitos, características, importância, mão de obra e procedimentos para o setor.	
OBJETIVOS	
• Compreender o sistema hoteleiro e a formação da área de Hospedagem, com destaque o setor de Governança; • Conceituar e Caracterizar Governança Hoteleira; • Conhecer a organização hierárquica do setor de Governança; • Compreender a complexidade e a importância do setor de Governança para o sistema hoteleiro; • Identificar as interdependências entre Governança e demais setores do Meio de Hospedagem; • Compreender os principais procedimentos e ocorrências situacionais do setor de governança • Compreender relatórios, formulários e sistemas em Governança; • Avaliar o padrão de qualidade do setor de Governança. • Analisar os princípios da hospitalidade no turismo comunitário: Projeto “Rede Tucum”.	
PROGRAMA	
<i>Os seguintes conteúdos serão desenvolvidos:</i>	

Sistema hoteleiro e a formação da área de Hospedagem; Governança Hoteleira: conceitos – características - organização hierárquica (cargos e funções); Complexidade e importância do setor de Governança para o sistema hoteleiro; Interdependências entre Governança e demais setores do Meio de Hospedagem; A Governanta Tarefas administrativas da Governança ▪ Treinamento de funcionários ▪ Escala de folga dos camareiros ▪ Inspeção do trabalho realizado ▪ Controle: chaves/cartões magnéticos; compra de materiais, utensílios e equipamentos de limpeza; achados e perdidos; Manutenção e Decoração nos meios de hospedagem A camareira ▪ O Carrinho de Serviços ▪ Materiais e equipamentos de trabalho ▪ Padronização e procedimentos operacionais das UHs ▪ Técnicas de limpeza e higienização - Higiene e Segurança no trabalho Cama e Enxoval Frigobar Mobiliário e decoração Ocorrências e Situações em caso de <i>check in – check out</i> – permanência de hóspedes A lavanderia ▪ Gerenciamento e operacionalização dos serviços de lavanderia hoteleira ▪ Processo de lavagem – etapas e equipamentos ▪ Cálculo de estoque de roupa de cama e banho e roupa de andar Relatórios e formulários específicos do setor Indicadores de Padrão de Qualidade (TI e serviços) A hospedagem ofertada no Projeto “Rede Tucum”.
METODOLOGIA DE ENSINO
Buscar-se-á estabelecer uma compreensão do conteúdo teórico mediante questionamentos, exemplificações e pesquisa, individual e em grupo. As aulas serão realizadas de forma expositiva, argumentativa e construtivista. Contará com exibição e análise de vídeos; leituras dirigidas; estudo em grupo; debates; exercícios teóricos e práticos e apresentação de seminários de estudantes.
AVALIAÇÃO
Na avaliação da aprendizagem serão considerados: • <i>Critérios qualitativos:</i> Avaliação segundo comportamento, assiduidade e participação dos estudantes • <i>Critérios quantitativos relacionados às atividades de avaliações somativas, escrita e trabalho.</i> N1 NP1 – Paper (pequeno artigo, de 15 a 20 páginas) (10 pontos). N1 NP2 — atividade avaliativa de pesquisa em grupo com entrega de relatório e seminário de alunos (10 pontos) N2 NP1 – Elaborar um roteiro e interface com textos, gráficos, ilustrações e imagens em ambiente virtual sobre as Boas Práticas e Normas de Conduta no setor de Governança (10 pontos) N2 NP2 – avaliação escrita individual (10 pontos)
REFERÊNCIAS BÁSICAS

CÂNDIDO, Índio. Governança em hotelaria . Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2001.	
OLIVEIRA, Giovanna Bonelli. Camareira : mercado profissional, ambiente de trabalho, rotina de serviços. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009.	
DIAS, Reinaldo; PIMENTA, Maria Alzira(Orgs.). Gestão de hotelaria e turismo . São Paulo: Pearson, 2005.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	
CASTELLI, Geraldo. Administração hoteleira . 9.ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2003.	
DAVIES, Carlos Alberto. Cargos em Hotelaria .4.ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010.	
TORRE, Francisco De La. Administração Hoteleira , parte I: departamentos. São Paulo: ROCA, 2001.	
DUARTE, Vladir Vieira. Administração de sistemas hoteleiros . 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO ORAL EM INGLÊS II	
Código:	HOTE.023
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	HOTE.015
Semestre:	3
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
Possibilitar ao aluno de Hotelaria um contato com a Língua Inglesa, com as funções e vocabulário próprio da área de Hotelaria e Hospedagem e apresentar noções sobre os aspectos culturais dos países cujo idioma é o Inglês.	
OBJETIVOS	
Geral: Desenvolver a competência comunicacional do aluno, abrangendo as habilidades da fala, escrita, leitura e compreensão oral, voltadas a linguagem de Hotelaria e Hospedagem.	
Específicos:	

1. Capacitar o aluno a ouvir, compreender e comunicar-se oralmente, diferenciando o uso da língua formal e informal, de acordo com a situação ou conteúdo ao qual for exposto, no seu campo de trabalho.
2. Treinar a escrita, fazendo uso correto das estruturas gramaticais, observando as diferenças de estilo, segundo o destino da mensagem.
3. Preparar o aluno para a leitura e compreensão de artigos, textos e obras simplificadas, que venham ao encontro das estruturas e contextos desenvolvidos durante as aulas.
Situar o aluno junto a cultura dos diferentes povos falantes da Língua Inglesa, fazendo-o compreender as diferenças do uso da língua, segundo as características dos povos e países.
4. Através de exercícios de motivação a participação em sala de aula, eliminar as barreiras e bloqueios de comunicação, estimulando o aluno ao gosto e pelo estudo da língua inglesa e despertar o aluno para a sua importância no seu mercado de trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Maintenance Service:
 - Electrical maintenance problems;
 - Plumbing maintenance problems;
 - Repairing something;
 - Problem solving;
 - Talking to the guest;
- Security Services:
 - Solving a problem with the keycard;
 - Solving a problem with the safe;
 - Giving safety advice to the guest;
 - Places in the neighborhood;
 - Directions;
 - Saying where something is.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas, slides, trabalho em grupo e em classe, leitura de textos diversos, música. Uso da dramatização, ou participação do aluno em simulações de situações de Hotelaria e estudo de textos técnicos.

AVALIAÇÃO

A avaliação consistirá em um processo contínuo, feita por meio de atividades e avaliação, em grupos ou individuais, além de uma auto-avaliação do discente, consistindo em:

- Notas de participação
- Notas por pesquisas e apresentações em seminários individuais ou em grupos
- Tarefas em classe e de casa
- Provas escritas

REFERÊNCIA BÁSICA

MUNHOZ, Rosângela. Inglês Instrumental - Estratégias de Leitura Módulo II. São Paulo: TEXTONOVO/CEETEPS, 2001.

MURPHY, Raymond. English Grammar in Use. 3 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
Dicionário Escolar Inglês – Português/ Português – inglês. 2 ed. Pearson Education 2009.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

AGUIAR, Cícera Cavalcante; FREIRE, Maria Socorro Gomes; ROCHA, Regina Lúcia Nepomuceno. Inglês Instrumental. 3 ed. Local: Livro Técnico, 2001.

OLIVEIRA, Ricardo Coelho de. **Inglês Aplicado a Produção e Atendimento**. Fortaleza: UAB/IFCE, 2010.

THOMSOM, A J; MARTINET, A V A. Practical English Grammar. 4 ed. Londres: Oxford University Press: 1986.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO ORAL EM ESPANHOL II	
Código:	HOTE.024
Carga Horária:	40h/a
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	HOTE.016
Semestre:	3
Nível:	Superior/Tecnológico
EMENTA	
Compreensão e produção escrita e oral em nível básico de língua espanhola com ênfase na área da hotelaria.	
OBJETIVOS	
Geral: Compreender e produzir textos escritos e orais em nível básico para a atuação na área de turismo e hotelaria.	
Específicos: - Desenvolver habilidades discursivas básicas em língua espanhola. - Introduzir os estudos gramaticais de língua espanhola. - Desenvolver as quatro habilidades (falar, escutar, ler, ouvir) a nível básico para atuação na área do turismo e hotelaria.	
PROGRAMA	
• Revisão do vocabulário básico (profesiones, nacionalidades, números, família, casa, alimentos, transportes, estudio, etc) • Gramática: verbos regulares e irregulares (presente de indicativo, pretérito perfecto, pretérito imperfecto, pretérito indefinido, futuro, modo imperativo), pronombres (personais, possessivos, demonstrativos) sustantivos, adjetivos; • Compreensão e produção de textos escritos e orais de situações de trabalho.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aula expositivo-dialogada, leitura de textos, dinâmicas, vídeos e músicas.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação será feita através de avaliações, trabalhos e participação em classe, além da apresentação de seminários.	

REFERÊNCIA BÁSICA	
Ballesterro-Alvarez, Maria Esmeraldo. Minidicionário: espanhol-português, português-espanhol. São Paulo: FTD, 2007. Blanco, Ramiro Carlos Humberto Caggiano. Gramática de lalenguaespañola: usos, conceptos y ejercicios. São Paulo: Scipione, 2009. Jiménez Garcia, María de los Ángeles. Minidicionário de espanhol 3em 1. São Paulo: Scipione, 2000. SEÑAS: Diccionario para laenseñanza de lalenguaespañola para brasileños. São Paulo: WMF, 2010. GALVÃO, Tatiane de Aguiar Sousa. Apostila. Baturité: IFCE, 2014.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
ARAÚJO, Francisca Margareth Gomes de. Espanhol Aplicado a Produção e Atendimento. Fortaleza: UAB/IFCE, 2010. DIAS, Luzia Schalkoski. Gramática y vocabulario: desde la teoría hacia la práctica en el aula de ELE [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2014. VARGAS SIERRA, Teresa. Espanhol para negócios [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2014. VARGAS SIERRA, Teresa. Espanhol: a prática profissional do idioma . Curitiba: Intersaberes, 2013.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: EMPREENDEDORISMO		
Código:		
Carga Horária Total: 80 h/a	CH Teórica: 40 h/a	CH Prática: 40 h/a
Número de Créditos: 4		
Pré-requisitos: -		
Semestre:	3	
Nível: Superior/tecnológico		
EMENTA		
Conceitos básicos de Empreendedorismo. Características do Empreendedor. Prospecção e identificação de novas oportunidades. Funcionamento e Gerenciamento de um negócio. Plano de negócios. Legislação, normas e regulamentos referentes aos empreendimentos de pequeno e médio porte.		
OBJETIVO		
Objetivo geral Desenvolver a capacidade empreendedora identificando e aproveitando oportunidades para gerenciamento de negócios, estimulando a criatividade e a aprendizagem proativa.		
Objetivos específicos Proporcionar condições para que o aluno: - Discuta e analise os princípios fundamentais do empreendedorismo; - Reconheça a importância do espírito empreendedor nas relações com o mercado; - Desenvolva habilidades para o reconhecimento e o aproveitamento de oportunidades de negócio próprio ou de atuação empreendedora em organizações de terceiros.		
PROGRAMA		
UNIDADE I - Empreendedorismo - Conceitos básicos - Cultura empreendedora - Papel social do empreendedor - Empreendedorismo social em comunidades indígenas e afrodescendentes.		
UNIDADE II - Características do Empreendedor - Formação do empreendedor - Motivação empreendedora - Criatividade, Negociação e Tomada de decisões.		
UNIDADE III - Criação e gestão das empresas. - Ferramentas para a análise de viabilidade: fofa, pesquisa de mercado. - Legislação, normas e regulamentos referentes aos empreendimentos de pequeno e médio porte.		
UNIDADE IV - Plano de Negócios - Sumário executivo - Plano gerencial - Plano de operações - Plano de marketing - Plano financeiro		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Aulas expositivo-dialogadas; Trabalhos teóricos e práticos; Apresentação de seminários;		

Análise de filmes; Análise e interpretação de textos e artigos; Visita técnica; Aula de campo; Incursões no Campo Empírico.	
AVALIAÇÃO	
. Trabalhos individuais e em equipe . Provas escritas (avaliação diagnóstica individual) . Seminários . Auto avaliação . Produção textual e expressão oral . Participação em fóruns e mediações acadêmicas . Participação em eventos Obs.: Incentivo às práticas interdisciplinares na realização das diversas atividades da disciplina.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BARON, Robert A. Empreendedorismo: uma visão do processo . São Paulo, SP: Cengage Learning, 2014. DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios . 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2012. – CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo - Dando Asas ao Espírito Empreendedor - Editora: Saraiva, 2012.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
DOLABELA, F. O Segredo de Luísa . São Paulo: Cultura Editores, 2008. DORNELAS, Jose Carlos Assis. Planos de negócios que dão certo – uma guia para pequenas empresas . Editora Campos, 2008. HISRIC, Robert D. Empreendedorismo . 7. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2009. BERNARDI, Luiz Antônio. Manual de planos de negócios: fundamentos, processos e estruturação . São Paulo, SP: Atlas, 2011.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: ESTUDO DAS BEBIDAS E COQUETELARIA		
Código:		
Carga Horária Total: 80 h/a	CH Teórica: 40 h/a	CH Prática: 40 h/a
Número de Créditos: 4		
Pré-requisitos: -		
Semestre:	4	
Nível: Superior/tecnológico		
EMENTA		
Noções de vinicultura e vinificação. Vinhos mais importantes produzidos no Brasil e provenientes de outros países. Princípios da análise visual, olfativa e gustativa do vinho. Visão panorâmica da enogastronomia no mundo. Relação entre os vinhos e região de origem. Produção e definição da cerveja e dos principais tipos produzidos no Brasil e no Mundo. Produção e definição dos principais destilados produzidos no Brasil e no Mundo. Produção e definição das principais bebidas não alcoólicas: sucos, bebidas a base de café, infusões quentes e chás, refrigerantes. Técnicas de preparo das principais bebidas quentes. Coquetelaria.		
OBJETIVOS		
• Estudar as bebidas alcoólicas e não alcoólicas de importância na gastronomia através do conhecimento das matérias primas, métodos de produção e definição de acordo com a legislação do Brasil e do Mundo. • Conhecer os principais tipos de vinhos de acordo com a matéria prima e o método de produção bem como de acordo com a origem. • Conhecer os principais tipos de cervejas e destilados do Brasil e do mundo. • Conhecer as bebidas a base de café, as infusões quentes e chás e suas técnicas de preparo. • Conhecer e preparar <i>drinks</i> e coquetéis com diversas bebidas.		
PROGRAMA		
I. Introdução ao estudo das bebidas		
II. Bebidas alcoólicas		
a. Bebidas alcoólicas fermentadas		
• Vinho -A história do vinho, noções de viticultura, principais cepas de uvas utilizadas na produção de vinho, tipos de vinhos, vinificação em branco, em tinto, em rosado, dos espumantes e elaboração de vinhos fortificados. Envelhecimento e engarrafamento dos vinhos. Garrafas e rótulos. Guarda e armazenamento de vinhos. Tipos de adega. Noções de serviço de vinho: temperatura e copos. Decantação. Análise sensorial de vinhos: etapas da degustação, vocabulário e principais defeitos dos vinhos. Principais regiões produtoras de vinhos no Brasil e no Mundo. • Cerveja -Histórico, definição legal, ingredientes (água, malte, lúpulo e adjunto), maltagem, método de fabricação, defeitos, classificação, grandes nações cervejeiras. • Sidra -Histórico, definição e características, método de fabricação, principais defeitos, países produtores. • Saquê - Histórico, definição e características, método de fabricação, países produtores.		
b. Bebidas alcoólicas destiladas		
• Aguardente, <i>Cognac</i>, <i>Brandy</i>, Gin, Rum, Vodka, Whisky, Absinto, Tequila, etc.		
c. Bebidas alcoólicas compostas – infusão		
• <i>Vermouths</i>, Licores, Anisados, <i>Bitters</i>, etc.		
III. Bebidas não alcoólicas		
a. Sucus: histórico, definição legal, composição, valor nutritivo e elaboração.		
b. Café: histórico, composição dos grãos, classificação da bebida.		

Código:

c. Chá e infusões quentes: definição legal, composição, beneficiamento.
d. Refrigerantes: histórico, definição, composição, ingredientes, método de fabricação.
IV. Coquetelaria

- O bar: caracterização, tipos.
- Os coquetéis: categorias, modalidades, finalidades, grupos, técnicas de coquetelaria.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas com ilustração, aulas práticas, trabalhos em grupos, estudos dirigidos e seminários, visitas técnicas.

AValiação

Aplicação de quatro avaliações escritas sobre os conteúdos teóricos da unidade didática, havendo distribuição destes conteúdos entre as avaliações. Apresentação de seminários pelos discentes sobre temas relacionados ao programa da disciplina. Realização de trabalhos de pesquisa em grupos em sala de aula, em laboratório ou em campo. A avaliação final ocorrerá através de um exame escrito sobre os conteúdos teóricos da unidade curricular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PACHECO, A. O. **Iniciação à enologia**. 4ª ed. São Paulo: Editora Senac, 2006. 177 p.
SANTOS, J. I. **O essencial em cervejas e destilados**. São Paulo: Editora Senac, 2006. 135p.
MARQUES, J. A. **Manual de restaurante e bar**. Rio de Janeiro: Thex, 2002. 194p.
PACHECO, A. de O. **Manual do bar**. 7 ed. São Paulo: editora Senac São Paulo, 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

VENTURINI FILHO, W. G.(coord.).**Bebidas alcoólicas**. Bebidas.v.1.Ciência e tecnologia.São Paulo: Blucher.2010.
VENTURINI FILHO, W. G.(coord.).**Bebidas não alcoólicas**. Bebidas.v.2.Ciência e tecnologia.São Paulo: Blucher.2010.
VENTURINI FILHO, W. G.(coord.). Indústria de **Bebidas. Inovação, gestão e produção**.v.3.Ciência e tecnologia.São Paulo: Blucher.2010.
MORADO, R. **Larousse da cerveja**. São Paulo. Larousse Brasil, 2009.
FURTADO, E. **Copos de bar & mesa: história, serviço, vinhos e coquetéis**. São Paulo: Editora Senac, 2009. 336p.
HAMPSON, T. (organizador). O livro da cerveja.São Paulo: Globo, 2012
JACKSON, M. **Cerveja – guia ilustrado Zahar**.Rio de Janeiro: Jorge Zahar.2009
ALBERT, A. Z. Borbulhas. **Tudo sobre champagne e espumantes**.2 ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo. 2103
JACKSON MICHAEL.**Whisky – o guia mundial definitivo**.São Paulo: editora Senac SP.2010.
CÂMARA, M. **Cachaça – prazer brasileiro**.Rio de Janeiro: Mauá.2004

DISCIPLINA: SERVIÇOS DE A&B

Carga Horária Total: 80 h/a	CH Teórica: 40 h/a	CH Prática: 40 h/a
Número de Créditos: 4		
Pré-requisitos: -		
Semestre:	4	
Nível: Superior/tecnológico		
EMENTA		
Na presente disciplina, discutir-se-á as características básicas do setor de serviços de Alimentos e Bebidas nos meios restaurativos e empreendimentos de alimentação, tendo como foco as necessidades mercadológicas atuais deste segmento para o bom funcionamento dos serviços desempenhados nestes. Os discentes serão apresentados aos conceitos básicos do estudo de serviços, assim como as características tipológicas e funcionais dos estabelecimentos, produtos e ferramentas deste setor, além das competências dos profissionais que o compõem. Abordará ainda as técnicas necessárias aos profissionais de A&B no cotidiano restaurativo, assim como elementos de administração, planejamento e infraestrutura necessária para o correto desempenho destes serviços.		
OBJETIVOS		
• Compreender o contexto do setor serviços de Alimentos e Bebidas no mercado atual. • Entender as estruturas de A&B e os profissionais envolvidos. • Aprender os tipos de estabelecimentos alimentícios e modos de serviços. • Conhecer o funcionamento, planejamento e os procedimentos de serviços alimentares.		
PROGRAMA		
Introdução ao estudo de Serviços de Alimentos e Bebidas. Tipologia e estrutura de estabelecimentos alimentares. Os profissionais de Alimentos e Bebidas: suas habilidades e atribuições. Tipos de serviços e manuseio de instrumental. Planejamento e funcionalidade de serviços em empreendimentos restaurativos.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Aulas expositivo-dialogadas; Exercícios teóricos e práticos; Apresentação de seminários; Práticas de Serviços Alimentares. Recuperação de Aprendizagem através de atendimento pessoal aos alunos.		
AVALIAÇÃO		
. Trabalhos Individuais . Provas Escritas Objetivas e Subjetivas . Seminários . Avaliações Práticas		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
INSTITUTO de Culinária da América. A Arte de servir: um guia para conquistar e manter clientes destinado a funcionários, gerentes e proprietários de restaurantes. São Paulo: Roca, 2004. FONSECA, Marcelo Traldi. Tecnologias gerenciais de restaurantes. São Paulo: SENAC, 2010. FREUND, F. Tommy. Alimentos e Bebidas: uma visão gerencial . São Paulo: Editora Senac, 2005, 208p MEZOMO, Iracema de Barros. Os Serviços de Alimentação: planejamento e administração . 5ª ed. São Paulo: Manole, 2002, 413p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
VENTURI, James Luiz. Gerenciamento de bares e restaurantes . Porto Alegre: Bookman, 2010, 185p.		

PACHECO, Aristides de Oliveira. **Manual de Serviço do Garçom**. São Paulo: Editora Senac, 2007, 112p.

KNIGHT, JHON B.; KOTSCHEVAR, LENDAL H. **Gestão, Planejamento e Operação de Restaurantes**. São Paulo: ROCA, 2005, 504p.

DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO ORAL EM INGLÊS III

Código: HOTE.023

Carga Horária: 40

Número de Créditos: 2

Código pré-requisito: HOTE.015

Semestre: 4

Nível: Superior / Tecnológico

EMENTA

Possibilitar ao aluno de Hotelaria um contato com a Língua Inglesa, com as funções e vocabulário próprio da área de Hotelaria e Hospedagem e apresentar noções sobre os aspectos culturais dos países cujo idioma é o Inglês.

OBJETIVOS

Geral:

Desenvolver a competência comunicacional do aluno, abrangendo as habilidades da fala, escrita, leitura e compreensão oral, voltadas a linguagem de Hotelaria e Hospedagem.

Específicos:

1. Capacitar o aluno a ouvir, compreender e comunicar-se oralmente, diferenciando o uso da língua formal e informal, de acordo com a situação ou conteúdo ao qual for exposto, no seu campo de trabalho.
 2. Treinar a escrita, fazendo uso correto das estruturas gramaticais, observando as diferenças de estilo, segundo o destino da mensagem.
 3. Preparar o aluno para a leitura e compreensão de artigos, textos e obras simplificadas, que venham ao encontro das estruturas e contextos desenvolvidos durante as aulas.
- Situar o aluno junto a cultura dos diferentes povos falantes da Língua Inglesa, fazendo-o compreender as diferenças do uso da língua, segundo as características dos povos e países.
4. Através de exercícios de motivação a participação em sala de aula, eliminar as barreiras e bloqueios de comunicação, estimulando o aluno ao gosto e pelo estudo da língua inglesa e despertar o aluno para a sua importância no seu mercado de trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Maintenance Service:
 - Electrical maintenance problems;
 - Plumbing maintenance problems;
 - Repairing something;
 - Problem solving;
 - Talking to the guest;
- Security Services:
 - Solving a problem with the keycard;
 - Solving a problem with the safe;
 - Giving safety advice to the guest;
 - Places in the neighborhood;
 - Directions;
 - Saying where something is.

METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas e interativas, slides, trabalho em grupo e em classe, leitura de textos diversos, música. Uso da dramatização, ou participação do aluno em simulações de situações de Hotelaria e estudo de textos técnicos.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação consistirá em um processo contínuo, feita por meio de atividades e avaliação, em grupos ou individuais, além de uma auto-avaliação do discente, consistindo em: • Notas de participação • Notas por pesquisas e apresentações em seminários individuais ou em grupos • Tarefas em classe e de casa • Provas escritas	
REFERÊNCIA BÁSICA	
MUNHOZ, Rosângela. Inglês Instrumental - Estratégias de Leitura Módulo II. São Paulo: TEXTONOVO/CEETEPS, 2001.	
MURPHY, Raymond. English Grammar in Use. 3 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. Dicionário Escolar Inglês – Português/ Português – inglês. 2 ed. Pearson Education 2009.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
AGUIAR, Cícera Cavalcante; FREIRE, Maria Socorro Gomes; ROCHA, Regina Lúcia Nepomuceno. Inglês Instrumental. 3 ed. Local: Livro Técnico, 2001.	
OLIVEIRA, Ricardo Coelho de. Inglês Aplicado a Produção e Atendimento . Fortaleza: UAB/IFCE, 2010.	
THOMSOM, A J; MARTINET, A V A. Practical English Grammar. 4 ed. Londres: Oxford University Press: 1986.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	
Código:	HOTE.
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	HOTE.017
Semestre:	4
Nível:	SUPERIOR / TECNOLÓGICO
EMENTA	
Escolha do tema, de uma justificativa e dos objetivos do trabalho científico em Hotelaria (prática ou	

teórica). Revisão bibliográfica para a fundamentação teórica. Escolha da metodologia. Elaboração orientada de um projeto de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na área relacionada à ênfase do curso escolhida pelo aluno.
OBJETIVOS
Planejar e discutir o projeto de pesquisa para a elaboração do TCC. Escolher o tema, definir os objetivos e realizar a pesquisa bibliográfica básica. Desenvolver o projeto de pesquisa Estabelecer uma relação cooperativa com o orientador. Trabalhar em respeito às orientações éticas de pesquisa e às normas de elaboração, citação e referências de trabalhos científicos utilizadas no curso.
PROGRAMA
UNIDADE I – Introdução ao trabalho de conclusão de curso (TCC) • Importância e etapas de execução do TCC.
UNIDADE II–Levantamento bibliográfico • Uso de base de dados digitais.
UNIDADE V – Elaboração de TCC • Tipos de TCCs; • Orientações sobre a elaboração do manuscrito. • Normas da ABNT
UNIDADE VI – Apresentação do TCC • Apresentação oral dos manuscritos. • Apresentação oral dos manuscritos para a banca examinadora.
METODOLOGIA
Aulas expositivas dialogadas, encontros individuais de orientação sobre a construção do TCC, apresentação do trabalho final.
REFERÊNCIA BÁSICA
Gil, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social . São Paulo: Atlas, 2012. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica . São Paulo: Atlas, 2010. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho Científico . São Paulo: Cortez, [s.d]. RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica . 38.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR
BÊRNI, Duilio de Ávila; FERNANDEZ, Brena Paula Magno (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa: modelando as ciências empresariais . São Paulo: Saraiva, 2012. FRAGOSO, Suely; Raquel Recuero; Adriana Amaral. Métodos de pesquisa para internet . Porto Alegre: Sulina, 2012. Martins, Gilberto de Andrade. Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas . São Paulo: Atlas, 2009. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA. Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da UFC . Fortaleza: UFC, 2013. Disponível em: http://www.biblioteca.ufc.br/images/stories/arquivos/bibliotecauniversitaria/guia_normalizacao_ufc_2012.pdf

Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: GESTÃO AMBIENTAL NOS MEIOS DE HOSPEDAGEM	
Código:	HOTE.014
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	---
Semestre:	5
Nível:	Superior/Tecnológico
EMENTA	
A disciplina consiste em proporcionar ao profissional em formação que este compreenda a relação existente entre a questão ambiental e a Hospedagem, com vistas à identificação dos aspectos e impactos ambientais proporcionados por esta atividade; além do entendimento sobre a implementação de estratégias para minorar as ações que causam impactos negativos, a exemplo do desperdício de energia e água, bem como do consumo dos demais recursos naturais. Tal compreensão proporcionará empiricamente a adequação dos negócios aos novos valores do mercado mundial, passando de uma mera atitude reativa para uma atitude criativa e responsável, ou seja, proativa, tendo em vista atender aos anseios dos clientes e às imposições legais.	
OBJETIVOS	
- Indicar diretrizes para o exercício da Gestão Ambiental na área de atuação do profissional; - Situar a relação entre turismo e meio ambiente; - Entender a relação entre os princípios éticos e o conceito de responsabilidade social, e o escopo de abrangência das práticas da RSE; - Conhecer as ferramentas de gestão para o diagnóstico, o planejamento, a implementação e comunicação com os públicos de interesse; - Conhecer os Instrumentos de Gestão Ambiental (Esfera pública e Espera privada); - Entender a constituição de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) nos Meios de Hospedagem e o seu papel social; -conhecer os Sistemas de Gestão Ambiental em Meios de Hospedagem (Hospedes da Natureza, P+L, Ecologia Accor e ISO 14000).	
PROGRAMA	
– Apresentação da Disciplina 1. Introdução à Gestão Ambiental: Meio Ambiente em Questão 2. FILME: O PESO DE UMA NAÇÃO – HBO - <i>Escolhas</i> * RESENHA DO FILME 3. Meio Ambiente: Discussão Teórica Conceitual 4. O Turismo e a Questão Ambiental 5. Sustentabilidade 6. Apropriação dos Recursos Naturais 3.1 Água 3.2 Energia 3.3 Resíduos Sólidos 3.4 Alimentos 3.5 Consumo Sustentável 7. Acidentes e Incidentes Ambientais – despertar do debate 8. Histórico da Questão Ambiental	

9. Aspectos e Impactos dos Meios de Hospedagem no Meio Ambiente 10. Gestão Ambiental: conceitos e considerações sobre ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável 11. Gestão – Gerenciamento – Planejamento Ambiental 12. Diferenciação entre Gestão Ambiental Pública e Privada Esferas e Abrangências 10. Gestão ambiental – Pública (Bases Teóricas) 11. A gestão ambiental Privada e as normas da Série ISO 14000 *AVALIAÇÃO DO CONTEÚDO (PROVA) 13. Sistemas de Gestão Ambiental em Meios de Hospedagem (Aplicação e Análise de Casos) 13.1. Hóspedes da Natureza 13.2 Sistema Ambiental de Produção Mais Limpa (P+L) 13.3 Sistema Ambiental Autônomo- Projeto Ecologia ACCOR 13.4 ISO 14000 * SEMINÁRIO 14. Turismo Sustentável; Ecoturismo; Turismo de Aventura; Turismo Rural *ARTIGO
METODOLOGIA DE ENSINO
• Aulas expositivas sobre os temas; • Produção de notas de aulas com exercícios; • Estudo Dirigido.
AVALIAÇÃO
• Resenha; • Prova; • Seminário; • Artigo.
REFERÊNCIA BÁSICA
DIAS, Genebaldo Freire. Educação e Gestão Ambiental. SP: Gaia, 2006. DIAS, Reinaldo. Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011. GONÇALVES, L.C. Gestão Ambiental em Meios de Hospedagem. São Paulo: Aleph, 2004. PORTO-GONÇALVES, C.W. O desafio ambiental. 2.ed. RJ: Record, 2011. SEIFFERT, M^a. E. B. Gestão Ambiental: Instrumentos, Esferas de Ação e Educação Ambiental. São Paulo: Atlas, 2011.
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR
BARBIERI, J. Carlo. Gestão Ambiental empresarial: conceito, modelos e instrumentos. 2 ed. SP: Saraiva, 2009. BASTOS, F.de H. Serra de Baturité: uma visão integrada das questões ambientais. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011. JUNIOR, A.V.; DEMAROVIC, J. Modelos e Ferramentas de Gestão Ambiental: Desafios e Perspectivas para as organizações. 3 ed. SP: SENAC, 2013. PETRINI, Carlo. Slow Food. SP: SENAC, 2009.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**.3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

POLLAN, Michael. **O Dilema do Onívoro**: uma história natural de quatro refeições. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: ENOLOGIA

Código: HOTE.027

Carga Horária: 80

Número de Créditos: 4

Código pré-requisito: HOTE.006, HOTE.010

Semestre:	5
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
Conceitos básicos de enologia. Histórico do vinho, componentes da uva e da videira, principais castas. Viticultura e vinificação. Vinhos mais importantes produzidos no Brasil e provenientes de outros países. Relação entre os vinhos e região de origem. Classificação dos vinhos, envelhecimento, engarrafamento e armazenamento. Princípios da análise visual, olfativa e gustativa do vinho. Técnicas de degustação. O serviço do vinho. Noções de harmonização de vinhos e comida.	
OBJETIVOS	
• Estudar a uva e a videira através do conhecimento básico de vinicultura e das principais castas de uvas viníferas. • Conhecer os principais tipos de vinhos de acordo com a matéria prima e o método de produção. • Conhecer as principais regiões produtoras de vinhos no Brasil e no Mundo e os tipos de vinhos característicos de cada região. • Aprender sobre envelhecimento, armazenamento e guarda de vinhos, além dos fatores relevantes do serviço. • Conhecer princípios de análise sensorial de vinhos e da sua harmonização com comidas.	
PROGRAMA	
I. Introdução à enologia e histórico do vinho II. Tópicos de vitivinicultura -Fatores de qualidade na viticultura: terreno, tipo de plantio, meteorologia, práticas agrícolas, <i>terroir</i>; -Composição do cacho de uva, a vindima e sua preparação, acompanhamento da maturação; -Principais cepas de uvas utilizadas na produção de vinhos -Principais regiões produtoras de vinhos no Brasil e no Mundo. III. Classificação de vinhos e vinificação -Tipos de vinhos, vinificação em branco, em tinto, em rosado, dos espumantes e elaboração de vinhos fortificados. -Envelhecimento e engarrafamento dos vinhos. -Garrafas e rótulos. Guarda e armazenamento de vinhos. IV. Análise sensorial de vinhos -Análise sensorial de vinhos: características visuais, olfativas e gustativas dos vinhos, técnicas de avaliação e principais defeitos dos vinhos. V. O serviço de vinhos -Temperatura de serviço, abertura de garrafa de vinho tranquilo e espumante, decantação e serviço. -Tipos de copos, abridores e outros utensílios de serviço. VI. Enogastronomia -Princípios de harmonização de vinhos e comida	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas com ilustração, aulas práticas de degustação, trabalhos em grupos, estudos dirigidos e seminários, visitas técnicas.	
AVALIAÇÃO	
Aplicação de quatro avaliações escritas sobre os conteúdos teóricos da unidade didática, havendo distribuição destes conteúdos entre as avaliações. Apresentação de seminários pelos discentes sobre temas relacionados ao programa da disciplina. Realização de trabalhos de pesquisa em grupos em sala de aula, em laboratório ou em	

campo. A avaliação final ocorrerá através de um exame escrito sobre os conteúdos teóricos da unidade curricular.	
REFERÊNCIABÁSICA	
PACHECO, Aristides de Oliveira.Iniciação à enologia. 5.ed. São Paulo: SENAC/SP, 2008. NOVAKOSKI, D.; FREIRE, R.Enogastronomia: a arte de harmonizar cardápios e vinhos. Rio de Janeiro: SENAC, 2007. SANTOS, J. I.; SANTANA, J. M. Comida e vinho: Harmonização essencial. 2.ed. São Paulo: SENAC/SP, 2008.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
MARQUES, J. A. Manual de restaurante e bar. 1ª ed. Rio de Janeiro: Thex, 2002. 194p. FURTADO, E.Copos de bar & mesa: história, serviço, vinhos e coquetéis. São Paulo: SENAC/SP, 2009. 336p.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: MARKETING TURÍSTICO	
Código:	HOTE.028
Carga Horária:	40 horas
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	HOTE.002
Semestre:	1
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
Conceituar, interpretar e aplicar na realidade Hoteleira, os conceitos e definições de Marketing Turístico, suas	

ferramentas especialmente o mix de marketing, e a importância da segmentação do mercado turístico.
OBJETIVOS
GERAL: Promover no aluno a capacidade de relacionar os conceitos de Marketing com a atividade turística, compreendendo o marketing como elemento estratégico. ESPECÍFICOS: Fazer com que o discente: Identifique a aplicabilidade da gestão em marketing turístico; Utilize as principais estratégias de marketing; Elaborar e avaliar planos de marketing de localidades e empresas turísticas.
PROGRAMA
Unidade I 1. Introdução ao Marketing. Conceituação. 2. Diferença do Marketing de produto e Marketing de serviços 3. Ambiente do Marketing Turístico: Macro e Micro 4. O Mercado Turístico Unidade II 5. O Comportamento do consumidor-turista 6. Segmentação do mercado turístico 7. O posicionamento no mercado Unidade III 8. Composto de Marketing aplicado ao turismo (4ps) 9. O produto turístico 10. O preço dos produtos turísticos 11. A distribuição de produtos turísticos 12. A comunicação turística
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas expositivo-dialogadas; Exercícios teóricos e práticos; Estudo de casos: Análise e interpretação de textos e artigos; Apresentação de seminários;
AVALIAÇÃO
.Provas Escritas (Avaliação Diagnóstica Individual) .Trabalhos individuais e em grupo . Apresentação de Seminários . Participação em sala de aula e resolução das atividades propostas
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
DIAS, Reinaldo; CASSAR, Maurício. Fundamentos do marketing turístico. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing de serviços.5.ed. São Paulo: Atlas, 2010. LAS Casas, Alexandre Luzzi. Administração de marketing: Conceitos, Planejamento e Aplicações à Realidade Brasileira. São Paulo: Atlas, 2011. KOTLER, Philip. Administração de Marketing. 14.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
KOTLER, Philip; Armstrong, Gary. Princípios de Marketing . 12.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

ROMITO, Fátima Guardani. Gestão de marketing em hotelaria . São Paulo: Atlas, 2006.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: Planejamento e Organização de Eventos	
Código:	HOTE.029
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	--
Semestre:	2
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
Evolução, Conceito, Tipologia e classificação de Eventos; A Viabilidade de Projetos de Eventos; O Planejar e organizar nas etapas de Pré-evento, Evento e Pós – Evento; <i>Checklist</i> ; Mercado de Eventos e a Hotelaria.	
OBJETIVOS	
1. Contextualizar historicamente a evolução dos Eventos 2. Conceituar Eventos 3. Conhecer os diversos tipos de eventos, suas características ou classificação 4. Realizar a viabilidade e conhecer as etapas de Projeto de Eventos 5. Compreender o processo de Planejamento e da Organização de Eventos 6. Analisar o Mercado de Eventos 7. Identificar o Setor de Eventos nos Meios de Hospedagem 8. Construir e aplicar <i>checklist</i> 9. Desenvolver a comunicação oral e escrita e a corresponsabilidade em ações e tarefas 10. Valorizar a convivência, integração e trabalho em equipe.	
PROGRAMA	
• Contextualização histórica da evolução dos eventos • Conceitos e importância • Classificação e Tipologias • Planejamento do evento e seus quatro elementos: ➤ Decisão política, ➤ Objetivos, ➤ Público alvo ➤ Estratégias • Organização de Eventos em suas etapas ➤ Pré-Evento ➤ Evento ➤ Pós – Evento • Análise de Viabilidade de Eventos	

• Projeto de Eventos • <i>Checklist</i> (roteiro para operacionalizar o evento): ➤ Atividades gerais ➤ Recursos físicos ➤ Recursos materiais ➤ Recursos humanos ➤ Cerimonial ➤ Local para alimentação Pós – Evento • Mercado de Eventos e a Hotelaria
METODOLOGIA DE ENSINO
O conteúdo será exposto buscando estabelecer uma compreensão do conteúdo teórico mediante questionamentos, exemplificações, pesquisa e realização de pequeno evento por parte dos estudantes sob a orientação e supervisão nas atividades práticas. As aulas serão realizadas de forma expositiva, argumentativa e construtivista. Também contará com exibição de vídeos, debates e estudo de caso para discussão em sala de aula.
AVALIAÇÃO
Na avaliação da aprendizagem serão considerados: • <i>Critérios qualitativos:</i> Avaliação segundo comportamento, assiduidade e participação dos estudantes. • <i>Critérios quantitativos relacionados às atividades de avaliações somativas, escrita e trabalho.</i> N1 NP1 – Paper (pequeno artigo, de 15 a 20 páginas) e apresentação oral de sua análise (10 pontos). N1 NP2 — Pesquisa de Campo, com entrega de relatório e apresentação em seminário - diagnosticar os eventos locais e suas caracterizações. (10 pontos) N2 NP1 – criar um blog com interface de textos, gráficos, ilustrações e imagens sobre os eventos de Baturité e demais informações que sejam julgadas de interesse social (10 pontos) N2 NP2 – avaliação escrita individual, de toda a matéria. (10 pontos) OBS: Planejamento, Organização e Execução de Evento de pequeno porte no Instituto
REFERÊNCIAS BÁSICAS
IFCE Campus Baturité. Organização de eventos. Fortaleza: IFCE, [s.d]. ZANELLA, Luiz Carlos. Manual de Organização de eventos: planejamento e operacionalização. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2012. CESCA, Cleuza G. Gimenes. Organização de eventos: manual para planejamento e execução. 11.ed. São Paulo: SUMMUS, 2008.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
CAMPOS, Luiz Claudio de Menescal [et al]. Eventos: oportunidades de novos negócios. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2000. CASTELLI, Geraldo. Administração hoteleira. 9.ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2003 DIAS, Reinaldo; PIMENTA, Maria Alzira(Orgs.). Gestão de hotelaria e turismo. São Paulo: Pearson prendesse Hall, 2005. ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. Turismo. Como aprender, como ensinar 2.4.ed. São Paulo: Senac, 2000. IGARRA,Luiz Renato. Fundamentos do Turismo. 3.ed. São Paulo: Thomson, 2003.

Coordenador do Curso 	Setor Pedagógico

DISCIPLINA: CONTROLE E GESTÃO DE A& B	
Código:	HOTE.030
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	HOTE.002, HOTE.003, HOTE.004, HOTE.012
Semestre:	4
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
Integração da área de produção e atendimento de alimentos e bebidas, efetuando medições e controles acerca do seu desempenho financeiro e administrativo, conhecendo e articulando o estoque e controladoria em alimentos e bebidas, bem como utilizar as táticas financeiro-administrativas de engenharia de cardápio.	
OBJETIVO	
Conhecer as diversas franquias na área de A&B existentes no mercado. Conceber o processo de compras, transporte, recebimento e armazenagem; Organizar estoques. Interpretar a receita e despesa do restaurante. Avaliar o desempenho do setor de A&B e ou do restaurante. Elaborar fichas técnicas Organizar cadápios Motivar, liderar e harmonizar as brigadas de serviços; Analisar relatórios Administrar e Organizar um restaurante	
PROGRAMA	
Franquia Informações sobre franchising em estabelecimentos de A&B; Ponto de vista do franqueado e do franqueador; Franquias de marcas e produtos. Royalties, taxa de franquia e propaganda. Controladoria Requisição e estratégia de compras, comandas, controle de mercadorias, ficha Kardex; Inventário; Controle da produção (tamanho padrão e rendimento das receitas); recebimento, estocagem. Administração estratégica de restaurantes Diferenciais p/ sobressair à concorrência; Custo da Mercadoria Vendida; Média de Couverts; Giro de Estoque Engenharia de cardápio; Mix de Vendas; Mapa de Vendas; Ficha Técnica. Cardápios O mercado, a concorrência, público alvo, fornecedores, localização, tipos de cardápios, tipos de menus.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Exposição dialogada com apoio de recursos audiovisuais; Estudo de casos; Trabalhos individuais e de grupo com acompanhamento.	
AValiação	
As avaliações, parcial e final, basear-se-ão em trabalhos individuais, de grupo e provas escritas, além da	

participação individual dos alunos em sala de aula através de exercícios e trabalhos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
VENTURI, James Luiz. Gerenciamento de bares e restaurantes. Porto Alegre (RS): Bookman, 2010. Knight, John Barton. Gestão, planejamento e operação de restaurantes. São Paulo: Roca, 2005. FONSECA, Marcelo Traldi. Tecnologias Gerenciais de Restaurantes. 5.ed. São Paulo: SENAC, 2010.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
PACHECO, Aristides de Oliveira. Manual de organização de banquetes. 5.ed. São Paulo: Senac SP, 1999. SENAC. Bares e restaurantes: gestão de pequenos negócios. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2008.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: ESTUDO DA VIABILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS	
Código:	HOTE.031
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	HOTE.002, HOTE.014
Semestre:	4
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
O estudo de viabilidade de projetos permite uma visão holística dos fatores que interferem na decisão da tomada de decisão de investir no setor. Conceitos de planejamento; princípios dos objetivos pautados em planejamento; tipos de recursos; viabilidade hoteleira e definição de tipos de projetos; etapas do projeto de viabilidade; Planejamento Estratégico e ações de planejamento de análise FOFA (Fortalezas, Oportunidades, fraquezas e Ameaças); análise macroambiente e microambiente; objetivos do estudo de viabilidade; características gerais do mercado; Metodologia de coleta de dados; o papel da decisão de investir e o diagnóstico de mercado; o ciclo decisório; Concepção do empreendimento hoteleiro: comprando ou construindo; Estruturação do plano de negócio - projeto final hoteleiro.	
OBJETIVOS	
Conhecer os termos técnicos do planejamento e aplicações;	

Identificar tipos de projetos hoteleiros; Conceitos do estudo de viabilidade de projetos hoteleiros; Conhecer o Planejamento Estratégico e as etapas da análise FOFA; Compreender a análise macroambiente e microambiente; Entender as características gerais de mercado; Conhecer processos metodológicos de coleta de dados; Analisar a viabilidade de projetos hoteleiros; Compreender a o processo decisório a partir do diagnóstico obtido; Decidir a concepção do empreendimento: construir ou comprar; Processos de concepção; Conhecer estrutura de plano de negócio - projeto final hoteleiro.
PROGRAMA
• O processo de planejamento • Conceitos e princípios de planejamento • O projeto no processo de planejamento • Tipos de projeto: Projeto de Viabilidade e Projeto Final • Etapas de um projeto: análise macroambiente e microambiente • Análise macroambiente: <i>ambiente geral, operacional e interno</i>; • Ambiente geral: <i>econômico, social, político e tecnológico</i>; • Ambiente operacional: <i>cliente, concorrência, mão-de-obra, fornecedor e internacional</i>; • Análise microambiente - Ambiente interno • Objetivos do estudo de viabilidade • Planejamento Estratégico e ações de planejamento de análise FOFA: ambiente externo (<i>Ameaças e Oportunidades</i>) e ambiente interno (<i>Fortalezas e fraquezas</i>) • As características gerais do mercado: <i>Análise do Local, Análise da Demanda e Pesquisa da Oferta</i> • Análise do Local: <i>localização, história, quadro natural, população, saúde, educação, economia, política, mão de obra, abastecimento, transporte e segurança pública</i> • Análise da Demanda: <i>Identificar o perfil da demanda e sua projeção</i> • Pesquisa da Oferta: <i>Verificar a infraestrutura de apoio e a existência de atrativos turísticos; Analisar a oferta existente e perspectivas de mercado</i> • Métodos de coleta de dados • Processo decisório e diagnóstico de mercado • O ciclo decisório: <i>Informação (Decisão, Implantação da Decisão, Avaliação e Mudança recomendada)</i> • Concepção do empreendimento hoteleiro (comprando ou construindo): <i>Definição do nível [simples, econômico, turístico, superior ou luxo]; Classificação hoteleira; Proposta do hotel: Características Físicas; Entretenimento; Preço Médio; perfil da demanda escolhida; Objetivos e Aspectos Operacionais</i> • Etapas da concepção: <i>terreno, franquia, projeto arquitetônico, capital de giro ou financiamento, processo de construção, mobiliar e decorar e organização de pré-estreia ou lançamento</i> • Estrutura do plano de negócio e projeto final hoteleiro
METODOLOGIA DE ENSINO
As aulas serão realizadas de forma expositiva, argumentativa e construtivista. Contará com leituras dirigidas, exibição de vídeos e debates; exercícios teóricos e práticos e estudos de caso para discussão em sala. Contará ainda com palestra de representante do Sebrae sobre montagem de projetos e mercado turístico no Maciço.
AVALIAÇÃO
Contará com pesquisa de campo com apresentação em seminário, elaboração de projeto de viabilidade de empreendimento hoteleiro e projeto final – plano de negócio (modelo Sebrae) e avaliação escrita. A participação do discente será primordial para a composição da nota final.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
DORNELAS, José Carlos Assis [et. Al.]. Planos de negócios que dão certo: um guia para pequenas empresas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. PAGE, Stephen. Turismo e empreendedorismo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. PETROCCHI, Mário. Hotelaria: planejamento e gestão. 2.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

SEBRAE Nacional. Aprender a empreender: pousadas e hotéis . Rio de Janeiro: SEBRAE/Futura, [s.d.].	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	
CASTELLI, Geraldo. Administração hoteleira . 9.ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2003.	
DIAS, Reinaldo; PIMENTA, Maria Alzira. Gestão de Hotelaria e Turismo . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.	
ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. Turismo. Como aprender, como ensinar 2.4.ed. São Paulo: SENAC, 2000.	
CHON, Kye-Sung. Hospitalidade: conceitos e aplicações . São Paulo: Pioneira Thomson, 2003.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: Gestão da Qualidade nos Meios de Hospedagem	
Código:	HOTE.032
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	--
Semestre:	4
Nível:	Superior / Tecnológico
EMENTA	
Conceituar e compreender os seguintes assuntos: Conceito de qualidade; Histórico da evolução da qualidade; Qualidade em serviços; A qualidade voltada para o cliente e o Lado humano da qualidade; Gurus da Qualidade; Gestão da Qualidade Total (GQT); Principais processos de uma empresa; Ferramentas básicas na Gestão da qualidade. Certificação de qualidade ISO 9000 e selo de qualidade SEBRAE.	
OBJETIVOS	
OBJETIVOS GERAIS: A disciplina Gestão da Qualidade Total visa proporcionar uma aquisição de conhecimento básico, aliado às necessidades do mercado de trabalho da Hotelaria. A disciplina também tem por objetivo fornecer ao acadêmico uma visão ampla da importância do gerenciamento da qualidade no desenvolvimento de serviços ou de produtos.	
PROGRAMA	
1. Significado e abrangência da qualidade: Introdução a História, Conceitos e Fundamentos de Qualidade 2. Dimensões da qualidade 3. O ciclo PDCA de controle de Processo 4. Gurus da Qualidade 5. A Qualidade voltada para o cliente e o Lado humano da qualidade; Momentos da verdade 6. Implantando um programa de qualidade: etapas e Ferramentas básicas da Gestão da	

qualidade 7. Metodologia para solução de problemas e tratamento de reclamações 8. Certificação de qualidade ISO 9000 e selo de qualidade SEBRAE.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivo-dialogadas; utilização de metodologias ativas de aprendizagem com uso de TICs realizando oficinas de Learning Café, Brainwriting para discussão de estudos de casos, artigos científicos e soluções de problemas, e utilização da metodologia Pear struction para discussão e aprendizagem aos pares através da plataforma de questionários-quiz do Google forms. Apresentação de seminários; Observação de vídeos; Estímulo a pesquisa de campo; Elaboração de questionários e aplicação	
AVALIAÇÃO	
Avaliação: - Tipo prova na forma individual e sem consulta. Trabalhos individuais e de grupo: - Exercícios em sala de aula - Estudos de caso realizadas em sala de aula. - Relatório de visita técnica, palestra ou evento. - seminários - Elaboração de questionários e aplicação	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
CARVALHO, M.M; PALADINI, EDSON P. [et al.]. Gestão da Qualidade: teorias e casos . Rio de janeiro: Elsevier, 2012. LAS CASAS, Alexandre Luzzi. QUALIDADE TOTAL EM SERVICOS: Conceitos, Exercícios, Casos práticos . 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008. VIEIRA, ELEANARA VIEIRA DE. Qualidade em serviços hoteleiros: a satisfação do cliente é função de todos . Caxias do Sul (RS): EDUCS, 2004.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
SANTOS, Rejane. ISO 9000 na Hotelaria: o primeiro passo para atingir a excelência . Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004. Mello, Carlos Henrique Pereira. Gestão da Qualidade . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO ORAL EM ESPANHOL III	
Código:	HOTE.034

Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito: -	HOTE.024
Semestre:	4
Nível:	SUPERIOR / TECNOLÓGICO
EMENTA	
Compreensão e produção escrita e oral em nível básico/intermediário de língua espanhola com ênfase na área da hotelaria.	
OBJETIVOS	
Geral: Compreender e produzir textos escritos e orais em nível básico para a atuação na área de turismo e hotelaria. Específicos: - Desenvolver habilidades discursivas intermediárias em língua espanhola. - Desenvolver a compreensão leitora. - - Desenvolver as quatro habilidades (falar, escutar, ler, ouvir) a nível básico para atuação na área do turismo e hotelaria.	
PROGRAMA	
• Revisão do vocabulário básico • Vocabulário. • Revisão da Gramática do semestre anterior. • El turismo • Los medios de hospedaje • Forma internacional de deletrear • Los servicios en el aeropuerto • Como reaccionar a situaciones en el aeropuerto • Compreensão e produção de textos escritos e orais de situações de trabalho.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aula expositivo-dialogada, leitura de textos, dinâmicas, vídeos e músicas.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação será feita através de avaliações, trabalhos e participação em classe, além da apresentação de seminários.	
REFERÊNCIA BÁSICA	
Ballester-Alvarez, Maria Esmeraldo. Minidicionário: espanhol-português, português-espanhol. São Paulo: FTD, 2007. Blanco, Ramiro Carlos Humberto Caggiano. Gramática de lalenguapañola: usos, conceptos y ejercicios. São Paulo: Scipione, 2009. Jiménez Garcia, María de losÁngeles. Minidicionário de espanhol 3em 1. São Paulo: Scipione, 2000.	

SEÑAS: Diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños . São Paulo: WMF, 2010.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
ARAÚJO, Francisca Margareth Gomes de. Espanhol aplicado à comercialização . Fortaleza: UAB/IFCE, 2011.	
DIAS, Luzia Schalkoski. Gramática y vocabulario : desde la teoría hacia la práctica en el aula de ELE [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2014.	
VARGAS SIERRA, Teresa. Espanhol para negócios [livro eletrônico] . Curitiba: Intersaberes, 2014.	
VARGAS SIERRA, Teresa. Espanhol: a prática profissional do idioma . Curitiba: Intersaberes, 2013.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO ORAL EM INGLÊS IV	
Código:	HOTE.033
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	2
Código pré-requisito:	HOTE.023
Semestre:	5
Nível:	SUPERIOR / TECNOLÓGICO
EMENTA	
Possibilitar ao aluno de Hotelaria um contato com a Língua Inglesa, com as funções e vocabulário próprio da área de Hotelaria e Hospedagem e apresentar noções sobre os aspectos culturais dos países cujo idioma é o Inglês.	
OBJETIVOS	
Geral: Desenvolver a competência comunicacional do aluno, abrangendo as habilidades da fala, escrita, leitura e compreensão oral, voltadas a linguagem de Hotelaria e Hospedagem.	
Específicos: 1. Capacitar o aluno a ouvir, compreender e comunicar-se oralmente, diferenciando o uso da língua formal e informal, de acordo com a situação ou conteúdo ao qual for exposto, no seu campo de trabalho. 2. Treinar a escrita, fazendo uso correto das estruturas gramaticais, observando as diferenças de estilo, segundo o destino da mensagem. 3. Preparar o aluno para a leitura e compreensão de artigos, textos e obras simplificadas, que venham ao encontro das estruturas e contextos desenvolvidos durante as aulas.	

Situar o aluno junto a cultura dos diferentes povos falantes da Língua Inglesa, fazendo-o compreender as diferenças do uso da língua, segundo as características dos povos e países.

4. Através de exercícios de motivação a participação em sala de aula, eliminar as barreiras e bloqueios de comunicação, estimulando o aluno ao gosto e pelo estudo da língua inglesa e despertar o aluno para a sua importância no seu mercado de trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Problem Solving:
 - The guest is requesting an item;
 - The guest is requesting a service;
 - Lost and found;
 - Giving direction to operate equipment;
 - The guest needs help;
- General Information:
 - Informing about items in the room;
 - Informing about services;
 - Informing about places;
 - Informing about opening times in the hotel;
 - Informing about transfer services;
 - Informing about places in the city.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e interativas, slides, trabalho em grupo e em classe, leitura de textos diversos, música. Uso da dramatização, ou participação do aluno em simulações de situações de Hotelaria e estudo de textos técnicos.

AVALIAÇÃO

A avaliação consistirá em um processo contínuo, feita por meio de atividades e avaliação, em grupos ou individuais, além de uma auto-avaliação do discente, consistindo em:

- Notas de participação
- Notas por pesquisas e apresentações em seminários individuais ou em grupos
- Tarefas em classe e de casa
- Provas escritas

REFERÊNCIA BÁSICA

MUNHOZ, Rosângela. Inglês Instrumental - Estratégias de Leitura Módulo I. São Paulo: TEXTONOV/CEETEPS, 2000.

MURPHY, Raymond. English Grammar in Use. 3 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. Dicionário Escolar Inglês – Português/ Português – inglês. 2 ed. Pearson Education 2009.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

AGUIAR, Cícera Cavalcante; FREIRE, Maria Socorro Gomes; ROCHA, Regina Lúcia Nepomuceno. Inglês Instrumental. 3 ed. Local: Livro Técnico, 2001.

OLIVEIRA, Ricardo Coelho de. **Inglês aplicado à gestão**. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012.

THOMSON, A J; MARTINET, A V A. Practical English Grammar. 4 ed. Londres: Oxford University Press: 1986.

Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: PROJETO SOCIAL	
Código:	HOTE.035
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	--
Semestre:	5
Nível:	SUPERIOR / TECNOLÓGICO
EMENTA	
Sociedade e Cidadania. Políticas Sociais e Políticas Assistenciais. Sociedade, desenvolvimento econômico e o desafio da sustentabilidade. Organizações da Sociedade Civil: O terceiro Setor. Exemplos de práticas de intervenção social junto a comunidades. Elaboração de Projetos de Intervenção Social.	
OBJETIVOS	
- Compreender a importância da cidadania para a construção da vida em sociedade. - Diferenciar Políticas Sociais e Políticas Assistenciais. - Compreender a importância da relação desenvolvimento econômico e o desafio da sustentabilidade para a sociedade em que estamos inseridos. - Conhecer aspectos relevantes das Organizações da Sociedade Civil (Terceiro Setor). - Conhecer exemplos de práticas de intervenção social junto a comunidades. - Conhecer aspectos relevantes para a Elaboração de Projetos de Intervenção Social.	
PROGRAMA	
1. Sociedade e Cidadania. 2. Políticas Sociais e Políticas Assistenciais. 3. Sociedade, desenvolvimento econômico e o desafio da sustentabilidade. 4. Organizações da Sociedade Civil: O terceiro Setor. 4.1. Exemplos de práticas de intervenção social junto a comunidades; 4.2. Conceito de Terceiro Setor e o seu grau de participação no desenvolvimento social, econômico e político do País; 5. Elaboração de Projetos de Intervenção Social. 5.1. Conceitos de Projetos Sociais;	

5.2. Terminologia Básica utilizada em Projetos Sociais; 5.3. Fundamentação básica em Projetos Sociais; 5.4. Formas de intervenção e participação em trabalhos sociais; 5.5. Métodos e Técnicas de elaboração de projetos sociais; 5.6. Pressupostos teóricos e práticos a serem considerados na construção de projetos sociais; 5.7. Questões éticas a serem consideradas em uma intervenção social.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
- Exposição oral dialogada dos conteúdos. - Estudos dirigidos. - Exposição de vídeos - Pesquisa de Campo. - Seminários e debates.	
AVALIAÇÃO	
- Elaboração de resumos ou resenhas das leituras. - Elaboração de Projeto de Intervenção Social. - Seminário de socialização dos projetos elaborados ou relatos de observação de projetos de intervenção social.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
GOHN, Maria da Gloria. O protagonismo da Sociedade Civil: Movimentos Sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2008. MONTAÑO, Carlos. Estados, Classes e Movimentos Social. São Paulo: Cortez, 2011. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010. CONTADOR, C. Projetos Sociais: benefícios e custos, valor de recursos naturais, impacto ambiental e externalidades. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2014. COHEN, E.; FRANCO, O. Avaliação de projetos sociais. 11 ed: Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
CONTADOR, Claudio R. Projetos Sociais - Avaliação e Prática. Atlas, [s.d.]. PEREIRA, POTYARA, A. P. Política social: temas e questões. 3ed. São Paulo: Cortez, 2011.	
Coordenador do Curso 	Setor Pedagógico

DISCIPLINA: PRÁTICAS PROFISSIONAIS	
Código:	HOTE.037
Carga Horária:	80
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	---
Semestre:	5
Nível:	SUPERIOR/TECNOLÓGICO
EMENTA	
A presente disciplina tem como objetivo complementar a formação acadêmica do aluno através do desenvolvimento interno de atividades que permeiam o mercado de trabalho no ramo da Hotelaria. Desta forma, os alunos planejarão e executarão encontros, exercícios e práticas necessárias ao desenvolvimento de habilidade e competências do ramo profissional de Hotelaria.	
OBJETIVOS	
Planejar atividades internas que envolvam as competências do profissional de Hotelaria. Executar práticas com fins de treinamento de habilidades específicas do ramo hoteleiro. Avaliar o desempenho e preparo do discente para o mercado de trabalho.	
PROGRAMA	
• A excelência dos meios de hospedagem (elemento humano, qualificação profissional, espírito de equipe, entraves); • Hierarquia hoteleira (cargos, funções, organograma e fluxograma dos setores); • Setores de hospedagem (recepção, reserva, portaria social, telefonia, governança, e os ciclos dos serviços), setor de alimentos e bebidas, departamento pessoal, vendas e marketing, contabilidade, segurança e manutenção.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas e dialogadas; Atividades em grupo e individual; Leitura e produção de textos; Desenvolvimento de atividades práticas.	
AValiação	
Participação nos trabalhos desenvolvidos; Trabalhos individuais e em grupo (atividades e pesquisas); Avaliações escritas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BENI, Mario Carlos. Análise estrutural do turismo . 10 ed. São Paulo: SENAC, 2004.	
COOPER, Chris [et al]. Turismo: Princípios e Práticas . 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.	
SANCHO, Amparo. Introdução ao turismo: organização mundial do turismo . São Paulo: Rocca, 2001.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	

PETROCCHI, Mário. **Hotelaria: planejamento e gestão**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

DE LA TORRE, Francisco. **Administração hoteleira, parte I: departamentos**. Tradução: Dolores Martin Rodriguez Córner. São Paulo: Roca, 2001.

DUARTE, Vladimir Vieira. **Administração de sistemas hoteleiros**. 3ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO ORAL EM ESPANHOL IV

Código: HOTE.040

Carga Horária: 40

Número de Créditos: 2

Código pré-requisito: - HOTE.034

Semestre: 5

Nível: SUPERIOR / TECNOLÓGICO

EMENTA

Compreensão e produção escrita e oral em nível intermediário de língua espanhola com ênfase na área da hotelaria.

OBJETIVOS

Geral:

Compreender e produzir textos escritos e orais em nível intermediário para a atuação na área de turismo e hotelaria.

Específicos:

- Desenvolver habilidades discursivas intermediária em língua espanhola para comunicação em situações no turismo e hotelaria.
- Desenvolver as quatro habilidades (falar, escutar, ler, ouvir) a nível intermediário para atuação na área do turismo e hotelaria.

PROGRAMA

- Vocabulario hoteleiro
- Los medios de hospedaje
- Los servicios en el hotel y restaurante
- Como reaccionar a situaciones en el hotel
- Compreensão e produção de textos escritos e orais de situações de trabalho.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aula expositivo-dialogada, leitura de textos, dinâmicas, vídeos e músicas.

AVALIAÇÃO	
A avaliação será feita através de avaliações, trabalhos e participação em classe, além da apresentação de seminários.	
REFERÊNCIA BÁSICA	
Ballester-Alvarez, Maria Esmeraldo. Minidicionário: espanhol-português, português-espanhol. São Paulo: FTD, 2007. Blanco, Ramiro Carlos Humberto Caggiano. Gramática de lalenguaespañola: usos, conceptos y ejercicios. São Paulo: Scipione, 2009. Jiménez Garcia, María de losÁngeles. Minidicionário de espanhol 3em 1. São Paulo: Scipione, 2000. SEÑAS: Diccionario para laenseñanza de lalenguaespañola para brasileños. São Paulo: WMF, 2010.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
ARAUJO, Francisca Margareth Gomes de. Espanhol Aplicado à Gestão. Fortaleza: UAB/IFCE. DIAS, Luzia Schalkoski. Gramática y vocabulario: desde la teoría hacia la práctica en el aula de ELE [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2014. VARGAS SIERRA, Teresa. Espanhol para negócios [livro eletrônico]. Curitiba: Intersaberes, 2014. VARGAS SIERRA, Teresa. Espanhol: a prática profissional do idioma . Curitiba: Intersaberes, 2013.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: HOTELARIA HOSPITALAR optativa	
Código:	HOTE.041
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	--
Semestre:	
Nível:	SUPERIOR / TECNOLÓGICO
EMENTA	
O desenvolvimento da hospitalidade na história. Turismo de saúde. Modalidades de hotéis de saúde. A hotelaria como nova forma da humanização dos serviços e da infraestrutura hospitalar. A hotelaria voltada para o bem do paciente em seus aspectos estruturais e arquitetônicos voltados à área hospitalar. Identificação do perfil profissional para atuação nesse segmento e conhecimento dos cargos e suas atribuições. Hotelaria hospitalar e a Humanização do atendimento: o desafio das mudanças.	

OBJETIVOS
Compreender a evolução da hospitalidade ao longo da história do homem, da história antiga ao período contemporâneo. Conceituar e Caracterizar Turismo de Saúde Conceituar e Caracterizar Hotéis voltados à saúde Conhecer as modalidades de hotéis de saúde Hotelaria Hospitalar Conhecer aspectos estruturais e arquitetônicos voltados da hotelaria hospitalar Identificar como a hotelaria pode possibilitar a humanização dos serviços e da estrutura hospitalar Identificar o perfil do profissional para atuação na hotelaria hospitalar Conhecer cargos e atribuições na Hotelaria hospitalar Avaliar a Humanização dos serviços hospitalares a partir da Hotelaria.
PROGRAMA
• Evolução da hospitalidade • Turismo de saúde • Hotéis de saúde • Modalidades de Hotéis de saúde: SPA, clínica geriátrica, hotel para terceira idade, hotel médico, centros médicos e hospital hotel • A hotelaria hospitalar • Arquitetura Hospitalar - o Legislação e projetos dos EAS (Estabelecimentos Assistenciais de Saúde) - o Acessibilidade; Conforto térmico e acústico; Iluminação e Sustentabilidade • A humanização - Paciente x Cliente • Implantação do conceito humanização - Hotelaria = hospedar - Serviços hospitalares – novo perfil, nova postura - Cargos e Atribuições da Hotelaria Hospitalar • Hotelaria Hospitalar: Novo Conceito de Humanização
METODOLOGIA DE ENSINO
As aulas serão realizadas de forma expositiva, argumentativa e construtivista. Contará leituras dirigidas e debates; exercícios teóricos e práticos e palestra com convidados da área da saúde.
AVALIAÇÃO
N1 NP1 – Paper (pequeno artigo, de 15 a 20 páginas)(10 pontos). N1 NP2 — Pesquisa em grupo com entrega de relatório e apresentação em seminário (10 pontos) N2 NP1 – Elaborar em grupo o <i>Manual de Boas Práticas e Normas de Conduta para Hotelaria Hospitalar</i> (com textos, gráficos, ilustrações e imagens) – socialização de resultados e entrega da produção impressa em arquivo magnético (10 pontos) N2 NP2 – avaliação escrita individual (10 pontos)
REFERÊNCIAS BÁSICAS
FADI, Antoine Tarabousi. Administração de hotelaria hospitalar: serviços aos clientes, humanização do atendimento, departamentalização, gerenciamento, saúde e turismo, hospitalidade, tecnologia de informação, psicologia hospitalar.4.ed. São Paulo: Atlas, 2009. Chon, K.S. Hospitalidade: conceitos e aplicações. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003. TORRE, Francisco De La. Administração Hoteleira, parte I: departamentos. São Paulo: ROCA, 2001.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	
BOEGER, Marcelo Assad. Hotelaria hospitalar : gestão em hospitalidade e humanização. São Paulo: Senac, 2009.	
CANDIDO, Índio; MORAES, Ornélio Dias. VIEIRA, Elena Vieira de. Hotelaria hospitalar: um novo conceito no atendimento ao cliente da saúde . Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2000.	
Coordenador do Curso 	Setor Pedagógico

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 2	
Código:	HOTE.
Carga Horária:	40
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	HOTE.017
Semestre:	5
Nível:	SUPERIOR / TECNOLÓGICO
EMENTA	
Escolha do tema, de uma justificativa e dos objetivos do trabalho científico em Hotelaria (prática ou teórica). Revisão bibliográfica para a fundamentação teórica. Escolha da metodologia. Elaboração orientada de um projeto de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na área relacionada à ênfase do curso escolhida pelo aluno.	
OBJETIVOS	
Planejar e discutir o projeto de pesquisa para a elaboração do TCC. Escolher o tema, definir os objetivos e realizar a pesquisa bibliográfica básica. Desenvolver o projeto de pesquisa Estabelecer uma relação cooperativa com o orientador. Trabalhar em respeito às orientações éticas de pesquisa e às normas de elaboração, citação e referências de trabalhos científicos utilizadas no curso.	
PROGRAMA	
UNIDADE I – Introdução ao trabalho de conclusão de curso (TCC) • Importância e etapas de execução do TCC.	
UNIDADE II–Levantamento bibliográfico • Uso de base de dados digitais.	
UNIDADE V – Elaboração de TCC • Tipos de TCCs; • Orientações sobre a elaboração do manuscrito. • Normas da ABNT	
UNIDADE VI – Apresentação do TCC • Apresentação oral dos manuscritos. • Apresentação oral dos manuscritos para a banca examinadora.	
METODOLOGIA	

Aulas expositivas dialogadas, encontros individuais de orientação sobre a construção do TCC, apresentação do trabalho final.	
REFERÊNCIA BÁSICA	
Gil, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2012. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2010. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho Científico. São Paulo: Cortez, [s.d]. RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 38.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.	
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR	
BÊRNI, Duilio de Ávila; FERNANDEZ, Brena Paula Magno (Org.). Métodos e técnicas de pesquisa: modelando as ciências empresariais. São Paulo: Saraiva, 2012. FRAGOSO, Suely; Raquel Recuero; Adriana Amaral. Métodos de pesquisa para internet. Porto Alegre: Sulina, 2012. Martins, Gilberto de Andrade. Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas. São Paulo: Atlas, 2009. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA. Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da UFC. Fortaleza: UFC, 2013. Disponível em: http://www.biblioteca.ufc.br/images/stories/arquivos/bibliotecauniversitaria/guia_normalizacao_ufc_2012.pdf	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

DISCIPLINA OPTATIVA: LIBRAS optativa	
Código:	HOTE.
Carga Horária:	40 horas
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	--
Semestre:	5
Nível:	SUPERIOR / TECNOLÓGICO
EMENTA	
Histórico e Fundamentos da educação de Surdos. A Língua Brasileira de Sinais – Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe; Noções de variação. Prática de Libras: desenvolver a expressão visual-gestual.	
OBJETIVOS	
• Conhecer os aspectos históricos e os fundamentos da Educação de Surdos; • Identificar as características básicas da fonologia na Língua Brasileira de Sinais; • Compreender as noções linguísticas básicas que envolvem a Língua Brasileira de Sinais;	

- Familiarizar os alunos com os códigos linguísticos utilizados na Língua Brasileira de Sinais.

PROGRAMA

1. Contextualização da Educação Inclusiva: conceituação e histórico;
2. Fundamentos da educação de Surdos;
3. A Língua Brasileira de Sinais;
4. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe;
5. Noções de variação linguística aplicada à linguagem de sinais;
6. Noções práticas: desenvolver a expressão visual-gestual.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas dialogadas
- Oficinas de comunicação
- Seminários
- Vídeos
- Dinâmica de grupo.
- Atividades de campo.

AValiação

- Avaliações Escritas,
- Atividades de pesquisa,
- Avaliações práticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MOURA, M. C.(org). **Educação para surdos: práticas e perspectivas**. São Paulo: Santos, 2008.ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1996. 176 p.

SKILIAR, Carlos(org.) **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D. **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira: o mundo do surdo em LIBRAS**. São Paulo: USP, 2004.

MOURA, M. C. **O Surdo: caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: TURISMO E PATRIMONIO CULTURAL DO CEARÁ OPTATIVA	
Código:	
Carga Horária:	40 h/a
Número de Créditos:	02
Código pré-requisito:	--
Semestre:	
Nível:	Superior
EMENTA	
Conhecer e problematizar o conceito de Patrimônio, buscando soluções de aplicabilidade no campo de gestão turístico-hoteleira. Busca-se a capacitação dos discentes quanto a Preservação da história local e sua identidade como forma de atrativo turístico para os empreendimentos da região do Maciço de Baturité, observando a contribuição afro-indígena . A divulgação da cultura e do patrimônio deve ser vista como um meio de preservação e conscientização no âmbito de empreendimentos turísticos.	
OBJETIVOS	
• Compreender e conhecer conceitos gerais sobre Cultura e Arte; • Entender o significado do termo patrimônio cultural, bem como de conceitos correlatos; • Identificar o Patrimônio cultural existente no Ceará, e suas influências (indígenas, afrodescendentes, mestiços, etc.); • Conhecer as legislações e políticas públicas e privadas garantidoras da salvaguarda e conservação de bens culturais; com ênfase ao Ceará e a cidade Baturité; • Analisar os usos de patrimônios culturais pela atividade turística e de entretenimento. • Conhecer os principais equipamentos, bens culturais e aspectos artísticos e folclóricos do Ceará; • Conhecer os princípios do Turismo Cultural; • Promover a reflexão e crítica sobre o turismo cultural com forma de preservação e não degradação do patrimônio • Desenvolver trabalhos na hotelaria, com base no “uso” da história, cultura e identidade dos territórios.	
PROGRAMA	
1. Formação do conceito de patrimônio cultural (o que é cultura? O que é arte? O que é patrimônio? O que é Memória? O que é identidade?) 2. Processo de construção do conceito de patrimônio cultural no Brasil (Suas influências indígenas, afrodescendentes, mestiços, etc) 3. Patrimônio cultural: Material e Imaterial; 4. Discutir a dinâmica sobre cultura popular, cultura erudita e cultura de massas. 5. Cultura popular como patrimônio – A cultura popular do Ceará como um patrimônio cultural e atrativo turístico (Formação do povo cearense e sua identidade) 6. Principais equipamentos culturais, Sítios urbanos e tipos de arquitetura preservados no Ceará 7. Políticas preservacionistas no Brasil: (preservação do patrimônio, breve histórico; tombamentos, registros, chancelas, IPHAN e conceito de Paisagem cultural) 8. A importância dos Museus (memória, políticas, museus e o turismo) 9. Novos usos do patrimônio cultural: turismo e entretenimento 10. Turismo cultural (identidade, gentrificação, perfil dos turistas) 11. Atividade turística como indutora de autoestima cultural, conservação e divulgação da cultura local.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivo-dialogadas; exercícios teóricos e práticos; observação de filmes e vídeos; discussão e produção textual sobre os temas abordados; Estudos de casos com rodas de leituras e debates organizados; visitas técnicas.	

AVALIAÇÃO	
Avaliações escritas, pesquisa + seminário e produção textual. Na avaliação da aprendizagem serão considerados: • <i>Critérios qualitativos:</i> Avaliação segundo comprometimento, assiduidade e participação. • <i>Critérios quantitativos:</i> Avaliações escritas, trabalhos e pesquisas.	
REFERÊNCIAS BÁSICAS	
ARANTES, Antonio Augusto. O que é cultura popular. 14ªEd. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Col. Primeiros Passos). BARRETTO, Margarita. Turismo e legado cultural: as possibilidades de planejamento. Campinas, SP: Papirus, 2000. BARRETTO, Margarita. Cultura e Turismo: Discussões contemporâneas. Campinas, SP: Papirus, 2007. LEMO, C. A. C. O que é patrimônio histórico. São Paulo: Brasiliense, 2006. MARTINS, Clerton (Org.) Turismo, cultura e identidade. São Paulo: Roca, 2003. ORTIZ, R. Cultura brasileira e identidade local. São Paulo: Brasiliense, 2003. PORTUGUEZ, Anderson Pereira (Org.). Turismo, memória e patrimônio cultural. São Paulo: Roca, 2004.	
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	
CASCUDO, Luis da Câmara. Dicionário do folclore brasileiro. 12ª ed. Global 2000 DE FARIAS, Airton. História do Ceará. 7ª edição, Armazém da Cultura, 2015. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. São Paulo: Companhia da Letras, 1995. SOUZA, Simone de (Org.) Uma nova história do Ceará. 4ª Ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/UFC, 2004. IPHAN. Weissheimer, Maria Regina (Org.) Paisagem Cultural, 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto_paisagem_cultural.pdf> Acessado em 06nov2016 ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (Orgs). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Disponível em: <<http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/06-memoria-e-patrimonio_ensaios-contemporaneos.pdf>> Acessado em 06nov2016	
Coordenação	Setor Pedagógico

20 INFRAESTRUTURA EXISTENTE

20.1 Descrição das instalações necessárias ao funcionamento do curso

Qtde.	Espaço Físico	Descrição
03	Salas de aulas	Salas com 35 carteiras, condicionador de ar, lousa, disponibilidade para utilização de computador com acesso à internet e projetor multimídia.
01	Sala de videoconferência	Sala com mesas e cadeiras, 25 computadores, equipamentos de videoconferência e televisor.
01	Laboratório de Informática	Sala com mesas e cadeiras, 20 computadores
01	Auditório	Auditório com 100 lugares, projetor multimídia, computador, sistema de caixas acústicas e microfones.

01	Sala de Professores	Com Birôs, computador, impressora, armários, Suporte para água, acesso a internet, telefone.
01	Sala da coordenação do curso	Com Birô, computador, impressora, armário, acesso a internet, telefone.

Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

20.2 Laboratórios

Laboratório de Governança	01	Sala com simulação de um apartamento, com cama, criado mudo, mesa, guarda-roupa e itens de cama, mesa e banho
Laboratório Informatizado para Práticas de Recepção e Reservas	01	Laboratório com 20 computadores com Sistema Operacional de Meios de Hospedagem
Laboratório Sala-Bar	01	Sala que simule um espaço de restaurante e bar, com 5 mesas com 4 cadeiras, balcão, utensílios como taças, talheres, pratos, entre outros

O campus possui instalações adaptadas para portadores de necessidades especiais e todos os laboratórios encontram-se no térreo do Campus.

21. Biblioteca

A biblioteca do *Campus* Baturité possui um acervo dividido por áreas de conhecimento, facilitando a procura por títulos relacionados a todas as áreas de abrangência do curso, de modo que as experiências vivenciadas no contato diário com os livros possa representar uma oportunidade de diálogos e reflexões que contribuam para a melhoria do processo educativo. Nesse sentido, Yunes (2003, p.37) afirma que ler significa:

Descobrir, mudar horizontes e interagir com o real para interpretá-lo, compreendê-lo e tomar decisões, uma vez que o ato de ler representa a troca e o prazer de conhecer, de imaginar, de inventar a vida. É um ato de

sensibilidade e da inteligência, da compreensão e da comunhão com o mundo: expandindo olhares, alcançando esferas de conhecimento antes não experimentadas e, no dizer de Aristóteles, representa a ampliação da condição humana.

O local possui um sistema informatizado, com acesso à internet, possibilitando acesso via terminal ao acervo da biblioteca, oferecendo serviços de empréstimo, renovação e reserva de material, além de consultas à base de dados e ao acervo. Oferece ainda, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos, orientação bibliográfica e visitas orientadas.

A estrutura da Biblioteca está disposta da seguinte maneira: 2 mesas para estudo coletivo, 10 cabines individuais de estudo, 1 sala (espaço) de estudo coletivo e 8 computadores com acesso à internet, destinados a pesquisas e trabalhos acadêmicos, funcionando das 7hs e 30 min às 21 hs, de segunda-feira e sexta-feira, com sistema antifurto para preservação do acervo.

22 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Leis, Decretos. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Documenta, Brasília, nº 453, dezembro, 1996.

_____. Presidência da República. Decreto 2208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9394/96.

_____. Resolução nº 4/99, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Institui as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, 1999.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: bases legais. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Média Tecnológica. Brasília, 1999.

_____. Portaria nº 646/97, de 14/05/97. Brasília, 1997.

_____. Decreto nº 5154/2004 que revogou o Decreto nº 2208/97.

_____. Parecer nº CNE/CEB 39/2004 – Aplicação de Decreto nº 5154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.

Disponível em: <http://catalogonct.mec.gov.br/> acesso em fevereiro de 2010.

Disponível em: <http://www.ifrn.edu.br/ensino/cursos/cursos-tecnicos-integrados/Turismo%20-Natal.pdf/view>



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Aprova a atualização do PPC do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do *campus* de Canindé.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe são conferidas, considerando o Processo Nº 23255.002635/2018-92 e considerando a deliberação do Conselho Superior na 49ª reunião ordinária, realizada nesta data;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a atualização do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do *campus* de Canindé, conforme anexo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe**, **Presidente do Conselho Superior**, em 03/04/2018, às 16:41, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0031858** e o código CRC **D28D12B8**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ.
CAMPUS CANINDÉ

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR
DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO -
CAMPUS CANINDÉ

Canindé, 2018
Ceará



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ.
CAMPUS CANINDÉ**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

José Mendonça Bezerra Filho

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Eline Neves Braga Nascimento

REITOR

Virgílio Augusto Sales Araripe

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Reuber Saraiva de Santiago

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Zandra Maria Ribeiro Mendes Dumaresq

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Tássio Francisco Lofti Matos

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

José Wally Mendonça Menezes

DIRETOR GERAL DO CAMPUS CANINDÉ

Francisco Antônio Barbosa Vidal

DIRETOR DE ENSINO DO CAMPUS CANINDÉ

Eduardo Dalle Piagge Filho

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Erivânia Maria Gomes Sousa

COORDENADORIA DE PESQUISA

Bárbara Suellen Ferreira Rodrigues

COORDENADORIA DE EXTENSÃO

Eduardo da Silva Pereira

COORDENADORIA DO EIXO HOSPITALIDADE E LAZER

Eline Alves Soares

COLABORADORES DO PPC INICIAL

Gláudia Mota Portela Mapurunga
Marcel Waline Carvalho Ferraz Fernandes
Ivo Luis Oliveira Silva
Iraci de Oliveira Moraes Schmidlin
Ana Cláudia Gouveia de Sousa

Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Eline Alves Soares
Ivo Luis Oliveira Silva
Bárbara Suellen Ferreira Rodrigues
Eduardo Dalle Piagge Filho
Maria Evanir Moraes de Souza

REVISÃO DO PROJETO DO CURSO DE GESTÃO EM TURISMO

Eline Alves Soares
Ivo Luis Oliveira Silva
Bárbara Suellen Ferreira Rodrigues
Eduardo Dalle Piagge Filho
Maria Evanir Moraes de Souza

ASSESSORIA TÉCNICA PEDAGÓGICA

Maria Izabel Pereira

REVISÃO DE TEXTO (ORTOGRÁFICA E GRAMATICAL)

Eline Alves Soares

BIBLIOTECÁRIO

João Paulo da Silva Cosmo

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	6
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DO CAMPUS CANINDÉ	7
2.1. Histórico do IFCE	8
2.1. Histórico do campus Canindé	13
3. JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO	14
4. 4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	19
5. OBJETIVOS DO CURSO	21
5.1. Objetivo Geral	22
5.2. Objetivos específicos	22
6. FORMAS DE INGRESSO	22
7. ÁREAS DE ATUAÇÃO	23
8. PERFIL ESPERADO DO FUTURO PROFISSIONAL	24
9. METODOLOGIA DE ENSINO	26
10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	29
10.1 Matriz Curricular	31
11. FLUXOGRAMA CURRICULAR	33
12. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	35
13. PRÁTICA PROFISSIONAL	37
14. ESTÁGIO	37
15. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	37
16. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	38
17. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	39
18. EMISSÃO DE DIPLOMA	40
19. AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	41
20. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES DO PDI NO ÂMBITO DO CURSO	42
21. APOIO AO DISCENTE	43
22. CORPO DOCENTE	45
23. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	47
24. INFRAESTRUTURA	49
24.1 Biblioteca	50
24.2 Infraestrutura Física e Recursos Materiais	52
24.3. Infraestrutura de Laboratórios	54
24.3.1 Infraestrutura de laboratório de informática conectado à internet	54
24.3.2 Laboratórios específicos à área do curso	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
ANEXO - A ACERVO BIBLIOGRÁFICO	58
ANEXO - B - PROGRAMA DAS DISCIPLINAS	69

DADOS GERAIS DO CURSO**IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO**

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – <i>campus</i> Canindé		
CNPJ: 10.744.098/0012-06		
Endereço: Rodovia BR 020, Km 303, s/n - Jubaia, 62700-000		
Cidade: Canindé	UF: CE	Fone: (85) 3343-0572
E-mail: gabinete.caninde@ifce.edu.br	Página institucional na internet: http://www.ifce.edu.br/caninde	

INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO

Denominação	Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo
Titulação conferida	Superior Tecnológico em Gestão de Turismo
Nível	Superior
Forma de articulação com o Ensino Médio	Subsequente
Modalidade	Presencial
Duração	05 (cinco) semestres
Periodicidade	Semestral
Formas de ingresso	SISU, vestibular, transferência e ingresso de diplomados
Número de vagas anuais	70
Turno de funcionamento	Matutino e Vespertino.
Ano e semestre do início do funcionamento	2010.2
Carga horária dos componentes curriculares (disciplinas)	2000h
Carga horária do estágio	Estágio não obrigatório
Carga horária da Prática como componente curricular	Específico para Licenciaturas
Carga horária da prática profissional	-
Carga horária das atividades complementares	-
Carga horária do Trabalho de Conclusão de Curso	40 horas
Carga horária total	2000h
Sistema de carga horária	01 crédito = 20h
Duração da hora-aula	60 minutos (diurno e vespertino)

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento trata do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, implantado pelo Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnológica do Ceará, *campus* Canindé, na modalidade presencial, referente ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCST), no Eixo Tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer, em cumprimento ao Decreto nº 5.773/06 do Ministério da Educação (MEC) trata de aprimorar e fortalecer os Cursos Superiores de Tecnologia no âmbito nacional com a última versão no ano de 2013. Desta feita, este projeto se propõe a definir a proposta normativa e instrumental na formação para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo com as devidas indicações do CNCST nessa área:

[...] atuará no planejamento e desenvolvimento da atividade turística nos segmentos público e privado. Desenvolvendo ações no âmbito do planejamento turístico, agenciamento de viagens (emissivas, receptivas e operadores de turismo), transportadoras turísticas e consultorias voltadas para o gerenciamento das políticas públicas, bem como a comercialização e promoção dos serviços relativos à atividade. Identificação dos potenciais turísticos do receptivo, considerando a diversidade cultural e os aspectos socioambientais para o desenvolvimento local e regional, constitui-se atividade relevante deste profissional” (BRASIL, CNCST, 2010, P. 46 – 47).

A primeira versão do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, do IFCE *campus* Canindé-CE, ocorreu no ano de 2011, por uma comissão específica (formada por coordenador e professores), fundamentada na legislação vigente, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), concebidas e fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e subsequentemente com as orientações do CNCST. A segunda versão desse documento foi no ano de 2013 e, atualmente, a atualização em 2018. A Proposta Pedagógica do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo tem por objetivo a união entre as searas da Pesquisa, Extensão e Ensino, contribuindo para uma aprendizagem associada com a realidade da região, situando o aluno nas questões culturais, políticas, sociais, econômicas e ambientais, unindo a teoria e a prática da profissão, em consonância com as resoluções: Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; a Resolução nº 2, de 15 de Junho de 2012 com as orientações sobre as a Educação Ambiental e a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e

Africana. Numa formação empreendedora e com consciência sustentável para o mercado local, regional e nacional.

A elaboração desse documento observou as “Instruções para Elaboração de Plano de Desenvolvimento Institucional”, Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre adequação dos procedimentos de elaboração e análise do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das Instituições de Educação Superior e Cursos Superiores de Graduação e Sequenciais no Sistema Federal de Ensino. Nesse documento, atentou-se para as diretrizes pedagógicas, para os critérios como: flexibilidade dos componentes curriculares; oportunidades diferenciadas de integralização curricular; desenvolvimento de materiais pedagógicos e incorporação de avanços tecnológicos na formação do aluno.

A forma de atuar na Educação Profissional Tecnológica possibilita itinerários formativos flexíveis, diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das diversas instituições e do mercado de trabalho, uma visão dialógica entre o pensar e o agir que leva a uma formação humana e integral do cidadão.

Sendo assim, este documento é tecido por pressupostos teóricos, metodológicos e didático-pedagógicos estruturantes da proposta do curso em consonância com o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPP/PPI), bem como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), levando em consideração todos os objetivos desta instituição de ensino e a compreensão da educação como uma prática social com uma educação científico–tecnológica, sem abdicar da formação humanística.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DO *CAMPUS* CANINDÉ

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) é uma autarquia pertencente à Rede Federal de Educação, criada em 29 de dezembro de 2008, através da Lei nº 11.892. Ademais, o IFCE *campus* de Canindé teve princípio em 06 de setembro de 2008, concluído em 2010, com inauguração à distância pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 23 de novembro do mesmo ano e entrega solene à comunidade, com a presença do governador Cid Ferreira Gomes, em 04 de maio de 2011. Segue em detalhes mais dados sobre a contextualização da Instituição e do *campus* Canindé

2.1. Histórico do IFCE

As origens da Instituição de Ensino remontam ao século XX, por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo então Presidente da República, Nilo Procópio Peçanha, e assim se criam as Escolas de Aprendizes Artífices. No Estado do Ceará, a instituição se instalou na atual Avenida Alberto Nepomuceno, em um prédio, anteriormente, ocupado pela Escola de Aprendizes de Marinheiros. As Escolas de Aprendizes Artífices sofrem influências das escolas vocacionais francesas, cuja meta primordial era o atendimento da formação profissional para os pobres (economicamente) e os menos favorecidos (socioculturalmente). Em 1914, a sede da Escola de Aprendizes Artífices se transfere para o imóvel que abrigara a Milícia Estadual, localizado em frente à Praça Nogueira Acioly. A área, atualmente, integra o patrimônio do Teatro José de Alencar. Em 1932, a Instituição muda novamente de sede, e passa a funcionar no prédio onde funcionara a Escola de Aprendizes de Marinheiros, no bairro Jacarecanga.

Na década de 1940, a mudança de sede e o Liceu Industrial de Fortaleza para a Rua 24 de maio, nº 230, no Centro de Fortaleza. No mesmo ano, o Interventor Federal no Estado do Ceará, Francisco Pimentel, faz a doação de um terreno localizado no bairro do Prado, atualmente Benfica, para a edificação das instalações da escola. Essa década, o cenário nacional e internacional estava submetido aos efeitos intempestivos da Segunda Guerra Mundial, as Escolas de Aprendizes Artífices ganharam uma nova orientação, qual seja a formação de mão-de-obra mais bem qualificada para atender às profissões do novo cenário industrial e da modernização do país.

Desta forma, em 1941, o despacho do Ministro da Educação e Saúde, a Escola de Aprendizes Artífices na cidade de Fortaleza passa a ser o Liceu Industrial de Fortaleza, e no ano seguinte, com o Decreto Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942 a Escola Industrial de Fortaleza, e sobrevém com a formação profissional para atender à modernização do País com as profissões básicas do ambiente industrial.

Na década de 1950, o processo de industrialização intensificava-se, e, como consequência disto, fazia-se necessária a formação de uma mão-de-obra qualificada para operar as novas tecnologias, tanto no setor privado, quanto no público, uma vez que o Governo Federal investia cada vez mais na infraestrutura do país. Em 1952, a Escola Industrial de Fortaleza advém com seu funcionamento no

imóvel localizado na Avenida 13 de Maio e atual sede do Instituto Federal do Ceará do *campus* Fortaleza.

No ano de 1959, mediante a Lei Federal nº 3.552, de 16 de fevereiro, no Governo do Presidente da República Juscelino Kubitschek, a Escola Industrial de Fortaleza ganha personalidade jurídica de Autarquia Federal e assim auferi autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didático-pedagógica e disciplinar e incorpora a missão de formar técnicos de nível médio.

Durante a década de 1960, a instituição muda de nomenclatura por duas vezes. Em 1965, passa a se chamar Escola Industrial Federal do Ceará (EIFC), no regime militar, durante o governo do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, a Lei nº 4.749, de 20 de agosto e em 1968, Escola Técnica Federal do Ceará (ETFCE), no governo do Marechal Artur da Costa e Silva. A portaria Ministerial nº 331, de 6 de junho, institui a Escola Técnica Federal do Ceará que passa a ofertar cursos técnicos de nível médio nas áreas edificações, estradas, eletrotécnica, mecânica, química industrial, telecomunicações e turismo, com isso, foi se desenvolvendo a trajetória de consolidação da imagem de instituição de educação profissional de elevada qualidade, responsável pela oferta de cursos técnicos de nível médio nas áreas de edificações, estradas, eletrotécnica, mecânica, química industrial, telecomunicações e turismo.

A crescente complexidade tecnológica gerada pelo parque industrial, nesse momento, mais voltado para a exportação, originou a demanda de evolução da rede de Escolas Técnicas Federais e, já no final dos anos 1970, um novo modelo institucional, denominado Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), foi criado no Paraná, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais.

Em 1994, o Presidente da República, Itamar Augusto Cautiero Franco sanciona, em 8 de dezembro, a Lei Federal nº 8.948, transformam as Escolas Técnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), que estabeleceu uma nova missão institucional, a partir da ampliação das possibilidades de atuação no ensino, na pesquisa e na extensão. No ano seguinte, já no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, na ainda Escola Técnica Federal do Ceará, inauguram-se duas Unidades de Ensino Descentralizadas (UnED's), nos municípios de Cedro e Juazeiro do Norte, respectivamente, 385 km e 570 km da sede de Fortaleza, ambos com o objetivo de descentralizar o ensino técnico do estado. Ressalte-se que, embora incluído no raio de abrangência do instrumento legal antes

mentionado, o CEFETCE somente foi implantado efetivamente em 1999. Cabe aqui registrar que, no interstício entre a publicação.

Em 1998, foi protocolizado junto ao MEC seu Projeto Institucional, com vistas à implantação definitiva da nova instituição, o que se deu oficialmente em 22 de março de 1999 por meio do Decreto s/n, de 22 de março, transforma a Escola Técnica em CEFET-CE e em 26 de maio, o Ministro de Estado da Educação, Paulo Renato Souza, aprova por meio da Portaria nº 845, o Regime Interno da Instituição.

O Ministério da Educação (MEC), reconhecendo a prontidão dos Centros Federais de Educação Tecnológica para o desenvolvimento do ensino em todos os níveis da Educação Tecnológica, e ainda visando à formação de profissionais aptos a suprir as carências do mundo do trabalho, incluiu, entre as suas finalidades a de ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, mediante o Decreto nº 5.225, de 14 de setembro de 2004, artigo 4º, inciso V.

A reconhecida importância da educação profissional e tecnológica no mundo inteiro desencadeou a necessidade de ampliar a abrangência dos Centros Federais de Educação Tecnológica. Ganha corpo, então, o movimento pró-implantação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, cujo delineamento foi devidamente acolhido pela Chamada Pública nº 002/2007, ocasião em que o MEC reconheceu tratar-se de uma das ações de maior relevo do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). No Estado do Ceará, em 2007 o início do projeto de Expansão da Rede Federal, é inaugurada, em 13 de novembro, a UnED em Maracanaú, na Região Metropolitana de Fortaleza.

Os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) passam a se chamar Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia mediante a citada Lei nº 11.892, de 20 de dezembro de 2008, que foi sancionada pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. A Lei nº 11.892/2008 amplia e diversifica a característica dos antigos CEFET. A partir da referida lei, os Institutos Federais se tornam instituições especializadas na oferta de educação básica e tecnológica, pluricurriculares e multicampi. Dessa forma, o Instituto Federal do Ceará nasceu com nove Campi e conta com mais três, que estão em fase de construção.

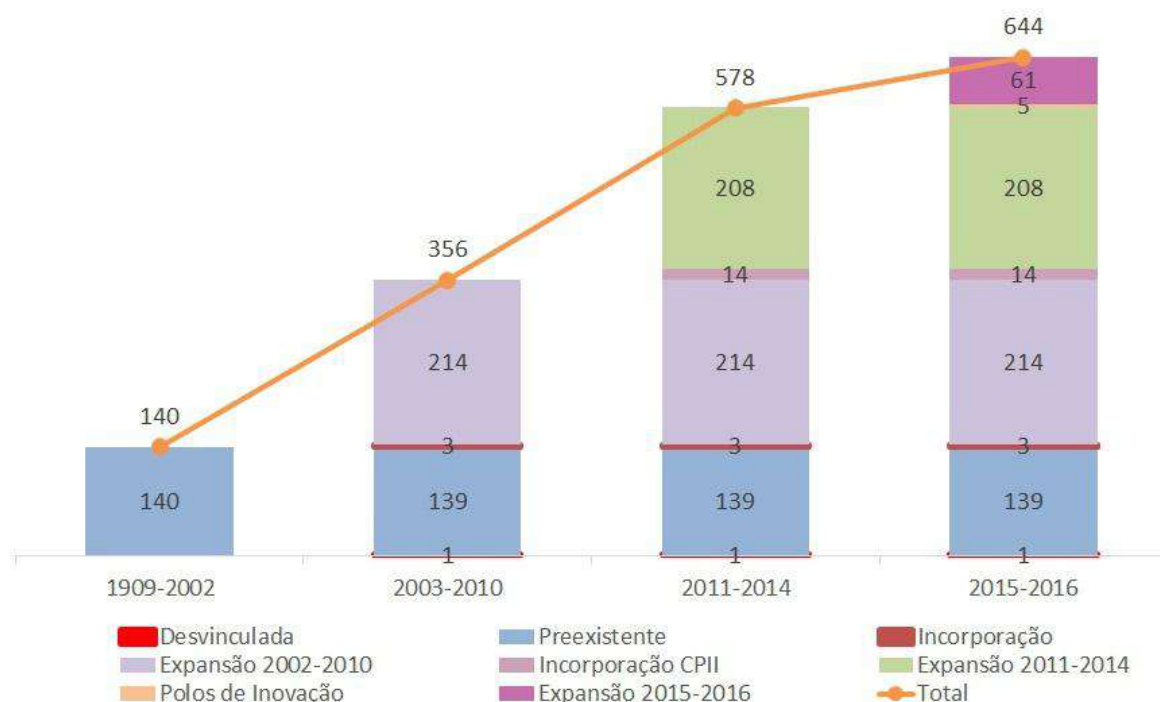
A Lei nº 11.892/2008 apresenta para todos os fins, as características de instituições de ensino superior, conjugando conhecimentos técnicos e tecnológicos, atuando desde a educação de jovens e adultos até cursos de doutoramento. Como se lê no texto da Lei nº 11.892:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. § 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais. (BRASIL, 2008).

A Rede Federal é constituída pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, Universidade Tecnológica Federal do Paraná e Colégio Pedro II.

No tocante à expansão da Educação Profissional Brasileira, a Rede Federal, no período de 2003 a 2016, foi vivenciando a maior expansão em números de unidades, e consequentemente de municípios atendidos. No Estado do Ceará, em 2015, o governador Camilo Sobreira de Santana apresenta o projeto de lei à Assembleia Legislativa que trata da cessão do Centro de Treinamento Técnico do Ceará (CTTC) ao IFCE e do plano de capacitação de mão de obra voltado às demandas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), a ser executado pelo IFCE no novo centro. Vale evidenciar que, no período de 1909 a 2002, foram construídas 140 Escolas Técnicas em todo o país. E entre 2003 e 2016, o Ministério da Educação (MEC) concretizou ações com a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 campi em funcionamento.

Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Em unidades



Fonte: Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Até o ano de 2016, os Institutos Federais totalizaram 32 (IF) presentes no Estado do Ceará, oferecendo Cursos de Qualificação, Ensino Médio Integrado, Cursos Superiores de Tecnologia e Licenciaturas. Esses níveis de ensino demonstram as características dos Institutos Federais com a oferta da educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi. Compondo o Plano de Expansão da Educação Profissional, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), com Reitoria instalada em Fortaleza, conta, atualmente, com 31 campi em todas as regiões cearenses, dentre esses se citam: Campus Maracanaú (antiga UNED Maracanaú), Campus Juazeiro do Norte (antiga UNED Juazeiro), Campus Cedro (antiga UNED Cedro), Campus Quixadá, Campus Sobral (antiga FATEC Sobral), Campus Limoeiro do Norte (antiga FATEC Limoeiro do Norte), Campus Crato (antiga EAF Crato), Campus Iguatu (antiga EAF Iguatu), Campus Acaraú (região norte), Campus Boa Viagem, **Campus Canindé**, Campus Crateús (sertão dos Inhamuns), Campus Fortaleza (antiga sede), Campus Aracati, Campus Baturité, Campus Caucaia, Campus Camocim, Campus Jaguaribe, Campus Jaguaruana, Campus Guaramiranga, Campus Horizonte, Campus Itapipoca, Campus Morada Nova, Campus Paracuru, Campus Pecém, Campus Tabuleiro do Norte, Campus Tianguá, Campus Tauá, Campus Ubajara e Campus Umirim.

2.2. Histórico do *campus* Canindé

Com a expansão da Rede de Ensino Federal o *campus* Canindé surgiu do Plano de Expansão Fase II da Rede de Ensino Tecnológico do país, iniciado a partir da elaboração de planejamento realizado pelo Governo Federal em 2007. Começado o processo de expansão da Rede de Ensino Tecnológico, foram escolhidas 150 cidades polos em todo o país, dentre as quais, seis delas pertencem ao Estado do Ceará. E a cidade de Canindé foi uma das contempladas. Em 2008, houve a chamada pública para que cada município selecionado apresentasse as contrapartidas para implantação das Unidades de Ensino Descentralizadas dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). Com a intenção de reorganizar e ampliar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica é decretado a Lei 11.892, de 20 de dezembro de 2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos, desde educação de jovens e adultos até doutorado.

O *campus* Canindé do IFCE está localizado na região denominada de Território Sertões de Canindé composto por 06 municípios (Canindé, Paramoti, Santa Quitéria, General Sampaio, Caridade e Itatira) e que apresentam desenvolvimento gradativo, sendo Canindé a cidade de referência da região. A cidade de Canindé conta com uma população de aproximadamente 80.000 habitantes divididos entre 60% urbana e 40% rural, e com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em torno de 0,634, esse município ocupa a 82ª colocação dentre os municípios cearenses.

A região já está contemplada com a operacionalização do Sistema de Acesso a Banda Larga, como parte da implantação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), do Governo Federal, que disponibiliza acesso à internet em alta velocidade. Provê, dessa forma, infraestrutura para que as empresas possam se adequar às tecnologias dependentes de acesso rápido à web, e, conseqüentemente, gera uma demanda de mão-de-obra local especializada.

O lançamento da pedra fundamental do IFCE *campus* de Canindé foi em 06 de setembro de 2008 e concluído em 2010. O início das atividades educacionais

da instituição de ensino ocorreu em parceria com a 7ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação, 7ª CREDE, mas especialmente nas instalações da Escola Estadual de Educação Profissional Capelão Frei Orlando, enquanto aguardava-se a finalização das instalações da sede, com a primeira oferta dos cursos técnico integrado em Eventos e Licenciatura em Educação Física.

No dia 12 de março de 2010 houve a aula inaugural na 7ª CREDE com a presença do reitor do Instituto Federal do Ceará (IFCE), professor Cláudio Ricardo Gomes de Lima. As obras do *campus* foram entregues em outubro com a mudança das turmas para o novo espaço, projetados pelo arquiteto Damião Lopes, com estrutura inicial de dois blocos de ensino, um administrativo, um de serviços gerais, um teatro e uma biblioteca, além de dormitórios e vestiários, do ginásio poliesportivo coberto, uma cantina, uma piscina semiolímpica e demais áreas urbanizadas, estacionamento e espaços de convivências.

O *campus* IFCE Canindé oferece atualmente cursos técnicos em Telecomunicações (integrado), Eventos (integrado), Técnico em Informática (integrado), bem como os Cursos Superiores de Educação Física e Matemática (licenciaturas), Redes de Computadores e Gestão do Turismo (tecnológicos), além de estar no processo de implantação de novos cursos. No âmbito da Pós-Graduação *lato sensu* os cursos de pós-graduação em Educação Física Escolar e Planejamento em Gestão de Políticas Públicas. O *campus* realiza parcerias com comércio, serviços, sindicatos, ONGs e poder público municipal e estadual. As atividades formativas desenvolvidas pelo *campus* sinalizam mudanças na cidade de Canindé, criando melhores condições para as transformações sociais e educacionais em todo o Território Sertões de Canindé.

Tendo em vista sua missão institucional de desenvolver pessoas e organizações e seu compromisso com a qualidade da educação, oferece cursos que atendem à realidade regional. O *campus* Canindé, integrante desta estruturação de Instituições Federais de Educação Tecnológica, busca atender à necessidade de formar profissionais qualificados, que contribuam com as transformações ocorridas no mundo contemporâneo.

3. JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do *campus* Canindé, assim como os demais, nasceu voltado para a educação profissional, com

a responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região dos Sertões de Canindé, dos municípios circunvizinhos, do estado e da nação.

O território *Sertões de Canindé* abrange uma área de 9.099,20 Km² e é composto por 06 (seis) municípios: Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatira, Madalena e Paramoti. A população total desse território é de 195.314 habitantes, dos quais 86.314 vivem na área rural, o que corresponde a 44,19% do total. Tal território possui 17.416 agricultores familiares e 3.261 famílias assentadas. Seu IDH médio é 0,62 e sua população é organizada representada em comunidades rurais, assentamentos, movimentos populares, sindicatos, associações, cooperativas, redes sociais e além das diversas práticas de organização social. O município conta com planos participativos, plurianuais, Intersetoriais com integração das três esferas do poder executivo.

Canindé localiza-se no interior ao Norte do Ceará, na região do semiárido, no bioma da caatinga, distante 115 km da capital Fortaleza. Tem 74.473 habitantes, numa área de 3.218,5 km² e clima Tropical Quente Semiárido (IBGE, 2016).

Além disso, tem como principais atividades econômicas o comércio, agropecuária e serviço, sendo esse último impulsionado com o segmento de Turismo Religioso, movidos por romarias e peregrinações atividades presentes em todo o ano nessa cidade. A cidade de Canindé recebe titularidades como “Cidade da Fé”¹, “Meca Nordestina”, “Assis Brasileira” e tem um potencialidade turística, ainda a se desenvolver em qualidade e competitividade.

O Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (SETUR/CE), através de pesquisa “Indicadores Turísticos - 2016” revelaram que dentre os principais municípios visitados pelos turistas, que ingressaram ao Estado do Ceará via Fortaleza em 2015, município de Canindé ocupa o 18º lugar, com pouco mais de 17 mil turistas/visitantes. Apesar desse potencial, o município conta com um quadro profissional com dificuldades gerenciais e operacionais o que, em parte, impede a promoção do desenvolvimento turístico integrado e sustentável.

¹ Essa expressão aderida através de um título de um disco lançado no meio da década de 80, no século XX, dedicado aos devotos de São Francisco através da gravação de uma missa celebrada por Frei Lucas Dolle e cantada pelo coral São Tarcísio, um dos corais mais tradicionais de Canindé. Segundo Pereira (2015), o título do disco foi dado através de uma frase em que o Sr. Virgílio Cruz se referiu a cidade em uma roda de conversa entre amigos.

No âmbito da educação, Canindé, pertence à 7ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE) juntamente com as cidades de Itatira, Caridade, Santa Quitéria, Paramoti e General Sampaio. Na realidade específica do município de Canindé e microrregião, há 21 escolas que oferecem a formação em nível médio, sendo 13 escolas públicas estaduais e 08 particulares.

O *campus* IFCE de Canindé oferece diversos cursos a saber: a) de nível técnico: I) Técnico Integrado em Eventos e II) Técnico Integrado em Telecomunicações; III) Técnico Integrado em Informática b) de nível superior (graduação): III) Tecnologia em Redes de Computadores; IV) Licenciatura em Educação Física e V) Licenciatura em Matemática; de nível superior (pós-graduação): VI) Curso de Especialização em Educação Física Escolar e VII) Planejamento e Gestão de Políticas Públicas (Eixo de *Turismo, Hospitalidade e Lazer*).

Canindé é um dos maiores e mais importantes espaços sagrados do mundo. Tem como símbolo e padroeiro São Francisco das Chagas, e a cidade-santuário recebe ininterruptamente fieis e romeiros de toda parte do globo, gerando uma significativa movimentação econômica, social e cultural. Segundo a Coordenadoria de Desenvolvimento de Destinos e Produtos Turísticos, Célula de Estudos e Pesquisa da SETUR/CE, apresentou uma demanda turística via Fortaleza (1996/2015) de 3.343.815 de turistas.

Diante do calendário municipal de eventos existem na cidade: a Festa de São Francisco das Chagas de Canindé, que é a principal tradição, seguido do Dia de Reis, Dia do Romeiro, Semana Santa, Coroação da imagem de Nossa Senhora, Festas Juninas, Perdão de Assis, Festa de Santa Clara, Dia da Consciência Negra e a Celebração do Natal, que se integram no calendário gerando uma movimentação cultural, social e econômica na comunidade canindeense. Diante disso, o Turismo Religioso se configura como a principal fonte geradora de emprego e renda na região.

A Festa do padroeiro de Canindé, São Francisco das Chagas, é o principal incentivador econômico ocasionando uma movimentação intensa de peregrinos, devotos, pagadores de promessas, comerciantes, turistas e curiosos. Segundo os resultados das pesquisas da SETUR/CE, no segundo semestre de 2016, sobre as Romarias de Juazeiro do Norte e Canindé, 71.276 dos romeiros que visitaram o Santuário de Canindé são oriundos do Estado do Ceará, enquanto que

35.332, 20.423 e 6.025 são provenientes do Piauí, Maranhão e Pernambuco respectivamente.

Esses dados apontam para a existência de fluxo contínuo de turistas/visitantes. Dados extraoficiais indicam que o Santuário de São Francisco das Chagas, em Canindé, recebe anualmente cerca de 2,5 milhões de romeiros, fazendo-se reconhecer que ao lado de Juazeiro do Norte, como centros receptores do Turismo Religioso no Estado do Ceará. Devido ao seu desenvolvimento da atividade turística é que se justifica em Canindé a criação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, por meio do qual se espera suprir a necessidade existente no mercado de carência de profissionais com condições de administrar, idealizar e implantar empreendimentos turísticos.

O curso foi criado seguindo a evolução do mercado e atendendo às suas exigências, bem como acatando as orientações do Ministério da Educação (MEC), através da formação do aluno que transcende a questão acadêmica, passando a ser trabalhado também na perspectiva do empreendedorismo. Assim, não se trata apenas de uma proposta pedagógica, mas sim de um projeto de formação que se designa a desenvolver o potencial dos estudantes para serem empreendedores em qualquer atividade que optarem (Governo, Terceiro Setor, Empresas, Pesquisadores).

Este curso possui, ainda, programas de extensão, participação em eventos científicos como o UNIVERSO IFCE, contemplação de bolsas de pesquisas como Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) sempre estimulando a pesquisa aplicada, a produção cultural e o empreendedorismo, sem esquecer a preservação os valores ambientais e éticos.

Desde 2010, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo teve 386 ingressantes e 122 egressos, preparando os discentes para o mercado de trabalho em diversas áreas e para a formação humana. Examinadores do Ministério da Educação (MEC) credenciaram com a nota 4 (sendo que a maior nota é 5) ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do *campus* Canindé. Os avaliadores estiveram no *campus* IFCE Canindé nos dias 21 e 22 de agosto de 2014. Para reconhecer o curso, o MEC avalia itens como Matriz Curricular, Titulação Docente, Regime de Trabalho do Corpo Docente, Biblioteca, Instalações Físicas e Laboratórios, além das atividades complementares, de pesquisa e extensão.

Nos últimos anos, o curso em parceria com a Basílica de São Francisco das Chagas tem feito um trabalho de capacitação para os voluntários da maior festa que ocorre na cidade, nas diferentes áreas tais como: atendimento e qualidade, primeiros socorros, hospitalidade turística, informação turística, higiene e manipulação de alimentos, entre outras.

Vale também ressaltar que a Região Nordeste só em 2016, recebeu 901.783 pessoas durante todo o ano, e somente o Estado do Ceará 111.509 pessoas viajaram entre elas turistas, segundo os dados do Anuário Estatístico do Ministério do Turismo. Esse público justifica o interesse e a importância do curso de Gestão, pois muitos empreendedores de Turismo podem atuar em diversos setores, tais como lazer, turismo, eventos e gastronomia, hotelaria, entre outros. (MTUR, *apud* ANAC, 2017).

Ademais, com o desenrolar dos conhecimentos científicos e tecnológicos, o deslocamento da produção para outros mercados, a diversidade e multiplicação de produtos e de serviços, sobretudo ao uso intensivo de tecnologias de informação em diversos ramos do turismo e de novas formas de gestão do trabalho, evidenciam a necessidade e a possibilidade de formar os jovens capazes de lidar com o avanço da ciência e da tecnologia na gestão do turismo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/96, a partir da década de 90 acarretou na Educação Profissional com base nos princípios presentes na Constituição. Assim, o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo é encarado como um moderno instrumento de gestão, que busca extrapolar a simples confecção de um documento para se caracterizar como um processo dinâmico de ação e reflexão, permanentemente adequado ao ensino superior e às práticas, às exigências do mercado de trabalho e às necessidades da formação ética e cidadã dos futuros tecnólogos em turismo.

Nesta perspectiva, o IFCE, *campus* Canindé, disponibiliza o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo e propõe um modelo de educação com qualidade, na perspectiva de formar gestores aptos a contribuir com o desenvolvimento socioeconômico no âmbito municipal, no Território dos Sertões de Canindé, no âmbito estadual e nacional.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9394/96, com as substituições de artigos pela Lei nº 13.415, sancionada em 16 de fevereiro de 2017, atenta a estas questões, trata, de maneira adequada, apropriada, ordena e inovadora, a questão da educação profissional. No âmbito da formação nacional em Turismo apresentam-se:

- Parecer CNE/CES nº 288/2003 aprovado em 06 de novembro de 2003 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo.
- Posteriormente, sendo a última revisão estabelecida na Resolução CNE/CES nº 13, de 24 de novembro de 2006 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo e dá outras providências.
- A Lei nº 12591/12 reconhece a atuação profissional e de registro junto a qualquer órgão federal autárquico, ao livre exercício da profissão de Turismólogo, em atenção à Lei.

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 3, publicada em 18 de Dezembro do ano de 2002 que Instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia. O artigo 1º indicou que a Educação Profissional de Nível Tecnológico, integrada às diferentes “formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, objetiva garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias” (BRASIL, CNE/CP nº 3, 2002).

Sendo assim, designados como Cursos Superiores de Tecnologia, os Cursos de Educação Profissional de Nível Tecnológico e dessa forma objetivam:

Art. 2º [...]

I - incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos;

II - incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;

III - desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços;

- IV - propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias;
- V - promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;
- VI - adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos;
- VII - garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular (BRASIL, CNE/CP nº 3, 2002).

A partir desses objetivos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo ofertado no *campus* Canindé adotou por critérios de planejamento e organização as indicações nas DCN para os Cursos Superiores em Tecnologia descritas no artigo 3º:

- I - o atendimento às demandas dos cidadãos, do mercado de trabalho e da sociedade;
- II - a conciliação das demandas identificadas com a vocação da instituição de ensino e as suas reais condições de viabilização;
- III - a identificação de perfis profissionais próprios para cada curso, em função das demandas e em sintonia com as políticas de promoção do desenvolvimento sustentável do País. (BRASIL, CNE/CP nº 3, 2002).

Essas indicações das DCN vinculam-se as especificidades destinadas ao Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo descrito no Catálogo Nacional de Cursos Superiores em Tecnologia (CNCST), com última edição publicada no ano de 2010. O referido curso constitui o Eixo Tecnológico de Hospitalidade e Lazer que compreende tecnologias relacionadas aos processos de recepção, entretenimento e interação. Abrangendo os processos tecnológicos de planejamento, organização, operação e avaliação de produtos e serviços inerentes à hospitalidade e ao lazer. As atividades compreendidas neste eixo referem-se

Ao lazer, relações sociais, turismo, eventos e gastronomia, integrados ao contexto das relações humanas em diferentes espaços geográficos e dimensões socioculturais, econômicas e ambientais. A pesquisa, disseminação e consolidação da cultura, ética, relações interpessoais, domínio de línguas estrangeiras, prospecção mercadológica, marketing e coordenação de equipes são elementos comuns deste eixo. (BRASIL, CNCST, 2010, P. 42).

As indicações descritas CNCST indicam que o profissional tecnólogo em Gestão de Turismo atuará em diversas atividades tais como: planejamento, desenvolvimento das atividades turísticas nos setores público e privado, bem como no agenciamento de viagens (emissivas, receptivas e operadores de turismo),

transportadoras de turismo e consultorias voltadas para a gestão das políticas públicas e comercialização de promoção dos serviços relativos à atividade. Atividades relacionadas à identificação dos potenciais turísticos dos lugares receptivo, considerando a diversidade cultural e os aspectos socioambientais para o desenvolvimento local, regional e nacional (BRASIL, CNCST, 2010).

Além disso, a Proposta Pedagógica do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo tem por objetivo a união entre as searas da Pesquisa, Extensão e Ensino, contribuindo para uma aprendizagem associada com a realidade da região, situando o aluno nas questões culturais, políticas, sociais, econômicas e ambientais, unindo a teoria e a prática da profissão, em consonância com as resoluções: Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; a Resolução nº 2, de 15 de Junho de 2012 com as orientações sobre as a Educação Ambiental e a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Numa formação empreendedora e com consciência sustentável para o mercado local, regional e nacional.

5. OBJETIVOS DO CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso conta com uma organização curricular, em que o conjunto de atividades de ensino-aprendizagem programadas, período a período, contribui para a construção do conhecimento em bases científicas sólidas, capazes de orientar a tomada de decisão, propiciando ao futuro profissional a possibilidade de resolver problemas com fundamentação destinados ao planejamento e desenvolvimento da atividade turística nos segmentos público e privado atentando para os princípios da ética, da sustentabilidade e da emancipação humana.

Com o fito de auxiliar nas orientações do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Turismo, o *campus* IFCE Canindé faz uso de suas atribuições, foram definidos os objetivos a partir das orientações quanto às atribuições do Tecnólogo em Gestão de Turismo, que deverá ter elevados competência em planejamento e gestão, ser capaz de atuar em diferentes segmentos e esferas do setor turístico com

uma visão sistêmica e multidisciplinar, desempenhando o papel de articulador de toda a cadeia produtiva do Turismo.

5.1. Objetivo Geral

- Formar profissionais éticos, reflexivos e inovadores capazes de atuar na gestão do Turismo, com visão integradora e de sustentabilidade, aptos a desempenharem atividades em toda a cadeia produtiva do turismo, bem como no planejamento turístico e desenvolvimento de políticas públicas que fortaleçam o potencial turístico local, regional e nacional com escopo na cidadania e no empreendedorismo.

5.2. Objetivos específicos

- Propiciar conhecimentos teóricos e práticos que levem ao aluno a transformação e a ordenação da sociedade com responsabilidade, com atividades em consonância com as especificidades locais e dentro de uma visão globalizada;
- Formar profissionais aptos ao mercado de trabalho sob a perspectiva crítica, reflexiva e criativa na resolução de problemas e na tomada de decisão;
- Proporcionar uma formação interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar em valores humanísticos, éticos, com consciência de responsabilidade social, empreendedores, proativos, com habilidades de liderança e de trabalho em equipe.
- Desenvolver uma postura profissional com competências diante do planejamento turístico, da gestão de atividades turísticas, da operacionalidade de setores, na preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural da região, de modo a estimular o desenvolvimento integrado e sustentável do turismo.

6. FORMAS DE INGRESSO

O acesso ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo será mediante processo seletivo aberto ao público (exame de seleção), para ingresso no

primeiro semestre do curso, para estudantes que detenham o Certificado de Conclusão do Ensino Médio ou equivalente.

As inscrições para o processo seletivo são abertas em Edital, do qual constam os cursos com os respectivos números de vagas a preencher, os prazos de inscrição, a documentação exigida para a inscrição, os instrumentos, os critérios de seleção e demais informações úteis. Sendo assim, o acesso ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo dar-se-á das seguintes formas:

- Mediante processo seletivo público/vestibular, obedecendo ao Edital que determinará o número de vagas e o critério de seleção;
- Através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM);
- Aos diplomados de cursos de graduação será concedido ingresso mediante existência de vagas para esse perfil específico, divulgado no edital de seleção;
- IFCE, *campus* Canindé, não receberá alunos oriundos de cursos sequenciais;
- A matrícula será semestral e obrigatória em todas as disciplinas no primeiro semestre. Nos demais semestres, poderá ser feita, no mínimo, em quinze e, no máximo, em trinta e dois créditos;
- Não será permitida a matrícula de alunos em dois cursos do mesmo nível, de acordo com a Lei nº 12.089 de 11 de novembro de 2009;
- O referido curso oferta a cada semestre 35 vagas que serão preenchidas com os candidatos que alcançarem as melhores pontuações no certame.

7. ÁREAS DE ATUAÇÃO

O profissional formado em Gestão de Turismo estará capacitado a compreender numa perspectiva empreendedora as questões científicas, técnicas, socioculturais, ambientais e econômicas, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de sua atuação:

- **Agenciamento:** agências de viagens, agências de viagens e turismo (operadoras) e empresas de receptivo.

- **Transportes:** transportadoras (aéreas, terrestres, marítimas), locadoras de automóveis, terminais e postos, além de equipamentos de infraestrutura para transportes.
- **Hotелaria:** hotéis classificados segundo o Sistema brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass) e não classificados;
- **Eventos:** empresas organizadoras de eventos, espaços para eventos (centros de convenções, hotéis, parques etc.), prestadores de serviços para eventos.
- **Planejamento Turístico:** empresas de consultoria técnica, Secretarias, Autarquias, Instituições e Fundações de Turismo (Federal, Estadual e Municipal), bem como em Associações de Classe e Organizações Sociais.
- **Empreendimentos Turísticos:** parques aquáticos, complexos turísticos e iniciativa privada.
- **Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural.**

Esse profissional pode ter domínio dos processos funcionais e de integração de agentes envolvidos nas atividades de turismo e dos aspectos culturais, econômicos e sociais da região em que atua, criando negócios turísticos numa perspectiva sustentável. A partir da formação interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, o profissional egresso deste curso apresentará como características profissionais a capacidade, a criatividade, a iniciativa e a habilidade de relacionamento com o público.

8. PERFIL ESPERADO DO FUTURO PROFISSIONAL

A concepção do perfil proposto para o Tecnólogo em Gestão de Turismo fundamenta-se na necessidade de possuir sólida formação técnica e teórica, humanista e cultural, no modelo de enquadramento das Propostas de Diretrizes Curriculares Nacionais e do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação (MEC) e nas demandas nacionais, regionais e locais, que expressam as necessidades socioculturais, políticas, ambientais e econômicas para a área de Turismo do estado e do país. O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo deve possibilitar a formação de um profissional com competências e habilidades para:

- I – compreender as políticas nacionais e regionais sobre turismo;
- II – utilizar metodologia adequada para o planejamento das ações turísticas, abrangendo projetos, planos e programas, com os eventos locais, regionais, nacionais e internacionais;
- III – contribuir na elaboração dos planos municipais e estaduais destinadas ao turismo;
- IV – selecionar técnicas indispensáveis ao planejamento turístico (âmbito público e privado), bem como a operacionalização do Inventário da Oferta Turística, detectando as áreas de novos negócios e de outros campos turísticos e de permutas culturais;
- V – escolher técnicas de planejamento e operacionalização de estudos de viabilidade econômico-financeira (diagnósticos) para os empreendimentos e projetos turísticos locais e regionais e os resultados dos estudos em plano de ação (prognóstico);
- VI – aplicar adequadamente a legislação pertinente no tocante à sustentabilidade e desenvolvimento turístico;
- VII – planejar e executar projetos e programas estratégicos relacionados com empreendimentos turísticos e sua gestão;
- VIII – intervir no mercado turístico com sua inserção em espaços novos, emergentes ou inventariados;
- IX – classificar, de acordo com critérios prévios e adequados, estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, incluindo meios de hospedagem, transportadoras, agências de turismo, operadoras, empresas promotoras de eventos e outras áreas, postas com segurança à disposição do mercado turístico e de sua expansão;
- X – usar técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana;
- XI – aplicar métodos e técnicas indispensáveis ao estudo dos diferentes mercados turísticos, identificando os prioritários, inclusive para efeito de oferta adequada a cada perfil do turista;

- XII – manter comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta e precisa sobre aspectos técnicos específicos e interpretação da realidade das organizações e dos traços culturais de cada comunidade ou segmento social;
- XIII – utilizar recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas, instituições públicas ou privadas e dos demais segmentos populacionais;
- XIV - estimular o ato empreendedor em atividades características do turismo e suas correlatas, de forma inovadora, competitiva e sustentável, com vistas ao desenvolvimento local;
- XV – aprender diferentes idiomas que ensejem a satisfação do turista em sua intervenção nos traços culturais de uma comunidade ainda não conhecida;
- XVI – demonstrar habilidade com a informática e com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC);
- XVII – integrar as ações de equipes interdisciplinares e multidisciplinares, interagindo criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais;
- XVIII – compreender a complexidade do mundo globalizado e das sociedades pós-industriais, onde os setores de turismo e entretenimento encontram ambientes propícios para se desenvolverem;
- XIX – demonstrar conhecimentos específicos e adequado desempenho técnico-profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética.

9. METODOLOGIA DE ENSINO

O Projeto Pedagógico do Curso segue as orientações do CNE/CES nº436/2001, sob a Área Profissional: Turismo e Hospitalidade e estabelece a compreensão da atividade como sendo referentes à oferta de produtos e à prestação de serviços turísticos e de hospitalidade. Os serviços turísticos incluem o agenciamento e operação, o guiamento, a promoção do turismo, e a organização e realização de eventos de diferentes tipos e portes. Os serviços de hospitalidade incluem os de hospedagem e os de alimentação. Os de hospedagem são prestados em hotéis e outros meios, como colônias de férias, albergues, condomínios

residenciais e de lazer, instituições esportivas, escolares, militares, de saúde, acampamentos, navios, coletividades, abrigos para grupos especiais. Os serviços de alimentação são prestados em restaurantes, bares e outros meios, como empresas, escolas, clubes, parques, aviões, navios, trens, ou ainda em serviços de bufês, “caterings”, entregas diretas, distribuição em pontos de venda. Estas atividades são desenvolvidas num processo que inclui o planejamento, a promoção e venda e o gerenciamento da execução.

Nessa perspectiva, o currículo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo está coerente com os objetivos propostos e com o compromisso do IFCE, *campus* Canindé, com a região na qual está inserido, orientado para a formação de profissionais integrados com a realidade local e a qualificação despertada para o aproveitamento das potencialidades socioeconômicas e culturais, de modo a torná-los instrumentos do desenvolvimento regional.

Dentro dessa visão, a matriz curricular aborda as áreas de conhecimento, habilidades, atitudes e valores éticos fundamentais à formação profissional, possibilitando que os objetivos gerais e específicos que possam ser alcançados integralmente. Oportuniza-se, assim, ao aluno a construção do conhecimento alicerçado em bases científicas e as principais problemáticas que o envolvem. Enfatiza uma formação interdisciplinar, multidisciplinar, transdisciplinar e humanística que tem por objetivo preparar o profissional para compreender com propriedade científica as questões inerentes ao estudo e à prática da atividade, despertando nele o interesse por uma atuação social crítica e transformadora.

O Currículo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo leva ao conhecimento geral, das ciências humanas, sociais, políticas e econômicas, como também de uma formação especializada, constituída de conhecimentos específicos, sobretudo nas áreas culturais, históricas, ambientais, antropológicas, artes e patrimônio histórico e cultural, bem como o agenciamento, organização e gerenciamento de eventos e a administração do fluxo turístico.

O alcance do perfil do egresso pretendido é garantido com a articulação das práticas pedagógicas adotadas, envolvendo a escolha e estruturação das disciplinas ofertadas, as pesquisas e as atividades de extensão que englobam desde a participação em eventos até as visitas técnicas, palestras, seminários e ações de caráter técnico-científico desenvolvidas nos laboratórios.

Para concretizar essa proposta, a execução do currículo deverá ocorrer, levando-se em consideração o diálogo interdisciplinar, no qual os professores discutem entre si os projetos definidos para as disciplinas, bem como planeja as atividades pedagógicas em consonância com os objetivos propostos, articulados ao perfil profissional que se deseja construir durante a formação do aluno. As unidades curriculares do curso interagem mediante um processo de interdisciplinaridade ao proporem atividades em conjunto.

Essas ações são concretizadas através dos eventos realizados no próprio IFCE, *campus* Canindé e/ou no mercado. Todas estas ações tornam eficiente a construção do conhecimento de um projeto a partir da visão do todo. Para tanto, os docentes realizam reuniões através do Colegiado do Curso, do Núcleo Docente Estruturante e dos Encontros Pedagógicos Semestrais. Essas atividades estão alicerçadas no princípio da construção coletiva do ensino-aprendizagem entre docente-discente.

Quanto às estratégias de apoio e acompanhamento aos discentes o Curso possui monitorias em suas disciplinas, bem como o acompanhamento individual do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), Coordenadoria Técnico-Pedagógica (CTP) e da Assistência Estudantil da nossa unidade de ensino.

Este documento ampara-se na Portaria n º 1134, de 10 de outubro de 2016, que trata sobre a oferta de 20% da EaD nas atividades do ensino presencial, bem como a oferta das disciplinas previstas por meio de métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação. De forma a garantir as possibilidades de outros processos de aprendizagem, acesso ao currículo em disciplinas à distância ou semipresenciais, desde que passe pela apreciação e aprovação do colegiado do referido curso. Busca-se com estas práticas formar profissionais para atuarem em vários segmentos que compõem a atividade, nos níveis gerenciais e operacionais, com as características de competitividade e empreendedorismo pautados na atuação ética.

Diante das estratégias didático-pedagógicas há abordagem de conteúdos disciplinares em consonância com a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; a Resolução nº 2, de 15 de Junho de 2012 com as orientações sobre as a Educação Ambiental e a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 para a Educação das

Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso Superior de Gestão em Turismo do IFCE, *campus* Canindé, constitui uma unidade acadêmico-administrativa com objetivos definidos para o desenvolvimento das funções de ensino, pesquisa e extensão, integrada pelos professores, estudantes e servidores. Busca-se garantir uma formação integral, que alie a fundamentação teórica e atuação prática, ambas indispensáveis às necessidades de atuação dos profissionais demandados pela sociedade, e que possibilitem o contato com o conhecimento global do setor que irá atuar levando em consideração também as particularidades do conhecimento regionalizado, que contemple as especificidades do Estado do Ceará e principalmente do município de Canindé. Visa, ainda, fomentar o desenvolvimento em seus alunos do espírito empreendedor, imprescindível para competir no mercado com a implantação de alternativas criativas para o incremento do setor turístico numa perspectiva sustentável.

O Curso apresenta, ainda, uma diversidade de conteúdos científicos associados ao envolvimento do aluno com atividades de pesquisa, de modo a familiarizá-lo com o trabalho de inovação, sem prejuízo do contato com a oficina e a experiência prática. A organização curricular se volta na construção de uma sólida formação técnica e teórica, humanística e cultural, na proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação - MEC e nas demandas nacionais, regionais e locais, que expressam as necessidades socioculturais, políticas, ambientais e econômicas para a área do Ceará, do Nordeste e do Brasil.

A carga horária das disciplinas obrigatórias é de 1.960 horas-aula, integralizando o curso em 05 (cinco) semestres, no mínimo, e no máximo em 10 (dez) semestres letivos. Com a carga horária da disciplina optativa o curso terá o total de 2.000 horas-aula.

O curso tem duração de 2 (dois) anos e meio, distribuídos em 05 (cinco) semestres letivos. Numa construção formativa subdividida entre a **Formação**

Humana: Geografia do Brasil. Comunicação e Linguagem. Formação da Sociedade Brasileira. Espanhol Instrumental. Geopolítica e Turismo. Língua Brasileira de Sinais. Sociologia do Lazer e do Turismo. Patrimônio Cultural, Diversidade e Turismo Inglês Instrumental. Fundamentos da Comunicação Visual. Metodologia Científica. Métodos e Técnicas de Pesquisa. Antropologia Cultural. A **Formação Profissional:** Fundamentos da Hotelaria e Hospitalidade. Fundamentos do Turismo. Alimentos e Bebidas. Transportes e Roteiros Turísticos. Agência de Viagens e Turismo. Gestão de Eventos. Planejamento Turístico. Consultoria em Negócios Turísticos. Destinos Turísticos. Políticas Públicas do Turismo. Gestão de Meios de Hospedagem. Tópicos Especiais em Turismo. Cerimonial. Marketing Turístico. Técnicas Operacionais em Lazer. E a Formação em Gestão: Gestão Organizacional. Matemática Básica. Estatística Aplicada Ao Turismo. Empreendedorismo. Gestão Contábil e Financeira. Gestão Ambiental e Sustentabilidade. Gestão de Pessoas. Gestão da Qualidade em Serviços. Sistemas de Informação. Gestão de Projetos. Ética e Responsabilidade Social.

As disciplinas de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, Comunicação e Linguagem, Metodologia Científica. Métodos e Técnicas de Pesquisa impulsionam ao aluno criar habilidades de interpretação textual, comunicação e escrita de textos acadêmicos. Cabe ressaltar que a disciplina LIBRAS adveio a compor o currículo do Curso tal como preceituado pelo Decreto Lei nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005.

As formações científicas e tecnológicas integradas permitem não só o acompanhamento das transformações que ocorrem nessas áreas do conhecimento como, e principalmente, a antecipação aos avanços impostos pelo desenvolvimento tecnológico. O saber técnico deve relacionar-se com operações cognitivas correspondentes à observação, à resolução de problemas, à comprovação de hipóteses. No entanto, deverá ir além, explicitando o contexto social, político, econômico, cultural e ambiental dentro e fora do Brasil.

Em observância a Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016 e do artigo 26 da Resolução CNE/CEB nº 06/2012, quanto à introdução da carga horária semipresencial nos cursos presenciais, o Curso Superior de Gestão em Turismo do IFCE, *campus* Canindé poderá conter 20% da carga horária total do curso destinada à oferta a distância, no entanto as disciplinas em EAD serão determinadas por meio da representação do Colegiado e NDE.

Portanto, a proposta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo é formar profissionais competentes, não somente para ocuparem seus espaços, enquanto profissionais, no mercado, mas formar pessoas com um cabedal intelectual para serem críticos diante da realidade e para, a partir dessa realidade, desenvolver novas práticas que levem a sua transformação.

Nesse Projeto Pedagógico, está a expansão do ensino superior; diversificação do sistema de ensino superior; a necessidade da ferramenta da avaliação; mudança do perfil do aluno ingressante no ensino superior; mudança no perfil esperado do egresso do ensino superior; mudanças no paradigma científico e pedagógico; tudo isso para a melhoria da qualificação do profissional egresso na área de Gestão de Turismo.

Em face dessa realidade educacional, tomando como referencial pedagógico esse arcabouço legal e a literatura específica, o IFCE *campus* Canindé prima pela excelência do ensino, propõe formar um profissional habilitado com bases científicas, tecnológicas e humanistas para o exercício da profissão, numa perspectiva crítica, proativa, ética e global, considerando o mundo do trabalho, a contextualização sócio-político e de desenvolvimento sustentável.

10.1 Matriz Curricular

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo no IFCE *campus* Canindé, organiza-se por meio de uma sólida base de conhecimento científico, tecnológico e humanístico, possuindo uma carga horária total de 2.000 horas-aula. Na organização proposta, considerou-se a atualização, interdisciplinaridade, acessibilidade, adequação das cargas horárias (em horas), a adequação da bibliografia (SOPHIA e BVU), abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais, ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

A estrutura curricular leva em consideração a realização de visitas técnicas, oferta de disciplinas que abordam as temáticas de Educação Ambiental (disciplina de Gestão Ambiental e Sustentabilidade) e Educação em Direitos Humanos e de Educação das Relações Étnico-raciais (disciplinas de Patrimônio Cultural, Diversidade e Turismo, Formação da Sociedade Brasileira, entre outros). Aplicabilidade de projetos de extensão, organização de eventos e a formação do

profissional com habilidades em: planejar atividades turísticas nas esferas públicas e privadas, organizar calendários de eventos, atuar junto aos patrimônios histórico-culturais, realizar estudos e dirigir empresas turísticas.

Segue abaixo a estrutura curricular que compõe uma sequência lógica das disciplinas, formação paulatina e continuada do profissional que poderá atuar na promoção, criação e desenvolvimento da área turística.

MATRIZ CURRICULAR – TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO					
Sem	Disciplina	Carga Horária (hora/aula)			Pré-requisito
		Carga Horária	Crédito	Total	
1º	GEOGRAFIA DO BRASIL	40	2		
	COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM	40	2		
	FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA	40	2		
	FUNDAMENTOS DA HOTELARIA E HOSPITALIDADE	80	4		
	FUNDAMENTOS DO TURISMO	80	4		
	GESTÃO ORGANIZACIONAL	80	4		
	MATEMÁTICA BÁSICA	40	2		
	Subtotal			400	
2º	ALIMENTOS E BEBIDAS	80	4		
	ESPAÑHOL INSTRUMENTAL	40	2		
	GEOPOLÍTICA E TURISMO	40	2		
	METODOLOGIA CIENTÍFICA	40	2		
	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	40	2		
	SOCIOLOGIA DO LAZER E DO TURISMO	40	2		
	PATRIMÔNIO CULTURAL, DIVERSIDADE E TURISMO.	40	2		
	ESTATÍSTICA APLICADA AO TURISMO	40	2		
	TRANSPORTES E ROTEIROS TURÍSTICOS	40	2		
	Subtotal			400	
3º	AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO	40	2		
	EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	40	2		
	GESTÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA	80	4		
	GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	80	4		
	GESTÃO DE PESSOAS	80	4		
	INGLÊS INSTRUMENTAL	40	2		
	FUNDAMENTOS DA COMUNICAÇÃO VISUAL	40	2		
	Subtotal			400	
4º	MARKETING TURÍSTICO	80	4		
	GESTÃO DA QUALIDADE EM SERVIÇOS	40	2		
	GESTÃO DE EVENTOS	80	4		
	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	40	2		
	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	40	2		
	PLANEJAMENTO TURÍSTICO	80	4		
	PROJETO SOCIAL	40	2		
	Subtotal			400	
	CONSULTORIA EM NEGÓCIOS TURÍSTICOS	40	2		
	DESTINOS TURÍSTICOS	40	2		

5º	POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO	40	2		
	GESTÃO DE MEIOS DE HOSPEDAGEM	40	2		
	ANTROPOLOGIA CULTURAL	40	2		
	TÓPICOS ESPECIAIS EM TURISMO	40	2		
	CERIMONIAL	40	2		
	ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL	40	2		
	TÉCNICAS OPERACIONAIS EM LAZER E ENTRETENIMENTO	40	2		
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	40	2		
	Subtotal			400	
TOTAL				2000	

	Subtotal
	Total

Quadro 01: Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo.
Fonte: Autoria Própria, 2018.

O arcabouço curricular leva em consideração a comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta e precisa sobre aspectos técnicos específicos da interpretação da realidade, sua correlação com as informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana.

11 FLUXOGRAMA CURRICULAR

Segue abaixo a representação do fluxograma de todos os semestres do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo com o propósito de descrever o detalhamento das disciplinas e a subdivisão entre a **Formação Humana, Formação Profissional e Formação em Gestão**. Nessa disposição gráfica está a carga horaria dos componentes curriculares com as devidas quantidades de créditos:

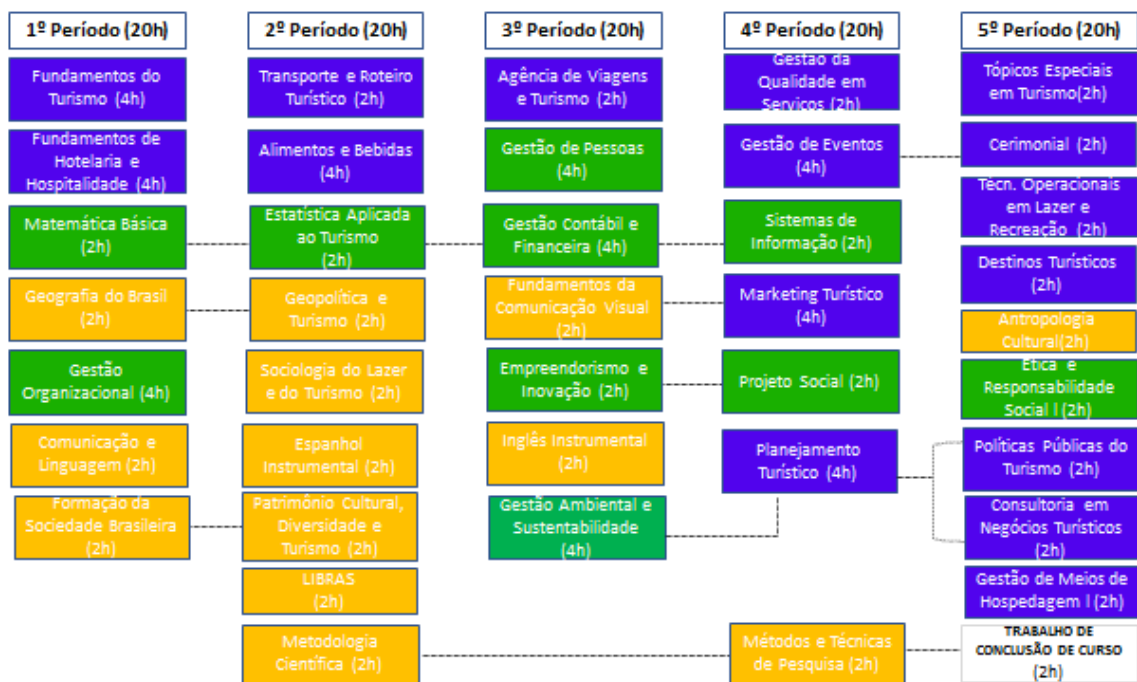
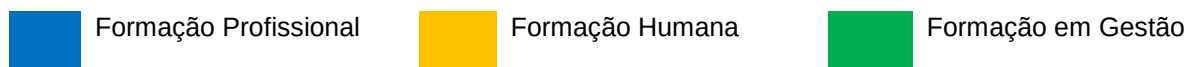


Figura 01: Fluxograma do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo

Fonte: Autoria Própria, 2018 baseado na Matriz Curricular, 2018.

Legendas:



O objetivo é demonstrar de forma descomplicada o fluxo das informações e elementos, além da sequência operacional que caracteriza o trabalho. Nela o estudante participará com trabalhos de pesquisa, trabalhos de extensão junto às comunidades, projetos multidisciplinares, visitas técnicas, monitorias e outras atividades empreendedoras.

A atualização das ementas e programas das disciplinas ocorre a cada semestre ou quando necessárias, diante das propostas dos professores, sendo analisado pelo Colegiado do Curso, Núcleo Docente Estruturante, Direção de Ensino da unidade, pela PROEN, e por último CONSUP e se aprovadas pelas diferentes instâncias passam a vigorar. Para aprovação das propostas e atualização das ementas e programas das disciplinas, levam-se em consideração a sua fundamentação (teórica) e a aplicabilidade (prática) do mercado de trabalho e das tendências no ensino da atividade a serem exercidas. A carga horária das disciplinas teórica e prática (visitas técnicas, pesquisa de campo e atividades de extensão) variam de acordo com a disciplina ministrada no curso.

A revisão e atualização da bibliografia que compõe os conteúdos programáticos das unidades curriculares do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFCE *campus* Canindé, fazem-se a partir de sugestões dos professores que são realizadas ao longo do semestre, para consequente aquisição a cada período, garantindo o acesso às novas publicações, considerando livros e periódicos.

12. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Em consonância com Regulamento da Organização Didática aprovado pela Resolução CONSUP nº 35, de 22 de Junho de 2015 o professor assume o papel intermediador no intuito de avaliar o aluno por intermédio de vários instrumentos que permitam aferir os conhecimentos dos discentes, entre eles: Trabalhos Escritos, Pesquisa de Campo, Relatório de Atividades, Provas Escritas e Registros da Participação dos Alunos em dinâmicas de sala de aula. Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades programadas.

COMO CALCULAR AS MÉDIAS – ENSINO SUPERIOR

$$X_s = \frac{2X_1 + 3X_2}{5}$$

$X_s \geq 7.0$ e $\text{Freq} \geq 75\%$ (Aprovado)

$X_s < 3.0$ ou $\text{Freq} < 75\%$ (Reprovado)

$3.0 \leq X_s < 7.0$ A_F (Obrigatório)

$$X_F = \frac{X_s + A_F}{2} \geq 5.0$$

LEGENDA:

$X_s \rightarrow$ Média Semestral

$X_1 \rightarrow$ Média da Primeira Etapa

$X_2 \rightarrow$ Média da Segunda Etapa

$X_F \rightarrow$ Média Final

$A_F \rightarrow$ Avaliação Final

Figura 2: Cálculo das Médias do Ensino Superior
 Fonte: Autoria Própria, 2018.

A sistemática de avaliação nos Cursos Superiores se desenvolverá em duas etapas, devendo o docente, independente do número de aulas semanais, aplicar, no mínimo, duas avaliações por etapa. A nota semestral será a média

ponderada das avaliações parciais, estando à aprovação do discente condicionada ao alcance da média mínima 7,0 (sete). Caso o aluno não atinja a média mínima para aprovação 7,0 (sete), mas tenha obtido no semestre, a nota mínima 3,0 (três), ser-lhe-á assegurado o direito de fazer a avaliação final. A média final será a média aritmética da nota semestral com a nota da avaliação final. O aluno que obtiver nota maior ou igual a 5,0 (cinco) na média final será considerado aprovado no componente curricular.

A verificação e o registro da frequência são de responsabilidade do professor e seu controle no portal acadêmico do IFCE *campus* Canindé. Cabendo ao professor a elaboração, a aplicação e o julgamento das verificações de rendimento escolar concernentes à disciplina de sua responsabilidade. O professor, a seu critério, ou a critério do colegiado de curso, pode promover trabalhos, exercícios e outras atividades em classe e extraclasse, que podem ser computadas nas notas ou nos conceitos das verificações parciais, nos limites definidos pelo mesmo colegiado.

A avaliação do rendimento escolar discente, quando realizada com notas são variáveis de zero a dez, compreendendo um conjunto de atividades, tais como: resolução de listas de exercícios, apresentação de seminários, redação de resumos, resenhas e artigos científicos, relatórios de aulas práticas e visitas técnicas, prova oral e prova escrita. O docente é, então, estimulado a avaliar o aluno por intermédio de vários instrumentos que permitam aferir os conhecimentos, incluindo trabalhos escritos, pesquisa de campo, relatório de atividades, provas escritas, debates, fóruns, portfólios e registro de participação dos discentes em atividades práticas de sala de aula. É importante salientar que, dessa maneira, a avaliação do discente não se resumirá a apenas um instrumento.

A avaliação da aprendizagem é processual e contínua, de caráter diagnóstico, formativo e flexível, com a predominância de aspectos qualitativos sobre quantitativos e de resultados parciais sobre aqueles obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB 9394/96 (BRASIL, 1996). O processo de avaliação é orientado pelos objetivos definidos nos planos de ensino das disciplinas do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo. As estratégias de avaliação da aprendizagem serão formuladas de tal modo que o discente seja estimulado à prática de pesquisa, à reflexão, à criatividade e ao autodesenvolvimento. No que tange a recuperação de estudos, há o apoio extraclasse com atividades de nivelamento, tutoria, monitoria, entre outros.

13. PRÁTICA PROFISSIONAL

O itinerário formativo do futuro profissional do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, do IFCE *campus* Canindé contempla a sequência das possibilidades articuláveis entre as teorias e práticas nas disciplinas, através da realização de visitas técnicas, projetos de pesquisas, projetos de extensão, eventos institucionais e eventos externos, programado a partir de estudos, seminários, apresentação oral de trabalhos e avaliação escrita.

14. ESTÁGIO

O Estágio Curricular objetiva promover a uma integração entre teórica e prática dos conhecimentos, as habilidades e as técnicas desenvolvida no currículo e propiciar:

Situações de aprendizagem em que o estudante possa interagir com a realidade do trabalho, reconstruindo o conhecimento complementar à formação profissional pela reflexão-ação; desencadear ideias e atividades alternativas; atenuar o impacto da passagem da vida acadêmica para o mercado de trabalho; desenvolver e estimular as potencialidades individuais proporcionando o surgimento de profissionais empreendedores, capazes de adotar modelos de gestão e processos inovadores. (PDI/IFCE, p. 65).

O Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo, do IFCE *campus* Canindé não possui em sua Matriz Curricular o Estágio Supervisionado como pré-requisito para a obtenção do título de tecnólogo.

15. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares têm a finalidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional. O que caracteriza este conjunto de atividades é a “flexibilidade de carga horária semanal, com controle do tempo total de dedicação do estudante durante o semestre ou ano letivo, de acordo com o Parecer do CNE/CES nº 492/2001” (MEC, 2010; [http:// portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br)).

São consideradas atividades complementares: A) participação como ouvinte/plenária em eventos internos e/ou externos à Instituição, tais como semanas

acadêmicas, congressos, seminários, palestras, conferências, atividades culturais. B) Integralização/participante de cursos de extensão e/ou atualização acadêmica e profissional e C) Atividades de iniciação científica, assim como de monitoria em pesquisa.

O Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo, do IFCE *campus* Canindé não possui em sua Matriz Curricular a aplicabilidade de Atividades Complementares como pré-requisito para a obtenção do título de tecnólogo.

16. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

De acordo com o Regulamento da Organização Didática (2015), o IFCE assegurará aos estudantes ingressantes e veteranos no Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo, o direito de aproveitamento dos componentes curriculares cursados, mediante análise, desde que sejam: obedecidos os dois critérios a seguir: a) o componente curricular apresentado deve ter, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do componente curricular a ser aproveitado; b) o conteúdo do componente curricular apresentado deve ter, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de compatibilidade com o conteúdo total do componente curricular a ser aproveitado.

Poderão ser contabilizados estudos realizados em dois ou mais componentes curriculares que se complementam, no sentido de integralizar a carga horária do componente a ser aproveitado. Vale ressaltar que não haverá aproveitamento de estudos de componentes curriculares para: a) Estágio Curricular, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e Atividades Complementares; b) Componentes Curriculares do Ensino Médio Propedêutico, nos casos de disciplinas de cursos técnicos integrados, conforme o Parecer CNE/CEB Nº. 39/2004.

O componente curricular apresentado deve estar no mesmo nível de ensino ou em um nível de ensino superior ao do componente curricular a ser aproveitado, devendo ser solicitado no máximo uma vez. O tecnólogo do curso de Tecnologia e Gestão de Turismo poderá solicitar aproveitamento de componentes curriculares, sem observância do semestre em que estes estiverem alocados na matriz curricular do curso, observados os seguintes prazos: a) até 10 (dez) dias

letivos após a efetuação da matrícula - para estudantes ingressantes; b) até 30 (dias) dias após o início do período letivo - para estudantes veteranos.

A solicitação de aproveitamento de componentes curriculares deverá ser feita mediante requerimento protocolado e enviado à coordenadoria do curso, acompanhada dos seguintes documentos: a) histórico escolar, com carga horária dos componentes curriculares, autenticado pela instituição de origem; b) programas dos componentes curriculares, devidamente autenticados pela instituição de origem.

A coordenação Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo deverá encaminhar a solicitação para a análise de um docente da área do componente curricular a ser aproveitado. O docente que analisar a solicitação deverá remeter o resultado para a coordenação de curso que deverá informar ao estudante e encaminhar a Coordenadoria de Controle Acadêmico – CCA para o devido registro no Sistema Acadêmico e arquivamento na pasta acadêmica do estudante.

Caso o estudante discorde do resultado da análise do aproveitamento de estudos, poderá solicitar a revisão deste, uma única vez. O prazo máximo para conclusão de todos os trâmites de aproveitamento de estudos, incluindo uma eventual revisão de resultado, é de 30 (trinta) dias letivos após a solicitação inicial.

17. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) corresponde a um critério qualitativo de avaliação da formação acadêmica, que acontecerá no último semestre do curso. Será desenvolvido sob a orientação docente onde constará da produção de um artigo científico entre 15 a 20 páginas e a defesa será pública com a participação do orientador e de dois avaliadores, podendo ser da própria instituição ou convidados de outras instituições de ensino; constituição de relatório de vivência profissional (comprovada através de declaração) ou Monografia.

Todas essas produções acadêmicas valorizam o uso funcional e contextualizam os conhecimentos adquiridos pelo acadêmico a partir de um processo de construção dialética do conhecimento. Como um processo cíclico (ação-descrição-execução-reflexão depuração-generalização-ação), onde o educando possa refletir sobre a sua própria vivência e trajetória acadêmica, a metodologia adotada visa poder verificar a capacidade individual do acadêmico de se posicionar frente a diversas realidades e construir suas próprias sínteses.

O acompanhamento da elaboração do trabalho de pesquisa ou de aplicação prática se dará através dos encontros individuais do professor orientador com seu aluno em encontros semanais e de acordo com o Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos do IFCE, aprovado através da Resolução nº34/ CONSUP do dia 27 de março de 2017, apresentando os requisitos a serem adotados na Normalização dos Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado produzidos no IFCE. Compete ao orientador sugerir, propor, orientar e avaliar o trabalho para que atenda aos critérios da pesquisa científica e zele pela correção da língua portuguesa, desde a elaboração do projeto até a apresentação e a defesa do trabalho de conclusão de curso na área específica ou afim.

18. EMISSÃO DE DIPLOMA

Conforme estabelece o Parecer CNE/CP nº 29/2002, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo, a conclusão do curso, isto é, a aquisição da totalidade das competências de uma dada modalidade, confere Diploma de Graduação em Curso Superior de Tecnologia. Para a concessão do Diploma, é obrigatório o cumprimento das cargas horárias do curso além das estipuladas para as atividades complementares, bem como a realização de algum dos trabalhos de TCC apresentados no item 17.

De acordo com o ROD (2015, p 42) na seção X sobre a Expedição de Diplomas e Certificados:

Art. 143 Aos concludentes dos cursos técnicos e de graduação (tecnologia, licenciatura e bacharelado) será conferido, respectivamente, diploma de técnico, de tecnólogo, de licenciado e de bacharel.
§4º A emissão dos diplomas aos concludentes dos cursos de graduação está condicionada à conclusão de todas as etapas de estudos, incluindo o TCC e o estágio curricular e atividades complementares, quando obrigatório no PPC.

Após integralizar todas as disciplinas e demais atividades previstas neste Plano do Curso, o estudante fará jus ao diploma de graduação como **Tecnólogo em Gestão de Turismo**, conforme parecer supracitado.

Vale ressaltar ainda que a expedição do diploma possui dependência dos resultados das avaliações externas desenvolvidas pelos MEC, assim como o Exame Nacional de Desempenho Estudantil (ENADE) e os Pareceres das comissões de

especialistas indicadas pelo MEC, para fins de renovação e reconhecimento do curso.

19. AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

O processo de avaliação do curso acontece a partir da legislação vigente, das avaliações feitas pelos discentes, pelas discussões empreendidas nas reuniões de coordenação, nas reuniões gerais e de colegiado.

A avaliação docente é feita por meio de um questionário, no qual, os alunos respondem questões referentes à conduta docente, atribuindo notas de 01 (um) a 05 (cinco), relacionadas à pontualidade, assiduidade, domínio de conteúdo, incentivo à participação do aluno, metodologia de ensino, relação professor-aluno e sistema de avaliação.

No mesmo questionário, os alunos avaliam o desempenho dos docentes quanto a pontos positivos e negativos e apresentam sugestões para a melhoria do Curso e da Instituição. Os resultados são apresentados aos professores com o objetivo de contribuir para melhoria das ações didático-pedagógicas e a aprendizagem discente (Portaria CEFET-CE nº 222-GDG, de 21 de junho de 2004).

Além disso, o Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo desenvolve uma prática de auto-avaliação permanente que, em vários momentos, tem contribuído seja para reformulações curriculares, estas avaliações têm sido realizadas com a cooperação das seguintes instâncias: **COORDENAÇÃO DE CURSO** – A Coordenação assume um papel importante na implementação do PPC que deve estar sendo constantemente analisado e voltado, principalmente, para o acompanhamento pedagógico do currículo e do perfil do egresso. A relação interdisciplinar e o desenvolvimento do trabalho conjunto dos docentes dependem da existência do acompanhamento pedagógico da coordenação, que possui as seguintes funções:

- Ser articulador e proponente das políticas e práticas pedagógicas;
- Integrar o corpo docente que trabalha no Curso;
- Discutir com os professores a importância de cada conteúdo no contexto curricular;
- Articular a integração entre corpo docente e discente;

- Acompanhar e avaliar os resultados das estratégias pedagógicas e redefinir novas orientações.

O **COLEGIADO** tem o papel de articulador da formação acadêmica, auxiliando a Coordenação na definição e acompanhamento das atividades complementares do curso (Trabalho de Conclusão de Curso, Pesquisas e Extensão). Além disso, acompanha e monitora, juntamente com a Coordenação, o processo ensino-aprendizagem no intuito de adequar as orientações para que a formação prevista no PPC ocorra de forma plena.

Há reuniões periódicas do Colegiado e a Coordenação a fim de obter a avaliação constante do ensino-aprendizagem, com foco na análise dos conteúdos ministrados das disciplinas e atenção à didática adotada para o ensino em sala de aula. Discute-se sobre as formas de avaliação para o aprendizado do alunado, a relação entre professores e alunos e a estrutura institucional de apoio à sua realização didático-pedagógica. A prática periódica das reuniões concilia-se com as avaliações promovidas por iniciativa da Comissão Propria de Avaliação (CPA), que conduz o processo avaliativo interno do IFCE, realizado anualmente.

20 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES DO PDI NO ÂMBITO DO CURSO

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) corresponde ao plano estratégico de longo prazo da instituição. Fazer parte desse documento informações relevantes, os objetivos e metas a serem alcançados pela instituição durante um período de 05 (cinco) anos, revisado anualmente com o desígnio de verificar se os objetivos e metas planejados continuam viáveis.

Diante das políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão constantes no PDI estão: **MONITORIA** como uma atividade acadêmica voltada para os estudantes de graduação, selecionados por meio de editais internos para exercerem funções de acompanhamento pedagógico, em uma determinada disciplina, sob a orientação de um professor. Trata-se de uma experiência enriquecedora, que promove a interação entre discentes de semestres mais avançados com os demais, contemplando, em cada semestre, diferentes disciplinas.

O discente-monitor dispõe de uma carga horária semanal de 16 horas, de acordo com o Regulamento do Programa de Monitoria do IFCE (Resolução nº 006 de 10 de março de 2010), sendo a mesma distribuída entre as atividades de acompanhamento em sala de aula e as orientações coordenadas pelo professor orientador. Outra política são ações mediante a **COORDENADORIA DE PESQUISA E COORDENADORIA DE EXTENSÃO** que juntos desenvolvem atividades como PIBIB e PIBIC JR, bem como o dialogo permanente entre as instituições e a sociedade.

21. APOIO AO DISCENTE

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), visando atender a política de assuntos estudantis do IFCE, o *campus* de Canindé coloca a disposição dos seus discentes, regularmente matriculados, os serviços de atendimento social e pedagógico e o fornecimento diário da merenda escolar além de atendimento odontológico.

Com relação aos auxílios, o *campus* de Canindé faz uma oferta de **Auxílio-moradia** destinado a subsidiar despesas com habitação para locação/sublocação de imóveis ou acordos informais, pelo período de 6 (seis) meses, podendo ser renovado; **Auxílio-alimentação** destinado a subsidiar despesas com alimentação, durante o semestre letivo; **Auxílio-transporte** destinado a subsidiar a locomoção do discente no trajeto residência/campus/residência, durante os meses letivos; **Auxílio-óculos** destinado a subsidiar aquisição de óculos ou de lentes corretivas de deficiências oculares, respeitando-se a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, para nova solicitação; **Auxílio-visitas** e viagens técnicas destinado a subsidiar alimentação e hospedagem, em visitas e viagens técnicas programadas pelos cursos; **Auxílio-acadêmico** destinado a subsidiar despesas em eventos tais, como: inscrição, locomoção, alimentação e hospedagem, podendo ser concedido duas vezes ao ano, para a participação do discente no processo ensino-aprendizagem nos eventos; **Auxílio-didático-pedagógico** destinado a subsidiar material indispensável ao processo ensino-aprendizagem, podendo ser concedido uma vez por semestre; **Auxílio-formação** destinado a subsidiar a ampliação da formação dos discentes. As atividades a serem desenvolvidas deverão estar vinculadas ao curso no qual o discente está matriculado no IFCE e baseadas em

ações de ensino, pesquisa e extensão, devendo ser acompanhadas pelos profissionais que compõem a assistência estudantil, podendo ser renovado por um semestre civil. Os valores dos auxílios de assistência, ainda, são acanhados frente a grande demanda, sendo necessária uma seleção rigorosa para concedê-los aos discentes e da disponibilidade de dotação orçamentária na unidade de ensino.

O processo de seleção para obtenção do auxílio se inicia com o lançamento do Edital. Logo após o seu lançamento é ocorrem reuniões com os discentes para apresentar o edital e esclarecer dúvidas, especialmente no que diz respeito à documentação solicitada. Então se abre o período de inscrições, preenchendo um formulário socioeconômico e anexando todos os documentos solicitados. Após a avaliação da documentação, são realizadas entrevistas e/ou visitas domiciliares aos discentes pré-selecionados na primeira fase. Além dos auxílios, o *campus* de Canindé, também possui um programa de bolsas (modalidade laboratório) segundo o qual os discentes podem ser lotados em laboratórios, projetos de pesquisa ou extensão. O processo de seleção é basicamente o mesmo dos auxílios tendo apenas a necessidade de aproximar o perfil do discente que se enquadre tanto na situação de vulnerabilidade socioeconômica com o perfil desejado pelo responsável do espaço de aprendizagem no qual o mesmo será inserido.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do *campus* IFCE Canindé realiza ações em auxílio junto aos discentes e iniciou suas atividades através da portaria DG/051 de 12/09/2012, através da execução de ações, tais como: Relatório Anual de Acessibilidade, Estruturação Física e Humana do Napne, levantamento das PNES matriculadas e de suas necessidades educacionais. Os NAPNEs foram criados com o objetivo de promover junto aos institutos federais, a preparação da instituição para receber PNEs nos cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos e tecnológicos.

Com o objetivo de apoiar ações de ensino, pesquisa e extensão dentro da temática da educação inclusiva, o NAPNE do IFCE *campus* Canindé acompanha as ações e políticas de inclusão de alunos e/ou servidores com necessidades especiais, garantindo condições de acessibilidade e atendimento de suas necessidades específicas para a plena participação em suas atividades acadêmicas.

Em relação à pesquisa e extensão, o NAPNE planeja ações relacionadas à educação inclusiva a fim de aprimorar as atividades desenvolvidas na instituição para pessoas com deficiência e apoiar pesquisas na instituição no âmbito da

Educação Especial e ao desenvolvimento de Tecnologia Assistiva. Em relação ao ensino, acompanha as políticas e as ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão do processo educativo de qualidade aos alunos com deficiência, além de facilitar o apoio didático-pedagógico aos alunos com necessidades educacionais especiais e seus professores.

22. CORPO DOCENTE

O corpo docente é uma dimensão de alta relevância para o desenvolvimento positivo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo. Devido à característica de multidisciplinaridade do curso, este possui professores com diversificadas formações acadêmicas e profissionais, ressaltando-se a busca permanente, de se manterem atualizados nas suas áreas de conhecimento e atuação, contando para isto com o apoio do IFCE *campus* Canindé. Todos os docentes do curso possuem titulação relevante e são especializados nas áreas em que lecionam, ou seja, todos possuem formação compatível com as disciplinas que ministram.

A maior parte do corpo docente é composta por profissionais com experiência de docência em nível de Ensino Superior, possuindo também ampla experiência profissional, o que dá suporte ao trabalho pedagógico necessário às disciplinas ministradas e contribui para a qualidade do ensino ofertado.

PROFESSOR	FORMAÇÃO	TITULAÇÃO	C.H.	DISCIPLINAS
Abrahão Antônio Braga Sampaio	Filosofia	Doutor	40h/DE	Ética e responsabilidade social
Bárbara Suellen Ferreira Rodrigues	Química	Doutora	40h/DE	Gestão ambiental e Sustentabilidade
Carlos Henrique Leitão Cavalcante	Telemática	Mestre	40h/DE	Sistema de Informação
João Paulo Bandeira de Souza	Ciências Políticas e Sociais	Doutor	40h/DE	Sociologia do Lazer e do Turismo Antropologia Cultural Políticas Públicas do Turismo
Diego Eloi Mesquita Gomes	Matemática	Mestre	40h/DE	Matemática Básica Estatística Aplicada ao Turismo
Diná Santana de Sousa	Letras/Libras	Especialista	40h/DE	Libras
Eduardo Dalle Piagge Filho	Administração	Especialista	40h/DE	Marketing Turístico Gestão Contábil e Financeira Empreendedorismo e Inovação Gestão Organizacional Gestão de Pessoas

				Gestão da Qualidade em serviço turístico
Eline Alves Soares	Hotelaria	Mestre	40h/DE	Técnicas Operacionais em Lazer e Recreação. Alimentos e bebidas. Fundamentos de Hotelaria e Hospitalidade. Fundamentos do Turismo. Gestão dos Meios de Hospedagem. Tópicos Especiais em Turismo. Destinos Turísticos
Emanoel Rodrigues Almeida	Pedagogia	Doutor	40h/DE	Metodologia Científica Métodos e Técnicas de Pesquisa TCC
Erasmus de Oliveira Freitas	Letras/Linguística	Doutor	40h/DE	Comunicação e Linguagem
Francisco Ademir Lopes de Souza	Matemática	Mestre	40h/DE	Matemática Básica Estatística Aplicada ao Turismo
Francisco Antônio Barbosa Vidal	Administração	Mestre	40h/DE	Gestão Contábil e Financeira Empreendedorismo e Inovação Gestão Organizacional Gestão de Pessoas Gestão da Qualidade em serviço turístico
Ivo Luís Oliveira Silva	Turismo	Mestre	40h/DE	Fundamentos do Turismo. Transporte e Roteiro Turístico. Agência de Viagens e Turismo. Planejamento Turístico. Políticas Públicas do Turismo. Consultoria em negócios Turísticos. Destinos Turísticos. Tópicos
José Victor Melo de Lima	Letras / Português / Espanhol	Especialista	40h/DE	Espanhol Instrumental
Maria de Lourdes da Silva Neta	Licenciatura em Pedagogia	Doutora	40h/DE	Projeto Social
Marcel Waline de Carvalho Ferraz Fernandes	Turismo	Doutor	40h/DE	Cerimonial. Gestão de Eventos. Tópicos Especiais em Turismo.
Marco Antônio Botelho Soares	Odontologia	Doutor	40h	Metodologia Científica Métodos e Técnicas de Pesquisa TCC
Maria Evanir Moraes de Souza	Turismo	Mestre	40h/DE	Fundamentos do Turismo. Transporte e Roteiro Turístico. Agência de Viagens e Turismo. Fundamentos de Hotelaria. Gestão de Meios de Hospedagem Destinos Turísticos. Tópicos
Nara de Abreu Braga	Administração	Mestre	40h/DE	Marketing Turístico Gestão Contábil e Financeira Empreendedorismo e Inovação Gestão Organizacional Gestão de Pessoas Gestão da Qualidade em serviço turístico
Paula Patrícia Barbosa Ventura	Pedagogia	Mestre	40h/DE	Metodologia Científica Métodos e Técnicas de Pesquisa

				TCC
Rafael Pereira Eufázio	Licenciatura em Matemática	Mestre	40h/DE	Matemática Básica
Rachel Gomes de Oliveira Lúcio de Sousa	Educação Artística	Graduação	40h/DE	Fundamentos da Comunicação Visual
Rachel Uchoa Batista	Letras / Português / Inglês	Mestre	40h/DE	Inglês Instrumental
Thaidys da Conceição Lima do Monte	Licenciatura em Educação Física	Mestre	40h/DE	Técnicas Operacionais em Lazer e Entretenimento.
Tiago Estevam Gonçalves	Geografia	Doutor	40h/DE	Geografia do Brasil Geopolítica e Turismo
Wendell Guedes da Silva	História	Mestre	40h/DE	Formação da Sociedade Brasileira. Patrimônio Cultural Diversidade e Turismo

Quadro 2: Distribuição da Formação Docente do IFCE *campus* Canindé

Fonte: Autoria Própria, 2018.

23. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O pessoal administrativo disponível do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo encontra-se em número suficiente e com formação adequada para o suporte às atividades experimentais vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão e para possibilitar o suporte administrativo necessário para o desenvolvimento das atividades acadêmicas demandadas.

NOME	CARGO	FORMAÇÃO	QUALIFICAÇÃO	FUNÇÃO	C. H.
Ana Raquel Pereira Moura	Auxiliar em administração	Bacharelado em geografia	Especialista	Coord. de gestão de pessoas	40h
Ana Virgínia de Sousa Rocha	Assistente de alunos	Jornalismo	Ensino médio	Assistente de alunos	40h
Andressa Souza Costa	Jornalista	Jornalismo	Especialista	Comunicação social	25h
Antônia Luciana Souza Cruz de Mendonça	Auxiliar de Biblioteca	Administração	Graduada	Assistente de Departamento de Administração e Planejamento	40h
Antônio Guilherme da Silva Viana	Tecnólogo em gestão financeira	Tecnólogo em gestão financeira	Graduado	Coord. de execução financeira e orçamentária	40h
Antônio Jonas Evangelista Ferreira	Assistente em administração	Licenciatura em português	Especialista	Aquisições e pregões	40h
Armando Andrade Filho	Assistente em administração	Ensino médio	-	Coordenador de Almoxarifado e Patrimônio	40h
Calmon dos Santos Moura	Assistente em administração	Licenciatura em pedagogia	Graduado	Gestão de pessoas	40h
Carlos Alberto Castelo Elias	Técnico em tecnologia da	Tecnologia em análise de	Graduado	Coord. de tecnologia da	40h

Filho	informação	sistemas		informação	
Cintia de Araújo Matias	Assistente em administração	Bacharelado em direito	Especialista	Aquisições	40h
Daniele Castro Aguiar Pimenta	Odontóloga	Odontologia	Especialista	Coordenação de assuntos estudantis	40h
Elisângela Alves do Nascimento	Técnica em enfermagem	Técnico em enfermagem	Técnica	Técnica em enfermagem	40h
Eliza Georgina Nogueira Barros	Técnico em assuntos educacionais	Licenciatura em História	Graduada	-	40h
Emanuel Bruno Carioca Silva	Tradutor intérprete de Libras	Ensino médio	-	-	40h
Erivânia Maria Sousa Gomes	Assistente em administração	Bacharelado em administração	Graduada	Chefe do Departamento de administração e planejamento	40h
Eugênio Pacelli Gomes Santos	Técnico em audiovisual	Bacharelado em geografia	Graduado	Coord. de comunicação social e eventos	40h
Evangelista Agostinho dos Santos	Técnico em laboratório de química	Licenciatura em química	Especialista	Coord. de infraestrutura	40h
Geirla Jane Freitas da Silva	Nutricionista	Bacharelado em nutrição	Mestre	Nutricionista	40h
João Paulo Braga Abreu	Técnico em tecnologia da informação	Técnico em informática	Técnico	Tecnologia da informação	40h
João Paulo da Silva Cosmo	Bibliotecário / Documentalista	Bacharelado em biblioteconomia	Especialista	-	40h
Jocélio Nelson Queiroz Barroz	Assistente em administração	Ensino médio	-	-	40h
Joelma Kele Ferreira de Aquino	Assistente em administração	Bacharelado em farmacologia	Graduada	Coord. de controle acadêmico	40h
José Felipe da Rocha Oliveira	Técnico em contabilidade	Bacharelado em contabilidade	Especialista	Empenhos e pagamentos	40h
José Nasareno Moreira Araújo	Assistente em administração	Tecnologia em radiologia	Especialista	-	40h
José Francisco Gomes Costa	Assistente de Laboratório	Licenciatura plena em química	Graduado	Assistente de Laboratório	40h
José Willame Felipe Alves	Pedagogo	Graduado	Mestrado	Cedido ao <i>campus</i> Iguatú	40h
Karina Carneiro de Oliveira	Auxiliar de biblioteca	Bacharelado em serviço social	Especialista	Atendimento na biblioteca	40h
Lineusa Maria Carneiro de Oliveira Cruz	Assistente em administração	Ensino médio	-	Apoio à Coord. de infraestrutura	40h
Ludimila Façanha Lopes	Assistente social	Bacharelado em serviço social	Especialista	Assistência de discentes	40h
Manoel Bezerra de Barros Júnior	Assistente em administração	Tecnologia em recursos humanos	Graduado	Chefe de gabinete	40h
Maria Cristiane	Auxiliar de	Licenciatura em	Graduada	Atendimento na	40h

Santos da Silva Costa	biblioteca	ciências biológicas		biblioteca	
Maria de Jesus Silva da Nóbrega Oliveira	Bibliotecário / Documentalista	Bacharelado em biblioteconomia	Especialista	Atendimento na biblioteca	40h
Maria Izabel Pereira	Pedagoga	Pedagogia	Especialista	Coord. Técnico-pedagógica	40h
Mauro Cesar Joca Santos	Assistente em administração	Tecnólogo em análise e desenvolvimento de sistemas	Graduado	-	40h
Mayara Cely Paulo da Silva Medeiros	Assistente social	Bacharelado em serviço social	Especialista	Assistência de discentes	40h
Nayara Sousa de Mesquita	Enfermeira	Bacharelado em enfermagem	Mestre	-	40h
Rayça Aparecida Cavalcante Sampaio	Assistente de alunos	Tecnologia em redes de computadores	Graduada	Coord. do NAPNE	40h
Renato Araújo matos	Auxiliar em administração	Ensino médio	-	Atendimento na biblioteca	40h
Rhayane da Silva Monteiro	Técnica em eventos	Técnico em eventos	Técnica	-	40h
Wladianne Ferreira da Silva	Especialista em auditoria e controle interno	Administração	Graduada	Administradora	40h

Quadro 3: Distribuição do Corpo Técnico-Administrativo do IFCE *campus* Canindé

Fonte: Autoria Própria, 2018.

24. INFRAESTRUTURA

O IFCE *campus* Canindé a fim de dar condições para a inserção de práticas acadêmicas que contribuam para a qualificação do seu egresso e para o benefício social disponibiliza uma organização estrutural com excelentes condições para atender a demanda acadêmica. Todo o ambiente físico do IFCE *campus* Canindé propicia ao processo de ensino-aprendizagem um diferencial em termos de qualidade. As salas de aula, salas especiais, auditórios e recursos audiovisuais estão condizentes com as propostas pedagógicas.

Também, neste contexto, encontra-se a Biblioteca do *campus* Canindé, com intenções claras de um espaço disseminador de informações. Sua atualização e adequação ocorrem de forma permanente, sendo fundamental a promoção da avaliação continuada da bibliografia básica de todos os cursos. A tecnologia de informação para acesso a redes é condição necessária para a qualidade do ensino desejada.

O mesmo ocorre com os Laboratórios disponibilizados para os diferentes cursos, que também devem estar em consonância com as necessidades apontadas nos Projetos Pedagógicos e permanentemente atualizadas no que diz respeito a novas tecnologias e equipamentos.

24.1 Biblioteca

A Biblioteca do Instituto Federal do Ceará *campus* Canindé foi criada para atender alunos, servidores docentes e técnico-administrativos da instituição, bem como o público externo, com o objetivo de promover o acesso, a disseminação e o uso da informação, como apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região.

A biblioteca dispõe de espaços destinados ao estudo individual ou em grupo, através de cabines, mesas e ou salas. O Sistema de Bibliotecas do IFCE (SIBI) foi criado através da Portaria 410/GR, de 30 de junho de 2015. O SIBI está diretamente vinculado à Pró-reitora de Ensino/Departamento de Bibliotecas e é depositário de todo material informacional disponibilizado à comunidade técnico-acadêmica do IFCE, com vistas à promoção do acesso, da disseminação e do uso da informação como apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, de acordo com as políticas, planos e programas institucionais.

As Bibliotecas Integrantes ao SIBI regem-se pelo Regimento Geral do IFCE, pelo Regimento Interno dos campi, pelo Regimento Interno do SIBI e pelas demais normas da instituição, em observância à unidade patrimonial, administrativa, organizacional e com vistas à plena utilização de recursos humanos e materiais.

Sobre o acervo a Biblioteca do IFCE *campus* Canindé conta com 812 títulos de livros, num total de 3.418 exemplares disponibilizados à comunidade acadêmica. Seu acervo ainda consta de periódicos correntes e avulsos, CD-ROM, relatórios, teses, dissertações, monografias, normas técnicas, DVD e apostilas para contribuir como apoio pedagógico e cultural. O software utilizado para o processamento técnico e automação do acervo é o Gnuteca Versão 2.3.9. Já o SOPHIA é sistema de gerenciamento do acervo bibliográfico que disponibiliza a consulta aos acervos das bibliotecas integrantes do SIBI. Os acervos são abertos ao público em geral para consulta e pesquisa e a funcionalidade do Sophia que permite acessar todo o conteúdo informacional impresso e digital disponível nas bibliotecas

do Sistema e na Biblioteca Virtual Universitária (BVU) através de um só mecanismo de busca.

Dessa forma, a biblioteca tem a finalidade de fornecer a comunidade acadêmica, apoio bibliográfico e suporte informacional necessário ao desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa e extensão. Suas instalações estão disponíveis a pesquisadores em geral, mas, somente professores, alunos e funcionários podem usufruir o empréstimo de material bibliográfico impresso. O corpo técnico é formado por um bibliotecário e seus auxiliares. Dentre os serviços oferecidos pela biblioteca estão:

- Empréstimos, reservas, renovação e consulta *on-line* de materiais.
- Serviço de referência.
- Acesso Wi-fi.
- Acesso a periódicos e bases de dados referenciais.
- Orientação à normalização de trabalhos técnico-científicos.
- Serviço de referência.
- Visita orientada.
- Disseminação seletiva da informação.

Vale salientar que a biblioteca deve fornecer material informacional para estudos, pesquisas e apoio aos cursos ministrados no IFCE *campus* Canindé, além de atuar como suporte informacional no processo de ensino-aprendizagem, auxiliando nos trabalhos de pesquisa e oferecendo acesso à leitura como fonte de atualização e de lazer com fins culturais e orientar sobre o seu uso e recursos entre outros. Ademais, são deveres dos usuários:

- Zelar pelo material emprestado.
- Substituir ou reparar qualquer material que extraviar ou danificar.
- Evitar falar alto no ambiente de estudo.
- Zelar pela limpeza do espaço físico da Biblioteca.

Para a realização de empréstimo é necessária a confirmação de *login* e o cadastro de senha no balcão de atendimento da biblioteca, como também o preenchimento do Termo de Responsabilidade do Usuário, ambos mediante apresentação de documento oficial com foto e/ou documento de confirmação de

vínculo com o IFCE *campus* Canindé, tais como: Comprovante de Matrícula de Aluno, ou contracheque, no caso de servidor público.

O prazo de empréstimo para alunos são de 07 (sete) dias enquanto que para docentes e técnico-administrativos são de 14 (quartoze) dias. Alunos podem pegar emprestados até 05 (cinco) materiais, sendo 4 (três) livros + 1 (um) multimeio e docentes e técnico-administrativos até 06 (seis), sendo 5 (cinco) livros + 1 (um) multimeio. Durante o período letivo, o horário de funcionamento interno da Biblioteca é de segunda à sexta-feira, das 8h às 17h, sendo que o horário de atendimento ao público é de segunda à sexta-feira, das 8h15 às 17h.

Em relação à revisão e atualização da bibliografia que compõe os conteúdos programáticos das unidades curriculares do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, logo o IFCE *campus* Canindé aprova a partir de sugestões dos professores a aquisição de novos livros mediante a relevância para a aprendizagem do discente.

24.2 Infraestrutura Física e Recursos Materiais

O IFCE *campus* Canindé oferece à comunidade acadêmica espaços físicos adequados para o número de usuários e desenvolvimento das atividades de ensino, sejam teóricas e/ou práticas, e à integração de todos os órgãos que compõe a sua estrutura educacional.

Em relação à infraestrutura física do IFCE *campus* Canindé tem-se:

INSTALAÇÕES	QTDE
Salas de aula	16
Laboratórios de Informática com 26 PCs	2
Laboratório de Prática de Negócios e Operações na área de Eventos	1
Auditório	1
Refeitório	1
Teatro	1
Sala dos professores	3
Sala de convivência	1
Parque esportivo com piscina semiolímpica, vestiário e ginásio	1
Banheiros femininos	9
Banheiros masculinos	21

Biblioteca	1
Salas de coordenação de curso	2
Sala da Gestão	21

Quadro 4: Distribuição da infraestrutura física do IFCE *campus* Canindé

Fonte: Autoria Própria, 2018.

As salas de aula, instalações administrativas, instalações para docentes, salas de professores, salas de reuniões e gabinetes de trabalho, instalações para coordenações de cursos, auditórios, salas de conferências e demais dependências são isoladas de ruídos externos, com boa audição interna, ventilação adequada às necessidades climáticas locais e ao uso de equipamentos, quando necessário. Possuem iluminação condizente às ações de ensino e administrativas e também mobiliários e equipamentos especificamente adequados aos setores.

O IFCE *campus* Canindé dispõe de áreas livres (corredores e áreas de convivência) para circulação, possuindo higienização e manutenção de acordo com mais exigentes padrões. Foram feitos investimentos significativos na construção dos laboratórios da área de informática, além da implantação de laboratórios específicos de cada curso de graduação em funcionamento.

Com relação aos recursos materiais do IFCE *campus* Canindé tem-se:

EQUIPAMENTOS/DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Computadores	166
Notebooks	65
Aparelhos de DVD	1
Caixas de Som	21
Aparelho Multimídia	5

Quadro 5: Distribuição dos recursos materiais do IFCE *campus* Canindé

Fonte: Autoria Própria, 2018.

A Inclusão da Pessoa com Deficiência demandam adaptações arquitetônicas e pedagógicas. Quanto às estruturas arquitetônicas, o IFCE *campus* Canindé dispõe em suas instalações de rampas de acesso para todos os setores do pavimento térreo, bem como estacionamentos nas áreas próximas ao ginásio poliesportivo e piscina semiolímpica. Para acesso ao pavimento superior foram construídos dois elevadores.

Conforme a diversidade da demanda, o curso se utilizará dos diversos recursos que permitam a acessibilidade dos PNE às práticas educativas, garantindo-lhes recursos adequados. Haverá adequação de conteúdos e práticas todas as

vezes que não for possível ao estudante realizar as atividades propostas, sem que os objetivos sejam alterados. Ao estudante PNE será dado todo respaldo necessário, fazendo com que tenha seus direitos respeitados enquanto cidadão. Assim todos os recursos relativos à acessibilidade didática e arquitetônica serão garantidos pelo IFCE *campus* Canindé.

O acervo da Biblioteca é ampliado constantemente em razão do desenvolvimento dos cursos e à demanda daqueles que estão em processo de reconhecimento. Finalmente, o aluno, o grande beneficiário dessas ações, corresponde plenamente a esse esforço, convivendo nas unidades não só nos períodos de aulas como também em laboratórios, biblioteca e áreas de convivência.

24.3. Infraestrutura de Laboratórios

A estrutura de laboratórios foi concebida para atender às necessidades de professores e alunos dos cursos de graduação, que incluem em seus currículos disciplinas de informática, e também para o enriquecimento curricular, tendo em vista que os serviços informatizados atualmente são imprescindíveis em todas as profissões. O espaço físico dos laboratórios é suficiente para atender da melhor forma possível aos usuários, de acordo com a relação equipamentos versus número de alunos.

Os laboratórios são dotados de climatização ambiental, cores apropriadas, iluminação e *layout* condizentes com as atividades pedagógicas que são desenvolvidas. Os laboratórios foram montados com computadores, impressoras e softwares que atendem plenamente às atividades ali desenvolvidas pelos alunos e professores. As necessidades decorrentes da contínua modernização são levantadas pelos professores e prontamente atendidas.

O IFCE *campus* Canindé dispõe de 04 laboratórios, sendo 02 laboratórios para a formação geral que atende as necessidades das disciplinas de informática, bem como para utilização, em horário extraclasse, pela comunidade acadêmica.

24.3.1 Infraestrutura de laboratório de informática conectado à internet

O IFCE *campus* Canindé conta com espaço físico do Laboratório de Informática que é adequado à prática das atividades a que se propõe. Possui

instalações modernas, bem conservadas, com excelente iluminação e tamanho compatível à quantidade de alunos que recebe por atividade prática.

Os mobiliários existentes em cada laboratório são igualmente adequados às práticas desenvolvidas. O acervo de equipamentos constante no laboratório é suficiente para atender às necessidades dos docentes e discentes no exercício de suas atividades práticas. Já o Laboratório Didático de Informática é conectado a Internet, utilizado também como laboratório de arquitetura de computadores.

24.3.2 Laboratórios específicos à área do curso

Os laboratórios específicos para a formação profissionalizante/específica na área de Turismo são de responsabilidade da Coordenação do Curso, que por sua vez designa 01 (um) professor para coordenar as atividades desenvolvidas. Esses laboratórios devem possuir regulamentos que garantam seu funcionamento e a prática dos discentes.

A orientação é para que os espaços físicos, de cada laboratório, sejam adequados à prática das atividades com instalações modernas, conservadas, com excelência na iluminação e no tamanho compatível com a quantidade de alunos por atividade-prática. Os mobiliários existentes em cada laboratório deverão ser igualmente adequados às práticas desenvolvidas e com um acervo de equipamentos constante e suficiente para atender às necessidades dos docentes e discentes no exercício de suas atividades práticas. Todos os serviços prestados nos laboratórios deverão viabilizar a vivência prática aos alunos envolvidos nas atividades, além de atender a demanda acadêmica e ao mercado em ações específicas de cada área.

Dentre os Laboratórios está o de Eventos que tem como objetivo proporcionar ao aluno vivências relacionadas à Organização e Planejamento De Eventos. A infraestrutura do laboratório conta com mesas, computadores, cadeiras, armários, gaveteiros, telão, telefones, televisor, DVD, máquina fotográfica, Máquina filmadora, armário de arquivos.

Assim, os Laboratórios têm como objetivo geral proporcionar vivência prática aos alunos, com ambientação caracterizada para simulação de operações cotidianas de alguns produtos e serviços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Leis, Decretos. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Documentação, Brasília, nº 453, dezembro, 1996.

_____. Presidência da República. Decreto 2208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9394/96.

_____. Resolução nº 4/99, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Institui as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, 1999.

_____. Portaria nº 646/97, de 14/05/97. Brasília, 1997.

_____. Decreto nº 5154/2004 que revogou o Decreto nº 2208/97.

_____. Decreto nº 5296/2004 que regulamenta as Leis Nº 10048/2000 e Nº 10098/2000.

MEC. Disponível em: <http://catalogonct.mec.gov.br/> acesso em fevereiro de 2010.

BRASIL. **Portal da Cidadania.**
http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/sertesdecanindec/one-community?page_num=0. Acesso em : 12/02/2017.

Anuário Estatístico de Turismo – 2017. Disponível em:
<<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05/item/347-anu%C3%A1rio-estat%C3%ADstico-de-turismo-2017-ano-base-2016/347-anu%C3%A1rio-estat%C3%ADstico-de-turismo-2017-ano-base-2016.html>>

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Decreto n. 5.773, de 09 de maio de 2006. Brasília, 2006. Disponível em:<
<http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>>. Acesso em 12 de jan. de 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Educação (MEC). Resolução nº 2, de 15 de Junho de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Educação (MEC). Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

_____. Lei Nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008. Lei de Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, 2008.

_____. Lei Nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996. Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação (MEC). Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de Dezembro de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia. Brasília, 2002.

_____. Ministério da Educação (MEC). Resolução CNE/CES nº 146/2002, de 03 de abril de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Dança, Design, Direito, Hotelaria, Música, Secretariado Executivo, Teatro e Turismo. Brasília, 2002.

_____. Ministério da Educação (MEC). Resolução Parecer CNE/CES nº 288/2003, de 06 de novembro de 2003. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo. Brasília, 2003.

_____. Ministério da Educação (MEC). Parecer CNE/CP nº 29 de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo. Brasília, 2002.

_____. Ministério da Educação (MEC). Resolução Parecer CNE/CES nº 13, de 24 de novembro de 2006. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo. Brasília, 2006.

_____. Lei Nº 12.591, de 18 de Janeiro de 2012. Lei de Reconhecimento da profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12591.htm>. Acesso em 10 de jan. de 2018.

_____. Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf>. Acesso em 10 de Jan de 2018.

_____. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia 2010. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7237-catalogo-nacioanl-cursos-superiores-tecnologia-2010&category_slug=dezembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 08 de jan. de 2018.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Regulamento de Organização Didática IFCE (ROD), 2015. Disponível em <<http://ifce.edu.br/espaco-estudante/regulamento-de-ordem>>. Acesso em 08 de jan. de 2018.

ANEXO - A

ACERVO BIBLIOGRÁFICO

TABELA 01

TÍTULO	AUTOR (ES)	EDITORA	ANO	QTD	BVU
A Alimentação através dos tempos	ORNELLAS, Lieselotte Hoeschl	Ed. UFSC	2003	3	
A articulação do texto	GUIMARÃES, Elisa	Ática	1992	3	
A História da Gastronomia	LEAL, Maria Leonor de Macedo Soares	SENAC	1998	3	
A Invenção do Nordeste e Outras Artes	ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de	Cortez	2009	3	
A produção do texto	RIFFATERRE, Michael	Martins Fontes	1989	3	
A Urbanização Brasileira	SANTOS, Milton	Editora da Universidade de São Paulo	2005	15	Não
Administração hoteleira	CASTELLI, Geraldo	EDUCS	2010	13	Não
Administração de congressos científicos e técnicos: assembleia, convenção, painel, seminário e outros	MIYAMOTO, Massahiro	Pioneira Novos Ubrais: Editora da Universidade de São Paulo	1987	5	
Administração de Marketing	KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane	Pearson Prentice Hall	2006	3	
Adm. Dos sistemas hoteleiros	DUARTE, Vladir	SENAC	1996	15	Não
Administração de sistemas hoteleiros: conceitos básicos	DUARTE, Vladir Vieira	SENAC	2008	15	Não
Administração em publicidade: a verdadeira alma do negócio	LUPETTI, Márcia	Thomson Learning	2009	3	
Administração hoteleira	CASTELLI, Geraldo	EDUCS	2001	13	Não
Administração: teoria, processo e prática	CHIAVENATO, I.	Makron Books	1994	10	Sim
Administração: construindo vantagem competitiva	BATEMAN, T. S.; SNELL, S. A	Atlas	1998	3	
Agências de viagens e transportes	-	ROCA	2003	10	Não
Alimentos e bebidas	DAVIES, Carlos Alberto	EDUCS	2010	30	Não

Fonte: Biblioteca IFCE *campus* Canindé, 2018.**TABELA 02**

TÍTULO	AUTOR (ES)	EDITORA	ANO	QTD	BVU
Ampliando o Repertório do Coro Infanto-Juvenil - um estudo de repertório inserido em uma nova estética	VERTAMATTI, Leila Rosa Gonçalves	UNESP/FUNART E	2008	3	
Aprendendo a pensar com a sociologia	BAUMAN, Zygmunt	JORGE ZAHAR	2010	3	
Aprender Antropologia	LAPLANTINE, François	Brasiliense	1984	3	Não
Aprender e ensinar com textos de alunos	GERALDI, João Wanderley	Cortez	1997	3	
Artes, entretenimento e	HUGHES, Howard	ROCA	2004	5	Não

turismo					
Aquisição da escrita: coerência e coesão	BUIN, E	Contexto	2002	3	
Arte, Educação e Cultura	OLIVEIRA, Marilda Oliveira de (org.).	UFSM	2007	3	
As etapas do pensamento sociológico	ARON, Raymond	Martins Fontes	2008	8	Não
As pessoas na organização	FLEURY, M. T. L. (org.)	Gente	2002	3	
Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica	DUARTE, Jorge	Atlas	2003	3	
Assessoria de imprensa: como fazer	CHINEM, Rivaldo	Summus	2003	3	
Bio. v.1	LOPES, Sônia	Saraiva	2003	3	
Bio. v.2	LOPES, Sônia	Saraiva	2003	3	
Bio. v.3	LOPES, Sônia	Saraiva	2003	3	
Biologia atual. v.1	PAULINO, W. R	Ática	2003	3	
Biologia atual. v.2	PAULINO, W. R	Ática	2003	3	
Biologia hoje. v.1	LINHARES, Sérgio; GEWANDSZNADJER, Fernando	Ática	2002	3	
Biologia hoje. v.2	LINHARES, Sérgio; GEWANDSZNADJER, Fernando	Ática	2002	3	
Biologia hoje. v.3	LINHARES, Sérgio; GEWANDSZNADJER, Fernando	Ática	2002	3	
Biologia. v.1	CESAR & SEZAR	Saraiva	2002	3	
Biologia. v.2	CESAR & SEZAR	Saraiva	2002	3	
Biologia. v.3	CESAR & SEZAR	Saraiva	2002	3	
Cargos em hotelaria	DAVIES, Carlos Alberto	EDUCS	1997	8	Sim
Casa grande e senzala	FREYRE, Gilberto	Global	2006	10	Não
Cerimonial para executivos: guia para execução e supervisão de eventos empresariais	MARTINEZ, Marina	Editora Sagra Luzzatto	2001	1	Não
Cerimonial para relações públicas. v.1	SPEERS, Nelson	N. Speers	1984	3	
Cerimonial para relações públicas. v.2	SPEERS, Nelson	N. Speers	1984	3	
Cerimonial universitário	VELLOSO, Ana	UNB	2002	3	
Ciência política	BONAVIDES, Paulo	Malheiros	2008	8	Não
Coesão e coerência textuais	FÁVERO, Leonor Lopes	Ática	1997	3	
Como criar identidades visuais para marcas de sucesso	STRUNCK, Gilberto Luiz Teixeira Leite	Books	2003	3	
Como ler, entender e redigir um texto	FAULTISCH, E. L. de J.	Vozes	2002	3	
Como Planejar e Executar uma Campanha de Propaganda	PÚBLIO, Marcelo Abílio	Atlas	2008	3	
Conjugar es fácil	GONZÁLES H., Alfredo	Ed. Edelsa	1997	3	

Construindo o saber: metodologia científica fundamentos e técnicas.	CARVALHO, Maria Cecília M.	Papirus	2006	8	Não
Construindo plano de negócios: todos os passos necessários para planejar e desenvolver negócios de sucesso	SALIM, Cesar Simões <i>et al</i>	<i>Campus</i>	2001	3	
Controladoria: teoria e prática	FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo César	Atlas	2008	8	Não

Fonte: Biblioteca IFCE *campus* Canindé, 2018.

TABELA 03

TÍTULO	AUTOR (ES)	EDITORA	ANO	QTD	BVU
Criatividade e processo de criação	OSTROWER, Fayga	Vozes	2010	10	Não
Criatividade em eventos	MELO NETO, Francisco Paul	Contextos	2000	3	
Cultura – um conceito antropológico	LARAIA, Roque	Zahar	1986	5	Não
Desvendando os segredos do texto	KOCH, T. G. V	Cortez	2002	1	
Diccionario de dificultades de la lengua español	SANTILLANA (Ed.).	Ed. Madri	1996	1	
Diccionario esencial de la lengua española	SANTILLANA (Ed.).	Salamanca	1993	1	
Dicionário Brasileiro espanhol- português, português – espanhol	-	Oficina de textos	1997	1	
Dicionário Espanhol / Português. Michaelis.		Melhoramentos	2002	1	
Direção de arte em propaganda	CESAR, Newton	Futura	2000	3	
Do texto ao texto	INFANTE, Ulisses	Scipione	1998	3	
Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor	CHIAVENATO, Idalberto		2008	3	
Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor	CHIAVENATO, Idalberto.	Manole	2012	8	Sim
Empreendendo novos negócios em corporações : estratégias, processo e melhores práticas	SEIFFERT, Peter	Atlas	2008	10	Não
Empreendedorismo: transformando ideias em negócios	DORNELAS, José Carlos Assis	Elsevier; <i>Campus</i>	2008	3	
Empreendedorismo: transformando idéias em negócios	DORNELAS, José Carlos Assis.	Elsevier	2012	13	Não

Encuentros. Espanhol para o ensino médio	MARTINS, Manoel dias; PACHECO, Maria Cristina G.	Ed. IBEP	2005	3	
Escola, leitura e produção de textos	KAUFMAN, Ana María; RODRÍGUEZ, María Elena	Artes Médicas	1995	3	
Espanhol Expansi3n	ROMANOS, Henrique; CARVALHO, Jacira Paes de	FTD	2004	3	
Espanhol para o ensino médio	M3nica de Pal3cios	Scipione	2005	3	
Estrat3gias para eventos: uma 3tica do marketing e do turismo	BRITTO, Janaina; FONTES, Nena	Aleph	2006	5	
Estrat3gias para eventos: uma 3tica do marketing e do turismo	BRITTO, Janaina; FONTES, Nena	Aleph	2011	5	N3o
Etiqueta, protocolo e cerimonial	LINS, Augusto Estellita	Ed. Linha Gr3fica	1991	3	
Eventos: Oportunidade de novos neg3cios	CAMPOS, Luiz Cl3udio; WYSE, Nely; ARAÚJO, Maria Luiza da Silva	SENAC NACIONAL	2000	3	
Fundamentos da Administra33o Financeira	WESTON, J. Fred; BRIGHAM, Eugene	Pearson Makron Books	2004	10	N3o
Fundamentos de Administra33o Financeira	ASSAF NETO, ALEXANDRE	Atlas	2010	2	N3o
Fundamentos de Matem3tica Elementar :Conjuntos - Fun33es	GELSON, lezzi et al	Moderna	2005	31	N3o
Fundamentos de Matem3tica Elementar: Matem3tica comercial, financeira e estatística	GELSON, lezzi et al	Moderna	2005	30	N3o
Fundamentos de metodologia científica	LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade	Atlas	2003	8	N3o
Fundamentos do Turismo	IGNARRA, Luiz	Pioneira Thomson Learning	2002	12	N3o
Fundamentos de Biologia. v. 1	SOARES, J. L.	Scipione	1999	3	
Fundamentos de Biologia. v. 2	SOARES, J. L.	Scipione	1999	3	
Fundamentos de Biologia. v. 3	SOARES, J. L.	Scipione	1999	3	
Gastronomia: uma breve hist3ria do tempo	FRANCO, Ariovaldo	Ed. Guanabara	1986	3	
Gêneros textuais e ensino	DIONÍSIO, 3ngela Paiva, MACHADO, Anna Rachel, BEZERRA, Maria Auxiliadora	Lucerna	2002	3	
Gest3o de Hotelaria e turismo	DIAS, Reinaldo, PIMENTA, Maria Alzira (Org)	Pearson Prentise Hall	2005	10	Sim

Fonte: Biblioteca IFCE *campus* Canindé, 2018.**TABELA 04**

TÍTULO	AUTOR (ES)	EDITORA	ANO	QTD	BVU
Gerenciando com as pessoas: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas	CHIAVENATO, Idalberto	Elsevier	2004	3	
Gestão de eventos em lazer e turismo	WATT, David C.; COSTA, Roberto Cataldo (Trad.)	Bookman	2004	3	
Gestão de pessoas	CHIAVENATO, Idalberto	Elsevier; Campus	2008	3	
Gestão de pessoas: O novo papel dos recursos humanos	CHIAVENATO, Idalberto	Campus	1999	0	Sim
Gesto inacabado processo de criação artística	SALLES, Cecília Almeida	Annablume	2007	3	
Gramática básica del Espanhol. Norma e uso	SARMIENTO, Ramón	Ed. SGEL	1999	3	
Gramática da Língua Portuguesa	Pasquale; Ulisses	Scipione	2009	3	
Gramática de la lengua española	ALARCOS LLORACH, E.	Ed. Espasa Calpe	1996	3	
Gramática escolar da língua inglesa: com exercícios e respostas	LONGMAN	Longman	2004	8	Não
Gramática esencial del español	SECO, Manuel	Ed. Espasa-Calpe	1974	3	
Gramática: Texto: análise e construção de sentido	ABAURRE, Maria Luiza M; Pontara Marcela	Moderna	2006	3	
Guia completo do design gráfico digital	GORDON, B & M.	Livros e Livros	2003	3	
Guia de Boas Práticas de Comunicação em Feiras e Eventos – Práticas e Procedimentos (Disponível em: abracom.org.br)	-	ABRACOM	2006	1	
História da alimentação no Brasil	CASCUDO, L. Câmara	Global	2004	3	
História da Dança no Ocidente	BOURCIER, Paul	Martins Fontes	2001	3	
Hospitalidade	CAMARGO, Luiz Octávio de Lima	Aleph	2004	0	Sim
Hospitalidade: cenários e oportunidades	DENCKER, Ada de Freitas Maneti, BUENO, Marielys Siqueira. (orgs.).	Thomson	2003	1	Não
Hotelaria: planejamento e Gestão	PETROCHI, Mário	Futura	2002	0	Sim
Hotelaria: planejamento e Gestão	PETROCHI, Mário	Pearson Education	2006	0	Sim

Inglês instrumental: leitura e compreensão de textos	LOPES, Carolina	IFCE	2012	11	Não
Iniciação à sociologia	TOMAZI, Nelson Dácio (org.)	Atual	2000	3	
Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship) : prática e princípios	DRUCKER, Peter	Cengage Learning	2010	5	Não
Inquietações e mudanças no ensino da arte	BARBOSA, Ana Mae	Cortez	2007	3	
Instruções técnicas para a confecção de trabalhos universitários, especialmente na área de Letras	HENRIQUES, Cláudio Cezar	UERJ	1996	3	
Interpretação	ORLANDI, Eni Puccinelli	Vozes	1996	3	
Introdução à Administração	MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru	Atlas	2003	3	
Introdução à Teoria Geral da Administração	CHIAVENATO, Idalberto	Elsevier	2004	3	
Introducción a la explicación lingüística de textos	GIRÓN, José Luis	Edinumen	1993	3	
Jogos Teatrais na Sala de Aula	SPOLIN, Viola	Perspectiva	2008	3	
Lecturas graduadas. Leer en español. v.1	SANTILLANA (Ed.).	Salamanca	1992	3	
Lecturas graduadas. Leer en español. v.2	SANTILLANA (Ed.).	Salamanca	1992	3	

Fonte: Biblioteca IFCE *campus* Canindé, 2018.

TABELA 05

TÍTULO	AUTOR (ES)	EDITORA	ANO	QTD	BVU
Lecturas graduadas. Leer en español. v.3	SANTILLANA (Ed.).	Salamanca	1992	3	
Leitura: ensino e pesquisa		Pontes	1989	3	
Libras conhecimento além dos sinais	CHOI, D. [et al].	Pearson Prentice Hall	2011	0	Sim
Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos	QUADROS, R. M de	Artmed	2004	16	Não
Literatura: toda a literatura portuguesa e brasileira	PEREIRA, Helena Bonito	FTD	2000	3	
Manual de Antropologia Cultural	BARRIO, Angel B. Espina	Massangana	2007	3	
Manual de controle higiênico-sanitário em alimentos	SILVA JUNIOR, Eneo Alves da	Varela	2001	3	
Manual de iniciação ao estudo do turismo	BARRETTO, Margarita	Papirus	2002	0	Sim
Manual de organização	ZANELLA, Luiz Carlos	Atlas	2006	3	

de eventos: planejamento e operacionalização					
Manual de organização de eventos: planejamento e operacionalização	ZANELLA, Luiz Carlos	Atlas	2008	8	Não
Manual de Plano de Negócios: fundamentos, processo e estruturação	BERNANDI, Luiz Antonio	Atlas	2011	3	Não
Manual del español correcto. v.1	GOMEZ TORREGO, L.	Ed. Arco/ Libro	1997	3	
Manual del español correcto. v.2	GOMEZ TORREGO, L.	Ed. Arco/ Libro	1997	3	
Marketing Básico: uma abordagem brasileira	COBRA, Marco	Atlas	2007	3	
Marketing da promoção e merchandising: conceitos e estratégias para ações bem- sucedidas	ZENONE, L.C.	Thomson Learning	2005	3	
Marketing de Eventos	MELO NETO, Francisco Paulo de	Sprint	2001	3	
Marketing de Eventos: como promover com sucesso eventos, festivais, convenções e exposições	HOYLE JR., Leonard H.	Atlas	2003	3	
Marketing turístico: um enfoque promocional	RUSCHMANN, Doris van de Meene	Papirus	1999	1	Não
Matemática: contexto e aplicações	DANTE, Luiz Roberto	Ática	2003	11	Não
Mercado turístico: áreas de atuação	BAHL, Miguel (Org.)	Roca	2003	10	Não
Metodologia do trabalho científico	SEVERINO, Antonio Joaquim	Cortez	2002	10	Não
Mídia de A a Z	VERONEZZI, José Carlos	Pearson Prentice Hall	2009	3	
Movimentos culturais de juventude	BRANDÃO, Antônio Carlos	Moderna	1990	3	
Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa	-	Ed. Positivo	1989	3	
Nova Luz Sobre a Antropologia	-	Zahar	2001	8	Não
O que é comunicação	BORDENAVE, Juan Díaz	Brasiliense	1997	3	
O que é patrimônio histórico	LEMONS. A.C.J.	Brasiliense	1981	3	Não
O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa	GEERTZ, Clifford	Vozes	2009	8	Não
Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades	SÁBER, Aziz Ab	Ateliê Editorial	2003	10	Não

Paisagísticas					
Os sentidos do texto	CAVALCANTE, M. M	Editora Contexto	2012	0	Sim
Obtendo resultados com relações públicas	KUNSCH, Margarida M. K.	Thomson Learning	2003	3	
Oficina de leitura	KLEIMAN, Angela	Pontes	2001	3	
Organização de eventos	CESCA, Cleuza Gertrude Gimenes	Ed. Summus	2006	3	
Organização de eventos com arte e profissionalismo	ZITTA, Carmem	SEBRAE/CE	2003	3	
Organização de eventos: procedimentos e técnicas	MATIAS, Marlene	Manole	2008	3	
Organização de Eventos: Teoria e Prática	GIACAGLIA, Maria Cecília	Pioneira Thomson Learning	1996	3	
Planejamento de relações públicas na comunicação integrada	KUNSCH, Margarida M. Krohling	Summus	2008	3	
Planejamento do espaço turístico	BOULLÓN, Roberto C	EDUSC	2002	10	Não
Planejamento estratégico de eventos	PAIVA, Hélio Afonso Braga; NEVES, Marcos Fava	Atlas	2008	3	
Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão.	-	Ministério do turismo	2007	2	Não

Fonte: Biblioteca IFCE campus Canindé, 2018.

TABELA 06

TÍTULO	AUTOR (ES)	EDITORA	ANO	QTD	BVU
Política para meu filho	SAVATER, Fernando	Martins Fontes	2008	3	
Português Contexto, interlocução e sentido. v.1	ABAUURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete M.	Moderna	1997	3	
Português Contexto, interlocução e sentido. v.2	ABAUURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete M.	Moderna	2008	3	
Português Contexto, interlocução e sentido. v.3	ABAUURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete M.	Moderna	2009	3	
Povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil.	RIBEIRO, Darcy	Cia das Letras	1995	15	Não
Princípios de Administração Financeira	GITMAN, Lawrence J	Pearson Prentice Hall	2010	8	Sim
Princípios de Administração Financeira	ROSS, Stephen A	Atlas	2010	10	Não
Princípios de marketing	KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary	Prentice-Hall	2007	12	Sim
Principios de fonología y fonéticas españolas	QUILIS, Antonio	Ed. Arcos-Calpe	1997	3	
Princípios de marketing	KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary	Pearson Education do Brasil	2008	3	

Propaganda de A a Z	SAMPAIO, R	Elsevier	2003	8	Não
Propaganda: teoria – técnica – prática. 8.ed.	SANT'ANNA, Armando; ROCHA JUNIOR, GARCIA, Luiz Fernando Dabul	Cengage Learning	2009	3	
Psicodinâmica das cores em comunicação	FARINA, Modesto	Edgar Blucher	1982	3	
Qualidade do atendimento nas agências de viagens: uma questão de gestão estratégica	DANTAS, José Carlos de Souza	Roca	2008	10	Não
Que é lazer	CAMARGO, Luiz O. Lima	Brasiliense	1992	10	Não
Sintaxe da linguagem visual	DONDIS, D. A.	Martins Fontes	1997	3	
Sistemas de Informação Gerenciais	LAUDON, Kenneth C; LAUDON, Jane Price	Pearson	2015	20	Sim
Sistemas de Transportes Turísticos	TORRE, Francisco de La	Roca	2002	10	Não
Sistemas Integrados de Gestão ERP	CAIÇARA, Cícero Junior	CAIÇARA, Cícero Junior	2015	0	Sim
Sociologia	GIDDENS, Anthony	ARTMED	2005	3	
Sociologia do Turismo	DIAS, Reinaldo	Atlas	2008	5	Não
Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens	KRIPPENDORF, Jost	Aleph	2001	5	Não
Sociologia do turismo: por uma nova compreensão do lazer e das viagens	KRIPPENDORF. Jost	Aleph	2009	5	Não
Sociologia empírica do lazer	DUMAZEDIER, Joffre	Perspectiva	1999	8	Não
Técnicas de análise textual	REIS, Carlos	Almedina	1992	3	
Temas da cultura de massa: música, futebol, consumo	CALDAS, Waldenyr	Arte & Ciência	2001	3	
Teoria Social Hoje	GIDDENS, Anthony	UNESP	1999	3	
Texto e leitor	-	Pontes	1989	3	
Transportes	PAOLILLO, André Milton; REJOWSKI, Mirian	Aleph	2006	16	Não
Transporte e Turismo	PAGE, Stephen	Bookman	2001	5	Não
Transportes no Turismo	RONÁ, Ronaldo Di	Manole	2002	10	Não
Transportes Turísticos	PALHARES, Guilherme Lohmann	Aleph	2001	28	Não
Transportes Turísticos	PALHARES, Guilherme Lohmann	Aleph	2006	28	Não
Transportes: coleção ABC do turismo	PAOLILLO, André Milton; REJOWSKI, Mirian	Aleph	2003	16	Não
Treinamento em qualidade - fator de sucesso para o desenvolvimento da hotelaria e turismo	FLORES, Paulo Silas Ozores.	Roca	2008	10	Não

Turismo e Qualidade: tendências contemporâneas	TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi	Papirus	1993	1	Não
Turismo: fundamentos e dimensões	ANDRADE, Jose Vicente	Ática	1998	2	Não
Turismo: fundamentos e dimensões	ANDRADE, Jose Vicente	Ática	2002	2	Não
Turismo: planejamento e gestão	PETROCCHI, Mario	Futura	2000	20	Sim
Turismo sustentável e meio ambiente	DIAS, Reinaldo	Atlas	2003	8	Não
Turismo: teoria e prática	LAGE, Beatriz. H. G. Milone, Paulo.C	Atlas	2000	11	Não
Total	343				

Fonte: Biblioteca IFCE *campus* Canindé, 2018.

ANEXO - B

PROGRAMA DAS DISCIPLINAS

**1º SEMESTRE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO**

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DO TURISMO	
Código: -	
Carga Horária Total: 80 horas	CH Teórica: 80H CH Prática: -
CH - Prática como Componente Curricular do ensino: 80H	
Número de Créditos	04 créditos
Pré-requisitos	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre	01 Semestre
Nível	Superior
EMENTA	
Inicialmente reconhecer e compreender o turismo enquanto fenômeno social complexo apresenta diversas interpretações e focos de análise que devem ser observados pelos estudiosos da área. Dessa forma, apresentar ao aluno a Evolução Histórica do Turismo, fazendo contextualizações contemporâneas nos aspectos (sociais, econômicos, tecnológicos, políticos, ambientais e culturais). No mais, partindo-se de um estudo que contemple os principais modelos de pensamento turístico, a disciplina Fundamentos do Turismo expõe informações sobre: segmentação turística, mercado turístico, teorias; conceituações e modalidades no turismo; tipos e formas de turismo; estímulos e motivações turísticas; Terminologia turística; Oferta turística; Demanda turística; Produto turístico todos os aspectos gerais e fundamentais. Abordam os principais temas, antecedentes históricos e estruturantes do turismo. Tal disciplina é base de raciocínio para os alunos ingressarem nos estudos aprofundados do turismo.	
OBJETIVO	
• Compreender os antecedentes históricos do turismo, as teorias e as conceituações sobre o fenômeno turístico que se alternaram com o decorrer dos tempos; • Identificar os tipos e subtipos de turismo frente aos estímulos e motivações percebidas nos usuários dos serviços turísticos, bem como o reconhecimento das terminologias turísticas; • Reconhecer o espaço turístico como meio de assegurar o desenvolvimento local por meio da economia social, bem como os impactos inerentes a cadeia produtiva do turismo; • Construir coletivamente bases para uma reflexão sobre a prática do turismo; definições e tipologias de Turismo e segmentação turística, bem como a oferta e demanda turística. • Proporcionar o conhecimento sobre as diversas modalidades de turismo, bem como a classificação (tipos) dos turistas.	
PROGRAMA	

UNIDADE 1 - História do Turismo

1. História do Turismo: primórdios à atualidade (Desenvolvimento da Atividade Turística Através dos Tempos);

UNIDADE 2 - Fundamentos Históricos e Teóricos do Turismo

- 2.1. Origem e significado da palavra turismo e turista;
 - 2.1.1 Definições da viagem, turismo e seus agentes;
 - 2.1.2 Evolução do Conceito de Turismo;
- 2.2. Fundamentos Históricos das Viagens e do Turismo;
- 2.3. Iniciação aos Estudos Turísticos;
 - 2.3.1 Conceituações e modalidades no turismo;
 - 2.3.2. Modelos de Pensamento Turístico: Sistêmico. Fenomenológico e Materialismo Histórico-Dialético;
- 2.4. A epistemologia do turismo
 - 2.4.1. Conceitos de Visitante, Turista e Excursionista;
 - 2. 4.2. Fundamentos Básicos e a Terminologia turística;

UNIDADE 3 - Mercado Turístico

- 3.1. Conceitos de mercado;
 - 3.1.1 Economia turística nacional e regional
 - 3.1.2. Oferta turística e demanda turística (equilíbrio de mercado)
 - 3.1.3. Elasticidades. Estrutura de mercados
 - 3.1.4. Recursos e atrativos turísticos
 - 3.1.5. Produtos turísticos e Sazonalidade Turística;
- 3.2. Equipamentos e organizações turísticas;
- 3.3. Marketing de destino;
- 3.4. Segmentações turísticas;
- 3.5. Cadeia Produtiva do Turismo.

UNIDADE 4 - Espaços e Impactos Turísticos

- 4.1. Características das destinações;
- 4.2. Impactos socioculturais, econômicos e ambientais do turismo;
- 4.3. Relações entre turistas e residentes;
- 4.4. Problemas sociais contemporâneos e suas relações com o turismo

UNIDADE 5 - Tendências para o Turismo

- 5.1 Estruturas Institucional e Operacional do Turismo Brasil e Mundo;
- 5.2 Tendências de Mercado;
- 5.3 Pós-modernidade, globalização x mundialização;
- 5.4. A sociedade do espetáculo; indústria cultural e mercantilização do lazer
- 5.5. Turismo e Inclusão Social – por outro Turismo.
- 5.6. Identidade social e cultural;
- 5.7. Qualidade de vida e a Crítica a pós-modernidade.

UNIDADE 6 - Profissional de Turismo

- 6.1. Atividade Profissional do Turismo;
- 6.2. Qualidade e Turismo;
- 6.3. Ética e Turismo;

METODOLOGIA DE ENSINO

As aulas serão ministradas através dos seguintes procedimentos:

- Aulas expositivas;
- Estudos de caso;
- Debates e Exibição de filmes;
- Visitas Técnicas;

- Utilização de recursos áudio visuais de Datashow e Televisão

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Insumos de laboratórios;

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina de Fundamentos do Turismo ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claras os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2008.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2011.

MARCOS EDUARDO CARVALHO GONÇALVES KNUPP. **Fundamentos do turismo**. [S.l.]: InterSaberes. 196 p. ISBN 9788544303139. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544303139>>. Acesso em: 9 jan. 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 13. ed. São Paulo: Senac SP, 2008.

TURISMO: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

MONTANER MONTEJANO, Jordi. **Estrutura do mercado turístico**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2001

MERCADO turístico: áreas de atuação. São Paulo: Roca, 2003.

PINTO, Débora Regina Garcia. **Fenomenologia do Turismo**. Fortaleza: UAB/ IFCE, 2010.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DA HOTELARIA E HOSPITALIDADE	
Código -	
Carga Horária Total: 80 horas	CH Teórica: 80H CH Prática: -
CH - Prática como Componente Curricular do ensino:	-
Número de Créditos	04 créditos
Pré-requisitos	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre	01 Semestre
Nível	Superior
EMENTA	
HOTELARIA – Noções gerais da Tipologia dos meios de hospedagem. Sistemas de classificação dos meios de hospedagem; classificação hoteleira nacional. Legislação específica dos meios de hospedagem. A classificação oficial e classificação extraoficial, bem como a evolução dos meios de hospedagem no Brasil. Apanhado geral de toda a estrutura e funcionamento dos meios de hospedagem. Organograma e Estrutura Funcional de Empreendimentos Hoteleiros. Setores, Cargos e Funções Hoteleiras. Gestão e Técnicas Operacionais no Setor de Reservas, Recepção e Governança. Tendência, Perspectivas e Inovação do mercado hoteleiro. HOSPITALIDADE – Estudo introdutório da hospitalidade, envolvendo abordagem teórica de conceituações, definições, temáticas e problemáticas em torno do tema do turismo e da hospitalidade. Apresentando o conceito de hospitalidade: origem, natureza e desenvolvimento: as contribuições nas sociedades antigas e modernas. Os primórdios da hospitalidade no Brasil. Características da indústria da hospitalidade e da atividade profissional.	
OBJETIVO	
• Proporcionar o suporte necessário ao desenvolvimento e qualificação do aluno diante do reconhecimento da importância da hotelaria e da hospitalidade como tendências atuais no mercado turístico. • Colaborar para o desenvolvimento do aprendizado e levar o conhecimento sobre os diferentes segmentos de meios de hospedagem, classificações e operacionalidades. • Entender os princípios básicos da estruturação dos meios de hospedagem; • Identificar as diversas demandas e associá-las às expectativas do atendimento da prestação de serviços. • Ponderar sobre as siglas, códigos e termos que globalizam o serviço hoteleiro. • Conhecer o organograma geral do setor de recepção, governança. • Identificar o perfil profissional necessário ao mercado de trabalho para os serviços de hospitalidade.	
PROGRAMA	

UNIDADE 1 - História da Hotelaria

- 1.1. Histórico da Hotelaria no Mundo;
- 1.2. Histórico da Hotelaria no Brasil;

UNIDADE 2 – Hospitalidade e Turismo

- 2.1 Conceitos e definições de hospitalidade;
- 2.2. Abrangência da hospitalidade e a inter-relação com o turismo;
- 2.3. Hospitalidade doméstica e comercial;
- 2.4. Hospitalidade no contexto turístico;
- 2.5 Tendências e perspectivas da hospitalidade para o século XXI;

UNIDADE 3 – Administração e Estruturação de Meios de Hospedagem

- 3.1. Cadeias hoteleiras nacionais e internacionais;
- 3.2. Produtos e serviços disponíveis em meios de hospedagem;
- 3.3. Departamentos: Organograma e fluxograma dos hotéis
- 3.4. Problemas frequentes em meios de hospedagem;

UNIDADE 4 - Tipologia e Classificação Hoteleira

- 4.1. Conceituação e tipologia de meios de hospedagem;
- 4.2 Meios de hospedagem convencionais e não convencionais;
- 4.3. Classificação hoteleira nacional pela EMBRATUR;
- 4.3 Características e objetivos; cadeias hoteleiras, serviços e qualidade na hotelaria; organograma geral da empresa hoteleira;

UNIDADE 5 - Setores da Hotelaria

- 5.1. Áreas e Setores da Hotelaria (hierarquia e comunicação entre setores);
- 5.2. Principais cargos e atribuições;
- 5.3. O ciclo do hospede;
- 5.4. Estrutura e funcionamento de hotéis e meios de hospedagem: reservas, recepção, portaria social, telefonia, governança, manutenção e segurança;
- 5.5. Gestão e controle;
- 5.6. Marketing e vendas;
- 5.7. Recursos humanos;
- 5.8. Alimentos e bebidas;
- 5.9. Ambiente de trabalho;
- 5.10. Meios de hospedagem e tendências de mercado da hotelaria;
- 5.11. Sustentabilidade Ambiental e Estratégia Competitiva na Hotelaria (em consonância com RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL Art. 12. A partir do que dispõe a Lei nº 9.795, de 1999, e com base em práticas comprometidas com a construção de sociedades justas e sustentáveis, fundadas nos valores da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade, sustentabilidade e educação como direito de todos e todas, são princípios da Educação Ambiental).

METODOLOGIA DE ENSINO

As aulas serão ministradas através dos seguintes procedimentos:

- Aulas expositivas;
- Estudos de caso;
- Debates e Exibição de filmes;
- Visitas Técnicas;
- Utilização de recursos áudio visuais de Datashow e Televisão

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Insumos de laboratórios;

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claras os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTELLI, Geraldo. **Administração hoteleira**. 9ª ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2003
DUARTE, Vladoir Vieira. **Administração de sistemas hoteleiros**: conceitos básicos. 3ª ed. São Paulo: Senac SP, 2008.
FADI, Antoine Tarabousi. **Administração de hotelaria hospitalar**: serviços aos clientes, humanização do atendimento, departamentalização, gerenciamento, saúde e turismo, hospitalidade, tecnologia de informação, psicologia hospitalar. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CÂNDIDO, Índio. **Controles em hotelaria**: sistema mecanizado para hotel. 2ª ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1990.
DAVIES, Carlos Alberto. **Cargos em hotelaria**. 4ª ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010. 414 p., il. (Hotelaria).
GESTÃO de hotelaria e turismo. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
POWERS, Tom; BARROWS, Clayton W. **Administração no setor de hospitalidade**: turismo, hotelaria, restaurante. São Paulo: Atlas, 2004.
VALLEN, Gary K. **Check-in, check-out**: gestão e prestação de serviços em hotelaria. 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO.

DISCIPLINA: GEOGRAFIA DO BRASIL	
Código: -	
Carga Horária Total: 40 horas	CH Teórica: 32h CH Prática: 8h
CH - Prática como Componente Curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02 créditos
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	1º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Geografia e Turismo. Conceitos geográficos e Turismo. Espaço Geográfico Brasileiro. Cartografia e Turismo. Atividade Turística e Espaço Brasileiro. Paisagens Naturais e seus Potenciais Turísticos no Brasil. Reflexões sobre a Produção do Espaço Geográfico Brasileiro a partir do Turismo. Globalização e MERCOSUL para o Turismo Brasileiro.	
OBJETIVO	
• Compreender a posição geográfica do território brasileiro e seus limites e pontos extremos. • Identificar os aspectos físicos (relevo, clima, vegetação e hidrografia) do Brasil, com suas principais características para o turismo brasileiro. • Estudar a aplicabilidade da cartografia no turismo. • Analisar o espaço urbano brasileiro e sua relação o turismo brasileiro • Entender os fluxos nacionais do turismo no Brasil • Conhecer as regiões do Brasil • Discutir o potencial turístico do Brasil • Analisar a globalização e o MERCOSUL para o turismo no Brasil.	
PROGRAMA	
UNIDADE 1 - Geografia e Turismo 1.1. Dialogo entre Geografia e Turismo enquanto disciplina interdisciplinar 1.2. A importância dos principais conceitos geográficos aplicados ao turismo (Conceito de Espaço; Território; Região e Paisagem) 1.3. As Escalas Geográficas no Turismo UNIDADE 2 - Território Brasileiro 2.1. Formação histórica do território brasileiro 2.2. Localização do território brasileiro e sua diversidade cultural, econômica, social e natural 2.3. História Econômica do Brasil; apontamentos principais das atividades econômicas 2.4. O turismo como atividade de desenvolvimento territorial brasileiro	

UNIDADE 3- Cartografia e Turismo

- 3.1. Fusos horários do Brasil e sua relação com a atividade turística
- 3.2. Mapas e cartas aplicadas no turismo brasileiro
- 3.3 Informação turística e transformações cartográficas

UNIDADE 4 - Estrutura Geológica e geomorfológica brasileira

- 4.1. Estrutura geológica do Brasil,
- 4.2. Formação do relevo da Terra (agentes internos e externos), Classificação do relevo brasileiro;
- 4.3 Geologia e Geomorfologia brasileira: Potencial turístico brasileiro

UNIDADE 5 - Climatologia do Brasil aplicada

- 5.1 Conceitos básicos de climatologia,
- 5.2 Interferências das massas de ar para os climas do Brasil,
- 5.3 Principais características dos climas do Brasil e
- 5.4 As sazonalidades turísticas nas regiões do Brasil

UNIDADE 6- Fitogeografia e Biogeografia do Brasil

- 6.1 Localização e aspectos gerais,
- 6.2 Principais características das vegetações do Brasil
- 6.3 Biogeografia e Turismo
- 6.4 Turismo em áreas naturais
- 6.5 Unidades de conservação do Brasil
- 6.6 Turismo e impactos ambientais

UNIDADE 7 - Hidrografia Brasileira

- 7.1 Aspectos gerais da hidrografia brasileira,
- 7.2 Localização das principais bacias hidrográficas do Brasil;
- 7.3 Os rios e o potencial turístico no Brasil

UNIDADE 8 - Urbanização Brasileira:

- 8.1 Principais metrópoles do Brasil,
- 8.2 Regiões metropolitanas, o processo de conurbação, formação de megalópoles, classificação das cidades (sítio urbano, situação urbana, função urbana, origem urbana),
- 8.3 Turismo nas cidades brasileiras

UNIDADE 9 - Regionalização brasileira,

- 9.1 Divisão regional do IBGE.
- 9.2 Regiões brasileiras: aspectos físiográficos, socioeconômicos e culturais.
- 9.3 Potencial turístico das regiões brasileiras: semelhanças e diferenças de desenvolvimento regional.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas;
- Utilização de multimídia;
- Interpretação de textos;
- Debate em grupo;
- Aulas de campo.

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Insumos de laboratórios;

AVALIAÇÃO

Trabalhos Individuais, Provas Escritas (Avaliação Diagnóstica Individual), Seminários, Auto Avaliação, Produção Textual e Expressão Oral, Participação em Fóruns e Mediações Acadêmicas, Projeto de Campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AB' SABER, Aziz. **Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas**, Ateliê Editorial 2ª edição. 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROSS, Jurandyr L. Sanches. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp. 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; SILVA, José Borzachiello da; CAVALCANTE, Tercia Correia. CEARÁ: **um novo olhar geográfico**. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto. 2011.

SPOSITO, Maria Encarnação. **Capitalismo e Urbanização**. Ed. Contexto. 2010..

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

TELES, Reinaldo. **Fundamentos Geográficos do Turismo**. São Paulo: Ed. Elsevier. 2009.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO.

DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Prática como Componente Curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02 créditos
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	1º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Ensino de Língua Portuguesa, especialmente da modalidade escrita, voltado para a instrumentação do educando nas aptidões que envolvem a elaboração de relatórios e textos dissertativo-argumentativos e técnico-científicos.	
OBJETIVOS	
• Aprimorar habilidades linguísticas e gramaticais para o desenvolvimento da competência textual-discursiva, visando à leitura, compreensão e produção de textos. • Comunicar-se com eficiência de acordo com os contextos de produção e recepção dos textos orais e escritos, especialmente focado no contexto acadêmico-científico. • Desenvolver hábitos de leitura, pesquisa e produção de textos, bem como consulta produtiva a gramáticas, dicionários e diversas outras referências para o permanente processo de construção e amadurecimento como sujeito utente da língua(gem) de modo crítico, autoral e reflexivo.	
PROGRAMA	
UNIDADE 1- Fundamentos de comunicação e linguagem: 1.1 Língua, linguagem e comunicação. 1.2 Variações linguísticas e preconceito linguístico. 1.3 Texto, discurso e autoria. 1.4 Sequências e gêneros textuais.	
UNIDADE 2- O texto no dia a dia: 2.1 Estratégias de leitura. 2.2 Estratégias de escrita. 2.3 Fatores de textualidade: coesão e coerência. 2.4 Técnicas de revisão textual: a aprendizagem gramatical e lexical.	
UNIDADE 3- O texto na academia:	

- 3.1 Gêneros textuais acadêmico-científicos: orais e escritos.
- 3.2 Leitura para fins de estudo e pesquisa.
- 3.3 O discurso e o planejamento de textos acadêmicos.
- 3.4 A produção textual acadêmica: oral e escrita.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivo-dialogadas a partir dos temas previamente agendados* para que todos os alunos possam participar ativamente das reflexões e interagir, na busca conjunta do conhecimento. As aulas práticas envolvem oficinas de leitura e produção de textos, contemplando os aspectos linguísticos e gramaticais no exercício de leitura e de produção textual autoral, aplicando os conhecimentos aprendidos na área de Letras direta e progressivamente nos atos sócio comunicativos dos estudantes.

*O cronograma é socializado no primeiro dia de aula, juntamente com a apresentação deste programa de unidade disciplinar (PUD).

RECURSOS

Tais aulas serão mediadas com o uso de recursos diversos, tais como anotações (esquemas, resumos, tópicos etc.) na lousa; textos e materiais impressos em geral; slides, filmes, vídeos e músicas em mídias diversas, tais como TV, rádio, computador e projetor digital; participação em visitas técnicas e eventos relacionados à disciplina, além das apresentações de seminários avaliativos.

AValiação

A avaliação dessa disciplina será realizada como orienta o Regulamento da Organização Didática (ROD) no que diz respeito à composição das notas nos semestres, às fórmulas de cálculo de médias, às possibilidades de cálculo de notas de cada etapa, à quantidade (04) e aos tipos de avaliações*, aos critérios de aprovação e reprovação, à composição da prova final etc. No que diz respeito à avaliação do conteúdo prático, serão privilegiados critérios de análise das estratégias textual-discursivas usadas pelos discentes na produção de textos diversos, orais e escritos, além do uso de estratégias linguísticas para uma leitura interpretativa coerente e contextualizada quando da realização das oficinas laboratoriais de vivências com a Língua Portuguesa.

*Preferencialmente, serão realizadas aqui, dado o escopo teórico-prático, os seguintes tipos: i - prova escrita, ii - trabalhos escritos, iii - exercícios orais, escritos e práticos e iv - seminário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- FAULSTICH, E. L. J. **Como ler, entender e redigir um texto**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- FARACO, C. A. **Oficina de texto**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- INFANTE, U. **Do texto ao texto: curso prático de leitura e redação**. 6. ed. São Paulo: Scipione, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- FERREIRA, L. A. **Leitura e Persuasão: princípios de análise de retórica**. São Paulo: Contexto, 2010. Disponível em: <http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788572444781>
- GUIMARÃES, T. C. **Comunicação e linguagem**. São Paulo: Pearson, 2011. Disponível em: <http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788564574472>
- PUPPI, A. **Comunicação e Semiótica**. Curitiba: InterSaberes, 2012. Disponível em:

<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582121306>

VANOYE, F. **Usos da linguagem**: problemas e técnicas na produção oral e escrita. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: GESTÃO ORGANIZACIONAL	
Código:	
Carga Horária Total: 80H	CH Teórica: 80H CH Prática: -
CH - Prática como Componente Curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	04
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	1º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Uma sociedade de organizações. O conceito de administração e o papel do administrador. Processo Decisório, Evolução histórica da Administração. Funções da administração: Planejamento, Organização, Direção e Controle. As áreas funcionais. A Administração na sociedade moderna.	
OBJETIVO	
Proporcionar noções sobre a empresa, sua amplitude e complexidade de forma que o corpo discente possa inicialmente entender, diagnosticar, criar e propor medidas corretivas através do emprego de mecanismos, técnicas e ferramentas de organização visando à otimização quanto ao uso dos recursos em busca de melhores resultados.	
PROGRAMA	
UNIDADE I – Organizações e Administração As Organizações Administração – Conceitos e Fundamentos O Papel do Administrador Processo Decisório UNIDADE II – Evolução Histórica da Administração As primeiras Organizações – Egito, Babilônia e Assíria Grécia, Roma. Renascimento, Revolução Industrial Administração Moderna UNIDADE III – Desempenho das Organizações Gestão da Qualidade Eficiência e Eficácia Responsabilidade Social e Ambiental UNIDADE IV – Funções da Administração Planejamento Organização	

Direção
Controle

UNIDADE V - As Áreas Funcionais

Recursos Humanos
Marketing
Operações/Produção
Finanças

UNIDADE VI - A Administração na Sociedade Moderna

Principais teorias sobre a Motivação Humana
Comunicação, Orientação, Liderança

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas/dialogadas, Estudo de Casos, Fóruns de textos, Vídeos, Músicas, Visitas Técnicas, Estudo dirigido, Seminário, Oficinas, Pesquisas e Minimercado - ensino com pesquisa e discussões em grupo tendo como foco o desenvolvimento das competências exigidas para a formação do egresso.

RECURSOS

- Material didático-pedagógico; (livros, vídeos, textos)
- Recursos Audiovisuais; (Data-show e Notebook, Slides, Caixas de som, microfone).
- Insumos de laboratórios e inserção empírica;

AValiação

A avaliação será contínua considerando critérios de participação ativa dos discentes no decorrer das aulas, nas propostas das atividades individuais e coletivas, nas discussões em sala, no planejamento e realização dos trabalhos da disciplina. Contando com atividades em grupos e 2 avaliações individuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2004.
MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Introdução à administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
ROBBINS, Stephen P.; DECENZO, Davi. **Fundamentos de administração: conceitos essenciais e aplicações**. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MINTZBERG, H. **Criando Organizações eficazes**. Editora Atlas, São Paulo – 2003.
BRETAS, Maria J. Iara de, & FONSECA, João G. Marques. **Aspectos Conceituais da Decisão**. Faces da Decisão. Editora Makron Books, São Paulo, 2007.
LAURINDO, Fernandes Jospe Barbin – **Tecnologia da Informação – Eficácia nas Organizações**. Editora Futura.
ROSINI, Alessandro Marco; PALMISANO, Ângelo. **Administração de sistemas de informação e a gestão do conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
BATEMAN, Thomas S.. **Administração: novo cenário competitivo**. 2. ed. São Paulo (SP):

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

**INSTITUTO FEDERAL**

Ceará

Campus Canindé

DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO.

DISCIPLINA: MATEMÁTICA BÁSICA

Código:	
Carga Horária Total: 40 horas	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Prática como Componente Curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	1º Semestre
Nível:	Superior

EMENTA

Conjuntos e Conjuntos numéricos. Função do 1º e 2º grau; Função exponencial; Função logarítmica; Noções de Matemática Financeira..

OBJETIVO

Realizar operações com conjuntos;

- Resolver problemas envolvendo conjuntos;
- Caracterizar diferentes tipos de conjuntos numéricos;
- Construir gráficos e tabelas através de modelos matemáticos;
- Interpretar e solucionar as situações problemas modeladas através de funções;
- Conceituar algébrica e graficamente as funções polinomiais, exponenciais e logarítmicas
- Resolver problemas envolvendo porcentagem, juros simples e juros compostos.

PROGRAMA

Unidade I - Conjuntos e conjuntos numéricos

1. Propriedades de conjuntos;
2. Classificação de conjuntos;
3. Operações com conjuntos;
4. Conjuntos numéricos;
5. Intervalos.

Unidade II – Função do primeiro e segundo grau

1. Introdução à função do 1º grau;
2. Representação gráfica da função do 1º grau;
3. Aplicações da função do 1º grau;
4. Equação e inequação do 1º grau;
5. Introdução à função do 2º grau;
6. Representação gráfica da função do 2º grau;
- 5- Aplicação da função do 2º grau;
- 6- Equação e inequação do 2º grau.

Unidade III – Função exponencial

1. Propriedades de potenciação e radiciação;
2. Função exponencial;
3. Equação exponencial;
4. Inequação exponencial.

Unidade – IV – Função logarítmica

1. Logaritmo - conceituação;
2. Propriedades dos logaritmos;
3. Função logarítmica;
4. Equação logarítmica;
5. Inequação logarítmica.

Unidade V – Matemática Financeira

1. Porcentagem;
2. Juros simples;
3. Juros Compostos.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas sobre os temas;
- Produção de notas de aulas com exercícios aplicativos;
- Atividades práticas fora de sala.

RECURSOS

Listar os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Insumos de laboratórios;

AValiação

A avaliação será realizada de forma contínua com base:

- Prova escrita.
- Apresentação de seminário.
- Pesquisa e desenvolvimento de artigos.
- Resolução de exercícios práticos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GELSON, Iezzi et al. **Fundamentos de Matemática Elementar** :Matemática comercial, financeira e estatística. v. 11. São Paulo: Moderna, 2005.

GELSON, Iezzi et al. **Fundamentos de Matemática Elementar** :Conjuntos - Funções. v. 01 . São Paulo: Moderna, 2005.

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática**: contexto e aplicações. Ensino Médio. São Paulo: Ática, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GELSON, Tezzi et al. **APOIO – Matemática**: Ciência e aplicações : Ensino Médio. São Paulo. Atud, 2004.

CRESPO, Atonio Arnot. **Matemática financeira fácil**.14. São Paulo:Saraiva, 2009.

LIMA, Elon Lages et al. **A Matemática do Ensino Médio**. Coleção do Professor de Matemática/Sociedade Brasileira de Matemática. Rio de Janeiro: SBM, 1999.

ASSAF NETO, Alexandre. **Matemática financeira e suas aplicações**. 11. ed. São Paulo: Atlas,

2009.

PUCCINI, de Lima. **Matemática financeira**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Código:	
Carga Horária Total: 40 H	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Prática como Componente Curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	1º Semestre
Nível:	Superior

EMENTA

Compreender o Brasil, buscando nas raízes da sociedade brasileira, gestada sob a égide do Estado Português, que viu nascer um povo novo, da união de três culturas diferentes: a nativa, a africana e a europeia. Desse choque cultural, foi gerado um enorme país, com inúmeras diferenças e peculiaridades étnico-culturais que deve ser analisado e compreendido sob a perspectiva do reconhecimento e valorização do respeito mútuo das diferenças e das diversidades.

OBJETIVOS

- Geral: Revisitar a história da sociedade brasileira, produzindo novas interpretações sobre a mesma;
- Específicos: Compreender o sentido da formação do Brasil, da ocupação do espaço e das interações étnicas; Perceber mudanças e permanências nos diferentes momentos históricos da sociedade; Dialogar com o tempo presente, identificando na sociedade atual, as marcas da nossa história.

PROGRAMA

UNIDADE 1- Introdução: questões de identidade nacional;
UNIDADE 2- Aspectos socioculturais: as relações inter-raciais entre o colonizador português, o nativo indígena e o negro africano (escravizado);
UNIDADE 3- O Brasil Monárquico: Avanços e recuos, experiência política, o sentido da brasilidade;
UNIDADE 4- A República Brasileira na construção de um ideal nacional;
UNIDADE 5- A sociedade brasileira contemporânea.

METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia da disciplina basear-se-á num processo de ação-reflexão-ação individual e coletiva, tomando como foco a relação entre ensino e produção do conhecimento, utilizando o diálogo e debates realizados para a compreensão da sociedade brasileira em sua pluralidade.

RECURSOS

- Aulas expositivas e dialogadas;
- Estudo dirigido em sala de aula;
- Trabalhos de pesquisa extraclasse;
- Recursos audiovisuais; vídeos, documentários, filmes, músicas

AValiação

A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claras os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. 51ª ed. São Paulo: Global, 2011;
 HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2011;
 RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. 3ª ed. São Paulo: Cia das Letras. 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial 1580-1800**. Belo Horizonte: Itatiaia. 1988;
 _____. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Fortaleza, UFC: Casa José de Alencar, 1999;
 FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo. Globo. 2012;
 ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006;
 PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

**2º SEMESTRE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO**

DISCIPLINA: PATRIMÔNIO CULTURAL, DIVERSIDADE E TURISMO	
Código:	
Carga Horária Total: 40 H	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Prática como Componente Curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	2º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Analisar os aspectos históricos e as diversas manifestações culturais presentes na sociedade brasileira, em especial, na região Nordeste e no Ceará. Estudar o patrimônio cultural, memória e identidade, ligados ao turismo, suas políticas de preservação, proteção e de conservação de bens culturais, sua espetacularização e transformação do patrimônio cultural pela hospitalidade, sob as bases da história e diversidade cultural da sociedade brasileira.	
OBJETIVOS	
• Proporcionar o conhecimento e reconhecimento das manifestações culturais significativas dos diversos grupos sociais brasileiros; • Entender os significados dos termos cultura e patrimônio cultural e natural (material e imaterial); • Compreender os bens culturais como construções sociais e históricas, bem como a diversidade cultural presente nas sociedades humanas; • Abordar a relação entre bens culturais, memória e identidade no turismo e reconhecer as diferentes configurações resultantes da diversidade cultural da sociedade brasileira.	
PROGRAMA	
Unidade 1- Elementos teórico-conceituais • Elementos teórico-conceituais sobre patrimônio, cultura, memória e identidade; • O Brasil: do patrimônio histórico ao patrimônio imaterial; • O Ceará sob sua diversidade patrimonial; • Articulações entre teoria e prática: a percepção sobre o local e seus registros no patrimônio histórico-cultural; • Políticas de preservação, tombamentos e registros de bens culturais materiais e imateriais significativos para a memória da sociedade brasileira e fruto de suas relações Inter étnicas;	
Unidade 2- Patrimônio	

- Patrimônio cultural, turismo e manifestações de cultura popular;
- Turismo cultural, museus e educação patrimonial;
- Bens culturais e atividades turísticas;
- Festas, artesanato, turismo e reconhecimento de bens culturais locais.

METODOLOGIA DE ENSINO

Será desenvolvida por meio de atividades individuais ou em grupos, abordagens teóricas a partir das leituras realizadas e outras atividades de estudo pertinentes à compreensão dos temas, sob um processo de ação-reflexão-ação, tomando como foco a relação entre ensino e produção do conhecimento, utilizando o diálogo e debates realizados para a compreensão do patrimônio cultural (material e imaterial), relacionados ao turismo, em sua pluralidade e diversidade sociocultural.

RECURSOS

- Aulas expositivas e dialogadas;
- Estudo dirigido em sala de aula;
- Trabalhos de pesquisa extraclasse;
- Recursos audiovisuais; vídeos, documentários, filmes, músicas.

AValiação

A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claro os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, Flávia Roberta. Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação. São Paulo: SENAC, 2009;
 FUNARI, Pedro Paulo Abreu & PELEGRINI, Sandra de Cássio Araújo. Patrimônio Histórico e Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006;
 LEMOS, Carlos A.C. O que é Patrimônio Histórico. São Paulo: Brasiliense, 2010;

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMARGO, Haroldo Leitão. Patrimônio Histórico e Cultural. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2002;
 FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Org.). Turismo e patrimônio cultural. São Paulo: Contexto, 2001;
 LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Unicamp, 2013;
 ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1998;
 SENAC NACIONAL. Turismo no Brasil: um guia para o guia. Rio de Janeiro: SENAC DN, 2003;

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

**INSTITUTO FEDERAL**

Ceará

Campus Canindé

DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO.

DISCIPLINA: ALIMENTOS E BEBIDAS

Código:	
Carga Horária Total: 80 HORAS	CH Teórica: 60H CH Prática: 20H
CH - Prática como Componente Curricular do ensino:	-
Número de Créditos	04
Pré-requisitos	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre	2º Semestre
Nível:	Superior

EMENTA

Histórico da alimentação (Pré-história, Idade Antiga, Idade Média, Moderna e Contemporânea). Gastronomia Brasileira (Descobrimento à libertação portuguesa). Gastronomia na atualidade (as principais cozinhas mundiais). Empreendimentos de alimentação ligados ao turismo. Tipologias de serviços em alimentos e bebidas. Planejamento de áreas físicas para produção e consumo de alimentos e bebidas. Fatores intrínsecos ao setor de alimentos e bebidas. Gerenciamento e operacionalização na área de Alimentos e Bebidas. Prestação de serviços em A & B. Elementos básicos na elaboração de Menus com análise técnica para adequação ao público-alvo e voltados aos serviços de banquetes e eventos. Dimensionamento de equipamentos e utensílios. Fluxograma de processos de produção e atendimento. Confeções de diferentes cardápios. Custos em serviços de alimentação. Normas higiênicas e sanitárias para serviços de alimentação.

OBJETIVO

- Compreender o histórico e a tipologia da alimentação; Perceber a importância e a relação de A&B; Perceber o dimensionamento de equipamentos, materiais e normas higiênicas em A&B.
- Perceber o surgimento e a evolução de restaurantes, bares e similares descrevendo os tipos e subtipos existentes;
- Apresentar ao aluno a área de atuação, conceituando-a e identificando modelos e possibilidades de identificar, dentro de distintas organizações turísticas os serviços especializados no setor de alimentos e bebidas;
- Delinear a gestão de controle e da qualidade de alimentos e bebidas, como base teórica para o entendimento do serviço contemporâneo de alimentos e bebidas no empreendimento turístico;

PROGRAMA

UNIDADE 1 - A história da alimentação e dos restaurantes;

- 1.1. Alimentos & Bebidas – histórico e conceito;
- 1.2. Evolução de restaurantes, bares e similares;
- 1.3. Tipos de empresas de alimentos
- 1.4. Gastronomia como componente do Turismo

UNIDADE 2 – Restaurantes;

- 2.1. Serviço especializado de alimentos e bebidas (A&B);
- 2.2. Estrutura organizacional, organograma de A&B e seleção de pessoas em A&B;
- 2.4. Perfis profissionais e relações de trabalho;
- 2.5. Escalas de serviço e avaliação de funcionários;
- 2.6. Áreas de um restaurante

UNIDADE 3- Serviços de alimentos e bebidas;

- 3.1. Classificação dos restaurantes;
- 3.2 Funções e cargos na equipe de atendimento e na equipe de cozinha
- 3.3. Tipos de Serviços;
- 3.4. Rotina e operação: check-list, mise-en-place de salão e cozinha.
- 3.5. Organização de banquetes: estilo e montagem de mesas.
- 3.6 Serviços operacionais (métodos de cocção, equipamentos etc)

UNIDADE 4- Aspectos e aplicações práticas da segurança alimentar;

- 4.1. Organização de cozinha
- 4.2. Perigos em alimentos: tipos de perigos e riscos, a contaminação cruzada, doenças transmitidas por alimentos
- 4.3. As boas práticas de manipulação: noções de higiene e manipulação de alimentos.
- 4.4. Higiene de equipamentos, móveis, utensílios e ambiente.
- 4.5. Higiene do manipulador
- 4.6. Legislação de alimento- RDC 216

UNIDADE 5 - Estudo de cardápios:

- 5.1. Elaboração, avaliação e apresentação de variadas cartas;
- 5.2. Ficha técnica;
- 5.3. O produto e o processo em um estabelecimento de alimentos e bebidas (A&B);

UNIDADE 6 - Setores e serviços na hotelaria

- 6.1. Cozinha – estrutura, pessoal, maquinário, documentos, compras e estoques;
- 6.2. Salão – equipe;
- 6.3. Equipamentos, móveis e utensílios;
- 6.4. *Room Service* – definição, funcionamento, planejamento, equipe, turnos de trabalho;
- 6.5. Café da Manhã – locais de serviço, produtos a escolher, oferecidos e terceirizados, operacionalidade, materiais e equipe;
- 6.6. Bar - funcionamento 24h, planejamento de cardápio, *Lay Out*, custos, produtos ofertados, taxas, operacionalidade e equipe;

METODOLOGIA DE ENSINO

Estabelecendo um clima adequado entre professor e alunos, mediante uma identificação prévia, obter-se-á atenção, dos aprendizes, para o conteúdo proposto, a ser apresentado, com ideias generalistas. O conteúdo essencial (noções e pré-requisitos para a compreensão das ideias essenciais da aula) será exposto partindo de ideias gerais e simples para as particulares e complexas. Buscar-se-á estabelecer encadeamentos com ideias básicas que ancoram ideias subsidiárias, mediante questionamentos e exemplificações. A formalização do teor da aula será construída com a reapresentação de frases ou expressões relevantes referentes ao ponto trabalhado sempre envolto em perguntas inquietadoras, destinadas aos alunos, via avaliação, por ser progressiva contínua e direcionada. Chamar-se-á atenção para as ideias mais

importantes surgidas usando uma síntese possibilitando, permitindo e percebendo o processo coletivo de aquisição do saber. Avaliar-se-á sugerindo aos alunos que resumam ou exemplifiquem aspectos ponderados em cada aula evidenciando a mensagem social do conhecimento passado destacando as possibilidades reais de contribuições para a coletividade. Por fim, indicam-se, quando possível, as referências em cada aula. Realização de Visitas Técnicas

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Insumos de laboratórios;

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claras os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DAVIES, Carlos Alberto. **Alimentos e bebidas**. 4ª ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010.
 FERNANDES, Marcel Waline de Carvalho Ferraz. **Controles e gestão em alimentos e bebidas**. Fortaleza: UAB/IFCE, 2010.
 FONSECA, Marcelo Traldi. **Tecnologias gerenciais de restaurantes**. 5ª ed. São Paulo: SENAC SP, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (Diretores). **História da alimentação**. Tradução de Luciano Vieira Machado e Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, (...).

LASHLEY, Conrad; Morrison, Alison (orgs.). **Em Busca da Hospitalidade**: perspectivas para um mundo globalizado. [S.l.]: Manole. 454 p. ISBN 9788520415061. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520415061>>. Acesso em: 10 jan. 2018

MARGARET MCWILLIAMS. **Preparo de alimentos**: um guia prático para profissionais - 11. ed. [S.l.]: Manole. 412 p. ISBN 9788520435595. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520435595>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

VASCONCELLOS, Frederico. **Menu**: como montar um cardápio eficiente. São Paulo: Roca, 2002.

TEICHMANN, Ione T. Mendes. **Cardápios: técnicas e criatividade**. 7ª ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2009.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

**INSTITUTO FEDERAL**

Ceará

Campus Canindé

DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO.

DISCIPLINA: GEOPOLÍTICA E TURISMO

Código:	
Carga Horária Total: 40 horas	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Prática como Componente Curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	2º Semestre
Nível:	Superior

EMENTA

Geografia Política e Geopolítica: processo histórico, conceitos e relação. Abordagem clássica e contemporânea da Geopolítica. O papel da ONU nos conflitos territoriais no mundo globalizado. Geopolítica e Imperialismo. A Questão de Nação, Nacionalidade, Território, Poder, Fronteiras dos países e Estado. Geopolítica e Estado moderno. Análise do panorama político e socioeconômico do mundo atual, a partir das relações construídas entre espaço, sociedade, território e poder. Geopolítica e Turismo. Geopolítica brasileira e a inserção do Turismo enquanto fenômeno em escala global.

OBJETIVO

- Identificar as transformações no sistema político e econômico mundial (Séc. XIX – XXI) a partir da Geopolítica e suas repercussões na atividade turística internacional.
- Discutir as abordagens recentes da Geopolítica.
- Estudar os conceitos fundamentais e autores clássicos da Geopolítica.
- Entender as doutrinas geopolíticas do Estado moderno.
- Compreender os conceitos de Território, Poder, Nação, Nacionalidade, Estado, Estado Moderno e Fronteiras.
- Analisar Geopolítica, Imperialismo e conflitos territoriais.
- Abordar a formação dos territórios e fronteiras, e sua relação com o controle dos recursos naturais e Turismo.
- Relacionar os avanços tecnológicos com as profundas mudanças da geopolítica mundial e suas formas de gestão e de localização espacial das atividades econômicas;
- Caracterizar o Turismo e relacioná-lo com a Geopolítica.
- Analisar as grandes transformações ocorridas no espaço mundial e suas consequências na atividade turística.
- Identificar a tecnologia como um importante fator de mudanças no capitalismo e no Turismo.

PROGRAMA

UNIDADE 1 – Geografia Política e Geopolítica:

- 1.1. Os principais teóricos
- 1.2. Os conceitos básicos de Geografia Política e Geopolítica
- 1.3 Processos históricos de formação das fronteiras e territórios.
- 1.4 As relações entre Sociedade, Espaço e Poder.
- 1.5 Estado e Território.

UNIDADE 2- Geopolítica Clássica e contemporânea

- 2.1 A evolução do pensamento em Geopolítica
- 2.2 Geopolítica Clássica: principais autores e conceitos
- 2.3 A geopolítica britânica versus as geopolíticas russa e alemã. Geopolítica estadunidense da renovação epistemológica da geopolítica
- 2.4 A geopolítica francesa e a anglo-saxônica

UNIDADE 3- Geopolítica e as políticas territoriais.

- 3.1 Território: formação, fronteiras, recursos naturais e humanos
- 3.2 As fronteiras nacionais e internacionais
- 3.3 Estado: modos de produção e sociedade de classes, estrutura(s) política(s). Hegemonia.
- 3.4 Estado Nacional: formação da identidade nacional, da nação e poder político.

UNIDADE 4 – Panorama Político e Socioeconômico do Turismo:

- 4.1. O caráter interdisciplinar do Turismo.
- 4.2 A globalização/neoliberalismo transnacionalismo/fronteiras e sua relação com o Turismo
- 4.3 A regionalização e integração econômicas e suas repercussões na atividade turística.
- 4.4 Integração e os seus efeitos no desenvolvimento turístico em escala mundial

UNIDADE 5- Turismo no cenário geopolítico

- 5.1 O turismo no mundo globalizado.
- 5.2 As desigualdades sociais e seus efeitos na atração turística
- 5.4 O Turismo nas diferentes regiões do mundo.
- 5.5 Conflitos territoriais e o Turismo.
- 5.5 A política internacional e turismo.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas;
- Utilização de multimídia;
- Interpretação de textos;
- Debate em grupo;
- Aulas de campo.

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Insumos de laboratórios;

AValiação

- Provas escritas;
- Trabalhos escritos;
- Seminários;
- Relatórios de viagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da; CORRÊA, Roberto Lobato. **Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

TEIXEIRA JÚNIOR, A. W. M. **Geopolítica: do pensamento clássico aos conflitos contemporâneos**. Curitiba: Intersaberes, 2017,.

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOMES. P. C. da C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HARVEY, D. **A Produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOBSBAWN, E. J. **A Era das Revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Coordenador do Curso**Setor Pedagógico**

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA DO LAZER E DO TURISMO	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	2º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Noções elementares sobre os conceitos, os fundamentos e as principais questões abordadas pelos clássicos da Sociologia, da Sociologia do lazer e da Sociologia do turismo e suas interações. Compreensão do turismo e do lazer enquanto fenômenos sociais e culturais. Impactos socioculturais do turismo na contemporaneidade. A questão do pós-turismo. Tempo livre e turismo. A compreensão sociológica das relações trabalho-lazer-tempo-espço. Lazer, rituais e práticas culturais. Os usos sociais do tempo. Trabalho-moradia-lazer-viagem nas sociedades capitalistas Modernas e Pós-modernas. Sociologia política do Lazer: Desigualdade, Estado, urbanização e políticas públicas de lazer. Espaços de lazer urbano e a organização dos equipamentos turísticos. Tendências do lazer e do turismo na sociedade contemporânea e as novas mídias. Tempo livre, turismo e Relações Étnico-Raciais no Brasil.	
OBJETIVO	
• Dialogar sobre conceitos, fundamentos e principais questões Clássicas e contemporâneas abordadas pelas Sociologias Geral, do Lazer e do Turismo, para fomentar a compreensão do turismo e do lazer como fenômenos sociais e culturais. • Compreender os impactos socioculturais contemporâneos do turismo, para debater sobre como os processos de turistificação interferem nas realidades sociais (locais, regionais, nacionais e globais) de indivíduos, famílias, grupos e sociedades, bem como nos modos como as cidades são transformadas e remodeladas para atender as demandas da indústria do turismo. • Apresentar compreensão sociológica sobre as relações trabalho-lazer-tempo-espço e trabalho-moradia-lazer-viagem para debater sobre os usos sociais e culturais do tempo, trabalho, lazer e ócio nas sociedades capitalistas Modernas e Pós-modernas. • Entender sob o viés sociológico as diversas abordagens, inter-relações e formas de lazer e turismo, para investigar as interações dos dois constructos com as formas de vida dos autóctones, tempo sociais, urbanização, políticas públicas e lógicas de consumo individuais e de grupos sociais contemporâneos.	
PROGRAMA	

UNIDADE I

1.1 Notas introdutórias sobre os principais conceitos, ideias e questões abordadas pelos teóricos clássicos da Sociologia: Marx, Durkheim e Weber.

1.2 Os objetos, conceitos e proposições da Sociologia do Turismo e da Sociologia do Lazer.

UNIDADE II

2.1 Contributos sociológicos para a definição do conceito de Lazer, o Lazer na Sociedade, Lazer, ócio e Tempo(s) Livre(s)

2.2; Lazer, rituais e práticas culturais e os usos sociais do tempo. Tempo livre e turismo.

2.3. Sociologia política do Lazer: Desigualdade, Estado, urbanização e políticas públicas de lazer. Espaços de lazer urbano e a organização dos equipamentos turísticos.

2.4 As relações trabalho-lazer-tempo-espaço nas sociedades capitalistas Modernas e Pós-modernas. Tempo livre e turismo

UNIDADE III

3.1 O turismo como fenômeno sociocultural, os impactos socioculturais do turismo na contemporaneidade e a questão do pós-turismo.

3.2 As relações trabalho-lazer-tempo-espaço e trabalho-moradia-lazer-viagem nas sociedades capitalistas Modernas e Pós-modernas.

3.3 Tendências do lazer e do turismo na sociedade contemporânea e as novas mídias.

3.4 Tempo livre, turismo e Relações Étnico-Raciais no Brasil.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivo-dialogadas, estudo de textos, vídeos, músicas, obras de arte, Estudos dirigidos, Tempestade de Ideias, Seminários, Estudo de Caso, Oficinas, ensino com pesquisa e discussões em grupo tendo como foco as relações entre o saber e o saber-fazer e a construção cooperativa do conhecimento.

RECURSOS

Imagens, músicas, vídeos, obras artísticas, textos.

Materiais didáticos (Data-show e Notebook, Slides, Caixas de som).

AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua considerando critérios de participação ativa dos discentes no decorrer das aulas, nas propostas das atividades individuais e coletivas, nas discussões em sala, no planejamento e realização dos trabalhos da disciplina. Haverá produção de trabalhos acadêmicos: escritos e orais, individuais e em grupo, sínteses, atividades dirigidas, avaliações individuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2000
PRONOVOST, Gilles. **Introdução à sociologia do lazer**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

KRIPPENDORF. Jost. **Sociologia do turismo**: por uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2008
DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
_____. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 2000.
LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012.
MELO, Victor Andrade de. et. al. **Introdução ao lazer** 2.ed.rev. e atual. Barueri, São Paulo: Manole, 2012.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: METODOLOGIA CIENTÍFICA	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	2º Semestre
EMENTA	
A metodologia científica como disciplina para a formação científica e técnica do profissional. Ciência e conhecimento científico (tipos e aplicabilidade prática na formação do tecnólogo). Estrutura e estilo de trabalhos acadêmicos. Conceito de pesquisa científica e elementos constituintes.	
OBJETIVO	
• Discutir a importância da disciplina para a formação científica e técnica do profissional. • Conhecer os tipos de conhecimento científico e sua aplicabilidade prática na formação do tecnólogo. • Estruturar trabalhos científicos de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). • Conceituar pesquisa científica, identificando os elementos constituintes de um projeto de pesquisa. □	
PROGRAMA	
UNIDADE I - Metodologia Científica: Uma Introdução 1.1. Conceito. 1.2. Importância da disciplina para a formação científica e técnica do profissional. 1.3. Objetivos da metodologia científica enquanto disciplina. 1.4. O estudante e a iniciação científica. 1.5. A divisão da metodologia.	
UNIDADE II - Ciência e Conhecimento Científico 2.1. Ciência: conceito e características. 2.2. Tipos de conhecimento: empírico, filosófico, teológico e científico. 2.3. Espírito científico: condutas na produção do conhecimento.	
UNIDADE III - Estrutura e Estilo de Trabalhos Acadêmicos 3.1 Estrutura: 3.1.1. Elementos pré-textuais (folha de rosto, folha de aprovação, dedicação, agradecimentos, abstract, sumário, lista de ilustrações). 3.1.2. Elementos textuais (introdução, desenvolvimento, conclusão, notas e citações). 3.1.3. Elementos pós-textuais (referências, apêndice, anexos).	

3.2 Estilo do texto: impessoalidade; objetividade; clareza; precisão; coerência; concisão e simplicidade.

UNIDADE IV - Pesquisa Científica

4.1 Conceito de pesquisa; razões operacionais de realizar uma pesquisa; projeto de pesquisa (por que elaborar?), ética na pesquisa.

4.2 Elementos de um projeto de pesquisa: escolha do tema, formulação do problema, construção das hipóteses, especificação dos objetivos, identificação do tipo de pesquisa, operacionalização de variáveis, seleção da amostra (sujeitos e dos instrumentos de coleta e análise de dados), cronograma de execução da pesquisa, definição dos recursos humanos, materiais e financeiros.

METODOLOGIA DE ENSINO

Exposição dialogada, trabalhos práticos, seminários e atividades a serem desenvolvidas tanto em sala quanto extra-sala.

RECURSOS

- Material didático-pedagógico; (livros, vídeos, textos)
- Recursos Audiovisuais; (Datashow e Notebook, Slides, Caixas de som, microfone).
- Programas e simuladores

AValiação

A avaliação é realizada de forma processual e contínua, considerando a participação e produção escrita dos discentes em diversos momentos da disciplina. A frequência é obrigatória, respeitando os limites de ausência previstos em lei.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**, 7ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 6ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 34ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SANTOS, Selma Cristina dos; CARVALHO, Márcia Alves Faleiro de. **Normas e técnicas para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VEAL, A. J. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. Tradução: Gleice Guerra e Mariana Aldrigui. São Paulo: Aleph, 2011.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: ESTATÍSTICA APLICADA AO TURISMO	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	2º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Introdução: conceitos iniciais e objetivos da estatística. Método estatístico. Variáveis discretas e contínuas. População e amostra. Séries estatísticas e gráficos. Distribuição de frequências. Medidas de tendência central e de dispersão. Medidas de assimetria e curtose. Análise de correlação e regressão linear. Softwares aplicados à análise estatística.	
OBJETIVO	
• Desenvolver a capacidade de identificar e aplicar métodos e técnicas quantitativas para compreender adequadamente problemas de pesquisa em gestão pública. • Conhecer e utilizar conceitos estatísticos; • Utilizar e compreender tabelas, gráficos e relações matemáticas associadas à estatística; • Apresentar de forma clara e objetiva o conhecimento aprendido, através da linguagem matemática; • Adquirir conceitos gerais de matemática e de técnicas operatórias com vistas à sua utilização em estatística; • Adquirir conceitos básicos em estatística para análise e interpretação de conjuntos de dados experimentais, mediante estudo de elementos de probabilidade e de procedimentos de inferência estatística. • Transmitir aos alunos os conhecimentos necessários de Probabilidade e Estatística e demonstrar sua utilidade dentro da área de turismo. • Identificar os conceitos sobre os dados estatísticos • Fazer levantamentos e trabalhar dados estatísticos • Construir tabelas e gráficos estatísticos • Analisar e interpretar dados e gráficos estatísticos • Calcular medidas de tendências central • Calcular medidas de dispersão • Calcular desvio padrão e o coeficiente de variância • Confeccionar gráficos estatística • Usar programa de computador (como o excel) para desenvolver funções estatística	

- Adquirir conceitos básicos de probabilidade e aplicá-los
- Estudar os principais tipos de funções de distribuição de probabilidade
- Construir e identificar situações-problema, utilizando modelagem estatística;
- Identificar e aplicar métodos e técnicas quantitativas para compreender adequadamente problemas de pesquisa em gestão pública.

PROGRAMA

Unidade I – Introdução

- 1.1 - Conceitos iniciais
- 1.2- População e amostra.
- 1.3- Fases de um trabalho estatístico

Unidade II – Estudo das variáveis

- 2.1 – Variáveis dependentes e independentes
- 2.2 – Variáveis qualitativas e quantitativas.
- 2.3 – Variáveis contínuas e discretas

Unidade III - Noções de amostragem

- 3.1 - Amostragens probabilísticas
- 3.2 - Amostragens não probabilísticas
- 3.3 - Tamanho de amostras
- 3.4 - Classificação da população

Unidade IV – Séries estatísticas e gráficos

- 4.1 – Séries temporais
- 4.2 – Séries geográficas
- 4.3 – Séries mistas
- 4.4 – Distribuições de frequência
- 4.5 – Tabelas e Gráficos estatísticos para a representação de distribuições

Unidade V – Medidas de tendência central

- 5.1 – Média, moda e mediana
- 5.2 – Separatrizes: quartis, decis, percentis.

Unidade VI – Medidas de dispersão

- 6.1 – Amplitude total
- 6.2 – Desvio ou afastamento da média
- 6.3 – Variância e desvio padrão
- 6.4 – Coeficiente de variação

Unidade VII– Medidas de assimetria e curtose

- 7.1 – Assimetria e coeficientes de assimetria
- 7.2 – Curtose e coeficientes de curtose

Unidade VIII – Introdução à Análise de Regressão Linear

- 8.1 – Diagrama de dispersão
- 8.2 – Covariância. Correlação linear.
- 8.3 – Ajuste por mínimos quadrados
- 8.4 – Análise de resíduos.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas sobre os temas;
- Atividades orientadas com exercícios aplicativos contextualizados;
- Utilização de jogos didáticos;
- Emprego de recursos audiovisuais;
- Visitas Técnicas;
- Orientação de atividades práticas individuais e em grupo.

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Lousa
- Pincel
- Apagador
- Notebook
- Data show
- Laboratório de informática

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada de forma processual e cumulativa, podendo ocorrer por meios de avaliações escritas, trabalhos extra-sala, apresentação de seminários e dinâmicas em sala. A frequência e a participação serão considerados no processo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística fácil**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
 MORETTIN, Pedro A.; BUSSAB, Wilton de O. **Estatística básica**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
 MILONE, Giuseppe. **Estatística geral e aplicada**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Princípios de estatística**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
 FONSECA, Jairo Simon da. **Curso de estatística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
 MUCELIN, Carlos Alberto. **Estatística**. Curitiba: Livro Técnico, 2010.
 LARSON, Ron; Farber, Elizabeth. **Estatística Aplicada - 4ª edição**. [S.l.]: Pearson. 658 p. ISBN 9788576053729. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576053729>>. Acesso em: 10 jan. 2018.
 MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estatística geral e aplicada**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: ESPANHOL INSTRUMENTAL	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	2º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Introdução ao estudo da língua espanhola. Desenvolvimento da competência comunicativa, em nível instrumental, através do estudo de estruturas linguísticas e funções elementares da comunicação em língua espanhola, de atividades de prática de comunicação oral, de leitura e de produção textual e de aquisição de vocabulário básico específico da área do turismo.	
OBJETIVO	
• Capacitar o aluno para o uso da língua espanhola em funções comunicativas básicas; • Desenvolver, em nível instrumental, a habilidade auditiva, oral e escrita; • Conceber, ao discente, estratégias de leitura que promovam a compreensão de diferentes gêneros textuais vinculados ao turismo; • Desenvolver, no aluno, habilidades linguísticas e socioculturais, em língua espanhola, no âmbito do turismo.	
PROGRAMA	
UNIDADE 1 - Contenido gramatical: 1.1 - El alfabeto; 1.2 - Los artículos y apócope; 1.3 - Numerales cardinales y ordinales; 1.4 - La fecha y las horas; 1.5 - Pronombres personales; 1.6 - Presente de Indicativo y verbos para expresar gustos y preferencias; 1.7 - Adverbios y preposiciones; 1.8 - Pretérito Perfecto y Pretérito Indefinido; 1.9 – Imperativo; 1.10 - Estratégias de leitura.	

UNIDADE 2 - Contenido comunicativo:

- 2.1 - Situaciones en el aeropuerto, en el hotel, en la agencia de viajes y en el restaurante;
- 2.2 - Saludar y despedirse formal e informalmente;
- 2.3 - Solicitar y dar informaciones;
- 2.4 - Expresar sugerencias y peticiones;
- 2.5 - Dar y pedir direcciones.

UNIDADE 3 - Contenido lexical:

- 1.1 - Números cardinales y ordinales;
- 1.2 - El aeropuerto, el avión;
- 1.3 - Los colores;
- 1.4 - Tipos de hoteles, estancias, habitaciones;
- 1.5 - Mobiliario y objetos de una habitación del hotel;
- 1.6 - Informaciones turística;
- 1.7 - Vocabulario relacionado con la carta de un restaurante;
- 1.8 - Comidas típicas españolas;
- 1.9 - Expresión de la preferencia;
- 1.10 - Profesiones relacionadas al aeropuerto, hotel y restaurante.

METODOLOGIA DE ENSINO

Tendo em vista o desenvolvimento das competências linguísticas no que se refere à capacidade de se comunicar, a nível instrumental, em língua espanhola; as aulas serão ministradas através de uma abordagem comunicativa com foco no aluno, dando-lhe autonomia na formação de conhecimento e tornando-o sujeito ativo no processo de aprendizagem.

Isso posto, far-se-á uso de aulas expositivo-dialogadas e práticas; trabalhos em grupo, jogos interativos; recursos audiovisuais; atividades dinâmicas e voltadas para o âmbito do turismo.

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais tais como: projeto multimídia, computador portátil e som.

AValiação

A avaliação será contínua; o professor deverá estar atento às intervenções do aluno, participação nas dinâmicas de grupo, assiduidade etc., mas também acontecerá em um momento concreto, na metade e no final da disciplina, contemplando, dessa forma, as normas arroladas no Regulamento de Ordem Didática (ROD) ao tratar sobre a sistemática de avaliação. Esta poderá realizar-se através de atividades, exercícios, trabalhos individuais e/ou coletivos, provas, seminários etc.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Dicionário espanhol-português, português-espanhol Larousse. 2. ed. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.
SIERRA, Teresa Vargas. Espanhol: a prática profissional do idioma. Curitiba: Intersaberes, 2014.

_____. Espanhol para negócios. Curitiba: Intersaberes, 2014. _____. Espanhol instrumental. Curitiba: Intersaberes, 2012.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
Dicionário espanhol-português, português-espanhol Michaelis. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2008. Espanhol: guia de conversação para viagens. 7. ed. São Paulo: Publifolha, 2011. FERNÁNDEZ, Gretel Eres. Gêneros textuais e produção escrita: teoria e prática nas aulas de espanhol como língua estrangeira. São Paulo: IBEP, 2012. GODED, Margarita; VARELA, Raquel. Bienvenidos: español para profesionales - Turismo y Hotelería. Nivel A1-A2. Madrid: enClave-ELE, 2010. MORENO, Concha; TUTS, Martina. Cinco estrellas: español para el turismo. 1. ed. Madrid: SGEL, 2009.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	2º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Noções básicas de Libras objetivando uma comunicação funcional entre ouvintes e surdos, com ênfase no atendimento ao público na área de Turismo. Concepção das Línguas de Sinais e da Libras, considerando a cultura surda, as identidades surdas, a história da surdez, a legislação vigente e o uso da língua.	
OBJETIVO	
• Entender os conceitos da Libras através de um percurso histórico dos Surdos, além de informá-los na prática da Língua Brasileira de Sinais, ampliando o conhecimento dos alunos. • Conhecer a história dos Surdos; • Compreender a cultura e a identidade Surda; • Identificar a estruturação e parâmetros da Libras; • Acessar a legislação sobre o tema.	
PROGRAMA	
UNIDADE I – Diferença, Inclusão e Identidade na Sociedade Contemporânea Introdução à temática Pessoa Com Deficiência: definições; Políticas de acessibilidade: geral e específica para o turismo; Linguística: teorias de aquisição de linguagem;	
UNIDADE II - Aspectos Sociolinguísticos da Língua Brasileira de Sinais Variação linguística e Padronização; Famílias de Línguas e minorias linguísticas;	
UNIDADE III -- Especificidades Linguísticas da Língua Brasileira de Sinais Formação de sinais e uso da Libras: parâmetros; Bases Instrumentais da gramática da Libras; Categorias Gramaticais; Advérbios; Adjetivos;	

Verbos e classificadores;
Estruturação de sentenças em LIBRAS;

UNIDADE IV - Noções Instrumentais em Libras
Conversação Básica em LIBRAS.

METODOLOGIA DE ENSINO

A aula será expositiva-dialógica. A Prática de Componente Curricular de Ensino poderá ser ministrada através de: aulas expositivas, criação e aplicação de técnicas de ensino, apresentação de seminários, criação de objetos de aprendizagem, realização de projetos em instituições com surdos.

RECURSOS

- Material didático-pedagógico digital e impresso;
- Recursos Audiovisuais;
- Quadro e pincel.

AValiação

A avaliação será desenvolvida ao longo do semestre, de forma processual e contínua, a partir da produção de diálogos em Libras, contação de histórias em Libras, produção de relatos em Libras, execução de projeto de intervenção em instituições que atuem com surdos e participação nas atividades propostas. Critérios a serem avaliados:

- Conhecimento individual sobre temas relativos aos assuntos estudados em sala;
- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

Os aspectos quantitativos da avaliação ocorrerão de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

QUADROS, Ronice Müller de. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.
CASTRO, Alberto Rainha de. **Comunicação por língua brasileira de sinais**. 4. ed. Brasília, DF: Senac DF, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHOI, D. [et al]. **Libras conhecimento além dos sinais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011
GÓES, M.C.
FERNANDES, S. **Educação de surdos**. Curitiba: InterSaberes, 2012.
RAMOS, C.R. **Olhar Surdo (orientações iniciais para estudantes de Libras)**, 2014.
FERREIRA, L. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.
AUDREI, G. **O ouvinte e a surdez – sobre ensinar e aprender libras**. 1. Ed. São Paulo: Editora Parábola, 2012.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: TRANSPORTES E ROTEIROS TURÍSTICOS	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	2º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
TRANSPORTE - Evolução e modalidades dos transportes turísticos (rodoviário, aquaviário, ferroviário e aeroportuário). Empresas de transporte. O guia turístico. A ética e a responsabilidade social no setor de transportes. Estudo dos transportes em Turismo: transporte aéreo, marítimo, fluvial e terrestre. Histórico dos meios de transportes. Empresas, pacotes, fretamentos e tráfegos. Condições Gerais de transportes. Tipos de equipamentos no transporte turístico. Apresentar o mercado nacional e internacional e as tendências atuais e futuras das duas modalidades. Mobilidade; acessibilidade; intermodalidade; multimodalidade; logística do Turismo; transportes no planejamento da atividade turística; tendências dos transportes turísticos no Brasil e no mundo. ROTEIRO - Conceitos e características; mecanismos de elaboração de roteiros turísticos: contratos, aspectos econômicos e culturais. Conceito de itinerário turístico. Criação de itinerários temáticos. A escolha de atrativos, equipamentos turísticos e de apoio na elaboração de itinerários e roteiros. Os fatores tempo/distância. Roteiros e tipos de turistas.	
OBJETIVO	
• Entender a evolução e modalidades dos transportes turísticos, a infraestrutura de transporte bem como as empresas de transporte; conhecer o papel do guia turístico. • Proporcionar a compreensão dos elementos necessários ao planejamento e execução de roteiros que serão comercializados em suas futuras atividades profissionais, bem como sobre o estudo dos transportes turísticos. • Compreender o universo dos itinerários turísticos e estudar sua importância como ferramenta para a diversificação da oferta turística; possibilitar a compreensão e formatação de itinerários turísticos.	
PROGRAMA	

UNIDADE 1 - Transportes Turísticos – Introdução

- 1.1. Evolução histórica dos transportes;
- 1.2. Os transportes e o turismo;
- 1.3. Elementos constituintes dos transportes;
- 1.4. Classificação dos transportes;
- 1.5. Características gerais dos transportes;
- 1.6. Principais características dos modos de transportes (aéreo, rodoviário, ferroviário, aéreo)
- 1.7. O setor de transportes enquanto mercado de trabalho no turismo;
- 1.8. Sistemas de transportes de baixa capacidade;
- 1.9. Sistemas de transportes não convencionais;

UNIDADE 2 - Aspectos Operacionais dos Transportes

- 2.1. Redes de transportes;
- 2.2. Intermodalidade;
- 2.3. Integração entre a indústria dos transportes e o turismo;

UNIDADE 3 - Transporte Aéreo

- 3.1. Surgimento e desenvolvimento histórico da aviação no Brasil e no exterior;
- 3.2. Relação entre o transporte aéreo e o turismo;
- 3.3. Características do transporte aéreo: internacional, doméstico, regional;
- 3.4. Regulamentação do transporte aéreo;
- 3.5. Empresas aéreas de baixo custo e baixa tarifa;
- 3.6. Voos charter e serviços de fretamento;
- 3.7. Alianças estratégicas;
- 3.8. Gerenciamento de receitas no transporte aéreo;
- 3.9. Custos operacionais do transporte aéreo;
- 3.10. Principais organismos de controle do transporte aéreo: IATA, OACI, ANAC, INFRAERO;
- 3.11. Aeroportos: estruturas geradoras de desenvolvimento socioeconômico;
- 3.12. Gestão aeroportuária;
- 3.13. Quadro atual do transporte aéreo no Brasil;

UNIDADE 4 - Transporte Rodoviário

- 4.1. Desenvolvimento histórico;
- 4.2. Infraestrutura rodoviária;
- 4.3. Processo de expansão da infraestrutura rodoviária no Brasil;
- 4.4. Automóveis e o turismo;
- 4.5. Mercado de locação de veículos;
- 4.6. Veículos recreacionais;
- 4.7. Empresas de ônibus regulares;
- 4.8. Ônibus de fretamento (excursões rodoviárias);
- 4.9. Sistema rodoviário brasileiro;
- 4.10. Rodovias turísticas no Brasil;

UNIDADE 5 - Transporte Ferroviário

- 5.1. Importância histórica – o passado glorioso das ferrovias no Brasil;
- 5.2. Os trens e o turismo;
- 5.3. Trens turísticos;
- 5.4. Tecnologia ferroviária: VLT, metrô, trem urbano, TAV, VLP;
- 5.5. Trens de médio/longo percurso;
- 5.6. Trens noturnos / Trem-Hotel;
- 5.7. Principais mercados ferroviários no mundo – Europa: celeiro dos trens;
- 5.8. O Eurostar e o Eurotúnel;
- 5.9. Decadência do setor ferroviário no Brasil;
- 5.10. Quadro atual do setor ferroviário;

UNIDADE 6 - Transporte Hidroviário

- 6.1. Tipos de mercados e importância para o turismo;
- 6.2. Conceitos gerais;
- 6.3. Ferries, barcas, hovercras;
- 6.4. Cruzeiros marítimos;
 - 6.4.1. Características do mercado de cruzeiros;
 - 6.4.2. Desenvolvimento do mercado no Brasil e no exterior;
 - 6.4.3. Vantagens/desvantagens dos cruzeiros com relação às demais modalidades de viagens turísticas;
 - 6.4.4. Tipos de navios;
 - 6.4.5. Perfil das principais companhias e corporações
 - 6.4.6. Quadro atual do mercado de cruzeiros
 - 6.4.7. Estrutura de bordo
 - 6.4.8. Trabalhando a bordo

UNIDADE 7 - Roteiros Turísticos

- 7.1. Turismo: segmentação de mercado, insumos e fatores de atratividade, tipologia turísticas.
- 7.2. Rotas, Circuitos e Roteiros Turísticos: conceituações, definições, fatores e influências no desenvolvimento do destino turístico.
- 7.3. Métodos de Interpretação de roteiros e rotas turísticas.
- 7.4. Metodologia de Planejamento dos Roteiros Turísticos: análise da paisagem, configuração dos cenários turísticos, organização dos roteiros, planilha de custos e a constituição de pacotes turísticos.
- 7.5. Composição Gráfica de Roteiros Turísticos
- 7.6. Criação de roteiros turísticos (trabalho prático)

METODOLOGIA DE ENSINO

As aulas serão ministradas através dos seguintes procedimentos:

- Aulas expositivas;
- Estudos de caso;
- Debates e Exibição de filmes;
- Visitas Técnicas;
- Utilização de recursos áudio visuais de Datashow e Televisão

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Insumos de laboratórios;

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claras os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA**1. Transporte Turístico**

DE LA TORRE, Francisco. **Sistemas de transporte turístico**. São Paulo: Roca, 2002.

OSWALDO DIAS DOS SANTOS JUNIOR. **Transportes Turísticos**. [S.l.]: InterSaberes. 204 p. ISBN 9788544300831. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544300831>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PALHARES, Guilherme Lohmann. **Transportes turísticos**. Rio de Janeiro: Aleph, 2002.

2. Roteiro Turístico

CLAUDIA DO CARMO DE STEFANI. **Elaboração de roteiros turísticos**: do planejamento à precificação de viagens. [S.l.]: InterSaberes. 182 p. ISBN 9788544300237. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544300237>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ROTEIROS do Brasil: tudo o que você precisa saber para curtir viagens inesquecíveis. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2011. 227 p., il. color

TAVARES, Adriana de Menezes. **City tour**. São Paulo: Aleph, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACERENZA, M. A. **Administração do turismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002. RUSCHMANN, D. V. M. **Marketing turístico**. Campinas: Papirus, 2004.

_____. **Turismo e planejamento sustentável**. Campinas: Papirus, 2004. RODRIGUES, A. B. **Turismo e ambiente**. São Paulo: HICITEC, 2002.

PETROCCHI, Mario. **Agências de turismo**: planejamento e gestão. São Paulo: Futura, 2007.

RAQUEL PAZINI. **Agências de turismo**: operacionalização e comercialização de produtos e serviços turísticos. [S.l.]: InterSaberes. 296 p. ISBN 9788582129999. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582129999>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

VALENTE, Amir Mattar, PASSAGLIA, Eunice, NOVAES, Antônio Galvão. **Gerenciamento de transporte e frotas**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



3º SEMESTRE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	3º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Agências de Viagens: Histórico do agenciamento, desenvolvimento, conceituação e situação mercadológica atual. A estrutura de uma agência, aspectos legais do agenciamento, gestão da informação em agências. Legislação das Agências de Viagens no Brasil. O emissor de bilhetes vs. agente de viagens vs. consultor de turismo. Mercado de trabalho e a tecnologia da informação. Mudanças contemporâneas na economia no setor de viagens e a comercialização de serviços turísticos.	
OBJETIVO	
• Conhecer as classificações oficiais e mercadológicas; bem como o posicionamento do setor de viagens na economia do turismo no Brasil e no mundo; • Proporcionar a aplicação de conhecimentos teóricos práticos indispensáveis à atuação de gestores e consultores especialistas no segmento turístico de Agência de Viagens. • Apreender sobre o papel dos agentes de viagens e seu predomínio no sistema de distribuição; Compreender as rotinas e o cotidiano, bem como os diferentes controles existentes em uma agência de viagens; • Verificar as principais operações realizadas pelas agências de viagem.	
PROGRAMA	
UNIDADE 1 - As Agências de Viagens e Posicionamento na Atividade Turística. 1.1. O relacionamento das Agências de Viagens com os prestadores de serviços turísticos e os clientes em geral; 1.2. Origem e desenvolvimento das Agências de Viagens; 1.3. Tipologia Oficial e Mercadológica das Agências de Viagens; 1.4. Funções de Intermediação das Agências de Viagens; 1.5. Glossário básico das Agências;	

UNIDADE 2 - Área de Atuação e o Mercado Turístico

- 2.1. Segmentação de mercado;
- 2.2. Público alvo X especializações das Agências de Viagens;
- 2.3. Turismo receptivo, emissivo, contas correntes, viagens de incentivo, agências corporativas casas de câmbio, consolidadoras, representações.
- 2.4. Perfil de um bom Agente de Viagens.
- 2.5. Tecnologia da Informação e as Agências de Viagens;
- 2.6 O mercado de trabalho do agente de viagem do século XXI;

UNIDADE 3 - Legalização de Uma Agência de Viagem

- 3.1. Documentação necessária para abertura de uma empresa;
- 3.2. Diretrizes para legalização de uma Agência de Viagem;
- 3.3. Registros: no Ministério do Turismo, no SNEA, no SINDETUR e na ABAV;
- 3.4. Código de ética do Agente de Viagem;
- 3.5. Organograma de uma Agência de Viagem e os mercados a serem comercializados;
- 3.6. Parcerias estratégias;
- 3.7. Qualidade no Atendimento das Agências de Viagens;

UNIDADE 4 - Reserva e Vendas de Passagens Aéreas

- 4.1. A IATA e sua relação com as Agências de Viagens;
- 4.2. Termos técnicos e códigos específicos;
- 4.3. Normas e procedimentos necessários à venda de passagens aéreas;

UNIDADE 5 - Reserva e Vendas de Serviços de Hospedagem

- 5.1. Hotéis: cadeias hoteleiras, tipos e categorias;
- 5.2. Termos técnicos e códigos específicos;
- 5.3. Normas e procedimentos necessários à venda de serviços de hospedagem;

Unidade 6. Reserva E Vendas De Pacotes Nacionais e Internacionais.

- 6.1. *Tours e transfers*: regulares e privativos. Seguros de Viagens;
- 6.2. Termos técnicos e códigos específicos;
- 6.3. Normas e procedimentos necessários à venda de pacotes nacionais e internacionais;

UNIDADE 7 - Reserva e Vendas de Cruzeiros Marítimos

- 7.1. Cruzeiros marítimos: cias marítimas e áreas de navegação;
- 7.2. Termos técnicos e códigos específicos;
- 7.3. Normas e procedimentos necessários à venda de cruzeiros marítimos;

UNIDADE 8 - Reserva E Vendas de Locação de Autos

- 8.1. Locação de automóveis e *leasing*;
- 8.2. Termos técnicos e códigos específicos;
- 8.3. Normas e procedimentos necessários à venda de locação de automóveis e leasing;

UNIDADE 9 - Reserva e Vendas de Passes Ferroviários

- 9.1. Passes ferroviários: empresas ferroviárias, tipos de passes e características específicas;
- 9.2. Termos técnicos e códigos específicos;
- 9.3. Normas e procedimentos necessários à venda de locação de passes ferroviários;

UNIDADE 10 - Documentos Operacionais

- 10.1. Voucher;
- 10.2 Vistos, Passaportes e Consulados/Embaixadas;
- 10.2. Ordem de Passagem;
- 10.3. Nota Fiscal;
- 10.4. *Rooming List*;

METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas e dialogadas. Seminários. Visitas técnicas e palestras com profissionais da área. Debates. Produção de projetos para pesquisa	
RECURSOS	
Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina: • Material didático-pedagógico; • Recursos Audiovisuais; • Insumos de laboratórios;	
AVALIAÇÃO	
A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claras os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados: • Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe • Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; • Desempenho cognitivo; • Criatividade e o uso de recursos diversificados; • Domínio de atuação discente (postura e desempenho).	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
AGÊNCIAS de viagens e turismo: práticas de mercado. 10. tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. MAMEDE, Gladston. Agências, viagens e excursões: regras jurídicas, problemas e soluções. Barueri: Manole, 2003. RAQUEL PAZINI. Gestão De Agências De Viagem: orientações para você abrir e administrar o seu negócio. [S.l.]: InterSaberes. 266 p. ISBN 9788544300497. Disponível em: < http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544300497 >. Acesso em: 10 jan. 2018.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
ACERENZA, Miguel. Agências de viajes: organización y operación. México: Trillas, 1990. DANTAS, José Carlos de Souza. Qualidade do atendimento nas agências de viagens: uma questão de gestão estratégica. São Paulo: Roca, 2008. MARÍN, Aitor. Tecnologia da informação nas agências de viagens: em busca da produtividade e do valor agregado. São Paulo: Aleph, 2007. PAGE, Stephen. Transporte e turismo. Porto Alegre: Bookmann, 2000. TOMELIN, Carlos Alberto. Mercado de agências de viagens e turismo: como competir diante das novas tecnologias. São Paulo: Aleph, 2001.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

INSTITUTO FEDERAL
Ceará
Campus Canindé

DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Nível:	Superior
EMENTA	
Características do perfil empreendedor. Oportunidade de negócios. Plano de negócios. Gestão da inovação e da tecnologia. Tecnologia e inovação como estratégia organizacional. Avaliação tecnológica. Projetos tecnológicos. Ferramentas de gestão tecnológica. Propriedade intelectual. Transferência de tecnologia Empreendedorismo: histórico e conceitos; Tipos de Empreendedorismo e empreendedores; Novas oportunidades de negócios: MEI; PMEs	
OBJETIVO	
Desenvolver a compreensão das organizações com seus requisitos básicos de criação, desenvolvimento e declínio considerando as exigências frente à dinâmica dos mercados na atualidade.	
PROGRAMA	
UNIDADE I: Empreendedorismo • Conceituações de Empreendedorismo, histórico e visão histórica, • Empreendedorismo no Mundo e no Brasil, Evolução das Teorias Administrativas • Revolução Industrial e do Empreendedorismo, • Novas Abordagens do Empreendedorismo • Fases do Processo de Empreender UNIDADE II – Oportunidade de negócios • Razões para Abrir um Negócio • Identificação de Oportunidades e via internet, necessidades, fontes, roteiro de análise, tendências, exame de fronteiras de mercado, utilidade; • Desenvolvimento do produto e ou serviço • O empreendimento e as pessoas e o dinheiro UNIDADE III - Plano e Modelo de negócios • Conceitos, finalidade, Importância, Etapas, Processos, Elaboração, • A que se destina e a Colocação na prática • Busca de Assessoria para o Negócio • Incubadoras, Sebrae, Universidades e Institutos, Assessoria jurídica e contábil. Importância do seu negócio para o investidor • Business Model Canvas	

UNIDADE IV – Tecnologia e inovação como estratégia organizacional

- Conceito de Estratégia, Fatores e Condicionantes.
- O papel da inovação no desenvolvimento da estratégia
- Políticas de Inovação
- As Instituições de Fomento de Recursos nas esferas federal, estadual e municipal, como: FINEP, CNPq, BNDES, SEBRAE e outros.
- Marcos legais – Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação LEI Nº 13.243/2016;

UNIDADE V – Ferramentas de gestão tecnológica. Propriedade intelectual

- Conceitos, importância, Propriedade Industrial .
- Patentes - o que pode ou não, importância para os negócios,
- licenciamento
- Marcas: classes, licença, domínios, registros da marca e empresa, proteção

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas/dialogadas, Estudo de Casos, Fóruns de textos, Vídeos, Visitas Técnicas, Estudo dirigido, Seminário, Oficinas, Pesquisas e Minimercaado - ensino com pesquisa e discussões em grupo tendo como foco o desenvolvimento das competências exigidas para a formação do egresso.

RECURSOS

- Material didático-pedagógico; (livros, vídeos, textos)
- Recursos Audiovisuais; (Datashow e Notebook, Slides, Caixas de som, microfone).
- Programas e simuladores

AValiação

O processo avaliativo compõe-se de trabalhos de natureza teórico/práticos a serem desenvolvidos individualmente ou em grupos, sendo enfatizado o uso dos projetos e resoluções de situações – problemas específicos do processo de formação dos futuros profissionais da área de Redes de Computadores. Para tanto será utilizada a formula definida no Regulamento de Organização Didática (ROD) IFCE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. São Paulo: Saraiva, 2006.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

GAUTHIER, Fernando Álvaro Ostuni. **Empreendedorismo**. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship)**: pratica e princípios. 6 ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

CAVALCANTI, Marly (Org.). **Gestão estratégica de negócios: evolução, cenários, diagnóstico e ação**: com estudos de casos nacionais e internacionais. São Paulo: Pioneira, 2003.

HINGSTON, Peter. **Como abrir e administrar seu próprio negócio**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SEIFFERT, Peter Quadros. **Empreendendo novos negócios em corporações: estratégias, processo e melhores práticas**. 2ª Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

SEBRAE. **Aprender a empreender: pousadas e hotéis**. Brasília, DF: Sebrae: Fundação Roberto Marinho, s.d. 2008.

Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: GESTÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA

Código	
Carga Horária Total: 80H/AULAS	CH Teórica: 80H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	04
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	3º semestre
Nível:	Superior

EMENTA

Contabilidade: conceito, objeto e fins; Fatos contábeis; Procedimentos contábeis básicos; Método das partidas dobradas; Escrituração; Relatórios de demonstração contábil; Visão sintética do Balanço Patrimonial.

Compreensão global sobre a Gestão Financeira aplicadas a negócios turísticos; Análise das demonstrações Financeiras; Fluxo de Caixa; Capital de Giro; Financiamento através de Capital de Terceiros; Aspectos gerais sobre custos empresariais; Precificação; Cálculo de Resultado.

OBJETIVO

- Compreender os conceitos básicos da contabilidade, sua finalidade e formas de utilização no auxílio à gestão na tomada de decisão.
- Entender o processo de elaboração dos relatórios contábeis fundamentais para a análise da situação econômica, financeira e de custos da empresa e a importância dos instrumentos contábeis para a análise e planejamento dos controles empresariais;
- Interpretar índices extraídos dos relatórios contábeis para identificar a situação financeira em que se encontra a empresa;
- Conhecer os principais aspectos de custos e como eles contribuem para a formação e tomada de decisão nos empreendimentos turísticos;
- Apreender o processo de elaboração de fluxo de caixa e da gestão do capital de giro em uma empresa, além das dinâmicas de financiamento.

PROGRAMA**UNIDADE I – CONCEITOS CONTÁBEIS RELEVANTES**

- Conceitos básicos de contabilidade;
- Personalidade Jurídica e Tipos de Sociedades;
- Princípio das partidas dobradas, débito e crédito;
- Escrituração dos lançamentos e contábeis e apuração de saldo das contas;
- Plano de contas;
- Balanço patrimonial;
- Receita e despesa

UNIDADE II – ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- Demonstração do resultado do exercício (DRE);

- Receita líquida
- Lucro bruto
- Lucro operacional
- Lucro antes do imposto de renda
- Lucro depois do imposto de renda
- Lucro líquido

UNIDADE III – ANÁLISE HORIZONTAL, VERTICAL E ÍNDICES DE LIQUIDEZ

- Análise horizontal e vertical
- Índices de liquidez;
- Índices de endividamento;
- Índices de atividade;
- Índices de rentabilidade;
- Análise da taxa de retorno sobre investimentos;

UNIDADE IV – ASPECTOS GERAIS SOBRE CUSTOS

- Cálculo de custos;
- Custos para decisão;
- Custos para controle e custo-padrão.

UNIDADE V - ESTRUTURA FINANCEIRA DA EMPRESA

- Introdução a Administração Financeira;
- Políticas Econômicas, Mercado Financeiro e Mercado de Capitais
- Gestão de fluxo de caixa
- Gestão dos estoques
- Gestão de contas a receber;
- Gestão de disponibilidades;
- Gestão de capital de giro
- Investimentos;
- Lucratividade x Rentabilidade
- Precificação;
- Ponto de equilíbrio;
- Financiamentos de Curto, Médio e Longo Prazo;
- A combinação entre capital de terceiros e capital próprio;
- Risco econômico e risco financeiro;
- Ponto de equilíbrio;
- Softwares integrados de gestão e controle financeiro.

METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia será baseada em aulas expositivas e dialogada com aplicação de exercícios práticos, problematizados e simulações de situações contábeis e financeiras do ambiente empresarial, com realização de trabalhos individuais e em grupo.

RECURSOS

Material didático
Quadro branco
Datashow

AVALIAÇÃO

O processo avaliativo compõe-se de trabalhos de natureza teórico/práticos a serem desenvolvidos individualmente ou em grupos, sendo enfatizado o uso dos projetos e resoluções de situações – problemas específicos do processo de formação dos futuros profissionais da área de Redes de Computadores. Para tanto será utilizada a formula definida no Regulamento de Organização Didática (ROD) IFCE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSAF NETO, ALEXANDRE. **Fundamentos de Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 2010.

FAVERO, Hamilton Luiz et al. **Contabilidade: teoria e prática**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso Básico de Contabilidade: resumo da teoria, atendendo às novas demandas da gestão empresarial, exercícios e questões com respostas**. São Paulo: Atlas, 2010.

FERRARI, E. Luiz. **Contabilidade Geral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

IUDICIBUS, Sergio de; MARION, Jose Carlos. **Curso de contabilidade para não contadores**. São Paulo: Atlas, 2011.

MARION, Jose Carlos. **Contabilidade básica**. São Paulo: Atlas, 2009.

WELSC, Glenn A. **Orçamento empresarial**. São Paulo: Atlas, 2011.

Coordenador de Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	
Código:	
Carga Horária Total: 80H/AULAS	CH Teórica: 80H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	04
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	3º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Meio ambiente e Sustentabilidade. O meio ambiente na legislação brasileira: Constituição Federal; lei da Política Nacional do Meio Ambiente – 6.938/1981; Meio ambiente e sociedade. Histórico dos movimentos ambientais. Principais conferências relacionadas ao meio ambiente. Principais problemas ambientais locais e globais da atualidade. Impactos socioambientais do Turismo. Impactos ambientais positivos da atividade turística. Possibilidades de turismo sustentável. Ecoturismo. Educação Ambiental na atividade turística. Unidades de conservação e turismo em áreas naturais protegidas – SNUC – Lei 9.985/2000.	
OBJETIVO	
• Compreender os conceitos de meio ambiente, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável; • Compreender a relação entre o homem, à vida em sociedade e o meio ambiente; • Compreender a evolução dos problemas ambientais globais; • Conhecer as principais conferências relacionadas ao meio ambiente; • Conhecer os principais problemas ambientais locais e globais; • Identificar os impactos positivos e negativos da atividade turística; • Compreender a necessidade e importância da educação ambiental na atividade turística; • Conhecer as unidades de conservação e analisar sua relação com o turismo; • Conceituar, identificar e compreender o Ecoturismo;	
PROGRAMA	
UNIDADE 1. Ambiente e Sustentabilidade 1.1 Conceitos de meio ambiente, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável; UNIDADE 2. Meio Ambiente e Sociedade 2.1 Homem e sociedade, transformações ambientais através da ação humana; UNIDADE 3. Meio ambiente na legislação brasileira: Constituição Federal e Lei 6.938/1981. UNIDADE 4. Principais Conferências Relacionadas ao Meio Ambiente 4.1 Discussões no século XX sobre Meio Ambiente, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente – Estocolmo, Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO-92, Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio+10,	

Protocolo de Quioto, Protocolo de Montreal, Conferência de Copenhague, Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio+20;

UNIDADE 5. Principais problemas ambientais globais e locais

5.1 Aquecimento global, camada de ozônio, chuva ácida, perda da biodiversidade, escassez da água, poluição das águas.

5.2 Consumismo e geração de lixo

5.3 Resíduos sólidos e problemas relacionados;

5.4 Como o Turismo pode ser afetado pelos problemas ambientais.

UNIDADE 6. Impactos da Atividade Turística sobre o Meio Ambiente

6.1 Principais Impactos positivos e negativos da atividade turística, impactos ambientais, impactos econômicos, impactos socioculturais;

UNIDADE 7. Áreas Naturais protegidas

7.1 As áreas naturais protegidas e sua importância para a conservação do meio ambiente;

7.2. Unidades de Conservação: SNUC - Lei 9.985/2000; categorias; histórico; relação com a atividade turística.

UNIDADE 8. Turismo Sustentável

8.1 Conceito de Turismo Sustentável; importância do turismo sustentável; como praticar o turismo sustentável;

UNIDADE 9. Ecoturismo

9.1. Conceito de ecoturismo, benefícios econômicos, ambientais e sociais do ecoturismo, ecoturismo na atualidade;

9. Educação Ambiental na Atividade Turística

9.1. Princípios da Educação Ambiental; a importância da educação ambiental para o turismo, educação ambiental e preservação do meio ambiente; projetos ambientais mundiais e no Brasil.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas;
Exposição de filmes e documentários relacionados à temática ambiental;
Utilização de multimídia;
Interpretação de textos;
Debate em grupo;
Visitas técnicas.

RECURSOS

- Material didático-pedagógico; (livros, vídeos, textos)
- Recursos Audiovisuais; (Datashow e Notebook, Slides, Caixas de som, microfone).
- Programas e simuladores

AValiação

Apresentação de seminários; Participação nas atividades propostas como debates, leituras e interpretação de textos; provas escritas; relatórios de filmes, documentários e visitas técnicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FABRÍCIO, Ana Carolina Baggio. **Turismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade**. Curitiba: Intersaberes, 1a edição, 2015.
PHILLIPI-Jr, Arlindo, RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo**. São Paulo: Manole, 1a edição, 2009.
RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável – A Proteção do Meio Ambiente**.

São Paulo: Papirus, 1ª edição, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. **Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Makron, 2004.

COSTA, Patrícia Cortes. **Unidades de Conservação: matéria prima do ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

KINKER, Sonia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas, SP: Papirus, 2002

LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 5.ed. São Paulo: SENAC, 2005.

TELES. Reinaldo Miranda de Sá. **Turismo e Meio ambiente**. São Paulo. Ed. Elsevier. 2011.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: GESTÃO DE PESSOAS	
Código:	
Carga Horária Total: 80H/AULAS	CH Teórica: 80H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	04
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	3º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Estudo da administração dos recursos humanos e sua evolução; Cultura organizacional; Visão sistêmica da gestão de pessoas; Planejamento, e acompanhamento dos processos utilizados durante a trajetória das pessoas na organização.	
OBJETIVO	
• Conhecer os conceitos introdutórios da administração de recursos humanos; • Reconhecer a importância do fator humano nas organizações; • Demonstrar o que é cultura organizacional; • Diferenciar relações formais e informais • Apresentar a estrutura departamental de uma organização e a relevância da gestão de pessoas no cenário empresarial; • Explicar os principais processos que são praticados pela gestão de pessoas, desde o ingresso, permanência e saída de um colaborador na organização; • Visualizar e compreender o cenário econômico atual e suas implicações no mercado de trabalho.	
PROGRAMA	
UNIDADE 1 – ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS • A transformação nas organizações; • Objeto de estudo: pessoas no ambiente corporativo; • Conceito da ARH / Gestão de Pessoas; • Cultura organizacional Gestão de Pessoas: Subsistemas e seus principais objetivos;	
UNIDADE 2 – RECRUTAMENTO E SELEÇÃO • Rotatividade de pessoal: vantagens, desvantagens, causas; • Recrutamento: conceito, tipos, fontes e técnicas; • Seleção: conceito, etapas e técnicas; • Ambientação e integração entre os colaboradores;	
UNIDADE 3 – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	

- Hierarquização;
- Habilidades e capacidades;
- Tipos de avaliação de desempenho;

UNIDADE 4 – REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS

- Componentes da remuneração;
- Fatores remuneratórios;
- Tipos de benefícios;

UNIDADE 5 – TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM

- Educação, treinamento, desenvolvimento profissional;
- O processo de treinamento e desenvolvimento;
- Os métodos de treinamento e desenvolvimento;
- A educação corporativa;

UNIDADE 6 – HIGIENE E SEGURANÇA E QUALIDADE DE VIDA

- Higiene e segurança no ambiente de trabalho;
- Ergonomia;
- Prevenção de acidentes;
- Ato inseguro e condição insegura;
- Riscos ambientais;
- Insalubridade e periculosidade.

METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia será baseada em aulas expositivas e dialogadas com aplicação de exercícios práticos, problematizados e simulações de situações contábeis e financeiras do ambiente empresarial, com realização de trabalhos individuais e em grupo.

RECURSOS

Material didático
Quadro branco
Datashow

AValiação

Apresentação de seminários; Participação nas atividades propostas como debates, leituras e interpretação de textos; provas escritas; relatórios de filmes, documentários e visitas técnicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2008.
FLEURY, M. T. L. (org.). **As pessoas na organização**. São Paulo: Editora Gente, 2002.
MILKOVICH, George T.; BOUDREAU, John W. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Atlas, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando com as pessoas: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2010.
DUTRA, Joel Souza. **Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas**. São Paulo: Atlas, 2006.
VROOM, Victor H. **Gestão de pessoas, não de pessoal: os melhores métodos de motivação e avaliação de desempenho**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Coordenador de Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: INGLÊS INSTRUMENTAL	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	3º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Vocabulários e estruturas gramaticais da língua inglesa contextualizados em situações ligadas ao turismo e à hotelaria. Acesso a textos específicos relacionados ao turismo e à hotelaria como: reserva de hotéis pelo telefone, fax ou e-mail; compras de passagens; explicações sobre pontos turísticos da cidade, entre outros. Conversações específicas.	
OBJETIVO	
• Produzir e compreender textos orais e escritos, formais e informais, de nível inicial, que envolvam a realidade do cotidiano do profissional da área de Turismo. • Saber comunicar-se em língua estrangeira. • Compreender textos variados em língua inglesa. • Reconhecer o uso das estruturas gramaticais da língua inglesa	
PROGRAMA	
UNIDADE 1- Inglês Instrumental • Greetings. • Alfabeto. • Useful sentences and expressions. • Nome. • Números. • Verbo to be. • Países e nacionalidades. • Adjetivos. • Locais e direções. • Presente simples e verbos comuns. • Dinheiro, moedas e preços. • Horas e datas. • Vocabulário relacionado a hotel e hospedagem	

METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas e dialogadas com utilização de recursos audiovisuais e dinâmicas de grupo.	
RECURSOS	
• Material didático-pedagógico; • Recursos audiovisuais.	
AVALIAÇÃO	
Inserir-se em um processo diagnóstico-progressivo, segundo os critérios de: • Participação ativa dos discentes no decorrer das aulas, nas propostas das atividades individuais e coletivas, nos debates em sala, no planejamento e realização dos trabalhos da disciplina. Sendo materializada por meio dos seguintes instrumentos: • Produção de gêneros escritos e orais, individuais e em grupo, atividades dirigidas, avaliações individuais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
DE BIAGGI, Enaura T. Kriek. Enjoy Your Stay: Inglês Básico Para Hotelaria e Turismo. Disal Editora, 2004. LOPES, Carolina. Inglês instrumental: leitura e compreensão de textos. Fortaleza: IFCE, 2012 OLIVEIRA, Luciano Amaral. English for tourism. São Paulo: ROCA, 2001.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
GUANDALINI, Eiter Otávio. Técnicas de Leitura Em Inglês - Estágio 1. Editora Textonovo, 2002. LONGMAN. Gramática escolar da língua inglesa: com exercícios e respostas. São Paulo: Longman, 2004. SCHUMACHER, Cristina. COSTA Francisco da. Inglês para turismo e hotelaria: a comunicação essencial para o dia-a-dia. Editora Campus, 2007.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DA COMUNICAÇÃO VISUAL	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	3º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Estruturas constituintes da mensagem visual em diferentes mídias. Composição e enquadramento. A organização visual da informação. Percepção, experimentação e criação visual. O processo de comunicação visual e sua linguagem. Linguagem visual e seus elementos. Estratégias de comunicação visual. Noções básicas de fotografia e computação gráfica.	
OBJETIVO	
• Compreender os princípios da comunicação visual • Identificar os elementos da linguagem visual; • Analisar e experimentar estratégias de comunicação visual. • Elaborar mensagens visuais com repertório estético e crítico.	
PROGRAMA	
UNIDADE 1: O processo da comunicação visual • A linguagem visual • A visão • Percepção e Gestalt UNIDADE 2: Elementos básicos da linguagem visual • Ponto • Linha • Forma • Textura • Cor • Tipografia UNIDADE 3: Princípios visuais • Harmonia, contraste, unidade, equilíbrio, ordem e composição.	

UNIDADE 4: Noções básicas de fotografia

- Composição
- Planos
- Cor, luz e textura.

UNIDADE 5: Computação gráfica

- Edição de imagens
- Diagramação

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositiva-dialógica podendo ser utilizados textos, projetor de slides, quadro branco e pincel, aparelho de som entre outros. Pesquisa, leituras, reflexão e análise de material pedagógico e teórico para através de apresentações de seminários com debates entre os integrantes do grande grupo. Nas aulas práticas os discentes farão exercícios com abordagem de leitura, apreciação e produção de imagens, utilizando como linguagem a fotografia e a computação gráfica.

RECURSOS

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Câmeras fotográficas e/ou celulares;
- Computadores/programas de edição de imagens

AVALIAÇÃO

A avaliação terá caráter formativo e será realizada de forma contínua, utilizando os seguintes instrumentos:

Prova escrita;

Seminários e debates;

Portfólios.

As atividades práticas serão avaliadas tendo como base os seguintes critérios:

- Clareza de ideias relacionada com o tema abordado;
- Apresentação e organização;
- Criatividade;
- Participação;
- Desenvolvimento ao longo do processo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DONDIS, Donis A. **Sintaxe da linguagem visual**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BERGSTROM, Bo. **Fundamentos da Comunicação Visual** – São Paulo: Edições Rosari, 2009. □ ARHEIN, Rudolf. **Arte e percepção visual**. 9ª Edição. São Paulo: Pioneira, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RAMALHO e OLIVEIRA, S. R. **Imagem também se lê**. São Paulo: Edições Rosari, 2009.

COLLARO, Antonio Celso. **Produção visual e gráfica**. São Paulo: Summus, 2005.

VAZ, Adriana. **Fundamentos da linguagem visual**[livro eletrônico]/Adriana Vaz, Rossano Silva. Curitiba: InterSaberes, 2016 (Série Teoria e Prática das Artes Visuais)

PIETROFORTE, Antonio Vicente. **Análise do texto visual: a construção da imagem**. São Paulo: Contexto, 2007.

GURAN, Milton. **Linguagem fotográfica e informação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2002

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

**4º SEMESTRE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO**

DISCIPLINA: MARKETING TURÍSTICO	
Código:	
Carga Horária Total: 80H/AULAS	CH Teórica: 80H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	04
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	4º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Introdução e evolução de conceitos de marketing. Conceitos e funções do Marketing Turístico; Composto de marketing turístico; Segmentação de Mercado; Sazonalidade; Análise de Ambiente; Perfil e comportamento do consumidor turista. Ciclo de vida dos produtos e/ou serviços. Concorrência. Sistemas de informação em marketing. Análise SWOT. Noções de publicidade e propaganda. Canais de Marketing. Marketing Digital. Planejamento de marketing turístico.	
OBJETIVO	
• Conhecer os conceitos introdutórios do marketing, bem como sua evolução; • Perceber a importância do marketing na comercialização de produtos e serviços turísticos no mercado; • Discutir e debater as regras e funcionamento da dinâmica da demanda e oferta turística e sua relação com a sazonalidade; • Observar a importância do cliente no mercado turístico; • Entender a relação e o impacto da utilização dos diferentes tipos de mídias na divulgação de produtos e/ou serviços; • Compreender como o planejamento no marketing, juntamente com o uso dos canais de marketing podem alavancar a atividade turística; • Elaborar um Plano de Marketing.	
PROGRAMA	
Unidade 1 – INTRODUÇÃO AO MARKETING 1.1 Conceito do marketing; 1.2 Tipos de Marketing; 1.3 Satisfação dos consumidores;	
Unidade 2 - MARKETING TURÍSTICO 2.1 O Mercado Turístico. 2.2 Oferta e demanda turística. 2.3 Fluxos e sazonalidade do Mercado Turístico	
Unidade 3 - ANÁLISE AMBIENTAL E SITUACIONAL SWOT 3.1 O ambiente do marketing turístico; 3.2 Microambiente e Macroambiente; 3.3 Análise SWOT	

Unidade 4 - POSICIONAMENTO DE MERCADO

- 4.1 A função do composto de marketing
- 4.2 As variáveis do composto de marketing
- 4.3 Conceito de segmentação e os segmentos do mercado turístico

Unidade 5 - COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR TURISTA

- 5.1 Teoria do comportamento do consumidor;
- 5.2 Tipos de comportamento de compra;
- 5.3 Processos de decisão.

Unidade 6 – PUBLICIDADE E PROPAGANDA

- 6.1 Conceitos e objetivos;
- 6.2 Briefing;
- 6.3 Mídias e veiculação de peças publicitárias;

Unidade 7 – CANAIS DE MARKETING DIGITAL

- 7.1 Marketing Digital
- 7.2 FMOT e ZMOT
- 7.3 Canal de marketing
- 7.4 Função do canal de marketing
- 7.5 Mercado do Turismo pela Internet;

Unidade 8 - PLANO DE MARKETING.**METODOLOGIA DE ENSINO**

- Aulas expositivas e dialogadas;
- Orientação em atividades práticas individuais e em grupo;
- Exercícios teóricos e práticos;
- Elaboração assistida e orientada do plano de marketing

RECURSOS

Material didático; Quadro branco; Áudios; Vídeos; Streaming; Datashow

AValiação

Trabalhos individuais e em grupo
Provas Escritas (Avaliação Diagnóstica Individual);
Seminários;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COUGHLAN, Anne T., ANDERSON, Erin, STERN, Louis W., EL-ANSARY, Adel I. **Canais de Marketing**. 7ª Edição – São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.
KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 12 ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2007
MOTA, Keila Cristina Nicolau. **Marketing turístico: promovendo uma atividade sazonal**. São Paulo: Atlas, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KUAZAQUI, Edmir. **Marketing turístico e de hospitalidade: fonte de empregabilidade e desenvolvimento para o Brasil**. São Paulo: Makron, 2000.
LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing de serviços**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
LECINSKI, J. **Zmot – Conquistando o momento zero da verdade**. Google, 2011
PETROCCI, Mario. **Marketing para destinos turísticos**. São Paulo: Futura, 2004.
SANT'ANNA, A., ROCHA JR, I., GARCIA, L.F.D. **Propaganda – Teoria, Técnica e Prática**, São Paulo: Cengage Learning, 2010.

Coordenador de Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
Ceará
Campus Canindé

DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: GESTÃO DA QUALIDADE EM SERVIÇOS	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	4º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Mercado turístico e qualidade. Características e elementos dos serviços; Gestão da Qualidade nas atividades de <i>Front-Office</i>; Gestão da Qualidade nas atividades de <i>Back-Office</i>; Gestão dos Custos. As ferramentas da qualidade. Princípios de competitividade. Definição, princípios, métodos da administração e modelos de qualidade. O conceito de qualidade no turismo. Qualidade na “cadeia” turística: qualidade dos prestadores de serviço, qualidade das destinações. Atendimento e responsabilidade social como atributos da qualidade do turismo. Critérios específicos de qualidade turística: proteção ao consumidor, serviços de reclamações para turistas, planos de auxílio e assistência ao turista, seguros e assistência ao viajante, medidas especiais para visitantes que precisam de suporte particular. Medidas gerais para assegurar um ambiente seguro ao visitante. Exigências internacionais e padrões nacionais de qualidade. Planejamento, gestão e controle da qualidade: qualidade total; auditoria de qualidade; avaliação e certificação da qualidade (ISO 9000, ISO 14000, ISSO 26000 etc.)	
OBJETIVO	
• Fornecer subsídios metodológicos para a análise de temas sobre a gestão da qualidade no setor turístico. • Apresentar informações sobre a qualidade da empresa com o desenvolvimento do pensamento estratégico, a definição de objetivos e o apontamento de indicadores de desempenho. • Aprovisionar o aluno com noções básicas sobre os principais aspectos conceituais da gestão da qualidade, a construção do pensamento estratégico, dos objetivos estratégicos e fatores críticos de sucesso FCS e da Matriz Estratégica FOFA • Contextualizar a importância do processo de competitividade no panorama globalizado do setor turístico, simulando a construção do plano de ações estratégicas integradas. • Apresentar as principais características do profissional no setor turístico e os princípios da hospitalidade.	
PROGRAMA	

UNIDADE 1 - Aspectos Conceituais da Gestão da Qualidade

- 1.1. Principais conceituações sobre qualidade total;
- 1.2. Mercado globalizado e qualidade no setor turístico;
- 1.3. Princípios da Qualidade Total;
- 1.4. Gestão da qualidade e benefícios para o setor turístico;

UNIDADE 2 - Principais Ferramentas em Gestão da Qualidade

- 2.1. Natureza e os tipos de instrumentos utilizados em gestão da qualidade;
- 2.2. Objetivos de aplicação de planos de gestão da qualidade.
- 2.3. Gestão da Qualidade em Serviços e dos Momentos da Verdade
- 2.4. Excelência no Atendimento
- 2.5. Posturas do profissional de atendimento na área do Turismo e Hospitalidade

UNIDADE 3 - Modelos de Acreditação no Setor Turístico

- 3.1. Principais modelos de acreditação utilizados no mundo globalizado;
- 3.2. Exemplos de países e eventos que utilizaram modelos de acreditação;
- 3.3. Panorama do setor turístico com a implantação dos novos modelos de acreditação;
- 3.4 Acreditação EMBRATUR;

UNIDADE 4 - Certificações na Área da Qualidade e Segurança no Trabalho

- 4.1. ISO 9001:2008;
- 4.2. Modelo de Excelência em Gestão- MEG da FNQ (Fundação Nacional da Qualidade);
- 4.3. ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental;
- 4.4. OHSAS 18001 – Norma de Saúde Ocupacional e Segurança no Trabalho;
- 4.5. Modelo TPM Japonês de Qualidade– Manutenção Preventiva Total;
- 4.6. ISO 26000 – Norma Internacional de Responsabilidade Social;

METODOLOGIA DE ENSINO

- Apresentação expositiva em sala de aula sobre temas propostos no conteúdo programático da disciplina;
- Reflexão crítica sobre temas apresentados em sala de aula e textos previamente estudados;
- Possibilidade de realização de vivências e jogos em grupo para melhor compreensão dos temas abordados;
- Apresentação de estudos de caso ou compartilhar de experiências que envolvam temas específicos de interesse do grupo de alunos matriculados na disciplina.

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Insumos de laboratórios;

AValiação

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claras os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;

- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GESTÃO da qualidade em serviço: a busca por um diferencial pelas empresas de pequeno porte do setor supermercadista da região noroeste paulista. GEPROS - Gestão da Produção, Operações e Sistemas, Bauru, SP, v. 4, p. 139-150., jul./set. 2/2007.

FLORES, Paulo Silas Ozores. **Treinamento em qualidade** - fator de sucesso para o desenvolvimento da hotelaria e turismo. Editora: Roca, 2008.

ORGANIZADOR MARCELO PUPIM GOZZI. **Gestão da Qualidade em bens e serviços**. [S.l.]: Pearson. 160 p. ISBN 9788543010175. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788543010175>>. Acesso em: 10 jan. 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, Claudius D'artagnan C. **Excelência em serviços:** uma questão de sobrevivência no mercado. Quality Mark. RJ. 1999.

CARVALHO, Marly Monteiro de et. al. **Gestão da Qualidade: teoria e casos**. Elsevier. RJ. 2005

PALADINI, Edson Pacheco. **Gestão Estratégica da Qualidade:** princípios, métodos e processos. Atlas. SP. 2008

POWERS, Tom; BARROWS, Clayton W. **Administração no setor de hospitalidade:** turismo, hotelaria, restaurante; tradução Ailton Bonfim Brandão. Atlas. SP. 2004

VIEIRA, Valéria Silva. **Aplicação do sistema de gestão da segurança de alimentos** (NBR 22000:2005) na hotelaria: estudo de caso do Gran Marquise Hotel. 2011. 61 f. TCC (Graduação) Tecnologia em Hotelaria - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará/ Campus Fortaleza, Fortaleza, 2011. Disponível em: <biblioteca.ifce.edu.br/index.asp?codigo_sophia=12818>. Acesso em: 10 jan. 2018.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: GESTÃO DE EVENTOS	
Código:	
Carga Horária Total: 80H/AULAS	CH Teórica: 80H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	04
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	4º Semestre
EMENTA	
Esquema da Liberação dos Tempos Humanos; Tempo de lazer, turismo e eventos; Eventos como negócios (a negação do ócio); Tipologia de eventos: diversidades e semelhanças entre eventos; Planejamento, organização, operação e execução de eventos; Experimento com evento (acadêmico, literário ou esportivo).	
OBJETIVO	
• Entender o Esquema da Liberação dos Tempos Humanos e sua relação com o turismo e com eventos; • Perceber a atividade de eventos como um negócio (a negação do ócio); • Identificar os diversos tipos de eventos atentando para as possíveis semelhanças existentes; • Diferenciar os momentos referentes ao planejamento, organização, operação e execução de eventos; • Experimentar uma situação real de um evento acadêmico, literário ou esportivo.	
PROGRAMA	
UNIDADE 1. Tempos humanos 1.1. Tempo biológico, tempo de trabalho, tempo comprometido, tempo inoperante, tempo livre, tempo de lazer, tempo de turismo (quando em vez, participando de eventos); UNIDADE 2. Eventos como negócios possíveis em uma cadeia de produções associadas ao turismo na economia do lugar; UNIDADE 3. Eventos técnicos, eventos científicos, eventos artísticos, eventos festivos: estudo de tipos e subtipos. UNIDADE 4. Planejamento: 4.1. Definição e detalhamento de objetivos; 4.2. Planejamento dos fatores básicos; 4.3. Cronograma e avaliação;	

- 4.4. Estrutura administrativa (organograma);
 4.5. Plano de vendas e política de preços (revendo teoria de preços de eventos);

UNIDADE 5. Organização:

- 5.1 Projeto;
 5.2. Normas de trabalho e rotinas.

UNIDADE 6. Operação:

- 6.1. Estrutura organizacional;
 6.2. Funções típicas e colaboradores possíveis;
 6.3. Controle na gestão.

UNIDADE 7. Execução:

- 7.1. Concepção;
 7.2. Pré-evento;
 7.3. Trans-evento (Evento);
 7.4. Pós-evento

UNIDADE 8. Cadernos de trabalho: disposição de itens e indicação do sequenciamento de tarefas/ações na relação com o tempo, existente, na gestão de eventos.

UNIDADE 9. Experimentação em evento: formulação de cenários e situações reais para um evento acadêmico, literário ou esportivo

METODOLOGIA DE ENSINO

Estabelecendo um clima adequado entre professor e alunos, mediante uma identificação prévia, obter-se-á atenção, dos aprendizes, para o conteúdo proposto, a ser apresentado, com idéias generalistas.

O conteúdo essencial (noções e pré-requisitos para a compreensão das idéias essenciais da aula) será exposto partindo de idéias gerais e simples para as particulares e complexas. Buscar-se-á estabelecer encadeamentos com idéias básicas que ancoram idéias subsidiárias, mediante questionamentos e exemplificações.

A formalização do teor da aula será construída com a reapresentação de frases ou expressões relevantes referentes ao ponto trabalhado sempre envolto em perguntas inquietadoras, destinadas aos alunos, via avaliação, por ser diagnóstica, formativa, processual e contínua.

Chamar-se-á atenção para as idéias mais importantes surgidas usando uma síntese possibilitando, permitindo e percebendo o processo coletivo de aquisição do saber.

Avaliar-se-á sugerindo aos alunos que resumam ou exemplifiquem aspectos ponderados em cada aula evidenciando a mensagem social do conhecimento passado destacando as possibilidades reais de contribuições para a coletividade.

Por fim, indicam-se, quando possível, as referências em cada aula alusivas aos assuntos efetivamente trabalhados.

RECURSOS

- Imagens, músicas, vídeos, obras artísticas, textos.
- Materiais didáticos (Data-show e Notebook, Slides, Caixas de som)

AValiação

Avaliação, por ser diagnóstica, formativa, processual e contínua será direcionada ao momento de cada unidade trabalhada, em sala, para cada uma das duas etapas. A sistemática de avaliação se desenvolverá em dois momentos. Serão, no mínimo, duas avaliações por etapa ou momento avaliativo. Comporá esta avaliação individual, contínua e direcionada um momento, em sala de aula, de autoavaliação possibilitando, ao aluno, perceber o desempenho individual e

coletivo no tocante a aquisição do conhecimento trabalhado.

A nota da etapa poderá ser a média aritmética das notas obtidas pelo aluno.

Caso o aluno não atinja média (7,0) para aprovação, mas tenha obtido no semestre, no mínimo 3,0, fará Avaliação Final que deverá ser aplicada no mínimo 3 (três) dias letivos após registro e divulgação do resultado da média semestral no Sistema Acadêmico.

A nota da Prova Final deverá ser somada à média semestral e dividida por 2 e deverá ser igual ou maior do que 5,0, para que o aluno obtenha aprovação.

Será considerado aprovado o discente que apresentar frequência igual ou superior a 75%, por disciplina.

A promoção semestral se dá pela combinação notas e frequências; em ambas as etapas e no resultado final.

Seguirá o Regulamento da Organização Didática (ROD).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREUND, Francisco Tommy. **Festas e recepções: gastronomia, organização e cerimonial**. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2011.

SALGADO, Paulo Regis. **Protocolo, cerimonial e etiqueta em eventos: uma prática ao alcance de todos**. São Paulo: Paulus, 2010.

ZANELLA, Luiz Carlos. **Manual de organização de eventos: planejamento e operacionalização**. São Paulo: Atlas, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALLEN, Johnny et al. **Organização e gestão de eventos**. Tradução de Marise Philbois e Adriana Kramer. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Datas comemorativas e outras datas significativas**. Brasília (DF): Edições Câmara, 2012. (Série ações de cidadania; número 15).

BRASIL, Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Subsecretaria de Edições Técnicas. **Lei do turismo e legislação correlata**. Brasília (DF): Senado Federal, 2012.

BRITTO, Janaina; FONTES, Nena. **Estratégias para eventos: uma ótica do marketing e do turismo**. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2010.

VELLOSO, Ana Maria Corsini. **Cerimonial universitário**. Brasília (DF): Editora da Universidade de Brasília (UnB), 2002.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	4º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
A informação e o processo decisório: a importância e os sistemas de informação no ambiente organizacional. Desenvolvimento de sistemas de informação: fases e profissionais envolvidos. Modelo de sistemas de informações gerenciais. Modelo de sistemas de suporte à decisão. Administração de tecnologias da informação: novas alternativas tecnológicas. Gestão de ambientes de informática. Dimensões éticas e sociais da TI.	
OBJETIVO	
Apresentar os principais conceitos relacionados a sistemas de informação. Permitir que aluno compreenda os diferentes tipos de sistemas de informação, principalmente os sistemas de apoio à tomada de decisão. Discutir a importância dos sistemas de informação no atual ambiente organizacional e corporativo de negócios. Introduzir os primeiros conceitos relacionados ao processo de desenvolvimento de sistemas de informação.	
PROGRAMA	
UNIDADE I Contextualização de sistemas de informação - Definição de sistemas de informação - Características de sistemas de informação - Valor estratégico de sistemas de informação e vantagem competitiva UNIDADE II Caracterização dos sistemas de informação - Estrutura organizacional e tipos de sistemas de informação - Sistemas de informação não tradicionais - Arquiteturas de sistemas de informação - Sistemas integrados UNIDADE III Tipos tradicionais de sistemas de informação	

- Sistemas de processamento de transações
- Sistemas de apoio à tomada de decisão
- Sistemas de informação gerenciais
- Sistemas de apoio a executivos
- Sistema ERP

UNIDADE VI Negócios digitais com sistemas de informação

- Uso da internet
- Comércio eletrônico
- Governo eletrônico
- Computação em nuvem

UNIDADE VI Sistemas de informação e a tecnologia da informação

- Caracterização da tecnologia da informação
- Infraestrutura de tecnologia da informação
- Segurança de tecnologia da informação e de sistemas de informação

UNIDADE VII Tecnologia da Informação e ética

- Questões éticas, sociais e políticas em sistemas de informação

METODOLOGIA DE ENSINO

A disciplina será ministrada em aulas expositiva-dialógica, abordando teoria e prática, podendo-se utilizar, dentre outras metodologias, trabalhos de equipes, exercícios programados, seminários, exposições dialogadas e grupos de discussão, onde os conteúdos poderão ser ministrados de acordo as especificidades do grupo de alunos e da disciplina. Podem ser Visitas Técnicas e a utilização de recursos audiovisuais.

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Insumos de laboratórios;

AValiação

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claro os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;

- Planejamento, organização, coerência de idéias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

Importante destacar como será avaliado o desempenho dos alunos na aulas práticas bem como nas prática enquanto componentes curriculares do ensino. Quanto ao tipo de avaliação, poderá ser: prova escrita, apresentação de seminário, pesquisa e desenvolvimento de artigos, resolução de exercícios práticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LAUDON, K.C. E LAUDON, J. P. **Sistemas de Informação Gerenciais**. 11a. Edição. Pearson. 2014
 EFRAIM, TURBAN; KING DAVID. **Comércio Eletrônico - Estratégia e Gestão**; 1ª Edição. Pearson. 2003.
 CAIÇARA, Cícero Junior. **Sistemas Integrados de Gestão ERP**. Curitiba: InterSaberes, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. **Introdução a Informática**. 8ª Ed. Pearson. 2004.
 CAIÇARA JUNIOR, Cícero, WILDAUER, Egon Walter. **Informática instrumental**. 1ª ed. Curitiba; Inter Saberes. 2013.
 DIAS, REINALDO. **Tecnologias da gestão**. 8ª Ed Brasil: Pearson. 2014.
 LAURINDO, Fernandes Jospe Barbin – **Tecnologia da Informação** – Eficácia nas Organizações. Editora Futura.
 ROSINI, Alessandro Marco; PALMISANO, Ângelo. **Administração de sistemas de informação e a gestão do conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 30H CH Prática: 10H
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	4º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Métodos de pesquisa e matrizes teóricas. Abordagens de pesquisa: definição, tipos e características. Técnicas de pesquisa. Elaboração do projeto de pesquisa.	
OBJETIVO	
- Discutir os métodos de pesquisa e as matrizes teóricas que a subsidiam. - Explicitar as abordagens de pesquisa, bem como sua definição, tipos e características. - Conhecer as técnicas de pesquisa utilizadas para coleta e análise de dados. - Elaborar um projeto de pesquisa aplicável à área de formação visando desenvolver competências e habilidades na pesquisa científica.	
PROGRAMA	
UNIDADE I - MÉTODOS DE PESQUISA E MATRIZES TEÓRICAS 1.1. Dedutivo (racionalismo) 1.2. Indutivo (empirismo) 1.3. Hipotético-dedutivo (neopositivismo) 1.4. Dialético (materialismo dialético) 1.5. Fenomenológico (fenomenologia)	
UNIDADE II - ABORDAGENS DE PESQUISA: DEFINIÇÃO, TIPOS E CARACTERÍSTICAS 2.1. Qualitativa: conceito, tipos de pesquisas qualitativas e características de cada uma delas 2.2. Quantitativa: conceito, tipos de pesquisas quantitativas e características de cada uma delas 2.3. Mista (Quali e Quantitativa): razões e critérios de escolha dessa abordagem	
UNIDADE III - TÉCNICAS DE PESQUISA 3.1 Técnicas para a coleta de dados: 3.1.1. Entrevista (Estruturada, Não-Estruturada e Semiestruturada) 3.1.2. Observação (Estruturada, Não-Estruturada) 3.1.3. Questionário (questões abertas e fechadas) 3.1.4. Análise de Documentos 3.2. Formas de Registro (Vídeo, Fotografia, Gravador, Papel e Lápis – Diário de Campo) 3.3. Técnicas para Análise de Dados: 3.3.1. Análise de conteúdo (Bardin)	

3.3.2. Análise de discurso (Pêcheux)

3.3.3. Softwares para tabulação de dados: Statistical Package for the Social Sciences (SPSS); Nvivo etc.

UNIDADE IV - ELABORAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA

4.1. Elementos pré-textuais:

4.1.1. Folha de rosto com dados gerais de identificação da instituição e sumário

4.2. Elementos textuais:

4.2.1. Introdução contendo a problematização, a justificativa, e objetivos (geral e específicos)

4.2.2. Referencial Teórico

4.2.3. Metodologia contendo o tipo de pesquisa e as técnicas a serem empregadas

4.2.4. Cronograma de Execução

4.2.5. Resultados Esperados

4.3. Elementos pós-textuais:

4.3.1. Referências, conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) vigentes

4.3.2. Apêndices e anexos, se necessário.

METODOLOGIA DE ENSINO

Exposição dialogada, trabalhos práticos, seminários e atividades a serem desenvolvidas em sala quanto extra-sala.

RECURSOS

- Material didático-pedagógico; (livros, vídeos, textos)
- Recursos Audiovisuais; (Datashow e Notebook, Slides, Caixas de som, microfone).
- Programas e simuladores

AVALIAÇÃO

A avaliação é realizada de forma processual e contínua, considerando a participação e produção escrita dos discentes em diversos momentos da disciplina. A frequência é obrigatória, respeitando os limites de ausência previstos em lei.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ed. São Paulo : Atlas, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

VEAL, A. J. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. Tradução: Gleice Guerra e Mariana Aldrigui. São Paulo: Aleph, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 34ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SANCHO-PÉREZ, Amparo. **Introdução à Metodologia da Pesquisa em Turismo**. São Paulo: Roca, 2006.

SANTOS, Selma Cristina dos; CARVALHO, Márcia Alves Faleiro de. **Normas e técnicas para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ed. São Paulo: Cortez; 2011.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: PLANEJAMENTO TURÍSTICO	
Código:	
Carga Horária Total: 80H/AULAS	CH Teórica: 80H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	04
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	4º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Evolução e características do processo de planejamento do turismo. Conceituação de Planejamento estratégico, planejamento tático, planejamento operacional. Diretrizes, operacionalização, acompanhamento e avaliações. Política Nacional de Turismo. Técnicas e métodos disponíveis para a formulação do planejamento turístico em nível: políticas, planos programas e projetos. Etapas do planejamento: Inventário, diagnóstico, prognóstico turístico e estratégias. A legislação e o planejamento em áreas urbanas. Ética e planejamento turístico. Planejamento: objetivos, tempo e custos, fluxograma, cronograma, formação de equipes e fontes de pesquisa e avaliação. Elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico de um município.	
OBJETIVO	
• Conhecer as teorias de planejamento e organização do turismo e lazer, em seus diferentes níveis, áreas e dimensões. • Desenvolver habilidades teóricas e conceituais na área do planejamento turístico através dos conceitos, tipos e enfoques de planejamento. • Estimular os alunos a uma visão geral de elaboração de diagnóstico e prognóstico em destinos turísticos. Fornecer ferramentas para a realização de um inventário turístico	
PROGRAMA	
UNIDADE 1 - Histórico do Planejamento; 1.1. Evolução e histórico geral do Planejamento; 1.2. Conceitos, Classificações, significados e aplicações; 1.3. Fases/Etapas do Planejamento; 1.4. Planejamento, estrutura e sistema do turismo; UNIDADE 2 - Planejamento Turístico: Origem, Conceitos, Tipos e Enfoques; 2.1. Planejamento Turístico: Efeitos e fatores; 2.2. Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Aspectos Socioculturais; 2.3. Ambientais, Planejamento Turístico e Sustentabilidade; 2.4. Planejamento na Perspectiva Estratégica;	

2.5. Planejamento: Potencialidades e Limites;

UNIDADE 3 - Inventário da Oferta Turística;

- 3.1. Sensibilização Turística e Sinalização de Trânsito;
- 3.2. Inventário da Oferta Turística (Instrumentais e Metodologias);
- 3.3. Pesquisa de Demanda Turística e Diagnostico da Atividade Turística;
- 3.4. Identificação, divisão e classificação da oferta e da demanda turística;
- 3.5. Prognóstico e Plano de Ação;
- 3.5. Viabilização dos projetos junto aos setores públicos e privados;
- 3.6. Avaliação e Monitoramento - Controle.

UNIDADE - Técnicas de Elaboração de Projetos.

- 4.1. A concepção do projeto: ciclo de vida e fases de um projeto;
- 4.2. Objetivos e princípios da gestão de projetos;
- 4.3. A importância da definição de papéis na gestão de projetos;
- 4.4. Possíveis problemas e conflitos de cada fase do projeto;
- 4.5. Fases do processo de elaboração de um projeto turístico;
- 4.6. A escolha do tema: considerações relevantes;

METODOLOGIA DE ENSINO

Estabelecendo um clima adequado entre professor e alunos, mediante uma identificação prévia, obter-se-á atenção, dos aprendizes, para o conteúdo proposto, a ser apresentado, com ideias generalistas. O conteúdo essencial (noções e pré-requisitos para a compreensão das ideias essenciais da aula) será exposto partindo de ideais gerais e simples para as particulares e complexas. Buscar-se-á estabelecer encadeamentos com ideais básicas que ancoram ideias subsidiárias, mediante questionamentos e exemplificações. A formalização do teor da aula será construída com a reapresentação de frases ou expressões relevantes referentes ao ponto trabalhado sempre envolto em perguntas inquietadoras, destinadas aos alunos, via avaliação, por ser progressiva contínua e direcionada. Chamar-se-á atenção para as ideias mais importantes surgidas usando uma síntese possibilitando, permitindo e percebendo o processo coletivo de aquisição do saber. Avaliar-se-á sugerindo aos alunos que resumam ou exemplifiquem aspectos ponderados em cada aula evidenciando a mensagem social do conhecimento passado destacando as possibilidades reais de contribuições para a coletividade. Por fim, indicam-se, quando possível, as referências em cada aula. Realização de Visitas Técnicas.

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Insumos de laboratórios;

AValiação

A avaliação será realizada de forma contínua com base: Prova escrita; Apresentação de seminário e Pesquisa e desenvolvimento de artigos. Média 7,0 para aprovação. A média final será obtida pela soma da média semestral, mais a nota da prova final, dividida por 2, devendo o aluno alcançar, no mínimo, a média 5,0 para aprovação. Será considerado aprovado o discente que apresentar frequência igual ou superior a 75%, por disciplina. Leiam o informativo do Departamento de Ensino e, principalmente, o Regulamento da Organização Didática (ROD).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALEXANDRE PANOSSO NETTO, Marília Gomes dos Reis Ansarah (eds.). **Produtos Turísticos e Novos Segmentos de Mercado**. [S.l.]: Manole. 444 p. ISBN 9788520436356. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520436356>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ERICKA AMORIM / LUÍS MOTA FIGUEIRA / CLÁUDIA SOARES. **Planejamento e organização do turismo** - 1º Edição. [S.l.]: InterSaberes. 226 p. ISBN 9788544301876. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544301876>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

RUSCHMANN, Doris van de Meene; Solha, Karina Toledo. **Planejamento Turístico**. [S.l.]: Manole. 360 p. ISBN 9788520415733. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520415733>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENI, Mario Carlos (ORG.). **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão** – desenvolvimento regional, redes de produção e clusters. [S.l.]: Manole. 632 p. ISBN 9788520431993. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520431993>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

DORIS RUSCHMANN. **Turismo e planejamento sustentável**: A proteção do meio ambiente - 1ª Edição. [S.l.]: Papirus. 196 p. ISBN 9788544900895. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544900895>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PEDRO DE ALCÂNTARA BITTENCOURT CÉSAR. **Turismo e desenvolvimento sustentável**: análise dos modelos de planejamento turístico. [S.l.]: EDUCS. 160 p. ISBN 9788570616173. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788570616173>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PETROCCHI, Mario. **Turismo: planejamento e gestão** - 2ª edição. [S.l.]: Pearson. 384 p. ISBN 9788576051923. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576051923>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: PROJETO SOCIAL	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 20H CH Prática: 20 H
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	20H
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	4º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
A disciplina envolve o estudo para a construção de conhecimentos científicos, culturais e vivências socioeducativas, por meio da resolução de problemas, utilizando os diversos tipos de linguagem, visando à construção de trabalho organizado e valorização do sujeito histórico, crítico e participativo	
OBJETIVO	
• Conhecer as dimensões científicas, culturais e vivências socioeducativas. • Investigar a realidade nos projetos sociais. • Compreender os aspectos técnicos e pedagógicos da realidade social utilizando o conhecimento das diferentes áreas do Turismo em projetos sociais.	
PROGRAMA	
Unidade 1: Contexto Sócio-Político da Sociedade Brasileira 1.1. Análise do contexto sócio-político-econômico da sociedade brasileira. 1.2. Movimentos Sociais e o papel das ONG'S como instâncias ligadas ao terceiro setor. 1.3. Formas de organização e participação em trabalhos sociais. Unidade 2: Transversalidade e Educação 3.1. Princípios e concepções de transversalidade 3.2. Abordagem transversal e a prática docente no ensino de Matemática 3.3. Turismo e transversalidade. Unidade 3: Projetos Sociais 2.1. Métodos e Técnicas de elaboração de projetos sociais. 2.2. Pressupostos teóricos e práticos a serem considerados na construção de projetos sociais. 2.3. Formação de valores éticos e de autonomia para participação social.	

METODOLOGIA DE ENSINO	
As aulas serão desenvolvidas recorrendo a processos de estudo aliando teoria, prática e reflexão. Para tanto, priorizaremos as exposições dialogadas, debates, produções textuais, estudos em grupos, desenvolvimento de projetos.	
RECURSOS	
Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina: • Material didático-pedagógico; • Recursos Audiovisuais; • Insumos de laboratórios;	
AVALIAÇÃO	
A avaliação será diagnóstico-processual, envolvendo os aspectos individuais e coletivos apresentados ao decorrer do processo de ensino e aprendizagem. Para esse fim serão apreciados os seguintes critérios: presença e participação ativa dos alunos nas aulas teóricas e práticas, expressão oral e escrita, seminários, colaboração em atividades organizadas (individuais ou em grupo). Serão utilizados como instrumentos de avaliação trabalhos escritos como realização de notas de leitura, produção de textos, desenvolvimento de um projeto atentando para as normas de avaliação descritas no Regulamento da Organização Didática – ROD.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BOULLOSA, Rosana de Freitas; ARAÚJO, Edgilson Tavares de. Avaliação e monitoramento de projetos sociais . Curitiba: IESDE, 2009. COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de projetos sociais . 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. DEMO, Pedro. Política social, educação e cidadania . 13. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
GIEHT, Pedro Roque et al. Elaboração de projetos sociais . [S.l.]: InterSaberes. 180 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544302729 . Acesso em: 5 dez. 2017. BOCCHI, Olsen Henrique. O Terceiro Setor uma visão estratégica para projetos de interesse público . [S.l.]: InterSaberes. 0 p. ISBN 9788582126592. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582126592 . Acesso em: 5 dez. 2017. PERSEGUINI, Alayde dos Santos. Responsabilidade social . [S.l.]: Pearson. 172 p. ISBN 9788543016672. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788543016672 . Acesso em: 5 dez. 2017.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____


5º SEMESTRE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: CONSULTORIA EM NEGÓCIOS TURÍSTICOS	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	5º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Apresentar os conceitos e termos utilizados em consultoria. Funções do consultor. Mercado de trabalho para o consultor em turismo. Postura e ética profissional do consultor em turismo. O processo de consultoria e a elaboração de propostas e negociações. Elaboração, execução, controle e avaliação de Projetos Turísticos e Hoteleiros. Estudo de mercado: elaboração de planos de ação; análises de mercado; análises de reposicionamento estratégico; diagnósticos empresariais; avaliação de empreendimentos e a importância do gerenciamento de projetos turísticos.	
OBJETIVO	
• Apresentar, analisar e discutir a conceituação básica de consultoria de organização empresarial, em especial na atividade turística; • Considerar a consultoria como atividade profissional no complexo e mutável ambiente empresarial analisando as tendências de mercado turístico; • Esclarecer a natureza e características da consultoria de organização com prestação de serviço; • Identificar os objetivos da consultoria de organização no contexto empresarial. • Apresentar uma perspectiva ampla sobre a importância das atividades econômicas do turismo e da hotelaria no mundo globalizado; • Destacar a importância e necessidade de manter a organização e gestão das empresas em permanente busca de melhoria e de inovação para assegurar a competitividade que beneficia a dinâmica do mercado. • Destacar a valiosa contribuição dos serviços especializados da consultoria de organização para apoiar as empresas de turismo e hotelaria na manutenção da eficiência, da qualidade e da inovação necessárias ao sucesso no mercado livre.	
PROGRAMA	

UNIDADE I – Pesquisas em turismo

- 1.1. Pesquisa e produção do conhecimento
- 1.2. Principais componentes da pesquisa em turismo

UNIDADE 2 - Consultoria em Turismo

- 2.1. Conceitos e definições sobre consultoria
- 2.2. Consultoria em ação
- 2.3. Técnica, ética e questões subjetivas.
- 2.4. Papel e perfil do consultor

UNIDADE 3 - Monitoramento de projetos de consultoria

- 3.1. Principais conceitos sobre monitoramento de projetos
- 3.2. Sistemas de monitoramento
- 3.3. Rotina de monitoramento
- 3.4. Monitoramento em consultoria
- 3.5. Pré-diagnóstico

UNIDADE 4 – Mercado

- 4.1. Novas tendências de análise de contextos sociais, econômicos, culturais e políticos – a pós-modernidade e a estratégia de desenvolvimento e gestão de negócios
- 4.2. Prestação de serviços especializados
- 4.3. Consultor autônomo
- 4.4. Equipe “ad hoc” (“network”)
- 4.5. Ética e Moral (Código de Ética do Instituto Brasileiro dos Consultores de Organização - IBCO)
- 4.6. Competência profissional, Negociação e Contato Inicial
- 4.7. Contrato de prestação de serviço
- 4.8. Valor simbólico e valor material
- 4.9. Turismo e hospitalidade – (processos de acreditação, segmentos alternativos, redes globais, marcas de distinção).
- 4.10. Cases em torno Sustentabilidade Ambiental no Turismo (em consonância com RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL Art. 12. A partir do que dispõe a Lei nº 9.795, de 1999, e com base em práticas comprometidas com a construção de sociedades justas e sustentáveis, fundadas nos valores da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade, sustentabilidade e educação como direito de todos e todas, são princípios da Educação Ambiental).

METODOLOGIA DE ENSINO

- Apresentação expositiva em sala de aula sobre temas propostos no conteúdo programático da disciplina;
- Reflexão crítica sobre temas apresentados em sala de aula e textos previamente estudados;
- Possibilidade de realização de vivências e jogos em grupo para melhor compreensão dos temas abordados;
- Apresentação de estudos de caso ou compartilhar de experiências que envolvam temas específicos de interesse do grupo de alunos matriculados na disciplina.

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Insumos de laboratórios;

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claras os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DINSMORE, P. C. (Sup.); BARBOSA, A. M. C. (Coord.). **Como se tornar um profissional em Gerenciamento de Projetos**: Livro-base de preparação para certificação PMP - Project Management Professional. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005

JEFERSON LUIS LIMA CUNHA. **Consultoria organizacional**. [S.l.]: InterSaberes. 146 p. ISBN 9788582127308. Disponível em:

<<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582127308>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ORGANIZADOR OVANILDO GONÇALVES DE SOUZA. **Consultoria empresarial**. [S.l.]: Pearson. 156 p. ISBN 9788543016986. Disponível em:

<<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788543016986>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CROCCO, L.; GUTTMANN, E. **Consultoria empresarial**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010

HORNSTEIN, Harvey A. **O Abuso do Poder e o Privilégio nas Organizações**. [S.l.]: Pearson. 184 p. ISBN 9788587918604. Disponível em:

<<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788587918604>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

OLIVEIRA, D. P. R. **Manual de consultoria empresarial**: conceitos, metodologia e práticas. 11 ed.

São Paulo: Atlas, 2012.

VARGAS, R. V. **Gerenciamento de projetos**: estabelecendo diferenciais competitivos. 6ª ed. RJ: Brasport, 2005

WEISS, A. **Consultor de ouro**: guia profissional par a construção de uma carreira. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: DESTINOS TURÍSTICOS	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	5º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Caracterização de destinos e produtos turísticos. Apresentando os destinos turísticos nacionais e internacionais analisados numa perspectiva (histórica, cultural, econômica, política e social) e representando através de imagens, reportagens, documentários, filmes a patrimonialidade desses lugares. Bem como a promoção, publicidade, comercialização e comunicação no contexto do turismo: papéis e responsabilidades - da estruturação à comercialização.	
OBJETIVO	
• Identificar os principais destinos turísticos nacionais e internacionais, através do aporte de elementos teóricos e práticos que possibilitem a compreensão dos processos de estruturação e promoção de destinos sob uma visão em rede de todos os elementos constitutivos do turismo. • Apresentar ao aluno os diversos modelos e tendências de planejamento aplicáveis atualmente ao setor turístico; • Permitir ao aluno a compreensão das bases de um planejamento estratégico de marketing, as estratégias e principais modelos de estruturação e promoção de destinos, bem como o posicionamento mercadológico de destinos. • Permitir aos acadêmicos conhecer e se apropriar das especificidades do planejamento e da gestão sustentável e compartilhada dos destinos turísticos em diferentes espaços geográficos	
PROGRAMA	
UNIDADE 1 – O Destino turístico 1.1. Identificação da demanda; a caracterização, hierarquização e mensuração dos turistas nesses lugares; 1.2. Experiências recentes de planejamento em sistemas turísticos (cases) 1.3. Posicionamento do destino no ambiente turístico UNIDADE 2 – Especificidades do planejamento e da gestão do turismo em espaços diversos	

2.1. Organização e a atuação do poder público, da sociedade civil organizada e receptividade e envolvimento da população nos destinos turísticos estudados;

UNIDADE 3 – Gestão compartilhada e desenvolvimento de destinos turísticos

3.1. Estratégias básicas para divulgação e promoção dos destinos turísticos nacionais e internacionais

3.2. Gestão do tripé do turismo (alimentação, hospedagem e transporte) bem como a função, importância e organização do setor de hospedagem e de eventos no contexto turístico e das relações de mercado.

3.3. Modalidades contemporâneas de planejamento: local, participativo, sustentável, integrado, sistêmico, da cadeia de serviços, em rede, da estrutura de governança, etc.

METODOLOGIA DE ENSINO

Estabelecendo um clima adequado entre professor e alunos, mediante uma identificação prévia, obter-se-á atenção, dos aprendizes, para o conteúdo proposto, a ser apresentado, com ideias generalistas. O conteúdo essencial (noções e pré-requisitos para a compreensão das ideias essenciais da aula) será exposto partindo de ideias gerais e simples para as particulares e complexas. Buscar-se-á estabelecer encadeamentos com ideias básicas que ancoram ideias subsidiárias, mediante questionamentos e exemplificações. A formalização do teor da aula será construída com a reapresentação de frases ou expressões relevantes referentes ao ponto trabalhado sempre envolto em perguntas inquietadoras, destinadas aos alunos, via avaliação, por ser progressiva contínua e direcionada. Chamar-se-á atenção para as ideias mais importantes surgidas usando uma síntese possibilitando, permitindo e percebendo o processo coletivo de aquisição do saber. Avaliar-se-á sugerindo aos alunos que resumam ou exemplifiquem aspectos ponderados em cada aula evidenciando a mensagem social do conhecimento passado destacando as possibilidades reais de contribuições para a coletividade. Por fim, indicam-se, quando possível, as referências em cada aula. Realização de Visitas Técnicas.

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Insumos de laboratórios;

AValiação

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claras os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ESTEVE, Josep M. Pascual. **Governança Democrática: Construção Coletiva Do Desenvolvimento Das Cidades.** Juis De Fora: Editora Ufjf, 2009.

VIGNATI, Federico. **Gestão de destinos turísticos:** como atrair pessoas para pólos, cidades e países. Rio de Janeiro: Senac RJ, 2008. 244 p., il. Inclui referências. ISBN 978-85-87864-72-7.

PETROCCHI, Mario. **Turismo: planejamento e gestão** - 2ª edição. [S.l.]: Pearson. 384 p. ISBN 9788576051923. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576051923>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHIAS, Josep. Turismo, **O Negócio da Felicidade:** Desenvolvimento e Marketing Turístico Em Países, Regiões, Lugares E Cidades. São Paulo: EDITORA SENAC SP, 2007.

HALL, G. Michael. **Planejamento Turístico:** Políticas, Processos E Relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

HAYLLAR, B. ET ALL. **Turismo Em Cidades:** Espaços Urbanos, Lugares Turísticos. Rio De Janeiro: Elsevier, 2011.

KNAFOU, Remy. **Turismo E Território:** Por Uma Abordagem Científica Do Turismo. In: Rodrigues, Adyr A.B. Turismo E Geografia: Reflexões Teóricas E Enfoques Regionais. São Paulo: ED. HUCITEC, 1996. P. 62-74

VALLS, Josep-Francesc. **Gestão Integral De Destinos Turísticos Sustentáveis.** Rio De Janeiro: Editora FGV, 2006.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

DISCIPLINA: POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	5º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Conceitos de políticas públicas. O ciclo das Políticas Públicas: Avaliação, Planejamento e Gestão. Políticas públicas de turismo e as responsabilidades do setor público. Evolução das políticas públicas de turismo. Instrumentos de política para o turismo sustentável. Agentes de turistificação dos espaços. Políticas de turismo no Brasil e no Ceará. Estrutura de organismos nacionais de turismo. Administração Pública do Turismo. Política Nacional do Turismo e Políticas Regionais. Conhecimentos básicos das leis e diretrizes do turismo.	
OBJETIVO	
• Dialogar sobre conceitos e noções fundamentais sobre políticas públicas, para proporcionar aos estudantes subsídios para compreender criticamente as políticas de turismo delineadas para o território brasileiro e cearense. • Compreender a estrutura da administração pública do turismo, para refletir sobre a importância da gestão pública do turismo no âmbito nacional e local; • Identificar os objetivos, agentes influenciadores, programas e políticas para o desenvolvimento turístico em execução no país e no estado, para dialogar sobre como tais ações podem incentivar o desenvolvimento do turismo local.	
PROGRAMA	
UNIDADE 1. O Papel do Poder Público no Turismo 1.1.Administração Direta e Indireta e o Conceito de Políticas Públicas. 1.2.Administração Pública e o Setor do Turismo; 1.3.Gestão Pública e o Ciclo das Políticas Públicas 1.4.Atuação Pública no Turismo 1.5.Organismos Nacionais e Internacionais de Turismo. UNIDADE 2. Políticas Públicas de Turismo no Brasil e no Ceará 2.1 Histórico das Políticas Públicas voltadas para o Turismo no Brasil; 2.2 As Políticas Públicas de Turismo no Ceará.	

UNIDADE 3. Políticas Públicas em Localidades Turísticas

3.1 O potencial de otimização e de crescimento da atividade, através da política local do turismo;

3.2 Modelos para a execução de uma política pública municipal para o turismo;

3.3 A influência dos grupos de interesse no processo de decisão de políticas públicas de turismo.

UNIDADE 4. Instrumentos legais para gestão

4.1 Instrumentos para a Gestão Pública do Turismo;

4.2 Monitoramento e avaliação da política de turismo.

METODOLOGIA DE ENSINO

O conteúdo será ministrado através de aulas expositivas participativas, trabalhos individuais e em grupo, seminários, debates, estudos de casos, resolução de exercícios, pesquisas e atividades extraclasse, buscando não só a adequação da técnica à diversidade dos temas como também a qualidade do ensino-aprendizagem. Visitas Técnicas e a utilização de recursos audiovisuais.

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Insumos de laboratórios;

AValiação

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claras os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 15 ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Políticas de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira, 2003.

MATIAS, Pereira, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, G. Michael. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001

SOUZA, Maria José de. **Políticas públicas e o lugar do turismo**. Brasília: UNB, 2002.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: GESTÃO DE MEIOS DE HOSPEDAGEM	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	5º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Tipos e Classificação dos meios de hospedagens. Meios de hospedagem locais. Meios, tipos e qualidade de serviços. Setorização: definições e funções. Relacionamento interdepartamental. Cadeias internacionais e nacionais. Gestão de Recursos Humanos. Ética na Hotelaria. Competividade e Qualidade.	
OBJETIVO	
• Permitir que o egresso adquira conhecimento acerca da operação dos meios de hospedagem em seus diversos contextos. Esteja apto a examinar as estruturas física, econômica e humana da indústria da Hospedagem, com uma visão global e interdependente. • Dominar os conceitos, técnicas e processos de gestão do campo de atuação da Hospitalidade, bem como introduzir os paradigmas emergentes. • Compreender a indústria de hospitalidade, bem como o universo interno da gestão de operações dos diversos meios de hospedagem, seu funcionamento e principais atividades.	
PROGRAMA	
UNIDADE 1 – Classificação dos Meios de Hospedagem; 1.1. Tipologias dos meios de hospedagem 1.2. Classificação dos diversos tipos de hospedagem 1.3 Características dos serviços hoteleiros 1.4 Outros tipos de meios de hospedagem UNIDADE 2 - Setores da Hotelaria 2.1 Áreas e Setores da Hotelaria (hierarquia e comunicação entre setores); 2.2 Principais cargos e atribuições; 2.3 O ciclo do hospede; 2.4 Estrutura e funcionamento de hotéis e meios de hospedagem: reservas, recepção, portaria social, telefonia, governança, manutenção e segurança; UNIDADE 3 – Gestão hoteleira 3.1. Técnicas de gerenciamento;	

- 3.2. Enfoque sistêmico da hotelaria
- 3.2. Operacionalidade dos meios de hospedagem;
- 3.3 Características dos serviços de hotelaria: As bases do planejamento estratégico hoteleiro.
- 3.4. Ciclo de vida de um hotel
- 3.5. Projeto arquitetônico: dimensionamento e operacionalização.
- 3.6. Hotéis inteligentes

UNIDADE 4- **Planejamento Hoteleiro**

- 4.1. Etapas do processo de planejamento estratégico
- 4.2. Análise macroambiental (diagnóstico)
- 4.3 Ponto de equilíbrio
- 4.4 Atribuições do setor financeiro
- 4.5 Custos na hotelaria
- 4.6 Indicadores de desempenho
- 4.7 Operacionalidade nas áreas de Eventos, Marketing e Lazer
- 4.8 Operacionalidade na área de Alimentos e Bebidas (Gerencia de A e B, Restaurante, Cozinha, Copa, Confeitaria, Room Service, Bar, Stewarding e Mise en Place)
- 4.9. Sustentabilidade em Meios de Hospedagem. (em consonância com RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental). PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL Art. 12. A partir do que dispõe a Lei nº 9.795, de 1999, e com base em práticas comprometidas com a construção de sociedades justas e sustentáveis, fundadas nos valores da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade, sustentabilidade e educação como direito de todos e todas, são princípios da Educação Ambiental.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivo-dialogadas; Exercícios teóricos e práticos; Apresentação de seminários; Observação de filmes; Análise e interpretação de textos e artigos; Incursões no Campo Empírico; Vivência Prática. Descrição Complementar: Aulas expositivas dialógicas, apresentação de audiovisuais como transparências e filmes, estudos de casos, observações, visitas técnicas, leitura de textos, pesquisas, oficinas, construções de textos e relatórios. Os textos serão entregues no início da unidade para que façam leituras prévias. Estudos de caso, os quais abordem situações comuns nos meios de hospedagem. Será realizada visita técnica em hotéis localizados em Canindé e na Região Metropolitana de Fortaleza e Fortaleza. Nesta visita os alunos irão conhecer o interior de um hotel, onde será possível vivenciar um pouco da rotina dos departamentos do Hotel, recepção, reservas, A e B, manutenção, eventos, marketing, lazer e recreação.

RECURSOS

Listar os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Insumos de laboratórios;

AValiação

A avaliação da disciplina de Fundamentos do Turismo ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claras os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;

- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIAS, Reinaldo; Pimenta, Maria Alzira (orgs.). **Gestão de Hotelaria e Turismo**. [S.l.]: Pearson. 296 p. ISBN 9788576050377. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576050377>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

DUARTE, Vládir Vieira. **Administração de sistemas hoteleiros: conceitos básicos**. 3. ed. São Paulo: Senac SP, 2008.

HAYES, David K.; Ninemeier, Jack D. **Gestão de Operações Hoteleiras**. [S.l.]: Pearson. 400 p. ISBN 9788576050308. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576050308>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CÂNDIDO, Índio. **Controles em hotelaria: sistema mecanizado para hotel**. 2. ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1990.

HSIEH, Ernesto. **Pousada: entre o sonho e a realidade**. [S.l.]: Manole. 100 p. ISBN 9788520419908. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520419908>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

LASHLEY, Conrad; Morrison, Alison (orgs.). **Em Busca da Hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado**. [S.l.]: Manole. 454 p. ISBN 9788520415061. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520415061>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PETROCCHI, Mario. **Hotelaria: planejamento e gestão** - 2ª edição. [S.l.]: Pearson. 224 p. ISBN 9788576051145. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576051145>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SANTOS, Célia Maria dos. **Consolidadores de turismo: serviços e distribuição**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	5º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
O que é a ética e seu desenvolvimento ao longo da história, observando a sua importância para a vida humana e para a realidade socioeconômica. Levando em consideração a solidariedade humana para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada. Entender o conceito, os problemas e história da responsabilidade social e as áreas de ação e suas consequências no meio social. O perfil de uma empresa eticamente responsável e comprometida com a melhoria da qualidade de vida.	
OBJETIVO	
• Conhecer as bases epistemológicas da Ética enquanto ciência que estuda a conduta humana; • Estudar de forma científica a problemática Ética e os desafios da sociedade globalizada; • Compreender a gênese do conceito de responsabilidade social.	
PROGRAMA	
UNIDADE I- Ética ✓ Ética e moral, diferença e semelhança; ✓ O outro e processo da alteridade – cultura, identidade, religiosidade e ideologia; ✓ Ética como uma disciplina filosófica; ✓ Ética e cidadania; ✓ Ética e meio ambiente: visões dicotômicas entre homem e natureza; ✓ Ética e desenvolvimento sustentável. UNIDADE II- Responsabilidade Social ✓ Considerações teóricas sobre a gestão da responsabilidade social; ✓ Responsabilidade social: conceito, problemas e histórico; ✓ Responsabilidade social: marketing ou filantropia; ✓ O público e o privado: a quem cabe a responsabilidade pela sociedade; ✓ Escopo das atividades e conteúdo da responsabilidade social.	
METODOLOGIA DE ENSINO	

- Aulas Expositivas Participativas;
- Seminários Temáticos;
- Aula de Campo: Expedição Científica e Cultural
- Trabalhos em Grupos (leituras, debates, exposições)

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;

AValiação

Participação dos alunos nas aulas e demais atividades da disciplina; Relatórios de Aula; Avaliação descritiva.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética: fundamentos sócio históricos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13. Ed. São Paulo, Ática, 2003.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 33. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORTEZ, Alexandre et al. (org.). **Conceitos e problemas éticos**. Caxias do Sul: Educs, 2017. (Disponível na BVU)

PAVIANI, Jayme. **Ética da formação**. Caxias do Sul: Educs, 2016. (Disponível na BVU)

PELIZZOLI, M. L. **Ética e meio ambiente para uma sociedade sustentável**. Petrópolis: Vozes, 2013. (Disponível na BVU)

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA CULTURAL	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	5º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Aspectos do desenvolvimento histórico da Antropologia. Antropologia como filosofia da cultura. Antropologia social. Os múltiplos sentidos e noções da cultura e seus rituais, crenças e imaginários. Cultura, lazer e turismo. Teoria antropológica: as principais escolas; do evolucionismo à nova etnografia à, às antropologias marxistas e do Imaginário. O método comparativo e o relativismo cultural. Antropologias e suas metodologias: observação participante, história de vida, estudo de caso, etnografia. O pensar antropológico sobre o Brasil. Relações étnico-raciais no Brasil. Cultura, diversidade e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Temas contemporâneos de antropologia cultural.	
OBJETIVO	
GERAL • Apresentar as bases da Antropologia Cultural, caracterizando seu campo científico, para entender aspectos fundamentais do referencial categorial analítico e metodológico utilizado pela Antropologia Cultural na análise dos fenômenos sociais, políticos e culturais. ESPECÍFICOS • Dialogar sobre conceitos básicos da Antropologia Cultural que permitam a compreensão das realidades socioculturais (local, regional, nacional, mundial) e sua correspondência com o pensamento antropológico produzido no Brasil, para fomentar através da antropologia a reflexão sobre a vida cotidiana dos estudantes. • Compreender os principais métodos utilizados em pesquisas antropológicas, para apresentar como os saberes antropológicos podem ser tecidos e conectados com saberes outras áreas de conhecimento.	
PROGRAMA	

UNIDADE 1:

- 1.1. Notas breves sobre os principais conceitos da Antropologia Social e Cultural;
- 1.2. O uso da Antropologia nos diversos campos da atividade intelectual;
- 1.3. O conhecimento Antropológico: principais correntes teóricas e paradigmas aplicáveis ao estudo do fenômeno humano.
- 1.4. Rituais e práticas culturais.
- 1.5 Os mitos e o Imaginário.
- 1.6 A comunicação e a linguagem: as redes e artes

UNIDADE 2:

- 2.1. Antropologia cultural e a importância do “olhar do outro”;
- 2.2. Relativismo Cultural
- 2.3. Observação participante;
- 2.4. História de vida;
- 2.5. Estudo de caso;
- 2.6. Etnografia como atividade perceptiva.
- 2.7 A “Metodologia” do Imaginário.

UNIDADE 3:

- 3.1. A Antropologia Brasileira e sua Formação;
- 3.2. A Antropologia brasileira e seus Primórdios;
- 3.3. “Fundadores” da Antropologia Brasileira;
- 3.4. Freyre e os sentidos da “mestiçagem” no Brasil;
- 3.5. Sérgio Buarque de Holanda e o “homem cordial”;
- 3.6. “O Povo Brasileiro” de Darcy Ribeiro;
- 3.7. Antropologia cultural brasileira contemporânea.
- 3.8 Relações étnico-raciais no Brasil.
- 3.9 Cultura, diversidade e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas dialogadas; exercícios teóricos e práticos; apresentação de seminários temáticos; análise de material audiovisual pertinente aos temas discutidos; análise e interpretação de livros, textos e artigos científicos.

RECURSOS

- Imagens, músicas, vídeos, obras artísticas, textos.
- Materiais didáticos (Data-show e Notebook, Slides, Caixas de som)

AValiação

As avaliações serão realizadas no transcorrer do curso e na forma de atividades orais e escritas, bem como aplicação de prova e apresentação de seminários. A avaliação final se dará mediante entrega de trabalho de pesquisa de campo a ser combinado, definido e orientado no decorrer da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHICARINO, Tathiana. **Antropologia Social e Cultural**. São Paulo: Pearson, 2011.
 DAMATTA, Roberto. **O Que Faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
 RIBEIRO, Alessandra Stremel Pesce. **Teoria e prática em antropologia**. Curitiba: Intersaberes, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOSI, Alfredo (org.). **Cultura Brasileira: temas e situações** - 4ª ed. São Paulo: Ática, 2008.
 HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
 FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. 51ª ed. São Paulo: Global, 2011.
 FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 15ª ed. São Paulo: Global, 2004.
 RIBEIRO, Darcy. **O Povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: TÉCNICAS OPERACIONAIS EM LAZER E ENTRETENIMENTO	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	5º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Histórico de Lazer. Conceitos: lazer, tempo e espaço de lazer. Importância do lazer. A Teoria da motivação turística e o Lazer. O Ambiente de negócios: atrativos, atividades e tipos de empreendimentos turísticos de lazer. Motivações para viagens de lazer. O profissional de lazer. Planejamento das atividades de lazer.	
OBJETIVO	
• Proporcionar base teórico-prática para a identificação, interpretação e aplicação de atividades de lazer e entretenimento nos espaços turísticos, observando objetivos e recursos diferenciados. • Apresentar a importância do Lazer e Recreação no Mundo Contemporâneo. Conceitos e Tipologias de Lazer, Recreação, Animação, Ócio, Ociosidade e afins. Recreação como Função Social. Perfil e Características dos Profissionais de Lazer e Recreação. Estrutura e Funcionamento de Empresas Especializadas em Lazer e Recreação. Principais Públicos de Lazer e Recreação e seus Aspectos Comportamentais. Características Cognitivas, Motoras e Sócio Afetivas de Crianças, Jovens, Adultos, Melhor Idade, Portadores De Necessidades Especiais, entre outros públicos de Lazer e Recreação. Métodos e Técnicas de Recreação no Turismo. Atividades Práticas em Lazer e Recreação nos diversos equipamentos e ambientes da atividade turística.	
PROGRAMA	
UNIDADE 1: Histórico de lazer 1.1. Nas sociedades primitivas 1.2. Na Grécia Antiga e Roma 1.3. Na Idade Média e na Modernidade 1.4. A trajetória brasileira UNIDADE 2: Conceitos 2.1. Cultura	

- 2.2. Lazer
- 2.3. Tempo de lazer
- 2.4. Espaço de lazer
- 2.5 Conceitos e Tipologias de Recreação, Ócio, Ociosidade e afins;

UNIDADE 3: Importância do Lazer

- 3.1. Antes da revolução industrial
- 3.2. Pós-revolução industrial
- 3.3 Importância do Lazer e Recreação no Mundo Contemporâneo.
- 3.4 Recreação como Função Social

UNIDADE 4: Motivações para Viagens de Lazer e Entretenimento

- 4.1. Fontes de informação na história e literatura
- 4.2. Fontes de informação nas teorias psicológicas
- 4.3. Fontes de informação nas práticas de pesquisa de marketing

UNIDADE 5: Lazer No Ambiente de Negócios Turísticos

- 5.1. Visão geral dos atrativos (Naturais, Culturais, Eventos, Lazer e Entretenimento)
- 5.2. Atividades de lazer e entretenimento (Físicas, Artísticas, Manuais, Intelectuais Sociais)

UNIDADE 6: Tipos de Organizações de Lazer

- 6.1. Parques de diversões, temáticos e aquáticos
- 6.2. Cassinos
- 6.3. Centros Culturais
- 6.4. Empresas de shows e espetáculos
- 6.5. Colônias de férias

UNIDADE 7. O Profissional de Lazer: perfil, qualificações, atividades.

- 7.1. Nas empresas
- 7.2. No setor público
- 7.3. Nas organizações turísticas
- 7.4 Perfil e Características do Profissional de Lazer e Recreação;

UNIDADE 8. Planejamento das Atividades de Lazer

- 8.1. Ambientes fechados (hotéis, cassinos, casas noturnas)
- 8.2. Ambientes abertos (navios, praças, resorts, parques)
- 8.3 Estrutura e Funcionamento de Empresas Especializadas em Lazer e Recreação

UNIDADE 9. Métodos e Técnicas de Recreação no Turismo

Principais Públicos de Lazer e Recreação e seus Aspectos Comportamentais;
Características Cognitivas, Motoras e Sócio Afetivas de Crianças, Jovens, Adultos, Melhor Idade, Portadores De Necessidades Especiais, entre outros Públicos de Lazer e Recreação;
Atividades Práticas em Lazer e Recreação nos Diversos Equipamentos e Ambientes da Atividade Turística;

METODOLOGIA DE ENSINO

O conteúdo da disciplina Técnicas Operacionais em Lazer e Entretenimento será desenvolvida por meio de atividades individuais e em grupo, como também atividades de âmbito teórico e outras voltadas à prática no segmento. No que diz respeito às atividades individuais, estas podem ser requeridas através de aulas expositivas participativas, resenhas, resumos, testes, exercícios, estudos de caso entre outros que se façam pertinentes ao desenvolvimento da disciplina.

Já as atividades em grupo serão requeridas por meio de seminários temáticos e trabalhos de laboratório e pesquisa, entre outros. Para fins de complementação do conteúdo teórico será disponibilizado aos alunos ambientes de aprendizagem prática na área específica da disciplina,

tais como ginásio, auditório, laboratórios, entre outros. Além disso, haverá o desenvolvimento de visitas técnicas (aulas de campo) a empresas especializadas em lazer e recreação, assim como palestras com integrantes do trade e aulas práticas nos espaços de lazer do campi. A abordagem visa a formar o aluno com forte embasamento teórico e prático.

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;

AVALIAÇÃO

Participação dos alunos nas aulas e demais atividades da disciplina; Relatórios de Aula; Avaliação descritiva.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008. 333 p. (Debates). Inclui bibliografia.
 MELO, Victor Andrade de. **Introdução ao lazer**. 2. ed. Barueri: Manole, 2012. 104 p.
 MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer:: uma introdução**. Campinas: Autores Associados, 1996. 97 p. (Educação Física e Esportes).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOULLÓN, Roberto C. **Atividades turísticas e recreativas: o homem como protagonista**. Bauru, SP: EDUSC, 2004. 207 p. (Coleção Turis).
 BRINQUEDOS e brincadeiras populares: identidade e memória. 2. ed. Natal, RN: IFRN, 2010. 158 p. Inclui referências.
 PINA, Luiz Wilson. **Lazer e recreação na hotelaria**. 2. ed. São Paulo: Senac SP, 2012. 128 p.
 Ari Lazzarotti Filho et al. **Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais**. Campinas: Autores Associados, 2007. 142 p. (Educação Física e Esportes).
 CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **O Que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
 REPERTÓRIO de atividades de recreação e lazer: para hotéis, acampamentos, prefeituras, clubes e outros. 6. ed. Campinas: Papirus, 2012.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: CERIMONIAL	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40 CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	5º
Nível:	Superior
EMENTA	
Cerimonial (público e privado); Solenidades, cerimonial, protocolo, precedência, ética e etiqueta; Cenários e situações Atores das cerimônias Diferenças entre personagens nas solenidades Tarefas e tempos Adornos, hinos, bandeiras, trajes Constelação do Cerimonial segundo Nelson Speers	
OBJETIVO	
• Diferenciar os tipos e subtipos de solenidades, públicas e privadas; • Descrever os rituais do cerimonial público e as relativas adaptações no cerimonial privado; • Delinear os critérios e cuidados que circundam o protocolo e a precedência; • Relacionar o estudo da ética e da etiqueta aos diferentes formatos de solenidades; • Conceber os diferentes e possíveis cenários e situações para eventos; • Identificar acertos e erros na apresentação e na postura dos distintos atores das cerimônias; • Considerar como parâmetros para observação, entre personagens nas solenidades, a aparência, o comportamento, a comunicação e a qualificação; • Determinar as prioridades para tarefas e para tempos quando da montagem de cenários para eventos; • Conhecer o uso e a posição de adornos, hinos, bandeiras e trajes; • Compreender a Constelação do Cerimonial segundo Nelson Speers	
PROGRAMA	
1. Solenidades públicas e privadas; 2. Cerimonial; 3. Protocolo; 4. Precedência; 5. Ética e Etiqueta;	

6. Estudo de cenários e situações;
7. Atores das cerimônias: apresentação e postura;
8. Personagens em solenidades: aparência, comportamento, comunicação e qualificação;
9. Tarefas e tempos: palco, auditório, protocolo, precedências, cerimonial, recepção e bastidores;
10. Adornos, hinos, bandeiras, trajes;
11. Constelação do Cerimonial segundo Nelson Speers.

METODOLOGIA DE ENSINO

Estabelecendo um clima adequado entre professor e alunos, mediante uma identificação prévia, obter-se-á atenção, dos aprendizes, para o conteúdo proposto, a ser apresentado, com idéias generalistas.

O conteúdo essencial (noções e pré-requisitos para a compreensão das idéias essenciais da aula) será exposto partindo de idéias gerais e simples para as particulares e complexas. Buscar-se-á estabelecer encadeamentos com idéias básicas que ancoram idéias subsidiárias, mediante questionamentos e exemplificações.

A formalização do teor da aula será construída com a reapresentação de frases ou expressões relevantes referentes ao ponto trabalhado sempre envolto em perguntas inquietadoras, destinadas aos alunos, via avaliação, por ser diagnóstica, formativa, processual e contínua.

Chamar-se-á atenção para as idéias mais importantes surgidas usando uma síntese possibilitando, permitindo e percebendo o processo coletivo de aquisição do saber. Avaliar-se-á sugerindo aos alunos que resumam ou exemplifiquem aspectos ponderados em cada aula evidenciando a mensagem social do conhecimento passado destacando as possibilidades reais de contribuições para a coletividade. Por fim, indicam-se, quando possível, as referências em cada aula alusivas aos assuntos efetivamente trabalhados.

RECURSOS

- Imagens, músicas, vídeos, obras artísticas, textos.
- Materiais didáticos (Data-show e Notebook, Slides, Caixas de som)

AVALIAÇÃO

Avaliação, por ser diagnóstica, formativa, processual e contínua será direcionada ao momento de cada unidade trabalhada, em sala, para cada uma das duas etapas. A sistemática de avaliação se desenvolverá em dois momentos. Serão, no mínimo, duas avaliações por etapa ou momento avaliativo. Compormá esta avaliação individual, contínua e direcionada um momento, em sala de aula, de autoavaliarão possibilitando, ao aluno, perceber o desempenho individual e coletivo no tocante a aquisição do conhecimento trabalhado.

A nota da etapa poderá ser a média aritmética das notas obtidas pelo aluno.

Caso o aluno não atinja média (7,0) para aprovação, mas tenha obtido no semestre, no mínimo 3,0, fará Avaliação Final que deverá ser aplicada no mínimo 3 (três) dias letivos após registro e divulgação do resultado da média semestral no Sistema Acadêmico.

A nota da Prova Final deverá ser somada à média semestral e dividida por 2 e deverá ser igual ou maior do que 5,0, para que o aluno obtenha aprovação.

Será considerado aprovado o discente que apresentar frequência igual ou superior a 75%, por disciplina.

A promoção semestral se dá pela combinação notas e frequências; em ambas as etapas e no resultado final.

Seguirá o Regulamento da Organização Didática (ROD).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- LUZ, Olenka Ramalho. **Cerimonial, protocolo e etiqueta: introdução ao cerimonial do Mercosul: Argentina e Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- MARTINEZ, Marina. **Cerimonial para executivos: guia para execução e supervisão de eventos empresariais**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.
- SPEERS, Nelson. **Cerimonial para relações públicas**. São Paulo: N. Speers, 1984. Volume 1 e

Volume 2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LEÃO, Célia Pereira de Souza. **Boas maneiras de A a Z**. São Paulo: Editora STS, 2000.

LINS, Augusto Estellita. **Etiqueta, protocolo e cerimonial**. Brasília (DF): Linha Gráfica Editora, 1991.

LUKOWER, Ana. **Cerimonial e protocolo**. São Paulo: Contexto, 2005. (Coleção Turismo passo a passo).

MATARAZZO, Claudia. **Etiqueta sem frescura**. Organização e redação Edilson Cazeloto. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1995.

VIRGINIA, Barbara. **Poder pode... mas não deve: manual ilustrado de bem-receber, elegância, charme e etiqueta**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM TURISMO	
Código:	
Carga Horária Total: 40 horas	CH Teórica: 40 CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos	02 créditos
Pré-requisitos	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre	05 Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Espaço reservado para o tratamento de temas pertinentes à conjuntura do turismo, bem como para a compreensão de tendências, fatos ou situação micro e macro político.	
OBJETIVO	
• Fornecer aos discentes elementos para pensar e refletir sobre possibilidade das grandes transformações ocorridas na atividade turística no mundo contemporâneo • Estabelecer relações entre a pesquisa e gestão, bem como a promoção de debates sobre temas atuais e gerais com enfoque no Turismo enquanto atividade estratégica para o desenvolvimento. • Aplicar conteúdos relacionados com as tendências, realidades e acontecimentos atuais que venham a influenciar e a determinar novos paradigmas na atividade do turismo, como: novos segmentos, formas de planejamento e organização, teorias, metodologias aplicada ao turismo.	
PROGRAMA	
• A transformação da sociedade, a partir da tecnologia e suas repercussões na ambiência competitiva; • Conceituação de temas contemporâneos nas áreas sociais, política, econômica, cultural e ambiental; • Projetos em Turismo destinos e de organizações públicas e privadas (exemplos de Cases) • Pesquisa científica em Turismo e sua relação com projeto	
METODOLOGIA DE ENSINO	
• Apresentação expositiva em sala de aula sobre temas propostos no conteúdo programático da disciplina; • Reflexão crítica sobre temas apresentados em sala de aula e textos previamente estudados; • Possibilidade de realização de vivências e jogos em grupo para melhor compreensão dos temas abordados;	

- Apresentação de estudos de caso ou compartilhar de experiências que envolvam temas específicos de interesse do grupo de alunos matriculados na disciplina.

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Insumos de laboratórios;

AVALIAÇÃO

A avaliação Turismo ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claras os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Será definida em conformidade com o tópico aprovado pelo Colegiado para cada semestre

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Será definida em conformidade com o tópico aprovado pelo Colegiado para cada semestre

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40 CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	5º
Nível:	Superior
EMENTA	
Turismo e Metodologia Científica. Orientação para produção de um artigo científico ou de uma vivência profissional, sobre um assunto de interesse do profissional de turismo e áreas afins, elaborado segundo as normas da ABNT.	
OBJETIVO	
• Apoiar o aluno na escolha de um determinado tema, fazendo aflorar sua maturidade teórica para tratar o assunto e sua habilidade em concatenar teorias com a realidade pertinente; • Nortear a escrita acadêmica, proporcionando ao aluno a possibilidade de desenvolver um trabalho de pesquisa completo sob a supervisão de um professor orientador.	
PROGRAMA	
UNIDADE 1. METODOLOGIA CIENTÍFICA 1.1. O conhecimento científico: breve revisão 1.2. A Pesquisa científica: conceito e métodos 1.3. O artigo científico UNIDADE 2. NORMAS TÉCNICAS 2.1. Normas da ABNT 2.2. Aplicação das normas da ABNT 2.3. Referências bibliográficas e eletrônicas UNIDADE 3. TRABALHO FINAL 3.1. Orientação metodológica para a redação e apresentação gráfica do Trabalho Final 3.2. Técnicas para a apresentação oral	
METODOLOGIA DE ENSINO	

Aulas teóricas; Orientação da pesquisa de campo; Orientação de redação de textos acadêmicos; Orientação para escolha do tema a ser desenvolvido; Encontro individual do professor orientador com seu aluno orientando semanalmente.

A metodologia adotada pretende verificar a capacidade individual do acadêmico de se posicionar frente a diversas realidades e construir suas próprias sínteses.

RECURSOS

- Imagens, músicas, vídeos, obras artísticas, textos.
- Materiais didáticos (Data-show e Notebook, Slides, Caixas de som)

AVALIAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC corresponde a um critério qualitativo de avaliação da formação acadêmica, que acontecerá no último semestre do curso. Será desenvolvida sob a orientação docente, a produção de um artigo científico, monografia ou um relatório de vivência profissional a ser entregue e apresentado sob a avaliação de uma banca examinadora constituída por 02 (dois) professores de áreas afins ao tema do trabalho desenvolvido.

Elaboração e apresentação de artigos científicos a serem encaminhados para revistas especializadas ou generalistas que pudessem publicá-los.

As notas atribuídas aos alunos obedecem aos critérios de avaliação da instituição.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

REJOWSKI, Mirian. **Turismo e pesquisa científica**. 7 ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CARVALHO, Maria Cecília M. **Construindo o saber: metodologia científica fundamentos e técnicas**. 17 ed. Campinas: Papirus, 2006.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução à metodologia da pesquisa em turismo**. São Paulo: ROCA, 2006.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ.
CAMPUS CANINDÉ

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR
DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO -
CAMPUS CANINDÉ

Canindé, 2018
Ceará



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ.
CAMPUS CANINDÉ**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

José Mendonça Bezerra Filho

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Eline Neves Braga Nascimento

REITOR

Virgílio Augusto Sales Araripe

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Reuber Saraiva de Santiago

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Zandra Maria Ribeiro Mendes Dumaresq

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Tássio Francisco Lofti Matos

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

José Wally Mendonça Menezes

DIRETOR GERAL DO CAMPUS CANINDÉ

Francisco Antônio Barbosa Vidal

DIRETOR DE ENSINO DO CAMPUS CANINDÉ

Eduardo Dalle Piagge Filho

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Erivânia Maria Gomes Sousa

COORDENADORIA DE PESQUISA

Bárbara Suellen Ferreira Rodrigues

COORDENADORIA DE EXTENSÃO

Eduardo da Silva Pereira

COORDENADORIA DO EIXO HOSPITALIDADE E LAZER

Eline Alves Soares

COLABORADORES DO PPC INICIAL

Gláudia Mota Portela Mapurunga
Marcel Waline Carvalho Ferraz Fernandes
Ivo Luis Oliveira Silva
Iraci de Oliveira Moraes Schmidlin
Ana Cláudia Gouveia de Sousa

Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Eline Alves Soares
Ivo Luis Oliveira Silva
Bárbara Suellen Ferreira Rodrigues
Eduardo Dalle Piagge Filho
Maria Evanir Moraes de Souza

REVISÃO DO PROJETO DO CURSO DE GESTÃO EM TURISMO

Eline Alves Soares
Ivo Luis Oliveira Silva
Bárbara Suellen Ferreira Rodrigues
Eduardo Dalle Piagge Filho
Maria Evanir Moraes de Souza

ASSESSORIA TÉCNICA PEDAGÓGICA

Maria Izabel Pereira

REVISÃO DE TEXTO (ORTOGRÁFICA E GRAMATICAL)

Eline Alves Soares

BIBLIOTECÁRIO

João Paulo da Silva Cosmo

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	6
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DO CAMPUS CANINDÉ	7
2.1. Histórico do IFCE	8
2.1. Histórico do campus Canindé	13
3. JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO	14
4. 4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	19
5. OBJETIVOS DO CURSO	21
5.1. Objetivo Geral	22
5.2. Objetivos específicos	22
6. FORMAS DE INGRESSO	22
7. ÁREAS DE ATUAÇÃO	23
8. PERFIL ESPERADO DO FUTURO PROFISSIONAL	24
9. METODOLOGIA DE ENSINO	26
10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	29
10.1 Matriz Curricular	31
11. FLUXOGRAMA CURRICULAR	33
12. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	35
13. PRÁTICA PROFISSIONAL	37
14. ESTÁGIO	37
15. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	37
16. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	38
17. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	39
18. EMISSÃO DE DIPLOMA	40
19. AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	41
20. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES DO PDI NO ÂMBITO DO CURSO	42
21. APOIO AO DISCENTE	43
22. CORPO DOCENTE	45
23. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	47
24. INFRAESTRUTURA	49
24.1 Biblioteca	50
24.2 Infraestrutura Física e Recursos Materiais	52
24.3. Infraestrutura de Laboratórios	54
24.3.1 Infraestrutura de laboratório de informática conectado à internet	54
24.3.2 Laboratórios específicos à área do curso	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
ANEXO - A ACERVO BIBLIOGRÁFICO	58
ANEXO - B - PROGRAMA DAS DISCIPLINAS	69

DADOS GERAIS DO CURSO**IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO**

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – <i>campus</i> Canindé		
CNPJ: 10.744.098/0012-06		
Endereço: Rodovia BR 020, Km 303, s/n - Jubaia, 62700-000		
Cidade: Canindé	UF: CE	Fone: (85) 3343-0572
E-mail: gabinete.caninde@ifce.edu.br	Página institucional na internet: http://www.ifce.edu.br/caninde	

INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO

Denominação	Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo
Titulação conferida	Superior Tecnológico em Gestão de Turismo
Nível	Superior
Forma de articulação com o Ensino Médio	Subsequente
Modalidade	Presencial
Duração	05 (cinco) semestres
Periodicidade	Semestral
Formas de ingresso	SISU, vestibular, transferência e ingresso de diplomados
Número de vagas anuais	70
Turno de funcionamento	Matutino e Vespertino.
Ano e semestre do início do funcionamento	2010.2
Carga horária dos componentes curriculares (disciplinas)	2000h
Carga horária do estágio	Estágio não obrigatório
Carga horária da Prática como componente curricular	Específico para Licenciaturas
Carga horária da prática profissional	-
Carga horária das atividades complementares	-
Carga horária do Trabalho de Conclusão de Curso	40 horas
Carga horária total	2000h
Sistema de carga horária	01 crédito = 20h
Duração da hora-aula	60 minutos (diurno e vespertino)

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento trata do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, implantado pelo Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnológica do Ceará, *campus* Canindé, na modalidade presencial, referente ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCST), no Eixo Tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer, em cumprimento ao Decreto nº 5.773/06 do Ministério da Educação (MEC) trata de aprimorar e fortalecer os Cursos Superiores de Tecnologia no âmbito nacional com a última versão no ano de 2013. Desta feita, este projeto se propõe a definir a proposta normativa e instrumental na formação para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo com as devidas indicações do CNCST nessa área:

[...] atuará no planejamento e desenvolvimento da atividade turística nos segmentos público e privado. Desenvolvendo ações no âmbito do planejamento turístico, agenciamento de viagens (emissivas, receptivas e operadores de turismo), transportadoras turísticas e consultorias voltadas para o gerenciamento das políticas públicas, bem como a comercialização e promoção dos serviços relativos à atividade. Identificação dos potenciais turísticos do receptivo, considerando a diversidade cultural e os aspectos socioambientais para o desenvolvimento local e regional, constitui-se atividade relevante deste profissional” (BRASIL, CNCST, 2010, P. 46 – 47).

A primeira versão do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, do IFCE *campus* Canindé-CE, ocorreu no ano de 2011, por uma comissão específica (formada por coordenador e professores), fundamentada na legislação vigente, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), concebidas e fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e subsequentemente com as orientações do CNCST. A segunda versão desse documento foi no ano de 2013 e, atualmente, a atualização em 2018. A Proposta Pedagógica do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo tem por objetivo a união entre as searas da Pesquisa, Extensão e Ensino, contribuindo para uma aprendizagem associada com a realidade da região, situando o aluno nas questões culturais, políticas, sociais, econômicas e ambientais, unindo a teoria e a prática da profissão, em consonância com as resoluções: Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; a Resolução nº 2, de 15 de Junho de 2012 com as orientações sobre as a Educação Ambiental e a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e

Africana. Numa formação empreendedora e com consciência sustentável para o mercado local, regional e nacional.

A elaboração desse documento observou as “Instruções para Elaboração de Plano de Desenvolvimento Institucional”, Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre adequação dos procedimentos de elaboração e análise do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das Instituições de Educação Superior e Cursos Superiores de Graduação e Sequenciais no Sistema Federal de Ensino. Nesse documento, atentou-se para as diretrizes pedagógicas, para os critérios como: flexibilidade dos componentes curriculares; oportunidades diferenciadas de integralização curricular; desenvolvimento de materiais pedagógicos e incorporação de avanços tecnológicos na formação do aluno.

A forma de atuar na Educação Profissional Tecnológica possibilita itinerários formativos flexíveis, diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das diversas instituições e do mercado de trabalho, uma visão dialógica entre o pensar e o agir que leva a uma formação humana e integral do cidadão.

Sendo assim, este documento é tecido por pressupostos teóricos, metodológicos e didático-pedagógicos estruturantes da proposta do curso em consonância com o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPP/PPI), bem como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), levando em consideração todos os objetivos desta instituição de ensino e a compreensão da educação como uma prática social com uma educação científico–tecnológica, sem abdicar da formação humanística.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DO *CAMPUS* CANINDÉ

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) é uma autarquia pertencente à Rede Federal de Educação, criada em 29 de dezembro de 2008, através da Lei nº 11.892. Ademais, o IFCE *campus* de Canindé teve princípio em 06 de setembro de 2008, concluído em 2010, com inauguração à distância pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 23 de novembro do mesmo ano e entrega solene à comunidade, com a presença do governador Cid Ferreira Gomes, em 04 de maio de 2011. Segue em detalhes mais dados sobre a contextualização da Instituição e do *campus* Canindé

2.1. Histórico do IFCE

As origens da Instituição de Ensino remontam ao século XX, por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo então Presidente da República, Nilo Procópio Peçanha, e assim se criam as Escolas de Aprendizes Artífices. No Estado do Ceará, a instituição se instalou na atual Avenida Alberto Nepomuceno, em um prédio, anteriormente, ocupado pela Escola de Aprendizes de Marinheiros. As Escolas de Aprendizes Artífices sofrem influências das escolas vocacionais francesas, cuja meta primordial era o atendimento da formação profissional para os pobres (economicamente) e os menos favorecidos (socioculturalmente). Em 1914, a sede da Escola de Aprendizes Artífices se transfere para o imóvel que abrigara a Milícia Estadual, localizado em frente à Praça Nogueira Acioly. A área, atualmente, integra o patrimônio do Teatro José de Alencar. Em 1932, a Instituição muda novamente de sede, e passa a funcionar no prédio onde funcionara a Escola de Aprendizes de Marinheiros, no bairro Jacarecanga.

Na década de 1940, a mudança de sede e o Liceu Industrial de Fortaleza para a Rua 24 de maio, nº 230, no Centro de Fortaleza. No mesmo ano, o Interventor Federal no Estado do Ceará, Francisco Pimentel, faz a doação de um terreno localizado no bairro do Prado, atualmente Benfica, para a edificação das instalações da escola. Essa década, o cenário nacional e internacional estava submetido aos efeitos intempestivos da Segunda Guerra Mundial, as Escolas de Aprendizes Artífices ganharam uma nova orientação, qual seja a formação de mão-de-obra mais bem qualificada para atender às profissões do novo cenário industrial e da modernização do país.

Desta forma, em 1941, o despacho do Ministro da Educação e Saúde, a Escola de Aprendizes Artífices na cidade de Fortaleza passa a ser o Liceu Industrial de Fortaleza, e no ano seguinte, com o Decreto Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942 a Escola Industrial de Fortaleza, e sobrevém com a formação profissional para atender à modernização do País com as profissões básicas do ambiente industrial.

Na década de 1950, o processo de industrialização intensificava-se, e, como consequência disto, fazia-se necessária a formação de uma mão-de-obra qualificada para operar as novas tecnologias, tanto no setor privado, quanto no público, uma vez que o Governo Federal investia cada vez mais na infraestrutura do país. Em 1952, a Escola Industrial de Fortaleza advém com seu funcionamento no

imóvel localizado na Avenida 13 de Maio e atual sede do Instituto Federal do Ceará do *campus* Fortaleza.

No ano de 1959, mediante a Lei Federal nº 3.552, de 16 de fevereiro, no Governo do Presidente da República Juscelino Kubitschek, a Escola Industrial de Fortaleza ganha personalidade jurídica de Autarquia Federal e assim auferi autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didático-pedagógica e disciplinar e incorpora a missão de formar técnicos de nível médio.

Durante a década de 1960, a instituição muda de nomenclatura por duas vezes. Em 1965, passa a se chamar Escola Industrial Federal do Ceará (EIFC), no regime militar, durante o governo do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, a Lei nº 4.749, de 20 de agosto e em 1968, Escola Técnica Federal do Ceará (ETFCE), no governo do Marechal Artur da Costa e Silva. A portaria Ministerial nº 331, de 6 de junho, institui a Escola Técnica Federal do Ceará que passa a ofertar cursos técnicos de nível médio nas áreas edificações, estradas, eletrotécnica, mecânica, química industrial, telecomunicações e turismo, com isso, foi se desenvolvendo a trajetória de consolidação da imagem de instituição de educação profissional de elevada qualidade, responsável pela oferta de cursos técnicos de nível médio nas áreas de edificações, estradas, eletrotécnica, mecânica, química industrial, telecomunicações e turismo.

A crescente complexidade tecnológica gerada pelo parque industrial, nesse momento, mais voltado para a exportação, originou a demanda de evolução da rede de Escolas Técnicas Federais e, já no final dos anos 1970, um novo modelo institucional, denominado Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), foi criado no Paraná, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais.

Em 1994, o Presidente da República, Itamar Augusto Cautiero Franco sanciona, em 8 de dezembro, a Lei Federal nº 8.948, transformam as Escolas Técnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), que estabeleceu uma nova missão institucional, a partir da ampliação das possibilidades de atuação no ensino, na pesquisa e na extensão. No ano seguinte, já no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, na ainda Escola Técnica Federal do Ceará, inauguram-se duas Unidades de Ensino Descentralizadas (UnED's), nos municípios de Cedro e Juazeiro do Norte, respectivamente, 385 km e 570 km da sede de Fortaleza, ambos com o objetivo de descentralizar o ensino técnico do estado. Ressalte-se que, embora incluído no raio de abrangência do instrumento legal antes

mentionado, o CEFETCE somente foi implantado efetivamente em 1999. Cabe aqui registrar que, no interstício entre a publicação.

Em 1998, foi protocolizado junto ao MEC seu Projeto Institucional, com vistas à implantação definitiva da nova instituição, o que se deu oficialmente em 22 de março de 1999 por meio do Decreto s/n, de 22 de março, transforma a Escola Técnica em CEFET-CE e em 26 de maio, o Ministro de Estado da Educação, Paulo Renato Souza, aprova por meio da Portaria nº 845, o Regime Interno da Instituição.

O Ministério da Educação (MEC), reconhecendo a prontidão dos Centros Federais de Educação Tecnológica para o desenvolvimento do ensino em todos os níveis da Educação Tecnológica, e ainda visando à formação de profissionais aptos a suprir as carências do mundo do trabalho, incluiu, entre as suas finalidades a de ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, mediante o Decreto nº 5.225, de 14 de setembro de 2004, artigo 4º, inciso V.

A reconhecida importância da educação profissional e tecnológica no mundo inteiro desencadeou a necessidade de ampliar a abrangência dos Centros Federais de Educação Tecnológica. Ganha corpo, então, o movimento pró-implantação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, cujo delineamento foi devidamente acolhido pela Chamada Pública nº 002/2007, ocasião em que o MEC reconheceu tratar-se de uma das ações de maior relevo do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). No Estado do Ceará, em 2007 o início do projeto de Expansão da Rede Federal, é inaugurada, em 13 de novembro, a UnED em Maracanaú, na Região Metropolitana de Fortaleza.

Os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) passam a se chamar Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia mediante a citada Lei nº 11.892, de 20 de dezembro de 2008, que foi sancionada pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. A Lei nº 11.892/2008 amplia e diversifica a característica dos antigos CEFET. A partir da referida lei, os Institutos Federais se tornam instituições especializadas na oferta de educação básica e tecnológica, pluricurriculares e multicampi. Dessa forma, o Instituto Federal do Ceará nasceu com nove Campi e conta com mais três, que estão em fase de construção.

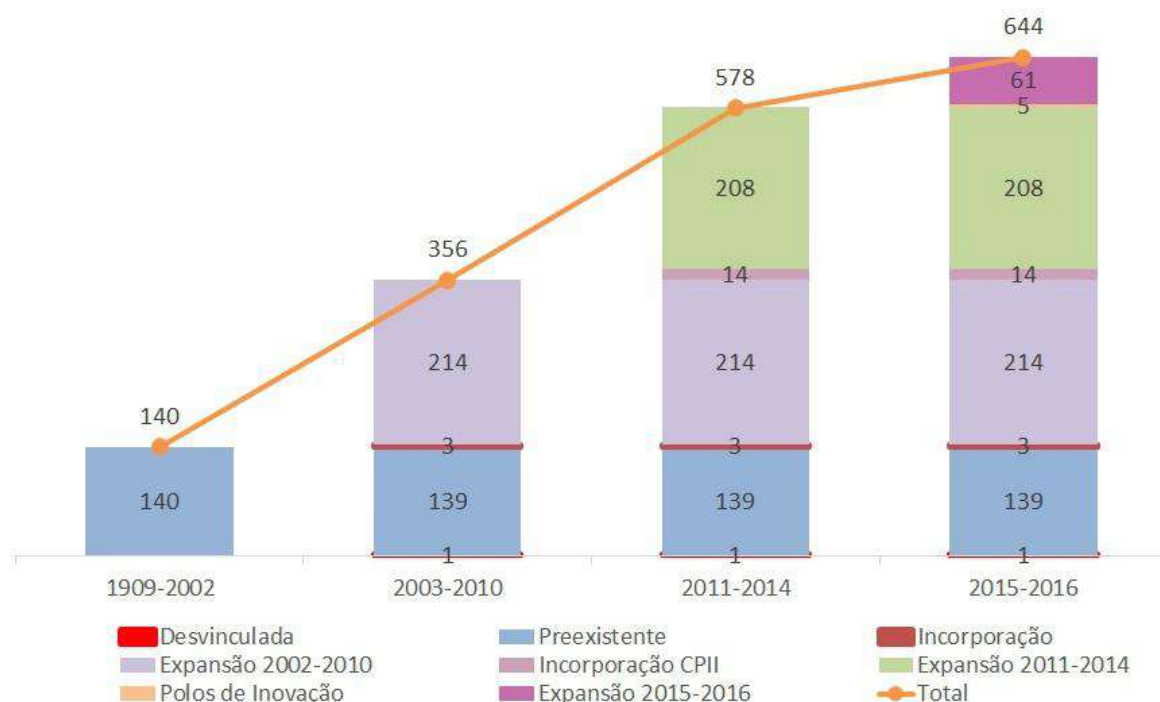
A Lei nº 11.892/2008 apresenta para todos os fins, as características de instituições de ensino superior, conjugando conhecimentos técnicos e tecnológicos, atuando desde a educação de jovens e adultos até cursos de doutoramento. Como se lê no texto da Lei nº 11.892:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. § 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais. (BRASIL, 2008).

A Rede Federal é constituída pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, Universidade Tecnológica Federal do Paraná e Colégio Pedro II.

No tocante à expansão da Educação Profissional Brasileira, a Rede Federal, no período de 2003 a 2016, foi vivenciando a maior expansão em números de unidades, e consequentemente de municípios atendidos. No Estado do Ceará, em 2015, o governador Camilo Sobreira de Santana apresenta o projeto de lei à Assembleia Legislativa que trata da cessão do Centro de Treinamento Técnico do Ceará (CTTC) ao IFCE e do plano de capacitação de mão de obra voltado às demandas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), a ser executado pelo IFCE no novo centro. Vale evidenciar que, no período de 1909 a 2002, foram construídas 140 Escolas Técnicas em todo o país. E entre 2003 e 2016, o Ministério da Educação (MEC) concretizou ações com a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 campi em funcionamento.

Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Em unidades



Fonte: Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Até o ano de 2016, os Institutos Federais totalizaram 32 (IF) presentes no Estado do Ceará, oferecendo Cursos de Qualificação, Ensino Médio Integrado, Cursos Superiores de Tecnologia e Licenciaturas. Esses níveis de ensino demonstram as características dos Institutos Federais com a oferta da educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi. Compondo o Plano de Expansão da Educação Profissional, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), com Reitoria instalada em Fortaleza, conta, atualmente, com 31 campi em todas as regiões cearenses, dentre esses se citam: Campus Maracanaú (antiga UNED Maracanaú), Campus Juazeiro do Norte (antiga UNED Juazeiro), Campus Cedro (antiga UNED Cedro), Campus Quixadá, Campus Sobral (antiga FATEC Sobral), Campus Limoeiro do Norte (antiga FATEC Limoeiro do Norte), Campus Crato (antiga EAF Crato), Campus Iguatu (antiga EAF Iguatu), Campus Acaraú (região norte), Campus Boa Viagem, **Campus Canindé**, Campus Crateús (sertão dos Inhamuns), Campus Fortaleza (antiga sede), Campus Aracati, Campus Baturité, Campus Caucaia, Campus Camocim, Campus Jaguaribe, Campus Jaguaruana, Campus Guaramiranga, Campus Horizonte, Campus Itapipoca, Campus Morada Nova, Campus Paracuru, Campus Pecém, Campus Tabuleiro do Norte, Campus Tianguá, Campus Tauá, Campus Ubajara e Campus Umirim.

2.2. Histórico do *campus* Canindé

Com a expansão da Rede de Ensino Federal o *campus* Canindé surgiu do Plano de Expansão Fase II da Rede de Ensino Tecnológico do país, iniciado a partir da elaboração de planejamento realizado pelo Governo Federal em 2007. Começado o processo de expansão da Rede de Ensino Tecnológico, foram escolhidas 150 cidades polos em todo o país, dentre as quais, seis delas pertencem ao Estado do Ceará. E a cidade de Canindé foi uma das contempladas. Em 2008, houve a chamada pública para que cada município selecionado apresentasse as contrapartidas para implantação das Unidades de Ensino Descentralizadas dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). Com a intenção de reorganizar e ampliar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica é decretado a Lei 11.892, de 20 de dezembro de 2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos, desde educação de jovens e adultos até doutorado.

O *campus* Canindé do IFCE está localizado na região denominada de Território Sertões de Canindé composto por 06 municípios (Canindé, Paramoti, Santa Quitéria, General Sampaio, Caridade e Itatira) e que apresentam desenvolvimento gradativo, sendo Canindé a cidade de referência da região. A cidade de Canindé conta com uma população de aproximadamente 80.000 habitantes divididos entre 60% urbana e 40% rural, e com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em torno de 0,634, esse município ocupa a 82ª colocação dentre os municípios cearenses.

A região já está contemplada com a operacionalização do Sistema de Acesso a Banda Larga, como parte da implantação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), do Governo Federal, que disponibiliza acesso à internet em alta velocidade. Provê, dessa forma, infraestrutura para que as empresas possam se adequar às tecnologias dependentes de acesso rápido à web, e, conseqüentemente, gera uma demanda de mão-de-obra local especializada.

O lançamento da pedra fundamental do IFCE *campus* de Canindé foi em 06 de setembro de 2008 e concluído em 2010. O início das atividades educacionais

da instituição de ensino ocorreu em parceria com a 7ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação, 7ª CREDE, mas especialmente nas instalações da Escola Estadual de Educação Profissional Capelão Frei Orlando, enquanto aguardava-se a finalização das instalações da sede, com a primeira oferta dos cursos técnico integrado em Eventos e Licenciatura em Educação Física.

No dia 12 de março de 2010 houve a aula inaugural na 7ª CREDE com a presença do reitor do Instituto Federal do Ceará (IFCE), professor Cláudio Ricardo Gomes de Lima. As obras do *campus* foram entregues em outubro com a mudança das turmas para o novo espaço, projetados pelo arquiteto Damião Lopes, com estrutura inicial de dois blocos de ensino, um administrativo, um de serviços gerais, um teatro e uma biblioteca, além de dormitórios e vestiários, do ginásio poliesportivo coberto, uma cantina, uma piscina semiolímpica e demais áreas urbanizadas, estacionamento e espaços de convivências.

O *campus* IFCE Canindé oferece atualmente cursos técnicos em Telecomunicações (integrado), Eventos (integrado), Técnico em Informática (integrado), bem como os Cursos Superiores de Educação Física e Matemática (licenciaturas), Redes de Computadores e Gestão do Turismo (tecnológicos), além de estar no processo de implantação de novos cursos. No âmbito da Pós-Graduação *lato sensu* os cursos de pós-graduação em Educação Física Escolar e Planejamento em Gestão de Políticas Públicas. O *campus* realiza parcerias com comércio, serviços, sindicatos, ONGs e poder público municipal e estadual. As atividades formativas desenvolvidas pelo *campus* sinalizam mudanças na cidade de Canindé, criando melhores condições para as transformações sociais e educacionais em todo o Território Sertões de Canindé.

Tendo em vista sua missão institucional de desenvolver pessoas e organizações e seu compromisso com a qualidade da educação, oferece cursos que atendem à realidade regional. O *campus* Canindé, integrante desta estruturação de Instituições Federais de Educação Tecnológica, busca atender à necessidade de formar profissionais qualificados, que contribuam com as transformações ocorridas no mundo contemporâneo.

3. JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do *campus* Canindé, assim como os demais, nasceu voltado para a educação profissional, com

a responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região dos Sertões de Canindé, dos municípios circunvizinhos, do estado e da nação.

O território *Sertões de Canindé* abrange uma área de 9.099,20 Km² e é composto por 06 (seis) municípios: Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatira, Madalena e Paramoti. A população total desse território é de 195.314 habitantes, dos quais 86.314 vivem na área rural, o que corresponde a 44,19% do total. Tal território possui 17.416 agricultores familiares e 3.261 famílias assentadas. Seu IDH médio é 0,62 e sua população é organizada representada em comunidades rurais, assentamentos, movimentos populares, sindicatos, associações, cooperativas, redes sociais e além das diversas práticas de organização social. O município conta com planos participativos, plurianuais, Intersetoriais com integração das três esferas do poder executivo.

Canindé localiza-se no interior ao Norte do Ceará, na região do semiárido, no bioma da caatinga, distante 115 km da capital Fortaleza. Tem 74.473 habitantes, numa área de 3.218,5 km² e clima Tropical Quente Semiárido (IBGE, 2016).

Além disso, tem como principais atividades econômicas o comércio, agropecuária e serviço, sendo esse último impulsionado com o segmento de Turismo Religioso, movidos por romarias e peregrinações atividades presentes em todo o ano nessa cidade. A cidade de Canindé recebe titularidades como “Cidade da Fé”¹, “Meca Nordestina”, “Assis Brasileira” e tem um potencialidade turística, ainda a se desenvolver em qualidade e competitividade.

O Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (SETUR/CE), através de pesquisa “Indicadores Turísticos - 2016” revelaram que dentre os principais municípios visitados pelos turistas, que ingressaram ao Estado do Ceará via Fortaleza em 2015, município de Canindé ocupa o 18º lugar, com pouco mais de 17 mil turistas/visitantes. Apesar desse potencial, o município conta com um quadro profissional com dificuldades gerenciais e operacionais o que, em parte, impede a promoção do desenvolvimento turístico integrado e sustentável.

¹ Essa expressão aderida através de um título de um disco lançado no meio da década de 80, no século XX, dedicado aos devotos de São Francisco através da gravação de uma missa celebrada por Frei Lucas Dolle e cantada pelo coral São Tarcísio, um dos corais mais tradicionais de Canindé. Segundo Pereira (2015), o título do disco foi dado através de uma frase em que o Sr. Virgílio Cruz se referiu a cidade em uma roda de conversa entre amigos.

No âmbito da educação, Canindé, pertence à 7ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE) juntamente com as cidades de Itatira, Caridade, Santa Quitéria, Paramoti e General Sampaio. Na realidade específica do município de Canindé e microrregião, há 21 escolas que oferecem a formação em nível médio, sendo 13 escolas públicas estaduais e 08 particulares.

O *campus* IFCE de Canindé oferece diversos cursos a saber: a) de nível técnico: I) Técnico Integrado em Eventos e II) Técnico Integrado em Telecomunicações; III) Técnico Integrado em Informática b) de nível superior (graduação): III) Tecnologia em Redes de Computadores; IV) Licenciatura em Educação Física e V) Licenciatura em Matemática; de nível superior (pós-graduação): VI) Curso de Especialização em Educação Física Escolar e VII) Planejamento e Gestão de Políticas Públicas (Eixo de *Turismo, Hospitalidade e Lazer*).

Canindé é um dos maiores e mais importantes espaços sagrados do mundo. Tem como símbolo e padroeiro São Francisco das Chagas, e a cidade-santuário recebe ininterruptamente fieis e romeiros de toda parte do globo, gerando uma significativa movimentação econômica, social e cultural. Segundo a Coordenadoria de Desenvolvimento de Destinos e Produtos Turísticos, Célula de Estudos e Pesquisa da SETUR/CE, apresentou uma demanda turística via Fortaleza (1996/2015) de 3.343.815 de turistas.

Diante do calendário municipal de eventos existem na cidade: a Festa de São Francisco das Chagas de Canindé, que é a principal tradição, seguido do Dia de Reis, Dia do Romeiro, Semana Santa, Coroação da imagem de Nossa Senhora, Festas Juninas, Perdão de Assis, Festa de Santa Clara, Dia da Consciência Negra e a Celebração do Natal, que se integram no calendário gerando uma movimentação cultural, social e econômica na comunidade canindeense. Diante disso, o Turismo Religioso se configura como a principal fonte geradora de emprego e renda na região.

A Festa do padroeiro de Canindé, São Francisco das Chagas, é o principal incentivador econômico ocasionando uma movimentação intensa de peregrinos, devotos, pagadores de promessas, comerciantes, turistas e curiosos. Segundo os resultados das pesquisas da SETUR/CE, no segundo semestre de 2016, sobre as Romarias de Juazeiro do Norte e Canindé, 71.276 dos romeiros que visitaram o Santuário de Canindé são oriundos do Estado do Ceará, enquanto que

35.332, 20.423 e 6.025 são provenientes do Piauí, Maranhão e Pernambuco respectivamente.

Esses dados apontam para a existência de fluxo contínuo de turistas/visitantes. Dados extraoficiais indicam que o Santuário de São Francisco das Chagas, em Canindé, recebe anualmente cerca de 2,5 milhões de romeiros, fazendo-se reconhecer que ao lado de Juazeiro do Norte, como centros receptores do Turismo Religioso no Estado do Ceará. Devido ao seu desenvolvimento da atividade turística é que se justifica em Canindé a criação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, por meio do qual se espera suprir a necessidade existente no mercado de carência de profissionais com condições de administrar, idealizar e implantar empreendimentos turísticos.

O curso foi criado seguindo a evolução do mercado e atendendo às suas exigências, bem como acatando as orientações do Ministério da Educação (MEC), através da formação do aluno que transcende a questão acadêmica, passando a ser trabalhado também na perspectiva do empreendedorismo. Assim, não se trata apenas de uma proposta pedagógica, mas sim de um projeto de formação que se designa a desenvolver o potencial dos estudantes para serem empreendedores em qualquer atividade que optarem (Governo, Terceiro Setor, Empresas, Pesquisadores).

Este curso possui, ainda, programas de extensão, participação em eventos científicos como o UNIVERSO IFCE, contemplação de bolsas de pesquisas como Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) sempre estimulando a pesquisa aplicada, a produção cultural e o empreendedorismo, sem esquecer a preservação os valores ambientais e éticos.

Desde 2010, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo teve 386 ingressantes e 122 egressos, preparando os discentes para o mercado de trabalho em diversas áreas e para a formação humana. Examinadores do Ministério da Educação (MEC) credenciaram com a nota 4 (sendo que a maior nota é 5) ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do *campus* Canindé. Os avaliadores estiveram no *campus* IFCE Canindé nos dias 21 e 22 de agosto de 2014. Para reconhecer o curso, o MEC avalia itens como Matriz Curricular, Titulação Docente, Regime de Trabalho do Corpo Docente, Biblioteca, Instalações Físicas e Laboratórios, além das atividades complementares, de pesquisa e extensão.

Nos últimos anos, o curso em parceria com a Basílica de São Francisco das Chagas tem feito um trabalho de capacitação para os voluntários da maior festa que ocorre na cidade, nas diferentes áreas tais como: atendimento e qualidade, primeiros socorros, hospitalidade turística, informação turística, higiene e manipulação de alimentos, entre outras.

Vale também ressaltar que a Região Nordeste só em 2016, recebeu 901.783 pessoas durante todo o ano, e somente o Estado do Ceará 111.509 pessoas viajaram entre elas turistas, segundo os dados do Anuário Estatístico do Ministério do Turismo. Esse público justifica o interesse e a importância do curso de Gestão, pois muitos empreendedores de Turismo podem atuar em diversos setores, tais como lazer, turismo, eventos e gastronomia, hotelaria, entre outros. (MTUR, *apud* ANAC, 2017).

Ademais, com o desenrolar dos conhecimentos científicos e tecnológicos, o deslocamento da produção para outros mercados, a diversidade e multiplicação de produtos e de serviços, sobretudo ao uso intensivo de tecnologias de informação em diversos ramos do turismo e de novas formas de gestão do trabalho, evidenciam a necessidade e a possibilidade de formar os jovens capazes de lidar com o avanço da ciência e da tecnologia na gestão do turismo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/96, a partir da década de 90 acarretou na Educação Profissional com base nos princípios presentes na Constituição. Assim, o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo é encarado como um moderno instrumento de gestão, que busca extrapolar a simples confecção de um documento para se caracterizar como um processo dinâmico de ação e reflexão, permanentemente adequado ao ensino superior e às práticas, às exigências do mercado de trabalho e às necessidades da formação ética e cidadã dos futuros tecnólogos em turismo.

Nesta perspectiva, o IFCE, *campus* Canindé, disponibiliza o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo e propõe um modelo de educação com qualidade, na perspectiva de formar gestores aptos a contribuir com o desenvolvimento socioeconômico no âmbito municipal, no Território dos Sertões de Canindé, no âmbito estadual e nacional.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9394/96, com as substituições de artigos pela Lei nº 13.415, sancionada em 16 de fevereiro de 2017, atenta a estas questões, trata, de maneira adequada, apropriada, ordena e inovadora, a questão da educação profissional. No âmbito da formação nacional em Turismo apresentam-se:

- Parecer CNE/CES nº 288/2003 aprovado em 06 de novembro de 2003 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo.
- Posteriormente, sendo a última revisão estabelecida na Resolução CNE/CES nº 13, de 24 de novembro de 2006 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo e dá outras providências.
- A Lei nº 12591/12 reconhece a atuação profissional e de registro junto a qualquer órgão federal autárquico, ao livre exercício da profissão de Turismólogo, em atenção à Lei.

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 3, publicada em 18 de Dezembro do ano de 2002 que Instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia. O artigo 1º indicou que a Educação Profissional de Nível Tecnológico, integrada às diferentes “formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, objetiva garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias” (BRASIL, CNE/CP nº 3, 2002).

Sendo assim, designados como Cursos Superiores de Tecnologia, os Cursos de Educação Profissional de Nível Tecnológico e dessa forma objetivam:

Art. 2º [...]

I - incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos;

II - incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;

III - desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços;

- IV - propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias;
- V - promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;
- VI - adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos;
- VII - garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular (BRASIL, CNE/CP nº 3, 2002).

A partir desses objetivos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo ofertado no *campus* Canindé adotou por critérios de planejamento e organização as indicações nas DCN para os Cursos Superiores em Tecnologia descritas no artigo 3º:

- I - o atendimento às demandas dos cidadãos, do mercado de trabalho e da sociedade;
- II - a conciliação das demandas identificadas com a vocação da instituição de ensino e as suas reais condições de viabilização;
- III - a identificação de perfis profissionais próprios para cada curso, em função das demandas e em sintonia com as políticas de promoção do desenvolvimento sustentável do País. (BRASIL, CNE/CP nº 3, 2002).

Essas indicações das DCN vinculam-se as especificidades destinadas ao Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo descrito no Catálogo Nacional de Cursos Superiores em Tecnologia (CNCST), com última edição publicada no ano de 2010. O referido curso constitui o Eixo Tecnológico de Hospitalidade e Lazer que compreende tecnologias relacionadas aos processos de recepção, entretenimento e interação. Abrangendo os processos tecnológicos de planejamento, organização, operação e avaliação de produtos e serviços inerentes à hospitalidade e ao lazer. As atividades compreendidas neste eixo referem-se

Ao lazer, relações sociais, turismo, eventos e gastronomia, integrados ao contexto das relações humanas em diferentes espaços geográficos e dimensões socioculturais, econômicas e ambientais. A pesquisa, disseminação e consolidação da cultura, ética, relações interpessoais, domínio de línguas estrangeiras, prospecção mercadológica, marketing e coordenação de equipes são elementos comuns deste eixo. (BRASIL, CNCST, 2010, P. 42).

As indicações descritas CNCST indicam que o profissional tecnólogo em Gestão de Turismo atuará em diversas atividades tais como: planejamento, desenvolvimento das atividades turísticas nos setores público e privado, bem como no agenciamento de viagens (emissivas, receptivas e operadores de turismo),

transportadoras de turismo e consultorias voltadas para a gestão das políticas públicas e comercialização de promoção dos serviços relativos à atividade. Atividades relacionadas à identificação dos potenciais turísticos dos lugares receptivo, considerando a diversidade cultural e os aspectos socioambientais para o desenvolvimento local, regional e nacional (BRASIL, CNCST, 2010).

Além disso, a Proposta Pedagógica do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo tem por objetivo a união entre as searas da Pesquisa, Extensão e Ensino, contribuindo para uma aprendizagem associada com a realidade da região, situando o aluno nas questões culturais, políticas, sociais, econômicas e ambientais, unindo a teoria e a prática da profissão, em consonância com as resoluções: Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; a Resolução nº 2, de 15 de Junho de 2012 com as orientações sobre as a Educação Ambiental e a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Numa formação empreendedora e com consciência sustentável para o mercado local, regional e nacional.

5. OBJETIVOS DO CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso conta com uma organização curricular, em que o conjunto de atividades de ensino-aprendizagem programadas, período a período, contribui para a construção do conhecimento em bases científicas sólidas, capazes de orientar a tomada de decisão, propiciando ao futuro profissional a possibilidade de resolver problemas com fundamentação destinados ao planejamento e desenvolvimento da atividade turística nos segmentos público e privado atentando para os princípios da ética, da sustentabilidade e da emancipação humana.

Com o fito de auxiliar nas orientações do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Turismo, o *campus* IFCE Canindé faz uso de suas atribuições, foram definidos os objetivos a partir das orientações quanto às atribuições do Tecnólogo em Gestão de Turismo, que deverá ter elevados competência em planejamento e gestão, ser capaz de atuar em diferentes segmentos e esferas do setor turístico com

uma visão sistêmica e multidisciplinar, desempenhando o papel de articulador de toda a cadeia produtiva do Turismo.

5.1. Objetivo Geral

- Formar profissionais éticos, reflexivos e inovadores capazes de atuar na gestão do Turismo, com visão integradora e de sustentabilidade, aptos a desempenharem atividades em toda a cadeia produtiva do turismo, bem como no planejamento turístico e desenvolvimento de políticas públicas que fortaleçam o potencial turístico local, regional e nacional com escopo na cidadania e no empreendedorismo.

5.2. Objetivos específicos

- Propiciar conhecimentos teóricos e práticos que levem ao aluno a transformação e a ordenação da sociedade com responsabilidade, com atividades em consonância com as especificidades locais e dentro de uma visão globalizada;
- Formar profissionais aptos ao mercado de trabalho sob a perspectiva crítica, reflexiva e criativa na resolução de problemas e na tomada de decisão;
- Proporcionar uma formação interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar em valores humanísticos, éticos, com consciência de responsabilidade social, empreendedores, proativos, com habilidades de liderança e de trabalho em equipe.
- Desenvolver uma postura profissional com competências diante do planejamento turístico, da gestão de atividades turísticas, da operacionalidade de setores, na preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural da região, de modo a estimular o desenvolvimento integrado e sustentável do turismo.

6. FORMAS DE INGRESSO

O acesso ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo será mediante processo seletivo aberto ao público (exame de seleção), para ingresso no

primeiro semestre do curso, para estudantes que detenham o Certificado de Conclusão do Ensino Médio ou equivalente.

As inscrições para o processo seletivo são abertas em Edital, do qual constam os cursos com os respectivos números de vagas a preencher, os prazos de inscrição, a documentação exigida para a inscrição, os instrumentos, os critérios de seleção e demais informações úteis. Sendo assim, o acesso ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo dar-se-á das seguintes formas:

- Mediante processo seletivo público/vestibular, obedecendo ao Edital que determinará o número de vagas e o critério de seleção;
- Através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM);
- Aos diplomados de cursos de graduação será concedido ingresso mediante existência de vagas para esse perfil específico, divulgado no edital de seleção;
- IFCE, *campus* Canindé, não receberá alunos oriundos de cursos sequenciais;
- A matrícula será semestral e obrigatória em todas as disciplinas no primeiro semestre. Nos demais semestres, poderá ser feita, no mínimo, em quinze e, no máximo, em trinta e dois créditos;
- Não será permitida a matrícula de alunos em dois cursos do mesmo nível, de acordo com a Lei nº 12.089 de 11 de novembro de 2009;
- O referido curso oferta a cada semestre 35 vagas que serão preenchidas com os candidatos que alcançarem as melhores pontuações no certame.

7. ÁREAS DE ATUAÇÃO

O profissional formado em Gestão de Turismo estará capacitado a compreender numa perspectiva empreendedora as questões científicas, técnicas, socioculturais, ambientais e econômicas, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de sua atuação:

- **Agenciamento:** agências de viagens, agências de viagens e turismo (operadoras) e empresas de receptivo.

- **Transportes:** transportadoras (aéreas, terrestres, marítimas), locadoras de automóveis, terminais e postos, além de equipamentos de infraestrutura para transportes.
- **Hotелaria:** hotéis classificados segundo o Sistema brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass) e não classificados;
- **Eventos:** empresas organizadoras de eventos, espaços para eventos (centros de convenções, hotéis, parques etc.), prestadores de serviços para eventos.
- **Planejamento Turístico:** empresas de consultoria técnica, Secretarias, Autarquias, Instituições e Fundações de Turismo (Federal, Estadual e Municipal), bem como em Associações de Classe e Organizações Sociais.
- **Empreendimentos Turísticos:** parques aquáticos, complexos turísticos e iniciativa privada.
- **Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural.**

Esse profissional pode ter domínio dos processos funcionais e de integração de agentes envolvidos nas atividades de turismo e dos aspectos culturais, econômicos e sociais da região em que atua, criando negócios turísticos numa perspectiva sustentável. A partir da formação interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, o profissional egresso deste curso apresentará como características profissionais a capacidade, a criatividade, a iniciativa e a habilidade de relacionamento com o público.

8. PERFIL ESPERADO DO FUTURO PROFISSIONAL

A concepção do perfil proposto para o Tecnólogo em Gestão de Turismo fundamenta-se na necessidade de possuir sólida formação técnica e teórica, humanista e cultural, no modelo de enquadramento das Propostas de Diretrizes Curriculares Nacionais e do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação (MEC) e nas demandas nacionais, regionais e locais, que expressam as necessidades socioculturais, políticas, ambientais e econômicas para a área de Turismo do estado e do país. O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo deve possibilitar a formação de um profissional com competências e habilidades para:

- I – compreender as políticas nacionais e regionais sobre turismo;
- II – utilizar metodologia adequada para o planejamento das ações turísticas, abrangendo projetos, planos e programas, com os eventos locais, regionais, nacionais e internacionais;
- III – contribuir na elaboração dos planos municipais e estaduais destinadas ao turismo;
- IV – selecionar técnicas indispensáveis ao planejamento turístico (âmbito público e privado), bem como a operacionalização do Inventário da Oferta Turística, detectando as áreas de novos negócios e de outros campos turísticos e de permutas culturais;
- V – escolher técnicas de planejamento e operacionalização de estudos de viabilidade econômico-financeira (diagnósticos) para os empreendimentos e projetos turísticos locais e regionais e os resultados dos estudos em plano de ação (prognóstico);
- VI – aplicar adequadamente a legislação pertinente no tocante à sustentabilidade e desenvolvimento turístico;
- VII – planejar e executar projetos e programas estratégicos relacionados com empreendimentos turísticos e sua gestão;
- VIII – intervir no mercado turístico com sua inserção em espaços novos, emergentes ou inventariados;
- IX – classificar, de acordo com critérios prévios e adequados, estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, incluindo meios de hospedagem, transportadoras, agências de turismo, operadoras, empresas promotoras de eventos e outras áreas, postas com segurança à disposição do mercado turístico e de sua expansão;
- X – usar técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana;
- XI – aplicar métodos e técnicas indispensáveis ao estudo dos diferentes mercados turísticos, identificando os prioritários, inclusive para efeito de oferta adequada a cada perfil do turista;

- XII – manter comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta e precisa sobre aspectos técnicos específicos e interpretação da realidade das organizações e dos traços culturais de cada comunidade ou segmento social;
- XIII – utilizar recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas, instituições públicas ou privadas e dos demais segmentos populacionais;
- XIV - estimular o ato empreendedor em atividades características do turismo e suas correlatas, de forma inovadora, competitiva e sustentável, com vistas ao desenvolvimento local;
- XV – aprender diferentes idiomas que ensejem a satisfação do turista em sua intervenção nos traços culturais de uma comunidade ainda não conhecida;
- XVI – demonstrar habilidade com a informática e com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC);
- XVII – integrar as ações de equipes interdisciplinares e multidisciplinares, interagindo criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais;
- XVIII – compreender a complexidade do mundo globalizado e das sociedades pós-industriais, onde os setores de turismo e entretenimento encontram ambientes propícios para se desenvolverem;
- XIX – demonstrar conhecimentos específicos e adequado desempenho técnico-profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética.

9. METODOLOGIA DE ENSINO

O Projeto Pedagógico do Curso segue as orientações do CNE/CES nº436/2001, sob a Área Profissional: Turismo e Hospitalidade e estabelece a compreensão da atividade como sendo referentes à oferta de produtos e à prestação de serviços turísticos e de hospitalidade. Os serviços turísticos incluem o agenciamento e operação, o guiamento, a promoção do turismo, e a organização e realização de eventos de diferentes tipos e portes. Os serviços de hospitalidade incluem os de hospedagem e os de alimentação. Os de hospedagem são prestados em hotéis e outros meios, como colônias de férias, albergues, condomínios

residenciais e de lazer, instituições esportivas, escolares, militares, de saúde, acampamentos, navios, coletividades, abrigos para grupos especiais. Os serviços de alimentação são prestados em restaurantes, bares e outros meios, como empresas, escolas, clubes, parques, aviões, navios, trens, ou ainda em serviços de bufês, “caterings”, entregas diretas, distribuição em pontos de venda. Estas atividades são desenvolvidas num processo que inclui o planejamento, a promoção e venda e o gerenciamento da execução.

Nessa perspectiva, o currículo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo está coerente com os objetivos propostos e com o compromisso do IFCE, *campus* Canindé, com a região na qual está inserido, orientado para a formação de profissionais integrados com a realidade local e a qualificação despertada para o aproveitamento das potencialidades socioeconômicas e culturais, de modo a torná-los instrumentos do desenvolvimento regional.

Dentro dessa visão, a matriz curricular aborda as áreas de conhecimento, habilidades, atitudes e valores éticos fundamentais à formação profissional, possibilitando que os objetivos gerais e específicos que possam ser alcançados integralmente. Oportuniza-se, assim, ao aluno a construção do conhecimento alicerçado em bases científicas e as principais problemáticas que o envolvem. Enfatiza uma formação interdisciplinar, multidisciplinar, transdisciplinar e humanística que tem por objetivo preparar o profissional para compreender com propriedade científica as questões inerentes ao estudo e à prática da atividade, despertando nele o interesse por uma atuação social crítica e transformadora.

O Currículo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo leva ao conhecimento geral, das ciências humanas, sociais, políticas e econômicas, como também de uma formação especializada, constituída de conhecimentos específicos, sobretudo nas áreas culturais, históricas, ambientais, antropológicas, artes e patrimônio histórico e cultural, bem como o agenciamento, organização e gerenciamento de eventos e a administração do fluxo turístico.

O alcance do perfil do egresso pretendido é garantido com a articulação das práticas pedagógicas adotadas, envolvendo a escolha e estruturação das disciplinas ofertadas, as pesquisas e as atividades de extensão que englobam desde a participação em eventos até as visitas técnicas, palestras, seminários e ações de caráter técnico-científico desenvolvidas nos laboratórios.

Para concretizar essa proposta, a execução do currículo deverá ocorrer, levando-se em consideração o diálogo interdisciplinar, no qual os professores discutem entre si os projetos definidos para as disciplinas, bem como planeja as atividades pedagógicas em consonância com os objetivos propostos, articulados ao perfil profissional que se deseja construir durante a formação do aluno. As unidades curriculares do curso interagem mediante um processo de interdisciplinaridade ao proporem atividades em conjunto.

Essas ações são concretizadas através dos eventos realizados no próprio IFCE, *campus* Canindé e/ou no mercado. Todas estas ações tornam eficiente a construção do conhecimento de um projeto a partir da visão do todo. Para tanto, os docentes realizam reuniões através do Colegiado do Curso, do Núcleo Docente Estruturante e dos Encontros Pedagógicos Semestrais. Essas atividades estão alicerçadas no princípio da construção coletiva do ensino-aprendizagem entre docente-discente.

Quanto às estratégias de apoio e acompanhamento aos discentes o Curso possui monitorias em suas disciplinas, bem como o acompanhamento individual do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), Coordenadoria Técnico-Pedagógica (CTP) e da Assistência Estudantil da nossa unidade de ensino.

Este documento ampara-se na Portaria n º 1134, de 10 de outubro de 2016, que trata sobre a oferta de 20% da EaD nas atividades do ensino presencial, bem como a oferta das disciplinas previstas por meio de métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação. De forma a garantir as possibilidades de outros processos de aprendizagem, acesso ao currículo em disciplinas à distância ou semipresenciais, desde que passe pela apreciação e aprovação do colegiado do referido curso. Busca-se com estas práticas formar profissionais para atuarem em vários segmentos que compõem a atividade, nos níveis gerenciais e operacionais, com as características de competitividade e empreendedorismo pautados na atuação ética.

Diante das estratégias didático-pedagógicas há abordagem de conteúdos disciplinares em consonância com a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; a Resolução nº 2, de 15 de Junho de 2012 com as orientações sobre as a Educação Ambiental e a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 para a Educação das

Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso Superior de Gestão em Turismo do IFCE, *campus* Canindé, constitui uma unidade acadêmico-administrativa com objetivos definidos para o desenvolvimento das funções de ensino, pesquisa e extensão, integrada pelos professores, estudantes e servidores. Busca-se garantir uma formação integral, que alie a fundamentação teórica e atuação prática, ambas indispensáveis às necessidades de atuação dos profissionais demandados pela sociedade, e que possibilitem o contato com o conhecimento global do setor que irá atuar levando em consideração também as particularidades do conhecimento regionalizado, que contemple as especificidades do Estado do Ceará e principalmente do município de Canindé. Visa, ainda, fomentar o desenvolvimento em seus alunos do espírito empreendedor, imprescindível para competir no mercado com a implantação de alternativas criativas para o incremento do setor turístico numa perspectiva sustentável.

O Curso apresenta, ainda, uma diversidade de conteúdos científicos associados ao envolvimento do aluno com atividades de pesquisa, de modo a familiarizá-lo com o trabalho de inovação, sem prejuízo do contato com a oficina e a experiência prática. A organização curricular se volta na construção de uma sólida formação técnica e teórica, humanística e cultural, na proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação - MEC e nas demandas nacionais, regionais e locais, que expressam as necessidades socioculturais, políticas, ambientais e econômicas para a área do Ceará, do Nordeste e do Brasil.

A carga horária das disciplinas obrigatórias é de 1.960 horas-aula, integralizando o curso em 05 (cinco) semestres, no mínimo, e no máximo em 10 (dez) semestres letivos. Com a carga horária da disciplina optativa o curso terá o total de 2.000 horas-aula.

O curso tem duração de 2 (dois) anos e meio, distribuídos em 05 (cinco) semestres letivos. Numa construção formativa subdividida entre a **Formação**

Humana: Geografia do Brasil. Comunicação e Linguagem. Formação da Sociedade Brasileira. Espanhol Instrumental. Geopolítica e Turismo. Língua Brasileira de Sinais. Sociologia do Lazer e do Turismo. Patrimônio Cultural, Diversidade e Turismo Inglês Instrumental. Fundamentos da Comunicação Visual. Metodologia Científica. Métodos e Técnicas de Pesquisa. Antropologia Cultural. A **Formação Profissional:** Fundamentos da Hotelaria e Hospitalidade. Fundamentos do Turismo. Alimentos e Bebidas. Transportes e Roteiros Turísticos. Agência de Viagens e Turismo. Gestão de Eventos. Planejamento Turístico. Consultoria em Negócios Turísticos. Destinos Turísticos. Políticas Públicas do Turismo. Gestão de Meios de Hospedagem. Tópicos Especiais em Turismo. Cerimonial. Marketing Turístico. Técnicas Operacionais em Lazer. E a Formação em Gestão: Gestão Organizacional. Matemática Básica. Estatística Aplicada Ao Turismo. Empreendedorismo. Gestão Contábil e Financeira. Gestão Ambiental e Sustentabilidade. Gestão de Pessoas. Gestão da Qualidade em Serviços. Sistemas de Informação. Gestão de Projetos. Ética e Responsabilidade Social.

As disciplinas de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, Comunicação e Linguagem, Metodologia Científica. Métodos e Técnicas de Pesquisa impulsionam ao aluno criar habilidades de interpretação textual, comunicação e escrita de textos acadêmicos. Cabe ressaltar que a disciplina LIBRAS adveio a compor o currículo do Curso tal como preceituado pelo Decreto Lei nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005.

As formações científicas e tecnológicas integradas permitem não só o acompanhamento das transformações que ocorrem nessas áreas do conhecimento como, e principalmente, a antecipação aos avanços impostos pelo desenvolvimento tecnológico. O saber técnico deve relacionar-se com operações cognitivas correspondentes à observação, à resolução de problemas, à comprovação de hipóteses. No entanto, deverá ir além, explicitando o contexto social, político, econômico, cultural e ambiental dentro e fora do Brasil.

Em observância a Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016 e do artigo 26 da Resolução CNE/CEB nº 06/2012, quanto à introdução da carga horária semipresencial nos cursos presenciais, o Curso Superior de Gestão em Turismo do IFCE, *campus* Canindé poderá conter 20% da carga horária total do curso destinada à oferta a distância, no entanto as disciplinas em EAD serão determinadas por meio da representação do Colegiado e NDE.

Portanto, a proposta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo é formar profissionais competentes, não somente para ocuparem seus espaços, enquanto profissionais, no mercado, mas formar pessoas com um cabedal intelectual para serem críticos diante da realidade e para, a partir dessa realidade, desenvolver novas práticas que levem a sua transformação.

Nesse Projeto Pedagógico, está a expansão do ensino superior; diversificação do sistema de ensino superior; a necessidade da ferramenta da avaliação; mudança do perfil do aluno ingressante no ensino superior; mudança no perfil esperado do egresso do ensino superior; mudanças no paradigma científico e pedagógico; tudo isso para a melhoria da qualificação do profissional egresso na área de Gestão de Turismo.

Em face dessa realidade educacional, tomando como referencial pedagógico esse arcabouço legal e a literatura específica, o IFCE *campus* Canindé prima pela excelência do ensino, propõe formar um profissional habilitado com bases científicas, tecnológicas e humanistas para o exercício da profissão, numa perspectiva crítica, proativa, ética e global, considerando o mundo do trabalho, a contextualização sócio-político e de desenvolvimento sustentável.

10.1 Matriz Curricular

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo no IFCE *campus* Canindé, organiza-se por meio de uma sólida base de conhecimento científico, tecnológico e humanístico, possuindo uma carga horária total de 2.000 horas-aula. Na organização proposta, considerou-se a atualização, interdisciplinaridade, acessibilidade, adequação das cargas horárias (em horas), a adequação da bibliografia (SOPHIA e BVU), abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais, ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

A estrutura curricular leva em consideração a realização de visitas técnicas, oferta de disciplinas que abordam as temáticas de Educação Ambiental (disciplina de Gestão Ambiental e Sustentabilidade) e Educação em Direitos Humanos e de Educação das Relações Étnico-raciais (disciplinas de Patrimônio Cultural, Diversidade e Turismo, Formação da Sociedade Brasileira, entre outros). Aplicabilidade de projetos de extensão, organização de eventos e a formação do

profissional com habilidades em: planejar atividades turísticas nas esferas públicas e privadas, organizar calendários de eventos, atuar junto aos patrimônios histórico-culturais, realizar estudos e dirigir empresas turísticas.

Segue abaixo a estrutura curricular que compõe uma sequência lógica das disciplinas, formação paulatina e continuada do profissional que poderá atuar na promoção, criação e desenvolvimento da área turística.

MATRIZ CURRICULAR – TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO					
Sem	Disciplina	Carga Horária (hora/aula)			Pré-requisito
		Carga Horária	Crédito	Total	
1º	GEOGRAFIA DO BRASIL	40	2		
	COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM	40	2		
	FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA	40	2		
	FUNDAMENTOS DA HOTELARIA E HOSPITALIDADE	80	4		
	FUNDAMENTOS DO TURISMO	80	4		
	GESTÃO ORGANIZACIONAL	80	4		
	MATEMÁTICA BÁSICA	40	2		
	Subtotal			400	
2º	ALIMENTOS E BEBIDAS	80	4		
	ESPAÑHOL INSTRUMENTAL	40	2		
	GEOPOLÍTICA E TURISMO	40	2		
	METODOLOGIA CIENTÍFICA	40	2		
	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	40	2		
	SOCIOLOGIA DO LAZER E DO TURISMO	40	2		
	PATRIMÔNIO CULTURAL, DIVERSIDADE E TURISMO.	40	2		
	ESTATÍSTICA APLICADA AO TURISMO	40	2		
	TRANSPORTES E ROTEIROS TURÍSTICOS	40	2		
	Subtotal			400	
3º	AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO	40	2		
	EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	40	2		
	GESTÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA	80	4		
	GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	80	4		
	GESTÃO DE PESSOAS	80	4		
	INGLÊS INSTRUMENTAL	40	2		
	FUNDAMENTOS DA COMUNICAÇÃO VISUAL	40	2		
	Subtotal			400	
4º	MARKETING TURÍSTICO	80	4		
	GESTÃO DA QUALIDADE EM SERVIÇOS	40	2		
	GESTÃO DE EVENTOS	80	4		
	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	40	2		
	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	40	2		
	PLANEJAMENTO TURÍSTICO	80	4		
	PROJETO SOCIAL	40	2		
	Subtotal			400	
	CONSULTORIA EM NEGÓCIOS TURÍSTICOS	40	2		
	DESTINOS TURÍSTICOS	40	2		

5º	POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO	40	2		
	GESTÃO DE MEIOS DE HOSPEDAGEM	40	2		
	ANTROPOLOGIA CULTURAL	40	2		
	TÓPICOS ESPECIAIS EM TURISMO	40	2		
	CERIMONIAL	40	2		
	ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL	40	2		
	TÉCNICAS OPERACIONAIS EM LAZER E ENTRETENIMENTO	40	2		
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	40	2		
	Subtotal			400	
TOTAL				2000	

	Subtotal
	Total

Quadro 01: Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo.
Fonte: Autoria Própria, 2018.

O arcabouço curricular leva em consideração a comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta e precisa sobre aspectos técnicos específicos da interpretação da realidade, sua correlação com as informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana.

11 FLUXOGRAMA CURRICULAR

Segue abaixo a representação do fluxograma de todos os semestres do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo com o propósito de descrever o detalhamento das disciplinas e a subdivisão entre a **Formação Humana, Formação Profissional e Formação em Gestão**. Nessa disposição gráfica está a carga horaria dos componentes curriculares com as devidas quantidades de créditos:

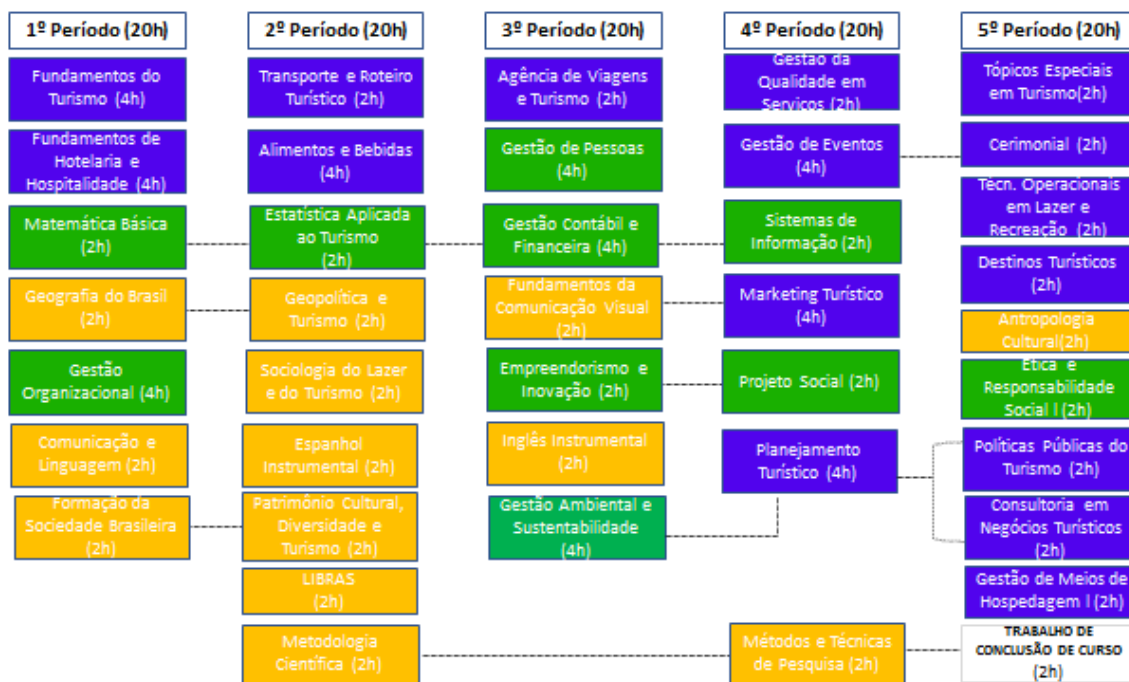
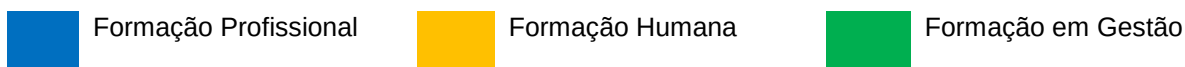


Figura 01: Fluxograma do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo

Fonte: Autoria Própria, 2018 baseado na Matriz Curricular, 2018.

Legendas:



O objetivo é demonstrar de forma descomplicada o fluxo das informações e elementos, além da sequência operacional que caracteriza o trabalho. Nela o estudante participará com trabalhos de pesquisa, trabalhos de extensão junto às comunidades, projetos multidisciplinares, visitas técnicas, monitorias e outras atividades empreendedoras.

A atualização das ementas e programas das disciplinas ocorre a cada semestre ou quando necessárias, diante das propostas dos professores, sendo analisado pelo Colegiado do Curso, Núcleo Docente Estruturante, Direção de Ensino da unidade, pela PROEN, e por último CONSUP e se aprovadas pelas diferentes instâncias passam a vigorar. Para aprovação das propostas e atualização das ementas e programas das disciplinas, levam-se em consideração a sua fundamentação (teórica) e a aplicabilidade (prática) do mercado de trabalho e das tendências no ensino da atividade a serem exercidas. A carga horária das disciplinas teórica e prática (visitas técnicas, pesquisa de campo e atividades de extensão) variam de acordo com a disciplina ministrada no curso.

A revisão e atualização da bibliografia que compõe os conteúdos programáticos das unidades curriculares do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFCE *campus* Canindé, fazem-se a partir de sugestões dos professores que são realizadas ao longo do semestre, para consequente aquisição a cada período, garantindo o acesso às novas publicações, considerando livros e periódicos.

12. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Em consonância com Regulamento da Organização Didática aprovado pela Resolução CONSUP nº 35, de 22 de Junho de 2015 o professor assume o papel intermediador no intuito de avaliar o aluno por intermédio de vários instrumentos que permitam aferir os conhecimentos dos discentes, entre eles: Trabalhos Escritos, Pesquisa de Campo, Relatório de Atividades, Provas Escritas e Registros da Participação dos Alunos em dinâmicas de sala de aula. Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades programadas.

COMO CALCULAR AS MÉDIAS – ENSINO SUPERIOR

$$X_s = \frac{2X_1 + 3X_2}{5}$$

$X_s \geq 7.0$ e Freq $\geq 75\%$ (Aprovado)

$X_s < 3.0$ ou Freq $< 75\%$ (Reprovado)

$3.0 \leq X_s < 7.0$ A_F (Obrigatório)

$$X_F = \frac{X_s + A_F}{2} \geq 5.0$$

LEGENDA:

$X_s \rightarrow$ Média Semestral

$X_1 \rightarrow$ Média da Primeira Etapa

$X_2 \rightarrow$ Média da Segunda Etapa

$X_F \rightarrow$ Média Final

$A_F \rightarrow$ Avaliação Final

Figura 2: Cálculo das Médias do Ensino Superior
 Fonte: Autoria Própria, 2018.

A sistemática de avaliação nos Cursos Superiores se desenvolverá em duas etapas, devendo o docente, independente do número de aulas semanais, aplicar, no mínimo, duas avaliações por etapa. A nota semestral será a média

ponderada das avaliações parciais, estando à aprovação do discente condicionada ao alcance da média mínima 7,0 (sete). Caso o aluno não atinja a média mínima para aprovação 7,0 (sete), mas tenha obtido no semestre, a nota mínima 3,0 (três), ser-lhe-á assegurado o direito de fazer a avaliação final. A média final será a média aritmética da nota semestral com a nota da avaliação final. O aluno que obtiver nota maior ou igual a 5,0 (cinco) na média final será considerado aprovado no componente curricular.

A verificação e o registro da frequência são de responsabilidade do professor e seu controle no portal acadêmico do IFCE *campus* Canindé. Cabendo ao professor a elaboração, a aplicação e o julgamento das verificações de rendimento escolar concernentes à disciplina de sua responsabilidade. O professor, a seu critério, ou a critério do colegiado de curso, pode promover trabalhos, exercícios e outras atividades em classe e extraclasse, que podem ser computadas nas notas ou nos conceitos das verificações parciais, nos limites definidos pelo mesmo colegiado.

A avaliação do rendimento escolar discente, quando realizada com notas são variáveis de zero a dez, compreendendo um conjunto de atividades, tais como: resolução de listas de exercícios, apresentação de seminários, redação de resumos, resenhas e artigos científicos, relatórios de aulas práticas e visitas técnicas, prova oral e prova escrita. O docente é, então, estimulado a avaliar o aluno por intermédio de vários instrumentos que permitam aferir os conhecimentos, incluindo trabalhos escritos, pesquisa de campo, relatório de atividades, provas escritas, debates, fóruns, portfólios e registro de participação dos discentes em atividades práticas de sala de aula. É importante salientar que, dessa maneira, a avaliação do discente não se resumirá a apenas um instrumento.

A avaliação da aprendizagem é processual e contínua, de caráter diagnóstico, formativo e flexível, com a predominância de aspectos qualitativos sobre quantitativos e de resultados parciais sobre aqueles obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB 9394/96 (BRASIL, 1996). O processo de avaliação é orientado pelos objetivos definidos nos planos de ensino das disciplinas do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo. As estratégias de avaliação da aprendizagem serão formuladas de tal modo que o discente seja estimulado à prática de pesquisa, à reflexão, à criatividade e ao autodesenvolvimento. No que tange a recuperação de estudos, há o apoio extraclasse com atividades de nivelamento, tutoria, monitoria, entre outros.

13. PRÁTICA PROFISSIONAL

O itinerário formativo do futuro profissional do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, do IFCE *campus* Canindé contempla a sequência das possibilidades articuláveis entre as teorias e práticas nas disciplinas, através da realização de visitas técnicas, projetos de pesquisas, projetos de extensão, eventos institucionais e eventos externos, programado a partir de estudos, seminários, apresentação oral de trabalhos e avaliação escrita.

14. ESTÁGIO

O Estágio Curricular objetiva promover a uma integração entre teórica e prática dos conhecimentos, as habilidades e as técnicas desenvolvida no currículo e propiciar:

Situações de aprendizagem em que o estudante possa interagir com a realidade do trabalho, reconstruindo o conhecimento complementar à formação profissional pela reflexão-ação; desencadear ideias e atividades alternativas; atenuar o impacto da passagem da vida acadêmica para o mercado de trabalho; desenvolver e estimular as potencialidades individuais proporcionando o surgimento de profissionais empreendedores, capazes de adotar modelos de gestão e processos inovadores. (PDI/IFCE, p. 65).

O Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo, do IFCE *campus* Canindé não possui em sua Matriz Curricular o Estágio Supervisionado como pré-requisito para a obtenção do título de tecnólogo.

15. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares têm a finalidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional. O que caracteriza este conjunto de atividades é a “flexibilidade de carga horária semanal, com controle do tempo total de dedicação do estudante durante o semestre ou ano letivo, de acordo com o Parecer do CNE/CES nº 492/2001” (MEC, 2010; [http:// portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br)).

São consideradas atividades complementares: A) participação como ouvinte/plenária em eventos internos e/ou externos à Instituição, tais como semanas

acadêmicas, congressos, seminários, palestras, conferências, atividades culturais. B) Integralização/participante de cursos de extensão e/ou atualização acadêmica e profissional e C) Atividades de iniciação científica, assim como de monitoria em pesquisa.

O Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo, do IFCE *campus* Canindé não possui em sua Matriz Curricular a aplicabilidade de Atividades Complementares como pré-requisito para a obtenção do título de tecnólogo.

16. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

De acordo com o Regulamento da Organização Didática (2015), o IFCE assegurará aos estudantes ingressantes e veteranos no Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo, o direito de aproveitamento dos componentes curriculares cursados, mediante análise, desde que sejam: obedecidos os dois critérios a seguir: a) o componente curricular apresentado deve ter, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do componente curricular a ser aproveitado; b) o conteúdo do componente curricular apresentado deve ter, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de compatibilidade com o conteúdo total do componente curricular a ser aproveitado.

Poderão ser contabilizados estudos realizados em dois ou mais componentes curriculares que se complementam, no sentido de integralizar a carga horária do componente a ser aproveitado. Vale ressaltar que não haverá aproveitamento de estudos de componentes curriculares para: a) Estágio Curricular, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e Atividades Complementares; b) Componentes Curriculares do Ensino Médio Propedêutico, nos casos de disciplinas de cursos técnicos integrados, conforme o Parecer CNE/CEB Nº. 39/2004.

O componente curricular apresentado deve estar no mesmo nível de ensino ou em um nível de ensino superior ao do componente curricular a ser aproveitado, devendo ser solicitado no máximo uma vez. O tecnólogo do curso de Tecnologia e Gestão de Turismo poderá solicitar aproveitamento de componentes curriculares, sem observância do semestre em que estes estiverem alocados na matriz curricular do curso, observados os seguintes prazos: a) até 10 (dez) dias

letivos após a efetuação da matrícula - para estudantes ingressantes; b) até 30 (dias) dias após o início do período letivo - para estudantes veteranos.

A solicitação de aproveitamento de componentes curriculares deverá ser feita mediante requerimento protocolado e enviado à coordenadoria do curso, acompanhada dos seguintes documentos: a) histórico escolar, com carga horária dos componentes curriculares, autenticado pela instituição de origem; b) programas dos componentes curriculares, devidamente autenticados pela instituição de origem.

A coordenação Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo deverá encaminhar a solicitação para a análise de um docente da área do componente curricular a ser aproveitado. O docente que analisar a solicitação deverá remeter o resultado para a coordenação de curso que deverá informar ao estudante e encaminhar a Coordenadoria de Controle Acadêmico – CCA para o devido registro no Sistema Acadêmico e arquivamento na pasta acadêmica do estudante.

Caso o estudante discorde do resultado da análise do aproveitamento de estudos, poderá solicitar a revisão deste, uma única vez. O prazo máximo para conclusão de todos os trâmites de aproveitamento de estudos, incluindo uma eventual revisão de resultado, é de 30 (trinta) dias letivos após a solicitação inicial.

17. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) corresponde a um critério qualitativo de avaliação da formação acadêmica, que acontecerá no último semestre do curso. Será desenvolvido sob a orientação docente onde constará da produção de um artigo científico entre 15 a 20 páginas e a defesa será pública com a participação do orientador e de dois avaliadores, podendo ser da própria instituição ou convidados de outras instituições de ensino; constituição de relatório de vivência profissional (comprovada através de declaração) ou Monografia.

Todas essas produções acadêmicas valorizam o uso funcional e contextualizam os conhecimentos adquiridos pelo acadêmico a partir de um processo de construção dialética do conhecimento. Como um processo cíclico (ação-descrição-execução-reflexão depuração-generalização-ação), onde o educando possa refletir sobre a sua própria vivência e trajetória acadêmica, a metodologia adotada visa poder verificar a capacidade individual do acadêmico de se posicionar frente a diversas realidades e construir suas próprias sínteses.

O acompanhamento da elaboração do trabalho de pesquisa ou de aplicação prática se dará através dos encontros individuais do professor orientador com seu aluno em encontros semanais e de acordo com o Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos do IFCE, aprovado através da Resolução nº34/ CONSUP do dia 27 de março de 2017, apresentando os requisitos a serem adotados na Normalização dos Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado produzidos no IFCE. Compete ao orientador sugerir, propor, orientar e avaliar o trabalho para que atenda aos critérios da pesquisa científica e zele pela correção da língua portuguesa, desde a elaboração do projeto até a apresentação e a defesa do trabalho de conclusão de curso na área específica ou afim.

18. EMISSÃO DE DIPLOMA

Conforme estabelece o Parecer CNE/CP nº 29/2002, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo, a conclusão do curso, isto é, a aquisição da totalidade das competências de uma dada modalidade, confere Diploma de Graduação em Curso Superior de Tecnologia. Para a concessão do Diploma, é obrigatório o cumprimento das cargas horárias do curso além das estipuladas para as atividades complementares, bem como a realização de algum dos trabalhos de TCC apresentados no item 17.

De acordo com o ROD (2015, p 42) na seção X sobre a Expedição de Diplomas e Certificados:

Art. 143 Aos concludentes dos cursos técnicos e de graduação (tecnologia, licenciatura e bacharelado) será conferido, respectivamente, diploma de técnico, de tecnólogo, de licenciado e de bacharel.
§4º A emissão dos diplomas aos concludentes dos cursos de graduação está condicionada à conclusão de todas as etapas de estudos, incluindo o TCC e o estágio curricular e atividades complementares, quando obrigatório no PPC.

Após integralizar todas as disciplinas e demais atividades previstas neste Plano do Curso, o estudante fará jus ao diploma de graduação como **Tecnólogo em Gestão de Turismo**, conforme parecer supracitado.

Vale ressaltar ainda que a expedição do diploma possui dependência dos resultados das avaliações externas desenvolvidas pelos MEC, assim como o Exame Nacional de Desempenho Estudantil (ENADE) e os Pareceres das comissões de

especialistas indicadas pelo MEC, para fins de renovação e reconhecimento do curso.

19. AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

O processo de avaliação do curso acontece a partir da legislação vigente, das avaliações feitas pelos discentes, pelas discussões empreendidas nas reuniões de coordenação, nas reuniões gerais e de colegiado.

A avaliação docente é feita por meio de um questionário, no qual, os alunos respondem questões referentes à conduta docente, atribuindo notas de 01 (um) a 05 (cinco), relacionadas à pontualidade, assiduidade, domínio de conteúdo, incentivo à participação do aluno, metodologia de ensino, relação professor-aluno e sistema de avaliação.

No mesmo questionário, os alunos avaliam o desempenho dos docentes quanto a pontos positivos e negativos e apresentam sugestões para a melhoria do Curso e da Instituição. Os resultados são apresentados aos professores com o objetivo de contribuir para melhoria das ações didático-pedagógicas e a aprendizagem discente (Portaria CEFET-CE nº 222-GDG, de 21 de junho de 2004).

Além disso, o Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo desenvolve uma prática de auto-avaliação permanente que, em vários momentos, tem contribuído seja para reformulações curriculares, estas avaliações têm sido realizadas com a cooperação das seguintes instâncias: **COORDENAÇÃO DE CURSO** – A Coordenação assume um papel importante na implementação do PPC que deve estar sendo constantemente analisado e voltado, principalmente, para o acompanhamento pedagógico do currículo e do perfil do egresso. A relação interdisciplinar e o desenvolvimento do trabalho conjunto dos docentes dependem da existência do acompanhamento pedagógico da coordenação, que possui as seguintes funções:

- Ser articulador e proponente das políticas e práticas pedagógicas;
- Integrar o corpo docente que trabalha no Curso;
- Discutir com os professores a importância de cada conteúdo no contexto curricular;
- Articular a integração entre corpo docente e discente;

- Acompanhar e avaliar os resultados das estratégias pedagógicas e redefinir novas orientações.

O **COLEGIADO** tem o papel de articulador da formação acadêmica, auxiliando a Coordenação na definição e acompanhamento das atividades complementares do curso (Trabalho de Conclusão de Curso, Pesquisas e Extensão). Além disso, acompanha e monitora, juntamente com a Coordenação, o processo ensino-aprendizagem no intuito de adequar as orientações para que a formação prevista no PPC ocorra de forma plena.

Há reuniões periódicas do Colegiado e a Coordenação a fim de obter a avaliação constante do ensino-aprendizagem, com foco na análise dos conteúdos ministrados das disciplinas e atenção à didática adotada para o ensino em sala de aula. Discute-se sobre as formas de avaliação para o aprendizado do alunado, a relação entre professores e alunos e a estrutura institucional de apoio à sua realização didático-pedagógica. A prática periódica das reuniões concilia-se com as avaliações promovidas por iniciativa da Comissão Propria de Avaliação (CPA), que conduz o processo avaliativo interno do IFCE, realizado anualmente.

20 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES DO PDI NO ÂMBITO DO CURSO

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) corresponde ao plano estratégico de longo prazo da instituição. Fazer parte desse documento informações relevantes, os objetivos e metas a serem alcançados pela instituição durante um período de 05 (cinco) anos, revisado anualmente com o desígnio de verificar se os objetivos e metas planejados continuam viáveis.

Diante das políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão constantes no PDI estão: **MONITORIA** como uma atividade acadêmica voltada para os estudantes de graduação, selecionados por meio de editais internos para exercerem funções de acompanhamento pedagógico, em uma determinada disciplina, sob a orientação de um professor. Trata-se de uma experiência enriquecedora, que promove a interação entre discentes de semestres mais avançados com os demais, contemplando, em cada semestre, diferentes disciplinas.

O discente-monitor dispõe de uma carga horária semanal de 16 horas, de acordo com o Regulamento do Programa de Monitoria do IFCE (Resolução nº 006 de 10 de março de 2010), sendo a mesma distribuída entre as atividades de acompanhamento em sala de aula e as orientações coordenadas pelo professor orientador. Outra política são ações mediante a **COORDENADORIA DE PESQUISA E COORDENADORIA DE EXTENSÃO** que juntos desenvolvem atividades como PIBIB e PIBIC JR, bem como o dialogo permanente entre as instituições e a sociedade.

21. APOIO AO DISCENTE

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), visando atender a política de assuntos estudantis do IFCE, o *campus* de Canindé coloca a disposição dos seus discentes, regularmente matriculados, os serviços de atendimento social e pedagógico e o fornecimento diário da merenda escolar além de atendimento odontológico.

Com relação aos auxílios, o *campus* de Canindé faz uma oferta de **Auxílio-moradia** destinado a subsidiar despesas com habitação para locação/sublocação de imóveis ou acordos informais, pelo período de 6 (seis) meses, podendo ser renovado; **Auxílio-alimentação** destinado a subsidiar despesas com alimentação, durante o semestre letivo; **Auxílio-transporte** destinado a subsidiar a locomoção do discente no trajeto residência/campus/residência, durante os meses letivos; **Auxílio-óculos** destinado a subsidiar aquisição de óculos ou de lentes corretivas de deficiências oculares, respeitando-se a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, para nova solicitação; **Auxílio-visitas** e viagens técnicas destinado a subsidiar alimentação e hospedagem, em visitas e viagens técnicas programadas pelos cursos; **Auxílio-acadêmico** destinado a subsidiar despesas em eventos tais, como: inscrição, locomoção, alimentação e hospedagem, podendo ser concedido duas vezes ao ano, para a participação do discente no processo ensino-aprendizagem nos eventos; **Auxílio-didático-pedagógico** destinado a subsidiar material indispensável ao processo ensino-aprendizagem, podendo ser concedido uma vez por semestre; **Auxílio-formação** destinado a subsidiar a ampliação da formação dos discentes. As atividades a serem desenvolvidas deverão estar vinculadas ao curso no qual o discente está matriculado no IFCE e baseadas em

ações de ensino, pesquisa e extensão, devendo ser acompanhadas pelos profissionais que compõem a assistência estudantil, podendo ser renovado por um semestre civil. Os valores dos auxílios de assistência, ainda, são acanhados frente a grande demanda, sendo necessária uma seleção rigorosa para concedê-los aos discentes e da disponibilidade de dotação orçamentária na unidade de ensino.

O processo de seleção para obtenção do auxílio se inicia com o lançamento do Edital. Logo após o seu lançamento é ocorrem reuniões com os discentes para apresentar o edital e esclarecer dúvidas, especialmente no que diz respeito à documentação solicitada. Então se abre o período de inscrições, preenchendo um formulário socioeconômico e anexando todos os documentos solicitados. Após a avaliação da documentação, são realizadas entrevistas e/ou visitas domiciliares aos discentes pré-selecionados na primeira fase. Além dos auxílios, o *campus* de Canindé, também possui um programa de bolsas (modalidade laboratório) segundo o qual os discentes podem ser lotados em laboratórios, projetos de pesquisa ou extensão. O processo de seleção é basicamente o mesmo dos auxílios tendo apenas a necessidade de aproximar o perfil do discente que se enquadre tanto na situação de vulnerabilidade socioeconômica com o perfil desejado pelo responsável do espaço de aprendizagem no qual o mesmo será inserido.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do *campus* IFCE Canindé realiza ações em auxílio junto aos discentes e iniciou suas atividades através da portaria DG/051 de 12/09/2012, através da execução de ações, tais como: Relatório Anual de Acessibilidade, Estruturação Física e Humana do Napne, levantamento das PNES matriculadas e de suas necessidades educacionais. Os NAPNEs foram criados com o objetivo de promover junto aos institutos federais, a preparação da instituição para receber PNEs nos cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos e tecnológicos.

Com o objetivo de apoiar ações de ensino, pesquisa e extensão dentro da temática da educação inclusiva, o NAPNE do IFCE *campus* Canindé acompanha as ações e políticas de inclusão de alunos e/ou servidores com necessidades especiais, garantindo condições de acessibilidade e atendimento de suas necessidades específicas para a plena participação em suas atividades acadêmicas.

Em relação à pesquisa e extensão, o NAPNE planeja ações relacionadas à educação inclusiva a fim de aprimorar as atividades desenvolvidas na instituição para pessoas com deficiência e apoiar pesquisas na instituição no âmbito da

Educação Especial e ao desenvolvimento de Tecnologia Assistiva. Em relação ao ensino, acompanha as políticas e as ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão do processo educativo de qualidade aos alunos com deficiência, além de facilitar o apoio didático-pedagógico aos alunos com necessidades educacionais especiais e seus professores.

22. CORPO DOCENTE

O corpo docente é uma dimensão de alta relevância para o desenvolvimento positivo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo. Devido à característica de multidisciplinaridade do curso, este possui professores com diversificadas formações acadêmicas e profissionais, ressaltando-se a busca permanente, de se manterem atualizados nas suas áreas de conhecimento e atuação, contando para isto com o apoio do IFCE *campus* Canindé. Todos os docentes do curso possuem titulação relevante e são especializados nas áreas em que lecionam, ou seja, todos possuem formação compatível com as disciplinas que ministram.

A maior parte do corpo docente é composta por profissionais com experiência de docência em nível de Ensino Superior, possuindo também ampla experiência profissional, o que dá suporte ao trabalho pedagógico necessário às disciplinas ministradas e contribui para a qualidade do ensino ofertado.

PROFESSOR	FORMAÇÃO	TITULAÇÃO	C.H.	DISCIPLINAS
Abrahão Antônio Braga Sampaio	Filosofia	Doutor	40h/DE	Ética e responsabilidade social
Bárbara Suellen Ferreira Rodrigues	Química	Doutora	40h/DE	Gestão ambiental e Sustentabilidade
Carlos Henrique Leitão Cavalcante	Telemática	Mestre	40h/DE	Sistema de Informação
João Paulo Bandeira de Souza	Ciências Políticas e Sociais	Doutor	40h/DE	Sociologia do Lazer e do Turismo Antropologia Cultural Políticas Públicas do Turismo
Diego Eloi Mesquita Gomes	Matemática	Mestre	40h/DE	Matemática Básica Estatística Aplicada ao Turismo
Diná Santana de Sousa	Letras/Libras	Especialista	40h/DE	Libras
Eduardo Dalle Piagge Filho	Administração	Especialista	40h/DE	Marketing Turístico Gestão Contábil e Financeira Empreendedorismo e Inovação Gestão Organizacional Gestão de Pessoas

				Gestão da Qualidade em serviço turístico
Eline Alves Soares	Hotelaria	Mestre	40h/DE	Técnicas Operacionais em Lazer e Recreação. Alimentos e bebidas. Fundamentos de Hotelaria e Hospitalidade. Fundamentos do Turismo. Gestão dos Meios de Hospedagem. Tópicos Especiais em Turismo. Destinos Turísticos
Emanoel Rodrigues Almeida	Pedagogia	Doutor	40h/DE	Metodologia Científica Métodos e Técnicas de Pesquisa TCC
Erasmus de Oliveira Freitas	Letras/Linguística	Doutor	40h/DE	Comunicação e Linguagem
Francisco Ademir Lopes de Souza	Matemática	Mestre	40h/DE	Matemática Básica Estatística Aplicada ao Turismo
Francisco Antônio Barbosa Vidal	Administração	Mestre	40h/DE	Gestão Contábil e Financeira Empreendedorismo e Inovação Gestão Organizacional Gestão de Pessoas Gestão da Qualidade em serviço turístico
Ivo Luís Oliveira Silva	Turismo	Mestre	40h/DE	Fundamentos do Turismo. Transporte e Roteiro Turístico. Agência de Viagens e Turismo. Planejamento Turístico. Políticas Públicas do Turismo. Consultoria em negócios Turísticos. Destinos Turísticos. Tópicos
José Victor Melo de Lima	Letras / Português / Espanhol	Especialista	40h/DE	Espanhol Instrumental
Maria de Lourdes da Silva Neta	Licenciatura em Pedagogia	Doutora	40h/DE	Projeto Social
Marcel Waline de Carvalho Ferraz Fernandes	Turismo	Doutor	40h/DE	Cerimonial. Gestão de Eventos. Tópicos Especiais em Turismo.
Marco Antônio Botelho Soares	Odontologia	Doutor	40h	Metodologia Científica Métodos e Técnicas de Pesquisa TCC
Maria Evanir Morais de Souza	Turismo	Mestre	40h/DE	Fundamentos do Turismo. Transporte e Roteiro Turístico. Agência de Viagens e Turismo. Fundamentos de Hotelaria. Gestão de Meios de Hospedagem Destinos Turísticos. Tópicos
Nara de Abreu Braga	Administração	Mestre	40h/DE	Marketing Turístico Gestão Contábil e Financeira Empreendedorismo e Inovação Gestão Organizacional Gestão de Pessoas Gestão da Qualidade em serviço turístico
Paula Patrícia Barbosa Ventura	Pedagogia	Mestre	40h/DE	Metodologia Científica Métodos e Técnicas de Pesquisa

				TCC
Rafael Pereira Eufrazio	Licenciatura em Matemática	Mestre	40h/DE	Matemática Básica
Rachel Gomes de Oliveira Lúcio de Sousa	Educação Artística	Graduação	40h/DE	Fundamentos da Comunicação Visual
Rachel Uchoa Batista	Letras / Português / Inglês	Mestre	40h/DE	Inglês Instrumental
Thaidys da Conceição Lima do Monte	Licenciatura em Educação Física	Mestre	40h/DE	Técnicas Operacionais em Lazer e Entretenimento.
Tiago Estevam Gonçalves	Geografia	Doutor	40h/DE	Geografia do Brasil Geopolítica e Turismo
Wendell Guedes da Silva	História	Mestre	40h/DE	Formação da Sociedade Brasileira. Patrimônio Cultural Diversidade e Turismo

Quadro 2: Distribuição da Formação Docente do IFCE campus Canindé

Fonte: Autoria Própria, 2018.

23. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O pessoal administrativo disponível do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo encontra-se em número suficiente e com formação adequada para o suporte às atividades experimentais vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão e para possibilitar o suporte administrativo necessário para o desenvolvimento das atividades acadêmicas demandadas.

NOME	CARGO	FORMAÇÃO	QUALIFICAÇÃO	FUNÇÃO	C. H.
Ana Raquel Pereira Moura	Auxiliar em administração	Bacharelado em geografia	Especialista	Coord. de gestão de pessoas	40h
Ana Virgínia de Sousa Rocha	Assistente de alunos	Jornalismo	Ensino médio	Assistente de alunos	40h
Andressa Souza Costa	Jornalista	Jornalismo	Especialista	Comunicação social	25h
Antônia Luciana Souza Cruz de Mendonça	Auxiliar de Biblioteca	Administração	Graduada	Assistente de Departamento de Administração e Planejamento	40h
Antônio Guilherme da Silva Viana	Tecnólogo em gestão financeira	Tecnólogo em gestão financeira	Graduado	Coord. de execução financeira e orçamentária	40h
Antônio Jonas Evangelista Ferreira	Assistente em administração	Licenciatura em português	Especialista	Aquisições e pregões	40h
Armando Andrade Filho	Assistente em administração	Ensino médio	-	Coordenador de Almoxarifado e Patrimônio	40h
Calmon dos Santos Moura	Assistente em administração	Licenciatura em pedagogia	Graduado	Gestão de pessoas	40h
Carlos Alberto Castelo Elias	Técnico em tecnologia da	Tecnologia em análise de	Graduado	Coord. de tecnologia da	40h

Filho	informação	sistemas		informação	
Cintia de Araújo Matias	Assistente em administração	Bacharelado em direito	Especialista	Aquisições	40h
Daniele Castro Aguiar Pimenta	Odontóloga	Odontologia	Especialista	Coordenação de assuntos estudantis	40h
Elisângela Alves do Nascimento	Técnica em enfermagem	Técnico em enfermagem	Técnica	Técnica em enfermagem	40h
Eliza Georgina Nogueira Barros	Técnico em assuntos educacionais	Licenciatura em História	Graduada	-	40h
Emanuel Bruno Carioca Silva	Tradutor intérprete de Libras	Ensino médio	-	-	40h
Erivânia Maria Sousa Gomes	Assistente em administração	Bacharelado em administração	Graduada	Chefe do Departamento de administração e planejamento	40h
Eugênio Pacelli Gomes Santos	Técnico em audiovisual	Bacharelado em geografia	Graduado	Coord. de comunicação social e eventos	40h
Evangelista Agostinho dos Santos	Técnico em laboratório de química	Licenciatura em química	Especialista	Coord. de infraestrutura	40h
Geirla Jane Freitas da Silva	Nutricionista	Bacharelado em nutrição	Mestre	Nutricionista	40h
João Paulo Braga Abreu	Técnico em tecnologia da informação	Técnico em informática	Técnico	Tecnologia da informação	40h
João Paulo da Silva Cosmo	Bibliotecário / Documentalista	Bacharelado em biblioteconomia	Especialista	-	40h
Jocélio Nelson Queiroz Barroz	Assistente em administração	Ensino médio	-	-	40h
Joelma Kele Ferreira de Aquino	Assistente em administração	Bacharelado em farmacologia	Graduada	Coord. de controle acadêmico	40h
José Felipe da Rocha Oliveira	Técnico em contabilidade	Bacharelado em contabilidade	Especialista	Empenhos e pagamentos	40h
José Nasareno Moreira Araújo	Assistente em administração	Tecnologia em radiologia	Especialista	-	40h
José Francisco Gomes Costa	Assistente de Laboratório	Licenciatura plena em química	Graduado	Assistente de Laboratório	40h
José Willame Felipe Alves	Pedagogo	Graduado	Mestrado	Cedido ao <i>campus</i> Iguatú	40h
Karina Carneiro de Oliveira	Auxiliar de biblioteca	Bacharelado em serviço social	Especialista	Atendimento na biblioteca	40h
Lineusa Maria Carneiro de Oliveira Cruz	Assistente em administração	Ensino médio	-	Apoio à Coord. de infraestrutura	40h
Ludimila Façanha Lopes	Assistente social	Bacharelado em serviço social	Especialista	Assistência de discentes	40h
Manoel Bezerra de Barros Júnior	Assistente em administração	Tecnologia em recursos humanos	Graduado	Chefe de gabinete	40h
Maria Cristiane	Auxiliar de	Licenciatura em	Graduada	Atendimento na	40h

Santos da Silva Costa	biblioteca	ciências biológicas		biblioteca	
Maria de Jesus Silva da Nóbrega Oliveira	Bibliotecário / Documentalista	Bacharelado em biblioteconomia	Especialista	Atendimento na biblioteca	40h
Maria Izabel Pereira	Pedagoga	Pedagogia	Especialista	Coord. Técnico-pedagógica	40h
Mauro Cesar Joca Santos	Assistente em administração	Tecnólogo em análise e desenvolvimento de sistemas	Graduado	-	40h
Mayara Cely Paulo da Silva Medeiros	Assistente social	Bacharelado em serviço social	Especialista	Assistência de discentes	40h
Nayara Sousa de Mesquita	Enfermeira	Bacharelado em enfermagem	Mestre	-	40h
Rayça Aparecida Cavalcante Sampaio	Assistente de alunos	Tecnologia em redes de computadores	Graduada	Coord. do NAPNE	40h
Renato Araújo matos	Auxiliar em administração	Ensino médio	-	Atendimento na biblioteca	40h
Rhayane da Silva Monteiro	Técnica em eventos	Técnico em eventos	Técnica	-	40h
Wladianne Ferreira da Silva	Especialista em auditoria e controle interno	Administração	Graduada	Administradora	40h

Quadro 3: Distribuição do Corpo Técnico-Administrativo do IFCE *campus* Canindé

Fonte: Autoria Própria, 2018.

24. INFRAESTRUTURA

O IFCE *campus* Canindé a fim de dar condições para a inserção de práticas acadêmicas que contribuam para a qualificação do seu egresso e para o benefício social disponibiliza uma organização estrutural com excelentes condições para atender a demanda acadêmica. Todo o ambiente físico do IFCE *campus* Canindé propicia ao processo de ensino-aprendizagem um diferencial em termos de qualidade. As salas de aula, salas especiais, auditórios e recursos audiovisuais estão condizentes com as propostas pedagógicas.

Também, neste contexto, encontra-se a Biblioteca do *campus* Canindé, com intenções claras de um espaço disseminador de informações. Sua atualização e adequação ocorrem de forma permanente, sendo fundamental a promoção da avaliação continuada da bibliografia básica de todos os cursos. A tecnologia de informação para acesso a redes é condição necessária para a qualidade do ensino desejada.

O mesmo ocorre com os Laboratórios disponibilizados para os diferentes cursos, que também devem estar em consonância com as necessidades apontadas nos Projetos Pedagógicos e permanentemente atualizadas no que diz respeito a novas tecnologias e equipamentos.

24.1 Biblioteca

A Biblioteca do Instituto Federal do Ceará *campus* Canindé foi criada para atender alunos, servidores docentes e técnico-administrativos da instituição, bem como o público externo, com o objetivo de promover o acesso, a disseminação e o uso da informação, como apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região.

A biblioteca dispõe de espaços destinados ao estudo individual ou em grupo, através de cabines, mesas e ou salas. O Sistema de Bibliotecas do IFCE (SIBI) foi criado através da Portaria 410/GR, de 30 de junho de 2015. O SIBI está diretamente vinculado à Pró-reitora de Ensino/Departamento de Bibliotecas e é depositário de todo material informacional disponibilizado à comunidade técnico-acadêmica do IFCE, com vistas à promoção do acesso, da disseminação e do uso da informação como apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, de acordo com as políticas, planos e programas institucionais.

As Bibliotecas Integrantes ao SIBI regem-se pelo Regimento Geral do IFCE, pelo Regimento Interno dos campi, pelo Regimento Interno do SIBI e pelas demais normas da instituição, em observância à unidade patrimonial, administrativa, organizacional e com vistas à plena utilização de recursos humanos e materiais.

Sobre o acervo a Biblioteca do IFCE *campus* Canindé conta com 812 títulos de livros, num total de 3.418 exemplares disponibilizados à comunidade acadêmica. Seu acervo ainda consta de periódicos correntes e avulsos, CD-ROM, relatórios, teses, dissertações, monografias, normas técnicas, DVD e apostilas para contribuir como apoio pedagógico e cultural. O software utilizado para o processamento técnico e automação do acervo é o Gnuteca Versão 2.3.9. Já o SOPHIA é sistema de gerenciamento do acervo bibliográfico que disponibiliza a consulta aos acervos das bibliotecas integrantes do SIBI. Os acervos são abertos ao público em geral para consulta e pesquisa e a funcionalidade do Sophia que permite acessar todo o conteúdo informacional impresso e digital disponível nas bibliotecas

do Sistema e na Biblioteca Virtual Universitária (BVU) através de um só mecanismo de busca.

Dessa forma, a biblioteca tem a finalidade de fornecer a comunidade acadêmica, apoio bibliográfico e suporte informacional necessário ao desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa e extensão. Suas instalações estão disponíveis a pesquisadores em geral, mas, somente professores, alunos e funcionários podem usufruir o empréstimo de material bibliográfico impresso. O corpo técnico é formado por um bibliotecário e seus auxiliares. Dentre os serviços oferecidos pela biblioteca estão:

- Empréstimos, reservas, renovação e consulta *on-line* de materiais.
- Serviço de referência.
- Acesso Wi-fi.
- Acesso a periódicos e bases de dados referenciais.
- Orientação à normalização de trabalhos técnico-científicos.
- Serviço de referência.
- Visita orientada.
- Disseminação seletiva da informação.

Vale salientar que a biblioteca deve fornecer material informacional para estudos, pesquisas e apoio aos cursos ministrados no IFCE *campus* Canindé, além de atuar como suporte informacional no processo de ensino-aprendizagem, auxiliando nos trabalhos de pesquisa e oferecendo acesso à leitura como fonte de atualização e de lazer com fins culturais e orientar sobre o seu uso e recursos entre outros. Ademais, são deveres dos usuários:

- Zelar pelo material emprestado.
- Substituir ou reparar qualquer material que extraviar ou danificar.
- Evitar falar alto no ambiente de estudo.
- Zelar pela limpeza do espaço físico da Biblioteca.

Para a realização de empréstimo é necessária a confirmação de *login* e o cadastro de senha no balcão de atendimento da biblioteca, como também o preenchimento do Termo de Responsabilidade do Usuário, ambos mediante apresentação de documento oficial com foto e/ou documento de confirmação de

vínculo com o IFCE *campus* Canindé, tais como: Comprovante de Matrícula de Aluno, ou contracheque, no caso de servidor público.

O prazo de empréstimo para alunos são de 07 (sete) dias enquanto que para docentes e técnico-administrativos são de 14 (quartoze) dias. Alunos podem pegar emprestados até 05 (cinco) materiais, sendo 4 (três) livros + 1 (um) multimeio e docentes e técnico-administrativos até 06 (seis), sendo 5 (cinco) livros + 1 (um) multimeio. Durante o período letivo, o horário de funcionamento interno da Biblioteca é de segunda à sexta-feira, das 8h às 17h, sendo que o horário de atendimento ao público é de segunda à sexta-feira, das 8h15 às 17h.

Em relação à revisão e atualização da bibliografia que compõe os conteúdos programáticos das unidades curriculares do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, logo o IFCE *campus* Canindé aprova a partir de sugestões dos professores a aquisição de novos livros mediante a relevância para a aprendizagem do discente.

24.2 Infraestrutura Física e Recursos Materiais

O IFCE *campus* Canindé oferece à comunidade acadêmica espaços físicos adequados para o número de usuários e desenvolvimento das atividades de ensino, sejam teóricas e/ou práticas, e à integração de todos os órgãos que compõe a sua estrutura educacional.

Em relação à infraestrutura física do IFCE *campus* Canindé tem-se:

INSTALAÇÕES	QTDE
Salas de aula	16
Laboratórios de Informática com 26 PCs	2
Laboratório de Prática de Negócios e Operações na área de Eventos	1
Auditório	1
Refeitório	1
Teatro	1
Sala dos professores	3
Sala de convivência	1
Parque esportivo com piscina semiolímpica, vestiário e ginásio	1
Banheiros femininos	9
Banheiros masculinos	21

Biblioteca	1
Salas de coordenação de curso	2
Sala da Gestão	21

Quadro 4: Distribuição da infraestrutura física do IFCE *campus* Canindé

Fonte: Autoria Própria, 2018.

As salas de aula, instalações administrativas, instalações para docentes, salas de professores, salas de reuniões e gabinetes de trabalho, instalações para coordenações de cursos, auditórios, salas de conferências e demais dependências são isoladas de ruídos externos, com boa audição interna, ventilação adequada às necessidades climáticas locais e ao uso de equipamentos, quando necessário. Possuem iluminação condizente às ações de ensino e administrativas e também mobiliários e equipamentos especificamente adequados aos setores.

O IFCE *campus* Canindé dispõe de áreas livres (corredores e áreas de convivência) para circulação, possuindo higienização e manutenção de acordo com mais exigentes padrões. Foram feitos investimentos significativos na construção dos laboratórios da área de informática, além da implantação de laboratórios específicos de cada curso de graduação em funcionamento.

Com relação aos recursos materiais do IFCE *campus* Canindé tem-se:

EQUIPAMENTOS/DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Computadores	166
Notebooks	65
Aparelhos de DVD	1
Caixas de Som	21
Aparelho Multimídia	5

Quadro 5: Distribuição dos recursos materiais do IFCE *campus* Canindé

Fonte: Autoria Própria, 2018.

A Inclusão da Pessoa com Deficiência demandam adaptações arquitetônicas e pedagógicas. Quanto às estruturas arquitetônicas, o IFCE *campus* Canindé dispõe em suas instalações de rampas de acesso para todos os setores do pavimento térreo, bem como estacionamentos nas áreas próximas ao ginásio poliesportivo e piscina semiolímpica. Para acesso ao pavimento superior foram construídos dois elevadores.

Conforme a diversidade da demanda, o curso se utilizará dos diversos recursos que permitam a acessibilidade dos PNE às práticas educativas, garantindo-lhes recursos adequados. Haverá adequação de conteúdos e práticas todas as

vezes que não for possível ao estudante realizar as atividades propostas, sem que os objetivos sejam alterados. Ao estudante PNE será dado todo respaldo necessário, fazendo com que tenha seus direitos respeitados enquanto cidadão. Assim todos os recursos relativos à acessibilidade didática e arquitetônica serão garantidos pelo IFCE *campus* Canindé.

O acervo da Biblioteca é ampliado constantemente em razão do desenvolvimento dos cursos e à demanda daqueles que estão em processo de reconhecimento. Finalmente, o aluno, o grande beneficiário dessas ações, corresponde plenamente a esse esforço, convivendo nas unidades não só nos períodos de aulas como também em laboratórios, biblioteca e áreas de convivência.

24.3. Infraestrutura de Laboratórios

A estrutura de laboratórios foi concebida para atender às necessidades de professores e alunos dos cursos de graduação, que incluem em seus currículos disciplinas de informática, e também para o enriquecimento curricular, tendo em vista que os serviços informatizados atualmente são imprescindíveis em todas as profissões. O espaço físico dos laboratórios é suficiente para atender da melhor forma possível aos usuários, de acordo com a relação equipamentos versus número de alunos.

Os laboratórios são dotados de climatização ambiental, cores apropriadas, iluminação e *layout* condizentes com as atividades pedagógicas que são desenvolvidas. Os laboratórios foram montados com computadores, impressoras e softwares que atendem plenamente às atividades ali desenvolvidas pelos alunos e professores. As necessidades decorrentes da contínua modernização são levantadas pelos professores e prontamente atendidas.

O IFCE *campus* Canindé dispõe de 04 laboratórios, sendo 02 laboratórios para a formação geral que atende as necessidades das disciplinas de informática, bem como para utilização, em horário extraclasse, pela comunidade acadêmica.

24.3.1 Infraestrutura de laboratório de informática conectado à internet

O IFCE *campus* Canindé conta com espaço físico do Laboratório de Informática que é adequado à prática das atividades a que se propõe. Possui

instalações modernas, bem conservadas, com excelente iluminação e tamanho compatível à quantidade de alunos que recebe por atividade prática.

Os mobiliários existentes em cada laboratório são igualmente adequados às práticas desenvolvidas. O acervo de equipamentos constante no laboratório é suficiente para atender às necessidades dos docentes e discentes no exercício de suas atividades práticas. Já o Laboratório Didático de Informática é conectado a Internet, utilizado também como laboratório de arquitetura de computadores.

24.3.2 Laboratórios específicos à área do curso

Os laboratórios específicos para a formação profissionalizante/específica na área de Turismo são de responsabilidade da Coordenação do Curso, que por sua vez designa 01 (um) professor para coordenar as atividades desenvolvidas. Esses laboratórios devem possuir regulamentos que garantam seu funcionamento e a prática dos discentes.

A orientação é para que os espaços físicos, de cada laboratório, sejam adequados à prática das atividades com instalações modernas, conservadas, com excelência na iluminação e no tamanho compatível com a quantidade de alunos por atividade-prática. Os mobiliários existentes em cada laboratório deverão ser igualmente adequados às práticas desenvolvidas e com um acervo de equipamentos constante e suficiente para atender às necessidades dos docentes e discentes no exercício de suas atividades práticas. Todos os serviços prestados nos laboratórios deverão viabilizar a vivência prática aos alunos envolvidos nas atividades, além de atender a demanda acadêmica e ao mercado em ações específicas de cada área.

Dentre os Laboratórios está o de Eventos que tem como objetivo proporcionar ao aluno vivências relacionadas à Organização e Planejamento De Eventos. A infraestrutura do laboratório conta com mesas, computadores, cadeiras, armários, gaveteiros, telão, telefones, televisor, DVD, máquina fotográfica, Máquina filmadora, armário de arquivos.

Assim, os Laboratórios têm como objetivo geral proporcionar vivência prática aos alunos, com ambientação caracterizada para simulação de operações cotidianas de alguns produtos e serviços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Leis, Decretos. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Documentação, Brasília, nº 453, dezembro, 1996.

_____. Presidência da República. Decreto 2208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9394/96.

_____. Resolução nº 4/99, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Institui as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, 1999.

_____. Portaria nº 646/97, de 14/05/97. Brasília, 1997.

_____. Decreto nº 5154/2004 que revogou o Decreto nº 2208/97.

_____. Decreto nº 5296/2004 que regulamenta as Leis Nº 10048/2000 e Nº 10098/2000.

MEC. Disponível em: <http://catalogonct.mec.gov.br/> acesso em fevereiro de 2010.

BRASIL. **Portal da Cidadania.**
http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/sertesdecanindec/one-community?page_num=0. Acesso em : 12/02/2017.

Anuário Estatístico de Turismo – 2017. Disponível em:
<<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05/item/347-anu%C3%A1rio-estat%C3%ADstico-de-turismo-2017-ano-base-2016/347-anu%C3%A1rio-estat%C3%ADstico-de-turismo-2017-ano-base-2016.html>>

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Decreto n. 5.773, de 09 de maio de 2006. Brasília, 2006. Disponível em:<
<http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>>. Acesso em 12 de jan. de 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Educação (MEC). Resolução nº 2, de 15 de Junho de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Educação (MEC). Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

_____. Lei Nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008. Lei de Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, 2008.

_____. Lei Nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996. Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação (MEC). Resolução CNE/CP nº 3, de 18 de Dezembro de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia. Brasília, 2002.

_____. Ministério da Educação (MEC). Resolução CNE/CES nº 146/2002, de 03 de abril de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Dança, Design, Direito, Hotelaria, Música, Secretariado Executivo, Teatro e Turismo. Brasília, 2002.

_____. Ministério da Educação (MEC). Resolução Parecer CNE/CES nº 288/2003, de 06 de novembro de 2003. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo. Brasília, 2003.

_____. Ministério da Educação (MEC). Parecer CNE/CP nº 29 de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo. Brasília, 2002.

_____. Ministério da Educação (MEC). Resolução Parecer CNE/CES nº 13, de 24 de novembro de 2006. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo. Brasília, 2006.

_____. Lei Nº 12.591, de 18 de Janeiro de 2012. Lei de Reconhecimento da profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12591.htm>. Acesso em 10 de jan. de 2018.

_____. Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf>. Acesso em 10 de Jan de 2018.

_____. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia 2010. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7237-catalogo-nacioanl-cursos-superiores-tecnologia-2010&category_slug=dezembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 08 de jan. de 2018.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Regulamento de Organização Didática IFCE (ROD), 2015. Disponível em <<http://ifce.edu.br/espaco-estudante/regulamento-de-ordem>>. Acesso em 08 de jan. de 2018.

ANEXO - A

ACERVO BIBLIOGRÁFICO

TABELA 01

TÍTULO	AUTOR (ES)	EDITORA	ANO	QTD	BVU
A Alimentação através dos tempos	ORNELLAS, Lieselotte Hoeschl	Ed. UFSC	2003	3	
A articulação do texto	GUIMARÃES, Elisa	Ática	1992	3	
A História da Gastronomia	LEAL, Maria Leonor de Macedo Soares	SENAC	1998	3	
A Invenção do Nordeste e Outras Artes	ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de	Cortez	2009	3	
A produção do texto	RIFFATERRE, Michael	Martins Fontes	1989	3	
A Urbanização Brasileira	SANTOS, Milton	Editora da Universidade de São Paulo	2005	15	Não
Administração hoteleira	CASTELLI, Geraldo	EDUCS	2010	13	Não
Administração de congressos científicos e técnicos: assembleia, convenção, painel, seminário e outros	MIYAMOTO, Massahiro	Pioneira Novos Ubrais: Editora da Universidade de São Paulo	1987	5	
Administração de Marketing	KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane	Pearson Prentice Hall	2006	3	
Adm. Dos sistemas hoteleiros	DUARTE, Vladir	SENAC	1996	15	Não
Administração de sistemas hoteleiros: conceitos básicos	DUARTE, Vladir Vieira	SENAC	2008	15	Não
Administração em publicidade: a verdadeira alma do negócio	LUPETTI, Márcia	Thomson Learning	2009	3	
Administração hoteleira	CASTELLI, Geraldo	EDUCS	2001	13	Não
Administração: teoria, processo e prática	CHIAVENATO, I.	Makron Books	1994	10	Sim
Administração: construindo vantagem competitiva	BATEMAN, T. S.; SNELL, S. A	Atlas	1998	3	
Agências de viagens e transportes	-	ROCA	2003	10	Não
Alimentos e bebidas	DAVIES, Carlos Alberto	EDUCS	2010	30	Não

Fonte: Biblioteca IFCE *campus* Canindé, 2018.**TABELA 02**

TÍTULO	AUTOR (ES)	EDITORA	ANO	QTD	BVU
Ampliando o Repertório do Coro Infanto-Juvenil - um estudo de repertório inserido em uma nova estética	VERTAMATTI, Leila Rosa Gonçalves	UNESP/FUNART E	2008	3	
Aprendendo a pensar com a sociologia	BAUMAN, Zygmunt	JORGE ZAHAR	2010	3	
Aprender Antropologia	LAPLANTINE, François	Brasiliense	1984	3	Não
Aprender e ensinar com textos de alunos	GERALDI, João Wanderley	Cortez	1997	3	
Artes, entretenimento e	HUGHES, Howard	ROCA	2004	5	Não

turismo					
Aquisição da escrita: coerência e coesão	BUIN, E	Contexto	2002	3	
Arte, Educação e Cultura	OLIVEIRA, Marilda Oliveira de (org).	UFSM	2007	3	
As etapas do pensamento sociológico	ARON, Raymond	Martins Fontes	2008	8	Não
As pessoas na organização	FLEURY, M. T. L. (org.)	Gente	2002	3	
Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica	DUARTE, Jorge	Atlas	2003	3	
Assessoria de imprensa: como fazer	CHINEM, Rivaldo	Summus	2003	3	
Bio. v.1	LOPES, Sônia	Saraiva	2003	3	
Bio. v.2	LOPES, Sônia	Saraiva	2003	3	
Bio. v.3	LOPES, Sônia	Saraiva	2003	3	
Biologia atual. v.1	PAULINO, W. R	Ática	2003	3	
Biologia atual. v.2	PAULINO, W. R	Ática	2003	3	
Biologia hoje. v.1	LINHARES, Sérgio; GEWANDSZNADJER, Fernando	Ática	2002	3	
Biologia hoje. v.2	LINHARES, Sérgio; GEWANDSZNADJER, Fernando	Ática	2002	3	
Biologia hoje. v.3	LINHARES, Sérgio; GEWANDSZNADJER, Fernando	Ática	2002	3	
Biologia. v.1	CESAR & SEZAR	Saraiva	2002	3	
Biologia. v.2	CESAR & SEZAR	Saraiva	2002	3	
Biologia. v.3	CESAR & SEZAR	Saraiva	2002	3	
Cargos em hotelaria	DAVIES, Carlos Alberto	EDUCS	1997	8	Sim
Casa grande e senzala	FREYRE, Gilberto	Global	2006	10	Não
Cerimonial para executivos: guia para execução e supervisão de eventos empresariais	MARTINEZ, Marina	Editora Sagra Luzzatto	2001	1	Não
Cerimonial para relações públicas. v.1	SPEERS, Nelson	N. Speers	1984	3	
Cerimonial para relações públicas. v.2	SPEERS, Nelson	N. Speers	1984	3	
Cerimonial universitário	VELLOSO, Ana	UNB	2002	3	
Ciência política	BONAVIDES, Paulo	Malheiros	2008	8	Não
Coesão e coerência textuais	FÁVERO, Leonor Lopes	Ática	1997	3	
Como criar identidades visuais para marcas de sucesso	STRUNCK, Gilberto Luiz Teixeira Leite	Books	2003	3	
Como ler, entender e redigir um texto	FAULTISCH, E. L. de J.	Vozes	2002	3	
Como Planejar e Executar uma Campanha de Propaganda	PÚBLIO, Marcelo Abílio	Atlas	2008	3	
Conjugar es fácil	GONZÁLES H., Alfredo	Ed. Edelsa	1997	3	

Construindo o saber: metodologia científica fundamentos e técnicas.	CARVALHO, Maria Cecília M.	Papirus	2006	8	Não
Construindo plano de negócios: todos os passos necessários para planejar e desenvolver negócios de sucesso	SALIM, Cesar Simões <i>et al</i>	<i>Campus</i>	2001	3	
Controladoria: teoria e prática	FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo César	Atlas	2008	8	Não

Fonte: Biblioteca IFCE *campus* Canindé, 2018.

TABELA 03

TÍTULO	AUTOR (ES)	EDITORA	ANO	QTD	BVU
Criatividade e processo de criação	OSTROWER, Fayga	Vozes	2010	10	Não
Criatividade em eventos	MELO NETO, Francisco Paul	Contextos	2000	3	
Cultura – um conceito antropológico	LARAIA, Roque	Zahar	1986	5	Não
Desvendando os segredos do texto	KOCH, T. G. V	Cortez	2002	1	
Diccionario de dificultades de la lengua español	SANTILLANA (Ed.).	Ed. Madri	1996	1	
Diccionario esencial de la lengua española	SANTILLANA (Ed.).	Salamanca	1993	1	
Dicionário Brasileiro espanhol- português, português – espanhol	-	Oficina de textos	1997	1	
Dicionário Espanhol / Português. Michaelis.		Melhoramentos	2002	1	
Direção de arte em propaganda	CESAR, Newton	Futura	2000	3	
Do texto ao texto	INFANTE, Ulisses	Scipione	1998	3	
Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor	CHIAVENATO, Idalberto		2008	3	
Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor	CHIAVENATO, Idalberto.	Manole	2012	8	Sim
Empreendendo novos negócios em corporações : estratégias, processo e melhores práticas	SEIFFERT, Peter	Atlas	2008	10	Não
Empreendedorismo: transformando ideias em negócios	DORNELAS, José Carlos Assis	Elsevier; <i>Campus</i>	2008	3	
Empreendedorismo: transformando idéias em negócios	DORNELAS, José Carlos Assis.	Elsevier	2012	13	Não

Encuentros. Espanhol para o ensino médio	MARTINS, Manoel dias; PACHECO, Maria Cristina G.	Ed. IBEP	2005	3	
Escola, leitura e produção de textos	KAUFMAN, Ana María; RODRÍGUEZ, María Elena	Artes Médicas	1995	3	
Espanhol Expansi3n	ROMANOS, Henrique; CARVALHO, Jacira Paes de	FTD	2004	3	
Espanhol para o ensino médio	M3nica de Pal3cios	Scipione	2005	3	
Estrat3gicas para eventos: uma 3tica do marketing e do turismo	BRITTO, Janaina; FONTES, Nena	Aleph	2006	5	
Estrat3gicas para eventos: uma 3tica do marketing e do turismo	BRITTO, Janaina; FONTES, Nena	Aleph	2011	5	N3o
Etiqueta, protocolo e cerimonial	LINS, Augusto Estellita	Ed. Linha Gr3fica	1991	3	
Eventos: Oportunidade de novos neg3cios	CAMPOS, Luiz Cl3udio; WYSE, Nely; ARAÚJO, Maria Luiza da Silva	SENAC NACIONAL	2000	3	
Fundamentos da Administra33o Financeira	WESTON, J. Fred; BRIGHAM, Eugene	Pearson Makron Books	2004	10	N3o
Fundamentos de Administra33o Financeira	ASSAF NETO, ALEXANDRE	Atlas	2010	2	N3o
Fundamentos de Matem3tica Elementar :Conjuntos - Fun33es	GELSON, lezzi et al	Moderna	2005	31	N3o
Fundamentos de Matem3tica Elementar: Matem3tica comercial, financeira e estatística	GELSON, lezzi et al	Moderna	2005	30	N3o
Fundamentos de metodologia científica	LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade	Atlas	2003	8	N3o
Fundamentos do Turismo	IGNARRA, Luiz	Pioneira Thomson Learning	2002	12	N3o
Fundamentos de Biologia. v. 1	SOARES, J. L.	Scipione	1999	3	
Fundamentos de Biologia. v. 2	SOARES, J. L.	Scipione	1999	3	
Fundamentos de Biologia. v. 3	SOARES, J. L.	Scipione	1999	3	
Gastronomia: uma breve hist3ria do tempo	FRANCO, Ariovaldo	Ed. Guanabara	1986	3	
Gêneros textuais e ensino	DIONÍSIO, 3ngela Paiva, MACHADO, Anna Rachel, BEZERRA, Maria Auxiliadora	Lucerna	2002	3	
Gest3o de Hotelaria e turismo	DIAS, Reinaldo, PIMENTA, Maria Alzira (Org)	Pearson Prentise Hall	2005	10	Sim

Fonte: Biblioteca IFCE *campus* Canindé, 2018.**TABELA 04**

TÍTULO	AUTOR (ES)	EDITORA	ANO	QTD	BVU
Gerenciando com as pessoas: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas	CHIAVENATO, Idalberto	Elsevier	2004	3	
Gestão de eventos em lazer e turismo	WATT, David C.; COSTA, Roberto Cataldo (Trad.)	Bookman	2004	3	
Gestão de pessoas	CHIAVENATO, Idalberto	Elsevier; Campus	2008	3	
Gestão de pessoas: O novo papel dos recursos humanos	CHIAVENATO, Idalberto	Campus	1999	0	Sim
Gesto inacabado processo de criação artística	SALLES, Cecília Almeida	Annablume	2007	3	
Gramática básica del Espanhol. Norma e uso	SARMIENTO, Ramón	Ed. SGEL	1999	3	
Gramática da Língua Portuguesa	Pasquale; Ulisses	Scipione	2009	3	
Gramática de la lengua española	ALARCOS LLORACH, E.	Ed. Espasa Calpe	1996	3	
Gramática escolar da língua inglesa: com exercícios e respostas	LONGMAN	Longman	2004	8	Não
Gramática esencial del español	SECO, Manuel	Ed. Espasa-Calpe	1974	3	
Gramática: Texto: análise e construção de sentido	ABAUURRE, Maria Luiza M; Pontara Marcela	Moderna	2006	3	
Guia completo do design gráfico digital	GORDON, B & M.	Livros e Livros	2003	3	
Guia de Boas Práticas de Comunicação em Feiras e Eventos – Práticas e Procedimentos (Disponível em: abracom.org.br)	-	ABRACOM	2006	1	
História da alimentação no Brasil	CASCUDO, L. Câmara	Global	2004	3	
História da Dança no Ocidente	BOURCIER, Paul	Martins Fontes	2001	3	
Hospitalidade	CAMARGO, Luiz Octávio de Lima	Aleph	2004	0	Sim
Hospitalidade: cenários e oportunidades	DENCKER, Ada de Freitas Maneti, BUENO, Marielys Siqueira. (orgs.).	Thomson	2003	1	Não
Hotelaria: planejamento e Gestão	PETROCHI, Mário	Futura	2002	0	Sim
Hotelaria: planejamento e Gestão	PETROCHI, Mário	Pearson Education	2006	0	Sim

Inglês instrumental: leitura e compreensão de textos	LOPES, Carolina	IFCE	2012	11	Não
Iniciação à sociologia	TOMAZI, Nelson Dácio (org.)	Atual	2000	3	
Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship) : prática e princípios	DRUCKER, Peter	Cengage Learning	2010	5	Não
Inquietações e mudanças no ensino da arte	BARBOSA, Ana Mae	Cortez	2007	3	
Instruções técnicas para a confecção de trabalhos universitários, especialmente na área de Letras	HENRIQUES, Cláudio Cezar	UERJ	1996	3	
Interpretação	ORLANDI, Eni Puccinelli	Vozes	1996	3	
Introdução à Administração	MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru	Atlas	2003	3	
Introdução à Teoria Geral da Administração	CHIAVENATO, Idalberto	Elsevier	2004	3	
Introducción a la explicación lingüística de textos	GIRÓN, José Luis	Edinumen	1993	3	
Jogos Teatrais na Sala de Aula	SPOLIN, Viola	Perspectiva	2008	3	
Lecturas graduadas. Leer en español. v.1	SANTILLANA (Ed.).	Salamanca	1992	3	
Lecturas graduadas. Leer en español. v.2	SANTILLANA (Ed.).	Salamanca	1992	3	

Fonte: Biblioteca IFCE *campus* Canindé, 2018.

TABELA 05

TÍTULO	AUTOR (ES)	EDITORA	ANO	QTD	BVU
Lecturas graduadas. Leer en español. v.3	SANTILLANA (Ed.).	Salamanca	1992	3	
Leitura: ensino e pesquisa		Pontes	1989	3	
Libras conhecimento além dos sinais	CHOI, D. [et al].	Pearson Prentice Hall	2011	0	Sim
Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos	QUADROS, R. M de	Artmed	2004	16	Não
Literatura: toda a literatura portuguesa e brasileira	PEREIRA, Helena Bonito	FTD	2000	3	
Manual de Antropologia Cultural	BARRIO, Angel B. Espina	Massangana	2007	3	
Manual de controle higiênico-sanitário em alimentos	SILVA JUNIOR, Eneo Alves da	Varela	2001	3	
Manual de iniciação ao estudo do turismo	BARRETTO, Margarita	Papirus	2002	0	Sim
Manual de organização	ZANELLA, Luiz Carlos	Atlas	2006	3	

de eventos: planejamento e operacionalização					
Manual de organização de eventos: planejamento e operacionalização	ZANELLA, Luiz Carlos	Atlas	2008	8	Não
Manual de Plano de Negócios: fundamentos, processo e estruturação	BERNANDI, Luiz Antonio	Atlas	2011	3	Não
Manual del español correcto. v.1	GOMEZ TORREGO, L.	Ed. Arco/ Libro	1997	3	
Manual del español correcto. v.2	GOMEZ TORREGO, L.	Ed. Arco/ Libro	1997	3	
Marketing Básico: uma abordagem brasileira	COBRA, Marco	Atlas	2007	3	
Marketing da promoção e merchandising: conceitos e estratégias para ações bem- sucedidas	ZENONE, L.C.	Thomson Learning	2005	3	
Marketing de Eventos	MELO NETO, Francisco Paulo de	Sprint	2001	3	
Marketing de Eventos: como promover com sucesso eventos, festivais, convenções e exposições	HOYLE JR., Leonard H.	Atlas	2003	3	
Marketing turístico: um enfoque promocional	RUSCHMANN, Doris van de Meene	Papirus	1999	1	Não
Matemática: contexto e aplicações	DANTE, Luiz Roberto	Ática	2003	11	Não
Mercado turístico: áreas de atuação	BAHL, Miguel (Org.)	Roca	2003	10	Não
Metodologia do trabalho científico	SEVERINO, Antonio Joaquim	Cortez	2002	10	Não
Mídia de A a Z	VERONEZZI, José Carlos	Pearson Prentice Hall	2009	3	
Movimentos culturais de juventude	BRANDÃO, Antônio Carlos	Moderna	1990	3	
Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa	-	Ed. Positivo	1989	3	
Nova Luz Sobre a Antropologia	-	Zahar	2001	8	Não
O que é comunicação	BORDENAVE, Juan Díaz	Brasiliense	1997	3	
O que é patrimônio histórico	LEMONS. A.C.J.	Brasiliense	1981	3	Não
O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa	GEERTZ, Clifford	Vozes	2009	8	Não
Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades	SÁBER, Aziz Ab	Ateliê Editorial	2003	10	Não

Paisagísticas					
Os sentidos do texto	CAVALCANTE, M. M	Editora Contexto	2012	0	Sim
Obtendo resultados com relações públicas	KUNSCH, Margarida M. K.	Thomson Learning	2003	3	
Oficina de leitura	KLEIMAN, Angela	Pontes	2001	3	
Organização de eventos	CESCA, Cleuza Gertrude Gimenes	Ed. Summus	2006	3	
Organização de eventos com arte e profissionalismo	ZITTA, Carmem	SEBRAE/CE	2003	3	
Organização de eventos: procedimentos e técnicas	MATIAS, Marlene	Manole	2008	3	
Organização de Eventos: Teoria e Prática	GIACAGLIA, Maria Cecília	Pioneira Thomson Learning	1996	3	
Planejamento de relações públicas na comunicação integrada	KUNSCH, Margarida M. Krohling	Summus	2008	3	
Planejamento do espaço turístico	BOULLÓN, Roberto C	EDUSC	2002	10	Não
Planejamento estratégico de eventos	PAIVA, Hélio Afonso Braga; NEVES, Marcos Fava	Atlas	2008	3	
Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão.	-	Ministério do turismo	2007	2	Não

Fonte: Biblioteca IFCE campus Canindé, 2018.

TABELA 06

TÍTULO	AUTOR (ES)	EDITORA	ANO	QTD	BVU
Política para meu filho	SAVATER, Fernando	Martins Fontes	2008	3	
Português Contexto, interlocução e sentido. v.1	ABAUURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete M.	Moderna	1997	3	
Português Contexto, interlocução e sentido. v.2	ABAUURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete M.	Moderna	2008	3	
Português Contexto, interlocução e sentido. v.3	ABAUURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete M.	Moderna	2009	3	
Povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil.	RIBEIRO, Darcy	Cia das Letras	1995	15	Não
Princípios de Administração Financeira	GITMAN, Lawrence J	Pearson Prentice Hall	2010	8	Sim
Princípios de Administração Financeira	ROSS, Stephen A	Atlas	2010	10	Não
Princípios de marketing	KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary	Prentice-Hall	2007	12	Sim
Principios de fonología y fonéticas españolas	QUILIS, Antonio	Ed. Arcos-Calpe	1997	3	
Princípios de marketing	KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary	Pearson Education do Brasil	2008	3	

Propaganda de A a Z	SAMPAIO, R	Elsevier	2003	8	Não
Propaganda: teoria – técnica – prática. 8.ed.	SANT'ANNA, Armando; ROCHA JUNIOR, GARCIA, Luiz Fernando Dabul	Cengage Learning	2009	3	
Psicodinâmica das cores em comunicação	FARINA, Modesto	Edgar Blucher	1982	3	
Qualidade do atendimento nas agências de viagens: uma questão de gestão estratégica	DANTAS, José Carlos de Souza	Roca	2008	10	Não
Que é lazer	CAMARGO, Luiz O. Lima	Brasiliense	1992	10	Não
Sintaxe da linguagem visual	DONDIS, D. A.	Martins Fontes	1997	3	
Sistemas de Informação Gerenciais	LAUDON, Kenneth C; LAUDON, Jane Price	Pearson	2015	20	Sim
Sistemas de Transportes Turísticos	TORRE, Francisco de La	Roca	2002	10	Não
Sistemas Integrados de Gestão ERP	CAIÇARA, Cícero Junior	CAIÇARA, Cícero Junior	2015	0	Sim
Sociologia	GIDDENS, Anthony	ARTMED	2005	3	
Sociologia do Turismo	DIAS, Reinaldo	Atlas	2008	5	Não
Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens	KRIPPENDORF, Jost	Aleph	2001	5	Não
Sociologia do turismo: por uma nova compreensão do lazer e das viagens	KRIPPENDORF. Jost	Aleph	2009	5	Não
Sociologia empírica do lazer	DUMAZEDIER, Joffre	Perspectiva	1999	8	Não
Técnicas de análise textual	REIS, Carlos	Almedina	1992	3	
Temas da cultura de massa: música, futebol, consumo	CALDAS, Waldenyr	Arte & Ciência	2001	3	
Teoria Social Hoje	GIDDENS, Anthony	UNESP	1999	3	
Texto e leitor	-	Pontes	1989	3	
Transportes	PAOLILLO, André Milton; REJOWSKI, Mirian	Aleph	2006	16	Não
Transporte e Turismo	PAGE, Stephen	Bookman	2001	5	Não
Transportes no Turismo	RONÁ, Ronaldo Di	Manole	2002	10	Não
Transportes Turísticos	PALHARES, Guilherme Lohmann	Aleph	2001	28	Não
Transportes Turísticos	PALHARES, Guilherme Lohmann	Aleph	2006	28	Não
Transportes: coleção ABC do turismo	PAOLILLO, André Milton, REJOWSKI, Mirian	Aleph	2003	16	Não
Treinamento em qualidade - fator de sucesso para o desenvolvimento da hotelaria e turismo	FLORES, Paulo Silas Ozores.	Roca	2008	10	Não

Turismo e Qualidade: tendências contemporâneas	TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi	Papirus	1993	1	Não
Turismo: fundamentos e dimensões	ANDRADE, Jose Vicente	Ática	1998	2	Não
Turismo: fundamentos e dimensões	ANDRADE, Jose Vicente	Ática	2002	2	Não
Turismo: planejamento e gestão	PETROCCHI, Mario	Futura	2000	20	Sim
Turismo sustentável e meio ambiente	DIAS, Reinaldo	Atlas	2003	8	Não
Turismo: teoria e prática	LAGE, Beatriz. H. G. Milone, Paulo.C	Atlas	2000	11	Não
Total	343				

Fonte: Biblioteca IFCE *campus* Canindé, 2018.

ANEXO - B

PROGRAMA DAS DISCIPLINAS

**1º SEMESTRE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO**

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DO TURISMO	
Código: -	
Carga Horária Total: 80 horas	CH Teórica: 80H CH Prática: -
CH - Prática como Componente Curricular do ensino: 80H	
Número de Créditos	04 créditos
Pré-requisitos	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre	01 Semestre
Nível	Superior
EMENTA	
Inicialmente reconhecer e compreender o turismo enquanto fenômeno social complexo apresenta diversas interpretações e focos de análise que devem ser observados pelos estudiosos da área. Dessa forma, apresentar ao aluno a Evolução Histórica do Turismo, fazendo contextualizações contemporâneas nos aspectos (sociais, econômicos, tecnológicos, políticos, ambientais e culturais). No mais, partindo-se de um estudo que contemple os principais modelos de pensamento turístico, a disciplina Fundamentos do Turismo expõe informações sobre: segmentação turística, mercado turístico, teorias; conceituações e modalidades no turismo; tipos e formas de turismo; estímulos e motivações turísticas; Terminologia turística; Oferta turística; Demanda turística; Produto turístico todos os aspectos gerais e fundamentais. Abordam os principais temas, antecedentes históricos e estruturantes do turismo. Tal disciplina é base de raciocínio para os alunos ingressarem nos estudos aprofundados do turismo.	
OBJETIVO	
• Compreender os antecedentes históricos do turismo, as teorias e as conceituações sobre o fenômeno turístico que se alternaram com o decorrer dos tempos; • Identificar os tipos e subtipos de turismo frente aos estímulos e motivações percebidas nos usuários dos serviços turísticos, bem como o reconhecimento das terminologias turísticas; • Reconhecer o espaço turístico como meio de assegurar o desenvolvimento local por meio da economia social, bem como os impactos inerentes a cadeia produtiva do turismo; • Construir coletivamente bases para uma reflexão sobre a prática do turismo; definições e tipologias de Turismo e segmentação turística, bem como a oferta e demanda turística. • Proporcionar o conhecimento sobre as diversas modalidades de turismo, bem como a classificação (tipos) dos turistas.	
PROGRAMA	

UNIDADE 1 - História do Turismo

1. História do Turismo: primórdios à atualidade (Desenvolvimento da Atividade Turística Através dos Tempos);

UNIDADE 2 - Fundamentos Históricos e Teóricos do Turismo

- 2.1. Origem e significado da palavra turismo e turista;
 - 2.1.1 Definições da viagem, turismo e seus agentes;
 - 2.1.2 Evolução do Conceito de Turismo;
- 2.2. Fundamentos Históricos das Viagens e do Turismo;
- 2.3. Iniciação aos Estudos Turísticos;
 - 2.3.1 Conceituações e modalidades no turismo;
 - 2.3.2. Modelos de Pensamento Turístico: Sistêmico. Fenomenológico e Materialismo Histórico-Dialético;
- 2.4. A epistemologia do turismo
 - 2.4.1. Conceitos de Visitante, Turista e Excursionista;
 - 2.4.2. Fundamentos Básicos e a Terminologia turística;

UNIDADE 3 - Mercado Turístico

- 3.1. Conceitos de mercado;
 - 3.1.1 Economia turística nacional e regional
 - 3.1.2. Oferta turística e demanda turística (equilíbrio de mercado)
 - 3.1.3. Elasticidades. Estrutura de mercados
 - 3.1.4. Recursos e atrativos turísticos
 - 3.1.5. Produtos turísticos e Sazonalidade Turística;
- 3.2. Equipamentos e organizações turísticas;
- 3.3. Marketing de destino;
- 3.4. Segmentações turísticas;
- 3.5. Cadeia Produtiva do Turismo.

UNIDADE 4 - Espaços e Impactos Turísticos

- 4.1. Características das destinações;
- 4.2. Impactos socioculturais, econômicos e ambientais do turismo;
- 4.3. Relações entre turistas e residentes;
- 4.4. Problemas sociais contemporâneos e suas relações com o turismo

UNIDADE 5 - Tendências para o Turismo

- 5.1 Estruturas Institucional e Operacional do Turismo Brasil e Mundo;
- 5.2 Tendências de Mercado;
- 5.3 Pós-modernidade, globalização x mundialização;
- 5.4. A sociedade do espetáculo; indústria cultural e mercantilização do lazer
- 5.5. Turismo e Inclusão Social – por outro Turismo.
- 5.6. Identidade social e cultural;
- 5.7. Qualidade de vida e a Crítica a pós-modernidade.

UNIDADE 6 - Profissional de Turismo

- 6.1. Atividade Profissional do Turismo;
- 6.2. Qualidade e Turismo;
- 6.3. Ética e Turismo;

METODOLOGIA DE ENSINO

As aulas serão ministradas através dos seguintes procedimentos:

- Aulas expositivas;
- Estudos de caso;
- Debates e Exibição de filmes;
- Visitas Técnicas;

- Utilização de recursos áudio visuais de Datashow e Televisão

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Insumos de laboratórios;

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina de Fundamentos do Turismo ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claras os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2008.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2011.

MARCOS EDUARDO CARVALHO GONÇALVES KNUPP. **Fundamentos do turismo**. [S.l.]: InterSaberes. 196 p. ISBN 9788544303139. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544303139>>. Acesso em: 9 jan. 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 13. ed. São Paulo: Senac SP, 2008.

TURISMO: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

MONTANER MONTEJANO, Jordi. **Estrutura do mercado turístico**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2001

MERCADO turístico: áreas de atuação. São Paulo: Roca, 2003.

PINTO, Débora Regina Garcia. **Fenomenologia do Turismo**. Fortaleza: UAB/ IFCE, 2010.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DA HOTELARIA E HOSPITALIDADE	
Código -	
Carga Horária Total: 80 horas	CH Teórica: 80H CH Prática: -
CH - Prática como Componente Curricular do ensino:	-
Número de Créditos	04 créditos
Pré-requisitos	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre	01 Semestre
Nível	Superior
EMENTA	
HOTELARIA – Noções gerais da Tipologia dos meios de hospedagem. Sistemas de classificação dos meios de hospedagem; classificação hoteleira nacional. Legislação específica dos meios de hospedagem. A classificação oficial e classificação extraoficial, bem como a evolução dos meios de hospedagem no Brasil. Apanhado geral de toda a estrutura e funcionamento dos meios de hospedagem. Organograma e Estrutura Funcional de Empreendimentos Hoteleiros. Setores, Cargos e Funções Hoteleiras. Gestão e Técnicas Operacionais no Setor de Reservas, Recepção e Governança. Tendência, Perspectivas e Inovação do mercado hoteleiro. HOSPITALIDADE – Estudo introdutório da hospitalidade, envolvendo abordagem teórica de conceituações, definições, temáticas e problemáticas em torno do tema do turismo e da hospitalidade. Apresentando o conceito de hospitalidade: origem, natureza e desenvolvimento: as contribuições nas sociedades antigas e modernas. Os primórdios da hospitalidade no Brasil. Características da indústria da hospitalidade e da atividade profissional.	
OBJETIVO	
• Proporcionar o suporte necessário ao desenvolvimento e qualificação do aluno diante do reconhecimento da importância da hotelaria e da hospitalidade como tendências atuais no mercado turístico. • Colaborar para o desenvolvimento do aprendizado e levar o conhecimento sobre os diferentes segmentos de meios de hospedagem, classificações e operacionalidades. • Entender os princípios básicos da estruturação dos meios de hospedagem; • Identificar as diversas demandas e associá-las às expectativas do atendimento da prestação de serviços. • Ponderar sobre as siglas, códigos e termos que globalizam o serviço hoteleiro. • Conhecer o organograma geral do setor de recepção, governança. • Identificar o perfil profissional necessário ao mercado de trabalho para os serviços de hospitalidade.	
PROGRAMA	

UNIDADE 1 - História da Hotelaria

- 1.1. Histórico da Hotelaria no Mundo;
- 1.2. Histórico da Hotelaria no Brasil;

UNIDADE 2 – Hospitalidade e Turismo

- 2.1 Conceitos e definições de hospitalidade;
- 2.2. Abrangência da hospitalidade e a inter-relação com o turismo;
- 2.3. Hospitalidade doméstica e comercial;
- 2.4. Hospitalidade no contexto turístico;
- 2.5 Tendências e perspectivas da hospitalidade para o século XXI;

UNIDADE 3 – Administração e Estruturação de Meios de Hospedagem

- 3.1. Cadeias hoteleiras nacionais e internacionais;
- 3.2. Produtos e serviços disponíveis em meios de hospedagem;
- 3.3. Departamentos: Organograma e fluxograma dos hotéis
- 3.4. Problemas frequentes em meios de hospedagem;

UNIDADE 4 - Tipologia e Classificação Hoteleira

- 4.1. Conceituação e tipologia de meios de hospedagem;
- 4.2 Meios de hospedagem convencionais e não convencionais;
- 4.3. Classificação hoteleira nacional pela EMBRATUR;
- 4.3 Características e objetivos; cadeias hoteleiras, serviços e qualidade na hotelaria; organograma geral da empresa hoteleira;

UNIDADE 5 - Setores da Hotelaria

- 5.1. Áreas e Setores da Hotelaria (hierarquia e comunicação entre setores);
- 5.2. Principais cargos e atribuições;
- 5.3. O ciclo do hospede;
- 5.4. Estrutura e funcionamento de hotéis e meios de hospedagem: reservas, recepção, portaria social, telefonia, governança, manutenção e segurança;
- 5.5. Gestão e controle;
- 5.6. Marketing e vendas;
- 5.7. Recursos humanos;
- 5.8. Alimentos e bebidas;
- 5.9. Ambiente de trabalho;
- 5.10. Meios de hospedagem e tendências de mercado da hotelaria;
- 5.11. Sustentabilidade Ambiental e Estratégia Competitiva na Hotelaria (em consonância com RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL Art. 12. A partir do que dispõe a Lei nº 9.795, de 1999, e com base em práticas comprometidas com a construção de sociedades justas e sustentáveis, fundadas nos valores da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade, sustentabilidade e educação como direito de todos e todas, são princípios da Educação Ambiental).

METODOLOGIA DE ENSINO

As aulas serão ministradas através dos seguintes procedimentos:

- Aulas expositivas;
- Estudos de caso;
- Debates e Exibição de filmes;
- Visitas Técnicas;
- Utilização de recursos áudio visuais de Datashow e Televisão

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Insumos de laboratórios;

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claras os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTELLI, Geraldo. **Administração hoteleira**. 9ª ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2003
DUARTE, Vladoir Vieira. **Administração de sistemas hoteleiros**: conceitos básicos. 3ª ed. São Paulo: Senac SP, 2008.
FADI, Antoine Tarabousi. **Administração de hotelaria hospitalar**: serviços aos clientes, humanização do atendimento, departamentalização, gerenciamento, saúde e turismo, hospitalidade, tecnologia de informação, psicologia hospitalar. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CÂNDIDO, Índio. **Controles em hotelaria**: sistema mecanizado para hotel. 2ª ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1990.
DAVIES, Carlos Alberto. **Cargos em hotelaria**. 4ª ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010. 414 p., il. (Hotelaria).
GESTÃO de hotelaria e turismo. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
POWERS, Tom; BARROWS, Clayton W. **Administração no setor de hospitalidade**: turismo, hotelaria, restaurante. São Paulo: Atlas, 2004.
VALLEN, Gary K. **Check-in, check-out**: gestão e prestação de serviços em hotelaria. 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO.

DISCIPLINA: GEOGRAFIA DO BRASIL	
Código: -	
Carga Horária Total: 40 horas	CH Teórica: 32h CH Prática: 8h
CH - Prática como Componente Curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02 créditos
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	1º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Geografia e Turismo. Conceitos geográficos e Turismo. Espaço Geográfico Brasileiro. Cartografia e Turismo. Atividade Turística e Espaço Brasileiro. Paisagens Naturais e seus Potenciais Turísticos no Brasil. Reflexões sobre a Produção do Espaço Geográfico Brasileiro a partir do Turismo. Globalização e MERCOSUL para o Turismo Brasileiro.	
OBJETIVO	
• Compreender a posição geográfica do território brasileiro e seus limites e pontos extremos. • Identificar os aspectos físicos (relevo, clima, vegetação e hidrografia) do Brasil, com suas principais características para o turismo brasileiro. • Estudar a aplicabilidade da cartografia no turismo. • Analisar o espaço urbano brasileiro e sua relação o turismo brasileiro • Entender os fluxos nacionais do turismo no Brasil • Conhecer as regiões do Brasil • Discutir o potencial turístico do Brasil • Analisar a globalização e o MERCOSUL para o turismo no Brasil.	
PROGRAMA	
UNIDADE 1 - Geografia e Turismo 1.1. Dialogo entre Geografia e Turismo enquanto disciplina interdisciplinar 1.2. A importância dos principais conceitos geográficos aplicados ao turismo (Conceito de Espaço; Território; Região e Paisagem) 1.3. As Escalas Geográficas no Turismo UNIDADE 2 - Território Brasileiro 2.1. Formação histórica do território brasileiro 2.2. Localização do território brasileiro e sua diversidade cultural, econômica, social e natural 2.3. História Econômica do Brasil; apontamentos principais das atividades econômicas 2.4. O turismo como atividade de desenvolvimento territorial brasileiro	

UNIDADE 3- Cartografia e Turismo

- 3.1. Fusos horários do Brasil e sua relação com a atividade turística
- 3.2. Mapas e cartas aplicadas no turismo brasileiro
- 3.3 Informação turística e transformações cartográficas

UNIDADE 4 - Estrutura Geológica e geomorfológica brasileira

- 4.1. Estrutura geológica do Brasil,
- 4.2. Formação do relevo da Terra (agentes internos e externos), Classificação do relevo brasileiro;
- 4.3 Geologia e Geomorfologia brasileira: Potencial turístico brasileiro

UNIDADE 5 - Climatologia do Brasil aplicada

- 5.1 Conceitos básicos de climatologia,
- 5.2 Interferências das massas de ar para os climas do Brasil,
- 5.3 Principais características dos climas do Brasil e
- 5.4 As sazonalidades turísticas nas regiões do Brasil

UNIDADE 6- Fitogeografia e Biogeografia do Brasil

- 6.1 Localização e aspectos gerais,
- 6.2 Principais características das vegetações do Brasil
- 6.3 Biogeografia e Turismo
- 6.4 Turismo em áreas naturais
- 6.5 Unidades de conservação do Brasil
- 6.6 Turismo e impactos ambientais

UNIDADE 7 - Hidrografia Brasileira

- 7.1 Aspectos gerais da hidrografia brasileira,
- 7.2 Localização das principais bacias hidrográficas do Brasil;
- 7.3 Os rios e o potencial turístico no Brasil

UNIDADE 8 - Urbanização Brasileira:

- 8.1 Principais metrópoles do Brasil,
- 8.2 Regiões metropolitanas, o processo de conurbação, formação de megalópoles, classificação das cidades (sítio urbano, situação urbana, função urbana, origem urbana),
- 8.3 Turismo nas cidades brasileiras

UNIDADE 9 - Regionalização brasileira,

- 9.1 Divisão regional do IBGE.
- 9.2 Regiões brasileiras: aspectos físiográficos, socioeconômicos e culturais.
- 9.3 Potencial turístico das regiões brasileiras: semelhanças e diferenças de desenvolvimento regional.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas;
- Utilização de multimídia;
 - Interpretação de textos;
 - Debate em grupo;
 - Aulas de campo.

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Insumos de laboratórios;

AVALIAÇÃO

Trabalhos Individuais, Provas Escritas (Avaliação Diagnóstica Individual), Seminários, Auto Avaliação, Produção Textual e Expressão Oral, Participação em Fóruns e Mediações Acadêmicas, Projeto de Campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AB' SABER, Aziz. **Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas**, Ateliê Editorial 2ª edição. 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROSS, Jurandyr L. Sanches. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp. 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; SILVA, José Borzachiello da; CAVALCANTE, Tercia Correia. CEARÁ: **um novo olhar geográfico**. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto. 2011.

SPOSITO, Maria Encarnação. **Capitalismo e Urbanização**. Ed. Contexto. 2010..

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

TELES, Reinaldo. **Fundamentos Geográficos do Turismo**. São Paulo: Ed. Elsevier. 2009.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO.

DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Prática como Componente Curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02 créditos
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	1º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Ensino de Língua Portuguesa, especialmente da modalidade escrita, voltado para a instrumentação do educando nas aptidões que envolvem a elaboração de relatórios e textos dissertativo-argumentativos e técnico-científicos.	
OBJETIVOS	
• Aprimorar habilidades linguísticas e gramaticais para o desenvolvimento da competência textual-discursiva, visando à leitura, compreensão e produção de textos. • Comunicar-se com eficiência de acordo com os contextos de produção e recepção dos textos orais e escritos, especialmente focado no contexto acadêmico-científico. • Desenvolver hábitos de leitura, pesquisa e produção de textos, bem como consulta produtiva a gramáticas, dicionários e diversas outras referências para o permanente processo de construção e amadurecimento como sujeito utente da língua(gem) de modo crítico, autoral e reflexivo.	
PROGRAMA	
UNIDADE 1- Fundamentos de comunicação e linguagem: 1.1 Língua, linguagem e comunicação. 1.2 Variações linguísticas e preconceito linguístico. 1.3 Texto, discurso e autoria. 1.4 Sequências e gêneros textuais. UNIDADE 2- O texto no dia a dia: 2.1 Estratégias de leitura. 2.2 Estratégias de escrita. 2.3 Fatores de textualidade: coesão e coerência. 2.4 Técnicas de revisão textual: a aprendizagem gramatical e lexical. UNIDADE 3- O texto na academia:	

- 3.1 Gêneros textuais acadêmico-científicos: orais e escritos.
- 3.2 Leitura para fins de estudo e pesquisa.
- 3.3 O discurso e o planejamento de textos acadêmicos.
- 3.4 A produção textual acadêmica: oral e escrita.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivo-dialogadas a partir dos temas previamente agendados* para que todos os alunos possam participar ativamente das reflexões e interagir, na busca conjunta do conhecimento. As aulas práticas envolvem oficinas de leitura e produção de textos, contemplando os aspectos linguísticos e gramaticais no exercício de leitura e de produção textual autoral, aplicando os conhecimentos aprendidos na área de Letras direta e progressivamente nos atos sócio comunicativos dos estudantes.

*O cronograma é socializado no primeiro dia de aula, juntamente com a apresentação deste programa de unidade disciplinar (PUD).

RECURSOS

Tais aulas serão mediadas com o uso de recursos diversos, tais como anotações (esquemas, resumos, tópicos etc.) na lousa; textos e materiais impressos em geral; slides, filmes, vídeos e músicas em mídias diversas, tais como TV, rádio, computador e projetor digital; participação em visitas técnicas e eventos relacionados à disciplina, além das apresentações de seminários avaliativos.

AValiação

A avaliação dessa disciplina será realizada como orienta o Regulamento da Organização Didática (ROD) no que diz respeito à composição das notas nos semestres, às fórmulas de cálculo de médias, às possibilidades de cálculo de notas de cada etapa, à quantidade (04) e aos tipos de avaliações*, aos critérios de aprovação e reprovação, à composição da prova final etc. No que diz respeito à avaliação do conteúdo prático, serão privilegiados critérios de análise das estratégias textual-discursivas usadas pelos discentes na produção de textos diversos, orais e escritos, além do uso de estratégias linguísticas para uma leitura interpretativa coerente e contextualizada quando da realização das oficinas laboratoriais de vivências com a Língua Portuguesa.

*Preferencialmente, serão realizadas aqui, dado o escopo teórico-prático, os seguintes tipos: i - prova escrita, ii - trabalhos escritos, iii - exercícios orais, escritos e práticos e iv - seminário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- FAULSTICH, E. L. J. **Como ler, entender e redigir um texto**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- FARACO, C. A. **Oficina de texto**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- INFANTE, U. **Do texto ao texto: curso prático de leitura e redação**. 6. ed. São Paulo: Scipione, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- FERREIRA, L. A. **Leitura e Persuasão: princípios de análise de retórica**. São Paulo: Contexto, 2010. Disponível em: <http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788572444781>
- GUIMARÃES, T. C. **Comunicação e linguagem**. São Paulo: Pearson, 2011. Disponível em: <http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788564574472>
- PUPPI, A. **Comunicação e Semiótica**. Curitiba: InterSaberes, 2012. Disponível em:

<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582121306>

VANOYE, F. **Usos da linguagem**: problemas e técnicas na produção oral e escrita. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



DISCIPLINA: GESTÃO ORGANIZACIONAL	
Código:	
Carga Horária Total: 80H	CH Teórica: 80H CH Prática: -
CH - Prática como Componente Curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	04
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	1º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Uma sociedade de organizações. O conceito de administração e o papel do administrador. Processo Decisório, Evolução histórica da Administração. Funções da administração: Planejamento, Organização, Direção e Controle. As áreas funcionais. A Administração na sociedade moderna.	
OBJETIVO	
Proporcionar noções sobre a empresa, sua amplitude e complexidade de forma que o corpo discente possa inicialmente entender, diagnosticar, criar e propor medidas corretivas através do emprego de mecanismos, técnicas e ferramentas de organização visando à otimização quanto ao uso dos recursos em busca de melhores resultados.	
PROGRAMA	
UNIDADE I – Organizações e Administração As Organizações Administração – Conceitos e Fundamentos O Papel do Administrador Processo Decisório UNIDADE II – Evolução Histórica da Administração As primeiras Organizações – Egito, Babilônia e Assíria Grécia, Roma. Renascimento, Revolução Industrial Administração Moderna UNIDADE III – Desempenho das Organizações Gestão da Qualidade Eficiência e Eficácia Responsabilidade Social e Ambiental UNIDADE IV – Funções da Administração Planejamento Organização	

Direção
Controle

UNIDADE V - As Áreas Funcionais

Recursos Humanos
Marketing
Operações/Produção
Finanças

UNIDADE VI - A Administração na Sociedade Moderna

Principais teorias sobre a Motivação Humana
Comunicação, Orientação, Liderança

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas/dialogadas, Estudo de Casos, Fóruns de textos, Vídeos, Músicas, Visitas Técnicas, Estudo dirigido, Seminário, Oficinas, Pesquisas e Minimercado - ensino com pesquisa e discussões em grupo tendo como foco o desenvolvimento das competências exigidas para a formação do egresso.

RECURSOS

- Material didático-pedagógico; (livros, vídeos, textos)
- Recursos Audiovisuais; (Data-show e Notebook, Slides, Caixas de som, microfone).
- Insumos de laboratórios e inserção empírica;

AValiação

A avaliação será contínua considerando critérios de participação ativa dos discentes no decorrer das aulas, nas propostas das atividades individuais e coletivas, nas discussões em sala, no planejamento e realização dos trabalhos da disciplina. Contando com atividades em grupos e 2 avaliações individuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2004.
MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Introdução à administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
ROBBINS, Stephen P.; DECENZO, Davi. **Fundamentos de administração: conceitos essenciais e aplicações**. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MINTZBERG, H. **Criando Organizações eficazes**. Editora Atlas, São Paulo – 2003.
BRETAS, Maria J. Iara de, & FONSECA, João G. Marques. **Aspectos Conceituais da Decisão**. Faces da Decisão. Editora Makron Books, São Paulo, 2007.
LAURINDO, Fernandes Jospe Barbin – **Tecnologia da Informação – Eficácia nas Organizações**. Editora Futura.
ROSINI, Alessandro Marco; PALMISANO, Ângelo. **Administração de sistemas de informação e a gestão do conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
BATEMAN, Thomas S.. **Administração: novo cenário competitivo**. 2. ed. São Paulo (SP):

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

**INSTITUTO FEDERAL**

Ceará

Campus Canindé

DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO.

DISCIPLINA: MATEMÁTICA BÁSICA

Código:	
Carga Horária Total: 40 horas	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Prática como Componente Curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	1º Semestre
Nível:	Superior

EMENTA

Conjuntos e Conjuntos numéricos. Função do 1º e 2º grau; Função exponencial; Função logarítmica; Noções de Matemática Financeira..

OBJETIVO

Realizar operações com conjuntos;

- Resolver problemas envolvendo conjuntos;
- Caracterizar diferentes tipos de conjuntos numéricos;
- Construir gráficos e tabelas através de modelos matemáticos;
- Interpretar e solucionar as situações problemas modeladas através de funções;
- Conceituar algébrica e graficamente as funções polinomiais, exponenciais e logarítmicas
- Resolver problemas envolvendo porcentagem, juros simples e juros compostos.

PROGRAMA

Unidade I - Conjuntos e conjuntos numéricos

1. Propriedades de conjuntos;
2. Classificação de conjuntos;
3. Operações com conjuntos;
4. Conjuntos numéricos;
5. Intervalos.

Unidade II – Função do primeiro e segundo grau

1. Introdução à função do 1º grau;
2. Representação gráfica da função do 1º grau;
3. Aplicações da função do 1º grau;
4. Equação e inequação do 1º grau;
5. Introdução à função do 2º grau;
6. Representação gráfica da função do 2º grau;
- 5- Aplicação da função do 2º grau;
- 6- Equação e inequação do 2º grau.

Unidade III – Função exponencial

1. Propriedades de potenciação e radiciação;
2. Função exponencial;
3. Equação exponencial;
4. Inequação exponencial.

Unidade – IV – Função logarítmica

1. Logaritmo - conceituação;
2. Propriedades dos logaritmos;
3. Função logarítmica;
4. Equação logarítmica;
5. Inequação logarítmica.

Unidade V – Matemática Financeira

1. Porcentagem;
2. Juros simples;
3. Juros Compostos.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas sobre os temas;
- Produção de notas de aulas com exercícios aplicativos;
- Atividades práticas fora de sala.

RECURSOS

Listar os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Insumos de laboratórios;

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada de forma contínua com base:

- Prova escrita.
- Apresentação de seminário.
- Pesquisa e desenvolvimento de artigos.
- Resolução de exercícios práticos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GELSON, Iezzi et al. **Fundamentos de Matemática Elementar** :Matemática comercial, financeira e estatística. v. 11. São Paulo: Moderna, 2005.

GELSON, Iezzi et al. **Fundamentos de Matemática Elementar** :Conjuntos - Funções. v. 01 . São Paulo: Moderna, 2005.

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática**: contexto e aplicações. Ensino Médio. São Paulo: Ática, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GELSON, Tezzi et al. **APOIO – Matemática**: Ciência e aplicações : Ensino Médio. São Paulo. Atud, 2004.

CRESPO, Atonio Arnot. **Matemática financeira fácil**.14. São Paulo:Saraiva, 2009.

LIMA, Elon Lages et al. **A Matemática do Ensino Médio**. Coleção do Professor de Matemática/Sociedade Brasileira de Matemática. Rio de Janeiro: SBM, 1999.

ASSAF NETO, Alexandre. **Matemática financeira e suas aplicações**. 11. ed. São Paulo: Atlas,

2009.

PUCCINI, de Lima. **Matemática financeira**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Código:	
Carga Horária Total: 40 H	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Prática como Componente Curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	1º Semestre
Nível:	Superior

EMENTA

Compreender o Brasil, buscando nas raízes da sociedade brasileira, gestada sob a égide do Estado Português, que viu nascer um povo novo, da união de três culturas diferentes: a nativa, a africana e a europeia. Desse choque cultural, foi gerado um enorme país, com inúmeras diferenças e peculiaridades étnico-culturais que deve ser analisado e compreendido sob a perspectiva do reconhecimento e valorização do respeito mútuo das diferenças e das diversidades.

OBJETIVOS

- Geral: Revisitar a história da sociedade brasileira, produzindo novas interpretações sobre a mesma;
- Específicos: Compreender o sentido da formação do Brasil, da ocupação do espaço e das interações étnicas; Perceber mudanças e permanências nos diferentes momentos históricos da sociedade; Dialogar com o tempo presente, identificando na sociedade atual, as marcas da nossa história.

PROGRAMA

UNIDADE 1- Introdução: questões de identidade nacional;
UNIDADE 2- Aspectos socioculturais: as relações inter-raciais entre o colonizador português, o nativo indígena e o negro africano (escravizado);
UNIDADE 3- O Brasil Monárquico: Avanços e recuos, experiência política, o sentido da brasilidade;
UNIDADE 4- A República Brasileira na construção de um ideal nacional;
UNIDADE 5- A sociedade brasileira contemporânea.

METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia da disciplina basear-se-á num processo de ação-reflexão-ação individual e coletiva, tomando como foco a relação entre ensino e produção do conhecimento, utilizando o diálogo e debates realizados para a compreensão da sociedade brasileira em sua pluralidade.

RECURSOS

- Aulas expositivas e dialogadas;
- Estudo dirigido em sala de aula;
- Trabalhos de pesquisa extraclasse;
- Recursos audiovisuais; vídeos, documentários, filmes, músicas

AValiação

A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claras os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. 51ª ed. São Paulo: Global, 2011;
 HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2011;
 RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. 3ª ed. São Paulo: Cia das Letras. 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial 1580-1800**. Belo Horizonte: Itatiaia. 1988;
 _____. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Fortaleza, UFC: Casa José de Alencar, 1999;
 FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo. Globo. 2012;
 ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006;
 PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

**2º SEMESTRE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO**

DISCIPLINA: PATRIMÔNIO CULTURAL, DIVERSIDADE E TURISMO	
Código:	
Carga Horária Total: 40 H	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Prática como Componente Curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	2º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Analisar os aspectos históricos e as diversas manifestações culturais presentes na sociedade brasileira, em especial, na região Nordeste e no Ceará. Estudar o patrimônio cultural, memória e identidade, ligados ao turismo, suas políticas de preservação, proteção e de conservação de bens culturais, sua espetacularização e transformação do patrimônio cultural pela hospitalidade, sob as bases da história e diversidade cultural da sociedade brasileira.	
OBJETIVOS	
• Proporcionar o conhecimento e reconhecimento das manifestações culturais significativas dos diversos grupos sociais brasileiros; • Entender os significados dos termos cultura e patrimônio cultural e natural (material e imaterial); • Compreender os bens culturais como construções sociais e históricas, bem como a diversidade cultural presente nas sociedades humanas; • Abordar a relação entre bens culturais, memória e identidade no turismo e reconhecer as diferentes configurações resultantes da diversidade cultural da sociedade brasileira.	
PROGRAMA	
Unidade 1- Elementos teórico-conceituais • Elementos teórico-conceituais sobre patrimônio, cultura, memória e identidade; • O Brasil: do patrimônio histórico ao patrimônio imaterial; • O Ceará sob sua diversidade patrimonial; • Articulações entre teoria e prática: a percepção sobre o local e seus registros no patrimônio histórico-cultural; • Políticas de preservação, tombamentos e registros de bens culturais materiais e imateriais significativos para a memória da sociedade brasileira e fruto de suas relações Inter étnicas;	
Unidade 2- Patrimônio	

- Patrimônio cultural, turismo e manifestações de cultura popular;
- Turismo cultural, museus e educação patrimonial;
- Bens culturais e atividades turísticas;
- Festas, artesanato, turismo e reconhecimento de bens culturais locais.

METODOLOGIA DE ENSINO

Será desenvolvida por meio de atividades individuais ou em grupos, abordagens teóricas a partir das leituras realizadas e outras atividades de estudo pertinentes à compreensão dos temas, sob um processo de ação-reflexão-ação, tomando como foco a relação entre ensino e produção do conhecimento, utilizando o diálogo e debates realizados para a compreensão do patrimônio cultural (material e imaterial), relacionados ao turismo, em sua pluralidade e diversidade sociocultural.

RECURSOS

- Aulas expositivas e dialogadas;
- Estudo dirigido em sala de aula;
- Trabalhos de pesquisa extraclasse;
- Recursos audiovisuais; vídeos, documentários, filmes, músicas.

AValiação

A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claro os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, Flávia Roberta. Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação. São Paulo: SENAC, 2009;
FUNARI, Pedro Paulo Abreu & PELEGRINI, Sandra de Cássio Araújo. Patrimônio Histórico e Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006;
LE MOS, Carlos A.C. O que é Patrimônio Histórico. São Paulo: Brasiliense, 2010;

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMARGO, Haroldo Leitão. Patrimônio Histórico e Cultural. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2002;
FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Org.). Turismo e patrimônio cultural. São Paulo: Contexto, 2001;
LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Unicamp, 2013;
ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 1998;
SENAC NACIONAL. Turismo no Brasil: um guia para o guia. Rio de Janeiro: SENAC DN, 2003;

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

**INSTITUTO FEDERAL**

Ceará

Campus Canindé

DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO.

DISCIPLINA: ALIMENTOS E BEBIDAS

Código:	
Carga Horária Total: 80 HORAS	CH Teórica: 60H CH Prática: 20H
CH - Prática como Componente Curricular do ensino:	-
Número de Créditos	04
Pré-requisitos	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre	2º Semestre
Nível:	Superior

EMENTA

Histórico da alimentação (Pré-história, Idade Antiga, Idade Média, Moderna e Contemporânea). Gastronomia Brasileira (Descobrimento à libertação portuguesa). Gastronomia na atualidade (as principais cozinhas mundiais). Empreendimentos de alimentação ligados ao turismo. Tipologias de serviços em alimentos e bebidas. Planejamento de áreas físicas para produção e consumo de alimentos e bebidas. Fatores intrínsecos ao setor de alimentos e bebidas. Gerenciamento e operacionalização na área de Alimentos e Bebidas. Prestação de serviços em A & B. Elementos básicos na elaboração de Menus com análise técnica para adequação ao público-alvo e voltados aos serviços de banquetes e eventos. Dimensionamento de equipamentos e utensílios. Fluxograma de processos de produção e atendimento. Confeções de diferentes cardápios. Custos em serviços de alimentação. Normas higiênicas e sanitárias para serviços de alimentação.

OBJETIVO

- Compreender o histórico e a tipologia da alimentação; Perceber a importância e a relação de A&B; Perceber o dimensionamento de equipamentos, materiais e normas higiênicas em A&B.
- Perceber o surgimento e a evolução de restaurantes, bares e similares descrevendo os tipos e subtipos existentes;
- Apresentar ao aluno a área de atuação, conceituando-a e identificando modelos e possibilidades de identificar, dentro de distintas organizações turísticas os serviços especializados no setor de alimentos e bebidas;
- Delinear a gestão de controle e da qualidade de alimentos e bebidas, como base teórica para o entendimento do serviço contemporâneo de alimentos e bebidas no empreendimento turístico;

PROGRAMA

UNIDADE 1 - A história da alimentação e dos restaurantes;

- 1.1. Alimentos & Bebidas – histórico e conceito;
- 1.2. Evolução de restaurantes, bares e similares;
- 1.3. Tipos de empresas de alimentos
- 1.4. Gastronomia como componente do Turismo

UNIDADE 2 – Restaurantes;

- 2.1. Serviço especializado de alimentos e bebidas (A&B);
- 2.2. Estrutura organizacional, organograma de A&B e seleção de pessoas em A&B;
- 2.4. Perfis profissionais e relações de trabalho;
- 2.5. Escalas de serviço e avaliação de funcionários;
- 2.6. Áreas de um restaurante

UNIDADE 3- Serviços de alimentos e bebidas;

- 3.1. Classificação dos restaurantes;
- 3.2 Funções e cargos na equipe de atendimento e na equipe de cozinha
- 3.3. Tipos de Serviços;
- 3.4. Rotina e operação: check-list, mise-en-place de salão e cozinha.
- 3.5. Organização de banquetes: estilo e montagem de mesas.
- 3.6 Serviços operacionais (métodos de cocção, equipamentos etc)

UNIDADE 4- Aspectos e aplicações práticas da segurança alimentar;

- 4.1. Organização de cozinha
- 4.2. Perigos em alimentos: tipos de perigos e riscos, a contaminação cruzada, doenças transmitidas por alimentos
- 4.3. As boas práticas de manipulação: noções de higiene e manipulação de alimentos.
- 4.4. Higiene de equipamentos, móveis, utensílios e ambiente.
- 4.5. Higiene do manipulador
- 4.6. Legislação de alimento- RDC 216

UNIDADE 5 - Estudo de cardápios:

- 5.1. Elaboração, avaliação e apresentação de variadas cartas;
- 5.2. Ficha técnica;
- 5.3. O produto e o processo em um estabelecimento de alimentos e bebidas (A&B);

UNIDADE 6 - Setores e serviços na hotelaria

- 6.1. Cozinha – estrutura, pessoal, maquinário, documentos, compras e estoques;
- 6.2. Salão – equipe;
- 6.3. Equipamentos, móveis e utensílios;
- 6.4. *Room Service* – definição, funcionamento, planejamento, equipe, turnos de trabalho;
- 6.5. Café da Manhã – locais de serviço, produtos a escolher, oferecidos e terceirizados, operacionalidade, materiais e equipe;
- 6.6. Bar - funcionamento 24h, planejamento de cardápio, *Lay Out*, custos, produtos ofertados, taxas, operacionalidade e equipe;

METODOLOGIA DE ENSINO

Estabelecendo um clima adequado entre professor e alunos, mediante uma identificação prévia, obter-se-á atenção, dos aprendizes, para o conteúdo proposto, a ser apresentado, com ideias generalistas. O conteúdo essencial (noções e pré-requisitos para a compreensão das ideias essenciais da aula) será exposto partindo de ideias gerais e simples para as particulares e complexas. Buscar-se-á estabelecer encadeamentos com ideias básicas que ancoram ideias subsidiárias, mediante questionamentos e exemplificações. A formalização do teor da aula será construída com a reapresentação de frases ou expressões relevantes referentes ao ponto trabalhado sempre envolto em perguntas inquietadoras, destinadas aos alunos, via avaliação, por ser progressiva contínua e direcionada. Chamar-se-á atenção para as ideias mais

importantes surgidas usando uma síntese possibilitando, permitindo e percebendo o processo coletivo de aquisição do saber. Avaliar-se-á sugerindo aos alunos que resumam ou exemplifiquem aspectos ponderados em cada aula evidenciando a mensagem social do conhecimento passado destacando as possibilidades reais de contribuições para a coletividade. Por fim, indicam-se, quando possível, as referências em cada aula. Realização de Visitas Técnicas

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Insumos de laboratórios;

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claras os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DAVIES, Carlos Alberto. **Alimentos e bebidas**. 4ª ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010.
 FERNANDES, Marcel Waline de Carvalho Ferraz. **Controles e gestão em alimentos e bebidas**. Fortaleza: UAB/IFCE, 2010.
 FONSECA, Marcelo Traldi. **Tecnologias gerenciais de restaurantes**. 5ª ed. São Paulo: SENAC SP, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (Diretores). **História da alimentação**. Tradução de Luciano Vieira Machado e Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, (...).

LASHLEY, Conrad; Morrison, Alison (orgs.). **Em Busca da Hospitalidade**: perspectivas para um mundo globalizado. [S.l.]: Manole. 454 p. ISBN 9788520415061. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520415061>>. Acesso em: 10 jan. 2018

MARGARET MCWILLIAMS. **Preparo de alimentos**: um guia prático para profissionais - 11. ed. [S.l.]: Manole. 412 p. ISBN 9788520435595. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520435595>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

VASCONCELLOS, Frederico. **Menu**: como montar um cardápio eficiente. São Paulo: Roca, 2002.

TEICHMANN, Ione T. Mendes. **Cardápios: técnicas e criatividade**. 7ª ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2009.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

**INSTITUTO FEDERAL**

Ceará

Campus Canindé

DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO.

DISCIPLINA: GEOPOLÍTICA E TURISMO

Código:	
Carga Horária Total: 40 horas	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Prática como Componente Curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	2º Semestre
Nível:	Superior

EMENTA

Geografia Política e Geopolítica: processo histórico, conceitos e relação. Abordagem clássica e contemporânea da Geopolítica. O papel da ONU nos conflitos territoriais no mundo globalizado. Geopolítica e Imperialismo. A Questão de Nação, Nacionalidade, Território, Poder, Fronteiras dos países e Estado. Geopolítica e Estado moderno. Análise do panorama político e socioeconômico do mundo atual, a partir das relações construídas entre espaço, sociedade, território e poder. Geopolítica e Turismo. Geopolítica brasileira e a inserção do Turismo enquanto fenômeno em escala global.

OBJETIVO

- Identificar as transformações no sistema político e econômico mundial (Séc. XIX – XXI) a partir da Geopolítica e suas repercussões na atividade turística internacional.
- Discutir as abordagens recentes da Geopolítica.
- Estudar os conceitos fundamentais e autores clássicos da Geopolítica.
- Entender as doutrinas geopolíticas do Estado moderno.
- Compreender os conceitos de Território, Poder, Nação, Nacionalidade, Estado, Estado Moderno e Fronteiras.
- Analisar Geopolítica, Imperialismo e conflitos territoriais.
- Abordar a formação dos territórios e fronteiras, e sua relação com o controle dos recursos naturais e Turismo.
- Relacionar os avanços tecnológicos com as profundas mudanças da geopolítica mundial e suas formas de gestão e de localização espacial das atividades econômicas;
- Caracterizar o Turismo e relacioná-lo com a Geopolítica.
- Analisar as grandes transformações ocorridas no espaço mundial e suas consequências na atividade turística.
- Identificar a tecnologia como um importante fator de mudanças no capitalismo e no Turismo.

PROGRAMA

UNIDADE 1 – Geografia Política e Geopolítica:

- 1.1. Os principais teóricos
- 1.2. Os conceitos básicos de Geografia Política e Geopolítica
- 1.3 Processos históricos de formação das fronteiras e territórios.
- 1.4 As relações entre Sociedade, Espaço e Poder.
- 1.5 Estado e Território.

UNIDADE 2- Geopolítica Clássica e contemporânea

- 2.1 A evolução do pensamento em Geopolítica
- 2.2 Geopolítica Clássica: principais autores e conceitos
- 2.3 A geopolítica britânica versus as geopolíticas russa e alemã. Geopolítica estadunidense da renovação epistemológica da geopolítica
- 2.4 A geopolítica francesa e a anglo-saxônica

UNIDADE 3- Geopolítica e as políticas territoriais.

- 3.1 Território: formação, fronteiras, recursos naturais e humanos
- 3.2 As fronteiras nacionais e internacionais
- 3.3 Estado: modos de produção e sociedade de classes, estrutura(s) política(s). Hegemonia.
- 3.4 Estado Nacional: formação da identidade nacional, da nação e poder político.

UNIDADE 4 – Panorama Político e Socioeconômico do Turismo:

- 4.1. O caráter interdisciplinar do Turismo.
- 4.2 A globalização/neoliberalismo transnacionalismo/fronteiras e sua relação com o Turismo
- 4.3 A regionalização e integração econômicas e suas repercussões na atividade turística.
- 4.4 Integração e os seus efeitos no desenvolvimento turístico em escala mundial

UNIDADE 5- Turismo no cenário geopolítico

- 5.1 O turismo no mundo globalizado.
- 5.2 As desigualdades sociais e seus efeitos na atração turística
- 5.4 O Turismo nas diferentes regiões do mundo.
- 5.5 Conflitos territoriais e o Turismo.
- 5.5 A política internacional e turismo.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas;
- Utilização de multimídia;
- Interpretação de textos;
- Debate em grupo;
- Aulas de campo.

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Insumos de laboratórios;

AValiação

- Provas escritas;
- Trabalhos escritos;
- Seminários;
- Relatórios de viagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da; CORRÊA, Roberto Lobato. **Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

TEIXEIRA JÚNIOR, A. W. M. **Geopolítica: do pensamento clássico aos conflitos contemporâneos**. Curitiba: Intersaberes, 2017,.

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOMES. P. C. da C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HARVEY, D. **A Produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOBSBAWN, E. J. **A Era das Revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Coordenador do Curso**Setor Pedagógico**

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA DO LAZER E DO TURISMO	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	2º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Noções elementares sobre os conceitos, os fundamentos e as principais questões abordadas pelos clássicos da Sociologia, da Sociologia do lazer e da Sociologia do turismo e suas interações. Compreensão do turismo e do lazer enquanto fenômenos sociais e culturais. Impactos socioculturais do turismo na contemporaneidade. A questão do pós-turismo. Tempo livre e turismo. A compreensão sociológica das relações trabalho-lazer-tempo-espaço. Lazer, rituais e práticas culturais. Os usos sociais do tempo. Trabalho-moradia-lazer-viagem nas sociedades capitalistas Modernas e Pós-modernas. Sociologia política do Lazer: Desigualdade, Estado, urbanização e políticas públicas de lazer. Espaços de lazer urbano e a organização dos equipamentos turísticos. Tendências do lazer e do turismo na sociedade contemporânea e as novas mídias. Tempo livre, turismo e Relações Étnico-Raciais no Brasil.	
OBJETIVO	
• Dialogar sobre conceitos, fundamentos e principais questões Clássicas e contemporâneas abordadas pelas Sociologias Geral, do Lazer e do Turismo, para fomentar a compreensão do turismo e do lazer como fenômenos sociais e culturais. • Compreender os impactos socioculturais contemporâneos do turismo, para debater sobre como os processos de turistificação interferem nas realidades sociais (locais, regionais, nacionais e globais) de indivíduos, famílias, grupos e sociedades, bem como nos modos como as cidades são transformadas e remodeladas para atender as demandas da indústria do turismo. • Apresentar compreensão sociológica sobre as relações trabalho-lazer-tempo-espaço e trabalho-moradia-lazer-viagem para debater sobre os usos sociais e culturais do tempo, trabalho, lazer e ócio nas sociedades capitalistas Modernas e Pós-modernas. • Entender sob o viés sociológico as diversas abordagens, inter-relações e formas de lazer e turismo, para investigar as interações dos dois constructos com as formas de vida dos autóctones, tempo sociais, urbanização, políticas públicas e lógicas de consumo individuais e de grupos sociais contemporâneos.	
PROGRAMA	

UNIDADE I

1.1 Notas introdutórias sobre os principais conceitos, ideias e questões abordadas pelos teóricos clássicos da Sociologia: Marx, Durkheim e Weber.

1.2 Os objetos, conceitos e proposições da Sociologia do Turismo e da Sociologia do Lazer.

UNIDADE II

2.1 Contributos sociológicos para a definição do conceito de Lazer, o Lazer na Sociedade, Lazer, ócio e Tempo(s) Livre(s)

2.2; Lazer, rituais e práticas culturais e os usos sociais do tempo. Tempo livre e turismo.

2.3. Sociologia política do Lazer: Desigualdade, Estado, urbanização e políticas públicas de lazer. Espaços de lazer urbano e a organização dos equipamentos turísticos.

2.4 As relações trabalho-lazer-tempo-espaço nas sociedades capitalistas Modernas e Pós-modernas. Tempo livre e turismo

UNIDADE III

3.1 O turismo como fenômeno sociocultural, os impactos socioculturais do turismo na contemporaneidade e a questão do pós-turismo.

3.2 As relações trabalho-lazer-tempo-espaço e trabalho-moradia-lazer-viagem nas sociedades capitalistas Modernas e Pós-modernas.

3.3 Tendências do lazer e do turismo na sociedade contemporânea e as novas mídias.

3.4 Tempo livre, turismo e Relações Étnico-Raciais no Brasil.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivo-dialogadas, estudo de textos, vídeos, músicas, obras de arte, Estudos dirigidos, Tempestade de Ideias, Seminários, Estudo de Caso, Oficinas, ensino com pesquisa e discussões em grupo tendo como foco as relações entre o saber e o saber-fazer e a construção cooperativa do conhecimento.

RECURSOS

Imagens, músicas, vídeos, obras artísticas, textos.

Materiais didáticos (Data-show e Notebook, Slides, Caixas de som).

AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua considerando critérios de participação ativa dos discentes no decorrer das aulas, nas propostas das atividades individuais e coletivas, nas discussões em sala, no planejamento e realização dos trabalhos da disciplina. Haverá produção de trabalhos acadêmicos: escritos e orais, individuais e em grupo, sínteses, atividades dirigidas, avaliações individuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2000
PRONOVOST, Gilles. **Introdução à sociologia do lazer**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

KRIPPENDORF. Jost. **Sociologia do turismo**: por uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2008
DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
_____. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 2000.
LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012.
MELO, Victor Andrade de. et. al. **Introdução ao lazer** 2.ed.rev. e atual. Barueri, São Paulo: Manole, 2012.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: METODOLOGIA CIENTÍFICA	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	2º Semestre
EMENTA	
A metodologia científica como disciplina para a formação científica e técnica do profissional. Ciência e conhecimento científico (tipos e aplicabilidade prática na formação do tecnólogo). Estrutura e estilo de trabalhos acadêmicos. Conceito de pesquisa científica e elementos constituintes.	
OBJETIVO	
• Discutir a importância da disciplina para a formação científica e técnica do profissional. • Conhecer os tipos de conhecimento científico e sua aplicabilidade prática na formação do tecnólogo. • Estruturar trabalhos científicos de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). • Conceituar pesquisa científica, identificando os elementos constituintes de um projeto de pesquisa. □	
PROGRAMA	
UNIDADE I - Metodologia Científica: Uma Introdução 1.1. Conceito. 1.2. Importância da disciplina para a formação científica e técnica do profissional. 1.3. Objetivos da metodologia científica enquanto disciplina. 1.4. O estudante e a iniciação científica. 1.5. A divisão da metodologia.	
UNIDADE II - Ciência e Conhecimento Científico 2.1. Ciência: conceito e características. 2.2. Tipos de conhecimento: empírico, filosófico, teológico e científico. 2.3. Espírito científico: condutas na produção do conhecimento.	
UNIDADE III - Estrutura e Estilo de Trabalhos Acadêmicos 3.1 Estrutura: 3.1.1. Elementos pré-textuais (folha de rosto, folha de aprovação, dedicação, agradecimentos, abstract, sumário, lista de ilustrações). 3.1.2. Elementos textuais (introdução, desenvolvimento, conclusão, notas e citações). 3.1.3. Elementos pós-textuais (referências, apêndice, anexos).	

3.2 Estilo do texto: impessoalidade; objetividade; clareza; precisão; coerência; concisão e simplicidade.

UNIDADE IV - Pesquisa Científica

4.1 Conceito de pesquisa; razões operacionais de realizar uma pesquisa; projeto de pesquisa (por que elaborar?), ética na pesquisa.

4.2 Elementos de um projeto de pesquisa: escolha do tema, formulação do problema, construção das hipóteses, especificação dos objetivos, identificação do tipo de pesquisa, operacionalização de variáveis, seleção da amostra (sujeitos e dos instrumentos de coleta e análise de dados), cronograma de execução da pesquisa, definição dos recursos humanos, materiais e financeiros.

METODOLOGIA DE ENSINO

Exposição dialogada, trabalhos práticos, seminários e atividades a serem desenvolvidas tanto em sala quanto extra-sala.

RECURSOS

- Material didático-pedagógico; (livros, vídeos, textos)
- Recursos Audiovisuais; (Datashow e Notebook, Slides, Caixas de som, microfone).
- Programas e simuladores

AValiação

A avaliação é realizada de forma processual e contínua, considerando a participação e produção escrita dos discentes em diversos momentos da disciplina. A frequência é obrigatória, respeitando os limites de ausência previstos em lei.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**, 7ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 6ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 34ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SANTOS, Selma Cristina dos; CARVALHO, Márcia Alves Faleiro de. **Normas e técnicas para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VEAL, A. J. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. Tradução: Gleice Guerra e Mariana Aldrigui. São Paulo: Aleph, 2011.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: ESTATÍSTICA APLICADA AO TURISMO	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	2º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Introdução: conceitos iniciais e objetivos da estatística. Método estatístico. Variáveis discretas e contínuas. População e amostra. Séries estatísticas e gráficos. Distribuição de frequências. Medidas de tendência central e de dispersão. Medidas de assimetria e curtose. Análise de correlação e regressão linear. Softwares aplicados à análise estatística.	
OBJETIVO	
• Desenvolver a capacidade de identificar e aplicar métodos e técnicas quantitativas para compreender adequadamente problemas de pesquisa em gestão pública. • Conhecer e utilizar conceitos estatísticos; • Utilizar e compreender tabelas, gráficos e relações matemáticas associadas à estatística; • Apresentar de forma clara e objetiva o conhecimento aprendido, através da linguagem matemática; • Adquirir conceitos gerais de matemática e de técnicas operatórias com vistas à sua utilização em estatística; • Adquirir conceitos básicos em estatística para análise e interpretação de conjuntos de dados experimentais, mediante estudo de elementos de probabilidade e de procedimentos de inferência estatística. • Transmitir aos alunos os conhecimentos necessários de Probabilidade e Estatística e demonstrar sua utilidade dentro da área de turismo. • Identificar os conceitos sobre os dados estatísticos • Fazer levantamentos e trabalhar dados estatísticos • Construir tabelas e gráficos estatísticos • Analisar e interpretar dados e gráficos estatísticos • Calcular medidas de tendências central • Calcular medidas de dispersão • Calcular desvio padrão e o coeficiente de variância • Confeccionar gráficos estatística • Usar programa de computador (como o excel) para desenvolver funções estatística	

- Adquirir conceitos básicos de probabilidade e aplicá-los
- Estudar os principais tipos de funções de distribuição de probabilidade
- Construir e identificar situações-problema, utilizando modelagem estatística;
- Identificar e aplicar métodos e técnicas quantitativas para compreender adequadamente problemas de pesquisa em gestão pública.

PROGRAMA

Unidade I – Introdução

- 1.1 - Conceitos iniciais
- 1.2- População e amostra.
- 1.3- Fases de um trabalho estatístico

Unidade II – Estudo das variáveis

- 2.1 – Variáveis dependentes e independentes
- 2.2 – Variáveis qualitativas e quantitativas.
- 2.3 – Variáveis contínuas e discretas

Unidade III - Noções de amostragem

- 3.1 - Amostragens probabilísticas
- 3.2 - Amostragens não probabilísticas
- 3.3 - Tamanho de amostras
- 3.4 - Classificação da população

Unidade IV – Séries estatísticas e gráficos

- 4.1 – Séries temporais
- 4.2 – Séries geográficas
- 4.3 – Séries mistas
- 4.4 – Distribuições de frequência
- 4.5 – Tabelas e Gráficos estatísticos para a representação de distribuições

Unidade V – Medidas de tendência central

- 5.1 – Média, moda e mediana
- 5.2 – Separatrizes: quartis, decis, percentis.

Unidade VI – Medidas de dispersão

- 6.1 – Amplitude total
- 6.2 – Desvio ou afastamento da média
- 6.3 – Variância e desvio padrão
- 6.4 – Coeficiente de variação

Unidade VII– Medidas de assimetria e curtose

- 7.1 – Assimetria e coeficientes de assimetria
- 7.2 – Curtose e coeficientes de curtose

Unidade VIII – Introdução à Análise de Regressão Linear

- 8.1 – Diagrama de dispersão
- 8.2 – Covariância. Correlação linear.
- 8.3 – Ajuste por mínimos quadrados
- 8.4 – Análise de resíduos.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas sobre os temas;
- Atividades orientadas com exercícios aplicativos contextualizados;
- Utilização de jogos didáticos;
- Emprego de recursos audiovisuais;
- Visitas Técnicas;
- Orientação de atividades práticas individuais e em grupo.

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Lousa
- Pincel
- Apagador
- Notebook
- Data show
- Laboratório de informática

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada de forma processual e cumulativa, podendo ocorrer por meios de avaliações escritas, trabalhos extra-sala, apresentação de seminários e dinâmicas em sala. A frequência e a participação serão considerados no processo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística fácil**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
 MORETTIN, Pedro A.; BUSSAB, Wilton de O. **Estatística básica**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
 MILONE, Giuseppe. **Estatística geral e aplicada**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Princípios de estatística**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
 FONSECA, Jairo Simon da. **Curso de estatística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
 MUCELIN, Carlos Alberto. **Estatística**. Curitiba: Livro Técnico, 2010.
 LARSON, Ron; Farber, Elizabeth. **Estatística Aplicada - 4ª edição**. [S.l.]: Pearson. 658 p. ISBN 9788576053729. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576053729>>. Acesso em: 10 jan. 2018.
 MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estatística geral e aplicada**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

**INSTITUTO FEDERAL**

Ceará

Campus Canindé

DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: ESPANHOL INSTRUMENTAL	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	2º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Introdução ao estudo da língua espanhola. Desenvolvimento da competência comunicativa, em nível instrumental, através do estudo de estruturas linguísticas e funções elementares da comunicação em língua espanhola, de atividades de prática de comunicação oral, de leitura e de produção textual e de aquisição de vocabulário básico específico da área do turismo.	
OBJETIVO	
• Capacitar o aluno para o uso da língua espanhola em funções comunicativas básicas; • Desenvolver, em nível instrumental, a habilidade auditiva, oral e escrita; • Conceber, ao discente, estratégias de leitura que promovam a compreensão de diferentes gêneros textuais vinculados ao turismo; • Desenvolver, no aluno, habilidades linguísticas e socioculturais, em língua espanhola, no âmbito do turismo.	
PROGRAMA	
UNIDADE 1 - Contenido gramatical: 1.1 - El alfabeto; 1.2 - Los artículos y apócope; 1.3 - Numerales cardinales y ordinales; 1.4 - La fecha y las horas; 1.5 - Pronombres personales; 1.6 - Presente de Indicativo y verbos para expresar gustos y preferencias; 1.7 - Adverbios y preposiciones; 1.8 - Pretérito Perfecto y Pretérito Indefinido; 1.9 – Imperativo; 1.10 - Estratégias de leitura.	

UNIDADE 2 - Contenido comunicativo:

- 2.1 - Situaciones en el aeropuerto, en el hotel, en la agencia de viajes y en el restaurante;
- 2.2 - Saludar y despedirse formal e informalmente;
- 2.3 - Solicitar y dar informaciones;
- 2.4 - Expresar sugerencias y peticiones;
- 2.5 - Dar y pedir direcciones.

UNIDADE 3 - Contenido lexical:

- 1.1 - Números cardinales y ordinales;
- 1.2 - El aeropuerto, el avión;
- 1.3 - Los colores;
- 1.4 - Tipos de hoteles, estancias, habitaciones;
- 1.5 - Mobiliario y objetos de una habitación del hotel;
- 1.6 - Informaciones turística;
- 1.7 - Vocabulario relacionado con la carta de un restaurante;
- 1.8 - Comidas típicas españolas;
- 1.9 - Expresión de la preferencia;
- 1.10 - Profesiones relacionadas al aeropuerto, hotel y restaurante.

METODOLOGIA DE ENSINO

Tendo em vista o desenvolvimento das competências linguísticas no que se refere à capacidade de se comunicar, a nível instrumental, em língua espanhola; as aulas serão ministradas através de uma abordagem comunicativa com foco no aluno, dando-lhe autonomia na formação de conhecimento e tornando-o sujeito ativo no processo de aprendizagem.

Isso posto, far-se-á uso de aulas expositivo-dialogadas e práticas; trabalhos em grupo, jogos interativos; recursos audiovisuais; atividades dinâmicas e voltadas para o âmbito do turismo.

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais tais como: projeto multimídia, computador portátil e som.

AValiação

A avaliação será contínua; o professor deverá estar atento às intervenções do aluno, participação nas dinâmicas de grupo, assiduidade etc., mas também acontecerá em um momento concreto, na metade e no final da disciplina, contemplando, dessa forma, as normas arroladas no Regulamento de Ordem Didática (ROD) ao tratar sobre a sistemática de avaliação. Esta poderá realizar-se através de atividades, exercícios, trabalhos individuais e/ou coletivos, provas, seminários etc.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Dicionário espanhol-português, português-espanhol Larousse. 2. ed. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.
SIERRA, Teresa Vargas. Espanhol: a prática profissional do idioma. Curitiba: Intersaberes, 2014.

_____. Espanhol para negócios. Curitiba: Intersaberes, 2014. _____. Espanhol instrumental. Curitiba: Intersaberes, 2012.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
Dicionário espanhol-português, português-espanhol Michaelis. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2008. Espanhol: guia de conversação para viagens. 7. ed. São Paulo: Publifolha, 2011. FERNÁNDEZ, Gretel Eres. Gêneros textuais e produção escrita: teoria e prática nas aulas de espanhol como língua estrangeira. São Paulo: IBEP, 2012. GODED, Margarita; VARELA, Raquel. Bienvenidos: español para profesionales - Turismo y Hotelería. Nivel A1-A2. Madrid: enClave-ELE, 2010. MORENO, Concha; TUTS, Martina. Cinco estrellas: español para el turismo. 1. ed. Madrid: SGEL, 2009.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

INSTITUTO FEDERAL
Ceará
Campus Canindé

DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	2º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Noções básicas de Libras objetivando uma comunicação funcional entre ouvintes e surdos, com ênfase no atendimento ao público na área de Turismo. Concepção das Línguas de Sinais e da Libras, considerando a cultura surda, as identidades surdas, a história da surdez, a legislação vigente e o uso da língua.	
OBJETIVO	
• Entender os conceitos da Libras através de um percurso histórico dos Surdos, além de informá-los na prática da Língua Brasileira de Sinais, ampliando o conhecimento dos alunos. • Conhecer a história dos Surdos; • Compreender a cultura e a identidade Surda; • Identificar a estruturação e parâmetros da Libras; • Acessar a legislação sobre o tema.	
PROGRAMA	
UNIDADE I – Diferença, Inclusão e Identidade na Sociedade Contemporânea Introdução à temática Pessoa Com Deficiência: definições; Políticas de acessibilidade: geral e específica para o turismo; Linguística: teorias de aquisição de linguagem; UNIDADE II - Aspectos Sociolinguísticos da Língua Brasileira de Sinais Variação linguística e Padronização; Famílias de Línguas e minorias linguísticas; UNIDADE III -- Especificidades Linguísticas da Língua Brasileira de Sinais Formação de sinais e uso da Libras: parâmetros; Bases Instrumentais da gramática da Libras; Categorias Gramaticais; Advérbios; Adjativos;	

Verbos e classificadores;
Estruturação de sentenças em LIBRAS;

UNIDADE IV - Noções Instrumentais em Libras
Conversação Básica em LIBRAS.

METODOLOGIA DE ENSINO

A aula será expositiva-dialógica. A Prática de Componente Curricular de Ensino poderá ser ministrada através de: aulas expositivas, criação e aplicação de técnicas de ensino, apresentação de seminários, criação de objetos de aprendizagem, realização de projetos em instituições com surdos.

RECURSOS

- Material didático-pedagógico digital e impresso;
- Recursos Audiovisuais;
- Quadro e pincel.

AVALIAÇÃO

A avaliação será desenvolvida ao longo do semestre, de forma processual e contínua, a partir da produção de diálogos em Libras, contação de histórias em Libras, produção de relatos em Libras, execução de projeto de intervenção em instituições que atuem com surdos e participação nas atividades propostas. Critérios a serem avaliados:

- Conhecimento individual sobre temas relativos aos assuntos estudados em sala;
- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

Os aspectos quantitativos da avaliação ocorrerão de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

QUADROS, Ronice Müller de. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.
CASTRO, Alberto Rainha de. **Comunicação por língua brasileira de sinais**. 4. ed. Brasília, DF: Senac DF, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHOI, D. [et al]. **Libras conhecimento além dos sinais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011
GÓES, M.C.
FERNANDES, S. **Educação de surdos**. Curitiba: InterSaberes, 2012.
RAMOS, C.R. **Olhar Surdo (orientações iniciais para estudantes de Libras)**, 2014.
FERREIRA, L. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.
AUDREI, G. **O ouvinte e a surdez – sobre ensinar e aprender libras**. 1. Ed. São Paulo: Editora Parábola, 2012.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: TRANSPORTES E ROTEIROS TURÍSTICOS	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	2º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
TRANSPORTE - Evolução e modalidades dos transportes turísticos (rodoviário, aquaviário, ferroviário e aeroportuário). Empresas de transporte. O guia turístico. A ética e a responsabilidade social no setor de transportes. Estudo dos transportes em Turismo: transporte aéreo, marítimo, fluvial e terrestre. Histórico dos meios de transportes. Empresas, pacotes, fretamentos e tráfegos. Condições Gerais de transportes. Tipos de equipamentos no transporte turístico. Apresentar o mercado nacional e internacional e as tendências atuais e futuras das duas modalidades. Mobilidade; acessibilidade; intermodalidade; multimodalidade; logística do Turismo; transportes no planejamento da atividade turística; tendências dos transportes turísticos no Brasil e no mundo. ROTEIRO - Conceitos e características; mecanismos de elaboração de roteiros turísticos: contratos, aspectos econômicos e culturais. Conceito de itinerário turístico. Criação de itinerários temáticos. A escolha de atrativos, equipamentos turísticos e de apoio na elaboração de itinerários e roteiros. Os fatores tempo/distância. Roteiros e tipos de turistas.	
OBJETIVO	
• Entender a evolução e modalidades dos transportes turísticos, a infraestrutura de transporte bem como as empresas de transporte; conhecer o papel do guia turístico. • Proporcionar a compreensão dos elementos necessários ao planejamento e execução de roteiros que serão comercializados em suas futuras atividades profissionais, bem como sobre o estudo dos transportes turísticos. • Compreender o universo dos itinerários turísticos e estudar sua importância como ferramenta para a diversificação da oferta turística; possibilitar a compreensão e formatação de itinerários turísticos.	
PROGRAMA	

UNIDADE 1 - Transportes Turísticos – Introdução

- 1.1. Evolução histórica dos transportes;
- 1.2. Os transportes e o turismo;
- 1.3. Elementos constituintes dos transportes;
- 1.4. Classificação dos transportes;
- 1.5. Características gerais dos transportes;
- 1.6. Principais características dos modos de transportes (aéreo, rodoviário, ferroviário, aéreo)
- 1.7. O setor de transportes enquanto mercado de trabalho no turismo;
- 1.8. Sistemas de transportes de baixa capacidade;
- 1.9. Sistemas de transportes não convencionais;

UNIDADE 2 - Aspectos Operacionais dos Transportes

- 2.1. Redes de transportes;
- 2.2. Intermodalidade;
- 2.3. Integração entre a indústria dos transportes e o turismo;

UNIDADE 3 - Transporte Aéreo

- 3.1. Surgimento e desenvolvimento histórico da aviação no Brasil e no exterior;
- 3.2. Relação entre o transporte aéreo e o turismo;
- 3.3. Características do transporte aéreo: internacional, doméstico, regional;
- 3.4. Regulamentação do transporte aéreo;
- 3.5. Empresas aéreas de baixo custo e baixa tarifa;
- 3.6. Voos charter e serviços de fretamento;
- 3.7. Alianças estratégicas;
- 3.8. Gerenciamento de receitas no transporte aéreo;
- 3.9. Custos operacionais do transporte aéreo;
- 3.10. Principais organismos de controle do transporte aéreo: IATA, OACI, ANAC, INFRAERO;
- 3.11. Aeroportos: estruturas geradoras de desenvolvimento socioeconômico;
- 3.12. Gestão aeroportuária;
- 3.13. Quadro atual do transporte aéreo no Brasil;

UNIDADE 4 - Transporte Rodoviário

- 4.1. Desenvolvimento histórico;
- 4.2. Infraestrutura rodoviária;
- 4.3. Processo de expansão da infraestrutura rodoviária no Brasil;
- 4.4. Automóveis e o turismo;
- 4.5. Mercado de locação de veículos;
- 4.6. Veículos recreacionais;
- 4.7. Empresas de ônibus regulares;
- 4.8. Ônibus de fretamento (excursões rodoviárias);
- 4.9. Sistema rodoviário brasileiro;
- 4.10. Rodovias turísticas no Brasil;

UNIDADE 5 - Transporte Ferroviário

- 5.1. Importância histórica – o passado glorioso das ferrovias no Brasil;
- 5.2. Os trens e o turismo;
- 5.3. Trens turísticos;
- 5.4. Tecnologia ferroviária: VLT, metrô, trem urbano, TAV, VLP;
- 5.5. Trens de médio/longo percurso;
- 5.6. Trens noturnos / Trem-Hotel;
- 5.7. Principais mercados ferroviários no mundo – Europa: celeiro dos trens;
- 5.8. O Eurostar e o Eurotúnel;
- 5.9. Decadência do setor ferroviário no Brasil;
- 5.10. Quadro atual do setor ferroviário;

UNIDADE 6 - Transporte Hidroviário

- 6.1. Tipos de mercados e importância para o turismo;
- 6.2. Conceitos gerais;
- 6.3. Ferries, barcas, hovercras;
- 6.4. Cruzeiros marítimos;
 - 6.4.1. Características do mercado de cruzeiros;
 - 6.4.2. Desenvolvimento do mercado no Brasil e no exterior;
 - 6.4.3. Vantagens/desvantagens dos cruzeiros com relação às demais modalidades de viagens turísticas;
 - 6.4.4. Tipos de navios;
 - 6.4.5. Perfil das principais companhias e corporações
 - 6.4.6. Quadro atual do mercado de cruzeiros
 - 6.4.7. Estrutura de bordo
 - 6.4.8. Trabalhando a bordo

UNIDADE 7 - Roteiros Turísticos

- 7.1. Turismo: segmentação de mercado, insumos e fatores de atratividade, tipologia turísticas.
- 7.2. Rotas, Circuitos e Roteiros Turísticos: conceituações, definições, fatores e influências no desenvolvimento do destino turístico.
- 7.3. Métodos de Interpretação de roteiros e rotas turísticas.
- 7.4. Metodologia de Planejamento dos Roteiros Turísticos: análise da paisagem, configuração dos cenários turísticos, organização dos roteiros, planilha de custos e a constituição de pacotes turísticos.
- 7.5. Composição Gráfica de Roteiros Turísticos
- 7.6. Criação de roteiros turísticos (trabalho prático)

METODOLOGIA DE ENSINO

As aulas serão ministradas através dos seguintes procedimentos:

- Aulas expositivas;
- Estudos de caso;
- Debates e Exibição de filmes;
- Visitas Técnicas;
- Utilização de recursos áudio visuais de Datashow e Televisão

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Insumos de laboratórios;

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claras os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA**1. Transporte Turístico**

DE LA TORRE, Francisco. **Sistemas de transporte turístico**. São Paulo: Roca, 2002.

OSWALDO DIAS DOS SANTOS JUNIOR. **Transportes Turísticos**. [S.l.]: InterSaberes. 204 p. ISBN 9788544300831. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544300831>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PALHARES, Guilherme Lohmann. **Transportes turísticos**. Rio de Janeiro: Aleph, 2002.

2. Roteiro Turístico

CLAUDIA DO CARMO DE STEFANI. **Elaboração de roteiros turísticos**: do planejamento à precificação de viagens. [S.l.]: InterSaberes. 182 p. ISBN 9788544300237. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544300237>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ROTEIROS do Brasil: tudo o que você precisa saber para curtir viagens inesquecíveis. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2011. 227 p., il. color

TAVARES, Adriana de Menezes. **City tour**. São Paulo: Aleph, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACERENZA, M. A. **Administração do turismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002. RUSCHMANN, D. V. M. **Marketing turístico**. Campinas: Papirus, 2004.

_____. **Turismo e planejamento sustentável**. Campinas: Papirus, 2004. RODRIGUES, A. B. **Turismo e ambiente**. São Paulo: HICITEC, 2002.

PETROCCHI, Mario. **Agências de turismo**: planejamento e gestão. São Paulo: Futura, 2007.

RAQUEL PAZINI. **Agências de turismo**: operacionalização e comercialização de produtos e serviços turísticos. [S.l.]: InterSaberes. 296 p. ISBN 9788582129999. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582129999>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

VALENTE, Amir Mattar, PASSAGLIA, Eunice, NOVAES, Antônio Galvão. **Gerenciamento de transporte e frotas**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



3º SEMESTRE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	3º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Agências de Viagens: Histórico do agenciamento, desenvolvimento, conceituação e situação mercadológica atual. A estrutura de uma agência, aspectos legais do agenciamento, gestão da informação em agências. Legislação das Agências de Viagens no Brasil. O emissor de bilhetes vs. agente de viagens vs. consultor de turismo. Mercado de trabalho e a tecnologia da informação. Mudanças contemporâneas na economia no setor de viagens e a comercialização de serviços turísticos.	
OBJETIVO	
• Conhecer as classificações oficiais e mercadológicas; bem como o posicionamento do setor de viagens na economia do turismo no Brasil e no mundo; • Proporcionar a aplicação de conhecimentos teóricos práticos indispensáveis à atuação de gestores e consultores especialistas no segmento turístico de Agência de Viagens. • Apreender sobre o papel dos agentes de viagens e seu predomínio no sistema de distribuição; Compreender as rotinas e o cotidiano, bem como os diferentes controles existentes em uma agência de viagens; • Verificar as principais operações realizadas pelas agências de viagem.	
PROGRAMA	
UNIDADE 1 - As Agências de Viagens e Posicionamento na Atividade Turística. 1.1. O relacionamento das Agências de Viagens com os prestadores de serviços turísticos e os clientes em geral; 1.2. Origem e desenvolvimento das Agências de Viagens; 1.3. Tipologia Oficial e Mercadológica das Agências de Viagens; 1.4. Funções de Intermediação das Agências de Viagens; 1.5. Glossário básico das Agências;	

UNIDADE 2 - Área de Atuação e o Mercado Turístico

- 2.1. Segmentação de mercado;
- 2.2. Público alvo X especializações das Agências de Viagens;
- 2.3. Turismo receptivo, emissivo, contas correntes, viagens de incentivo, agências corporativas casas de câmbio, consolidadoras, representações.
- 2.4. Perfil de um bom Agente de Viagens.
- 2.5. Tecnologia da Informação e as Agências de Viagens;
- 2.6 O mercado de trabalho do agente de viagem do século XXI;

UNIDADE 3 - Legalização de Uma Agência de Viagem

- 3.1. Documentação necessária para abertura de uma empresa;
- 3.2. Diretrizes para legalização de uma Agência de Viagem;
- 3.3. Registros: no Ministério do Turismo, no SNEA, no SINDETUR e na ABAV;
- 3.4. Código de ética do Agente de Viagem;
- 3.5. Organograma de uma Agência de Viagem e os mercados a serem comercializados;
- 3.6. Parcerias estratégias;
- 3.7. Qualidade no Atendimento das Agências de Viagens;

UNIDADE 4 - Reserva e Vendas de Passagens Aéreas

- 4.1. A IATA e sua relação com as Agências de Viagens;
- 4.2. Termos técnicos e códigos específicos;
- 4.3. Normas e procedimentos necessários à venda de passagens aéreas;

UNIDADE 5 - Reserva e Vendas de Serviços de Hospedagem

- 5.1. Hotéis: cadeias hoteleiras, tipos e categorias;
- 5.2. Termos técnicos e códigos específicos;
- 5.3. Normas e procedimentos necessários à venda de serviços de hospedagem;

Unidade 6. Reserva E Vendas De Pacotes Nacionais e Internacionais.

- 6.1. *Tours e transfers*: regulares e privativos. Seguros de Viagens;
- 6.2. Termos técnicos e códigos específicos;
- 6.3. Normas e procedimentos necessários à venda de pacotes nacionais e internacionais;

UNIDADE 7 - Reserva e Vendas de Cruzeiros Marítimos

- 7.1. Cruzeiros marítimos: cias marítimas e áreas de navegação;
- 7.2. Termos técnicos e códigos específicos;
- 7.3. Normas e procedimentos necessários à venda de cruzeiros marítimos;

UNIDADE 8 - Reserva E Vendas de Locação de Autos

- 8.1. Locação de automóveis e *leasing*;
- 8.2. Termos técnicos e códigos específicos;
- 8.3. Normas e procedimentos necessários à venda de locação de automóveis e leasing;

UNIDADE 9 - Reserva e Vendas de Passes Ferroviários

- 9.1. Passes ferroviários: empresas ferroviárias, tipos de passes e características específicas;
- 9.2. Termos técnicos e códigos específicos;
- 9.3. Normas e procedimentos necessários à venda de locação de passes ferroviários;

UNIDADE 10 - Documentos Operacionais

- 10.1. Voucher;
- 10.2 Vistos, Passaportes e Consulados/Embaixadas;
- 10.2. Ordem de Passagem;
- 10.3. Nota Fiscal;
- 10.4. *Rooming List*;

METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas e dialogadas. Seminários. Visitas técnicas e palestras com profissionais da área. Debates. Produção de projetos para pesquisa	
RECURSOS	
Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina: • Material didático-pedagógico; • Recursos Audiovisuais; • Insumos de laboratórios;	
AVALIAÇÃO	
A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claras os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados: • Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe • Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; • Desempenho cognitivo; • Criatividade e o uso de recursos diversificados; • Domínio de atuação discente (postura e desempenho).	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
AGÊNCIAS de viagens e turismo: práticas de mercado. 10. tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. MAMEDE, Gladston. Agências, viagens e excursões: regras jurídicas, problemas e soluções. Barueri: Manole, 2003. RAQUEL PAZINI. Gestão De Agências De Viagem: orientações para você abrir e administrar o seu negócio. [S.l.]: InterSaberes. 266 p. ISBN 9788544300497. Disponível em: < http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544300497 >. Acesso em: 10 jan. 2018.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
ACERENZA, Miguel. Agências de viajes: organización y operación. México: Trillas, 1990. DANTAS, José Carlos de Souza. Qualidade do atendimento nas agências de viagens: uma questão de gestão estratégica. São Paulo: Roca, 2008. MARÍN, Aitor. Tecnologia da informação nas agências de viagens: em busca da produtividade e do valor agregado. São Paulo: Aleph, 2007. PAGE, Stephen. Transporte e turismo. Porto Alegre: Bookmann, 2000. TOMELIN, Carlos Alberto. Mercado de agências de viagens e turismo: como competir diante das novas tecnologias. São Paulo: Aleph, 2001.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Nível:	Superior
EMENTA	
Características do perfil empreendedor. Oportunidade de negócios. Plano de negócios. Gestão da inovação e da tecnologia. Tecnologia e inovação como estratégia organizacional. Avaliação tecnológica. Projetos tecnológicos. Ferramentas de gestão tecnológica. Propriedade intelectual. Transferência de tecnologia Empreendedorismo: histórico e conceitos; Tipos de Empreendedorismo e empreendedores; Novas oportunidades de negócios: MEI; PMEs	
OBJETIVO	
Desenvolver a compreensão das organizações com seus requisitos básicos de criação, desenvolvimento e declínio considerando as exigências frente à dinâmica dos mercados na atualidade.	
PROGRAMA	
UNIDADE I: Empreendedorismo • Conceituações de Empreendedorismo, histórico e visão histórica, • Empreendedorismo no Mundo e no Brasil, Evolução das Teorias Administrativas • Revolução Industrial e do Empreendedorismo, • Novas Abordagens do Empreendedorismo • Fases do Processo de Empreender UNIDADE II – Oportunidade de negócios • Razões para Abrir um Negócio • Identificação de Oportunidades e via internet, necessidades, fontes, roteiro de análise, tendências, exame de fronteiras de mercado, utilidade; • Desenvolvimento do produto e ou serviço • O empreendimento e as pessoas e o dinheiro UNIDADE III - Plano e Modelo de negócios • Conceitos, finalidade, Importância, Etapas, Processos, Elaboração, • A que se destina e a Colocação na prática • Busca de Assessoria para o Negócio • Incubadoras, Sebrae, Universidades e Institutos, Assessoria jurídica e contábil. Importância do seu negócio para o investidor • Business Model Canvas	

UNIDADE IV – Tecnologia e inovação como estratégia organizacional

- Conceito de Estratégia, Fatores e Condicionantes.
- O papel da inovação no desenvolvimento da estratégia
- Políticas de Inovação
- As Instituições de Fomento de Recursos nas esferas federal, estadual e municipal, como: FINEP, CNPq, BNDES, SEBRAE e outros.
- Marcos legais – Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação LEI Nº 13.243/2016;

UNIDADE V – Ferramentas de gestão tecnológica. Propriedade intelectual

- Conceitos, importância, Propriedade Industrial .
- Patentes - o que pode ou não, importância para os negócios,
- licenciamento
- Marcas: classes, licença, domínios, registros da marca e empresa, proteção

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas/dialogadas, Estudo de Casos, Fóruns de textos, Vídeos, Visitas Técnicas, Estudo dirigido, Seminário, Oficinas, Pesquisas e Minimercaado - ensino com pesquisa e discussões em grupo tendo como foco o desenvolvimento das competências exigidas para a formação do egresso.

RECURSOS

- Material didático-pedagógico; (livros, vídeos, textos)
- Recursos Audiovisuais; (Datashow e Notebook, Slides, Caixas de som, microfone).
- Programas e simuladores

AValiação

O processo avaliativo compõe-se de trabalhos de natureza teórico/práticos a serem desenvolvidos individualmente ou em grupos, sendo enfatizado o uso dos projetos e resoluções de situações – problemas específicos do processo de formação dos futuros profissionais da área de Redes de Computadores. Para tanto será utilizada a formula definida no Regulamento de Organização Didática (ROD) IFCE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. São Paulo: Saraiva, 2006.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

GAUTHIER, Fernando Álvaro Ostuni. **Empreendedorismo**. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship)**: pratica e princípios. 6 ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

CAVALCANTI, Marly (Org.). **Gestão estratégica de negócios: evolução, cenários, diagnóstico e ação**: com estudos de casos nacionais e internacionais. São Paulo: Pioneira, 2003.

HINGSTON, Peter. **Como abrir e administrar seu próprio negócio**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SEIFFERT, Peter Quadros. **Empreendendo novos negócios em corporações: estratégias, processo e melhores práticas**. 2ª Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

SEBRAE. **Aprender a empreender: pousadas e hotéis**. Brasília, DF: Sebrae: Fundação Roberto Marinho, s.d. 2008.

Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: GESTÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA

Código	
Carga Horária Total: 80H/AULAS	CH Teórica: 80H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	04
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	3º semestre
Nível:	Superior

EMENTA

Contabilidade: conceito, objeto e fins; Fatos contábeis; Procedimentos contábeis básicos; Método das partidas dobradas; Escrituração; Relatórios de demonstração contábil; Visão sintética do Balanço Patrimonial.

Compreensão global sobre a Gestão Financeira aplicadas a negócios turísticos; Análise das demonstrações Financeiras; Fluxo de Caixa; Capital de Giro; Financiamento através de Capital de Terceiros; Aspectos gerais sobre custos empresariais; Precificação; Cálculo de Resultado.

OBJETIVO

- Compreender os conceitos básicos da contabilidade, sua finalidade e formas de utilização no auxílio à gestão na tomada de decisão.
- Entender o processo de elaboração dos relatórios contábeis fundamentais para a análise da situação econômica, financeira e de custos da empresa e a importância dos instrumentos contábeis para a análise e planejamento dos controles empresariais;
- Interpretar índices extraídos dos relatórios contábeis para identificar a situação financeira em que se encontra a empresa;
- Conhecer os principais aspectos de custos e como eles contribuem para a formação e tomada de decisão nos empreendimentos turísticos;
- Apreender o processo de elaboração de fluxo de caixa e da gestão do capital de giro em uma empresa, além das dinâmicas de financiamento.

PROGRAMA**UNIDADE I – CONCEITOS CONTÁBEIS RELEVANTES**

- Conceitos básicos de contabilidade;
- Personalidade Jurídica e Tipos de Sociedades;
- Princípio das partidas dobradas, débito e crédito;
- Escrituração dos lançamentos e contábeis e apuração de saldo das contas;
- Plano de contas;
- Balanço patrimonial;
- Receita e despesa

UNIDADE II – ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- Demonstração do resultado do exercício (DRE);

- Receita líquida
- Lucro bruto
- Lucro operacional
- Lucro antes do imposto de renda
- Lucro depois do imposto de renda
- Lucro líquido

UNIDADE III – ANÁLISE HORIZONTAL, VERTICAL E ÍNDICES DE LIQUIDEZ

- Análise horizontal e vertical
- Índices de liquidez;
- Índices de endividamento;
- Índices de atividade;
- Índices de rentabilidade;
- Análise da taxa de retorno sobre investimentos;

UNIDADE IV – ASPECTOS GERAIS SOBRE CUSTOS

- Cálculo de custos;
- Custos para decisão;
- Custos para controle e custo-padrão.

UNIDADE V - ESTRUTURA FINANCEIRA DA EMPRESA

- Introdução a Administração Financeira;
- Políticas Econômicas, Mercado Financeiro e Mercado de Capitais
- Gestão de fluxo de caixa
- Gestão dos estoques
- Gestão de contas a receber;
- Gestão de disponibilidades;
- Gestão de capital de giro
- Investimentos;
- Lucratividade x Rentabilidade
- Precificação;
- Ponto de equilíbrio;
- Financiamentos de Curto, Médio e Longo Prazo;
- A combinação entre capital de terceiros e capital próprio;
- Risco econômico e risco financeiro;
- Ponto de equilíbrio;
- Softwares integrados de gestão e controle financeiro.

METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia será baseada em aulas expositivas e dialogada com aplicação de exercícios práticos, problematizados e simulações de situações contábeis e financeiras do ambiente empresarial, com realização de trabalhos individuais e em grupo.

RECURSOS

Material didático
Quadro branco
Datashow

AVALIAÇÃO

O processo avaliativo compõe-se de trabalhos de natureza teórico/práticos a serem desenvolvidos individualmente ou em grupos, sendo enfatizado o uso dos projetos e resoluções de situações – problemas específicos do processo de formação dos futuros profissionais da área de Redes de Computadores. Para tanto será utilizada a formula definida no Regulamento de Organização Didática (ROD) IFCE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSAF NETO, ALEXANDRE. **Fundamentos de Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 2010.

FAVERO, Hamilton Luiz et al. **Contabilidade: teoria e prática**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso Básico de Contabilidade: resumo da teoria, atendendo às novas demandas da gestão empresarial, exercícios e questões com respostas**. São Paulo: Atlas, 2010.

FERRARI, E. Luiz. **Contabilidade Geral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

IUDICIBUS, Sergio de; MARION, Jose Carlos. **Curso de contabilidade para não contadores**. São Paulo: Atlas, 2011.

MARION, Jose Carlos. **Contabilidade básica**. São Paulo: Atlas, 2009.

WELSC, Glenn A. **Orçamento empresarial**. São Paulo: Atlas, 2011.

Coordenador de Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	
Código:	
Carga Horária Total: 80H/AULAS	CH Teórica: 80H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	04
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	3º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Meio ambiente e Sustentabilidade. O meio ambiente na legislação brasileira: Constituição Federal; lei da Política Nacional do Meio Ambiente – 6.938/1981; Meio ambiente e sociedade. Histórico dos movimentos ambientais. Principais conferências relacionadas ao meio ambiente. Principais problemas ambientais locais e globais da atualidade. Impactos socioambientais do Turismo. Impactos ambientais positivos da atividade turística. Possibilidades de turismo sustentável. Ecoturismo. Educação Ambiental na atividade turística. Unidades de conservação e turismo em áreas naturais protegidas – SNUC – Lei 9.985/2000.	
OBJETIVO	
• Compreender os conceitos de meio ambiente, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável; • Compreender a relação entre o homem, à vida em sociedade e o meio ambiente; • Compreender a evolução dos problemas ambientais globais; • Conhecer as principais conferências relacionadas ao meio ambiente; • Conhecer os principais problemas ambientais locais e globais; • Identificar os impactos positivos e negativos da atividade turística; • Compreender a necessidade e importância da educação ambiental na atividade turística; • Conhecer as unidades de conservação e analisar sua relação com o turismo; • Conceituar, identificar e compreender o Ecoturismo;	
PROGRAMA	
UNIDADE 1. Ambiente e Sustentabilidade 1.1 Conceitos de meio ambiente, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável; UNIDADE 2. Meio Ambiente e Sociedade 2.1 Homem e sociedade, transformações ambientais através da ação humana; UNIDADE 3. Meio ambiente na legislação brasileira: Constituição Federal e Lei 6.938/1981. UNIDADE 4. Principais Conferências Relacionadas ao Meio Ambiente 4.1 Discussões no século XX sobre Meio Ambiente, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente – Estocolmo, Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO-92, Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio+10,	

Protocolo de Quioto, Protocolo de Montreal, Conferência de Copenhague, Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio+20;

UNIDADE 5. Principais problemas ambientais globais e locais

5.1 Aquecimento global, camada de ozônio, chuva ácida, perda da biodiversidade, escassez da água, poluição das águas.

5.2 Consumismo e geração de lixo

5.3 Resíduos sólidos e problemas relacionados;

5.4 Como o Turismo pode ser afetado pelos problemas ambientais.

UNIDADE 6. Impactos da Atividade Turística sobre o Meio Ambiente

6.1 Principais Impactos positivos e negativos da atividade turística, impactos ambientais, impactos econômicos, impactos socioculturais;

UNIDADE 7. Áreas Naturais protegidas

7.1 As áreas naturais protegidas e sua importância para a conservação do meio ambiente;

7.2. Unidades de Conservação: SNUC - Lei 9.985/2000; categorias; histórico; relação com a atividade turística.

UNIDADE 8. Turismo Sustentável

8.1 Conceito de Turismo Sustentável; importância do turismo sustentável; como praticar o turismo sustentável;

UNIDADE 9. Ecoturismo

9.1. Conceito de ecoturismo, benefícios econômicos, ambientais e sociais do ecoturismo, ecoturismo na atualidade;

9. Educação Ambiental na Atividade Turística

9.1. Princípios da Educação Ambiental; a importância da educação ambiental para o turismo, educação ambiental e preservação do meio ambiente; projetos ambientais mundiais e no Brasil.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas;

Exposição de filmes e documentários relacionados à temática ambiental;

Utilização de multimídia;

Interpretação de textos;

Debate em grupo;

Visitas técnicas.

RECURSOS

- Material didático-pedagógico; (livros, vídeos, textos)
- Recursos Audiovisuais; (Datashow e Notebook, Slides, Caixas de som, microfone).
- Programas e simuladores

AValiação

Apresentação de seminários; Participação nas atividades propostas como debates, leituras e interpretação de textos; provas escritas; relatórios de filmes, documentários e visitas técnicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FABRÍCIO, Ana Carolina Baggio. **Turismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade**. Curitiba: Intersaberes, 1a edição, 2015.

PHILLIPI-Jr, Arlindo, RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo**. São Paulo: Manole, 1a edição, 2009.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável – A Proteção do Meio Ambiente**.

São Paulo: Papirus, 1ª edição, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. **Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Makron, 2004.

COSTA, Patrícia Cortes. **Unidades de Conservação: matéria prima do ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

KINKER, Sonia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas, SP: Papirus, 2002

LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 5.ed. São Paulo: SENAC, 2005.

TELES. Reinaldo Miranda de Sá. **Turismo e Meio ambiente**. São Paulo. Ed. Elsevier. 2011.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: GESTÃO DE PESSOAS	
Código:	
Carga Horária Total: 80H/AULAS	CH Teórica: 80H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	04
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	3º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Estudo da administração dos recursos humanos e sua evolução; Cultura organizacional; Visão sistêmica da gestão de pessoas; Planejamento, e acompanhamento dos processos utilizados durante a trajetória das pessoas na organização.	
OBJETIVO	
• Conhecer os conceitos introdutórios da administração de recursos humanos; • Reconhecer a importância do fator humano nas organizações; • Demonstrar o que é cultura organizacional; • Diferenciar relações formais e informais • Apresentar a estrutura departamental de uma organização e a relevância da gestão de pessoas no cenário empresarial; • Explicar os principais processos que são praticados pela gestão de pessoas, desde o ingresso, permanência e saída de um colaborador na organização; • Visualizar e compreender o cenário econômico atual e suas implicações no mercado de trabalho.	
PROGRAMA	
UNIDADE 1 – ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS • A transformação nas organizações; • Objeto de estudo: pessoas no ambiente corporativo; • Conceito da ARH / Gestão de Pessoas; • Cultura organizacional Gestão de Pessoas: Subsistemas e seus principais objetivos;	
UNIDADE 2 – RECRUTAMENTO E SELEÇÃO • Rotatividade de pessoal: vantagens, desvantagens, causas; • Recrutamento: conceito, tipos, fontes e técnicas; • Seleção: conceito, etapas e técnicas; • Ambientação e integração entre os colaboradores;	
UNIDADE 3 – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	

- Hierarquização;
- Habilidades e capacidades;
- Tipos de avaliação de desempenho;

UNIDADE 4 – REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS

- Componentes da remuneração;
- Fatores remuneratórios;
- Tipos de benefícios;

UNIDADE 5 – TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM

- Educação, treinamento, desenvolvimento profissional;
- O processo de treinamento e desenvolvimento;
- Os métodos de treinamento e desenvolvimento;
- A educação corporativa;

UNIDADE 6 – HIGIENE E SEGURANÇA E QUALIDADE DE VIDA

- Higiene e segurança no ambiente de trabalho;
- Ergonomia;
- Prevenção de acidentes;
- Ato inseguro e condição insegura;
- Riscos ambientais;
- Insalubridade e periculosidade.

METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia será baseada em aulas expositivas e dialogadas com aplicação de exercícios práticos, problematizados e simulações de situações contábeis e financeiras do ambiente empresarial, com realização de trabalhos individuais e em grupo.

RECURSOS

Material didático
Quadro branco
Datashow

AValiação

Apresentação de seminários; Participação nas atividades propostas como debates, leituras e interpretação de textos; provas escritas; relatórios de filmes, documentários e visitas técnicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2008.
FLEURY, M. T. L. (org.). **As pessoas na organização**. São Paulo: Editora Gente, 2002.
MILKOVICH, George T.; BOUDREAU, John W. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Atlas, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando com as pessoas: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2010.
DUTRA, Joel Souza. **Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas**. São Paulo: Atlas, 2006.
VROOM, Victor H. **Gestão de pessoas, não de pessoal: os melhores métodos de motivação e avaliação de desempenho**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Coordenador de Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: INGLÊS INSTRUMENTAL	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	3º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Vocabulários e estruturas gramaticais da língua inglesa contextualizados em situações ligadas ao turismo e à hotelaria. Acesso a textos específicos relacionados ao turismo e à hotelaria como: reserva de hotéis pelo telefone, fax ou e-mail; compras de passagens; explicações sobre pontos turísticos da cidade, entre outros. Conversações específicas.	
OBJETIVO	
• Produzir e compreender textos orais e escritos, formais e informais, de nível inicial, que envolvam a realidade do cotidiano do profissional da área de Turismo. • Saber comunicar-se em língua estrangeira. • Compreender textos variados em língua inglesa. • Reconhecer o uso das estruturas gramaticais da língua inglesa	
PROGRAMA	
UNIDADE 1- Inglês Instrumental • Greetings. • Alfabeto. • Useful sentences and expressions. • Nome. • Números. • Verbo to be. • Países e nacionalidades. • Adjetivos. • Locais e direções. • Presente simples e verbos comuns. • Dinheiro, moedas e preços. • Horas e datas. • Vocabulário relacionado a hotel e hospedagem	

METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas e dialogadas com utilização de recursos audiovisuais e dinâmicas de grupo.	
RECURSOS	
• Material didático-pedagógico; • Recursos audiovisuais.	
AVALIAÇÃO	
Inserir-se em um processo diagnóstico-progressivo, segundo os critérios de: • Participação ativa dos discentes no decorrer das aulas, nas propostas das atividades individuais e coletivas, nos debates em sala, no planejamento e realização dos trabalhos da disciplina. Sendo materializada por meio dos seguintes instrumentos: • Produção de gêneros escritos e orais, individuais e em grupo, atividades dirigidas, avaliações individuais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
DE BIAGGI, Enaura T. Kriek. Enjoy Your Stay: Inglês Básico Para Hotelaria e Turismo. Disal Editora, 2004. LOPES, Carolina. Inglês instrumental: leitura e compreensão de textos. Fortaleza: IFCE, 2012 OLIVEIRA, Luciano Amaral. English for tourism. São Paulo: ROCA, 2001.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
GUANDALINI, Eiter Otávio. Técnicas de Leitura Em Inglês - Estágio 1. Editora Textonovo, 2002. LONGMAN. Gramática escolar da língua inglesa: com exercícios e respostas. São Paulo: Longman, 2004. SCHUMACHER, Cristina. COSTA Francisco da. Inglês para turismo e hotelaria: a comunicação essencial para o dia-a-dia. Editora Campus, 2007.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DA COMUNICAÇÃO VISUAL	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	3º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Estruturas constituintes da mensagem visual em diferentes mídias. Composição e enquadramento. A organização visual da informação. Percepção, experimentação e criação visual. O processo de comunicação visual e sua linguagem. Linguagem visual e seus elementos. Estratégias de comunicação visual. Noções básicas de fotografia e computação gráfica.	
OBJETIVO	
• Compreender os princípios da comunicação visual • Identificar os elementos da linguagem visual; • Analisar e experimentar estratégias de comunicação visual. • Elaborar mensagens visuais com repertório estético e crítico.	
PROGRAMA	
UNIDADE 1: O processo da comunicação visual • A linguagem visual • A visão • Percepção e Gestalt UNIDADE 2: Elementos básicos da linguagem visual • Ponto • Linha • Forma • Textura • Cor • Tipografia UNIDADE 3: Princípios visuais • Harmonia, contraste, unidade, equilíbrio, ordem e composição.	

UNIDADE 4: Noções básicas de fotografia

- Composição
- Planos
- Cor, luz e textura.

UNIDADE 5: Computação gráfica

- Edição de imagens
- Diagramação

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositiva-dialógica podendo ser utilizados textos, projetor de slides, quadro branco e pincel, aparelho de som entre outros. Pesquisa, leituras, reflexão e análise de material pedagógico e teórico para através de apresentações de seminários com debates entre os integrantes do grande grupo. Nas aulas práticas os discentes farão exercícios com abordagem de leitura, apreciação e produção de imagens, utilizando como linguagem a fotografia e a computação gráfica.

RECURSOS

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Câmeras fotográficas e/ou celulares;
- Computadores/programas de edição de imagens

AVALIAÇÃO

A avaliação terá caráter formativo e será realizada de forma contínua, utilizando os seguintes instrumentos:

Prova escrita;

Seminários e debates;

Portfólios.

As atividades práticas serão avaliadas tendo como base os seguintes critérios:

- Clareza de ideias relacionada com o tema abordado;
- Apresentação e organização;
- Criatividade;
- Participação;
- Desenvolvimento ao longo do processo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DONDIS, Donis A. **Sintaxe da linguagem visual**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BERGSTROM, Bo. **Fundamentos da Comunicação Visual** – São Paulo: Edições Rosari, 2009. □ ARHEIN, Rudolf. **Arte e percepção visual**. 9ª Edição. São Paulo: Pioneira, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RAMALHO e OLIVEIRA, S. R. **Imagem também se lê**. São Paulo: Edições Rosari, 2009.

COLLARO, Antonio Celso. **Produção visual e gráfica**. São Paulo: Summus, 2005.

VAZ, Adriana. **Fundamentos da linguagem visual**[livro eletrônico]/Adriana Vaz, Rossano Silva. Curitiba: InterSaberes, 2016 (Série Teoria e Prática das Artes Visuais)

PIETROFORTE, Antonio Vicente. **Análise do texto visual: a construção da imagem**. São Paulo: Contexto, 2007.

GURAN, Milton. **Linguagem fotográfica e informação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2002

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

**4º SEMESTRE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO**

DISCIPLINA: MARKETING TURÍSTICO	
Código:	
Carga Horária Total: 80H/AULAS	CH Teórica: 80H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	04
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	4º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Introdução e evolução de conceitos de marketing. Conceitos e funções do Marketing Turístico; Composto de marketing turístico; Segmentação de Mercado; Sazonalidade; Análise de Ambiente; Perfil e comportamento do consumidor turista. Ciclo de vida dos produtos e/ou serviços. Concorrência. Sistemas de informação em marketing. Análise SWOT. Noções de publicidade e propaganda. Canais de Marketing. Marketing Digital. Planejamento de marketing turístico.	
OBJETIVO	
• Conhecer os conceitos introdutórios do marketing, bem como sua evolução; • Perceber a importância do marketing na comercialização de produtos e serviços turísticos no mercado; • Discutir e debater as regras e funcionamento da dinâmica da demanda e oferta turística e sua relação com a sazonalidade; • Observar a importância do cliente no mercado turístico; • Entender a relação e o impacto da utilização dos diferentes tipos de mídias na divulgação de produtos e/ou serviços; • Compreender como o planejamento no marketing, juntamente com o uso dos canais de marketing podem alavancar a atividade turística; • Elaborar um Plano de Marketing.	
PROGRAMA	
Unidade 1 – INTRODUÇÃO AO MARKETING 1.1 Conceito do marketing; 1.2 Tipos de Marketing; 1.3 Satisfação dos consumidores;	
Unidade 2 - MARKETING TURÍSTICO 2.1 O Mercado Turístico. 2.2 Oferta e demanda turística. 2.3 Fluxos e sazonalidade do Mercado Turístico	
Unidade 3 - ANÁLISE AMBIENTAL E SITUACIONAL SWOT 3.1 O ambiente do marketing turístico; 3.2 Microambiente e Macroambiente; 3.3 Análise SWOT	

Unidade 4 - POSICIONAMENTO DE MERCADO

- 4.1 A função do composto de marketing
- 4.2 As variáveis do composto de marketing
- 4.3 Conceito de segmentação e os segmentos do mercado turístico

Unidade 5 - COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR TURISTA

- 5.1 Teoria do comportamento do consumidor;
- 5.2 Tipos de comportamento de compra;
- 5.3 Processos de decisão.

Unidade 6 – PUBLICIDADE E PROPAGANDA

- 6.1 Conceitos e objetivos;
- 6.2 Briefing;
- 6.3 Mídias e veiculação de peças publicitárias;

Unidade 7 – CANAIS DE MARKETING DIGITAL

- 7.1 Marketing Digital
- 7.2 FMOT e ZMOT
- 7.3 Canal de marketing
- 7.4 Função do canal de marketing
- 7.5 Mercado do Turismo pela Internet;

Unidade 8 - PLANO DE MARKETING.**METODOLOGIA DE ENSINO**

- Aulas expositivas e dialogadas;
- Orientação em atividades práticas individuais e em grupo;
- Exercícios teóricos e práticos;
- Elaboração assistida e orientada do plano de marketing

RECURSOS

Material didático; Quadro branco; Áudios; Vídeos; Streaming; Datashow

AValiação

Trabalhos individuais e em grupo
Provas Escritas (Avaliação Diagnóstica Individual);
Seminários;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COUGHLAN, Anne T., ANDERSON, Erin, STERN, Louis W., EL-ANSARY, Adel I. **Canais de Marketing**. 7ª Edição – São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.
KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 12 ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2007
MOTA, Keila Cristina Nicolau. **Marketing turístico: promovendo uma atividade sazonal**. São Paulo: Atlas, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KUAZAQUI, Edmir. **Marketing turístico e de hospitalidade: fonte de empregabilidade e desenvolvimento para o Brasil**. São Paulo: Makron, 2000.
LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing de serviços**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
LECINSKI, J. **Zmot – Conquistando o momento zero da verdade**. Google, 2011
PETROCCI, Mario. **Marketing para destinos turísticos**. São Paulo: Futura, 2004.
SANT'ANNA, A., ROCHA JR, I., GARCIA, L.F.D. **Propaganda – Teoria, Técnica e Prática**, São Paulo: Cengage Learning, 2010.

Coordenador de Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
Ceará
Campus Canindé

DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: GESTÃO DA QUALIDADE EM SERVIÇOS	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	4º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Mercado turístico e qualidade. Características e elementos dos serviços; Gestão da Qualidade nas atividades de <i>Front-Office</i>; Gestão da Qualidade nas atividades de <i>Back-Office</i>; Gestão dos Custos. As ferramentas da qualidade. Princípios de competitividade. Definição, princípios, métodos da administração e modelos de qualidade. O conceito de qualidade no turismo. Qualidade na “cadeia” turística: qualidade dos prestadores de serviço, qualidade das destinações. Atendimento e responsabilidade social como atributos da qualidade do turismo. Critérios específicos de qualidade turística: proteção ao consumidor, serviços de reclamações para turistas, planos de auxílio e assistência ao turista, seguros e assistência ao viajante, medidas especiais para visitantes que precisam de suporte particular. Medidas gerais para assegurar um ambiente seguro ao visitante. Exigências internacionais e padrões nacionais de qualidade. Planejamento, gestão e controle da qualidade: qualidade total; auditoria de qualidade; avaliação e certificação da qualidade (ISO 9000, ISO 14000, ISSO 26000 etc.)	
OBJETIVO	
• Fornecer subsídios metodológicos para a análise de temas sobre a gestão da qualidade no setor turístico. • Apresentar informações sobre a qualidade da empresa com o desenvolvimento do pensamento estratégico, a definição de objetivos e o apontamento de indicadores de desempenho. • Aprovisionar o aluno com noções básicas sobre os principais aspectos conceituais da gestão da qualidade, a construção do pensamento estratégico, dos objetivos estratégicos e fatores críticos de sucesso FCS e da Matriz Estratégica FOFA • Contextualizar a importância do processo de competitividade no panorama globalizado do setor turístico, simulando a construção do plano de ações estratégicas integradas. • Apresentar as principais características do profissional no setor turístico e os princípios da hospitalidade.	
PROGRAMA	

UNIDADE 1 - Aspectos Conceituais da Gestão da Qualidade

- 1.1. Principais conceituações sobre qualidade total;
- 1.2. Mercado globalizado e qualidade no setor turístico;
- 1.3. Princípios da Qualidade Total;
- 1.4. Gestão da qualidade e benefícios para o setor turístico;

UNIDADE 2 - Principais Ferramentas em Gestão da Qualidade

- 2.1. Natureza e os tipos de instrumentos utilizados em gestão da qualidade;
- 2.2. Objetivos de aplicação de planos de gestão da qualidade.
- 2.3. Gestão da Qualidade em Serviços e dos Momentos da Verdade
- 2.4. Excelência no Atendimento
- 2.5. Posturas do profissional de atendimento na área do Turismo e Hospitalidade

UNIDADE 3 - Modelos de Acreditação no Setor Turístico

- 3.1. Principais modelos de acreditação utilizados no mundo globalizado;
- 3.2. Exemplos de países e eventos que utilizaram modelos de acreditação;
- 3.3. Panorama do setor turístico com a implantação dos novos modelos de acreditação;
- 3.4 Acreditação EMBRATUR;

UNIDADE 4 - Certificações na Área da Qualidade e Segurança no Trabalho

- 4.1. ISO 9001:2008;
- 4.2. Modelo de Excelência em Gestão- MEG da FNQ (Fundação Nacional da Qualidade);
- 4.3. ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental;
- 4.4. OHSAS 18001 – Norma de Saúde Ocupacional e Segurança no Trabalho;
- 4.5. Modelo TPM Japonês de Qualidade– Manutenção Preventiva Total;
- 4.6. ISO 26000 – Norma Internacional de Responsabilidade Social;

METODOLOGIA DE ENSINO

- Apresentação expositiva em sala de aula sobre temas propostos no conteúdo programático da disciplina;
- Reflexão crítica sobre temas apresentados em sala de aula e textos previamente estudados;
- Possibilidade de realização de vivências e jogos em grupo para melhor compreensão dos temas abordados;
- Apresentação de estudos de caso ou compartilhar de experiências que envolvam temas específicos de interesse do grupo de alunos matriculados na disciplina.

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Insumos de laboratórios;

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claras os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;

- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GESTÃO da qualidade em serviço: a busca por um diferencial pelas empresas de pequeno porte do setor supermercadista da região noroeste paulista. GEPROS - Gestão da Produção, Operações e Sistemas, Bauru, SP, v. 4, p. 139-150., jul./set. 2/2007.

FLORES, Paulo Silas Ozores. **Treinamento em qualidade** - fator de sucesso para o desenvolvimento da hotelaria e turismo. Editora: Roca, 2008.

ORGANIZADOR MARCELO PUPIM GOZZI. **Gestão da Qualidade em bens e serviços**. [S.l.]: Pearson. 160 p. ISBN 9788543010175. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788543010175>>. Acesso em: 10 jan. 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, Claudius D'artagnan C. **Excelência em serviços:** uma questão de sobrevivência no mercado. Quality Mark. RJ. 1999.

CARVALHO, Marly Monteiro de et. al. **Gestão da Qualidade: teoria e casos**. Elsevier. RJ. 2005

PALADINI, Edson Pacheco. **Gestão Estratégica da Qualidade:** princípios, métodos e processos. Atlas. SP. 2008

POWERS, Tom; BARROWS, Clayton W. **Administração no setor de hospitalidade:** turismo, hotelaria, restaurante; tradução Ailton Bonfim Brandão. Atlas. SP. 2004

VIEIRA, Valéria Silva. **Aplicação do sistema de gestão da segurança de alimentos** (NBR 22000:2005) na hotelaria: estudo de caso do Gran Marquise Hotel. 2011. 61 f. TCC (Graduação) Tecnologia em Hotelaria - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará/ Campus Fortaleza, Fortaleza, 2011. Disponível em: <biblioteca.ifce.edu.br/index.asp?codigo_sophia=12818>. Acesso em: 10 jan. 2018.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: GESTÃO DE EVENTOS	
Código:	
Carga Horária Total: 80H/AULAS	CH Teórica: 80H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	04
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	4º Semestre
EMENTA	
Esquema da Liberação dos Tempos Humanos; Tempo de lazer, turismo e eventos; Eventos como negócios (a negação do ócio); Tipologia de eventos: diversidades e semelhanças entre eventos; Planejamento, organização, operação e execução de eventos; Experimento com evento (acadêmico, literário ou esportivo).	
OBJETIVO	
• Entender o Esquema da Liberação dos Tempos Humanos e sua relação com o turismo e com eventos; • Perceber a atividade de eventos como um negócio (a negação do ócio); • Identificar os diversos tipos de eventos atentando para as possíveis semelhanças existentes; • Diferenciar os momentos referentes ao planejamento, organização, operação e execução de eventos; • Experimentar uma situação real de um evento acadêmico, literário ou esportivo.	
PROGRAMA	
UNIDADE 1. Tempos humanos 1.1. Tempo biológico, tempo de trabalho, tempo comprometido, tempo inoperante, tempo livre, tempo de lazer, tempo de turismo (quando em vez, participando de eventos); UNIDADE 2. Eventos como negócios possíveis em uma cadeia de produções associadas ao turismo na economia do lugar; UNIDADE 3. Eventos técnicos, eventos científicos, eventos artísticos, eventos festivos: estudo de tipos e subtipos. UNIDADE 4. Planejamento: 4.1. Definição e detalhamento de objetivos; 4.2. Planejamento dos fatores básicos; 4.3. Cronograma e avaliação;	

- 4.4. Estrutura administrativa (organograma);
 4.5. Plano de vendas e política de preços (revendo teoria de preços de eventos);

UNIDADE 5. Organização:

- 5.1 Projeto;
 5.2. Normas de trabalho e rotinas.

UNIDADE 6. Operação:

- 6.1. Estrutura organizacional;
 6.2. Funções típicas e colaboradores possíveis;
 6.3. Controle na gestão.

UNIDADE 7. Execução:

- 7.1. Concepção;
 7.2. Pré-evento;
 7.3. Trans-evento (Evento);
 7.4. Pós-evento

UNIDADE 8. Cadernos de trabalho: disposição de itens e indicação do sequenciamento de tarefas/ações na relação com o tempo, existente, na gestão de eventos.

UNIDADE 9. Experimentação em evento: formulação de cenários e situações reais para um evento acadêmico, literário ou esportivo

METODOLOGIA DE ENSINO

Estabelecendo um clima adequado entre professor e alunos, mediante uma identificação prévia, obter-se-á atenção, dos aprendizes, para o conteúdo proposto, a ser apresentado, com idéias generalistas.

O conteúdo essencial (noções e pré-requisitos para a compreensão das idéias essenciais da aula) será exposto partindo de idéias gerais e simples para as particulares e complexas. Buscar-se-á estabelecer encadeamentos com idéias básicas que ancoram idéias subsidiárias, mediante questionamentos e exemplificações.

A formalização do teor da aula será construída com a reapresentação de frases ou expressões relevantes referentes ao ponto trabalhado sempre envolto em perguntas inquietadoras, destinadas aos alunos, via avaliação, por ser diagnóstica, formativa, processual e contínua.

Chamar-se-á atenção para as idéias mais importantes surgidas usando uma síntese possibilitando, permitindo e percebendo o processo coletivo de aquisição do saber.

Avaliar-se-á sugerindo aos alunos que resumam ou exemplifiquem aspectos ponderados em cada aula evidenciando a mensagem social do conhecimento passado destacando as possibilidades reais de contribuições para a coletividade.

Por fim, indicam-se, quando possível, as referências em cada aula alusivas aos assuntos efetivamente trabalhados.

RECURSOS

- Imagens, músicas, vídeos, obras artísticas, textos.
- Materiais didáticos (Data-show e Notebook, Slides, Caixas de som)

AValiação

Avaliação, por ser diagnóstica, formativa, processual e contínua será direcionada ao momento de cada unidade trabalhada, em sala, para cada uma das duas etapas. A sistemática de avaliação se desenvolverá em dois momentos. Serão, no mínimo, duas avaliações por etapa ou momento avaliativo. Comporá esta avaliação individual, contínua e direcionada um momento, em sala de aula, de autoavaliação possibilitando, ao aluno, perceber o desempenho individual e

coletivo no tocante a aquisição do conhecimento trabalhado.

A nota da etapa poderá ser a média aritmética das notas obtidas pelo aluno.

Caso o aluno não atinja média (7,0) para aprovação, mas tenha obtido no semestre, no mínimo 3,0, fará Avaliação Final que deverá ser aplicada no mínimo 3 (três) dias letivos após registro e divulgação do resultado da média semestral no Sistema Acadêmico.

A nota da Prova Final deverá ser somada à média semestral e dividida por 2 e deverá ser igual ou maior do que 5,0, para que o aluno obtenha aprovação.

Será considerado aprovado o discente que apresentar frequência igual ou superior a 75%, por disciplina.

A promoção semestral se dá pela combinação notas e frequências; em ambas as etapas e no resultado final.

Seguirá o Regulamento da Organização Didática (ROD).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREUND, Francisco Tommy. **Festas e recepções: gastronomia, organização e cerimonial**. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2011.

SALGADO, Paulo Regis. **Protocolo, cerimonial e etiqueta em eventos: uma prática ao alcance de todos**. São Paulo: Paulus, 2010.

ZANELLA, Luiz Carlos. **Manual de organização de eventos: planejamento e operacionalização**. São Paulo: Atlas, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALLEN, Johnny et al. **Organização e gestão de eventos**. Tradução de Marise Philbois e Adriana Kramer. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Datas comemorativas e outras datas significativas**. Brasília (DF): Edições Câmara, 2012. (Série ações de cidadania; número 15).

BRASIL, Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Subsecretaria de Edições Técnicas. **Lei do turismo e legislação correlata**. Brasília (DF): Senado Federal, 2012.

BRITTO, Janaina; FONTES, Nena. **Estratégias para eventos: uma ótica do marketing e do turismo**. 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2010.

VELLOSO, Ana Maria Corsini. **Cerimonial universitário**. Brasília (DF): Editora da Universidade de Brasília (UnB), 2002.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



DISCIPLINA: SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	4º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
A informação e o processo decisório: a importância e os sistemas de informação no ambiente organizacional. Desenvolvimento de sistemas de informação: fases e profissionais envolvidos. Modelo de sistemas de informações gerenciais. Modelo de sistemas de suporte à decisão. Administração de tecnologias da informação: novas alternativas tecnológicas. Gestão de ambientes de informática. Dimensões éticas e sociais da TI.	
OBJETIVO	
Apresentar os principais conceitos relacionados a sistemas de informação. Permitir que aluno compreenda os diferentes tipos de sistemas de informação, principalmente os sistemas de apoio à tomada de decisão. Discutir a importância dos sistemas de informação no atual ambiente organizacional e corporativo de negócios. Introduzir os primeiros conceitos relacionados ao processo de desenvolvimento de sistemas de informação.	
PROGRAMA	
UNIDADE I Contextualização de sistemas de informação - Definição de sistemas de informação - Características de sistemas de informação - Valor estratégico de sistemas de informação e vantagem competitiva UNIDADE II Caracterização dos sistemas de informação - Estrutura organizacional e tipos de sistemas de informação - Sistemas de informação não tradicionais - Arquiteturas de sistemas de informação - Sistemas integrados UNIDADE III Tipos tradicionais de sistemas de informação	

- Sistemas de processamento de transações
- Sistemas de apoio à tomada de decisão
- Sistemas de informação gerenciais
- Sistemas de apoio a executivos
- Sistema ERP

UNIDADE VI Negócios digitais com sistemas de informação

- Uso da internet
- Comércio eletrônico
- Governo eletrônico
- Computação em nuvem

UNIDADE VI Sistemas de informação e a tecnologia da informação

- Caracterização da tecnologia da informação
- Infraestrutura de tecnologia da informação
- Segurança de tecnologia da informação e de sistemas de informação

UNIDADE VII Tecnologia da Informação e ética

- Questões éticas, sociais e políticas em sistemas de informação

METODOLOGIA DE ENSINO

A disciplina será ministrada em aulas expositiva-dialógica, abordando teoria e prática, podendo-se utilizar, dentre outras metodologias, trabalhos de equipes, exercícios programados, seminários, exposições dialogadas e grupos de discussão, onde os conteúdos poderão ser ministrados de acordo as especificidades do grupo de alunos e da disciplina. Podem ser Visitas Técnicas e a utilização de recursos audiovisuais.

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Insumos de laboratórios;

AValiação

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claro os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;

- Planejamento, organização, coerência de idéias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

Importante destacar como será avaliado o desempenho dos alunos na aulas práticas bem como nas prática enquanto componentes curriculares do ensino. Quanto ao tipo de avaliação, poderá ser: prova escrita, apresentação de seminário, pesquisa e desenvolvimento de artigos, resolução de exercícios práticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LAUDON, K.C. E LAUDON, J. P. **Sistemas de Informação Gerenciais**. 11a. Edição. Pearson. 2014
 EFRAIM, TURBAN; KING DAVID. **Comércio Eletrônico - Estratégia e Gestão**; 1ª Edição. Pearson. 2003.
 CAIÇARA, Cícero Junior. **Sistemas Integrados de Gestão ERP**. Curitiba: InterSaberes, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. **Introdução a Informática**. 8ª Ed. Pearson. 2004.
 CAIÇARA JUNIOR, Cícero, WILDAUER, Egon Walter. **Informática instrumental**. 1ª ed. Curitiba; Inter Saberes. 2013.
 DIAS, REINALDO. **Tecnologias da gestão**. 8ª Ed Brasil: Pearson. 2014.
 LAURINDO, Fernandes Jospe Barbin – **Tecnologia da Informação** – Eficácia nas Organizações. Editora Futura.
 ROSINI, Alessandro Marco; PALMISANO, Ângelo. **Administração de sistemas de informação e a gestão do conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 30H CH Prática: 10H
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	4º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Métodos de pesquisa e matrizes teóricas. Abordagens de pesquisa: definição, tipos e características. Técnicas de pesquisa. Elaboração do projeto de pesquisa.	
OBJETIVO	
- Discutir os métodos de pesquisa e as matrizes teóricas que a subsidiam. - Explicitar as abordagens de pesquisa, bem como sua definição, tipos e características. - Conhecer as técnicas de pesquisa utilizadas para coleta e análise de dados. - Elaborar um projeto de pesquisa aplicável à área de formação visando desenvolver competências e habilidades na pesquisa científica.	
PROGRAMA	
UNIDADE I - MÉTODOS DE PESQUISA E MATRIZES TEÓRICAS 1.1. Dedutivo (racionalismo) 1.2. Indutivo (empirismo) 1.3. Hipotético-dedutivo (neopositivismo) 1.4. Dialético (materialismo dialético) 1.5. Fenomenológico (fenomenologia)	
UNIDADE II - ABORDAGENS DE PESQUISA: DEFINIÇÃO, TIPOS E CARACTERÍSTICAS 2.1. Qualitativa: conceito, tipos de pesquisas qualitativas e características de cada uma delas 2.2. Quantitativa: conceito, tipos de pesquisas quantitativas e características de cada uma delas 2.3. Mista (Quali e Quantitativa): razões e critérios de escolha dessa abordagem	
UNIDADE III - TÉCNICAS DE PESQUISA 3.1 Técnicas para a coleta de dados: 3.1.1. Entrevista (Estruturada, Não-Estruturada e Semiestruturada) 3.1.2. Observação (Estruturada, Não-Estruturada) 3.1.3. Questionário (questões abertas e fechadas) 3.1.4. Análise de Documentos 3.2. Formas de Registro (Vídeo, Fotografia, Gravador, Papel e Lápis – Diário de Campo) 3.3. Técnicas para Análise de Dados: 3.3.1. Análise de conteúdo (Bardin)	

3.3.2. Análise de discurso (Pêcheux)

3.3.3. Softwares para tabulação de dados: Statistical Package for the Social Sciences (SPSS); Nvivo etc.

UNIDADE IV - ELABORAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA

4.1. Elementos pré-textuais:

4.1.1. Folha de rosto com dados gerais de identificação da instituição e sumário

4.2. Elementos textuais:

4.2.1. Introdução contendo a problematização, a justificativa, e objetivos (geral e específicos)

4.2.2. Referencial Teórico

4.2.3. Metodologia contendo o tipo de pesquisa e as técnicas a serem empregadas

4.2.4. Cronograma de Execução

4.2.5. Resultados Esperados

4.3. Elementos pós-textuais:

4.3.1. Referências, conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) vigentes

4.3.2. Apêndices e anexos, se necessário.

METODOLOGIA DE ENSINO

Exposição dialogada, trabalhos práticos, seminários e atividades a serem desenvolvidas em sala quanto extra-sala.

RECURSOS

- Material didático-pedagógico; (livros, vídeos, textos)
- Recursos Audiovisuais; (Datashow e Notebook, Slides, Caixas de som, microfone).
- Programas e simuladores

AVALIAÇÃO

A avaliação é realizada de forma processual e contínua, considerando a participação e produção escrita dos discentes em diversos momentos da disciplina. A frequência é obrigatória, respeitando os limites de ausência previstos em lei.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ed. São Paulo : Atlas, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

VEAL, A. J. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. Tradução: Gleice Guerra e Mariana Aldrigui. São Paulo: Aleph, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 34ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SANCHO-PÉREZ, Amparo. **Introdução à Metodologia da Pesquisa em Turismo**. São Paulo: Roca, 2006.

SANTOS, Selma Cristina dos; CARVALHO, Márcia Alves Faleiro de. **Normas e técnicas para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ed. São Paulo: Cortez; 2011.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: PLANEJAMENTO TURÍSTICO	
Código:	
Carga Horária Total: 80H/AULAS	CH Teórica: 80H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	04
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	4º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Evolução e características do processo de planejamento do turismo. Conceituação de Planejamento estratégico, planejamento tático, planejamento operacional. Diretrizes, operacionalização, acompanhamento e avaliações. Política Nacional de Turismo. Técnicas e métodos disponíveis para a formulação do planejamento turístico em nível: políticas, planos programas e projetos. Etapas do planejamento: Inventário, diagnóstico, prognóstico turístico e estratégias. A legislação e o planejamento em áreas urbanas. Ética e planejamento turístico. Planejamento: objetivos, tempo e custos, fluxograma, cronograma, formação de equipes e fontes de pesquisa e avaliação. Elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico de um município.	
OBJETIVO	
• Conhecer as teorias de planejamento e organização do turismo e lazer, em seus diferentes níveis, áreas e dimensões. • Desenvolver habilidades teóricas e conceituais na área do planejamento turístico através dos conceitos, tipos e enfoques de planejamento. • Estimular os alunos a uma visão geral de elaboração de diagnóstico e prognóstico em destinos turísticos. Fornecer ferramentas para a realização de um inventário turístico	
PROGRAMA	
UNIDADE 1 - Histórico do Planejamento; 1.1. Evolução e histórico geral do Planejamento; 1.2. Conceitos, Classificações, significados e aplicações; 1.3. Fases/Etapas do Planejamento; 1.4. Planejamento, estrutura e sistema do turismo; UNIDADE 2 - Planejamento Turístico: Origem, Conceitos, Tipos e Enfoques; 2.1. Planejamento Turístico: Efeitos e fatores; 2.2. Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Aspectos Socioculturais; 2.3. Ambientais, Planejamento Turístico e Sustentabilidade; 2.4. Planejamento na Perspectiva Estratégica;	

2.5. Planejamento: Potencialidades e Limites;

UNIDADE 3 - Inventário da Oferta Turística;

- 3.1. Sensibilização Turística e Sinalização de Trânsito;
- 3.2. Inventário da Oferta Turística (Instrumentais e Metodologias);
- 3.3. Pesquisa de Demanda Turística e Diagnostico da Atividade Turística;
- 3.4. Identificação, divisão e classificação da oferta e da demanda turística;
- 3.5. Prognóstico e Plano de Ação;
- 3.5. Viabilização dos projetos junto aos setores públicos e privados;
- 3.6. Avaliação e Monitoramento - Controle.

UNIDADE - Técnicas de Elaboração de Projetos.

- 4.1. A concepção do projeto: ciclo de vida e fases de um projeto;
- 4.2. Objetivos e princípios da gestão de projetos;
- 4.3. A importância da definição de papéis na gestão de projetos;
- 4.4. Possíveis problemas e conflitos de cada fase do projeto;
- 4.5. Fases do processo de elaboração de um projeto turístico;
- 4.6. A escolha do tema: considerações relevantes;

METODOLOGIA DE ENSINO

Estabelecendo um clima adequado entre professor e alunos, mediante uma identificação prévia, obter-se-á atenção, dos aprendizes, para o conteúdo proposto, a ser apresentado, com ideias generalistas. O conteúdo essencial (noções e pré-requisitos para a compreensão das ideias essenciais da aula) será exposto partindo de ideais gerais e simples para as particulares e complexas. Buscar-se-á estabelecer encadeamentos com ideais básicas que ancoram ideias subsidiárias, mediante questionamentos e exemplificações. A formalização do teor da aula será construída com a reapresentação de frases ou expressões relevantes referentes ao ponto trabalhado sempre envolto em perguntas inquietadoras, destinadas aos alunos, via avaliação, por ser progressiva contínua e direcionada. Chamar-se-á atenção para as ideias mais importantes surgidas usando uma síntese possibilitando, permitindo e percebendo o processo coletivo de aquisição do saber. Avaliar-se-á sugerindo aos alunos que resumam ou exemplifiquem aspectos ponderados em cada aula evidenciando a mensagem social do conhecimento passado destacando as possibilidades reais de contribuições para a coletividade. Por fim, indicam-se, quando possível, as referências em cada aula. Realização de Visitas Técnicas.

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Insumos de laboratórios;

AValiação

A avaliação será realizada de forma contínua com base: Prova escrita; Apresentação de seminário e Pesquisa e desenvolvimento de artigos. Média 7,0 para aprovação. A média final será obtida pela soma da média semestral, mais a nota da prova final, dividida por 2, devendo o aluno alcançar, no mínimo, a média 5,0 para aprovação. Será considerado aprovado o discente que apresentar frequência igual ou superior a 75%, por disciplina. Leiam o informativo do Departamento de Ensino e, principalmente, o Regulamento da Organização Didática (ROD).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALEXANDRE PANOSSO NETTO, Marília Gomes dos Reis Ansarah (eds.). **Produtos Turísticos e Novos Segmentos de Mercado**. [S.l.]: Manole. 444 p. ISBN 9788520436356. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520436356>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ERICKA AMORIM / LUÍS MOTA FIGUEIRA / CLÁUDIA SOARES. **Planejamento e organização do turismo** - 1º Edição. [S.l.]: InterSaberes. 226 p. ISBN 9788544301876. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544301876>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

RUSCHMANN, Doris van de Meene; Solha, Karina Toledo. **Planejamento Turístico**. [S.l.]: Manole. 360 p. ISBN 9788520415733. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520415733>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENI, Mario Carlos (ORG.). **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão** – desenvolvimento regional, redes de produção e clusters. [S.l.]: Manole. 632 p. ISBN 9788520431993. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520431993>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

DORIS RUSCHMANN. **Turismo e planejamento sustentável**: A proteção do meio ambiente - 1ª Edição. [S.l.]: Papirus. 196 p. ISBN 9788544900895. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544900895>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PEDRO DE ALCÂNTARA BITTENCOURT CÉSAR. **Turismo e desenvolvimento sustentável**: análise dos modelos de planejamento turístico. [S.l.]: EDUCS. 160 p. ISBN 9788570616173. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788570616173>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PETROCCHI, Mario. **Turismo: planejamento e gestão** - 2ª edição. [S.l.]: Pearson. 384 p. ISBN 9788576051923. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576051923>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: PROJETO SOCIAL	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 20H CH Prática: 20 H
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	20H
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	4º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
A disciplina envolve o estudo para a construção de conhecimentos científicos, culturais e vivências socioeducativas, por meio da resolução de problemas, utilizando os diversos tipos de linguagem, visando à construção de trabalho organizado e valorização do sujeito histórico, crítico e participativo	
OBJETIVO	
• Conhecer as dimensões científicas, culturais e vivências socioeducativas. • Investigar a realidade nos projetos sociais. • Compreender os aspectos técnicos e pedagógicos da realidade social utilizando o conhecimento das diferentes áreas do Turismo em projetos sociais.	
PROGRAMA	
Unidade 1: Contexto Sócio-Político da Sociedade Brasileira 1.1. Análise do contexto sócio-político-econômico da sociedade brasileira. 1.2. Movimentos Sociais e o papel das ONG'S como instâncias ligadas ao terceiro setor. 1.3. Formas de organização e participação em trabalhos sociais. Unidade 2: Transversalidade e Educação 3.1. Princípios e concepções de transversalidade 3.2. Abordagem transversal e a prática docente no ensino de Matemática 3.3. Turismo e transversalidade. Unidade 3: Projetos Sociais 2.1. Métodos e Técnicas de elaboração de projetos sociais. 2.2. Pressupostos teóricos e práticos a serem considerados na construção de projetos sociais. 2.3. Formação de valores éticos e de autonomia para participação social.	

METODOLOGIA DE ENSINO	
As aulas serão desenvolvidas recorrendo a processos de estudo aliando teoria, prática e reflexão. Para tanto, priorizaremos as exposições dialogadas, debates, produções textuais, estudos em grupos, desenvolvimento de projetos.	
RECURSOS	
Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina: • Material didático-pedagógico; • Recursos Audiovisuais; • Insumos de laboratórios;	
AVALIAÇÃO	
A avaliação será diagnóstico-processual, envolvendo os aspectos individuais e coletivos apresentados ao decorrer do processo de ensino e aprendizagem. Para esse fim serão apreciados os seguintes critérios: presença e participação ativa dos alunos nas aulas teóricas e práticas, expressão oral e escrita, seminários, colaboração em atividades organizadas (individuais ou em grupo). Serão utilizados como instrumentos de avaliação trabalhos escritos como realização de notas de leitura, produção de textos, desenvolvimento de um projeto atentando para as normas de avaliação descritas no Regulamento da Organização Didática – ROD.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BOULLOSA, Rosana de Freitas; ARAÚJO, Edgilson Tavares de. Avaliação e monitoramento de projetos sociais . Curitiba: IESDE, 2009. COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de projetos sociais . 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. DEMO, Pedro. Política social, educação e cidadania . 13. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
GIEHT, Pedro Roque et al. Elaboração de projetos sociais . [S.l.]: InterSaberes. 180 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544302729 . Acesso em: 5 dez. 2017. BOCCHI, Olsen Henrique. O Terceiro Setor uma visão estratégica para projetos de interesse público . [S.l.]: InterSaberes. 0 p. ISBN 9788582126592. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582126592 . Acesso em: 5 dez. 2017. PERSEGUINI, Alayde dos Santos. Responsabilidade social . [S.l.]: Pearson. 172 p. ISBN 9788543016672. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788543016672 . Acesso em: 5 dez. 2017.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____


5º SEMESTRE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: CONSULTORIA EM NEGÓCIOS TURÍSTICOS	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	5º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Apresentar os conceitos e termos utilizados em consultoria. Funções do consultor. Mercado de trabalho para o consultor em turismo. Postura e ética profissional do consultor em turismo. O processo de consultoria e a elaboração de propostas e negociações. Elaboração, execução, controle e avaliação de Projetos Turísticos e Hoteleiros. Estudo de mercado: elaboração de planos de ação; análises de mercado; análises de reposicionamento estratégico; diagnósticos empresariais; avaliação de empreendimentos e a importância do gerenciamento de projetos turísticos.	
OBJETIVO	
• Apresentar, analisar e discutir a conceituação básica de consultoria de organização empresarial, em especial na atividade turística; • Considerar a consultoria como atividade profissional no complexo e mutável ambiente empresarial analisando as tendências de mercado turístico; • Esclarecer a natureza e características da consultoria de organização com prestação de serviço; • Identificar os objetivos da consultoria de organização no contexto empresarial. • Apresentar uma perspectiva ampla sobre a importância das atividades econômicas do turismo e da hotelaria no mundo globalizado; • Destacar a importância e necessidade de manter a organização e gestão das empresas em permanente busca de melhoria e de inovação para assegurar a competitividade que beneficia a dinâmica do mercado. • Destacar a valiosa contribuição dos serviços especializados da consultoria de organização para apoiar as empresas de turismo e hotelaria na manutenção da eficiência, da qualidade e da inovação necessárias ao sucesso no mercado livre.	
PROGRAMA	

UNIDADE I – Pesquisas em turismo

- 1.1. Pesquisa e produção do conhecimento
- 1.2. Principais componentes da pesquisa em turismo

UNIDADE 2 - Consultoria em Turismo

- 2.1. Conceitos e definições sobre consultoria
- 2.2. Consultoria em ação
- 2.3. Técnica, ética e questões subjetivas.
- 2.4. Papel e perfil do consultor

UNIDADE 3 - Monitoramento de projetos de consultoria

- 3.1. Principais conceitos sobre monitoramento de projetos
- 3.2. Sistemas de monitoramento
- 3.3. Rotina de monitoramento
- 3.4. Monitoramento em consultoria
- 3.5. Pré-diagnóstico

UNIDADE 4 – Mercado

- 4.1. Novas tendências de análise de contextos sociais, econômicos, culturais e políticos – a pós-modernidade e a estratégia de desenvolvimento e gestão de negócios
- 4.2. Prestação de serviços especializados
- 4.3. Consultor autônomo
- 4.4. Equipe “ad hoc” (“network”)
- 4.5. Ética e Moral (Código de Ética do Instituto Brasileiro dos Consultores de Organização - IBCO)
- 4.6. Competência profissional, Negociação e Contato Inicial
- 4.7. Contrato de prestação de serviço
- 4.8. Valor simbólico e valor material
- 4.9. Turismo e hospitalidade – (processos de acreditação, segmentos alternativos, redes globais, marcas de distinção).
- 4.10. Cases em torno Sustentabilidade Ambiental no Turismo (em consonância com RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL Art. 12. A partir do que dispõe a Lei nº 9.795, de 1999, e com base em práticas comprometidas com a construção de sociedades justas e sustentáveis, fundadas nos valores da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade, sustentabilidade e educação como direito de todos e todas, são princípios da Educação Ambiental).

METODOLOGIA DE ENSINO

- Apresentação expositiva em sala de aula sobre temas propostos no conteúdo programático da disciplina;
- Reflexão crítica sobre temas apresentados em sala de aula e textos previamente estudados;
- Possibilidade de realização de vivências e jogos em grupo para melhor compreensão dos temas abordados;
- Apresentação de estudos de caso ou compartilhar de experiências que envolvam temas específicos de interesse do grupo de alunos matriculados na disciplina.

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Insumos de laboratórios;

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claras os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DINSMORE, P. C. (Sup.); BARBOSA, A. M. C. (Coord.). **Como se tornar um profissional em Gerenciamento de Projetos**: Livro-base de preparação para certificação PMP - Project Management Professional. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005

JEFERSON LUIS LIMA CUNHA. **Consultoria organizacional**. [S.l.]: InterSaberes. 146 p. ISBN 9788582127308. Disponível em:

<<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582127308>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ORGANIZADOR OVANILDO GONÇALVES DE SOUZA. **Consultoria empresarial**. [S.l.]: Pearson. 156 p. ISBN 9788543016986. Disponível em:

<<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788543016986>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CROCCO, L.; GUTTMANN, E. **Consultoria empresarial**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010

HORNSTEIN, Harvey A. **O Abuso do Poder e o Privilégio nas Organizações**. [S.l.]: Pearson. 184 p. ISBN 9788587918604. Disponível em:

<<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788587918604>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

OLIVEIRA, D. P. R. **Manual de consultoria empresarial**: conceitos, metodologia e práticas. 11 ed.

São Paulo: Atlas, 2012.

VARGAS, R. V. **Gerenciamento de projetos**: estabelecendo diferenciais competitivos. 6ª ed. RJ: Brasport, 2005

WEISS, A. **Consultor de ouro**: guia profissional par a construção de uma carreira. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: DESTINOS TURÍSTICOS	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	5º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Caracterização de destinos e produtos turísticos. Apresentando os destinos turísticos nacionais e internacionais analisados numa perspectiva (histórica, cultural, econômica, política e social) e representando através de imagens, reportagens, documentários, filmes a patrimonialidade desses lugares. Bem como a promoção, publicidade, comercialização e comunicação no contexto do turismo: papéis e responsabilidades - da estruturação à comercialização.	
OBJETIVO	
• Identificar os principais destinos turísticos nacionais e internacionais, através do aporte de elementos teóricos e práticos que possibilitem a compreensão dos processos de estruturação e promoção de destinos sob uma visão em rede de todos os elementos constitutivos do turismo. • Apresentar ao aluno os diversos modelos e tendências de planejamento aplicáveis atualmente ao setor turístico; • Permitir ao aluno a compreensão das bases de um planejamento estratégico de marketing, as estratégias e principais modelos de estruturação e promoção de destinos, bem como o posicionamento mercadológico de destinos. • Permitir aos acadêmicos conhecer e se apropriar das especificidades do planejamento e da gestão sustentável e compartilhada dos destinos turísticos em diferentes espaços geográficos	
PROGRAMA	
UNIDADE 1 – O Destino turístico 1.1. Identificação da demanda; a caracterização, hierarquização e mensuração dos turistas nesses lugares; 1.2. Experiências recentes de planejamento em sistemas turísticos (cases) 1.3. Posicionamento do destino no ambiente turístico UNIDADE 2 – Especificidades do planejamento e da gestão do turismo em espaços diversos	

2.1. Organização e a atuação do poder público, da sociedade civil organizada e receptividade e envolvimento da população nos destinos turísticos estudados;

UNIDADE 3 – Gestão compartilhada e desenvolvimento de destinos turísticos

3.1. Estratégias básicas para divulgação e promoção dos destinos turísticos nacionais e internacionais

3.2. Gestão do tripé do turismo (alimentação, hospedagem e transporte) bem como a função, importância e organização do setor de hospedagem e de eventos no contexto turístico e das relações de mercado.

3.3. Modalidades contemporâneas de planejamento: local, participativo, sustentável, integrado, sistêmico, da cadeia de serviços, em rede, da estrutura de governança, etc.

METODOLOGIA DE ENSINO

Estabelecendo um clima adequado entre professor e alunos, mediante uma identificação prévia, obter-se-á atenção, dos aprendizes, para o conteúdo proposto, a ser apresentado, com ideias generalistas. O conteúdo essencial (noções e pré-requisitos para a compreensão das ideias essenciais da aula) será exposto partindo de ideias gerais e simples para as particulares e complexas. Buscar-se-á estabelecer encadeamentos com ideias básicas que ancoram ideias subsidiárias, mediante questionamentos e exemplificações. A formalização do teor da aula será construída com a reapresentação de frases ou expressões relevantes referentes ao ponto trabalhado sempre envolto em perguntas inquietadoras, destinadas aos alunos, via avaliação, por ser progressiva contínua e direcionada. Chamar-se-á atenção para as ideias mais importantes surgidas usando uma síntese possibilitando, permitindo e percebendo o processo coletivo de aquisição do saber. Avaliar-se-á sugerindo aos alunos que resumam ou exemplifiquem aspectos ponderados em cada aula evidenciando a mensagem social do conhecimento passado destacando as possibilidades reais de contribuições para a coletividade. Por fim, indicam-se, quando possível, as referências em cada aula. Realização de Visitas Técnicas.

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Insumos de laboratórios;

AValiação

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claras os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ESTEVE, Josep M. Pascual. **Governança Democrática: Construção Coletiva Do Desenvolvimento Das Cidades.** Juis De Fora: Editora Ufjf, 2009.

VIGNATI, Federico. **Gestão de destinos turísticos: como atrair pessoas para pólos, cidades e países.** Rio de Janeiro: Senac RJ, 2008. 244 p., il. Inclui referências. ISBN 978-85-87864-72-7.

PETROCCHI, Mario. **Turismo: planejamento e gestão - 2ª edição.** [S.l.]: Pearson. 384 p. ISBN 9788576051923. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576051923>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHIAS, Josep. Turismo, **O Negócio da Felicidade: Desenvolvimento e Marketing Turístico Em Países, Regiões, Lugares E Cidades.** São Paulo: EDITORA SENAC SP, 2007.

HALL, G. Michael. **Planejamento Turístico: Políticas, Processos E Relacionamentos.** São Paulo: Contexto, 2001.

HAYLLAR, B. ET ALL. **Turismo Em Cidades: Espaços Urbanos, Lugares Turísticos.** Rio De Janeiro: ElsevieR, 2011.

KNAFOU, Remy. **Turismo E Território: Por Uma Abordagem Científica Do Turismo.** In: Rodrigues, Adyr A.B. Turismo E Geografia: Reflexões Teóricas E Enfoques Regionais. São Paulo: ED. HUCITEC, 1996. P. 62-74

VALLS, Josep-Francesc. **Gestão Integral De Destinos Turísticos Sustentáveis.** Rio De Janeiro: Editora FGV, 2006.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

DISCIPLINA: POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO

Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	5º Semestre
Nível:	Superior

EMENTA

Conceitos de políticas públicas. O ciclo das Políticas Públicas: Avaliação, Planejamento e Gestão. Políticas públicas de turismo e as responsabilidades do setor público. Evolução das políticas públicas de turismo. Instrumentos de política para o turismo sustentável. Agentes de turistificação dos espaços. Políticas de turismo no Brasil e no Ceará. Estrutura de organismos nacionais de turismo. Administração Pública do Turismo. Política Nacional do Turismo e Políticas Regionais. Conhecimentos básicos das leis e diretrizes do turismo.

OBJETIVO

- Dialogar sobre conceitos e noções fundamentais sobre políticas públicas, para proporcionar aos estudantes subsídios para compreender criticamente as políticas de turismo delineadas para o território brasileiro e cearense.
- Compreender a estrutura da administração pública do turismo, para refletir sobre a importância da gestão pública do turismo no âmbito nacional e local;
- Identificar os objetivos, agentes influenciadores, programas e políticas para o desenvolvimento turístico em execução no país e no estado, para dialogar sobre como tais ações podem incentivar o desenvolvimento do turismo local.

PROGRAMA**UNIDADE 1. O Papel do Poder Público no Turismo**

- 1.1.Administração Direta e Indireta e o Conceito de Políticas Públicas.
- 1.2.Administração Pública e o Setor do Turismo;
- 1.3.Gestão Pública e o Ciclo das Políticas Públicas
- 1.4.Atuação Pública no Turismo
- 1.5.Organismos Nacionais e Internacionais de Turismo.

UNIDADE 2. Políticas Públicas de Turismo no Brasil e no Ceará

- 2.1 Histórico das Políticas Públicas voltadas para o Turismo no Brasil;
- 2.2 As Políticas Públicas de Turismo no Ceará.

UNIDADE 3. Políticas Públicas em Localidades Turísticas

3.1 O potencial de otimização e de crescimento da atividade, através da política local do turismo;

3.2 Modelos para a execução de uma política pública municipal para o turismo;

3.3 A influência dos grupos de interesse no processo de decisão de políticas públicas de turismo.

UNIDADE 4. Instrumentos legais para gestão

4.1 Instrumentos para a Gestão Pública do Turismo;

4.2 Monitoramento e avaliação da política de turismo.

METODOLOGIA DE ENSINO

O conteúdo será ministrado através de aulas expositivas participativas, trabalhos individuais e em grupo, seminários, debates, estudos de casos, resolução de exercícios, pesquisas e atividades extraclasse, buscando não só a adequação da técnica à diversidade dos temas como também a qualidade do ensino-aprendizagem. Visitas Técnicas e a utilização de recursos audiovisuais.

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Insumos de laboratórios;

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claras os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 15 ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Políticas de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira, 2003.

MATIAS, Pereira, José. **Manual de Gestão Pública** Contemporânea. São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, G. Michael. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001

SOUZA, Maria José de. **Políticas públicas e o lugar do turismo**. Brasília: UNB, 2002.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: GESTÃO DE MEIOS DE HOSPEDAGEM	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	5º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Tipos e Classificação dos meios de hospedagens. Meios de hospedagem locais. Meios, tipos e qualidade de serviços. Setorização: definições e funções. Relacionamento interdepartamental. Cadeias internacionais e nacionais. Gestão de Recursos Humanos. Ética na Hotelaria. Competividade e Qualidade.	
OBJETIVO	
• Permitir que o egresso adquira conhecimento acerca da operação dos meios de hospedagem em seus diversos contextos. Esteja apto a examinar as estruturas física, econômica e humana da indústria da Hospedagem, com uma visão global e interdependente. • Dominar os conceitos, técnicas e processos de gestão do campo de atuação da Hospitalidade, bem como introduzir os paradigmas emergentes. • Compreender a indústria de hospitalidade, bem como o universo interno da gestão de operações dos diversos meios de hospedagem, seu funcionamento e principais atividades.	
PROGRAMA	
UNIDADE 1 – Classificação dos Meios de Hospedagem; 1.1. Tipologias dos meios de hospedagem 1.2. Classificação dos diversos tipos de hospedagem 1.3 Características dos serviços hoteleiros 1.4 Outros tipos de meios de hospedagem UNIDADE 2 - Setores da Hotelaria 2.1 Áreas e Setores da Hotelaria (hierarquia e comunicação entre setores); 2.2 Principais cargos e atribuições; 2.3 O ciclo do hospede; 2.4 Estrutura e funcionamento de hotéis e meios de hospedagem: reservas, recepção, portaria social, telefonia, governança, manutenção e segurança; UNIDADE 3 – Gestão hoteleira 3.1. Técnicas de gerenciamento;	

- 3.2. Enfoque sistêmico da hotelaria
- 3.2. Operacionalidade dos meios de hospedagem;
- 3.3 Características dos serviços de hotelaria: As bases do planejamento estratégico hoteleiro.
- 3.4. Ciclo de vida de um hotel
- 3.5. Projeto arquitetônico: dimensionamento e operacionalização.
- 3.6. Hotéis inteligentes

UNIDADE 4- **Planejamento Hoteleiro**

- 4.1. Etapas do processo de planejamento estratégico
- 4.2. Análise macroambiental (diagnóstico)
- 4.3 Ponto de equilíbrio
- 4.4 Atribuições do setor financeiro
- 4.5 Custos na hotelaria
- 4.6 Indicadores de desempenho
- 4.7 Operacionalidade nas áreas de Eventos, Marketing e Lazer
- 4.8 Operacionalidade na área de Alimentos e Bebidas (Gerência de A e B, Restaurante, Cozinha, Copa, Confeitaria, Room Service, Bar, Stewarding e Mise en Place)
- 4.9. Sustentabilidade em Meios de Hospedagem. (em consonância com RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental). PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL Art. 12. A partir do que dispõe a Lei nº 9.795, de 1999, e com base em práticas comprometidas com a construção de sociedades justas e sustentáveis, fundadas nos valores da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade, sustentabilidade e educação como direito de todos e todas, são princípios da Educação Ambiental.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivo-dialogadas; Exercícios teóricos e práticos; Apresentação de seminários; Observação de filmes; Análise e interpretação de textos e artigos; Incursões no Campo Empírico; Vivência Prática. Descrição Complementar: Aulas expositivas dialógicas, apresentação de audiovisuais como transparências e filmes, estudos de casos, observações, visitas técnicas, leitura de textos, pesquisas, oficinas, construções de textos e relatórios. Os textos serão entregues no início da unidade para que façam leituras prévias. Estudos de caso, os quais abordem situações comuns nos meios de hospedagem. Será realizada visita técnica em hotéis localizados em Canindé e na Região Metropolitana de Fortaleza e Fortaleza. Nesta visita os alunos irão conhecer o interior de um hotel, onde será possível vivenciar um pouco da rotina dos departamentos do Hotel, recepção, reservas, A e B, manutenção, eventos, marketing, lazer e recreação.

RECURSOS

Listar os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Insumos de laboratórios;

AValiação

A avaliação da disciplina de Fundamentos do Turismo ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claras os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;

- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIAS, Reinaldo; Pimenta, Maria Alzira (orgs.). **Gestão de Hotelaria e Turismo**. [S.l.]: Pearson. 296 p. ISBN 9788576050377. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576050377>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

DUARTE, Vládir Vieira. **Administração de sistemas hoteleiros: conceitos básicos**. 3. ed. São Paulo: Senac SP, 2008.

HAYES, David K.; Ninemeier, Jack D. **Gestão de Operações Hoteleiras**. [S.l.]: Pearson. 400 p. ISBN 9788576050308. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576050308>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CÂNDIDO, Índio. **Controles em hotelaria: sistema mecanizado para hotel**. 2. ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 1990.

HSIEH, Ernesto. **Pousada: entre o sonho e a realidade**. [S.l.]: Manole. 100 p. ISBN 9788520419908. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520419908>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

LASHLEY, Conrad; Morrison, Alison (orgs.). **Em Busca da Hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado**. [S.l.]: Manole. 454 p. ISBN 9788520415061. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520415061>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PETROCCHI, Mario. **Hotelaria: planejamento e gestão** - 2ª edição. [S.l.]: Pearson. 224 p. ISBN 9788576051145. Disponível em: <<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576051145>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SANTOS, Célia Maria dos. **Consolidadores de turismo: serviços e distribuição**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	5º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
O que é a ética e seu desenvolvimento ao longo da história, observando a sua importância para a vida humana e para a realidade socioeconômica. Levando em consideração a solidariedade humana para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada. Entender o conceito, os problemas e história da responsabilidade social e as áreas de ação e suas consequências no meio social. O perfil de uma empresa eticamente responsável e comprometida com a melhoria da qualidade de vida.	
OBJETIVO	
• Conhecer as bases epistemológicas da Ética enquanto ciência que estuda a conduta humana; • Estudar de forma científica a problemática Ética e os desafios da sociedade globalizada; • Compreender a gênese do conceito de responsabilidade social.	
PROGRAMA	
UNIDADE I- Ética ✓ Ética e moral, diferença e semelhança; ✓ O outro e processo da alteridade – cultura, identidade, religiosidade e ideologia; ✓ Ética como uma disciplina filosófica; ✓ Ética e cidadania; ✓ Ética e meio ambiente: visões dicotômicas entre homem e natureza; ✓ Ética e desenvolvimento sustentável. UNIDADE II- Responsabilidade Social ✓ Considerações teóricas sobre a gestão da responsabilidade social; ✓ Responsabilidade social: conceito, problemas e histórico; ✓ Responsabilidade social: marketing ou filantropia; ✓ O público e o privado: a quem cabe a responsabilidade pela sociedade; ✓ Escopo das atividades e conteúdo da responsabilidade social.	
METODOLOGIA DE ENSINO	

- Aulas Expositivas Participativas;
- Seminários Temáticos;
- Aula de Campo: Expedição Científica e Cultural
- Trabalhos em Grupos (leituras, debates, exposições)

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;

AVALIAÇÃO

Participação dos alunos nas aulas e demais atividades da disciplina; Relatórios de Aula; Avaliação descritiva.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética: fundamentos sócio históricos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13. Ed. São Paulo, Ática, 2003.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 33. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORTEZ, Alexandre et al. (org.). **Conceitos e problemas éticos**. Caxias do Sul: Educs, 2017. (Disponível na BVU)

PAVIANI, Jayme. **Ética da formação**. Caxias do Sul: Educs, 2016. (Disponível na BVU)

PELIZZOLI, M. L. **Ética e meio ambiente para uma sociedade sustentável**. Petrópolis: Vozes, 2013. (Disponível na BVU)

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA CULTURAL	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	5º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Aspectos do desenvolvimento histórico da Antropologia. Antropologia como filosofia da cultura. Antropologia social. Os múltiplos sentidos e noções da cultura e seus rituais, crenças e imaginários. Cultura, lazer e turismo. Teoria antropológica: as principais escolas; do evolucionismo à nova etnografia à, às antropologias marxistas e do Imaginário. O método comparativo e o relativismo cultural. Antropologias e suas metodologias: observação participante, história de vida, estudo de caso, etnografia. O pensar antropológico sobre o Brasil. Relações étnico-raciais no Brasil. Cultura, diversidade e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Temas contemporâneos de antropologia cultural.	
OBJETIVO	
GERAL • Apresentar as bases da Antropologia Cultural, caracterizando seu campo científico, para entender aspectos fundamentais do referencial categorial analítico e metodológico utilizado pela Antropologia Cultural na análise dos fenômenos sociais, políticos e culturais. ESPECÍFICOS • Dialogar sobre conceitos básicos da Antropologia Cultural que permitam a compreensão das realidades socioculturais (local, regional, nacional, mundial) e sua correspondência com o pensamento antropológico produzido no Brasil, para fomentar através da antropologia a reflexão sobre a vida cotidiana dos estudantes. • Compreender os principais métodos utilizados em pesquisas antropológicas, para apresentar como os saberes antropológicos podem ser tecidos e conectados com saberes outras áreas de conhecimento.	
PROGRAMA	

UNIDADE 1:

- 1.1. Notas breves sobre os principais conceitos da Antropologia Social e Cultural;
- 1.2. O uso da Antropologia nos diversos campos da atividade intelectual;
- 1.3. O conhecimento Antropológico: principais correntes teóricas e paradigmas aplicáveis ao estudo do fenômeno humano.
- 1.4. Rituais e práticas culturais.
- 1.5 Os mitos e o Imaginário.
- 1.6 A comunicação e a linguagem: as redes e artes

UNIDADE 2:

- 2.1. Antropologia cultural e a importância do “olhar do outro”;
- 2.2. Relativismo Cultural
- 2.3. Observação participante;
- 2.4. História de vida;
- 2.5. Estudo de caso;
- 2.6. Etnografia como atividade perceptiva.
- 2.7 A “Metodologia” do Imaginário.

UNIDADE 3:

- 3.1. A Antropologia Brasileira e sua Formação;
- 3.2. A Antropologia brasileira e seus Primórdios;
- 3.3. “Fundadores” da Antropologia Brasileira;
- 3.4. Freyre e os sentidos da “mestiçagem” no Brasil;
- 3.5. Sérgio Buarque de Holanda e o “homem cordial”;
- 3.6. “O Povo Brasileiro” de Darcy Ribeiro;
- 3.7. Antropologia cultural brasileira contemporânea.
- 3.8 Relações étnico-raciais no Brasil.
- 3.9 Cultura, diversidade e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas dialogadas; exercícios teóricos e práticos; apresentação de seminários temáticos; análise de material audiovisual pertinente aos temas discutidos; análise e interpretação de livros, textos e artigos científicos.

RECURSOS

- Imagens, músicas, vídeos, obras artísticas, textos.
- Materiais didáticos (Data-show e Notebook, Slides, Caixas de som)

AValiação

As avaliações serão realizadas no transcorrer do curso e na forma de atividades orais e escritas, bem como aplicação de prova e apresentação de seminários. A avaliação final se dará mediante entrega de trabalho de pesquisa de campo a ser combinado, definido e orientado no decorrer da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHICARINO, Tathiana. **Antropologia Social e Cultural**. São Paulo: Pearson, 2011.
 DAMATTA, Roberto. **O Que Faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
 RIBEIRO, Alessandra Stremel Pesce. **Teoria e prática em antropologia**. Curitiba: Intersaberes, 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOSI, Alfredo (org.). **Cultura Brasileira: temas e situações** - 4ª ed. São Paulo: Ática, 2008.
 HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
 FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. 51ª ed. São Paulo: Global, 2011.
 FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 15ª ed. São Paulo: Global, 2004.
 RIBEIRO, Darcy. **O Povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: TÉCNICAS OPERACIONAIS EM LAZER E ENTRETENIMENTO	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40H CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	5º Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Histórico de Lazer. Conceitos: lazer, tempo e espaço de lazer. Importância do lazer. A Teoria da motivação turística e o Lazer. O Ambiente de negócios: atrativos, atividades e tipos de empreendimentos turísticos de lazer. Motivações para viagens de lazer. O profissional de lazer. Planejamento das atividades de lazer.	
OBJETIVO	
• Proporcionar base teórico-prática para a identificação, interpretação e aplicação de atividades de lazer e entretenimento nos espaços turísticos, observando objetivos e recursos diferenciados. • Apresentar a importância do Lazer e Recreação no Mundo Contemporâneo. Conceitos e Tipologias de Lazer, Recreação, Animação, Ócio, Ociosidade e afins. Recreação como Função Social. Perfil e Características dos Profissionais de Lazer e Recreação. Estrutura e Funcionamento de Empresas Especializadas em Lazer e Recreação. Principais Públicos de Lazer e Recreação e seus Aspectos Comportamentais. Características Cognitivas, Motoras e Sócio Afetivas de Crianças, Jovens, Adultos, Melhor Idade, Portadores De Necessidades Especiais, entre outros públicos de Lazer e Recreação. Métodos e Técnicas de Recreação no Turismo. Atividades Práticas em Lazer e Recreação nos diversos equipamentos e ambientes da atividade turística.	
PROGRAMA	
UNIDADE 1: Histórico de lazer 1.1. Nas sociedades primitivas 1.2. Na Grécia Antiga e Roma 1.3. Na Idade Média e na Modernidade 1.4. A trajetória brasileira UNIDADE 2: Conceitos 2.1. Cultura	

- 2.2. Lazer
- 2.3. Tempo de lazer
- 2.4. Espaço de lazer
- 2.5 Conceitos e Tipologias de Recreação, Ócio, Ociosidade e afins;

UNIDADE 3: Importância do Lazer

- 3.1. Antes da revolução industrial
- 3.2. Pós-revolução industrial
- 3.3 Importância do Lazer e Recreação no Mundo Contemporâneo.
- 3.4 Recreação como Função Social

UNIDADE 4: Motivações para Viagens de Lazer e Entretenimento

- 4.1. Fontes de informação na história e literatura
- 4.2. Fontes de informação nas teorias psicológicas
- 4.3. Fontes de informação nas práticas de pesquisa de marketing

UNIDADE 5: Lazer No Ambiente de Negócios Turísticos

- 5.1. Visão geral dos atrativos (Naturais, Culturais, Eventos, Lazer e Entretenimento)
- 5.2. Atividades de lazer e entretenimento (Físicas, Artísticas, Manuais, Intelectuais Sociais)

UNIDADE 6: Tipos de Organizações de Lazer

- 6.1. Parques de diversões, temáticos e aquáticos
- 6.2. Cassinos
- 6.3. Centros Culturais
- 6.4. Empresas de shows e espetáculos
- 6.5. Colônias de férias

UNIDADE 7. O Profissional de Lazer: perfil, qualificações, atividades.

- 7.1. Nas empresas
- 7.2. No setor público
- 7.3. Nas organizações turísticas
- 7.4 Perfil e Características do Profissional de Lazer e Recreação;

UNIDADE 8. Planejamento das Atividades de Lazer

- 8.1. Ambientes fechados (hotéis, cassinos, casas noturnas)
- 8.2. Ambientes abertos (navios, praças, resorts, parques)
- 8.3 Estrutura e Funcionamento de Empresas Especializadas em Lazer e Recreação

UNIDADE 9. Métodos e Técnicas de Recreação no Turismo

Principais Públicos de Lazer e Recreação e seus Aspectos Comportamentais;
Características Cognitivas, Motoras e Sócio Afetivas de Crianças, Jovens, Adultos, Melhor Idade, Portadores De Necessidades Especiais, entre outros Públicos de Lazer e Recreação;
Atividades Práticas em Lazer e Recreação nos Diversos Equipamentos e Ambientes da Atividade Turística;

METODOLOGIA DE ENSINO

O conteúdo da disciplina Técnicas Operacionais em Lazer e Entretenimento será desenvolvida por meio de atividades individuais e em grupo, como também atividades de âmbito teórico e outras voltadas à prática no segmento. No que diz respeito às atividades individuais, estas podem ser requeridas através de aulas expositivas participativas, resenhas, resumos, testes, exercícios, estudos de caso entre outros que se façam pertinentes ao desenvolvimento da disciplina.

Já as atividades em grupo serão requeridas por meio de seminários temáticos e trabalhos de laboratório e pesquisa, entre outros. Para fins de complementação do conteúdo teórico será disponibilizado aos alunos ambientes de aprendizagem prática na área específica da disciplina,

tais como ginásio, auditório, laboratórios, entre outros. Além disso, haverá o desenvolvimento de visitas técnicas (aulas de campo) a empresas especializadas em lazer e recreação, assim como palestras com integrantes do trade e aulas práticas nos espaços de lazer do campi. A abordagem visa a formar o aluno com forte embasamento teórico e prático.

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;

AVALIAÇÃO

Participação dos alunos nas aulas e demais atividades da disciplina; Relatórios de Aula; Avaliação descritiva.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008. 333 p. (Debates). Inclui bibliografia.
 MELO, Victor Andrade de. **Introdução ao lazer**. 2. ed. Barueri: Manole, 2012. 104 p.
 MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer:: uma introdução**. Campinas: Autores Associados, 1996. 97 p. (Educação Física e Esportes).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOULLÓN, Roberto C. **Atividades turísticas e recreativas: o homem como protagonista**. Bauru, SP: EDUSC, 2004. 207 p. (Coleção Turis).
 BRINQUEDOS e brincadeiras populares: identidade e memória. 2. ed. Natal, RN: IFRN, 2010. 158 p. Inclui referências.
 PINA, Luiz Wilson. **Lazer e recreação na hotelaria**. 2. ed. São Paulo: Senac SP, 2012. 128 p.
 Ari Lazzarotti Filho et al. **Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais**. Campinas: Autores Associados, 2007. 142 p. (Educação Física e Esportes).
 CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **O Que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
 REPERTÓRIO de atividades de recreação e lazer: para hotéis, acampamentos, prefeituras, clubes e outros. 6. ed. Campinas: Papirus, 2012.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: CERIMONIAL	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40 CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	5º
Nível:	Superior
EMENTA	
Cerimonial (público e privado); Solenidades, cerimonial, protocolo, precedência, ética e etiqueta; Cenários e situações Atores das cerimônias Diferenças entre personagens nas solenidades Tarefas e tempos Adornos, hinos, bandeiras, trajes Constelação do Cerimonial segundo Nelson Speers	
OBJETIVO	
- Diferenciar os tipos e subtipos de solenidades, públicas e privadas; - Descrever os rituais do cerimonial público e as relativas adaptações no cerimonial privado; - Delinear os critérios e cuidados que circundam o protocolo e a precedência; - Relacionar o estudo da ética e da etiqueta aos diferentes formatos de solenidades; - Conceber os diferentes e possíveis cenários e situações para eventos; - Identificar acertos e erros na apresentação e na postura dos distintos atores das cerimônias; - Considerar como parâmetros para observação, entre personagens nas solenidades, a aparência, o comportamento, a comunicação e a qualificação; - Determinar as prioridades para tarefas e para tempos quando da montagem de cenários para eventos; - Conhecer o uso e a posição de adornos, hinos, bandeiras e trajes; - Compreender a Constelação do Cerimonial segundo Nelson Speers	
PROGRAMA	
1. Solenidades públicas e privadas; 2. Cerimonial; 3. Protocolo; 4. Precedência; 5. Ética e Etiqueta;	

6. Estudo de cenários e situações;
7. Atores das cerimônias: apresentação e postura;
8. Personagens em solenidades: aparência, comportamento, comunicação e qualificação;
9. Tarefas e tempos: palco, auditório, protocolo, precedências, cerimonial, recepção e bastidores;
10. Adornos, hinos, bandeiras, trajes;
11. Constelação do Cerimonial segundo Nelson Speers.

METODOLOGIA DE ENSINO

Estabelecendo um clima adequado entre professor e alunos, mediante uma identificação prévia, obter-se-á atenção, dos aprendizes, para o conteúdo proposto, a ser apresentado, com idéias generalistas.

O conteúdo essencial (noções e pré-requisitos para a compreensão das idéias essenciais da aula) será exposto partindo de idéias gerais e simples para as particulares e complexas. Buscar-se-á estabelecer encadeamentos com idéias básicas que ancoram idéias subsidiárias, mediante questionamentos e exemplificações.

A formalização do teor da aula será construída com a reapresentação de frases ou expressões relevantes referentes ao ponto trabalhado sempre envolto em perguntas inquietadoras, destinadas aos alunos, via avaliação, por ser diagnóstica, formativa, processual e contínua.

Chamar-se-á atenção para as idéias mais importantes surgidas usando uma síntese possibilitando, permitindo e percebendo o processo coletivo de aquisição do saber. Avaliar-se-á sugerindo aos alunos que resumam ou exemplifiquem aspectos ponderados em cada aula evidenciando a mensagem social do conhecimento passado destacando as possibilidades reais de contribuições para a coletividade. Por fim, indicam-se, quando possível, as referências em cada aula alusivas aos assuntos efetivamente trabalhados.

RECURSOS

- Imagens, músicas, vídeos, obras artísticas, textos.
- Materiais didáticos (Data-show e Notebook, Slides, Caixas de som)

AVALIAÇÃO

Avaliação, por ser diagnóstica, formativa, processual e contínua será direcionada ao momento de cada unidade trabalhada, em sala, para cada uma das duas etapas. A sistemática de avaliação se desenvolverá em dois momentos. Serão, no mínimo, duas avaliações por etapa ou momento avaliativo. Compormá esta avaliação individual, contínua e direcionada um momento, em sala de aula, de autoavaliarão possibilitando, ao aluno, perceber o desempenho individual e coletivo no tocante a aquisição do conhecimento trabalhado.

A nota da etapa poderá ser a média aritmética das notas obtidas pelo aluno.

Caso o aluno não atinja média (7,0) para aprovação, mas tenha obtido no semestre, no mínimo 3,0, fará Avaliação Final que deverá ser aplicada no mínimo 3 (três) dias letivos após registro e divulgação do resultado da média semestral no Sistema Acadêmico.

A nota da Prova Final deverá ser somada à média semestral e dividida por 2 e deverá ser igual ou maior do que 5,0, para que o aluno obtenha aprovação.

Será considerado aprovado o discente que apresentar frequência igual ou superior a 75%, por disciplina.

A promoção semestral se dá pela combinação notas e frequências; em ambas as etapas e no resultado final.

Seguirá o Regulamento da Organização Didática (ROD).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- LUZ, Olenka Ramalho. **Cerimonial, protocolo e etiqueta: introdução ao cerimonial do Mercosul: Argentina e Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- MARTINEZ, Marina. **Cerimonial para executivos: guia para execução e supervisão de eventos empresariais**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.
- SPEERS, Nelson. **Cerimonial para relações públicas**. São Paulo: N. Speers, 1984. Volume 1 e

Volume 2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LEÃO, Célia Pereira de Souza. **Boas maneiras de A a Z**. São Paulo: Editora STS, 2000.

LINS, Augusto Estellita. **Etiqueta, protocolo e cerimonial**. Brasília (DF): Linha Gráfica Editora, 1991.

LUKOWER, Ana. **Cerimonial e protocolo**. São Paulo: Contexto, 2005. (Coleção Turismo passo a passo).

MATARAZZO, Claudia. **Etiqueta sem frescura**. Organização e redação Edilson Cazeloto. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1995.

VIRGINIA, Barbara. **Poder pode... mas não deve: manual ilustrado de bem-receber, elegância, charme e etiqueta**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

Coordenador do Curso**Setor Pedagógico**

INSTITUTO FEDERAL
Ceará
Campus Canindé

DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM TURISMO	
Código:	
Carga Horária Total: 40 horas	CH Teórica: 40 CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos	02 créditos
Pré-requisitos	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre	05 Semestre
Nível:	Superior
EMENTA	
Espaço reservado para o tratamento de temas pertinentes à conjuntura do turismo, bem como para a compreensão de tendências, fatos ou situação micro e macro político.	
OBJETIVO	
- Fornecer aos discentes elementos para pensar e refletir sobre possibilidade das grandes transformações ocorridas na atividade turística no mundo contemporâneo - Estabelecer relações entre a pesquisa e gestão, bem como a promoção de debates sobre temas atuais e gerais com enfoque no Turismo enquanto atividade estratégica para o desenvolvimento. - Aplicar conteúdos relacionados com as tendências, realidades e acontecimentos atuais que venham a influenciar e a determinar novos paradigmas na atividade do turismo, como: novos segmentos, formas de planejamento e organização, teorias, metodologias aplicada ao turismo.	
PROGRAMA	
- A transformação da sociedade, a partir da tecnologia e suas repercussões na ambiência competitiva; - Conceituação de temas contemporâneos nas áreas sociais, política, econômica, cultural e ambiental; - Projetos em Turismo destinos e de organizações públicas e privadas (exemplos de Cases) - Pesquisa científica em Turismo e sua relação com projeto	
METODOLOGIA DE ENSINO	
- Apresentação expositiva em sala de aula sobre temas propostos no conteúdo programático da disciplina; - Reflexão crítica sobre temas apresentados em sala de aula e textos previamente estudados; - Possibilidade de realização de vivências e jogos em grupo para melhor compreensão dos temas abordados;	

- Apresentação de estudos de caso ou compartilhar de experiências que envolvam temas específicos de interesse do grupo de alunos matriculados na disciplina.

RECURSOS

Listas os recursos necessários para o desenvolvimento da disciplina:

- Material didático-pedagógico;
- Recursos Audiovisuais;
- Insumos de laboratórios;

AVALIAÇÃO

A avaliação Turismo ocorrerá em seus aspectos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, deixando sempre claras os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Será definida em conformidade com o tópico aprovado pelo Colegiado para cada semestre

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Será definida em conformidade com o tópico aprovado pelo Colegiado para cada semestre

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL
 Ceará
 Campus Canindé
DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA.
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	
Código:	
Carga Horária Total: 40H/AULAS	CH Teórica: 40 CH Prática: -
CH - Práticas como componente curricular do ensino:	-
Número de Créditos:	02
Pré-requisitos:	Matrícula em disciplina sem cumprimento de pré-requisito
Semestre:	5º
Nível:	Superior
EMENTA	
Turismo e Metodologia Científica. Orientação para produção de um artigo científico ou de uma vivência profissional, sobre um assunto de interesse do profissional de turismo e áreas afins, elaborado segundo as normas da ABNT.	
OBJETIVO	
• Apoiar o aluno na escolha de um determinado tema, fazendo aflorar sua maturidade teórica para tratar o assunto e sua habilidade em concatenar teorias com a realidade pertinente; • Nortear a escrita acadêmica, proporcionando ao aluno a possibilidade de desenvolver um trabalho de pesquisa completo sob a supervisão de um professor orientador.	
PROGRAMA	
UNIDADE 1. METODOLOGIA CIENTÍFICA 1.1. O conhecimento científico: breve revisão 1.2. A Pesquisa científica: conceito e métodos 1.3. O artigo científico UNIDADE 2. NORMAS TÉCNICAS 2.1. Normas da ABNT 2.2. Aplicação das normas da ABNT 2.3. Referências bibliográficas e eletrônicas UNIDADE 3. TRABALHO FINAL 3.1. Orientação metodológica para a redação e apresentação gráfica do Trabalho Final 3.2. Técnicas para a apresentação oral	
METODOLOGIA DE ENSINO	

Aulas teóricas; Orientação da pesquisa de campo; Orientação de redação de textos acadêmicos; Orientação para escolha do tema a ser desenvolvido; Encontro individual do professor orientador com seu aluno orientando semanalmente.

A metodologia adotada pretende verificar a capacidade individual do acadêmico de se posicionar frente a diversas realidades e construir suas próprias sínteses.

RECURSOS

- Imagens, músicas, vídeos, obras artísticas, textos.
- Materiais didáticos (Data-show e Notebook, Slides, Caixas de som)

AVALIAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC corresponde a um critério qualitativo de avaliação da formação acadêmica, que acontecerá no último semestre do curso. Será desenvolvida sob a orientação docente, a produção de um artigo científico, monografia ou um relatório de vivência profissional a ser entregue e apresentado sob a avaliação de uma banca examinadora constituída por 02 (dois) professores de áreas afins ao tema do trabalho desenvolvido.

Elaboração e apresentação de artigos científicos a serem encaminhados para revistas especializadas ou generalistas que pudessem publicá-los.

As notas atribuídas aos alunos obedecem aos critérios de avaliação da instituição.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

REJOWSKI, Mirian. **Turismo e pesquisa científica**. 7 ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CARVALHO, Maria Cecília M. **Construindo o saber: metodologia científica fundamentos e técnicas**. 17 ed. Campinas: Papirus, 2006.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução à metodologia da pesquisa em turismo**. São Paulo: ROCA, 2006.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

RESOLUÇÃO Nº 21, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Aprova a alteração de localização do *campus* de Aracati.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe foram conferidas,

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Superior em sua Reunião Ordinária de nº 49ª, realizada nesta data;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23255.002641/2018-40,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, a alteração de localização do *Campus* de Aracati do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

Parágrafo único - O novo endereço do *campus* passa a ser Rodovia CE-040, Km 137,1, s/n - Aeroporto, Aracati - CE, CEP: 62800-000.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe**, Presidente do Conselho Superior, em 03/04/2018, às 16:42, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0031984** e o código CRC **042BB1D3**.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

RESOLUÇÃO Nº 22, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Aprova a atualização do PPC do curso de especialização *Lato Sensu* em Saúde e Segurança Alimentar do *campus* de Limoeiro do Norte.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe foram conferidas,

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Superior em sua Reunião Ordinária de nº 49ª, realizada nesta data;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23255.002645/2018-28,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, a atualização do Projeto Pedagógico do curso de especialização *Lato Sensu* em Saúde e Segurança Alimentar do *campus* de Limoeiro do Norte, conforme projeto em anexo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe**, Presidente do Conselho Superior, em 03/04/2018, às 16:43, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0032001** e o código CRC **B0D2EF1C**.



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
DIRETORIA / DEPARTAMENTO DE ENSINO *CAMPUS* LIMOEIRO DO NORTE

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU - ESPECIALIZAÇÃO EM
SAÚDE E SEGURANÇA ALIMENTAR

LIMOEIRO DO NORTE

2018

REITOR

Virgílio Augusto Sales Araripe

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Reuber Saraiva de Santiago

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

José Wally Mendonça Menezes

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Zandra Dumaresq

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Ivam Holanda de Sousa

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Tássio Francisco Lofti Matos

DIRETOR GERAL DO CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE

Jânia Maria Augusta da Silva

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

Phylippe Gomes de Lima Santos

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE PESQUISA, EXTENSÃO, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Cleilson do Nascimento Uchôa

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Saúde e Segurança Alimentar
Campus Limoeiro do Norte

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Ana Raquel De Oliveira Mano	Doutora	Docente
Ana Maria de Abreu Siqueira	Doutora	Docente
Ana Raquel De Oliveira Mano	Doutora	Docente
Antônio Belfort Dantas Cavalcante	Doutor	Docente
Ariosvana Fernandes Lima	Doutora	Docente
Bruna Yhang da Costa Silva	Mestre	Docente
Germana Conrado De Sousa	Mestre	Docente
Hyngrid Rannielle De Oliveira Gonsalves	Especialista	Docente
Jânia Maria Augusta Da Silva	Mestre	Docente
Kelly de Fátima Nogueira Lima Silva	Mestre	Docente
Maria Gizeuda De Freitas Sousa	Especialista	Docente
Marlene Nunes Damaceno	Doutora	Docente
Nayara Coriolano De Aquino	Doutora	Docente
Pahlevi Augusto De Souza	Doutor	Docente
Josicleia Vieira De Abreu	Mestre	Docente
Rejane Maria Maia Moisés	Especialista	Docente
Renata Chastinet Braga	Doutora	Docente
Séfura Maria Assis Moura	Mestre	Docente
Virna Luíza De Farias	Doutora	Docente
Mayara Salgado Silva	Doutora	Docente Responsável pela Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Francisco Marcelo Padilha Holanda	Graduado	Pedagogo

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO.....	5
1.1. Identificação Geral.....	5
1.2. Informações Gerais da Oferta.....	5
1.3. Público Alvo.....	5
1.4. Inscrições e Critérios de Seleção.....	6
1.5. Critérios de desligamento.....	8
2. APRESENTAÇÃO.....	9
2.1. Histórico da Instituição.....	9
2.2. Concepção do Curso.....	11
2.3. Justificativa.....	11
2.4. Objetivos do Curso.....	12
2.4.1. Objetivo Geral.....	12
2.4.2. Objetivos Específicos.....	12
2.5. Perfil do Egresso.....	13
2.6. Fundamentação Legal.....	13
3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	13
3.1. Matriz Curricular.....	14
4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	15
4.1. Metodologia de Ensino.....	15
4.1.1. Interdisciplinaridade.....	15
4.1.2. Tecnologia.....	16
4.2. Sistema de Avaliação.....	16
4.2.1. Avaliação da Aprendizagem.....	16
4.2.2. Avaliação do Curso e dos Docentes.....	16
4.3. Frequência.....	16
4.4. Aproveitamento de Componente Curricular.....	17
4.5. Trabalho de Conclusão de Curso.....	17
5. CERTIFICAÇÃO.....	17
6. RECURSOS HUMANOS.....	18
6.1. Corpo Docente.....	18
6.2. Corpo Técnico-Administrativo.....	18
7. INFRAESTUTURA.....	20
7.1. Instalações Gerais e Salas de Aula.....	20
7.2. Recursos Materiais.....	20
7.3. Laboratórios.....	21
7.4. Biblioteca.....	32
7.4.1. Acervo.....	32
7.4.2. Serviços Oferecidos.....	33
8. INDICADORES DE DESEMPENHO.....	33
9. PLANOS DE UNIDADES DIDÁTICAS (PUDS)	34

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Identificação Geral

Instituição:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Curso:	Especialização em Saúde e Segurança Alimentar
Área do Conhecimento:	Ciência e Tecnologia de Alimentos
Nível:	Especialização
Entidade Promotora:	IFCE Campus Limoeiro do Norte
Entidade Executora:	IFCE Campus Limoeiro do Norte
Diretor Geral do Campus:	Jânia Maria Augusta da Silva
Departamento ou Coordenação de Área:	Tecnologia em Alimentos
Responsável técnico do curso:	Mayara Salgado Silva
Telefone para contato:	(88) 3447-6410
E-mail para contato:	silvams@ifce.edu.br

1.2. Informações Gerais da Oferta

Modalidade de oferta:	Presencial podendo 20% do total da carga-horária do curso ser ofertada à distância.
Carga horária:	400
Local de realização:	IFCE Campus Limoeiro do Norte
Turno:	Diurno e/ou Noturno
Periodicidade das aulas:	As aulas do curso de Especialização em Segurança Alimentar serão realizadas quarta-feira e quinta-feira à noite, no horário das 18:30 h às 21:45 h; sexta-feira manhã, no horário das 07:15 h às 11:30 h e tarde, no horário das 13:15 h às 17:30 h e sábado no horário das 07:15 h às 11:30 h. Uma vez por mês.
Período de duração:	18 meses – Prorrogáveis por mais 6 meses

1.3. Público Alvo

Profissionais do setor público ou privado, com formação superior em diferentes áreas do conhecimento, como: tecnologia em alimentos, química, nutrição, engenharia de alimentos, economia doméstica, veterinária, agronomia e áreas afins.

1.4. Inscrições e Critérios de Seleção

As inscrições ocorrerão on-line ou presencial, conforme indicado no edital específico. O curso terá 24 vagas, podendo submeter-se ao processo seletivo os estudantes diplomados em curso superior de graduação tecnológica, bacharelado ou licenciatura. O acesso ao curso de **Especialização em Saúde e Segurança Alimentar** dar-se-á por meio de processo seletivo público aberto a estudantes portadores de diploma de curso superior, conforme definido no público-alvo especificado no **item 5**. O processo seletivo será composto de:

1ª ETAPA: – Prova escrita

A prova objetiva apresentará 20 questões objetivas valendo 70 pontos e uma redação dissertativa sobre temas atuais da Tecnologia em Alimentos. O tempo de duração será de no máximo 4 h onde os candidatos serão avaliados com questões de conhecimentos nas áreas:

- Conservação de alimentos;
- Microbiologia de alimentos;
- Contaminantes em Alimentos;
- Higiene nas Indústrias de Alimentos.

Numa escala de 0 a 100 pontos, a nota mínima será de 60 pontos. Os candidatos que obtiverem nota inferior a 60 pontos nesta prova teórica ou zerar a redação, estarão eliminados do processo seletivo, convocando-se para as fases seguintes os demais candidatos.

2ª ETAPA: – Avaliação do Currículo Lattes

O Currículo Lattes deverá ser entregue impresso e anexadas às comprovações de cada item para efeito de validação. A pontuação será avaliada de acordo com os quadros abaixo, podendo o candidato atingir no máximo 100 pontos, sendo no máximo 50 pontos para experiência acadêmica e 50 pontos para experiência profissional. Serão desconsiderados os pontos que eventualmente ultrapassem o limite máximo estipulado. Essa etapa tem caráter classificatório.

EXPERIÊNCIA ACADÊMICA (Max. 50 pontos)				
TIPO DE ATIVIDADE	UNIDADE DE PONTUAÇÃO	PONTOS POR UNIDADE	MAX. DE UNIDADES	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Artigos publicados em periódicos internacionais	Artigo	9	3	27
Artigos publicados em periódicos nacionais	Artigo	6	6	24
Trabalhos completos publicados em anais de eventos	Trabalho	3	5	15
Resumos publicados em anais de eventos	Resumo	2	5	10
Livro ou capítulo de livro publicado	Capítulo	7	3	21
Atividades (bolsas) de monitoria, iniciação científica ou inovação tecnológica, de desenvolvimento ou de extensão	Anos completos ou fração superior a seis meses	5	3	15
Minicursos e oficinas ministrados na área da Ciência e Tecnologia de Alimentos.	Por minicurso ou oficina	3	5	15
Cursos ministradas na área da Ciência e Tecnologia de Alimentos.	Por curso (min 40 h)	7	3	21

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (Max. 50 pontos)				
TIPO DE ATUAÇÃO	UNIDADE DE PONTUAÇÃO	PONTOS POR UNIDADE	MAX. DE UNIDADES	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Estágio profissional na área da Ciência e Tecnologia de Alimentos.	Mês (min. 120 h)	1	18	18
Estágio em magistério nas áreas de conhecimento pré-estabelecidas no item 2.	Mês (min. 120 h)	1	18	18
Experiência profissional na área da Ciência e Tecnologia de Alimentos.	Semestre	4	12	48
Experiência profissional em magistério nas áreas de conhecimento pré-estabelecidas no item 2.	Semestre	4	12	48
Supervisão de estágios.	Por supervisão	3	5	15
Orientações de alunos (Estágios, Monitorias, TCCs, Bolsas de ¹ IC, ² ID e/ou ³ IT	Por orientação	3	10	30
Participação em bancas de Trabalhos de Conclusão de Curso, Monografias.	Por banca	2	6	12

¹IC – Iniciação Científica; ²ID – Iniciação à Docência; ³IT – Iniciação Tecnológica

1.5 Critérios de desligamento

Serão obedecidas às disposições contidas no Regulamento de Organização Didática (ROD) sobre cancelamento de matrícula: Art. 159 a 162, além do disposto sobre desistência: Art. 163 e 164.

1. APRESENTAÇÃO

O curso de Especialização em Saúde e Segurança Alimentar foi definido nas seguintes Etapas:

1. Escolha do curso que tivesse maior abrangência na área por meio de reunião em conjunto com os professores;
2. Definição das disciplinas tendo por base outros cursos com o mesmo título ministrados em outras instituições;
3. Cada professor assumiu uma disciplina e determinou a ementa e a metodologia de ensino por meio de seus conhecimentos na área e utilizando a bibliografia disponível na biblioteca;
4. O projeto foi organizado pela coordenação com os dados estabelecidos em reunião e repassado a todos os professores do curso para leitura e aprovação;
5. O curso foi aprovado pelos professores e deu-se continuidade nos processos para aprovação do mesmo.

Este projeto contempla todas as decisões relacionadas a instituição do curso, histórico, método avaliativo e de seleção, bem como horário de funcionamento sendo um instrumento para conferência e tomada de decisões com relação ao desenvolvimento do curso.

1.1. Histórico da Instituição

Ano	Fato
1909	Por meio do Decreto de nº 7.566, assinado pelo então presidente Nilo Peçanha, em 23 de setembro é criada a Escola de Aprendizes e Artífices . A instituição se instalou na atual Avenida Alberto Nepomuceno, em um prédio, anteriormente, ocupado pela Escola de Aprendizes de Marinheiros.
1914	A sede da Escola de Aprendizes Artífices se transfere para o imóvel que abrigara a Milícia Estadual, localizado em frente à Praça Nogueira Acioly. A área, atualmente, integra o patrimônio do Teatro José de Alencar.
1932	Já com 22 anos de existência, a Instituição muda novamente de sede, e passa a funcionar no prédio onde funcionara a Escola de Aprendizes de Marinheiros, no bairro Jacarecanga.
1937	No governo de Getúlio Vargas, período popularmente conhecido como Estado Novo, a Lei nº 378, de 13 de janeiro, transforma a Escola de Aprendizes Artífices em Liceu Industrial de Fortaleza. A nova Instituição passa a funcionar no prédio que, por longos anos, é sede do Liceu do Ceará, na Praça dos Voluntários, no bairro Jacarecanga.
1940	Novamente acontece a mudança de sede e o Liceu Industrial de Fortaleza passa a funcionar na rua 24 de maio, nº 230, no Centro de Fortaleza. No mesmo ano, em 17 de janeiro, o Interventor Federal no Ceará, Francisco Pimentel, faz a doação de um terreno de 29.973 m², localizado no bairro do Prado – atualmente Benfica –, para a edificação das instalações da escola.
1941	Neste ano, um despacho do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, datado em 28

- de agosto, estabelece para a instituição a denominação de Liceu Industrial do Ceará
- 1942 Com a mudança de institucionalidade, pelo decreto nº 4.121, de 25 de fevereiro, recebe a denominação de Escola Industrial de Fortaleza, e passa a oferecer formação profissional para atender à modernização do País com as profissões básicas do ambiente industrial.
- 1952 A Escola Industrial de Fortaleza passa a funcionar no prédio localizado na Avenida 13 de Maio, nº 2081 – atual sede do Campus Fortaleza do Instituto Federal do Ceará.
- 1959 Mediante a Lei Federal nº 3.552, de 16 de fevereiro, no governo do Presidente da República Juscelino Kubitschek, a Escola Industrial de Fortaleza ganha personalidade jurídica de Autarquia Federal. Passa a ter autonomia administrativa, patrimonial, financeira, incorporando a missão de formar técnicos de nível médio.
- 1965 No regime militar, durante o governo do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, a Lei nº 4.749, de 20 de agosto, acarreta outra mudança de institucionalidade e cria a **Escola Industrial Federal do Ceará**.
- 1968 No governo do Marechal Artur da Costa e Silva, a portaria Ministerial nº 331, de 6 de junho, institui a **Escola Técnica Federal do Ceará** que passa a ofertar cursos técnicos de nível médio nas áreas edificações, estradas, eletrotécnica, mecânica, química industrial, telecomunicações e turismo.
- 1994 O Presidente da República, Itamar Augusto Cautiero Franco, sanciona, em 8 de dezembro, a Lei Federal nº 8.948, que permite transformarem-se as Escolas Técnicas em **Centros Federais de Educação Tecnológica**. A missão institucional é ampliada com atuação em Ensino, Pesquisa e Extensão.
- 1995 Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, na ainda Escola Técnica Federal do Ceará, inauguram-se duas Unidades de Ensino Descentralizadas (UnEDs), nos municípios de Cedro e Juazeiro do Norte, com o objetivo de descentralizar o ensino técnico do estado.
- 1998 Protocolizado, no MEC, o projeto institucional para a transformação da Escola Técnica Federal do Ceará em Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE).
- 1999 O Decreto s/n, de 22 de março, transforma a Escola Técnica em CEFET-CE. Em 26 de maio, o Ministro de Estado da Educação, Paulo Renato Souza, aprova, por meio da Portaria nº 845, o Regime Interno da Instituição.
- 2004 Em 14 de setembro, já sob a Presidência de Luis Inácio Lula da Silva, através do Decreto nº 5.225, o MEC reconhece a vocação institucional dos CEFETs para ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu.
- 2007 Marcando o início do projeto de Expansão da Rede Federal, é inaugurada, em 13 de novembro, a UnED em Maracanaú, na Região Metropolitana de Fortaleza.
- 2009 A Lei 11.892/2008, sancionada pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva, cria trinta e oito **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**.
- 2011 A Resolução Nº 027, de 09 de setembro de 2011 aprova os projeto pedagógico do curso de especialização (latu senso) em Segurança Alimentar do *campus* de Limoeiro do Norte.
- 2013 Início da Primeira turma de especialização em Segurança Alimentar do IFCE *campus* de Limoeiro do Norte.

2.2 Concepção do Curso

O curso foi criado e aprovado pela Resolução N° 027, de 09 de setembro de 2011. A demanda externa nasceu a partir da necessidade que os profissionais que atuavam na indústria de alimentos sentiam de se aprofundar nos conhecimentos associados à segurança alimentar. Já a demanda interna veio dos estudantes de Tecnologia em Alimentos que sentiam necessidade de se aprofundar no tema, por ser uma área de alta empregabilidade dentro da indústria. A pesquisa para implantação foi feita pelos próprios professores, que em contato com a indústria e com os alunos receberam a demanda e repassaram para a coordenação. O curso foi inspirado naquele desenvolvido anteriormente pelo CENTEC (Centro de Ensino Tecnológico) da cidade de Limoeiro do Norte e Sobral (CE).

Com as atualizações o curso estará ainda mais voltado para a indústria, abrindo as portas para o desenvolvimento de pesquisas voltadas à necessidade atual das empresas de processamento de alimentos.

2.3 Justificativa

A Segurança Alimentar tem um vasto campo de atuação que envolve diversas áreas de estudo como produção de alimentos, saúde, mercado, economia, legislação, entre outras. Sua principal ação visa assegurar uma melhor proteção do consumidor uma vez que sejam utilizados os fundamentos científicos para estabelecer padrões, especificações e recomendações aplicadas ao controle higiênico sanitário de alimentos.

Nos dias atuais, diante de uma oferta global de gêneros alimentícios o consumidor está mais consciente e cada vez mais exigente em relação aos produtos que vai consumir. Compete, portanto as empresas, indústrias e demais setores que fornecem alimentos comprovar a qualidade dos seus produtos e afirmar/comunicar ao consumidor que os procedimentos utilizados na obtenção dos produtos têm por base normas e padrões oficiais que visam garantir a segurança do alimento.

Muitos problemas envolvendo a contaminação de alimentos têm abalado a confiança dos consumidores e alertado para a necessidade do consumo de alimentos seguros. Adquirir alimentos que atenda suas necessidades, mas que também considere seus reflexos na sociedade, economia, meio ambiente, buscando a sustentabilidade é uma prática que apresenta tendência crescente. Os consumidores exigem cada vez mais uma oferta de produtos de alta qualidade que apresentem um real controle do processo de produção, armazenamento, transporte e comercialização.

A formação em segurança alimentar como área de especialização desenvolve competências profissionais através da aquisição de novos conhecimentos, práticas, contatos para atuar na cadeia de alimentos desde a inspeção até a pesquisa, bem como realizar análise de matérias-primas, monitoramento

de higiene, controle do processo, controle de qualidade, desenvolver atividades de consultoria, entre outras. O profissional para atuar em segurança alimentar deverá identificar quais as causas das doenças provocadas pelos alimentos, quais as etapas do processo de produção que acarreta os maiores riscos e como proteger o consumidor.

O curso de Especialização em Segurança Alimentar tem como missão qualificar profissionais de nível superior da área de alimentos e de áreas afins para atuar em diversos setores da cadeia de produção de alimentos promovendo uma melhoria sustentável dos processos por meio da implementação de ações que garantam a qualidade dos produtos, atuando de forma ética e interdisciplinar com reflexos no contexto social, econômico e cultural em que está inserido.

2.4 Objetivos do Curso

2.4.1 Objetivo Geral

Desenvolver profissionais aptos a trabalharem com Saúde e Segurança Alimentar em empresas alimentícias e Unidades de Alimentação e Nutrição.

2.4.2 Objetivos Específicos

- Contribuir para a melhoria da qualificação profissional, através da atualização de conhecimentos e incorporação de novas técnicas e processos, promovendo a efetivação de práticas mais compatíveis com o uso da produção e consumo de alimentos de qualidade;
- Especializar profissionais para atuar na área de saúde e segurança alimentar, no planejamento, coordenação, gerenciamento e execução das atividades ligadas à área tecnologia de alimentos, atentando-se aos princípios da qualidade dos alimentos;
- Capacitar profissionais de diversas áreas do conhecimento que estejam preocupados em diagnosticar, analisar e elaborar programas de melhoria da qualidade de produção e fornecimento de alimentos saudáveis;
- Estimular a utilização e aplicação da legislação no âmbito da produção e rotulagem dos produtos alimentícios.

2.5 Perfil do Egresso

Ao sair do curso o profissional estará apto a: Conhecer e aplicar métodos de conservação de alimentos; Fazer análises químicas e físicas de alimentos por meio das técnicas básicas de laboratório aprendidas; Reconhecer e avaliar os microrganismos patogênicos e benéficos associados aos alimentos;

Verificar e mensurar a toxicidade dos alimentos; Compreender e aplicar a metodologia epidemiológica na interpretação dos fenômenos relacionados à saúde e doenças dos seres humanos; Desenvolver trabalhos e relatórios acadêmicos; Analisar a cadeia dos produtos de origem animal, vegetal e comércio varejista quanto aos aspectos de Segurança e Qualidade; Aplicar segurança alimentar em segurança alimentar em Unidades de Alimentação e Nutrição; Analisar criticamente as legislações específicas destinadas à segurança de alimentos e bebidas; Preparar e analisar um rótulo alimentício; Aplicar os conhecimentos associados à segurança alimentar; Aplicar as principais ferramentas e instrumentos dos programas de garantia de qualidade em empresas e instituições associadas a alimentos;

2.6 Fundamentação Legal:

- Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE);
- Regulamento Geral da Pós-Graduação Lato Sensu do IFCE (aprovada pelo CONSUP);
- Regulamento de Organização Didática (ROD) do IFCE;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96)
- Parecer CNE/CP nº. 9/2001;
- Resolução CNE/CES nº. 1/2007;
- Parecer CNE/CP nº 2/2015.

2. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso terá uma carga horária de **360 horas obrigatórias** em atividades teóricas e práticas individuais ou em grupos, seminários e outras, desenvolvidas pelas disciplinas do curso. Além dessas, serão acrescidas 40 horas para a realização do trabalho de conclusão do curso totalizando **400 horas**. Além da carga-horária obrigatória, eventualmente serão ofertadas disciplinas optativas que podem ser cursadas pelos alunos em horários extras, elevando assim a carga-horária final daquele estudante.

O trabalho de conclusão de curso (TCC) será desenvolvido ao longo do período, tendo até seis meses após a finalização das disciplinas para a sua conclusão. Este será orientado por professores mestres e/ou doutores ligados ao programa. Recomenda-se que o trabalho seja desenvolvido em conjunto com uma indústria solucionando algum problema relacionado à saúde e segurança alimentar.

O TCC deverá ser apresentado para uma banca avaliadora composta por 2 (três) docentes internos e/ou externos do IFCE que tenham atuação na área do projeto de pesquisa desenvolvido pelo discente. O orientador também fará parte da composição da banca totalizando desta forma, 3 (três) docentes por banca.

Os trabalhos que se encontrem fora dos padrões e exigências do programa, pelo não cumprimento das sugestões da banca examinadora bem como não apresentem uma forma qualificada em aspectos técnico-científicos podem ser reprovados, inviabilizando a finalização do curso e consequentemente a certificação (diploma).

O período de oferta de disciplinas constará de 18 meses tendo o período adicional de até 6 meses letivos para conclusão da carga horária obrigatória de disciplinas acrescida da defesa do trabalho de conclusão do curso (TCC). Esse prazo só poderá ser estendido em situação de extrema relevância e sujeita à avaliação da coordenação do curso.

As aulas do curso de Especialização em Segurança Alimentar serão realizadas quarta-feira e quinta-feira à noite, no horário das 18:30 h às 21:45 h; sexta-feira manhã, no horário das 07:15 h às 11:30 h e tarde, no horário das 13:15 h às 17:30 h e sábado no horário das 07:15 h às 11:30 h. Uma vez por mês.

2.1. Matriz Curricular

Módulo	Componente Curricular	Carga Horária (horas)
I – Tecnologia em Alimentos (120 horas)	Conservação de alimentos e novas tecnologias de processo	20
	Análise Química e Física de Alimentos	20
	Microbiologia na Segurança alimentar	20
	Toxicologia Alimentar	20
	Epidemiologia Alimentar	20
	Técnicas de Elaboração de Trabalhos científicos	20
II – Saúde e Segurança Alimentar (120 horas)	Segurança e Qualidade na Produção de Alimentos de Origem Animal	40
	Segurança e Qualidade na Produção de Alimentos de Origem Vegetal	40
	Segurança Alimentar no Mercado Varejista	20
	Administração em Unidades de Alimentação e Nutrição	20
III – Instrumentos Legais na Saúde e Segurança Alimentar (120 horas)	Estrutura de Vigilância Sanitária de Alimentos	20
	Legislação Ambiental e Impactos no Setor de Alimentos.	20
	Segurança alimentar e Rotulagem	40
	Ferramentas da Qualidade em Indústria de Alimentos	40
Trabalho de conclusão do curso (TCC)		40
Total		400
IV – Disciplinas Optativas (60 horas)	Seminários: Tópicos em Qualidade e Segurança Alimentar	20
	Inglês Instrumental	20

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1. Metodologia de Ensino

O curso será desenvolvido por meio de aulas expositivas e dialogadas; seminários; trabalhos em grupo; pesquisas na rede mundial de computadores; enquetes; júris simulados; dinâmica de grupo; elaboração de situações-problemas; estudos de caso; estudo dirigido; visitas a estabelecimentos na área de produção, processamento e comercialização de alimentos, dentre outros.

3.1.1. Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade dar-se-á por meio de menção aos assuntos anteriores durante as aulas teóricas e pesquisas na bibliografia de disciplinas anteriores. A disciplina de inglês instrumental será sempre utilizada em todas as disciplinas. Durante o preparo de trabalhos escritos e da TCC os alunos serão desafiados e avaliados quanto ao conhecimento adquirido em disciplinas anteriores.

3.1.2. Tecnologia

As atividades acadêmicas serão realizadas por meio de aulas teóricas e práticas com uso de tecnologias avançadas tanto laboratoriais químicas e de áreas específicas quanto softwares e equipamentos, sempre buscando estar em consonância com o que de mais moderno encontra-se disponível para os estudos nas áreas correlatas ao curso. A inovação também será aplicada dentro das empresas no desenvolvimento das TCC que deverão ter temas inovadores ou que respondam a necessidade das empresas.

3.2. Sistema de Avaliação

3.2.1. Avaliação da Aprendizagem

A avaliação do processo de ensino e de aprendizagem do curso de Especialização em Segurança Alimentar deve ter como parâmetros os princípios do projeto político-pedagógico, a função social e os objetivos gerais e específicos do IFCE. Além disso, deve perseguir os objetivos deste curso.

A avaliação será realizada como parte integrante do processo educativo e acontecerá ao longo do curso de maneira diagnóstica, formativa e somativa.

Os instrumentos de avaliação, que poderão ser utilizados no decorrer do curso, são: estudos dirigidos, análises textuais, temática e interpretativas, provas, seminários, estudos de caso, elaboração de *papers*, avaliações práticas em laboratório ou campo, dentre outros que contribuam para o aprofundamento dos conhecimentos sobre segurança alimentar bem como a execução de atividades à área.

Será considerado aprovado em cada disciplina, o aluno que apresentar frequência mínima de 75% e média igual ou maior que 7,0 (sete) pontos.

4.2.2. Avaliação do Curso e dos Docentes

A avaliação do curso e dos docentes serão realizadas ao longo do curso nas reuniões periódicas onde se abordarão os eventuais contratempos que ocorrerem durante o andamento do curso. Os professores serão avaliados individualmente, por meio de questionário específico, aplicado aos alunos ao término de cada disciplina. Nas reuniões serão elaboradas Atas de Reunião e Relatórios Parciais como instrumentos contínuos de avaliação e planejamento.

Após a conclusão do Curso será realizado o Relatório Final de atividades constando itens como: dificuldades encontradas pela equipe, resultados alcançados de acordo com os objetivos propostos no PPC, fluxo e êxito discente, TCCs defendidos, participação de alunos em projetos de pesquisa, produção discente e docente, publicações acadêmicas e outras informações consideradas relevantes.

3.3. Frequência

Será considerado aprovado, o estudante que obtiver 75% (setenta e cinco por cento) de frequência da carga horária prevista para o conjunto das disciplinas do curso e, no mínimo, nota 7,0 (sete) de aproveitamento na avaliação das disciplinas.

3.4. Aproveitamento de Componente Curricular

Só será admitido o aproveitamento de disciplinas de outros cursos de pós-graduação (Especialização, Mestrado ou Doutorado) que contemplem 75% da disciplina no curso de Especialização em Saúde e Segurança Alimentar, estado o veredicto sujeito a aprovação dos professores da mesma

3.5. Trabalho de Conclusão de Curso

O trabalho final de conclusão do curso compreende a realização de um estudo de pesquisa teórico ou teórico-prático que será desenvolvido individualmente, no decorrer do curso. Esse trabalho deve expressar os processos de ensino-aprendizagem realizados no curso, o desempenho pessoal do estudante e o envolvimento do professor-orientador no projeto de investigação do estudante.

Desde o início do curso haverá um grupo de professores-orientadores responsáveis pela a orientação do trabalho de conclusão do curso. O trabalho final de conclusão do curso será examinado por uma banca examinadora de quatro professores, sendo o orientador, e três integrantes do corpo docente do curso e/ou convidados externos de outras instituições, ou demais *Campi* do IFCE, sendo exigido que os

docentes tenham publicações e/ou experiência técnico-científica na área do trabalho de conclusão a ser avaliado.

Será considerado aprovado no TCC, o estudante que obtiver, após a apresentação à banca examinadora, a nota mínima de 70 (setenta) pontos. Caso o estudante não obtenha a nota mínima de aprovação, o professor orientador, conjuntamente com o estudante, discutirá novas estratégias de correções das observações realizadas pela banca, devendo o aluno proceder às correções e devolver o trabalho corrigido no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da apresentação.

4. CERTIFICAÇÃO

O certificado (diploma de conclusão) do Curso de Especialização em Segurança Alimentar será expedido pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, considerando a área de conhecimento do curso e o histórico escolar, em que deve constar obrigatoriamente:

- _ relação das disciplinas, carga horária, nota ou conceito obtido pelo estudante e nome e qualificação dos professores por elas responsáveis;
- _ período e local em que curso foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico;
- _ título do trabalho de conclusão do curso e nota obtida;
- _ declaração da Instituição de que o curso cumpriu todas as disposições da **Resolução nº. 001/2007-CNE/CES de 8 de junho de 2007**. O portador do certificado obterá a habilitação específica em **Especialista em Saúde e Segurança alimentar**, haja vista o curso ter cumprido todas as disposições dessa resolução.

5. RECURSOS HUMANOS

5.1. Corpo Docente

O corpo docente está constituído em consonância com a titulação exigida pelo Art. 4 da resolução CNE/CES nº. 1, de 8 de junho de 2007.

Os professores poderão ser docentes, ou docentes pesquisadores, sendo vinculada a essa segunda categoria a possibilidade de orientar discentes em trabalhos de pesquisa desenvolvidos como TCC no programa.

Somente docentes mestres e/ou doutores poderão ser orientadores de TCC. Docentes especialistas comporão a primeira categoria, que consiste em ministrar aulas durante o período inicial do curso.

A distribuição das orientações será realizada mediante a disponibilidade dos docentes e adequação dos projetos submetidos ao programa.

Docente	Titulação	Regime de Trabalho	Vínculo

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Saúde e Segurança Alimentar
Campus Limoeiro do Norte

Ana Raquel De Oliveira Mano	Doutora	40 hs/DE	Professor Efetivo
Ana Maria de Abreu Siqueira	Doutora	40 hs/DE	Professor Efetivo
Ana Raquel De Oliveira Mano	Doutora	40 hs/DE	Professor Efetivo
Antônio Belfort Dantas Cavalcante	Doutor	40 hs/DE	Professor Efetivo
Ariosvana Fernandes Lima	Doutora	40 hs/DE	Professor Efetivo
Bruna Yhang da Costa Silva	Mestre	40 hs/DE	Professor Efetivo
Germana Conrado De Sousa	Mestre	40 hs/DE	Professor Efetivo
Hyngrid Rannielle De Oliveira Gonsalves	Especialista	40 hs/DE	Professor Efetivo
Jânia Maria Augusta Da Silva	Mestre	40 hs/DE	Professor Efetivo
Kelly de Fátima Nogueira Lima Silva	Mestre	40 hs/DE	Professor Efetivo
Maria Gizeuda De Freitas Sousa	Especialista	40 hs/DE	Professor Efetivo
Marlene Nunes Damaceno	Doutora	40 hs/DE	Professor Efetivo
Mayara Salgado Silva	Doutora	40 hs/DE	Professor Efetivo
Nayara Coriolano De Aquino	Doutora	40 hs/DE	Professor Efetivo
Pahlevi Augusto De Souza	Doutor	40 hs/DE	Professor Efetivo
Josicleia Vieira De Abreu	Mestre	40 hs/DE	Professor Efetivo
Rejane Maria Maia Moisés	Especialista	40 hs/DE	Professor Efetivo
Renata Chastinet Braga	Doutora	40 hs/DE	Professor Efetivo
Séfura Maria Assis Moura	Mestre	40 hs/DE	Professor Efetivo
Virna Luíza De Farias	Doutora	40 hs/DE	Professor Efetivo

5.2. Corpo Técnico-Administrativo

Técnico-Administrativo	Titulação	Regime de Trabalho	Vínculo
Andrea Lídia de Sousa Lemos	Graduada	40 hs	Auxiliar Administrativo
Andréia de Araújo Freitas Barroso	Mestre	40 hs	Técnica de Laboratório
Arinilson Moreira Chaves Lima	Doutor	40 hs	Odontólogo
Auriana de Assis Regis	Mestre	40 hs	Técnica de Laboratório
Auritony Camurça da Silva	Graduado	40 hs	Técnico de Contabilidade
Carla Lidiany Bezerra Silva Oliveira	Especialista	40 hs	Enfermeira
Clarice da Silva Barros	Graduada	40 hs	Técnica de Laboratório
Daniela Monteiro de Sousa	Nível Médio	40 hs	Tradutor Intérprete
Elissandra Vasconcellos Moraes dos Santos	Especialista	40 hs	Técnica em Assuntos Educacionais
Elizete Freitas de Sousa	Especialista	40 hs	Auxiliar Administrativo
Emmanuel Jordan Gadelha Moreira	Graduado	40 hs	Assistente Administrativo
Erloney Márcio Araújo da Silva	Graduado	40 hs	Técnico em TI
Esiana de Almeida Rodrigues	Graduada	40 hs	Técnica de Laboratório
Francisca Keiliane Araújo Lira Freire	Especialista	40 hs	Assistente Administrativo
Francisco de Assis Silva de Araújo	Especialista	40 hs	Bibliotecário
Francisco Diogenilson Almeida de Aquino	Especialista	25 hs	Jornalista
Francisco Jonathan de Sousa Cunha Nascimento	Mestre	40 hs	Técnico de Laboratório
Francisco Jorge Nogueira de Moura	Especialista	40 hs	Técnico de Laboratório
Francisco Marcelo Padilha Holanda	Graduado	40 hs	Pedagogo
Francisco Valmir Dias Soares Júnior	Especialista	40 hs	Contador
Francisco Wellington Fernandes de Oliveira	Especialista	40 hs	Auxiliar Administrativo

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Saúde e Segurança Alimentar
Campus Limoeiro do Norte

Georgiana Lopes Freire Martins Souza	Graduada	40 hs	Assistente Administrativo
Gime Endrigo Girão	Especialista	40 hs	Assistente Administrativo
Hildenir Lima de Freitas	Especialista	40 hs	Técnica de Laboratório
Isabelle Azevedo de Lima	Especialista	40 hs	Assistente Administrativo
Jarbas Rodrigues Chaves	Mestre	40 hs	Técnico de Laboratório
Jeanine Valerie Barreto Oliveira	Especialista	40 hs	Assistente Administrativo
João Narclécio Fernandes de Oliveira	Especialista	40 hs	Administrador
Joaquim Pinheiro Lima Júnior	Graduado	40 hs	Técnico de Laboratório
Joelma Silva Lima	Graduada	40 hs	Assistente Administrativo
José Neurisberg Saraiva Maurício	Especialista	40 hs	Auxiliar Administrativo
José Valdenilson Amaral Oliveira	Nível Médio	40 hs	Assistente Administrativo
Kelma de Freitas Felipe	Mestre	30 hs	Assistente Social
Lierbett Silva Barbosa	Graduado	40 hs	Técnico de Laboratório
Márcio Marciel dos Santos Lima	Especialista	40 hs	Auxiliar Administrativo
Maria Aline de Sousa	Graduada	40 hs	Auxiliar Administrativo
Maria Nájela de Oliveira Lima	Especialista	40 hs	Auxiliar de Biblioteca
Marilene Assis Mendes	Especialista	40 hs	Técnica em Assuntos Educacionais
Mário Jorge Limeira dos Santos	Mestre	40 hs	Analista de TI
Marcelo de Sousa Saraiva	Especialista	40 hs	Auxiliar Administrativo
Marcelo Lucas Araújo	Graduado	40 hs	Assistente Administrativo
Marleide de Oliveira Silva	Especialista	40 hs	Assistente Administrativo
Mayra Cristina Freitas Barbosa	Especialista	40 hs	Técnica de Laboratório
Milena Gurgel do Nascimento	Graduada	40 hs	Auxiliar de Biblioteca
Mônica Érica Ferreira de Souza	Nível Médio	40 hs	Auxiliar de Biblioteca
Natanael Santiago Pereira	Mestre	40 hs	Engenheiro Agrônomo
Neide Maria Machado de França	Especialista	40 hs	Pedagoga
Nemilla da Silva Brasil	Especialista	40 hs	Bibliotecário
Nizardo Cardoso Nunes	Graduado	40 hs	Técnico Audiovisual
Pedro Leandro Dantas Pereira	Graduado	40 hs	Técnico Agropecuária
Renata Alencar Oliveira	Especialista	40 hs	Psicólogo
Renata Eusébio dos Santos	Especialista	30 hs	Assistente Social
Ricardo Rilton Nogueira Alves	Especialista	40 hs	Psicólogo
Samuel de Oliveira Carvalho	Especialista	40 hs	Técnico em Eletrotécnica
Thais Monteiro Maia Madeira	Graduada	40 hs	Nutricionista
Valdo Ribeiro Coelho Neto	Nível Médio	40 hs	Técnico em TI

6. INFRAESTUTURA

6.1. Instalações Gerais e Salas de Aula

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Limoeiro do Norte, apresenta instalações físicas que proporciona acesso facilitador aos portadores de necessidades especiais, em conformidade com a Portaria Ministerial 1.679/99.

As atividades acadêmicas são desenvolvidas em prédios com ampla área livre nos espaços de aprendizagem: salas de aula, laboratórios específicos, área de convivência, pátio de alimentação, biblioteca, complexo desportivo e de lazer, e estacionamento.

Os laboratórios de Informática estão equipados com micro-computadores, conectados em rede a internet com a manutenção sistemática e periódica.

As salas de aula disponibilizadas para a realização do curso são dotadas de quadros brancos, com adequação de tela para projeção por meio de retroprojetor e projetor multimídia e computador. O espaço físico é adequado para o funcionamento das aulas do curso de especialização, devido à boa ventilação e iluminação das salas.

Os alunos do curso de Especialização em Segurança Alimentar dispõem, ainda, de instalações, de equipamentos e de bibliografias específicas, como os listados abaixo.

6.2. Recursos Materiais

Distribuição do espaço físico existente e/ou em reforma para o curso em questão:

Dependências	Quantidade	m ²
Auditório	01	143,00
Banheiros	05	71,35
Biblioteca (Sala de Leitura/Estudos)	01	238,24
Coordenadoria de Controle Acadêmico	01	12,49
Coordenadoria Técnico-Pedagógica	01	12,49
Cozinha Institucional	01	111,25
Pátio Coberto / Área de Lazer / Convivência	02	768,62
Praça de Alimentação	01	121,26
Recepção e Protocolo	01	10,00
Sala de Áudio / Salas de Apoio	01	118,40
Sala de Direção	01	15,67
Sala de Direção de Ensino	01	40,62
Sala de Professores	03	15,67
Sala de Vídeo Conferência	01	103,92
Salas de Aulas para o curso	03	56,62
Salas de Coordenação de Curso	01	21,62
Setor Administrativo	01	120,0
Vestiários	02	30,20

Outros Recursos Materiais:

Item	Quantidade
Aparelho de dvd-player	01
Caixa de som	04
Câmera fotográfica digital	02
Data Show	25
Flip-charts	01
Microfone com fio	03
Microfone sem fio	01
Microsistem	01

Monitor 34" p/vídeo conferência	01
Projetores de Slides	03
Quadro Branco (Fax Board)	01
Receptor de Satélite para antena parabólica	01
Retroprojetores	03
Tela de projeção retrátil	04
Televisores	03
Vídeos cassete	02

6.3. Laboratórios

Laboratórios Básicos:

Laboratório (nº e/ou nome)		Área (m²)	m² por estação	m² por aluno
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA BÁSICA		57,82	2,5	1,3
Descrição (Software Instalado, e/ou outros dados)				
1. Sistema Operacional: GNU/Linux Ubuntu 10.04 LTS (Lucid Lynx) . 2. Pacote de programas de escritório: BrOffice.org 3.2.1 . 3. Compactador/Descompactador de arquivos: Compactador de Arquivos 2.30.1.1 . 4. Visualizador de arquivos PDF: Document Viewer 2.30.3 . 5. Navegador da Internet: Mozilla Firefox 3.6.13 . 6. Máquina Virtual: Oracle VM VirtualBox .				
Equipamentos (Hardware Instalado e/ou outros)				
Qtde.	Especificações			
02	APARELHOS DE AR CONDICIONADO			
01	BANCADA PARA RETROPROJETOR			
04	BANCADAS DE MADEIRA PARA COMPUTADORES			
39	CADEIRAS			
25	COMPUTADORES PADRÃO IBM-PC (MODELO COMPAQ 4000)			
20	ESTABILIZADORES DE TENSÃO			
--	ESTRUTURA DE REDE LOCAL			
01	ETHERNET SWITCH 10/100MBPS DE 16 PORTAS			
01	ETHERNET SWITCH 10/100MBPS DE 24 PORTAS			
01	IMPRESSORA MATRICIAL IBM 2391PLUS (LEXMARK)			
02	MODÚLOS ISOLADORES ESTABILIZADOS			
01	NO-BREAK/ESTABILIZADOR			
01	RETROPROJETOR			
01	ROTEADOR WIRELESS			

Laboratório (nº e/ou nome)		Área (m²)	m² por estação	m² por aluno
QUÍMICA		32,60	4,65	1,30
Descrição				
(Materiais, Ferramentas, Softwares Instalados, e/ou outros dados)				
Instalações para aulas práticas do Componente Curricular Química Geral				
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)				

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Saúde e Segurança Alimentar
Campus Limoeiro do Norte

Qtde.	Especificações
01	AGITADOR LABORTECHNIK - KS 501
01	AGITADOR MAGNÉTICO COM AQUECIMENTO IKA LABORTECHNIC RCT BASIC
01	AGITADOR MAGNÉTICO COM AQUECEDOR IKA RCT BASIC
01	AGITADOR MAGNÉTICO COM AQUECIMENTO QUIMIS MOD. 355 B2
01	AGITADOR MAGNÉTICO MR. FISATOM MOD. 503
01	AGITADOR MECÂNICO MR. QUÍMIS MOD. 250
01	BALANÇA ANALÍTICA MR. METTLER TOLEDO MOD. PB602
01	BALANÇA ANALÍTICA SHIMADZU MOD. AY 220
12	BANCO DE MADEIRA
01	BANHO MARIA PARA INCUBAÇÃO TECNAL
01	BANHO MARIA PARA INCUBAÇÃO TECNAL MOD. TE057
01	BANHO MARIA QUIMIS Q215 M2
01	BARRILET PARA 10L DE ÁGUA DESTILADA
01	BOMBA DE VÁCUO MR. QUÍMIS MOD. 355 B2
01	CADEIRA
02	CARTEIRA DE SALA DE AULA
01	CENTRIFUGA MACRO EVLAB MOD. EV 04
01	CHAPA AQUECEDORA EVLAB MODO 018 SER 016 220V
01	CONDICIONADOR DE AR GREE
01	CONDICIONADOR DE AR 10.000 BTU'S MR. ELGIM SPRINGER /ILENTIA
01	ESTANTE PARA LIVROS
02	ESTUFA MEMMERT MOD UM-100
01	ESTUFA PARA ESTERELIYA E SECAGEM OLIDFCZ MODEL EE4
01	ESTUFA PARA SECAGEM DE MATERIAL (INCUBADORA) HERAUS MOD T-6
01	MANTA AQUECEDORA PARA BALÕES DE FUNDO REDONDO WINKLER MOD. 250
01	MANTA AQUECEDORA PARA BALÕES DE FUNDO REDONDO WINKLER MOD. 500
01	MANTA AQUECEDORA QUIMIS REF/MODELO Q.321.A25 NR DE SÉRIE 701.203 220V 60H Z FASE2 315W
01	MEDIDOR DE PH MR WTW
01	MINIAGITADOR MECÂNICO GGG LAB EGG MOD. RW11
01	PH - METRO MR. HANNA MOD. HI – 9318
01	QUADRO BRANCO
01	REFRATÔMETRO 32% (BRIX) PRECISÃO 0,2 (BRIX)

Laboratório (nº e/ou nome)	Área (m²)	m² por estação	m² por aluno
BIOLOGIA	32,60	4,65	1,30
Descrição			
(Materiais, Ferramentas, Softwares Instalados, e/ou outros dados)			
Instalações para aulas práticas do Componente Curricular Biologia Geral			
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)			
Qtde.	Especificações		
01	CÂMERA COLORIDA		
02	CONDICIONADOR DE AR 21.000 BTU'S MR. SPRINGER		
01	CORTE MEDIANO DO CÉREBRO		

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Saúde e Segurança Alimentar
Campus Limoeiro do Norte

01	DEMONSTRATIVO DE DESENVOLVIMENTO DO EMBRIÃO
01	ESQUELETO HUMANO
02	ESTABILIZADOR DE TENSÃO
02	ESTRUTURA CELULAR DE UMA FOLHA
01	ESTRUTURA DO DNA
02	ESTRUTURA DO GIRASSOL
01	ESTRUTURA DO OSSO
02	ESTRUTURA FOLIAR
02	FIGURA MUSCULAR
02	HIPERTENSÃO
13	MICROSCÓPIO BINOCULAR
02	MICROSCÓPIO ESTEREOSCÓPIO (LUPA)
03	MICROSCÓPIO MONOCULAR
06	MICROSCÓPIO MONOCULAR COMPOSTO DE 03 OBJETIVAS
01	MICROSCÓPIO BINOCULAR C/ SISTEMA INTERNO DE TV, ADAPTADOR, CÂMERA COLORIDA E MONITOR 14"
01	MINI TORSO
01	MODELO DE PÉLVIS DA GRAVIDEZ
02	MODELO DE CÉLULA VEGETAL
02	MODELO DE DENTES (HIGIENE DENTAL)
01	MODELO DE OUVIDO
01	MODELO DE PÉLVIS FEMININA
01	MODELO DE PÉLVIS MASCULINA
01	MODELO DO APARELHO DIGESTIVO
01	MODELO DO CORAÇÃO
01	MODELO DO NARIZ
01	MODELO DO RIM
01	MODELO SÉRIE DE GRAVIDEZ
01	MONITOR DE TV 14"
02	ÓRGÃOS EPIGÁSTRICOS
01	PULMÃO
01	SISTEMA CIRCULATÓRIO G30
01	SISTEMA CIRCULATÓRIO W16001
01	SISTEMA DE VÍDEO
01	SISTEMA NERVOSO
01	TV 14" COLORIDA

Laboratórios Específicos à Área do Curso

Laboratório (nº e/ou nome)		Área (m²)	m² por estação	m² por aluno
QUÍMICA DE ALIMENTOS		106,30	8,85	7,08
Descrição				
(Materiais, Ferramentas, Softwares Instalados, e/ou outros dados)				
Instalações para aulas práticas dos Componentes Curriculares Química de Alimentos, Química Orgânica, Química Analítica e Controle de Qualidade na Indústria de Alimentos				
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)				
Qtde.			Especificações	
01	AGITADOR COM AQUECIMENTO QUIMIS			
01	AGITADOR MAGNÉTICO COM AQUECIMENTO QUIMIS			
03	AGITADOR MAGNÉTICO ELETRÔNICO IKA			

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Saúde e Segurança Alimentar
Campus Limoeiro do Norte

01	AGITADOR MECÂNICO
01	APARELHO TELEFÔNICO INTELBRAS
02	ARMÁRIO DE AÇO COM 02 PORTAS C/ 04 PRATELEIRAS COM CINZA
01	ARQUIVO DE AÇO C/ 04 GAV. P/ PASTA SUSPensa MARCA CONFIANÇA
01	BANCADA ESCRIVANINHA COM 08 GAVETAS EM FÓRMICA COR BRANCA
24	BANCO DE MADEIRA PARA LABORATÓRIO
01	BANHO-MARIA COM AGITADOR
02	BANHO-MARIA W6 MEDINGEN
03	BARRILETE 20L
02	BOMBA DE VÁCUO
01	CADEIRA AUXILIAR EM PALHINHA MR. LWA
02	CADEIRA ESTOFADO EM TECIDO BASE GIRATÓRIA COR AZUL
01	CADEIRA ESTOFADO EM TECIDO BASE GIRATÓRIA COR CINZA
02	CADEIRA TIPO SECRETÁRIA EM PALHINHA
01	CAPELA DE EXAUSTÃO DE GASES NL - LAFA
01	CAPELA MR. KOTTERMANN
03	CARRINHO BANDEJA COM RODÍZIO EM FÓRMICA COR BRANCA
01	CENTRÍFUGA EPPENDORF
01	CHAPA AQUECEDORA COM 6 BOCAS - GERHARDT
01	CHUVEIRO PARA LABORATÓRIO
03	CONDICIONADOR DE AR SPRINGER
01	DESTILADOR DE ÁGUA MOD. 2008M MR. GFL
01	DESTILADOR DE NITROGÊNIO MICRO KJELDAHL
01	DESTILADOR DE PROTEÍNAS MOD. K19/16 MR. GGERHARDT
01	DIGESTOR DE PROTEÍNAS MR. GERHARDT
01	ESPECTROFOTÔMETRO DIGITAL MOD. 423 MR. FENTON
01	ESTANTE EM AÇO COM CINCO PRATELEIRAS
01	ESTUFA A VÁCUO
02	ESTUFA ENCUBADORA MODELO T-12 MR. HERAEUS
02	ESTUFA ENCUBADORA MODELO T-6 MR. HERAEUS
01	EXTRATOR DE SOXHLET MR. GERHARDT
01	FORNO MUFLA - LINN ELEKTRO TERM
01	FORNO MUFLA JUNG – MODELO 0312
01	GELADEIRA DUPLEX FROST-FREE CAP. 430 L BRASTEMP
01	LIQUIDIFICADOR MALLORY
02	LIQUIDIFICADOR WARING
01	MANTA AQUECEDORA PARA BALÃO COM FUNDO REDONDO MOD. 250
01	MEDIDOR DE ATIVIDADE DE ÁGUA – AQUALAB LITE
04	MESA P/ ESCRITÓRIO C/ 02 GAV. MR. FERROPLAST
02	MESA PARA MICRO COR BRANCA
01	MICROCOMPUTADOR PIII / 800 MHZ / 128 MB / HD 20.0 GB
04	MINI AGITADOR MAGNÉTICO MR. IKAMAG
01	MONITOR DE VÍDEO 14” MOD. 105S, MR. PHILLIPS
01	PH METRO HANNA – MODELO HI 2221
01	PH METRO HANNA – MODELO PH 21
01	PH METRO PHTEK MODELO PHS – 3B
01	POLARÍMETRO MR. A. KRAUSS
01	QUADRO BRANCO 2,00X1,20 M
03	REFRATÔMETRO MOD. AR4 MR. A. KRUS
01	REFRATÔMETRO OPTRONICS

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Saúde e Segurança Alimentar
Campus Limoeiro do Norte

Laboratório (nº e/ou nome)		Área (m²)	m² por estação	m² por aluno
QUÍMICA E BIOQUÍMICA DE ALIMENTOS		40,26	3,35	2,68
Descrição				
(Materiais, Ferramentas, Softwares Instalados, e/ou outros dados)				
Instalações para aulas práticas dos Componentes Curriculares Química de Alimentos, Bioquímica Geral e Bioquímica de Alimentos				
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)				
Qtde.	Especificações			
01	AGITADOR MAGNÉTICO ELETRÔNICO WERK MOD. ES5 MR. IKA			
01	AGITADOR MECÂNICO			
01	ANALIZADOR DE BEBIDAS			
01	APARELHO TELEFÔNICO PREMIUM INTELBRÁS			
02	ARMÁRIO BANCADA COM 02 PORTAS E RODÍZIO EM FÓRMICA COR BRANCA			
01	BALANÇA DE PRECISÃO BEL			
01	BALANÇA DE PRECISÃO ELETRÔNICA MOD. 320GS MR. KERN			
01	BANCADA ESCRIVANINHA COM 08 GAVETAS EM FÓRMICA COR BRANCA			
02	BANCADA PARA BALANCA DE PRECISÃO COM BAIXO RELEVO EM FÓRMICA BRANCA			
15	BANCO DE MADEIRA PARA DESENHISTA MR. SHOPING			
01	BANHO-MARIA MEDINGEN BI2E1			
01	BANHO-MARIA MOD. W12 MR. MENDINSEN S/N 70002			
01	BARRILETE 20L			
02	BOMBA DE VACUO			
01	CENTRÍFUGA MOD. CD 100 MR. DONNER			
01	CHAPA AQUECEDORA CAT KH4 0 - 250°C			
02	CHAPA AQUECEDORA CAT KH7 0 – 450°C			
02	CHAPA AQUECEDORA WITEG 0 – 250°C			
01	CHAPA AQUECEDORA WITEG 0 – 450°C			
02	COLORÍMETRO FOTOELÉTRICO MOD. B 440 MR. MICRONAL			
02	CONDICIONADOR DE AR 21.000 BTU'S MR. SPRINGER			
03	CROMATÓGRAFO			
01	ESTUFA DE SECAGEM E ESTERILIZAÇÃO, MR BRASDONT			
01	EVAPORADOR ROTATIVO IKA LABORTECHNIK – HB4 BASIC			
01	EXTRATOR DE SOXLET NOVA TÉCNICA			
01	GELÁGUA ESMALTADO			
01	LIOFILIZADOR MOD. ALPHA 1-4 MR. CHRIST			
01	MANTA AQUECEDORA 250ML MR. QUMS			
01	MANTA AQUECEDORA P/ BALÃO DE FUNÇÃO MULTIPLA MOD. KH4 MR. CAT			
02	MESA VIBRATÓRIA COM PENEIRAS			
02	REFRIGERADOR CONSUL 420 L			
01	VISCOSÍMETRO DE ESFER			

Laboratório (nº e/ou nome)		Área (m²)	m² por estação	m² por aluno
MICROBIOLOGIA		115,87	9,65	7,72
Descrição				
(Materiais, Ferramentas, Softwares Instalados, e/ou outros dados)				
Instalações para aulas práticas dos Componentes Curriculares Microbiologia Geral,				

Microbiologia de Alimentos e Controle de Qualidade na Indústria de Alimentos	
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)	
Qtde.	Especificações
01	AGITADOR MAGNÉTICO ELETRÔNICO WERK MOD. ES5 MR. IKA
03	AGITADOR MAGNÉTICO MOD. RTC MR. IKAMAG
01	ARMÁRIO INCUBADORA (ESTUFA) MOD. T-6
01	ARMÁRIO INCUBADORA (ESTUFA) QUIMIS
01	ARMÁRIO INCUBADORA (ESTUFA) ORION
03	ARMÁRIO INCUBADORA (ESTUFA) MOD. T-12
02	AUTOCLAVE VERTICAL CAP.50L
01	BALANÇA ANALÍTICA
01	BALANÇA DE PRECISÃO MOD.822-37 MR.KERN
01	BALANÇA MOD.173-23 MR.KERN
02	BANCADA DE FLUXO LAMINAR
01	BANHO MARIA COM AGITADOR
02	BANHO MARIA MOD. W12 MR.MENDINGEN
01	BOMBA DE VÁCUO MOD. PK 40 MR. LABOVAC
01	CENTRÍFUGA MOD. 5804R MR. EPPENDORF
01	CHAPA AQUECEDORA GERHARDT
01	COMPUTADOR IBM
02	CONDICIONADOR DE AR 19.000 BTU'S SPRINGER
01	CONTADOR DE COLONIAS PHOENIX
02	CONTADOR DE COLONIAS FUNKE GERBER
01	ESTUFA BACTERIOLÓGICA MR. QUIMIS
01	ESTUFA DE SECAGEM E ESTERILIZAÇÃO OLIDEF
01	FORNO MICROONDAS
02	GELADEIRA FROST-FREE CAP. 410L
01	INCUBADORA P/ BOD. C/ CONT. DE TEMPERATURA MOD. TE-390
02	LIQUIDIFICADOR MOD. 3136 MR. WARING
01	MESA AGITADORA
01	MICRO-CÂMERA MOD. CCD-ÍRIS MR. SONY
01	MICRO-CÂMERA MR. KAPPA
01	MICROSCÓPIO BINOCULAR MR. ASKANIA MOD. COLLEGE JR.
01	MICROSCÓPIO ESTEREOSCÓPIO MOD. COLLEGE STEREO MR. ASKANI
01	MICROSCÓPIO TRIOCULAR MOD. L-1100ª MR. MAROTEC
01	MINI AGITADOR MOD. RW10 MR. IKAMAG
02	MONITOR DE TV VÍDEO 14" MR. SONY
01	STOMACHER LOGEN

Laboratório (nº e/ou nome)	Área (m²)	m² por estação	m² por aluno
ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA DE LEITE E DERIVADOS	18,99	4,74	1,89
Descrição			
(Materiais, Ferramentas, Softwares Instalados, e/ou outros dados)			
Instalações para aulas práticas dos Componentes Curriculares Tecnologia de Leite e Derivados, Química do Leite e Derivados			
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)			
Qtde.	Especificações		

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Saúde e Segurança Alimentar
Campus Limoeiro do Norte

01	BALANÇA DE PRECISÃO ELETRÔNICA MOD. 320-3 MR. KERN
01	BANCO DE MADEIRA PARA LABORATÓRIO
01	BANHO MARIA DIGITAL EM ACO INÓX CAP 15L MARCA FUNKE GERBER
01	BARRILETE EM PVC CAP. 20 LITROS, MR PERMUTIO
01	CENTRÍFUGA SUPER NOVA PARA 8 BUTIRÔMETROS MARCA FUNKE GERBER
01	CENTRÍFUGA SUPER VARIO FUNKE GERBER
01	CONDICIONADOR DE AR DE 10.000 BTU.s, SPRINGER
01	CRIOSCÓPIO AUTOMÁTICO MARCA FUNKE GERBER
01	ECLIPSE 50 CAP LAB
02	ESTUFA DE SECAGEM E ESTERILIZAÇÃO MARCA MEMMERT
01	GELADEIRA ESMALTEC 280L
01	MEDIDOR DE PH DE BANCADA ELETRÔNIC, MARCA METTER MOD. 766MR. KNICK
01	MICROSCÓPIO BINOCULAR MR. MLW MOD. JR. LAB.
01	QUADRO EM FORMICA BRANCO MED. 1.20 X 1.00M

Laboratório (nº e/ou nome)		Área (m²)	m² por estação	m² por aluno
ANÁLISE SENSORIAL		45,53	3,79	3,03
Descrição				
(Materiais, Ferramentas, Softwares Instalados, e/ou outros dados)				
Instalações para aulas práticas dos Componentes Curriculares Análise Sensorial e Controle de Qualidade na Indústria de Alimentos				
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)				
Qtde.	Especificações			
01	ARMÁRIO DE ACO COM 02 PORTAS MEDINDO 1,96X0,90X0,45 C/4 PRATELEIRAS COR CINZA			
03	ARMÁRIO EM ACO COM 03 PORTAS EM VIDRO COR BRANCA			
01	BALCÃO EM ACO, COR BRANCA, COM TAMPO EM MÁRMORE			
08	BANCADA PARA ANÁLISE SENSORIAL COM VISTA FRONTAL COM 02 LÂMPADAS			
01	BATEDEIRA PLANETÁRIA ARNO			
20	CADEIRA ESTOFADA FIXA COR AZUL, MR. FLEGMA			
01	CARRINHO BANDEJA COM RODÍZIO EM FORMICA BRANCA			
02	CONDICIONADOR DE AR DE 7.500 BTU.s, MR SPRINGER INOVARE			
01	DEPURADOR DE AR P/ FOGÃO C/04 BOCAS COR BRANCA MR. SUGAR			
01	ESTANTE DE AÇO COM 6 PRATELEIRAS			
01	FOGÃO DE 04 BOCAS, COR BRANCA, MOD, DE VILLE, MR. BRASTEMP			
01	FORNO MICROONDAS CAP. 42L COR BRANCA			
01	GELADEIRA CONSUL 410L BIPLEX			
01	LIQUIDIFICADOR C/03 VEL. MR. ARNO			
01	MESA REDONDA PARA REUNIÃO, EM METALON COM TAMPO EM FÓRMICA BRANCA			
01	MULTIPROCESSADOR MOD. NPRO. 220V. 60HZ MR. ARNO			
01	QUADRO EM FORMICA BRANCO MED. 1.20 X 1.00M			
01	SANDUICHEIRA GRILL MR. TEDECO			
01	VENTILADOR FIXADO NA PAREDE			

Laboratório (nº e/ou nome)		Área (m²)	m² por estação	m² por aluno

PROCESSAMENTO DE CEREAIS E DERIVADOS		51,75	5,74	3,45
Descrição				
(Materiais, Ferramentas, Softwares Instalados, e/ou outros dados)				
Instalações para aulas práticas do Componente Curricular Tecnologia de Cereais				
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)				
Qtde.	Especificações			
01	AMASSADEIRA ESPIRAL CAP. 10KG DE MASSA MR. G. PANIZ			
01	APARELHO TELEFÔNICO SIEMENS EUROSET 3005			
01	ARMÁRIO GRANDE DE MADEIRA COM 02 PORTAS EM FÓRMICA BRANCA			
03	ARMÁRIO P/ PÃO 20 ASSADEIRAS MR. VENANCIO			
01	BALANÇA ELETRÔNICA CAP. 15KG MR. FILIZOLA			
11	BANCO DE MADEIRA PARA LABORATÓRIO			
01	BATEDEIRA DE BOLO C/TACHO CAP. 20L MR. G. PANIZ			
01	BATEDEIRA PLANETÁRIA MOD. BP 20 MR. G. PANIZ			
01	BATEDEIRA PLANETÁRIA MR. ARNO			
02	BOTIJOES DE GÁS			
01	CILINDRO PARA MASSA, MOD. CL3005, MR. GPANNIZ			
01	DERRETEDEIRA DE CHOCOLATE CAP.1,5KG MR. MARCHESONI			
01	DIVISORA MESA S/COLUNA MANUAL MR. TEKYUS			
01	DOSADOR DE DETERGENTE NEUTRO JOHNSON DIVERSEY SUMA SUPERSOL LÍQUIDO			
01	DOSADOR DE SABONETE LÍQUIDO JOHNSON DIVERSEY SUMASEPT - ANTI-SEPSIA DAS MÃOS			
03	DOSADOR MANUAL CÔNICO P/ BOLOS CAP.1,5L			
01	ESTANTE DE AÇO (05 PRATELEIRAS)			
01	ESTANTE PARA REPOUSO DE BANDEJAS DE PÃO			
02	EXAUSTOR MR. LOREN SID			
01	FOGÃO ESMALTEC TAIBA DE 4 BOCAS BRANCO			
01	FORNO A GÁS C/01 CÂMARA – VENÂNCIO			
01	FORNO ELÉTRICO C/01 CÂMARA CAP. 810 PÃES MR. TEDESCO			
01	GELADEIRA FROST FREE CAP. 520L COR BRANCA MOD. DF-80 ELETROLUX			
01	GELÁGUA			
01	LIQUIDIFICADOR C/ 02 VELOCIDADES MR. ARNO			
01	MESA DE MÁRMORE MED. 1.20 1.00 M			
01	MESA EM AÇO INOX MEDINDO 1,90X0,80X0,90 MR. BRAESI			
03	MESA PEQUENA EM FÓRMICA BRANCA			
01	MISTURADEIRA MINI RÁPIDA CAP. 25KG DE MASSA MR. G.PANIZ			
01	MODELADORA CAP. 15/150G 1 MOTOR FORNOMAK			
01	MODELADORA CAP. 20/1.500G 1 MOTOR MR. BRAESI			
02	PALETS DE PLÁSTICO RÍGIDO COR CINZA			
01	QUADRO BRANCO MED. 1.20 X 1.00M			
01	SELADORA DE PEDAL			
01	VENTILADOR FIXADO NA PAREDE			

Laboratório (nº e/ou nome)	Área (m²)	m² por estação	m² por aluno
PROCESSAMENTO DE FRUTAS E HORTALIÇAS	132,08	9,43	8,80
Descrição			

(Materiais, Ferramentas, Softwares Instalados, e/ou outros dados)	
Instalações para aulas práticas dos Componentes Curriculares Tecnologia Pós-Colheita de Frutas e Hortalças, Tecnologia de Frutas e Hortalças, Tecnologia de Bebidas	
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)	
Qtde.	Especificações
02	APARELHO TELEFÔNICO
01	ARMÁRIO DE AÇO COM 02 PORTAS MEDINDO 1,96X0,90X0,45 C/4 PRATELEIRAS COR CINZA
01	BALANCA DE PRATO, MOD. R-62, MR. WELMY CAP. 10 KG
01	BALANÇA FILIZOLA TIPO PLATAFORMA CAP. 150 KG
01	BALANÇA ELETRÔNICA CAP. 15KG MOD. W 15 WELMY
01	BALANCA ELETRÔNICA TIPO PLATAFORMA, CAP. 100KG, MR. TOLEDO DO BRASIL
03	BUTIJOES DE GÁS
01	CALDEIRA MULTITUBULAR AUTOMÁTICA A GÁS GLP MR. MARITEC
02	CADEIRA AUXILIAR FIXA RETA MR. AÇOFORTE
01	CARRINHO TRANSP. MATERIA PRIMA CAP. 200K MR. ARTOK
01	DESIDRATADOR PRATIC DRYER, MR. MELONI
01	DESPOLPADEIRA PARA FRUTAS CAP. 150 KG/H
01	DESPOLPADEIRA PARA FRUTAS CAP 50 KG/H, MR LOMBARD SUPER MOD. 3
01	ESTANTE PARA ARMAZENAR FRUTOS COM 06 PRATELEIRAS
01	ESTANTE AÇO C/03 PRATELEIRAS 1,00X1,00M COR CINZA, MR. PANDIN
01	EXTRATOR DE SUCOS CAP. 100KG/H
01	FOGÃO INDUSTRIAL COM 04 BOCAS METALINOX
03	FREEZER HORIZONTAL, MOD. CH842C8EMA, MR. CONSUL S/N JG1888898
01	FREEZER HORIZONTAL, MOD. EFH500 484 L ESMALTEC
01	GELÁGUA ESMALTADO MR. ESMALTEC
01	QUADRO BRANCO MED. 1.20 X 1.00M
01	LIQUIDIFICADOR IND. MR. SKYMSSEN
01	LIQUIDIFICADOR IND. VISA MOD. LQ 25 N 280
01	MAQUINA PARA FAZER GELO, MR. WESSAMAT
01	DOSADORA E SELADORA DE POLPAS DE FRUTAS
01	MESA P/MICROCOMPUTADOR COR BRANCA
01	MESA GIRATÓRIA PARA CORTE DE DOCE
01	MESA EM AÇO C/03 GAV. COR CINZA MR. CONFIANÇA
03	MESA EM AÇO INOX
01	MICROCOMPUTADOR PIII / 800 MHZ / 128 MB / HD 20.0 GB
01	MINI-CÂMARA CONGELAMENTO 1,98X0,92X1,34
01	MOINHO, MR. FRITSCH
01	PENETRÔMETRO COM SUPORTE T. R. MOD. T. 327
01	PIRÂMIDE ALIMENTAR DE AÇO
01	PRE-COZINHADOR CAP. 100KG/H
01	REFRIGERADOR BRANCO CAP. 280L, MR. ESMALTEC
01	REFRATÔMETRO DE BOLSO ESCALA 0-32% N1, MR ATAGO
01	REFRATÔMETRO DE BOLSO ESCALA 0-92% N4, MR ATAGO
01	REFRATÔMETRO DIGITAL ESCALA 0-93% PAL3, MR ATAGO
01	SELADORA SELAPLÁSTICOS, MR. UNIVERSO
01	SELADORA DE PLASTICOS BARBI LINHA 400 MODELO CP
01	SECADOR DE BANANAS COM 02 PENEIRAS EM MADEIRA
02	TACHO ABERTO A VAPOR CAP. 100KG/H

Laboratório (nº e/ou nome)		Área (m²)	m² por estação	m² por aluno
PROCESSAMENTO DE LEITE E DERIVADOS		125,79	8,38	8,38
Descrição				
(Materiais, Ferramentas, Softwares Instalados, e/ou outros dados)				
Instalações para aulas práticas dos Componentes Curriculares Tecnologia de Leite e Derivados, Química do Leite e Derivados				
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)				
Qtde.	Especificações			
01	AMASSADEIRA P/ FILAGEM DE MASSA MUSSARELA MR. MECTRONIC			
01	APARELHO TELEFÔNICO PREMIUM INTELBRÁS S/N TP0102150297			
01	ARMÁRIO DE AÇO COM 02 PORTAS MEDINDO 1,96X0,90X0,45 C/4 PRATELEIRAS COR CINZA			
01	ARMÁRIO DE FÓRMICA COM 02 PORTAS COR BRANCA			
01	BALANCA ELETRÔNICA DIGITAL CAP. 15 KG, MOD. P37879/02 MR. C&F			
03	BALDE EM AÇO INOX AISI 304 C/ GRADUAÇÃO 15L			
01	BANCO DE GELO CAP. 2000L			
06	BANCO DE MADEIRA PARA LABORATÓRIO			
01	BATEDEIRA DE NATA MANUAL			
01	BATEDEIRA DE SORVETE			
01	BELICHE P/ SALGA DE QUEIJO			
01	BOMBA CENTRIFUGA SANITARIA EM AÇO INOX AISI 304			
01	BOMBA EM AÇO INOX 3600 RPM			
01	CADEIRA AUXILIAR FIXA RETA MR. AÇOFORTE			
01	CALDEIRA MULTITUBULAR AUTOMÁTICA A GÁS GLP MR. MARITEC			
01	CÂMERA DE INCUBAÇÃO MEMMERT			
01	CÂMERA FRIGORÍFICA TEMP. DE 0 A 2°C QUANT. DIARIA DO PRODUTO 1000Kg MARCA TERMISA			
01	CARRINHO BANDEJA COM RODÍZIO EM FORMICA BRANCA			
01	COMPRESSOR DE AR, MR. WAYNE			
02	CONDICIONADOR DE AR 10.000 BTU'S 220V MR. SPRINGER INNOVARE			
01	CUBA P/FILAR MASSA MOD. STARTER			
01	DESNATADEIRA ELÉTRICA			
01	FERMENTADEIRA EM AÇO INOX MOD. STARTER			
01	FILTRO INOX DE LINHA 47CM			
01	FOGÃO INDUSTRIAL DE 02 BOCAS, MR. DAKO			
01	MÁQUINA DE FABRICAR SORVETES MARCA TERMISA			
01	MAQUINA P/ ENCHER E SELAR SACOS PLASTICO ESTRUTURA EM AÇO INOX P/ EMBALAGENS PLÁSTICAS DE 250, 500, E 1000G CAP. 750 EMBALAGENS/H			
01	MAQUINA SELADORA E EXTRATORA DE VACUO P/ FECHAMENTO DE EMBALAGEM MARCA SULPACK			
01	MÁQUINA SELADORA E EXTRATORA DE VÁCUO P/FECHAMENTO DE EMBALAGEM MARCA TSMAQ			
01	MESA EM MÁRMORE PARA DESNATADEIRA MANUAL			
01	MESA P/ MANIPULAÇÃO 2,00X1,00 EM AÇO INOX			
01	MESA PEQUENA EM MÁRMORE COM RODÍZIO			
01	MESA TIPO BELICHE P/ DESCANSO DE MASSA 2,00X1,00X0,90 EM AÇO INOX			
01	MINI USINA DE LEITE “CARINHO” 500L/H			

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Saúde e Segurança Alimentar
Campus Limoeiro do Norte

02	PRENSA VERTICAL DE 1 COLUNA P/ QUEIJO EM AÇO INOX
01	PRENSA VERTICAL DE 4 COLUNAS P/ QUEIJO EM AÇO INOX
01	TACHO P/DOCE DE LEITE E REQUEIJÃO CAP 100L FORMATO CILÍNDRICO EM AÇO INOX
01	TANQUE DE RECEPÇÃO DE LEITE EM AÇO INOX CAP 350L
01	TANQUE ISOTERMICO C/ CORPO EXTERNO EM EPOX CAP 1000L
01	TANQUE P/ FABRICAÇÃO DE QUEIJO CORPO DUPLO CAP 250L EM AÇO INOX AISI 304
01	TANQUE PARA ENCOLHIMENTO DE PELÍCULA EM AÇO INOX CAP 100L

Laboratório (nº e/ou nome)		Área (m²)	m² por estação	m² por aluno
PROCESSAMENTO DE CARNE E PESCADO		57,47	5,74	3,83
Descrição				
(Materiais, Ferramentas, Softwares Instalados, e/ou outros dados)				
Instalações para aulas práticas dos Componentes Curriculares Tecnologia de Carnes e Derivados; Tecnologia do Pescado e Derivados				
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)				
Qtde.	Especificações			
01	APLICADOR DE FILME MOD. AF 450-EF MR. SULPACK			
01	BALANCA ELETRÔNICA DIGITAL CAP. 03 KG, MOD. P37879/02 MR. C&F			
01	BALANÇA ELETRÔNICA DIGITAL CAP. 30KG MOD. ELC-6/15/30 MR. BALMAK			
06	BANCO DE MADEIRA PARA LABORATÓRIO			
11	BANQUETA PLÁSTICA MR.			
01	CARRINHO INOX CAP. 50KG MR. PEARCE			
01	CARRINHO TRANSP. MATERIA PRIMA CAP. 50K MR. CLAMER			
01	COLORÍMETRO SISTEMA CIELAB			
02	CONDICIONADOR DE AR 10.000 BTU'S 220V MR. SPRINGER INNOVARE			
01	DEFUMADOR CASEIRO MR. POLY-TERMICA			
01	DOSADOR DE DETERGENTE NEUTRO JOHNSON DIVERSEY SUMA SUPERSOL LÍQUIDO			
01	DOSADOR DE SABONETE LÍQUIDO JOHNSON DIVERSEY SUMASEPT – ANTI-SEPSIA DAS MÃOS			
01	EMBALADORA A VÁCUO MOD. F200 FLASH IIF MR. FASTVAC			
01	EMBUTIDEIRA DE LIGUIÇA CAP. 10KG MR. VISA			
01	ESTERILIZADOR DE FACAS CAP. 8 FACAS MR. CIMAPI			
01	FATIADOR DE FRIOS MR PALLADIUM			
01	FORNO MICROONDAS CAP. 25L MR. CONSUL			
01	FREEZER HORIZONTAL CAP. 530L 2 PORTAS COR BRANCA MR. CONSUL			
01	FREEZER VERTICAL MOD. FB 320 CAP. 320L MR. BOSH			
01	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL MR. METVISA			
01	MÁQUINA P/GELO EM ESCAMAS CAP. 160KG/DIA 220V 60HZ MR. EVERESTE			
01	MESA C/TAMPO INOX 1,90X0,80X0,90M MR. BRAESI			
01	MESA PEQUENA EM FÓRMICA BRANCA COM RODÍZIO			
01	MINI SERRA DE FITA P/OSSO MOTOR DE 1/2 HP MR. IMPLMIS			
01	MINI-CÂMARA RESFRIAMENTO TEMP. 200C PREMOLDADA CAP. 100L			
01	MISTURADEIRA DE CARNE CAP.50KG MOD.MMS-50 I MR.SIEMSEN			
02	PICADOR DE CARNE, MOTOR MONOFASICO DE 1/3 CV MR. BECARO			
01	PRENSA DE FUSO P/ FORMAS DE 300 A 500 MR. PEACE			

02	PROCESSADOR DE ALIMENTOS INDUSTRIAL ELÉTRICO MOD. PA-7S MR. SKYMSEN
01	QUADRO BRANCO MED. 1.20 X 1.00M
01	REFRIGERADOR FROST FREE DUPLEX CAP. 450L MR. CONSUL
01	SUPER CUTTER CAP. 3KG MR. SIRE
01	TANQUE AÇO INOX C/TERMOSTATO 125L 0,50X0,50MM
01	TUMBLER CAP. 20KG TAMBOR ROTATIVO CLAMER

6.4. Biblioteca

7.4.1. Acervo

A biblioteca possui cerca de: 3.780 títulos de livros e 9.414 exemplares; 33 periódicos impressos com 1.260 exemplares além dos informatizados disponíveis no portal da CAPES, 514 vídeos (CD, DVD e VHS). Todo acervo está catalogado e informatizado, assim como protegido com sistema anti-furto. Alunos e usuários da biblioteca têm à sua disposição além dos livros, periódicos e os microcomputadores conectados à Internet.

É interesse da Instituição a atualização constante do acervo de acordo com as necessidades e prioridades estabelecidas pelo corpo docente.

7.4.2 Serviços Oferecidos

A biblioteca do IFCE *Campus* Limoeiro do Norte funciona de segunda a sexta-feira, ininterruptamente, no horário de 7:30 às 21:30 horas.

O setor dispõe de 05 servidores, sendo 02 bibliotecários e 03 auxiliares de biblioteca. Aos usuários vinculados ao *Campus* e cadastrados na biblioteca é concedido o empréstimo domiciliar de livros. Não é concedido o empréstimo domiciliar de: obras de referência, periódicos, publicações indicadas para reserva e outras publicações conforme recomendação do setor. As formas de empréstimo são estabelecidas conforme regulamento e funcionamento da biblioteca.

O acesso à Internet está disponível por meio de 10 microcomputadores para pesquisa.

A biblioteca dispõe também de uma sala de estudos coletiva em anexo, acessível para alunos e professores que desejam realizar estudos na Instituição.

7. INDICADORES DE DESEMPENHO

_ número de estudantes a serem especializados: 24

_ índice máximo de evasão admitido: 15%

- _ produção científica: Os estudantes deverão elaborar um TCC e apresentá-lo a uma banca
- _ média mínima de desempenho de estudantes: 70%
- _ número mínimo de estudantes para manutenção da turma: 75% do número total de estudantes que iniciaram o curso.
- _ número máximo de estudante da turma: 24

Os indicadores de desempenho tais como: evasão, produção científica, número de TCC defendidos, grau de aceitação do curso deverão ser analisados e possibilitarão a produção de relatório onde constará análise da qualidade do programa e sua contribuição para o desenvolvimento econômico, social e educacional.

8. PLANOS DE UNIDADES DIDÁTICAS (PUDS)

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

COMPONENTE CURRICULAR: CONSERVAÇÃO DE ALIMENTOS E NOVAS TECNOLOGIAS DE PROCESSO	
Código:	LESSA001
Carga Horária:	20 horas
Módulo:	I
Nível:	Pós-Graduação – Especialização
EMENTA	
Conservação de alimentos através dos métodos: uso do calor, uso do frio, controle da umidade, por fermentação, uso de aditivos. Novas tecnologias de processo para conservação.	
OBJETIVO(S)	
Compreender a importância da conservação de alimentos. Conhecer os métodos gerais de conservação	

de alimentos. Diferenciar os métodos de conservação de alimentos. Conhecer as recentes tendências no desenvolvimento de produtos considerando os parâmetros de segurança e qualidade.

PROGRAMA

1. As bases dos processos de conservação de alimentos.
2. Conservação de Alimentos pelo uso do calor
3. Conservação de Alimentos pelo uso do frio
4. Conservação de Alimentos pelo controle da umidade
5. Conservação de Alimentos por fermentações
6. Conservação de Alimentos pelo uso de aditivos
7. Irradiação de alimentos
8. Alimentos Minimamente Processados
9. Novos ingredientes no desenvolvimento de produtos e aspectos de segurança alimentar.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas

Seminários

AVALIAÇÃO

Provas escritas

Seminários

Trabalhos dirigidos

Pesquisa

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. OETTERER, M.; REGITANO-D'ARCE, M. A. B.; SPOTO, M. H. F. **Fundamentos de ciência e tecnologia de alimentos**. Barueri: Editora Manole, 2006.
2. ORDÓÑEZ, J. A. et al. **Tecnologia de alimentos: componentes dos alimentos e processos**. vol.1. Porto Alegre: Editora Artmed, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FELLOWS, P. J. **Tecnologia do processamento dos alimentos: princípios e prática**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 2006.

2. EVANGELISTA, J. Tecnologia de Alimentos. 2ª ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2005.

Professor do Componente Curricular _____	Coordenadoria Técnico- Pedagógica _____
Coordenador do Curso _____	Diretoria de Ensino _____

COMPONENTE CURRICULAR: ANÁLISE QUÍMICA E FÍSICA DE ALIMENTOS	
Código:	LESSA002
Carga Horária:	20 horas
Módulo:	I
Nível:	Pós-graduação – Especialização
EMENTA	
Importância da análise de alimentos. Métodos analíticos. Controle de qualidade analítica. Amostragem, preparo e preservação de amostras. Determinação dos constituintes principais dos alimentos. Métodos físicos. Acidez. Introdução à espectrometria. Introdução à cromatografia.	
OBJETIVO(S)	
Conhecer métodos analíticos de análise de alimentos. Conhecer técnicas de amostragem e preparo de amostras de alimentos. Conhecer os fatores que determinam a confiabilidade dos resultados de um método analítico. Conhecer os métodos espectrométricos em análise de alimentos. Conhecer os métodos cromatográficos em análise de alimentos.	
PROGRAMA	

1. Importância da análise de alimentos.
2. Métodos de análise
 - a. Escolha do método analítico
 - b. Esquema geral para análise quantitativa
 - c. Classificação da análise de alimentos
3. Controle de qualidade analítica
 - a. Confiabilidade dos resultados e tratamentos estatísticos
 - b. Pontos críticos de controle de qualidade em um laboratório de análise de alimentos
 - c. Medidas da eficiência de um método analítico
4. Amostragem e preparo de amostras
 - a. Coleta da amostra bruta
 - b. Redução da amostra
 - c. Preservação da amostra
 - d. Fatores a serem considerados na amostragem
5. Determinação dos constituintes principais
 - a. Umidade e sólidos totais
 - b. Cinza e conteúdo mineral
 - c. Nitrogênio e conteúdo protéico
 - d. Carboidratos
 - e. Fibra bruta
 - f. Lipídeos
6. Métodos físicos
 - a. Densimetria
 - b. Refratometria
 - c. Medida de pH
7. Acidez
 - a. Importância
 - b. Aplicação
 - c. Tipos de acidez
 - d. Tipos de ácidos naturais em alimentos
 - e. Métodos de análise
8. Introdução à Espectrometria
 - a. Radiação eletromagnética e o espectro eletromagnético
 - b. Espectrometria de absorção nas regiões ultra-violeta e visível
 - c. Outros métodos ópticos

9. Introdução à Cromatografia a. Usos e aplicações b. Classificação c. Tipos de mecanismos d. Tipos de desenvolvimento do cromatograma e. Mecanismos de separação f. Mecanismos da eficiência de separação 10. Cromatografia planar 11. Cromatografia em coluna
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas expositivas Aulas práticas
AVALIAÇÃO
Provas escritas Relatórios de aulas práticas Trabalhos dirigidos
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. CECHI, H. M., Fundamentos teóricos e práticos em análise de alimentos. 2ª ed. São Paulo: Editora Unicamp, 2010. 2. RIBEIRO, E. P.; ELISENA, A. G. SERAVALLI, Química de Alimentos. 2ª ed. São Paulo, Editora Blucher, 2007. 3. BOBBIO, P. A.; BOBBIO, F. O. Química do processamento de alimentos. 3ª ed. São Paulo, Editora Varela, 2001. 4. ARAÚJO, J. M. A. Química de alimentos: teoria e prática. 2ª ed. Viçosa, MG: UFV, 1999. 5. SILVA, D. J., QUEIROZ, A. C. Análise de alimentos: métodos químicos e biológicos. 3ª ed. Viçosa, MG: UFV, 2009. 6. SKOOG, D.A., WEST, D. M., HOLLER, F. J., CROUCH, S. R., Fundamentos de química

analítica. 8ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

7. VOGEL, A. J., **Química analítica quantitativa**, 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. KOTZ, J. **Química geral I e reações químicas**, vol. 2, 5ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

2. VOGEL, A. J. **Química analítica qualitativa**, 5ª ed. Rio de Janeiro: Mestre Jou, 1981.

3. BACCAN, N. **Química analítica quantitativa elementar**, 3ª ed. São Paulo: Edgard Blucher Ltda, 2001

Professor do Componente Curricular

Coordenadoria Técnico- Pedagógica

Coordenador do Curso

Diretoria de Ensino

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

COMPONENTE CURRICULAR: MICROBIOLOGIA NA SEGURANÇA ALIMENTAR	
Código:	LESSA003
Carga Horária:	20 horas
Módulo:	I
Nível:	Pós-Graduação – Especialização
EMENTA	
Doenças de origem alimentar. Aproveitamento industrial de microrganismos em alimentos. Métodos de análise microbiológica de alimentos. Normas e padrões microbiológicos para alimentos.	
OBJETIVO(S)	
Conhecer os microrganismos causadores de infecções, toxinfecções, intoxicações e produtores de toxinas. Avaliar a importância dos microrganismos para indústria de alimentos. Conhecer os métodos utilizados para detecção dos microrganismos em alimentos. Conhecer as normas e os padrões estabelecidos na legislação.	
PROGRAMA	
1. Doenças de origem alimentar a. Doenças transmitidas por alimentos (DTAs): Toxinose, infecção, toxinfecção e intoxicação; b. Microorganismos patogênicos em alimentos: clássicos, emergentes e reemergentes; c. Agentes de toxinfecções alimentares: toxinose alimentar, infecção alimentar, agentes parasitários. 2. Aproveitamento industrial de microrganismos em alimentos a. Fermentações convencionais (elaboração de alimentos e bebidas fermentadas); b. Produção de ácidos orgânicos, proteínas, aminoácidos, enzimas, polissacarídeos, lipídeos. 3. Métodos de análise microbiológica de alimentos a. Coleta, transporte e preparação de amostras de alimentos; b. Plano de amostragem por atributos; c. Métodos convencionais; d. Métodos rápidos; 4. Normas e padrões microbiológicos para alimentos	

METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas Atividades práticas no laboratório Seminários Estudos de casos	
AValiação	
Seminários Trabalhos dirigidos Pesquisa	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
1. FRANCO, B. D. G. M.; LANDGRAF, M. Microbiologia dos alimentos. São Paulo: Editora Atheneu, 1996. 181p. 2. FRAZIER, W. C.; WESTHOFF, D. C. Microbiologia de los alimentos. Zaragoza: Editora Acribia, 1993. 681p. 3. FORSYTHE, S. J. Microbiologia da segurança alimentar, São Paulo: Editora Artmed, 2005. 424p. 4. ROITMAM, I.; TRAVASSOS, L. R.; AZEVEDO, J. L. Tratado de microbiologia. São Paulo: Editora Manole, 1987. 181p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
1. LIMA, U. A., AQUARONE, E., BORZANI, W. Biotechnology: Tecnologia das fermentações. São Paulo: Editora Edgar Blücher Ltda., v.1, 1975, 275p. 2. SILVA JÚNIOR, E. A. Manual de controle higiênico-sanitário em alimentos. São Paulo: Varela, 1995. 284p.	
Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico- Pedagógica

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Saúde e Segurança Alimentar
Campus Limoeiro do Norte

Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

COMPONENTE CURRICULAR: TOXICOLOGIA ALIMENTAR	
Código:	LESSA004
Carga Horária:	20 horas
Módulo:	I
Nível:	Pós-Graduação – Especialização
EMENTA	
Fundamentos da toxicologia; Toxicocinética e toxicodinâmica; Classificação da toxidade dos alimentos; Especificar dose efeito, dose resposta e dose letal; Toxinas naturais dos alimentos de origem animal e vegetal; Toxinas fúngicas dos alimentos; Contaminantes dos alimentos procedentes de resíduos industriais; Identificação dos resíduos de agrotóxicos nos alimentos.	
OBJETIVO(S)	
Aplicar os fundamentos da toxicologia. Diferenciar toxicocinética de toxicodinâmica. Verificar e mensurar a toxicidade dos alimentos. Monitorar as doses efeito, doses respostas e doses letais. Orientar quanto às toxinas naturais dos alimentos de origem animal e vegetal. Controlar os contaminantes dos alimentos procedentes de resíduos industriais. Conhecer o monitoramento dos alimentos contaminados por agrotóxicos.	
PROGRAMA	
1. Toxicocinética a. Definição b. Absorção c. Distribuição d. Armazenamento e. Biotransformação f. Excreção 2. Toxicodinâmica a. Definição b. Formas de manifestação c. Ações tóxicas 3. Toxicidade a. Classificação	

b. Potência tóxica c. Fatores que afetam a toxicidade 4. Dose Resposta, Dose Efeito e Dose Letal a. Aspectos quantitativos b. Dose resposta, dose efeito e dose letal c. Margem de seguridade 5. Toxinas Naturais dos Alimentos de Origem Animal a. Toxinas do fígado b. Toxinas dos animais marinhos 6. Resíduos de Agrotóxicos nos Alimentos a. Agrotóxicos de cadeia alimentar b. Inseticidas c. Herbicidas	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas Estudos de casos	
AVALIAÇÃO	
Trabalhos dirigidos	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
1. MÍDIO, A. F.; MARTINAS, D. I. Toxicologia de alimentos. São Paulo: Editora Varela, 2000. 2. OGA, S.; CAMARGO, M. M. A; BATISTUZZO, J. A. O. Fundamentos de toxicologia. São Paulo: Editora Atheneu, 2008.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
1. JAY, J. M. Microbiologia dos alimentos. Porto Alegre: Editora Atheneu, 2005. 2. GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. Higiene e vigilância sanitária de alimentos. 3ª ed. São Paulo: Editora Manole, 2008.	
Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico- Pedagógica

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Saúde e Segurança Alimentar
Campus Limoeiro do Norte

_____	_____
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino
_____	_____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

COMPONENTE CURRICULAR: EPIDEMIOLOGIA ALIMENTAR	
Código:	LESSA005
Carga Horária:	20 horas
Módulo:	I
Nível:	Pós-Graduação – Especialização
EMENTA	
Conceitos básicos de epidemiologia e sua perspectiva histórica. Interpretação do processo saúde / doença na população. Indicadores de saúde; Epidemiologia descritiva; Tipos de estudos epidemiológicos; Problemas em estudos epidemiológicos; Vigilância epidemiológica. Epidemiologia das doenças por alimentos.	
OBJETIVO(S)	
Expor os fundamentos da epidemiologia, caracterizando o seu objeto e reconhecer seus principais usos. Capacitar o aluno a compreender e aplicar a metodologia epidemiológica na interpretação dos fenômenos relacionados à saúde e doenças dos seres humanos. Refletir sobre a importância da epidemiologia na construção da Vigilância em Saúde.	
PROGRAMA	
1. Introdução a epidemiologia a. Definição b. Objetivos c. Histórico d. Conceitos: saúde, doença 2. Epidemiologia descritiva a. Incidência b. Prevalência c. Indicadores de saúde d. Epidemia e. Doença endêmica f. Pandemia g. Proporções h. Razões	

i. Taxas. 3. Tipos de estudos epidemiológicos a. Observacionais i) Estudos descritivos; ii) Estudos analíticos: Ensaio clínico randomizado, corte, caso-controle, transversal e ecológico. b. Experimentais 4. Problemas em estudos epidemiológicos a. Vieses b. Confundimento 5. Medidas de associação e impacto a. Noções de risco b. Risco relativo c. Odds ratio d. Risco atribuível 6. Vigilância epidemiológica 7. Epidemiologia das doenças transmitidas por alimentos
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas expositivas Discussão em Grupo Estudo Dirigido Exploração de Idéias Interrogatório Estudo de casos
AVALIAÇÃO
Provas escritas Trabalhos dirigidos Assiduidade e pontualidade

Participação e interesse pelo assunto abordado	
Análise de artigos científicos	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
1. FLETCHER, R. H.; FLETCHER, S. W.; WAGNER, E. H. Epidemiologia clínica: elementos essenciais. 4ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas. 2006. 288p. 2. PEREIRA, M. G. Epidemiologia – Teoria e Prática. 11ª reimpressão. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2007. 3. FILHO ALMEIDA, N.; ROUQUAYROL, M. Z. Introdução a Epidemiologia, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
1. BERSÉNOR, I. M, LOTUFO, P. A. Epidemiologia: abordagem prática. São Paulo: Ed. Sarvier, 2005. 2. LIMA-COSTA, M. F.; BARRETO, S. M. Tipos de estudos epidemiológicos: conceitos básicos e aplicações na área do envelhecimento. Epidemiologia e Serviço de Saúde, v. 12, n 4, out/dez 2003.	
Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico- Pedagógica
_____	_____
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino
_____	_____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

COMPONENTE CURRICULAR: TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS	
Código:	LESSA006
Carga Horária:	20 horas
Módulo:	I
Nível:	Pós-Graduação – Especialização
EMENTA	
Uso das bases de dados textuais e referenciais através dos recursos de informática para a realização de pesquisa bibliográfica. Analisar trabalhos monográficos. Adquirir as técnicas de leitura, análise e interpretação de textos. Conhecer as normas de apresentação de trabalho científico. Organizar dados.	
OBJETIVO(S)	
Dominar técnicas de busca e recuperação de informação. Conhecer sistema de busca em bases de dados, portais e outros. Utilizar as técnicas de busca de informação. Diferenciar documentos e trabalhos científicos. Utilizar as técnicas de leitura para análise e interpretação de textos. Empregar as normas usadas na elaboração de documentos científicos. Identificar os mecanismos usados no processamento e coleta de dados.	
PROGRAMA	
1. Técnicas de estratégia de busca. 2. Forma e conteúdo das bases de dados textuais e referenciais. 3. Fontes de Informação Online. 4. Recuperação da informação. 5. Tipos de pesquisa científica 6. Diretrizes metodológicas para a leitura, compreensão e documentação de textos e elaboração de seminários, artigo científico, resenha e monografia. 7. Processos e técnicas de elaboração de monografias. 8. Pesquisa – tipos; documentação – didática pessoal, fichamento; projeto e relatório de pesquisa –	

etapas: monografia – elaboração.

9. As normas da ABNT.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas

Atividade prática

Estudo de casos

AValiação

Exercícios práticos quanto ao uso das bases de dados e de referências

Seminários

Análise de artigos científicos, monografias

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. KOCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**. 26ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
2. SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.
3. MATTAR NETO, J. A. **Metodologia científica na era da informática**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
4. <http://www.finderseeker.com>
5. <http://www.virtualfreesites.com>
6. http://www.webopedia.com/DidYouKnow/Internet/2002/Web_vs_Internet.asp
7. <http://www.ouc.bc.ca/libr/connect96/search.htm>
8. <http://www.darpa.mil/body/newsitems/pdf/idarmastudyvol1.pdf>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CERVO, A. L.; BREVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.
2. RUIZ, J. A. **Metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
3. <http://www.isoc.org/internet/history>
4. <http://www.davesite.com/webstation/net-history.shtml>

5. http://www.marketingterms.com/dictionary/web_directory 6. http://www.ead.unicamp.br/minicurso/bw/index.html 7. http://www.searchenginewatch.com	
Professor do Componente Curricular _____	Coordenadoria Técnico- Pedagógica _____
Coordenador do Curso _____	Diretoria de Ensino _____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

COMPONENTE CURRICULAR: SEGURANÇA E QUALIDADE NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS DE ORIGEM ANIMAL	
Código:	LESSA007
Carga Horária:	40 horas
Módulo:	II
Nível:	Pós-Graduação – Especialização
EMENTA	
Principais elementos da cadeia produtiva de produtos de origem animal: carne bovina e suína, leite, aves, ovos e pescados. Aspectos mercadológicos e segurança alimentar. O papel da embalagem e a importância da cadeia de suprimentos na obtenção de um produto final seguro e com qualidade. Posição dos produtos nacionais de origem animal no cenário da economia mundial. Estudo de Casos.	
OBJETIVO(S)	
Dar aos alunos conhecimentos críticos para analisar a cadeia das principais proteínas de origem animal quanto aos aspectos de Segurança e Qualidade.	
PROGRAMA	
1. Indústria de Carnes e Derivados a. Fases tecnológicas do abate que interferem na segurança na Indústria da carne b. Processo higiênico do abate a produção industrial da carne c. Defeitos em produtos cárneos d. Rastreabilidade da Carne 2. Indústria de Leite e Derivados a. Produção segura na cadeia produtiva do leite; b. Boas Práticas Agropecuárias na produção leiteira; c. Inspeção Sanitária Federal de Leite e Derivados e os programas de segurança alimentar. 3. Indústria de Pescado e Derivados	

a. Cadeia produtiva de produtos de pescado e derivados

b. Aspectos da qualidade em pescado

c. Certificação na indústria de pescado e derivados

4. Ovos

a. Produtos derivados de ovos

b. Perigos e Pontos Críticos de controle associados ao processamento

c. Aplicação segura de ovos no desenvolvimento de produtos alimentícios.

4. Estudo de casos

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas

Seminários

Estudos de casos

AVALIAÇÃO

Seminários

Trabalhos dirigidos

Pesquisa

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. PINTO, P. S. A. **Inspeção e higiene de carne**. Viçosa, MG: Editora UFV, 2008.
2. TERRA, N; TERRA, A.; TERRA, L. **Defeitos nos produtos cárneos: origens e soluções**. São Paulo: Varela, 2004.
3. PORTUGAL, et al. **Segurança alimentar na cadeia do leite**. EPAMIG/CT/ILCT. Embrapa Gado Leite. Juiz de Fora, 2002.

4. FERNANDES VIEIRA, R. H. S. **Microbiologia, higiene e qualidade do pescado: teoria e prática**. São Paulo: Varela, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. PRATA, L. F.; FUKUDA, R. T. **Fundamentos de higiene e inspeção de carnes**. Jabotical: FUNEP, 2001.

2. Manual de boas práticas agropecuárias e sistema APPCC. Série qualidade e segurança dos alimentos. CNI/SENAI/SEBRAE/EMBRAPA. Brasília, 2004.

3. BASTOS, M. S. R. (org.). **Ferramentas da ciência e tecnologia para a segurança dos alimentos**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

Professor do Componente Curricular _____	Coordenadoria Técnico- Pedagógica _____
Coordenador do Curso _____	Diretoria de Ensino _____

,

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

COMPONENTE CURRICULAR: SEGURANÇA E QUALIDADE NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS DE ORIGEM VEGETAL	
Código:	LESSA008
Carga Horária:	40 horas
Módulo:	II
Nível:	Pós-Graduação – Especialização
EMENTA	
Conceito integrado de segurança na cadeia produtiva "from farm to table". Conceito de Boas Práticas Agrícolas (BPA). Parâmetros críticos a considerar e controlar na produção, colheita, armazenamento, transporte e comercialização de insumos. O papel da embalagem e a importância da cadeia de suprimentos na obtenção de um produto final seguro e com qualidade. Posição de produtos brasileiros no mercado interno e internacional.	
OBJETIVO(S)	
Análise da segurança na cadeia produtiva de produtos de origem vegetal, com abordagem integrada do processo, enfatizando produtos de maior impacto econômico nos mercados interno e externo	
PROGRAMA	
1. Indústria de Frutos e Hortaliças a. Introdução à Tecnologia de Frutas e Hortaliças b. Higiene da matéria-prima: Sanitização de frutas e hortaliças c. Higiene nos locais de preparo/equipamentos de processamento de frutas e hortaliças e higiene pessoal: PPHO d. Tratamento fitossanitário de pós-colheita 2. Indústria de Cereais e Derivados a. Principais cereais para alimentação (Trigo, Milho, Centeio, Triticale, Sorgo, Arroz, Aveia, Cevada); b. Controle de Qualidade e legislação de cereais e sub-produtos	

c. Análises físico-químicas, microbiológicas, microscópicas e sensoriais

d. Legislação pertinente.

3. Indústria de Óleos e Derivados

a. Refino de óleos e produção de derivados;

b. Alterações oxidativas e enzimáticas de óleos e gorduras;

c. Legislação e controle de qualidade de óleos e gorduras vegetais;

d. Pontos críticos na produção industrial de óleos vegetais e derivados;

4. Indústria de Produtos açucarados

a. Principais produtos açucarados;

b. Riscos associados à produção e consumo;

c. Pontos Críticos de Controle para manutenção da qualidade.

5. Controle de qualidade em silos durante o armazenamento de grãos

6. Estudo de caso.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas

Seminários

Estudo dirigido

Pesquisa

AVALIAÇÃO

Provas escritas

Seminários

Trabalhos dirigidos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GAVA, A. J.; SILVA, C. A. B; FRIAS, J. R. G. **Tecnologia de alimentos: princípios e aplicações**. São Paulo: Nobel, 2008.
2. FELLOWS, P. J. **Tecnologia do processamento de alimentos: princípios e práticas**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
3. VIDAL, R.M. **Industria de alimentos: tecnologia de cereais**. Paraná: UNICENTRO, 2001.
4. MORETTO, E., FETT, R. **Tecnologia de óleos e gorduras vegetais na indústria de alimentos**. São Paulo: Varela, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CIACCO, C. F.; CRUZ, R. **Fabricação de amido e sua utilização**. Campinas: Fundação Tropical de Pesquisas e Tecnologia (série tecnologia agroindustrial, n. 07), 1982.
2. GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. **Higiene e vigilância sanitária de alimentos: qualidade das matérias-primas, doenças transmitidas por alimentos, treinamento de recursos humanos**. 3ª ed: Barueri: Manole, 2008.

Professor do Componente Curricular _____	Coordenadoria Técnico- Pedagógica _____
Coordenador do Curso _____	Diretoria de Ensino _____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

COMPONENTE CURRICULAR: SEGURANÇA ALIMENTAR NO MERCADO VAREJISTA	
Código:	LESSA009
Carga Horária:	20 horas
Módulo:	II
Nível:	Pós-graduação
EMENTA	
Higiene e segurança em estabelecimentos varejista de alimentos. Instalações, equipamentos, utensílios, controle de pragas, água, resíduos e serviços de apoio em estabelecimentos varejistas. Origem das matérias-primas e ingredientes em estabelecimentos varejistas. Práticas de manipulação de alimentos em estabelecimentos varejistas. Condições de higiene e conservação dos produtos prontos, semi-prontos em estabelecimentos varejistas.	
OBJETIVO(S)	
Avaliar as condições higiênico-sanitárias e a inocuidade de alimentos nos estabelecimentos varejistas: supermercados, mercearias, padarias, frigoríficos, hortifrutis, estabelecimentos de alimentação coletiva (restaurantes, cafês), mercados, feiras livres, distribuidores, etc.	
PROGRAMA	
1. Higiene e segurança em supermercados, mercearias, padarias, frigoríficos, hortifrutis, estabelecimentos de alimentação coletiva (restaurantes, cafês), mercados, feiras livres e distribuidores entre outros. 2. Instalações, equipamentos, utensílios, controle de pragas, água, resíduos e serviços de apoio – requisitos mínimos em supermercados, mercearias, padarias, frigoríficos, hortifrutis, estabelecimentos de alimentação coletiva (restaurantes, cafês), mercados, feiras livres e distribuidores entre outros. 3. Origem das matérias-primas e ingredientes, práticas de manipulação de alimentos, condições de higiene e conservação dos produtos prontos, semi-prontos em supermercados, mercearias, padarias, frigoríficos, hortifrutis, estabelecimentos de alimentação coletiva (restaurantes, cafês), mercados, feiras livres e distribuidores entre outros.	
METODOLOGIA DE ENSINO	

Aulas expositivas Seminários Estudo de casos	
AVALIAÇÃO	
Prova escrita Seminários Pesquisa	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
1. BERTIN, B.; MENDES, F. Segurança de alimentos no comércio: atacado e varejo. Editora Senac, 2011. 2. LIMA, U. A. Matérias-primas dos alimentos. São Paulo: Edgard Blucher, 2010. 3. SILVA JUNIOR, E. A. Manual de controle higiênico-sanitário em serviços de alimentação. 6. ed. São Paulo: Varela, 2005.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
1. EVANGELISTA, J. Tecnologia de alimentos. 2ªed. São Paulo: Atheneu, 2008. 2. GAVA, A. J.; SILVA, C. A. B; FRIAS, J. R. G. Tecnologia de alimentos: princípios e aplicações. São Paulo: Nobel, 2008. 3. FELLOWS, P. J. Tecnologia do processamento de alimentos: princípios e práticas. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 4. OMT. Manual de qualidade, higiene e inocuidade de alimentos no setor de turismo. São Paulo: Editora Roca, 2003.	
Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico- Pedagógica
_____	_____

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Saúde e Segurança Alimentar
Campus Limoeiro do Norte

Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

COMPONENTE CURRICULAR: ADMINISTRAÇÃO EM UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (UAN)	
Código:	LESSA010
Carga Horária:	20 horas
Módulo:	II
Nível:	Pós-Graduação – Especialização
EMENTA	
Compreensão de serviço, administração e técnicas em empresas privadas ou públicas que possuam unidade de alimentação e nutrição. Compreensão do planejamento, organização, controle, avaliação e administrar de uma UAN.	
OBJETIVO(S)	
Conhecer os aspectos relacionados à administração e segurança alimentar em Unidades de Alimentação e Nutrição.	
PROGRAMA	
1. Noções Gerais da Administração; 2. Caracterização e estrutura organizacional de uma UAN; 3. Planejamento físico e funcional das UAN's; 4. Higiene e Segurança do Trabalho; 5. Administração de material para UAN's; 6. Planejamento de cardápios; 7. Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT; 8. O serviço de alimentação e a qualidade hospitalar; 9. Princípios básicos da qualidade; 10. Processo de avaliação e a qualidade no serviço de alimentação.	
METODOLOGIA DE ENSINO	

Aulas expositivas Seminários Estudo de casos	
AVALIAÇÃO	
Prova escrita Seminários Análise de artigos científicos	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
1. VAZ, C. Alimentação de coletividades: uma abordagem gerencial. 2003. 2. ZANELLA, Instalação e Administração de Restaurantes, Ed. Metha, 2007. 3. VAZ, C. Restaurantes Controlando Custos e Aumentando Lucro, 2006.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
1. ORNELLAS, L. H. Técnica dietética: seleção e preparo de alimentos. 7 ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2001. 2. TEIXEIRA, S. Administração aplicada às unidades de alimentação e nutrição. São Paulo: Atheneu, 2003.	
Professor do Componente Curricular _____	Coordenadoria Técnico- Pedagógica _____
Coordenador do Curso _____	Diretoria de Ensino _____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

COMPONENTE CURRICULAR: ESTRUTURA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ALIMENTOS	
Código:	LESSA011
Carga Horária:	20 horas
Módulo:	III
Nível:	Pós-Graduação – Especialização
EMENTA	
Seminários realizados em torno de temas específicos da área de segurança alimentar por membros do ministério da saúde, ministério da agricultura, pecuária e abastecimento, ministério da pesca e aquicultura entre outros.	
OBJETIVO(S)	
Conhecer a estrutura de vigilância sanitária de alimentos centralizada em cada órgão público responsável. Analisar criticamente as legislações específicas destinadas à segurança de alimentos e bebidas.	
PROGRAMA	
De acordo com os temas relacionados à segurança alimentar sob responsabilidade de cada órgão público, seja Ministério da Saúde, MAPA, MPA, etc.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Seminários	
AVALIAÇÃO	
Seminários	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
De acordo com os temas do seminário	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Saúde e Segurança Alimentar
Campus Limoeiro do Norte

De acordo com os temas do seminário	
Professor do Componente Curricular _____	Coordenadoria Técnico- Pedagógica _____
Coordenador do Curso _____	Diretoria de Ensino _____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

COMPONENTE CURRICULAR: LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E IMPACTOS NO SETOR DE ALIMENTOS	
Código:	LESSA012
Carga Horária:	20 horas
Módulo:	III
Nível:	Pós-Graduação
EMENTA	
Introdução ao Direito Ambiental. Histórico da Legislação Ambiental. Meio Ambiente na Constituição de 1988. Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) – Lei nº 6.938/81. Lei de Crimes ambientais – Lei nº 9.605/98. Lei nº 6.803/80 – dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição. Resoluções do CONAMA.	
OBJETIVO(S)	
Entender os princípios do direito Ambiental. Apreender o histórico da Legislação ambiental. Conhecer e analisar a Legislação Ambiental a nível Federal, Estadual e Municipal. Compreender a legislação quanto à regulação, controle, fiscalização e licenciamento. Conhecer experiências e estratégias de aplicação da legislação ambiental no setor de Alimentos. Interpretar as Legislações Ambientais Federal, Estaduais e Municipais. Utilizar a Legislação Ambiental na regulação de atividades no setor de Alimentos; Utilizar a Legislação Ambiental no processo de licenciamento ambiental para o setor de Alimentos;	
PROGRAMA	
1. Introdução ao Direito Ambiental • Conceitos • Princípios do direito ambiental • Direito difuso, direito coletivo e direito individuais homogêneos 2. Histórico da Legislação Ambiental • Brasil República até século XXI 3. Meio Ambiente na Constituição de 1988 a. Importância histórica	

- b. Art. 225 – incumbência do poder público
 - c. Hierarquia da Legislação ambiental
 - d. Competências administrativas e legislativas do direito ambiental
- 4. Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA – Lei nº 6.938/81
 - Importância histórica
 - Princípios, objetivos e instrumentos
 - Composição do SISNAMA
 - Funções do SISNAMA
 - Funções do CONAMA
- 5. Lei de Crimes ambientais – Lei nº 9.605/98
 - Dos Crimes contra o Meio Ambiente
 - Seção III: da poluição e outros crimes ambientais
- 6. Lei nº 6.803/80 – dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição
 - Fundamentos
 - Objetivos
 - Diretrizes de Ações
 - Instrumentos
- 7. Resoluções do CONAMA
 - Nº 01/86: estabelece a exigência de realização de EIA e apresentação do RIMA
 - Nº 237/97: estabeleceu o sistema da tríplice licença (LP, LI e LO)
 - Nº 357/2005: estabelece a avaliação de efluentes gerados pelas indústrias.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas

Seminários

Visitas técnicas

Aulas de campo

Estudos de casos

AVALIAÇÃO

Provas escritas

Seminários

Trabalhos dirigidos

Relatório de visitas técnicas

Relatório de aulas de campo	
Pesquisa	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
1. FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de direito ambiental. 10ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009. 2. SILVA, Vicente Gomes. Legislação ambiental comentada. 3ªed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2006. 3. BRASIL. Legislação do direito ambiental. 2ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
1. ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. 12ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris Ltda, 2010. 2. BRAGA, Benedito et al. Introdução à engenharia ambiental: o desafio do desenvolvimento sustentável. 2ª ed. São Paulo: Editora Pearson Prentice Hall, 2005.	
Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico- Pedagógica
_____	_____
Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino
_____	_____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

COMPONENTE CURRICULAR: SEGURANÇA ALIMENTAR E ROTULAGEM	
Código:	LESSA013
Carga Horária:	40 horas
Módulo:	III
Nível:	Pós-Graduação – Especialização
EMENTA	
Principais riscos relacionados à segurança de alimentos. Principais normas que visam garantir a segurança dos alimentos na indústria. Benefícios da implantação de normas para a obtenção de alimentos seguros. Rotulagem. Informações obrigatórias. Informação nutricional. Legislação específica.	
OBJETIVO(S)	
Conhecer os principais riscos relacionados à segurança de alimentos. Conhecer e diferenciar as principais normas que visam garantir a segurança dos alimentos na indústria. Entender os benefícios da implantação de normas para a obtenção de alimentos seguros. Conhecer a higiene e controle de qualidade de alimentos. Atuar com responsabilidade nas atividades inerentes à segurança dos alimentos. Conhecer a rotulagem de alimentos e bebidas de acordo com a legislação específica. Compreender a informação nutricional dos rótulos de alimentos e bebidas.	
PROGRAMA	
1. Riscos e Perigos Físicos, Químicos e Microbiológicos em alimentos; 2. Riscos dietéticos (alergias alimentares, intolerâncias alimentares, cancro, doenças metabólicas e cardiovasculares) e relacionados com novas tecnologias (organismos geneticamente modificados, animais clonados, nanotecnologia, alimentos funcionais); 3. Códigos de Boas Práticas Boas Práticas de Fabrico (Good Manufacturing Practice – GMP); 4. Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (Hazard Analysis Critical Control Points – HACCP); 5. Organização Internacional de Normalização (International Organization for Standardization – ISO); 6. Benefícios e dificuldades da implementação de boas práticas de higiene e segurança alimentar. 7. Rotulagem a. Informações obrigatórias	

b. Informação nutricional c. Legislação específica
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas expositivas Seminários Estudos de casos
AVALIAÇÃO
Provas escritas Seminários Trabalhos dirigidos
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. Higiene e vigilância sanitária de alimentos: qualidade das matérias-primas, doenças transmitidas por alimentos, treinamento de recursos humanos. 3ª ed. Barueri: Editora Manole, 2008. 2. SILVA JUNIOR, E. A. Manual de controle higiênico-sanitário em serviços de alimentação. 6. ed. São Paulo: Editora Varela, 2005. 3. BASTOS, M. S. R. Ferramentas da ciência e tecnologia para a segurança dos alimentos. Fortaleza, CE: Embrapa Agroindústria Tropical: Banco do Nordeste do Brasil, 2008. 4. GAVA, A. J.; SILVA, C. A. B ; FRIAS, J. R. G. Tecnologia de alimentos: princípios e aplicações. São Paulo: Nobel, 2008. 5. Legislação: http://www.anvisa.gov.br/alimentos/rotulos/index.htm 6. Legislação específica: Leis, Decretos, Resoluções, Portarias, etc.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
1. INTERNATIONAL ASSOCIATION OF MILK, FOOD AND ENVIRONMENTAL SANITARIANS (IAMFES). BRYAN, F. L; ARRUDA, G. A.; FUJINO, H.; POPOLIM, W. D.; IAMFES (Trad.). Guia de procedimentos para implantação do método de análise de perigos em pontos críticos de controle – APPCC. São Paulo: Ponto Crítico Consultoria em Alimentação, 1997.

2. RIEDEL, G. Controle sanitário dos alimentos. São Paulo: Atheneu, 2008.	
Professor do Componente Curricular _____	Coordenadoria Técnico- Pedagógica _____
Coordenador do Curso _____	Diretoria de Ensino _____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

COMPONENTE CURRICULAR: FERRAMENTAS DA QUALIDADE EM INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	
Código:	LESSA014
Carga Horária:	40 horas
Módulo:	III
Nível:	Pós-Graduação – Especialização
EMENTA	
Estudo dos principais mecanismos e ferramentas para o estabelecimento de programas de garantia da qualidade, com ênfase na segurança. QFD. Conceitos de logística e sua vinculação com a segurança alimentar. Aspectos comportamentais e estudo do papel da hierarquia na gestão do sistema de qualidade e segurança alimentar. Planejamento estratégico e da qualidade. Gestão de "crises" (problemas emergenciais junto ao mercado e consumidor) e, "recall" de produtos.	
OBJETIVO(S)	
Estudar as principais ferramentas e instrumentos dos programas de garantia de qualidade e as etapas na concepção e desenvolvimento do planejamento estratégico para sua implantação.	
PROGRAMA	
1. Ferramentas da Gestão da Qualidade 1. CEP – Controle Estatístico de Processos 2. “Just-In-Time” (Produção Apenas a Tempo) 3. Organização: 5S 4. GUT – Gravidade, Urgência e Tendência 5. Diagrama de Pareto 6. 5W + 2H 7. Folhas de Verificação 8. “Brainstorming” 9. Diagrama de Causas e Efeitos 10. Ciclo PDCA (Plan, Do, Check, Act) 11. “Brenchmarking” 12. Processo de solução de problemas (PSP) 2. TPM – Manutenção Produtiva Total 1. Manutenção preventiva, corretiva e predita	

3. POP – Procedimento Operacional Padrão

4. PG – Procedimento de Gestão

3. ISO 9001

1. Introdução

2. Importância

3. Objetivos

4. Requisitos para certificação

5. Benefícios da certificação

4. Logística

1. Logística e cadeia de suprimentos

2. Fluxo de materiais e de informações

3. Competindo por meio da logística

4. Estratégias da cadeia de suprimentos

5. Atendimento ao cliente como elo entre logística e marketing

6. Atendimento e retenção de clientes

7. Estabelecendo prioridades do atendimento ao cliente

8. Utilizando segmentos de mercado para estabelecer prioridades de logística

9. Valor e custo da logística

10. Gestão internacional de logística

11. Gestão do tempo de investida

12. Garantidores e qualificadores de mercado

13. Gestão da cadeia de suprimento

14. O desafio futuro da logística

5. Sistema da Qualidade

1. Elaboração de projeto de desenvolvimento de um Sistema da Qualidade Total

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas

Seminários

Visitas técnicas

Aulas de campo

Estudos de casos

AVALIAÇÃO

Provas escritas Seminários Trabalhos dirigidos Pesquisa	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
CARVALHO, M. M.; PALADINI, E. P. Gestão da qualidade: teoria e casos. Elsevier, Rio de Janeiro, 2005. PALADINI, E. P. Gestão estratégica da qualidade: princípios, métodos e processos 2ª Ed. Atlas: São Paulo, 2009. PALADINI, E. P. Qualidade total: teoria e prática. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
De acordo com os temas do seminário	
Professor do Componente Curricular _____	Coordenadoria Técnico- Pedagógica _____
Coordenador do Curso _____	Diretoria de Ensino _____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

COMPONENTE CURRICULAR: SEMINÁRIOS: TÓPICOS EM QUALIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR	
Código:	LESSA015
Carga Horária:	20 horas
Módulo:	IV
Nível:	Pós-Graduação – Especialização
EMENTA	
Seminários realizados em torno de temas específicos e inovadores de interesse dos alunos.	
OBJETIVO(S)	
Analisar criticamente os projetos apresentados pelos alunos e suas aplicações na prática docente, aproveitando esses momentos para troca de experiências e socialização de propostas, atividades e materiais.	
PROGRAMA	
De acordo com os temas do seminário	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Seminários	
AValiação	
Seminários	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
De acordo com os temas do seminário	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
De acordo com os temas do seminário	

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Saúde e Segurança Alimentar
Campus Limoeiro do Norte

Professor do Componente Curricular _____	Coordenadoria Técnico- Pedagógica _____
Coordenador do Curso _____	Diretoria de Ensino _____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

COMPONENTE CURRICULAR: INGLÊS INSTRUMENTAL	
Código:	LESSA016
Carga Horária:	20 horas
Módulo:	IV
Nível:	Pós-Graduação – Especialização
EMENTA	
Construção de conhecimento prévio. Uso do dicionário. Afixos. Grupos Nominais. Estruturas básicas da Língua Inglesa. Conectivos. Indicações referenciais. Predição. Skimming. Scanning. Palavras cognatas.	
OBJETIVO(S)	
Construir conhecimento prévio (utilizando a visão de mundo e experiência prévia de leitura) como meio de facilitar a compreensão de textos acadêmicos e técnicos; Usar satisfatoriamente o dicionário, dentro do princípio de que o significado da palavra está associado ao contexto; Reconhecer grupos nominais e afixos; Revisar os conhecimentos de estruturas da língua inglesa e pontos gramaticais básicos; Identificar nos textos elementos de coesão (indicações referenciais) e alguns conectivos; Empregar eficientemente as principais estratégias de leitura.	
PROGRAMA	
I. O uso do dicionário II. Afixos III. Grupos Nominais IV. Estrutura dos principais tempos verbais em inglês 1. Presente Simples 2. Presente Progressivo 3. Presente Perfeito 4. Passado Simples 5. Passado Progressivo 6. Futuro Simples 7. Voz Passiva	

V. Conectivos 1. Conjunções 2. Orações relativas VI. Indicações referenciais VII. Estratégias de leitura 1. Predição 2. Skimming 3. Scanning 4. Palavras cognatas
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas expositivas e interativas, discussões, atividades escritas e dinâmicas de grupo
AVALIAÇÃO
Assiduidade. Comprometimento com a disciplina. Participação nas aulas. Provas escritas. Trabalhos dirigidos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
AGUIAR, C. C.; FREIRE, M. S. G; ROCHA, R. L. N. Inglês Instrumental: Abordagens X Compreensão de Textos. 3ª edição revisada e ampliada. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2001. GUANDALINI, E. O. Técnicas de Leitura em inglês: ESP – English for Specific Purposes: estágio 1. São Paulo: Textonovo, 2002. LONGMAN. Longman Dicionário Escolar Inglês-Português / Português-Inglês para estudantes brasileiros. 2ª edição. São Paulo: Longman do Brasil, 2008. LOPES, C. B. de A. Inglês Instrumental: leitura e compreensão de textos. Recife: Imprima, 2012. MARQUES, A. New English 1. Barueri: Disal, 2012. OXFORD. Dicionário Oxford Escolar Inglês-Português / Português-Inglês para estudantes brasileiros de inglês. 2ª edição. São Paulo: Oxford, 2010
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BIXBY, J.; MCVEIGH, J. Q: Skills for Success Reading & Writing Intro. New York: Oxford University Press, 2011.

FUCHS, M.; BONNER, M. Grammar Express: for self-study and classroom use. London: Pearson Longman, 2001.

LANGAN, J. Ten Steps to Building College Reading Skills. 5th ed. New Jersey: Townsend Press, 2011.

MAURER, J. Focus on grammar 5: an integrated skills approach. 3rd ed. USA: Longman, 2006.

OXFORD. Oxford Learner's Dictionary of Academic English. 9ª edição. Oxford University Press, 2015.

THEWLIS, S. H. Grammar Dimensions 3. Boston: Thomson Heinle, 2000.

WEGMANN, B.; KNEZEVIC, M. Mosaic Level 1 Reading. 6th ed. New York: McGraw-Hill, 2014.

Professor do Componente Curricular _____	Coordenadoria Técnico- Pedagógica _____
Coordenador do Curso _____	Diretoria de Ensino _____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

COMPONENTE CURRICULAR: MONOGRAFIA	
Código:	LESSA017
Carga Horária:	40 horas
Módulo:	-
Nível:	Pós-Graduação – Especialização
EMENTA	
Trabalho de monografia a ser conduzido sob orientação de professor do curso de especialização.	
OBJETIVO(S)	
Elaboração de monografia; artigos técnicos e científicos.	
PROGRAMA	
De acordo com o tema pesquisado	
METODOLOGIA DE ENSINO	
De acordo com o tema pesquisado	
AVALIAÇÃO	
Banca Examinadora	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
De acordo com o tema pesquisado	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
De acordo com o tema pesquisado	
Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico- Pedagógica
_____	_____

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Saúde e Segurança Alimentar
Campus Limoeiro do Norte

Coordenador do Curso	Diretoria de Ensino



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Aprova a atualização do PPC do curso de especialização *Lato Sensu* em Gestão e Controle Ambiental do *campus* de Limoeiro do Norte.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe foram conferidas,

CONSIDERANDO deliberação do Conselho Superior em sua Reunião Ordinária nº 49ª, realizada nesta data;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23255.002647/2018-17,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, a atualização do Projeto Pedagógico do curso de especialização *Lato Sensu* em Gestão e Controle Ambiental do *campus* de Limoeiro do Norte, conforme projeto em anexo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe**, Presidente do Conselho Superior, em 04/04/2018, às 10:23, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0032024** e o código CRC **3E179E0C**.



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
DIRETORIA / DEPARTAMENTO DE ENSINO, *CAMPUS* LIMOEIRO DO NORTE

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU DE ESPECIALIZAÇÃO EM
GESTÃO E CONTROLE AMBIENTAL

LIMOEIRO DO NORTE

2018

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

REITOR

Virgílio Augusto Sales Araripe

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Reuber Saraiva de Santiago

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

José Wally Mendonça Menezes

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Zandra Maria Ribeiro Mendes Dumaresq

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Ivam Holanda de Sousa

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Tássio Francisco Lofti Matos

DIRETORA GERAL DO CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE

Jânia Maria Augusta da Silva

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

Phylippe Gomes de Lima Santos

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Cleilson do Nascimento Uchôa

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Ana Raquel de Oliveira Mano	Dra. em Biologia	Docente
Carlos Robério de Oliveira Barroso	Esp. em Organização e Gestão de IES	Docente
Elivânia Vasconcelos Moraes dos Santos	Dra. em Engenharia Ambiental	Docente
Francisco Alberto de Assis Teixeira	Me. em Engenharia Civil	Docente
Heraldo Antunes Silva Filho	Dr. em Engenharia Ambiental	Docente
Hosineide de Oliveira Rolim	Dra. em Saneamento Ambiental	Docente
Maria Gizeuda de Freitas Sousa	Me. em Tecnologia e Gestão Ambiental	Docente
Neide Maria da Costa Moura	Me. em Tecnologia e Gestão Ambiental	Docente
Paulo de Freitas Lima	Dr. em Ecologia e Recursos Naturais	Docente
Phylippe Gomes de Lima Santos	Me. em Tecnologia e Gestão Ambiental	Docente
Elissandra Vasconcellos Moraes dos Santos	Pedagoga e Esp. em Ensino	Técnica em Assuntos Educacionais
Adriana Figueiró Moreira	Me. em Engenharia Agrícola	Docente Responsável pela Especialização em Gestão e Controle Ambiental

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO.....	05
2. APRESENTAÇÃO.....	08
3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	13
4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	16
5. CERTIFICAÇÃO.....	20
6. RECURSOS HUMANOS.....	20
7. INFRAESTRUTURA.....	22
8. INDICADORES DE DESEMPENHO	36
9. PLANOS DE UNIDADES DIDÁTICAS (PUDS)	37

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Identificação Geral

Instituição:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Curso:	Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Área do Conhecimento:	Engenharias I
Nível:	Pós-graduação Lato Sensu
Entidade Promotora:	IFCE, Campus Limoeiro do Norte
Entidade Executora:	IFCE, Campus Limoeiro do Norte
Diretora Geral do Campus:	Jânia Maria Augusta da Silva
Chefe do Departamento de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação	Cleilson do Nascimento Uchôa
Coordenadora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação:	Elivânia Vasconcelos Moraes dos Santos
Coordenadora do curso:	Adriana Figueiró Moreira
Telefone para contato:	(88) 3447-6400 / (88) 3447-6410
E-mail para contato:	coppi@ifce.edu.br / adrissafigueiro@ifce.edu.br

1.2. Informações Gerais da Oferta

Modalidade de oferta:	Presencial
Carga horária dos componentes curriculares:	360 hs
Carga horária total:	400hs
Local de realização:	IFCE, Campus Limoeiro do Norte
Turno:	Integral (*)
Periodicidade das aulas:	Quintas: noite; Sextas: manhã e tarde; Sábados: manhã e tarde (1 ou 2 vezes ao mês) <i>*As disciplinas optativas poderão ser ofertadas em outros períodos mediante disponibilidade docente e de infraestrutura.</i>
Período de duração:	18 meses

1.3. Público Alvo

Profissionais do setor público ou privado, com formação superior em diferentes áreas do conhecimento, como: tecnólogos em gestão ambiental, saneamento ambiental ou processos ambientais, administradores, agrônomos, advogados, biólogos, geógrafos, geólogos, engenheiros, economistas, arquitetos, urbanistas, cientistas sociais, pedagogos, psicólogos, dentre outros, que trabalham ou pretendem atuar no planejamento e gestão ambientais ou são responsáveis pelo gerenciamento e execução de atividades ligadas à área ambiental, e que desenvolvam atividades de diagnóstico, avaliação de impactos, proposição de medidas mitigadoras, corretivas e preventivas, recuperação de áreas degradadas, acompanhamento e monitoramento ambiental.

1.4. Inscrições e Critérios de Seleção

O curso terá 20 vagas, podendo submeter-se ao processo seletivo os estudantes diplomados em curso superior de graduação tecnológica, bacharelado ou licenciatura. Destaca-se que candidatos que estiverem concluindo um curso superior em meados da execução do Edital de Seleção poderão se inscrever mediante apresentação de uma declaração da coordenação de seu curso, informando os créditos concluídos e os créditos a serem concluídos, e informando também uma previsão de colação de grau de até no máximo um mês após o início das aulas da especialização. Caso contrário, a inscrição será indeferida.

O acesso ao curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental dar-se-á por meio de processo seletivo público aberto a estudantes portadores de diploma de curso superior, conforme definido no público-alvo especificado na Seção 1.3. O processo seletivo será composto de:

1ª ETAPA: Prova Escrita

A prova terá duração máxima de 4 h onde os candidatos serão avaliados com questões de conhecimentos nas áreas:

1. Fundamentos Físicos, Químicos e Biológicos Básicos dos Ambientes Naturais (Aquático, Terrestre, Atmosférico);
2. Fundamentos Socioeconômicos do Desenvolvimento Sustentável e a Questão Ambiental;

Numa escala de 0 a 100 pontos, a nota mínima será de 60 pontos. Os candidatos que obtiverem nota inferior a 60 pontos nesta prova, estarão eliminados do processo seletivo, convocando-se para as fases seguintes os demais candidatos.

2ª ETAPA: Avaliação do Currículo Lattes

O Currículo Lattes deverá ser entregue impresso e anexadas as comprovações de cada item para efeito de validação. A pontuação será avaliada de acordo com o quadro abaixo, podendo o candidato atingir no máximo 50 pontos, sendo desconsiderados os pontos que eventualmente ultrapassem o limite máximo estipulado. Essa etapa tem caráter classificatório. A classificação se dará a partir do somatório dos pontos obtidos na Prova Escrita aos pontos obtidos na avaliação do Currículo Lattes.

I - PUBLICAÇÕES	CATEGORIA		PONTUAÇÃO	MÁXIMO
Anais	Trabalho Completo	Regional	2	5
		Nacional	3	4
		Internacional	3	5
	Resumo Simples ou Expandido	Regional	1	5
		Nacional	2	4
		Internacional	2	5
Artigo em Periódico	Regional		2	5
	Nacional		4	5
	Internacional		5	5
II - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	CATEGORIA		PONTUAÇÃO	MÁXIMO
Com Apresentação de Trabalhos	Regional		2	2
	Nacional		3	1
	Internacional		3	2
Sem Apresentação de Trabalhos	Regional		1	2
	Nacional		2	1
	Internacional		2	2
III – ATIVIDADES EXTRACURRICULARES	CATEGORIA		PONTUAÇÃO	MÁXIMO
Extensão	Ministrante		3	2
	Participante		2	3
Monitoria	Disciplinas		3	2
Iniciação Científica	Concluída		5	3

*Os artigos em periódicos considerados para efeito de cálculo serão apenas os qualificados pela QUALIS-CAPES.

2. APRESENTAÇÃO

2.1. Histórico da Instituição

A missão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, IFCE, está pautada em produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética.

A visão do IFCE consiste em tornar-se padrão de excelência no ensino, pesquisa e extensão na área de Ciência e Tecnologia.

Quanto aos valores, o IFCE tem em suas atividades, a valorização do compromisso ético com responsabilidade social, o respeito, a transparência, a excelência e a determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação e com ideias fixas na sustentabilidade ambiental.

Em seguida apresenta-se um fluxo de atividades importantes que perfizeram a história do IFCE ao longo de todos os anos de sua existência, desde a concepção aos dias atuais.

Ano	Fato
1909	Por meio do Decreto de nº 7.566, assinado pelo então presidente Nilo Peçanha, em 23 de setembro é criada a Escola de Aprendizes e Artífices . A instituição se instalou na atual Avenida Alberto Nepomuceno, em um prédio, anteriormente, ocupado pela Escola de Aprendizes de Marinheiros.
1914	A sede da Escola de Aprendizes Artífices se transfere para o imóvel que abrigara a Milícia Estadual, localizado em frente à Praça Nogueira Acioly. A área, atualmente, integra o patrimônio do Teatro José de Alencar.
1932	Já com 22 anos de existência, a Instituição muda novamente de sede, e passa a funcionar no prédio onde funcionara a Escola de Aprendizes de Marinheiros, no bairro Jacarecanga.
1937	No governo de Getúlio Vargas, período popularmente conhecido como Estado Novo, a Lei nº 378, de 13 de janeiro, transforma a Escola de Aprendizes Artífices em Liceu Industrial de Fortaleza. A nova Instituição passa a funcionar no prédio que, por longos anos, é sede do Liceu do Ceará, na Praça dos Voluntários, no bairro Jacarecanga.

- 1940 Novamente acontece a mudança de sede e o Liceu Industrial de Fortaleza passa a funcionar na rua 24 de maio, nº 230, no Centro de Fortaleza.
No mesmo ano, em 17 de janeiro, o Interventor Federal no Ceará, Francisco Pimentel, faz a doação de um terreno de 29.973 m², localizado no bairro do Prado – atualmente Benfica –, para a edificação das instalações da escola.
- 1941 Neste ano, um despacho do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, datado em 28 de agosto, estabelece para a instituição a denominação de Liceu Industrial do Ceará
- 1942 Com a mudança de institucionalidade, pelo decreto nº 4.121, de 25 de fevereiro, recebe a denominação de Escola Industrial de Fortaleza, e passa a oferecer formação profissional para atender à modernização do País com as profissões básicas do ambiente industrial.
- 1952 A Escola Industrial de Fortaleza passa a funcionar no prédio localizado na Avenida 13 de Maio, nº 2081 – atual sede do Campus Fortaleza do Instituto Federal do Ceará.
- 1959 Mediante a Lei Federal nº 3.552, de 16 de fevereiro, no governo do Presidente da República Juscelino Kubitschek, a Escola Industrial de Fortaleza ganha personalidade jurídica de Autarquia Federal. Passa a ter autonomia administrativa, patrimonial, financeira, incorporando a missão de formar técnicos de nível médio.
- 1965 No regime militar, durante o governo do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, a Lei nº 4.749, de 20 de agosto, acarreta outra mudança de institucionalidade e cria a **Escola Industrial Federal do Ceará**.
- 1968 No governo do Marechal Artur da Costa e Silva, a portaria Ministerial nº 331, de 6 de junho, institui a **Escola Técnica Federal do Ceará** que passa a ofertar cursos técnicos de nível médio nas áreas edificações, estradas, eletrotécnica, mecânica, química industrial, telecomunicações e turismo.
- 1994 O Presidente da República, Itamar Augusto Cautiero Franco, sanciona, em 8 de dezembro, a Lei Federal nº 8.948, que permite transformarem-se as Escolas Técnicas em **Centros Federais de Educação Tecnológica**. A missão institucional é ampliada com atuação em Ensino, Pesquisa e Extensão.

- 1995 Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, na ainda Escola Técnica Federal do Ceará, inauguram-se duas Unidades de Ensino Descentralizadas (UnEDs), nos municípios de Cedro e Juazeiro do Norte, com o objetivo de descentralizar o ensino técnico do estado.
- 1998 Protocolizado, no MEC, o projeto institucional para a transformação da Escola Técnica Federal do Ceará em Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE).
- 1999 O Decreto s/n, de 22 de março, transforma a Escola Técnica em CEFET-CE. Em 26 de maio, o Ministro de Estado da Educação, Paulo Renato Souza, aprova, por meio da Portaria nº 845, o Regime Interno da Instituição.
- 2004 Em 14 de setembro, já sob a Presidência de Luis Inácio Lula da Silva, através do Decreto nº 5.225, o MEC reconhece a vocação institucional dos CEFETs para ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu.
- 2007 Marcando o início do projeto de Expansão da Rede Federal, é inaugurada, em 13 de novembro, a UnED em Maracanaú, na Região Metropolitana de Fortaleza.
- 2009 A Lei 11.892/2008, sancionada pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva, cria trinta e oito **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. O Instituto Federal do Ceará nasceu com nove Campi e conta com mais três, que estão em fase de construção.

Em 2017 o IFCE apresenta em sua composição total 32 Campi distribuídos por todo território cearense, sendo eles: Acaraú, Aracati, Baturité, Boa Viagem, Camocim, Canindé, Caucaia, Cedro, Crateús, Crato, Fortaleza, Guaramiranga, Horizonte, Iguatu, Itapipoca, Jaguaribe, Jaguaruana, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Morada Nova, Paracuru, Pecém, Polo de Inovação Fortaleza, Quixadá, Reitoria, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Ubajara e Umirim.

O Campus Limoeiro do Norte está situado no Vale do Jaguaribe, especificamente no município de Limoeiro do Norte, distante aproximadamente em 196 km da capital cearense. Possui infraestrutura dotada de: salas de aula, laboratórios básicos e específicos para os diversos cursos, sala de vídeo conferência, auditório, espaço de convivência, cantina, biblioteca com espaço para pesquisa e estudo, ginásio poliesportivo, dentre outros. É composto pela Unidade Sede, localizada em Limoeiro do Norte, o Centro de Referência da Cidade Alta e a Unidade de Ensino, Pesquisa e Extensão (UEPE).

Continuamente, o Campus adequa suas ofertas de ensino, pesquisa e extensão às necessidades locais. Atualmente, está ofertando os cursos superiores de Tecnologia em Alimentos, Mecatrônica Industrial, Saneamento Ambiental, Bacharelado em Nutrição e em Agronomia, Licenciatura em Educação Física; os cursos técnicos de nível médio em Eletroeletrônica, Mecânica Industrial, Meio Ambiente, Panificação e Agropecuária, além de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores jovens e adultos, bem como cursos de pós-graduação nas áreas de alimentos, agrárias e meio ambiente.

Tendo em vista sua missão institucional e seu compromisso com a qualidade da educação, o Campus Limoeiro do Norte oferta o curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental para atender a necessidade de formar profissionais qualificados, que já estejam ou pretendam ingressar no mercado de trabalho e que, atuando no âmbito do planejamento e gestão de sistemas ambientais, contribuam com as transformações tecnológicas e socioculturais do mundo do trabalho.

2.2. Concepção do Curso

A partir de um longo processo de discussão e elaboração conjunta entre docentes, técnicos administrativos e pedagogos, este curso de Pós-Graduação foi pensado para atender a uma demanda crescente da região do Vale do Jaguaribe, tendo sido iniciado em 2010 em uma formatação um pouco distinta da atual. Após uma reformulação o curso encontra-se em sintonia com os avanços ocorridos na sociedade e na esfera ambiental desde o seu início.

Este curso visa à formação de especialistas em Gestão e Controle Ambiental que serão capazes ao concluí-lo de:

- Exercer funções relativas à área de gestão ambiental;
- Desenvolver estudos ambientais;
- Planejar e gerenciar programas de controle da qualidade ambiental;
- Participar de equipes multidisciplinares na gestão ambiental;
- Assessorar empresas para a solução de problemas ambientais;
- Desenvolver análise crítica do trabalho de gestão ambiental;
- Desenvolver projetos de consultoria na área ambiental.

A natureza do curso exige metodologias participativas, laboratoriais e oficinas práticas, que permite vivenciar e atuar de modo teórico-prático, fazendo interagir as concepções da experiência multidisciplinar, que emergem e são ressignificadas no diálogo com o campo conceitual e prático.

Nesse programa de pós-graduação poderão ser viabilizadas parcerias para que seja possível o fomento de pesquisas, bem como em outros Campi do IFCE.

2.3. Justificativa

O crescente interesse público e acadêmico verificados nas últimas décadas do século XX e neste início de século XXI deu origem a uma nova disciplina e/ou conjunto de disciplinas: ciência ambiental. Os componentes dessa temática não são novos, uma vez que se originaram de áreas da ciência compreendidas pela física, química, biologia e geociências. O que é realmente novo em relação às ciências ambientais consiste em seu ponto de vista e sua orientação enfocando problemas globais, sua concepção do planeta como um conjunto de sistemas interligados e interativos, e seu interesse no Homem/Sociedade como parte integrante desses sistemas.

Devido à sua ampla abrangência fenomenológica, não seria possível, em um único curso de curta duração, focar todos os detalhes envolvidos em cada uma das áreas das ciências ambientais. Contudo, tópicos específicos podem ser perfeitamente estudados e discutidos em um curso dessa natureza, proporcionando aos seus participantes a aquisição ou ampliação de conhecimentos úteis para uma diversidade de atuação profissional envolvendo a preocupação com o meio ambiente.

Assim, a proposta do presente curso, que busca enfatizar a qualidade ambiental, se insere em um espaço onde se verificam carências a serem supridas tanto na área do ensino superior quanto na área de formação profissional. Desta forma, contribuiremos para o desenvolvimento regional e social, sob o ponto

de vista de capacitação e de difusão de conhecimentos, visando proporcionar aos profissionais da área uma oportunidade de atualizar seus conhecimentos aliando a prática da pesquisa às técnicas exercitadas.

Considerando que o Campus Limoeiro do Norte já integra em seu quadro de cursos o Técnico em Meio Ambiente e o Tecnológico em Saneamento Ambiental, identifica-se que há a possibilidade de verticalização interna além de interdisciplinaridade entre estes e outros cursos como o Técnico em Agropecuária, Bacharelado em Agronomia e Tecnológico em Mecatrônica. Dessa maneira, pretende-se contribuir com a formação de profissionais para atuarem com conhecimentos teórico-práticos na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de estudos ambientais e com questões voltadas para o meio ambiente, visto que estas atividades são de extrema relevância na atualidade em diferentes campos de atuação. Além disso, o curso em questão constitui-se em forte apoio à especialização de profissionais, contribuindo assim com a gestão ambiental em suas múltiplas dimensões regionais e locais, tanto no cerne da sociedade como no das organizações.

2.4. Objetivos do Curso

2.4.1. Objetivo Geral

Formar Especialistas em Gestão e Controle Ambiental capazes de atuar na área de gestão ambiental, planejamento, coordenação, gerenciamento e execução das atividades ligadas à área ambiental.

Além de desenvolver o processo de verticalização do conhecimento sobre questões ambientais no Eixo Meio Ambiente e Saúde do *Campus* Limoeiro do Norte, que já compreende os cursos: Técnico em Meio Ambiente e Saneamento Ambiental, por meio de uma visão multidisciplinar com a qualidade que este programa requer, uma vez que objetiva dar uma formação competente a profissionais para atuarem com desempenho sustentável em funções inerentes à gestão ambiental destacando aspectos de controle ambiental, nos setores público e privado.

Esse programa de pós-graduação tem em sua identificação primordial o beneficiamento desta e de outras instituições parceiras, bem como outros *Campi* do IFCE.

2.4.2. Objetivos Específicos

- Especializar profissionais para atuar na área de gestão ambiental atentando-se aos princípios de gestão sustentável;
- Contribuir para a melhoria da qualificação profissional, atualização de conhecimentos e incorporação dos princípios da gestão ambiental e suas técnicas associadas, promovendo a efetivação de uma prática mais compatível com o uso dos recursos naturais;
- Formar gestores ambientais para prestarem consultorias e assessorias à instituições públicas e privadas;
- Aprofundar os conhecimentos de profissionais que atuam com sistemas de gestão ambiental, plano de gerenciamento de resíduos, licenciamento, processos auditorias e certificações ambientais, além de profissionais que trabalham ou pretendem desenvolver projetos sob o contexto do controle ambiental;
- Capacitar profissionais de diversas áreas do conhecimento que sejam preocupadas com os diagnósticos e análises dos impactos ambientais, com a definição de medidas mitigadoras e com a elaboração de programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos;
- Estudar os sistemas de gestão ambiental, no sentido de implementá-los nos setores público e privado e, em particular, na sustentabilidade da sociedade;

- Adquirir conhecimentos sobre a norma ISO 14001, para a implementação de Sistema de Gestão Ambiental (SGA);
- Estabelecer medidas e monitoramento de avaliação de performance ambiental, por meio de análises físicas, químicas e biológicas dos ambientes aquático, terrestre e atmosférico;
- Aplicar a legislação e o direito ambiental nos sistemas de gestão ambiental;
- Aprofundar estudos de leis, decretos, portarias, resoluções e outros marcos legais associados ao controle ambiental;
- Subsidiar profissionais no conhecimento de técnicas imprescindíveis aos estudos ambientais em seu contexto mais amplo.

2.5. Perfil do Egresso

O egresso do curso de especialização em Gestão e Controle Ambiental deverá ter como base de sua formação e atuação profissional a melhoria da qualidade ambiental e uso sustentável dos recursos naturais estando apto a auxiliar em processos de regulação, controle, fiscalização, licenciamento, auditoria e monitoramento ambiental; gestão, proteção e controle da qualidade ambiental; ordenamento dos recursos florestais; conservação dos ecossistemas e das espécies neles inseridas, incluindo seu manejo e proteção; e de estímulo e difusão de tecnologias, informação e educação ambientais.

O aluno egresso também será capaz de desenvolver projetos a fim de aprimorar os diversos processos já existentes e em desenvolvimento em seu ambiente profissional. Este profissional deve estar apto a pesquisar novas metodologias para elaboração e aplicação de ferramentas alternativas em desafios atuais e futuros. Além disso, o egresso terá aprimorada sua capacidade de gestão e visão estratégica voltada para o setor energético, com base nas diretrizes ambientais, com consequências diretas no âmbito político, social e econômico.

O perfil buscado baseia-se na capacitação de um profissional com foco no processo de formação continuada, com capacidade de refletir e analisar sua ação, numa perspectiva crítica e compromissada com o desenvolvimento social, político e econômico sustentável.

2.6. Fundamentação Legal:

A Especialização em Gestão e Controle Ambiental foi concebida tendo como fundamento não só os princípios que norteiam e identificam esta Instituição e seu compromisso com o desenvolvimento socioeconômico da região na qual se insere, mas também com os princípios e fundamentos legais da legislação vigente. Estes princípios e fundamentos legais estão contidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Nº 9394/96). Assim como, merecem destaque também, os princípios contidos pela Resolução CNE/CES Nº 01 de 08 de junho de 2007 que estabelece as normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização.

Além da legislação supracitada, a Especialização em Gestão e Controle Ambiental segue orientação do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

O curso terá uma carga horária dos componentes curriculares obrigatórios de 360 divididos em atividades teóricas e práticas individuais ou em grupos, seminários e outras, desenvolvidas pelas disciplinas do curso, totalizando 13 componentes curriculares obrigatórios. Além dessas, serão acrescidas 40 horas para a realização do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) perfazendo um total de 400 horas obrigatórias. Terão também 9 componentes curriculares optativos, acrescentando até 200 horas/aula (a interesse do estudante). Os componentes optativos serão ofertados sempre que houver demanda e disponibilidade institucional como infraestrutura física e humana.

O TCC é um componente curricular obrigatório do curso que será desenvolvido ao longo do período, tendo até seis meses após a integralização das disciplinas para a sua conclusão. Este será orientado por professores mestres e/ou doutores ligados ao programa.

O Curso será realizado pelo Eixo Meio Ambiente e Saúde do campus Limoeiro do Norte, por meio da coordenação do Curso de Pós-Graduação em Gestão e Controle Ambiental. O período de oferta de disciplinas constará de aproximadamente 10 meses (1 trimestre por Módulo) tendo o período adicional de até seis meses para conclusão da carga horária obrigatória de disciplinas acrescida da defesa do artigo/monografia. Esse prazo só poderá estender-se em situação de extrema relevância e sujeita à avaliação da Coordenação do curso.

As aulas do curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental ocorrerão às quintas (noite), sextas (manhã e tarde) e sábados (manhã e tarde), perfazendo a cada fim de semana 20 hs, portanto 1 disciplina de 20 hs ou metade de uma de 40 hs. As disciplinas optativas poderão ser ofertadas em dias específicos mediante disponibilidade docente e infraestrutura institucional.

Tanto no Projeto Pedagógico do Curso quanto no Edital de Seleção disponibilizamos as linhas de pesquisa do curso que são: “Instrumentos de Gestão Ambiental” = IGA e “Controle Ambiental” = CA, e apenas no Edital serão ofertadas as suas devidas sublinhas (sugeridas pelos docentes de acordo com suas pesquisas à época).

3.1. Matriz Curricular

	SEMESTRE I				
DISCIPLINA	CH total (hs)	CH teórica (hs)	CH prática (hs)	Total de Créditos	PROFESSOR
Caracterização e Recuperação de Ambientes Aquáticos	40	20	20	02	Alberto/Paulo/Heraldo
Tecnologias de Tratamento de Águas Residuárias	40	30	10	02	Elivânia/Heraldo/Aparecida
Legislação Ambiental	20	20	0	01	Gizeuda/Phylippe
Introdução ao Geoprocessamento	40	20	20	02	Carlos Robério/Adrissa
Técnicas de Elaboração de TCC	20	16	04	01	Benigna
	160				
	SEMESTRE II				
Gestão Empresarial	20	15	05	01	Phylippe/Paulo
Manejo de Unidades de Conservação	20	20	0	01	Gizeuda/Paulo
Instrumentos de Gestão Ambiental	20	20	0	01	Phylippe/Gizeuda

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

Tecnologias de Tratamento de Água e Reúso	40	40	0	02	Heraldo/Aparecida/Hosineide
	100				
	SEMESTRE III				
Gestão de Resíduos Sólidos	20	40	0	01	Neide/Phylippe
Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)	20	15	5	01	Raquel/Gizeuda
Licenciamento Ambiental	20	20	0	01	Adriana/Phylippe
Gestão de Bacias Hidrográficas	40	30	10	02	Paulo/Alberto
	100				
CARGA HORÁRIA DOS COMPONENTES	360	-			
CARGA HORÁRIA TCC	40	-			
CARGA HORÁRIA TOTAL	400	-			
	OPTATIVAS				
Análise de Ciclo de Vida (ACV)	20	15	5	01	Phylippe
Gestão da Qualidade do Ar	20	10	10	01	Phylippe/Gizeuda
Análise Instrumental	40	10	30	02	Nayara/Aparecida
Projetos em Resíduos Sólidos	20	20	0	01	Neide
Certificação Ambiental	20	15	5	01	Phylippe/Paulo
Metodologia Científica	20	20	0	01	Elivânia/Neide
Inglês Instrumental	20	20	0	01	Karlucy
Estatística	20	14	6	01	Pablo
Tópicos Especiais (Ex: Respirometria, Modelagem Biológica, Palestras, Cromatografia, Testes de Jarras, e outros)	20	20	0	01	Diversos
CARGA HORÁRIA TOTAL	200	-			

As disciplinas serão ministradas em período preestabelecido, tendo cada uma delas um sequenciamento em relação às outras de acordo com a coerência de assuntos abordados dispostos em módulos (I, II e III).

No 1º semestre serão ofertadas as disciplinas do Módulo I, por ordem:

Módulo I:

Componente Curricular		160 hs	Docentes Aptos à Ministrar a Disciplina
1	Técnicas de Elaboração de TCC	20	Benigna
2	Caracterização e Recuperação de Ambientes Aquáticos	20	Alberto
3	Tecnologias de Tratamento de Águas Residuárias	20	Elivânia/Heraldo Aparecida

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

4	Caracterização e Recuperação de Ambientes Aquáticos	20	Heraldo	Paulo
5	Tecnologias de Tratamento de Águas Residuárias	20	Elivânia/Heraldo	Aparecida
6	Introdução ao Geoprocessamento	20	Adriana	C. Robério
7	Introdução ao Geoprocessamento	20	C. Robério	Adriana
8	Legislação Ambiental	20	Gizeuda	Phylippe

No 2º semestre serão ofertadas as disciplinas do Módulo II, por ordem:

Módulo II:

Componente Curricular		100 hs	Docentes Aptos à Ministrarem a Disciplina	
1	Instrumentos de Gestão Ambiental	20	Phylippe	Gizeuda
2	Tecnologias de Tratamento de Água e Reúso	20	Heraldo/Aparecida	Hosineide
3	Gestão Empresarial	20	Phylippe	Paulo
4	Tecnologias de Tratamento de Água e Reúso	20	Hosineide	Heraldo
6	Manejo de Unidades de Conservação	20	Gizeuda	Paulo

No 3º semestre serão ofertadas as disciplinas do Módulo III, por ordem:

Módulo III:

Componente Curricular		100 hs	Docentes Aptos à Ministrarem a Disciplina	
1	Gestão de Resíduos Sólidos	20	Neide	Phylippe
2	Licenciamento Ambiental	20	Adriana	Phylippe
4	Gestão de Bacias Hidrográficas	20	Paulo	Alberto
5	Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)	20	Raquel	Gizeuda
6	Gestão de Bacias Hidrográficas	20	Paulo	Alberto

No 3º semestre também já poderá ser inicializada a finalização do trabalho de conclusão de curso (monografia/artigo) e a finalização da carga horária com as disciplinas do módulo.

3.2. Atividades Complementares

As atividades complementares do Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental não terão caráter obrigatório, mas são indicadas para um melhor aproveitamento do curso. Constituem como atividades complementares ao curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental:

- A participação dos estudantes e professores em eventos científicos, visitas técnicas junto à organização e entidades públicas ligadas às questões do meio ambiente, desenvolvimento de estudos de caso, realização de *workshops* e colóquios sobre temáticas de Gestão e Controle Ambiental;
- Produção de artigos científicos e publicação em revistas digitais e impressas, participação em listas de discussão virtuais destinadas a fomentar as trocas de experiências e conhecimentos entre estudantes e professores do curso de especialização e participação em atividades de extensão universitária e de oficinas temáticas sobre meio ambiente.

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1. Metodologia de Ensino

A metodologia aplicada neste curso deverá promover motivação para debates sobre as principais questões inerentes ao campo ambiental e dar ênfase a casos concretos, reproduzindo, ao máximo, situações reais que passam os profissionais da área ambiental e o seu modo de proceder.

O curso será desenvolvido por meio de aulas expositivas dialogais; seminários; trabalhos em grupo; integração entre teoria e prática; pesquisas na rede mundial de computadores; enquetes; júris simulados; dinâmica de grupo; elaboração de situações-problemas; estudos de caso; estudo dirigido; visitas a experiências e projetos ambientais, elaborações de estudos ambientais, produção de resenhas, resolução de casos e/ou exercícios, dentre outros.

Ao final do curso, cada aluno deverá elaborar o trabalho de conclusão do curso sendo este ou uma monografia ou um artigo técnico-científico submetido a revistas bem qualificadas pela CAPES, individualmente, supervisionado pelo seu respectivo coordenador acadêmico (orientador).

4.1.1. Interdisciplinaridade

A principal proposição do curso é possibilitar o diálogo entre sujeitos, experiências e objetos de análise sobre questões ambientais e a Gestão Ambiental, além de inserir conceitos de técnica aliando prática de metodologias de monitoramento e Controle Ambiental. A interdisciplinaridade constituinte e constituidora do curso será traduzida em seminários, visitas de observação, oficinas, concepção de gestão sustentável pelos professores e estudantes, dentre outras estratégias de integração.

Sabe-se que as questões ambientais envolvem o conhecimento em diversas áreas, nesse sentido a sua gestão envolve uma questão multidisciplinar. A Gestão Ambiental requer o entendimento de questões complexas sobre os vários agentes envolvidos, tais como o governo e sua política ambiental; o mercado

com sua solicitação por produtos não poluentes; a sociedade e suas necessidades de qualidade de vida, através do saneamento ambiental e outros.

Por outro lado, a legislação ambiental recente somada à crescente atuação dos órgãos ambientais e do Ministério Público junto aos empreendimentos potencialmente poluidores, tem levado a uma crescente ampliação do mercado de trabalho, abrindo campo de atuação para novos profissionais.

As disciplinas obrigatórias propostas no curso relacionam-se tanto pela divisão em módulos (I, II e III) quanto no conjunto, tendo a possibilidade de integração para a linha dos Instrumentos de Gestão Ambiental (Introdução ao Geoprocessamento, Legislação Ambiental, Instrumentos de Gestão Ambiental, Gestão Empresarial, Manejo de Unidades de Conservação, Licenciamento Ambiental) e para a linha de Controle Ambiental (Caracterização e Recuperação de Ambientes Aquáticos, Tecnologias de Tratamento de Águas Residuárias, Tecnologias de Tratamento de Água e Reúso, Gestão de Resíduos Sólidos, Gestão de Bacias Hidrográficas, Recuperação de Áreas Degradadas).

4.1.2. Tecnologia

As atividades acadêmicas serão realizadas por meio de aulas teóricas e práticas com uso de tecnologias avançadas tanto laboratoriais químicas e de áreas específicas quanto softwares e equipamentos, sempre buscando estar em consonância com o que de mais moderno encontra-se disponível para os estudos nas áreas correlatas ao curso.

4.2. Sistema de Avaliação

4.2.1. Avaliação da Aprendizagem

As diferentes disciplinas do curso terão caráter autônomo na escolha do método e dos processos avaliativos do discente e serão desenvolvidas, assim como exposto na metodologia de ensino, por meio de seminários; trabalhos em grupo; pesquisas na rede mundial de computadores; enquetes; júris simulados; dinâmica de grupo; elaboração de situações-problemas; estudos de caso; estudo dirigido; visitas para experiências e projetos ambientais com elaboração de relatórios, desenvolvimento de estudos ambientais, produção de textos, resenhas, resolução de casos e/ou exercícios, prova escrita de múltipla escolha ou discursiva, dentre outras.

São sugeridas no mínimo 2 avaliações por disciplina que, somadas ou por meio de média aritmética, resultem no valor mínimo de 7,0 pontos.

4.2.2. Avaliação do Curso e dos Docentes

O corpo docente está constituído em consonância com a titulação exigida pelo Art. 4 da Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007.

Os professores poderão ser docentes, ou docentes pesquisadores, sendo vinculada a essa segunda categoria a possibilidade de orientar discentes em trabalhos de pesquisa desenvolvidos como monografia no programa. Somente docentes mestres e/ou doutores poderão ser orientadores de monografia. Docentes

especialistas comporão a primeira categoria, que consiste em ministrar aulas durante o período inicial do curso.

A distribuição das orientações será realizada mediante a disponibilidade dos docentes e adequação dos projetos submetidos ao programa às suas linhas de pesquisa.

A avaliação do processo de ensino e de aprendizagem do curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental terá como parâmetros os princípios do projeto político-pedagógico, a função social e os objetivos gerais e específicos do IFCE. Além disso, deve perseguir os objetivos deste curso.

4.3. Frequência

Será considerado aprovado, o estudante que obtiver 75% (setenta e cinco por cento) de frequência da carga horária prevista para o conjunto das disciplinas do curso e, no mínimo, nota 7,0 (sete) de aproveitamento na avaliação das disciplinas. O aluno será reprovado caso não cumpra alguma dessas exigências.

4.4. Aproveitamento de Componente Curricular

Os critérios para o aproveitamento de Componente Curricular serão disponibilizados pela Coordenação do Curso, e terão que corresponder a no mínimo 75% do conteúdo previsto na ementa da disciplina a ser aproveitada e que o grau seja compatível ao de Pós-graduação, ainda que seja *stricto sensu*.

4.5. Trabalho de Conclusão de Curso

O trabalho de conclusão do curso, TCC (monografia ou artigo técnico-científico) compreenderá a realização de um estudo de pesquisa teórico ou teórico-empírico que será desenvolvido individualmente, no decorrer do curso. Esse trabalho deve expressar os processos de ensino-aprendizagem realizados no curso, o desempenho pessoal do estudante e o envolvimento do professor-orientador no projeto de investigação do estudante.

O TCC poderá ser um artigo técnico ou científico submetido a uma revista nacional ou internacional qualificada em A1, A2, B1 ou B2 pela CAPES-QUALIS, ou uma monografia, e deverá (na modalidade escolhida pelo estudante em comum acordo com o seu orientador) ser apresentado para uma banca avaliadora composta por 2 docentes internos e/ou externos do IFCE que tenham atuação na área do projeto de pesquisa desenvolvido pelo discente. O orientador também fará parte da composição da banca, perfazendo desta forma, 3 docentes por banca. Caso haja coorientação, serão 4 docentes que comporão a banca.

Os trabalhos que se encontrarem fora dos padrões e exigências do programa (Modelo próprio disponibilizado pela Biblioteca do Campus para a Monografia e, Modelo Específico para a Revista escolhida para a submissão, no caso do Artigo), bem como não representarem uma forma qualificada em aspectos técnico-científicos poderão ser reprovados, inviabilizando a finalização do curso e consequentemente a certificação (diploma).

Desde o início do curso haverá um grupo de professores-orientadores responsáveis pela orientação do trabalho de conclusão do curso. A monografia será examinada por três ou quatro

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

professores, sendo o orientador e coorientador (se houver), e dois integrantes do corpo docente do curso e/ou convidados externos de outras instituições, ou demais Campi do IFCE, sendo exigido que os docentes tenham publicações e/ou experiência técnico-científica na área do trabalho de conclusão a ser avaliado.

Será considerado aprovado na monografia, o estudante que obtiver, após a apresentação à banca examinadora, a nota mínima de 7,0 (sete) pontos.

Caso o estudante não obtenha a nota mínima de aprovação, o professor orientador, conjuntamente com o estudante, discutirá novas estratégias de correções das observações realizadas pela banca, devendo o aluno proceder às correções e devolver o trabalho corrigido no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da apresentação. Caso o projeto seja rejeitado pela banca, o estudante poderá refazer a pesquisa e defendê-la a uma nova banca examinadora, em até seis meses, a contar da data de defesa da monografia e poderá manter ou escolher outro professor orientador para a nova pesquisa.

5. CERTIFICAÇÃO

O certificado (diploma de conclusão) do Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental será expedido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, considerando a área de conhecimento do curso e o histórico escolar, em que deve constar obrigatoriamente:

- Relação das disciplinas, carga horária, nota ou conceito obtido pelo estudante e nome e qualificação dos professores por elas responsáveis;
- Período e local em que curso foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico;
- Título da monografia ou do trabalho de conclusão do curso e nota ou conceito obtido;

_ Declaração da Instituição de que o curso cumpriu todas as disposições da **Resolução nº. 001/2007-CNE/CES de 8 de junho de 2007**. O portador do certificado obterá a habilitação específica em **Especialista em Gestão e Controle Ambiental**, haja vista o curso ter cumprido todas as disposições dessa resolução.

Ao aluno que não cumprir a exigência da apresentação de Monografia ou de Artigo Científico no tempo hábil, ou que não obtiver nota mínima, será expedido histórico escolar e declaração de conclusão de créditos com o registro do que tenha faltado.

6. RECURSOS HUMANOS

6.1. Corpo Docente

Docente Permanente	Titulação	Regime de	Vínculo

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

		Trabalho	
Adriana Figueiró Moreira	Mestre	40 hs/DE	Professor Efetivo
Carlos Robério de Oliveira Barroso	Especialista	40 hs/DE	Professor Efetivo
Elivânia Vasconcelos Moraes dos Santos	Doutora	40 hs/DE	Professor Efetivo
Francisco Alberto de Assis Teixeira	Mestre	40 hs/DE	Professor Efetivo
Heraldo Antunes Silva Filho	Doutor	40 hs/DE	Professor Efetivo
Hosineide de Oliveira Rolim	Doutora	40 hs/DE	Professor Efetivo
Maria Gizeuda de Freitas Sousa	Mestre	40 hs/DE	Professor Efetivo
Neide Maria da Costa Moura	Mestre	40 hs/DE	Professor Efetivo
Paulo de Freitas Lima	Doutor	40 hs/DE	Professor Efetivo
Phyllippe Gomes de Lima Santos	Mestre	40 hs/DE	Professor Efetivo
Docente Colaborador	Titulação	Regime de Trabalho	Vínculo
Ana Raquel de Oliveira Mano	Doutora	40 hs/DE	Professor Efetivo
Benigna Soares Lessa Neta	Mestre	40 hs/DE	Professor Efetivo
Francisco Jonathan de Sousa Cunha Nascimento	Mestre	40 hs	Técnico de Laboratório
Jarbas Rodrigues Chaves	Mestre	40 hs	Técnico de Laboratório
Joceli Noronha de Andrade	Mestre	40 hs/DE	Professor Efetivo
Karlucy Farias de Sousa	Mestre	40 hs/DE	Professor Efetivo
Maria Aparecida Liberato Milhome	Doutora	40 hs/DE	Professor Efetivo
Nayara Coreolano de Aquino	Doutora	40 hs/DE	Professor Efetivo
Pablo Alfredo Saip Baier	Mestre	40 hs/DE	Professor Efetivo

6.2. Corpo Técnico-Administrativo

Técnico-Administrativo	Titulação	Regime de Trabalho	Vínculo
Andrea Lídia de Sousa Lemos	Graduada	40 hs	Auxiliar Administrativo
Andréia de Araújo Freitas Barroso	Mestre	40 hs	Técnica de Laboratório
Arinilson Moreira Chaves Lima	Doutor	40 hs	Odontólogo
Auriana de Assis Regis	Mestre	40 hs	Técnica de Laboratório
Auritony Camurça da Silva	Graduado	40 hs	Técnico de Contabilidade
Carla Lidiany Bezerra Silva Oliveira	Especialista	40 hs	Enfermeira
Clarice da Silva Barros	Graduada	40 hs	Técnica de Laboratório
Daniela Monteiro de Sousa	Nível Médio	40 hs	Tradutor Intérprete
Elissandra Vasconcellos Moraes dos Santos	Especialista	40 hs	Técnica em Assuntos Educacionais
Elizete Freitas de Sousa	Especialista	40 hs	Auxiliar Administrativo
Emmanuel Jordan Gadelha Moreira	Graduado	40 hs	Assistente Administrativo
Erloney Márcio Araújo da Silva	Graduado	40 hs	Técnico em TI
Esiana de Almeida Rodrigues	Graduada	40 hs	Técnica de Laboratório
Francisca Keiliane Araújo Lira Freire	Especialista	40 hs	Assistente Administrativo
Francisco de Assis Silva de Araújo	Especialista	40 hs	Bibliotecário
Francisco Diogenilson Almeida de Aquino	Especialista	25 hs	Jornalista
Francisco Jonathan de Sousa Cunha Nascimento	Mestre	40 hs	Técnico de Laboratório
Francisco Jorge Nogueira de Moura	Especialista	40 hs	Técnico de Laboratório
Francisco Marcelo Padilha Holanda	Graduado	40 hs	Pedagogo

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

Francisco Valmir Dias Soares Júnior	Especialista	40 hs	Contador
Francisco Wellington Fernandes de Oliveira	Especialista	40 hs	Auxiliar Administrativo
Georgiana Lopes Freire Martins Souza	Graduada	40 hs	Assistente Administrativo
Gime Endrigo Girão	Especialista	40 hs	Assistente Administrativo
Hildenir Lima de Freitas	Especialista	40 hs	Técnica de Laboratório
Isabelle Azevedo de Lima	Especialista	40 hs	Assistente Administrativo
Jarbas Rodrigues Chaves	Mestre	40 hs	Técnico de Laboratório
Jeanine Valerie Barreto Oliveira	Especialista	40 hs	Assistente Administrativo
João Narclécio Fernandes de Oliveira	Especialista	40 hs	Administrador
Joaquim Pinheiro Lima Júnior	Graduado	40 hs	Técnico de Laboratório
Joelma Silva Lima	Graduada	40 hs	Assistente Administrativo
José Neurisberg Saraiva Maurício	Especialista	40 hs	Auxiliar Administrativo
José Valdenilson Amaral Oliveira	Nível Médio	40 hs	Assistente Administrativo
Kelma de Freitas Felipe	Mestre	30 hs	Assistente Social
Lierbett Silva Barbosa	Graduado	40 hs	Técnico de Laboratório
Márcio Marciel dos Santos Lima	Especialista	40 hs	Auxiliar Administrativo
Maria Aline de Sousa	Graduada	40 hs	Auxiliar Administrativo
Maria Nájela de Oliveira Lima	Especialista	40 hs	Auxiliar de Biblioteca
Marilene Assis Mendes	Especialista	40 hs	Técnica em Assuntos Educacionais
Mário Jorge Limeira dos Santos	Mestre	40 hs	Analista de TI
Marcelo de Sousa Saraiva	Especialista	40 hs	Auxiliar Administrativo
Marcelo Lucas Araújo	Graduado	40 hs	Assistente Administrativo
Marleide de Oliveira Silva	Especialista	40 hs	Assistente Administrativo
Mayra Cristina Freitas Barbosa	Especialista	40 hs	Técnica de Laboratório
Milena Gurgel do Nascimento	Graduada	40 hs	Auxiliar de Biblioteca
Mônica Érica Ferreira de Souza	Nível Médio	40 hs	Auxiliar de Biblioteca
Natanael Santiago Pereira	Mestre	40 hs	Engenheiro Agrônomo
Neide Maria Machado de França	Especialista	40 hs	Pedagoga
Nemilla da Silva Brasil	Especialista	40 hs	Bibliotecário
Nizardo Cardoso Nunes	Graduado	40 hs	Técnico Audiovisual
Pedro Leandro Dantas Pereira	Graduado	40 hs	Técnico Agropecuária
Renata Alencar Oliveira	Especialista	40 hs	Psicólogo
Renata Eusébio dos Santos	Especialista	30 hs	Assistente Social
Ricardo Rilton Nogueira Alves	Especialista	40 hs	Psicólogo
Samuel de Oliveira Carvalho	Especialista	40 hs	Técnico em Eletrotécnica
Thais Monteiro Maia Madeira	Graduada	40 hs	Nutricionista
Valdo Ribeiro Coelho Neto	Nível Médio	40 hs	Técnico em TI

7. INFRAESTUTURA

7.1. Instalações Gerais e Salas de Aula

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, em seu Campus Limoeiro do Norte, apresenta infraestrutura arquitetônica que proporciona acesso facilitador aos portadores de necessidades especiais, em conformidade com a Portaria Ministerial 1.679/99.

As atividades acadêmicas dessa unidade educacional são desenvolvidas em prédios com ampla área livre. Diversos são os espaços de aprendizagem: salas de aula, laboratórios específicos, ampla circulação, centro de convivência, pátio de alimentação, biblioteca, complexo desportivo e de lazer, assim como estacionamento próprio.

Os laboratórios de Informática são devidamente equipados com microcomputadores, ligados em rede e à rede mundial de computadores com a manutenção sistemática e periódica. Os microcomputadores dos laboratórios de uso geral possuem os *softwares* necessários ao desenvolvimento do curso e o acesso é facultado para realização de trabalhos.

As salas de aula disponibilizadas para a realização do curso são dotadas de quadros brancos, com possibilidades de adequação de tela para projeções por meio de retroprojetor e projetor multimídia e computador. O espaço físico é adequado para o funcionamento das aulas do curso de especialização, devido à boa ventilação e iluminação das salas.

Os alunos do curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental dispõem, ainda, de instalações, de equipamentos e de bibliografias específicas.

7.2. Recursos Materiais

Dentre os recursos materiais disponíveis para o curso encontram-se logística de veículos para visitas técnicas, laboratórios básicos e especializados, biblioteca, salas e pátios de convivência, cantina, banheiros e instalações específicas.

7.2.1 Distribuição do Espaço Físico Existente e/ou em Reforma Para o Curso em Questão

Dependências	Quantidade	m ²
Auditório	01	143,00
Banheiros	05	71,35
Biblioteca (Sala de Leitura/Estudos)	01	238,24
Coordenadoria de Controle Acadêmico	01	12,49
Coordenadoria Técnico-Pedagógica	01	12,49
Cozinha Institucional	01	111,25
Pátio Coberto / Área de Lazer / Convivência	02	768,62
Praça de Alimentação	01	121,26
Recepção e Protocolo	01	10,00
Sala de Áudio / Salas de Apoio	01	118,40
Sala de Direção	01	15,67
Sala de Direção de Ensino	01	40,62
Sala de Professores	03	15,67
Sala de Vídeo Conferência	01	103,92
Salas de Aulas para o curso	03	56,62
Salas de Coordenação de Curso	01	21,62
Setor Administrativo	01	120,0

Vestibulares	02	30,20

7.2.2 Outros recursos materiais

Item	Quantidade
Aparelho de dvd-player	01
Caixa de som	04
Câmera fotográfica digital	02
Data Show	25
Flip-charts	01
Microfone com fio	03
Microfone sem fio	01
Microsistem	01
Monitor 34" p/vídeo conferência	01
Projetores de Slides	03
Quadro Branco (Fax Board)	01
Receptor de Satélite para antena parabólica	01
Retroprojetores	03
Tela de projeção retrátil	04
Televisores	03
Vídeos cassete	02

7.3. Laboratórios

Compõe o conjunto de laboratórios básicos do IFCE - Campus Limoeiro do Norte os seguintes ambientes:

- Laboratório de Informática Básica;
- Laboratório de Química Básica;
- Laboratório de Biologia Básica;
- Laboratório de Física Básica.

Laboratório (nº e/ou nome)	Área (m²)	m² por estação	m² por aluno
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA BÁSICA	57,82	2,5	1,3
Descrição (Software Instalado, e/ou outros dados)			
1. Sistema Operacional: GNU/Linux Ubuntu10.04 LTS (LucidLynx). 2. Pacote de programas de escritório: BrOffice.org 3.2.1. 3. Compactador/Descompactador de arquivos: Compactador de Arquivos 2.30.1.1. 4. Visualizador de arquivos PDF: DocumentViewer 2.30.3. 5. Navegador da Internet: Mozilla Firefox 3.6.13.			

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

6. Máquina Virtual: Oracle VM VirtualBox.	
Equipamentos (Hardware Instalado e/ou outros)	
Qtde.	Especificações
02	Aparelhos de Ar Condicionado
01	Bancada para Retroprojektor
04	Bancadas de Madeira para Computadores
39	Cadeiras
25	Computadores Padrão Ibm-Pc (Modelo Compaq 4000)
20	Estabilizadores de Tensão
--	Estrutura de Rede Local
01	Ethernet Switch 10/100mbps de 16 Portas
01	Ethernet Switch 10/100mbps de 24Portas
01	Impressora MatricialIbm 2391plus (Lexmark)
02	Modúlos Isoladores Estabilizados
01	No-Break/Estabilizador
01	Retroprojektor
01	Roteador Wireless

Laboratório (nº e/ou nome)		Área (m ²)	m ² por estação	m ² por aluno
QUÍMICA		32,60	4,65	1,30
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)				
Qtde.	Especificações			
01	Agitador Labortechnik - Ks 501			
01	Agitador Magnético com Aquecimento IkaLabortechnicRct Basic			
01	Agitador Magnético com Aquecedor IkaRct Basic			
01	Agitador Magnético com Aquecimento Quimis Mod. 355 B2			
01	Agitador Magnético Mr. Fisatom Mod. 503			
01	Agitador Mecânico Mr. Quimis Mod. 250			
01	Balança Analítica Mr. Mettler Toledo Mod. Pb602			
01	Balança Analítica Shimadzu Mod. Ay220			
12	Banco de Madeira			
01	Banho Maria para Incubação Tecnal			
01	Banho Maria para Incubação Tecnal Mod. Te057			
01	Banho Maria Quimis Q215 M2			
01	Barrilete para 10L de Água Destilada			
01	Bomba de Vácuo Mr. QuimisMod. 355 B2			
01	Cadeira			
02	Carteira de Sala de Aula			
01	Centrifuga Macro Evlab Mod. Ev04			
01	Chapa Aquecedora Evlab Modo 018 Ser 016 220v			
01	Condicionador de Ar Gree			
01	Condicionador de Ar 10.000 Btu`S Mr. Elgim Springer /Ilentia			
01	Estante para Livros			
02	Estufa MemmertMod Um-100			
01	Estufa para Esterilização e Secagem OlidefczModel Ee4			

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

01	Estufa para Secagem de Material(Incubadora) HerausMod T-6
01	Manta Aquecedora para Balões de Fundo Redondo Winkler Mod. 250
01	Manta Aquecedora para Balões de Fundo Redondo Winkler Mod. 500
01	Manta Aquecedora QuimisRef/Modelo Q.321.A25 Nr de Série 701.203 220v 60h Z Fase2 315w
01	Medidor de PhMrWtw
01	Miniagitador Mecânico GggLabEgg Mod. Rw11
01	Ph - Metro Mr. Hanna Mod. Hi – 9318
01	Quadro Branco
01	Refratômetro 32% (Brix) Precisão 0,2 (Brix)

Laboratório (nº e/ou nome)		Área (m²)	m² por estação	m² por aluno
BIOLOGIA		32,60	4,65	1,30
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)				
Qtde.	Especificações			
01	Câmera Colorida			
02	Condicionador de Ar 21.000 Btu's Mr. Springer			
01	Corte Mediano do Cérebro			
01	Demonstrativo de Desenvolvimento do Embrião			
01	Esqueleto Humano			
02	Estabilizador de Tensão			
02	Estrutura Celular de Uma Folha			
01	Estrutura do Dna			
02	Estrutura do Girassol			
01	Estrutura do Osso			
02	Estrutura Foliar			
02	Figura Muscular			
02	Hipertensão			
13	Microscópio Binocular			
02	Microscópio Estereoscópio (Lupa)			
03	Microscópio Monocular			
06	Microscópio Monocular Composto de 03 Objetivas			
01	Microscópio Binocular C/ Sistema Interno de Tv, Adaptador, Câmera Colorida e Monitor 14"			
01	Mini Torso			
01	Modelo de Pélvis da Gravidez			
02	Modelo de Célula Vegetal			
02	Modelo de Dentes (Higiene Dental)			
01	Modelo de Ouvido			
01	Modelo de Pélvis Feminina			
01	Modelo de Pélvis Masculina			
01	Modelo do Aparelho Digestivo			
01	Modelo do Coração			
01	Modelo do Nariz			
01	Modelo do Rim			
01	Modelo Série de Gravidez			
01	Monitor de Tv 14"			
02	Órgãos Epigástricos			

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

01	Pulmão
01	Sistema Circulatório G30
01	Sistema Circulatório W16001
01	Sistema de Vídeo
01	Sistema Nervoso
01	Tv 14" Colorida

Laboratório (nº e/ou nome)		Área (m²)	m² por estação	m² por aluno
FÍSICA		32,60	4,65	1,30
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)				
Qtde.	Especificações			
02	Amperímetro Trapezoidal			
02	Aparelho Rotativo Canquerini			
02	Banco Óptico - Disco De Harti			
01	Caixa de Acessórios (Colchão de Ar)			
01	Chave Dupla de Desvio Ref. 7817			
01	Chave Inversora			
01	Chave Inversora Normalmente Aberta (Colchão Ar)			
01	Chave Inversora Normalmente Aberta (Queda Livre)			
02	Chave Liga-Desliga			
01	Colchão de Ar Linear			
02	Condicionador de Ar 21.000 Btu's Mr. Springer			
02	Conj. Demonstrativo da Propagação do Calor			
02	Conj. P/Lançamentos Horizontais			
01	Conj. P/Queda Livre			
01	Cronômetro Digital 1 A 4 Intervalos (Colchão Ar)			
01	Cronômetro Digital 1 A 4 Intervalos (Queda Livre)			
01	Cronômetro Digital Medeiros			
02	Dilatômetro Wunderlich Linear de Precisão			
02	Equipamento Gaseológico			
01	Fonte de Alimentação 6/12 Vccs (Colchão Linear)			
01	Fonte de Alimentação 6/12 Vccs (Queda Livre)			
02	Fonte de Alimentação Fré-Reis			
02	Fonte de Alimentação Jacoby 12 Vac 5			
02	Fonte de Alimentação RizziCc Estabilizada			
01	Frequencímetro de Impulsos Óticos (Cuba Ondas)			
01	Frequencímetro Digital Carboneira (Unidade Acústica)			
02	Galvanômetro Trapezoidal Ref. 6032			
01	Gerador Eletrostático de Correia Tipo Van de Graff			
02	Mesa de Força			
02	Mini Fonte Dal-Fre 5vcc 500ma			
01	Oscilador de Áudio Caetani (Unidade Acústica)			
02	Painel Hidrostático			
02	Pêndulo Mr. Marotec			
02	Plano Inclinado Aragão			
01	Quando Branco, Med. 1.00 X 1.50 M			
01	Régua Auxiliar P/Ondas Estacionárias			

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

01	Tripé Universal C/Haste
01	Unidade Acústica Muswieck C/Disco Vibratório
01	Unidade Geradora de Fluxo de Ar (Colchão Ar)
02	Vasos Comunicantes Completos
01	Vibrador Rhr (Cuba Ondas)
02	Voltímetro Trapezoidal Ref. 7824-A

Compõe o conjunto de laboratórios específicos os seguintes ambientes:

- Sala de Desenho;
- Laboratório de Controle Ambiental (LCA);
- Laboratório de Saneamento Ambiental (LABOSAM);
- Laboratório de CAD;
- Laboratório de Topografia;
- Centro Experimental de Tratamento de Esgotos (CETE);
- Centro Experimental de Tratamento de Água (CETA);
- Unidade de Ensino, Pesquisa e Extensão (UEPE).

Laboratório (nº e/ou nome)		Área (m²)	m² por estação	m² por aluno
SALA DE DESENHO		115,64	1,08	1,67
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)				
Qtde.	Especificações			
02	Armário de Aço C/ 4 Gavetas			
01	Bancada de Retroprojeto			
35	Bancos de Madeira P/ Desenhista com Estofado			
02	Cadeiras			
15	Cavalete de Madeira P/Prancheta P/ Desenho			
22	Prancheta P/ Desenho 1,00x0,80m C/ Cavalete de Madeira			
07	Réguas Paralelas em Acrílico Cristal			
03	Ventilador de Teto com 03 Hélices Loren Sid			

Laboratório (nº e/ou nome)		Área (m²)	m² por estação	m² por aluno
LABORATÓRIO DE CONTROLE AMBIENTAL (LCA)		93,87	13,41	6,25
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)				
Qtde.	Especificações			
04	Agitador /Aquecedor magnético			
01	Agitador de Partículas (de Mesa)			
01	Agitador de Tubos tipo Vortex			
01	Aparelho Telefônico			
01	Armário de Aço C/02 Portas			

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

01	Arquivo C/ 4 Compartimento
01	Autoclave Vertical 11L
01	Balança Analítica
01	Balança de Precisão Eletrônica
01	Balança Semi-Analítica
01	Bancada de Madeira C/ 03 Gavetas
01	Bancada de Madeira para Balança
01	Banco em Aço Carraro Assento em Courino Mr. Lwa
13	Banco em Madeira de Lei para Laboratório
01	Banho Maria (Oito Bocas)
01	Barrilete 50 L
01	Bebedouro Tipo Gelágua
03	Bloco Digestor P/ DQO (25 Provas)
02	Bomba de Vácuo
03	Cadeira Auxiliar em Palhinha Mr. Lwa
01	Cadeira Estofada em Tecido Cor Azul
01	Cadeira Tipo Presidente em Cor Branca
01	Caixa Térmica P/ Preservação de Amostras 100L
01	Capela de Exaustão
01	Centrífuga Universal
01	Chapa Aquecedora
01	Chuveiro de Emergência
01	Colorímetro
02	Computador Desktop
02	Condicionador de Ar 21.000 Btu's - 220/60hz To
02	Condicionador de Ar de 10.000 BTU,S, MR. ELGIM
01	Condutivímetro
02	Conjunto de Decantação (3 Cones Imhhof)
02	Contador de Colônias
01	Deionizador de água
02	Dessecador G
01	Dessecador P
01	Destilador de Água
01	Destilador de Nitrogênio
01	Espectrofotômetro
02	Estabilizador de Tensão 1kva 220/110v
01	Estante em Aço C/ 6 Compartimentos
01	Estufa de 250°C
01	Estufa de 300°C
01	Estufa de 70°C
01	Forno Mufla
01	GeiserCounter

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

01	Incubadora P/ DBO
01	Indicador de Ruído
01	Lupa
01	Luxímetro
01	Medidor de Frequência
01	Medidor de Radiação
01	Microscópio Binocular
01	Microscópio Óptico Binocular
03	Oxímetro
08	Pera Insufladora com 3 Váculas
04	pH-Metro de Bancada
01	Protetor em Vidro de Corrente De Ar
01	Quadro Branco 2,00 x 1,20
01	Refratômetro
01	Refrigerador Duplex 330l
01	Sistema de Filtração
02	Termômetro Digital
03	Termômetros de Filamento de Mercúrio
01	Termôstato
01	Turbidímetro de Bancada
01	Turbidímetro Portátil
01	Tv em Cores

Laboratório (nº e/ou nome)		Área (m ²)	m ² por estação	m ² por aluno
LABORATÓRIO DE SANEAMENTO AMBIENTAL (LABOSAM)		159,4	8	2
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)				
Qtde.	Especificações			
02	Agitador Magnético			
02	Balança semi-analítica			
01	Autoclave 23 VERTICAL			
01	Banho-maria com 6 bocas			
02	Bloco digestos de DQO 25 provas			
02	Caixa térmica p/ preservação de amostras 140 L			
02	Caixa térmica p/ preservação de amostras 100L			
01	Câmara de fluxo Laminar			
01	Coletor de água c/ válvula de pé com crivo			
01	Coletor de profundidade			
01	Colorímetro			
01	Condutivímetro			

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

03	Conjunto de Decantação (3 cones Imhhof)
01	Dessecador Pequeno
01	Disco de sechi com 30 m de corda
01	Estufa Incubadora 70°C
01	Estufa de Secagem
01	FloculadorJartest
01	Forno Mufla
01	Fotômetro de Chama
01	Geladeira 300L
01	Incubadora B.O.D.
01	Medidor de nível de água
01	pH-Metro
01	Turbidímetro
01	Fotômetro de Chama
01	Refratômetro
01	Peneira 8x2 de nº 3/8
01	Peneira 8x2 de nº ½
01	Peneira 8x2 de nº 4
01	Peneira 8x2 de nº 10
01	Peneira 8x2 de nº 20
01	Peneira 8x2 de nº 30
01	Peneira 8x2 de nº 40
01	Peneira 8x2 de nº 50
01	Peneira 8x2 de nº 80
01	Peneira 8x2 de nº 100
01	Peneira 8x2 de nº 200
01	Fundo para peneira 8x2
01	Tampa para peneira 8x2
30	Cápsula de alumínio 42x5
20	Bandeja quadrada 60x40xc
02	Bandeja circular 60
02	Placa de vidro esmerilhada 300x300
01	Amofariz de porcelana 4.170cm com mão de grau e luva
01	Repartidor de amostra completo de 1 galvanizado
01	Repartidor de amostra completo de 1/2 galvanizado
01	Régua de aço bizelada35cm
03	Espátula de aço inox 15x2
01	Escova de limpeza peneira nylon
01	Escova de limpeza peneira bronze
01	Peneira 8x2 de 1 ½

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

01	Peneira 8x2 de 1
01	Peneira 8x2 de $\frac{3}{4}$

Laboratório (nº e/ou nome)		Área (m ²)	m ² por estação	m ² por aluno
LABORATÓRIO DE CAD		57,82	2,50	1,30
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)				
Qtde.	Especificações			
04	Bancadas de madeira para computadores			
24	Cadeiras			
02	Computadores HP 5750			
01	Computador HP 5150			
20	Computadores ECLIPSE			
01	Retroprojektor			
01	Bancada para retroprojektor			
01	Swich com 16 portas			

Laboratório (nº e/ou nome)		Área (m ²)	m ² por estação	m ² por aluno
TOPOGRAFIA E GEODÉSIA		64	7,11	4,26
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)				
Qtde.	Especificações			
01	Altímetro mod. 42 mr.Barigo			
01	Antena geodésica mod. Lowprofile			
02	Aparelho de radionavegação mod. Promark x-cm mr.Magellan			
10	Balisa 3/4 desmontável mr.Miratec			
01	Barômetro			
01	Bebedouro tipo geláguamr.Ibbl			
02	Bússola tipo bruntons ref. 17-651 mr.Cst			
03	Bússola turbularmr. Nikon			
01	Cabo de agr. Ref. Rq-30 mr.Eslon			
01	Condicionador de ar 12.000 btu'smr. Springer			
01	Condicionador de ar 21.000 btu's - 220/60hz to			
04	Coordenatógrafo polar mr.Desetec ref. 8501			
03	Estabilizador de tensão			
05	Estereoscópio de bolso mod. Eb-1 mr. Opto			
03	Guarda-sol topogr. Fixo mr.Duna			
01	Impressora hp mod. 695 com color jato de tinta			

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

04	Instrumento de nível automático mod fg-040
02	Luminária para prancheta de desenho
01	Mapoteca horizontal c/05 gav. Cor cinza mr. Condor
01	Mesa digitalizadora md.vmr.Summagraphics
01	Micro compaqpresário 7el193 cop/933/l brzl + tecl.,mouse,cabos,sw
01	Microcomputador piii / 800 mhz / 128 mb / hd 20.0 gb
02	Mira de alumínio encaixe ref. 06-804m mr.Cst
02	Mira de madeira encaixe ref. 421 mr.Desetec
02	Monitor de vídeo 14" mod. 105s, mr. Phillips
01	Monitor de vídeo presário b540 15"
03	Nível automático mod. Az-2s mr. Nikon
05	Nível de cantoneira ref. 06-750 mr.Cst
01	Nível eletr. Mod. Na-2002 c/bateria gab79 mr.Leica
01	Pantografo prof. Ref. 3700m mr.Desetec
02	Planímetro polar
01	Plotter dekjet 450c (300/600dpi) com pedestral, mr.Hp
02	Prancheta p/desenho 1,00x80cm com cavalete de madeira
01	Taqueometroeltr. Mr. Nikon mr.Dtm-410
04	Teodolito de engenharia civil mod fg-t3
02	Teodolito eletr. Mod. Ne-10h completo mr. Nikon

Laboratório (nº e/ou nome)		Área (m ²)	m ² por estação	m ² por aluno
UNIDADE DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO (UEPE)		58.000	1.250	10
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)				
Qtde.	Especificações			
03	Estufas			
02	Balanças digitais			
01	Balança digital de 15 kg			
01	Balança digital de 200 kg			
01	Kit para avaliação de sistema de irrigação			
02	Bombas injetoras de fertilizantes			
02	Bombas de 1cv			
01	Kit de trados para amostragem de solo			
02	Computadores			
01	Estação meteorológica automatizada			
01	Estação meteorológica convencional			
02	Viveiros para produção de mudas			
01	Estufa para produção de mudas			
01	Circuito hidráulico			
01	Calibrador de hidrômetro			
02	Medidor de vazão em condutos abertos			
02	Manômetros de mercúrio			

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

01	Kit para abertura de rosca
01	Kit de irrigação por aspersão
01	Kit de irrigação por gotejo
01	Kit de irrigação por microaspersão
01	Pivô central (3,5 ha)
01	Sistema coletor de energia solar
01	Barômetro de mercúrio
01	Barômetro comum
01	Barógrafo
01	Higrógrafo
01	Termógrafo
02	Termômetro de máx. e de mín.
03	Pluviômetros
01	Termohigrógrafo
01	Kit de peneiras para solos
03	Estufas de ambiente protegido

Laboratório (nº e/ou nome)		Área (m ²)	m ² por estação	m ² por aluno
CENTRO EXPERIMENTAL DE TRATAMENTO DE ESGOTOS (CETE)		20,00	3,33	1,15
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)				
Qtde.	Especificações			
04	Aerador (mini compressor de ar)			
03	Bomba de Recalque Fluxo Descontínuo			
01	Caixa Térmica P/ Preservação De Amostras 100L			
02	Nebulizador de ar tipo ar comprimido - Inalar Compact; Tensão 127-220 VCA; Frequência 60 Hz; Consumo 80 W; Potência 1/40 Hp; sistema em pistão			
01	Agitador /aquecedor			
01	Agitador magnético mr. Ika rct basic grande			
04	Bombas dosadoras de cloro; vazão máxima 10 L/h e mínima 0,22 L/h; material termoplástico; acionamento magnético; INJETRONIC; corrente 0,19 A; tensão 220 VCA			
01	Tanque séptico em fibra de vidro; vazão 0,5 m ³ /d; temperatura de projeto – ambiente; pressão de projeto – atm; modelo FOS-0,5; Ano - 2000; série – FOS-0001/0700; norma projeto: n/c; Empresa Guarujá Indústrias e Comércio de Máquinas LTDA			
01	Reator anaeróbico de fluxo ascendente; vazão 1 m ³ /h; temperatura de projeto – ambiente; pressão de projeto – atm; modelo RAFA - 1,0; ano – 2000; série – RAFA – 0001/0800; dimensões – ø 940x2800 mm; Empresa Guarujá Indústrias e Comércio de Máquinas LTDA			
01	Bomba submersa de sucção adaptada para esgoto			
01	Decantador p/ esgoto; largura 1,20 m; comprimento 2,66 m; vazão 1 m ³ /h; temperatura de projeto ambiente; pressão de projeto atm; modelo – DEC -01; ano 2000; série – DEC – 0002/0700; norma de projeto n/c			
01	Escada tipo cavalete de inox; comprimento 1,42 m; espessura 4 cm			

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

01	Bomba DLX-CL/M
01	Calha parshal em fibra de vidro
01	Clorador a gás
03	Clorador tipo dosador p/ hidroejetor
02	Clorador horizontal c/ chicanas
01	Conjunto de decantação (6 cones Imhhof)
01	Conj. de equipamentos p/produção de ar comprimido p/ flotação
02	Dessalinizador de osmose reversa
01	Dessalinizador de osmose reversa móvel
01	Equipamento de desinfecção ultra-violeta mr. Guarujá
01	Filtro para irrigação
06	Filtros artesanais
01	Reator aeróbio experimental; diâmetro externo 1,86 m; capacidade 70 L e comprimento 60 cm
01	Conjunto de tubulações em série: tubulação 1 – comprimento 1,73 m x largura 95 cm; tubulação 2 – comprimento 1,73 m x largura 95 cm; tubulação 3 – comprimento 1,73 m x largura 79 cm
01	Reator anaeróbio tipo UASB em formato K: comprimento na vertical – 1,71 m; comprimento na parte inferior – 1,60 m; comprimento na parte superior – 85 cm; capacidade 41 L
02	Reator anaeróbio tipo UASB em formato Y; comprimento 2,17 m x largura 77 cm; capacidade 22 L
01	Decantador retangular – comprimento 62 cm x largura 81 cm
01	Tanque de armazenamento de lodo – comprimento 1,50 m; diâmetro externo 1,86 m; capacidade útil 4 L
01	Balde preto (esgoto bruto) comprimento 65 cm; diâmetro externo 68 cm
01	Balde azul (saída de esgotos tratados) comprimento 74 cm; diâmetro externo 44 cm
01	Balde azul (saída de esgotos tratados) comprimento 63 cm; diâmetro externo 172 cm
01	Balde azul (entrada de pós-tratamentos) comprimento 74 cm; diâmetro externo 158 cm
01	Balde azul (entrada testes bancada) comprimento 63 cm; diâmetro externo 168 cm
01	Balde preto (esgoto bruto testes bancada) comprimento 26 cm; diâmetro externo 100 cm
02	Balde cinza (testes em bancada) comprimento 22 cm; diâmetro externo 78,6 cm; capacidade útil 7 L
01	Balde laranja (testes em bancada) comprimento 22 cm; diâmetro externo 78,6 cm; capacidade útil 7 L
01	Balde efluente tratado; comprimento 1,98 m e diâmetro 1,30 m
02	Baldes com lodo armazenado capacidade útil de 7 L; comprimento 26 cm
01	Baldes com lodo armazenado capacidade útil de 16 L; comprimento 26 cm
01	Balde vermelho; capacidade útil 7 L
01	Balde verde; capacidade útil 8 L; comprimento 25 cm; diâmetro externo 80 cm
01	Balde para coleta de esgoto bruto; capacidade 10 L; comprimento 32 cm; diâmetro externo 90 cm

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

01	Balde armazenador de esgoto bruto; capacidade 20 L; comprimento 60 cm; diâmetro externo 1,10 m
01	Balde marrom; comprimento 36 cm; diâmetro externo 1,07 m
01	Balde branco; capacidade 20 L; comprimento 60 cm; diâmetro externo 1,10 m
01	Balde preto; capacidade 6 L; comprimento 25 cm; diâmetro externo 80 cm
01	Caixa completa de ferramentas
01	Kit de pregos e parafusos
01	Kit de peças e tubulações adaptativas de esgoto
01	Sistema de reatores Bardenpho artesanal (com tubulações em PVC acima de 100 mm)
01	Sistema pós-D experimental de bancada

Laboratório (nº e/ou nome)		Área (m ²)	m ² por estação	m ² por aluno
CENTRO EXPERIMENTAL DE TRATAMENTO DE ÁGUA (CETA);		20,00	3,33	1,15
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)				
Qtde.	Especificações			
01	Bomba injetora de ar (UEPE)			
01	Câmara de Saturação (UEPE)			
01	Clorador a Gás (Laboratório)			
01	Clorador Horizontal C/ Chicanas (Cidade Alta)			
01	Clorador Tipo Dosador P/ Hidrojetor (laboratório)			
01	Dessalinizador de Osmose Reversa Móvel (Pátio)			
01	Dessalinizador de Osmose Reversa (Pátio)			
01	Mini filtro de fluxo ascendente p/tratamento de água (Cidade Alta)			
01	Reservatório de 5000L (UEPE)			
01	Tanque de Mistura (UEPE)			
01	Unidade de decantação (UEPE)			

7.4. Biblioteca

A biblioteca do IFCE – Campus de Limoeiro do Norte funciona nos três períodos do dia, sendo o horário de funcionamento das 7:30 às 21:30h, ininterruptamente, de segunda a sexta-feira.

O setor dispõe de 04 servidores, sendo 02 bibliotecários e 02 auxiliares de biblioteca. Aos usuários vinculados ao Campus e cadastrados na biblioteca é concedido o empréstimo domiciliar de livros. Não é concedido o empréstimo domiciliar de: obras de referência, periódicos, publicações indicadas para reserva e outras publicações conforme recomendação do setor. As formas de empréstimo são estabelecidas conforme regulamento e funcionamento da mesma.

7.4.1. Acervo

Com relação ao acervo, a biblioteca possui cerca de: 2.078 títulos de livros e 5.550 exemplares; 33 periódicos e 1.260 exemplares e 514 vídeos (DVD e VHS). Todo acervo está catalogado em meios informatizados. Para o curso em questão o acervo é adequado. Alunos e usuários da biblioteca têm à sua disposição além dos livros, periódicos e os microcomputadores conectados à Internet.

É interesse da Instituição a atualização constante do acervo de acordo com as necessidades e prioridades estabelecidas pelo corpo docente.

7.4.2. Serviços Oferecidos

O acesso à Internet está disponível por meio de 10 microcomputadores para pesquisa. A biblioteca dispõe também de uma sala de estudos coletiva em anexo, acessível para alunos e professores que desejam realizar estudos na Instituição.

8. INDICADORES DE DESEMPENHO

Indicadores de Desempenho	
Número de cursistas formados:	20 (vinte)
Índice máximo de evasão admitido	25% (vinte e cinco por cento)
Produção científica	Produção mínima de um artigo por professor/ano. Os estudantes deverão elaborar um TCC e apresentá-lo a uma banca examinadora.
Média mínima de desempenho dos alunos	7,0 (sete)
Número mínimo de alunos para manutenção da turma	75% do número total de alunos que iniciaram o curso
Número máximo de alunos por turma	20
Grau de aceitação de alunos ao curso	Conforme item da Avaliação do curso e dos docentes

Os indicadores de desempenho tais como: evasão, produção científica, número de monografias defendidas, grau de aceitação do curso deverão ser analisados e possibilitarão a produção de um relatório minucioso onde constará análise da qualidade do programa e sua contribuição para o desenvolvimento econômico, social e educacional e será elaborado pela Coordenação do Curso a cada nova entrada de turmas e disponibilizado para a comunidade acadêmica de interesse.

9. PLANOS DE UNIDADES DIDÁTICAS (PUDS)

DISCIPLINA: Caracterização e Recuperação de Ambientes Aquáticos
Código: xxx

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

Carga Horária Total: 40h	Carga Horária Teórica: 20	Carga Horária Prática: 20
Créditos: 02		
EMENTA		
Conceitos básicos de hidrologia; descrição do ciclo hidrológico; Bacia Hidrográfica como unidade de gestão; escoamento superficial; regimes fluviométricos e controle de vazões; visão geral sobre modelagem chuva-vazão; caracterização qualitativa da água; aspectos da poluição hídrica; o saneamento básico como medida de controle; noções sobre sistema de esgotamento sanitário; noções sobre o sistema de drenagem; quantificadores de poluição hídrica; índices e modelos de autodepuração; metodologias para despoluição hídrica; aspectos legais; estudos de caso.		
OBJETIVOS		
Compreender o ciclo da água e os processos que o compõem; conhecer métodos de quantificação dos processos hidrológicos; assimilar o conceito de bacia hidrográfica como unidade de gestão e importância dos processos hidrológicos ocorrentes nela para o estudo da qualidade das águas; conhecer as principais fontes de poluição hídrica; compreender a relação e importância do sistema de esgotamento sanitário e do sistema de drenagem para a manutenção de ambientes hídricos despoluídos; aplicar ferramentas de quantificação de poluição; elaborar cenários simulando as condições de lançamento de esgotos e aportes difusos ao rio.		
PROGRAMA		
1. Ciclo Hidrológico 1.1. Descrição geral; 1.2. Reservas hídricas; 1.3. Processos hidrológicos 2. Bacias hidrográficas 2.1. Divisores; 2.2. Sistema de drenagem e relevo 2.3. A bacia hidrologia como unidade de gestão 3. Escoamento superficial, regimes fluviométricos e controle de vazões 3.1. Descrição dos processos; 3.2. Hidrogramas; 3.3. Medição de vazões; 3.4. Curva de permanência de vazões; 3.5. Conceitos de vazões de referência; 3.6. Reservatórios superficiais para regularização de vazões; 4. Modelos chuva x vazão 4.1. Visão geral; 4.2. Importância da modelagem; 4.3. Aplicações; 5. Qualidade da água superficial 5.1. Parâmetros de qualidade de água; 5.2. Sistema de classificação dos corpos de água; 5.3. Qualidade das águas residuárias; 5.4. Considerações sobre poluição e a autodepuração (da MO, do P, do N e de coliformes); 5.5. Aspectos gerais 6. Saneamento básico como medida de controle 6.1. Sistema de esgotamento sanitário e sua relação com a qualidade hídrica; 6.2. Sistema de drenagem e sua relação com a qualidade hídrica; 6.3. Aspectos legais do lançamento de esgoto (CONAMA 430, 357, 396 e COEMA 02) 7. Quantificação da poluição hídrica 7.1. Índices de qualidade de água (IQA, IET, ICE, IT) ; 7.2. Quantificação de cargas poluidoras em lançamentos pontuais e difusos; 7.3. Estimativa de vazões de lançamento e de referência; 7.4. Modelos de autodepuração e quantificação de limites de lançamento; 7.5. Estudos de caso		

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas expositivas, Atividades práticas no laboratório, Seminários, Visitas Técnicas.
AVALIAÇÃO
Provas escritas, Relatório de atividades desenvolvidas em laboratório, Seminários, Trabalhos dirigidos e Relatórios Técnicos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
VON SPERLING, M. Princípios do tratamento biológico de águas residuárias . Vol 1. Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos, Belo Horizonte. UFMG, 3ª Edição, 2005.
VON SPERLING, M. Estudos e modelagem da qualidade da água de rios . Belo Horizonte, UFMG, Volume 7, 2007.
TUCCI, C.E.M. Hidrologia: ciência e aplicação . 4ª Edição. Porto Alegre, UFRGS/ABRH, 2007.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
SILVA, L. P. Hidrologia: Engenharia e meio ambiente . 1ª Edição, Rio de Janeiro. Edgard Blucher, 1976.
PINTO, Nelson L. de Susa et al. Hidrologia básica . São Paulo. Edgard Blucher, 1976.
CANHOLI, Aluísio Pardo. Drenagem urbana e controle de enchentes . São Paulo, SP: Oficina de Textos, 2005. 302p.
GARCEZ, Lucas Nogueira. Hidrologia . 2. ed. São Paulo, SP: Edgard Blücher, 1988. 291p.
NUVOLARI, Ariovaldo. Esgoto sanitário : coleta, transporte, tratamento e reúso agrícola. São Paulo, SP: Edgard Blücher, 2003. 520p.

DISCIPLINA: Tecnologias de Tratamento de Águas Residuárias
Código: xxxx
Carga Horária Total: 40h Carga Horária Teórica: 30h Carga Horária Prática: 10h
Créditos: 02
EMENTA
• Natureza dos efluentes domésticos e industriais e suas características físicas, químicas e biológicas; • Principais legislações e normas técnicas referentes ao tratamento de esgotos; • Programa de amostragem, monitoramento e interpretação de análises de esgotos domésticos e despejos industriais; • Métodos, técnicas e tecnologias de tratamento de esgotos sanitários e industriais.
OBJETIVOS
• Compreender os princípios básicos do tratamento de águas residuárias; • Conhecer as características gerais de águas residuárias; • Identificar os processos de tratamento de águas residuárias; • Compreender os níveis de tratamento de águas residuárias; • Conhecer os sistemas de tratamento físicos e químicos de efluentes; • Conhecer os principais critérios de projeto de sistemas de tratamento de efluentes.

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

• Acompanhar o planejamento de projetos de Estações de Tratamento de Esgotos (ETE); • Analisar a eficiência dos diversos níveis de tratamento de esgotos; • Monitorar e gerenciar sistemas de tratamento de efluentes.
PROGRAMA
• Natureza dos efluentes (identificação do tipo de água residuária a partir de técnicas e tabelas modelo); • Características físicas, químicas e biológicas de esgotos (qualidade) e vazões (quantidade); • Principais poluentes e sua influência no ambiente natural (corpo receptor); • Legislação Aplicada; • Programa de amostragem, monitoramento e interpretação de análises de despejos; • Processos biológicos e físico-químicos específicos de tratamento de efluentes domésticos e industriais; • Estudo de diversas tecnologias de tratamento para efluentes domésticos e industriais; • Projetos de ETES; • Biodegradabilidade e tratabilidade de efluentes domésticos e industriais.
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas Expositivas; Seminários; Aulas Práticas.
AValiação
Prova Escrita; Trabalhos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
NUVOLARI, A. Esgoto Sanitário: Coleta, Transporte, Tratamento E Reúso Agrícola - São Paulo – SP. Edgard Blücher, 2003. VON SPERLING, Marcos. Princípios básicos do tratamento de esgotos - Vol 2. - Belo Horizonte. UFMG. 1997. VON SPERLING, Marcos. Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos - Vol 1. - Belo Horizonte. UFMG. 1996.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BRAILE, P. M. e Cavalcanti, J. R. W. A. Manual de Tratamento de Águas Residuárias Industriais - São Paulo – SP. CETESB, 1993. CHERNICHARO, C. A. L. Reatores Anaeróbios. 2ª Belo Horizonte – MG. UFMG, 1997. FUNASA. Manual de Saneamento. FUNASA. 3ª Brasília – DF. 2006. SANT'ANNA JR. Geraldo Lippel. Tratamento biológico de efluente: fundamentos e aplicações – Rio de Janeiro: Interciência, 2013. VAN HAANDEL, Adrianus e MARAIS, Gerrit. O comportamento do sistema de loto ativado: teoria e aplicações para projeto e operação – Campina Grande – PB. Epgraf, 1999.

DISCIPLINA: Legislação Ambiental
Código: xxx
Carga Horária Total: 20h Carga Horária Teórica: 20h Carga Horária Prática: 0h
Créditos: 01

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

EMENTA
Introdução ao direito ambiental; Direito ambiental Brasileiro; Política Nacional do Meio Ambiente; Política Nacional dos Resíduos sólidos; Política Nacional dos Recursos Hídricos; Código Florestal; Sistema Nacional de Unidades de Conservação; Lei de Crimes Ambientais; Política Nacional de Educação Ambiental; Resoluções CONAMA.
OBJETIVOS
• Entender os princípios do direito ambiental; • Aprender o contexto histórico da legislação ambiental brasileira; • Conhecer, analisar e interpretar a legislação ambiental a nível federal, estadual e municipal; • Compreender a legislação quanto à diretrizes, controle, regulação, fiscalização e licenciamento; • Conhecer a dimensão da legislação ambiental no controle de atividades potencialmente poluidoras e no licenciamento ambiental;
PROGRAMA
• Introdução ao Direito Ambiental: Histórico e evolução; conceitos; princípios gerais e fundamentais do direito ambiental; direito difuso, direito coletivo e direitos individuais homogêneos; • Direito ambiental brasileiro: Responsabilidade objetiva e solidária, responsabilidade civil na degradação; poluição e danos ambientais; infrações passíveis de perícia ecológica; responsabilidade penal ambiental; instrumentos judiciais para a tutela ambiental; meio ambiente na Constituição Federal de 1988; • Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA – Lei nº 6.938/81: importância histórica; princípios, objetivos e instrumentos e SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente; • Política Nacional dos Resíduos Sólidos – Lei Nº 12.305/2010 e legislação específica aplicada; • Política Nacional dos Recursos Hídricos – Lei nº 9.433/97; Política Estadual de Recursos Hídricos – Lei Nº 14.844/10; Padrões de qualidade das águas; Classificação e enquadramento dos corpos d'água; • Código florestal – Lei nº 12.651/2012; • Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei Nº – Lei nº 9.985/2000; • Lei de Crimes Ambientais – Lei nº 9.605/98; • Política Nacional de Educação Ambiental – Lei Nº 9.795/99; • Resoluções do CONAMA: Nº 01/86: estabelece a exigência de realização de EIA e apresentação do RIMA; Nº 237/97: estabelece o sistema da tríplex licença (LP, LI e LO); Resoluções referentes a padrões de qualidade ambiental.
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas Expositivas; Seminários; Visitas Técnicas.
AVALIAÇÃO
Prova Escrita; Trabalhos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
GRANZIERA, Maria Luiza Machado. Direito ambiental. São Paulo. Atlas. 2015. FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de direito ambiental. São Paulo. Saraiva. 2009. SILVA, Vicente Gomes. Legislação ambiental comentada. Belo Horizonte. Fórum. 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental . Rio de Janeiro. Lumen Juris Ltda. 2010.

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

BRAGA, Benedito et al. **Introdução à engenharia ambiental**: o desafio do desenvolvimento sustentável. São Paulo. Pearson Prentice Hall. 2005.

MESQUITA, Rodrigo Alcântara. **Legislação Ambiental Brasileira**: uma abordagem descomplicada. Rio de Janeiro. Quileditora. 2012.

MOTA, Suetônio. **Introdução à Engenharia ambiental**. Rio de Janeiro. ABES. 2010.

BRASIL- Legislação do Direito Ambiental-São Paulo- Editora Saraiva- 2ª. Edição - 2010

DISCIPLINA: Introdução ao Geoprocessamento

Código: **xxx**

Carga Horária Total: 40h Carga Horária Teórica: 20h Carga Horária Prática: 20h

Créditos: 02

EMENTA

Introdução ao Geoprocessamento; Princípios conceituais; Técnicas e aplicações em SIG; Análise de produtos com SIG.

OBJETIVOS

- Apresentar o geoprocessamento;
- Caracterizar SIGs e sistemas de georreferenciamento;
- Caracterizar as estruturas de dados digitais;
- Apresentar diferentes possibilidades de aquisição, manipulação e integração de dados;
- Caracterizar e construir consultas e análises espaciais;
- Conhecer os sistemas de softwares gratuitos e/ou livres;
- Conceituar o sensoriamento remoto;
- Perceber as diferentes imagens orbitais, seu uso e processamento;
- Compreender a tecnologia GPS e seu uso na análise ambiental;
- Instrumentalizar o aluno para a compreensão das diversas formas de obtenção de imagens de satélites;
- Interpretar imagens, aplicação de softwares e confecções de mapas.

PROGRAMA

- Introdução ao Geoprocessamento;
 - Sistemas, ciência e estudo
 - Aplicações e usos
- Princípios;
 - Representação geográfica
 - A natureza dos dados geográficos
 - Georreferenciamento
- Técnicas;
 - Softwares de SIG
 - Modelagem de dados geográficos
 - Coleta de dados para SIG
 - A GeoWeb

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

- Análises; - Cartografia e produção de mapas - Análise de dados espaciais
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas Expositivas; Seminários; Visitas Técnicas.
AValiação
Prova Escrita; Apresentação de seminários; Trabalhos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
SILVA, Jorge Xavier da e ZAIDAN, Ricardo Tavares. Geoprocessamento & Análise Ambiental: Aplicações. Rio de Janeiro/RJ. Bertrand Brasil. 2012. FITZ, Paulo Roberto. Geoprocessamento sem complicação. São Paulo. Oficina de Textos. 2008. ROCHA, César Henrique Barra. Geoprocessamento: tecnologia transdisciplinar. Juiz de Fora. UFJF. 2007.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BOSSLE, Renato Cabral. QGIS do ABC ao XYZ. São José dos Pinhais/PR. Íthala. 2016. CAMARA, G.; MEDEIROS, J. S. GIS para Meio Ambiente. São José dos Campos. INPE. 1998. HAMADA, Emilia e GONÇALVES, Renata Ribeiro do Valle. Introdução ao Geoprocessamento: princípios básicos e aplicações. Jaguariúna/SP. EMBRAPA Meio Ambiente. 2017. Acessado em: http://www.cnpma.embrapa.br/download/documentos_67.pdf. LONGLEY, P. A. et al. Sistemas e Ciência da Informação Geográfica. Porto Alegre. Bookman. 2013. MOREIRA, M. A. Fundamentos do Sensoriamento Remoto e Metodologias de Aplicação. Viçosa. UFV. 2005.

DISCIPLINA: Técnicas de Elaboração de TCC
Código: xxx
Carga Horária Total: 20h Carga Horária Teórica: 16h Carga Horária Prática: 04h
Créditos: 01
EMENTA
Estudo dos princípios e técnicas da pesquisa científica, especialmente da elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).
OBJETIVOS
- Oferecer ao aluno embasamento teórico metodológico para a elaboração de TCC. - Discutir as propostas de TCC dos alunos, em cada etapa de sua elaboração.
PROGRAMA
A pesquisa científica Conceituação de pesquisa

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

Tipos de Pesquisa Métodos e técnicas da pesquisa 2. Trabalho de Conclusão de Curso Elementos pré-textuais Elementos textuais Elementos pós-textuais 3. Editoração de textos acadêmicos A linguagem científica Citações e referências bibliográficas
METODOLOGIA DE ENSINO
As atividades serão desenvolvidas por meio de: a) exposições e debates; b) discussão de textos, temas e projetos de pesquisa; c) apresentação de propostas de TCC dos alunos.
AValiação
Participação em sala de aula; Apresentação de proposta de TCC.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1999. IFCE.PROEN/Sistema de Bibliotecas –SIBI. Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos do IFCE. Fortaleza: IFCE, 2017. Disponível em <http://ifce.edu.br/proen/bibliotecas/arquivos/manual-de-normalizacao-ultima-versao> Acesso em: 22 ago. 2017. LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina A. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1991.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. MACHADO, A. R. LOUSADA, E. ABREU-TARDELLI, L.S. Planejar gêneros acadêmicos. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000. MOTTA-ROTH, Désirée. (Org.) Redação acadêmica: princípios básicos. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Imprensa Universitária, 2001. SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico. 14.ed. revisada e ampliada. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.
DISCIPLINA: Gestão Empresarial
Código: xxx
Carga Horária Total: 20h Carga Horária Teórica: 15h Carga Horária Prática: 05h
Créditos: 01
EMENTA

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

A questão ambiental e a empresa; O comprometimento do empreendedorismo e da iniciativa privada com o meio ambiente; Desafios socioambientais e o papel da empresa; Questões ambientais e economia; Obrigações ambientais da empresa; Medidas isoladas para o meio ambiente; A organização do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e os seus componentes;
OBJETIVOS
• Entender o papel da iniciativa privada na discussão ambiental e a responsabilidade socioambiental empresarial; • Compreender o objetivo da gestão ambiental privada e as suas esferas de abrangência; • Entender a constituição de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA); • Aplicar o SGA em empreendimentos de diferentes escalas; • Conhecer o SGA como uma estratégia empreendedora.
PROGRAMA
• A empresa e o meio ambiente; A gestão ambiental privada e o empreendedorismo: conceito de empreendedorismo, características dos empreendedores e o processo empreendedor. • Medidas isoladas para o meio ambiente: controle de poluição (tecnologias de remediação, tecnologias end of pipe control), prevenção da poluição e abordagem estratégica; controle de licenças, relatórios de acompanhamento e monitoramento ambiental; • A gestão ambiental empresarial; gestão ambiental empresarial; modelos de SGA; as normas da série ISO 14000: evolução da GA; aspectos históricos; surgimento da ISO 14000; e enfoques das normas ISO de gestão ambiental. • Implantação de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA): aspectos e impactos ambientais, empresas de pequeno e médio porte e a implantação de um SGA ISO 14001; • Abordagem de implantação: visão sistêmica; processo de implantação; e plano de implementação.
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas Expositivas; Exercícios;
AValiação
Prova Escrita; Trabalhos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BARBIERI, José Carlos. Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo, SP: Saraiva, 2007. CAMPOS, Lucila Maria de Souza. Auditoria ambiental: uma ferramenta de gestão. São Paulo, SP: Atlas, 2009. SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. ISO 14001 sistemas de gestão ambiental: implantação objetiva e econômica. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
AMATO NETO, João. A era do ecobusiness - criando negócios sustentáveis. Barueri, SP: Manole, 2015. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14001: Sistemas da Gestão Ambiental: requisitos com orientações para o uso. Rio de Janeiro, 2015. DIAS, Reinaldo. Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo, SP: Atlas, 2011 MORAES, Cláudia Schmidt Bueno de; PUGLIESI, Érica. Auditoria e certificação ambiental. Curitiba, PR:

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

Intersaberes, 2014.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo. **Curso de gestão ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2004.

DISCIPLINA: Manejo de Unidades de Conservação			
Código: xxx			
Carga Horária Total:	20h	Carga Horária Teórica:	20h Carga Horária Prática: 0h
Créditos: 01			
EMENTA			
Compreensão dos princípios ecológicos no processo de criação e manejo de unidades de conservação. Estudo sobre unidades de conservação da natureza. Análise da base legal sobre áreas especialmente protegidas e unidades de conservação e a implantação do sistema nacional de unidades de conservação da natureza. Compreensão das tipologias de unidades de conservação e do processo de criação e manejo de unidades de conservação.			
OBJETIVOS			
• Compreender os principais fundamentos ecológicos inerentes ao processo de criação e manejo de unidades de conservação da natureza; • Avaliar o histórico de criação de áreas protegidas e unidades de conservação; • Conhecer e estudar os objetivos de criação e manejo das unidades de conservação; • Avaliar os aspectos legais e normativos das unidades de conservação do Brasil; • Compreender a estrutura e funcionamento do sistema nacional de unidades de conservação; • Analisar as categorias de unidades de conservação brasileiras; • Avaliar a importância e situação das principais unidades de conservação do Brasil e do Ceará; • Compreender as etapas de criação de unidades de conservação no território brasileiro; • Estudar os conflitos sociais no processo de criação e manejo de unidades de conservação; • Estudar o processo de elaboração e implementação dos planos de manejo; • Compreender as principais ações e atividades relacionadas ao manejo de unidades de conservação; • Contribuir para o desenvolvimento de uma visão crítica e criativa para o manejo adequado de unidades de conservação.			
PROGRAMA			
• Fundamentação ecológica para a criação e manejo de unidades de conservação: - Introdução à biologia da conservação; - Biodiversidade e ameaças à diversidade biológica; - Conservação de espécies, populações e comunidades; - Conservação dos serviços ecossistêmicos; - Processos mantenedores da biodiversidade; - Convenção de diversidade biológica e a criação de áreas especialmente protegidas; - Histórico de criação de áreas especialmente protegidas/unidades de conservação da natureza • Unidades de Conservação da Natureza: • Objetivos - Conservação da biodiversidade (genética, específica e paisagística);			

- Manutenção do equilíbrio ecológico dos sistemas naturais;
- Compatibilidade e harmonia entre as características dos sistemas naturais e as atividades antrópica;
- Promover uma relação de maior sustentabilidade socioambiental entre sociedade e natureza.
- Base legal:
 - Constituição Federal de 1988 (Artigo 225, inciso III);
 - Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (SNUC);
 - Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002;
 - Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007 (criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes).
- Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza:
 - Unidades de conservação nacional, estadual e municipal.
 - Categorias de Unidades de Conservação:
 - Proteção Integral (Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre);
 - Uso Sustentável (Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural).
- Unidades de conservação no Brasil e no Ceará;
- Criação de unidades de conservação da natureza:
 - Demandas de criação de unidades de conservação (setores da sociedade civil, poder executivo, poder legislativo ou população);
 - Competência legal (órgão gestor) e aspectos normativos e administrativos;
 - Justificativa de criação, características, desenho e delimitação da área proposta;
 - Mapas de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade brasileira;
 - Estudos técnicos (características geomorfológica, bióticas e políticas, levantamento socioeconômico, diagnóstico fundiário);
 - Consulta pública à sociedade e a outras partes interessadas;
 - Ato de criação de unidade de conservação por lei ou decreto do Poder Executivo;
 - Cadastro Nacional de Unidades de Conservação;
 - Criação e atribuições dos conselhos deliberativos ou consultivos;
 - Conflitos e transformação social.
- Manejo de Unidade de Conservação
 - Elaboração e implementação do plano de manejo;
 - Políticas, planos, programas;

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

- Zoneamento das unidades de conservação; - Restrições, normas de uso e regras de visitação; - Ações de conservação, preservação e recuperação; • Gestão Participativa no Manejo das Áreas Protegidas; • Contribuição social e econômica das unidades de conservação; • Recursos financeiros, doações ou compensação ambiental; • Monitoramento das Unidades de Conservação e do Plano de Manejo.
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas Expositivas; Aulas de Campo.
AVALIAÇÃO
Seminários; Prova Escrita; Trabalhos; Relatórios de visitas técnicas e de aulas de campo.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BENSUSAN, Nurit. Conservação da Biodiversidade em Áreas Protegidas. Rio de Janeiro. FGV. 2006. GUERRA, Antônio José Teixeira; COELHO, Maria Célia Nunes. Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro. Ed: Bertran Brasil. 2009. RODRIGUES, Efraim; PRIMACK, B. Richard. Biologia da Conservação. Londrina. Ed. Planta.2001.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BEGON, Michel; TOWNSEND, Colin R. Ecologia: De indivíduos a ecossistemas. Porto Alegre. Artmed.2007. BRITO, Francisco. Corredores Ecológicos: uma estratégia integradora na gestão de ecossistemas. Florianópolis. UFSC. 2006. DOURO JEANNI, Marc J; PÁDUA, Maria Tereza Jorge. Arcas à Deriva: unidades de conservação do Brasil. Rio de Janeiro. Technical Books Editora. 2013. ODUM, E. P.; BARRET, G. W. Fundamentos de Ecologia. São Paulo. Thomson.2007. RICKLEFS, R. E. Economia da Natureza. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan.2010.

DISCIPLINA: Instrumentos de Gestão Ambiental
Código: xxx
Carga Horária Total: 20h Carga Horária Teórica: 20h Carga Horária Prática: 0h
Créditos: 01
EMENTA
A Gestão Ambiental Pública; Os instrumentos de Gestão Ambiental; O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA); A elaboração de planos, projetos, programas e ações de Gestão Ambiental Pública; Gestão Ambiental Urbana.
OBJETIVOS
• Conhecer os instrumentos de Gestão Ambiental definidos na Política Nacional do Meio Ambiente; • Compreender a dimensão aplicabilidade destes instrumentos na Gestão Ambiental Pública;

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

- Indicar diretrizes para o exercício da Gestão Ambiental no contexto municipal; - Conduzir atividades de planejamento, gestão, gerenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental.
PROGRAMA
- A Gestão Ambiental Pública: O papel do poder público na conservação e preservação dos bens ambientais; os princípios da Gestão Ambiental; constituição da Gestão Ambiental Pública: Política Ambiental, Planejamento Ambiental, Gerenciamento Ambiental e Monitoramento Ambiental. - Os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente – Lei Nº 6.938/81: padrões de qualidade ambiental; zoneamento ambiental; avaliação de impactos ambientais; licenciamento ambiental; incentivos ambientais e instrumentos econômicos; criação de espaços territoriais especialmente protegidos; sistema nacional de informações sobre o meio ambiente e prestação de informações relativas ao Meio Ambiente; Cadastro Técnico Federal; penalidades disciplinares ou compensatórias; - SISNAMA e Estruturação do Sistema de Gestão Ambiental: Política ambiental; estrutura administrativa; Conselho de Meio Ambiente; Instrumentos de Gestão Ambiental: de intervenção, de controle ambiental e controle repressivo. - Elaboração e avaliação de planos, projetos, programas e ações de Gestão Ambiental Pública; Gestão Ambiental Urbana; Estudo de caso.
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas Expositivas; Rodas de Debate; Seminários; Visita Técnica.
AVALIAÇÃO
Seminários; Prova Escrita; Trabalhos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo. Curso de gestão ambiental. Barueri, SP: Manole, 2004. MOTA, Suetônio. Introdução à engenharia ambiental. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Expressão, 2010. VESILIND, P. Aarne. Introdução à engenharia ambiental. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2011.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. BRASIL. Lei Federal Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02/09/1981. CURI, Denise. Gestão Ambiental. São Paulo, SP: Pearson, 2012. FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. 11. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo. Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri, SP: Manole, 2010.

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

DISCIPLINA: Tecnologias de Tratamento de Água e Reuso			
Código: xx			
Carga Horária Total:	40h	Carga Horária Teórica:	40h Carga Horária Prática: 0h
Créditos: 02			
EMENTA			
Qualidade da água bruta e as tecnologias de tratamento de Água. Tecnologias de tratamento de água: Ciclo completo, filtração lenta, filtração direta, dupla filtração, floto-filtração e filtração em múltiplas etapas; Etapas de tratamento: coagulação, floculação, decantação, filtração. Diagramas de coagulação. Desinfecção e fluoretação. Oxidação. Tratamento dos resíduos gerados nas estações de tratamento de água. Tipos e tecnologias de reuso			
OBJETIVOS			
• Entender a importância do tratamento de água • Identificar e compreender as principais tecnologias de tratamento de água • Compreender a importância e os tipos do reuso de água • Reconhecer os principais processos envolvidos no tratamento de água e reúso • Compreender a legislação pertinente ao reuso de água • Avaliar a eficiência dos processos envolvidos no tratamento da água e reúso • Acompanhar projetos de tratamento de água e reuso			
PROGRAMA			
1. Conceitos gerais relativos ao tratamento de água; 2. Processos, operações e tecnologias utilizadas no tratamento de águas de abastecimento: - Tratamento em ciclo completo; - Filtração Direta Descendente; - Filtração direta Ascendente; - Dupla Filtração; - Floto-Filtração; - Filtração em Múltiplas Etapas; 3. Tipos e tecnologias de reuso: - Conceitos fundamentais - Planejamento do reuso de água na indústria, na agricultura, nos municípios e na recarga de aquíferos; - Reuso de águas cinzas x reuso de águas negras; - Reuso doméstico (aspectos técnicos, tecnologias de tratamento adequadas); - Reuso agrícola (culturas adequadas ao reuso agrícola, questões físicas, químicas e biológicas oriundas do reuso no sistema água-solo-planta-atmosfera, tecnologias apropriadas de tratamento); - Reuso industrial (tecnologias apropriadas de tratamento). - Legislação específica			
METODOLOGIA DE ENSINO			
Aulas Expositivas; Seminários; Visitas Técnicas.			
AVALIAÇÃO			
Seminários; Prova Escrita; Trabalhos;			

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BERNARDO, Luiz Di Paz; SABOGAL, Lydia Patricia. Seleção de Tecnologias de Tratamento de Água. São Paulo. LdiBe. 2008. MANCUSO, P. C. S.; SANTOS, H. F. Reuso de Água. São Paulo. Manole. 2003. RICHTER, Carlos A.; AZEVEDO NETO, José M. de. Tratamento de água: tecnologia atualizada. São Paulo. Edgard Blucher. 1998.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ARAÚJO, Lúcia de Fátima Pereira. Reuso, com lagoas de estabilização, potencialidade no Ceará. Fortaleza. SEMACE. 2000. BABBITT, Harold E.; DOLAND, James J.; Cleasby, John L. Abastecimento de água. São Paulo. Edgard Blucher. 1967. LEME, Francílio Paes. Teoria e técnicas de tratamento de água. Rio de Janeiro. ABES. 1990. MIERZWA, José Carlos; HESPANHOL, Ivanildo. Água na Indústria – uso racional e reúso. São Paulo. ABES. 2005. TELLES, Dirceu D. Alkmin; COSTA, Regina Helena Pacca Guimarães. Reúso de água conceitos, teorias e práticas. São Paulo. Edgard Blucher. 2007.

DISCIPLINA: Gestão de Resíduos Sólidos
Código: xx Carga Horária Total: 40h Carga Horária Teórica: 40h Carga Horária Prática: 0h Créditos: 02
EMENTA
Resíduos Sólidos: Definição, história dos Resíduos e gestão integrada dos resíduos sólidos; Caracterização de Resíduos Sólidos: Quanto a origem, quanto a periculosidade e quanto as características físicas, químicas e biológicas; Minimização de Resíduos Sólidos: Políticas e estratégias para a redução de resíduos sólidos urbanos; Política Nacional de Resíduos Sólidos e Legislação Pertinente; Gestão de Resíduos Sólidos e seus Instrumentos; Serviços de Limpeza Urbana: Coleta e transporte de Resíduos Urbanos, tecnologias de Tratamento e Disposição Final de Resíduos Urbanos.
OBJETIVOS
• Conhecer a situação Nacional, Estadual e Municipal dos resíduos sólidos; • Conhecer a Gestão dos Resíduos Sólidos; • Identificar as características dos resíduos sólidos domésticos, industrial e serviços de saúde; • Conhecer o processo de limpeza urbana desde o acondicionamento, coleta, transporte, tratamento a disposição final, incluindo o sistema de varrição de vias • Reconhecer os métodos de tratamento e disposição finais adequadas para resíduo sólido.
PROGRAMA
• Resíduos Sólidos. Conceitos básicos;

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

• Caracterização de Resíduos Sólidos; • Minimização de Resíduos Sólidos; • Política Nacional de Resíduos Sólidos e Legislação Pertinente; • Gestão de Resíduos Sólidos e seus Instrumentos; • Serviços de Limpeza Urbana. Coleta de Resíduos Urbanos; • Tecnologias de Tratamento e Disposição Final de Resíduos Urbanos.
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas Expositivas; Rodas de Debate; Seminários; Visita Técnica
AValiação
Seminários; Prova Escrita; Trabalhos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BRASIL, Fundação Nacional da Saúde. Orientações técnicas para apresentação de projetos resíduos sólidos urbanos . Brasília. FUNASA. 2006.
FONSECA, Edmilson. Iniciação ao estudo dos resíduos sólidos e da limpeza urbana . João Pessoa. JRC Gráfica e Editora. 2001
Ministério do Meio Ambiente. Planos de Gestão de resíduos sólidos: manual de orientação . Brasília. ICLEI. 2012.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ELK, Ana Ghislane Henriques Pereira van. MDL-Redução de emissões na disposição final . Rio de Janeiro. IBAM. 2007.
FELIPETTO, Adriana Vilela Montenegro. MDL-Conceito, planejamento e oportunidades . Rio de Janeiro. IBAM. 2007.
GOVERNO DA BAHIA. Manual de Operação de Aterros . Salvador. CONDER
JÚNIOR, José Maria de Mesquita. MDL-Gestão Integrada de Resíduos Sólidos . Rio de Janeiro. IBAM. 2007.
SEDU-PR. Manual de gerenciamento integrado de Resíduos Sólidos . Rio de Janeiro. IBAM. 2001.

DISCIPLINA: Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)
Código: xxx
Carga Horária Total: 20h Carga Horária Teórica: 15h Carga Horária Prática: 05h
Créditos: 01
EMENTA
A disciplina possibilitará a construção de conceitos básicos relativos à degradação e recuperação ambiental. Abordará os aspectos legais e institucionais da recuperação de áreas degradadas. Além de métodos e técnicas de recuperação de áreas degradadas em ciências ambientais. E trabalhará também o estudo e elaboração de planos de recuperação de áreas degradadas.
OBJETIVOS

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

Geral: - Abordar conhecimentos científicos, técnicos e práticos sobre a degradação e recuperação ambiental com base na legislação nacional visando identificar mecanismos que possibilitem o restabelecimento da área impactada. Específicos: - Trabalhar conceitos, definições e processos de formação de áreas degradadas, bem como recuperação, reutilização e reabilitação dessas áreas; - Identificar a legislação vigente que norteia a recuperação de áreas degradadas; - Conhecer os principais métodos e técnicas de recuperação de áreas degradadas; - Estudar planos de recuperação de áreas degradadas; - Elaborar um plano de recuperação de uma área degradada local.
PROGRAMA - Glossário sobre recuperação de áreas degradadas; - Identificação de áreas degradadas: origem, causas e consequências; - A sucessão ecológica e sua importância na recuperação de áreas degradadas; - Aspectos legais da recuperação de áreas degradadas: PNMA, Decreto nº 97.632, de 10 de abril de 1989, Instrução Normativa IBAMA nº 04, de 13-04-2011 e Instrução Normativa ICMBIO nº 11, de 11 de dezembro de 2014; - Uma abordagem sobre diversidade e técnicas de restauração ecológica; - Restauração de ecossistemas no Brasil; - Técnicas de restauração florestal de áreas degradadas; - Modelos de restauração florestal; - Restauração ecológica de remanescentes florestal, revegetação de taludes, controle da erosão e cobertura de voçorocas; - Avaliação e monitoramento de áreas em processo de restauração e seus indicadores; - Estudos de caso de recuperação/reabilitação de áreas; - Principais componentes de um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas; aplicabilidade dos PRADS; - A gestão ambiental de áreas degradadas.
METODOLOGIA DE ENSINO - Aula expositiva com recursos multimídias instigando participação; - Após as aulas expositivas serão trabalhados estudos dirigidos, redação de texto e estudos de casos; - Será entregue aos alunos textos com uma determinada parte do conteúdo programático para que esses discutam e equipe e apresentem suas considerações; - Será elaborado (parte escrita e oral) um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRADS) a partir de uma área local ou regional a ser definida que possibilitem a recuperação da área degradada selecionada, mediante aspectos teóricos trabalhados.
AVALIAÇÃO - Assiduidade 100% valerá um ponto (1,0); - Entrega das três atividades escritas (3,0); - Apresentação das considerações de um texto sobre determinado conteúdo da disciplina (1,0); - Entrega e apresentação do PRADS (5,0). Assim, a nota final da disciplina será composta por uma única nota que valerá 10 pontos ao final da mesma.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARAÚJO, G. H. S.; ALMEIDA, J. R.; GUERRA, A. J. T. Gestão Ambiental de Áreas Degradadas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

NEPOMUCENO, A. N.; NACHORNIK, V.L. Estudos e técnicas de recuperação de áreas degradadas. Curitiba, PR: Editora Intersaberes, 2015. E-book. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544301852. PRUSKI, F. F. Conservação de solo e água: Práticas mecânicas para o controle da erosão hídrica. UFV. Viçosa. 2006;
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
MOTA, S. Preservação e conservação de recursos hídricos. Rio de Janeiro, RJ: ABES, 1995. BRANCALION, P. H. S.; GANDOLFI, S.; RODRIGUES, R. R. Restauração Florestal. São Paulo: Oficina de textos, 2015. E-book. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788579750199/pages/-1. MARTINS, S. V. Recuperação de áreas degradadas: ações em áreas de preservação permanente, voçorocas, taludes rodoviário e de mineração. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2009; MARTINS, S. V. Restauração ecológica de ecossistemas degradados. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2012; BRASIL. Instrução Normativa IBAMA nº 04, de 13-04-2011. Estabelece exigências mínimas e norteia a elaboração de Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD ou Áreas Alteradas;
DISCIPLINA: Licenciamento Ambiental
Código: xxx Carga Horária Total: 20h Carga Horária Teórica: 20h Carga Horária Prática: 0h Créditos: 01
EMENTA
Introdução ao Licenciamento Ambiental; Apresentação e comentários sobre a legislação ambiental envolvida; Tipos de autorização e de licenças ambientais; Etapas (fluxo) e procedimentos; Elaboração e cumprimento de <i>Check-lists</i> e Termos de Referência relacionados ao licenciamento; Apresentação e elaboração dos principais estudos/planos e relatórios ambientais.
OBJETIVOS
• Proporcionar a construção de uma visão sistêmica quanto aos estudos e relatórios ambientais; • Produzir os conhecimentos fundamentais a análise e licenciamento ambiental aplicados as empresas públicas e privadas; • Implementar o desenvolvimento de atividades integradas na análise ambiental considerando os aspectos sociais, ambientais e políticos
PROGRAMA
• História e contexto do surgimento do licenciamento e da avaliação dos estudos ambientais no mundo e no Brasil; • A Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e seus instrumentos de política ambiental no âmbito do licenciamento de atividades/empreendimentos potencialmente poluidores ou causadores de significativo impacto ambiental; Natureza, objeto e cenários do licenciamento ambiental; competências legais dos entes federativos na aplicação do instrumento de licenciamento ambiental (LC Nº 140/11) e outras autorizações ambientais;

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

- Licenciamento Ambiental: tipos de autorização e de licenças ambientais; etapas (fluxo) e procedimentos; elaboração e cumprimento de *Check-lists* e Termos de Referência relacionados ao licenciamento;
- Apresentação e elaboração dos principais estudos/planos e relatórios ambientais:
- Avaliação de Impacto Ambiental (AIA)
- Avaliação Ambiental Preliminar (AAP)
- Estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e seu Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)
- Relatório Ambiental Preliminar (RAP)
- Relatório de Avaliação do Desempenho Ambiental (RADA)
- Relatório de Acompanhamento e Monitoramento Ambiental (RAMA);
- Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e seu relatório de Impacto de Vizinhança (RIV)
- Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA)
- Relatório Ambiental Simplificado (RAS)
- Declaração de Viabilidade Ambiental (DVA)
- Plano de Controle Ambiental (PCA)
- Plano de Gestão Ambiental (PGA)
- Plano de Manejo (PM)
- Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)
- Avaliação Ambiental Integral (AAI)
- Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas Expositivas; Rodas de Debate; Seminários.

AValiação

Prova Escrita; Seminários; Trabalhos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Manual de impactos ambientais**. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil - BNB, 1999.

CUNHA, Sandra Baptista da. **Avaliação e perícia ambiental**. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2010.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo, SP: Oficina de Textos, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Lei Complementar Nº 140, de 08 de dezembro de 2011. Fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09/12/2011.

BRASIL. Lei Federal Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02/09/1981.

BRASIL. Resolução CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22/12/1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Instrução Normativa nº 184**, de 17 de julho de 2008. Estabelece, no âmbito desta Autarquia, os procedimentos para o licenciamento ambiental federal. Disponível em: <

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2008/in_ibama_184_2008_licenciamentoambientalfederal_revlg_in_65_2005_altrd_in_ibama_14_2011.pdf> . Acesso em: 23 ago. 2017

MOTA, Suetônio. **Introdução à engenharia ambiental**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Expressão, 2010..

DISCIPLINA: Gestão de Bacias Hidrográficas			
Código: xxx			
Carga Horária Total:	40h	Carga Horária Teórica:	30h Carga Horária Prática: 10h
Créditos: 02			
EMENTA			
Abordagem das características principais dos elementos que compõem a bacia hidrográfica, com base nos instrumentos teóricos e práticos da hidrologia, geomorfologia e climatologia. Avaliação das formas de uso e ocupação das bacias hidrográficas e transformações antrópicas sobre o funcionamento e qualidade dos elementos da bacia hidrográfica. Avaliação das políticas nacional e estadual de recursos hídricos e arcabouço legal associado. Estudo das técnicas de conservação e recuperação de bacias hidrográficas.			
OBJETIVOS			
• Conceituar e caracterizar a bacia hidrográfica; • Compreender as formas de uso e ocupação da bacia hidrográfica; • Avaliar os fatores de degradação dos recursos ambientais da bacia hidrográfica; • Compreender a estrutura, funcionamento e aspectos legais da política hídrica; • Avaliar os instrumentos da política hídrica nacional e estadual; • Conhecer e compreender os principais instrumentos e técnicas de conservação e recuperação de bacias hidrográficas;			
PROGRAMA			
• Introdução ao estudo de bacias hidrográficas: - Considerações preliminares; - Conceitos e elementos integrantes da bacia hidrográfica; - Bacias hidrográficas como unidade físico-territorial de gestão, pesquisa e implementação da política hídrica; - Caracterização geral (climatologia, hidrologia, geomorfologia, pedologia e cobertura vegetal); - Caracterização morfométrica e morfológica da bacia hidrográfica; • Uso e ocupação do solo na bacia hidrográfica: - Mudanças naturais e antrópicas da bacia hidrográfica; - Atividades antrópicas e impactos associados; - Implicações ecológicas, sociais e econômicas da degradação do solo e água; - Competência e atribuições legais sobre o uso e ocupação do solo; • Gerenciamento dos recursos hídricos: - Usos múltiplos da água; - Escassez e qualidade; - Conflitos pelo uso da água (Relação demanda e oferta); - Seca e crise hídrica; - Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos; 1. Fundamentos, princípios e objetivos; 2. Instrumentos de gestão dos recursos hídricos (Plano, outorga, cobrança, sistema de informação, enquadramento, fiscalização e fundo); 3. Sistema Nacional e Estadual dos Recursos Hídricos (Competência Federal, Estadual e Municipal);			

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

4. Atuação dos Comitês de Bacias Hidrográficas; • Conservação e recuperação de bacias hidrográficas: - Fiscalização e controle das atividades antrópicas; - Recomposição da cobertura vegetal; - Recuperação de nascentes e mata ciliares; - Conservação dos recursos solo e água; - Educação ambiental e gestão adequada dos recursos ambientais da bacia hidrográfica
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas Expositivas; Seminários; Aula de campo.
AVALIAÇÃO
Prova Escrita; Seminários; Trabalhos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
MOTA, S. Preservação e conservação de recursos hídricos. 2ª Edição. Rio de Janeiro, ABES, 1995. POLETO, C. Bacias Hidrográficas e Recursos Hídricos. 1ª Edição. Rio de Janeiro, Interciência, 2014 SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ. Bacias hidrográficas: aspectos conceituais, uso, manejo e planejamento. 1ª Edição. Fortaleza, Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará, 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
FELICIDADE, N.; MARTINS, R.C.; LEME, A.A. Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil: velhos e novos desafios para a cidadania. 2ª Edição. São Carlos-SP, Rima, 2004. TUCCI, Carlos E. M. Hidrologia. 3ª Edição, Rio Grande do Sul, UFRGS Editora, 1993. GARCEZ, L.N.; ALVAREZ, G.A. Hidrologia. 2ª Edição. São Paulo. Edgard Blücher, 1988. VALENTE, O.F.; GOMES, M.A. Conservação de nascentes. 1ª Edição, Viçosa – MG, Aprenda Fácil, 2011 PINTO, N. L.S.; HOLTZ, A.C.T.; MARTINS, J.A.; GOMIDE, F.L.S.G. Hidrologia básica. 1ª Edição, São Paulo, Edgard Blücher, 1976

DISCIPLINA: Análise do Ciclo De Vida (Optativa)
Código: Carga Horária Total: 20h Carga Horária Teórica: 15h Carga Horária Prática: 05h Créditos: 01
EMENTA
Introdução a Avaliação do Ciclo de Vida (ACV) e aos conceitos relacionados; Normas ISO 14040 e 14044; Etapas para execução de uma ACV; Análise de Inventário; Avaliação de Impacto; Estudo de Caso de ACV; Ferramentas de Apoio à ACV.
OBJETIVOS
• Introduzir os conceitos básicos relativo à Avaliação do Ciclo de Vida (ACV); • Destacar a importância dos estudos de ACV aplicada à gestão ambiental; • Apresentar os fundamentos da metodologia da Avaliação do Ciclo de Vida; • Expor análises de impactos ambientais potenciais de produtos e serviços ao longo do seu ciclo de vida
PROGRAMA

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

• Introdução à Avaliação do Ciclo de Vida (ACV); • As normas ISO 14040 e 14044; • Etapas para execução de uma ACV; • Definição do Objetivo e Escopo; • Análise de Inventário; • Avaliação de Impacto; • Interpretação; • Estudo de Caso de ACV; • Ferramentas de Apoio à ACV (Softwares e base de dados)
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas Expositivas; Exercícios.
AValiação
Prova Escrita; Trabalhos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BARBIERI, José Carlos. Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo, SP: Saraiva, 2007. CAMPOS, Lucila Maria de Souza. Auditoria ambiental: uma ferramenta de gestão. São Paulo, SP: Atlas, 2009. DIAS, Reinaldo. Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo, SP: Atlas, 2011.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
AMATO NETO, João. A era do ecobusiness - criando negócios sustentáveis. Barueri, SP: Manole, 2015. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10040: Gestão Ambiental: Avaliação do Ciclo de Vida: Princípios e Estrutura. Rio de Janeiro, 2009. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14044: Gestão Ambiental: Avaliação do Ciclo de Vida: Requisitos e Orientações. Rio de Janeiro, 2009. MORAES, Clauciana Schmidt Bueno de; Pugliesi, Érica. Auditoria e certificação ambiental. Curitiba, PR: Intersaberes, 2014. UNIÃO EUROPEIA. Manual do Sistema ILCD: Sistema internacional de referência de dados do ciclo de produtos e processos : Guia geral para avaliações do ciclo de vida : orientações detalhadas. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - Ibict: Brasília, 2014. Disponível em: <http://acv.ibict.br/wp-content/uploads/2016/01/Manual-ILCD-com-capa.pdf>. Acesso em:23 ago. 2017.

DISCIPLINA: Gestão de Qualidade do ar (Optativa)
Código:
Carga Horária Total: 20h Carga Horária Teórica: 10h Carga Horária Prática: 10h
Créditos: 01
EMENTA
Conceitos relacionados a gestão e ao gerenciamento e controle da poluição atmosférica em ambientes externos

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

(<i>outdoor</i>) e internos (<i>indoor</i>); conhecimento de metodologias de amostragem, análise e monitoramento referentes a qualidade do ar; conhecimento de equipamentos para o controle da poluição atmosférica; Legislação relacionada ao tema.
OBJETIVOS
• Apresentar os principais poluentes do ar (interior e exterior) e a legislação vigente no Brasil, bem como apresentar padrões internacionais de referência; • Capacitar os alunos do conhecimento necessário para atuarem na definição e implementação de políticas, planos e programas de gestão da qualidade do ar; • Fornecer conhecimentos para estruturação de plano de amostragem para o monitoramento da qualidade do ar; • Conhecer equipamentos de referência na amostragem e análise relacionados a poluição atmosférica e monitoramento da qualidade do ar.
PROGRAMA
• Introdução ao gerenciamento e controle da poluição atmosférica; poluentes atmosféricos; classificação dos poluentes atmosféricos; fontes de poluição atmosférica e efeitos; dispersão de poluentes; • Padrões da qualidade do ar; Índice da qualidade do ar; padrões de emissões de poluentes atmosféricos; Ambiente indoor e outdoor; • Poluição atmosférica nos processos industriais; • Metodologias e equipamentos de monitoramento da qualidade do ar; gerenciamento de emissões gasosas; tecnologias de controle físico-químico da poluição do ar; • Metodologias e equipamentos de controle da poluição atmosférica; • Poluição e qualidade do ar interior.
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas Expositivas; Seminários;
AVALIAÇÃO
Prova Escrita; Seminários; Trabalhos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BAIRD, Colin. Química ambiental. 4. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2011. MOTA, Suetônio. Introdução à engenharia ambiental. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Expressão, 2010. VESILIND, P. Arne. Introdução à engenharia ambiental. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2011.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BRAGA, Benedito. Introdução à engenharia ambiental: o desafio do desenvolvimento sustentável. 2. ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2005. DERISIO, José Carlos. Introdução ao Controle de Poluição Ambiental. São Paulo, SP: Oficina de textos, 2012 PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo. Curso de gestão ambiental. Barueri, SP: Manole, 2004. PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo. Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri, SP: Manole, 2010. SEWELL, Granville Hardwick. Administração e controle da qualidade ambiental. São Paulo, SP: CETESB,

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

1978.

DISCIPLINA: Análise Instrumental (Optativa)		
Código: xxxx		
Carga Horária Total: 40h	Carga Horária Teórica: 10h	Carga Horária Prática: 30h
Créditos: 02		
EMENTA		
• Espectroscopia de absorção Atômica. • Espectroscopia de emissão atômica. • Espectroscopia de absorção no ultravioleta – visível. • Espectroscopia de absorção no infravermelho. • Espectroscopia de massa. • Espectroscopia de ressonância magnética de hidrogênio e de carbono. • Análise Térmica. • Outras técnicas.		
OBJETIVOS		
Saber conduzir análises químicas, físico-químicas, químico-biológicas e microbiológicas qualitativas e quantitativas e a determinação estrutural de compostos por métodos instrumentais, bem como conhecer os princípios básicos de funcionamento dos equipamentos utilizados e as potencialidades e limitações das diferentes técnicas de análise.		
PROGRAMA		
• Espectroscopia Atômica e Molecular - Introdução à espectroscopia ótica, fundamentos da espectroscopia de absorção, Lei de Beer., aplicações, equipamentos, preparo de amostras, identificação de componentes metálicos em diferentes matrizes. Fotometria de chama. Espectrofotometria de absorção atômica. - Fundamentos da espectroscopia de emissão, aplicações, equipamentos, preparo de amostras. Espectros de emissão. - Fundamentos da espectroscopia de absorção UV-VIS, aplicações, equipamentos, preparo de amostras. Espectros de absorção no UV, absorções características dos compostos orgânicos. • Aquisição e Tratamento de Dados Instrumentais • Espectroscopia de Infravermelho e Espectrometria de Massa - Fundamentos (vibrações moleculares), aplicações, equipamentos, preparo de amostras, interpretação de espectros. • Métodos Eletrométricos e Eletroanalíticos • Análise Térmica - Fundamentos e aplicações. • Noções de Cromatografia • Eletroforese • Voltametria • Quimiometria Validação em Análise Químicas		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Aulas Expositivas; Aulas Práticas.		

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

AVALIAÇÃO
Prova Escrita; Trabalhos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
HARRIS, Daniel C. Análise química quantitativa . 8ª Ed. Rio de Janeiro, RJ : LTC, 2012. 898 p.
MENDHAM, J. Vogel: análise química quantitativa . 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2012. 462p.
SKOOG, Douglas A. Fundamentos de química analítica . São Paulo, SP: Cengage Learning, 2008. 1106p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BACCAN, Nivaldo. Química analítica quantitativa elementar . 3. ed. São Paulo, SP: Blucher, 2001. 308p.
EWING, Galen Wood. Métodos instrumentais de análise química . São Paulo, SP: Edgard Blücher, 1972. 514p.
HARRIS, Daniel C. Análise química quantitativa . 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2008. 868p.
HARRIS, Daniel C. Explorando a química analítica . 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2011. 550p.
VOGEL, Arthur I. Química analítica qualitativa . 5ª. São Paulo, SP: Mestre Jou, 1981. 665p.

DISCIPLINA: Projetos em Resíduos Sólidos (Optativa)
Código: xxxx
Carga Horária Total: 20h Carga Horária Teórica: 20h Carga Horária Prática: 0h
Créditos: 01
EMENTA
Caracterização dos resíduos. Gerenciamento integrado de resíduos sólidos. Metodologias e técnicas de minimização, reciclagem e reutilização. Dimensionamento de acondicionamento, coleta, transporte e dos processos de tratamento: compostagem e disposição final de resíduos.
OBJETIVOS
Entender a logística de armazenamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos diversos. Através das atividades práticas da disciplina, ter contato com a realidade de uma das áreas de atuação que o curso proporciona.
PROGRAMA
• Planos de gerenciamento de resíduos sólidos industriais. • Dimensionamento de recipientes para o acondicionamento do lixo. • Dimensionamento da coleta domiciliar (regularidade, frequência, horários, itinerários, ferramentas e utensílios utilizados). • Dimensionamento de pátios de compostagem. • Escolha das áreas para a implantação de aterros sanitários. • Licenciamento ambiental de aterros sanitários. • Elementos do projeto de um aterro sanitário: → Dimensionamento das valas/células. → Sistema de

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

drenagem de águas superficiais. → Sistema de coleta e remoção de líquidos percolados. → Sistema de tratamento do chorume. → Sistema de drenagem de gases. → Impermeabilização do aterro. • Construção, operação e monitoramento de um aterro sanitário. • Gestão de aterros sanitários: vida útil e índice de qualidade. • Fechamento e selagem de aterros sanitários
METODOLOGIA DE ENSINO
Expositiva dialogada, Trabalho individual, Trabalho em grupo, Estudo de caso, Painel integrado e Seminário. Visitas técnicas e atividades de campo, projeto.
AValiação
Os mecanismos de avaliação consistirão em provas teóricas, trabalhos individuais e em grupo, relatórios.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BRASIL, Fundação Nacional da Saúde. Orientações técnicas para apresentação de projetos resíduos sólidos urbanos . Brasília. FUNASA. 2006.
FONSECA, Edmilson. Iniciação ao estudo dos resíduos sólidos e da limpeza urbana . João Pessoa. JRC Gráfica e Editora. 2001
Ministério do Meio Ambiente. Planos de Gestão de resíduos sólidos: manual de orientação . Brasília. ICLEI. 2012.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ELK, Ana Ghislane Henriques Pereira van. MDL-Redução de emissões na disposição final . Rio de Janeiro. IBAM. 2007.
FELIPETTO, Adriana Vilela Montenegro. MDL-Conceito, planejamento e oportunidades . Rio de Janeiro. IBAM. 2007.
GOVERNO DA BAHIA. Manual de Operação de Aterros . Salvador. CONDER
JÚNIOR, José Maria de Mesquita. MDL-Gestão Integrada de Resíduos Sólidos . Rio de Janeiro. IBAM. 2007.
SEDU-PR. Manual de gerenciamento integrado de Resíduos Sólidos . Rio de Janeiro. IBAM. 2001.

DISCIPLINA: Certificação Ambiental (Optativa)
Código: xxxx
Carga Horária Total: 20h Carga Horária Teórica: 15h Carga Horária Prática: 05h
Créditos: 01
EMENTA
Sistema de Gestão Ambiental (SGA) pela ISO 14001; implantação e operação do SGA; Operação e gerenciamento dos processos; Auditoria Ambiental; critérios para qualificação de auditores ambientais; certificação ambiental.
OBJETIVOS
• Proporcionar o uso de ferramentas para planejamento e implementação de Sistemas de Gestão Ambiental

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

ISO 14001; • Fornecer conhecimentos para o desempenho das atividades de auditoria e certificação ambiental; • Fomentar a interpretação das normas que regem o SGA, Auditoria Ambiental e Certificação Ambiental.
PROGRAMA
• Abordagem de implantação do Sistema de Gestão Ambiental ISO 14001: visão sistêmica; processo de implantação; e plano de implementação. • Fase de planejamento: elaboração da política ambiental; elaboração dos objetivos e metas; implantação dos programas de gestão ambiental. • Fase de implantação: estrutura e responsabilidade; treinamento, conscientização e competência; estabelecimento do processo de comunicação interna e externa; estruturação do sistema documental do SGA; controle de documentos; controle operacional; preparação e atendimento a situações de emergência. • Fase de verificação e ação corretiva e preventiva: monitoramento e medições; não-conformidade e ação corretiva-preventiva; estabelecimento de controle de registros; definição da sistemática de auditoria do SGA; realização de revisão crítica pela gerência; auditoria ambiental; fiscalização ambiental • Auditoria e certificação: Conceitos sobre auditoria. Tipos de auditoria. Escopo da auditoria e regulamentos para auditoria ambiental. Auditoria de conformidade legal. Diretrizes para auditoria ambiental - Procedimentos de auditoria - Auditoria de sistemas de gestão ambiental: Norma ISO 14011. Diretrizes para auditoria ambiental - Critérios para qualificação de auditores ambientais. Certificação de auditores ambientais; selos verdes.
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas Expositivas; Exercícios.
AValiação
Prova Escrita; Trabalhos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BARBIERI, José Carlos. Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo, SP: Saraiva, 2007. CAMPOS, Lucila Maria de Souza. Auditoria ambiental: uma ferramenta de gestão. São Paulo, SP: Atlas, 2009. SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. ISO 14001 sistemas de gestão ambiental: implantação objetiva e econômica. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
AMATO NETO, João. A era do ecobusiness - criando negócios sustentáveis. Barueri, SP: Manole, 2015. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14001: Sistemas da Gestão Ambiental: requisitos com orientações para o uso. Rio de Janeiro, 2015. DIAS, Reinaldo. Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo, SP: Atlas, 2011. MORAES, Cláudia Schmidt Bueno de; PUGLIESI, Érica. Auditoria e certificação ambiental. Curitiba, PR: Intersaberes, 2014 PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo. Curso de gestão ambiental. Barueri, SP: Manole, 2004.

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

DISCIPLINA: Metodologia Científica (Optativa)		
Código: xxxx		
Carga Horária Total: 20h	Carga Horária Teórica: 20h	Carga Horária Prática: 0h
Créditos: 01		
EMENTA		
• A ciência e os tipos de conhecimento; • O método científico; • Pesquisa científica; • Leitura e escrita científicas; • Normas Técnicas para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos.		
OBJETIVOS		
• Identificar o que é a ciência, o método científico e os tipos de conhecimento; • Conhecer as normas de produção e apresentação de trabalhos científicos; • Adquirir técnicas de leitura, análise e interpretação de textos; • Desenvolver capacidade de leitura e síntese de textos técnicos científicos; • Desenvolver escrita formal para elaboração de projetos e monografias; • Praticar a apresentação em público; • Analisar trabalhos monográficos.		
PROGRAMA		
• Aspectos filosóficos do conhecimento e a sua relação com a ciência; • A importância da ciência e da atuação acadêmica (pesquisa e pós-graduação no país em universidades e institutos de pesquisa); • Paradigmas de pesquisa e do conhecimento: as bases epistemológicas da aprendizagem em ciência e tecnologia; • Pesquisa científica: características e classificação, formulação do problema, elaboração de hipóteses, definição de variáveis, coleta de dados, análise dos dados, verificação das hipóteses, solução do problema, documentação e divulgação; • Leitura: importância da leitura para a pesquisa; técnicas de leitura; importância do método para a ciência. • O que é pesquisa científica. • Tipos de pesquisa científica: • Resenha; • Resumo; • Esquemas; • Fichamento; • Seminários; • Relatórios; • Projetos de pesquisa; • Como se constitui um projeto de pesquisa. • Artigos científicos: Conceitos; • Como se constitui um artigo. • Monografias: Conceitos; • Como se constitui uma monografia. • Processos e técnicas de elaboração do trabalho científico. • Seguimento das normatizações técnicas (ABNT) pertinentes ao desenvolvimento adequado e devidamente		

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

padronizado de trabalhos acadêmicos (monografia e artigo)
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas Expositivas; Seminários.
AValiação
Prova Escrita; Trabalhos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
CERVO, Amado Luiz. Metodologia Científica . 6ª Edição - São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2007.
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23ª Edição São Paulo. Cortez, 2007.
KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa . 26ª Edição Petrópolis, RJ Vozes, 2009.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
GONÇALVES, Hortência de Abreu. Manual de Artigos Científicos - São Paulo: Avercamp, 2008.
DIAS, Donaldo de Souza. Como escrever uma monografia: manual de elaboração com exemplos e exercícios . 7ª Edição São Paulo: Atlas, 2010.
RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica . 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2002.
RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos . 6ª Edição, São Paulo: Atlas, 2011.
JOYE, Cassandra Ribeiro. Metodologia científica – Fortaleza; SETEC-IFCE, 2014.
DISCIPLINA: Inglês Instrumental (Optativa)
Código: xxx
Carga Horária Total: 40h Carga Horária Teórica: 24h Carga Horária Prática: 16h
Créditos: 02
EMENTA
• Espectroscopia de absorção no ultravioleta – visível. • Espectroscopia de absorção Atômica. • Espectroscopia de emissão atômica. • Cromatografia • Espectroscopia de absorção no infravermelho. • Espectroscopia de massa. • Espectroscopia de ressonância magnética de hidrogênio e de carbono.
OBJETIVOS
Saber conduzir análises químicas, físico-químicas, por métodos instrumentais, bem como conhecer os princípios básicos de funcionamento dos equipamentos utilizados e as potencialidades e limitações das diferentes técnicas de análise.
PROGRAMA

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

• Espectroscopia Atômica e Molecular - Introdução à espectroscopia ótica, fundamentos da espectroscopia de absorção, Lei de Beer, aplicações, equipamentos, preparo de amostras, identificação de componentes metálicos em diferentes matrizes. Fotometria de chama. Espectrofotometria de absorção atômica. - Fundamentos da espectroscopia de emissão, aplicações, equipamentos, preparo de amostras. Espectros de emissão. - Fundamentos da espectroscopia de absorção UV-VIS, aplicações, equipamentos, preparo de amostras. Espectros de absorção no UV, absorções características dos compostos orgânicos. Cromatografia - Noções básica de cromatografia, cromatografia líquida de alta eficiência, cromatografia gasosa. Espectroscopia de Infravermelho, Espectroscopia de Ressonância Magnética Nuclear e Espectrometria de Massa - Fundamentos, aplicações, equipamentos, preparo de amostras. • Aplicação destas técnicas na análise de água, efluentes, solos, resíduos.
METODOLOGIA DE ENSINO
• Aulas teóricas e práticas. • Visita técnica aos laboratórios de instrumentação. • Trabalho individual. • Trabalho em grupo • Seminários.
AValiação
A avaliação se dará de forma contínua considerando os seguintes critérios: • Participação • Coerência e consistência • Cumprimento de prazos • Clareza de idéias (oral e escrita) E através de: • Seminários • Relatórios das aulas práticas • Trabalhos individuais e em grupo (lista de exercícios, estudo dirigido, pesquisa).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
HARRIS, Daniel C. Análise química quantitativa. 8ª Ed. Rio de Janeiro, RJ : LTC, 2012. 898 p. MENDHAM, J. Vogel: análise química quantitativa. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2012. 462p. SKOOG, Douglas A. Fundamentos de química analítica. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2008. 1106p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BACCAN, Nivaldo. Química analítica quantitativa elementar. 3. ed. São Paulo, SP: Blucher, 2001. 308p. EWING, Galen Wood. Métodos instrumentais de análise química. São Paulo, SP: Edgard Blücher, 1972. 514p. HARRIS, Daniel C. Análise química quantitativa. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2008. 868p. HARRIS, Daniel C. Explorando a química analítica. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2011. 550p.

VOGEL, Arthur I. **Química analítica qualitativa**. 5ª. São Paulo, SP: Mestre Jou, 1981. 665p.4.

DISCIPLINA: Estatística (Optativa)		
Código: xxxx		
Carga Horária Total: 20h	Carga Horária Teórica: 14h	Carga Horária Prática: 06h
Créditos: 01		
EMENTA		
- Medidas de tendência central. - Medidas de dispersão. - Distribuição de Gauss. - Distribuição do qui-quadrado. - Estatística no Excel.		
OBJETIVOS		
- Conceituar e aplicar os conceitos básicos da estatística. - Fornecer ao estudante conhecimentos e técnicas que lhe sejam úteis em suas pesquisas científicas. - Entender como organizar dados. - Saber calcular e interpretar as principais medidas de tendência central e de dispersão. - Conhecer as propriedades da distribuição normal. - Aplicar o teste de comparação do qui-quadrado. - Usar o Excel como ferramenta para a análise dos dados.		
PROGRAMA		
• CONCEITOS ESTATÍSTICOS Definições de estatística básica e aplicada Áreas da estatística Universo e população Variáveis qualitativas e quantitativas, contínuas e discretas Dados e amostras • DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIAS Distribuição de frequência simples e em intervalos de classes Frequência absoluta, relativa e acumulada Histogramas • MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL E DE DISPERSÃO Média aritmética, ponderada, moda, mediana Percentis Proporção, variância e desvio padrão Coeficiente de variação • DISTRIBUIÇÕES DAS VARIÁVEIS Distribuição de Gauss: Propriedades, características e parâmetros da curva Normal		

Projeto Pedagógico – Curso de Especialização em Gestão e Controle Ambiental
Campus Limoeiro do Norte

Curva normal padronizada Transformação de uma variável X em Z Tabela de áreas Distribuição qui-quadrado: Estatística χ^2 de Pearson Testes de aderência, associação e de comparação de proporções Condições para o uso do χ^2 • ESTATÍSTICA NO EXCEL Gráficos Principais funções Testes estatísticos
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas expositivas teóricas; Estudo dirigido; Aulas práticas no laboratório de informática.
AVALIAÇÃO
Provas escritas; Trabalhos individuais; Trabalhos em grupo.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
COSTA NETO, P. L. O. Estatística. 2ª ed. Edgard Blücher. São Paulo, 2002 LITE. Microsoft Excel 2002 Passo a Passo. 1ª ed. Pearson-MakronBooks. São Paulo, 2002 SPIEGEL, M. R. Estatística. 3ª ed. Pearson-MakronBooks. São Paulo, 1993
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ANDRADE, D. F.; OGLIARI, P. J. Estatística para as Ciências Agrárias e Biológicas. 2ª ed. UFSC Editora. Florianópolis, 2010 BOLFARINE, H.; BUSSAB, W. O. Elementos de Amostragem. 1ª ed. Blücher. São Paulo, 2005 MUCELIN, C. A. Estatística. 1ª ed. Livro Técnico. Curitiba, 2010 PIMENTEL-GOMES, F.; GARCIA, C. H. Estatística Aplicada a Experimentos Agronômicos e Florestais. 1ª ed. FEALQ Editora. Piracicaba, 2002 STEVENSON, W. J. Estatística Aplicada à Administração. 1ª ed. Harper&Row do Brasil. São Paulo, 1981.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

RESOLUÇÃO Nº 24, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Aprova a criação do curso de especialização *Lato Sensu* em Metodologias de Ensino para a Educação Básica do *campus* de Limoeiro do Norte.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe foram conferidas,

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Superior em sua Reunião Ordinária nº 49ª, realizada nesta data;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23255.002651/2018-85,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, a criação do curso de especialização *Lato Sensu* em Metodologias de Ensino para a Educação Básica, a ser ofertado no *campus* de Limoeiro do Norte, conforme projeto pedagógico em anexo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe**, Presidente do Conselho Superior, em 03/04/2018, às 16:44, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0032052** e o código CRC **2FCB334A**.

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
DIRETORIA DE ENSINO *CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE*

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* DE ESPECIALIZAÇÃO EM
METODOLOGIAS DE ENSINO PARA EDUCAÇÃO BÁSICA.

LIMOEIRO DO NORTE/CE

2018

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

REITOR

Virgílio Augusto Sales Araripe

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Reuber Saraiva de Santiago

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Auzuir Ripardo de Alexandria

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Zandra Dumaresq

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Ivam Holanda de Sousa

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Tássio Francisco Lofti Matos

DIRETORA GERAL DO CAMPUS

Jânia Maria Augusta da Silva

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

Phylippe Gomes de Lima Santos

COORDENADOR DE EXTENSÃO

José Neurisberg Saraiva Maurício

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PESQUISA, EXTENSÃO, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Cleilson do Nascimento Uchôa

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Ana Raquel de Oliveira Mano

Benigna Soares Lessa Neta

Karlucy Farias de Sousa

Pablo Alfredo Saip Baier

Francisco Holanda Soares Júnior

Jossefrânia Vieira Martins

Débora Karina de Araújo Santana

Poliana Emanuela da Costa

Kaline Lígia Estevam de Carvalho Pessoa

Nayara Coriolano de Aquino

Cristina Ferreira Gino

Maria Cleide da Silva Ribeiro Leite

Luís Clênio Jario Moreira

Fátima Carpes

Francisco Marcelo Padilha Holanda

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO	04
1.1. Identificação Geral	04
1.2. Informações Gerais da Oferta	04
1.3. Público Alvo	04
1.4. Critérios de Seleção e Inscrições	05
2. APRESENTAÇÃO	09
2.1 Histórico da Instituição.....	09
2.2 Concepção do Curso	12
2.3 Justificativa	13
2.4 Objetivos do Curso	15
2.4.1 Objetivo Geral	15
2.4.2 Objetivos Específicos	15
2.5 Perfil do Egresso	16
2.6 Fundamentação Legal	17
3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	17
3.1 Matriz Curricular.....	17
3.1.1 Disciplinas Núcleo Pedagógico.....	17
3.1.2 Disciplinas Núcleo Específico.....	21
4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	22
4.1 Metodologia de Ensino	22
4.1.1 Interdisciplinaridade.....	23
4.1.2 Tecnologia.....	23
4.2 Sistema de Avaliação	24
4.2.1 Avaliação da Aprendizagem.....	24
4.2.2 Avaliação do Curso e dos Professores.....	25
4.3 Frequência	25
4.4 Aproveitamento de Componente Curricular.....	26
4.5 Trabalho de Conclusão de Curso.....	27
5 CERTIFICAÇÃO	28
6 RECURSOS HUMANOS	29
6.1 Corpo Docente.....	29
6.2 Corpo Técnico-Administrativo	30
7. INFRAESTRUTURA.....	30
7.1 Instalações Gerais e de Sala de Aula.....	30
7.2 Recursos Didáticos.....	31
7.3 Laboratórios.....	32
7.4 Biblioteca.....	35
7.4.1 Acervo.....	35
7.4.2 Serviços oferecidos.....	35
8 INDICADORES DE DESEMPENHO.....	36
9 PLANOS DE UNIDADES DIDÁTICAS (PUDS)	36
10 REFERÊNCIAS.....	97

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1. Identificação Geral

Instituição:	Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará.
Curso:	Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica.
Área do Conhecimento:	Educação
Nível:	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> .
Entidade Promotora:	IFCE <i>Campus</i> Limoeiro do Norte.
Entidade Executora:	IFCE <i>Campus</i> Limoeiro do Norte.
Diretora Geral do Campus:	Jânia Maria Augusta da Silva
Direção ou Coordenação de Área:	Direção de Ensino.
Coordenador do Curso:	Ana Raquel de Oliveira Mano
Telefone para contato:	(88) 9 9921-8142
E-mail para contato:	raquel.mano@ifce.edu.br
Instrumento de parceria:	Termo de cooperação com escolas públicas municipais e estaduais e outras instituições públicas e não governamentais ex: APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).

1.2. Informações Gerais da Oferta

Modalidade de Oferta:	Presencial
Carga horária:	400 h/a
Local de realização:	Campus Limoeiro do Norte/CE
Turno:	Diurno/Noturno
Periodicidade das aulas:	Encontros realizados semanalmente as quartas, quintas e sextas (18h: 15min às 21h: 45min), e eventualmente aos sábados (08h às 12h) caso necessário. Serão 260 horas de disciplinas teórico-pedagógicas, 100 horas com disciplinas específicas teórico-práticas, 40 horas para o desenvolvimento (orientação e produção escrita) do Trabalho de Conclusão de Curso.
Período de duração:	18 meses – agosto de 2018 a janeiro de 2020.

1.3. Público Alvo

O curso de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica (CEMEEB) destina-se preferencialmente aos professores da rede pública e privada de ensino do município de Limoeiro do Norte, e Vale do Jaguaribe, dos diversos níveis de ensino, entre esses Educação Básica, Técnica e Superior.

O CEMEEB trabalhará concepções teórico-pedagógicas que fundamentam a educação, além de abordagens prático-metodológicas que compõem a prática de ensino rotineira do processo de aprendizagem escolar. Este curso abrangerá as três grandes áreas do conhecimento, sendo: Ciências da Natureza e Matemática (disciplinas: Biologia, Química, Física e Matemática), Ciências Humanas (disciplinas: História, Geografia, Sociologia e Filosofia) e Códigos e Linguagens (disciplinas: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Língua Espanhola, Artes e Educação Física), compondo as disciplinas do Núcleo Comum da Educação Básica. O enfoque do CEMEEB será no aprimoramento de conceitos pedagógicos teórico-metodológicos e na análise de práticas de ensino que favoreçam uma aprendizagem significativa.

Com isso, o CEMEEB possibilitará uma formação continuada dos docentes da Educação Básica com o intuito de proporcionar o exercício de sua profissão mais eficiente e prazeroso nas escolas e/ou outros ambientes não formais de aprendizagem teórica ou prática. Possibilitará também uma formação pedagógica para os profissionais com formação técnica que atuam na educação, bem como para outros profissionais bacharéis que estão em sala de aula ou pretendem ingressar na carreira docente. Outro público-alvo será os estudantes das licenciaturas que estão no último semestre de seus cursos em universidades públicas ou privadas, e desejam ingressar no mercado de trabalho já com uma formação complementar.

Dessa forma, o CEMEEB abrangerá um largo espectro de profissionais ligados diretamente ou não a educação fornecendo uma capacitação adicional no favorecimento da melhoria da aprendizagem em seus diversos ramos de execução.

1.4. Critérios de Seleção e Inscrições

O período e os procedimentos para inscrição no curso serão regidos por edital específico. As inscrições poderão ser realizadas pessoalmente ou mediante entrega de procuração simples, reconhecida em cartório. Poderão se candidatar os portadores de diploma de graduação ou certidão de colação de grau emitida pela instituição de Ensino Superior, explicitada a data da colação, obtido em cursos superiores de tecnologia, bacharelados ou licenciaturas.

A documentação necessária deverá ser entregue dentro do prazo determinado para as inscrições no Setor de Protocolo do *Campus* do IFCE em Limoeiro do Norte,

dentro de um único envelope pardo, lacrado e identificado com o nome completo do candidato, o número do edital e a descrição PROCESSO SELETIVO 2018 – ESPECIALIZAÇÃO EM METODOLOGIAS DE ENSINO PARA EDUCAÇÃO BÁSICA, os documentos listados abaixo:

- a) Formulário de inscrição preenchido e assinado (Anexo III – Edital de seleção);
- b) Cópia de documento de identidade, CPF, Título de eleitor, comprovante de quitação eleitoral, prova de quitação com o Serviço Militar (para os candidatos do sexo masculino) São considerados como documentos de identidade: a) carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; b) carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); c) passaporte brasileiro; d) certificado de reservista; e) carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; e f) carteira nacional de habilitação (somente o modelo com foto); desde que em bom estado de conservação, com foto nítida e reconhecível;
- c) Cópia do diploma do curso de graduação ou certidão de colação de grau emitida pela instituição de Ensino Superior;
- e) Cópia do comprovante de Residência. Será considerado comprovante de residência, nos moldes da Lei nº 6.629/79: a) atestado de residência firmado por autoridade policial ou judicial; b) notificação do Imposto de Renda do último exercício ou recibo da declaração referente ao exercício em curso; c) contrato de locação em que figure como locatário; e d) conta de luz, água, gás ou telefone correspondente ao último mês;
- f) Uma (uma) foto 3x4, atualizada (2016-2018) colocada no formulário de inscrição;
- g) Curriculum vitae atualizado há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da inscrição, cadastrado e impresso a partir da Plataforma Lattes (www.lattes.cnpq.br), evidenciando a produção acadêmica, técnica e profissional, com as cópias das comprovações;
- h) Formulário de avaliação do currículo (preenchido e assinado);
- i) Carta de intenções, com texto entre 8 e 12 mil caracteres sem espaço, com espaçamento entre linhas de 1,5 e fonte Arial 10, descrevendo a trajetória profissional e acadêmica, justificando o interesse pela área de Ensino para a Educação Básica, e apresentando a temática de pesquisa que intenciona desenvolver e sua relevância segundo a área de concentração e linhas de pesquisa do CEMEEB (Anexo IV - Edital de seleção).

O envelope único com toda a documentação obrigatória para a inscrição prevista no edital deverá ser entregue presencialmente nos dias úteis dentro do prazo de inscrição previsto no cronograma, no horário de 08h às 17h, no Setor de Protocolo, (IFCE *Campus* Limoeiro do Norte, na rua Estevão Remígio de Freitas, 1145, Bairro Monsenhor Otávio, Limoeiro do Norte/CE. CEP: 62.930-000, em envelope lacrado e destinado à Comissão de Seleção do Processo Seletivo. Telefone (88) 3447- 6400.

Serão ofertadas 60 vagas no processo seletivo para o semestre 2018.1. Não serão aceitos pedidos de inscrição em caráter condicional, por via postal, fax, internet, nos demais *campi* do IFCE, intempestivo, incompleto ou de modo diverso ao previsto neste Edital. Será averiguada a documentação constante no envelope após o recebimento pela Comissão Responsável pelo Processo Seletivo. Caso seja constatada a ausência ou descumprimento de qualquer um dos documentos citados acima, o candidato será sumariamente eliminado.

Os estudantes que estão cursando o último semestre precisarão entregar uma declaração da IES (Instituição de Ensino Superior) afirmando essa condição, bem como os outros documentos exigidos acima. Durante o preenchimento da ficha de inscrição o candidato fará a opção da área do conhecimento pela qual concorrerá a uma vaga. O candidato que se declarar Pardo, Preto ou Indígena (PPI) deverá entregar o Termo de Autodeclaração (Anexo V - Edital de seleção).

Será nomeada uma Comissão de Seleção, com quatro membros colaboradores deste Curso de Especialização, professores efetivos do IFCE componentes integrantes do Núcleo Comum, responsável por reger o processo seletivo para o CEMEEB. No ato da inscrição a Comissão de Seleção Avaliadora observará a correta apresentação da documentação exigida no edital de seleção e realizará o deferimento das inscrições. Após a publicação da lista (site do IFCE *Campus* Limoeiro do Norte e Flanelógrafos do *Campus*) com os nomes dos candidatos que tiveram suas inscrições deferidas a Comissão de Seleção dará continuidade ao processo seletivo informando sobre as datas das próximas etapas.

A primeira etapa do processo seletivo será a realização de uma prova discursiva de conhecimentos específica por área, sendo esta etapa eliminatória. Essa etapa valerá de 0 (zero) a 10 (dez) pontos e, para aprovação, o candidato terá que obter um aproveitamento igual ou superior a 70%. A correção das provas será realizada pelos docentes colaboradores do CEMEEB de acordo com as áreas do conhecimento. A prova

de conhecimentos versará sobre conteúdos relacionados com a bibliografia que se encontra no Anexo 6 - Edital de seleção.

A segunda etapa do processo seletivo será a análise do currículo Lattes do candidato (entregue no ato da inscrição) para estabelecimento de uma pontuação ao mesmo. O candidato entregará também no ato de sua inscrição a Formulário de Avaliação do Currículo no qual se pontua as atividades profissionais e de pesquisa do candidato. Esta etapa é classificatória. A verificação da pontuação do currículo Lattes será conferida pela Comissão de Seleção. Será atribuída nota de 0 a 10 para o currículo dos candidatos, com peso 2 para obtenção da nota final, conforme os seguintes critérios estabelecidos de acordo com os quesitos abaixo:

ITENS	PONTUAÇÃO POR ITEM	PONTUAÇÃO TOTAL
Experiência de ensino/por ano.	0,5	4,0
Experiência em gestão, supervisão, coordenação escola/por ano.	0,5	2,0
Experiência em trabalho técnico pedagógico em espaços não escolares.	0,5	2,0
Participação em eventos na área de ensino/educação.	0,5	2,0
Total		10,0

A terceira etapa do processo de seleção dos candidatos será a análise da Carta de Intenção, onde a Comissão de Seleção avaliará o candidato quanto ao seu desempenho acadêmico, experiência profissional e produção intelectual e técnica, bem como o potencial do candidato em desenvolver a temática de pesquisa proposta, no prazo de 18 meses, e a contribuição para o Ensino da sua disciplina no nível da Educação Básica. Será atribuída uma nota de 0 a 10, com peso 1 para obtenção da nota final, sendo esta etapa classificatória. A análise e pontuação da Carta de Intenção serão realizadas pelos docentes colaboradores do CEMEEB de acordo com as áreas do conhecimento.

A Nota Final (NF) será calculada mediante o emprego da seguinte fórmula: $NF = (Nota\ do\ Currículo\ Lattes \times 2) + (Nota\ da\ Carta\ de\ Intenções \times 1)/3$. Na ocorrência de candidatos com igual número de pontos, para fins de classificação, o desempate será feito considerando-se os seguintes critérios: a) maior nota na Prova de Conhecimentos; b) maior idade. Os candidatos serão classificados rigorosamente em ordem decrescente do total de pontos obtidos no resultado final.

Ao término das três etapas do processo de seleção a Comissão de Seleção publicará os resultados com as respectivas pontuações e classificação final no endereço eletrônico da instituição e nos flanelógrafos do *Campus* Limoeiro do Norte. Os candidatos terão 48 horas para solicitar recursos acerca do resultado publicado pela Comissão de Seleção, por meio de formulário próprio, disponibilizado no edital de seleção, e protocolado no setor de protocolo do *Campus*.

Somente participarão das etapas dois e três da seleção os candidatos que forem aprovados na primeira etapa com nota igual ou superior a 7 (sete). Os candidatos aprovados no processo seletivo para o CEMEEB serão chamados para a realização da matrícula em período estabelecido no edital de seleção específico.

O CEMEEB ofertará um total de 60 (quarenta) vagas por área do conhecimento (20 – Ciências da Natureza e Matemática; 20 – Ciências Humanas; 20 – Códigos e Linguagens, Educação Física e Artes), sendo vinte por cento (20%) das vagas, reservadas para pretos, pardos e indígenas (PPI).

Candidatos PPI concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no processo seletivo. Os candidatos PPI classificados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas. Em caso de desistência de candidato PPI aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato PPI posteriormente classificado. Caso não haja candidatos PPI aprovados em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes irão para a ampla concorrência, observando a ordem de classificação.

2. APRESENTAÇÃO

2.1 Histórico da Instituição

O presente documento constitui-se do projeto pedagógico do Curso de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica na modalidade presencial, referente à área de 70804028 (Métodos e Técnicas de Ensino) da Tabela de Áreas de Conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) se propõe a definir as diretrizes pedagógicas para a organização e o funcionamento do respectivo curso de

especialização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *Campus* Limoeiro do Norte.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) é uma autarquia educacional pertencente à Rede Federal de Ensino, vinculada ao Ministério da Educação, dotado de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática, pedagógica e disciplinar, criado pela Lei Nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. A Instituição ao longo de sua história apresenta uma contínua evolução que acompanha e contribui para o processo de desenvolvimento do Ceará, da Região Nordeste e do Brasil.

Com a missão de produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos no intuito de participar da formação do cidadão, de forma completa, possibilitando a sua inserção na sociedade, mediante aspectos políticos, culturais e éticos, o IFCE atua nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão na área de Ciência e Tecnologia com excelência. As atividades de ensino do IFCE se dividem nas categorias: Ensino Presencial e a Distância, nos níveis Técnico, Superior de Graduação e de Pós-Graduação *Lato* e *Stricto Sensu*. O IFCE incentiva o desenvolvimento das ações de pesquisa, extensão e inovação, atualizando seus cursos para elevar os níveis da qualidade da oferta atendendo ao mercado de trabalho.

Na área da educação o IFCE avança na oferta de Cursos de Licenciatura e de Pós-Graduação *Lato Sensu* possibilitando uma formação qualificada acessível aos futuros profissionais dessa área tão carente no Brasil. Na efetivação de seus novos cursos o IFCE trabalha em conjunto com as exigências do setor produtivo para formação de novos profissionais sempre buscando integrar teoria e prática favorecendo assim a competência profissional.

O IFCE *Campus* Limoeiro do Norte, situado no Vale do Jaguaribe, especificamente no município de Limoeiro do Norte, distante cerca de 200 km da capital cearense, Fortaleza, faz divisa com os municípios de: Russas e Quixeré ao norte, ao leste Governador Dix-Sept Rosado, ao sul Tabuleiro do Norte e São João do Jaguaribe e a oeste, Morada Nova. Possui área total de 12.000,00m², sendo 6.692,46m² de área construída, com infraestrutura dotada de: salas de aula, laboratórios básicos e específicos para os diversos cursos, sala de vídeo conferência, auditório, espaço de convivência, cantina, biblioteca com espaço para pesquisa e estudo, ginásio

poliesportivo, dentre outros. É composto pela Unidade Sede localizada em Limoeiro do Norte (Bairro Centro) e pelo anexo da Cidade Alta, localizado no bairro José Simões, ambos na zona urbana do município, além de uma Unidade Experimental de Pesquisa e Ensino (UEPE), localizada na zona rural do município (Chapada do Apodi) e o *campus* avançado de Jaguaruana (município de Jaguaruana).

No mesmo seguimento do IFCE o Campus Limoeiro do Norte adequa suas ofertas de Ensino, Pesquisa e Extensão às necessidades locais, de forma a oferecer suas atividades gratuitamente e com qualidade. O Instituto substituiu o antigo CEFET/CE e é resultado do projeto de expansão da Rede de Ensino Tecnológico do País, elaborado pelo Governo Federal, em 2007.

Atualmente o *Campus* Limoeiro do Norte oferece os Cursos Superiores de Tecnologia em Alimentos, Mecatrônica Industrial e Saneamento Ambiental; Bacharelados em Nutrição e em Agronomia e Licenciatura em Educação Física; Cursos Técnicos de Nível Médio em Eletroeletrônica, Mecânica Industrial, Meio Ambiente, Panificação e Agropecuária, além de cursos de Formação Inicial e Continuada (Cursos FIC), e Extensão. O Campus de Limoeiro também oferta o Mestrado Acadêmico em Tecnologia de Alimentos e os Cursos de Especialização (segunda turma/oferta 2018.2) em Segurança Alimentar, Fruticultura Irrigada e Gestão e Controle Ambiental. O *Campus* Limoeiro do Norte atende estudantes dos municípios vizinhos: Russas, Quixeré, Tabuleiro do Norte, Morada Nova, Jaguaruana, Palhano, Jaguaribe e Iracema.

O município de Limoeiro do Norte pertence à Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação - 10ª CREDE juntamente com os municípios de Russas, Tabuleiro do Norte, Morada Nova, Quixeré, Alto Santo, Palhano, Itaiçaba, Aracati, Jaguaruana, Fortim, Icapuí e São João do Jaguaribe. Na CREDE 10 são 343 escolas entre públicas (92,5%) e privadas (7,5%), ofertando ensino infantil, fundamental e médio, sendo apenas uma única escola federal em Aracati. O número de alunos matriculados chegou a 96.652 nessa mesorregião do Vale do Jaguaribe no ano de 2017 (CEARÁ, 2017).

No Ceará 79,8% dos professores em 2012 possuíam Ensino Superior, 78,3% deles concluíram Cursos de Licenciatura, considerando que no Brasil 77,5% dos professores que atuam na Educação Básica possuem nível superior completo, sendo 90% desses licenciados (INEP, 2017), o Ceará se encontra em um bom ritmo de formação profissional docente. Segundo dados do Censo Escolar (INEP, 2012) 65% dos

docentes da rede estadual do Ceará tem Especialização e 4% possuem Mestrado e/ou Doutorado. O que falta segundo a Secretaria de Educação do Estado é mais incentivo para a formação continuada na área de educação com direcionamento para prática docente que possa favorecer ao professor de sala de aula resolver questões rotineiras que engessam o processo de ensino-aprendizagem. Esse incentivo a formação continuada deve ser realizado principalmente aos docentes da Educação Infantil e Ensino Fundamental, pois a maioria dos docentes que atuam no ensino médio possuem algum tipo de Pós-Graduação, seja ela na área de educação ou não. Entende-se que uma Pós-Graduação na área de educação para professores que atuam nos primeiros anos da Educação Básica seja muito importante, pois esses contribuem para os alicerces da formação discente. Destarte, se essa estrutura estiver bem sedimentada o discente possivelmente não terá maiores dificuldades ao longo de sua vida acadêmica.

Com o intuito de contribuir para a formação continuada dos profissionais da educação na Região o IFCE Campus Limoeiro do Norte elaborou esse Projeto Pedagógico de Curso da Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica visando de acordo com o contexto atual a revitalização dos métodos de ensino a partir da criação de cenários que favoreçam construções pedagógicas coletivas, com base nas diretrizes estabelecidas nos seguintes documentos: Parecer CNE/CP nº. 9/2001, Parecer CNE/CP nº 2/2015 (aprovado em 09 de junho de 2015), Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, Resolução CNE/CES nº. 1, de 08 de junho de 2007, assim como às diretrizes da LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Levando sempre em consideração as realidades regional e local, o compromisso com o social e o meio ambiente, ressaltando um ordenamento competente e cidadão.

2.2 Concepção do curso

O curso de Especialização em Metodologias de Ensino para a Educação Básica surgiu a partir da necessidade de ofertar uma formação continuada para os professores da Educação Básica da região do Vale do Jaguaribe, pois eles os mesmos carecem de metodologias de ensino para aperfeiçoar suas práticas pedagógicas e atualizar seus conhecimentos.

É perceptível que há uma preocupação da sociedade civil com a oferta de uma educação de excelência. Existem alguns desafios a serem superados, como: os

métodos pedagógicos ultrapassados ainda utilizados por alguns professores em sala de aula; formações de professores inadequadas e/ou insuficientes para exercer a docência e a falta de sensibilização e motivação de alguns docentes, dentre outros desafios. Por isso, são necessárias ações institucionais para amenizar o déficit na formação docente.

A viabilização do referido curso visa à melhoria da qualidade do Ensino Básico. A elaboração e implementação da oferta de uma formação *lato sensu*, é uma forma de intervir, no cenário educacional regional, apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas da Educação Básica, almejando garantir a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico.

A partir de reuniões, debates e elaboração conjunta da proposta de uma especialização com a comunidade acadêmica e docentes da Educação Básica, este curso de Pós-Graduação foi pensado para atender a uma demanda crescente da região. Além dos conhecimentos teóricos, serão estudados aspectos didático-pedagógicos. A natureza do curso exige metodologias participativas e oficinas práticas que permitem vivenciar e atuar de modo teórico-prático, fazendo interagir as concepções da experiência multidisciplinar, que emergem e são ressignificadas no diálogo com o campo conceitual e prático.

2.3 Justificativa

A formação de professores constitui-se um grande desafio para a educação brasileira. Imbernón (2002) assevera que a formação docente, além de fornecer os subsídios teóricos que permitem a aquisição de novos conhecimentos, habilidades e atitudes, deve estimular o professor a criar uma postura reflexiva sobre a sua própria prática docente, a fim de interpretar a realidade social que está inserido e planejar ações educativas transformadoras para a comunidade escolar.

Um dos grandes obstáculos na formação de professores para atuarem na Educação Básica é a metodologia de ensino. A metodologia tradicional tão criticada no Brasil, desde a década de 30 do século XX, ainda permanece em algumas escolas e sistemas de ensino que insistem em reproduzir os conteúdos de forma mecânica e sem crítica ao contexto social. Além disso, Saviani afirma que

a referida escola, além de não conseguir realizar seu desiderato de universalização (nem todos nela ingressavam e mesmo os que ingressavam

nem sempre eram bem-sucedidos), ainda teve de curvar-se ante o fato de que nem todos os bem-sucedidos se ajustavam ao tipo de sociedade que se queria consolidar (2009, p. 6).

A partir de novas metodologias de ensino, embasadas pelas orientações políticas da educação brasileira, entendemos que a aprendizagem deverá ser centrada no aluno e, portanto, o professor precisará pensar diferentes estratégias de ensino que possam ressignificar os conteúdos propostos nas matrizes curriculares.

Isso indica que as metodologias de ensino e avaliação tradicionais, se perpetuadas no âmbito escolar, além de desmotivar os aprendizes, servem para contribuir com o fracasso no rendimento escolar. Sendo assim, o aluno deve ser visto como um sujeito capaz de elaborar hipóteses a partir dos novos conceitos com os quais se depara na escola. O documento de introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (1997) ressalta:

[...] é necessário que, no processo de ensino e aprendizagem, sejam exploradas: a aprendizagem de metodologias capazes de priorizar a construção de estratégias de verificação e comprovação de hipóteses na construção do conhecimento [...] (BRASIL, 1997, p. 28).

Segundo dados da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, o município de Limoeiro do Norte apresenta elevados índices de reprovação e abandono escolar, Quadro 1.

Quadro 1 - Rendimento escolar do Ensino Médio, nas escolas públicas e privadas, do município de Limoeiro do Norte/CE – 2016

Crede	Município	Rede	Reprovação		Abandono	
			Absoluto	%	Absoluto	%
10	L R R	stad a	120	7,2	175	10,5
10	L R R	Privada	32	5,7	3	0,5
10	LIMOEIRO DO NORTE	Total	152	6,8	178	8,0

Fonte: Disponível em: <http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/component/content/article/177-avaliacao-educacional/8864-estatistica-da-educacao-no-ceara-2007-a-2016>

Um dos vários motivos que causam o fracasso escolar é a metodologia de ensino, logo é imprescindível que a formação docente continuada seja trabalhada, a fim de melhorar a qualidade do ensino. Diante desse fato, o fortalecimento de ações que estimulem os docentes a se sentirem valorizados, motivando-os a resgatar a identidade docente e sendo responsáveis em relação ao êxito dos discentes, é necessária a oferta de formações interdisciplinares e contextualizadas com a realidade atual.

Davis et al. (2011) fez uma pesquisa, no Ensino Médio, e apontou como um dos fatores para o êxito das escolas: a preocupação dos professores em relação aos alunos, afirmando que

estão sempre presentes e atuantes em suas escolas e transmitem uma sensação de competência e segurança, quando se trata de mobilizar conhecimentos, atitudes e crenças para conseguir os resultados a que se propõem. A apreensão acerca das necessidades de formação e de aperfeiçoamento contínuos é clara: os professores expressam que essas são condições essenciais para que possam oferecer um ensino atualizado e pertinente.[...] (DAVIS et al. 2011, p. 9).

O Instituto Federal do Ceará *campus* de Limoeiro do Norte conta, atualmente, com o curso superior de licenciatura em Educação Física e, futuramente, terá o curso superior de licenciatura em Música, portanto a oferta do curso de especialização em Metodologias de Ensino para a Educação Básica é essencial para a verticalização interna, além de proporcionar a interdisciplinaridade com outras licenciaturas que já são oferecidas por outras instituições de Ensino Superior no município.

Ressalta-se a importância desse curso ser ofertado de forma gratuita para atender a demanda de formação continuada dos professores de Português, Inglês, Espanhol, Matemática, Física, Química, Biologia, História, Geografia, Artes e Educação Física da região do Vale do Jaguaribe.

Entende-se que o investimento na formação continuada dos professores, sobretudo no aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, constitui-se um mecanismo estratégico que permitirá a elevação positiva dos indicadores educacionais, sociais e culturais da região.

2.4 Objetivos do Curso

2.4.1 Objetivo Geral

Favorecer a capacitação em nível de Pós-Graduação *lato sensu* para professores da Educação Básica nas áreas de Ciências da Natureza e Matemática, Códigos e Linguagens e Ciências Humanas, egressos dos Cursos de Licenciaturas e outros profissionais que atuam diretamente ou indiretamente na área de educação.

2.4.2 Objetivos específicos

- Possibilitar aos professores que estão atuando em sala de aula uma capacitação em sua área de formação voltada para Educação Básica;
- Disponibilizar aos professores da Educação Básica, e profissionais ligados a educação direta ou indiretamente, um amplo espaço de discussão sobre os aspectos pedagógico-metodológicos do processo de ensino aprendizagem;
- Qualificar os professores quanto à utilização efetiva de metodologias específicas de suas áreas do conhecimento;
- Viabilizar a formação de professores especialistas para atuarem na Educação Básica e superior de forma contextualizada com os paradigmas da educação brasileira;
- Aprimorar o desenvolvimento de saberes e competências docentes por área do conhecimento na concepção transformadora da sociedade;
- Propiciar um contato maior com as pesquisas que estão sendo desenvolvidas na área da educação;
- Incentivar a realização de pesquisas educacionais, bem como publicações científicas, no âmbito da Educação Básica em diferentes aspectos.

2.5 Perfil do Egresso

Durante o processo de formação continuada a que se dispõe o CEMEEB por meio de suas atividades teórico-práticas os professores da área propedêutica da Educação Básica amplificarão saberes específicos, curriculares e experienciais, com o intuito de introduzir inovações em suas práticas educativas, contextualizando com sempre com as realidades local e regional.

O CEMEEB permitirá aos professores e profissionais a discussão de aspectos pedagógico-metodológicos quanto a sua prática docente pactuando com a teoria,

observando o cenário atual no qual a educação do Brasil se executa, suas condições econômicas e sociais. De forma crítica e inovadora os professores poderão contribuir com a estruturação cognitiva de seus alunos seja na Educação Básica ou superior guiados por uma fundamentação autônoma e criativa.

Os egressos do CEMEEB poderão exercer suas funções docentes de forma aprofundada, incentivando a pesquisa dentre outras atividades acadêmicas em sua área específica, na rede pública ou privada. Poderão aplicar diferentes metodologias com caráter experimental para obtenção de dados e posterior análise quanto aos seus efeitos; reconhecer e utilizar diversas metodologias em sala de aula ou espaços formativos; identificar tecnologias potenciais para inserção nas aulas no favorecimento da aprendizagem significativa; idealizar conforme sua área de atuação materiais didáticos que suscitem uma aprendizagem expressiva; e fortalecer capacidades cognitivas no sentido de executar sua atividade docente favorecendo aspectos humanos, sociais e ambientais para transmutar a realidade.

2.6 Fundamentação Legal

- Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE);
- Regulamento Geral da Pós-Graduação Lato Sensu do IFCE (aprovada pelo CONSUP);
- Regulamento de Organização Didática (ROD) do IFCE;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96)
- Parecer CNE/CP nº. 9/2001;
- Resolução CNE/CES nº. 1/2007;
- Parecer CNE/CP nº 2/2015.

3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso de Especialização em Metodologias do Ensino para Educação Básica, na modalidade presencial, respeita as determinações legais presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº. 9.394/96), na Resolução CNE/CES nº. 01/2007 e no Projeto Político-Pedagógico do IFCE. Este curso será organizado por disciplinas, com uma carga-horária total de 400

horas, sendo 360 horas destinadas às disciplinas e 40 horas ao trabalho de conclusão do curso (Artigo).

O curso se propõe a potencializar a formação inicial do professor com base em suas vivências de sala de aula e na socialização dessas com intuito de aprimorar sua práxis por meio do compartilhamento de experiências podem ser desenvolvidos momentos de crescimento intelectual e prático de forma criativa, autônoma e inovadora para gerenciamento de sua aprendizagem na idealização de novas atitudes e competências.

A interdisciplinaridade e transversalidade presentes de forma sistêmica na educação e nos seus processos de ensino aprendizagem oportunizará a articulação de conhecimentos e vivências dos professores e alunos, nas diferentes áreas, por meio das atividades curriculares desenvolvidas ao longo do curso no favorecimento da formação docente. A organização curricular deste Curso garantirá atividades curriculares que demandarão dos professores-alunos participação cognitiva efetiva de modo reflexivo contextualizado e socialmente comprometido.

O curso será ministrado de forma presencial e as aulas ocorrerão no IFCE-*Campus* Limoeiro do Norte. As aulas acontecerão de acordo com calendário letivo do campus regulamentado da reitoria. Ao final do curso, cada aluno deverá elaborar e defender publicamente trabalho de conclusão de curso no formato de artigo científico, sendo orientado por um professor integrante do quadro do curso. A formatação do artigo científico de conclusão do curso seguirá as normas da ABNT.

A preparação e organização de cada disciplina serão de responsabilidade dos professores designados pela coordenação do curso, e para isso cada professor redigiu o PUD – Plano de Unidade Didática, de sua disciplina. O PUD de cada disciplina contém informações quanto: a carga horária e créditos, ementa, objetivos, conteúdo programático, metodologia, avaliação e bibliografia.

A carga horária de 360 horas foi dividida em dois Núcleos, o pedagógico e o específico. O núcleo pedagógico tem 260 horas distribuídas em 10 disciplinas, enquanto o núcleo específico tem 100 horas divididas em disciplinas específicas por área do conhecimento para o desenvolvimento de atividades práticas e de pesquisa. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será desenvolvido em termos de orientação e escrita em 40 horas.

As disciplinas do núcleo pedagógico serão ofertadas para todos os alunos e acontecerão de forma sequencial. Após a conclusão dessas disciplinas o aluno estará apto a iniciar as disciplinas do núcleo específico. As disciplinas específicas serão ofertadas sequencialmente dentro de cada área, mas todas no mesmo período. Após cumprir a carga horária das disciplinas dos núcleos pedagógico e específico, o discente deverá defender o TCC para ter direito ao seu certificado de Especialista em Metodologias de Ensino para Educação Básica. As disciplinas dos núcleos pedagógico e específicos serão descritas no próximo item.

As mais diversas metodologias de ensino poderão ser utilizadas no desenvolvimento das disciplinas (pedagógicas ou específicas) como: aulas expositivas dialogadas; seminários temáticos; trabalhos em grupo; pesquisas na internet; dinâmica de grupo; elaboração de situações-problema; estudos de caso; estudo dirigido; visitas a experiências e projetos de campo; elaborações de projetos; produção de resenhas, artigos científicos e materiais didáticos; integração de conteúdos; entre outros. Os instrumentos de avaliação, que poderão ser utilizados no decorrer das disciplinas, são: estudos dirigidos, análises textuais, temáticas e interpretativas, provas, seminários, estudos de caso, elaboração de artigos, dentre outros.

Será considerado aprovado em cada disciplina o aluno que apresentar frequência mínima de 75%, e média igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, por exigência das normas da Instituição de Ensino Superior Proponente. Se o aluno obtiver conceito inferior a 7,0 está prevista ainda a recuperação que ocorrerá conforme planejado por cada professor de forma paralela ao andamento da disciplina ou ao término da mesma.

A avaliação do trabalho de Conclusão de Curso deverá ocorrer pela defesa de um artigo científico elaborado por meio da coleta de dados em função dos objetivos da pesquisa de cada aluno. A defesa do artigo científico produzido será realizada de forma oral com o auxílio de um projetor digital em calendário definido pela coordenação do curso, com tempo de duração entre 20 e 30 min. A defesa ocorrerá para avaliação de uma banca examinadora composta por três membros, sendo esses o orientador (professor do curso), um professor do curso de especialização e um professor externo colaborador. A banca emitirá após a exposição do aluno um parecer conceitual entre: aprovado; aprovado com ressalvas; reprovado. O aluno terá 20 dias corridos para corrigir e entregar a banca para nova avaliação o artigo que tiver sido aprovado com ressalvas. Caso o artigo apresentado seja reprovado pela banca o aluno terá 30 dias

corridos para fazer outro artigo e submetê-lo novamente à avaliação da banca. O trabalho de conclusão do curso deverá estar relacionado aos conhecimentos adquiridos durante o curso.

A disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, com 40 horas, será coordenada por um professor do Curso de Especialização e essa terá como foco a escrita do TCC com orientação específica conforme a área do conhecimento por um professor da área ligado ao curso. O projeto do trabalho monográfico referente ao trabalho de conclusão de curso também será objeto de avaliação, dentro da disciplina. Após o término, o aluno terá um prazo de seis (06) meses para apresentação de seu trabalho monográfico em forma de artigo científico. O TCC em forma de artigo seguirá as normas ABNT ou de artigos publicados em congresso e/ou revista.

Aos alunos que concluírem com aproveitamento (frequência e avaliação) às 400 (quatrocentas) horas do curso, o processo de elaboração e defesa do TCC e forem aprovados em todo o processo, será concedido o certificado em nível Pós-Graduação *Lato Sensu* de Especialista em Metodologias do Ensino para Educação Básica.

Os alunos que concluírem com aproveitamento (frequência e avaliação), no mínimo, 180 (cento e oitenta horas), ou, no máximo, 320 (trezentas e vinte) horas em disciplinas e em um prazo de 18 (dezoito) meses e não apresentarem publicamente o trabalho de conclusão de curso poderão solicitar o Certificado de Aperfeiçoamento em Metodologias do Ensino para Educação Básica.

O aluno que cursar pelo menos um semestre pode requerer, uma única vez, o trancamento total da matrícula por um semestre letivo, mediante a apresentação de justificativas devidamente comprovadas. O pedido de destrancamento estará condicionado à oferta de uma nova turma do curso, com possibilidade de aproveitamento de disciplinas já cursadas. O período de trancamento total de matrícula não será computado para efeito de contagem do prazo para o término do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*. Ao aluno que não cumprir a exigência da defesa do trabalho de conclusão de curso no tempo hábil, ou que não obtiver conceito satisfatório, será expedido histórico escolar e declaração de conclusão dos créditos realizados.

3.1 Matriz curricular

3.1.1 Disciplinas Núcleo Pedagógico

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	PROFESSOR/TAE/PUD
DIDÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	20	MARIA CLEIDE DA SILVA RIBEIRO LEITE
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	20	JOSSEFRÂNIA VIEIRA MARTINS
LEGISLAÇÃO E ATUALIDADES	20	MARIA CLEIDE DA SILVA RIBEIRO LEITE
CURRÍCULO E AVALIAÇÃO	20	MARIA CLEIDE DA SILVA RIBEIRO LEITE
ESPAÑHOL INSTRUMENTAL	20	DEBÓRA KARINA DE ARAÚJO SANTANA
MULTICULTURALIDADE	20	JOSSEFRÂNIA VIEIRA MARTINS
EDUCAÇÃO INCLUSIVA	20	FÁTIMA CARPES
TECNOLOGIAS DA EDUCAÇÃO (TIC's)	20	ANA RAQUEL DE OLIVEIRA MANO
LIBRAS	40	ANDREA
INGLÊS INSTRUMENTAL	20	KARLUCY FARIAS DE SOUSA
TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS	20	BENIGNA SOARES LESSA NETA
ESTATÍSTICA BÁSICA	20	LUÍS CLÊNIO JARIO MOREIRA
TCC	40	ANA RAQUEL DE OLIVEIRA MANO
TOTAL	300	

3.1.2 Disciplinas do Núcleo Específico

O aluno irá cursar apenas três das disciplinas relacionadas a sua área de inscrição para a especialização totalizando 100 horas de disciplinas específicas.

GRANDE ÁREA	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	PROFESSOR/TAE/PUD
CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA	METODOLOGIAS DO ENSINO DE BIOLOGIA.	40	ANA RAQUEL DE OLIVEIRA MANO
	TÓPICOS EM BIOLOGIA.	20	ANA RAQUEL DE OLIVEIRA MANO
	METODOLOGIAS DO ENSINO DE QUÍMICA.	40	NAYARA CORIALANO DE AQUINO
	TÓPICOS EM QUÍMICA.	20	NAYARA CORIALANO DE AQUINO
	METODOLOGIAS DO ENSINO DE FÍSICA.	40	FRANCISCO HOLANDA SOARES JÚNIOR
	TÓPICOS EM FÍSICA.	20	FRANCISCO HOLANDA SOARES JÚNIOR
	METODOLOGIAS DO ENSINO DE MATEMÁTICA.	40	PABLO ALFREDO SAIP BAIER
	TÓPICOS EM MATEMÁTICA.	20	PABLO ALFREDO SAIP BAIER
	METODOLOGIAS DO ENSINO DA LÍNGUA	40	BENIGNA SOARES LESS NETA
CÓDIGOS E LINGUAGENS			

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

	PORTUGUESA		
	TÓPICOS EM LÍNGUA PORTUGUESA.	20	BENIGNA SOARES LESS NETA
	METODOLOGIAS DO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA.	40	KARLUCY FARIAS DE SOUSA
	TÓPICOS EM LÍNGUA INGLESA.	20	KARLUCY FARIAS DE SOUSA
	METODOLOGIAS DO ENSINO DE LÍNGUA ESPANHOLA.	40	DÉBORA KARINA DE ARAÚJO SANTANA
	TÓPICOS EM LÍNGUA ESPANHOLA.	20	DÉBORA KARINA DE ARAÚJO SANTANA
	METODOLOGIAS DO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA.	60	KALINE LÍGIA ESTEVAM DE CARVALHO PESSOA
	TÓPICOS EM EDUCAÇÃO FÍSICA	40	KALINE LÍGIA ESTEVAM DE CARVALHO PESSOA
	METODOLOGIAS DO ENSINO DAS ARTES	60	CRISTINA FERREIRA GINO
	TÓPICOS EM ARTES	40	CRISTINA FERRERIA GINO
CIÊNCIAS HUMANAS	METODOLOGIAS DO ENSINO DA HISTÓRIA	40	JOSSEFRÂNIA VIEIRA MARTINS
	TÓPICOS EM HISTÓRIA.	20	JOSSEFRÂNIA VIEIRA MARTINS
	METODOLOGIAS DO ENSINO DE GEOGRAFIA.	40	JOSSEFRÂNIA VIEIRA MARTINS
	TÓPICOS EM GEOGRAFIA.	20	JOSSEFRÂNIA VIEIRA MARTINS
	METODOLOGIAS DO ENSINO DA FILOSOFIA.	40	POLIANA EMANUELA DA COSTA
	TÓPICOS EM FILOSOFIA.	20	POLIANA EMANUELA DA COSTA
	METODOLOGIAS DO ENSINO DA SOCIOLOGIA.	40	JOSSEFRÂNIA VIEIRA MARTINS
	TÓPICOS EM SOCIOLOGIA.	20	JOSSEFRÂNIA VIEIRA MARTINS

4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1 Metodologia de Ensino

A metodologia sugerida para o CEMEEB tem suporte na ativa participação dos discentes durante as aulas presenciais e semipresenciais com o intuito de favorecer a construção do conhecimento, individual e coletivo, com base na autonomia de aprendizagem e nas relações de socialização que regem a prática pedagógica.

Os recursos metodológicos traduzir-se-ão por aulas expositivas dialógicas; seminários; trabalhos em grupo; pesquisas na rede mundial de computadores; projetos interdisciplinares; metodologia de resolução de problemas; estudos de caso; estudo dirigido, entre outros. A integração teoria-prática será proposta a partir de problemas em

situações reais; reflexão-ação-reflexão da prática vivenciada; estudos de caso; realização de seminários e oficinas.

4.1.1 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade será desenvolvida ao longo das disciplinas do Núcleo Pedagógico e Específico, visando uma interação entre as disciplinas e os sujeitos das ações buscando uma totalidade do conhecimento, possibilitando um processo de ensino-aprendizagem mais coletivo e reflexivo.

As atividades acadêmicas a serem executadas durante o curso acontecerão de modo a favorecer um diálogo entre professores, alunos e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, de modo a favorecer uma melhor formação profissional e mais integrada do cidadão.

As abordagens teóricas e práticas nas disciplinas possibilitaram além do enfoque conteudista uma discussão sobre o posicionamento ético profissional dentro do conhecimento científico. Trabalhar-se-á tentando reverter a tendência especialista em detrimento do estabelecimento de uma visão mais holística da realidade, contribuindo para o surgimento de novos conhecimentos, em função da união de áreas que até outro momento eram isoladas.

A integração dos conhecimentos referentes as diferentes áreas propedêuticas que serão trabalhadas nesta especialização será iniciada durante as disciplinas do Núcleo Pedagógico onde serão abordados aspectos fundamentais da estruturação pedagógica dessas áreas, passando por aspectos linguísticos, e matemáticos, os quais permitirão a criação de espaços para compartilhamento de experiências dos profissionais das diversas áreas.

As disciplinas do Núcleo Específico serão ofertadas de acordo com a área do conhecimento, mas sempre assegurando a interação de diversas áreas (Biologia+Química+Matemática+Português;Geografia+História+Inglês+Matemática; etc.), propondo problematizações que por meio da pesquisa visam integrar diferentes informações no sentido de produzir e construir conhecimentos.

Pretende-se a partir dessa abordagem interdisciplinar oportunizar aos discentes uma maior participação durante a mediação e orientação do professor na condução do

processo ensino-aprendizagem, evidenciando a importância igualitária de todos neste processo.

4.1.2 Tecnologia

Os recursos tecnológicos utilizados como ferramenta para aprimorar o ensino serão: lousa digital, computadores, a rede mundial de computadores interligados (internet), e seus componentes como pesquisas básicas, e-mails, chats, fóruns. Existe também a possibilidade de exploração, durante as aulas, de jogos educativos, uso de softwares educacionais, redes sociais específicas, salas de aula virtuais. O Curso será presencial e muitos recursos tecnológicos deverão ser utilizados, favorecendo assim a comunicação entre professores e alunos na construção do conhecimento, possibilitando um aprimoramento no emprego da informática nas atividades docentes. A tecnologia a favor da educação, promovendo mais desenvolvimento socioeducativo e melhor acesso à informação.

4.2 Sistema de Avaliação

4.2.1 Avaliação da aprendizagem

A avaliação dos discentes se dará ao longo do curso durante o desenvolvimento das disciplinas, de forma modo processual e contínua, com base em critérios pedagógicos, para mensurar o rendimento do aluno nas disciplinas. Cada professor poderá utilizar instrumentos específicos, como seminários, estudos de caso, artigos, provas ou atividades. O desempenho do aluno, em cada disciplina, será expresso em notas de 0 (zero) a 10 (dez).

O calendário acadêmico do IFCE é dividido em duas etapas denominadas N1 e N2 e a média final de cada disciplina é expressa pela seguinte fórmula: $MP = 2 \times N1 + 3 \times N2 / 5$; esse resultado deve ser igual ou superior a 7,0 (sete) para que o aluno seja aprovado. Valores entre 4,0 (quatro) e 7,0 (sete) acarretarão ao discente a condição de realização de uma recuperação, a ser acertada entre coordenação de curso e professor da disciplina. Rendimento de disciplina menor do que 4,0 (quatro) caracteriza na reprovação do discente da disciplina. Se houver reprovação em alguma disciplina, o

discente terá que esperar uma nova oferta dessa disciplina para que a possa cursar novamente.

A avaliação do artigo TCC será realizada através de parecer da banca examinadora, devendo o pós-graduando obter conceito aprovado ou aprovado com ressalvas para a sua aprovação. É obrigatório aos pós-graduandos a publicação em evento científico de no mínimo um trabalho em conjunto com o(a) professor(a) orientador(a), seja ele Resumo, Resumo Expandido ou Artigo. A certificação do aluno fica condicionada aos critérios de avaliação mencionados, inclusive a publicação supracitada.

4.2.2 Avaliação do Curso e dos Docentes

A avaliação do curso e dos docentes serão realizadas ao longo do curso nas reuniões periódicas nas quais se abordarão os eventuais contratempos que ocorrerem durante o andamento do curso. Os professores serão avaliados individualmente, por meio de questionário específico, aplicado aos alunos ao término de cada disciplina. Nas reuniões serão elaboradas Atas de Reunião e Relatórios Parciais como instrumentos contínuos de avaliação e planejamento.

Após a conclusão do Curso será realizado o Relatório Final de atividades constando itens como: dificuldades encontradas pela equipe, resultados alcançados de acordo com os objetivos propostos no PPC, fluxo e êxito discente, TCCs defendidos, participação de alunos em projetos de pesquisa, produção discente e docente, publicações acadêmicas e outras informações consideradas relevantes.

4.3 Frequência

Será obrigatória a frequência do pós-graduando em, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das atividades programadas para cada disciplina. Desta forma, será considerado reprovado o estudante que, independentemente do rendimento que tiver alcançado, não atingir o percentual mínimo de frequência supracitado. As ausências passíveis de serem justificadas, de acordo com as disposições legais, deverão ser encaminhadas, com os devidos comprovantes, à Coordenação do Curso via protocolo do

Campus Limoeiro do Norte para que sejam analisadas. A frequência do pós-graduando será registrada no Sistema Acadêmico no momento da aula ou em até sete dias.

4.4 Aproveitamento de Componente Curricular

Segundo orientações contidas no ROD do IFCE o aproveitamento de componentes curriculares pode ocorrer, se houver a compatibilidade de conteúdo e da carga horária, em no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total estipulado para o componente curricular da matriz em que está matriculado. O aproveitamento de cada componente curricular só poderá ser solicitado uma vez. O aproveitamento de disciplina(s) poderá ser realizado nesse curso de Pós-Graduação desde que a carga horária total das disciplinas aproveitadas não ultrapasse 30% do total de horas do curso no qual o discente encontra-se matriculado.

O discente poderá solicitar aproveitamento de componentes da matriz curricular, sem observância do semestre em que estiverem alocados no curso atualmente matriculado nos 10 (dez) primeiros dias letivos após efetuação da matrícula. Para discente veterano, o prazo de 30 (dias) dias decorre do início do período letivo (semestre/ano). O requerimento deverá ser entregue no Setor de Protocolo do *Campus* e direcionado à Coordenadoria do Curso, que o encaminhará ao docente da área do componente curricular para análise. O resultado da análise será devolvido à Coordenadoria de Curso que, por conseguinte, encaminhará à CCA para o devido registro no Sistema Acadêmico. O prazo máximo para conclusão de todos os trâmites de aproveitamento é de 30 (trinta) dias letivos após a solicitação.

Somente poderão ser aproveitados componentes curriculares cursados no mesmo nível de ensino ou em nível superior ao pretendido. Para efeito da análise poderão ser contabilizados estudos realizados em um componente curricular ou em dois ou mais componentes que se complementam no sentido de integralizar a carga horária do componente do curso. Caso o estudante discorde do resultado da análise do aproveitamento de estudos, poderá solicitar a revisão desta uma única vez. O prazo para essa solicitação será de até 5 (cinco) dias letivos a partir da divulgação do resultado informado pela Coordenadoria do curso. Nesse caso, a Direção/Departamento de Ensino nomeará dois outros professores com conhecimento na área, para proceder à revisão e emitir parecer final. O resultado final deverá ser encaminhado à referida Coordenadoria

para que seja informado ao discente e entregue a CCA para inserção no Sistema Acadêmico, em caso de deferimento ou arquivamento quando o pedido for indeferido.

A solicitação de aproveitamento de estudos deverá ser acompanhada da seguinte documentação: I. Histórico Escolar, com carga horária dos componentes curriculares, autenticado pela instituição de origem; II. Programas dos componentes curriculares solicitados, devidamente autenticados pela instituição de origem.

4.5 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) é um componente curricular obrigatório para a obtenção do título de Especialista em Metodologias de Ensino para Educação Básica; ele irá corresponder a uma produção acadêmica que expresse as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos adquiridos durante o curso. Os discentes deverão apresentar a uma banca de avaliadores um artigo científico normatizado e formatado de acordo com parâmetros definidos pela Coordenação do Curso. Para tanto, o aluno terá momentos de orientação e tempo destinado à elaboração da produção acadêmica correspondente.

A produção do artigo será acompanhada por um professor orientador e o mecanismo de planejamento, acompanhamento e avaliação é composto pelos seguintes itens: elaboração de um plano de atividades, aprovado pelo professor orientador; elaboração da produção monográfica/artigo científico pelo estudante; e avaliação e defesa pública do trabalho perante uma banca examinadora.

A temática do TCC deve estar vinculada à proposta do curso de pós-graduação em Metodologias de Ensino para Educação Básica. Deverá apresentar pertinência e contribuição científica do problema de estudo para a prática educacional, bem como integrar o referencial teórico com a problemática estudada; além, de adequar a metodologia aplicada ao problema em estudo, atender às normas brasileiras para a elaboração de trabalhos científicos (ABNT), e às normas do IFCE.

O TCC será apresentado a uma banca examinadora composta pelo professor orientador e mais dois componentes, devendo ser convidado, para compor essa banca, um profissional externo de reconhecida experiência profissional na área de desenvolvimento do objeto de estudo, com no mínimo o título de Especialista. A defesa

constará de: 20 minutos para apresentação do trabalho e 20 minutos para arguições e considerações para cada componente da banca.

Será atribuída ao TCC uma conceituação (aprovado, aprovado com ressalvas e reprovado). Caso o estudante não alcance a conceituação desejada (aprovado ou aprovado com ressalvas), terá de refazer seu TCC, em 30 dias corridos, com devida orientação para realizar as necessárias adequações/correções e submeter novamente o trabalho à aprovação. Em caso de aprovação com ressalvas, o discente terá 20 dias corridos para corrigir o seu trabalho de acordo com as sugestões da banca e orientador. Após a correção, será marcado um novo dia para a entrega física do artigo na Coordenação do Curso, que repassará o trabalho para a mesma banca examinadora reavaliar as modificações e emitir novo parecer.

5 CERTIFICAÇÃO

Será fornecido o Certificado de Especialista em Metodologias do Ensino para Educação Básica para o discente após a realização dos requisitos: frequência mínima de 75% em todas as disciplinas programadas (conforme Resolução 02/96 do CFE, que trata da frequência mínima exigida), nota mínima de 7 (sete) em todas as disciplinas cursadas, além da apresentação e aprovação de Trabalho Monográfico no formato de artigo científico.

Observação: Os alunos que concluírem com aproveitamento (frequência e avaliação), no mínimo, 180 (cento e oitenta horas), ou, no máximo, 400 (quatrocentas) horas em disciplinas em um prazo de 18 (dezoito) meses e não apresentarem publicamente poderão solicitar o certificado de Aperfeiçoamento em Metodologias do Ensino para Educação Básica.

O certificado do CEMEEB será expedido pelo Instituto Federal de Educação do Ceará, considerando a área de conhecimento do curso e o histórico escolar, em que deve constar obrigatoriamente: relação das disciplinas, carga horária, nota ou conceito obtido pelo aluno e nome e qualificação dos professores por elas responsáveis; período e local em que o curso foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico; título do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) e nota obtida; declaração da Instituição de que o curso cumpriu todas as disposições das Resoluções e Normas vigentes.

6 RECURSOS HUMANOS

6.1 Corpo Docente

DOCENTE	TITULAÇÃO	VÍNCULO	REGIME
ANA RAQUEL DE OLIVEIRA MANO	DOUTORA	Prof. Efetivo IFCE	DE
PABLO ALFREDO SAIP BAIER	DOUTOR	Prof. Efetivo IFCE	DE
FRANCISCO HOLANDA SOARES JÚNIOR	DOUTOR	Prof. Efetivo IFCE	DE
JOSSEFRÂNIA VIEIRA MARTINS	MESTRE	Prof. Efetivo IFCE	DE
BENIGNA SOARES LESSA NETA	MESTRE	Prof. Efetivo IFCE	DE
KARLUCY FARIAS DE SOUSA	MESTRE	Prof. Efetivo IFCE	DE
DEBÓRA KARINA DE ARAÚJO SANTANA	ESPECIALISTA	Prof. Efetivo IFCE	DE
POLIANA EMANUELLE DA COSTA	MESTRE	Prof. Efetivo IFCE	DE
FATIMA MARIA CARPES FIRMINO	ESPECIALISTA	Psicóloga IFCE	DE
NAYARA CORIALANO DE AQUINO	DOUTORA	Prof. Efetivo IFCE	DE
ANDREA		Prof. Efetivo IFCE	DE
KALINE LIGIA ESTEVAM DE CARVALHO PESSOA	ESPECIALISTA	Prof. Efetivo IFCE	DE
CRISTINA FERREIRA GINO	ESPECIALISTA	Prof. Efetivo IFCE	DE
LUÍS CLÊNIO JARIO MOREIRA	DOUTOR	Prof. Efetivo IFCE	DE
MARIA CLEIDE DA SILVA RIBEIRO LEITE	DOUTORA	Prof. Efetivo IFCE	DE

DE: Dedicção Exclusiva.

O corpo docente será constituído em consonância com a titulação exigida pelo Art. 4 da resolução CNE/CES nº. 1, de 8 de junho de 2007, sendo professores especialistas, mestres e doutores ou de reconhecida capacidade técnico-profissional, sendo que 50% (cinquenta por cento) destes, pelo menos, deverão apresentar titulação de mestre ou de doutor obtida em programa de Pós-Graduação *stricto sensu* reconhecido pelo Ministério da Educação.

O corpo docente dos cursos de Pós-Graduação *latu sensu* deverá ser formado com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) de professores do IFCE e poderá ser constituído por: I - Professores do IFCE, pertencentes ao quadro permanente ou com vínculo empregatício temporário, substituto ou voluntário, conforme legislação em

vigor para estas formas de contratação; II - Professores visitantes do IFCE; III - Especialistas convidados para lecionar disciplinas de sua especialidade.

Os professores poderão ser docentes, ou docentes pesquisadores, sendo vinculada a essa segunda categoria a possibilidade de orientar discentes em TCCs no programa. Somente docentes mestres e/ou doutores poderão ser orientadores dos TCCs. Docentes especialistas comporão a primeira categoria, que consiste em ministrar aulas durante o período inicial do curso. A distribuição das orientações será realizada mediante a disponibilidade dos docentes (até no máximo três discentes) e adequação dos projetos submetidos ao programa.

6.2 Corpo Técnico-Administrativo

TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	TITULAÇÃO	CARGO	VÍNCULO
			Técnico Administrativo
			Técnico Administrativo

7. INFRAESTUTURA

7.1 Instalações Gerais e Salas de Aula

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE	M2
Auditório	01	143,00
Banheiros	05	71,35
Biblioteca (Sala de Leitura/Estudos)	01	238,24
Coordenadoria de Controle Acadêmico	01	12,49
Coordenadoria Técnico-Pedagógica	01	12,49
Cozinha Institucional	01	111,25
Pátio Coberto / Área de Lazer / Convivência	02	768,62
Praça de Alimentação	01	121,26
Recepção e Protocolo	01	10,00
Sala de Áudio / Salas de Apoio	01	118,40
Sala de Direção	01	15,67
Sala de Direção de Ensino	01	40,62

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

Sala de Professores	03	15,67
Sala de Vídeo Conferência	01	103,92
Salas de Aulas para o curso	03	56,62
Laboratórios básicos (Biologia, Química e Física)	03	90,00
Laboratórios específicos (Tecnologia em Alimentos, Microbiologia)		500,00
Salas de Coordenação de Curso	01	21,62
Setor Administrativo	01	120,0
Vestiários	02	30,20

7.2 Recursos didáticos

ITEM	QUANTIDADE
Aparelho de dvd-player	01
Caixa de som	04
Câmera fotográfica digital	02
Data Show	25
Flip-charts	01
Microfone com fio	03
Microfone sem fio	01
Microsistem	01
Monitor 34" p/vídeo conferência	01
Projetores de Slides	03
Quadro Branco (Fax Board)	01
Receptor de Satélite para antena parabólica	01
Retroprojetores	03
Tela de projeção retrátil	04
Televisores	03
Vídeos cassete	02

7.3 Laboratórios

Os laboratórios que poderão ser utilizados para aulas práticas ou pesquisa neste Curso de especialização serão os laboratórios didáticos de Informática, Biologia, Química, Física (que atende as necessidades das aulas da área de Matemática). A infraestrutura desses laboratórios será descrita a seguir.

LABORATÓRIO	ÁREA (M ²)	M ² /ESTAÇÃO	M ² /ALUNO
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA BÁSICA.	57,82	2,5	1,3
Descrição das instalações para aulas práticas e pesquisa (Materiais, Ferramentas, Softwares Instalados, e/ou outros dados).			
SOFTWARES INSTALADOS			
1. Sistema Operacional: GNU/Linux Ubuntu 10.04 LTS (Lucid Lynx). 2. Pacote de programas de escritório: BrOffice.org 3.2.1. 3. Compactador/Descompactador de arquivos: Compactador de Arquivos 2.30.1.1. 4. Visualizador de arquivos PDF: Document Viewer 2.30.3. 5. Navegador da Internet: Mozilla Firefox 3.6.13. 6. Máquina Virtual: Oracle VM VirtualBox.			
EQUIPAMENTOS			
QTDE.	ESPECIFICAÇÕES		
02	APARELHOS DE AR CONDICIONADO		
01	BANCADA PARA RETROPROJETOR		
04	BANCADAS DE MADEIRA PARA COMPUTADORES		
39	CADEIRAS		
25	COMPUTADORES PADRÃO IBM-PC (MODELO COMPAQ 4000)		
20	ESTABILIZADORES DE TENSÃO		
--	ESTRUTURA DE REDE LOCAL		
01	ETHERNET SWITCH 10/100MBPS DE 16 PORTAS		
01	ETHERNET SWITCH 10/100MBPS DE 24 PORTAS		
01	IMPRESSORA MATRICIAL IBM 2391PLUS (LEXMARK)		
02	MODÚLOS ISOLADORES ESTABILIZADOS		
01	NO-BREAK/ESTABILIZADOR		
01	RETROPROJETOR		
01	ROTEADOR WIRELESS		

LABORATÓRIO	ÁREA (M ²)	M ² /ESTAÇÃO	M ² /ALUNO
QUÍMICA	32,60	4,65	1,30
Descrição das instalações para aulas práticas e pesquisa (Materiais, Ferramentas, Softwares Instalados, e/ou outros dados).			
QTDE.	ESPECIFICAÇÕES		
01	AGITADOR LABORTECHNIK - KS 501		
01	AGITADOR MAGNÉTICO COM AQUECIMENTO IKA LABORTECHNIC RCT BASIC		
01	AGITADOR MAGNÉTICO COM AQUECEDOR IKA RCT BASIC		
01	AGITADOR MAGNÉTICO COM AQUECIMENTO QUIMIS MOD. 355 B2		
01	AGITADOR MAGNÉTICO MR. FISATOM MOD. 503		

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

01	AGITADOR MECÂNICO MR. QUÍMIS MOD. 250
01	BALANÇA ANALÍTICA MR. METTLER TOLEDO MOD. PB602
01	BALANÇA ANALÍTICA SHIMADZU MOD. AY 220
12	BANCO DE MADEIRA
01	BANHO MARIA PARA INCUBAÇÃO TECNAL
01	BANHO MARIA PARA INCUBAÇÃO TECNAL MOD. TE057
01	BANHO MARIA QUÍMIS Q215 M2
01	BARRILET PARA 10L DE ÁGUA DESTILADA
01	BOMBA DE VÁCUO MR. QUÍMIS MOD. 355 B2
01	CADEIRA
02	CARTEIRA DE SALA DE AULA
01	CENTRIFUGA MACRO EVLAB MOD. EV 04
01	CHAPA AQUECEDORA EVLAB MODO 018 SER 016 220V
01	CONDICIONADOR DE AR GREE
01	CONDICIONADOR DE AR 10.000 BTU'S MR. ELGIM SPRINGER /ILENTIA
01	ESTANTE PARA LIVROS
02	ESTUFA MEMMERT MOD UM-100
01	ESTUFA PARA ESTERELIYA E SECAGEM OLIDEFCZ MODEL EE4
01	ESTUFA PARA SECAGEM DE MATERIAL (INCUBADORA) HERAUS MOD T-6
01	MANTA AQUECEDORA PARA BALÕES DE FUNDO REDONDO WINKLER MOD. 250
01	MANTA AQUECEDORA PARA BALÕES DE FUNDO REDONDO WINKLER MOD. 500
01	MANTA AQUECEDORA QUÍMIS REF/MODELO Q.321.A25 NR DE SÉRIE 701.203 220V 60H Z FASE2 315W
01	MEDIDOR DE PH MR WTW
01	MINIAGITADOR MECÂNICO GGG LAB EGG MOD. RW11
01	PH - METRO MR. HANNA MOD. HI – 9318
01	QUADRO BRANCO
01	REFRATÔMETRO 32% (BRIX) PRECISÃO 0,2 (BRIX)

LABORATÓRIO	ÁREA (M ²)	M ² /ESTAÇÃO	M ² /ALUNO
BIOLOGIA	32,60	4,65	1,3
Descrição das instalações para aulas práticas e pesquisa (Materiais, Ferramentas, Softwares Instalados, e/ou outros dados).			
QTDE.	ESPECIFICAÇÕES		
01	CÂMERA COLORIDA		
02	CONDICIONADOR DE AR 21.000 BTU'S MR. SPRINGER		
01	CORTE MEDIANO DO CÉREBRO		
01	DEMONSTRATIVO DE DESENVOLVIMENTO DO EMBRIÃO		
01	ESQUELETO HUMANO		
02	ESTABILIZADOR DE TENSÃO		
02	ESTRUTURA CELULAR DE UMA FOLHA		
01	ESTRUTURA DO DNA		
02	ESTRUTURA DO GIRASSOL		
01	ESTRUTURA DO OSSO		
02	ESTRUTURA FOLIAR		
02	FIGURA MUSCULAR		
02	HIPERTENSÃO		
13	MICROSCÓPIO BINOCULAR		

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

02	MICROSCÓPIO ESTEREOSCÓPIO (LUPA)
03	MICROSCÓPIO MONOCULAR
06	MICROSCÓPIO MONOCULAR COMPOSTO DE 03 OBJETIVAS
01	MICROSCÓPIO BINOCULAR C/ SISTEMA INTERNO DE TV, ADAPTADOR, CÂMERA COLORIDA E MONITOR 14"
01	MINI TORSO
01	MODELO DE PÉLVIS DA GRAVIDEZ
02	MODELO DE CÉLULA VEGETAL
02	MODELO DE DENTES (HIGIENE DENTAL)
01	MODELO DE OUVIDO
01	MODELO DE PÉLVIS FEMININA
01	MODELO DE PÉLVIS MASCULINA
01	MODELO DO APARELHO DIGESTIVO
01	MODELO DO CORAÇÃO
01	MODELO DO NARIZ
01	MODELO DO RIM
01	MODELO SÉRIE DE GRAVIDEZ
01	MONITOR DE TV 14"
02	ÓRGÃOS EPIGÁSTRICOS
01	PULMÃO
01	SISTEMA CIRCULATÓRIO G30
01	SISTEMA CIRCULATÓRIO W16001
01	SISTEMA DE VÍDEO
01	SISTEMA NERVOSO
01	TV 14" COLORIDA

LABORATÓRIO	ÁREA (M ²)	M ² /ESTAÇÃO	M ² /ALUNO
FÍSICA	32,60	4,65	1,30
Descrição			
(Materiais, Ferramentas, Softwares Instalados, e/ou outros dados)			
Instalações para aulas práticas do Componente Curricular Física Aplicada			
Equipamentos (Hardwares Instalados e/ou outros)			
Qtde.	Especificações		
02	AMPERÍMETRO TRAPEZOIDAL		
02	APARELHO ROTATIVO CANQUERINI		
02	BANCO ÓPTICO - DISCO DE HARTI		
01	CAIXA DE ACESSÓRIOS (COLCHÃO DE AR)		
01	CHAVE DUPLA DE DESVIO REF. 7817		
01	CHAVE INVERSORA		
01	CHAVE INVERSORA NORMALMENTE ABERTA (COLCHÃO AR)		
01	CHAVE INVERSORA NORMALMENTE ABERTA (QUEDA LIVRE)		
02	CHAVE LIGA-DESLIGA		
01	COLCHÃO DE AR LINEAR		
02	CONDICIONADOR DE AR 21.000 BTU'S MR. SPRINGER		
02	CONJ. DEMONSTRATIVO DA PROPAGAÇÃO DO CALOR		
02	CONJ. P/ LANÇAMENTOS HORIZONTAIS		
01	CONJ. P/ QUEDA LIVRE		
01	CRONÔMETRO DIGITAL 1 A 4 INTERVALOS (COLCHÃO AR)		
01	CRONÔMETRO DIGITAL 1 A 4 INTERVALOS (QUEDA LIVRE)		
01	CRONÔMETRO DIGITAL MEDEIROS		

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

02	DILATÔMETRO WUNDERLICH LINEAR DE PRECISÃO
02	EQUIPAMENTO GASEOLÓGICO
01	FONTE DE ALIMENTAÇÃO 6/12 VCCS (COLCHÃO LINEAR)
01	FONTE DE ALIMENTAÇÃO 6/12 VCCS (QUEDA LIVRE)
02	FONTE DE ALIMENTAÇÃO FRÉ-REIS
02	FONTE DE ALIMENTAÇÃO JACOBY 12 VAC 5
02	FONTE DE ALIMENTAÇÃO RIZZI CC ESTABILIZADA
01	FREQUENCÍMETRO DE IMPULSOS ÓTICOS (CUBA ONDAS)
01	FREQUENCÍMETRO DIGITAL CARBONEIRA (UNIDADE ACÚSTICA)
02	GALVANÔMETRO TRAPEZOIDAL REF. 6032
01	GERADOR ELETROSTÁTICO DE CORREIA TIPO VAN DE GRAFF
02	MESA DE FORÇA
02	MINI FONTE DAL-FRE 5VCC 500MA
01	OSCILADOR DE ÁUDIO CAETANI (UNIDADE ACÚSTICA)
02	PAINEL HIDROSTÁTICO
02	PÊNDULO MR. MAROTEC
02	PLANO INCLINADO ARAGÃO
01	QUANDO BRANCO, MED. 1.00 X 1.50 M
01	RÉGUA AUXILIAR P/ ONDAS ESTACIONÁRIAS
01	TRIPÉ UNIVERSAL C/ HASTE
01	UNIDADE ACÚSTICA MUSWIECK C/ DISCO VIBRATÓRIO
01	UNIDADE GERADORA DE FLUXO DE AR (COLCHÃO AR)
02	VASOS COMUNICANTES COMPLETOS
01	VIBRADOR RHR (CUBA ONDAS)
02	VOLTÍMETRO TRAPEZOIDAL REF. 7824-A

7.4 Biblioteca

7.4.1 Acervo

A biblioteca do *Campus* Limoeiro do Norte conta com aproximadamente 27.000 exemplares (livros, catálogos, Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações, Teses, Revistas, Periódicos), sendo de 449 obras na área de educação, em um total de 1.116. Todo acervo está catalogado e informatizado.

7.4.2 Serviços oferecidos

A biblioteca do IFCE Campus de Limoeiro do Norte funciona nos três períodos do dia, sendo o horário de funcionamento das 7:30h às 21:30h, ininterruptamente, de segunda a sexta-feira. O setor dispõe de 07 servidores, sendo 02 bibliotecários, 03 auxiliares de biblioteca, 1 Auxiliar em Administração e 1 Assistente em Administração. Aos usuários vinculados ao Campus e cadastrados na biblioteca é concedido o

empréstimo domiciliar de livros, revistas, TCCs, periódicos, histórias em quadrinhos, CDs, DVDs, através do Software *Sophi*. Não é concedido o empréstimo domiciliar de: obras de referência, periódicos, publicações indicadas para reserva e outras publicações conforme recomendação do setor. Além do empréstimo dos livros físicos são disponibilizados também aos usuários os livros digitais da Biblioteca Virtual Universitária - BVU

As formas de empréstimo são estabelecidas conforme regulamento de funcionamento próprio da biblioteca. O acesso à Internet está disponível por meio de 10 microcomputadores para pesquisa. A biblioteca dispõe também de uma sala de estudos coletiva, em anexo, acessível para alunos e professores que desejem realizar estudos na Instituição.

8. INDICADORES DE DESEMPENHO

INDICADORES DE DESEMPENHO	
Número de cursistas formados:	60 (quarenta).
Índice máximo de evasão admitido:	25% (vinte e cinco por cento).
Produção científica:	Produção mínima de um artigo por professor/ano. Os alunos deverão elaborar um TCC e apresentá-lo a uma banca examinadora.
Média mínima de desempenho dos alunos:	7,0 (sete).
Número mínimo de alunos para manutenção da turma:	75% do número total de alunos que iniciaram o curso.
Número máximo de alunos por turma:	60 (quarenta).
Grau de aceitação de alunos ao curso:	Conforme item da Avaliação do curso e dos docentes.

9 PLANOS DE UNIDADES DIDÁTICAS (PUDS)

9.1 DISCIPLINAS DO NÚCLEO PEDAGÓGICO

DIRETORIA DE ENSINO/DEPARTAMENTO DE ENSINO COORDENAÇÃO DO CURSO: PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: DIDÁTICA.
Código:
Carga Horária Total: 40h.CH Teórica: 30h.CH Prática: 10h.
Créditos: 2.
Núcleo: Pedagógico.

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

Semestre: I.	Pré-requisito: -.
Nível: Especialização.	
EMENTA	
Didática numa perspectiva histórica: objeto de estudo e a multidimensionalidade da formação do educador. Tendências pedagógicas e suas repercussões na metodologia do ensino da Educação Básica. Investigação em didática. Elementos da ação didática: planejamento de ensino, metodologias e avaliação da aprendizagem. Didática e Tecnologias em Educação: abordagem conceitual, contextual e desafios contemporâneos.	
OBJETIVOS	
• Compreender a Didática numa perspectiva histórica; • Analisar as Tendências Pedagógicas e suas repercussões no Ensino da Educação Básica; • Refletir sobre os elementos da Ação Didática; • Relacionar Didática e Tecnologias em Educação.	
PROGRAMA	
• Didática numa perspectiva histórica: objeto de estudo e a multidimensionalidade da formação do educador. • Tendências pedagógicas e suas repercussões no ensino de Metodologia da Educação Básica. • Elementos da ação didática: planejamento de ensino, metodologias e avaliação da aprendizagem. • Didática e Tecnologias em Educação: abordagem conceitual, contextual e desafios contemporâneos.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
• Exposição dialogada, leitura e discussão, debates temáticos, oficina prática de elaboração de planos de aulas, visita técnica a escolas, socialização de planos e miniaulas.	
RECURSOS DIDÁTICOS	
Quadro branco, pincel, datashow, notebook, livros, cópias de artigos, papel A4, papel madeira, canetinha, tinta guache, vídeos, entre outros.	
AValiação	
A avaliação será processual e de caráter formativo. Serão adotados os seguintes instrumentos avaliativos: realização de trabalhos individuais e coletivos, seminários, estudos de caso, diário de campo, relatório, portfólio/artigo, elaboração e socialização de planos e miniaulas, dentre outros.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ALARCÃO, I. Professores reflexivos em uma escola reflexiva São Paulo, Cortez, 2011. CANDAU, V. M. Magistério: Construção cotidiana . Petrópolis-RJ: Vozes, 2011. FARIAS, I. M. S. Didática e docência: aprendendo a profissão . Fortaleza: Liber Livro, 2008. LEITE, D.; MOROSINI, M. (Orgs.) Universidade Futurante: produção do ensino e inovação . Campinas: Papirus, 1997. LIBÂNEO, J. C. Didática . São Paulo: Cortez, 1994. FRANCO, M. A. S.; PIMENTA, S. G. (Orgs.) Didática: embates contemporâneos . São Paulo: Edições Loyola, 2010. SACRISTÁN, J. G. Tendências Investigativas na Formação de Professores, Inter-Ação: Rev.	

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

Fac. Educ. UFG, 27 (2): 1-54, jul./dez. 2002.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BRANDÃO, C. R. O que é método Paulo Freire. São Paulo: Brasiliense, 1993. CONTRERAS, J. A autonomia de professores. São Paulo: Cortez, 2002. OLIVEIRA, M.R.N.S. (Org.) Confluências e Divergências entre didática e currículo. Campinas: Papirus, 1998. PIMENTA, S.G.; ANASTASIOU, L.G.C. Docência no Ensino Superior. São Paulo: Cortez, 2002. PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (orgs.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002. SAVIANI, D. Escola e Democracia. Campinas: Autores Associados, 2007. VEIGA, I. P. A.; CASTANHO, M. E. L.M. (ORGS). Pedagogia Universitária: a aula em foco. Campinas: Papirus, 2000.

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO E ATUALIDADES.
Código:
Carga Horária Total: 40h.CH Teórica: 30h.CH Prática: 10h.
Créditos: 2.
Núcleo: Pedagógico.
Semestre: I. Pré-requisito: -.
Nível: Especialização.
EMENTA
A legislação e o contexto histórico, político e econômico; conceito de legislação na organização escolar – o sistema educacional brasileiro; a legislação educacional; a legislação e sua relação com as políticas públicas, a gestão educacional e o financiamento da educação; formação do profissional da educação e a legislação brasileira.
OBJETIVOS
• Compreender a legislação no contexto histórico, político e econômico; • Analisar a legislação em relação às políticas públicas, a gestão educacional e o financiamento da educação; • Relacionar a legislação com o sistema educacional. • Refletir sobre a formação do profissional da educação, a partir da legislação vigente.
PROGRAMA
• A legislação no contexto histórico, político e econômico; • A legislação educacional; • Conceito de Legislação na organização escolar – Sistema Educacional; • A legislação e sua relação com as políticas públicas, a gestão educacional e o financiamento da educação; • Formação do profissional da educação e a legislação brasileira.
METODOLOGIA DE ENSINO

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

Encontros presenciais, exposição dialogada, leitura e discussão, oficina, atividade de análise de (lei, parecer e resolução) debates, seminários, estudo de textos.
RECURSOS DIDÁTICOS
Quadro branco, pincel, datashow, notebook, livros, cópias de artigos, papel A4, papel madeira, canetinha, tinta guache, vídeos, entre outros.
AVALIAÇÃO
A avaliação será processual e de caráter formativo. Serão adotados os seguintes instrumentos avaliativos: realização de trabalhos individuais e coletivos, seminários, debates, atividade de pesquisa, fichamentos, resenhas, dentre outros.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BOAVENTURA, E. A educação brasileira e o direito, conforme lei nº 9394/96 Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1997. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988. _____. Emenda Constitucional nº 53/2006. Brasília, 2006. _____. Emenda Constitucional nº 59/2009. Brasília, 2009. _____. Emenda Constitucional nº 14/96. Brasília, 1996. _____. Lei nº 11.494/2007. Institui o FUNDEB. Brasília, 2007. _____. Lei 4.024/96. Institui o FUNDEF. Brasília, 1996. _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Centro de Documentação e Informação. Brasília: Edições Câmara, 2013. _____. Decreto nº 2.208/97. Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da _____. Decreto nº 5.154/2004. Instituiu o Programa Brasil Profissionalizado. Brasília, 2004. _____. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, Brasília: MEC, 2013. _____. Resolução nº 6/2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica e de Nível Médio. Brasília, 2012. FÁVERO, O. (Org.). A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988. Campinas: Autores Associados, 1996. (Coleção Memória da educação). ROMANELLI, O. História da educação no Brasil (1930/1973). Petrópolis: Editora Vozes. SAVIANI, D. Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. Campinas: Autores Associados, 1996. SAVIANI, D. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 1997.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
CUNHA, L. A. Educação, estado e democracia no Brasil. São Paulo: Cortez, 1995. MONTESQUIEU. Do espírito das leis, São Paulo: Abril cultural, 1979. NOGUEIRA, O. Constituições brasileiras: 1824. Brasília: Senado Federal e MCT, 2001. SOUZA, P N P.; SILVA, E B. Como entender e aplicar a nova LDB: lei nº 9.394/96. São Paulo: Pioneira, 1997.

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: CURRÍCULO E AVALIAÇÃO.
Código:

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

Carga Horária Total: 40h.CH Teórica: 30h.CH Prática: 10h.
Créditos: 2
Núcleo: Pedagógico.
Semestre: I. Pré-requisito: -.
Nível: Especialização.
EMENTA
As teorias do currículo, sua relação e função na formação profissional. Concepções curriculares presentes no cotidiano das práticas docentes. A formação dos professores e os significados das novas perspectivas pedagógicas na formação docente. Avaliação da aprendizagem como parte integrante do fazer pedagógico. Tendências, mitos e desafios da ação avaliativa.
OBJETIVOS
• Construir um conceito de currículo, a partir da análise das principais abordagens que, historicamente, têm demarcado os estudos neste campo. • Possibilitar a discussão da teoria do currículo e seu processo de organização. • Refletir sobre a formação do professor do ensino básico: os fundamentos, e tendências e perspectivas teóricas. • Analisar as concepções de avaliação de aprendizagem a partir das perspectivas: diagnóstica, mediadora, formativa, reguladora, permanente e participativa. • Refletir sobre as práticas da avaliação escolar a fim de desenvolver o senso crítico sobre a avaliação, seus desafios e mitos quanto ao processo de ensino aprendizagem.
PROGRAMA
• O Campo do currículo: a construção histórica; • As teorias curriculares; • Currículo: tendências contemporâneas; • Novas perspectivas na formação do professor da Educação Básica; • As concepções de avaliação e os mitos e desafios envolvendo o ato de avaliar; • O ato de avaliar a aprendizagem como componente pedagógico: da investigação à intervenção.
METODOLOGIA DE ENSINO
Encontros presenciais, atividades de leitura e análise de textos. As atividades envolverão: • Aulas expositivas e dialogadas; • Organização e apresentação de seminários; • Fichamentos e resenha de textos e livros; • Atividades de pesquisa e análise de práticas.
RECURSOS DIDÁTICOS
Quadro branco, pincel, datashow, notebook, livros, cópias de artigos, papel A4, papel madeira, canetinha, tinta guache, vídeos, entre outros.
AValiação
A avaliação será processual e de caráter formativo. Serão adotados os seguintes instrumentos avaliativos: realização de trabalhos individuais e coletivos, seminários, debates, estudos de caso, dentre outros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ALBA, A. de. **Curriculum**: crises, mito y perspectivas. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores S.R.L., 1998.
- APPLE, M. W. **Ideologia e Currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- ARAÚJO, C. H.; LUZIO, N. **Avaliação da Educação Básica**: em busca da qualidade e equidade no Brasil. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.
- BARRETO, Elba Siqueira de Sá (Org.). **Os Currículos do Ensino Fundamental para as escolas brasileira**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000. (Coleção Formação de professores)
- BOTH, I. J. **Avaliação planejada, aprendizagem consentida**: a filosofia do conhecimento. Curitiba: IBPEX, 2007.
- HOFFMANN, J. **Avaliação - Mito e Desafio**: uma perspectiva construtivista. 44. ed. Porto Alegre: 2014b.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem**: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- MOREIRA, A. F. B. **Currículos e programas no Brasil**. Campinas, SP: Papirus, 1990.
- PACHECO, José Augusto. **Políticas curriculares: referenciais para análise**. Porto Alegre: Artmed, 2003. 144 p.
- SILVA, T. T. da. **Documentos de Identidade**: Uma introdução às teorias de Currículo. Autêntica, 2010.
- SACRISTÁN, J. G. **O Currículo**: uma reflexão sobre a Prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE nº 009/2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica**, Brasília: 2013.
- CONTRERAS, J. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.
- COSTA, Marisa Vorraber. (Org.). **O Currículo nos limiares do contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- DALBEN, A.; ALMEIDA, L. C. Para uma avaliação de larga escala multidimensional. In: **Estudos em Avaliação Educacional**. Tendências e Perspectivas em Avaliação Educacional. São Paulo, v. 26, n.61, jan/abr. 2015.
- Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>>
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 43. ed, São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GHEDIN, E. **Professor reflexivo: da dimensão da técnica à autonomia da crítica**. In: PIMENTA, S.G.; GHEDIN, E. Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 129-150.
- GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais – rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- HOFFMANN, J. **Avaliar para promover**: as setas do caminho. 15. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014a.
- LEITINHO, Meirecele Caliope, HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho. (org.). **Experiências de Avaliação Curricular**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- licenciatura de graduação plena.
- MOREIRA, A. F. B. **Indagações sobre currículo : currículo, conhecimento e cultura** / [Antônio Flávio Barbosa Moreira , Vera Maria Candau] ; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- MORAES, S. E. (Org.). **Currículo e formação docente**: um diálogo interdisciplinar. Campinas: Mercado de Letras, 2008.
- PACHECO, José Augusto. **Currículo**: teoria e práxis. Portugal: Porto, 2001.

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

RODRIGUES, M. B. **Avaliando a avaliação:** os documentos orientadores do Ensino Médio e as provas de compreensão leitora – ENEM, SAEB, PISA. 2013. 181 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul. 2013.

RODRIGUES, Prado. A avaliação curricular. In: **Avaliação em Educação:** Novas perspectivas. Porto Editora. Porto, 1993.

TAVARES Jr. F; NEUBERT, L. F. A qualidade da educação e a disseminação de sistemas de avaliação. In: **Estudos em Avaliação Educacional – Avaliação em Larga Escala e Gestão Educacional.** São Paulo, v.25, n.59, set/dez. 2014.

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO INCLUSIVA.
Código:
Carga Horária Total: 20h CH Teórica: 15 h.CH Prática: 5 h.
Número de Créditos: 02
Núcleo: Pedagógico.
Semestre: I. Pré-requisito: -.
Nível: Especialização.
EMENTA
Fundamentos da educação inclusiva. Os sujeitos do processo educacional especial: pessoas com necessidades educacionais especiais. Abrangência e pressupostos legais e sociais da educação inclusiva, com destaque para o contexto socioeconômico e político brasileiro. Perspectivas da educação inclusiva no sistema escolar e para a construção de uma sociedade inclusiva: currículo, didática e avaliação, bem como família, escola e sociedade. Recursos pedagógicos para inclusão: acessibilidade, tecnologia assistida, desenho universal.
OBJETIVOS
• Discutir os fundamentos da educação inclusiva, como também seus princípios e objetivos; • Compreender o aluno com deficiência enquanto sujeito aprendente com múltiplas dimensões; • Conhecer a legislação em vigor relacionada à educação inclusiva, principalmente no caso do Brasil; • Debater criticamente aspectos curriculares e propostas pedagógicas e inclusivas; • Refletir sobre alternativas de acessibilidade para ações pedagógicas junto ao aluno com necessidades educacionais específicas; • Elaborar e desenvolver planejamento de uma aula para atender às necessidades educacionais específicas de alunos com deficiência.
PROGRAMA
• Educação inclusiva: fundamentos, pressupostos e perspectivas; • Necessidades educacionais específicas de alunos com deficiência; • Currículo, didática e avaliação para uma escola inclusiva; • Recursos pedagógicos inclusivos.
METODOLOGIA DE ENSINO

• Aulas expositivas e dialogadas, com recursos multimídia; • Leitura e discussão de artigos e textos científicos, como também de documentários e ou filmes; • Elaboração de fichamentos; • Organização e apresentação de seminários; • Estudo de casos em sala de aula; • Atividades de pesquisa e análise de práticas e experiências inclusivas em sala de aula.
AVALIAÇÃO
- frequência e participação ativa nas atividades propostas; - realização de pesquisa pessoal sobre tópicos relacionados ao tema; - elaborações escritas, fichamentos (podendo ser individuais e ou coletivas); - produção de seminários dinâmicos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BERSCH, R. Introdução à Tecnologia Assistiva. Porto Alegre: CEDI, 2008. Disponível em: http://200.145.183.230/TA/4ed/material_apoio/modulo2/M2S1A5_introducao_TA_Rita_Bersch.pdf. BRASIL. A Convenção sobre Direitos das pessoas com Deficiência. Brasília: CORDE/Secretaria de Direitos Humanos, 2010. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001. BRASIL. Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. 2007. Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Especial. Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial. Brasília: MEC, 1995. BRASIL. Decreto nº 3.956/01. Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, Brasília, DF, 2001. GOMES, A. S.(org.). Cultura Digital na Escola: habilidades, experiências e novas práticas. Recife: Pipa Comunicação, 2015. MANTOAN, M.T. ; SANTOS, M. T. T. Atendimento Educacional Especializado: Políticas Públicas e Gestão nos municípios. São Paulo: Editora Moderna, 2011. MARTINS, L. de A. R. e SILVA, L. G. dos S. (orgs.). Educação inclusiva: pesquisa, formação e práticas. João Pessoa: Ideia, 2015. MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez. 1996. RAMOS, R. Passos para a inclusão. São Paulo: Cortez, 2005. RAUSCH, R. B. e SCHROEDER, E. (orgs.). Processos de ensinar e aprender: formação de professores, teoria histórico-cultural e educação inclusiva. Blumenau: Edifurb, 2016. SILVA, L. G. dos S. Educação inclusiva: práticas pedagógicas para uma escola sem exclusões. São Paulo: Paulinas, 2014. SILVA, L. G. dos S. Cartas pedagógicas: processos de ensinar a quem enxerga sem o sentido da visão. São Paulo: Paulinas, 2017. TEIXEIRA, J. e NUNES, L. Avaliação inclusiva: a diversidade reconhecida e valorizada. Rio

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

de Janeiro: Wak Editora, 2014.

PACHECO, J. (org.). **Caminhos para a inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PADILHA, A. M. L. **Práticas Pedagógicas na Educação Especial**. São Paulo: FAPESP, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, C. **Vygotsky, quem diria?!** Em minha sala de aula. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

AQUINO, J. G. (Org.). **Diferenças e preconceitos**. São Paulo: Summus, 1998.

BARBOSA, L. M. S. **A Psicopedagogia e o Momento do Aprender**. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2006.

BOCK, A. M. B., FURTADO, O., TEIXEIRA, M. de L.T. (orgs.). **Psicologias – Uma Introdução ao Estudo de Psicologia**. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

CAETANO, L. M. e YAEHASHI, S. F. R. (orgs.). **Relação Escola e Família**: Diálogos Interdisciplinares para a Formação da Criança. São Paulo: Paulinas, 2014.

CORTELLA, M. S.. **Não Nascermos Prontos!** Provocações Filosóficas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

FERNÁNDEZ, A. **A inteligência aprisionada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FONTANA, R. e CRUZ, N. **Psicologia e Trabalho Pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LAJONQUIÈRE, L. de. **De Piaget a Freud**: para uma clínica do aprender. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MACEDO, L. de. **Ensaio Construtivistas**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 1994.

NASSIF, L. E. e NUNES, M. T. (orgs.). Formação de professores: diálogos com a experiência antipoffiana. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2008.

SALVADOR, C. C. (org). **Psicologia da Educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SAMPAIO, S. **Dificuldades de Aprendizagem**: a psicopedagogia na relação sujeito, família e escola. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

VALEJO, A. P. e ZWIEREWICZ, M. (orgs.). **Sociedade da informação, educação digital e inclusão**. Florianópolis: Insular, 2007.

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: ESTATÍSTICA BÁSICA.
Código:
Carga Horária Total: 20 h. CH Teórica: 15 h.CH Prática: 05 h.
Número de Créditos: 1.
Semestre: I. Pré-requisito: -.
Núcleo: Pedagógico
Nível: Especialização.
EMENTA
História da Estatística e Probabilidade, Técnicas de amostragem, Estatística descritiva, Introdução à Probabilidade, Variáveis aleatórias e seus modelos de distribuição, Introdução à

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

Inferência, Associação entre Variáveis Qualitativas; Associação entre Variáveis Quantitativas.
OBJETIVO
• Conhecer informações básicas sobre como sintetizar dados experimentais a poucos valores (estatística descritiva); • Compreender os principais testes estatísticos utilizados na tomada de decisão (inferência estatística); • Conhecer diferentes métodos de determinações estatísticas e de probabilidade; • Reconhecer diferentes tipos de distribuições de probabilidade; • Fazer avaliação qualitativa de dados experimentais. • Aplicar o correto acompanhamento de um trabalho experimental;
PROGRAMA
• Fases de uma análise estatística; • Conceitos básicos iniciais; • Técnicas de amostragem; • Técnicas quanti-quali de análise de dados; • Grandes e pequenas amostras: • Teoria da decisão (testes de hipóteses): • Teste do Qui-quadrado, Fisher e Wilcoxon para relacionar duas amostras independentes; • Teste do McNemar e Wilcoxon para relacionar duas amostras dependentes; • Testes para comparar mais de duas amostras (Q de Cochran, Friedman e Kruskal-Wallis); • Estatística na metodologia científica.
METODOLOGIA DE ENSINO
• Aula expositiva com recursos multimídias instigando participação; • Após as aulas expositivas serão aplicados exercícios e estudos de casos abordando o conteúdo; • Aulas práticas usando ferramentas computacionais para análise dos dados (planilha eletrônica – Excel e Software estatístico SPSS);
AValiação
• Assiduidade 100% valerá um ponto (1,0); • Entrega de atividades escritas (3,0); • Estudo de caso usando métodos da estatística qualitativa (6,0). Assim, a nota final da disciplina será composta por uma única nota que valerá 10 pontos ao final da mesma.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
SPIEGEL, M.R. Estatística. 3 ed. São Paulo: Pearson Makroon Books, 1994. MORETIN, L.G. Estatística Básica: inferência, Volume. 2. São Paulo: Perarson Makroon Books, 2000. TRIOLA, M. F. Introdução à estatística. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1999.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
CRESPO, A. A. Estatística Fácil . 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2002;

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

FONSECA, J.M; MARTINS G. A. Curso de Estatística – 6ª. Ed. Editora Atlas. São Paulo, 2006	
MUROLO, A. C., SILVA, E. M., SILVA, E. M. e GONÇALVES, V. Estatística: para os cursos de economia, administração e ciências contábeis . Vol. 1, 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.	
NAZARETH, H. R.S. Curso básico de estatística . São Paulo, Ed. Ática, 1986.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.	
Código:	
Carga Horária Total: 20 h. CH Teórica: 20 h. CH Prática: 0.	
Número de Créditos: 01.	
Semestre: I.	Pré-requisitos: -.
Núcleo: Pedagógico.	
Nível: Especialização.	
EMENTA	
A disciplina abordará os aspectos históricos e estruturais da educação brasileira. Considerando-a em diferentes contextos sociais, econômicos e culturais, examinar-se-ão ainda as reformas educacionais e as perspectivas de educação numa conexão passado/presente/futuro.	
OBJETIVOS	
• Problematicar o perfil histórico da educação no Brasil diante de suas continuidades/descontinuidades; • Identificar e refletir sobre os desafios ainda presentes no sistema educacional brasileiro, sobretudo no que diz respeito ao ensino público.	
PROGRAMA	
1. Educação Jesuítica e Reforma Pombalina; 2. A educação no Império e na Primeira República: reformas e ensino secundário; 3. A educação e o contexto social brasileiro de 1930 a 1964; 4. Estrutura e Perspectivas de educação: da ditadura militar aos dias atuais;	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Tendo em vista a perspectiva de uma educação crítica, as metodologias de ensino-aprendizagem dar-se-ão, sobretudo pela leitura e discussão dos textos da bibliografia a partir de aulas expositivo-dialogadas que promovam a participação, o debate e a troca de ideias. Além disso, atividades escritas como resenhas e produções de texto de outra natureza serão realizados. Para melhor ilustração e problematização dos conteúdos trabalhados, serão utilizados alguns recursos	

como músicas, filmes, literatura dentre outros.

AVALIAÇÃO

O critério base será a avaliação contínua, levando em consideração a assiduidade, a participação nas aulas, a realização dos trabalhos em grupo ou individuais e o compromisso com os prazos estipulados para o cumprimento das atividades da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GHIRALDELLI Jr., Paulo História da educação. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.
 MARRACH, Sônia A. Neoliberalismo e educação. In GHIRALDELLI Jr., Paulo (org) Infância, educação e neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 1996. p. 42-56.
 RESCIA, Ana Paula O. (et al). (Orgs) Dez anos de LDB: contribuições para a discussão das políticas públicas em Educação no Brasil. Araraquara/SP: Junqueira&Marim, 2007.
 RODRIGUEZ, Vicente. Financiamento da educação e políticas públicas: o FUNDEF e a política de descentralização. Cad. Cedes. Ano XXI, n. 55, novembro/2001.
 ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. 14 ed. Rio de Janeiro: Vozes, <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb02.htm>
 SAVIANI, D. História das Idéias Pedagógicas no Brasil. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, Gilberto Luís. Origens da escola moderna no Brasil: a contribuição jesuítica. Educação e Sociedade, Campinas, v. 26, nº 91, mai/ago., 2005.
 AZEVEDO, Janete M. L. Reflexões sobre políticas públicas e PNE. Revista Retratos da Escola. V. 4, Nº 6, p. 27-35, jan/jun.2010.
 BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da Educação no Estado Novo. In: _____. PANDOLFI, Dulce. (org) Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
 FERREIRA JR, Amarílio; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na Ditadura Militar. Cad. Cedes, Campinas, v. 28, n. 73, 333-355, set/dez, 2008.
 FRANÇA, Magna. O funcionamento da educação básica do FUNDEF ao FUNDEB. In: _____. CABRAL NETO, Antônio. (et al). (orgs.) Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.
 FRIGOTTO, Gaudêncio; Maria Ciavatta. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. Educação e Sociedade, Campinas, v. 24, nº 82, abril, 2003.
 HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. História da educação brasileira: leituras. HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. História da educação brasileira: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
 KAHN, Márcia. “Educação Indígena” versus educação para índios: sim, a discussão deve continuar. Em Aberto: Brasília, Ano 14, n. 63, jul/set. 1994.
 KULESCA, Wojciech Andrzej. A institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910). R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 79, n. 193, p. 63-71, set./dez. 1998.
 LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.
 MACIEL, Lizete S. B. Educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 32, n.3, p. 465-476, set/dez, 2006.
 MINTO. Carlos Augusto. Educação Especial: da LDB aos planos nacionais de educação – do

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

MEC e proposta da sociedade brasileira. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v06n01/v06n01a02.pdf. NEY, Antônio. Política Educacional: organização e estrutura da educação brasileira. Rio de Janeiro: WAK ED, 2008. PAIVA, Wilson Alves. Educação no Brasil: contos e recontos. Revista Diálogo Educacional, V. 3, n. 7, Set/dez. p. 1-8, PUC-PR, 2002. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Secretaria de Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. _____. Ensino Médio. Brasília: MEC, 2000. PINTO, José Marcelino de R. O acesso à educação superior no Brasil. Educação e Sociedade, Campinas, v. 25, nº 88, Especial, outubro de 2004.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE.
Código:
Carga Horária Total: 20 h. CH Teórica: 20 h. CH Prática: 0.
Número de Créditos: 01
Semestre: I. Pré-requisitos: -.
Núcleo: Pedagógico.
Nível: Especialização.
EMENTA
Observando as relações entre educação e cultura, a disciplina abordará as clivagens de gênero, inter-étnicas e de classe redimensionando assim, o debate em torno de conceitos como identidade, diversidade e inclusão no âmbito escolar.
OBJETIVOS
• Identificar e refletir sobre os desafios e possibilidades da educação escolar com a diversidade sociocultural; • Problematicar os conceitos de identidade, diferença, diversidade, inclusão e empatia no âmbito escolar à luz dos Estudos Culturais; • Analisar as complexas relações de gênero, etnia e classe considerando o contexto brasileiro de desigualdade socioeconômica e segregação e discriminação cultural;
PROGRAMA
1. Educação e pós-modernidade: temas e problemas multiculturais; 2. Identidade, diferença e alteridade; 3. As questões étnico-raciais na organização curricular e nas políticas públicas educacionais no Brasil; 4. Relações de gênero: as contribuições das teorias feminista e <i>queer</i>; 5. Desigualdade social e preconceito de classe; 6. Intolerância religiosa;

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

METODOLOGIA DE ENSINO	
Tendo em vista a perspectiva de uma educação crítica, as metodologias de ensino-aprendizagem dar-se-ão, sobretudo pela leitura e discussão dos textos da bibliografia a partir de aulas expositivo-dialogadas que promovam a participação, o debate e a troca de ideias. Além disso, atividades escritas como resenhas e produções de texto de outra natureza serão realizados. Para melhor ilustração e problematização dos conteúdos trabalhados, serão utilizados alguns recursos como músicas, filmes, literatura dentre outros.	
AVALIAÇÃO	
O critério base será a avaliação contínua, levando em consideração a assiduidade, a participação nas aulas, a realização dos trabalhos em grupo ou individuais e o compromisso com os prazos estipulados para o cumprimento das atividades da disciplina.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Por um ensino que deforme: o docente na pós-modernidade. Disponível em: http://www.cnslpb.com.br/arquivosdoc/MATPROF.pdf BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 9 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. MOREIRA, Antonio F. B.; CANDAU, Vera M. (Org.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008. CANDAU, Vera M.. Direitos Humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro: ANPED; Campinas: Autores Associados, v. 13, n. 37, p. 45-56, jan./abr. 2008. MCLAREN, Peter. Multiculturalismo crítico. São Paulo: Cortez, 1997.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
MONTE, Nieta L. Os outros, quem somos? Formação de professores indígenas e identidades interculturais. Cadernos de Pesquisa, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 110, p. 7-29, jul. 2000. MOREIRA, Antonio Flavio B. A recente produção científica sobre currículo e multiculturalismo no Brasil (1995-2000). Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro: ANPED; Campinas: Autores Associados, n. 18, p. 65-81, set./dez. 2001. SILVA, Tomas Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: Silva, T. T. da (Org.). Identidade e diferença. Petrópolis: Vozes, 2000. VALENTE, Ana Lúcia. Ação afirmativa, relações raciais e educação básica. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro: ANPED; Campinas: Autores Associados, n. 28, p. 62-75, jan./abr. 2005. VIANNA, Claudia. Organização docente paulista: crise, identidade coletiva e gênero. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro: ANPED; Campinas: Autores Associados, n. 13, p 54-72, jan./abr. 2000.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

DISCIPLINA: TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC).
Código:
Carga Horária Total: 20 horas. CH Teórica: 10 h CH Prática: 10 h.
Número de Créditos: 01.
Semestre: I. Pré-requisitos: -
Núcleo: Pedagógico.
Nível: Especialização.
EMENTA
Histórico e contextualização da inclusão das tecnologias na educação. As potencialidades didáticas da tecnologia. Diferenças entre técnicas e tecnologias. Repercussões sociais do desenvolvimento tecnológico. Prática pedagógica e mídias digitais. Relações existentes entre os meios de comunicação de massa, as TDIC e a globalização. A sociedade do conhecimento: surgimento e sedimentação. Campos emergentes nas TDIC voltados para a educação. Desafios relativos ao uso das TDIC no âmbito educativo.
OBJETIVO
• Historicizar e contextualizar a inclusão da tecnologia na educação; • Identificar as potencialidades didáticas da tecnologia; • Reconhecer as diferenças entre técnicas e tecnologias; • Constatar as repercussões sociais do desenvolvimento tecnológico; • Refletir sobre a prática pedagógica e a utilização das mídias digitais; • Distinguir as relações existentes entre os meios de comunicação de massa, as TDIC e a globalização; • Compreender o surgimento e a sedimentação da sociedade do conhecimento; • Perceber os campos emergentes nas TDIC voltados para a educação; • Analisar os desafios relativos ao uso das TDIC no âmbito educativo.
PROGRAMA
1. Histórico e contextualização da inclusão das tecnologias na educação. 2. As potencialidades didáticas da tecnologia. 3. Diferenças entre técnicas e tecnologias. 4. Repercussões sociais do desenvolvimento tecnológico. 5. Prática pedagógica e mídias digitais. 6. Relações existentes entre os meios de comunicação de massa, as TDIC e a globalização. 7. A sociedade do conhecimento: surgimento e sedimentação. 8. Campos emergentes nas TDIC voltados para a educação. 9. Desafios relativos ao uso das TDIC no âmbito educativo.
METODOLOGIA DE ENSINO
• Aula expositiva com recursos multimídias instigando participação; • Após as aulas expositivas serão trabalhados estudos dirigidos, redação de texto e estudos de casos; • Serão trabalhadas atividades utilizando recursos tecnológicos como a internet e o computador, caracterizando atividades a distância para execução das tecnologias digitais aplicadas à educação, com tempo definido para sua realização.

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

Será produzido um artigo de revisão de literatura sobre a temática: Aplicação das TDIC no ensino de Biologia. O artigo terá a seguinte estrutura: identificação, resumo, palavras-chave, introdução, objetivo, metodologia, desenvolvimento, considerações finais e referências. O artigo terá um total de 15 páginas, espaçamento 1,5 entre linhas e parágrafos com 2 cm, fonte Times New Roman e tamanho 12. O artigo deverá ser enviado por e-mail ao professor da disciplina. Será solicitado também o envio de um vídeo com a apresentação oral do artigo pelo aluno, esse utilizará os recursos disponíveis e terá o tempo de 15 min para realizar sua gravação e apresentação utilizando slides.	
AVALIAÇÃO	
- Assiduidade 100% valerá um ponto (1,0); - Envio das atividades escritas (3,0); - Participação durante das discussões (1,0); - Entrega e apresentação do artigo produzido (5,0). Assim, a nota final da disciplina será composta por uma única nota que valerá 10 pontos ao final da mesma.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
TORNAGHI, A. J. da C.; PRADO, M. E. B. B.; ALMEIDA, M. E. B. de. Tecnologias na educação: ensinando e aprendendo com as TIC. 2.ed. Brasília: Secretaria de Educação a Distância, 2010.120 p. : il. graf. tabs. KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas, SP: Papirus, 2007. DOWBOR, Ladislau. Tecnologias do conhecimento: os desafios da Educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
POLISTCHUK, I.; TRINTA, A. R. Teorias da comunicação. Rio de Janeiro: Campus, 2003. COLL, C.; MONEREO, C. Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010. SILVA, M. (org.) Educação online: teorias, prática, legislação e formação corporativa. 2 ed. São Paulo: Loyola: 2006. PRETTO, Nelson De Luca. Escritos sobre educação, comunicação e cultura. São Paulo: Papirus, 2008. BLÁSIS, Eloísa De e ESTIMA, Regina Inês Villas Bôas. (orgs.). Ensinar e aprender no mundo digital: Fundamentos para a prática pedagógica na cultura digital. São Paulo: Cenpec, 2011.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

COMPONENTE CURRICULAR: INGLÊS INSTRUMENTAL.
Código: LESSA016

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

Carga Horária: 20 horas CH teórica: 20 h.
Número de créditos: 02
Semestre: I. Pré-requisitos: -
Núcleo: Pedagógico.
Nível: Especialização.
EMENTA
Construção de conhecimento prévio. Uso do dicionário. Afixos. Grupos Nominais. Estruturas básicas da Língua Inglesa. Conectivos. Indicações referenciais. Predição. Skimming. Scanning. Palavras cognatas.
OBJETIVO(S)
Construir conhecimento prévio (utilizando a visão de mundo e experiência prévia de leitura) como meio de facilitar a compreensão de textos acadêmicos e técnicos; Usar satisfatoriamente o dicionário, dentro do princípio de que o significado da palavra está associado ao contexto; Reconhecer grupos nominais e afixos; Revisar os conhecimentos de estruturas da língua inglesa e pontos gramaticais básicos; Identificar nos textos elementos de coesão (indicações referenciais) e alguns conectivos; Empregar eficientemente as principais estratégias de leitura.
PROGRAMA
I. O uso do dicionário. II. Afixos. III. Grupos Nominais. IV. Estrutura dos principais tempos verbais em inglês. 1. Presente Simples. 2. Presente Progressivo. 3. Presente Perfeito. 4. Passado Simples. 5. Passado Progressivo. 6. Futuro Simples. 7. Voz Passiva. V. Conectivos. 1. Conjunções. 2. Orações relativas. VI. Indicações referenciais. VII. Estratégias de leitura. 1. Predição. 2. Skimming. 3. Scanning. 4. Palavras cognatas.

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas e interativas, discussões, atividades escritas e dinâmicas de grupo.	
AVALIAÇÃO	
Assiduidade. Comprometimento com a disciplina. Participação nas aulas. Provas escritas. Trabalhos dirigidos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
AGUIAR, C. C.; FREIRE, M. S. G; ROCHA, R. L. N. Inglês Instrumental: Abordagens X Compreensão de Textos. 3ª edição revisada e ampliada. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2001. GUANDALINI, E. O. Técnicas de Leitura em inglês: ESP – English for Specific Purposes: estágio 1. São Paulo: Textonovo, 2002. LONGMAN. Longman Dicionário Escolar Inglês-Português / Português-Inglês para estudantes brasileiros. 2ª edição. São Paulo: Longman do Brasil, 2008. LOPES, C. B. de A. Inglês Instrumental: leitura e compreensão de textos. Recife: Imprima, 2012. MARQUES, A. New English 1. Barueri: Disal, 2012. OXFORD. Dicionário Oxford Escolar Inglês-Português / Português-Inglês para estudantes brasileiros de inglês. 2ª edição. São Paulo: Oxford, 2010.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BIXBY, J.; MCVEIGH, J. Q: Skills for Success Reading & Writing Intro. New York: Oxford University Press, 2011. FUCHS, M.; BONNER, M. Grammar Express: for self-study and classroom use. London: Pearson Longman, 2001. LANGAN, J. Ten Steps to Building College Reading Skills. 5th ed. New Jersey: Townsend Press, 2011. MAURER, J. Focus on grammar 5: an integrated skills approach. 3rd ed. USA: Longman, 2006. OXFORD. Oxford Learner's Dictionary of Academic English. 9ª edição. Oxford University Press, 2015. THEWLIS, S. H. Grammar Dimensions 3. Boston: Thomson Heinle, 2000. WEGMANN, B.; KNEZEVIC, M. Mosaic Level 1 Reading. 6th ed. New York: McGraw-Hill, 2014.	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

COMPONENTE CURRICULAR: TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS.		
Código:		
Carga Horária: 20 horas	CH teórica: 20 h.	CH Prática: 0.
Número de créditos: 01.		
Semestre: I.	Pré-requisito: -.	

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

Núcleo: Pedagógico.
Nível: Especialização.
EMENTA
Uso das bases de dados textuais e referenciais através dos recursos de informática para a realização de pesquisa bibliográfica. Analisar trabalhos monográficos. Adquirir as técnicas de leitura, análise e interpretação de textos. Conhecer as normas de apresentação de trabalho científico. Organizar dados.
OBJETIVO(S)
• Dominar técnicas de busca e recuperação de informação. • Conhecer sistema de busca em bases de dados, portais e outros. • Utilizar as técnicas de busca de informação. • Diferenciar documentos e trabalhos científicos. • Utilizar as técnicas de leitura para análise e interpretação de textos. • Empregar as normas usadas na elaboração de documentos científicos. • Identificar os mecanismos usados no processamento e coleta de dados.
PROGRAMA
1. Técnicas de estratégia de busca. 2. Forma e conteúdo das bases de dados textuais e referenciais. 3. Fontes de Informação Online. 4. Recuperação da informação. 5. Tipos de pesquisa científica 6. Diretrizes metodológicas para a leitura, compreensão e documentação de textos e elaboração de seminários, artigo científico, resenha e monografia. 7. Processos e técnicas de elaboração de monografias. 8. Pesquisa – tipos; documentação – didática pessoal, fichamento; projeto e relatório de pesquisa – etapas: monografia – elaboração. 9. As normas da ABNT.
METODOLOGIA DE ENSINO
• Aulas expositivas; • Atividade prática; • Estudo de casos.
AValiação
• Exercícios práticos quanto ao uso das bases de dados e de referências; • Seminários; • Análise de artigos científicos, monografias.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
KOCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica . 26ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.	
MATTAR NETO, J. A. Metodologia científica na era da informática . 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.	
http://www.finderseeker.com	
http://www.virtualfreesites.com	
http://www.webopedia.com/DidYouKnow/Internet/2002/Web_vs_Internet.asp	
http://www.ouc.bc.ca/libr/connect96/search.htm	
http://www.darpa.mil/body/newsitems/pdf/idarmastudyvol1.pdf	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
CERVO, A. L.; BREVIAN, P. A. Metodologia científica . 6ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.	
RUIZ, J. A. Metodologia científica . 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.	
http://www.isoc.org/internet/history	
http://www.davesite.com/webstation/net-history.shtml	
http://www.marketingterms.com/dictionary/web_directory	
http://www.ead.unicamp.br/minicurso/bw/index.html	
http://www.searchenginewatch.com	
Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: ESPANHOL INSTRUMENTAL.	
Código:	
Carga Horária Total: 20 h.	
Número de Créditos: 01.	
Semestre: I.	Pré-requisitos: -.
Núcleo: Pedagógico.	
Nível: Especialização.	
EMENTA	
Leitura instrumental em língua espanhola. Introdução à leitura de textos em espanhol. Estratégias de leitura. Vocabulário e estruturas básicas abordadas de forma funcional.	
OBJETIVOS	

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

Proporcionar aos alunos o conhecimento instrumental da Língua Espanhola no que se refere à leitura, interpretação e tradução de textos de diversos gêneros. Pretende-se:

- Usar corretamente o dicionário;
- Estudar determinadas estruturas gramaticais da Língua;
- Praticar as estratégias de leitura.

PROGRAMA

1. Uso del Diccionario;
2. Lectura, traducción y comprensión lectora de textos;
3. Gramática:
 - 3.1 Artículos determinados, indeterminados y neutro.
 - 3.2 Pronombres personales.
 - 3.3 Demostrativos y Posesivos.
 - 3.4 Conjunciones y preposiciones.
 - 3.5 Adverbios e Indefinidos.
 - 3.6 Verbos regulares e irregulares en presente, pretérito y futuro en los modos Indicativo y Subjuntivo.
 - 3.7 Verbos en modo Imperativo.
 - 3.8 Pronombres de complemento directo e indirecto.
4. Léxico variado; Heterosemánticos y heterogénicos; Apócope.
5. Estrategias de lectura.

METODOLOGIA DE ENSINO

Leitura, análise, compreensão e tradução de textos; aulas expositivas, dialogadas e práticas; atividades escritas individuais e em grupos.

AVALIAÇÃO

A avaliação se dará de forma contínua, por meio da assiduidade, da participação ativa e constante do aluno na dinâmica das aulas, na resolução e correção dos exercícios; bem como, em possíveis avaliações (provas e/ou trabalhos) que poderão acontecer, visando o domínio da compreensão leitora.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALFARO, Sánchez. **Gramática de Español Lengua Extranjera**. Edelsa Grupo Didascalía, S.A. Madrid, 1997.

HERMOSO, Gonzalo. **Conjugar es fácil en español**. Edelsa Grupo Didascalía, S.A. Madrid, 1998.

MILANI, E.M. **Gramática de Espanhol para brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2011.

Seminario de Dificultades específicas de la Enseñanza del Español a Lusohablantes. **Actividades y estrategias para desarrollar la comprensión de lectura** Brasília: Embajada de España en Brasil - Consejería de Educación, 2005.

SEÑAS: Diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, Adda-Nari M., MELLO, Angélica. **Mucho – Español para brasileños**. São Paulo: Moderna, 2001.

BOROBIO, Virgilio. **Ele: curso de español para extranjeros: libro del alumno**. Madrid: SM/Ele, 1999.

Diccionario SALAMANCA de la lengua española. Madrid; Santillna, 1996.

FILLOLA, Antonio Mendoza. **Textos entre textos las conexiones textuales en la formación del lector**. 1. ed. Barcelona: Horsori, 2008.

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

GONZÁLEZ HERMOSO, A., CUENOT, T. R., SÁCHES ALFARRO, M. Gramática de español lengua extranjera – normas, recursos para la comunicación. 3 ed. Madrid: Edelsa, 1995.	
SARMIENTO, Ramón. Manual de corrección gramatical y de estilo: español normativo, nivel superior. Madrid: SGEL, 1999.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: LIBRAS.	
Código:	
Carga Horária Total: 40 horas. CH Teórica: 40 h CH Prática: 00 h.	
Número de Créditos: 02.	
Pré-requisitos: -.	
Semestre: Núcleo pedagógico.	
Nível: Especialização.	
EMENTA	
Histórico da Língua de Sinais. Língua de Sinais e Língua Portuguesa para surdos. Identidade e Cultura Surda. Políticas de inclusão dos surdos. Estudos e complexidades inerentes a Libras.	
OBJETIVO	
• Utilizar técnicas específicas da Língua Brasileira de Sinais; • Compreender e expressar a Língua Brasileira de Sinais em diferentes contextos. • Conhecer os princípios e conceitos da surdez e da Libras; • Traduzir e interpretar a Língua Brasileira de Sinais; • Conhecer os aspectos gramaticais da Libras.	
PROGRAMA	
I – Histórico da Língua de Sinais 1 - Aspectos históricos e culturais da língua de sinais: repercussões nas representações; 2 - Caracterização das principais correntes metodológicas na educação de surdos: oralismo, comunicação total e bilingüismo. II – Língua de sinais e língua portuguesa para surdos 1 - Lingual de sinais, signwriting e lingual portuguesa: definições e diferenciações. III – Identidade e cultura surda 3.1 - As múltiplas identidades surdas; 3.2 - Marcas de diferença cultural surda. IV – Políticas de inclusão do surdo 4.1 - Políticas de inclusão e exclusão sociais; 4.2 - A libras no contexto da legislação educacional: - Lei Federal no. 10.436 de 24 de abril de 2002;	

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

- Decreto Federal no. 5.626 de 22 de dezembro de 2005; - Resolução Estadual CCE no. 400, de 20 de outubro de 2005. V – Estudos e complexidades inerentes a LIBRAS 1 - Estrutura lingüística da LIBRAS: fonologia (configuração de mão, locação/ponto de articulação, movimento de mão, orientação de mão e aspectos não-manuais), morfologia e sintaxe; semântica e pragmática; 2 - alfabeto manual da língua de sinais; 3 - dactilologia; 4 - numerais cardinais e para quantidades; 5 - identificação pessoal; 6 - classificadores; 7 - expressões faciais e corporais; 8 - sinais básicos; 9 - cumprimentos básicos: saudações e despedidas;	
METODOLOGIA DE ENSINO	
• Aulas expositivas; • Atividade prática.	
AVALIAÇÃO	
• Assiduidade 100% valerá um ponto (1,0); • Entrega das atividades escritas (3,0); • Participação durante as aulas (1,0); • Entrega e apresentação de um trabalho prático (vídeo ou teatro) (5,0). Assim, a nota final da disciplina será composta por uma única nota que valerá 10 pontos ao final da mesma.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira: Sinais de A a L., v.1 2ª Edição. São Paulo. EDUSP. 2001 CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira: Sinais de M a Z., v.2. 2ª Edição. São Paulo. EDUSP. 2001 QUADROS, R. M. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre. Artmed. 2004.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
STRNADOVÁ, V. Como é ser surdo. Petrópolis. Babel. 2000. QUADROS, R. M. O tradutor e interprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília. MEC. 2004. ALMEIDA, E. C.; DUARTE, P. M. Atividades ilustradas em sinais da libras. Rio de Janeiro. Revinter. 2004.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

9.2 Núcleo Específico

9.2.1 Ciências da Natureza e Matemática

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

DIRETORIA DE ENSINO/DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO: PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: METODOLOGIAS DO ENSINO DE BIOLOGIA.
Código:
Carga Horária Total: 40 horas. CH Teórica: 40 h CH Prática: 00 h.
Número de Créditos: 02.
Pré-requisitos: Disciplinas do Núcleo Pedagógico.
Semestre: II.
Nível: Especialização.
EMENTA
Histórico e contextualização do ensino de Biologia. O currículo escolar e o ensino de Biologia. Educação científica e formação de cidadãos. Comunicação entre professor e aluno. Ciências e didática. Atividades práticas investigativas. Reflexões sobre questões teórico-metodológicas voltadas para o ensino de Ciências e Biologia.
OBJETIVO
• Relembrar fatos e acontecimentos históricos do desenvolvimento da Ciência e Biologia de forma contextualizada; • Abordar aspectos pedagógicos do currículo de Biologia; • Trabalhar conceitos, definições e processos da educação científica e sua função socioambiental; • Caracterizar o processo de comunicação entre professor e aluno e os meios para sua facilitação; • Discutir a relação entre Ciências e didática; • Compreender a dimensão das atividades investigativas e suas aplicações; • Refletir sobre questões teórico-metodológicas voltadas para o ensino de Ciências e Biologia.
PROGRAMA
1. Fatos e acontecimentos históricos do desenvolvimento da Ciência e Biologia; 2. Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino de Ciências e Biologia: abordagem reflexiva; 3. Educação científica: conceitos, definições e processos; 4. Comunicação professor-aluno: características e eficiência; 5. Ciências e didática: da percepção as ferramentas; 6. Ensino de Ciências por investigação; 7. Metodologia do ensino das Ciências Biológicas.
METODOLOGIA DE ENSINO
• Aula expositiva com recursos multimídias instigando participação; • Após as aulas expositivas serão trabalhados estudos dirigidos, redação de texto e estudos de casos; • Será entregue aos alunos textos com uma determinada parte do conteúdo programático para que esses discutam em equipe e apresentem suas considerações; • Será produzido um artigo de revisão de literatura sobre a temática: Metodologias de

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

ensino de Biologia: aspectos teóricos e práticos. O artigo terá a seguinte estrutura: identificação, resumo, palavras-chave, introdução, objetivo, metodologia, desenvolvimento, considerações finais e referências. Terá um total de 15 páginas, espaçamento 1,5 entre linhas e parágrafos com 2 cm, fonte Times New Roman e tamanho 12. O artigo deverá ser apresentado de forma oral para o professor e turma em um tempo de 10 min utilizando slides.	
AVALIAÇÃO	
- Assiduidade 100% valerá um ponto (1,0); - Entrega das atividades escritas (3,0); - Participação durante das discussões (1,0); - Entrega e apresentação do artigo produzido (5,0).	
Assim, a nota final da disciplina será composta por uma única nota que valerá 10 pontos ao final da mesma.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
KRASILCHIK, M. Prática do ensino de Biologia. São Paulo, Harper & Row. 2003. BIZZO, N. Metodologia do ensino de Biologia e estágio supervisionado. 1ª edição. São Paulo: Ática, 2012. ZABALA, A. (org.) Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Artmed.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Orientações curriculares para o ensino médio: Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias. volume 2. Brasília, Ministério da Educação, 2006. BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, MEC. 2002. BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. PCN+: Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias. Brasília, MEC. 2002 SELBACH, S. Ciências e didática. 1ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. CARVALHO, A. M. de C. Ensino de Ciências por investigação: condições para implementação em sala de aula. 1ª edição. São Paulo: Cengage Learning, 2017. MARANDINO, M.; SELLES, S. E.; FERREIRA, M.S. Ensino de Biologia: histórias e práticas em diferentes espaços educativos. São Paulo, Ed. Cortez. 2009.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: TÓPICOS EM BIOLOGIA.
Código:
Carga Horária Total: 20 horas. CH Teórica: 10 h CH Prática: 10 h.
Número de Créditos: 01.
Pré-requisitos: Metodologias do ensino de Biologia.

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

Semestre: II.
Nível: Especialização.
EMENTA
Identificação de temas atuais de pesquisa em ensino de Ciências e Biologia. Delimitação da pesquisa a ser realizada no TCC.
OBJETIVO
• Identificar os principais temas atuais pesquisados na área de ensino de Ciências e Biologia; • Delimitar os aspectos metodológicos teóricos e práticos do TCC.
PROGRAMA
1. Principais temas pesquisados em ensino de Ciências e Biologia; 2. Aspectos metodológicos da pesquisa qualitativa em ensino de Ciências e Biologia.
METODOLOGIA DE ENSINO
• Aula expositiva com recursos multimídias instigando participação; • Após as aulas expositivas serão trabalhados estudos de casos para discussão e entrega de resenhas; • Será entregue aos alunos artigos científicos com temas na área de ensino de Ciências e Biologia para incentivar e auxiliar os alunos na determinação dos seus TCC; • Revisão do projeto de TCC.
AValiação
• Assiduidade 100% valerá um ponto (1,0); • Resolução de estudos dirigidos (3,0); • Participação durante as discussões (1,0); • Entrega do projeto revisado (5,0). Assim, a nota final da disciplina será composta por uma única nota que valerá 10 pontos ao final da mesma.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
KRASILCHIK, M. Prática do ensino de Biologia. São Paulo, Harper & Row. 2003. BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011. ZABALA, A. (org.) Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Artmed.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, MEC. 2002. CARVALHO, A. M. de C. Ensino de Ciências por investigação: condições para implementação em sala de aula. 1ª edição. São Paulo: Cengage Learning, 2017. CHIZZOTTI, A. Pesquisas em ciências humanas e sociais. 8 ed, São Paulo: Cortez, 2006. MARANDINO, M. A prática de ensino nas licenciaturas e a pesquisa em ensino de ciências: questões atuais. Caderno Brasileiro de Ensino e Física.,v.20, n.2: p.168-193,ago, 2003. SELBACH, S. Ciências e didática. 1ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

MARANDINO, M.; SELLES, S. E.; FERREIRA, M.S. Ensino de Biologia: histórias e práticas em diferentes espaços educativos. São Paulo, Ed. Cortez. 2009.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

COMPONENTE CURRICULAR: METODOLOGIAS DO ENSINO EM QUÍMICA.	
Código:	
Carga Horária Total: 40 h/a CH Teórica: 30 h CH Prática: 10 h	
Número de Créditos: 2.	
Pré-requisito: Núcleo Pedagógico.	
Semestre: II.	
Nível: Especialização.	
EMENTA	
Contribuições teóricas para o ensino da Química. Tendências da Educação Química.	
OBJETIVOS	
Proporcionar que os alunos de especialização a oportunidade de adquirir ou aprimorar conhecimentos sobre o ensino de química, tanto teórico quanto prático.	
PROGRAMA	
☐ Assuntos importantes no Ensino de Química; ☐ Estratégias para o ensino de conceitos; ☐ Estratégias de ensino-aprendizagem em química; ☐ Aprendizagem cooperativa e colaborativa; ☐ Como elaborar aulas práticas; ☐ Aplicação de casos investigativos no ensino médio; ☐ Tendências atuais no ensino de química; ☐ Novas tecnologias no ensino de química.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas com debates e informações específicas sobre o conteúdo abordado; leitura e debates de estudos. Aulas práticas em laboratório sobre o conteúdo teórico.	
AVALIAÇÃO	
O aluno será avaliado pela sua presença, por atividades em sala de aula e pelas atividades de campo.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
SANTANA, E.; SILVA, E. Tópicos em Ensino de Química. Pedro & João editores, 2014. MORTINER, E. F. Linguagem e formação de conceitos no ensino de ciências, Belo Horizonte:	

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

Editora da UFMG, 2000.

SÁ, L. P.; S. L. Estudo de casos no ensino de química. Queiroz. Campinas: Editora Átomo, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Cooperação e aprendizagem: educação intercultural, M. I. G. S. Cochito. Porto: ACIME, 2014.

Estratégias de Ensino e Aprendizagem, J. Bordenave. Ed. Vozes, 2000.
Prática de Ensino os estágios na formação do professor, A. M. P. Carvalho. Livraria Pioneira Ed., 1985.

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

COMPONENTE CURRICULAR: TÓPICOS EM QUÍMICA.
Código:
Carga Horária: 20 h/a. CH Teórica: 10 h CH Prática: 10 h
Número de Créditos: 2.
Pré-requisito: Núcleo Pedagógico.
Semestre: II.
Nível: Especialização.
EMENTA
Tendências atuais no ensino de Química. Relação dos principais conteúdos de química no cotidiano, Recursos didáticos e tecnológicos para o ensino desses conteúdos. Utilização da interdisciplinaridade nos temas estruturantes do Ensino de Química, tais como Ligações Química, Ácidos e Bases, Forças intermoleculares, Nomenclatura das funções orgânicas, Equilíbrio Químico.
OBJETIVOS
Rever os tópicos principais em Química, abordando os novos conceitos de cada tópico e a forma mais didática de transmitir isso para os alunos.
PROGRAMA
• Ligações Química; Ácidos e Bases; Forças intermoleculares; • Nomenclatura das funções orgânicas; Equilíbrio Químico.
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas expositivas com debates e informações específicas sobre o conteúdo abordado; leitura e debates de estudos. Aulas práticas em laboratório sobre o conteúdo teórico.
AVALIAÇÃO
O aluno será avaliado pela sua presença, por atividades em sala de aula e pelas atividades de campo.

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
RUSSEL, J. B. Química Geral, 2ª ed., vol.1 e 2. Pearson Makron Books, 1994. BRADY, J. E.; HUMISTON, G. E. Química Geral, Trad. 2.ed. Cristina M. P. Santos e Roberto B. Faria, vol.1 e 2. LTC Editora, 1986. KOTZ, J. C.; TREICHEL, P. M.; WEAVER, G. C. Química Geral e Reações Químicas, , Trad. 6.ed. Solange A. Visconte, vol. 1 e 2. CENGAGE Learning, 2009.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
ATKINS, P.; JONES, L. Princípios da Química: Questionando a Vida Moderna e o Meio Ambiente, 3.ed. Bookman Editora, 2006. SKOOG, D. A.; WEST, D. M.; HOLLER, F. J.; ET AL. Fundamentos de Química Analítica, 1 ed. Cengage learning, 2005. MCMURRAY, J. Química Orgânica,. vol. 1 e 2. 6 ed. Cengage Learning, 2005.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO DE FÍSICA.
Código:
Carga Horária Total: 40 h. CH Teórica: 30 h CH Prática: 10 h.
Número de Créditos: 02.
Pré-requisitos: Núcleo Pedagógico.
Semestre: II.
Nível: Especialização.
EMENTA
Diretrizes Nacionais do Ensino de Física; Discussão sobre a matematização da física; Ensino de física através de recursos audiovisuais; A história das ciências como proposta de ensino; Simulações via computador. Práticas laboratoriais como recurso didático. Abordagem de temas da física marginalizados no ensino médio.
OBJETIVO
Apropriar-se das Diretrizes Nacionais para o Ensino de Física com intuito de compreender melhor as competências e habilidades referentes ao ensino de física; Oportunizar reflexões sobre a importância dos cálculos no ensino de física no ensino médio; Conhecer materiais didáticos que podem ser usados como ferramenta de ensino viabilizando uma aprendizagem mais qualitativa; Utilização do laboratório de física como ambiente capaz de consolidar o entendimento dos conteúdos; Abordar temas pouco trabalhados no ensino médio como física moderna, física contemporânea e astronomia.
PROGRAMA
• Diretrizes Nacionais do Ensino de Física;

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

• A matematização da física; • Ensino de física através de recursos audiovisuais; • A história das ciências como proposta de ensino; • Simulações via computador (<i>Phet interactive simulations</i>, L.M.M., Magnet Lab. e etc.); • Práticas laboratoriais como recurso didático. • Abordagem de temas da física marginalizados no ensino médio: física moderna, física contemporânea e astronomia.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
• Aulas expositivas e dialogadas; • Análise e discussão em grupo; • Elaboração e execução de práticas de ensino referentes aos temas propostos; • Atividades online.	
AValiação	
• Assiduidade; • Avaliação escrita; • Apresentação de seminários; • Produção de materiais didáticos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
PIETROCOLA, M. (Org.). Ensino de Física: conteúdo, metodologia e epistemologia numa concepção integradora. 2ª ed. Florianópolis: UFSC, 2001. NARDI, R. (Org.). Pesquisas em Ensino de Física. 3ª ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2004. STUDART, N. (org.). Coleção Explorando o Ensino: Vol. 07, Física: Ensino Médio. MEC, Brasília, 2006.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
CARVALHO, A. M. P.; PIETROCOLA, M.; RICARDO, E. C.; SASSERON, L. H.; ABIB, M. L. V. S. Ensino de Física - Col. Ideias em Ação. 1ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. TERRAZAN, E. A. A inserção da Física Moderna e Contemporânea no ensino de física na escola de 2º grau. Caderno Catarinense de Ensino de Física, n. 9, v. 3, p. 209 – 214, dez 1992. TAKIMOTO, E. História da física na sala de aula. 1ª ed. São Paulo: editora livraria da física, 2009. BEM-DOY, Y. Convite À Física. Coleção Ciência e Cultura. 1ª ed. Rio de Janeiro: editora Zahar, 1996.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: TÓPICOS EM FÍSICA.	
Código:	
Carga Horária Total: 20 h.	CH Teórica: 15 h CH Prática: 05 h.

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

Número de Créditos: 01.
Pré-requisitos: Núcleo Pedagógico.
Semestre: II.
Nível: Especialização.
EMENTA
Desenvolvimento de metodologias de ensino de física com foco em práticas laboratoriais, criação de experimentos de baixo custo e o uso de programas simuladores de fenômenos físicos.
OBJETIVO
• Conhecer recursos didáticos que podem ser usados como ferramenta de ensino viabilizando uma aprendizagem mais qualitativa; • Utilização do laboratório de física como ambiente capaz de consolidar o entendimento dos conteúdos; • Produzir experimentos a partir de materiais de baixo custo; • Utilização de softwares na simulação de fenômenos físicos;
PROGRAMA
• Uso eficaz do laboratório de física; • Produção de materiais de baixo custo; • Conhecer diversos sites voltados para o ensino de física; • Uso de alguns programas de simulação dos fenômenos físicos.
METODOLOGIA DE ENSINO
• Aulas expositivas e dialogadas; • Análise e discussão em grupo; • Elaboração e execução de práticas de ensino referentes aos temas propostos; • Atividades online.
AValiação
• Assiduidade; • Avaliação escrita; • Apresentação de seminários; • Produção de materiais didáticos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
PIETROCOLA, M. (Org.). Ensino de Física: conteúdo, metodologia e epistemologia numa concepção integradora. 2ª ed. Florianópolis: UFSC, 2001. NARDI, R. (Org.). Pesquisas em Ensino de Física. 3ª ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2004. STUDART, N. (org.). Coleção Explorando o Ensino: Vol. 07, Física: Ensino Médio. MEC, Brasília, 2006. YAMAMOTO, I.; BARBETA, V. B. Simulações de experiências como ferramenta de demonstração virtual em aulas de teoria de Física. Revista Brasileira de Ensino de Física, v. 23, n. 2, Jun. 2001. GASPAR, A. Experiências de Ciências. 1ª ed. São Paulo: editora livraria da física, 2015. MATEUS, A. L.; THENÓRIO, I. Manual do Mundo: 50 Experimentos Para Fazer Em Casa. 1ª ed. Rio de Janeiro: editora Sextante, 2014.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
CARVALHO, A. M. P.; PIETROCOLA, M.; RICARDO, E. C.; SASSERON, L. H.; ABIB, M. L.

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

V. S. Ensino de Física - Col. Ideias em Ação. 1ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. TERRAZAN, E. A. A inserção da Física Moderna e Contemporânea no ensino de física na escola de 2º grau. Caderno Catarinense de Ensino de Física, n. 9, v. 3, p. 209 – 214, dez 1992. TAKIMOTO, E. HISTÓRIA DA FÍSICA NA SALA DE AULA. 1ª ed. São Paulo: editora livraria da física, 2009. BEM-DOY, Y. Convite À Física. Coleção Ciência e Cultura. 1ª ed. Rio de Janeiro: editora Zahar, 1996.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: METODOLOGIAS DO ENSINO DE MATEMÁTICA.	
Código:	
Carga Horária Total: 40 h	CH Teórica: 40 h
Número de Créditos: 02.	
Pré-requisitos: Núcleo Pedagógico	
Semestre: II.	
Nível: Especialização.	
EMENTA	
Fundamentos teórico-epistemológicos do ensino da Matemática. Estudo de conteúdos matemáticos direcionados para a aquisição de competências básicas necessárias à vivência no cotidiano: conteúdos, percursos e metodológicos. O raciocínio lógico-matemático e situações problemas geometria, cálculo mental e operações fundamentais.	
OBJETIVO	
• Explicar e utilizar conceitos e métodos matemáticos para propor e resolver situações-problema junto com seus estudantes; • Planejar atividades de ensino favoráveis ao desenvolvimento de competências do raciocínio lógico-matemático; • Aperfeiçoar sua habilidade de registro escrito e domínio de estratégias de cálculo mental para resolução de problemas envolvendo aritmética; • Aperfeiçoar sua habilidade de registro e uso de estratégias para modelagem e resolução de problemas geométricos; • Analisar e discutir de maneira crítica os diferentes usos sociais e significados do conhecimento matemático; • Contribuir para a compreensão da Matemática como uma linguagem que ajuda a compreender o mundo em que o estudante está inserido;	
PROGRAMA	
8. Números e operações a. Construção do conceito de número b. A invenção dos números, sistemas de numeração e operações fundamentais	

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

c. Sistema de numeração decimal d. Como operar com algoritmos e. O campo conceitual aditivo f. Os erros como ponto de partida para a aprendizagem 9. Espaço e Forma a. Conceitos básicos para a construção metodológica de espaço e forma b. Concreto e abstrato c. Uso de materiais e objetos artísticos 10. Tratamento da Informação – Tabelas e Gráficos a. Vivemos em um mundo de Informação b. Fases da investigação científica c. De onde se obtém os dados d. O tratamento e interpretação dos dados e. Construindo gráficos.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
• Aula expositiva com recursos multimídias instigando participação; • Após as aulas expositivas serão trabalhados estudos dirigidos, redação de texto e estudos de casos; • Será entregue aos alunos textos com uma determinada parte do conteúdo programático para que esses discutam e apresentem suas considerações.	
AVALIAÇÃO	
• Entrega das atividades escritas; • Prova; • Presença; • Seminários.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
VITA, A. C.; SANTANA, E. R. S.; HORA, M. G. S.; CAZORLA, I. M.; PEIXOTO, J. L. B.; NEVES, M. R. Metodologia do ensino da matemática / Elaboração de conteúdo. Ilheus, BA: Editus, 2012. Disponível em: http://nead.uesc.br/arquivos/pedagogia/fundamento-metodologia-matematica/modulo-matematica.pdf. CARVALHO, D. L. de. Metodologia do Ensino de Matemática. São Paulo: Cortez, 2009. PIAGET, J.; INHELDER, B. A representação do espaço pela criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
KAMII, C.; DECLARK, G. Reinventando a aritmética: implicações da teoria de Piaget. São Paulo: Papirus, 1995. PAIS, L. C. Ensinar e aprender matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. SMOLE, K. C. S.; DINIZ, M. I. Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender Matemática. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001. SMOLE, K. C. S.; DINIZ, M. I.; CÂNDIDO, P. O brincar e a Matemática (vídeo/DVD). São Paulo, ATTA Mídia e Educação, 2000. FONSECA, M. da C. F. R.; et al. O ensino de Geometria na Escola Fundamental: três questões para a formação do professor dos ciclos iniciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: TÓPICOS EM MATEMÁTICA.
Código:
Carga Horária Total: 20 h CH Teórica: 20 h
Número de Créditos: 01.
Pré-requisitos: Núcleo Pedagógico.
Semestre: II.
Nível: Especialização.
EMENTA
Tecnologias disponíveis para o ensino da matemática. Aulas em vídeo. Técnicas específicas de ensino. Software GeoGebra. Jogos digitais que estimulam o raciocínio lógico.
OBJETIVO
• Apresentar os conceitos de tecnologia educacional e de software educacional; • Utilizar o software GeoGebra; • Articular as metodologias do ensino da matemática e as tecnologias disponíveis; • Viabilizar a construção da aprendizagem através da exploração adequada das tecnologias; • Tornar a aula de matemática atrativa e condizente com a realidade do mundo globalizado; • Compreender a matemática por meio de jogos, brinquedos e brincadeiras.
PROGRAMA
• Utilização dos mais diversos softwares para auxiliar no ensino da matemática; • Como softwares educacionais devem ser introduzidos e conduzidos de forma a favorecerem a aprendizagem; • Uso do software GeoGebra; • Mídias (vídeos e jogos) para o apoio ao ensino da matemática; • Desafios, jogos e curiosidades matemáticas.
METODOLOGIA DE ENSINO
• Aula expositiva com recursos multimídias instigando participação; • Seminários dos alunos, expondo alguma técnica inovadora que eles utilizam; • Após as aulas expositivas serão trabalhados estudos dirigidos, redação de texto e estudos de casos; • Será entregue aos alunos textos com uma determinada parte do conteúdo programático para que esses discutam e apresentem suas considerações.
AVALIAÇÃO
• Entrega das atividades escritas; • Prova; • Presença;

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

Seminários.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
MORAN, J.; M. Novas tecnologias e mediação tecnológica. 19 ed. São Paulo: Papirus, 2011. PERIUS, A.; A.; B. Novas tecnologias no ensino de matemática. Cerro Largo, RS. 2012. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/95906/000911644.pdf. Hohenwarter, M.; Hohenwarter, J. Ajuda GeoGebra Manual Oficial da Versão 3.2. 2009. Disponível em: https://app.geogebra.org/help/docupt_PT.pdf.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
KAMII, C.; DECLARK, G. Reinventando a aritmética: implicações da teoria de Piaget. São Paulo: Papirus, 1995. VITA, A. C.; SANTANA, E. R. S.; HORA, M. G. S.; CAZORLA, I. M.; PEIXOTO, J. L. B.; NEVES, M. R. Metodologia do ensino da matemática / Elaboração de conteúdo. Ilheus, BA: Editus, 2012. Disponível em: http://nead.uesc.br/arquivos/pedagogia/fundamento-metodologia-matematica/modulo-matematica.pdf. SMOLE, K. C. S.; DINIZ, M. I. Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender Matemática. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001. SMOLE, K. C. S.; DINIZ, M. I.; CÂNDIDO, P. O brincar e a Matemática (vídeo/DVD). São Paulo, ATTA Mídia e Educação, 2000. FONSECA, M. da C. F. R.; et al. O ensino de Geometria na Escola Fundamental: três questões para a formação do professor dos ciclos iniciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

9.2.2 Códigos e Linguagens

DIRETORIA DE ENSINO/DEPARTAMENTO DE ENSINO COORDENAÇÃO DO CURSO: PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

COMPONENTE CURRICULAR: METODOLOGIAS DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA.
Carga Horária: 40h.
Número de Créditos: 2.
Código pré-requisito: Núcleo
Semestre: II
Nível: Especialização.
EMENTA
Reflexões sobre questões teórico-metodológicas voltadas para o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental e Médio.
OBJETIVO(S)
Apresentar os princípios teóricos e as implicações pedagógicas sobre o ensino de língua

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

portuguesa; • Refletir sobre oralidade, produção textual, leitura e ensino de gramática; • Apresentar propostas didático-pedagógicas sobre oralidade, escrita, leitura e gramática; • Entender o que é letramento literário e como ele pode ser desenvolvido em sala de aula; • Discutir sobre material didático e sua relação com o ensino; • Conhecer estratégias de avaliação do processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa.	
PROGRAMA	
• Objetivos do ensino de língua portuguesa; • Concepção de língua, linguagem e fala; • Reflexões teóricas sobre a concepção de oralidade, leitura, escrita e gramática; • Propostas didático-pedagógicas sobre oralidade, escrita, leitura e gramática; • Letramento e letramento literário; • Material didático; • Estratégias de avaliação do processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
• Aulas expositivo-dialogadas; • Exibição de vídeos; • Metodologias ativas etc.	
AVALIAÇÃO	
• Trabalhos escritos (resenha, artigo ou mapa teórico) • Apresentações orais (seminários individuais).	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática . São Paulo: Editora Contexto, 2009. KLEIMAN, A. (Org.) Os significados do letramento . Campinas-SP: Mercado de Letras, 1995. TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática . 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontros & interação . São Paulo: Parábola Editorial, 2003. BAGNO, M. Preconceito linguístico: o que é, como se faz . São Paulo: Loyola, 2001. BECHARA, Evanildo. Gramática escolar da língua portuguesa . 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. CEREJA, William Roberto. MAGALHÃES, Thereza Cochar. CLETO, Ciley. Interpretação de textos: construindo competências e habilidades . 1ª ed. São Paulo: Atual, 2009. FARACO, Carlos Alberto. TEZZA, Cristovão. Oficina de texto . 9. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011. FIORIN, José Luiz. SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação . 17ª ed. São Paulo: Ática, 2007. PIMENTEL, Carlos. Redação Descomplicada . 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.	
Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico- Pedagógica
_____	_____

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

COMPONENTE CURRICULAR: TÓPICOS EM LÍNGUA PORTUGUESA.
Carga Horária: 20h.
Número de Créditos: 1.
Código pré-requisito: Núcleo Pedagógico.
Semestre: II.
Nível: Especialização.
EMENTA
Revisão de conceitos fundamentais na formação de um professor-pesquisador, tais como abordagens formalistas e funcionalistas nos estudos linguísticos; fonologia aplicada ao ensino de língua portuguesa; texto, critérios de textualidade, sequências textuais e gêneros textuais.
OBJETIVO(S)
• Refletir sobre as abordagens formalistas e funcionalistas nos estudos linguísticos; • Estudar os processos fonológico da língua portuguesa; • Entender o que é texto; • Apresentar os critérios de textualidade; • Apresentar a distinção e a relação entre sequências textuais e gêneros textuais.
PROGRAMA
• Abordagens formalistas e funcionalistas; • Sistema fonológico da língua portuguesa, alfabeto fonético internacional e processos fonológicos; • Definição de texto; • Apresentação dos critérios de textualidade; • Sequências e gêneros textuais;
METODOLOGIA DE ENSINO
• Aulas expositivo-dialogadas; • Exibição de vídeos; • Metodologias ativas etc.
AVALIAÇÃO
• Elaboração de proposta de atividade didática.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BENTES, A. C., MUSSALIM. F. Org.). Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez Editora, 2004. SEARA, Izabel et al. Fonética e Fonologia do Português Brasileiro. UFSC. 2011. Disponível em http://goo.gl/tQy90q . Acesso em 05 de fevereiro de 2018. VAL, Maria da Graça Costa. Redação e textualidade. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Raquel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna, 2002. KOCH, Ingedore G. Villaça. Introdução à linguística textual. São Paulo: Martins Fontes,

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

2006 NEVES, M. H. M. As duas grandes correntes do pensamento linguístico: funcionalismo e Formalismo. In: _____. A gramática funcional . São Paulo: Martins Fontes, 1997. SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Gêneros orais e escritos na escola . Trad. Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004. SILVA, A. H. P. Língua portuguesa I: fonética e fonologia . Curitiba, IESD Brasil, 2007. Disponível em https://goo.gl/Hsy6d . Acesso em 05 de fevereiro de 2018.	
Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico- Pedagógica
_____	_____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

COMPONENTE CURRICULAR: METODOLOGIAS DO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA.
Código:
Carga Horária: 40 h/a CH Teórica: 30 h CH Prática: 10 h.
Número de Créditos: 2.
Pré-requisito: Núcleo Pedagógico.
Semestre: II.
Nível: Especialização.
EMENTA
Histórico de Metodologias. Integrando as Quatro Habilidades Comunicativas. Ensino da Habilidade Auditiva. Ensino da Habilidade Oral. Ensino da Habilidade de Leitura. Ensino da Habilidade Escrita. Inglês para Fins Específicos.
OBJETIVOS
• Revisar brevemente as metodologias mais utilizadas ao longo do tempo nas salas de aula de inglês como Língua Estrangeira em nosso país; • Discutir quais são e qual a importâncias das habilidades comunicativas; • Refletir sobre o ensino das habilidades auditiva, oral, de leitura e escrita; • Debater sobre o Ensino de Inglês para Fins Específicos; • Compartilhar materiais e técnicas de ensino efetivas.
PROGRAMA
I. Histórico de Metodologias: 1. O Método da Gramática e Tradução 2. Método Direto 3. Método Audiolingual 4. Abordagem Comunicativa 5. Era Pós-Método II. Integrando as Quatro Habilidades Comunicativas. III. Ensino da Habilidade Auditiva.

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

IV. Ensino da Habilidade Oral.	
V. Ensino da Habilidade de Leitura.	
VI. Ensino da Habilidade Escrita.	
VII. Ensino de Inglês para Fins Específicos.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas e interativas, discussões, atividades escritas e dinâmicas de grupo.	
AValiação	
Assiduidade. Comprometimento com a disciplina. Participação nas aulas. Trabalhos dirigidos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BROWN, H. Douglas; LEE, Heekyeong. <i>Teaching by Principles: an interactive approach to Language Pedagogy</i>. 4th edition. New York: Pearson Education, 2015. LARSE-FREEMAN, Diane; ANDERSON, Marti. <i>Techniques and Principles in Language Teaching</i>. 3rd ed. Oxford; New York: Oxford University Press, 2011. PALTRIDGE, Brian; STARFIELD, Sue. <i>The Handbook of English for Specific Purposes</i>. 1st edition. Boston: Wiley-Blackwell, 2013.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BIXBY, J.; MCVEIGH, J. Q. <i>Skills for Success Reading & Writing Intro</i>. New York: Oxford University Press, 2011. CELANI, Maria Antonieta Alba. Revivendo a aventura: desafios, encontros e desencontros. In: CELANI, Maria Antonieta Alba.; RAMOS, Rosinda de Castro Guerra; FREIRE, Maximina Maria. (Orgs). <i>A Abordagem Instrumental no Brasil: um projeto, seus percursos e seus desdobramentos</i>. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: EDUC, 2009. Coleção As Faces da Linguística Aplicada. v.10. CELANI, Maria Antonieta Alba; RAMOS, Rosinda de Castro Guerra; FREIRE, Maximina Maria. (Orgs). <i>A Abordagem Instrumental no Brasil: um projeto, seus percursos e seus desdobramentos</i>. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: EDUC, 2009. Coleção As Faces da Linguística Aplicada. v.10. LANGAN, J. <i>Ten Steps to Building College Reading Skills</i>. 5th ed. New Jersey: Townsend Press, 2011. RAMOS, Rosinda de Castro Guerra. ESP in Brazil: history, new trends and challenges. In: KRZANOWSKI, Mark. (Ed.). <i>ESP and EAP in Developing and in Least Developing Countries</i>. IATEFL, 2008, p. 68-83. THORNBURY, Scott. <i>How to teach grammar</i>. London: Longman, 1999. UPHOFF, Dörthe. A história dos métodos de ensino de inglês no Brasil. In: BOLOGNINI, Carmen Zink. (Org). <i>Discurso e ensino: A língua inglesa na escola</i>. Campinas: Mercado de Letras, 2007.	
Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico- Pedagógica
_____	_____

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

COMPONENTE CURRICULAR: TÓPICOS EM LÍNGUA INGLESA.	
Código:	
Carga Horária: 20 h/a	CH Teórica: 10 h. CH Prática: 10 h
Número de Créditos: 1.	
Pré-requisito: Núcleo Pedagógico.	
Semestre: II.	
Nível: Especialização.	
EMENTA	
Motivação dos Aprendizes. Características de um bom professor. Plano de Aula. O Uso de Ferramentas Tecnológicas.	
OBJETIVOS	
• Revisar brevemente a definição e o papel da motivação na sala de aula de Língua Estrangeira; • Discutir quais são as características de um bom professor; • Refletir sobre a importância do Plano de Aula para a prática docente; • Debater sobre o Uso de Ferramentas Tecnológicas em Sala de Aula; • Compartilhar materiais e atividades efetivas.	
PROGRAMA	
I. Motivação: 1. Motivação Intrínseca na Educação. 2. Motivação Intrínseca na Sala de Aula de Língua Estrangeira. II. Caracterizando um bom professor III. Plano de Aula: 1. Sugestão de formatos. 2. Diretrizes para a confecção de um Plano de Aula eficaz. IV. O Uso de Ferramentas Tecnológicas: 1. Gamificação. 2. Ferramentas Tecnológicas para Feedback.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
• Aulas expositivas e interativas, discussões, atividades escritas e dinâmicas de grupo.	
AVALIAÇÃO	
• Assiduidade. Comprometimento com a disciplina. Participação nas aulas. Trabalhos dirigidos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
HARMER, Jeremy. <i>How to teach English</i> . Essex: Pearson Education, 2007.	

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

_____. <i>The practice of English language teaching</i>. 5th edition. London: Longman, 2015. UR, Penny. <i>A Course in English language teaching</i>. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BROWN, H. Douglas; LEE, Heekyeong. <i>Teaching by Principles: an interactive approach to Language Pedagogy</i>. 4th edition. New York: Pearson Education, 2015. LARSE-FREEMAN, Diane; ANDERSON, Marti. <i>Techniques and Principles in Language Teaching</i>. 3rd ed. Oxford; New York: Oxford University Press, 2011. UR, Penny. <i>Penny Ur's 100 Teaching Tips</i>. United Kingdom: Cambridge University Press, 2016. UR, Penny; WRIGHT, Andrew. <i>Five-Minute Activities: A Resource Book of Short Activities</i>. United Kingdom: Cambridge University Press, 1992. VERNON, Shelley Ann. <i>ESL Classroom Activities for Teens and Adults: ESL games, fluency activities and grammar drills for EFL and ESL students</i>. 2nd Edition. United Kingdom: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2012. WINTERGERST, Ann C; MCVEIGH, Joe. <i>Tips for Teaching Culture: Practical Approaches to Intercultural Communication</i>. White Plains, NY: Pearson Longman, 2011.	
Professor do Componente Curricular	Coordenadoria Técnico- Pedagógica
_____	_____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO DE LÍNGUA ESPANHOLA.	
Código:	
Carga Horária Total: 40 h	CH Teórica: 30 h. CH Prática: 10 h.
Número de Créditos: 01.	
Pré-requisitos: Núcleo Pedagógico.	
Semestre: II.	
Nível: Especialização.	
EMENTA	
Estudos e reflexões críticas sobre as teorias e métodos de ensino-aprendizagem do Espanhol como Língua Estrangeira E/LE.	
OBJETIVOS	
Proporcionar aos alunos o instrumental teórico e prático sobre Metodologia do Ensino-aprendizagem do Espanhol como Língua Estrangeira e os conceitos da Linguística Aplicada que servem de fundamento para uma posterior aplicação nos programas de ensino. Procura-se: • Compreender e usar a metalinguagem sobre metodologia de ensino de E/LE. • Analisar e reconhecer os diferentes métodos de ensino de E/LE. • Discutir sobre os diferentes métodos e a evolução da metodologia desde suas origens até nossos dias. • Apresentar e discutir os PCNs e o <i>Marco Común Europeo de Enseñanza de Lengua: Aprendizaje, enseñanza, evaluación</i>.	

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

PROGRAMA
1. El concepto de método y sus elementos constitutivos. 2. Enfoque X Método X Diseño. 3. La metodología de la enseñanza de lenguas hasta el siglo XXI. 3.1 El Método Gramática y Traducción. 3.2 El Método Directo. 3.3 El Método Audiolingual y el Método Audiovisual. 3.4 La enseñanza Comunicativa de la Lengua. 3.5 La enseñanza Comunicativa Mediante Tareas. 3.6 Las 4 habilidades lingüísticas (oral, escrita, lectora y auditiva). 4. El Marco Común Europeo de Enseñanza de Lenguas: aprendizaje, enseñanza, evaluación. 5. PCN: Parámetros Curriculares Nacional.
METODOLOGIA DE ENSINO
A metodologia tem como base os princípios da dialogicidade constituída na relação professor-aluno, com o encaminhamento dos seguintes procedimentos: aulas expositivas dialogadas, discussões e debates em sala, estudos de texto, leitura dirigida, projeção de vídeos e filmes, seminários, painel integrador e estudos em grupo.
AVALIAÇÃO
O processo de avaliação será realizado continuamente, considerando a participação e o envolvimento dos alunos nas discussões de textos, debates, seminários, elaboração de portfólios de aprendizagem e demais atividades de aproveitamento. Constará de produções individuais e em grupo.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1. ALONSO, E. ¿Cómo ser profesor(a) y querer seguir siéndolo? – Principios y práctica de la enseñanza del español como segunda lengua; libro de referencia para profesores y futuros profesores. 5ª ed. Madrid: Edelsa, 2000. 2. LOBATO, J.; GARGALLO, S. Vademécum para la formación de profesores. Enseñar español como segunda lengua (L2)/ lengua extranjera (LE). Madrid: SGEL, 2004, pp. 369-389. 3. MELERO, P. Métodos y enfoques en la enseñanza/aprendizaje del español como lengua extranjera. Madrid: Edelsa, 2000. 4. RICHARDS, J. C.; RODGERS, T. S. Enfoques y métodos en la enseñanza de idiomas. Madrid: Cambridge University Press, 2009. 5. SÁNCHEZ, A. Los métodos en la enseñanza de idiomas. Madrid: SGEL, 2000.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
1. BORDÓN, Teresa. La evaluación de la lengua en el marco de E/2L: bases y procedimientos. Madrid: Arco Libros, 2006. 2. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira. Brasília: MEC/SEF, 1998. 3. CONSEJO DE EUROPA. Marco común europeo de referencia para las lenguas: aprendizaje, enseñanza y evaluación. Disponible en http://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca_ele/marco/cvc_mer.pdf 4. Centro Virtual Cervantes. Diccionario de términos clave de ELE, Instituto Cervantes. Disponible en http://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca_ele/diccio_ele/indice.htm 5. Kondo, C.M.; Fernández, C.; Higuera, M. Historia de la Metodología de Lenguas Extranjeras. Madrid: Fundación Antonio de Nebrija, 1997. 6. SANCHEZ PÉREZ, A. Historia de la enseñanza del español como lengua extranjera. Madrid: SGEL, 1992.

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____

DISCIPLINA: TÓPICOS EM LÍNGUA ESPANHOLA.
Código: Carga Horária Total: 20 h. Número de Créditos: 01. Pré-requisitos: Núcleo Pedagógico. Semestre: II. Nível: Especialização.
EMENTA
O ensino de língua espanhola a partir de sua pluralidade. As normas da língua espanhola. O contexto brasileiro e suas especificidades para o ensino de espanhol. Os mitos que norteiam a variação linguística. Variação linguística e os materiais didáticos de língua espanhola.
OBJETIVOS
• Discutir questões relativas à variação linguística e ensino; • Analisar criticamente o lugar da diversidade linguística nas aulas de espanhol; • Elaborar materiais e/ou propostas visando o ensino plural da língua espanhola.
PROGRAMA
UNIDADE 1: - Las normas de la lengua española; - Variación lingüística del español y el entorno brasileño; - Mitos sobre las variedades lingüísticas; UNIDADE 2: - La enseñanza de la lengua y sus variedades; - Materiales didácticos y la enseñanza del español desde su pluralidad; - La literatura como posibilidad de explotar la variación lingüística; - Recursos audiovisuales y enseñanza de variación lingüística.
METODOLOGIA DE ENSINO
• Leitura de textos, debates, aulas expositivas, análise e elaboração de materiais didáticos.
AVALIAÇÃO
• Análise e elaboração de materiais didáticos; Trabalhos acadêmicos (resumo e fichamento de textos).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
MORENO FERNÁNDEZ, F. Las variedades de la lengua española y su enseñanza. Madrid: Arco Libros, 2010. _____. La lengua española en su geografía. Madrid: Arco Libros, 2011.

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

VIRGINIA LARA CASADO (COORD.); LOBATO, Jesús Sánchez; GARGALLO, Isabel Santos. **Vademécum**: para la formación de profesores: enseñar español como segunda lengua (L2)/ lengua extranjera (LE). Madrid: SGEL, 2008.
Zolin-Vesz (Org.). **A (in)visibilidade da América Latina no Ensino de Espanhol**. Campinas, SP: Pontes, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAGNO Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 47. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

MANCERA, A. M. C. MARTOS, I. M. GARCÍA, F. P. **Estudios sociolingüísticos del español de España y América**. Madrid: Arco Libros, 2006.

PALACIOS, A. **El español en América: contactos lingüísticos en Hispanoamérica**. Barcelona: Ariel Libros, 2008.

MORENO FERNÁNDEZ, F. **Qué español enseñar**. Madrid: Arco Libros, 2000.

VENANCIO DA SILVA, B. R. C. ; CASTEDO . EL COMPONENTE AUDIOVISUAL Y LA ENSEÑANZA DE LA DIVERSIDAD LINGÜÍSTICA DEL ESPAÑOL. **Revista Litteris**, v. 2, p. 44, 2009.

[http://revistaliter.dominiotemporario.com/doc/Una_propuesta_audiovisual_para_trabajar_las_variedades_de_la_lengua.pdf]

_____.; CASTEDO . ENSINO DE ESPANHOL NO BRASIL: O CASO DAS VARIEDADES LINGÜÍSTICAS. **Holos (Natal. Online)**, v. 3, p. 67-74, 2008. [<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/145/164>]

_____.; PINHEIRO-MARIZ, J. . A literatura e suas possibilidades: variação linguística e ensino de espanhol. In: III Colóquio Nacional de Linguagem e Discurso, 2013, Mossoró. **Anais do III Colóquio Nacional de Linguagem e Discurso**. Mossoró: Edições UERN, 2013. p. 295-305. [<https://docs.google.com/file/d/0B8-bNnHtKxsTY01lcnh0aEk4TVU/edit?pli=1>]

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: METODOLOGIAS DO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA.
Código:
Carga Horária Total: 100 h CH Teórica: 60 h CH Prática: 40 h.
Número de Créditos: 05.
Pré-requisitos: Núcleo Pedagógico.
Semestre: II.
Nível: Especialização.
EMENTA
A disciplina buscará preparar o professo ao discutir as várias metodologias para o ensino da Educação Física escolar, perpassando pelas abordagens de ensino e da aprendizagem criativa

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

como possibilidade de ampliar o acervo de técnicas docentes em sala de aula. Abordará o contexto das culturas para a área, seus conceitos e aplicações e a teoria e prática do ensino da Educação Física para os níveis Infantil, Fundamental e Médio.

OBJETIVO

- Conhecer as principais abordagens para o ensino da Educação Física;
- Discutir o conceito de aprendizagem criativa como possibilidade de ampliar a atuação docente;
- Discutir conceitos e aplicações sobre os conhecimentos da cultura no contexto da Educação Física;
- Abordar os principais aspectos para o ensino da Educação Física no nível Infantil, Fundamental e Médio, discorrendo sobre a teoria e suas aproximações com o real.

PROGRAMA

- Abordagens pedagógicas da Educação Física Escolar;
- As abordagens críticas e o processo de construção do aluno crítico-reflexivo;
- A aprendizagem criativa e a inovação dos métodos de ensino em sala de aula;
- As possibilidades de aplicação de novos métodos para o Ensino da Educação Física;
- Cultura Corporal, Cultura Corporal de Movimento e Cultura de Movimento nas aulas de Educação Física;
- PCN's e a Educação Física no ensino Infantil, Fundamental e Médio;
- Base Nacional Curricular Comum e o ensino de Educação Física nos níveis Infantil, Fundamental e Médio;
- A Educação Física escolar atual: Espaços, materiais e relações no contexto da realidade.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aula expositiva com recursos multimídias instigando participação e a resolução de problemas;
- Discussão e exploração de textos a partir de estudos dirigidos, construção de quadros teóricos, aprendizagem em espiral, criação de conceitos com base nos conhecimentos prévios;
- Aulas criativas com criação de cartilhas, planos de aula, textos e relatos;
- Oficinas sobre a aprendizagem criativa.

AVALIAÇÃO

- Participação e contribuição nas discussões a partir dos textos (1,0 ponto);
- Entrega do estudo dirigido (2,0 pontos);
- Seminário (7,0 pontos)

A nota final será composta por uma nota que valerá 10 pontos no final da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DARIDO, S.C- **Educação Física na Escola: Questões e reflexões**. Araras – SP: Topázio, 1999.

HILDEBRANDT, R; LAGING, R- **Concepções abertas no ensino de educação física**. Rio de Janeiro (RJ): Editora - Ao livro técnico. 2005.

DAÓLIO, J- **Da cultura do corpo**. Campinas: Papyrus, 1995.

DAOLIO, Jocimar. **Educação Física e o Conceito de Cultura: Polêmicas do Nosso Tempo**. 3 edição, Campinas/SP, 2010.

COLETIVO DE AUTORES- **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

KUNZ, E- Educação Física: Ensino & Mudanças. Ijuí: Unijuí, 1991. DARIDO, S.C; RANGEL, I.C- Educação Física na escola: Implicações para a prática pedagógica. Grupo Gen-Guanabara Koogan, 2000. MARTÍNEZ, A.M- Criatividade, personalidade e educação. São Paulo: Papirus, 1997. Base nacional curricular comum BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL- Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física, DP&A, 2 edição, Rio de Janeiro, 2000. BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA. Parâmetros curriculares nacionais (Ensino Médio)- Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília, 2000.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BRACHT, v. Educação Física e Ciência: cenas de um casamento (in)feliz. 3. Ed. Ijuí: Unijuí, 2007. DE MARCO, Ademir. Educação Física: cultura e sociedade. Papirus Editora, 2006. KUNZ, E.- Transformação didático-pedagógica do esporte. Ed. UNIJUI, 1994. ALVES, N. Formação de professores: pensar e fazer. São Paulo: Cortez, 2008.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: METODOLOGIAS DO ENSINO DAS ARTES.
Código:
Carga Horária Total: 60 h CH Teórica: 40 h CH Prática: 20 h.
Número de Créditos: 03.
Pré-requisitos: Núcleo Pedagógico.
Semestre: II.
Nível: Especialização.
EMENTA
A disciplina possibilitará o estudo acerca do ensino de Artes nas dimensões técnica, humana e política, contemplando fenômenos artísticos a partir da perspectiva histórico-social.. Arte e cidadania. Proposta triangular (Ana Mae Barbosa). História da arte no Brasil. Abordagem crítico-reflexiva sobre as metodologias do ensino de artes, para a síntese da prática docente futura. Recursos didáticos e metodológicos para o ensino de Artes na Educação Básica.
OBJETIVO
- Aprofundar o conhecimento teórico sobre a história da arte no Brasil; - Compreender a influência da arte na formação cidadã; - Conhecer os princípios e saberes das práticas pedagógicas em artes nos quatro eixos: Artes Visuais, Música, Teatro e Dança, - Desenvolver estratégias metodológicas para o ensino de Artes na Educação Básica.

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

PROGRAMA	
• O papel da arte na formação do indivíduo. • A arte e a educação. • Histórico do ensino de Arte no Brasil e suas perspectivas. • A arte como objeto de conhecimento. • Os conteúdos de Arte na Educação Básica • A arte e suas linguagens • Fundamentos teórico-metodológicos da Arte • Proposta triangular (Ana Mae Barbosa). • As denominações do ensino de Arte e suas conceituações, de acordo com a legislação brasileira. • O papel do professor de artes nas escolas.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
• Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; • Leitura e análise de textos; • Produção de trabalhos escritos, que possibilitem sínteses dos conhecimentos trabalhados • Seminários temáticos.	
AVALIAÇÃO	
• Assiduidade. • Trabalhos e projetos individuais e coletivos. • Participação geral nas atividades da disciplina.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BARBOSA, Ana Mae. Arte-educação no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2005. BARBOSA A. M. & CUNHA, F.P. (orgs.) Abordagem triangular no ensino das artes e culturas visuais – São Paulo: Cortez, 2010. FUSARI, Maria F. R.; FERRAZ, Maria H. C. T. Arte na educação escolar. São Paulo: Cortez, 2007 GOMBRICH, E. H. História da Arte. 16º edição. Rio de Janeiro: LTC, 1995.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane. Arte/Educação como mediação cultural e social. São Paulo: Editora UNESP, 2009 BOSI, Alfredo. Reflexões sobre a Arte. São Paulo: Ática, 1989. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Artes (1º e 2º ciclos do ensino fundamental). Brasília: MEC, 1997. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Artes (3º e 4º ciclos do ensino fundamental). Brasília: MEC, 1998. ECO, Umberto. A definição de arte. Lisboa: Edições 70, 2000. FUSARI, Maria F. R.; FERRAZ, Maria H. C. T. Metodologia do Ensino da Arte: fundamentos e proposições. São Paulo: Cortez, 2009.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

DISCIPLINA: TÓPICOS EM ARTES.	
Código:	
Carga Horária Total: 40 h CH Teórica:30 h CH Prática: 10 h.	
Número de Créditos: 2.	
Pré-requisitos: Núcleo Pedagógico.	
Semestre: II.	
Nível: Especialização.	
EMENTA	
A disciplina possibilitará o estudo sobre a arte em suas linguagens. Fundamentos, conceitos, funções, especificidades e características das Artes Visuais, Dança, Música e Teatro. Abordagens históricas e contemporâneas dos complexos artístico-culturais da humanidade constituídos nas diferentes linguagens e a relação entre elas.	
OBJETIVO	
• Conhecer os princípios e saberes das práticas pedagógicas em artes nos quatro eixos: Artes Visuais, Música, Teatro e Dança, • Compreender a relação artístico-cultural com as diferentes linguagens em artes, • Desenvolver estratégias metodológicas para o ensino de Artes na Educação Básica.	
PROGRAMA	
• Conteúdos de arte na Educação Básica; • Ações pedagógicas no ensino de Artes Visuais; • Ações pedagógicas no ensino da Dança; • Ações pedagógicas no ensino da Música; • Ações pedagógicas no ensino do Teatro.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
• Aulas expositivas e dialógicas com o auxílio de recursos audiovisuais; • Leitura e análise de textos; • Produção de trabalhos escritos, que possibilitem sínteses dos conhecimentos trabalhados • Seminários temáticos.	
AVALIAÇÃO	
• Assiduidade. • Trabalhos e projetos individuais e coletivos. • Participação geral nas atividades da disciplina.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ARMHEIM, R. Arte e Percepção Visual . São Paulo: Pioneira, 1986. BENNETT, Roy. Uma Breve História da Música . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. COURTNEY, Richard. Jogo, teatro e pensamento . São Paulo: Perspectiva, 2001. NANNI, D. Dança Educação: Princípios, métodos e técnicas . 3ª Edição. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BERTHOLD, Margot. História Mundial do Teatro . São Paulo: Perspectiva, 2001. CALAZANS, M. J. C.,; CASTILHO, J.; GOMES, S. Dança e educação em movimento . 2. ed.	

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

São Paulo: Cortez, 2008. 271 p. FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação. 2ª Edição. São Paulo: Editora UNESP, 2008. GAINZA, Violeta Hemsy de. Estudos de Psicopedagogia Musical. Trad. Beatriz A. Cannabrava. São Paulo: Summus, 1988. SWANWICK, K. Música, pensamiento y educación. Madri: Morata, 1988.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

9.2.3 Ciências Humanas

DIRETORIA DE ENSINO/ DEPARTAMENTO DE ENSINO COORDENAÇÃO DO CURSO: PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: METODOLOGIAS DO ENSINO DE FILOSOFIA.
Código:
Carga Horária Total: 40 h CH Teórica: 15 h CH Prática: 05 h.
Número de Créditos: 01.
Pré-requisitos: Núcleo Pedagógico.
Semestre: II.
Nível: Especialização.
EMENTA
Debate acerca da seleção, utilização e importância dos recursos multimídias na aplicação ao ensino de filosofia. Temas e metodologias tecnológicas aplicadas ao ensino de filosofia. As novas tecnologias (internet, multimídias) como fonte de enriquecimento discursivo para construção de pesquisas, registro de pesquisas e produção de material didático.
OBJETIVO
• Apresentar o desenvolvimento dos mais variados recursos tecnológicos e as possibilidades e importância da sua utilização ao ensino de filosofia. • Possibilitar formas de estudo e pesquisas sobre a história da filosofia mediante a utilização dos novos recursos tecnológicos. • Demonstrar a importância e a necessidade de implementar as novas tecnologias às mais variadas áreas de ensino. • Dinamizar as aulas de filosofia através do uso das novas tecnologias possibilitando os discentes a interagir e construir o processo ensino-aprendizagem tomando como referência aspectos de seu contexto social. • Problematicar as contradições inerentes ao uso das novas tecnologias na construção e aplicação dos conhecimentos na sociedade contemporânea. • Produzir matérias didáticos (resenhas, resumos, artigos científicos, fanzines, slides e pesquisas direcionadas ao conteúdo proposto inter cruzando e aplicando as experiências profissionais dos discentes ao processo de ensino e aprendizagem de filosofia.
PROGRAMA

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

• As consequências sociais da atual revolução técnico-científica. • Mudanças na formação econômica, social e política da sociedade. • Indivíduo humano e sociedade da informática. • O homem a procura de um estilo de vida (<i>Homo laborans-homo ludens</i>); • A Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e as experiências docentes com novas tecnologias no ensino de Filosofia. • Ensino de Filosofia, Linguagens e Tecnologias: algumas teorias, conceitos e reflexões. • Pesquisa e o Ensino com novas linguagens no campo da Filosofia.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
• Encontros presenciais e atividades pesquisa, leitura e análise de textos selecionados; • Aulas-Oficinas com recursos tecnológicos; • Organização e apresentação de seminários; • Produção de experiências em sala de aula.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação da disciplina será contínua e de caráter formativo. A assiduidade, a participação nos debates, a elaboração de pesquisas e a produção de aulas que dinamizem o ensino e aprendizagem em Filosofia incorporando as novas tecnologias.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
FILHO, Marcondes Ciro. Sociedade Tecnológica . São Paulo: Scipione, 1994. SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências . 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010. SCHAFF, Adam. A sociedade de Informática . São Paulo: Brsiliense, 2007.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
MORAIS, Regis de. Filosofia da ciência e da tecnologia: Introdução metodológica e crítica (livro eletrônico). São Paulo: Papyrus, 2013. HORNAVIA, Ricardo. Ensino Médio de Filosofia nas presentes condições culturais e sociais de nossos países . In: Filosofia: caminhos para seu Ensino . Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. HORN, Geraldo B. A presença da filosofia no currículo do ensino médio brasileiro: uma perspectiva histórica , in GALLO, Sílvio & KOHAN, Walter (Orgs.). Filosofia no ensinomédio . Petrópolis: Vozes, 2000. KRESS, Gunther. O ensino na era da informação: entre a instabilidade e a integração . In: Currículo na contemporaneidade: certezas e desafios . São Paulo, Cortez, 2003. NAVIA, Ricardo. Ensino Médio de Filosofia nas presentes condições culturais e sociais de nossos países . In: Filosofia: caminhos para seu Ensino . Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. SACRISTÁN, Gimeno José. O significado e a função da educação na sociedade e na cultura globalizadas . In: Currículo na contemporaneidade: certezas e desafios . São Paulo, Cortez, 2003.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: TÓPICOS EM FILOSOFIA.
Código:

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

Carga Horária Total: 20 h	CH Teórica: 10 h CH Prática: 10 h.
Número de Créditos: 1.	
Pré-requisitos: Núcleo Pedagógico.	
Semestre: II.	
Nível: Especialização.	
EMENTA	
Debate acerca da seleção, utilização e importância dos recursos multimídias na aplicação ao ensino de filosofia. Temas e metodologias tecnológicas aplicadas ao ensino de filosofia. As novas tecnologias (internet, multimídias) como fonte de enriquecimento discursivo para construção de pesquisas, registro de pesquisas e produção de material didático.	
OBJETIVO	
• Apresentar o desenvolvimento dos mais variados recursos tecnológicos e as possibilidades e importância da sua utilização ao ensino de filosofia. • Possibilitar formas de estudo e pesquisas sobre a história da filosofia mediante a utilização dos novos recursos tecnológicos. • Demonstrar a importância e a necessidade de implementar as novas tecnologias às mais variadas áreas de ensino. • Dinamizar as aulas de filosofia através do uso das novas tecnologias possibilitando os discentes a interagir e construir o processo ensino-aprendizagem tomando como referência aspectos de seu contexto social. • Problematicar as contradições inerentes ao uso das novas tecnologias na construção e aplicação dos conhecimentos na sociedade contemporânea. • Produzir matérias didáticas (resenhas, resumos, artigos científicos, fanzines, slides e pesquisas direcionadas ao conteúdo proposto inter cruzando e aplicando as experiências profissionais dos discentes ao processo de ensino e aprendizagem de filosofia.	
PROGRAMA	
• As consequências sociais da atual revolução técnico-científica. • Mudanças na formação econômica, social e política da sociedade. • Indivíduo humano e sociedade da informática. • O homem a procura de um estilo de vida (<i>Homo laborans-homo ludens</i>) • A Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e as experiências docentes com novas tecnologias no ensino de Filosofia. • Ensino de Filosofia, Linguagens e Tecnologias: algumas teorias, conceitos e reflexões. • Pesquisa e o Ensino com novas linguagens no campo da Filosofia.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
• Encontros presenciais e atividades pesquisa, leitura e análise de textos selecionados; • Aulas-Oficinas com recursos tecnológicos; • Organização e apresentação de seminários; • Produção de experiências em sala de aula.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação da disciplina será contínua e de caráter formativo. A assiduidade, a participação nos debates, a elaboração de pesquisas e a produção de aulas que dinamizem o ensino e aprendizagem em Filosofia incorporando as novas tecnologias.	

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
FILHO, Marcondes Ciro. Sociedade Tecnológica. São Paulo: Scipione, 1994. SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010. SCHAFF, Adam. A sociedade de Informática. São Paulo: Brsiliense, 2007.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
MORAIS, Regis de. Filosofia da ciência e da tecnologia: Introdução metodológica e crítica (livro eletrônico). São Paulo: Papirus, 2013. HORNAVIA, Ricardo. Ensino Médio de Filosofia nas presentes condições culturais e sociais de nossos países. In: Filosofia: caminhos para seu Ensino. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. HORN, Geraldo B. A presença da filosofia no currículo do ensino médio brasileiro: uma perspectiva histórica, in GALLO, Sílvia & KOHAN, Walter (Orgs.). Filosofia no ensino médio. Petrópolis: Vozes, 2000. KRESS, Gunther. O ensino na era da informação: entre a instabilidade e a integração. In: Currículo na contemporaneidade: certezas e desafios. São Paulo, Cortez, 2003. NAVIA, Ricardo. Ensino Médio de Filosofia nas presentes condições culturais e sociais de nossos países. In: Filosofia: caminhos para seu Ensino. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. SACRISTÁN, Gimeno José. O significado e a função da educação na sociedade e na cultura globalizadas. In: Currículo na contemporaneidade: certezas e desafios. São Paulo, Cortez, 2003.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: METODOLOGIAS DO ENSINO DE SOCIOLOGIA.
Código:
Carga Horária Total: 40 horas. CH Teórica: 40 h CH Prática: 00 h.
Número de Créditos: 02.
Pré-requisitos: Disciplinas do Núcleo Pedagógico.
Semestre: Núcleo específico.
Nível: Especialização.
EMENTA
Reflexão sobre a especificidade do trabalho pedagógico em sala de aula no ensino de sociologia. Análise dos documentos normativos e legais para o ensino de sociologia e das pesquisas na área de ensino de sociologia. Planejamento de ensino e material didático para a sociologia no ensino médio.
OBJETIVO

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

• Relembrar fatos e acontecimentos históricos do ensino da Sociologia de forma contextualizada; • Abordar aspectos do trabalho pedagógico em sala de aula no ensino de Sociologia; • Trabalhar conceitos, definições e processos da educação científica no ensino da Sociologia; • Caracterizar a comunicação ética entre professor e aluno nas aulas de Sociologia; • Discutir a relação entre o social e saber científico; • Compreender a dimensão do planejamento das atividades no ensino da Sociologia; • Refletir sobre o material didático utilizado e disponível para o ensino da Sociologia.
PROGRAMA
• Fatos e acontecimentos históricos do ensino da Sociologia; • Aspectos do trabalho pedagógico em sala de aula no ensino de Sociologia; • Conceitos, definições e processos da educação científica no ensino da Sociologia; • A comunicação ética entre professor e aluno nas aulas de Sociologia; • A relação entre o social e saber científico; • A dimensão do planejamento das atividades no ensino da Sociologia; • Material didático do ensino da Sociologia: reflexões.
METODOLOGIA DE ENSINO
• Aula expositiva com recursos multimídias instigando participação; • Após as aulas expositivas serão trabalhados estudos dirigidos, redação de texto e estudos de casos; • Será entregue aos alunos textos com uma determinada parte do conteúdo programático para que esses discutam em equipe e apresentem suas considerações; • Será produzido um artigo de revisão de literatura sobre a temática: Metodologias de ensino de Sociologia: aspectos teóricos e práticos. O artigo terá a seguinte estrutura: identificação, resumo, palavras-chave, introdução, objetivo, metodologia, desenvolvimento, considerações finais e referências. Terá um total de 15 páginas, espaçamento 1,5 entre linhas e parágrafos com 2 cm, fonte Times New Roman e tamanho 12. O artigo deverá ser apresentado de forma oral para o professor e turma em um tempo de 10 min utilizando slides.
AVALIAÇÃO
• Assiduidade 100% valerá um ponto (1,0); • Entrega das atividades escritas (3,0); • Participação durante das discussões (1,0); • Entrega e apresentação do artigo produzido (5,0). Assim, a nota final da disciplina será composta por uma única nota que valerá 10 pontos ao final da mesma.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
CARVALHO, L.M.G. Sociologia e ensino em debate. Ijuí: UNIJUI, 2004. GASPARIN, J.L. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2002. PENTEADO, H. D. O. Prática de Ensino de Ciências Sociais In: CARVALHO, A. M. P. (org.) A formação do Professor e a Prática de Ensino. São Paulo: Pioneira, 1988.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, MEC. 2002.

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Orientações curriculares para o ensino médio, na área de ciências humanas e suas tecnologias. Brasília, 2006. BRASIL. Guia de livros didáticos: PNLD 2012: Sociologia. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2012. BATISTA NETO, J.; SANTIAGO, E. Formação de professores e prática pedagógica. Recife: Massangana, 2007. MEUCCI, S. Sobre a rotinização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas. Mediações, v. 12, p. 31-66, 2008. SAVIANI, D. O pensamento pedagógico brasileiro: Da aspiração à ciência à ciência sob suspeição. Revista Educação e Filosofia, Uberlândia, v.21, n.42, julho/dez 2007, pp. 13-35.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: TÓPICOS EM SOCIOLOGIA.
Código:
Carga Horária Total: 20 horas. CH Teórica: 10 h CH Prática: 10 h.
Número de Créditos: 01.
Pré-requisitos: Núcleo específico.
Semestre: II.
Nível: Especialização.
EMENTA
Identificação de temas atuais de pesquisa em ensino da Sociologia. Avaliação dos desafios e perspectivas da Sociologia no ensino médio. Delimitação da pesquisa a ser realizada no TCC.
OBJETIVO
• Identificar os principais temas atuais pesquisados na área de ensino na Sociologia; • Avaliar os desafios e perspectivas da Sociologia no ensino médio; • Delimitar os aspectos metodológicos teóricos e práticos do TCC.
PROGRAMA
• Principais temas pesquisados em ensino da Sociologia; • Avaliação dos desafios e perspectivas da Sociologia no ensino médio; • Aspectos metodológicos da pesquisa qualitativa em ensino de Sociologia.
METODOLOGIA DE ENSINO
• Aula expositiva com recursos multimídias instigando participação; • Após as aulas expositivas serão trabalhados estudos de casos para discussão e entrega de resenhas;

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

• Será entregue aos alunos artigos científicos com temas na área de ensino da Sociologia para incentivar e auxiliar os alunos na determinação dos seus TCC; • Revisão do projeto de TCC.	
AVALIAÇÃO	
• Assiduidade 100% valerá um ponto (1,0); • Resolução de estudos dirigidos (3,0); • Participação durante as discussões (1,0); • Entrega do projeto revisado (5,0). Assim, a nota final da disciplina será composta por uma única nota que valerá 10 pontos ao final da mesma.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
CARVALHO, L.M.G. Sociologia e ensino em debate. Ijuí: UNIJUI, 2004. GASPARIN, J.L. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2002. PENTEADO, H. D. O. Prática de Ensino de Ciências Sociais In: CARVALHO, A. M. P. (org.) A formação do Professor e a Prática de Ensino. São Paulo: Pioneira, 1988.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, MEC. 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Orientações curriculares para o ensino médio, na área de ciências humanas e suas tecnologias. Brasília, 2006. BRASIL. Guia de livros didáticos: PNLD 2012: Sociologia. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2012. BATISTA NETO, J.; SANTIAGO, E. Formação de professores e prática pedagógica. Recife: Massangana, 2007. MEUCCI, S. Sobre a rotinização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas. Mediações, v. 12, p. 31-66, 2008. SAVIANI, D. O pensamento pedagógico brasileiro: Da aspiração à ciência à ciência sob suspeição. Revista Educação e Filosofia, Uberlândia, v.21, n.42, julho/dez 2007, pp. 13-35.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA.	
Código:	
Carga Horária Total: 40 h	CH Teórica: 30 h CH Prática: 10 h.
Número de Créditos: 2.	
Pré-requisitos: Núcleo Pedagógico.	
Semestre: II.	
Nível: Especialização.	

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

EMENTA
A presente disciplina busca a aquisição de conhecimentos sobre origem, evolução, relevância e atualidade do estudo de ensino da Geografia. Desenvolver abordagens e discutir questões fundamentais relativas ao ensino básico de Geografia: objetivos, conteúdos e processo de ensino-aprendizagem. Aprofundar a concepção da Ciência Geográfica e do trabalho e pesquisa científica assim como suas reverberações no ensino.
OBJETIVO
• Desenvolver o conhecimento da Geografia escolar para a formação do cidadão brasileiro. • Adquirir conhecimentos e habilidades para o desenvolvimento da docência em Geografia; • Analisar criticamente e politicamente os problemas do ensino/aprendizagem em Geografia, englobando escola e sociedade; Compreender o ensino de geografia na da relação ciência x matéria de ensino; • Abranger a importância do planejamento na prática educativa; • Ajuizar acerca da importância das teorias do desenvolvimento cognitivo para o desenvolvimento da noção de espaço, tão caro à Ciência geográfica; • Exercitar atividades de planejamento através da elaboração de planos de aula.
PROGRAMA
• Saberes necessários à docência; • Evolução do conhecimento geográfico e as implicações para a geografia escolar; • Ciência Geográfica e Geografia disciplina: diferenças e interdependências; • Mudanças na educação e a reconstrução da Geografia Escolar; como ensinar geografia: concepções de ensino; referências pedagógico-didáticas para o ensino da Geografia Escolar: Parâmetros Curriculares Nacionais; análise do livro didático. • Alfabetização geográfica e cartográfica em processo contínuo. • Planejamento de ensino: modalidades organizativas (objetivos/habilidades, seleção e organização dos conteúdos, procedimentos didáticos, recursos e avaliação em geografia); • Princípios teórico-metodológicos para uma aula de Geografia. • O livro didático como fonte de informação e material de leitura.
METODOLOGIA DE ENSINO
• Aulas expositivas com discussão de situações relacionadas ao cotidiano escolar; • Apresentação de seminários temáticos.
AValiação
• Seminários; • Aulas simuladas; • Avaliação escrita; • Trabalhos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
CASTROGIOVANNI, A.C. (Org.). Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. [S.l.]: AGB, 2014. CASTROGIOVANNI, A.C. (Org.). Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre, RS: Mediação, 2010. STRAFORINI, R. Ensinar geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. São Paulo: Annablume, 2004.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ALMEIDA, R. D. de.; PASSINI, E.Y. O espaço geográfico: ensino e representação. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

ANDRÉ, M. E. D.A., OLIVEIRA, M. R. N.S. (Org.) **Alternativas do ensino da didática**. 12. ed. Campinas: Papirus, 2011.

BRITO, G. da S.; PURIFICAÇÃO, I. da. **Educação e novas tecnologias**: um repensar. Curitiba: InterSaberes, 2012.

BROSSEAU, G. **Introdução ao estudo da teoria das situações didáticas**: conteúdos e métodos. São Paulo: Ática, 2008.

CARLOS, A.F.A. (Org.). **A geografia na sala de aula**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTORINA, J.A et. al. **Didática**. São Paulo: Contexto, 2007.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus. 2015.

MARTINS, P.L.O. **Didática**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

MATTAR, J. **Games em educação**: como nativos digitais aprendem. São Paulo: Pearson, 2010.

MELO, A. de.; URBANETZ, S.T. **Metodologia do ensino na educação superior**: organização e estratégias pedagógicas. Curitiba: InterSaberes, 2013.

RANGEL, M. **Métodos de ensino para aprendizagem e dinamização das aulas**. 6. ed. Campinas: Papirus, 2010.

STEFANELLO, A.C. **Didática e avaliação da aprendizagem no ensino de geografia**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

VASCONCELOS, M.L. **Educação básica**: a formação do professor, relação professor-aluno, planejamento, mídia e educação. São Paulo: Contexto, 2012.

VEIGA, I. (Org.). **Novas tramas para as técnicas de ensino e estudo**. Campinas: Papirus, 2013.

VEIGA, I. (Coord.). **Repensando a didática**. 29. ed. Campinas: Papirus, 2011.

VEIGA, I. (Org.). **Técnicas de ensino**: por que não? 21. ed. Campinas: Papirus, 2011.

VEIGA, I. (Org.). **Técnicas de ensino**: novos tempos, novas configurações. 3. ed. Campinas: Papirus, 2011.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: TÓPICOS EM GEOGRAFIA.
Código:
Carga Horária Total: 40 horas. CH Teórica: 30 h CH Prática: 10 h.
Número de Créditos: 2.
Pré-requisitos: Núcleo específico.
Semestre: II.
Nível: Especialização.
EMENTA
Estudos analíticos para o ensino das questões/temas discutidas na Geografia, principalmente os tópicos atuais e relevantes da discussão dessa ciência, levando em consideração as temáticas da Geografia Urbana, Econômica, Política, do Meio Ambiente, Geografia do Brasil e Cultural. Elaborar procedimentos e recursos didático-pedagógicos voltados a esse conteúdo, adequando o conteúdo a atividades práticas e experiências educativas.

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

OBJETIVO
• Orientar sobre a importância de um ensino de Geografia atualizado e comprometido com as causas do cotidiano dos alunos. • Enfatizar os princípios norteadores da Geografia com os desafios políticos, sociais, ambientais e econômicos das cidades brasileiras. • Gerar o conhecimento de materiais didáticos a serem utilizadas na exploração dos temas urbanos e dos recursos naturais, como o livro didático e paradidático, as mídias sociais, internet, cinema e demais atividades culturais. • Conhecer e identificar os diferentes tipos de gestão existente na sociedade e suas formas de conduzir o processo educativo e social.
PROGRAMA
• Conceitos básicos da Geografia: Espaço e Território; formação territorial brasileira. • Construção de identidades nacional, regionais e locais. • Regionalização brasileira. • Espaço urbano no Brasil contemporâneo. • Conceito de Política • Fundamentos conceituais das Políticas Educacionais; • O Estado e suas formas de intervenção social; • A produção de textos como fonte documental sobre a cidade. • Cartografia urbana a partir da escola.
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas expositivas com recursos audiovisuais; práticas de escrita; produção textual e atividades em grupo.
AVALIAÇÃO
• Seminários; • Aulas simuladas; • Avaliação escrita; • Trabalhos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
COSTA, Wanderley M. O Estado e as políticas territoriais no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997. MORAES, A.C.R. Território e história no Brasil. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2005. WEFFORT, F.C. Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens. São Paulo: Ática, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ARROYO, M.G.; ABRAMOWICZ, A.A. A reconfiguração da escola: entre a negação e a afirmação de direitos. Campinas: Papirus, 2009. BARTNIK, H.L. de S. Gestão educacional. Curitiba: InterSaberes, 2012. CASTILHO, A.L. Partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012. FUNARI, P.P.; NOELLI, F.S. Pré-história do Brasil: as origens do homem brasileiro, o Brasil antes de Cabral, descobertas arqueológicas recentes. São Paulo: Contexto, 2012. GOMES, F. Palmares. São Paulo: Contexto, 2005. GOMES, M.P. Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro. São Paulo: Contexto, 2012. MARTINS, J. de S. A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história da modernidade

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

anômala. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. MARTINS, J. de S. Fronteira : a degradação do outro nos confins do humano. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. MENDONÇA, S.R. de.; FONTES, V.M. História do Brasil recente : 1964-1992. 5.ed. São Paulo: Ática, 2006. MENEZES, A. da M. A guerra é nossa : a Inglaterra não provocou a guerra do Paraguai. São Paulo: Contexto, 2012. MOREIRA, C.R.B.S.; MEUCCI, S. História do Brasil : sociedade e cultura. Curitiba: InterSaberes, 2012. OLIVEIRA, D. de. História do Brasil : política e economia. Curitiba: InterSaberes, 2012. RAMOS, F.P.; MORAIS, M.V. de. Eles formaram o Brasil . São Paulo: Contexto, 2010.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: METODOLOGIAS DO ENSINO DE HISTÓRIA.
Código:
Carga Horária Total: 40 horas. CH Teórica: 30 h. CH Prática: 10 h.
Número de Créditos: 2.
Pré-requisitos: Núcleo Pedagógico.
Semestre: II.
Nível: Especialização.
EMENTA
A disciplina abordará a trajetória da história como ciência e como disciplina escolar observando as influências das correntes filosóficas e as construções em torno dos conceitos balizares de história e de tempo histórico. Diante disso, fomentará fundamentação teórico metodológica para o ensino da história nas diferentes modalidades da educação básica, examinando dentre outros aspectos, as propostas curriculares em vigor, o processo de construção do conhecimento histórico escolar como instrumento de compreensão da realidade, além da elaboração de materiais didáticos como objetos de análises e instrumentos de prática docente e de temas e questões tais como identidade, documento, patrimônio e memória.
OBJETIVOS
• Refletir sobre as relações entre o conhecimento científico e escolar no campo da história, com vistas à prática docente. • Problematicar os conceitos de história e tempo, identidade, documento, patrimônio e memória; • Analisar os documentos curriculares oficiais na área de história, para os segmentos e modalidades de atuação docente em história. • Investigar e analisar abordagens e materiais didáticos utilizados nas aulas de história; • Produzir materiais didáticos para o ensino de história;
PROGRAMA

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

• Conceitos de história e tempo; • História da história como ciência; • História da história como disciplina escolar no Brasil; • Aspectos da pesquisa histórica no âmbito escolar: os heróis e sujeitos históricos, o fato histórico e as fontes; • Propostas curriculares oficiais na área de história nos diferentes níveis e modalidades de ensino; • Materiais didáticos: livros didáticos, paradidáticos etc; • Aprendizagem e avaliação em história; • Ensino de história por projetos de pesquisa; • Ensino de história com auxílio de novas linguagens e fontes/recursos; • Seleção de conteúdos; • Revisão de temas e problemas do quadripartite francês: histórias Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea, da África e do Brasil; • As contribuições da história local e do cotidiano;
METODOLOGIA DE ENSINO
Tendo em vista a perspectiva de uma educação crítica, as metodologias de ensino-aprendizagem dar-se-ão, sobretudo pela leitura e discussão dos textos da bibliografia a partir de aulas expositivo-dialogadas que promovam a participação, o debate e a troca de ideias. Além disso, atividades escritas como resenhas e produções de texto de outra natureza serão realizados. Para melhor ilustração e problematização dos conteúdos trabalhados, serão utilizados alguns recursos como músicas, filmes, literatura dentre outros.
AValiação
O critério base será a avaliação contínua, levando em consideração a assiduidade, a participação nas aulas, a realização dos trabalhos em grupo ou individuais e o compromisso com os prazos estipulados para o cumprimento das atividades da disciplina.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
ABREU, Marta e SOIHET, Rachel (orgs.) Ensino de História – Conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. ABUD, Kátia Maria. Registro e representação do cotidiano: a música popular na aula de história. Cad. Cedes, Campinas, Vol. 25, p.309-317, set/dez. 2005. _____. A construção de uma didática da história: algumas ideias sobre a utilização de filmes na aula de história. São Paulo: História. Nº 22, p. 183-193, 2003. ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. Por um ensino que deforme: o docente na pós-modernidade. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/por_um_ensino_que_deforme.pdf Acesso em: 01 de Junho de 2012. BITTENCOURT, Circe (org.). O Saber Histórico na Sala de Aula. Coleção Repensando o Ensino. Editora Contexto (editora Pinsky Ltda.) São Paulo. CAIMI, Flávia Eloísa. Porque os alunos (não) aprendem história? Reflexões de ensino, aprendizagem e formação de professores de história. Revista Tempo. V. 11, Nº 21, 2007. DANTAS, Eugênia; BURITI, Iranilson. (orgs) Metodologia do Ensino e da Pesquisa: caminhos de investigação. João Pessoa: Ideia. Campina Grande: EDUFCEG, 2008. CARDOSO, Oldimar. Por uma definição da didática da história. Revista Brasileira de História. V. 28. Nº 55. P. 153-170, 2008. CERRI, Luís Fernando. Saberes Históricos diante da avaliação do ensino: notas sobre os conteúdos de história nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. . Revista Brasileira de História. V. 24. Nº 48. P. 213- 231, 2004.

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

FERRAZ, Francisco César Alves. O uso escolar de fontes históricas. In: III Encontro Perspectivas do Ensino de História- 1998. Curitiba, Aos Quatro Ventos, 1999, p.682-692.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERRO, Marc. Mídias, novas tecnologias e ensino de história. Saeculum: Revista de História. Nº6/7 – Jan/Dez. 2000/2001.

FONSECA, Selva Guimarães. “A pesquisa e a produção de conhecimentos em sala de aula”; “A Nova LDB, os PCN’s e o ensino de história”. In: _____. FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados. Campinas/SP: Papirus, 2003.

KARNAL, Leandro (org.) História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.

MUNAKATA, Kazumi. Indagações sobre a História ensinada. IN: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos e outros. Questões da teoria e metodologia da História. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, p. 303 - 313.

OLIVEIRA, Margarida D. (et al). (orgs) Ensino de história: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços. Natal/RN; EDUFN, 2008.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: história e geografia. Secretaria de Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Parte IV Ciências Humanas e suas tecnologias. Ensino Médio. Brasília: MEC, 2000.

SCHMIDT, Maria Aparecida; CAINELLI, Marlene. Ensinar História. São Paulo: Scipione, 2004. (Pensamento e Ação no Magistério). P. 49-54.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. O uso escolar do documento histórico. Caderno de História: ensino e metodologia. Curitiba, UFPR/PROGRAD, n. 2, 1997.

SIMAN, Lana M. de Castro e FONSECA, Thaís Nívia de Lima e (orgs.). Inaugurando e História e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015**. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/07/2015&jornal=1&pagina=8&totalArquivos=72>.

_____. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. **Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2015**.

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.

2012. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 21 de setembro de 2012, Seção 1, p. 22.

_____. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010.** Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824, 2010.

_____. **Lei nº 11.892/2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008.

_____. CNE/Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 01/2001.** Normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação. Brasília/DF. 2001.

_____. **Resolução CNE/CES nº. 24/2002.** Altera a redação do § 4º do artigo 1º e o artigo 2º, da Resolução CNE/CES nº. 01/2001. Brasília/DF. 2002.

_____. **Resolução CNE/CES nº 01/2007, de 08/06/2007.** Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização. Brasília/DF. 2007.

_____. **Resolução CNE/CES nº. 06/2009.** Altera o § 3º do art. 4º da Resolução CNE/CES nº 01/2001. Brasília/DF. 2009.

_____. INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ (IFCE). **Organização Didática do IFCE.** Disponível em <<http://www.ifce.edu.br/>>. Fortaleza/CE: IFCE, 2015.

_____. Censo Escolar da Educação Básica: notas estatísticas. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília:DF, Fevereiro de 2017.

_____. Censo Escolar da Educação Básica: notas estatísticas. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília:DF, Fevereiro de 2012.

CEARÁ. Secretaria de Educação do estado do Ceará. **Estatísticas da Educação no Ceará.** Disponível em: <http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/component/content/article/177-avaliacao-educacional/8864-estatistica-da-educacao-no-ceara-2007-a-2016>. Acessado em 01 de fevereiro de 2018.

DAVIS, Claudia Leme Ferreira; SILVA, T.R.N.; TARTUCE, G. L.; NUNES, M. M. R.. Ensino Médio no Brasil: uma análise das melhores práticas e de políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 1, p. 11-33, 2011.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza** / Francisco Imbernón. – 3. ed. – São Paulo, Cortez, 2002.

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** Campinas – SP: Autores Associados, 2008.

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-Graduação Latu Sensu de Especialização em Metodologias de Ensino para Educação Básica – IFCE Campus Limoeiro do Norte.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

RESOLUÇÃO Nº 25, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Aprova a criação do curso de especialização *Lato Sensu* em Teoria, Metodologia e Práticas de Ensino do *campus* de Tabuleiro do Norte.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe foram conferidas,

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Superior em sua Reunião Ordinária nº 49ª, realizada nesta data;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23255.002653/2018-74,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, a criação do curso de especialização *Lato Sensu* em Teoria, Metodologia e Práticas de Ensino, a ser ofertado no *campus* de Tabuleiro do Norte, conforme projeto pedagógico em anexo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe**, Presidente do Conselho Superior, em 03/04/2018, às 16:45, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0032069** e o código CRC **DEB9D4A9**.



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
DIRETORIA DE ENSINO *CAMPUS* TABULEIRO DO NORTE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM
TEORIA, METODOLOGIA E PRÁTICAS DE ENSINO**

Tabuleiro do Norte-CE
Dezembro de 2017.

REITOR

Virgílio Augusto Sales Araripe

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Reuber Saraiva de Santiago

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

José Wally Mendonça Menezes

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Zandra Maria Ribeiro Mendes Dumaresq

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Ivam Holanda de Sousa

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Tássio Francisco Lofti Matos

DIRETOR GERAL DO CAMPUS DE TABULEIRO DO NORTE

Francisco Sildemberny Souza dos Santos

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DO CAMPUS DE TABULEIRO DO NORTE

Adriano Erique de Oliveira Lima

COORDENADOR DE PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS DE TABULEIRO DO NORTE

Ícaro Dias Diógenes

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

André Aguiar Nogueira (História)

Leonardo Rafael Medeiros (Biologia)

Cristiane da Cruz Santos (Português/Inglês)

Fátima Maria Carpes Firmino (Psicologia)

José Gilson Sombra Saraiva (Física)

Maria Cleide da Silva R. Leite (Pedagogia)

Poliana Emanuela da Costa (Filosofia)

Renivaldo Sodrê de Sena (Matemática)

Sergiano de Lima Araújo (Geografia)

Tássio Lessa do Nascimento (Química)

Valdemiro Severiano Filho (Sociologia)

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO.....	5
1.1. Identificação geral.....	5
1.2. Informações gerais da oferta.....	5
1.3. Público alvo.....	6
1.4. Inscrições e critérios de seleção.....	6
2. APRESENTAÇÃO.....	7
2.1. Histórico da Instituição.....	7
2.2. Concepção do Curso.....	8
2.3. Justificativa.....	9
2.4. Objetivos.....	10
2.4.1. <i>Objetivo geral</i>	10
2.4.2. <i>Objetivos específicos</i>	10
2.5. Perfil do egresso.....	11
2.6. Fundamentação legal.....	11
3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	12
3.1. Matriz Curricular.....	13
4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	15
4.1. Metodologia de ensino.....	15
4.1.1. <i>Interdisciplinaridade</i>	15
4.2. Sistema de avaliação.....	16
4.3. Avaliação dos Cursos e dos Discentes.....	17
4.4. Frequência.....	17
4.5. Aproveitamento de componente curricular.....	18
4.6. Trabalho de Conclusão de Curso.....	19
5. CERTIFICAÇÃO.....	19
6. RECURSOS HUMANOS.....	20
6.1. Corpo docente.....	20
6.2. Corpo técnico-administrativo.....	22
7. INFRAESTRUTURA.....	23
7.1. Instalações Gerais e Salas de Aula.....	23
7.1.1. <i>Auditório</i>	23

7.1.2. Sala de Videoconferência.....	23
7.1.3. Sala dos Professores.....	23
7.1.4. Atendimento Individualizado dos Alunos.....	24
7.1.5. Instalações Sanitárias.....	24
7.1.6. Espaço de convivência e alimentação.....	24
7.1.7. Acessibilidade e Inclusão.....	25
7.2. Laboratórios Específicos da Área do Curso.....	25
7.2.1. Laboratório de Informática.....	25
7.2.2. Laboratório de Física / Matemática.....	25
7.2.3. Laboratório de Química / Biologia.....	26
7.2.4. Laboratório de Prática de Ensino.....	26
7.3. Biblioteca.....	26
7.3.1. Acervo.....	27
7.3.2. Serviços Oferecidos.....	27
8. INDICADORES DE DESEMPENHO.....	28
9. PLANOS DE UNIDADES DIDÁTICAS (PUDS).....	29

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Identificação Geral

Instituição:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE
Curso:	Teoria, Metodologia e Práticas de Ensino
Área do Conhecimento:	Educação / Interdisciplinar
Nível:	Pós-Graduação Lato Sensu (especialização)
Entidade Promotora:	IFCE - <i>campus</i> de Tabuleiro do Norte
Entidade Executora:	IFCE - <i>campus</i> de Tabuleiro do Norte
Diretor Geral do Campus:	Francisco Sildemberny Souza dos Santos
Chefe do Dep. de Ensino:	Adriano Erique de Oliveira Lima
Coordenador do curso:	André Aguiar Nogueira
Telefone para contato:	(85) 9 8898 9693
E-mail para contato:	andre.aguiar@ifce.edu.br / gabinete.tabuleiro@ifce.edu.br
Instrumento de parceria:	Termo de Cooperação com escolas e outras instituições públicas e privadas

1.2. Informações Gerais da Oferta

Modalidade de oferta:	Presencial
Carga horária:	420h/a
Local de realização:	IFCE - <i>campus</i> de Tabuleiro do Norte
Turno:	Diurno/Noturno
Periodicidade das aulas:	Disciplinas ministradas mensalmente; as aulas com periodicidade semanal ou quinzenal; aulas realizadas nos dias quarta, quinta e sexta à noite e/ou aos sábados pela manhã e à tarde. As disciplinas teóricas terão duração de 30h, somando 300h; as atividades de prática docente irão perfazer um total de 60h; para orientação, pesquisa e produção do TCC serão destinadas 60h. O curso totalizará 420h.
Período de duração:	Março de 2018 a Outubro de 2019 (18 meses)

1.3. Público Alvo

O Curso de Pós-graduação *Latu Sensu* em Teoria, Metodologia e Práticas de Ensino destina-se a professores pertencentes a rede pública e privada de ensino do Município de Tabuleiro do Norte e do Vale do Jaguaribe, alocados em diferentes instituições e níveis de ensino.

O Curso de especialização apresenta concepção teórica e base curricular elaboradas numa perspectiva integrada e interdisciplinar. Abrange áreas do conhecimento das Ciências Humanas, Exatas e Biológicas com foco no desenvolvimento de conceitos, metodologias, materiais, tecnologias e práticas de ensino/aprendizagem.

Assim, volta-se mais especificamente para professores das áreas de Geografia, História, Filosofia, Sociologia, Letras, Matemática, Física, Química e Biologia, a chamada área “propedêutica”, que atuam nos níveis de ensino fundamental, médio e superior. Desse modo, o curso oportuniza aos profissionais do magistério a possibilidade de formação continuada, a fim de que os docentes egressos possam desempenhar mais satisfatoriamente suas atividades em diferentes ambientes de aprendizagem e contextos sociais.

A Pós-graduação *Lato Sensu* se destina ainda a estudantes, pesquisadores e outros profissionais, de diversas áreas do conhecimento, interessados no desenvolvimento de competências e habilidades teóricas e práticas relacionadas aos processos de ensino-aprendizagem.

1.4. Inscrições e Critérios de Seleção

O período e os procedimentos para inscrição no curso serão regidos por edital específico. As inscrições poderão ser realizadas pessoalmente ou mediante entrega de procuração, reconhecida em cartório. A documentação necessária deverá ser entregue dentro do prazo determinado no Setor de Protocolo do Campus do IFCE em Tabuleiro do Norte, local onde serão realizadas as aulas teóricas e práticas.

No processo seletivo a Comissão Avaliadora observará a correta apresentação da documentação exigida no edital e realizará a seleção dos candidatos em três etapas: a) documentação, b) currículo e c) entrevista. Os critérios a serem avaliados serão: 1) Produção acadêmica; 2) Experiência profissional; 3) Egresso de instituições públicas;

Os candidatos que cumprirem todas as etapas previstas no edital de seleção específico e atingirem nota igual ou superior a 5,0 serão considerados aprovados. Os candidatos serão chamados para a realização da matrícula por ordem de classificação. O curso ofertará um total de 40 (quarenta) vagas.

2. APRESENTAÇÃO

2.1. Histórico da Instituição

Tabuleiro do Norte é um município do estado do Ceará, localizado no Vale do Jaguaribe, a 211km da capital cearense e a 115km de Mossoró-RN. A cidade faz divisa com o Rio Grande Norte, Limoeiro do Norte, São João do Jaguaribe e Alto Santo. Tabuleiro do Norte tem 941 quilômetros quadrados, o que corresponde a 0,64% do território cearense e sua população é de aproximadamente 30 mil habitantes, conforme o último censo do IBGE. É uma cidade jovem, foi emancipada do município de Limoeiro do Norte em 13 de setembro de 1957.

A História da Educação no município tem muitos episódios e atores sociais envolvidos e está inicialmente associada ao tempo em que a localidade constituía um distrito de Limoeiro do Norte. Suas primeiras experiências educacionais enquanto município emancipado tiveram início com o próprio processo de emancipação política, no fim dos anos 1950 e início da década de 1960. Nesse percurso, homens e mulheres venceram distâncias e lutaram pela educação como estratégia de desenvolvimento econômico e humano da região. Remonta ainda a fundação dos primeiros grupos educacionais, como a antiga Sociedade Educadora de Tabuleiro do Norte, responsável pela abertura das primeiras salas de aula do colegial e do ginásio. Mas, apesar do começo promissor, ao longo das décadas, constituiu-se um histórico de pouca evolução no que concerne às políticas públicas de educação na região.

Em tempos mais recente, partindo da iniciativa de expansão do ensino profissional e tecnológico, implementado pelo Governo Federal, a partir do ano de 2006, o Ministério da Educação – MEC, através da portaria 687 de 08 de junho de 2008, autorizou o então Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará – CEFET, à instalação e o funcionamento da sua Unidade de Ensino Descentralizada – UNED, em Limoeiro do Norte, objetivando levar os serviços do CEFET/CE, a toda a comunidade do Vale do Jaguaribe.

Em 20 de Dezembro de 2008, é publicada a Lei 11.892 que transforma as UNED's em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; desta feita, o agora *Campus* de

Limoeiro do Norte, ganha maior representatividade na região, e a prestação dos seus serviços demanda uma nova estruturação; seguindo a tônica da expansão da Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológico, em consonância com os arranjos produtivos e potenciais locais, implantou, entre os anos de 2010 e 2012 os campi avançados da sua unidade, em Tabuleiro do Norte, Morada Nova e Jaguaribe.

Em 17 de Abril de 2012, o *Campus* Avançado de Tabuleiro do Norte inicia as suas atividades, ofertando os cursos de Manutenção automotiva e Petróleo e Gás; posteriormente, em 23 de Abril de 2013, através da Portaria Nº330, publicada no Diário Oficial da União, a unidade adquiriu a condição de Campus convencional, dando-lhe maior autonomia para gerir os seus recursos e construir as suas diretrizes.

Com o recente ingresso de novos servidores, a instituição tem buscado diversificar os serviços prestados na região, mediante o atendimento dos diversos segmentos da sociedade. A proposta é ofertar oportunidades de formação nos diferentes níveis de ensino, conforme preconiza as atribuições legais do IFCE.

Nesse cenário, o curso de pós-graduação lato sensu, voltado ao aperfeiçoamento das concepções e práticas de ensino de profissionais e estudantes, constitui hoje uma reconhecida necessidade da comunidade local e dos municípios circunvizinhos. A proposta visa promover as condições de empreender uma formação continuada para professores e outros atores sociais diretamente interessados no campo educacional. Emerge ainda como um mecanismo estratégico de afirmação da educação como aprimoramento técnico, política social e atitude humana transformadora da realidade ao nosso redor.

2.2. Conceção do Curso

O curso surge a partir de uma demanda externa da sociedade local e, ao mesmo tempo, adequa-se às condições internas da instituição. O diagnóstico inicial aponta que muitos profissionais da área da educação e setores correlatos que atuam na região são oriundos dos cursos de licenciatura, realizados, principalmente, em instituições de ensino superior do município de Limoeiro do Norte. Esse público, é oriundo da educação pública e privada, e, geralmente, não dispõe de possibilidades de aprofundar seus conhecimentos e habilidades no tocante ao aprofundamento conceitual, à pesquisa e à prática docente. Nessa perspectiva, entende-se que o aprimoramento intelectual e o conhecimento de novas metodologias de trabalho incidirão diretamente na prática profissional dos egressos.

Os concludentes do curso, ao atuarem na região, elevarão a qualidade dos serviços educacionais prestados à população. A projeto, em parte, ajudará a superar a inexistência de oportunidades de formação continuada na região do Vale do Jaguaribe. Assim, a proposta por um lado visa atender aos anseios da comunidade local no que concerne a oferta de qualificação educacional de excelência.

Por outro lado, o projeto coaduna-se com o perfil acadêmico e profissional do corpo docente, sobretudo, dos professores recém ingresso na instituição. A ampliação do quadro de servidores, composto agora em sua maioria por mestres e doutores, permitiu o alcance das condições objetivas para a realização do curso, envolvendo profissionais qualificados em várias áreas do conhecimento. A viabilidade da proposta foi confirmada ainda com a vinda dos novos servidores, técnicos administrativos, que serão agentes imprescindíveis no planejamento e execução das atividades e processos institucionais.

Ao concluir o curso, os egressos da Pós-graduação em Teoria, Metodologia e Práticas de Ensino serão capazes de: problematizar e contrapor diferentes concepções teóricas e práticas de ensino; realizar a pesquisa como fundamento das atividades docentes em diferentes níveis de ensino; conhecer e aplicar metodologias científicas específicas inerentes aos processos de ensino-aprendizagem; utilizar adequadamente as novas linguagens e tecnologias aplicadas em sala de aula ou em outros espaços e situações pedagógicas; elaborar materiais didáticos eficientes de acordo com metodologias específicas de sua área de atuação; desenvolver capacidades cognitivas para atuar na educação, na perspectiva de um agente social transformador.

2.3. Justificativa

Desde de 17 de abril de 2012, o *Campus* Avançado de Tabuleiro do Norte iniciou suas atividades, ofertando os cursos de Manutenção automotiva e Petróleo e Gás; posteriormente, em 23 de abril de 2013, através da Portaria Nº 330, publicada no Diário Oficial da União, a unidade adquiriu a condição de Campus convencional, dando-lhe maior autonomia para gerir os seus recursos e construir as suas diretrizes.

Essa autonomia, entre outras inovações, permitiu que houvesse mais condições de atendimento de outras demandas, para além da formação técnica e tecnológica básica. Nesse sentido, com base em diagnósticos acerca do interesse coletivo dos moradores da região, atualmente, o *Campus* de Tabuleiro do Norte tem buscado desenvolver ações voltadas tanto para a formação inicial quanto para a continuada em diversas áreas do conhecimento. As novas

diretrizes buscam envolver a comunidade escolar e a sociedade em geral, com o objetivo claro de tornar-se padrão de excelência na educação profissional e acadêmica no Vale do Jaguaribe. O curso de pós-graduação *lato sensu* será um marco na história da educação tabuleirense, já que o município quase sempre dependeu das ofertas de ensino disponíveis em Limoeiro do Norte.

Vale ressaltar que a cidade de Limoeiro, já há alguns anos, possui instituições de ensino superior como a FAFIDAM/UECE, e o próprio Campus do IFCE, que ofertam diversas modalidades de formação, entre as quais alguns cursos de licenciatura. Recentemente, a UECE de Limoeiro aprovou também o mestrado acadêmico em Formação de Professores. Apesar de ser uma conquista para a região, a pós-graduação não consegue atender satisfatoriamente a grande demanda de profissionais da região, em especial, dos professores da rede pública e privada dos municípios circunvizinhos.

Assim, a proposta de ampliação das ações e dos serviços prestados surge como uma demanda deliberada da população local, referendada através de pesquisas e debates internos, nos quais os atores locais apontaram a necessidade de qualificação acadêmica e profissional de excelência. Nesse contexto, a superação das distancias constitui um desafio fundamental. Ademais, entende-se que o investimento no ensino superior e na formação continuada, sobretudo no aperfeiçoamento das práticas de ensino/aprendizagem, constitui um mecanismo estratégico que permitirá o crescimento positivo dos indicadores educacionais, sociais e culturais da região.

2.4. Objetivos do Curso

2.4.1. Objetivo Geral

Promover a formação em nível de pós-graduação *lato sensu* para professores, egressos dos cursos de licenciaturas e outros profissionais que lidam com processos de ensino/aprendizagem.

2.4.2. Objetivos Específicos

- ✓ Possibilitar a atualização de egressos e professores acerca das discussões teóricas e metodológicas das práticas de ensino;
- ✓ Aprofundar a qualificação de profissionais que lidam com processos didáticos em diferentes áreas do conhecimento e níveis do saber;

- ✓ Propiciar a construção de saberes e práticas para transformação da atuação docente através do acesso às novas linguagens e tecnologias;
- ✓ Estimular a pesquisa como fundamento das atividades docentes;
- ✓ Promover a pesquisa acadêmica e a publicação científica sobre as discussões e as práticas inerentes aos processos de ensino-aprendizagem;
- ✓ Capacitar os professores para que possam atuar, eficientemente, no uso de metodologias específicas de suas áreas do conhecimento;
- ✓ Desenvolver capacidades cognitivas e habilidades práticas para atuar na educação, na perspectiva de um agente social transformador.

2.5. Perfil do Egresso

Egressos do Curso de Especialização deverão atuar de modo mais qualificado nas aulas, aprofundando pesquisas e demais atividades acadêmicas nas áreas de: Geografia, História, Sociologia, Filosofia, Biologia, Física, Química e Matemática. Serão professores tanto da rede pública quanto do sistema privado de ensino que atuarão como profissionais que conhecem com mais propriedade as temáticas, os problemas e as potencialidades relacionadas ao ensino. Serão, portanto, sujeitos capazes de lidar cotidianamente com práticas docentes diversas.

Ao concluir o curso, os egressos do Curso de Pós-graduação em Teoria, Metodologia e Práticas de Ensino serão capazes de: conhecer e contrapor diferentes concepções teóricas e práticas de ensino; realizar pesquisas sistemáticas como fundamento das atividades docentes em diferentes níveis de ensino; conhecer e aplicar metodologias científicas específicas inerentes aos processos de ensino-aprendizagem da sua área de conhecimento; utilizar adequadamente as novas linguagens e tecnologias aplicadas em sala de aula e/ou outros espaços e situações pedagógicas; elaborar materiais didáticos eficientes de acordo com metodologias específicas de sua área de atuação; desenvolver capacidades cognitivas para atuar na educação, na perspectiva de um agente social transformador da realidade.

2.6. Fundamentação Legal:

- ✓ Resolução CNE/CES nº 01 de 08 de junho de 2007
- ✓ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96)
- ✓ Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

- ✓ Regulamento Geral da Pós-Graduação Lato Sensu do IFCE (quando aprovada pelo CONSUP)
- ✓ Regulamento de Organização Didática – ROD do IFCE

3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

De modo geral, a estrutura curricular está relacionada com a concepção e identidade do curso. O Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Teoria, Metodologia e Práticas de Ensino está estruturado de modo interdisciplinar e transversal, perpassando por uma abordagem sistêmica da área da educação e dos processos de ensino e aprendizagem. Busca articular os conhecimentos construídos historicamente e a vivência concreta dos alunos, através de projetos de intervenção, pesquisas e das atividades práticas contidas nos componentes curriculares.

Entende-se que a organização curricular deve proporcionar situações que exijam do seu corpo docente e discente, atitudes críticas e reflexivas que assegurem uma compreensão da realidade local e global, de modo que sejam capazes de intervir qualitativamente para o desenvolvimento do território a que pertencem.

Nesse sentido, o ingresso do aluno se dará obrigatoriamente pelo Módulo Básico, composto pelas disciplinas obrigatórias e ofertadas para todos os alunos. Após a conclusão desta etapa o discente deverá optar por um dos 02 (dois) Módulos Específicos relacionados às atividades práticas e a pesquisa. Após cumprir a carga horária das disciplinas dos módulos básico e específico, o discente deverá defender o TCC e, assim, o aluno fará jus ao certificado de Especialista em Teoria, Metodologia e Práticas de Ensino.

A estrutura curricular do curso apresenta 08 (oito) componentes no Módulo Básico com carga horária de 30h (ou 02 créditos) cada, perfazendo 240h, de um total de 420 horas/aulas (ou 16 créditos) reservadas para as disciplinas curriculares obrigatórias. As disciplinas são: História Geral da Educação; Fundamentos Filosóficos Educação; Políticas Públicas de Ensino; Tendências para a educação no Brasil: ensino afro-brasileiro, indígena e educação inclusiva; Teorias da Aprendizagem; Gestão Democrática e Projeto Político-Pedagógico; Metodologia da Pesquisa Científica.

No Módulo específico as disciplinas são: Tópicos Especiais I: Novas Tecnologias (30h); Tópicos Especiais II: Produção de Material Didático (30h). Além das aulas de natureza teórica, a formação do especialista exige a realização de 60h/a de atividades vinculadas à prática pedagógica em áreas específicas do conhecimento: Ciências Humanas ou Matemática e Ciências da

Natureza. A carga horária se completa com 60h de Pesquisa e Orientação, necessários ao Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), conforme tabela abaixo.

Assim, o Curso de pós-graduação terá uma carga horária total de 420h (ou 28 créditos) e duração total de 18 meses, período após o qual se formará a primeira turma. As aulas serão de natureza teórica e prática, envolvendo uma base comum, aplicada a todos os discentes, e outras disciplinas que serão voltadas para áreas específicas do conhecimento, de acordo com a formação inicial do discente. O corpo docente e administrativo se reunirá semestralmente para o planejamento e a organização coletiva do período subsequente, contemplando um total de 03 (três) encontros presenciais para preparação e avaliação ao longo do curso.

3.1 Matriz Curricular:

As Tabelas 1 e 2 apresentam a descrição das disciplinas da especialização e o cronograma de trabalho da primeira turma formada, respectivamente.

Tabela 1 – Componentes curriculares do curso de especialização proposto.

Disciplina	Código	CH	Nº de Crédito
História Geral da Educação	ESP001	30h	2
Fundamentos Filosóficos Educação	ESP002	30h	2
Políticas Públicas de Ensino	ESP003	30h	2
Tendências para a educação no Brasil: ensino afro-brasileiro, indígena e educação inclusiva	ESP004	30h	2
Teorias da Aprendizagem	ESP005	30h	2
Gestão Democrática e Projeto Político-Pedagógico	ESP006	30h	2
Formação, Currículo e Avaliação	ESP007	30h	2
Metodologia da Pesquisa Científica	ESP008	30h	2
Tópicos Especiais I: Novas Tecnologias	ESP009	30h	2
Tópicos Especiais II: Produção de Material Didático	ESP010	30h	2
Práticas de Ensino Módulo I: Práticas de Ensino nas Ciências Humanas Módulo II: Práticas de Ensino na Matemática e nas Ciências da Natureza	ESP011	60h	4
Orientação de Artigo/TCC	ESP012	60h	4
Total		420h	28

Tabela 2 – Cronograma de atividades da especialização proposta.

1º SEMESTRE								
Código	Disciplina	CH	1º Mês	2º Mês	3º Mês	4º Mês	5º Mês	6º Mês
ESP001	História Geral da Educação	30h						
ESP002	Fundamentos Filosóficos da Educação	30h						
ESP003	Políticas Públicas do Ensino	30h						
ESP004	Tendências para a educação no Brasil: ensino afro-brasileiro, indígena e educação inclusiva	30h						
ESP005	Teorias da Aprendizagem	30h						
ESP006	Gestão Democrática e Projeto Político-Pedagógico	30h						
2º SEMESTRE								
Código	Disciplina	CH	7º Mês	8º Mês	9º Mês	10º Mês	11º Mês	12º Mês
ESP007	Formação, Currículo e Avaliação	30h						
ESP008	Metodologia da Pesquisa Científica	30h						
ESP009	Tópicos Especiais I: Novas Tecnologias	30h						
ESP0010	Tópicos Especiais II: Produção de Material Didático	30h						
ESP011	Práticas de Ensino	60h						
3º SEMESTRE								
Código	Disciplina	CH	13º Mês	14º Mês	15º Mês	16º Mês	17º Mês	18º Mês
ESP012	Orientação de Artigo/TCC	60h						
-----	Entrega / Defesa / Correções / Publicações	-----						

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1. Metodologia de Ensino

As aulas serão ministradas por professores pertencentes ao quadro de servidores ativos do IFCE Tabuleiro do Norte. O corpo docente constitui-se de profissionais qualificados em diferentes áreas do saber. Em suas práticas pedagógicas, os professores conciliam o conhecimento teórico e a experiência profissional concreta. Os procedimentos metodológicos que embasam os fazeres docentes neste curso têm como objetivo provocar a participação dos discentes e a produção do conhecimento em debates que envolvam questões relacionadas à área educacional, sua história, vertentes epistemológicas, campos de atuação, metodologias de trabalho, pesquisa científica e impacto social. O currículo articula teoria e prática no sentido de reproduzir e/ou problematizar situações cotidianas. Trata-se, portanto, de uma proposta de natureza interdisciplinar que entrecruza diferentes concepções teóricas e práticas de pesquisa aplicadas ao ensino.

Os horários serão definidos de modo a facilitar o ingresso, a permanência e o êxito dos discentes. As aulas teóricas serão ministradas nas salas do IFCE, Campus Tabuleiro do Norte, que disponibilizará o corpo docente, a estrutura física, os equipamentos e outros recursos empregados na realização do curso. As aulas práticas serão realizadas no próprio Campus e também em instituições de ensino locais, parceiras estratégicas, com as quais se celebrará termo de cooperação.

O desenvolvimento das ações educacionais do curso se dará através de: aulas expositivas; debates e diálogos; seminários temáticos; trabalhos em grupo; pesquisas em arquivos, instituições e sites especializados no assunto; dinâmica de grupo; elaboração de material didático; estudos de caso; estudo dirigido; visitas a experiências e projetos educacionais, práticas em laboratórios e salas de aula; resolução de casos e/ou exercícios, entre outros.

4.1.1. Interdisciplinaridade

O curso tem uma perspectiva essencialmente interdisciplinar na medida em que oferta a possibilidade de formação a nível de pós-graduação para estudantes de Geografia, História, Sociologia, Filosofia, Letras, Biologia, Química, Física e Matemática, envolvendo

docentes e discentes de diferentes campos do saber. Assim, o curso permite a integração e a troca de metodologias e experiências de trabalho em diferentes campos do conhecimento.

O ensino baseado na interdisciplinaridade proporciona uma aprendizagem mais sistêmica, pois os conceitos estão organizados em torno de problemas globais, de estruturas conceituais e metodológicas compartilhadas por várias disciplinas. Partindo desses pressupostos, optou-se por realizar a abordagem dos conteúdos das disciplinas de forma integrada e de modo transdisciplinar.

Nessa perspectiva, o processo de aquisição das competências e habilidades técnicas, soma-se a busca por uma concepção mais humana dos processos de ensino e aprendizagem. Instiga os discentes a problematizarem criticamente a educação como processo contínuo e emancipador, superando uma concepção da educação como mercadoria ou somente trampolim social. O curso, portanto, apresenta uma base curricular comum, focada no ensino como um processo histórico, filosófico, político e cultural. A partir desse entendimento, a educação se transforma num conjunto de habilidades técnicas, mas também numa estratégia de luta por uma “pedagogia emancipadora” e construída com base na “realidade social concreta”, conforme preconiza Paulo Freire.

As disciplinas da base comum somam-se à carga horária específica destinada às atividades de prática, pesquisa e orientação, aplicada para áreas específicas. Isso permite uma visão global e o conhecimento específico de novas tecnologias, modelos pedagógicos, produção de material didático, entre outras ferramentas, que favorecerão as atividades profissionais dos atores envolvidos.

4.2. Sistema de Avaliação

4.2.1. Avaliação da Aprendizagem

Avaliação se dará de modo processual e contínuo, com base nos critérios pedagógicos aplicados pelos professores, a fim de mensurar o rendimento do aluno nas disciplinas. Os instrumentos de avaliação, que poderão ser utilizados no decorrer das disciplinas, são: estudos dirigidos, análises textuais, temáticas e interpretativas, provas, seminários, estudos de caso, produção de relatório, pesquisa aplicada, regência, dentre outros, que contribuam para o aprofundamento dos conhecimentos sobre as práticas de ensino e aprendizagem em diferentes níveis de aprendizagem.

O aproveitamento do aluno em cada disciplina será expresso pela fórmula abaixo, devendo a média ser igual ou maior que 7,0. Fórmula da Avaliação: $MP = 2 \times N1 + 3 \times N25$ 5
A avaliação do artigo TCC será realizada através de parecer da banca examinadora, devendo o pós-graduando obter no mínimo nota 7,0 para a sua aprovação. É obrigatório aos pós-graduandos a publicação em evento científico de no mínimo um trabalho em conjunto com o(a) professor(a) orientador(a), seja Resumo, Resumo Expandido ou Artigo. A certificação do aluno fica condicionada aos critérios de avaliação mencionados, inclusive a publicação supracitada.

4.2.2. Avaliação do Curso e dos Docentes

Os professores serão avaliados individualmente, através de questionário específico, aplicado aos alunos ao término de cada disciplina. Os docentes também serão avaliados coletivamente a cada final de semestre nas reuniões do colegiado que serão previamente agendadas. A cada período, serão elaboradas Atas de Reunião e Relatórios Parciais como instrumentos contínuos de avaliação e planejamento.

Após a conclusão do Curso será realizado o Relatório Final de atividades constando itens como: as dificuldades encontradas pela equipe, os resultados alcançados mediante os objetivos propostos no PPC, o fluxo e o êxito discente, os trabalhos de conclusões defendido, a participação de alunos em projetos de pesquisa, a produção discente, as publicações acadêmicas e outras informações consideradas relevantes.

4.3. Frequência

Será obrigatória a frequência do pós-graduando em, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das atividades programadas para cada disciplina. Desta forma, será considerado reprovado o estudante que, independentemente do rendimento que tiver alcançado, não atingir o percentual mínimo de frequência supracitado. As ausências passíveis de serem justificadas, de acordo com as disposições legais, deverão ser encaminhadas, com os devidos comprovantes, à coordenação do curso para que sejam analisadas. A frequência do pós-graduando será conferida pelo professor que a registrará no Sistema Acadêmico.

4.4. Aproveitamento de Componente Curricular

Ao estudante do IFCE fica assegurado o direito ao aproveitamento de componentes curriculares, desde que, constatada mediante análise, a compatibilidade de conteúdo e da carga horária, em no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total estipulado para o componente curricular da matriz em que está matriculado. O aproveitamento de cada componente curricular só poderá ser solicitado uma vez.

O estudante novato poderá solicitar aproveitamento de componentes da matriz curricular, sem observância do semestre em que estiverem alocados no curso atualmente matriculado nos 10 (dez) primeiros dias letivos após efetuação da matrícula. Para estudante veterano, o prazo de 30 (dias) dias decorre do início do período letivo (semestre/ano). O requerimento deverá ser entregue no setor de protocolo/recepção do campus direcionado à Coordenadoria do curso que o encaminhará ao docente da área do componente curricular para análise. O resultado da análise será devolvido à Coordenadoria de curso que, por conseguinte, encaminhará à CCA para o devido registro no Sistema Acadêmico. O prazo máximo para conclusão de todos os trâmites de aproveitamento é de 30 (trinta) dias letivos após a solicitação.

Poderão ser aproveitados componentes curriculares cursados no mesmo nível de ensino ou em nível superior ao pretendido. Para o efeito da análise poderão ser contabilizados estudos realizados em um componente curricular ou em dois ou mais componentes que se complementam no sentido de integralizar a carga horária do componente do curso. Caso o estudante discorde do resultado da análise do aproveitamento de estudos, poderá solicitar a revisão desta uma única vez. O prazo para essa solicitação será de até 5 (cinco) dias letivos a partir da divulgação do resultado informado pela Coordenadoria do curso. Nesse caso, a Direção/Departamento de Ensino nomeará dois outros professores com conhecimento na área, para proceder à revisão e emitir parecer final. O resultado final deverá ser encaminhado à referida Coordenadoria para que seja informado ao estudante e entregue a CCA para alimentação no Sistema Acadêmico, em caso de deferimento ou arquivamento quando o pedido for indeferido. A solicitação de aproveitamento de estudos deverá ser acompanhada da seguinte documentação: I. Histórico escolar, com carga horária dos componentes curriculares, autenticado pela instituição de origem; II. Programas dos componentes curriculares solicitados, devidamente autenticados pela instituição de origem.

4.5. Trabalho de Conclusão de Curso

O trabalho de conclusão do curso será na forma de um Artigo Científico e deverá estar relacionado aos conhecimentos adquiridos durante o curso e às situações práticas de pesquisa aplicada ao ensino. Os projetos de pesquisa referente ao trabalho de conclusão de curso serão objetos de avaliação, dentro da disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica. O artigo científico será desenvolvido sob orientação de um dos professores do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* de Teoria, Metodologia e Práticas de Ensino.

O trabalho de conclusão tem por objetivo permitir aos pós-graduandos ampla reflexão sobre diferentes concepções e práticas pedagógicas, aplicando os conceitos adquiridos durante o curso e buscando a elaboração de estudos e pesquisas que venham a contribuir com a área. Para isso, o artigo científico deverá ser acompanhado pelo orientador desde a elaboração da metodologia de pesquisa e da coleta de dados, até a redação final e defesa do mesmo.

Para a realização do trabalho de conclusão do curso deverão ser observados os seguintes itens: Vinculação da temática a proposta do curso de pós-graduação em Teoria, Metodologia e Práticas de Ensino; Pertinência e contribuição científica do problema de estudo para a prática educacional; Pertinência e qualidade do quadro referencial teórico com a problemática estudada; Adequação da metodologia aplicada ao problema em estudo; Atendimento às normas brasileiras para a elaboração de trabalhos científicos (ABNT), e às normas do IFCE.

A avaliação do artigo será realizada através da apresentação do mesmo a uma banca examinadora composta por três professores, sendo dois convidados e o orientador (presidente). Os componentes da banca deverão possuir no mínimo titulação de Mestres. A defesa constará de: 20 minutos para apresentação do trabalho e 20 minutos para arguições e considerações para cada componente da banca. A aprovação ou não do TCC será expressa através de notas de 0 a 10,0. Considerar-se-á aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 7,0. As normas para elaboração do TCC constam no anexo 1 desse projeto.

5. CERTIFICAÇÃO

O certificado do Curso de Especialização em Teoria, Metodologia e Práticas de Ensino será expedido pelo Instituto Federal de Educação do Ceará, considerando a área de conhecimento do curso e o histórico escolar, em que deve constar obrigatoriamente: relação das

disciplinas, carga horária, nota ou conceito obtido pelo aluno e nome e qualificação dos professores por elas responsáveis; período e local em que o curso foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico; título do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) e nota obtida; declaração da Instituição de que o curso cumpriu todas as disposições das Resoluções e Normas vigentes.

Ao aluno que não cumprir a exigência da apresentação de Monografia ou de Artigo Científico no tempo hábil, ou que não obtiver nota mínima, será expedido histórico escolar e declaração de conclusão de créditos com o registro do que tenha faltado.

O portador do certificado obterá o título de Especialista em Teoria, Metodologia e Práticas de Ensino.

6. RECURSOS HUMANOS

6.1. Corpo Docente

O curso deverá possuir corpo docente qualificado, conforme estabelecido na Resolução CNE/CES Nº. 01 de 8 de junho de 2007. O corpo docente de cursos de pós-graduação *lato sensu*, deverá ser constituído por professores especialistas, mestres e doutores ou de reconhecida capacidade técnico-profissional, sendo que 50% (cinquenta por cento) destes, pelo menos, deverão apresentar titulação de mestre ou de doutor obtida em programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pelo Ministério da Educação.

O IFCE – campus de Tabuleiro do Norte possui, atualmente, 33 professores com perfis em diferentes áreas do conhecimento. O corpo docente do curso de pós-graduação *lato sensu* deverá ser formado com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) de professores do IFCE e poderá ser constituído por: professores do IFCE, pertencentes ao quadro permanente ou com vínculo empregatício temporário, substituto ou voluntário, conforme legislação em vigor para estas formas de contratação; II professores visitantes do IFCE; III especialistas convidados para lecionar disciplinas de sua especialidade. A Tabela 1 apresenta o corpo docente da pós-graduação proposta.

Tabela 3 – Relação dos Docentes que irão atuar no curso de Especialização proposto.

Docente	Titulação	Regime de Trabalho	Vínculo	Disciplina
André Aguiar Nogueira	Doutorado	40h	D.E	ESP001 / ESP009 ESP010 / ESP011 ESP012
Cristiane da Cruz Santos	Mestrado	40h	D.E	ESP007 / ESP009 ESP010 / ESP011 ESP012
Fátima Maria Carpes Firmino	Especialização	Voluntário	20h	ESP005 / ESP009 ESP010 / ESP011 ESP012
José Gilson Sombra Saraiva	Mestrado	40h	D.E	ESP009 / ESP010 ESP011 / ESP012
Leonardo Rafael Medeiros	Mestrado	40h	D.E	ESP009 / ESP010 ESP011 / ESP012
Maria Cleide da Silva Ribeiro Leite	Mestrado	40h	D.E	ESP006 / ESP009 ESP010 / ESP011 ESP012
Poliana Emanuela da Costa	Mestrado	40h	D.E	ESP002 / ESP009 ESP010 / ESP011 ESP012
Renivaldo Sodré de Sena	Doutorado	40h	D.E	ESP009 / ESP010 ESP011 / ESP012
Sergiano de Lima Araújo	Doutorado	40h	D.E	ESP003 / ESP008 ESP009 / ESP010 ESP011 / ESP012
Tássio Lessa do Nascimento	Mestrado	40h	D.E	ESP009 / ESP010 ESP011 / ESP012
Valdemiro Severiano Filho	Mestrado	40h	D.E	ESP004 / ESP009 ESP010 / ESP011 ESP012

6.2. Corpo Técnico-Administrativo

O IFCE – campus de Tabuleiro do Norte possui, atualmente, 37 servidores técnicos administrativos de diferentes habilitações. A Tabela 3 destaca apenas os servidores TAEs que contribuirão diretamente com o desenvolvimento das atividades do referido curso de pós-graduação.

Tabela 3 – Relação dos TAEs que irão atuar no curso de especialização proposto.

Técnico-Administrativo	Titulação	Cargo	Setor	Vínculo
Adriana Maria De Barros Nunes	Graduação	Assistente em Administração	CCA	40h
Anna Ester De Oliveira De Araújo	Especialização	Auxiliar em Administração	CCA	40h
Antônio Glauber da Silva	Médio	Auxiliar em Administração	Secretaria	40h
Fátima Maria Carpes Firmino	Especialista	Psicóloga/Área	Assistência Estudantil / NAPNE	40h
Fernanda Saraiva Benício	Especialização	Bibliotecária-Documentalista	Biblioteca	40h
Francisco George Maia	Graduação	Assistente em Administração	Biblioteca	40h
Francisco Gilmaci Ramos Nóbrega	Especialização	Técnico em Secretariado	CTP	40h
Juliana Pantoja de Aquino Araújo	Especialização	Técnica em Assuntos Educacionais	CTP	40h
Kayciane Assunção Alencar	Especialização	Pedagoga/Área	CTP	40h
Maria do Socorro Araújo Vale	Especialização	Pedagoga-Área	CTP	40h
Maria Soares Sousa	Graduação	Auxiliar de Biblioteca	Biblioteca	40h
Paula Thais dos Santos Soares	Especialização	Nutricionista/Área	Assistência Estudantil / NAPNE	40h
Pérsia Regilda Maia Rebouças	Especialização	Enfermeira/Área	Assistência Estudantil / NAPNE	40h

7. INFRAESTUTURA

7.1. Instalações Gerais e Salas de Aula

O campus dispõe de 10 (dez) salas de aula, medindo aproximadamente 57,00 m² cada, com condições ambientais adequadas, no que se refere a limpeza, iluminação e acústica. Todas as salas são climatizadas e atendem as exigências de segurança, não oferecendo riscos de acidentes aos servidores e discentes. O prédio é dotado de rampas, corrimões e sinalização os quais garantem acessibilidade às salas e demais ambientes. Além disso, 05 (cinco) novas salas de aulas deverão ser construídas e entregues no primeiro semestre de 2018, como previsto na Tomada de Preço nº 02/2017 (UASG: 158133), totalizando um investimento de R\$ 219.527,14 (duzentos e dezenove mil e quinhentos e vinte e sete reais e quatorze centavos).

7.1.1. Auditório

O campus dispõe de 01 (um) auditório, medindo aproximadamente 200,00 m², com 100 assentos, integrado com projetor multimídia, caixas de som, microfones com/sem fio, mesa de som e tela de projeção retrátil. O ambiente é climatizado, dispõe de condições ambientais adequadas, no que se refere a limpeza, iluminação e acústica e atende as exigências de segurança, não oferecendo riscos de acidentes aos servidores e discentes. O espaço é dotado de rampas que garantem acessibilidade.

7.1.2. Sala de Videoconferência

O campus dispõe de 01 (um) sala de videoconferência medindo aproximadamente 59,00 m², com 45 assentos, integrada com o sistema PolyCom. O ambiente é climatizado, dispõe de condições ambientais adequadas, no que se refere a limpeza, iluminação e acústica e atende as exigências de segurança, não oferecendo riscos de acidentes aos servidores e discentes. O espaço é dotado de rampas que garantem acessibilidade.

7.1.3. Sala dos Professores

O campus dispõe de 1 (um) espaço destinado à sala dos professores, com aproximadamente, 50m², estações de trabalho e armários guarda-volumes. O ambiente dispõe de boa iluminação, é climatizado, apresenta acesso internet via wifi e cabeada e impressora multifuncional.

7.1.4. Atendimento Individualizado dos Alunos

Atualmente o campus dispõe de ambientes para atendimento ao aluno onde profissionais habilitados em assistência social, psicológica, enfermagem e nutrição dão suportes as diferentes demandas auxiliares ao ensino. A infraestrutura do espaço apresenta uma área total de 50 m², distribuídas em 3 salas: Ambiente de trabalho, sala de atendimento individual e enfermaria.

7.1.5. Instalações Sanitárias

O campus dispõe de instalações sanitárias adequadas às necessidades quantitativas e estão divididas de forma que atendam a todas as áreas físicas da unidade. Os ambientes apresentam boa iluminação e ventilação e são adaptados para portadores de necessidades específicas (cadeirantes).

7.1.6. Espaço de convivência e alimentação

O campus dispõe de 1 (um) refeitório (57 m²) que comporta até 70 usuários simultaneamente. Ainda há um espaço de convivência com aproximadamente 500 m² entre os blocos de ensino e administrativos. O refeitório apresenta boa iluminação e ventilação e são adaptados para portadores de necessidades específicas (cadeirantes).

O campus de atualmente possui um projeto estrutural para a construção de um refeitório acadêmico orçado, aproximadamente, em R\$ 1.150.000,00 (um milhão e cento e cinquenta mil reais), à espera de disponibilização orçamentária para execução.

7.1.7. Acessibilidade e Inclusão

No tocante às instalações físicas, o prédio dispõe de rampa na entrada do prédio principal, banheiros adaptados, portas das salas de aula adaptadas, laboratórios e mesas adequados aos cadeirantes; um elevador para possibilitar aos cadeirantes o acesso ao 2º piso; vaga no estacionamento, sala do NAPNE (Núcleo de Atendimento a Portadores de Necessidades Específicas) que permite ao aluno com necessidade especial dispor de todos os espaços de convivência essenciais à sua inclusão.

Em relação aos recursos materiais, o NAPNE dispõe de máquina de escrever em Braille; cadeira de rodas; televisor “LED 32”; projetor Epson; multiplano ou multiuso inclusivo kit "a" com maleta, caixa de som multilaser SP091; encadernadora perfura até 20 folhas simultaneamente, 60 furos, em aço, trabalho manual; Kit 6 lupas manuais: lupa horizontal, lupa manual s/ iluminação acoplada, 2 lupas de apoio (1 ampliação 7x, 1 ampliação 12,5x), lupa manual c/ iluminação; ferramenta para desenvolver a lógica matemática em alunos, [iclus.cegos.c/ 01](http://iclus.cegos.c/01) tabuleiro, 40 pinos, 10. A participação dos alunos nas aulas de laboratório é condicionada a utilização de equipamentos que garantam a segurança individual de acordo com o risco espacial existente.

7.2. Laboratórios Específicos na Área do Curso

O IFCE – campus de Tabuleiro do Norte possui, no total, 17 laboratórios relacionados a diferentes áreas do conhecimento. Os próximos tópicos irão detalhar os ambientes que poderão ser utilizados no desenvolvimento das atividades, especificamente, do curso de pós-graduação proposto.

7.2.1. Laboratório de Informática

O campus possui 02 laboratórios de informática com área de 57 m² e 35 m², respectivamente. Os ambientes possuem computadores com configurações robustas, acesso à internet e projetor multimídia integrado. Os ambientes possuem ar-condicionado split e iluminação por lâmpadas fluorescentes.

7.2.2. Laboratório de Física / Matemática

O campus possui 01 laboratório de matemática/física com área de 53 m². O ambiente possui 09 dispositivos para Lei de Hooke, 11 vibradores de onda, 02 galvanômetro, 02 voltímetro, 05 Geradores eletrostático de Correia tipo Van de Graaff, 07 painéis de acrílico para associação de resistores, 01 cuba de onda, 01 kit de Física para estudo de propagação do calor, 01 kit de dinamômetro tubular, 1 kit para estudo de óptica, 01 estufa, 09 tripés universal, 07 torquímetro, 07 planos inclinados com elevação, 01 bateria de extração tipo Sebelin, 01 gerador de ar, 02 balanças magnéticas, 01 máquina de ensaio universal, 01 modelo de Teorema de Pitágoras, 01 Calculadora Parabólica, 01 MDC e MC geométrico, 01 torre de Hanói de madeira, 01 torre de Hanói de metal, 02 quadrados mágicos, 01 jogo Icosiano, 01 modelo de análise combinatória: placa de carro, 01 cubo da soma, 01 quebra cabeça cúbico, 01 quebra cabeça do teorema de Pitágoras, 01 kit poliedros regulares, 01 Ábaco, 01 Tabela de potência de base 2, jogos matemáticos, entre outros. O ambiente possui ar-condicionado split e iluminação por lâmpadas fluorescentes.

7.2.3. Laboratório de Química / Biologia

O campus possui 01 laboratório com área de 53 m², contando com 01 capela de exaustão de gases, 04 pHmetros de bancada, 01 microscópio metalográficos com computador acoplado, 01 forno mufla, 02 estufas de secagem, 05 chapas aquecedoras/agitadores, 01 balança semianalítica, 07 microscópios, Vidrarias e Reagentes em geral. O ambiente do mesmo possui sistema de ar condicionado split e iluminação por lâmpadas fluorescentes. O laboratório poderá ser utilizado nas diferentes aulas teóricas e práticas ligadas aos temas específicos da especialização proposta.

7.2.4. Laboratório de Práticas de Ensino

O campus possui um laboratório de práticas de ensino, de caráter interdisciplinar, com área de 53 m². O ambiente encontra-se em processo de construção e deverá ser equipado com: 40 cadeiras, 01 birô, 02 quadros brancos, 04 mesas redondas, 02 bancadas, 01 aparelho de ar condicionado, 02 computadores, 02 impressoras multifuncionais, 01 equipamentos para edição de vídeos, 02 câmeras de vídeo, 02 máquinas fotográfica, 01 equipamentos de som, 02

microfones sem fio, 02 projetores, 01 globo com mapa mundial, 02 lupas de aumento, 02 armários, jogos e material de escritório. O laboratório de práticas de ensino terá uso compartilhado e servirá no processo de ensino/aprendizagem em diferentes áreas do conhecimento.

7.3. Biblioteca

O IFCE - campus de Tabuleiro do Norte possui 01 Biblioteca com área de 160 m², contando com mesas de estudo e cabines com computadores com acesso à internet. O ambiente da mesma possui sistema de ar condicionado split e iluminação por lâmpadas fluorescentes.

A referida biblioteca funciona nos três turnos para atendimento aos alunos. O setor dispõe atualmente de 01 bibliotecária e 02 auxiliares de biblioteca. Aos usuários vinculados ao IFCE - campus de Tabuleiro do Norte é concedido o empréstimo domiciliar de livros. As formas de empréstimo são estabelecidas conforme regulamento de funcionamento próprio da biblioteca.

7.3.1. Acervo

A biblioteca do IFCE – campus de Tabuleiro do Norte possui um acervo com cerca de X títulos e X exemplares, cadastrados em sua base de dados, que atende a todos os cursos da instituição. Destes, X títulos e X exemplares estão relacionados as disciplinas propedêuticas, ou seja, as áreas de Biologia, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Química e Sociologia.

7.3.2. Serviços Oferecidos

- ✓ Funcionamento: A Biblioteca do IFCE - campus de Tabuleiro do Norte funciona ininterruptamente, de segunda a sexta-feira, de 08:00h às 20:00h. A seguir são apresentados os serviços e um breve histórico sobre o processo de informatização que está em andamento.
- ✓ Empréstimo: A Biblioteca oferece o serviço de empréstimo domiciliar dos livros para os alunos/servidores devidamente matriculados/registrados no sistema de gerenciamento do

ambiente. Os prazos de entrega e renovação estão dispostos no regulamento interno da Biblioteca.

- ✓ Consulta Local ao Acervo: Destinada tanto ao público interno quanto externo, que comparece à instituição.
- ✓ Catalogação da Fonte: Confeção das fichas catalográficas provenientes da produção científica do Campus (livros, monografias, etc).
- ✓ Consultoria Bibliográfica: Orientação quanto à normalização dos trabalhos acadêmicos produzidos no campus, de acordo com as normas técnicas de documentação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- ✓ Acesso ao Portal de Periódicos da Capes: Desde 2014 o IFCE passou a integrar a Rede CAFE – Comunidade Acadêmica Federada, para facilitar o acesso remoto ao Portal de Periódicos da Capes, que até então só era possível no Campus. Para 2018 a biblioteca pretende promover treinamentos e intensificar a divulgação deste recurso informacional.
- ✓ Levantamento Bibliográfico: A biblioteca oferece o serviço de levantamento bibliográfico, que consiste na recuperação de fontes de informação local e online a respeito de determinado assunto.
- ✓ Local para estudos: A Biblioteca disponibiliza o espaço de estudo individual e coletivo contendo 10 cabines e 9 mesas capazes de comportar 10 e 45 alunos, respectivamente.
- ✓ Acesso a BVU: Há ainda 06 computadores com acesso à Internet, para os estudantes consultarem gratuitamente milhares de livros virtuais disponíveis na Biblioteca Virtual Universitária – BVU – primeira biblioteca on-line com títulos universitários brasileiros em português. Esse é um espaço onde a comunidade acadêmica pode realizar pesquisa em mais de 50 áreas do conhecimento como administração, direito, economia, educação, enfermagem, engenharia, gastronomia, informação e comunicação, letras, marketing, medicina, turismo, etc., aumentando assim o acervo já existente na instituição. A BVU se caracteriza pela união das editoras Pearson, Manole, Contexto, IBPEX, Papirus, Casa do Psicólogo, Ática, Scipione, Companhia das Letras, Educ, Rideel, Jaypee Brothers, Aleph e Lexikon.

8. INDICADORES DE DESEMPENHO

A Tabela 4 mostra os principais indicadores de desempenho do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Teoria, Metodologia e Práticas de Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, *campus* Tabuleiro do Norte.

Tabela 4 – Indicadores de Desempenho

Número de cursistas formados:	40 (trinta)
Índice máximo de evasão admitido	25% (vinte e cinco por cento)
Produção científica	Produção mínima de um artigo por professor/ano. Os alunos deverão elaborar um TCC e apresentá-lo a uma banca examinadora.
Média mínima de desempenho dos alunos	7,0 (sete)
Número mínimo de alunos para manutenção da turma	75% do número total de alunos que iniciaram o curso
Número máximo de alunos por turma	40 (trinta)
Grau de aceitação de alunos ao curso	Conforme item da Avaliação do curso e dos docentes

9. PLANOS DE UNIDADES DIDÁTICAS (PUDS)

Os Programas de Unidades Didáticas da especialização proposta estão detalhados nesse tópico, separados pelo semestre que deverá ser ministrado, conforme Tabelas 5, 6 e 7.

Tabela 5 – Componentes curriculares do 1º Semestre.

1º SEMESTRE			
Disciplina	Código	CH	Nº de
História Geral da Educação	ESP001	30h	2
Fundamentos Filosóficos Educação	ESP002	30h	2
Políticas Públicas de Ensino	ESP003	30h	2
Educação para os Direitos Humanos e Educação Inclusiva	ESP004	30h	2
Teorias da Aprendizagem	ESP005	30h	2
Gestão Democrática e Projeto Político-Pedagógico	ESP006	30h	2
Total		180h	12



**DIRETORIA DE ENSINO/ DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: História Geral da Educação		
Código: ESP001		
Carga Horária Total: 30h	Carga Horária Teórica: 30h	Carga Horária Prática: 0
Créditos: 2		
EMENTA		
História Geral da Educação: das primeiras civilizações ao período contemporâneo. Filosofia e a Educação na Antiguidade Clássica: o legado das civilizações greco-romanas. O surgimento das Universidades e o ensino teológico na época medieval. A educação a partir das transformações do Renascimento Científico-Cultural e da Modernidade. As Revoluções Liberais do século XIX: progresso, cientificismo e educação burguesa. Potencialidades e desafios da educação na contemporaneidade. Globalização, neoliberalismo e a mercantilização do ensino na atualidade. História da Educação Brasileira: Colônia, Império e República.		
OBJETIVOS		
• Produzir um panorama crítico-analítico das principais abordagens que, historicamente, demarcaram os debates acerca da educação universal. • Compreender os processos educativos do mundo antigo com ênfase nos modelos pedagógicos de Grécia e Roma. • Refletir sobre a formação educacional e espiritual do período medieval, problematizar a filosofia escolástica e o surgimento das Universidades na Europa. • Debater o Antropocentrismo, Cientificismo, Humanismo e o Renascimento Cultural a partir da emergência dos processos educacionais modernos. • Analisar as concepções da educação a partir das chamadas Revoluções Burguesas e do Iluminismo no século XIX. • Problematicar os desafios da educação em tempos de neoliberalismo econômico e globalização cultural. • Conhecer a história e a evolução da educação brasileira, seus paradigmas, os conflitos		

intelectuais e as contradições entre os aspectos legais e as práticas pedagógicas.
PROGRAMA
• Panorama da educação na Antiguidade Clássica. • Educação laica e filosofia cristã na Idade Média. • Os impactos do Humanismo, do Cientificismo e do Renascimento Cultural da educação Moderna. • Educação e Revoluções Burguesas no século XIX. • Educação de massas, saberes docentes e precarização da educação no século XX. • Constituição e evolução do sistema educacional brasileiro: o período jesuítico, a educação no Império e o no período Republicano.
METODOLOGIA DE ENSINO
• Encontros presenciais e atividades pesquisa, leitura e análise de textos selecionados; • Aulas expositivas e dialogadas; • Organização e apresentação de seminários; • Produção de resenhas.
AValiação
A avaliação da disciplina será contínua e de caráter formativo. A participação nos debates, a elaboração de resenhas críticas, além de atividades de troca de experiências pedagógicas que serão utilizadas como critérios avaliativos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. Por um ensino que deforme: o docente na pós-modernidade. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/por_um_ensino_que_deforme.pdf. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2006. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução. Brasília: MEC/SEF, 1997. MANACORDA, Mario Alighiero. História da Educação: Da antiguidade aos nossos dias. 3ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992. SOUSA, Jane Bezerra de. Ser e fazer-se professora no Piauí no século XX: a história de vida de Nevinha Santos. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, MG, 2009.

NÓVOA, António. **Os professores na virada do milênio:** do excesso dos discursos à pobreza das práticas. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/690/1/21136_1517-9702_.pdf.

_____. **Formação de professores e profissão docente.** Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/12424596.pdf>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE nº 009/2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.**

BORDIEU, Pierre. **Escritos de Educação.** Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.

CANDAU, Vera Maria, MOREIRA, Antônio Flávio (Org). **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A configuração da historiografia educacional brasileira.** In: FREITAS, Marco Cezar de (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva.** São Paulo: Contexto, 1998.

FARIA FILHO, GONÇALVES, PAULILO e VIDAL. **A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 1 39-1 59, jan./abr. 2004

FOGADA, Jennifer. **Tendências Pedagógicas Brasileiras.** São Paulo: Brasil Escola, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 43. ed, São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da Educação.** 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil.** 36 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

_____. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** 18. ed., rev. Campinas: Autores Associados, 2009

MOURA, Thelma Maria de. **Foucault e a escola:** disciplinar, examinar, fabricar. Dissertação

(Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2010

SILVA, Marcos e FONSECA, Selva Guimarães. **Ensinar história no século XXI:** Em busca do tempo entendido. Campinas: Papirus, 2007.



**DIRETORIA DE ENSINO/ DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: Fundamentos Filosóficos da Educação		
Código: ESP002		
Carga Horária Total: 30h	Carga Horária Teórica: 30h	Carga Horária Prática: 0
Créditos: 2		
EMENTA		
Definição, importância e utilidade da filosofia na educação. Educação e sociedade: redenção, reprodução e transformação. Introdução às teorias filosóficas da educação a luz dos autores clássicos e contemporâneos. Do senso comum pedagógico à postura crítica na prática docente escolar.		
OBJETIVOS		
• Compreender o significado e a importância da filosofia para a educação. • Estabelecer ligações entre os principais períodos da filosofia e a história da educação. • Analisar a educação a partir das relações sociais estabelecidas com vistas a compreender sua finalidade. • Identificar o senso comum pedagógico e a necessidade de caminhos para sua superação.		
PROGRAMA		
1. Definição, importância e utilidade da filosofia. 2. Os principais períodos da história da filosofia. 3. Filosofia da educação na formação e na prática do educador. 4. Educação e sociedade: 4.1 Educação como redenção da sociedade. 4.2 Educação como reprodução da sociedade. 4.3 Educação como transformação da sociedade. 5. Filosofia do cotidiano escolar: por um diagnóstico do senso comum pedagógico: 5.1 O senso comum. 5.2 O senso comum pedagógico. 5.3 Os sujeitos do processo educativo – o educador e o educando.		

5.4 O conhecimento e seu processo. 5.5 O conteúdo a ser assimilado. 5.6 Material didático. 5.7 Métodos e procedimentos de ensino. 5.8 Razões da permanência do senso comum.
METODOLOGIA DE ENSINO
Encontros presenciais e atividades domiciliares de leitura e análise de textos selecionados. Essencialmente, as atividades realizadas na disciplina envolvem: • Aulas expositivas e dialogadas. • Organização e apresentação de seminários. • Fichamentos e resenha de textos e livros. • Atividades de pesquisa e análise de práticas.
AVALIAÇÃO
A avaliação será composta por: 1. Observação da participação nas atividades solicitadas. 2. Atividades extraclases. 3. Seminário conceitual. 4. Teste escrito.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da educação. São Paulo: Moderna, 2006. LUCKESI, Cipriano. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 2011. SAVIANI, Demerval. Educação: Do senso comum à consciência filosófica. 15ª. ed. Campinas - SP: Autores associados, 2004.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ADORNO, Theodor. Educação e Emancipação. São Paulo: Paz e Terra, 2006. HOBSBAWM, Eric J. A era do capital 1848-1878. São Paulo: Paz e Terra, 2000. MANACORDA, Mario Alighiero. História da educação: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 1995. SAVIANI, Dermeval. Sobre a natureza e a especificidade da educação. In: Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991. SEVERINO, Antônio Joaquim. Filosofia da Educação: Construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.



**DIRETORIA DE ENSINO/ DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: Políticas Públicas de Ensino		
Código: ESP003		
Carga Horária Total: 30h	Carga Horária Teórica: 30h	Carga Horária Prática: 0
Créditos: 2		
EMENTA		
Estudo das principais políticas públicas educacionais da contemporaneidade. Compreensão da atual conjuntura da organização do trabalho, da organização social, política econômica e seus vínculos com as propostas na área educacional.		
OBJETIVOS		
• Compreender as políticas educacionais no contexto da história do processo político brasileiro. • Estabelecer vínculos entre a organização do trabalho, a organização social, política e econômica e as políticas educacionais propostas em diferentes momentos históricos. • Investigar a reforma educacional implementada nos anos finais da década de 1980. • Identificar e problematizar impactos das políticas educacionais no cotidiano da vida escolar e nas identidades dos atores escolares.		
PROGRAMA		
• Análise das relações entre educação, estado e sociedade. • Estudo da organização da educação brasileira: dimensões históricas, políticas, sociais, econômicas e educacionais. • Escolarização. Análise da educação na Constituição Federal de 1988 e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96). • As políticas educacionais, a legislação e suas implicações para a organização da atividade escolar		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Durante as aulas teóricas serão utilizadas as seguintes metodologias de ensino:		
• Exposições dialogadas, possibilitando diálogo com os estudantes a partir de		

análises, reflexões, exemplos, analogias e questionamentos e estabelecendo conexões entre a realidade, o conteúdo estudado e a disciplina;

- Análises de textos e vídeos;
- Seminários em pequenos grupos, a partir dos temas propostos para discussão e apresentação.
- Para a elaboração e o desenvolvimento das atividades, serão utilizados, essencialmente, livros, capítulos de livros e vídeos.
- Para o desenvolvimento das aulas serão utilizados os seguintes recursos: quadro; projetor multimídia; computador; impressora, entre outros.

AVALIAÇÃO

A avaliação tomará como indicadores a participação dos alunos nos debates e na apresentação oral/seminário e a síntese dos textos. Ao final da disciplina o aluno deverá apresentar um artigo que estabeleça a relação entre os temas abordados na disciplina e o tema de pesquisa que pretende desenvolver. O artigo deverá seguir as normas da ABNT.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FRIGOTO, Gaudêncio. Política e Gestão Educacional na Contemporaneidade in: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade.(org.) **Crise da Escola e Políticas Educativas**. BeloHorizonte: Autêntica, 2009.

GENTILI, P. A. A.; SILVA, T. T. da (orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. 13. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GENTILI, Pablo. **Adeus a Escola Publica, a desordem Neoliberal, a Violência do Mercado e o Destino da Educação das Maiorias**. In: GENTILI, Pablo.(org.) **Pedagogia da Exclusão: Crítica ao Neoliberalismo em Educação**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

GOULART, Cecília M. A. **A universalização do Ensino Fundamental, o papel político-social da escola e o desafio das novas políticas de alfabetização e letramento**. In: SOUZA, D. B. e FARIA, L. C. M. **Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB**. Rio de Janeiro: DP& A, 2003

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de.; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 11. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do**

ensino. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 162 p. (Coleção educação contemporânea).

SAVIANE, Demerval. **Sistema Nacional de Educação: Conceito, papel histórico e obstáculos para sua construção no Brasil**. ANPED, trabalho encomendado, 2009. Captura em WWW.anped.org.br, dia 26 de junho de 2011

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M de; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. 4. ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2007

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 2004. 78 p. (Polêmicas do nosso tempo).

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 5.ed. Brasília: Edunb, 2000. 2 v. ISBN 85-230-0308-8.

OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. de F. F. (Org.). **Política e gestão da educação**. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 35.ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2002.



**DIRETORIA DE ENSINO/ DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: Tendências para a educação no Brasil: ensino afro-brasileiro, indígena e educação inclusiva

Código: ESP004

Carga Horária Total: 30h

Carga Horária Teórica: 30h

Carga Horária Prática: 0

Créditos: 2

EMENTA

História e políticas educacionais para uma educação voltada ao ensino afro-brasileiro, indígena e que permeia a inclusão. A história e memória afro-brasileira e indígena e a compreensão dos processos de diversidade étnico-racial na formação político, econômica e cultural do Brasil. Atenção ao aluno com necessidades específicas à luz dos Direitos Humanos, discutindo os princípios do modelo de educação inclusiva e promovendo o diálogo com os documentos legais embaixadores do compromisso com a construção de um sistema educacional inclusivo.

OBJETIVOS

- Identificar a relevância dos estudos da história e memória afro-brasileira e indígena para a formação dos indivíduos;
- Refletir sobre os elementos e grupos que caracterizam e contribuem para a formação sociocultural brasileira;
- Compreender o processo de ensino-aprendizagem para estudar o legado dos povos afro-brasileiros e indígenas;
- Instrumentalizar-se teórico-metodologicamente para educar com as diferenças;
- Discutir o processo de aprendizagem no espaço escolar inclusivo;
- Avaliar os documentos legais e políticas para uma educação inclusiva.

PROGRAMA

Unidade I:

- Sistema legal: obrigatoriedade do estudo afro-brasileiro e indígena na educação brasileira;
- Diversidade étnico-racial: ancestralidade enquanto legado e sistema de representações;
- Trabalhando os conceitos presentes no debate sobre as relações étnico-raciais: memória, identidade, raça, etnia, etnocentrismo, preconceito e democracia;

Unidade II:

- Pressupostos históricos e conceituais da educação inclusiva;
- A política nacional e a fundamentação legal da educação inclusiva;
- A cultura escolar na educação inclusiva: uso de tecnologias e o processo de ensino-aprendizagem.

METODOLOGIA DE ENSINO

Encontros presenciais, atividades de leitura e análise de textos selecionados. Essencialmente,

as atividades realizadas na disciplina envolvem:

- Aulas expositivas dialogadas;
- Organização e apresentação de seminários;
- Fichamentos e resenha de textos;
- Atividades de pesquisa.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina será contínua e de caráter formativo, sobretudo através da participação em debates, elaboração de fichamentos e seminários como critérios avaliativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KABENGELE, Munanga. **Origens africanas do Brasil contemporâneo**: histórias, línguas, cultura e civilizações. São Paulo: Global, 2009.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva**: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CANDAU, Vera Maria. **Educação intercultural e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008.

GARCIA, Carla Cristina. **Sociologia da acessibilidade**. Curitiba: IESDE Brasil, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis: Vozes, 2010.

RODRIGUES, David. **Inclusão e educação**: Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.



**DIRETORIA DE ENSINO/ DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: Teorias da Aprendizagem		
Código: ESP005		
Carga Horária Total: 30h	Carga Horária Teórica: 20 h	Carga Horária Prática: 10 h
Créditos: 02		
EMENTA		
Teorias da aprendizagem. Aspectos gerais e psicopedagógicos do processo de ensino e aprendizagem. Interlocução entre as teorias da aprendizagem e a prática educativa. Concepções sobre algumas dificuldades de aprendizagem na aquisição do conhecimento.		
OBJETIVOS		
• Discutir o conceito de aprendizagem e as algumas das principais teorias que abordam esse processo psicológico; • Debater criticamente a aplicabilidade do estudo teórico da aprendizagem ao processo de ensino e aprendizagem; • Refletir sobre as dificuldades de aprendizagem recorrentes no ambiente escolar/acadêmico e possibilidades de enfrentamento das mesmas.		
PROGRAMA		
• Conceituação e caracterização do processo de aprendizagem; • Concepções inatistas, ambientalistas e interacionistas de aprendizagem e suas relações com a atividade de ensino; • Principais dificuldades de aprendizagem e possíveis estratégias de enfrentamento.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
• Discussão de textos, documentários e ou filmes; • Aulas expositivas; • Organização e apresentação de seminários; • Estudo de casos em sala de aula.		
AVALIAÇÃO		

- frequência e participação ativa nas atividades propostas;
- realização de pesquisa pessoal sobre tópicos relacionados ao tema;
- elaborações escritas (podendo ser individuais e ou coletivas);
- produção de seminários dinâmicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BARBOSA, Laura Monte Serrat. **A Psicopedagogia e o Momento do Aprender**. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2006.
- BOCK, Ana Mercês Bahia, FURTADO, Odair, TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi (orgs.). **Psicologias** – Uma Introdução ao Estudo de Psicologia. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.
- CAETANO, Luciana Maria e YAEGASHI, Solange Franci Raimundo (orgs.). **Relação Escola e Família: Diálogos Interdisciplinares para a Formação da Criança**. São Paulo: Paulinas, 2014.
- FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- FONTANA, Roseli e CRUZ, Nazaré. **Psicologia e Trabalho Pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.
- GOMES, Alex Sandro (et al.). **Cultura Digital na Escola: habilidades, experiências e novas práticas**. Recife: Pipa Comunicação, 2015.
- LA TAILLE, Yves, OLIVEIRA, Marta Kohl de, DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.
- LEME, Maria Isabel da Silva. Reconciliando as divergências: conhecimento implícito e explícito na aprendizagem. **Psicologia USP**. v. 19, 2008, p. 121-128.
- SALVADOR, César Coll (org). **Psicologia da Educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- SAMPAIO, Simaia. **Dificuldades de Aprendizagem: a psicopedagogia na relação sujeito, família e escola**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALSOP, Pippa e McCAFFREY, Trisha (orgs.). **Transtornos Emocionais na Escola – Alternativas Teóricas e Práticas**. São Paulo: Summus, 1999.
- ANTUNES, Celso. **Vygotsky, quem diria?!** Em minha sala de aula. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- CARVALHO, Alysson, Massote (org.). **O mundo social da criança: natureza e cultura em ação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- CORTELLA, Mario Sergio. **Não Nascemos Prontos!** Provocações Filosóficas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- EDLER, Sandra. **Tempos Compulsivos: A Busca Desenfreada pelo Prazer**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2017.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- LAJONQUIÈRE, Leandro de. **De Piaget a Freud: para uma clínica do aprender**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- MACEDO, Lino de. **Ensaio Construtivistas**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 1994.
- MACHADO, Adriana Marcondes e SOUZA, Marilene Proença Rebello de (orgs.). **Psicologia**

Escolar: Em Busca de Novos Rumos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

MAHONEY, Abigail Alvarenga e ALMEIDA, Laurinda Ramalho (orgs.). **Henri Wallon** – Psicologia e Educação. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

PIAGET, Jean e INHELDER, Barbel. **A Psicologia da Criança**. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

RUBINSTEIN, Edith (org.). **Psicopedagogia:** Uma Prática, Diferentes Estilos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos. **Educação Inclusiva:** práticas pedagógicas para uma escola sem exclusões. São Paulo: Editora Paulinas, 2014.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1996.



**DIRETORIA DE ENSINO/ DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: Gestão Democrática e Projeto Político-Pedagógico
Código: ESP006
Carga Horária Total: 30h Carga Horária Teórica: 20h Carga Horária Prática: 10h
Créditos: 2
EMENTA
Gestão Democrática e Projeto Político Pedagógico numa perspectiva histórica: objeto de estudo e a multidimensionalidade da formação do educador. Cidadania Brasileira. Tendências pedagógicas e suas repercussões na Gestão Participativa. Investigação em Gestão Democrática. Elementos de construção do PPP: Marco Situacional, Teórico e Operacional. Visão, Missão e Valores, abordagem conceitual, contextual e desafios contemporâneos.
OBJETIVOS
• Compreender Gestão Democrática e Projeto Político Pedagógico numa perspectiva histórica; • Analisar as Tendências Pedagógicas e suas repercussões para a gestão cidadã do PPP. • Relacionar Gestão Democrática e Construção do PPP. • Refletir sobre o processo de construção do PPP a partir de seus elementos constituintes.
PROGRAMA
• Gestão Democrática e PPP numa perspectiva histórica: objeto de estudo e a multidimensionalidade da formação do educador. • Gestão Cidadã e Autonomia Pedagógica • Tendências pedagógicas e suas repercussões na construção do PPP. • Investigação em Gestão Democrática. • Elementos constituintes do PPP: Marco Situacional, Teórico e Operacional. Visão, Missão e Valores, abordagem conceitual e contextual; • Desafios contemporâneos para o exercício pleno da cidadania; • Gestão Participativa e PPP.
METODOLOGIA DE ENSINO
• Encontros presenciais, exposição dialogada, leitura e discussão, oficina prática de elaboração de PPP, debates, seminários, análise de textos.
RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro branco, pincel, datashow, notebook, livros, cópias de artigos, papel A4, papel madeira, canetinha, tinta guache, vídeos, entre outros.

AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e de caráter formativo. Serão adotados os seguintes instrumentos avaliativos: realização de trabalhos individuais e coletivos, seminários, debates, estudos de caso, elaboração e socialização de PPP, dentre outros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALARCÃO, I. (org.). **Escola Reflexiva e Nova Racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva** São Paulo, Cortez, 2011.

CONTRERAS, J. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

CEARÁ. Secretaria da Educação Básica. **Escola do Novo Milênio: pensando o projeto político pedagógico**. Vol.1. Fortaleza: SEDUC, 2004.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GADOTTI, M. (2000) “**Escola Cidadã: educação para e pela cidadania**”. Disponível em http://www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Artigos/Portugues/Escola_Cidada/Escola_Cid_Mov_projeto_2000.pdf

_____. **Escola Cidadã: uma aula sobre a autonomia da escola**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Pressupostos do Projeto Pedagógico**. In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para todos. Brasília, 28/8 a 2/9/94.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2007.

PARO, V. H.; **Formação de Gestores Escolares**: atualidade de José Quirino Ribeiro. In: **Educ. Soc.**, Campinas, vol 30, n. 107, p. 453-467, maio/ago. 2009.

VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola – Uma Construção Possível**. Campinas: Papirus, 1995.

_____. **As Dimensões do Projeto Político-Pedagógico**. Campinas, Papirus, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CANDAU, V. M. **Magistério: Construção cotidiana**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (orgs.). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.

PARO, V. H. **Políticas Públicas e Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

Tabela 6 - Componentes curriculares do 2º Semestre.

2º SEMESTRE			
Disciplina	Código	CH	Nº de Crédito
Formação, Currículo e Avaliação	ESP007	30h	2
Metodologia da Pesquisa Científica	ESP008	30h	2
Tópicos Especiais I: Novas Tecnologias	ESP009	30h	2
Tópicos Especiais II: Produção de Material Didático	ESP010	30h	2
Práticas de Ensino Módulo I: Práticas de Ensino nas Ciências Humanas Módulo II: Práticas de Ensino nas Ciências Exatas	ESP011	60h	4
Total		180h	12



DIRETORIA DE ENSINO/ DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: Formação, Currículo e Avaliação		
Código: ESP007		
Carga Horária Total: 30h	Carga Horária Teórica: 30h	Carga Horária Prática: 0
Créditos: 2		
EMENTA		
As teorias do currículo, sua relação e função na formação profissional. Concepções curriculares presentes no cotidiano das práticas docentes. A formação dos professores e os significados das novas perspectivas pedagógicas na formação docente. Avaliação da aprendizagem como parte integrante do fazer pedagógico. Tendências, mitos e desafios da ação avaliativa.		
OBJETIVOS		
• Construir um conceito de currículo, a partir da análise das principais abordagens que, historicamente, têm demarcado os estudos neste campo. • Possibilitar a discussão da teoria do currículo e seu processo de organização. • Refletir sobre a formação do professor do ensino básico: os fundamentos, e tendências e perspectivas teóricas. • Discutir aspectos da formação inicial e continuada de professores. • Analisar as concepções de avaliação de aprendizagem a partir das perspectivas: diagnóstica, mediadora, formativa, reguladora, permanente e participativa. • Refletir sobre as práticas da avaliação escolar a fim de desenvolver o senso crítico sobre a avaliação, seus desafios e mitos quanto ao processo de ensino aprendizagem.		
PROGRAMA		
• O Campo do currículo: a construção histórica; • As teorias curriculares; • Currículo: tendências contemporâneas; • Uma retrospectiva sobre a formação docente; • Novas perspectivas na formação do professor da educação básica; • As concepções de avaliação e os mitos e desafios envolvendo o ato de avaliar; • O ato de avaliar a aprendizagem como componente pedagógico: da investigação à intervenção.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Encontros presenciais e atividades domiciliares de leitura e análise de textos selecionados. Essencialmente, as atividades realizadas na disciplina envolvem: • Aulas expositivas e dialogadas; • Organização e apresentação de seminários; • Fichamentos e resenha de textos e livros;		

- Atividades de pesquisa e análise de práticas.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina será contínua e de caráter formativo. A participação nos debates, a elaboração de fichamentos e seminários, além de atividades de análise das práticas / experiências pedagógicas serão utilizadas como critérios avaliativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, C. H.; LUZIO, N. **Avaliação da educação básica**: em busca da qualidade e equidade no Brasil. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá (Org.). **Os Currículos do ensino fundamental para as escolas brasileira**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000. (Coleção Formação de professores).

BOTH, I. J. **Avaliação planejada, aprendizagem consentida**: a filosofia do conhecimento. Curitiba: IBPEX, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CANÁRIO, R. **O papel da prática profissional na formação inicial e contínua de professores**. In: Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação. Brasília, 2001.

Disponível em
<http://www.culturaacademica.com.br/_img/arquivos/O_lugar_das_praticas_pedagogicas_na_formacao_inicial_de_professores.pdf>

HOFFMANN, J. **Avaliação - Mito e Desafio**: uma perspectiva construtivista. 44. ed. Porto Alegre: 2014b.

LEITE, Y. U. F. **O lugar das práticas pedagógicas na formação inicial de professores**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

LEITE, Y. U. F.; DI GIORGI, C. A. G. **Saberes docentes de um novo tipo de formação profissional do professor: alguns apontamentos**. In: Revista do Centro de Educação da UFSM, v. 29, nº 2, p. 135-145, Santa Maria-RS, 2004.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem**: componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

MOREIRA, A. F. B. **Currículos e programas no Brasil**. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

PACHECO, José Augusto. **Políticas curriculares: referenciais para análise**. Porto Alegre: Artmed, 2003. 144 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORTONI-RICARDO, S. M.; MACHADO, V. R.; CASTANHEIRA, S. **Formação do professor como agente letrado**. São Paulo: Contexto, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE nº 009/2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica**, em nível superior, curso de

CONTRERAS, J. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

COSTA, Marisa Vorraber. (Org.). **O Currículo nos limiares do contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

DALBEN, A.; ALMEIDA, L. C. Para uma avaliação de larga escala multidimensional. In: **Estudos em Avaliação Educacional**. Tendências e Perspectivas em Avaliação Educacional. São Paulo, v. 26, n.61, jan/abr. 2015.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>>

- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43. ed, São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GHEDIN, E. **Professor reflexivo: da dimensão da técnica à autonomia da crítica**. In: PIMENTA, S.G.; GHEDIN, E. Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 129-150.
- GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais – rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 15. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014a.
- LEITINHO, Meirecele Caliope, HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho. (org.). **Experiências de Avaliação Curricular**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- licenciatura de graduação plena.
- MOREIRA, A. F. B. **Indagações sobre currículo : currículo, conhecimento e cultura** / [Antônio Flávio Barbosa Moreira , Vera Maria Candau] ; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- PACHECO, José Augusto. **Currículo: teoria e práxis**. Portugal: Porto, 2001.
- RODRIGUES, M. B. **Avaliando a avaliação: os documentos orientadores do Ensino Médio e as provas de compreensão leitora – ENEM, SAEB, PISA**. 2013. 181 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul. 2013.
- RODRIGUES, Prado. A avaliação curricular. In: **Avaliação em Educação: Novas perspectivas**. Porto Editora. Porto, 1993.
- SACRISTÁN, J. GIMENO. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.
- TAVARES Jr. F; NEUBERT, L. F. A qualidade da educação e a disseminação de sistemas de avaliação. In: **Estudos em Avaliação Educacional – Avaliação em Larga Escala e Gestão Educacional**. São Paulo, v.25, n.59, set/dez. 2014.



**DIRETORIA DE ENSINO/ DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: Metodologia da Pesquisa Científica		
Código: ESP008		
Carga Horária Total: 30h	Carga Horária Teórica:30	Carga Horária Prática: 0
Créditos: 2		
EMENTA		
As diferentes formas de conhecimento. O conhecimento científico. Métodos. O processo de pesquisa. Metodologia de estudos. Trabalhos científicos.		
OBJETIVOS		
• Propiciar noções fundamentais sobre a produção do conhecimento científico, ressaltando a importância da teoria do conhecimento e o uso de técnicas de pesquisa. • Estimular o processo de pesquisa na busca, produção e expressão do conhecimento, despertando no aluno interesse e valorização desta em sua vida pessoal e profissional. • Analisar questões fundamentais da metodologia científica pela aplicação de técnicas de estudo e pesquisa, objetivando a elaboração de trabalhos científicos.		
PROGRAMA		
INTRODUÇÃO O perfil do universitário e do estudante de Direito. Universidade, ensino, pesquisa e extensão. UNIDADE 1 – AS DIFERENTES FORMAS DE CONHECIMENTO 1.1 – Universidade: a construção e a produção do conhecimento 1.2 – Conhecimento empírico 1.3 – Conhecimento teológico 1.4 – Conhecimento filosófico 1.5 – Conhecimento científico UNIDADE 2 – O CONHECIMENTO CIENTÍFICO 2.1 – Liberdade e conhecimento. 2.2 – Conhecimento jurídico como conhecimento científico. 2.3 – Análise e interpretação para a construção do conhecimento científico. UNIDADE 3 – MÉTODOS		

3.1 – Métodos de abordagem. 3.2 – Métodos de procedimento. UNIDADE 4 – O PROCESSO DE PESQUISA 4.1 – Pesquisa científica e método científico. 4.2 – Conceito e finalidade da pesquisa 4.3 – Tipos de pesquisa. 4.4 – Fases da pesquisa: coleta, análise e sistematização. 4.5 – Relatório de pesquisa. UNIDADE 5 – O ESTUDO COMO FORMA DE PESQUISA PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS 5.1 – Técnicas de estudo. 5.2 – Normas técnicas de informação e documentação (ABNT). 5.3 – Leitura crítica, fichamentos, resumos, relatório e estudo de textos jurídicos. 5.4 – Sugestão para redação de trabalhos a partir de estudo de textos sócio-jurídicos. 5.5 – Técnicas de dinâmica de grupo, seminários. 5.6 – Pesquisa de informação na internet. UNIDADE 6 – TRABALHOS CIENTÍFICOS 6.1 – Conceituação de trabalho científico. 6.2 – Espécies de trabalhos científicos. 6.3 – O trabalho acadêmico. 6.4 – Tipos e características dos trabalhos acadêmicos: resumo, resenha, relatório, artigo, projeto de pesquisa, monografia, dissertação e tese. 6.5 – Pesquisa bibliográfica
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas expositivas e interativas. Leitura e discussão de textos. Trabalhos individuais e em grupo: esquema, resumo, relatório e atividade de iniciação à pesquisa.
AVALIAÇÃO
Realização de trabalhos individuais e coletivos
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2010. MÁTTAR NETO, João Augusto. Metodologia científica na era da informática. São Paulo: Saraiva 2007. OLIVEIRA Netto, Alvim Antonio de. Metodologia da pesquisa científica: guia prático para apresentação de trabalhos acadêmicos. 2ª ed Florianópolis: visual books, 2008.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1995. LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1991.

NUNES, Rizatto. Manual de monografia jurídica – **Como se faz uma monografia**, uma dissertação, uma tese. São Paulo: Saraiva, 2013.
SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa** - ação. São Paulo: Cortez, 1998.



**DIRETORIA DE ENSINO/ DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: Tópicos Especiais I - Novas Tecnologias Aplicadas ao Ensino (Física)		
Código: ESP009		
Carga Horária Total: 30h	Carga Horária Teórica: 10h	Carga Horária Prática: 20
Créditos: 2		
EMENTA		
Ciência e Tecnologia. A contribuição da Física para o desenvolvimento científico e tecnológico. O uso de novas tecnologias para o processo de ensino-aprendizagem da Física. Discussões acerca da transposição didática dos processos tecnológicos para os currículos dos Ensinos Fundamental e Médio.		
OBJETIVOS		
• Debater, produzir e aplicar recursos tecnológicos nos processos de ensino e aprendizagem em Física; • Apresentar ferramentas tecnológicas na área de Física; • Empreender pesquisas, seleção e práticas de ensino vinculadas às novas tecnologias na compreensão da Física; • Capacitar profissionais da área para desenvolverem experiências de uso dos recursos tecnológicos em sala de aula.		
PROGRAMA		
• A Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e as experiências docentes com novas tecnologias no ensino de Física. • Teoria da aprendizagem significativa e concepções alternativas – como identificar e solucionar utilizando novas tecnologias; • Metodologias ativas de ensino voltadas ao uso de novas tecnologias; • Ferramentas tecnológicas no ensino da Física.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
• Encontros presenciais e atividades pesquisa, leitura e análise de textos selecionados; • Aulas-Oficinas com recursos tecnológicos;		

- Organização e apresentação de seminários;
- Produção de experiências em sala de aula.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina será contínua e de caráter formativo. A participação nos debates, a elaboração de pesquisas e a produção de aulas que dinamizem o ensino e aprendizagem em Física, incorporando as novas tecnologias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVARENGA, B.; MÁXIMO, A. Curso de Física. Vol.1, 2 e 3. São Paulo: Scipione, 2010.

CARVALHO, A. M. P. Física: proposta para um ensino construtivista. São Paulo: E.P.U., 1989.

CARVALHO, A. M. P. de; GIL-PÉREZ, D. Formação de professores de ciências. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NARDI, R. Pesquisa em Ensino de Física. São Paulo: Escrituras, 2001.

NARDI, R. Questões Atuais no Ensino de Ciências. São Paulo: Escrituras, 1998.

NUÑEZ, I. B., RAMALHO, B. L. Organizadores, Fundamentos dos Ensino – Aprendizagem das Ciências da Natureza e da Matemática: o Novo Ensino Médio, Porto Alegre, RS: Sulina, 2004.

GASPAR, A. Compreendendo a Física. Volumes 1, 2 e 3. São Paulo: Ática, 2010.

GASPAR, A. Compreendendo a Física: Ondas, Óptica e Termodinâmica. Vol. 1, 2 e 3. São Paulo: Ática, 2010.

GRF, Física I, Física II e Física III, Edusp.

WUO, W. A física e os livros: Uma análise do saber físico nos livros didáticos adotados para o ensino médio. São Paulo: EDUC / FAPESP, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPOS, M. C. de C.; NIGRO, R. G. Didática de ciências: o ensino-aprendizagem como investigação. São Paulo: FTD, 1999.

CACHAPUZ, A. et al. A necessária renovação do ensino das ciências. São Paulo: Cortez, 2005.

CARVALHO, A. M. P. de (Org). Ciências no Ensino Fundamental: o conhecimento físico. São Paulo: Scipione, 1998.

CARVALHO, A. M. P. et al. Ensino de Física. São Paulo: Cengage Learning, 2010. (Coleção Ideias em ação)

MARTINS, A. F. P. (Org). Física ainda é cultura? São Paulo: Ed Livraria da Física, 2009.

POZO, J. I.; CRESPO, M. A. G. A aprendizagem e o ensino de ciências: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico. Porto Alegre: Artmed, 2009.

RAMALHO, B. L.; NUNÑEZ, I. B. (Org). Aprendendo com o ENEM: reflexões para melhor se pensar o ensino e a aprendizagem das ciências naturais e da matemática. Brasília: Liber Livro Editora, 2011.

Revista Brasileira de Ensino de Física

Caderno Brasileiro de Ensino de Física

Revista Ciência e Ensino

Revista Física na Escola SILVA, R. M. G.; FERNANDES, M. A.; LOPES, C. R.; SOUZA-JUNIOR, A. J. **Informática na Educação: elaboração de Objetos de Aprendizagem.** Uberlândia: UDUFU, 2007.



**DIRETORIA DE ENSINO/ DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: Tópicos Especiais I - Novas Tecnologias Aplicadas ao Ensino (Biologia)		
Código: ESP009		
Carga Horária Total: 30h	Carga Horária Teórica: 10h	Carga Horária Prática: 20
Créditos: 2		
EMENTA		
Aspectos metodológicos relativos ao uso de Tecnologias da Informação e Comunicação no processo de ensino-aprendizagem de ciências e biologia. O uso de novas tecnologias, atividades lúdicas e gamificação no combate às dificuldades de aprendizagem em ciências e biologia no contexto escolar.		
OBJETIVOS		
• Discutir sobre estratégias de ensino e uso de Tecnologias da Informação e Comunicação para trabalhar as dificuldades de aprendizagem em ciências e biologia; • Valorizar a ludicidade na construção de uma aprendizagem significativa; • Refletir sobre as tendências atuais quanto ao uso das novas tecnologias e gamificação no contexto social dos alunos; • Apresentar ferramentas tecnológicas na área de biologia; • Estimular o desenvolvimento de instrumentos didáticos voltados ao uso de recursos tecnológicos audiovisuais e de gamificação; • Analisar de forma crítica o acesso, utilização e eficácia das Tecnologias da Informação e Comunicação no âmbito escolar e social do aluno.		
PROGRAMA		
• Modelos de ensino de ciências e sua relação com as Tecnologias da Informação e Comunicação: contradições, resistências e rupturas quanto a suas aplicações; • Teoria da aprendizagem significativa e concepções alternativas – como identificar e solucionar utilizando novas tecnologias; • Metodologias ativas de ensino voltadas ao uso de novas tecnologias: sala de aula invertida e gamificação no ensino de ciências e biologia; • Mapas conceituais e textos de divulgação científica como instrumentos didáticos; • Ferramentas tecnológicas no ensino de ciências e biologia: PhET, Socrative, Kahoot!, Moodle Cloud, CmapTools; • O uso das novas tecnologias par auxiliar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão no campo das ciências da natureza.		

METODOLOGIA DE ENSINO

Encontros presenciais e atividades domiciliares de leitura e análise de textos selecionados. Essencialmente, as atividades realizadas na disciplina envolvem:

- Aulas expositivas e dialogadas;
- Leitura de artigos e textos científicos;
- Aulas-oficinas com recursos tecnológicos;
- Atividades de pesquisa e análise de práticas e experiências em sala de aula.

AValiação

A avaliação da disciplina será contínua e de caráter formativo. A participação nos debates, a elaboração de pesquisas e a produção de aulas que dinamizem o ensino e aprendizagem em Ciências e Biologia incorporando as novas tecnologias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERGMANN, J.; SAMS, A. **Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

CAMPOS, M.C.C.; NIGRO, R.G. **Didática de ciências: o ensino-aprendizagem como investigação**. São Paulo: FTD, 1999. 190 p.

MATTAR, J. **Metodologias ativas para a educação presencial, blended e a distância**. São Paulo: Artesanato Educacional, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, R. **O Senso Comum e a ciência**. In: __Filosofia da Ciência. Introdução ao jogo e a suas regras. Ed. Loyola, São Paulo, 2000. pp. 9-21.

KRASILCHICK, M. **O professor e o currículo das ciências**. São Paulo: EPU, 1981.

KRASILCHICK, M. **A Prática de ensino de Biologia**. São Paulo: Edusp, 2004.

KENSKI, V . M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas, SP: Papirus, 2003 (Coleção Prática Pedagógica).

BELLONI, M . L. **O que é mídia-educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.



**DIRETORIA DE ENSINO/ DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: Tópicos Especiais I - Novas Tecnologias Aplicadas ao Ensino (História)		
Código: ESP009		
Carga Horária Total: 30h	Carga Horária Teórica: 10h	Carga Horária Prática: 20
Créditos: 2		
EMENTA		
Debate acerca da seleção, tratamento e uso das novas tecnologias aplicadas ao ensino de História. História e Linguagens: Fundamentos teóricos e conceituais. Problematicando o uso do Audiovisual e as Fontes de Internet em sala de aula. Ensino de História, pesquisa e produção de material didático. Temas e problemas para o ensino de História e as novas tecnologias.		
OBJETIVOS		
• Conhecer os fundamentos epistemológicos e o arcabouço teórico-metodológicos acerca do uso das novas tecnologias e linguagens no campo da História. • Debater, produzir e aplicar recursos tecnológicos nos processos de ensino e aprendizagem em História. • Empreender pesquisas, seleção e práticas de ensino vinculadas às novas tecnologias na compreensão das temporalidades históricas. • Capacitar profissionais da área para desenvolverem experiências de uso dos recursos tecnológicos audiovisuais e das fontes da internet em sala de aula. • Dinamizar as aulas de História mediante o uso de materiais, métodos e processos didáticos que permitam o diálogo com a realidade social e geracional discente. • Problematicar as contradições inerentes à produção, consumo e consequências das novas tecnologias na contemporaneidade.		
PROGRAMA		
• A Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e as experiências docentes com novas tecnologias no ensino de História. • Ensino de História, Linguagens e Tecnologias: algumas teorias, conceitos e reflexões.		

- Problematizando o audiovisual e as fontes de internet em sala de aula.
- Pesquisa e o Ensino com novas linguagens no campo da História.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Encontros presenciais e atividades pesquisa, leitura e análise de textos selecionados;
- Aulas-Oficinas com recursos tecnológicos;
- Organização e apresentação de seminários;
- Produção de experiências em sala de aula.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina será contínua e de caráter formativo. A participação nos debates, a elaboração de pesquisas e a produção de aulas que dinamizem o ensino e aprendizagem em História incorporando as novas tecnologias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEHAR, Regina e FLORES, Elio. “Linguagens Visuais no Ensino de História.” In.: **ANAIIS – IX Encontro Estadual de Professores de História**. ANPUH/PB. João Pessoa: Editora Sal da Terra, 2000.

BETENCOURT, Circe. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2012.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. São Paulo: Papirus, 1993.
_____. **Didática e Prática de Ensino**. São Paulo: Papirus, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

-BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

-CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette**. Tradução Denize Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. (orgs). **História: Novas Abordagens**. Tradução de Theo Santiago. 4ª. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995.

_____. **História: Novos Objetos**. Tradução de Theo Santiago. 4ª. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995.

_____. **História: Novos Problemas**. Tradução de Theo Santiago. 4ª. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995.

MONTEIRO, Ana Maria, GASPARELLO, Arlete Medeiros e MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.

RUIZ, Rafael. **Novas Formas de Abordar o Ensino de História**. In.: KARNAL, Leandro (org.). *História na Sala de Aula: Conceitos, Práticas e Propostas*. São Paulo: Contexto, 2003.

-SCHMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLE, Marlene. **Ensinar História: Pensamento e ação na sala de aula**. São Paulo: Editora Scipione, 2010.

-SILVA, Marcos e FONSECA, Selva Guimarães. **Ensinar história no século XXI: Em busca do tempo entendido**. Campinas: Papirus, 2007.

SILVA, Lígia Maria Tavares da. **Fotografia e Paisagem Urbana**. In.: SAECULUM: Revista de História – No. 6/7 Jan. Dez. 2000/2001 – João Pessoa: ed. Universitária/UFPB, 2002.



**DIRETORIA DE ENSINO/ DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: Tópicos Especiais I - Novas Tecnologias Aplicadas ao Ensino (Sociologia)		
Código: ESP009		
Carga Horária Total: 30h	Carga Horária Teórica: 10h	Carga Horária Prática: 20
Créditos: 2		
EMENTA		
As relações dos meios de comunicação e informação com o ensino da Sociologia. Planejamento de ensino e seleção de meios: seu suporte físico e sua linguagem. Os usos dos meios no ensino. Debate acerca da seleção, tratamento e uso das novas tecnologias aplicadas ao ensino da Sociologia. Relação entre mídia, cultura e subjetividade. A mídia como instrumento didático-pedagógico. As novas tecnologias de comunicação e informação e suas aplicações no processo de ensino-aprendizagem da Sociologia.		
OBJETIVOS		
• Identificar a relação comunicação e educação na sociedade contemporânea; • Planejar o ensino, selecionar e utilizar os meios; • Relacionar mídia, cultura e subjetividade presentes no ensino da Sociologia; • Debater e produzir materiais midiáticos para o ensino da Sociologia; • Aplicar as novas tecnologias de comunicação e informação no processo de ensino-aprendizagem da Sociologia.		
PROGRAMA		
• Ensino e aprendizagem da Sociologia com apoio de tecnologias; • Planejamento do ensino e utilização dos meios para o processo de ensino-aprendizagem; • Construção de conhecimento teórico-prático em atividades formativas mediadas pelo uso de materiais midiáticos; • Mídia, cultura e subjetividade: instrumentos didático-pedagógicos e sociedade; • Mediação pedagógica e novas tecnologias de informação e comunicação.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
• Encontros presenciais e atividades pesquisa, leitura e análise de textos selecionados; • Aulas-Oficinas com recursos tecnológicos; • Organização e apresentação de seminários; • Produção de experiências em sala de aula.		
AValiação		
A avaliação da disciplina será contínua e de caráter formativo, com participação em debates, apresentação de seminário e produção de relatório de experiência com uso de tecnologias em sala de aula.		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BELLONI, Maria Luiza. **O que é mídia-educação**. São Paulo: Autores Associados, 2009.
COSTA, Cristina. **Educação, imagem e mídias**. São Paulo: Cortez, 2005.
LEVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Coleção Trans, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HANDFA, Anita; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **A sociologia vai à escola**: história, ensino e docência. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.
LEMO, André. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2010.
MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.
MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos T., BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2013.
THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002.



**DIRETORIA DE ENSINO/ DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: Tópicos Especiais I - Novas Tecnologias Aplicadas ao Ensino (Química)		
Código: ESP009		
Carga Horária Total: 30h	Carga Horária Teórica: 10h	Carga Horária Prática: 20
Créditos: 2		
EMENTA		
Ciência e Tecnologia. A contribuição da Química para o desenvolvimento científico e tecnológico. O uso de novas tecnologias para o processo de ensino-aprendizagem da química. Discussões sobre a transposição didática dos processos tecnológicos para os currículos dos Ensinos Fundamental e Médio.		
OBJETIVOS		
• Debater, produzir e aplicar recursos tecnológicos nos processos de ensino e aprendizagem em Química; • Apresentar ferramentas tecnológicas na área de química; • Empreender pesquisas, seleção e práticas de ensino vinculadas às novas tecnologias na compreensão da química; • Capacitar profissionais da área para desenvolverem experiências de uso dos recursos tecnológicos em sala de aula.		
PROGRAMA		
• A Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e as experiências docentes com novas tecnologias no ensino de Química. • Teoria da aprendizagem significativa e concepções alternativas – como identificar e solucionar utilizando novas tecnologias; • Metodologias ativas de ensino voltadas ao uso de novas tecnologias; • Ferramentas tecnológicas no ensino da química.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
• Encontros presenciais e atividades pesquisa, leitura e análise de textos selecionados; • Aulas-Oficinas com recursos tecnológicos;		

- Organização e apresentação de seminários;
- Produção de experiências em sala de aula.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina será contínua e de caráter formativo. A participação nos debates, a elaboração de pesquisas e a produção de aulas que dinamizem o ensino e aprendizagem em Química incorporando as novas tecnologias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RIBEIRO, A. A.; GRECA, I. M. **Simulações computacionais e ferramentas de modelização em educação química: uma revisão de literatura publicada**. Química Nova, volume 26, número 4, p. 542-549, 2003.

CAVALCANTE, D. D.; SILVA, A. F. A. **Modelos didáticos e professores: concepções de ensino-aprendizagem e experimentações**. In XIV ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE QUÍMICA. Anais... UFPR, Curitiba, 2008.

MIGLIATO, F. J. **Utilização de modelos moleculares no ensino de estequiometria para alunos do ensino médio**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, p. 120, São Carlos, 2005.

RIBEIRO, A. A.; GRECA, I. M. **Simulações computacionais e ferramentas de modelização em educação química: uma revisão de literatura publicada**. Química Nova, volume 26, número 4, p. 542-549, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SANTANA, E. M. de; REZENDE, D. de B. **O uso de jogos no ensino e aprendizagem de Química: uma visão dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental**. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO QUÍMICA. UFPR, Anais... Curitiba, 2008.

SANTAROSA, L.; CONFORTO, D.; PASSERINO, L.; CARNEIRO, M. L.; GELLER, M.; ESTABEL, L. **Tecnologias digitais e acessíveis**. Porto Alegre: JSM Comunicação LTDA, 2010.

SANTOS, L. C.; SILVA, M. G. L. **O Estado da Arte sobre estequiometria: dificuldades de aprendizagem e estratégias de ensino**. In: IX CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE INVESTIGACIÓN EN DIDÁCTICA DE LAS CIENCIAS, Anais... Girona, setembro de 2013.

SILVA, G. M. L. da; NETTO, J. F. de M.; SOUZA, R. H. de. **A abordagem didática da simulação virtual no ensino da Química: um olhar para os novos paradigmas da educação**. IN: V CONGRESSO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO. Anais do XXII Workshop de Informática na Escola. Cidade. Ano 2016, 339-348.

Projeto Pedagógico – Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Teoria, Metodologia e Práticas de Ensino
IFCE - *campus* Tabuleiro do Norte / CE

SILVA, R. M. G.; FERNANDES, M. A.; LOPES, C. R.; SOUZA-JUNIOR, A. J. **Informática na Educação: elaboração de Objetos de Aprendizagem**. Uberlândia: UDUFU, 2007.



**DIRETORIA DE ENSINO/ DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: Tópicos Especiais I - Novas Tecnologias Aplicadas ao Ensino (Matemática)		
Código: ESP009		
Carga Horária Total: 30h	Carga Horária Teórica: 10h	Carga Horária Prática: 20
Créditos: 2		
EMENTA		
O uso de Tecnologias no processo de ensino-aprendizagem de Matemática. O uso de novas tecnologias, Informática Educativa. Ferramentas tecnológicas e a construção de recursos didáticos; Softwares aplicados à educação fundamental no ensino de Matemática.		
OBJETIVOS		
• Discutir o uso de tecnologias no ensino da Matemática; • Refletir o papel das novas tecnologias no ensino da Matemática; • Apresentar ferramentas tecnológicas para o ensino e aprendizado de Matemática.		
PROGRAMA		
• Tópicos em informática. • A aprendizagem da matemática em ambientes informatizados • As calculadoras na educação básica. • Utilização de softwares no ensino de Matemática. • Utilização de sites da Web no ensino da Matemática. • A Matemática e os ambientes colaborativos de aprendizagem. • Redes sociais no ensino da Matemática: oportunidades e desafios. • Técnicas de Ensino da Matemática com a Utilização de Jogos. • Elaboração de material audiovisual.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Aulas expositivas e dialogadas; • Organização e apresentação de seminários; • Aulas práticas no computador. • Discussão de textos.		
AVALIAÇÃO		
Apresentação de seminários sobre tópicos da disciplina e apresentação de projetos práticos na área de novas tecnologias.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
KALINKE, M. A. Internet na Educação. Curitiba: Chain, 2003. KENSKI, V. M. Tecnologias e ensino presencial e a distância. 9 ed. Campinas: Papirus, 2010. LÉVY, P. Tecnologias da Inteligência. São Paulo: Editora 34, 1993. Matemática, SBM BORBA, Marcelo de Carvalho & PENTEADO, Miriam Godoy. Informática e Educação		

Matemática. Coleção tendências em Educação Matemática. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

KENSKI, V. M. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2008.
MACHADO, S. D. A (Org.). Educação matemática: uma (nova) introdução. São Paulo: EDUC, 2008

BELINE, Willian; COSTA, Nielce M. L. Educação Matemática, Tecnologia e Formação de Professores. Campo Mourão: Fecilcam, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; ROSA, Mauricio. Realidade e Ciber mundo: horizontes filosóficos e educacionais antevistos. Canoas, RS: Editora da Ulbra, 2010.

GRAVINA, Maria Alice, Santarosa, Lucila Maria Costi. (1998) A Aprendizagem da Matemática em Ambientes Informatizados. Informática na Educação: Teoria e Prática, vol. 1, n. 1. Porto Alegre: UFRGS – Curso de Pós-Graduação em Informática na Educação.

AYRES, Dalvina Amorim. Software Educativo: Uma reflexão sobre a avaliação e utilização no ambiente escolar. 2009. <http://www.redem.org/boletim/boletim310709f.php>

COTTA, Alceu Júnior. Novas Tecnologias Educacionais No Ensino de Matemática: estudo de caso - Logo e do Cabri-Géomètre. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, 2002.

MORAN, J. M; MASETTO, M. T; BEHRENS, M. A. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 21ª edição. Campinas – SP: Papirus, 2013 (Coleção Papirus Educação).

BORBA, M. de C; SCUCUGLIA, R. S.; GADANIDIS, G.. Fases das tecnologias digitais em Educação Matemática: Sala de aula e internet em movimento. 1º edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014 (Coleção Tendências em Educação Matemática).



**DIRETORIA DE ENSINO/ DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: Tópicos Especiais II - Produção de Material Didático (Física)		
Código: ESP010		
Carga Horária Total: 30h	Carga Horária Teórica: 10h	Carga Horária Prática: 20
Créditos: 2		
EMENTA		
Teoria do conhecimento científico. História da experimentação na Física. Importância da experimentação no Ensino de Física. Elaboração de roteiros e avaliação de aulas práticas. Elaboração e realização de aulas práticas de Física para o Ensino Fundamental e Médio utilizando materiais alternativos.		
OBJETIVOS		
• Avaliar o uso da experimentação no ensino de Física. • Elaborar roteiros de atividades práticas; • Utilizar matérias alternativos como recursos didáticos; • Realizar atividades práticas.		
PROGRAMA		
• Ensino de Física, fontes e materiais didáticos: algumas teorias, conceitos e reflexões. • A importância da aplicação de recursos didáticos no ensino de Física; • Estudo comparativo do ensino teórico e prático da Física; • Uso de materiais alternativos em aulas experimentais de Física.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
• Encontros presenciais e atividades pesquisa, leitura e análise de experimentos. • Aulas-Oficinas com os materiais didáticos selecionados. • Organização e apresentação de seminários. • Produção de material didático.		
AVALIAÇÃO		
A avaliação da disciplina será contínua e de caráter formativo. A participação nos debates, a elaboração de pesquisas e a produção de matérias que dinamizem o ensino e aprendizagem em Física comporão a nota da disciplina.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

APOSTILAS DE LABORATÓRIO DE FÍSICA - Departamento Física.

ALVARENGA, B.; MÁXIMO, A. Curso de Física. Vol.1, 2 e 3. São Paulo: Scipione, 2010.

GREF, Física I, Física II e Física III, Edusp.

GASPAR, A. Compreendendo a Física: Ondas, Óptica e Termodinâmica. Vol. 1, 2 e 3. São Paulo: Ática, 2010.

GASPAR, A. Compreendendo a Física. Volumes 1, 2 e 3. São Paulo: Ática, 2010.

NUSSENZVEIG, H.M., “Curso de Física Básica – Mecânica”, vol.1, Editora Edgard Blucher Ltda, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALONSO, M. e FINN, E.J. - "Física - Um curso Universitário", Vol. 1, 2 e 3, 1a ed., Editora Edgard Blucher Ltda., 1999.

HALLIDAY, D. e RESNICK, R., “Fundamentos de Física: mecânica”, Vol. 1, 2 e 3, 6a ed., Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2002.

KITTEL, C., KNIGHT, W.D. e RUDERMAN, M.A. “Mecânica – curso de Física de Berkeley”, vol. 1, Editora Edgard Blucher Ltda, 1973.

SEARS, F.; ZEMANSKY, M.W.; YOUNG, H.D. e FREEDMAN, R.A., “Física I, II e III”, 10a ed., Ed. Addison Wesley, 2004.

TRIPLER, P.A., "Física – mecânica; oscilações e ondas; termodinâmica", Vol. 1, 2 e 3, 3a ed., Editora LTC – Livros Técnicos e Científicos S.A., 2000.



**DIRETORIA DE ENSINO/ DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: Tópicos Especiais II - Produção de Material Didático (Biologia)		
Código: ESP010		
Carga Horária Total: 30h	Carga Horária Teórica: 10h	Carga Horária Prática: 20
Créditos: 2		
EMENTA		
Discussão sobre o ensino de ciências e biologia e o uso de textos de divulgação científica, modelos didáticos e material didático no âmbito escolar. Desenvolvimento de materiais didáticos interdisciplinares que versem sobre a biologia inserida num contexto de inclusão e de pluralidade de culturas e ideias na construção de uma aprendizagem significativa.		
OBJETIVOS		
• Debater, produzir e aplicar os materiais didáticos produzidos em sala de aula ao ensino de ciências e biologia. • Desenvolver projetos de pesquisa que incentivem a participação dos alunos na construção do conhecimento a partir da confecção de modelos e materiais didáticos; • Elaborar material didático crítico, inclusivo e interdisciplinar; • Confeccionar e utilizar textos de divulgação em sala de aula.		
PROGRAMA		
• Ensino de ciências e biologia e materiais didáticos: teorias, conceitos e reflexões; • Construtivismo: uso de textos de divulgação científica no ensino de ciências e biologia; • O uso de modelos didáticos inclusivos e que contemplem a pluralidade cultural; • A importância da interdisciplinaridade na confecção de materiais didáticos voltados para a aprendizagem significativa; • O aluno como personagem ativo no processo de ensino-aprendizagem; • Materiais didáticos e o tripé ensino-pesquisa-extensão.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Encontros presenciais e atividades domiciliares de leitura e análise de textos selecionados. Essencialmente, as atividades realizadas na disciplina envolvem:		
• Aulas expositivas e dialogadas; • Leitura de artigos e textos científicos; • Aulas-oficinas com recursos tecnológicos; • Atividades de pesquisa e análise de práticas e experiências em sala de aula.		

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina será contínua. A participação nas discussões dos textos em sala, a elaboração de fichamentos e atividades de análise das práticas pedagógicas serão utilizadas como critérios avaliativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMORIM, A. C. R. **Os roteiros em ação:** multiplicidade na produção de conhecimentos escolares. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. Currículo de ciências em debate . Campinas, SP: Papirus, 2004.

CARVALHO, A. M. P. de (et al.). **Ciências no ensino fundamental:** o conhecimento físico. São Paulo: Scipione, 1998.

POSSOBOM, C. C. F.; OKADA, F. K.; DINIZ, R. E. S. **As atividades práticas de laboratório no ensino de Biologia e Ciências:** relato de uma experiência . In : Universidade Estadual Paulista – Pró - Reitoria de Graduação. (Org.). Núcleos de Ensino. São Paulo: Editora da UNESP, v. 1, p. 113 - 123, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade:** H. 17ª Curitiba: Papirus, 2010.

LUCKESI, C. C. Avaliação da Aprendizagem. 1ª São Paulo: Cortez, 2011.

SELLES, S. E.; FERREIRA, M. S. Ensino de biologia . São Paulo: Cortez Editora, 1ª ed., 2009.

GIOPPPO, C.; SCHEFFER, E. W. O.; NEVES, M. C. D. **O Ensino Experimental na Escola Fundamental:** uma reflexão de caso no Paraná. Educar em Revista , Curitiba, v.14, n. 14, p. 39 - 57, 1998.

PEDRANCINI, V. D.; C ORAZZA - NUNES, M. J.; GALUCH, M. T. B.; MOREIRA, A. L. O .R.; RIBEIRO, A. C. **Ensino e aprendizagem de Biologia no ensino médio e a apropriação do saber científico e biotecnológico.** Revista Electrônica de Enseñanza de las Ciencias. Vol. 6, n. 2, p. 299 - 309, 2007.



**DIRETORIA DE ENSINO/ DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: Tópicos Especiais II - Produção de Material Didático (História)		
Código: ESP010		
Carga Horária Total: 30h	Carga Horária Teórica: 10h	Carga Horária Prática: 20
Créditos: 2		
EMENTA		
Reflexão sobre Ensino de História, Fontes Pesquisa e a Produção de Material Didático. História Local, Memória Social e Oralidade: temas dinamizadores do ensino de História. Fontes de Imprensa: jornais e revistas como elementos para compreensão e problematização do saber histórico. Lugares de Memória e História Local: o ensino de História através das sensibilidades urbanas e do patrimônio cultural.		
OBJETIVOS		
• Debater, produzir e aplicar os materiais didáticos produzidos em sala de aula ao ensino de História. • Empreender projetos de pesquisa, inventários e a catalogação da memória social enquanto mecanismos de percepção das temporalidades históricas. • Contribuir com a formação de profissionais da área, a partir do desenvolvimento de competências e habilidades no trabalho com os relatos orais, periódicos e fontes de imprensa. • Identificar lugares de memória e práticas culturais como fontes para a produção de conhecimento acerca realidade histórica e do patrimônio cultural. • Dinamizar as aulas de História mediante o uso de fontes e materiais didáticos que permitam problematizar a experiência social concreta.		
PROGRAMA		
• Ensino de História, fontes e materiais didáticos: algumas teorias, conceitos e reflexões. • História Local, Memória Social, Patrimônio Cultural e História Oral. • A imprensa como material didático: lugares, práticas e referências culturais em construção e disputa.		

- A Pesquisa e o Ensino no campo da História: superando a dicotomia.
- Produção de percursos/roteiros históricos para reflexão e compreensão da História a partir do patrimônio cultural.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Encontros presenciais e atividades pesquisa, leitura e análise de textos selecionados.
- Aulas-Oficinas com os materiais didáticos selecionados.
- Organização e apresentação de seminários.
- Produção de percursos/roteiros.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina será contínua e de caráter formativo. A participação nos debates, a elaboração de pesquisas e a produção de matérias que dinamizem o ensino e aprendizagem em História comporão a nota da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOSI, Ecléa. **Memória da Cidade:** lembranças paulistanas. In: O Direito a Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: DPH, 1991.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural:** o direito a cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. **Na oficina do historiador:** conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, PUC, nº 35, pp. 253-270. Disponível em <<http://www4.pucsp.br/projetohistoria/series/series3.html>>. Acesso em 14 de set. de 2010.

HALL, Michael M. **História Oral:** Os riscos da inocência. In: O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: DPH, 1991.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes históricas. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 111-153.

POLLACK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho:** Algumas reflexões sobre Ética e História Oral. In: *Projeto História*, Nº 15; São Paulo: EDUC, 1997.

THOMPSON, Paul. **A voz do Passado:** História Oral. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBERTI, Verena. **Saber ouvir: Textos em História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

ABREU, Marta. **Cultura imaterial e patrimônio histórico nacional**. In: Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ARANTES, Antônio Augusto. **Patrimônio Imaterial e Referências Culturais**. In: III Encontro Regional da América Latina e Caribe – CECA/ICOM – Museus e patrimônio intangível – o patrimônio intangível como veículo para a ação educacional e cultural. São Paulo: ICOM/CECA/FAAP, 2004.

_____. **A guerra dos lugares: Sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano**. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Cidade*. Rio de Janeiro: IPHAN/Minc, n° 23, 1994.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2000.

CERTEAU, Michel. **Andando na Cidade**. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Cidade*. Rio de Janeiro: IPHAN/Minc, n° 23, 1994.

ELIAS, Norbert; e SCOTSON, John. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

HOLSTON, James. **Espaços de cidadania insurgente**. Cidadania. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 24, p. 243-253. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

INRC - **Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades: Conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: UNESP, 1988.

OLIVEN, Ruben George. **A antropologia de grupos urbanos**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

POLLACK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1989.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Hucitec,

1994.

SANTIAGO, Pádua. **A Cidade como Utopia e a Favela como Espaço Estratégico de Inserção na Cultura Urbana (1856-1930)**. In: *Trajeto*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. V.1, nº 2. Fortaleza, junho de 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TAMASO, Izabela. **A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios**. Brasília: UnB, 2006. (Antropologia, 390).

THOMPSON, Paul. **A voz do Passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1992.

WILLIAMS, Raymond. **A imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica**. Projeto História, São Paulo, PUC, nº 35, pp. 253-270. Disponível em <<http://www4.pucsp.br/projetohistoria/series/series3.html>>. Acesso em 14 de set. de 2010.

SILVA, Márcia Pereira da et FRANCO, Gilmar Yoshihara. **IMPRENSA E POLÍTICA NO BRASIL: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica**. Revista História em Reflexão: Vol. 4 n. 8 – UFGD - Dourados jul/dez 2010.



**DIRETORIA DE ENSINO/ DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: Tópicos Especiais II - Produção de Material Didático (Sociologia)		
Código: ESP010		
Carga Horária Total: 30h	Carga Horária Teórica: 10h	Carga Horária Prática: 20
Créditos: 2		
EMENTA		
Planejamento de ensino e material didático para a sociologia no ensino médio. Análise do material didático referente aos currículos de sociologia para o ensino médio. Os usos dos meios na produção de materiais didáticos. Reflexão sobre o ensino da Sociologia e a produção de material didático.		
OBJETIVOS		
• Debater, produzir e aplicar os materiais didáticos produzidos em sala de aula ao ensino da Sociologia; • Analisar os livros didáticos de Sociologia, apreciando criticamente os conteúdos; • Identificar materiais didáticos que permitam problematizar a experiência social; • Constituir um espaço acadêmico de reflexão metodológica e criação de materiais didático-pedagógicos.		
PROGRAMA		
• Os manuais didáticos e os desafios entre saber acadêmico e saber escolar; • Os currículos de sociologia para o ensino: análise do material bibliográfico disponível; • Teorias e conceitos acerca do uso do material didático no ensino da Sociologia; • Os desafios para a construção de material didático para o ensino da Sociologia na sociedade contemporânea.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
• Encontros presenciais e atividades pesquisa, leitura e análise de textos selecionados; • Aulas-Oficinas com os materiais didáticos selecionados; • Organização e apresentação de seminários; • Produção de material didático.		
AVALIAÇÃO		
A avaliação da disciplina será contínua e de caráter formativo, com participação em debates, apresentação de seminário e produção de material didático.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
FRANCALANZA, Hilário; SANTORO, M. I.; MELLO, R. F. Que sabemos sobre o livro didático . Campinas: editora da Unicamp, 1989.		
MUNAKATA, K. O livro didático como mercadoria. In: Pro-Posições , v. 23, n. 3 (69), p. 51-		

66, set./dez., 2012.

PANIAGO, Maria Lucia. **“Livro” Didático:** a simplificação e a vulgarização do conhecimento. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

SILVA, M. A. A Fetichização do Livro Didático no Brasil. In: **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.37, n.3, p.803-821, set./dez, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HANDEFAS, Anita; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **A sociologia vai à escola:** história, ensino e docência. Rio de Janeiro: Faperj, 2009.

MORAES, Amaury. “Por que Sociologia e Filosofia no ensino médio?” In: **Revista de Educação**, n.º 10: 50-52, abr., São Paulo, Apeoesp, 1999.

FIGUEIREDO, A. V.; OLIVEIRA, L. F.; PINTO, N. M. (org.). **Sociologia na Sala de Aula:** reflexões e experiências docentes no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012.

NETO, M. M. S.; ALMEIDA, R. O.; PESSOA, M. K. M. Ferramenta didática ou guia curricular? Percepção de professores sobre o processo de escolha dos livros didáticos de Sociologia em escolas do Ceará. In: **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 14, n. 31, p. 155-179, set./dez., 2015.

PEREIRA, L. H. A escolha do Livro Didático de Sociologia em Porto Alegre. In: **Saberes e Perspectivas**, Jequié, v. 4, n. 8, p. 133-145, jan./abr., 2014.



**DIRETORIA DE ENSINO/ DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: Tópicos Especiais II - Produção de Material Didático (Química)		
Código: ESP010		
Carga Horária Total: 30h	Carga Horária Teórica: 10h	Carga Horária Prática: 20
Créditos: 2		
EMENTA		
Teoria do conhecimento científico. História da experimentação na Química. Importância da experimentação no Ensino de Química. Elaboração de roteiros e avaliação de aulas práticas. Elaboração e realização de aulas práticas de Química para o Ensino Fundamental e Médio utilizando materiais alternativos.		
OBJETIVOS		
• Avaliar o uso da experimentação no ensino de química; • Elaborar roteiros de atividades práticas; • Utilizar matérias alternativos como recursos didáticos; • Realizar atividades práticas.		
PROGRAMA		
• Ensino de química, fontes e materiais didáticos: algumas teorias, conceitos e reflexões. • A importância da aplicação de recursos didáticos no ensino de química; • Estudo comparativo do ensino teórico e prático da química; • Uso de materiais alternativos em aulas experimentais de química.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
• Encontros presenciais e atividades pesquisa, leitura e análise de experimentos. • Aulas-Oficinas com os materiais didáticos selecionados. • Organização e apresentação de seminários. • Produção de material didático.		
AVALIAÇÃO		
A avaliação da disciplina será contínua e de caráter formativo. A participação nos debates, a		

elaboração de pesquisas e a produção de matérias que dinamizem o ensino e aprendizagem em Química comporão a nota da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MORTIMER, E. F. **Dez Anos de Química Nova na Escola: A Consolidação de um Projeto da Divisão de Ensino da SBQ**. Revista Química Nova na Escola. Nº 20, Nov. 2004.

MARCELINO-JR, C. A. C.; et al. **Perfumes e Essências: A Utilização de um Vídeo na Abordagem das Funções orgânicas**. Revista Química Nova na Escola. Nº 19, p. 15-18, Maio de 2004.

SOARES, M. H. F. B. **O lúdico em química: jogos e atividades aplicados ao ensino de química**. Tese (Doutorado) Universidade Federal de São Carlos, p. 14. São Carlos: UFSCar, 2012.

ARROIO, Agnaldo et al. **O Show da Química: Motivando o Interesse Científico**. Química Nova, 29 (1), 173-178, 2006.

BARBOSA, Eduardo Fernandes. **Aulas práticas de química na formação profissional: uma abordagem da importância e alguns aspectos relevantes**. Enciclopédia Biosfera, Goiás, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FILHO, Francisco de Sousa Lima; CUNHA, Francisca Portela da. et al. **A importância do uso de recursos didáticos alternativos no ensino de química: uma abordagem sobre novas metodologias**. Enciclopédia Biosfera, Goiás, 2011.

GONÇALVES, Carolina Lambrecht; BORGES, Elton de Lima. et al. **Construção de modelos moleculares versáteis para o ensino de química utilizando material alternativo e de baixo custo**. Disponível em: <www.ufpel.edu.br/cic/2007/cd/pdf/CE/CE_01571.pdf>. Acessado em 11 dez 2017.

LEAL, Murilo Cruz. **Didática da química – fundamentos e práticas para o Ensino Médio**. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.

MACIEL, Adeilton Pereira; LIMA, Joacy Batista de. **Alternativas para o Ensino de Química na Educação Básica – A experiência no cotidiano da docência em Química**. São Luís: EDUFMA, 2011.

MORÉIA, K.C.; BUENO, L.; SOARES, M; ASSIS Jr., L.R.; WIEZZEL, A.C.S.; TEIXEIRA, M.F.S. **O desenvolvimento de aulas práticas de química por meio da montagem de kits experimentais**. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.



DIRETORIA DE ENSINO/ DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: Tópicos Especiais II: Produção de Material Didático (Matemática)		
Código: ESP010		
Carga Horária Total: 30h	Carga Horária Teórica: 10h	Carga Horária Prática: 20
Créditos: 2		
EMENTA		
Princípio de contagem. Cônicas. Curvas parametrizadas. Áreas e aplicações. Superfícies. Volumes. Grafos. Teorema de Pitágoras.		
OBJETIVOS		
• Estudo de tópicos fundamentais da matemática. • Construir modelos concretos. • Utilizar material concreto no ensino para facilitar o aprendizado da Matemática.		
PROGRAMA		
• Princípio de contagem. • Noções de probabilidade. • Construção e propriedades de reflexão das cônicas. • Propriedades da cicloide e catenária. • Áreas de polígonos, tendo a área do quadrado de lado medindo uma unidade de comprimento. • Áreas de regiões planas. • Volumes de prismas e pirâmides. • Volumes utilizando seções paralelas e integral dupla. • Área mínima para embalagem de volumes fixos. • Método de indução. Torre de Hanói. Termo da Sequência de Fibonacci. • Teorema de Pitágoras. • Grafos.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Serão desenvolvidos estudos de tópicos de Matemática com a finalidade de construir modelos concretos para facilitar o aprendizado. As atividades serão: • Aulas expositivas e dialogadas. • Organização e apresentação de seminários.		
AVALIAÇÃO		
Apresentação de seminários sobre tópicos de Matemática, incluindo a apresentação de modelos concretos relacionados aos tópicos escolhidos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

COUTINHO, Severino C., Números Inteiros e Criptografia RSA, Série Computação e Matemática, SBM, 1997.
 LEHMANN, Charles H., Geometria Analítica, Editora Globo.
 LIMA, Elon Lages, A Matemática do Ensino Médio, Vol.2, Coleção do Professor de Matemática, SBM
 LIMA, Elon Lages, Medidas e Formas em Geometria , Projeto Vitae, SBM.
 SIMMONS, George F. Cálculo com Geometria Analítica, Vol. 1, 2, McGraw

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Revistas do Professor de Matemática, SBM
 BORBA, M. de C; SCUCUGLIA, R. S.; GADANIDIS, G.. Fases das tecnologias digitais em Educação Matemática: Sala de aula e internet em movimento. 1º edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014 (Coleção Tendências em Educação Matemática).
 BORBA, M. de C; SCUCUGLIA, R. S.; GADANIDIS, G.. Fases das tecnologias digitais em Educação Matemática: Sala de aula e internet em movimento. 1º edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014 (Coleção Tendências em Educação Matemática).
 SOUZA, Leonardo Guerini. Ensino e Aprendizagem da Matemática através da Construção de Materiais Didáticos. Trabalho de Conclusão de curso . Porto Alegre: UFRGS, 2011.
 SMOLE, K.S.; DINIZ, M.I.; MILANI, E. Jogos de matemática do 6º ao 9º ano. Cadernos do Mathema. Porto Alegre: Artmed 2007.
 GANDRO, R.C. O conhecimento matemático e o uso de jogos na sala de aula. Tese de Doutorado. Universidade de Campinas. Campinas: Unicamp, 2000.



**DIRETORIA DE ENSINO/ DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: Prática de Ensino nas Ciências da Natureza (Física)		
Código: ESP011		
Carga Horária Total: 60h	Carga Horária Teórica:15	Carga Horária Prática: 45
Créditos: 4		
EMENTA		
A didática no ensino de Física. Teorias da aprendizagem: Ensino Tradicional de Ciências e Tecnologia, Aprendizagem Significativa, Mudança conceitual, Aprendizagem como processamento de informação, Aprendizagem e as Tecnologias. Uso de modelos e analogias. História e Filosofia da Ciência e da Tecnologia no Ensino. A formação de conceitos científicos e conhecimentos tecnológicos. Regência em sala de aula.		
OBJETIVOS		
• Possibilitar a discussão sobre o ensino de Física • Analisar as Teorias de Aprendizagem aplicadas nas ciências, focando na Física. • Avaliar o processo de aprendizagem no ensino das ciências, focando na Física.		
Refletir acerca da formação de professores de Física.		
PROGRAMA		
• Didática no Ensino de Física. • Teorias de Aprendizagem: Ensino Tradicional e aprendizagem significativa. • Aprendizagem e as Tecnologias. • Uso de Modelos e analogias • História e Filosofia do ensino das ciências. • A formação dos conceitos científicos e conhecimentos tecnológicos • Os desafios na formação de professores de Física. • Regência.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
• Encontros presenciais e atividades pesquisa, leitura e análise de textos selecionados. • Aulas-Oficinas com os materiais didáticos selecionados. • Observação dos atores, dos processos e do ambiente escolar. • Produção de relatórios técnicos.		

- Prática docente.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina será contínua e de caráter formativo. A participação nos debates, a elaboração de material didático, a aplicação de métodos e fontes específicos, a produção de relatórios e a regência comporão a nota da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CACHAPUZ, A.; GIL-PÉREZ, D.; DE CARVALHO, A. M. P.; PRAIA, J.; VILCHES, A. **A necessária renovação do ensino das ciências**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez; 2011, p.185-264.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. **Ensino de Ciências: fundamentos e métodos**. São Paulo: Editora Cortez. 2ª edição. 2007, p. 27-38. Hewitt, Paul, G. “Fundamentos da Física Conceitual”; Ed. Bookman. RG. 1ª 2008.

Hewitt, Paul, G. “Física Conceitual”; Ed. Bookman. RG. 9ª 2002.- Freire Júnior, Olival. “O Universo dos Quanta. Uma Breve História da Física Moderna”. 1997, São Paulo, FTD.

MOREIRA, M. A.; **Aprendizagem significativa**: a teoria e textos complementares. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011, p. 13-55.

NUÑEZ, I. B.; RAMALHO, B. L. Fundamentos do Ensino-Aprendizagem das Ciências Naturais e da Matemática: O novo Ensino Médio. Porto Alegre: Sulina. 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARMSTRONG, Diane Lucia de Paula. Fundamentos filosóficos do ensino de ciências naturais. 20. ed. Curitiba: Ibpex, 2008. (Metodologia do ensino de biologia e química).

BAZZO, Walter Antonio; PEREIRA, Luiz Teixeira do Vale ; LINSINGEN, Irlan von . Educação tecnológica: enfoques para o ensino de engenharia. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2008. 231 p.

CAMPOS, Luiz Carlos de; DIRANI, Ely A.T.; MANRIQUE, Ana Lúcia (Orgs.) – Educação em Engenharia – novas abordagens, São Paulo, Educ, 2011.

DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta Maria. Ensino de Ciências.

Okuno, E., Caldas I.L. e Chow, C.Ed. “Física para Ciências Biológicas e Biomédicas”, Ed. Harbra (Harper & Row do Brasil), São Paulo, 1982.

Orear, Jay; “Fundamentos da Física”. Vol. 1, 2 e 3. Ed. LTC, Rio de Janeiro. 1982.



**DIRETORIA DE ENSINO/ DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: Prática de Ensino nas Ciências da Natureza		
Código: ESP011		
Carga Horária Total: 60h	Carga Horária Teórica: 60h	Carga Horária Prática: 0
Créditos: 2		
EMENTA		
A didática das ciências naturais e das tecnologias enquanto campos autônomos de conhecimento. Teorias da aprendizagem: Ensino Tradicional de Ciências e Tecnologia, Aprendizagem Significativa, Mudança Conceitual, aprendizagem como processamento de informação, aprendizagem e as tecnologias. Uso de modelos e analogias. História e Filosofia da Ciência e da Tecnologia no Ensino. A formação de conceitos científicos e conhecimentos tecnológicos.		
OBJETIVOS		
• Possibilitar a discussão sobre o ensino das ciências naturais. • Analisar as Teorias de Aprendizagem aplicadas nas ciências • Avaliar o processo de aprendizagem no ensino das ciências. • Refletir sobre a formação de professores nas áreas das ciências da natureza.		
PROGRAMA		
• Didática das ciências naturais. • Teorias de Aprendizagem: Ensino Tradicional e aprendizagem significativa. • Aprendizagem e as Tecnologias. • Uso de modelos e analogias. • História e Filosofia do ensino das ciências. • A formação dos conceitos científicos e conhecimentos tecnológicos. • Os desafios na formação de professores de ciências.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Encontros presenciais e atividades domiciliares de leitura e análise de textos selecionados. Essencialmente, as atividades realizadas na disciplina envolvem: • Aulas expositivas e dialogadas. • Organização e apresentação de seminários. • Fichamentos e resenha de textos e livros. • Atividades de pesquisa e análise de práticas.		
AVALIAÇÃO		
A avaliação da disciplina será contínua e de caráter formativo. A participação nos debates, a elaboração de fichamentos e seminários, além de atividades de análise das práticas / experiências pedagógicas serão utilizadas como critérios avaliativos.		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CACHAPUZ, A.; GIL-PÉREZ, D.; DE CARVALHO, A. M. P.; PRAIA, J.; VILCHES, A. **A necessária renovação do ensino das ciências**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez; 2011, p.185-264.

LIGOURI, L.; NOSTE, M. I. **Didáctica de las Ciencias Naturales: Enseñar Ciencias Naturales**. 1ª Ed. Rosaric: Homo Sapiens Ediciones, 2005, p. 17-51.

MOREIRA, M. A.; **Aprendizagem significativa: a teoria e textos complementares**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011, p. 13-55.

NUÑEZ, I. B.; RAMALHO, B. L. **Fundamentos do Ensino-Aprendizagem das Ciências Naturais e da Matemática: O novo Ensino Médio**. Porto Alegre: Sulina. 2004.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. **Ensino de Ciências: fundamentos e métodos**. São Paulo: Editora Cortez. 2ª edição. 2007, p. 27-3.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARMSTRONG, Diane Lucia de Paula. **Fundamentos filosóficos do ensino de ciências naturais**. 20. ed. Curitiba: Ibpex, 2008. (Metodologia do ensino de biologia e química).

BAZZO, Walter Antonio; PEREIRA, Luiz Teixeira do Vale ; LINSINGEN, Irlan von . **Educação tecnológica: enfoques para o ensino de engenharia**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2008.

CAMPOS, Luiz Carlos de; DIRANI, Ely A.T.; MANRIQUE, Ana Lúcia (Orgs.) – **Educação em Engenharia – novas abordagens**, São Paulo, Educ, 2011.

DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta Maria. **Ensino de Ciências: fundamentos e métodos**. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 2007.

MOREIRA, Marco Antônio. **Metodologias de pesquisa em ensino**. São Paulo: Livraria de Física, 2011.

MOREIRA, Marco Antônio. **Aprendizagem significativa: a teoria e textos complementares**. 1. ed. São Paulo: Livraria de Física, 2012.

MORTIMER, Eduardo Fleury. **Linguagem e Formação de Conceitos no Ensino de Ciências**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, 2000.

NARDI, Roberto (Org). **Questões atuais no ensino de ciências**. São Paulo: Escrituras, 2001.
POZO, Juan Ignacio. **A aprendizagem e o ensino de ciências: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ROSA, Maria Inês Petrucci. **Investigação e ensino: articulações e possibilidades na formação de professores de Ciências**. Ijuí, RS: Unijuí, 2004.

SILVA, Cibelle Celestino (org.). **Estudos de História e Filosofia das Ciências: subsídios**

para aplicação no ensino. 1. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2006.

ZALESKI, Tânia. **Fundamentos históricos do ensino de ciências**. Curitiba: Ibpex, 2010.
(Metodologia do ensino de biologia e química; 6).



**DIRETORIA DE ENSINO/ DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: Prática de Ensino nas Ciências da Natureza (Geografia)		
Código: ESP011		
Carga Horária Total: 60h	Carga Horária Teórica:15	Carga Horária Prática: 45
Créditos: 4		
EMENTA		
O ensino de geografia: estudo teórico-prático que possibilite desenvolver atividades que habilitem à prática pedagógica em sala de aula - observação e planejamento. Escolha dos conteúdos dentro da proposta curricular e do planejamento anual e suas abordagens. Utilização de técnicas e métodos de estágio		
OBJETIVOS		
GERAL: Possibilitar aos discentes o desenvolvimento de um conjunto de atividades para pensar criticamente o espaço escolar e o modo de fazer [ensino-aprendizagem] particular da ciência geográfica na escola. ESPECÍFICOS: • Identificar os referenciais teóricos-metodológicos dos livros didáticos, avaliando e discutindo o conteúdo geográfico contido neles. • Analisar comparativamente propostas oficiais para o ensino da Geografia, manuais e obras didáticas. • Conhecer a disponibilidade de recursos metodológicos para o ensino de geografia. • Analisar formas de construção dos conceitos em geografia a partir dos saberes do cotidiano que circulam pela escola. • Observar e analisar o contexto escolar e o desenvolvimento das aulas de geografia no ensino fundamental e/ou médio. • Elaborar projeto de estágio (ensino de geografia) , considerando a realidade dos alunos e das escolas que serão campos de estágio. • Construir textos reflexivos a partir da observação da realidade escolar: relatório de observação • Elaborar estratégias de aprendizagem em educação e geografia		
PROGRAMA		

1. O ensino de geografia

- Contextualização do ensino de Geografia no Brasil
- A formação do professores e o ensino da geografia
- A prática de ensino como campo de pesquisa-ensino para a formação de professores.
- Conteúdos de Geografia escolar e os livros didáticos
- Metodologias para o ensino de Geografia

2. A geografia na escola: preparo para a observação

- Documentos obrigatórios do estágio
- O projeto e os PPPs
- Plano de Ensino
- Plano de Aula
- A observação

3. No campo: a pesquisa nas escolas escolhidas

- Programas de ensino de Geografia nas escolas selecionadas para o estágio
- A observação (a escola, a turma, o professor, as aulas de geografia)
- Entrevistas
- Produção de registros escritos e fotográficos

4. A construção de uma proposta de trabalho – o projeto

- Definição do tema de estágio
- Pesquisa temática e de estratégias
- Elaboração do projeto.
- Relatório de estágio

METODOLOGIA DE ENSINO

- Discussão em classe com leituras de textos previamente selecionados sobre formação de professores, metodologias, propostas curriculares em vigência, livros didáticos voltados à problemática do ensino de Geografia e a formação do educador; conhecimento dos instrumentos utilizados no estágio.
- Período de observação: os alunos com o auxílio de um roteiro de observação, elaborado em conjunto com o professor, deverão realizar uma pesquisa na escola campo de estágio. Cada aluno ou equipe após uma observação geral centrará sua atenção em pontos específicos que tenham a ver com seus interesses de estudo, especificamente no ensino de geografia. A escrita, como ferramenta de trabalho que acompanhará os alunos em todos os momentos da disciplina, nesta etapa será

fundamental e poderá ser feita através da escrita diário.

- Pesquisa para a elaboração do projeto de estágio [introdução, tema-problema, justificativa com a pesquisa feita nos materiais selecionados, sugestão de encaminhamento metodológica e Cronograma de execução para o semestre seguinte].
- O Projeto e a experiência da disciplina Prática de Ensino de Geografia será socializada num Seminário Final da Disciplina
- Toda a produção se desdobrará em escritas: diário de campo, projeto de estágio, relatório de observação na escola todos circunstanciados pela problemática dos desafios de formar um professor de geografia na contemporaneidade estudado e discutido na etapa um dessa disciplina.
- Entrega e apresentação dos projetos aos professores supervisores das escolas campos de estágio.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina será contínua. A participação nas discussões dos textos em sala, a elaboração de fichamentos e atividades de análise das práticas pedagógicas serão utilizadas como critérios avaliativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Rosângela D. (Organizadora) **Alunos de ontem, educadores de amanhã...** informes auto-reflexivos de alunos de Prática de Ensino de Geografia. Rio Claro: UNESP, 2003.

BARBOSA, Alexandre e outros. **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2004.

CASTROGIOVANNI, A.C. et al. **Geografia em sala de aula:** práticas e reflexões. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Porto alegre, 1999.

_____. **Ensino de Geografia:** práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção do conhecimento.** São Paulo: Papirus, 1998

_____. **Geografia e práticas de ensino.** Goiânia: Alternativa, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, R. **O Senso Comum e a ciência.** In: __Filosofia da Ciência. Introdução ao jogo e a suas regras. Ed. Loyola, São Paulo, 2000. pp. 9-21.

ALVES, N. (org.) Formação de professores: pensar e fazer. São Paulo: Cortez, 1992.

ALMEIDA, Rosângela D. de & PASSINI, Elza Y.. **O Espaço Geográfico:** ensino e representação. Coleção Repensando o Ensino. São Paulo: Contexto, 1989.

ALMEIDA, Rosângela D. (Organizadora) **Alunos de ontem, educadores de amanhã...** informes auto-reflexivos de alunos de Prática de Ensino de Geografia. Rio Claro: UNESP, 2003.

ALMEIDA, Maria Geralda & RATTS Alecsandro JP. **Geografia: Leituras Culturais**. Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

CARLOS, A. F. A. (org.) **A Geografia Na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 1999.

VESENTINI, José William. **A Questão do Livro Didático no Ensino da Geografia**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **Para uma Geografia crítica na escola**. São Paulo: Ática, 1992.

_____. (org.) **Geografia e ensino: textos críticos**. 4ª edição. Campinas, SP: Papirus, 1995.

_____. (org.) **O Ensino de Geografia no século XXI**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

VLACH, V.R.F. **Polemizando a questão: o livro didático de geografia no ensino de 1o. e 2o. graus in Geografia em debate**. Belo Horizonte: Lê, 1990



**DIRETORIA DE ENSINO/ DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: Prática de Ensino nas Ciências da Natureza (Biologia)		
Código: ESP011		
Carga Horária Total: 60h	Carga Horária Teórica:15	Carga Horária Prática: 45
Créditos: 4		
EMENTA		
Aspectos teórico-metodológicos e o papel do professor no ensino de ciências e biologia. Conceitos, princípios, atitudes, habilidades intelectuais e sociais e dificuldades de aprendizagem em ciências e biologia. Desenvolvimento de unidades didáticas e projetos pedagógicos interdisciplinares. Observação de experiências de sala de aula e produção de relatório crítico-analítico. Uso de metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem de ciências e biologia no contexto escolar. Preparação e aperfeiçoamento do profissional para o exercício da docência.		
OBJETIVOS		
• Relacionar os métodos e as teorias da aprendizagem com o papel do professor em sala de aula; • Auxiliar para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem de ciências e biologia; • Discutir sobre estratégias de ensino para trabalhar as dificuldades de aprendizagem dos alunos; • Valorizar a interdisciplinaridade na construção de uma aprendizagem significativa; • Refletir sobre as tendências atuais quanto ao uso das novas tecnologias e de atividades lúdicas no contexto social dos alunos; • Compreender a importância do uso de metodologias ativas na prática docente. • Problematicar a formação e as metodologias a partir da observação dos profissionais da área. • Desenvolver competências e habilidades mediante o planejamento e a execução de projetos de intervenção escolar no campo das ciências e da biologia. • Identificar e aplicar métodos e técnicas de ensino de acordo com o ambiente escolar e a realidade social dos alunos.		
PROGRAMA		
• Modelos de ensino de ciências: ensino por transmissão e recepção e construtivismo – contradições, resistências e rupturas quanto a suas aplicações; • Teoria da aprendizagem significativa e concepções alternativas – como identificar e modelos de mudança conceitual;		

- Ciência, Sociedade, Tecnologia e Ambiente;
- Estratégias de ensino: Mapas de conceitos e organizadores prévios, aula expositiva dialógica e uso de textos de divulgação científica;
- Uso de atividades experimentais no ensino de ciências e biologia;
- Unidades e projetos didáticos interdisciplinares;
- Metodologias ativas de ensino: sala de aula invertida, instrução por pares, aprendizagem baseada em problemas, método de caso, gamificação.

METODOLOGIA DE ENSINO

Encontros presenciais e atividades domiciliares de leitura e análise de textos selecionados. Essencialmente, as atividades realizadas na disciplina envolvem:

- Aulas expositivas e dialogadas;
- Leitura de artigos e textos científicos;
- Observação dos atores, dos processos e do ambiente escolar.
- Produção de relatórios técnicos.
- Prática docente.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina será contínua. A participação nas discussões dos textos em sala, a elaboração de fichamentos e atividades de análise das práticas pedagógicas serão utilizadas como critérios avaliativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERGMANN, J.; SAMS, A. **Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. Rio de Janeiro: LTC, 2016.
BORDENAVE, J.K.; PEREIRA, A.M.. **Estratégias de Ensino-Aprendizagem**. Petrópolis: Vozes. 2002.
BIZZO, N. **Conhecimento: científico e cotidiano**. In: __Ciências: fácil ou difícil? Ed. Ática, São Paulo, 2007.17-28.
CAMPOS, M.C.C.; NIGRO, R.G. **Didática de ciências: o ensino-aprendizagem como investigação**. São Paulo: FTD, 1999. 190 p.
MATTAR, J. **Metodologias ativas para a educação presencial, blended e a distância**. São Paulo: Artesanato Educacional, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, R. **O Senso Comum e a ciência**. In: __Filosofia da Ciência. Introdução ao jogo e a suas regras. Ed. Loyola, São Paulo, 2000. pp. 9-21.
KRASILCHICK, M. **O professor e o currículo das ciências**. São Paulo: EPU, 1981.
KRASILCHICK, M. **A Prática de ensino de Biologia**. São Paulo: Edusp, 2004.
LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem**. 1ª São Paulo: Cortez, 2011.
SELLES, S. E.; FERREIRA, M. S. **Ensino de biologia**. São Paulo: Cortez Editora, 1ª ed., 2009.
PACHECO, D. A. **Experimentação no Ensino de Ciências**. Ciência & Ensino. Campinas, Vol. 2, 2000.



**DIRETORIA DE ENSINO/ DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: Práticas de Ensino nas Ciências da Natureza (Química)		
Código: ESP011		
Carga Horária Total: 60h	Carga Horária Teórica:15	Carga Horária Prática: 45
Créditos: 4		
EMENTA		
A didática no ensino de Química. Teorias da aprendizagem: Ensino Tradicional de Ciências e Tecnologia, Aprendizagem Significativa, Mudança conceitual, Aprendizagem como processamento de informação, Aprendizagem e as Tecnologias. Uso de modelos e analogias. História e Filosofia da Ciência e da Tecnologia no Ensino. A formação de conceitos científicos e conhecimentos tecnológicos. Regência em sala de aula.		
OBJETIVOS		
• Possibilitar a discussão sobre o ensino de química. • Analisar as Teorias de Aprendizagem aplicadas nas ciências. • Avaliar o processo de aprendizagem no ensino das ciências. • Refletir sobre a formação de professores de química.		
PROGRAMA		
• Didática no Ensino de Química. • Teorias de Aprendizagem: Ensino Tradicional e aprendizagem significativa. • Aprendizagem e as Tecnologias. • Uso de Modelos e analogias • História e Filosofia do ensino das ciências • A formação dos conceitos científicos e conhecimentos tecnológicos • Os desafios na formação de professores de química • Regência.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
• Encontros presenciais e atividades pesquisa, leitura e análise de textos selecionados. • Aulas-Oficinas com os materiais didáticos selecionados.		

- Observação dos atores, dos processos e do ambiente escolar.
- Produção de relatórios técnicos.
- Prática docente.

AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina será contínua e de caráter formativo. A participação nos debates, a elaboração de material didático, a aplicação de métodos e fontes específicos, a produção de relatórios e a regência comporão a nota da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CACHAPUZ, A.; GIL-PÉREZ, D.; DE CARVALHO, A. M. P.; PRAIA, J.; VILCHES, A. **A necessária renovação do ensino das ciências**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez; 2011, p.185-264.

LIGOURI, L.; NOSTE, M. I. **Didáctica de las Ciencias Naturales: Enseñar Ciencias Naturales**. 1ª Ed. Rosaric: Homo Sapiens Ediciones, 2005, p. 17-51.

MOREIRA, M. A.; **Aprendizagem significativa: a teoria e textos complementares**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011, p. 13-55.

NUÑEZ, I. B.; RAMALHO, B. L. **Fundamentos do Ensino-Aprendizagem das Ciências Naturais e da Matemática: O novo Ensino Médio**. Porto Alegre: Sulina. 2004.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. **Ensino de Ciências: fundamentos e métodos**. São Paulo: Editora Cortez. 2ª edição. 2007, p. 27-38.

MALDANER (livro).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARMSTRONG, Diane Lucia de Paula. **Fundamentos filosóficos do ensino de ciências naturais**. 20. ed. Curitiba: Ibpex, 2008. (Metodologia do ensino de biologia e química).

BAZZO, Walter Antonio; PEREIRA, Luiz Teixeira do Vale ; LINSINGEN, Irlan von . **Educação tecnológica: enfoques para o ensino de engenharia**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2008. 231 p.

CAMPOS, Luiz Carlos de; DIRANI, Ely A.T.; MANRIQUE, Ana Lúcia (Orgs.) – **Educação em Engenharia – novas abordagens**, São Paulo, Educ, 2011

DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta Maria. **Ensino de ciências: fundamentos e métodos**. São Paulo, Cortez, 2002

MACIEL, Adeilton Pereira; LIMA, Joacy Batista de. **Alternativas para o Ensino de Química na Educação Básica – A experiência no cotidiano da docência em Química**. São Luís: EDUFMA, 2011.



DIRETORIA DE ENSINO/ DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: Práticas de Ensino nas Ciências da Natureza (Matemática)		
Código: ESP011		
Carga Horária Total: 30h	Carga Horária Teórica: 10h	Carga Horária Prática: 50
Créditos: 2		
EMENTA		
Fundamentos e tendências do ensino da matemática. Desenvolvimento de unidades didáticas e projetos pedagógicos que facilitem o aprendizado da matemática.		
OBJETIVOS		
• Conhecer os principais fundamentos do ensino de Matemática; • Estimular o uso de práticas que facilitem o aprendizado da matemática.		
PROGRAMA		
• Fundamentos e tendências no ensino de Matemática. • O Ensino da matemática; • A concepção de Educação Matemática; • O Uso de Laboratório de Matemática na prática do ensino; • As tecnologias na prática do ensino da matemática.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Discussão de textos, debates, mesas redonda e organização e apresentação de seminários.		
AVALIAÇÃO		
Apresentação de seminários , bem como trabalhos de pesquisa e a participação em aula.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ALMEIDA, L. W.; SILVA, K. P.; VERTUAN, R. E. Modelagem Matemática na Educação Básica. São Paulo: Editora Contexto, 2012.		
BECKER, F. Epistemologia do Professor de Matemática. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012.		
D’AMBROSIO, U. Etnomatemática – elo entre as tradições e a modernidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.		
BORBA, M.C. & PENTEADO, M.G. Informática e Educação Matemática. Coleção Tendências em Educação Matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.		
REALI, A.M.M.R. Formação de Professores. Práticas pedagógicas e escola. São Carlos: p. 127 – 149 EDUFSCar, 2002.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
VALENTE, J. A. Computadores e Conhecimento: repensando a educação. Campinas: UNICAMP/ NIED, 1993.		
Revistas do Professor de Matemática, SBM.		
LIMA, E.L. Matemática e Ensino. Rio de Janeiro: SBM, 2003		

SILVA, M. S. Clube de Matemática: Jogos Educativos. Campinas-SP: Papirus. 2004 –(Série Atividades).
LIMA, E.L. Meu Professor de Matemática e outras Histórias. Rio de Janeiro: IMPA, 2006.



**DIRETORIA DE ENSINO/ DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: Prática de Ensino nas Ciências Humanas (História)		
Código: ESP011		
Carga Horária Total: 60h	Carga Horária Teórica:15	Carga Horária Prática: 45
Créditos: 4		
EMENTA		
Teoria, metodologia e conceitos relacionados ao ensino/aprendizagem nas Ciências Humanas. Observação de experiências de sala de aula e produção de relatório crítico-analítico. Métodos, Técnicas e Interdisciplinaridade aplicadas ao ensino de História. Pesquisa, produção e aplicação de Material Didático. Temas e fontes para a aprendizagem nas Ciências Humanas. Regência.		
OBJETIVOS		
• Debater teorias, conceitos e métodos acerca do ensino das Ciências Humanas. • Realizar pesquisa e elaboração de materiais pedagógicos que dinamizem a aprendizagem de História. • Problematicar a formação, as metodologias e engajamento social a partir da observação dos profissionais da área. • Desenvolver competências e habilidades mediante o planejamento e a execução de atividades didáticas no campo da História. • Identificar e aplicar métodos e técnicas de ensino de acordo com o ambiente escolar e a realidade social dos alunos. • Dinamizar as aulas através do uso de fontes e materiais didáticos inovadores.		
PROGRAMA		
• Ensino de História: Da formação básica à atuação docente. • Teorias, conceitos e reflexões sobre a prática pedagógica: os desafios do ensino de Ciências Humanas no século XXI. • Observação participante e produção de relatório circunstanciado. • Métodos e técnicas para o ensino de História.		

• Regência.
METODOLOGIA DE ENSINO
• Encontros presenciais e atividades pesquisa, leitura e análise de textos selecionados. • Aulas-Oficinas com os materiais didáticos selecionados. • Observação dos atores, dos processos e do ambiente escolar. • Produção de relatórios técnicos. • Prática docente.
AVALIAÇÃO
A avaliação da disciplina será contínua e de caráter formativo. A participação nos debates, a elaboração de material didático, a aplicação de métodos e fontes específicos, a produção de relatórios e a regência comporão a nota da disciplina.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BETENCOURT, Circe. Ensino de História: Fundamentos e Métodos. São Paulo: Cortez, 2012. FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da História Ensina. São Paulo: Papirus, 1993. _____. Didática e Prática de Ensino. São Paulo: Papirus, 2003. RUIZ, Rafael. Novas Formas de Abordar o Ensino de História. In.: KARNAL, Leandro (org.). História na Sala de Aula: Conceitos, Práticas e Propostas. São Paulo: Contexto, 2003. -SCHMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLE, Marlene. Ensinar História: Pensamento e ação na sala de aula. São Paulo: Editora Scipione, 2010. -SILVA, Marcos e FONSECA, Selva Guimarães. Ensinar história no século XXI: Em busca do tempo entendido. Campinas: Papirus, 2007.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. ESTADO DE SÃO PAULO. O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: DPH, 1991. LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes históricas. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 111-153. PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: Algumas reflexões sobre Ética e História Oral. In: <i>Projeto História</i>, Nº 15; São Paulo: EDUC, 1997. MONTEIRO, Ana Maria, GASPARELLO, Arlete Medeiros e MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ,

2007.

THOMPSON, Paul. **A voz do Passado:** História Oral. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1992.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.



**DIRETORIA DE ENSINO/ DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: Práticas de Ensino nas Ciências Humanas (Sociologia)		
Código: ESP011		
Carga Horária Total: 60h	Carga Horária Teórica: 15	Carga Horária Prática: 45
Créditos: 4		
EMENTA		
Reflexão sobre a especificidade do trabalho pedagógico em sala de aula no ensino de sociologia. Análise dos documentos normativos e legais para o ensino de sociologia e das pesquisas sócio-filosóficas na área. Teorias, conceitos e métodos relacionados ao processo de ensino-aprendizagem da Sociologia.		
OBJETIVOS		
• Discutir a prática docente a partir dos aspectos sócio-filosóficos e legais; • Debater teorias, conceitos e métodos acerca do ensino da Sociologia; • Refletir sobre a trajetória de formação dos professores de Sociologia; • Analisar as metodologias de formação inicial dos docentes na licenciatura em Sociologia; • Compreender as estratégias de ensino da sociologia nos vários níveis da educação.		
PROGRAMA		
• Ensino da Sociologia: aspectos legais e sócio-filosóficos; • Teorias, conceitos e métodos de ensino da Sociologia: desafios para a prática pedagógica na contemporaneidade; • Trajetória e metodologias para a formação de professores de Sociologia; • Métodos e técnicas para o ensino da Sociologia na educação básica e superior.		
METODOLOGIA DE ENSINO		
• Encontros presenciais e atividades de pesquisa, leitura e análise de textos selecionados; • Observação de sujeitos, processos e espaço escolar; • Produção de relatórios técnicos; • Prática docente.		
AVALIAÇÃO		
A avaliação da disciplina será contínua e de caráter formativo, com participação em debates, produção de relatórios e regência.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
DURKHEIM, E. Educação e sociologia . São Paulo: Melhoramentos, 1978.		
GASPARIN, J.L. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica . Campinas: Autores Associados, 2002.		
HANDFAS, Anita; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. A sociologia vai à escola: história ,		

ensino e docência. Rio de Janeiro: Faperj, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JINKINGS, Nise. Ensino de Sociologia: particularidades e desafios contemporâneos. **Mediações: Revista de Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UEL**, vol. 12, jan/jun, 2007.

BAUMAN, Z. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

COSTA, Cristina. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade, São Paulo: Moderna, 1997.

GOMES, Cândido. **A Educação em Perspectiva Sociológica**. São Paulo: EPU, 1985.

LOMBARDI, José Claudinei. **Marx e Engels: textos sobre educação e ensino**. Campinas: Navegando, 2011.

Tabela 7 - Componentes curriculares do 3º Semestre.

3º SEMESTRE			
Disciplina	Código	CH	Nº de Crédito
Orientação de Artigo/TCC	ESP012	60h	4
Entrega / Defesa / Correções / Publicações	-----	-----	-----
Total		60h	4



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

RESOLUÇÃO Nº 26, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Aprova o Regimento da Proposta de Curso Novo do Mestrado Profissional em Ensino e Formação Docente, em associação com a UNILAB.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe foram conferidas,

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Superior em sua Reunião Ordinária nº 49ª, realizada nesta data;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23255.002683/2018-81,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, o Regimento da Proposta de Curso Novo do Mestrado Profissional em Ensino e Formação Docente, em associação com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), conforme o anexo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe**, Presidente do Conselho Superior, em 03/04/2018, às 16:46, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0032472** e o código CRC **C5F9C040**.

**PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E
FORMAÇÃO DOCENTE (PPGEF UNILAB/IFCE)**

**MESTRADO EM ENSINO E FORMAÇÃO
DOCENTE**

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ENSINO E
FORMAÇÃO DOCENTE**

REGIMENTO INTERNO

Fortaleza/Redenção – CE
Março/2018

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – DA NATUREZA, OBJETIVOS E ESTRUTURA DO CURSO	1
CAPÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DO FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA.....	2
CAPÍTULO III - DO CORPO DOCENTE	5
CAPÍTULO IV – DO REGIME DIDÁTICO.....	6
CAPÍTULO V – DA ADMISSÃO AO MESTRADO	8
CAPÍTULO VI – DA ORIENTAÇÃO	10
CAPÍTULO VII – DA AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR.....	10
CAPÍTULO VIII – DOS EXAMES DE QUALIFICAÇÃO E DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO OU TESE	11
CAPÍTULO IX – DA OBTENÇÃO DO GRAU E EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA	12

REGIMENTO INTERNO DO PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E FORMAÇÃO DOCENTE (UNILAB/IFCE)

CAPÍTULO I – DA NATUREZA, OBJETIVOS E ESTRUTURA DO CURSO

Art. 1º - O Programa Associado de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, doravante denominado PPGEF UNILAB/IFCE, com a oferta de curso *Stricto Sensu*, Mestrado Profissional, visa formar profissionais qualificados para o exercício da docência por meio da pesquisa aplicada, de modo a gerar conhecimento no campo do ensino em sintonia com o debate contemporâneo da formação docente, buscando coletivamente soluções possíveis à realidade social. Constituem-se como objetivos específicos:

- I. Articular diferentes saberes e estudos no desenvolvimento da práxis docente para a Educação Básica;
- II. Fortalecer as perspectivas da docência, considerando o currículo como artefato social e a cultura avaliativa como forma de realimentar os processos formativos da docência;
- III. Articular diferentes saberes e metodologias na criação/condução de práticas interdisciplinares e interculturais;
- IV. Produzir conhecimentos referentes ao ensino e à formação docente que contribuam para o desenvolvimento da Educação Básica nos contextos de inserção loco regional e internacional da UNILAB e do IFCE.

Art. 2º - No plano deliberativo, o PPGEF UNILAB/IFCE é vinculado à:

- I. Diretoria do Instituto de Ciências Exatas e da Natureza (ICEN) da UNILAB;
- II. Diretoria de Ensino do IFCE.

Art.3º - No plano executivo, o PPGEF UNILAB/IFCE é vinculado à:

- I. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB;
- II. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE.

Art. 4º - O PPGEF UNILAB/IFCE regula-se pelas Normas Gerais do Regimento Geral da Pós-graduação *stricto sensu* da Unilab e do Programa de Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, aprovadas pela CPPG/CEPE, em 17 de abril de 2015.

Parágrafo Único - O presente Regimento Interno objetiva complementar as Normas Gerais de que trata o caput deste artigo, no que diz respeito às particularidades do PPGEF.

CAPÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DO FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA

Art. 5º - A estrutura administrativa do Programa Associado de Pós-Graduação em Ensino e Formação docente UNILAB/IFCE é constituída:

- I. Pelo Colegiado do Programa;
- II. Pela Coordenação Geral;
- III. Por uma Coordenação Local;
- IV. Por uma Secretaria Geral;
- V. Por uma Secretaria Local.

Art. 6º - O Colegiado do PPGEF UNILAB/IFCE, composto por professores das diversas áreas do conhecimento, vinculados ao Instituto de Ciências Exatas e da Natureza (ICEN) da UNILAB e ao IFCE, será composto de:

- I. Coordenador (a) Geral do curso, como presidente do Colegiado;
- II. Vice-Coordenador (a) Geral, como vice-presidente do Colegiado;
- III. Coordenador (a) Local;
- IV. Vice-Coordenador (a) Local;
- V. Representação discente constituída por um (a) aluno (a) regularmente matriculado no curso.

Parágrafo 1º - O mandato do Coordenador (a) Geral e do Vice-Coordenador Geral (a) será de 2 (dois) anos, renováveis, tendo início em data única, determinada pela pró-reitoria de pós-graduação da instituição a que pertencer o coordenador geral.

Parágrafo 2º - O mandato dos representantes do corpo discente será de 1 (um) ano, renovável por igual período.

Parágrafo 3º - Poderão integrar a coordenação do Programa apenas professores permanentes.

Parágrafo 4º - Poderão também fazer parte do colegiado do PPGEF UNILAB/IFCE professores de outras áreas e departamentos das referidas instituições que venham a pleitear seu ingresso e tenham a aceitação do referido colegiado, em acordo com as normas deste regimento, todos portadores do título de doutor.

Parágrafo 5º - Casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do PPGEF UNILAB/IFCE.

Art. 7º - O colegiado do PPGEF UNILAB/IFCE de que trata o artigo anterior terá as seguintes atribuições:

- I. Eleger, dentre os membros docentes, o (a) Coordenador (a) Geral e Coordenador (a) local, bem como o (a) Vice-Coordenador (a) Geral e Vice-Coordenador (a) Local, respeitando a alternância institucional prevista neste Regimento, mediante a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros;
- II. Aprovar a composição do corpo docente do Programa, bem como o credenciamento e o descredenciamento dos docentes;
- III. Aprovar a designação de orientadores e sua eventual mudança;

- IV. Aprovar o Regimento Interno do Programa;
- V. Deliberar sobre a utilização de recursos financeiros destinados ao Programa;
- VI. Aprovar a lista de oferta de componentes curriculares respeitando o calendário universitário;
- VII. Aprovar as etapas, os critérios e o resultado final do processo seletivo para ingresso no Programa, respeitando as resoluções específicas da UNILAB e do IFCE;
- VIII. Deliberar, mediante a aprovação da maioria de seus membros, sobre o prazo máximo de vinculação do aluno ao curso de mestrado;
- IX. Definir as diretrizes referentes à forma de apresentação de exames de qualificação e dissertações;
- X. Exercer as demais atribuições que se incluam, de forma implícita ou explícita, no âmbito de sua competência.

Art. 8º - Compete ao (à) Coordenador(a) Geral:

- I. Promover a supervisão didática do Programa, exercendo as atribuições daí decorrentes;
- II. Presidir as reuniões da coordenação e do colegiado do programa;
- III. Convocar eleição para a coordenação do programa, exceto na primeira eleição, por tratar-se de Programa novo, quando a convocação será feita pelo chefe da respectiva instância colegiada da unidade acadêmica da instituição que, pelo princípio da alternância, iniciará o processo elegendo o coordenador dentre os seus membros permanentes no Colegiado;
- IV. Submeter ao colegiado a lista de oferta de componentes curriculares respeitando o calendário acadêmico;
- V. Cancelar oferta de componente curricular, após aprovação na coordenação do programa;
- VI. Submeter à coordenação os processos de aproveitamento de estudos;
- VII. Submeter à pró-reitoria de pós-graduação da instituição a que pertencer o Coordenador Geral, a fim de que sejam encaminhados ao/à Comitê Permanente de Planejamento e Gestão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CPPG) / Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) propostas de alterações de área de concentração, linhas de pesquisa e/ou componentes curriculares, após aprovação pelo colegiado do programa e respectiva(s) instância(s) colegiada(s) da unidade acadêmica;
- VIII. Aprovar, baseado em parecer de uma comissão formada por membros do colegiado do Programa, o aproveitamento de créditos de pós-graduação *stricto sensu* solicitados por alunos do Programa;
- IX. Submeter à pró-reitoria de pesquisa da instituição a que pertencer o Coordenador Geral, após aprovação na coordenação do programa, o edital de processo seletivo;
- X. Formalizar à pró-reitoria de pesquisa da instituição a que pertencer o Coordenador Geral, para inserção no sistema de controle acadêmico vigente, a decisão do colegiado com relação ao prazo máximo de vinculação do aluno ao curso de mestrado;
- XI. Aprovar, de acordo com o orientador, os nomes dos membros das comissões julgadoras de qualificações e defesas de dissertações;
- XII. Definir critérios para a admissão de aluno especial, ouvido o Colegiado;
- XIII. Elaborar e encaminhar para a CAPES o relatório das atividades anuais do programa de pós-graduação;

- XIV. Aprovar *ad referendum*, em casos de urgência, medidas que se imponham em matéria de competência da Coordenação Geral, submetendo seu ato à ratificação da coordenação ou do colegiado na primeira reunião subsequente;
- XV. Exercer as demais atribuições que se incluam, implícita ou explicitamente, no âmbito de sua competência.

Art. 9º - Na falta ou impedimento, temporário ou permanente, do(a) Coordenador(a) Geral do Programa, suas funções serão exercidas pelo(a) Vice-Coordenador (a) Geral.

Parágrafo 1.º - Na falta ou impedimento do(a) Coordenador(a) Geral e do(a) seu Vice-Coordenador(a) Geral do Programa, simultaneamente, a função de Coordenador(a) Geral será exercida pelo(a) representante docente da Coordenação Geral com mais tempo de exercício no magistério superior na UNILAB ou no IFCE.

Parágrafo 2º - Em caso de impedimento permanente ou renúncia do Vice-Coordenador (a) Geral do Programa ou de qualquer representante docente da Coordenação Geral do Programa, sua substituição será feita mediante eleição pelo colegiado, em reunião convocada para tal fim.

Parágrafo 3º - O mandato do eleito de acordo com o parágrafo anterior corresponderá ao período restante do mandato do substituído.

Art. 10º - Compete ao Coordenador (a) Local:

- I. Representar o Programa em reuniões do Conselho de Unidade Acadêmica do Instituto de Ciências Exatas e da Natureza (ICEN) da UNILAB e da Diretoria de Ensino do IFCE;
- II. Dirigir e supervisionar a Secretaria Local do Programa;
- III. Decidir sobre requerimentos do alunado quando envolverem assuntos relacionados à rotina administrativa e fazendo os devidos encaminhamentos ao Coordenador Geral.

Art. 11º - Compete ao Vice-Coordenador Geral:

- IV. Substituir o Coordenador Geral em sua falta ou impedimentos;
- V. Auxiliar o Coordenador Geral na realização do planejamento e relatório anual;
- VI. Auxiliar o Coordenador Geral na gestão executiva do Programa.

Parágrafo Único – O Vice-Coordenador Local terá as mesmas atribuições constantes no *caput* deste artigo, sendo no âmbito local.

Art. 12º - A Coordenação Geral do PPGEF UNILAB/IFCE reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, quando convocada pelo Coordenador Geral ou pela maioria de seus membros.

Art. 13º - A Secretaria Geral é o órgão de apoio da administração, que tem as seguintes competências:

- I. Manter atualizadas as fichas cadastrais de todo o corpo docente, técnico-administrativo e discente, em particular os dados relativos ao histórico escolar dos discentes;
- II. Tomar providências necessárias para a matrícula do alunado do Curso;

- III. Distribuir e arquivar, organizadamente, os documentos relativos às atividades didáticas, científicas e administrativas;
- IV. Manter atualizada a coleção de leis, decretos, portarias, circulares, resoluções e outras normas que regulamentam o Sistema Brasileiro de Pós-graduação;
- V. Secretariar as reuniões do Colegiado e as sessões destinadas às apresentações públicas de dissertações;
- VI. Zelar pelo controle e conservação do equipamento e material da Secretaria;
- VII. Manter atendimento da Secretaria no horário de expediente aberto ao público, estabelecido, conforme orientação do Coordenador(a) Geral;
- VIII. Comunicar aos docentes e discentes sobre decisões do Colegiado e sobre outros avisos de rotina;
- IX. Executar tarefas próprias da rotina administrativa do Programa e outras que lhe forem atribuídas pelo(a) Coordenador(a) Geral;
- X. Encaminhar à pró-reitoria de pós-graduação da instituição a que pertencer o(a) Coordenador(a) Geral o edital de seleção dos candidatos ao processo seletivo, para publicação.

Art. 14º - À Secretaria Local do Programa competirá:

- I. Manter atualizadas as fichas cadastrais do corpo docente, discente e técnico-administrativo, em particular os dados relativos ao histórico escolar dos discentes de sua instituição;
- II. Tomar providências necessárias para a matrícula do alunado do Curso referente a sua instituição;
- III. Manter atualizada a documentação do Programa no âmbito local;
- IV. Receber e divulgar documentos e informações entre as instituições participantes;
- V. Expedir documentos e fornecer informações, respeitando os Regimentos internos das instituições associadas;
- VI. Zelar pelo controle e conservação do equipamento e material da Secretaria;
- VII. Executar tarefas próprias da rotina administrativa do Programa e outras que lhe forem atribuídas pelo(a) Coordenador (a) Local.

CAPÍTULO III - DO CORPO DOCENTE

Art. 15º - O Corpo Docente do PPGEF UNILAB/IFCE será constituído por professores permanentes, colaboradores e temporários, portadores do título de Doutor ou Livre Docente, em conformidade com as condições gerais estabelecidas no Regimento Geral da Pós-graduação *stricto sensu* da Unilab e no Regimento Geral dos Cursos de Pós-Graduação do IFCE.

Parágrafo 1º - Serão considerados permanentes os professores da UNILAB e do IFCE, em regime de 40h e DE que desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e orientação de dissertações, em caráter regular, no PPGEF UNILAB/IFCE e publicam, em cada quadriênio, número significativo de artigos (produção mínima média de um artigo/ano), capítulos de livros e outros itens qualificados da produção bibliográfica listada e qualificada pela CAPES, relacionados às linhas de pesquisa do programa.

Parágrafo 2º - Serão considerados colaboradores (participantes) os docentes que possam contribuir de forma complementar ou eventual com o Programa, podendo ministrar disciplinas, colaborar em projetos de pesquisa e, eventualmente, com anuência do Colegiado, orientar dissertações.

Parágrafo 3º - Serão considerados temporários (visitantes) aqueles docentes e/ou pesquisadores vinculados às instituições de ensino e/ou pesquisa no Brasil ou no exterior que, durante um período contínuo e determinado, estejam à disposição do PPGEF, contribuindo para o desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa.

Parágrafo 4º - Os docentes colaboradores, assim como os docentes permanentes, farão parte do colegiado e deverão participar de todas as atividades do Programa, inclusive as reuniões do colegiado, com direito a voz e voto.

Art. 16º – Para ser credenciado no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente UNILAB/IFCE o docente deverá, a partir de publicação de edital específico para esse fim, encaminhar requerimento ao Colegiado do PPGEF acompanhado dos seguintes documentos:

- I. Comprovante de título de Doutor ou equivalente;
- II. Projeto(s) de pesquisa que pretende desenvolver e sua adequação à área de concentração e linhas de pesquisa do PPGEF;
- III. Apresentação de *Curriculum Vitae* (Plataforma Lattes) atualizado referente aos últimos 5 (cinco) anos, que evidencie produção bibliográfica relevante nas áreas de ensino e formação docente (um artigo ou capítulo de livro por ano de exercício), devidamente qualificada na CAPES.

Parágrafo 1º - A duração do credenciamento será de 5 (cinco) anos, sendo que, para o credenciamento, o interessado deverá apresentar ao Colegiado do PPGEF o seu *Curriculum Vitae* atualizado referente aos últimos 5 (cinco) anos.

Parágrafo 2º - Para credenciamento será necessário que o docente tenha ministrado ao menos uma disciplina por ano de exercício, esteja orientando e/ou apresente, em média, uma publicação científica com *Qualis* na área por ano nos últimos 4 (quatro) anos, observados, além disso, os demais indicadores de produtividade constantes dos documentos pertinentes à área na Capes.

CAPÍTULO IV – DO REGIME DIDÁTICO

Art. 17º - O PPGEF UNILAB/IFCE tem como área de concentração Ensino e Formação Docente e é estruturado em torno de 2 (duas) linhas de pesquisa.

Art. 18º – As linhas de pesquisa que compõem o Programa de Pós-Graduação em Ensino e Formação Docente são:

LINHA 1 – ENSINO E FORMAÇÃO

Abrange discussões relativas a docência como um “agir intencional” mediado por processos metodológicos, que promovam o acesso ao conhecimento das diferentes áreas, que tem como objetivo articular diferentes saberes e metodologias na criação/condução de práticas interdisciplinares e interculturais para o desenvolvimento da práxis docente para a Educação.

LINHA 2 – CURRÍCULO E AVALIAÇÃO

Abrange discussões relativas ao currículo como práxis educativa e o desenvolvimento da cultura avaliativa como forma de iluminar a re-elaboração dos processos de ensinar e aprender na Educação, que tem como objetivo fortalecer as perspectivas da docência, considerando o currículo como artefato social e a cultura avaliativa como forma de realimentar os processos formativos da docência.

Art. 19º - O curso de Mestrado exigirá dos alunos um total de 30 (trinta) créditos de disciplinas, dentre os quais um mínimo de 16 (dezesesseis) créditos em disciplinas obrigatórias, um mínimo de 08 (oito) créditos em disciplinas optativas e 6 (seis) créditos correspondentes as atividades de Dissertação.

Parágrafo 1º - São obrigatórias as seguintes disciplinas com seus respectivos créditos, correspondendo ao total de 30 créditos/450 horas/aula, assim distribuídos:

I. Disciplinas Obrigatórias

- a) Ensino e Formação Docente (60h)
- b) Pesquisa aplicada à Educação (45 h)
- c) Metodologia do Ensino (45 h)
- d) Currículo e Avaliação Educacional (60h)
- e) Estágio de Docência (60h)

II. Disciplinas Optativas (a serem definidas a partir da relação a seguir)

- a) Empreendedorismo e Inovações Educacionais (60h)
- b) Diversidade e Interculturalidade (60h)
- c) Ensino de Linguagens (60h)
- d) Ensino de Ciências da Natureza (60h)
- e) Ensino de Matemática (60h)
- f) Ensino de Ciências Humanas (60h)
- g) Educação Profissional e Tecnológica (60h)
- h) Seminários Temáticos (60h)
- i) Identidade e Memória (60h)

III. Atividades

- a) Proficiência - A Língua Estrangeira Moderna deverá ser comprovada ao longo do curso.
- b) Qualificação - Após créditos obrigatórios cumpridos qualificar até 90 dias antes

da defesa da Dissertação

- c) Dissertação - (6 créditos) - defesa do trabalho entre o 15º e o 24º mês desde que tenham sido cumpridos créditos obrigatórios.

Parágrafo 2º - Os alunos poderão matricular-se em disciplinas ofertadas por outros cursos de Pós-Graduação reconhecidos, no país ou no exterior, desde que haja prévio entendimento entre o aluno, seu orientador e as respectivas coordenações dos Programas.

Art. 20º - A lista de oferta de disciplinas em cada período letivo será fornecida ao final do período anterior, ouvidas as sugestões dos alunos e considerando a disponibilidade dos professores.

Parágrafo Único: Para efeitos administrativos será lançada a oferta completa para cada semestre no Sistema Informatizado de ambas as instituições e os alunos farão suas matrículas conforme a instituição a que estiverem vinculados.

Art. 21º – Em cada período letivo regular, o aluno deverá se matricular em, no mínimo, 2 (duas) disciplinas.

Art. 22º - A matrícula de alunos de outros cursos de Pós-Graduação dependerá de aprovação da Coordenação do Programa, ouvido o professor da disciplina em questão.

Art. 23º - O Curso de Mestrado terá duração mínima de 12 (doze) meses e duração máxima de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis por mais 6 (seis) meses, caso seja de interesse do colegiado do Programa, a quem cabe informar da decisão à pró-reitoria de pós-graduação da instituição onde o aluno estiver matriculado.

CAPÍTULO V – DA ADMISSÃO AO MESTRADO

Art. 24º - Só poderão ser admitidos no Curso de Mestrado em Ensino e Formação Docente candidatos graduados em cursos de nível superior, com atuação na educação, devendo submeter-se a processo seletivo.

Art. 25º - A inscrição de candidatos será feita mediante Edital publicado com a devida antecedência, no qual constará:

- a) período em que as inscrições serão aceitas;
- b) número de vagas existentes no PPGEF;
- c) condições para as inscrições;
- d) data e local da seleção;
- e) critérios para a avaliação em cada etapa do processo seletivo.

Art. 26º O PPGEF UNILAB/IFCE adotará uma política de ação afirmativa e oferecerá um adicional de vagas dirigidas exclusivamente a candidatos indígenas e negros, brasileiros ou estrangeiros, que desejarem optar por participar da Política de Acesso Afirmativo ao Programa cujos percentuais sobre o total das vagas serão definidos pelo Colegiado do Programa.

Parágrafo 1º - Os pedidos de inscrição ao processo seletivo para o Curso de Mestrado deverão ser dirigidos à Coordenação do Programa, mediante formulário próprio ou requerimento assinado pelo candidato, onde deverá estar claramente discriminada a instituição de ensino para a qual o candidato faz opção e se é optante ou não pela política de cotas, acompanhado da seguinte documentação:

- a. Diploma de curso de graduação;
- b. Histórico escolar do curso de graduação;
- c. Curriculum vitae (modelo Lattes);
- d. Projeto de Pesquisa a ser desenvolvida, posteriormente, no curso de Mestrado.
- e. Um exemplar (ou cópia) dos principais trabalhos publicados;

Parágrafo 2º - Serão também aceitas inscrições por intermédio de procuração ou carta, postada com, no mínimo, 10 (dez) dias corridos de antecedência do prazo final de inscrição e enviada por Sedex.

Parágrafo 3º - Fica assegurada a inscrição de candidatos que, apesar de não apresentarem diploma de graduação ou comprovante de conclusão de curso superior, comprovem estar aptos a obtê-lo antes da matrícula institucional no PPGEF.

Parágrafo 4º - Portadores de diplomas estrangeiros de graduação poderão se inscrever, segundo normas estabelecidas no Edital.

Parágrafo 5º - O aluno estrangeiro, quando aprovado em processo seletivo, somente pode ser admitido e permanecer nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* quando apresentar o documento de identidade válido e de visto temporário ou permanente que o autorize a estudar no Brasil.

Art. 27º - A seleção de candidatos, cujo pedido de inscrição tenha sido aceito será feita por uma Comissão de Seleção composta de no mínimo 3 (três) professores do Colegiado do Programa e um suplente, indicados pela Coordenação Geral.

Art. 28º - Os candidatos ao Curso de Mestrado serão selecionados com base nos seguintes critérios:

- a. Desempenho em prova dissertativa de conhecimentos, conforme Edital de seleção;
- b. Análise da viabilidade do projeto de pesquisa;
- c. Desempenho na entrevista;
- d. Aprovação no exame de uma 1 (uma) língua estrangeira moderna, não eliminatória;
- e. Aprovação no exame de língua portuguesa para os alunos estrangeiros, não lusófonos.
- f. Avaliação do histórico escolar e do curriculum vitae.

Parágrafo 1º - O candidato não aprovado no exame de língua estrangeira deverá fazer curso instrumental I e II, ofertado pela UNILAB ou pelo IFCE, e apresentar certificado de aprovação até o final do ano subsequente ao do exame de seleção.

Art. 29º - Serão ofertadas anualmente 20 (vinte) vagas para o curso de Mestrado, consideradas a cota da política de ação afirmativa.

CAPÍTULO VI – DA ORIENTAÇÃO

Art. 30º - A definição do professor-orientador de Dissertação só poderá ser feita entre docentes do quadro de professores permanentes ou colaboradores do Programa e deverá ser aprovada em reunião do Colegiado.

Parágrafo 1.º - A mudança de orientação da Dissertação poderá ser solicitada ao Colegiado do

Programa tanto pelo aluno quanto pelo Orientador, anexando justificativa ao pedido, com antecedência de no mínimo 6 (seis) meses da data prevista para defesa da dissertação.

Art. 31º - Em comum acordo, o aluno e seu orientador estabelecerão o programa de estudos, que deverá levar em conta a oferta de disciplinas, os interesses intelectuais do candidato, o tema e o prazo para realização de sua pesquisa para a Dissertação.

Art. 32º - Cada docente do PPGEF poderá desenvolver a atividade de orientação até o máximo de 3 (três) discentes, observando-se a cada novo período de seleção a proporcionalidade entre linhas de pesquisa, docentes e discentes, ficando a cargo do Colegiado do Programa a supervisão das vagas oferecidas e dos(as) orientadores(as) indicados(as) a cada período.

CAPÍTULO VII – DA AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

Art. 33º - A critério do professor, a avaliação da eficiência em cada disciplina far-se-á por um ou mais dos seguintes meios de aferição: provas, exames, trabalhos, seminários, projetos, assim como participação geral nas atividades da disciplina.

Art. 34º - No final de cada semestre letivo, o professor atribuirá uma nota de avaliação de desempenho acadêmico a cada aluno matriculado na disciplina.

Parágrafo único - A avaliação de que se ocupa este artigo será expressa em nota de 0 (zero) a 10 (dez) com, no máximo, uma casa decimal.

Art. 35º - O professor de cada disciplina apresentará aos alunos as tarefas acadêmicas que servirão de meios de aferição, tendo o cuidado de que estas possam ser completadas pelos alunos dentro do semestre em que a disciplina seja ofertada.

Art. 36º - Considerar-se-á aprovado em cada disciplina, o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) das atividades desenvolvidas e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

Art. 37º - A avaliação da Dissertação será expressa, em resultado final, como aprovada ou não aprovada, podendo, segundo a avaliação da banca, recomendar a dissertação para publicação.

Art. 38º - Será considerado apto a receber o grau de Mestre o aluno que atender aos seguintes requisitos:

- a. Ter estado matriculado no curso, como aluno regular, no período mínimo de 12 (doze) meses e máximo de 30 (trinta) meses;
- b. Completar pelo menos 30 (trinta) créditos de disciplinas, sendo um mínimo de 16 (dezesesseis) em disciplinas obrigatórias, 8 (oito) em optativas e 6 (seis) na dissertação;
- c. Obter média geral igual ou superior a 7,0 (sete);
- d. Demonstrar capacidade de compreensão e leitura em 1 (uma) língua estrangeira moderna;
- e. Ser aprovado no Exame de Qualificação;
- f. Ser aprovado na apresentação e defesa da Dissertação.

Art. 39º - O exame de qualificação deverá ser realizado antes da matrícula na atividade acadêmica Dissertação, de acordo com as regras estabelecidas pelo Colegiado do PPGEF UNILAB/IFCE.

CAPÍTULO VIII – DOS EXAMES DE QUALIFICAÇÃO E DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Art. 40º - O Exame de Qualificação deverá ser realizado perante uma comissão julgadora composta por 3 (três) professores, tendo o orientador como seu presidente e deverá ocorrer

com até, pelo menos, 6 (seis) meses de antecedência do prazo final para defesa da dissertação.

Parágrafo 1º - Os demais membros da comissão julgadora serão escolhidos pelo orientador em comum acordo com o orientando e homologados pela Coordenação do Programa.

Parágrafo 2º - O aluno só poderá defender a Dissertação após aprovação no Exame de Qualificação de que trata este artigo.

Art. 41º – A Dissertação de Mestrado deverá ser defendida em sessão pública, perante uma banca examinadora escolhida pelo orientador em comum acordo com o orientando e homologada pela Coordenação do Programa.

Parágrafo 1º - Os membros das bancas examinadoras de defesa da dissertação deverão ser todos portadores do título de doutor.

Parágrafo 2º - A Dissertação deverá ser entregue à Coordenação Geral do Programa em 1 (uma) via em mídia digital, acompanhada de carta de encaminhamento assinada pelo orientador.

Art. 42º - A defesa de Dissertação será realizada em data fixada pela Coordenação do Curso, em prazo não inferior a 15 (quinze) dias após sua entrega à Coordenação.

Parágrafo Único - O dia e a hora da defesa serão anunciados com antecedência mínima de 7 (sete) dias.

Art. 43º - A avaliação da Dissertação será expressa, em resultado final, aprovado ou não aprovado, podendo ser acrescida a indicação para publicação.

Parágrafo 1º - Nos casos em que sejam sugeridas modificações na Dissertação, por qualquer dos membros da banca examinadora, a ocorrência deverá ser registrada na ata da defesa e o aluno, no prazo máximo de 3 (três) meses, fará as mudanças, submetendo o texto final aos membros da banca examinadora, como pré-requisito para a solicitação do diploma.

Parágrafo 2º - O aluno que não cumprir as exigências previstas no parágrafo precedente será considerado reprovado.

CAPÍTULO IX – DA OBTENÇÃO DO GRAU E EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA

Art. 44º - Para a outorga do grau respectivo, deverá o (a) aluno (a), dentro do prazo regimental, ter satisfeito as exigências deste Regimento.

Parágrafo 1º - Os trâmites burocráticos para expedição do diploma obedecerão as regras das instituições associadas.

Parágrafo 2º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Programa.

Art. 45º - O presente Regimento Interno entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Programa.

Assinatura das Instituições



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

RESOLUÇÃO Nº 28, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Aprova atualização do PPC do curso de Licenciatura em Química do *campus* de Iguatu.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe foram conferidas,

CONSIDERANDO deliberação do Conselho Superior em sua Reunião nº 49ª, realizada nesta data;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23255.002694/2018-61,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, a atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Química do *campus* de Iguatu, em atendimento ao alinhamento estabelecido na Resolução nº 47 de 22 de agosto de 2016, conforme anexo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe, Presidente do Conselho Superior**, em 03/04/2018, às 16:48, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0032519** e o código CRC **B4B2CBFE**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ
CAMPUS IGUATU

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA
EM QUÍMICA**

IGUATU – CEARÁ
2017



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ
CAMPUS IGUATU

REITOR

Virgílio Augusto Sales Araripe

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Reuber Saraiva de Santiago

DIRETOR GERAL DO *CAMPUS IGUATU*

Dijauma Honório Nogueira

DIRETOR DE ENSINO

Joaquim Branco de Oliveira

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Francisco Francenildo de Oliveira

DEPARTAMENTO DE ENSINO

Francisco Heber da Silva

DEPARTAMENTO DE PESQUISA, PRODUÇÃO E EXTENSÃO

Helba Araújo de Queiroz Palácio

COLEGIADO DO CURSO DE QUÍMICA

Paula Karina Santos Uchôa	Coordenadora do Curso – presidente
Márcia Leyla de Freitas Macêdo Felipe	Pedagoga
José Willame Felipe Alves	Pedagogo (suplente)
Walysson Gomes Pereira	Docente Área Específica
Paulo Henrique Medeiros Theophilo	Docente Área Específica
Aliny Karla Alves De Freitas Lira	Docente Área Pedagógica
José Eleudson Gurgel Queiroz	Docente Área Básica
Rosani De Lima Domiciano	Docente (Suplente)
Thays Nogueira Da Rocha	Docente (Suplente)
Davi Coelho de Carvalho	Docente (suplente)
Antônio Nunes Pereira	Docente (Suplente)
Rogério José Melo Nascimento	Discente
Victória Maria Horácio Jerônimo	Discente
Walison Cavalcante de Araújo	Discente (suplente)
Jéssica Andrade Silva	Discente (suplente)

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

Paula Karina Santos Uchôa	Docente Área Específica – presidente
Nathan Sombra Evangelista	Docente Área Específica
Neidimar Lopes Matias de Paula	Docente Área Pedagógica
Rodolfo de Jesus Chaves	Docente Área Pedagógica – secretário
Antonio Nunes Pereira	Docente Núcleo Comum

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	9
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	10
2.1 Missão	11
3 JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO	13
4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	17
5 OBJETIVOS DO CURSO	19
5.1 Objetivo geral	19
5.2 Objetivos específicos	19
6 FORMAS DE INGRESSO	21
7 ÁREAS DE ATUAÇÃO	22
8 PERFIL ESPERADO DO FUTURO PROFISSIONAL	23
9 METODOLOGIA	27
10 ESTRUTURA CURRICULAR	32
10.1 Organização curricular	32
10.1.1 Núcleo de Formação Geral	33
10.1.2 Núcleo de Formação Específica	33
10.1.3 Núcleo de Formação Didático-Pedagógica	33
10.2 Matriz curricular	34
11 FLUXOGRAMA	37
12. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	38
13. PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	40
14. ESTÁGIO	41
14.1 Finalidade e Objetivos	41
14.2 Características	42
14.3 Desenvolvimento	43
14.4 Etapas do Estágio Supervisionado	45

14.5 Atribuições	46
15 ATIVIDADES COMPLEMENTARES CURRICULARES	48
16 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	50
17 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	51
18 EMISSÃO DE DIPLOMA	53
19 AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	54
20 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES DO PDI NO ÂMBITO DO CURSO	58
21 APOIO AO DISCENTE	60
21.1 Auxílios	60
21.2 Programa de Bolsas	61
21.3. Estímulos à Permanência	61
21.4. Políticas de Educação Inclusiva	62
21.5. Organização Estudantil	62
21.6. Acompanhamento dos Egressos	62
22 CORPO DOCENTE	64
23 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	66
24.1 Biblioteca	67
24.2 Infraestrutura física e recursos materiais	68
24.3 Infraestrutura de laboratório	69
24.3.1 Laboratório de Informática	69
24.3.2 Laboratório de Química	70
24.3.3 Laboratório de Didática	71
24.3.4 Laboratório de Biologia	71
24.3.5 Laboratório de Física	72
24.3.6 Laboratório de bromatologia	73
24.3.7 Laboratório de Microbiologia	73
24.3.8 Laboratório de água, solos e tecidos vegetais	74
24.3.9 Laboratório de Geoprocessamento	76

REFERÊNCIAS	78
ANEXO 1 - EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS – PUD	80
ANEXO 2 - REGULAMENTO DAS NORMAS PARA APROVEITAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES	215
ANEXO 3 - MANUAL DE ORIENTAÇÃO PARA O ESTÁGIO I, II E III	219
ANEXO 4 - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	237

DADOS DO CURSO

- Identificação da Instituição de Ensino

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – <i>campus</i> Iguatu		
CNPJ: 394.445/0148		
Endereço: Unidade I - Rua Deoclécio Lima Verde, s/n. – Areias Unidade II - Rodovia Iguatu/Várzea Alegre (CE-060), Km 05 – Vila Cajazeiras		
Cidade: Iguatu	UF: CE	FONE: (88) 3582-1000
E-mail: gabinete.iguatu@ifce.edu.br	Página institucional na internet: http://www.iguatu.ifce.edu.br	

- Informações gerais do curso

Denominação	Curso Superior de Licenciatura em Química
Titulação conferida	Licenciado em Química
Nível	Superior
Modalidade	Presencial
Duração	Mínimo de 9 semestres e máximo de 15 semestres
Periodicidade	Semestral
Formas de ingresso	Sisu ou transferência ou diplomados
Número de vagas anuais	30
Turno de funcionamento	Noturno
Ano e semestre do início do funcionamento	2009
Carga horária dos componentes curriculares (disciplinas)	2400 h/aula (2.000 horas)
Carga horária do estágio	480 h/a (400 horas)
Carga horária da Prática como Componente Curricular	480 h/a (400 horas)
Carga horária das atividades complementares	200 horas
Carga horária do Trabalho de Conclusão do Curso	240 h/a (200 horas)

Carga horária total	3840 h/a (3200 horas)
Sistema de carga horária	01 crédito = 20h
Duração da hora-aula	50 minutos

1 APRESENTAÇÃO

Sintonizada com as mudanças que atingiram o mundo no final do século passado, a formação da educação profissional vem se consolidando no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – *campus* Iguatu com a oferta de cursos técnicos nas formas integrada e subsequente, além do ensino superior, voltada para a cidadania, com abordagem na ciência, na tecnologia e no desenvolvimento sustentável.

Os mais importantes componentes da função social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) são o pleno desenvolvimento dos estudantes, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Além disso, dentro do contexto da Educação Profissional e Tecnológica, ofertada com qualidade, o IFCE prepara sua clientela para ser um agente transformador da realidade de seu município, estado, região ou país, visando à gradativa eliminação das dificuldades sociais.

Por sua vez, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE – *campus* Iguatu, imbuído do seu papel diante da sociedade, tem buscado privilegiar ações que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino, proclamando, desta forma, seus três fundamentais princípios axiológicos: Ética, Competência e Compromisso Social.

Sabe-se, porém, que os grandes desafios enfrentados estão relacionados com as contínuas e profundas transformações sociais impulsionadas pela rapidez com que têm sido criados novos conhecimentos científicos e tecnológicos. Inserindo-se, com isso, a importância de formar profissionais flexíveis, aptos a integrar o processo da educação, com participação ativa no desenvolvimento de processos pedagógicos.

O presente documento trata da formatação do Curso de Licenciatura em Química ofertado pelo Instituto Federal – *campus* Iguatu. Nesse sentido, para elaboração do referido curso, foram observados os referenciais contidos nas Diretrizes Curriculares para Formação de Professores e demais normas regulamentadoras da questão, privilegiando: o amparo legal; o potencial da instituição para a oferta dos cursos; o levantamento de demandas, apontando para a necessidade social do curso pretendido; a proposta pedagógica, vista sob os aspectos filosóficos, metodológicos e a correlação entre formação e o desenvolvimento de competências, coerentes com a nova concepção de professor, defendida nas Diretrizes; o perfil desejado para os egressos; a organização curricular – dimensões na abordagem das unidades de estudo, sistemática de avaliação e relação teoria-prática. (MEC/SEMTEC, 2003).

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, criado pela Lei 11.892/2008, possuindo autonomia pedagógica, administrativa e financeira, surgido a partir da junção do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Iguatu e Crato, que passaram a ser um dos *campi* do Instituto. O Instituto Federal do Ceará nasceu com nove *campi* e conta atualmente com trinta *campi* e mais três, que estão em fase de construção.

O *campus* Iguatu foi criado originalmente pela Portaria Nº 25523, de março de 1955, baseado no Decreto Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1955, com a denominação de Colégio de Economia Doméstica Rural Elza Barreto. A autorização de funcionamento aconteceu a partir de 09 de agosto de 1955, com o objetivo de formar professores para o magistério do Curso de Extensão em Economia Doméstica.

Mediante o Decreto nº 52.666, de 11 de outubro de 1963, o estabelecimento passou a ministrar o Curso Técnico em Economia Doméstica em nível de 2º Grau.

A denominação de Escola Agrotécnica Federal de Iguatu – CE (EAFI) foi estabelecida pelo Decreto nº 83.935, de 04 de setembro de 1979. A Escola teve declarada a sua regularidade de estudos pela Portaria nº 085, de 07 de outubro de 1980, da Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do Ministério da Educação e do Desporto, publicada no D.O.U. de 10 de Outubro de 1980.

De acordo com a Portaria nº 46, de 24 de Novembro de 1982, da COAGRI (Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário), foi implantada a habilitação de Técnico em Agricultura, com ênfase na irrigação. A portaria nº 170, de 15 de março de 1985, substituiu a habilitação de Técnico em Agricultura por Técnico em Agropecuária. A EAFI foi transformada em Autarquia pela Lei nº 8.713, de 16 de novembro de 1993.

Atualmente, o IFCE – *campus* Iguatu possui 1.231 estudantes matriculados e oferece os Cursos Técnicos em Agropecuária, Agroindústria, Informática e Nutrição, na forma de oferta integrada ao Ensino Médio; Cursos Subsequentes em Agropecuária, Agroindústria, Nutrição, Informática, Comércio e Zootecnia; Educação Profissional de Jovens e Adultos – PROEJA – Habilitação em Agroindústria, em parceria com as prefeituras dos municípios de Icó e Quixelô; Curso de Tecnologia em Irrigação e Drenagem; Curso de Licenciatura Plena em Química; Curso de Bacharelado em Serviço Social e Cursos de Especialização *Latu Sensu*

em Educação Profissional e em Cooperativismo, sendo este último em parceria com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Além desses cursos, o IFCE – *campus* Iguatu oferta cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores e comunidades nas áreas de atuação da escola, em parceria com instituições públicas, privadas e não governamentais, absorvendo o expressivo contingente de educandos com diferentes níveis de escolaridade, capacitando-os para atender às exigências do atual mundo do trabalho.

Aliada à preocupação em atender as demandas locais, está a busca pela melhoria da qualidade de vida da população regional, por isso, hoje, a mentalidade que guia a política de abertura de cursos também está centrada na busca pelo desenvolvimento humano e social. Para tanto, formar cidadãos preocupados com o meio em que vivem soma-se aos objetivos de suprir as carências de mão de obra na região.

2.1 Missão

Em sua missão, o IFCE procura: produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética.

Nessa perspectiva, o IFCE – *campus* Iguatu, imbuído do seu papel perante a sociedade, tem buscado privilegiar ações que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino, proclamando, desta forma, seus três princípios axiológicos fundamentais: Ética, Competência e Compromisso Social.

Nesse contexto, o IFCE – *campus* Iguatu referendou a concepção de Educação como “o processo de desenvolvimento integral do homem, isto é, de sua capacidade física, intelectual e moral, visando não só a formação de habilidades, mas também do caráter e da personalidade social”. (ARANHA, 2006, p. 51)

E a concepção de Currículo a partir da concepção de Moraes, Dias & Nascimento (2004), que apontam a ideia de currículo na “perspectiva de contribuir para a construção do projeto de emancipação humana,” ideia que equivale a oportunizar a construção da cidadania. Nesse sentido as autoras referem o seguinte:

É necessário acreditar [...] no papel social da escola de assumir a função de decodificar a ideologia dominante, elevando o nível intelectual das massas, constituindo-se um importante mecanismo de transformação social, o que pressupõe

o desenvolvimento de um currículo que responda às necessidades e expectativas da comunidade escolar, produzido e gestado por essa comunidade e que trabalhe o conhecimento, historicamente acumulado de forma crítica e contextualizada (MORAES, DIAS & NASCIMENTO, 2004. p. 186).

De acordo com as concepções de educação e currículo mencionadas acima, estabeleceu-se os seguintes objetivos:

- Contribuir para o pleno desenvolvimento do estudante, promovendo sua formação humanística, científica e tecnológica.
- Preparar para o exercício da cidadania, capacitando o discente para intervir criticamente na realidade.
- Qualificar para o trabalho, visando à futura inserção do egresso no sistema produtivo.
- Preparar o discente para enfrentar, de forma compartilhada, os desafios de um mundo em constante transformação.

Esses objetivos apresentam-se como históricos, posto que, desde seu princípio, ainda como Escola Rural de Economia Doméstica Elza Barreto, as ciências humanas e sociais formaram o quadro central dos cursos oferecidos por este *campus*. Assim, no âmbito do processo de expansão da Rede Federal, estabelece-se como uma política de Estado, a oferta de cursos em nível superior na forma de Tecnológicos, Bacharelados e Licenciaturas, sempre em busca do atendimento das necessidades locais, regionais e nacionais.

3 JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO

Convivemos com fenômenos de natureza química diariamente. A Química é a ciência que estuda a matéria e suas transformações, porém, nas últimas décadas, a prática pedagógica dessa ciência, salvo raras exceções, tem se caracterizado por privilegiar aspectos formalísticos e construções teóricas em detrimento dos aspectos experimentais e tecnológicos. A esse respeito, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9394/96) e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2000) são claros quando afirmam que o ensino das ciências da natureza deve promover a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, levar o educando a compreender a ciência como construção humana, relacionando o conhecimento científico com a transformação da sociedade e promover a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

A partir da consideração de Esteban (2001), o processo de formação deve considerar que a atuação profissional congrega o conhecimento tácito, o contexto subjetivo, os significados e as estruturas cognitivas, e que o espaço escolar é constituído por diferentes pessoas com diversas formas de leitura do mundo. Isso leva a discutir a formação do professor em uma perspectiva que considere a subjetividade da prática docente, compreendendo que as diferentes formas de aprender do estudante são características da sua identidade cultural.

Configura-se, desta forma, a necessidade de intervenção, na formação inicial do professor com o objetivo de privilegiar procedimentos e conteúdos que sejam resultantes das indagações referentes aos saberes necessários à ação docente. Como propõe Gauthier (1998) os saberes envolvidos na ação docente, são formados pelos saberes disciplinares, saberes curriculares, saberes das ciências, saberes experientes e saberes da ação pedagógica.

Segundo Pimenta e Lima (2004), o currículo dos cursos para a formação do professor tem-se constituído em um aglomerado de disciplinas isoladas entre si, sem qualquer explicitação de seus nexos com a realidade que lhes deu origem. Não conseguem, portanto, fundamentar teoricamente a atuação do professor nem aproximam a prática como referência para a fundamentação teórica. As autoras propõem a discussão sobre como os professores aprendem a profissão em dois recortes: prática pela imitação de modelos e prática como instrumentalização técnica. A prática como imitação de modelos é uma forma de aprender a profissão por meio da imitação das práticas consideradas boas. Às vezes, essa imitação é

reelaborada e, então, o professor escolhe e separa aquilo que considera adequado a sua ação docente e acrescenta o que julga necessário ao seu contexto (PIMENTA E LIMA, 2004). Esse modelo de formação apresenta limitações, pois os alunos, futuros professores, nem sempre possuem saberes que os tornem capazes de realizar análise crítica dos modelos que pretendem imitar e reproduzem os modelos sem adaptá-los à realidade de seu contexto.

A prática como instrumentalização técnica significa que qualquer profissional é técnico no sentido de que é necessária a utilização de técnicas para executar as operações e ações próprias (PIMENTA E LIMA, 2004). No professor, esta técnica é representada, por exemplo, nas atividades em sala de aula, no uso do livro didático. No entanto, a prática docente não pode se limitar ao uso das técnicas de ensino e desprezar os conhecimentos científicos, para não provocar o equívoco da atitude de que teoria e prática podem ser isoladas. Enfim, a formação de licenciados visa também atender a Lei 11.892, que criou os Institutos Federais e que determina, no artigo 8º, o mínimo de 20% para esta formação.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – *campus* Iguatu se apresenta como instituição credenciada e competente para participar desse processo de formação de professores e especialistas, bem como programas de formação pedagógica da educação científica e tecnológica. Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, no seu Art. 61, ao determinar que “a formação de profissionais da educação, (deve) atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino [...]”, ou seja, considerar o aproveitamento da formação e experiências dos professores, bem como o novo paradigma para educação brasileira expresso nos Parâmetros Curriculares Nacionais das Ciências Naturais e de Matemática (6º a 9º ano) e de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (Ensino Médio). Tais questões devem representar as transformações teórico-metodológicas dos cursos de nível superior de formação de professores.

Merecem destaque, também, os princípios estipulados na LDB explicitados e regulamentados pela Resolução 01/99 - CNE/CP e pelo Decreto nº 3.276/99, que caracterizam a formação dos professores, pautados nas diretrizes para a formação dos estudantes de Ensino Fundamental e do Ensino Médio, estabelecendo um vínculo formativo e não dicotomizado entre o processo de formação dos professores e o exercício profissional.

A partir de 2002, foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, Curso de Licenciatura através da Resolução nº. 01 de 18 de fevereiro de 2002 - CNE/CP, que “constituem os

princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino e aplicam-se a todas as etapas e modalidades da educação básica”.

As competências e habilidades propostas para o ensino na área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio têm provocado, no estado do Ceará, aumento na demanda de professores. Somente as universidades públicas: Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) possuem cursos de Licenciatura em Química, Física e Biologia. O professor formado nessas licenciaturas está habilitado para ensinar ciências no Ensino Fundamental de 6^a à 9^a ano e no Ensino Médio.

Na região Centro Sul do Ceará, existem os cursos de Licenciatura em Matemática, Física e Biologia, ministrados na UECE, ficando a área de Química desprovida de formação específica para o professor.

No entanto, o número de alunos formados, por essas três universidades está muito aquém das demandas de mercado, de acordo com o documento emitido pela 16^o Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE 16), em 22 de abril de 2009. Existia à época, na cidade de Iguatu, 54 (cinquenta e quatro) docentes atuando como professores de química nas escolas da rede estadual de ensino. Desse número, apenas 31% tinham formação em química, e o restante, com exceção de 01 (um) que só tinha o ensino médio, encontrava-se dividido em diversas áreas como mostra a tabela 1.

Tabela 01. Número de professores de química na rede estadual de educação do município de Iguatu – CE em 2009.

Formação	Número
Química	17
Matemática	11
Ciências Biológicas	08
Biologia	06
Pedagogia	04
Ciências	03
Física	02
Farmácia	02
Ensino Médio	01

Fonte: CREDE 16 (2009).

De acordo com os dados apresentados, ficou evidente a existência de demanda para implantação do curso de licenciatura em Química na cidade de Iguatu. Esta proposta visa a formação do professor de forma integral, buscando, cada vez mais, a integração entre os conhecimentos didático-pedagógicos e os conhecimentos científicos específicos da Química em um conjunto coeso e interdisciplinar, respeitando não só as mudanças de paradigmas, como também o novo contexto socioeconômico e as novas tecnologias que exigem do professor um novo fazer pedagógico.

Nesse sentido, justifica-se a relevância do curso de Licenciatura em Química no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE) – *campus* Iguatu para atender as demandas existentes nessa área.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Os documentos legais que nortearam e deram suporte à proposta deste projeto foram:

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria o Instituto Federal do Ceará e dá outras providências.
- Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.
- Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
- Portaria MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, reeditada em 29 de dezembro de 2011. Institui o e-MEC – sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação –, o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), entre outras disposições.
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Regulamento da Organização Didática (ROD), Resolução nº 35/2015 Conselho Superior, IFCE.
- Plano de Desenvolvimento Institucional do IFCE (PDI).

- Projeto Pedagógico Institucional do IFCE (PPI).
- Resolução Consup nº 100, de 27 de setembro de 2017, que estabelece os procedimentos para criação, suspensão e extinção de cursos no IFCE.
- Resolução Consup nº 028, de 08 de agosto de 2014, que dispõe sobre o Manual de Estágio do IFCE.
- Resolução Consup nº 39, de 22 de agosto de 2016, que regulamenta a carga horária docente.
- Resolução Consup nº 04, de 28 de janeiro de 2015, que determina a organização do Núcleo Docente Estruturante no IFCE.
- Resolução Consup nº 50, de 22 de maio de 2017, que determina a organização e o funcionamento do Colegiado de curso e dá outras providências.
- Resolução Consup nº 07, de 04 de março de 2016, que aprova o Regimento geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.
- Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.
- Resolução CNE nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.
- Parecer CNE/CES nº 583, de 4 de abril de 2001, que dispõe sobre a orientação para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação.
- As Diretrizes Curriculares para os cursos de química – estabelecidas pela Resolução CNE/CES Nº 8, de 11 de março de 2002, e com fundamentos no parecer CNE/CES Nº. 1.303 de 06 de novembro de 2001.
- Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e Médio.
- Instrumentos para autorização, renovação e reconhecimento dos cursos, publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

5 OBJETIVOS DO CURSO

5.1 Objetivo geral

Possibilitar a formação de profissionais docentes em Química para atuarem na educação básica e áreas afins permitidas pela legislação, a partir da aquisição de conhecimentos, com os quais alcançarão as competências e as habilidades necessárias, bem como os saberes da área específica, da área pedagógica e da experientiação, conforme estatui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.396/96), as Diretrizes Curriculares Nacionais (CNE/CES: 1.303/2001) e a Resolução CNE/CP nº 2/2015.

5.2 Objetivos específicos

- Assegurar aos estudantes o conhecimento e a aplicação de competências de natureza humana, político-social e técnico-instrumental, dando ênfase ao saber em suas amplas dimensões.
- Propiciar aos futuros docentes o entendimento da relação entre o desenvolvimento de Ciências Naturais e o desenvolvimento tecnológico e associar as diferentes tecnologias à solução de problemas.
- Assegurar aos licenciandos ambientes de produção e difusão científica e cultural;
- Propiciar ao licenciando os conhecimentos teóricos e interdisciplinares dos conteúdos gerais e específicos da Química para a construção de uma visão mais crítica sobre as implicações sociais desta área do saber.
- Propiciar aos estudantes os saberes necessários para a utilização de elementos e conhecimentos científicos e tecnológicos, particularmente, alguns conteúdos básicos para entenderem e resolverem questões problemáticas da vida cotidiana.
- Contribuir para a formação de um professor-pesquisador reflexivo, apto a problematizar questões atuais e buscar soluções dentro do tripé ensino-pesquisa-extensão, vinculado à promoção da cidadania.
- Propiciar aos estudantes o domínio de métodos e técnicas pedagógicas que possibilitem sua atuação enquanto condutor do processo de aprendizagem.
- Contribuir para a formação de um profissional que seja capaz de trabalhar coletivamente no planejamento e no desenvolvimento de projetos e atividades.

- Assegurar aos licenciandos de Química a vivência da prática docente por meio de sua inserção nas instituições de educação básica da rede pública de ensino durante o curso.
- Utilizar as atividades inseridas nos componentes curriculares, a exemplo das práticas e dos estágios, como forma de promover a integralização dos conhecimentos adquiridos.

6 FORMAS DE INGRESSO

O Curso de Licenciatura em Química ofertará 30 vagas semestrais, sendo que o ingresso está disciplinado pela lei 9.394, de 1996, pela Resolução CONSUP/IFCE Nº 21 de 22 de junho de 2009, que aprova *ad referendum* a criação do Curso de Licenciatura em Química do *campus* Iguatu e, pela portaria normativa MEC Nº 21, de 5 de novembro de 2012, a qual prevê a realização do sistema de seleção unificado, o qual faz o uso da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM-SISU), normatizado por edital.

Todos os processos de acesso seguirão as normatizações estabelecidas no Capítulo I, Título III do Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE, que versa sobre o ingresso. Quando houver disponibilidade de vagas, e por aprovação do colegiado do curso, poderá ser realizado processo seletivo para graduados ou transferidos, mediante edital específico para este fim, conforme disposto no artigo 45 do ROD (IFCE, 2015a).

7 ÁREAS DE ATUAÇÃO

Conforme os Referenciais Curriculares Nacionais dos cursos de bacharelado e licenciatura, de abril de 2010, o licenciado em Química trabalha como professor em instituições de ensino que oferecem cursos de nível fundamental (6º ao 9º ano) e no ensino médio; em editoras e em órgãos públicos e privados que produzem e avaliam programas e materiais didáticos para o ensino presencial e a distância.

Além disso, atua também em espaços de educação não formal, como feiras de divulgação científica e museus; em empresas que demandem sua formação específica e em instituições que desenvolvem pesquisas educacionais; nas Instituições de Educação Profissional e Tecnológica; e em Instituições de Educação Superior, após formação em pós-graduação. Também pode atuar, de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria. Além disso, o licenciado poderá atuar em algumas atividades em consonância com a Resolução Normativa Nº 36, de 25 de abril de 1974, do Conselho Federal de Química.

8 PERFIL ESPERADO DO FUTURO PROFISSIONAL

O Licenciado em Química deve ter formação generalista, mas sólida e abrangente em conteúdos dos diversos campos da Química, preparação adequada à aplicação pedagógica do conhecimento e experiências de Química e de áreas afins na atuação profissional como educador na educação fundamental e média.

O perfil previsto para o licenciado em Química com suas competências e habilidades é apresentado no Parecer nº 1.303/2001-CNE/CES (BRASIL, 2001). Considerando a diversidade de atividades e atuações preenchidas pelos profissionais da área de química, fazem-se necessárias qualificações básicas comuns, bem como específicas em função de sua área de atuação, a seguir discriminada:

- **Com relação à formação pessoal:**

- Possuir conhecimento sólido e abrangente na área de atuação, com domínio das técnicas básicas de utilização de laboratórios, bem como dos procedimentos necessários de primeiros socorros, nos casos dos acidentes mais comuns em laboratórios de Química.
- Possuir capacidade crítica para analisar, de maneira conveniente, os seus próprios conhecimentos; assimilar os novos conhecimentos científicos e/ou educacionais e refletir sobre o comportamento ético que a sociedade espera de sua atuação e de suas relações com o contexto cultural, socioeconômico e político.
- Identificar os aspectos filosóficos e sociais que definem a realidade educacional.
- Identificar o processo de ensino/aprendizagem como processo humano em construção.
- Ter uma visão crítica com relação ao papel social da Ciência e à sua natureza epistemológica, compreendendo o processo histórico-social de sua construção.
- Saber trabalhar em equipe e ter uma boa compreensão das diversas etapas que compõem uma pesquisa educacional.
- Ter interesse no auto-aperfeiçoamento contínuo, curiosidade e capacidade para estudos extracurriculares individuais ou em grupo, espírito investigativo, criatividade e iniciativa na busca de soluções para questões individuais e coletivas relacionadas com o ensino de Química, bem como para acompanhar

as rápidas mudanças tecnológicas oferecidas pela interdisciplinaridade, como forma de garantir a qualidade do ensino de Química.

- Ter formação humanística que permita exercer plenamente sua cidadania e, enquanto profissional, respeitar o direito à vida e ao bem estar dos cidadãos.
- Ter habilidades que o capacitem para a preparação e desenvolvimento de recursos didáticos e instrucionais relativos à sua prática e avaliação da qualidade do material disponível no mercado, além de ser preparado para atuar como pesquisador no ensino de Química.

- **Com relação à compreensão da Química:**

- Compreender os conceitos, leis e princípios da Química.
- Conhecer as propriedades físicas e químicas principais dos elementos e compostos, que possibilitem entender e prever o seu comportamento físico-químico, aspectos de reatividade, mecanismos e estabilidade.
- Acompanhar e compreender os avanços científico-tecnológicos e educacionais.
- Reconhecer a Química como uma construção humana e compreender os aspectos históricos de sua produção e suas relações com o contexto cultural, socioeconômico e político.

- **Com relação à busca de informação e à comunicação e expressão:**

- Saber identificar e fazer busca nas fontes de informações relevantes para a Química, inclusive as disponíveis nas modalidades eletrônica e remota, que possibilitem a contínua atualização técnica, científica, humanística e pedagógica.
- Ler, compreender e interpretar os textos científico-tecnológicos em idioma pátrio e estrangeiro (especialmente inglês e/ou espanhol).
- Saber interpretar e utilizar as diferentes formas de representação (tabelas, gráficos, símbolos, expressões, etc.).
- Saber escrever e avaliar criticamente os materiais didáticos, como livros, apostilas, "kits", modelos, programas computacionais e materiais alternativos.
- Demonstrar bom relacionamento interpessoal e saber comunicar corretamente os projetos e resultados de pesquisa na linguagem educacional, oral e escrita (textos, relatórios, pareceres, "posters", internet, etc.) em idioma pátrio.

- **Com relação ao ensino de Química:**

- Refletir de forma crítica a sua prática em sala de aula, identificando problemas de ensino/aprendizagem.
- Compreender e avaliar criticamente os aspectos sociais, tecnológicos, ambientais, políticos e éticos relacionados às aplicações da Química na sociedade.
- Saber trabalhar em laboratório e saber usar a experimentação em Química como recurso didático.
- Possuir conhecimentos básicos do uso de computadores e sua aplicação em ensino de Química.
- Possuir conhecimento dos procedimentos e normas de segurança no trabalho.
- Conhecer teorias psicopedagógicas que fundamentam o processo de ensino-aprendizagem, bem como os princípios de planejamento educacional.
- Conhecer os fundamentos, a natureza e as principais pesquisas de ensino de Química.
- Conhecer e vivenciar projetos e propostas curriculares de ensino de Química.
- Ter atitude favorável à incorporação, na sua prática, dos resultados da pesquisa educacional em ensino de Química, visando solucionar os problemas relacionados ao ensino/aprendizagem.

- **Com relação à profissão:**

- Ter consciência da importância social da profissão como possibilidade de desenvolvimento social e coletivo.
- Ter capacidade de disseminar e difundir e/ou utilizar o conhecimento relevante para a comunidade.
- Atuar no magistério, em nível de ensino fundamental e médio, de acordo com a legislação específica, utilizando metodologia de ensino variada, contribuir para o desenvolvimento intelectual dos estudantes e para despertar o interesse científico em adolescentes; organizar e usar laboratórios de Química; escrever e analisar criticamente livros didáticos e paradidáticos e indicar bibliografia para o ensino de Química; analisar e elaborar programas para esses níveis de ensino.

- Exercer a sua profissão com espírito dinâmico, criativo, na busca de novas alternativas educacionais, enfrentando como desafio as dificuldades do magistério.
- Conhecer, criticamente, os problemas educacionais brasileiros.
- Identificar no contexto da realidade escolar os fatores determinantes no processo educativo, tais como o contexto socioeconômico, política educacional, administração escolar e fatores específicos do processo de ensino-aprendizagem de Química.
- Assumir, conscientemente, a tarefa educativa, cumprindo o papel social de preparar os alunos para o exercício consciente da cidadania.
- Desempenhar outras atividades na sociedade, para cujo sucesso uma sólida formação universitária seja importante fator.

9 METODOLOGIA

Os princípios metodológicos que embasam teoricamente o curso buscam contemplar métodos de ensino que preparem os futuros professores para vencerem desafios em suas práticas docentes com o uso dos conhecimentos acadêmicos para a compreensão contextualizada desse conhecimento na realidade sócio histórica, por meio da pesquisa e dos recursos das tecnologias.

Dentre os diferentes procedimentos metodológicos, devem ser destacados: pesquisa e situações-problema envolvendo os conteúdos dos componentes curriculares do curso; demonstrações e/ou experimentos, para o entendimento de conceitos e comprovação de hipóteses, sempre que o conteúdo do componente curricular permitir; leitura e discussão de textos básicos de divulgação científica, dando ênfase ao trabalho do estudante, que deve ser voltado à pesquisa, produção e sistematização de conhecimentos adquiridos para a elaboração de trabalhos científicos, sobretudo o de conclusão do curso (TCC).

Para que os objetivos propostos pelo curso sejam contemplados, é necessário que os métodos utilizados na ação docente se façam com o uso da pesquisa, da reflexão e da contextualização do conhecimento, tornando docente e estudante agentes do processo de ensino e aprendizagem.

As disciplinas serão desenvolvidas por grupos de professores com qualificação diversificada, compatível com o desenvolvimento das competências estipuladas na caracterização de cada uma delas. Todos os conteúdos serão trabalhados com metodologias e avaliações diversificadas compatíveis com o desenvolvimento das competências e habilidades previstas para cada núcleo de formação, relacionando-as com as estratégias de ensino específicas. A aprendizagem e avaliação dos futuros professores devem estar correlacionadas com sua prática profissional.

Com esse entendimento, a Licenciatura em Química observará o que está disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais desenvolvendo-se em torno dos seguintes eixos:

- Eixo articulador dos diferentes âmbitos de conhecimento profissional;
- Eixo articulador da interação e da comunicação, bem como do desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional;
- Eixo articulador entre disciplinaridade e interdisciplinaridade;
- Eixo articulador da formação comum com a formação específica;

- Eixo articulador dos conhecimentos a serem ensinados e dos conhecimentos filosóficos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a ação educativa;
- Eixo articulador das dimensões teóricas e práticas.

É fundamental a organização de um currículo com uma proximidade do cotidiano e das necessidades dos alunos nas séries finais do Ensino Fundamental e Médio, desenvolvido de forma dialógica, com ênfase no método reflexivo, visando a resolução de problemas, onde haja articulação entre conhecimentos da formação com a prática docente, ou seja, aos contextos, aos saberes e às competências definidos pela educação escolar, como também às aprendizagens adquiridas em situações outras que, fazendo parte da cultura das crianças e dos jovens, tornar-se-ão referência na construção de um novo saber.

Os princípios defendidos nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental e Médio e nos Parâmetros e Referenciais Curriculares para a Educação Básica serão vivenciados na formação dos docentes, tendo em vista o que segue.

- Princípios Pedagógicos:
 - Formação docente baseada na articulação entre teoria e prática;
 - Desenvolvimento do processo formativo tendo como eixo a articulação do conhecimento com a prática;
 - Interdisciplinaridade e transversalidade no planejamento e na execução das tarefas pedagógicas;
 - Valorização dos eixos estruturais no ensino: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser;
 - Sensibilidade quanto ao tratamento das diferenças e dificuldades individuais do educando;
 - Desenvolvimento de atividades que promovam o crescimento individual do aluno, sobre as bases do trabalho no coletivo;
 - Princípio da investigação científica como mediação do conhecimento, do planejamento, da aprendizagem do aluno e da atividade na aplicação e solução de problemas educacionais e sociais;
 - O aluno como sujeito ativo do processo de construção e reconstrução do conhecimento;
 - Princípio do planejamento, da organização e da direção do processo de ensino, de maneira crítica e criativa;

- Elaboração e operacionalização de projetos pedagógicos, tendo em conta o princípio da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade;
- Busca do autoaperfeiçoamento e da qualificação permanente;
- Princípio da unidade da instrução com a educação integral do educando;
- Concepção, planejamento e operacionalização do processo ensino aprendizagem de forma contextualizada.

Dessa forma, o currículo para a Licenciatura em Química estará organizado de modo a possibilitar uma atuação competente do futuro professor, ou seja, a proposta de formação se orienta pelo propósito da construção de competências profissionais, o que implica dizer que o professor se capacitará no sentido de responder adequadamente aos diferentes desafios a serem enfrentados quando estiver atuando.

Na organização do currículo de formação esteve presente a preocupação com a consciência em torno da inclusão social. Considerando as diversidades culturais, sociais e da etnia brasileira, torna-se imprescindível para o “conhecimento profissional de professor” o saber lidar com as diferenças, assumindo o compromisso com a inclusão de crianças e jovens indígenas, pessoas com necessidades educativas especiais, os jovens e adultos que não tiveram acesso a educação na idade escolar correspondente; reféns de um sistema historicamente excludente. Um meio de minimizar a marginalização desses segmentos é tratar pedagogicamente essas questões com os nossos docentes do futuro.

A dinâmica do currículo da formação está voltada para a ampliação dos conhecimentos e experiências relacionadas com a prática profissional. Nesse sentido, a flexibilidade curricular permitirá a inclusão de atividades diversificadas como estudos independentes, projetos educativos, práticas pedagógicas, desenvolvimento de atividades como monitorias, estágios, aulas, participação em seminários, congressos e programas de iniciação científica, estudos complementares e apresentação de trabalho em eventos científicos, válidos inclusive para a integralização do currículo, desde que comprovados através de relatórios. Daí a necessidade de valorizar e prever tais atividades no processo de formação.

O Curso Superior de Licenciatura em Química utilizará metodologia com teor teórico-prático para melhor aprendizado do estudante e partirá da interdisciplinaridade entre as áreas afins com a aplicação de casos práticos, realizações de visitas técnicas, além de aulas práticas nos laboratórios disponíveis para o curso, aliando, assim, teoria à prática de uma forma dinâmica e que facilite a compreensão pelo discente.

As aulas teóricas serão ministradas por meio da exposição oral do conteúdo, utilizando os recursos audiovisuais disponíveis de acordo com a necessidade e critérios adotados na metodologia das disciplinas. As aulas práticas serão realizadas nos laboratórios, por meio da aplicação prática dos conteúdos ministrados nas aulas teóricas.

O contato do estudante com a prática deve ser planejado, considerando os diferentes níveis de profundidade e complexidade dos conteúdos envolvidos, tipo de atividade, objetivos, competências e habilidades específicas. Inicialmente, o estudante deve ter contato com os procedimentos a serem utilizados na aula prática, realizada, simultaneamente, por toda a turma e acompanhada pelo professor. Dessa forma, a metodologia deverá propiciar condições para que o educando possa vivenciar e desenvolver suas competências: cognitiva (aprender a aprender); produtiva (aprender a fazer); relacional (aprender a conviver) e pessoal (aprender a ser).

O estudante também deverá ter contato com a análise experimental, por intermédio de iniciação científica e iniciação à docência.

Alguns procedimentos e projetos acadêmicos deverão ser adotados, visando dar suporte às suas estratégias pedagógicas, cujo princípio explicita uma concepção educativa agenciadora de uma formação ampla e em acordo com as perspectivas atuais diante dos seus objetivos propostos. Nesse sentido, destacam-se as seguintes iniciativas para dar suporte às estratégias pedagógicas do curso:

- ✓ **Uso Intensivo de Laboratórios:** Um curso de Licenciatura em Química se caracteriza por uma intensa interação do estudante com a prática laboratorial, sendo, portanto, imprescindível o incentivo ao desenvolvimento de atividades nos laboratórios específicos do curso. Note-se que privilegiamos uma formação que transcenda a sala de aula e que privilegie a interação entre o prático e o teórico, reforçando uma vez mais o papel dos laboratórios e biblioteca como elementos centrais de qualidade do curso.
- ✓ **Atividades de Nivelamento:** O curso demanda conhecimentos prévios de matemática e física do ensino médio. Alguns estudantes, nos primeiros semestres do curso, eventualmente, podem necessitar de reforço escolar em disciplinas ligadas à matemática. Pretende-se, aqui, dar suporte a atividades extracurriculares para atender a estas demandas, quando necessário.
- ✓ **Atividades de Fomento à Pesquisa:** A Coordenadoria do departamento de pesquisa e extensão do IFCE – *campus* Iguatu desenvolve atividades que objetivam fomentar a pesquisa, a saber: oferta de seminários de pesquisa abertos à participação de professores

e estudantes de Iguatu; criação de projetos e grupos de pesquisa; orientação de iniciação científica e organização de eventos técnico-científicos.

- ✓ **Atividades de Fomento a Extensão:** A Coordenadoria do departamento de pesquisa e extensão IFCE – *campus* Iguatu desenvolve atividades que objetivam fomentar a extensão.

Cabe destacar a utilização das tecnologias de informação e comunicação (TICs) no processo formativo, pois ao longo de sua trajetória acadêmica, o estudante terá acesso a diversas metodologias integradoras do ensino, fundamentadas no uso intensivo de tecnologias. Poderão ser utilizados para potencializar o processo de ensino e aprendizagem: a internet, uso de ferramentas como o Moodle, e-mail, grupos online, comunidades virtuais, realização de videoconferências, sala de aula invertida, entre outros. Na educação presencial, as TICs são vistas como potencializadoras dos processos de ensino e aprendizagem. Além disso, a tecnologia traz a possibilidade de maior desenvolvimento de aprendizagem e comunicação entre as pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas.

No que se refere aos atendimentos educacionais especializados aos estudantes com deficiência, algumas ações com o intuito de proporcionar às pessoas com deficiência um campus com uma maior acessibilidade serão desenvolvidas pelo Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) de Iguatu. O NAPNE vem buscando eliminar as barreiras arquitetônicas e as barreiras comunicativas, planejando atividades como o mapeamento dos espaços inacessíveis, além de ofertar cursos básicos e intermediários de Libras para toda a comunidade interna e externa do campus, assim como oficinas de tradução e interpretação para fluentes em Libras. O Napne de Iguatu também tem atuado para conscientizar toda a comunidade acadêmica do *campus*, além de promover encontros de Inclusão e Acessibilidade, envolvendo educadores, estudantes e pessoas com deficiência, tanto da comunidade interna como da comunidade externa.

Ainda, no desenvolvimento das atividades pedagógicas conforme previsto na portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016. O curso poderá desenvolver até 20% (vinte por cento) da carga horária mínima de disciplinas realizadas por meio da modalidade a distância; e/ou utilização de metodologias não presenciais em disciplinas presenciais. Entre tantas ferramentas de suporte, inclusive para a modalidade presencial, o IFCE conta com suporte do Moodle e Sala Virtual, pelo qual se estabelece o processo de comunicação entre o corpo docente e discente.

10 ESTRUTURA CURRICULAR

10.1 Organização curricular

A estrutura curricular do Curso Superior de Licenciatura em Química tem como base um conjunto de competências profissionais em consonância com a proposta das Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em Nível Superior, observando os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e Ensino Médio. Cabe ressaltar o caráter flexível, a articulação dos conteúdos, experiências interdisciplinares, a fim de não fragmentar a formação, assegurando a indispensável preparação profissional dos futuros professores.

A proposta do presente Curso de Licenciatura em Química está organizada em nove semestres. A duração de uma aula equivale a 50 min. Desta forma, considera-se uma hora/aula como sendo 50 minutos. O Curso de Licenciatura em Química do IFCE – *campus* Iguatu possui carga horária total de 3840 horas/aulas (equivalentes a 3200 horas/relógio), distribuídas da seguinte forma:

- 2640 horas/aulas de Componente Curricular (Equivalente a 2200 horas/relógio);
- 480 horas/aulas de Prática como Componente Curricular (PCC) (equivalente a 400 horas/relógio);
- 480 horas/aulas de Estágio supervisionado (equivalente a 400 horas/relógio);
- 200 horas/relógio de atividades acadêmico-científico-culturais (AACC).

De acordo com o Capítulo 4 da seção V, subseção V, artigo 52, do Regulamento de Organização Didática (ROD) (IFCE, 2015a), a matrícula será obrigatória em todos os componentes curriculares no primeiro semestre, sendo que, nos demais semestres, o estudante deverá cumprir, no mínimo, 12 créditos, salvo se for concludente ou, em casos especiais, mediante autorização da Coordenadoria do Curso ou, na ausência desta, da Diretoria de Ensino. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o Estágio e as Atividades acadêmico-científico-culturais são de cunho obrigatório.

O curso poderá ainda desenvolver até 20% (vinte por cento) da carga horária mínima de disciplinas realizadas por meio da modalidade a distância; e/ou utilização de metodologias não presenciais em disciplinas presenciais, em observância à portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016.

A estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Química está organizado em três núcleos: núcleo de formação geral, núcleo de formação específica e núcleo de formação didático-pedagógica.

10.1.1 Núcleo de Formação Geral

Neste núcleo, estão contempladas as disciplinas de caráter interdisciplinar, abrangendo os conhecimentos teóricos de áreas afins, como a Matemática, a Física e a Biologia. O núcleo de formação básica também contempla conhecimentos referentes à Informática e ao Inglês. É essa integração que proporciona a formação científica do professor dentro da perspectiva de um ensino interdisciplinar das ciências da natureza.

10.1.2 Núcleo de Formação Específica

São conhecimentos essenciais para a formação humanística, técnica e profissional do Licenciando em Química. O núcleo de formação específica perpassa por conceitos sólidos da Química; acompanhamento dos avanços científicos, tecnológicos e educacionais; compreensão dos aspectos históricos e uso da experimentação em Química como recurso didático.

10.1.3 Núcleo de Formação Didático-Pedagógica

Os conteúdos de natureza didático-pedagógica integram os fundamentos filosóficos, sociopolíticos, econômicos e psicológicos da educação, além dos fundamentos didáticos necessários à formação do professor da Educação Básica, especificamente de Química. Para exercer com competência e criatividade sua profissão, é necessário que o (a) licenciado (a) tenha conhecimento sobre os conteúdos da ciência da educação básica, conhecimentos sobre currículo, desenvolvimento curricular, transposição didática, contrato didático, planejamento, organização de tempo e espaço, gestão de classe, interação grupal, criação e avaliação das situações didáticas, avaliação de aprendizagem, relação professor-aluno e pesquisa de processos de aprendizagem.

10.2 Matriz curricular

Fundamentando-se na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), foi proposta uma matriz curricular com o objetivo de desenvolver as competências, habilidades e atitudes previstas neste Projeto Pedagógico de Curso como sendo necessárias para o perfil do Licenciado em Química.

Tabela 2 - Matriz curricular detalhada.

SEMESTRE	DISCIPLINAS	CARGA				PRÉ-REQUISITO
		CH	CT	CP	PCC	
S1	Biologia Celular	40	40	00	00	SP
	Comunicação e Linguagem	40	40	00	00	SP
	Fundamentos de Matemática	80	80	00	00	SP
	Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação	80	70	00	10	SP
	História da Educação	80	70	00	10	SP
	Química Geral I	80	80	00	00	SP
	Total	400				
S2	Cálculo I	80	80	00	00	Fundamentos de Matemática
	História da Química	40	20	00	20	SP
	Inglês Instrumental	40	40	00	00	SP
	Laboratório de Química Geral	40	00	30	10	Química Geral I
	Metodologia do Trabalho Científico	40	20	00	20	SP
	Psicologia do Desenvolvimento	80	70	00	10	SP
	Química Geral II	80	80	00	00	Química Geral I
	Total	400				
S3	Cálculo II	80	80	00	00	Cálculo I
	Física Geral I	80	80	00	00	Cálculo I
	Psicologia da Aprendizagem	80	60	00	20	Psicologia do Desenvolvimento
	Química Inorgânica I	80	60	00	20	Química Geral II
	Química Orgânica I	80	60	00	20	Química Geral I
	Total	400				
S4	Didática Geral	80	60	00	20	Psicologia da Aprendizagem
	Física Geral II	80	80	00	00	Física Geral I
	Físico-Química I	80	70	00	10	Química Geral II e Cálculo II
	Laboratório de Química Inorgânica	40	00	30	10	Química Inorgânica I
	Química Inorgânica II	40	30	00	10	Química Inorgânica I
	Química Orgânica II	80	70	00	10	Química Orgânica I

	Total	400				
S5	Didática do Ensino da Química	40	10	00	30	Didática Geral e Química Geral II
	Físico-Química II	80	70	00	10	Físico-Química I
	Laboratório de Química Orgânica	40	00	30	10	Química Orgânica I
	Língua Brasileira de Sinais	80	60	00	20	SP
	Política Educacional	80	60	00	20	Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação
	Química Analítica I	80	70	00	10	Química Geral II
	Total	400				
S6	Currículos e Programas	80	60	00	20	Política Educacional
	Estágio I	120	20	100	00	Didática do Ensino da Química
	Físico-Química III	40	30	00	10	Físico-Química II
	Laboratório de Química Analítica	80	00	60	20	Química Analítica I
	Química Analítica II	80	60	00	20	Química Analítica I
	Total	400				
S7	Bioquímica	80	60	00	20	Biologia Celular e Química Orgânica I
	Estágio II	120	20	100	00	Estágio I
	Gestão Educacional	80	70	00	10	Política Educacional
	Informática Aplicada ao Ensino	40	20	00	20	SP
	Optativa I	40				***
	Química Ambiental	40	30	00	10	Química Geral II
	Total	400				
S8	Estágio III	120	20	100	00	Estágio II
	Optativa II	40				***
	Optativa III	80				***
	Projetos Sociais	80	20	00	60	SP
	Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC)	80	80	00	00	Metodologia do Trabalho Científico e Didática do Ensino da Química
	Total	400				
S9	Estágio IV	120	20	100	00	Estágio III
	Optativa IV	80	80			***
	Optativa V	40	40			***
	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) II	160	20	140	00	TCC I
	Total	400				

SP = Sem pré-requisito.

*** Pré-requisito definido a partir da disciplina optativa escolhida.

Fonte: IFCE – campus Iguatu.

Tabela 3 - Disciplinas optativas.

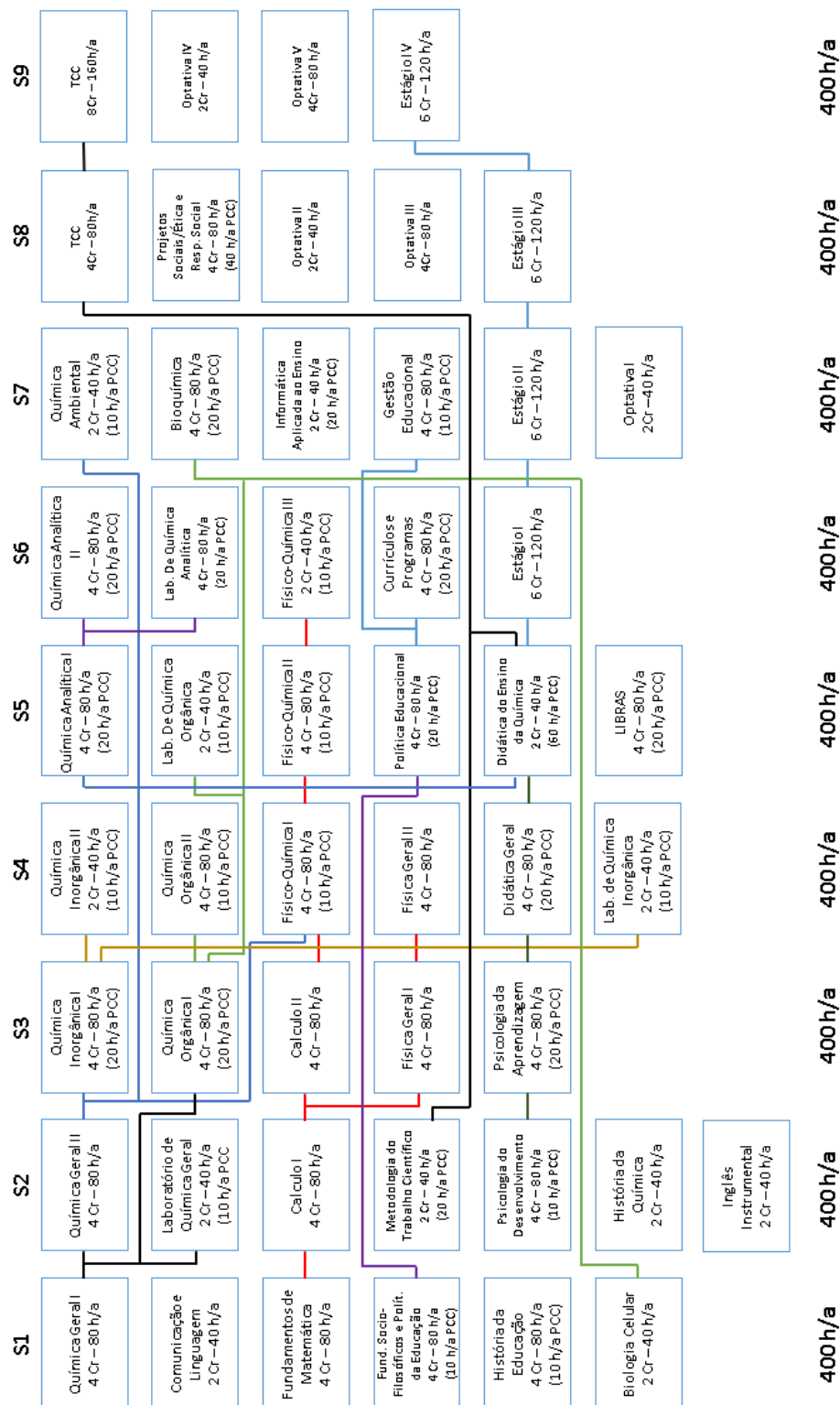
SEMESTRE	DISCIPLINAS	CARGA				PRÉ-REQUISITO
		CH	CT	CP	PCC	
S7, S8, S9	Análises Ambientais	40	20	10	10	Química Geral II
	Controle Analítico das Águas	80	60	20	00	Química Geral II / Química Analítica II
	Educação Ambiental	40	30	00	10	SP
	Educação Inclusiva	80	70	00	10	Didática Geral
	Físico-Química IV	80	80	00	00	Físico Química III
	Química Analítica III	40	30	6	4	Química Analítica II
	Química Analítica IV	40	30	4	6	Química Analítica II
	Química Inorgânica III	80	70	00	10	Química Inorgânica II
	Química Orgânica III	80	70	00	10	Química Orgânica II
	Tópicos em Ensino de Físico-Química	40	30	00	10	Físico-Química I
	Tópicos em Ensino de Química Geral e Inorgânica	40	30	00	10	Química Inorgânica I
	Tópicos em Ensino de Química Orgânica	40	30	00	10	Química Orgânica I
	Trabalho e Educação	40	40	00	00	Fundamentos Socio-filosóficos da educação
	Educação de Jovens e Adultos	80	70	00	10	SP

SP = Sem pré-requisito.

Fonte: IFCE – campus Iguatu.

11 FLUXOGRAMA

O Fluxograma curricular com as disciplinas, carga horária e pré-requisitos é apresentado a seguir:



12. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

No Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE, a avaliação é compreendida como uma ação pedagógica que dá significado ao trabalho escolar, em que suas estratégias devem favorecer a prática da pesquisa, da reflexão, da criatividade e do autodesenvolvimento. Dessa forma, assume um caráter processual, contínuo e progressivo, cujo objetivo é mensurar a aprendizagem em suas diversas dimensões (habilidades, hábitos, valores, conceitos e atitudes) e possibilitar aos discentes a progressão dos seus estudos na instituição.

Em consonância com a LDB, também dispõem que os resultados parciais ao longo do período letivo prevalecerão aos resultados de eventuais provas finais, assim como serão priorizados aspectos qualitativos em detrimento dos quantitativos nos processos avaliativos, evitando, desta forma, a mera elaboração de hierarquias de excelência.

Observados esses princípios, os docentes podem se valer de múltiplos instrumentos e metodologias avaliativos, tendo sempre como referência os objetivos definidos nos planos dos cursos.

No que tange à sistematização da avaliação da aprendizagem, conforme disposto no artigo 94 do ROD, os processos, instrumentos, critérios e valores de avaliação adotados pelo professor deverão ser explicitados aos estudantes no início do período letivo, quando da apresentação do Programa de Unidade Didática (PUD) de cada componente curricular. É necessário que o estudante alcance 70% (setenta por cento) de aproveitamento para que seja considerado aprovado. Para fins de registro, o resultado da avaliação deverá expressar o grau de desempenho em cada componente curricular, quantificado em nota de 0 (zero) a 10 (dez), considerando aprovado o estudante que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete), tomando como referência o disposto no artigo 99 do ROD do IFCE. Cumprindo um requisito legal, a frequência mínima obrigatória é de 75% (setenta e cinco por cento) para aprovação nas atividades curriculares que compõem cada componente. Por conseguinte, será considerado *reprovado* no componente o estudante que estiver ausente por um período superior a 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária do mesmo. Os casos omissos serão analisados pelo Colegiado do Curso com base nos dispositivos legais vigentes, particularmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96).

As ações do curso no que tange à recuperação de estudos, envolve apoio extraclasse, atividades de nivelamento, monitoria. A recuperação, quando necessária para suprir as

eventuais dificuldades de aprendizagem, será realizada paralelamente aos estudos e/ou ao final do semestre visando à superação dessas dificuldades e o enriquecimento do processo de formação, observando-se as determinações constantes nas normas internas da Instituição.

13. PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

O Parecer CNE/CES nº 15/2005 esclarece: “a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência”.

Este espaço curricular é caracterizado pela transversalidade, será distribuído transversalmente nas componentes curriculares da matriz curricular do curso, estando sob a responsabilidade do professor sua realização, avaliação e coordenação ao final de cada módulo.

Tendo em vista tal esclarecimento, são exemplos para se aplicar a PCC nas disciplinas contempladas: seminários; aulas ministradas pelos estudantes; criação e aplicação de técnicas de ensino; criação e aplicação de portfólio; esquete; paródias; apresentação de estudo de caso; elaboração de material didático; elaboração de plano de aula; elaboração de vídeos; ministração de minicursos; criação de blogs; aplicativos; oficinas pedagógicas; confecção de banners; elaboração de roteiro de aulas práticas.

14. ESTÁGIO

O Estágio Curricular é componente obrigatório e deve articular a realidade ensino, pesquisa e extensão como parte da formação do Professor. Os acadêmicos atuarão no ambiente escolar junto aos profissionais habilitados e experientes, acompanhando e vivenciando situações concretas que mobilizem constantemente a articulação entre conhecimentos pedagógicos teóricos e práticos no ensino de Ciências Naturais (Ensino Fundamental) e de Química (Ensino Médio).

O Estágio Curricular constitui um momento de aquisição e aprimoramento de conhecimentos e de habilidades essenciais ao exercício profissional, que tem como função integrar teoria e prática. Trata-se de uma experiência com dimensões formadora e sócio-política, que proporciona ao estudante a participação em situações reais de vida e de trabalho, consolidando a sua profissionalização e explorando as competências básicas indispensáveis para uma formação profissional ética e corresponsável pelo desenvolvimento humano e pela melhoria da qualidade de vida.

14.1 Finalidade e Objetivos

As atividades do estágio supervisionado como componente curricular funcionam como intervenção entre teoria/conteúdo/prática no processo de ensino e aprendizagem. Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de licenciatura, referendado pela resolução nº 2, de Julho de 2015, do Conselho Nacional de Educação, voltadas à formação de professores da Educação Básica e Resoluções CNE/CP nº 11, de 18/2/2002, e CNE/CP nº 2, de 19/2/2002, além do que determina o Parecer CNE/CP nº 1303/01 e a Resolução CNE/CES nº 8/02, o estágio supervisionado do Curso de Licenciatura em Química do IFCE – *campus* Iguatu tem como finalidade: direcionamento às práticas pedagógicas, elaboração e criação de material didático, práticas e domínio de novas tecnologias, seminários, processo de reflexão sobre os conteúdos dos livros didáticos e paradidáticos e a prática como componente curricular, análise de determinados conteúdos em currículos da educação, produção e execução de projetos de intervenção pedagógica, observações escolares, relatórios, redefinição dos conteúdos trabalhados no ensino básico.

O Estágio Supervisionado tem por objetivo proporcionar ao estudante a prática e a vivência no exercício da profissão, no intuito de que o mesmo adquira habilidades e desenvolva uma postura crítica e ética capaz de orientá-lo para uma atuação profissional consonante com a realidade socioeconômica e cultural do Brasil.

Desde o princípio, o curso deve possibilitar aos formandos a articulação entre as discussões teóricas e as atividades práticas de ensino, consolidando uma formação contextualizada e embasada na inserção dos estudantes no meio em que irão atuar. Dividido em quatro componentes curriculares, Estágio Supervisionado I, II, III e IV, deve privilegiar a prática em 70% do total da carga horária, a ser realizada por meio da prática de ensino em escolas de nível fundamental e médio ou projetos ligados ao ensino-aprendizagem, realização de seminários, cursos e minicursos voltados ao Ensino da Educação Básica, Superior, Educação Jovens e adultos, Educação Inclusiva e Educação Profissional, sempre na área das Ciências da Natureza , e em especial, na área da Química.

14.2 Características

O Estágio é um componente curricular obrigatório na formação do professor, que se caracteriza como um tempo especial de aprendizagem, por meio da presença participativa em ambientes próprios de atividades da área profissional, “ campo de estágio”.

O Estágio do Curso de Licenciatura em Química habilita o estudante para o exercício profissional na Educação Básica.

O Estágio deverá ser realizado em instituições educacionais, preferencialmente, da rede pública, que, de fato, permitam a formação em serviço, ou seja, que autorizem o estagiário ao exercício do magistério e atuação nas diversas necessidades próprias do ambiente educacional, sendo que, até 20% das horas de estágio, poderão ser cumpridas em:

- i. Instituições e/ou projetos filantrópicos;
- ii. Museus e Centros de Ciências;
- iii. Visitas técnicas de aulas de campo;
- iv. Organizações Não-Governamentais (ONGs).

No período de estágio, o estudante deverá atuar sob a orientação de um professor do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará – *campus* Iguatu, formado em Pedagogia, designado como orientador de Estágio, e de um professor supervisor formado em Licenciatura em Química/Ciências da Natureza,

pertencente ao quadro de docentes da escola na qual o estágio estiver sendo realizado (escola campo).

A avaliação do estagiário será feita pelo Professor Orientador e pelo Professor Supervisor, a partir do desempenho do estagiário no desenvolvimento das atividades previstas em seu plano de trabalho e da elaboração e apresentação do relatório final. Será considerado aprovado o discente que obtiver média final igual ou superior a 7,0 pontos e que tiver cumprido 75% da carga horária das atividades práticas.

O Estágio Supervisionado deverá perfazer o total mínimo de 480 horas/aulas (equivale a 400 horas/relógio) durante a segunda metade do curso, distribuídas entre as seguintes disciplinas: Estágio Supervisionado I – (6 créditos); Estágio Supervisionado II – (6 créditos) e Estágio Supervisionado III – (6 créditos), Estágio Supervisionado IV – (6 créditos)

14.3 Desenvolvimento

O Estágio Supervisionado deverá ser desenvolvido individualmente.

O desenvolvimento do estágio prevê as seguintes atividades: observação, participação, elaboração e realização de um projeto de intervenção e regência.

A atividade de observação tem como objetivo levar o estudante à tomada de contato com a realidade educacional, e corresponde:

- i. À elaboração de roteiro de observação, com o planejamento das atividades e da metodologia de observação;
- ii. À observação direta ou indireta das condições de produção do ensino-aprendizagem, salientando-se, entre outras:
 - a. As instalações físicas da escola (estado de conservação, número de salas, qualidade do acervo e do acesso à biblioteca, disponibilidade de laboratórios e recursos audiovisuais);
 - b. As condições de oferta do ensino (número de vagas, número de estudantes, número de professores, número de funcionários, séries abrangidas e turnos de funcionamento da escola);
 - c. Avaliação quantitativa do ensino (número de estudantes por sala, número de estudantes por professor, índices de evasão e repetência, entre outros);
 - d. O perfil sociocultural da clientela (faixa etária dos estudantes, classe econômica, ocupação, aspirações e hábitos);

- e. O perfil sociocultural dos professores (qualificação, regime de dedicação, número de horas-aula, aspirações, hábitos e envolvimento em outras carreiras profissionais).
- iii. À observação direta ou indireta das condições de produção do ensino-aprendizagem de Ciência/Química, salientando-se, entre outras:
 - a) O programa da disciplina e sua adequação aos Parâmetros Curriculares Nacionais e/ou à proposta curricular do Estado do Ceará e do município sede da escola campo de estágio;
 - b) A análise do material didático utilizado e a classificação do livro didático pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC);
 - c) A análise das estratégias utilizadas pelo professor para o trabalho com tópicos de Ciências/Química e a reação dos estudantes à utilização dessas estratégias;
 - d) O interesse dos estudantes pela Química e seu grau de dedicação às atividades desenvolvidas;
 - e) O conhecimento conteúdo de Química do estudante e do professor;
 - f) O diagnóstico de algumas das principais dificuldades dos estudantes relativas à Química/ Ciências.
- iv. Elaboração e realização de Projetos de Ensino realizados em escolas de Ensino Fundamental e Médio, podendo ser realizado de forma individual ou coletiva, conforme planejamento estratégico do professor orientador.

A atividade de participação no estágio tem como objetivo permitir que o estudante construa seus conceitos correspondentes:

- i. À confecção de um plano ou planejamento de ensino, conforme as seguintes etapas:
 - a) Seleção de um conteúdo para a elaboração do plano ou planejamento de ensino, com o consentimento do professor e sua inclusão no programa da disciplina;
 - b) Pesquisa bibliográfica sobre o conteúdo eleito;
 - c) Compilação de material didático a ser utilizado no desenvolvimento do plano ou planejamento de ensino
 - d) Preparação e discussão das estratégias de ensino; elaboração de exercícios e outras atividades de avaliação;
 - e) Redação do plano de ensino, conforme diretrizes específicas, disponibilizadas pelo professor supervisor de estágio.

- ii. Ao plano de ensino para a turma observada, o qual deverá ser entregue ao professor supervisor de estágio na data estipulada nos planos de curso das disciplinas de Estágio Supervisionado;
- iii. Aos critérios de correção dos planos de ensino. Estes critérios serão os constantes nos planos de curso das disciplinas de Estágio Supervisionado.

A atividade de regência tem como objetivo permitir ao estudante a aplicação de seu plano de ensino, sob a orientação do professor orientador do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará – *campus* Iguatu e a supervisão do professor responsável pela disciplina na unidade escolar onde o estágio estiver sendo realizado:

- i. A regência corresponde:
 - a) À aplicação do plano de ensino em sala de aula na unidade escolar em que o estágio estiver sendo realizado;
 - b) Ao desenvolvimento de atividades tais como ministrar aulas, correção de exercícios e outras atividades avaliativas desenvolvidas em sala;
 - c) À produção do relatório sobre a aplicação da proposta e sobre seus resultados, a partir das observações realizadas em sala de aula e dos dados obtidos. O relatório deve ser escrito conforme as normas técnicas institucionais.
- ii. O relatório deverá ser entregue/apresentado ao professor orientador na data estipulada no Plano de Curso da Disciplina;
- iii. Os critérios de correção dos relatórios serão os constantes nos Planos de Curso das disciplinas de Estágio Supervisionado.

Conforme a Resolução CNE/CP 2 de 19/2/2002, publicada no Diário Oficial da União, em 4 de março de 2002, seção 1, página 9, os estudantes que exercerem atividade docente regular na Educação Básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular na modalidade específica de sua atuação até no máximo de 200 horas no âmbito total do estágio, isto é, 50% da carga horária de cada etapa de estágio. Desde que os mesmos apresentem documentos comprobatórios, mediante requerimento apresentado ao professor orientador da disciplina de Estágio Supervisionado.

14.4 Etapas do Estágio Supervisionado

Estágio supervisionado I: Orientação, observação, embasamento teórico, diagnóstico da escola campo, elaboração e execução do projeto de intervenção, confecção e apresentação do relatório final.

Estágio supervisionado II: Orientação, observação, participação e regência no ensino fundamental (8º e/ou 9º ano); Elaboração e execução no projeto de intervenção; construção do plano de regência; confecção/apresentação do relatório final.

Estágio supervisionado III: Orientação, observação, participação e regência no ensino médio (1º e/ou 2º ano); Elaboração e execução do projeto de intervenção; construção do plano de regência; confecção/apresentação do relatório final.

Estágio supervisionado IV: Orientação, observação, participação e regência no ensino médio (3º ano e/ou em uma das modalidades de Ensino previstas na LDB); Elaboração e execução do projeto de intervenção; construção do plano de regência; confecção/apresentação do relatório final.

O documento do relatório deverá seguir normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e a forma de apresentação definida entre estudante e orientador da disciplina de estágio

14.5 Atribuições

Cabe ao estudante:

- i. Cumprir o previsto neste projeto, bem como as normas definidas no Plano de Curso do componente curricular específico de sua série de matrícula;
- ii. Cumprir todas as exigências estabelecidas pelo professor orientador de estágio, inclusive com relação aos seguintes aspectos:
 - a) Entrega da ficha de registro de estágio devidamente preenchida, no prazo de 15 dias úteis após o início do semestre letivo. O Cadastro deverá ser feito por meio de Termo de Compromisso e Formulário próprio de Estágio Supervisionado, devidamente preenchido e assinado pelo Diretor na Instituição de execução do Estágio e pelo Discente, com visto do orientador de Estágio e coordenador do curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará – *campus* Iguatu.
 - b) Submissão de um plano de trabalho a ser desenvolvido durante a realização do estágio com parecer favorável do professor orientador local;

- c) Comprovação do cumprimento da carga horária obrigatória de estágio, por meio da entrega das fichas de acompanhamento das atividades;
- d) Apresentação e entrega do relatório final no prazo determinado;
- iii. Buscar vaga na rede de ensino, preferencialmente pública, para a realização do Estágio Supervisionado;
- iv. Apresentar, na secretaria da escola, a carta de apresentação devidamente preenchida e assinada pelo professor orientador do estágio e pelo coordenador do curso;
- v. Submeter-se às normas estabelecidas pela instituição onde o estágio estiver sendo realizado;
- vi. O aluno estagiário não pode realizar atividades em sala de aula, na escola campo, sem a presença do professor supervisor.

Compete aos professores orientadores de estágio o planejamento, a orientação técnica e pedagógica, o acompanhamento e a avaliação do estagiário.

Compete ao professor supervisor do estágio acompanhar o estagiário nas atividades didático-pedagógicas em sala de aula da escola campo e avaliar sua atuação durante o processo de estágio supervisionado

15 ATIVIDADES COMPLEMENTARES CURRICULARES

Complementando as disciplinas desenvolvidas no curso e os estágios curriculares obrigatórios, o estudante deverá cumprir, no mínimo, 200 (duzentas) horas em outras formas de atividades complementares de curso (ACC), de acordo com a Resolução CNE/CP Nº 02, de 1º de julho de 2015, e reconhecidas pela Coordenação do Curso. Essas atividades são de cunho acadêmico, científico e cultural que deverão ser desenvolvidas pelos estudantes ao longo de sua formação, como forma de incentivar a inserção em outros espaços acadêmicos e profissionais.

As atividades complementares serão validadas com apresentação de certificados, atestados ou declarações, contendo número de horas, descrição das atividades desenvolvidas e as datas correspondentes a cada evento.

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão e a flexibilidade curricular possibilitará o desenvolvimento de atitudes e ações empreendedoras e inovadoras, tendo como foco as vivências da aprendizagem para capacitação e para a inserção no mundo do trabalho. Nesse sentido, o curso prevê o desenvolvimento de cursos de pequena duração, palestras, seminários, fóruns, realização de estágios não curriculares e outras atividades que articulem os currículos a temas de relevância social, local e/ou regional e potencializem recursos materiais, físicos e humanos disponíveis.

Para efeito de cômputo de horas as ACCs deverão ser cumpridas, preferencialmente, em atividades de ensino, pesquisa e extensão, cujas cargas horárias estão previstas no Regulamento das Normas para Aproveitamento de Atividades Complementares, anexo a esse projeto.

Para a contabilização das atividades complementares de curso, o estudante deverá solicitar por meio de requerimento à Coordenação do Curso, a validação das atividades desenvolvidas com os respectivos documentos comprobatórios. Cada documento apresentado só poderá ser contabilizado uma única vez, ainda que possa ser contemplado em mais de um critério. Uma vez reconhecido o mérito, pelo Coordenador do Curso, a carga horária será contabilizada.

Para todas as atividades desenvolvidas será utilizado um fator de conversão de 1:1, isto é, para todos os certificados apresentados serão validadas as cargas horárias integrais, desde que se respeitem os limites máximos estabelecidos de carga horária para cada atividade desenvolvida.

A entrega dos documentos comprobatórios à Coordenação poderá ocorrer a qualquer momento do semestre, e o Coordenador do Curso determinará o período de divulgação dos resultados. Após a análise e aprovação, a computação dessas horas de atividades complementares de curso pelo Colegiado, o Coordenador do Curso encaminhará os processos à Coordenadoria de Controle Acadêmico. A Coordenação do Curso poderá exigir, ainda, documentos que considerar importantes para computação das horas das outras atividades complementares de curso.

Só poderão ser contabilizadas as atividades que forem realizadas no decorrer do período em que o aluno estiver vinculado ao Curso, sendo garantido aos alunos recebidos por transferência de outras IES o cumprimento proporcional das horas de atividades complementares. Os casos omissos e as situações não previstas nessas atividades serão analisados pelo Colegiado do Curso.

16 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O aproveitamento de conhecimentos e experiências dar-se-á para prosseguimento de estudos no curso de Licenciatura em Química. Entende-se por validação de conhecimentos o processo de legitimação de conhecimentos e de experiências relacionados com o perfil de conclusão do curso.

No que tange o aproveitamento de conhecimentos e experiências subscreve-se o disposto no ROD:

SEÇÃO II - DA VALIDAÇÃO DE CONHECIMENTOS

Art. 137. O IFCE validará conhecimentos adquiridos em estudos regulares ou em experiência profissional de estudantes do IFCE com situação de matrícula ativa/regularmente matriculado, mediante avaliação teórica e ou prática.

Parágrafo único: O requerente poderá estar matriculado ou não no componente curricular para o qual pretende validar conhecimentos adquiridos.

Art. 138. Não poderá ser solicitada validação de conhecimento para:

- I. estudantes que tenham sido reprovados no IFCE no componente curricular cuja validação de conhecimentos adquiridos foi solicitada;
- II. estágio curricular, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares;
- III. componentes curriculares do ensino médio propedêutico, nos casos de disciplinas de cursos técnicos integrados.

Art. 139. A validação de conhecimentos deverá ser aplicada por uma comissão avaliadora de pelo menos dois docentes que atendam um dos seguintes requisitos, por ordem de relevância:

- I. lecionem o componente curricular requerido e sejam lotados no curso para o qual a validação esteja sendo requerida;
- II. lecionem o componente curricular requerido;
- III. possuam competência técnica para tal fim.

Parágrafo único: A comissão avaliadora deverá ser indicada pelo gestor máximo do ensino no *campus*.

Art. 140. A solicitação de validação de conhecimentos deverá ser feita mediante requerimento protocolado e enviado à coordenadoria do curso, juntamente com o envio dos seguintes documentos:

- I. declaração, certificado ou diploma - para fins de validação em conhecimentos adquiridos em estudos regulares;
- II. cópia da Carteira de Trabalho (páginas já preenchidas) ou declaração do empregador ou de próprio punho, quando autônomo - para fins de validação de conhecimentos adquiridos em experiências profissionais anteriores.

Parágrafo único: A comissão avaliadora poderá solicitar documentação complementar.

Art. 141. O calendário do processo de validação de conhecimentos deverá ser instituído pelo próprio *campus*, devendo ser disponibilizado aos discentes em até 1 (um) dia anterior ao período de inscrição.

§ 1º A validação deverá ser solicitada nos primeiros 30 (trinta) dias do período letivo em curso.

§ 2º Todo o processo de validação deverá ser concluído em até 50 (cinquenta) dias letivos do semestre em curso, a contar da data inicial de abertura do calendário do processo de validação de conhecimentos, definida pelo *campus*. (IFCE, 2015a, p. 34-35).

17 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

No Curso de Licenciatura em Química do IFCE – *campus* Iguatu, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será requisito obrigatório para a obtenção do grau de licenciado em Química, sendo desenvolvido em dois componentes curriculares: Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II.

O Trabalho de Conclusão de Curso I, com carga horária de 80 h, será desenvolvido em torno da iniciação à pesquisa científica e organização de texto científico (normas da ABNT), assim como da pesquisa em ensino de Química, enfocando seus aspectos gerais e específicos, do objeto de pesquisa, da análise e elaboração de projetos de pesquisa e, sobretudo, da construção do Projeto de TCC.

O Trabalho de Conclusão de Curso II, será desenvolvido com foco no planejamento, na organização e no desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A carga horária destinada para a execução do TCC será de 120 h. O referido trabalho consistirá na escrita de uma monografia, embasada em pesquisa científica, que é o:

Documento que apresenta o resultado de estudo sobre um tema, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa e outros ministrados. Deve ser feito sob a coordenação de um orientador. (NBR 14724, 2011, p. 2, apud IFCE, 2017, p. 23).

Sendo assim, para a conclusão do Curso, o licenciando, a partir das suas vivências e experiências com a prática pedagógica, deverá estruturar e apresentar um trabalho monográfico sobre tema pertinente aos conteúdos da sua formação específica. Esse trabalho poderá basear-se na observação da prática docente, em estudos de casos ou outros, de modo que venha a ser uma oportunidade de reflexão que envolva a tríade formação-pesquisa-ação, sempre sob a supervisão e orientação de um professor lotado na Diretoria de Ensino do IFCE – *campus* Iguatu.

O Trabalho de Conclusão de Curso II é obrigatório para integralização do currículo do Curso de Licenciatura em Química e tem como objetivos:

- i. Promover a consolidação de conhecimentos adquiridos durante o Curso;
- ii. Contribuir para o desenvolvimento da autonomia necessária à aquisição de conhecimento;
- iii. Desenvolver a capacidade de criação e inovação;
- iv. Estimular a pesquisa, a produção e a veiculação do conhecimento;

- v. Planejar, organizar e executar as etapas do Trabalho de Conclusão de Curso;
- vi. Redigir e apresentar o TCC utilizando a linguagem científica.

As normativas para a construção do TCC em desenvolvimento enfocando formas de apresentação, orientação e coordenação, bem como os procedimentos de avaliação do TCC são apresentadas no regulamento de trabalho de conclusão de curso, que se encontra no anexo 4 desse projeto. A formatação do TCC deverá estar de acordo com as orientações do Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos do IFCE, aprovado pela resolução CONSUP/IFCE Nº 34, de 27 de março de 2017.

18 EMISSÃO DE DIPLOMA

Após a integralização de todos componentes curriculares que compõem a matriz curricular do Curso de Licenciatura em Química e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com obtenção de resultado satisfatório, será conferido ao (a) estudante o Diploma de Licenciado(a) em Química.

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, conforme Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, sendo o registro de participação condição indispensável para a emissão do histórico escolar.

De acordo com o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE:

SEÇÃO VI - DA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMAS E CERTIFICADOS

Art 167 Ao estudante que concluir com êxito todas as etapas de estudos previstas na matriz curricular de seu curso, incluindo o TCC, estágio curricular e atividades complementares, de acordo com a obrigatoriedade expressa no PPC, deverá ser conferido:

- I. certificado – para egressos de cursos FIC ou de qualificação profissional;
- II. diploma de técnico – para egressos de cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes;
- III. diploma de tecnólogo – para egressos de cursos de graduação tecnológica;
- IV. diploma de licenciado – para egressos de cursos de licenciatura;
- V. diploma de bacharel – para egressos de cursos de bacharelado.

Parágrafo único: O egresso de curso técnico concomitante que não apresentar certificação do ensino médio não terá direito a diploma de técnico, recebendo apenas um certificado de qualificação profissional.

Art 168 O estudante em situação de irregularidade quanto ao ENADE não poderá colar grau por este exame ser considerado um componente curricular. (IFCE, 2015a, p. 40-41).

19 AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

Os cursos superiores de graduação serão aferidos mediante uma avaliação sistêmica do projeto pedagógico do curso e avaliações locais do desenvolvimento dos cursos, em atendimento ao estabelecido pelos Art. 8º e 9º da Resolução CNE/CP nº 1 de 18 de fevereiro de 2002, que determina quanto a Proposta de Avaliação Institucional que os cursos devem prever formas de avaliação periódicas e diversificadas, que envolvam procedimentos internos e externos e que incidam sobre processos e resultados.

I. Avaliação Interna

a) Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Instrumento primordial ao aperfeiçoamento das atividades acadêmicas, a Comissão Própria de Avaliação – CPA está prevista no Art.11 da Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – e regulamentada pela Portaria nº. 2.051, do Ministério da Educação – MEC, de 09 de julho de 2004. Essa comissão é, na forma da lei, um órgão colegiado, de natureza deliberativa e normativa, cuja atribuição precípua é de proceder à avaliação institucional nos aspectos acadêmicos e administrativos.

Assim, o processo de autoavaliação do curso de Licenciatura em Química do IFCE – *campus* Iguatu será realizado pela Comissão Própria de Avaliação instituída pela portaria nº 868/GR, de 20 de agosto de 2014, em parceria com o colegiado do curso viabilizando dessa forma a participação de todos os segmentos nesse processo.

Em consonância com os valores e premissas de aprimoramento acadêmico, o objetivo principal da auto avaliação é prover meios próprios de coleta de dados representativos de suas práticas numa perspectiva diagnóstica, subsidiando as ações voltadas à melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Das várias ações conjuntas, destacam-se a avaliação de desempenho dos docentes pelos discentes. Desse instrumental, são gerados relatórios e devolutiva individualizada a cada docente, destacando pontos positivos, negativos e sugestões de melhoria apontadas.

Outra ação consiste no acompanhamento sistemático ao egresso realizado pela Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios e Avaliação do Egresso, o qual fornece

informações concernentes a inserção do egresso no mercado de trabalho e a continuidade de seus estudos em programas de pós-graduação *latu e stricto sensu*.

Consolidando as ações supracitadas, fazem-se necessárias as análises e deliberações das reuniões promovidas pelo colegiado do curso, discentes, direção, técnico-administrativos dos diversos setores envolvidos diretamente com o curso a fim de identificar as fragilidades que se apresentam ao longo do ano para o atendimento necessário das expectativas da comunidade acadêmica.

b) Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso é órgão normativo, executivo, consultivo e de planejamento acadêmico de atividades de ensino, pesquisa e extensão, tendo seu funcionamento normatizado por reuniões ordinárias, realizadas bimestralmente e reuniões extraordinárias, realizadas por convocação do Presidente, quando houver assunto urgente a tratar, atuando conjuntamente ao NDE.

É constituído pelos seguintes membros: o Coordenador do curso, que presidirá o Colegiado, um pedagogo e seu suplente, quatro docentes e seus respectivos suplentes, atendendo: nos cursos de Licenciatura, pelo menos um docente representante da área pedagógica e um docente representante da área básica; dois discentes e seus respectivos suplentes, matriculados a partir do terceiro semestre, ou do primeiro semestre do curso para os cursos recém-iniciados, escolhido pelos seus pares para um mandato de 02 anos. Por fim, o Colegiado do Curso tem por função debater e deliberar sobre o andamento do curso e definir diretrizes que possam contribuir para a execução do projeto pedagógico e, se for o caso, para a sua alteração.

Além disso, acompanha as informações provenientes da Comissão Permanente de avaliação (CPA), providenciando o registro das avaliações realizadas sobre o processo de implementação do Projeto, os problemas identificados, as soluções propostas e os encaminhamentos dados. Toda esta estrutura contribui para avaliação interna do curso e para o processo de reestruturação e aperfeiçoamento de seu Projeto Pedagógico.

c) Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE), é um órgão consultivo e de assessoramento à Coordenação de Curso, vinculado ao Colegiado do Curso, responsável pela concepção, consolidação, acompanhamento e contínua atualização do Projeto Pedagógico do

Curso - PPC . É composto por no mínimo 5 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso garantindo-se a representatividade das áreas do curso, que devem ser eleitos por seus pares. O Coordenador do Curso deve obrigatoriamente fazer parte do NDE, ainda que não seja o Presidente. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- i. Construir e acompanhar a execução do PPC;
- ii. Promover a revisão e atualização do PPC, tendo como principal objetivo a adequação do perfil profissional do egresso, devendo as alterações serem aprovadas pela maioria do NDE, e submetidas à análise e aprovação do colegiado do curso;
- iii. Analisar os resultados obtidos nas avaliações internas e externas (ENADE, Relatório de Avaliação para Reconhecimento de curso) e propor estratégias para o desenvolvimento da qualidade acadêmica do curso;
- iv. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.

O NDE realiza 2 (duas) reuniões ordinárias, por convocação de seu Presidente, ou por convocação de $\frac{1}{3}$ de seus membros, em cada semestre letivo, e extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou pela maioria simples de seus membros.

As reuniões abordam temáticas relacionadas ao processo de acompanhamento do curso que englobam: os trabalhos de reestruturação curricular, atualização do Projeto Pedagógico do Curso, em consonância com as demandas sociais e os arranjos produtivos locais e regionais; as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso; incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão; avaliação periódica do curso, considerando -se as orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES em articulação com o trabalho da Comissão Permanente de avaliação (CPA), dentre outras.

II. Avaliação externa

Considerando que o Curso é avaliado externamente no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), é possível o monitoramento e a análise de diferentes índices de desempenho gerados pelo MEC/INEP a partir das avaliações que constituem o SINAES, a saber:

- a) A avaliação do curso para fins de renovação de reconhecimento.

- b) O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que afere o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas Diretrizes Curriculares do Curso de Licenciatura em Química, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas ligados às realidades brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004).

20 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES DO PDI NO ÂMBITO DO CURSO

Tendo em vista a política institucional proposta no PDI, o IFCE – *campus* Iguatu, preocupado com programas que possibilitem a formação do profissional competente e do cidadão para atuar em sua área e nos processos de transformação social e criar alternativas com potencial para enfrentar as problemáticas que emergem do mundo contemporâneo, estabeleceu como metas de uma política de ensino de graduação as seguintes diretrizes: o ensino deve pautar-se pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; os projetos pedagógicos devem ser construídos coletivamente, devendo ser flexíveis, de modo a absorver transformações ocorridas nas diferentes fronteiras das ciências; a formação deverá ser integral para possibilitar a compreensão das relações do trabalho, de alternativas sócio-políticas de transformação da sociedade, de questões de fundo relacionadas ao meio ambiente e à saúde na perspectiva de construção de uma sociedade sustentável; os programas e planos de ensino devem priorizar a interdisciplinariedade; a predominância da formação sobre a informação; a articulação entre a teoria e prática e a promoção de atividades educativas de natureza científica e tecnológica.

O Curso de Licenciatura em Química do IFCE – *campus* Iguatu planejado com base nos anseios da comunidade e atendendo a demanda local e regional, propõe estimular e apoiar a participação de seus acadêmicos em diversas atividades: eventos, jornadas acadêmicas, encontros científicos, projetos interdisciplinares que contribuam na qualificação e desenvolvimento profissional.

Para além das atividades de ensino, também são previstas outras práticas pedagógicas referentes às atividades de extensão, iniciação científica e monitoria. Com isso, também pretende contribuir para a integração entre os saberes, para a produção do conhecimento e para a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico, como forma de materializar a tríade Ensino, Pesquisa e Extensão.

O Curso de Licenciatura em Química do IFCE - *campus* Iguatu, desenvolve, atualmente, importantes atividades de Ensino e Pesquisa. Tais atividades têm como objetivo possibilitar aos estudantes a vivência nesses eixos no seu processo de formação acadêmica, tendo em vista o pleno desenvolvimento de suas habilidades e competências nesses campos da sua futura atuação profissional.

Um dos programas desenvolvidos no Curso de Licenciatura em Química do IFCE é o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que é uma ação

conjunta do Ministério da Educação (MEC), da Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por intermédio da Diretoria de Educação Básica (DEB). As atividades do PIBID são voltadas para atender aos alunos das licenciaturas e executado pelas Instituições de Ensino Superior (IES) em parceria com as Escolas de Educação Básica da rede pública, estadual ou municipal. O programa visa fomentar a iniciação à docência de estudantes das IES, a fim de consolidar a formação de docentes em nível superior para atuarem na educação básica pública.

O Curso também apresenta atividades de Monitoria com vistas a possibilitar aos estudantes vivenciar de forma teórico-prática o processo de ensino-aprendizagem nos respectivos componentes curriculares em que estão inscritos. Tendo como propósito maior incentivar o corpo discente, com vistas à ampliação do espaço de aprendizagem e o aperfeiçoamento do seu processo de formação e a melhoria da qualidade do Ensino.

A Monitoria objetiva intensificar e assegurar a cooperação entre estudantes e professores nas atividades acadêmicas, relativas às atividades do Ensino; subsidiar trabalhos acadêmicos, orientados por professores, por meio de ações multiplicadoras e de esclarecimento de dúvidas quanto ao conteúdo e à realização das atividades propostas. Deste modo, procura-se possibilitar um aprofundamento teórico e o desenvolvimento de habilidades de caráter pedagógico.

Também podem ser desenvolvidas no Curso de Licenciatura em Química do IFCE atividades referentes à pesquisa científica, através de Programas de Iniciação Científica e Tecnológica, como o Programa de Iniciação Científica (PIBIC) e o Programa de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico (PIBITI).

21 APOIO AO DISCENTE

A política de assistência estudantil do IFCE – *campus* Iguatu compõe o conjunto das políticas acadêmicas, que objetiva garantir a qualidade do desempenho acadêmico, a formação integral do educando, o desenvolvimento de ações para reduzir as taxas dos principais fatores geradores da retenção e evasão escolares, a democratização do ensino e a inclusão social por meio da educação.

Ancorada no Plano Nacional de Assistência Estudantil (2007) e no Decreto Nº 7234/2010-PNAES, a Assistência Estudantil no IFCE é desenvolvida sob a forma de serviços, auxílios e bolsas, sendo que os dois últimos são regidos por regulamentos próprios que norteiam o processo de seleção e de acompanhamento para a sua concessão. Dentre as ações de Assistência Estudantil, o *campus* disponibiliza atendimento social, psicológico, nutricional e fisioterapêutico aos estudantes.

Com o objetivo de garantir a permanência dos estudantes, o *campus* dispõe de três formas de regime de matrícula: internato, com direito a residência estudantil e refeições; semi-internato, com direito a 01 refeição e transporte; e o externato, com direito ao transporte escolar, quando necessário.

21.1 Auxílios

Os auxílios são disponibilizados para os discentes na forma de pecúnia, após a realização dos procedimentos de seleção estabelecidos em Edital ou Informativo, sendo concedidos nas seguintes modalidades:

AUXÍLIO	DESCRIÇÃO E FORMA DE CUSTEIO
Transporte	Destinado aos alunos com dificuldades para custear os gastos com transporte.
Alimentação	Destinado aos alunos com dificuldades para custear os gastos com alimentação. Nesse caso é necessário que o discente, tenha atividade acadêmica em dois turnos, na instituição.
Moradia	Destinado aos alunos domiciliados em outro Estado, Município ou Distrito fora da sede do <i>campus</i> onde estuda, com dificuldades para custear despesas com habitação para locação/sublocação de imóveis ou acordos informais.
Discentes mães e pais	Destinado aos alunos com dificuldades para subsidiar despesas com filhos sob sua guarda, até 12 anos, durante os meses letivos.
Auxílio óculos/lentes corretivas	Destinado a alunos com dificuldades para custear aquisição de óculos ou de lentes corretivas de deficiências oculares.
Auxílio Visitas e Viagens Técnicas	Destinado a subsidiar alimentação e/ou hospedagem, em visitas e viagens técnicas, programadas pelos docentes dos cursos.
Auxílio Acadêmico	Destinado a contribuir com as despesas dos discentes na participação em eventos que

	possibilitem o processo de ensino-aprendizagem, tais como: eventos científicos, de extensão ou sócio estudantis.
Auxílio Didático-pedagógico	Destinado ao discente para aquisição de seu material, de uso individual e intransferível, indispensável para o processo de aprendizagem.
Auxílio-EJA	Destinado a subsidiar despesas com deslocamentos e outras despesas dos discentes dos programas inseridos na modalidade de ensino de jovens e adultos, durante os meses letivos.

21.2 Programa de Bolsas

O Programa de Bolsas do IFCE objetiva o engajamento do educando nas ações de ensino, pesquisa e extensão para desenvolver atividade compatível ao curso ao qual se encontra matriculado no IFCE, subsidiando a sua formação. Submete-se aos critérios socioeconômicos estabelecidos no PNAES e em legislação própria. A bolsa é repassada ao estudante em forma de pecúnia e possui acompanhamento direto realizado pela Coordenadoria de Serviço Social do *campus*.

21.3. Estímulos à Permanência

Com o intuito de minimizar a evasão escolar, o IFCE adota algumas estratégias como:

- Período de adaptação com aulas presenciais nas disciplinas básicas no primeiro período dos cursos, tanto para os de nível técnico quanto superior;
- Oferta de cursos básicos das disciplinas onde são constatadas as maiores dificuldades de aprendizagem;
- Oferta de cursos de extensão para complementação dos estudos;
- Atendimentos psicológicos nas modalidades de urgência, intervenção em crise e acompanhamento aos discentes;
- Mediação de conflitos entre aluno e professor;
- Realização de encontros de Orientação Profissional que têm por objetivo auxiliar o aluno no processo de escolha profissional, incentivando sua autonomia e a responsabilidade na tomada de decisão;
- Realização de acolhida a novos alunos e encontros que visam aumentar a interação entre os discentes.

Além disso, há o acompanhamento permanente do Setor Pedagógico e das Coordenações de Cursos no sentido de detectar os problemas recorrentes que interferem na

permanência dos alunos na instituição, e, conseqüentemente, o planejamento e execução de ações que visem garantir a permanência dos estudantes.

21.4. Políticas de Educação Inclusiva

A educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas de modo que estas respeitem à diversidade de alunos. Para atender a essa exigência, o *campus* Iguatu tem implementado ações que possibilitem a inclusão: elaboração do projeto de acessibilidade do *campus*, as novas construções já atendem as exigências de acessibilidade, a aquisição de equipamentos para produção de material para pessoas com deficiência visual, oferta de cursos de capacitação para servidores, nos editais de seleção do *campus* os candidatos deficientes solicitam atendimento especializado. No que diz respeito à extensão, o *campus* de Iguatu tem um Centro de Equoterapia, que hoje atende a dez praticantes, constituído por uma equipe multidisciplinar (psicólogo, fisioterapeuta, pedagogo, assistente social) que atende pessoas com deficiências diversas (física/motora, mental, autismo, síndrome de down).

21.5. Organização Estudantil

Como forma de contribuir no processo de participação e formação política dos estudantes, o *campus* viabiliza, além do espaço físico destinado aos centros acadêmicos, grêmio estudantil, a participação em congressos, simpósios, encontros de estudantes, dentre outros. Outra forma de organização dos estudantes do *campus* de Iguatu se dá por meio da Cooperativa-escola (COOPEIF), criada desde 1995, baseado nos princípios do cooperativismo, contribuindo para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Para favorecer a integração entre a comunidade escolar, dispõe de espaços de lazer como: praças, sala de jogos, sala de TV, ginásio poliesportivo, academia e cantina.

21.6. Acompanhamento dos Egressos

Com o objetivo de avaliar o cumprimento da função social da educação técnica e superior, o acompanhamento dos egressos torna-se uma importante ferramenta de *feedback*,

pois ao acompanhar o egresso, estabelecendo uma relação de contato permanente, surge a possibilidade de por meio da análise de seus desenvolvimentos profissionais atualizar os currículos dos cursos de acordo com o dinamismo imposto pela evolução social.

Diante disso, a Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios e Avaliação de Egressos do *campus* desenvolve atividades de acompanhamento de egressos, mantém informações atualizadas sobre empresas, tendo por objetivo a inserção no mundo do trabalho. Além disso, promove eventos, com a participação de alunos, ex-alunos e o setor produtivo, coletando subsídios para melhoria de processo educacional e curricular.

22 CORPO DOCENTE

O corpo docente do Curso de Licenciatura em Química do IFCE – *campus* Iguatu, está composto por professores efetivos em regime de dedicação exclusiva, além de professores efetivos e/ou substitutos, em regime de 40h/a ou 20h/a, conforme estabelece a Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012.

A política de qualificação profissional, considerando as normas e regulamento do IFCE, permitirá elevar o percentual de titulação de doutores e mestres dos docentes e a qualificação dos profissionais. Nesse sentido, a instituição promove a liberação de docentes, por meio de edital interno, para realizar curso de Pós-graduação *stricto sensu*, na área de atuação ou em áreas afins. Incentiva também a participação em outras modalidades de cursos em diferentes universidades ou instituições; e ainda, a participação em congressos, seminários, encontros internacionais, nacionais e regionais, e demais eventos acadêmico-científicos, para publicação de trabalhos.

Abaixo quadro que dispõe dos dados de docentes do curso de Licenciatura em Química do IFCE – *campus* de Iguatu:

Tabela 4 - Corpo docente do curso de licenciatura em química.

Nº	DOCENTES	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	DISCIPLINAS
01	Adriana Calaça de Paiva França	Mestre	Efetivo com D.E.	Currículos e programas
02	Aliny Karla Alves De Freitas Lira	Mestre	Efetivo com D.E.	Psicologia da aprendizagem; Gestão educacional
03	André Luiz Da Cunha Lopes	Especialista	Efetivo com D.E.	Projetos sociais
04	Antonio Nunes Pereira	Doutor	Efetivo com D.E.	MTC; Inglês instrumental; TCC II
05	Celia Maria Freitas Guedes Amorim	Especialista	Efetivo com D.E.	Fundamentos socio- filosófico da educação; Estágio III
06	Davi Coelho de Carvalho	Doutor	Efetivo com D.E.	Físico Química I; Físico Química II; Físico Química III Química Analítica Instrumental
07	Emerson Cristian Pereira Dos Santos	Mestre	Efetivo com D.E.	Comunicação e linguagem
08	Eugênio Albuquerque De Carvalho	Mestre	Efetivo com D.E.	Cálculo I; Cálculo II
09	Harley Passos Beserra	Mestre	Efetivo com D.E.	Física geral I; Física geral II
10	José Anastácio de Oliveira	Mestre	Efetivo com D.E.	Cálculo I; Cálculo II

12	José Eleudson Gurgel Queiroz	Mestre	Efetivo com D.E.	Informática aplicada ao ensino
13	Damião Michael Rodrigues De Lima	Mestre	Efetivo com D.E.	Libras
14	Francisco Heber Da Silva	Mestre	Efetivo com D.E.	Fundamentos de matemática
15	Nathan Sombra Evangelista	Doutor	Efetivo com D.E.	Físico química I; Físico química II; Físico química III; Química ambiental
16	Neidimar Lopes Matias De Paula	Mestre	Efetivo com D.E.	Didática geral; Estágio II; Estágio IV
17	Paula Karina Santos Uchoa	Doutora	Efetivo com D.E.	Química orgânica I; Química orgânica II; Laboratório de química orgânica
18	Paulo Henrique Medeiros Theophilo	Mestre	Efetivo com D.E.	Química analítica I; Química analítica II; Laboratório de química geral; Laboratório de química analítica
19	Rodolfo De Jesus Chaves	Mestre	Efetivo com D.E.	Psicologia do desenvolvimento; História da educação; Política educacional
20	Rosani De Lima Domiciano	Especialista	Efetivo com D.E.	Didática do ensino da química; Estágio I
21	Severino Araújo De Souza	Doutor	Efetivo com D.E.	Química Geral I História da química
22	Stênio Freitas Felix	Especialista	Efetivo com D.E.	Biologia celular; Bioquímica
23	Thays Nogueira Da Rocha	Mestre	Efetivo com D.E.	Química geral I; Química geral II
24	Walysson Gomes Pereira	Mestre	Efetivo com D.E.	Química inorgânica I; Química inorgânica II; Laboratório de química inorgânica

Fonte: IFCE – campus Iguatu.

23 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Os técnico-administrativos que dão suporte às atividades do curso estão vinculados aos departamentos e coordenações, tais como: Diretoria de Ensino; Departamento de Ensino; Coordenadoria de Graduação e Pós-graduação; Coordenadoria de Registros Acadêmicos; Coordenadoria de Biblioteca; Departamento de Pesquisa, Extensão e Produção; Coordenadoria de Pesquisa e Extensão; Departamento de Apoio Estudantil; Diretoria de Administração, conforme relação abaixo:

Tabela 5 - Quadro técnico-administrativo de suporte ao curso de Licenciatura em Química.

Nome	CARGO	TITULAÇÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO
Ademar Soares Filho	Odontólogo	Especialista	Dep. de Apoio Estudantil
Ana Karolyne de Sousa Nogueira	Bibliotecária	Especialista	Dep. De Ensino/Biblioteca
Antonio Matias da Rocha Neto	Técnico de laboratório	Graduado	Dep. Ensino
Antonio Adail Pinto Cardoso	Téc. em Agropecuária	Especialista	Dep. de Pesq. Ext. e Produção
Antônio Gilvan Teixeira	Especialista	Especialista	Dep. de Apoio Estudantil
Antonio Marcel Ferreira Alves	Assist. de Alunos	Graduado	Dep. de Apoio Estudantil
Carlos Alberto Brady Moreira	Médico	Especialista	Dep. de Apoio Estudantil
César Carlos de Oliveira	Aux. em Agropecuária	Graduado	Dep. de pesq. ext. e produção
Edna Deusa Saturnino Barreto	Aux. em Administração	Graduada	Dep. de Ensino/ Reprografia
Elisa Marta Gonçalves Ferreira	Assistente Social	Especialista	Dep. de Apoio Estudantil
Gleivando Magno de Lima	Especialista	Especialista	Dep. Ensino
Josefa Ataíde Gomes de Sousa	Especialista	Mestre	Dep. Ensino/Setor Pedagógico
Lucicleide Alexandre Pinto Filgueira	Especialista	Especialista	Dep. Ensino/CCA
Francisco Francenildo Oliveira Lima	Especialista	Especialista	Dep. de Administração
José Ribeiro de Araújo Neto	Téc. Laboratório de Solos	Mestre	Dep. de Pesq. Ext. e Produção
José Wellington Canuto Lima	Aux. em Agropecuária	Mestre	Dep. de Pesq. Ext. e Produção
José Willame Felipe Alves	Pedagogo	Mestre	Dep. De Ensino/Setor Pedagógico
Lucas Costa Holanda	Odontólogo	Graduado	Dep. de Apoio Estudantil
Maria de Fatima Morais Alves	Especialista	Especialista	Dep. de Gestão de Pessoas
Maria Maiza Barros	Psicóloga	Mestre	Dep. de Apoio Estudantil
Maria Nelgima Vitor	Assistente em Administração	Especialista	Dep. de Ensino/ CCA
Maria Nezeide Carneiro de Oliveira	Aux. de Enfermagem	Graduada	Dep. de Apoio Estudantil
Myrla Alves de Oliveira	Psicóloga	Especialista	Dep. de Apoio Estudantil
Márcia Leyla de Freitas Macêdo Felipe	Pedagoga	Mestre	Dep. de Ensino/Setor Pedagógico
Silvelena Alves de A. Oliveira	Pedagoga	Mestre	Dep. de Ensino/Setor Pedagógico

Fonte: IFCE – campus Iguatu.

24 INFRAESTRUTURA

Os recursos humanos, físicos e materiais, sem dúvida, constituem requisitos para a qualidade de um curso de nível superior. Nesse sentido, o IFCE – *campus* Iguatu, oferece as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de ações que compõem a dinâmica do curso que competem à Coordenação do Curso, ao NDE e ao Colegiado do Curso. Atualmente o curso conta com a sala de Coordenação de Curso, seis salas de aulas, dois banheiros.

O *campus* dispõe de auditórios para a realização de eventos, refeitório, laboratórios, transporte para o desenvolvimento de atividades de extensão e pesquisa e para o deslocamento diário dos estudantes.

24.1 Biblioteca

A Biblioteca Lourival Pinho do IFCE – *campus* Iguatu funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno, das 7h às 22h, ininterruptamente, de segunda a sexta-feira. O setor dispõe de 07 servidores, divididos nas duas unidades: Unidade I – Areias e Unidade II – Cajazeiras, sendo 1 bibliotecária, 02 auxiliares de biblioteca, 02 assistentes em administração, 02 auxiliares em administração, pertencentes ao quadro funcional do IFCE – *campus* de Iguatu. Auxiliam nas atividades de atendimento, organização do acervo e no controle ao acesso à internet, 03 bolsistas, sendo 01 no turno vespertino e 02 no turno noturno.

Aos usuários vinculados ao *campus* e cadastrados na Biblioteca, é concedido o empréstimo domiciliar de livros, exceto obras de referência, periódicos, publicações indicadas para reserva e outras conforme recomendação do setor. As formas de empréstimo, bem como o uso e oferta de serviços da Biblioteca Lourival Pinho, do IFCE – *campus* Iguatu, são estabelecidas em regulamento próprio pelo Sistema de Biblioteca -SIBI.

A biblioteca dispõe também de uma sala para estudos em grupo, uma sala de multimídia e de uma área para consulta local. A biblioteca da unidade II - Cajazeiras está localizada no Centro de Capacitação do IFCE – *campus* Iguatu, ocupa uma área de 320m² e possui 66 assentos para estudo individual, uma sala de estudo em grupo com espaço para 07 alunos, 14 terminais de acesso à internet e sala de multimídia com espaço para 12 alunos. A biblioteca da Unidade I – Areias ocupa uma área de 162m² e possui 42 assentos de estudo individual ou em grupo, 11 terminais de acesso à internet e sala de restauração de acervo.

O acervo bibliográfico é composto por 7.249 títulos de livros, com 15.549 exemplares; 334 títulos de periódicos com 552 exemplares e 755 títulos de vídeos (DVD, VHS e CD's), com 797 exemplares. Todo o acervo está catalogado em meios informatizados pelo sistema Sophia, o qual é responsável pelo gerenciamento das atividades de rotina das bibliotecas, bem como dos serviços prestados por elas à comunidade acadêmica, a exemplo da consulta ao acervo. Permite ampla comunicação com os usuários, tanto por mensagens automáticas como envio de e-mails personalizados.

É interesse da instituição a atualização do acervo de acordo com as necessidades e prioridades estabelecidas pelo corpo docente e a quantidade de vagas ofertadas anualmente, sendo esta uma prática comum inserida no orçamento anual.

Tabela 6 - Acervo da biblioteca da instituição.

Tipo de acervo	Quant. Acervo	Quant. Exemplares
Livros	3.126	6.746
Atlas	3	13
Folhetos	38	80
DVDs	238	251
Fitas de vídeos	179	187
Periódicos	157	328
Manuais	104	109
Apostila	4	4
Total	3.849	7.718

Fonte: IFCE – *campus* Iguatu.

24.2 Infraestrutura física e recursos materiais

O *campus* Iguatu, dividido em duas unidades (Areias e Cajazeiras), a infraestrutura física e recurso materiais são descritos a seguir.

Tabela 7 - Infraestrutura Unidade I - Areais.

Pavilhão Pedagógico (1.700 m²)		
Características	Utilização	Situação
- 02 Laboratórios de Informática; - 01 Sala de Vídeo-conferência; - 01 Auditório (200 pessoas); - 01 Salão de Eventos; - 01 Biblioteca setorial; - 04 Banheiros; - 01 refeitório.	Será utilizado por alunos, professores e técnicos atuantes no referido curso.	Disponível

Fonte: IFCE – *campus* Iguatu.

Tabela 8 - Infraestrutura Unidade II - Cajazeiras.

Pavilhão Pedagógico (2.500 m ²)		
Características	Utilização	Situação
- 09 Salas de aula climatizadas; - 01 Teatro (400 pessoas) - 01 Auditório (160 pessoas) - 03 Laboratórios de Informática; - 01 Laboratório de Línguas; - 01 Biblioteca Central; - 07 Gabinetes de professores; - 01 Sala de professores (reunião); - 01 Setor de Registro Acadêmico; - 01 Setor Pedagógico; - 01 Setor de Apoio Estudantil; - 01 Setor de Recursos áudios-visuais; - 01 cantina; - 01 refeitório; - 04 banheiros; - 02 ônibus de viagem; - 01 Van Ducauto; - 09 projetores multimídias - 01 sala de vídeo com TV, DVD, projetor multimídia e áudio, microfone.	Será utilizado por alunos, professores e técnicos atuantes no referido curso.	DISPONÍVEL
	Será utilizado por alunos, professores e técnicos atuantes no referido curso.	DISPONÍVEL

Fonte: IFCE – *campus* Iguatu.

24.3 Infraestrutura de laboratório

A instituição possui atualmente 9 laboratórios dedicados ao ensino, extensão e à pesquisa aplicada. Esses laboratórios estão disponíveis para dar suporte às diversas disciplinas do curso de Licenciatura em Química, que deverá prezar pela realização de atividades práticas nas disciplinas, visando o fortalecimento da relação teoria-prática na formação do estudante seja em sala de aula, laboratórios e nas visitas técnicas, sendo que esta última permite a aplicação da principal ferramenta metodológica do licenciado em Química. O trabalho de campo propiciando, assim, a análise empírica das diversas especialidades.

24.3.1 Laboratório de Informática

O Laboratório de Informática é utilizado como ambiente de aprendizagem, em aulas que envolvem atividades práticas com computadores. Nesse sentido, o laboratório de Informática tem como objetivos: Criar documentos de artigos, relatórios; trabalhar com planilhas e dados numéricos provenientes de pesquisa; Desenvolver apresentações no

contexto de sua área de atuação; Produzir outros tipos de conteúdos digitais que tenham relação com conhecimentos dos diversos componentes curriculares do curso.

A atividade no laboratório é essencial por complementar a formação profissional e acadêmica do discente com habilidades técnicas tão exigidas pela sociedade.

O *campus* Iguatu dispõe de laboratórios de informática nas duas unidades, Cajazeiras e Areias, com acesso à Internet e à disposição dos discentes. As aulas de Informática são realizadas em laboratório que dispõe equipamentos descritos na tabela abaixo.

Tabela 9 - Equipamentos do laboratório de Informática.

Descrição do Equipamento	Quantidade
Ar condicionado	1
Mesa de professor	1
Quadro de vidro	1
Tv suspense	1
Computadores	21
Mesas de computador	21
Cadeiras	21

Fonte: IFCE – *campus* Iguatu.

24.3.2 Laboratório de Química

O laboratório de Química conta com uma área de 54 m² reservada para as atividades de pesquisa, extensão e ensino.

O laboratório é estruturado com bancadas e paredes revestidas com cerâmica, bem como capela para manipulação de reagentes, a fim de atender as normas de segurança. Armazenamento adequado das vidrarias e reagentes, bem como lugar reservado para armazenar descartes de experimentos realizados no dia-a-dia do laboratório. Dispõe ainda de espaço destinado a ações de emergência, contando com chuveiro lava olhos.

O espaço conta com alguns equipamentos constantemente utilizados em todas as atividades exercidas, cuja descrição e quantidade estão na Tabela abaixo.

Tabela 10 - Equipamentos do laboratório de química.

Descrição do Equipamento	Quantidade
Chapas aquecedoras/agitadores magnéticos de bancada	2
Estufas de aquecimento;	2
Balança analítica	1
Balança convencional	1
Evaporador rotativo	1

Fotômetro de chama	1
Condutivímetro	1
Espectrofotômetro (visível)	2
Forno mufla	1
Incubadora de DBO	1

Fonte: IFCE – *campus* Iguatu.

24.3.3 Laboratório de Didática

O laboratório de didática da química tem como finalidade o exercício da licenciatura, onde os alunos desenvolverão aulas práticas, confecção de jogos pedagógicos, uso de recursos tecnológicos, regência de sala, dentre outros.

O laboratório é um espaço que auxilia nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, atuando diretamente nas disciplinas de Didática do Ensino da Química, Estágio Supervisionado e nas atividades desenvolvidas no Pibid.

É de suma importância o Laboratório de Didática, pois permite o aluno refletir de forma crítica a sua prática em sala de aula, identificando problemas de ensino-aprendizagem, abordando projetos que tratam de assuntos éticos relacionados às aplicações da química na sociedade, bem como conhecer os fundamentos, a natureza e as principais pesquisas de ensino de química, conhecer, vivenciar projetos e propostas curriculares de ensino de química.

O espaço conta com alguns equipamentos e/ou materiais constantemente utilizados em todas as atividades exercidas, cuja descrição e quantidade estão na tabela abaixo.

Tabela 11 - Equipamentos do laboratório de didática da química.

Descrição do Equipamento	Quantidade
Birô	1
Data show	1
Armário fechado	1
Balança convencional	1
Estante aberta	2
Carteiras	15
Materiais de expediente (tesoura, cola, régua, lápis, estilete)	1
Mesa para computador	1

Fonte: IFCE – *campus* Iguatu.

24.3.4 Laboratório de Biologia

O Laboratório de Biologia, com um espaço de 80 m², possui uma bancada em ‘L’, com duas pias e várias tomadas, quadro de vidro, tela de projeção para Datashow, oito microscópios, cinco lupas e três armários para acondicionar material de consumo.

O laboratório é utilizado por diversos professores que ministram disciplinas de Biologia e disciplinas afins. Os professores de Biologia do curso Técnico em Agropecuária, curso Técnico em Nutrição, curso Técnico em Agroindústria, curso Superior de Licenciatura em Química e do curso de Tecnologia de Irrigação e Drenagem, ministram aulas de Microscopia, Citologia, Histologia, Anatomia Vegetal, Fisiologia Vegetal, Taxonomia Vegetal e Classificação de insetos com importância agrícola, com confecção de insetários.

O grupo de Botânica faz coleta de sementes de plantas da caatinga para produção de mudas utilizadas no reflorestamento de áreas degradadas. O grupo fez a classificação taxonômica das plantas arbóreas da Área de Caatinga Nativa do IFCE *campus* Iguatu ao longo de uma Ecotrilha construída pelo grupo, objetivando o desenvolvimento de aulas de campo de Biologia e aulas de Educação Ambiental.

Tabela 12 - Equipamentos do laboratório de Biologia.

Descrição do Equipamento	Quantidade
Módulo de Biologia	1
Microscópio estudar <i>lab complete</i>	1
Microscópio de retina e pesquisa	1
Microscópio ótico	1

Fonte: IFCE – *campus* Iguatu.

24.3.5 Laboratório de Física

O laboratório de Física conta com uma área de 54 m², reservada para as atividades de pesquisa, extensão e ensino.

Tem como propósito fornecer subsídio ao aluno para que este possa ser capaz de reconhecer e medir grandezas, entender o princípio de funcionamento de alguns dispositivos de uso no cotidiano, aplicar na solução de problemas enfrentados na prática profissional o conhecimento prático adquirido e ainda ser capaz de estabelecer relações entre as situações práticas e teóricas.

O laboratório é estruturado com seis bancadas em formato pentagonal, com espaço para cinco discentes por bancadas. Tem os vidros pintados de preto para possibilitar escuro no

período diurno para aulas práticas, assim elas requeiram. Possui também área de depósito onde são guardados os equipamentos quando não estão em uso

O espaço conta com alguns equipamentos constantemente utilizados em todas as atividades exercidas, de acordo com a Tabela abaixo:

Tabela 13 - Equipamentos do laboratório de física.

Descrição do Equipamento	Quantidade
Kit Luneta: corpo da luneta, lente objetiva, capa da objetiva, tubo deslizando, corpo da ocular, diafragma da ocular, espaçador da ocular, lente da ocular, pupila da ocular, tubo intermediário	1
Instrumentos de medida: balanças, cronômetros, réguas e trenas, paquímetros, provetas, dinamômetros, barômetros, termômetros, multímetro	1
Módulo de eletricidade e magnetismo	2
Módulo de movimento uniforme	2
Módulo de ótica	2
Módulo de hidráulica	2
Gerador Van Der Graph	1

Fonte: IFCE – *campus* Iguatu.

24.3.6 Laboratório de bromatologia

Tabela 14 - Equipamentos do laboratório de Bromatologia

Descrição do Equipamento	Quantidade
Agitador orbital	1
Mufla	1
Bloco digestor	1
Espectrofotômetro UV-Vis	1
Balança analítica	1
Agitador de tubo	1
Estufa de aquecimento	1
Geladeira	1

Fonte: IFCE – *campus* Iguatu.

24.3.7 Laboratório de Microbiologia

Tabela 15 - Equipamentos do laboratório de Microbiologia

Descrição do Equipamento	Quantidade
Autoclave vertical	1
Incubadora (<i>shaker</i>)	1
pHmetro de bancada	2
Câmara de fluxo laminar	1
Contador de colônias	1
Câmara B.O.D	1

Fonte: IFCE – *campus* Iguatu.

24.3.8 Laboratório de água, solos e tecidos vegetais

O Laboratório de Água, Solos e Tecidos Vegetais (LABAS), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, *campus* Iguatu tem entre seus objetivos realizar análises de água, solos e tecidos vegetais para irrigação, visando atender demandas internas: aulas práticas, atividades de pesquisa, estágios supervisionados, entre outros e externas: atividades de extensão, como: atendimento aos produtores da região, minicursos, palestras, treinamentos, entre outros.

A análise da água é essencial para projetar, operar e dar manutenção em sistemas de irrigação. A água de irrigação pode modificar o teor de substâncias tóxicas presente no solo, vindo afetar a qualidade e a produção do produto colhido, muitas vezes, inviabilizando a atividade em determinados locais e situações.

Na análise de solo para fins agrícolas, quantificam-se os nutrientes disponíveis para as plantas, por meio de soluções extratoras. Os usuários deste laboratório podem utilizar os resultados dessas análises para avaliar a fertilidade do solo e verificar se há necessidade de calagem e de adubação, visando a aumento da produtividade.

Nesse contexto, o Laboratório de Água, Solos e Tecidos Vegetais (LABAS) insere-se como um ambiente essencial para a formação dos profissionais de Tecnologia em Irrigação e Drenagem, formados pelo IFCE – *campus* Iguatu.

O Laboratório de Água, Solos e Tecidos Vegetais (LABAS) possui uma ampla estrutura física para a condução de diversas práticas de ensino relacionadas aos segmentos de Água, Solo e Plantas. Dessa forma, várias práticas vêm sendo conduzidas nesse setor de acordo com a necessidade do docente/componente curricular, contemplando o ensino técnico, tecnológico e superior.

A seguir, algumas aulas práticas específicas ao curso de Tecnologia em Irrigação e Drenagem realizadas no Laboratório de Água, Solos e Tecidos Vegetais (LABAS), que poderão ser utilizadas pelo Curso de Geografia, principalmente, nas análises físicas de solos.

Além das práticas de ensino, o Laboratório de Água, Solos e Tecidos Vegetais (LABAS) tem ofertado grande contribuição com a pesquisa científica, consolidando grupos de pesquisa locais, como o Grupo de Pesquisa em Engenharia de Solos e Água do Semiárido e também com grupos de pesquisa parceiros, como o Grupo de Pesquisa e Extensão Massa (Manejo de água e solo no semiárido).

Dessa forma, diversos projetos de pesquisas vêm sendo conduzidos no Laboratório de Água, Solos e Tecidos Vegetais (LABAS), envolvendo sempre uma grande quantidade de discentes, principalmente do curso de Tecnologia de Irrigação e Drenagem, auxiliando e acompanhando o desenvolvimento de diferentes trabalhos de conclusão de cursos.

O Laboratório de Água, solos e Tecidos Vegetais (LABAS) tem, ainda, entre seus principais objetivos, o atendimento aos produtores agrícolas da região centro sul do estado do Ceará e/ou regiões de estados vizinhos, caracterizando a expansão dos conhecimentos tecnológicos, que é um dos seus propósitos. Além disso, outra importante atividade desenvolvida como extensão é participação em eventos e/ou apresentação de seminários, minicursos, treinamentos.

O Laboratório de Água, Solos e Tecidos Vegetais-LABAS, dispõe do material descrito na Tabela a seguir.

Tabela 16 - Equipamentos do laboratório de água, solos e tecidos vegetais.

Descrição do Equipamento	Quantidade
Espectofotômetro uv/visível	2
Aagitador magnético	2
Aagitador de tubos	2
pHmetro de Bancada	2
Condutivímetro de bancada	2
Mesa agitadora	1
Destilador de água	1
Barrilhete 50 L	2
Barrilhete 20 L	2
Bomba de vácuo	1
Mufla aquecedora	1
Peneirador eletromagnético	1
Estufa para secagem de vidrarias	1
Estufa industrial	1
Moinho de facas	1
Moinho martelo	1
Autoclave vertical	1
Banho maria	1
Chapa aquecedora	3
Capela de exaustão	3
Balança analítica	1
Balança semianalítica	2
Micro-ondas	1
Bloco digestor	1
Espectofotômetro de absorção atômica	1
Destilador de nitrogênio	1
Colorímetro de bancada	1
Turbidímetro de bancada	1
Fotômetro de chamas	2

24.3.9 Laboratório de Geoprocessamento

O laboratório de Geoprocessamento possui equipamentos e programas (Tabela 17) para dar suporte a área de topografia de geoprocessamento. Além dos equipamentos básicos de topografia, o espaço disponibiliza, à comunidade, ao discente e ao docente, imagens de satélites e programas de alta complexidade para tratamento e manipulação de imagens.

Com extensão e preparação dos discentes para o mundo do trabalho, o laboratório de geoprocessamento tem ligado a ele a TopoGeo Jr., uma empresa de serviços de topografia e geoprocessamento formada por alunos do Curso de Tecnologia em Irrigação e Drenagem, sob a orientação do coordenador do laboratório.

Através de convênio com o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e a Fundação Cearense de Meteorologia (FUNCEME), o Laboratório de Geoprocessamento tem a sua disposição duas (02) estações meteorológicas automáticas e uma estação meteorológica convencional, as quais dão suporte a pesquisas em agrometeorologia e climatologia.

Tabela 17 - Equipamentos e programas do laboratório de Geoprocessamento.

Descrição do Equipamento	Quantidade
Estação total	2
Teodolito	2
Nível de precisão	1
GPS Geodésico L1	2
GPS de navegação	15
Nível de mangueira	2
Pé de galinha	1
Mira falante	2
Estereoscópio	2
Plotter	1
Licença do software Erdas Imagine	1
Licença do software Idrisi Selva	10
Licença do TopoEvn	10
Licença do Data Geosis	15
Servidores	2
Computador para aulas práticas	10
Licença do Autocad Educacional	1
Licença dos Produtos Licenciados pela Hexagon Brasil	10
QGis instalados	10
GVsig Instalado	10
Spring instalado	10

Estação meteorológica automática climatológica com sensores de umidade e temperatura do ar, radiação solar global, anemómetro sônico, temperatura de ponto de orvalho, pluviômetro de báscula e painel fotovoltaico	1
Estação meteorológica automática com sensores de temperatura e umidade do ar, velocidade do vento, radiação solar global e painel fotovoltaico	1
Estação meteorológica climatológica convencional com termómetro e máxima e mínima do ar, psicrômetro, evaporímetro de pichê, termógrafo, barógrafo, barômetro universal, catavento de wild, bateria de geotermómetro, actinógrafo, heliógrafo, pluviômetro, pluviógrafo, higrógrafo e anemógrafo universal	1

Fonte: IFCE – *campus* Iguatu.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. A. **Filosofia da educação**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006. 254 p.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**: lei n.º 9.396, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 13. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/19339/ldb_13ed.pdf?sequence=46. Acesso em: 15 abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnologia. **Parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio**: ciências da natureza, matemática e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEMTEC, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnologia. **Parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio**: bases legais Brasília: MEC/SEMTEC, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais - terceiro e quarto ciclo de ensino fundamental**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Resolução CNE/CP1, de 18 de fevereiro de 2002**. Institui diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <http://portalmeec.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2015.

BRASIL. **Resolução CNE/CP2, de 19 de fevereiro de 2002**. Institui a duração da carga horária dos cursos de licenciatura plena, de formação de professores da educação básica em nível superior. Disponível em: <http://portalmeec.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2015.

BRASIL. **Referenciais curriculares nacionais dos cursos de bacharelado e licenciatura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE QUÍMICA. **Resolução normativa nº 35, de 25 de abril de 1974**. Dá atribuições aos profissionais da Química e estabelece critérios para concessão das mesmas, em substituição à Resolução Normativa nº 26. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Química, 1974.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO / CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Parecer CNE/CES 1.303**. Brasília: Diário Oficial da União de 7 dez. 2001, Seção 1, p. 25.

ESTEBAN, M. T. **O que sabe quem erra?** Reflexões sobre avaliação e fracasso escolar. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Regulamento da organização didática – ROD**. Fortaleza: IFCE, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ.
Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos do IFCE. Fortaleza: IFCE, 2017.

GAUTHIER, C. **Por uma teoria da pedagogia:** Pesquisa contemporânea sobre o saber docente. Rio Grande do Sul, Ed. UNIJUÍ, 1998.

MORAES, L. S.; DIAS, A. M. I; NASCIMENTO, I. V. **Currículo organizado por competência e o redesenho curricular dos cursos técnicos.** In: ALBUQUERQUE, L. B. (org). Cultura, currículos e identidades. Fortaleza: Editora UFC, 2004.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M.S.L. **Estágio e docência.** São Paulo: Cortez, 2004.

ANEXO 1 - EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS – PUD

**DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: BIOLOGIA CELULAR
Código:
Carga Horária Total: 40h/a CH Teórica: 40h/a CH Prática: 0h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 0h/a
Número de Créditos: 2
Pré-requisitos: sem pré-requisito
Semestre: 1º
Nível: Superior
EMENTA
Estudo da diversidade celular e da organização da célula procariota e eucariota. Biogênese de estruturas subcelulares. Aspectos morfológicos, bioquímicos e funcionais da célula, de seus revestimentos, compartimentos e componentes subcelulares. Inter-relação morfofuncional dos componentes celulares. Processos de divisão celular que garantem o crescimento, desenvolvimento e perpetuação da espécie.
OBJETIVOS
Discutir conceitos básicos de biologia celular e relações com a química; Diferenciar células procarióticas e eucarióticas; Identificar as diversas estruturas da célula eucariótica, bem como compreender suas funções; Conhecer o instrumento de microscopia; Identificar as fases do ciclo celular.
PROGRAMA
Unidade I – Origem da Vida • Origem e evolução das células. Unidade II – Organização e Diversidade Celular • Procariotos; • Eucariotos; • Vírus. Unidade III – Bases Macromoleculares da Constituição Celular • Água e sais minerais; • Carboidratos; • Lipídeos. Unidade IV – A Célula • Citoplasma; • Composição química; • Hialoplasma; • Organelas citoplasmáticas; • Citoesqueleto; • Núcleo celular interfásico;

• Divisão celular; • Diferenciação celular. Unidade V – Noções de Microscopia • Instrumentos de Microscopia; • Unidades de medidas; • Microscopia óptica; • Microscopia composta.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudos de caso, discussões temáticas e estudo dirigido.	
AVALIAÇÃO	
Visando a formação do indivíduo, o processo avaliativo ocorrerá antes, durante e após a atividade didática. Será realizada uma avaliação diagnóstica que percorrerá todo o processo didático. Assim como a avaliação formativa que implicará na preparação do aluno para a disciplina a qual esta é pré-requisito, e visando também o conhecimento adquirido pelo aluno a avaliação somativa será trabalhada no final de cada etapa. Ocorrerá também avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ALBERTS, B. et al. Biologia molecular da célula. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 1396 p. ALBERTS, B. Fundamentos de biologia celular. 3. ed., Porto Alegre: Artmed, 2011. 844 p. CURTIS, H. Biologia. 2. ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. 992 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
CAMPBELL, N. Biologia. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 1464 p. DARWIN, C. A origem das espécies. São Paulo: Martin Claret. 2014. 572 p. DE ROBERTIS, E. M. F. Biologia celular e molecular. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2008. 412 P. EVERT, R. F. Biologia Vegetal. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. 830 p. JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. Biologia Celular e Molecular. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. 332 p. SILVA JÚNIOR, C. Biologia: as características da vida, biologia celular, vírus: entre moléculas e células, a origem da vida, histologia animal, Vol. 1. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. 400 p.	
Coordenador do Curso	Chefe do Departamento de Ensino
_____	_____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM
Código:
Carga Horária Total: 40h/a CH Teórica: 40h/a CH Prática: 0h/a
CH - Prática como Componente Curricular do Ensino: 0h/a
Número de Créditos: 2
Pré-requisitos: Sem pré-requisitos
Semestre: 1º
Nível: Superior
EMENTA
Principais concepções de língua, texto e contexto; Especificidades da fala e da escrita; Gêneros e tipos textuais; Noções metodológicas de leitura e interpretação de textos; Habilidades básicas de produção textual; Noções linguístico-gramaticais aplicadas a textos de natureza diversa.
OBJETIVOS
Proporcionar aquisição de conhecimentos sobre o funcionamento da linguagem, numa abordagem textual e discursiva; Conceituar e estabelecer similaridades e diferenças que marcam a língua escrita e a falada; Reconhecer os diversos registros linguísticos; Contribuir para o desenvolvimento de uma consciência crítica para a compreensão e a produção de textos; Desenvolver habilidades para leitura – interpretação de textos – e escrita; Reconhecer os gêneros e tipos textuais; Produzir textos de diversos gêneros, com ênfase nos de natureza acadêmica; Utilizar a norma culta em textos orais e escritos.
PROGRAMA
Unidade I – Concepções de Língua, Texto e Contexto • A língua: código, instrumento, atividade cognitiva e atividade sociointerativa; • O texto: superfície textual e evento sociocognitivo; • O contexto: verbal, não verbal, sociocognitivo. Unidade II - Fala e Escrita • Modalidades do mesmo sistema linguístico; • Especificidades dentro dos contextos de uso: quebra de mitos; • A escrita como produto e como processo. Unidade III - Gêneros e Tipos Textuais/ Habilidades Básicas de Produção Textual (Fichamento, Resumo, Apresentação Oral Etc) Unidade IV - Noções Metodológicas de Leitura e Interpretação de Textos Acadêmicos Unidade V - Noções Linguístico-Gramaticais Aplicadas a Textos de Natureza Acadêmica.
METODOLOGIA DE ENSINO
Serão utilizadas diversas ferramentas metodológicas, a saber: aulas expositivo-dialogadas com/sem slides, filmes, atividades em grupo/individuais, discussão de textos acadêmicos, artigos, músicas, seminários, atividades de produções textuais, entre outras.

AVALIAÇÃO	
A avaliação consistirá em um processo contínuo, levando em consideração as atividades realizadas, em grupos ou individualmente, ao longo da disciplina, as avaliações escritas e/ou práticas, além da participação do aluno em sala de aula.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
FARACO, C. A.; TEZZA, C. Prática de texto para estudantes universitários. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, 300 p. FAULSTICH, E. L. J. Como ler, entender e redigir um texto. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 140 p. GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010, 548 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
AQUINO, I. S. Como escrever artigos científicos: sem arrodeio e sem medo da ABNT. 3. ed. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, 104 p. FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007, 432 p. KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010. 220 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/8572443274. Acesso em: 7 dez. 2017. MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto, relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas; 2014. 225 p. RAMPAZZO, L. Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009, 146 p.	
Coordenador do Curso	Chefe do Departamento de Ensino
_____	_____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DE MATEMÁTICA
Código:
Carga Horária Total: 80h/a CH Teórica: 80h/a CH Prática: 0h/a
CH - Práticas como componente curricular do Ensino: 0h/a
Número de Créditos: 4
Pré-requisitos: Sem pré-requisito
Semestre: 1º
Nível: Superior
EMENTA
Conjuntos numéricos. Funções. Progressões. Polinômios e Introdução à Estatística.
OBJETIVOS
Compreender conceitos fundamentais de matemática e estatística a fim de contribuir para o entendimento de Química, Física e Cálculo.
PROGRAMA
Unidade I - Conjuntos e Conjuntos Numéricos • Operações Fundamentais: Razão, Proporção, Regra de Três Simples e Composta, Porcentagem, Potenciação, Fatoração, Radiciação; • Notação Científica e Uso da Calculadora Científica. Unidade II - Funções • Intervalos; • Função Linear; • Função Afim; • Função Quadrática; • Função Modular; • Função Exponencial; • Função Logarítmica; • Funções Trigonométricas. Unidade III – Sequências Numéricas • Progressão Aritmética; • Progressão Geométrica. Unidade IV – Introdução à estatística e a Probabilidade • Análise Combinatória; • Médias: Aritmética, Geométrica, Ponderada, Harmônica e Quadrática; • Distribuição de Frequência; • Medidas de Tendência Central e Separatrizes; • Erro, Desvio Padrão e Variância; • Testes de Confiança. Unidade V – Polinômios • Fatoração;

• Operações.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aula teórica e expositiva no intuito de fundamentar os conhecimentos da Matemática do Ensino Básico que servirão de suporte teórico para o entendimento de Cálculo Diferencial e Integral. Realizaremos momentos de discussão sobre atividades realizadas em sala e em grupo, por meio da discussão de problemas. Poderão ser utilizados os seguintes recursos: Quadro branco e pinceis; Projetor Multimídia; Lista de Problemas em material impresso.	
AValiação	
Visando à formação do indivíduo, o processo avaliativo ocorrerá durante todo o período da disciplina, por meio de avaliação escrita individual e em grupo. Assim como a avaliação formativa que implicará na preparação do aluno para a disciplina a qual está é pré-requisito, e visando também o conhecimento adquirido pelo aluno a avaliação somativa será trabalhada no final de cada etapa. Ocorrerá também avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
IEZZI, G. Fundamentos de matemática elementar: logaritmos. Vol. 2. 9. ed. São Paulo: Atual, 2004. 198 p. MAGALHÃES, M. N. Noções de probabilidade e estatística. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2011. 408 p. SILVA, S. M.; SILVA, E. M. Matemática básica para cursos superiores. São Paulo: Atlas, 2009. 227 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
DEMANA, F. D. Pré Calculo. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2013. 476 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788581430966. Acesso em: 7 dez. 2017. HAZZAN, S. Fundamentos de matemática elementar: combinatória, probabilidade. Vol. 5. 6. ed. São Paulo: Atual, 1993, 174 p. IEZZI, G. Fundamentos de matemática elementar: complexos, polinômios, equações. Vol. 6. 6. ed. São Paulo: Atual, 1993, 241 p. IEZZI, G. Fundamentos de matemática elementar: trigonometria. 8. ed. São Paulo: Atual, 2004, 312 p. IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar: conjuntos, funções: exercícios resolvidos, exercícios propostos com resposta, testes de vestibular com resposta. Vol. 1. 7. ed. São Paulo: Atual, 1993, 380 p.	
Coordenador do Curso	Chefe do Departamento de Ensino
_____	_____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS SÓCIO-FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO
Código:
Carga Horária: 80h/a CH Teórica: 70h/a CH Prática: 0h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 10h/a
Número de Créditos: 4
Código pré-requisito:
Semestre: 1
Nível: Superior
EMENTA
O conhecimento. O homem e a cultura. A filosofia e a ciência. A importância da filosofia das ciências e seu objeto de estudo: os fundamentos do saber científico. O método científico: conceituação e etapas. A filosofia na escola. Ética.
OBJETIVOS
Compreender a relação entre filosofia e educação; Analisar as teorias filosóficas e sociológicas da educação; Discutir criticamente a relação entre escola e sociedade; Analisar temas contemporâneos da educação.
PROGRAMA
Unidade I - Relação entre Filosofia e Educação • Relação entre filosofia e educação: aspectos epistemológicos, axiológicos e antropológicos; • Análise das correntes filosóficas e sua contribuição para a educação; • Essencialismo, idealismo, racionalismo, empirismo, fenomenologia, existencialismo; • Materialismo histórico-dialético. Unidade II - Teorias Filosóficas e Sociológicas da Educação Teorias sociológicas da educação, principais autores: Rousseau, Durkheim, Weber, Marx, Gramsci, Bourdieu e suas teorias sobre a sociedade, particularizando suas concepções sobre educação; Unidade III - Educação e Sociedade Educação e sociedade: conservação/transformação, escola única e escola para todos; escola pública/privada, escola e seletividade social, educação e trabalho: qualificação e desqualificação; Unidade IV: Temas Contemporâneos da Educação • Contexto histórico do liberalismo e as consequências na Educação; • Educação e reprodução social; • Função da educação no contexto do desenvolvimento capitalista contemporâneo; • Educação e emancipação política; • Reflexões sobre o papel da filosofia e da sociologia na formação do educador.
METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia de ensino terá como base: Aulas expositivas e dialogadas; Trabalhos/exercícios em grupo e/ou individual; Leituras para subsidiarem as discussões no grande e em pequenos grupos; Utilização de vídeos e filmes. Dinâmicas e vivências grupais	
AVALIAÇÃO	
Proposta de avaliação formativa e emancipadora, a partir das aprendizagens construídas em cada $\left[\frac{N1x2+N2x3}{5} \right] \left[\frac{N1x2+N2x3}{5} \right]$ encontro e sistematizadas em trabalhos orais e/ou escritos. O crescimento intelectual dos alunos e os seus esforços serão permanentemente considerados no processo de ensino e aprendizagem. Serão consideradas, na avaliação, as habilidades de leitura, análise e compreensão dos textos, dada a importância do desenvolvimento destes critérios para a formação do discente. A avaliação quantitativa prevê: i) Trabalho em grupo; ii) Realização de uma avaliação escrita [individual] com consulta aos textos iii). Seminário.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ARANHA, M. L. A. Filosofia da Educação. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006. 254 p. CHAUÍ, M. Convite a Filosofia. 14. ed. São Paulo: Ática, 2014, 250 p. GADOTTI, M. História das idéias pedagógicas. 8. ed. São Paulo: Ática, 2008. 319 p. LUCKESI, C. C. Filosofia da Educação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 222 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BRANDÃO, C. R. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2013. 134 p. CARNIEL, F. A sociologia em sala de aula: diálogos sobre ensino e suas práticas. Curitiba: Base Editorial, 2012. 176 p. DURKHEIM, E. Educação e sociologia. 11. ed. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1978. 91 p. MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 102 p. WEBER, M. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2000. 464 p.	
Coordenador do Curso	Chefe do Departamento de Ensino
_____	_____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
Código:
Carga Horária Total: 80h/a CH Teórica: 70h/a CH Prática: 0h/a
CH - Prática como Componente Curricular do Ensino: 10h/a
Número de Créditos: 4
Pré-requisitos: Sem Pré-requisito
Semestre: 1º
Nível: Superior
EMENTA
Práticas educativas nas sociedades antiga, medieval, moderna e contemporânea. Percorso histórico da educação no Brasil.
OBJETIVOS
Entender a relação entre o desenvolvimento dos diversos modos de produção, classes sociais e educação; Analisar criticamente os diferentes contextos sociopolítico e econômico que exerceram influência na História da Educação; Compreender a História da Educação como instrumento para a compreensão da realidade educacional; Estudar os aspectos importantes ao avanço do processo histórico-educacional que permitirão a superação de interpretações baseadas no senso comum; Analisar a história da educação brasileira através de estudos realizados por educadores brasileiros; Estudar a educação no Brasil desde a colonização aos dias atuais, enfatizando o desenvolvimento e formação da sociedade brasileira, a luta pelo direito a educação e evolução das políticas públicas de educação do estado brasileiro; Analisar a interferência do sistema político-econômico no sistema educacional.
PROGRAMA
Unidade 1- HISTÓRIA GERAL DA EDUCAÇÃO ● Educação dos povos primitivos; ● Educação na antiguidade oriental; ● Educação grega e romana; ● Educação na idade média; ● Educação na idade moderna. Unidade 2- HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL ● Educação nas comunidades indígenas; ● Educação colonial/Jesuítica; ● Educação no Império; ● Educação na Primeira e na Segunda República; ● Educação no Estado Novo; ● Educação no Período militar; ● O processo de redemocratização no país; ● A luta pela democratização na Educação; ● História da educação no Ceará;

● Educação no Brasil: contexto atual.
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudos de caso, discussões temáticas e estudo dirigido.
AValiação
A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, ressaltando os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados: - Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; - Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; - Desempenho cognitivo; - Criatividade e o uso de recursos diversificados; - Domínio de atuação discente (postura e desempenho). Alguns instrumentos que serão utilizados: Provas escritas, seminários, trabalhos, estudos de caso. Os aspectos quantitativos da avaliação ocorrerão de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE. Na prática enquanto componente curricular do ensino será avaliada a capacidade do estudante fazer a transposição didática, ou seja, transformar determinada temática em um produto ensinável.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BRANDÃO, C. R. O Que é Educação. São Paulo: Brasiliense, 2013. 134 p. RIBEIRO, M. L. S. História da educação brasileira: a organização escolar. 21. ed. Campinas : Autores Associados : HISTEDBR, 2011. 163 p. ROMANELLI, O. O. História da educação no Brasil: 1930/1973. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 267 p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ARANHA, M. L. A. História da educação e da pedagogia: geral e do Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006, 384 p. (3 exemplares) GHIRALDELLI JR, P. Filosofia e História da Educação Brasileira História da educação no Brasil. 2. ed. Barueri: Manole, 2009, 304 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520428405 Acesso em: 05 dez. 2017. LOPES, E. M. T. Perspectivas históricas da educação. 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 2009, 84 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788508010882. Acesso em: 05 dez. 2017. MANACORDA, M. A. História da educação: da antiguidade aos nossos dias. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010, 455 p. (2 exemplares) TERRA, M. L. E. História da educação. São Paulo: Pearson, 2014. 198 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788543005058. Acesso em: 05 dez 2017.

Coordenador do Curso _____	Chefe do Departamento de Ensino _____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: QUÍMICA GERAL I
Código:
Carga Horária Total: 80h/a CH Teórica: 80h/a CH Prática: 0h/a
CH - Práticas como componente curricular do Ensino: 0h/a
Número de Créditos: 4
Pré-requisitos: Sem pré-requisito
Semestre: 1º
Nível: Superior
EMENTA
Introdução ao Estudo da Matéria e Energia. Modelo Atômico. Classificação Periódica. Ligações Químicas. Forças Intermoleculares. Funções Inorgânicas. Estequiometria. Gases.
OBJETIVOS
Compreender os fundamentos teóricos relativos às transformações da matéria, a evolução da teoria atômica, as ligações químicas e as forças intermoleculares; Identificar e quantificar os produtos formados a partir da estequiometria, analisando possíveis fatores que possam afetar o rendimento das reações.
PROGRAMA
Unidade I - Introdução ao Estudo da Matéria e Energia • Conceito de matéria e suas propriedades físicas e químicas; • Relação matéria e energia; • Conceituar os tipos de substâncias; • Estados físicos da matéria; • Mudanças de estado físico: representação gráfica; • Tipos de misturas e métodos de separação de misturas. Unidade II - Modelo Atômico • Comparar as primeiras concepções do átomo de Dalton com os modelos de átomo nuclear e confrontar com o modelo atômico atual; • Identificar o elétron como partícula subatômica com massa e carga fixas, analisando as experiências realizadas por Thomson, Goldstein; • Demonstrar conhecimento sobre os seguintes termos e associar com definições, descrições e exemplos específicos: átomo de Bohr, constante de Planck, espectro contínuo e descontínuo, números quânticos, orbital e estado excitado; • Representar graficamente as configurações dos orbitais s, p, d, relacionando o orbital com a probabilidade de se encontrar o elétron no átomo; • Apresentar as configurações eletrônicas dos principais elementos químicos. Utilizar o diagrama de Linus Pauling e a regra da multiplicidade de Hund. Unidade III - Classificação Periódica • Histórico da tabela periódica e apresentação do modelo Atual da Tabela Periódica; • Relacionar o número atômico e a configuração dos elementos químicos com a

estrutura da tabela periódica em grupos e períodos; • Classificar os elementos químicos em metais, não metais e semimetais. Agrupar segundo as suas camadas de valência, destacando as semelhanças de propriedades que existem entre eles; • Definir: elementos representativos, metais de transição simples e metais de transição interna e associar às configurações eletrônicas de seus átomos; • Conceituar: eletronegatividade, potencial de ionização, raio atômico, etc. e analisar as variações ao longo dos períodos e grupos na Tabela Periódica. Unidade IV - Ligações Químicas • Tipos de ligações: Iônicas, covalentes e metálicas; • Introdução à Teoria do Orbital Molecular (TOM); • Hibridização; • Geometria Molecular e Polaridade das Moléculas; • Ligação metálica; • Estruturas e formas geométricas TLV e TOM. Unidade V - Forças Intermoleculares • Força íon-dipolo, • Força dipolo-dipolo • Ligação de hidrogênio • Forças de dispersão de London Unidade VI - Funções Inorgânicas • Classificação e Nomenclatura; • Ácidos e bases de Arrhenius, Brönsted-Lowry e Lewis; • Óxidos ácidos, básicos e anfóteros; sais. Unidade VII - Estequiometria • Cálculos Químicos: Estequiometria (Leis Ponderais); • Conceitos de mol; Massa e Vol. Molar; • Número de Avogadro; • Estequiometria das Reações Químicas. Unidade VIII - Estudo dos Gases • Funções de Estado de um gás: Vol., temperatura e pressão; • Leis Empíricas dos gases; • Hipótese de Avogadro e Equação Geral dos Gases Ideais; • Densidade de um gás; • Misturas gasosas: Lei de Dalton; • Efusão e Difusão: Lei de Graham.
METODOLOGIA DE ENSINO
As aulas terão caráter expositivas-dialógicas, em que se fará uso de debates, apresentação de vídeos, seminários individuais e em grupos, entre outros. Como recursos, poderão ser utilizados o quadro branco e o projetor de multimídia.
AVALIAÇÃO
A avaliação será desenvolvida ao longo do semestre, de forma processual e contínua, valorizando os aspectos qualitativos em relação aos quantitativos. Alguns critérios a serem avaliados: - Conhecimento individual sobre temas relativos aos assuntos estudados em sala; - Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; - Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e

científicos adquiridos; - Criatividade e o uso de recursos diversificados; - Domínio de atuação discente (postura e desempenho). Os aspectos quantitativos da avaliação ocorrerão de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ATKINS, P.; JONES, L. Princípios de Química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012, 1026 p. BROWN, T. L.; LEMAY, J. H. E.; BURSTEN, B. E. Química: a ciência central. 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005, 972 p. CHANG, R. Química geral: conceitos essenciais. 4. ed. Porto Alegre : McGraw-Hill, 2010, 778 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BRADY, J. E.; SENESE, F. A.; JESPERSEN, N. D. Química: a matéria e suas transformações. Vol. 2. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009, 455 p. KOTZ, J. C.; TREICHEL JR, P. M.; WEAVER, G. C. Química geral e reações químicas. Vol. 1. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012, 612 p. MAHAN, B. M.; MYERS, R. J. Química: um curso universitário. 4. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1995, 582 p. MASTERTON, W. L. Princípios de Química. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009, 698 p. ROSENBERG, J. L.; EPSTEIN, L. M.; KRIEGER, P. J. Teoria e problemas de química geral. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003, 377 p. RUSSEL, J. B. Química Geral. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 1994, 621 p.	
Coordenador do Curso	Chefe do Departamento de Ensino
_____	_____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: CÁLCULO I
Código:
Carga Horária Total: 80h/a CH Teórica: 80h/a CH Prática: 0h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 0h/a
Número de Créditos: 4
Pré-requisitos: Fundamentos da Matemática
Semestre: 2º
Nível: Superior
EMENTA
Limite: Definição, Teoremas sobre limites, Limites laterais, Limites infinitos, Limites no infinito, Assíntotas, Continuidade de uma função, Continuidade de uma função composta, Teorema do valor médio, Teorema do confronto, Teoremas aplicados às funções trigonométricas – seno e Cosseno. Derivada: Definição, Teoremas sobre derivada, Derivabilidade e Continuidade, derivadas das funções trigonométricas, Regra da cadeia, Mudança de variável, Derivação implícita, valores extremos relativos, Construção de gráficos.
OBJETIVOS
Compreender os conhecimentos básicos de cálculo que permitam noções teóricas fundamentais visando à aquisição da autonomia para desenvolver e resolver situações problemas e para aplicar este conhecimento durante o Curso.
PROGRAMA
Unidade I – Limites • Noção intuitiva de limite; • Definição de Limites; • Teoremas dos Limites; • Limites Infinitos e no Infinito; • Assíntotas; • Continuidade. Unidade II - Derivadas • Taxa de Variação; • Derivação: Reta tangente; • Regras de Derivação; • Derivação Implícita; • Derivadas de Funções Inversas e Logarítmicas; • Derivadas de Funções Trigonométricas; • Máximos e Mínimos de Uma Função; • Integração: Noções e Aplicações Gerais; • Aplicações na Química.

METODOLOGIA DE ENSINO	
Aula teórica e expositiva no intuito de trabalhar com os conhecimentos adquiridos nos Fundamentos da Matemática que auxiliem a compreensão dos conceitos e técnicas operatórias envolvendo a disciplina de Cálculo I. Haverá momentos de discussão das atividades propostas. Os seguintes recursos poderão ser utilizados: Quadro e pinceis; Lista de exercícios e material impresso.	
AValiação	
Visando a formação do indivíduo, o processo avaliativo ocorrerá antes, durante e após a atividade didática. Será realizada uma avaliação diagnóstica que percorrerá todo o processo didático visto que para cursar a disciplina de Cálculo I o aluno deve ter cursado Fundamentos da Matemática. Assim como a avaliação formativa que implicará na preparação do aluno para a disciplina de Cálculo II, no qual a disciplina Cálculo I é pré-requisito. Visando também o conhecimento adquirido pelo aluno a avaliação somativa será trabalhada no final de cada etapa da seguinte forma: de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
LEITHOLD, L. O cálculo com geometria analítica. Vol. 1 3. ed. São Paulo: Harbra LTDA, 1994. 685 p. STEWART, J. Cálculo. Vol. 1. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009. 535 p. THOMAS JR, G. B.; HASS, J.; WEIR, M. D. Cálculo. Vol. 1. 11. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. 782 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BARBOSA, C. A. S. Cálculo diferencial e integral. Vol. 1. Fortaleza: Livro Técnico, 2003. 381 p. BOULOS, P. Cálculo diferencial e integral. Vol. 1. São Paulo: Pearson Makron Books, 1999. 330 p. FACCIN, G. M. Elementos de cálculo diferencial e integral. Curitiba: InterSaberes, 2015. 219 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544302057>. Acesso em 05 dez. 2017. FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. Cálculo A: funções, limite, derivação e integração. São Paulo: Pearson. 458 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576051152. Acesso em: 05 dez. 2017. THOMAS JR, G. B. Cálculo diferencial e integral. Vol. 2. Fortaleza : Livro Técnico, 1983. 584 p.	
Coordenador do Curso	Chefe do Departamento de Ensino
_____	_____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA QUÍMICA
Código:
Carga Horária Total: 40h/a CH Teórica: 20h/a CH Prática: 0h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 20h/a
Número de Créditos: 2
Pré-requisitos: Sem Pré-requisito
Semestre: 2º
Nível: Superior
EMENTA
As principais origens da Química. Química na Antiguidade. Alquimia. A Química como ciência independente. Química Moderna. História da Química no Brasil.
OBJETIVO
Compreender sob um ponto de vista histórico e filosófico os conceitos fundamentais da história da química, a partir dos povos antigos e analisando um amplo painel dos principais problemas associados à evolução dessa ciência.
PROGRAMA
Unidade 1 – Origem da química - As origens da química: Origens gregas; origens Indus e origens chinesas; Unidade 2 – Química na Antiguidade - Protoquímica; - Os metais e a metalurgia; vidro e cerâmica; pigmentos e corantes; - Medicamentos e drogas; Unidade 3 – Alquimia - Os primeiros escritos dos alquimistas - alquimia alexandrina; alquimia islâmica; alquimia chinesa. Alquimia medieval Europeia; - Iatroquímica. Unidade 4 – A química como ciência independente - Os primórdios da química autônoma; - Evolução das teorias atômicas. Unidade 5 – Química Moderna - A Teoria do flogisto; - A revolução científica de Lavoisier e Boyle; - A hipótese de Avogadro; - Lewis, Linus Pauling e a Ligação química; - O fim do vitalismo e o surgimento da bioquímica moderna; - A química nuclear e o desenvolvimento de novos elementos; - Desenvolvimento da Tabela Periódica: Mendeleiev e Meyer. Unidade 6 – História da Química no Brasil D. Pedro II e a química no Brasil;

• Vicente Telles, o primeiro químico brasileiro; • A contribuição de José Bonifácio.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas, palestras, exposição de vídeos, estudo dirigido, exercícios em sala de aula, pesquisas e apresentação de seminários. A Prática como Componente Curricular de Ensino poderá ser ministrada através de: aulas expositivas, esquetes, apresentação de seminários, elaboração de estudo de caso, elaboração de material didático e áudio visual.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação será desenvolvida ao longo do semestre, de forma processual e contínua, utilizando os seguintes instrumentos: elaboração de textos, avaliação escrita e participação nas atividades propostas. A avaliação da Prática como Componente Curricular seguirá em conformidade com a metodologia estabelecida para a disciplina. A avaliação ainda ocorrerá de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
FARIAS, R. F. História da alquimia. 2. ed. Campinas: Átomo, 2010. 96 p. FARIAS, R. F. Para gostar de ler a história da química. Campinas: Átomo, 2013. 231 p. GREENBERG, A. Uma breve história da química: da alquimia às ciências moleculares modernas. São Paulo: Blucher, 2009. 379 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
ARAGÃO, M. J. História da Química. Rio de Janeiro: Interciência, 2008. 248 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788571931992. Acesso em: 06 dez. 2017. ARAÚJO, W. Alquimia dos alimentos. Vol. 2. Rio de Janeiro: Senac, 2009. 560 p. BROWN, T. L.; LEMAY, J. H. E.; BURSTEN, B. E. MURPHY, C.; WOODWARD, P. Química: a ciência central. 13. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016. 1216 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788543005652. Acesso em: 06 dez. 2017. CHASSOT, A. A Ciência através dos tempos. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004. 280 p. VANIN, J. Alquimistas e Químicos: o passado o presente e o futuro. 2. ed. São Paulo, SP: Moderna, 2005. 119 p.	
Coordenador do Curso	Chefe do Departamento de Ensino
_____	_____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: INGLÊS INSTRUMENTAL
Código:
Carga Horária Total: 40h/a CH Teórica: 40h/a CH Prática: 0h/a
CH - Prática como Componente Curricular do ensino: 0h/a
Número de Créditos: 2
Pré-requisitos: Sem pré-requisitos
Semestre: 2º
Nível: Superior
EMENTA
Inglês instrumental. Textos autênticos. Compreensão textual. Interpretação. Estratégias de leitura. Gramática.
OBJETIVOS
Identificar, ler e compreender diferentes gêneros textuais autênticos escritos em língua inglesa, relacionados a assuntos da área do curso superior de química do meio acadêmico-científico, bem como gêneros da esfera jornalística, utilizando-se das estratégias de leitura apropriadas.
PROGRAMA
Unidade 1 – Estratégias de Leitura • Prediction, skimminig, scanning, grupos nominais, palavras cognatas e falsos cognatos, uso de dicionários. Unidade 2 – Gêneros Textuais • Reportagens, curriculum vitae, resumos acadêmicos, textos de divulgação científica, gráficos. Unidade 3 – Itens Gramaticais • To be (formas de presente e passado simples); present simple; past simple (verbos regulares e irregulares); futures (will & going to). Unidade 4 – Marcadores de Discurso • Preposições e conjunções
METODOLOGIA DE ENSINO
As aulas serão ministradas de forma expositiva, com o auxílio da bibliografia básica e textos autênticos retirados da internet, bem como com a utilização de apresentações de slides.
AVALIAÇÃO
O aluno será avaliado quanto: ao desempenho individual e em grupo nas avaliações escritas, por meio de seminário, provas, trabalho de pesquisa; frequência/assiduidade e participação em grupo e em sala de aula. Além disso, serão realizadas duas avaliações formais escritas: uma na metade do curso e outra ao término do curso. A avaliação ainda ocorrerá de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
LOPES, C. Inglês instrumental: leitura e compreensão de textos. Recife: Imprima, 2012. 119 p. MUNHOZ, R. Inglês instrumental: estratégias de leitura: módulo 1. São Paulo: Texto novo, 2000. 111 p. SOUZA, A. G. F. Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental. Barueri: Disal, 2005. 203 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BENASSI, M. V. B. Leitura crítica de texto jornalístico em língua inglesa mediante transposição didática. In: Revista Diálogo e Interação. Cornélio Procópio, 2009. v. 01. p. 1-9. Semestral. Disponível em: http://www.faccrei.edu.br/publicacao/artigo-leitura-critica-de-texto-jornalistico-em-lingua-inglesa-mediante-transposicao-didatica. Acesso em: 29 mar. 2017. FERRO, J. Around the world: introdução à leitura em língua inglesa. Curitiba: InterSaberes, 2012. 232 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788565704939. Acesso em: 8 dez. 2017. LAPKOSKI, G. A. O. Do Texto ao Sentido: teoria e prática de leitura em língua inglesa. Curitiba: InterSaberes, 2012. 208 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582122808. Acesso em: 8 dez. 2017. MUNHOZ, R. Inglês instrumental: estratégias de leitura: módulo 2. São Paulo: Texto novo, 2000. 134 p. MURPHY, R. English Grammar in use. 4. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. 380 p.	
Coordenador do Curso	Chefe do Departamento de Ensino
_____	_____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: LABORATÓRIO DE QUÍMICA GERAL
Código:
Carga Horária Total: 40 h/a CH Teórica: 0 h/a CH Prática: 30 h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 10 h/a
Número de Créditos: 2
Pré-requisitos: Química Geral I
Semestre: 2º
Nível: Superior
EMENTA
Estrutura e funcionamento do laboratório. Materiais e aparelhagens do laboratório. Operações básicas no laboratório. Soluções e estequiometria. Aspectos físico-químicos das reações.
OBJETIVO
Conhecer a estrutura, o funcionamento e as normas de segurança do laboratório de química por meio de aulas práticas; Associar e aplicar os conhecimentos teóricos de Química Geral com as aulas práticas.
PROGRAMA
Unidade I - Estrutura e Funcionamento Do Laboratório • Instalações Básicas – Noções de Segurança e Primeiros Socorros; • Classificação dos Reagentes Tóxicos, Corrosivos, Voláteis, etc. e Grau de Periculosidade; • Precauções no Manuseio e Armazenamento de Reagentes Químicos. Unidade II – Materiais e Aparelhagens do Laboratório • Principais Vidrarias e Utensílios Metálicos com suas Aplicações; • Técnicas de Lavagem, de Conservação e Usos; • Balança Analítica e Técnicas de Pesagens; • Medidas de Vol.s – Medida de Grandeza; Precisão e Erros. Unidade III – Operações Básicas no Laboratório • Técnicas de Separação de Misturas; • Determinação de propriedades Físicas; • Excitação eletrônica - Teste de chama; • Identificação da ocorrência reações químicas; Unidade IV – Soluções e Estequiometria • Preparo de soluções e padronização de soluções. Unidade V – Aspectos Físico-Químicos das Reações • Cinética; • Equilíbrio químico; • Eletroquímica.
METODOLOGIA DE ENSINO

Aula Prática deverá ser realizada em grupos e ocorrerão momentos de apresentação e discussão sobre o roteiro e os resultados da prática. Os seguintes recursos poderão ser utilizados: Quadro e pinceis; Projetor de Multimídia; Ferramentas digitais; Lista de exercícios e material impresso. A Prática de Componente Curricular de Ensino poderá ser ministrada através de: aulas expositivas, criação e aplicação de técnicas de ensino, apresentação de seminários, elaboração de estudo de caso, elaboração de planos de aula, elaboração de material didático, elaboração de roteiros de práticas e/ou a elaboração de relatórios das práticas.

AValiação

A avaliação terá caráter formativo visando o acompanhamento contínuo do discente por meio de instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação que tenham objetivos e critérios bem explicitados. Algumas técnicas e instrumentos de avaliação: questionamentos e discussões aliado à participação dos discentes; resolução de exercícios em sala de aula; aplicação de trabalhos escritos (lista de exercícios e/ou pesquisa com produção de textos). Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do discente em atividades que exijam produção individual e/ou em equipe; planejamento, organização, coerência de ideias, legitimidade e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; desempenho cognitivo; criatividade e o uso de recursos diversificados; domínio de atuação discente (postura e desempenho); assiduidade e pontualidade. Por se tratar de uma disciplina prática, as técnicas e os critérios estabelecidos anteriormente, deverão estar alinhados as habilidades práticas e teóricas adquiridas pelo discente ao longo das aulas práticas. Além disso, poderá ser feito uma avaliação prática. A avaliação da Prática como Componente Curricular seguirá os critérios citados anteriormente em conformidade com a metodologia estabelecida para a disciplina. Ocorrerá também avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RUSSELL, J. B. **Química geral**. Vol. 2. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 1994. 1268 p.
 VOGEL, A. I. et al. **Análise química quantitativa**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 488 p.
 VOGEL, A. I. **Química analítica qualitativa**. 5. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1981. 665 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRADY, J. E.; HUMISTON, G. E. **Química geral**. Vol. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014. 424 p.
 BRADY, J. E.; HUMISTON, G. E. **Química geral**. Vol. 2. 2. ed., Rio de Janeiro: LTC, 1986. 266 p.
 ERVIN LENZI, L. B. **Química geral experimental**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2012. 398 p. Disponível em:
<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788579871566>. Acesso em: 24 jul. 2017.
 HESS, S. **Experimentos de química com materiais domésticos**. São Paulo: Moderna, 1997. 96 p.
 RUSSELL, J. B. **Química geral**. Vol. 1. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 1994. 621 p.

Coordenador do Curso

Chefe do Departamento de Ensino

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO
Código:
Carga Horária Total: 40h/a CH Teórica: 20h/a CH Prática: 0h/a
CH - Prática como Componente Curricular do Ensino: 20h/a
Número de Créditos: 2
Pré-requisitos: Sem Pré-requisito
Semestre: 2º
Nível: Superior
EMENTA
Fundamentos da Metodologia Científica. A Comunicação Científica. Métodos e técnicas de pesquisa. A comunicação entre orientandos/orientadores. Normas para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos. O pré-projeto de pesquisa. O Projeto de Pesquisa. A organização de texto científico, segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
OBJETIVOS
Conhecer e correlacionar os fundamentos, os métodos e as técnicas de análise presentes na produção do conhecimento científico; Compreender as diversas fases de elaboração e desenvolvimento de pesquisas e trabalhos acadêmicos; Elaborar e desenvolver pesquisas e trabalhos científicos obedecendo às orientações e normas vigentes nas Instituições de Ensino e Pesquisa no Brasil e na ABNT.
PROGRAMA
Unidade I – Fundamentos da Metodologia Científica - Definições conceituais; - Valores e ética no processo de pesquisa. Unidade II – Comunicação Científica - Sistema de comunicação na ciência: canais informais e canais formais. Unidade III – Métodos e Técnicas de Pesquisa - Tipos de conhecimento, tipos de Ciência, classificação das pesquisas científicas, a necessidade e os tipos do método e as etapas da pesquisa Unidade IV – A Comunicação Entre Orientandos/Orientadores - O papel de orientando/orientador na produção da pesquisa acadêmica Unidade V – Elaboração de Trabalhos Acadêmicos - Normas, estrutura e definição Unidade VI – Pré-Projeto de Pesquisa - Definição, modelos e elementos Unidade VII – Projeto de Pesquisa - Definição, modelos e elementos Unidade VIII – Organização do Texto Científico - Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos da ABNT.
METODOLOGIA DE ENSINO

Aula expositiva e dialogada; leituras; realização de exercícios de forma individual e/ou em pequenos grupos; análise e elaboração de projetos de pesquisa e apresentação de seminários. A Prática de Componente Curricular de Ensino poderá ser ministrada por meio de: aulas expositivas, criação e aplicação de técnicas de ensino, apresentação de seminários, elaboração de estudo de caso, elaboração de planos de aula, elaboração de material didático, elaboração de roteiros de práticas e/ou a elaboração de relatórios das práticas.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação terá caráter formativo visando o acompanhamento contínuo do discente por meio de instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação que tenham objetivos e critérios bem explicitados. Algumas técnicas e instrumentos de avaliação: questionamentos e discussões aliados à participação dos discentes; resolução de exercícios em sala de aula; aplicação de trabalhos escritos (lista de exercícios e/ou pesquisa com produção de textos). Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do discente em atividades que exijam produção individual e/ou em equipe; planejamento, organização, coerência de ideias, legitimidade e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; desempenho cognitivo; criatividade e o uso de recursos diversificados; domínio de atuação discente (postura e desempenho); assiduidade e pontualidade. A avaliação da Prática como Componente Curricular seguirá os critérios citados anteriormente em conformidade com a metodologia estabelecida para a disciplina. Ocorrerá também avaliação somativa, de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
CASTRO, C. M. A prática da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 190 p. ECO, U. Como se faz uma tese. 22. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012. 174 p. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158 p. BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. Fundamentos da metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 158 p. IFCE. Manual de Normalização de trabalhos acadêmicos do IFCE. Fortaleza: IFCE, 2017. Disponível em: http://ifce.edu.br/proen/bibliotecas/arquivos/manual-de-normalizacao-versao-corrigida. Acesso em: 30 mar. 2017. MARCONI, M. A. Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto, relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 225 p. MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamento, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 336 p.	
Coordenador do Curso	Chefe do Departamento de Ensino
_____	_____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO
Código:
Carga Horária Total: 80h/a CH Teórica: 70h/a CH Prática: 0h/a
CH - Prática como Componente Curricular do Ensino: 10h/a
Número de Créditos: 4
Pré-requisitos: Sem pré-requisito
Semestre: 2º
Nível: Superior
EMENTA
Aspectos históricos da psicologia do desenvolvimento humano. O desenvolvimento humano nas dimensões biológica, psicológica, social, afetiva, cultural e cognitiva. A psicologia do desenvolvimento sob diferentes enfoques teóricos centrados na infância, adolescência e vida adulta. Principais correntes teóricas da psicologia do desenvolvimento: estruturalismo, funcionalismo, behaviorismo, gestaltismo, desenvolvimento psicossocial, psicossocial, cognitivo e moral.
OBJETIVOS
Refletir sobre a ciência psicológica, sua produção e sua importância, estabelecendo correlações com o processo educacional; Compreender o desenvolvimento humano e suas relações e implicações no processo educativo; Conhecer as etapas do desenvolvimento humano de forma associada com o desenvolvimento de atitudes positivas de integração escolar.
PROGRAMA
Unidade I- Desenvolvimento Humano ● Os Princípios do Desenvolvimento Humano; ● Desenvolvimento humano na sua multidimensionalidade; ● As Dimensões do Desenvolvimento: físico, cognitivo e psicossocial; ● Os ciclos da vida: Infância, adolescência, adulta e velhice; ● Conceituação: Crescimento, Maturação e Desenvolvimento; ● As Concepções de Desenvolvimento: inatista, ambientalista, interacionista e sócio-histórica; ● A construção social do sujeito. Unidade II- Psicologia do Desenvolvimento Humano ● Caracterização da Psicologia do Desenvolvimento; ● As Teorias do Desenvolvimento Humano: estruturalismo, funcionalismo, behaviorismo, gestalt; ● Perspectiva Psicanalítica: Desenvolvimento Psicossocial, Freud e Psicossocial, Erick Erikson e seus estágios; ● Hierarquia de necessidade de Maslow; ● A teoria de Winnicott;

● Perspectiva Cognitiva: Teoria dos Estágios Cognitivos do desenvolvimento, Piaget; ● A Teoria Sóciohistórica de Vygotsky; ● Teoria Psicogenética de Henri Wallon; ● Estágios de Kohlberg do Desenvolvimento Moral.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudos de caso, discussões temáticas, estudo dirigido, discussões a partir de exibições de filmes e vídeos, visita técnica.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, ressaltando os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; Desempenho cognitivo; Criatividade e uso de recursos diversificados; Domínio de atuação discente (postura e desempenho). Alguns instrumentos que serão utilizados: Provas escritas, seminários, trabalhos, estudos de caso. Na prática, enquanto componente curricular do ensino será avaliada a capacidade do estudante de fazer a transposição didática, ou seja, transformar determinada temática em um produto ensinável. A avaliação então ocorrerá de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BIAGGIO, A. M. B. Psicologia do Desenvolvimento. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1988. 332 p. BOCK, A. M.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 368 p. DAVIS, C.; OLIVEIRA, Z. Psicologia da educação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 150 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BARROS, C. S. G. Pontos de psicologia do desenvolvimento. São Paulo: Ática, 2008. 213 p. PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento humano. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. 648 p. PILETTI, N.; MARQUES ROSSATO, S.; ROSSATO, G. Psicologia do desenvolvimento. São Paulo: Contexto, 2014. 258 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788572448581. Acesso em: 5 dez. 2017. SALVADOR, C. C.. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva. Vol. 1. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, Vol. I, 2004. 470 p. VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 182 p.	
Coordenador do Curso	Chefe do Departamento de Ensino
_____	_____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: QUÍMICA GERAL II
Código:
Carga Horária Total: 80h/a CH Teórica: 80h/a CH Prática: 0h/a
CH - Prática como Componente Curricular do Ensino: 0h/a
Número de Créditos: 4
Pré-requisitos: Química Geral I
Semestre: 2º
Nível: Superior
EMENTA
Soluções. Propriedades Coligativas. Termoquímica. Cinética. Equilíbrio Químico. Equilíbrio Iônico. Eletroquímica.
OBJETIVOS
Identificar os componentes das soluções e conhecer as diferentes formas de expressar concentração; Entender a influência da presença do soluto sobre as propriedades físico-químicas do solvente; Compreender a termoquímica, a cinética e o equilíbrio dinâmico das reações químicas; Interpretar os fundamentos da eletroquímica e processos eletrolíticos.
PROGRAMA
Unidade I - Soluções • Classificação das soluções: natureza do soluto-solvente; estado físico e proporção entre os seus componentes; • Solubilidade e curva de solubilidade; • Formas de expressar concentração; • Mistura de soluções. Unidade II - Propriedades Coligativas: • Lei de Henry; • Efeitos: Tonoscópico; Ebulioscópico; Crioscópico; Pressão Osmótica; • Fator de Van't Hoff. Unidade III - Termoquímica: • Primeira Lei da Termodinâmica: Calor e Trabalho; • Tipos de Sistema: aberto, fechado e isolado; • Entalpia: Conceito, calor de reação e de formação; • Lei de Hess; • Segunda Lei da Termodinâmica: entropia; • Energia livre de Gibbs. Unidade IV - Cinética Química: • Definição; • Velocidade Média e Instantânea das reações químicas; • Teoria das Colisões; • Teoria do Complexo Ativado;

- Leis de Velocidade;
- Ordem de reação: Ordem zero, primeira e segunda ordens;
- Fatores que influenciam na velocidade das reações.

Unidade V - Equilíbrio Químico:

- Lei de Ações das Massas;
- Tipos de Equilíbrio: Homogêneo e Heterogêneo;
- Constantes de equilíbrio: K_C e K_P ;
- Princípio de L $\acute{e}$ Châtelier.

Unidade VI - Equilíbrio Iônico

- Reação Iônica;
- Constante de dissociação da água - K_W ;
- Constantes de Acidez e Basicidade – K_a e K_b ;
- Ácidos e Bases Conjugados;
- Solução tampão;
- Produto de Solubilidade: K_{PS} e efeito do íon comum.

Unidade VII - Eletroquímica:

- Número de Oxidação;
- Reações de oxirredução: balanceamento;
- Processos eletroquímicos: Células Galvânicas (pilhas) e Células Eletrolíticas;
- Potencial Padrão de Redução;
- Série Eletroquímica;
- Potencial de Célula nas Condições Padrão;
- Potencial de Célula fora das Condições Padrão: Equação de Nernst;
- Galvanização, Eletrodo de Sacrifício, Equação de Faraday.

METODOLOGIA DE ENSINO

As aulas terão caráter expositivas-dialógicas, em que se fará uso de debates, apresentação de vídeos, seminários individuais e em grupos, entre outros. Como recursos, poderão ser utilizados o quadro branco e o projetor de multimídia

AVALIAÇÃO

A avaliação será desenvolvida ao longo do semestre, de forma processual e contínua, valorizando os aspectos qualitativos em relação aos quantitativos.

Alguns critérios a serem avaliados: Conhecimento individual sobre temas relativos aos assuntos estudados em sala; Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; Criatividade e o uso de recursos diversificados; Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

Os aspectos quantitativos da avaliação ocorrerão de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ATKINS, P.; JONES, L. **Princípios de Química**: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012, 1026 p.

RUSSELL, J. B. **Química geral**. Vol. 1. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 1994. 621 p.

RUSSELL, J. B. **Química geral**. Vol. 2. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 1994. 1268 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BRADY, J. E.; SENESE, F. A.; JESPERSEN, N. D. Química: a matéria e suas transformações. Vol. 2. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009, 455 p. BROWN, T. L.; LEMAY, J. H. E.; BURSTEN, B. E. Química: a ciência central. 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005, 972 p. CHANG, R. Química geral: conceitos essenciais. 4. ed. Porto Alegre : McGraw-Hill, 2010, 778 p. KOTZ, J. C.; TREICHEL JR, P. M.; WEAVER, G. C. Química geral e reações químicas. Vol. 1. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012, 612 p. KOTZ, J. C.; TREICHEL JR, P. M.; WEAVER, G. C. Química geral e reações químicas. Vol. 2. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 405 p.	
Coordenador do Curso _____	Chefe do Departamento de Ensino _____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: CÁLCULO II
Código:
Carga Horária Total: 80h/a CH Teórica: 80h/a CH Prática: 0h/a
CH - Práticas como Componente Curricular do Ensino: 0h/a
Número de Créditos: 4
Pré-requisitos: Cálculo I
Semestre: 3º
Nível: Superior
EMENTA
Técnicas de Integração. Equações diferenciais. Sequências e séries. Cálculo com mais de uma variável.
OBJETIVOS
Compreender os conhecimentos básicos de cálculo a partir da aquisição de noções teóricas fundamentais, de forma que promova a autonomia para desenvolver, resolver situações e aplicar os assuntos abordados na disciplina durante o Curso.
PROGRAMA
Unidade I – Técnicas de Integração • Definição de Integral Indefinida; • Integrais para funções trigonométricas; • Integração por partes; • Regra da Cadeia; • Mudança de Variável; • Integral definida. Unidade II – Diferencial Unidade III – Equações Diferenciais com Aplicações na Química Unidade IV – Sequências e Séries Unidade V – Vetores e Espaço RN Unidade VI – Gradiente e Derivada Direcional Unidade VII – Derivadas Parciais de Ordem Superior Unidade VIII – Séries de Taylor com Aplicações na Química
METODOLOGIA DE ENSINO
Aula teórica e expositiva no intuito de lidar com os conhecimentos adquiridos no Cálculo I que auxiliem a compreensão dos conceitos e técnicas operatórias envolvendo a disciplina de Cálculo II, ao trabalhar com a aplicação da Matemática no Curso de Licenciatura em Química. Haverá momentos de discussão sobre atividades propostas. Os seguintes recursos poderão ser utilizados: Quadro e pincéis; Lista de exercícios; Material impresso e Projetor de multimídia.
AVALIAÇÃO

Visando a formação do indivíduo, o processo avaliativo ocorrerá antes, durante e após a atividade didática. Será realizada uma avaliação diagnóstica que percorrerá todo o processo didático visto que para cursar a disciplina de Cálculo II o aluno deve ter cursado a disciplina de Cálculo I.

Assim como a avaliação terá caráter formativo que implicará na preparação do aluno para a aplicação do Cálculo II no Curso de Licenciatura em Química. Visando também o conhecimento adquirido pelo aluno a avaliação será somativa e trabalhada no final de cada etapa. Da seguinte forma: de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOULOS, P. **Cálculo diferencial e integral**. Vol. 1. São Paulo: Pearson Makron Books, 1999. 330 p.

LEITHOLD, L. **O cálculo com geometria analítica**. Vol. 1 3. ed. São Paulo: Harbra LTDA, 1994. 685 p.

STEWART, J. **Cálculo**. Vol. 2. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009. 1077 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, C. A. S. **Cálculo diferencial e integral**. Vol. 1. Fortaleza: Livro Técnico, 2003. 381 p.

FACCIN, G. M. **Elementos de cálculo diferencial e integral**. Curitiba: InterSaberes, 2015. 219 p. Disponível em:

<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544302057>. Acesso em 05 dez. 2017.

FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. **Cálculo A: funções, limite, derivação e integração**. São Paulo: Pearson. 458 p. Disponível em:

<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576051152>. Acesso em: 05 dez. 2017.

STEWART, J. **Cálculo**. Vol. 1. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009. 535 p.

THOMAS JR, G. B.; HASS, J.; WEIR, M. D. **Cálculo**. Vol. 2. 12. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. 364 p.

Coordenador do Curso

Chefe do Departamento de Ensino

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: FÍSICA GERAL I	
Código:	
Carga Horária Total: 80h/a	CH Teórica: 80h/a CH Prática: 0h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 0h/a	
Número de Créditos: 4	
Pré-requisitos: Cálculo I	
Semestre: 3º	
Nível: Superior	
EMENTA	
Unidades, Grandezas Físicas e Vetores. Movimentos Retilíneos. Leis de Newton do Movimento. Aplicações das Leis de Newton. Trabalho e Energia cinética. Energia Potencial e Conservação da Energia. Momento Linear, Impulso e Colisões.	
OBJETIVOS	
Compreender as diferenças entre grandezas escalares e vetoriais entendendo suas particularidades e o formalismo utilizado em cada tipo de grandeza. Visualizar e solucionar problemas de movimento em duas e três dimensões. Discutir conceitos relacionados à dinâmica de uma partícula possibilitando a compreensão quantitativa e qualitativa das leis envolvidas. Entender conceitos de trabalho, energia e sistema de partículas associando à Química através de exemplos do cotidiano. Distinguir forças conservativas e não conservativas.	
PROGRAMA	
Unidade I - Unidades, Grandezas Físicas e Vetores. • Introdução; • A Natureza da Física; • Modelos Idealizados; • Padrões e Unidades; • Coerência e Conversão de Unidade; • Incerteza e Algarismos significativos; • Estimativas e Ordens de Grandeza; • Vetores e Soma vetorial; • Componentes de Vetores; • Vetores Unitários; • Produtos de Vetores. Unidade II - Movimento Retilíneo • Introdução; • Deslocamento, Tempo e Velocidade Média; • Velocidade Instantânea; • Aceleração Instantânea e Aceleração Média; • Movimento com Aceleração Constante;	

- Queda Livre de Corpos;
- Velocidade e Posição por Integração.

Unidade III - Leis de Newton do Movimento

- Introdução;
- Força e Interações;
- Primeira Lei de Newton;
- Segunda Lei de Newton;
- Massa e Peso;
- Terceira Lei de Newton;
- Uso das Leis de Newton;
- Exemplos de Diagramas do Corpo Livre.

Unidade IV - Aplicações das Leis de Newton

- Introdução;
- Uso da Primeira Lei de Newton: Partículas em Equilíbrio;
- Uso da Segunda Lei de Newton: Dinâmica das Partículas;
- Forças de Atrito;
- Dinâmica do Movimento Circular;
- As Forças Fundamentais da Natureza;
- Movimento de um Projétil com Resistência do Ar.

Unidade V - Trabalho e Energia Cinética

- Introdução;
- Trabalho;
- Trabalho e Energia cinética;
- Trabalho e Energia com Forças Variáveis;
- Potência; Potência de um Automóvel.

Unidade VI - Energia Potencial e Conservação da Energia

- Introdução;
- Energia Potencial Gravitacional;
- Energia Potencial Elástica;
- Forças Conservativas e Forças Não Conservativas;
- Força e Energia potencial;
- Diagramas de Energia.

Unidade VII - Momento Linear, Impulso e Colisões

- Introdução;
- Momento Linear e Impulso;
- Conservação do Momento Linear;
- Colisões Inelásticas;
- Colisões Elásticas;
- Centro de Massa.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e discussão sobre a relação dos conceitos com experiências cotidianas. Os seguintes recursos poderão ser utilizados: quadro e pincéis; projetor de multimídia; listas de exercícios; material impresso.

AValiação

A avaliação terá caráter formativo visando o acompanhamento contínuo do discente por meio de instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação que tenham objetivos e critérios bem explicitados.

Algumas técnicas e instrumentos de avaliação: questionamentos e discussões aliado à

participação dos discentes; resolução de exercícios em sala de aula; aplicação de trabalhos escritos (lista de exercícios e/ou pesquisa com produção de textos ou resenhas) ou trabalhos orais (seminário ou arguição) de forma individual ou em grupo; aplicação de avaliação individual escrita.

Alguns critérios a serem avaliados: grau de participação do discente em atividades que exijam produção individual e/ou em equipe; planejamento, organização das ideias apresentadas, coerência de ideias, legitimidade e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; desempenho cognitivo; criatividade e o uso de recursos diversificados; domínio de atuação discente (postura e desempenho); assiduidade e pontualidade.

Ocorrerá avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HALLIDAY, D.; RESNICK, R. **Fundamentos de física: mecânica**. Vol. 1. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 208. 349 p.

JEWET JR, J. W; SERWAY, R. A. **Física para cientistas e engenheiros: Mecânica**. Vol. 1. 8 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 412 p.

YOUNG, H. D.; FREEDMAN, R. A. **Física I, Sears e Zemansky: mecânica**. 14. ed. São Paulo: Pearson Education, 2016. 430 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; KRANE, K. S. **Física 1**. Vol. 1. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. 390 p.

HEWIT, P. G. **Física conceitual**. 12 ed. Porto Alegre: Bokman, 2015. 790 p.

HIBBELER, R. C. **Dinâmica: mecânica para engenharia**. 12. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2011. 612 p. Disponível em:

<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576058144>. Acesso em: 5 dez. 2017.

NUSSENZVEIG, H. M. **Curso de física básica: mecânica**. Vol. 1. 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2002. 328 p.

TENEBAUM, R. A. **Dinâmica aplicada**. 4. ed. Barueri: Manole, 2016. 754 p. Disponível em: <http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520446775>. Acesso em: 5 dez. 2017.

Coordenador do Curso

Chefe do Departamento de Ensino

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM
Código:
Carga Horária Total: 80h/a CH Teórica: 60h/a CH Prática: 0h/a
CH - Prática como Componente Curricular do Ensino: 20h/a
Número de Créditos: 4
Pré-requisitos: Psicologia do Desenvolvimento
Semestre: 3º
Nível: Superior
EMENTA
Aspectos históricos e conceituais da psicologia da aprendizagem. As diversas abordagens da Aprendizagem na Psicologia; Fatores, processos, características e tipos de aprendizagem. Dimensões sociais relacionadas ao processo da aprendizagem.
OBJETIVOS
Conceituar a aprendizagem identificando as características essenciais do processo de aprendizagem; Compreender os processos de aprendizagem e suas relações com as diferentes dimensões do fazer pedagógico, levando em conta o ser em desenvolvimento; Reconhecer as contribuições da Psicologia da Aprendizagem para a formação do educador.
PROGRAMA
Unidade I - A Aprendizagem • Conceito, Características e Fatores (Atenção, percepção, memória, motivação e fonte somática da aprendizagem). Unidade II - A Aprendizagem Sob Diferentes Perspectivas Teóricas • Behaviorismo e implicações educacionais; (Skinner, Pavlovi); • Psicologia da Gestalt e implicações na aprendizagem (Max Wertheimer); • Perspectiva construtivista (Piaget); • Perspectiva histórico-crítica (Vygotski, Luria, Leontiev); • Aprendizagem Significativa (Ausubel); • Aprendizagem em espiral (Brunner); • Teoria Humanista (Carl Rogers); • Teoria das Inteligências Múltiplas e Emocional (Gardner, Goleman). Unidade III - Problemas de Aprendizagem • Obstáculos de aprendizagem; • Diferenças nas nomenclaturas: Dificuldades e transtornos; • Transtornos de aprendizagem: dislexia, discalculia; disortografia, disgrafia, dislalia, altas habilidades e TDAH.
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudos de caso, discussões temáticas, estudo dirigido e discussões a partir de exibições de filmes e vídeos. A Prática como Componente Curricular de Ensino poderá ser ministrada através de: aulas

expositivas, criação e aplicação de técnicas de ensino, apresentação de seminários, elaboração de estudo de caso e elaboração de material didático.

AVALIAÇÃO

A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, esclarecendo os objetivos e critérios.

Alguns critérios a serem avaliados:

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;
- Desempenho cognitivo;
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

A avaliação da Prática como Componente Curricular seguirá os critérios citados anteriormente em conformidade com a metodologia estabelecida para a disciplina.

A avaliação ainda ocorrerá de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOCK, A. M. B. **Psicologias**: uma introdução ao estudo da Psicologia. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 368 p.

CAMPOS, D. M. S. **Psicologia da aprendizagem**. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 301 p.

CARRARA, K. **Introdução à psicologia da educação**: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004. 186 p.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: E.P.U., 2013. 121 p..

NUNES, I. B. L.; SILVEIRA, R. N. **Psicologia da aprendizagem**: processos, teorias e contextos. 3. ed. Brasília: Liber, 2011. 221 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DAVIS, C., OLIVEIRA, Z. **Psicologia na Educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2010. 150 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática pedagógica. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 143 p.

PILETTI, N.; ROSSATO, S. M. **Psicologia da aprendizagem**: da teoria do condicionamento ao construtivismo. São Paulo: Contexto, 2012. 178 p. Disponível em:

<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788572446617>. Acesso em: 5 dez. 2017.

SALVADOR, C. C. **Desenvolvimento psicológico e educação**: psicologia da educação escolar. Vol. 2. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 472 p

WALLON, H. **A Evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 208 p.

Coordenador do Curso

Chefe do Departamento de Ensino

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: QUÍMICA INORGÂNICA I
Código:
Carga Horária Total: 80h/a CH Teórica: 60h/a CH Prática: 0h/a
CH - Prática como Componente Curricular do Ensino: 20h/a
Número de Créditos: 4
Pré-requisitos: Química Geral I
Semestre: 3º
Nível: Superior
EMENTA
Princípios da química inorgânica. Fundamentos da Estrutura Atômica (teoria quântica). Propriedades Periódicas dos elementos. Principais Teorias de Ligação (TLV, TRPECV, TCC, TOM). Simetria molecular e teoria de grupo. Estrutura dos sólidos. Química de Coordenação, Ácidos e Bases (Arrhenius, Brönsted-Lowry, Lewis, Pearson).
OBJETIVOS
Entender a teoria quântica aplicada à estrutura atômica; Compreender as definições, os conceitos, as teorias e a nomenclatura própria das moléculas e sólidos inorgânicos; Aplicar as teorias de ligação aos compostos de coordenação; Entender os diferentes conceitos de ácidos e bases.
PROGRAMA
Unidade I – Estrutura Atômica • Histórico da teoria atômica; • Teoria quântica; • Propriedades periódicas dos elementos. Unidade II – Teorias de Ligação • Teoria de pontos de Lewis; • Teoria de Repulsão dos Pares de Elétrons da Camada de Valência (RPECV); • Teoria da Ligação de Valência (TLV); • Teoria do Campo Cristalino (TCC); • Teoria do Orbital Molecular (TOM). Unidade III – Simetria e Teoria de Grupo • Elementos e operações de simetria; • Grupos de pontos; • Exemplos e aplicações de simetria. Unidade IV - Estruturas dos Sólidos • Sólidos moleculares, iônicos, covalentes e metálicos; • Células unitárias, número de coordenação e fator de empacotamento; • Orbitais moleculares e estrutura de bandas; • Aplicações dos sólidos. Unidade V – Compostos de Coordenação

● Teoria de Werner; ● Nomenclatura dos complexos; ● Isomerismo; ● Números de coordenação; ● Ligações. Unidade VI – Química Ácido-Base ● Conceitos de Arrhenius; ● Conceito de Brönsted-Lowry; ● Conceito de Lewis; ● Conceito de Pearson – ácido e base duros e moles.
METODOLOGIA DE ENSINO
As aulas terão caráter expositivas-dialógicas, em que se fará uso de debates, apresentação de vídeos, resolução de exercícios, seminários individuais e em grupos, entre outros. Como recursos, poderão ser utilizados o quadro branco, modelos atômicos, material impresso e o projetor de multimídia. A Prática de Componente Curricular de Ensino poderá ser ministrada através de: aulas expositivas, criação e aplicação de técnicas de ensino, apresentação de seminários, elaboração de material didático, elaboração de roteiros de práticas e/ou a elaboração de relatórios das práticas.
AVALIAÇÃO
A avaliação será desenvolvida ao longo do semestre, de forma processual e contínua, valorizando os aspectos qualitativos em relação aos quantitativos, onde os critérios a serem avaliados serão: - Conhecimento individual sobre temas relativos aos assuntos estudados em sala. - Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; - Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; - Criatividade e o uso de recursos diversificados; - Domínio de atuação discente (postura e desempenho). A avaliação da Prática como Componente Curricular seguirá os critérios citados anteriormente em conformidade com a metodologia estabelecida para a disciplina. Ocorrerá também avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
ATKINS, P.; JONES, L. Princípios de Química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012, 1026 p. FARIAS, R. F. Química de Coordenação: Fundamentos e Atualidades. 2. ed. Campinas: Átomo, 2009. 422 p. MIESSLER, G. L.; FISCHER, P. J., TARR, D. A. Química inorgânica. 5. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. 649 p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
HOUSECROFT, C. E.; SHARPE, A. G. Química inorgânica. Vol. 2 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 471 p. LEE, J. D. Química inorgânica não tão concisa. 5. ed. São Paulo: Blucher, 1999. 527 p. MAHAN, B. M.; MYERS, R. J. Química: um curso universitário. 4. ed. São Paulo: Edgard

Blücher, 1995. 582 p. OLIVEIRA, G. M. Simetria de moléculas e cristais : fundamentos da espectroscopia vibracional. Porto Alegre: Bookman, 2009. 272 p. SHRIVER, D. F., ATKINS, P. W., Langford, C. H. Química inorgânica . 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008. 848 p.	
Coordenador do Curso _____	Chefe do Departamento de Ensino _____

**DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: QUÍMICA ORGÂNICA I
Código:
Carga Horária Total: 80h/a CH Teórica: 60h/a CH Prática: 0h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 20h/a
Número de Créditos: 4
Pré-requisitos: Química Geral I
Semestre: 3º
Nível: Superior
EMENTA
Histórico da Química Orgânica. Ligação Química. Propriedades Físicas e Estrutura Molecular das Moléculas Orgânicas. Compostos Orgânicos (funções e nomenclatura). Estereoquímica e análise conformacional. Propriedades Químicas dos Compostos Orgânicos. Estabilidade e reatividade das moléculas orgânicas. Biomoléculas
OBJETIVOS
Conhecer a origem e a importância da Química Orgânica; Aplicar o conceito de ligações químicas em moléculas orgânicas; Associar a relação das propriedades físicas das substâncias orgânicas com sua estrutura molecular; Nomear os compostos orgânicos a partir de sua estrutura; Compreender a estereoquímica dos compostos orgânicos; Identificar os grupos funcionais nos diferentes compostos orgânicos e reconhecê-los nas biomoléculas.
PROGRAMA
Unidade I - Histórico da Química Orgânica ● Origem, Evolução e Importância; ● Química Orgânica como Ciência; ● Propriedades dos Compostos Orgânicos; ● Cadeia Carbônica. Unidade II - Ligação Química ● Regra do Octeto; ● Ligação Iônica; ● Ligação Covalente; ● Hibridação dos Orbitais; ● Geometria Molecular; ● Fórmula Estrutural; ● Polaridade das Moléculas Orgânicas; ● Ressonância. Unidade III - Propriedades Físicas e Estrutura Molecular das Moléculas Orgânicas ● Forças intermoleculares; ● Solubilidade, ponto de fusão, ponto de ebulição e densidade. Unidade IV - Compostos Orgânicos ● Grupos Funcionais;

• Nomenclatura. Unidade V - Estereoquímica. • Origem da Estereoquímica; • Quiralidade; • Isomerismo; • Isômeros Constitucionais e Estereoisômeros; • Enantiômeros e Moléculas Quirais; • Nomenclatura dos Enantiômeros; • Propriedades dos Enantiômeros e diastereoisômeros; • Planos de Simetria; • Análise conformacional. Unidade VI - Estabilidade e Reatividade das Moléculas • Ressonância; • Efeito Indutivo; • Tensão Estérica; • Tensão Angular; • Tensão Torcional; Unidade VII - Propriedades Químicas dos Compostos Orgânicos • Acidez e Basicidade; • Conceitos de Bronsted e Lowry; • Conceitos de Lewis (Nucleofilicidade e Eletrofilicidade). Unidade VIII - Biomoléculas • Carboidratos; • Lipídios; • Aminoácidos e proteínas • Ácidos nucleicos.
METODOLOGIA DE ENSINO
Aula expositiva e resolução de exercícios. Os seguintes recursos poderão ser utilizados: Quadro e pincéis; Projetor de Multimídia; Lista de exercícios e Material impresso. A Prática como Componente Curricular de Ensino poderá ser ministrada através de aulas expositivas e/ou da criação e aplicação de técnicas de ensino e/ou da criação e aplicação de portfólio e/ ou da apresentação de seminários e/ou da elaboração de estudo de caso e /ou da elaboração de planos de aula e/ou da elaboração de material didático e/ou da elaboração de roteiros de práticas e/ou da elaboração de relatórios das práticas.
AVALIAÇÃO
A avaliação terá caráter formativo visando o acompanhamento contínuo do discente por meio de instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação que tenham objetivos e critérios bem explicitados. Algumas técnicas e instrumentos de avaliação: questionamentos e discussões aliado à participação dos discentes; resolução de exercícios em sala de aula; aplicação de trabalhos escritos (lista de exercícios e/ou pesquisa com produção de textos ou resenhas) ou trabalhos orais (seminário ou arguição) de forma individual ou em grupo; aplicação de avaliação individual escrita. Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do discente em atividades que exijam produção individual e/ou em equipe; planejamento, organização, coerência de ideias, legitimidade e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; desempenho

cognitivo; criatividade e o uso de recursos diversificados; domínio de atuação discente (postura e desempenho); assiduidade e pontualidade. A avaliação da Prática como Componente Curricular seguirá os critérios citados anteriormente em conformidade com a metodologia estabelecida para a disciplina. Ocorrerá também avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BRUICE, P. Y. Química Orgânica. Vol. 1. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2006. 590 p. SOLOMONS, T. W. G.; FRYHLE, C. B. Química Orgânica. Vol. 1. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 616 p. SOLOMONS, T. W. G.; FRYHLE, C. B. Química Orgânica. Vol. 2. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 613 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BRUICE, P. Y. Química Orgânica. Vol. 2. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2006. 641 p. CAREY, F. A. Química Orgânica. Vol. 1. 7 ed. Porto Alegre: AMGH, 2011. 764 p. CAREY, F. A. Química Orgânica. Vol. 2. 7 ed. Porto Alegre: AMGH, 2011. 592 p. McMURRY, J. Química Orgânica. Vol. 1. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 666 p. McMURRY, J. Química Orgânica. Vol. 2. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 592 p.	
Coordenador do Curso	Chefe do Departamento de Ensino
_____	_____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: DIDÁTICA GERAL
Código:
Carga Horária Total: 80h/a CH Teórica: 60h/a CH Prática: 0h/a
CH - Prática como Componente Curricular do Ensino: 20h/a
Número de Créditos: 4
Pré-requisitos: Psicologia da Aprendizagem
Semestre: 4º
Nível: Superior
EMENTA
Aspectos históricos da didática. Ensino e aprendizagem como objeto de estudo da didática. Teorias e tendências pedagógicas. Multidimensionalidade da didática. Saberes necessários à docência. Organização do processo de ensino e aprendizagem.
OBJETIVOS
Conhecer concepções e fundamentos da Didática; Compreender a Didática e as implicações políticas e sociais; Relacionar a Didática à identidade docente; Inter-relacionar didática e prática pedagógica.
PROGRAMA
Unidade I - Didática: Concepção e Fundamentos ● Teorias da educação e concepções de didática; ● Surgimento da didática, conceituação e evolução histórica; ● Fundamentos da didática. Unidade II - Didática e Implicações Políticas e Sociais ● A função social da Escola; ● A didática no Brasil, seus avanços e retrocessos; ● Didática e a articulação entre educação e sociedade; ● O papel da didática nas práticas pedagógicas: a) liberais: tradicional e tecnicista; renovadas: progressista e não-diretiva; b) progressistas: libertadora, libertária, crítico-social dos conteúdos. Unidade III - Didática e Identidade Docente ● Identidade e fazer docente: aprendendo a ser e estar na profissão; ● Trabalho e formação docente; ● Saberes necessários à docência; ● Profissão docente no contexto atual; ● A interação professor-aluno na construção do conhecimento. Unidade IV - Didática e Prática Pedagógica ● Organização do trabalho pedagógico; ● Planejamento como constituinte da prática docente; ● Abordagem teórico-prática do planejamento e dos elementos dos processos de ensino-aprendizagem;

• Tipos de planejamentos; • Projeto Político-Pedagógico; • As estratégias de ensino na ação didática; • A aula como espaço-tempo coletivo de construção de saberes; • Avaliação do processo de ensino e de aprendizagem.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudos de caso, discussões temáticas e estudo dirigido. A Prática de Componente Curricular de Ensino poderá ser ministrada através de: aulas expositivas, criação e aplicação de técnicas de ensino, apresentação de seminários, elaboração de estudo de caso e elaboração de material didático.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação será desenvolvida ao longo do semestre, de forma processual e contínua, valorizando os aspectos qualitativos em relação aos quantitativos. Alguns critérios a serem avaliados: - Conhecimento individual sobre temas relativos aos assuntos estudados em sala; Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; Criatividade e o uso de recursos diversificados; Domínio de atuação discente (postura e desempenho). A avaliação da Prática como Componente Curricular seguirá os critérios citados anteriormente em conformidade com a metodologia estabelecida para a disciplina. Os aspectos quantitativos da avaliação ocorrerão de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
CANDAU, V. Rumo a uma nova didática. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 205 p. DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 238 p. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 143 p. LIBÂNEO, J. C. Didática. 2. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2013. 263 p. SAVIANI, D. Escola e democracia. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2012. 94 p. VEIGA, I. P. A. Repensando a didática. 29. ed. Campinas: Papirus, 2012. 160 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
LIBÂNEO, J. C. Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 102 p. LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1896. 151 p. LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 272 p. MIZUKAMI, M. G. N. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: E.P.U, 2013. 121 p. SAVIANI, D. A nova lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas. 12. ed. Campinas: Autores Associados, 2011. 283 p.	
Coordenador do Curso	Chefe do Departamento de Ensino
_____	_____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: FÍSICA GERAL II
Código:
Carga Horária Total: 80h/a CH Teórica: 80h/a CH Prática: 0h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 0h/a
Número de Créditos: 4
Pré-requisitos: Física Geral I
Semestre: 4º
Nível: Superior
EMENTA
Estática e dinâmica dos fluidos. Ondulatória. Eletrostática. Eletrodinâmica.
OBJETIVOS
Relacionar os conceitos de densidade de líquidos e sólidos com os de Empuxo com o estudo de Hidrostática. Compreender os conceitos básicos de ondulatória relacionando estes com os fenômenos do cotidiano. Entender o funcionamento básico da natureza elétrica dos diversos fenômenos naturais e da tecnologia existente nos dias atuais. Conhecer os princípios básicos da eletrodinâmica como base para entendimento de fenômenos químicos com transporte de cargas.
PROGRAMA
Unidade I – Ondulatória • Oscilações: movimento harmônico; • Meio de propagação de ondas; • Frentes de onda; • Ondas harmônicas; • Equação de onda; • Ondas estacionárias; • Reflexão e transmissão de ondas. Unidade II – Estática e Dinâmica dos Fluidos • Diferenças entre fluidos e sólidos; • Pressão; • Princípio de Pascal; • Teorema de Stevin; • Princípio de Arquimedes; • Medição de pressão estática; • Fluidos em movimento; • Equação de continuidade; • Fenômeno de Venturi; • Medição dinâmica de pressão. Unidade III – Teoria Cinética dos Gases e Propriedades Térmicas da Matéria • Transformações em gases (isotérmica, isocórica e adiabática);

• Lei de Boyle; • Lei de Charles; • Lei de Gay-Lussac; • Lei dos Gases Ideais; • Escalas de temperatura; • Calor específico; • Dilatação térmica; • Transferência de calor. Unidade IV – Termodinâmica • Energia Interna e primeira lei da termodinâmica; • Entalpia; • Segunda lei da termodinâmica: enunciados de Kelvin e Clausius; • Teorema de Carnot; • Processos reversíveis e irreversíveis.
METODOLOGIA DE ENSINO
As aulas terão caráter expositivas-dialógicas, em que se fará uso de debates, apresentação de vídeos, listas de exercícios, seminários individuais e em grupos, entre outros. Como recursos, poderão ser utilizados o quadro branco e o projetor de multimídia.
AVALIAÇÃO
A avaliação terá caráter formativo visando o acompanhamento contínuo do discente por meio de instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação que tenham objetivos e critérios bem explicitados. Algumas técnicas e instrumentos de avaliação: questionamentos e discussões aliado à participação dos discentes; resolução de exercícios em sala de aula; aplicação de trabalhos escritos (lista de exercícios e/ou pesquisa com produção de textos ou resenhas) ou trabalhos orais (seminário ou arguição) de forma individual ou em grupo; aplicação de avaliação individual escrita. Alguns critérios a serem avaliados: grau de participação do discente em atividades que exijam produção individual e/ou em equipe; planejamento, organização das ideias apresentadas, coerência de ideias, legitimidade e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; desempenho cognitivo; criatividade e o uso de recursos diversificados; domínio de atuação discente (postura e desempenho); assiduidade e pontualidade. Ocorrerá avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
FOX, R. W.; MCDONALD, A. T.; PRITCHARD, P. J. Introdução à mecânica dos fluidos. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. 798 p. HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Fundamentos de física: gravitações, ondas e termodinâmica. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002. v. 02 . 224 p. NUSSENZVEIG, H. M. Curso de física básica: fluidos, oscilações e ondas, calor. 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2002. v. 02 . 314 p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
HALLIDAY, D.; KRANE, K. S.; RESNICK, R. Física 2. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014. 339 p. HEWIT, P. G. Física conceitual. 12 ed. Porto Alegre: Bokman, 2015. 790 p.

HIBBELER, R. C. **Mecânica dos fluídos**. São Paulo: Pearson, 2016. 818 p. Disponível em: <http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788543016269>. Acesso em: 5 dez. 2017

YOUNG, H. D.; FREEDMAN, R. A. **Física II, Sears e Zemansky**. 14. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016. 394 p. Disponível em: <http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788543005737>. Acesso em: 5 dez. 2017.

YOUNG, H. D.; FREEDMAN, R. A. **Física II: termodinâmica e ondas**. 12. ed. São Paulo: Adisson Wesley, 2008. 352 p. Disponível em: <http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788588639331>. Acesso em: 5 dez. 2017.

Coordenador do Curso

Chefe do Departamento de Ensino

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: FÍSICO-QUÍMICA I
Código:
Carga Horária Total: 80h/a CH Teórica: 70h/a CH Prática: 0h/a
CH - Práticas como componente curricular do ensino: 10h/a
Número de Créditos: 4
Pré-requisitos: Química Geral II e Cálculo II
Semestre: 4º
Nível: Superior
EMENTA
Gases ideais. Gases reais. Termodinâmica: Lei Zero, Primeira Lei, Segunda Lei, Terceira Lei. Condições Gerais de Equilíbrio e Espontaneidade
OBJETIVOS
Distinguir o comportamento físico-químico dos gases ideais dos gases reais qualitativamente e quantitativamente. Entender os conceitos de trabalho e calor e as relações de energia interna e entalpia de um sistema através da primeira lei da termodinâmica. Predizer a quantidade de calor envolvido nas transformações físico-químicas da matéria. Compreender a origem de conceitos termodinâmicos relacionados à espontaneidade e ao equilíbrio através da 2ª lei da termodinâmica.
PROGRAMA
Unidade I – Gases ideais ● Leis empíricas: Lei de Boyle, Lei de Charles, Lei de Charles e Gay-Lussac; ● Hipótese de Avogadro e Lei dos gases ideais; ● Propriedades extensivas e intensivas; ● Propriedades dos Gases Ideais; ● Misturas gasosas, fração molar, pressões parciais, lei de Dalton; ● Lei de distribuição barométrica. Unidade II – Gases Reais ● Desvios do comportamento ideal, fator de compressibilidade; ● A equação de van der Waals: fator de correção do Vol. – b; fator de correção da pressão – a; ● Isotermas de um gás real; ● Temperatura de Boyle; ● Condensação e variáveis críticas; ● Variáveis reduzidas, princípio dos estados correspondentes. Unidade III – Introdução à Termodinâmica ● Tipos de energia e o primeiro princípio da termodinâmica; ● Introdução à segunda lei da termodinâmica; ● Lei zero da termodinâmica; ● Termometria.

Unidade IV– Primeira Lei da Termodinâmica

- Conceito de trabalho e calor;
- Trabalhos de expansão e compressão;
- Transformações reversíveis e irreversíveis;
- Energia e o primeiro princípio da termodinâmica;
- Energia interna
- Experiência de Joule;
- Entalpia;
- Capacidades caloríficas: C_v e C_p ;
- Experiência de Joule-Thomson;
- Mudanças de estado adiabáticas.

Unidade V – Termoquímica

- Calores de reação e formação; Lei de Hess;
- Calores de solução e diluição;
- Dependência do calor com a temperatura;
- Entalpias de ligação.

Unidade V – Segunda Lei da Termodinâmica

- Ciclo de Carnot;
- A segunda lei da Termodinâmica;
- Características do ciclo de reversível;
- Rendimento de máquinas térmicas;
- Escala de temperatura termodinâmica;
- Ciclo de Carnot reversível;
- Refrigerador de Carnot;
- A bomba de calor;
- Entropia;
- A desigualdade de Clausius; Energia Livre de Gibbs.

Unidade VI – Terceira Lei da Termodinâmica

- Propriedades da Entropia;
- Variações de Entropia em transformações isotérmicas;
- Relação entre as variações de entropia e as variações de outras variáveis de estado;
- A entropia como uma função da temperatura e do Vol.;
- A entropia como uma função da temperatura e da pressão;
- A dependência da entropia com a temperatura;
- Variações de entropia no gás ideal;
- O terceiro princípio da termodinâmica;
- Variações de entropia nas reações químicas.

Unidade VII – Introdução à Espontaneidade e Equilíbrio

- As condições gerais de equilíbrio e de espontaneidade;
- Condições de equilíbrio e de espontaneidade sob restrições;
- Forças responsáveis pelas transformações naturais;
- As equações fundamentais da termodinâmica;
- A equação de estado termodinâmica;
- As propriedades de A;
- As propriedades de G;
- A energia de Gibbs de gases reais;
- A dependência da energia de Gibbs com a temperatura.

METODOLOGIA DE ENSINO

As aulas terão caráter expositivo-dialogicas, no qual se fará a utilização de debates, apresentação de vídeos, seminários individuais e em grupos, listas de exercícios dentre outros. Como recursos, poderão ser utilizados o quadro branco, o projetor de multimídia e material impresso. A Prática de Componente Curricular de Ensino poderá ser ministrada através de aulas expositivas e/ou da criação e aplicação de técnicas de ensino e/ou da apresentação de seminários e/ou da elaboração de estudo de caso e/ou da elaboração de planos de aula e/ou da elaboração de material didático.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação será desenvolvida ao longo do semestre, de forma processual e contínua, valorizando os aspectos qualitativos em relação aos quantitativos. Alguns critérios a serem avaliados: - Conhecimento individual sobre temas relativos aos assuntos estudados em sala. - Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; - Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; - Criatividade e o uso de recursos diversificados; - Domínio de atuação discente (postura e desempenho). A avaliação ocorrerá então de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ATKINS, P.; PAULA, J. Físico-Química. Vol. 1. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 386 p. BALL, D. W. Físico-Química. Vol. 1. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 450 p. CASTELLAN, G. W. Fundamentos de Físico-Química. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 530 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
ATKINS, P.; PAULA, J. Físico-Química: fundamentos. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. 588 p. BRADY, J. E.; HUMISTON, G. E. Química Geral. Vol. 2. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014. 266 p. CHANG, R. Físico-química: para as ciências químicas e biológicas. Vol. 1. São Paulo: McGraw - Hill, 2008. 592 p. LEVINE, I. N. Físico-química. Vol. 1. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 524 p. LIMA, A. A. Físico-Química. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. 208 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788543011059. Acesso em: 5 dez. 2017.	
Coordenador do Curso	Chefe do Departamento de Ensino
_____	_____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: LABORATÓRIO DE QUÍMICA INORGÂNICA
Código:
Carga Horária Total: 40h/a CH Teórica: 0h/a CH Prática: 30h/a
CH - Práticas como componente curricular do ensino: 10h/a
Número de Créditos: 2
Pré-requisitos: Química Inorgânica I
Semestre: 4º
Nível: Superior
EMENTA
Principais reações envolvendo os elementos dos metais do bloco s e p: propriedades físicas (solubilidade, teste de chama) e químicas dos elementos (reações com água, caráter ácido-base). Obtenção de complexos do bloco d. Reações químicas dos elementos não metais (Hidrogênio, Boro, Carbono, Nitrogênio, Oxigênio e Cloro).
OBJETIVOS
Determinar as propriedades químicas e físicas dos principais elementos dos blocos s e p; Compreender a classificação periódica dos elementos em função de suas propriedades químicas; Preparar e observar as propriedades químicas e físicas dos complexos dos elementos do bloco d. Associar e aplicar os conhecimentos teóricos de Química Inorgânica com as aulas práticas.
PROGRAMA
Unidade I – Elementos do Bloco s • Reações envolvendo metais alcalinos e alcalinos-terrosos. Unidade II – Elementos do Bloco p • Obtenção e reatividade. Unidade III – Química dos Metais de Transição, Bloco d. • Preparação de complexos dos elementos de transição.
METODOLOGIA DE ENSINO
As aulas serão demonstrativas e experimentais, fazendo uso do laboratório didático na execução dos experimentos. Como recursos, serão utilizados reagentes de grau analítico e materiais químicos de uso comum, bem como equipamentos e vidrarias diversas. A Prática de Componente Curricular de Ensino poderá ser ministrada através de: seminários, construção de vídeos, elaboração de roteiros de experimentos e/ou a elaboração de relatórios de práticas.
AVALIAÇÃO
A avaliação será desenvolvida ao longo do semestre, de forma processual e contínua, valorizando os aspectos qualitativos em relação aos quantitativos. Alguns critérios a serem avaliados: - Conhecimento prévio do aluno sobre experimento a ser executado, através de avaliações

escritas;

- Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe na resolução de lista de exercícios e apresentação de seminários;
- Planejamento, organização e coerência de ideias na elaboração de atividades experimentais.
- Escritas de relatórios e/ou outras formas de apresentação de resultados experimentais.
- Domínio das técnicas de manuseio de vidrarias, equipamentos e reagentes.
- Criatividade e o uso de recursos diversificados;
- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

A avaliação da Prática como Componente Curricular seguirá os critérios citados anteriormente em conformidade com a metodologia estabelecida para a disciplina.

Ocorrerá também uma avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LEE, J. D. **Química inorgânica não tão concisa**. 5. ed. São Paulo: Blucher, 1999. 527 p.
SHRIVER, D. F., ATKINS, P. W., LANGFORD, C. H. **Química inorgânica**. Editora Bookman, 2003. 848 p.

VOGEL, A. I. **Química analítica qualitativa**. 5. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1981. 665 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FARIAS, R. F. **Química de coordenação: fundamentos e atualidades**. 2. ed. Campinas: Átomo, 2009. 422 p.

HOUSECROFT, C. E., SHARPE, A. G. **Química inorgânica**. Vol. 1 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 624 p.

HOUSECROFT, C. E., SHARPE, A. G. **Química inorgânica**. Vol. 2. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 471 p.

MESSLER, G. L., FISCHER, P. J., TARR, D. A. **Química inorgânica**. 5. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. 649 p.

RAYNER-CANHAM, G. **Química inorgânica descritiva**. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2015. 553 p.

Coordenador do Curso

Chefe do Departamento de Ensino

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: QUÍMICA INORGÂNICA II
Código:
Carga Horária Total: 40 h/a CH Teórica: 30h/a CH Prática: 0h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 10h/a
Número de Créditos: 2
Pré-requisitos: Química Inorgânica I
Semestre: 4º
Nível: Superior
EMENTA
Química descritiva dos elementos. Ocorrência, Obtenção, Propriedades Físicas e Químicas dos elementos dos blocos “s”, “p”, “d” e “f”.
OBJETIVOS
Compreender, de forma sistemática, as propriedades dos elementos dos blocos “s” e “p”, bem como seus principais compostos e suas reatividades. Conhecer as propriedades dos principais compostos dos elementos do bloco “d” e “f”. Conhecer os processos de obtenção industrial das principais substâncias químicas e seus aspectos cinéticos e termodinâmicos.
PROGRAMA
Unidade I – Tendências Periódicas no Grupo Representativo Unidade II – Hidrogênio - Ocorrência, preparação, propriedades e aplicação de seus compostos. Unidade III – Metais Alcalinos e Alcalinos Terrosos - Ocorrência, preparação, propriedades e aplicação de seus compostos. Unidade IV – Grupo do Boro e do Carbono - Ocorrência, preparação, propriedades e aplicação de seus compostos. Unidade V – Grupo do Nitrogênio e Calcogênios - Ocorrência, preparação, propriedades e aplicação de seus compostos. Unidade VI – Grupo dos Halogênios e dos Gases Nobres - Ocorrência, preparação, propriedades e aplicação de seus compostos. Unidade VII – Elementos de Transição - Ocorrência, preparação, propriedades e aplicação de seus compostos.
METODOLOGIA DE ENSINO
As aulas terão caráter expositivas-dialógicas, em que se fará uso de debates, apresentação de vídeos, resolução de exercícios, seminários individuais e em grupos, entre outros. Como recursos, poderão ser utilizados o quadro branco, modelo molecular, modelos digitais, material impresso e o projetor de multimídia. A Prática de Componente Curricular de Ensino poderá ser ministrada através de: aulas expositivas, criação e aplicação de técnicas de ensino, apresentação de seminários, elaboração de material didático, elaboração de roteiros de práticas e/ou a elaboração de relatórios das práticas.
AVALIAÇÃO
A avaliação será desenvolvida ao longo do semestre, de forma processual e contínua, valorizando os aspectos qualitativos em relação aos quantitativos, onde os critérios a serem avaliados serão: - Conhecimento individual sobre temas relativos aos assuntos estudados em sala. - Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe;

- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos;

- Criatividade e o uso de recursos diversificados;

- Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

A avaliação da Prática como Componente Curricular seguirá os critérios citados anteriormente em conformidade com a metodologia estabelecida para a disciplina.

Ocorrerá também avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CANHAM-RAYNER, G.; OVERTON, T. **Química Inorgânica Descritiva**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. 553 p.

LEE, J. D. **Química inorgânica não tão concisa**. 5. ed. São Paulo: Blucher, 1999. 527 p.

SHRIVER, D. F., ATKINS, P. W., LANGFORD, C. H. **Química inorgânica**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008. 848 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ATKINS, P.; JONES, L. **Princípios de Química**: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012, 1026 p.

BROWN, T. L.; LEMAY, J. H. E.; BURSTEN, B. E. **Química**: a ciência central. 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005, 972 p.

HOUSECROFT, C. E.; SHARPE, A. G. **Química inorgânica**. Vol. 2 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 471 p.

MAHAN, B. M.; MYERS, R. J. **Química**: um curso universitário. 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1995. 582 p.

MESSLER, G. L.; FISCHER, P. J., TARR, D. A. **Química inorgânica**. 5. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. 649 p.

Coordenador do Curso

Chefe do Departamento de Ensino

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: QUÍMICA ORGÂNICA II
Código:
Carga Horária Total: 80h/a CH Teórica: 70h/a CH Prática: 0h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 10h/a
Número de Créditos: 4
Pré-requisitos: Química Orgânica I
Semestre: 4º
Nível: Superior
EMENTA
Reações Radicalares em Alcanos. Reações de Hidrocarbonetos Insaturados. Reações de Substituição Nucleofílica SN1/SN2. Reação de Eliminação E1/E2. Reações de Álcoois, Fenóis e Éteres. Substituição Eletrofílica em Compostos Aromáticos. Reações de Compostos Carbonilados. Reações de Compostos Nitrogenados.
OBJETIVOS
Identificar, classificar e compreender os diferentes tipos de reações orgânicas e os mecanismos envolvidos conforme as especificidades dos grupos funcionais. Propor mecanismos adequados aos diversos tipos de reações. Conhecer os efeitos responsáveis pela estabilidade de intermediários reacionais.
PROGRAMA
Unidade I – Tipos de Reações • Reações de adição, eliminação, substituição, oxidação e redução. Unidade II – Intermediário de Reações • Tipos de cisão • Carbocátions, carbânions, carbenos e radicais livres Unidade III – Alcenos e Alcinos: Reações e Mecanismos • Adição a duplas ligações • Adições eletrofílicas • Regra de Markovnikov • Adição de halogênios- Estereoquímica. • Adição de radicais livres • Ozonólise, epoxidação e hidroxila • Reações de dienos e alquinos Unidade IV – Compostos Aromáticos: Reações e Mecanismos • Mecanismo de substituição eletrofílica • Nitração, halogenação, alquilação e acilação • Efeitos de grupos substituintes Unidade V – Reações de Carbono Saturado • Reações de substituição nucleofílica em Haletos de Alquila: mecanismos S_N1 e S_N2 – reatividade e estereoquímica

- Reações de eliminação E1 e E2 – regiosseletividade (direção das eliminações)
- Competição entre reações de substituição S_N1 e S_N2 e reações de eliminação E1 e E2

Unidade VI – Reações de Éteres, Álcoois e Fenois

Unidade VII – Reações de Aldeídos e Cetonas

- Adição de água
- Formação de cetais e acetais
- Condensação de benzoína
- Adição de amônia e seus derivados
- Adição de organometálicos
- Algumas reações de redução em cetonas e aldeídos
- Condensação de aldol
- Oxidações

Unidade VIII – Reações de Ácidos Carboxílicos e Derivados

- Caráter ácidos fatores que influenciam a acidez
- Reatividade de derivados
- Preparo de derivados
- Saponificação
- Esterificação de Fischer
- Hidrólise de derivados

METODOLOGIA DE ENSINO

Aula expositiva e resolução de exercícios.

Os seguintes recursos poderão ser utilizados: Quadro e pinceis; Projetor de Multimídia; Lista de exercícios e Material impresso.

A Prática de Componente Curricular de Ensino poderá ser ministrada através de aulas expositivas e/ou da criação e aplicação de técnicas de ensino e/ou da criação e aplicação de portfólio e/ou da apresentação de seminários e/ou da elaboração de estudo de caso e /ou da elaboração de planos de aula e/ou da elaboração de material didático e/ou da elaboração de roteiros de práticas e/ou da elaboração de relatórios das práticas.

AVALIAÇÃO

A avaliação terá caráter formativo visando o acompanhamento contínuo do discente por meio de instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação que tenham objetivos e critérios bem explicitados.

Algumas técnicas e instrumentos de avaliação: questionamentos e discussões aliado à participação dos discentes; resolução de exercícios em sala de aula; aplicação de trabalhos escritos (lista de exercícios e/ou pesquisa com produção de textos ou resenhas) ou trabalhos orais (seminário ou arguição) de forma individual ou em grupo; aplicação de avaliação individual escrita.

Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do discente em atividades que exijam produção individual e/ou em equipe; planejamento, organização, coerência de ideias, legitimidade e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; desempenho cognitivo; criatividade e o uso de recursos diversificados; domínio de atuação discente (postura e desempenho); assiduidade e pontualidade.

A avaliação da Prática como Componente Curricular seguirá os critérios citados anteriormente em conformidade com a metodologia estabelecida para a disciplina.

Ocorrerá também avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BRUICE, P. Y. Química Orgânica . Vol. 2. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2006. 641 p.	
McMURRY, J. Química Orgânica . Vol. 1. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 666 p.	
McMURRY, J. Química Orgânica . Vol. 2. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 592 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BRUICE, P. Y. Química Orgânica . Vol. 1. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2006. 590 p.	
CAREY, F. A. Química Orgânica . Vol. 1. 7 ed. Porto Alegre: AMGH, 2011. 764 p.	
CAREY, F. A. Química Orgânica . Vol. 2. 7 ed. Porto Alegre: AMGH, 2011. 592 p.	
SOLOMONS, T. W. G.; FRYHLE, C. B. Química Orgânica . Vol. 1. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 616 p.	
SOLOMONS, T. W. G.; FRYHLE, C. B. Química Orgânica . Vol. 2. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 613 p.	
Coordenador do Curso _____	Chefe do Departamento de Ensino _____

**DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: DIDÁTICA DO ENSINO DE QUÍMICA
Código:
Carga Horária Total: 40h/a CH Teórica: 10h/a CH Prática: 0h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 30h/a
Número de Créditos: 2
Pré-requisitos: Didática Geral e Química Geral II
Semestre: 5º
Nível: Superior
EMENTA
Critérios para a ocorrência da aprendizagem significativa em ciências; As concepções alternativas de estudantes como subsídios para o planejamento de aulas de ciências e química; Reconhecimento de diferentes abordagens da ciência na prática docente. O papel da experimentação e da história da ciência no ensino e na aprendizagem de Química e Ciências. Mapas conceituais como instrumentos didáticos de avaliação e análise de currículo. A linguagem e o ensino de Ciências. Prática pedagógica integrada.
OBJETIVOS
Ampliar a compreensão de conceitos relacionados aos processos de ensino e de aprendizagem, tais como: aprendizagem significativa, concepções alternativas e mapas conceituais. Discutir o papel da experimentação e da história da ciência no ensino de ciências no ensino fundamental e de química no ensino médio. Desenvolver estratégias metodológicas aplicáveis ao ensino de química.
PROGRAMA
Unidade I – Distintas Visões da Aprendizagem Significativa; Unidade II – Concepções Alternativas; Unidade III – As Concepções Alternativas de Estudantes no Ensino de Ciências; Unidade IV – As Diferentes Abordagens da Ciência na Prática Docente; Unidade V – O Papel da Experimentação no Ensino e na Aprendizagem de Química e de Ciências; Unidade VI – Mapas Conceituais como Instrumentos Didáticos de Avaliação e Análise de Currículo; Unidade VII – A Linguagem e o Ensino de Ciências.
METODOLOGIA DE ENSINO
Aula expositiva dialogada. Os seguintes recursos poderão ser utilizados: Quadro e pincéis; Projetor de Multimídia e Material impresso. A Prática de Componente Curricular de Ensino poderá ser ministrada através de aulas

expositivas, criação e aplicação de técnicas de ensino, esquetes, elaboração de vídeos, criação e aplicação de portfólio, elaboração de planos de aula, apresentação de seminários, elaboração de estudo de caso e /ou da elaboração de material didático.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação terá caráter formativo visando o acompanhamento contínuo do discente por meio de instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação que tenham objetivos e critérios bem explicitados. Algumas técnicas e instrumentos de avaliação: questionamentos e discussões aliado à participação dos discentes; resolução de exercícios em sala de aula; aplicação de trabalhos escritos (lista de exercícios e/ou pesquisa com produção de textos ou resenhas) ou trabalhos orais (seminário ou arguição) de forma individual ou em grupo; aplicação de avaliação individual escrita. Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do discente em atividades que exijam produção individual e/ou em equipe; planejamento, organização, coerência de ideias, legitimidade e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; desempenho cognitivo; criatividade e o uso de recursos diversificados; domínio de atuação discente (postura e desempenho); assiduidade e pontualidade. A avaliação da Prática como Componente Curricular seguirá os critérios citados anteriormente em conformidade com a metodologia estabelecida para a disciplina. Ocorrerá também avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
CANDAU, V. M. A Didática em questão. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 127 p. LEAL, M. C. Didática da química: fundamentos e práticas para o ensino médio. Belo Horizonte: Dimensão, 2009. 120 p. PERRENOUD, P. Dez novas competências para ensinar: convite à viagem. Porto Alegre: Artmed, 2000. 192 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1999. 364 p. CORDEIRO, J. F. P. Didática: contexto, educação. São Paulo: Contexto. 194 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788572443401. Acesso em: 5 dez. 2017. FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 143 p. HAYDT, R. C. C. Curso de Didática Geral. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006. 327 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788508106004. Acesso em: 5 dez. 2017. MORETO, V. P. Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento de competências. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 134 p.	
Coordenador do Curso	Chefe do Departamento de Ensino
_____	_____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: FÍSICO-QUÍMICA II
Código:
Carga Horária Total: 80h/a CH Teórica: 70h/a CH Prática: 0h/a
CH - Práticas como Componente Curricular do Ensino: 10h/a
Número de Créditos: 4
Pré-requisitos: Físico-Química I
Semestre: 5º
Nível: Superior
EMENTA
Equilíbrio Químico em Sistemas de Composição Variável. Equilíbrio de Fases em Sistemas de um Único Componente, Soluções Ideais, Propriedades Coligativas, Soluções Não-Ideais.
OBJETIVOS
Aplicar os conceitos de equilíbrio e potencial químico para previsão de propriedades relativas às transições de fase, reações químicas e propriedades coligativas. Conceituar soluções ideais e não ideais e, também prever suas propriedades qualitativa e quantitativamente. Definir atividade como função termodinâmica e sua relação com as unidades químicas de concentração.
PROGRAMA
Unidade I – Equilíbrio Químico em Sistemas de Composição Variável: ● Potencial químico; ● Energia livre de Gibbs de uma mistura; ● Potencial químico de gás puro; ● Propriedades dos gases ideais; ● Equilíbrio em uma mistura; ● Relação de G com o avanço da reação; ● Equilíbrio químico em uma mistura de gases ideais e reais; ● Constantes de equilíbrio em função da fração molar e da concentração; ● Energia livre de Gibbs padrão de formação; ● Dependência de equilíbrio com a temperatura; ● Equilíbrio entre gases ideais e fases condensadas puras; ● Princípio de Le Chatelier; ● Reações químicas e a entropia do universo; ● Dependência das outras funções termodinâmicas com a composição; ● Equação de Gibbs-Duhem; ● Quantidades parciais molares em misturas de gases ideais; ● Calor diferencial de solução. Unidade II – Equilíbrio de Fases em Sistemas de um Único Componente: ● Condições de equilíbrio; ● Estabilidade das fases;

- Variação do potencial químico em função de pressão e temperatura;
- Equação de Clayperon;
- Efeitos da pressão não pressão de vapor;
- Regra das fases.

Unidade III - Propriedades Coligativas:

- Tonoscopia – Lei de Raoult;
- Crioscopia;
- Solubilidade molar ideal;
- Ebulioscopia;
- Pressão Osmótica.

Unidade IV – Soluções ideais:

- Características;
- Potencial químico em uma solução ideal;
- Soluções binárias;
- Regra da alavanca;
- Solução diluída ideal;
- Potenciais químicos na solução diluída ideal;
- Lei de Henry e a solubilidade dos gases;
- Distribuição do soluto entre dois solventes;
- Equilíbrio químico na solução ideal.

Unidade V – Soluções não ideais:

- Desvio do comportamento idealizado;
- Conceito de atividade e coeficiente de atividade;
- Propriedades coligativas em soluções não ideais;
- Atividades e equilíbrio.

METODOLOGIA DE ENSINO

As aulas terão caráter expositivas-dialógicas, em que se fará uso de debates, apresentação de vídeos, seminários individuais e em grupos, entre outros. Como recursos, poderão ser utilizados o quadro branco e o projetor de multimídia.

A Prática de Componente Curricular de Ensino poderá ser ministrada através de: aulas expositivas, criação e aplicação de técnicas de ensino, apresentação de seminários e elaboração de material didático.

AVALIAÇÃO

A avaliação será desenvolvida ao longo do semestre, de forma processual e contínua, valorizando os aspectos qualitativos em relação aos quantitativos.

Alguns critérios a serem avaliados:

Conhecimento individual sobre temas relativos aos assuntos estudados em sala através de avaliações escritas. Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe na resolução de exercícios e apresentação de seminários; Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; Criatividade e o uso de recursos diversificados.

A avaliação da Prática como Componente Curricular seguirá os critérios citados anteriormente em conformidade com a metodologia estabelecida para a disciplina.

Ocorrerá também avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ATKINS, P.; PAULA, J. Físico-Química . Vol. 1. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 386 p. BALL, D. W. Físico-Química . Vol. 1. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 450 p. CASTELLAN, G. W. Fundamentos de Físico-Química . Rio de Janeiro: LTC, 2012. 530 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
ATKINS, P.; PAULA, J. Físico-Química : fundamentos. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. 588 p. BRADY, J. E.; HUMISTON, G. E. Química Geral . Vol. 2. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014. 266 p. CHANG, R. Físico-química : para as ciências químicas e biológicas. Vol. 1. São Paulo: McGraw - Hill, 2008. 592 p. LEVINE, I. N. Físico-química . Vol. 1. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 524 p. LIMA, A. A. Físico-Química . São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. 208 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788543011059 . Acesso em: 5 dez. 2017.	
Coordenador do Curso _____	Chefe do Departamento de Ensino _____

**DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: LABORATÓRIO DE QUÍMICA ORGÂNICA
Código:
Carga Horária Total: 40h/a CH Teórica: 0h/a CH Prática: 30h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 10h/a
Número de Créditos: 2
Pré-requisitos: Química Orgânica I
Semestre: 5º
Nível: Superior
EMENTA
Introdução ao Laboratório de Química Orgânica. Solubilidade dos Compostos Orgânicos. Propriedades Físico-Químicas dos Compostos Orgânicos. Identificação de Grupos Funcionais. Síntese orgânica.
OBJETIVOS
Compreender as propriedades físico-químicas dos compostos orgânicos. Identificar os principais grupos funcionais a partir de suas propriedades físico-químicas. Sintetizar compostos orgânicos. Associar e aplicar os conhecimentos teóricos de Química Orgânica com as aulas práticas.
PROGRAMA
Unidade I - Introdução ao Laboratório de Química Orgânica • Normas básicas de Segurança no laboratório. Instruções para as aulas de laboratório. Equipamentos. Vidrarias. Técnicas e manuseios. Descarte de rejeitos. Acidentes comuns e primeiros socorros. Unidade II – Solubilidade dos Compostos Orgânicos • Características gerais dos compostos químicos. Solubilidade de álcoois, éteres, hidrocarbonetos e outros grupos funcionais. Unidade III - Propriedades Físico-Químicas dos Compostos Orgânicos • Aspectos teóricos. Materiais e reagentes. Cuidados necessários. Execução da prática. Discussão dos conceitos no pós-laboratório. Unidade IV – Identificação de Grupos Funcionais • Aspectos teóricos. Materiais e reagentes. Cuidados necessários. Execução da prática. Discussão dos conceitos no pós-laboratório. Unidade V – Síntese Orgânica I • Aspectos teóricos. Materiais e reagentes. Cuidados necessários. Execução da prática. Discussão dos conceitos no pós-laboratório. Unidade VI – Síntese Orgânica II • Aspectos teóricos. Materiais e reagentes. Cuidados necessários. Execução da prática. Discussão dos conceitos no pós-laboratório.
METODOLOGIA DE ENSINO
As aulas serão demonstrativas e experimentais, fazendo uso do laboratório didático na

execução dos experimentos. Como recursos, serão utilizados reagentes de grau analítico e materiais químicos de uso comum, bem como equipamentos e vidrarias diversas. A Prática como Componente Curricular de Ensino poderá ser ministrada através de: seminários, construção de vídeos, elaboração de roteiros de experimentos e/ou a elaboração de relatórios de práticas.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação terá caráter formativo visando o acompanhamento contínuo do discente por meio de instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação que tenham objetivos e critérios bem explicitados. Algumas técnicas e instrumentos de avaliação: questionamentos e discussões aliado à participação dos discentes; resolução de exercícios em sala de aula; aplicação de trabalhos escritos (lista de exercícios e/ou pesquisa com produção de textos ou resenhas) ou trabalhos orais (seminário ou arguição) de forma individual ou em grupo; aplicação de avaliação individual escrita. Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do discente em atividades que exijam produção individual e/ou em equipe; planejamento, organização, coerência de ideias, legitimidade e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; desempenho cognitivo; criatividade e o uso de recursos diversificados; domínio de atuação discente (postura e desempenho); assiduidade e pontualidade. Por se tratar de uma disciplina prática, as técnicas e os critérios estabelecidos anteriormente, deverão estar alinhados as habilidades práticas e teóricas adquiridas pelo discente ao longo das aulas práticas. Além disso, poderá ser feito uma avaliação prática. A avaliação da Prática como Componente Curricular seguirá os critérios citados anteriormente em conformidade com a metodologia estabelecida para a disciplina. Ocorrerá também avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BRUICE, P. Y. Química Orgânica. Vol. 1. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2006. 590 p. SOLOMONS, T. W. G.; FRYHLE, C. B. Química Orgânica. Vol. 1. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 616 p. SOLOMONS, T. W. G.; FRYHLE, C. B. Química Orgânica. Vol. 2. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 613 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
ALLINGER, N. L. Química orgânica. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. 961 p. BRUICE, P. Y. Fundamentos de Química Orgânica. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2014. 603 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788543006543. Acesso em: 12 set. 2017 CAREY, F. A. Química Orgânica. Vol. 1. 7 ed. Porto Alegre: AMGH, 2011. 764 p. CAREY, F. A. Química Orgânica. Vol. 2. 7 ed. Porto Alegre: AMGH, 2011. 592 p. PICOLO, K. C. S. A. Química Orgânica. São Paulo: Pearson, 2014. 240 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788543005614. Acesso em: 12 set. 2017.	
Coordenador do Curso	Chefe do Departamento de Ensino
_____	_____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS
Código:
Carga Horária Total: 80h/a CH Teórica: 60h/a CH Prática: 0h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 20h/a
Número de Créditos: 4
Pré-requisitos: Sem pré-requisito
Semestre: 5º
Nível: Superior
EMENTA
Introdução: aspectos clínicos, educacionais e sócio antropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira - Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audiovisuais; Noções de variação.
OBJETIVOS
Interagir com indivíduos deficientes auditivos. Desenvolver a expressão visual-espacial em Libras.
PROGRAMA
Unidade I – A Língua de Sinais Brasileira e a constituição linguística do sujeito surdo - Breve introdução aos aspectos clínicos, educacionais e sócio antropológicos da surdez; Introdução a Libras: alfabeto manual ou datilológico; Nomeação de pessoas e de lugares em Libras; Noções gerais da gramática de Libras; Prática introdutória de Libras: alfabeto manual ou datilológico. Unidade II – Noções básicas de fonologia e morfologia da Libras; Parâmetros primários da Libras; Parâmetros secundários da Libras; Componentes não-manuais; Aspectos morfológicos da Libras: gênero, número e quantificação, grau, pessoa, tempo e aspecto; Prática introdutória de Libras: diálogo e conversação com frases simples. Unidade III – Noções básicas de morfossintaxe; A sintaxe e incorporação de funções gramaticais; O aspecto sintático: a estrutura gramatical do léxico em Libras; Verbos direcionais ou flexionados; A negação em Libras; Prática introdutória de Libras: diálogo e conversação com frases simples. Unidade IV – Noções básicas de variação; Características da língua, seu uso e variações regionais; A norma, o erro e o conceito de variação; Tipos de variação linguística em Libras; Prática introdutória de Libras: registro videográfico de sinais.
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas teóricas; exibição de vídeos; expressão gestual e corporal. Os seguintes recursos poderão ser utilizados: Quadro e pinceis; Projetor de Multimídia e material impresso. A Prática de Componente Curricular de Ensino poderá ser ministrada através de: aulas expositivas, criação e aplicação de técnicas de ensino, apresentação de seminários e elaboração de material didático.

AVALIAÇÃO	
A avaliação será desenvolvida ao longo do semestre, de forma processual e contínua, a partir da produção de diálogos em Libras, Contação de histórias em Libras, produção de relatos em Libras e participação nas atividades propostas. A avaliação será desenvolvida ao longo do semestre, de forma processual e contínua, valorizando os aspectos qualitativos em relação aos quantitativos. Alguns critérios a serem avaliados: - Conhecimento individual sobre temas relativos aos assuntos estudados em sala; - Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; - Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; - Criatividade e o uso de recursos diversificados; - Domínio de atuação discente (postura e desempenho). Os aspectos quantitativos da avaliação ocorrerão de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
FERNANDES, E.; SILVA, A. C. Surdez e bilinguismo. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. 103 p. QUADROS, R. M. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. 224 p. SKLIAR, C. A Surdez: um olhar sobre as diferenças. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. 192 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
FIGUEIRA, A. S. Material de apoio para o aprendizado de LIBRAS. São Paulo: Phorte, 2011. 340 p. QUADROS, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997. 126 p. SACKS, O. W. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 215 p. SANTANA, A. P. Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo: Plexus, 2007. 268 p. SOARES, M A. L. A Educação do surdo no Brasil. Campinas: Autores Associados, 1999. 128 p.	
Coordenador do Curso	Chefe do Departamento de Ensino
_____	_____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: POLÍTICA EDUCACIONAL
Código:
Carga Horária Total: 80h/a CH Teórica: 60h/a CH Prática: 0h/a
CH - Prática como Componente Curricular do ensino: 20h/a
Número de Créditos: 4
Pré-requisitos: Fundamentos Sócio Filosóficos da Educação
Semestre: 5º
Nível: Superior
EMENTA
Política, política educacional e o papel do Estado. Legislação, estrutura e gestão do ensino no Brasil. Influência de organismos multilaterais na política de educação mundial e brasileira.
OBJETIVOS
Conhecer o conceito e a função da Política, sendo capaz de identificar suas implicações no campo da educação. Compreender a estrutura e funcionamento do sistema educacional brasileiro à luz da legislação baseando-se na Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 e Plano Nacional de Educação de 2014. Investigar as principais reformas educacionais implantadas entre os anos 1990 e dias atuais, sobretudo aquelas que dizem respeito à educação profissional científica e tecnológica. Conhecer e identificar os diferentes tipos de gestão (tanto educacional quanto escolar) assim como suas diferentes formas de conduzir o processo educativo. Analisar o papel político dos trabalhadores da educação na luta pela garantia da valorização da profissão e carreira. Identificar e problematizar os impactos das políticas educacionais no cotidiano da vida escolar.
PROGRAMA
Unidade I - Política ● Conceito de Política; ● Fundamentos conceituais das Políticas Educacionais; ● O Estado e suas formas de intervenção social; ● Fundamentos políticos da educação; ● Política educacional: trajetória histórica, econômico e sociológico no Brasil e a reverberação nas reformas na educação básica. Unidade II - Legislação, Estrutura e Funcionamento ● Constituição Federal; ● Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; ● Níveis e Modalidades de Ensino com ênfase na Educação Profissional, técnica e tecnológica; ● Plano Nacional de Educação. Unidade III - Gestão Escolar ● Gestão educacional e as Teorias administrativas; ● Financiamento da educação;

● Política, Programas de Formação e Valorização dos Trabalhadores da Educação.
METODOLOGIA DE ENSINO
Aula expositiva dialogada. Os seguintes recursos poderão ser utilizados: Quadro e pincéis; Projetor de Multimídia e Material impresso. A Prática de Componente Curricular de Ensino poderá ser ministrada através de aulas expositivas e/ou da criação e aplicação de técnicas de ensino e/ou da criação e aplicação de portfólio e/ ou da apresentação de seminários e/ou da elaboração de estudo de caso e /ou da elaboração de material didático.
AVALIAÇÃO
A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, ressaltando os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; Desempenho cognitivo; Criatividade e o uso de recursos diversificados; Domínio de atuação discente (postura e desempenho). Alguns instrumentos que serão utilizados: Provas escritas, seminários, trabalhos, estudos de caso. Ocorrerá também avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE. Na prática enquanto componente curricular do ensino será avaliada a capacidade do estudante fazer a transposição didática, ou seja, transformar determinada temática em um produto ensinável.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
GADOTTI, M. História das idéias pedagógicas. 8. ed. São Paulo: Ática, 2008. 319 p. LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2012. 407 p. OLIVEIRA, D. A. Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 283 p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
DEMO, P. Plano Nacional de Educação: Uma visão crítica. Campinas: Papirus, 2016. 192 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544901298. Acesso em: 5 dez. 2017. LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008. 319 p. TERRA, M. L. E. Políticas Públicas e Educação. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016. 148 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788543020341. Acesso em: 5 dez. 2017. VIEIRA, S. L. Política e planejamento educacional. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001. 138 p. WELLEN, H. Gestão Organizacional e Escolar: uma análise crítica. Curitiba: InterSaberes, 2012. 204 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582120682. Acesso em: 5 dez. 2017.

Coordenador do Curso _____	Chefe do Departamento de Ensino _____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: QUÍMICA ANALÍTICA I
Código:
Carga Horária Total: 80h/a CH Teórica: 70h/a CH Prática: 0h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 10h/a
Número de Créditos: 4
Pré-requisitos: Química Geral II
Semestre: 5º
Nível: Superior
EMENTA
Introdução à Química Analítica. Equilíbrio químico. Equilíbrio Ácido-Base. Equilíbrio de Precipitação. Equilíbrio de formação de complexos. Equilíbrio de oxidação e redução.
OBJETIVOS
Compreender a Química Analítica como uma Ciência interdisciplinar e presente no Ensino de Química. Compreender os diversos tipos de equilíbrio químico a fim de contribuir para a formação didático-pedagógica do licenciando em Química. Entender o fundamento dos Equilíbrios Químicos para compreender o tratamento de dados das análises químicas.
PROGRAMA
Unidade I - Introdução à Química Analítica • A natureza da Química Analítica: análise qualitativa e quantitativa; analito; o papel da Química Analítica; • Análise Química: Conceito; Métodos Clássicos e Métodos Instrumentais; Etapas da análise Química; • Reações e equações iônicas. Unidade II - Equilíbrio Químico • Reações reversíveis e velocidade de reação; • Lei de ação das massas; • Constantes de equilíbrio; • Eletrólitos fortes e fracos; • Constante de dissociação de eletrólitos fracos; • Atividade e coeficiente de atividade; força iônica; Lei limite de Debye Hückel. Unidade III - Equilíbrio Ácido-Base • Teorias ácido-base; • Ácidos e bases conjugados; • Espécies anfipróticas/anfóteras; • Autoprotólise; • Produto iônico da água; pH e pOH; • Força dos ácidos e bases: ácidos e bases fortes; ácidos e bases fracas; ácidos e bases polipróticos; constante de dissociação; • Relação entre as constantes de dissociação para Pares Ácido-Base conjugados e para

ácidos e bases polipróticos; • Hidrólise; • Cálculos de pH e pOH em: soluções de ácidos e bases fortes; ácidos e bases fracas; sais de ácidos e bases fracas; • Soluções tampão: Conceito; capacidade tamponante; cálculos de pH; Equação de Henderson-Hasselbalch; Unidade IV - Equilíbrio de Precipitação • Solubilidade; • Produto de Solubilidade; • Efeito salino; • Solubilidade de Precipitados em ácidos e agentes complexantes; • Influência de reações laterais na Solubilidade. Unidade V - Equilíbrio de Formação de Complexos • Introdução à formação dos complexos; • Aplicação dos complexos na química analítica; • Constante de formação dos complexos e a estabilidade dos complexos. Unidade VI - Equilíbrio de Oxidação e Redução • Introdução às reações de oxidação e redução; • Balanceamento das reações de oxidação e redução; • Constante de equilíbrio redox e a equação de Nernst.
METODOLOGIA DE ENSINO
Aula expositiva dialogada com resolução de exercícios. Os seguintes recursos poderão ser utilizados: Quadro e pinceis; Projetor de Multimídia; Lista de exercícios; Material impresso. A Prática de Componente Curricular de Ensino poderá ser ministrada através de aulas expositivas, da criação e aplicação de técnicas de ensino e/ou da criação e aplicação de portfólio.
AVALIAÇÃO
A avaliação terá caráter formativo visando o acompanhamento contínuo do discente por meio de instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação que tenham objetivos e critérios bem explicitados. Algumas técnicas e instrumentos de avaliação: questionamentos e discussões aliado à participação dos discentes; resolução de exercícios em sala de aula; aplicação de trabalhos escritos (lista de exercícios e/ou pesquisa com produção de textos ou resenhas) ou trabalhos orais (seminário ou arguição) de forma individual ou em grupo; aplicação de avaliação individual escrita. Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do discente em atividades que exijam produção individual e/ou em equipe; planejamento, organização, coerência de ideias, legitimidade e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; desempenho cognitivo; criatividade e o uso de recursos diversificados; domínio de atuação discente (postura e desempenho); assiduidade e pontualidade. A avaliação da Prática como Componente Curricular seguirá os critérios citados anteriormente em conformidade com a metodologia estabelecida para a disciplina. Ocorrerá também avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BACCAN, N.; ANDRADE J. C., GODINHO, O. E., BARONE, J. S. Química Analítica Quantitativa Elementar. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2001. 308 p. HARRIS, D. C.; AFONSO, J. C. Explorando a Química Analítica. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. 550 p. VOGEL, A. I. Química analítica qualitativa. 5. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1981. 665 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
ATKINS, P.; JONES, L. Princípios de Química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012, 1026 p. CHANG, R. Química geral: conceitos essenciais. 4. ed. Porto Alegre : McGraw-Hill, 2010, 778 p. HAGE, D. S.; CARR, J. D. Química analítica e análise quantitativa. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012. 724 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576059813. Acesso em: 5 dez. 2017. SKOOG, D. A.; WEST, D. M.; HOLLER, F. J.; CROUCH, S. R. Fundamentos de química analítica. 9. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 1000 p. VOGEL, A. I. Análise química quantitativa. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 488 p.	
Coordenador do Curso	Chefe do Departamento de Ensino
_____	_____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: CURRÍCULOS E PROGRAMAS
Código:
Carga Horária Total: 80h/a CH Teórica: 60h/a CH Prática: 0h/a
CH - Prática como Componente Curricular do Ensino: 20h/a
Número de Créditos: 4
Pré-requisitos: Política Educacional
Semestre: 6º
Nível: Superior
EMENTA
Teorias do currículo: tradicionais, críticas e pós-críticas. Diretrizes, parâmetros e referenciais curriculares no Brasil. Base Nacional Comum e Parte Diversificada. Currículo no cotidiano escolar.
OBJETIVOS
Conhecer concepções e teorias do currículo. Analisar a trajetória de Currículos e Programas. Compreender as reformas curriculares para as diferentes modalidades e os níveis de ensino. Analisar o currículo em diálogo com a transversalidade, pensando a formação do indivíduo como um todo. Refletir o currículo no cotidiano escolar.
PROGRAMA
Unidade I - Conceitos e Teorias • Conceituação e definição de currículo; • Teorias do currículo: tradicionais, críticas e pós-críticas; • Currículos e programas no Brasil: origem e desenvolvimento. Unidade II - Currículo e Escola • Os Parâmetros Curriculares Nacionais, as Diretrizes Curriculares Nacionais e as recentes políticas curriculares brasileiras; • Currículo e transversalidade: ética, cidadania e direitos humanos, educação ambiental, relações étnico-raciais; • Os documentos oficiais e os cotidianos escolares; • Relação entre o currículo e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e seus desdobramentos no livro didático; • O Currículo nos níveis e modalidades de ensino.
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas expositivas e dialogadas, seminários, estudos de caso, discussões temáticas, estudo dirigido, visitas técnicas. Os seguintes recursos poderão ser utilizados: Quadro e pinceis; Projetor de Multimídia e Material impresso. A Prática de Componente Curricular de Ensino poderá ser ministrada através de aulas expositivas, criação e aplicação de técnicas de ensino, criação e aplicação de portfólio, apresentação de seminários, elaboração de estudo de caso, elaboração de planos de aula e/ou

da elaboração de material didático.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, ressaltando os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados: - Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; - Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; - Desempenho cognitivo; - Criatividade e o uso de recursos diversificados; - Domínio de atuação discente (postura e desempenho). Alguns instrumentos que serão utilizados: Provas escritas, seminários, trabalhos, estudos de caso. Na prática enquanto componente curricular do ensino será avaliada a capacidade do estudante fazer a transposição didática, ou seja, transformar determinada temática em um produto ensinável. A avaliação somativa ocorrerá de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
APPLE, M. W. Ideologia e currículo. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 288 p. GOODSON, I. F. Currículo: teoria e história. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 141 p. MENEGOLLA, M. Por que planejar? como planejar?: currículo - área - aula. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 158 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
DE PAULA, D. H. L.; DE PAULA, R. M. Currículo na escola e currículo da escola: reflexões e proposições. Curitiba: InterSaberes, 2016. 210 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788559720372. Acesso em: 6 dez. 2017. LOPES, A. C. Currículo de ciências em debate. Campinas: Papirus, 2016. 196 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544901991. Acesso em: 6 dez. 2017. MOREIRA, A. F. B. Currículo: questões atuais. 17. ed. Campinas: Papirus, 1997. 148 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/8530804422. Acesso em: 6 dez. 2017. SANTOS, A. N. Currículo: diálogos possíveis. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará - UFC, 2013. 426 p. SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. 156 p.	
Coordenador do Curso	Chefe do Departamento de Ensino
_____	_____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: ESTÁGIO I
Código:
Carga Horária Total: 120h/a CH Teórica: 20h/a CH Prática: 100h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 0h/a
Número de Créditos: 6
Pré-requisitos: Didática do Ensino de Química
Semestre: 6º
Nível: Superior
EMENTA
O estudo da escola, enquanto parte da organização e o funcionamento do sistema de ensino e as políticas educacionais vigentes. Os projetos pedagógicos no contexto escolar.
OBJETIVOS
Realizar atividades de planejamento, execução e avaliação das atividades dos docentes, conciliando teoria e prática e desenvolvendo uma visão crítica e contextualizada da prática pedagógica. Compreender a especificidade da função do professor como orientador dos processos de ensino e de aprendizagem e seu papel na formação integral do educando. Caracterizar as fases do planejamento de ensino, analisando os elementos componentes de cada fase e reconhecendo sua importância nos processos de ensino e de aprendizagem.
PROGRAMA
Unidade I – Orientações Gerais Sobre o Estágio: Normas, Documentos e Procedimentos Institucionais; Unidade II – Envolvimento do Estagiário no Exercício da Atividade Docente; Unidade III – Elaboração de Planos de Aula. Regência em Turmas de 9º Ano do Ensino Fundamental e Primeiro Ano do Ensino Médio, nas Disciplinas de Ciências e de Química Respectivamente; Unidade IV – Relato de Experiências. Registro Formal Através de Relatório das Atividades Realizadas.
METODOLOGIA DE ENSINO
Exposição oral de conteúdos gerais e específicos, com discussão aberta em sala. Dinâmica de leitura e debate. Grupos de trabalho e apresentação de produções escritas. Os seguintes recursos poderão ser utilizados: Quadro e pincéis; Projetor de Multimídia e Material impresso.
AVALIAÇÃO
A avaliação terá caráter formativo visando o acompanhamento contínuo do discente por meio de instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação que tenham objetivos e critérios bem explicitados. Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do discente em atividades que exijam produção individual e/ou em equipe; planejamento, organização, coerência de ideias,

legitimidade e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; desempenho cognitivo; criatividade e o uso de recursos diversificados; domínio de atuação discente (postura e desempenho); assiduidade e pontualidade.

A avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BIANCHI, A. C. M.; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. **Estágio supervisionado**: manual de orientação. 4. ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2008. 112 p.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 10. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2012. 407 p.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática? 11.ed. São Paulo: Cortez, 2012. 224 p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRÉ, M. **Práticas inovadoras na formação de professores**. Campinas: Papirus, 2017. 128 p. Disponível em: <http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544902622>. Acesso em: 07 dez. 2017.

CARVALHO, A. M. P. **Os estágios nos cursos de licenciatura**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 192 p.

LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 296 p.

PICONEZ, S. C. B. **A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado**. Campinas: Papirus, 2001. 128 p. Disponível em: <http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788530811563>. Acesso em: 07 dez. 2017.

SILVA, W. R. S.; TURBIN, A; E. F. **Como Fazer Relatórios de Estágio Supervisionado**. Brasília: Liber Livro Editora, 2012, 230 p.

Coordenador do Curso

Chefe do Departamento de Ensino

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: FÍSICO-QUÍMICA III
Código:
Carga Horária Total: 40h/a CH Teórica: 30h/a CH Prática: 0h/a
CH - Práticas como Componente Curricular do Ensino: 10h/a
Número de Créditos: 2
Pré-requisitos: Físico-Química II
Semestre: 6º
Nível: Superior
EMENTA
Soluções eletrolíticas não-ideais. Eletroquímica. Cinética.
OBJETIVOS
Relacionar atividade à eletroquímica através do modelo de Debye-Hückel. Compreender o funcionamento químico das células eletroquímicas, bem como a origem da força eletromotriz. Entender os conceitos de cinética química, mecanismo reacional e a origem das leis de velocidade integradas.
PROGRAMA
Unidade I – Soluções Não Ideais – Soluções Eletrolíticas: ● Atividades em soluções eletrolíticas; ● Teoria de Debye-Hückel; ● Variações de entropia no gás ideal; ● Equilíbrio em soluções iônicas; Unidade II – Eletroquímica: ● Definições; ● Potencial químico das espécies carregadas; ● Pilha de Daniel; ● Energia de Gibbs e potencial de pilha; ● Equação de Nernst; ● Eletrodo Padrão de Hidrogênio; ● Potenciais de eletrodos; ● Dependência do potencial de pilha e temperatura; ● Constantes de equilíbrio a partir dos potenciais padrão; ● Medida do potencial de pilha; ● Reversibilidade; ● Determinação dos coeficientes de atividade a partir dos potenciais de pilhas; ● Pilhas de concentração; Unidade III – Cinética: ● Taxas de reação; ● Lei das velocidade integradas; ● Reações aproximando do equilíbrio;

● Relação entre temperatura e velocidade de reação; ● Teoria das colisões; ● Reações elementares e não elementares; ● Ordem de reação; ● Equação de Arrhenius; ● Mecanismos; ● Reações em Cadeia.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
As aulas terão caráter expositivas-dialógicas, em que se fará uso de debates, apresentação de vídeos, seminários individuais e em grupos, listas de exercícios dentre outros. Como recursos, poderão ser utilizados: o quadro branco, pincéis e o projetor de multimídia. A Prática como Componente Curricular de Ensino poderá ser ministrada através de aulas expositivas e/ou da criação e aplicação de técnicas de ensino e/ou da apresentação de seminários e/ou da elaboração de estudo de caso e/ou da elaboração de planos de aula e/ou da elaboração de material didático.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação será desenvolvida ao longo do semestre, de forma processual e contínua, valorizando os aspectos qualitativos em relação aos quantitativos. Alguns critérios a serem avaliados: Conhecimento individual sobre temas relativos aos assuntos estudados em sala; Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; Criatividade e o uso de recursos diversificados; Domínio de atuação discente (postura e desempenho). A avaliação da Prática como Componente Curricular seguirá os critérios citados anteriormente em conformidade com a metodologia estabelecida para a disciplina. Ocorrerá também avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ATKINS, P.; PAULA, J. Físico-Química. Vol. 2. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 459 p. BALL, D. W. Físico-Química. Vol. 1. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 450 p. CASTELLAN, G. W. Fundamentos de Físico-Química. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 530 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
ATKINS, P.; PAULA, J. Físico-Química. Vol. 1. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 386 p. ATKINS, P.; PAULA, J. Físico-Química: fundamentos. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. 588 p. BALL, D. W. Físico-Química. Vol. 2. São Paulo: Thomson, 2005. 487 p. CHANG, R. Físico-química: para as ciências químicas e biológicas. Vol. 1. São Paulo: McGraw - Hill, 2008. 592 p. LEVINE, I. N. Físico-química. Vol. 1. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 524 p. LEVINE, I. N. Físico-química. Vol. 2. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 450 p.	
Coordenador do Curso	Chefe do Departamento de Ensino
_____	_____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: LABORATÓRIO DE QUÍMICA ANALÍTICA
Código:
Carga Horária Total: 80h/a CH Teórica: 0h/a CH Prática: 60h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 20h/a
Número de Créditos: 4
Pré-requisitos: Química Analítica I
Semestre: 6º
Nível: Superior
EMENTA
Introdução ao Laboratório de Química Analítica. Estudo dos principais grupos de cátions e ânions. Preparo e Padronização de Soluções. Análise Titrimétrica.
OBJETIVOS
Entender os diferentes tipos de equilíbrios químicos por meio das reações de identificação de cátions e ânions e da análise titrimétrica. Compreender as equações Químicas e os cálculos das análises titrimétricas. Desenvolver habilidades de observação, dedução, compreensão dos conceitos teóricos aliados aos experimentos e habilidades práticas das técnicas de análise contribuindo para a formação científica e pedagógica.
PROGRAMA
Unidade I - Introdução ao Laboratório de Química Analítica • Principais equipamentos e vidrarias do laboratório de Química Analítica; • Manuseio, técnicas e fundamentos da identificação de cátions e ânions e da análise titrimétrica. Unidade II - Estudo dos Principais Grupos de Cátions e Ânions • Separação e identificação dos cátions e ânions mais comuns; • Avaliação das reações que norteiam a identificação dos grupos de cátions e ânions. Unidade III - Preparo e Padronização de Soluções • Preparo de soluções com diferentes concentrações a partir do soluto puro e a partir de diluições; • Padronização das soluções utilizadas na análise titrimétrica. Unidade IV - Análise Titrimétrica • Titrimetria de Neutralização; • Titrimetria de Precipitação; • Titrimetria de Complexação; • Titrimetria de Oxi-redução.
METODOLOGIA DE ENSINO
Aula Prática deverá ser realizada em grupos. Ocorrerão momentos de apresentação e discussão sobre o roteiro e os resultados da prática. Os seguintes recursos poderão ser utilizados: Quadro e pinceis; Projetor de Multimídia; Lista de exercícios; Material impresso. A Prática como Componente Curricular de Ensino poderá ser ministrada através de aulas

expositivas, criação e aplicação de técnicas de ensino, criação e aplicação de portfólio, apresentação de seminários, elaboração de estudo de caso, elaboração de planos de aula, elaboração de material didático, elaboração de roteiros de experimentos e/ou a elaboração de relatórios das práticas.	
AVALIAÇÃO A avaliação terá caráter formativo visando o acompanhamento contínuo do discente por meio de instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação que tenham objetivos e critérios bem explicitados. Algumas técnicas e instrumentos de avaliação: questionamentos e discussões aliado à participação dos discentes; resolução de exercícios em sala de aula; aplicação de trabalhos escritos (lista de exercícios e/ou pesquisa com produção de textos ou resenhas) ou trabalhos orais (seminário ou arguição) de forma individual ou em grupo; aplicação de avaliação individual escrita. Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do discente em atividades que exijam produção individual e/ou em equipe; planejamento, organização, coerência de ideias, legitimidade e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; desempenho cognitivo; criatividade e o uso de recursos diversificados; domínio de atuação discente (postura e desempenho); assiduidade e pontualidade. Por se tratar de uma disciplina prática, as técnicas e os critérios estabelecidos anteriormente, deverão estar alinhados as habilidades práticas e teóricas adquiridas pelo discente ao longo das aulas práticas. Além disso, poderá ser feito uma avaliação prática. A avaliação da Prática como Componente Curricular seguirá os critérios citados anteriormente em conformidade com a metodologia estabelecida para a disciplina. Ocorrerá também avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BACCAN, N.; ANDRADE J. C., GODINHO, O. E., BARONE, J. S. Química Analítica Quantitativa Elementar. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2001. 308 p. HARRIS, D. C. Análise química quantitativa. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 900 p. VOGEL, A. I. Análise química quantitativa. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 488 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR HAGE, D. S.; CARR, J. D. Química analítica e análise quantitativa. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012. 724 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576059813. Acesso em: 5 dez. 2017. HARRIS, D. C.; AFONSO, J. C. Explorando a Química Analítica. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. 550 p. MERCÊ, A. L. R. Iniciação Química Analítica Quantitativa Não Instrumental. Curitiba: Intersaberes, 2012. 258 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582120286. Acesso em: 24 jul. 2017. SKOOG, D. A.; WEST, D. M.; HOLLER, F. J.; CROUCH, S. R. Fundamentos de química analítica. 9. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 1000 p. VOGEL, A. I. Química analítica qualitativa. 5. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1981. 665 p.	
Coordenador do Curso _____	Chefe do Departamento de Ensino _____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: QUÍMICA ANALÍTICA II
Código:
Carga Horária Total: 80h/a CH Teórica: 60h/a CH Prática: 0h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 20h/a
Número de Créditos: 4
Pré-requisitos: Química Analítica I
Semestre: 6º
Nível: Superior
EMENTA
Introdução à Química Analítica Quantitativa. Estatística aplicada à Química Analítica. Análise Gravimétrica. Análise Titrimétrica.
OBJETIVOS
Conhecer os aspectos quantitativos da análise Química. Analisar os principais métodos estatísticos para o tratamento adequado dos dados obtidos em análises quantitativas. Compreender os fundamentos analíticos da análise gravimétrica e da análise titrimétrica.
PROGRAMA
Unidade I - Introdução à Química Analítica Quantitativa • Conceito e objetivos da Química Analítica Quantitativa; • Etapas de uma análise Química; • Erros em análises Químicas: Erro sistemático e Erro aleatório; • Soluções aquosas: formas de expressar concentração (Concentração Comum, Molaridade, Molalidade, Fração Molar, Percentagem massa/massa, Percentagem massa/Vol., Percentagem Vol./Vol., Concentração em partes por milhão); transformação de unidades. Unidade II - Estatística Aplicada à Química Analítica • Precisão e Exatidão; Erro absoluto e Erro relativo; • Média da amostra e média da população; • Desvio-padrão da amostra e desvio-padrão da população; • Desvio-padrão relativo e Coeficiente de Variação; • Variância; • Distribuição normal e de Student; • Intervalo de confiança; • Testes estatísticos: Teste t; Teste F; Teste Q; • Algarismos significativos e arredondamentos. Unidade III - Análise Gravimétrica • Bases da análise gravimétrica; • Formação de precipitados; • Nucleação; • Crescimento de partículas;

• Supersaturação relativa; • Precipitação em meio homogêneo; • Contaminação de precipitados; • Calcinação; • Fator gravimétrico. Unidade IV - Análise Titrimétrica • Titrimetria de Neutralização; • Titrimetria de Precipitação; • Titrimetria de Complexação; • Titrimetria de Oxi-redução.
METODOLOGIA DE ENSINO
Aula expositiva dialogada com resolução de exercícios. Os seguintes recursos poderão ser utilizados: Quadro e pinceis; Projetor de Multimídia; Lista de exercício e material impresso. A Prática como Componente Curricular de Ensino poderá ser ministrada através de aulas expositivas, criação e aplicação de técnicas de ensino, criação e aplicação de portfólio, apresentação de seminários, elaboração de estudo de caso, elaboração de planos de aula e/ou da elaboração de material didático.
AVALIAÇÃO
A avaliação terá caráter formativo visando o acompanhamento contínuo do discente por meio de instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação que tenham objetivos e critérios bem explicitados. Algumas técnicas e instrumentos de avaliação: questionamentos e discussões aliado à participação dos discentes; resolução de exercícios em sala de aula; aplicação de trabalhos escritos (lista de exercícios e/ou pesquisa com produção de textos ou resenhas) ou trabalhos orais (seminário ou arguição) de forma individual ou em grupo; aplicação de avaliação individual escrita. Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do discente em atividades que exijam produção individual e/ou em equipe; planejamento, organização, coerência de ideias, legitimidade e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; desempenho cognitivo; criatividade e o uso de recursos diversificados; domínio de atuação discente (postura e desempenho); assiduidade e pontualidade. A avaliação da Prática como Componente Curricular seguirá os critérios citados anteriormente em conformidade com a metodologia estabelecida para a disciplina. Ocorrerá também avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
HARRIS, D. C.; AFONSO, J. C. Explorando a Química Analítica. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. 550 p. SKOOG, D. A.; WEST, D. M.; HOLLER, F. J.; CROUCH, S. R. Fundamentos de química analítica. 9. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 1000 p. VOGEL, A. I. Análise química quantitativa. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 488 p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BACCAN, N.; ANDRADE J. C., GODINHO, O. E., BARONE, J. S. Química Analítica Quantitativa Elementar. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2001. 308 p.

HAGE, D. S. Química analítica e análise quantitativa. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012. 705 p. HARRIS, D. C. Análise química quantitativa. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 900 p LIMA, K. M. G.; NEVES, L. S. Princípios de química analítica quantitativa. Rio de Janeiro: Interciência, 2015. 130 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788571933651. Acesso em: 6 dez. 2017. MERCÊ, A. L. R. Iniciação Química Analítica Quantitativa Não Instrumental. Curitiba: Intersaberes, 2012. 258 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582120286. Acesso em: 24 jul. 2017.	
Coordenador do Curso _____	Chefe do Departamento de Ensino _____

**DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: BIOQUÍMICA
Código:
Carga Horária Total: 80h/a CH Teórica: 60h/a CH Prática: 0h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 20h/a
Número de Créditos: 4
Pré-requisitos: Biologia Celular e Química Orgânica I
Semestre: 7º
Nível: Superior
EMENTA
Introdução a Bioquímica. Caracterização química, classificação e funções das macromoléculas. Estrutura tridimensional das proteínas e atividade enzimática. Oxidação de biomoléculas e obtenção de energia pela célula. Replicação, transcrição e tradução. Técnicas em biologia molecular.
OBJETIVOS
Caracterizar quimicamente e estudar o papel celular das macromoléculas. Compreender o mecanismo de atividade enzimática e sua importância para a célula. Descrever os mecanismos de geração de energia na célula. Elucidar as vias de manutenção e expressão da informação genética.
PROGRAMA
Unidade I - Introdução à Bioquímica ● Água ● Biomoléculas Unidade II - Macromoléculas ● Estrutura química, classificação e funções de carboidratos; ● Estrutura química, classificação e funções de lipídios; ● Estrutura química, classificação e funções de aminoácidos e peptídeos; ● Estrutura tridimensional das proteínas; ● Atividade enzimática; ● Estrutura química, classificação e funções de ácidos nucleicos. Unidade III - Bioenergética ● Glicólise; ● Ciclo do ácido cítrico; ● Cadeia transportadora de elétrons; ● Oxidação de aminoácidos e produção de ureia; ● Oxidação dos ácidos graxos. Unidade IV - Vias da Informação ● Metabolismo do DNA; ● Metabolismo do RNA; ● Metabolismo das proteínas;

● Tecnologias de DNA recombinante.
METODOLOGIA DE ENSINO
As aulas terão caráter expositivas-dialógicas, em que se fará uso de debates, apresentação de vídeos, resolução de exercícios, seminários individuais e em grupos, entre outros. Como recursos, poderão ser utilizados o quadro branco, material impresso e o projetor de multimídia. A Prática como Componente Curricular de Ensino poderá ser ministrada através de: aulas expositivas, criação e aplicação de técnicas de ensino, apresentação de seminários e elaboração de material didático.
AVALIAÇÃO
A avaliação terá caráter formativo visando o acompanhamento contínuo do discente por meio de instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação que tenham objetivos e critérios bem explicitados. Técnicas e instrumentos de avaliação: questionamentos e discussões aliados à participação dos discentes; resolução de exercícios em sala de aula; aplicação de trabalhos escritos (lista de exercícios e/ou pesquisa com produção de textos) ou trabalhos orais (seminário ou arguição) de forma individual ou em grupo; aplicação de avaliação individual escrita. Critérios a serem avaliados: grau de participação do discente em atividades que exijam produção individual e/ou em equipe; planejamento, organização, coerência de ideias, legitimidade e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; desempenho cognitivo; criatividade e o uso de recursos diversificados; domínio de atuação discente (postura e desempenho); assiduidade e pontualidade. A avaliação da Prática como Componente Curricular seguirá os critérios citados anteriormente em conformidade com a metodologia estabelecida para a disciplina. Ocorrerá também avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BERG, J. M.; TYMOCZKO, J. L.; STRYER, L. Bioquímica. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 1114 p. HARVEY, R. A.; FERRIER, D. R. Bioquímica ilustrada. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 520 p. NELSON, D. L. Princípios de bioquímica de Leningher. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 1274 p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BRINQUES, G. B. Bioquímica dos alimentos. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. 162 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788543017242. Acesso em: 6 dez. 2017. CAMPBELL, Mary K.; FARREL, Shawn O. Bioquímica. 8. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015. 812 p. DAU, A. P. A. Bioquímica humana. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. 320 p. ISBN 9788543010953. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788543010953. Acesso em: 6 dez. 2017. MORAN, L; A.; HORTON, H. R.; SCRIMGEOUR, K. G.; PERRY, M. D. Bioquímica. 5.

edição. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013. 836 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788581431260. Acesso em: 6 dez. 2017.	
MURRAY, R. K.. Harper: bioquímica ilustrada. 26. ed. São Paulo: Atheneu, 2006. 692 p.	
Coordenador do Curso _____	Chefe do Departamento de Ensino _____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: ESTÁGIO II
Código:
Carga Horária Total: 120h/a CH Teórica: 20h/a CH Prática: 100h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 0h/a
Número de Créditos: 6
Pré-requisitos: Estágio I
Semestre: 7º
Nível: Superior
EMENTA
O estudo dos livros didáticos e dos Parâmetros Curriculares Nacionais. A observação e a prática docente no Ensino Fundamental.
OBJETIVOS
Realizar atividades de planejamento, execução e avaliação das atividades dos docentes, conciliando teoria e prática e desenvolvendo uma visão crítica e contextualizada da prática pedagógica. Compreender a especificidade da função do professor como orientador dos processos de ensino e de aprendizagem e seu papel na formação integral do educando. Caracterizar as fases do planejamento de ensino, analisando os elementos componentes de cada fase e reconhecendo sua importância no processo ensino-aprendizagem.
PROGRAMA
Unidade I - Elaboração de planos de aula. Unidade II - Regência em turmas de 9º ano do ensino fundamental e primeiro ano do ensino médio, nas disciplinas de Ciências e de Química, respectivamente. Unidade III - Relato de experiências. Unidade IV - Registro formal através de relatório das atividades realizadas.
METODOLOGIA DE ENSINO
Exposição oral de conteúdos gerais e específicos, com discussão aberta em sala. Dinâmica de leitura e debate. Grupos de trabalho e apresentação de produções escritas. Os seguintes recursos poderão ser utilizados: Quadro e pinceis; Projetor de Multimídia e Material impresso.
AVALIAÇÃO
A avaliação terá caráter formativo visando o acompanhamento contínuo do discente por meio de instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação que tenham objetivos e critérios bem explicitados. Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do discente em atividades que exijam produção individual e/ou em equipe; planejamento, organização, coerência de ideias, legitimidade e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; desempenho cognitivo; criatividade e o uso de recursos diversificados; domínio de atuação discente

(postura e desempenho); assiduidade e pontualidade.

A avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 143 p.

LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 296 p.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática? 11.ed. São Paulo: Cortez, 2012. 224 p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARREIRO, I. M. F; GEBRAN, R. A. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. 2. ed. São Paulo: Editora Avercamp, 2016. 160p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação, 1999. 364 p.

LIMA, M. S. L. **A hora da prática**: reflexões sobre o estágio supervisionado e ação docente. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001. 124 p.

PIOKER-HARA, F. C.; GURIDI, V. M. **Experiências de Ensino nos Estágios Obrigatórios**: uma parceria entre a universidade e a escola. Campinas: Alínea, 2013. 194 p.

VEIGA, I. P. A. **Didática**: o ensino e suas relações. 17. ed. Campinas: Papirus, 1996. 183 p.

Coordenador do Curso

Chefe do Departamento de Ensino

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: GESTÃO EDUCACIONAL
Código:
Carga Horária Total: 80h/a CH Teórica: 70h/a CH Prática: 0h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 10h/a
Número de Créditos: 4
Pré-requisitos: Política Educacional
Semestre: 7º
Nível: Superior
EMENTA
Gestão educacional: conceitos, funções e princípios básicos. A função do gestor escolar: contextualização teórica e tendências atuais. A dimensão pedagógica do cotidiano da escola e o papel do gestor escolar. Levantamento e análise da realidade escolar: o projeto político pedagógico, o regimento escolar, o plano de direção, planejamento participativo e órgãos colegiados da escola.
OBJETIVOS
Analisar as políticas educacionais e a gestão escolar, reconhecendo seus princípios básicos, elementos constitutivos, desafios, dilemas, funções e paradigmas, no contexto de escola e sala de aula.
PROGRAMA
Unidade I – Introdução à Gestão Educacional • Teorias da Gestão e da Administração; • A História e os Caminhos da Gestão Escolar; • Fundamentos do Direito à Educação; • Políticas da Gestão da Educação. Unidade II - Promoção da Gestão Escolar Participativa • A Escola e a Comunidade: o Gestor como Agente de Ligação; • Princípios e Características da Gestão Escolar Participativa; • Participação da Comunidade na Escola; • Órgãos Colegiados e Gestão Escolar; • Descentralização de Recursos Financeiros; • Construindo um Plano de Ação; • Plano de Ação: avaliação e aprendizagem constante; • O Processo de Elaboração do PPP.
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas expositivas, trabalhos individuais e em grupo e apresentação de seminários.
AVALIAÇÃO
A avaliação será permanente e processual, envolvendo produção escrita (provas, trabalhos individuais e em grupos), debates e seminários. A frequência é obrigatória, respeitando os

limites de ausência previstos em lei. A avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008. 319 p. LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2012. 407 p. SAVIANI, D. Escola e democracia. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2012. 94 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BARTNIK, H. L. S. Gestão educacional. Curitiba: Intersaberes, 2012. 208 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788565704267 . Acesso em: 24 jul. 2017. CASTRO, A. P. P. P. A gestão dos recursos financeiros e patrimoniais da escola. Curitiba: Intersaberes, 2014. 142 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544300633 . Acesso em: 24 jul. 2017. FIEL, L. Creche: Gestão e prática pedagógica. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2002. 334 p. PARO, V. H. Gestão Escolar, democracia e qualidade de Ensino. São Paulo: Ática, 2007. 120 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788508108688 . Acesso em: 6 dez. 2017. SILVA, A. A. A Gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 255 p. SILVA, I. F. O Papel do coordenador pedagógico no processo de aprendizagem do educando e o apoio da família nesse desenvolvimento educacional. Iguatu: IFCE, 2015. 46 p. WITTMANN, L. C.; KLIPPEL, S. R. A Prática da Gestão Democrática no Ambiente Escolar. Curitiba: Intersaberes, 2012. 208 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582121740 . Acesso em: 24 jul. 2017.	
Coordenador do Curso	Chefe do Departamento de Ensino
_____	_____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: INFORMÁTICA APLICADA AO ENSINO
Código:
Carga Horária Total: 40h/a CH Teórica: 20h/a CH Prática: 0h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 20h/a
Número de Créditos: 2
Pré-requisitos: Sem pré-requisito
Semestre: 7º
Nível: Superior
EMENTA
Introdução à Informática. Internet. Utilização de Recursos da Informática para o Ensino. Softwares Educacionais para o Ensino da Química.
OBJETIVO
Utilizar os principais recursos do sistema operacional. Compreender e avaliar o uso da internet na produção acadêmica e docente. Conhecer, discutir e avaliar o uso das mídias educacionais como ferramenta didático-pedagógica.
PROGRAMA
Unidade I – Introdução à Informática • Uso dos recursos mais comuns de Processador de Texto, de Planilha Eletrônica e de Apresentação. Unidade II – Internet • Estrutura de sites e sites de busca; • Uso adequado da internet para pesquisa escolar e científica; • Plataforma de acesso a periódicos científicos; • Integração de recursos da internet (Sites, Blogs, Wikis, Comunidades, Ambiente Virtual de Aprendizagem, etc) para a elaboração de aulas e projetos educacionais. Unidade III - Utilização de Recursos da Informática para o Ensino • Uso de editores de texto, planilhas eletrônicas e softwares de apresentação para o ensino; • Elaboração de cartazes para a sala de aula e Pôster para eventos Científicos • Elaboração de slides de forma profissional; • Elaboração de vídeos educacionais. Unidade IV – Softwares Educacionais • Utilização de pacotes computacionais nas mais diferentes áreas da química: inorgânica, orgânica, físico-química, analítica e bioquímica; Utilização de programas estatísticos como ferramenta na química; • Programas, aplicativos e softwares desenvolvidos para o ensino de Química.
METODOLOGIA DE ENSINO
Aula expositiva dialogada. Os seguintes recursos poderão ser utilizados: Quadro e pinceis; Projetor de Multimídia; Lista de exercícios; Programas e aplicativos educacionais e material

impresso. A Prática como Componente Curricular de Ensino poderá ser ministrada através de aulas expositivas, elaboração de vídeos, criação e aplicação de técnicas de ensino e/ou criação e aplicação de portfólio.

AVALIAÇÃO

A avaliação terá caráter formativo visando o acompanhamento contínuo do discente por meio de instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação que tenham objetivos e critérios bem explicitados. Algumas técnicas e instrumentos de avaliação: questionamentos e discussões aliado à participação dos discentes; resolução de exercícios em sala de aula; aplicação de trabalhos escritos (lista de exercícios e/ou pesquisa com produção de textos ou resenhas) ou trabalhos orais (seminário ou arguição) de forma individual ou em grupo; aplicação de avaliação individual escrita. Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do discente em atividades que exijam produção individual e/ou em equipe; planejamento, organização, coerência de ideias, legitimidade e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; desempenho cognitivo; criatividade e o uso de recursos diversificados; domínio de atuação discente (postura e desempenho); assiduidade e pontualidade.

A avaliação da Prática como Componente Curricular seguirá os critérios citados anteriormente em conformidade com a metodologia estabelecida para a disciplina.

Ocorrerá também avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, E. A. **BrOffice.org: da teoria à prática**. Rio de Janeiro: Brasport, 2007. 192 p.
 MANZANO, J. A. N. G. **Guia Prático de Informática**: Terminologia, Microsoft Windows 7 - Internet e Segurança, Microsoft Office Word 2010, Microsoft Office Excel 2010, Microsoft Office PowerPoint 2010 e Microsoft Office Access 2010. São Paulo: Érica, 2011. 376 p.
 MORGADO, F. **Formatando Teses e Monografias com Broffice**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008. 138 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HILL, B. M. **O Livro oficial do ubuntu**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008. 448 p.
 KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias**: O novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2015. 146 p. Disponível em:
<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788530811549>. Acesso em: 6 dez. 2017.
 MANZANO, A. L. N. G. **Estudo dirigido de Microsoft Excel 2013**. São Paulo: Érica, 2013. 208 p.
 MANZANO, A. L. N. G. **Microsoft Windows 7 Professional**: Guia Essencial de Aplicação. São Paulo: Érica, 2010. 296 p.
 MANZANO, A. L. N. G.; MANZANO, M. I. N. G. **Estudo Dirigido de Microsoft Office Word 2013**. São Paulo: Érica, 2013. 158 p.
 MORAN, J. M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2015. 176 p. Disponível em: <http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788544901380>. Acesso em: 6 dez. 2017.

Coordenador do Curso

Chefe do Departamento de Ensino

**DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: QUÍMICA AMBIENTAL
Código:
Carga Horária Total: 40h/a CH Teórica: 30h/a CH Prática: 0h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 10h/a
Número de Créditos: 2
Pré-requisitos: Química Geral II
Semestre: 7º
Nível: Superior
EMENTA
Introdução à química ambiental. Ciclos biogeoquímicos. Química da água e conceitos de poluição ou principais problemas ambientais. Química da atmosfera e conceitos de poluição ou principais problemas ambientais. Química do solo e conceitos de poluição ou principais problemas ambientais.
OBJETIVOS
Promover uma visão holística sobre o meio ambiente com ênfase nos processos químicos, estabelecendo a interação entre as diversas áreas da ciência (interdisciplinaridade) no âmbito regional e global. Desenvolver o senso crítico referente aos processos químicos a fim de proporcionar uma consciência ambientalmente correta.
PROGRAMA
Unidade I – Introdução à Química Ambiental Unidade II – Ciclos Biogeoquímicos Unidade III – Química da Água, Conceitos de Poluição e Principais Problemas Ambientais Unidade IV – Química da Atmosfera, Conceitos de Poluição e Principais Problemas Ambientais Unidade V – Química do Solo, Conceitos de Poluição e Principais Problemas Ambientais
METODOLOGIA DE ENSINO
As aulas terão caráter expositivas-dialógicas, em que se fará uso de debates, apresentação de vídeos, resolução de exercícios, seminários individuais e em grupos, entre outros. Como recursos, poderão ser utilizados o quadro branco, material impresso e o projetor de multimídia. A Prática como Componente Curricular de Ensino poderá ser ministrada através de: aulas expositivas, criação e aplicação de técnicas de ensino, apresentação de seminários e elaboração de material didático.
AVALIAÇÃO
A avaliação terá caráter formativo visando o acompanhamento contínuo do discente por meio de instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação que tenham objetivos e critérios

bem explicitados.

Algumas técnicas e instrumentos de avaliação: questionamentos e discussões aliado à participação dos discentes; resolução de exercícios em sala de aula; aplicação de trabalhos escritos (lista de exercícios e/ou pesquisa com produção de textos ou resenhas) ou trabalhos orais (seminário ou arguição) de forma individual ou em grupo; aplicação de avaliação individual escrita.

A avaliação da Prática como Componente Curricular seguirá os critérios citados anteriormente em conformidade com a metodologia estabelecida para a disciplina.

A avaliação somativa ocorrerá de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAIRD, C.; CANN, M. **Química ambiental**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. 844 p.

BENEDITO, B. **Introdução à engenharia ambiental: o desafio do desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 318 p.

SPIRO, T. G.; STIGLIANI, W. M. **Química ambiental**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. 334 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRAGA, B. **Introdução à Engenharia Ambiental: O Desafio do Desenvolvimento Sustentável**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 336 p. Disponível em: <http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576050414>. Acesso em: 07 dez. 2017.

ROCHA, J. C.; ROSA, A. H.; CARDOSO, A. A. **Introdução à Química Ambiental**. Porto Alegre: Bookman, 2004. 154 p.

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 495 p.

SISINNO, C. S. **Princípios de Toxicologia Ambiental**. Rio de Janeiro: Interciencia, 2013. 216 p. Disponível em: <http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788571932630>. Acesso em: 07 dez. 2017.

VESILIND, P. A.; MORGAN, S. M. **Introdução à engenharia ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 438 p.

Coordenador do Curso

Chefe do Departamento de Ensino

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: ESTÁGIO III
Código:
Carga Horária Total: 120h/a CH Teórica: 20h/a CH Prática: 100h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 0h/a
Número de Créditos: 6
Pré-requisitos: Estágio II
Semestre: 8º
Nível: Superior
EMENTA
O estudo dos livros didáticos e dos Parâmetros Curriculares Nacionais. A observação, execução de projeto de ensino e prática docente de ensino e regência no Ensino Médio.
OBJETIVOS
Realizar atividades de planejamento, execução e avaliação das atividades dos docentes, conciliando teoria e prática e desenvolvendo uma visão crítica e contextualizada da prática pedagógica no ensino médio. Compreender a especificidade da função do professor como orientador dos processos de ensino e de aprendizagem e seu papel na formação integral do educando. Caracterizar as fases do planejamento de ensino, analisando os elementos componentes de cada fase e reconhecendo sua importância nos processos de ensino e de aprendizagem.
PROGRAMA
Unidade I - Elaboração de Projetos de Ensino e Planos de Aula Unidade II - Regência em Turmas de 1º e 2º Anos do Ensino Médio Unidade III - Práticas e Relato de Experiências Unidade IV - Registro Formal Através e Apresentação do Relatório das Atividades Realizadas
METODOLOGIA DE ENSINO
Exposição oral de conteúdos gerais e específicos, com discussão aberta em sala. Dinâmica de leitura e debate. Grupos de trabalho e apresentação de produções escritas. Os seguintes recursos poderão ser utilizados: Quadro e pinceis; Projetor de Multimídia e Material impresso. Elaboração e execução de projetos de ensino Regência no Ensino médio
AVALIAÇÃO
A avaliação terá caráter formativo visando o acompanhamento contínuo do discente por meio de instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação que tenham objetivos e critérios bem explicitados. Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do discente em atividades que exijam produção individual e/ou em equipe; planejamento, organização, coerência de ideias,

legitimidade e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; desempenho cognitivo; criatividade e o uso de recursos diversificados; domínio de atuação discente (postura e desempenho); assiduidade e pontualidade.

Elaboração e execução de projeto de ensino.

A avaliação está relacionada a realização das atividades práticas.

A avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COELHO, L. R.; SILVEIRA, C.; BEZERRA, R. C. E. M. **Formação docente, estágio supervisionado e práticas pedagógicas**. Jundiá: Paco Editorial, 2016. 345 p.

LIMA, M. S. L. **A hora da prática**: reflexões sobre o estágio supervisionado e ação docente. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001. 124 p.

VEIGA, I. P. A. **Didática**: o ensino e suas relações. 17. ed. Campinas: Papirus, 1996. 183 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 112 p.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008. 319 p.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 10. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2012. 407 p.

VEIGA, I. P. A. **As Dimensões do projeto político-pedagógico**. 8. ed. Campinas: Papirus, 2001. 256 p.

VEIGA, I. P. A. **Repensando a didática**. 29. ed. Campinas: Papirus, 2012. 160 p.

Coordenador do Curso

Chefe do Departamento de Ensino

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: PROJETOS SOCIAIS
Código:
Carga Horária Total: 80h/a CH Teórica: 20h/a CH Prática: 0h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 60h/a
Número de Créditos: 4
Pré-requisitos: Sem pré-requisito
Semestre: 8º
Nível: Superior
EMENTA
Cidadania, Sociedade Civil, Estado e Movimentos Sociais (minorias sociais, gênero, comunidades étnicas, tradicionais e populares, urbanas e rurais). Conceituação de Projetos Sociais. Estudos de casos exemplares. Elaboração de programas, projetos e ações sociais. Práticas em Projetos Sociais.
OBJETIVO
Compreender temáticas ligadas à cidadania no contexto contemporâneo brasileiro. Conceituar projetos sociais. Estudar projetos sociais exemplares. Conhecer e participar de ações e projetos sociais da comunidade local. Elaborar e executar ações, projetos e programas sociais.
PROGRAMA
Unidade I - História dos Movimentos Sociais no Brasil Contemporâneo • Cidadania – conceito e exercício social; • Os anos 1960/1970 e a perda dos direitos civis; • Os anos 1980 e a eclosão dos novos sujeitos sociais e suas práticas (negros, indígenas, imigrantes, mulheres, homossexuais, trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, bairros e favelas, comunidades tradicionais, etc.); • ONGs, Sociedade Civil e Estado no Brasil contemporâneo; • ONGs e projetos Sociais. Unidade II - Projetos Sociais • Conceituação e terminologia afins; • Estudos de Casos. Unidade III - Prática em Projetos Sociais I • Conhecimento de ONGs e Projetos Sociais da comunidade local; • Análise de ONGs e Projetos Sociais da comunidade local; • Planejamento e elaboração e Ações/Projetos Sociais para a comunidade local. Unidade IV - Prática em Projetos Sociais II • Execução de Ações/Projetos Sociais na comunidade local; • Avaliação de Ações/Projetos Sociais na comunidade local.
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas expositivas; Seminários; Apresentação e discussão de artigos de jornais e/ou literatura especializada; Aulas de Campo; Visitas Técnicas; Práticas em Projetos Sociais.

A Prática como Componente Curricular de Ensino poderá ser ministrada através de: aulas expositivas, criação e aplicação de técnicas de ensino, apresentação de seminários e elaboração de material didático.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação será desenvolvida ao longo do semestre, de forma processual e contínua, valorizando os aspectos qualitativos em relação aos quantitativos, onde os critérios a serem avaliados serão: - Conhecimento individual sobre temas relativos aos assuntos estudados em sala. - Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; - Planejamento, organização, coerência de idéias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; - Criatividade e o uso de recursos diversificados; - Domínio de atuação discente (postura e desempenho). A avaliação da Prática como Componente Curricular seguirá os critérios citados anteriormente em conformidade com a metodologia estabelecida para a disciplina. Será avaliado também as ações/projetos elaborados e/ou executados pelos alunos. Ocorrerá também avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BOFF, L. Saber cuidar: ética do humano - compaixão pela terra. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 199 p. GANDIM, D. A Prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 182 p. MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 108 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BRUCE, A.; LANGDON, K. Você sabe gerenciar projetos?: cumpra seus prazos finais e atinja suas metas. São Paulo: Senac, 2008. 120 p. COHEN, E.; FRANCO, R. Avaliação de projetos sociais. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1993. 312 p. RABELO, L. S. Indicadores de sustentabilidade: a possibilidade do desenvolvimento sustentável. Fortaleza: UFC/ Prodema, 2008. 126 p. RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 334 p. TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 2011. 175 p. VIEIRA, S. Como elaborar questionários. São Paulo: Atlas, 2009. 159 p. WALKER, R. K. Produzindo impacto social: elaborando e avaliando projetos de desenvolvimento. São Paulo: EPU, 2002. 134 p. XAVIER, C. M. S. Gerenciamento de projetos: como definir e controlar o escopo do projeto. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 259 p.	
Coordenador do Curso	Chefe do Departamento de Ensino
_____	_____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I
Código:
Carga Horária Total: 80h/a CH Teórica: 80h/a CH Prática: 0h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 0h/a
Número de Créditos: 4
Pré-requisitos: Metodologia do Trabalho Científico e Didática do Ensino de Química
Semestre: 8º
Nível: Superior
EMENTA
Iniciação à Pesquisa Científica e organização de texto científico (normas da ABNT). Pesquisa em Ensino de Química - aspectos gerais e específicos. Objeto de pesquisa - questões teórico-metodológicas. Análise e elaboração de projetos de pesquisa - identificação estrutural. Projeto de TCC.
OBJETIVOS
Conhecer os aspectos de elaboração de projeto de conclusão de curso. Compreender, analisar, interpretar e sintetizar dados de uma pesquisa científica. Desenvolver o projeto de conclusão do curso na área de Química ou no ensino da Química.
PROGRAMA
Unidade I – Iniciação à Pesquisa Científica e a Organização de Texto Científico (Normas ABNT) Unidade II – Pesquisa em Ensino de Química - Aspectos Gerais e Específicos Unidade III – Objeto de Pesquisa - Questões Teórico-Metodológicas Unidade IV – Identificação Estrutural e Elaboração de Projeto de Conclusão do Curso na Área de Química ou no Ensino da Química.
METODOLOGIA DE ENSINO
Exposição oral de conteúdos gerais e específicos, com discussão aberta em sala. Dinâmica de leitura e discussão de artigos e projetos de pesquisa. Grupos de trabalho e apresentação de produções escritas.
AVALIAÇÃO
A avaliação será desenvolvida ao longo do semestre, de forma processual e contínua, utilizando à escrita e a defesa do projeto de monografia como nota final. Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do discente em atividades que exijam produção individual e/ou em equipe; planejamento, organização, coerência de ideias, legitimidade e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; desempenho cognitivo; criatividade e o uso de recursos diversificados; domínio de atuação discente (postura e desempenho); assiduidade e pontualidade. A avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do

IFCE.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p. MORGADO, F. Formatando Teses e Monografias com Broffice. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008. 138 p. SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 23. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007. 304 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
APPOLINÁRIO, F. Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 320 p. CARVALHO, M. C. M. Construindo o saber: metodologia científica - fundamentos e técnicas. 24. ed. Campinas: Papirus, 2012. 224 p. KÖCHE, J. C. Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 182 p. RAMPAZZO, L. Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009. 146 p. SALOMON, D. V. Como fazer uma monografia. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 294 p.	
Coordenador do Curso	Chefe do Departamento de Ensino
_____	_____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: ESTÁGIO IV
Código:
Carga Horária Total: 120h/a CH Teórica: 20h/a CH Prática: 100h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 0h/a
Número de Créditos: 6
Pré-requisitos: Estágio III
Semestre: 9º
Nível: Superior
EMENTA
O estudo dos livros didáticos e dos Parâmetros Curriculares Nacionais. A observação e a prática docente no Ensino Médio.
OBJETIVOS
Realizar atividades de planejamento, execução e avaliação das atividades dos docentes, conciliando teoria e prática e desenvolvendo uma visão crítica e contextualizada da prática pedagógica no ensino médio. Compreender a especificidade da função do professor como orientador dos processos de ensino e de aprendizagem e seu papel na formação integral do educando. Caracterizar as fases do planejamento de ensino, analisando os elementos componentes de cada fase e reconhecendo sua importância nos processos de ensino e de aprendizagem.
PROGRAMA
Unidade I - Elaboração de Planos de aula Unidade II - Regência em Turmas de 3º Ano do Ensino Médio Unidade III - Relato de Experiências Unidade IV - Registro Formal Através de Relatório das Atividades Realizadas
METODOLOGIA DE ENSINO
Exposição oral de conteúdos gerais e específicos, com discussão aberta em sala. Dinâmica de leitura e debate. Grupos de trabalho e apresentação de produções escritas. Os seguintes recursos poderão ser utilizados: Quadro e pinceis; Projetor de Multimídia e Material impresso.
AVALIAÇÃO
A avaliação terá caráter formativo visando o acompanhamento contínuo do discente por meio de instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação que tenham objetivos e critérios bem explicitados. Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do discente em atividades que exijam produção individual e/ou em equipe; planejamento, organização, coerência de ideias, legitimidade e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; desempenho cognitivo; criatividade e o uso de recursos diversificados; domínio de atuação discente

(postura e desempenho); assiduidade e pontualidade. A avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
LEAL, M. C. Didática da química: fundamentos e práticas para o ensino médio. Belo Horizonte: Dimensão, 2009. 120 p. LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2012. 407 p. VEIGA, I. P. A. Didática: o ensino e suas relações. 17. ed. Campinas: Papirus, 1996. 183 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
APPLE, M. W. Educação e poder. Porto Alegre: Artmed, 1989. 201 p. CANDAU, V. M. A Didática em questão. 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 127p. LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008. 319 p. OLIVEIRA, D. A. Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 283 p. VEIGA, I. P.; RESENDE, L. M. G. Escola: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas: Papirus, 1998. 208 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/8530805321. Acesso em: 7 dez. 2017.	
Coordenador do Curso _____	Chefe do Departamento de Ensino _____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II
Código:
Carga Horária Total: 160h/a CH Teórica: 20h/a CH Prática: 140h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 0h/a
Número de Créditos: 8
Pré-requisitos: Trabalho de Conclusão de Curso I
Semestre: 9º
Nível: Superior
EMENTA
Planejamento, organização e desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Entrega do TCC.
OBJETIVOS
Planejar, organizar e executar as etapas do Trabalho de Conclusão de Curso. Redigir e apresentar o TCC utilizando a linguagem científica.
PROGRAMA
Unidade I - Encontros Periódicos com o Orientador. Unidade II - Planejamento, Organização e Desenvolvimento do TCC. Unidade III - Executar os Elementos Estruturantes do TCC: Capa e Folha de Rosto, Sumário, Título, Dados de Identificação do TCC, Introdução, Contextualização, Problema da Pesquisa, Objetivos, Justificativa, Referencial Teórico, Metodologia, Análise e Discussão dos Dados, Conclusão e Referências. Unidade IV - Avaliação do TCC.
METODOLOGIA DE ENSINO
Exposição oral de conteúdos gerais e específicos, com discussão aberta em sala. Dinâmica de leitura e discussão de artigos e projetos de pesquisa. Grupos de trabalho e apresentação de produções escritas.
AVALIAÇÃO
A avaliação será desenvolvida ao longo do semestre, de forma processual e contínua, utilizando à escrita e a defesa do projeto de monografia como nota final. Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do discente em atividades que exijam produção individual e/ou em equipe; planejamento, organização, coerência de ideias, legitimidade e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; desempenho cognitivo; criatividade e o uso de recursos diversificados; domínio de atuação discente (postura e desempenho); assiduidade e pontualidade. A avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
MARCONI, M. A. Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto, relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 225 p. PEREIRA, A. N.; OLIVEIRA, J. B. Normas para apresentação de trabalhos acadêmico-científicos. Iguatu: Escola Agrotécnica Federal de Iguatu-Ce, 2008. 62 p. SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158 p. CORDEIRO, G. R.; MOLINA, N. L.; DIAS, V. F. Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos. Curitiba: Intersaberes, 2014. 192 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582129685. Acesso em: 24 jul. 2017. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p. MORGADO, F. Formatando Teses e Monografias com Broffice. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008. 138 p. RAMPAZZO, L. Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009. 146 p.	
Coordenador do Curso	Chefe do Departamento de Ensino
_____	_____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: ANÁLISES AMBIENTAIS
Código:
Carga Horária Total: 40h/a CH Teórica: 20h/a CH Prática: 10h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 10h/a
Número de Créditos: 2
Pré-requisitos: Química Geral II
Semestre: xxxx
Nível: Superior
EMENTA
Metodologias de análise físico-química da água. Preparo de soluções e amostras. Aplicação de métodos instrumentais e titulométricos para análise de amostras ambientais.
OBJETIVOS
Conhecer e realizar experimentos de química na área ambiental, permitindo ao aluno uma compreensão das metodologias e ao mesmo tempo, fornecendo-lhe a capacidade de absorver gradativamente os conceitos fundamentais, além de compreender as técnicas instrumentais e titulométricas e suas aplicações
PROGRAMA
Unidade I - Análise Físico-Química da Água • Alcalinidade e pH • Condutividade • Dureza • Cloretos • Nitrogênio e Fósforo • Demanda Bioquímica de Oxigênio- DBO • Sólidos (totais, dissolvidos, voláteis) • Metais Unidade II - Análise Físico-Química do Solo • pH, sólidos voláteis, metais
METODOLOGIA DE ENSINO
As aulas terão caráter expositivas-dialógicas, em que se fará uso de debates, apresentação de vídeos, resolução de exercícios, seminários individuais e em grupos, entre outros. Como recursos, poderão ser utilizados o quadro branco, material impresso e o projetor de multimídia. A Prática como Componente Curricular de Ensino poderá ser ministrada através de: aulas expositivas, criação e aplicação de técnicas de ensino, apresentação de seminários e elaboração de material didático.
AVALIAÇÃO
A avaliação terá caráter formativo visando o acompanhamento contínuo do discente por meio

de instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação que tenham objetivos e critérios bem explicitados.

Algumas técnicas e instrumentos de avaliação: questionamentos e discussões aliado à participação dos discentes; resolução de exercícios em sala de aula; aplicação de trabalhos escritos (lista de exercícios e/ou pesquisa com produção de textos ou resenhas) ou trabalhos orais (seminário ou arguição) de forma individual ou em grupo; aplicação de avaliação individual escrita.

Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do discente em atividades que exijam produção individual e/ou em equipe; planejamento, organização, coerência de ideias, legitimidade e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; desempenho cognitivo; criatividade e o uso de recursos diversificados; domínio de atuação discente (postura e desempenho); assiduidade e pontualidade.

A avaliação da Prática como Componente Curricular seguirá os critérios citados anteriormente em conformidade com a metodologia estabelecida para a disciplina.

Ocorrerá também avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BACCAN, N.; ANDRADE J. C., GODINHO, O. E., BARONE, J. S. **Química Analítica Quantitativa Elementar**. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2001. 308 p.

HARRIS, D. C.; AFONSO, J. C. **Explorando a Química Analítica**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. 550 p.

VOGEL, A. I. **Química analítica qualitativa**. 5. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1981. 665 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 2.914, de 12 de Dezembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Disponível em:

<http://portal.arquivos.saude.gov.br/images/pdf/2015/maio/25/Portaria-MS-no-2.914-12-12-2011.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

DONAGEMA, G. K.; CAMPOS, D. V. B.; CALDERANO, S. B.; TEIXEIRA, W. G.; VIANA, J. H. M. **Manual de métodos de análise de solo**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2011. 230 p. Disponível em:

<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/104933/1/Manual-de-Mtodos-de-Anilise-de-Solo.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

HAGE, D. S.; CARR, J. D. **Química analítica e análise quantitativa**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012. 724 p. Disponível em:

<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576059813>. Acesso em: 5 dez. 2017.

SKOOG, D. A.; WEST, D. M.; HOLLER, F. J.; CROUCH, S. R. **Fundamentos de química analítica**. 9. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 1000 p.

VOGEL, A. I. **Análise química quantitativa**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 488 p.

Coordenador do Curso

Chefe do Departamento de Ensino

**DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: CONTROLE ANALÍTICO DAS ÁGUAS	
Código:	
Carga Horária Total: 80h/a	CH Teórica: 60h/a CH Prática: 20h/a
CH - Práticas como Componente Curricular do Ensino: 0h/a	
Número de Créditos: 4	
Pré-requisitos: Química Geral II e Química Analítica II	
Semestre: xxxx	
Nível: Superior	
EMENTA	
Apresentar a importância da água para a sustentabilidade do meio, bem como as diferentes etapas para o tratamento de água para fins de abastecimento público na tecnologia convencional. Legislação e características das águas. Principais análises para a determinação da qualidade e da eficiência do tratamento de água.	
OBJETIVOS	
Apresentar as diversas metodologias utilizadas na análise de qualidade das águas. Compreender o aspecto legislativo dos corpos hídricos. Entender as principais características dos corpos hídricos.	
PROGRAMA	
Unidade I – Legislação • Lei Nº 9433/1997; • Portaria Nº 2.914/2011; • Resolução CONAMA Nº 396/2008; • Resoluções, lei e portarias afins. Unidade II – Caracterização dos Corpos Hídricos • Principais tipos de corpos hídricos de acordo com a legislação; Unidade III – Considerações Gerais • Tratamento de Água Potável; • Tratamento de Águas Industriais. • Padrões de Qualidade de Águas Industriais; • Fundamentos sobre ÁGUA DE REFRIGERAÇÃO; • Fundamentos sobre ÁGUA DE CALDEIRA. Unidade IV – Metodologias Aplicadas • Volumetria; • Potenciometria; • Métodos gerais de análises (Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater).	
METODOLOGIA DE ENSINO	
As aulas terão caráter expositivas-dialógicas, em que se fará uso de debates, apresentação de vídeos, seminários individuais e em grupos, entre outros. Como recursos, poderão ser utilizados o quadro branco e o projetor de multimídia.	

AVALIAÇÃO	
A avaliação será desenvolvida ao longo do semestre, de forma processual e contínua, valorizando os aspectos qualitativos em relação aos quantitativos. Alguns critérios a serem avaliados: - Conhecimento individual sobre temas relativos aos assuntos estudados em sala; - Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; - Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; - Criatividade e o uso de recursos diversificados; - Domínio de atuação discente (postura e desempenho). Os aspectos quantitativos da avaliação ocorrerão de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD).	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
SKOOG, D. A.; WEST, D. M.; HOLLER, F. J.; CROUCH, S. R. Fundamentos de química analítica. 9. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 1000 p. VOGEL, A. I. Análise química quantitativa. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 488 p. VOGEL, A. I. Química analítica qualitativa. 5. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1981. 665 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BACCAN, N.; ANDRADE J. C., GODINHO, O. E., BARONE, J. S. Química Analítica Quantitativa Elementar. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2001. 308 p. HAGE, D. S.; CARR, J. D. Química analítica e análise quantitativa. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012. 724 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576059813. Acesso em: 5 dez. 2017. HARRIS, D. C. Análise química quantitativa. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 900 p. HARRIS, D. C.; AFONSO, J. C. Explorando a Química Analítica. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. 550 p. MERCÊ, A. L. R. Iniciação Química Analítica Quantitativa Não Instrumental. Curitiba: Intersaberes, 2012. 258 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582120286. Acesso em: 24 jul. 2017.	
Coordenador do Curso	Chefe do Departamento de Ensino
_____	_____

**DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Código:	
Carga Horária Total: 40h/a	CH Teórica: 30h/a CH Prática: 00h/a
CH - Práticas como Componente Curricular do Ensino: 10h/a	
Número de Créditos: 2	
Pré-requisitos: Sem pré-requisito	
Semestre: xxxx	
Nível: Superior	
EMENTA	
Epistemologia da Educação Ambiental e os antecedentes históricos. As relações entre a sociedade e a natureza. Educação Ambiental e ação transformadora. Educação no processo de gestão ambiental. Operacionalização das atividades em Educação Ambiental. Organização e orientação para a elaboração e apresentação de Projetos em Educação Ambiental.	
OBJETIVOS	
Compreender os aspectos históricos, culturais, sociais e operacionais da Educação ambiental. Conhecer e discutir os desafios da Educação ambiental na sociedade atual.	
PROGRAMA	
Unidade I - A Epistemologia da Educação Ambiental ● Uma história social das relações com a natureza ● A relação sociedade-natureza ● A Educação Ambiental e os movimentos de transição de Paradigmas Unidade II - Histórico das Conferências em Educação Ambiental ● Resgate histórico da educação ambiental no Brasil Unidade III - Educação Ambiental Transformadora ● As tendências reveladas ● Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a Educação Ambiental; Unidade IV - Educação no Processo de Gestão Ambiental ● Reflexões acerca de nosso olhar sobre as relações entre a sociedade e a natureza; ● Cidadania e justiça ambiental na luta pelo direito de existência; ● Operacionalização das atividades em Educação Ambiental. Unidade V - Organização e Orientação Para a Elaboração e Apresentação de Projetos em Educação Ambiental	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Aulas expositivas dialogada. Os seguintes recursos poderão ser utilizados: Quadro e pincéis; Projetor de Multimídia; Lista de exercícios e material impresso.	
AVALIAÇÃO	

A avaliação terá caráter formativo visando o acompanhamento contínuo do discente por meio de instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação que tenham objetivos e critérios bem explicitados.

Algumas técnicas e instrumentos de avaliação: questionamentos e discussões aliado à participação dos discentes; resolução de exercícios em sala de aula; aplicação de trabalhos escritos (lista de exercícios e/ou pesquisa com produção de textos ou resenhas) ou trabalhos orais (seminário ou arguição) de forma individual ou em grupo; aplicação de avaliação individual escrita.

Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do discente em atividades que exijam produção individual e/ou em equipe; planejamento, organização, coerência de ideias, legitimidade e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; desempenho cognitivo; criatividade e o uso de recursos diversificados; domínio de atuação discente (postura e desempenho); assiduidade e pontualidade.

A avaliação somativa ocorrerá de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2003. 552 p.
 LISBOA, C. P.; KINDEL, E. A. I. **Educação ambiental: da teoria à prática**. Porto Alegre: Mediação, 2012. 142 p.
 TRISTÃO, M. **A Educação ambiental na formação de professores: rede de saberes**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2008. 236 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- DASHEFSKY, H. S. **Dicionário da educação ambiental: um guia de A a Z**. 2. ed. São Paulo: Gaia, 2001. 315 p.
 PAIM, I. M. **As Concepções de educação ambiental subjacentes aos discursos docentes e discentes: do arcabouço jurídico ao cotidiano**. Recife, PE: Imprima, 2016. 187 p.
 PEDRINI, A. G. **Metodologias em educação ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2007. 239 p.
 PHILIPPI JR, A.; PELICIONI, M. C. F. **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2.ed. Barueri: Manole, 2014. 1026 p. Disponível em:
<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520432006>. Acesso em: 25 jul. 2017.
 TELLES, M. Q. **Vivências integradas com o meio ambiente: práticas de educação ambiental para escolas, parques, praças e zoológicos**. São Paulo: Sá Editora, 2002. 144 p.

Coordenador do Curso

Chefe do Departamento de Ensino

**DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO INCLUSIVA
Código:
Carga Horária: 80 h/a CH Teórica: 70h/a CH Prática: 0h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 10h/a
Número de Créditos: 4
Código pré-requisito: Didática Geral
Semestre: xxxx
Nível: Superior
EMENTA
A educação especial: aspectos históricos e sua inserção no contexto do Sistema Educacional Brasileiro. Necessidades educacionais especiais e suas características. Políticas públicas para Educação Inclusiva – Legislação Brasileira: o contexto atual. Acessibilidade à escola e ao currículo. Adaptações curriculares. Formas organizativas do trabalho pedagógico e sua relação com o ensino para pessoas deficientes, pessoas com transtornos globais e altas habilidades. Tecnologia Assistiva.
OBJETIVOS
Oportunizar os meios necessários para conhecer, entender e utilizar os conhecimentos norteados pela disciplina de Educação Inclusiva e aplicá-los à realidade local, ampliando e ressignificando o campo do saber pedagógico e profissional dos estudantes de licenciatura.
PROGRAMA
Unidade I - A Educação Especial: Aspectos Históricos e Sua Inserção no Contexto do Sistema Educacional Brasileiro Unidade II - A Inclusão Educacional nas Propostas Internacionais Unidade III - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - Legislações Unidade IV - As políticas Públicas de Inclusão, Abordagens e Tendências Unidade V - Necessidades Educacionais Específicas e Suas Características ● Deficiência auditiva ● Deficiência visual ● Deficiência física ● Deficiência intelectual ● Transtornos globais do desenvolvimento ● Altas habilidades Unidade VI - Processos de Inclusão e Exclusão Educacional; Unidade VII - Propostas Curriculares: Estratégias de Flexibilização Unidade VIII - As Práticas Pedagógicas e Os Atendimentos Educacionais a Estudantes com Necessidades Especiais;

Unidade IX - Tecnologia Assistiva.
METODOLOGIA DE ENSINO
Aula expositiva e dialogada com leituras orientadas, trabalhos em grupo, oficinas, pesquisas bibliográficas, vídeos, seminários e construção de materiais didáticos - pedagógicos acessíveis a estudantes com deficiência.
AVALIAÇÃO
A avaliação terá caráter formativo visando o acompanhamento contínuo do discente por meio de instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação que tenham objetivos e critérios bem explicitados. Algumas técnicas e instrumentos de avaliação: questionamentos e discussões aliado à participação dos discentes; resolução de exercícios em sala de aula; aplicação de trabalhos escritos (lista de exercícios e/ou pesquisa com produção de textos ou resenhas) ou trabalhos orais (seminário ou arguição) de forma individual ou em grupo; aplicação de avaliação individual escrita. Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do discente em atividades que exijam produção individual e/ou em equipe; planejamento, organização, coerência de ideias, legitimidade e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; desempenho cognitivo; criatividade e o uso de recursos diversificados; domínio de atuação discente (postura e desempenho); assiduidade e pontualidade. A avaliação somativa ocorrerá de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
FREITAS, L. P. T. Curso de aperfeiçoamento de professores para educação inclusiva: procedência. Fortaleza: CAPES/IFCE, 2013. 233 p. FREITAS, L. P. T. Educação inclusiva: ensaios. Fortaleza: CAPES/IFCE, 2013. 109 p. STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999. 456 p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BRASIL, Ministério da Educação. Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. 2.ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 92 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf . Acesso em: 06 dez. 2017. LOURENÇO, E. Conceitos e práticas para refletir sobre a educação inclusiva. Belo Horizonte: Autêntica. Ouro Preto: UFOP, 2010. 90 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582178942 . Acesso em: 21 jun. 2015. BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: Secretaria de Educação Especial – MEC – SEESP, 2001, 79 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf . Acesso em: 06 dez. 2017. BRASIL. Plano Nacional de Educação. (2014/2014). Disponível: http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf . MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar. São Paulo: Summus, 2006. 103 p. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Marcos político-legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010. 72 p.

Coordenador do Curso _____	Chefe do Departamento de Ensino _____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: FÍSICO QUÍMICA IV
Código:
Carga Horária: 80 h/a CH Teórica: 80h/a CH Prática: 0h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 0h/a
Número de Créditos: 4
Código pré-requisito: Físico Química III
Semestre: xxxx
Nível: Superior
EMENTA
Princípios da teoria quântica, radiação do corpo negro, efeito fotoelétrico, espectroscopia atômica, equação de Schrödinger em uma e três dimensões.
OBJETIVOS
Compreender fenômenos que a física clássica não explicava até o final do século XX. Compreender o elétron como partícula e onda, simultaneamente, bem como as bases físicas para a identificação de compostos através de espectroscopia. Entender o significado físico dos números quânticos através da solução da equação de Schrödinger para o átomo de hidrogênio.
PROGRAMA
Unidade I – Métodos Matemáticos • Revisão de Números Complexos • Sistema massa-mola em 1 dimensão; • Método da separação de variáveis; • Equações diferenciais homogêneas; • Equações de onda em 2 dimensões; Unidade II – Princípios da Teoria Quântica: • O espectro do corpo negro: Lei de Wien, Lei de Stefan-Boltzmann, Relação de Rayleigh-Jeans, Equação de Planck; • Efeito fotoelétrico: modelo de Einstein; • Estrutura nuclear: modelos de Thomson e Rutherford; • Espectroscopia atômica: átomo de Bohr, regras de Wilson, Sommerfeld e Ishiwara, princípio da correspondência; • Efeito Compton, Dualidade da onda partícula, princípio da Incerteza. Unidade III – Equação de Schrödinger Unidimensional • Introdução à probabilidade e à estatística; • Equação de Schrödinger; • Operadores, Autofunções e autovalores; • Interpretação estatística das funções de onda: normalização; • Princípio da incerteza;

• Partícula na caixa unidimensional: modelo clássico, solução, quantização da energia e distribuição de probabilidade, espectroscopia em sistemas conjugados; • Tunelamento • Oscilador Harmônico: modelo clássico, modelo quântico, polinômios de hermite e suas propriedades, espectroscopia vibracional;	
Unidade IV – Equação de Schrödinger Tridimensional • Partícula na caixa em 3 dimensões: soluções e degenerescência; • Momento angular: definição da mecânica clássica, coordenadas esféricas, equação magnética, equação azimutal; • Espectro rotacional: momento de inércia, moléculas diatômicas, moléculas lineares, moléculas simétricas, moléculas esféricas; • O átomo de Hidrogênio: solução da equação de Schrödinger, espectros de energia, orbitais, momento angular de spin.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
As aulas terão caráter expositivas-dialógicas, em que se fará uso de debates, apresentação de vídeos, resolução de exercícios, seminários individuais e em grupos, entre outros. Como recursos, poderão ser utilizados o quadro branco, modelos atômicos, material impresso e o projetor de multimídia.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação será desenvolvida ao longo do semestre, de forma processual e contínua, valorizando os aspectos qualitativos em relação aos quantitativos, onde os critérios a serem avaliados serão: Conhecimento individual sobre temas relativos aos assuntos estudados em sala; Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; Criatividade e o uso de recursos diversificados; Domínio de atuação discente (postura e desempenho). Ocorrerá também avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ATKINS, P.; PAULA, J. Físico-Química. Vol. 1. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 386 p. ATKINS, P.; PAULA, J. Físico-Química. Vol. 2. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 459 p. BALL, D. W. Físico-Química. Vol. 1. São Paulo: Cengage Learning, 2005. 450 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BALL, D. W. Físico-Química. Vol. 2. São Paulo: Thomson, 2005. 874 p. GRIFFITHS, D. J.; Mecânica Quântica. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2011. 360 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576059271. Acesso em: 06 dez. 2017. GUERRA, A.; BRAGA, M.; REIS, J. C. Bohr e a interpretação quântica da natureza. São Paulo: Atual, 2005. 64 p. LEVINE, I. N. Físico-química. Vol. 2. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 524 p. TRSIC, M.; PINTO, M. F. S. Química Quântica: fundamentos e aplicações. Barueri: Manole, 2009. 167 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788520427668. Acesso em: 06 dez. 2017.	
Coordenador do Curso	Chefe do Departamento de Ensino
_____	_____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: QUÍMICA ANALÍTICA III		
Código:		
Carga Horária: 40	CH Teórica: 30h/a	CH Prática: 6h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 4h/a		
Número de Créditos: 2		
pré-requisito: Química Analítica II		
Semestre: xxxx		
Nível: Superior		
EMENTA		
Espectroscopia: Absorção molecular nas regiões do ultravioleta e visível; fotometria de chama e absorção atômica; Espectrometria no infravermelho.		
OBJETIVOS		
Aprofundar o conhecimento de química de modo que os alunos do curso de licenciatura em Química sejam capazes de compreender como utilizar as técnicas analíticas. Interpretar corretamente tabelas e gráficos oriundos das análises.		
PROGRAMA		
Unidade I – Absorção molecular nas regiões do ultravioleta e visível		
• Introdução aos métodos espectroscópicos; • Aplicação da teoria quântica a espectroscopia; • Absorção atômica e molecular de radiação; • Lei de Beer; • Aplicações espectrofotométricas; • Instrumentação.		
Unidade II – Absorção Atômica		
• Princípios; • Instrumentação; • Interferências; • Análises qualitativas e quantitativas • Aplicações		
Unidade III – Fotometria de chama		
• Princípios; • Instrumentação; • Interferências; • Análises qualitativas e quantitativas; • Aplicações.		
Unidade IV – Espectrometria no infravermelho;		
• Princípios; • Instrumentação; • Aplicações.		
METODOLOGIA DE ENSINO		

Será predominantemente ativa centrada na participação do aluno. As aulas expositivas serão direcionadas para fornecer a base conceitual capaz de fazer com que os alunos possam entender como as reações se processam. A metodologia de ensino-aprendizagem enfatizará a importância do estudo e interpretação de casos no contexto químico através de técnicas como: aula expositiva com uso de retroprojeto slide, data show e filmes, aulas práticas, elaboração de práticas, elaboração de trabalhos aplicativos.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação será desenvolvida ao longo do semestre, de forma processual e contínua, valorizando os aspectos qualitativos em relação aos quantitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD, do IFCE. Alguns critérios a serem avaliados: Conhecimento prévio do aluno sobre experimento a ser executado. Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; Planejamento, organização e coerência de ideias na elaboração de atividades experimentais. A avaliação da Prática como Componente Curricular seguirá os critérios citados anteriormente em conformidade com a metodologia estabelecida para a disciplina. A avaliação somativa ocorrerá de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
HARRIS, D. C. Análise química quantitativa. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 900 p. SKOOG, D. A.; HOLLER, F. J.; CROUCH, S. R. Princípios de análise instrumental. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. 1056 p. SKOOG, D. A.; WEST, D. M.; HOLLER, F. J.; CROUCH, S. R. Fundamentos de química analítica. 9. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 1000 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
AMORIM, F. A. C.; LOBO, I. P.; SANTOS, V. L. C. S.; FERREIRA, S. L. C. Espectrometria de absorção atômica: o caminho para determinações multielementares. Química Nova, 2008. V. 31, n. 7, p. 1784-1790. Disponível em: http://quimicanova.sbq.org.br/imagebank/pdf/Vol31No7_1784_32-RV07141.pdf. Acesso em: 5 dez. 2017. HAGE, D. S.; CARR, J. D. Química analítica e análise quantitativa. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012. 724 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576059813. Acesso em: 5 dez. 2017. HARRIS, D. C.; AFONSO, J. C. Explorando a Química Analítica. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. 550 p. SILVERSTEIN, R. M.; WEBSTER, F. X.; KIEMLE, D. J. Identificação Espectrométrica de Compostos Orgânicos. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. 490 p. VOGEL, A. I. Análise química quantitativa. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 488 p.	
Coordenador do Curso	Chefe do Departamento de Ensino
_____	_____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: QUÍMICA ANALÍTICA IV		
Código:		
Carga Horária: 40 h/a	CH Teórica: 30h/a	CH Prática: 4h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 6h/a		
Número de Créditos: 2		
Pré-requisito: Química Analítica II		
Semestre: xxxx		
Nível: Superior		
EMENTA		
Análise termogravimétrica, Eletroquímica: Pontecimetria. Cromatografia: cromatografia em fase líquida e gasosa.		
OBJETIVOS		
Aprofundar o conhecimento de química de modo que os alunos do curso de licenciatura em Química sejam capazes de compreender como utilizar as técnicas analíticas. Interpretar corretamente tabelas e gráficos oriundos das análises.		
PROGRAMA		
Unidade I – Análise Termogravimétrica • Princípios; • Instrumentação; • Interferências; • Análises qualitativas e quantitativas • Aplicações Unidade II - Potenciometria; • Celas eletroquímicas; • Equação de Nernst; • Eletrodos de referências e eletrodos indicadores; • pH – definição e medidas • Titulação potenciométrica Unidade III – Cromatografia Líquida; • Conceitos de cromatografia; • Princípios de HPLC; • Instrumentação • Aplicação Unidade IV – Cromatografia Gasosa; • Princípios da cromatografia gasosa; • Instrumentação • Aplicação		
METODOLOGIA DE ENSINO		
Será predominantemente ativa centrada na participação do aluno. As aulas expositivas serão direcionadas para fornecer a base conceitual capaz de fazer com que os alunos possam		

entender como as reações se processam. A metodologia de ensino-aprendizagem enfatizará a importância do estudo e interpretação de casos no contexto químico através de técnicas como: aula expositiva com uso de retro projetor slide, data show e filmes, aulas práticas, elaboração de práticas, elaboração de trabalhos aplicativos.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação será desenvolvida ao longo do semestre, de forma processual e contínua, valorizando os aspectos qualitativos em relação aos quantitativos. Alguns critérios a serem avaliados: - Conhecimento individual sobre temas relativos aos assuntos estudados em sala; - Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; - Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; - Criatividade e o uso de recursos diversificados; - Domínio de atuação discente (postura e desempenho). A avaliação da Prática como Componente Curricular seguirá os critérios citados anteriormente em conformidade com a metodologia estabelecida para a disciplina. Os aspectos quantitativos da avaliação ocorrerão de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD).	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
HARRIS, D. C. Análise química quantitativa. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 900 p. SKOOG, D. A.; HOLLER, F. J.; CROUCH, S. R. Princípios de análise instrumental. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. 1056 p. SKOOG, D. A.; WEST, D. M.; HOLLER, F. J.; CROUCH, S. R. Fundamentos de química analítica. 9. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 1000 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
DEGANI, A. L. G.; CASS, Q. B.; VIEIRA, P. C. Cromatografia: um breve ensaio. Química Nova na Escola, 1998. n. 07, p. 21-25. HAGE, D. S.; CARR, J. D. Química analítica e análise quantitativa. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012. 724 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576059813. Acesso em: 5 dez. 2017. HARRIS, D. C.; AFONSO, J. C. Explorando a Química Analítica. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. 550 p. LENZI, E; BORTOTTI, L. Química Geral Experimental. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2012. 398 p. Disponível em: http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788579871566. Acesso em: 5 dez. 2017. VOGEL, A. I. Análise química quantitativa. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 488 p.	
Coordenador do Curso	Chefe do Departamento de Ensino
_____	_____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: QUÍMICA INORGÂNICA III
Código:
Carga Horária Total: 80h/a CH Teórica: 70h/a CH Prática: 0h/a
CH - Práticas como Componente Curricular do Ensino: 10h/a
Número de Créditos: 4
Pré-requisitos: Química Inorgânica II
Semestre: xxxx
Nível: Superior
EMENTA
Introdução à química do estado sólido: teoria de banda, metais, semicondutores, defeitos e propriedades de materiais, diagrama de fases. Propriedades físicas e químicas dos elementos do bloco f. Compostos típicos dos lantanídeos e actinídeos. Materiais luminescentes, magnéticos e multifuncionais. Introdução à Bioinorgânica e Química Inorgânica Medicinal. Química supramolecular. Princípios de química verde. Catálise por compostos de coordenação.
OBJETIVOS
Entender como funciona um semicondutor. Estudar as propriedades e aplicações dos elementos do bloco f, sólidos inorgânicos, compostos bioinorgânicos e supramoléculas. Despertar o interesse pela química verde e suas vantagens.
PROGRAMA
Unidade I – Química do Estado sólido • Sólidos moleculares, iônicos, covalentes e metálicos; • Células unitárias, número de coordenação e fator de empacotamento; • Orbitais moleculares e estrutura de bandas; • Aplicações dos sólidos. • Aplicações Unidade II– Propriedades dos Materiais • Condutores. • Semicondutores • Luminescentes • Magnéticos • Multifuncionais Unidade III – Espectroscopia Eletrônica • Espectroscopia Eletrônica dos Átomos; • O Espectro Eletrônico dos Complexos; • Diagramas de Tanabe-Sugano; • Bandas de Transferência • Regras de Seleção e Intensidade • Luminescência Unidade IV – Catálise Inorgânica

• Catálise homogênea; • Catálise heterogênea; • Catálise enzimática; • Aplicação e caracterização de sistemas catalíticos homogêneos e heterogêneos. • Caracterização de sistemas catalíticos homogêneos e heterogêneos. Unidade V – Introdução à Bioinorgânica e Química Inorgânica Medicinal • Estudo do papel dos elementos inorgânicos nos sistemas biológicos. • Processos de transporte e armazenamento de íons metálicos. • Captação e transporte de gases. • Estudos de modelos biomiméticos. • Metais na medicina e sua toxicidade. Unidade VI – Compostos do Bloco F • Obtenção • Propriedades
METODOLOGIA DE ENSINO
As aulas terão caráter expositivas-dialógicas, em que se fará uso de debates, apresentação de vídeos, resolução de exercícios, seminários individuais e em grupos, entre outros. Como recursos, poderão ser utilizados o quadro branco, modelos atômicos, material impresso e o projetor de multimídia. A Prática de Componente Curricular de Ensino poderá ser ministrada através de: aulas expositivas, criação e aplicação de técnicas de ensino, apresentação de seminários, elaboração de material didático, elaboração de roteiros de práticas e/ou a elaboração de relatórios das práticas.
AVALIAÇÃO
A avaliação será desenvolvida ao longo do semestre, de forma processual e contínua, valorizando os aspectos qualitativos em relação aos quantitativos, onde os critérios a serem avaliados serão: - Conhecimento individual sobre temas relativos aos assuntos estudados em sala. - Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; - Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; - Criatividade e o uso de recursos diversificados; - Domínio de atuação discente (postura e desempenho). A avaliação da Prática como Componente Curricular seguirá os critérios citados anteriormente em conformidade com a metodologia estabelecida para a disciplina. Ocorrerá também avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
FARIAS, R. F. Química de coordenação: fundamentos e atualidades. 2. ed. Campinas: Átomo, 2009. 422 p. MIessler, G. L.; FISCHER, P. J.; TARR, D. A. Química inorgânica. 5. ed. São Paulo, SP: Pearson Education do Brasil, 2014. 649 p. SHRIVER, D. F., ATKINS, P. W., LANGFORD, C. H. Química inorgânica. Editora Bookman, 2003. 848 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BROWN, THEODORE L.; LEMAY, H. EUGENE JR.; BURSTEN, BRUCE E. Química: Ciência Central. 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005, 972 p. GEOFF, R.-C. Química inorgânica descritiva. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. 553 p. HOUSECROFT, C. E., SHARPE, A. G. Química inorgânica. Vol. 2. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 471 p. HOUSECROFT, C. E.; SHARPE, A. G. Química inorgânica. Vol. 1. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2013. 642 p. LEE, J. D. Química inorgânica: não tão concisa. 5. ed. São Paulo: Blucher, 1999. 527 p.	
Coordenador do Curso _____	Chefe do Departamento de Ensino _____

**DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD**

DISCIPLINA: QUÍMICA ORGÂNICA III
Código:
Carga Horária Total: 80 h/a CH Teórica: 70h/a CH Prática: 0h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 10h/a
Número de Créditos: 4
Pré-requisitos: Química Orgânica II
Semestre: xxxx
Nível: Superior
EMENTA
Princípios gerais de espectroscopia. Espectroscopia na região do infravermelho (IV). Espectrometria de massa (EM). Espectroscopia de ressonância magnética nuclear (RMN). Análise de espectros e utilização das informações na proposição estrutural de compostos orgânicos simples. Aplicação das espectroscopias no infravermelho, ressonância magnética nuclear de próton (RMN 1H) e de carbono-13 (RMN 13C), e da espectrometria de massa em laboratórios acadêmicos e industriais.
OBJETIVOS
Compreender os princípios da espectroscopia e espectrometria.
PROGRAMA
Unidade I - Espectroscopia no Infravermelho (IV) • O oscilador harmônico: energia potencial, energia cinética, constante de força, frequência e massa reduzida; • Graus de liberdade: translacional, rotacional e vibracional; • Graus de liberdade vibracionais ativos no infravermelho; • O espectrômetro infravermelho; • Análise das regiões espectrais de 4000 a 650 cm⁻¹ e associação com os grupos funcionais mais comuns, • Absorções características de compostos orgânicos simples; • Como analisar um espectro no infravermelho em exercícios práticos. Unidade II - Espectrometria de Massas (EM) • O espectrômetro de massa; • O espectro de massa; • Razão isotópica e fórmulas moleculares; • Íon metaestável, molecular e pico base; • Análise mecanística do padrão de fragmentação de funções orgânicas comuns; • Análise de espectros e resolução de exercícios. Unidade III - Espectroscopia de Ressonância Magnética Nuclear (RMN) • Ressonância magnética nuclear de onda contínua versus ressonância magnética nuclear de pulsos; • Transformada de Fourier;

• Ressonância magnética nuclear de prótio; • Ressonância magnética nuclear de Carbono-13 • Análise de espectros e resolução de exercícios.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
As aulas terão caráter expositivas-dialógicas, em que se fará uso de debates, apresentação de vídeos, resolução de exercícios e interpretação de espectros. Como recursos, poderão ser utilizados o quadro branco, modelo molecular, modelos digitais, material impresso e o projetor de multimídia.	
AVALIAÇÃO	
A avaliação será desenvolvida ao longo do semestre, de forma processual e contínua, valorizando os aspectos qualitativos em relação aos quantitativos, onde os critérios a serem avaliados serão: - Conhecimento individual sobre temas relativos aos assuntos estudados em sala. - Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; - Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; - Criatividade e o uso de recursos diversificados; - Domínio de atuação discente (postura e desempenho). A avaliação da Prática como Componente Curricular seguirá os critérios citados anteriormente em conformidade com a metodologia estabelecida para a disciplina. Ocorrerá também avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BRUCE, P. Y. Química Orgânica. Vol. 1. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2006. 590 p. SILVERSTEIN, R. M.; WEBSTER, F. X.; KIEMLE, D. J. Identificação Espectrométrica de Compostos Orgânicos. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. 490 p. SOLOMONS, T. W. G.; FRYHLE, C. B. Química Orgânica. Vol. 1. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 616 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
CAREY, F. A. Química Orgânica. Vol. 1. 7 ed. Porto Alegre: AMGH, 2011. 764 p. LOPES, W. A.; FASCIO, M. Esquema para Interpretação de Espectros de Substâncias Orgânicas na Região do Infravermelho. Química Nova, Vol. 27, n. 4, p. 670-673. McMURRY, JOHN. Química Orgânica. Vol. 1. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 666 p. SKOOG, D. A.; HOLLER, F. J.; CROUCH, S. R. Princípios de análise instrumental. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. 1056 p. SOLOMONS, T. W. G.; FRYHLE, C. B. Química Orgânica. Vol. 2. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. 613 p.	
Coordenador do Curso	Chefe do Departamento de Ensino

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: TÓPICOS EM ENSINO DE FÍSICO-QUÍMICA
Código:
Carga Horária: 40 h/a CH Teórica: 30h/a CH Prática: 00h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 10h/a
Número de Créditos: 2
Pré-requisito: Físico-Química I
Semestre: xxxx
Nível: Superior
EMENTA
O Ensino de Físico-Química e o Cotidiano. Elaboração de experimentos simples. Análise de situações-problema. Estratégias didáticas para o Ensino de Físico-Química.
OBJETIVOS
Compreender a Físico-Química como uma Ciência interdisciplinar e presente no Ensino de Química; Analisar os principais aspectos da prática docente nas aulas de Físico-Química no Ensino Médio; Planejar estratégias didáticas que possam ser aplicadas no ensino de Físico-Química.
PROGRAMA
Unidade I – Tópicos de Físico-Química Como Prática Docente no Ensino Médio Unidade II – Leitura e Discussão de Artigos com Ênfase em Físico-Química Unidade III – Estratégias Didáticas Para o Ensino de Físico-Química ● Jogos educativos; ● Elaboração de experimentos com materiais alternativos e/ou de baixo custo; ● Situação problema; ● Softwares educacionais; ● Paródias e esquetes.
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas expositivas, exposição de vídeos, pesquisas e apresentação de seminários. Os seguintes recursos poderão ser utilizados: Quadro e pinceis; Projetor de Multimídia e Material impresso.
AVALIAÇÃO
A avaliação será desenvolvida ao longo do semestre, de forma processual e contínua, valorizando os aspectos qualitativos em relação aos quantitativos. Alguns critérios a serem avaliados: Conhecimento individual sobre temas relativos aos assuntos estudados em sala; - Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico pedagógicos e científicos adquiridos; Criatividade e o uso de recursos diversificados;

Domínio de atuação discente (postura e desempenho); A avaliação da Prática como Componente Curricular seguirá os critérios citados anteriormente em conformidade com a metodologia estabelecida para a disciplina. Os aspectos quantitativos da avaliação ocorrerão de acordo com o ROD do IFCE.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ATKINS, P.; JONES, L. Princípios de Química: questionando a vida moderna e o meio-ambiente. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. 1026 p. CHANG, R. Química geral: conceitos essenciais. 4. ed. Porto Alegre: McGraw Hill, 2010. 778 p. PERRENOUD, P. Dez novas competências para ensinar: convite à viagem. Porto Alegre: Artmed, 2000. 192 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
ASTOLFI, J. P.; DEVELAY, M. A Didática das ciências. 15. ed. Campinas: Papirus, 2011. 123 p. BROWN, T. L.; JUNIOR, H. E. L.; BURSTEN, B. E.; BURDGE, J. R. Química: ciência central. 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 972 p. GANDIN, D. A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 182 p. MACHADO, A. S. Uso de Softwares Educacionais, Objetos de Aprendizagem e Simulações no Ensino de Química. Química Nova na Escola. São Paulo, 2016. Vol. 38, n. 2, p. 104-111. Disponível em: http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc38_2/03-QS-76-14.pdf. Acesso em: 05 dez. 2017. MALDANER, O. A. A formação inicial e continuada de professores de química: professores/pesquisadores. 4. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2013. 424 p.	
Coordenador do Curso	Chefe do Departamento de Ensino
_____	_____

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: TÓPICOS EM ENSINO DE QUÍMICA GERAL E INORGÂNICA
Código:
Carga Horária Total: 40h/a CH Teórica: 30h/a CH Prática: 0h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 10h/a
Número de Créditos: 2
Pré-requisitos: Química Inorgânica I
Semestre: xxxx
Nível: Superior
EMENTA
O Ensino de Química Geral e Inorgânica no Ensino Médio. Estratégias didáticas para o Ensino de Química Geral e Inorgânica. Introdução, planejamento e implantação de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS).
OBJETIVOS
Compreender a especificidade da função do professor como facilitador no processo de ensino-aprendizagem no ensino de química geral e inorgânica. Planejar estratégias didáticas que possam ser aplicadas no ensino de Química Geral e Inorgânica. Compreender a importância do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) nos laboratórios das Escolas do Ensino Médio.
PROGRAMA
Unidade I – Aspectos da organização, planejamento e elaboração de unidades didáticas para o ensino de química geral e inorgânica no Ensino Médio; Unidade II – Tópicos de Química Geral e Inorgânica como prática docente no Ensino Médio; Unidade III – Leitura e discussão de artigos com ênfase em Química Geral e Inorgânica; Unidade IV – Estratégias didáticas para o Ensino de Química Geral e Inorgânica ● Jogos educativos; ● Elaboração de experimentos com materiais alternativos e/ou de baixo custo; ● Situação problema; ● Softwares educacionais; ● Paródias e esquetes. Unidade V – Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.
METODOLOGIA DE ENSINO
Observação em sala de aula, regência sob observação, planejamento de Projeto de ensino, elaboração de relatório e preparação de seminários. Os seguintes recursos poderão ser utilizados: Quadro e pinceis; Projetor de Multimídia e Material impresso.
AValiação

A avaliação terá caráter formativo visando o acompanhamento contínuo do discente por meio de instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação que tenham objetivos e critérios bem explicitados.

Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do discente em atividades que exijam produção individual e/ou em equipe; planejamento, organização, coerência de ideias, legitimidade e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; desempenho cognitivo; criatividade e o uso de recursos diversificados; domínio de atuação discente (postura e desempenho); assiduidade e pontualidade. A avaliação será ainda, somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHANG, R. **Química geral**: conceitos essenciais. 4. ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2010. 778 p.

CHASSOT, A. I. **A Ciência através dos tempos**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004. 280 p.

LEAL, M. C. **Didática da química**: fundamentos e práticas para o ensino médio. Belo Horizonte: Dimensão, 2009. 120 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASTOLFI, J. P.; DEVELAY, M. **A Didática das ciências**. 15. ed. Campinas: Papirus, 2011. 123 p.

ATKINS, P. **Princípios de química**: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. 1.026 p.

BROWN, T. L. **Química**: a ciência central. 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. 972 p.

FERNANDES, M. L F. **O Ensino de Química e o Cotidiano**. Curitiba: Intersaberes, 2013. 136 p. Disponível em: <http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582125564>. Acesso em: 05 dez. 2017.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**: convite à viagem. Porto Alegre: Artmed, 2000. 192 p.

Coordenador do Curso

Chefe do Departamento de Ensino

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: TÓPICOS EM ENSINO DE QUÍMICA ORGÂNICA
Código:
Carga Horária Total: 40h/a CH Teórica: 30h/a CH Prática: 0h/a
CH - Práticas como Componente Curricular de Ensino: 10h/a
Número de Créditos: 2
Pré-requisitos: Química Orgânica I
Semestre: xxxx
Nível: Superior
EMENTA
O Ensino de Química Orgânica e o Cotidiano. Condições para implementação do Ensino de Ciências por investigação em sala de aula. Elaboração de Projetos Científicos em Química Orgânica. Elaboração de miniprojetos de aula em Química Orgânica.
OBJETIVOS
Aplicar conteúdos de Química Orgânica no cotidiano. Analisar os principais aspectos da prática docente nas aulas de Química Orgânica no Ensino Médio. Estudar as etapas de elaboração de projetos científicos em Química Orgânica; elaborar miniprojetos de aula em Química Orgânica.
PROGRAMA
Unidade I – O Ensino de Química Orgânica e o Cotidiano Unidade II – Tópicos de Química Orgânica como Prática Docente no Ensino Médio Unidade III – Estratégias Didáticas para o Ensino de Química Orgânica • Jogos educativos; • Elaboração de experimentos com materiais alternativos e/ou de baixo custo; • Softwares educacionais; Unidade IV – Leitura e Discussão de Artigos com Ênfase em Química Orgânica Unidade V – Elaboração de Projetos Científicos em Química Orgânica.
METODOLOGIA DE ENSINO
Aula expositiva dialogada com resolução de exercícios. Os seguintes recursos poderão ser utilizados: Quadro e pinceis; Projetor de Multimídia; Lista de exercícios; Material impresso.
AVALIAÇÃO
A avaliação terá caráter formativo visando o acompanhamento contínuo do discente por meio de instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação que tenham objetivos e critérios bem explicitados. Algumas técnicas e instrumentos de avaliação: questionamentos e discussões aliado à participação dos discentes; resolução de exercícios em sala de aula; aplicação de trabalhos escritos (lista de exercícios e/ou pesquisa com produção de textos ou resenhas) ou trabalhos orais (seminário ou arguição) de forma individual ou em grupo; aplicação de avaliação

individual escrita.

Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do discente em atividades que exijam produção individual e/ou em equipe; planejamento, organização, coerência de ideias, legitimidade e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; desempenho cognitivo; criatividade e o uso de recursos diversificados; domínio de atuação discente (postura e desempenho); assiduidade e pontualidade. Ocorrerá também avaliação somativa de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRUCE, P. Y. Química Orgânica. Vol. 1. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2006. 590 p.

BRUCE, P. Y. Química Orgânica. Vol. 2. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2006. 641 p.

LEAL, M. C. **Didática da química**: fundamentos e práticas para o ensino médio. Belo Horizonte: Dimensão, 2009. 120 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEMO, P. **Educação e Alfabetização Científica**. Campinas: Papirus, 2010. 164 p.

Disponível em: <http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788530809218>.

Acesso em: 05 dez. 2017.

FERNANDES, M. L F. **O Ensino de Química e o Cotidiano**. Curitiba: Intersaberes, 2013. 136 p. Disponível em:

<http://ifce.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582125564>. Acesso em: 05 dez. 2017.

MALDANER, O. A. **A formação inicial e continuada de professores de química**: professores/pesquisadores. 4. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2013. 424 p.

MARCONI, M. A. **Metodologia do Trabalho Científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto, relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 225 p.

SILVA JR, J. N.; BARBOSA, F. G.; LEITE JR, A. J. M. L. **Polarímetro virtual**:

desenvolvimento, utilização e avaliação de um software educacional. Química Nova. São Paulo, 2012. Vol. 35, n. 9, p. 1884-1886. Disponível em:

http://quimicanova.sbq.org.br/imagebank/pdf/Vol35No9_1884_31-ED12149.pdf. Acesso em: 05 dez. 2017.

Coordenador do Curso

Chefe do Departamento de Ensino

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: TRABALHO E EDUCAÇÃO
Código:
Carga Horária Total: 40h/a CH Teórica: 40h/a CH Prática: 0h/a
CH - Prática como Componente Curricular de Ensino: 0h/a
Número de Créditos: 2
Pré-requisitos: Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação
Semestre: xxxx
Nível: Superior
EMENTA
Natureza e especificidade da educação. As relações de trabalho na história da humanidade. O trabalho como princípio educativo. Mudanças no mundo do trabalho no modo de produção capitalista e os impactos na educação. Reestruturação capitalista, reformas do Estado e o mundo do trabalho. Educação Profissional e a formação dos trabalhadores.
OBJETIVOS
Conhecer e conceituar “Trabalho” e “Educação”. Estabelecer relações entre as categorias trabalho e educação. Compreender historicamente o modelo de Educação Profissional constituído no Brasil. Analisar a oferta de educação profissional e seus impactos na educação do trabalhador. Discutir o trabalho e a educação na sociedade capitalista a partir das transformações ocorridas nos processos de produção decorrentes do processo de globalização. Analisar de forma crítica o futuro do trabalho e da educação na sociedade pós-industrial.
PROGRAMA
Unidade I - Relação entre Trabalho e Educação • O que é trabalho? O que é educação? Qual a relação entre essas categorias? • Revisão conceitual e teórica: Trabalho e Educação no Brasil. • O dualismo educacional no Brasil: a omnilateralidade, a politecnia e a escola integral como alternativa para a superação desta contradição. • Os modos de produção e as formas de organização do trabalho: os impactos sobre a qualificação e a educação do trabalhador. • Reestruturação produtiva e a formação dos trabalhadores. Unidade II - Trabalho e Educação Profissional • Os primórdios da Educação Profissional no Brasil: a escola do trabalho. • Educação Profissional na era da industrialização brasileira. • Políticas, gestão e financiamento da Educação Profissional (Público x Privado). • Legislação da Educação Profissional • Programas e Ações no campo da Educação Profissional. • Crise do trabalho ou crise do emprego: educação profissional em tempos de incerteza.
METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e dialogadas, seminários, discussões temáticas, estudo dirigido, discussão a partir de exibição de vídeos/filmes.

AValiação

A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, ressaltando os seus objetivos e critérios.

Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; Desempenho cognitivo; Criatividade e o uso de recursos diversificados; Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

Alguns instrumentos que serão utilizados: Provas escritas, seminários, trabalhos e estudos de caso.

Na prática enquanto componente curricular do ensino será avaliada a capacidade do estudante fazer a transposição didática, ou seja, transformar determinada temática em um produto ensinável.

Os aspectos quantitativos da avaliação ocorrerão de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 213 p.

FERRETTI, C. J., ZIBAS, D. M. L., MADEIRA, F. R., FRANCO, M. L. P. B. **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 220 p.

RAMOS, M. N.; FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **Ensino Médio Integrado**: Concepção e Contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, R. **O Averso do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 336 p.

ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. 528 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Ensino médio: ciência, cultura e trabalho**. [S.l.]: Ministério da Educação, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2000. 96 p.

PACHECO, E. M. **Os Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal, RN: IFRN Editora, 2010. 26 p.

SOUSA, A. A. **A Educação Profissional: ensaios sobre a formação e a qualificação dos trabalhadores**. Recife, PE: Imprima, 2016. 141 p.

SOUSA, A. A. **Educação profissional**: análise contextualizada. Fortaleza: CEFET-CE, 2005. 193 p.

SOUSA, A. S. **Trabalho, filosofia e educação no espectro da modernidade tardia**. Fortaleza: UFC, 2007. 246 p.

Coordenador do Curso

Chefe do Departamento de Ensino

DEPARTAMENTO DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA
PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Código:
Carga Horária Total: 80h/a CH Teórica: 70h/a CH Prática: 0h/a
CH - Prática como Componente Curricular de Ensino: 10h/a
Número de Créditos: 4
Pré-requisitos: Sem Pré-requisito
Semestre: xxxx
Nível: Superior
EMENTA
A educação como reprodução das desigualdades sociais, a negação de direitos e a escola no contexto da sociedade de classes. História da luta popular por educação e os avanços na Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos. Legislação e políticas públicas na EJA. Aspectos teórico-metodológicos da prática docente na Educação de Jovens e Adultos.
OBJETIVOS
Compreender os processos sociais e históricos que contribuem para a reprodução da exclusão educacional de grandes contingentes da população brasileira. Examinar dados e indicadores educacionais que apontam a situação de analfabetismo e de baixa escolaridade no país. Reconhecer as contribuições de Paulo Freire na produção de uma epistemologia da educação de jovens e adultos. Analisar os marcos legais da EJA: diretrizes, referenciais e leis que orientam e organizam o trabalho na Educação de Jovens e Adultos. Identificar iniciativas e políticas de inclusão da população que não teve acesso à educação básica na idade própria. Atualizar o debate sobre a Educação de Jovens e Adultos e sua inserção no mundo produtivo.
PROGRAMA
Unidade I - Aspectos Históricos e Sociais da Exclusão Educacional Brasileira • A educação como um direito negado à população brasileira; • A cor e a origem social do Analfabetismo no Brasil: indicadores e estudos comparados; • A luta dos movimentos sociais pela educação e a experiência de educação popular a partir dos anos 1960; • Contribuições de Paulo Freire para a elaboração de uma pedagogia engajada na Educação de Jovens e Adultos. • O Golpe Civil-Militar de 1964 como reação às iniciativas de democratização dos direitos sociais no Brasil. Unidade II - Educação de Jovens e Adultos: os Sujeitos, os Princípios Teóricos-Metodológicos e a Legislação • Os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos. • Estado, políticas públicas e educação de jovens e adultos; • Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

• Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA • A relação da educação de jovens e adultos e o mundo do trabalho – um novo sentido ao currículo da EJA
METODOLOGIA DE ENSINO
Aulas expositivas e dialogadas, seminários, discussões temáticas, estudo dirigido, discussão a partir de exibição de vídeos/filmes. A Prática de Componente Curricular de Ensino poderá ser ministrada através de: aulas expositivas, criação e aplicação de técnicas de ensino, apresentação de seminários, elaboração de estudo de caso e elaboração de material didático.
AValiação
A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificadas de avaliação, ressaltando os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados: - Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; - Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; - Desempenho cognitivo; - Criatividade e o uso de recursos diversificados; - Domínio de atuação discente (postura e desempenho). Alguns instrumentos que serão utilizados: Provas escritas, seminários, trabalhos e estudos de caso. Os aspectos quantitativos da avaliação ocorrerão de acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE. Na prática enquanto componente curricular do ensino será avaliada a capacidade do estudante fazer a transposição didática, ou seja, transformar determinada temática em um produto ensinável.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BARCELOS, V. Educação de jovens e adultos: currículo e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2010. 142 p. BEISIEGEL, Celso de Ruy. Política de educação de jovens e adultos analfabetos no Brasil. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). <i>A gestão democrática da educação</i>. Desafios contemporâneos. BRANDÃO, C. R. O que é método Paulo Freire. São Paulo: Brasiliense, 2004. 114 p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos. Resolução nº 1/2000 de 3 de julho de 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf. Acesso em: 07 dez. 2017. BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Operacionais para Educação de Jovens e Adultos. Resolução nº 3/2010 de 15 de junho de 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=5642&Itemid=. Acesso em: 07 dez. 2017. BRASIL. Ministério da Educação. Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, que institui o Plano Nacional de Educação (2014-2024). Diário Oficial da União - Seção 1 – Brasília, DF, Edição Extra, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 07 dez. 2017.

CAPUCHO, V.. **Educação de jovens e adultos:** prática pedagógica e fortalecimento da cidadania. São Paulo: Cortez, 2012. 150 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 333 p.

HADDAD, S. **Novos caminhos em educação de jovens e adultos - EJA:** um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Global, 2007. 254 p.

MOURA, T. M. M. **A Formação de professores (as) para a educação de jovens e adultos em questão.** Maceió, AL: EDUFAL, 2055. 116 p.

PAULA, C. R.; OLIVEIRA, M. C. Educação de jovens e adultos: a educação ao longo da vida. Curitiba: Ibpex, 2011. 94 p.

VÓVIO, C. L. **Construção coletiva:** contribuições à educação de jovens e adultos. Vol. 3. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008. 362 p.

Coordenador do Curso

Chefe do Departamento de Ensino

ANEXO 2 - REGULAMENTO DAS NORMAS PARA APROVEITAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

INTRODUÇÃO

Este documento visa regulamentar no curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – *campus* Iguatu, em cumprimento do artigo 13, inciso I da RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 02, de 1 de julho de 2015, que institui a duração e a carga horária das atividades complementares dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

A) Discriminação dos Grupos de Atividades e número de horas a serem integralizadas

I - Atividades de iniciação a docência – PIBID (Até 80 horas para o conjunto de atividades).

- a) Bolsista no programa: 40 horas/semestre;
- b) Voluntário no programa: 20 horas/semestre.

II – Atividades de iniciação à pesquisa (Até 80 horas para o conjunto de atividades)

- a) Bolsista de Iniciação Científica (IC) e/ou Tecnológica (ITI) do IFCE, FUNCAP, CNPq, ou qualquer outro órgão de fomento: 40 horas/semestre;
- b) Voluntário de Projeto de Iniciação Científica cadastrado no IFCE: 20 horas/semestre.

III – Monitoria (Até 80 horas para o conjunto de atividades)

- a) Bolsista de monitoria no curso de química: 40 horas/semestre;
- b) Monitor voluntário no curso de química: 20 horas/semestre;
- c) Outras (ligadas a outras Instituições e que envolvam ensino): 30 horas/semestre.

IV – Atividades de Extensão (Até 80 horas para o conjunto de atividades):

- a) Participação (ativa) em atividades de extensão desenvolvidas no IFCE na área de Química: 40 horas/semestre;
- b) Participação (ativa) em atividades de extensão desenvolvidas em outras IE na área de Química: 20 horas/semestre;
- c) Participação (ativa) em atividades de extensão desenvolvidas no IFCE em outras áreas: 20 horas/semestre;
- d) Participação (ativa) em atividades de extensão desenvolvidas em outras áreas: 10 horas/semestre;
- e) Participação (ouvinte) em atividades de extensão desenvolvidas no IFCE na área de Química: 20 horas/semestre;

- f) Participação (ouvinte) em atividades de extensão desenvolvidas em outras IE na área de Química: 10 horas/semestre;
- g) Participação (ouvinte) em atividades de extensão desenvolvidas no IFCE em outras áreas: 10 horas/semestre;
- h) Participação (ouvinte) em atividades de extensão desenvolvidas em outras áreas: 5 horas/semestre.

V - Atividades artístico-culturais e esportivas (até 80 horas para o conjunto de atividades):

a) 0,5 hora por hora de atividade em grupo de teatro, de dança, coral, literário, musical ou em equipe esportiva no IFCE, envolvendo ensaios/treinos e apresentações/torneios.

VI - Atividades de participação e/ou organização de eventos (até 80 horas para o conjunto de atividades):

- a) Organização de Congresso/Simpósio Internacional: 40 horas/evento;
- b) Organização de Congresso/Simpósio Nacional: 40 horas/evento;
- c) Organização de Congresso/Simpósio Regional/Estadual: 30 horas/evento;
- d) Organização de Congresso/Simpósio Local: 20 horas/evento;
- e) Participação em Congresso/Simpósio Internacional: 20 horas/evento;
- f) Participação em Congresso/Simpósio Nacional: 20 horas/evento;
- g) Participação em Congresso/Simpósio Regional/Estadual: 15 horas/evento;
- h) Participação em Congresso/Simpósio Local: 10 horas/evento;
- i) Participação em Seminário/Encontro Local: 2 horas/evento;
- j) Organização (coordenador ou membro da comissão) da Semana da Química do IFCE – *campus* Iguatu: 40 horas/evento;
- k) Participação na Semana da Química do IFCE – *campus* Iguatu: 5 horas/evento;
- l) Organização de eventos no IFCE – *campus* Iguatu: 15 horas/evento;
- m) Participação em minicurso/oficina: 1 hora/hora cursada;
- n) Participação em workshop: 2 horas/atividade.

VII - Experiências ligadas à formação profissional e/ou correlatas (até 80 horas para o conjunto de atividades):

- a. Participação (bolsista) do Grupo PET: 40 horas/semestre;
- b. Participação (voluntário) do Grupo PET: 20 horas/semestre;
- c. Disciplina cursada fora da Matriz Curricular (em nível de graduação): 10 horas/crédito;
- d. Estágio não-curricular: 20 horas/semestre;
- e. Minicurso como ministrante: 1 hora/hora de atividade.

VIII - Produção Técnica e/ou Científica (até 80 horas para o conjunto de atividades):

- a. Publicação de artigo em revista internacional ou nacional: 40 horas/trabalho;
- b. Publicação de artigo completo em congresso nacional ou internacional: 30 horas/trabalho;

- c. Publicação de artigo completo em congresso regional ou local: 20 horas/trabalho;
- d. Publicação de resumo ou resumo expandido em congresso internacional, nacional ou regional: 10 horas/trabalho;
- e. Publicação de resumo ou resumo expandido em congresso local: 8 horas/trabalho;
- f. Apresentação de trabalho: 2 horas/trabalho.

IX - Vivências de gestão (até 80 horas para o conjunto de atividades):

- a. Participação na diretoria de empresa júnior como presidente e vice-presidente ou diretor: 40 horas/semestre;
- b. Participação na empresa júnior: 30 horas/semestre;
- c. Participação na diretoria do centro Acadêmico do Curso: 40 horas/semestre;
- d. Participação (membro) no Centro Acadêmico do curso: 30 horas/semestre;
- e. Participação na condição de representante estudantil no colegiado de coordenação de curso, departamental ou conselho de centro: 4 horas/reunião.

X - Outras atividades (até 80 horas para o conjunto de atividades):

- a. Bolsista de assistência de prestação de serviços de natureza técnico-administrativa nas diferentes unidades do IFCE: 40 horas/semestre;
- b. Participação em atividade de voluntariado em prol da sociedade (amigos da escola, comunidade solidária, projeto Rondon e outras): 1 hora/hora de atividade;
- c. Curso de língua estrangeira: 20 horas/semestre aprovado;
- d. Curso de informática: 20 horas/semestre aprovado;
- e. Cursos de longa duração (igual ou superior a 60 horas): 0,25 hora/hora cursada;
- f. Curso de curta duração (inferior a 60 horas): 0,25 hora/hora cursada;
- g. Realização de intercâmbio (acadêmico, cultural): 10 horas/mês de atividade;
- h. Premiação em Olimpíadas de Química do Ensino Superior (1º lugar): 40 horas/competição;
- i. Premiação em Olimpíadas de Química do Ensino Superior (2º lugar): 30 horas/competição;
- j. Premiação em Olimpíadas de Química do Ensino Superior (3º lugar): 20 horas/competição;
- k. Premiação em Olimpíadas de Química do Ensino Superior (Menção honrosa): 10 horas/competição.

B) Forma de comprovação das Atividades Complementares

- a. Só serão aceitos comprovantes com data a partir do ingresso como aluno regular do curso de Licenciatura em Química do IFCE.
- b. para as atividades dos Grupo I, III, III e IV, serão consideradas declarações fornecidas pelo docente coordenador do respectivo projeto de iniciação à docência, pesquisa ou extensão, na qual

conste a atividade desenvolvida pelo aluno, o número de horas semanais e o período em que o aluno esteve a ela vinculado;

- c. para as atividades do Grupo V, serão consideradas declarações fornecidas pela instituição em que foram desenvolvidas as atividades artístico-culturais e/ou esportivas, na qual conste a atividade desenvolvida pelo aluno, o número de horas semanais e o período em que o aluno esteve a ela vinculado;
- d. para as atividades do Grupo VI, serão consideradas declarações ou certificados fornecidos pela comissão organizadora do evento; em se tratando de coordenação de evento, deverá ser fornecida declaração/certificado emitido pela instituição patrocinadora do evento;
- e. para as atividades do Grupo VII, serão considerados o histórico escolar para o caso das disciplinas enquadradas fora da matriz curricular do curso. Para as demais atividades do grupo serão consideradas declarações dos docentes responsáveis pelas atividades desenvolvidas;
- f. para as atividades do Grupo VIII, será considerada cópia da publicação, com cópia de capa dos anais/revista/cd-rom do evento; para o caso de produção técnica, será considerada declaração fornecida por instituição /empresa beneficiada;
- g. para as atividades do Grupo IX, será considerada declaração fornecida pelo Departamento de Ensino nos casos de participação como representante estudantil do Colegiado Departamental; a Coordenação de curso fornecerá declaração para a comprovação de representação estudantil no colegiado de Coordenação, de atividade de em empresa júnior; os docentes responsáveis pelas demais atividades fornecerão as declarações aos alunos colaboradores;
- h. As atividades do Grupo X deverão ser comprovadas por certificados e/ou declarações, constando a carga horária das atividades desenvolvidas e o período em que o aluno participou.

C) Forma de acompanhamento das Atividades Complementares

À Coordenação do curso caberá unicamente registrar as atividades e computar a carga horária das Atividades Complementares, como também o arquivamento das devidas comprovações à medida que sejam entregues a secretária do curso, sendo informado ao final de cada semestre letivo o número de horas acumulado pelos alunos.

Os casos omissos serão apresentados ao conselho do Colegiado de Curso para se tomar às devidas deliberações.

ANEXO 3 - MANUAL DE ORIENTAÇÃO PARA O ESTÁGIO I, II E III

3.1. Apresentação

Prezado Estagiário(a),

Este manual, elaborado conforme a legislação vigente, objetiva orientá-lo (a) na realização do Estágio Curricular Supervisionado.

O Estágio Curricular Supervisionado nos Cursos de Formação de Professores constitui-se uma atividade obrigatória, constante no Projeto Político Pedagógico de cada curso. No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – *campus* Iguatu, é realizado em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de licenciatura voltados à formação de professores da Educação Básica (Resoluções CNE/CP nº 1 de 18/02/2002 e CNE/CP nº 2 de 19/02/2002), a Lei nº 11.788/2008, que regula as atividades de estágio dos alunos e a Resolução nº 2 de 1º de julho de 2015, que define as diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (Cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura).

De acordo com o Parecer CNE/CP 28/2001: entende-se como estágio curricular supervisionado:

O tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim o estágio supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário. Por isso é que este momento se chama estágio supervisionado. (BRASIL [c], 2001, p. 07).

O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Química do IFCE *campus* Iguatu tem por objetivo proporcionar ao estudante a prática e a vivência no exercício da profissão, possibilitando o desenvolvimento de diferentes habilidades exigidas na profissão docente, bem como o desenvolvimento de uma postura crítica e ética frente à realidade socioeconômica e cultural do Brasil.

O fazer pedagógico na formação inicial do professor deve estar sempre pautado em experiências teórico-práticas que possibilitem um percurso bem delineado na construção da práxis pedagógica dos futuros professores. E o Estágio Supervisionado, neste sentido, configura-se como o momento de encontro do licenciando com a realidade escolar e deve, assim, resultar na construção de diferentes saberes necessários à docência.

Portanto, antes de iniciar seu estágio, leia com atenção este manual de orientações e faça da experiência do Estágio Curricular Supervisionado um momento de grande aprendizado!

Professores orientadores do Estágio.

IFCE-2017.2

3.2 Regulamento do estágio curricular supervisionado

Capítulo I

Das disposições preliminares

Em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de licenciatura voltados à formação de professores da Educação Básica, Lei nº 11.788 de setembro de 2008, que regula as atividades de estágio dos alunos, Resolução CNE/CP 2 de 19/2/2002, que estipula a redução da carga horária do estágio para alunos que atuam em sala de aula, na modalidade do respectivo estágio e Resolução n.º 2 de 1º de julho de 2015, que define as diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (Cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para formação continuada. Em consonância também com o Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Química, apresenta-se este Regulamento com as normas e os procedimentos a serem observados na organização e aplicação dos componentes curriculares que constituem o Estágio Supervisionado do currículo em vigência.

Como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Licenciado em Química, os estudantes do curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará – *campus* Iguatu, necessitam, obrigatoriamente, desenvolver atividades dentro de um programa de Estágio Curricular Supervisionado a ser cumprido em três disciplinas. O Estágio Supervisionado tem por objetivo proporcionar ao

estudante a prática e a vivência no exercício da profissão, no intuito de que o mesmo adquira habilidades e desenvolva uma postura crítica e ética capaz de orientá-lo para uma atuação profissional consonante com a realidade socioeconômica e cultural do Brasil.

Capítulo II

Das características e objetivos

Artigo 1º O Estágio Supervisionado é um componente curricular obrigatório na formação do professor, que se caracteriza como um tempo especial de aprendizagem por meio da presença participativa em ambientes próprios de atividades da área profissional, “campo de estágio”.

Artigo 2º O Estágio do Curso de Licenciatura em Química objetiva habilitar o estudante para o exercício profissional na Educação Básica.

Artigo 3º O Estágio Supervisionado deverá ser realizado em instituições educacionais públicas ou privadas, que de fato permitam a formação em serviço, ou seja, que autorizem o estagiário ao exercício do magistério e atuação nas diversas necessidades próprias do ambiente educacional, sendo que parte das horas de estágio poderá ser cumprida em:

- i. Instituições e/ou projetos filantrópicos;
- ii. Museus e Centros de Ciências;
- iii. Visitas técnicas de aulas de campo;
- iv. Organizações Não-Governamentais (ONGs);
- v. Projetos de Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará – *campus* Iguatu relacionados à área da educação;
- vi. Projetos educacionais em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará – *campus* Iguatu e outras Instituições de Ensino, desde que haja convênios estabelecidos com a Secretaria Municipal de Educação e/ou com a Superintendência Regional de Ensino e que não exceda o limite de 30% da carga horária total de estágio.

§ 1º No período de estágio, o estudante deverá atuar sob a orientação de um ou mais professores do Curso de Licenciatura em Química do Instituto do Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará – *campus* Iguatu, designado(s) como Professor(es)

orientador(es) de Estágio e de um professor supervisor e/ou responsável do quadro de docentes e/ou responsável do local onde o estágio estiver sendo realizado.

§ 2º A avaliação do estágio será feita pelo(s) Professor(es) orientador(es) e pelo Professor supervisor, conforme Regulamento de Organização Didática – ROD e as especificidades de cada estágio. Será considerado aprovado o discente que obtiver média final igual ou superior a 70 pontos.

§ 3º O Estágio Supervisionado deverá perfazer o total mínimo de 400 horas durante a segunda metade do curso, distribuídas entre as seguintes disciplinas:

Estágio Supervisionado I – CL 045 (6 créditos); Estágio Supervisionado II – CL 046 (7 créditos) e Estágio Supervisionado III – CL 047 (8 créditos). As disciplinas CL 045, CL 046 e CL 047 correspondem à carga horária de 120, 140 e 140, respectivamente, horas de atividades de estágio cada uma, o que compõem as 400 horas previstas para o estágio supervisionado na Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará – *campus* Iguatu. Na carga horária de cada uma dessas disciplinas estão previstas a supervisão e orientação das atividades de participação, destinadas à organização dos planejamentos de ensino e do relatório com os resultados do estágio;

§ 3º As disciplinas são sequenciais, sendo que as disciplinas de um período correspondem como pré-requisito para as disciplinas do período seguinte.

Artigo 4º As atividades teórico- práticas do estágio devem atender:

- i. aos dispositivos legais fixados pelo Ministério da Educação;
- ii. aos dispositivos legais fixados pela Secretaria de Educação do Estado;
- iii. às normas regimentais e estatutárias Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará – *campus* Iguatu;
- iv. às normas regimentais da unidade escolar ou instituição onde o estágio estiver sendo realizado.

Capítulo III

Do desenvolvimento

Artigo 5º O Estágio Supervisionado deverá ser desenvolvido individualmente.

Artigo 6º O desenvolvimento do estágio prevê as seguintes atividades: observação, participação e regência.

§ 1º A atividade de observação tem como objetivo levar o estudante à tomada de contato com a realidade educacional e corresponde:

- i. à elaboração de roteiro de observação, com o planejamento das atividades e da metodologia de observação;
- ii. à observação direta ou indireta das condições de produção do ensino-aprendizagem, salientando, entre outras:
 - a. as instalações físicas da escola (estado de conservação, número de salas, qualidade do acervo e do acesso à biblioteca, disponibilidade de laboratórios e recursos audiovisuais);
 - b. as condições de oferta do ensino (número de vagas, número de estudantes, número de professores, número de funcionários, séries abrangidas e turnos de funcionamento da escola);
 - c. avaliação quantitativa do ensino (número de estudantes por sala, número de estudantes por professor, índices de evasão e repetência, entre outros);
 - d. o perfil sociocultural da clientela (faixa etária dos estudantes, classe econômica, ocupação, aspirações e hábitos);
 - e. o perfil sociocultural dos professores (qualificação, regime de dedicação, número de horas-aula, aspirações, hábitos e envolvimento em outras carreiras profissionais).
- iii. à observação direta ou indireta das condições de produção do ensino-aprendizagem de Química, salientando, entre outras:
 - a. o programa da disciplina e sua adequação aos Parâmetros Curriculares Nacionais e/ou com a proposta curricular do estado do Ceará;
 - b. a análise do material didático utilizado e a classificação do livro didático pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC);
 - c. a análise das estratégias utilizadas pelo professor para o trabalho com tópicos de Química e a reação dos estudantes frente à utilização dessas estratégias;
 - d. o interesse dos estudantes pela Química e seu grau de dedicação às atividades desenvolvidas;
 - e. o conhecimento do conteúdo de Química do estudante e do professor;

- f. o diagnóstico de algumas das principais dificuldades dos estudantes relativas à Química/ Ciências.

§ 2º A atividade de participação tem como objetivo permitir que o estudante participe das aulas ou demais atividades educacionais e corresponde:

- i. à confecção de um plano ou planejamento de aula, conforme as seguintes etapas:
 - a. seleção de um conteúdo para a elaboração do plano de aula, com o consentimento do professor e sua inclusão no programa da disciplina;
 - b. a pesquisa bibliográfica sobre o conteúdo eleito;
 - c. compilação de material didático a ser utilizado no desenvolvimento do plano de aula;
 - d. preparação e discussão das estratégias de ensino; elaboração de exercícios e outras atividades de avaliação;
 - e. a redação do plano de aula, conforme diretrizes específicas, disponibilizadas pelo professor supervisor de estágio;
- ii. o plano de aula para a turma observada deverá ser entregue ao professor orientador de estágio na data estipulada nos planos de curso das disciplinas de Estágio Supervisionado;
- iii. os critérios de correção dos planos de aula serão os constantes nos planos de curso das disciplinas de Estágio Supervisionado.

§ 3º A atividade de regência tem como objetivo permitir ao estudante a aplicação de seu plano de aula, sob a orientação do professor orientador do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará – *campus* Iguatu e a supervisão do professor responsável pela disciplina na unidade escolar onde o estágio estiver sendo realizado:

- i. a regência corresponde ao desenvolvimento de:
 - a. aplicação do plano em sala de aula da unidade escolar em que o estágio estiver sendo realizado;
 - b. as atividades desenvolvidas durante o período de regência podem ser: ministrar aulas, correção de exercícios ou outras atividades de avaliação desenvolvidas;
 - c. relatório sobre a aplicação da proposta e sobre seus resultados, a partir das observações realizadas em sala de aula e dos dados obtidos em “b)” e deverá ser redigido conforme modelo disponibilizado pelo professor orientador de estágio, conforme modelo constante nesse manual;

- ii. o relatório deverá ser entregue ao professor coordenador na data estipulada no Plano de Curso da Disciplina;
- iii. os critérios de correção dos relatórios serão os constantes nos Planos de Curso das disciplinas de Estágio Supervisionado.

Artigo 7º Conforme a Resolução CNE/CP 2 de 19/2/2002, publicada no Diário Oficial da União, em 4 de março de 2002, seção 1, página 9, os estudantes que exercerem atividade docente regular na Educação Básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular na modalidade específica de sua atuação até no máximo de 200 horas, desde que os mesmos apresentem documentos comprobatórios, mediante requerimento apresentado ao professor coordenador da disciplina de Estágio Supervisionado.

Capítulo IV

Etapas do estágio supervisionado

- I. Estágio supervisionado I: Orientação e embasamento teórico; observação e diagnóstico da escola campo; elaboração e execução de um projeto de intervenção, confecção e apresentação do relatório.
- II. Estágio supervisionado II: Participação; regência no ensino fundamental (9º ano) e médio (1º ano); elaboração do plano de regência; elaboração e execução de um projeto de intervenção, confecção e apresentação do relatório final.
- III. Estágio supervisionado III: Participação; regência no ensino médio (2º e 3º anos); elaboração do plano de regência; elaboração e execução de um projeto de intervenção, confecção e apresentação do relatório final.

Capítulo V

Das atribuições

Artigo 8.º Cabe ao estudante:

- i. cumprir o previsto neste Regulamento, bem como as normas definidas no Plano de Curso do componente curricular específico de sua série de matrícula;
- ii. cumprir todas as exigências estabelecidas pelo professor orientador de estágio, inclusive com relação aos seguintes aspectos:

- a. entrega da ficha de registro de estágio devidamente preenchida e no prazo de 15 dias úteis após o início do semestre letivo (ANEXO I). Entrega da Carta de Aceite (ANEXO II) devidamente preenchida e assinada pelo Gestor da Instituição de execução do Estágio e pelo Discente, com visto pelo coordenador de Estágio no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará – *campus* Iguatu;
- b. submissão de um plano de trabalho a ser desenvolvido durante a realização do estágio com parecer favorável do professor orientador local;
- c. comprovação do cumprimento da carga horária obrigatória de estágio, por meio da entrega das fichas de acompanhamento das atividades (ANEXO III e IV);
- d. entrega do relatório semestral final no prazo determinado;
- iii. obter vaga na rede de ensino, preferencialmente, pública, devidamente conveniada com o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará – *campus* Iguatu, para a realização do Estágio Supervisionado;
- iv. apresentar, na secretaria da escola, a carta de apresentação devidamente preenchida e assinada pelo Diretor do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará – *campus* Iguatu;
- v. submeter-se às normas estabelecidas pela instituição onde o estágio estiver sendo realizado.

Artigo 9.º Compete aos professores orientadores de estágio a orientação técnica e pedagógica e a supervisão e a avaliação do estagiário.

Capítulo VI

Das disposições finais

Artigo 10º Os casos omissos nesse regulamento serão apreciados pelo Colegiado do Curso.

Artigo 11º Este Regulamento entrará em vigor a partir de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

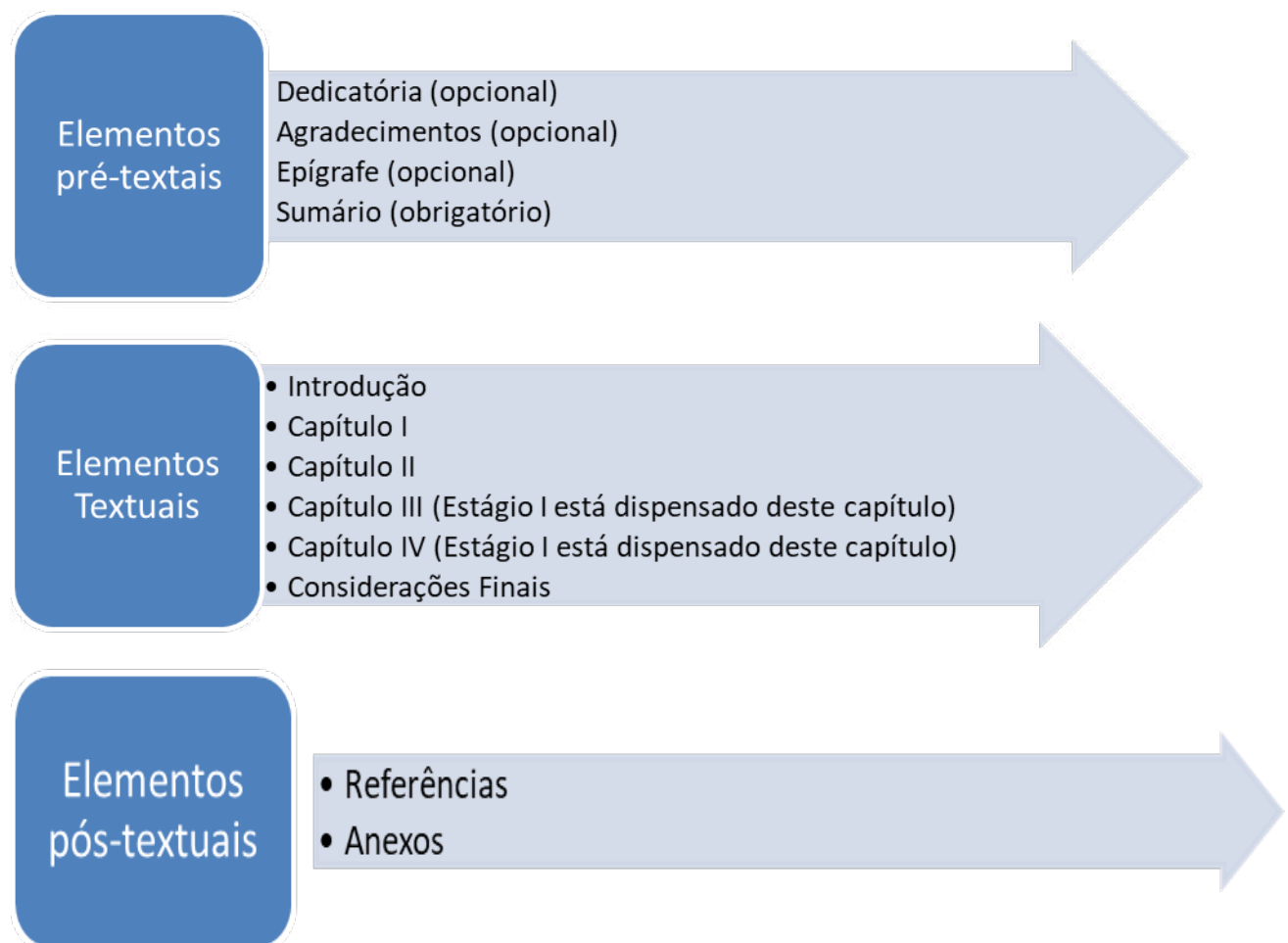
3.3. Estrutura do relatório final de estágio supervisionado

3.3.1. Normalização para o relatório de estágio

As atividades de Estágio II são compostas por uma série de reflexões e ações desenvolvidas pelo Aluno, que tem início no primeiro contato com a Instituição Cedente e termina com a confecção de um relatório final, caracterizando por uma descrição sistemática de todo o processo que envolveu o estágio supervisionado. O relatório final deve conter, de forma objetiva e sintética, informações obtidas através da Pesquisa de Campo, da Entrevista com os Sujeitos do Campo de execução dos Projetos e do Planejamento das Atividades.

O Relatório de Estágio é um texto acadêmico e compreende os seguintes elementos:

- Capa;
- Folha de Rosto;



Elementos do Relatório Final de Estágio Supervisionado:

- **CAPA**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IFCE
Campus Iguatu-CE
Curso de Licenciatura em Química
Disciplina Estágio Supervisionado II

NOME COMPLETO DO(A) ESTAGIÁRIO(A)

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO
SUPERVISIONADO I, II e III

IGUATU - CE
2017

- **FOLHA DE ROSTO**

NOME COMPLETO DO(S) ESTAGIÁRIO(S)

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO
SUPERVISIONADO I, II ou III

Relatório Final de Estágio apresentado ao Curso de Licenciatura em Química do IFCE campus Iguatu –Ce, como parte dos requisitos para aprovação na disciplina Estágio Supervisionado

Orientador(a): Prof. _____

IGUATU - CE
2017

Elementos Pré-textuais:

- **Dedicatória (opcional)**

Elemento opcional. Texto em que o autor presta homenagem ou dedica seu trabalho. Deve iniciar abaixo do meio da folha com recuo de 8cm da margem esquerda. Dispensa o uso da palavra dedicatória. O texto deve ser apresentado em tamanho 12, justificado, espaço entrelinhas 1,5, sem aspas.

- **Agradecimentos (opcional)**

Elemento opcional. Texto em que o autor faz agradecimentos dirigidos àqueles que contribuíram de maneira relevante à elaboração do trabalho. Iniciam-se em folha/página distinta, com a palavra **AGRADECIMENTOS** na margem superior, em letras maiúsculas, em negrito, sem indicativo numérico, em espaço 1,5 de entrelinhas e centralizada. O texto deve ser em espaço 1,5 de entrelinhas e justificado.

- **Epígrafe (opcional)**

Elemento opcional. Citação relacionada com o tema do trabalho, expressa em folha/página distinta, com indicação de autoria. Inicia-se abaixo do meio da folha, com recuo de 8 cm da margem esquerda. Dispensa o uso da palavra epígrafe. Pode também haver epígrafes nas folhas/páginas de abertura das seções primárias. O texto deve ser digitado em tamanho 12, justificado, espaço entrelinhas 1,5, entre aspas.

- **Sumário (obrigatório)**

Elemento obrigatório. Apresentação das divisões, seções e outras partes do trabalho, na mesma ordem e grafia em que se sucedem no texto, acompanhadas do respectivo número da página. Inicia-se em folha/página distinta, com a palavra **SUMÁRIO**, na margem superior, em letras maiúsculas, em negrito, sem indicativo numérico, espaço 1,5 de entrelinhas e centralizada. O sumário deve ser digitado em fonte tamanho 12 e espaço 1,5 de entrelinhas. Conforme MODELO:

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

I. DIAGNÓSTICO DA ESCOLA

II. ANÁLISE DA OBSERVAÇÃO DAS AULAS

III. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO – NOME DO PROJETO PROPOSTO

IV. RESULTADOS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

ANEXOS

Elementos textuais

- **Introdução**

A introdução contém ideias específicas sobre o trabalho, com a intenção de apresentá-lo de forma objetiva. É a parte inicial do trabalho que evidencia a importância do tema e os objetivos do trabalho. O texto da introdução deve deixar claras as atividades que foram realizadas, porém deve ser simples e sintético.

Deve iniciar em folha distinta, apresentação do título (INTRODUÇÃO). O texto deve iniciar dois centímetros abaixo do título e conter: a) importância e natureza do trabalho realizado, b) finalidade da observação. c) delimitação do trabalho realizado, no tempo e no espaço, d) apresentação dos objetivos do relatório, e) apresentação da organização estrutural do relatório.

- **Capítulo I – DIAGNÓSTICO DA ESCOLA**

Neste capítulo o aluno fará uma exposição textual dos dados obtidos no Projeto Político Pedagógico da escola campo no item (DIAGNÓSTICO DA ESCOLA), considerando os seguintes aspectos:

ASPECTO SITUACIONAL - Localização da escola, histórico, infra-estrutura, perfil sócio econômico da comunidade;

ASPECTO DOUTRINAL - Filosofia da escola - tendência ou tendências adotadas;

ASPECTOS OPERACIONAIS - modalidade de ensino (com números de alunos), regimento escolar (quadro de alunos por série constando a matrícula inicial, aprovados, reprovados ou evadidos, corpo docente (quadro de professores), planejamento escolar, sistemática de avaliação (adotada pela escola e docentes).

- **Capítulo II – ANÁLISE DA OBSERVAÇÃO DAS AULAS**

Neste capítulo o aluno apresentará uma análise-síntese das observações realizadas em sala de aula. Para melhor análise da prática do professor, seguem alguns aspectos importantes a serem observados:

1. Fornece explicações de forma clara?
2. Estimula a curiosidade e o entusiasmo do aluno?
3. Organiza outros recursos, além do livro didático?
4. Investiga o conhecimento prévio dos alunos acerca do conteúdo que vai ser trabalhado na aula?
5. Elabora plano de aula?
6. O professor apresenta os objetivos da aula para os alunos?
7. O professor demonstra domínio do conteúdo?
8. Foi possível perceber se os alunos aprenderam?
9. O professor tira as dúvidas dos alunos de forma adequada, quando solicitado?
10. Estimula a interação entre os alunos?
11. A aula é iniciada e concluída de forma adequada?
12. O professor lida de forma apropriada com os comportamentos inadequados dos alunos?

Ao final do texto da observação diária das aulas, construir um(ns) parágrafo(s) que sintetize(m) a prática do professor observado. Ver exemplo:

1º dia-08/05/2017 - 8º ano B

26 alunos

A professora entra na sala às 08h42min, deu bom dia, a turma estava totalmente dispersa e alguns conversavam, a professora pede silêncio e começa a fazer a frequência. Ao concluir questiona a turma com a frase “onde paramos?” Poucos respondem. Então a professora lembra que há uma atividade a ser corrigida, mas como poucos copiaram as questões do livro, dá mais tempo para que concluam. A maior parte da turma continua a

conversar, parecendo não estar preocupada com a conclusão da atividade. A aula é de matemática e a professora lembra que na aula anterior estudaram números inteiros. As conversas paralelas continuam e apenas poucos alunos se dirigem à professora para tirar dúvidas sobre a atividade.

A professora então tenta colocar ordem em sala e fala um pouco sobre a presença de um estagiário em sala e explica de forma resumida como funciona o estágio supervisionado.

Após alguns minutos de conversa com a turma, a professora pede silêncio e começa a copiar os dados da atividade no quadro. Enquanto a professora escreve, uma parte da turma parece não dar atenção e as conversas continuam. Após copiar os dados, a professora lê o enunciado da questão e faz a correção no quadro enquanto questiona a turma sobre as respostas, poucos respondem, demonstrando que haviam tentado resolver antes, a maioria apenas copia a resposta feita pela professora. A atividade é sobre conjuntos, mas envolve conhecimentos como: raiz quadrada, números fracionários, dízima periódicas, assim como, as quatro operações básicas da matemática-adição, subtração, multiplicação e divisão, sendo que é possível notar pelas respostas dos alunos que a maioria não tem total domínio sobre tais conhecimentos.

● **Capítulo III – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO – NOME DO PROJETO** **PROPOSTO**

Neste capítulo o aluno descreverá, de forma resumida, a proposta/projeto de intervenção e anuncia que o texto do projeto, na íntegra, encontra-se nos apêndices.

Exemplo:

O projeto REVISANDO O BÁSICO DA MATEMÁTICA (Apêndice 1) foi desenvolvido com base nas dificuldades enfrentadas pelos alunos na disciplina de matemática, no período de _____.

O projeto teve como objetivo principal, preparar o aluno iniciante do ensino fundamental II para os anos seguintes, levando em conta que as quatro operações-soma, subtração, multiplicação e divisão, são a base para aprender tanto a matemática como a química e a física nos anos do Ensino Médio.

● **Capítulo IV – RESULTADOS DO PROJETO DE INTERVENÇÃO**

Neste capítulo o aluno descreverá e analisará dia-a-dia do período de realização do projeto de intervenção. Ver exemplo:

Dia: 10/08/2017 - Aplicação do projeto de intervenção (3 horas-aula)

O primeiro encontro aconteceu teve como objetivo fazer uma revisão geral sobre as quatro operações matemáticas. A revisão foi feita a partir de uma aula expositiva/dialogada e com uso de exercícios de fixação que também foram usados como forma de avaliação. Estavam presentes poucos alunos de cada sala. Eram sete (7) do 6º ano A, três (3) do 7º ano e dois (2) do 8º ano A.

Durante a aula fiquei um pouco decepcionada, pois apesar de ter consciência das dificuldades dos alunos, pude ver o quão difícil é chamar a atenção deles para o conteúdo e para a importância de aprender, foi bem impactante. Mesmo um pouco desanimada com o pequeno número de alunos e com as dificuldades que demonstravam, segui a aula dentro do planejado e adaptando as necessidades de cada aluno e, nos últimos exercícios, pude perceber a evolução de alguns e isso foi gratificante. Com relação aos 2 alunos do 8º ano, esses saíram antes do término da aula, não sei a razão, mas pareciam estar desconfortáveis em estarem no mesmo nível que os alunos do 6º ano.

Um dos momentos dessa primeira aula que despertou maior interesse foi quando lancei um desafio a turma. Montei uma operação com palitinhos de forma que o resultado era incorreto, o desafio era tornar a operação correta movendo apenas um palito. Nesse momento todos se mobilizaram e tentaram de várias formas fazer isso, até que um aluno conseguiu.

Ao final da aula lembrei aos mesmos que na semana seguinte iríamos ter um novo encontro e trabalharíamos a matemática com um jogo.

O segundo encontro foi marcado para o dia 17/08/2017 e durante a semana que antecedeu o encontro fui procurada por alguns alunos da outra turma de 6º ano da escola perguntando se poderiam ir para o encontro também. Respondi que seria ótimo que fossem.

● **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A conclusão deve ser decorrência natural do que foi exposto no desenvolvimento. Assim, em qualquer tipo de trabalho, deve resultar de deduções lógicas sempre fundamentadas no que foi apresentado e discutido anteriormente. Visa a recapitular sinteticamente os resultados do trabalho realizado.

Elementos Pós-textuais

- **Referências**

São as fontes utilizadas no corpo do trabalho. Apresentam um conjunto de elementos que identificam as obras citadas no texto. Devem ser apresentadas em ordem alfabética.

- **Anexos/ Apêndices**

Os anexos listados a seguir deverão ser, OBRIGATORIAMENTE, inseridos no Relatório Final.

Anexo I - Formulário de registro de estágio curricular supervisionado

Anexo II - Carta de Aceite

Anexo III - Ficha de frequência do estágio supervisionado de licenciatura em Química – escola campo

Anexo IV - Ficha de frequência do projeto de intervenção

Anexo V - Ficha de avaliação do estagiário

Formatação do Relatório Final de Estágio Supervisionado

A formatação obedece às seguintes orientações:

- a) impresso em papel branco, formato A4 (210 mm x 297 mm);
- b) fonte Arial ou Times New Roman, fonte tamanho 12 para todo o trabalho, inclusive a capa, com exceção das citações com mais de três linhas, notas de rodapé, paginação.

Margem

Devem obedecer as seguintes orientações:

- a) Margens esquerda e superior de 3cm;
Margens direita e inferior de 2cm;
- b) A citação direta com mais de três linhas é destacada com recuo de 4cm da margem esquerda;
- c) Na folha de rosto, a natureza do trabalho, a área de concentração, orientador devem estar alinhados a partir do meio da área do texto para a margem direita (recuo de 8 cm à esquerda);

Espaçamento

O trabalho acadêmico deve obedecer às seguintes orientações sobre espaçamento;

- a) Todo o trabalho deve ser digitado com espaço de 1,5cm de entrelinhas, com exceção das diretas com mais de três linhas, notas de rodapé e referências.
- b) Os títulos das seções e subseções devem ser separados do texto que os precede e os sucede por um espaço de 1,5 cm em branco;
- c) As citações diretas com mais de três linhas devem ser separadas do texto que as procede e as sucede por um espaço de entrelinhas simples em branco;
- d) As notas de rodapé devem ser separadas do texto por um espaço simples de entrelinhas e por um filete de 5 cm, a partir da margem esquerda; e e) as referências ao final do trabalho devem separadas entre si por um espaço simples em branco.

ANEXO 4 - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

INTRODUÇÃO

Como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Licenciado(a) em Química, os(as) discentes do curso de Química Licenciatura do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará – *campus* Iguatu desenvolverão, obrigatoriamente, o Trabalho de Conclusão de Curso que será apresentado e defendido na forma de uma Monografia.

Este regulamento tem como objetivo a normatização do processo de desenvolvimento da Monografia.

Seu cumprimento está sob a responsabilidade do Colegiado do Curso de Química.

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS E DEFINIÇÕES

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia - tem por objetivo principal proporcionar ao(à) discente treinamento em metodologia científica, englobando desde a elaboração de projetos e a condução de um trabalho até a finalização, publicação e apresentação dos resultados.

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser planejado a partir de umas das atividades discriminadas a seguir ou de combinações destas: 1) projeto de pesquisa; 2) estágio profissionalizante; 3) projeto de extensão; 4) projeto de ensino. Estes projetos não precisam ser necessariamente inéditos.

Art. 3º O trabalho deverá ser individual, sob a supervisão de um(a) orientador(a), devendo originar uma Monografia de conclusão de curso.

CAPÍTULO II DAS DISCIPLINAS E PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS

Art. 4º Até 30 (trinta) dias antes do término do semestre letivo que antecede o semestre em que o(a) discente pretende concluir a Monografia, o(a) mesmo(a) deverá entregar ao Coordenação do Curso o Projeto de Monografia, em formulário próprio (ANEXO I).

Art. 5º No semestre de conclusão da Monografia, o(a) discente deverá se matricular na disciplina **TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) (CL 037)**, com 120 horas/aula.

§1º A matrícula está condicionada à entrega do projeto de Monografia e ao cumprimento de 120 horas com atividades orientadas para o desenvolvimento do trabalho proposto, devidamente registrados no Sistema Acadêmico.

§2º A disciplina **Trabalho de Conclusão de Curso (CL 037)** terá um(a) docente responsável pela mesma, homologado(a) pelo Colegiado do Curso.

§3º Na disciplina TCC o(a) discente deverá:

- a) Oficializar a Banca Examinadora (orientador(a) mais dois membros) e a data da defesa;
- b) Entregar três cópias da versão escrita da Monografia à Secretaria do Curso, com pelo menos 15 dias de antecedência em relação à data prevista para a defesa;
- c) Apresentar publicamente a Monografia, perante a Banca Examinadora, com apresentação oral de, no máximo, 20 minutos seguida de arguição da Banca, prevendo-se 15 minutos para cada participante desta;
- d) Entregar versão final da Monografia ao Coordenador do Curso, até 15 dias úteis após a defesa, em quantidade a ser definida pelas normas estabelecidas pelo IFCE – *campus* Iguatu, contendo as correções requisitadas pela Banca Examinadora. Todas as cópias devem estar assinadas pelo(a) Professor(a) Orientador(a);
- e) Assistir à apresentação das monografias dos demais discentes matriculados.

CAPÍTULO III

SOBRE A ORIENTAÇÃO

Art. 6º A orientação para o desenvolvimento da Monografia deve ser garantida a todos os discentes do Curso de Licenciatura em Química. Deverá ser exercida por um(a) orientador(a) pertencente ao quadro de docentes do IFCE – *campus* Iguatu, ou ainda por profissionais de instituições que ofereçam possibilidades de estágios e projetos de pesquisa e extensão, nas áreas de Química e ou Educação. Para formalizar estas orientações, os dados dos profissionais e das instituições onde atuam serão encaminhados a Coordenação do curso de Química, para processo de credenciamento.

§1º A critério do(a) orientador(a), quando este(a) pertencer ao quadro docente do IFCE – *campus* Iguatu, poderá ser constituído um comitê de orientação com um(a) co-orientador(a), o(a) qual poderá ser docente do IFCE, ou discente vinculado(a) aos Programas de Pós-Graduação do IFCE, desde que

esteja com até 18 meses no programa de Mestrado ou até 36 meses no programa de Doutorado, no início da execução do projeto de Monografia, ou profissional de instituição relacionada ao Plano de Trabalho de Conclusão de Curso.

§2º No caso de o(a) orientador(a) pertencer a outra Instituição ou Empresa, a orientação deverá ser feita através de um comitê orientador com um(a) co-orientador(a) que seja docente do IFCE – *campus* Iguatu.

§3º No caso de impossibilidade de continuidade da orientação por motivos de quaisquer natureza, a mesma deve ser comunicada por escrito à coordenação do curso de química e ao professor(a) responsável pela disciplina CL 037, pelo(a) orientador(a) ou pelo(a) discente, com a devida justificativa. Caberá ao(a) professor(a) da disciplina, em conjunto com o estudante, proceder à substituição do(a) orientador(a), e encaminhar as definições à Coordenação do curso de Química.

CAPÍTULO IV

SOBRE O PROJETO DE MONOGRAFIA

Art. 7º O processo de execução do Trabalho de Conclusão de Curso inicia-se, impreterivelmente, com a apresentação escrita do Projeto de Monografia, conforme especificado no Capítulo II.

§1º A execução do trabalho deverá pautar-se no Projeto de Monografia apresentado.

§2º Havendo necessidade de alteração no Projeto de Monografia, o mesmo deverá ser reapresentado à Coordenação do curso de Química para substituição, até 45 dias antes da data prevista para a defesa.

CAPÍTULO V

SOBRE A NORMATIZAÇÃO DA MONOGRAFIA

Art. 8º A monografia deverá ser apresentada conforme especificações estabelecidas pelo IFCE-*campus* Iguatu.

CAPÍTULO VI

SOBRE A AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA

Art. 9º O desempenho acadêmico do(a) discente na disciplina Monografia será resultado da avaliação da versão escrita, do seminário apresentado e da defesa pública perante a Banca Examinadora.

Art. 10º Será considerado(a) aprovado(a), o(a) discente que obtiver média igual ou superior a 7 pontos na avaliação da Banca e entregar as cópias definitivas no prazo estabelecido.

CAPÍTULO VII

DOS CASOS OMISSOS

Art. 11º Os casos omissos nesse Regulamento serão apreciados pela Coordenação do curso de Química.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

RESOLUÇÃO Nº 29, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Aprova a prorrogação dos mandatos dos Conselheiros do Conselho Superior pelo período de 01 (um) ano.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe foram conferidas,

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Superior em sua Reunião Ordinária nº 49ª, realizada nesta data;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 23255.002706/2018-57,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prorrogação dos mandatos dos Conselheiros do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Biênio 2016-2018, homologado e nomeado pela Resolução Nº 17 de 06 de Maio de 2016 e retificado pela Resolução Nº 20 de 06 de Março de 2017.

Parágrafo único - Estabelecer que o período da prorrogação será de 01 (ano), de 14 de Maio de 2018 até 13 de Maio de 2019.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.



Documento assinado eletronicamente por **Virgílio Augusto Sales Araripe**, Presidente do Conselho Superior, em 03/04/2018, às 16:49, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://h-sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0032603** e o código CRC **69DCA0FF**.



Afastamentos a Serviço

Número:
10/2018

Orgão solicitante: Reitoria

Data de geração: 05/04/2018

Gabinete

PCDP 000078/18

Nome do Proposto: VIRILIO AUGUSTO SALES ARARIPE
 CPF do Proposto: 163.775.913-49 Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
 Motivo da Viagem: Nacional - Convocação
 Descrição Motivo: Participar da reunião com o Ministério da Educação para tratar de assuntos relacionados ao IFCE campus Limoeiro do Norte, no dia 19/02/2018 e da Reunião Ordinária do CONIF, em Brasília - DF a ser realizada nos dias 20 a 22/02/2018.

Fortaleza (19/02/2018)	→	Brasília (22/02/2018)

Brasília (22/02/2018)	→	Fortaleza (22/02/2018)

Valor das Diárias: 1,135.57

Reitoria

PCDP 000079/18

Nome do Proposto: IVAM HOLANDA DE SOUZA
 CPF do Proposto: 232.434.813-68 Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
 Motivo da Viagem: Nacional - Convocação
 Descrição Motivo: Participar do Fórum de Dirigentes de Pessoal (FORGEP) que acontecerá no período de 20 a 22/02/2018, em Brasília-DF, conforme ofício 1/2018/CONIF.

Fortaleza (20/02/2018)	→	Brasília (22/02/2018)

Brasília (22/02/2018)	→	Fortaleza (22/02/2018)

Valor das Diárias: 702.29

PCDP 000080/18

Nome do Proposto: TASSIO FRANCISCO LOFTI MATOS
 CPF do Proposto: 113.872.543-91 Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
 Motivo da Viagem: Nacional - Convocação
 Descrição Motivo: PARTICIPAR DE REUNIÃO INSTITUCIONAL NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC E PARTICIPAÇÃO NO FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - FDI, QUE OCORRERÁ EM BRASILIA - DF, NO PERÍODO DE 19/02 A 22/02/2018, CONFORME CONVOCAÇÃO ANEXA.

Fortaleza (19/02/2018)	→	Brasília (22/02/2018)

Brasília (22/02/2018)	→	Fortaleza (22/02/2018)

Valor das Diárias: 949.37

PCDP 000083/18

Nome do Proposto: REUBER SARAIVA DE SANTIAGO
 CPF do Proposto: 705.475.803-04 Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
 Motivo da Viagem: Nacional - Convocação
 Descrição Motivo: Participação no Fórum de Dirigente de Ensino.

Fortaleza (20/02/2018)	→	Brasília (22/02/2018)

Brasília (22/02/2018)	→	Fortaleza (22/02/2018)

Valor das Diárias: 702.29

PCDP 000085/18

Nome do Proposto: MARCIO DANIEL SANTOS DAMASCENO
 CPF do Proposto: 358.944.153-49 Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Participar de aula inaugural dos cursos da Universidade Aberto do Brasil (UAB) no município de Brejo Santo.

Fortaleza (26/01/2018)	————→	Juazeiro do Norte (26/01/2018)
Juazeiro do Norte (26/01/2018)	————→	Brejo Santo (26/01/2018)
Brejo Santo (26/01/2018)	————→	Juazeiro do Norte (27/01/2018)
Juazeiro do Norte (27/01/2018)	————→	Fortaleza (27/01/2018)
Valor das Diárias:		296.43

Diretoria de Educação a Distância

PCDP 000106/18-1C

Nome do Proposto: MARCOS MONTE CRUZ
 CPF do Proposto: 677.497.043-53 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar 1º. encontro presencial da Disciplina de CONTABILIDADE APLICADA, no Polo de ORÓS no dia 03/02/2018 no turno da MANHÃ.

Fortaleza (02/02/2018)	————→	Orós (04/02/2018)
Orós (04/02/2018)	————→	Fortaleza (04/02/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000117/18-1C

Nome do Proposto: JULIANA SOARES MONTEIRO
 CPF do Proposto: 630.927.783-91 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar 1º. encontro presencial da Disciplina de RELAÇÕES INTERPESSOAIS, no Polo de JAGUARIBE no dia 03/02/2018 no turno da TARDE.

Fortaleza (03/02/2018)	————→	Limoeiro do Norte (04/02/2018)
Limoeiro do Norte (04/02/2018)	————→	Fortaleza (04/02/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000128/18-1C

Nome do Proposto: ANTONIO ROBERIO CARVALHO DOS SANTOS
 CPF do Proposto: 034.505.473-30 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar 1º. encontro presencial da Disciplina de RELAÇÕES INTERPESSOAIS, no Polo de JAGUARIBE no dia 03/02/2018 no turno da TARDE.

Fortaleza (01/02/2018)	————→	Jaguaribe (03/02/2018)
Jaguaribe (03/02/2018)	————→	Fortaleza (03/02/2018)
Valor das Diárias:		360.50

Reitoria

PCDP 000166/18-1C

Nome do Proposto: NADEDJA MAIA GUIMARAES
 CPF do Proposto: 749.488.303-72 Cargo ou Função: ENGENHEIRO-AREA
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Visita técnica aos campi do Jaguaruana e Limoeiro do Norte para inspeção dos serviços iniciados pela empresa JB. Tabuleiro do Norte para assinatura de ordem de serviços e esclarecimentos dos serviços a empresa E&L.

Fortaleza (07/02/2018)	————→	Jaguaruana (07/02/2018)
Jaguaruana (07/02/2018)	————→	Limoeiro do Norte (07/02/2018)
Limoeiro do Norte (07/02/2018)	————→	Tabuleiro do Norte (07/02/2018)
Tabuleiro do Norte (07/02/2018)	————→	Fortaleza (07/02/2018)
Valor das Diárias:		67.68

PCDP 000172/18

Nome do Proposto: LUCAS QUEIROZ WAGNER
CPF do Proposto: 001.746.313-08 **Cargo ou Função:** ADMINISTRADOR
Motivo da Viagem: Nacional - Treinamento
Descrição Motivo: Capacitação em GEstão da Inovação, será realizada conforme curso de Innovation Mangement Professional (IMP) oferecido pela Steinbeis University Berlin-School of Internanational Business and Entrepreneurship (STEINBAEIS - SIBE do Brasil) envolve incursão teoricas e praticas.

Fortaleza (25/02/2018)	→	Brasília (28/02/2018)
Brasília (28/02/2018)	→	Fortaleza (28/02/2018)
Valor das Diárias:		817.24

Pró-Reitoria de Ensino

PCDP 000189/18

Nome do Proposto: REUBER SARAIVA DE SANTIAGO
CPF do Proposto: 705.475.803-04 **Cargo ou Função:** PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
Descrição Motivo: Reunião de planejamento da PROEN no IFCE campus Guaramiranga.

Fortaleza (01/02/2018)	→	Guaramiranga (03/02/2018)
Guaramiranga (03/02/2018)	→	Fortaleza (03/02/2018)
Valor das Diárias:		487.11

Diretoria de Educação a Distância

PCDP 000200/18

Nome do Proposto: JOAO PAULO DA SILVA JUNIOR
CPF do Proposto: 044.062.643-96 **Cargo ou Função:**
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
Descrição Motivo: Realizar o Encontro Presencial da disciplina de Fundamentos de desenvolvimento web para os alunos do curso Técnico em Informática do MédioTec EaD, do Polo de Campos Sales que ocorrerá dia 24/02/2018, das 8h às 17h.

Fortaleza (23/02/2018)	→	Campos Sales (24/02/2018)
Campos Sales (24/02/2018)	→	Fortaleza (25/02/2018)
Valor das Diárias:		537.50

PCDP 000213/18

Nome do Proposto: NATHALIA BARROS DOS SANTOS LIRA
CPF do Proposto: 017.906.233-67 **Cargo ou Função:**
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Matemática Discreta, no dia 17/02/18, de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Juazeiro do Norte (16/02/2018)	→	Jaguaribe (17/02/2018)
Jaguaribe (17/02/2018)	→	Juazeiro do Norte (17/02/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000219/18

Nome do Proposto: DELMIRO JORGE SOUZA AGUIAR
CPF do Proposto: 025.876.153-99 **Cargo ou Função:**
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Matemática Discreta, no dia 17/02/18, de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Fortaleza (16/02/2018)	→	Sobral (16/02/2018)
Sobral (16/02/2018)	→	Meruoca (17/02/2018)
Meruoca (17/02/2018)	→	Sobral (18/02/2018)
Sobral (18/02/2018)	→	Fortaleza (18/02/2018)

PCDP 000221/18

Nome do Proposto: JOSE AIRTON DE LIMA
CPF do Proposto: 229.821.673-87 Cargo ou Função:
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Matemática Discreta, no dia 17/02/18, de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Fortaleza (16/02/2018)	→	Tauá (18/02/2018)
Tauá (18/02/2018)	→	Fortaleza (18/02/2018)
Valor das Diárias:		537.50

PCDP 000223/18

Nome do Proposto: LAENIA CHAGAS DE OLIVEIRA
CPF do Proposto: 144.783.583-20 Cargo ou Função: PEDAGOGO-AREA
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Estágio IV, no dia 17/02/18 de 08h às 12h e de 13h às 15h.

Juazeiro do Norte (16/02/2018)	→	Quixeramobim (17/02/2018)
Quixeramobim (17/02/2018)	→	Juazeiro do Norte (17/02/2018)
Valor das Diárias:		339.68

PCDP 000224/18

Nome do Proposto: FRANCISCA SIMONE GOMES DE OLIVEIRA
CPF do Proposto: 307.679.893-68 Cargo ou Função:
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Estágio IV, no dia 17/02/18 de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Iguatu (16/02/2018)	→	Jaguaribe (17/02/2018)
Jaguaribe (17/02/2018)	→	Iguatu (18/02/2018)
Valor das Diárias:		537.50

PCDP 000225/18

Nome do Proposto: MARIA IDALINA DE ARAUJO BEZERRA
CPF do Proposto: 362.633.383-34 Cargo ou Função:
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Estágio IV, no dia 17/02/18 de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Fortaleza (16/02/2018)	→	Itapipoca (17/02/2018)
Itapipoca (17/02/2018)	→	Fortaleza (17/02/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000226/18

Nome do Proposto: MARIA DE CASTRO DAMAZIO QUEIROZ
CPF do Proposto: 461.768.613-49 Cargo ou Função:
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Estágio IV, no dia 17/02/18 de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Fortaleza (16/02/2018)	→	Limoeiro do Norte (17/02/2018)
Limoeiro do Norte (17/02/2018)	→	Fortaleza (17/02/2018)
Valor das Diárias:		360.50

Gabinete

PCDP 000227/18

Nome do Proposto: ANDERSON DE CASTRO LIMA

CPF do Proposto: 801.152.333-34 Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Participação no programa Innovation Management Professional, uma capacitação do MEC via Edital 01/2017 para capacitação em Gestão da Inovação.

Fortaleza (25/02/2018)	→	Brasília (01/03/2018)
Brasília (01/03/2018)	→	Fortaleza (01/03/2018)
Valor das Diárias:		1,020.62

Reitoria

PCDP 000233/18

Nome do Proposto: MILENA MENDES DA COSTA
 CPF do Proposto: 989.584.373-91 Cargo ou Função: AUDITOR
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Ministrará palestra sobre Controles Internos da Gestão e gestão de risco em Crateús no II Encontro de Administração - campus Crateús.

Fortaleza (17/01/2018)	→	Crateús (17/01/2018)
Crateús (17/01/2018)	→	Fortaleza (17/01/2018)
Valor das Diárias:		67.68

Diretoria de Educação a Distância

PCDP 000239/18

Nome do Proposto: JOAO PAULO DE ARAUJO SOUZA
 CPF do Proposto: 063.145.283-48 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Cálculo II, no dia 17/02/18, de 08h às 12h e de 13h às 15h.

Juazeiro do Norte (16/02/2018)	→	Quixeramobim (17/02/2018)
Quixeramobim (17/02/2018)	→	Juazeiro do Norte (17/02/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000240/18

Nome do Proposto: ALUISIO CABRAL DE LIMA
 CPF do Proposto: 430.602.264-15 Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Cálculo II no dia 17/02/18, de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Fortaleza (16/02/2018)	→	Camocim (18/02/2018)
Camocim (18/02/2018)	→	Fortaleza (18/02/2018)
Valor das Diárias:		516.68

PCDP 000241/18

Nome do Proposto: FRANCISCO ODECIO SALES
 CPF do Proposto: 007.099.973-29 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Cálculo II, no dia 17/02/18, de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Fortaleza (16/02/2018)	→	Tauá (18/02/2018)
Tauá (18/02/2018)	→	Fortaleza (18/02/2018)
Valor das Diárias:		537.50

PCDP 000242/18

Nome do Proposto: GILDEMARIO LIMA FREIRE
 CPF do Proposto: 784.268.553-34 Cargo ou Função:

Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço

Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Cálculo II, no dia 17/02/18, de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Fortaleza (16/02/2018)	→	Ubjara (17/02/2018)
Ubjara (17/02/2018)	→	Fortaleza (18/02/2018)
Valor das Diárias:		537.50

PCDP 000243/18

Nome do Proposto: RAIMUNDO NONATO ARAUJO DA SILVA

CPF do Proposto: 414.154.503-15

Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO

Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço

Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Cálculo II no dia 17/02/18, de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Fortaleza (16/02/2018)	→	Itapipoca (17/02/2018)
Itapipoca (17/02/2018)	→	Fortaleza (17/02/2018)
Valor das Diárias:		339.68

PCDP 000246/18

Nome do Proposto: EDUARDO FERREIRA MATIAS

CPF do Proposto: 014.590.023-18

Cargo ou Função:

Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço

Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Cálculo II no dia 17/02/18, de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Juazeiro do Norte (16/02/2018)	→	Jaguaribe (17/02/2018)
Jaguaribe (17/02/2018)	→	Juazeiro do Norte (17/02/2018)
Valor das Diárias:		360.50

Reitoria

PCDP 000248/18

Nome do Proposto: CARLOS MAURICIO JABORANDY DE MATTOS DOURADO JUNIOR

CPF do Proposto: 643.590.183-04

Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO

Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço

Descrição Motivo: Participação do encontro para a construção do PDI e COLDIR em Guaramiranga.

Fortaleza (02/02/2018)	→	Guaramiranga (03/02/2018)
Guaramiranga (03/02/2018)	→	Fortaleza (03/02/2018)
Valor das Diárias:		296.43

Diretoria de Educação a Distância

PCDP 000249/18

Nome do Proposto: LILIA SANTOS GONCALVES

CPF do Proposto: 013.261.663-79

Cargo ou Função:

Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço

Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Cálculo II no dia 17/02/18, de 08h às 12h e de 13h às 16h.

Juazeiro do Norte (16/02/2018)	→	Icó (16/02/2018)
Icó (16/02/2018)	→	Orós (17/02/2018)
Orós (17/02/2018)	→	Icó (17/02/2018)
Icó (17/02/2018)	→	Juazeiro do Norte (17/02/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000266/18

Nome do Proposto: FRANCISCO ERINALDO QUEIROZ DE ALMEIDA

CPF do Proposto: 310.983.123-68

Cargo ou Função:

Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço**Descrição Motivo:** Realizar Encontro Presencial da Disciplina Informática Aplicada ao Ensino de Matemática, no dia 24/02/18 de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Fortaleza (23/02/2018)	→	Camocim (25/02/2018)
Camocim (25/02/2018)	→	Fortaleza (25/02/2018)
Valor das Diárias:		537.50

PCDP 000267/18**Nome do Proposto:** ALUISIO CABRAL DE LIMA**CPF do Proposto:** 430.602.264-15**Cargo ou Função:** PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**Motivo da Viagem:** Nacional - A Serviço**Descrição Motivo:** Realizar Encontro Presencial da Disciplina Metod. do Trabalho Científico, no dia 24/02/18 de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Fortaleza (23/02/2018)	→	Quixeramobim (24/02/2018)
Quixeramobim (24/02/2018)	→	Fortaleza (24/02/2018)
Valor das Diárias:		339.68

PCDP 000268/18**Nome do Proposto:** FRANCISCO DANIEL SILVA DE SOUZA**CPF do Proposto:** 641.568.773-53**Cargo ou Função:****Motivo da Viagem:** Nacional - A Serviço**Descrição Motivo:** Realizar Encontro Presencial da Disciplina Informática Aplicada ao Ensino de Matemática, no dia 24/02/18 de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Fortaleza (23/02/2018)	→	Itapipoca (24/02/2018)
Itapipoca (24/02/2018)	→	Fortaleza (24/02/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000269/18**Nome do Proposto:** THAINA DE SOUSA MENEZES**CPF do Proposto:** 053.859.353-95**Cargo ou Função:****Motivo da Viagem:** Nacional - A Serviço**Descrição Motivo:** Realizar Encontro Presencial da Disciplina Informática Aplicada ao Ensino de Matemática, no dia 24/02/18 de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Juazeiro do Norte (23/02/2018)	→	Jaguaribe (24/02/2018)
Jaguaribe (24/02/2018)	→	Juazeiro do Norte (24/02/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000270/18**Nome do Proposto:** CICERO JOSE LIMA SILVA**CPF do Proposto:** 347.119.023-68**Cargo ou Função:****Motivo da Viagem:** Nacional - A Serviço**Descrição Motivo:** Realizar Encontro Presencial da Disciplina Informática Aplicada ao Ensino de Matemática, no dia 24/02/18 de 08h às 12h e de 13h às 16h.

Juazeiro do Norte (23/02/2018)	→	Icó (23/02/2018)
Icó (23/02/2018)	→	Orós (24/02/2018)
Orós (24/02/2018)	→	Icó (24/02/2018)
Icó (24/02/2018)	→	Juazeiro do Norte (24/02/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000271/18**Nome do Proposto:** CARLOS RENEE MARTINS MACIEL**CPF do Proposto:** 021.820.443-45**Cargo ou Função:****Motivo da Viagem:** Nacional - A Serviço**Descrição Motivo:** Realizar Encontro Presencial da Disciplina Informática Aplicada ao Ensino de Matemática, no dia 24/02/18 de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Fortaleza (23/02/2018)	————→	Sobral (23/02/2018)
Sobral (23/02/2018)	————→	Meruoca (24/02/2018)
Meruoca (24/02/2018)	————→	Sobral (25/02/2018)
Sobral (25/02/2018)	————→	Fortaleza (25/02/2018)
Valor das Diárias:		537.50

PCDP 000274/18

Nome do Proposto:	LETICIA NEVES SOUZA	
CPF do Proposto:	625.066.500-59	Cargo ou Função:
Motivo da Viagem:	Nacional - A Serviço	
Descrição Motivo:	Realizar o 2º. encontro presencial das Disciplinas de SISTEMAS E TÉCNICAS DE GOVERNANÇA e SISTEMAS E TÉCNICAS DE RECEPÇÃO no Polo de CAMOCIM no dia 03/03/2018 , no turno da MANHÃ E TARDE	
Fortaleza (02/03/2018)	————→	Camocim (04/03/2018)
Camocim (04/03/2018)	————→	Fortaleza (04/03/2018)
Valor das Diárias:		537.50

PCDP 000274/18-1C

Nome do Proposto:	LETICIA NEVES SOUZA	
CPF do Proposto:	625.066.500-59	Cargo ou Função:
Motivo da Viagem:	Nacional - A Serviço	
Descrição Motivo:	Realizar o 2º. encontro presencial das Disciplinas de SISTEMAS E TÉCNICAS DE GOVERNANÇA e SISTEMAS E TÉCNICAS DE RECEPÇÃO no Polo de CAMOCIM no dia 03/03/2018 , no turno da MANHÃ E TARDE	
Fortaleza (02/03/2018)	————→	Camocim (03/03/2018)
Camocim (03/03/2018)	————→	Fortaleza (04/03/2018)
Valor das Diárias:		537.50

PCDP 000275/18

Nome do Proposto:	FRANCISCO DIEGO MOREIRA OLIVEIRA	
CPF do Proposto:	002.381.193-51	Cargo ou Função:
Motivo da Viagem:	Nacional - A Serviço	
Descrição Motivo:	Realizar Encontro Presencial da Disciplina Informática Aplicada ao Ensino de Matemática, no dia 24/02/18 de 08h às 12h e de 13h às 17h.	
Fortaleza (23/02/2018)	————→	Tauá (25/02/2018)
Tauá (25/02/2018)	————→	Fortaleza (25/02/2018)
Valor das Diárias:		537.50

Gabinete

PCDP 000282/18

Nome do Proposto:	BELCHIOR DE OLIVEIRA ROCHA	
CPF do Proposto:	088.701.524-72	Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
Motivo da Viagem:	Nacional - Encontro/Seminário	
Descrição Motivo:	Participar, como palestrante de seminário de planejamento do IFCE	
Natal (01/02/2018)	————→	Fortaleza (02/02/2018)
Fortaleza (02/02/2018)	————→	Natal (02/02/2018)
Valor das Diárias:		371.96

Reitoria

PCDP 000288/18

Nome do Proposto:	ANTONIO WEBSTER SOARES DO NASCIMENTO	
CPF do Proposto:	048.195.243-80	Cargo ou Função: ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
Motivo da Viagem:	Nacional - A Serviço	

Descrição Motivo: Participação de Curso In Company Instrução Normativa nº 05/2017

Guaramiranga (22/01/2018)	————→	Fortaleza (26/01/2018)
Fortaleza (26/01/2018)	————→	Guaramiranga (26/01/2018)
Valor das Diárias:		851.70

PCDP 000289/18

Nome do Proposto: BRUNO SILVA NUNES
 CPF do Proposto: 979.965.133-68 Cargo ou Função: ENGENHEIRO-AREA
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar visita técnica aos campi das cidades visitadas, para fiscalizar serviços de manutenção predial e obra de ampliação do bloco didático e, Umirim.

Fortaleza (09/02/2018)	————→	São Gonçalo do Amarante (09/02/2018)
São Gonçalo do Amarante (09/02/2018)	————→	Umirim (09/02/2018)
Umirim (09/02/2018)	————→	Itapipoca (09/02/2018)
Itapipoca (09/02/2018)	————→	Fortaleza (09/02/2018)
Valor das Diárias:		67.68

PCDP 000290/18

Nome do Proposto: BRUNO SILVA NUNES
 CPF do Proposto: 979.965.133-68 Cargo ou Função: ENGENHEIRO-AREA
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar visita técnica ao campus de Canindé para fiscalizar serviço de manutenção predial

Fortaleza (08/02/2018)	————→	Canindé (08/02/2018)
Canindé (08/02/2018)	————→	Fortaleza (08/02/2018)
Valor das Diárias:		67.68

Diretoria de Educação a Distância

PCDP 000291/18

Nome do Proposto: FABYANO NOGUEIRA DE BRITO
 CPF do Proposto: 001.888.213-76 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar o Encontro Presencial da Disciplina de Empreendedorismo para os alunos do curso Técnico em Informática do MédioTecEad, do pólo de CAMPOS SALES que ocorrerá dia 03/03/2018, das 08h às 17h.

Crato (02/03/2018)	————→	Campos Sales (03/03/2018)
Campos Sales (03/03/2018)	————→	Crato (03/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

Reitoria

PCDP 000324/18

Nome do Proposto: JOAO PAULO ARCELINO DO REGO
 CPF do Proposto: 913.531.223-87 Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Audiência com o deputado Federal Domingos Neto e o Ministro da Educação Mendonça Filho para tratar da estruturação do campus Boa Viagem como centro de referência em pesquisa e inovação.

Fortaleza (21/02/2018)	————→	Brasília (21/02/2018)
Brasília (21/02/2018)	————→	Fortaleza (21/02/2018)
Valor das Diárias:		208.13

Diretoria de Educação a Distância

PCDP 000325/18

Nome do Proposto: CARLA PATRICIA SOUZA RODRIGUES PINHEIRO
 CPF do Proposto: 620.476.473-04 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar o 2º. encontro presencial da Disciplina de CONTABILIDADE APLICADA, no pólo de QUIXERAMOBIM no dia 03/03/2018, no turno de MANHÃ.

Fortaleza (02/03/2018)	→	Quixeramobim (03/03/2018)
Quixeramobim (03/03/2018)	→	Fortaleza (03/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000329/18

Nome do Proposto: VICTOR HUGO SANTOS DE CASTRO
 CPF do Proposto: 014.844.243-95 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar o 2º. encontro presencial das Disciplinas de SISTEMAS E TÉCNICAS DE GOVERNANÇA e SISTEMAS E TÉCNICAS DE RECEPÇÃO no Polo de MERUOCA no dia 03/03/2018, no turno da MANHÃ E TARDE

Fortaleza (02/03/2018)	→	Sobral (02/03/2018)
Sobral (02/03/2018)	→	Meruoca (04/03/2018)
Meruoca (04/03/2018)	→	Sobral (04/03/2018)
Sobral (04/03/2018)	→	Fortaleza (04/03/2018)
Valor das Diárias:		537.50

PCDP 000330/18

Nome do Proposto: MAGDA MARIA DOS SANTOS BRUNO
 CPF do Proposto: 513.620.583-00 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar o 2º. encontro presencial da Disciplina de CONTABILIDADE APLICADA, no pólo de ITAREMA no dia 03/03/2018, no turno de MANHÃ.

Fortaleza (02/03/2018)	→	Itarema (03/03/2018)
Itarema (03/03/2018)	→	Fortaleza (03/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000331/18

Nome do Proposto: CARLOS SERGIO RODRIGUES DA SILVA
 CPF do Proposto: 001.223.763-90 Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar o 2º. encontro presencial da Disciplina de CONTABILIDADE APLICADA, no pólo de MERUOCA no dia 03/03/2018, no turno de MANHÃ.

Fortaleza (02/03/2018)	→	Sobral (02/03/2018)
Sobral (02/03/2018)	→	Meruoca (03/03/2018)
Meruoca (03/03/2018)	→	Sobral (03/03/2018)
Sobral (03/03/2018)	→	Fortaleza (03/03/2018)
Valor das Diárias:		339.68

PCDP 000332/18

Nome do Proposto: RAIMUNDO NONATO ARAUJO DA SILVA
 CPF do Proposto: 414.154.503-15 Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar o 2º. encontro presencial da Disciplina de CONTABILIDADE APLICADA, no pólo de JAGUARIBE no dia 03/03/2018, no turno de MANHÃ.

Fortaleza (02/03/2018)	→	Jaguaribe (03/03/2018)

Jaguaribe (03/03/2018)	—————▶	Fortaleza (03/03/2018)
Valor das Diárias:		339.68

PCDP 000333/18

Nome do Proposto: DELMIRO JORGE SOUZA AGUIAR
 CPF do Proposto: 025.876.153-99 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar o 2º. encontro presencial da Disciplina de CONTABILIDADE APLICADA, no pólo de BEBERIBE no dia 05/03/2018, no turno de NOITE.

Fortaleza (05/03/2018)	—————▶	Beberibe (06/03/2018)
Beberibe (06/03/2018)	—————▶	Fortaleza (06/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000334/18

Nome do Proposto: DENISE FERNANDES NOGUEIRA
 CPF do Proposto: 625.908.803-59 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar o 2º. encontro presencial da Disciplina de RELAÇÕES INTERPESSOAIS, no pólo de MERUOCA no dia 03/03/2018, no turno de TARDE.

Fortaleza (02/03/2018)	—————▶	Sobral (02/03/2018)
Sobral (02/03/2018)	—————▶	Meruoca (04/03/2018)
Meruoca (04/03/2018)	—————▶	Sobral (04/03/2018)
Sobral (04/03/2018)	—————▶	Fortaleza (04/03/2018)
Valor das Diárias:		537.50

PCDP 000335/18

Nome do Proposto: EKLESIO VIEIRA PEIXOTO
 CPF do Proposto: 692.533.584-91 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar o 2º. encontro presencial da Disciplina de CONTABILIDADE APLICADA, no pólo de ITAPIPOCA no dia 03/03/2018, no turno de MANHÃ.

Fortaleza (02/03/2018)	—————▶	Itapipoca (03/03/2018)
Itapipoca (03/03/2018)	—————▶	Fortaleza (03/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000336/18

Nome do Proposto: FABIOLA RAMOS NOGUEIRA ALEXANDRINO
 CPF do Proposto: 656.020.303-44 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar o 2º. encontro presencial das Disciplinas de SISTEMAS E TÉCNICAS DE GOVERNANÇA e SISTEMAS E TÉCNICAS DE RECEPÇÃO no Polo de ITAREMA no dia 03/03/2018, no turno da MANHÃ E TARDE

Fortaleza (02/03/2018)	—————▶	Itarema (04/03/2018)
Itarema (04/03/2018)	—————▶	Fortaleza (04/03/2018)
Valor das Diárias:		537.50

PCDP 000336/18-1C

Nome do Proposto: FABIOLA RAMOS NOGUEIRA ALEXANDRINO
 CPF do Proposto: 656.020.303-44 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar o 2º. encontro presencial das Disciplinas de SISTEMAS E TÉCNICAS DE GOVERNANÇA e SISTEMAS E TÉCNICAS DE RECEPÇÃO no Polo de ITAREMA no dia 03/03/2018, no turno da MANHÃ E TARDE

Fortaleza (02/03/2018)	—————▶	Itarema (03/03/2018)

Itarema (03/03/2018)



Fortaleza (03/03/2018)

Valor das Diárias:

360.50

Reitoria

PCDP 000339/18

Nome do Proposto: ANA CAROLINE CABRAL CRISTINO

CPF do Proposto: 999.942.833-91

Cargo ou Função: PSICOLOGO AREA

Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço

Descrição Motivo: Reunião Anual de Planejamento de 67ª Reunião do Colégio de Dirigentes.

Fortaleza (31/01/2018)



Guaramiranga (03/02/2018)

Guaramiranga (03/02/2018)



Fortaleza (03/02/2018)

Valor das Diárias:

677.79

Diretoria de Educação a Distância

PCDP 000340/18

Nome do Proposto: SEBASTIAO ERAILSON DE SOUSA SANTOS

CPF do Proposto: 935.999.863-04

Cargo ou Função:

Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço

Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Informática Aplicada ao Ensino de Matemática, no dia 24/02/18 de 08h às 12h e de 13h às 15h.

Juazeiro do Norte (23/02/2018)



Quixeramobim (24/02/2018)

Quixeramobim (24/02/2018)



Juazeiro do Norte (24/02/2018)

Valor das Diárias:

360.50

PCDP 000341/18

Nome do Proposto: MARIA SANDRA PERES DA SILVA

CPF do Proposto: 386.147.823-49

Cargo ou Função:

Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço

Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Inform. Aplicada ao Ensino da Matemática, no dia 24/02/18 de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Fortaleza (23/02/2018)



Ubajara (24/02/2018)

Ubajara (24/02/2018)



Fortaleza (25/02/2018)

Valor das Diárias:

537.50

PCDP 000342/18

Nome do Proposto: ALMERI GADELHA DA SILVA

CPF do Proposto: 836.683.143-49

Cargo ou Função:

Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço

Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Metod. do Trabalho Científico, no dia 24/02/18 de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Fortaleza (23/02/2018)



Limoeiro do Norte (24/02/2018)

Limoeiro do Norte (24/02/2018)



Fortaleza (24/02/2018)

Valor das Diárias:

360.50

PCDP 000343/18

Nome do Proposto: RONIERIS BERNADINO DOS REIS SILVA

CPF do Proposto: 033.345.313-17

Cargo ou Função:

Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço

Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Metod. do Trabalho Científico, no dia 24/02/18 de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Juazeiro do Norte (23/02/2018)



Jaguaribe (24/02/2018)

Jaguaribe (24/02/2018)



Juazeiro do Norte (24/02/2018)

Reitoria

PCDP 000346/18

Nome do Proposto: FRANCISCO HILARIO DA SILVA NETO
CPF do Proposto: 199.974.504-34 Cargo ou Função: ENGENHEIRO-AREA
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
Descrição Motivo: Inspeção técnica na obra de construção de 2 salas de aula no pavimento térreo do bloco didático e adaptação de sala para refeitório do campus Tauá.

Fortaleza (06/02/2018)	→	Tauá (06/02/2018)
Tauá (06/02/2018)	→	Fortaleza (06/02/2018)
Valor das Diárias:		84.93

PCDP 000356/18

Nome do Proposto: STENIO WAGNER PEREIRA DE QUEIROZ
CPF do Proposto: 883.997.453-91 Cargo ou Função: ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
Descrição Motivo: Participação do Encontro Anual de Gestores realizado no período 01/02/18 a 03/02/18 em Guaramiranga.

Fortaleza (31/01/2018)	→	Guaramiranga (02/02/2018)
Guaramiranga (02/02/2018)	→	Fortaleza (02/02/2018)
Valor das Diárias:		466.29

PCDP 000363/18

Nome do Proposto: DIANA GUIMARAES AZIN
CPF do Proposto: 510.996.243-04 Cargo ou Função: PROCURADOR FEDERAL
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
Descrição Motivo: Participação no fórum dos Procuradores-Chefes da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação a ser realizado em Bento Gonçalves/RS, nos dias 4 e 5 de abril de 2018, em atendimento ao Memorando nº 00002/2018/PGF/AGU.

Fortaleza (03/04/2018)	→	Porto Alegre (06/04/2018)
Porto Alegre (06/04/2018)	→	Fortaleza (06/04/2018)
Valor das Diárias:		900.02

PCDP 000368/18

Nome do Proposto: ANTONIA LUCIVANIA DE SOUSA MONTE
CPF do Proposto: 260.811.303-63 Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
Descrição Motivo: Acompanhar comissão do INEP/MEC na visita in loco durante credenciamento Institucional que ocorrerá no campus Sobral

Fortaleza (25/02/2018)	→	Sobral (28/02/2018)
Sobral (28/02/2018)	→	Fortaleza (28/02/2018)
Valor das Diárias:		677.79

PCDP 000369/18

Nome do Proposto: CLAUDIO FERREIRA OLIVEIRA
CPF do Proposto: 912.885.253-20 Cargo ou Função: TECNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
Descrição Motivo: Realizar visita ao Campus Sobral para analisar a documentação que será apresentada durante a visita in loco para o Recredenciamento Institucional.

Fortaleza (08/02/2018)	→	Guaramiranga (08/02/2018)
Guaramiranga (08/02/2018)	→	Fortaleza (08/02/2018)
Valor das Diárias:		84.93

Gabinete

PCDP 000385/18

Nome do Proposto: REBECA CASEMIRO DE OLIVEIRA LOIOLA
 CPF do Proposto: 009.048.193-37 Cargo ou Função: JORNALISTA
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Organizar e secretariar a Reunião Anual de Planejamento da Gestão do IFCE

Fortaleza (31/01/2018)	→	Guaramiranga (02/02/2018)
Guaramiranga (02/02/2018)	→	Fortaleza (02/02/2018)
Valor das Diárias:		380.04

Reitoria

PCDP 000387/18

Nome do Proposto: ANTONIA LUCIVANIA DE SOUSA MONTE
 CPF do Proposto: 260.811.303-63 Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar visita ao campus Sobral para analisar a documentação que será apresentada durante a visita in loco para o Recredenciamento Institucional.

Fortaleza (08/02/2018)	→	Sobral (08/02/2018)
Sobral (08/02/2018)	→	Fortaleza (08/02/2018)
Valor das Diárias:		84.93

PCDP 000392/18

Nome do Proposto: JARBANI SUCUPIRA ALVES DE CASTRO
 CPF do Proposto: 845.366.673-34 Cargo ou Função: PEDAGOGO-AREA
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Representar a Pró-reitoria de Ensino e dar suporte ao campos de Jaguaribe por ocasião da avaliação in loco para reconhecimento do Curso de Tecnologia em Redes de Computadores.

Fortaleza (18/02/2018)	→	Jaguaribe (20/02/2018)
Jaguaribe (20/02/2018)	→	Fortaleza (20/02/2018)
Valor das Diárias:		487.11

PCDP 000399/18

Nome do Proposto: CLAUDIO FERREIRA OLIVEIRA
 CPF do Proposto: 912.885.253-20 Cargo ou Função: TECNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Participação da Reunião Técnica de Trabalho PDI

Fortaleza (01/02/2018)	→	Guaramiranga (01/02/2018)
Guaramiranga (01/02/2018)	→	Fortaleza (01/02/2018)
Valor das Diárias:		84.93

PCDP 000400/18

Nome do Proposto: MARFISA CARLA DE ABREU MACIEL CASTRO
 CPF do Proposto: 645.625.813-87 Cargo ou Função: ADMINISTRADOR
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Participação da reunião de planejamento das ações da Reitoria para o ano de 2018 a ocorrer no dia 2/2/2018, no IFCE campus Avançado Guaramiranga.

Fortaleza (01/02/2018)	→	Guaramiranga (02/02/2018)
Guaramiranga (02/02/2018)	→	Fortaleza (02/02/2018)
Valor das Diárias:		275.61

PCDP 000400/18-1C

Nome do Proposto: MARFISA CARLA DE ABREU MACIEL CASTRO
 CPF do Proposto: 645.625.813-87 Cargo ou Função: ADMINISTRADOR
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Participação da reunião de planejamento das ações da Reitoria para o ano de 2018 a ocorrer no dia 2/2/2018, no IFCE campus Avançado Guaramiranga.

Fortaleza (31/01/2018)	→	Guaramiranga (02/02/2018)
Guaramiranga (02/02/2018)	→	Fortaleza (02/02/2018)
Valor das Diárias:		466.29

PCDP 000401/18

Nome do Proposto: NADEDJA MAIA GUIMARAES
 CPF do Proposto: 749.488.303-72 Cargo ou Função: ENGENHEIRO-AREA
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Visita técnica na intenção de verificar os serviços de manutenção de hotel escola de Guaramiranga.

Fortaleza (05/02/2018)	→	Guaramiranga (05/02/2018)
Guaramiranga (05/02/2018)	→	Fortaleza (05/02/2018)
Valor das Diárias:		67.68

Diretoria de Educação a Distância

PCDP 000403/18

Nome do Proposto: CYNTHIA MARIA SILVA VASCONCELOS
 CPF do Proposto: 014.195.023-44 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Motivos: Realização do 1º encontro presencial da disciplina de Educação Inclusiva. O encontro ocorrerá no dia 03/03/2018, manhã e tarde.

Fortaleza (02/03/2018)	→	Quixeramobim (03/03/2018)
Quixeramobim (03/03/2018)	→	Fortaleza (03/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000404/18

Nome do Proposto: FABRICIA MARIA GONCALVES BARROS
 CPF do Proposto: 807.960.443-68 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Motivos: Realização do 1º encontro presencial da disciplina de Educação Inclusiva do curso de Licenciatura em EPCT. O encontro ocorrerá no dia 03/03/2018, manhã e tarde.

Fortaleza (02/03/2018)	→	Jaguaribe (04/03/2018)
Jaguaribe (04/03/2018)	→	Fortaleza (04/03/2018)
Valor das Diárias:		537.50

PCDP 000405/18

Nome do Proposto: FLAVIA DE CARVALHO FERREIRA
 CPF do Proposto: 501.665.573-15 Cargo ou Função: PEDAGOGO-AREA
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Motivos: Realização do 1º encontro presencial da disciplina de Educação Inclusiva do curso de Especialização em Docência em EPCT. O encontro ocorrerá no dia 03/03/2018, manhã e tarde.

Fortaleza (02/03/2018)	→	Orós (04/03/2018)
Orós (04/03/2018)	→	Fortaleza (04/03/2018)
Valor das Diárias:		516.68

PCDP 000406/18

Nome do Proposto: MARIA DAS GRACAS NUNES DOS SANTOS
 CPF do Proposto: 300.837.103-53 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço

Descrição Motivo: Motivos: Realização do 1º encontro presencial da disciplina de Educação Inclusiva do curso de Especialização em Docência em EPCT. O encontro ocorrerá no dia 03/03/2018, manhã e tarde.

Fortaleza (02/03/2018)	→	Itapipoca (03/03/2018)
Itapipoca (03/03/2018)	→	Fortaleza (03/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000407/18

Nome do Proposto: JULIANA SOARES MONTEIRO
CPF do Proposto: 630.927.783-91 **Cargo ou Função:**
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
Descrição Motivo: Realizar o 2º. encontro presencial da Disciplina de RELAÇÕES INTERPESSOAIS, no pólo de QUIXERAMOBIM no dia 03/03/2018, no turno de TARDE.

Fortaleza (03/03/2018)	→	Quixeramobim (04/03/2018)
Quixeramobim (04/03/2018)	→	Fortaleza (04/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação**PCDP 000408/18**

Nome do Proposto: ARINILSON MOREIRA CHAVES LIMA
CPF do Proposto: 560.672.593-20 **Cargo ou Função:** ODONTOLOGO
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
Descrição Motivo: Participação em reunião do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal do Ceará - IFCE

Limoeiro do Norte (05/03/2018)	→	Fortaleza (05/03/2018)
Fortaleza (05/03/2018)	→	Limoeiro do Norte (05/03/2018)
Valor das Diárias:		85.38

Reitoria**PCDP 000412/18**

Nome do Proposto: GUILHERME JULIO DA SILVA
CPF do Proposto: 015.371.693-27 **Cargo ou Função:** TRADUTOR INTERPRETE DE LINGUAGEM SINAIS
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
Descrição Motivo: Participar e colaborar com o evento e os movimentos sociais do estado do Ceará.

Fortaleza (12/03/2018)	→	Salvador (18/03/2018)
Salvador (18/03/2018)	→	Fortaleza (19/03/2018)
Valor das Diárias:		1,563.08

Gabinete**PCDP 000417/18**

Nome do Proposto: VIRGILIO AUGUSTO SALES ARARIPE
CPF do Proposto: 163.775.913-49 **Cargo ou Função:** PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
Descrição Motivo: 82ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - CONIF

Fortaleza (12/03/2018)	→	Aracaju (16/03/2018)
Aracaju (16/03/2018)	→	Fortaleza (17/03/2018)
Valor das Diárias:		1,571.05

PCDP 000417/18-1C

Nome do Proposto: VIRGILIO AUGUSTO SALES ARARIPE
CPF do Proposto: 163.775.913-49 **Cargo ou Função:** PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO

Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço

Descrição Motivo: 82ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - CONIF

Fortaleza (12/03/2018)	→	Aracaju (15/03/2018)
Aracaju (15/03/2018)	→	Fortaleza (16/03/2018)
Valor das Diárias:		1,283.75

Diretoria de Educação a Distância

PCDP 000421/18

Nome do Proposto: MATIAS REBOUCAS CUNHA

CPF do Proposto: 360.093.693-04

Cargo ou Função:

Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço

Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Estatística e Probabilidade, no dia 03/03/18 de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Fortaleza (02/03/2018)	→	Itapipoca (03/03/2018)
Itapipoca (03/03/2018)	→	Fortaleza (03/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000422/18

Nome do Proposto: ANTONIO FLAVIO RIBEIRO

CPF do Proposto: 378.737.253-91

Cargo ou Função:

Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço

Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Estatística e Probabilidade, no dia 03/03/18 de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Fortaleza (02/03/2018)	→	Limoeiro do Norte (03/03/2018)
Limoeiro do Norte (03/03/2018)	→	Fortaleza (03/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000423/18

Nome do Proposto: BETANIA TENORIO SOARES DA ROCHA

CPF do Proposto: 318.484.194-49

Cargo ou Função:

Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço

Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Psicologia do Desenvolvimento, no dia 03/03/18 de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Fortaleza (02/03/2018)	→	Camocim (04/03/2018)
Camocim (04/03/2018)	→	Fortaleza (04/03/2018)
Valor das Diárias:		537.50

PCDP 000424/18

Nome do Proposto: PAULO MAIA FERREIRA

CPF do Proposto: 285.130.533-68

Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO

Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço

Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Estatística e Probabilidade, no dia 03/03/18 de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Fortaleza (02/03/2018)	→	Quixeramobim (03/03/2018)
Quixeramobim (03/03/2018)	→	Fortaleza (03/03/2018)
Valor das Diárias:		339.68

PCDP 000425/18

Nome do Proposto: PAULO MARCELO SILVA RODRIGUES

CPF do Proposto: 440.724.223-04

Cargo ou Função:

Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço

Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Psicologia do Desenvolvimento, no dia 03/03/18 de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Fortaleza (02/03/2018)	————→	Itapipoca (03/03/2018)
Itapipoca (03/03/2018)	————→	Fortaleza (03/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000426/18

Nome do Proposto: SEBASTIAO ERAILSON DE SOUSA SANTOS
 CPF do Proposto: 935.999.863-04 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina História da Educação Brasileira, no dia 03/03/18 de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Juazeiro do Norte (02/03/2018)	————→	Juaribe (03/03/2018)
Juaribe (03/03/2018)	————→	Juazeiro do Norte (03/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000427/18

Nome do Proposto: MARIA DAS DORES BEZERRA
 CPF do Proposto: 644.467.603-78 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Psicologia do Desenvolvimento, no dia 03/03/18 de 08h às 12h e de 13 às 17h.

Juazeiro do Norte (02/03/2018)	————→	Juaribe (03/03/2018)
Juaribe (03/03/2018)	————→	Juazeiro do Norte (03/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000428/18

Nome do Proposto: LILIANA RODRIGUES DA SILVA
 CPF do Proposto: 755.421.613-91 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina História da Educação Brasileira, no dia 03/03/18 de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Fortaleza (02/03/2018)	————→	Sobral (02/03/2018)
Sobral (02/03/2018)	————→	Meruoca (03/03/2018)
Meruoca (03/03/2018)	————→	Sobral (04/03/2018)
Sobral (04/03/2018)	————→	Fortaleza (04/03/2018)
Valor das Diárias:		537.50

PCDP 000429/18

Nome do Proposto: ANA DE SENA TAVARES BEZERRA
 CPF do Proposto: 315.605.393-72 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina História da Educação Brasileira, no dia 03/03/18 de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Fortaleza (02/03/2018)	————→	Tauá (04/03/2018)
Tauá (04/03/2018)	————→	Fortaleza (04/03/2018)
Valor das Diárias:		537.50

PCDP 000430/18

Nome do Proposto: JOSE OSMAR FERREIRA SILVA FILHO
 CPF do Proposto: 658.380.763-72 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Psicologia do Desenvolvimento, no dia 03/03/18 de 08h às 12h e de 13 às 17h.

Fortaleza (02/03/2018)	————→	Limoeiro do Norte (03/03/2018)

Limoeiro do Norte (03/03/2018)	—————▶	Fortaleza (03/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000432/18

Nome do Proposto: YONARA SETUBAL LOIOLA
 CPF do Proposto: 764.228.523-04 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Psicologia do Desenvolvimento, no dia 03/03/18 de 08h às 12h e de 13 às 17h.

Fortaleza (02/03/2018)	—————▶	Sobral (02/03/2018)
Sobral (02/03/2018)	—————▶	Meruoca (03/03/2018)
Meruoca (03/03/2018)	—————▶	Sobral (04/03/2018)
Sobral (04/03/2018)	—————▶	Fortaleza (04/03/2018)
Valor das Diárias:		537.50

PCDP 000433/18

Nome do Proposto: JOICE MARIA DE SOUZA FERREIRA
 CPF do Proposto: 271.716.438-32 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Psicologia do Desenvolvimento, no dia 03/03/18 de 08h às 12h e de 13 às 16h.

Juazeiro do Norte (02/03/2018)	—————▶	Icó (02/03/2018)
Icó (02/03/2018)	—————▶	Orós (03/03/2018)
Orós (03/03/2018)	—————▶	Icó (03/03/2018)
Icó (03/03/2018)	—————▶	Juazeiro do Norte (03/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000434/18

Nome do Proposto: MARIA RODRIGUES DE BRITO
 CPF do Proposto: 031.505.893-55 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Psicologia do Desenvolvimento, no dia 03/03/18 de 08h às 12h e de 13 às 15h.

Juazeiro do Norte (02/03/2018)	—————▶	Quixeramobim (03/03/2018)
Quixeramobim (03/03/2018)	—————▶	Juazeiro do Norte (03/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000435/18

Nome do Proposto: MARIA SANDRA PERES DA SILVA
 CPF do Proposto: 386.147.823-49 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Psicologia do Desenvolvimento, no dia 03/03/18 de 08h às 12h e de 13 às 17h.

Fortaleza (02/03/2018)	—————▶	Ubajara (03/03/2018)
Ubajara (03/03/2018)	—————▶	Fortaleza (04/03/2018)
Valor das Diárias:		537.50

Reitoria**PCDP 000436/18**

Nome do Proposto: JARBANI SUCUPIRA ALVES DE CASTRO
 CPF do Proposto: 845.366.673-34 Cargo ou Função: PEDAGOGO-AREA
 Motivo da Viagem: Nacional - Congresso

Descrição Motivo: Acompanhar o processo de avaliação in loco para a renovação de reconhecimento do curso de Tecnologia em Telemática do Campus de Tauá.

Fortaleza (07/03/2018)	→	Tauá (09/03/2018)
Tauá (09/03/2018)	→	Fortaleza (09/03/2018)
Valor das Diárias:		466.29

Diretoria de Educação a Distância

PCDP 000437/18

Nome do Proposto: LUIZA RAVENA PONTES ARAUJO
CPF do Proposto: 035.766.963-00 **Cargo ou Função:**
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
Descrição Motivo: Realizar o 2º. encontro presencial da Disciplina de ESPANHOL BÁSICO, no pólo de BEBERIBE no dia 20/03/2018, no turno da NOITE.

Fortaleza (20/03/2018)	→	Beberibe (21/03/2018)
Beberibe (21/03/2018)	→	Fortaleza (21/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

Reitoria

PCDP 000438/18

Nome do Proposto: NADEDJA MAIA GUIMARAES
CPF do Proposto: 749.488.303-72 **Cargo ou Função:** ENGENHEIRO-AREA
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
Descrição Motivo: Inspeção Predial no campus Aracati e assinatura da ordem de serviços, contrato 11/2017- empresa dinâmica.

Fortaleza (22/02/2018)	→	Aracati (22/02/2018)
Aracati (22/02/2018)	→	Fortaleza (22/02/2018)
Valor das Diárias:		67.68

Diretoria de Educação a Distância

PCDP 000439/18

Nome do Proposto: JULLYANA NASCIMENTO DE OLIVEIRA
CPF do Proposto: 007.114.883-39 **Cargo ou Função:**
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
Descrição Motivo: Realizar o encontro presencial da Disciplina de HIGIENE ALIMENTAR E NOÇÕES DE NUTRIÇÃO, no pólo de ORÓS no dia 24/03/2018, no turno de MANHÃ.

Fortaleza (23/03/2018)	→	Orós (24/03/2018)
Orós (24/03/2018)	→	Fortaleza (24/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000440/18

Nome do Proposto: THIAGO COSTA HOLANDA
CPF do Proposto: 014.966.343-90 **Cargo ou Função:**
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
Descrição Motivo: Realizar o encontro presencial da Disciplina de HIGIENE ALIMENTAR E NOÇÕES DE NUTRIÇÃO, no pólo de BEBERIBE no dia 24/03/2018, no turno de MANHÃ.

Fortaleza (23/03/2018)	→	Beberibe (24/03/2018)
Beberibe (24/03/2018)	→	Fortaleza (24/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000441/18

Nome do Proposto: MARISE MAGALHAES OLIMPIO

CPF do Proposto: 995.600.893-15 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar o encontro presencial da Disciplina de HIGIENE ALIMENTAR E NOÇÕES DE NUTRIÇÃO, no pólo de JAGUARIBE no dia 24/03/2018, no turno de MANHÃ.

Fortaleza (23/03/2018)	→	Jaguaribe (24/03/2018)
Jaguaribe (24/03/2018)	→	Fortaleza (24/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000442/18

Nome do Proposto: AURICELIA DE SOUZA MORAIS
 CPF do Proposto: 461.424.283-91 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar o encontro presencial da Disciplina de HIGIENE ALIMENTAR E NOÇÕES DE NUTRIÇÃO, no pólo de TAUÁ no dia 24/03/2018, no turno de MANHÃ.

Fortaleza (23/03/2018)	→	Tauá (24/03/2018)
Tauá (24/03/2018)	→	Fortaleza (24/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

Reitoria

PCDP 000448/18

Nome do Proposto: ANNARA CRISTINA OLIVEIRA SANTOS
 CPF do Proposto: 013.863.713-00 Cargo ou Função: ADMINISTRADOR
 Motivo da Viagem: Nacional - Congresso
 Descrição Motivo: Participação do 13º Congresso Brasileiro de Pregoeiros, a ser realizado pelo Instituto Negócios Público do Brasil -Estudos e Pesquisas na Administração Pública, no período de 19 a 22 de março de 2018, em Foz do Iguaçu-PR

Fortaleza (18/03/2018)	→	Foz do Iguaçu (23/03/2018)
Foz do Iguaçu (23/03/2018)	→	Fortaleza (23/03/2018)
Valor das Diárias:		964.40

Diretoria de Educação a Distância

PCDP 000454/18

Nome do Proposto: CARLOS RANGEL SOUSA FERREIRA
 CPF do Proposto: 016.333.673-39 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar o 1º. encontro presencial da Disciplina de TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO ORAL E ESCRITA, no pólo de CAMOCIM no dia 24/03/2018, no turno de MANHÃ.

Fortaleza (23/03/2018)	→	Camocim (24/03/2018)
Camocim (24/03/2018)	→	Fortaleza (24/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000455/18

Nome do Proposto: JAMILLE CARVALHO ROCHA
 CPF do Proposto: 952.485.103-25 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar o 1º. encontro presencial da Disciplina de TÉCNICA DE COMUNICAÇÃO ORAL E ESCRITA e METODOLOGIA DA PESQUISA EM TURISMO, no pólo de ITAPIPOCA no dia 24/03/2018, no turno de MANHÃ e TARDE.

Fortaleza (23/03/2018)	→	Itapipoca (25/03/2018)
Itapipoca (25/03/2018)	→	Fortaleza (25/03/2018)
Valor das Diárias:		537.50

PCDP 000456/18

Nome do Proposto: SUELI FERNANDES CARNEIRO MARINHO FERREIRA

CPF do Proposto: 245.031.693-00 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar o 1º encontro presencial da Disciplina de TÉCNICA DE COMUNICAÇÃO ORAL E ESCRITA E METODOLOGIA DA PESQUISA EM TURISMO, no pólo de ITAREMA no dia 24/03/2018, no turno de MANHÃ e TARDE.

Fortaleza (23/03/2018)	→	Itarema (25/03/2018)
Itarema (25/03/2018)	→	Fortaleza (25/03/2018)
Valor das Diárias:		537.50

PCDP 000457/18

Nome do Proposto: DENISE FERNANDES NOGUEIRA
 CPF do Proposto: 625.908.803-59 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar o 1º encontro presencial da Disciplina de TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO ORAL E ESCRITA e METODOLOGIA DA PESQUISA EM TURISMO, no polo de JAGUARIBE, no dia 24/03/18. turno MANHÃ e TARDE.

Fortaleza (23/03/2018)	→	Jaguaribe (25/03/2018)
Jaguaribe (25/03/2018)	→	Fortaleza (25/03/2018)
Valor das Diárias:		537.50

PCDP 000467/18

Nome do Proposto: SILVANIA BALTAZAR FACANHA GONCALVES
 CPF do Proposto: 019.702.733-48 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar o encontro presencial da Disciplina de HIGIENE ALIMENTAR E NOÇÕES DE NUTRIÇÃO, no pólo de ITAPIPOCA no dia 24/03/2018, no turno de MANHÃ.

Fortaleza (23/03/2018)	→	Itapipoca (24/03/2018)
Itapipoca (24/03/2018)	→	Fortaleza (24/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000468/18

Nome do Proposto: HILDA MARIA CORREA ALBUQUERQUE
 CPF do Proposto: 142.812.013-00 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar o 1º encontro presencial da Disciplina de TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO ORAL E ESCRITA, no pólo de BEBERIBE no dia 26/03/2018, no turno da NOITE.

Fortaleza (26/03/2018)	→	Beberibe (27/03/2018)
Beberibe (27/03/2018)	→	Fortaleza (27/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000469/18

Nome do Proposto: PAULA ROBERTA DE OLIVEIRA LEITE
 CPF do Proposto: 842.187.203-63 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar o 1º encontro presencial da Disciplina de METODOLOGIA DA PESQUISA EM TURISMO, no pólo de BEBERIBE no dia 27/03/2018, no turno da NOITE.

Fortaleza (27/03/2018)	→	Beberibe (28/03/2018)
Beberibe (28/03/2018)	→	Fortaleza (28/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000470/18

Nome do Proposto: MARIA LEONIR DO NASCIMENTO LIMA
 CPF do Proposto: 614.721.903-00 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Metod. do Trabalho Científico, no dia 24/02/18 de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Maranguape (23/02/2018)	→	Itapipoca (24/02/2018)
Itapipoca (24/02/2018)	→	Maranguape (24/02/2018)
Valor das Diárias:		265.50

Reitoria

PCDP 000471/18

Nome do Proposto: FRANCISCO HERLI BARROS
 CPF do Proposto: 068.848.493-04 Cargo ou Função: TECNICO EM AGROPECUARIA
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Convocação para a 48ª reunião ordinária do CONSUP, membro titular.

Tianguá (28/01/2018)	→	Fortaleza (29/01/2018)
Fortaleza (29/01/2018)	→	Tianguá (29/01/2018)
Valor das Diárias:		392.78

PCDP 000473/18

Nome do Proposto: TASSIO FRANCISCO LOFTI MATOS
 CPF do Proposto: 113.872.543-91 Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Participar do Planejamento das atividades da Reitoria e da 67ª Reunião do Colégio de Dirigentes.

Fortaleza (31/01/2018)	→	Guaramiranga (03/02/2018)
Guaramiranga (03/02/2018)	→	Fortaleza (03/02/2018)
Valor das Diárias:		677.79

Diretoria de Educação a Distância

PCDP 000475/18

Nome do Proposto: ANA BRUNA DE QUEIROZ PEREIRA
 CPF do Proposto: 849.862.983-72 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar o Encontro presencial da disciplina de Segurança da Informação para os alunos do Curso Técnico em Informática do Medio Tec Ead, polo de Campos Sales, no dia 10/03/18.

Fortaleza (09/03/2018)	→	Campos Sales (10/03/2018)
Campos Sales (10/03/2018)	→	Fortaleza (11/03/2018)
Valor das Diárias:		537.50

Reitoria

PCDP 000476/18

Nome do Proposto: FRANCISCO HILARIO DA SILVA NETO
 CPF do Proposto: 199.974.504-34 Cargo ou Função: ENGENHEIRO-AREA
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Inspeção técnica em obra do campus Tauá.

Fortaleza (23/02/2018)	→	Tauá (23/02/2018)
Tauá (23/02/2018)	→	Fortaleza (23/02/2018)
Valor das Diárias:		84.93

Pró-Reitoria de Extensão

PCDP 000488/18

Nome do Proposto: DANIEL FERREIRA DE CASTRO
 CPF do Proposto: 016.107.993-80 Cargo ou Função: ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço

Descrição Motivo: Participar do Encontro de Gestores em Guaramiranga/Ce para discutir o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFCE, 2019 - 2023

Fortaleza (01/02/2018)	→	Guaramiranga (02/02/2018)
Guaramiranga (02/02/2018)	→	Fortaleza (02/02/2018)
Valor das Diárias:		260.11

PCDP 000490/18

Nome do Proposto: HELLENVIVIAN DE ALCANTARA BARROS

CPF do Proposto: 845.713.573-20

Cargo ou Função: PEDAGOGO-AREA

Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço

Descrição Motivo: Fazer assessoria aos campi de Aracati e Jaguaruana visando a implantação e fortalecimento do Napne e Neabis.

Fortaleza (07/03/2018)	→	Aracati (07/03/2018)
Aracati (07/03/2018)	→	Fortaleza (07/03/2018)
Valor das Diárias:		67.68

Reitoria

PCDP 000492/18

Nome do Proposto: REUBER SARAIVA DE SANTIAGO

CPF do Proposto: 705.475.803-04

Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO

Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço

Descrição Motivo: Representar o Reitor no processo de credenciamento do Instituto Federal do Ceará (IFCE), campus de Sobral, perante o Ministério da Educação.

Fortaleza (25/02/2018)	→	Sobral (26/02/2018)
Sobral (26/02/2018)	→	Fortaleza (26/02/2018)
Valor das Diárias:		296.43

Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

PCDP 000493/18

Nome do Proposto: PAULO HENRIQUE NOBRE PARENTE

CPF do Proposto: 026.980.933-31

Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO

Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço

Descrição Motivo: Participação em reunião do Comitê de Ética em Pesquisa do IFCE.

Acarau (05/03/2018)	→	Fortaleza (05/03/2018)
Fortaleza (05/03/2018)	→	Acarau (05/03/2018)
Valor das Diárias:		123.23

Reitoria

PCDP 000495/18

Nome do Proposto: LUCAS QUEIROZ WAGNER

CPF do Proposto: 001.746.313-08

Cargo ou Função: ADMINISTRADOR

Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço

Descrição Motivo: Capacitação em Gestão da Inovação, será realizada conforme curso Innovatios Management Professional (IMP) oferecido pela Steinbeis University Berlin - School of International Business and Entrepreneurship. Envolve incursões teóricas e práticas...

Fortaleza (11/03/2018)	→	Brasília (14/03/2018)
Brasília (14/03/2018)	→	Fortaleza (14/03/2018)
Valor das Diárias:		817.24

Diretoria de Educação a Distância

PCDP 000500/18

Nome do Proposto: IRENE FLOR DE QUEIROZ ALMEIDA
 CPF do Proposto: 806.194.603-34 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar o 1º encontro presencial da Disciplina de TÉCNICAS DE COMUNICAÇÃO ORAL E ESCRITA, no pólo de LIMOEIRO DO NORTE no dia 24/03/2018, no turno da MANHÃ.

Fortaleza (23/03/2018)	→	Limoeiro do Norte (24/03/2018)
Limoeiro do Norte (24/03/2018)	→	Fortaleza (24/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000501/18

Nome do Proposto: GILBERTO CAVALCANTI MAIA
 CPF do Proposto: 261.212.983-91 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar o 1º Encontro Presencial da Disciplina de Técnicas de Comunicação Oral e Escrita e Metodologia da pesquisa em Turismo, no Polo de Orós no dia 24/03/2018, nos turnos da tarde e manhã.

Fortaleza (23/03/2018)	→	Orós (25/03/2018)
Orós (25/03/2018)	→	Fortaleza (25/03/2018)
Valor das Diárias:		537.50

PCDP 000502/18

Nome do Proposto: PAULO HENRIQUE GONDIM DE FREITAS
 CPF do Proposto: 632.745.313-91 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar o 1º encontro presencial da Disciplina de METODOLOGIA DA PESQUISA EM TURISMO, no pólo de LIMOEIRO DO NORTE no dia 24/03/2018, no turno da TARDE.

Fortaleza (24/03/2018)	→	Limoeiro do Norte (25/03/2018)
Limoeiro do Norte (25/03/2018)	→	Fortaleza (25/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000503/18

Nome do Proposto: DAVID MOTA DE AQUINO PAZ
 CPF do Proposto: 634.218.443-72 Cargo ou Função: ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar o 1º encontro presencial da Disciplina de METODOLOGIA DA PESQUISA EM TURISMO, no pólo de CAMOCIM no dia 24/03/2018, no turno da TARDE.

Fortaleza (23/03/2018)	→	Camocim (25/03/2018)
Camocim (25/03/2018)	→	Fortaleza (25/03/2018)
Valor das Diárias:		516.68

Reitoria**PCDP 000526/18**

Nome do Proposto: HEITOR SILVA CHAVES
 CPF do Proposto: 053.792.343-80 Cargo ou Função: ZOOTECNISTA
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Elaboração e levantamento dos custos do projeto CEPEAS (centro de pesquisa e estudos avançados no semiárido)

Boa Viagem (19/02/2018)	→	Fortaleza (20/02/2018)
Fortaleza (20/02/2018)	→	Boa Viagem (20/02/2018)
Valor das Diárias:		276.96

PCDP 000531/18

Nome do Proposto: KATIANE SAMPAIO DE SOUSA
 CPF do Proposto: 017.609.873-95 Cargo ou Função: AUX EM ADMINISTRACAO

Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Capacitação no Sistema Eletrônico de Informações.

Quixadá (11/01/2018)	→	Fortaleza (12/01/2018)
Fortaleza (12/01/2018)	→	Quixadá (12/01/2018)
Valor das Diárias:		371.96

PCDP 000535/18

Nome do Proposto: JULIANA SILVA LIBERATO
 CPF do Proposto: 884.294.233-20 Cargo ou Função: AUXILIAR DE BIBLIOTECA
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Participar de treinamento do Sistema Eletrônico de Informações, na reitoria do IFCE, dia 12.01.2018.

Sobral (11/01/2018)	→	Fortaleza (13/01/2018)
Fortaleza (13/01/2018)	→	Sobral (13/01/2018)
Valor das Diárias:		584.36

Diretoria de Educação a Distância

PCDP 000540/18

Nome do Proposto: JOAO PAULO DE ARAUJO SOUZA
 CPF do Proposto: 063.145.283-48 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Estatística e Probabilidade no dia 03/03/18, de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Juazeiro do Norte (02/03/2018)	→	Jaguaribe (03/03/2018)
Jaguaribe (03/03/2018)	→	Juazeiro do Norte (03/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000541/18

Nome do Proposto: RAIMUNDO NONATO ARAUJO DA SILVA
 CPF do Proposto: 414.154.503-15 Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Cálculo II no dia 10/03/18, de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Fortaleza (09/03/2018)	→	Itapipoca (10/03/2018)
Itapipoca (10/03/2018)	→	Fortaleza (10/03/2018)
Valor das Diárias:		339.68

PCDP 000542/18

Nome do Proposto: FRANCISCA BRUNA MOREIRA ARAUJO COIMBRA
 CPF do Proposto: 027.175.043-03 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Cálculo II, no dia 10/03/18, de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Juazeiro do Norte (09/03/2018)	→	Tauá (11/03/2018)
Tauá (11/03/2018)	→	Juazeiro do Norte (11/03/2018)
Valor das Diárias:		537.50

PCDP 000543/18

Nome do Proposto: GILDEMARIO LIMA FREIRE
 CPF do Proposto: 784.268.553-34 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Cálculo II no dia 10/03/18, de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Fortaleza (09/03/2018)	→	Ubajara (10/03/2018)

Ubajara (10/03/2018)	—————→	Fortaleza (11/03/2018)
Valor das Diárias:		537.50

PCDP 000544/18

Nome do Proposto: EDUARDO FERREIRA MATIAS
 CPF do Proposto: 014.590.023-18 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Cálculo II no dia 10/03/18, de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Juazeiro do Norte (09/03/2018)	—————→	Jaguaribe (10/03/2018)
Jaguaribe (10/03/2018)	—————→	Juazeiro do Norte (10/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000545/18

Nome do Proposto: CARLOS SERGIO RODRIGUES DA SILVA
 CPF do Proposto: 001.223.763-90 Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Análise Real no dia 10/03/18 de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Fortaleza (09/03/2018)	—————→	Itapipoca (10/03/2018)
Itapipoca (10/03/2018)	—————→	Fortaleza (10/03/2018)
Valor das Diárias:		339.68

PCDP 000546/18

Nome do Proposto: JOSE AIRTON DE LIMA
 CPF do Proposto: 229.821.673-87 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Análise Real no dia 10/03/18 de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Fortaleza (09/03/2018)	—————→	Limoeiro do Norte (10/03/2018)
Limoeiro do Norte (10/03/2018)	—————→	Fortaleza (10/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000547/18

Nome do Proposto: CARLOS RENEE MARTINS MACIEL
 CPF do Proposto: 021.820.443-45 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Análise Real no dia 10/03/18 de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Fortaleza (09/03/2018)	—————→	Quixeramobim (10/03/2018)
Quixeramobim (10/03/2018)	—————→	Fortaleza (10/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000550/18

Nome do Proposto: MARIA DE CASTRO DAMAZIO QUEIROZ
 CPF do Proposto: 461.768.613-49 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Psicologia do Desenvolvimento, no dia 03/03/18 de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Fortaleza (02/03/2018)	—————→	Tauá (04/03/2018)
Tauá (04/03/2018)	—————→	Fortaleza (04/03/2018)
Valor das Diárias:		537.50

Gabinete**PCDP 000555/18**

Nome do Proposto: ANDERSON DE CASTRO LIMA
 CPF do Proposto: 801.152.333-34 Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
 Motivo da Viagem: Nacional - Treinamento
 Descrição Motivo: Participação no Programa Innovation Management Professional, capacitação em Gestão da Inovação.

Fortaleza (11/03/2018)	→	Brasília (15/03/2018)
Brasília (15/03/2018)	→	Fortaleza (15/03/2018)
Valor das Diárias:		0.00

Reitoria

PCDP 000556/18

Nome do Proposto: TASSIO FRANCISCO LOFTI MATOS
 CPF do Proposto: 113.872.543-91 Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Participar de reunião na SETEC /MEC com o Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Romero Raposo Filho.

Fortaleza (13/03/2018)	→	Brasília (13/03/2018)
Brasília (13/03/2018)	→	Fortaleza (13/03/2018)
Valor das Diárias:		208.13

Diretoria de Educação a Distância

PCDP 000560/18

Nome do Proposto: LILIA SANTOS GONCALVES
 CPF do Proposto: 013.261.663-79 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Cálculo II no dia 10/03/18, de 08h às 12h e de 13h às 16h.

Juazeiro do Norte (09/03/2018)	→	Icó (09/03/2018)
Icó (09/03/2018)	→	Orós (10/03/2018)
Orós (10/03/2018)	→	Icó (10/03/2018)
Icó (10/03/2018)	→	Juazeiro do Norte (10/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

Reitoria

PCDP 000562/18

Nome do Proposto: JORDANA TORRES COSTA
 CPF do Proposto: 000.676.383-92 Cargo ou Função: ADMINISTRADOR
 Motivo da Viagem: Nacional - Congresso
 Descrição Motivo: Participação do 13º Congresso dos Pregoeiros que ocorrerá no Paraná, no período de 19 a 22 de março de 2018.

Fortaleza (18/03/2018)	→	Foz do Iguaçu (23/03/2018)
Foz do Iguaçu (23/03/2018)	→	Fortaleza (23/03/2018)
Valor das Diárias:		1,154.15

Diretoria de Educação a Distância

PCDP 000563/18

Nome do Proposto: GUILHERME PEREIRA DE SOUZA
 CPF do Proposto: 061.436.673-90 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Cálculo II no dia 10/03/18, de 08h às 12h e de 13h às 15h.

Juazeiro do Norte (09/03/2018)	————→	Quixeramobim (10/03/2018)
Quixeramobim (10/03/2018)	————→	Juazeiro do Norte (10/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000564/18

Nome do Proposto: IRENE FLOR DE QUEIROZ ALMEIDA
 CPF do Proposto: 806.194.603-34 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Visitar os Polos de ITAPIPOCA E ITAREMA, dar boas vindas ao alunos, conhecer a estrutura física e conversar com os estudantes de 2º e 3º semestre. Reunião com o coordenador e tutor presencial do polo.

Fortaleza (17/03/2018)	————→	Itapipoca (17/03/2018)
Itapipoca (17/03/2018)	————→	Itarema (17/03/2018)
Itarema (17/03/2018)	————→	Fortaleza (17/03/2018)
Valor das Diárias:		88.50

PCDP 000565/18

Nome do Proposto: MARCOS MONTE CRUZ
 CPF do Proposto: 677.497.043-53 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar o 2º. encontro presencial da Disciplina de CONTABILIDADE APLICADA, no pólo de ORÓS no dia 03/03/2018, no turno de MANHÃ.

Fortaleza (02/03/2018)	————→	Orós (03/03/2018)
Orós (03/03/2018)	————→	Fortaleza (03/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

Reitoria

PCDP 000566/18

Nome do Proposto: BARBARA DE CERQUEIRA FIORIO
 CPF do Proposto: 008.689.933-36 Cargo ou Função: NUTRICIONISTA-HABILITACAO
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Visita técnica aos campi de Boa Viagem e Tauá para acompanhar atividades e serviços da Assistência Estudantil e realizar reunião com gestores, equipe e estudantes.

Fortaleza (13/03/2018)	————→	Boa Viagem (13/03/2018)
Boa Viagem (13/03/2018)	————→	Tauá (14/03/2018)
Tauá (14/03/2018)	————→	Fortaleza (14/03/2018)
Valor das Diárias:		223.86

PCDP 000568/18

Nome do Proposto: ANA CAROLINE CABRAL CRISTINO
 CPF do Proposto: 999.942.833-91 Cargo ou Função: PSICOLOGO AREA
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Visita técnica aos campi de Boa Viagem e de Tauá para acompanhar as atividades e serviços de Assistência Estudantil, por meio de reuniões com gestores, equipe e estudantes.

Fortaleza (13/03/2018)	————→	Boa Viagem (13/03/2018)
Boa Viagem (13/03/2018)	————→	Tauá (14/03/2018)
Tauá (14/03/2018)	————→	Fortaleza (14/03/2018)
Valor das Diárias:		275.61

PCDP 000573/18

Nome do Proposto: ALCIONE ALVES DA SILVA
 CPF do Proposto: 006.467.805-90 Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço

Descrição Motivo: Convocação para apresentação de estudos de potencialidades do campus Acopiara.

Acopiara (04/02/2018)	————→	Fortaleza (05/02/2018)
Fortaleza (05/02/2018)	————→	Acopiara (05/02/2018)
Valor das Diárias:		392.78

Gabinete

PCDP 000577/18

Nome do Proposto: REJANE SARAIVA DE SANTIAGO
 CPF do Proposto: 838.997.583-15 Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
 Motivo da Viagem: Nacional - Treinamento
 Descrição Motivo: Participação no curso de Gestão da Inovação do Programa Innovation Management Professional (IMP) oferecido pela Steinbeis University Berlin – School of International Business and Entrepreneurship (STEINBEIS-SIBE).

Fortaleza (12/03/2018)	————→	Brasília (15/03/2018)
Brasília (15/03/2018)	————→	Fortaleza (15/03/2018)
Valor das Diárias:		949.37

Reitoria

PCDP 000587/18

Nome do Proposto: NATHANIEL CARNEIRO NETO
 CPF do Proposto: 017.374.573-34 Cargo ou Função: Cargo Comissionado de Direção
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Participar do Planejamento das atividades da Reitoria e da 67ª Reunião do Colégio de Dirigentes

Fortaleza (31/01/2018)	————→	Guaramiranga (03/02/2018)
Guaramiranga (03/02/2018)	————→	Fortaleza (03/02/2018)
Valor das Diárias:		677.79

Gabinete

PCDP 000589/18

Nome do Proposto: ANTONIO MAURO BARBOSA DE OLIVEIRA
 CPF do Proposto: 051.713.263-04 Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
 Motivo da Viagem: Nacional - Encontro/Seminário
 Descrição Motivo: Participação do Módulo II - Gestão de Projetos de Inovação do Curso - Innovation Management Professional no período de 12 a 14/03/2018, conforme cronograma em anexo.

Fortaleza (13/03/2018)	————→	Brasília (15/03/2018)
Brasília (15/03/2018)	————→	Fortaleza (15/03/2018)
Valor das Diárias:		593.04

PCDP 000595/18

Nome do Proposto: VIRGILIO AUGUSTO SALES ARARIPE
 CPF do Proposto: 163.775.913-49 Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Presidir a solenidade de Colação de Grau do IFCE campus Acaraú e a transmissão do cargo de Direção Geral.

Fortaleza (08/03/2018)	————→	Acaraú (08/03/2018)
Acaraú (08/03/2018)	————→	Fortaleza (09/03/2018)
Valor das Diárias:		338.61

PCDP 000597/18

Nome do Proposto: REJANE TAVARES MAGALHAES DA CUNHA
 CPF do Proposto: 430.085.773-34 Cargo ou Função: BIBLIOTECARIO-DOCUMENTALISTA
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço

Descrição Motivo: Acompanhar o Magnífico Reitor do IFCE na solenidade de Colação de Grau e transição da Direção Geral do IFCE campus Acaraú.

Fortaleza (08/03/2018)	————→	Acaraú (08/03/2018)
Acaraú (08/03/2018)	————→	Fortaleza (09/03/2018)
Valor das Diárias:		275.61

Reitoria

PCDP 000599/18

Nome do Proposto: CASSIA CRISTINA DA SILVA MATEUS
CPF do Proposto: 023.345.673-29 **Cargo ou Função:** TECNICO EM SEGURANCA DO TRABALHO
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
Descrição Motivo: Avaliação ocupacional de servidores do campus Acaraú

Fortaleza (13/03/2018)	————→	Acaraú (14/03/2018)
Acaraú (14/03/2018)	————→	Fortaleza (14/03/2018)
Valor das Diárias:		223.86

Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

PCDP 000600/18

Nome do Proposto: SOLONILDO ALMEIDA DA SILVA
CPF do Proposto: 457.875.493-68 **Cargo ou Função:** PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
Descrição Motivo: Encontro Nacional dos Coordenadores do Programa de Pós-graduação Profissional - ProfEPT.

Fortaleza (20/03/2018)	————→	Manaus (24/03/2018)
Manaus (24/03/2018)	————→	Fortaleza (24/03/2018)
Valor das Diárias:		1,020.62

Reitoria

PCDP 000607/18

Nome do Proposto: ANTONIO WEBSTER SOARES DO NASCIMENTO
CPF do Proposto: 048.195.243-80 **Cargo ou Função:** ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
Descrição Motivo: Encontro das coordenadorias de infraestrutura e cursos de inspeção predial.

Guaramiranga (26/02/2018)	————→	Fortaleza (01/03/2018)
Fortaleza (01/03/2018)	————→	Guaramiranga (01/03/2018)
Valor das Diárias:		660.12

PCDP 000608/18

Nome do Proposto: DANIEL FERREIRA DE CASTRO
CPF do Proposto: 016.107.993-80 **Cargo ou Função:** ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
Descrição Motivo: Participar do encontro pedagógico do campus Tabuleiro do NORte e a apresenta a importância da extensão no processo de permanência e exito dos discentes do IFCE.

Fortaleza (22/01/2018)	————→	Tabuleiro do Norte (22/01/2018)
Tabuleiro do Norte (22/01/2018)	————→	Fortaleza (22/01/2018)
Valor das Diárias:		77.18

PCDP 000610/18

Nome do Proposto: JANAINA PESSANHA BOMILCAR
CPF do Proposto: 992.485.223-00 **Cargo ou Função:** ENGENHEIRO-AREA
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço

Descrição Motivo: Acompanhar o início dos serviços de manutenção dos campi Tianguá e Camocim.

Fortaleza (01/02/2018)	————→	Tianguá (01/02/2018)
Tianguá (01/02/2018)	————→	Camocim (02/02/2018)
Camocim (02/02/2018)	————→	Fortaleza (02/02/2018)
Valor das Diárias:		223.86

Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

PCDP 000611/18

Nome do Proposto: FUMIKAZU SAITO
 CPF do Proposto: 072.226.868-86 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Participação em mesa redonda e conferência de encerramento do II Seminário Cearense de História da Matemática e reuniões com alunos de pós-graduação do PGECM do IFCE.

São Paulo (26/03/2018)	————→	Juazeiro do Norte (28/03/2018)
Juazeiro do Norte (28/03/2018)	————→	São Paulo (28/03/2018)
Valor das Diárias:		537.50

Diretoria de Educação a Distância

PCDP 000612/18

Nome do Proposto: SUSANA DANTAS COELHO
 CPF do Proposto: 652.972.962-34 Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Visitar os Polos de ITAPIPOCA E ITAREMA, dar boas vindas ao alunos, conhecer a estrutura física e conversar com os estudantes de 2º e 3º semestre. Reunião com o coordenador e tutor presencial do polo.

Fortaleza (17/03/2018)	————→	Itapipoca (17/03/2018)
Itapipoca (17/03/2018)	————→	Itarema (17/03/2018)
Itarema (17/03/2018)	————→	Fortaleza (17/03/2018)
Valor das Diárias:		88.50

Reitoria

PCDP 000630/18

Nome do Proposto: KELMA DE FREITAS FELIPE
 CPF do Proposto: 891.319.323-04 Cargo ou Função: ASSISTENTE SOCIAL
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Visita de Assessoria aos Campi de Aracati e Jaguaruana para implantação e monitoramento dos NAPNEs e NEABIs

Fortaleza (07/03/2018)	————→	Aracati (07/03/2018)
Aracati (07/03/2018)	————→	Fortaleza (07/03/2018)
Valor das Diárias:		67.68

Diretoria de Educação a Distância

PCDP 000631/18

Nome do Proposto: NATHALIA BARROS DOS SANTOS LIRA
 CPF do Proposto: 017.906.233-67 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Matemática Discreta no dia 17/03/18, de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Juazeiro do Norte (16/03/2018)	————→	Jaguaribe (17/03/2018)
Jaguaribe (17/03/2018)	————→	Juazeiro do Norte (17/03/2018)
Valor das Diárias:		360.50

PCDP 000632/18

Nome do Proposto: JOSE AIRTON DE LIMA
 CPF do Proposto: 229.821.673-87 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Matemática Discreta, no dia 17/03/18 de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Fortaleza (16/03/2018)	→	Tauá (18/03/2018)
Tauá (18/03/2018)	→	Fortaleza (18/03/2018)
Valor das Diárias:		537.50

Reitoria

PCDP 000635/18

Nome do Proposto: SIOMARA PEIXOTO LIMA
 CPF do Proposto: 619.671.063-04 Cargo ou Função: ENGENHEIRO-AREA
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Visita técnica ao campus de Itapipoca, conforme solicitação do Diretor Geral à PROAP

Fortaleza (05/03/2018)	→	Itapipoca (05/03/2018)
Itapipoca (05/03/2018)	→	Fortaleza (05/03/2018)
Valor das Diárias:		67.68

Diretoria de Educação a Distância

PCDP 000637/18

Nome do Proposto: JOAO PAULO DA SILVA JUNIOR
 CPF do Proposto: 044.062.643-96 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar o Encontro Presencial de Fundamentos de desenvolvimento web para os alunos do curso Técnico em Informática do MédioTecEad, do pólo de CAMPOS SALES que ocorrerá dia 17/03/2018, das 08h às 17h.

Fortaleza (16/03/2018)	→	Campos Sales (17/03/2018)
Campos Sales (17/03/2018)	→	Fortaleza (18/03/2018)
Valor das Diárias:		537.50

Reitoria

PCDP 000638/18

Nome do Proposto: MARIA ELIANI HOLANDA COELHO
 CPF do Proposto: 140.588.393-68 Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Participar do COLDIR que sera realizado na Reitoria, da posse de servidores do campus Acopiara e tirar foto Oficial do IFCE.

Acopiara (25/01/2018)	→	Fortaleza (27/01/2018)
Fortaleza (27/01/2018)	→	Acopiara (27/01/2018)
Valor das Diárias:		592.86

PCDP 000642/18

Nome do Proposto: JARBANI SUCUPIRA ALVES DE CASTRO
 CPF do Proposto: 845.366.673-34 Cargo ou Função: PEDAGOGO-AREA
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar visita ao campus de Sobral para analisar a documentação que será apresentada durante a visita in loco para Recredenciamento Institucional.

Fortaleza (08/02/2018)	→	Sobral (08/02/2018)
Sobral (08/02/2018)	→	Fortaleza (08/02/2018)
Valor das Diárias:		84.93

PCDP 000644/18

Nome do Proposto: JARBANI SUCUPIRA ALVES DE CASTRO
 CPF do Proposto: 845.366.673-34 Cargo ou Função: PEDAGOGO-AREA
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Acompanhar o processo de avaliação para a renovação de reconhecimento do curso de Bacharelado em Nutrição do campus Limoeiro do Norte.

Fortaleza (11/03/2018)	→	Limoeiro do Norte (13/03/2018)
Limoeiro do Norte (13/03/2018)	→	Fortaleza (13/03/2018)
Valor das Diárias:		487.11

PCDP 000649/18

Nome do Proposto: CLAUDIO FERREIRA OLIVEIRA
 CPF do Proposto: 912.885.253-20 Cargo ou Função: TECNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO
 Motivo da Viagem: Nacional - Treinamento
 Descrição Motivo: Participação no curso Gestão da Continuidade de Negócios - Escola Superior de Redes

Fortaleza (19/03/2018)	→	Brasília (23/03/2018)
Brasília (23/03/2018)	→	Fortaleza (23/03/2018)
Valor das Diárias:		1,196.45

PCDP 000649/18-1C

Nome do Proposto: CLAUDIO FERREIRA OLIVEIRA
 CPF do Proposto: 912.885.253-20 Cargo ou Função: TECNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO
 Motivo da Viagem: Nacional - Treinamento
 Descrição Motivo: Participação no curso Gestão da Continuidade de Negócios - Escola Superior de Redes

Fortaleza (19/03/2018)	→	Brasília (24/03/2018)
Brasília (24/03/2018)	→	Fortaleza (24/03/2018)
Valor das Diárias:		1,464.35

PCDP 000652/18

Nome do Proposto: MARIA ELIANI HOLANDA COELHO
 CPF do Proposto: 140.588.393-68 Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Participar da 67ª reunião do COLDIR, bem como reunião Anual de Planejamento.

Acopiara (01/02/2018)	→	Fortaleza (03/02/2018)
Fortaleza (03/02/2018)	→	Acopiara (03/02/2018)
Valor das Diárias:		592.86

PCDP 000685/18

Nome do Proposto: FRANCISCO HILARIO DA SILVA NETO
 CPF do Proposto: 199.974.504-34 Cargo ou Função: ENGENHEIRO-AREA
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Inspeção técnica nas obras dos campi Tauá e Crateús.

Fortaleza (12/03/2018)	→	Tauá (12/03/2018)
Tauá (12/03/2018)	→	Crateús (13/03/2018)
Crateús (13/03/2018)	→	Fortaleza (13/03/2018)
Valor das Diárias:		275.61

Diretoria de Educação a Distância

PCDP 000686/18

Nome do Proposto: MONIQUE MARAMBAIA DOS SANTOS

CPF do Proposto: 004.587.263-54 Cargo ou Função:

Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço

Descrição Motivo: Realizar Encontro Presencial da Disciplina Informática Aplicada ao Ensino de Matemática, no dia 24/03/18 de 08h às 12h e de 13h às 17h.

Fortaleza (23/03/2018)	→	Ubjara (24/03/2018)
Ubjara (24/03/2018)	→	Fortaleza (25/03/2018)
Valor das Diárias:		537.50

Gabinete

PCDP 000689/18

Nome do Proposto: GINA EUGENIA GIRAQ

CPF do Proposto: 418.948.983-20 Cargo ou Função: ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

Motivo da Viagem: Nacional - Treinamento

Descrição Motivo: Participar do treinamento do Sistema de Eletrônico de Informação - SEI - como membro da CIS-Central, em 12.01.2018 de 8h às 17h, na Reitoria do IFCE, em Fortaleza.

Morada Nova (11/01/2018)	→	Fortaleza (13/01/2018)
Fortaleza (13/01/2018)	→	Morada Nova (13/01/2018)
Valor das Diárias:		584.36

PCDP 000697/18

Nome do Proposto: JOSE WALLY MENDONCA MENEZES

CPF do Proposto: 415.816.793-00 Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO

Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço

Descrição Motivo: Participação em Conferência de abertura do III Seminário Cearense de História da Matemática, representando o Magnífico Reitor do IFCE, Prof. Virgílio Augusto S. Araripe.

Fortaleza (26/03/2018)	→	Juazeiro do Norte (27/03/2018)
Juazeiro do Norte (27/03/2018)	→	Fortaleza (27/03/2018)
Valor das Diárias:		370.61

Reitoria

PCDP 000719/18

Nome do Proposto: CARLOS ALBERTO PESSOA

CPF do Proposto: 091.439.983-72 Cargo ou Função: Cargo Comissionado de Direção

Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço

Descrição Motivo: Inspeção Técnica na Obra do Campus Acopiara e Horizonte

Fortaleza (06/03/2018)	→	Acopiara (06/03/2018)
Acopiara (06/03/2018)	→	Horizonte (07/03/2018)
Horizonte (07/03/2018)	→	Fortaleza (07/03/2018)
Valor das Diárias:		275.61

PCDP 000721/18

Nome do Proposto: CARLOS ALBERTO PESSOA

CPF do Proposto: 091.439.983-72 Cargo ou Função: Cargo Comissionado de Direção

Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço

Descrição Motivo: Inspeção técnica na obra de construção do IFCE campus Acopiara e visita ao terreno em Lavras para Futura instalações de campus.

Fortaleza (15/02/2018)	→	Acopiara (15/02/2018)
Acopiara (15/02/2018)	→	Lavras da Mangabeira (16/02/2018)
Lavras da Mangabeira (16/02/2018)	→	Fortaleza (16/02/2018)
Valor das Diárias:		275.61

PCDP 000734/18

Nome do Proposto: JANAINA PESSANHA BOMILCAR
 CPF do Proposto: 992.485.223-00 Cargo ou Função: ENGENHEIRO-AREA
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realizar medições das obras do Campus Camocim e Tianguá e iniciar serviços de manutenção no Campus Sobral

Fortaleza (21/02/2018)	→	Camocim (21/02/2018)
Camocim (21/02/2018)	→	Tianguá (21/02/2018)
Tianguá (21/02/2018)	→	Sobral (22/02/2018)
Sobral (22/02/2018)	→	Fortaleza (22/02/2018)
Valor das Diárias:		223.86

PCDP 000752/18

Nome do Proposto: ROMERO DA SILVA BENEVIDES
 CPF do Proposto: 027.888.793-77 Cargo ou Função: BIBLIOTECARIO-DOCUMENTALISTA
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Treinamento sobre p software de gerenciamento de bibliotecas - Sophia e o sistema de bibliotecas do IFCE - SIBI, para os dias 1 a 2 de fevereiro.

Acopiara (31/01/2018)	→	Fortaleza (03/02/2018)
Fortaleza (03/02/2018)	→	Acopiara (03/02/2018)
Valor das Diárias:		867.44

PCDP 000761/18

Nome do Proposto: GILSON RICARDO DANIEL
 CPF do Proposto: 006.961.989-16 Cargo ou Função:
 Motivo da Viagem: Nacional - Convocação
 Descrição Motivo: Participar como conselheiro n Reunião Ordinária do Conselho Superior - IFCE

Brasília (26/03/2018)	→	Fortaleza (27/03/2018)
Fortaleza (27/03/2018)	→	Brasília (27/03/2018)
Valor das Diárias:		371.96

PCDP 000765/18

Nome do Proposto: TASSIO FRANCISCO LOFTI MATOS
 CPF do Proposto: 113.872.543-91 Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Acompanhar a inspeção técnica na obra de construção do IFCE campus Acopiara, juntamente com o Fiscal da obra - Prof. Carlos Pessoa, e visitar o terreno no município de Lavras da Mangabeira que será cedido pela Prefeitura Municipal visando à futura instalação de uma unidade do IFCE.

Fortaleza (15/02/2018)	→	Acopiara (15/02/2018)
Acopiara (15/02/2018)	→	Iguatu (16/02/2018)
Iguatu (16/02/2018)	→	Lavras da Mangabeira (16/02/2018)
Lavras da Mangabeira (16/02/2018)	→	Fortaleza (16/02/2018)
Valor das Diárias:		275.61

PCDP 000766/18

Nome do Proposto: JORDANA TORRES COSTA
 CPF do Proposto: 000.676.383-92 Cargo ou Função: ADMINISTRADOR
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Representar o IFCE na audiência com o Ministério do Trabalho que ocorrerá na Vara Única do Trabalho de Quixadá, conforme indicação constante nos e-mails anexos.

Boa Viagem (13/03/2018)	→	Quixadá (14/03/2018)
Quixadá (14/03/2018)	→	Boa Viagem (14/03/2018)

PCDP 000767/18

Nome do Proposto: FRANCISCO ROGILSON OLIVEIRA DINIZ
CPF do Proposto: 765.559.333-72 Cargo ou Função: ASSISTENTE DE ALUNO
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
Descrição Motivo: Reunião anual de planejamento e reunião da regulamento de auxílios.

Boa Viagem (09/03/2018)	————→	Fortaleza (09/03/2018)
Fortaleza (09/03/2018)	————→	Boa Viagem (09/03/2018)
Valor das Diárias:		85.38

PCDP 000777/18

Nome do Proposto: FRANCISCO HILARIO DA SILVA NETO
CPF do Proposto: 199.974.504-34 Cargo ou Função: ENGENHEIRO-AREA
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
Descrição Motivo: Fiscalização e definição dos serviços de manutenção predial no campus Canindé

Fortaleza (20/03/2018)	————→	Canindé (20/03/2018)
Canindé (20/03/2018)	————→	Fortaleza (20/03/2018)
Valor das Diárias:		84.93

PCDP 000782/18

Nome do Proposto: ANA CAROLINE CABRAL CRISTINO
CPF do Proposto: 999.942.833-91 Cargo ou Função: PSICOLOGO AREA
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
Descrição Motivo: Acompanhamento das atividades e serviços da assistência estudantil in loco e realização de reunião com gestores, equipe e estudantes.

Fortaleza (20/03/2018)	————→	Jaguaribe (21/03/2018)
Jaguaribe (21/03/2018)	————→	Tabuleiro do Norte (21/03/2018)
Tabuleiro do Norte (21/03/2018)	————→	Morada Nova (22/03/2018)
Morada Nova (22/03/2018)	————→	Limoeiro do Norte (22/03/2018)
Limoeiro do Norte (22/03/2018)	————→	Jaguaruana (23/03/2018)
Jaguaruana (23/03/2018)	————→	Fortaleza (23/03/2018)
Valor das Diárias:		656.97

PCDP 000787/18

Nome do Proposto: FRANCISCO HILARIO DA SILVA NETO
CPF do Proposto: 199.974.504-34 Cargo ou Função: ENGENHEIRO-AREA
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
Descrição Motivo: Inspeção técnica na obra de construção de 5 salas no pavimento térreo do bloco didático do campus Umirim.

Fortaleza (23/03/2018)	————→	Umirim (23/03/2018)
Umirim (23/03/2018)	————→	Fortaleza (23/03/2018)
Valor das Diárias:		84.93

Pró-Reitoria de Extensão

PCDP 000791/18

Nome do Proposto: KELMA DE FREITAS FELIPE
CPF do Proposto: 891.319.323-04 Cargo ou Função: ASSISTENTE SOCIAL
Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
Descrição Motivo: Realização de visita de assessoria para implantação e monitoramento de NAPNEs e NEABIs com a participação dos campi de Iguatu, Cedro, Acopiara, Jaguaribe.

Fortaleza (20/03/2018)	————→	Iguatu (21/03/2018)

Iguatu (21/03/2018)	—————▶	Fortaleza (21/03/2018)
Valor das Diárias:		223.86

PCDP 000828/18

Nome do Proposto: HELLENVIVIAN DE ALCANTARA BARROS
 CPF do Proposto: 845.713.573-20 Cargo ou Função: PEDAGOGO-AREA
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Realização de visita de assessoria para implantação e monitoramento de NAPNEs e NEABIs com a participação dos campi de Iguatu, Cedro, Acopiara, Jaguaribe.

Fortaleza (20/03/2018)	—————▶	Iguatu (21/03/2018)
Iguatu (21/03/2018)	—————▶	Fortaleza (21/03/2018)
Valor das Diárias:		223.86

Reitoria**PCDP 000830/18**

Nome do Proposto: JOAO PAULO ARCELINO DO REGO
 CPF do Proposto: 913.531.223-87 Cargo ou Função: PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Participação no FORPOG do CONIF

Boa Viagem (26/03/2018)	—————▶	Fortaleza (26/03/2018)
Fortaleza (26/03/2018)	—————▶	Brasília (28/03/2018)
Brasília (28/03/2018)	—————▶	Fortaleza (29/03/2018)
Fortaleza (29/03/2018)	—————▶	Boa Viagem (29/03/2018)
Valor das Diárias:		949.37

PCDP 000847/18

Nome do Proposto: NADEDJA MAIA GUIMARAES
 CPF do Proposto: 749.488.303-72 Cargo ou Função: ENGENHEIRO-AREA
 Motivo da Viagem: Nacional - A Serviço
 Descrição Motivo: Visita técnica ao campus Aracati na intenção de avaliar o andamento dos serviços de execução dos tanques de piscicultura.

Fortaleza (21/03/2018)	—————▶	Aracati (21/03/2018)
Aracati (21/03/2018)	—————▶	Fortaleza (21/03/2018)
Valor das Diárias:		67.68

PCDP 000862/18

Nome do Proposto: LIDIANE OLIVEIRA DE ARAUJO
 CPF do Proposto: 633.211.903-97 Cargo ou Função: ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
 Motivo da Viagem: Nacional - Encontro/Seminário
 Descrição Motivo: Feira de Inovação e Empreendedorismo Sebrae

Fortaleza (06/04/2018)	—————▶	São Paulo (10/04/2018)
São Paulo (10/04/2018)	—————▶	Fortaleza (10/04/2018)

Valor das Diárias: 937.82

PCDP 000872/18

Nome do Proposto: FRANCISCO HERLI BARROS

CPF do Proposto: 068.848.493-04

Cargo ou Função: TECNICO EM AGROPECUARIA

Motivo da Viagem: Nacional - Convocação

Descrição Motivo: Participar da 49ª Reunião Ordinária do Consup.

Tianguá (26/03/2018) → Fortaleza (27/03/2018)

Fortaleza (27/03/2018) → Tianguá (27/03/2018)

Valor das Diárias: 276.96